

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "E" AO Nº 207 SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

VOLUME II/IV

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ATA DA 73ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às onze horas e quarenta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra**, e com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Paulo Paim, Simone Tebet, Dário Berger, Ricardo Franco, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado e Antonio Carlos Valadres reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Informa-se que a primeira parte da reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública de Educação Integral, e a segunda parte, à deliberação dos itens. Passa-se à leitura da primeira avaliação de política pública, que é a apresentação do relatório com conclusões da avaliação da política pública Educação Integral (Programa Mais Educação), para deliberação da Comissão, em cumprimento ao art. 96-b, §3º do Regimento Interno do Senado Federal, que tem como Relator o Senador Paulo Paim. Após a leitura do Relatório, é aprovado o relatório nos termos do artigo 96, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria é encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. Passa-se à segunda parte dos nossos trabalhos na Comissão de Educação. **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2013 - Não terminativo.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências. Autoria: Deputado André Figueiredo. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN. Resultado: Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 2-PLEN. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2015 - Não terminativo.** Altera as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação. Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, de 2015 - Não terminativo.** Inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Deputado Giovani Cherini. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2014 – Terminativo.** Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 8) TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014 – Terminativo.** Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador José Pimentel. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2014 – Terminativo**.** Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta. Resultado: Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, de 2015 - Terminativo.** Denomina "Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima" o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2015 – Terminativo.** Inscreve o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Ricardo Franco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, de 2015 – Terminativo.** Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá. Autoria: Senador Omar Aziz. Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 138, de 2015 - Não terminativo.** Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para debater a real situação dos povos ciganos no Brasil, com a participação de líderes e instituições ciganas e pesquisadores sobre comunidades e povos tradicionais. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente, Fátima Bezerra**, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Informo que a primeira parte da reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública de Educação Integral, e a segunda parte, à deliberação dos itens nºs 1 a 20.

Vamos passar, imediatamente, à leitura da primeira avaliação de política pública, que é a apresentação do relatório com conclusões da avaliação da política pública Educação Integral (Programa Mais Educação), para deliberação da Comissão, em cumprimento ao art. 96-b, §3º do Regimento Interno do Senado Federal, que tem como Relator o Senador Paulo Paim.

Acho que eu subscrevi também. Foi aquela audiência pública, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, mas esse é o relatório final,...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Final, perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...já de todo o processo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É, muito importante. Nós vamos, portanto, passar a palavra agora a V. Exª aqui, com as observações de que em 19 de maio de 2015, foi aprovado o Requerimento nº 52, de 2015, para a avaliação das seguintes políticas públicas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte: o Bolsa Atleta, o programa Mais Educação e o programa Cultura Viva. Em 7 de outubro foi realizada a audiência pública destinada à avaliação da política pública de educação em tempo integral, o programa Mais Educação, conforme o Requerimento nº 93, de 2015, da Comissão de Educação, de iniciativa do Senador Paulo Paim e de minha autoria.

Mas vamos conceder agora a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o relatório.

Antes, porém, Senador Paulo Paim, eu quero aqui registrar, com muita alegria, a presença de dois conterrâneos, dois companheiros por quem tenho muita estima e respeito: o professor e poeta Crispiniano Neto, cordelista e hoje voltando, mais uma vez assumiu o desafio que é dar contribuição para a política cultural do nosso Estado, Paim, na condição de Secretário de Cultura. Ele já exerceu essa função e agora retorna, repito, para dar mais essa contribuição à política cultural do nosso Estado. Crispim, seja muito bem-vindo. Esta Comissão aqui é exatamente também de educação, cultura e esporte.

E também registrar aqui a presença de Tarso Fontenele, produtor cultural, sindicalista, enfim, um lutador das causas sociais, inclusive também um militante muito ativo na luta em defesa da cultura e da educação. Seja bem-vindo, Tarso.

Bom, nós vamos passar agora a palavra imediatamente ao Senador Paulo Paim, para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra, o relatório que quero ler de pronto, agradecendo muito, tanto à equipe do meu gabinete como também aqui da Comissão e da Consultoria do Senado, tem 70 páginas, pela grandeza do tema em debate, que é principalmente, na minha avaliação, a educação integral.

Agora mesmo, lá na Comissão de Direitos Humanos, saiu uma recomendação de todos os painelistas, aprovada por unanimidade, de que a gente fizesse uma moção dirigida a todos os Governadores, e inclusive a todos os Senadores, para que cada um dê sua parcela de contribuição para a educação integral, e que todos os Governadores adotassem a política de educação integral como forma de combater a violência, e não ficar naquele debate só de diminuir a maioridade penal, como se isso fosse resolver o problema da violência no Brasil e no mundo.

Mais de 70% dos países do mundo não caminharam por essa via, porque entendem que não resolve. E alguns – foi dado o exemplo lá – chegaram a fazer esse processo e depois voltaram atrás, porque não é essa a forma de resolver. E foi falado muito da educação.

Então, eu leio aqui não as 70 páginas; a própria Consultoria nos auxiliou, e eu faço um resumo do relatório, que vai nessa linha de que aqui eu tentei rapidamente fazer uma introdução.

Resumo executivo do relatório.

O presente relatório encontrou fundamento na Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que incorporou, entre as atribuições das Comissões permanentes, a de realizar a avaliação de políticas públicas. Para o ano de 2015, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte selecionou a política de educação em tempo integral – o programa Mais Educação – a ser avaliada no âmbito das competências da Comissão em matéria educacional.

O trabalho é instruído com dados e informações oficiais de pesquisas realizadas sobre o Programa Mais Educação (PME), além de se valer de esclarecedores depoimentos de especialistas e gestores da educação que compareceram à audiência pública sobre o tema, realizada aqui na Comissão no dia 7 de outubro de 2015.

O Programa Mais Educação foi instituído pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, e pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. O Programa integra as ações do Plano de Desenvolvimento da

Educação (PDE), no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007), e é uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral.

O relatório aborda inicialmente os dilemas da conceituação da educação integral, dividida entre uma visão de escola de tempo integral e outra de educação integral como desenvolvimento das potencialidades humanas. Apontamos que o Programa Mais Educação é uma espécie de síntese dessas duas visões, pois se escora na ideia de aluno em tempo integral, uma vez que visa a ampliar a oferta de oportunidades educativas nas escolas públicas de forma a oferecer uma jornada escolar de, pelo menos, 7 horas diárias.

Dados oficiais indicam que eram atendidos, em 2014, nas 58,6 mil escolas participantes do Programa, um total de 8,3 milhões de estudantes, com o desembolso de um total de R$1,1 bilhão por parte da União.

O Programa é implementado por meio de ações coordenadas entre os Ministérios da Educação (MEC); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Cultura; e do Esporte, sendo que ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão se integrar também à proposta.

Atualmente, o PME está sob responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), na Diretoria de Currículos e Educação Integral (Dicei), mais especificamente na Coordenação-Geral de Educação Integral.

O PME funciona a partir da adesão das escolas das redes públicas estaduais, municipais e do DF. A adesão é feita anualmente por meio da Plataforma do PDDE-interativo, depois que a escola é selecionada pela SEB/MEC.

É importante ressaltar que o financiamento oferecido pelo PME não custeia as atividades para todos os alunos da escola, mas apenas para aqueles selecionados conforme o Plano de Atendimento, que serão o público das atividades a serem desenvolvidas. Assim, em cada escola participante teremos dois grupos de alunos: os que frequentam atividades em jornada ampliada e os demais, que continuam com a escola de turno único.

As atividades acontecem no turno contrário ao das aulas regulares e devem atender o mínimo de 100 alunos, de forma que eles tenham uma jornada de, no mínimo, sete horas. O PME está baseado na ideia de que as atividades educativas não necessariamente devem acontecer na escola, mas podem utilizar todos os espaços existentes na comunidade, o que é, na verdade, aconselhável, segundo as diretrizes do Programa.

Estudos têm sido realizados sobre o PME, porém constatamos a necessidade de que eles sejam aprofundados para mostrar eficiência e eficácia da política pública. Entre os estudos mais recentes destacamos o realizado pela Fundação Itaú Social e Grupo Banco Mundial, com o título de *Programa Mais Educação: Avaliação de Impacto e Estudo Qualitativo*.

Entre outras conclusões, esse estudo detectou que não há impacto do PME sobre o desempenho médio das escolas em português e nem sobre a taxa de abandono.

Verificaram-se efeitos negativos em matemática, no curto prazo, após a adesão da escola ao programa, reduzindo esse efeito com o tempo.

O trabalho reconhece a importância do PME na formulação da agenda da educação infantil, uma vez que ele expirou novas iniciativas nos sistemas estaduais e municipais. Reconhece, ainda, que o programa é eficaz na ampliação de repertório sociocultural de alunos, contribuindo para a redução das desigualdades. E aponta para as necessidades de que as secretarias de educação assumam, como contrapartida, ao financiamento recebido pela via PDDE.

O apoio ao assunto pedagógico, os autores do trabalho recomendam a avaliação de estudos complementares, além de outras medidas. Nesse sentido, é preciso promover mais avaliações sobre o programa e sobre os seus resultados. Universalizar a política de educação integral em todo o Território Nacional e garantir que as condições de oferta das atividades sejam iguais em qualquer escola do País. A princípio, o PME tem méritos como política indutora, entretanto, na expectativa de universalização da educação integral numa escola de tempo integral, é insuficiente, e não pode ser encarado como a única alternativa.

Com base, nos estudos e na literatura técnica analisada, apontamos a seguir alguns problemas a serem superados e concluímos com a recomendação com vistas a aprimorar o programa. Entre os problemas: 1. Inadequação dos espaços físicos relatada pelos sujeitos participantes do programa, uma vez que os edifícios escolares, muitos dos quais bastante precários, foram construídos com base no modelo da escola de turnos, centrada na sala de aula. 2. Descontinuidade no repasse de recurso para as escolas, ocorrida principalmente neste ano de 2015. 3. Falta de definição clara, advinda da ausência de uma política pública consistente sobre o tema das bases que devem orientar as atividades do cotidiano da educação integral.

Tal situação traz o risco de transformar o contraturno escolar em mero momento de reforço escolar, focado nas disciplinas tradicionais e na preparação para teses. 4. Falta de estudos específicos sobre o programa, relacionados ao rendimento de estudantes, à realidade das escolas, ao nível da vulnerabilidade social dos alunos e do impacto do programa em seu desenvolvimento. 5. Os chamados comitês territoriais, ainda que segundo o MEC sejam importantes na dinâmica do programa, não são institucionalizados nem reconhecidos por docu-

mento oficial. 6. Necessidade de redimensionar a participação dos entes federados, pois está a cargo da União a maior parte do financiamento da implantação do programa, o que é, pela lógica interfederativa, inviável.

As recomendações que fazemos ao final são as seguintes:

1º – Transformar o programa Mais Educação em uma política de educação com fontes permanentes de financiamento e integração curricular, de forma que a escola em tempo integral passa a ser o padrão oficial da escola brasileira.

2º – Reconfigurar as edificações escolares para atender às atividades de educação integral, implementando ações para induzir os sistemas de ensino para reformar, equipar e adequar as edificações escolares à educação integral.

4º – Manter o grau de vulnerabilidade como critério básico de priorização das escolas e dos estudantes escolhidos para participar do programa durante sua fase de expansão.

5º – Destinar os recursos oriundos das receitas do fundo social do pré-sal para a educação integral no orçamento da União e assegurar outras fontes de financiamento com cronograma consistente, que permitam às escolas trabalharem com segurança financeira.

6º – Elaborar diretrizes para a educação integral considerando a integração curricular na perspectiva da educação integral na elaboração da base nacional comum curricular.

7º – Incluir nos planos de carreira a previsão da formação de profissionais para atuar na educação integral, bem como jornada de docente em uma única escola.

8º – Sugerir ao Instituto Nacional de Estudo de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira a elaboração de estudo específico sobre o rendimento dos estudantes participantes do programa, avaliando o impacto do MEC na aprendizagem, bem como em competências e habilidades não quantitativas, como sociabilidade, competências emocionais, etc.

9º – Recorrer ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria específica no Programa Mais Educação.

10º – Institucionalizar os comitês territoriais por meio de documento oficial pelo Ministério da Educação de forma que eles possam participar na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de educação integral.

11º – Estabelecer novas contrapartidas dentro das condições financeiras de cada ente federado, garantindo-se a continuidade das ações e a sinergia entre as diferentes instâncias federativas.

12º – Redefinir os critérios de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que tratam o art. 2, §2º e o inciso I, do art. 13, da Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, de forma a aumentar o valor recebido em cada rede por aluno matriculado na educação integral.

13º – Aproveitar a redução da demanda por educação em algumas cidades ou áreas específicas dos centros urbanos, que podem proporcionar ociosidade de espaços físicos e recursos humanos para ampliar o atendimento em educação integral.

14º – Formar uma subcomissão, nessa comissão, para acompanhar o cumprimento da meta nº 6 do PNE, que trata da educação integral.

Por fim, concluímos esse relatório com a apresentação da lista de proposições em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre a educação integral.

Entre elas, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2015, que altera o inciso II, do art. 208, da Constituição Federal, para instituir entre as obrigações do Estado, para com a educação, a progressividade e a universalização da educação básica em tempo integral.

De acordo com as informações levantadas é possível constatar que a educação integral ganhou importância na agenda política e na agenda educacional. Isso se refletiu no aperfeiçoamento da legislação sobre o tema, da expansão dos diversos programas para o País como um todo e, o que é mais visível, no crescimento das matrículas em educação integral, muito disso se deve ao Programa Mais Educação.

Srª Presidenta, nesse sentido a intenção inicial do programa, de ser uma ação indutora de educação integral, parece cumprida. Chegou a hora de dar um segundo passo, um passo mais ousado, que é transformar o programa em uma política de Estado, com a atuação integrada dos sistemas de ensino nas três esferas da Federação.

Esse é o relatório, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório nos termos do artigo 96, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, agora, uma vez aprovado, será encaminhada a matéria à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Paim, eu quero, também, associar-me a V. Exª, parabenizar pelo relatório e saudar, destacar o empenho, a dedicação e o zelo com que a Consultoria aqui, enfim, contribuiu para esse relatório.

Um relatório de fôlego, esse relatório não trata de um tema qualquer, trata de uma modalidade da educação básica fundamental, essencial para que para que possamos, realmente, dar passos concretos no que diz respeito à educação de qualidade.

Educação em tempo integral é, sim, um dos temas mais desafiadores e mais importantes, repito, dentro da educação básica. Não é à toa que, com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, o Estado brasileiro está colocando o desafio de chegarmos, na próxima década, pelo menos a 50% das nossas escolas oferecendo, Senador Anastasia, educação em tempo integral. Todos nós sabemos o que ela significa do ponto de vista da formação integral do estudante. Todos nós sabemos a contribuição que ela dá não só como educação formal, como educação que desenvolve as habilidades cognitivas – o ler, o escrever, o contar, etc. –, mas o quanto ela contribui no que diz respeito à educação não formal, aquilo que chamamos de habilidades não cognitivas, no que diz respeito à formação dos valores, das atitudes, etc. E todos nós sabemos que educação em tempo integral é o caminho mais saudável para, inclusive, combatermos a violência. Por quê? Porque quanto mais educação de qualidade e com mais tempo os nossos jovens e nossas crianças tiverem melhor para o desenvolvimento, para o preparo do presente e do futuro dessa juventude.

Então, eu subscrevi o requerimento com V. Exª. Dei uma lida no relatório, que – repito – é muito bom. Eu estava aqui conversando com o nosso assessor aqui, o Secretário da Comissão, sugerindo-lhe, com a anuência dos demais Senadores e Senadoras, que esse relatório, Senadora Simone, possa ser enviado ao Conselho Nacional da Educação, ao Ministério, ao Consed e à Undime. De repente, nós o disponibilizarmos, porque o relatório está bem atual, com dados bem atualizados e com depoimentos de especialistas nessa área, pessoas que vivenciam e conhecem bem.

Por fim, quero aqui também colocar que seja entregue uma cópia desse relatório ao Comitê Nacional da Educação em Tempo Integral. Esse comitê, inclusive, esteve aqui na semana passada, esteve no gabinete de vários Senadores. É um comitê muito preocupado não só no que diz respeito à questão orçamentária em função da crise pela qual o País passa. Todos nós, enfim, estamos vendo os reflexos que isso está tendo também do ponto de vista orçamentário. Mais do que a preocupação com a questão orçamentária que esse comitê expressou a nós na semana passada, há também a preocupação do ponto de vista programático, Senador Paim. O comitê considera que o modelo, a concepção da educação em tempo integral, que tem sido desenvolvida nesses 12 anos do governo Lula e do Governo da Presidenta Dilma, é um modelo exitoso, vitorioso, que o que precisa é ser ampliado. Então, esse é o debate, inclusive, que o comitê fez na semana passada, que está em sintonia exatamente com o relatório ora aqui apresentado e ora exatamente aprovado.

Então, concluo dizendo que esse relatório vem, inclusive, no momento certo para fortalecer mais ainda a nossa luta junto ao MEC e ao Governo no sentido de afirmação da educação em tempo integral no nosso País, em sintonia, inclusive, com o que reza o plano Nacional de Educação.

Bom, eu queria convidar aqui o Senador Paim ou a Senadora Simone para presidir os trabalhos.

Nós temos dois projetos agora, na sequência, Senador Lasier, e depois, logo em seguida, podemos... O senhor solicitou uma inversão de pauta. Sugiro que, após esses dois, nós coloquemos... (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Passemos à segunda parte dos nossos trabalhos na Comissão de Educação.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra, para a leitura do seu relatório do item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2013
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Deputado André Figueiredo
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN.
Observações:

1- Em 03/06/2014, foi aprovado o Relatório do Senador Cristovam Buarque, que passou a constituir o Parecer da Comissão de Educação e Esporte, favorável ao Projeto.

2- Em 14/11/2014, foi apresentada a Emenda nº 2-PLEN, de autoria da Senadora Ana Amélia.

3- Emenda a ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra, a ilustre Relatora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senadora Simone.

O projeto é muito meritório. Nós somos a favor dele. Entretanto, realmente demos um parecer à emenda.

E passo agora, exatamente, a ler aqui os motivos, os argumentos pelos quais nós não estamos acatando a emenda apresentada, embora – repito – sejamos favoráveis à aprovação do projeto como um todo.

A emenda em exame tem o intuito de suprimir o art. 3º do PLC nº 106, de 2013, cujo teor foi mencionado durante o relatório. A autora argumenta que a modificação à CLT proposta pelo art. 3º do PLC, ao não exigir pertinência entre o curso de aprendizagem e a atividade da empresa contratante do aprendiz, contraria o comando contido no §4º do art. 428 da CLT, que requer do aprendiz o desenvolvimento de tarefas no ambiente de trabalho.

De fato, o objetivo da norma em vigor é capacitar aprendizes, oferecendo-lhes formação profissional correlata à área em que atuem na empresa contratante.

Todavia, o PLC n° 106, de 2013, não desvirtua a norma contida na CLT. O parágrafo que se pretende incluir na lei é inequívoco, ao criar apenas a possibilidade de que até 10% da cota de aprendizes das empresas matriculem-se em cursos em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas, à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, incluindo-se as atividades de construção, ampliação, recuperação e manutenção de instalações esportivas, e à organização e promoção de eventos esportivos.

O autor, em sua justificação, afirma que, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de aprendizes participantes de programas de formação técnico-profissional, em 2010, era de 196.016. No mesmo período, se todas as empresas tivessem cumprido o percentual mínimo a ser aplicado sobre o número de empregados cujas funções demandassem formação profissional, haveria pelo menos mais de 1,22 milhão de contratos de aprendizagem vigentes.

Tal dado demonstra a grande defasagem existente na formação técnico-profissional de jovens e adolescentes. Percebe-se que, se não há mais aprendizes recebendo educação profissional adequada, não é porque a meta estabelecida não comporta todos aqueles que querem se profissionalizar. Ao contrário disso, nem mesmo o percentual mínimo exigido por lei é cumprido.

O autor destacou, ainda, a importância da matéria em virtude dos megaeventos esportivos que o Brasil sediaria entre 2013 e 2016. Apresentado, em março de 2011, na Câmara dos Deputados, o projeto somente chegou ao Senado no fim do ano de 2013. Atualmente, já se passaram dois grandes eventos que justificavam a aprovação da matéria: a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014. A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 ainda é uma justificativa para a aprovação do projeto, bem como a realização da Copa América de 2019.

Porém, sua importância vai além de eventos pontuais. O Brasil é uma Nação com enorme potencial esportivo, sendo que a qualificação de jovens e adolescentes em áreas relacionadas à prática de esportes, prestação de serviços e organização de eventos esportivos devem ser tema de interesse do Estado.

A autora da emenda argumenta, também, que as atividades de construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas já são atendidas pelo Senai e que a organização e promoção de eventos esportivos podem ser atendidas pelo Senac.

Quanto a esse tema, destaca-se que a formação de aprendizes para as áreas pretendidas deverá ser feita em cursos oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, como atualmente ocorre, em função do *caput* do art. 429 da CLT. Entretanto, caso não haja disponibilidade de cursos ou vagas nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica poderão oferecer tais cursos. Essas entidades inclusive estão listadas nos dois incisos do art. 430 da CLT.

O PLC nº 106, de 2013, pretende acrescer novo inciso ao art. 430 da CLT, possibilitando que aqueles cursos possam ser oferecidos também por entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essas entidades estariam sujeitas à fiscalização e avaliação do MTE, como já ocorre com as entidades autorizadas a oferecer cursos de formação técnico-profissional.

Frisa-se, pois, que a competência dos Serviços Nacionais de Aprendizagem para a oferta de cursos permanece inalterada, possuindo prioridade sobre as demais entidades, que somente poderão receber matrículas de aprendizes caso não haja cursos ou vagas suficientes naqueles serviços.

Assim, entendemos que o acréscimo do § 1º-B ao art. 429 da CLT, conforme pretende o art. 3º do PLC nº 106, de 2013, é útil ao ordenamento jurídico pátrio, em nada prejudicando as normas em vigor. Seu texto apenas acrescenta a possibilidade de formação técnico-profissional de aprendizes em uma área a mais, além daquela em que naturalmente podem se capacitar, em virtude da área de atuação da empresa contratante.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2 e aprovação do projeto como um todo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Fátima.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Fátima Bezerra, que é pela aprovação do referido projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao segundo item da pauta, também relatado pela ilustre Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

Autoria: Senador Raimundo Lira
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra a ilustre relatora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Srª Presidente, vem à análise desta Comissão este projeto, de autoria, como V. Exª já falou, do Senador Raimundo Lira, que trata da distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

O projeto pretende fazer com que, do montante arrecadado do salário-educação, depois de deduzido 1% em favor da Secretaria da Receita da Federal do Brasil, dois terços sejam distribuídos aos Estados e Municípios, de modo proporcional ao número de matrículas da educação básica nas respectivas redes públicas de ensino, conforme o censo escolar mais atualizado realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A proposta contempla, ainda, a previsão de que um terço do montante total dos recursos, após a dedução de 1% mencionada anteriormente, deverá ser destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para aplicação em programas, projetos e ações voltados para o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Para justificar a iniciativa, o autor defendeu que a distribuição dos valores do salário-educação seja feita de tal modo que todos os estudantes da educação básica, estejam onde estiverem, desfrutem igualmente dos benefícios advindos dessa contribuição.

Vamos agora à análise do parecer que estou apresentando. É claro que estou dando um parecer favorável e vou agora, Senadora Simone, apresentar os argumentos do nosso parecer favorável. Como V. Exª já mencionou, apresento duas emendas, para aperfeiçoar o projeto.

A análise do nosso parecer.

Instituído em 1964, o salário-educação é uma enorme contribuição social que se destina ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública. Nos termos do art. 15 da Lei nº 9.424, de 1996, o salário-educação é calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais.

Atualmente, após a dedução da taxa de administração dos valores arrecadados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, 10% do montante arrecadado é aplicado pelo FNDE em programas, projetos e ações voltados para a educação básica. Os 90% restantes são distribuídos em cotas pelo FNDE da seguinte maneira:

- cota federal: correspondente a 1/3 dos recursos, é destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre os Municípios e os Estados brasileiros;

- cota estadual e municipal: correspondente a 2/3 do montante de recursos, é creditada mensal e automaticamente em favor das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o financiamento de programas, projeto e ações voltados para a educação básica. A distribuição observa a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, sendo que a distribuição da cota entre cada Estado e seus Municípios leva em consideração o número de matrículas nas respectivas redes de ensino.

A Lei nº 10.832, de 2003, além de ter criado a cota estadual e municipal do salário-educação, fixou que a cota federal e a cota estadual e municipal se compõem de 1/3 e 2/3, respectivamente, em relação a 90%, e não mais em relação a 100%, da arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal. Além disso, a mencionada lei alterou o art. 2º da Lei nº 9.766, de 1998, para prever que a cota estadual e municipal do salário-educação deve ser integralmente redistribuída entre o Estado e seus Municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo escolar do exercício anterior ao da distribuição. Até então, o salário-educação servia para financiamento somente do ensino fundamental e, por essa razão, somente eram computadas as matrículas de tal etapa da educação básica.

Por sua vez, a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, além de estender o alcance do financiamento do salário-educação do ensino fundamental para a educação básica, incluiu o §6º no art. 212 da Constituição Federal, segundo o qual as cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica, nas respectivas redes públicas de ensino.

Ocorre que, apesar de a cota estadual e municipal do salário-educação ser redistribuída entre cada Estado e seus Municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, a distribuição nacional do salário-educação atualmente observa, em 90% do seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal. Ou seja, esses recursos do salário-educação vão primeiro para o ente federado em que foram arrecadados e depois a distribuição entre o Estado e seus Municípios é feita proporcionalmente às matrículas.

O projeto em análise, por sua vez, pretende eliminar a previsão de que os 90% distribuídos em cotas observem a arrecadação realizada em cada Estado. O modelo atual, a nosso entender, provoca injustiça social, na medida em que perpetua, na distribuição dos valores arrecadados, a desigualdade tributária, beneficiando os Estados com mais atividade econômica formal. Romper com isso é o grande objetivo da proposição em análise, de maneira que todos os recursos sejam juntados e redistribuídos para Estados e Municípios, independentemente de onde o dinheiro tiver sido arrecadado. Consideramos, pois, que a iniciativa do Senador Raimundo Lira assegurará distribuição social e economicamente mais equilibrada e justa.

Além do ponto central acima detalhado, identificamos que a proposição sob análise difere da atual sistemática de distribuição dos recursos do salário-educação em outros dois pontos:

- o PLS pretende que a distribuição de 1/3 dos recursos para o FNDE e de 2/3 para Estados e Municípios recaia sobre a totalidade dos recursos, depois de abatida a taxa de administração de 1% devida à Secretaria da Receita Federal. Atualmente essa distribuição é feita considerando somente 90% dos recursos, também depois da dedução da taxa de administração, sendo que os 10% restantes são os chamados recursos desvinculados do salário-educação, que são aplicados pelo FNDE no financiamento do transporte escolar e na educação de jovens e adultos;

- a proposição em análise busca que 1/3 do montante total dos recursos, após a dedução de 1% em favor da Receita Federal, seja destinada ao FNDE, para aplicação em programas, projetos e ações voltados para o cumprimento da Meta 7 do PNE. Por sua vez, nos termos atuais, a cota federal, correspondente a 1/3 de 90% dos recursos, é destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre Municípios e Estados.

No que tange ao primeiro item, devemos destacar que a eventual distribuição de 99% da arrecadação do salário-educação, na proporção de 1/3 para a União e 2/3 para Estados e Municípios, provocaria perda pelo FNDE de quase 7% da receita do salário-educação, que deixaria de ser aplicada em programas voltados para a educação básica pública, tais como o PDDE, o PNATE, o Programa Nacional do Livro Didático etc. Por essa razão, oferecemos emenda para que os recursos desvinculados do salário-educação sejam mantidos, de modo que o FNDE possa continuar financiando tais programas, dos quais dependem milhares de estudantes.

Ademais, relativamente também ao segundo item, conquanto entendamos ser positiva a busca pela melhoria da qualidade da educação, não recomendamos que os recursos do salário-educação destinados ao FNDE sejam vinculados em lei à consecução da Meta 7 do PNE. Tal ressalva se deve ao fato de o dispositivo mencionado ter vigência temporária, enquanto que a lei que dispõe sobre o salário-educação possivelmente terá vida mais longa.

Além disso, parece-nos também salutar que eventual modificação na lei não retire da cota federal o papel de redução das desigualdades socioeducacionais do País. Assim, oferecemos emenda para determinar que o montante dos recursos do salário-educação que couberem à União deverão ser destinados ao FNDE para aplicação em programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento e à manutenção da educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais existentes entre Municípios, Estados e Distrito Federal.

Por fim, apresentamos uma emenda que julgamos que é sensata, que é a implantação gradativa da medida.

É isso.

Pedimos a aprovação do projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Para discutir, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, eminente Senadora Simone Tebet; Senadora Fátima Bezerra, que é Relatora, cumprimento-a pelo trabalho do parecer bem lançado e, pela autoria do projeto, ao Senador Raimundo Lira.

Eu vou solicitar vista do projeto, mas antecipo, eminente Senadora Fátima, que, de fato, V. Exª leu com muita atenção, mas omitiu da leitura só a última frase: "De modo a amenizar o impacto financeiro que alguns Estados e Municípios sofrerão". E nós estamos aqui numa cruzada já antiga para evitar perdas para Estados e Municípios. Eu acredito que esse projeto de fato é benemérito, mas a cota federal já é suficiente para recompor as perdas, porque do contrário, os Estados, como meu Estado de Minas Gerais, como o Rio Grande do Sul, de que está aqui ao lado o Senador Lasier e outros tantos, nós não vamos ter condições mais de bancar as contas de educação com essa perda a mais que se acresce.

Então eu vou solicitar vista desse projeto para uma análise mais profunda.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Deferida vista ao Sr. Senador Antonio Anastasia.

Devolvo, portanto, a Presidência à nossa Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, para que possa dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Srª Presidente, se me permite. Já que houve o pedido de vista, e eu endosso inteiramente, eu queria observar que realmente, apesar da boa vontade e do esforço da proposta e do relatório tão bem estruturado da Senadora Fátima, se concretiza aqui aquela prosaica figura do cobertor curto. Hoje em dia, não há Estados em melhores condições. Eu cito o meu Rio Grande do Sul, que já foi o primeiro do Brasil em educação... Nosso! Paulo Paim está aqui. Estamos os três Senadores gaúchos. O nosso Estado já foi o primeiro em educação na década de 70. Hoje é o oitavo. Tem enormes dificuldades. Esse maior compartilhamento com os chamados Estados mais empobrecidos não se caracteriza mais. O Rio Grande do Sul é um Estado quebrado, literalmente. É a política do Robin Hood. Nós não somos mais um Estado rico, nem Minas Gerais – pelo que diz o Senador Anastasia –, nem o Rio Grande do Sul. Então, realmente, é uma matéria que merece uma reflexão mais aprofundada.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu não tenho nenhuma dúvida de que o tema merece, sem dúvida nenhuma, Senador Anastasia e Senador Lasier, um debate mais aprofundado. É bom que nós o façamos, porque na verdade a proposição – eu vou defendê-la até o fim – se assenta em uma lógica, a meu ver, extremamente correta, que é a mesma que fundamentou o Fundef e posteriormente o Fundeb, que é a lógica de nós trabalharmos na perspectiva de uma distribuição dos recursos de forma social e economicamente mais justa.

É natural que esse tema, pelo caráter federativo que ele tem, suscite esse debate. É sempre assim e vai ser sempre assim. Eu lembro que em 2003, quando nós fizemos a alteração da própria lei do salário educação – eu já era Deputada Federal à época –, foi muito polêmico, mas depois de um bom debate, de um pedagógico debate, ao final, nós conseguimos chegar a um entendimento.

Penso que esse debate não pode ser feito à luz puramente de uma contabilidade. Eu acho que nem é esse o desejo da gente. Esse debate tem que ser feito à luz da realidade educacional do nosso País, levando em consideração inclusive os indicadores sociais, etc. É por isso, inclusive, que o Senador Raimundo Lira faz algumas sugestões aqui no que diz respeito a fortalecer mais o papel dos Estados e dos Municípios, embora, como o Senador Anastasia aqui muito bem colocou – é verdade –, nessa lógica de buscar uma redistribuição

desses recursos de forma mais equânime, ou seja, olhando a questão social e olhando a questão econômica, há Estados que serão mais beneficiados.

Enfim, nós teremos muito tempo para fazer o debate. Acho não só legítimo, mas natural que os senhores tenham pedido vista, para que a gente possa aprofundar o debate. Esperamos, ao final, convencer os Estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de São Paulo – viu, Senador Ricardo? –, para que, ao final, a gente possa aprovar o projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Fátima.

Eu, como Presidente, não posso me pronunciar. Gostaria de estar na bancada para poder falar do impacto, nesse caso, positivo, para o meu Mato Grosso do Sul. Mas eu estou aqui como Presidente, então, nesse projeto, me pronunciarei no momento oportuno, uma vez que foi solicitada vista.

Devolvo a Presidência à Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, para que possa dar continuidade aos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, Senadora Fátima, pela ordem, se me permitir.

Eu já fiz a leitura do relatório do item 10, que é do Senador Paulo Davim. Eu só quero, se puder, concluir a discussão, para que entremos naquele rol de propostas, e, provavelmente, semana que vem, votamos os relatórios já lidos. Só quero, então, fazer... Dessa forma, concluímos todo o trabalho, que é um projeto bem simples, que faz uma homenagem, na verdade, ao humorista Chico Anísio, falecido.

Em sua justificativa, o autor informa...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos fazer o seguinte: como o Senador Lasier já tinha pedido a inversão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem problema.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... vou dar sequência, agora, à inversão que o Senador Lasier solicitou e, em seguida, imediatamente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... colocaremos a sugestão de V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu agradeço, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Item 18.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, de 2015
- Não terminativo -

Inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Giovani Cherini
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Favorável ao Projeto.

A relatoria é do Senador Lasier Martins, a quem concedo a palavra agora para proferir o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agradeço, Presidente Fátima, porque, daqui a pouco, tenho uma mediação no seminário de Ciência e Tecnologia, promovido pelo Senador Cristovam, então pedi esta preferência.

Estamos diante de uma personalidade de uma vida muito rica em realizações.

Esse projeto foi apresentado em atendimento à solicitação do Instituto e da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, conforme justifica seu autor, que também enaltece os méritos do homenageado.

Trata-se de um projeto de lei da Câmara que inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Quero dizer, à margem do relatório, Senadora Presidente e colegas Senadores, que recebi uma visita da diretoria do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e fiquei impressionado com o histórico dessa personalidade, que, a meu ver, merece essa inscrição no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Análise.

Conforme estatuído pelo art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão opinar sobre proposições referentes à instituição de homenagens cívicas, objeto do projeto em análise.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, escritor, político e magistrado brasileiro, nasceu em Santos, em 1774, e faleceu em Porto Alegre, em 1847.

Entre os fatos que marcaram sua vida pessoal e profissional, destacam-se sua formação em Direito, pela Universidade de Coimbra, e o exercício dos cargos de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e de auditor-geral das tropas do exército pacificador.

Foi Deputado às Cortes da nação portuguesa por São Paulo, Deputado à Assembleia Constituinte de 1823, presidente da Província do Rio Grande do Sul, membro do Conselho do Império, ocasião em que recebeu o título de visconde, conselheiro de Estado e Senador do Império.

Este item aqui é muito importante: foi o criador de cursos jurídicos. Como Ministro da Justiça, foi o responsável pela criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda.

Destacou-se também como historiador, pela autoria dos *Anais da Capitania de São Pedro*, do Rio Grande do Sul, e de um livro com suas *Memórias*, publicado postumamente na *Revista do Instituto Histórico*, de que foi um dos fundadores.

Tais foram as razões que justificaram a propositura do nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, para inscrição no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Sob o aspecto da constitucionalidade, não há reparos a fazer.

Sucintamente, é o relatório. Mas eu me permito acrescentar, Presidente, que o Visconde de São Leopoldo, ou José Feliciano Fernandes Pinheiro, que viveu durante 73 anos, foi historiador, pesquisador, memorialista, político e colonizador; Deputado Federal, Ministro, Senador, conselheiro e encarregado de missões diplomáticas do Império do Brasil, prestou bons serviços à Pátria, lutando bravamente pelos interesses do Brasil. Primeiro presidente da Província de São Pedro, do Rio Grande do Sul, tomando posse em 8 de março de 1824.

Ele criou a primeira tipografia do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliou na criação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, da qual foi seu primeiro provedor – e quem conhece o Rio Grande do Sul sabe da importância desta instituição hospitalar: a Santa Casa de Misericórdia –, e promoveu a vinda de imigrantes alemães, fixando-os na cidade de São Leopoldo. Esse é um item importante da vida do Visconde de São Leopoldo, exatamente porque coube a ele instalar os alemães, quando da imigração, na região de São Leopoldo, que hoje é uma vasta região com predominância de descendentes de alemães.

Ele foi criador dos cursos jurídicos do Brasil, por meio do decreto imperial de 11 de agosto de 1827, razão pela qual em 11 de agosto é comemorado o Dia do Advogado.

Ele foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839 e seu primeiro presidente, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e membro correspondente do Instituto Histórico da França.

Eu poderia me alongar aqui por muito tempo, porque o Professor universitário da Faculdade de Direito – aliás, ele foi meu professor de filosofia do Direito – Paulo Pasqualini fez um belíssimo trabalho de pesquisa sobre a vida do Visconde de São Leopoldo.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, diante do exposto, o meu voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2015, pela concessão da inscrição do nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra, o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra.

É tão somente para cumprimentar o Senador Lasier por esse belíssimo relatório sobre uma personalidade tão fulgurante da nossa história. Para nós que somos da área de Direito, o Visconde de São Leopoldo é muito conhecido. Talvez ele não seja conhecido em geral pela população, mas é uma personalidade jurídica de grande importância, no Rio Grande do Sul, em especial, como criador dos cursos jurídicos no Brasil, entre suas outras grandes realizações em prol do Brasil. Tendo sido um homem de cultura, intelectual, reconhecido pela sua dedicação ao serviço público, ao interesse coletivo, nada mais justo que a inserção do nome do eminente santista – na verdade, gaúcho pela sua dedicação, inclusive tendo falecido em Porto Alegre e tendo sido o primeiro Presidente da Província São Pedro – no Livro dos Heróis da Pátria.

Parabéns ao Rio Grande do Sul, ao Senador Lasier, ao autor do projeto, Deputado Giovani Cherini, e a todos por essa bela iniciativa.

Eu só estranho – e aí é uma questão regimental – ver aqui na pauta que é terminativo o item 16, que inscreve o nome de Tobias Barreto no *Livro dos Heróis da Pátria*, e que o item que o Senador Lasier relatou não é terminativo. Não sei o motivo dessa distinção. É até uma certa injustiça...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Regimental.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É uma injustiça regimental com o Visconde de São Leopoldo, que terá de ir ao plenário, mas terá o nosso apoio geral, é claro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É regimental.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria também discutir, Presidente Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria falar sobre a iniciativa do Deputado Giovani Cherini, que é o coordenador da Bancada gaúcha no Congresso Nacional, que reúne 31 Deputados Federais de vários partidos e os três Senadores. Ele tem feito um ativismo muito importante na Bancada. Hoje mesmo, haverá reunião com a Ministra Kátia Abreu para tratar de temas importantes. Temos tido agenda com praticamente todo o Governo em temas relacionados ao interesse do Rio Grande do Sul. Então, junto a essa justa homenagem ao Visconde de São Leopoldo, eu queria me associar não só à relatoria do Senador Lasier, mas, especialmente, à iniciativa do Deputado Giovani Cherini por essa questão. Aliás, no Partido cujo líder maior foi Leonel Brizola, a educação é um tema extremamente prioritário e relevante. Então, parabéns ao Relator e ao autor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabenizo o Senador Lasier pelo relatório e pela merecida e justa homenagem.

Aprovado o relatório, que passa a se constituir no parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É apenas para consultar nossos sempre eternos conselheiros, a equipe da Secretaria da Mesa, se há algum recurso que possamos fazer aqui para que este projeto possa ser terminativo nesta Comissão. Até hoje – estou apenas há 10 meses na Casa –, não votei nenhum projeto desse no plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ele está aqui colocando, Senadora Simone, que projeto de lei de autoria de Senador tem que ser, obrigatoriamente, terminativo, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ou seja, tem que ser terminativo em comissão, salvo alguma exceção.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Foi-me orientado aqui que, como ele vem da Câmara, segue o rito da Câmara.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então, lamentavelmente... Então, todo herói tem que sair é do Senado. (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Agradeço os esclarecimentos, mostrando que a Comissão de Educação não só trabalha pela educação dos nossos alunos, mas também educa os Senadores e Senadoras mais desavisados.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Dando sequência, vamos agora ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2014
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
1- Em 11/12/2014, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.
2- Em 08/07/2015, foi lido o Relatório.

Autoria do Senador Paulo Davim, meu conterrâneo, gente do bem, que honrou muito o Rio Grande do Norte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Ele é médico.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente, uma figura extraordinária. Representou o Rio Grande do Norte durante o período em que aqui esteve com muito talento e com muita honradez.

A autoria é do Senador Paulo Davim, a relatoria, do Senador Paulo Paim. E cabe aqui destacar também que, em 11/12/2014, foi realizada audiência pública para instrução da matéria. Em 08/07/2015, o Senador Paulo Paim fez a leitura do relatório. A matéria voltou a constar da pauta da reunião em 1º/12/2015.

Votação nominal.

Portanto, agora, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para as suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Presidenta, Senadora Fátima Bezerra.

Eu já li todo o relatório do projeto do Senador Paulo Davim.

Como o nome é psicofobia, acho que é importante lembrar o que isso significa. O autor informa que, segundo dados do Ministério da Saúde, pelo menos 46 milhões de brasileiros são vítimas de problemas mentais, o que equivale a 25% de toda a população, e que uma das formas em que tal preconceito mais se manifesta ocorre na negativa de emprego ou na demissão de determinada pessoa que padeça – aqui vem o que significa – de algum transtorno de fundo psiquiátrico, como depressão, ansiedade, anorexia, obsessão, compulsão. Daí, cunhou-se o nome – o Paulo Davim é médico, naturalmente, como outros companheiros – do termo psicofobia.

A proposição também tem como objetivo homenagear Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho, o nosso querido e já falecido Chico Anysio, ao estabelecer a data de luta no dia em que lembramos o seu aniversário. O autor ressalta ainda que a alusão àquele artista cênico e escritor se deveu aos transtornos mentais. Ou seja, ele passava por esse tipo de problema. Por isso, eles querem que esse dia seja o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia.

É isso, Srª Presidenta. Não vou ler todo o relatório, que tem três páginas, porque já o li em outra oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Coloco em discussão a matéria.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero só cumprimentar, pelo relatório, o Senador Paulo Paim e também ratificar as palavras de V. Exª a respeito da passagem aqui do Senador Paulo Davim, do seu Estado, um médico cardiologista muito comprometido com as questões de saúde. Ele teve uma conduta exemplar aqui, que enobrece não só a classe médica, mas também a classe política e o Partido Verde, que ele representou aqui com muita honradez, sobretudo pela preocupação que ele tinha com o interesse da sociedade, da população brasileira, nos aspectos relacionados à saúde pública, às doenças de vários tipos, de várias naturezas.

Então, ele faz aqui duas homenagens ao mesmo tempo: a todos os pacientes, numa figura extraordinária que foi o Chico Anysio, que, aliás, foi tratado no Rio Grande do Sul, na Santa Casa de Misericórdia, por pneumologistas muito conhecidos. Ele teve com o nosso Estado, o Chico Anysio, o homenageado, digamos, uma vinculação afetiva, porque foi casado com uma gaúcha e também pelo atendimento médico. E nós temos a dupla satisfação de elogiar, destacar e, se ele nos estiver acompanhando, dizer que a política precisa de mais Paulo Davim aqui no Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É para pedir licença à Senadora Ana Amélia e corroborar com as palavras dela com relação ao amigo e colega, médico também, Paulo Davim. Muitas vezes, os nossos sobrenomes eram confundidos. (*Risos.*)

Davim com Amorim, com Paim. (*Risos.*)

Mas esse projeto nos lembra muito bem, Senadora Ana Amélia, colegas Senadores, de que é esse tipo de doença o que mais afeta toda a humanidade. Não é o câncer, não é a doença cardiovascular, não é. São doenças relacionadas às neuropsicofobias, que, em muitas pessoas se "cronificam".

Por incrível que pareça, o Chico Anysio, que nos fazia rir muito, no seu íntimo, sofria muito com esse tipo de enfermidade, muitas vezes incompreendida, porque o diagnóstico, muitas vezes, não ocorre com a ajuda de uma máquina, não é feito de forma contábil ou matemática, ou com precisão. O diagnóstico, muitas vezes, vem da subjetividade, vem do aspecto clínico. Por isso, muitas vezes, é incompreendido.

Então, eu acho que é um feliz projeto que faz chamar atenção de todos nós brasileiros para a importância de cuidar dessas pessoas, desses que são acometidos por isso, que, às vezes, tem uma carga genética muito, muito forte. Então, parabenizo o Senador Paulo Davim e o Senador Paulo Paim, pela relatoria e pela autoria do projeto.

E gostaria de lembrar, mais uma vez, que é esse tipo de doença que mais afeta não só nós brasileiros, mas com certeza toda a humanidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há quórum. É necessário sobrestar a votação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Porque ele é terminativo, exato.

Bom, mas o importante, Senadora Ana Amélia, é que concluímos hoje a discussão. E aí, na próxima semana, esperamos ter o quórum suficiente para aprovar a matéria.

Mas eu queria só, rapidamente, dizer o quanto eu fico feliz e orgulhosa de ver a Senadora Ana Amélia, o Senador Paim e o Senador Eduardo falarem, com tanto carinho, sobre Paulo. De fato, ele merece. É um médico que cuida do coração de muitos norte-rio-grandenses, com muito zelo, com muita competência, inclusive do meu, tivemos essa alegria.

Paulo, por onde passa, tem uma trajetória, Senadora Ana Amélia, pautada por muito respeito, muito reconhecimento; é um médico extraordinário; foi Deputado estadual; entrou na política e ingressou no nosso Partido, Senador Paulo Paim, no PT. E foi Deputado estadual, fez um mandado brilhante lá também e depois chegou exatamente aqui ao Senado. E, graças a Deus, cumpriu o seu papel aqui como representante do povo norte-rio-grandense, com muita seriedade.

E concordo com a Senadora Ana Amélia, gostaria que ele voltasse para política.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, me permite?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós estamos precisando de médico nesta crise, Senadora, senão vamos ficar aqui também... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, me permite?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para contar um fato que talvez ninguém saiba sobre ele. E é em um minuto que vou contar. Ele fez um relatório de um projeto de minha autoria que tinha impacto na Previdência, mas ele, consciente de que o projeto era bom, era bom para a população, recebeu o recado de que, se ele mantivesse o relatório, o titular viria e ele voltaria para o Estado. Ele disse: "O relatório está mantido". Isso mostra uma postura íntegra e séria do médico e nosso amigo Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É fantástico.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo relatório, não o trocaram.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu sei. É uma pessoa muito querida. Eu sei que tanto Crispiniano Neto como Tarcio Fontenele corroboram exatamente o que eu estou aqui falando a respeito do Senador Paulo Davim.

Esperamos, na próxima semana, concluir a aprovação, fazer a votação do projeto, porque a discussão já foi realizada.

Agora vamos para o item 8.

ITEM 8
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014
- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2014
- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e outra para a emenda.
2- A votação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, com relatório pela recomendação de declaração de prejudicialidade, será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.
3- Em 24/10/2015, foi lido o Relatório.

Já foi lido. Agora eu preciso encerrar a discussão, Senador Eduardo Amorim. Ele já foi lido, mas gostaríamos de passar a palavra a V. Exª, na condição de Relator, para fazer a discussão. Só as considerações finais, Senador Eduardo Amorim, porque aí já deixamos pronto para...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, colegas Senadores, o projeto já foi lido. Na verdade, há dois autores, o Senador Inácio Arruda e o Senador José Pimentel. Pelo critério da antiguidade, prevalece o projeto do Senador Pimentel, que reconhece o Sr. Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no *Livro dos Heróis da Pátria*, Srª Presidente.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 184, de 2014, com uma emenda que já foi também lida.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero colocar em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos adiar a votação por falta de quórum. Entretanto, na próxima sessão, havendo o quórum suficiente, Senador, já vamos para a deliberação.

Eu queria só fazer um apelo aqui, porque nós temos só três projetos para concluirmos bem rapidamente.

O Senador Antonio Anastasia agora.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, de 2015
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima" o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

De maneira bastante sucinta, o Projeto de Lei do Senado nº 692, do Senador Cássio, tem por objetivo denominar Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima o trecho da BR-104 que corta o Estado da Paraíba, desde o acesso a Nova Floresta, no km 0, até a divisa com o Estado de Pernambuco, no km 198.

Todos nós conhecemos a vida e o trabalho do Governador Ronaldo Cunha Lima, a sua dedicação ao Estado da Paraíba, à sua cidade de Campina Grande, que celebra anualmente o maior São João do mundo. Ele ocupou todos os cargos públicos, fora o de Presidente da República, com uma dedicação muito grande não só ao Estado da Paraíba, mas a todo o Nordeste.

A matéria foi distribuída à Comissão para manifestação terminativa.

Não houve emenda.

O projeto se encontra correto sob o ponto de vista regimental e sob o ponto de vista constitucional. A técnica legislativa também está de acordo com a Lei Complementar nº 95.

Quanto ao mérito, não há dúvida alguma quanto à justiça e à oportunidade da homenagem proposta. Falecido em 2012, o ex-Governador e ex-Senador Ronaldo Cunha Lima foi um dos grandes nomes da nossa política. Idealizador, como eu disse há pouco, do maior São João do mundo, ele, de fato, ajudou demais no conhecimento daquela importante região.

Eu queria ainda acrescer que o ex-Governador e ex-Senador Ronaldo Cunha Lima ficou muito famoso, em todo o Brasil, quando esteve naquele programa O Céu é o Limite, dissertando sobre o grande poeta Augusto dos Anjos. Ele também se notabilizou como grande advogado, porque fazia petições em versos. Ele fez a peça tão famosa chamada Habeas Pinho, demonstrando o esforço do homenageado em integrar a arte à poesia no campo de atuação jurídica e profissional.

Acredito, portanto, que eternizar o nome desse eminente e importante brasileiro em seu Estado justifica essa homenagem, bem lavrada, inclusive, pela presença de seu filho, eminente Senador Cássio Cunha Lima, entre nós.

Desse modo, cabe a esta Comissão verificar a regimentalidade, a juridicidade, a constitucionalidade e a boa técnica legislativa, todas observadas pelo projeto.

No mérito, igualmente, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 692.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. Não há o quórum suficiente, mas a discussão já foi feita. Esperamos ter quórum suficiente na próxima reunião, para aprovar.

Quero parabenizar o Senador Anastasia pelo relatório. A homenagem é justa, merecida. Conheci o Governador Ronaldo Cunha Lima, haja vista que sou paraibana.

De fato, o trecho da rodovia que está sendo proposto para receber o nome do ex-Governador Ronaldo Cunha Lima é exatamente o trecho que liga Caruaru a Campina Grande, exatamente os caminhos do forró. E isso, realmente, sem dúvida nenhuma, tem a ver com a história dele, visto que foi um dos principais idealizadores de um das maiores festas de São João do mundo, que é o São João de Campina Grande. Inclusive, na época dos governos dele, é que foi idealizado, projetado e, depois, construído o chamado Parque do Povo. O São João de Campina é, realmente, muito bonito mesmo, de grande apelo popular.

Parabenizo V. Exª pelo parecer favorável.

Vamos, agora, ao próximo item.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2015
- Terminativo -

Inscreve o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Ricardo Franco.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Depois desse, só temos mais um outro.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Franco, para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Srª Presidente, vou direto à análise.

Conforme estatuído pelo art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições referentes à instituição de homenagens cívicas, objeto do PLS em análise. E em conformidade com o que disciplina o art. 91, inciso I, também do Risf, foi conferida ao órgão competência para decidir terminativamente sobre a matéria.

Tobias Barreto nasceu no dia 7 de junho de 1839, na Vila de Campos do Rio Real, atual Tobias Barreto, em Sergipe, onde iniciou seus estudos, prosseguindo-os em Estância e Lagarto.

Aos 17 anos, após aprovação em concurso, inicia sua vida no magistério, em Itabaiana, como professor de língua latina.

Deixa o Estado natal e transfere-se para Salvador, na Bahia, para ingressar em seminário. Não se adapta à vida monacal e retorna a Vila de Campos do Rio Real. Em 1863, transfere-se para o Recife, onde inicia sua formação jurídica. Na Faculdade de Direito, estudam também Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e o poeta Castro Alves, de quem se torna amigo.

Depois de formado, dedica-se à advocacia e é eleito para a Assembleia Provincial de Escada, onde mantém um jornal e uma tipografia, na qual imprime vários livros.

Volta para o Recife, torna-se professor da Faculdade de Direito e passa a contestar o paradigma dominante, de natureza funcionalista, para se envolver na relação filosofia e direito.

Morre no Recife, no dia 27 de junho de 1889, na casa de um amigo que o abrigara, pois se encontrava sem recursos financeiros para se manter e para cuidar da própria saúde.

É autor da várias obras, principalmente de natureza filosófica, que o levaram a patronear, por indicação de Sílvio Romero, a Cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras.

Tais são as razões que tornam meritória a sugestão de inclusão do nome de Tobias Barreto no Livro dos Heróis da Pátria.

Sob o aspecto da constitucionalidade, não há reparos a fazer; quanto à juridicidade, a proposição atende, em especial, aos requisitos de que trata a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que estabeleceu os critérios para a inserção de nomes no Livro dos Heróis da Pátria; no que se refere à regimentalidade, não se observaram óbices na apresentação, na distribuição e na tramitação do projeto.

Por isso, o voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2015.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Por falta de quórum, a matéria será objeto de apreciação na próxima reunião da Comissão.

Parabenizo o Senador Ricardo Franco pelo relatório.

Vamos, agora, passar ao item 17, último item da pauta.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, de 2015
- Terminativo -

Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.

Autoria: Senador Omar Aziz.
Relatoria: Senadora Sandra Braga.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Como a Relatora, Senador Sandra Braga, não se encontra, nós vamos nomear Relatora *ad hoc* a Senadora Simone Tebet, a quem concedo a palavra, neste exato momento, para proferir o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Presidente.

Como V. Exª já mencionou, trata-se de um projeto de lei do ilustre Senador Omar Aziz, relatado originalmente pela Senadora Sandra Braga, que confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.

Constam da proposição dois artigos e não foram apresentadas emendas.

A análise nesta Comissão tem caráter terminativo.

Compete a esta Comissão opinar sobre a matéria relacionada ao referido projeto, e é importante dizer que são diversas as manifestações culturais populares centradas na figura do boi que se espalharam pelo País, tendo sua origem, segundo a maior parte dos especialistas, no Nordeste do século XVIII. O formato tradicional mais conhecido é o do auto popular que encena, por meio de danças e batuques, de cantos e diálogos dra-

máticos, a morte de um boi por um empregado de uma fazenda, para satisfazer o desejo da mulher grávida, seguida da ressurreição do animal, que traz o congraçamento geral dos personagens envolvidos.

Se o primeiro documento que registra a brincadeira do boi é um artigo publicado no Recife, em 1840, já em 1859 há uma referência de um médico viajante alemão à sua existência em Manaus, definida, "com seus coros e saltos cuidadosamente cadenciados", como "algo atraente, [...] de lídima poesia selvagem".

O fato é que o folguedo e espetáculo nordestino, do qual se deve ressaltar, como uma de suas mais marcantes expressões, o Bumba-meu-Boi do Maranhão, adquire novas feições no Norte do País, constituindo, então, uma variante inconfundível, conhecida como Boi Bumbá.

É na segunda década do século XX que surgem, na cidade de Parintins, duas agremiações de Boi Bumbá, ou simplesmente "bois", que iriam crescer e prosperar a ponto de mudar a própria história da cidade: o Boi Garantido e o Boi Caprichoso.

Passo decisivo para a configuração do formato atual do Boi Bumbá de Parintins é a criação do Festival Folclórico da cidade, em 1965.

Realizada no mês de junho, poucas semanas antes da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, o Boi Bumbá de Parintins obtém um impressionante crescimento, inicialmente em escala regional, atraindo muitos visitantes de Manaus e de outras cidades amazônicas. Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o festival alcança a grandiosidade que passa a caracterizá-lo e que se expressa tanto na suntuosidade do espetáculo, quanto na sua importância para o turismo e, de modo geral, para a economia da cidade.

Combinando, de modo arrebatador, tradição e renovação, o Festival passou a adotar temas e elementos ligados ao folclore indígena e caboclo.

Constitui uma experiência inesquecível assistir ao desfile no Bumbódromo de Parintins, do qual participam cerca de 50 mil pessoas.

Por ter renovado e enriquecido o auto do boi do Norte brasileiro, com criatividade e competência inquestionáveis, Parintins merece, decerto, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.

Consoante o exposto, portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2015.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como não há quórum, também esta matéria tem a sua apreciação adiada para a próxima reunião.

Parabenizo tanto o Senador Omar Aziz, autor, quanto a Senadora Sandra Braga, Relatora original, e, agora, também, a Senadora Simone Tebet, que foi nomeada Relatora *ad hoc*.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Por fim, temos, aqui, requerimentos do Senador Telmário.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 138, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para debater a real situação dos povos ciganos no Brasil, com a participação de líderes e instituições ciganas e pesquisadores sobre comunidades e povos tradicionais.

Autoria: Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra ao Senador Telmário para a apresentação do seu requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora Fátima, antes de eu fazer o requerimento, está em pauta o Item 11, cujo autor quer a retirada de pauta. Assim, eu queria pedir a inversão de pauta para atendermos essa demanda do autor do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k. Pedido atendido.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quanto ao requerimento, nos termos do inciso II, § 2º, do art. 58 da Constituição da República, e do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para debater a real situação dos povos ciganos no Brasil, com participação de líderes, instituições ciganas e pesquisadores sobre comunidades e povos tradicionais.

Para tratar do assunto indico os seguintes convidados: Felipe Berocan Veiga, Prof. Doutor de Antropologia, do Departamento de Antropologia da UERJ, Elisa Costa, Presidente da Associação Malê, Wanderley Rocha, Presidente da Anec, Marcelo Almeida, Advogado e agente da Associação de Apoio Integral aos Ciganos, Ronaldo Carlos, cigano sertanejo, da etnia Calon, da comunidade de Sousa, Paraíba, reconhecimento de maiores comunidades do Nordeste, Alexsandro Castilho, cigano da etnia Rom, da comunidade de Aparecida de Goiânia.

Portanto, Srª Presidente, nosso requerimento é nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico o adiamento do Seminário agendado originalmente para amanhã, quarta-feira, às 10 horas, destinado a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014, que altera a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental em atendimento aos Requerimentos nºs 115, de autoria do Senadores Donizeti Nogueira e Fátima Bezerra; 116, de autoria da Senadora Fátima Bezerra; 117, de autoria do Senador Dário Berger; 118, de autoria da Senadora Ana Amélia; 139, de autoria do Senador Romário.

A audiência será remarcada para data oportuna, a ser definida com o Relator da matéria e os autores dos requerimentos de realização da audiência.

Comunico, ainda, que foi convocado para amanhã, quarta-feira, às 14h30min, reunião extraordinária destinada à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública Programa Nacional de Cultura Educação e Cidadania Cultura Viva e do parecer das emendas da Câmara dos Deputados.

Também comunico que, quinta-feira, às 10h30min da manhã, teremos uma importante audiência pública aqui, Senador Telmário, quando contaremos, inclusive, com a presença do Ministro Mercadante. Vamos tratar aqui do tema "educação de jovens e adultos". Esta audiência pública vai se realizar por ocasião exatamente da Confitea, a Conferência Internacional da Educação de Jovens e Adultos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.*)

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Otto Alencar, Ricardo Franco, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Ciro Nogueira, Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues. Informa-se que a primeira parte da reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública, Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, chamado Programa Cultura Viva, e a segunda parte destina-se à deliberação de relatório das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012. Finalidade: Apresentação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Concede-se a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o relatório. Resultado: Aprovado. **ITEM 1) EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015 - Não terminativo.** Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 8.084-B, de 2014, do Senado Federal (PLS Nº 437/2012 na Casa de origem), que "disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável às Emendas da Câmara dos Deputados. Resultado: Aprovado Parecer favorável às Emendas da Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às quinze horas e dez minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, informo que a primeira parte da reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública, Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, chamado Programa Cultura Viva, e a segunda parte destina-se à deliberação de relatório das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012.

Avaliação de Política Pública

Finalidade:

Apresentação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Observações:

- Em 19/5/2015, foi aprovado o Requerimento nº 52/2015-CE, para avaliação das seguintes políticas públicas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Bolsa Atleta; Programa Mais Educação; e Programa Cultura Viva.

- Em 04/11/2015, foi realizada Audiência Pública destinada a avaliar a Política Pública "Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva", conforme Requerimento nº 123, de 2015-CE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Boa tarde, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e amigos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, chega ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte as emendas da Câmara dos Deputados do ECD nº 8, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado, PLS 437/2012, do Senador que está aqui ao meu lado, Senador José Agripino, que disciplina a criação e a organização das associações conhecidas como Empresas Juniores, com funcionamento no âmbito de instituições de educação superior.

O PLS 437, de 2012, foi remetido à Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2014, após ter sido aprovado terminativamente pela CCJ, com emendas tendo sido acolhidas anteriormente pela nossa Comissão de Educação.

Na Câmara dos Deputados, a matéria que tramitou como Projeto de Lei nº 8.084, de 2014, recebeu três emendas na Comissão de Educação, acolhidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se pronunciou conclusivamente sobre a proposição.

A Emenda nº 1 da Câmara dos Deputados altera a redação do§ 2º do art. 2º do projeto em tela. A Emenda nº 2 modifica a redação do inciso I e do§ 1º do art. 4º do PLS.

Já a Emenda nº 3 insere novo artigo na proposição. Por meio dele, dispõe-se sobre o reconhecimento das empresas juniores pelas instituições de ensino superior.

O texto estipula que compete ao órgão colegiado da unidade de ensino da instituição de ensino a aprovação do plano acadêmico da empresa júnior...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice da Mata, eu tinha encaminhando inicialmente ao Projeto do relatório Cultura Viva.

Depois, em seguida, vamos para o outro Item, por favor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Desculpe.

Pois não.

Então, suspendo a leitura. A gente ganha tempo com a leitura do Programa Cultura Viva.

Aviso ao Senador Agripino, que está naturalmente fazendo uma convocação. Nós vamos dar continuidade.

Eu vou ler, Senador Agripino, a Senadora colocou como um segundo ponto da pauta o projeto para que nós pudéssemos ganhar tempo, para que Senadores pudessem chegar até a Comissão.

E nós vamos ler o relatório de análise, uma síntese do relatório que fiz sobre a avaliação de políticas públicas, no caso a avaliação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, conhecido como Cultura Viva, do Ministério da Cultura.

O Congresso Nacional, nos termos do inciso X do art. 49 da Constituição Federal, define a competência exclusiva para fiscalizar diretamente ou por qualquer de suas Casas os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta.

Além disso, às comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe, segundo o inciso VI, § 2º, o art. 58 apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento conforme sua área de competência.

Este ano de 2015 foi o Ano Internacional da Avaliação de Políticas Públicas. O Senado Federal dá a sua contribuição para a avaliação das políticas públicas do País desde o ano passado, em decorrência da introdução do art. 96 - b, em seu Regimento Interno, que estabelece que cada comissão permanente avaliará anualmente políticas públicas do Poder Executivo dentro da sua área de competência.

Uma das políticas analisadas neste ano na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) é o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, objeto deste relatório. Esta é uma política especialmente complexa de se avaliar já que, conforme anunciava o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, se propõe a realizar um "do-in antropológico".

Descrição da política.

O Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva foi criado inicialmente pela Portaria do MinC nº 156, de julho de 2004, amparando-se nas leis de licitação, dos incentivos fiscais e na legislação que regulamentam a celebração de convênios.

A existência do programa se justificou pela presença, em comunidades em situação de vulnerabilidade, de problemas relativos às suas características culturais e sociais peculiares. A partir da necessidade de estimular e valorizar a diversidade das experiências culturais nos quadros de uma política cultural, o programa pretendeu contribuir para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e de estímulos para produção e circulação da expressão da cultura local, bem como ao isolamento das comunidades em relação às novas tecnologias e aos instrumentos de produção e educação artístico-culturais disponíveis em outros meios.

Em resumo, os problemas indicam, por um lado, carência de instrumentos e de estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local e, por outro, apontam as dificuldades de acesso às tecnologias e instrumentos de produção artístico-culturais produzidos em outras localidades, nacionais ou internacionais.

A estratégia para a resolução do problema centrou-se na implantação nacional de Pontos de Cultura, que, segundo o Ministério da Cultura, são iniciativas culturais da sociedade civil, cujos projetos funcionem como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social e a construção da cidadania, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais.

Dessa forma, os Pontos de Cultura buscaram o equacionamento dos problemas apontados pelos enunciados, dotando as comunidades com espaços culturais, permanentes ou provisórios (itinerantes), por meio da disponibilização de infraestrutura física, técnica e operacional necessária à realização de atividades, tendo o intuito de proporcionar ao público e aos artistas ambientes adequados para o florescimento das capacidades criativas de fruição.

O programa também procura ampliar a oferta de espaços, baratear os custos de produção, ampliar o acesso da população de baixa renda à produção de bens e serviços culturais e desenvolver hábitos culturais (como o da leitura). O objetivo foi o de constituir uma rede horizontal de Pontos de Cultura, espaços de gestão, agitação, criação e difusão cultural, que constituíram as referências da Cultura Viva.

Os Pontos de Cultura, os "Pontões" – pontos especiais encarregados de estabelecer articulações com os diversos pontos – e as Redes formadas pelo Poder Público municipal ou estadual, atuando como mediador das transferências federais para os pontos, são as três unidades fundamentais de ação que organizam os circuitos culturais e ligam os agentes culturais com a Administração Pública.

Com relação aos dois objetivos do programa, democratização e democracia cultural, ambos associados aos objetivos institucionais de "fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais", é importante destacar que: a) O programa possibilitou acesso a recursos para que centenas de pontos desenvolvessem atividades durante anos; b) O programa foi responsável direto pela ampliação das atividades culturais realizadas pelos pontos; c) Em muitos Estados, o programa deflagrou não apenas um processo de criação e realização de atividades artísticas e educacionais, mas também de organização de espaços públicos culturais, o que propiciou certa capacidade de desenvolvimento e ampliação do escopo de ação dos pontos; d) O programa ofereceu importantes elementos para o amadurecimento de políticas públicas locais e de estratégias

flexíveis com vistas a ampliar os processos democráticos relativos ao mundo cultural; e) As dificuldades da então Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC na condução do programa se referiam a questões compartilhadas por programas similares, isto é, aqueles voltados para práticas sociais solidárias baseadas nos dinamismos comunitários e da sociedade civil.

O MinC ressaltou também que a política brasileira de Pontos de Cultura inspira outros países de América Latina. Já existe, inclusive, no âmbito da OEA, o programa Ibercultura Viva.

O Ministério da Cultura apresentou avanços, que julgamos louváveis, em relação à celeridade e à desburocratização dos trâmites envolvendo os Pontos de Cultura. Como explicitado anteriormente, o Ponto de Cultura não precisa mais estar ligado à entidade com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). De maneira que nos parece correto o representante do MinC afirmou haver o entendimento de que existe na sociedade um conjunto de iniciativas culturais que podem ser reconhecidas e estimuladas sem que haja, necessariamente, uma formalização jurídica, e tal conjunto de iniciativas não poderia ser excluído das políticas de Estado.

Outro ponto meritório em relação ao avanço na celeridade dos processos envolvendo os Pontos de Cultura foi a criação de dois novos instrumentos para participação na política: o Termo de Compromisso Cultural e a Autodeclaração.

Com a aprovação da Lei da Cultura Viva, permitiu-se que a relação entre Estado e sociedade, na área cultural, saísse da lógica do convênio. Essa lógica é certamente correta para outras searas e para atividades que lidam com uma quantidade significativamente maior de recursos, mas não se aplicaria aos Pontos de Cultura, engessando demasiadamente esta política.

Propostas.

Diante do diagnóstico exposto, apresentamos as seguintes propostas em relação à questão da celeridade dos repasses envolvendo os Pontos de Cultura: A. Continuação do processo de desburocratização, flexibilização e simplificação das formalidades referentes à prestação de contas e apresentação dos projetos dos Pontos de Cultura, como vem sendo feito por meio do Termo de Compromisso Cultural (TCC) e da Autodeclaração, sem prejuízo da segurança jurídica para o Estado; B. Fortalecimento das carreiras ligadas ao Ministério da Cultura, bem como realização de concurso público para melhora do quadro operacional daquela instituição; C. Busca por mecanismos que estimulem maior eficiência nas realizações das contrapartidas aos recursos do Ministério da Cultura; e D. Monitoramento constante para identificação das causas por trás dos atrasos de repasses relativos aos Pontos de Cultura.

Diante do diagnóstico exposto, apresentamos as seguintes propostas em relação à questão do financiamento dos Pontos de Cultura: A. Busca, pelo Poder Executivo, de maior relação com outros parceiros financeiros para os Pontos de Cultura, como já ocorre com 83% dos Pontos, segundo indicador de estabilidade apresentado pelo Ipea; B. Colaboração do Poder Legislativo, por meio de emendas individuais, de comissão ou de

bancada, que permitam a melhora da infraestrutura dos Pontos de Cultura; C. Discussão e apreciação, pelo Poder Legislativo, das propostas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal criando novos mecanismos de financiamento para cultura.

Recomendações finais.

Em face do exposto, concluímos pelas seguintes recomendações ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

Recomendações ao Poder Executivo: A. Esforço contínuo de simplificação e flexibilização das exigências na apresentação de projetos para a rede de Pontos de Cultura, bem como para sua prestação de contas; B. Estabelecimento de política de recursos humanos sólida para o Ministério da Cultura, capaz de permitir o adequado desempenho operacional do Ministério na análise célere dos processos relativos ao Cultura Viva; C. Avaliação periódica da evolução dos repasses aos Pontos de Cultura, que permita identificação e solução de gargalos que causem atrasos de repasses; e D. Discussão e implementação de fontes de financiamentos alternativas envolvendo parceiros financeiros ao Pontos de Cultura, reduzindo o quanto for possível a dependência dos Pontos dos recursos federais, garantindo a sua estabilidade.

Recomendações ao Poder Legislativo:

A. Atenção dos Parlamentares, comissões e bancadas da Câmara dos Deputados e deste Senado Federal para colaboração por meio de emendas orçamentárias às redes, aos projetos e aos eventos abrangidos pelos Pontos de Cultura em todo o Território nacional; e

B. Esforço de discussão para uma apresentação mais célere das proposições capazes de ampliar o financiamento da cultura nacional, em especial, o PLC nº 93, de 2014, o Procultura, que tramita neste Senado Federal, e a PEC nº 150, de 2003, a PEC da Cultura, que tramita na Câmara dos Deputados.

Por fim, solicitamos dar conhecimento do presente relatório à Mesa Diretora para posterior remessa aos seguintes órgãos: 1) Presidência da República; 2) Casa Civil da Presidência da República; 3) Ministério da Cultura; 4) Ministério do Planejamento; 5) Tribunal de Contas da União.

Requeiro, ainda, remessa às seguintes entidades que contribuíram para esta avaliação e outras entidades pertinentes: 1) Secretarias de Cultura das 27 unidades da Federação; 2) O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); 3) Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Este é o relatório, que submetemos à aprovação das ilustres Senadoras e dos ilustres Senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da sessão.

A relatora.

Eu fiz uma síntese do relatório, que contém 37 páginas, e que, portanto, seria muito cansativo ler completamente aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Coloco em discussão o relatório da Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Adio, então, a votação por falta de quórum para deliberar.

Vamos para a segunda parte da reunião.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Presidente, só uma observação. Acho que faltam dois Senadores apenas para garantir o quórum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Nós só suspendemos e vamos para a segunda parte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se der o quórum, nós voltamos e votamos o relatório da nobre Senadora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segunda parte.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou recomeçar com a leitura do relatório, já que eu tinha iniciado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minutinho, Senadora.

Segunda parte.

ITEM 1
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015
- Não terminativo -

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 8.084-B, de 2014, do Senado Federal (PLS Nº 437/2012 na Casa de origem), que "disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior".

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável às Emendas da Câmara dos Deputados.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para iniciar a relatoria, Sr. Presidente, vou iniciando o relato.

Chega para o exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte as emendas da Câmara dos Deputados nº 8, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado, PLS nº 437, de 2012, do Senador José Agripino – eu queria pedir à Secretaria da Mesa para me trazer o projeto porque, depois, eu queria ler o conteúdo desta Emenda nº 3 –, que disciplina a criação e a organização das associações conhecidas como "empresas juniores", com funcionamento no âmbito de instituições de educação superior.

O PLS nº 437, de 2012, foi aprovado, por unanimidade, nesta Comissão e pela Casa, em todas as comissões, e foi remetido à Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2014, após ter sido aprovado terminativamente pela CCJ, com emendas, tendo sido acolhido anteriormente pela CE.

Na Câmara dos Deputados, a matéria, que tramitou como Projeto de Lei nº 8.084, de 2014, recebeu três emendas na Comissão de Educação, acolhidas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciou conclusivamente sobre a proposição.

A Emenda nº 1 da CD altera a redação do § 2º do art. 2º do projeto em tela.

A Emenda nº 2 modifica a redação do inciso I e do § 1º do art. 4º do PLS.

Já a Emenda nº 3 insere novo artigo na proposição. Por meio dele, dispõe-se sobre o reconhecimento das empresas juniores pelas instituições de ensino superior.

O texto estipula que compete ao órgão colegiado da unidade de ensino da instituição de ensino a aprovação do plano acadêmico da empresa júnior.

O plano acadêmico, por sua vez, deve ser elaborado com a participação do professor orientador e dos estudantes envolvidos na iniciativa júnior. O documento, ademais, deve indicar os aspectos educacionais e estruturais da empresa júnior e da instituição de ensino superior, dentre os quais deve ser incluído o reconhecimento da carga horária dedicada pelo professor orientador e o suporte institucional, técnico e material necessário ao início das atividades da empresa júnior.

A Emenda nº 3 determina também que as instituições de ensino superior ficam autorizadas a ceder espaço físico a título gratuito, dentro da própria instituição, que servirá de sede para as atividades de assessoria e consultoria geridas pelos estudantes empresários juniores.

Ainda nos termos da emenda, as atividades das empresas juniores serão inseridas no conteúdo acadêmico das instituições de ensino superior preferencialmente como atividade de extensão.

Por fim, a emenda determina que compete ao órgão colegiado da instituição de ensino superior criar normas para disciplinar a sua relação com a empresa júnior, assegurada a participação da representação das empresas juniores nesse processo.

Após a análise da Comissão de Educação, as Emendas da Câmara dos Deputados nº 8, de 2015, serão apreciadas pela CCJ.

Análise.

As alterações promovidas pelas Emendas nº 1 e nº 2 procuram aperfeiçoar os termos do PLS, sem afetar propriamente o mérito da matéria.

São como disse, anteriormente, praticamente, emendas de redação.

Já as mudanças promovidas pela Emenda nº 3 contemplam parte significativa de sugestões feitas pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior), entidade nacional representativa das associações estudantis constituídas como empresas juniores no âmbito das instituições de ensino superior públicas e privadas.

O objetivo do novo artigo é o de delinear melhor alguns aspectos das relações entre as empresas juniores e as instituições de ensino.

Em suma, as emendas apresentadas pela Câmara aprimoram o projeto do Senado e merecem ser acolhidas.

Eu pedi o projeto, Presidente, justamente porque passei aqui, quando relatei, e o MEC também entrou em contato comigo, propondo até que nós pudéssemos suspender a votação, porque essa 3ª Emenda não teria sido aceita pelo MEC.

Mas, analisando a emenda – e defendi isso junto ao MEC -, verifico que não é uma emenda que tenha um conteúdo, como sugeriu o MEC, que iria ferir a autonomia universitária.

Eu quero ler esse conteúdo. O que diz? Diz que: "As instituições de ensino superior ficam autorizadas a ceder espaço físico a título gratuito, dentro da própria instituição, que servirá de sede para as atividades de assessoria e consultoria geridas pelos estudantes e empresários juniores."

Ela não disse que estão obrigadas, mas, sim, autorizadas a ceder.

"As atividades dessas empresas serão inseridas no conteúdo acadêmico das instituições de ensino superior, preferencialmente como atividade de extensão."

É justamente esse § 4º que é entendido como uma agressão – digamos assim – à autonomia universitária.

Não entendo como essa interpretação pode ser dada, Sr. Presidente, porque está dito: "As atividades das empresas serão inseridas no conteúdo acadêmico das instituições de ensino superior preferencialmente como atividades de extensão."

Portanto, está indicado o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Preferencialmente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não está obrigando a que conste no currículo. Elas são, preferencialmente, extensão. Agora, o curso que desejar que ela seja incluída como integrante do currículo decide de tal forma através do conselho de departamento e assim por diante.

Então, eu considero que seria uma visão extremamente rígida caracterizar esta emenda, este artigo na emenda, como um artigo que comprometesse a autonomia universitária.

E é com esta compreensão que, em face do exposto, voto pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados nº 8, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, inicialmente eu queria agradecer a dedicação da Senadora Lídice da Mata, que tem atuado neste projeto quase que como autora do projeto. Ela telefonou-me, na sexta-feira, da Bahia, e eu aqui em Brasília, pedindo para que arregimentássemos quórum porque ela iria apresentar o seu parecer sobre o projeto e sobre as emendas que vieram da Câmara dos Deputados. S. Exª dedicou-se. A manifestação de S. Exª, agora, com relação às emendas, e a sua discordância com relação a uma eventual dúvida do Ministério da Educação e Cultura mostram que está por dentro.

Senadora Lídice, o que me motivou mais a apresentar este projeto que tramita há bastante tempo e vem recebendo aprovações praticamente unânimes dentro das comissões é promover a harmonia de grupos de estudantes dentro das universidades. Elas já existem. As empresas juniores já existem, só que elas existem e convivem com conflitos dentro das universidades, convivem com incompreensões por parte de alguns professores, alguns orientadores. Queremos estimular o empreendedorismo, conciliando a universidade com o grupo de jovens que quer, desde o tempo da escola, desde o período acadêmico, iniciar a sua atividade meio profissional ou profissional.

Falo de uma organização de jovens que têm uma especialidade, contabilidade, medicina, engenharia, arquitetura, para prestação de serviços, sem fins lucrativos, daí terem a isenção tributária, ter amparo institucional, como o projeto manda, mas, em contrapartida, ter a guarida da sua existência dentro da universidade, dentro de normatizações que foram muito bem entendidas pela Senadora Lídice da Mata, que compreendeu perfeitamente a necessidade.

O texto é autorizativo, não obriga que a universidade reserve espaço físico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Agripino, o Senador Blairo Maggi está aqui.

Eu só vou apertar o botão ali do lado, ele vai ficar em meu lugar. Eu vou lá e volto aqui. O.k.?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Com muito prazer.

Esta matéria, Senador Blairo, já está sendo apreciada com a presença de três ilustres Senadores, Senadora Fátima Bezerra, Senador Paulo Paim e, agora, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ...que nos honra muito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Vai ter que se desdobrar em três.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – A Relatora e o Autor do projeto.

E agradeço a presença do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Um minutinho para assinalar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Só para finalizar a minha observação, com os agradecimentos pela incorporação da ideia, a Senadora Lídice da Mata mostra que entendeu por completo com essa observação que ela faz sobre essa última emenda, que manifesta, que explicita dúvidas do MEC. Ela não acolhe essas dúvidas do MEC, o que demonstra que ela entendeu perfeitamente o espírito do projeto. O espírito do projeto é acomodar os grupos de jovens em organizações chamadas empresas juniores que existem no Brasil quase inteiro.

Eu tive oportunidade de aqui, em Brasília, participar de um congresso de empresas juniores. Eram mais de mil jovens. Foi um momento importante na minha vida pública, e olha que já fui duas vezes governador, fui prefeito da minha capital, fui Senador. Tive uma consagração neste encontro. Nele, percebi a importância deste projeto.

As empresas juniores já existem, só que possuem conflitos eventuais em algumas universidades. Esse projeto, que é desejado pelos jovens, pelos integrantes de empresas juniores, disciplina exatamente o se acabou de dizer sobre o assunto. Como dispõe a Senadora Lídice da Mata, não se obriga a cessão de espaço físico, não se obriga a compromissos especiais. É claro que, como atividade complementar curricular, e tem que ser entendida como tal, tem que se atribuir carga horária ao professor orientador. Tudo isso está no projeto. São coisas mais do que você razoáveis. V. Exª, que é empreendedor, que é empresário, ao lado de ex-governador e político, imagine o que é dar oportunidade de jovens que têm vocação empresarial começarem a exercitar, dentro da Universidade, a sua capacidade prestadora de serviço dentro da atividade na qual estão sendo adestrados ou instruídos na universidade, na faculdade. Esse é o espírito da empresa júnior.

O que nós queremos com esse projeto é apenas evitar o conflito que hoje existe, por razões que não quero discutir. Este projeto disciplina procedimentos, abre espaço para discussão e garante a institucionalização de uma coisa que está consagrada, que o diga o volume do congresso do qual participei aqui em Brasília. Ela já existe e tem que ser amparada do ponto de vista institucional.

Com esses esclarecimentos, eu quero aplaudir a posição da Senadora Lídice da Mata em acolher as emendas, que são muito bem vindas, são aperfeiçoadoras, até porque esta, especificamente, teve como origem a Associação Nacional das Empresas Juniores, que com conhecimento de causa se manifestam. Eu tenho mais é que agradecer a colaboração para o aperfeiçoamento do texto, porque a lei que se pretende aprovar é para ser permanente e tão perfeita quanto possível. Ter a colaboração da Associação Nacional de Empresas Juniores, evidentemente, é colaboração no melhor sentido possível.

Portanto, eu agradeço o relatório da Senadora Lídice da Mata. Concordo inteiramente com as emendas e peço o voto dos Srs. Senadores para que possamos cumprir esta etapa, que é quase final, pela aprovação do projeto das empresas juniores.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu queria, também, fazer uma comunicação para agradecer, Sr. Presidente.

Senador Agripino, recebi, agora, a comunicação de que o Secretário-Geral do MEC, analisando a nossa posição, também aprovou e diz que não possui restrições a fazer a este conteúdo que está presente em nosso relatório, de forma que eu quero agradecer a manifestação do MEC e dizer que, agora, nós não temos nenhum tipo de obstáculo, senão a nossa própria decisão, para aprovar este projeto que também vejo como de grande importância.

A minha intenção foi justamente que nós não deixássemos passar mais um ano legislativo. Já que todo processo aconteceu, foi aprovado na Câmara e voltou para o Senado, que nós não levássemos isso até a possibilidade de não votarmos neste ano. Por isso, eu apelei para que pudéssemos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos ao voto, então, já que não há mais quem queira discutir.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Lídice da Mata, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Palmas.*)

Agora, vamos, na mesma linha, voltando. Nós tínhamos suspenso aquele relatório primeiro, que V. Exª já tinha apresentado.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório da nobre Senadora Lídice da Mata, referente à primeira parte, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a aprovação e a presença do querido Senador da educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim, com a presença do querido Senador Cristovam, que é a nossa referência, não tem como negar, no campo da educação, nós vamos, a não ser que o Senador Cristovam queira usar a palavra, encerrar esta reunião extraordinária.

Só faço o seguinte comunicado antes do encerramento.

Comunico que, amanhã, quinta-feira, às 9h30, será realizada uma reunião extraordinária em forma de audiência pública destinada a debater a educação ao longo da vida na perspectiva da educação de jovens e adultos e a Confintea Brasil + 6, em atendimento ao Requerimento nº 120, de 2015, desta comissão, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, com a presença dos seguintes convidados: Paulo Nassif, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC); Timothy Ireland, Coordenador de Cátedra Unesco da Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba; Catarina Santos, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Maria Edineide de Almeida Batista, dirigente municipal de Educação de Lagoa de Pedras/Undime – Rio Grande do Norte.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, cumprimentando a todos pelo brilhante relatório hoje aprovado como também o autor do projeto. Até amanhã.

Parabéns Senador Agripino! Parabéns Senadora Lídice da Mata! Tive o orgulho de presidir esta reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, sim, prestigiado mais uma vez, com vocês dois e o meu guru, que é o Cristovam. Na linha da educação, é ele quem me orienta, e ele sabe disso.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.)

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,** e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Simone Tebet, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Ana Amélia, Hélio José e Ronaldo Caiado, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 120/2015-CE, de iniciativa da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinada a debater "A Educação ao Longo da Vida na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos e a CONFINTEA BRASIL+6". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Paulo Nacif, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC; Senhora Maria Edineide de Almeida Batista, Dirigente Municipal de Educação de Lagoa de Pedras – Undime/Rio Grande do Norte; Senhor Timothy Ireland, Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Senhora Catarina Santos, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Senhor Carlos Abicalil, Diretor Geral de Programas Educativos e Culturais da Organização de Estados Ibero-americanos - OEI**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e trinta e um minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 120, de 2015, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater o tema: a educação ao longo da vida na perspectiva da educação de jovens e adultos e a Confintea BRASIL+6.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Quero, desde já, informar que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Informo ainda que a presente reunião está sendo transmitida ao vivo no Plenário nº 9 para os interessados que desejarem acompanhar a reunião fora deste plenário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Nós queremos dar um bom dia a todos e dizer da alegria de compartilhar a mesa, começando com o nosso companheiro e amigo Professor Carlos Abicalil, com quem eu tive a alegria de conviver não só na luta sindical, mas também aqui, no Parlamento. Queremos aqui, mais uma vez, dar o testemunho da contribuição que Abicalil deu e continua dando na luta em defesa da educação. Abicalil é, hoje, nosso convidado aqui e está representando a OEI. Muito bem-vindo!

Queremos aqui também saudar o Professor Timothy, que aqui representa a Unesco, como coordenador da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, na Universidade Federal da Paraíba.

Saúdo ainda a Srª Catarina – seja bem-vinda, mais uma vez –, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a Professora Maria Edineide, minha conterrânea do Rio Grande do Norte, representando aqui a Undime, nacional; e o nosso querido Professor Paulo Gabriel, nosso timoneiro à frente da Secadi.

Enfim, eu cumprimento os demais companheiros e companheiras, professores, educadores, estudantes, gestores, que estão aqui representando a rede das entidades vinculadas à luta em defesa da educação de jovens e adultos pelo País afora.

Cumprimento os que estão representando o Fórum Nacional de Educação. Saúdo a presença da Professora Adriana – seja muito bem-vinda; de Arlindo; do Professor Francisco, enfim. todos os presentes.

Quero pedir desculpas a vocês pelo atraso, mas eu recebi um chamado do Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) para um encontro com eles agora às 9h30min, no Palácio do Planalto. Portanto, lá estive.

Quero, inclusive, abrir um parêntese para compartilhar com vocês que os reitores e reitoras do Conif acabam de entregar um manifesto ao Ministro Ricardo Berzoini, em defesa da continuidade do governo da Presidenta Dilma Rousseff até o fim do seu mandato, em 2018, e em defesa da democracia brasileira.

No manifesto eles colocam:

Nós, reitores e reitoras das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica, diante ameaças que, no atual momento, colocam em risco Estado democrático de direito, fissuram importantes conquistas que marcam a política pública em nosso País no que se refere à construção de uma nação mais justa e inclusiva, embaçam as aspirações e a luta por uma pátria verdadeiramente livre e soberana, vimos a público, revestidos do tônus republicano e democrático, manifestar veemente posição contra qualquer tipo de confisco à democracia e à República Brasileira.

Como integrantes do Conif, fórum representativo da educação profissional e tecnológica, conclamamos a sociedade e suas representações e posicionarem-se na mesma direção e enfrentar firmemente aqueles que arquitetam contra o único e legítimo instrumento da democracia: o voto.

Como dirigentes de instituições públicas, eleitos que fomos, e educadores que somos, com uma jornada profissional de reconhecida dedicação à educação profissional e tecnológica, temos o dever de sempre pautar nossas ações pelo compromisso social, pela democratização e perenidade de políticas públicas voltadas para a educação, pelo acesso aos bens e pela defesa da instituição pública.

Sendo assim, com a responsabilidade que nos é outorgada pela sociedade, temos o dever de vir a público defender um ideário que responde aos anseios da população brasileira. Nossa bandeira é a da educação e a nossa luta é pelas pessoas, pela grandeza do País! Evocamos o apoio popular para estancar esse golpe vergonhoso, que fragiliza os poderes da República e macula a imagem do povo brasileiro e de sua Nação.

Esse foi o manifesto que os reitores e as reitoras de todo o Brasil entregaram agora ao Ministro Berzoini, endereçado à Presidenta Dilma.

Eu quero aqui dizer a alegria e falar que, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, estamos, em parceria com a Secadi e com as entidades representativas da sociedade, realizando a presente audiência pública, que tem como objetivo fazer o debate aqui acerca da Conferência Internacional de Jovens e Adultos.

Hoje pela manhã, eu coloquei que o Brasil, Prof. Paulo, foi o primeiro País do hemisfério sul a sediar uma das etapas da Confitea. Isso aconteceu em 2009. Agora, mais uma vez, o Brasil volta a sediar mais uma etapa da Confitea, no próximo ano, em Foz do Iguaçu: a Confintea VI.

Claro que o tema nos remete ao desafio das políticas de educação e aprendizagem de jovens e adultos, não só na esfera nacional, mas na esfera internacional. Esse é um tema, como sempre, muito desafiador, que carece, cada vez mais, de ser um tema muito mobilizador.

Essa discussão da educação de jovens e adultos está sendo pensada, neste momento, dentro de um contexto mais amplo: pensar a educação ao longo da vida. Não há como refletir sobre o tema das políticas de educação sem refletir à luz do novo Plano Nacional de Educação.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar de sintonizar esse debate com o novo Plano Nacional da Educação, no que diz respeito às metas que tratam da educação de jovens e adultos, especialmente as metas oito, nove e dez. Elas têm o objetivo de garantir, desde a diminuição substancial da taxa de analfabetismo de jovens e adultos, à elevação da taxa de escolaridade para, no mínimo 12 anos de estudo, e à ampliação do acesso ao ensino para essas faixas etárias, tanto na cidade como no campo.

Eu quero, portanto, dizer que a Comissão de Educação se sente muito honrada, repito, em receber todos e todas vocês para a gente fazer a reflexão desse tema, que é um tema que está a nos desafiar cotidianamente. Daí por que nós continuamos até hoje a defender o caminho do mutirão cotidiano, da construção de um verdadeiro pacto federativo. Pacto esse que envolva, não só os gestores, os professores, os estudantes, nas três esferas, mas que tenha a dimensão de engajar e envolver a sociedade.

O fato é que os índices de analfabetismo no nosso País ainda nos humilham, e, certamente, esse não é o Brasil com que Paulo Freire sonhava e nem com que a gente sonha, de maneira nenhuma. Claro que houve avanços, inclusive nessa área. Vocês aqui especialistas vão falar sobre isso. Mas o tema do analfabetismo, repito, é um tema desafiador no nosso País e pelo mundo afora.

Então, sem maiores delongas, eu vou passar a palavra aos nossos convidados, saudando esta audiência pública, por ela iniciar, no âmbito do Legislativo, o debate preparatório, no que diz respeito à edição da Confitea no próximo ano.

Eu vou ver agora quem quer começar.

Nós vamos passar a palavra agora para o Professor Paulo Gabriel, titular da Secadi, que vai fazer a apresentação inicial.

O SR. PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF – Muito obrigado. Bom dia a todos e todas.

Quero saudar a Senadora Fátima Bezerra, essa grande parceira do Ministério da Educação, da educação brasileira e, seguramente, um exemplo do Rio Grande do Norte para todo o Brasil. Quero saudar aqui os parceiros e parceiras de mesa: o Timothy, o Carlos Abicalil, a Catarina, a Maria Edineide. Vejo diversos amigos, parceiros, instituições, como a OEI; a Unesco; o Sesi; o Conselho Nacional de Educação Nacional; o Fórum Nacional de EJA; a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, parceiros do Ministério da Educação; o prezado Heleno. Enfim, diversas pessoas interessadas no tema, que vêm contribuindo, de forma efetiva, para que a Secadi possa construir uma política nacional de educação de jovens e adultos do tamanho do Brasil.

Justamente por isso a decisão de todos os parceiros de construir a Confintea Brasil + 6, como uma oportunidade que temos de fazer um balanço dessa conferência, que ocorreu em 2009 no Brasil. Essa conferência ocorre de 12 em 12 anos, desde 1949, sob os auspícios da Unesco. E ela teve, efetivamente, um papel relevante no pós-guerra, na construção de políticas, em diversos países e no mundo, na área de educação de jovens e adultos.

Exatamente por isso essa bela coincidência de o Governo da Presidenta Dilma iniciar, seis anos após a realização da Confintea no Brasil... Eu acho que é o momento exato de construirmos esse balanço e, assim, lançar novos desafios para os próximos anos. Vale registrar que a próxima Confintea ocorrerá no Japão, exatamente daqui a seis anos, em 2021.

Vamos tentar aqui...

O Brasil sediou a Confintea e é signatário do Marco de Ação de Belém, que é um documento com uma série de compromissos. Acho que esse balanço vale a pena exatamente por isso. É fato que a sociedade do conhecimento desafia, em ritmo acelerado, novas formas de produção, de relação de trabalho. A educação escolar precisa, efetivamente, renovar-se neste novo momento.

Só um minuto. (*Pausa.*)

Nós temos como premissa a construção de uma política pública de educação ao longo da vida, na medida em que se tornou uma agenda necessária. Temos uma dinâmica de processos produtivos macroeconômicos e de formação para o mundo do trabalho, temos a mudança demográfica do Brasil. A população de jovens e adultos no Brasil se caracteriza por uma baixa escolarização.

Eu acho que essa mudança demográfica é algo para que o Brasil se atentar cada vez mais – a questão do bônus demográfico. Permanentemente, nós temos a educação vista como algo da infância, adolescência e juventude.

Na verdade, essa é uma perspectiva que precisa mudar. O Brasil está mudando e, quando a gente pensa na mudança da pirâmide etária do Brasil, a gente verifica que são desafios novos e que a gente não pode discutir isso apenas na perspectiva, por exemplo, da Previdência. Mas quais desafios essa mudança etária coloca para a educação. Em 2050, nós teremos cerca de 66 milhões brasileiros com mais de 60 anos.

Então, temos esse desafio da baixa escolaridade. Basta registrar que, na década de 70, apenas 4% dos brasileiros possuíam o ensino médio. Entramos na década de 90 com 77% dos brasileiros sem o ensino médio ou, no sentido inverso, apenas 23% dos brasileiros possuíam ensino médio – isso dava em torno de 71 milhões de brasileiros. E agora, em 2014, nós avançamos em termos relativos: 53% dos brasileiros não possuem ensino médio. Então, nós saímos de 96%, baixamos para 77% e agora, em 2014, chegamos a cerca de 53% de brasileiros sem o ensino médio.

Esse é um desafio enorme: 81 milhões de brasileiros nessa situação. São 58 milhões de brasileiros sem o ensino fundamental. Só para registrar, isso equivale à população do Uruguai, da Argentina e do Chile.

Então, esse é um desafio concreto. Exatamente por isso, construir uma educação de jovens e adultos do tamanho do Brasil é algo fundamental.

Nós já tínhamos um debate profícuo com o Ministro Janine. O Ministro Aloizio Mercadante colocou a realização da Confintea VI como uma das suas prioridades. Ainda esta semana nós tivemos uma audiência do CNAEJA (Fóruns de EJA) com o Ministro. Essa possivelmente foi a audiência mais longa e profícua. Uma hora e meia de reunião, com grandes debates, grandes desafios.

Então, o Ministro colocou isso como algo concreto. Nós precisamos construir uma EJA do tamanho do Brasil. Eu tenho dito sempre que a gente não pode apenas pensar nas gerações futuras. No processo abolicionista, em 1871, a Lei do Ventre Livre coloca justamente essa perspectiva, esse compromisso permanente do Brasil com as gerações futuras.

Mas nós precisamos efetivamente destruir a obra da escravidão, como nos desafiou Joaquim Nabuco. Não basta apenas acabar com a escravidão, é necessário destruir sua obra.

Seguramente, a forma como a educação no Brasil se organiza ainda tem resquícios desse sentido da escravidão. Conversei com o Prof. Timothy e o Prof. Cordão há pouco. Nós precisamos efetivamente ter a educação de jovens e adultos como uma prioridade. Nós avançamos muito no processo de institucionalização da educação de jovens e adultos, com o Fundeb, com financiamento, com formação. Mas é certo que os desafios ainda são enormes.

Nessa política que nós estamos organizando – em que temos o Prof. Arlindo, o Prof. Murilo, Prof. Marcos, a Prof Cláudia Veloso e outros no MEC... Construindo essa proposta, nós estamos debatendo a questão da organização curricular, da gestão, do financiamento, da formação.

Nós precisamos efetivamente colocar, no ensino superior brasileiro, a educação de jovens e adultos como uma prioridade na formação de professores, na organização da profissão – e eu não tenho dúvida de que o Senado Federal, o Congresso como um todo, dará um auxílio fundamental para isso.

Então, consolidar essa política de educação de jovens e adultos, construir uma educação de jovens e adultos do tamanho do Brasil, eu acho que é o desafio que o Ministro Mercadante e a Presidenta Dilma entregarão ao Brasil em 2018.

Só para a gente ter uma ideia, eu falava de 81 milhões de brasileiros sem o ensino médio. A nossa EJA tem cerca de quatro milhões alunos. Então, são 5% do nosso público potencial sendo atendido.

Eu não tenho dúvidas de que – vejo ali a Sônia do Instituto Paulo Freire –, conversando com o Professor Gadotti, o nosso querido Paulo Freire não nasce de um vazio, ele nasce de um desafio concreto de uma sociedade altamente perversa do ponto de vista do direito à educação.

Convivendo com essa perversidade, com esses absurdos no Nordeste brasileiro, Paulo Freire constrói, junto com diversos parceiros, uma nova forma de perceber a educação, de ler o mundo.

Há pouco mais de um mês estive no México. Conversei com a Presidente do instituto de educação ao longo da vida da Coreia. E ela dizia: "Olha, o País de Paulo Freire, pelos desafios que possui, seguramente é o País que poderá entregar algo de novo à educação do mundo.

Então, essa presidente do instituto de educação ao longo da vida da Coreia do Sul não conseguia entender por que pequenos setores da sociedade realizam questionamentos a Paulo Freire.

Eu não tenho dúvida de que o Brasil, pelo tamanho do desafio, pela construção histórica, pelo número de intelectuais que temos na área de educação de jovens e adultos, deve a si mesmo e ao mundo uma grande política de educação de jovens e adultos.

A gente espera que a Confintea + 6 seja o momento efetivo de consolidar essa política.

Então, nós temos uma agenda, e o Arlindo está ali colaborando com a gente na construção dessa Confintea +6. Hoje temos o lançamento, com muito orgulho, no Senado Federal, da Confintea+6. À tarde, nós teremos uma reunião do grupo de trabalho. Temos o lançamento do Portal da Confintea. Realizaremos reuniões estaduais com segmentos entre dezembro e janeiro. Participaremos de uma reunião em Porto Alegre por meio do Fórum Social. Com isso, estamos construindo essa agenda da Confintea +6.

Temos diversos objetivos: contribuir para a construção de uma política de educação ao longo da vida; promover o intercâmbio técnico entre países, possibilitando aos participantes do evento a apropriação dos conhecimentos científicos, políticos e instrumentais sobre a educação ao longo da vida e notadamente a educação de jovens e adultos; socializar os estudos sobre a repercussão do Marco de Belém; atualizar esses documentos e com isso temos, por exemplo, o auxílio da Anped nessa construção. Temos diversos documentos. A Secadi tem elaborado documentos. Temos o Documento Brasileiro Preparatório para a Confintea, o Documento de Análise das Repercussões do Marco de Belém, que será atualizado; o ... Enfim, uma série de ações e documentos que contribuirão nesse processo.

Nós teremos diversas atividades simultâneas: o Seminário Internacional de Educação ao Longo da Vida, a Reunião Técnica Brasileira para o Balanço Intermediário do Marco de Ação, e a reunião de órgãos internacionais de cooperação com o objetivo de continuar o planejamento e preparação da Reunião Global de Balanço Intermediário da Confintea, que ocorrerá no Japão em 2016.

A previsão é que essa Confintea + 6 deve ser realizada em Foz do Iguaçu, na Unila... E esse será um momento muito importante de integração de todo o público que trabalha com a educação de jovens e adultos da América Latina. E temos aí o nosso querido Pedro Pontual dando uma contribuição efetiva nisso.

Então, temos um critério de participação, o Ministério e os professores, ONGs, institutos federais, estudantes, empresários, a Recid, a Câmara de Deputados, o Senado, palestrantes, pesquisadores. Essa é a ideia da realização da nossa conferência.

Por fim, vale registrar os colaboradores: Unesco, OEI, Flacso, Unila; enfim, toda a sociedade brasileira contribuindo efetivamente para a realização desse evento que, vale registrar, muito longe de ser um evento, faz parte de um processo, um processo em que a gente espera que seja, no evento, o coroamento... A gente espera que na abertura desse evento a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Aloizio Mercadante apresentem de forma efetiva uma nova política de educação ao longo da vida, de educação de jovens e adultos, contemplando todos esses aspectos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF – Ou seja, a organização curricular, a gestão, o financiamento e a formação.

Então, eu agradeço a todos pela atenção. Seguramente são muitos braços a construir essa nova política de educação de jovens e adultos para o Brasil, volto a dizer, uma educação que tem que ser do tamanho do Brasil. São 81 milhões de brasileiros que não tiveram esse direito na chamada idade certa. Mas sabemos que a educação ocorre ao longo da vida e seguramente o Brasil responderá a esse desafio de superar o paradigma do Visconde do Rio Branco, de uma vez por todas. A Lei Rio Branco foi aquela que estabeleceu a Lei do Ventre Livre e que ainda governa alguns pensamentos arcaicos no Brasil.

Eu espero que a Confintea+6 contribua efetivamente com esse processo.

Obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer ao Professor Paulo pela exposição inicial.

Nós vamos passar a palavra agora à Profª Maria Edineide, que aqui representa a Undime Nacional.

Ao mesmo tempo, quero registrar, com muita alegria, a presença do Professor Heleno Araújo, que vem a ser o Presidente do nosso Fórum, do Fórum Nacional da Educação, que eu integro, representando inclusive a Comissão de Educação e Cultura.

Também queremos aqui saudar os coordenadores estaduais do Programa Brasil Alfabetizado. A maioria dos coordenadores está aqui no Plenário nº 9, acompanhando a audiência pública.

Queremos saudar aqui também a Analise, que representa o Fórum de Educação de Jovens e Adultos no Fórum Nacional de Educação; saudar a Professora Sônia, Presidenta do Instituto Paulo Freire; saudar o Professor Cordão aqui mais uma vez – é muito importante a sua presença aqui – representando o Conselho Nacional de Educação; saudar Cláudia Baena, representante da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI); saudar o Allison, representante do Ministério da Educação; saudar a Rita de Cássia, membro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará; saudar a Márcia Pereira Melo, membro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Goiás; saudar o Pedro Pontual, assessor de projetos do Conselho do Sesi; saudar o Alexandre Rosa, representante do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul; saudar o Nilton Carlos Silva Teixeira, representante do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Região Norte; saudar a Delzair Amâncio, membro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal.

Depois continuaremos registrando a presença de mais representantes das entidades.

Com a palavra a Professora Edineide.

A SRª MARIA EDINEIDE DE ALMEIDA BATISTA – Bom dia a todos e a todas!

Saúdo a Mesa na pessoa da querida Senadora norte-rio-grandense, Fátima Bezerra.

A educação tem sentido para o ser humano porque também o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. Nesse sentido, a educação ao longo da vida vem sendo discutida há algum tempo. Essa concepção de aprender durante toda a vida exige repensar as políticas públicas da educação de jovens e adultos. Devemos a essa população a garantia do direito de aprender, porque inclusive a Meta 9 do PNE me chama à responsabilidade para garantir esse direito – erradicar o analfabetismo até 2024.

Então, o que o Brasil tem feito? A universalização dos 7 aos 14 anos, a ampliação do ensino fundamental, a obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos e a ampliação do atendimento de EJA, apesar de que forma muito tímida. Historicamente, a gente tem priorizado a educação das crianças.

O que falta ainda para fazer? Implementar o Plano Nacional de Educação, instituir o Sistema Nacional de Educação e pactuar responsabilidades; assegurar as metas de acesso à educação básica e ao ensino superior; garantir metas de melhoria da qualidade, como também a implementação da carreira dos educadores de jovens e adultos; assegurar a oferta de educação como um direito; assegurar financiamento adequado para o cumprimento dos planos nacionais, estaduais municipais.

Nós temos os recursos dos 25% da receita resultante dos impostos, pelo art. 212 da Constituição Federal, e as transferências permanentes, automáticas e voluntárias.

Que recursos são esperados? Recursos previstos no Plano Nacional de Educação mas que ainda não chegaram. Previsão de Implementação do CAQi e recursos do petróleo.

Qual a posição da Undime sobre a educação de jovens e adultos?

A educação de jovens e adultos sempre foi pauta prioritária para a Undime desde a sua fundação. Em todos os espaços e momentos de comunicação e articulação junto aos dirigentes municipais de educação essa pauta esteve presente. A Undime atuou em defesa da educação de jovens e adultos, sobretudo no Fundeb e no PNE. A Undime não defende sistemática que privilegie discussão política entre os gestores dos três níveis da Federação para definir os fatores de ponderação. Ela defende que esta Comissão deveria ser mais democrática para, inclusive, ser revisto o fator de ponderação da educação de jovens e adultos, que é de apenas 0,8.

Por isso, entre outras ações, realizou a pesquisa sobre o custo aluno, no ano base 2009, com a Unicef, Fundação Itaú Social, que teve como objetivo o estabelecimento de critérios técnicos para definição dos fatores de ponderação.

A situação atual preocupa a todos, mas se aflige os gestores municipais, porque despesas crescem a uma velocidade muito superior às receitas da educação municipal. A suspensão, mesmo que temporária, ou atraso no pagamento de diversos programas provocaram, em 2015, um profundo desequilíbrio entre receitas e aplicação em manutenção do desenvolvimento do ensino nas redes municipais.

Verificamos, nas diferentes regiões do País, estagnação das matrículas da educação de jovens e adultos e significativa evasão ao longo de cada ano letivo.

A Undime defende uma política ampla e atrativa para educação de jovens e adultos, privilegiando uma nova discussão curricular e de organização dessa modalidade. Para além disso, uma nova sistemática de atratividade, para atendimento dessa demandas que é social.

Mas, se a Undime defende mudanças na política de financiamento da educação para adequar à realidade das redes de ensino, não é possível continuar focando os recursos existentes, mas buscar ampliação do investimento para alcançar o patamar necessário para assegurar todos os desafios, inclusive a oferta permanente da matrícula da educação de jovens e adultos.

Por isso, a Undime defende o CAQi no formato previsto nas CONAEs 2010 e 2014 e no Parecer nº 08, de 2010, do Conselho Nacional de Educação. Novos recursos ingressando via conta do Fundeb e não via MEC, ou seja, via programas e centralização de recursos.

Para além das questões sobre organização e financiamento, a Undime defende uma política nacional de formação continuada para profissionais do magistério que atua na EJA, que tem uma necessidade urgente de discutir tanto as políticas quanto as práticas ofertadas.

Preocupa também a contratação de professores exclusivos para essa modalidade em virtude da variação das matrículas. O Município precisa evitar o inchaço nos quadros ou não poderão garantir um piso.

Ao mesmo tempo em que queremos valorizar a carreira dos professores de jovens e adultos, essa é uma preocupação que deve ser discutida junto ao Ministério de Educação para não acontecer esse inchaço.

A Undime também é favorável à realização da Confintea Brasil + 6, que tem como um dos objetivos mapear as ações que foram proposta na VI Confintea, que aconteceu em 2009. A partir daí, priorizar, principalmente, o que está sendo demandado no PNE.

É importante que os Fóruns EJA do Brasil realizem a discussão, a exemplo do que foi feito para a VI Confintea, e nessas discussões sejam garantidas a participação dos representantes dos Municípios.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer a Professora Maria Edineide pela participação.

Vamos passar agora para Catarina, aqui representando a campanha nacional pelo Direito à Educação.

A SRª CATARINA SANTOS – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e, em nome dela, cumprimentar os demais componentes da Mesa, agradecer o convite à Campanha Nacional pelo Direito à Educação para participar dessa audiência.

Esse convite se justifica pela incansável luta da campanha pelo direito à educação a todos os brasileiros e brasileiras da educação infantil até a educação de jovens e adultos. A educação de jovens e adultos hoje é pauta permanente na Campanha Nacional pelo Direito à Educação pelo entendimento que temos de que todos temos direito à educação não importa a idade. Então, a discussão hoje não se pauta simplesmente na educação de jovens e adultos, mas na educação de adolescentes, jovens, adultos e idosos. O debate já está se ampliando para isso.

Algumas questões que precisamos colocar aqui vão primeiramente para destacar a dívida histórica que este País tem com a educação de jovens e adultos

Se hoje estamos nessa situação, é exatamente porque a educação de jovens e adultos neste País nunca foi tratada como política pública. A solução encontrada sempre foi a instituição de programas para lidar com a educação de jovens e adultos. Acho que precisamos pensar a educação de jovens e adultos não como prioridade em detrimento das outras etapas, mas como prioridade no campo da educação.

Então, não temos que priorizar só a educação infantil, ensino fundamental ou a idade regular. Temos que priorizar a idade regular para que cada vez mais não cresça o número de sujeitos na educação de jovens e adultos demandando essa educação, para que possamos lidar com educação na idade correta. Enquanto não resolvemos essa questão, e estamos muito longe de resolver essa questão, precisamos tratar a educação de jovens e adultos como política pública.

Então, quero destacar que a campanha faz parte da pauta a defesa e discussão a questão da educação de jovens e adultos.

Lembrar que, semana passada, nos dias 3 e 4 de dezembro, nós tivemos aqui em Brasília a realização da reunião regional para América Latina e Caribe sobre a década internacional dos afrodescendentes. Dessa reunião, saiu a Declaração de Brasília, da qual a questão da educação ao longo da vida também está presente.

Vamos começar pegando alguns princípios, algumas concepções, que o Marco de Belém tirou sobre a educação de jovens e adultos. Então, pegando a educação de adultos, como todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais ou as redirecionam para atender suas necessidades e as de sua sociedade.

O desafio que nos é colocado não é só atender as demandas colocadas para adolescentes, jovens, adultos e idosos, mas também pensar numa perspectiva de formação que tenha uma concepção mais ampla.

O Marco de Belém também definiu a concepção de educação ao longo da vida, o que é chamado de educação ao longo da vida. Define como aprendizagem ao longo da vida, do berço ao túmulo, quer dizer, durante todo o processo, como uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento.

Então, não é uma perspectiva de educação que possa se resolver com programas, mas é uma perspectiva de educação que vai requerer políticas públicas nesse sentido.

Aí foi lançado também no Marco de Belém o desafio aos governantes e à sociedade civil para que trabalhem juntos visando garantir o direito à educação e aprendizagem, além de garantir um futuro viável para todos. Não estamos partindo de uma perspectiva muito mais ampla.

Vamos pegar alguns dados – e o professor Paulo trouxe uns dados inclusive mais atualizados em relação a isso – exatamente do ponto de partida do Marco de Belém e pensar o que nós avançamos em relação a isso cinco ou seis anos depois.

Quem era o público potencial, segundo os dados do censo do IBGE de 2009? Segundo a lei, o público da educação de jovens e adultos no ensino fundamental são todos os brasileiros e brasileiras de 15 anos ou mais de idade, que não têm instrução e que não completaram o ensino fundamental. No ensino médio, são todos os maiores de 17 anos que não completaram o ensino médio, embora tenham completado ensino fundamental.

Os dados do censo do IBGE de 2010 traz que esse público correspondia à época 65 milhões para o ensino fundamental e 22 milhões para o ensino médio. O que nós temos hoje, o que nós tínhamos em 2010 em relação à matrícula e o que temos hoje, em 2014?

Em 2010, que é a barrinha que está em azul, nós tínhamos 4.287.234 matrículas na educação de jovens e adultos. Em 2014, nós temos 3.592.000. Se nós tínhamos aquele público em potencial, por que as matrículas na educação de jovens e adultos vem caindo e não aumentando?

Quando estamos falando desse processo de exclusão ou de não atendimento isso tem localidade, tem endereço, tem raça, tudo isso está imbuído nesse processo de exclusão.

Essas matrículas eram oferecidas quase 4 milhões na área urbana, o que significa que a área rural ficou muito descoberta. Então, em 2010, tínhamos 3,784 milhões e, em 2014, baixou para 3,126 milhões. Se pegarmos a área rural, tínhamos cerca de 500 mil matrículas e agora, em 2014, baixamos para quase 165 mil matrículas.

Então, tem muita gente, além de não atender todo aquele público potencial que os dados do IBGE colocam, ainda nós temos a questão da diminuição no número de matrículas.

Essas matrículas, quando analisamos por raça e cor, se pegarmos as não declaradas, que normalmente está entre a população preta ou parda – e aí estou utilizando a terminologia utilizada no censo da educação básica, se pegarmos não declarada, preta e parda, teremos em torno de 85% das matrículas de jovens e adultos concentradas nesse público.

Então, se temos 14% da população branca na educação de jovens e adultos, temos que a educação de jovens e adultos hoje, ou seja, grande parte do público que não está tendo acesso à educação na idade adequada é, na sua grande maioria, formada por pretos e pardos.

Os dados do Marco de Belém também vão dizer que a questão da educação é fundamental, por exemplo, para inserção no mercado de trabalho em outros espaços. Então, vamos ver também que grande parte dessas pessoas que se a educação vai impactar na melhoria da vida da pessoa, por exemplo, temos aí uma situação complicada também para essa população.

Se pegarmos a questão da matrícula por dependência administrativa, e obviamente que Estados e Municípios têm a responsabilidade na oferta, embora não seja só desses dois entes a responsabilidade na garantia do direito, e o próprio Plano Nacional de Educação debate muito isso, temos 52% da matrícula da educação de jovens e adultos na rede estadual e 44% na rede municipal, ficando a rede privada com 4%. A oferta na rede federal é menos de 1%.

O Marco de Belém também falou em relação ao financiamento colocando que a aprendizagem e educação de adultos representa um investimento valioso que resulta em benefícios sociais por criar sociedades mais democráticas, pacíficas, inclusivas, produtivas...

(Soa a campainha.)

A SRª CATARINA SANTOS – ... saudáveis e sustentáveis e que é necessário investimento financeiro significativo para garantir a oferta da aprendizagem e educação de adultos de qualidade.

Por isso, a questão da implementação do Plano Nacional de Educação é fundamental. A Senadora já falou das três metas principais que se vinculam à questão da educação de jovens e adultos e a implementação do CAQi e CAQ é fundamental para a garantia da educação de jovens e adultos com essa qualidade.

Então, nós avançamos em relação ao Confintea no que se refere ao percentual do PIB para garantir o financiamento da educação, mas agora precisamos fazer com que esse percentual do PIB realmente seja implementado.

Então, daí que a 20.10 é fundamental, porque exatamente é a complementação da União para Estados e Municípios, para garantia do direito à educação para todos os sujeitos, inclusive os sujeitos da educação de jovens e adultos.

Pensar educação de jovens e adultos e pensar inclusive a Confintea + 6 é pensar em reverter um cenário que nós temos hoje, que vai mostrar, por exemplo, o mapa da violência vai dizer hoje que, em 2010, em 2012, 156 pessoas morreram por dia vítimas de assassinato...

(Soa a campainha.)

A SRª CATARINA SANTOS – ...Foram, na verdade, quase 57 mil mortes, quer dizer, 7 a mais do que no ano 2011 e 13% a mais do que no ano de 2002.

O crescimento da população no País, no mesmo período, foi de 11,1%, ou seja, tivemos mais mortes por assassinato do que nascimento. Trinta mil foram jovens com idade entre 15 e 29 anos. O número representa 53% do total de homicídios no País. Das 56 mil mortes, de pessoas assassinadas, 41 mil foram negras.

Enquanto, hoje, a gente discute muito o fechamento de escolas... Em 2014, fechamos quatro mil escolas do campo. Temos uma política nos Estados de fechamento de escolas. Não é à toa que os jovens de São Paulo, na sua organização, diziam: "vamos fechar uma escola e abrir uma prisão". Isso traduz um pouco dessa população carcerária. Em quinze anos, entre 1999 e 2014, houve um crescimento de 236% da população carcerária. Se a gente mantiver esse ritmo, em 2030, o Brasil terá alcançado uma população de 1,7 milhão de presos adultos. Hoje, temos 1.424 unidades prisionais. Se a gente continuar nesse ritmo, para atender à demanda, teremos de construir mais 5.780 unidades prisionais. Então, se continuarmos na lógica de fecharmos as escolas e resolver a questão com a prisão, inclusive da forma como os governos vêm reprimindo o movimento dos estudantes, os movimentos sociais, esse é o caminho que estamos seguindo. De acordo com os dados do Ministério da Justiça, 61% dos presos são negros e oito em cada dez presos estudaram no máximo até o Ensino Fundamental.

Então, esse é um cenário que a gente precisa reverter e que tem muito a ver com a educação de jovens e adultos também, porque atinge muito a população nessa idade.

O Marco de Ação de Belém vai dizer que se estima hoje que... Tende-se muito a dizer que não há por que investir na educação de jovens e adultos. Muitos economistas defendem, inclusive, que não temos que gastar dinheiro com a educação de jovens e adultos. Se a gente pensar somente na perspectiva econômica, o Marco de Ação de Belém vai dizer que, para cada ano que a média de educação da população adulta aumenta, há um acréscimo correspondente de 3,7% no crescimento de longo prazo da economia, um acréscimo de 6% na renda *per capita*. Mas. se isso não bastasse, nós temos um motivo muito melhor: o Marco de Belém vai dizer

que a aprendizagem e a educação de adultos são mais do que um item ou gasto social ou despesa financeira, são investimentos em esperança para o futuro. Eu acho que só por isso já justificaria todo o nosso investimento na educação de jovens e adultos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Catarina, que aqui falou em nome Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Vamos passar agora para o Professor Timothy.

O senhor está com a palavra.

O SR. TIMOTHY IRELAND – Bom dia a todos.

Eu queria saudar a Mesa na pessoa da Senadora Fátima Bezerra; saudar os demais membros dos fóruns de EJA e os outros companheiros, colegas da área de educação de jovens e adultos.

Eu queria agradecer, em nome da Unesco, a honra de participar desta audiência pública, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Como Coordenador da Cátedra da Unesco de Educação de Jovens Adultos, da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, estou aqui representando a Unesco Brasil.

Como todos vão lembrar, já foi mencionado pela Senadora Fátima Bezerra que, em 2009, em dezembro, a Unesco e o Governo brasileiro promoveram a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Belém do Pará, em que participaram 144 Estados Membros da Unesco, o que representou a primeira vez em que uma Confintea, uma Conferência Internacional de Educação de Adultos foi realizada no Hemisfério Sul, por um país emergente. Todos os outros Confinteas foram realizados por países já desenvolvidos, a grande maioria do Hemisfério Norte.

O Brasil preparou a sua participação na conferência ao longo de um ano e meio de intensos debates e discussões, encontros estaduais, regionais e nacional, mobilizando milhares de pessoas para discutir o estado da arte em educação de jovens e adultos.

O encontro nacional, aqui em Brasília, terminou em torno de três horas da madrugada com a plenária ainda cheia de pessoas com vontade de discutir as recomendações colocadas para o encontro.

Muitos de vocês devem ter participado desse movimento, que foi intenso, repetindo um pouco o movimento que houve em 1996, antes da V Conferência Internacional em Hamburgo, quando se deu início ao movimento dos fóruns.

O primeiro Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos foi criado no Rio de Janeiro, em 1996, e, ao longo dos próximos anos, todos os Estados e o Distrito Federal foram criando os seus próprios fóruns estaduais de educação de jovens e adultos.

Necessariamente, como a Mesa bebeu das mesmas fontes, vamos terminar nos repetindo um pouco. Uma das fontes principais é o Marco de Ação de Belém, esse documento que foi debatido e aprovado em Belém do Pará, em dezembro de 2009. E a Confintea frisou que a aprendizagem, ao longo da vida, constitui o que a Catarina acaba de dizer: uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação. Nós não estamos nos referindo agora unicamente à educação de jovens e adultos. A ideia da aprendizagem ao longo da vida é de constituir uma filosofia um marco conceitual e um princípio organizador para todas as formas de educação, incluindo a educação de jovens e adultos; e baseado em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas, democráticos, muito no estilo da própria Unesco, sendo abrangente e parte da visão de uma sociedade de conhecimento.

Então, a visão que a Confintea aprovou de aprendizagem ao longo da vida é este grande princípio organizador para a educação. E destacou a sua compreensão da natureza intersetorial e integrada da educação. Nós falamos muito na área da educação de jovens e adultos sobre a importância da intersetorialidade das várias áreas em que a educação e a aprendizagem de adultos se dá, seja na área de cultura, seja na área de desenvolvimento social, seja na área de trabalho, seja na área de saúde. Esta, a compreensão da natureza intersetorial e integral da educação e aprendizagem de jovens e adultos, a relevância social dos processos formais e informais... Uma das grandes críticas e, talvez, uma das explicações para essa curva descendente das matrículas em EJA é a falta de relevância social dos conteúdos que a educação de jovens e adultos transmite.

Então, a relevância social dos processos formais e informais e a sua contribuição fundamental para o futuro sustentável do Planeta. E nada mais apropriado, quando, hoje, em Paris, ainda se está discutindo a questão das mudanças climáticas e o controle sobre essas mudanças – no penúltimo, último dia.

Frente aos desafios colocados pela globalização, pelas mudanças climáticas, pela sustentabilidade, pela justiça social, cabe colocar a questão que foi posta para a Comissão Delors, em 1994: que tipo de educação é necessário para que tipo de sociedade do futuro? Talvez precisemos parar com certa frequência e colocar esta pergunta: que tipo de educação é necessário para que tipo de sociedade de futuro?

A Unesco, junto com outras agências internacionais, considera a educação, ao longo da vida, como um conceito capaz de oferecer respostas para os desafios que a educação enfrenta mundialmente.

É esse conceito de educação ao longo da vida que sublinha a Meta 4, dos novos objetivos do desenvolvimento sustentável, que foram aprovados em Nova York, em setembro. Nesta nova agenda que foi aprovada, a Meta 4 é dedicada à educação em que esta visão de educação e aprendizagem ao longo da vida é central. E também é central para a agenda da Educação 2030. Isso foi aprovado em novembro, em Paris, deste ano.

São duas agendas extremamente importantes, duas agendas globais que terminam substituindo os objetivos de desenvolvimento do milênio. E há a educação para todos, dando continuidade às duas temáticas de fundamental importância para o mundo: educação para todos e como entendemos esse processo de desenvolvimento.

Então, a Meta 4 contém referência ao conceito de educação ao longo da vida. E a educação ao longo da vida concebe a educação como um processo articulado, que percorre todos os momentos da vida, e não como momentos ou compartimentos estanques. Quebra um pouco essa visão de educação dividida em distintas partes que não se articulam. É importante que a educação infantil, a educação básica, o ensino superior e a educação de adultos seja um tecido sem costuras, seja uma visão e um sistema integrado e articulado.

O mesmo conceito é profundamente democrático e participativo porque implica acesso de todos e todas a processos educativos ao longo da vida, em qualquer momento da vida. É a possibilidade de voltar para retomar os estudos ou retomar a aprendizagem em qualquer momento, horizontalmente ou verticalmente. E fortalece a ideia do direito à educação e da educação como direito. Fundamentalmente, é um princípio norteador de políticas educacionais que é capaz de integrar formação inicial e continuada, de integrar o formal com o não formal e também o informal, de integrar faixas etárias diferentes.

Como Prof. Paulo Gabriel mostrou, a demografia do Brasil está mudando drasticamente, a população idosa está crescendo e isso tem que ser levado em consideração nas políticas públicas futuras e no futuro muito próximo. Então, integra faixas etárias diferentes e segmentos distintos da sociedade, promove mobilidade e flexibilidade dentro do sistema, oferece oportunidades para o pleno desenvolvimento individual e coletivo, uma proposta de desenvolvimento centrado no ser humano, não centrado em sistemas ou processos econômicos.

É uma proposta de um processo aberto a todos em qualquer idade e fase ao longo da vida nas dimensões horizontal e vertical. Então, seria esta meta: educação, ao longo da vida. A partir de Belém, temos falado muito mais em educação e aprendizagem ao longo de toda a vida. Então, nessa perspectiva, a educação de jovens e adultos é parte do direito de todos e todas à educação em qualquer momento da vida. Abrange, mas não pode ser reduzida à alfabetização. Há uma tendência no senso comum de achar, quando se fala de educação de jovens e adultos, de que se está falando sobre a alfabetização de jovens e adultos. Inclui, mas vai além, abrange mas não pode ser reduzido ao ensino fundamental ou ao ensino médio.

A educação de jovens e adultos é escolarização, mas vai muito além da escolarização. Engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal. Então, trata-se do que acontece nas escolas, nos colégios, nas instituições de ensino, mas o que acontece em outros espaços que não são propriamente escolares, no sindicato, na associação de moradores, na associação recreativa e em muitos outros espaços. Portanto, engloba todo o processo de aprendizagem formal e informal em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais e as redirecionam para atender às suas necessidades e à sociedade. Mostra a abrangência dessa educação de jovens e adultos que, ainda assim, é uma parte dessa grande política, princípio norteador da educação ao longo da vida.

(Soa a campainha.)

O SR. TIMOTHY IRELAND – A Unesco reconhece que o Brasil tem conquistado importantes avanços no campo da educação ao longo da vida, incluindo o Programa Brasil Alfabetizado, o Pronatec, o Proeja, ProJovem, Pronera, EJA e vários outros programas desde a Confintea em 2009. Mas reconhece também a importância de se avaliar esses avanços à luz do Marco de Ação de Belém, à luz das recomendações que foram aprovadas por 144 Estados-membros em Belém, em 2009.

Por isso, parabeniza a Secadi, pela proposta de realizar um encontro Confintea Brasil+6, para, de forma transparente, coletiva e democrática, avaliar o progresso alcançado e traçar novas estratégias e políticas par o futuro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecer ao Professor Timothy.

Antes de passar a palavra para o professor Abicalil, queremos registrar ainda a presença de Edmilson, Secretário Nacional dos Funcionários da Educação (CNTE); Professora Maria Luiza Pinho Pereira, aqui do Fórum Distrital de Educação; Liana Borges, do Mova, representando aqui o Conselho Nacional da Educação, represen-

tante do Conselho Nacional de Educação de Jovens e Adultos; Roberto Catelli, da Ação Educativa, representante também do Conselho Nacional de Jovens e Adultos.

Queremos registrar também a Adriana, Coordenadora–Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Cetec; Profª Liz Araújo, lá do meu Estado, Gestora e Coordenadora lá do Programa Brasil Alfabetizado, na pessoa de quem quero aqui saudar todos os coordenadores estaduais do Programa Brasil Alfabetizado que se encontram aqui em Brasília e, neste exato momento inclusive, prestigiam e participam da nossa audiência pública. Estão aqui em Brasília por ocasião do encontro nacional do Programa Brasil Alfabetizado. Tenho muita alegria de ter vocês aqui. Muito obrigada pela presença.

Quero registrar também a presença do Prof Alessandro Augusto de Azevedo, Professor da UFRN, Coordenador do Desenvolvimento Escolar da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, lá do meu Estado do Rio Grande do Norte. Quero registrar também a presença de Silvino Heck, assessor da Presidência da República.

Já registrei a presença também da Profª Adriana, que foi de uma grande contribuição ao Brasil, quando integrou a equipe lá da SESu da Secretaria de Ensino Superior. Adriana, sou testemunha disso. E agora está à frente a novos desafios na OEI.

Passo agora, com muita alegria, a palavra para o companheiro o Professor Carlos Augusto Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL – Minha querida Senadora Fátima Bezerra, a alegria é intensa e recíproca de participar desta audiência pública.

Quero saudar particularmente a coincidência de uma Mesa paritária de gênero nesta audiência. Isso é muito simbólico. Isso é muito importante para as gerações atuais e futuras. (*Palmas.*)

Quero saudar a participação de movimentos sociais, dos Fóruns de EJA, do próprio Conselho, que está presente aqui, da campanha com a qual nascemos a Campanha Latino-Americana. Saúdo a Adriana Weska, que é a Diretora Regional, minha chefe aqui no escritório brasileiro de representação; saúdo a equipe do Ministério da Educação que está presente, não apenas com a pessoa tão generosa e importante do Secretário Paulo Gabriel como da sua equipe na Secadi. Saúdo o Alisson, que acompanha o Fórum Nacional de Educação, o seu Coordenador Nacional, Heleno, e outros dirigentes da CNTE que estão presentes aqui. Saúdo também o Conselheiro Cordão, acompanhando esta atividade aqui, a Zuleide, quem nesta Casa conheci ainda na luta pela Constituinte, depois pela LDB, e depois como Parlamentar atuando em muitas situações. aliás, no primeiro Plano Nacional de Educação, com intensos debates, e gostaríamos que fossem até mais intensos do que ocorreram; neste outro Plano Nacional de Educação, sancionado sem vetos.

Venho aqui em condição diferente de todas as anteriores, venho na condição de dirigente de uma organização internacional, Organização de Estados Ibero-americanos, uma senhora já com 66 anos de idade, da qual o Brasil participa desde a sua gênese, que alcançou caracterizações ao longo do tempo, de maneira muito distinta. É uma entidade que fortalece e tem como princípio o respeito à democracia, à soberania, ao direito de manifestação popular, ao exercício da cidadania e evidentemente respeito aos processos institucionais que cada País realiza.

E, neste momento, em particular, da situação do Brasil e de outros países do nosso continente, evidentemente manifesto respeito às normas democráticas, ao exercício desta prática de alternância do poder, mas também de consolidação de políticas públicas importantes. Manifesto o reconhecimento de que nesta última década, ao inverso do que ocorreu no resto do mundo, o continente americano deu lição de inclusão, de superação de desigualdade e, pela primeira vez, inclusive, foi reconhecido no Hemisfério Norte, forjador de políticas públicas que apontam numa direção de outro patamar de convivência humana nesta região que foi sempre conhecida pela desigualdade, pela exclusão e pela discriminação.

Não por acaso, no cenário em que vivemos atualmente, na condição, como registrava o Prof. Timothy, de países emergentes, preocupa nos organismos internacionais a sequência de abrandamento das preocupações globais com países emergentes em função de migrarem da condição de baixa renda para a condição de renda média, como se esse conceito estatístico e econômico correspondesse à superação de históricos problemas não apenas no Território brasileiro, mas considerando que é a abrangência ibero-americana com os dois países europeus matrizes do processo colonial – Portugal e Espanha – e todos os demais países situados na América Latina e no Caribe, mais o México, que é América do Norte. E ainda, na conceituação de Organização dos Estados Ibero-americanos, a recente incorporação, como observadores ativos e efetivos, dos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste – como se diz na Europa, Timor Oriental.

E o que isso significa? A partir desse horizonte, que é considerar agora uma organização vocacionada ao que nós chamamos de iberofonia. Portanto, pessoas, homens, mulheres, de todas as idades, origens, credos e geografias, em função de que falantes de língua portuguesa e espanhol somamos mais de 920 milhões de seres humanos, espalhados em nacionalidades que não necessariamente têm como idioma oficial o português e o espanhol.

Nesse sentido, estamos falando, por exemplo, de 52 milhões de cidadãos estadunidenses, que falam ou o português ou o espanhol. E o que isso significa no cenário de discussão dessa conceituação, que nos chama a atenção como organismo internacional, que chamei aqui de abrandamento, com atenções a países que migram para a condição de renda média da sua população.

Nesse sentido, celebrar aqui a Confintea Brasil+6 tem um efeito simbólico demasiadamente importante para não merecer, Senadora Fátima, esta solene atividade de lançamento desse desafio, conduzido e exposto aqui, já com calendário de mobilização de atividades, pelo Secretário Paulo Gabriel, tendo nesta Mesa a presença e a cooperação da expressão da Undime e da sociedade civil, através da campanha, e a participação, nesta sala e na sala onde outras representações do movimento acompanham esta audiência no Senado, que representa a Federação brasileira

Nesta direção, quero ainda ressaltar que, no âmbito da Organização dos Estados Ibero-americanos, nós constituímos, há cerca de cinco anos, um compromisso dos Chefes de Estado, em uma reunião de cúpula de todos os países, que conformou o programa de Metas 2021. São 11 metas de compromisso desses países. E, para a nossa felicidade, todas as estatísticas desses últimos cinco anos vêm confirmando progressivos e sustentados, até este ano, alcances de variadas dessas metas, entre elas, a inclusão de populações vulneráveis, a afirmação da multiculturalidade no nosso continente, inclusive a educação bilíngue, o processo de inclusão, respeitando as novas conformações de políticas internacionais do direito de cidadania, a afirmação da educação inclusiva para além do viés da consideração de pessoas com deficiência, mas considerando também a multiculturalidade, as diferentes regiões de um país, a distinção entre urbano e rural, como sendo fatores importantes na consideração dessa multiculturalidade e, ao mesmo tempo, da inclusão.

Ao mesmo tempo, afirmo, a partir do compromisso das Metas 2021, que constituímos nesse processo dois conselhos de acompanhamento: o primeiro conselho, no Instituto de Avaliação e Acompanhamento das Metas Educativas 2021

É um Conselho Executivo conformado pelo conjunto de Diretores ou Presidentes dos Institutos de avaliação de cada um dos países membros, e, junto a ele, um Conselho Assessor Representativo da Sociedade Civil, que, para minha alegria, tem aqui a representação da CNTE, que é filiada à internacional de educação, membro do Conselho Assessor, que anualmente se reúne para avaliação e monitoramento das metas, a partir de uma edição coordenada pelo nosso Instituto, temática. A primeira delas foi sobre a condição do trabalho docente, no ano de 2011, e a mais recente é sobre multiculturalidade.

Nesse mesmo Conselho, está presente a Clade, a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação, Clade, e, aqui, especificamente no assunto dedicado à Educação de Jovens e Adultos, uma meta específica e um plano também definido, Plano Ibero-americano, definido pela Cumbre de Chefes de Estado de Educação e Aprendizagem ao longo da Vida. Portanto, está em absoluta sintonia com a recente Resolução da Unesco, derivada do Objetivo 4 da Organização das Nações Unidas. Assim, se conforma, neste âmbito, um comitê que agora alcança – era um comitê técnico de acompanhamento do Programa Alfabetização, antigamente Alfabetização de Adultos, agora, de Alfabetização e Educação ao longo da Vida – um nível intergovernamental. E, para nossa alegria, Professor Paulo, queremos aqui dizer do nosso apoio para a realização objetiva, em abril do ano que vem, do Seminário Internacional proposto em conjunto com a Confintea Brasil+6.

E, nessa direção, afirmo compromisso da OEI, da Organização dos Estados Ibero-Americanos, não apenas de apoiar a realização deste evento, mas, quiçá, de promover, nesta mesma ocasião, a reunião do Comitê Intergovernamental do Programa Ibero-Americano de Alfabetização e Educação ao longo da Vida, do PIA.

As conquistas que realizamos no ambiente, particularmente da América Latina e do Caribe nesses últimos anos, em matéria de inclusão educacional e de Educação de Jovens e Adultos, nos anima. No entanto, nos preocupa a condição presente do cenário internacional de crise financeira se abatendo sobre orçamentos públicos em todo o Planeta. Preocupa-nos a reafirmação no documento que já tínhamos, que a Unesco também reafirma agora, da expansão do investimento público em educação para atingir a meta de 6%, que já era uma posição da Confintea e agora se incorpora ao Objetivo 4 da Educação 2030, o significado que isso deve ter não apenas para reforçar orçamentos que estão abaixo desse patamar de 6% do Produto Interno Bruto, mas de afirmar o nosso compromisso determinado, de que não haja qualquer regressão do ponto de vista do compromisso desses governos e da sociedade civil.

Queremos também convocar o conjunto da sociedade civil para se associar a esse esforço de monitoramento e de composição do financiamento da educação, que não esgota todo o tema, mas é um fator preponderante e importante nesse cenário.

Também nesse processo de composição dos compromissos e responsabilidades da Organização dos Estados Ibero-americanos, a conformação da cooperação técnica no debate, por exemplo, de base curricular, que é um debate que tem data, no caso do Plano Nacional de Educação do Brasil, e que seguramente significa

muito para a educação de jovens e adultos, dependendo de que orientação esse debate venha a conformar, para o futuro, as condições de organização da oferta.

Evidentemente, os dados que temos, quando compomos, por exemplo, cenários de balanço de matrícula, não são suficientes como indicadores para enxergarmos não apenas a demanda, porque essa está retratada em censos demográficos, mas inclusive a chamada pelos gestores mais vocacionados da administração financeira, pela chamada ociosidade de oferta, que leva, inclusive, a essa aparente condição de que fechar escolas seja um procedimento administrativo absolutamente justificado.

Nessa condição, efetivamente, promover um debate dessa natureza necessita, da nossa parte, como organismo internacional, a capacidade de oferecer cooperação técnica, diálogo e conformação de indicadores, que são um desafio no caso da Educação de Jovens e Adultos, indicadores de múltiplo sentido, de organização da oferta, de financiamento, de currículo, de contratação de professores e as diferentes formas de contratação, da consideração do que seja ou do que não seja ociosidade na Educação de Jovens e Adultos, e não permitir o desbotamento desta demanda sob o pretexto de que educação ao longo da vida para alguns elimina a preocupação concreta e objetiva com a educação de jovens e adultos.

O binômio todo tempo afirmado pelo documento referência de Belém é educação e aprendizagem, e esse binômio tem razão de ser, porque a aprendizagem é um fenômeno natural do ponto de vista da existência humana. A educação é um movimento intencional e, portanto, repercute políticas públicas intencionalmente conformadas, que se devem reproduzir, se aperfeiçoar, modificar sua feição através de programas. Evidentemente, esses desafios, para a América Latina, Caribe, para os países ibero-americanos, para os países africanos de língua oficial portuguesa e para Timor, são absolutamente presentes, são desafios absolutamente relevantes e não podem ser medidos apenas a partir da leitura, por exemplo, da aquisição de competências em função das exigências econômicas, que são igualmente reais, mas não podem ser elas...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL – ... as únicas definidoras desses processos para o futuro próximo.

A Organização dos Estados Americanos, portanto, tem a alegria de participar, em consórcio com a Unesco e com o seu Instituto de Avaliação de Educação de Adultos, da conformação desses indicadores para a América Latina e para os dois países da Europa, indicadores de alfabetização de jovens e adultos. Formamos um consórcio que tenta sistematizar essas informações. Teremos, no ano que vem, a reunião do Comitê Intergovernamental e, na pauta do Comitê Intergovernamental, está não apenas a conformação do cenário das diferentes alternativas e arranjos que se desenvolvem nos países desse nosso ambiente ibero-americano, como também a oitiva das demandas da sociedade civil e suas contribuições a esse debate, um programa de formação que já é desenvolvido pelo nosso Centro de Altos Estudos, chamado Caeu, que oferece aos governos desse espaço ibero-americano a oportunidade de formar não apenas professores e professoras, mas também gestores em Educação de Jovens e Adultos, entendendo o que isso significa, de agregar capacidades, habilidades, competências, mas, ao mesmo tempo, capacidades formulativas a esses gestores e professores, entendendo também que esse espaço não se esgota no universo da Administração Pública.

Não há sociedade que tenha alcançado a superação do analfabetismo sem um envolvimento decisivo da sociedade civil. Aliás, não há política pública que não seja antes demanda da sociedade civil, mas só existe política pública demandada pela sociedade civil quando ela é expressada, quando ela é organizada. E um dos aspectos mais relevantes, desafiadores da Educação de Jovens e Adultos é transformar essa demanda potencial, já reconhecida pelas estatísticas, numa demanda organizada, com identidade própria e com conformação de programas que antes são criativos, livres, formais ou informais, no ambiente da sociedade civil e das suas formas de se organizar, e, logo, de maneira organizada e por luta, mobilização e capacidade formulativa, se transforma em políticas públicas.

É com alegria, portanto, que queremos saudar o lançamento dessa edição da Confintea Brasil + 6, desejando que, a partir do Brasil, ela possa ser uma oportunidade de debate internacional com o nosso viés, com o nosso olhar, do Hemisfério Sul, fazendo memória dos marcos de Belém, mas, sobretudo, apontando, na celebração das conquistas que tivemos, cada um dos passos que são necessários para os patamares que ainda não alcançamos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer ao Prof. Abicalil pela contribuição importante que traz aqui, falando sobre a OEI e fazendo uma contextualização mais ampla, ou seja, em nível dos estados americanos.

Nós queremos agora abrir para o debate. Mas, em face do adiantado da hora, vamos ter que limitar um pouco o número de intervenções.

Vou facultar a palavra agora ao Prof. Heleno. Por favor, Prof. Heleno, pode vir para cá. O Prof. Heleno Araújo é o presidente do Fórum Nacional de Educação.

O SR. HELENO ARAÚJO – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra, a quem cumprimento e também ao Secretário Paulo Gabriel, Timothy, Abicalil, Catarina e Edineide.

Estamos nesta audiência tratando da Confintea Brasil+6, cuja realização em 2009 já foi citada aqui. Mas também é importante frisar que em 2009, ao estender na Constituição Federal o direito à educação de 4 a 17 anos, também está escrito que esse direito é estendido para quem está fora dessa faixa etária.

Então, estamos tratando aqui de um direito constitucional, de um direito humano da população brasileira. Chegamos no período próximo a 2016, que era o ano indicado para universalizar o acesso a esse direito, e, somando os números apresentados aqui pelo Secretário Paulo Gabriel com os dados colocados pela Unicef de crianças ou jovens de 4 a 17 anos fora da escola, chegamos ao número de 85 milhões de brasileiros e brasileiras que chegarão no ano de 2016 sem o direito à educação, ou melhor, sem o acesso à educação. E é pouco ter só o acesso, pois queremos uma permanência e qualidade na educação, com o aluno de fato aprendendo e com a valorização dos profissionais de educação, para avançarmos nesse processo.

Com essa conquista em 2009, a sociedade civil, como muito bem foi lembrado durante todo o debate aqui, participou efetivamente do processo de construção. Depois de 2009, tivemos a Conae, em 2010; e a Conae em 2014, que é outro documento de referência para continuarmos construindo a perspectiva de garantir esse direito.

Então, é importante também termos esse documento como referência para o processo de definição das políticas públicas na área da educação neste País.

Tendo o documento da Conae como referência, é inadmissível neste País fechar escolas. Em todo o País, por orientação de secretários de educação de governos de diversos partidos, estão fechando escolas em todos os espaços. Não é possível atender essa demanda fechando escolas. É um equívoco muito grande desse processo.

Da mesma forma, é inaceitável haver corte no financiamento do Ministério da Educação. Não podemos aceitar que a educação sofra pelo existência da crise, embora a crise exista. A educação não pode ser penalizada por isso. E o próprio documento final da Conae aponta para isso. Ou seja, que, no processo de cortes, a educação fique fora dele. Da mesma forma, não podemos aceitar nenhuma redução na organização da estrutura do MEC. O MEC não pode retirar da sua estrutura organizacional qualquer secretaria que hoje existe, pois todas contribuem fortemente para atingirmos os objetivos. Portanto, precisamos ter as novas secretarias que foram criadas nos últimos anos existindo e atuando, para que, de fato, possamos colocar esse documento final em prática e fazer valer aquilo que colocamos na Lei do PNE. Ou seja, que nos próximos dez anos mude o cenário da educação neste País, garantindo à população um direito à educação, com acesso, permanência e qualidade necessária para os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado. E parabéns pelo debate.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Prof. Heleno, parabéns também. Esta Presidência, como integrante do Colegiado do Fórum Nacional de Educação, se associa às considerações que V. Sª acaba de fazer.

Vamos agora passar a palavra para a Profª Analise, aqui representando os fóruns de EJA.

Rapidamente, quero registrar, com muita satisfação, a presença da Profª Ivana de Siqueira, representando a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, e Vanessa Gabrielli, da Universidade Federal da Integração da América Latina.

Com a palavra, a Profª Analise.

A SRª ANALISE DE JESUS – Bom dia a cada um e a cada uma, é uma satisfação enorme estar aqui falando em nome dos companheiros dos fóruns de EJA do Brasil, mais uma vez com a Senadora Fátima Bezerra, companheira – podemos dizer que estamos usando o adjetivo não só para adjetivar, mas para marcar –, alguém que está sempre conosco na luta pela educação com qualidade social.

Antes de entrar na pauta específica da Confintea, gostaria de falar um pouco sobre o que estamos vivendo hoje na educação de jovens e adultos. O fechamento de turmas tem passado por números que são muito preocupantes, tem sido avassaladora a informação do fechamento de turmas em todos os Estados está cada dia maior.

Quando conversamos com os gestores públicos, eles dão várias, segundo eles, justificativas. Uma dessas justificativas é: ofertamos a EJA, mas os educandos não vêm. E a outra que eles dizem é: tenho a obrigação de cumprir com a educação infantil; se eu tiver que ficar tirando 0,2% da minha verba para aplicar na educação de jovens e adultos, vou acabar não cumprindo a minha obrigação com a educação infantil.

Então, Senadora, atitudes como esta de chamar uma audiência pública, que pode significar para alguns de nós algo não muito relevante, por estarmos falando entre nós, pode ser aquilo que vai trazer alguém para

o nosso lado, que vai trazer algum parceiro para compreensão desta luta. E não estamos, no campo da educação de jovens e adultos, em condições de dispensar parceiros; pelo contrário, precisamos, cada vez mais, buscar parceiros.

Quando alguns de vocês dizem que a EJA precisa ser vista como política pública, o que fica muito marcado é a necessidade de darmos conta de tratar de política pública maior sem descolar o olho de quem é o sujeito dessa política pública, porque é sobre ele que estamos falando. E se olharmos em torno, não o veremos nesta sala, porque os educandos não estão aqui, os educandos estão correndo atrás da sobrevivência, os educandos estão vivendo na vulnerabilidade, os educandos estão fora das escolas e só na condição de educandos, mas sem estar vivenciando esta situação.

Então, estamos falando aqui, quando alguns de vocês apresentam dados, eles precisam, de alguma forma, impactar mais, chocar mais. E por que estou falando disso? Porque conseguimos, numa conversa com o Ministro, na segunda-feira, nos nossos fóruns de EJA do Brasil, o compromisso dele com uma chamada pública induzida pelo MEC, feita em horário nobre, feita na TV, no rádio, em jornais, durante o jogo de futebol, de madrugada na rádio, quando o trabalhador estiver arrumando a marmita para sair, para dizer para este trabalhador que ele tem um direito que muitas vezes ele não sabe que tem, e muitas vezes ouvimos dele próprio que agora o que importa é que o filho e o neto estudem, porque a vez dele já passou. É fundamental que a gente dê conta de dizer para ele que a vez dele não passou.

Então, pensamos, a Confintea, nossos fóruns de EJA, no Brasil, que talvez esta discussão que vamos fazer agora e o que dela consigamos avançar bem como o que dela ainda não consigamos ainda realizar, seja algo que possa potencializar mais ainda ações que chamem efetivamente o sujeito da educação de jovens e adultos para dentro dos espaços educativos.

E é por isso que estamos propondo que os fóruns de EJA do Brasil desta vez, à imagem daquilo que aconteceu para a preparação da Confintea 6, estejam, lá na base, lá nos Municípios, lá nos Estados, fazendo essa articulação, evidente, juntamente com o MEC, mas que os fóruns de EJA estejam lá na base fazendo essa articulação, para que não tenhamos uma Confintea em que a avaliação será feita por vários sujeitos, menos pelo sujeito educando, que é quem tem que estar cada vez mais próximo e presente nestes nossos espaços.

Para encerrar, quero falar da concordância plena dos fóruns de EJA do Brasil, com a necessidade de mantermos e lutarmos pela estratégia 19.3 do PNE, que a criação e fortalecimento dos fóruns permanentes de educação. Precisamos que os fóruns municipais, estaduais e que o fórum nacional sejam cada vez mais fortalecidos, para darmos conta de cumprir o PNE.

Fechando mesmo, quero só ler para vocês uma mensagem pequenina que uma professora do norte de Minas encaminhou. Só deixo claro que essa professora foi educanda da EJA, depois foi alfabetizadora do Mova Brasil e agora é professora de EJA em um dos Municípios do norte de Minas. A Nely mandou esta mensagem depois de receber nosso retorno de como foi a conversa com o Secretário Paulo Gabriel e com o Ministro Mercadante, em relação a "vamos trazer a EJA para o lugar que ela merece, que é o lugar do pagamento da dívida histórica com esses sujeitos":

Boa noite, com satisfação leio este informe, importante conquista na interlocução, que alimenta as lutas do cotidiano pelo não fechamento de turmas e pela disputa por um currículo e por práticas que não excluam. A todos os colegas cumprimento e reconheço a trajetória coletiva e incansavelmente aliada à educação de jovens e adultos. Abraços.

Faço minhas e dos fóruns de EJA do Brasil as palavras de Nely.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Parabéns, Profª Analise, pela participação tão consistente e com tanta qualidade.

Vamos passar imediatamente a palavra para o Prof. Francisco Cordão, representando aqui o Conselho Nacional de Educação.

O SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO – Quero dizer da minha grande satisfação de estar aqui neste momento, representando o Conselho Nacional de Educação no lançamento dessa Confintea Brasil+6

O Conselho Nacional de Educação tem trabalhado bastante sobre definição de diretrizes e orientações para a educação de jovens e adultos desde 2001, parecer do Conselheiro Jamil Cury. Depois, em vários momentos, uma revisão desse parecer pela nossa saudosa conselheira Regina Gracindo, e, depois, a própria câmara de educação básica, a partir da Emenda nº 59 da Constituição nacional, que define com muita clareza que educação de jovens e adultos também é direito público subjetivo do cidadão. Seria a educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, inclusive para aqueles que não concluíram na idade própria. Então, todo cidadão brasileiro tem direito à educação básica no Brasil, garantido pela Constituição Federal, art. 208. A nossa LDB trata adequada-

mente a educação de jovens e adultos não mais como ensino supletivo, mas como uma educação que é direito seu e dever do Estado de ofertar

Lembro que o PNE tem três metas ligadas diretamente à educação de jovens e adultos.

Meta 8, dirigida essencialmente para o jovem que não conseguiu concluir a sua escolaridade básica na idade própria; a Meta 9, dirigida especificamente para os adultos, que é uma das grandes dívidas sociais do Brasil em relação ao seu povo; e a Meta 2, que trata da articulação e da integração entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional.

Esses são os nossos grandes desafios na busca de uma educação digna para os jovens e adultos que já foram excluídos da educação básica e que têm de ser reincluídos com dignidade e com respeito. Esse é o grande esforço do Conselho Nacional de Educação na definição de suas diretrizes.

Estou muito feliz neste momento de lançamento do Confintea+6.

Parabenizo o Senado Federal, o MEC e todos os organizadores deste evento, que representa uma retomada efetiva brasileira para a educação do seu povo, daqueles que mais precisam de um reforço em termos de educação de qualidade para todos e para cada um dos brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Professor Cordão, pela importante contribuição ao debate e pela representatividade que é sua presença aqui, como representante do Conselho Nacional de Educação.

Nós vamos passar para breves considerações.

Passo a palavra ao Professor Paulo Gabriel.

O SR. PAULO GABRIEL NACIF – Em nome do Ministério da Educação, quero agradecer profundamente ao Senado este espaço.

Acho que o lançamento da nossa Confintea+6 não poderia ocorrer num lugar mais significativo e com a presença de entidade e pessoas tão importantes para a educação brasileira.

Vislumbro, de forma efetiva, 2016 como o início do que eu chamaria de uma década da EJA. Seguramente, temos todo o nosso embasamento no Plano Nacional de Educação, todas as metas colocadas.

É muito bom participar de um Governo que tem como documento mestre da educação um Plano construído por tantas mãos. Acho que isso demonstra, efetivamente, o sentido republicano, o sentido democrático que tem o Governo da Presidenta Dilma. E, exatamente por isso, a honra de participar da Secadi.

Inclusive, vale registrar: essa Secretaria foi criada justamente pela percepção concreta de que a educação brasileira precisava ter a inclusão como algo fundamental. E os números demonstram isso.

Não tenho dúvida de que a Secadi fez uma diferença impressionante para a educação indígena, para a educação quilombola, para a educação inclusiva, para a educação do campo, para a educação em direitos humanos e, notadamente, para a educação de jovens e adultos.

Então, quero agradecer muitíssimo à nossa Senadora Fátima Bezerra, a Senadora da educação do Brasil. Espero que esse processo de construção da Confintea resulte efetivamente na construção de uma política de EJA, que – volto a dizer – precisa ser do tamanho do Brasil.

Obrigado a todos pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Professor Paulo.

Vou passar a palavra para a Catarina, para as suas considerações.

O SR. CATARINA SANTOS – Quero só agradecer, mais uma vez, o convite à Prof e Senadora Fátima Bezerra, sempre nossa companheira de luta e da Campanha. Destaco aqui a presença de membros dos comitês estaduais da Campanha: a Rita, do Ceará, a Analise, pelo Comitê Mineiro.

Mas quero destacar também a presença da Analise e dizer o quanto temos aprendido com ela nas reuniões, nos debates, na Campanha. Ela, sempre com sua energia e ênfase, está em defesa dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Então, obrigada pela presença, Analise.

A sua participação na Campanha tem sido de extremo aprendizado para todos nós, que compomos essa instituição.

Quero desejar que sigamos nesse caminho, construindo e buscando a garantia do direito à educação para todos os sujeitos, como diz o próprio Marco de Belém, do berço até o final da vida.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Passo a palavra agora ao Professor Timothy Ireland.

Rapidamente, quero registrar ainda a presença da Professora Edna Lopes, do Fórum de EJA de Alagoas, aqui representando a UNCME.

O SR. TIMOTHY IRELAND – Como filho adotivo da Paraíba, parabenizo a Senadora Fátima Bezerra, como representante importante do Nordeste, que tem sido o berço de muitos projetos, programas e experiências muito importantes no campo da alfabetização e educação de jovens e adultos. Só para lembrar: De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Angicos, ciclos de cultura, etc., etc.

Então, acho que nada mais apropriado do que uma Senadora do Nordeste propor uma audiência pública para lançar uma proposta como a Confintea.

E a Confintea Brasil+6, mais uma vez...

(Soa a campainha.)

O SR. TIMOTHY IRELAND – depois de se ter tido a coragem e o enorme investimento de hospedar e realizar a Confintea 6 no Brasil.

Não foi um investimento pequeno por parte do Governo Federal, mas se dá continuidade a esse investimento feito em 2009 com a Confintea +6, este momento fundamental de avaliar, de olhar para trás, para avaliar o que foi feito; de olhar essencialmente para o futuro, para ver o que ainda há que fazer e como investir, como criar uma política realmente justa e democrática para todos os jovens e adultos que não tiverem esse respeito pelo seu direito à educação reconhecido.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Grata ao Professor Timothy, inclusive por trazer aqui a memória de tantas lutas e de iniciativas tão exitosas no campo da educação de jovens e adultos, como foi a saudosa campanha De Pé no chão Também se Aprende a Ler, bem como As 40 Horas de Angicos, coordenada pelo Professor Paulo Freire.

Aliás, Professor Timothy, estamos, neste ano de 2015, celebrando exatamente o centenário de Djalma Maranhão.

Djalma Maranhão era o Prefeito de Natal à época, na década de 1960, quando se desenvolveu exatamente a campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, campanha que até hoje é um marco na luta.

Repito, no que diz respeito à questão da educação de jovens e adultos, ela é um marco, exatamente pelo que teve, naquela época, de criatividade, de ousadia, pela própria concepção que tinha, que não era só a questão da educação pela educação.

Na verdade, a campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler se associava à campanha, também, de pé no chão também nós temos cultura.

Então, havia uma vinculação muito forte do tema da educação com o tema da cultura, dentro de uma visão mais ampla. E seguramente isso deve ter contribuído muito para que a campanha adquirisse o grau que adquiriu, do ponto de vista do engajamento à época da cidade, da sociedade, no sentido de que cumprisse com seu papel, que era exatamente o papel de alfabetização e o papel, enfim, do acesso à educação.

Não é à toa que Djalma, por feitos como esse, foi tragado pelos porões da ditadura militar na época. Enfim, não teve condições de cumprir o mandato dele em Natal. Foi deposto pela ditadura militar; teve de exilar-se. Foi para o Uruguai, para Montevidéu, e terminou, inclusive, vindo a falecer pouco tempo depois.

Enfim, quero passar a palavra, agora, ao Professor Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL – Obrigado, Senadora Fátima.

Na verdade, vou dar um recado, falar de um princípio, listar dez compromissos e lembrar Paulo Freire.

O recado é que quero dar um imenso abraço no Secretário-Geral Paulo Speller, que é, pela primeira vez, o Secretário-Geral brasileiro na Organização dos Estados Ibero-Americanos. E reafirmo o seu denso, intenso e profundo compromisso com o apoio à causa do direito à educação – da educação de Jovens e adultos em particular - e do desafio que significa essa travessia, depois de avanços reconhecidos.

O segundo e a afirmação de dez compromissos que, em nome de Adriana Weska, vou reproduzir, da reunião segunda-feira com o Ministro.

O primeiro deles é trabalhar pela visibilidade e pela valorização, pelos governos e pela sociedade, na educação de jovens e adultos. Essa é uma contribuição que um organismo internacional...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL – ...como a OEI, informa e se compromete a dar.

Além dessa, reforçar o diálogo político para manter ativo o compromisso internacional de expandir as oportunidades de educação e de aprendizagem ao longo da vida e a modalidade afirmativa de educação de jovens e adultos.

Incentivar ações concertadas entre os governos e as organizações multilaterais voltadas não apenas para compartilhar práticas, mas também para forjar políticas públicas, nesse cenário.

Estimular a cooperação Sul-Sul, da qual o Brasil é um dos protagonistas principais no cenário global atual.

Manter o esforço sustentado de comunicação.

Aqui quero saudar o compromisso feito pelo Ministro Mercadante e relatado pela nossa Coordenadora dos Fóruns EJA.

Apoiar os movimentos sociais e as redes de ensino na organização curricular e no debate da base nacional comum curricular.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL – Promover estudos e pesquisas voltadas para uma oferta inovadora, diversa e contextualizada da educação de jovens e adultos.

Formar gestores nessa especificidade.

Contribuir na formação continuada de docentes.

Contribuir na avaliação e na confecção de indicadores socialmente referenciados, com o nosso olhar do Hemisfério Sul, sobre o fenômeno, a necessidade e o direito à educação.

Por último, afirmar – como diz um documento firmado pelos chefes de estado na Conferência da ONU – que "a educação é um direito humano fundamental" – estou lendo -, "é a base, a garantia da realização de outros direitos, é essencial para a prosperidade e para o crescimento pacífico, inclusivo, equitativo e sustentável, em todas as regiões do Planeta".

Por último, lembro, particularmente em educação de jovens e adultos, Paulo Freire. "A prática educativa não deveria limitar-se somente à leitura da palavra. A leitura do texto, se não, deveria também incluir a leitura do contexto, a leitura do mundo". E creio que não há universo mais rico para se exercer essa prática do que o da educação de jovens e adultos, iluminando as práticas educativas de todas as etapas e modalidades que nós pudéssemos imaginar, inclusive onde jovens e adultos incluídos estão: nas universidades.

Muito obrigado. Muito êxito!

Nosso compromisso integral com o Confintea Brasil+6 (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer mais uma vez a presença aqui da OEI, na pessoa do Professor Carlos Augusto Abicalil e de Adriana.

Vamos, agora, passar para as considerações finais da Professora Edineide, aqui representando a Undime nacional. (*Falha na gravação.*)

A SRª MARIA EDINEIDE DE ALMEIDA BATISTA – (...) mobilizar e articular todos os dirigentes municipais de educação para o fortalecimento da educação de jovens e adultos, para sensibilizá-los para a oferta da modalidade, assim como também para participar ativamente das discussões pro Confintea Brasil + 6.

Parabéns, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Professora Edineide, que aqui fala em nome de uma entidade que é muito importante, também, no contexto dos desafios, das lutas em defesa da educação. A Undime representa os mais de cinco mil e tantos dirigentes municipais de ensino, de educação, pelo País afora.

Mas quero, enfim, ao encerrar a nossa presente audiência, agradecer mais uma vez ao Professor Paulo Gabriel e ao Professor Arlindo. Na pessoa dos dois, agradeço aos demais membros integrantes da equipe do Secadi e do MEC. Quero, aqui, agradecer ao Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos, à campanha Undime, a presença do Professor Timothy. Quero, mais uma vez, destacar a presença muito importante da OEI. Enfim, quero agradecer a presença de todos e de todas vocês que se deslocaram de seus Estados e que estão aqui participando da presente audiência.

Como disse desde o início, a audiência tem o condão de dar o pontapé, no âmbito do Parlamento, no que diz respeito à mobilização pro Confintea, de abril de 2016. Nós queremos, portanto, reafirmar, tanto para os movimentos sociais, quanto para as entidades, para o MEC, para os governos estaduais, para os governos municipais, o compromisso da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado de ser parceira frente aos desafios que estão colocados, inclusive no campo específico hoje em debate, que é a educação de jovens e adultos ao longo da vida.

Quero aqui dizer que, por feliz coincidência, a audiência pública que trata da educação de jovens e adultos ao longo da vida, acontece exatamente no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Esta data foi instituída em 1950, dois anos após a ONU adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é um marco legal regulador das relações entre governos e pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos – todos nós a conhecemos – é um documento que tem cerca de 30 artigos nos quais estão descritos os direitos básicos que garantem uma vida digna para todos os seres humanos. Como disse o Professor Abicalil, a base para os outros direitos da Declaração dos Direitos Humanos começa exatamente com o direito à educação.

Acho que hoje, um dia alusivo aos direitos humanos, é um dia também muito adequado para refletirmos sobre a situação do País em que vivemos, para refletirmos sobre a situação em que o País vive. Não apenas para celebrarmos as conquistas e os avanços no campo social que nós tivemos nesses últimos anos e que dizem respeito, por exemplo, a reduzir os índices da pobreza extrema e, inclusive, aos avanços e conquistas no campo da Educação. Nós somos protagonistas dessas conquistas e desses avanços. Quando digo nós é porque não estou olhando só sob o ponto de vista do Parlamento, estou olhando sob o ponto de vista da sociedade civil.

O Prof. Paulo aqui mencionou, no campo do fortalecimento para o enfrentamento na questão da educação de jovens e adultos, o Fundeb. Sem dúvida nenhuma, foi uma conquista muito importante como marco legal para acolher, dentro de sua política de financiamento, a modalidade da educação de jovens e adultos.

Abicalil estava, na época, aqui comigo. Abicalil era Deputado e eu também. Sempre digo que tenho uma alegria enorme de trazer, na minha biografia, a relatoria do Fundeb.

Mas tenho clareza absoluta de que, se não fosse o papel do movimento social, Professor Vital, Catarina, não teríamos conseguido aprovar o Fundeb da forma como o aprovamos. O movimento social foi decisivo. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE, com as várias entidades, criaram um movimento que tomou as ruas deste País, que se denominou o movimento "Fundeb pra Valer!". E assim foi a presença do movimento social, em diversas outras etapas ao longo desses 10, 12 anos, nas várias outras conquistas que tivemos. Um exemplo foi a Emenda nº 59, da qual o então Deputado Carlos Abicalil tanto esteve à frente com seu papel articulador. A Emenda nº 59 não é pouca coisa, trata da obrigatoriedade não só do ensino fundamental, mas dá pré-escola até o ensino médio.

A Emenda nº 59, por exemplo, trouxe dispositivos importantíssimos, como incluir a obrigatoriedade de vincular o investimento da educação ao PIB – Produto Interno Bruto, sem falar de políticas como o ProUni. Sem falar, por exemplo, na ousadia que foi dar o primeiro passo para construir uma política de valorização social do magistério com a Lei 11.738, que institui o piso salarial nacional. Não foi fácil aquele momento, de maneira nenhuma. Abicalil se lembra o quanto tivemos de promover o diálogo. Parece conta de mentiroso, mas é verdade. A relatoria do projeto de lei que tratou do piso salarial do magistério foi alterada sete vezes. Por quê? Porque era necessário, claro, ter uma mediação entre os trabalhadores da educação, os gestores etc.

Por fim, para concluir, ressalto que participação da sociedade foi mais uma vez muito decisiva no que diz respeito ao novo Plano Nacional de Educação, o que nos orgulha muito. É verdade que o plano passou quatro anos aqui dentro? Passou. Mas, entre ter sido aprovado com rapidez e ser um plano nacional de gaveta, elaborado por burocratas, como foi no passado, foi muito mais saudável foi o plano ter passado quatro anos aqui e ter andado por este País afora, bem como ter sido fruto de tantos debates. Houve muito, muito, muito, debate. Ouvimos a sociedade como um todo. Houve um debate intenso com o Ministério da Educação.

Ao final, claro, é preciso aqui ressaltarmos – ao final e ao longo de todo esse período -, que houve sensibilidade do Governo, compromisso do Governo brasileiro nessa última década do ponto de vista de uma agenda desenvolvimentista no campo da educação, olhando a educação como um direito social. Ao final conseguimos, repito, aprovar o Plano Nacional de Educação que, depois, foi sancionado sem vetos. É exatamente esse Plano Nacional de Educação que está, agora, a nos guiar, a desafiar o conjunto da sociedade como um todo, inclusive no campo da educação de jovens e adultos, embora, como aqui já foi mencionado, a educação de jovens e adultos, hoje, deve ser entendida e trabalhada – não é, Professor Paulo? – dentro de uma visão mais ampla da educação ao longo da vida.

Enfim, volto a dizer que a Comissão de Educação e Cultura do Senado sente-se muito honrada em acolher, em abrigar esse debate tão importante para a educação do nosso País.

No Dia Internacional dos Direitos Humanos, quero reafirmar a nossa profissão de fé em defesa da democracia. Não tem como separar democracia de educação, como já dizia Paulo Freire. "Falar de Educação é falar de democracia, é falar de liberdade, é falar de cidadania".

Por isso, na audiência de hoje, queremos, cada vez mais, reafirmar o nosso compromisso com a defesa da democracia e dizer, com toda a força e com toda convicção, que retrocesso e golpe nunca mais, de maneira nenhuma.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Desculpem-me, mas há os aspectos formais. Vocês já viram que não sou muito de aspectos formais.

Tenho de encerrar.

Convoco para a próxima terça-feira, dia 15 de dezembro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária da nossa Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, 10ª DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E 40ª DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 17 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 06 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Donizete Nogueira, Eduardo Amorim, e João Capiberibe; e dos Deputados Eros Biondini, Sergio Souza, Jony Marcos, Angelim, João Paulo Papa e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais Membros. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta: audiência pública para debater a Encíclica do Papa Francisco, conforme aprovação do Requerimento nº 8, de 2015-CMMC e Requerimento nº 82, de 2015-CMA, com a participação do seguintes convidados: Ministro Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Dom Leonardo Steiner, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e Washington Novaes, Jornalista. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os seguintes parlamentares: Senador Jorge Viana, Senador João Capiberibe, Deputado Sergio Souza, Deputado Angelim, e Deputado Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes – 10ª da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a 40ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões destas comissões.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligando para o número 0800- 612211.

A reunião de hoje trata de audiência pública em conformidade com aprovação do Requerimento nº 8, de 2015, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e do Requerimento nº 82, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, para debatermos a Encíclica do Papa Francisco.

Eu gostaria de convidar para vir até a mesa os nossos palestrantes, os nossos debatedores. Com grande satisfação, eu convido à mesa Dom Frei Leonardo Steiner. (*Pausa.*)

Dom Leonardo cursou Filosofia e Teologia em Petrópolis de 1973 a 1978. Foi ordenado padre pelas mãos de Dom Paulo Evaristo Arns em 1978. De 1981 a 1982, concluiu o curso de Pedagogia. Em 1995, Frei Ulrich se transferiu para o Pontifício Ateneu Antoniano, em Roma, na Itália, onde fez o mestrado e doutorado em Filosofia. Em fevereiro de 2005, foi nomeado bispo pelo Papa João Paulo II. Em abril do mesmo ano, Dom Leonardo foi ordenado bispo. Em maio de 2011, foi eleito Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em setembro de 2011, o então Papa Bento XVI nomeou-o Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Brasília. E, no dia 20 de abri deste ano, Dom Leonardo foi reeleito Secretário Geral da CNBB.

Nós vamos também contar com a honrosa presença do Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin. Eu o convido para vir até a mesa. (*Pausa.*)

O Ministro Herman nasceu no Município de Catolé do Rocha, Paraíba. Formou-se em Direito em 1980, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez Mestrado em Direito pela Universidade de Illinois. Em 1982, Herman Benjamin ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo. Desde 1995, é Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, onde leciona Direito Ambiental. De 1996 a 2000, foi Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente. É Professor da Universidade Católica de Brasília. O Ministro Herman Benjamin par-

ticipou da elaboração de várias leis em vigor no Brasil, integrando a Comissão de Juristas que redigiu o Código de Defesa do Consumidor. Herman Benjamin é Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e um dos juristas que mais se dedica à elaboração de leis e à conscientização sobre a importância da questão ambiental e das mudanças climáticas.

Finalmente, convido também para participar da nossa Mesa, o jornalista Washington Luiz Rodrigues Novaes. Washington Novaes, por favor.

Washington Novaes é jornalista e consultor nas áreas de meio ambiente e povos indígenas. É consultor de jornalismo da TV Cultura, documentarista e produtor independente de televisão. Escreve como colunista para os jornais O Estado de S. Paulo e O Popular, de Goiás. Por sua trajetória de mais de 50 anos de jornalismo, Washington Novaes tem grande visibilidade nessas áreas, seja dando entrevistas, consultorias ou proferindo palestras em empresas, ONGs, escolas, universidades, órgãos de Governo e outras instituições.

Queria informar aos membros das duas Comissões que o objetivo desta reunião conjunta é debatermos a recente Encíclica do Papa Francisco sobre as repercussões das mudanças climáticas no Planeta e as contribuições que o Brasil levará à XXI Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 21, que será sediada em Paris.

Como todos aqui já sabem, mas não custa repetir, o Protocolo de Paris, cuja reunião será entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro, vai substituir o Protocolo de Kyoto, que foi assinado em 2005. Ao contrário do acordo firmado em Kyoto, que especificava as metas para um conjunto de menos de 40 países, o de Paris terá a característica de um pacto global e envolverá mais de 190 nações, que fazem parte da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas. Sem dúvida nenhuma, o lançamento da Encíclica do Papa Francisco teve uma repercussão mundial, certamente formando opinião de diversos líderes do nosso Planeta.

Por essa razão e atendendo a sugestão dos Senadores Jorge Viana e João Capiberibe, nós decidimos por realizar esta audiência pública, para dar oportunidade a Dom Leonardo fazer a apreciação e a análise sobre a Encíclica papal, ao tempo em que nós estamos nos preparando para receber a visita da Ministra Izabella Teixeira, que estará na Comissão de Mudanças Climáticas no dia 30 deste mês e certamente deverá compartilhar conosco a proposta que o Brasil deverá formalizar durante a reunião em Paris.

Portanto, eu quero manifestar a nossa alegria, minha, do Deputado Sergio Souza, que é o Relator da nossa Comissão de Mudanças Climáticas, pela presença dos nossos convidados para esta audiência pública.

Antes de oferecer a palavra a Dom Leonardo, que será o primeiro a usar a palavra, na sequência, o Ministro Herman Benjamin, e, encerrando, o jornalista Washington Novaes, informo que cada palestrante terá a oportunidade de usar a palavra por 15 minutos.

Não somos rígidos, não; pode ser um pouco mais, um pouco menos, mas todos temos compromissos a partir de 11h, 11h30, e me pediram que a gente pudesse observar o tempo, para que eles possam cumprir com os demais compromissos já agendados.

Antes de oferecer a palavra a Dom Leonardo, quero dar a palavra ao nosso Relator Sergio Souza, para fazer a sua saudação.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos os membros da Mesa, aos meus caros colegas.

O Brasil passa por um momento de dificuldades econômicas, por uma crise política instalada que leva a essa crise econômica que está muito no mental das pessoas. Eu digo isso pela seguinte razão: nós temos que ter uma preocupação muito grande para não perdermos o foco da vanguarda que o Brasil tem na questão da redução das emissões de CO2 e equivalente. Nós precisamos continuar com esta missão dos combustíveis renováveis, com esta questão da conservação do solo, com o avanço que tivemos no Código Florestal, com as energias renováveis como um todo. Isso é muito importante para o nosso País. Preocupa-me muito as ambições que o Brasil vai apresentar no final deste próximo mês em Nova York. Eu acho que esta Comissão e o Parlamento Brasileiro têm um papel muito importante. A vinda da Ministra Izabella aqui vai fazer com que não só ela faça suas colocações, mas também o Parlamento brasileiro possa dizer a ela a nossa preocupação.

Ouvir hoje aqui a opinião da Igreja, que está em todo o Planeta e tem uma percepção geral através do nosso Pontífice, o Papa Francisco, ela debater esse tema, até nos fornece elementos para que nós possamos conversar com o Governo e sejamos ousados nas nossas ambições. Não sejamos tímidos. Sempre fomos ousados. Foi o Brasil quem puxou as decisões, mesmo não tendo as obrigações de redução do Protocolo de Kyoto. O Brasil não tinha suas obrigações, mas fez muito além do que se tivesse. Nós preparamos uma legislação no Brasil que está dando certo. É um país que investe hoje fortemente em biomassa, em energia eólica, em energia solar. Nós temos as nossas PCHs, a energia hidroelétrica. Temos soluções que deram certo: combustíveis como etanol, biodiesel. Foram frutos da ambição brasileira. Então, a nossa preocupação com o futuro é muito grande e por isso que a Comissão de Mudanças Climáticas promove audiências como esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Deputado Sergio Souza.

Agora ofereço, para iniciarmos a nossa audiência pública, a palavra a Dom Leonardo Steiner.

O SR. LEONARDO STEINER – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo especialmente o Presidente da Comissão, também o Sr. Relator e os dois debatedores que fazem parte aqui da Mesa. Agradeço o convite que me fizeram para estar aqui. Sábado retrasado, a Presidência da CNBB esteve como Santo Padre e agradeceu a Encíclica. E ele brincou, dizendo: "Mas vocês estão trabalhando a Encíclica?" Aí eu disse: "Olha, Santo Padre, estou indo ao Senado para uma conversa sobre a Encíclica. Os Senadores me convidaram e eu estou indo." Ele disse: "A Encíclica é importante, não porque eu escrevi [ele falou], mas a Encíclica é importante."

Gostaria apenas de fazer uma colocação um pouco histórica, depois tentar falar aquilo que, no meu modo de ver, é essencial dentro do texto que vai se desdobrando em seis capítulos e em seis capítulos sempre vai retomando o elemento principal, o fio condutor.

São João Paulo II já vinha abordando a questão do meio ambiente, mas quem havia abordado de maneira mais incisiva – isso passou muito despercebido entre nós – foi Bento XVI. Por exemplo, na Deus Caritas Est, há algumas afirmações muito importantes sobre o meio ambiente. Havia, da parte dele, uma preocupação muito grande com o meio ambiente. No entanto, foi o Papa Francisco quem tentou sistematizar.

Se nós tomarmos a Encíclica, nós vamos ver que ele justamente retoma o pensamento, a partir de São João XXIII, o pensamento dos Papas que o antecederam.

Quando nós estivemos logo depois da eleição com ele, Dom Raimundo ainda como Presidente da CNBB, nós dissemos a ele: "Santo Padre, vamos ter uma Encíclica sobre o meio ambiente?" Ele falou: "Vamos. Eu já estou trabalhando." Fazia poucos dias, poucos meses que havia assumido. Foi um trabalho muito longo; ele trabalhou durante dois anos. Ele se valeu de duas comissões importantes da Santa Sé. A primeira, a Comissão da Ciência. Nós temos uma comissão muito importante na Santa Sé, a da Ciência, de que participam cientistas que não estão ligados nem mesmo a uma religião. Não estão lá porque são católicos. Estão lá porque são cientistas; têm uma contribuição a dar como cientistas. A outra comissão é a Comissão de Justiça e Paz. Ele havia inclusive encomendado à Comissão de Justiça e Paz um texto que foi publicado quase meio ano antes, no qual nós encontramos diversos elementos que se encontram na Encíclica.

Ele havia também pedido ajuda. A nossa Conferência também enviou ajuda, alguns bispos enviaram ajuda, ele buscou ajuda de diversos cientistas e diversas conferências episcopais e nós sentimos essa presença dentro da Encíclica. Portanto, uma Encíclica que não saiu de uma pena. É uma pena, mas escrita, como dizia o Cardeal da Comissão de Justiça e Paz, "uma Encíclica escrita a muitas mãos". Quando nós estivemos em Roma logo após a publicação da Encíclica para o estudo e debate do qual pude participar, foi esta a expressão que o Cardeal usou: uma Encíclica escrita a muitas mãos.

Alguns meses antes da publicação da Encíclica, nós estivemos com o Santo Padre e brincamos: "Santo Padre, quando sai a Encíclica?" Ele falou: "Está dessa altura assim. Agora estou trabalhando com várias pessoas e nós queremos fazer um texto bem pequeno, muito significativo e denso, mas está enorme. E às terças-feiras eu estou trabalhando no texto". Isso para dar um pouco a noção também do trabalho. O texto foi muito trabalhado, ele foi muito pesquisado.

Grandes cientistas têm apontado apenas um elemento que talvez tenha faltado na Encíclica ser abordado. Aqui no Brasil, nós temos, por exemplo, no Nordeste, esse tipo de vegetação, são as estepes. Não aborda muito diretamente essa questão. E dois cientistas que mencionaram isto – "Pena que o Santo Padre não abordou essa questão"– dizem que em muitos países existe esse tipo de realidade ambiental.

Feita essa colocação rápida, eu gostaria de colocar agora o que, no meu modo de ver, ao ler a Encíclica, ao estudar a Encíclica, nós poderíamos tomar como pano de fundo. Para isso, gostaria de partir de três pequenos pensamentos.

O primeiro pensamento é do grande pensador hebreu Buber. Buber publicou uma pequena obra chamada Eu e Tu, em que ele fala das relações humanas. Vai dizer assim: "Só sou eu no tu. É o tu que me faz ser eu." Quer dizer, essa compreensão da pessoa humana como relação. Ele aborda isso provavelmente a partir do pensamento de Heidegger, que vai dizer que nós somos Mit-Dasien nós somos seres com ou somos seres em relação. Esse elemento de Buber é muito precioso porque ele tem três colocações dentro dessa pequena obra dizendo das relações que temos com as coisas, das relações entre nós e a relação com o grande outro, que é o terceiro pequeno capítulo da obra. Só para dizer que Buber dá uma importância muito grande à relação, não tanto à relação com as coisas, mas especialmente à relação interpessoal, que depois, Gadamer e outros vão aprofundar e também, como um grande hebreu que era, abordou a questão da transcendência da relação com o grande outro.

Só para dizer, então, que nós nos caracterizamos, aqui eu retorno a Heidegger e a um autor que eu pesquisei um pouquinho mais, para dizer que a expressão que nós mais usamos para dizer que somos seres é sempre "somos seres em relação".

O ser pessoa é ser em relação. Nós estamos sempre em relação. O que nos caracteriza é sermos seres em relação. O mais próprio do ser humano é esta extraordinária possibilidade de relacionar-se com todos e com tudo. Esse é, um pouco, o fundo da Encíclica, mostrando que inclusive dependemos das relações com os micro-organismos, por exemplo, como aborda a Encíclica.

O terceiro pequeno pensamento, antes de entrar na exposição um pouquinho, é um pensamento que o Santo Padre apresenta de Francisco de Assis. Francisco de Assis é uma gestação de um tempo. Ele, digamos assim, é a floração, a flor mais significativa de um tempo, mas também de um pensamento.

Existe uma pequena Capela dos Frades Menores em Bragança Paulista feita por um grande artista chamado Lorenz Heilmair e um mosaico, em que a partir do Sacrário, que é todo iluminado, ele vai desdobrando, mais ou menos quando, em uma água parada, lançamos uma pequena pedra lá no meio. Não se formam grandes círculos, vai-se desdobrando? Então, esse grande artista conseguiu demonstrar que esse desdobrar-se de Deus por Deus ser relação é desdobramento de tudo. Então, os anjos, as pessoas, os seres animados, os seres inanimados, tudo é desdobramento da relação de Deus. Talvez tentando abordar o que São Boaventura fala, no quinto capítulo do Itinerário Mente Romana para Deus, dizendo que Deus é um bem que se difunde. Deus, portanto, não é para dentro. Deus é para fora. Deus é relação.

Por que eu estou colocando isso? Porque o Santo Padre vai... Inclusive o título da Encíclica ele o tira de Francisco de Assis, em que toda compreensão medial de fundo é esse bem compreensivo de Deus. Então, as relações todas são tão significativas com o ser criado, devem ser tão cuidadosas porque é um sinal de Deus, é uma continuidade da relação de Deus. Por isto que Francisco de Assis vai chamar de irmão, de irmã, dentro dessa compreensão extraordinária de um tempo, em que tudo tem uma ligação, em que tudo está relacionado.

Feitas essas colocações muito rápidas e superficiais, eu gostaria de entrar, então, um pouquinho mais dentro da própria Encíclica. Por que o Santo Padre coloca Francisco de Assis quase como o modelo da ecologia? Não porque foi um homem que teve um cuidado especial. Nós temos umas narrativas das ageografias, não das biografias, mas das ageografias, mostrando o cuidado que Francisco tinha. Dizia aos frades: "Olha, não tirem todo o mato, não, do jardim. Deixem um pouco de mato lá." Ou afastando um pequeno animal, para que ninguém pisasse em cima ou, por exemplo, "corte o pedaço de lenha que você precisa, mas deixe outro para brotar", Francisco não é mencionado por isso. Francisco é mencionado pelo modo da relação com tudo. Por isso que o Santo Padre tomou como título da Encíclica – normalmente as Encíclicas são uma carta que o Santo Padre escreve aos cristãos –, retomou aqui o costume de São João XXIII e diz "as pessoas que creem", como também "as pessoas de boa vontade". Quem por primeiro fez isso foi João XXIII com a Pacem in Terris. O Papa retoma essa expressão tão bonita, dizendo que é para todas as pessoas, portanto.

Dentro da Encíclica, o Papa, ao falar de Francisco de Assis, a certa altura, vai falar das relações que estão rompidas, quebradas. E ele usa, dentro da Encíclica, três expressões: dominação, consumo e depredação. São três expressões. Diz que nós, em relação à natureza, estamos querendo dominá-la, nós estamos fazendo da natureza um consumo e estamos depredando a natureza. São três expressões, palavras muito fortes, mas que ajudam a compreender o arco da relação que temos atualmente com a natureza.

Por isso que, dentro do texto, depois, ele vai falar da questão do consumo, dos níveis de vida, vai falar da questão das relações internacionais, na questão da pobreza e assim por diante. Por quê? Porque estamos consumindo tanto que estamos depredando a natureza. Nós estamos consumindo a natureza de tal forma que ela não poderá mais nos aceitar como pessoas das suas relações mais próximas.

Então, dominação, consumismo e depredação. São três palavras muito fortes. Olhando a nossa natureza, olhando mesmo aqui em Brasília, nas realidades todas onde nós vivemos, onde vamos, nós vemos isso. Como criança, nós vivíamos perto da nossa família, que é enorme, nós vivíamos ao lado de um rio, onde nossa mãe lavava roupa e nós pescávamos e tomávamos o nosso banho. Naquele tempo, não tinha luz elétrica nem chuveiro; nosso chuveiro era o rio também no inverno. Hoje, não se pode pôr o pé dentro desse rio. Ele é um rio morto. Essa realidade está crescendo cada vez mais.

Vejam, por exemplo, a relação quebrada que existe de dominação, de consumo, especialmente. Vejam, por exemplo, quando se faz um *show* em determinado lugar. No dia seguinte, você passa e o que existe de plástico, de lixo e tudo o mais! É o consumo. Não existe o cuidado. Se nós avançássemos, por exemplo, só no cuidado do recolhimento do lixo, nós teríamos outro tipo de água, nós teríamos outros tipos de rios. O plástico está invadindo tudo. Depois das enchentes, nós vemos os plásticos pendurados nas árvores.

Portanto, quando o Santo Padre coloca essas três expressões, está colocando um elemento fundamental: que tipo de relação temos com a natureza? É por isso que, a certa altura, ele vai tomar o texto do Gênesis e,

na melhor tradição hebreia, vai fazer a interpretação desse texto, quando diz, no Gênesis, "dominai". O que ele diz com "dominai"? Ele reinterpreta isso, porque isso talvez tenha sido um dos elementos que têm nos levado a esse modo de relação. Nós entendemos dominar como dominação, sugar, consumir, depredar...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO STEINER – Então, ele vai dizer o seguinte: não é esse o sentido de dominar. A palavra dominar vem do latim e tem um significado muito bonito, é *dominus*. Mas a palavra casa, e é casa comum, diz a Encíclica, é *domui*. Então, significa, onde todos nós cuidarmos de tal modo, sermos tão senhores, tão senhoras de tudo, onde tudo possa estar em casa. Onde tudo possa se sentir em casa; todos os seres possam estar em casa. Ele reinterpreta, portanto, esse texto do Gênesis como cuidar e cultivar. Cuidar e cultivar. Essa é a reviravolta das relações. Ele retoma o texto do Gênesis, o reinterpreta, o coloca de uma maneira mais, digamos, condizente com o próprio da pessoa humana, com o próprio do Deus Criador e vai insistir em que o próprio nosso, o próprio do cuidar, o próprio do ser senhor, o próprio da casa é cuidar e cultivar.

É por isso que, dentro da Encíclica, depois, por isso o Evangelho da Criação, no segundo capítulo, onde ele analisa isso, vai começar a analisar, dentro do texto, por exemplo, qual é o problema da raiz? Mas quando fala das relações internacionais da questão ecológica... Foi impressionante ouvir o presidente daquelas ilhas que estão para desaparecer no Pacífico, ver a angústia de um presidente que vai ver desaparecer o seu mundo, o seu país. É impressionante ouvir como as águas começam a subir, como país está fadado a desaparecer e como eles estão empregando toda a economia para tentar possibilitar uma sobrevida.

Então, essa questão, no meu modo de ver, na leitura que eu tentei fazer, acho que o meu tempo já está esgotando ou já esgotou, eu queria apenas colocar essa questão de fundo para podermos compreender a questão ecológica, a questão do meio ambiente, o porquê do cuidado, por exemplo, em relação aos agrotóxicos, por que essa questão da mineração. Está aqui agora no Congresso Nacional o Código de Mineração. Nós esperamos que o Congresso Nacional não ouça apenas as mineradoras. Ouça os povos, as comunidades envolvidas.

A mineração tem sido um desastre no nosso País. Esse modo de levar, de conduzir a mineração com as águas tem levado a um desastre das águas, à poluição das nossas águas. Quer dizer, todo esse modo é o modo da relação. Por que esse modo todo? Porque, lá no fundo, há um cifrão atraindo, um consumo atraindo, ao passo que toda a tecnologia que nós temos hoje possibilita outros modos de exploração, outros modos de extração. É claro que exige muito, mas também por isso o Santo Padre vai dizer: "Olha, por que, então, não termos tecnologia que repassemos aos povos mais necessitados, às realidades mais necessitadas?" Vejam, portanto, que tudo, no fundo, se trata de relação.

Por isso, vai usar uma expressão muito forte que ninguém havia usado, até então, na Igreja. Vai falar em conversão ecológica. Vocês já ouviram falar nisso? Normalmente, quando ouvimos falar em conversão, estamos falando de uma pessoa que crê e que tenta mudar de vida. E o Santo Padre fala que é preciso de uma conversão ecológica. Quer dizer, é preciso de uma nova postura, uma nova compreensão, novos olhos, novas relações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Dom Leonardo. (*Palmas.*)

Ofereço, na sequência, a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Presidente, eu queria inicialmente agradecer o convite. Eu sempre volto a esta Casa e a esta Comissão com o maior gosto, uma comissão mista, como sempre o fiz durante lá se vão trinta anos de participação em eventos, em seminários, em audiências públicas tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. Venho muito mais para aprender, como acabo de aprender aqui com a intervenção inicial de Dom Leonardo.

Permita-me, Presidente, agradecer aos eminentes Senadores que estão diretamente relacionados à convocação desta audiência pública. Primeiro, a V. Exª, ao Senador Jorge Viana, que estava até há pouco aqui e certamente voltará, ao Senador Capiberibe e também ao Deputado Sarney Filho, que foram, em nome do Parlamento brasileiro, buscar o apoio da CNBB e também do próprio Núncio Apostólico, que não está conosco hoje aqui, mas eu pediria a Dom Leonardo que levasse os nossos cumprimentos e agradecimentos pelo empenho pessoal que ele tem com este tema e os debates no Brasil.

Agradeço também, enfim, aos demais Senadores que aqui se encontram, especialmente aos Senadores da Amazônia, vejo a Senadora Vanessa entrando aqui, o próprio Senador Capiberibe, e o meu colega, amigo de muito tempo, Washington Novaes. Sempre leio os artigos do Washington como um...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Ministro...

O SR. HERMAN BENJAMIN – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – V. Exª está vendo que nós somos aqui moradores do mesmo rio. O Capiberibe cuida da foz, a Vanessa do médio Amazonas e eu lá das cabeceiras. Eu acho que o privilégio é meu, porque cabeceiras são lugares de águas puras, onde...

O SR. HERMAN BENJAMIN – Mas também onde a responsabilidade é maior.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Muito maior.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Vocês não podem fazer besteira por lá, não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Mas eu acho que quem está na cabeceira é o mais responsável, mas também talvez... não é proprietário – esse termo não é adequado para o meio ambiente –, mas é o responsável pelo rio. Quero dizer com isso que o rio é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Já que o Senador Jorge Viana fez a interrupção, eu queria ter a alegria de agradecer também ao Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, que providenciou essa transmissão ao vivo pela TV Senado, tendo em vista a importância do tema que estamos aqui debatendo.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Bem, como segundo a falar, V. Exª, ao trazer o rio, nos liga diretamente à Encíclica e, ao trazer a Amazônia e imediatamente retificando a ideia de propriedade, também nos liga à Encíclica, como vamos ver em seguida.

Dom Leonardo, filósofo, teólogo, trouxe um panorama rápido, conciso na perspectiva precisamente filosófica e teológica.

Eu gostaria aqui – e não poderia ser diferente – buscar encaminhar uma análise breve da Encíclica para o objetivo jurídico.

Começo dizendo que essa não é uma Encíclica dos católicos ou para os católicos. Esse ponto de partida é fundamental. Essa Encíclica, como o próprio texto o diz, é "um documento dirigido a todas as pessoas de boa vontade". Portanto, católicos, não católicos, cristãos, não cristãos, crentes e ateus. O fio que une todos essas pessoas é exatamente a expressão: pessoas de boa vontade. Daí que essa Encíclica, ao contrário de outras Encíclicas, não tem o objetivo limitado apenas ao marco ou, se quiserem, às muralhas da Igreja Católica ou do cristianismo. O Papa falou para todos.

Em segundo lugar, é um texto tão rico e tão complexo – aliás, está disponível *on-line*, em tradução para o português e eu recomendo que leiam, imprimam e leiam. Vão se emocionar –...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – É, o texto está em português de Portugal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – Eu vi Dom Leonardo com o livrinho, já ia pedir uma cópia ou saber onde posso comprar, porque eu tenho o texto impresso do computador.

O SR. LEONARDO STEINER – Se eu puder interromper, Sr. Ministro, eu enviei a todos os Senadores o texto e estamos enviando também a todos os Deputados. Eu posso enviar também para o senhor, Sr. Ministro.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Não só para mim. Eu acho que os juízes brasileiros precisam ler essa Encíclica.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Eu acho que o senhor deveria começar a vender, viu, esses impressos aí. (*Risos.*)

O SR. HERMAN BENJAMIN – É a minha sugestão. Vou fazer ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e à Associação dos Juízes Federais, na medida em que não é texto religioso *stricto sensu*, que se faça uma edição conjunta para a divulgação perante o Judiciário.

Pois bem, essa é uma Encíclica que permite várias leituras simultâneas, embora, como Dom Leonardo indicou, cuide também – aspas – "do evangelho da criação" – fecho aspas. Permite uma leitura religiosa, eu não me sinto habilitado a fazer essa leitura. Permite uma leitura ética, também não me sinto habilitado; essa é tarefa dos filósofos, como Dom Leonardo ou Washington Novaes. Permite uma leitura científica, tal a quantidade de dados que estão lá. Não é apenas um texto que vem da inspiração – e já seria muito válido – do Papa Francisco, mas é um texto baseado na ciência, que também permite a leitura política – e por isso estamos no Parlamento –, a leitura econômica – e os atores econômicos precisam debater essa Encíclica – e, finalmente, de grandes repercussões jurídicas.

Terceiro ponto introdutório a ser realçado é que não é uma Encíclica sobre as mudanças climáticas apenas. É uma Encíclica que começa tratando exatamente de – aspas – "poluição, resíduos e cultura do descarte" – fechou aspas – e segue com a questão da água, tão cara ao Presidente, a mim mesmo que venho do Sertão da Paraíba –, continua com a perda da biodiversidade – Senador Jorge Viana, algo que V. Exª se dedica com tanta

paixão – e menciona expressamente – aspas –, Senador Capiberibe, a "Amazônia e a Bacia Fluvial do Congo" – fecho aspas –, e aí, Senadora Vanessa, vem o ponto extraordinário.

Porque se só mencionasse nós, brasileiros, já nos sentiríamos extremamente honrados, mas qualifica a Amazônia e a Bacia Fluvial do Congo como – aspas – "pulmões do Planeta repletos de biodiversidade" – fecho aspas. Antes, falávamos em pulmões do Planeta. O Papa vem e diz: "Não, pulmão do Planeta, sim, mas é mais do um pulmão, já que abriga essa vastíssima biodiversidade, a maior biodiversidade planetária, que está nas florestas tropicais.

É um texto que, na perspectiva metodológica, parece-me perfeito, porque começa com o diagnóstico – aspas –, "o que está a acontecer a nossa casa" – fecho aspas –, e termina, meu caro Washington, com um plano de ação. Veja que encíclica extraordinária, um plano de ação modestamente chamado de – aspas – "algumas linhas de orientação e ação" – fecho aspas. Ou seja, o Papa não pregou apenas na teoria, mas já trouxe algumas indicações mais concretas para todos nós, esses – e eu utilizo a expressão –, nós todos, que estamos convencidos, que fazemos parte do grupo das pessoas de boa vontade.

Eu termino essa parte introdutória, afirmando que, considerando a enorme complexidade desse texto, que exige aprofundamento do Congresso Nacional, a minha sugestão é que outras audiências públicas sejam realizadas para analisar especificamente os pontos – água, biodiversidade, resíduos, consumo sustentável –, todas essas questões que estão previstas e que evidentemente nós não podemos enfrentar. Mas há uma tarefa maior para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados e para o Senado, que advém dessa encíclica. É, com base no seu texto, rever a legislação brasileira, verificar as impropriedades que aí estão, verificar as omissões que aí estão, porque é tarefa do Congresso Nacional cuidar do marco regulatório. E o nosso Congresso tem feito um excelente trabalho na área ambiental. Eu poderia listar aqui vários textos legislativos, a começar pela própria lei do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima e esta Comissão conjunta, mista, permanente, que é algo extraordinário no mundo como um todo.

Eu queria, agora, tratar de algumas questões que têm relevância jurídica. Esse é apenas uma apanhado rápido que eu faço diante do tempo escasso que todos nós temos – há uma posse às 11 horas em que, infelizmente, eu tenho que estar.

O pano de fundo dessa encíclica é aquilo que o Papa denominou "preocupação comum", que vai derivar ou desaguar em responsabilidade comum. E aqui eu trago um autor que eu imagino que seja muito caro ao filósofo Dom Leonardo, que é Hans Jonas, na sua ética da responsabilidade. Isso permeia o texto da encíclica. Na perspectiva da preocupação comum, a encíclica fala em nossa casa comum. Duas referências extraordinárias. Primeiro, porque é uma referência que nos leva ao ambiente mais estrito do nosso viver, que é a casa. Mas é também o mais sagrado, porque nós sabemos que até para o Direito Penal a casa, a residência, é protegida.

Além disso, o Papa em derivação dessa preocupação comum, da ideia de nossa casa comum, que está repetida em vários pontos da encíclica, faz uma referência consequencial a uma nova solidariedade universal.

Ou seja, quando nós falamos de solidariedade, que é a base do Estado Social, e se formos à nossa Constituição Federal, enganam-se aqueles que ainda pensam que nós vivemos em um regime de capitalismo selvagem.

Esses são desafetos do Texto Constitucional. Porque lá no artigo 3º do Texto Constitucional está a solidariedade como base de todas as instituições e, para usar a expressão de Dom Leonardo, das relações que daí derivem no nosso País. Mas o Papa Francisco vai mais além e qualifica esta solidariedade. Não é a solidariedade tradicional, é uma solidariedade, primeiro, que é nova, por quê? Porque inclui o ecológico, inclui o abstrato, a relação com as gerações futuras, mas é também uma solidariedade universal. Não está baseada em um único país, nem mesmo e um grupo de países, mas é uma solidariedade do planeta como um todo.

(Soa a campainha.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – A encíclica fala do desenvolvimento sustentável, mas também aqui inova. Não é mais apenas desenvolvimento sustentável, é desenvolvimento sustentável e integral. E aí nós podemos fazer várias audiências públicas para debater o que é o desenvolvimento sustentável integral. Porque o sustentável reforça o integral e o integral reforça o sustentável.

É também uma encíclica que, pela primeira vez, a este nível, dá à degradação ambiental nome e sobrenome: chama-a de crise ecológica. Ou seja, no passado, e não faz muito tempo, nós, que nos preocupávamos com a questão ambiental, inclusive a CNBB no documento preparatório lá da Rio 92, que está citado na encíclica – portanto a CNBB não é nenhuma noviça nesse tema – todos éramos chamados de pessoas que viviam um clima catastrófico. Era uma forma de diminuir a seriedade das preocupações que nós tínhamos. E agora vem o Papa e diz: "Não, isto tem nome, chama-se crise ecológica!" Portanto, não é um mero desacerto circunstancial do sistema produtivo ou do sistema de consumo, mas é uma crise efetiva.

Eu termino indicando algumas outras preocupações desta encíclica, e que nós não podemos esquecer: a preocupação com os pobres. A crise ambiental é única, mas ela afeta as pessoas de maneira diversa. Nós todos que estamos aqui temos condições de nos mudar, buscar lugares mais aprazíveis. Os pobres e os hipervulneráveis não têm, estão condenados a viver a crise ecológica na sua inteireza. E esta encíclica, do começo ao fim, seja no plano internacional, seja no plano local, não esquece a preocupação complementar que nós devemos ter com os pobres e com os vulneráveis.

Eu encerro com alguns aspectos jurídicos que eu apenas lanço, mas que estão em sintonia com a nossa Constituição, com o Direito Ambiental brasileiro e, o mais interessante – Washington, você que esconde que é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, não constou no seu currículo. Aliás, nunca consta, mas ele é formado pela Universidade de São Paulo em Direito –, aqui, a nossa jurisprudência está cada vez mais caminhando em sintonia com esta visão da encíclica. Quais são esses pontos? Eu só listo.

Primeiro, a definição expressa no texto do clima como "bem comum". Bem, no sentido de objeto.

E isto está em sintonia, Senadora Vanessa, com a Lei nº 12.187, a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É exatamente o que o Congresso Nacional, Câmara e Senado, fizeram ao elaborar esta lei, pela primeira vez, tratando o clima como um bem jurídico a ser tutelado e um bem jurídico de caráter universal.

A encíclica critica – aspas – "a privatização dos espaços" – fecho aspas. E a poluição não deixa de ser uma privatização de espaços intangíveis. Poluição do ar, poluição das águas com resíduos pela mineração, como aqui mencionado por Dom Leonardo, e vai além, veja que texto jurídico: "O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade, e é consequência e responsabilidade de todos". E, aí, para mim, a expressão mais preciosa entre tantas, na perspectiva jurídica, desta encíclica. "Quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos" – fecho aspas.

Uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça, anterior à encíclica, diz exatamente isto, que quem é titular de serviços ecológicos, e todos somos, tem uma posição apenas fiduciária, vale dizer, de cuidado, exatamente como afirma aqui a encíclica.

E, por último, é uma encíclica que se manifesta de maneira direta contra um possível direito nosso, dos seres humanos, de decretar a extinção de espécies. E o texto afirma: "Cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua, da bactéria aos mamíferos." Eu repito, "cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua." Traduzindo em linguagem jurídica, nenhum de nós – pessoas físicas, pessoas jurídicas, Estado – tem direito a decretar a extinção de uma única espécie.

E, por fim, a encíclica fala, e parece que estava falando até para o Congresso brasileiro, que fez o seu dever de casa neste ponto em – aspas – "transparência nos processos decisórios" – fecho aspas. É a democracia ambiental, é a participação vinculada à informação adequada no licenciamento ambiental, no estudo prévio de impacto ambiental. Tudo isso, e aqui eu encerro – aspas – "ouvindo os gemidos da irmã Terra" – fecho aspas, que certamente vão nos levar à – aspas – "conversão ecológica" – fecho aspas –, inclusive do Direito e de nós juízes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Encerrando o nosso painel, eu ofereço a palavra agora ao jornalista Washington Novaes.

O SR. WASHINGTON NOVAES – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Presidente da Mesa, o Senador Fernando Bezerra, os demais membros daqui da Mesa, vou tentar ser breve, estamos atrasados. E quero cumprimentar as duas exposições feitas, que foram muito enriquecedoras aqui.

Vou tentar me concentrar em um aspecto desta questão e dizer o seguinte: que é muito adequado ter como inspiradora desta audiência a recente encíclica papal *Laudato si',* que coloca no centro da atenção as grandes questões do mundo de hoje: a insustentabilidade no consumo de recursos naturais, a concentração da renda no mundo em estratos privilegiados da população, a crise na área dos recursos hídricos, a degradação do solo, a desertificação.

É preciso reconhecer, de início, e isso tem que ficar muito claro, uma crise do padrão civilizatório. Não é forçar uma expressão, não é chamar a atenção desnecessariamente. Os nossos modos de viver hoje não são compatíveis com as possibilidades do Planeta e é preciso agir sem perder tempo.

Então, depois das exposições do Dom Leonardo e do Ministro Herman, eu prefiro me concentrar em alguns aspectos mais específicos e lembrar que o Brasil tem responsabilidade no seu Congresso muito forte em relação a essas questões que estão sendo tratadas, em especial a esta que eu vou tratar, que é a questão do clima e dos problemas na área do clima. Lembrando o seguinte, uma coisa que é esquecida todos os dias, o Brasil tem milhões de pessoas morando em áreas vulneráveis às mudanças climáticas e que podem pagar até com a vida o fato de estarem morando ali.

Sempre que se fala em clima, alguém lembra que há cientistas que divergem sobre a questão da gravidade das mudanças climáticas – eu não sou cientista, eu sou jornalista –, mas é preciso lembrar o seguinte,

que o Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima, o IPCC, tem 600 cientistas que coligiram os pontos de vista, as representações, os trabalhos científicos de milhares de outros cientistas e chegaram a um diagnóstico que é incontestável. Então, é preciso partir daí, é um fato concreto.

E a mais recente reunião preparatória para a Assembleia do Painel de Mudanças Climáticas, que será em dezembro, em Paris, terminou há poucos dias em Bonn, e ainda sem resultados concretos e sem um texto final definido para Paris, apenas com um esboço de 83 páginas, com muitos adendos em cada item que precisam ser conciliados, porque são posições divergentes dos países, e são contraditórios, são 196 países que participam dessa discussão. Eu vou me permitir mostrar aqui, esse não é o último, é o penúltimo esboço para o texto que vai ser discutido, é uma coisa inacreditável. Tudo é colocado em dúvida porque cada país coloca os seus interesses específicos na área econômica, na área política, em várias outras áreas. Então, esse processo de negociação levou o Secretário-Geral da ONU, o Ban Ki-moon, a Assembleia do Painel de Mudanças Climáticas ao "passo de lesma das negociações".

A Ministra do Meio Ambiente brasileiro, Izabella Teixeira, advertiu que Paris não será apenas um acordo sobre meio ambiente, e, sim, sobre a geopolítica do desenvolvimento do Planeta sobre novas trajetórias das economias no mundo.

O Observatório do Clima, entretanto, diz que o mundo está em uma trajetória de aquecimento da temperatura em 3 graus Celsius. Em 2030, haverá emissões de poluentes entre 17 e 21 bilhões de toneladas anuais, muito além da redução necessária para não ultrapassarmos os 2 graus Celsius e evitarmos um cenário indesejável. Só a Etiópia e Marrocos, entre os 29 países que apresentaram propostas até aqui, tinham limites compatíveis com as metas desejadas.

Se for incluída a China, o excesso seria de 31 bilhões de toneladas anuais. Considerados os 60 países, com o equivalente a 70% das emissões, não se atingiria o objetivo de limitar o aumento da temperatura em 2 graus, diz a ONU. E a Secretária-Geral da Convenção do Clima, Christiana Figueres, diz que não há ainda sequer recursos financeiros disponíveis para a próxima reunião.

O Brasil, infelizmente, está ainda entre os países que não divulgaram as suas propostas, e aí entra uma tarefa importante para o Congresso Nacional também. O texto que deve, ou não, ser aprovado em Paris prevê que ele será operacionalizado, isso é a melhor hipótese, a partir de 2020 – aprova-se um texto agora para começar a ser operacionalizado em 2020, cinco anos depois –, e a partir daí é que os países terão de cumpri-lo obrigatoriamente.

Na primeira semana de outubro deverá ser conhecida a proposta que, a partir do rascunho de Bonn, está sendo preparada por um diplomata da Argélia e outro dos Estados Unidos, mas é preciso prestar atenção a uma coisa que a comunicação brasileira nem sequer fala. Esse texto que ainda vai ser discutido e que se espera seja aprovado não será um texto vinculante, porque a legislação norte-americana não permitiria isso: um texto vinculante. Lá, esse texto terá que ser aprovado pelo Congresso. Então, isso já representa, na melhor das hipóteses, um novo obstáculo a ser vencido ainda, que será o da proposta norte-americana. E a primeira discussão preliminar antes de Paris acontecerá agora em outubro, do dia 9 a 27.

Nicholas Stern, um dos mais respeitados cientistas da área, afirma que, no ritmo atual, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera até 2035 levará a temperatura a subir mais de 2 graus. Poderá até, com 50% de probabilidade, ultrapassar 4 graus Celsius e assim permanecer durante mais de um século.

No painel do *Global Apollo Program,* em que se discutiu o tema em junho, a conclusão foi de que não será possível avançar na direção correta sem eliminar os U$550 bilhões anuais de subsídios atualmente concedidos às energias fósseis, assim como financiamentos de U$144 bilhões de bancos privados a empresas poluidoras. Mas a União Europeia tem hoje apenas 15% de energias renováveis e 1,1 bilhão de pessoas no mundo sequer dispõem de energia elétrica, e é preciso dar energia elétrica a essas pessoas. Se forem acrescentadas as que usam querosene, biomassas poluidoras e outras fontes não recomendadas, chega-se ao total de 3 bilhões de pessoas nesta situação indesejável.

O Brasil já anunciou que pretende explicitar neste mês sua posição sobre o tema, o que poderia acontecer na próxima reunião sobre desenvolvimento sustentável no mundo ou até na Assembleia-Geral da ONU, antes da reunião preparatória do clima, em Paris.

Até aqui, alguns objetivos já foram anunciados no Brasil, já foram alinhavados, digamos assim: zerar o desmatamento ilegal até 2030, passar para 33% as energias renováveis no País, reflorestar, vejam bem, 12 milhões de hectares de áreas que foram devastadas, compensar as emissões decorrentes da supressão da vegetação, mas não se sabe se haverá um número absoluto para redução de emissões até 2020. Agricultura e Minas e Energia ainda têm de definir os seus objetivos.

Segundo a Ministra do Meio Ambiente, o Brasil fez mais que qualquer outro país na redução de emissões e temos metas para zerar até 2030 as emissões ilegais, embora elas ainda correspondam a 60% do total.

No ano passado, um componente indesejável esteve nas emissões de poluentes por termelétricas, movidas principalmente a carvão, e que foram acionadas com a crise no abastecimento de água e sua influência nas hidroelétricas, mas, por incrível que possa parecer, ainda se fala nesta hora em implantar novas termelétricas no País. Em contrapartida, caíram em 22% as emissões pelo consumo doméstico de lenha, inclusive com subsídios ao uso de gás liquefeito de petróleo. A lenha já representou 80% da energia nos domicílios brasileiros.

Um dos centros de atenção hoje está na viabilização de formatos de estocagem para as energias solar e eólica. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente coloca o Brasil em sétimo lugar entre os maiores investidores na área, com U$7,62 bilhões em 2003, dos quais U$6,2 bilhões em eólica, mas há pontos sensíveis.

Entre 1900 e 2013, nossas emissões totais quase dobraram, se for excluída a área do desmatamento. Nossas emissões totais estão em 1,2 bilhão de toneladas de dióxido de carbono equivalentes. Um dos pontos mais controvertidos hoje nessa área é o das emissões da agropecuária, que interessa particularmente a esta Casa, que tem representantes de todo o País. O Brasil tem, segundo estudos na Universidade Federal de Minas Gerais e outros órgãos, 211 milhões de reses, é o maior rebanho do mundo e o Brasil é o maior exportador de carne, com 20% da sua produção.

Cada boi emite por ano entre 50 e 60kg de metano, segundo as medições da Embrapa em Jaguariúna – eu fui lá acompanhar esse estudo –, e o metano é 21 vezes mais poluente que o carbono. Até 2030, nós deveremos chegar a 250 milhões de reses, mas as pastagens cairiam, ou poderiam cair, 21% com métodos mais adequados. A produção subiria de 3,5 arrobas por hectare para 5,8 arrobas, com duas reses por hectare, em lugar de uma, como é a média brasileira hoje, que é baixíssima. O valor bruto da agropecuária hoje é de R$473,2 bilhões por ano, dos quais R$303,34 bilhões, nas lavouras, e R$169,88 bilhões, na pecuária.

Muitos caminhos têm sido apontados para melhorar o panorama da pecuária, hoje com 5% do Produto Interno Bruto e 62% das emissões decorrentes da emissão de metano e desmatamento. Alguns desses caminhos apontados são: coibir o desmatamento ilegal, impedir a grilagem de terras públicas, restringir o crédito rural para candidatos não qualificados, criar e implementar áreas protegidas, chegar ao desmatamento zero na Amazônia, crédito rural subsidiado para bons produtores, melhora da assistência técnica, sensores inteligentes na terra para controlar a umidade do solo e a irrigação sem desperdício. Mas é preciso trabalhar muito em outros setores.

No planejamento urbano, por exemplo, para reduzir o trânsito de veículos no País e a emissão de poluentes. Nós já estamos com mais de 70 milhões de veículos nas ruas e mais 3 milhões a cada ano. O licenciamento e a fiscalização são precários, as emissões só crescem. Precisamos trabalhar muito no controle das emissões industriais, que hoje é muito deficiente, na meta do desmatamento zero e na recuperação das áreas degradadas em muitos lugares e com urgência.

Como dizia o Cardeal belga Joseph Suenens, com a velocidade da informação, o que levava um século para acontecer, hoje acontece em uma década. O que levava uma década, hoje acontece em um ano. É preciso ter pressa! E lembrando ainda o Presidente da França Jacques Chirac, que na Conferência Mundial do Desenvolvimento na África do Sul, em 2002, já dizia: "Nossos filhos e netos vão nos olhar nos olhos e dizer: ' vocês sabiam de tudo e não fizeram nada'!"

Então, eu termino agradecendo mais uma vez o convite para estar aqui e lembrando a enorme responsabilidade do Congresso brasileiro na condução da discussão desse assunto na viabilização de um plano nacional para acentuar a velocidade da questão do clima. Para ver como nós estamos atrasados, termino mesmo com um episódio verdadeiro, cômico, que mostra o quanto a nossa visão de mundo é precária.

Eu moro em Goiânia, e um dia saí da minha casa, de carro, levando um chefe do Xingu – eu gosto muito de índio, muita gente sabe disso –, levando o Atamai, que é um chefe Waurá que morreu recentemente. Eu estava com o Atamai no carro e, quando entramos em uma pista de rodovia, o Atamai me perguntou, falou: "Por que vocês caraíbas [que é como eles chamam os brancos] tapam todos os poros da terra e não deixam a terra respirar?" Eu falei, "Bom, Atamai, isso aí é para que os carros possam andar em uma superfície mais plana, possam andar melhor, possam andar mais depressa e tal", e seguimos.

Quando passamos em uma segunda lombada eletrônica, ele disse: "Por que caraíba faz calombo na terra?" Eu disse: "Bom Atamai, isso aí é porque, se não tiver isso, os carros correm muito, pode haver desastres, podem matar as pessoas". Ele ficou quieto, e dali a pouco ele disse: "E por que caraíba, primeiro, fecha tudo na terra para ficar liso e andar depressa, e, depois, faz calombo para andar devagar?"

Nós estamos um pouco assim e precisamos cuidar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou passar a palavra para os autores do requerimento que suscitou esta audiência pública.

Inicialmente, dou a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Eu agradeço, até porque já estava pedindo permissão ao Presidente para me retirar conta da posse do Dr. Rodrigo Janot, aonde vamos. Mas eu não poderia deixar de, pelo menos, dar uma palavra de agradecimento pela presença e pela exposição do Dom Leonardo, do nosso Ministro Herman Benjamin e dessa extraordinária figura que é o jornalista Washington Novaes.

Eu acho que nós estamos fazendo algo que é correto. A gravação desta reunião vai ser reproduzida várias vezes na TV Senado, ela é fonte de inspiração para a nossa atuação aqui no Parlamento e ela é a base, que eu diria, do debate que vamos fazer com a Ministra Izabella no próximo dia 30.

Eu queria cumprimentar o Senador Capiberibe pela iniciativa, eu me associei a ela também, o Ministro Herman, o Ministro Fernando Bezerra, todos os colegas. Estamos aqui ao lado do meu conterrâneo também, o Deputado Federal Raimundo Angelim.

E eu queria dar aqui... Eu participei de um debate no Acre poucas semanas atrás com a ex-Senadora Marina Silva, eu, fazendo uma palestra, e ela também. O tema era mais ligado à mudança do clima, essa questão que nós vamos ter agora. Estamos todos em uma expectativa de que em dezembro, de alguma maneira, este Planeta, ou os seus líderes, ou os governantes, ou os dirigentes das Nações tenham juízo e possam nos apresentar um documento que, de maneira objetiva, possa pôr fim a essa relação absolutamente insustentável da atividade humana com o nosso Planeta.

Os documentos do IPCC chegam a essa conclusão, quer dizer, há uma conclusão clara: que as mudanças que nós estamos experimentando são em decorrência da atividade humana. Isso é muito importante que a gente reflita. Quer dizer, esse modelo de produção e consumo esgotou-se. E eu acho que o Dom Leonardo iniciou – e depois o Ministro Herman foi aprofundando, e com esse complemento do jornalista Novaes –, nós estamos em uma situação onde me parece que essa encíclica do Papa Francisco... No fundo, é uma carta, é um documento que os papas podem fazer quando entendem que há algo que atinge a todos, que precisa do entendimento por todos ou de uma comunicação com todos. É um documento fantástico, extraordinário, eu citei parte dela no debate lá com a Marina, mas é lamentável como o tempo real da gravidade que o mundo enfrenta, que a sociedade enfrenta – seja com a fome, com o limite ao acesso à água, nas relações com os recursos naturais da nossa civilização –, é um tempo diferente quando se trata de governos, dos líderes mundiais. Eu acho que, aqui, o primeiro registro que eu queria fazer, Dom Leonardo, é como o Papa e a Igreja, óbvio que ele é o expoente da Igreja, estão sintonizados com este tempo. Isso deveria ser um exemplo para os governantes, para os líderes mundiais.

Eu não tenho nenhuma dúvida, e sobre isso nós debatíamos lá com a Marina, de que nós não estamos diante de uma crise qualquer. A palavra mais pronunciada, e talvez a mais escrita, o substantivo, no mundo é sustentabilidade. Por si só, isso já é importante, mas ela não vira atitudes, ações, ou um pouco. Especialmente, empresas são muito finas em usar mais como um *marketing* do que como uma atitude concreta de mudança de comportamento.

A crise que nós estamos vivendo não é uma crise econômica, política e ética somente, mas ela também, tudo isso, é uma crise comportamental, é uma crise de intolerância, e aí vai. Essa questão agora dos imigrantes, será possível que não está evidente que é uma guerra disfarçada o que nós estamos vivendo? Quer dizer, em vez de agora haver uma invasão de um território por outro, estão indo as pessoas com as crianças. Vão fazer o quê? Usar as armas para matar? Nós estamos vivendo hoje uma situação crítica, não adianta erguer muro. Aliás, o que nós precisamos, talvez, seja tirar os muros que separam aqueles que têm daqueles que não têm nada, daqueles que podem daqueles que não podem nada.

Então, no debate, nós chegamos assim. Nós estamos vivendo – e eu acho que o jornalista Novaes colocou de alguma maneira isso – uma crise civilizatória. É uma crise dos 7 bilhões que ocupam o Planeta. E a gente falava, de crise civilizatória, nós não temos referência. A todas que nós tivemos, elas se puseram fim. Quando os romanos entraram em uma crise, pelo sucesso que eles faziam ocupando o mundo inteiro, e ocupando e ocupando com armas e poder, quando ruiu não ficou nada para dizer como superar esse tipo de crise. Nós não temos referência de como superar crise civilizatória. Nós temos alguns exemplos de crise econômicas ali, de crises específicas para um lado e para o outro, mas de crise civilizatória, todo mundo que viveu, ruiu, e não ficou nada. Não ficou nada, nem um legado.

Então, o nosso tempo é muito escasso, mas talvez o melhor seja ampliar o grau de consciência. A causa ambiental é interessante porque pode ser uma atitude individual. Nós precisamos que cada um mude o seu comportamento, mas essencialmente que essa modelagem que o mundo vive possa também passar por mudanças.

Uma das coisas mais fantásticas, vi aqui, é o uso do avanço tecnológico, ontem, eu citava isso na sabatina do indicado para a Anatel, ex-Senador Anibal Diniz. O Papa trata isso com muita propriedade, porque coloca que nós estamos virando escravos da tecnocracia, e quando a tecnociência é uma coisa fantástica, está escri-

to aqui, pelos avanços que nós trouxemos, mas pegue esses avanços e transformem em algo que escravize as pessoas, que ponham todos dependentes!

Nós temos 370 milhões de acessos à internet no Brasil, e há 15 anos tínhamos 20 milhões, mas agora todos nós estamos dependentes de mecanismos que foram criados recentemente e que têm um custo de geração de consumo de energia para serem colocados à disposição que vai nos levar a um esgotamento.

Então, eu queria, além de agradecer a todos, cumprimentar o Presidente Fernando Bezerra, dizer que, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, eu estou muito satisfeito. Acho que aqui iniciamos um debate que nós vamos multiplicar em várias ações. Eu mesmo falava com o Deputado Angelim, vou fazer um outro seminário em Rio Branco sobre a encíclica do Papa com o Padre Luiz Ceppi, vamos fazer um debate, chamar o Dom Moacyr para estar junto conosco lá no Acre, ele está em Rondônia.

E eu só queria, além de agradecer, dizer que o Senado precisa aprofundar isso, nós precisamos. O Senado é a Casa da Federação no Brasil.

Ontem, eu vi Dom Leonardo e outros falarem que estão com esperança de que o Senado, com calma, com tranquilidade, possa pôr fim a esse ambiente de intolerância, que se possa um ouvir o outro, que se possa levar em conta um documento tão extraordinário como esse que, para mim, tem que ser lido, relido, estudado, debatido, discutido, como nós fizemos aqui na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Jorge Viana, antes de V. Exª se retirar, eu queria comunicar que nós vamos agasalhar a sugestão do Ministro Herman Benjamin no sentido de promover pelo menos mais duas audiências públicas em torno da Encíclica do Papa *Laudato si'.*

Na realidade, nós temos já aprovada a viagem a Manaus para o conhecimento e a visita à Torre Alta. E nessa visita a Manaus, nós vamos fazer um painel sobre biodiversidade. E, em outubro, vamos fazer um painel, ou em Fortaleza, ou em Recife, sobre a questão da crise hídrica. Então, dois temas que serão aprofundados a partir desse início dessa discussão que nós aqui hoje vivenciamos. Então, eu queria agradecer os comentários de V. Exª.

Com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Angelim, participantes desta Mesa, jornalista Washington Novaes, que tem uma história e posição em relação a essa questão. Quisera eu que a sociedade brasileira o ouvisse e o acompanhasse. Dom Leonardo fez uma abordagem que me chamou muito a atenção. E eu estou aqui na dúvida de por onde começar, mas eu vou começar pelo capítulo V da encíclica, algumas orientações, algumas linhas de orientação e ação.

A encíclica fala da crise ecológica, mas fala também da conversão ecológica. E a minha inquietação, a minha preocupação é como é que nós vamos trabalhar para que, de fato, a gente possa lograr uma conversão ecológica, porque a encíclica não tem uma destinação religiosa, ela é ampla, como foi dito aqui pelo Ministro Herman Benjamin, para cristãos e não cristãos, atinge todos os seres humanos que habitam o espaço comum, a nossa casa comum. E essa conversão ecológica, nós não conseguiremos lograr das nossas relações reais com a natureza. Na vida real, nós não temos essa consciência ecológica e avançamos de uma forma muito lenta no processo de conversão.

E nós estamos no momento também de transição cultural, de relações humanas, não só de relações com a natureza, mas de relações sociais. Elas estão em fase de transição e o mundo está construindo uma nova cultura promovida por essa facilidade da comunicação. Então, hoje nós temos uma comunicação horizontal que nos permite falar a qualquer momento com gente de qualquer lugar do mundo. Nós sabemos que hoje as relações humanas e sociais são muito mais importantes no plano do ciberespaço, no plano virtual, do que o plano real.

A minha preocupação é como vamos influenciar essa nova cultura da inteligência coletiva promovida pelo ciberespaço. E, aí, parece-me, anima-me essa ideia de conversão ecológica e de levar essa discussão, esse debate, para o ciberespaço. E o Papa chega ao momento decisivo, eu diria, no momento fundamental, quando nós conhecemos o diagnóstico, os cientistas sabem, os tomadores de decisão política sabem, mas se negam a tomar as decisões necessárias. Nós só temos uma chance de mudança nisso, que é a sociedade querer se converter e promover essa mudança. Nós só teremos mudanças, aprofundamento da consciência ecológica e a pressão necessária para os tomadores de decisão agirem nessa direção se tivermos um consentimento da sociedade. Agora, como é que nós vamos trabalhar? Nós somos militantes. Mais do que militantes, nós temos responsabilidade com nossos filhos, com nossos netos, com as gerações futuras, e a gente precisa construir uma plataforma de trabalho já pensando no ciberespaço, nas redes sociais, porque, senão, nós vamos ter uma reprodução dessa sociedade sem consciência ecológica também nesse mundo da informação que circula com

muita rapidez e que termina influenciando, eu diria, a humanidade como um todo e o nosso País, particularmente o nosso País.

Eu considero que o Brasil, então, é um caso fantástico, porque aqui a base do desenvolvimento brasileiro foi feita em cima da degradação, da destruição ambiental, da exclusão social, do escravismo e da dependência externa, que exigiu no passado, e continua exigindo, que a gente continue destruindo a natureza para poder alimentar as vacas da Europa. É uma coisa absolutamente incompreensível que nós continuemos destruindo, desflorestando no ritmo em que nós estamos, porque há uma relação muito próxima. Para pararmos de destruir a floresta, precisamos estabelecer uma conversa ampla com aqueles que exigem que nós continuemos fazendo isso. Porque, enquanto eles estiverem exigindo grãos, a floresta vai continuar sendo destruída, não é? Os solos vão continuar sendo impactados, nós vamos continuar desertificando os nossos solos.

Então, vejam, eu me animo muito porque a Igreja tem aquilo que nos falta: tem a capilaridade e a credibilidade para fazer com que possamos chegar a essa conversão ecológica, e, a partir da conversão ecológica, exigir transformações e mudanças no nosso Estado.

Uma outra questão, justamente para concluir, é em relação à transparência das decisões públicas. Mais que isso, nós precisamos revelar as entranhas do Estado brasileiro, que é um Estado muito fechado, e foi criada aqui no Senado uma Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.

Não tem o objetivo de fiscalizar, o objetivo é revelar para a sociedade como funciona o Estado e também proporcionar o direito, à sociedade brasileira, de acompanhar as decisões do Estado.

Essa comissão se inscreve dentro dessa perspectiva de construção de uma inteligência coletiva no ciberespaço que está provocando transformações culturais enormes na sociedade humana e, claro, na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu o parabenizo pela condução desta audiência pública, que, evidentemente, foi muito enriquecedora. É algo fantástico, é um privilégio ouvir Dom Leonardo, ouvir Washington Novaes e ouvir o Ministro Herman Benjamin.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Eu também queria fazer aqui um comentário. A Senadora Vanessa Grazziotin, antes de se retirar, sugeriu a esta Presidência que solicitássemos ao Presidente Renan Calheiros a impressão da encíclica papal para distribuição através dos membros da nossa Comissão. Nós vamos diligenciar nesse sentido para que o Senado Federal possa imprimir a encíclica papal.

Com a palavra, o Deputado Raimundo Angelim.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Sr. Presidente. Dom Leonardo, jornalista Novaes, Deputado Sarney Filho, Senador Capiberibe, eu vou partir de uma frase do jornalista Washington Novaes de crise do padrão civilizatório.

A encíclica trata dessa preocupação comum, o homem, que é o centro das preocupações do Papa Francisco. Mas eu não tenho o otimismo do Ministro Herman de dizer que o Brasil é pródigo de legislação, da jurisprudência sobre essa questão, até porque a questão é fazer chegar lá no homem comum. Lá no extrativista, no ribeirinho, no indígena, no seringueiro, no homem dos rincões, das florestas, dos cerrados deste País. É fazer chegar lá essa benfeitoria. Porque, se você perceber hoje o quadro, em um mundo cada vez mais conectado, globalizado, o homem está cada vem mais sozinho, mais isolado.

Se você olhar no aspecto das carências, o homem hoje é cada vez mais carente de solidariedade, de inclusão social e de afeto. Se você olhar hoje o homem, ele está cada vez mais doente do ponto de vista físico, do ponto de vista dos agrotóxicos, dos transgênicos, mas principalmente da doença psíquica que é a depressão em função desse mundo de crise em que ele vive.

Se você olhar do aspecto da economia, eu sou economista, o homem está cada vez mais levado para o consumismo desenfreado, que leva à inveja, que leva à insatisfação, que leva à busca incessante pelo ter, e muita vezes a se despreocupar com o ser. Se você olhar o mais grave, que é a perda dos valores éticos, dos valores morais e espirituais, isso faz com que o ser humano esteja cada vez mais distante desse estado do bem-estar, que é, afinal, o que a gente vê aqui na base da encíclica.

Por exemplo, eu sou de uma região amazônica que tem um dos maiores mananciais hídricos do Planeta – 20% da água doce do Planeta, a Amazônia, que tem um quinto da água potável –, mas o grande problema que a gente vê aqui na encíclica, nas preocupações, é a questão da privatização da água, é a questão do acesso do ser humano à água tratada. E como nós vamos conciliar cada vez mais o custo altíssimo de se tratar a água para terem acesso as pessoas mais pobres e excluídas? Não os moradores dos centros urbanos, das metrópoles, mas as pessoas que moram na periferia dos centros urbanos deste País para terem acesso àquilo é um bem inalienável, à água. Eu não estou falando de carro, não estou falando de moto, não estou falando de casa, que é um direito, mas da água, de beber uma água tratada. Como conciliar esse avanço crescente da privatização

da água com essa coisa ridícula que é o ser humano estar cada vez mais distante de ter acesso à água potável? Como é possível a gente trabalhar, Novaes, esse acesso do homem? Não estou tratando de outros bens materiais, estou falando da água com esse processo crescente da privatização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Angelim. Encerrando a participação dos Srs. Parlamentares, é com alegria que eu ofereço a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Presidente. Antes de tudo, eu queria parabenizar o Senador Capiberibe pela iniciativa dessa audiência pública oportuna.

Na realidade, não tomarei muito tempo, porque eu não tenho. Pelo fato de ter chegado atrasado, quem perdeu muito fui eu, perdi, provavelmente, uma grande palestra do nosso querido amigo Washington Novaes, que é leitura obrigatória de qualquer ambientalista as suas boas colunas – são semanais ou quinzenais, não é? Semanais. Eu, por diversas vezes, já li no Grande Expediente trechos grandes da coluna do jornalista Washington Novaes e é uma referência no jornalismo e um homem que conhece realmente profundamente esse assunto. Portanto, eu, Presidente, vou querer ter acesso a essa palestra.

Dom Leonardo Steiner, já tivemos um café da manhã muito bom, maravilhoso, logo depois que a encíclica foi tornada pública, onde nós distribuímos a tradução em português, e acho muito importante – também pediu o Herman Benjamin, o nosso querido Ministro Herman Benjamin – que eventos como este se repitam na nossa Casa.

Ontem estava a maior autoridade de direitos humanos da Comunidade Europeia. Fizemos uma reunião e eu tive a oportunidade de dizer a ele o seguinte: "Olha, aqui no nosso Congresso, por mais paradoxal que seja, as votações têm sido na contramão da contemporaneidade. Ao invés de a gente enrijecer as regras para manutenção dos nossos biomas, para ampliar as áreas de preservação permanente, estamos vivendo agora uma crise da falta d'água, uma crise hídrica sem precedentes, a gente aqui fez uma modificação no Código Florestal para flexibilizar as áreas de preservação permanente. E assim por diante, começou com o transgênico, que chegou aqui por uma medida provisória – foi legalizado. Nós somos contra a tecnologia, mas é uma maneira absurda de se colocar um organismo geneticamente modificado em um país tropical, um perigo que se correu sem levarmos em conta o princípio da precaução." E eu encerrei dizendo o seguinte, que hoje a correlação de forças aqui dentro, Dom Leonardo, é muito desigual, porque aqueles que defendem seus interesses, os interesses específicos, os ruralistas, estão defendendo seus interesses, seus lucros, sua possibilidade de ampliar esses lucros, nós defendemos os direitos difusos da sociedade. E sempre que se contrapõem esses dois direitos, digamos assim – um é direito, realmente, o outro é pretensão de direito – infelizmente, aqueles que advogam o lucro individual, aqueles que advogam o ganho individual sempre têm ganhado ultimamente aqui no Congresso quando se confrontam com os direitos da sociedade.

Então, eu até disse para ele o seguinte: "Hoje, a nossa vitória é prolongar a derrota!" Então, está ali a PEC nº 215, que vai retirar das comunidades indígenas a condição de fazermos nova reserva e provavelmente, se isso passar, vai acabar com as reservas indígenas. Não quero nem falar só sobre o aspecto ambiental que as reservas indígenas significam. Elas são áreas altamente protegidas na Amazônia, comprovadamente e tudo, também a cultura, o respeito à diversidade, o respeito aos nossos povos originários aqui do nosso País. Mas retirar do Executivo e passar ao Legislativo, na prática, vai significar o fim de uma política indigenista, também atingindo os quilombolas e também as unidades de conservação.

Eu estava vindo agora de um seminário sobre o Cerrado. Nós temos aqui várias propostas boas. Há um projeto de lei para que a gente possa fazer uma lei específica, como foi feita para a Mata Atlântica, para cada bioma. Mas o nosso receio é que não somente ela seja rejeitada, mas, o pior, que através da nossa proposta, que é do bem, se faça uma barriga de aluguel do mal e se incorpore dentro dessa proposta, como foi feito em um projeto de lei complementar meu que regulamentou o art. 23 e que não saiu conforme o que tinha sido discutido. Na última hora, colocaram interesses que não eram os melhores para a sociedade.

Então, a presença de figuras importantes como essa, Presidente Fernando Bezerra Coelho, é muito importante, porque nós criamos uma massa crítica aqui dentro que pode favorecer para revertermos essa correlação de força. A presença também da sociedade civil nessas discussões é importantíssima. Hoje,nós estamos discutindo o Código de Mineração, na semana que vem será votado. Lá há um artigo também que submete, Washington, ao interesse minerário as terras indígenas, unidades de conservação, quilombolas.

Absurdos! Então, é preciso que estejamos atentos e é preciso que, cada vez mais, a sociedade venha participar, venha pressionar, venha se colocar.

Acho que temos várias questões em jogo no Brasil, mas as questões socioambientais, as questões pelas quais lutamos cujos beneficiados, muitas vezes, ainda nem nasceram, essas questões, quando há movimentos de massa, não são levados em conta.

Então, é importante a presença aqui porque vai nos ajudar na nossa luta. Tenho certeza de que o Papa prestou em grande serviço à humanidade.

Não quero acabar a minha participação, já acabando, sem dizer uma coisa que tenho repetido sempre, uma frase do Papa: "É preciso mudar profundamente a relação do homem com o Planeta, passando da dominação e do desfrute para o cuidado e a proteção."

Então, era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Só uma informação, Deputado: nós, aqui, no Senado Federal, temos um manifesto contra a PEC 215, contrário, assinado por 48 Senadores. Portanto, não há expectativa, a Câmara dos Deputados pode ficar...V. Exª pode ficar tranquilo de que aqui, no Senado, pelo que já foi manifestado claramente e assinado, não passará.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Dias que vivemos hoje: o Senado corrige a Câmara. (*Risos.*)

Mas isso é muito bom. Eu sabia disso, e isso nos dá uma certa garantia. Mesmo assim, tenho muito receio. Se passar na Câmara, quando chegar aqui é outra história. É melhor que não passe lá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Antes de oferecer a oportunidade para as considerações finais do Dom Leonardo e do jornalista Washington Novaes, registro a importância desta audiência nos objetivos da Comissão de Mudanças Climáticas, sobretudo na pressão legítima que esta Comissão está exercendo junto ao Governo Federal para a construção da proposta brasileira que será apresentada na reunião de Paris.

Temos trabalhado, de forma mais objetiva, em dois pontos: primeiro, em relação à matriz energética brasileira. Estamos defendendo uma proposta mais ousada em termos de produção de energia eólica e energia solar. O Brasil tem avançado, é verdade, em relação à produção de energia eólica, mas julgamos serem muito tímidos ainda os objetivos colocados pelo Governo Federal em relação à energia solar, sobretudo em relação à situação que estamos vendo este ano no Nordeste.

O Nordeste enfrenta hoje uma das piores crises hídricas da suas história. Ontem, eu estava reunido com o Senador Tasso Jereissati, discutindo a oportunidade para a audiência pública da Comissão de Mudanças Climáticas. Se ocorrer em Fortaleza, vamos fazer uma grande mobilização para chamar a atenção.

Os reservatórios do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco estão todos abaixo de 20%. Vamos ter problemas sérios de abastecimento nas comunidades rurais e em muitas cidades de porte médio desses Estados que acabei de nominar. Portanto, precisamos ter uma visão, um aprofundamento mais sério em relação à política de recursos hídricos no nosso País, notadamente para a Região Nordeste, para que não venhamos a assistir a calamidades públicas, digamos assim, que podem ter repercussões sociais muito graves.

Acho que, com a audiência de hoje, aprofundando o debate em torno da *Laudato sí* e a presença honrosa de Dom Leonardo, do Ministro Herman, do Jornalista Washington Novaes, criamos, como bem colocou o Deputado Sarney Filho, massa crítica para que as nossas postulações, as nossas sugestões junto ao Governo Federal possam ganhar espaço e para que possamos nos fazer presentes na reunião do final do ano em Paris. Assim, estaremos mostrando essa preocupação e essa reflexão do Congresso Nacional na construção de políticas que possam, de fato, significar uma nova visão de desenvolvimento, como coloca o Papa Francisco.

Ofereço, inicialmente, a palavra ao jornalista Washington Novaes fazer as suas considerações finais. Na sequência, Dom Leonardo, encerrando a nossa audiência pública.

O SR. WASHINGTON NOVAES – Eu agradeço mais uma vez o convite para estar aqui. Eu acho sinal de otimismo que haja uma reunião como esta, em que este tema venha em primeiro plano, porque é uma coisa muito importante, muito urgente. O Brasil não pode se furtar a essa coisa quando nada porque é um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas e com o maior número de acidentes.

Eu só queria acrescentar um dado a tudo o que eu já falei sobre essa questão da crise civilizatória, que é o seguinte: quando se fala nisso, se pensa numa coisa muito abstrata e tal. Já tem saído alguns estudos de pessoas eminentes na área econômica e social no Brasil, como por exemplo o André Lara Resende, que foi Presidente do Banco Central, foi Ministro; do Ricardo Abramovay, que é um professor muito ilustre na Universidade de São Paulo, mostrando o seguinte: essa insustentabilidade do modo de viver que nós estamos é evidenciada por uma coisa na qual se tenta jogar um abafador. O consumo de recursos materiais pelos seres humanos no mundo já é insustentável. Nós estamos hoje com um consumo de sete toneladas de recursos materiais por ano por pessoa no mundo. Sete toneladas multiplicadas por sete bilhões de pessoas são 49 bilhões de toneladas de recursos materiais, que já não têm como suprir, em materiais de construção, em areia, em madeiras, em todas essas coisas. E a projeção é de que esse consumo num tempo relativamente curto siga para 70 bilhões de toneladas anuais. Isso é insustentável! Não há como sustentar. Não é uma questão de discussão. Isso é um fato.

Então, se nós continuarmos como estamos, o que vai acontecer? Como é que vai ser? Ainda com o drama da concentração desse consumo. Hoje os países ditos desenvolvidos, que têm menos de 20% da população mundial, consomem 80% dos recursos naturais. E é por isso que nós temos os níveis de pobreza, de miséria, de todas essas coisas.

Então, agradeço mais uma vez este convite para estar aqui. E saio otimista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado. Com a palavra, Dom Leonardo.

O SR. LEONARDO STEINER – A terra não é inesgotável. A terra tem o seu limite. A terra tem o seu limite. Impressionante como os nossos rios estão desaparecendo. Basta citar o nosso querido São Francisco. Isso é uma observação dadas as colocações que fez o jornalista Novaes e também o Deputado. É uma questão muito grave. Isso vem de uma compreensão antropocêntrica de tudo. Quer dizer, nós é que somos o centro. É de novo a questão da relação. O ser humano se colocando o centro de tudo e não consegue mais estabelecer essa harmonia da casa.

Mas nós avançamos muito nessa questão da reflexão. Olha, hoje nós temos artigos extraordinários. Temos estudos extraordinários. Temos debates. Esta audiência pública é sinal disso. Eu sempre me consolo muito com uma pequena historieta de um companheiro São Francisco de Assis, o Beato Egídio. Era hortelão. E São Francisco o procurou para conversar mais uma vez. E o grande São Boaventura, que era um grande intelectual, às vezes ia procurá-lo para uma boa conversa e buscar inspiração.

E perguntaram para ele o que fazer. E ele disse: "Olha uma semente não é logo árvore. E uma árvore não dá logo fruto. E quando dá fruto, não comemos todos os frutos.'

Quer dizer, esse processo de algo que precisa ir crescendo cada vez não como consciência, mas como participação e como decisão.

E aqui a minha última colocação. Já foi falado várias vezes sobre a necessidade de transparência nas decisões, especialmente no Congresso Nacional, do próprio Governo em relação às grandes obras hidrelétricas, em relação hoje a verdadeiras fazenda eólicas, verdadeiras fazendas solares quando não há necessidade. É uma agressão, nós querermos achar outros modos, mas estamos agredindo e destruindo de novo a natureza com esses meios, quando existem tantas outras possibilidades. Eu vejo, por exemplo, um velho convento na Áustria ganhou subsídio do governo com a condição de que, nas paredes onde o sol batia bem dizer o dia todo, fossem colocados coletadores de energia solar. E assim se fez toda a reforma do convento.

Quer dizer, procurar essas maneiras mais simples, eu diria mais caseiras, mais próximas e não de novo pensando em grandes financiamentos e de novo grandes obras e de novo grandes empreiteiras. Nós sabemos o que tudo isso envolve. Nós estamos assistindo aí.

Então, essa questão que o Santo Padre coloca no texto, no *Laudato Si*, é uma questão que nos tocam muito de perto. E eu creio que, na medida em que tivermos a ousadia de debater, de fazermos audiências públicas aqui, no Congresso, nós cresceremos. Eu creio que precisamos crescer realmente como políticos, todos nós que somos agentes sociais. Crescermos na política, no debate, para ajudarmos realmente a termos o melhor.

Para terminar, o Santo Padre escolheu um texto de São Francisco de Assis como título. Naquele dia em que ele falou: "Está dessa altura?", eu disse: estou trabalhando. Ele pegou no braço e disse: "Você sabe como é se chama essa Encíclica?" Eu disse: Santo Padre, como vou descobrir? Ele falou: "*Laudato Si*". Eu falei: Ah, o Cântico do Sol de São Francisco. Isso mesmo.

Então, esse documento também é um hino, é um cântico. É um cântico não do desespero, mas o cântico que anuncia o mundo novo, que pode anunciar o mundo novo, relações novas. E se me permite citar um texto do Apocalipse: "De um novo céu e de uma nova terra".

Então, é esse canto que nós deveríamos cantar, é esse canto que nós deveríamos anunciar.

Muito obrigado pelo convite e pela possibilidade de participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dom Leonardo.

Obrigado, Washington.

Antes de encerrar a nossa reunião, volto a palavra a Dom Leonardo.

O SR. LEONARDO STEINER – Nós estamos, por iniciativa da Conferência Episcopal das Filipinas, fazendo uma coleta de assinaturas eletrônicas. Lá eles deram o título Petição Católica pelo Clima. Mas hoje já se espalhou, já não é mais só católica, mas permaneceu como título. E nós estamos divulgando isso, como mudanças climáticas afetam a todos e tal, em apoio ao Papa Francisco, mas também às decisões de Paris. Será um apoio às propostas que a Santa Sé vai levar a Paris.

Desculpe ter interrompido o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Já sai daqui com o apoio dos membros da Comissão.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, João Capiberibe e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 2) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 4, de 2014 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1171/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 012.949/2013-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento do Acórdão 1.196/2010-Plenário, prolatado em processo de auditoria operacional, classificada como Tema de Maior Relevância - TMS, com o objetivo de avaliar a Segurança Energética do País. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1012/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que teve por objetivo avaliar as renúncias de receitas, concedidas a partir do exercício de 2008, referentes ao imposto de produtos industrializados (IPI) e ao imposto de renda (IR), bem como impactos de benefícios fiscais na repartição de receitas tributárias federais, em especial, nas transferências dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (TC 020.911/2013-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 4) OFICIO "S" Nº 71, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 da ANEEL. Autoria: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento e pelo envio do presente relatório para conhecimento da ANEEL. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria e pelo envio do presente Parecer para conhecimento da ANEEL. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a livre comercialização de energia elétrica por consumidores elegíveis atendidos em qualquer tensão. Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2014 - Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus. Autoria: Deputada Nilda Gondim. Relatoria: Senador Reguffe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório e concedia vista ao Senador Donizeti Nogueira por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 86, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 102-A, I, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam auditados, pelo Tribunal de Contas da União, os seguintes programas do Governo Federal:. 1 - FIES (Fundo de Financiamento Estudantil); 2 - PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); 3 - SEGURO-DEFESO (Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal); e 4 - SEGURODESEMPREGO. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Item 3.

Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Enquanto aguardamos o quórum, eu tinha conversado com V. Exª sobre relatar essas matérias que já estão pendentes de deliberação por falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não. São três matérias, começando pelo item 3.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pelo item 3.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Item 3.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 7, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1012/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que teve por objetivo avaliar as renúncias de receitas, concedidas a partir do exercício de 2008, referentes ao imposto de produtos industrializados (IPI) e ao imposto de renda (IR), bem como impactos de benefícios fiscais na repartição de receitas tributárias federais, em especial, nas transferências dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (TC 020.911/2013-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, trata-se de um aviso por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão nº 1012/2015 – TCU – Plenário, de 29 de abril de 2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Esse acórdão é referente ao pedido de reexame, pelo Ministério da Fazenda, do acórdão anterior, exarado em processo de fiscalização na modalidade de acompanhamento de conformidade, e que teve como objetivo avaliar as renúncias de receitas do IPI e do IR, concedidas a partir de 2008, e seus impactos na repartição das receitas tributárias federais, em especial nas transferências aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM). Por esse novo acórdão, foi dado provimento parcial ao solicitado pelo MF, alterando-se, assim, a redação de dois itens do acórdão anterior, que passaram a ter a seguintes redações:

9.1 - recomendar à Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com o Ministério da Fazenda, que adotem medidas com vistas à inserção, nas propostas normativas concessoras de renúncia tributária do IR e IPI, de estudo prévio quanto aos objetivos pretendidos, indicadores e metas esperadas com o benefício tributário, além do impacto sobre os repasses aos Fundos Constitucionais de Financiamento, Fundos de Participação, bem como relativamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em observância aos princípios da publicidade e eficiência, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e ao princípio da transparência para a responsabilidade na gestão fiscal [...].

9.2 - determinar ao Ministro da Fazenda que, em conjunto com órgãos e entidades envolvidos com a formulação e a gestão das respectivas políticas de benefício fiscal, promova estudo técnico para avaliar os resultados obtidos com as desonerações [...]

Aliás, o atual Ministro, o Ministro Levy, classificou muitas dessas desonerações de "brincadeiras perdulárias", realmente sem que elas tivessem o impacto positivo que se esperava delas e, mais ainda, sem que sequer fosse projetada, no momento em que essas desonerações foram concedidas, qual seria a eficiência que se esperava disso em termos de desenvolvimento econômico e social.

De modo que essa recomendação enfatiza o óbvio, que teria sido absolutamente indispensável a ser feito tanto pelo Poder Executivo quanto pelo Congresso Nacional, que aprovou essas desonerações sem maiores indagações.

Enfim, Sr. Presidente, essa é a mudança que foi introduzida no acórdão a que me refiro. Penso ser muito importante que esta Comissão tome conhecimento dessas informações remetidas ao Senado pelo aviso, que encaminha cópia do seu acórdão. Penso que essa publicação deveria ser leitura obrigatória de todos nós.

Feito isto, penso que o aviso cumpre já sua finalidade, devendo, portanto, ser arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria será arquivada.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

Item 4.

Também do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 4
OFICIO "S" Nº 71, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 da ANEEL.

Autoria: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, esta é outra matéria que mereceria ser publicada com letras garrafais no *Diário do Congresso*.

Trata-se de um ofício, o Ofício "S" nº 71, de 2015, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que encaminha cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 da Aneel.

O envio desse relatório ocorreu por iniciativa da diretoria colegiada da Aneel como parte do processo de transparência das ações, e o mesmo relatório já havia sido encaminhado à Controladoria-Geral da União.

O relatório destaca o planejamento da agência com base no Plano Plurianual (PPA) 2011-2015 e os resultados alcançados. A Aneel está inserida no Programa Temático Energia Elétrica do PPA, de responsabilidade de Ministério de Minas e Energia (MME). Um dos objetivos desse programa é "aprimorar a Qualidade do Fornecimento e Zelar pela Modicidade dos Preços e dos Serviços de Energia Elétrica para a sociedade", cuja responsabilidade está a cargo da Aneel. Com base nessa política para o setor elétrico, proposta pelo Poder Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional, a Aneel procede ao seu planejamento estratégico, que orienta as suas ações no ciclo do PPA.

Para o ciclo atual do PPA, a Aneel planejou várias ações destinadas a alcançar o citado objetivo. Entre elas, destaca-se a fiscalização dos serviços de energia elétrica, nos segmentos de geração, transmissão, distribuição, bem como a fiscalização da gestão econômico-financeira das concessões e permissões. A atividade de fiscalização executou 1.322 ações, contra 929 planejadas no início do ano.

Os resultados descritos no relatório mostram que, em 2014, no segmento de geração, foi registrada a entrada em operação de 7.158MW, a maior em um só ano. Também entraram em operação 8.255km de linhas de transmissão da rede básica, representado um acréscimo de 7,4% em relação à rede existente em 2013.

No segmento de distribuição, os indicadores de qualidade fiscalizados são: Duração Equivalente de Interrupção de Unidade Consumidora (DEC), em horas por ano, e Frequência de Interrupção de Unidade Consumidora (FEC), em número de interrupções por ano. Em todas as regiões a DEC foi superior ao valor previsto para o exercício, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Norte. Já os números verificados da FEC estiveram abaixo do previsto, com exceção da Região Centro-Oeste.

Existe uma tabela em anexo que ilustra os valores previstos e apurados de DEC e FEC.

O relatório não aborda quais obras fiscalizadas de geração, transmissão e distribuição sofreram eventuais atrasos, o eventual período de atraso com relação ao compromisso firmado pelos investidores nos respectivos atos de outorga, os motivos para o atraso e os custos para os consumidores de energia elétrica. Apenas, incidentalmente, relata que houve resposta da Agência ao Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº

2.316/2014-Plenário, no qual a egrégia Corte indaga qual foi a decisão da diretoria da Aneel em relação ao atraso de 854MW médios da Usina Hidroelétrica (UHE) Santo Antônio e de 1.641MW médios da UHE Jirau, ambas no Estado de Rondônia, que deveriam ter entrado em operação em dezembro de 2013, o que não ocorreu. O relatório não informa o teor da resposta da Aneel a essa indagação.

O relatório destaca também que, em 2014, foram feitos três leilões de energia nova, com início da entrega entre 2017 e 2020, totalizando 8.890MW. Os leilões de linhas de transmissão resultaram na outorga de 4.297km de linhas da rede básica e 15.000MW em novas subestações.

No que diz respeito ao aspecto financeiro associado às atividades da Aneel no Programa Energia Elétrica do PPA – Fiscalização, Regulamentação, Ouvidoria, Outorga, Participação Pública, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e os créditos posteriormente aprovados previam despesas de R$51 milhões, dos quais R$47 milhões foram realizados.

A segunda ação de destaque do relatório diz respeito à modicidade de preços e tarifas. O relatório não explicita as causas dos aumentos do ano de 2014, muito superiores à inflação, e opta por apresentar uma comparação, num período de seis anos, da tarifa residencial de energia elétrica média do Brasil com índices de preços (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, e Índice Nacional de Custo da Construção – INCC) e com o salário mínimo. Entre 2008 e 2014, a tarifa subiu 7,1%, ao passo que o IPCA subiu 40,3%; o IGPM, 35,6%; o INCC, 47,8%; e o salário mínimo, 74,5%.

Análise.

Um país em desenvolvimento, como o Brasil, necessita que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) sejam elevadas para fazer frente ao enorme contingente de jovens que chega ao mercado de trabalho anualmente.

Para alcançar esse intento, um dos principais requisitos é a oferta de energia elétrica com tarifas módicas e com qualidade, pois a energia é um dos insumos fundamentais no processo produtivo, e o seu custo e qualidade condicionam a competitividade do País no cenário internacional.

Nesse sentido, é correto o objetivo de "Aprimorar a Qualidade do Fornecimento e Zelar pela Modicidade dos Preços e dos Serviços de Energia Elétrica para a Sociedade".

Entretanto, apesar de o relatório apresentar um quadro auspicioso no que tange à qualidade dos serviços e à modicidade tarifária, essa não é realidade vivida pelos consumidores de todo o País. Nos últimos anos, tem havido um recrudescimento de desligamentos intempestivos, em nível local e nacional. Em 19 de janeiro deste ano, por exemplo, o Operador Nacional do Sistema ordenou que várias distribuidoras das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul reduzissem a oferta de energia porque o consumo estava maior do que a capacidade de geração do País. Houve blecaute em dez Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Em outros anos, tem havido situações blecautes de grandes proporções. E aqui o relatório cita vários desses momentos em que regiões inteiras do País ficaram às escuras, tendo sido necessárias muitas horas para o restabelecimento da energia.

Como se vê, durante o período coberto pelo PPA em vigor, os apagões têm sido frequentes. Nas décadas passadas, os apagões eram eventos muito mais raros. Desligamentos de grandes proporções aconteceram esporadicamente apenas em 1985, 1990 e 2009. Várias razões têm contribuído para essa queda na qualidade dos serviços. A principal e mais recente é a incapacidade do Governo Federal de garantir tempestivamente a expansão da oferta no patamar necessário para acompanhar a demanda de energia. O recorde de 2014 para a entrada em operação de geração nova não reflete a situação preocupante do setor elétrico. O risco potencial de racionamento vivido nos últimos dois anos, como se depreende da indagação do Tribunal de Contas da União e das exaustivas notícias veiculadas pela mídia, decorre da incapacidade do Governo Federal em fazer as obras de geração e de transmissão entrarem em operação no prazo contratual.

E, assim, Sr. Presidente, é um relatório bastante extenso, que aponta para um cenário extremamente preocupante, de descompasso entre as reais necessidades do País em termos de qualidade e de quantidade desse serviço e aquilo que o Governo vem disponibilizando.

Dito isso, Sr. Presidente, voto pelo arquivamento do ofício que encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 e pelo envio do presente parecer para conhecimento da Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão.

Para discutir, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só quero, Senador Aloysio, dizer que é mais um relatório de praxe aqui. O parecer de V. Exª. Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pelo arquivamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Certo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Arquivamento e encaminhamento do parecer para conhecimento da Aneel.

Apenas retrato aqui, Senador Jorge Viana, aquilo que encontrei no documento encaminhado pelo TCU.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. É exatamente isso.

Temos, como uma de nossas tarefas, que apreciar esses relatórios do TCU. Quem ficou atendo à leitura do Senador Aloysio viu a complexidade do tema e o interesse, inclusive, do cidadão brasileiro nesse tema e nesta Comissão que trata de fiscalização e controle e direito do consumidor.

Nós agora, no Acre, estamos vivendo um drama – e hoje vou levar esse tema ao plenário do Senado – porque, só de apagões, neste ano tivemos 12. Este ano, 12 apagões, fora desligamentos de parte da energia em bairros, que passam de 80. Neste final de semana, houve uma situação grave, sem nenhum tipo de aviso da representação da Eletrobras, que diz respeito, certamente, ao trabalho que a Aneel tem de fazer, de fiscalizar, de dar uma satisfação à opinião pública.

Já temos a bandeira vermelha. Foi adotado, desde janeiro, o sistema de bandeiras verde, amarela e vermelha. Na bandeira vermelha, há um adicional na conta de energia elétrica.

E nós, que somos de Estados em que as bacias dos rios... No caso do Abunã, pega um pouco do Acre e, no do Madeira, Rondônia, que dão a condição para a geração de energia nas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Quer dizer, colaboramos com a energia para o centro-sul do País – a linha de transmissão vem direto para Araraquara, em São Paulo – e, ao mesmo tempo, pagamos uma tarifa mais elevada de energia. E, agora, como se não fosse suficiente, estamos vivendo a situação dos apagões, o que é inaceitável. Os prejuízos, no Acre, são incalculáveis, especialmente na área interligada, que vai de Brasileia até Sena Madureira, bem como no entorno de Rio Branco.

Então, eu só queria dizer que é importante observarmos a análise feita nesse relatório que vem do TCU. E eu acompanhei de perto, durante a construção dessas usinas, situações sociais gravíssimas, com a obra sendo atrasada, o que gerou um impasse a respeito de quem era a responsabilidade, uma vez que havia um contrato de entrega de energia por parte das usinas. E houve um atraso da obra por conta de problemas sociais. Chegaram mesmo a incendiar canteiros de obras. Então, ficou uma situação em que a Aneel... E a diferença era de mais de R$400 milhões, o que inviabiliza, inclusive, o próprio investimento.

Então, nós temos de ajustar melhor a execução dessas obras e, a meu ver, dar mais transparência. Eu estou aqui fazendo uso da palavra nessa discussão que V. Exª abriu, Senador Otto, porque nós temos uma situação de piora dos serviços.

Na telefonia não é diferente. Fica-se durante 24 horas, 48 horas, em alguns lugares do Acre, sem telefonia, sem Internet, por conta do descaso das operadoras.

Hoje, às 11h da manhã – e até aproveito para reforçar o que V. Exª marcou –, o Ministro Eliseu Padilha vem aqui para discutir o absurdo que nós temos, hoje, em relação aos custos das passagens aéreas, especialmente para o Norte e o Nordeste.

Para concluir, são duas as audiências que esta Comissão está fazendo, inclusive em conjunto com outras comissões, e o Ministro Eliseu Padilha virá, certamente acompanhado de gestores da Anac, para debater um serviço que é de primeira necessidade e cujos custos, hoje, são abusivos.

O lugar do mundo onde as passagens aéreas são mais caras é o Brasil. Nas promoções, seja com o uso de milhas ou mesmo pagando, as passagens para a Europa e para os Estados Unidos, ida e volta, são mais baratas do que uma ida daqui para Rio Branco, daqui para Boa Vista, daqui para Porto Velho, e, às vezes, até para Manaus. E nós vamos ver com o Ministro como a Anac atua nisso.

É uma agência criada, os indicados passam aqui por uma sabatina, mas ninguém dá uma satisfação para a opinião pública. E eu fico impressionado com esse relatório do TCU, que traz, agora, detalhes dos problemas que temos, inclusive para fiscalizar, relativos ao fornecimento de energia, a geração de energia e a conclusão das obras que envolvem, no caso lá, a parte que nos cabe do sul do Amazonas, ali em Santo Antônio e Jirau.

Era só para mostrar a importância que nós devemos dar ao assunto, e acho que devemos procurar entender melhor, com o TCU, como fazer, para que não se faça apenas o arquivamento dessas matérias, mas que, com algumas delas, nós possamos realmente fazer um debate para que esta Comissão cumpra também a sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Só para informar a V. Exª, Senador Jorge Viana, esse relatório é da Aneel, e não do Tribunal de Contas da União.

Já solicitamos, aqui, inclusive, em requerimento de minha autoria, que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria nas prestadoras de serviços de telefonia móvel.

O ofício foi encaminhado ao TCU, e eu tenho cobrado isso do Presidente Aroldo Cedraz, mas, até hoje, não foi feita essa auditoria.

Na minha opinião, se V. Exª for observar, a composição dos conselhos dessas agências preocupa-se muito mais em atender as prestadoras de serviços do que o consumidor. E eu acho que uma agência só, neste País de 26 Estados mais o Distrito Federal, para fiscalizar com a acuidade correta a prestação desses serviços, será muito difícil. Por isso, eu sempre defendo que haja uma descentralização, a fim de que os Estados possam também fiscalizar a prestação de serviços essenciais, como os dessa natureza.

Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, este relatório que eu apresentei se baseia em informações, como diz V. Exª, encaminhadas a esta Comissão pela Aneel.

Sr. Presidente, destaco a relevância do tema e também a multiplicidade dos ângulos em que esta questão foi abordada por este relatório. Aqui se fala desde os critérios para o estabelecimento dos padrões de qualidade até os poderes reais que tem a Aneel para inibir os eventuais desvios nos contratos firmados pelas geradoras e distribuidoras; fala-se também aqui e trato aqui também do tema da modicidade tarifária; de erros de planejamento que têm como resultado a participação das usinas termelétricas que deveriam operar apenas em determinadas circunstâncias e que estão hoje operando permanentemente, com graves prejuízos para o meio ambiente e aumento dos custos.

Abordo também um tema delicado, que é a opção do Governo em construir usinas elétricas a fio d'água, sem reservatório, o que limita a possibilidade de aproveitamento do potencial hidroenergético do País.

Então, são temas bastante diversificados, abordados nesta minha análise.

Aproveitando a deixa do Senador Jorge Viana, penso que poderíamos organizar uma audiência pública sobre este tema, trazendo a Aneel, basicamente os responsáveis pela elaboração dessas informações, e discutir também uma composição da Mesa que não fosse muito ampla, para que a audiência fosse produtiva, para debatermos o teor dessa análise que proponho à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Bem, eu concordo que seria de grande importância esta discussão aqui. V. Exª poderia, inclusive, encaminhar o requerimento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria até estar junto, porque teríamos explicação sobre os apagões que estão acontecendo na região, de Acre e Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª poderia encaminhar o requerimento, que a Aneel ficará pautada para a próxima reunião, de terça-feira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E vamos combinar, então, a composição desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se me permite, Sr. Presidente. Eu também, Senador Aloysio, relato o item 2 da pauta, que trata do mesmo assunto. Foi uma análise extraordinária do Tribunal de Contas da União, relativa à segurança energética do Brasil. E todos os pontos que V. Exª levanta eu também elenco no meu relatório. E, já no relatório,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Temos material para fazer uma reflexão sobre isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exato. Eu sugiro que a gente dê continuidade ao acompanhamento dessa questão, pois, como V. Exª, também considero algo que tem de ser acompanhado.

Desde já, sugiro que, além da Aneel, a gente possa acrescentar ao rol dos convidados o Conselho Nacional de Política Energética e o próprio Ministério de Minas e Energia, além de outros órgãos que os senhores entenderem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª encaminha o requerimento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou formalizar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – E eu já vou pautá-lo para a próxima reunião da Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós vamos assinar juntos, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com muita honra para mim. Claro. Ótimo. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira é pelo arquivamento. Como ninguém vai discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da CMA pelo arquivamento da matéria.

Vou chamar o último do Senador Aloysio e, depois, o item 2, de V. Exª.

O Senador Aloysio vai para uma reunião e me pediu aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O. K. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Embora a Senadora tenha preferência por ser Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque é muito rápido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por favor, claro. Tem conexão com o assunto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É o mesmo assunto. Tem conexão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Item 2 da pauta.

ITEM 2
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 4, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1171/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 012.949/2013-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento do Acórdão 1.196/2010-Plenário, prolatado em processo de auditoria operacional, classificada como Tema de Maior Relevância - TMS, com o objetivo de avaliar a Segurança Energética do País.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ajuda bastante, Sr. Presidente, a leitura já detalhada feita pelo Senador Aloysio na matéria em que acaba de relatar, correlata a essa, cuja análise e exposição inicio aqui. É um relatório do Tribunal de Contas da União que se refere à auditoria operacional, cujo objetivo foi a avaliação da segurança energética do País – o número do aviso e do processo V. Exª já detalhou.

No relatório, são levantadas quatro possíveis causas para explicar a insuficiência num sistema que pode ser considerado extremamente seguro do ponto de vista da produção e transmissão de energia no País: i) modelos computacionais inadequados para balizar a expansão da capacidade geradora de energia elétrica; ii) capacidade real de produção das usinas hidrelétricas a menor do que a nominalmente indicada; iii) indisponibilidade de parte do parque termelétrico indevidamente considerada na sua capacidade nominal de geração de energia elétrica; e iv) atrasos nas obras dos parques de geração e de transmissão, fazendo com que a capacidade de geração total esperada para o ano fique aquém da planejada.

A auditoria do TCU também aponta para os prejuízos que o País vem sofrendo com a opção de não se construírem mais usinas hidrelétricas com reservatórios de acumulação, aqui também já relatado, que permitem manter a produção de energia elétrica mesmo nos períodos de seca.

Diante dos achados da auditoria, o Acórdão nº 1.171, de 2014, TCU – Plenário, exarou diversas decisões, entre as quais destacamos: i) informar ao CNPE que foram encontrados fortes indícios de que a capacidade de geração de energia elétrica no País configura-se estruturalmente insuficiente e as possíveis causas que explicam essa insuficiência; ii) determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) que encaminhem ao TCU plano de trabalho para elaboração de estudos sobre os custos e benefícios econômicos e socioambientais da utilização de cada tecnologia de geração de energia elétrica (hidrelétrica, termonuclear, térmica convencional, eólica, etc.), destacando a análise da utilização das usinas com reservatório; iii) determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME) ações diversas no sentido de entender e/ou afastar as possíveis causas da insuficiência estrutural de capacidade do parque gerador de energia elétrica.

Ou seja, o próprio Tribunal de Contas provoca o Ministério de Minas e Energia para que se manifeste nessa conclusão a que ele chegou, que pode não ser exatamente a realidade que vive o País, mas é algo que tem de ser debatido e estudado.

E, por fim, a análise, Sr. Presidente.

O diagnóstico dos problemas e o encaminhamento de soluções dados pelo TCU são corretos e, no atual estágio dos acontecimentos, nos parece que cabe a esta Comissão – a nossa Comissão presidida por V. Exª – continuar acompanhando os relatórios da corte de Contas.

Então, é providencial a sugestão do Senador Aloysio, já reforçada pelo Senador Jorge Viana, da qual eu gostaria de ser partícipe também, para que a gente realizasse, como forma de dar continuidade ao acompanhamento dessa questão, primeiramente, uma audiência pública.

É o relatório, Sr. Presidente.

Portanto, o voto é para dar conhecimento da matéria e pelo arquivamento do Aviso nº 4, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador e Senadora que deseje discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a livre comercialização de energia elétrica por consumidores elegíveis atendidos em qualquer tensão.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 14/07/2015, 18/08/2015, 25/08/2015 e 15/09/2015.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

Passo a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes Pereira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o PLS que analisamos, como disse V. Exª, é de autoria do Senador Delcídio do Amaral, Líder do Governo no Senado, e é composto por dois artigos. O primeiro propõe aperfeiçoamento legal que visa a conceder aos consumidores de energia elétrica que se conectaram à rede do sistema elétrica antes da sanção da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, tratamento igualitário àqueles consumidores de energia elétrica que se conectaram à rede posteriormente a essa data. O segundo estabelece a cláusula de vigência.

O autor justifica que os consumidores antigos somente podem exercer a opção de se tornarem consumidores livres caso estejam conectados em tensão igual ou superior a 69kV (quilovolts) e que esse critério restritivo de tensão não é aplicado para os consumidores novos. Ou seja, o arcabouço legal gerou assimetria de tratamento entre agentes similares.

Não foram oferecidas... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Raimundo, faltou energia.

Houve algum problema. Acho que voltou agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como um Senador da oposição está relatando um projeto do Governo, pode-se dizer que seja...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não. Voltou.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Porque o parecer é pela aprovação. O projeto é bom. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não. De jeito nenhum.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A matéria é meritória, porque o modelo do setor de energia elétrica já previa a possibilidade de consumidores com carga igual ou superior a 3 mil quilowatts (kW) poderem escolher livremente o fornecedor de sua energia, sem interveniência das concessionárias e permissionárias do serviço de distribuição.

Contudo, os consumidores que se conectaram ao sistema elétrico antes de julho de 1995 somente poderiam exercer essa opção se fossem atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV e carga igual ou maior que 3 mil quilowatts.

Notadamente foi estabelecido tratamento diferenciado entre consumidores de características similares, mas conectados à rede em datas semelhantes.

Vale lembrar que o legislador ordinário já previa a mudança gradual para o ambiente de livre mercado, ao delegar ao Poder Executivo poderes para, discricionariamente, reduzir limites de carga e tensão estabelecidos na lei.

Passados 20 anos, o Executivo nada fez para sanar o tratamento assimétrico que ora se pretende sanar com o PLS de autoria do Líder do Governo.

Por fim, esclareço que o arcabouço regulatório garante aos agentes de distribuição instrumentos adequados para se adaptarem ao novo cenário que essa proposição pretende criar. Dessa maneira, o eventual impacto para as distribuidoras seria marginal.

Assim, no mérito, nós nos pronunciamos pela aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto.

Voltamos agora ao Item 1 da pauta.

O Relator seria o Senador Alvaro Dias, que não está presente.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 24, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 3378/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de 2013, sobre governança, gestão e os projetos relativos aos jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 032.632/2013-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.)

Vamos ao Item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus.

Autoria: Deputada Nilda Gondim
Relatoria: Senador Reguffe
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Passo a palavra ao Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, encontra-se para análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2014, de autoria da Deputada Nilda Gondim, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus".

O projeto está estruturado em três artigos. O primeiro determina que os proprietários de postos de combustíveis e estabelecimentos congêneres sejam obrigados a realizar manutenção e regulagens periódicas em equipamentos de calibragem de pneus. O segundo sujeita os infratores desta regra estabelecida no art. 1º a multa, e o último artigo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Em sua justificação, a autora destaca que estudo realizado pela Universidade de Brasília apontou ser frequente encontrarem-se calibradores de ar desregulados nos postos de combustíveis.

Por outro lado, o efeito de calibragens incorretas incluiria maior desgaste dos pneus, maior consumo de combustível – com subsequentes efeitos deletérios sobre o meio ambiente –, e até mesmo, menor confiabilidade dos pneus em situações extremas, o que comprometeria a segurança dos passageiros do veículo.

A matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Como o projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão, cabe-nos opinar não só sobre seu mérito, mas também acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Inicialmente, Sr. Presidente, registre-se que a manutenção da calibragem adequada dos pneus é importante medida de segurança dos passageiros e também de conservação do veículo.

Para se ter uma ideia, desde 2008 nos Estados Unidos, e desde 2012 na Europa, os veículos novos saem de fábrica com dispositivo de alerta de pressão baixa dos pneus.

Neste sentido, concluem pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), ao mencionarem o exemplo de um carro popular que circule por três anos com uma pressão abaixo da ideal, o que poderia ensejar um prejuízo aproximado de R$4 mil. Levando-se em conta que um pneu rode 60 mil quilômetros; se não calibrado adequadamente, o pneu não passaria de 40 mil.

Outra importante consequência é o aumento de até 10% do consumo de combustível pelos veículos com pneus descalibrados, ocasionando um incremento desnecessário na emissão de gases derivados da queima de combustíveis fósseis.

Preocupante, outrossim, é a constatação de que, mesmo que determinado proprietário do veículo siga as recomendações de verificar constantemente a calibragem de seus pneus em um posto de sua confiança, ainda assim poderá estar trafegando com estes acima ou abaixo da pressão correta. Isto porque, também concluiu estudo da UnB, é bastante comum os equipamentos calibradores dos postos de combustíveis estarem desregulados.

Como se sabe, trata-se de serviço opcional e gratuito oferecido pelos postos de combustíveis. Porém, Sr. Presidente, se for oferecido pelo empresário dono do posto à sociedade, deve ser prestado com qualidade e respeito ao consumidor.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 104, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para discutir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, quero pedir vista deste projeto. Acho que também precisamos colocar o dono do veículo como responsável nesta situação.

Então, como não tenho muito conhecimento sobre a matéria ainda, eu gostaria de pedir vista e retornar em breve. Comprometo-me em retorná-lo em breve, mas estou sentindo, pela leitura do relatório – bem substanciado, aliás – que o dono do veículo está ficando também sem a responsabilidade sobre o fato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O pedido de vista é um direito regimental.

Eu gostaria apenas de esclarecer ao Senador Donizeti que o projeto diz respeito apenas à responsabilidade dos proprietários dos postos. Caso eles tenham em seus postos de combustíveis o equipamento de calibragem de pneus, que esse equipamento tem de estar sempre funcionando de forma adequada.

Se esse equipamento não funcionar de forma adequada, ele vai estar oferecendo um serviço aos seus clientes que não estará correspondendo ao melhor, inclusive, para a segurança desses clientes. E cabe a nós, como legisladores – e o projeto é meritório neste sentido –, criar uma legislação que permita responsabilizar aquele que presta um serviço inadequado e que pode colocar em risco a segurança de um cliente seu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O projeto, parece-me, vai na defesa do consumidor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nesse sentido, estou de acordo. Mas nós podemos, com essa lei, acabar com todos os calibradores dos postos, porque o camarada pode retirar os calibradores.

Eu sou a favor, em tese, mas...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria de discutir, e a vista vai-me servir a isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E é um direito regimental. Eu só esclareço mais uma vez...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas eu não estou pedindo vista para procrastinar, e, sim, para poder ter uma compreensão melhor.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A única coisa é que, se o dono de posto tem no seu estabelecimento o calibrador de pneus, o equipamento, ele tem de zelar para que ele esteja funcionando de

forma adequada, porque isso coloca em risco a segurança das pessoas, e nós temos de ter uma legislação que regule isso.

Por isso, o projeto, na minha concepção, é meritório na defesa dos consumidores. Mas é um direito regimental o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O Senador Donizeti Nogueira será atendido. Está concedido vista no item 6, projeto da Deputada Nilda Gondim.

Vamos ao item 7.

O Senador Romero Jucá não está presente.

Os outros itens da pauta são todos terminativos. Não há quórum suficiente para apreciar as outras matérias.

(São os seguintes os itens adiados:)

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

Autoria: Deputado Weliton Prado
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 18/08/2015 e 15/09/2015.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013
- Terminativo -

Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela rejeição
Observações:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014
- Terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço.

Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 19/05/2015, 26/05/2015, 16/06/2015, 30/06/2015, 07/07/2015, 14/07/2015, 11/08/2015, 18/08/2015, 25/08/2015 e 15/09/2015.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o dever do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação

Há, sobre a mesa, um requerimento de autoria do Senador Ataídes, nos termos do art. 102-A, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam auditados pelo Tribunal de Contas da União os seguintes programas do Governo Federal: Fies, Pronatec, Seguro-Defeso e Seguro-Desemprego.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 86, de 2015-
Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 102-A, I, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam auditados, pelo Tribunal de Contas da União, os seguintes programas do Governo Federal:.

1 - FIES (Fundo de Financiamento Estudantil);
2 - PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego);
3 - SEGURO-DEFESO (Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal); e
4 - SEGURO-DESEMPREGO.
Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento do Senador Ataídes.
Como não há mais nenhuma matéria para ser apreciada, vou encerrar a presente reunião.
O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Gostaria de saber se V. Exª está convidando para a reunião das 11 horas.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sim, nós estamos convidando para a reunião das 11h, quando estará presente aqui o Ministro Eliseu Padilha para discutir a questão do preço das passagens e do transporte aeroviário no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.
Está encerrada a presente reunião.

ATA DA 14ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (42ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (25ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quinze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador João Alberto Souza, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Jorge Viana, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Reguffe, Simone Tebet e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. A seguir, A Presidência submete aos membros das comissões a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater a oferta de linhas aéreas e a alta generalizada das passagens aéreas na Região Norte, o mercado de aviação civil no País, a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil do Senado e do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional - PDAR, bem como se há, ou não, impedimentos ou barreiras para novas companhias aéreas ofertarem voos para a região Norte, atendendo aos Requerimentos n.º 77/2015-CMA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro, e n.º 39/2015-CDR, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, o Exmo. Sr. Ministro Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Sr. Guilherme Ramalho, Secretário-Executivo da Aviação Civil; Sr. Gustavo do Vale, Presidente da Infraero; e Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da ANAC. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Flexa Ribeiro, Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Omar Aziz e Sérgio Petecão. Os convidados respondem aos questionamentos feitos. Por fim, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às quatorze horas e dezoito minutos, determinado que eu, Raymundo Franco Diniz, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, lavre a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal.

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente da Comissão de
Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a presente reunião conjunta das comissões permanentes composta pela 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela 25ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto os Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A reunião é realizada em atendimento aos requerimentos nºs 39/2015 da CDR e nº 77/2015, da CMA, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeira e Vanessa Grazziotin que tem por objetivo debater a oferta de linhas aéreas e a alta generalizada das passagens aéreas na Região Norte, o mercado de aviação civil no País, a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil do Senado e do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR) bem como se há, ou não, impedimentos ou barreiras para novas companhias aéreas ofertarem voos para a região Norte.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania; e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

No dia 1º de setembro, realizamos a primeira parte desta audiência pública, com a presença dos Srs. Basilio Dias, Diretor de Assuntos Regulatórios da TAM Linhas Aéreas; Renato Covelo, Vice-Presidente Jurídico da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; Alberto Fajerman, Diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas Inteligentes; Rodrigo Napoli, Diretor Comercial da Avianca Brasil; Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presi-

dente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

Hoje, conforme ficou acertado, recebemos na Comissão o Ministro Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, que veio acompanhado dos Srs. Guilherme Ramalho, Secretário-Executivo da Aviação Civil; Sr. Gustavo do Vale, Presidente da Infraero; Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Anac.

É uma honra para mim presidir esta reunião.

Sou Vice-Presidente da CDR, estou aqui devido à ausência do Presidente, mas o nosso Ministro, que já foi também Ministro dos Transportes, já está presente. Eu convido o Ministro e demais convidados para tomarem assento à mesa.

Convido o Senador Jorge Viana, que estava me assessorando aqui...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quem está presente com o senhor? Guilherme Ramalho, Secretário-Executivo, está aqui presente; Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Anac; e

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E Gustavo do Vale.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Que é Presidente da Infraero.

Convido-os a participarem da Mesa.

Peço ao Sr. Ministro que se sente à minha direita.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Presidente Davi Alcolumbre, da CDR, Comissão de Desenvolvimento Regional, deve estar chegando daqui a pouco, e o Presidente Otto Alencar pediu...Estou falando porque sou um dos autores deste requerimento juntamente com o Senador Randolfe, Senador Flexa, Senadora Vanessa e outros que o subscreveram, tais como o Senador Donizeti, Senador Telmário, Senadora Angela.

Para nós, é muito importante a presença do Ministro Eliseu Padilha bem como do Presidente da Infraero, do presidente da Anac, do Secretário Executivo do Ministério, porque é uma oportunidade que temos de debater um assunto dos mais importantes para o povo brasileiro.

Temos uma dificuldade tremenda ainda de compreender os custos das passagens aéreas no Brasil. Estou aqui com uma apresentação. Na hora da minha intervenção como autor do requerimento, vou trazê-la inclusive com dados que a própria Anac gerou, que mostram a situação gravíssima de uma passagem para o Acre, de Brasília para o Acre, para Boa Vista e outras capitais, ser mais cara do que uma ida e volta para o Japão, muito mais cara, o dobro do preço.

Trouxemos aqui os representantes das companhias aéreas no dia 2 de setembro. Obviamente, eles têm uma série de argumentos, mas não conseguem justificar essas alterações. O barril de petróleo estava a US$120, mas agora está menos de US$50. Eles falam também do ICMS, mas temos Estados que têm o mesmo ICMS da Região Norte e não têm o mesmo problema dos altos custos. Então, um conjunto de Senadores estão preocupados com esse tema. O transporte aéreo na Amazônia, no Nordeste em um País continental como o nosso não é artigo de luxo, é de primeira necessidade. Daqui para o Acre, são três dias e meio de carro ou de ônibus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – No Amapá, nem carro, nem ônibus.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nem carro, nem ônibus no Amapá. Em Roraima também, nem carro, nem ônibus. Quer dizer, vivemos em um País com dimensões continentais e não conseguimos resolver uma questão central que é a regionalização da aviação, o alto custo das passagens.

Sei que agora tivemos um processo de modernização dos aeroportos, que acho que chegou atrasado, mas que tem dado bons resultados. Também se questionam muito os custos praticados para um simples lanche nos aeroportos. Tomei um café da manhã outro dia, vindo do Acre, aqui em Brasília, e paguei R$45,00 para tomar um café da manhã em uma das lanchonetes do aeroporto de Brasília. É uma coisa escandalosa.

O mais grave, por exemplo – e até cumprimento V. Exª, a Infraero, a equipe técnica da Infraero – é que Rio Branco é a única capital do Brasil que só está podendo operar à noite o aeroporto. De madrugada. À noite não; de madrugada. Ganhei muitos cabelos brancos – o Tião perdeu os que tinha, precisou fazer uma recomposição –, mudaram de cor de tantas noites não dormidas, junto com todo o povo do Acre, indo e vindo, com os colegas. Aqui está o Deputado Federal Leo de Brito, que sempre vejo nos voos. Tive a boa notícia pelo Ministro, a quem quero agradecer junto com o Presidente da Infraero, de que, até o fim do ano no mais tardar, vamos ter a pista novamente liberada. O Ministro acabou de falar. A situação é crítica, falta de recursos, escassez, tem que se priorizar, mas, tanto o Dr. Gustavo como o Ministro Eliseu Padilha, deram essa boa notícia, e agradeço.

Em nome de todos que apresentaram o requerimento – ninguém pode falar por outros colegas – talvez seja importante ouvir primeiro o Ministro, como sempre fazemos. Depois, faremos intervenções em bloco, não é. Senador Flexa. Temos algumas perguntas para fazer e uma oportunidade fantástica, porque temos a Infraero, a Anac e o próprio Ministro, que se dispôs a atender a esse convite, já que também estava sendo convocado, ou convidado, em outra Comissão.

Acho que, com isso, conseguiremos tratar de todos os temas. Como um dos autores do requerimento, agradeço ao Ministro pela disposição de vir debater esse tema, que é tão importante para o povo brasileiros, para o turismo, para o crescimento do País. Para nós, é uma questão do direito constitucional de ir e vir, que fica cerceado com esses preços abusivos das passagens aéreas na Região Norte, especialmente nos nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, mas eu gostaria de acertar com os Srs. Senadores que o Ministro terá 30 minutos para exposição, os Senadores teriam cinco minutos para fazerem qualquer interpelação e o Ministro teria, para responder, tempo igual, ou seja, cinco minutos. E, para a réplica, dois minutos.

Ficar assim acertado, Ministro?

Então, vou dar a palavra ao Ministro pelo prazo, inicialmente, de 30 minutos.

Com a palavra, o nosso querido Ministro Eliseu Padilha, conceituado, ex-Ministro dos Transportes, que presta grandes serviços ao Brasil.

O SR. ELISEU PADILHA – Inicialmente, quero saudar S Exª...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ministro, desculpe-me.

Aqui há uma lista de inscrição. Quero que seja anotado aqui...Já temos um nome: Telmário Mota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr, Presidente, os autores do requerimento têm prioridade, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E quem mais? Quem queria pedir inscrição? Algum Senador?

Flexa Ribeiro.

Então, daríamos a prioridade aos subscritores pela ordem de inscrição, ou melhor, de assinatura.

Com a palavra o Sr. Ministro Eliseu Padilha. Trinta minutos.

O SR. ELISEU PADILHA – As minhas primeiras palavras são de saudação a V. Exª, Senador João Alberto Souza, que preside esta nossa reunião especial das duas Comissões.

Saúdo as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e, desde logo, registro o maior respeito, maior admiração pela atividade parlamentar, da qual neste momento não estou investido. Devo dizer que me honrou muito, me honra muito, o fato de ter, por mais de duas décadas, estado aqui no Parlamento brasileiro. Portanto, conheço bem o dia a dia do Parlamento, as suas vicissitudes, as suas alegrias, as suas tristezas, as suas frustrações, as suas conquistas. Sou político por convicção, sou empresário por profissão, advogado por profissão, mas político por convicção. Admiro os políticos, aqueles que têm coragem de ir às ruas, e em primeiro lugar, na busca do mandato e, depois, às Casas Legislativas aos gabinetes do Executivo para corresponder ás expectativas da sociedade brasileira.

O primeiro registro que faço é de que estou em uma Casa que respeito e diante de Parlamentares, S. Exªs Srªs e Srs. Senadores, aos quais devoto o maior respeito porque conheço sua atividade profissional e sei do quão importante é o que agora estão aqui a fazer. Esse é o primeiro registro.

Venho aqui também em nome da minha Presidenta, a Presidenta Dilma, a quem sirvo como Ministro da Aviação Civil, distinguido pelo convite. Sou quadro do meu partido, foi destinado ao meu partido esse espaço, e procuro preenchê-lo da melhor forma possível, honrando os compromissos do meu partido e procurando traduzir em ações, em gestos, em fatos positivos aquilo que é a pretensão da busca da nossa Presidenta com a sua administração. Diga-se de passagem, para começar, que a aviação civil, no Brasil, é um *case* de sucesso. Temos, hoje, na nossa operação aeroportuária, 82% de ótimo e bom, dito por mais de 160 mil passageiros. Portanto, estamos diante de um *case* de sucesso. Por óbvio, com o País em desenvolvimento, com o País de extensão continental, com um País com regiões que ainda carecem de infraestrutura, na aviação civil também há deficiências que temos que corrigir. E esse nosso diálogo certamente vai tomar rumos, vai mostrar caminhos que devem ser percorridos para que possamos aumentar nossa eficiência em todo Território Nacional e não apenas nos grandes aeroportos, que foram objeto de concessão ou que são operados pela nossa Infraero com tanta competência.

Vou falar objetivamente sobre a aviação civil na Região Norte do Brasil porque a Amazônia Legal/Região Norte do Brasil é indiscutivelmente a região em que temos o maior déficit de serviços aeroportuários desse patamar em que conseguimos chegar nos 15 melhores aeroportos do Brasil. Para iniciar, aqui está uma divisão entre o que é hoje a área, a população e a densidade populacional nas nossas cinco Regiões. A Região Norte ou

da Amazônia Legal, vejam lá, estamos com uma densidade de 4,1 habitantes/km², enquanto que, no Sudeste, estamos com 86,9 habitantes/ km². Esse é apenas o referencial de que temos uma população menor em um espaço geográfico muito maior, onde temos potencialidades muito grandes, que ainda não estamos explorando exatamente não temos infraestrutura. Podemos conviver perfeitamente com a natureza, privilegiando-a inclusive, e desenvolvermos atividades que serão viabilizadas se tivermos infraestrutura correspondente.

Amazônia Legal. Aqui, o que temos hoje de aeroportos regulares em todo o Brasil e, depois, aqueles da Amazônia Legal. Queremos, desde logo, ver os voos. Hoje temos cerca de 276 voos regulares para a Amazônia Legal. Isso é 37,8% dos voos que temos. E, com origem e destino na Amazônia Legal, quer dizer, voos internos na região, 11,6% do que é a nossa aviação com rotas regulares.

Dizia eu que a Amazônia Legal é, indiscutivelmente, uma das regiões que merecem atenção especial. E falo com absoluta autonomia e liberdade porque não sou eu o criador do programa. Foi criado, foi gestado a partir das instruções da Presidenta da República pela Secretaria da Aviação Civil um programa que, seguramente, vai resolver muito do que diz respeito à falta que hoje existe na aviação regional brasileira, especialmente na Amazônia Legal.

Estamos com um programa de aviação regional sustentado em três pilares: infraestrutura, para 270 aeroportos – depois explico essa divisão; nos subsídios, que é o que vai responder, em parte, à procedente observação de S. Exª o Senador Jorge Viana; e na gestão, que é o plano geral de outorgas. Os subsídios estão dentro do nosso programa de desenvolvimento da aviação regional. Uma lei especial, todos conhecemos, veio já no orçamento deste ano, criado no ano passado, com a previsão inclusive de termos esses investimentos. Diga-se já, também, a bem da verdade, que a Secretaria da Aviação Civil, no que tange aos seus investimentos, é absolutamente autossuficiente.

O Fundo Nacional da Aviação Civil deverá fechar esta ano de 2015 com saldo superior a R$4 bilhões. Saldo positivo! Falei saldo, mas é saldo positivo de mais de R$4 bilhões. Só o Fundo Nacional da Aviação Civil, cuja origem é Ataero, adicional tarifa aeroportuária, e o pagamento da outorga nas concessões. O valor da outorga é parcelado durante o prazo da concessão. Então, o que vamos receber este ano mais a Ataero, para fechar um número redondo, será R$5 bilhões. Vínhamos com saldo positivo no ano passado. Tivemos investimentos este ano, estamos fazendo neste ano e vamos fechá-lo possivelmente com mais de R$4 bilhões de saldo credor neste fundo, contribuindo, e muito, para a superação dos números que não são tão positivos, ao olhar internacional, acerca da nossa posição superavitária com seus números primários.

A expansão da malha: temos, no último item ali, que é o que interessa, a garantia de acesso às comunidades da ?Amazônia Legal como sendo uma razão de inclusão social – de cidadania e inclusão social.

Ei iniciei Cuiabá-Santarém. Desci com uma caravana de caminhões, que então levavam grãos. Isso em 1998. Desci Cuiabá-Santarém como desci Porto Velho até Itaquatiara quando inauguramos a navegação pelas nossas águas interiores com fins eminentemente comerciais para o agronegócio, para a venda do grão.

Esta obra foi iniciada em 1998. Por se tratar da Região Amazônica, uma rodovia acaba tendo um custo elevadíssimo, sob o ponto de vista financeiro, sob o ponto de vista ambiental. E temos prazo, como esses com os quais estamos convivendo hoje, e ainda não estamos com a rodovia concluída. Se fosse um aeroporto, e é essa a conclusão que eu queria trazer, dois aeroportos, para que pudéssemos ter, dentro da própria Amazônia Legal a origem e o destino, conseguiríamos realizar isso em um ano e meio, dois anos.

Essa é a diferença que no modal aeroviário tem em relação ao ferroviário ou rodoviários, especialmente onde temos questões ambientais sérias como na Amazônia Legal, que é, indiscutivelmente, a nossa grande reserva, aliás, a grande reserva para todo o mundo, de condições de preservação da natureza. Temos, na Amazônia Legal, essa responsabilidade e a ela não nos podemos furtar.

Na Amazônia Legal, então, a aviação regional tem um caráter mais até de cidadania e de integração da população.

Vamos ver, então, a infraestrutura da aviação regional. Como eu já disse, são previstos 270 aeroportos em todo o Brasil. Vamos ficar só no Norte, que, em tese, é a Amazônia Legal. São 67 aeroportos e serão investidos neles R$1,7 bilhão. A primeira observação que faço diante desse quadro é de que, desses 270 aeroportos em todo o Brasil, 257 estão operando hoje de alguma forma. Oitenta e um têm voos regulares da companhias aéreas que operam hoje no Brasil e 141 será o número entre os operados e os com pretensão à operação. Isso significa que estamos com mais da metade, hoje, com possibilidade de operação comercial, dependendo de pequenos detalhes.

Na Amazônia Legal, agora, sim, vamos chegar lá, temos 67, que é a previsão do programa, e vamos ver quais são: primeiro, para compreender esse programa, estão ali os cinco passos que compreendem a implantação do programa.

O primeiro é um estudo de viabilidade técnica. Muitos aeroportos já estão antropizados, já estão aclimatados, o sítio aeroportuário já está incorporado pela fisionomia e vida da comunidade. Logo, não há muita alteração a se fazer. Esse estudo de viabilidade normalmente é célere onde as condições já estão constituídas há muito tempo. Haverá, ainda, nessa primeira fase, estudos complementares. Daí, passamos para a segunda, que é o detalhamento do estudo de viabilidade técnica, que define o tamanho da pista, o tamanho do pátio, o tamanho do terminal e o investimento necessário para isso. São 270 microrregiões e um polo regional, e temos que fazer uma projeção do que vamos necessitar de pátio.

Primeiro, temos que saber qual é, em tese, o potencial de passageiros. E aí, vamos definir o tamanho da pista. Qual é o avião que vai operar? Depende do tamanho da pista.

A pista muda em função da pretensão com relação à operação da aeronave que vai operar. A pista muda,

Se temos a noção da pista, se temos a noção do número de pessoas da região que, em tese, vão acorrer para esse aeroporto, podemos definir o tamanho do terminal de passageiros e o tamanho do pátio. E , aí, então, o investimento necessário, quanto tem que gastar.

Vamos obedecer aqui a um modelo padrão. Esses aeroportos obedecerão a um padrão estabelecido pela ONU. Temos um padrão internacional para que alguém que esteja sobrevoando uma dessas regiões saiba, pela carta de navegação que tem, saiba que tipo de aeroporto tem embaixo e quais as condições de operação, para ele saber se pode operar ou não com aquele equipamento que está por ali sobrevoando.

Licenciamento ambiental. Esse documento é concedido pelos Estados e é indispensável para o início das obras. Para Estados, prefiro colocar: União, Estados e Municípios, porque há Estados que ainda não têm delegação, e a União acaba tendo que fazer através do Ibama, e alguns Estados delegaram ao Municípios, que podem fazer esse licenciamento.

Com relação a isso, devo dizer que, quando cheguei ao Ministério da Aviação, conversando com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, responsável pelo setor... Vamos relembrar que, por decisão presidencial, esse trabalho todo é desenvolvido pelo Banco do Brasil. Contratamos o Banco do Brasil e lá foi constituída uma equipe multidisciplinar, mas eles ainda terceirizam muitas atividades para poderem corresponder a esse programas dos 270 aeroportos. Tudo é feito lá. Esses cinco passos são feitos diretamente pelo Banco do Brasil, mas temos que dar supervisão e cobrar os resultados, porque somos os contratantes do Banco do Brasil.

Falava eu do licenciamento ambiental. Disse-me, então, o Vice-Presidente do Banco do Brasil: olha, temos um problema insolúvel, que é o licenciamento ambiental. E, aí, ele me contou que, em um determinado Município onde tinha que construir um aeroporto, queriam compensação ambiental dele desde 1932. É um Município do Estado de São Paulo, onde, na revolução de 1932, fizeram um aeroporto em uma determinada cidade que, inclusive, serviu de base para as operações militares que ali aconteciam. E, desde 1932, segundo o Município, esse aeroporto estaria causando danos ambientais e, então, teria que se compensar com construção de escolas, construção, construção, e, por óbvio, não avançou. Apenas estou dando um exemplo de que buscaram compensação lá em 1932. O que é isso?um programa nacional, do Governo Federal, que tem recursos próprios. Por óbvio, o Prefeito, na expectativa de conseguir melhorias para o seu Município, de forma absolutamente legítima, buscou uma compensação ambiental maior do que aquilo que, em tese, poderia receber.

O que fizemos?: Advogado que sou, pensei desde logo: de quem é a competência para definir a política nacional de meio ambiente? Há competência concorrente para legislar: União, Estado e Município, mas, para definir a política, pela Constituição, é o poder central, o Governo Federal.

Quem é que define a política nacional da aviação civil? Governo Federal. Foi sugerido à Presidenta, e ela aceitou, e levamos ao Ministério do Meio Ambiente, e temos um regramento próprio para o licenciamento ambiental dos aeroportos. E o bom disso tudo é que há um prazo de 90 dias para o início e o fim desse processo. Isso é muito importante porque temos, há mais de dois anos, alguns processos em andamento.

Vencida a questão do licenciamento ambiental, é preparado o projeto para a licitação, licitação por RDC (Regime Diferenciado de Contratação). Com isso, temos velocidade. Obras. Por fim, o aeroporto pronto. Esses são os passos desse processo.

A pergunta que não veio, que possivelmente viria, mas que já respondo: se isso começou em 2012, por que não temos obras até hoje? O Banco do Brasil teve que aprender, formou a equipe, teve que aprender.

Na SAC, também tivemos que aprender e presumo – tenho convicção; em 2014, eu lá não estava e, por isso, presumo, que hoje estamos aparelhados para fazer com que esse projeto decole definitivamente. Vamos ver, pelas fases em que está, como ele se encontra. Mas, tanto na SAC quanto no Banco do Brasil, acabamos tendo corpo técnico específico preparado para desenvolver projeto sem nenhum entrave.

Se não houvesse questão financeira, o projeto andaria a céu de brigadeiro, para usar uma expressão própria da aviação civil.

Adiante.

Aqui está então. Onde estão os 67 aeroportos da Amazônia Legal em seus vários estágios? Viabilidade técnica. Todos os 67 já passaram. Olhem. Está concluído o estudo de viabilidade dos 67. Os estudos preliminares estão em andamento, o que, em última análise, é a preparação do que vai ser o projeto, aquela definição maior de como será o aeroporto, como vai ser feito.

Depois, há os anteprojetos, que já estão em andamento. Estamos fazendo, neste momento, diretamente pela Infraero, obras em oito desses aeroportos, que são aqueles operados pela Infraero, aeroportos que ela mantém independentemente do programa. Ela faz a manutenção independentemente do programa.

Teríamos, aqui, pelas cores: estudo de viabilidade técnica é aquela cor quase marrom, entre telha e marrom; depois, estudo preliminar, em cor telha, alaranjado; e o anteprojeto, já em andamento, em azul. Anteprojeto é o que vem antes da licitação. Em tese, esses todos que estão em azul poderão, com alguma brevidade, ser levados às obras ou então ao Regime Diferenciado de Contratação para as obras.

O investimento, como já foi dito, é de R$1,7 bilhão nesses 67 aeroportos.

Esses são os aeroportos da Infraero, em que ela atua diretamente e que tem previsão de investimento de R$1,06 bilhão, sendo que R$564 milhões já foram executados. Aqui, vale a pena pararmos para ver uai são eles: rio Branco, acerca do qual o nosso Senador Jorge Viana tem manifestado tanta preocupação, que é nossa também. É um aeroporto cuja obra não pode parar porque, senão, Rio Branco, o Acre fica isolado, sob o ponto de vista aéreo, e seria absolutamente incompreensível. Outros: Tabatinga, Tefé, Manaus, Santarém, Marabá, Belém e Macapá.

Macapá é outro aeroporto que está em fase bastante avançada. A obra esteve parada durante dez anos, foi retomada em julho deste ano. Nós temos entre Rio branco e Macapá dois dos compromissos mais significativos e sinalagmáticos da operação aeroportuária da nossa Região, porque são capitais de dois Estados que, sem o aeroporto, ficarão literalmente, "isoladas". Então, necessitamos dos aeroportos concluídos. são obras que não podem parar. Essa é a nossa posição diante dessas duas obras.

Adiante.

Subsídios. Como vai funcionar a questão dos subsídios? Para as tarifas aeroportuárias e passagens aéreas em voos regionais, com aeroportos até 600 mil passageiros por ano e 800 mil na Amazônia Legal. Quer dizer, o limite para haver subsídio para o voo que chega ou sai daquele aeroporto, origem ou destino, fora a Amazônia Legal, aeroporto até 600 mil passageiros; na Amazônia Legal, até 800 mil passageiros, pelas razões que já vimos aqui. (*Falha na gravação.*)

...é condicionado a 50% da aeronave até 60 assentos, à exceção da Amazônia Legal, em que não há limite. Fora da Amazônia Legal, esse é o limite. Na Amazônia Legal, repito, não há esse limite.

Os subsídios também se destinam a reduzir também a diferenças entre as passagens aéreas e rodoviárias. Com isso, vamos democratizar o transporte aéreo. Hoje, há uma diferença muito grande entre a passagem aérea e a passagem rodoviária. Claro que sabemos que a viagem rodoviária demora muito mais tempo. Lá, na Amazônia Legal, ainda temos a aquaviária, que é mais utilizada que a rodoviária, e a diferença de tempo e muito grande. O objetivo desse subsídio é fazer com que a passagem aérea se torne acessível. No Brasil, a passagem aérea é disciplinada pelo mercado.

O mercado fez com que tivéssemos, nos últimos seis anos, uma queda de 48% no valor da passagem aérea. Quarenta e oito por cento! Isso democratizou bastante a passagem em circunstâncias normais para os voos corporativos, para quem viaja a lazer. Mas, se formos lá para a Amazônia Legal, teria de haver um critério diferente. Daí por que a Presidenta, a meu ver, com sabedoria, deu instruções para que fosse criado esse programa de subsídios para estimular as rotas regionais. É aquela história da causa e efeito: não há passageiros porque não tem voo e não tem voo porque não há passageiros. Então, temos que fidelizar o voo em primeiro lugar, e é isso o subsídio. Subsidiando, vamos ter três frequências semanais naquele aeroporto; Fidelizando o voo, automaticamente, o voo fideliza o passageiro. Muitas pessoas não optam pelo transporte aéreo porque se perguntam: "tem quando? Quando é que vai ter? Vai continuar tendo? Posso deixar de usar a minha forma normal de me mobilizar?"

Então, o que vai viabilizar todo o processo, inclusive as companhias aéreas, é a fidelização do voo, que vem através do subsídio. Vamos ter um voo garantido, vamos fidelizar o voo naquele aeroporto, e, a partir do voo fidelizado, haverá passageiros. Essa é a tese, porque será feito um estudo que aquele voo servirá a uma região que potencialmente terá passageiros para tanto.

O que estamos propondo com relação à Amazônia Legal?

– Atendimento às localidades da Amazônia Legal definidas;

– Exigências prévias de número de voos semanais; regularidade e pontualidade; três voos semanais

– Prazo: dois a três anos.

– Multa em caso de descontinuidade dos serviços. Porque aquele negócio de não há passageiros porque não tem voo e não tem voo porque não há passageiros, quando há uma empresa que está operando em determinado local, por razões que não vamos analisar aqui, ela para de operar e, assim, quebra a espinha dorsal de toda a mobilidade social que se fazia naquela direção porque parou o voo. Então, temos que ter a certeza da continuidade do serviço. Daí por que a garantia mediante pagamento.

– Sem exclusividade na operação da rota. No entanto, só um será detentor do contrato de subvenção. Se a empresa A é detentora do contrato de subvenção porque ofereceu melhores condições e, então, seus voos são subvencionados, não impede que outra opere como o mesmo destino caso haja viabilidade comercial e ela entenda que possa operar. Teremos o compromisso com uma só. Não vamos colocar mais que uma com subsídio, com origem e destino no mesmo aeroporto.

Isso é muito importante para que não venhamos estabelecer, desde logo...aí não seria concorrência porque, pelo contrário, seria uma disputa pelos passageiros que, em tese, com essa parte subsidiada, garantiríamos aquele aspecto de integração, de cidadania, que é a preocupação original. Falamos, então, em não ter exclusividade na rota.

– Elegibilidade: aeroportos deste nosso Programa de Investimento em Logística (PIL) com prioridade para aqueles sem voos regulares ou não atendidos satisfatoriamente.

Então, o nosso projeto é começar pela Amazônia Legal esta ano, em 2015, tendo este critério: vamos escolher aeroportos que não têm voos regulares hoje ou então aqueles que não estão sendo atendidos satisfatoriamente.

A nossa ideia é iniciar com 30 aeroportos na Amazônia Legal. Para isso, não são necessários, neste ano, mais do que R$50 milhões. Estamos tratando com a Fazenda, com a área fazendária do Governo; com o Governo, mas com a área fazendária em especial porque há uma necessidade que é intransponível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Depois, vou responder, com muita alegria, a todas as...

Já vamos adiante.

(Soa a campainha.)

O SR. ELISEU PADILHA – Temos, no material aí, os 67 da Amazônia Legal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Em um minutinho, chegaremos lá.

Melhoria na gestão dos aeroportos: é a questão das outorgas. Penso que esse material vai ficar à disposição, se me permitirem. Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente? Sou um homem cumpridor de horário. Portanto, já passei seis minutos, se sou cumpridor de horário.

Então, aqui, na verdade, temos o programa de outorgas.

Podemos transferir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Permita-me um aparte?

O SR. ELISEU PADILHA – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª tem o tempo que desejar e necessitar.

O SR. ELISEU PADILHA – Fico agradecido e honrado com sua disponibilidade. Muito obrigado, agradeço.

Continuando, temos aqui o Plano Geral de Outorgas.

Isso é para que compreendamos que podemos outorgar esses aeroportos para Estados. Por exemplo, já outorgamos para estes aeroportos no Estado de São Paulo, no Estado de Minas Gerais e no Estado de Goiás. Delegamos para o Estado, e ele, Estado, está fazendo a parceria que melhor lhe interessa ou está fazendo a gestão direta. De modo geral, quem tem preferência, em primeiro lugar, é o Município, se ele tiver condições. Normalmente, é o Estado que recebe a outorga para administrar e, depois, ele passa para o Município, quando o Município tem condições. No entanto, normalmente, é feito com o Estado.

E nós, portanto, vamos trabalhar com esta vertente: vamos fortalecer a parceria com Estados e Municípios para que a gestão dos aeroportos regionais seja a melhor possível.

Treinamento – Aqui é treinamento de pessoal. Quer me parecer que, neste momento, isso não é muito interessante, mas treinamos bombeiros, treinamos todas as pessoas que tenham que trabalhar na operação aeroportuária. Treinam-se bombeiros...

Adiante.

Aqui estão todos os cursos que fizemos entre 2013 e 2014: bombeiros, capacitação básica e intermediária de gestores aeroportuários, capacitação básica para gestores, enfim, uma série de cursos que fazemos para melhorar a operação. E isso, para alguns Municípios, é fundamental, porque, senão, ele não consegue fazê-lo.

Vou dar um exemplo: o meu Estado, rio Grande do Sul, que é um Estado que já foi colonizado há mais tempo, ocupado geograficamente há mais tempo, tivemos que treinar – estamos treinando – bombeiros para dois aeroportos regionais, porque a comunidade local (Município) não conseguiu resolver. E nos os treinamos aqui para que eles pudessem resolver essa questão.

Adiante.

Aqui, o que podemos ampliar: a Bolsa Piloto, a atualização para os bombeiros de aeroportos, capacitação para operação de carros de combate a incêndios, que é uma atividade profissional específica.

Adiante, olha o tempo.

E as respostas: os aeroportos. Já chegaram aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não, vou ler. Os que estão nesta listagem – falei em um número de 67.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Vamos providenciar logo, pelo menos, 20 cópias minha assessoria poderia promover, daquele material para distribuirmos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Por meio digital? Então, mandamos por *e-mail* para o senhor.

Bem, Sr Presidente, acerca da primeira fase, a cuja expectativa, penso, tínhamos que corresponder trouxemos aquilo que, na nossa visão, corresponderia. Por certo, teremos muitas interrogações, e a nossa equipe está aqui pronta e sem, pelo menos nós, limite de tempo para respondermos tudo aquilo que for do interesse de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quero agradecer ao Ministro Eliseu Padilha pela excelente explanação e conversar com o Srs. Senadores: temos inscritos oito Senadores. Cada Senador, conforme havíamos conversado, terá direito, para perguntas, a cinco minutos. Haverá cinco minutos para o palestrante responder. A princípio, dez minutos vezes oito são oitenta minutos. Eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que se cingissem a esse prazo porque temos ainda a réplica. Temos outros afazeres.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Será feito em bloco?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Seria em bloco? Se os Srs. Senadores acharem que seria melhor em bloco, faríamos de quantos em quantos? Três em três?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quatro em quatro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quatro em quatro? Então, temos, o Senador Jorge Viana, o Senador Randolfe, Senador Flexa Ribeiro e Senador Donizeti. E o quarto?

O outro bloco seria Senadora Vanessa, Senador Telmário, Senadora Angela Portela e o Senador Omar Aziz.

Quero, antes de dar a palavra ao Jorge, agradecer a presença do ex-Senador, ex-Deputado Federal, Chiquinho Escórcio. Foi nosso colega aqui, foi meu colega quando Deputado Federal e meu colega quando Senador. Sinta-se à vontade aqui, nesta Casa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O nono é o Senador Sérgio Petecão.

Então, vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Jorge Viana. Vamos obedecer aos cinco minutos.

Senador, cinco minutos, por gentileza.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, cumprimento nossos convidados na pessoa do Ministro. Para ganhar tempo, eu há tinha citado os demais convidados.

Essa audiência pública é muito importante. Como autor do requerimento, junto como outros colegas, agradeço a presença de V. Exª.

Sou de um Estado, junto com o Senador Petecão, que é o único que não opera de dia, nesse período, aviação civil de médio porte. Operamos à noite no aeroporto, o que tem trazido um transtorno absurdo para a população.

Ou seja: a pessoa tem que marcar hora para adoecer, marcar hora para emergência, porque não há hipótese de haver um voo de grande porte descendo durante o dia. É gravíssimo, a pista está em obras. O Ministro assumiu o compromisso com a equipe técnica, com o Superintendente da Infraero de que as obras que já duram desde o ano passado estarão concluídas até o final deste ano. Estou reafirmando isso porque é a melhor notícia para a população do Acre.

Quanto aos outros temas da aviação regional, há um problema: oficialmente, só existem dois aeroportos no Acre, o de Rio Branco e o de Cruzeiro do Sul. Quando saímos em um avião de pequeno porte, temos que mentir para a torre, dizendo que estamos indo para outro lugar, porque eles não estão minimamente garantidos. E há um risco aí: daqui a pouco, vão fazer um graus de exigência, vamos ficar sem aeroporto algum no interior e a população vai ficar completamente isolada.

Quando eu estava no governo, o governo do Estado trabalhou. Eu era o governador, e nós fizemos os aeroportos. Pavimentamos alguns, melhoramos; outros, fizemos. Exemplos: Feijó, um aeroporto novo, Jordão, Santa Rosa, Porto Walter, Tarauacá, onde fizemos uma completa reforma, Manoel urbano, Assis Brasil e Xapuri. Quer dizer, o governo do Estado fez oito aeroportos, fora os outros dois, todos com recursos do Estado. Foi com muito sacrifício que fizemos isso. A dificuldade é a manutenção desses aeroportos. Então, eu gostaria que houvesse um tratamento diferenciado para esses aeroportos do interior.

V. Exª falou, Ministro, que tivemos uma queda de 48% no preço das passagens. Peguei dados, dos quais lamentavelmente não vou poder fazer uso, mas, na média, esses números podem ser trabalhados. O problema é que, na própria exposição da Anac, temos aqui que, diferentemente do que ocorreu em outros Estados, tivemos, por parte das companhias aéreas, um tratamento absolutamente injusto com a população do Acre, como o aumento significativo, nesses tempos, de tarifas.

Agora, vejam, não temos voos durante o dia e temos a tarifa mais cara do Brasil durante a madrugada. Fiz um levantamento hoje, Sr. Ministro, e peguei o quilômetro voado, quando comparado com Recife, Pernambuco, ou outro Estado que tenha a distância equivalente à distância Brasília-Acre, e vejo que é o dobro o preço do quilômetro voado para o Acre. Temos um problema. Está aqui: "queda no preço da passagem nacional: 5%; no Acre, aumento de 6%", ou seja, dá mais de 10%.

Tivemos outra audiência pública aqui em que cobramos das companhias aéreas um posicionamento, mas acho que uma questão que é do consumidor deve ser analisada pela Anac. É a Anac que tem que procurar fazer um estudo e intervir nessa situação. É inexplicável. O argumento é o ICMS. Só que o ICMS é o mesmo de Recife. "Ah, mas mudaram agora porque tão querendo um *hub* lá" Mas é o mesmo dos Estados que comparamos. Hoje ainda fizemos um levantamento e vimos que uma passagem de Brasília para Orlando está R$1,1 mil de ida; de Brasília para Frankfurt, R$2 mil, mas, quando se vê agora, uma ida para Rio Branco é R$2,5 mil. Se alguém quisesse participar desta audiência pública, teria que pagar R$2,7 mil para pegar um voo de rio Branco para chegar aqui. Ou seja: é mais negócio morar na Europa e vir trabalhar aqui ou morar nos Estados Unidos e vir trabalhar aqui, do ponto de vista da passagem aérea.

E, nesse caso, não há a quem recorrer. Vamos recorrer a quem? Então, está havendo uma ação abusiva; parece um jogo combinado das únicas duas companhias que fazem esse trecho, TAM e Gol, parece-me, e a população tem cerceado o seu direito de ir e vir. Como disse o Senador Randolfe, são quatro dias por estrada para chegar até Rio Branco e há lugares na Amazônia, como Roraima e Amapá, que nem de estrada se vai.

O Brasil precisa ter um olhar diferenciado. Quero pedir a V. Exª, Sr Presidente, para concluir, duas questões. Eu gostaria de ouvi-los sobre aviação regional no interior do Acre. Quais são os aeroportos que estão priorizados? Como vamos fazer? Porque, por enquanto, foram investimentos feitos pelo nosso governo. Quando fui governador, trabalhei os oito aeroportos, construindo com recursos do Estado, e, agora, a manutenção é necessária.

A distância entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul é de mais de 600km. Não há alternativa para os aviões. Precisamos, no mínimo, ter um tratamento que nos coloque em igualdade de condições com outros Estados. No mais, era ver o que a Anac, o que o próprio Ministério, o que a Infraero podem fazer para que se tenha maior oferta de voos, de companhias em lugares como esses a que estou me referindo, que são mais distantes, mas que, nem por isso, a população tem que pagar um preço abusivo como esse. Estou comparando três horas de voo para Rio Branco com 11, 12, 14, 20 horas. É mais barato ir para Pequim, que são quase dois dias de viagem, do que ir para Rio Branco. Uma ida e volta para Pequim é mais barato do que uma ida para Rio Branco.

Obrigado, Presidente. Agradeço a presença do Presidente da Infraero, da Anac, do Ministro, e peço que, por favor, priorizem a conclusão das obras do aeroporto de Rio Branco até o final do ano e a retomada dos voos diários para Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senador João Alberto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, que preside esta reunião; meus cumprimen-

tos aos membros da Mesa, Presidente da Anac, Presidente da Infraero, ao Secretário Nacional da Aviação Civil, Ministro Eliseu Padilha.

Ministro, V. Exª, ao falar aqui, apresenta o ideal. Estamos em um quadro, principalmente na Amazônia, muito distante disso.

O Senador Flexa, aqui ao meu lado, foi o Relator do plano de aviação regional quando ele foi apreciado aqui, no Senado Federal. E nós o vimos como uma esperança no fim do túnel para a aviação regional. Não vou dourar mais a pílula, ficar numa disputa entre o Amapá e o Acre sobre quem sofre mais, qual a situação é mais dramática. Basta destacar que a Amapá, Acre, Roraima, principalmente Roraima e Amapá, não há acesso em sequer terrestre para suas capitais. E o Acre, praticamente, embora tenha acesso, está isolado.

Em nenhuma outra região do País a aviação é necessidade básica, necessidade vital, deixa de ser luxo, quanto na Amazônia. Em nenhum outro lugar! Então, é fundamental que aqui, em Brasília, se tenha essa consciência,

Sr. Ministro, realmente, ansiamos para que o plano seja executado, mas temos um quadro hoje que não é de execução do plano. Vou lhe dar um dado concreto do meu Estado do Amapá. Em Macapá, aliás, na Amazônia, houve redução de 29 voos. Ou seja: ao invés de, neste ano, termos tido ampliação de opções de voos, estamos tendo redução de alternativas de voos. Só em Macapá, a TAM tinha quatro linhas e reduziu para duas; a Gol tinha três e reduziu para dois voos. O preço da passagem Macapá-Belém – a distância equivale a Brasília-Goiânia, para se ter uma ideia – está em torno de R$2,5 mil, de acordo com a época do ano. Ou seja: se houver uma necessidade médica em que não seja possível o atendimento no Amapá, o cidadão é condenado à morte, não há outro caminho porque alguns não vão ter condições de pagar uma passagem a R$2,5 mil. Detalhe: para Brasília, a passagem Macapá-Brasília chega a R$4,0 mil.Como já foi dito pela o Senador Jorge, é mais fácil ir para a Europa, do Amapá, ou para Miami, do que vir para Brasília ou alguma capital brasileira.

Recebi uma informação, Sr. Ministro, da direção da Azul Linhas Aéreas. A Azul informa o seguinte: fechou opções de voo em 18 cidades em dois anos. Agora, está com seis cidades. Se o plano não for implementado nos próximos meses a Azul nos informa que vai reduzir para 80 cidades. Obviamente, onde vai, primeiro, reduzir? Onde vai ser? Não tenham dúvidas, meus colegas Senadores, será na Amazônia, onde há menos opções.

Não sei se Exª tem conhecimento dessa situação, por exemplo, da Azul e de outras empresas que estão reduzindo suas opções de voos. Então, a pergunta imediata, em especial em relação aos subsídios, porque, para a Amazônia, não há outro caminho. Se formos esperar as regras do mercado para a Amazônia, os nossos Estados – Acre, Amapá e Roraima – estarão condenados. E incluo aí boa parte do Estado do Amazonas. Estarão condenados!

Quando teremos, de fato, a implementação disso?

Veja: V. Exª, na sua apresentação...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Já concluo, Sr. Presidente.

Na sua apresentação, V. Exª diz o seguinte: "possibilidade de apresentação em bloco, de acordo com a disponibilidade orçamentária".

O Senador Omar lembrou bem: se depender do Ministro da Fazenda e do tempo do ajuste, não vai haver disponibilidade orçamentária nunca!

Nós perguntamos: o Fundo Nacional de Aviação Civil, enfim, esses recursos, não seria disponibilizado para isso? Porque nós estamos conscientes aqui de que. a depender do Orçamento da União, nós não teremos.

E, por fim, Sr. Ministro, pergunto – e pergunto também à Infraero: como os senhores sabem de cor e salteado, o Aeroporto Internacional de Macapá foi vítima de um dos maiores escândalos de corrupção já ocorridos neste País. Diante disso, faço duas perguntas – e não vou ficar no mesmo, ou seja, sobre a retomada das obras do aeroporto, porque me parece que foram retomadas... O valor total da obra é de R$135 milhões, salvo engano; contudo, para este ano, ao que parece, estão previstos R$20 milhões, o que é muito aquém. Então, pergunto: qual é exatamente a previsão da execução financeira no Aeroporto de Macapá para este ano, para o ano que vem e qual a previsão de inauguração? E ainda: como será esse cronograma para chegarmos aos R$135 milhões?

Segundo: quais as providências do Governo brasileiro – e. aí. falo da Secretaria de Aviação Civil e da Infraero – diretamente sobre o que ocorreu, isto é, sobre o escândalo de corrupção e sobre os responsáveis por este escândalo que ocasionou a paralisação das obras do Aeroporto Internacional de Macapá em 2007?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

Desculpo-me se me estendi um pouco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, que preside esta audiência pública, saúdo o Sr. Ministro Eliseu Padilha; o Secretário da Aviação Civil, Sr. Guilherme Ramalho; e o Sr. Presidente da Infraero, Sr. Gustavo do Vale; e o Dr. Marcelo Guaranys, de quem vivo cobrando e em quem busco apoio, Ministro, para as questões relevantes do Estado do Pará com relação aos nossos aeródromos.

Ministro, primeiramente, quero parabenizar V. Exª pela competência que tem, pois qualquer que seja o cargo que V. Exª ocupa, V. Exª se debruça sobre ele e busca aprofundar os seus conhecimentos a respeito para poder vir debater em uma audiência pública.

V. Exª falou sobre a Santarém-Cuiabá. Eu quero só fazer um registro: essas estradas, tanto a Santarém-Cuiabá, no sentido longitudinal, cortando o Brasil, quanto a Transamazônica, no sentido transversal, eram do tempo do governo militar. Então, estamos falando da década de 60 do século XX. Nós estamos no século XXI e não conseguimos concluir a Santarém-Cuiabá, que é a que está mais adiantada – e a BR-230 nem se fala, é outro sonho que virou um pesadelo. Mas isso não tem nada a ver com a nossa audiência de hoje, que é com o Ministro Eliseu Padilha da Pasta dos Transportes, mas com o Ministro Eliseu Padilha da Aviação Civil.

Ministro, eu fui, como disse o Senador Randolfe, Relator do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional. E, para alegria nossa e posterior decepção, essa matéria chegou aqui como medida provisória, ou seja, com urgência e relevância; era para ser aprovada, Senador João Alberto, como são aprovadas as medidas provisórias aqui, em geral, goela abaixo. Não dá nem para discutir! Em cerca de 90% delas não dá para mexer, porque, se mexermos, vai voltar para a Câmara Federal e vai cair a medida. Então, tem que ser como veio.

Neste caso, a medida provisória, que veio do Executivo, não dizia nada, Ministro; ela era um cheque em branco. Ela não definiu o que é aeroporto regional; não definiu o que era rota regional, ou seja, as duas definições mais importantes do programa não estavam na medida provisória.

Eu tive o cuidado, juntamente com os Consultores do Senado, de me debruçar sobre o projeto, com os companheiros da Amazônia, ouvir, fazer audiências no sentido de me inteirar, conversando com as companhias aéreas, para, ao final, apresentar um relatório para ser aprovado. Contudo, lamentavelmente, ela já chegou da Câmara, como sempre, com um tempo exíguo para o Senado, e, aqui, ela perdeu a validade. Então, todo aquele trabalho que foi feito não teria sentido.

Três medidas provisórias... Quando da Medida Provisória nº 656, de 2014, o Relator era o Senador Romero Jucá, a quem eu pedi que inserisse em seu relatório o parecer que eu fiz para a Medida Provisória nº 652. E ele concordou, como amazônida que é, de fazer isso. Só não concordou com um item, que é, inclusive, uma das perguntas que quero fazer a V. Exª, isto é, a abertura ao capital estrangeiro das companhias aéreas. Então, isso foi retirado do parecer que foi incluído no parecer do Senador Jucá. A matéria foi à sanção presidencial e foi sancionado. Só que, para que isso entre em operação, é preciso que haja a regulamentação.

Nós estamos falando de 2014! A MP foi transformada – a Medida Provisória nº 656, que teve como Relator o Senador Romero Jucá – na Lei nº 13.097, de 13 de janeiro de 2015. Ocorre que nós estamos terminando 2015 e não temos a regulamentação. Se nós não tivermos a regulamentação, não há o plano e não há subsídio.

Então, a primeira pergunta que faço a V. Exª é para saber quando é que o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional será regulamentado para que entrem os subsídios. Os subsídios serão feitos pelo Fundo da Aviação Civil, fundo este que tem receita autônoma, não depende do Tesouro – pela lei. Quem paga? O usuário; nós todos, brasileiros, pagamos, embutido no preço da passagem, o valor que se paga a esse fundo.

V. Exª diz que tem R$4 bilhões de saldo. Onde é que está esse saldo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na Fazenda? É?!

Senador Omar, V. Exª terá de pedir uma audiência ao Ministro Levy.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Conclua, Senador, por gentileza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu vou usar aquele um minuto que o Senador Randolfe não usou.

Ou seja, além dos R$50 milhões, há mais R$4 bilhões!

Lamentavelmente, não é só para a Anac, não; para todas as agências reguladoras os fundos não são transferidos. Eles são levados ao Tesouro para efeito de superávit primário. Aí, não se pode ter a subvenção, não se pode ter aeroportos – e não haverá se não houver a liberação dos recursos.

Então, essa é uma segunda pergunta que faço a V. Exª: como liberar esses recursos que não são do Tesouro?

E é bom que a sociedade brasileira, que nos ouve, em especial os amazônidas e paraenses, saiba que há dinheiro para que sejam implementados tanto o plano quanto os aeroportos.

Uma terceira pergunta, Ministro. Eu tenho aqui a relação do Programa de Aviação Regional. Pergunto a V. Exª: quem fez essa relação? Foram ouvidos os governadores dos Estados? Eu não acredito. V. Exª não era o Ministro, mas vou lhe dizer por que não acredito. O governador do meu Estado não deixaria colocar aqui, no Programa de Aviação Regional, no Pará, o aeroporto de Ilha do Marajó. Isso é um absurdo! Quem fez isso aqui não conhece a Amazônia, não conhece o Pará e não conhece o Arquipélago do Marajó, que, como disse o Senador Randolfe, é a maior ilha fluvial do mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas são 16 Municípios na Ilha de Marajó.

Nessa mesma relação onde consta a Ilha de Marajó – que não existe, que é um absurdo estar aqui –, está o Município de Brejo, que é um Município importante da Ilha de Marajó.

A Ilha de Marajó tem dois lados: um lado de mata e um lado de campo. Então, do lado... Não está aqui, por exemplo, o Município de Soure, que é fundamental para o turismos da Ilha de Marajó, que é uma das vocações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não; Breves está.

A Ilha de Marajó tem um dos menores IDHs. O menor IDH do Brasil é o de Melgaço, um dos Municípios da Ilha de Marajó.

Então, eu queria saber quem fez essa relação e gostaria que V. Exª pudesse dizer daqueles aeroportos que estão com a bandeira azul... Eu fico preocupado com essa coisa de bandeira por causa da energia: cada bandeira é um aumento da tarifa, de forma que eu já fico preocupado. Mas essas bandeiras azuis aí, ao que parece, são aqueles que já estão prontos para serem licitados. Quais são esses aeroportos?

Pergunto isso para saber sobre o aeroporto de Redenção, uma cidade polo do Sul do Pará. E está lá o aeroporto, que não pode funcionar.

Outro dia, conversando com o Dr. Guaranys... E uma outra ponderação que faço a V. Exª é a seguinte: a regulamentação para homologar um aeródromo na Amazônia não pode ser a mesma para regulamentar um aeroporto em São Paulo ou no Sul e Sudeste do Brasil. Evidentemente, resguardada a questão da segurança, de que não se pode abrir mão, não se pode ter as mesmas exigências.

Outro dia, como dizia, estive com o Dr. Guaranys, porque a Anac interditou o aeroporto de Itaituba, um importantíssimo aeroporto para o Oeste do Pará, onde vai haver a implantação da Hidrelétrica de São José, o Complexo de Tapajós, que vai sair logo depois de Belo Monte. E aí? Vai acontecer com o aeroporto de Itaituba o mesmo que aconteceu com o aeroporto de Altamira? Com Belo Monte, as pessoas que serão transportadas não cabem na estação; elas têm que ficar do lado de fora, tantas são as pessoas que foram para lá.

Assim, a pergunta é a seguinte: é possível V. Exª, como Ministro da Aviação, fazer uma regulamentação, resguardando a segurança, diferenciada para os aeródromos da Amazônia? Isso porque, senão, nós vamos ter o caso que o Senador Jorge Viana disse: o comandante do táxi aéreo faz um plano de voo saindo de Belém para Breves, que é um aeroporto homologado, e pousa em outro aeroporto que não é homologado, mas que opera normalmente.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por último, eu queria perguntar a V. Exª qual a posição do Ministério com relação à abertura da aviação regional ao capital estrangeiro.

Como eu tive que tirar isso da medida provisória, eu fiz um projeto de lei – o de nº 02, de 2015 –, com o mesmo objeto, com a mesma proposta, e ele está tramitando. Assim, eu gostaria de ter a posição do Ministério a respeito, se é favorável ou não. Se não é favorável a essa abertura, por que não?

São essas as perguntas, Sr. Ministro.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira, o quarto desse bloco. Em seguida, o Sr. Ministro responde.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, em nome do Ministro Eliseu Padilha, eu quero cumprimentar todos os convidados.

Ministro, eu não vou ficar discorrendo aqui, mas eu quero fazer pelo menos duas perguntas.

Primeiro, o critério de definição desses aeroportos é baseado apenas em uma consulta aos Estados ou há outras coisas a serem consideradas?

Segundo, eu queria saber se é possível acrescentar ainda algumas cidades. Digo isso porque, no Tocantins, há uma região que fica bastante descoberta, que é a Região Sudeste do Estado, e eu quero crer que a cidade de Dianópolis, embora seja uma cidade pequena, está ao lado de um projeto de fruticultura importante em andamento e ao lado de uma região importante de sojicultura. Então, quer me parecer que seria importante contemplar essa cidade.

E, aí, há essas nomenclaturas aqui: Ofício AP; em que pé está? E o Cenário EP? Em que pé que está?

Para mim, são novas essas siglas, de modo que eu gostaria de um esclarecimento.

Eram essas as minhas considerações, até para compensar o tempo que o Senador Flexa usou a mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, permita-me um aparte. Eu vou aproveitar os três minutos que o Senador Donizeti não utilizou... (*Risos.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu fiz a compensação pelo que o senhor já gastou a mais. Não é para o senhor gastar ainda mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só uma pergunta, que é importante e que eu gostaria de fazer ao Ministro.

V. Exª disse que só uma companhia aérea terá subvenção na rota regional?

Eu entendi isso, mas isso não está no plano nacional nem pode ser aplicado, porque vai tirar a questão de disputa de mercado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso é uma licitação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro, o Ministro, oportunamente, fará a explicação.

Com a palavra o Sr. Ministro.

Evidentemente, como foram quatro Senadores, o senhor terá direito a 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem, antes da palavra do Ministro Eliseu Padilha.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Só cinco minutos?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Para economia processual, quero manifestar que me sinto contemplado com os questionamentos feitos pelos Senadores que me antecederam, sobretudo os feitos pelo Senador Jorge Viana a respeito dos custos das passagens. Esse é um problema que ninguém aguenta mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, se V. Ex me permite, eu gostaria de ponderar ao Sr. Ministro que ele, se pudesse aproveitar, falasse sobre o ICMS dos aeroportos dos Estados também. Assim, V. Exª pouparia uma réplica.

O SR. ELISEU PADILHA – Querosene. Por que o querosene é tão alto?

Mas vamos tentar obedecer a ordem. Primeiro, quero agradecer a S. Exª o Senador Jorge Viana pelas suas observações e pelas perguntas. A mim cabe, agora, tentar, de bate-pronto, ir para as perguntas. O que faltar fica para as réplicas e tréplicas, se for o caso.

Dirijo-me ao Senador Jorge Viana e ao Senador Petecão, nosso grande Senador representante do Acre aqui também – é uma grande alegria vê-lo aqui. E me dirijo a ambos porque os temas são comuns.

Pergunta S. Exª: só opera à noite? E eu explico: obras durante o dia, isto é, fazem-se obras na pista durante o dia e se tem que operar à noite. É justa a reclamação, compreendo-a, porém, nós temos que fazer uma opção: ou fechamos tudo, ou operamos à noite. Então, vamos operar à noite, porque a concentração das companhias é nos voos noturnos. Aí se pergunta: quando é que elas têm mais voos? De dia ou de noite? De noite; então, teria que se fazer uma opção. Poder-se-ia trabalhar de noite sim. Em Porto Alegre, por exemplo, há obras que estão sendo desenvolvidas, neste momento, só à noite. E por quê? Porque se fecha aquela parte e se vai trabalhar.

Mas, de qualquer sorte, este é um motivo ruim para uma razão boa. Quer dizer, o motivo "fechar" é ruim, mas a razão é muito boa: fecha-se porque estão sendo feitas obras, para a gente concluir essas obras imediatamente. E o Acre está entre aqueles casos em que a gente não vai parar. Lá, temos a informação, Senador Petecão, de que já foram gastos mais de R$100 milhões na obra da pista. E a nossa previsão é de vão mais de R$100 milhões. Quando a pista estiver concluída, terão sido gastos mais de R$100 milhões. Significa dizer que foi um trabalho... A situação física do solo exigia cuidados especiais, um tratamento especial, o que fez com que a gente tivesse um custo bastante elevado na pista; mas, com grande alegria, estamos querendo concluir lá.

Ah, chegou o Senador! Pronto!

Eu dizia aqui que V. Exª alegou uma razão justa ou um incômodo por um motivo que é muito agradável: está fechado durante o dia porque a gente está fazendo a obra para tornar aquela pista um aeródromo possível de operar todos os aviões que a gente puder imaginar, o que será muito bom para servir àquela região.

Os aeroportos habilitados... Vou mais longe: dos aeroportos construídos pelo governo do Estado, que não estão entre os 270, mas que estejam habilitados pela Anac nós podemos fazer a manutenção, Senador Petecão, Senador Jorge, também com emendas, tanto emenda ao Orçamento, como emenda do parlamentar para o Profaa, que é um programa, que temos no Ministério, de financiamento para a aviação. Temos obras em andamento com recursos do programa, e pode-se fazer para esses aeroportos que não estão no programa, mas que são aeroportos que estão legalmente habilitados pela Anac. Estes aeroportos podem receber esse tipo de financiamento. Isso é uma coisa muito importante, pois é um programa que não vem com dotação orçamentária pelo Planejamento, que não mandou dotação orçamentária, mas pode, perfeitamente, ser feito, para que a gente possa, depois, na Secretaria, ter recursos para isso.

Eu me lembro do seu Estado, Senador Flexa Ribeiro, onde nós temos um Município que está tendo muitos transplantes à noite e que precisa, portanto, de iluminação no aeroporto, mas não tem dinheiro para isso. O Profaa seria um recurso que se prestaria... Parece que o espírito do programa é atender situações como essa, como também aquela situação em que o aeroporto foi feito pelo governo do Estado e que ,hoje, não está recebendo manutenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu me referi ao aeroporto de Redenção, que é polo e tem o hospital regional.

O SR. ELISEU PADILHA – A questão do polo e de como foi feita a eleição – e eu respondo a várias perguntas em uma só – eu vou passar para o Sr. Guilherme Ramalho, nosso Secretário Executivo, que poderá mostrar quais foram os critérios, o que foi que norteou. Claro que isso não saiu aleatoriamente; isso saiu com critérios técnicos, que podem ser, perfeitamente, questionados, inclusive; mas aqui eu estou em um Município que não é o maior, o maior é outro... Enfim, ele vai explicar as razões. Não vou tirar a oportunidade dele.

O SR. GUILHERME RAMALHO – Boa tarde aos senhores.

O processo de escolha, na verdade, foi bastante amplo e participativo, partindo de quatro critérios fundamentais: capacidade de expansão socioeconômica, a partir de um levantamento do IBGE, o Regic, que é um levantamento que identifica quais são as cidades polo em cada microrregião do Brasil, classificando essas cidades de acordo com a sua importância como polo regional. Um segundo *input* foi o potencial turístico de cada um desses Estados, a parti de um estudo feito pelo Ministério do Turismo, definindo os 65 principais destinos turísticos do Brasil. Um terceiro critério foi o de acessibilidade, muito focado na Amazônia Legal, que partiu da contribuição do Comando da Aeronáutica, que tem um conhecimento muito grande da infraestrutura disponível nessas localidades. E, quarto, sim, a consulta individual a cada um dos governadores em exercício naquela ocasião, final de 2012.

Além disso, esse programa foi debatido anteriormente com todas as companhias aéreas e com todas as entidades representativas do setor. Obviamente, a única certeza que a gente tinha era de que essa seria uma lista que jamais seria uma unanimidades, porque há uma série de possibilidades e visões diferentes. Porém, o que se buscou foi uma lista com o maior grau de consenso possível, para que se tivesse foco na elaboração de estudos. Obviamente, revisões são naturais, na medida em que há aeroportos que se mostram inviáveis e há sempre outros aeroportos que têm de ser analisados, porque podem ser incluídos.

Na época, eu me lembro, nós consultamos o Governador Simão Jatene.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em 2012 era ele sim.

Eu queria saber sobre o aeroporto da Ilha de Marajó.

O SR. GUILHERME RAMALHO – Se me permite, Ministro, já aproveito para falar aqui sobre o Marajó.

Com o Estado do Pará, inclusive, temos tido um relacionamento excelente. Embora tenha ficado em aberto a Ilha de Marajó, isso se deu até em decorrência de conversa com o Governo do Estado para que houvesse a definição do aeroporto específico. O trabalho, inicialmente, começou no aeroporto de Afuá, mas, agora, estamos em discussão com o Governo estadual, devido a dificuldades físicas mesmo de implantação em Afuá, justamente para alteração do Município de Afuá para o Município de Soure. Mas tudo isso tem sido muito debatido com o Governo do Estado, que, inclusive, está no processo de criação de uma empresa para a administração de todos os aeroportos e, se não me engano, também dos portos fluviais do Estado. Esse é um trabalho que tem contado com uma interação constante de nossa parte, e acho que é a parceria ideal para que se viabilizem as obras e que, depois, haja uma continuidade da gestão.

E complementando, Sr. Ministro, só para ajudá-lo, em Redenção nós acabamos de entregar um caminhão contra incêndio. Agora, em Itaituba, de fato, faltam as obras.

O SR. ELISEU PADILHA – Seguindo aqui com os questionamentos do Senador Jorge Viana, lembro que ele pergunta sobre o preço das passagens aéreas. Como é que a gente vai fazer? O que a gente pode fazer para ter algum tipo de participação do Estado?

Em princípio, nós optamos, no Brasil, para que o mercado regulasse o preço das passagens. Todavia, eu vou passar a palavra ao Dr. Marcelo dos Guaranys para que ele dê, sob o ponto de vista estritamente legal, qual a margem que nós temos diante dessa premissa da liberdade de mercado.

Antes, porém, da manifestação dele, trago que a concepção do subsídio tinha – e tem – como objetivo equalizar algumas situações como essa; daí porque a Amazônia Legal tem um tratamento especial; daí porque nós queremos iniciar na Amazônia Legal.

O Senador Aziz saiu, mas eu vou responder a indagação que ele me fez: o embate com a Fazenda e com a área econômica é insuperável? Não! Vamos lembrar que, com as emendas parlamentares, de Deputados e Senadores, nós fomos para um queda de braço e ganhamos. Quer dizer, não é sempre...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não, mas tem. Deve estar andando. A sua assessoria já deve ter notícias de que o processo já está andando. Agora, não depende mais da liberação dos recursos, porque estes já foram liberados, não só o orçamentário, mas o financeiro está liberado. Não é todo... Estamos indo, mas apenas eu trago esse exemplo, porque penso que o Ministro da Fazenda e a área econômica, diante do quadro, têm que ter muita imaginação. Agora, como nós temos uma situação excepcional, que é o fundo, que tem autonomia... A lei diz que ele só pode ser aplicado em investimentos na aviação civil; ele não pode ser aplicado em nada mais; não pode ir para a educação, para a saúde, não pode ir para nada além da aviação civil. Muito bem; então, é a questão da sensibilidade política entre a passagem que está custando mais do que para se ir à Europa ou à China, e que nós podemos ter essa passagem, origem e destino, num aeroporto regional, caindo, em tese, pela metade.

Então, nós podemos, sim, com esse programa, resolver em parte. O objetivo era resolver em parte, mas aquilo que é possível fazer o Dr. Marcelo dos Guaranys... E perguntei a ele por que não era dos Tapuias; e ele me disse: "Não; se é dos Guaranys..." Então, o Dr. Marcelo dos Guaranys vai nos explicar.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Obrigado, Ministro.

Primeiramente, quero agradecer o convite da Comissão para estar aqui mais uma vez, Estive aqui há 22 dias. No dia 1º de setembro eu estava aqui com as empresas aéreas, quando conversamos bastante. E a gente, Ministro, já havia conversado naquela oportunidade, quando estavam todas as empresas aéreas aqui, sobre o grande questionamento, que é o preço das passagens. Eles deram bastantes informações, e eu dei as nossas informações regulatórias, dizendo como nós fazemos o nosso acompanhamento.

Vou voltar aqui um pouco a esse assunto para que a gente possa colocar todos na mesma página.

Como eu disse, aqui, naquele dia, o histórico de flexibilização de preços das passagens aéreas começou a ocorrer apenas na década de 90, sendo muito intensificado na década de 2000. Na Lei da Anac, em 2005, foi quando, de fato, se consolidou isso.

A Lei da Anac dispõe o seguinte sobre liberdade tarifária. O art. 49 estabelece o regime de liberdade tarifária para os preços dos serviços aéreos. Existia uma possibilidade de intervenção nesses preços, estabelecida em um parágrafo desse artigo, mas esse parágrafo foi vetado, de modo que prevalece o regime de liberdade tarifária.

Um segundo princípio na Lei da Anac é a liberdade de oferta, que assegura às empresas aéreas a liberdade de exploração de quaisquer linhas aéreas, observadas apenas a capacidade operacional dos aeroportos e as normas de serviços adequadas expedidas pela Agência.

O que a gente viu nesses últimos anos? O Ministro já colocou aqui: nós temos três vezes mais o número de passageiros que tínhamos há dez anos e passagens cerca de 50% mais baixas, na média. Nós temos a informação de todas as passagens de todas as empresas emitidas para todos os destinos do País. Nós consolidamos essas informações.

E o que fazemos diante desse regime de liberdade? Nós monitoramos o setor justamente para verificar se os preços estão aumentando, se estão diminuindo, e soltamos essas informações mensalmente. Conseguimos, com isso, dar as sinalizações adequadas ao setor, aos tomadores de decisões, ao Congresso, para que os senhores tenham sempre as informações adequadas sobre se os preços estão aumentando, se estão diminuindo, enfim, o que está ocorrendo.

O Senador Jorge Viana citou a apresentação que nós havíamos feito, se não me engano, antes de 1º de setembro, acho mesmo que uma semana antes, em agosto, na Câmara. Foi o gerente da parte de regulação econômica que fez essa apresentação, mostrando a variação histórica dos preços das passagens e mostrando que, sim, todas reduziram nesses últimos anos, mas que, em alguns períodos, nós temos, de fato, um aumento

em determinadas regiões. E, no caso, foi a variação da tarifa aérea média doméstica vendida, em 2014 sobre 2013, em Rio Branco, onde se verificou um aumento de 6%, contra a média nacional, que caiu 5%.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Então, dá mais de 10%.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Mais ou menos, mas o fato que ocorre é que as condições da oferta vão variar com a demanda, vão variar com as condições de custo.

Não tenho essa informação especificamente por Estado, mas eu tenho as ligações entre regiões, que também aumentaram. Eu teria que abrir Estado por Estado para poder fazer essa comparação.

Mas o que nós verificamos? As condições dos preços das passagens vão variar com a oferta, com a demanda, com os custos que as empresas têm... Os principais custos que elas têm, como o senhor bem colocou, é o custo do combustível, que caiu bastante em dólar, mas temos um grande choque, em dólar, com a taxa de câmbio, por exemplo.

Nós temos observado, nesses últimos meses, uma redução na oferta das empresas aéreas, e o caso de Rio Branco fica até mais específico, tendo em vista as restrições de operação na pista. Se você restringe o número de voos, acaba gerando um aumento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Não sei que Estado o senhor tem, mas, no Amapá, a variação foi de 30%.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – De aumento?

Eu tenho ela aqui... Eu não tenho o caso específico aqui, Senador, mas eu posso trazer depois para conversarmos.

De qualquer forma, essas restrições nós vemos para todos os Estados. Ou seja, a redução de oferta que nós temos observado se dá até nas rotas entre Brasília e São Paulo. Quando os custos aumentam muito, o que as empresas tendem a fazer é ajustar a oferta.

O que nós podemos fazer? A Anac, quando, no exercício das suas atribuições, tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica ou que comprometa a defesa e a promoção da concorrência, deverá comunicá-lo aos órgãos de defesa e promoção da concorrência para que adotem as providências cabíveis. Diante de alguma infração que nós verificamos que seja um problema concorrencial ou uma infração à ordem econômica, nós a encaminhamos ao Cade para que eles a analisem. Nós temos um contato muito próximo com o Cade para a verificação dessas condições. Qualquer caso que a gente verifique, seja de combinação de preços, seja de aumento arbitrário de lucros, qualquer coisa que possa ser qualificada como infração nós podemos encaminhar ao Cade.

O que nós temos visto, conforme o nosso monitoramento, é que isso é um ajuste da oferta que tem sido feito, dado o aumento de custos. Mas podemos analisar caso a caso – é importante fazermos isso – para que possamos levar ao Cade, evitando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Bom, do ponto de vista regulatório, Senador, a Anac tem trabalhado para liberar todas as barreiras à entrada de novas empresas. Queremos sempre estimular o ingresso de novas empresas, de novas ofertas para a prestação do serviço. Isso tem sido feito dentro do nosso espaço regulatório. Algumas coisas ainda são feitas e precisam de alteração legal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Dr. Guaranys, o problema é que não dá para se ter uma regra para um país como o nosso. Nós não podemos tratar Roraima, Acre, Amapá do mesmo jeito que tratamos o Rio Grande do Sul ou Santa Catarina. Não há como! As companhias aéreas vão nos dar um tratamento muito pior sempre. Então, a passagem para Rio Branco vai ser R$3 mil, R$2,5 mil uma ida, porque a Anac não toma uma atitude para dar um tratamento...

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Senador, a Anac não pode fazer uma intervenção nos preços. A regulação dos preços é livre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, a Anac pode facilitar para que haja mais oferta.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Pode; mas é isso que a gente faz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Dr. Guaranys, a Anac tem que pensar em alternativas. O que não pode é ficar assim!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senhores, um momento...

O SR. ELISEU PADILHA – Senhores, deixem-me chamar de volta o tema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A passagem mais cara do mundo é paga pelo povo que menos tem, e a Anac diz que não pode fazer nada?!

O SR. ELISEU PADILHA – Eu penso que nós... Agora sim, deixamos a Anac... Primeiramente, vamos conceituar um pouco a agência. A agência é um organismo do Estado brasileiro, não é do Governo brasileiro. Fi-

losoficamente, esse é o papel da agência. A agência tem que ser a garantidora da continuidade dos pactos, independentemente do governo que, circunstancialmente, esteja no exercício do poder; e, ainda, de defender o usuário. O objetivo primeiro da agência é o usuário, é o cidadão. A agência é do cidadão/Estado. Quer dizer, não tem que ver com o governo e não tem que ver com os interesses privados. Esse é o papel da agência.

Então, a agência cuida, especificamente, da defesa da cidadania, vale dizer, do Estado. Então, esse é o objetivo primeiro. O Governo, em tese, não tem interferência direta na agência. Então, agora, cabe a nós, conjuntamente – Poder Legislativo e Poder Executivo –, sairmos desse dilema. E qual é o dilema? Tem ou não tem jeito de essa passagem ser mais barata? Tem; com subsídio. É com subsídio. Fora daí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – E a alternativa do ICMS?

O SR. ELISEU PADILHA – Sim. Onde nós podemos agir? O ICMS. Eu pergunto: os Estados... Vamos começar pelos Municípios. Os Municípios... Eu fui presidente do Movimento Municipalista, de modo que conheço bastante a luta dos Municípios. Em 1992, aqui no Senado, Brizola defendia os Estados e eu defendia os Municípios, e a Receita Federal – e daqui a pouco eu me lembro quem era – e, no partilhamento do bolo, os interesses dos Municípios. Hoje, se nós formos aos nossos Municípios do interior, veremos que 80% deles estão sem condições de fazer absolutamente nada. Qual é a fonte maior de receita do Município? Retorno do ICMS.

(Soa a campainha.)

O SR. ELISEU PADILHA – Estado. Os Estados, de um modo geral, hoje, estão com dificuldades. No meu, o Rio Grande do Sul, hoje, casualmente, a capital está parada porque há um projeto na Assembleia Legislativa procurando reduzir alguns custos etc. E os funcionários pararam o Estado, pararam a capital; ninguém anda na capital – recebi mensagens de lá – e por quê? Porque o Estado está quebrado.

Então, agora, vamos ao ICMS. A fonte primeira de receita dos Estados é o ICMS. Assim, em relação ao ICMS, os Estados têm dificuldade em fazer algum tipo de concessão, mas alguns, para estimular, têm feito. Nós registramos vários Estados que fizeram concessão para o querosene dos aviões, porque o querosene, segundo as companhias aéreas, é responsável por 38% do custo de operação das aeronaves.

Baixou o preço do petróleo – é verdade –, mas todo o *leasing*... Essas companhias de aviação não são donas dos aviões; elas trabalham com *leasing* no avião, e esse é em dólar. Então, aumenta o valor do *leasing* em dólar e cai o valor do combustível em dólar. Então, nós acabamos tendo um processo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não. O que nós temos é um processo, hoje, em que as companhias estão desativando rotas, reduzindo o seu... E por quê: Porque elas não conseguem ter a resposta que gostariam.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ministro, bem rapidamente.

V. Exª foi Ministro do Transportes. Veja como está equivocada essa visão da Anac sobre esse tema – do Estado brasileiro e da Anac. V. Exª foi Ministro dos Transportes. A distância entre Rio de Janeiro e São Paulo – e estou exagerando – é quase a mesma de Porto Velho a Rio Branco. Pergunto a V. Exª: num regime de livre concorrência, para estabelecer pedágio, para onde é que as empresas iriam lutar para serem donas do pedágio?

Diga aí, Ministro.

O SR. ELISEU PADILHA (*Fora do microfone*.) – Para o Sul.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ah, para o Sul. Mesma distância! Mesmo país!

Sabe o que a Anac está dizendo? Não aqui é a mesma coisa. É média, meu filho! Na média, nós vamos ficar nesse preço.

Não pode ser dado o mesmo tratamento para situações que são absolutamente desiguais, mesmo que do ponto de vista numérico.

Eu só queria dar uma sugestão...

O SR. ELISEU PADILHA – Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para não ficar em nada, deveríamos sair desta audiência – e fui gestor de governo por oito anos e prefeito por quatro –, no mínimo, com um compromisso da Anac. Peço a V. Exª para reunir, lá nos gabinetes, com as companhias aéreas, as quatro, e perguntar a elas: por que vocês estão fazendo isso? Quer dizer que vocês estão fazendo bom uso do Rio de Janeiro a São Paulo e lá, de Porto Velho a Rio Branco, ou quando é para o Acre, o tratamento é de quinta classe. Aquele é um brasileiro de quinta categoria.

Então, se não for feita uma ação direta da Anac – e sei porque eu falo também com eles –, eu duvido que eles não vão colocar um teto de gastos; eu duvido que ele não vão melhorar as tarifas para lá.

Não existe promoção de passagens para lá! São 30 mil milhas para vir de Rio Branco para cá, e você, ao mesmo tempo, paga 30 mil milhas para ir à Europa.

Ministro, algo tem que ser feito!

O SR. ELISEU PADILHA – Não, veja...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ministro, perdoe-me, mas só para não dar uma boa notícia para o Senador Jorge Viana.

V. Exª falou de um subsídio para resolver o problema dos preços das passagens para o Acre> mas de Brasília a Rio Branco não tem subsídio...

O SR. ELISEU PADILHA – Tem! Origem ou destino. Repito: origem ou destino.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas entre aeroportos regionais.

O SR. ELISEU PADILHA – Entre aeroportos... Ah, sim; o senhor pegou da capital! É o conceito...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim; é entre aeroportos regionais. Então, Senador Jorge, o subsídio não vai resolver. Tem que ser a Anac mesmo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o ICMS lá é o mesmo da maioria; é o mesmo de São Paulo.

Ministro. O ICMS do Acre é o mesmo de São Paulo!

O SR. ELISEU PADILHA – É bom, de vez em quando, falar com quem fez a lei, porque, quando ele conceituou o que era aeroporto regional, ele disse o seguinte: os das capitais não são aeroportos regionais, e o limite são os 800 mil passageiros.

Mas, apenas para dizer ao Senador Jorge Viana, na quinta-feira, eu terei uma reunião com as companhias aéreas e me comprometo a levar, como ponto número um do meu debate com eles , esse tema.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. ELISEU PADILHA – Nenhum empresário quer perder dinheiro na sua atividade, mas também, considerando as circunstâncias, não é justo que... Teremos de ver as equações de custos deles, eles terão que nos mostrar que ela é similar em todo o País, mas também não é justo que tenha um resultado... Não é para perder dinheiro, mas é claro que não se pode admitir um resultado ocasional, especialmente com essa característica que V. Exª, com muita propriedade...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – A passagem daqui para Recife é um terço da passagem daqui para Rio Branco.

O SR. ELISEU PADILHA – Isso é que nós vamos pedir a eles, e, aí sim, nós não temos autoridade, já que há liberdade de mercado, mas nós temos uma relação com muitos ângulos de observância que, por certo, despertará o interesse deles também em, pelo menos, nos convencer de que tem de ser assim. E, aí, nós vamos, se convencidos, nos comprometer a mandar para toda a Comissão aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Ministro, V. Exª me permite?

O SR. ELISEU PADILHA – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Rapidamente.

A minha preocupação é a seguinte: o senhor vai se reunir com as companhias aéreas, e estas vão também colocar a situação de crise por que elas estão passando; e. com isso, vamos ter um ciclo vicioso sem solução, e o preço da passagem para Macapá, para Rio Branco vai continuar R$2 mil, R$2,5 mil, R$3 mil.

Então, permita-me uma sugestão: que o Ministério da Aviação Civil e a Anac, conjuntamente, pensem em um pacote específico de medidas para a Amazônia, e acho que, nesse pacote, cabe incentivar e dialogar com os Governadores da Região Norte sobre o ICMS.

Veja: em alguns desses Estados, a redução do ICMS para o querosene de aviação não vai importar em perda significativa de arrecadação. Este me parece, Ministro, ser o papel que o Ministério conduzido pro V. Exª deve e pode cumprir.

Uma ação ou outra... Subsídio, por exemplo. Se esperarmos subsídio, o subsídio não vem; se esperarmos a reunião com as empresas, estas vão alegar a crise. Então, eu acho que deve haver a iniciativa de um pacote como alternativa para minimizar essa situação dramática que os nossos Estados vivem.

O SR. ELISEU PADILHA – A sugestão de V. Exª é procedente, e nós vamos observar. Nós nos comprometemos a, no máximo em 30 dias a contar de hoje, fazer com que chegue aqui o que a gente tem nesse sentido. É um tema que aflige, tenham certeza, a começar pela Presidente da República. Ela tem aflição com relação ao atendimento da população da Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ministro, por gentileza...

O SR. ELISEU PADILHA – Pois não, meu Presidente, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ministro, alguma coisa está errada nesse questionamento do Senador Jorge Viana e dos demais Senadores.

Se você tira uma passagem de Porto Velho a Foz do Iguaçu, no mesmo dia e no mesmo voo que vem até Brasília, até Brasília você paga de R$1,9 mil a mais de R$2 mil; até Foz do Iguaçu, paga R$400,00. Há pesso-

as tirando passagem para Foz do Iguaçu e descendo em Brasília, mesmo perdendo o resto do trecho. E, para Manaus, a mesma coisa.

Não é justo que alguém que precisa de uma passagem de última hora, faltando um ou dois para o voo decolar, pague R$3 mil enquanto quem tirou o bilhete, 20 ou 30 dias antes, paga... Está certo! Quem paga barato tem o direito; mas e quem precisa na última hora?!

Na Europa, há países em que, quando chegam os primeiros para um evento, eles estacionam nas vagas mais distantes. E se se pergunta: "por que você fez isso se há vagas lá na frente?" "Não; é para que quem chega por último, que chega em cima da hora, tenha o privilégio de estacionar mais próximo do evento". Aqui, quem chega por último é penalizado. No caso de uma emergência, faltando um dia ou dois para o voo, você paga R$3 mil por uma passagem que custou R$400,00 para quem tirou adiantado, mas nem todo mundo pode programar uma viagem com antecedência.

Então, alguma coisa está errada! É quase um leilão! Se você comprar com 30 dias, você paga tanto; se comprar com 10, você paga tanto; se comprar em cima da hora, você vai pagar três ou quatro vezes mais. Repito: alguma coisa está errada! Devia haver uma média. Por que no transporte terrestre, nas companhias de ônibus, não é assim? Se houver uma vaga, você vai pagar o mesmo preço de quem tirou a primeira passagem. Isso é justiça!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ELISEU PADILHA – Essa experiência é uma experiência internacional. Eles vendem com antecedência e, com isso, vão garantindo o nível de operação, o custo da operação. Quando esse nível, em tese, está atingido, por certo eles usam também da possibilidade do mercado, quando há liberdade de mercado. Então, com 20 dias, eu – eu, aqui, Deputado Eliseu Padilha, quando Deputado – comprava a minha passagem de Porto Alegre a Brasília com, pelo menos, um mês de antecedência e pagava um quinto daquela que eu teria que pagar se tirasse o bilhete nas últimas 48 horas. Esse é um princípio de mercado.

Todavia, a questão que eu entendo mais grave é a questão lá do Amapá, do Acre, de Roraima e, possivelmente de Rondônia. A questão é que, em circunstâncias normais, se for comprar com 30 dias de antecedência, também terá essa diferença. Não será o mesmo preço se comprar com...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Estou comprando com dois meses... Aí compro... E desço aqui.

O SR. ELISEU PADILHA – É. E nós vamos discutir com eles, ver a equação de preços deles e vamos trazer aqui.

Já muitas perguntas foram resolvidas concomitantemente aqui, de vários Senadores. Eu penso que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – ... eu penso que nós vamos ganhar mais velocidade agora. Estou com o tempo da audiência vencido? Já se foi embora? Não; mas nós ficamos. Eu tenho tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ministro, eu daria uma sugestão: essa audiência que V. Exª terá com as empresas não é uma audiência secreta...

O SR. ELISEU PADILHA – Claro que não!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – É uma reunião aberta; é quase como se fosse uma audiência pública como esta que nós estamos fazendo aqui.

O SR. ELISEU PADILHA – Uma delegação de Senadores para ir à audiência?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Boa sugestão, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu acho que, se nós tivéssemos... Ele mandaria um assessor, se não quisesse ir ele mesmo. Mandaria um assessor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não; eu não vou... Vamos combinar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – No máximo, três Senadores, para não ficar muito grande.

O SR. ELISEU PADILHA – A gente cria um espaço de tempo que seja considerado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Isso. Eu vou fazer uma argumentação, mas, seguramente, a argumentação de V. Exªs será muito mais rica.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Para eles entrarem em contato com os respectivos Governadores.

O SR. ELISEU PADILHA – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Dentro da opinião inclusive do empresário.

O SR. ELISEU PADILHA – Será na quinta-feira, às 11h30min.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Nesta quinta?

O SR. ELISEU PADILHA – Agora, depois de amanhã.

Quinta-feira, às 11h30min, lá na SAC.

Essa é da SAC, da aviação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Inclusive, veio aqui um texto pela Internet, Ministro, que diz assim:

"Precisamos de melhores preços para a nossa região, principalmente no Acre, onde temos valores absurdos pelo fato de poucos voos e com horários que, a meu ver, são desrespeitosos com os acrianos".

É assinado por Etevaldo Freire Gouveia Júnior, do Acre.

Essa participação veio pelo Portal e-Cidadania.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, Ministro, para ganhar tempo, nós escolheríamos logo a delegação de Senadores.

Senadores Randolfe, Jorge Viana, quem comporia a delegação de Senadores? Vocês iriam?

Senador Jorge, V. Exª iria ou mandaria uma pessoa?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não; eu vou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Eu faço questão de ir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Exª faz questão de ir.

E quem seria o terceiro?

Senador Petecão, V. Exª... (*Pausa.*)

Então, seriam os três: Randolfe Rodrigues, Jorge Viana e Flexa Ribeiro.

O SR. ELISEU PADILHA – Os três Estados diferentes. Bom!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vamos continuar.

Agora, eu quero tempo...

O SR. ELISEU PADILHA – Um pouco mais de velocidade. Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Onde está o Senador Telmário? Não estou vendo o Senador Telmário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Passo às questões do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Como? Ainda não respondeu os quatro?

O SR. ELISEU PADILHA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ainda está no Senador Randolfe? Ainda temos o Senadores Flexa e Donizeti?

O SR. ELISEU PADILHA – Passo às indagações do Senador Randolfe Rodrigues.

S. Exª pergunta qual o estágio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Sim, muita coisa foi respondida. Eu posso pular aqui, mas também não posso deixar de abordar objetivamente as suas questões.

S. Exª pergunta: em que pé está a execução desse plano?

Nós demonstramos, com aquelas bandeirinhas, qual era a posição. E, do ponto de vista burocrático, nós não temos nenhum problema para começar as licitações neste semestre ainda. Nós não temos!

Nós temos já quantas licenças ambientais?

O Eduardo não está ali, mas nós temos cerca de 70 aeroportos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Setenta e? Sim; são 77 aeroportos que estão com o licenciamento ambiental ou expedido, ou na bica para que a gente possa apanhá-los.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELISEU PADILHA – Os dois do Amapá?

Vamos dar uma olhada ali. Nós vamos levantar e já informamos a V. Exª.

Pois bem; é um processo em que nós teremos de fazer uma parceria, dentro do que é mais do que absolutamente legítimo, com a região para que nos ajudem no convencimento da área econômica do Governo, a fim de que nós possamos iniciar esse programa na Amazônia Legal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não, não. Eu vou!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ministro, o senhor sabe do respeito que eu tenho por V. Exª – e a recíproca, com certeza é verdadeira...

O SR. ELISEU PADILHA – Antes de V. Exª me açoitar, permita que eu...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Um minutinho, Senador.

O SR. ELISEU PADILHA – Permita que eu...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – S. Exª pede a palavra.

O SR. ELISEU PADILHA – Permita, Senador, que eu lhe dê um esclarecimento.

Senador, o senhor não estava aqui quando eu dei um exemplo. Nós tivemos uma queda de braço há pouco tempo: emendas parlamentares, R$500 milhões. E o senhor se lembra do resultado? Nós ganhamos.

Então, dá para ganhar. Não é sempre não; dá para ganhar. E esse tema, se é recurso próprio, recurso do próprio sistema, se a região merece uma atenção especial... R$50 milhões a mais ou a menos não vão mudar nada agora, neste final de ano. Então, nós podemos lutar por isso. Eu vou lutar por isso. O que estou pedindo é que, na medida do possível, V. Exªs me deem a cobertura que puderem me dar.

Senador Aziz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Bom; então, vamos lá.

Sobre o plano de execução, nós vamos dar a posição dos dois para o Senador Randolfe daqui há pouco – está sendo pesquisado ali.

A Azul está dizendo que vai reduzir o número de voos. Primeiro, vamos admitir que o mercado está fazendo com que isso aconteça; segundo, como a Azul sabe que para lá nós teremos voos com aeroportos regionais, ela também está dizendo: "Olha, quem sabe comecem já os subsídios". Ou seja, há duas mensagens em uma só: uma, "realmente, a minha operação não está tão superavitária quanto eu queria". E eles não rasgam dinheiro. Se é superavitária, eles continuam. De outra parte, ele dá o recado que foi dado de forma objetiva: "tem que começar o programa de subsídios, senão..." E eu já recebi por outras fontes essas mensagens, e até diretamente. Eles dizem: "Olha, precisa começar, senão vamos ter que sair de alguns lugares etc." É uma forma de pressão legítima, do ponto de vista deles, mas eu terei que ter toda a força possível para tentar convencê-los a manter, porque, se hoje já é deficiente, se nós aumentarmos a deficiência, fica mais deficiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Eles estarão na reunião?

O SR. ELISEU PADILHA – Estarão, claro.

Quando teremos o subsídio? Parece que já abordei aqui que nós estamos, neste momento, nessa batalha e preciso da ajuda, porque é um momento difícil... Não é impossível! Digo mais uma vez: não é impossível, mas não é muito fácil não.

Quanto à questão da corrupção nas obras do aeroporto de Macapá, o Tribunal de Contas da União e a CGU estão cuidando disso. Deverá, se for o caso, porque são eles os árbitros desse processo num primeiro momento, ser-nos encaminhada uma recomendação para adoção de providências caso se inclua funcionários, e nós tenhamos que promover algum procedimento administrativo próprio no Ministério, o que será cumprido.

Quanto ao que foi apurado em si, o TCU e CGU é que, neste momento, têm as informações sobre o que aconteceu e o que não aconteceu.

Aqui concluímos as perguntas de V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – E sobre a situação do aeroporto...

O SR. ELISEU PADILHA – Sim, sim; desculpe.

Dr. Gustavo, a palavra é sua.

Lá sei que será em setembro de 2017, mas deixe-me ouvir pela voz do Dr. Gustavo do Vale, o nosso tão competente Presidente da Infraero.

O SR. GUSTAVO DO VALE – Boa tarde, Senadores, Senadora Vanessa.

A primeira pergunta do senhor diz respeito ao ano de 2015. O ano de 2015, dentro do nosso cronograma, é composto de todo o processo de terraplanagem e todo o processo de licenciamento ambiental necessário para conduzir as obras, enfim, tudo aquilo cujo custo é menor. Então, o nosso projeto, para 2015, prevê, no seu cronograma, um dispêndio de R$15 milhões.

No ano de 2016, aí sim, será a obra completa do terminal de passageiros e a obra do novo estacionamento de veículos. Esse projeto terá um dispêndio de R$100 milhões – isso no ano de 2016. E nós entregaremos o terminal e o estacionamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Em 2016 será feito o quê?

O SR. GUSTAVO DO VALE – O terminal de passageiros completo e o novo estacionamento de veículos. Entregaremos essas obras em dezembro de 2016, a um custo de R$100 milhões.

Depois de 2016, já em 2017, nós teremos a demolição do terminal atual e a construção do novo pátio de aeronaves, que será um investimento de R$48 milhões, a ser entregue até setembro de 2017.

O SR. ELISEU PADILHA – Aqui, a bem da verdade, para que se faça justiça – e o homem público vive muito disso –, quero, em favor do nosso Senador Randolfe, fazer uma declaração e um registro: várias vezes o Senador nos instou, pessoalmente e por telefone, quanto à retomada dessas obras, o que ocorreu em julho. E, por certo, essas manifestações dele, essa "cobrança" dele foram muito importantes para que nós pudéssemos, juntamente com a Infraero, tomar a decisão de iniciar num clima... A ordem até era para não iniciar hora nenhuma, mas nós acabamos mostrando que era impossível não iniciar uma obra que ficou parada por oito, nove anos. A mata estava alcançando a altura do terminal, quer dizer, era algo que tinha de ser feito.

Então, faço questão de fazer o registro aqui pelo trabalho de V. Exª.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª fez uma série de ponderações muito procedentes e ensinou-nos um pouco aqui como se construiu aquele texto da nossa Lei nº 13.097, e a primeira pergunta de V. Exª é: afinal, e a regulamentação?

A nossa proposta de regulamentação está na Casa Civil, onde está sendo analisada. E, na medida em que nós temos de começar este ano, nós temos de ter a regulamentação. Então, o decreto tem que sair este ano. Está na Casa Civil e nós vamos retomar essa negociação. Mas V. Exª tem razão: sem regulamentar, não dá para executar.

Como liberar o FNAC? Nós já falamos bastante aqui. O Senador Aziz até me deu uma açoitada de leve com relação à minha aspiração.

Quem é que elegeu os aeroportos? Isso já foi explicado, na minha opinião, de forma convincente pelo Dr. Guilherme: autoridades federais, autoridades estaduais e, possivelmente, até autoridades regionais tenham participado para que se definisse. "Ah, mas tem alguma coisa..." Por certo, tem! E tem porque V. Exª, quando perguntou o ano, apercebeu-se de motivos que poderiam determinar mais para cá ou mais para lá. E isso não foi só no Pará, mas no Brasil. A gente tem que administrar essa situação. Mas V. Exª percebeu, a meu juízo, de forma correta.

Sobre a questão do tempo das bandeirinhas, já pedi um relatório do estágio de cada um dos 270. Assim, nós teremos, em vez da bandeirinha, o estágio exato de cada um.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Eu queria saber quais os que estão prontos para licitar.

O SR. ELISEU PADILHA – Só os que estão prontos para licitar?

Eduardo... (*Pausa.*)

No Pará, o que está pronto para licitar... (*Pausa.*)

Vamos lá. Estamos com vários, como se diz, na bica, esperando apenas para serem apanhados. Itaituba e Paragominas estão na reta de chegada. Podendo abrir o processo e pegar o certificado de licenciamento, podemos iniciar o processo de licitação logo pelo regime diferenciado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para acelerar: Redenção, que é onde faz transplante renal...

O SR. ELISEU PADILHA – Entendi. Precisa do aeroporto.

Depois, regras para licenciamento ambiental na Amazônia.

O Dr. Marcelo Guaranys...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é ambiental, Ministro. É sensibilizar...

O SR. ELISEU PADILHA – É a homologação do aeroporto. O ambiental aqui ficou... É legal.

O Dr. Marcelo já fez uma abordagem por outro ângulo. Eu pediria que ele, com a brevidade que lhe caracteriza, possa nos dizer como é que podemos criar um regime diferenciado. Temos que tratar os desiguais com igualdade? Essa é a pergunta. Regiões com características que são muito próprias têm que ter atenção especial? A Anac tem alguma maleabilidade? Porque, como se disse antes, como ela é um organismo de Estado, a sua ação é muito limitada sob o ponto de vista institucional e nos estritos limites da lei. Então, talvez, tenhamos – sem o Dr. Marcelo falar – que ter uma legislação especial para isso. Mas vamos ouvir o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Obrigado, Ministro.

Senador Flexa, as regras, hoje, já são diferenciadas. A Anac, a nossa função principal é garantir a segurança das operações de aviação civil. Esse é o nosso principal esforço. O que fazemos com os aeroportos é sempre homologá-los para que permitam que qualquer pessoa que queira usar aquele aeroporto saiba que está com condições de segurança adequadas. Essas condições de segurança variam de acordo com o tipo de operação, com o tamanho da aeronave, com o número de operações, com o número de passageiros que utilizam aquela pista, com o número de voos que existem. Isso tudo é flexibilizado já. Por exemplo, aeroportos completamente novos, como os concedidos, têm que entrar certinho na regra. Não podem ter nem uma vírgula fora. Eles são novos e têm que entrar já no regime de... Eles têm que cumprir todas as exigências que fazemos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Sim. Exatamente. (*Ininteligível.*)

para o aeroporto de Brasília, os concedidos, Guarulhos, Galeão. Para os aeroportos já estabelecidos, como Congonhas até, algumas coisas são diferenciadas. Para aeroportos menores, também temos condições completamente diferenciadas. Aeroportos menores na Amazônia, nós já os tratamos de forma diferenciada, mantendo e resguardando a segurança. Os senhores mesmos aprovaram uma alteração no CBA que nos permitia fazer essa regulação flexibilizada. Temos trabalhado nisso. Já colocamos... Nesse último semestre, tem uma resolução que ainda flexibiliza um pouco mais isso. Acontece que, em alguns casos muito específicos, continuamos tendo problemas. Então, temos aeroportos nos quais temos dificuldade inclusive de identificar os operadores do aeroporto. Adotamos até um procedimento de informar aos senhores, às bancadas dos Estados. Quando temos algum problema com aquele aeroporto que não consegue ser resolvido, temos tentado contato com o Estado ou com o operador daquele aeroporto no Município. Pedimos ajuda para os senhores antes de impormos qualquer restrição, mas a ideia é cada vez mais ter flexibilidade garantindo a segurança.

O SR. ELISEU PADILHA – Abertura do capital para empresas estrangeiras nas companhias de aviação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Capital estrangeiro. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Nas empresas brasileiras, temos uma limitação estabelecida no Código Brasileiro de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Hoje estamos discutindo... Aqui, no Senado, tem uma comissão discutindo especificamente esse tema para ver até que ponto podemos aumentar.

A posição do Governo, antecipo... Quando tomei posse, foi um dos temas que eu... "Presidenta, como é? Esse é um tema que já me veio no ouvido. O pessoal quer saber se pode buscar capital estrangeiro para as nossas empresas aqui." "No limite legal, sim." "Mas esse limite de 20% é muito pouco. Temos que aumentar. Damos 100% na telefonia, em vários..." Fui ponderando iniciativas que já tomamos. Disse a ela que era um momento – naquele momento – bom para as companhias de aviação e que, então, teríamos que esperar que elas recuperassem um pouco de fôlego para voltarmos a esse tempo. O Senado não esperou. Está andando aqui uma comissão que está cuidando disso. Eu sei, pelo nosso pessoal representante da SAC na Comissão, que a tendência da Comissão é realmente abrir. Esse é o panorama.

A questão de uma só empresa é fruto de licitação. Para um aeroporto qualquer... Vamos pegar Tarauacá. Para este aeroporto, vamos pegar apenas uma rota que saia de Rio Branco para ele e licitar. A empresa que oferecer a menor passagem é a que vai receber. Nessa, vamos subsidiar. Por que uma só? Porque já vamos fazer que haja entre elas uma concorrência original. Podem ser 100, se for o caso. Escolhe-se a que vai operar e, nessa, damos o subsídio. Vamos dar o subsídio no valor mais baixo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Ministro, o senhor me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ministro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É réplica e tréplica. Isso é normal em audiência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – ...o próprio Senador Flexa Ribeiro disse que teríamos o tempo do mundo hoje. Então, a Mesa ficou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, ele espera para o final e faz a tréplica e a réplica no final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu disse que tinha tempo necessário ao Ministro. Eu me referi ao Ministro. Eu não iria limitar S. Exª a 20 min.

Eu só questiono, Ministro...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Flexa, tenha compaixão dos seus companheiros!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É importante para todos isso. Se houver uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está bom. Então, não vou fazer a pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Então, vamos fazer o seguinte: no final.

O SR. ELISEU PADILHA – S. Exª o Senador Donizete Nogueira passou aqui e teve a gentileza de me dar ciência de que estava sendo chamado para outra audiência e perguntava os critérios de eleição, que já explicamos, e também o estágio em que se encontram os vários aeroportos, e também vamos mandar informação, daí porque essa primeira rodada, Sr. Presidente, está respondida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ângela Portela. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa Grazziotin. Cinco minutos, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, nem vou usar os 5 min., porque eu me considero contemplada. Estou aqui prestando muita atenção ao debate. Como diz o Senador Flexa Ribeiro, tudo que está sendo questionado interessa a todos nós.

Só gostaria de levantar algumas coisas em relação ao Estado do Amazonas. Aqui foi falado muito sobre o Acre, sobre o Amapá, mas não vamos nos esquecer de que o Estado do Amazonas é aquele que mais depende da aviação, muito mais do que o Pará. Somos quase do mesmo tamanho, mas dependemos muito mais do que o Pará porque não temos as estradas que têm o Pará. Nós temos os rios. Em muitas cidades, para haver o deslocamento de uma para outra, uma semana, quinze dias, até um mês. Às vezes, se passa uma manhã inteira navegando, como é o caso dos rios Purus e Juruá, que são rios muito sinuosos, um dia inteiro navegando, Ministro, para chegar ao mesmo lugar, tanto que um Senador aqui tinha um projeto de cortar os rios ligando uma ponta a outra. De fato, essa é uma realidade, não uma piada.

Enfim, nos nossos Municípios, nos 62 Municípios no Estado, temos 54 aeródromos e apenas um terço homologado, mais ou menos 24 homologados. Para nós, Ministro, sair do papel esse plano de aviação regional é fundamental, não só para nós que vivemos na capital e viajamos todos os dias, pagando, como disse o Senador Jorge Viana, muito mais caro, sem nenhuma justificativa. Se o senhor pegar um avião, hoje, de qualquer companhia – Azul, GOL, TAM – e sair de Manaus para qualquer lugar do Brasil, os voos estarão lotados. Os aeroportos das capitais, com uma ou outra exceção, possuem exatamente a mesma infraestrutura de outros aeroportos de outras regiões. A mesma! Por que é muito mais caro?

Mas, além do problema na capital, temos o problema no interior, Ministro. Então, veja, os dados, e isso que os senhores estão colocando aqui já está publicado na imprensa fartamente. Há um saldo de 4 bilhões. Obviamente, esse saldo deve estar cobrindo o déficit, que é o que mais o Governo precisa, mas precisamos entender que é preciso que se faça o mínimo dentro desse plano e o mínimo, e aí cumprimento todos os senhores – o Dr. Guaranys, o Dr. Gustavo, V. Exª, o Dr. Guilherme, todos têm dito – é começar. A crise está aí e não vai dar para fazer tudo, mas vamos começar, e vamos começar pela Amazônia. Então, é importante, Ministro. Nesta reunião, estou me sentindo representada pelo Senador Flexa, pelo Senador Jorge, pelo Senador Randolfe, mas que dali saia alguma coisa. Iniciar o subsídio ainda este ano para a Amazônia é importante. Não há limite para nós, mas que tenha um mínimo de cadeiras. É muito importante que isso aconteça.

Da nossa parte, Ministro, o senhor tenha certeza de que queremos trabalhar junto com a SAC, com a Infraero, com a Anac, porque também não podemos aceitar que o pouco que foi gasto tenha sido gasto nos aeroportos que foram privatizados. Para esses, foi quase R$1 bilhão. Os outros recursos foram para os médios e de pequeno porte, em torno de R$365 milhões. Para os pequenos, até agora, nada!

Outro recado, Ministro. Vai sair uma nova leva de privatização, concessão. Não coloque Manaus no meio, não! Não está e nem coloque, porque, se colocar, vai ter que colocar junto os outros cinquenta e poucos aeródromos que têm no nosso Estado. Não entra. O único lucrativo que sobrou para o Estado brasileiro foi o de Manaus, que é o segundo ou terceiro, não sei bem, em termos de movimento de cargas. Portanto, é um dos mais lucrativos. Não coloque, Ministro! Até aceitamos a colocação se junto do pacote estiverem os outros aeródromos dos 61 Municípios do meu Estado.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora.

Senador Omar Aziz. Cinco minutos, Senador, por gentileza.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Secretário da Aviação, Presidente da Infraero, Diretor da Anac, Senadora Vanessa, Senador:

Sem dúvida alguma, todos os Senadores que estão aqui têm conhecimento da sua região. Vemos que sabem, que conhecem. Vou contar uma história, Ministro, para V. Exª ver o descrédito a que chegamos, principalmente o meu Estado, o Estado do Amazonas.

Ministro, em 2012, sentei com a Presidenta Dilma Rousseff. A Ministra Gleisi Hoffmann era Ministra da Casa Civil. Senador, vamos explicar aqui porque parece que essas coisas começaram com o Ministro Eliseu Padilha. O Ministro Eliseu Padilha já pegou isso andando. O PDR que foi feito aqui foi feito com a ingerência de empresas da região que hoje não têm mais interesse de trafegar na região, e não estamos falando sobre esse assunto aqui. A Azul é uma. A Azul, quando era uma empresa pequena, queria pegar a região, mas, depois que engrandeceu, não tem mais interesse, todavia participou diretamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sim. Não quer mais. Participou diretamente da elaboração desse plano, mas, agora, não quer assumir aquilo de que participou lá atrás.

Mas vamos à história. E está a Presidente Dilma viva, a Gleisi está viva para contar a história.

Eu, governador do Estado, fui para uma audiência com a Presidenta e disse que iria construir sete novos aeroportos no Estado do Amazonas, nos Municípios de Amaturá, Codajás, Jutaí, Maraã, Nova Olinda do Norte, Pauini e Uarini. Sete aeroportos! Iria me custar, em média, 25 milhões cada aeroporto. O Governo abriu crédito para os Estados contraírem empréstimo e eu iria fazer esses empréstimos. Ela virou para mim e disse que não eu precisaria fazer isso porque estariam fazendo regional, que eu não precisaria gastar dinheiro. Eu disse: "Mas, Presidenta, isso é urgente, urgentíssimo!". O Município de Uarini, que fica no médio Solimões, é isolado. Quando seca, não se chega lá. No Município de Codajás, é a mesma coisa. No Município de Pauini, é a mesma coisa. No Município de Maraã, que fica no Alto Solimões, onde temos tribos indígenas, também não funciona. Só existe uma forma de se chegar a Manaus. É através de barco, e demora mais de 15, 20 dias, naqueles rios sinuosos, que são os rios Juruá, Purus, Amazonas, Solimões, que todos os companheiros que estão aqui conhecem bem. Eu, como ex-Governador, tenho obrigação de conhecer a minha região.

Passou para a Ministra Gleisi Hoffmann, que me disse que o Banco do Brasil faria os projetos. Eu falei que tinha todos os projetos prontos. Eu paguei esses projetos porque eu iria construir, mas, a partir do momento em que a Presidente da República disse para eu não construir porque ela faria e para eu pegar esse dinheiro e fazer outras coisas no Estado, lógico... E vou acreditar em quem? Vou acreditar na Presidenta da República. E o povo do Amazonas ainda lá, isolado, sem ter o direito... Porque já era para estar pronto.

Ela mandou que eu conversasse com a Ministra Gleisi. Fui à Ministra Gleisi e disse: "Ministra, o regime de águas da nossa região é diferenciado. Se não conseguirmos levar o material para trabalhar nessa época do ano, vamos perder mais uns anos para fazê-lo." Ela disse: "Não. Estamos correndo." Agora, recebo aqui um documento que – e não posso dizer que é um documento – diz o seguinte: "A maturar. Projeto pronto. Estudos não contratados." Três anos depois, Ministro! Não é o senhor. Não é com o senhor, não! E aqui não estou lhe açoitando, não! Estou açoitando a incompetência e a burocracia do Governo. Essas estou açoitando, porque é muito fácil chegar aqui e mostrar números e dados. A burocracia... Olha, para tratarmos aqui: Ministro da Aviação, Secretário da Aviação, Presidente da Infraero e da Anac, e não sei o que mais. E ainda precisamos ter a parcimônia do Ibama, do Iphan, não sei de quem, para que se possa tirar um processo para se fazer uma área para salvar pessoas, para dar o direito de ir e vir, direito esse que esse Governo nos nega não asfaltando a BR-

319, para que o Amazonas possa ser ligado ao resto do Brasil. É um direito dos amazonenses que é negado pelo Governo. Não é contra o senhor, Ministro Padilha. O senhor sabe do respeito.

"Codajás. Estudos não contratados."

Todos os sete aeroportos, de que temos os projetos, que a Presidente Dilma e a Ministra Gleisi, que é Senadora da República, disseram para nós que iriam ser feitos no ano seguinte, até hoje, estão aqui como não contratados, fora os outros aeroportos nos quais era para fazer uma adequação.

Por quê? Uma TR de 55 lugares, Ministro, que sai do Município de Manaus e vai para Eirunepé, que fica a 1.100 km – repito, 1.100 km –, tem uma autonomia de 7 horas de voo, mas o número de passageiros tem que ser só 25. Sabem por quê? Porque não tem lugar para abastecer. Ele vai chegar a Eirunepé e não abastece. A Infraero não vê isso. O Brasil não vê isso. E não há alternativa. Se acontecer uma pane em um avião desse, não teremos alternativa porque os aeroportos no interior da Amazônia, quase todos, à exceção daqueles que os militares têm como base, que estão no Município de Tabatinga, de Tefé, de São Gabriel da Cachoeira... Esses operam com aparelhos.

Em Manaus, foi feito um arremedo de reforma no aeroporto. Aliás, aumentaram apenas dois *fingers*, mas não fizeram uma nova pista. Quantas e quantas vezes já deu problema na pista de Manaus! Vocês sabem qual é a alternativa? Belém do Pará, Senador, duas horas de voo para pousar, ou Boa Vista do Ramos. Quando, em Manaus, o aeroporto está fechado, e fecha com um temporal com tranquilidade, a alternativa poderia ser Itacoatiara, que está a 200 km de Manaus.

Então, não vejo, sinceramente, Ministro... Vejo boa vontade. Quando o senhor diz "vamos ao Ministro da Fazenda", irei quantas vezes forem necessárias para pedir pelo Brasil e, principalmente, pelo Estado do Amazonas. Não tenha dúvida de que farei isso com toda humildade. Mas, quando pego, aqui, os 25 aeroportos que são contemplados no Estado do Amazonas, absolutamente nenhum... Nenhum! Não é de hoje. Isso não é hoje, Srs. Senadores, é de 2012. Ela disse para mim que iria fazer como o Minha Casa Minha Vida. No Minha Casa Minha Vida se contratava pela Caixa Econômica, e os aeroportos em que seriam investimentos na ordem de não sei quantos bilhões... (*Pausa.*)

...sete bilhões, seriam contratados pelo mesmo regime do Minha Casa Minha Vida para dar agilidade, e não aconteceu absolutamente nada!

Mas venho aqui lhe dizer que temos em torno de sete ou oito empresas brasileiras que transportam. Então, hoje, por exemplo, a nossa região, Senador Jorge Viana... E não estou falando nem no transporte entre Rio Branco e outros Estados ou Amazonas e outros Estados, estou falando no regional nosso. Como governador, tomei algumas decisões. Para a Azul poder operar, hoje, no meu Estado, em cinco Municípios, demos 17% de incentivo de ICMS no combustível. A mesma coisa com a MAP. E qualquer outra empresa que queira operar no Estado do Amazonas para fazer o transporte regional entre os Municípios terá o desconto do ICMS, que é uma grande garantia.

Mas imagine o senhor uma empresa pequena que opera na Amazônia e que tem que mandar o motor dela para a França, por exemplo, do ATR, ou para os Estados Unidos, paga em dólar. Quarenta por cento, hoje, do custo de uma aeronave é pago em dólar. E não pode... Os aeroportos não têm corpo de bombeiros, não têm isso, não têm aquilo e não têm abastecimento, o que é pior. Na Amazônia, não tem abastecimento. É possível contar o número de aeroportos no meu Estado que pode abastecer. São três ou quatro. Os outros não podem abastecer, não têm abastecimento. Não há também uma preocupação da Petrobras para que possa ser feito esse tipo de abastecimento. Não é apenas para dizer que tem abastecimento e que vai diminuir o custo. Vai diminuir com certeza absoluta!

Por isso, confio muito no seu trabalho, na sua experiência e espero que o senhor possa ajudar o meu Estado e os Estados do Acre, do Amapá, do Pará, de Rondônia, que são Estados que têm o mesmo tipo também... Roraima também, e é muito mais isolado ainda porque já está no limite do Brasil.

E BR-319 nos é negada, não porque não tenha dinheiro para ser feita, mas por medo da articulação internacional em relação ao meio ambiente; nos é negada porque somos exceções, realmente, nesse País ainda, e não somos exceção boa, não, somos exceção ruim. Como disse, há pouco, o Senador Jorge Viana, o tratamento dado para as pessoas que vêm do norte é totalmente diferenciado mesmo. Aliás, hoje, a única coisa que não podemos falar da aviação brasileira é que temos algum avião cômodo. Imaginem pegar um avião por quatro horas em uma cadeira em que mal se pode colocar a perna! Crescemos, aumentamos o número de passageiros, diminuímos o valor das passagens, mas o serviço prestado por essas empresas é de péssima qualidade.

Para encerrar, muito obrigado. É uma posição nada pessoal, nada contra o senhor. Estou colocando aqui. O senhor não tem culpa disso, não. O senhor assumiu outro dia, mas estou lhe dando nome e sobrenome das pessoas que se comprometeram com o Amazonas e não fizeram.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vou procurar sem bem breve (*Falha na gravação.*)

da fome já.

Ministro, na verdade, me sinto contemplado com o apelo do Senador Jorge Viana e faço aqui as minhas contas: se o Jorge Viana não está conseguindo ter as informações necessárias, as audiências necessárias, imaginem o coitado do Petecão! Me sinto contemplado, mas sobre uma questão colocada aqui, Ministro, como eu já conheço um pouco V. Exª – tive o prazer de ser Parlamentar junto com o senhor –, vou lhe fazer um desafio.

Naquele dia em que estive com V. Exª na Casa Civil, de pronto, o senhor ligou para a Secretaria de Aviação e me atenderam. Fui exatamente tratar desse assunto. Seria interessante mandar, se o senhor pudesse, um técnico da aviação civil visitar esses aeroportos que foram contemplados. Duvido, como conheço sua coerência, que o Município de Itaracá, nada contra Itaracá, que fica às margens da BR-364, possa ter uma prioridade maior do que os Municípios Jordão e Santa Rosa. Como pode isso? Duvido que, se o senhor mandar um técnico lá, o senhor vá aceitar isso! Não tenho como explicar isso! Nem eu, nem o Senador Jorge Viana, nem ninguém! O Município que está isolado, aonde só se chega de barco no inverno – no verão, não chega de jeito nenhum... Como vamos explicar para essa população? Não tem, Senador Omar. O senhor conhece a região amazônica. Ah, foi escolhido pelo governador, foi escolhido não sei por quem. Não importa. O que não podemos é persistir no erro. Se houve um erro, vamos voltar, reunir a Bancada, chamar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ...e ouvir a Bancada de Senadores, a Bancada Federal.

Fui à Agência de Aviação, naquele dia que o senhor pediu que me atendessem, e fui atendido de pronto, porque como vou explicar? Eu viajo direto nesses aeroportos, nesses pequenos aeroportos. Como vou explicar que o aeroporto de Cruzeiro do Sul, que é um dos melhores aeroportos da Amazônia, melhor do que o da capital, vai receber benefício e os Municípios de Santa Rosa e Jordão não vão receber nada? Estou dizendo isso para que o senhor, depois, não seja ridicularizado em outra oportunidade, em uma audiência pública, porque eu vivo e moro nessa região e conheço.

Ouvi atentamente as suas explicações, mas, sinceramente, não me sinto contemplado.

Muito obrigado, Ministro! Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sr. Ministro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, queria me reinscrever. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Agora, no final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ao terminar os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está bom. No final...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já completaria uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ele vai falar e, depois...

O SR. ELISEU PADILHA – Bem, quero...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ministro, posso pedir desculpas porque tenho que abrir a sessão, agora, às 14h.

O SR. ELISEU PADILHA – Pois eu iria dizer que quero agradecer, mas só vou responder a esta "provocação", aspas, pergunta muito boa e muito bem feita pelo Senador Petecão porque vai interessar a V. Exª. Começo por ela. Eu iria começar na Senadora Vanessa, mas vou começar nessa.

Aqui, troquei ouvidos com o Dr. Guilherme, que é histórico dentro da nossa Secretaria, em que pese tão jovem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Outro dia eu o chamei de tão jovem e ele me contou uma piada interessante, para descontrair... O sujeito era muito jovem e tinha avançado muito na carreira, dizia ele para mim que isso é mais ou menos como carro de locadora: bem novinho, mas muito rodado. (*Risos.*)

Gostei! Bem, mas vamos lá.

Sobre a sugestão que foi dada pelo Senador Petecão, e consultei aqui o Dr. Guilherme, vamos, na Amazônia Legal, abrir a possibilidade, sem alterar o número de aeroportos no Estado, fazer aquilo, mas quero prevenir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – É o que eu iria dizer.

...quero prevenir desde logo que voltaremos à estaca zero no que tange à burocracia. Em alguns casos, vamos ganhar, porque já está pronto o estudo; em outros, não.

A propósito disso, para alegria do nosso Senador Omar Aziz, me foi trazida aqui a informação de que aqueles não foram contratados exatamente pela razão que V. Exª apontou: seus estudos foram acolhidos e não vai se gastar contratando terceiros. Então, o seu estudo foi acolhido e não vai se gastar dinheiro. Nós mesmos estamos fazendo pequenas adaptações, mas não vamos gastar nosso dinheiro contratando novo projeto. (*Pausa.*)

Obrigado, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Para os Estados da Amazônia Legal, vamos criar a possibilidade de a Bancada nos trazer sugestões de alteração. Só não briguem muito com o Governador por algo que ele colocou e vamos tirar, mas procurem fazer um consenso para que possamos remanejar dentro do Estado, se for o caso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Mas eles têm...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Então a consulta foi só para inclusão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Está bem.

Vamos começar a resposta à Senadora Vanessa Grazziotin, que não teve oportunidade de ficar aqui por outro compromisso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Desculpe, o senhor me pediu para não brigar com o Governador? (*Risos.*)

Foi isso? (*Risos.*)

Não tem jeito, não. Esse homem briga de todo jeito. Quem briga é ele!

O SR. ELISEU PADILHA – Não! É só com relação à localização do aeroporto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Está bem. Legal!

O SR. ELISEU PADILHA – Eu quero ouvir a Bancada. Deputados e Senadores me sugiram. Tragam. Não quero opinar. Não opino. Me tragam. Eu apenas fiz uma brincadeira e disse "não vamos...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu entendi, Ministro, e peço até desculpas. Agora, seria interessante...

O SR. ELISEU PADILHA – Não se preocupe.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ...que fosse um técnico da sua confiança para o senhor ver...

O SR. ELISEU PADILHA – Quando for proposta a alteração, vai se fazer isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É uma coisa tão grosseira que não precisa ser engenheiro, não precisa ser técnico, não precisa ser nada.

O SR. ELISEU PADILHA – Entendido. Quando for feita a proposta, nós mandaremos.

Vamos lá. A Senadora Vanessa Grazziotin, no resumo, perguntou do subsídio, de que já falei, e contou dos aeroportos, e, com propriedade, diz ela que dos 62 em operação só 24 foram homologados até hoje, que é uma questão para o Dr. Marcelo Guaranys, porque ele está tratando disso. Resta para mim, aqui, "Manaus, não conceder". Gostaria que ela tivesse aqui porque essa é o tipo da notícia que se dá de corpo presente. Na nossa concepção de concessão de aeroportos no Brasil, dos aeroportos operados pela Infraero, três são absolutamente inegociáveis, não há hipótese de negociarmos: Santos Dumont, Congonhas e Manaus. Não há hipótese! Principalmente, nosso argumento foi o que ela usou: Manaus é base para garantir a operação aeroportuária em todo Estado do Amazonas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Mas se vendermos os outros juntos, sim!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Temos que manter para garantir a operação desses aeroportos pequenos. Vamos estabelecer uma base em Manaus...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ministro Eliseu, aqui, só para dar um dado, pedi para o Presidente da Infraero me dizer qual foi a receita, o resultado do ano. Em 2014, quando a economia já não estava bem, tivemos uma receita operacional de 153 milhões; neste ano, 97 milhões. Caiu pela metade, praticamente, a economia, o que é ruim. A operação no Eduardo Gomes é superavitária por causa do transporte de cargas, não de passageiros.

O SR. ELISEU PADILHA – É carga.

Pois bem, então, com relação à preocupação da Senadora Vanessa Grazziotin, ela pode dormir um sono. Pelo menos enquanto tivermos opinião, esse pessoal que está na Mesa em nome da SAC, não há hipótese de ser feita a concessão de Manaus.

O Senador Omar nos contou a história de 2012 para cá e fez referências. Nós todos que fazemos vida pública queremos sempre que o melhor aconteça para a população que estamos representando. A manifestação de S. Exª foi nesse sentido, mas posso garantir que a nossa Presidenta também gostaria que isso já tivesse acontecido. Por circunstâncias que não vêm ao caso analisarmos tantas agora aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – O Banco do Brasil teve que aprender. Não tinha nada. Contrataram o Banco do Brasil sem o Banco... A Caixa estava rodando. Contrataram o Banco do Brasil, que não tinha ainda nenhuma experiência. Teve que aprender. Foram dois anos para montar a equipe, aprender.

Então, houve fatos que contrariaram a vontade da Presidenta, e isso ainda não está implantado.

Abastecimento. A questão do abastecimento nos aeroportos. Dr. Gustavo, Dr. Guilherme, como podemos melhorar o abastecimento na região amazônica?

O SR. GUILHERME RAMALHO – De fato, o preço de combustível na região acaba sendo, hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Ter abastecimento no próprio...

O SR. GUILHERME RAMALHO – O preço do combustível em decorrência da insuficiência de abastecimento e das despesas operacionais que a ausência de abastecimento gera. Isso gera um sobrecusto ao preço ainda superior ao sobrecusto do simples fato do deslocamento ser maior.

Ministro, esse é um fato a ser discutido, de fato, junto com os fornecedores, junto com as distribuidoras, porque...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Guilherme, você já está há bastante tempo na Secretaria de Aviação Civil. Como disse o Ministro, você é novo, mas, como um carro alugado de locadora, rodado. Vocês nunca discutiram isso? Se você faz um transporte de 1,1 mil km de um município para o outro, com mais meia hora, chega-se a Brasília...

O SR. ELISEU PADILHA – Por não ter abastecimento, não pode ir com a lotação...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não pode, porque, se for com a lotação toda, tem autonomia de 7h, mas, caso chegue ao município, em uma TR, e não possa pousar, vai ter que procurar uma alternativa. Então, precisa ter combustível sobrando para ir para outro local. Por que, então, aumenta o preço da passagem? Porque o número de passageiros, se houvesse abastecimento naquele município, seria 55 passageiros, mas tem que ir com 25, praticamente a metade, para consumir menos combustível para ter a alternativa. Mas isso é para servir!

Vejam bem, se ganham uma linha dessa, e sabemos que as grandes vão esmagando as pequenas... O pior é que uma grande vem, se instala, coloca o preço lá embaixo, quebra a pequena e, depois, sai, e ficamos sem nada. Já aconteceu isso na nossa região e espero que não aconteça de novo. Por isso, estou falando sobre abastecimento.

É preciso fazer um estudo da nossa região, no Pará, no Amazonas, que são dois Estados do mesmo tamanho.

O SR. GUILHERME RAMALHO – Senador, já estamos, há mais de 6 meses, em contato com o Sindicom, com a BR Distribuidora, com a Raízen, para, no Programa de Aviação Regional, incorporar essas intervenções dentro das obras. Agora, antes de fazer as obras, de fato, é uma questão que tem que ser negociada com as distribuidoras. Temos feito isso...

O SR. ELISEU PADILHA – A boa notícia é que, no Programa, na Amazônia, já existe a ideia de ter o abastecimento no próprio aeroporto. Isso já é um passo bastante grande nessa direção.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Quando vou fazer o Alto Solimões, são nove municípios que tenho que visitar. Na maioria deles, vou de hidroavião, porque tem que

pousar na água, e transportamos o combustível porque não tem onde abastecer. Temos que levar o combustível porque não tem como abastecer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – (*Ininteligível*.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Vai outro avião e leva o combustível. Não é no avião com passageiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – (*Ininteligível*.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas, meu amigo, se não for assim, vai ter pane!

O SR. ELISEU PADILHA – Com relação aos projetos, já expliquei. Não estão contratados, porque estamos aproveitando. Essa é a grande notícia do dia. Economizamos bastante. Não vamos pagar esses projetos.

Passamos ao Senador Petecão. No fundo, S. Exª deixou uma única interrogação, que é um desafio. Iniciou S. Exª sua fala dizendo que ficaria um desafio. Aceitamos o desafio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não, vamos transferir o problema. Vamos, coletivamente, resolvê-lo. A Bancada e nós vamos rever, sabendo que, cada vez que mexermos, voltamos à estaca zero, mas é possível mexer.

Presidente, da minha parte... (*Pausa*.)

Não, não se vá porque quero lhe agradecer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Minha reinscrição, Sr. Presidente. Estou aqui, sem almoço, esperando que V. Exª me atenda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. ELISEU PADILHA – Reinscrição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ministro Padilha, fiquei aqui até essa hora, primeiro, em respeito aos convidados da audiência, a V. Exª e ao nosso Presidente. A campainha do Senador Jorge Viana já está tocando, porque vai começar a sessão deliberativa. Mas não podia deixar de fazer uma pergunta. Era uma pergunta, mas vou fazer duas, já que me reinscrevi. Agora, temos tempo para debater, não é, Presidente?

Primeiro, não entendo, mas queria entender, Ministro Padilha, por que esse Governo fica querendo inventar a roda. Me referindo especificamente à Amazônia, os aeroportos da Amazônia sempre foram construídos pelos Estados ou pela Comara, que tem uma estrutura para construir aeroportos. Ela coloca todo material que precisa em cima de uma balsa, incluindo equipamentos, sai rio afora e faz o aeroporto que tem que fazer. Agora, o Governo vai inventar a roda e passar para o Banco do Brasil? Pelo amor de Deus! O Banco do Brasil conhece aeroporto de pousar e decolar, os diretores, os funcionários, só isso. O atraso todo, de 2012 até hoje, é em função disso. Se tivessem transferido para os Estados, para a Comara, na nossa região, esses aeroportos estariam todos prontos. Inclusive o Senador Omar Aziz tem razão. O Governador Jatene também teria vários aeroportos para construir, mas não faz porque está esperando o tal do PIL. Sempre digo que não deveria ser PIL, deveria ser um grito maior porque pio ninguém ouve. Tinha que ser um rugido de leão para acordar o Governo, para sacudir o Governo para as coisas saírem. Gostaria até que o Secretário pudesse ver por que não transferem para o Estado a construção, por que não transferem para a Comara construir, porque seria muito mais rápido. Já estariam todos prontos.

Me preocupa a questão de citação, de ser uma única empresa com direito a subsídio. No programa de desenvolvimento, isso não existe. Isso é jabuticaba. Inventaram depois da lei aprovada. Por que digo que, a meu juízo, não é bom? Vai restringir a concorrência. Ministro, quando chegou a medida provisória as minhas mãos, tinha endereço, CPF, CNPJ, melhor dizendo. Estava tudo ali. Ela tinha que ser. E tive que trabalhar no caso da Amazônia, que tem limite. Tiramos os 50%. Deixamos 60 assentos. Por quê? Porque uma TR, como disse o Senador Omar Aziz, tem 55 assentos. Então, seriam todos subsidiados. Por que um Boeing não pode ter subsídio até 60? Vai ter. Não pode ter 50%. Por isso, tiramos. Limitar a uma companhia o subsídio... A companhia, vendo a concorrência de mercado, pode, pelo subsídio, conceder uma passagem mais barata do que vai entrar na concorrência. Sabem o que vai acontecer, se houver a concorrência? É lamentável, mas verdadeiro. Vão dividir o Brasil. Você vai ficar com a Amazônia; você, com o Nordeste; você, com o Sul e Sudeste. Cada uma vai definir a região em que querem voar. Foi dito aqui que uma companhia aérea que voava está "ameaçando" – entre aspas – que, se não tiver o subsídio, deixar de voar. Não vai deixar de voar porque tem passageiro para atender. Se não tiver demanda, é que não teria.

A última observação. Quando o parecer do Plano de Aviação não define aeronave, não define nada, queria abranger os táxis aéreos, que são importantíssimos para nossa região, não o táxi aéreo alugado, aquele que

você freta um voo para fazer de um município a outro, mas um táxi aéreo que queira, ou através de um Caravan ou de um avião menor, fazer uma linha regular entre Belém e Soure. Tem que ser regular a linha. Esse táxi aéreo teria o subsídio dos assentos que ele tivesse. Se fossem seis assentos, teria seis assentos; se fossem 12, teria 12. Teria que ter linha regular. Então, o táxi aéreo também tem direito ao subsídio. Se fizer concorrência, não vai ter como, ou vai ter concorrência para todas as rotas regionais? Vai ligar Belém para Afuá, Afuá para Soure? Não tem como fazer concorrência para isso.

Por último, Ministro, as concessões dos aeroportos. O Governo não pode fazer uma concessão que sabe que está entregando o aeroporto que é superavitário. Fez Guarulhos. Fez Brasília. Fez Galeão. A Senadora Vanessa tem razão. Quando levar Guarulhos, tem que levar algum osso junto, porque a Infraero vai quebrar porque não vai ter aeroportos que deem sustentação a ela. Os aeroportos que davam sustentação a ela estão sendo tirados da Infraero. Estão deixando só o osso para ela, mas tinham que levar o osso junto.

O aeroporto de Belém, Ministro, foi feito quando era governador Almir Gabriel, há uns 15 anos. O Governo do Estado teve que entrar com 40%, recursos do Tesouro do Estado, e a Infraero, com 60%, para sair o aeroporto. Tinha um terminal de cargas no aeroporto de Belém, mas desmontaram o terminal de cargas e colocaram umas barracas de lona, provisoriamente, para, em seguida ao término do terminal de passageiros, a Infraero fazer o terminal de cargas. Isso faz 15 anos. As barracas de lona estão até hoje esperando que a Infraero faça o terminal de cargas. Essa é a realidade do Brasil. Essa é a realidade da Amazônia. Somos esquecidos pelo Governo Federal. Costumo dizer que a Amazônia não é problema para o Brasil, mas solução, e o Governo Federal está de costas para lá, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ministro, me permita? Eu queria perguntar ao Senador Flexa Ribeiro. É uma curiosidade. Onde entra a jabuticaba disso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A jabuticaba, que é uma fruta brasileira, uma invenção brasileira...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Invenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Invenção da licitação. Queria ouvir do Ministro o porquê de licitar. Deixa aberto! Quem quiser fazer o voo vai fazer. Tem a subvenção. E pode baixar o preço da passagem para o valor que ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Isso, no Pará, se chama jabuticaba?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. O Pará será... Digo sempre, Senador João Alberto Souza, pela amizade que tenho a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – É grande.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E é recíproca. Sei disso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...digo a todos meus amigos que nasci na época errada. Queria ter nascido agora para ver o Pará daqui a 50 anos, quando ele será o Estado mais importante da Federação brasileira. Vai ficar registrado nos Anais do Senado. Daqui a 50 anos, quem estiver representando o Pará no Senado Federal, vai saber que o Senador Flexa Ribeiro disse que o Pará vai ser um dos Estados mais importantes da Federação brasileira daqui a 50 anos. Se não fosse a Lei Kandir, que tira U$2 bilhões por ano de ICMS do Estado do Pará, já estaríamos muito mais adiantados do que estamos hoje.

O SR. ELISEU PADILHA – Quero iniciar pela última afirmação do Senador Flexa Ribeiro. Em que pese eu ser gaúcho, e não sei se não vamos estar aqui daqui a 50 anos, mas quero lhe dizer o seguinte: concordo em grau, gênero e número com o senhor. Vou dar materialmente um exemplo. Tenho um filho, neste momento, que está fazendo mestrado em economia em Londres, na Inglaterra, e vai fazer o doutorado. Ele me pergunta: "Pai, já tenho proposta de emprego aqui, agora, e é bom, só que tenho que ficar um tempo.""Vou lhe dizer uma coisa. Aí não tem problema de educação, não tem problema de saúde, não tem problema de habitação. Está tudo prontinho. Tu vais entrar em uma engrenagem em que vais ser uma peça desse tamanho para sempre. No Brasil, temos tudo por fazer. E vou te dar um exemplo. O Estado do Pará e do Maranhão, daqui a 50 anos, estarão entre [e não falei dos 50 anos para ele; agora, vou para os teus 50 anos] os cinco Estados mais desenvolvidos do Brasil." O Maranhão tem um potencial de subsolo não igual ao do Pará, mas tem terras que estão sendo usadas, hoje, na agricultura, e daqui a alguns dias, chega a pecuária, e o Pará tem tudo. São os dois Estados que eu disse para o meu filho: "Pense nesses dois Estados." Sou gaúcho, radicado em Porto Alegre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Diga para ele morar no Pará e nos ajudar lá. Será muito bem-vindo! (*Risos.*)

O SR. ELISEU PADILHA – A concorrência, como se mantém a concorrência? Não encontrei a jabuticaba.

A democracia é bonita porque tem isso. Aliás, quando se escrevia a Constituição dos Estados Unidos, o Senador James Madison contracenava com ideias completamente diferentes do que ele queria, mas, quando

o conflito estava ficando quente, ele dizia: "Olha, como é bonito ver dois homens públicos que querem exatamente a mesma coisa utilizarem de argumentos completamente diferentes, mas, no fundo, quererem chegar ao mesmo lugar."

Então, vamos para a sua jabuticaba, que, a meu ver, não existe. Vamos lá!

Como vamos fazer para ter a concorrência? Fazemos a concorrência na linha. É um projeto piloto que estamos fazendo para a Amazônia. Se não der certo, mudamos. Não há verdade absoluta aqui, não. Mas vamos à experiência. Teremos a exclusividade do subsídio. Pode operar quem quiser na linha, mas o subsídio é um só, precedido de licitação. Quem fizer a menor passagem ganha a linha de dois municípios do senhor, e vamos pegar Belém a um dos aeroportos regionais. Esta linha vamos dar a uma só companhia, por licitação, mas opera quem quiser. Por que é importante isso? Para garantir a periodicidade. Se colocarmos mais do que uma, não haverá passageiros para todas saírem lotadas, e se vai a periodicidade. Sem a periodicidade, fraquejamos a garantia do passageiro, porque o passageiro vai se souber que tem o voo. E começamos a comprometer a periodicidade.

Mas deixo aqui, como o senhor estudou muito isso, Relator responsável que foi, a disposição de dialogarmos sobre isso. Qual seria a melhor forma de garantirmos a periodicidade e termos o menor preço? Se o senhor tiver fórmula diferente, estamos dispostos a analisar e, inclusive, inserir no decreto que já está na Casa Civil. Nos propomos inclusive a mudar. Queremos o melhor!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª. Vou procurá-lo na Secretaria.

O SR. ELISEU PADILHA – Ao final e ao cabo, meu Presidente João Alberto e Senador Flexa Ribeiro, é plenamente justificada essa sua atuação tão ampla quanto aqui já foi referida e a sua vocação por defender o interesse do seu Estado e da sua população. Parabéns pela representação que o senhor faz!

Quero aqui, em nome do Governo, que represento como Ministro de Estado, agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, de vir aqui e trazer de forma transparente, sincera e sem nenhum subterfúgio qual é a nossa situação, quais são as nossas possibilidades, o que queremos. Ninguém que eu conheça dentro do Governo não quer trabalhar pelo melhor para a sua gente, para a nossa população, para a cidadania brasileira. Se tem um pedaço do Brasil em que essa cidadania precisa mais deste olhar do Estado brasileiro, é exatamente a Amazônia Legal. Essa concepção o Governo tem, e faço questão de registrar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro, antes de encerrar, também, Ministro, V. Exª massageou o meu ego quando falou do Pará e do Maranhão. S. Exª dizia que seriam grandes Estados no futuro, inclusive tinha um irmão – e Deus o levou – que era Deputado pelo Estado do Pará. Mas, quando se falou aqui em Amazônia Legal, parece que o Maranhão não é Amazônia Legal. Nos 67 aeroportos, Amapá apareceu com 2; Amazonas, 25; Pará, 24; Acre, 4; Roraima, 3; Rondônia, 6; Tocantins, 3, totalizando 67. No Maranhão, zero!

O SR. ELISEU PADILHA – Quinze segundos de aparte. Foi erro na produção do material. O Maranhão está. Parte do Maranhão está na Amazônia Legal. Então, esta parte está contemplada. Foi erro na nossa impressão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quando falamos, Ministro, nos 270 aeroportos, vêm as cidades do Maranhão: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Barreirinhas, Carolina, Caxias, Governador Nunes Freire, Imperatriz, Pinheiro. Bacabal, por sinal, é minha terra natal, onde fui Prefeito. E queria que tivessem um cuidado muito especial; são cidades grandes – Bacabal tem 110 mil habitantes, não sei se o Flexa conhece.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Porque o Flexa é Maranhão também! O Flexa é Maranhão e Pará. A família do Flexa está no Maranhão.

Eu gostaria que houvesse uma boa vontade com os aeroportos do Estado do Maranhão. No momento, está em operação São Luís e Imperatriz. Entrou, agora, Carolina, com a Azul; e a Sete está entrando no Município de Balsas.

Pinheiro e Bacabal também são fundamentais para o desenvolvimento do Maranhão. Bacabal é minha terra natal, tenho a minha cidadania lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quero que o Ministro faça as suas considerações finais para, depois...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Ministro Padilha vai encerrar, só quero... Assim como o Ministro descontraiu, fazendo comentários do Guilherme, que parece automóvel de locadora – novo, mas muito rodado –, lá, no Pará... Pará e Maranhão são irmãos; já formaram o Estado do Grão-Pará; o Maranhão fazia parte do Grão-Pará. O Amapá também fazia parte do Pará. Já fomos irmãos.

O que acontece com o Pará e Maranhão, descontraindo, como V. Exª o fez, é como se você plantasse um pé de goiabeira no seu terreno, no limite com o terreno do vizinho, no muro, e a goiabeira desse os galhos para o lado do vizinho. Quem comeria a goiaba seria o vizinho. Assim acontece com o Pará – o Pará planta a goiabeira, mas quem come a goiaba é o Maranhão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Ministro, para suas considerações finais.

O SR. ELISEU PADILHA – Minhas considerações finais são parabéns e muito obrigado pelo convite. Estou sempre à disposição. Com grande prazer, venho a esta Casa, toda vez em que for chamado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quero agradecer a presença do Ministro Eliseu Padilha, que faz um excelente trabalho nesse setor de aviação civil. Ele já foi nosso colega no Congresso e Ministro dos Transportes – um excelente Ministro dos Transportes. Ele presta ao Governo Dilma Rousseff... Em todos os setores, ele procura ajudar. Ele pratica realmente essa cidadania do bom brasileiro.

Quero convidá-lo, Flexa – e vou almoçar com eles aqui, no Senado –, para fazer parte da nossa mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Donizeti Nogueira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia, em atendimento ao Requerimento RMA 73/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira. Comparecem como convidadas: Adriana Lustosa, Diretora de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Heloísa Aquino, Assistente Técnica da Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG; Liliana Pena Naval, Professora da Universidade Federal do Tocantins – UFT. A Presidência concede a palavra às convidadas, pelo tempo de quinze minutos. Após a exposição das convidadas, usou da palavra o Senador Douglas Cintra. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DONIZETI NOGUEIRA
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, senhores e senhoras!

Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 73, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, e destina-se a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do Rio Araguaia.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e as cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800- 612211.

Vamos dar início à nossa audiência pública.

Desde já eu quero agradecer aos convidados e às convidadas que estão aqui para colaborar conosco nesse debate tão importante que trata do Rio Araguaia. O Rio Araguaia é uma rio nacional, que tem uma importância muito grande para o nosso País, principalmente para o meu Estado, o Tocantins, os Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, que são banhados por esse importante curso de águas.

Para compor a nossa Mesa, e para participar desta audiência eu convido, então, para tomar assento à Mesa: Adriana Lustosa, Diretora de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA); convido também a Professora Liliana Pena Naval, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Heloísa Aquino, Assistente Técnica da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) do Ministério do Planejamento.

Agradeço aos presentes e informo que também o ICMBio havia sido convidado, mas, conforme acordado com o Ministério do Meio Ambiente, entenderam que a representação ideal seria a do Ministério do Meio Ambiente, que tem mais informações sobre o tema e que reúne mais condições para o debate. Mesmo assim, eu quero agradecer ao Presidente do ICMBio que, de pronto, havia confirmado sua presença. Mas, conforme entendimento, ele nos comunica a decisão, e nós não só a respeitamos como louvamos a importância dada ao tema, tanto que levou o Ministério do Meio Ambiente a fazer uma reunião anterior à audiência pública.

Também enviamos convite ao Instituto Socioambiental Araguaia, um instituto de proteção ambiental, mas a instituição não indicou representante. Certamente, contaremos com a presença do instituto em outra oportunidade.

Antes de passar a palavra às nossas convidadas – hoje nós temos aqui uma Mesa majoritariamente feminina, então, certamente, nós teremos um debate ainda melhor –, trago à lembrança o nome de um poeta conhecido pelos goianos, tocantinenses e pelos os candangos também, Pedro Tierra, que fez um poema quando da inauguração da Hidrelétrica de Lajeado. O nome do poema, se não me engano, é Barragem.

Um rio quando barragem
tem a espinha quebrada,
vira um rio paralítico
feito um animal vivo
que morreu só a metade:
a outra metade viva pulsando
solta, como veia aberta a foice...
Um rio quando barragem anoitece
as manhãs que cultivava...
O rio teima em manter-se rio, corrente:
uma veia de esmeralda líquida e retesa
varando o ventre do lago,
feito alma submersa
e luminosa a lhe dar sentido.
Vencido, o rio se abranda em barros e silêncios.
Grávido, cálido, fermentado.
Engendrando o desconhecido
Belo ou monstruoso que saltará sobre nós.

Esse poema é de Pedro Tierra. O nome dele é Hamilton Pereira, mas no tempo da ditadura usou o pseudônimo de Pedro Tierra, como o poeta ficou conhecido.

Devo registrar também, para as nossas convidadas, que nós já realizamos uma primeira audiência pública, com a presença da Aneel, da Antaq, do Ministério dos Transportes e do Ministério da Agricultura.

Farei um resumo do que foi discutido anteriormente.

O argumento central do projeto é que o potencial turístico do Araguaia supera seu potencial de geração de energia elétrica e, por isso, seria necessário vedar a construção de barragens no rio. Entretanto, na semana passada ouvimos, na primeira audiência pública destinada a discutir esse projeto, diversas objeções ao incremento do nível de proteção ambiental do rio.

O representante da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Wagner Vilella, ressaltou que a Política Nacional de Recursos Hídricos impõe um uso múltiplo desses recursos e que a legislação vigente já prevê um nível adequado de proteção dos nossos rios. Ainda de acordo com a ANA, a eficácia na proteção do Rio Araguaia depende muito mais de uma abordagem no nível de bacia hidrográfica do que exclusivamente da calha do rio.

A representante da Agência Nacional de Energia (Aneel) informou sobre os estudos em andamento para a viabilidade técnica e ambiental da construção de três usinas hidrelétricas no curso do Rio Araguaia: Couto Magalhães, Torixoréu e Santa Isabel. Juntas, as três teriam a capacidade de gerar cerca de 1,6 mil MW de energia. Os novos estudos devem ficar prontos até novembro de 2016.

O representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários declarou-se contrário ao projeto, uma vez que criaria barreiras à exploração do potencial hidroviário dos trechos navegáveis do Araguaia.

De maneira geral, as manifestações na primeira audiência pública foram críticas ao projeto.

Ressalto que o desafio aqui é encontrar uma forma de elevar o nível de proteção ambiental do Rio Araguaia sem criar barreiras intransponíveis ao uso múltiplo dos seus recursos hídricos.

Na audiência de hoje, ouviremos a opinião de representantes da área ambiental do Poder Executivo, da Universidade Federal do Tocantins e do Patrimônio da União. Gostaria de já deixar uma pergunta para avaliação das componentes da nossa Mesa: qual a opinião das senhoras sobre uma eventual inclusão no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985, de 2000, de uma nova categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável que contemple a proteção de um rio?

Aqui já não falo mais apenas do Rio Araguaia, mas da criação da categoria de Unidade de Conservação Rio-Parque. Poderíamos ter o Rio-Parque Araguaia, o Rio-Parque São Francisco, o Rio-Parque Taquari, que seriam criados pelo ICMBio, de acordo com o rito estabelecido na lei do SNUC. Poderíamos inclusive pensar em estabelecer restrições de uso temporário, no sentido de favorecer a recuperação de uma determinada bacia ou microbacia hidrográfica. Nesse caso, se as senhoras acharem que essa pode ser uma boa ideia, quais seriam os objetivos e as características de uso dessa nova categoria de Unidade de Conservação (UC)?

Nós estamos fazendo essas audiências, para instrumentar o projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, que versa sobre a questão do Rio Araguaia, da proteção da calha, da restrição a alguns usos do rio. Resolvemos fazer essas audiências públicas, que eram duas, agora estamos estendendo para três – vamos pedir à Comissão que aprove mais uma – para ouvirmos os Secretários de Meio Ambiente e de Agricultura de Goiás, do Mato Grosso, do Pará, do Tocantins e do Maranhão, para sabermos as posições dos Estados de construirmos, de repente, um marco regulatório específico para o Rio Araguaia, dada a diferença que ele traz, por ser um rio novo, um rio de planície, bastante caudaloso, que está dentro de uma região que envolve mais de um Bioma – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal –, e isso faz do Rio Araguaia um rio diferente de outros, como o Rio Tocantins, que já tem cinco hidrelétricas. O Rio Tocantins caminha para ser um grande lago, um grande e único lago.

Então, era isso o que gostaríamos de discutir com vocês aqui hoje.

Eu vou chamar, para fazer as suas considerações iniciais, a nossa companheira do Ministério do Meio Ambiente, Drª Adriana Lustosa, Diretora de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Penso que podemos ouvi-la, primeiro, por 15 minutos. Se a senhora precisar de mais um tempo, teremos mais cinco minutos.

A SRª ADRIANA LUSTOSA – Bom dia!

Primeiramente, agradeço o convite para, em nome do Ministério do Meio Ambiente, trazer o nosso posicionamento com relação a esse projeto de lei que estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do Rio Araguaia.

Eu vou utilizar o apoio desse PowerPoint. Não sei dá para todos enxergarem.

Inicialmente, eu quero colocar que o Ministério do Meio Ambiente reconhece o mérito da proposta, que se preocupa com a preservação de um rio tão importante, um rio nacional tão importante para o País, só que nós gostaríamos de levantar algumas questões de implicância em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos.

Ali está um mapinha. Eu vou levantar para poder...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas a senhora precisa...

A SRª ADRIANA LUSTOSA – Ah, precisa gravar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É.

A SRª ADRIANA LUSTOSA – Esse mapinha que está demonstrado... Eu estou baseando a minha fala em dois documentos: um é o Plano Estratégico de Recursos Hídricos Tocantins-Araguaia, aprovado em 2009, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que traz orientações em relação à gestão de recursos hídricos na bacia ou região hidrográfica Tocantins-Araguaia. E outro documento é a própria Lei nº 9.433, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Esse mapa que vocês veem da bacia do Rio Araguaia trata os principais problemas e conflitos identificados na bacia na ocasião de elaboração desse plano, e observamos, naquela mancha lilás, no trecho médio do Rio Araguaia, é a área mais sensível, o trecho mais sensível do rio, porque comporta terras indígenas, comporta áreas de preservação ambiental, um sítio Ramsar, que é um sítio de área úmidas; existem compromissos do Brasil no sentido da conservação dessas áreas úmidas, é uma área sensível da bacia e que merece uma preocupação, e o plano orienta que qualquer tipo de outorga que vá influenciar nessa área da bacia deve levar em conta, antecipadamente, quais seriam as consequências disso no fluxo, na dinâmica do rio como um todo.

Essas áreas verdes também relacionadas à bacia do Araguaia são áreas de inundação, são problemas relacionados à inundação; e essa área laranja, mais embaixo, é uma área onde ocorrem processos erosivos.

Outra questão, todo o pontilhado do rio, praticamente todo o curso do rio tem problemas relacionados ao impacto da indústria turística na questão ambiental. Então, o próprio turismo, que é um uso ressaltado pelo projeto de lei, traz impactos ambientais para a calha do Rio Araguaia.

A gestão de recursos hídricos divide essa Bacia do Araguaia em algumas unidades de planejamento e, dessas unidades, a principal, a maior preocupação, em termos do ponto de vista ambiental, está relacionado ao Médio Araguaia.

Pode passar.

Como disse, nosso posicionamento está baseado na Política Nacional de Recursos Hídricos, e a política traz, entre seus fundamentos, que a gestão de recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos da água. Na medida do possível, deve-se buscar acordos e consensos na bacia hidrográfica para conciliação dos diversos usos possíveis daquela água.

Outra questão levantada pela política é que a bacia hidrográfica deve ser a unidade territorial para implementação da política e a própria atuação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A preocupação com a bacia se reflete, claro, na calha do rio. Então, muitas vezes, uma preocupação em você restringir usos na calha do rio não vai resolver o problema do rio. Às vezes, o problema do rio, e no caso desse especificamente, está relacionado ao uso e ocupação do solo na bacia. Diversos empreendimentos na bacia afetam a calha do

Rio Araguaia. Por isso, olhar somente a calha, esquecendo do contexto da bacia hidrográfica pode ser não efetivo no sentido de preservar esse rio.

A outra questão também colocada pela lei é que a gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Portanto, a tomada de decisão em relação à gestão de recursos hídricos deve envolver esses diversos atores que fazem parte dos colegiados de recursos hídricos.

No caso da bacia, ela hoje ainda não conta com o Comitê de Bacia Hidrográfica, mas, onde não existe comitê, quem decide sobre a questão da gestão na bacia é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, principalmente, quando envolve aproveitamentos de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados. Então, a política se organiza por meio desses colegiados de recursos hídricos. Portanto, é uma política que sai daquela perspectiva do comando e controle, regulação, e passa para uma perspectiva de decisão consensuada, deliberação conjunta para decisões, envolvendo a gestão das bacias hidrográficas.

No Plano Estratégico Tocantins-Araguaia, eles trabalham, ao final de todas as etapas do plano, uma análise integrada desses resultados levantados e levantam algumas potencialidades para a bacia como um todo, algumas dessas especificamente relacionadas à Bacia do Araguaia. É uma bacia que tem água em abundância, que favorece o desenvolvimento dos usos múltiplos da água. É uma bacia que tem um potencial hidrelétrico grande, a Bacia Tocantins-Araguaia, mas grande parte desse potencial está localizado na região da Bacia do Tocantins. A sub-região do Araguaia detém apenas 16% desse potencial, e, atualmente, não possui usinas hidrelétricas em operação.

A questão agropecuária, que não está na cara, está na bacia, no solo, encontra, na bacia como um todo, condições favoráveis para o desenvolvimento e vem crescendo acima da média anual.

A irrigação também se encontra com grande potencial de crescimento na bacia.

A pesca e a aquicultura, principalmente no Rio Araguaia existe uma grande produção pesqueira, também na perspectiva do uso turístico, com a prática da pesca amadora. Você também tem a possibilidade do desenvolvimento do Corredor Norte-Sul, com potencialidade de integração dos sistemas de transportes hidroviário, ferroviário e rodoviário, melhorando o fluxo de *commodities* no País.

O turismo se encontra muito localizado na região do ecoturismo, das praias do Araguaia, também muito voltado para a questão da pesca esportiva.

Também a questão da biodiversidade, as principais Unidades de Conservação e áreas de proteção estão concentradas naquela região que mencionei anteriormente, que é a região do Submédio Araguaia.

As fragilidades identificadas. A questão da alteração dos regimes dos rios em função dos barramentos ocorre, principalmente, na região do Tocantins, se a gente está olhando a bacia como um todo.

O uso excessivo dos recursos hídricos, que tende a crescer, principalmente relacionado aos empreendimentos agrícolas. A bacia também sofre com secas e inundações. Naquele mapa que mostrei, alguns trechos do Rio Araguaia sofrem, especificamente, com inundações. Além do fenômeno natural, a drenagem urbana daquela região lindeira da bacia extrapola e aumenta os impactos dessas inundações.

A navegação é dificultada, principalmente, na área do Tocantins, por causa da inexistência de eclusas nos barramento hidrelétricos.

Existe a contaminação dos cursos de água, com baixo nível de tratamento dos esgotos municipais, na bacia como um todo, inclusive, na Bacia do Araguaia.

A biodiversidade terrestre e aquática. Esses grandes projetos agropecuários com uma pressão sobre a vegetação implica conservação da biodiversidade terrestre, e os barramentos também prejudicam a biodiversidade aquática.

O nível econômico e de desenvolvimento local da bacia como um todo são abaixo da média nacional e também provocam algum tipo de prejuízo na gestão.

A questão do saneamento básico é bastante importante na bacia, porque os índices de atendimento estão abaixo da média nacional.

A questão da governança, a necessidade de fortalecer os órgãos gestores de recursos hídricos que atuam nos Estados e também a articulação desses órgãos com o Poder Público Federal é fundamental para melhorar a gestão na bacia.

E também a situação das populações tradicionais remanejadas principalmente em função dos barramentos e das inundações para represamento de águas.

São algumas fragilidades.

O plano aponta como ameaças para a bacia a visão segmentada e setorial sobre o desenvolvimento da região. Então, os diversos usos previstos na bacia e em desenvolvimento na bacia são planejados setorialmente, sem uma lógica integrada.

A questão do ingresso cada vez maior dos empreendimentos sem um adequado planejamento. E essa visão integrada com diversos usos pode gerar uma pressão ambiental em especial sobre os recursos hídricos.

E alguns desafios que o plano elenca é que, no Rio Araguaia, a água desempenha, não só no rio, mas na bacia como um todo, um papel estratégico na região, tanto em termos de disponibilidade quanto à questão da qualidade da água. E é necessário cada vez mais aprimorar o planejamento e a gestão para a sua utilização e conservação.

Também é necessário que, no âmbito dos Governos, tanto Federal como Estadual, haja uma melhor articulação dessas políticas públicas, setoriais. E aí podem ser pensados mecanismos para essa articulação.

E, finalmente, hoje a bacia ainda não conta com um colegiado de recursos hídricos que reúna os diversos atores interessados na gestão para discutir o desenvolvimento da bacia hidrográfica como um todo.

Então, é importante preencher essa lacuna institucional, buscando a formalização desse colegiado de recursos hídricos.

Aí estão as referências, basicamente o plano e a Lei nº 9.433.

Eu acho que termino aí.

Concluindo, reconhecendo o mérito da proposta, a gente considera que a proposta tem algumas implicações contra o que dita a Lei nº 9.433, que é a lei que rege a política de recursos hídricos. E é válido aprofundar a discussão e pensar, talvez, numa lógica que ultrapasse a visão da calha do rio e pense a bacia hidrográfica como um todo, porque, como foi colocado aí e você perceberam, os problemas normalmente não estão nas intervenções na calha do rio, mas nas intervenções relacionadas ao uso e à ocupação do solo que afetam a calha do rio.

Por enquanto é isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Muito obrigado, nossa Diretora do Ministério do Meio Ambiente, pela contribuição valiosa. Na verdade, aumentam ainda mais as nossas preocupações, porque quando você ouve um lado, pende para ele, depois ouve o outro... Mas é isso mesmo, a gente precisa ouvir as posições divergentes para a gente encontrar uma média que possa contemplar o que é melhor para a sociedade brasileira sem, contudo, ser sectário em uma posição ou em outra. Então, é muito importante isso.

Nós vamos ouvir, agora, a Srª Heloísa Aquino, Assistente Técnica da Secretaria de Patrimônio da União. A SPU é quem cuida das áreas do Governo Federal nas margens dos rios nacionais. O patrimônio da União todo a SPU cuida e cuida também com essa obrigação de ter a visão da preservação ambiental.

Drª Heloísa, V. Sª tem a palavra por quinze minutos. Caso seja necessário um pouco mais, a gente cede-lhe mais cinco minutos. Não precisa ter pressa para falar, como a Diretora Adriana, que ficou com medo de o tempo não dar, mas o caso não isso ocorra, daremos um jeito.

A SRª HELOÍSA AQUINO – Antes de tudo, nós, da Secretaria de Patrimônio da União, gostaríamos de agradecer ao Senador Donizeti e a esta Casa o convite para participar desta audiência pública que a gente considera ser de muita relevância. De grande relevância porque o próprio Rio Araguaia é um dos principais do Brasil e se constitui dentro dessa malha hídrica, dessa rede hídrica que nós temos no País e, particularmente, na Amazônia, um dos rios principais. Então, a gente quer muito agradecer. Drª Cassandra não pôde estar presente e pede desculpas. Inclusive, ela está em férias, merecidas. A gente vem aqui, então, fazer esta representação.

A princípio, nós fizemos um estudo sobre o projeto de lei e a gente queria concordar com nossa colega do Meio Ambiente sobre o mérito dessa proposta. De fato, é um projeto de lei de relevância e que tem sua grande importância com relação e essa preocupação com o Rio Araguaia, dada até todas as características que Drª Adriana já colocou. É um rio bastante importante por tudo isso que já foi mostrado.

A gente queria louvar bastante esse projeto de lei da Senadora Kátia Abreu com relação à preocupação de que é preciso se preservar, de fato, esse rio.

Com relação ao que cabe à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os rios federais são considerados patrimônio da União, mas não são patrimônios, pura e simplesmente, como o patrimônio do Governo, mas o patrimônio do povo brasileiro. A gente queria deixar bem frisado que o Rio Araguaia, como rio da União, por ser um rio federal, se constitui, acima de tudo e também um patrimônio do povo brasileiro e daquelas pessoas que ali vivem e moram. O papel fundamental da SPU, vamos dizer, tem a missão principal de zelar por esse patrimônio e fazer com que esse patrimônio possa, de fato, cumprir com sua missão socioambiental, mas sempre compatibilizando essa missão, esse cumprimento da função socioambiental, com os interesses da Nação, para o País.

Então, a gente vê que o projeto de lei, apesar de seu grande mérito, a gente precisa compatibilizar o que está proposto aqui dentro do projeto de lei com os vários usos e com as outras – vamos dizer – questões que são importantes também para o País. A SPU funciona, vamos dizer assim, como a gente repassa, na verdade, as áreas da União para esses usos, e aí envolve-se tanto a questão da regularização fundiária nas áreas da União, nas áreas ribeirinhas e com relação às comunidades tradicionais, mas muito em função de nosso papel, talvez,

de não só compatibilizar esses usos, mas um papel principalmente em que a gente tem de repassar essas áreas da União para que elas possam cumprir sua função socioambiental de fato. Acho que, do que está colocado do projeto de lei, nosso papel é muito de oportunizar essas áreas da União para os seus diversos usos.

A SPU não tem ainda um posicionamento fechado com relação ao projeto de lei. Nós estamos ainda fazendo um estudo, dentro da Secretaria do Patrimônio da União, as várias áreas da SPU estão ainda fazendo análise desse projeto de lei e, portanto, ainda não temos um posicionamento fechado, mas consideramos, assim como a nossa colega aqui do MMA, que tem que haver um debate amplo. Acho que é importante fazermos esse debate amplo. Eu acho que esse projeto de lei vem abrir esse debate. Ele abre, no Senado, nesta Casa, esse debate, que é importante. É importante fazermos essa ampliação e ouvirmos outros órgãos de Governo, mesmo aqueles que já se manifestaram aqui, inscritos, como o Senador Donizeti colocou. Achamos que isso tem que ser ampliado.

Então, é isso. A Secretaria do Patrimônio da União se coloca à disposição – esse é o nosso papel – para as áreas da União para que elas, efetivamente, possam ter a sua função socioambiental sendo cumprida. E a gente acha que uma das questões importantes é também a questão da preservação ambiental. É claro que isso deve ser compatibilizado com o interesse público. E nós estamos sempre à disposição para fazer esse debate.

Senador, por enquanto, acho que é isso que nós temos a dizer. Esse projeto de lei tem um caráter muito mais na questão ambiental, mas a Secretaria de Patrimônio da União se coloca para a ampliação desse debate e está presente nessa ampliação se assim for entendido. Por enquanto, agradecemos e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós que agradecemos sua participação aqui, Drª Heloísa.

Esse debate precisa mesmo ser feito com muita profundidade. Nós estamos vivendo no País, neste momento, uma profunda crise hídrica, com sérios problemas. Nós vivemos em lugares que têm muita água concentrada e, ao mesmo tempo, falta água em regiões próximas. O meu Estado vive isso. Nós temos dois grandes rios, o Araguaia e o Tocantins, e uma série de rios que são afluentes desses rios, mas temos problema de seca violenta em algumas regiões. É preciso que cuidemos enquanto há tempo, para que isso não se agrave, sem, contudo, ter uma visão míope de que só existe um meio de resolver isso. Nós, certamente, haveremos de encontrar a possibilidade de preservação com prosperidade, porque a sustentabilidade não vai se dar se as pessoas estiverem passando fome, se não tiverem energia, principalmente em Palmas, onde faz um calor danado.

Então, agradeço mais uma vez. Estou muito feliz de participar deste debate aqui e ter tido, junto com a minha assessoria do gabinete – especialmente o Ciro, que acompanha isso –, a visão de que precisávamos fazer essas audiências públicas.

Vamos ouvir, agora, a Profª Liliana Pena Naval, da nossa grande e jovem Universidade Federal do Estado do Tocantins.

A SRª LILIANA PENA NAVAL – Bom dia!

Em nome do Reitor da Universidade Federal do Tocantins, Prof. Márcio Antônio da Silveira, nós agradecemos imensamente o convite, porque é um debate extremamente importante e que nos interessa diretamente, como defensores do Estado do Tocantins pelo menos.

E, como já dito aqui anteriormente, tanto o Rio Tocantins como o Rio Araguaia compõem o que é denominado Bacia Tocantins-Araguaia, que é a bacia hidrográfica mais importante do País – não só mais importante porque é a maior, mas porque provê maior quantidade de água.

O que o Senador acaba de colocar é verdadeiro e muito importante, porque o Tocantins tem os dois maiores rios do País, a maior bacia hidrográfica nacional, e nós temos escassez de água dentro do Estado do Tocantins. Então, isso está relacionado à gestão, me parece.

E, com isso, eu gostaria de dizer, gente, que a posição que eu trago aqui é favorável à proposta de criação do Rio-Parque, considerando que essa proposição de criação do Rio-Parque que não exclui os usos múltiplos que, me parece que é uma preocupação bastante importante e que ela é concernente à Política Nacional dos Recursos Hídricos, que preconiza, então, a utilização múltipla dos recursos, mas eu gostaria que fosse entendido também que, quando se fala em usos múltiplos, não necessariamente há de se contemplar a produção de energia ou o derrocamento das bordas do rio para construção de... Sei lá, para que ele se torne navegável.

Então, usos múltiplos são vários usos, e não necessariamente a inclusão de usos específicos, que me parece que está sendo a preocupação aqui.

Também foi mencionada aqui a questão dos sucessivos barramentos no Rio Tocantins, mas virão, estão previstos, se eu não me engano, talvez a Srª Adriana possa confirmar isso, a longo prazo, Senador, 17 barramentos, mais 17 barramentos. Isso inviabilizaria, quer dizer, descaracteriza completamente o rio. Ele vai passar a ser um grande reservatório. E não sei se é sabido de todos, mas, de tempos em tempos, e infelizmente em tempos curtos, nós temos observado mortandades de muitos peixes no Rio Tocantins. São toneladas e tone-

ladas de peixes que morrem e as causas não estão muito bem elucidadas, mas nós pensamos que elas estão vinculadas um pouco aos barramentos realizados.

Gostaria de colocar também, gente, a importância de trazer um debate sobre a viabilidade da utilização de outras formas de energia. Os Estados que são abrangidos pela bacia hidrográfica, e o Brasil como um todo, têm uma quantidade de energia solar disponível enorme, e o Tocantins, todavia, mais. Ele é uma das regiões de maior incidência solar do Planeta. Então, nós poderíamos pensar em alternativas nesse sentido e, também, na produção de energia eólica, que são outras duas formas de energia limpas e menos potencialmente impactantes que a energia produzida pelas hidrelétricas, a qual nós reconhecemos a importância, mas existem outras formas de fazer produção de energia limpa.

E essa preocupação em garantir o que está preconizado na Política Nacional das Águas, na Lei nº 9.433, de 1997, que traz a Política Nacional dos Recursos Hídricos que regula toda a gestão de uma bacia, eu não vejo que ela fique comprometida e nem que essa prática seja uma afronta à política. De forma alguma. Parece-me que a aprovação, a criação de um Rio-Parque ajudaria muito, porque a gestão do Rio-Parque, se é assim que pode ser denominado, não seria feita pelo Tocantins ou pela... Continuaria tendo a mesma forma de gestão, porque é interestadual, seria interestadual. Então, eu não vejo que a gestão gerasse qualquer tipo de conflito e, do contrário, eu vejo que ela facilitaria, seria um facilitador para a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a considerar, e sem desrespeito e julgamento de méritos, porque eu acredito, eu, particularmente, acho que a Agência Nacional de Águas faz um trabalho muito importante e bom, muito bom mesmo, mas, assim, infelizmente, não consegue atender às demandas, não consegue.

Então, a criação do Plano Nacional de Recursos Hídricos se deu em 1997, e nem por isso nós tivemos a recuperação de rio algum ou a garantia da qualidade ou quantidade de água. Eu estou falando com conhecimento de causa própria, porque isso está no quintal da minha casa. Infelizmente, não vejo que isso, lamentavelmente, desde que se crie a política até que ela entre em prática, existe uma espaço muito grande.

Sinceramente, minha proposição é pela criação. Acho que avançaríamos. Há riscos, sempre há riscos, mas não vejo que a criação de uma área de proteção inviabilize os usos múltiplos. Não vejo que ela seja contraditória à Política Nacional de Recursos Hídricos. Parece-me que ainda sairíamos, teríamos uma atitude de vanguarda no sentido de criação de um patrimônio natural, da preservação de um patrimônio natural. Estava até comentando com as colegas aqui antes do início formal da reunião, que, por exemplo, o continente europeu tem um patrimônio arquitetônico enorme, que faz com que nós o visitemos e que todos nós queiramos conhecer a Europa. Por que as pessoas vêm ao Brasil? Por causa do patrimônio natural, não vêm por causa do patrimônio arquitetônico, excetuando Brasília. Os outros Estados não detêm um patrimônio arquitetônico tão interessante que atraia turistas; os turistas vêm por conta de patrimônio natural. Então, penso que seria uma atitude de vanguarda, pensando no clichê das gerações futuras, se garantirmos, não sei se todos conhecem o Rio Araguaia, mas ele é belíssimo, só pelas características físicas dele, já entra em processo de proteção, por causa da beleza cênica ele já se enquadraria como um organismo a ser protegido, porque ele é lindíssimo.

Contemplando um pouquinho a fala da Srª Heloísa sobre o patrimônio humano e socioambiental, que me parece extremamente relevante, porque sempre estamos pensando na humanidade, mas aquela que consome, mas esquecemos que precisamos da produção da energia. É lógico que também faço parte desse grupo, mas acho que não podemos fechar os olhos para as comunidades ribeirinhas. No caso do Araguaia, no Estado do Tocantins, como a Srª Adriana comentou, no percurso desse rio, há várias aldeias indígenas. No Tocantins, há oito etnias indígenas, que normalmente são ribeirinhas.

O que acontece quando se constrói uma barragem? A primeira coisa é realocar essas comunidades. Elas ficam piores? Não, elas não ficam piores financeiramente talvez, não, elas começam a acessar mais materiais, mas certamente elas perdem identidade e memória, que é o que tem valor mesmo.

Penso que deveríamos considerar algumas possibilidades. Entendo que, sobretudo agora, o Brasil está numa crise terrível, que temos de pensar em ações que economicamente sejam importantes, temos de pensar em geração de riqueza, mas acho que podemos pensar em geração de riqueza de uma forma sustentável. Não precisamos continuar na linha da construção de barragens, podemos, mas por que não preservar o Rio Araguaia, se já temos o Tocantins e tantos outros rios que sofrem, onde são construídos barramentos, e preservar o Rio Araguaia? Com isso, não significa que os usos múltiplos fiquem comprometidos, de forma alguma. Captação de água para abastecimento humano é possível; captação de água para dessedentação de animais é possível; para irrigação, é possível; para lazer, é possível; para pesca, é possível; para o turismo, é possível.

Gostaria de chamar atenção também para o que foi dito em relação aos impactos gerados pelo turismo. É possível. Mas qual é o quantitativo de turistas que acessam o Rio Araguaia, que causam o impacto maior do que causaria a construção de um barramento ou de uma hidrovia? Qual é a dimensão desse turismo que traz problemas ambientais de ordem sanitária, que não as cidades? Não vejo que o turismo possa ser considerado

um fator negativo. Pelo contrário. Acho que o turismo ordenaria. Sendo considerado um Rio-Parque, então ele vai ser submetido a todas as normativas que já regem os parques, e não vejo de que forma o turismo poderia comprometer a qualidade da água – de forma alguma, porque o rio vai ser uma área de proteção ambiental. Então ele vai estar regido pelas normas das áreas de proteção ambiental. Não seria possível a contaminação.

Eu, sinceramente, não vejo por que não olharmos com um pouco mais de crédito para a proposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Obrigado, Professora, pela contribuição valiosa.

Vou fazer algumas ponderações para devolver para vocês.

A Antaq diz o seguinte: a navegação, a hidrovia vai poluir menos o rio do que as voadeiras do período de temporada de praia, porque as voadeiras deixam o óleo dentro do rio, e a navegação não joga o óleo para dentro do rio.

Outra alternativa que a Antaq coloca é que, em vez de fazer derrocamento, é como se fizesse um desvio, uma espécie de eclusa um pouco mais natural. Quando tivessem de passar as embarcações, ela se fecharia, se encheria, e as embarcações passariam. Aí não se faria o derrocamento, mas um canal de desvio. Passando as embarcações, fecha-se aquela passagem de água, e volta a água toda – 100% – para o curso natural do rio. Então, na visão da Antaq – e é uma pessoa que conhece o rio, a pessoa que esteve conosco conhece muito o Rio Araguaia, que é o Adalberto Tokarski – existe a possibilidade de fazer a hidrovia no Araguaia, inclusive como um meio de manter e de assegurar mais a calha natural do rio. E aí ele não entra no mérito da questão das hidrelétricas, que é diferente.

Quanto a esta questão de que não existe lá um Comitê de Bacias local, há uma espécie de um colegiado nacional. Que caminhos podemos fazer para contribuir na construção desse Comitê de Bacia? Ele envolve quatro Estados: Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, e até o Maranhão; o Araguaia não banha o Estado do Maranhão, mas, quando o Rio Araguaia e o Rio Tocantins se encontram, dando origem ao Rio Tocantins, o Maranhão está lá. O que poderíamos fazer? De que forma poderíamos ajudar nisso?

Há a questão do planejamento integrado do uso múltiplo. Aí, com a compreensão do que colocou a Professora da Universidade Federal, a Professora Liliana, tenho certa tendência a ficar com esta ideia: uso múltiplo não quer dizer que se vai usar 100% daquilo que o rio oferece. Vai-se usar aquilo que é mais viável do ponto de vista econômico, social e ambiental. Temos que considerar essas três nuanças. Porque, de repente, se eu for usar 100%, vou trazer prejuízos sociais e ambientais, meramente com a finalidade de ter resultado econômico.

Depois, as três hidroelétricas que estão sendo pensadas, que geram 1.600MW, do meu ponto de vista, acho que podem ser substituídas pela produção de energia alternativa, como as colocadas pela Professora. Mas também há rios menores no Tocantins, que poderiam ter hidrelétricas, o que ajudaria a compensar, dada a necessidade de energia, se ela tiver mesmo de ser feita.

Fico com a impressão de que é possível proteger o rio, tirar os benefícios econômicos e sociais dele, levando-se em conta inclusive a hidrovia. Porque ali, ficando com o que sonhava Bernardo Sayão, quando iniciou a Belém-Brasília, quando estava em Ceres, na colônia agrícola, que queria construir uma avenida de produção que ligasse o Sul e o Norte, hoje podemos pensar no Araguaia como uma avenida de produção ou uma veia transportadora de alimentos, *commodities* em geral, sem contudo destruí-lo muito, degradá-lo muito, porque sempre haverá um nível de degradação.

Então, tendo a pensar que precisamos encontrar alternativas à questão hidrelétrica e trabalhar com a ideia de que é possível ter uma hidrovia, dado que hoje você tem tecnologia de navegação que permite navegar em rios muito rasos, que antes não era possível. Hoje a navegação se adapta ao rio e não o rio tem que ser trabalhado para ser adaptado à navegação.

Eu gostei muito dessas duas colocações: patrimônio natural e beleza cênica. Como ser o Rio Araguaia um diferencial para trazer os turistas estrangeiros? Como potencializarmos isso mais e dar um retorno econômico importante para a sociedade brasileira, que aumente as nossas receitas, que traga divisas para o País, a exportação da imagem que as pessoas queiram ver? Acho que isso não está bem pensado e pode ser pensado pela Embratur, pelo Governo brasileiro. E essa ideia de ter o Rio-Parque, essa figura da Unidade de Conservação Rio-Parque para atender inclusive o olhar para a bacia como geral, isso vai ser uma coisa nova, pelo menos no Brasil. Nós estaríamos criando uma coisa nova que poderia atrair investimentos, poderia atrair muito turista para cá.

Então, penso que a adaptação do projeto para criar a figura de Unidade de Conservação Rio-Parque, e aí não especificamente para o Araguaia, porque pode ser pensado para outros rios, me parece mesmo muito importante. Acho que é um caminho que nós estamos construindo que, ao final dessas audiências públicas, podemos dar esse contorno com um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, que está tendo uma relevância muito grande para nós, porque nos oportuniza a fazer esse debate. Ou seja, aquilo que alguns contestam como restrição está nos levando a aprofundar a discussão e pode dar uma contribuição muito grande para o País.

E queria inclusive justificar a ausência de Senadores aqui, a gente assovia e chupa cana, porque estamos em duas, três comissões ao mesmo tempo. Ontem tivemos sessão do Congresso Nacional e nós saímos daqui 2h30 da manhã, alguns ainda ficaram, mas eu saí às 2h30 da manhã. Então a turma também está um pouco atrasada.

Mas era isso.

Eu devolvo a palavra para a Drª Adriana Lustosa, Diretora de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, para suas considerações e ponderações em função das falas dos outros convidados e também para acrescentar mais informações que sei que possui e pode contribuir muito para esse debate aqui ainda.

A SRª ADRIANA LUSTOSA – Ouvindo os outros posicionamentos, tendo a concordar muito com o que a Professora Liliana colocou em relação à preocupação ambiental de conservação do Rio Araguaia e os mecanismos que podem levar a essa atitude de conservação ambiental, mas sem esquecer de ampliar o debate.

Eu acho que é importante que os colegiados, no caso, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos possa ser ouvido também. E a lógica do colegiado não é uma lógica de disputa de espaço, ou não deveria ser – pode até vir a ser em alguns casos –, mas a ideia não é a disputa de espaço pelos diversos usos ali na bacia hidrográfica, mas sim que esses diversos usos tenham o entendimento dos diversos usos, cada um tendo um entendimento do outro, e que se pense em uma forma de utilização integrada em que nenhum uso seja prejudicado em função do outro.

E é claro que isso vai estar muito relacionado à vocação da bacia hidrográfica. Não quer dizer que abrindo-se para os diversos usos, todos os usos vão ter de ser implementados em um rio como foi bem colocado pelo Senador.

Então, é importante levar esse debate para o colegiado de recursos hídricos. É importante também a participação do ICMBio para avaliar a questão desses parques, esse Rio-Parque. Eu, pessoalmente, não tenho muito a contribuir em relação à proposta, porque conheço pouco sobre a gestão das Unidades de Conservação e como isso poderia ser planejado. Mas o sistema de recursos hídricos também está aberto a essa discussão de pensar essa alternativa.

E lembrando também que a área ambiental, o setor turístico, a sociedade civil organizada, as universidades todas têm assento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, na ausência atual de um Comitê de Bacia Hidrográfica para a região, o Conselho é um *locus* importante a ser considerado, onde todas essas visões têm espaço para discussão. Inclusive para verificar uma solução que, às vezes, se perde individualmente, mas, coletivamente, se ganha com essa solução.

A questão das hidroelétricas é uma preocupação importante, mas lembrando que elas afetam mais a calha do Rio Tocantins; o potencial hidroelétrico para a região do Araguaia é bem menor, é dezesseis por cento do potencial... (*Risos.*)

...mas existem as usinas planejadas, e essas usinas certamente vão enfrentar, esses projetos também vão enfrentar algumas discussões, como temos visto a sociedade se posicionando em relação a esses projetos hidroelétricos.

Quanto à questão da conservação do rio, como um todo – a conservação em uma ótica estritamente ambiental – seria de se refletir se seria o rio inteiro ou se seriam trechos do rio mais relevantes, como é o caso do Médio Araguaia, que é realmente uma área importante para a conservação.

A questão turística, pelo diagnóstico desse Plano de Recursos Hídricos do Tocantins-Araguaia, ele demonstra que tem um impacto alto no meio ambiente. Então, é importante a gente ter essa valorização do rio por usa beleza cênica, por seu potencial turístico. Isso traz divisas também, mas esse turismo tem que ser muito bem controlado, muito bem regulamentado, porque como está hoje vem causando impacto no rio. Então, tem de se refletir também. Até porque o projeto de lei enaltece esse uso em detrimento até dos outros usos, mas há que se refletir em que medida esse uso está também provocando impactos no rio.

Por isso, uma alternativa seria pensar a respeito, refletindo sobre transformar o rio em um parque, em um Rio-Parque, em uma Unidade de Conservação. E isso implicaria em discussão que, realmente, seria relevante a participação do ICMBio.

É importante também se avançar no sentido de se buscar um Comitê de Bacia para bacia hidrográfica como um todo. E aí tem uma resolução do Conselho que orienta como é que esses comitês são instalados, mas, principalmente, os Estados, os órgãos estaduais, têm que demonstrar um interesse na instituição desse Comitê de Bacia Hidrográfica, e também os Municípios têm que se manifestar a respeito disso; tem que ter uma adesão, porque o comitê ele é criado, não sempre, mas a ideia é que ele seja criado de baixo para cima, e que essa demanda venha da sociedade local, tanto o Poder Público, usuários e sociedade civil local.

Então, existe uma regulamentação do Conselho que orienta a formação desse comitê. Hoje, em função da elaboração do plano, foi criado um comitê gestor do plano. Então, a própria elaboração envolveu uma série

de instituições locais, dos Estados, da bacia, e teve uma discussão local, teve participação pública na elaboração do plano. Esse comitê gestor também tem a responsabilidade de acompanhar a implementação do plano, mas ele não faz as vezes de um Comitê de Bacia Hidrográfica. O próprio plano recomenda é que se avance para se pensar nesse colegiado de recursos hídricos para bacia.

Reconhecendo o mérito da proposta, eu considero que deve ter um aprofundamento do debate, levando em conta outras questões técnicas mesmo, relacionadas às implicâncias de uma proposta dessa natureza, porque você vedar empreendimentos na calha do rio pode ter impactos sociais, econômicos também, que devem ser analisados e que vão estar muito relacionados à realidade de cada um dos Estados da Federação.

Então, a linha, assim, a nossa recomendação final, é nessa linha: de tentar, apresentar até, talvez, esse projeto, se for o caso, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, buscar alguma contribuição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nesse primeiro momento, e buscar ampliar e aprofundar o debate em relação à proposta, da forma como ela se encontra hoje.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, professora.

Eu queria ter feito uma consideração antes – aí, doutora, se for preciso a senhora volta, porque eu vou fazê-la agora –, no sentido do que temos observado no Tocantins em relação às hidrelétricas, do meu ponto de vista, viu, Professora? Acontece que destrói toda uma lógica anterior, natural. Que é que era essa lógica natural, assim, grosseiramente falando, como sertanejo, segundo minha visão? Quando tínhamos enchentes, os afluentes represavam e decantavam a areia no seu leito próprio e ela não ia, com toda a força ou todo o volume, para a calha do rio. Depois da hidrelétrica, isso está acontecendo. Quer dizer, como, entre uma barragem e outra, não tem mais enchente, porque é controlada, nós temos tido, nos afluentes, enchentes muito fortes que estão levando muita areia, muita terra, para poder decantar naquela área do rio e o assorear. Isso está acontecendo. Eu vi com os meus próprios olhos, por exemplo, que na praia do Rio Sono, lá em Pedro Afonso, uma praia bacana, muito boa, este ano não tinha areia na praia, tanto que foi preciso colocar areia, porque, como não tinha represamento, a enchente veio muito forte e levou a areia para o leito do Rio Tocantins.

Mas há um outro fator: nesse trecho não tem mais vazante. A vazante era assim: como represava e inundava aquela área, a decantação era feita ali, fertilizando aquela região, e ali o ribeirinho plantava, cultivava a terra de forma muito produtiva, porque é terra muito fértil, isso não tem mais também. E mais: acima da barragem também não tem mais isso, porque são braços que viraram lagos; aonde era vazante agora é lago.

Então, isso altera muito a questão da convivência dos ribeirinhos, daquelas populações que viviam dessa lógica da exploração de forma natural, que a natureza trazia, que não tem mais. E os assentamentos dos atingidos por barragem, via de regra, você tira da margem do rio, dessa cadeia de produção que ele tinha, e coloca ele na chapada, e aí não dá bom resultado.

Então, eu penso que isso é algo para ser discutido para as próximas hidrelétricas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama, ou seja, quem está na área possa discutir, além dos atingidos, é que se se tem que realocar o ribeirinho, que ele seja colocado às margens do lago. Como ele vivia às margens do rio, que ele seja alocado às margens do lago. Outra alternativa é de ele ser sócio do empreendimento. Que ele passe a ter participação na distribuição de dividendos, porque o reassentamento do ribeirinho tem sido catastrófico, pelo menos é o que eu vejo no Estado do Tocantins. É uma catástrofe esses assentamentos dos atingidos pelas construções de barragens. Sequer tem-se conseguido fazer com que as pessoas tenham aquela qualidade de vida mínima que elas tinham quando viviam às margens do rio. Isso eles não têm mais.

Isso também vai alterar a questão da pesca. A professora se referiu a isso muito bem aqui. Eu estive em Miracema, reunido com a colônia de pescadores, e uma das grandes reclamações é sobre a mortandade de peixes que está havendo lá na Hidrelétrica do Lajeado. Existe lá um mecanismo de fazer o peixe subir; mas, de vez em quando, o encarregado dessa tarefa falta, então, fica fechado e os peixes batem lá e morrem, toneladas e toneladas.

Mas é isso.

Eu queria fazer essa consideração. Não sou contra as hidrelétricas, mas eu pauto a minha vida no seguinte: se eu não posso impedir, que eu participe, pelo menos, para ajudar a melhorar. É isso que é a minha visão em relação a esses investimentos.

Agradecer a presença aí do nosso Senador Douglas Cintra, que é o Relator deste PLS nº 248, gentilmente está aqui conosco, depois de uma suada madrugada de debate na votação dos vetos, e que também vai ter um material vasto, Senador, para que possamos trabalhar juntos e repensar em como não perder esse projeto. O senhor está chegando, mas se quiser fazer uso da palavra está aberto o espaço.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Eu prefiro escutar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, vamos ouvir agora a Srª Heloísa Aquino, Assistente Técnica do Ministério, lá da SPU, para suas considerações e observações em relação a tudo o que foi colocado aqui.

A SRª HELOÍSA AQUINO – Bom, a gente considera essa ideia bastante inovadora, a ideia do Rio-Parque. Realmente, é um processo bastante inovador. E, claro, as Unidades de Conservação têm um objetivo bem claro.

Sob o ponto de vista patrimonial, todo e qualquer imóvel que estiver dentro de áreas da União – e aí nós estamos falando do Rio Araguaia, que é um dos rios federais, portanto da União, a gente sempre pensa que esses usos, os vários usos que já foram colocados aqui amplamente tanto pela Adriana como pela Professora Liliana, sob o ponto de vista patrimonial isso deve ser compatibilizado. E a compatibilização disso é com o diálogo, é com a ampliação desse diálogo, como a gente já bem frisou aqui nessa Mesa.

Chamo atenção – e aqui a gente precisa realmente aprofundar – com relação ao Rio-Parque, a essa ideia do Rio-Parque, porque normalmente os parques, como os parques nacionais, por exemplo, são Unidades de Conservação de proteção integral. Então, acho que a gente há de observar como será essa modalidade efetiva de Rio-Parque já que, a rigor, os parques são unidades de proteção integral, e isso acarreta uma série de restrições.

Nós estamos entendendo que a ideia da proposta seja de que se possam compatibilizar os vários usos, os múltiplos usos que existem do rio. E não só no rio, porque o rio não é sozinho; o rio tem uma calha, mas ele traz, nas suas margens e na rede hídrica que ele forma com seus afluentes e com outros rios, uma unidade, vamos dizer, de gestão territorial, que é também uma unidade de gestão territorial por parte do patrimônio da União.

Então, acho que a gente precisa observar bem como essa proposta pode ser construída. E aí eu reafirmo essa questão do diálogo amplo e da compatibilização dos vários interesses públicos, sendo que interesse público não é o interesse apenas da União, mas é interesse da população, é interesse do povo, das pessoas que estão lá, das pessoas que efetivamente, vamos dizer assim, moram às margens desses rios e que fazem, na verdade, o rio e que muitas vezes ajudam a preservar esse rio. Então, quando a gente fala sob o ponto de vista de patrimônio, a gente também está falando de pessoas. Acho que a gente tem que levar em conta isso, tem que levar em consideração isso.

Acho que a ideia é bastante interessante, mas a gente precisa observar bem como será essa questão do Rio-Parque, já que, a rigor, os parques e reservas biológicas e outras Unidades de Conservação são de proteção integral. Já aí haveria uma discussão sobre em que categoria, vamos dizer assim, essa proposta poderia se colocar.

Por enquanto, é isso, Senador. Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Drª Heloísa.

Vamos, então, passar aqui a palavra para a Drª Liliana Pena Naval – "Naval" é de navegação?

A SRª LILIANA PENA NAVAL – É de navegação.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ela é Professora da Universidade Federal do Tocantins e veio aqui contribuir conosco, com suas ponderações.

A SRª LILIANA PENA NAVAL – Bom dia, Senador.

Srª Heloísa, se a senhora me permitir, eu fico bem feliz que a sua preocupação seja em relação à conservação integral, mas existem várias modalidades de áreas de proteção, e o que está sendo proposto é uma APA, que é uma Área de Proteção Ambiental. Esse tipo de Unidade de Conservação permite ações, quaisquer tipos de ação, desde que se promova a sustentabilidade. Pode ser qualquer uma, de repente até a construção de uma usina, desde que se comprove a minimização ou a ausência dos impactos que seriam relevantes.

Eu gostaria, Senador, de retornar à sua fala sobre a construção das hidrelétricas, dos barramentos. Não se trata de ser contra ou a favor – acho que a discussão nem trata disso hoje –, mas é muito preocupante. Embora seja produção de energia limpa, a gente não precisa discutir aqui os impactos que ela promove.

E eu gostaria de ressaltar o seguinte: a Usina Hidrelétrica de Lajeado é uma das maiores usinas hidrelétricas do Brasil, uma das que mais produzem energia. Essa energia não fica no Tocantins, e a energia hidrelétrica do Tocantins é a mais cara do Brasil. Então, eu gostaria de fazer esta colocação: nem sempre a atração de um investimento se reflete sobre a comunidade local.

Sobre as vazantes, o senhor tem completa razão. É isso mesmo. Não só as comunidades ribeirinhas, como os indígenas têm sofrido bastante com essa questão, porque as vazantes formam um berçário natural, e, quando se tira isso, esse berçário natural, que é onde os organismos se desenvolvem, não vai acontecer mais, e aí vem a minimização da produção de peixes, de crustáceos, enfim, dos organismos todos que eles usam.

Eu gostaria de pôr à disposição, Senador – sobretudo ao senhor, que é do Tocantins –, vários estudos que temos na universidade, realizados nos programas de pós-graduação por estudantes de mestrado e de doutorado, acerca de alguns impactos, sobretudo relacionados ao deslocamento de algumas populações. Talvez isso possa auxiliar em algo dessa natureza. E quero reforçar: eu entendo que a criação de um parque não

seria contraditória ao que é inerente, ao que está prescrito, ao que está preconizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

A Srª Adriana tem completa razão: você não cuida de um rio cuidando da calha dele, você cuida de um rio cuidando da bacia hidrográfica. Mas, infelizmente, nós não damos conta da bacia hidrográfica. Por enquanto, ainda não. Então, eu vejo que, na criação de um parque, a gente pode ser extremamente cuidadosa com esses requisitos para não inviabilizar nada no futuro – porque a gente toma umas atitudes agora e, daqui a dez anos, vai ficar repensando sobre isso –, e que há possibilidades inúmeras. Mas eu vejo como um componente que apoiaria a execução daquilo que está preconizado na política, que, em última instância, é a proteção da qualidade e da quantidade das águas de um corpo hídrico para os diferentes usos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos a sua vinda.

A SRª LILIANA PENA NAVAL (*Fora do microfone*.) – Eu estava em uma reunião em São Paulo e vim ontem. Eu queria hoje, mas foi uma confusão...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se viesse hoje, teria saído às 4h da manhã de casa para chegar aqui, porque está difícil esse negócio dos voos.

Senador Douglas Cintra, já vou colher a sua opinião.

Depois de fazermos a primeira e encaminhada a segunda audiência, como foi combinado nesta Comissão, nós estamos apresentando um novo requerimento para fazermos uma audiência pública com os Estados por onde passa o rio, que são Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão. O Maranhão nem o Araguaia banha, mas, como no encontro do Rio Araguaia com o Tocantins está o Maranhão também, qualquer atitude tomada no Araguaia não deixaria de ter impacto no Maranhão.

Eu gostaria de saber a sua opinião, e passo-lhe a palavra para, se for da sua vontade, fazer algumas indagações às nossas convidadas. Veja que a Mesa hoje aqui está majoritariamente feminina, o que não é muito próprio nesta Casa.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, Senador Donizeti Nogueira, que com muita competência tem tratado não só de assuntos ambientais, mas de tantos assuntos que também não são apenas do Estado de Tocantins, mas do nosso Brasil, eu tenho alguns pontos a considerar.

O primeiro é que, quando eu estava fazendo o relatório, V. Exª me procurou, e eu suspendi o nosso relatório para que pudéssemos debater mais o assunto. E, obviamente, estas audiências públicas não só trazem informação, mas trazem, sobretudo, a possibilidade do diálogo e da construção de novos modelos que, sem dúvida alguma, viabilizam tanto do lado ambiental como do lado econômico.

Eu também tenho uma vertente ambientalista, faço parte de um grupo no nosso Estado de Pernambuco, mas sabemos que a melhor forma de preservar o meio ambiente é permitir que ele dê a sustentabilidade ao ser humano. Porque, se a gente não fizer essa integração, aí sim a gente verá a força contra o meio ambiente para que se use de forma inadequada.

Então, acho que o grande segredo, em todos os casos, mas especialmente nesse rio – que não conheço pessoalmente; vou marcar para lá estar, afinal de contas só tenho boas referências e boas visualizações, seja por fotografia ou filmagens –, é que nós poderemos ter um texto que permita não só contribuir, mas estimular a preservação do rio, em sua forma mais ampla, como a gente fala, não só da calha.

Quando eu falo, por exemplo, Senador Donizeti, no Rio São Francisco, que é, no nosso caso, no Nordeste, o grande rio que dá não somente energia, mas dá água, deu transporte também, antigamente, à nossa Região, nós temos que pensar em como andam os rios afluentes, temos que pensar no que tem sido na preservação desses afluentes, nas matas ciliares desses afluentes. Ou seja, é um contexto bem mais amplo.

Essa é a nossa ideia, e eu parabenizo V. Exª por exatamente fazer essas audiências públicas, porque, como eu disse inicialmente, com certeza nós teremos boas proposições, bons caminhos.

Eu acompanhei um pouco já, para entender não só o que já temos hoje de energia sendo trabalhado no rio, mas os projetos previstos de uso para gerar energia, e todos eles já não utilizam mais como ideia a questão de construir grandes barragens e de mudar de forma, vamos dizer, forte o nosso rio. Todos eles usam um novo modelo, que é o da energia a fio d'água. Não vou dizer que não haja impacto, afinal de contas eu não consigo perceber a ação humana em qualquer meio ambiente sem haver impacto. Todos nós, na nossa convivência com a natureza, produzimos algum impacto, como também todos os outros animais que nela vivem. A diferença é que temos que trabalhar para que haja um impacto equilibrado. Essa é a nossa visão.

Mais uma vez, parabenizo V. Exª por estar também trilhando esse caminho de pensarmos, obviamente, na preservação, mas pensar em como poderemos produzir riquezas com o rio. Afinal de contas, não só o Estado de

Tocantins, mas principalmente – ele já chega à Região Amazônica – nós temos que pensar em como tirar proveito desse grande bem da natureza que temos, que é essa água, principalmente, para as Regiões Centro e Norte.

Uma das coisas que já temos debatido, e eu já falei isso inclusive em plenário, é que hoje os Estados produtores de energia, por exemplo, não têm receita de impostos sobre essa produção. O Estado do Pará, por exemplo – acho que é onde o Rio Araguaia chega lá, junto com o Tocantins –, fornece energia para grande parte do Brasil e não tem receitas oriundas disso. E o que nós vemos? Vamos preservar toda a água do Pará? Justo, ótimo, excelente, interessante. Sim, mas aí o cidadão paraense, o Estado em si não recebe recursos financeiros por estar provendo o Brasil dessa grande oportunidade que é, ao preservar os seus rios, também fornecer riqueza na forma de energia para outros Estados.

Então, não tenho dúvida de que encontraremos aí caminhos, que eu não considero do meio, são caminhos retos, caminhos que aproveitam as oportunidades econômicas, mas tendo – repito a palavra – o menor impacto ambiental possível, porque impacto zero eu realmente não conheço e não sonho com isso. E não só sonho, mas trabalho e tenho certeza de que o Senador Donizeti trabalha também para que esses impactos possam ser não só minimizados, mas completamente suportados pelo meio ambiente. Porque, havendo esse suporte, havendo essa possibilidade de não haver diferenças grandes no meio ambiente, com certeza podemos usar da melhor forma possível.

Acho também que a questão turística lá pode não só trazer mais recursos financeiros para a Região, mas pode também divulgar e mostrar e dar... Porque aí eu acho até o inverso: quando falo em turismo, refiro-me a dar oportunidade ao restante do Brasil e do mundo de aproveitar essas grandes riquezas naturais que existem naquela Região. Então, no fundo também o Estado de Tocantins, os Estados dos rios dessa Região estão doando ao nosso País não só a possibilidade da energia e de riquezas, mas a possibilidade também de viver integrado com a natureza e de aproveitar aquilo que ela tem de bom.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador, pela sua participação.

Pergunto à Mesa se tem mais alguma consideração a fazer.

A SRª LILIANA PENA NAVAL (*Fora do microfone*.) – Eu gostaria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Professora Liliana, por favor.

A SRª LILIANA PENA NAVAL – Desculpem-me o inconveniente, mas é que eu me esqueci de algo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não há inconveniente.

A SRª LILIANA PENA NAVAL – Eu gostaria – e isso já foi dito aqui nesta Mesa – que se pensasse... Isto não é uma posição contrária nem favorável à construção da hidrovia no canal. Não é isso. Mas eu acho que no Brasil a gente tem que aprender a otimizar recursos. Então, por que não pensar na colocação das eclusas no Rio Tocantins que já está comprometido?

Por que a gente tem, obrigatoriamente, que fazer uso do canal do Araguaia para a hidrovia? Por que não se faz a hidrovia no Rio Tocantins, que já tem lá a sequência das hidrelétricas, que já tem o seu comprometimento posto? Isso não significa "vamos acabar com ele", mas, enfim, se a gente vai fazer um planejamento para que seja navegável o Araguaia, por que nós não planejamos isso no Tocantins?

E a segunda...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fazendo soar a campainha*.) – Só para dar...

A SRª LILIANA PENA NAVAL – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... uma informação do Ministério dos Transportes, que esteve aqui conosco na última audiência, na primeira audiência. Ele disse que, no Ministério dos Transportes, não existe, dentro do planejamento do Ministério, até 2031, nenhuma previsão de torná-lo uma hidrovia. Mas isso não quer dizer que, daqui para lá, não venha a ser.

A SRª LILIANA PENA NAVAL – Isso seriam apenas 15 anos. Não contabiliza nem uma geração nossa.

Senador, se o senhor me permite, quero fazer um relato sobre as barragens a fio d'água.

O barramento da hidrelétrica lá do Lajeado é uma barragem a fio d'água. Ela foi a primeira barragem a fio d'água do Brasil – foi um experimento, inclusive. E o que acontece lá? Na verdade, o reservatório ocupa mais de 500 quilômetros quadrados. As áreas que realmente estão a fio d'água, porque a maior parte não está, e a gente nem sabe se isso é bom ou ruim... Parece melhor que ela não esteja a fio d'água porque, onde está o fio d'água, que é a parte rasa, a média de profundidade é de 40cm. Repito: 40cm. O que acontece com essa profundidade? Dada a incidência luminosa, pelo menos no Estado do Tocantins, o contato direto ali com a poluição difusa que entra... E olhem que a cidade de Palmas tem todo o seu esgoto tratado, o que é algo inédito neste País. Nós temos 98% de água tratada e aproximadamente 50% de esgoto coletado e tratado, e o restante está tratado lá nas suas casas, que a companhia de saneamento recebe em caminhões-pipa. Quer

dizer, a gente não faz lançamento, em Palmas, de esgoto sem tratamento no reservatório. Porque o destino final dele vai ser lá no reservatório. Por quê? Não era no reservatório, era nos afluentes, mas, com a criação do reservatório, o reservatório cobriu os afluentes, e nós não temos mais esses afluentes. O que eram afluentes se transformou em reservatório.

Então, com a entrada dessa pouca concentração, que atende à legislação – porque a companhia de saneamento não lança esse esgoto tratado com concentrações acima daquilo que está preconizado pela 430 do Conama, que regulamenta a disposição de afluentes –, mesmo assim, temos um crescimento algal muito grande. E olhem só que engraçadinho: esse crescimento algal não veio com algas "do bem", vieram as algas "do mal". Então, nós tivemos um crescimento lá não de uma espécie, mas de uma nova espécie, na verdade, que são cianobactérias, cuja classificação ainda não está muito bem definida. Essa cianobactéria é um organismo que produz uma toxina, e essa toxina é legal. E adivinhem? Ela está lá em Palmas. Por causa disso, a companhia de saneamento não consegue fazer a captação, porque nós não temos tecnologia disponível para a eliminação da toxina.

Não estou querendo aqui dizer "ai, meu Deus"... Mas, enfim, temos que trazer para o debate, porque temos que tentar visualizar situações futuras. E, enquanto a gente não tratar todo o esgoto deste País, nós sempre vamos ter situações de comprometimento de qualidade da água. E o que eu acho mais estranho é que as pessoas não se dão conta de que elas bebem esgoto. Porque, se você lança aqui, há alguém que mora aqui abaixo, e você sempre mora abaixo de alguém.

Enfim, Palmas passa por um problema sério de abastecimento de água. Nossas fontes de captação estão bastante comprometidas com a vazão, bastante comprometidas mesmo, não só pelas questões de seca e pelas questões ambientais, mas porque a população aumentou muito, e a gente não consegue fazer a captação da água do reservatório porque ela está contaminada. Então, é bastante complexo.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Professora Liliana, eu concordo, obviamente, com as suas palavras, e o intuito do entendimento é exatamente esse. A palavra que eu usei é "minimizar" os impactos que a gente sabe que haverá.

Essa questão do saneamento e de se jogar não só detritos orgânicos, mas industriais nos nossos rios, poluindo-os, é uma questão seriíssima.

A senhora está falando de Palmas, que não consegue ter essa captação tão tranquila. Na minha cidade, nós passamos – acho difícil alguém compreender isto – mais de dez anos tendo água na torneira um dia por mês – um dia por mês! E a pergunta que se faz: como é que vocês viviam lá com isso?

Foi usado um dinheiro para construir um novo reservatório sem sequer se construir o saneamento da cidade, que está exatamente ao lado dele. E todo o seu resíduo, o seu esgoto é jogado dentro do reservatório. Então, tenha a certeza de que temos essa compreensão. E temos um dever de casa muito grande a fazer no Brasil.

A minha cidade é cortada pelo Rio Ipojuca que não é mais um rio. Simplesmente não corre mais água ali. O que corre é esgoto. Porque não só a nossa cidade, mas todas as outras cidades no seu caminho utilizam-no da mesma forma.

Então, esse dever de casa tem que existir, ele depende de muito investimento, e eu considero, sem desconsiderar tantas outras situações necessárias em nosso País, como emergente este assunto, de a gente poder cuidar, de preservar, de fazer renascer esses reservatórios d'água, essas calhas e rios, proporcionando mais saúde para a população. Sabemos que, no fundo, tudo está integrado. Imagina o que causam não só ao meio ambiente mas também à saúde pública tantos e tantos canais abertos cortando, cruzando e saindo de regiões mais afastadas nas grandes metrópoles, onde crianças e todo mundo convive com isso.

E há uma situação de que a senhora falou, que é a de consumir o esgoto de quem vem de cima. E, nessas cidades, se consome o esgoto da própria rua, da própria casa, porque está a céu aberto.

Se a senhora visitar a cidade do Recife, por exemplo, verá a situação crítica dos manguezais hoje; é de dar pena, não só do meio ambiente, mas, sobretudo, dos homens, dos seres humanos que frequentam aquele meio ambiente, convivendo com tamanho descaso, com tamanha quantidade de dejetos, de sujeira e de focos de doença.

Então, não só concordo com a senhora, mas me coloco à disposição para, através de debates, encontrarmos soluções para isso. E, por meio da ação dos Senadores, daremos um rumo melhor ao País, propondo investimentos necessários para consertarmos o mais rápido possível esse conjunto de problemas sérios que nós temos em relação – repito – não só ao meio ambiente, mas, sobretudo, à dignidade humana.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador, mais uma vez. É muito importante a sua consideração. Certamente, há muito o que fazer. E nós estamos correndo contra o tempo. A população cresce, a água tem diminuído. É preciso uma tomada de consciência e, de certa forma, um pacto de Nação em relação a essa questão da recuperação da água.

O Rio Ipojuca, de que V. Exª falou, é um rio morto. Ele, que seria uma veia aberta para a saúde, para a vida florescer, está morto. Mas temos como recuperá-lo. É preciso termos sabedoria e, através do diálogo, encontrarmos saída para isso, como o senhor colocou muito bem.

Considero muito produtiva a nossa audiência. Estou muito feliz; todos estamos muito felizes.

Agradeço à assessoria da Comissão, que está sempre presente aqui e não nos deixa perder o rumo. De vez em quando, perdemos os papéis, mas não perdemos o rumo, porque temos a ajuda da assessoria.

Agradeço à assessoria do nosso gabinete, que está sempre aqui conosco, como também a da Liderança do Governo, sempre presente.

Declaro encerrada esta audiência, com a certeza de que nós estamos construindo algo melhor para o nosso Rio Araguaia. E, certamente, a experiência que teremos para propor para o Rio Araguaia poderá ser transportada para muitos outros rios, para o bem do País e do povo brasileiro.

Boa tarde!

Está encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado pela presença de todos.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira e Blairo Maggi**.** Deixa de comparecer o Senhor Senador Jader Barbalho**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos que ficarão à disposição dos membros da CMA, por sete dias, para manifestação de interesse. Não havendo manifestação de interesse, serão arquivados: Ofício nºs 65/2015, da Câmara Municipal de Rosário no Maranhão; Ofício nº 324/2015, da ANA, e Aviso do TCU nº 1067/2015 GP. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 87, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que sejam convidados para Audiência Pública os servidores GLEISON MAGALHÃES FREITAS, Analista Ambiental, matrícula 2168692 e MAILA FERREIRA DE AGUIAR, Analista Ambiental, matrícula 2182100, lotados no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, Ministério do Meio Ambiente no Estado do Pará, responsáveis pela expedição da Nota Técnica nº 01/2015/REBIO Serra do Cachimbo/ICMBio, em resposta ao Ofício nº 214/2015, oriundo do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Altamira/Pará, com a finalidade de instruir o Inquérito Civil nº 1.23.003.000283/2014-13, acerca do entendimento trazido naquele expediente por aqueles técnicos, com vistas a subsidiar os trabalhos deste Egrégio Colegiado na análise do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Autoria: Senador Ivo Cassol e outros. Resultado: Aprovado com aditamento (item 14 Extrapauta). ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 88, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto peço o convite dos Secretários de Meio Ambiente e de Agricultura dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado com aditamento para que se incluam no rol de convidados os Secretários de Meio Ambiente e de Agricultura do Estado do Maranhão. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 89, de 2015. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir a gestão e a segurança energética do país. Esses dois temas foram objeto de discussão na última sessão desta Comissão, decorrente de relatórios que apresentamos aos Ofício "S" nº 71, de 2015, que trata do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 da ANEEL, e do Aviso da CMA nº 4/2014, referente ao Acordão 1171/2014-TCU, com o objetivo de avaliar a segurança energética do país. Para a referida audiência pública, sugere-se a participação dos seguintes convidados: Diretor-Geral da ANEEL; Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema-ONS; Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Amazonas; Membro do Conselho Nacional de Política Energética; e Dr. Claudio Sales – Instituto Acende Brasil. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Resultado: Aprovado com adiamento para que se inclua no rol dos convidados o técnico que produziu o relatório encaminhado à CMA pelo Ofício "S" nº 71, de 2015. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 90, de 2015. Requer, nos termos regimentais, que sejam aditados ao requerimento n° 81/2015–CMA, destinado a debater responsabilidades pelo descumprimento do prazo legal para fechamento dos lixões, os seguintes nomes: Sr. Dráusio Barreto - Coordenador-Executivo do Comitê de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); e Sr. Carlos RV Silva Filho - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei n° 13.080, de 2 de janeiro de 2015, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a consti-

tuir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Adiado. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2013 - Não Terminativo. Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013 – Terminativo. Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e concedia vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2013 – Terminativo. Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA, por unanimidade. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014 – Terminativo. Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o substitutivo por unanimidade. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014 – Terminativo. Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2015 – Terminativo. Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o dever do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o projeto por unanimidade. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA das seguintes matérias: ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 91, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RMA 87/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1.Rodrigo Cambara Printe – Gestor da Unidade de Conservação – Reserva Biológica Serra do Cachimbo; 2. Lilian Letícia Mitiko Hangae - Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP) - ICMBIO. Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado com aditamento para que se inclua no rol de convidados uma procuradora federal de Altamira/PA, cujo nome será encaminhado posteriormente pelo Senador Flexa Ribeiro. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 92, de 2015. Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado do Trabalho, Manoel Dias, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de prestar informações sobre os critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado com aditamento para que seja transformado em convite. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 93, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Stanley Gacek, representante da OIT - Organização Internacional do Trabalho no Brasil, para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 94, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a senhora Wasmália Bivar, Presidente do IBGE, para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa (CMA) do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Leitura de avisos, Ofícios S e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos que ficarão à disposição dos membros da CMA, por sete dias, para manifestação de interesse. Não havendo manifestação de interesse, serão arquivados os Ofício nºs 65/2015, da Câmara Municipal de Rosário no Maranhão; Ofício nº 324/2015, da ANA, e Aviso do TCU nº 1067/2015 GP.

A relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, em seus gabinetes, com *link* para acesso ao inteiro conteúdo dos mesmos.

Passemos a pauta.

O primeiro item da pauta é de autoria do Senador Ivo Cassol. Como S. Exª não se encontra, vamos passar ao segundo item, que é de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 88, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto peço o convite dos Secretários de Meio Ambiente e de Agricultura dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Eu sugeriria ao Senador Donizeti que se pudesse incluir aqui, é uma sugestão que faço a V. Exª, a indicação, talvez, de diretores da Agência Nacional de Águas, alguém do Governo, para que comparecesse aqui. Talvez a Ministra do Meio Ambiente pudesse participar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, já fizemos audiência com o grupo do Governo, com o grupo dos ambientalistas. Agora vamos para os Estados, oportunidade em que eu queria incluir o Maranhão. Parece-me que a minha assessoria, na hora, engoliu o Maranhão, e eu não percebi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O Estado do Maranhão também?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Temos Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Pará e V. Exª solicita que acrescente o Estado do Maranhão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Embora o Araguaia não banhe o Maranhão, mas logo que se juntam o Araguaia e o Tocantins, eles banham o Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O sul do Maranhão. Está bom.

Então, vou colocar em votação, acrescentando o Estado do Maranhão, por solicitação do Senador Donizeti Nogueira.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro requerimento da pauta é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que também não se encontra presente.

O quatro requerimento é do Senador Flexa Ribeiro, que também não está presente.

O quinto é uma mensagem não terminativa, sob a relatoria do Senador Benedito de Lira. S. Exª também não está presente.

O item 6, do Senador Romero Jucá, S. Exª também não está presente.

Quanto ao Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Acir Gurgacz, sob a relatoria do Senador Aloysio Nunes, também S. Exª não está presente, como dito anteriormente.

Item 8, de autoria do Senador Eduardo Braga, sob a relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que também não está presente.

O item 9, do Senador Cássio Cunha Lima, é o Relator o Senador Paulo Rocha, que também não está presente. (*Pausa.*)

O item 11 é terminativo, portanto não temos quórum para votação.

Os demais itens são terminativos.

Vou voltar ao item 3, do Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*)

Temos, aqui, um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, o qual eu vou ler e solicitar ao Senador Donizeti que possa assiná-lo. Trata-se da questão dos lixões.

O Senador Ataídes pode subscrevê-lo?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Posso subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, o item 4 será subscrito pelo Senador Ataídes Oliveira, item que passo a ler, pois o considero importante.

O Requerimento nº 90, de 2015, está subscrito pelo Senador Ataídes Oliveira.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 90, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que sejam aditados ao requerimento n° 81/2015 – CMA, destinado a debater responsabilidades pelo descumprimento do prazo legal para fechamento dos lixões, os seguintes nomes: Sr. Dráusio Barreto - Coordenador-Executivo do Comitê de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); e Sr. Carlos RV Silva Filho - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE).

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Em votação.

Pergunto aos Srs. Senadores se concordam e se aprovam o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 5, de autoria do Senador Benedito de Lira, que trata de Mensagem não terminativa nº 44, de 2015.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei n° 13.080, de 2 de janeiro de 2015, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pelo arquivamento

Designo o nobre Senador Blairo Maggi para relatar a matéria como Relator *ad hoc,* a quem concedo a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento os colegas Senadores aqui presentes.

Vamos ao relatório, então.

O art. 9º da Lei Complementar nº 106, de 04 de maio de 2000, de Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRF, determina que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no anexo das metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público promovam limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

O art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 (LOA), estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação necessário e o informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União (MPU) e à Defensoria Pública da União (DPU), até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, LOA-2015, foi sancionada após o término do primeiro bimestre e o prazo legal para o envio aos demais Poderes do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referentes ao primeiro bimestre. Assim, tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, face à impossibilidade de execução do orçamento, exceto das despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015.

Após a sanção da LOA-2015 e findo o segundo bimestre, em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2015, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

Em relação aos parâmetros macroeconômicos, a previsão para 2015 do crescimento real do PIB é de -1,2% – quase dois pontos percentuais abaixo da previsão contida na LOA-2015 – e a do índice de inflação, de 8,26% – acima dos 6,49% também previstos nesse documento. Nesse cenário de mercado, a estimativa de inflação sugere certa persistência em 2015, refletindo a dinâmica dos preços de serviços e do realinhamento dos preços administrados.

O menor crescimento real, a despeito da inflação superior, tem levado a uma queda real da arrecadação. Isso posto, houve revisão da estimativa da receita líquida de transferências a Estados e Municípios que demonstra decréscimo de R$65,1 bilhões em relação à mesma estimativa constante da LOA-2015.

Houve frustração na maioria dos itens desse grupo de receitas, exceto IR, IOF, Cide-combustíveis, outras administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), receita de Concessões, receita própria e operações com ativos.

Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve acréscimo de R$5,8 bilhões. Os maiores aumentos nas projeções dessas despesas foram observados nas seguintes estimativas: compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, subsídios, subvenções e Proagro, complemento do FGTS, créditos extraordinários e benefícios da Previdência.

Os principais decréscimos ocorreram nos seguintes itens: auxílio à CDE e abono e seguro-desemprego. Em relação a esse último caso, abono e seguro, devido, sobretudo, ao efeito da Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014.

Em relação à nova projeção do déficit do RGPS apresentou elevação de R$29,2 bilhões, em função da estimativa de frustração da receita previdenciária em R$28,0 bilhões, combinada com o incremento na projeção da despesa em R$1,2 bilhão.

Diante da combinação dos fatores citados, mostrou-se necessária a redução dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em relação aos limites constantes da LOA-2015, conforme disposto a seguir na discriminação.

A receita primária estava estimada em 76,12 bilhões. Sr. Presidente, eu não vou ler esses números, já que constam do relatório.

Vamos à análise.

O relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao segundo bimestre do exercício 2015 atende ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao art. 52 da LDO-2015.

Vamos ao voto.

Assim, consideramos satisfatórios os dados apresentados nos relatórios de avaliação de receitas e despesas referentes ao segundo bimestre do exercício de 2015 e votamos pelo arquivamento da matéria.

Esse é o voto do Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos passar agora ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Peço ao Senador Donizeti Nogueira para relatar *ad hoc* essa matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto. Talvez o Senador Ataídes pudesse relatá-lo, porque, olhando aqui, eu vou pedir vista para estudá-lo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª pede vista, então?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, antes de conceder vista a V. Exª, Senador Donizeti Nogueira, peço ao Senador Ataídes, como Relator *ad hoc*, que faça a leitura do relatório.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, há pouco, mandou avisar-me que ele estava a caminho, por isso eu estava segurando, tocando a reunião com calma e bem devagar, já que S. Exª é o Relator.

Passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira para a leitura do relatório, para que, após a leitura, V. Exª possa solicitar vista do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o PLS em epígrafe, que visa a incluir na Lei nº 8.666, de 1993, dispositivo (§2º do art. 8º) com o seguinte conteúdo: iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.

Na justificação, o autor sustenta que uma obra pública, cuja execução tenha sido iniciada, não deve ser suspensa ou cancelada caso as razões para tal já se encontrassem presentes quando aprovado o projeto básico, com todas as exigências respectivas. Dessa forma, estar-se-iam privilegiando os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

O PLS foi distribuído a este Colegiado, mas teve a tramitação sobrestada, em 8 de dezembro de 2013, para que se aguardasse a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (CTLICON). Com a apresentação, por aquela Comissão, do PLS nº 559, de 2013, o PLS nº 99, do mesmo ano, voltou a tramitar. Não houvera emendas apresentadas, quando do momento regimental adequado.

Após a manifestação da CMA, o projeto será apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Análise.

A esta Comissão cabe analisar, nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o mérito do PLS, uma vez que a sua constitucionalidade e juridicidade serão objeto de apreciação pela CCJ (RISF, art. 101, I).

Nesse aspecto, a intenção do autor é benéfica, uma vez que se encaminha no sentido de privilegiar a continuidade das obras públicas.

Busca-se evitar o desperdício de recursos, derivado da paralisação de obras por questões absolutamente secundárias e que já constavam do projeto básico.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que a CTLICON já se debruçou detidamente sobre o tema, tratando de propor sua normatização no art. 93 do citado PLS nº 559, de 2013. Lá, encontrou-se uma redação que, a nosso ver, equilibra os bens jurídicos em conflito nessa hipótese, quais sejam: a legalidade e a eficiência.

De acordo com a proposta aprovada pela CTLICON, a suspensão cautelar de execução de contrato ou da própria licitação só pode ser tomada pela própria administração, pelo Judiciário ou pelos Tribunais de Contas, além de dever levar em conta os possíveis prejuízos decorrentes da paralisação. Ademais, a ordem deve ser específica e concretamente motivada, sob pena de nulidade, ressalvando-se caber ao Legislativo – como titular do controle externo – a decisão de sustação, quando se trate de contrato, nos termos dos §§1º e 2º do art. 71 da nossa Carta Maior.

Incide, portanto, a previsão do inciso I do art. 334 do RISF, segundo o qual será declarada a prejudicialidade da matéria que tenha perdido a oportunidade. Com efeito, uma vez que tema idêntico já foi deliberado e aprovado pela CTLICON, deve o presente PLS ser declarado prejudicado pela Presidência da Casa, na forma do *caput* do citado art. 334.

O voto, Sr. Presidente.

Por todos esses motivos, votamos pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 99, de 2013, na forma do inciso I do art. 334 do RISF.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, segundo a leitura do relatório, considero–me esclarecido. Portanto, não vou manter o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Assim sendo, coloco a matéria em discussão.

V. Exª não quer discutir o projeto?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não. Eu estou vendo que ele está prejudicado por uma outra iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª está satisfeito então.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 11, já que contamos com a presença da Senadora Lídice da Mata, Relatora da matéria, para fazer a leitura do relatório. Por se tratar de projeto terminativo, não temos quórum para votá-lo. Mas mesmo assim, vou passar a palavra à Senadora Lídice para fazer a leitura do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014, de autoria do Senador Jayme Campos.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014
- Terminativo -

Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
-Matéria apreciada pela CAS, com relatório favorável ao projeto.
-Aprovado o Substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, como V. Exª anunciou, trata-se de um projeto do Senador Jayme Campos que obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Eu faço sempre um esforço grande para não prejudicar projeto de um colega e, nessa medida, apresentei um substitutivo ao mesmo. Por que, Sr. Presidente? Porque esta Comissão nossa tem a tarefa de examinar, em decisão terminativa, o projeto de lei que trata de assuntos relacionados com a defesa do consumidor, e este é um deles.

No seu art. 1º ele impunha ao estabelecimento de saúde o dever de exibir de forma clara e em local de fácil acesso a tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. Conforme o seu parágrafo único, essa tabela deve conter todos os preços de consultas médicas e de outros profissionais, exames de toda ordem, custos administrativos e todo tipo de serviço oferecido ao usuário do estabelecimento.

O art. 2º determina que o descumprimento das disposições da lei resultante do projeto constituirá infração sanitária, sem prejuízo de outras sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor e em outras leis em vigor.

O art. 3º estipula que a lei em que se converter a proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor menciona que, ao buscar atendimento médico em estabelecimentos privados de saúde, é usual o paciente se surpreender ante a apresentação de valores abusivos depois de uma internação, consulta ou outro procedimento médico.

A proposta foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e a esta Comissão, em decisão terminativa. Na CAS, o PLS nº 92, de 2014, foi aprovado.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Passemos à análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado, compete a este Colegiado apreciar o mérito de matérias referentes à defesa do consumidor, devendo, ainda, emitir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto em comento, uma vez que, nesta Casa Legislativa, ele não será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Relativamente à constitucionalidade, a proposta versa sobre assunto da competência legislativa da União e está em consonância com as regras constitucionais atinentes às atribuições do Congresso Nacional (CF, art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (CF, art. 61). Ademais, a proposição não contraria qualquer dispositivo da Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, o PLS nº 92, de 2014, cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Porém, no que concerne ao mérito, é mister ponderar a respeito de qual segmento da população seria beneficiado. Nesse contexto, vê-se que as disposições do projeto não se aplicam aos usuários de planos privados de assistência à saúde, pois o pagamento das despesas médicas é de responsabilidade das operadoras, e o valor das mensalidades está previsto no contrato de adesão.

Por seu turno, as pessoas que não são beneficiárias de planos privados de saúde possuem duas opções para receberem assistência médica. A primeira delas é recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS), que é de acesso universal e gratuito, cujo tratamento é totalmente custeado pelo Estado. A segunda hipótese consiste em procurar atendimento no sistema de saúde privado e pagar diretamente ao prestador do serviço.

Esse último grupo de pacientes costuma recorrer aos serviços médicos em duas circunstâncias: tratamento eletivo ou atendimento de urgência/emergência.

No tratamento eletivo, como o fator tempo não é tão premente, as pessoas podem escolher os profissionais e os serviços de sua preferência e, com isso, têm condição de orçar previamente as despesas. Assim, não haveria surpresa na hora do pagamento.

Maiores dificuldades são passíveis de ocorrer no atendimento de urgência/emergência, especialmente se necessária a internação. Nesse tipo de atendimento, não há como prever, com precisão, o número de diárias hospitalares necessárias, quais procedimentos serão realizados e que medicamentos e materiais serão empregados. Saliente-se, ainda, que, invariavelmente, despesas hospitalares são muito elevadas, porquanto o uso crescente de tecnologias na área médica gerou grande aumento do valor agregado de insumos, fármacos e equipamentos. Por conseguinte, a imprevisibilidade e a complexidade dos atendimentos das internações tornam inexequíveis, nesse caso, as providências propostas no projeto.

Observe-se, também, que a ementa e o art. 1º da proposta se referem aos estabelecimentos de saúde como um todo, o que abrangeria tanto estabelecimentos públicos quanto privados. No entanto, não há razão para se editar norma legal com essa amplitude, pois os serviços públicos de saúde são gratuitos aos usuários. Em decorrência, a proposição deve restringir-se aos serviços de saúde privados.

Outrossim, as disposições do projeto não se aplicam aos atendimentos realizados no SUS, que são gratuitos, nem àqueles custeados por meio de plano privado de assistência à saúde. Ademais, consideramos que o projeto deve se limitar à assistência ambulatorial, aos serviços de apoio à diagnose e terapia e ao atendimento odontológico. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, é de realçar que os serviços alcançados pela proposta passam a ser: serviços profissionais, consultas, terapias, exames, procedimentos, medicamentos e imunobiológicos.

Outro ponto que merece reparo é que o descumprimento às disposições do projeto não constitui infração sanitária, mas, sim, afronta a dispositivos da norma consumerista, como veremos a seguir.

Assim, com o intuito de proceder a essas retificações, e de forma a melhor delimitar o seu âmbito de aplicação, e também adequar a terminologia empregada, apresentamos substitutivo ao projeto.

Por oportuno, mencionem-se alguns dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

No *caput* do art. 4º da norma consumerista, estão enunciados os objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo (PNRC), a saber: i) o atendimento das necessidades dos consumidores; ii) o respeito à sua dignidade e saúde; iii) a proteção de seus interesses econômicos; iv) a melhoria da sua qualidade de vida; e v) a transparência e harmonia das relações de consumo.

Ademais, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo constitui um dos princípios em que se assenta essa política. Por conseguinte, o PLS nº 92, de 2014, está em conformidade com a PNRC.

Segundo o art. 6º, são garantidos ao consumidor, como direitos básicos, entre outros: i) a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações (inciso II); e ii) a informação adequada e clara sobre os diferentes serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (inciso III).

Consoante o disposto no *caput* do art. 31 do CDC, o fornecedor tem o dever de informar o consumidor, de modo claro, ostensivo e em língua portuguesa, a respeito das características relativas ao serviço ofertado, inclusive no tocante ao seu preço. Por sua vez, nos termos do art. 39, dentre outras, são vedadas ao fornecedor e consideradas abusivas as seguintes práticas: i) prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços (inciso IV); ii) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (inciso V); e iii) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de prá-

ticas anteriores entre as partes (inciso VI). Por força do disposto no art. 66, a omissão de informação relevante sobre o preço de serviços constitui crime contra as relações de consumo, com pena de detenção de três meses a um ano e multa.

Entendemos, portanto, que o PLS nº 92, de 2014, com as modificações propostas, é relevante e oportuno, porquanto, da perspectiva consumerista, guarda harmonia com os preceitos do CDC.

Voto.

Pelos motivos expostos, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2014

Obriga os estabelecimentos de saúde privados a disponibilizar tabela de preços ao consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos de saúde privados devem disponibilizar ao consumidor tabela de preços de serviços profissionais, consultas, terapias, exames, procedimentos, medicamentos e imunobiológicos.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde nem àqueles custeados por plano privado de assistência à saúde.

§ 2º As disposições constantes do *caput* deste artigo restringem-se à assistência ambulatorial, aos serviços de apoio à diagnose e à terapia e ao atendimento odontológico.

Art. 2º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita o fornecedor infrator às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, tem a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a nobre Relatora realmente trouxe o projeto para uma linha da condição de ser implantando, ou seja, a nobre Senadora separa claramente aqui o que é a obrigação específica daquele hospital que está prestando serviço.

Na proposta inicial, a disposição desses valores sobre todos esses procedimentos, sem separar o que é Sistema Único de Saúde e nem os planos privados de assistência à saúde, isso causaria realmente uma situação impossível em que cada hospital credenciado tivesse que colocar todos exames e todas as especialidades de todos os convênios existentes. Isso realmente é algo que a nobre Relatora trouxe o projeto para o campo da realidade.

Ou seja, em resumo, ela exige, neste momento, que um cidadão que está sendo atendido no sistema ambulatorial e que para chegar ao seu diagnóstico, seja ele na área da saúde, na área odontológica, ele terá a condição de saber, previamente, quais são os valores dos exames a que ele será submetido e podendo, nessa hora, aceitar ou não, ou optar por uma outra alternativa, ou outro atendimento.

Eu acho que, acredito que nesses termos, Sr. Presidente, o projeto de lei torna-se realmente possível de ser implantado, garantindo ao cidadão não ser submetido à simples indicação de exames sem a prévia necessidade e, ao mesmo tempo, sem que o cidadão que recorre ao ambulatório tenha condição de saber o que será cobrado dele *a posteriori* e é um fator de transparência, de respeito ao paciente e que concordo plenamente com os termos aqui apresentados pela Senadora Lídice da Mata, e cumprimento S. Exª por ter conseguido ser sucinta. Em apenas dois artigos e dois parágrafos, ela conseguiu resumir, dando condições para que o projeto seja aplicado.

A posição é favorável ao parecer da nobre Relatora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizete Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu queria só questionar aqui a Senadora Lídice da Mata, para que eu possa sentir-me mais esclarecido com relação ao atendimento odontológico. Parece-me um pouco difícil que haja uma tabela de atendimento odontológico, a não ser a mera consulta, que vou lá e faço.

Então, quanto a essa questão dos serviços odontológicos, eu não tenho segurança. Se fosse possível, se a senhora pudesse me dar um esclarecimento melhor do que estamos prevendo aí.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O que me parece é que seriam serviços odontológicos todos eles: a consulta, uma obturação, raios-X...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O orçamento é a mesma coisa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O orçamento que o dentista já apresenta.

Nós apenas incluímos o odontológico como uma referência dentro do sistema de saúde, porque, pelo que eu saiba, o dentista já apresenta um orçamento, para que o paciente possa aprová-lo antes de realizar o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É quem mais apresenta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É quem mais apresenta. Como diz o Dr. Otto, coitado do dentista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois é.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aqui no art. 1º, diz o seguinte: "Os estabelecimentos de saúde privados devem disponibilizar ao consumidor tabela de preços e serviços profissionais, consultas, tratamento..."

Parece-me que o dentista, após a consulta, apresenta um orçamento que eu tenho que referendar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aqui o que nós estamos garantindo é isso, então?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para ser transparente para o usuário do sistema...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. No caso do dentista, isso hoje já é efetivado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ... ele tem que saber exatamente aquilo que ele está adquirindo, para sua saúde.

Eu acho meritórias as alterações da Senadora Lídice da Mata. Elas foram muito condizentes com a realidade, com a prática do atendimento médico e odontológico.

Encerrada a discussão.

Vou colocar em votação, fazendo a chamada nominal.

Aqueles que votam com a Relatora, Senadora Lídice da Mata, votam "sim".

Começo pelo Senador Donizete Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ivo Cassol. (*Pausa.*)

Senador Ronaldo Caiado. Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Favorável à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a Relatora.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, aprovada a matéria.

A Senadora Regina Sousa está presente? (*Pausa.*)

Senador Regina Sousa, desculpe-me o lapso visual.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a Relatora. É que eu achei que eu não votava, porque eu sou suplente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas tem espaço. V. Exª pode votar. (*Risos.*)

A senhora vota com a Relatora, então?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

Está aprovado por unanimidade.

Vamos passar aqui...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Um minutinho, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Proclamo o resultado: está aprovado o substitutivo, por 10 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Comunico, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, que a matéria será submetida a turno suplementar, em discussão e votação, na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu estava atuando em outra comissão e não estava presente no início desta reunião. Eu quero até agradecer ao Senador Ataídes por ter me honrado com a relatoria *ad hoc* do item 7. Mas eu queria perguntar se é possível voltar ao item 3, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Claro, sem problemas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas para deliberarmos sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Estamos aguardando a presença de V. Exª. Podemos votar, sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aqui estou eu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois é.

Vamos ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 89, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir a gestão e a segurança energética do país. Esses dois temas foram objeto de discussão na última sessão desta Comissão, decorrente de relatórios que apresentamos ao Ofício "S" nº 71, de 2015, que trata do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 da ANEEL, e do Aviso da CMA nº 4/2014, referente ao Acordão 1171/2014-TCU, com o objetivo de avaliar a segurança energética do país. Para a referida audiência pública, sugere-se a participação dos seguintes convidados: Diretor-Geral da ANEEL; Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema-ONS; Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Amazonas; Membro do Conselho Nacional de Política Energética; e Dr. Claudio Sales – Instituto Acende Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse requerimento foi referendado também pela Senadora Vanessa Grazziotin, pelo Senador Flexa e também pelo Senador Jorge Viana. A nossa autoria é conjunta.

Eu queria, se V. Exª permitir e os colegas aceitarem, incluir também aqui o técnico do TCU (Tribunal de Contas da União), porque esse relatório de gestão foi baseado num estudo técnico do TCU. Então, que pudéssemos também ouvir esse técnico do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Já tem o nome do técnico?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não tenho, mas o encaminharei oportunamente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não. V. Exª será atendido. Será incluída a proposta do aditivo, aditando o nome de um técnico do TCU, que será depois escolhido.

Vamos colocar em votação, com a alteração que foi feita.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 9, que é terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, cujo Relator é o Senador Paulo Rocha.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013
- Terminativo -

Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 22/09/2015.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, é um projeto muito simples.

Na verdade, eu dou pela prejudicialidade e, como consequência, pela rejeição, uma vez que o projeto de iniciativa do Senador Cássio Cunha Lima obriga, no plano de sustentabilidade ambiental dos conjuntos do Programa Minha Casa, Minha Vida, a plantação de, no mínimo, uma árvore por lote individualizado. O fato é uma iniciativa importante. No entanto, essas questões de medidas de sustentabilidade ambiental já são previstas na Lei nº 11.977, de 2009.

E as próprias regras de aprovação de um conjunto habitacional, no caso do Minha Casa, Minha Vida, já exigem, a partir da construtora, um projeto de saneamento, de água, de esgoto, um projeto quanto à questão ambiental e, a meu ver, isso já está previsto na própria obrigação da apresentação do projeto. Portanto, essa obrigatoriedade de mais uma lei encareceria o projeto, repassando para o custo individual da casa, porque a prioridade desses projetos é a população de baixa renda.

Então, dou pela prejudicialidade, uma vez que já existe lei que assegure isso, e, como consequência, pela rejeição do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço vista, Presidente.

Quero conversar com o Senador Paulo Rocha, porque, se existe a lei, ela não está sendo cumprida, porque, em todos os conjuntos do Programa "minha casa, minha Dilma"...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Minha Vida, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Desculpe-me, Minha Casa, Minha Vida, eu não consigo ver nenhuma árvore plantada. Eu acho que é interessante que se plantassem no Pará, mangueira; em São Paulo... Qual é a fruta? Morango. Dá tudo em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em São Paulo, em se plantando tudo dá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na Bahia, caju.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pau-ferro, camaçari, caviúna, cerejeira, baraúna, imbuía, pau d'arco, caroba, juazeiro e jatobá, pau-ferro, angico, gameleira,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós estamos falando de frutíferas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ... andiroba, copaíba, pau-brasil e jequitibá. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós estamos falando aqui em árvores frutíferas. Se fosse em espécie, V. Exª ia perder para a Amazônia de goleada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não sei, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ia ser mais vergonhoso do que o 7 a 1 da Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Não sei, não. Lá, na Amazônia, não tem camaçari.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas peço vista do processo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para dizer que reconheço a capacidade que o Senador Flexa teve em errar o nome do programa, porque no governo do PSDB não havia a prática em fazer moradia. Então, ele errou o nome por isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vista também ao Senador...

Vista coletiva.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, até porque eu acredito que depois do discurso da Presidente Dilma, em Nova York falando sobre meio ambiente, a posição do nobre Relator deverá ser exatamente de apoiamento a esse projeto do Senador Cássio, que prevê, única e exclusivamente... É muito mais um projeto educativo.

Eu vejo nesse projeto do Senador Cássio uma maneira de educar as pessoas no sentido de, ao plantar uma árvore, cuidar dela. Não é o plantio da árvore. Quanto ao plantio da árvore, as próprias prefeituras fornecem as mudas, não haverá a mínima dificuldade, nenhum custo ao cidadão que irá receber aquela muda.

O que temos que, cada vez mais, desenvolver diante das pessoas que são atendidas dentro deste projeto do Governo, Minha Casa, Minha Vida, é também saber a importância de ter ali uma árvore, de dar noção ou de orientar seus filhos também para que possam desenvolver esse trabalho de cultivar e de preservar aquilo que é fundamental, para que a gente possa ter as condições necessárias de clima e também de meio ambiente. Com isso, não vi nenhuma elevação de custo e, muito menos, algo que poderia ser empecilho.

Para mim, é um projeto educativo, que não tem custo algum. É apenas uma forma de educarmos as pessoas que não têm muito o hábito de tratar e, ao mesmo tempo, de preservar o meio ambiente.

Eu peço vista, e, como tal, apresentaremos um voto em separado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero dizer que plantio de árvores faz parte do planejamento urbano da cidade; a prefeitura decide qual tipo de árvore tem. Inclusive, nos conjuntos habitacionais, a parte urbanística é da prefeitura.

Então, essa palavra "obrigatoriedade" é forte, até porque também entra no individualismo das pessoas.

Eu posso querer plantar um Ipê na porta da minha casa, e outro pode querer plantar um pé de Nim. Não se pode padronizar que quem está construindo plante árvores A ou B. Temos que deixar as pessoas individualmente...

Agora, a educação ambiental é importante, sim, a necessidade de arborizar – inclusive, houve um projeto anterior, que não sei se foi discutido, porque eu não estava aqui. Mas temos que deixar para as prefeituras no seu planejamento urbano – e para o indivíduo também.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, temos também que considerar no projeto, já que tem vista, que há conjuntos habitacionais verticais. Isso também precisa ser considerado.

Como eu vou fazer uma floresta no conjunto habitacional verticalizado é uma questão a ser observada.

Nesse sentido, eu vou pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não. Será concedida vista coletiva solicitada.

Agora, na minha opinião, acho que o mérito do projeto é bom. Acho que, podendo ser modificado, acredito que vá, de alguma forma, atender ao apelo de plantar árvores, não só nos conjuntos habitacionais, mas em todas as áreas.

Inclusive eu queria dizer que nós temos na Bahia um projeto vitorioso, chamado Fábrica de Florestas. Ele começou, empiricamente, há mais ou menos 20 anos, com um empresário que até faleceu, Norberto Odebrecht. O Dr. Norberto achava que, como começou como madeireiro no Baixo Sul e tinha madeireira, ele achou que deveria repor as árvores que ele, de alguma forma, cortou para utilizar na sua fábrica de compensados. E assim ele fez: replantou tudo e criou a Fábrica de Florestas.

Nessa Fábrica de Florestas, o que ele fez? Ele tinha uma área nobre em Sauípe, de 60ha, o que daria 130 tarefas, uma área grande. Ele doou a Fábrica de Florestas, que hoje é dirigida pelo Dr. Álvaro Oyama, que é um entusiasta disso. Com essa Fábrica de Florestas, fez-se praticamente todo o replantio das nascentes, dos riachos e dos rios do Polo Industrial de Camaçari, que não tem contaminação absolutamente nenhuma.

Se existe um Polo industrial no Brasil e no mundo, em que o tratamento dos efluentes líquidos e sólidos é feito com toda a perícia e com o replantio de todas as árvores nativas, esse é o Polo Industrial de Camaçari. Isso se estendeu, inclusive, para Santo André e Paulínia.

Eu queria exaltar a sensibilidade do Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel. Nós levamos o projeto da Fábrica de Florestas para ele entender, e ele resolveu adotar o projeto em Minas Gerais, para fazer em todas as áreas da nascente do Rio São Francisco, com recursos Governo do Estado.

Então, eu quero dizer que estou aqui há oito meses lutando para o Governo Federal acenar com o mínimo de recursos para o Rio São Francisco, e até agora não consegui absolutamente nada. Já fiz dezenas de reuniões, apresentei o projeto, mostrei o que se tem que fazer para salvar o Rio São Francisco.

O Governador Fernando Pimentel já vai começar no Rio das Velhas, que nasce no Município de Ouro Preto e passa próximo a Belo Horizonte; na cidade chamada Rio Acima, ribeirinha ao Rio das Velhas; na cidade de Moedas, ribeirinha ao Rio Paraopeba, afluente da margem direita do Rio São Francisco, e na Arinos, que fica na margem do Rio Urucuia.

Então, se o Governador realmente levar à frente esse projeto para reflorestar as nascentes e os principais afluentes do Rio São Francisco – até com recursos próprios, ele disse que vai mobilizar, talvez a Cemig, a Companhia Siderúrgica Nacional, outros organismos que podem financiar –, ele vai dar condição de salvar o Rio São Francisco.

Senador Aloysio Nunes – o Rafael trabalha comigo, é um técnico que conhece bem o Rio São Francisco e estuda bem essa área –, hoje nós estamos recebendo, na cidade de Morpará, na Bahia, anualmente, 8 milhões de toneladas de sedimentos de areia.

Há dez anos... Dez anos, Rafael? Quantos anos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes, hoje já são 27 milhões de toneladas por ano de sedimentos de areia. Por que isso? Porque desmataram, criminosamente, as margens do rio, e a chuva, as trovoadas levam para lá. Inclusive, todos os afluentes do Rio das Velhas estão assim nessa situação.

Então, esse é um projeto que deveria ser estratégico do Governo Federal. Só que eu não tive, ainda, sensibilidade nenhuma do Governo Federal. Já tive duas reuniões com a Presidente Dilma, com o Ministro Mercadante, com a Ministra do Meio Ambiente, com o Ministro Jaques Wagner, com o Ministro Nelson Barbosa, mas, até agora, nenhum real foi designado para começar as Fábricas de Floresta nas margens do Rio Grande, no Estado da Bahia – grande afluente que desemboca na cidade da Barra de São Francisco,onde mora um grande defensor do rio, o Bispo Luís Cappio, que fez até greve de fome para que não houvesse a transposição –, e no Rio Corrente, que desemboca ao nível do Município Bom Jesus da Lapa.

Eu acho isso uma falta de sensibilidade tão grande. O Governo está insensível a essa situação. Esse rio é o único manancial para suprimento de água do Nordeste – Estados, por exemplo, como o Agreste de Pernambuco, o Rio Grande do Norte, a Paraíba.

O Estado da Paraíba, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é o Estado que tem o menor potencial aquífero do Brasil. Ele tem a metade do que minimamente precisa um ser humano para suprimento das suas necessidades de água. No mundo, em três anos, houve uma expansão da população de três vezes a população dos últimos cem anos, e o consumo de água, nos últimos cem anos, cresceu cem vezes: água para consumo humano, animal, irrigação, geração de energia elétrica.

Então, vai faltar água no Brasil – está faltando: houve problema em São Paulo, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro. Eu defendo isso há muito tempo, porque eu sou filho da seca: nasci e me criei na seca, e vi meu pai, lá no interior da Bahia, plantando árvores nas nascentes para não faltar água, e nunca faltou água onde se plantaram árvores. Quem planta árvores, produz água.

Então, essa é uma questão estratégica para o País. Está faltando hoje no Nordeste, vai faltar no Araguaia e vai faltar no Brasil inteiro. Já está diminuindo quase 20% no Rio Tocantins. Porque a destruição da natureza, através do homem, sem controle dos governos – Governo Municipal, Governo Estadual, Governo Federal – é uma coisa criminosa.

E o Rio São Francisco está completamente aterrado, completamente assoreado. As suas barragens, praticamente, com quase 50% de aterramento, se eu não me engano – o Rafael pode me assessorar. Três Marias está com um aterramento de 40%, não é isso, Rafael?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Está com 30% a 40% de aterramento da Barragem de Três Marias, construída no Juscelino Kubitschek.

Então, acho que o Governo é insensível. Nas reuniões que eu tive, até fui surpreendido, porque isso é uma coisa de meio ambiente, é o que mais diz respeito a meio ambiente. E a insensibilidade, por duas vezes, da Ministra de Meio Ambiente, chamou a minha atenção, ao ponto de eu até me sentir sem vontade de continuar a discussão diante disso.

Nós temos recursos na Agência Nacional de Águas, no Fundo Clima, no Meio Ambiente, e esse dinheiro precisa ser aplicado em água.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Agência Nacional de Águas não tem alguma autonomia para poder aplicar esses recursos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Tem sim. Boa vontade, Senador Aloysio, move o mundo. Se houvesse boa vontade, já estava com o projeto andando, a Fábrica de Florestas já estaria implantada, já estavam plantando as árvores na beira do Rio Grande, na Bahia, no Rio Corrente. O que eu vejo é a falta de sensibilidade.

A situação, na minha opinião, é tão grave, não está se falando em acabar com 10, 12 ou 15 ministérios ou autarquias e fundações? Eu lhe digo, com toda a sinceridade, que, depois de estudar a estrutura organizacional do Governo, eu posso dizer a V. Exªs que, se acabar 50% da estrutura centralizada de governo e da estrutura descentralizada, nenhum brasileiro, do campo ou da cidade, sentirá falta dessa estrutura. É um dinheiro jogado fora o que está acontecendo aí. E me causa uma indignação muito grande uma situação dessa natureza.

Não se está acabando com ministérios? O Brasil precisava, na minha opinião – pode até alguém me criticar –, criar um ministério de recursos hídricos e de preservação dos seus mananciais, porque vai faltar água aqui em Brasília, como está faltando agora no Sertão de Pernambuco, o que não faltava, no Agreste de Pernambuco, no Rio Grande do Norte, em Sergipe, em Alagoas, na Paraíba, em vários locais; faltou em São Paulo, faltou em Belo Horizonte, faltou no Rio de Janeiro.

O principal sintoma da morte de um rio, Senadores e Senadoras, é quando o mar começa a entrar no rio. O Oceano Atlântico já entrou, mais ou menos, 15km no Rio São Francisco. Isso é uma coisa que parece... Eu tive várias reuniões sobre isso, com Ministros do Planejamento, da Defesa, do Meio Ambiente, a Presidente da República, o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occi – que é o que está mais preocupado isso e realmente ouviu, deu atenção, está tentando ajudar – e parece que não está acontecendo nada. A vazão agora, em Sobradinho, é de 660 metros cúbicos por segundo. Há dez anos, a vazão média era de 2.900 metros cúbicos por segundo, medida lá em Sobradinho. São 600 hoje! Então, vai faltar água, porque o Rio São Francisco é o único rio que pode suprir o Nordeste com água para consumo humano. Nem estou dizendo consumo animal, produção de energia, absolutamente nada.

O rio que deu energia, *royalties*, recursos pelas suas hidrelétricas – a hidrelétrica de Três Marias; as de Paulo Afonso I, II e III; Xingó, Itaparica, Moxotó –, todas elas geraram energia, bilhões e bilhões de reais, e não voltou um real para ele ainda. É como digo sempre: todo ente bondoso, que oferece com desprendimento aquilo que pode dar, recebe muito pouco. O Rio São Francisco é esse caso da natureza, que o Governo Federal – os governos todos; não estou culpando agora o governo Lula, o Governo Dilma, o governo Fernando Henrique; isso vem, esse desmatamento, já de 50 anos com os olhos complacentes do Governo Federal. E é o Rio da Integração Nacional! Quem tem que tomar conta é a Codevasf.

Isso começou criminosamente, porque ele tem 1.300km de área navegável, e existia o vapor, que conduzia, saía de Pirapora para Juazeiro. O vapor tinha a sua caldeira, que era alimentada por árvores, e os donos do vapor cortavam exatamente as árvores ribeirinhas, às margens do Rio São Francisco e dos seus afluentes, o que levou a essa situação.

Então, esse é um problema estratégico. O Governo devia abrir os olhos agora. Se vão acabar 15 Ministérios que não fazem falta a nenhum brasileiro do campo ou da cidade, que se crie o ministério de recursos hídricos para cuidar da produção de água para atender o povo brasileiro, sobretudo o povo do Nordeste.

Com a palavra, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Otto Alencar, apenas para concordar com V. Exª e lembrar que nós temos um requerimento solicitando uma audiência pública para discutir aqui a vazão do Sobradinho, para que possamos aprofundar essa discussão em relação ao Rio São Francisco.

V. Exª tem tido excelentes iniciativas, inclusive essa iniciativa da Fábrica de Florestas; já foi relator de um processo nosso, visando a ações justamente de proteção e revitalização do rio. E nós temos que nos focar nisso, unindo Minas Gerais a todo o Nordeste, para que nós possamos, efetivamente, salvar o Rio São Francisco, salvando assim, com esse exemplo, o Brasil.

E o nosso Paraguaçu, que eu visitei esta semana, também é um rio que nasce na Chapada, a Chapada que é seca, mas que dá água para toda a Bahia beber. O Paraguaçu é um exemplo de rio que estava bastante assoreado, mas que vem recebendo apoio do Governo do Estado e, pouco a pouco, vem modificando o seu quadro. Eu tive a oportunidade, para inveja do Senador Aloysio Nunes, de estar naquela bacia, em Maragojipe, na nossa Baía de Todos os Santos, nesse fim de semana, e poder ver o nosso encontro do rio na Bacia do Iguape.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – A Senadora Lídice da Mata não nasceu na Chapada, onde eu nasci, mas é já uma chapadeira de quatro costados. Ela adora a Chapada. O Aloysio conhece bem.

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira; depois, o Senador Paulo Rocha e o Senador Douglas Cintra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, apenas para relatar, primeiro, o êxito da audiência pública, o seminário sobre o Planaveg que fizemos em Palmas, na sexta-feira, com o apoio

da Comissão, da TV Senado, onde reunimos Embrapa, Ministério da Agricultura, Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão, Secretaria do Meio Ambiente do Tocantins, Federação da Agricultura, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, para discutir o plano de recuperação da vegetação nativa. Foi muito bem-sucedido. Eu acredito que nós apanhamos muitas informações lá que precisam ser bem sistematizadas e discutidas com o Governo essa questão do Planaveg.

O Maranhão está pedindo que façamos uma audiência pública lá, para discutir essa questão no Maranhão. Nós mantemos diálogo com o Piauí e Bahia, nesse sentido.

Segundo, para pedir duas coisas: primeiro, que possamos marcar audiência pública para discutir o PLS nº 248, da Ministra Kátia Abreu. Já fizemos duas audiências públicas aqui envolvendo os ambientalistas e os órgãos de Governo da área de meio ambiente, para discutir o projeto de lei que trata do aproveitamento da calha do Rio Araguaia. Agora, até a pedido, fizemos requerimento, foi aprovado hoje, para envolver os secretários de agricultura de meio ambiente dos Estados de Goiás, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Eu gostaria de pedir aos senhores que marquemos para o dia 8, às 10h, essa audiência. Quero pedir o apoio dos Senadores presentes, no caso do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador, já está marcada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pedir o apoio do Senador Paulo Rocha e do Senador Flexa, para que o Estado do Pará esteja presente; dos Senadores de Goiás – o Senador Caiado já saiu; do Mato Grosso, do Senador Blairo, para que possamos fazer esta audiência pública com o fim de avaliar. Seria muito importante, Senador Otto, que o senhor pudesse estar presente, para presidir esta audiência e colocar a sua posição, pois o senhor tem tratado aqui do Rio São Francisco como um alerta para a questão do Rio Araguaia, que pode ir pelo o mesmo caminho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sem dúvida. A maioria dos rios do Brasil.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E que o senhor traga bem as informações, como fez o técnico do Ministério da Agricultura, que praticamente nos aterrorizou lá na audiência pública, em Palmas, com os dados e informações que ele trouxe para nos mostrar.

Então, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sem nenhuma dúvida. A região de V. Exª tem um período chuvoso regular, mas tem um inimigo dos rios, o braquiária. O braquiária é invasivo, ou seja, ele substitui as árvores pelo braquiária, mas ele não impede o assoreamento. Essa situação é muito ruim. O Rio Araguaia, segundo relatório que temos aí, pode chegar à mesma coisa do Rio São Francisco, com assoreamento, desmatamento, erosão...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Um dos problemas que está ocorrendo no Rio Tocantins, Presidente Otto, é que nós temos cinco hidrelétricas. As hidrelétricas acabaram com aquela cadeia produtiva que havia às margens do rio, acabaram com as vazantes na área do lago, porque virou braço do lago, e abaixo, também, acabaram com as vazantes, com uma coisa mais grave: as enchentes são mais violentas, porque não ancora, não represa mais para poder deixar a fertilidade da vazante e, ainda, leva todo esse sedimento de areia para o leito do rio, porque, como não represa, a força do rio vai levando toda a areia que ele traz para dentro do leito do rio.

É uma questão das hidroelétricas para a qual os técnicos, os ambientalistas e os investidores não têm atentado, mas é um dos principais, do meu ponto de vista hoje, motivos para o assoreamento dos rios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Acabou provocando esse debate aqui, um debate profundo e importante, principalmente provocado pelo Flexa e pelo Senador Ronaldo Caiado, e Ronaldo Caiado até falou aqui em consciência ambiental.

Quando eu votei pela rejeição do projeto, foi porque já existe uma lei que exige essas questões nos planos municipais, planos de conjunto, etc., etc. Então, dei pela prejudicialidade, mas acabou provocando essa questão que o Ronaldo Caiado mencionou; você não estava aqui no período, mas aqui houve uma discussão profunda e que envolveu essa questão, principalmente, em relação ao São Francisco, que foi o Código Florestal, e envolveu esse debate aqui profundamente.

Esse cuidado da consciência, que o Ronaldo falou aqui em relação ao conjunto habitacional, eu não vi essa consciência e esse cuidado no Florestal, porque envolvia propriedades. E não é à toa, Senador Otto, que, por coincidência, a devastação do Rio São Francisco é onde prosperou o maior desenvolvimento de grãos e de produção do nosso País.

Eu acho que falta ao País um planejamento estratégico de longo prazo de desenvolvimento capaz de ter essa questão da sustentabilidade. Hoje há leis mais rígidas nos próprios 12 Estados que estamos falando, um deles inclusive eu represento. Lá na Amazônia, para você fazer um empreendimento hoje econômico na área

florestal, tem-se que preservar 80% e só usar economicamente 20%. Aqueles empreendimentos que já estão estabelecidos numa região lá, e foi provocado por esse debate, têm uma situação de 50/50. Foi discutida uma área de desenvolvimento capaz de assegurar isso.

Por exemplo, no Estado do Tocantins, a obrigatoriedade é de 65/35. Então, há regras rígidas quanto a isso, mas a visão de governos é que, na hora em que acontece isso que você está reclamando da insensibilidade, seja obrigação de quem devastou. No caso das nascentes nas grandes fazendas, etc., elas são obrigadas, agora pelo Código Ambiental, a recuperação das chamadas bacias. Inclusive há programas de financiamento de governo, para que esse cidadão tenha 30 anos para recuperar esse processo.

Então, eu acho que é um debate mais profundo. E no nosso País, essas consequências é algo que precisa de um profundo debate do desenvolvimento da nossa região, levando em consideração as diferenças regionais, além de ter um plano de desenvolvimento estratégico a longo prazo. Por que o que acontece hoje? Cada partido que ganha ou cada grupo político que ganha implementa em nosso País um plano imediato de quatro, de oito anos, e não é capaz de pensar o País como um todo, com toda essa diversidade, com todas essas problemáticas.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente Otto, o momento é oportuno para analisarmos também um fato que aconteceu ontem, que foi a autorização, através de uma reunião da ANA, Agência Nacional de Águas, para se aumentar a vazão de Três Marias em mais 100m^3, porque nós teríamos lá em Petrolina, na própria região de Juazeiro, o total colapso não só da água de consumo humano, mas também da produção.

Por exemplo, no caso do Projeto Nilo Coelho, com 23 mil hectares, seriam 50 mil pessoas desempregadas e toda a quebra daquele sistema produtivo que vive hoje da irrigação. Tudo isso por falta de planejamento e consciência com relação ao nosso Rio São Francisco.

Eu acho que o tema é oportuno e nós devemos, como senhor tem feito, trabalhar para consertar as causas e não apenas as consequências.

Essa reunião importante de ontem, na qual tive a oportunidade de estar presente, na semana passada, com o pessoal da ANA, é fundamental, mas nós precisamos, agora, consertar lá as causas dessa questão ambiental do nosso Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª tem inteira razão. Depois do Município de Barra do São Francisco, na Bahia, daí em diante, até chegar ao Atlântico, são quase 750km, o rio não recebe mais uma gota de nenhum afluente. Todos morreram. Então, é só consumidor. Como eu falei aqui, a Barragem de Três Marias está com aterramento de quase 40% de sua bacia de sedimento, escorrimento de terra.

Eu queria só explicar ao Senador Paulo Rocha que, quanto a essa questão da produção de grãos na Bahia, os afluentes do Rio São Francisco na Bahia são os menos comprometidos, até porque essa consciência de preservação lá já vem se desenvolvendo há algum tempo. O problema do Rio São Francisco é Minas, porque 75% das águas do Rio são formadas em Minas. Quando o Rio São Francisco entra em Carinhanha, ele já entra com 75% das suas águas; 25% são no Estado da Bahia. Agora, em Minas Gerais, o grande problema são as fábricas, que estão jogando líquidos e sólidos para contaminar os mananciais, a produção agrícola e também a pecuária.

Eu falei aqui no braquiária. O braquiária é um invasor de todas as áreas. Eu só queria dar essa explicação.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Como pernambucano, eu quero registrar aqui o nosso compromisso de querer contribuir para que essa solução aconteça e possamos ter a integração. Pernambuco, como o senhor bem disse, não contribui com a vazão do Rio São Francisco e usa as águas do rio. Então, é preciso que tenhamos maior integração na construção de soluções. Afinal de contas, é o nosso futuro que está em jogo.

O debate que acho que temos que levantar, Sr. Presidente – e é válido não só, obviamente, para o São Francisco –, é que ganhos essas regiões doadoras de água estão tendo pelo desenvolvimento que dão, por exemplo, de energia para outras regiões? O Pará, Estado do nosso Senador Paulo, que contribuição energética ele dá para o restante do País e o que ele recebe por mandar essa energia para o restante do País?

Então, eu acho que é um debate que nós temos que levantar, para que esses Estados possam ser compensados por essa riqueza que mandam.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mais uma pequena observação: quando eu tomei posse aqui, no dia 3 de fevereiro, já no meu discurso eu dizia que a União, os Estados e os Municípios não poderiam ficar só com o papel de disciplinar, regular e punir os crimes ambientais, sobretudo essa ques-

tão do cumprimento do Código Florestal. Há alguns que não vão dar conta de fazer e não será feito. Pensando assim, e para não ficar na esfera só de gerar despesa, nós estamos discutindo um projeto de PSA, entramos com o projeto dos hotéis cassinos nas unidades de conservação, para que uma CID desse projeto possa ser investida para pagamento de serviços ambientais. Porque agora procurar o culpado, obrigar o culpado que desmatou a fazer, talvez não consigamos, mas a sociedade, que tem o Estado como o gestor das suas necessidades, precisa viabilizar essa questão.

Eu penso que a União, os Estados e os Municípios têm responsabilidade de criar as condições, para que as matas ciliares sejam recuperadas e não ficar só na cobrança de que quem fez tem que pagar. Que se multe, mas resolva o problema.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Concordo com V. Exª.

Vamos ao item 10, que é terminativo. Peço inclusive aos Senadores que permaneçam. O Relator chegou, o Senador Jorge Viana, e é um projeto de autoria do Senador Pedro Taques.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
-Matéria apreciada pela CCJ com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, para relatar a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria chamar a atenção dos colegas: é uma proposta bem singela, mas eu acho que ela tem uma importância muito grande para a vida das nossas cidades e até para a discussão que estávamos fazendo, ainda há pouco, sobre a origem da poluição de rios, no caso, do Rio São Francisco.

O projeto, como já foi apresentado pelo Presidente, ele propõe uma alteração na política nacional de resíduos sólidos. Ele altera o art. 47-A e proíbe o descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas.

Eu fui prefeito, fui governador, e esse é um dos maiores problemas das cidades brasileiras hoje. E ele não tenta usurpar o direito dos Municípios. Ele apenas prescreve que os Municípios estabelecerão essas regras e cumprirão – Estados, Distrito Federal e Municípios – isso, fazendo com que se estabeleçam punições para quem fizer esse descarte.

O projeto original estabelecia um prazo de dois anos. Eu estou tirando o prazo de dois anos, para que não haja nenhum questionamento sobre as atribuições que nós temos e que os Municípios têm. Enfim...

Mas eu não tenho dúvida de que hoje é um dos temas mais debatidos nas Câmaras Municipais. Tivemos aí uma posição do próprio Ministério do Meio Ambiente, que divergia um pouco da minha, e eu estou mantendo a proposta do Senador Pedro Taques, porque eu acho que o projeto é muito bom.

Então, conforme o art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

Com relação ao mérito, o autor informa que se inspirou – no caso, o Senador, hoje Governador, Pedro Taques – na Lei nº 3.273, de 2001, do Município do Rio de Janeiro, que impõe multas administrativas aos que descumprirem posturas municipais. Desse modo, a proposição obriga os entes federativos de maior proximidade à população, que são o Distrito Federal e os Municípios, a regularem a correta disposição de resíduos sólidos em suas vias.

É só observar, chegar – mesmo aqui em Brasília –, qualquer sobrevoo que se faça nas cidades, qualquer via que se pegue, nos deparamos com esse problema.

Embora a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição tenham sido realizadas pela CCJ, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, dois pequenos reparos são necessários com relação aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa. Eu faço esse pequeno reparo.

O art. 2º da proposição, salvo melhor juízo, incorre em vício de inconstitucionalidade, pois, ao estabelecer prazo de dois anos para o Distrito Federal e os Municípios regulamentarem a lei que resultar do projeto de lei, ocorre ingerência indevida da União no funcionamento desses entes federativos – essa é a compreensão que temos –, que têm autonomia política (art. 18 da Constituição Federal) para decidir sobre a conveniência e a oportunidade de suplementar a legislação federal no que couber.

Além disso, com relação à técnica legislativa, como o PLS nº 523, de 2013, não altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, requer-se a modificação da ementa para retirar essa menção.

Tendo em vista que o projeto contribui para a preservação do meio ambiente, ao educar a população sobre o correto descarte dos resíduos sólidos, cabe aprovar a proposição com as duas emendas necessárias para fazer as devidas correções.

Diante do exposto e da leitura, que eu procurei fazer de maneira bastante objetiva, eu apresento voto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques.

É o meu parecer e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, está em votação.

Eu vou fazer a chamada nominal. Aqueles Senadores e Senadoras que concordam com o Relator votam "sim".

Com a palavra o Senador Donizete Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti Nogueira com o Relator.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com o Relator.

Há mais algum?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O meu é voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O voto do Senador é conhecido.

Então, aprovado por unanimidade.

Como vota a Senadora Regina? O nome de S. Exª não está apontado aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Acir Gurgacz com o Relator.

Aprovado, por unanimidade, o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, CMA, com nove votos favoráveis.

Passemos, agora, ao item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o dever do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 22/09/2015.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como é conhecido o projeto, eu vou direto à análise, que diz o seguinte: consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias referentes à defesa do consumidor, devendo, ainda, emitir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa Legislativa, ela será objeto de apreciação unicamente neste Colegiado.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61). A proposta, portanto, não contraria qualquer dispositivo da Constituição Federal.

Também estão atendidos os requisitos de juridicidade do projeto em exame.

Passemos à avaliação de mérito.

De antemão, é de salientar a relevância de medidas que resguardem os direitos do consumidor. Nesse sentido, a iniciativa em referência é louvável, oportuna e pertinente, porquanto ela vem preencher lacuna até então existente – a não obrigatoriedade de o fornecedor higienizar os equipamentos e utensílios usados no fornecimento de produtos ou serviços ou colocados à disposição do consumidor e de informar, ostensiva e adequadamente, quando for o caso, acerca do risco de contaminação.

A nosso ver, a não higienização dos equipamentos e utensílios disponíveis para o consumidor no momento da compra de produtos ou da prestação de serviços não pode ser entendida como risco normal e previsível.

Da mesma forma, o PLS nº 445, de 2015, está conforme com o art. 6º, inciso I, da mencionada Lei nº 8.078, de 1990, que assegura, como direito básico do consumidor, a proteção da saúde contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços.

Note-se, também, que a proposição está em consonância com o objetivo do respeito à saúde do consumidor e com o princípio do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Com efeito, a proposta concorre para o aperfeiçoamento da norma consumerista, porquanto ela confere maior proteção à saúde do consumidor contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços, merecendo, portanto, ser acolhida.

O voto.

À luz do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira, para discutir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para uma dúvida que me ocorreu. No §2º diz que o fornecedor deverá higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços ou colocados à disposição do consumidor. É esse "ou colocados" que está me trazendo dúvida, Senador. Talvez nós devêssemos fazer uma correção, porque eu acho que não há esse "ou" aqui.

Não há o "ou". Ficaria assim: "O fornecedor deverá higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços ou colocados à disposição".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu entendo que deve haver o "ou", porque é uma coisa ou outra, deve haver o "ou", porque, senão, ele ficaria direto e fica sem a condição de fazer uma coisa ou outra. Então eu entendo que é importante manter o "ou", segundo a informação dos nossos universitários.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu fiquei com a impressão de que é "colocado à disposição".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Encerrada a discussão, vamos fazer a chamada nominal para votação do projeto.

Vou começar pela Senadora Regina Sousa, para ver se eu posso me penitenciar. Que a senhora me desculpe pelo lapso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – A senhora vota com o Relator.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com o Relator.
Então, está aprovado o projeto por oito votos favoráveis, nenhum voto contrário.
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o item 1 é um requerimento de autoria do Senador Ivo Cassol.
Eu gostaria de subscrever esse requerimento, uma vez que o Senador está ausente...
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele me pediu que eu o subscrevesse, e eu gostaria de fazê-lo, para que pudéssemos deliberar.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, V. Exª será atendido.
Passo a ler, como subscritor, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 87, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que sejam convidados para Audiência Pública os servidores GLEISON MAGALHÃES FREITAS, Analista Ambiental, matrícula 2168692 e MAILA FERREIRA DE AGUIAR, Analista Ambiental, matrícula 2182100, lotados no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Ministério do Meio Ambiente no Estado do Pará, responsáveis pela expedição da Nota Técnica nº 01/2015/REBIO Serra do Cachimbo/ICMBio, em resposta ao Ofício nº 214/2015, oriundo do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Altamira/Pará, com a finalidade de instruir o Inquérito Civil nº 1.23.003.000283/2014-13, acerca do entendimento trazido naquele expediente por aqueles técnicos, com vistas a subsidiar os trabalhos deste Egrégio Colegiado na análise do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Concedo a palavra ao Senador Aloysio.
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, eu pediria a V. Exª também que me permitisse incluir o Sr. Rodrigo Priante, que é o Chefe da Unidade de Conservação da Serra do Cachimbo, como um dos convidados para audiência pública, também a pedido do Senador Cassol.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.
O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – EU Iria fazer a mesma proposição do Senador Aloysio Nunes. É importante termos o Rodrigo Priante, que é uma sugestão do Senador Paulo Rocha, que me pediu, que é gestor da Unidade de Conservação da Reserva Biológica Serra do Cachimbo.
Primeiro, queria parabenizar, porque acho que é importante termos esse debate aqui, Senador Flexa, e conversarmos. E queria propor, além dele, que o Senador Aloysio já falou, estou só referendando, a Lilian Letícia Hangae, Coordenadora Geral de Criação e Planejamento de Avaliação de Unidade de Conservação do ICMBio, completaria. Teríamos os técnicos que falariam, a responsável pelo ICMBio, que cuida, do ponto de vista nacional, das unidades e o gestor local. Com isso, ouviríamos e pacificaríamos essa discussão.
A Srª Lilian Letícia é a Coordenadora Geral de Criação e Planejamento de Avaliação de Unidade de Conservação do ICMBio. Teríamos quatro pessoas, os dois técnicos, o responsável local pela unidade e os dois técnicos. Penso que seria pertinente para que pudesse fazer uma audiência só e que ela pudesse nos dar o melhor juízo para definirmos sobre essa matéria.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Os nomes para o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O autor do requerimento é o Senador Ivo Cassol e o Senador Aloysio Nunes o subscreve.

Concordo com o requerimento, com a adição dos dois nomes que foram propostos – um proposto pelo Senador Aloysio e o outro, pelo Senador Jorge Viana – mas queria também aditar mais um nome: o da Procuradora da República, em Altamira, que foi quem pediu o relatório dos técnicos do ICMBio. Então, se vier o Ministério Público Federal aqui, teremos completo o quadro: àqueles que deram parecer favorável, o Ministério Público, o ICMBio e o Ibama. Teremos todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Os nomes propostos pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Jorge Viana serão aditados aqui ao requerimento do Senador Ivo Cassol, subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Encaminharei, posteriormente, o nome da Procuradora, que não tenho nesse momento comigo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em algumas oportunidades, eu abri a exceção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Temos um requerimento do Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eventualmente, abrimos exceção para inclusão de nomes aos requerimentos que não estão na pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Peço a V. Exª que coloque esses três requerimentos como extrapauta. É um assunto que vejo de grande relevância, que é a respeito dessa metodologia de cálculo do desemprego em nosso País, em que convidamos, então, a presidente do IBGE, como também um representante da OIT, e também o Ministro do Trabalho; se ele não puder vir, que indique alguém da área, para que nós possamos fazer uma audiência pública para discutirmos essa metodologia que hoje está sendo utilizada no Brasil, porque nós precisamos levar para o nosso povo informações e transparência quanto a esses números. Então, esse é o objetivo dos requerimentos: convites.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes, estou sendo informado pela minha assessoria de que amanhã já está programada uma audiência pública com esse mesmo tema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu não queria me referir, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – São convidados o Sr. José Aparecido Ribeiro, Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea; a Srª Maria das Graças Parente, Coordenadora-Geral de Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. A audiência está marcada para amanhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Retifico: para hoje à tarde.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, exatamente sobre esse assunto, eu não quis trazê-lo à tona...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para hoje à tarde, e inclusive é de V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Exatamente. Mas veja só, o IBGE não nos atendeu. Não nos atendeu. Nós ligamos agora, pela manhã, para falar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, para esta audiência pública à tarde, não virá ninguém?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Exatamente. Nós ligamos para a chefe de gabinete da Srª Wasmália...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, vamos colocar em votação os requerimentos de V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – São três requerimentos.

Vamos aos itens 15. 16 e 17.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 92, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado do Trabalho, Manoel Dias, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de prestar informações sobre os critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Interrompo a leitura para convidar e não convocar. Então, "convidando". Aqui está "convocando"; mudo para "convidando".

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Para o Ministro é uma convocação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Até porque não sabe nem se ele ainda será Ministro no dia da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O que é isso?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E os dois são convites.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas eu acho muito sério nós estarmos convocando o Ministro com um quórum como esse.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu fico responsável em ligar para o Ministro para ver se ele pode comparecer.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Continuo a ler o item 15.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 92, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convidando o Senhor Ministro de Estado do Trabalho, Manoel Dias, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de prestar informações sobre os critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 93, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Stanley Gacek, representante da OIT - Organização Internacional do Trabalho no Brasil, para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 94, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a senhora Wasmália Bivar, Presidente do IBGE, para prestar depoimento a respeito dos critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados.
Como não há mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia seis de outubro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Jader Barbalho, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Ofício nº 68/2015, da Câmara Municipal de Rosário, Maranhão; Ofício nº 324/2015, da ANA; Ofício CE nº 371/2015 – DI; Aviso TCU nº 1.06/2015 - GP; Ofício nº 61/2015 – CE; e Aviso nº 60/2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014 – Terminativo. Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 95, de 2015. Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 233 de 2014, que "Dispõe sobre o registro, fabricação, importação, comercialização, rotulagem, informação ao consumidor e fiscalização e controle dos suplementos alimentares e nutricionais". Para tanto sugere a participação dos convidados abaixo relacionados. Sr. Jarbas Barbosa da Silva Junior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Sr. Fernando Aith, Vice-coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA); Sr. Marcelo Fernandes Bella - Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Produtos Nutricionais (ABENUTRI); Sr. Euclesio Bragança da Silva, Presidente da Integralmédica; Sr. Erico Chagas Caperuto, doutor em Biologia Celular e Molecular pela USP, Professor da Universidade Mackenzie e da Universidade São Judas Tadeu. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado com aditamento para que se substitua no rol de convidados o Sr. Euclesio Bragança da Silva, Presidente da Integralmédica, pelo Sr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais (Brasnutri). Assume a Presidência da reunião o Senador Ataídes Oliveira. ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 5, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 317/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao processo que trata da inspeção que teve por objetivo levantar a real situação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) que foram contratadas com a Construtora Mendes Júnior (TC 004.375/2005-7). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Integração Nacional. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do aviso e pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Integração Nacional. É devolvida a Presidência da reunião ao Senador Otto Alencar. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2015 - Não Terminativo. Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados. Autoria: Deputado Nelson Meurer. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição

do projeto. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – ... Está tudo centralizado em Brasília. Vai chegar um ponto em que certidão de nascimento vai ter que ser tirada em Brasília. A concentração de poder é tanta que certidão de nascimento vai ter que ser tirada em Brasília.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu só queria fazer um comentário aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Só um minutinho.

Já há quórum suficiente para abrirmos a reunião. Então, declaro aberta a reunião e passo a palavra ao Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apenas para fazer um comentário sobre esse minidebate aqui, Presidente.

Na minha concepção, o Estado moderno é o Estado regulador. O Estado interventor na economia, aquele Estado... Esse Estado não vai existir mais. O Estado moderno é um Estado regulador. Agora, o Estado precisa cumprir sua função de regular, e de forma absolutamente isenta e levando em consideração o interesse do contribuinte, do cidadão, do consumidor deste País. O problema é que as agências reguladoras, hoje, neste País, muito mais atendem a interesses comerciais do que regulam o sistema de maneira a defender os interesses dos brasileiros, dos consumidores brasileiros dos diversos serviços públicos.

Há uma série de intromissões nessas agências. Elas deveriam ser totalmente autônomas; hoje, elas são praticamente um apêndice do Governo central. Os diretores das agências, os conselheiros das agências, saem das agências e vão trabalhar naquelas empresas que eles fiscalizavam, que eles regulavam, sendo que, às vezes, eles são recrutados dessas empresas. Há uma interferência de partidos políticos indicando pessoas para essas agências. Então, elas, que deveriam cumprir um papel técnico de regulação dos serviços públicos, passaram a virar um apêndice do Governo e, muitas vezes, um verdadeiro cabide de empregos.

Hoje, existem, nas agências reguladoras no Brasil, 1.098 cargos em comissão. Há um excesso, um despautério. Qual a razão para existirem 1.098 – foi o número apresentado pelo Ministério do Planejamento em resposta a um requerimento formal de informações que fiz como Parlamentar – cargos comissionados nessas agências?

Eu apresentei aqui um projeto para que todos os cargos comissionados das agências reguladoras fossem ocupados por servidores do quadro das próprias agências. Cargos comissionados... Alguns devem ser comissionados, sim: um chefe de gabinete, uma secretária... São cargos de confiança. Agora, esses cargos que são técnicos têm de ser ocupados por servidores do quadro das próprias agências. Infelizmente, hoje, as agências viraram um cabide de empregos, e, muitas vezes, o que vale ali é a indicação de um partido político, não a qualificação técnica daquele indicado para aquele cargo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero também fazer um registro.

Presidente Otto e Senador Blairo, o Brasil tem diversos gargalos que impedem o crescimento da nossa economia. Diversos gargalos. E aqui, hoje, o Presidente Otto chama atenção para um dos principais deles, que é a burocracia. A iniciativa privada, como disse o Senador Blairo, faz a parte dela, mas a pública não faz a sua parte.

Eu percebo que o Brasil precisa, Senador Blairo, de um novo modelo de gestão. Há muito chefe, há muito cacique para pouco índio. O Senador Reguffe acabou de mencionar um número que eu não conhecia: esses 1.098 cargos comissionados dentro das agências reguladoras. Esses 25 órgãos que terão de recorrer para conseguir... A história do Portus lá da Bahia.

Aqui, só para se ter uma noção, Presidente Otto, uma empresa, hoje, para registrar um funcionário, para que esse funcionário comece a trabalhar hoje na empresa, precisa esperar pelo menos dez dias, porque esse funcionário terá de passar por exames médicos, terá de passar por uns dois ou três órgãos para, depois, conseguir ser admitido na empresa.

Registrar uma empresa neste País, hoje, é uma gincana tremenda. Como é que o País cresce assim? O Ministério do Trabalho tem de rever a forma de o Ministério do Trabalho, de o Ibama...

Não me esqueço de que, quando aquela empresa que hoje está na Lava Jato conseguiu ganhar o leilão da nossa BR-153, ela queria começar a fazer o roçamento às margens da BR-153, mas o Ibama não liberou!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É a famosa supressão vegetal, que eles não liberam de jeito nenhum.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não liberam. Então é...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É só capinar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – É só capinar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Era só capinar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em área já desmatada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em acostamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em acostamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E aí os auditores do Ministério do Trabalho recebem por serviços prestados, por auto de infração. Então, quando chegam a uma obra nossa, por exemplo – eu sou incorporador –, e, de repente, o vento tirou uma escora ou qualquer coisa, impedem a obra por tempo indeterminado, com 200 homens trabalhando ali!

Assim, o País não cresce. Nós temos de ver um novo modelo de gestão neste País.

Eu só queria fazer este comentário e coadunar tudo o que V. Exª, Presidente Otto, colocou aqui, hoje. Isso é um assunto realmente... Agora, esta Comissão precisa se debruçar sobre essa história da burocratização do nosso País. Espero que bons frutos venham por aí.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Outro grande problema é a superposição dos órgãos de controle. Há a superposição de vários órgãos de controle que fiscalizam a gestão que poderiam ser, no mínimo, extintos. Agora mesmo, com a extinção de alguns Ministérios e também dos cargos de confiança e dos terceirizados, o Governo fez a diminuição dos terceirizados na Administração Central, aqui, em Brasília, mas não fez nos Estados. No meu Estado mesmo, eu conheço órgãos em que se passa o dia inteiro, praticamente, de braços cruzados, pois estão superlotados de terceirizados, e não foi feita essa ação. Inclusive, estou mandando para a Casa Civil esse alerta, para que se possa estender, porque a folha que se paga é muito grande.

Agora, voltando à Anac... Na Bahia, durante três anos e quatro meses, eu fui Secretário de Infraestrutura e lutei para restabelecer a aviação regional. Foi de três anos e meio essa luta para colocar aeroportos que tinham condições de funcionar para serem homologados. Por quem? Pela Anac. Eu mandei, por exemplo, ofícios dizendo que queria homologar o aeroporto de Valença, que fica numa área muito bonita, no litoral da Bahia, e a resposta foi a seguinte: "Não podemos mandar o técnico porque a prioridade este ano é a Copa do Mundo." Terminamos tomando um 7 a 1, mas a prioridade era a Copa do Mundo. Então, não consegui. Aí, vim à Anac e consegui, com muita dificuldade, homologar os aeroportos de Valença, de Teixeira de Freitas, no Extremo Sul, de Lençóis, na região onde eu nasci, na Chapada Diamantina, que estava praticamente desativado, e de Paulo Afonso, que também existia, mas estava desativado, porque não havia técnico para homologar.

Por isso, nós apresentamos aqui um projeto para que as agências estaduais possam ser criadas obedecendo às normas estabelecidas pela legislação, para homologar, trabalhar, homologar os aeródromos que estão em condições de ser homologados, seguindo normas federais. Mas, no Brasil de 26 Estados e Distrito Federal, não há como uma agência em Brasília tomar conta de todos os aeródromos deste País.

Uma coisa me chamou a atenção, Senador Blairo Maggi, Senador Flexa, Senador Reguffe e Senador Ataídes: quando o aeródromo era da iniciativa privada, era homologado quase que imediatamente. O técnico ia lá com 15 ou 20 dias, mas não ia ao público, absolutamente. Lá na região oeste da Bahia, da soja, há um aeroporto privado para o qual foi solicitado visita do técnico ao mesmo tempo em que o foi para o meu, e o técnico chegou lá com 60 dias. O meu levou um ano e tanto para ser homologado.

Então, essas coisas precisam ser corrigidas, e estão aqui dentro, dentro da Capital Federal. Há pessoas que trabalham, que lutam, mas centralizou-se demais o poder político, financeiro e administrativo. Não há como o nosso País andar com Brasília mandando em tudo que se passa neste País, saindo tudo daqui. Não há a menor condição! Eu me considero uma pessoa insubordinada quanto a isso. Vejo que, ás vezes, quero fazer alguma coisa, mas não tenho como.

Por isso, apresentei esse projeto dos aeródromos, para que os Estados pudessem ter agências reguladoras da aviação nesse sentido seguindo normas federais, para agilizar essa situação não só de homologação, mas de fiscalização e controle do espaço aéreo, como acontece nos Estados Unidos. Lá, um condado se reúne, aprova um projeto e faz um aeroporto seguindo normas federais. Por que não pode descentralizar no Brasil? Tudo tem de ser centralizado aqui?

Como falei antes, e vou repetir agora, há alguns gabinetes, não todos, que funcionam só com a traficância de interesses. Foi o que aconteceu na Bahia. Não vou citar nomes, mas citaria, se fosse necessário. Pode fazer isso, dependendo disso ou daquilo, dois pontos. Ou, como colocou o Senador Blairo Maggi, criando dificuldade para ter facilidade.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Senador Ataídes, Senador Blairo, Senador Reguffe, eu só tenho de concordar com os depoimentos de todos os Srs. Senadores que me antecederam. O Senador Reguffe fez uma colocação perfeita.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se o Estado brasileiro não pode ajudar, que, pelo menos, não atrapalhe.

V. Exª colocou agora exemplos de Estados americanos, mas lá é uma federação, uma federação de fato, não é como o Brasil, que se diz uma federação mas que é quase que um Estado unitário, pois Brasília define o que fazer em todas as unidades federadas. Quer dizer, os Estados, aqui, não têm vida própria. Aqui, a União é que define e regula aquilo que tem de ser feito, diferentemente do que acontece nos Estados Unidos, onde cada Estado tem sua legislação e é livre para determinar o que deve ser feito.

O início desta conversa que temos aqui, na Comissão, Senador Otto, é a demora que ocorre no Brasil para que possam ser feitos investimentos. O Brasil clama por investimentos, necessita de investimentos. Graças a Deus, esse Governo levou 13 anos para entender que o Estado, sozinho, não tem capacidade de fazer os investimentos necessários para que este País avance. Ele interrompeu a abertura que foi feita no governo do PSDB, por uma questão ideológica, inclusive o tratamento, como foi colocado aqui pelo Senador Reguffe, das agências reguladoras. Ele entendia que a agência reguladora fazia contraponto aos Ministérios, ou seja, servia para ocupar o lugar do Ministério. Não tem nada a ver!

A agência reguladora é necessária, porque, quando você entrega à iniciativa privada serviços a serem oferecidos à sociedade, é preciso que alguém do Estado regule e fiscalize. Quem faz isso? A agência reguladora. Aí as taxas são cobradas nas tarifas dos usuários e não são repassadas para as agências fazerem o seu trabalho, são usadas para superávit primário.

Além do que, como colocou o Senador, as indicações que são feitas... Melhoraram, graças a Deus! Agora, já melhoraram. Algumas continuam sendo feitas, mas já houve uma melhora bastante importante nas indicações. Tem de ser técnicos que venham cumprir seu papel nas agências reguladoras.

O Senador Jucá, nosso ex-Líder do Governo, deu uma entrevista, que foi publicada nas Páginas Amarelas da *Veja* desta semana. Seria importante que o Brasil inteiro lesse o que ele disse. Ele foi Líder do Governo há algum tempo aqui, no Senado Federal, e disse que a reforma ministerial, Senador Blairo, que houve foi apenas para o Governo dar mais camarotes no Titanic.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Suíte, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Suíte no Titanic.

Ou seja, isto é evidente: o País está sem rumo. E, lamentavelmente, não é essa reforma que foi feita no Ministério, que deveria ter sido feita para que o País pudesse melhorar, para que fossem colocadas pessoas que tivessem condições técnicas... Não, foi negociata política para compra de votos, troca de votos no Congresso Nacional, para sustentação de um Governo que, por si só, já não se sustenta. Ele está sem sustentação.

Eu comentava com o Senador Blairo que eu jantei ontem, em Belém, com um grupo da Argélia, Cevital, um dos maiores grupos exportadores de óleo e de vários outros segmentos. Eles querem vir para o Brasil e investir, especialmente no Estado do Pará. O investimento, eu comentava... Inclusive, o Senador Blairo disse que o grupo é cliente do Senador, que vende óleo de soja para a Cevital.

Então, eles querem fazer investimentos no Pará e em Mato Grosso, de bilhões de dólares, mas, ontem, no jantar, reclamavam exatamente da dificuldade que eles estão encontrando para vir investir no Brasil. Eles diziam: "Olha, se não conseguirmos resolver isso num espaço de tempo que seja compatível com a necessidade de investimento, nós vamos para outro país. Vamos para outro país onde a gente possa fazer aquilo que a gente quer fazer, por escolha, no Brasil, no Pará e em Mato Grosso." É lamentável que a gente possa confirmar isso não só na sua Bahia, na nossa Bahia, como em Mato Grosso, no Pará, no Tocantins, no Brasil por inteiro.

Com relação à aviação regional, nós fizemos uma audiência pública aqui, na CMA, com a presença do Ministro, da Anac, da Infraero e, depois, tivemos uma reunião no gabinete do Ministro para tratar da questão do preço – tecla em que o Senador Jorge Viana tanto bate aqui – das passagens aéreas, e eu aproveitei para tratar do Plano Nacional de Aviação Regional, do qual fui Relator, que foi aprovado e sancionado pela Presidente em janeiro deste ano, mas até hoje não foi regulamentado.

Ou seja, não se coloca em prática nem o plano de construção dos duzentos e tantos aeródromos no Brasil. Como sempre, é um lançamento midiático que a gente vai ver... Esse plano dos aeródromos já tem três anos, e até hoje não foi feito sequer um. Eu disse ao Ministro Padilha: "Ministro Padilha, quero entender por que entregaram..."

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Ao Banco do Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "... ao Banco do Brasil!"

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Um absurdo! Eu não entendi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por que entregaram ao Banco do Brasil, para o Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para fazer os projetos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... fazer os projetos e construir?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – E construir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para fazer a licitação e construir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu não...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que o Banco do Brasil tem a ver com isso, Senador Blairo? Aí eu disse a ele: "Ministro Padilha, lá na Amazônia há um órgão da Aeronáutica, a Comara, que sempre fez os aeroportos na Amazônia" Sempre. Para aqueles pontos mais distantes, ela colocava tudo de que precisava dentro de uma balsa, saía navegando no rio, ia até o ponto onde tinha de fazer o aeródromo e fazia o aeródromo. Ou então o Governo... Não. Em vez de entregar para quem já sabe fazer, foi entregar para o Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Para o Banco do Brasil fazer aeroporto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Acabei de falar em V. Exª, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Deve ter sido bem, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Falei bem. Falei da sua luta sua com relação à questão dos preços das passagens e da reunião que tivemos aqui com o Ministro e, depois, com o Ministro lá na SAC.

Então, acho que a permanência do Ministro pelo menos nos dá a garantia de continuidade da discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas a reunião piorou muito depois que V. Exª saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas nós saímos juntos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Posso explicar. A questão do dólar, não é? As empresas estão, agora, enfrentando outro problema, que é o da alta do dólar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós tivemos de sair para... Não garantiram segurar o nosso avião, que ia decolar às 14h30. E aí ficou o Senador Randolfe nos representando. Não, o Jorge, antes. Eu e o Randolfe iríamos pegar o mesmo voo. Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – O item 1 é terminativo e nós não temos como...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu tenho um extrapauta, Sr. Presidente, não terminativo. Se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Vamos começar, então. Eu atropelei um pouco aqui.

Vou submeter às Srªs e aos Srs. Senadores a leitura da aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está provada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento de *e-mail* do Deputado Ricardo Barros, Relator-Geral do Orçamento de 2016, que informa que a Consultoria do Orçamento está disponível para fazer apresentação do conteúdo Orçamento-Geral da União referente à área de atuação da CMA.

Ele se prontificou a acompanhar a exposição a ser feita perante a Comissão e sugeriu que ela seja marcada para esta semana, do dia 6 ao dia 9 de outubro de 2015, como previsão, para apresentações e debate no período de uma hora. Ele informou, ainda, que as informações serão relevantes para que as emenda de apropriação e remanejamento sejam indicadas nas áreas de maior interesse do conjunto dos membros da Comissão.

"Caso haja interesse dos Srs. Senadores e Senadoras em participar da apresentação, deverão sugerir data conforme o calendário indicado pelo Relator."

Então ele está se colocando à disposição para comparecer à CMA entre o dia 6, hoje, e o dia 9 de outubro, para, no período de uma hora, fazer uma exposição.

Pergunto qual seria o horário melhor, para que nós pudéssemos informar a ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas é lá na Câmara? Para comparecer à Câmara?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Está marcando para esta semana.

O ofício do Deputado Ricardo Barros foi encaminhado para todos os gabinetes dos Senadores?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, a reunião teria que ser lá... Qual seria o local indicado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Na Comissão. Está o.k.

Então, os Senadores estão informados.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que ficarão à disposição dos membros da CMA por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados.

Ofícios recebidos:

Ofício nº 68/2015, da Câmara Municipal de Rosário, Maranhão;

Ofício nº 324/2015, da AA-ANA;

Ofício CE nº 371/2015 – DI;

Aviso TCU nº 1.06/2015 - GP;

Ofício nº 61/2015 – CE; e

Aviso nº 60/2015.

Informo que a relação dos documentos lidos veio encaminhada por *e-mail* para o gabinete todos os membros, com *links* para acesso ao inteiro conteúdo dos mesmos.

Passamos à pauta.

Aqui, o item 1 está como terminativo, mas não é terminativo? Está como terminativo aqui mas não é terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE *(Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Já foi votado na semana passada.*

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014
- Terminativo -

Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar
Observações:
-Em reunião realizada em 29/09/2015, foi aprovado o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014, por unanimidade.
-A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284).

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, como foram oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Então, aprovada em segunda votação a matéria que foi relatada pela nobre Senadora Lídice da Mata.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 95, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 233 de 2014, que "Dispõe sobre o registro, fabricação, importação, comercialização, rotulagem, informação ao consumidor e fiscalização e controle dos suplementos alimentares e nutricionais".

Para tanto sugere a participação dos convidados abaixo relacionados.

• Sr. Jarbas Barbosa da Silva Junior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

• Sr. Fernando Aith, Vice-coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA);

• Sr. Marcelo Fernandes Bella - Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Produtos Nutricionais (ABENUTRI);

• Sr. Euclesio Bragança da Silva, Presidente da Integralmédica;

• Sr. Erico Chagas Caperuto, doutor em Biologia Celular e Molecular pela USP, Professor da Universidade Mackenzie e da Universidade São Judas Tadeu.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

O requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu queria pedir a V. Exª que, antes de colocar em votação o requerimento, fizesse a substituição do Sr. Eclécio Bragança da Silva, Presidente da Integralmédica, pelo Sr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais. É só a substituição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª será atendido e a Mesa tomará as providências para modificar o requerimento proposto por V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, estou pronto para relatar um projeto que não está na pauta, Como ele não é terminativo, se V. Exª permitir, como estou com o relatório pronto, eu gostaria de pedir sua inclusão como extrapauta, para limpar a minha mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Qual é o número?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É um extrapauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª quer que inclua extrapauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Então, coloco em votação o requerimento de V. Exª.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.

Autoria: Deputado Nelson Meurer
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, atendendo à solicitação de relatoria de projeto extrapauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Vamos ao relatório, então.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2015, que altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados. De autoria do Deputado Nelson Meurer, a proposição será analisada posteriormente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O art. 1º do PLC nº 9, de 2015, informa que a proposição altera a redação do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, para especificar vedação à soltura de organismos aquáticos geneticamente modificados no ambiente natural e para ampliar a eficácia do dispositivo ao retirar a exigência de que os organismos estejam caracterizados em lei para que se observe a limitação à soltura.

O art. 2º do projeto altera o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados. Cabe observar que a redação original do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, determina a proibição da soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica.

A legislação específica no presente caso é a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança), que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Essa lei conceitua o que são organismos geneticamente modificados (OGM), bem como disciplina as hipóteses de liberação desses organismos no meio ambiente – o que é vedado pela atual redação da Lei nº 11.959, de 2009.

O art. 3º estabelece que a lei decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, a proposição afirma ter como objetivo aumentar a segurança do meio ambiente ao proibir totalmente a soltura de organismos aquáticos geneticamente modificados.

Todavia, no presente caso, a exclusão proposta no PLS não acarreta maior segurança ou rigor ambiental, uma vez que não modifica a situação atual de proibição de soltura de organismos geneticamente modificados aquáticos no meio ambiente. Ainda que se retire do texto legal a referência à legislação específica, resta a necessidade técnica e jurídica de se caracterizar o que sejam organismos geneticamente modificados, o que é feito na Lei nº 11.105, de 2005. De fato, sem a definição legal, não haveria como saber se determinada espécie é OGM ou não, o que geraria insegurança jurídica.

Dessa forma, considerando:

(I) a inocuidade da proposição, por não aumentar o rigor da proibição de soltura no ambiente natural de organismos geneticamente modificados aquáticos; (II) o fato de a definição do que sejam organismos geneticamente modificados já constar de lei vigente no ordenamento jurídico (Lei nº 11.105, de 2005); e (III) a segurança jurídica dessa referência no texto da Lei nº 11.959, de 2009, entendemos que o PLC nº 9, de 2015, não deve ser acolhido por esta Casa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do PLC nº 9, de 2015.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ao tempo em que cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, e os colegas, vejo que é um complicador discutirmos uma matéria colocada extrapauta com este conteúdo. É óbvio que eu vi o cuidado do Senador Blairo.

Do ponto de vista do mérito, é uma coisa com que, em princípio, todos nós já concordamos. Não se pode fazer soltura de organismo geneticamente modificado em ambiente natural. Mas o Senador Blairo, que teve oportunidade de estudar melhor, fala que isso já está garantido na legislação.

Não é isto, Senador?

Então, com isso, a modificação na legislação não é bem recepcionada pelo Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Não dá mais segurança...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ela pode ainda dar uma certa insegurança jurídica. Foi o que eu entendi.

Do nosso ponto de vista, há um posicionamento próprio Ministério do Meio Ambiente contra essa modificação, que vai ao encontro da proposta do Relator Blairo Maggi. Mas eu acho que é importante, porque são matérias muito vinculadas ao nosso trabalho. Eu estava aqui correndo para tentar entender um pouco, até para poder me posicionar. É óbvio que dou avala absoluto à figura do Senador Blairo, que tem uma experiência, uma

vivência, que é de uma região que um projeto... Qualquer trabalho nesse sentido de soltura de organismos... Imagine se no Pantanal houver alguma modificação da composição da sua fauna aquática.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Se for, não segura mais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não tem saída. Nós temos uma tentativa de controle dos vales no Brasil, até para evitar que haja essa mudança no ambiente natural. Então, certamente, o projeto cai na mão de uma pessoa que o relata com propriedade.

Mas eu só queria fazer esta observação de que, quanto a algumas matérias, talvez seria bom a gente tomar um pouco mais de conhecimento com antecedência, para termos mais segurança para opinar, e, na discussão, dizer que sigo o parecer e o voto do nosso Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Passo o comando da reunião ao ex-Presidente Ataídes de Oliveira para que eu possa relatar o item 3 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 3.

ITEM 3
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 5, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 317/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao processo que trata da inspeção que teve por objetivo levantar a real situação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) que foram contratadas com a Construtora Mendes Júnior (TC 004.375/2005-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Integração Nacional

Com a palavra o Senador Otto Alencar, para sua relatoria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Vem à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 5, de 2015 (Aviso nº 127-Seses-TCU-Plenário, de 25 de fevereiro de 2015, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 317/2015-TCU-Plenário, bem como o respectivo Relatório de Acompanhamento que o fundamenta, referente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (Processo nº TC 004.375/2005-7).

Segundo o Relatório de Acompanhamento, de dezembro de 2014, o valor já contratado para a primeira etapa da obra (Eixos Norte e Leste) soma R$ 8,55 bilhões e o empreendimento já conta com 69,22% de execução física.

São R$8,55 bilhões para a transposição. Para a revitalização, absolutamente nada.

Eu tenho...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª saberia dizer qual o valor inicial do projeto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Pouco mais de R$2 bilhões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já está em R$8 bilhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) –

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – O Dr. Rafael é técnico da Codevasf.

O valor inicial era de quanto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – De R$4,5 bilhões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Projeto básico é uma coisa. Não se licita com projeto básico.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – O que eu queria colocar aqui é que eu tenho, nesse tempo inteiro, colocada no plenário a situação de morte iminente do Rio São Francisco. O Rio São Francisco não

terá jeito. Ele vai morrer dentro de, no máximo, oito ou dez anos, estourando, porque os seus afluentes já foram todos embora. O que eu quero mostrar é que eu já fiz várias reuniões, Senador Jorge Viana, duas vezes com a Presidente Dilma, quatro vezes com o Ministro Mercadante, duas vezes com o da Integração, com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na presença do Ministro Aloizio Mercadante, com os técnicos que eu levei o projeto de revitalização... Por sinal, a Ministra do Meio Ambiente fez parecer que, no momento, eu estava fazendo uma coisa ao contrário da revitalização, tal o mau humor que ela apresentou nessa reunião, ao ponto de nós quase encerrarmos a reunião. Foi uma coisa assim que me chamou a atenção, porque falar em restauração de nascentes, de rios e afluentes, e os afluentes morrendo... A situação do São Francisco, na calha do rio, é de assoreamento, de aterramento... Na Barragem de Três Marias, é aterramento; em Sobradinho, é aterramento.

Nós estamos entrando hoje, na calha do Rio São Francisco, por ano, com 27 milhões de toneladas de sedimentos, de areia, de terra, dentro do rio. Há dez anos era quanto, Rafael?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Oito milhões.

Então, o rio está completamente entupido, braço de rio, calha de rio. Não existe uma ação para desassorear o rio. Não existe uma draga hoje... Se você sair da nascente do Rio São Francisco, em São Roque de Minas, e chegar à foz, quase 2.800km depois, não vai ver uma draga dragando o Rio São Francisco, que está totalmente entupido, o que eu considero, Senador Jorge Viana, e falo aqui, até como alguém que construiu o Governo e apoia o Governo, uma grande irresponsabilidade do Governo para com o povo nordestino, porque, nessa transposição que está aqui, que, pelo eu estou lendo aqui, está em R$8,55 bilhões, não vai haver água para levar para canal absolutamente nenhum.

Perdoem-me a indignação e até a veemência. A minha veemência não é porque eu estou defendendo a água para meu uso, não, mas para uso do povo nordestino, que só tem esse manancial para suprimento. Os Estados receptores da água do Rio São Francisco – Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará – vão ficar à míngua, na situação que está.

A diminuição da vazão, há dez anos, medida em Sobradinho, na Chesf, a média era de 2.900 m^3 por segundo. Está em quanto hoje, Rafael, você que é da Codevasf?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Não está, não. Já diminuiu. Está em quinhentos e poucos metros cúbicos por segundo. Olhe bem: há dez anos, a vazão média na Chesf...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Entrando 500. A afluência é de 500 e a defluência é de 900. Então, a barragem vai para o volume morto dentro de 30 dias. O que eu falo é que custa muito mais barato do que esses R$8 bilhões aqui fazer a revitalização

Se o Governo quisesse colocar, anualmente, R$200 milhões em dez anos, revitalizava-se completamente o Rio São Francisco, fazendo o replantio das matas ciliares, contendo o assoreamento, a erosão do rio, mas, infelizmente, a insensibilidade para o Rio São Francisco é uma coisa assim que me chama a atenção, que me causa indignação. Um rio que ofereceu água para consumo humano, para consumo animal, para irrigação, geração de energia na Chesf... Entraram bilhões e bilhões de reais no caixa do Governo e não se resolveu nada.

E outra coisa: atualmente, isto não é culpa da Presidente Dilma, que deveria ter tomado a decisão de revitalizar e não tomou ainda, nem do Lula. Isso vem de muitos anos atrás, de 40 anos atrás, quando começou a funcionar a hidrovia do São Francisco, que era movida a vapor de caldeira. Os donos do vapor cortavam as árvores da beira do rio e colocavam na caldeira. Então, o desmatamento foi feito em função disso, sem nenhum controle ambiental.

Então, essa situação aqui é uma situação de gravidade. Deveria se criar – inclusive, eu sugeri isto – um gabinete de crise do Rio São Francisco. E sugeri à Presidente da República que ela decretasse estado de emergência para a Bacia do Rio São Francisco, porque, no meu Estado, Senador Flexa Ribeiro, nas cidades vizinhas ao rio, o povo está sem beber água. Em Xique-Xique, onde o rio chega ao cais da cidade, a margem do rio hoje está a 15km. Para quem mora na cidade, a empresa lá vai aumentando a captação e vai buscar água. Agora, quem mora no distrito, na beira do rio, no lugarejo, não tem como captar água.

Ali está um amigo nosso, filho lá de Campo Alegre de Lourdes. Essa cidade, que fica na bacia do Rio São Francisco, que fica, em linha reta, a 40 ou 50km do Rio São Francisco, é abastecida com carro-pipa, porque o Governo nunca fez o sistema de abastecimento natural. O Exército coloca, por dia, 40 ou 50 carros para atender

Campo Alegre de Lourdes. Estão levando água para o Rio Grande do Norte e para a Paraíba, e Campo Alegre de Lourdes, a 40km, na beira do rio, bebe água de carro-pipa. A obra da adutora está paralisada. A empresa paralisou por falta de recurso.

Então, são esses casos aqui que um ou outro burocrata, empedernido, que ganha sem trabalhar, às vezes, que está aí sentado sem fazer nada, pode até estar sorrindo da minha indignação, porque não sabe, porque não passa sede, não carrega lata d'água na cabeça, não faz absolutamente nada, é sustentado pelo Governo, por essa situação que nós estamos vivendo aqui.

Eu vou ler agora o pensamento do Senador romano Marco Túlio Cícero. É uma coisa bem condizente com o momento atual, Senador Ataídes e senhores que estão me ouvindo. Esse homem aqui foi Senador romano em 55 a.C, Marco Túlio Cícero. Quando Júlio César estava endividando Roma para fazer as guerras púnicas, ele foi para o Senado e disse:

O orçamento deve ser equilibrado, o Tesouro deve ser reabastecido, a dívida pública deve ser reduzida, a arrogância dos funcionários públicos deve ser moderada e controlada e a ajuda a outros países deve ser eliminada para que Roma não vá a falência. As pessoas devem aprender novamente a trabalhar, ao contrário de querer viver exclusivamente à custa do Estado.

Está aqui, 55 a.C. Se muitos gestores tivessem ouvido Cícero, não estariam vivendo a situação que estão vivendo hoje. Vou passar, inclusive, para os telefones, vou mandar pelo WhatsApp para vocês todos.

Portanto, essa é minha indignação. Eu disse que, neste momento do Rio São Francisco, era para se criar um gabinete de crise para, no mínimo, dizer assim: "Olha, vamos fazer um decreto de situação de emergência para a bacia do rio". O Governador Rui Costa, do meu Estado, acha isso, o Governador Fernando Pimentel está consciente disso... Ele, inclusive, disse que, se o Governo tomar providência, vai iniciar o projeto da fábrica de florestas para recompor as matas ciliares com recursos próprios. Não sei se ele realmente vai fazer ou não. Às vezes, a pessoa se encanta com o projeto e se desencanta com a falta de dinheiro e de condições de realizar.

Então, de acordo com esse relatório que eu estou lendo aqui, a data prevista para o término das atividades e enchimento dos canais é de maio/2016 para o Eixo Norte e novembro/2016 para o Eixo Leste. Esses dados têm como base o Relatório de Progresso do PISF.

Ocorre que, ao final de 2014, chegou ao conhecimento do Ministro-Relator daquela Corte de Contas que a empresa Mendes Júnior estaria se desmobilizando e diminuindo o ritmo de execução de suas obras, fato que motivou a inspeção.

A inspeção teve por objetivo levantar a real situação das obras do PISF que foram contratadas com a construtora Mendes Júnior, que possui três contratos no âmbito do PISF: nº 25/2011 (lote 8), nº 14/2013 (meta 1N) e nº 34/2008 (lote 10). Quanto a este último contrato, constatou-se que, em seu último termo aditivo, a cota de participação da empresa Mendes Júnior, no ajuste, foi reduzida a apenas 0,5% do total. Portanto, a inspeção teve como alvo apenas os contratos nº 25/2011 e nº 14/2013.

A execução dos contratos foi avaliada pelo TCU com base em relatórios encaminhados pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (MI). Os relatórios confirmam a informação recebida pelo Ministro Raimundo Carreiro, pois, em ambos os contratos, houve substancial redução dos valores executados, sobretudo no segundo semestre de 2014.

Com relação à mobilização de pessoal, nota-se significativa redução no quantitativo de mão de obra alocada a partir de outubro de 2014 em ambos os contratos (registra-se, de setembro a novembro, redução de 31% na meta 1N). Quanto à mobilização de equipamentos, verifica-se uma redução no segundo semestre de 2014, em especial na meta 1N, que em apenas um mês (novembro) reduziu em 30% o emprego de equipamentos.

No tocante ao cronograma, a empresa já descumpriu três das quatro Datas Marco firmadas para a Meta 1N e já extrapolou as datas de término dos outros dois contratos. O que apresenta maior defasagem, entre o estágio atual e a data de término contratual de execução, é o Lote 8.

Diante da situação de desmobilização constatada, o TCU indagou ao Ministério da Integração quais providências administrativas haviam sido tomadas na condução do caso. O Ministério informou que – após fiscalizações e aplicação de advertências e multas – a empresa Mendes Júnior apresentou defesas, as quais estão pendentes de análise por aquela pasta. A empresa alegou que os motivos para a desmobilização são alheios à sua vontade, que impuseram ao contrato desequilíbrio econômico-financeiro. Relata, entre esses motivos, projeto executivo deficiente, atraso na entrega de projetos e documentos auxiliares, incompatibilidade entre a planilha contratual e a realidade da obra; condições climáticas adversas, etc.

Além das penalidades contratuais, o Ministério da Integração constituiu comissão para inventariar os quantitativos dos serviços remanescentes da Meta 1N, considerando a possibilidade de rescisão dos contratos celebrados com a empresa. Contudo, ao considerar que essa possibilidade seria desfavorável ao interesse pú-

blico de iniciar a operação do Eixo Norte do PISF no menor tempo possível, esse Ministério declarou que vem discutindo com a empresa Mendes Júnior alternativas que permitam a continuidade da execução dos contratos.

Nesse sentido, em 3 de fevereiro de 2015, após reunião entre Ministério da Integração, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, empresa Mendes Júnior e Banco Mercantil do Brasil, o Ministério da Integração noticiou que o Banco aportará recursos no empreendimento, o que permitiria a retomada das obras.

A unidade técnica daquela Corte de Contas entendeu que o Ministério da Integração vem acompanhando satisfatoriamente a execução dos contratos firmados com a construtora Mendes Júnior, tendo adotado as medidas administrativas cabíveis frente à situação de diminuição do ritmo de execução das obras.

O Tribunal de Contas da União, em sessão do plenário, acordou em:

1. determinar à Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MI), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

a) informe, a cada 15 (quinze) dias, se houve ou não alterações significativas no andamento dos obras objeto dos Contratos 25/2011-MI - Lote 8 e 14/2013-MI - Meta 1N, a exemplo da retomada dos trabalhos em seu ritmo contratado ou o abandono do canteiro pela empresa construtora;

b) encaminhe, a cada 15 (quinze) dias, cópias dos andamentos e de eventuais novos documentos juntados nos processos administrativos relacionados a seguir:

– 59100.001051/2014-87 Aplicação de advertência 25/2011-MI - Lote 8;

– 59100.000015/2015-87 Aplicação de multa 25/2011-MI - Lote 8;

– 59100.001052/2014-21 Aplicação de advertência 14/2013-MI - Meta 1N;

– 59100.000014/2015-32 Aplicação de multa 14/2013-MI - Meta 1N

c) informe, no prazo de 15 (quinze) dias, os prazos para a conclusão dos processos administrativos em comento;

d) informe, no prazo de 15 (quinze) dias, a situação do aporte de recursos do Banco Mercantil do Brasil, previsto para garantir a retomada das obras do Pisf, consoante informado pelo Ministério da Integração.

2. determinar à SeinfraHidroFerrovia que continue o acompanhamento realizado nos autos;

3. determinar, nessa oportunidade, que seja notificada a Construtora Mendes Junior, encaminhando-lhe cópia do presente Acórdão, acompanhado de cópias do Relatório e do Voto que o fundamentam, para, caso queira, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as questões tratadas nos presentes autos, alertando a empresa que a ausência de sua manifestação não interferirá na continuidade do processo;

4. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA e à Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional.

Em face do exposto, considerando o teor do Acórdão nº 317/2015-TCU-Plenário e das informações prestadas pelo MI no curso da inspeção, proponho que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 5, de 2015 (Aviso TCU nº 127, de 2015) e encaminhe ao Ministro da Integração Nacional o seguinte requerimento de informações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro, nos termos do que dispõem o art. 216 do Regimento Interno e o Ato da Mesa nº 1, de 2011, sejam prestadas pelo Ministro da Integração Nacional as seguintes informações, acompanhadas da documentação comprobatória, referentes ao atendimento do Acórdão nº 317/2015-TCU-Plenário (Processo TC 004.375/2005-7), consoante o Aviso nº 5, de 2015 (Aviso nº 127-Seses-TCU-Plenário, de 25 de fevereiro de 2015) dirigido a esta Comissão:

a) se o Tribunal de Contas da União (TCU) está sendo informado quinzenalmente sobre a existência de alterações significativas no andamento dos obras objeto dos Contratos nº 25/2011-MI - Lote 8 e nº 14/2013-MI - Meta 1N, a exemplo da retomada dos trabalhos em seu ritmo contratado ou o abandono do canteiro pela empresa construtora;

b) se estão sendo encaminhadas, quinzenalmente, ao TCU cópias dos andamentos e de eventuais novos documentos juntados nos seguintes processos administrativos relacionados pela Corte de Contas:

– 59100.001051/2014-87 Aplicação de advertência 25/2011-MI - Lote 8;

– 59100.000015/2015-87 Aplicação de multa 25/2011-MI - Lote 8;

– 59100.001052/2014-21 Aplicação de advertência 14/2013-MI - Meta 1N;

– 59100.000014/2015-32 Aplicação de multa 14/2013-MI - Meta 1N;

c) se foram informados ao TCU os prazos para a conclusão dos processos administrativos em comento;

d) se foi informada ao TCU a situação do aporte de recursos do Banco Mercantil do Brasil, previsto para garantir a retomada das obras do PISF, consoante informado pelo Ministério da Integração.

Este é o nosso relatório, Senador Presidente Ataídes Oliveira.

Informo ao Senador Jorge Viana, que sei que defende muito essa questão da preservação ambiental, sobretudo das nascentes, dos afluentes e da produção de água, com a plantação de florestas, que o relatório que, pelo relatório que nós recebemos da Codevasf, o Oceano Atlântico penetrou 15km no Rio São Francisco. Este é o principal sintoma da morte de um rio: quando ele perde a força para entrar no mar e recebe a força do mar entrando no rio. O mar já penetrou mais ou menos 15km, chegando próximo à cidade de Penedo, em Alagoas, onde a salinização já não permite a captação para consumo humano, para irrigação e, muito menos, para a piscicultura.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabéns, Senador Otto, pelo relatório!

Coloco em discussão o aludido relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Integração Nacional.

Devolvo a Presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Como não há nenhum Relator presente e a reunião está um pouco prejudicada porque nós teremos agora sessão conjunta das duas Casas, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Otto Alencar, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jader Barbalho, Ataídes Oliveira, João Capiberibe e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Ofício nº 362, de 2015; Aviso nº 378, Sesi, TCU Plenário; e Aviso nº 62, de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 97, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para debater sobre o processo de recuperação da Rodovia BR- 319 que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), podendo ocorrer de forma Conjunta com a Comissão de Serviço de Infraestrutura. Sugerimos que sejam convidados para participar, representantes: do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO; do Governo do Estado do Amazonas e do Governo do Estado de Rondônia. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado com aditamento para que seja realizada uma diligência à Rodovia BR-319. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 98, de 2015. Requer, nos termos regimentais, que seja aditado ao requerimento de n° 95/2015 – CMA, destinado a debater o PLS 233/2014 que "dispõe sobre o registro, fabricação, importação, comercialização, rotulagem, informação ao consumidor e fiscalização e controle dos suplementos alimentares e nutricionais", o nome do Senhor Carlos Eduardo Gouvêa, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para fins Especiais e Congêneres – ABIAD. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2014 - Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus. Autoria: Deputada Nilda Gondim. Relatoria: Senador Reguffe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2014 - Não Terminativo. Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de automóveis elétricos ou híbridos a etanol e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação com três emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CMA. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2014 - Não Terminativo. Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, de 2015 - Não Terminativo. Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação. Relatoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata de reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos que ficarão à disposição dos membros da CMA por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria, e, não havendo interesses, serão arquivados: Ofício nº 362, de 2015; Aviso nº 378, Sesi, TCU Plenário; e Aviso nº 62, de 2015.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso ao inteiro conteúdo destes documentos.

Passamos à pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 97, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para debater sobre o processo de recuperação da Rodovia BR- 319 que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), podendo ocorrer de forma Conjunta com a Comissão de Serviço de Infraestrutura. Sugerimos que sejam convidados para participar, representantes: do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO; do Governo do Estado do Amazonas e do Governo do Estado de Rondônia.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aqueles que aprovam o requerimento formulado pela Senadora Vanessa Grazziotin permaneçam como se encontram.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V. Exª pela compreensão e, se V. Exª me permitir, não abusando da benevolência da Presidência, de fazer um adendo, porque, na realidade, na Comissão de Infraestrutura, nós aprovamos dois requerimentos: um de minha autoria, que é o que V. Exª acaba de ler, que eu também encaminhei para esta Comissão, e um de autoria do Senador Acir Gurgacz.

O requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz solicita que seja realizada uma diligência. Ou seja, primeiro faríamos um debate aqui, depois faríamos uma diligência à BR e, na sequência, um debate lá na cidade de Manaus.

Então, pergunto se V. Exª me permite acrescentar o conteúdo desse outro requerimento, que trata da diligência, nesse requerimento, e votaríamos uma questão única. Pergunto se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Sem problema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E quero registrar que o debate já está marcado para amanhã. Veremos, tecnicamente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já há uma reunião marcada para amanhã, às 9h.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós nos dividiríamos entre aqui e lá. Ficaríamos nas duas. E a outra audiência, que já está marcada, porque as obras estão embargadas, Presidente, será lá no plenário da Comissão de Infraestrutura. Agora, a participação desta Comissão é fundamental, porque nós temos uma única via terrestre que liga a Amazônia Ocidental ao resto do Brasil, Amazonas a Roraima, que é a BR-319, uma BR que vem da década de 70, em que o DNIT está fazendo algumas obras pequenas de recuperação em pontos críticos, mas o Ibama mandou parar.

Então, Presidente, faremos esse debate aqui e, no dia 26... Eu gostaria muito de convidar V. Exª. O Senador Acir está à frente da organização dessa diligência. O grupo de Parlamentares sairá de Porto Velho no

dia 26, segunda-feira, e chegará a Humaitá no dia 26, à noite. Ele pernoitará em Humaitá, uma cidade do meu Estado, e seguirá no dia 27 para o Município de Careiro da Várzea, onde pernoitará e de onde seguirá, no dia seguinte, para Manaus.

Então, peço para incluirmos essa e que V. Exª nos ajude...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Do ponto de vista formal, não há como realizarmos no mesmo dia duas reuniões, a das 9h, do Senador Ataídes, e a outra, lá. Não há como fazer isso do ponto de vista formal. Eu acolho a proposição de V. Exª nos adendos solicitados, mas teríamos que marcar para outra data, não para amanhã.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós já deixaríamos o requerimento aprovado. Daí, se necessário, depois de fazermos tudo, já teríamos o requerimento aprovado para fazermos uma nova audiência pública, caso haja necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aí não há problema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Então aprovamos do jeito que está, sabendo que não poderá ser amanhã, com essa Comissão, mas da diligência participaremos juntos, e já fica aprovado o requerimento para outra audiência pública, se necessária.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, com a diligência por ela proposta aqui neste momento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 98, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja aditado ao requerimento de n° 95/2015 – CMA, destinado a debater o PLS 233/2014 que "dispõe sobre o registro, fabricação, importação, comercialização, rotulagem, informação ao consumidor e fiscalização e controle dos suplementos alimentares e nutricionais", o nome do Senhor Carlos Eduardo Gouvêa, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para fins Especiais e Congêneres – ABIAD.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento constante do item 2 da pauta.

O Senador Douglas Cintra não está presente.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2014
- Não terminativo -

Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços.

Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 06/10/2015.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.)

Passamos ao item 4, do Senador Reguffe.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus.

Autoria: Deputada Nilda Gondim
Relatoria: Senador Reguffe
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-O relatório foi lido na reunião de 22/09/2015, sendo concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Em discussão. (*Pausa.*)
Como não há nenhum Senador que queira discutir, coloco, então, em votação.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

Autoria: Deputado Weliton Prado
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 18/08/2015, 15/09/2015, 22/09/2015, 29/09/2015 e 06/10/2015.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O Senador Romero Jucá não está presente.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O Senador Davi Alcolumbre também não está presente.
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem.
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu pediria, se fosse possível, para incluir na pauta o PLC 57, sobre a questão dos garçons, que já está acordada com proprietários e funcionários e que já vem sendo discutida há muito tempo.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para incluir na pauta de hoje?
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Para incluir na pauta e, se possível, colocar extrapauta.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª é o Relator?
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sou o Relator.
Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele vai verificar, Senador Valdir Raupp, e logo darei a resposta a V. Exª, mas não haverá problema em colocar extrapauta para V. Exª relatar.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2014
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de automóveis elétricos ou híbridos a etanol e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação com três emendas
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 29/09/2015 e 06/10/2015.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para relatar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou pegando o relatório aqui. Como V. Exª acaba de ler, o projeto é de autoria do Senador Eduardo Braga. Trata não só da questão ambiental, mas da questão energética, Sr. Presidente. É importante que se destaque que o Senador hoje é exatamente Ministro de Ciência e Tecnologia. Portanto, alguém que tem conhecimento profundo de causa para apresentar um projeto como este.

Passo a ler a análise, Sr. Presidente.

Compete à CMA opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, o autor da proposição afirma que as preocupações com as emissões de gases de efeito estufa, resultantes da queima de combustíveis fósseis nos motores de combustão interna, provocaram a busca por outras tecnologias de tração, como os motores elétricos, que geram menos emissões. No caso, a energia elétrica para acionamento do motor pode vir de baterias ou de um motor de combustão interna, nos chamados veículos elétricos híbridos.

Cabe adicionar que motores elétricos, além de emitirem menos gases de efeito estufa, também são menos poluentes do que os que utilizam gasolina ou outros combustíveis fósseis que, por exemplo, também liberam chumbo e enxofre. De fato, o setor de transportes tem se tornado um dos principais emissores de poluentes e de gases de efeito estufa no Brasil.

Nesse sentido, a Constituição Federal prevê que incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. A importância do incentivo a veículos menos poluentes também segue os princípios estabelecidos pela Política Nacional Sobre Mudança do Clima, lei de 2009. Essa política traz como uma de suas principais diretrizes a promoção e o desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas, e a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio da redução de emissões antrópicas.

Desse modo, o PLS nº 174, de 2014, é uma iniciativa louvável que busca promover a utilização de veículos elétricos e elétricos híbridos a álcool, com a intenção de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, bem como de diminuir a poluição do ar. Portanto, entendemos como extremamente adequada a aprovação da matéria.

Entendemos, no entanto, ser oportuno a extensão dos benefícios previstos no presente projeto, à produção de veículos que utilizem mistura igual ou superior a 30% de biodiesel (B30) no diesel fóssil. Isto porque uma parte significativa do mercado de veículos, máquinas agrícolas e diesel geradores estabelece a garantia restrita ao uso de até 20 % de biodiesel adicionado ao diesel (B20). Alguns fabricantes restringem o teor de biodiesel até 10% (B10).

A inclusão de garantia para o uso de teores superiores a 20% ou 30% são mais raros. Na maior parte das vezes, trata-se de um problema de materiais mais adequados para teores elevados de biodiesel, sobretudo em anéis de vedação e nos elastômeros empregados nos sistemas de circulação de combustível. Essa adequação viabilizaria a ampliação do uso de teores de biodiesel superiores a B30, promovendo também a amplificação das inúmeras vantagens ambientais, sociais e econômicas inerentes ao biodiesel. O biodiesel reduz em cerca de 70% as emissões de gases de efeito estufa e reduz entre 60 e 70% as emissões de material particulado (responsáveis por graves problemas de saúde pública. Desde 2012, a OMS considera essas emissões como cance-

rígenas afetando todo o corpo humano, sobretudo os pulmões). Além disso, o biodiesel é isento de enxofre, evitando assim as emissões de SOx (óxidos de enxofre).

Para esta adequação, estamos oferecendo três emendas: na ementa do projeto, no seu artigo 1º e no § 1º do artigo 3º.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2014, com as emendas que seguem.

Emenda 1 – CMA

Dê-se a seguinte redação à Ementa do PLS 174 de 2014:

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de automóveis elétricos ou híbridos a etanol ou que utilizem misturas iguais ou superiores a 30% de biodiesel (B30) no diesel fóssil e dá outras providências.

Emenda 2 – CMA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º do PLS 174 de 2014:

> Art. 1° Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo período de dez anos, os veículos elétricos a bateria ou elétricos híbridos a etanol ou que utilizem misturas iguais ou superiores a 30% de biodiesel (B30) no diesel fóssil, de fabricação nacional, suas partes e acessórios, classificados nas posições 8408, 8433, 8701, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.08, da Tabela de Incidência do IPI (TIPI) aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, bem como os equipamentos para recarga das baterias de tração desses veículos.

Emenda 3 – CMA

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo 1º do artigo 3º do PLS 174 de 2014:

> Art. 3°.....
> § 1° A suspensão de que trata este artigo é condicionada ao emprego do produto, pelo estabelecimento industrial adquirente, na montagem, no País, de automóveis elétricos a bateria ou elétricos híbridos a etanol ou que utilizem misturas iguais ou superiores a 30% de biodiesel (B30) no diesel fóssil e equipamentos para recarga das baterias de tração desses veículos.

São o relatório e as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum ou Senadora que queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CMA.

O Relator do item 8, Senador Ivo Cassol, não está presente.

Eu sou Relator do item 9 e vou retirá-lo de pauta, para uma análise mais apurada.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, de 2014
- Não terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Fleury
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.)

O Relator do item 10, Senador Davi Alcolumbre, não está presente.
(É o seguinte o item adiado:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014
- Terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço.

Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 19/05/2015, 26/05/2015, 16/06/2015, 30/06/2015, 07/07/2015, 14/07/2015, 11/08/2015, 18/08/2015, 25/08/2015, 15/09/2015, 22/09/2015, 29/09/2015 e 06/10/2015.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, e o item 8? V. Exª estava no 7.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu o retirei de pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Posso fazer um esclarecimento sobre o item 8? É rapidinho e até ajuda nos trabalhos. Apresentei um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Relator é o Senador Ivo Cassol.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente. Eu apresentei um requerimento. Em maio, votamos um projeto idêntico a esse, que foi aprovado aqui e foi para outra comissão. O meu requerimento é para que haja um apensamento do projeto que estava tramitando com esse. Então, faríamos a apreciação depois que fosse apensado, porque o Regimento nos impõe que matérias que sejam exatamente iguais...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Correlatas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...correlatas, sejam apensadas. Então, apresentei ontem requerimento pedindo apensamento. Nós sustaríamos a apreciação, traríamos o outro de volta, porque esse é mais antigo, e seguiriam os dois juntos tramitando na Casa. Era só para facilitar o trabalho da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Parece-me que tem de ser encaminhado para o plenário, para a Mesa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já foi encaminhado. É isso que estou dizendo. Estou citando que o item 8 pode ficar aguardando, porque estou apensando outro. Aí, os dois juntos viriam para cá novamente.

Era o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito bem, nobre Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ou seja, deliberamos também sobre o item 8, de certa forma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 11 é terminativo. O Relator é o Senador Valdir Raupp, mas estamos sem quórum para deliberação.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.

Autoria: Senador Kaká Andrade
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 06/10/2015.)

O item 12, do Senador Ronaldo Caiado, é terminativo também.

Então, aqui esgotamos a pauta.

O Senador Valdir Raupp pediu a inclusão de um item extrapauta.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O item 12, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É terminativo, e não temos quórum para votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, Sr. Presidente. Gostaria apenas que V. Exª me concedesse apenas o pedido de retirada de pauta, porque eu fiz uma consulta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª se refere ao item 12?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ao item 12.

Eu fiz uma solicitação ao Ministério do Meio Ambiente, e eles me mandaram aqui algumas sugestões, sobre as quais vou-me debruçar. Gostaria, então, que V. Exª pautasse para a próxima reunião o item 12, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Vou retirá-lo de pauta e encaminhá-lo ao gabinete de V. Exª, para que seja pautado para a próxima reunião, de terça-feira.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 06/10/2015.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente, mas o item que eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O extrapauta?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Foi requerido o seu apensamento a outro projeto e foi para a Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Passaremos, em seguida, a uma outra reunião para apreciar as emendas da nossa Comissão.

Então, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Otto Alencar, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jader Barbalho, Ataídes Oliveira, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN (Mensagem nº 325/2015 na origem), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016"– LOA 2016. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador Eduardo Amorim. Lido o relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: **1) UO: 44101. Título: Gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Nacional. Localidade: Nacional-NA. Valor do Acréscimo: 200.000.000. 2) UO: 34101. Título: Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – AJUSTE O SUBTÍTULO – Nacional. Localidade: Nacional-NA. Valor do Acréscimo: 100.000.000. 3) UO: 03101. Título: Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle – Em Brasília – DF. Localidade: Brasília-DF. Valor do Acréscimo: 17.500.000. 4) UO: 44101. Título: Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas – Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco - Nacional. Localidade: Nacional-NA. Valor do Acréscimo: 300.000.000.** Ao final, a Presidência submete à votação a ata da presente reunião, que é aprovada. A Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Raymundo Franco Diniz
Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, – PLOA 2016.

Até o encerramento do prazo, foram apresentadas 41 emendas.

Designo o Senador Eduardo Amorim como Relator as emendas para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, colegas Senadores.

Sr. Presidente, vou direto, então, ao relatório. Obrigado pela oportunidade e pela confiança.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA – reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016), Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN.

As propostas apresentadas contemplam programações orçamentárias variadas conforme as competências regimentais da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. A CMA pode apresentar até (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 41 propostas de emendas, como bem disse o nosso Presidente, elaboradas pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Otto Alencar, Roberto Rocha, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta CMA.

É o relatório.

Análise. Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação do Direito Financeiro, especialmente citada na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho e análise feitos por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter esta estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nacionais. O outro fundamento foi o de que as propostas apresentam interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a outra localidade específica.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto.

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes na pauta dos trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação. São as seguintes as emendas, Sr. Presidente:

Emenda nº 1

"CONSTRUÇÃO DO ANEXO IV: ESCOLA SUPERIOR DE CONTROLE - EM BRASÍLIA - DF" (Ação 12QD - acréscimo – seq. 50), do Tribunal de Contas da União, no valor de R$ 17.500.000,00;

Emenda nº 2:

"FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DA LEI - NACIONAL" (Ação 2508 - acréscimo – seq. 932), do Ministério Público Federal, no valor de R$ 100.000.000,00;

Emenda nº 3:

"GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - NACIONAL" (Ação 20W6 - acréscimo – seq. 2931), do Ministério do Meio Ambiente – administração direta, no valor de R$ 200.000.000,00; e

Emenda nº 4:

"RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - NACIONAL" (Ação 20VR – acréscimo – seq. novo), do Ministério do Meio Ambiente – administração direta, no valor de R$ 300.000.000,00.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o nosso voto e o nosso relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório proferido pelo nobre Senador Eduardo Amorim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas colhidas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só um esclarecimento do nobre Relator em relação à emenda apresentada. A Emenda nº 13 tem como conclusão, aqui, apropriação e inclusão. Essa rubrica caracteriza o quê? Essa é a pergunta que faço ao nobre Relator – o Ministério Público Federal, fiscalização e controle da aplicação da lei. É uma emenda que eu propus e que está aqui no relatório do nobre Relator como apropriação, inclusão. É a número 13.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Fiscalização e controle da aplicação.... Desculpe-me.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Fiscalização e controle da aplicação da lei – Ministério Público Federal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Assim como está. Nós acatamos a emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Foi acatada?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Foi. É a Emenda nº 2, nós acatamos.

Só que, ao invés de inclusão, é acréscimo, mas foi acréscimo à sequência, o resto dos números.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Foi acatada a emenda de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É verdade, já está incluído aqui. Foi uma falha à leitura do relatório de V. Ex.ª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não era para ser acatada?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por fim, submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião para o devido encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Ivo Cassol, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Valdir Raupp, Jader Barbalho e Otto Alencar. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a debater os critérios e a metodologia do cálculo de desemprego no Brasil, em atendimento aos Requerimentos da CMA de nºs 92, 93 e 94, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. Comparecem como convidados: Maria Emília Piccinini Veras, Coordenadora Geral de Estatística do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – TEM; e Cimar Azeredo Pereira, Coordenador de Trabalho e Rendimento da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A Presidência concede a palavra aos convidados, para a exposição inicial do tema. Após, usam da palavra o Senador Donizeti Nogueira e o Senhor Presidente, para fazer comentários e questionamentos. A seguir, os convidados respondem os questionamentos feitos. A Presidência declara encerrada a reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos! Bom dia a todas!

Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos da CMA, desta douta Comissão, de nºs 92, 93 e 94, de 2015, de minha autoria, Ataídes Oliveira. Destina-se a debater os critérios e a metodologia do cálculo de desemprego no Brasil.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, emendado, ou ligando para o número 0800-612211.

Portanto, convido o Sr. Cimar Azeredo Pereira, Coordenador de Trabalho e Rendimento da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sr. Cimar. Convido também a Srª Maria Emília Piccinini Veras, Coordenadora-Geral de Estatística do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTE. Quero agradecer a presença do Dr. Cimar e da Drª Maria Emília, por estarem aqui conosco, nesta manhã de quarta-feira.

Esse tema eu vejo que é de muita relevância para todos nós. Portanto, agradeço aos presentes e informo que foi convidado um representante da Organização Internacional do Trabalho, no Brasil, que não pôde comparecer. Houve um convidado da OIT que não pôde vir. Perfeito.

Pois bem, primeiro gostaria de ouvir os nossos convidados. Portanto, passarei a palavra. Nós não vamos marcar tempo, volto a ratificar. É da maior relevância esse nosso assunto de hoje. Então, os senhores podem ficar à vontade para fazerem a explanação, os comentários e as considerações que julgarem necessários.

Passo a palavra, primeiramente, para a Drª Maria Emília. S. Sª com a palavra.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Agradeço o convite em nome de Ministério. Nós achamos extremamente válida essa discussão, achamos muito interessante. Estamos à disposição para debatermos esse tema.

Trouxe uma pequena apresentação. Vamos falar a respeito, então.

No Ministério do Trabalho – e sempre esqueço que agora é Ministério do Trabalho e Previdência Social e não mais apenas Ministério do Trabalho – nós trabalhamos, então, com o registro administrativo. Seria interessante a gente focar bem nisso. O que nós temos são registros administrativos, o que é bem diferente das pesquisas domiciliares. No momento, vamos nos ater apenas ao Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Temos dois registros administrativos: temos o Caged e temos Rais – Relação Anual de Infor-

mações Sociais. Mas com o tema em questão, achamos interessante nos atermos ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Então, a gente vai fazer uma contextualização para que haja o entendimento do que realmente vem a ser o Caged. A gente ouve muito falar do Caged, ouve falar sobre qual foi a geração de emprego, se houve perda de emprego, se isso está no Caged. Mas, às vezes, a gente não tem o entendimento de como é feita essa coleta, de como é que é feita a declaração e quais os objetivos do Caged.

Quando ele foi criado, pela Lei nº 4.923/65, já veio com o objetivo de acompanhar e de fiscalizar o processo de admissão e dispensa, estabelecer medidas contra o desemprego, subsidiar a fiscalização e viabilizar o pagamento do seguro-desemprego. Porque quando o trabalhador é demitido e requer o seguro-desemprego, há um batimento com os dados do Caged para verificar se ele novamente está no mercado de trabalho. Se ele voltou ao mercado de trabalho, ele não tem direito ao seguro-desemprego. Então, o Caged viabiliza esse pagamento, atende à reciclagem profissional, compõe o CNIS e gera estatísticas conjunturais do mercado de trabalho.

Quais as características do Caged. O Caged é apenas relativo ao mercado de trabalho formal e apenas aos celetistas. Somente informa ao Caged aquele estabelecimento que admitiu ou desligou. Cerca de 839 mil estabelecimento por mês declararam ao Caged. É um número muitíssimo menor do que quase 5 milhões de estabelecimentos.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS PARENTE PINTO (*Fora do microfone*.) – São 8,2 milhões.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Dos quase 8,2 milhões de estabelecimentos que a gente tem. Apenas 839 mil, ao mês, declaram ao Caged. Por quê? Porque apenas declaram ao Caged aqueles estabelecimentos que movimentaram, que admitiram ou desligaram no mês. E essa declaração é feita 100% via internet. Então, nós estamos até trabalhando, no momento, para a questão da certificação digital, que deve entrar até o final do ano. Então, a declaração vai ser feita 100% pela internet e ainda utilizando a certificação digital.

Ao mês nós temos, normalmente, quase 3 milhões de movimentações ou mais, em torno de 3 milhões, entre admissões e desligamentos. Os vínculos celetistas, dos trabalhadores celetistas, são 40,5 milhões e, mensalmente, é declarado ao Caged. Então, até o dia 7 do mês subsequente aqueles estabelecimentos que admitiram ou desligaram devem declarar ao Caged. Então, por um aplicativo especial, que é o ACI, o Aplicativo do Caged Informatizado, declara-se tudo via internet. Aí está como é que é feita a declaração, há um aplicativo especial, via internet, e somente quem movimentou é que faz essa declaração.

Quais são as informações que são declaradas pelos estabelecimentos ao Caged? A razão social; o CNPJ; o CEI; a atividade econômica; o endereço total até o CEP; o nome da pessoa que está fazendo a declaração; o telefone; o endereço eletrônico e tal. Então, todas essas informações são do estabelecimento. Há também as informações relativas ao trabalhador: PIS/PASEP; o nome completo; gênero; CPF; escolaridade; data de nascimento; o salário com o qual foi admitido; o salário de desligamento; se é uma admissão, qual o salário de admissão, se é uma desligação, qual o salário de desligamento; as horas contratuais; o tipo de admissão, se é o primeiro emprego, se é um reemprego; o tipo de desligamento, se é por aposentadoria, se é por justa causa, sem justa causa; a data de admissão; a data de desligamento; os dados da Carteira de Trabalho; a raça/cor; as pessoas com deficiência; o tipo de deficiência; a ocupação; aprendiz; e tempo de emprego. A gente tem dados muito completos do trabalhador, lembrando sempre que são aqueles admitidos e desligados. Nós temos informações apenas de admissão e desligamento.

Estatisticamente os dados disponíveis são admissões e desligamentos por tipos, como já falei, e a variação absoluta. Quer dizer, nós pegamos a admissão e o desligamento, tiramos a admissão do desligamento e o resultado é a variação. Pode haver uma geração de empregos ou uma perda de empregos. O salário de admissão, o salário de desligamento...Tudo isso nós podemos ver por perfis individuais: por gênero; por faixa etária; escolaridade; raça/cor; pessoas com deficiência E ainda em nível geográfico, setorial e ocupacional. Então, os dados do Caged nos permitem saber, por exemplo, que existe uma mulher em Brasília, no setor comércio, ganhando R$1,3 mil, de 2º grau, com 40 anos, negra, com deficiência. Entendem? A gente consegue ter uma visão geral do trabalhador.

Nós trouxemos um gráfico só para mostrarmos como é feita a divulgação do Caged. Esse aí é um dos gráficos que divulgamos, que foi do Caged do mês passado, de agosto.

O Caged de setembro deve ser divulgado, talvez, ainda nesta semana. Então, esse gráfico mostra o comportamento do emprego em todos os meses de agosto, de 2002 a 2015. Mostra que, em agosto, houve uma redução de 86.543 postos de trabalho, equivalente à variação negativa de 0,21%. E, no acumulado do ano, de janeiro de 2015 até agosto de 2015, o emprego atingiu o montante de -572.792 postos. E, nos últimos 12 meses, ocorreu a redução de 985.669 postos. Lembro sempre que estamos falando dos celetistas apenas, do mercado formal de trabalho celetista.

Fizemos aqui também uma tabela. Está difícil de enxergá-la. Mas ela é interessante. Ela já está no *site*. Ela é sempre divulgada e é muito solicitada na época da divulgação. Acho que dá para notar que há os dados do Brasil de agosto de 2015, ou seja, os dados do mês; os dados de janeiro a agosto de 2015, ou seja, os dados do ano; e, depois, os dados dos últimos 12 meses, os dados de setembro de 2014 a agosto de 2015. Então, é uma tabela em nível do Brasil. Do lado esquerdo, estão os setores da economia. E, depois, vem o comportamento do emprego no mês de agosto de 2015, no período de janeiro a agosto de 2015 e nos últimos 12 meses. É uma tabela extremamente solicitada principalmente pelos jornalistas, porque ela existe em nível de Município. Então, os jornalistas, quando querem fazer as matérias, logo que sai a divulgação, pegam essa informação em nível de Município para fazer a sua divulgação.

Qual é a metodologia do Caged? Todo início de ano, fazemos uma revisão da base de referência do estoque de empregos do Caged. Tomamos como referência o primeiro dia de janeiro de cada ano, com o estoque da Rais do ano anterior, e vamos atualizando mensalmente pela movimentação do Caged, para que tenhamos o estoque dos empregos. Então, é feita no início do ano uma base de referência. E, daí para frente, vamos atualizando com a movimentação do Caged. Nessa base de referência, para a gente não introduzir descontinuidades, a gente considera como zerados os estabelecimentos novos, porque senão, à medida que eles fossem entrando, a gente ia perdendo essa base de referência.

Também observamos no CNPJ da Receita Federal aqueles estabelecimentos considerados "mortos" e os retiramos também dessa base de referência para constituir o ano.

Os dados geográficos setoriais também são congelados. Se algum estabelecimento se movimentasse setorialmente ou geograficamente, a base de referência perderia todo o estoque, perderia todo o seu *status*. Então, a gente congela também. Por exemplo, quando fizemos a base de referência do Caged em 2015, nós ainda não tínhamos a Rais de 2014. Então, pegamos a Rais de 2013 e todo o Caged de 2014.

Qual é a metodologia do Caged Estatístico? Como é que fazemos estatisticamente o Caged? Consideramos a movimentação de todos os estabelecimentos. Independentemente de eles serem novos ou velhos, nós os utilizamos para o cálculo do índice de emprego. As transferências de entrada e saída não são consideradas no cálculo do índice de emprego, mas, na revisão dos estoques de final de ano, elas entram.

Com o objetivo de reduzir diferenças entre os dados da Rais e do Caged, em 2010, passamos a considerar as declarações formadas com atraso, que chamamos de informações com ajuste. Antigamente, a gente considerava no Caged apenas quem declarava até o dia 7, os outros não. Então, perdíamos muitas informações, porque aquelas declarações atrasadas não entravam ali nos nossos dados. Assim, passamos a fazer isso depois com ajustes, considerando depois as informações que tinham chegado com atraso.

Todo registro administrativo tem suas vantagens e suas limitações. Há grandes vantagens que vemos nos nossos registros, incluindo também a Rais, como o fato de ser um levantamento em nível de estabelecimento. Então, são estabelecimentos que fazem a sua declaração. Ela chega ao ponto básico do mercado de trabalho, que é o estabelecimento. Outra vantagem é a tempestividade. Agora, já temos os dados do mês anterior. Então, isso é muito ágil, levando em consideração a magnitude, pois são 850 mil estabelecimentos que fazem essa declaração.

Tem caráter censitário, como se fosse um censo do mercado de trabalho; um amplo conteúdo de variáveis. Pode-se fazer vários cruzamentos, tem uma estabilidade ao longo do tempo, tem uma série histórica e a desagregação por Municípios também, que é muito importante.

Agora, temos limitações, porque temos algumas omissões, pequenos erros na declaração, alguns atrasos nas declarações, e também fazemos a observação de que, quanto maior o nível de desagregação maior cautela tem-se que fazer no uso, porque, por exemplo, quando você abre muito a informação, temos que ter cautela no uso, porque a desagregação pode induzir a alguns erros, principalmente as variáveis novas: raça/cor, pessoas com deficiência, aprendiz. Essas variáveis ainda não têm consistência tão boa quanto as outras que já estão ao longo do tempo. Elas estão se ajustando. Nós fazemos um trabalho muito grande de entrar em contato com os estabelecimentos para que ajustem essa questão, tanto de deficientes quanto de raça/cor, mas ainda temos pequenos problemas.

Bom, como estamos falando da questão de emprego, desemprego, nós queríamos deixar bem claro que a PNAD não trata apenas do mercado de trabalho formal, e o Caged trata apenas do mercado de trabalho formal celetista. São duas coisas. Então, colocamos ali que são aspectos metodológicos e características de levantamento que diferenciam os resultados e desaconselham a comparabilidade. Não é de muito bom-tom, nem muito correto que façamos comparação entre PNAD e Caged, porque são universos diferentes.

Colocamos alguns itens para mostrar essa diferença. O objetivo da PNAD, por exemplo – o Cimar me corrige, se eu estiver errada, porque ele é o dono da PNAD –, é produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais, a evolução, a médio e longo prazo da força de trabalho e outras informações para estudo

e desenvolvimento socioeconômico do País. O Caged tem um objetivo operacional, fiscalizador e gera estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho. A natureza do levantamento da PNAD é domiciliar, os pesquisadores é que questionam, enquanto nós somos um registro administrativo dos estabelecimentos. Por força de lei, eles declaram as admissões e os desligamentos.

O universo de levantamento. Enquanto na PNAD nós temos as unidades domiciliares, o nosso universo são os estabelecimentos que apresentaram movimentação.

A abrangência geográfica, que traz também uma diferença entre os nossos dados, na PNAD são produzidos dados para o Brasil, unidades da Federação e 21 áreas metropolitanas que contêm as capitais e a grande Teresina. Já o Caged faz uma cobertura de todo o Brasil até o nível de Município.

O período de captação da PNAD é mensal, média trimestral móvel – depois o Cimar deve explicar melhor –, enquanto o Caged engloba as admissões e os desligamentos dos celetistas durante todo o mês.

O período de referência do Caged é o mês; o da PNAD é mensal, trimestral. O público-alvo da PNAD são pessoas de 14 anos ou mais, enquanto no Caged são pessoas de 10 anos ou mais. Isso nós explicamos porque seguimos as recomendações da OIT de mais de 16 anos, mas nós temos um alvará de Justiça que libera os menores de trabalhar. Quando encontramos pessoas de mais de 10 anos no Caged, geralmente elas possuem alvará de Justiça para trabalhar.

Aspectos diferenciais metodológicos que influenciam nos resultados, o comportamento migratório do emprego. A PNAD acompanha a evolução do emprego urbano e rural. A restrição apenas é que ela não desagrega por Município, enquanto o Caged acompanha a evolução do emprego formal em todos os Municípios. A nossa forma de apresentação é mensal; a da PNAD agora está mudando, também vai passar a mensal.

O mercado de trabalho, que é o principal item diferenciador, o mercado de trabalho formal e informal, é coberto pela PNAD, enquanto o Caged é apenas o mercado formal celetista. Apenas os celetistas.

Nós apresentamos aqui um dado do Cimar, que é a PNAD Contínua, porque queremos mostrar o seguinte: que o Caged se encontra, apenas naquele item lá embaixo, onde está escrito... Como faço para mostrar? Não sou muito boa em assuntos tecnológicos. Eu queria apenas mostrar aquele em vermelho.

Isso. Então, eu queria mostrar o mercado do setor privado, aqui, que é com carteira. De todos os dados que a PNAD possui, o Caged está dentro deste espaço aqui. Agora, é importante ressaltar, muito mesmo, que, apesar de toda a metodologia diferenciada entre PNAD e Caged, eles apresentam uma tendência realmente muito parecida entre os dados.

Era o que eu tinha a falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Drª Maria Emília.

Agradeço a presença do Senador Donizeti Nogueira e gostaria de apresentá-lo ao Dr. Cimar, representante do IBGE, e à Drª Maria Emília, que acabou de fazer a sua bela exposição. O Senador Donizeti Nogueira também é do meu querido Estado do Tocantins. Muito proativo, tem estado aqui no dia a dia desta Casa, correndo para cima e para baixo, trabalhando firmemente.

V. Exª deseja fazer uso da palavra, Senador Donizeti? Aqui, o Senador sempre tem direito à palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – No momento não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, passo a palavra ao Dr. Cimar Azeredo Pereira, do IBGE, para as suas explicações e considerações.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Senador Ataídes, obrigado pelo convite, em nome da direção do IBGE. Eu e a Drª Maria Emília estamos mais uma vez juntos aqui.

Eu queria registrar a presença do chefe da unidade estadual do IBGE do Distrito Federal, Silvio Potier, que está ali atrás.

Para nós é muito importante participar de eventos como este. Recentemente, estivemos na Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, onde apresentamos algo similar ao que vamos apresentar aqui. Ao sair de lá, a quantidade de *e-mails* de pessoas solicitando a apresentação eu acho que foi maior do que o número de pessoas que estavam presentes naquele evento, naquela mesa montada, em função da PNAD Contínua.

Nossa ideia aqui é fazer uma explanação das pesquisas domiciliares do IBGE, passar um pouco do que a Emília já falou, da PNAD principalmente, e mostrar a evolução disso ao longo da década de 60, pois tudo começou em 1967, com a implantação da PNAD.

Esta apresentação veio da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O IBGE é o principal provedor de dados de informação sobre o País para atender as necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, como as dos órgãos das esferas governamentais federal, municipal e estadual. O IBGE hoje oferece uma visão ampla e atual, através do desempenho de suas atividades. Eu vou destacar aqui a principal delas, que é a produção e a análise de informações estatísticas, e vou me ater nesse

arcabouço de informações, que são as pesquisas domiciliares do IBGE: PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; a Pesquisa Mensal de Emprego; a pesquisa Economia Informal Urbana; a PNAD Contínua, que dá continuidade a toda essa história da PNAD, que começa em 1967; a Pesquisa Nacional de Saúde; e a Pesquisa de Orçamentos Familiares.

As séries históricas que mostramos aqui começam com a PNAD, lá em cima, de 1967 até 2014 – e a PNAD 2015 entra em campo agora, no dia 2, vão ser 48 anos de PNAD, que vamos estar comemorando agora; a Pesquisa Mensal de Emprego começou em 81, e nós estamos com a Pesquisa Mensal de Emprego até hoje e, em fevereiro de 2016, está prevista a última edição dela; a Pesquisa de Orçamento Familiar, que foi a campo em 2002, 2003, 2008 e 2009; a pesquisa Economia Informal Urbana, que foi a campo em 1997 e 2003; a Pesquisa Nacional e Saúde, que é uma pesquisa que foi a campo agora em 2013, ainda está em processo de divulgação, temos informação de mercado de trabalho também nessa pesquisa; e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a PNAD Contínua, que dá continuidade a tudo aquilo que começou lá em cima, em 1967. A pesquisa está em campo desde 2012 e agora a PNAD Contínua vai seguir esse legado que a PNAD vem construindo desde 1967.

Lembro que, nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nós tivemos a oportunidade de ter a transição dessas duas pesquisas, tanto a Pesquisa Mensal de Emprego, a PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios anual e a PNAD Contínua. Existe essa transição. Embora não sejam pesquisas comparáveis, isso oportuniza a pessoas que têm esses estudos relacionados a essas pesquisas poderem fazer esse processo de migração. Há até um nome utilizado pela coordenação de *marketing* do IBGE que define muito bem a PNAD: a PNAD é a janela para olhar o País e ela foi iniciada no Brasil seguindo a metodologia do *bureau* do censo americano. É um Projeto Atlanta, que chegou aqui 1967, e todo mundo vai lembrar do discurso do Kennedy, no início da década de 60, e alguns até apostavam que aquilo ali era uma forma de conter o socialismo na América Latina, e a PNAD veio nesse conjunto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Desculpe-me interrompê-lo, mas tivemos um pequeno problema no nosso computador, e estou tendo orientação aqui que, se desligar, ele retornará corretamente. Permita-me, é muito rápido.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Então, continuando, em 92, a pesquisa foi completamente revisada e, já em 92, segue recomendações internacionais da OIT, que é a Organização Internacional do Trabalho, que estava convidada para este evento, mas não compareceu nenhum representante. Tanto o IBGE quanto o Ministério do Trabalho e a OIT, praticamente, trabalham juntos, com uma parceria bastante forte, incorporando essas recomendações que são importantes no sentido de produzirmos informações internacionalmente comparáveis.

A PNAD – a Emília já falou um pouco dela e me definiu como o dono da PNAD. De forma alguma eu sou dono da PNAD. A PNAD, hoje, nem é do IBGE, pertence ao País – é um sistema de pesquisas domiciliares destinado a produzir informações para estudo e planejamento socioeconômico do País. Ela vai além do mercado de trabalho, tem a periodicidade anual, é coletada do primeiro dia útil de outubro até meados de dezembro, geralmente ela fica no último trimestre do ano sendo coletada ali. E foi implantada aqui, no Brasil, como já se mostrou na outra tela, em 1967.

Na verdade, no início da PNAD, lá atrás, ela tinha o formato que a PNAD Contínua tem hoje; é uma pesquisa trimestral e daria conta de ser uma pesquisa no formato em que a PNAD Contínua se mostra hoje. Por questões de recursos, foi impossível continuar com aquele levantamento, e ela se transformou numa pesquisa anual.

Essa apresentação conta um pouco dessa história, a inserção da PME nesse processo.

A pesquisa básica da PNAD contém temas investigados anualmente. Há uma pesquisa básica que, todo ano, é repetida: características dos moradores, educação, com uma parte de trabalho. Há pesquisas suplementares que são temas especiais ou investigação complementar de temas já existentes. Geralmente, essas pesquisas suplementares são demandadas por ministérios, por organizações internacionais. E há pesquisas especiais. Nós chamamos, na PNAD, de pesquisas especiais tudo aquilo que foge à natureza da amostra dela, que tem de ter um tratamento especial na amostra dela. Houve uma primeira, que foi em 1986, uma pesquisa de anticoncepção. Essa pesquisa teve uma característica especial, pois ela foi uma pesquisa realizada só por mulheres, entrevistadoras mulheres. Em 2008, foi feita a pesquisa de tabagismo. E ganhamos um prêmio internacional com esse tema. Em 2014, nós investigamos mobilidade sócio-ocupacional em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que vamos divulgar no próximo ano.

A parte básica da PNAD se refere a habitação, características demográficas, migração, educação, trabalho e rendimento, trabalho infantil e fecundidade.

A parte de suplementos levantados na PNAD até hoje – eu puxei de 2001 para cá, porque é o que há disponível na internet hoje – tem: um levantamento feito em parceria com a OIT em 2001 sobre o trabalho in-

fantil; o tema saúde – se vocês prestarem atenção ali, ele se repete em 2003, em 2008, vindo desde 1998, ficamos praticamente durante 15 anos investigando o tema saúde –, em parceria com o Ministério da Saúde; em 2004, entra a parte relacionada aos programas de transferência de renda; em 2005, pela primeira vez no País, é feito um levantamento sobre TIC, mostrando a exclusão digital; em 2006, repete-se a parte de transferência de renda; em 2007, a educação de jovens e adultos e a qualificação profissional, um tema que o Ministério do Trabalho utilizou muito, dada a importância dele; o tema saúde, como eu disse, foi repetido em 2008; vitimização e Justiça em 2009; segurança alimentar em 2013; em 2014, o Cadastro Único para o Governo Federal, inclusão produtiva, mobilidade sócio-ocupacional e qualificação profissional; e outros temas socioeconômicos que ampliam e aprofundam a cobertura alcançada com temas básicos.

O que significa uma PNAD em campo? São 500 mil pessoas entrevistadas, são 150 mil entrevistadores, são 150 mil domicílios; 2.200 pessoas trabalham em campo no País inteiro. Ela é uma pesquisa nacional, de abrangência urbana e rural, em todos os Estados. Ela tem um ponto de referência, principalmente para definir a população ocupada, o que se chama de mercado de trabalho, que é a última semana de setembro. Então, por exemplo, a PNAD 2015, quando for a campo, vai tirar uma foto desta última semana de setembro. A PNAD, que vai ser divulgada agora em novembro, é uma foto da última semana de setembro de 2014.

É uma pesquisa por amostra, como o próprio nome já diz, e tem um formato de seleção diferente do que a PNAD Contínua tem hoje. Primeiro, nós selecionamos Municípios, depois, os setores censitários, e, no setores censitários, são selecionados os domicílios que vão responder à pesquisa. Ela é feita por uma amostra probabilística de domicílios e obtida nesses três estágios.

É importante dizer que se, neste ano, você foi selecionado para responder à PNAD, no ano seguinte, embora não haja sobreposição, vai ser o seu vizinho que vai estar respondendo à PNAD. É aquele aleatório da seleção mais um.

A PNAD produz estimativas para serem divulgadas em nível de Brasil as cinco grandes regiões, unidades da Federação e nove regiões metropolitanas apenas. A PNAD anual para aí; a PNAD Contínua vai além, chegando à região metropolitana e a Município da capital.

Em 2014, a gente já falou um pouco disso aqui, ou seja, refere-se só a suplementos que vão ser divulgados no próximo ano. A qualificação profissional importantíssima para quem está analisando o mercado de trabalho, o acesso aos programas de inclusão produtiva, a mobilidade sócio-ocupacional e o Cadastro Único do Governo Federal.

Esses temas foram feitos pelo IBGE em parceria com MDS e o MEC. Os temas que vão a campo neste ano são sobre a sindicalização feitos para o Ministério do Trabalho e Emprego; algumas características das relações de trabalho, que foi uma demanda da OIT e do Ministério e também teve uma participação efetiva na construção de suplemento; a prática de esporte e atividade física, feita em convênio com o Ministério dos Esporte e a primeira infância, em convênio com o MDS.

E agora a gente vai falara um pouco da PME. A PME foi implantada em 1982, seguindo uma metodologia da pesquisa de força de trabalho americana. Em 2002 a pesquisa também passou por uma revisão expressiva no sentido de atender recomendações internacionais, de forma que nós pudéssemos ter as estatísticas do País comparáveis internacionalmente. Aí aqui começa toda essa nossa discussão sobre PME e PNAD Contínua, e acho que é o tema principal.

Tendo em vista que o levantamento PNAD não acompanhava os efeitos da conjuntura econômica, porque a PNAD era uma pesquisa que nasceu trimestral, e ela deixou de ser uma pesquisa trimestral logo no início, em função de custos... Ela não acompanhava os efeitos da conjuntura econômica na força de trabalho nem as variações sazonais do mercado de trabalho. Lembrem que nós estamos aqui em 1981, chegando em 1979, 1981, quando começou todo aquela preparação para realizar no País uma pesquisa que desse conta desse mercado de trabalho de informações conjunturais de mercado de trabalho.

Foram iniciados em 1979 os trabalhos para implantação de uma pesquisa mensal sobre o tema trabalho, que cobrisse todo esse *gap* que a PNAD deixava. Considerando a dificuldade e os custos de implantação, a manutenção da pesquisa mensal em âmbito nacional... Imaginem que naquela época nós não... Todas as nossas pesquisas hoje são feitas utilizando coletores eletrônicos.

A informática naquela época, a tecnologia era uma; hoje nós temos outra. Na verdade, é o que está oportunizando a realização desse levantamento de forma conjuntural, produzindo indicativos ágeis do efeito de economia na força de trabalho. Para definir a abrangência geográfica adequada para nova pesquisa, levou-se em conta uma coisa, que o mercado de trabalho metropolitano concentrava as atividades econômicas mais dinâmicas e consequentemente que reagiam mais rapidamente aos impactos conjunturais, além de reunir uma parcela considerável da força de trabalho no País. Esse cenário mudou, mas em 1981 essa estrutura da PME que se desenhou era bastante efetiva.

O objetivo definido pela pesquisa na época foi produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho e avaliar as situações e as tendências em médio e longo prazo no mercado de trabalho de nove regiões metropolitanas. Na época nós tínhamos, em 1979 e 1980, nove regiões metropolitanas, que são essas que estão aqui embaixo. Dessas que estão aqui embaixo, que são nove, em apenas seis foi dado o início para que fosse feito o teste.

Ainda em 1979, foi feito um teste com instrumento de coleta, como é feito sempre no IBGE, quando implanta uma pesquisa. E foi feito, de forma gradativa, porque precisávamos montar toda uma estrutura de campo, entrevistadores, treinar pessoas, a parte do sistema, de receber o dado. Quando já se alcançaram as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre, o processo de implantação foi interrompido por questão de custos, ou seja, das nove regiões, seis apenas seguiram levantando a Pesquisa Mensal de Emprego.

Depois de 1982, somente foram implantadas duas revisões parciais na PME, ambas restritas ao plano amostral. A primeira foi em 1988... A amostra da pesquisa da PME cresceu de tal forma que teve que ser reduzida em 1988. Em 1993, nós fizemos uma atualização na pesquisa, por conta do Censo de 91.

Em 2002, aí, sim, a PME é completamente realizada, o questionário dela foi completamente revisado. Recebemos aqui no IBGE um técnico da OIT, a pesquisa foi discutida no âmbito da OIT, e avanços importantes foram introduzidos na revisão, naquela época, e, entre eles, nós podemos destacar a coleta eletrônica. E a PME foi a primeira pesquisa na América Latina a ser feita através de coleta eletrônica.

Em termos de conteúdo, da investigação, conceitos, definição de trabalho, desocupação, ocupação, houve toda uma alteração, seguindo as recomendações internacionais da OIT. É importante destacar que não é o IBGE, a gente vê muito as pessoas comentando isso. E eu acho que trazer esse assunto para o Senado é importante, porque volta e meia a gente escuta uma pessoa ou outra, um jornalista ou outro comentando: "Ah, porque esse conceito de desocupação do IBGE..." Não, não é conceito de desocupação do IBGE. Quem define o conceito de desocupado é a Organização Internacional do Trabalho, e isso é feito na Conferência Internacional sobre Estatística.

E são 19 conferências que já aconteceram até hoje. E elas acontecem a cada cinco anos. E o IBGE tem cadeira cativa nessa conferência.

É uma conferência tripartite de que participam os trabalhadores, os empregadores e o Governo, no caso, representado pelo Ministério do Trabalho e o Instituto de Estatística. Tive a oportunidade de participar dessa conferência com a Emília, em 2008.

Então, essa revisão da PME, principalmente por trazer informações internacionalmente comparáveis, foi um avanço muito grande. E, mostrando aqui o objetivo que a PME tem hoje, a pesquisa que vai ser desativada... Vai ser divulgada amanhã a Pesquisa Mensal de Emprego, que produz indicadores mensais sobre a força de trabalho, que permite avaliar as flutuações e a tendência em médio e longo prazo do mercado de trabalho nas áreas de abrangência, constituindo indicativo ágil do efeito da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outra necessidade importante para o País.

Na verdade, a gente sempre divulga a PME como indicador para cada uma das seis áreas ou agregado delas. Elas podem servir como uma *proxy* para Brasil, mas isso ao longo desse período vem se perdendo. Dada a interiorização do emprego, toda essa mudança que o Brasil passou desde 1981 para cá, a pesquisa tem a particularidade dela muito focada nas áreas em que ela é levantada. É o que dá origem à PNAD Contínua, é o que abre espaço para a PNAD Contínua.

Ela é uma pesquisa que levanta características sociodemográficas, de educação, rendimento, mas o tema principal da pesquisa é trabalho e rendimento. O que é feito aqui quanto à educação e às características é de forma a traçar um perfil do mercado de trabalho nessas seis regiões levantadas.

É uma pesquisa domiciliar, é feita por amostra, tem periodicidade mensal, cobre hoje essas seis áreas. Ela já cobriu a região metropolitana de Curitiba, e hoje não mais faz isso. Houve um convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (Ipardes), na época por 13 anos, e seguiu com a PME, utilizando a metodologia da PME para aquele Estado. E em 1981, foi implantada com o objetivo de que abrangesse essas áreas.

O que significa fazer uma PME? São 400 entrevistadores em campo, todos os meses; são 44 mil domicílios que são visitados mensalmente; e cerca de 120 mil pessoas são entrevistadas pela PME.

A PME permitiu principalmente de 2001 para cá, quando ela foi revisada, principalmente a partir de 2002... Nós fizemos diversos estudos relacionados à Carteira de Trabalho assinada, à mulher no mercado de trabalho. As retrospectivas da PME são riquíssimas para essas seis áreas. A gente tem que chamar atenção para isso. Ela é um indicativo muito forte para estudar gênero, cor e raça, trabalho por conta própria, esse *gap*, na verdade, que a gente tem no Caged hoje. A PME dá conta de estudar um pouco essa evolução do trabalho por conta

própria, do trabalho da mulher como principal responsável de domicílio, a mulher no mercado de trabalho, o trabalho a partir dos 50 anos, perfil de trabalhadores domésticos.

O IBGE dispõe de um conjunto completo de indicadores sobre qualificação profissional que é muito utilizado pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Educação para a população de 16 a 24 anos de idade. Nós tivemos um convênio feito com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e todos os meses, quando divulgamos a PME, nós divulgamos um conjunto de informações, um agregado de informações sobre taxa de desocupação, população ocupada, população na força de trabalho, toda a parte relativa a rendimento, fazendo cruzamentos de gênero, e cor, e raça.

E aí lembrando que, dessas duas pesquisas, a PNAD Anual, que surge em 1967, e a PME, que tinha o objetivo de dar um retrato nacional sobre o mercado de trabalho, cobrir essa falta de sazonalidade que a PNAD não dá, o IBGE decide reformular todo o sistema de pesquisas domiciliares dele, criando o que se chamou de Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Esse sistema integrado teve várias motivações, mas eu vou chamar atenção para uma delas aqui, que se refere aos indicadores de curto prazo sobre mercado de trabalho, com abrangência nacional. Essa era a grande demanda que norteou a criação desse Sistema Integrado.

O Sistema Integrado, na verdade, constitui-se através de fóruns. Nós estamos hoje no 15º Fórum. Tanto a Emília, quanto a Graça são participantes presentes.

Acho que coloquei na próxima tela. Vamos lá.

Há aqui no *site* do IBGE o que se discutiu desse sistema integrado desde o primeiro até o último, tudo o que se construiu de PNAD Contínua, tudo o que se construiu de Pesquisa Nacional de Saúde, tudo o que foi construído em relação a esse sistema está no nosso *site*, disponibilizado lá.

E quem participa desse fórum? A OIT participa ativamente. Inclusive, há participação – mas há uma pessoa da OIT que participou mais vezes do que eu, que estou lá dentro do IBGE – de Ministérios, IPEA, universidades, assessorias econômicas, que têm cadeira cativa nesses fóruns, as secretarias especiais, fundações, especialistas. E essa estrutura do fórum muda de acordo com a discussão, por ocasião da discussão da Pesquisa Nacional de Saúde, nós tivemos uma participação muito forte do Ministério da Saúde, do Incra, de pessoas dessas instituições, no fórum, para discutir a Pesquisa Nacional de Saúde.

Então, tudo o que é discutido em termos de pesquisa nacional, de pesquisa domiciliar no IBGE é discutido no âmbito do Fórum SIPD. Quando a gente pensa numa PNAD Contínua, o fórum já adianta, as pessoas que estão no fórum já estão ali discutindo.

A 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET) definiu as recomendações internacionais que são seguidas pela PNAD Contínua hoje. Antes mesmo da própria conferência, foi discutida lá no Fórum SIPD. Na volta da conferência, ela foi discutida novamente nesse Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

O que é esse Sistema Integrado? Ele tem dois núcleos fortes, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que está do meu lado esquerdo; mercado de trabalho de curto prazo; além do levantamento e outras demandas. E há a parte relativa à renda e consumo.

A PNAD Contínua é uma pesquisa que levanta rendimento, mas rendimento e pobreza a gente tem que estudar, levando em consideração renda e consumo. E a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) é o grande momento, é a grande pesquisa para se levantar isso. E o sistema, apesar desses dois núcleos, tem outras pesquisas: temos já hoje a Pesquisa Nacional de Saúde, estamos desenhando uma Pesquisa Nacional de Educação, e outras pesquisas vão surgir anexas ao Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

Vamos falar agora da PNAD Contínua, pesquisa que começou em 2012 e foi implantada já seguindo as recomendações internacionais da OIT. A PNAD Contínua tem dois grandes objetivos. Um deles é dar conta do que a PME faz hoje, que é produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e suas características diversas, porque estudar o mercado de trabalho, sem estudar as características dessa população que está na força de trabalho, não tem sentido, e a PNAD Contínua dá conta disso. E produzir informações sobre outras formas de trabalho: trabalho infantil, migração, habitação, fecundidade, ou seja, uma gama imensa de temas que podem ser inseridos na PNAD Contínua. Isso vai permitir que a gente faça o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Então, se você olhar esse quadro... O que esse quadro vai te dar futuramente? É exatamente isso aqui: de um lado a PME, a Pesquisa Mensal de Emprego, e, do outro lado, a PNAD.

O Sistema Integrado hoje, a PNAD Contínua hoje tem este sentido, juntar essas duas pesquisas numa única pesquisa, ou seja, voltar àquilo que começou lá atrás, em 1967.

Só para gente ter mais ou menos, um ideia dessa PNAD Contínua aqui... A PNAD Contínua é feita em 3.464 Municípios. Em todos esses pontinhos que se está vendo aqui vai haver realização da PNAD Contínua, são Municípios em que a PNAD Contínua está acontecendo.

Eu vou passar um pouquinho. Você vai ver o tamanho da amostra da PNAD Contínua: são 210 mil domicílios visitados trimestralmente, cerca de 2 mil entrevistadores, para fazer a PNAD Contínua hoje, são utilizados no levantamento dela. Ela segue as recomendações internacionais. Então, é importante destacar isso.

Isso faz com que os dados da PNAD Contínua de mercado de trabalho, que hoje são de abrangência nacional urbano-rural... Hoje, quando o IBGE divulga uma taxa de desocupação, essa taxa de desocupação está se referindo ao Brasil como um todo, envolvendo Acre, envolvendo o Amapá, envolvendo área rural da Região Norte, envolvendo o Sul, ou seja, ela é uma pesquisa totalmente completa.

De novo, as definições desses atores principais como o desocupado, o que está na força de trabalho, o que está lá fora da força de trabalho, são definições que vêm dessa conferência. E ela tem o seguinte... Como ela é uma pesquisa que tem que dar informação conjuntural, é importante que ela siga uma painel rotacional. De um trimestre para o outro, quando se divulga a PNAD Contínua, eu tenho que ter garantia de que não foi... Ou seja, por que eu mudei a amostra de um trimestre para o outro, que a pesquisa alterou. A gente tem que ter sobreposição.

Então, como é que acontece isso? Para que eu tenha sobreposição de domicílios de um trimestre para o outro? Por exemplo, se eu for comparar o segundo trimestre de 2015 com o primeiro de 2015, eu tenho que ter sobreposição de amostra para não dizer o seguinte: "Foi por que ele alterou a amostra, foi por que o IBGE alterou a amostra." Não, você tem que ter essa sobreposição, ela é necessária.

E, para haver essa sobreposição, nós temos que trabalhar com uma rotação de amostra. E como é que isso acontece? Se você for selecionado para responder a PNAD Contínua, você vai ser visitado cinco vezes pelo entrevistador do IBGE.

Ele vai à sua casa... Digamos, se você foi selecionado em janeiro, ele vai em janeiro, ele vai em abril, ele vai em julho, ele vai em outubro, ele vai janeiro de novo. Ou seja, ele vai cinco vezes, com intervalo de dois meses entre uma visita e outra.

Isso me dá, de um trimestre para o outro... Então, todas as vezes em que estivemos divulgando a PNAD Contínua de um trimestre para o outro, podem ter certeza de que 80% daquela população que está respondendo ali é a mesma. Teoricamente, 80% dos domicílios são os mesmos. E, de um ano para o outro, quando vamos fazer uma comparação anual, ou seja, o segundo trimestre de 2015 com o segundo de 2014, eu tenho que 20% da minha amostra é a mesma.

O IBGE estudou muito essas rotações. A PME hoje trabalha com o painel 4-8-4, com que a Labour Force americana trabalha – ficaria impraticável trabalhar dessa forma. O que significa esse 4-8-4? A PME visita a casa de uma pessoa durante quatro meses seguidos, descansa por oito meses e volta por mais quatro meses. Nós optamos, ficamos entre o 1-2-4 ou o 1-2-5. Acabamos trabalhando com o 1-2-5, ou seja, visitando o domicílio cinco vezes.

Olhamos muito a experiência internacional, porque apresenta variâncias na estimação das diferenças trimestrais, gerando estimativas mais precisas do mercado de trabalho que se quer mostrar.

Hoje, a PNAD Contínua já começou o seu levantamento, a sua divulgação, que já se iniciou em 2012, mostrando a população total. Essa população total, nós vamos dividi-la em dois grupos: a população de 14 anos ou mais de idade; e a população com menos de 14 anos.

A OIT não recomenda qual seria a menor idade para investigar mercado de trabalho. Ela só faz a seguinte ressalva: é importante que o País siga a legislação. No Brasil, ninguém com menos de 13 anos pode trabalhar. É o trabalho que se quer abolir. Então, a PNAD Contínua foi desenhada para dar informações para a população de 14 anos ou mais. Com 14 ou 15, pode-se trabalhar, mas esse trabalho tem que estar ligado a uma qualificação, a uma formação; com 16 ou 17, pode-se trabalhar, desde que esse trabalho não seja perigoso, não seja noturno; e, a partir dos 18 anos, todo mundo pode trabalhar.

E aí se pode perguntar: mas e o pessoal com menos de 13 anos? Ela levanta, está levantando, anualmente, informações da população de 5 a 13 anos. Então, conjunturalmente, ou seja, trimestralmente ou mensalmente, a PNAD Contínua está provendo informações da população de 14 anos; e uma vez por ano ela vai dar o que a gente chama de informações sobre o trabalho infantil.

Essa população de 14 anos ou mais tem que ser dividida de duas formas: a população que está na força de trabalho e a população que está fora da força. Antigamente, chamávamos de população economicamente ativa e não economicamente ativa. Com a realização dessa última conferência da OIT, esses nomes mudaram. Eles foram modificados. Então, chamam-se hoje pessoas que estão na força de trabalho e pessoas que estão fora da força. A população que está dentro da força de trabalho, nós a separamos em dois grandes grupos: o que está ocupado e o que está desocupado.

Ali temos aquele quadro que a Emília mostrou – vou ver se consigo apertar o botão. Ela disse que o Caged estaria aqui, representando todo esse arcabouço dessa população ocupada. Então, hoje a gente levanta

a forma como a população se insere no mercado de trabalho, e a grande vantagem é que você tem tanto o mercado formal, quanto o mercado informal, quanto se ele é público, se ele é privado. Então, você vai conhecer se essa pessoa está empregada, se ela é trabalhador por conta própria, se ela é um empregador, se ela é trabalhador doméstico, se ela é um trabalhador familiar auxiliar.

Do empregado, a gente vai separar, logicamente, o empregado do trabalhador doméstico, em função das diferenças que há entre esses dois atores, importantes para mostrar o mercado de trabalho. O empregado nós chamamos de setor público e setor privado. Para quem está no setor público, nós estamos levantando: com carteira, sem carteira, militar ou servidor público estatutário. E, no setor privado, os que têm carteira e os empregados que não têm carteira.

O trabalhador doméstico, da mesma forma, nós levantamos os trabalhadores domésticos que têm carteira e os que não têm carteira.

E, para o trabalhador por conta própria, o empregador, nós levantamos se a empresa desse ator importante no mercado de trabalho tem CNPJ ou não tem CNPJ. Daqui a pouco, a gente vai liberar essas informações. Isso não está aqui ainda porque essas informações foram colocadas na pesquisa de forma anual. E elas são muito importantes. O mercado de trabalho hoje mostra um avanço da população por conta própria, o que mostra ser importante saber se esse avanço de trabalhadores por conta própria, essa queda na Carteira de Trabalho, que está criando essa volta da participação do trabalhador por conta própria no mercado de trabalho; se esse trabalhador por conta própria está vindo de forma registrada ou não.

Nós fazemos o levantamento, além da forma de inserção, do grupamento de atividade, seguindo a classificação nacional para poder levantar de qual grupamento aquele empregado ou aquele empregador, ou seja, aquele trabalhador vem: se ele vem da agricultura, se ele vem da indústria, se ele vem da construção, do comércio... Ou seja, até chegar na parte relacionada a serviço doméstico.

É importante ressaltar aqui que a PME não levantava de forma conjuntural a parte relativa à agricultura, porque a PME é uma pesquisa restrita a seis áreas e é uma pesquisa urbana. Então, era praticamente impossível fazer esse levantamento de forma conjuntural. E hoje você vai ter, já está tendo isso na PNAD Contínua.

A partir disso, nós temos indicadores. Portanto, aqui nós temos indicadores de população, nós temos taxas, nós temos participação e nós temos também a parte de rendimento para todos esses indicadores. E, dos ocupados, além do rendimento de trabalho, a gente também calcula essa massa de rendimento desses trabalhadores.

O rendimento que a gente está trabalhando aqui é o rendimento habitual recebido em todos os trabalhos pelos ocupados. Todo mês, a gente corrige isso, com base no IPCA do IBGE. A massa de rendimento também é corrigida pelo IPCA. E uma coisa importante, que foi uma grande conquista do País, da sociedade – da sociedade acadêmica, da sociedade científica, acho que de todo mundo, do País como um todo – é essa transição PNAD Contínua, PNAD e PME; de podermos, ao longo dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, ter a oportunidade dessa transição; de implantar uma pesquisa e ter as outras duas correndo em paralelo.

Como a Emília disse, o Caged não se compara com a PNAD. Acho que a gente se completa com as informações, da mesma forma que essas pesquisas não são comparáveis; elas se completam, elas servem como objeto para a gente analisar o que cada uma está mostrando, a força que cada uma tem, mas elas não são comparáveis.

Aqui eu fiz questão de repetir o mapa. Então, antes, nós tínhamos – pintado de vermelho – o que a PME levantava a cada mês; aí vem a PNAD, que levantava uma vez por ano; e, agora, vamos ter, nesse próximo mapa, isso aqui tudo coberto. Ou seja, o que o IBGE levantava em campo era isso aqui e isso aqui. Então, se a gente ficar passando para lá e para cá, vai-se perceber uma mudança em relação ao espalhamento dessa amostra.

Para vocês terem uma ideia, em todos os Municípios do Acre e de Roraima, nós temos investigação da PNAD Contínua. E fazer uma pesquisa – não vou citar nomes de países – em países menores talvez não seja tão difícil quanto fazer uma pesquisa em um país que tem dimensão continental, como é o caso do Brasil. Por isso, fiz questão de trazer o Silvio aqui, que é o representante do Distrito Federal. Embora seja um local em que as distâncias são menores, ele sabe muito bem o quanto é difícil fazer um levantamento como a PNAD Contínua.

E ela propicia acompanhamento conjuntural de mercado de trabalho para Brasil, cinco grandes Regiões, 27 unidades da Federação.

Isso a gente já está fazendo. E, a partir de novembro, nós vamos também apresentar resultados para 20 regiões metropolitanas e Municípios nas 27 capitais.

Esse é um quadro – ele está pequeno, mas eu fiz questão de botar o PowerPoint – que mostra todas as divulgações. Desde 2014, nós estamos divulgando a pesquisa e, a partir daí, passamos a tê-la mensalmente e trimestralmente, quando divulgamos unidade da Federação também, incluindo isso no nosso levantamento.

Lembramos que é importantíssimo um levantamento como a PNAD Contínua olhar esse quadro aqui, que é um quadro das recomendações internacionais, lembrando o seguinte: nós temos que dar conta disso

que está aqui, que é o trabalho em uma ocupação remunerada, mas há outras coisas que estão levantadas na PNAD Contínua hoje. A recomendação internacional da CIET da OIT exige que se levante o trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, o trabalho para aprendizes e outras formas de trabalho, como é o caso de cuidado de idosos e o trabalho voluntário, que a PNAD Contínua já está levantando desde 2012 e vai divulgar agora, em 2016, seguindo aí tudo aquilo que está dentro da fronteira do Sistema de Contas Nacionais. Então, é importante que o País tenha essas informações.

A PNAD Contínua vai além do mercado de trabalho quando tem esse processo. O que permite isso? A gente tem se o trabalho voluntário está na força de trabalho, se ele está desocupado ou se está ocupado. O Silvio faz um trabalho voluntário, mas ele está ocupado. Então, a PNAD Contínua permite pegar também quem faz trabalho voluntário, se está fora da força, se está desocupado, se está ocupado; pega uma pessoa que está em trabalho em formação, se está ocupado ou se está desocupado; pega a parte relativa à produção para o autoconsumo nos três níveis; e pega o câmbio de remuneração também, apenas para os ocupados.

A gente lembra que o IBGE tem esta missão, que é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da realidade e ao exercício da cidadania. Essa missão é um quadro que a gente cultiva dentro do IBGE de forma bastante forte. E há outro ponto também que eu tenho, inclusive, em cima da minha mesa para nunca esquecer, que são os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais. São dez esses princípios, e um instituto de estatística só se fortalece se seguir à risca esses dez princípios. E é isto que o IBGE faz todo o tempo: seguir cada um desses princípios da ONU.

Eu tenho aqui a análise de alguns resultados da PNAD Contínua e vou mostrar o principal deles, que é a taxa de desocupação – porque já estou quase completando 50 minutos de apresentação. A taxa de desocupação no Brasil, a gente divulgou... Não estou conseguindo ver ali, mas é 8,3. Ela vinha seguindo essa trajetória, de 7,5, 7,4, 6,8, quando teve uma queda, e aí ela tem aqui, no segundo trimestre, um avanço. Ela mostra que a taxa sobe em relação ao primeiro trimestre de 2015, sobe 0,4 percentual.

Um detalhe: quando a gente diz, na PNAD Contínua, que a taxa subiu, isso não é um juízo de valor; é um cálculo estatístico que é feito, e esse cálculo estatístico me garante que, estatisticamente, aquilo é significativo. Porque o fato de passar de 8,1 para 8,2 pode não ser significativo. Nós fazemos esse cálculo para mostrar se aquilo ali tem um significado estatístico. Então, todas as vezes em que o IBGE está divulgando a PNAD Contínua e diz que houve um avanço do desemprego ou houve uma queda do desemprego ou houve uma queda na Carteira de Trabalho ou se a carteira está constante, a gente tem que estar bastante atento a isso, em função de que, se a taxa está estável, se o IBGE diz que a taxa está estável, é porque foi feito um cálculo que mostra que, embora os números sejam diferentes, estatisticamente aquele número é igual. A gente tenta, mensalmente, fazer formação com jornalistas – muitas vezes a gente consegue, outras não...

Enfim, é um grande ganho que a gente tem estar divulgando trimestralmente esses resultados. Aqui, a gente tem toda a área do Brasil, com 8,3 – que vimos na outra tela –; aqui, vemos toda a Região Norte; aqui, a Região Nordeste; a Região Sudeste; o Sul, com taxas menores, mas avançando também – se olharmos o Sul, ele vem avançando nos últimos meses –; e a Região Centro-Oeste. Então, vemos que é um país que precisa ser levantado de forma nacional, porque é um país que tem diferenças regionais grandes. E a PNAD Contínua vem para dar conta disso.

É um quadro muito utilizado, porque, no momento em que nós divulgamos a PNAD Contínua, nós temos 27 unidades estaduais, ou seja, em cada Estado do País o IBGE tem um escritório. Esse escritório é demandado pela imprensa local, por especialistas locais para poder responder sobre os resultados da PNAD Contínua. Isso aqui é uma forma de facilitar o entendimento.

O que se está mostrando aqui é o seguinte: mostra, no País inteiro, desde 2012, por trimestre, a taxa de desocupação. Onde estiver vermelho, é a taxa mais alta da série. Então, temos aqui uma concentração forte de taxas altas, no último trimestre divulgado, que foi de abril a junho, ou seja, o segundo trimestre de 2015, e vemos aqui as taxas mais baixas. Temos que prestar atenção para as taxas mais baixas aqui. Ela não está dessazonalizada. Portanto, o fato de outubro a dezembro estar agregando ali um número maior de taxas mais baixas é por conta de que... Temos ali o mês de dezembro. O mês de dezembro é um mês de contratação de trabalhadores temporários, é um mês em que temos menos dias de procura, é um mês em que temos mais pessoas envolvidas na força de trabalho. A expectativa nossa era de que esse vermelho estivesse mais nessa área aqui. Ele já avançou para cá. E aí a expectativa agora é saber o seguinte: o que vai acontecer no trimestre, que vamos divulgar em novembro.

Aqui, a taxa de desocupação, já uma visão mais gráfica, mostrando que as taxas, no Norte e no Nordeste, são mais altas, e o que está acontecendo com cada uma delas, de um trimestre para o outro.

Esta aqui mostra, de uma forma até didática, o Brasil; e aqui mostra o Norte, o Nordeste, o Sudeste, o Sul, mostrando a taxa das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Aqui, mostra-se que as taxas das mulheres, como já mostrava a PME, como mostra a PNAD, são mais altas. E a taxa de desocupação é mais alta para ambos os sexos. A taxa está mais alta para ambos os sexos. Ela cresce tanto para homem quanto para mulher. Inclusive, na última divulgação, mostrou-se que ela cresceu mais para os homens do que cresceu para as mulheres, embora o patamar das mulheres seja maior.

Aqui as idades. Mostra-se taxa de desocupação por total da população de 14 a 17, 18 a 24, 25 a 39, 40 a 59 anos, mostrando que a taxa dos jovens é mais alta. A taxa de desocupação dos jovens subiu um ponto percentual em relação ao trimestre anterior. Na última divulgação, a PNAD Contínua mostrou um dado que foi totalmente desfavorável. Ela mostrou que a taxa cresceu mais entre os adultos do que entre os jovens, se observarmos a variação da taxa. E isso é, de certa forma, um número não favorável, porque um adulto desempregado pode estar arrastando com ele para esse mercado de trabalho um jovem que estava estudando para também pressionar o mercado e se tornar um desocupado.

De novo aqui outro quadro do nível da ocupação.

A categoria do emprego. Vou parar nesta tela – por conta do tempo, para termos a oportunidade de ouvir vocês –, que mostra o seguinte: aqui é aquele setor privado. No setor privado, exclusive o trabalhador doméstico, temos que 51,3% têm carteira e 49,9% não a têm – somando isso aqui, vai dar 100%.

O trabalhador doméstico...

Isto aqui é o trabalhador doméstico: 6,5%, 6,5%.

Desculpe: empregado do setor privado, exclusive os trabalhadores domésticos. Então, este quadro mostra o empregado no setor, em 2014 e 2015; isto aqui é o segundo trimestre.

Isto aqui é a participação do trabalhador doméstico. Isto aqui é o empregado no setor público. E caiu a participação dos empregados no setor privado. E por que caiu a participação dos empregados no setor privado do segundo trimestre de 2014 para o segundo trimestre de 2015? Porque aumenta este ator aqui: está aumentando o número de pessoas trabalhando por conta própria.

Aí você vai perguntar para mim: Cimar, quem é o trabalhador por conta própria? O trabalhador por conta própria é aquele trabalhador que não tem empregado; ele desenvolve uma atividade econômica, mas ele não tem empregado. Essa é a diferença dele para o empregador. Neste quadro, o empregador não se movimenta de 2014 para 2015 no segundo trimestre, mas o conta própria tem um avanço expressivo de um ano para o outro, quando se foca o segundo trimestre.

E aqui, chamando a atenção de novo para os trabalhadores por conta própria, eles são mais presentes nas Regiões Norte e Nordeste. Vê-se que eles estão crescendo praticamente em todas as regiões. Em todos os Estados, o trabalhador por conta própria cresce.

E, na divulgação nossa, trimestralmente ou mensalmente, tem destaque o que avaliamos, lá no IBGE, que tem mais importância. Neste caso, nós chamamos a atenção para o conta própria porque, durante aquela recessão de 2003, 2004, foram os números desse ator, o trabalhador por conta própria, que realmente cresceram muito. A taxa atingiu ali, naquele período, níveis altíssimos, e agora, no início de 2015, ele começa de novo a aparecer no mercado de trabalho.

Eu acho melhor parar por aqui, para termos a oportunidade de ouvir vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – O senhor pode ficar à vontade, Dr. Cimar. (*Risos.*)

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não, mas eu acho que já está bom.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu agradeço ao Dr. Cimar por sua bela apresentação. Todo esse material, sem dúvida alguma, Drª Emília, Dr. Cimar, será de grande valia para nós.

Eu pergunto ao Senador Donizete se quer fazer uso da palavra. Só uma palavra, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Senador Ataíde, Drª Maria Emília, Dr. Cimar Azeredo.

São muitos números, num tempo muito curto. Mas algumas coisas me instigam. Por exemplo, o PME é feito em seis regiões metropolitanas. Essa pesquisa que você nos mostra da PNAD Contínua tem uma abrangência nacional muito grande, urbana e rural. E é feita uma vez por ano.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ou é trimestral?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – É contínua.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É contínua.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Na verdade, o fechamento da PNAD Contínua é mensal. São aproximadamente 70 mil domicílios visitados mensalmente, que, agregando um trimestre, vai dar cerca de 211 mil domicílios.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É uma abrangência muito grande.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Outra questão que me chamou a atenção lá no final foi esse trabalhador por conta própria. Nesse trabalhador por conta própria, está o empreendedor individual?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim. Todo trabalhador que não tem empregado e não está subordinado a ninguém, ou seja, ele desenvolve uma atividade econômica na qual ele pode ter no máximo um sócio. Eu posso ser sócio da Emília, e nós dois seremos considerados trabalhadores por conta própria, porque nós somos sócios um do outro; não existe subordinação. No momento em que nós contratarmos uma pessoa para o nosso empreendimento, nós vamos passar, os dois, a ser empregadores.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Hoje, nessa tendência, você tem uma estimativa do crescimento do desemprego ao final do ano? Ou ainda é cedo para isso?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Nessa apresentação, eu fiz questão de colocar os princípios fundamentais. Um dos pontos desses princípios fundamentais da ONU é que um instituto de estatística não pode fazer previsão. Temos que trabalhar com um dado que foi do passado. O IBGE nunca levanta uma expectativa. Em nossas entrevistas, tomamos cuidado. Eu estou como porta-voz da parte referente a mercado de trabalho já faz algum tempo. Há jornalistas que estão lá desde que eu comecei e todos os meses perguntam: qual a expectativa? Não há expectativa. Nós trabalhamos com números do passado. Então o IBGE, seguindo essas recomendações, esses princípios fundamentais, temos que ter responsabilidade, transparência principalmente, relevância, imparcialidade, igualdade de acesso. São princípios que regem esse processo. Não podemos, de forma alguma, dizer o seguinte: olha, a taxa de desocupação vai cair, ou vai subir. O que podemos adiantar é, seguindo um movimento que a pesquisa faz , em função da série histórica dela, todos os anos a taxa de desocupação tende a cair em dezembro. E ela tende a cair por quê? Porque você contrata mais trabalhadores temporários. As pessoas recebem décimo terceiro, vão para o *shopping* comprar, e o *shopping*, para atender essa demanda, vai contratar trabalhadores temporários. Essas pessoas começam a sondar o *shopp*ing em novembro, e aí, efetivamente, em novembro, dezembro, elas são contratadas, no *shopping* ou em qualquer outro lugar.

Deve-se lembrar que, dependendo do feriado – este ano, o Natal e o Ano-Novo caem na sexta-feira –, quando cai, por exemplo, na quinta-feira, há menos dias de procura. Um Natal que caiu numa quinta-feira, ninguém vai procurar emprego na sexta. Então, há esses dois fatores importantes. Pontos como esse, fatos relacionados à sazonalidade, podemos adiantar. Fora isso, não fazemos nunca.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E aí, se o mês de dezembro é o mês que tende a haver maior procura, vamos dizer que o mês de menor procura seria o mês de maior taxa de compra?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – A taxa tende a cair porque as pessoas procuram e são contratadas. A demanda do mercado cai. A taxa mais baixa será em dezembro. Agora, a taxa vai sempre crescer da passagem de dezembro para janeiro. Ela sempre cresce do quarto trimestre, que é o último trimestre do ano, porque tem dezembro ali dentro, para o primeiro. Então, a taxa vai fazer esse movimento. Ela sempre vai seguir esse movimento. Em dezembro ela vai cair, em janeiro ela vai subir.

A grande expectativa de todos é quanto desse trabalho temporário que foi absorvido no final do ano vai ser segurado, permanecer no mercado, se esse mercado vai dispensar menos do que no ano anterior, ou se esse mercado vai dispensar além daquele temporário que ele contratou.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós estamos trabalhando com que população economicamente ativa hoje?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Em termos de número?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Nós temos cerca de 90 milhões de ocupados – não tenho de cabeça – com mais cerca de 8 milhões, são quase 100 milhões na nossa força de trabalho hoje.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Era isso, Senador. Vamos desenrolar mais.

Eu queria já agradecer e parabenizar o IBGE pelo trabalho sempre presente em todos os cantos do nosso País.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Agradecemos muito o convite, a oportunidade de apresentar isso para vocês.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É uma pena que não possamos ter mais Senadores aqui. Eu, por exemplo, deveria estar em outra comissão, priorizei essa. Aqui, fazemos duas, três comissões numa manhã só. Às vezes, dependendo da temática, principalmente se é audiência pública, os Senadores estão naquelas comissões onde se estão discutindo outros temas, como projetos de lei de interesse ou coisas que eles consideram mais relevantes, mas seria muito importante – não é, Senador Ataídes? – haver mais colegas aqui, porque as informações trazidas aqui são muito relevantes para nós.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Donizeti, mais uma vez, agradecendo a sua presença.

Realmente, esta Casa tem muitas atribuições, cada Senador aqui participa de várias comissões, às vezes, chega a coadunar o funcionamento de uma com o de outra, é um corre-corre danado. Eu até pergunto a V. Exª se pode permanecer mais um pouco. Eu passaria a Presidência desta reunião a V. Exª, porque eu ficaria mais de frente com a Drª Emília e com o Dr. Cimar, para fazer as perguntas. Eu pergunto a V. Exª se vai permanecer. Se não for, não há problema, faço por aqui.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Na verdade, eu posso ficar mais dez minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, eu vou permanecer aqui. Obrigado, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Nós temos uma audiência com o Ministro aqui às 11h, para discutir a questão da energia eólica. Eólica não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Fotovoltaica?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Isso mesmo. Sobre o leilão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Assunto de extrema relevância. Esta energia sustentável – tanto a eólica como a fotovoltaica – eu vejo que é a solução da nossa fonte energética no País.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Lá eles estão com a previsão de investimento, nos próximos três anos da Presidenta Dilma, de quase R$3 bilhões, nesse setor. E estamos ficando fora do próximo leilão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E lá nós temos uma matéria-prima em abundância, que é o Sol, não é? Aqui no Brasil também, nós temos o silício, que faz a célula da placa de energia fotovoltaica, mas, lamentavelmente, nós não temos a tecnologia. Nós ainda estamos importando essas placas de energia fotovoltaica. Contudo, eu acredito que, logo, logo, o Brasil terá a sua indústria própria.

Pois bem, Drª Emília, e estou vendo que o Dr. Cimar está a chamando de Emília, mais uma vez, agradeço a presença da senhora, que foi muito objetiva na sua explanação, colocando como é que funciona esse sistema de informações, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego e – agora – Previdência, o que até me preocupa muito, porque a nossa Previdência Social não é fácil de se administrar, é muito complexa. Essa fusão me deixou um pouco preocupado.

A senhora falou sobre a RAIS, que é um sistema de informação anual que as empresas são obrigadas a prestar ao Ministério do Trabalho. Essa informação da RAIS inclusive baliza – salvo melhor juízo – o abono salarial, que vem através dessas informações da RAIS. A empresa que não presta essa informação responde por uma multa peculiar, não é isso? A senhora também disse...

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Inclusive o trabalhador não recebe o abono salarial caso não esteja inserido na RAIS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele será penalizado.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora falou sobre o CAGED, que as empresas têm que enviar essas informações, hoje via *on-line*, a cada a cada mês.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – A cada mês em que ele proceder a uma movimentação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se ele não teve movimentação de demissão e admissão, desnecessário se faz.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E aí percebemos que essas informações são precisas.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – São precisas. Mas a senhora disse que são celetistas, evidentemente.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Um-hum

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se passou pela empresa, a empresa tem a obrigatoriedade de fazer o registro desse trabalhador.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Um-hum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito bom.

CAGED.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Ele é bem claro, não?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Caged é de 1965.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu desconhecia essa...

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Pela Lei nº 4.964, de 1965.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso. Ótimo. Porque antes era apresentado via impressos, não é?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Sim. Era terrível.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Terrível.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Terrível.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Hoje está tudo ali. O Caged realmente contempla todas as informações necessárias ao Governo.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – E a tempestividade é muito importante, porque você ter a informação do mês anterior é de grande valia para as políticas públicas e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Nas novas empresas, quando se instala e contrata funcionários, há o mesmo tempo para apresentar, ou seja, no final do mês, ou, uma vez, então, a empresa se instalando e fazendo as suas contratações, imediatamente, tem que remeter esse Caged?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Se a empresa contratou o empregado no mês, deve declarar no mês, até o mês subsequente, até o sétimo dia do mês subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu vejo que esses dois instrumentos são de uma relevância extraordinária para o País, o Caged e a RAIS.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Mas o grande mote hoje é a PNAD aqui, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós vamos para a PNAD, para a PNAD Contínua.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Pode ir para a PNAD, não se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aqui, então, eu percebi que tanto o Caged como a RAIS – pelo o que a senhora disse e o Dr. Cimar – são instrumentos que auxiliam o IBGE nas suas pesquisas.

Eu agradeço. Eu não tenho, a princípio, outro comentário. Nós vamos fazer as perguntas.

Indo para o IBGE, com o Dr. Cimar, que fez uma bela explanação, eu ratifico que esses dados ora trazidos serão, realmente, de muita valia para nós.

Eu esperava, Dr. Cimar, que o senhor fosse fazer uma explicação, *a priori,* mais detalhada sobre a metodologia dessa pesquisa. Mas eu tenho algumas perguntas e tenho certeza de que V. Sª, como técnico, há longa data, vai poder nos responder com muita clareza essas perguntas, essas dúvidas que nós temos, com relação a essa metodologia de cálculo do desemprego hoje, no País.

Antes de começar as minhas perguntas, Dr. Cimar, quero só fazer um indagação, *a priori,* ao senhor. O nosso assessor trouxe à Mesa que, em abril do ano passado, em abril de 2014, a imprensa noticiou uma crise do corpo técnico do IBGE e da administração do Instituto. Houve uma crise. Aparentemente, houve uma decisão da Presidente do IBGE de suspender a divulgação da PNAD Contínua, até o final do ano de 2014, e de adiar também o POF, que é a Pesquisa de Orçamento Familiar, exatamente em um ano eleitoral. Em função disso, a diretoria de pesquisa do IBGE pediu exoneração, e inclusive menciona o nome do senhor. O senhor também queria deixar o órgão – a imprensa deixa isso muito claro –, o senhor também ameaçou deixar o órgão, junto com outros técnicos. A suspeita, na época, foi de que a decisão da Presidente do IBGE foi política, para atender a interesses eleitorais.

Eu pergunto, a princípio, eu pergunto ao senhor: O que o senhor fala sobre essas declarações da imprensa? O senhor pensou, realmente, em deixar... Houve esse pedido da Presidente do IBGE, a Drª Wasmália, e o senhor ficou contrariado, na época, como técnico?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não. Em momento algum houve da minha parte, até porque eu sou, dentro do IBGE, dentro de um escalão da parte de coordenação. Então, eu faço parte de... Por exemplo, o IBGE tem o seguinte escalão: a Presidência, os diretores, as coordenações e os gerentes. Então, eu não faço parte dessa direção que toma essas decisões.

No caso desse evento que o senhor está mencionando, é com relação à divulgação da PNAD Contínua, porque, em um determinado momento, houve do IBGE um entendimento de que teríamos que estar dando informações para o FPE (Fundo de Participação dos Estados) com espaço de dois anos. Ou seja, estaríamos entregando as informações em 2015. Houve uma interpretação errada. E o que aconteceu foi que, ao analisar aquele dado, tínhamos que cumprir uma lei, a qual mostrava bem claro que o IBGE tem que entregar as infor-

mações para o FPE dentro... Nós entregamos em fevereiro de 2015 e estávamos entendendo que tínhamos prazo para isso. E qual foi a decisão da direção na época, naquele primeiro momento? Foi a seguinte: a gente tem que cumprir lei. Estávamos conseguindo divulgar a PNAD Contínua, mas, em um determinado momento, o objetivo principal foi o seguinte: vamos ter que dar as informações do rendimento para o Fundo de Participação dos Estados e pode ser que o IBGE não dê conta disso. Então, para tudo o que estiver fazendo e atenda o Fundo de Participação. E, nesse processo, em que estava prevista a divulgação da PNAD Contínua, que já vinha acontecendo, que, de alguma forma, pudesse atrapalhar...

E houve uma entrada da mídia na época. Em momento algum eu ameacei sair do cargo em função disso. Realmente, houve a saída de uma das diretoras na época, mas o que aconteceu ali naquele momento foi exatamente o seguinte: uma interpretação errada de quando deveriam ser entregues os dados para o Fundo de Participação dos Estados. E, se o IBGE não entregasse aquilo dentro daquele período, nós seríamos autuados por não estar cumprindo a lei. E a decisão da nossa Presidenta, Drª Wasmália Bivar, foi a seguinte: nós paramos a PNAD Contínua e vamos seguir trabalhando com o foco exclusivo em atender ao FPE. Logo na sequência, houve um esforço grande do corpo técnico e foi possível não parar a pesquisa e continuar com os trabalhos que vinham sendo feitos nos estudos relacionados ao rendimento para que pudéssemos estar atendendo ao FPE, como fizemos em fevereiro.

Inclusive, o gráfico que mostramos aqui tem a data exata em que divulgamos o FPE, seguindo o cronograma orientado por eles. Nós temos que fazer a mesma coisa este ano, em fevereiro de 2016. Nós fizemos uma revisão na pesquisa agora. O Sílvio está aqui e não vai me negar isso, porque estamos trabalhando feito loucos, porque estamos alterando a estrutura da pesquisa e, ao mesmo tempo, temos que atender ao FPE em fevereiro agora para que possamos cumprir a lei. Então, o IBGE tem que cumprir essa lei.

E, nesse primeiro momento, o que gerou toda essa confusão foi uma interpretação errada. Nós entendemos que havia mais tempo para entregar os dados para o Fundo de Participação e não era. Tínhamos que entregar de qualquer maneira aqueles dados em fevereiro.

Nós temos um grupo de pessoas, de técnicos voltados para o rendimento, para estudar a variável do rendimento. A variável do rendimento é difícil de se analisar. É, talvez, a variável mais delicada dentro de toda a pesquisa. É importante ressaltar que a Drª Wasmália vem seguindo, dentro do IBGE, um acompanhamento muito rígido na implantação das pesquisas domiciliares, sobretudo a PNAD Contínua, por conta dessa demanda toda.

Então, como a PNAD Contínua não era um calendário que tínhamos que seguir por obrigação, por compromisso, porque tínhamos a PME e a divulgação da PNAD anual, que estávamos cobrindo, foi o seguinte: vamos parar tudo e seguir com um foco: atender ao FPE. Foi exatamente isso que aconteceu.

Se isso tudo tivesse acontecido no ano de 2013, 2012, acho que não teria problema, mas, como foi um ano eleitoral, gerou todo esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu reconheço, Dr. Cimar, que a política não combina muito com o corpo técnico. Eu venho da iniciativa privada. Estou há pouco tempo na Casa. Eu percebo que os técnicos de uma instituição, às vezes, têm muito conflito com a sua direção maior, porque, quando a política chega, ela atrapalha muito o trabalho dos técnicos. E, nessa época, a imprensa divulgou, semanas, o que o senhor chamou até de confusão: essa confusão que aconteceu. E usando o nome de V. Sª como possível saída do IBGE. Eu me lembro dessa reportagem na época. E por ser um ano de eleição, realmente, ele estabelece uma interrogação muito grande.

O senhor disse, inclusive, que saiu uma diretora. Eu ainda não tinha... O nosso assessor chamou a atenção para esse item *a priori*. Como é o nome dessa diretora que saiu na época? O senhor se lembra?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Drª Marcia Quintslr.

Mas eu insisto assim: em momento nenhum, de forma alguma, houve da minha parte qualquer declaração dizendo que eu estaria saindo do cargo. É porque, assim, apesar de ser uma pessoa ligada à coordenação ou ser o Coordenador de Trabalho e Rendimento, entendo, como técnico, que sou mais técnico do qualquer outra coisa dentro do IBGE. Então, eu passo ao largo dessas estruturas que acabam acontecendo. Não vejo essa ingerência dentro do IBGE, como falaram na época.

Como eu disse, foi uma coisa que aconteceu em 2014, que, tal qual foi o erro da PNAD, se não fosse no ano de 2014, se fosse em qualquer outro ano, teria passado despercebido. Em ano eleitoral, acho que temos que ter muito cuidado, principalmente a imprensa, principalmente todas aquelas pessoas envolvidas na parte política, que um instituto de estatística tem que passar despercebido nesse processo, porque, senão, acontece o que aconteceu lá na Argentina.

Por isso, faço questão de ter lá na minha mesa – se você chegar lá, vai ver – os princípios fundamentais, os quais sigo como um técnico. Eu sou estatístico de formação e faço questão de ter esses princípios garantidos sobre quaisquer aspectos – e acredito que a Presidenta e a diretora que saiu também.

Como eu disse, não vou dizer pra você que não conheço essa situação. É claro que eu conheço toda ela. Houve um desgaste grande ali, naquele momento, principalmente por conta de você ter uma interpretação errada de uma lei que teria que ser cumprida. O IBGE tinha que cumprir a lei de entregar os dados para o FPE.

E o seguinte: na época, os servidores novos ainda não tinham chegado, que vieram a ser contratados em junho, se não me engano. Os novos servidores entraram. O IBGE está com deficiência de funcionários dado o grande número de pessoas que estão aposentadas. Nós temos um grande número de funcionários que estão com abono de permanência, então, é importante que mais funcionários cheguem à Casa.

Você citou, também, um outro ponto, que foi a realização da POF. A POF, Pesquisa de Orçamento Familiar, foi interrompida por conta de uma decisão da Presidenta do IBGE, embora fosse uma demanda de que a POF acontecesse. Mas tínhamos condições de realizar a POF? Não, sem realizar concurso. Então, para que a POF acontecesse, seria necessário que o concurso acontecesse, e não só acontecesse para funcionários do Rio, mas que atendesse a todas as unidades estaduais.

O que motivou o cancelamento da POF? Ela foi a campo em 2002/2003 e 2008/2009. Havia a grande expectativa de ela ir a campo 2013/2014, não foi; em 2014/2015, de novo, não foi; em 2015/2016, de novo, não irá. Sempre estou falando dessa dobradinha de anos porque a POF fica em campo um ano. Para realizar uma POF, e fiz questão de trazer os números de entrevistadores necessários para realizar uma pesquisa, além de servidores que são contratados para realizar a POF em campo, temos que ter pessoas da Casa com notório saber em administrar pesquisas. Seria muito desgastante, praticamente impossível realizá-la, e continuo avaliando isso, porque estamos acompanhando a implantação da PNAD Contínua, a PME, que está saindo, agora, em fevereiro, a realização da PNAD pela última vez, sem que entrem novos servidores na Casa, porque não basta contratar entrevistadores temporários, temos que ter pessoas do quadro efetivo do IBGE, para que absorvam esse trabalho e possam administrar essa coleta em campo.

Nessa demanda de atender o FPE, a grande expectativa era: vamos ter condições de atender ou não? Então, vamos parar com a PNAD Contínua, para poder dar conta de que o FPE seja atendido. De qualquer maneira, os dados estariam guardados, estariam coletados, mas é um processo demorado a divulgação, porque, até hoje não conseguimos divulgá–la por inteiro. Estamos ainda tentando finalizá-la para 2016, mas há uma parte grande dela, que é de trabalho voluntário e de outras formas de trabalho. Vamos chegar, agora, divulgando a região metropolitana. Há praticamente quase dois anos desse evento que o doutor mencionou, mas não conseguimos ainda disponibilizar os dados por região metropolitana. Conseguimos chegar para o F com um esforço bastante grande, porque divulgar uma pesquisa, a Emília sabe o que é isso, envolve cada detalhe dela... Uma coisa é trabalhar com PME, com seis áreas, com 150 mil registros, outra coisa é trabalhar com uma PNAD Contínua, que tem 211 mil registros e tempestividade curta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Permita-me – está dando uma cacofonia aqui –, Dr. Cimar, tenho o maior respeito pelo corpo técnico, maior respeito. Chego a imaginar que, se as áreas prioritárias de um Governo Federal, Estadual, Municipal fossem compostas tão somente por técnicos, acredito que o Brasil teria uma gestão muito melhor do que esta que temos hoje. Então, tenho um respeito muito grande, o senhor pode ter certeza disso, a Drª Emília também, mas volto a repetir: quando entra política no meio, a coisa dá uma bagunçada. E percebo que, em 2014, parece-me que houve, realmente, uma interveniência política no IBGE com relação ao POF e, também, à PNAD Contínua.

A Drª Márcia... Qual o sobrenome dela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Q-U-I-N-T-S-L-E. O senhor sabe qual o motivo que levou a Drª Márcia, como diretora, a sair do IBGE?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Foi exatamente essa decisão de interrupção da PNAD Contínua, mas, depois, se voltou atrás. A Márcia foi coordenadora dessa coordenação que estou hoje, seguiu sendo diretora. Na sequência, eu fiquei no cargo de coordenação. Eu era gerente dentro dessa coordenação na época. Como eu disse no momento, eu nem fui procurado pela imprensa por conta disso. Isso não passou por mim de forma alguma. Foi uma decisão tomada lá. Por fazer parte do conselho diretor e pelo conselho diretor estar entendendo que seria importante para Casa interromper uma pesquisa, ou melhor, a divulgação de uma pesquisa e não a coleta dela... Na época, nós estávamos divulgando a PNAD Contínua para o Brasil e grandes regiões. Então, a ideia era interromper isso para que focássemos na parte de atender o FPE. Então, foi por conta dessa decisão que houve esse desconforto entre o conselho diretor, com a saída da Drª Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor acha que se esses dados tivessem sido divulgados à época, poderia ter trazido algum prejuízo para eleição da Presidente Dilma?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Os dados foram divulgados. Acabou que a PNAD Contínua não foi interrompida...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E a POF?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – A POF não. Mesmo se a POF tivesse entrado em campo, ela não teria sido divulgada, porque ela tem que ficar um ano em campo. Geralmente, a POF é divulgada praticamente um ano depois que ela sai do campo. Então, ela ficaria em campo 2014/2015 e estaria sendo divulgado em meados de 2016, final de 2016. Então, a POF, de forma alguma, está passando... Longe disso!

Na verdade, o interesse do IBGE em fazer a POF é muito grande porque ela é uma pesquisa de estudo de pobreza muito grande, fundamental. O próprio Ministro do Planejamento tem um interesse muito grande na POF porque toda a parte de estrutura de ponderação do índice vai ser refeita com base na POF. Então, tem que se levar em consideração a realização dessa pesquisa. Ela tem uma importância muito grande. O que norteou essa decisão, que foi decisão do IBGE, de não fazer a POF, foi por uma questão puramente de não termos condições, de não termos funcionários na Casa efetivos, do quadro efetivo de servidores, disponíveis para administrar essa pesquisa, porque, além de todo arcabouço de pesquisas econômicas, tínhamos as pesquisas de PME, que é a Pesquisa Mensal de Emprego, que não para, a PNAD Contínua, que é desse tamanho que mostramos aqui, a realização da PNAD e a entrada da POF. Ela estava coincidindo exatamente com a entrada da POF.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas, Dr. Cimar, a última posse que foi feita foi 2003 ou 2004? Ou 2008?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – A POF foi feita em 2002/2003. Nós repetimos cinco anos depois, 2008/2009. Teríamos que ter feito 2014, para ser divulgada, agora, no início de 2016. Não conseguimos. Aí pensamos: "Vamos fazer 2014/2015." Também não conseguimos levar a campo para ser divulgada no final de 2016. Nos anos 2015/2016, também não conseguimos. Se a POF for a campo, por exemplo, em maio do ano que vem, ficará no campo até abril. Eu acredito que, em 2018, estaríamos divulgando a POF. Então ela teria...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor não vê que é um prejuízo enorme para o nosso País a falta dessa pesquisa? O que me deixa na dúvida é que o senhor coloca aqui muito claro que o problema é a deficiência da mão de obra, pessoas, mas, se foi feito em 2008/2009, não havia pessoas para ir a campo, para buscar essa pesquisa? O senhor não acha que o Governo tinha que divulgar essa pesquisa, esses dados de tamanha relevância, importância para o povo brasileiro e também para o mundo, já que nós estamos num mundo globalizado?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim, eu defendo a realização dessa pesquisa, mas, antes de qualquer coisa, um instituto de estatística responsável por uma operação como a Pesquisa de Orçamento Familiar, que é uma pesquisa que é feita, na casa das pessoas que caem na amostra, por praticamente uma semana, preenchendo o diário, preenchendo informação... A pesquisa é tão grande que ela utiliza até *notebook,* além dos PDAs. Ela utiliza *notebook* na sua operação de coleta dela. Para realizar uma POF, a instituição tem que estar preparada para isso. Nós não temos, hoje, condições de realizar a POF. A importância dela é inegável. A ideia da construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares era, desde sempre, manter o seguinte: fazer pesquisas de informações conjunturais de mercado de trabalho e seguir no processo de regularidade das POFs, ou seja, a cada cinco anos, ter a POF realizada. Se você perguntar, hoje, e eu sou coordenador da coordenação responsável pelas pesquisas domiciliares: há condição de manter a POF com o número de pessoas que nós temos? De forma alguma. Não temos. Os trabalhadores temporários são contratados para fazer a POF. Isso temos condições de contratar. O que não temos são pessoas nas áreas para administrar a coleta da POF.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor acha que o Governo tem interesse hoje de divulgar esses dados? O senhor acha?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu acho que o Governo não tem interesse de divulgar, mas de conhecer, porque toda a estrutura de ponderação do índice vai ser toda refeita com a POF.

Eu lembro, quando fomos pedir a interrupção da PME, diversas instituições pediram para que não parasse a PME porque era uma pesquisa cujos modelos eram construídos com base na PME e PNAD Contínua e a interrupção da PME iria atrapalhar em muito – e olha que é uma pesquisa muito menor. Naquela época, o IBGE foi demandado pelo Ministério para fazer a POF, só que, mesmo com o contingente de pessoas que nós tínhamos nas unidades estaduais – nós temos 27 unidades estaduais, cerca de 580 agências –, precisaríamos de servidores efetivos. O concurso já está até anunciado – foi anunciado no dia do Congresso Internacional de Estatística pelo Ministro do Planejamento – para a contratação dessas pessoas, só que elas têm que entrar, ficar na casa durante seis meses para podermos prepará-las e, aí, sim... Está tudo pronto para a entrada da POF,só que, sem pessoas para fazer, o IBGE não tem como...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Dr. Cimar, eu vejo que aqui não tem como não falar sobre política, não é? Não é o nosso objetivo maior aqui desta audiência, mas, o grande mote do Governo do PT foi o pleno desemprego e a retirada das famílias da miséria, da classe D, E, F e trazer para a classe C. Eu me lembro que o ex-Presidente Lula fazia uma verdadeira festa quando ele se referia a essa mudança de classe do povo brasileiro, das famílias brasileiras, e isso, realmente, aconteceu, só que, hoje, eu percebo que nós não precisamos nem do POF, nem dessa pesquisa, porque sabemos que essas famílias que migraram para classe C, hoje, estão retornando, lamentavelmente, para suas classes de origem, e outras, inclusive, muito pior, por um Governo desastroso.

Eu queria só fazer esse comentário antes e dizer: o senhor acha que a imprensa, então, abusou colocando nome do senhor, de V. Sª, como um possível exonerado do IBGE? O senhor acha que a imprensa, então, exagerou?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu não lembro de ter acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aconteceu.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Então, não existe uma gravação da minha voz, ou em filme, ou em vídeo falando sobre isso. Em momento algum, nem nessa ocasião ou qualquer outra dentro do IBGE na qual eu colocaria o meu cargo à disposição em função de... Não dei essa reportagem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A Drª Márcia... Aí é outra história.

Dr. Cimar, pesquisas são de uma importância extraordinária, falando-se de país, para o crescimento de um país, de uma nação. Essas informações têm que ser extremamente precisas e honestas para que os empresários, os investidores, o mundo afora tenha plena consciência da situação, como o senhor disse aqui, socioeconômica do nosso País.

Eu tenho muitas dúvidas com relação a muitas informações que o Governo tem fornecido à imprensa e ao povo brasileiro e ao mundo. Entre elas, esta metodologia do cálculo do desemprego no nosso País. É a razão maior desta nossa audiência de hoje. E aí, então, eu tenho algumas perguntas a fazer ao senhor e, também, à Drª Emília.

Hoje, eu não ouvi o senhor dizendo, qual é o número atual do PEA, das pessoas economicamente ativas no País. Qual é o número hoje? O senhor tem esse número?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim, acho que na apresentação tem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não vi na tela. O senhor disse quanto?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – São cerca de 100 milhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – São 101 milhões?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – São 8 milhões de desocupados, com mais... A PEA, na verdade, a força de trabalho, é o total de ocupados mais as pessoas que estão pressionando o mercado, que são os desocupados. Somando isso, você vai ter a população economicamente ativa, que, hoje estamos chamando de força de trabalho, que dá em torno de... Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Cem milhões. Vamos falar em 100 milhões. Essa informação é importante porque ela é a base, como a pesquisa é a baliza. Um empresário, voltando novamente, um empresário, antes de lançar um produto no mercado, faz uma pesquisa exaustiva sobre a aceitação do produto. Se ele não fizer essa pesquisa, esse produto estará muito suscetível ao fracasso. Inclusive, eu me lembro de que, quando foram lançar o iPhone, fizeram uma pesquisa durante três anos para ver se o mundo aceitaria aquele aparelho. No primeiro ano de pesquisa, chegaram à conclusão de que não era momento para o lançamento desse produto tão espetacular que hoje temos em mão. Aí, seu lançamento foi adiado por mais um ano e meio ou dois, e hoje ele é essa coisa que está aí Brasil afora, mundo afora.

Vamos falar aqui sobre a PME, a Pesquisa Mensal de Emprego.

Por que o senhor acha que ela ficou esse tempo todo no mercado se ela era feita tão somente em seis regiões metropolitanas: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Recife e Porto Alegre? Por que o senhor acha que ela ficou tanto tempo no mercado? E por que o senhor acha que ela está saindo agora?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – A Pesquisa Mensal de Emprego... Foi por isso que eu quis fazer essa apresentação. Quando a gente leu os requerimentos, eu quis fazer essa apresentação mostrando toda a história da PME, desde sua formação, em 1979, quando começaram os estudos. Eu quis relembrar como tudo isso aconteceu.

A ideia era que a PME cobrisse nove áreas, mas a gente não conseguiu colocar as nove nem no processo de teste. Conseguimos colocar seis áreas. Isso foi em 1979. A pesquisa continuou em teste em 1981 e começou a produzir informações em 1982. Em 2002, a ideia era revisar a PME e fazer com que ela atingisse as nove regiões metropolitanas. Mas, de novo, nós não conseguimos, em 2002, ampliar a PME. Ela entrou em campo em 2001. Nós tivemos algumas perdas no seu início, porque toda pesquisa, quando entra, fica em adequação por um período. Mas, em 2002, quando ela começou a produzir resultados, nós não conseguimos ampliá-la. E o único motivo que levou à não ampliação da PME para as nove regiões metropolitanas foi a falta de recursos.

O interesse do IBGE em colocar a pesquisa era grande. Tanto que, no final da década de 90, se criou um grupo composto pelo Ipea, pelo Ministério do Trabalho, pela OIT, pelo Dieese, pela Fundação Seade... Se eu não me engano, a Graça até participou desse grupo. Não me lembro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Ela acompanhou esse grupo.

Esse grupo tinha como objetivo criar a pesquisa de força de trabalho no País. A ideia era parar com o sistema de PE e a gente seguir com o sistema de uma pesquisa única de mercado de trabalho para o País. Mas esse grupo se desfez, e o IBGE seguiu com tudo aquilo que se tinha discutido ali em termos de mercado de trabalho, de qual seria o formato dessa pesquisa... Isto foi no final da década de 90.

Em 2000, tivemos o Censo. Mas, embora o censo acontecesse, nós tivemos ali todo um processo de preparação para a entrada da PME revisada, tendo como base aquele estudo feito por esse grupo grande montado, visando essa pesquisa nacional. Mas não foi possível. O custo era muito elevado. Ainda que a gente tentasse ter... Nós tivemos muita dificuldade para implantar a PME. Houve muitas dificuldades durante a realização dela, porque, embora ela utilizasse o coletor eletrônico, manter a compra desses coletores, que têm que ser...

Um celular, hoje, fica na mão da gente, no máximo, um ano, estourando um ano e meio. Mas o IBGE tinha feito a requisição para o censo de 2000 e a gente precisava de equipamentos mais possantes para poder... Da mesma forma agora: estamos utilizando na PNAD Contínua o aparelho do censo de 2010. Agora, foi feita uma compra de um dispositivo mais avançado para a realização da PNAD Contínua, porque os dispositivos já estão numa fase...

Resumindo, a resposta é que o motivo da não ampliação da PME foi justamente a falta de recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Entendi.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – E, em 2006, visando à ampliação dela, visando àquele primeiro objetivo lá do sistema integrado, do processo de reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, era o primeiro ponto uma pesquisa nacional que desse conta do mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Perfeito.

Dr. Cimar, com toda vênia, a resposta do senhor não me convence. Até 2014, jorrava dinheiro no Brasil. Nós sabemos disto. Não há dúvida nenhuma disto.

Eu acredito que a PME está saindo fora porque ela era uma pesquisa que não retratava a verdadeira situação de desemprego no Brasil. Como é que, num país continental como o nosso, uma pesquisa de desemprego é feita tão somente em seis regiões metropolitanas? Depois nós vamos entrar na parte mais técnica, porque eu quero fazer umas perguntas ao senhor.

Então, hoje, quando o Brasil está devendo R$4 trilhões, quando estamos numa situação caótica, nós temos condições, então, de ter esse sistema de pesquisa do PNAD Contínua, que atinge 3.500 Municípios.

Então, não me convence, mais uma vez, com toda vênia, esse argumento de V. Sª de que o PME está saindo por falta de recursos e porque ela não tinha condição de fazer a pesquisa nas nove regiões metropolitanas, o que também não iria resolver o problema dessa pesquisa, dessa PME, que foi criada em 1982. (*Pausa.*)

Dr. Cimar, o senhor acredita nesse pleno emprego, que foi a bandeira da campanha da Presidente Dilma em 2014, nesse pleno emprego de 4,3? O senhor acredita nesse pleno emprego e nesse índice de 4,3? Eu faço uma pergunta também para a Drª Emília: a senhora concorda que esse índice de 2014, de 4,3, é verdadeiro, é honesto?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sobre a parte da PME.

Lembro que a PME não começou na década de 2000 e nem na década... Ela vem com essa dificuldade de implantação desde 1981. Como técnico do IBGE, o que chegou para mim foi que o que a gente tem hoje é dificuldade de ampliar a PME.

Em 2006, nós montamos esse grupo com a expectativa de criar a grande pesquisa, a PNAD Contínua, usando a marca forte da PNAD, mas lembro que o IBGE não traça, em momento algum, a taxa da pesquisa mensal de emprego como uma taxa nacional. Ela é a taxa das seis áreas. Para a outra, a taxa nacional, você poderia estar utilizando a taxa da PNAD anual, que é bem mais elevada do que a da PME, que é a taxa mostrada anualmente, que é bem próxima da PNAD Contínua.

Com relação ao pleno emprego.

Em momento nenhum, nas divulgações, o IBGE cita o pleno emprego, porque o pleno emprego é um conceito muito teórico. Ele é muito... Nas entrevistas, todos os meses, nem em períodos em que a taxa de desocupação atingiu números baixíssimos, em que nós tivemos um crescimento da carteira de trabalho em níveis fortes, nunca foi definido, nunca se usou o termo "pleno emprego". O governo, a política, os jornalistas podem estar utilizando o termo "pleno emprego", mas o IBGE passa ao largo dessa definição do que vem a ser pleno

emprego. Nós temos taxas totalmente distintas. Se você olha Salvador, que tem uma taxa mais alta, se você olha Recife, que tem uma taxa mais alta, e você olha Porto Alegre, que tem taxas baixas, que estão crescendo agora, nos últimos meses, e a PME, mas, mesmo assim, em nenhum momento o IBGE citou o pleno emprego. Ele sempre passou ao largo de falar em pleno emprego. O que a gente faz é divulgar as nossas estatísticas colocando as análises puramente em cima do que está sendo visto ali.

Nós, agora mesmo, a Pesquisa Mensal de Emprego mostra... Nós tivemos a Pesquisa Mensal de Emprego, desde março de 2002... Embora a coleta dela tenha começado em 2001, nós tivemos a divulgação dela a partir de março de 2002. Em junho, julho de 2003, nós atingimos níveis altíssimos de desemprego. O trabalho não registrado, do trabalhador por conta própria, cresceu em níveis muito altos. Se olharmos principalmente rendimento, veremos que 2004 foi um ano até inferior em termos de rendimento, com perdas de rendimento, quando comparado com 2003. No final do ano, nos dois finais de ano, o último trimestre já mostrava uma recuperação. Aí vêm 2005, 2006, 2007, 2008... Em 2008, sentimos a crise internacional passar pela Pesquisa Mensal de Emprego de leve, muito de leve. A PNAD, dado o período de existência dela, não pegou essa crise, mas sentiu alguma coisa também. Aí vêm 2009, 2010 e 2011, quando, de novo, começou o avanço da PME, mostrando ali o avanço da carteira, mostrando a queda no desemprego, principalmente na Região Sul, e, quando chegou o ano de 2014, a pesquisa começa a apresentar aumento do desemprego, queda na carteira... Nós chegamos a ter, em algum momento, na PME, em 2011, 2012, 2013, um crescimento de 700 mil vagas com carteira em um ano. Hoje, isso está mostrando queda.

Então, a PME pode não ser um indicativo ágil para mostrar o País inteiro, mas ela faz isto muito bem para essas seis áreas que ela representa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Entendo. Entendo. Entendo.

Então, o senhor afirma que essa Pesquisa Mensal de Emprego era importante para o País tão somente nessas seis áreas metropolitanas, onde há grandes indústrias e onde há um oferecimento maior de vagas? Então, a PME não espelhava o verdadeiro quadro de desemprego do País? Estou certo? Os números da PME não eram eficientes para mostrar o desemprego em nível nacional, mas apenas nessas seis regiões? Sim?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ótimo.

O que a senhora, Drª Emília, me fala sobre o PME e essa taxa de emprego de 4,3, tão famosa, como de pleno emprego? O que a senhora pode nos dizer sobre isso?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Bom, os dados do Ministério do Trabalho já nos deixam com certa tranquilidade, porque, sendo um registro administrativo, sendo uma declaração feita pelo próprio empregador, nós temos toda a informação PIS a PIS. Então, temos como realmente verificar cada trabalhador que foi declarado. Então, nós viemos observando no Caged – acho que o senhor deve ter acompanhado também – que tivemos, até 2012, 2013, uma ebulição de geração de emprego, mas temos mostrado, este ano, que está havendo, realmente, uma queda, tanto que até agora, de janeiro a agosto, nós já perdemos 572 mil empregos, mais ou menos.

Então, seguindo a linha do Cimar, como técnicos, nós nos omitimos de falar em pleno emprego, mas entendemos que os dados que nós temos mostram a realidade exata. O Caged busca uma análise conjuntural. E nós observamos, realmente, quando nós analisamos os setores da economia, como o da construção civil, que tem perdido muito emprego, e o da agricultura, que, em determinados momentos, também... Neste mês de setembro, que nós vamos divulgar agora, nós observamos que houve uma queda muito grande em determinados setores, que é o que está acontecendo. Enquanto a indústria de transformação, por exemplo, que tem o PPE, que é o Plano de Proteção ao Emprego, uma tentativa de melhorarmos realmente, nós temos observado que, nesse setor da economia, tem havido algumas melhoras tanto em função do Plano de Proteção, em que a Volkswagen entrou há pouco tempo. Então, nessa análise, nós achamos que os dados mostram e essas análises de valores nós nos abstemos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora concorda que essa pesquisa feita tão somente nessas seis regiões metropolitanas realmente não espelhava a verdadeira situação de desemprego no País?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Pelo que entendi da exposição do Cimar, ele mostrou que, no momento em que a PME foi criada, nesse contexto, essas eram as melhores localidades. Com o tempo – ele até disse isto –, aquelas capitais, aquelas regiões metropolitanas deixaram de ser a visão geral do Brasil. Mas, na época em que ela foi criada, o objetivo foi totalmente alcançado. Talvez, neste momento ela já tenha perdido. Tanto que ela está saindo, não é, Cimar? Como a PNAD Contínua vai abranger vários Municípios, a PME vai deixar de ter valor. Não é isso? Vai passar para a PNAD Contínua.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Esse é o entendimento que eu também tenho. Como aqui, na Casa, a gente tem muitas atribuições, a gente não pode se ater só a um tema, mas esse tema do desemprego no País me preocupa muito. E eu vejo que, realmente, a PME saiu muito tarde desse sistema de pesquisa, porque, na verdade, para mim, ela realmente não reflete a realidade do desemprego no nosso País.

Dr. Cimar, vamos entrar um pouco mais, então, na parte técnica.

Na visão de muitos especialistas, são adotadas premissas equivocadas na atual forma de cálculo de desemprego, o que leva a resultados distorcidos. A PNAD Contínua, que será bem-vinda, está lá desde 1967, hoje em 3.500 Municípios...

Mas o mapa, os nossos números e também a fala do senhor deixam muito claro que essa pesquisa se detém mais nessas regiões aqui, Sul, Sudeste, uma parte do Centro-Oeste e uma parte do Nordeste. Mas, olhando até mesmo o mapa, fica claro que, quanto a uma parte da Região Centro-Oeste, uma parte da Região Nordeste e uma grande parte da Região Norte, onde nós não temos indústria, salvo a Zona Franca de Manaus, essa pesquisa deixa muito a desejar. Está claro ali, no mapa.

Ali – informo ao senhor e à Drª Emília que eu sou do Tocantins –, a nossa situação de desemprego nessa Região Norte é terrível. Não tem nada a ver com os números divulgados pelo IBGE! Nada!

Então, eu volto a dar como exemplo todos os trabalhadores... Hoje, o IBGE diz que nós temos 8,622 milhões de trabalhadores. Parece-me que esse é um número do mês passado, não é?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Desocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Desocupados. Desempregados. Desocupados. O.k.

O senhor tem conhecimento desse número? Isso representa 8,6, pela última divulgação, não é?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Do PEA, das pessoas economicamente ativas, para a qual o senhor usou outro termo: força de trabalho. Não é?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – É, porque é o termo que a gente já usava, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Correto. Mas não é errado usar "pessoas economicamente ativa", não é?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o senhor hoje foi um pouco além do que eu imaginava. Eu imaginava que seriam pessoas com idade superior a 18 anos, mas o senhor chegou aos 14 anos de idade. Acima de 14 anos de idade, essa força de trabalho, então, compõe o PEA, número que chega a 101 milhões de brasileiros, não é? Eu não sabia. Eu vou até pesquisar um pouco mais, porque eu acho que, se a gente puxar esses 14 anos de idade, talvez esse número do PEA seja elevado. Mas isso nós vamos verificar.

Eu começo perguntando ao senhor o seguinte. Nós temos, hoje, então, 8,662 milhões de desempregados, celetistas. E volto a repetir que essas informações criadas pelo Ministério do Trabalho a respeito do Caged e da Rais são perfeitas. Eu vejo que o percentual de margem de erro é muito pequeno, não é, doutora?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – A arquitetura é bem grande.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É muito grande. É muito pequena essa margem de erro.

A primeira pergunta que eu faço ao senhor, Dr. Cimar, é a seguinte. Esse trabalhador que está desocupado, desempregado, e que, durante 30 dias, não conseguiu arrumar uma colocação, não conseguiu arrumar emprego, ele, então, sai da estatística e vai para um outro campo, chamado "desalentados", e não "desocupados", que hoje, segundo o próprio IBGE, tem 2,1 milhões de pessoas. Eu indago a V. Sª se o senhor acha correto que esses 2,1 milhões de trabalhadores, porque não conseguiram, dentro de 30 dias – e não é fácil conseguir emprego... Eu venho de família muito pobre e sei que sair a campo procurando emprego, principalmente quando você não tem uma qualificação... O que o senhor fala desses desalentados? O senhor acha que a pesquisa teria que tirá-los do campo de desempregados? O senhor acha isso correto?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Com relação ao mapa.

A precisão, o aprimoramento que foi conseguido hoje com a PNAD Contínua, com essa nova amostra criada, chamada Amostra Mestra, que é uma amostra de setores censitários... Eu não quis levantar aqui, mas a gente pode até falar dela um pouco. Qual é, na verdade, a diferença da amostra da PNAD Contínua para a amostra da PNAD anual? A amostra da PNAD anual estratifica, ou seja, faz grupos de Municípios que são similares e, ali dentro, acaba selecionando um Município daquele estrato para representar aquela área.

Essa seleção é feita com probabilidade proporcional ao tamanho daquele Município. Se o Município for maior, ele tem uma chance maior de ser selecionado.

Que avanço a PNAD Contínua imprimiu quando construiu a amostra mestra, que o IBGE construiu quando colocou essa amostra mestra?

Fez da seguinte forma: foi uma amostra de setores censitários, com base no censo e levando em consideração, ao estratificar esses setores censitários, inclusive a variável rendimento. Isso foi um avanço indiscutível. Hoje, em termos de precisão, isso tem de acontecer porque isso vem do processo. O processo, cada vez mais, vai avançando. Vamos olhando a experiência internacional. Há estatísticos fantásticos no Brasil, pessoas dentro do próprio IBGE, que fazem parte da Coordenação de Métodos e Qualidade, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, e que participaram ativamente da construção dessa amostra mestra, que mostra que hoje que esse mapeamento que, antes, pela PNAD, cobria cerca de mil Municípios, cobre hoje cerca de 3.464. Então, hoje, a PNAD Contínua traz, com certeza, um retrato, uma foto, bem mais...tirada desse processo.

Com relação ao conceito de retirar os desalentados, aquelas pessoas que tomaram providência, o conceito de pessoa desocupada é o seguinte. Quem é uma pessoa desocupada? É aquela pessoa que não estava ocupada naquela semana de referência e tomou uma providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias. Esse é o conceito do desocupado que a OIT recomenda.

A partir daí, há o desocupado no numerador e, no denominador, coloca-se a força de trabalho, também chamada de população economicamente..., como se usava antigamente. Isso vai-nos dar a taxa de desocupação.

Eu nunca gostei, particularmente, como técnico, de analisar o mercado de trabalho pelo desemprego e, sim, pelo emprego. Isso é de cada um, de cada técnico. Ao olhar a taxa de desocupação, vê-se que a taxa cresce. Junto com isso, há algumas características que a PNAD Contínua vem mostrando hoje: a carteira de trabalho está diminuindo, e não é só a carteira; o empregado sem carteira também vem caindo; ou seja, nesses últimos meses, tem havido uma perda do emprego.

Com isso, o que vem acontecendo? Aquele ator que a gente mostrou ali, para o qual se chamou a atenção, que é o conta própria... Chamei muito mais a atenção para esses pontos do que para a taxa de desocupação. Eu particularmente não gosto desse indicador muito sintético da taxa de desocupação, embora ela seja o principal indicador; ela seja o que vai para a capa do jornal. Eu, particularmente, acho que estudar o emprego e ver o quanto ele acaba-se deteriorando, como a qualidade do emprego vem perdendo, associar a variável rendimento nesse processo... Mas, para recomendação internacional, é denominado o seguinte: uma taxa de desocupação. Essa taxa de desocupação que se coloca hoje é para uma comparação internacional. Caso se queira construir outra taxa de desocupação, colocando-se aí os desalentados, isso é possível, mas é preciso lembrar que, na hora de se comparar com outros países, deve-se fazer a mesma conta. A taxa de desocupação tem uma fórmula, um modelo, para ser calculada, para que, internacionalmente, se possa ter isso...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me. Vamos ver se conseguimos ser um pouco mais objetivos, porque eu tenho várias perguntas e, de repente, podemos entrar aí dia afora – dia adentro, melhor dizendo.

Volto a perguntar mais diretamente a V. Sª: o senhor acha justo...

E vamos falar sobre OIT daqui a pouco, porque o senhor está dizendo que a OIT é a baliza da pesquisa do IBGE, mas há uma controvérsia, há um disparate muito grande entre a metodologia da OIT e os números divulgados pelo IBGE.

Volto a perguntar ao senhor: esses trabalhadores desempregados que procuraram trabalhos durante 30 dias, tendo com referência a semana anterior, e que, em 30 dias, não conseguiram emprego; não apareceram lá no Caged como empregados, não apareceram no Ministério do Trabalho como empregados. Eu pergunto se o senhor acha justo não incluí-los...?

Eu queria fazer um comentário, porque o senhor falou aqui algo que me assustou, até certo ponto, vindo do senhor como técnico, salvo melhor juízo. O senhor disse que prefere voltar os olhos para os empregados do que para os desempregados. O senhor disse isso.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – ...analisar o mercado de trabalho mais pelo emprego...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mais pelo emprego do que pelo desemprego.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – ...do que pelo desemprego, porque há também variáveis, como a taxa de atividade, que é um número importantíssimo, o nível da ocupação. E isso vai nos mostrar... Porque a taxa de desocupação vai nos dar um rumo. Aquele rumo que o senhor está querendo colocar, e está esquecendo a outra parcela, que é justamente essa pessoa, a população fora da força de trabalho. Isso é a taxa de atividade que vai mostrar.

O que é taxa de atividade? É a minha força de trabalho sobre a minha população de 14 anos ou mais. Se essa taxa caiu, é porque há alguma coisa que está diferente no mercado. Se essa taxa cai, com uma queda na

qualidade do emprego, com queda no nível da ocupação, com queda na carteira de trabalho, com queda no rendimento, o mercado de trabalho... Então, elementos para analisar o mercado de trabalho nós temos. Temos a taxa de atividade; o nível da ocupação, que foi objeto da minha apresentação aqui; a qualidade do emprego medida pelo rendimento; a qualidade do emprego medida pela forma de inserção nesse mercado; o rendimento que se coloca na PNAD Contínua. Esse disparate... Chamei a atenção aqui e contei a história de se ter uma taxa de desocupação quando ela acaba aumentando mais para os adultos, porque um adulto pode estar arrastando com ele, para a fila da desocupação...

O mercado de trabalho tem essa complexidade que só um indicador sintético, colocando ou não esses desalentados aí, não vai dar conta. Tem de ser uma análise bem mais completa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dr. Cimar...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – E é o que a gente faz com a PME hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dr. Cimar, olha, eu me preocupei vendo o senhor, como um grande profissional, um grande técnico, não tendo tanta preocupação com o número de desempregados e, sim, com o número de empregos. Um governo, tanto federal, como estadual ou municipal, assim como os empresários, como a população de modo geral, como o mundo, todos precisam saber a taxa de desemprego de um país, porque aqui, inclusive, além de outras atenuantes, há o problema da criminalidade. Sabemos que um pai de família desempregado... E está aí: no meu Estado, houve um crescimento de 156% de criminalidade, e não há dúvida de que uma das coisas que motivaram essa criminalidade é o desocupado. O desocupado é um risco, e vamos falar daqui a pouco também dos "nem-nem".

Então, volto novamente a perguntar ao senhor: esse trabalhador que, em 30 dias não conseguiu emprego, o IBGE o tira da estatística e o coloca como desalentado e não como desempregado; ou seja, não aumenta esse percentual do desemprego. O senhor acha isso correto, o senhor acha isso incorreto ou o senhor acha que isso tem de se mais bem analisado e conversado dentro do IBGE? Assim, o mais precisamente, se possível, Dr. Cimar.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Então, de novo, é claro que a desocupação é importante. A gente acompanha, tanto que a taxa principal é a taxa de desocupação, e um desocupado... Eu prefiro analisar o mercado de trabalho muito mais pelo emprego do que pelo desemprego, justamente por conta disto: essa parcela da população acaba ficando de fora. Então, só essa taxa sintética hoje recomendada pela OIT pouco vai dizer. Eu preciso conhecer se a minha população, que está fora da força, está subindo.

Temos um quadro sintético hoje na PNAD Contínua, também divulgado na PME, cujo primeiro indicador é a taxa de atividade; o segundo, taxa de desocupação. Na sequência, há todas as populações, e, dentro dessas populações, há a população em idade ativa; a população na força de trabalho; a população ocupada; a desocupada e a população fora da força. Temos a qualidade do emprego medida pela forma de inserção e, na sequência, por rendimento, medido pelas diversas formas de inserção: rendimento total, grupamento de atividade. Temos a forma de inserção por grupamento de atividade, porque pode estar havendo, dentro do mercado, uma migração da construção... A construção que antes estava crescendo, agora, começa a demitir.

Isso tudo preocupa. Não é só a taxa de desocupação e não é só a preocupação com a taxa de desemprego ou de desocupados. O mercado de trabalho é analisado como um todo.

Agora, criar uma taxa... A taxa de desocupação existe, mas a população tem de ficar atenta de que não é só a taxa de desocupação que vai dar um cenário do mercado de trabalho. Ela dá um indício. Eu não gosto dela como indicador sintético. "Ah, a taxa está baixa." A taxa pode estar baixa porque o nível da ocupação caiu, porque a carteira de trabalho está ruim. O rendimento está caindo, e a taxa está baixa. Assim, o mercado de trabalho é complexo e tem de ser analisado com toda a sua complexidade, utilizando-se todos os elementos que a pesquisa PNAD Contínua fornece. Todos esses elementos estão disponíveis para a população analisar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim, a minha pergunta sobre o desalentado, por favor, para a gente ir para frente.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim, tem importância, tanto o desalentado, quanto o desocupado, quanto aquele sem carteira...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só este, só este. Este que, em 30 dias, não conseguiu emprego. O senhor acha que ele deve sair da estatística do desempregado? O senhor acha que ele deve sair ou o senhor acha que ele deve permanecer? Era isso que eu queria saber. O senhor acha que isso está certo ou que está certa essa metodologia?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não é questão de achar que estar certo ou questão de estar errado. Desocupado. Qual é o conceito de desocupado, também chamado de desempregado? Uma pessoa que não trabalhava e tomou uma providência para conseguir trabalho. Esse é o conceito do desocupado. Se eu estou chamando esse desalentado de desocupado, incluindo-o na minha estatística, eu vou estar inferindo-lhe um *status* que ele não tem; ou seja, estou inferindo para uma pessoa que não tomou providências para conseguir

trabalho uma condição de desocupado. Não se pode fazer isso. Há uma recomendação internacional. Acho que esse foi o grande ganho da revisão da PME de 2002, esse é o grande ganho da PNAD, a partir de 92. Esse é o grande ganho da PNAD Contínua, seguindo à risca as recomendações internacionais. E não é só isso. Não é só o mercado de trabalho. Também há outras formas de trabalho que a PNAD Contínua está cobrindo, que são o trabalho voluntário, a construção para o próprio uso, a produção para o próprio consumo, o cuidado de pessoas. Quantas pessoas que estão cuidando de outras pessoas hoje estão fora do mercado? Estão cuidando de pessoas, e não conhecemos esse número.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, o senhor afirma que essas pessoas que não conseguiram emprego dentro dos 30 dias...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não devem ser consideradas como desocupadas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não devem ser consideradas como desocupadas.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não, não devem. Elas devem ser consideradas como pessoas que estão desalentadas, e deve-se analisar se tomaram providências para conseguir trabalho. Se não, o IBGE pergunta na pesquisa, seguindo a recomendação internacional: "Por que você não tomou providência para conseguir trabalho?"

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Eu queria só falar uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Drª Emília, o que a senhora acha dessa história do desalentado. Diga para nós, por favor.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Pois é. Parece-me que está havendo uma pequena... Quando o Cimar fala do desocupado, quando eles fazem a pesquisa e categorizam o trabalhador como desocupado, significa que ele não fez nada para procurar emprego. Não é que ele não tenha conseguido emprego, Senador. Ele não fez nada para conseguir emprego; ele não tomou nenhuma providência. Então, por isso, não se pode colocar o desalentado como desocupado, porque ele não tomou nenhuma atitude. Pareceu-me que o senhor está dizendo que ele procurou e não conseguiu naquele mês. Não, o desocupado não procurou.

Não sei se é um erro de...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Olha, nós temos 2,1 milhões pessoas hoje nessa condição de desalentados. Imagina se...

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS (*Fora do microfone*.) – Ele não procurou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois é, Drª Amália.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Emília.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Emília. Perdão, Drª Emília, perdão.

Olha, é muito fácil nós, aqui, e técnicos do IBGE, do Ministério do Trabalho, dizermos que esses 2,1 milhões pessoas, a maioria pais de família, procuraram emprego durante 30 dias, não conseguiram e, então, cruzaram os braços e estão em casa esperando que Deus vá lhes prover o alimento de amanhã. Olha, eu acho que é um entendimento pecaminoso. Se tivéssemos aqui um trabalhador que perdeu o emprego e, dentro de 30 dias, procurou emprego e não conseguiu, dizer que agora ele não está procurando mais emprego, se tivéssemos um aqui nesta reunião, eu tenho absoluta certeza de que ele ia dizer: "Estou procurando emprego. Não está fácil". Eu tenho a mais absoluta certeza.

Aqui, para mim, Dr. Cimar, essa história do desalentado, o IBGE vai ter de rever isso. São 30 dias; se fossem 60, se fossem seis meses. Ninguém consegue viver sem emprego. Por isso, está aumentando a criminalidade no Brasil. Jogar esse pessoal para desalentado, isso é um pecado; sobre isso, eu vou ter de agir imediatamente.

Mas o senhor, então, concorda que esses 2,1 milhões que não acharam emprego dentro de 30 dias têm de ser excluídos da estatística? O senhor afirma, então, o senhor tem a convicção de que eles têm de ser afastados? Sim ou não?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – O que eu afirmo é que quem for construir políticas para analisar o mercado de trabalho não utilize a taxa de desocupação como indicador sintético.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou falando do IBGE. Eu quero saber o IBGE, não o...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Mas ele não está excluído. Ele está dentro do IBGE, utilizando-se as recomendações internacionais. O desalentado, a figura dele existe, como existe a figura do sem carteira, do jovem que procurou trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim, sim, mas ele não está desempregado para o IBGE.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Ele não está desempregado, segundo uma recomendação que o IBGE segue, orientado pela OIT. Isso é discutido mundialmente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor, como técnico, acha que está correto?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu avalio que sim. Eu acho que ele tem de ser avaliado dentro do grupo dele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O. k. Então, vamos à frente.

Além disso, o próprio fato de a coleta ocorrer em um universo tão restrito do País coloca em dúvida a eficácia da amostragem estatística desse método.

Outro ponto que chama bastante a atenção é que, para se considerar empregado, por esta pesquisa, PNAD Contínua, a pessoa somente precisa exercer trabalho por, pelo menos, uma hora na semana de referência. Essa é outra indagação que vou fazer.

Também não precisa receber remuneração pecuniária, não precisa receber dinheiro para ser considerado como empregado; ou seja, não precisa receber salário em dinheiro, repetindo. Esse é outro ponto interessante sobre o qual faço a pergunta.

Então, eu pergunto: essa pessoa que trabalhou uma hora na semana, mesmo sem remuneração, ela é considerada empregada de acordo com a estatística. Isso é correto? Eu pergunto ao senhor e pergunto também à Drª Emília.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Isso é uma recomendação internacional. De novo, o conceito do ocupado. Aí, mede-se o número de horas trabalhadas. A parcela que trabalha uma hora é mínima. Acompanhamos isso ao longo da pesquisa, da série histórica. Há o número de horas trabalhadas, que mostra que essa parcela é pequena.

Com relação ao questionamento da amostra da pesquisa. De novo, a pesquisa PNAD Contínua, que utiliza hoje o sistema de amostra mestra, passou por um aprimoramento grande. Definir que esses números pequenos, que são pouco mais de três mil, são 15 mil setores censitários... Muita gente pode achar pouco, talvez por desconhecer a tecnologia da amostragem. Não é preciso tomar uma sopa inteira para saber que ela está salgada. Não é preciso tirar o sangue todo de uma pessoa para saber que ela tem um problema.

Temos um país heterogêneo, e o controle da amostragem tem de medir, dar conta do que é heterogêneo e do que é homogêneo. Então, o que fazemos? Agrupamos o que é homogêneo e vamos estudar esses grupos em pedaços. Por isso, essa distribuição. A amostra se concentra de forma maior dentro da Região Sudeste, porque é na Região Sudeste que está concentrada a parte da população...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor acha, então, que ela deve ser considerada empregada? Sim? Esse trabalhador que trabalhou uma hora na semana de referência?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu acho que ela tem de ser considerada conforme regem as recomendações internacionais, e que o número de horas trabalhadas deva ser acompanhado por grupamento de atividades, por formas de inserção, seja trabalho doméstico, seja para o empregado, seja para o sem carteira...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor tem o número dessas pessoas hoje a que estou me referindo?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – É muito baixo. Não tenho de cabeça aqui. É muito baixo, mas tenho como...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O que o senhor acha que é baixo? Quantas mil pessoas?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – O percentual é mínimo. Não chega nem a 2%, acho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – São 2%?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não, não é nem isso, mas 0,00 alguma coisa. A média de horas da população vai em torno de 40, 42 horas, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor acha que chega a 500 mil pessoas?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – E, se chegar a esse número, temos de conhecer em que grupamento de atividades essa população está sendo colocada, de que forma de inserção ela está-se colocando no mercado de trabalho. Há uma série de fatores importantes para analisar esse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – As considerações da senhora, Drª Emília, sobre esse ponto, sobre esse perfil de trabalhador. A senhora os considera empregados ou desempregados?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Nós sempre discutimos na nossa coordenação essa questão. Temos certa estranheza de considerá-los como ocupados, mas, ao mesmo tempo, entendemos, como estatísticos, que há certas recomendações da OIT a serem seguidas e que deve existir um padrão a ser seguido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, a senhora acha estranho? (*Pausa.*)

O. k.

Sabemos que a confiabilidade dos dados é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que objetivem corrigir problemas. Eu já disse isso lá no início. Para isso, precisamos saber a verdade e não adotarmos métodos sujeitos a manipulações. Não estou aqui afirmando. Estou fazendo simplesmente uma colocação.

A metodologia oficial destoa de forma significativa de outros órgãos de pesquisa, como o Dieese, e da OIT, que V. Sªs têm colocado aqui como a baliza para essa metodologia de cálculo do emprego e desemprego no nosso Pais, que representam taxas muito mais elevadas de desemprego no País. O Dieese, como é de conhecimento nosso, apresenta uma taxa muito superior a 8,6%. A própria OIT também apresenta uma taxa muito maior.

Então, eu pergunto ao senhor e à Srª Drª Emília: quais são as pessoas que compõem a população economicamente ativa? Eu perguntei isso antes aqui. A minha pergunta é: por que, então, a OIT e o Dieese não batem com os números do IBGE ou, pelo menos, não se aproximam deles, uma vez que toda metodologia é seguida pelas diretrizes da OIT? Pergunto ao Dr. Cimar.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – O que temos da OIT, que sei que são disponibilizados pela OIT, são dados de questionários que são enviados tanto para o IBGE quanto para o Ministério do Trabalho. A base desses dados é para o Brasil e o número utilizado é da PNAD. Esse número da OIT tem que estar batendo porque os questionários são preenchidos. Parte do questionário que vem da OIT para nós preenchermos vai para o Ministério do Trabalho, e os números têm que estar batendo com os números da PNAD anual, mas, com a interrupção da PNAD prevista para 2015, vão ser substituídos pelos da PNAD Contínua, que são números bem próximos.

A outra pergunta foi em relação ao Dieese. A taxa de desocupação do Dieese leva em consideração... É outra metodologia de cálculo, é outra forma de realização de pesquisa, com uma nova amostra. O Dieese divulga a taxa de desocupação, o desemprego aberto e o desemprego total. A taxa de desemprego aberto, que o IBGE utiliza, só considerando como desocupados, tende a se aproximar da PME em alguns momentos. De novo, vou dizer, nem as pesquisas nossas elas têm como bater, porque são metodologias distintas, que sofrem aprimoramentos, que são feitas de forma diferentes; nem as nossas têm que bater com as deles. Mas a taxa de desocupação do Dieese tem que levar em consideração como foi feita a conta. A conta deles está levando em consideração, não seguindo a recomendação de internacional, a taxa de desocupação total, levando em consideração até o desemprego oculto pelo trabalho precário tem toda uma reformulação que se explica por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra a Drª Emília.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Não tenho nada a acrescentar. É exatamente essa questão de metodologias diferenciadas, que levam a essa diferença de cálculo de taxa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mesmo sendo, repito, a baliza para o IBGE, o sistema, essa metodologia da OIT? Mas o Dr. Cimar deixou muito claro que têm que bater esses números.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Porque nós é que preenchemos os questionários enviados à OIT, tanto que os relativos ao desemprego tal o IBGE manda e informativos ao emprego o Ministério manda.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas essa divergência não perturba?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu desconheço esse número.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – É. Eu não conheço esse número.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Há uma divergência. O Dieese, no mês de julho, e aqui está por região, colocou que a taxa de desemprego no Distrito Federal pulou para 14,2%.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – É a taxa total. Está levando em consideração inclusive o desalentado, o desemprego oculto pelo trabalho precário. Ele leva em consideração uma série de...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Dieese, então, inclui o desalentado como desempregado.

Olhem só. Fortaleza subiu para 8,6%; Porto Alegre, 9,7%; Salvador, 19%, em julho; e São Paulo, 13,9%. O senhor tem esses números?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Não, esses...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É um número mais regional.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Esses números são do Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É. Perfeito.

Vamos, então...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Mas, de novo, é o desemprego total que está sendo colocado ali. A fórmula dessa taxa colocada ali não é a população desocupada sobre a força de trabalho. No numerador estão sendo incluídas pessoas que inclusive estão trabalhando precariamente. Não é só o desalentado. Leva em consideração também o desemprego oculto pelo trabalho precário, que é uma parcela da população importante de ser estudada, com rendimento baixo e com uma forma de inserção não registrada.

Ou seja, estão considerando ali um *status* de pessoas nesse numerador que não são desocupadas. É uma taxa de desocupação que eles chamam de taxa de desocupação total. A que poderia, e a conta seria da forma como a gente faz hoje – o desocupado em cima, e realmente o que a OIT considera como desocupado, e embaixo a força de trabalho –, estar sendo mais similar a nossa em termos de cálculo. Mas essas taxas grandes de Salvador, 19%, e Fortaleza são por conta dessa conta no numerador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O desalentado.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não só o desalentado. Há também ali o desemprego oculto pelo trabalho precário. Isso está sendo incluído lá também. Ali tem o desocupado, o desalentado e o desemprego oculto pelo trabalho precário.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – A própria metodologia de captação do dado é diferente.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Totalmente diferente. Não usa rotação de amostra. Tem todo... uma média móvel... Tem todo um esquema diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dr. Cimar, voltamos novamente à história do desalentado quando V. Srª colocou que o IBGE não deve usar o desalentado como desempregado. Se o senhor me permitir, quero fazer uma pergunta muito pessoal, com todo o respeito, com toda a vênia. Se o senhor, hoje, fosse demitido do IBGE – é claro que o senhor vai conseguir emprego no dia seguinte, não tenho dúvida disso, pela competência que lhe é peculiar – e, em hipótese, ficasse 30 dias procurando trabalho sem conseguir, o senhor se colocaria como um desempregado ou desalentado, deprimido dentro de casa? Como o senhor se colocaria? O senhor me permite essa pergunta pessoal? Porque estou grilado com essa história do desalentado.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu, por conhecer essas recomendações internacionais, por conhecer qual o conceito do ocupado, por conhecer o conceito de desocupado utilizado internacionalmente, em vários países, vou me considerar dentro do grupo dos desalentados, não como desocupado, porque o desocupado tem um conceito básico: não ocupado na semana, que tomou uma providência efetiva para conseguir... (*Falha na gravação.*)

...encaixaria nesse quadro de forma alguma, conhecendo o conceito que eu tenho. Estou na praia. O que você está fazendo aqui? Procurei emprego, mas está difícil. Não posso me enquadrar como...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor não vai procurar mais emprego, então? O senhor não procuraria mais emprego depois de 30 dias?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não sei. Dependendo da situação, poderia por ser direta. No meu caso, hoje, estaria, com certeza, procurando emprego direto. Se ficasse, por conhecer... Logicamente, se você está conversando com a pessoa... O que você está fazendo? Estou desempregado. No cotidiano, as pessoas podem até se considerar como desempregadas, só que isso tem que ter um corte, e o corte que a OIT dá, recomenda é este...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Trinta dias.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – ...não ocupado na semana.

E tem outra coisa que é importante levantar: aquelas pessoas, e inclusive levantamos isso, que estão no mercado de trabalho hoje e estão tomando providências para conseguir trabalho. O estudo da PNAD Contínua é muito completo. Por isso, eu falo que não é só estudar o emprego ou a taxa de desocupação como indicador sintético. Tem que se analisar o mercado de trabalho como um todo, porque investigamos a população desocupada que tomou providência para conseguir trabalho, a população que está fora da força de trabalho, a população ocupada sob diversos aspectos, hora, rendimento, forma de inserção e também se essa população ocupada tomou providência para conseguir trabalho. Inclusive isso foi motivo de reportagem de um jornalista, que mostrou qual seria a real taxa de desocupação com essa nova definição, se levássemos em consideração também as pessoas que estão ocupadas e que tomam providência para conseguir trabalho.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Senador, eu poderia pedir para minha colega, minha coordenadora fazer uma manifestação. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor. Fique à vontade!

A SRª MARIA DAS GRAÇAS PARENTE PINTO – Gostaria de acrescentar que participei, acompanhei o grupo técnico da discussão da PME com o Dieese e foi colocado que o desalento e o oculto, quando foi encaminhado para a OIT, a discussão foi que esse pessoal seria colocado como subemprego e não como parte da taxa de desocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O desalentado seria, então, subemprego.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS PARENTE PINTO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas qual subemprego? O que ele vai fazer?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS PARENTE PINTO – Eles classificam subemprego para aquelas pessoas, digamos, os desalentos, que procuraram trabalho por um período, mas que depois, em razão do dinamismo do mercado de trabalho, não procuraram mais, como também as do trabalho oculto, precário, de uma hora, duas horas. Também acho que levam em consideração as horas trabalhadas, um período pequeno, para fazer parte desse subemprego.

Essas informações o IBGE passou a incorporar. Na PME, que, antes, só tinha informações, e não me lembro agora da PNAD, porque não tenho acompanhado muito, era só uma semana de referência. Passou a captar informação de 30 dias, se a pessoa procurou emprego durante 30 dias. Então, houve uma aproximação dos conceitos da PME com o Dieese considerando tanto o tempo de procura como a idade, que antes era 10 anos e o outro, 15 anos. Então, eles tentaram de certa forma compatibilizar os conceitos adotados pelo Dieese e pelo PME.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Então, nessa metodologia, só para encerrarmos a história dos desalentados, nesse conceito, o IBGE imagina que esse cidadão não quer trabalhar, imagina que esse cidadão não precisa trabalhar mais, imagina que esse cidadão foi para um subemprego, enfim. Não estou convicto a respeito desse trabalhador que perdeu o emprego e que, se em 30 dias não conseguiu achar emprego, está, hoje, como desalentado ou desanimado.

Vamos, então, para a famosa "geração nem-nem". Eu gostaria muito de ouvir da Drª Emília e do Dr. Cimar o que eles acham dessa "geração nem-nem", que nem estuda nem trabalha e que o IBGE disse que, hoje, são 10 milhões de jovens entre 18 a 29 anos. Essa é a informação que nós temos. É uma força de trabalho extremamente robusta. São 10 milhões de "nem-nem", que nem estudam nem trabalham, e, hoje, sabemos que o País economicamente está no fundo do poço. Se o cidadão não trabalhar, vai ter que procurar outro jeito de sobreviver, e inclusive me preocupa a criminalidade e a droga, Dr. Cimar e Drª Emília. Isso me preocupa muito. Os jovens "nem-nem", que são 10 milhões, entram na taxa de desemprego no País. Na verdade, é uma pergunta: os jovens "nem-nem", que são 10 milhões, o IBGE considera como desempregados ou empregados?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Ao "nem-nem", se pode acrescentar mais um "nem", porque o "nem" do empregado, na concepção do emprego, é na ocupação como um todo, ou seja, ele não está na força de trabalho, e aquele "nem" é o que não está ocupado, não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho e não está estudando. Isso está sendo levantado na PNAD Contínua. Já começamos a disponibilizar alguns indicadores.

Isso está sendo inclusive tema da PNAD 2014/2015, que vai ser divulgada no próximo ano junto com o suplemento de qualificação profissional. Parcela dessa população que não estuda, não trabalha e não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho está estudando para concurso; parcela está cuidando de pessoas idosas; parcela acha que é muito cedo para começar a trabalhar; parcela acha que é muito tarde para começar. Então, é preciso estreitar e estudar isso. São jovens de 15 a 29, para definir como jovens e seguir a linha desses jovens. Isso já foi objeto da PNAD 2014, cujos dados estamos disponibilizando no próximo ano, e vai ser objeto da PNAD 2015, que vai a campo agora, dada a preocupação com esse ator importante. Ele está fora da força, portanto, não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho, não está ocupado e não está estudando. Temos que saber o que está fazendo. E tem as opções do questionário, que são as seguintes: está estudando...

Esse cruzamento que é feito dentro do bloco da PNAD está no sistema de ensino regular. Fora desse sistema de ensino regular, por exemplo, pode estar em uma Fundação Getúlio Vargas fazendo um curso de especialização, mas será considerado um "nem-nem". Então, para não cometer esse equívoco, temos que tomar o cuidado de separar isso, o que está sendo feito agora, tanto na PNAD quanto na PNAD Contínua. Isso vai ser motivo de estudo nas próximas investigações, e é um número muito importante.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Enquanto o senhor estava falando aqui, eu estava pensando. Parece-me que essa "geração nem-nem" surgiu quando houve um fortalecimento do emprego, quando ele poderia ficar em casa sem trabalhar, sendo que papai tinha um bom emprego, etc. Também há esse lado da questão. É uma coisa que me preocupa. A identificação do que fazem esses jovens é muito importante para não cair exatamente no lado ruim da força.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Percebo que...

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS (*Fora do microfone*.) – Há quanto...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois é, vejam só, meus queridos convidados, técnicos da maior importância estatística do nosso País que é o desemprego, tão somente agora, então, que o IBGE vai saber um pouco mais sobre essa geração nem nem, até então não havia preocupação em buscar mais informações sobre os "nem-nem". O senhor inclusive disse que pode estar fazendo um curso na Fundação Getúlio Vargas. Não, não pode. Não acredito que ele esteja lá. Acho que a última hipótese é ele estar fazendo um curso na Fundação Getúlio Vargas, que custa uma fortuna e ele não tem dinheiro para isso.

Essa "geração nem-nem", essa força de trabalho, Dr. Cimar, temos que olhá-la com muito carinho e muito rápido, porque, se ele não for para o mercado de trabalho, ele pode ir para outro canto, e esse outro canto

pode custar muito caro à sociedade e ao Governo Federal, estadual e municipal. Vejo que ninguém fala dos "nem-nem". Ninguém está preocupado com os "nem-nem". O Sistema S, Sesi, Senai, e tenho falado aqui que é uma educação profissional, deve receber, este ano, R$36 bilhões. A senhora é do Ministério do Trabalho, que tem a ver com os Ss, porque o Ministério do Trabalho tem conselheiros dentro dos Ss, tem responsabilidade sobre os Ss. No ano passado, recebeu R$31 bilhões. A senhora sabia disso? (*Pausa.*)

Trinta e um bilhões de reais de tributos. Em 31 de dezembro de 2014, tinha R$17,594 bilhões aplicados no mercado financeiro. Hoje, deve ter R$22 bilhões, R$23 bilhões.

A senhora sabe. Essas informações são precisas. São da Controladoria-Geral da União e do TCU, Tribunal de Contas da União. São dados informados pelo próprio Sistema S, Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar... (*Pausa.*)

E a atividade dessas empresas, e não sei se a senhora também sabe, é o único objetivo deles: qualificar mão de obra, levar lazer e saúde ao trabalhador. Esses "nem-nem", Dr. Cimar, se eles passarem por uma escola do Sistema S, terão uma qualificação mínima e irão com certeza encontrar empregos. Eu queria deixar esse recado aqui, principalmente para a Drª Emília, que é do Ministério do Trabalho.

E peço ao nosso assessor que mande todas as informações, por favor, para a Drª Emília, porque é muito sério. São tributos. Todo esse dinheiro a que estou me referindo aqui... Em 31 de dezembro, tinha no banco quase R$18 bilhões e uma gratuidade de menos de 10%, no Brasil. Esse "nem-nem" que vai lá fazer um curso de eletricidade tem que pagar R$800,00, na minha cidade, no Tocantins. Uma senhora que quer ajudar o seu marido na renda familiar sendo cabeleireira tem que pagar R$1.680,00. E eles têm, hoje, mais de R$20 bilhões aplicados em banco. Estou falando de hoje. Em 31 de dezembro, era R$17.594,00 bilhões.

O Ministério do Trabalho tem que ver isso com muita urgência, Drª Emília, porque isso pode ser uma grande solução para essa mão de obra robusta, que está sendo jogada no lixo, e, digo mais, ela pode ir para outro canto, e aí vai custar caro. Esse outro canto é crime! Pode ir para o crime. Pode ir para a droga. Um jovem sem emprego, um jovem desalentado é um risco enorme para esta Nação.

Seguro-desemprego. Segundo o IBGE, temos, hoje, algo em torno, a última informação, de 9,3 milhões trabalhadores no seguro-desemprego. Evidentemente, agora, vai cair porque não tem dinheiro e mudou também a forma do desemprego. Eu achava que realmente tinha que ter uma mudança. Fui a favor.

Seguro-desemprego. Esses 9 milhões, e vamos pegar essa referência, me parece, do mês de agosto – 9,3 mil trabalhadores no seguro-desemprego – não compõem a estatística do PNAD Contínua e mesmo do PME como desempregados. Eles estão como empregados. Pergunto ao senhor, Dr. Cimar: o que o senhor pode me dizer sobre esse pessoal que está no seguro-desemprego, e veja a etimologia da palavra "desemprego", e é considerado empregado para o IBGE? O que o senhor me diz sobre essa metodologia de não qualificar esse trabalhador que está no seguro-desemprego como desempregado? O que o senhor tem a dizer, por favor?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Na conta dos desocupados. Se essa pessoa que está recebendo o seguro-desemprego não está ocupada e tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho, o detalhe de ela estar desempregada, para nós... Não vai contar. Ele vai ser considerado desempregado, sim. Você pode ter uma pessoa que está recebendo seguro-desemprego, que não está ocupada, mas está tomando providências para conseguir trabalho. Ela vai ser considerada na conta.

Você pode ter uma pessoa recebendo seguro-desemprego e estar lá fazendo algum serviço, como a Emília mostrou agora, não estar recebendo na carteira de trabalho, porque se ela entrar no cadastro cancela o pagamento dela, ela pode estar com um trabalho não registrado, ou seja, vendendo alguma coisa, atuando como trabalho não registrado, e ela é considerada ocupada. Então, você vai ter uma pessoa recebendo seguro-desemprego como ocupado e como desempregado, isso vai depender do *status* dela.

E só voltando um pouquinho, a história do "nem-nem". O "nem-nem" é uma preocupação desde a época de 2007, quando a gente colocou na PNAD – e eu mostrei aqui, por isso se fazia aquela apresentação tão ampla –, na qualificação profissional, elementos para mostrar se aquela pessoa que não está estudando no ensino regular, que não está ocupada, que não tomou providência para conseguir trabalho está fazendo algum curso do sistema AR. Então, você consegue fazer esses filtros para avaliar se essa população é "nem-nem" ou não. E essa preocupação é tão forte, que esse tema qualificação profissional foi tema da PNAD 2014, que vai ser divulgada em maio do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora me permite? Depois eu passo a palavra, eu gostaria de ouvi-la também sobre esse tema.

Então, V. Sª, Dr. Cimar, coloca que se imagina que esse trabalhador que está no seguro-desemprego pode estar fazendo um bico, pode estar fazendo outra coisa. O senhor coloca aqui, então, que ele pode ser considerado, sim, desempregado. O senhor disse isso. O senhor afirma que ele pode ser considerado desempregado? O senhor disse sim. O senhor ratifica?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Por favor.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Eu entendi bem isso que o Cimar colocou. Existe o critério para ser colocado como ocupado, então, mesmo ele estando recebendo seguro-desemprego, ele vai passar por esse critério para ser ou não considerado ocupado. Agora, nós entendemos que, infelizmente, muitos trabalhadores preferem ficar um certo tempo com seguro-desemprego e, ao mesmo tempo, não assumir nenhum compromisso com carteira de trabalho. Mas ele pode estar sendo ocupado sem carteira de trabalho. Pode acontecer muito isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Nós estamos já caminhando para o final, e eu estou dando uma canseira nos senhores. Me perdoem, mas é um tema de muita relevância, volto a repetir.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Total.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E eu vejo que isso é atribuição, sim, de um Senador da República preocupado com este País. E venho da iniciativa privada.

A respeito das pessoas, hoje, que estão no Bolsa Família. Hoje temos quase 14 milhões de famílias no Bolsa Família. Essas pessoas que estão nesse benefício do Bolsa Família sem trabalho, eu só tenho a informação de que são quase 14 milhões de famílias. Em 2014, até passou dos 14 milhões, hoje me parece que está em pouco mais de 13 milhões, e o Relator da CMO, no seu relatório, quer cortar 35% desse Bolsa Família – a Presidente Dilma disse que o candidato Aécio Neves ia acabar com o Bolsa Família, e olha só quem é que está acabando com o Bolsa Família. Eu pergunto ao senhor, Dr. Cimar: essas pessoas são consideradas empregadas ou desempregadas?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Então, de novo. A gente tem aquela...

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS (*Fora do microfone*.) – É o mesmo critério.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – É o mesmo critério do seguro-desemprego, tanto na PNAD, na PME ou na PNAD Contínua. Há uma série de perguntas que são feitas, são quatro ou cinco, dependendo da pesquisa, para considerar uma pessoa ocupada – na semana de referência, que é aquela semana restrita ali, que está sendo colocada. No caso da PNAD Contínua, essa semana é móvel, na PME também, e no caso da PNAD anual, é aquela última semana de setembro, por isso eu quis destacar ali.

Então, a média das quatro semanas dá o total do mês, e o trimestre se fecha dessa forma. O que se preocupa mais ali, a preocupação maior são essas definições: definiu como ocupado, está ocupado; definiu como não ocupado e tomou providência e tem disponibilidade para trabalhar é o desocupado, porque não basta a pessoa estar não ocupada... Por exemplo, você pergunta: "Você está ocupado na semana?" "Não, eu não estou ocupado na semana." "Tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho?" "Tomei providência efetiva para conseguir trabalho." "Mas você teria disponibilidade para trabalhar caso fosse chamado?" Se disser que não, ele é o desocupado. Então, esses conceitos são bem rígidos. O fato de estar recebendo seguro-desemprego, de estar recebendo programas sociais, isso é investigado, esse levantamento vai ser divulgado agora em maio, na PNAD Contínua, na parte referente aos rendimentos e programas sociais, na síntese da PNAD Contínua, mas não faz cruzamento com essa informação, isso não interfere na classificação do *status* dele, se ele é ocupado ou desocupado.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Eu queria fazer só um esclarecimento para o Senador. Todo ano, o Ministério do Desenvolvimento Social nos manda os PIS dos trabalhadores que estão dentro do Bolsa Família para fazer um batimento com os dados da Rais, para saber se esses trabalhadores estão inseridos lá e qual a remuneração de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se estão recebendo abono salarial...

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – É, com isso eles geralmente conseguem cortar vários trabalhadores, porque a pessoa às vezes está recebendo Bolsa Família e está tendo um emprego...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Um cadastro único.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – É, faz o batimento desse cadastro com os dados da Rais. Todo ano, quando divulgamos a Rais, eles já fazem esse batimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, se esse beneficiário, esse pai de família arrumou trabalho, evidentemente que a empresa apresentou o nome dele através do Caged e através da Rais, que é a Relação Anual de Informações.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – E o batimento também é quanto à remuneração, porque me parece que tem um valor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tem um piso.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Tem um piso.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Do trabalho registrado, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É.

Agora, Sr. Cimar, o senhor coloca sempre o seguinte: tem que perguntar para o cidadão se ele está trabalhando, se ele não está trabalhando, se ele quer trabalhar, se ele não quer trabalhar. Poxa, fico tão empedernido e às vezes obnubilado diante dessa colocação de V. Sª. Quem é que não precisa trabalhar? Quem é que não precisa ter seu meio de sobrevivência? O senhor perguntar para um pai de família que está no Bolsa Família: "O senhor quer trabalhar ou não quer trabalhar?" "Não, eu não quero trabalhar." "Então, o senhor está excluído da relação de desemprego."

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não é se não quer trabalhar, é se tem disponibilidade para trabalhar, para assumir esse emprego caso venha a conseguir. No caso, uma mulher que está grávida e tomou providências para conseguir trabalho porque ela foi na internet ou entrou em contato com um amigo ou perguntou, mesmo que ela consiga aquele emprego, ela não vai poder assumir porque ela está prestes a ter neném; naquela semana, não pode assumir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É um caso especial.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – O que acontece é definir os parâmetros para que essa estatística seja o mais precisa possível para que a gente possa ter uma comparação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso. Gostei do termo: que essa estatística seja o mais eficaz possível.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Separando os atores, desempregado, ocupado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso é muito importante para um país, para uma nação...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não só no macroeconômico, mas no social e etc. e tantos outros.

No norte do País, Sr. Cimar, não sei se o senhor conhece o norte do nosso País, é um povo muito sofrido. E agora, então, muito mais. Lá, não tem emprego. Eu procurei alguns prefeitos de algumas cidadezinhas nossas lá, e nós chegamos à conclusão de que há um desemprego, em alguns Municípios, em torno de 60% a 70%.

Setenta por cento da população vive do trabalho de 30%. Então, essa é uma preocupação que os governos têm de ter – os Governos Estaduais, Municipais e Federal. Mas, para isso, os órgãos de pesquisa têm de dar essa informação, têm de prestar essa informação ao Governo: "Governo, olha, prepare-se porque, no Tocantins, 80% dos Municípios estão com desemprego de 50% ou mais. Vocês precisam fazer alguma coisa para o Estado do Tocantins: mandar indústria para lá, mandar empresa para lá, mandar alguma coisa para lá." Esta é a função dos órgãos de pesquisa: balizar o Governo.

O.k. Então, a respeito do seguro-desemprego está muito bem entendido.

Há aqui outra história também. Uma pessoa que trabalha poucas horas na semana contra a sua vontade não está plenamente empregada. Ela se encontra em situação de subemprego. Ela pode e quer trabalhar mais, porém, não encontra ocupação adequada.

Ou seja, um médico...Um médico não, porque um médico sempre tem a sua colocação. Vamos colocar aqui um advogado. Um advogado que não consegue um trabalho na profissão que ele escolheu, com a qual ele sonhou. Ele vai, então, para esse subemprego. Ele é considerado empregado ou desempregado na estatística? Os senhores têm a informação sobre esse perfil de pessoa?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Eu não tenho esse número aqui, na minha cabeça, certo. Mas não é empregado ou desempregado; é ocupado, porque ele pode estar desenvolvendo uma atividade econômica lá, vendendo alguma coisa e ser um advogado formado. Se você quisesse trabalhar mais horas – essa que é a pergunta que é feita –, você gostaria de trabalhar mais horas? Então, é isso que se coloca. A pesquisa tem de definir quem está ocupado e ver se essa pessoa gostaria de trabalhar mais horas para o quê ela se dispôs. E há pessoas que não são consideradas como ocupadas e tomaram alguma providência efetiva para conseguirem trabalho. É isso que a pesquisa levanta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, esses subempregos que nós colocamos, o IBGE os vê como empregados ou como desempregados?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Vai ver como ocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E a senhora, doutora, como a senhora vê esse trabalhador, desse exemplo que eu dei, e que, acredito, há milhares Brasil afora? Como a senhora os vê: empregado ou desempregado?

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Ele pode não estar empregado em um emprego formal, pode não estar no emprego formal, mas também pode estar em um emprego formal que não esteja no perfil dele.

Por exemplo, eu conheço uma advogada que está fazendo massagens porque ela não conseguiu trabalho como advogada ainda. Mas ela está ocupada, está trabalhando, está tendo um rendimento. É considerada ocupada, não dentro da sua função, não para aquilo para o qual ela se preparou, mas está ocupada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, acerca desse subemprego, os senhores acreditam que eles estão empregados?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k. O IBGE afirma que a sua metodologia segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho. É aquilo que eu disse no início, a OIT. No entanto, a taxa de desemprego da OIT sempre foi superior à divulgada pela PME, 58% maior.

Dessa forma, conclui-se que as metodologias não são idênticas. Como pode isso ser possível? Eu já lhe pergunto, Dr. Cimar, pois o senhor disse aqui, o tempo todo, que a OIT é a baliza, é a que determina as diretrizes dessa pesquisa, distorcendo, então, do famoso PME, em 58%.

Desse número eu tenho a convicção, porque eu tenho essa informação. Não sei se ela está aqui, mas tenho essa informação e acredito que V. Sªs também têm.

Como pode ser possível isso? Explique-me, por favor.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Então, de novo. A Pesquisa Nacional de Emprego não tem como objetivo dar informações para Brasil. Ela foi desenhada para dar informações para essas seis áreas e os agregados delas.

A OIT nunca poderia estar utilizando um número da PME para um número Brasil. O que ela faz? Ela utiliza o número da PNAD. O número da PNAD é um número maior, que é uma pesquisa do IBGE. E esse questionário que dá informações é um questionário – de novo, já até comentamos isso aqui – , enviado pela OIT anualmente. Esse questionário chega para nós; parte dele é preenchido pelo Ministério do Trabalho; parte dele é preenchido pelo IBGE. E ele é todo desagregado. Existem tabulações especiais, que a OIT pede. Mas ele é feito com base na PNAD.

Existe uma diferença da taxa de desocupação da PNAD para a PME. A taxa da PNAD Anual é muito alinhada à da PNAD Contínua, que é uma pesquisa nacional, o que mostra a necessidade...a PNAD já mostrava ali, naquela taxa alta dela, essa taxa a que o senhor está se referindo de 56% maior, a necessidade de se criar uma PNAD Contínua.

Por que a PNAD deixa a desejar? Ela deixa a desejar porque ela dá uma informação por ano. Eu não tenho um indicador conjuntural; eu não tenho aquela sequência sazonal do mercado de trabalho. O mercado de trabalho pode estar ótimo no último trimestre do ano e ele pode ficar ruim logo na sequência. Então, eu preciso dessa informação. Por isso, a PNAD Contínua foi criada. A PME foi criada justamente em função dessa...inclusive foi motivo de uma tela que eu coloquei aqui. Por que a PME entra no País? Ela entra no País em função desse *gap* que a PNAD deixava. Mas essa taxa está batendo exatamente com a PNAD.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dr. Cimar, nós não estamos aqui, agora, neste momento, fazendo comparação entre o PME e a PNAD Contínua.

Estou me referindo ao que o senhor disse aqui, diversas vezes: que as orientações, a baliza, os quesitos seguidos pela PME e pela PNAD Contínua – e vamos esquecer o PME...

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – São recomendações da OIT.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É, são recomendações da OIT. Eu quero saber o seguinte, se possível: por que, se esse mesmo quesito usado pela OIT é o utilizado pelo IBGE, essa discrepância de 58% maior? Por que isso? É isso que não estou entendendo.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Porque a PNAD é uma pesquisa nacional e a PME é uma pesquisa restrita.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não, não estou me referindo a isso. Estou me referindo aos cálculos da OIT e aos da PNAD Contínua.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Mas esse cálculo não é da OIT. Essa informação é do IBGE. É o IBGE que passa essa informação para a OIT. Essa informação está comparando dados da PME, que está restrita a seis áreas, por um indicador que é nacional. Ele é um indicador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor me desculpe. Realmente, eu cometi aqui uma falha. Permita-me, pois cometi uma falha. Esse cálculo não é da OIT. Perdoe-me. Perdoe-me. E o senhor está correto na sua afirmação, na sua comparação do PME (Pesquisa Mensal de Emprego) com a PNAD Contínua.

Mas, mesmo assim, se todos os dois são métodos, todos os dois são sistemas de pesquisa, métodos de pesquisa, baseados em diretrizes da OIT, por que essa diferença de 58%? É por que o PME realmente era ineficiente? Prova disso que ele está saindo do mercado.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Ineficiente para cobrir o País inteiro e, sim, com a eficiência dela, para estar no agregado das seis áreas ou em cada uma delas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, o senhor poderia ser mais direto à minha pergunta? Essa diferença do PME para a PNAD Contínua, o senhor colocaria, então, aqui que o PME era deficiente nacionalmente?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Sim. Por isso foi criada a PNAD Contínua.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O PME, então, era deficiente, não retratava a face verdadeira do desemprego no Brasil.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – A face verdadeira do desemprego no Brasil, como um todo, estava sendo mostrada pela PNAD, mas havia um problema com relação a não ter essa tempestividade menor, ou seja, você poder acompanhar conjunturalmente, a cada trimestre ou a cada mês.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k..

A senhora quer fazer algum comentário, Drª Emília? Não. O.k.. Ficou entendido.

O PME realmente foi um sistema de pesquisa que eu acredito que não tenha sido muito bom para o País.

A título de comparação internacional, os Estados Unidos não consideram pessoas empregadas aquelas que exercem trabalho voluntário para instituições religiosas, de caridade e outras organizações de trabalho similar. Essas categorias são incluídas na taxa de emprego no Brasil. Na metodologia dos Estados Unidos, essas pessoas que prestam serviços voluntários não são consideradas empregadas até porque elas não têm remuneração.

Empregado, para mim, é quem tem remuneração. Ninguém trabalha de graça. No caso desses voluntários – e nós temos muitos voluntários, principalmente nas nossas queridas APAEs Brasil afora –, o senhor acha correto que eles sejam considerados empregados pela estatística? O senhor acha isso correto ou o senhor tem dúvida em relação a esse trabalho de voluntariados no Brasil afora?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Há um quadro que, se você puder colocar aí, é o quadro da recomendação internacional de como... (*Falha na gravação.*)

Isso.

Entram no cômputo da ocupação os trabalhadores que são remunerados em dinheiro ou em produtos e mercadorias. Esses são os ocupados. Aquelas pessoas que estão produzindo para o próprio consumo, construindo para o próprio uso, cuidando de pessoas ou exercendo trabalho voluntário, essas são consideradas "outras formas de trabalho" na PNAD Contínua.

Está lá para o final. Vai avançando que você vai chegar nesse número. Volta. É aquele quadro colorido. Esse.

Então, se você olhar aqui, você vai ver o que a gente considera no mercado de trabalho: um trabalho ou ocupação, remunerado ou em benefícios. Está em espanhol aqui, porque a OIT não fez a tradução para português ainda, e a gente não quis correr o risco de trazer isso para cá traduzido.

Aí você tem o trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, tanto de bens de serviços, de serviços na produção de bens e de serviço e de bens. Você tem outra parte aqui que é o trabalho de aprendizes – as pessoas que trabalham pela troca de um aprendizado – e outras formas de trabalho. E há o trabalho voluntário, que é cuidando de pessoas.

Então, hoje a PNAD Contínua dá conta de cobrir todo esse quadro. Esse foi o grande avanço que a gente teve. Você tem um trabalho voluntário, você tem lá se a pessoa está ocupada, está desocupada ou está fora da força. Se a pessoa está em trabalho de formação, se está ocupada, desocupada ou ocupada.

Então, a gente consegue separar esses atores, de forma bastante efetiva. É essa a recomendação da OIT e é dessa forma que a PNAD Contínua está fazendo hoje.

Quer dizer, isso foi um avanço muito grande, porque há várias pessoas fora do mercado porque estão cuidando de pessoas, há várias pessoas fora do mercado porque estão na produção para o próprio uso ou na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. Elas são cobertas pela PNAD hoje, mas a PNAD Contínua, dado esses avanços, separa esses atores.

A PNAD Anual está com uma recomendação de 1992. A PNAD Contínua está mais atual. Como nós vínhamos participando das discussões para essa conferência que aconteceu em 2013, quando a conferência aconteceu, a PNAD Contínua estava totalmente alinhada a ela. Então, a gente cita que nós estamos hoje, no IBGE, com a PNAD Contínua seguindo, estritamente, a recomendação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, se esse voluntário tem outro trabalho – porque eu conheço vários que têm outro trabalho e têm seu rendimento –, ele estará realmente como ocupado.

Agora, este que não tem outro trabalho, não tem renda, não tem rendimento, ele entra como empregado?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mesmo sendo voluntário?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Ele vai ele vai ser considerado "outras formas de trabalho". Digamos assim: uma pessoa que está em um trabalho voluntário... Por isso a riqueza da PNAD Contínua, porque ela tem um bloco de "outros rendimentos", que vai levantar o seguinte: se eu estou ocupado e faço trabalho voluntário, eu apareço como ocupado e como fazendo trabalho voluntário. Se eu estou desocupado, mas tomei providências para conseguir trabalho, estou lá pressionando o mercado para poder entrar e estou fazendo trabalho voluntário, vou aparecer ali. Aquela pessoa que não está pressionando o mercado para entrar e não está ocupada, mas está fazendo trabalho voluntário, eu vou até conseguir, através do bloco de "outros rendimentos", saber se ela tem renda de aluguel, de programas sociais, de juros de caderneta de poupança.

Há todo um procedimento ali para você avaliar aquele personagem que só está no trabalho voluntário, sem estar na força de trabalho, e saber se ele está no trabalho voluntário por opção ou se ele está fora do mercado porque tem um rendimento de aluguel ou tem um rendimento alto de aposentadoria e está fazendo trabalho voluntário.

Então, esses personagens...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse PNAD Contínua vai poder identificar o perfil desse voluntário.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – De cada um desses atores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Usando, então, a última colocação que V. Sª fez sobre esse voluntário, esse que não tem renda de aluguel, que não tem outras rendas, não trabalha em canto nenhum, mas resolveu, então, prestar um serviço na Apae. Ele é considerado empregado?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não. Ele é considerado fora da força de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor tem esse número?

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Não. Esses números que fazem a composição das outras formas de trabalho vão ser divulgados em maio. Eles vão envolver o cuidado de pessoas – há pessoas fora da força de trabalho porque estão cuidando de pessoas –, a construção para o próprio uso, a produção para o próprio consumo e o trabalho voluntário. Eles vão ser divulgados em maio, na Síntese dos Indicadores da PNAD Contínua.

É bom ressaltar que nós estamos em fase de implantação da PNAD Contínua. Por exemplo, nós não temos ainda, apesar da demanda, a contribuição para a Previdência divulgada – vamos divulgar daqui a pouco –, porque cada divulgação dessa requer uma análise gigantesca.

É um trabalho hercúleo de divulgação da PNAD Contínua, para que a gente possa divulgar para o Brasil cinco grandes regiões, 27 unidades da Federação, 20 regiões metropolitanas que contêm Município da capital e 27 Municípios das capitais. São dados que não acabam mais. E, para divulgar isso, desagregado por cor, sexo, raça, nível de escolaridade, exige de nós do IBGE um trabalho gigantesco.

Então, cada indicador desses que é disponibilizado é feito todo um ponto. Esse é o próximo caminho que nós estamos hoje trabalhando. São dados que vão sair, inéditos, em maio do ano que vem, já com uma série histórica, voltada para 2012.

Então, nós teremos 2012, 2013, 2014 e 2015, quatro anos, e a gente disponibilizará esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora quer fazer algum comentário?

Eu já afirmei algumas vezes – nós estamos aqui já encerrando –, no início deste ano, que pior do que termos indicadores ruins é não poder confiar neles. Distorção de dados é um risco para uma Nação.

Finalizando, eu percebo que nós temos, então, 8,262 milhões de trabalhadores desempregados, segundo o IBGE; 2,1 milhões de trabalhadores na condição de desalentados que não estão na estatística; 500 mil, aproximadamente, que trabalham uma hora por semana e são considerados empregados. Eu não tenho esse número, mas eu coloquei aqui, dei um chute. Os desalentados, sim, segundo o próprio IBGE, são 2,1 milhões. Temos aqui também os "nem-nem", de 15 a 29 anos, e não de 18 a 29 anos, como eu havia colocado. O Dr. Cimar colocou. Eu imaginei que fossem dos 18 anos, mas são dos 15 anos, não é isso, Dr. Cimar? Nós temos 10 milhões de jovens fora do mercado de trabalho, que são considerados... Ou melhor, eles não participam dessa estatística como desempregados. Por derradeiro, o seguro-desemprego: nós temos 9,3 milhões. Parece-me que, com base em 31 de agosto 2015, fonte do IBGE, eles também não são considerados desempregados. Eles não entram na estatística como empregados.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Podem entrar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É, o senhor disse. Isso foi muito bom. Isso é muito bom. O senhor disse aqui, está gravadinho nas nossas notas taquigráficas. E aqui o senhor me deixou mais tranquilo, porque eu também acho. Eu fiquei muito tranquilo.

Então, fazendo esta soma aqui, nós vamos chegar não a 8,662 milhões de trabalhadores desempregados, e sim a 30 milhões de pessoas desempregadas hoje no Brasil. Isso pegando através do PEA as pessoas economicamente ativas, que têm força de trabalho, hoje em torno de 30 milhões de brasileiros.

Lá no meu Estado é muito superior esse índice. Esse índice aqui vai chegar muito próximo de 29% de desemprego. Eu sei que isso aqui deve assustar o senhor, Dr. Cimar, e assustar também a Drª Emília.

Mas, com toda vênia, hoje os senhores esclareceram muitas coisas muito importantes aqui para mim, que me levam, realmente, a conversar, neste Congresso Nacional, com meus Pares, para a gente pensar um pouco mais sobre essa metodologia de cálculo do desemprego no País. Volto a repetir: é importante a todos os brasileiros, a todos os governos e a todo mundo.

Eu estou muito contente com a nossa audiência. Quero agradecer de coração a disposição dos senhores. Peço desculpa se porventura fui indelicado em algumas perguntas.

Quero agradecer, então, ao Dr. Cimar Azeredo Pereira, Coordenador de Trabalho e Rendimento da Diretoria de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Drª Maria Emília Piccinini Veras, Coordenadora Geral de Estatística do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTE).

Agradeço a todos. Não havendo mais nenhuma consideração a fazer, pergunto a V. Sªs se querem fazer alguma consideração final.

Por favor.

A SRª MARIA EMÍLIA PICCININI VERAS – Eu gostaria de agradecer a possibilidade de a gente estar aqui e nos colocar à disposição sempre que necessário.

O SR. CIMAR AZEREDO PEREIRA – Igualmente eu gostaria de agradecer muito por ter participado desta audiência E ter tido a oportunidade de mostrar um pouco aqui da história da evolução do Sistema Estatístico Nacional.

Da mesma forma que ocorreu lá na Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, colocamo-nos à disposição também lá no IBGE, para esclarecer outros pontos, principalmente com relação àquilo que vem da minha coordenação, que é a Coordenação de Trabalho e Rendimento, responsável pelas pesquisas PNAD, PNAD Anual, PME, POF. Ou seja, o que vocês precisarem de números que estão divulgados ou desagregações, nós estamos à disposição para atendê-los.

Agradecemos muito e achamos muito importantes discussões como esta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado.

Agradeço também à nossa equipe do Gabinete, aos nossos queridos funcionários da CMA, que estão aqui até agora – já passou das 13 horas – sem almoço. Então, agradeço a todos vocês, a todos aqui presentes.

Considero encerrada a reunião.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Douglas Cintra, Benedito de Lira, Sandra Braga, Aloysio Nunes Ferreira, Roberto Rocha e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Valdir Raupp, Jader Barbalho, João Capiberibe e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 63, de 2015, e Ofício nº 693, de 2015, da ABIN. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 99, de 2015. Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União sobre a legalidade da contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a prestação de serviços de logística, com dispensa de licitação baseada no art. 24, VIII da Lei 8.666/93.Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 100, de 2015. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento da dívida pública brasileira, convidando-se o Ministro de Estado do Planejamento, Nelson Barbosa. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado com aditamento para que seja incluído no rol de convidados o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive. ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 8, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 961/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do relatório de auditoria que o fundamenta, que trata do monitoramento das deliberações do Acórdão nº 3071/2012, resultantes de levantamento de auditoria realizado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Política Economica (SPE) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF). (TC-028.089/2014-6). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo conhecimento, pela apresentação de requerimento de informações ao TCU e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do aviso, pela aprovação do requerimento de informações ao TCU (RMA nº 101/2015) e posterior arquivamento. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e concedida vista ao Senador Ronaldo Caiado por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com quatro emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CMA. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, de 2015 - Não Terminativo. Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010 - Não Terminativo. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. Autoria: Deputado Gilmar Machado. Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda nº 7-CCJ (substitutivo). Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 7-CCJ/CMA (substitutivo). É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 101, de 2015. Em conformidade com o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do que apontou o Acórdão nº 961, de 2015/TCU, resultante de levantamento de auditoria realizado no Banco Na-

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF) solicito ao Presidente do Tribunal de Contas da União , que nos informe se as determinações desse egrégio Tribunal à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal, mencionadas a seguir, estão sendo cumpridas. Solicito, ainda que os documentos a serem apresentados pelos referidos órgãos sejam encaminhados para conhecimento e apreciação desta Comissão. À Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, que: a) apresente no relatório quadrimestral a que alude o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrativo das medidas de compensação à instituição ou majoração de subsídios financeiros ou explícitos com repercussão no mesmo exercício financeiro de sua instituição ou majoração, a partir de 2014, em cumprimento ao art. 17, caput, § 1° e § 2° da LRF; e b) inclua nos projetos de leis orçamentárias anuais demonstrativo das medidas de compensação à instituição ou majoração de subsídios financeiros ou explícitos que produzam impacto no orçamento correspondente, conforme determinado pelo art. 5º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal. c) apresente os argumentos e análise que justifiquem o atraso na edição do Decreto de contigenciamento, conforme disposto na Lei de Responsabilidade Orçamentária. À Secretaria do Tesouro Nacional que informe, em nota explicativa ao Balanço Geral da União, o montante total dos benefícios financeiros e creditícios incorridos desde 2008, ano a ano, decorrentes de operações de crédito do Tesouro Nacional com o BNDES. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Completado o quórum, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1º Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão .

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que ficarão à disposição dos membros da CMA por sete dias para manifestação de interesse sobre a relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados.

Aviso nº 63, de 2015, e Ofício nº 693, de 2015, da Abin, informando que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* aos gabinetes de todos os membros, com *link* para acesso ao inteiro conteúdo dos mesmos.

Passamos à pauta.

Item 1:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 99, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União sobre a legalidade da contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a prestação de serviços de logística, com dispensa de licitação baseada no art. 24, VIII da Lei 8.666/93.

Autoria: Senador Otto Alencar

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de informações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 100, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento da dívida pública brasileira, convidando-se o Ministro de Estado do Planejamento, Nelson Barbosa.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de informações permaneçam como se encontram.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu gostaria de fazer um aditamento a esse requerimento para que seja também convidado o Secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa Saintive, para também debater esse assunto da dívida do País.

Quero até fazer uma retificação nesse requerimento também porque a dívida que foi colocada aqui é a dívida líquida. Mas o que nos preocupa mais é a dívida bruta do País, que, em agosto, chegou a R$3,724 trilhões.

Então, peço a V. Exª o aditamento para convocação, ou para o convite, melhor dizendo, do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, do Tesouro Nacional , para debatermos esse assunto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Coloco, então, em votação, o requerimento, com a solicitação do convite ao Sr. Marcelo Barbosa Saintive, como propôs e pede o Senador Ataídes Oliveira.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de informações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 3 tem como Relator o Senador Alvaro Dias, que não está presente. Então, vou solicitar ao Senador Ataídes Oliveira que assuma a Presidência para que eu possa relatar, a pedido, o Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, que dispõe sobre a formação de barragens ao longo dos rios.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União.

Autoria: Senadora Sandra Braga
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com quatro emendas
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

Concedo palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Trata-se de um projeto de suma importância. Nós temos uma experiência muito boa, Senadora Sandra Braga, na Bahia, em um dos rios baianos que talvez seja o principal rio do meu Estado, o Rio Paraguaçu, que nasce na região onde nasci, a Chapada Diamantina. Depois de termos construído três barragens ao longo desse rio, nós conseguimos, nesse período de quase 20 anos, manter a vazão regular do rio. Esse Rio Paraguaçu – o nosso Senador ali conhece bem a região – nasce na Barra da Estiva e nós fizemos três barragens nesse rio para manter a vazão. E desde que fizemos, a vazão do rio – que é, em média, de 30m^3/s – sempre foi mantida com o controle dessas barragens. É até um contrassenso, porque ele nasce no Semiárido, na região que não chove, e abastece toda a região onde chove, que é a região metropolitana de Salvador, e é responsável, hoje, por 52% de todo o abastecimento da Bahia, com a Barragem do Apertado, no Alto Paraguaçu; a Barragem de Bandeira de Melo, no Médio Paraguaçu; e a Barragem de Pedra do Cavalo, como falou o nosso amigo quase baiano, Aloysio Nunes Ferreira, que foi casado com uma baiana e conhece bem o nosso Estado e a história do Rio Paraguaçu.

Passo a ler o relatório da Senadora Sandra Braga.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 505, de 2015. De autoria da Senadora Sandra Braga, a proposição dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União.

O art. 1º do PLS nº 505, de 2015, institui a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação em Recursos Hídricos, em rios de domínio da União e rios de domínio dos Estados.

O art. 2º determina que os reservatórios de acumulação de recursos hídricos terão a finalidade de acumular recursos hídricos para a regularização das vazões naturais das bacias hidrográficas e contribuir com a elaboração de políticas públicas de uso múltiplo de recursos hídricos.

O §1º do art. 2º estabelece que esses reservatórios de acumulação de recursos hídricos poderão ser implantados nas cabeceiras dos rios ou em pontos estratégicos ao longo dos cursos d'água.

Nessa questão da cabeceira do rio é que nós uma modificação, porque na cabeceira dos rios poderia, de alguma forma, dificultar as nascentes que formam os rios. Então, nós modificamos alguma coisa nesse sentido.

O §2º do mesmo artigo permite que essas barragens de formação dos reservatórios de acumulação inclusive possam ser utilizadas para a implantação de empreendimentos de uso não consumidores de água desde que se constituam em fatos econômicos de geração dos recursos necessários para manutenção das áreas dos reservatórios e das barragens de contenção.

O art. 3º decide que a classificação e outorga de implantação dos reservatórios de acumulação, em função do tamanho das barragens e do uso econômico dos recursos hídricos acumulados, será estabelecida pelos órgãos responsáveis pelas políticas de uso múltiplo dos recursos hídricos, na esfera da União e na esfera dos Estados.

O art. 4º determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para análise pela CMA e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo a esta decisão terminativa.

Na CMA não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Senadora Lídice da Mata, compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à conservação e gerenciamento dos recursos hídricos.

Em relação ao mérito, a proposição busca estabelecer meios para regularizar a vazão dos recursos hídricos, cada vez mais ameaçada devido aos extremos climáticos que ocorrem de forma cada vez mais frequente. Nesse sentido, regularizar a vazão de um rio garante que, mesmo com um longo período de estiagem, como o ocorrido no período 2014/2015, seja possível satisfazer os usos múltiplos dos recursos hídricos, particularmente o abastecimento humano, usos industriais, irrigação, funcionamento de hidrovias e produção de hidroeletricidade.

Cabe observar que o PLS nº 505, de 2015, atende a sugestões feitas pelo 1º Fórum Nacional de Infraestrutura realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que ocorreu em março de 2014, onde se observou que "[a] adaptação às mudanças climáticas torna necessário o desenvolvimento de uma política nacional voltada para a construção de reservatórios de uso múltiplo que possibilite a segurança hídrica, que é a capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade com vistas aos seus usos múltiplos".

Todavia, algumas modificações se tornam necessárias para aprimorar o projeto e melhor coordená-lo à legislação existente sobre o uso de recursos hídricos. Em primeiro lugar, a Constituição Federal estabelece em seu art. 22, inciso IV, que é competência privativa da União legislar sobre águas. Essa competência privativa abrange todos os ris do País, não sendo, portanto, necessário especificar que a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos deve ser aplicada a rios de domínio da União e rios de domínio dos Estados. Cumpre, desse modo, modificar a ementa e o art. 1º da proposição.

Em segundo lugar, não cabe a construção de reservatórios na área das cabeceiras de rios, pois o inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, determina que as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de cinquenta metros, são Áreas de Preservação Permanente. Devemos também considerar que a construção de barragens nas áreas de nascentes pode prejudicar o afloramento de águas, comprometendo a geração de recursos hídricos. Desse modo, precisamos alterar o §1º do art. 2º do PLS nº 505, de 2015.

O §2º do art. 2º da proposição apresenta a expressão "se constituam em fatos econômicos de geração dos recursos necessários para manutenção" que não mostra clareza. Consideramos oportuno alterar esta locução para "se constituam em fatores econômicos para geração dos recursos necessários à manutenção.

Finalmente, cumpre aprimorar a redação do art. 3º para tornar claro que a outorga e a classificação podem ser realizadas por órgãos diferentes dos Poderes Executivo Federal e Estaduais, bem como incluir o Distrito Federal na norma.

Sendo assim, compete aprovar o PLS 505, de 2015, com emendas necessárias para solucionar os problemas descritos acima.

Voto.

Dessa forma, votamos pela aprovação do PLS 505, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, a seguinte redação:

"Dispõe sobre a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se aos §§1º e 2º do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§1º Os reservatórios de acumulação de recursos hídricos poderão ser implantados em pontos estratégicos, ao longo dos cursos d'água, para cumprir a finalidade de regularização das vazões naturais dos cursos d'água.

§2º As barragens de formação dos reservatórios de acumulação de recursos hídricos, quando possível, poderão ser utilizadas para implantação de empreendimentos de usos não consumidores de água desde que se constituam em fatores econômicos para a geração dos recursos necessários à manutenção das áreas dos reservatórios e das barragens de contenção.

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 3º A implantação dos reservatórios de acumulação terão a classificação e as outorgas estabelecidas pelos respectivos órgãos responsáveis da União, dos Estados e do Distrito Federal em função do tamanho das barragens e do uso econômico dos recursos hídricos acumulados."

Voto pela aprovação, com modificações, Sr. Presidente, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Otto. O Senador Otto nos passou a Presidência desta tão conceituada Comissão uma vez que o Senador Otto acaba de ler o relatório desse Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, que dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínios dos Estados e da União, de autoria da nossa Senadora Sandra Braga aqui presente.

Senador Flexa, para discutir?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes Oliveira; Relator, Senador Otto Alencar, autora do projeto Senadora Sandra Braga, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero parabenizar V. Exª. V. Exª propõe, pelo seu projeto, a criação de reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínios dos Estados e da União.

V. Exª vem de encontro com o que o Governo Federal tem colocado em prática. Eu tenho feito várias intervenções a respeito dessa questão. Já propus e já participamos de audiências públicas, buscando encontrar o que levou o Governo Federal a adotar a geração a fio d'água de energia. Isso, a juízo meu, nós estamos cometendo um erro que as gerações futuras irão cobrar de nós, porque, com a geração fio d'água – não querendo plagiar a Presidente, que pretendia acumular o vento, que não sabia armazenar o vento – a única forma de você poderá armazenar energia é armazenando água. Então, para armazenar o vento, sim, temos que buscar a ciência e inovação. Há uma forma de armazenar o vento, mas não pode ser praticada porque não gera energia.

Mas Senadora Sandra, voltando ao seu projeto, ele, como eu digo, vem corrigir, e eu espero que sirva exatamente para isso. Nós estamos agora construindo Belo Monte a fio d'água. Ou seja, se Belo Monte fosse reservatório... O que acontece com o fio d'água? Quando houver diminuição hídrica, você vai ter menos geração de energia, porque não armazena água. Se você tivesse um reservatório armazenando água, você abriria as turbinas e geraria energia com a água acumulada, no tempo da fartura, no tempo das chuvas.

Na nossa região, V. Exª sabe, nós temos duas estações no ano: uma estação que chove todo dia e a outra que chove o dia todo. Então, na estação que chove o dia todo, armazenaríamos água e usaríamos para gerar energia, não para nós, porque temos energia de sobra, para atender o Brasil.

Mas o Governo resolveu fazer a fio d'água Belo Monte. Está fazendo a fio d'água em Belo Monte, é fio d'água as próximas que serão feitas no Alto Tapajós, em Itaituba, na região de Itaituba e Jacareacanga. Então, é inimaginável.

Houve uma audiência em que as universidades participaram técnicos, cientistas e também não tem explicação, a não ser a explicação da questão ambiental de que se você fizer o reservatório você vai ter uma área maior alagada, mas são áreas que... Na visita que fizemos – e o Senador Aloysio estava junto – à barragem de Belo Monte, há uns dois anos, os técnicos da Norte Energia que estavam lá nos disseram que se os diques de contenção fossem afastados, abertos até o limite da reserva indígena, não atingindo a reserva indígena, teria condições de gerar três a quatro mil megas a mais de energia, só afastando o dique, mesmo a fio d'água.

Agora, imaginem se tivéssemos um reservatório, qual a capacidade de energia que iríamos gerar?

Então, quero parabenizá-la pelo projeto de V. Exª de definir os reservatórios de acumulação que, como diz no seu projeto, poderão ser utilizados, inclusive para geração de energia hídrica.

Então, meus parabéns!

Meu voto não é só favorável, mas é favorável, com louvor e com esperança a fim de que possamos, realmente, corrigir o erro que estamos praticando e que será maléfico para as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra a autora.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Eu gostaria de agradecer a relatoria do Senador Otto Alencar, porque ele aproveitou essa ideia e a aprimorou. Quero agradecer as modificações feitas por S. Exª, porque, realmente, deixaram o projeto mais objetivo, fazendo aquela correção com relação às implantações nas cabeceiras. Em função da lei, isso precisava ser retirado, e foi retirado, mas o entendimento, o conteúdo, continuou o mesmo. Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer.

Na verdade, esse projeto cria essa política pública para criação desses reservatórios, porque já acontece, como aconteceu. Agora mesmo o nosso Presidente e Relator Otto Alencar contou a experiência no seu Estado. Então, esse projeto veio para regulamentar essa criação e também para estabelecer essas questões que hoje, com as mudanças climáticas, com essas extremidades do clima, uma hora é muito seco, outra hora é muito cheio, esse projeto também estimula a correção dessas questões que acabamos de ouvir aqui pelo Senador Flexa Ribeiro.

Então, eu gostaria de agradecer ao nosso Relator e pedir aos demais a aprovação desse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Só complementando, observei bem as colocações bem próprias do Senador Flexa Ribeiro, da Senadora Sandra Braga. Lá no Rio Paraguaçu, que a Senadora Lídice conhece muito bem, nós temos três barragens: a Barragem de Apertado, no Alto Paraguaçu, a de Bandeira de Melo, no Médio Paraguaçu, e a Barragem de Pedra do Cavalo, que é um lago muito grande, que acumula muita água para abastecimento humano e irrigação dentro de padrões estabelecidos, com outorga autorizada, com critérios. Agora, nessa Barragem de Pedra do Cavalo, nós temos uma hidrelétrica. Inclusive, quando fui Secretário de Indústria e Comércio, assinei esse protocolo para a geração de energia, mas a hidrelétrica só funciona, de acordo com o protocolo assinado, quando existe um volume acima, quando atinge o máximo do volume útil, quando vai ultrapassar o volume útil. Aí, sim, pode ser usada para a geração de energia que, em minha opinião, deveria ser assim. Não pode ser assim ainda, Senador, porque o Brasil ainda não chegou a utilizar o potencial que tem no Nordeste, em energia solar, energia fotovoltaica e em energia eólica.

No nosso Estado, nós temos 14% de todo o potencial para a geração de energia eólica do Brasil, ou seja, a Bahia pode utilizar todo o potencial eólico, produzir 34 mil megawatts/hora de energia. Ou seja, duas vezes o que produz Itaipu Binacional, se for utilizado. Falta essa decisão do Governo de estabelecer logo os critérios dos leilões para aproveitar esse vento que, no passado, na região onde nasci, era amaldiçoado, porque, se tem muito vento, não tem chuva. Eu nasci na região da seca. Eu estava falando para o Ataídes que tem dez anos que eu não ouço uma trovoada onde nasci, trovoada regular. Então, quando tem o vento não tem chuva. E lá, na região da Serra Geral da Chapada, na região do Médio São Francisco, falava-se muito mal do vento. Hoje, fala-se muito bem do vento, porque quem tem uma instalação de energia eólica, e cada unidade de energia eólica gera por ano R$6 mil de *royalties* para o proprietário da terra... Lá, na região de Guanambi, Caetité, Pindaí, Riacho Santana, Igaporã, quem tinha serra e só criava cascavel hoje está armando a rede debaixo da energia eólica, ganhando dinheiro. Então, um colega meu, um amigo meu, ele até foi Deputado, o Márcio Oliveira, a Lídice conhece, na área dele, pegou 40 unidades de energia eólica. Você multiplica isso por seis durante o ano e verá que ele está recebendo por ano R$240 mil de *royalties* pela energia eólica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele só cede a terra, ele dá a permissão, a concessão para a utilização da terra. Então, a Bahia tem, hoje, 14% de todo o potencial eólico do Brasil, ou seja, se nós implantarmos todos os parques eólicos da Chapada Diamantina, da Serra Geral, na região de Guanambi, no Médio São Francisco, Sobradinho, Casa Nova, Campo Formoso, nós vamos produzir duas vezes mais do que produz Itaipu Binacional. Com isso, os reservatórios de Belo Monte e outros que V. Exª, com todo desprendimento, disse que está abrindo mão para o Brasil, podem segurar a água mais lá e resolver o problema. Quero agradecer o desprendimento. V. Exª não foi egoísta de jeito nenhum, quis liberar para o Brasil, doar para o Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, hoje, já é exportada para o Brasil, lamentavelmente, porque a gente queria usar em todo o Estado do Pará.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Ainda complementando a questão da energia eólica, sem falar sobre a implantação, que é muito mais simples, que requer muito menos confusão com relação às licenças. Então, são muitas as vantagens, não só a vantagem final dessa produção de energia, mas a vantagem anterior, na implantação. O caminho é este: Bahia, Rio Grande do Norte...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No Rio Grande do Norte estão muito avançados os parques.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Estão muito avançados.

Eu queria aproveitar para dizer que outro dia nós também aprovamos aqui a questão da geração da energia – acho que foi nesta Comissão, eu não me lembro mais –, a microgeração de energia para a energia solar, para a energia fotovoltaica.

O que diz é o seguinte: daqui a 25 anos, essa energia produzida nessas microgerações, ou seja, cada um de nós poderá fazer a sua própria captação de energia, o que vai representar muitas hidrelétricas juntas na questão da produção da energia.

Então, esse é um caminho para nós, para o Brasil, para todos e para o Planeta também, porque nós estamos falando de uma energia mais limpa, de uma energia que vai, com certeza, lá no futuro corrigir certas questões que hoje nós estamos sofrendo com as mudanças climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ouvindo aqui o depoimento do Presidente Otto, Deus é magnífico, não é? Tornou esse vento amaldiçoado em um meio de sobrevivência dos nordestinos. Que coisa linda! Deus é maravilhoso.

Não havendo mais nenhum Senador a discutir esse Projeto de Lei nº 505, não terminativo, coloco, então, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4.

Item 9 da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu estou aproveitando aqui, se me permitir, porque o relator...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para o Senador Aloysio, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, retorno a Presidência ao nobre Presidente Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio, em uma dessas usinas eólicas inauguradas em Sobradinho, se prestou uma homenagem a um grande escritor nordestino, Ariano Suassuna. Tanto que uma dessas usinas é chamada Usina Pedra do Reino, que é um dos livros escritos por Ariano Suassuna, que eu tive a oportunidade de homenagear.

Ele ganhou um prêmio lá na Bahia, de literatura, Jorge Amado, em 2002. Eu era até o governador interino. E interessante que ele chegou vestido de vermelho e preto. E nós o perguntamos por que vermelho e preto, ele disse que estava vestido com as cores do Sport, o time para o qual ele torce lá em Pernambuco.

E discursou quase tudo em rimas. O agradecimento quase todo em rimas. O livro dele é espetacular, o livro *Pedra do Reino*.

Então, item 4:

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 8, de 2015- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 961/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do relatório de auditoria que o fundamenta, que trata do monitoramento das deliberações do Acórdão nº 3071/2012, resultantes de levantamento de auditoria realizado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF). (TC-028.089/2014-6)

Autoria: Tribunal de Contas da União

O Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem eu passo a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este acórdão do TCU, Sr. Presidente, trata de um tema da mais aguda atualidade, que é o tema das consequências do equilíbrio fiscal, dos efeitos nefastos de uma política irresponsável na concessão de financiamentos por parte de bancos públicos, no caso aqui o BNDES, de uma relação promíscua entre o BNDES, a Secretaria do Tesouro, a Secretaria do Orçamento e as grandes empresas do País.

Eu passo à análise.

Nos termos do disposto no art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno, compete a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, podendo, para este fim, dentre outros, providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União, como se enquadra, a presente matéria.

O Acórdão nº 961/2015 - TCU - Plenário decidiu considerar cumpridas, em cumprimento ou apenas parcialmente cumpridas diversas deliberações do Acórdão nº 3.071/2012. Uma das deliberações do Acórdão nº 3071/2012 havia sido considerada insubsistente pelo Acórdão nº 1.996/2013 - TCU - Plenário e outra culminou no Acórdão nº 2.446/2014-TCU, objeto de pedido de reexame interposto pelo BNDES em 16/10/2014 e pendente de apreciação conclusiva.

Duas foram as deliberações apenas parcialmente cumpridas. A primeira está relacionada à determinação para que a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda especificasse as medidas de compensação decorrentes do aumento permanente de receita ou da redução permanente de receita, adotadas na concessão e sucessivos aumentos de subvenção concedida por meio da Lei nº 12.096, de 2009, em cumprimento ao art. 17, §2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal.

A segunda deliberação, apenas parcialmente cumprida, está relacionada à determinação para que a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda explicitasse nos relatórios e demonstrações contábeis da União, inclusive para fins de informação no Balanço Geral da União, o montante bruto total dos benefícios financeiros e creditícios incorridos no ano anterior, desde 2008, decorrentes das operações de crédito do Tesouro Nacional ao BNDES.

Cabe refletir que a política expansionista do crédito público subsidiado, que é objeto, aliás, do requerimento agora aprovado de autoria do Senador Ataídes Oliveira, e que foi essa política expansionista de crédito público adotada pelas Leis nºs 11.948 e 12.096, de 2009, e suas diversas atualizações, após a crise internacional iniciada em 2008, pode ser analisada sob três perspectivas: a) a perspectiva da evolução da situação patrimonial do BNDES; b) a das relações do BNDES com o Tesouro Nacional; e c) e a dos resultados alcançados pelas políticas e operações do BNDES.

O balanço patrimonial do BNDES foi multiplicado por cerca de três no período de 2009 a 2014, de R$277 bilhões, ao final de 2008, para R$814 bilhões, com aumento médio anual de 21,6%.

A explicação para esse aumento está na evolução dos créditos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES. Em termos de valores, a conta foi multiplicada por onze, de R$43 bilhões para R$506 bilhões.

Tais transferências ocorreram recorrentemente ao longo da existência do Banco. Entretanto, a partir de 2009, os fluxos tornaram-se extraordinariamente altos. Vale lembrar o contexto econômico em que a decisão foi tomada.

Os efeitos recessivos da crise financeira internacional, iniciada em setembro de 2008, ainda eram bastante pronunciados. O Governo brasileiro buscava compensar esses efeitos com políticas expansionistas de crédito e de gastos fiscais. A nosso ver, a resposta mais adequada seria a consequente diminuição de juros para toda a economia e não apenas para os clientes dos bancos públicos, mantendo-se uma política de responsabilidade

fiscal. A exposição de motivos que acompanhou a Medida Provisória (MPV) nº 453, de 2008, que resultou na Lei nº 11.948, de 2009, destaca os problemas trazidos pela crise, notadamente a retração do mercado de crédito.

Ocorre que a economia brasileira recuperou-se da crise rapidamente já ao longo do segundo semestre de 2009. Em que pese a mudança do cenário que justificou o primeiro crédito, muitos outros se seguiram ao longo dos anos, culminando na MPV 661, de 2 de dezembro de 2014, convertida na Lei nº 13.126, de 2015, que transferiu mais R$30 bilhões do Tesouro Nacional ao BNDES em pleno ano do propalado, mas pouco efetivo ajuste fiscal, medida, aliás, que mereceu meu voto contrário do PSDB no Senado.

As várias medidas anunciadas ao longo desse período não apenas concederam novos créditos como modificaram as condições dos anteriores, em favor do BNDES, com alongamento de prazos e redução da taxa de juros para a instituição financeira pública e os seus clientes, a exemplo do que fez a MP 618.

Vale a pena comentar os efeitos desses créditos sobre as contas do Governo Federal. Os recursos são obtidos por meio de colocação de títulos públicos no mercado. Com isso, a dívida bruta do Governo Federal sobe. Já a dívida líquida não aumenta imediatamente, pois, nesse conceito de dívida, os créditos são abatidos. Entretanto, ao longo do tempo, tanto a dívida bruta como a líquida sobem.

Esse é o resultado do subsídio implícito nessas operações representado pela diferença entre o custo dos títulos públicos emitidos, em boa parte dado pela taxa Selic, e o rendimento dos créditos junto ao BNDES, em grande parte dado pela TJLP. O resultado é o aumento dos juros líquidos devidos pelo setor público e, consequentemente, do déficit público. Como o déficit extra é financiando com mais emissão de títulos, ocorre novo aumento da dívida bruta, mas também da dívida líquida, pois agora não há contrapartida em ativos para mantê-la estável.

Um exemplo numérico simples ajuda a elucidar a dimensão anual desses subsídios implícitos. Tome-se o crédito do Tesouro junto ao BNDES de R$506,2 bilhões e a diferença prevista entre a taxa Selic e a TJLP em 2015. Atualmente, essa diferença está em 7,25 pontos percentuais. Supondo-se que ela se mantenha até o final do ano, os subsídios chegariam a R$36,7 bilhões, apenas em 2015.

Seguramente, os créditos do Tesouro ao BNDES foram, juntamente com a redução do superávit primário e as aquisições de reservas externas, os principais fatores de pressão sobre a dívida federal nos últimos anos. Tal pressão não se deu apenas pela emissão de títulos a cada novo crédito concedido, mas também por conta dos custos anuais dos subsídios implícitos nas operações.

Além dos créditos transferidos pelo Tesouro Nacional destinados a viabilizar o aumento das operações de financiamento do BNDES foi também acertado, entre as partes, subvenção econômica por meio de equalização de taxa de juros. Nesse caso, o BNDES concede financiamentos a taxas inferiores ao seu custo de captação, sendo a diferença de responsabilidade do Tesouro Nacional. Tal procedimento foi primeiramente regulado pela já citada Lei n° 12.096, de 2009, originada da MP 465.

A existência desse outro mecanismo de viabilização do aumento das operações do BNDES ajuda a explicar o crédito que o Banco detém junto ao Tesouro Nacional. É que o Tesouro não reembolsou o BNDES em montantes equivalentes aos subsídios contidos na operação. Com isso, os créditos foram se acumulando até chegar ao referido valor.

Ao final de 2009, por exemplo, não chegavam a R$800 milhões. Em 2010, estavam em R$3,5 bilhões; em 2011, R$7,8 bilhões; em 2012, R$12,1 bilhões; em 2013, R$17,5 bilhões; em 2014, R$21,6 bilhões. Esse procedimento vai contra as regras da contabilidade pública, pois subvenções econômicas são gastos correntes e, portanto, deveriam ser apropriados nos exercícios em que são concedidas, em obediência ao chamado critério de competência.

Na verdade, a prática foi seguida no caso de operações rurais do Banco do Brasil e habitacionais da Caixa Econômica Federal. Serviu para ajudar a alcançar artificialmente as metas de superávit primário estipuladas a cada ano, já que, se as compensações aos juros subsidiados tivessem sido feitas, os gastos primários do Governo Federal subiriam, com a consequente queda equivalente do superávit primário.

Vale registrar, em particular, a fonte de recursos proveniente do FAT, que confere ao BNDES 40% da arrecadação do PIS/Pasep para uso em suas operações, sem prazo de amortização e custo, em geral, dado pela TJLP. O saldo da conta subiu 65%, entre 2008 e 2014, acompanhando a arrecadação do PIS/Pasep.

As captações externas do BNDES, terceira principal fonte de recursos, também foram bem usadas, seja por meio de operações com organismos internacionais, seja pela emissão de títulos no mercado internacional de capitais. Apenas a conta PIS/Pasep, quarta principal fonte, subiu pouco no período, algo esperado, já que se trata de um fundo que não recebe novos recursos. Enfim, o desempenho a contento das funções do BNDES não teria sido afetada, mesmo na ausência do vasto volume de créditos concedidos pelo Tesouro.

Em particular, dada à evolução favorável da arrecadação do PIS/Pasep no período, as novas entradas propiciadas pelo FAT garantiriam recursos suficientes para o aumento regular das operações de financiamento do BNDES completados, ainda, pelas captações externas.

Da carteira total, cerca de R$250 milhões estão concentrados nos dez maiores devedores. Cento e sessenta bilhões estão concentrados nos seguintes 50 maiores clientes, perfazendo uma concentração em que mais da metade do crédito vai para os 60 maiores.

Outro ponto que merece reflexão é a composição do vencimento. Cerca de 60% da carteira vencem até 2018. É um prazo relativamente curto a julgar pela orientação de longo prazo associado ao BNDES. Tal perfil pode ser benéfico em uma eventual opção pelo ajuste no tamanho do BNDES. Cabe considerar que o eventual ajuste no tamanho desse Banco e participações de outros bancos públicos no crédito geral em relação ao PIB, traria efeito imediato sobre as taxas de juros praticadas na economia, reduzindo o custo de captação do Tesouro e o nível de endividamento bruto.

Por fim, cabe assinalar que os estudos econômicos demonstram a dificuldade em encontrar evidências que comprovem os efeitos positivos, em termos de investimento, das empresas contempladas com financiamento do BNDES. Aparentemente, em boa parte, essas empresas têm acesso a outras fontes de financiamento e a substituem pelas operações junto ao BNDES por conta dos juros subsidiados. Talvez algo similar possa ser dito a respeito das participações acionárias do BNDES em outras empresas.

Dessa forma, concluindo, seguem as seguintes determinações do TCU: à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, que apresente um relatório trimestral, a que alude o art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrativo das medidas de compensação à instituição ou majoração de subsídios financeiros ou explícitos, com repercussão no mesmo exercício financeiro de sua instituição ou majoração, a partir de 2014, em cumprimento ao art. 17, *caput,* §§1º e 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; que inclua no Projeto de Lei Orçamentária Anual demonstrativo das medidas de compensação à instituição, majoração dos pedidos financeiros ou explícitos que produzam impacto no orçamento correspondente, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal; à Secretaria do Tesouro Nacional que informe, em nota explicativa ao Balanço Geral da União, o montante total dos benefícios financeiros e creditícios incorridos desde 2008, ano a ano, decorrente das operações de Crédito do Tesouro Nacional.

Os Ministros do TCU acordaram encaminhar cópia do Acórdão nº 961/2015 a diversas autoridades do Poder Executivo e às duas Casas do Congresso e ainda a apensar os respectivos autos definitivamente ao processo originário, com a continuidade do monitoramento dos subitens que ainda se encontram em fase de cumprimento.

Em face do exposto, recomendamos o reconhecimento do Aviso nº 8, por esta Comissão, e o seu arquivamento para a devida comunicação à Mesa. Apresentamos, em decorrência desse Aviso, requerimento de informações ao TCU solicitando que seja informada a esta Comissão se as determinações abaixo relacionadas nesse Acórdão, objeto do presente Aviso, estão sendo cumpridas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamento Federal.

Em conformidade com o disposto no art. 16, inciso I, do Regimento Interno do Senado, e em face do que apontou o acórdão objeto do presente relatório resultante do levantamento da auditoria realizada no BNDES, na Secretaria do Tesouro Nacional e na Secretaria do Orçamento Federal, solicito ao Presidente do Tribunal de Contas que nos informe se as determinações desse egrégio Tribunal à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretária de Orçamento Federal, mencionados a seguir, estão sendo cumpridas.

Solicito ainda que os documentos apresentados pelos referidos órgãos sejam encaminhados para conhecimento e apreciação desta Comissão.

1) à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, que:

a) apresente no relatório quadrimestral a que alude o art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrativo das medidas de compensação à instituição ou majoração de subsídios financeiros ou explícitos com repercussão no mesmo exercício financeiro de sua instituição ;

b) inclua nos projetos de leis orçamentárias anuais demonstrativo das medidas de compensação à instituição ou majoração de subsídios financeiros ou explícitos referidos;

c) decreto de contingenciamento que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina, que seja emitido pela Presidência da República, toda vez que, no último trimestre do ano, se apresentem indícios de que não será alcançado o equilíbrio fiscal previsto na lei...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...explicativa ao Balanço Geral da União o montante total dos benefícios financeiros e creditícios ocorridos em 2008.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, têm a palavra o Senador Ataídes Oliveira e a Senadora Lídice da Mata.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Aloysio Nunes, na verdade, não é bem discutir. Essa medida provisória que V. Exª colocou, a Medida Provisória nº 663, que autorizava a União a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros ao BNDES, eu, Relator, à época, fiz uma pesquisa, Senador Aloysio. E V. Exª bem colocou que, em 2009, o BNDES tinha uma carteira de R$43 bilhões e, quando chegou o final de 2014, já estava com uma carteira de R$402 bilhões. Eu tinha todas essas informações, Senador Aloysio, mas duas coisas me fizeram relatar, dando parecer favorável à aprovação dessa medida provisória. Primeiro, incentivar as nossas empresas a produzir, porque, em 2014, eu já estava preocupado com aquela história de pleno emprego. Nós tivemos uma audiência nesta semana com o IBGE e com o Ministério do Trabalho, e eu devo levar ao conhecimento do povo brasileiro, nesta ou na outra semana, que essa pesquisa é errática, enganosa e mentirosa ao povo brasileiro. Então, esse desemprego me preocupava, já em 2014, e esse dinheiro, esses R$50 bilhões seriam, então, para incentivar a produção no País. Também uma emenda do Senador Serra, subscrita por mim, determinava que o BNDES desse publicidade de suas contas fiscais.

Essas duas coisas me levaram a dar o parecer positivo. Mas eu quero neste momento, aqui, Senador Aloysio Nunes, pedir desculpas a uma boa parte dos nossos Senadores do PSDB. A uma boa parte, porque eu sabia que, inclusive V. Exª e outros Senadores não concordavam com aquele meu parecer à época. Outros, sim; mas a maioria, não. Então, aproveito para pedir desculpas ao meu querido PSDB e aos meus pares, aos meus companheiros e amigos do PSDB. Hoje, lamentavelmente, eu não daria esse voto favorável, conhecendo como o BNDES trabalha.

Nessa história das pedaladas, por exemplo, o BNDES pegou aqui da União, da Caixa Econômica, R$12 bilhões para aplicar no PSI, com taxa de juros de 2,5. Então, quem sabe, pela minha falta, a minha pouca experiência no campo político, eu relatei positivamente. Por um lado, não me arrependo, mas hoje eu não faria novamente.

Portanto, aproveito este momento para pedir desculpa ao amigo, porque, na época, V. Exª falou que não seria de bom alvitre a aprovação dessa subvenção de R$50 bilhões, que, na verdade, hoje o nosso BNDES, que está aí para incentivar as nossas indústrias, está quebrado, está quebrado também.

Era esse o registro que queria fazer, Sr. Presidente, e, mais uma vez, agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, menos para discutir esse relatório especificamente, mais para colocar um posição em relação ao Tribunal de Contas quanto à questão do BNDES apresentar taxas de juros mais baixas para investidores que interessarem em se instalar em determinadas regiões, eu não tenho nada contra. Não vejo como as diversas regiões do País se desenvolver se não for com um banco de desenvolvimento que promova esse tipo de intervenção na economia, e que, portanto, atraia investimento para áreas, regiões que certamente não receberiam esse investimento porque teriam mais facilidade de todas as ordens, exclusive de infraestrutura, no Sul e no Sudeste do País.

Mas, Sr. Presidente, eu quero falar sobre o Tribunal de Contas da União, e dizer a V. Exª que estou apresentando, e a esta Comissão, um requerimento solicitando a presença do Tribunal de Contas da União aqui nesta Comissão para que possa explicar o seu posicionamento em relação ao relatório feito recentemente sobre a Ferrovia Oeste Leste, na Bahia, mais conhecida como Fiol – Ferrovia de Integração Oeste Leste. O Tribunal de Contas da União deve, no meu entendimento, e imagino que também no entendimento da Constituição Federal, julgar as contas que são colocadas. Agora, quando o Tribunal de Contas passa a definir se o projeto é economicamente viável ou não, então eu me disponho a debater a sua função. Porque a Ferrovia Oeste Leste não pode ter definido o seu tamanho a partir de uma deliberação, de uma análise do Tribunal de Contas da União, mas, sim, a partir de um projeto apresentado ao Governo Federal, com financiamento desse Governo, com análise dentro do Estado da Bahia da sua viabilidade econômica.

Eu quero que o Tribunal de Contas da União vá a Bahia, vá à cidade de Barreiras, vá à cidade de Jequié, vá à cidade de Caetité, vá à cidade de Ilhéus, para explicar ao povo baiano que esta ferrovia não é necessária e não é importante para o desenvolvimento da Bahia. Quero que o Tribunal de Contas da União explique se não está, aí, sim, atendendo a interesse de outros Estados da Federação e de empresas que se beneficiariam sem a existência da Fiol, na Bahia, e sem, portanto, a consequente também existência do Porto Sul do nosso Estado.

Portanto, o Tribunal de Contas é muito bem-vindo para analisar contas, mas, na minha opinião, tem que dar explicações quando excede a sua função de analisar as contas para decidir sobre obras que os governos legitimamente eleitos foram aprovados para decidir sobre tais obras e para, portanto, analisar a importância delas para o Estado.

O nosso Governador, estimulado ontem pela discussão a respeito desse assunto, o Governador da Bahia virá ao Tribunal de Contas amanhã, com toda a Bancada de Deputados Estaduais do nosso Estado, convidando os Deputados Federais da Bahia que tiverem interesse nessa obra, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, com o apoio dos Senadores do nosso Estado, para poder receber do Tribunal de Contas da União as explicações a respeito disso, porque, se agora, cada obra que os governos decidirem iniciar puderem ter redefinidos os seus traçados, redefinidos os seus tamanhos em função do que pensa alguém que, dentro da burocracia do Estado, decide de que maneira será ou não aquela obra, é melhor que nós possamos transferir ao Tribunal de Constas da União a função de governabilidade em cada Estado.

Quando Miguel Arraes foi Governador do Estado, estava, certa feita de um seminário nosso, Senador Otto Alencar, a debater justamente a questão do abastecimento no interior do seu Estado, Pernambuco, e dizia que, para que ele pudesse fazer chegar o abastecimento de água numa determinada cidade de difícil acesso... Porque, depois de uma região longe, que tinha dificuldades para a água descer, e ela ficava em cima de um morro, com todos os pareceres técnicos da sua Secretaria de Recursos Hídricos indicava essas dificuldades e dizia mais: dizia que seria uma obra mais cara. Ele, no entanto, após ter assumido o compromisso de levar, durante o período de campanha, de debate intenso naquela região, água e abastecimento para aquela localidade, decidiu por fazer uma obra que era mais cara, mas garantia o abastecimento daquele Município. Essa é a responsabilidade pela qual responde um governante, quando tem a necessidade de definir-se por obras que não necessariamente, imediatamente são economicamente mais favoráveis, mas são socialmente indispensáveis.

E, portanto, nós, na Bahia, temos um compromisso firmado com o povo baiano de viabilizar a Fiol. E não será nenhuma decisão dessa natureza que, certamente, vai impedir esta, que é uma ligação fundamental para o escoamento, não apenas do ferro diretamente pelo Porto Sul de Ilhéus, mas que pode vir a se tornar uma ligação essencial com a ferrovia do Centro-Oeste, ligando, portanto, todo o oeste do Tocantins, todo o oeste brasileiro a um porto rápido, prático e direito no sul da Bahia. Nós não podemos permitir que essa decisão, que é uma decisão política do povo baiano e do povo brasileiro possa ser impedida por nenhum tipo de avaliação. Como eu não sei se tatu sobe em árvore, não imagino que não possa ter também outros interesses econômicos por trás de tal decisão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata, pala manhã o Governador Rui Costa me ligou, por volta das 10h da manhã, pedindo que eu intermediasse essa audiência. Eu liguei para o Presidente do Tribunal de Contas, o Aroldo Cedraz, e ficou marcado para amanhã, às 11h30min, nós vamos acompanhar o Governador. E liguei também para outros Ministros do Tribunal de Constas para que estivessem presentes para mostrar que considero um absurdo o Tribunal de Contas da União dizer se a ferrovia vai ser viável ou não, depois de um longo estudo feito pelo Governo, da análise de toda a condição que tem a Ferrovia Oeste Leste, que é uma ferrovia que está programada para ir até Figueirópolis, no Tocantins, Barreiras, atravessando toda a região de Bom Jesus da Lapa, pegando toda aquela área do minério de ferro em Caetité, em Brumado também, na Magnesita, que é uma empresa que já existe, chegando ao Porto Sul, em Ilhéus.

Eu acho que é uma ferrovia – nós conhecemos bem o trecho – completamente viável. Eu fiquei até achando estranho o anúncio da Bioceânica, que vai sair lá pelo Pacífico, uma coisa completamente inviável, na minha opinião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A "transperu".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acho que esta ferrovia, que está em obra, está em andamento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como é que está o cronograma?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – As obras tiveram um atraso agora, mas já há muitos trechos concluídos. A dificuldade maior – eu quero, inclusive, aplaudir a indignação e a veemência que são próprias de V. Exª nesse caso –, em alguns trechos, Senador Aloysio Nunes, já estão concluídos, obras em conclusão. Houve um atraso, realmente houve um atraso em função de licença ambiental para implantação, a licença de implantação do Porto Sul, que seria um porto para escoamento do minério de ferro e também um porto feito com recursos do Governo Federal, para atender a essa parte de escoamento da produção de grãos e até de contêineres.

Então, é um projeto que eu conheço bem, eu o estudei bem, porque fui Secretário da Infraestrutura, que considero fundamental para o desenvolvimento econômico da região oeste e também da Bahia. Eu acredito que nós vamos ter um entendimento amanhã com o Tribunal de Contas para que essa interferência, eu diria assim, na obra, dizendo que a obra que já está em andamento, já está em investimento na direção de Ilhéus, já passou por Jequié, já está na direção de Ilhéus, falta somente liberar a Licença Ambiental (LI) de implantação, do Ibama, para fazer isso.

É um projeto que, para ser executado, teve que atravessar 25 obstáculos burocráticos para licença ambiental. Quando você faz qualquer obra que interfere seja no mar ou em áreas de preservação ambiental, contadinhos, existem 25 obstáculos. Aí você passa pelos órgãos ambientais do Município, do Estado, do Governo Federal, IPHAN, SPU, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Capitania dos Portos; tem que fazer estudo da área do mar com arqueólogos subaquáticos, porque só pode mergulhar com mergulhador profissional. Para eu fazer uma ponte lá em Ilhéus, eu passei quase seis meses fazendo estudo arqueológico do fundo do mar, buscava-se algumas coisas da história, talvez, de Gabriela Cravo e Canela, de Jorge Amado, porque não tinha nada realmente; de cima você via todo o leito do mar sem nenhum problema.

Então, realmente, é uma coisa absurda! A burocracia não pode continuar atrapalhando o desenvolvimento econômico do País. Eu concordo plenamente com V. Exª. Amanhã, creio que o bom senso dos ministros do Tribunal de Contas vai prevalecer. Acho que devemos buscar esse entendimento, o Governador vai conosco amanhã, com a Bancada de Senadores e Deputados Federais, para discutir e encontrar um entendimento dentro dos parâmetros da discussão. Sem nenhuma dificuldade, eu acho que isso vai ser revogado.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu registro a manifestação veemente da Senadora Lídice da Mata e o apoio que V. Exª tem dado e está dando a essa reivindicação do povo baiano, não tenho comentário a fazer a esse respeito.

Apenas faço uma observação ao que disse a Senadora Lídice da Mata em relação ao BNDES. Eu também sou favorável à atuação do BNDES para apoiar o desenvolvimento econômico do País. O BNDES não é de hoje, o BNDES foi criado por Getúlio Vargas no seu mandato democrático, e tem um papel muito importante para o desenvolvimento do País.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Rômulo Almeida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Rômulo Almeida, exatamente, bem lembrado por V. Exª. Agora, o que o Tribunal de Contas aponta nesses seus acórdãos é, primeiro, falta de transparência. Segundo, falta de uma avaliação efetiva dos resultados desse financiamento. A concessão de financiamentos a juros subsidiados para empresas que tenham possibilidade de alavancar o desenvolvimento do País, têm um grande poder de indução do desenvolvimento de outros setores, contribuam para a inovação, para o desenvolvimento tecnológico, evidentemente tem que ser feito.

Agora, o problema é saber quais são os critérios que presidiram a escolha dessas empresas e quais foram os resultados dessa política, o que nunca é explicitado. O fato é que essa diferença entre aquilo que o Tesouro tem a receber do BNDES, por conta dos seus empréstimos ao Banco, e o rendimento daquilo que o BNDES tem a receber dos tomadores dos seus financiamentos está cavando um buraco muito grande nas nossas contas públicas. Isso tem um efeito desestabilizador na nossa economia, que é inegável. Só este ano, essa diferença chega a R$36,7 bilhões.

Portanto, esses fatos justificam as interrogações objeto desse requerimento que proponho à nossa Comissão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quero só coadunar com as colocações da Senadora Lídice da Mata e com V. Exª também, com relação à Ferrovia Oeste Leste, que sai da Bahia e chega até nossa cidade, no sul do Tocantins, Figueirópolis, e ali, então, se encontra com a Ferrovia Norte-Sul. A importância dessa ferrovia para a Região Norte e para o País é inegável.

No entanto, essa informação, Senadora, que V. Exª traz hoje nesta Comissão me deixou muito preocupado. Eu sabia que ela estava paralisada, mas não sabia o motivo. Quero me autoconvidar para estar amanhã nessa reunião, com o Presidente Aroldo Cedraz, representando o meu querido Estado do Tocantins. Podemos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Convidado de honra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, parabéns e vamos lá.

Essa ferrovia tem que ser concluída o mais breve possível. Quero parabenizar V. Exª, Senadora Lídice, e também e o Presidente Otto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação o Aviso nº 08, de 2015, CMA, que teve como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que acrescentou ao seu relatório um requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União. Então, estamos colocando em votação o parecer e o requerimento formulado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados o requerimento e o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Como não estão presentes os relatores dos itens 5 e 6, vamos passar ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela rejeição
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, submete-se a esta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2015, o qual pretende exigir que os estabelecimentos varejistas e atacadistas garantam a segurança sanitária dos alimentos vendidos (art. 1º).

O propósito da norma é verificar se o produto agrícola ou pecuário ofertado ao consumidor está acima do limite máximo de resíduos tolerado, seja quanto a agrotóxicos, seja quanto a micro-organismos patogênicos (arts. 2º e 3º).

A obrigatoriedade de análise dos produtos alcança todos os estabelecimentos varejistas e atacadistas que não sejam classificados como microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 4º). A periodicidade da análise não poderá superar seis meses (art. 4º, §1º), podendo ser substituída pela realizada por fornecedores, atacadistas ou agroindústrias (art. 4º, §2º). As análises poderão ser feitas em laboratórios oficiais ou privados, podendo os estabelecimentos se associarem para a realização da análise (art. 4º, §§3º a 7º).

Os resultados das análises deverão ser fixados em local visível ou colocados à disposição para fácil consulta pelo consumidor, em meio impresso e pela internet (art. 5º).

O projeto autoriza ainda qualquer pessoa a fazer a análise química dos produtos, desde que arque com os custos das análises (art. 6º). Nesse caso, o mandatário do estabelecimento comercial poderá acompanhar a análise e avaliação.

No caso de contaminação, deverá o estabelecimento comunicar o fato ao seu fornecedor e aos órgãos públicos de vigilância sanitária, bem como inutilizar o lote a que pertença o alimento ou produto. Apenas a análise de novo lote autorizará a recomercialização do alimento ou produto.

O descumprimento da futura norma autorizará a aplicação ao estabelecimento das sanções previstas no inciso IV do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, a qual prevê infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas.

A *vacatio legis* da futura lei será de 180 dias após a data de sua publicação.

Na justificação, o autor alerta para a qualidade sanitária dos alimentos consumidos e para o fato de que a vigilância sanitária, embora realizada no plano da produção do alimento, deixa de ser exigida na entrega desse alimento ao consumidor final. Assinala ainda que a análise feita pelo estabelecimento varejista permite que este confira a veracidade das informações sanitárias que lhe são repassadas pelos produtores agropecuários.

Não foram apresentadas emendas.

Após a análise da CMA, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

Nos termos do art. 102-A, III, a, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, especialmente estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito do tema, de acordo com o disposto nos arts. 22, inciso I, e 24, inciso V, da Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

Ademais, a matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Lei Maior.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) apresenta o atributo da generalidade; iv) afigura-se dotada de potencial coercitividade; e v) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Não há ressalvas a fazer, tampouco, no tocante à regimentalidade nem à técnica legislativa empregada.

No mérito, entretanto, o projeto não merece prosperar.

Isso porque a exigência de realização de análises químicas por estabelecimentos atacadistas e varejistas ofende o princípio da proporcionalidade em matéria econômica, já que será excessivamente oneroso para esses estabelecimentos a realização de tais análises. Por esse princípio, excessivos ônus financeiros podem mesmo representar violação ao princípio constitucional da livre iniciativa econômica, isto é, a lei não pode restringir em demasia a liberdade de iniciativa econômica, sob pena de ser inconstitucional.

De fato, a liberdade de iniciativa econômica, também chamada liberdade de comércio e indústria, cuja origem histórica internacional remonta à edição da Lei de 2 de março de 1791, o chamado Décret d'Allarde, constitui o pilar fundamental da ordem econômica, porque representa a autonomia de atuação da esfera privada em relação à esfera estatal.

A despeito de o parágrafo único do art. 170 da Constituição permitir que a lei restrinja a liberdade de iniciativa econômica, tal restrição deve, cumulativamente, efetivar o princípio da natureza social e não caracterizar, em qualquer hipótese, restrição excessiva à liberdade de iniciativa econômica.

Nesse contexto, deve ser observado que tais análises químicas de alimentos e produtos agropecuários já são obrigatoriamente realizados pelos produtores agrícolas, o que importa concluir que a finalidade da proposição é duplicar a necessidade de realização de análises químicas onerosas, em detrimento do principio constitucional da busca do pleno emprego dos fatores de produção e sem que nenhum ganho social produzido seja capaz de compensar a restrição à livre iniciativa de tais estabelecimentos e à busca do pleno emprego dos fatores de produção.

Em conclusão, além de não ser meritório em seu conteúdo, o projeto apresenta vício de inconstitucionalidade material, porque, sem que existam ganhos sociais expressivos, restringe de forma excessiva a liberdade de iniciativa econômica dos estabelecimentos atacadistas e varejistas que ofertam ao consumidor produtos ou alimentos agropecuários.

Sr. Presidente, além de constar do relatório, registro pela inviabilidade operosa desse processo. Imagina alguém que vende 10, 20, 30 mil itens fazer análise a cada semestre de todos esses produtos, como varejista fixar isso em local visível.

A nosso ver é inviável também de forma operacional.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2015.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, por se tratar de projeto de autoria de um colega de Partido, Senador Davi Alcolumbre, peço vista do projeto, para que eu possa conversar com ele e, na semana que vem, realmente dar uma posição com relação ao sentimento de ele haver elaborado este texto exigindo mais análises químicas de alimentos colocados à venda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Exª será atendido.

Vista ao Senador Ronaldo Caiado.

Como o item 08 já foi apreciado, passo ao item 09.

Solicito ao Senador Ataídes Oliveira que possa assumir a Presidência, já que sou Relator do Projeto de Lei da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 09 da pauta.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 578, de 2015, da Senadora Lídice da Mata, que "altera a redação do §2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga".

A proposição foi enviada para análise desta CMA e, em caráter terminativo, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 578, de 2015, compõe-se de dois artigos. O primeiro, conforme consta da ementa, propõe alteração do §2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 1989, para incluir a Caatinga entre os biomas destinatários das aplicações prioritárias dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente, que considero algo muito correto. Não sei por que excluíram a Caatinga, da região do Semiárido, que, quando realmente preservada, dá bons resultados. Somos caatingueiros, mesmo sendo a Senadora Lídice da Mata de Cachoeira, na região do Recôncavo, se tornou uma caatingueira por adoção.

O segundo é a própria cláusula de vigência, que estabelece que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente e à conservação da natureza.

Nesse sentido, é importante que se diga que a proposição chega em boa hora. Seu objetivo, conforme destaca a autora, é dar primazia à conservação e à preservação da Caatinga, ao estabelecer a prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente aos projetos localizados nesse bioma. De fato, conforme a justificação, até o momento, a Caatinga não tem sido alvo de relevantes ações de preservação, pois apenas 7,8% do seu território estão protegidos por unidades de conservação da natureza – valor abaixo da meta nacional de 10% assumida pelo Brasil nos desdobramentos da Convenção da Diversidade Biológica.

Propostas legislativas dessa natureza se mostram ainda mais relevantes se nos lembrarmos de que a Caatinga é o único bioma integralmente restrito ao Território brasileiro e um dos mais ameaçados.

Sua vegetação, de fato, não apresenta a exuberância verde das florestas tropicais úmidas, e o aspecto seco das fisionomias dominadas por cactos e arbustos sugere uma baixa diversificação da fauna e flora. Nada mais equivocado.

No entanto, para desvendar sua riqueza, é necessário um olhar mais atento, capaz de perceber sua elevada biodiversidade, sua relevância biológica e sua beleza peculiar.

Dentre a fauna, os répteis e anfíbios merecem destaque. São conhecidas para essa região Semiárida 97 espécies de répteis e 45 de anfíbios. No que se refere às aves, existem espécies endêmicas e a riqueza de uma mesma localidade pode ultrapassar 200 espécies. Poucos são os mamíferos endêmicos da Caatinga, mas nesta região muito ainda está para se descobrir, aguardando a realização de mais estudos.

As diversas comunidades vegetais são formadas por uma gama de diferentes combinações. São inúmeras e de grande interesse para a pesquisa a variedade de estratégias que as espécies apresentam para que consigam sobreviver aos períodos de carência de chuvas. Além disso, existe na Caatinga uma proporção expressiva de plantas endêmicas, muitas delas utilizadas pela população, em razão de suas propriedades terapêuticas.

Apesar da relevância biológica da Caatinga, o bioma pode ser considerado como um dos mais ameaçados do Brasil. Grande parte de sua superfície já foi bastante modificada pela utilização e ocupação humana.

Além disso, muitos estados não têm sido capazes de implementar medidas efetivas de conservação da diversidade, tais como a criação e o adequado funcionamento de unidades de conservação de proteção integral.

Por isso, nada mais necessário que esse importante bioma genuinamente brasileiro seja incluído no rol das áreas prioritárias a receberem aplicações de recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a minha concordância plena, já que conheço bem o bioma, pois nasci na Caatinga.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à autora do projeto, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Peço a palavra, Sr. Presidente, apenas para agradecer a relatoria do Senador Otto Alencar, um legítimo caatingueiro, como ele já se declarou, nascido na Caatinga e, por ali, se desenvolveu.

No caso, a Caatinga à que ele pertence fica no coração da Bahia, porque a Chapada Diamantina é o centro geográfico do nosso Estado. Quando nos colocamos para fazer essa proposição de dar prioridade ao bioma Caatinga, é justamente pelo fato de, nessa região, termos mais dificuldade de convivência e sobrevivência no clima com as dificuldades da seca. É justamente aí que precisamos da preservação da planta nativa, para que ela possa também diminuir os efeitos da seca nessa região.

Quero agradecer ao Senador Otto Alencar e ao apoio das Srªs e dos Srs. Senadores que aprovaram este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o aludido Projeto de Lei nº 578 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto.

Devolvo a Presidência desta douta Comissão ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos agora ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010
- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Autoria: Deputado Gilmar Machado
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Vou designar a Senadora Lídice da Mata, como Senadora *ad hoc*, para que ela possa proferir o relatório.
Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda nº 7-CCJ (substitutivo)
Observações:
-Matéria apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto, e pela CCJ, com parecer favorável ao projeto na forma da emenda nº 7-CCJ.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDR.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, como Relatora *ad hoc.*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, trata-se, como V. Exª já destacou, do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp.

Leio o relatório.

Nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal, foi enviado à consideração do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 57, de 2010, de iniciativa do Deputado Gilmar Machado, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, provada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Por força da aprovação do Requerimento nº 529, de 2010, do saudoso Senador César Borges, solicitando a apreciação da matéria pela CMA, o projeto em tela é submetido a exame por esta Comissão.

O art. 1º do projeto repete a ementa do projeto.

O art. 2º altera o §3º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta seis parágrafos da seguinte forma:

- a redação do §3º é modificada, incluindo-se o valor cobrado do cliente pela empresa a título de serviço na definição de gorjeta;
- o §4º estabelece que a gorjeta destina-se integralmente aos trabalhadores que exercem suas atividades em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares e serão distribuídas segundo critérios de custeio laboral e de rateio, definidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- o §5º dispõe que, inexistindo acordo ou convenção laboral, poderá a assembleia geral do sindicato laboral, especificamente convocada para esse fim, definir os critérios de custeio e de rateio recebidas a título de gorjeta;
- o §6º determina que as empresas que cobrarem a gorjeta deverão: lançá-la na nota, facultada a retenção de até 20% do faturamento correspondente para cobrir encargos sociais e previdenciários dos empregados; e anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados o salário fixo e o percentual percebido a esse título;
- o §7º estabelece que, na hipótese de a empresa cessar a cobrança da gorjeta, desde que cobrada por mais de doze meses, essa se incorporará ao salário do empregado, tendo como base médias dos últimos doze meses, salvo o estabelecido em convenções ou acordos coletivos de trabalho;
- o §8º determina a constituição de comissão de empregados para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta, cujos representantes serão eleitos em assembleia geral convocada para esse fim pelo sindicato laboral e gozarão de estabilidade durante a vigência do mandato ou acordo coletivo de trabalho;
- o §9º fixa multa a ser paga pelo empregador ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento das determinações previstas no artigo, no valor de dois trinta avos da média da taxa de serviço por dia de atraso.

O art. 3º estabelece a vigência da lei, estipulada em 60 dias após a data de sua publicação.

O autor da proposição justifica sua proposta considerando que diversos empregadores cobram dos clientes o adicional sobre conta e não repassam as gorjetas aos empregados. Também aponta que decisões do TST, que caracterizam gorjetas apenas como remuneração, trazem prejuízo aos trabalhadores.

Após discussões da matéria nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na de Constituição e Justiça e Cidadania, da Câmara dos Deputados, foi aprovado substitutivo na forma do PLC 57, de 2010, enviado ao Senado Federal como Casa revisora, ora em análise por esta Comissão.

No Senado Federal, o projeto já foi aprovado em duas Comissões: na de Assuntos Econômicos (CAE), onde também o Senador Valdir Raupp foi designado relator da matéria, mas o relatório de S. Exª apresentado não chegou a ser apreciado, tendo sido aprovado o texto apresentado pelo Senador Lindbergh Farias; e na de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), onde foi aprovado texto substitutivo apresentado pelo Relator, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria será também apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal, pela Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas até o momento nesta Comissão.

Passo à análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do consumidor.

O posicionamento sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição já foi feito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A nosso ver, a proposta é pertinente e oportuna.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, considera como gorjeta não só a importância dada espontaneamente pelo cliente ao empregado, mas também aquela que for cobrada do cliente pelo estabelecimento, na forma de taxa adicional das contas, a qualquer título, cuja quantia é destinada a distribuição aos empregados. Todavia, por não haver sanção prevista na lei, o repasse da gorjeta aos empregados acaba ficando a critério exclusivo do empregador.

O que o projeto pretende, objetivamente, é explicitar a taxa de serviço na definição de gorjeta, uma vez que essa taxa já é entendida dessa forma pelo usuário do serviço, embora nem sempre seja repassada ao empregado pelos estabelecimentos. Com essa medida, vai ser possível o controle e a fiscalização do repasse da

gorjeta por parte dos empregados, além de viabilizar a cobrança de multas no caso de descumprimento do mandamento legal.

No entanto, há disposições no projeto que merecem reparos.

O parecer aprovado na CCJ modificou o projeto original nos seguintes aspectos:

1) o percentual de até 20% do valor da gorjeta arrecadada que o empregador pode descontar será aplicado apenas para as empresas inscritas no Supersimples. Para as demais empresas, que não estão inscritas em regime de tributação federal diferenciado, a retenção será de até 33%. Em ambos os casos, a retenção será para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua remuneração.

2) gorjeta espontânea, quando entregue diretamente pelo consumidor ao empregado, deverá ser declarada e terá os seus critérios definidos em Convenção ou Acordo Coletivo do Trabalho, facultada a retenção das empresas para custear os encargos sociais anteriormente referidos.

3) a constituição de uma Comissão de Empregados para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança, rateio e distribuição da gorjeta será obrigatória em empresas com mais de 60 empregados.

4) previsão de multa no valor correspondente a um trinta avos da média da gorjeta por dia de atraso, limitada ao piso da categoria.

Por entender que todas as alterações acima mencionadas aperfeiçoam o projeto, concordamos com aprovação nos termos aprovados pela CCJ.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC 57, de 2010, na forma da Emenda Substitutiva nº 7 – CCJ (substitutivo).

Sr. Presidente, antes de passar à votação, quero registrar a presença de um grupo de pessoas que representam as categorias atendidas pelo projeto em nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o parecer da Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Os outros itens da pauta são de caráter terminativo.

Portanto, como não temos quórum suficiente para a apreciação, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Ataídes Oliveira e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 757, TCU-Plenário; Aviso nº 762, TCU-Plenário; Aviso nº 1.205, GP-TCU; Ofício nº 1.593, de 2015; Ofício nº 1.598, de 2015; Aviso nº 784, TCU-Plenário; Ofício nº 246/15, OAB/RJ, 22ª Subseção, Magé, Guapimirim, solicita tomar medidas para suspensão da licença ambiental da empresa Magé Minerações LTDA, no Bairro de Vila Inca, Município de Magé, Rio de Janeiro. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 102, de 2015. Requer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a recusa das operadoras de planos de saúde em oferecer planos individuais, obrigando o consumidor a contratar planos coletivos, além das denúncias de fraudes nos Planos de Saúde chamados PMEs (de pequenas e médias empresas). Para o debate, sugere o convite das seguintes pessoas: Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor- PROTESTE; Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, órgão subordinado ao Ministério da Justiça; Representante da Associação Nacional das Administradoras de Benefícios – ANAB; Representante da Federação, Nacional de Saúde Suplementar – FANASAÚDE. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 105, de 2015. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal – CMA, destinada a debater o direito do consumidor nos planos de saúde nos aspectos relacionados: a negativa de procedimento, reajustes de planos por faixa etária, fórmula de cálculo de reajuste e dos falsos coletivos, com a presença dos seguintes convidados: Joana Cruz, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar; Marcio Serôa de Araújo Coriolano, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; e José Abelardo Garcia de Meneses, Presidente do Conselho Regional de Medicina da Bahia. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 106, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Mapa da região ecológica dos Babaçuais nos Estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sra. Francisca da Silva Nascimento, coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Sr. Jurandir Santos de Novaes, professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e coordenador da pesquisa que resultou no mapa; Sra. Juliana Simões, Diretora de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Tocantins; Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Pará; Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Maranhão; Representante da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Representante do Instituto Socioambiental (ISA). Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 9, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1784/2015 - TCU - Plenário, acompanhado dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam, referente à evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 quanto à sua aderência à legislação; à aprovação pelo Conselho Público Olímpico do Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas; à governança dos agentes federais envolvidos na organização dos Jogos; e à transparência das informações ligadas aos gastos destinados ao evento esportivo. (TC 004.185/2014-

5). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2015 - Não Terminativo. Estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional. Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no Diário do Senado Federal.

Leitura de avisos e ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos que ficarão à disposição dos membros da CMA por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados.

Aviso nº 757, TCU-Plenário; Aviso nº 762, TCU-Plenário; Aviso nº 1.205, GP-TCU; Ofício nº 1.593, de 2015; Ofício nº 1.598, de 2015; Aviso nº 784, TCU-Plenário; Ofício nº 246/15, OAB/RJ, 22ª Subseção, Magé, Guapimirim, solicita tomar medidas para suspensão da licença ambiental da empresa Magé Minerações LTDA, no Bairro de Vila Inca, Município de Magé, Rio de Janeiro.

Ofício indica comunicação aos órgãos responsáveis pela fiscalização da referida atividade, razão por que me abstive de efetivar encaminhamentos. A Comissão não detém competência para suspender licenciamento.

Assim, fica a matéria disponível para a manifestação de interesse em sua relatoria, conjuntamente com os demais documentos sem que seja arquivada. A relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso ao inteiro conteúdo dos mesmos.

Informo que logo após esta reunião, deliberaremos sobre a apresentação das emendas CMA ao PLN nº 6, de 2015, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016/2019, tendo em vista que o prazo final para a apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento encerra-se nesta sexta-feira, dia 13 de novembro, e não teremos mais reuniões nesta semana.

Gostaria, ainda, de informar que retirei os requerimento da CMA nºs 103 e 104 de minha autoria, por entender que seus conteúdos já foram objeto de deliberação do plano de trabalho referente à avaliação de política pública sobre revitalização do Rio São Francisco.

Passamos à pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 102, de 2015
- Não terminativo -

Requer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a recusa das operadoras de planos de saúde em oferecer planos individuais, obrigando o consumidor a contratar planos coletivos, além das denúncias de fraudes nos Planos de Saúde chamados PMEs (de pequenas e médias empresas).

Para o debate, sugere o convite das seguintes pessoas:

• Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
• Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor- PROTESTE;
• Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, órgão subordinado ao Ministério da Justiça;
• Representante da Associação Nacional das Administradoras de Benefícios – ANAB;
• Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FANASAÚDE.

Autoria: Senador Reguffe

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, apenas para agradecer e justificar o requerimento. É muito importante esse instrumento das audiências públicas, porque nós podemos, aqui, fazer um debate aprofundado sobre determinado tema.

Eu tenho reiteradas vezes falado no plenário sobre essa questão dos planos de saúde. Os planos de saúde, hoje, se utilizam de uma prática que é extremamente danosa ao consumidor deste País. Eles se negam a vender planos individuais e obrigam o consumidor a ter que adquirir planos coletivos. Só que existe uma diferença básica entre os planos individuais e os planos coletivos.

Nos planos individuais, pela legislação, o consumidor tem direito ao reajuste controlado. Portanto, o reajuste é controlado pela ANS, enquanto, no coletivo, o reajuste é livre. E, no plano individual, a agência não pode rescindir o contrato unilateralmente. Ela é obrigada a ficar com aquele paciente, mesmo que ele contraia uma doença grave, etc.

No plano coletivo, além de não ter o reajuste controlado, as operadoras de plano de saúde podem a qualquer momento rescindir o contrato, unilateralmente, ou não renovar o contrato ao final do ano. Isso é muito grave, porque, no momento em que há um paciente que tem uma doença grave, se a operadora de plano de saúde achar por bem, ela simplesmente não renova aquele contrato e deixa o paciente a ver navios, mesmo depois de ele ter contribuído durante anos e anos.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar não faz absolutamente nada para controlar isso. E, pior: as operadoras de plano de saúde agora estão estimulando que as pessoas se reúnam para fazer micro e pequenas empresas, às vezes, com 5 vidas, 6 vidas, onde não se tem a menor segurança para aquele consumidor.

Eu apresentei um projeto de lei nesta Casa que dá tratamento de plano individual a todos os planos de saúde com menos de 100 vidas, para que todos os planos de saúde com menos de 100 vidas tenham tratamento de plano individual, para que o consumidor tenha alguma segurança, alguma garantia. E a Agência Nacional de Saúde Suplementar deve se pronunciar sobre isso, porque, hoje, parece que ela atende muito mais a interesses comerciais das operadoras de planos de saúde do que ao consumidor deste País, e não é assim que uma agência reguladora deve se comportar.

Acho que esse é o foro adequado, que é uma Comissão também de Defesa do Consumidor, não só de Meio Ambiente, e acho que esta audiência pública pode ser muito produtiva para todos os consumidores deste País, pelo menos, trazer para esta Casa esse debate que eu considero de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu concordo plenamente com V. Exª. Conheço bem isso, até porque, como médico que sou, trabalhei muitos anos nesse setor e conheço as dificuldades que são impostas aos pacientes.

Então, vou dar prioridade ao requerimento de V. Exª, para que, em contato aqui com a Secretaria, possa marcar a data mais conveniente, e nós vamos priorizar o pedido para que possa acontecer ainda neste mês ou o mais rápido possível, porque eu acho que é um clamor mesmo do consumidor desse setor que passa por graves dificuldades.

Item 2, Requerimento nº 105, de autoria da Senadora Lídice da Mata. Como a Senadora não está presente, vamos ao item 3.

Item 3, da Senadora Regina Sousa, que está presente, então vamos ler o requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 106, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Mapa da região ecológica dos Babaçuais nos Estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. Proponho para a audiência com a presença dos seguintes convidados:

Sra. Francisca da Silva Nascimento, coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Sr. Jurandir Santos de Novaes, professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e coordenador da pesquisa que resultou no mapa; Sra. Juliana Simões, Diretora de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Tocantins; Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Pará; Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Maranhão; Representante da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Representante do Instituto Socioambiental (ISA).

Autoria: Senadora Regina Sousa

As Srªs os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, com a palavra, a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria, primeiro, pedir também que ele fosse incluído ainda para acontecer este ano e justificar: eu tenho origem nessa região, fui quebradeira de coco, e o babaçu está desaparecendo. Não é um bioma, ele está na Caatinga ou em parte do Cerrado, e está desaparecendo, dando lugar aos canaviais. O babaçu é uma palmeira nativa, que nasce naturalmente, a mata do babaçual se recompõe, mas está desaparecendo, pelo menos no meu Estado a metade já virou canavial e dificilmente ela vai se reproduzir, porque o canavial deixa o solo destruído quando sai de lá.

Então, houve esse instituto que fez esse estudo, para mostrar que é uma região importante; 300 mil mulheres vivem de quebrar coco babaçu – 300 mil nos quatro Estados –, e queremos saber, a partir dessa audiência, o que pode ser feito para se tornar, pelo menos, uma unidade de conservação, para não deixar destruir o babaçual neste País, nesses quatro Estados.

Portanto, queria que pudesse ser ainda este ano essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, vou colocar à disposição a Secretaria para que V. Exª possa fazer o contato para marcarmos esta também.

E, como chegou a Senadora Lídice da Mata, nós vamos votar o Requerimento nº 2, de autoria da nobre Senadora.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 105, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal – CMA, destinada a debater o direito do consumidor nos planos de saúde nos aspectos relacionados: a negativa de procedimento, reajustes de planos por faixa etária, fórmula de cálculo de reajuste e dos falsos coletivos, com a presença dos seguintes convidados: Joana Cruz, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar; Marcio Serôa de Araújo Coriolano, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; e José Abelardo Garcia de Meneses, Presidente do Conselho Regional de Medicina da Bahia.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Queria só informar à Senadora Lídice da Mata que o Senador Reguffe, antes da chegada de S. Exª, fez um requerimento com esse mesmo teor.

Então, eu vou colocar em votação, aprovar e pediria que V. Exª entrasse em contato com o Senador Reguffe para que a audiência pública pudesse ser conjunta com as duas solicitações formuladas pela Senadora e pelo Senador Reguffe.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, sendo que essa audiência deve ocorrer, porque, inclusive, há nomes que foram citados pelo Senador Reguffe.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Que são idênticos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Que estão contidos também no requerimento de V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro, Senador.

Eu acho que essa coincidência justamente demonstra a importância do tema e o quanto há uma necessidade de nós o debatermos. Eu diria que esse requerimento é autoexplicativo, porque uma agenda que está permanentemente em mídia nacional é justamente essa da discussão dos planos de saúde.

Como já disse aqui, desde planos que são cancelados e sequer são comunicados aos segurados que participam dos planos, a reajustes que a lei já não permite. Há, portanto, toda uma discussão. V. Exª é médico, é uma pessoa conhecedora do assunto.

Então, eu procurarei o Senador Reguffe para que nós possamos fazer uma audiência... (*Falha na gravação.*)

Portanto, de uma questão que, pelo que vejo, tem todo o interesse desta Comissão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O relator do Item 7 é o Senador João Capiberibe, que acaba de adentrar a Comissão.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional.

Autoria: Deputado Otavio Leite
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Passo a palavra ao Senador João Capiberibe para relatar a matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. e Srªs Senadoras, bom dia a todos.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 2015, de autoria do Deputado Otavio Leite, que estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional.

O art. 1º do PLC estabelece que o órgão federal responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto divulgará também o PIB-Verde, cujo cálculo levará em consideração o patrimônio ecológico nacional. O art. 2º estatui que o cálculo do PIB-Verde deve levar em consideração iniciativas nacionais e internacionais semelhantes, como o Índice de Riqueza Inclusiva, de forma a buscar convergência e comparabilidade com os índices adotados em outros países. Essa metodologia de cálculo deve ser discutida com a sociedade e com instituições públicas antes de se tornar índice oficialmente adotado pelo Brasil.

O art. 3º confere vigência à Lei na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos.

A análise, Sr. Presidente.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e controle da poluição e conservação da natureza, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, o Projeto faz jus à aprovação. A publicação periódica do PIB-Verde, em complementação à do PIB, permitirá que avaliemos a qualidade do desenvolvimento brasileiro. Com a disponibilização de ambos os índices, será possível identificar se estamos produzindo riqueza ou se estamos apenas consumindo o patrimônio ecológico nacional que nos foi reservado, bem como perceber se estamos constituindo passivo ambiental a ser entregue às gerações futuras. No plano internacional, ensejará comparação entre o nível de sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e o dos demais países.

O PLC vai além do PIB-Verde. O art. 2º prevê a possibilidade incorporar no cálculo desse indicador outros índices internacionais, como o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que avalia aspectos ambientais e sociais do desenvolvimento das nações. Ambos os índices permitem comparabilidade internacional, devido à padronização aprovada pela ONU no decorrer da Conferência "Rio+20", em 2012.

Lançado em 2012, o IRI apresenta dados curiosos. Quando se compara o PIB de grandes economias, observou-se que China, Estados Unidos, Brasil e África do Sul cresceram respectivamente 422%, no caso, a China; os Estados Unidos, 37%; o Brasil, 31% e a África do Sul, 24%, entre 1990 e 2008. Ao tomar por referência o IRI, contudo, China e Brasil obtiveram crescimento de apenas 45% e 18%, no mesmo período. Estados Unidos cresceram apenas 13% e África do Sul revelou decréscimo real de 1%. Quanto maior a distância entre o PIB e o IRI, maior é o passivo ambiental e social que está sendo criado.

Portanto, somos favoráveis ao estabelecimento do PIB-Verde como índice oficial de desenvolvimento e a exigência de sua publicação periódica.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2015.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto.

Voltamos ao Item 5, da relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin, o Aviso nº 9, de 2015, que encaminha cópia do Acórdão nº 1784, de 2015, do TCU, plenário.

Com a palavra para relatar a Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 9, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1784/2015 - TCU - Plenário, acompanhado dos respectivos Relatório e voto que o fundamentam, referente à evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 quanto à sua aderência à legislação; à aprovação pelo Conselho Público Olímpico do Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas; à governança dos agentes federais envolvidos na organização dos Jogos; e à transparência das informações ligadas aos gastos destinados ao evento esportivo. (TC 004.185/2014-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pelo arquivamento

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, aconteceu um desastre, que tem uma água derramada e a cadeira que estou periga de cair.

Então, já estou comunicando antecipadamente, vou tentar me equilibrar aqui. É bom que eu leio mais rápido.

É melhor mudar, está perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se V. Exª cair, posso atender, porque sou ortopedista e será 0800, não vou cobrar nada de V. Exª nem do Senado também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tal será que cobrasse, não é, Senador?

Vamos lá.

Relatório

Conforme nosso Presidente relatou, trata-se do Aviso nº 9, de 2015, do TCU, acompanhado dos respectivos relatório e voto referente à evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 quanto à sua aderência à legislação; à aprovação pelo Conselho Público Olímpico do Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas; à governança dos agentes federais envolvidos na organização dos Jogos; e à transparência das informações ligadas aos gastos destinados ao evento esportivo.

Sr. Presidente, a análise, eu já citei todos os itens, e o relatório do Tribunal de Contas da União consiste nos autos de acompanhamento com o objetivo de verificar o cumprimento das deliberações contidas nos Acórdãos 2.596/2013, 1.662/2014 e 3.427/2014, do Plenário daquele Tribunal, especialmente nos tópicos que eu já destaquei.

Nesse sentido, o documento traz, nos itens 9.1 a 9.17, os pontos da matéria em relação aos quais os Ministros do TCU acordaram. Em síntese, trata-se de:

- considerar cumpridas, parcialmente cumpridas e implementadas as recomendações de acórdãos anteriormente publicados;
- considerar não aplicáveis recomendações no acórdão que especifica;
- promover oitivas dos Governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro;
- estabelecer determinações dirigidas à Autoridade Pública Olímpica (APO);
- dar ciência à Presidência da República;
- classificar como sigilosas as peças que especifica;
- encaminhar a comunicação aos representantes da União, do Governo e da Prefeitura, assim como o Conselho;
- remeter cópia do Relatório ao Secretário-Geral de Controle Externo;
- determinar à Secex-RJ que monitore os itens e subitens mencionados;
- encaminhar cópias do relatório e do voto que o fundamentarem aos órgãos que especifica;
- e, por fim, arquivar o processo.

Constam, nos anexos, os seguintes documentos: Relatório do Tribunal de Contas da União, do Rio de Janeiro, e o voto do Ministro Augusto Nardes, que foi designado como relator no Tribunal de Contas.

O Acórdão reflete o posicionamento dos Ministros, reunidos em sessão do Plenário, e se coaduna com os princípios e as regras legais vigentes em documento jurídico.

Ao Senado Federal compete tão somente manter-se a par do assunto e estar alerta às possibilidades de aprimoramento da legislação que porventura apresente.

O voto, Sr. Presidente, visto que a Comissão tomou conhecimento da matéria, é pelo arquivamento do Aviso nº 9-CMA, de 2015, do Tribunal de Contas da União.

Quero dizer que é bem razoável e satisfatório o acompanhamento de todas as determinações proferidas anteriormente pelo Tribunal de Contas, que vêm, no geral, sendo cumpridas, buscando alternativas para cumprir as determinações do Tribunal de Contas. É apenas esse o destaque e o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há Senador ou Senadora que queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

Do item 6, o Relator não está presente, o Senador Romero Jucá. Da mesma forma, o do item 8, que é o Senador Davi Alcolumbre.

As outras matérias são de caráter terminativo.

Como não há quórum suficiente para a apreciação dessas matérias, declaro encerrada a presente reunião

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Jader Barbalho, Ataídes Oliveira e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos e passa à PAUTA, destinada a votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei nº 6/2015-CN (Mensagem nº 326/2015 na origem), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019". A Presidência designa relatora das emendas a Senhora Senadora Lídice da Mata. Lido o relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: **EMENDA DE INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE INICIATIVA. 1) CMA – Gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Tipo: Nova); 2) Elevação de renda e inclusão social – CMA (Tipo: Nova); 3) Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco (Tipo: Nova). EMENDA DE OBJETIVO. 4) CMA – Ampliar de 21% para 45% a Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real; 5) CMA – Elevar de 37% em 2013, para 90% em 2019 o patamar da população brasileira beneficiada por Planos Municipais de Resíduos Sólidos; 6) CMA – Realizar 2.500 ações de fiscalização ambiental em todo o território nacional. EMENDA DE TEXTO. 7) Artigo 14 (Tipo: Modificativa); 8) Artigo 6 Parágrafo 2 (Tipo: Modificativa); 9) Artigo 14 (Tipo: Modificativa); 10) Artigo 6 Parágrafo 2 (Tipo: Modificativa).** Ao final, a Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da 51ª e 52ª reuniões da comissão. As atas foram aprovadas. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Raymundo Franco Diniz
Secretário da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srªs e Srs. Senadores, convoco uma reunião extraordinária e a declaro aberta para apreciação das emendas do PPA da Comissão que estuda o projeto de lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019.

Vou designar a Senadora Lídice da Mata como Relatora *ad hoc* para proceder ao relatório das emendas ao PPA da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou direto à análise das emendas, que foram três.

As emendas de texto, como são de texto, não têm limite algum. Então, quanto às emendas de texto, todas as emendas apresentadas são meritórias e atendem ao objetivo de interesse tanto da Comissão, em seu papel de meio ambiente e fiscalização e controle, como da Nação. As emendas ao texto visam, fundamentalmente, a dar maior transparência ao Orçamento, em especial à proposta que liga as ações orçamentárias aos programas incluídos no PPA e na LOA.

Além das emendas de texto, foram apresentadas algumas emendas modificativas.

Emenda do Senador Ataídes.

Texto atual:

> Art. 14. O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado periodicamente com informações sobre a implementação dos Programas.

O texto proposto:

> Art. 14. (...)
>
> Parágrafo único.
>
> .....
>
> I disponibilizará de forma estruturada e organizada na internet informações sobre:

a) a previsão dos índices de chegada dos Indicadores ao final do Plano, bem como das medidas de alcance anual das Metas relacionadas aos Objetivos dos Programas;

b) a implementação e o acompanhamento do PPA 2016-2019, e, de forma consolidada, anualmente; e

II encaminhará ao Congresso Nacional, de forma consolidada, o Relatório Anual de Avaliação do Plano que conterá:

a) a situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;

[...]

Sr. Presidente, foram feitas cinco emendas de conteúdo, não de texto. As emendas do Senador Ataídes todas foram emendas de texto, portanto, todas foram aprovadas porque têm liberação total e não têm limites. No entanto, nós temos o limite de aprovação de apenas três emendas.

Consoante o parecer preliminar ao projeto de lei do PPA, cada Comissão poderá aprovar até três emendas de mérito e um número ilimitado de emendas ao texto.

A limitação às emendas de iniciativa, todavia, impõe a aprovação de apenas três emendas.

Entendo ser coerente buscar as emendas com maior efeito em benefício da sociedade, e, para tanto, opino:

(i) pela aprovação das emendas de nº 2, 3 e 4 no que concerne a novas iniciativas;

(ii) todas as de texto devem ser aprovadas.

Sala das sessões, 10 de novembro de 2015.

Em síntese, Sr. Presidente, é o que em todas as Comissões nós fazemos. As emendas são três, nós fazemos geralmente aquelas que mais se repetem. Como foram poucas emendas aqui, nós, de cinco, escolhemos três, aquelas mais genéricas e que, portanto, tenham uma abrangência maior.

Eu quero destacar a emenda de V. Exª, de revitalização e recuperação do Rio São Francisco; a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, de elevação de renda e inclusão social; e a minha própria emenda, de gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos. São essas três emendas para as quais recomendo aprovação, além das emendas de texto, claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o parecer/relatório da Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação as Atas da 51ª e 52ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Como não há nenhuma outra matéria, declaro encerrada a reunião extraordinária.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, porque eu tenho que ir para a de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria fazer um lembrete, inclusive à Senadora Lídice da Mata, de que, na próxima terça-feira, nós teremos a audiência pública sobre o Rio São Francisco, com a presença confirmada de vários convidados. Quero contar com a presença dessa minha querida amiga e colaboradora, Senadora Lídice Mata, que muito tem ajudado nessa luta em prol do Rio São Francisco.

Então, nós teremos essa audiência pública na próxima terça-feira, e, no dia 27, teremos a diligência ao Município de Bom Jesus da Lapa, para a qual V. Exª, que é de vanguarda nessa luta, também está convidada.

Nós, hoje, iríamos apresentar aqui um requerimento para observar esse grave acidente que aconteceu em Mariana, Minas Gerais, mas estamos ainda aguardando os relatórios do Ministério Público de Minas Gerais e dos órgãos competentes, para, então, a partir daí, tomar uma decisão no sentido de convocar uma reunião extraordinária para podermos debater essa grave lesão ambiental que aconteceu no Estado de Minas Gerais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião extraordinária.

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Reguffe, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ataídes Oliveira e João Capiberibe. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa-se à PAUTA, destinada a instruir a análise da Revitalização do Rio São Francisco, política pública no âmbito do Poder Executivo selecionada por esta Comissão para ser avaliada, nos termos do Requerimento RMA nº 25, de 2015. Comparecem como convidados: Jarbas Soares Júnior, Procurador de Justiça e Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; Marley Caetano de Mendonça, Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Monitoramento das Águas do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM (representante de: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad)); Robson Rafael Andrade, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitaí e Pacuí – CBH Jequitaí e Pacuí; Bruno Jardim, Diretor de Águas do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA (representante de: Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia - Sema); Felipe Mendes de Oliveira, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; Márcio Pedrosa, Engenheiro da Área Ambiental da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA. A Presidência concede a palavra aos convidados, para a exposição inicial do tema. Após, usam da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Donizeti Nogueira, Ronaldo Caiado, Regina Sousa, Elmano Férrer, Lídice da Mata e Douglas Cintra, para fazer comentários e questionamentos. A seguir, os convidados respondem os questionamentos feitos. Por fim, a audiência pública conta com a participação do cantor Xangai, que realiza uma apresentação artística. A Presidência declara encerrada a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dentro da programação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nós adotamos, nesse período, como prioridade para a Comissão de Meio Ambiente a política pública do projeto de revitalização de toda a Bacia do Rio São Francisco.

O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no Município de São Roque de Minas, desce na direção da Barragem de Três Marias, feita quando Juscelino Kubitschek era Presidente da República, recebe, nesse trecho, vários afluentes importantes, como o Rio Pará, o Rio Abaré, o Rio Paraopeba, e vai em direção à Bahia. Todo esse trecho está comprometido em Minas, e depois da Barragem de Três Marias os grandes afluentes chegam. O principal deles, o mais caudaloso, é o Rio das Velhas, que nasce em Ouro Preto e vai encontrar o São Francisco na sua margem direita. Além dele, tem o Rio Jequitaí. Aí eu paro para fazer uma reflexão.

O Rio Jequitaí é um rio perene, ou seja, um rio que, desde o descobrimento do Brasil, nunca secou, que sempre teve suas águas correndo na direção do Rio São Francisco, mas que, agora, pela primeira vez na história do Rio São Francisco, o Rio Jequitaí secou. Nós recebemos as fotos, que mostram perfeitamente onde corria o rio, agora aquele largo e grande caminho de areia de um rio piscoso, caudaloso, com suas margens todas revestidas, com suas matas ciliares preservadas, com todo o meio ambiente preservado. Então, a ação do homem destruiu pela primeira vez e deixou seco um rio, o Rio Jequitaí, à margem direita do Rio São Francisco, que correu a vida inteira.

Depois, temos também, à margem direita, o Rio Verde, que é um rio caudaloso, além de tantos outros rios em Minas Gerais.

Na margem direita, temos, o mais importante, o Paracatu, em Minas, o Urucuia e outros menos caudalosos, mas que também já desapareceram do mapa da Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais. Só que o Rio São Francisco tem uma peculiaridade que acho que nenhum outro rio do mundo tem: de ter 75% de sua for-

mação em Minas. Todas as águas do Rio São Francisco, a quantidade de águas, produzidas pelas suas nascentes que ainda vivem, pelos seus afluentes que ainda vivem, são formadas no Estado de Minas Gerais. Quando ele entra na Bahia, no Município de Carinhanha e recebe o Rio Carinhanha, considerado um rio da Bahia, talvez um dos ainda mais ou menos preservados, ele recebe o Carinhanha, recebe, depois, na margem direita, o Rio Corrente, depois chega próximo a Bom Jesus da Lapa e, depois, recebe o Rio Grande, que vem lá da região de Barreiras, de Formosa do Rio Preto, um rio de ondas, e, com o Rio Preto e outros menores forma o Rio Grande, que desemboca no Município de Barra do São Francisco. Este é o último afluente vivo na Bahia.

Eu estou aqui com o Prefeito de Paratinga, meu amigo Zequinha, que nasceu e se criou lá e pode – ele me disse agora – dar o testemunho de que os rios em que ele nadou a vida inteira, 365 dias por ano, os Rios Santo Onofre e Paulista, que ele acompanhou sua vida inteira, também estão mortos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Meu presidente, venha para cá. Pode chegar aqui.

Nós estamos só conversando enquanto não chegam as pessoas.

Esse é o Prefeito de Paratinga.

Esse é o Presidente da Codevasf.

Eu estou contando aqui o trajeto do rio e falando dos que já morreram.

Esse Prefeito aqui é de uma cidade chamada Paratinga, que fica perto de Bom Jesus da Lapa. Lá havia dois rios perenes que hoje estão mortos: o Rio Paulista e o Rio Santo Onofre. Esses rios corriam o ano inteiro, 365 dias por ano. Todos os dois hoje são caminhos de areia.

Eu estava falando, antes de o senhor chegar, sobre os que já morreram em Minas. Agora nós perdemos o Rio Jequitaí, em Minas, que era um rio perene e hoje é um caminho de areia.

Então, na margem direita do São Francisco, na Bahia, Presidente, nós já perdemos o Santo Onofre, o Paulista, o Pará Mirim, que era um rio caudaloso, piscoso, o Rio Itaguaçu, que está morto, e o Rio Jacaré, morto também.

Então, quando nós falamos aqui na Bacia do Rio São Francisco, nós falamos com o coração cortado, doído, porque vai acontecer um desastre da maior magnitude no rio se não houver, imediatamente, a ação de revitalização.

Como o rio está seco nesse período, o que seria bom fazer? A primeira coisa seria o desassoreamento.

Eu fiz, no Município dele, em 2002, um sistema de abastecimento de água para a Caatinga de Paratinga, puxando água do Rio São Francisco, que abastecia completamente e hoje não atende mais.

Ele tem que pegar duas retroescavadeiras para limpar o braço de rio para a água entrar e abastecer a cidade dele. Houve um período em que o pessoal passou sede lá, não foi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Venha cá, rapaz!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, essa é uma situação que preocupa demais.

O senhor está vendo aí a situação dos rios. Houve aquele desastre lá em Minas, não é? Mas o nosso desastre vai ser a morte do Rio São Francisco, eu tenho absoluta certeza.

Eu conheci o rio com 15 anos de idade. Vivia na beira de rio, com meu pai, que era boiadeiro, e quando eu fui servir ao Exército, em Barreiras, em 1973. Então, dos 15 aos 25 anos venho acompanhando até agora. Então, eu estou vendo a morte do rio. Estou vendo ele caminhando para ser um paciente terminal. Ele vem, progressivamente, morrendo sem nenhuma ação de revitalização. Qual deveria seria a ação de revitalização por parte do Governo? Inclusive, eu falei isso com a Presidente – seria a colocação de dragas ao longo de todo o rio, para fazer o desassoreamento, dragar o rio, limpar a calha do rio, e começar, ali, com o meu amigo Dr. Oyama, que eu quero apresentar ao senhor, que tem o Projeto Fábrica de Florestas, porque não se vai recuperar nascente nem beira de rio, afluente, sem se replantar as matas ciliares. Não adianta. Tem que se tirar o braquiária e tem que se plantar as árvores nativas da região. Cada região tem sua árvore nativa, e ele tem todo o conhecimento disso. Então, através disso, pode-se fazer. Ele já tem uma experiência grande na Bahia. O Oyama é o Presidente da Fábrica de Florestas, que fica lá em Sauípe. Essa Fábrica de Florestas deu condição de se revitalizar muita coisa ali na área industrial de Camaçari. Não é isso, Oyama? Na área industrial de Camaçari, eles plantaram muitas árvores e conseguiram revitalizar.

Então, essa situação do Rio São Francisco é uma situação de gravidade que o Governo conhece, que a Codevasf conhece, e nós temos que tomar uma providência imediata. Na minha opinião, diante da situação de gravidade, eu até sugeri ao Governo Federal, encaminhei um ofício propondo que se fizesse um decreto de situação de emergência para, a partir dela, se alocar recursos para, primeiro, livrar a cidade da falta d'água – hoje, com a situação ruim, toda cidade ribeirinha está com falta d'água – e, depois disso, fazer o desassoreamento e, consequentemente, as Fábricas de Florestas.

O Governador de Minas, que ficou de vir aqui e não veio por conta desse desastre do Rio Doce, em Mariana – ele está cuidando dessa situação –, ele já vai fazer na área que compete a ele algumas Fábricas de Florestas lá para ver essa situação lá em Minas. E na Bahia nós estamos propondo que se faça...

Chegou agora o nosso Senador... Estamos batendo um papo aqui. Venha compor a Mesa, Senador.

Por enquanto é só papo, é conversa. Estamos esperando para começar a audiência pública.

Este aqui é o Prefeito de Paratinga, cidade que fica na beira do rio, à margem direita. Ele nasceu e se criou em Paratinga. O nome dele é Zequinha. Eu estava contando aqui a história dele. Ele conviveu com dois rios vivos e agora está convivendo com dois rios mortos. Os dois rios da cidade dele, o Paulista e o Santo Onofre, eram perenes. Hoje são caminhos de areia.

Agora, nós perdemos, em Minas Gerais, o Jequitaí.

Não perdeu o Jequitaí agora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não está seco o Jequitaí? "Eu ouvi falar", não; você não quer é dizer que está.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A barragem do Jequitaí não está sendo feita?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A barragem do Jequitaí não está sendo feita, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não está sendo feita, não? Saiu do PAC?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é só porque não tem dinheiro, não. Não é só por isso, não.

A Bacia do Jequitaí tem 9,8 mil hectares. Só que o Iphan pediu um furo em cada hectare, para ver se tem o esqueleto de algum bicho lá embaixo.

Não é verdade?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A licença ambiental não saiu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não saiu, não.

Não foi por isso? Não pediram um furo em cada um dos 9,8 mil hectares?

Um furo de sítio arqueológico por hectare é exagero. Não vai ter mais barragem no Brasil de jeito nenhum.

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que se destina a debater a revitalização do Rio São Francisco.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 612211

Quero agradecer a presença aqui na Mesa do prezado amigo Jarbas Soares, Procurador de Justiça e Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Senador Fernando Bezerra, o primeiro pronunciamento que eu fiz a respeito do Rio São Francisco fora inspirado no Dr. Jarbas, que inclusive me trouxe um livro do livro do Alain Dhomé, um livro espetacular, que mostra o Rio São Francisco em toda sua extensão e também as dificuldades que o rio apresenta hoje. Então, eu fico muito feliz com a presença do Dr. Jarbas Soares.

Aqui também presente o representante do Comitê da Bacia dos Rios Jequitaí e Pacuí, Dr. Robson Rafael Andrade, do Estado de Minas Gerais; o Presidente da Codevasf, nosso prezado Dr. Felipe Mendes de Oliveira; Dr. Marley Caetano de Mendonça, Diretor de Pesquisa do IGAM, também de Minas Gerais, e o representante da Bahia, Diretor do Inema, Dr. Bruno Jardim, que está representando aqui o Secretário de Meio Ambiente Estado da Bahia, Dr. Eugênio Spengler.

Queria também agradecer a presença dos que vieram aqui hoje com a finalidade de debater esse assunto, que eu acho da maior importância para Minas, Bahia e para todo o Nordeste brasileiro, sobretudo para os Estados que, com a revitalização, estarão seguros em receber as águas abençoadas do Rio São Francisco.

O Estado de Pernambuco aqui bem representado pelo Senador Fernando Bezerra, um grande amigo, também lutador pelo Rio São Francisco, assim como o Estado da Paraíba, talvez aquele que tem a menor possibilidade de, com recursos naturais, suprir as necessidades do seu povo; o Estado do Rio Grande do Norte e o Estado do Ceará.

A transposição já está acontecendo, está bem avançada, e a nossa preocupação, nós que somos baianos e poderíamos nos colocar como um dos donos da Bacia do rio, como o é Minas, como o são a Bahia, Alagoas, Sergipe, mas nós nunca tivemos essa intenção de nos colocarmos contra a transposição. A nossa posição, que foi a minha posição, em 2002, ainda como Governador do Estado, e, em 2003, como Secretário de Indústria, Comércio e Mineração, juntamente com os outros governadores baianos, dizer que as duas coisas deveriam andar concomitantemente. Se o investimento é de R$1 bilhão na transposição, que faça pelo menos um investimento de R$500 milhões por ano na revitalização. Revitalização de quê? Da calha do rio? Não. O rio, na sua calha, não produz água. Ele é alimentado pelas nascentes, pelas fontes, pelos seus afluentes. Então, essa visão de quem recebe a água lá fora recebe a água do Rio São Francisco, e a recebe depois de onde? Depois de Barra de São Francisco.

Hoje, o último rio que leva água para o Rio São Francisco é o Rio Grande, no Município de Barra, no Estado da Bahia, onde reside um dos maiores defensores da revitalização, que é Dom Luiz Cappio, que não pôde estar aqui hoje porque tinha uma Convenção dos Bispos, para qual fora convidado, portanto, não pôde estar aqui hoje. Então, o último rio que chega com água no São Francisco é o Rio Grande, que vem lá do Município de Formosa, em Goiás, formado pelo Rio Preto e pelo Rio de Ondas, que passa em Barreiras. De Barra do São Francisco, ele percorre quase 700km sem receber uma gota d'água sequer de afluente.

Estava, há pouco, com o Prefeito de Paratinga, Zequinha – Zequinha, vem aqui para a frente, você é sofredor de Paratinga, senta aqui conosco –, e ele estava dizendo-me que nasceu em Paratinga, cresceu e viveu em Paratinga, atravessando o Rio Paulista e o Rio Santo Onofre, 365 dias por ano todos, e todos dois morreram. Morreu o Rio Paramirim, na Bahia, morreu o Rio Verde, morreu o Rio Jacaré. Está ali o nosso amigo da Bacia do Jequitaí, que agora eu soube que secou pela primeira vez, não é isso?

Então, a gravidade do que está acontecendo com a Bacia do Rio São Francisco é algo que me chama tanto a atenção que, desde esse período em que eu convivo com rio, eu que conheci o rio quando tinha 15 anos, com meu pai, que era boiadeiro, então, na margem direita, a gente chamava o "rio dos currais", porque tinha um curral na margem esquerda e um outro na margem direita; o boi entrava no curral, pela margem esquerda, atravessava o rio na balsa, e descia da balsa na margem direita, e caminhava por 23 dias até chegar em minha cidade. Depois, fui convocado pelo Exército, eu ia fazer residência em São Paulo, o Exército me convocou e eu passei um ano correndo o Rio São Francisco de jipe. Então, eu vi o rio vivo, aos 15 anos, em 1962, o vi em 1973, e depois comecei a ver o rio morrendo. E ele está numa situação quase que é irreversível se não se tomar providências para revitalizar o Rio São Francisco.

Revitalizar o Rio São Francisco não é só desassorear o rio nem os seus afluentes. É desassorear, preservar, plantar árvores nas nascentes, recuperar as matas ciliares e também cercar isso para a atividade econômica. Não somos contra a pecuária nem a agricultura, mas trocar as árvores pelo braquiária e deixar as margens dos rios descobertas para o assoreamento, para o corrimento de terra, para o entupimento e o assoreamento dos rios...

Portanto, faço isso até com muita emoção, por ser baiano, e ao ver que andou muito a transposição. São R$8,5 bilhões na transposição. No entanto, este ano, ainda não se destinou um real sequer para a revitalização e não se plantou uma árvore, que eu saiba, nenhuma Aroeira, nenhuma Jurema, nenhum Mulungu, nenhuma árvore foi plantada para a recuperação do rio.

Eu trouxe aqui o meu amigo e violeiro, da Bahia, o Xangai, que é um dos nomes da música que mais canta a preservação ambiental. Ele canta, com muita propriedade, uma música que eu adoro, chamada Matança, mas ele não vai cantar hoje, que fala sobre todas as matas, todas as árvores que foram destruídas. E, como um outro rio simbólico já está morto também, e esse rio – acho – é lá de Pernambuco, que é o Rio Pajeú, que tem a música Riacho do Navio. Então, eu peço que ele abra a nossa audiência pública, cantando Riacho do Navio, porque o Rio Pajeú e o Riacho do Navio nunca mais chegaram ao São Francisco. São rios mortos.

Então, em homenagem aos mortos, Xangai, cantando Riacho do Navio, do grande mestre Zé Dantas e Luiz Gonzaga.

(Procede-se à apresentação de música.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Parabéns, meu amigo Xangai! Ele está aqui espontaneamente, não cobrou cachê, nada disso, veio por que é um baiano de escol, que luta pela preservação do meio ambiente, da natureza, sobretudo pela preservação da água. Ele inclusive tem uma música que se intitula Não Rio Mais, que fala de todos os rios do Brasil. Mas hoje estamos falando apenas do Rio São Francisco e vamos nos ater a ele.

Quero destacar a presença do Senador Paulo Rocha. Na terra dele não tem problema de água, está sobrando água lá no Pará, não é, Paulo, na Amazônia tem muita água. O meu amigo Benedito de Lira, que é sofredor também. É retirante da seca. E Elmano Férrer, que também é retirante da seca, lá do Piauí.

Vou passar a palavra ao meu amigo, por quem eu tenho grande admiração e respeito, este bravo Senador, que foi um grande Ministro da Integração Nacional, aquele que mais nos ajudou na Bahia, fez um trabalho espetacular, porque conhece as diversidades da seca, conhece as dificuldades do povo nordestino. Portanto, ele, como Ministro, fez um trabalho muito bom. A Bahia deve muito ao Senador Fernando Bezerra. Ele foi o homem que nos ajudou a matar a sede de regiões importantes da Bahia, como Irecê e Guanambi, que é uma região do sudoeste da Bahia.

Passo a palavra a esse grande brasileiro, grande pernambucano, Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro amigo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Otto Alencar, em nome de quem quero cumprimentar todos os meus colegas: Paulo, Benedito, Elmano. Saudar os nossos convidados, os convidados da Comissão de Meio Ambiente, para essa importante audiência pública, convocada pelo Presidente Otto Alencar, para discutir, debater a questão que hoje se prioriza, se torna inevitável, se impõe na agenda de todos os governos, notadamente na do Governo Federal e de todos os Estados que compõem a Bacia Hidrográfica do São Francisco, que é a questão da revitalização do São Francisco.

De fato, por todos os argumentos aqui já colocados pelo Senador Otto Alencar, mas, sobretudo, nesse momento em que o Brasil se coloca como um dos líderes nos debates em nível mundial sobre a questão do clima, sobre as mudanças climáticas. O Brasil está exercendo uma liderança, reconhecida por todos os países do mundo, na conferência que vai se realizar em Paris, apesar de todo esse trauma ocasionado pela o ato de terrorismo praticado no último final de semana, mas a COP 21 está mantida. E ali, nós vamos justamente discutir temas que têm a ver com essa audiência pública, ou seja, como implementar políticas públicas que possam assegurar sustentabilidade, que possam assegurar preservação dos ecossistemas, que possam preservar os nossos rios. E o São Francisco é o mais simbólico dos rios nacionais, chamado e denominado Rio da Integração Nacional. Ele correu ao contrário. Ele sai de Minas em direção ao Nordeste. É um rio que, antes de procurar o oceano, ele vem trazer suas águas para uma das regiões mais pobres do País, que é o Semiárido nordestino.

Então por todas as razões, esse rio precisa, sim, ser revitalizado. Nós não podemos assistir de braços cruzados... Essa é a indignação do Senador Otto Alencar. Desde que chegou aqui ao Senado Federal, ele nunca deixou de dar uma palavra, de chamar atenção, seja aqui nesta Comissão, seja nas outras comissões, seja em Plenário, ele dizia que não podia se calar diante da situação que o Rio São Francisco estava submetido. Chamava-me a atenção ao dizer que o Governo Federal tinha sido capaz de priorizar obras hídricas importantes, mas tinha havido um descuido, tinha havido uma desatenção, uma desimportância dada a políticas públicas que pudessem, de fato, procurar revitalizar o Rio São Francisco. Eu acho que ele está certo. Nunca é tarde para a gente poder reconhecer eventuais omissões, eventuais esquecimentos, eventuais falta de prioridade que foram conferidas às nossas políticas dos anos recentes. O mais importante é essa tomada de consciência.

Eu acho que hoje, meu caro amigo Senador Otto Alencar, ouvir a música do Riacho do Navio, ouvir aqui o Xangai, com a sua poesia, com a sua cantoria e lhe emocionar e emocionar a nós que somos da Bacia. Eu nasci às margens do São Francisco. Nasci em Petrolina. Eu vi este rio caudaloso. Eu vi este rio transformar minha cidade. Eu vi este rio viabilizar irrigação. Eu vi este rio gerar emprego. Eu vi este rio gerar fartura, fortuna. Eu vi esse rio mudar o destino da minha cidade e de milhares de pessoas.

Portanto, essa convocação que V. Exª faz a todos os membros do Senado Federal e que marca, com essa audiência pública chamando as autoridades de Minas Gerais, porque o rio nasce lá. É lá que o rio nasce. É lá onde ele primeiro precisa ser cuidado. É lá que nós precisamos saber como ele se encontra nas suas nascentes, nos seus principais tributários. Portanto, eu acho que aqui, hoje, é uma tomada de consciência. Aqui a gente está marcando um momento histórico, um posicionamento político importante para que a partir do debate, a partir das contribuições a gente possa aperfeiçoar o marco legal, a gente possa aperfeiçoar a nossa legislação, mas, sobretudo, que a gente possa sensibilizar o Governo Federal e os governos estaduais da Bacia para implementar políticas públicas que conduzam a uma política concreta, real de revitalização, de salvação do Rio da Unidade Nacional, que é o Velho Chico.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero destacar a presença do Prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro. Bom Jesus da Lapa é a capital religiosa do rio, na Bahia, em Minas há outras cidades também que tem uma fé religiosa muito grande.

Agradeço a presença da Senadora Regina. Agradeço a presença do Dr. Márcio Pedrosa, da Copasa; e também o Prefeito de Januária, Minas Gerais. Por favor Prefeito, o senhor pode ficar aqui mais à frente. Januária é uma cidade às margens do rio. O Dr. Jarbas Soares foi Promotor lá em Januária.

Pois bem, eu tive duas conversas com o atual Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, a respeito dessa audiência. Infelizmente, ele não pôde estar presente, certamente envolvido no drama do povo mineiro da cidade de Mariana, acompanhando de perto o ocorrido lá. Temos ali o Dr. Álvaro Oyama, que é Presidente da Fábrica de Florestas. Trata-se de uma Fábrica de Florestas que temos na Bahia, fica em Sauípe, e essa Fábrica de Floresta revitalizou todo o Polo Industrial de Camaçari. Não tenha, talvez, no Brasil, um polo industrial que tenha um saneamento, através da Cetrel, e um reflorestamento como foi feito lá. Ele já está trabalhando em outros Estado. Está em Paulínia, São Paulo, fazendo isso também, e em Duque de Caxias e Santo André.

Então, essa Fábrica de Floresta necessita de um ambiente de até 50 hectares, com escola, para ensinar os jovens sobre preservação ambiental, onde se planta todas as mudas, em viveiros, para reflorestar nascentes e afluentes de rios, enfim, recuperar as matas ciliares. E o Governador Fernando Pimentel, a quem eu gostaria de agradecer, inclusive não estando presente, como já disse, em função do desastre em Mariana, assim como o da Bahia, que também tem um compromisso lá, mas eles se comprometeram a fazer esse trabalho, tanto que já escolheram três cidades para começar: a cidade de Rio Acima, na margem do Rio das Velhas; a cidade de Moeda, na mesma região, e a cidade de Arinos, perto do Urucuia.

Seriam três cidades, mas ele disse-me que talvez fará em quase todos os rios essa Fábrica de Floresta. Ele é um plantador de árvores. Quando foi Prefeito de Belo Horizonte, ele plantava muitas árvores. Então acho que ele vai dar uma contribuição muito importante. Talvez chame a atenção do Governo para tomar essa iniciativa. Na Bahia também nós fazer em Bom Jesus da Lapa e na Barra.

Queria ouvir agora o meu prezado amigo Jarbas Soares, que trabalhou muito nessa direção e ajudou muito lá em Minas Gerais, conhece bem e vai nos dar o seu depoimento

O SR. JARBAS SOAES JÚNIOR – Obrigado, Senador Otto.

Bom dia a todos.

Eu intitulo o Senador Otto como o cidadão brasileiro do meio ambiente, especificamente do Rio São Francisco. Eu quero também cumprimentar os demais Senadores, Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano, Senador Paulo, Senador Benedito de Lira, Senadora Regina, os Prefeitos aqui presentes, especialmente o de Januária, cidade vizinha à minha terra natal. Cumprimentar a todos os componentes da Mesa e o artista Xangai.

Eu vou ser muito rápido, porque sei que há outras pessoas para falarem. Eu vou falar aqui, Senador, como um filho da Bacia, aqui somos três sentados nesta Mesa, e também como Promotor de Justiça. Nasci e fui criado na beira do Rio São Francisco, então a minha história é muito próxima ao rio. Depois como Promotor de Justiça de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, Procurador-Geral, por quatro anos, e depois aqui no Conselho Nacional do Ministério Público. Então, a minha visão é um pouco parcial, pois que não reflete um conhecimento técnico profundo, mas de quem acompanha essa situação.

Também nasci e fui criado nadando no rio. Era perigoso, porque naquela época havia correnteza, hoje já não há mais. E meu pai sempre nos dizia, porque ele tinha tanto medo rio, que para tomar banho no chuveiro tínhamos que levar uma boia, no rio, então, não precisa nem pular. Era um rio largo, bonito, vistoso, piscoso. E dali para cá, nos últimos 20, 30 anos, aqui já retratado a história do rio pelo Senador, como já o fez o Senador Fernando Bezerra também como ribeirinho, a verdade é que o rio, hoje, é um rio, como dizia Drummond, apenas um retrato na parede, porque é um rio com a morte anunciada. Agora com esse desastre em Minas Gerais, quando vemos a população de uma cidade de 280 mil habitantes, Governador Valadares, as pessoas brigando por um litro de água, é que se vê que não há como sobreviver sem água, é o bem primeiro, essencial. E essa morte que está sendo anunciada, o Ministério Público de Minas Gerais, sobretudo o de Minas Gerais, tem feito todos os esforços possíveis, mas a realidade é que a ação individual de um órgão ou outro é como chover no molhado, usando a expressão popular, é como enxugar gelo. Porque, mesmo o Ministério Público com toda a organização que criou a Bacia hidrográfica, a nossa ação é muito específica, muito localizada, cujo resultado, Senador Otto, é muito pequeno.

Todos aqui têm o diagnóstico, o Senador Otto já falou aqui um pouco sobre a ocupação desordenada, a emissão de efluentes de todos os sentidos em todos as Bacias, o desmatamento, desde a época do governo do regime militar, incentivando o reflorestamento com eucalipto. A verdade é que hoje a Bacia Hidrográfica do

Rio São Francisco se encontra morta. Vários rios aqui citados já morreram e outros estão a caminho. Ninguém imaginava que em tão pouco tempo isso iria acontecer.

Mas, eu não quero entrar em qualquer discussão político-partidária, até porque o clima nacional é de muito radicalismo, a verdade é que o Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, que era necessário, e que começou inclusive na gestão do Ministério Sarney Filho, depois com o Secretário-Executivo, o Ministro José Carlos Carvalho, esse projeto foi abandonado.

E, nesse contexto, as coisas foram acontecendo até chegar ao estágio hoje que nos encontramos. Àquela época, o Governo Federal abriu uma fonte para organizar os ministérios públicos – aí eu volto aqui na minha linha de vivência – na Bacia Hidrográfica, para um projeto específico em torno da Bacia. E nós criamos, no Ministério Público de Minas Gerais, a primeira Promotoria do mundo por Bacia Hidrográfica. Com base na Lei de Recursos Hídricos, todos sabem que a unidade de gerenciamento é a Bacia, onde há uma unidade e que se possa programar projetos. E aí nós criamos a Promotoria, estabelecemos as cinco Sub-Bacias do Rio São Francisco. Colocamos algo que é muito difícil acontecer em qualquer Ministério Público, quem conhece um pouco de Ministério Público sabe, nós colocamos cinco Promotores de Justiça, espalhados nessas regiões do Estado, dedicados exclusivamente à Bacia Hidrográfica, sem prejuízo dos outros 82 Promotores que atuavam em toda a região da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Para quem não sabe, a Bacia do São Francisco começa próximo a Barbacena, que já está na Zona da Mata, que é em Conselheiro Lafaiete. Ali nascem vários rios que começam a formar Bacia Hidrográfica do São Francisco. Ela vem até Goiás, Brasília, vai à Bahia, porque o Rio Carinhanha nasce aqui perto de Brasília também, vai a Pernambuco, Alagoas, Sergipe e, o Ministério Público, a partir daí, se organizou também nestes Estados. O Estado da Bahia, meu Estado preferido, também se organizou também, hoje têm as Promotorias Regionais, e nós montamos um projeto de ações em vários sentidos, vou citar algumas para mostrar que o tanto que o Ministério Público tem feito não é nada perto da situação. E nós fomos qualificando o Ministério Público. Hoje nós temos, só nesse acidente de Mariana, temos 11 Promotores atuando nesse processo e 30 técnicos dedicados a isso.

Então, criamos uma central de perícias, organizamos bem a instituição. A realidade é meio frustrante, porque, a nosso juízo, as ações do Ministério Público são algumas vezes preventivas, outras reparatórias e, na maioria insuficientes. O nosso diagnóstico é que há a necessidade de que o Governo Federal, sobretudo, lidere esse processo, porque o diagnóstico está aí. Temos todos esses estudos – aqui há vários técnicos aqui presentes –, mas o processo tem que ser liderado. Há tantas pessoas, só nesta Mesa são cidadãos com milhões de votos, além de outros no Ministério Público, na Codevasf, nos Executivos estadual, municipal, prefeito, enfim, são muitas pessoas, até artistas, está aqui um. A Ivete Sangalo, uma mega *star* nacional, é nascida em Juazeiro. Então há a união de pessoas para construir essa ação, talvez seja tarde, mas antes tarde do que nunca, o próprio Senador Bezerra disse-o aqui.

Então, há a necessidade de ter um projeto consistente estabelecendo prazos, metas de recuperação de tudo isso, porque, ao final, eu citar algumas ações do Ministério Público para mostrar que a nossa atuação acabe sendo insignificante e frustrante perto das necessidades.

Vejam, um rio dessa importância, que é o único do nordeste nacional, pegando a parte mineira, que pode dar algo permanente, constante para o País, esse rio foi, verdadeiramente dizendo, abandonado. E não adianta ações isoladas, porque elas vão cercar uma nascente aqui, tratar um efluente aqui, cuidar do lixão aqui, uma mineradora ali, então, se não tiver um projeto nacional, eu acredito que nós vamos ficar rodando em círculos, Senador Otto.

A nossa avaliação é que há a necessidade de uma ação humana de desassoreamento dos rios, do reflorestamento das matas ciliares, das nascentes e das lagoas marginais, o controle da outorga de águas, que também é um problema sério a utilização clandestina de água.

O repovoamento dos peixes, porque quem nasceu e foi criado lá sabe que inclusive hoje há uma fauna exótica no rio, que veio de outras Bacias. Então, você participa de um campeonato de pesca, por exemplo, aquele que pega um peixinho, um bagrezinho, pode ir para casa comemorar, ele já é campeão, porque ninguém vai conseguir pegar outro peixe.

Então, o reflorestamento, o tratamento de efluentes domésticos e industriais, e obviamente aí há um projeto muito vigoroso agora nascendo em Minas Gerais de uma ação educativa junto ao cidadão. Porque quem nasceu lá, quem vive lá, quem é prefeito, quem está lá diretamente ligado às pessoas que vivem no Rio São Francisco, a pessoa, obviamente, vai pensar na sua sobrevivência, e vai buscar as alternativas existentes. É o caso da água em Governador Valadares: todo mundo está buscando qualquer tipo de água para sobreviver. A mesma coisa com o alimento da família. E nós no Estado de Minas Gerais tomamos algumas medidas importantes para proteger as áreas finais que sobraram. E nós usamos muito os Termos de Ajustamento de Condutas firmados com o Ministério Público, com empreendedores, inclusive da região do Triângulo Mineiro, para prote-

ger a região que faz divisa com a Bahia, e criamos verdadeiros corredores ecológicos, através de parques, para que a fronteira agrícola não adentrasse, sobretudo no Rio Carinhanha, que é um rio que ainda está, de certo modo, preservado, que faz a divisa de Minas e Bahia até o Rio São Francisco.

Senador, eu vim aqui com muito prazer e com muita honra participar desta audiência, mas também muito triste porque é um misto de satisfação ao ver um Senador, da envergadura do Senador Otto, liderar esse processo, pelo menos aqui na Casa Legislativa, saber que estão participando desse discussão Senadores da mais alta importância, como ex-ministros, além de outras tantas pessoas, mas, por outro lado, muito triste porque nós estamos aqui para constatar uma realidade, mais uma vez, porque, infelizmente, nesses últimos anos, como foi dito aqui, sem fazer qualquer questionamento político ao projeto de transposição, foram destinados muitos recursos significativos, mas para a revitalização da Bacia – certamente há ações da Codevasf, das secretarias ambientais, dos órgãos, dos comitês, de todos –, mas a realidade do próprio Ministério Público é a de que nós não conseguimos reverter esse quadro.

Talvez os pertencentes da Bacia Amazônica não tenham a dimensão do que nós estamos falando, porque como disse o Senador Otto, o rio é uma calha. Ele simplesmente é o vertedouro de tudo que se faz na Bacia. Então o rio vai continuar bonito por um tempo, para as fotografias, mas ali embaixo já está todo assoreado. Lá, o transporte fluvial já não existe mais, porque lanchas não passam, não tem pescaria porque não têm peixes, as pessoas que moram na Bacia não têm água. Então, a realidade é que o rio faliu. Faliu. Ele chegou ao fim. Ele está nos últimos suspiros, fazendo referência ao que disse o Senador, ele está nos últimos suspiros pedindo proteção e alternativas.

Finalizando, quero passar alguns projetos do Ministério Público, para mostrar que o Ministério Público tem feito muito pelo rio, mas isso não tem significado nada.

O Projeto Nova Margem, na comarca de Divinópolis, que está no centro-oeste de Minas, próximo a Belo Horizonte, objetivou a recuperação de matas ciliares na calha do Rio Itapecerica, no perímetro urbano de Divinópolis.

O Projeto SOS São Francisco, no Alto São Francisco, na região das nascentes, para a preservação das Áreas de Preservação Permanente, corredores ecológicos, em São Roque de Minas até Três Marias.

O Projeto Córrego Perobas, na comarca de Piumhi, que está próximo a São Paulo, aí vemos o tamanho da Bacia do São Francisco, já próximo a São Paulo, realizou ações conjuntas destinadas à promoção e regularização ambiental de 20 imóveis rurais.

O Projeto Quilombo, na comarca de Formiga, também indo para São Paulo – Belo Horizonte-São Paulo – também a recuperação de 20 nascentes, em 2013/2014.

O Projeto Água Legal, desenvolvido também para um programa de gestão de recursos hídricos em rios pertencente à Bacia do São Francisco, como o Rio Tacarambi, que já está próximo à Bahia, nos Municípios de Manga e São João da Missões. O Rio Japoré, controlando outorgas.

O Projeto Tatu, também desenvolvido, objetivando resgatar e recuperar o passivo ambiental resultante de atividade de pequena mineração na Bacia do Rio São Francisco e nas sub-bacias do Rio Grande e Rio Pardo, próximos à Bahia.

O Projeto Novas Fronteiras – são todos projetos premiados e com resultados –, buscando combater o desmatamento no norte de Minas Gerais.

O Projeto Vereda Viva, também na região das nascentes, especialmente na região central do Estado.

Programa de gestão ambiental. Fizemos um Termo de Ajustamento com a Cemig de R$8 milhões, destinados à elaboração de projetos de sustentabilidade na Bacia.

O combate ao lançamento de efluentes no curso d'água. Também várias ações do Ministério Público, vários TACs em ações civis públicas.

Exigimos da Copasa a aplicação do percentual na Bacia, com decisões judiciais favoráveis.

Vários TACs de recuperação de vegetações ciliares nos cursos d'água do São Francisco.

Operação Parques de Papel, obrigando o Estado, a União a implementarem os parques. Fizemos outro TAC com a Cemig, de R$6 milhões, para projetos relevantes na Bacia. Fizemos o TAC com a Votorantim, que inclusive tem uma barragem em Três Marias, que exige constante monitoramento. Fizemos os projetos das lagoas marginais, que são os berçários dos rios. Fizemos um TAC com uma empresa grande, em Paracatu, próximo a Brasília, de R$12 milhões. Fizemos recomendações à Semad, ações civis públicas.

Então citei algumas, para não tomar o tempo de outros, várias medidas do Ministério Público, com CCN, com a Vale, com a Anglo American, com a Gerdau, várias ações – ações de inconstitucionalidade –, elaborações de termos com não sei quantos proprietários, áreas de proteção, áreas de preservação, o Projeto Proverde, citando apenas alguns para demonstrar que o Ministério público tem usado os instrumentos que o Poder Legislativo nos deu. Nós temos hoje mais promotores ainda envolvidos nesse processo. São pessoas com dedicação

exclusiva. Quem é da área ambiental de Minas Gerais, sobretudo, sabe o que está sendo feito e nem por isso nós podemos comemorar. Ao contrário. O nosso sentimento, Senador, concluindo, é de frustração.

Então, eu quero aqui, em nome do Ministério Público brasileiro – federal, estadual e municipal –, de todo Ministério Público ambiental nacional nos colocar à disposição de V. Exª, mesmo aqui no Legislativo, para poder sensibilizar.

Eu disse ao Senador Otto – concluindo –, que, talvez a Presidenta Dilma Rousseff, que é mineira, ela obviamente tem que pensar o País como um todo em várias questões, até mesmo internacionais, mas ela só vai ter a dimensão do problema se um dia ela sobrevoar a Bacia, descer lá e ver. Ela é a Presidente eleita pelos brasileiros. Então, eu acho que depende do Poder Executivo Federal a liderança desse processo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu não vou ficar até o fim da audiência, mas antes de sair eu gostaria de deixar duas sugestões.

Venho de uma região que é, possivelmente, a mais rica do Planeta em água doce e de florestas etc. A gente tem muito a contribuir até para não deixar chegar a isso que chegou lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Porque também nos nossos rios da Amazônia estão sendo agredidos dessa forma como está lá. E quando se trata dessa discussão, sempre tem uma polarização contra o desenvolvimento do País. E a gente enfrenta isso quando surgem esses debates. Na Amazônia, a gente está ultrapassando isso, poque tem a questão do debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Recuperar uma Bacia como a do Rio São Francisco em nada se contrapõe à questão do agronegócio. O que se tem que fazer é dar autossustentabilidade, que já têm regras inclusive para isso. Por exemplo, o Rio Araguaia já está nessas condições; o Rio Tocantins já está nesses condições. E o Rio Tocantins é quem produz a maior parte da nossa energia, além do Pará, para o desempenho do nosso País, porque tem cinco ou seis hidrelétricas ao longo do Rio Tocantins. E Rio Tocantins também nasce em torno desse espinhaço central do Brasil que, por um lado caem os rios para o sul e, por outro, caem os rios para a Bacia Amazônica inclusive: Araguaia, Tocantins, Xingu etc. Então, ele tem consequências graves. O Rio Tocantins nasce, para quem não sabe, o Tocantins nasce aqui perto de Pirenópolis, e desemboca na Baía do Marajó. A Baía do Marajó é a foz do Rio Tocantins. Então elas estão integradas nesse processo da riqueza do nosso País.

Então, eu também tenho me dedicado muito a essa questão porque estou convencido que um planejamento de desenvolvimento, por exemplo, da Amazônia, ele passa exatamente... Porque como é grande o nosso Estado, o Pará, ele passa exatamente por um planejamento de desenvolvimento a partir das microbacias e das grandes bacias. Porque a atividade econômica já chegou perto desses rios, já chegou às margens desse rio, mas pode manter uma atividade econômica tanto do grande quanto do pequeno capaz de ter essa sustentabilidade.

Bom, esse é um debate muito importante.

Senador Otto, V. Exª traz um debate que, além da recuperação do rio e de todas as histórias de riqueza que vocês contam aqui, inclusive através do artista, do Procurador, através de todos, mas há uma questão que tomou mais importância que é a questão de levar a água para o Nordeste, como já se referiu nosso ex-ministro. Eu considero que aquele projeto da transposição não é uma obra só para o Nordeste, é uma obra para humanidade, porque, por detrás, há tanto sofrimento há séculos. Preservar o Rio São Francisco significa preservar também aquela gota d'água que, agora, está chegando para aqueles que estão há séculos esperando.

Então, eu queria dar duas sugestões para provocar essa importância, como já disse o Procurador. Então, primeira, fazer uma delegação de Senadores para irmos na nascente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está marcada para o dia 27 uma diligência em Bom Jesus da Lapa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não estou falando em diligência, estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está na programação isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Lá na nascente, onde vocês estão denunciando esse problema, ir um conjunto de Senadores para provocar uma notícia nacional até internacional.

Depois, tenho acompanhado a nossa TV Senado e, parece-me, que eles fazem uma espécie de roteiros, de documentários, quem sabe se não seria bom a Comissão requerer ao Presidente da Casa, para que TV Senado fizesse um documentário levantando todas as questão desde o início até a foz, contando todas essas histórias

e as consequências, os problemas. Acho que seria um documento muito importante para a gente firmar e servir como documento de debate, de denúncias etc., etc.

Eram essas as minhas sugestões e me colocar à disposição.

Coloquem-me nessa delegação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A Comissão do Meio Ambiente escolheu como política pública a revitalização do Rio São Francisco. Então, essa audiência pública faz parte disso, tanto que nós vamos ter uma diligência em Bom Jesus da Lapa, e poderemos fazer outras em outras cidades de Minas. Vou aguardar a sugestão do Procurador Jarbas e o próprio Governador, que ficou de definir, e eu vou convidar V. Exª, até porque, o que está acontecendo no Rio São Francisco agora, essa questão do desmatamento das matas ciliares já vem de muito tempo, não é coisa de agora, não podemos botar na conta dos últimos Presidentes da República. A última enchente do Rio São Francisco que permitiu que o vapor passasse foi em 1980; em 1979 encheu o rio e o vapor navegou pelo Rio São Francisco, que tem 1.300 quilômetros de área navegável, até 1980, a partir daí não andou mais, porque ficou sem calado. Exatamente esse vapor, Senador Paulo Rocha, que era movido por caldeira, alimentada por madeira, foi um dos causadores do desmatamento da margem do rio.

Então, o Xangai tem uma música chamada Matança, digo isso porque V. Exª falou nisso e a sua região está com um desmatamento muito avançado. A Região Amazônica, se não cuidar, vai ser o São Francisco daqui a 50 anos. Pode ter absoluta certeza, por causa do desmatamento que está acontecendo.

Xangai, canta para o Paulo Rocha, Matança, que ele não conhece, e vai conhecer agora o que aconteceu com a minha Floresta Atlântica e que vai acontecer com a sua Amazônica se nós não tomarmos providência. Eu quero você no meu time.

Por isso que Xangai agora vai lhe provocar com a música Matança. Pense em todos os nomes de árvores; ele, agora, vai citá-los.

(Procede-se à apresentação de música.)

a situação da bacia do rio, de Minas Gerais. O senhor pode ficar à vontade. Se quiser utilizar o...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Otto, antes do próximo convidado, quero cumprimentar V. Exª e cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas também, Dr. Jarbas, bem como todos os convidados aqui.

Quero dizer a V. Exª, Senador Otto, que a cada semana o senhor nos surpreende. Hoje, temos essa bela participação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Xangai.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. Eu creio que não há forma mais viva de se retratar a realidade, infelizmente uma realidade dura, do que através da arte. Quero, depois, também sugerir, quando fizermos um debate da Amazônia, trazermos aqui os grupos do Caprichoso e do Garantido, que também têm muitas músicas importantes na defesa da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos fazer. Vamos convidar. Está bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – .Parabéns, Senador Otto. Parabéns mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

A Senadora Vanessa Grazziotin é representante do Amazonas, Senadora brava e defensora do meio ambiente, que tem colaborado muito conosco.

Chegou agora o Senador Ciro Nogueira, do Piauí, da Bacia do Parnaíba, que o nosso Presidente diz que está melhor do que o São Francisco. Então, o senhor faça o favor de investir mais no São Francisco do que na Bacia do Parnaíba.

Ali está a Deputada Federal Raquel, de Montes Claros; está com o Prefeito de Januária, cujo nome já tinha citado. Outras lideranças também aqui chegaram.

Passo a palavra ao Dr. Marley Caetano de Mendonça, Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Monitoramento das Águas do Instituto Mineiro de Gestão de Águas para fazer sua apresentação.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA – Obrigado, Senador.

Gostaria de cumprimentar o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e autoridades aqui presentes.

Gostaria de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Sávio de Souza Cruz, o convite para participação nesta reunião. Não é preciso dizer da importância do Rio São Francisco para Minas Gerais também, da bacia como um todo.

Vou, como diz um amigo, procurar fazer um resumo do resumo das atividades que estamos desenvolvendo em Minas no intuito de revitalizar a bacia e de preservar o rio. São atividades que se tem de somar com atividades do Governo Federal, com atividades dos demais Estados que compõem a bacia, mas somente para os senhores terem uma ideia do que estamos desenvolvendo.

Primeiro, quero mostrar a disponibilidade hídrica em Minas Gerais. A distribuição da água também em Minas é bastante desigual, como no restante do País. Pode-se ver que, quanto mais escura a cor, menor a disponibilidade hídrica. Então, no sul do Estado, há uma grande disponibilidade. Quando se começa a ir para o norte e também na ponta do triângulo, essa disponibilidade se reduz. Também é possível ver que, na porção mais à esquerda, do centro para o norte, pegando um pouco do sul, onde está situada a Bacia do São Francisco em Minas Gerais, já há grande dificuldade, reduzida disponibilidade hídrica.

No âmbito de todo o Estado de Minas Gerais, especificamente da bacia, fazemos um trabalho de monitoramento hidrológico do rio. Monitoramos também o aspecto qualitativo, mas, primeiro, falando do aspecto quantitativo, que o monitoramento hidrológico, há uma série de estações espalhadas por Minas Gerais. Pode-se ver o contorno em vermelho, delimitando a Bacia do São Francisco no Estado de Minas, onde há oito estações de monitoramento.

Tendo em vista a escassez por que Minas Gerais está passando – não só Minas como grande parte do Brasil; mas nos últimos anos é uma escassez bastante excepcional –, nós nos vimos obrigados a trabalhar junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a construção de uma deliberação normativa que fizesse a gestão dessa escassez. Então, essa deliberação do Conselho de nº 49, aprovada no início deste ano, estabelece três fases: uma fase inicial que, na verdade, é uma fase que podemos considerar como normal – sua disponibilidade hídrica no corpo de água está normal –, é chamada de estado de atenção. Quando há uma redução dessa disponibilidade hídrica, chegamos ao estado de alerta.

Por último, quando essa redução compromete os usos existentes na bacia, a gente declara estado de restrição de uso, e, consequentemente, há uma redução das outorgas concedidas no âmbito da bacia. Para o consumo humano, dessedentação animal e abastecimento público, há uma redução de 20%; quer dizer, o uso é mais nobre e, consequentemente, a redução é menor. Para o setor de irrigação, essa redução é de 25%; industrial e agroindustrial, chegando a 30%; e, nos demais usos, à exceção dos usos não consultivos, essa redução chega a 50%.

Então, é um mecanismo que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou, para que se possa fazer o enfrentamento da crise hídrica em Minas Gerais. Isso atinge diretamente a Bacia do Rio São Francisco.

Aqui, a gente tem a bacia em destaque na porção mineira. Pode-se verificar que, das oito estações existentes na bacia, três estão em situação normal; três estão em estado de escassez hídrica – próximo ao Município de Carmo do Cajuru, no Rio Pará; Santo Hipólito, no Rio das Velhas; e Jardim, no Ribeirão Serra Azul. Outras duas estações que pertencem à Agência Nacional de Águas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Esses que estão em estado de escassez são rios que eram perenes e, agora, já estão interrompidos?

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Todos aqueles ali?

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA – Para o senhor ter uma ideia, Senador, todos são próximos a Belo Horizonte. Ali, os rios são perenes. Então, nós chegamos a uma situação de vazão tão pequena que não é possível atender todos os usos outorgados. E sabemos que existem vários usos não outorgados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Rio das Velhas está o mais caudaloso...

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA – O Rio das Velhas é um dos principais afluentes do São Francisco e um dos principais rios utilizados para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Então, a gente vai ver no próximo eslaide que aqui eu estou falando de rios, mas essa deliberação normativa do Conselho trata também dos reservatórios de água. Então, os três principais reservatórios de água que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que fazem parte da Bacia do São Francisco, estão em situação de escassez: são os reservatórios de Rio Manso, Serra Azul e Vargem das Flores. Então, é uma situação realmente, até certo ponto, dramática em Minas Gerais com relação à falta de água.

Bom, todo esse trabalho que eu mostrei refere-se ao monitoramento da quantidade da água, um monitoramento que se faz em relação à disponibilidade hídrica, mas nós fazemos também, e com bastante cuidado

– muito mais cuidado até – o monitoramento da qualidade da água, porque não basta ter água em quantidade; é preciso ter água de qualidade para atender os usos necessários.

Nesse quesito, possuímos em Minas Gerais 595 pontos de amostragem de água. São 595 estações onde as águas são coletadas, sendo encaminhadas para a realização de análise em laboratório. Sabemos que 146 pontos estão... Deixe-me fazer uma correção: são 595 pontos relativos à água superficial, e 146 pontos de amostragem relativamente à água subterrânea. Quanto à água subterrânea, pode-se ver que esses pontos estão centralizados no Triângulo Mineiro e, de maneira muito forte, no norte de Minas, na região semiárida mineira, onde há escassez muito grande de recursos hídricos. Então, há uma utilização muito forte da água subterrânea para abastecimento público, e nós precisamos garantir a qualidade dessa água para a população.

Aqui, vê-se o enfoque da Bacia do São Francisco, onde possuímos 307 pontos de monitoramento da qualidade da água superficial e 100 pontos da água subterrânea.

Aqui, uma breve descrição desse monitoramento da qualidade da água; quer dizer, quanto à periodicidade, em alguns locais é trimestral – quatro campanhas ao ano ; em outros, é mensal, como no caso do Rio das Velhas, que já citei, e do Rio Doce, que foi objeto do acidente e que o Dr. Jarbas mesmo já enfocou muito aqui. Só fazendo um parêntesis, hoje, no Rio Doce, o nosso monitoramento está sendo realizado diariamente em razão do acidente, mas, em situação normal, ele era realizado mensalmente.

No que se refere à água subterrânea, ele é anual quanto ao Aquífero Guarani e semestral no norte de Minas, nos sistemas Bambuí e Bauru.

São analisados inúmeros parâmetros físico-químicos para se verificar a qualidade da água. Com relação à água superficial, são 52 parâmetros, e, para a água subterrânea, são 72 parâmetros. Quer dizer, a água subterrânea tem quantidade maior de parâmetros, porque é uma água que está ali confinada, sobre a qual precisamos ter maior controle. É uma água mais sensível, que está mais sujeita a uma degradação.

Essas coletas são realizadas pelo Senai e pela Fiemg, contratada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Eles fazem a coleta no local. A água coletada é encaminhada para laboratório em Belo Horizonte, e, após o resultado, a equipe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas faz a interpretação desses resultados e a sua comparação com a série histórica que estamos formando desde 1997.

Só para demonstrar aqui, no ano de 2014, foram realizadas 2.637 coletas de amostra de água e 67.696 análises. Está em verde claro, mais ao final da página.

Bom, passando dessa parte de monitoramento, queria lhes mostrar o que já conseguimos estruturar no âmbito da bacia hidrográfica, em Minas Gerais. Primeiro, com relação aos comitês de bacia em rios de domínio do Estado de Minas Gerais, pode-se ver a bacia... Minas Gerais é dividido em 36 unidade de planejamento e gestão. Na Bacia do São Francisco, elas são representadas pela sigla SF. Então, dá para a gente ver, em amarelo, do sul ao norte do Estado, as unidades de planejamento de gestão situadas na Bacia do São Francisco. Todas elas possuem comitê de bacia hidrográfica em funcionamento.

Com relação à agência de bacia hidrográfica ou entidade equiparada, a lei federal diz "agência de água e entidade delegatária", a lei mineira diz "agência de bacia hidrográfica e entidade equiparada". Na Bacia do São Francisco, bem no centro do Estado, em vermelho, já se tem uma entidade equiparada em funcionamento, que é a AGB Peixe Vivo, que fica na Bacia do Rio das Velhas; um pouco mais abaixo, também marcada em vermelho, na Bacia do Rio Pará, estamos trabalhando para a implementação dessa entidade juntamente com o instrumento da cobrança pelo uso da água.

É muito importante ter a agência de bacia ou a entidade equiparada, porque é a entidade que vai dar – costumo dizer isto – autonomia absoluta para o comitê, pois vai garantir, com os recursos da cobrança, a autonomia de o comitê fazer suas reuniões, fazer suas deliberações, sem ficar dependendo de recursos financeiros do Estado. Então, a maior importância da agência ou entidade equiparada decorre, no primeiro momento, da autonomia que ela confere ao comitê. É como se desgarrasse o comitê da dependência do Estado; é como se um filho se formasse, conseguisse sua profissão e pudesse sair da sua casa, passando a viver de maneira independente.

Com relação à outorga – é um dado muito importante que temos de considerar –, no Estado de Minas Gerais, no que se refere às águas superficiais, temos 5.206 outorgas concedidas. Na Bacia do Rio São Francisco, são 1.945. Com relação às águas subterrâneas, são 11.003 outorgas em todo o Estado, e 4.452, na Bacia do São Francisco, como já disse e mostrei naquele mapa, mais concentradas na região norte de Minas. No total, são 16.209 outorgas vigentes no Estado, sendo 6.397 na Bacia do São Francisco – quer dizer, é uma proporção considerável, tendo em vista a também considerável proporção da bacia com relação ao território mineiro.

Aqui, a gente vê a divisão dos usos outorgados. Pode-se verificar que a irrigação tem uma predominância – mais de dois terços da água outorgada em Minas são utilizados pelo setor de irrigação; 19,61% para abaste-

cimento público, voltado para consumo humano e 12,49% para consumo industrial. Isso decorre da característica do Estado, um Estado que tem realmente uma base agrícola muito grande.

Outro aspecto importante. Esse mapa também é da Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais. A gente pode ver aí, em amarelo, as regiões onde está caracterizado um conflito pelo uso da água. Esse conflito se caracteriza quando a demanda pela água é maior do que a disponibilidade hídrica.

Numa situação como essa, como nós procedemos? Todas as outorgas individuais são revogadas, e há um processo de outorga coletiva. Como há uma quantidade maior de interessados, e a água é um bem público, temos de fazer uma redistribuição da água entre todos os interessados, entre todos aqueles que demandam pelo uso da água. Então, em amarelo, são todas as regiões onde hoje, em Minas Gerais, há um processo de conflito, e no qual se passou por um processo de estabelecimento de uma outorga coletiva.

Bom, essas ações que mostrei são ações de gestão importantes. Elas têm de ser realizadas para a preservação e a recuperação de uma bacia.

Na última parte, eu queria apresentar algumas ações que estamos implementando nesse processo de contribuição para revitalização. Como eu disse, é preciso somar isso a várias outras ações. É uma pequena parte desse processo como um todo.

Primeiro, um dos instrumentos importantes da gestão de recursos hídricos é a cobrança pelo uso de recursos hídricos. A gente vê, no mapa de Minas Gerais, que ela, mais uma vez, está implementada no centro do Estado, em amarelo, na Bacia do Rio das Velhas. Então, é uma bacia modelo, onde há comitê atuando, agência equiparada, atuando, e há cobrança. Os recursos da cobrança são destinados, em sua grande maioria, em 92,5%, a projetos de recuperação da bacia hidrográfica.

Lá, um pouco mais abaixo, há a Bacia do Rio Pará, onde esse processo de implantação da cobrança está em curso. Acreditamos que isso aconteça até o ano que vem.

Aqui, podemos ver o total arrecadado pela cobrança do uso da água em Minas Gerais, desde o seu início, em 2010. Foram arrecadados R$134 milhões e, na Bacia do Rio São Francisco, o quadro mais abaixo, uma arrecadação de R$50 milhões. É um recurso pequeno, mas podemos ver pela progressão, desde o ano de 2010, que vem crescendo e que vai crescer mais ainda na medida em que a cobrança for implementada em todo o Estado de Minas Gerais.

Só um detalhe: nesses valores, não se consideram os recursos oriundos da cobrança em nível federal; não se consideram os recursos da Bacia do Rio São Francisco arrecadados pela Agência Nacional de Águas.

Quanto aos planos diretores de recursos hídricos, que são outros instrumentos da Política de Recursos Hídricos, também de grande importância, podemos ver que não só a bacia, mas quase todo o Estado de Minas Gerais já possui o seu Plano Diretor de Recursos Hídricos. Ele tem uma importância muito grande, porque é um instrumento de planejamento do uso da água e também prevê programas de investimento na recuperação dos rios. Então, hoje, em Minas e na Bacia do São Francisco, apenas duas unidades, uma delas do Rio Pará, ainda não possuem o Plano Diretor de Recursos Hídricos. Mas estamos trabalhando na contratação da elaboração desses planos.

No âmbito dos planos, a gente tem, como eu disse, uma série de ações de revitalização do rio. Com relação aos recursos, eu queria destacar que não são recursos exclusivamente dos planos; não são recursos exclusivamente do Estado. Temos, aqui, recursos do Tesouro do Estado, do Tesouro da União, dos Municípios, recursos da cobrança pelo uso da água, recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Então, aqui há um resumo de uma série de ações voltadas à recuperação da bacia hidrográfica. São ações de saneamento, revitalização, proteção e recuperação de mananciais e nascentes; também na área de resíduos sólidos, para evitar a contaminação dos nossos rios; recuperação de áreas degradadas.

E a gente chega a um total previsto, ao longo da duração do plano, de investimentos de R$3.205.944.050,16. Por isso, a importância do planejamento. O plano é um instrumento de identificação e de indução de dedicação de recursos para a recuperação dos nossos rios.

E, por último, o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais é um fundo criado por lei e que tem recursos de diversas dotações: do Tesouro Nacional, da Compensação por Áreas Inundadas, enfim, de diversas fontes.

Nós já tivemos, no período de 2010 a 2015, mais de R$15 milhões investidos na Bacia do Rio São Francisco, oriundos de convênios. E, oriundos de contrato com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, mais de R$8 milhões de recursos investidos.

Em tramitação, há a contratação de cerca de R$33 milhões em convênios, e a projeção de contratação de mais cinco projetos, que vão totalizar, ao final, cerca de R$35 milhões.

Como eu disse, era um resumo do resumo. Há outras ações, como um programa que o Governo de Minas está construindo, que se baseia num programa de muito sucesso de Itaipu, que é o Cultivando Água Boa. Esse

programa vai ser implantado em Minas Gerais, com destaque para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o Semiárido mineiro. Então, vai abranger uma grande parte da região do São Francisco, e há expectativa de, no seu primeiro ano, a gente ter um aporte de mais de R$100 milhões de recursos para investimento nesse programa.

Eu não coloquei um quadro aqui, porque ainda está em construção, e não dá para adiantar.

É isso, rapidamente.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer, Senador, a oportunidade de estarmos aqui, e colocar que estamos à disposição para o debate e para a somatória de forças no intuito de construirmos a revitalização da Bacia do Rio São Francisco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Parabéns.

Agradeço e passo a palavra ao Dr. Robson Rafael Andrade, Presidente da Bacia dos Rios Jequitaí e Pacuí.

Acho que o Rio Jequitaí é que está com problema agora em Minas Gerais.

O SR. ROBSON RAFAEL ANDRADE – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Permita-me destacar aqui a presença do Senador Ronaldo Caiado. Agradeço a presença de S. Exª.

O SR. ROBSON RAFAEL ANDRADE – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o nobre Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, em nome de quem cumprimento todos os Senadores presentes; o meu colega Márcio Pedrosa, além de engenheiro da Copasa, é do Comitê Federal do São Francisco, cuja presença gostaria ficasse aqui registrada.

Quero dizer, Senador Fernando Bezerra, que V. Exª, quando ministro da Integração, não ajudou só a Bahia; ajudou o Semiárido mineiro. O Programa Caixa D'água, de colher água da chuva pelos telhados, deve ser continuado para o Semiárido.

Gostaria de cumprimentar o Prefeito de Januária, aqui presente, e fazer algumas colocações aqui. Vou me abster da parte técnica, porque o que foi falado tecnicamente aqui já está exaurido.

Que bom, Senador, que esta Comissão escolheu a Bacia do São Francisco como política pública, porque temos uma previsão de que, dentro de pouco mais de 40 anos, o São Francisco pode acabar. É uma realidade.

Há aproximadamente 20 anos, na foz entre os Estados de Alagoas e de Sergipe, o Rio São Francisco entrava 350m dentro do mar. Hoje, temos, infelizmente, o mar 200m dentro do rio. Então, é possível pescar peixe de água salgada dentro do Rio São Francisco.

A história de medição de vazão do São Francisco nos mostra que, no início de sua medição, em 1929, nós tínhamos três mil metros cúbicos por segundo; em pouco mais da metade do século XX, nós já tínhamos dois mil metros cúbicos por segundo, e hoje temos 600 metros cúbicos por segundo.

Então, quando se diz que a transposição vai resolver o problema da outra parte do Nordeste, a gente fica a imaginar: nós vamos ter água para isso? Para que a transposição dê certo, precisamos recuperar a Bacia do São Francisco, e está em Minas Gerais seu maior contribuinte.

O colega do Igam citou o Rio das Velhas, que contribui com 18% da vazão do São Francisco. São 18%, e está na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capital de Minas. Então, a poluição, principalmente industrial e de saneamento, é terrível para o rio.

Eu gostaria, Senador, de deixar uma sugestão para a Comissão como política pública; o Legislativo deve tomar essa iniciativa. Aprovamos recentemente um Código Florestal que só veio a prejudicar a situação hídrica do País. Então, acho que, se não há condições políticas de se fazer uma revisão nesse código, que se fizesse um código especial para o Rio São Francisco.

O senhor bem falou aqui do desmatamento, do assoreamento do rio. Fiz o segundo grau em Januária. O rio tinha pouco mais de 600m. Hoje, o rio tem mais de 1.200m de largura. Então, é o assoreamento claro. E, no norte de Minas, o Semiárido está num processo de desertificação. Então, está aqui o Prefeito de Januária, que é a cidade onde se pode observar a olho nu um deserto, uma situação característica de deserto – no Município de Januária já é possível visualizar-se isso.

Então, a política pública para o Rio São Francisco tem de ser especial urgentemente. Gostaria de lembrar também que a transposição tem algumas condicionantes. E estamos vendo que essas condicionantes estão ficando para trás, e a obra da transposição está avançando mais do que a recuperação. Isso é claro, isso é nítido.

Gostaria de aproveitar a presença do Exmº Presidente da Codevasf e dizer que eu, além de Presidente do Comitê Jequitaí/Pacuí e Trecho do São Francisco, estou diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiúva. São 50 mil habitantes jogando diretamente seu esgoto na Bacia do Jequitaí, que alimenta o São Francisco.

Para mim, é uma vergonha, porque estamos fazendo a obra de saneamento, através da Codevasf, obra importante para nossa cidade. A primeira empresa não concluiu, entrou a segunda e não concluiu, e faz três anos que estamos com a obra parada.

Gostaria de uma atenção especial do Presidente da Codevasf para fazer esse esforço de reiniciar as obras de saneamento na Bacia do São Francisco, em Minas Gerais, em especial em Bocaiúva e Buritizeiro. Buritizeiro está à margem do rio, do lado contrário de Pirapora. É importantíssimo para a bacia e para a população, porque sabemos que saneamento é saúde. Vamos resolver várias coisas com uma ação só, levando saúde à população, melhorando a questão hídrica e recuperando nossas nascentes.

E, entre outros questionamentos, eu gostaria de direcionar um ao Marley, do Igam, que aqui, posso dizer, representa o governo do Estado: os comitês são voluntários; são pessoas voluntárias, que têm uma grande dificuldade de fazer seu trabalho. Falta muito ainda para a parceria com o Estado, porque houve muita resistência dos comitês para eles estarem vivos hoje, pois foi feito de tudo para se acabar com eles. E o governo passado e o atual, fazendo do recurso do Fhidro fluxo de caixa.

Nós não podemos ficar calados diante disso. Para que façamos as revitalizações com recursos do próprio meio ambiente, esses recursos têm de estar nos comitês de bacia.

Não vou dizer que os comitês de bacia sejam compostos só de santos e de ambientalistas, não. O comitê é muito democrático: tem o Poder Público, tem a sociedade organizada e tem o usuário, e geralmente a ideia do usuário é de usar – de usar e de usar. Então, há também uma luta interna dentro dos comitês para o equilíbrio.

Então, eu gostaria que se levasse essa mensagem ao Estado de Minas, Marley, para que façamos uma parceria mais sólida com o Governo do Estado e possamos salvar não somente o São Francisco, como todas as bacias – o Estado de Minas tem 36 comitês de bacia hidrográfica.

O que fazer com recursos? Os planos diretores já indicam, e é fácil. Se houver recursos, é possível fazer o trabalho, seguindo os planos diretores – apenas dois comitês não estão com o plano de bacias pronto. Aliás, o nosso já está em época de fazer a revisão, e ainda não conseguimos sequer cumprir 10% do que está no plano diretor, por falta de recursos.

Então, a questão hídrica é muito mais séria do que imaginamos.

Ainda bem, desculpem os paulistas, que faltou água em São Paulo, porque enquanto estava faltando só no Nordeste, "É coisa de nordestino; nordestino está acostumado com sofrimento; isso é normal, lá não chove mesmo, eles estão lá porque querem...". Não! Agora, faltou em São Paulo. Agora, o Brasil tem de acordar!

E gostaria de registrar nesta Comissão também a importância, dentro da Bacia do São Francisco, de alguns empreendimentos que, desde criança, escutamos que vão acontecer.

Alguns já iniciaram há 15 ou 20 anos, mas não se conclui. Nós temos a Barragem do Jequitaí, sobre cuja obra ouvimos falar há 40 anos. Iniciou, parou, reiniciou, está parada.

Há outra obra que gostaria aqui de deixar em destaque, aproveitando a presença da nobre Deputada Raquel Muniz, de Montes Claros. Para abastecer Montes Claros, é necessário o projeto da Barragem de Congonhas. Se não fizermos essa obra da Barragem de Congonhas, Montes Claros, com 450 mil habitantes, vai morrer de sede. Não é possível uma cidade de 450 mil habitantes ter uma escassez de abastecimento como Montes Claros tem, com uma obra para ser realizada – faz 20 anos que se fala na obra de Congonhas.

Há uma outra, chamada Berizal, que também queremos cobrar aqui, porque a região de Taiobeiras hoje é abastecida 100% com caminhão-pipa, e só a Barragem de Berizal vai trazer a solução para aquela região.

Gostaria de aproveitar para fazer uma denúncia, na presença do Ministério Público, sobre o que aconteceu em Minas Gerais, em Mariana. Faz oito anos que vimos denunciando a Barragem da Caatinga, no Município de Bocaiúva e no Distrito de Engenheiro Dolabela. Essa barragem foi construída pelo grupo Malvina, quando fabricava açúcar e álcool, para manter o leito do Jequitaí. E, se o Jequitaí voltou a correr, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Voltou agora?

O SR. ROBSON RAFAEL ANDRADE – Voltou a correr, porque nós abrimos a comporta dessa barragem, para manter o mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estava seca a jusante.

O SR. ROBSON RAFAEL ANDRADE – Estava seca, totalmente seca.

Mas nós precisamos diminuir as outorgas no Jequitaí. Nós abrimos a comporta na Caatinga, mas há um produtor de mogno com pivô central: mesmo onde secou, está irrigando o mogno. Aí, é complicado. Se não estamos tendo água para a população ribeirinha...

A denúncia que quero fazer dessa barragem é porque ela está vazando há mais de dez anos. Faz oito anos que estou denunciando isso. São 500ha de lama d'água. Não estou falando de cinco, mas de 500ha de lama d'água, um acidente de uma proporção que nem imaginamos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Qual é a barragem?

O SR. ROBSON RAFAEL ANDRADE – Barragem da Caatinga, do Rio Caatinga, no Distrito de Engenheiro Dolabela, Município de Bocaiúva.

Esse é o sistema de abastecimento de Bocaiúva, Barragem do Onça, onde era dessa forma em seu estado normal, com fartura de água. E, hoje, está daquela forma ali.

Temos aí a Barragem de Juramento, que abastece Montes Claros, que está nessas condições de volume estratégico, para abastecer.

Aí, o Rio Jequitaí; o Rio Pacuí, área que também abastece Montes Claros. Está nessa situação. (*Pausa.*)

Esse serviço foi feito através dos recursos do Governo Federal, através da Rural Minas, um paliativo na Barragem da Caatinga, que, nas primeiras chuvas, romperam. Aí, a foto de Pirapora, no Rio São Francisco.

Chegou a essa situação. Esse gráfico ali é de vazão do Rio São Francisco. No ano passado, Pirapora, que fica na beira do Rio São Francisco, teve de fazer um sistema de bombeamento, porque a água não entrava nos dias normais pelo canal.

Então, eu gostaria de agradecer ao nobre Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, e dizer que, como ribeirinho também, o senhor foi muito feliz ao colocar a questão de recuperação da Bacia do São Francisco como política pública.

Deixo a minha contribuição à disposição de todos, e que nós possamos fazer um trabalho urgente de recuperação da bacia, para que não deixemos o São Francisco morrer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A sua emoção, a sua indignação, Robson, é a mesma nossa, na Bahia, no Nordeste.

Eu só queria dar uma informação mais grave ainda: o mar já entra 12km no Rio São Francisco. Não são 200m, mas 12km! O primeiro sintoma da morte de um grande rio é quando o mar começa a entrar nele. Já está a 12km, perto da cidade de Penedo e de Propiá, em Sergipe. São 12km de penetração do mar no Rio São Francisco.

Concedo a palavra ao Dr. Marley Caetano, para que possa falar sobre o questionamento do Sr. Robson Rafael.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA – Obrigado, Senador.

Bom, é só para dizer que, primeiramente, o nosso presidente do Comitê do Jequitaí, Sr. Robson, tem razão quanto à sua indignação no que se refere ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, uma vez que, desde 1999, quando foi criado, ele vem passando por um processo de contingenciamento. O Dr. Jarbas sabe muito bem disso. Então, são 15 ou 16 anos de um processo de contingenciamento.

A notícia boa é que o governador decidiu – isso já foi implementado pela Secretaria de Planejamento, pela Secretaria da Fazenda – que os recursos, a partir deste ano, não serão mais contingenciados. Hoje, os recursos do fundo são destinados a programas, como, por exemplo, o Programa Bolsa Verde, que é muito importante para a preservação dos rios. Eles não são mais objeto de contingenciamento a partir de 2015.

A mesma situação relativa aos recursos da cobrança. No início do ano, os recursos da cobrança não estavam sendo repassados para os comitês, desde o segundo semestre do ano passado. Com muita dificuldade – o Estado não é diferente dos demais e está enfrentando muitas dificuldades financeiras –, nós conseguimos agora... Nós fomos regularizando essa situação, e há cerca de duas ou três semanas, o último valor em aberto foi repassado para os comitês.

Nesse sentido, estamos lançando uma licitação que já vai ser colocada na rua nos próximos dias, para que uma ou mais empresas sejam contratadas para prestar o apoio ao funcionamento dos comitês. Vamos superar aquela dificuldade dos comitês que ainda não têm agência, que funcionavam através de convênios com entidades conveniadas e estamos fazendo um processo de licitação pública para contratar empresas para garantir o funcionamento dos comitês.

Uma última informação: com relação à Barragem do Berizal, tive oportunidade de participar de uma reunião do Governo, quando este anunciou a decisão de unir todos os esforços, inclusive com o Governo Federal, para concluir a obra de Berizal. Já foram investidos mais de R$100 milhões, e temos lá um esqueleto, uma espécie de um "u". Vi a fotografia, é uma coisa assustadora, e é uma obra importantíssima para a reunião. Eu queria dizer a todos os presentes que o Governo tomou a decisão de juntar esforços, inclusive com o Governo Federal, para terminar a construção dessa barragem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Concedo a palavra ao Dr. Bruno Jardim, para falar em nome do Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Dr. Eugênio Spengler.

A Bahia talvez seja o Estado onde o Rio São Francisco tem a maior extensão – mais do que em Minas, talvez... E o Rio São Francisco, Senador Jorge Viana, no trecho da Bahia, tem uma peculiaridade: sua inclinação

por quilômetro é de 6,7cm; é quase um rio parado, e o assoreamento prejudica muito isso. Então, ele tem uma inclinação muito pequena, de 6,7cm/km.

Vou passar a palavra ao Dr. Bruno.

O Governador da Bahia também está disposto a entrar com recursos do Governo do Estado nessa revitalização. Ele vai me acompanhar no dia 27 a Bom Jesus da Lapa, para implantar duas fábricas de florestas, uma em Barra e outra em Bom Jesus da Lapa. E o Governador de Minas, também, Fernando Pimentel, tem sido muito correto e está interessado nessa situação.

Conversamos com ele, e ele destacou uma pessoa que tem conversado também com o Dr. Álvaro Oyama, que está ali, para começar essa revitalização. A revitalização, na verdade, compreende o saneamento – isso me falou o Robson Rafael – das cidades ribeirinhas, para não se jogarem detritos e sedimentos na calha do rio. Mas, acima e além de tudo, a revitalização, na minha opinião, é plantar árvores em nascentes e recompor as matas ciliares. Só se produz água plantando árvores. Não tenho a menor dúvida disso, até porque é a experiência da minha vida, lá no meu Sertão, e tenho esta convicção de que a revitalização só sairá no momento em que a consciência dos governantes, em âmbito estadual, municipal e federal, começar a recompor as nascentes, revestindo-as com matas ciliares e também todos os rios que são tributários do Rio São Francisco.

Concedo a palavra ao Dr. Bruno Jardim.

O SR. BRUNO JARDIM – Bom dia a todos! Senador Otto, eu queria saudar V. Exª, todas as autoridades que estão aqui, inclusive as pessoas que representam comitês de bacia, os demais membros da Mesa e todas as pessoas presentes.

Agradeço pelo convite feito ao nosso Secretário que, com certeza, poderia estar colaborando bastante nesta muito interessante discussão, mas as questões relativas ao incêndio na Chapada Diamantina estão mobilizando demais a ação dele, que está lá pessoalmente nesse processo e me pediu que viesse substituí-lo. É uma tarefa bastante interessante e desafiadora.

Para isso, eu trouxe algumas coisas para trocarmos ideias. Achei que a melhor forma de colaborar seria apresentando alguns raciocínios. Desculpem-me. Eu também leciono e, talvez, eu me porte aqui como professor, mas estou aqui para aprender com vocês também. Depois de algumas coisas que vou colocar, queria trazer algumas perguntas para pensarmos sobre essas coisas e, se de alguma forma isso puder colaborar com o trabalho desta Comissão, vou ficar muito feliz.

Bom, primeiro vamos discutir um pouquinho e pensar uma maneira de entender a palavra "revitalização". Talvez, no passado, não tão longe assim, as pessoas sentissem mais vontade de ver acontecendo na bacia uma dinâmica econômica, o que não havia. Na bacia, é difícil de se viver. Havia muita água, muitos recursos naturais, mas, talvez, houvesse alguma dificuldade para se viver, e as pessoas pediram por isso. Mas hoje, talvez, estejamos preocupados com aquilo que não temos mais, mesmo em função do que se ganhou. Então, a revitalização deixa de ter um foco, se olharmos no tempo, de revitalizar a vida socioeconômica na bacia, para pensarmos na vida do ambiente da bacia, na sua capacidade de produzir água. Então, essa revitalização que se pensa é mais a organização do rio, mas não consigo uma revitalização do rio se não consigo fazer uma revitalização da bacia, porque ela é produtora de água.

Então, as palavras têm uma força muito grande e, à sua volta, há perigos muito grandes, porque a palavra tem pelo menos dois sentidos: um é o sentido que quer dar aquele que fala, e outro é o sentido que se consegue ter através daquele que ouve. E quando se fala para muitos, são possíveis múltiplas interpretações. Então, um projeto com o nome de revitalização cria um monte de expectativas e uma série de ideias nas cabeças, e é preciso que esteja muito bem definido o que se quer, para não se fazer muita coisa sem nada se conseguir.

Bom, eu vou pedir desculpas a vocês, mas não vou resistir a comentar alguns aspectos conceituais que entendo interessantes. Bem provavelmente, todos vocês já conhecem isso, mas eu não queria passar pelo pecado de não ter abordado alguma coisa que acho fundamental para algumas discussões que vou propor adiante.

Então, uma abordagem hidrológica tradicional pensa... Quer dizer, hidrologia é a ciência que estuda a água na natureza, inclusive com uma árdua tarefa de tentar quantificar processos naturais. É quase uma bruxaria, mas uma bruxaria que pode ser temperada com ciência, ajudando-nos a ter noção daquilo em que nos aproximamos do comportamento da natureza, nunca conseguindo transformar o modelo natural num modelo matemático. Mas ele é um elemento auxiliar bastante interessante.

Então, nessa abordagem tradicional, entendemos a bacia com suas águas superficiais e suas águas subterrâneas, e hoje já pensamos essa questão de uma abordagem hidrológica mais integrada, em que se tem, na questão das águas, uma relação entre elas. Mas não vou me dedicar muito aos termos conceituais. Se vocês quiserem, depois, uma discussão, peçam-me e voltaremos aqui.

Aqui, um desenho simples de se entender. Sobre o escoamento superficial, água da superfície, água que escorre nas calhas fluviais. Tenho o que se chama de escoamento direto – a minha mania matemática de

falar sobre as coisas. O escoamento do rio pode ser entendido como uma soma de duas parcelas: uma delas, a água que vem da chuva e não se infiltra, escoando diretamente para dentro dos rios; ou seja, um escoamento direto ou difuso, porque pode acontecer em todo o espaço da bacia, indo para dentro dos rios. Isso é muito importante para a formação das cheias. E o escoamento de base é esse que vem por aqui; vem através do meio subterrâneo e alimenta os rios, é quem dá perenidade aos rios.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E vai ao talvegue.

O SR. BRUNO JARDIM – E vai ao talvegue. É quem dá perenidade aos rios. Os nossos rios, que cortam, como se diz no Nordeste, são aqueles rios em que a água ou não está aqui embaixo ou, quando ela está, está abaixo do nível do rio. Então, quando escoa uma água por esse rio, essa água muitas vezes se perde pelo ambiente. Se eu tiver uma barragem, com aquela ideia que muitos têm: eu faço uma barragem aqui, há um rio seco na frente, largo essa água para perenizar esse rio, ela vai sumir. A perenização se dá com o estoque da água, nos reservatórios, e o uso de equipamentos hidráulicos que possam transportar bem esse rio.

Bom, mas quero mostrar aqui que as duas coisas são importantes. Na estiagem, eu só tenho isso, mas a combinação dos dois é que faz o regime do rio acontecer.

Na questão da água subterrânea, eu queria chamar atenção aqui – não sei se a figura está boa, mas ela mostra o seguinte: quando mando furar um poço, faço um teste de vazão e alguém diz que conseguiu tirar tantos metros cúbicos por hora, aí vem a expectativa de que se vai poder fazer isso sempre. Às vezes, para aquela reserva de água, a natureza passou centenas de ano depositando todo ano um pouquinho. Quando você chega lá e tira mais do que a natureza repõe, num instante, aquilo seca.

Então, qual é a vazão segura de uma coisa que eu não vejo e que é difícil de mencionar o espaço onde tenho essa água lá embaixo? São questões interessante para as quais temos de buscar respostas.

Bom, lá embaixo, eu posso ter três tipo de situação. A princípio, um meio poroso, onde a água se movimenta, o solo, que às vezes são estruturas geológicas profundas, ainda não consolidadas, como, por exemplo, na região de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, região que tem aquela camada de uns 400m de espessura de um material extremamente poroso e que pode armazenar água e transportá-la para os rios. Em alguns locais, essa água está confinada por rochas que dificultam a passagem; são como se fossem paredes de tubulação. Por isso, a água está confinada. Quando se fura isso aqui, a água sobe sozinha. Em alguns locais, só tenho água em fraturas.

Imaginem uma rocha como a pedra do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, como temos na sua região de Ruy Barbosa, Itaberaba; são rochas extremamente difíceis de se encontrar com água ali dentro. Só posso ter água ali em fraturas, e essas fraturas não estão em todo lugar. Posso furar um poço aqui e encontrar água e outro a cinco metros e não encontrar nada. Esse meio não é contínuo como o meio poroso. Ele tem outra forma de continuidade. Se tenho isso em uma região onde chove pouco, a alimentação desse meio é bastante difícil, precária.

Em outras regiões também fissuradas, há uma característica da rocha que compõe a região, que são rochas calcárias. Nesse caso, quando a água entra, não só se estoca, mas também dilui os sais de cálcio, e pode criar caminhos, galerias, condutos extremamente significativos em termos de dimensão. Na Bacia do São Francisco, temos ambientes calcários como esse, na região de Irecê, na região que fica de Santana para baixo, em Correntina. Na região próxima de Barra também tem. Em Minas Gerais, temos também.

Há uma diversidade de situações formando água que precisamos entender. Se não entendermos a diferença de cada coisa, seria como cuidar de uma família com filhos com temperamentos diferentes, com hábitos diferentes, com signos diferentes.

Outro ponto. Para alimentarmos uma água subterrânea, para chegarmos aonde ela está livre ou escoando, precisamos fazê-la passar por uma região com solo capaz de armazená-la. Se, na minha casa, tenho um vaso de plantas e o molho moderadamente, não sairá uma gota de água pela fundo do vaso, que é furado. O solo tem capacidade de reter. Só para os senhores terem uma ideia, um metro do solo pode reter algo na ordem de 80 a 240mm de água, e existem muitos locais, na Bacia do São Francisco,onde não chove, por mês, 100 ou 150mm. Então, para ser feita uma reposição de água para chegar lá embaixo, em locais onde tenho uma capacidade de retirar água do solo pela evaporação e pela transpiração que pode chegar a 150 ou 170mm por mês, esse balanço de água da chuva que se infiltra e volta não fecha. Em muitos locais do Nordeste, temos um curto circuito hidrológico: chove, infiltra-se no solo e volta para a atmosfera; chove, infiltra-se no solo e volta para a atmosfera. Então, temos um ambiente com muitas dificuldades para produzir escoamento superficial e recarga de escoamento de base.

Precisamos entender como a natureza forma as reservas de água para que possamos colaborar nessa formação com inteligência. Um dia, o homem vai ser digno do nome que se dá a ele cientificamente: *homo sapiens*. É um sonho nosso.

Por exemplo, em um rio – os senhores se lembram daquela figura que mostrei aqui antes? – sendo alimentado por contribuições laterais, posso até ter, às vezes, boa vontade para fazer um poço aqui porque o rio seca. No entanto, se faço um poço aqui, em volta dele se forma um cone igualzinho àquele que se formava quando nós, em casa, ainda meninos, enchíamos o lavatório do banheiro com água, tapando a saída com aquela tampa de plástico. Quando se destampa, a água começa a descer e forma um cone. Quando se faz um poço, forma-se dentro do solo um cone como aquele, e podemos estar puxando a água que iria para o rio.

Então, a localização dos nossos poços, a distância entre um poço e outro, a distância entre um poço e um rio, etc., essas são questões técnicas que precisam ser levadas em consideração para que possamos interagir de maneira inteligente com a natureza.

Para uma estratégia, por exemplo, de exploração de água, pode-se imaginar o seguinte. Se esta água anda e demora, às vezes, um ano no caminho, porque anda a razão de centímetros por dia, e se vem de muitos quilômetros de distância, pode demorar um tempo muito longo para chegar ao rio. Nesse caminho, posso utilizar em cima, através de poços, porque, antes de sentir falta dessa água no rio, já outras chuvas podem fazer reposições. Temos que pensar em uma nova estratégia de ter acesso à água, uma nova estratégia para explorar a água que seja calcada em conhecimento de como o ambiente forma as suas reservas. Esse é um trabalho muito interessante. O pessoal da área de gestão e da área de estudos tecnológicos de recursos hídricos tem feito isso.

A teoria é um pouco chata para os senhores. Vamos começar, então, a fazer algumas reflexões.

A ação antrópica, ação do homem sobre esse sistema hídrico, produz impactos, e talvez essa palavra tenha ficado pesada. A alteração das recargas: se mexermos no solo, estaremos alterando a forma natural de fazer as recargas. Mas é necessário fazer? É.

Regularização a partir de reservatórios: É necessário fazer isso? É, porque, se tenho chuva e, depois, não tenho chuva, a água vai embora. E, depois, como fazer, se preciso dela?

Tudo isso é impacto. Não estou julgando se os impactos são positivos ou negativos ou se são só positivos ou só negativos, mas são alterações.

Alteração da qualidade. Usamos a água e não a usamos simplesmente para beber. Mesmo que fosse só para beber, depois que bebemos, ela já sai diferente.

São muitos os impactos que o homem promove na questão da água – na água em si e no ambiente que produz água. Podemos também pensar em medidas que compensem isso: manejos de solo e de águas, tratamento de efluentes, controle de erosão e uma série de outras medidas. Temos a possibilidade de a ação do homem ser, ao mesmo tempo, impactante e redutora dos impactos produzidos.

Temos, no Brasil, implantado um sistema muito interessante de gestão de águas, com outorga, cobrança e planos. Conceitualmente é muito interessante e muito novo também. Se olharmos o arcabouço desse sistema, eu diria: será que ele não foi pensando para um lugar em que a água tem uma função econômica muito forte? Se ela não consegue cumprir nem a sua função social, será que esse mesmo sistema não precisaria de algumas adaptações, alguns ajustes? Acredito que sim. Com a diversidade de situações fisiográficas, sociais e econômicas que há no Brasil, não se pode imaginar que venhamos a tratar todos os problemas que temos no País de uma mesma forma.

Então, a questão da outorga, por exemplo, e já foi falado aqui várias vezes, é um instrumento interessante, mas está precisando de aperfeiçoamento. Na Região Nordeste, por exemplo, temos o hábito de dizer o seguinte: "se até a época de São José não chover, não tem milho, não tem amendoim". Como o dia de São José, dia 19 de março, é muito próximo do Dia Mundial da Água, talvez fosse uma semana interessante para refletirmos como foi o período das chuvas, para nos prepararmos para a estiagem que virá.

Não é possível termos uma regra que valha para toda a eternidade. Até que ordenemos bem o sistema, talvez fosse interessante parar para pensar.

A questão da cobrança é muito interessante porque vai tentar imprimir racionalidade. É necessário também que a água tenha função econômica, senão fica difícil cobrar da pessoa que a utiliza.

Trago uma questão para pensarmos, e não vou trazer a resposta: a cobrança da água da transposição do São Francisco, quem vai pagar por ela?

Não precisam me responder. Levem para casa esta pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO JARDIM – Então, vou ajudar a tomar decisões. Devem ser só os que utilizarão a água ou será o Brasil inteiro? Quanto custa o fato de haver pessoas saindo do Nordeste para outros centros, criando problemas de transporte, de segurança pública, de educação, de saúde? Quanto vai deixar de custar? Vale a pena continuar pagando esse outro preço social ou será que vale a pena pagar menos e termos condição de manter o nordestino no Nordeste?

Se for só aquele que usa, será que o que não tem condição nenhuma de garantir o pagamento pela água vai poder de fato ser atendido? Meu medo é de que tenhamos um investimento público que, em vez de cumprir u função social de um bem social que é a água, aumente a diferença de distribuição de renda no lugar.

São questões que eu não estou dizendo que vão acontecer ou que não vão acontecer, mas que devemos refletir sobre elas, sob pena de perdermos oportunidades.

Os planos. Poderíamos falar muito sobre planos de recursos hídricos. Eu coloquei a palavra "fácil", embora não seja tão fácil assim, porque é muito mais fácil fazer um diagnóstico do problema.

Vamos fazer prognósticos. Que cenários vamos montar? Se pegarmos o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Plano da Bacia do São Francisco, observamos os cenários que foram propostos e compararmos com os cenários que enfrentamos, eu pergunto: conseguimos montar bons cenários?

Planejar significa ter uma mala pronta para qualquer viagem que eu faça? Tenho que saber para onde eu vou e o que eu vou fazer. Então, diagnosticar bem os problemas que nós temos é muito importante, mas preciso saber aonde quero chegar. Nenhum plano será de fato efetivo se eu não souber aonde eu quero chegar. Vivemos em uma economia liberal. Para saber aonde queremos chegar em processos de atividade econômica, será necessária muita maturidade de nossa sociedade.

Muitas vezes, nossos planos conseguem ter um foco muito maior na infraestrutura que precisamos ter para fazer frente ao conjunto de evoluções de demanda, isso confrontado com a definição das limitações de disponibilidade. Aí, vamos atrás dessa programação de infraestrutura que é importantíssima para garantirmos a possibilidade de estarmos – desculpem-me, pois não sei se o termo é apropriado – na ordenação da natureza para atender os interesses do homem, como se a natureza fosse uma coisa caótica, desordenada. Precisamos nos estruturar para conviver com os nossos interesses e as nossas necessidades. Precisamos ter muita inteligência nesse processo.

Trago, então, algumas questões para o grupo pensar, e não preciso das respostas agora:

– Será que os planos de bacias conseguem cumprir seu papel sem que se tenha claro o modelo de desenvolvimento regional que se quer? Acho muito difícil, mas será que é possível?

- Como construir este modelo sem um pacto da sociedade local?

- Como construir este pacto com desigualdade de conhecimento, de informação e de oportunidades? E é muito importante que tenhamos todos ou pelo menos uma grande maioria conduzindo o que se quer para a sua região, sob pena de termos disputas o tempo todo – como uma disputa entre Flamengo e Vasco, entre Bahia e Vitória, entre Grêmio e Internacional, exemplos de outro campo. Seria uma disputa entre pessoas de uma mesma região, torcendo para que dê errado o que o outro quer. Isso é complicado.

- Como construir este pacto sem uma clara definição dos limites de exploração a que se deve submeter o ambiente? Nosso limite de imaginar, de pensar é muito grande, mas a natureza tem os seus limites físicos.

- Neste contexto, quanto das águas se apresenta como recurso hídrico? Entendem bem essa pergunta? Nem toda água é recurso hídrico. O recurso hídrico é aquela parcela da água que vai funcionar como um recurso.

Para isso, eu posso ter muitas respostas diferentes. Posso querer das águas maior percentagem como recurso ou menor percentagem como recurso, dependendo do que eu quero para o meu modelo de desenvolvimento. Esse meu limite, que não é único, tem a sua capacidade de ser viável ou não se eu extrapolo determinadas situações. Se eu conservo demais, talvez não permita a produção dos bens necessários para o desenvolvimento social e econômico; se avanço demais, talvez o próprio desenvolvimento não se sustente. Então, precisamos ter muita clareza sobre esse tema.

- No cenário político e institucional, que papel caberá a cada Estado produtor e usuário nessa discussão do São Francisco? Quando falo "Estado" significa "Estado produtor", e já se falou aqui que Minas e Bahia são Estados considerados produtores de água. E há os "Estados usuários".

Qual o papel dos Estados usuários – Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e, agora, mais Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará? Alguém provavelmente já deve ter essa resposta fácil no bolso. Estamos passando agora por uma seca. Vão acontecer anos melhores, anos assim, anos piores. A natureza é assim nessa região.

Vamos imaginar que o canal da transposição fosse um só; não os dois eixos, norte e leste. Esses dois canais juntos podem transportar 126m^3 por segundo e o que se vai tirar cotidianamente serão 26m^3 por segundo. Para se tirarem os 126m^3 por segundo, Sobradinho tem que estar transbordando... Há uma série de condições. Imaginem os senhores que, em uma situação de estiagem como esta, com Sobradinho mais ou menos como está, um pouco melhor até, vamos mandar só 26m^3 por segundo, passando-os abertos por uma região em plena seca. Nesse caso, a água vai com endereço – essa água é para ser utilizada em tal lugar, em tal lugar e em tal lugar. As pessoas vão ver essa água passar e vão saber que não podem mexer nela.

Se não estiver bem definido o que cabe a cada um... Não existe moeda com um lado só. Toda moeda tem dois lados, e eu não conheço uma moeda que tenha um lado grande e um pequeno. Tudo pode ser muito bom ou muito ruim.

Requisitos indispensáveis a meu ver, e não sou dono da verdade:

– Modelo de desenvolvimento calcado nas potencialidades e limitações ambientais regionais, inclusive da água. Sem esses modelos de desenvolvimento pensados, discutidos, debatidos, assumidos pela sociedade de uma região, podemos gastar todo o esforço que for em planejamento de recursos hídricos, mas não vamos conseguir nada. Vamos só conseguir fazer bons diagnósticos, mas não vamos conseguir conduzir o processo, porque ele anda ao gosto de cada um. Por melhor que seja sua intenção, por mais certeza de que esteja certo o que se está fazendo, só olhamos para nós mesmos. É como se eu tivesse um grande saco e muitos dentro dele fazendo força, cada um para um lugar diferente: quem está de cima olhando não vê o saco sair do lugar, porque a força é grande, mas em várias direções, muitas concorrentes.

– Gestão integrada dos recursos hídricos estabelecida a partir de um Pacto Federativo sobre as águas da bacia. Não consigo ver nenhum sucesso de gestão de recursos hídricos – e posso estar errado, porque não sou dono da verdade; pode ser uma grande limitação minha – sem que Minas, Bahia e os outros Estados façam um Pacto Federativo sobre essas águas, sob pena de não termos uma água de integração nacional.

– Processo de gestão das águas que utilize um amplo conjunto de indicadores e em permanente estado de avaliação. Precisamos tratar o sistema de gestão como os médicos nos tratam, verificando glicemia, TGO, TGP.

Preciso medir o sistema de recursos hídricos o tempo todo e saber para onde quero conduzir o processo. Tenho indicadores que estão em um ponto e quero conduzir para outro. O que eu faço para essa condução? Fiz. Conduzi? Sim ou não; se não, por que não conduzi? Não adianta fazermos um monte de coisas, como um time de futebol que contrata um monte de jogadores. Posso dizer que meu time fez tantos cruzamentos na lateral direita e na lateral esquerda, roubou não sei quantas bolas no meio de campo, fez tantos passes em profundidade, o goleiro fez tantas defesas, não sei quantas coberturas perfeitas. Mas ganhou quantas? Aí, já é outro problema!

– Que cada cidadão tome para si a garantia dos pactos firmados. Sem isso, tudo que eu falei de nada adianta. Lembro a educação ambiental, mas não a educação ambiental em uma disciplina chamada Ecologia, que tem ponto a, b e c, em que o aluno tem de saber responder as perguntas de cada um dos assuntos em uma prova objetiva.

Tenho que fazer da educação algo que transforme pessoas. Se eu não fizer isso, não preciso de educação, talvez até atrapalhe. Preciso de educação que transforme pessoas.

Se os senhores virem alguém mexendo em alguma coisa de outra pessoa, serão capazes de denunciar essa pessoa? Se os senhores virem alguém usando água de um rio sem estar outorgado, irão dizer: "Companheiro, vá lá pedir sua licença"?

O Estado tem que ir atrás da pessoa? A pessoa tem direito de fazer o que quer? O Estado tem que ser uma polícia em uma questão como essa?

Acho complicado fazer uma boa gestão se cada um não tiver em si a vontade de fazer bem feito; se não tiver vergonha de fazer mal feito, mesmo que seja sozinho. Se eu não tiver pessoas pensando assim, não adianta nenhum esforço. Quer dizer, não sou dono da verdade.

Quais indicadores? Hoje temos indicadores de quantidade, qualidade e demanda, falando aqui em balanço hídrico para saber quanto tenho e como está. Preciso de indicadores que meçam como está funcionando o sistema de gestão e como está a interação institucional. Um plano de recursos hídricos muitas vezes faz um grande esforço para ver como faz para ajustar o interesse do setor da agricultura, com o interesse do setor da geração, com o interesse de tantos setores que já fizeram os seus planos olhando cada um para o seu umbigo, e tentamos ajustar isso.

Não seria melhor que tivéssemos esses planos saindo daquilo que é possível fazer em relação à água que temos? Temos que transformar o hábito de planejar. Os setores não podem funcionar sozinhos e independentes, mas devem trabalhar integrados.

Outro ponto que considero importante: as funções da água. Preciso medir as funções da água.

A função natural, como meço isso? O Rio São Francisco, que todos aqui conheceram, se quisermos que ele volte a ser o que era, precisamos voltar a ter uma atividade econômica como tínhamos antigamente no rio. Vamos ter o rio, mas não vamos ter mais aqueles locais onde hoje se desenvolve uma série de coisas, com capacidade econômica e qualidade social que a bacia passou a ter depois de certo tempo.

Até que ponto posso abrir mão da função natural da água para que ela vire um recurso hídrico?

Esse recurso vai cumprir uma função econômica e uma função social. É justo e correto que a água cumpra uma função econômica. Por quê? Porque é a forma que eu tenho de transformar um bem público em uma

coisa que retorne para a sociedade, de diversas formas. Há também uma função social: ela está gerando empregos, criando várias situações.

Uma boa política de gestão de recursos hídricos deve garantir a função natural adequada, sabendo que vou mudar, vou perder parte da função natural, mas de forma consciente, responsável, para que eu possa maximizar o retorno econômico da água, priorizando seu máximo retorno social.

(Intervenção fora do microfone.)

É o tempo? Já estou quase acabando. Eu falo demais. É um problema.

Precisamos pensar na revitalização das águas, da bacia, não só do meio físico, mas o ser que mora nela, e do sistema de gestão.

Só mais um ponto – e vou pedir um pouco mais da paciência dos senhores. O sistema de gestão da água, no Brasil, é pensado da seguinte forma: se eu tenho um conflito, vou colocar as pessoas para discutir. Isso é interessantíssimo. Não podemos perder isso. Se não tomarmos cuidado, vamos perder isso. Não podemos estabelecer que, para ver quem tem razão, seja necessário recorrer à Justiça. Esse é outro caminho. Esse caminho sem diálogo, sem cada um entender o que está acontecendo com o outro, sem cada um colaborar um pouco com o outro não vai conduzir a um bom processo de gestão da água, na minha forma de ver.

Revitalização, só para terminar, não é somente o que fazer, mas também quanto fazer, onde fazer, quando fazer, por que fazer, o que quero obter como resultado e como verifico a efetividade da ação. Não adianta só ter um programa que nos indique várias ações que fiquem como as várias pessoas que empurram um saco em várias direções sem ir a lugar nenhum. Não estou dizendo que isso aconteça. Estou pedindo que tomemos cuidado para que não cheguemos a uma situação como essa.

Desculpem o tempo que passei.

Muito obrigado.

Estes são os meus contatos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Dr. Bruno é Diretor do nosso Instituto do Meio Ambiente da Bahia, o Inema.

Passo a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, só porque acabo de receber, dentro da palestra feita pelo Sr. Bruno...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A palavra está comigo ou com o Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Todos terão direito. Ambos terão direito à palavra.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sei que será muito importante a exposição do Felipe, da Codevasf, mas tenho que sair e queria fazer pequenas ponderações.

Primeiro, dizer para o Jarbas que tenho repetido aqui que, se os paulistas tiveram o azar de ter uma crise hídrica, o Brasil teve sorte. Penso dessa maneira. Acho que esse tema vem para a pauta com muito mais rigor depois da crise hídrica em São Paulo.

Segundo, penso que precisamos reconceitualizar nossas cidades do ponto de vista da urbanização, do saneamento. Não podemos manter esse sistema impermeabilizante, que pega a água e manda para o lago, para o rio, etc., e a água vai embora. Com isso, não vai ter água subterrânea. É preciso ser reconceitualizado. E nós temos conhecimento, tecnologia e metodologia para fazer isso, mas falta uma coisa importante, e quero fazer esse registro: decisão política.

Já fizemos duas audiências nesta Comissão sobre o Rio Araguaia. Os cientistas que chamamos vieram. Os atores públicos vieram. Quando chamamos o institucional, que foram os secretários de Meio Ambiente e de Agricultura dos Estados, eles não deram retorno. Então, estamos com uma audiência pública suspensa sobre o projeto de lei da Senadora Kátia Abreu que cria certas restrições para a calha do Rio Araguaia. Estou realizando essas audiências públicas, mas, na hora de vir aquele quer precisa tomar a decisão, não houve retorno.

Vamos retomar, refazer contato com todos. Nós, felizmente, em relação ao Rio Araguaia, estamos em um estágio ainda melhor do que no Rio São Francisco.

Terceiro, sou do Triângulo Mineiro, onde cresci, e não me lembro de ter problema no bico do Triângulo Mineiro de crise hídrica, de problemas hídricos, mas hoje isso existe. Mas também não havia a devastação desenfreada que existe hoje.

Segundo eu penso, Prof. Bruno Jardim, temos conhecimento suficiente, temos condições de rever isso, de refazer isso. Nada assusta mais que falar que a pessoa vai passar sede. Este é o momento. Temos de potencializar essa crise hídrica que estamos vivendo e fazer dela um instrumento de construir a conscientização das pessoas no sentido de que todos podem contribuir, sob pena de acontecer o que o senhor falou. Se não transformarmos o cidadão para que ele tome consciência e participe, vamos continuar com o conflito, que vai para a Justiça, onde não vai ser resolvido, porque um ganha e todos perdem.

As minhas considerações, por fim, são para parabenizar o Senador Otto pela realização da audiência e dizer que, quando V. Exª for, estou me convidando para ir junto, se a agenda permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está convidado a ir a Bom Jesus da Lapa não só para ver a situação do rio, mas para receber as bênçãos de Dom Josafá, o nosso Bispo. Está aqui o Prefeito, o Eures.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Um abraço. Obrigado. Preciso me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Desculpe-me, Presidente. Não quero interromper de maneira alguma a audiência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É só para refletir. Acabo de receber uma mensagem que vem muito do que o Dr. Bruno coloca como necessidade de educar as pessoas para este momento que estamos vivendo. Diz a mensagem:

Enquanto os comerciantes de Governador Valadares aumentam o preço da água mineral, os taxistas de Paris desligaram os taxímetros para levar o máximo de pessoas para suas casas.

Acho que isso mostra muito o que é a participação do cidadão diante do caos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Uns pensam em ganhar dinheiro; os outros, em contribuir para o bem de todos. Então, acho que essa tese...

Achei a exposição do Dr. Bruno muito bem balizada. Nada de preconceito com a ou b. É questão de achar o ponto de equilíbrio, o ponto entre a economia, o social e o recurso hídrico.

Então, é algo que realmente nos agrada porque estamos vivendo essa realidade: nem tanto ao céu nem tanto a terra; nem se bloqueia tudo nem se libera tudo. Há necessidade de o cidadão entender que aquilo é fundamental nessa hora e abrir mão de algumas condicionantes que estão ali sendo aplicadas.

É isso que acredito que possa ser feito. Concordo com o amigo Robson, que colocou também contra fazer-se uma transposição sem antes recuperar as bacias. Então, vemos um somatório de ideias e temos que ter essa base.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quero dizer aos senhores uma coisa só. Vou testemunhar esse fato. O Senador Otto tem sido um guerreiro nessa parte. S. Exª tem dedicado quase que o tempo todo, na presidência desta Comissão, a chamar a atenção para uma crise que é real e que nós, brasileiros, temos que encarar como algo sério e não como aquilo que colocou o Dr. Bruno também – só uma matéria da escola para dizer a ou b sobre o meio ambiente, sem dar consciência do que deve ser feito, para que as outras pessoas também se conscientizem da sua parcela.

Muito obrigado.

Desculpe, Sr. Presidente, a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concordo com V. Exª. O que aconteceu na França foi culpa do fundamentalismo, do radicalismo, do não entendimento para se chegar a uma solução.

Aqui, sobre o Brasil, li a entrevista do Presidente Bill Clinton, que disse que este País tem tudo para dar certo: que não temos guerra religiosa, vulcões e que temos uma série de recursos naturais, mas que falta realmente o entendimento e os governos tomarem a responsabilidade de fazer o que é preciso para o País.

Concedo a palavra ao Presidente da Codevasf, Dr. Felipe Mendes Oliveira, que assumiu recentemente, em maio, e que vai falar da ação da Codevasf, com responsabilidade apenas pelo período dele.

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Presidente, Senador Otto Alencar, Senador Fernando e Prefeitos.

Vim mais para ouvir do que para falar. Vou passar uma apresentação rapidamente, mas começaria, Senador, dizendo que não sei chinês, mas há um ideograma que significa governar; tem o sentido etimológico de cuidar dos rios. Fui uma vez a um jantar na embaixada da China e pedi ao embaixador chinês...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Queria só destacar aqui a presença do Conselheiro Leonardo Carvalho, do Conselho Nacional do Ministério Público. Agradeço a presença de V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

Exatamente. No Senado. O Leonardo é jovem, mas tem uma capacidade muito grande na área jurídica e sei que vai contribuir.

Agradeço a presença, e boa sorte.

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Pedi, Senador, ao embaixador da China que desenhasse esse ideograma. Eu tenho guardado. Ele fez no cartão de visitas dele. O ideograma "cuidar dos rios" envolve uma sabedoria milenar que precisamos também aprender e praticar.

Rapidamente, essa é a área de atuação da Codevasf. Temos o Vale do Parnaíba, Itapecuru e Mearim, no Maranhão, que foram acrescentados posteriormente.

Aqui, é a estrutura operacional das superintendências. Temos 14 escritórios de representação e apoio técnico e 8 centros de aquicultura, o que demonstra que a empresa Codevasf tem uma estrutura organizacional e uma equipe técnica capazes de responder aos desafios que o Governo possa colocar para ela.

Essa é a área de atuação e a população. Temos, no São Francisco, 18 milhões, que é o povo que estamos discutindo agora.

Aqui, a origem da Codevasf para mostrar que, no início, já tínhamos a preocupação de regularização do curso das águas, naturalmente com muito mais sentido de navegação e de aproveitamento hidrelétrico.

Na Mensagem de 1950, o Presidente Gaspar Dutra falou sobre regularizar a vazão, reflorestar, restaurar o solo, tudo que precisamos também fazer hoje. Há 65 anos estamos discutindo esse problema.

Aqui, rapidamente também, porque são números e ninguém vai decorar isso: no primeiro PPA, 2004-2007, tivemos quase R$1 bilhão de recursos no Orçamento; no segundo PPA, 2008-2011, R$1,627, para as ações de revitalização das bacias de modo geral; em 2012-2015, em cujo exercício ainda estamos, R$16 bilhões para os diversos ministérios e entidades, e a Codevasf com R$1,1 bilhão.

Ainda no período 2004-2015, em todo o período, tivemos R$18 bilhões, sendo créditos orçamentários, dos quais R$3,6 bilhões, menos de 20%, para a Codevasf.

Aqui, o resumo geral de todos os PPAs para Codevasf: R$3,6 bilhões, e ainda estamos em execução. Vamos entrar em 2016 com recursos dos anos anteriores.

O Programa de Revitalização da Bacia de São Francisco, e aqui temos os três principais componentes, envolve: esgotamento sanitário, 73% – e essa é uma grande discussão que precisamos fazer no Senado, no Congresso Nacional; processos erosivos, que é especificamente o que se está discutindo agora, reflorestamento, contenção de assoreamento, etc., 10%, R$160 milhões; e abastecimento de água, R$300 milhões. Já foi pago R$1,7 bilhão apenas.

Aqui, um pequeno quadro resumo por Estado e alguns projetos ainda em execução. Alguns foram paralisados por vários motivos e podem ser retomados, e outros, excluídos pelo Ministério do Planejamento por várias razões e também podem ser renegociados. Somente Minas Gerais e Bahia são os dois Estados com maior quantidade.

Empreendimentos por Estado: cinco metas concluídas e duas em execução. Minas Gerais e Bahia, novamente, com as maiores quantidades.

Especificamente sobre o sistema de abastecimento de água, chamando a atenção para a Bahia com 46 paralisados – questões com prefeituras, etc. Há excluídos por razões operacionais também.

A seguir, ilustrações do que vem sendo feito a respeito especificamente daquela ação de contenção de processos erosivos. São barragenzinhas, terraços em curva de nível, e a agricultura moderna precisa atuar dessa forma, cercamento de nascentes, matas ciliares, adequação de estradas, contenção de margens, estabilização de voçorocas.

Esse é um exemplo que a equipe técnica da Codevasf insistiu que eu trouxesse porque representa uma boa ação que a Codevasf tem feito em Minas Gerais, Felixlândia. São dezenas de barragenzinhas, com as curvas de nível, terraceamento, o que evita o assoreamento dos rios.

Aqui alguma coisa já feita nas margens.

Aqui a contenção do assoreamento.

Há nascentes preservadas em Minas e na Bahia. Em Minas, 1.177. A maior quantidade também em Minas Gerais – isso com uma menor quantidade de recursos, como já vimos.

Aqui, as perspectivas. A Codevasf não é só executora, mas está estudando bem esse assunto. Temos a produção de água no Vale do São Francisco: quanto mais escuro mais produtor de água.

Aqui a nossa preocupação: a produção de sedimentos. Nas principais regiões aqui, produzem-se mais sedimentos. Nesse ponto está a preocupação maior.

Este é um exemplo de uma situação que não é só do Rio Paracatu. Aqui, a contribuição do Rio Paracatu com sedimentos para o Rio São Francisco. Note-se que aqui está todo verde e aqui já começa a clarear com a areia, os sedimentos.

Esse é um resumo do que estamos preparando no Plano para 20 anos. É uma ideia que está em gestação. Tivemos maior preocupação, até agora, com a qualidade da água e, agora, a quantidade é a grande preocupação, já que os rios estão secando, estão morrendo, sem descuidar-se dessa questão da economia sustentável, da educação ambiental, como já foi dito aqui.

Precisarmos ter uma articulação institucional. É preciso que o Ministério do Planejamento realmente assuma a coordenação geral desse assunto que envolve diversos ministérios, entidades, empresas e autarquias do Governo Federal, Estados – temos boas parcerias com as Prefeituras de Minas e Bahia, especificamente. Os comitês de bacia também são importantes, agências reguladoras e organizações da sociedade civil, que é o que precisamos incentivar mais ainda.

Anteontem, os jornais publicaram uma matéria sobre o fotógrafo Sebastião Salgado, que esteve com a Presidente Dilma. Ele tem um trabalho excelente na região onde ele nasceu, na fazenda em que ele nasceu, para reflorestamento, para plantação de matas, etc.

Aqui, Senadores, deixei, por último, 2016-2019. A Codevasf teve uma limitação de recursos para preparar o PPA 2016-2019. Temos R$341 milhões apresentados. Isso é mais ou menos a média dos últimos quatro anos!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Não acabaram só com a Codevasf, mas com o Rio São Francisco também.

Essa é uma quantia realmente insuficiente. Isso é a média do que se vinha gastando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Essa é a média anual de...

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Do PPA 2016-2019, R$341 milhões.

Voltando aqui, e não sei onde está mais, no resumo geral...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, o senhor tem em mente quanto se pagou esse ano de transposição?

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – A transposição diz respeito ao Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, mas não é a Codevasf?

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Quem executa é o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é a Codevasf que faz?

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Não. É o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor não tem ideia?

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas nós temos.

(Intervenção fora do microfone.)

Esse ano, pelo relatório do TCU, foi pouco mais de R$1 bilhão. Já se pagou, neste ano, pouco mais de R$1 bilhão na transposição.

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Um total de R$8 bilhões já foram executados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Na revitalização, absolutamente nada!

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Queria chamar a atenção de V. Exª, Senadores, para o fato de que a média de crédito anual de 2004-2015, e não estou nem falando de recursos liberados, foi R$331 milhões. No total do PPA que o Senado e a Câmara estão discutindo e votando, vamos ter apenas R$341 milhões.

Esse é um dos problemas que eu gostaria de deixar em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aprovamos aqui, Presidente, na Comissão de Meio Ambiente, uma emenda de R$300 milhões para revitalização. A Bancada da Bahia fez uma emenda de Bancada de mais R$300 milhões também para revitalização. Vão constar como emenda no Orçamento – não sei se isso será efetivado – R$600 milhões para o próximo ano para revitalização – R$300 milhões, da CMA, mais R$300 milhões, de emenda da Bancada da Bahia.

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA – Para terminar, vou fazer uma homenagem ao Senador Otto Alencar, que, no seu primeiro discurso, três dias após tomar posse – e tenho que ler, Senador –, no dia 4 de fevereiro, defendeu a questão da água, das nascentes, dos rios, do Rio São Francisco, e, logo depois, no dia 19 de março, dia de São José, o desassoreamento, a revitalização, o plantio das matas. Esse é um guia que precisamos seguir.

Para encerrar, em 1977, o grande Carlos Drummond de Andrade escreveu o poema Águas e Mágoas do São Francisco, que começa assim:"Está secando o velho Chico. Está mirrando, está morrendo". Para não deixar também, Guimarães Rosa: "Vim te dar um gole d'água [ao São Francisco], mas pedir tua benção".

E é isso que eu gostaria que todos fizessem.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Dr. Jarbas Soares cunhou uma frase que acho lapidar para o São Francisco. Ele disse que o Rio São Francisco, como todo doente generoso, faz mais pelos outros do que por si. Realmente, o Rio São Francisco fez mais, deu água para beber, para consumo animal, industrial, gerou energia, irrigou, mas não recebeu absolutamente nada. A generosidade do Rio São Francisco foi muito grande para o Nordeste, para o Brasil.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente e convidados, primeiro, quero parabenizar o Sr. Bruno. Para mim, foi muito importante sua aula. Foi uma aula. Aprendi muita coisa hoje, aqui, sobre a questão hídrica.

Quando falamos em revitalização, pensamos em grandes projetos, grandes cifras, e não fazemos as pequenas coisas. Com isso, os rios chegaram aonde chegaram. Considero que temos uma morte anunciada dos nossos rios. Estamos discutindo o São Francisco, porque ele foi o escolhido, a política pública escolhida, mas temos a morte anunciada de muitos rios. Precisamos começar a pensar neles todos.

O Senador Paulo Rocha falou do documentário. Acho que poderíamos fazer não só do São Francisco, mas vários documentários e ficar passando na TV Senado. Acho que isso é importante.

Falo, por exemplo, do Rio Parnaíba, e quero começar a pautar esse tema nesta Casa, porque é um rio também de unidade. Ao contrário da definição dos livros, que dizem que é um rio que separa o Maranhão do Piauí, ele é um rio que une o Maranhão e o Piauí. Sem ele, esses dois Estados não existem. Mas ele também está agonizando. Ele também está pedindo socorro.

A grande questão é que nos chocamos com algo que acontece – por exemplo, como o que aconteceu, agora, com o Rio Doce –, nos escandalizamos, mas, depois, nos acalmamos, e a coisa passa e vai acontecer com outro. Nos perguntamos se, no Rio Doce, aquela barragem estava sendo monitorada; se, desde a construção, ela foi monitorada; se foram devidamente monitorados a construção e o funcionamento dela para chegar àquilo. Há todo um antecedente que deixamos de fazer – não só os governos, mas também nós, aqui.

Por isso, aposto realmente na questão da educação ambiental, e não com o viés da cobrança. Deve-se falar disso nas escolas, primeiro, porque menino aprende fácil. Ele incorpora o aprendizado. Não é só decorar. Então, é preciso que não seja uma matéria de cobrança, mas de conscientização. É preciso discutir essas questões na escola, começando na escola os processos inclusive de ações que a própria escola pode fazer sobre a questão ambiental.

Agora, há uma questão séria, que é a questão povo. Quando começamos os projetos, não envolvemos o povo nas discussões. Se houver um grupo organizado e consciente, ele vai brigar, e já começa brigando. Antes de começar, os projetos tinham que ser tratados com a população, porque ninguém melhor do que a população ribeirinha, por exemplo, para conhecer o rio. Ele pode até degradar, mas faz isso inconscientemente. Se ele é educado, vai ser o guardião dessas águas. Mas não há essa discussão. O projeto chega e vai sendo executado até que alguém levante a voz, e já é a briga, a disputa.

Há um projeto em andamento, o Matopiba, que é a salvação da lavoura para o cerrado. Não somos contra o Matopiba, a última fronteira agrícola, mas a forma como ele está chegando. Tenho sido uma peregrina de andar no meu Estado e alertar as pessoas sobre a questão do Matopiba, não para ser contra, mas para chamar a atenção para o que pode acontecer, porque é uma região de muitas nascentes. O agronegócio, quando chega, vem com o trator. Ele se personifica nos tratores que chegam para derrubar e plantar. Se não tiver ninguém cuidando das nascentes, vamos perdê-las.

Eu percorri, Senador Elmano, a estrada de Santa Filomena, e não vemos nada em muitos quilômetros, só soja. Quando se vê o reflorestamento, é eucalipto. Ouvi de um cidadão – é sabedoria popular, não sei se é científico – que debaixo do eucalipto não tem nenhum animal porque não nasce nada debaixo do eucalipto. O animal precisa se camuflar. Como não tem onde camuflar-se, não tem animal. Em cima, também não há nada, porque passarinho não fica em eucalipto. Não tem passarinho em mata de eucalipto. Ele disse que o cheiro é ruim. O passarinho não gosta. É uma sabedoria popular que precisa ser investigada, mas acontece.

No meu Estado, desmataram a Caatinga. Andamos quilômetros e quilômetros e só vemos eucalipto. Fui, agora, para São João do Piauí e percorri a estrada do eucalipto.

É aquela história que já foi dita aqui. O técnico de fora chega e diz qual é a planta que vai reflorestar mais no rio. Não pode! Quem tem que dizer é o ribeirinho. Ele sabe que planta tinha ali. Eles chegam e querem reflorestar com eucalipto. Não dá!

A questão ambiental para mim é fundamental. Falo da questão da educação, de conversar com as pessoas, de envolver a população em qualquer projeto que vá ser desenvolvido.

O Matopiba é o segundo projeto que está aí e que vai gerar muitos conflitos inclusive. Sou do Governo. O Governador é do meu Partido. Estão dizendo que eu ando por aí falando mal do Matopiba. Não! Eu não ando falando mal. Estou alertando as pessoas, os pequenos principalmente. As minhas reuniões são no sindicato dos trabalhadores rurais, porque eu converso com eles: "Se vocês não ficarem atentos, vão perder os rios, as terrinhas de vocês, se vocês não se incorporarem para discutir. Vocês têm de entrar nesse projeto. O projeto não é só dos grandes produtores. Tem que ser para vocês também. Vocês têm que estar lá dentro para discutir para não deixar matarem as nascentes".

Envolver o povo é a principal tecnologia que temos. Está ao alcance de todos, mas parece que é tão difícil envolver a população, até pelo que já foi dito aqui, os saberes desiguais. Parece que as pessoas não têm paciência de conversar com o povo, que não tem o saber dos ditos sabidos, que chegam com suas palavras diferentes. Eles não têm paciência de conversar com o povo. Essa é a grande questão.

Acho que temos de pautar outros rios, Senador, Presidente da Comissão. E o Rio Parnaíba está na fila para ser pautado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Depende só de V. Exª pautar e marcar a data. Farei com muita alegria uma audiência pública para discutir, sem nenhuma dúvida. Inclusive está na área da Codevasf.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Otto Alencar pela iniciativa, inclusive inovadora, trazendo um homem da cultura, um cantador, um poeta, uma inovação que até movimentou aqui...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador, me esqueci de falar aqui que é uma ferramenta importante. V. Exª está de parabéns. A música é uma ferramenta para educar o povo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quando terminar aqui, ele vai cantar uma música de um grande amigo nosso, Geraldo Azevedo, poeta belíssimo de Petrolina, que nasceu em um lugarzinho chamado Jatobá. Ele vai cantar Barcarola de São Francisco, que é de Geraldo Azevedo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está fazendo *shows*? Ele agora fez um DVD só sobre o Rio São Francisco. Todas as músicas, inclusive uma de Caetano, O Ciúme. O Geraldo cantou o Rio São Francisco, o Xangai, o Caetano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...Luiz Gonzaga. Todos cantaram o Velho Chico.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Inclusive recordou o Gonzagão. Quero dizer que Luiz Gonzaga cantou muito bem o Velho Chico, o Nordeste, o Velho Chico cheio, o Velho Chico vazio, a cultura, a esperança; enfim, Luiz Gonzaga foi um grande precursor, que levou ao Brasil a importância do Rio São Francisco.

Quero me somar ao nosso eterno Ministro, que conhece profundamente esses problemas, nosso Senador Fernando Bezerra.

Quero cumprimentar os demais Senadores, na pessoa de V. Exª, e cumprimentar os nossos convidados palestrantes na pessoa do nosso conterrâneo, Presidente da Codevasf, ex-Deputado Federal por três manda-

tos; o secretário mais jovem da Fazenda do Estado do Piauí, há mais de 30 anos, 40 anos; secretário de Planejamento – ele tem uma história no Nordeste!; professor universitário; livros escritos sobre os problemas que nós estamos discutindo aqui.

Eu queria cumprimentá-lo, Otto, sobretudo pelo nível dos convidados, que aqui fizeram excelentes exposições, mas uma me chamou a atenção, a do nosso Robson. Falou o homem que vive os problemas. Ele foi muito feliz aqui nas suas colocações, e me parece que pessoas como ele não são ouvidas aqui em Brasília, aqui nesses gabinetes encarpetados e refrigerados de Brasília. É preciso que esse pessoal desça à planície para conversar com os técnicos, com aqueles que vivem problemas dessa natureza.

A minha intervenção aqui é no sentido de fortalecer as colocações da nossa querida Senadora Regina. Estiveram aqui os três Senadores do Estado do Piauí – o Senador Ciro, a Senadora Regina, que continua, e nós outros também estamos aqui –, para falar sobre o Rio Parnaíba.

Inclusive, hoje, a Codevasf, que nasceu só para preocupar-se com o São Francisco e toda a sua bacia, estendeu-se posteriormente, há 15 anos, ao Rio Parnaíba e toda a sua bacia hidrográfica e, mais recentemente, à área lá do Maranhão.

Então, o Parnaíba está morrendo, mas estão morrendo todos os rios do Brasil, essa é a realidade. Brevemente, nós vamos estar discutindo – não sei se na nossa geração – problemas dessa natureza na hileia amazônica, na Amazônia.

O Robson foi feliz quando falou nos estudos hidrológicos que apontaram a redução na vazão do São Francisco. Lembro-me, há 20 anos, quando se começou a falar em transposição, na Bahia de V. Exª, nobre Senador Otto, houve uma reação à transposição, liderada, inclusive, pelo ex-Senador Antônio Carlos Magalhães e outras lideranças.

Eu também entendo que nós temos de fazer – eu até tenho conversado com o nosso Senador Fernando sobre isso – a transposição de bacias, principalmente do Tocantins para o São Francisco. Queremos discutir que não há necessidade. Há, sim, necessidade! Nós já deveríamos estar trabalhando nisso. Aliás, um pequeno parêntesis: nós perdemos o planejamento neste País. Não há mais planejamento. Hoje, acontece uma coisa numa região ou noutra, e ninguém centraliza as informações.

Daí por que sempre temos sido contrários à extinção dos organismos regionais. Estão praticamente extintos, como hoje a força da Codevasf, há anos; e o DNOCS agoniza; a Sudene eu vi nascer e vi morrer. Não gostaria de ver morrer o DNOCS. Isso é a exteriorização, a materialização da crise – e eu vou repetir isto, sempre, nas oportunidades em que eu estiver nesta Casa – do Estado brasileiro.

Estão acontecendo coisas neste País, e o Estado não está presente. O Estado não mais atende os problemas e, aliás, as aspirações da coletividade. Isso em qualquer parte do Brasil. Então, a crise que nós temos é uma crise de Estado. Estamos vendo morrer as instituições. Há insatisfação coletiva com relação à política, aos políticos e ao Estado.

Essa coisa que aconteceu em Mariana, há cinco anos aconteceu no Piauí. Uma barragem de 52.000.000m^3 se rompeu. O País não tomou conhecimento, porque foi no Piauí, como o nobre Robson foi muito feliz em dizer. E eu disse também aquilo.

O problema da água, da segurança hídrica, que se abate sobre as cidades, é que, de cada 100 pessoas, 84 moram nas cidades do Brasil. Então, esse problema, se é pelo lado do Nordeste... O Brasil viu a dimensão humana, o impacto sobre as pessoas da falta de água, porque São Paulo, o cérebro deste País, econômica, financeira e politicamente, teve esse problema. Então, entrou na pauta nacional, mas o problema se arrasta. Nós estamos reunindo o DNOCS, em reuniões quinzenais, para tentar salvar aquela instituição.

Então, eu queria só aproveitar esta oportunidade aqui e dizer que – os três Senadores do Piauí, coincidentemente, estiveram aqui – o Parnaíba está morrendo. Um dos afluentes mais importantes do Parnaíba, que banha Teresina – Teresina é a Mesopotâmia! – entre o rio a que ela se referiu, o Rio Parnaíba, que une o Piauí ao Maranhão, é o Rio Poti. Hoje, você não vê lâmina de água sobre o Rio Poti dentro da cidade de Teresina. Os aguapés você só vê... porque se transformou no canal principal de esgoto a céu aberto na cidade de Teresina, onde eu passo, como Senador da República, sobre o rio, pelas pontes, o Governador, toda a estrutura do Estado, quer dizer, Deputados... Aliás, esse esgoto a céu aberto do Rio Poti está em frente à Assembleia Legislativa, a 50m, e a 50m da Companhia de Águas e Esgotos do Estado.

Sim, é uma coisa que acontece, e nós nos omitimos. O Estado não está mais presente. O Estado brasileiro é autofágico. Não há mais recursos. Eu vejo aqui: o próprio Presidente da Chesf e todos os órgãos deste País não têm mais recursos para investimento.

Ontem, eu estava numa reunião. Permitam-me que eu me alongue um pouquinho, porque é preciso. Eu sempre falo pouco, mas no pouco que eu tenho eu preciso dizer determinadas coisas. Estávamos numa reunião na Comissão de Infraestrutura, e vimos que a capacidade de investimento em infraestrutura deste País acabou,

se exauriu. Então, nós temos, meus nobres companheiros, Srs. Senadores, autoridades, senhores prefeitos, que reinventar o Estado brasileiro, e creio que nós já estamos começando.

O Robson falou muito, e a nossa Senadora Regina também, na questão de ouvir a comunidade, ouvir a sociedade. A concepção dos conselhos gestores – aliás, conselhos de toda ordem e natureza – foi uma das coisas mais importantes para o fortalecimento da democracia, porque ali estão presentes a comunidade, as pessoas, seus órgãos, seus organismos civis, as organizações não governamentais. Enfim, são fundamentais.

Nós estamos lutando no Piauí. O Conselho Gestor do Rio São Francisco tem mais ou menos 20 anos, se o espírito não me engana. E o do Piauí nós nos arrastamos ainda para formar o Comitê Gestor.

Então, eu queria, meu querido Otto, parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública. Nós ouvimos o testemunho e o depoimento de muitos palestrantes que enriqueceram a todos nós, por debater um assunto da mais alta relevância, porque diz respeito à vida das pessoas. Eu queria cumprimentá-los.

E peço: vamos tentar trabalhar a inclusão... Aliás – permitam-me –, nós deveríamos ter um planejamento global para todos os rios do Brasil, em várias etapas, as emergenciais, de médio prazo, de curto e de longo prazo. Não podemos ficar de forma estanque.

Sobretudo, porque se diz que aqui é a Casa da Federação. A Federação é a união de 26 Estados e o Distrito Federal. Somos todos. Então, eu creio que nós temos que reconquistar o planejamento global, o planejamento regional, o planejamento estadual, até o local, onde nasce tudo. Tudo nasce do local para o universal.

Apenas para cumprimentar e deixar aqui o meu abraço e o meu reconhecimento pela grandeza desta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a participação do Senador Elmano Férrer, um Senador pelo qual tenho muita admiração e respeito. V. Exª fez uma explanação muito bonita a respeito do Rio Parnaíba, do seu Estado, assim como a Senadora Regina também o fez.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Márcio Pedrosa, engenheiro da Copasa, para que ele possa colocar as suas posições.

O SR. MÁRCIO PEDROSA – Boa tarde!

Boa tarde, Senador Otto! Parabéns por esta audiência, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes.

Vou falar rapidamente pela Copasa, agradecendo ao convite feito à nossa Presidente Sinara Meireles, que pede desculpas por não poder estar aqui hoje, por conta de outros compromissos. O que nós preparamos aqui é um pouco do que a Copasa está fazendo no Estado – como outras companhias da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas têm feito também –, é como ela tem agido com relação à proteção dos seus mananciais e em relação ao trabalho de saneamento.

Fazendo minha apresentação, sou da Copasa há 36 anos, sou também Diretor Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e membro, pela Abes, do Comitê Federal do São Francisco há 12 anos. Então, a gente tem percorrido bastante a Bacia e a gente tem um pouco do conhecimento. Já estivemos em vários debates com o Dr. Jarbas e o Dr. Marley debatendo a Bacia do São Francisco.

A Copasa foi criada em 1963. Ela incorporou, na época, o Planasa – Plano Nacional de Saneamento. Hoje, nós estamos presentes em 634 Municípios, atendendo a mais de 15 milhões de mineiros; e, com esgotamento sanitário, em 287 Municípios, atendendo a quase 10 milhões de pessoas.

Temos, aqui, para vocês terem uma ideia da Bacia do São Francisco dentro do Estado. A Copasa passou por uma regionalização recente, esta semana. Aqui, nós temos a Bacia do São Francisco dividida. Nós temos três diretorias operacionais envolvidas dentro da Bacia do São Francisco. É interessante essa região.

Nessa parte aqui o Marley já falou, que é a distribuição por bacias hidrográficas. É a forma como Minas tem feito gestão. São 36 comitês, e a Copasa faz parte de todos. Eu coordeno os representantes dentro da Superintendência do Meio Ambiente. E, nos dez comitês da Bacia do São Francisco, nós estamos presentes nessa forma de gestão, dentro das leis que foram colocadas – o Marley conhece bem. E a Copasa se integrou nesse trabalho da gestão das Bacias.

Bom, aqui, dentro da Bacia, nós temos os planos diretores, como o Marley já disse. E, no SF5, Bacia do Velhas, é o único implementado com a cobrança pelo uso da água. Hoje, nós temos a Calha Federal do São Francisco, com a cobrança e, na Bacia do São Francisco, somente o SF5. Agora, o Pará está caminhando para isso também. Todos possuem esse monitoramento da água superficial.

Educação ambiental. Nós temos trabalhado com o Projeto Chuá, há mais de 30 anos, que trabalha dentro da escola com alunos da 5ª Série, incentivando esses alunos a debaterem e a entenderem um pouco mais a questão do meio ambiente.

O Projeto Manuelzão, que é um projeto que há 15 anos a Copasa vem fazendo uma parceria dentro da Bacia do Rio das Velhas, onde a gente trabalha, além da educação ambiental, o monitoramento da água e da qualidade da água na Bacia Velhas.

E temos também o trabalho de palestras, por toda a Bacia, dos nossos funcionários, gerentes, levando a informação e a importância do saneamento. Então, são práticas que temos adotado com muito sucesso.

Na questão da preservação ambiental, a Copasa tem ao todo 24 mil hectares de áreas preservadas, principalmente no entorno das barragens, que são de propriedade da empresa. Aqui, nós temos um exemplo, dentro da região metropolitana, do Sistema Rio Manso e do Serra Azul, e também do Sistema Juramento, em Montes Claros, onde fazemos toda a proteção de vigilância, de educação ambiental, combate a incêndios, equipes. Então, nós temos esse trabalho nas áreas de preservação que a gente tenha a propriedade.

No caso do KFW, um banco alemão com que a Copasa fez, desde 2011 um contrato, nós estamos trabalhando na Bacia do Paraopeba. Então, é um investimento da ordem de R$500 milhões, com R$350 milhões de empréstimos do KFW, trabalhando na preservação das águas que vão para a represa de Três Marias, que ajudam na revitalização do São Francisco, e na melhora a situação da Bacia do Paraopeba.

Nesse caso, chamamos de Componentes 3 e 4, dentro do KFW.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Márcio, você tem noção do aterramento da Barragem de Três Marias hoje?

O SR. MÁRCIO PEDROSA – Três Marias hoje está com 10% do volume útil só.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E o aterramento, a parte de sedimento na Bacia?

O SR. MÁRCIO PEDROSA – Existe muita parte de sedimento, devido exatamente ao assoreamento advindo do Paraopeba e outros afluentes. Infelizmente, hoje ela está somente com 10% do volume útil. Sobradinho está com 2,5% do volume útil. Então, é uma situação bastante grave. Nós estamos repetindo o final do ano passado.

Na questão do Paraopeba, é interessante esse financiamento do banco alemão, que é um banco de desenvolvimento. Há um componente em que nós somos obrigados a trabalhar em 900km^2, a fazer um trabalho de educação ambiental e fazer um trabalho de proteção em 30 sub-bacias, em 30 mananciais dentro do Paraopeba. São mananciais que abastecem Belo Horizonte, com essa intenção de melhorar a qualidade da água.

Também com o KFW estamos trabalho nestes sete Municípios: Ibirité, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Matheus Leme, Betim, Congonhas, Conselheiro Lafaiete. Sendo que Ibirité será o primeiro sistema de tratamento terciário da Copasa. Poucos, no Brasil, têm esse sistema terciário.

Então, esse empréstimo proporciona a construção de redes, interceptores, estações de tratamento, duas unidades de tratamento de resíduos das ETA's, basicamente nas duas estações de tratamento de água, Serra Azul e Várzea das Flores, o que evita também muitos lançamentos de resíduos no Paraopeba.

Na Codevasf, a Copasa tem uma parceria muito importante, em que nós temos um investimento de R$138 milhões em 17 Municípios. Sessenta e três por cento dos sistemas sanitários já estão concluídos. Há R$6,6 milhões investidos em ligações prediais completas. Então, é um trabalho muito interessante, porque a gente faz toda a ligação predial, até dentro da casa do cliente. É feita toda a ligação, não só até o passeio. Já foram repassados 71% dos recursos, e há previsão de término no final do ano de 2016.

Na relação das cidades estão Bom Despacho, Brasilândia, Capitão Enéas, Espinosa, Verdelândia são cidades que a gente vem trabalhando junto com a Codevasf, além de outras.

O Programa de Proteção a Mananciais é uma iniciativa da Copasa, em que vimos trabalhando em conjunto com o Ministério Público, dentro da Lei nº 12.503, uma lei estadual em que desenvolvemos o trabalho de cercamento e de plantio de mudas, dentro dos 5% da receita operacional. De 2010 para cá, já foram 127 mil mudas plantadas, com 50 mil metros de cerca e mais de 50 hectares de áreas protegidas.

O investimento que a empresa fez em sistemas sanitários, de 2010 a 2015, foi de R$3,6 bilhões em sistemas completos de esgoto. Em proteção de mananciais, dentro da Lei nº 12.503, R$16 milhões. E a gente destaca o SF5, de novo, na capital, Belo Horizonte, onde já investimos R$370 mil em proteção de mananciais e R$1,2 bilhões em sistemas sanitários, principalmente no tratamento dos Rios Arrudas e Onça. Então, são atividades bastante importantes na melhoria da qualidade do rio.

Então, era isso que eu tinha para mostrar, rapidamente, para abrirmos o debate.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço-lhe. Parabéns!

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro Presidente Otto Alencar, a minha palavra, no encerramento desta audiência pública, mais uma vez, assim como diversos

companheiros e companheiras aqui fizeram questão de sublinhar, é para cumprimentar V. Exª por esta audiência, pela qualidade das apresentações, das palavras que aqui ouvimos dos nossos ilustres convidados.

Mas acho que nós deveríamos agora tentar objetivar. Esta audiência pública não pode se encerrar aqui com essas palavras nem com esses diagnósticos. Acho que a gente precisaria fazer aqui alguns encaminhamentos. Eu ouso provocar a Presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal para dois encaminhamentos. Primeiro que esta Casa, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional vão ultimar, até o final do ano, a votação de dois instrumentos importantes de planejamento – o PPA, que são as ações do Governo Federal para os próximos quatro anos, de 2016 até 2019, e também a votação do Orçamento do próximo ano, 2016.

A palavra do presidente da Codevasf, meu amigo, ex-Deputado, profundo conhecedor da realidade do desenvolvimento regional e, de forma particular, do Nordeste brasileiro, nosso amigo Felipe Mendes, de forma muito correta, muito educada, muito polida, mas também muito sincera e muito transparente, apresentou aqui números que traduzem de forma inequívoca como a Codevasf vem sendo desprestigiada neste PPA e na proposta orçamentária para o próximo ano.

A Codevasf é, dentre as instituições federais, a que mais reúne conhecimentos sobre o São Francisco. A Codevasf tem um corpo técnico de excelência, e eu posso aqui dar esse testemunho, pelo fato de ter tido oportunidade de ter sido Ministro de Estado da Integração Nacional e de ter convivido de perto com esses técnicos e com esses profissionais.

Acho que o passo que nós temos que dar é mobilizar a Presidente da Comissão de Orçamento, Senadora Rose de Freitas, o Relator do PPA até 2019. Não é possível que um rio que esteja na situação em que está não possa merecer a atenção e a prioridade do Governo Federal e do Congresso Nacional.

Portanto, acho que nós deveremos destacar uma rubrica orçamentária no PPA e no orçamento federal alocado à Codevasf, no PPA, ação para os próximos quatro anos, de no mínimo R$1 bilhão, voltado para a revitalização do Rio São Francisco. Até porque, nos PPAs que o Dr. Felipe Mendes aqui trouxe, o que ocorreu... E acho que foram muito felizes as palavras do Professor e Diretor do Inema, da Bahia, Bruno Jardim, quando ele chamou atenção para o fato de que é preciso ter cuidado com o que a gente quer, com o que significa até conceitualmente a palavra "revitalizar", porque não faltaram recursos para revitalização. O Governo Federal colocou, como nós vimos aqui, mais de R$2 bilhões só na Codevasf para revitalização. E, com todos os órgãos do Governo Federal, foram mais de R$14 bilhões.

Só que a revitalização que nós traduzíamos era não poluir a água do rio, quando o nosso querido Senador da Bahia, Otto Alencar, chamava a atenção para o fato de a revitalização que o rio estava reclamando era de produção de água. Está faltando produzir água. Estão faltando ações de proteção às nascentes, está faltando ação de reflorestamento, estão faltando ações de recuperação de mata ciliar. Não se pode ficar só nos pequenos exemplos, como o meu amigo Jarbas Soares trouxe, na palavra do Ministério Público. Ele falou de diversos programas, mas ele mesmo reconhece que são ações pontuais para a dimensão que o rio está a reclamar.

Então, eu acho que nós deveríamos, nessa primeira providência, se V. Exª puder acatar e agasalhar, trabalhar daqui até o dia 18 de dezembro, quando deveremos ter a aprovação do PPA, para que, no PPA, por vontade do Senado Federal, por demanda do Congresso Nacional, haja recursos de, no mínimo, R$1 bilhão, para a revitalização do São Francisco. E, segundo, que se abra uma rubrica no orçamento da Codevasf – e será ela, a Codevasf, a responsável por essas ações de revitalização para o próximo exercício – de, no mínimo, de R$250 milhões.

O segundo encaminhamento, Sr. Presidente, que eu gostaria de sugerir a V. Exª relaciona-se ao fato de que tramita no Congresso Nacional uma proposta de lei do Senador Raimundo Lira, que é o Projeto de Lei do Senado nº 429. Ele pretende aumentar em três pontos percentuais a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos de aproveitamento hidrelétrico na Bacia do São Francisco. E ele propõe destinar o aumento à revitalização do Rio e dá outras providências.

A minha proposta é – eu vou fazer esse requerimento no âmbito de outra Comissão que V. Exª preside aqui no Senado Federal, que é a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, a chamada Agenda Brasil – para que V. Exª possa demandar ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que possa avocar esse projeto para ser relatado no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Nacional – e eu, desde já, me ofereço para ser o Relator –, para que a gente possa aqui consignar uma mudança na destinação dos recursos que a Chesf paga pelo aproveitamento hidrelétrico, e que a Cemig paga também pelo aproveitamento hidrelétrico em Três Marias, para que, através desses recursos, possamos fazer como Manoel Novaes fez lá atrás, na criação da Codevasf: vincular esses recursos à Codevasf e às ações de revitalização, para que a Codevasf possa ter o mínimo assegurado, para que ela possa desenvolver planejamento, projetos, para que ela possa ter um corpo de técnicos especializados nas questões de revitalização.

A Codevasf, que foi a responsável pela implantação dos mais importantes projetos de irrigação em Minas, na Bahia, em Pernambuco, em Alagoas e em Sergipe deve, agora, receber como missão do Congresso Nacional a missão de salvar o Velho Chico, que foi aqui cantado e declamado pela música do nosso amigo Xangai.

Xangai, você aqui emocionou a todos nós ao trazer a sua voz para embalar aqui outros sonhos – os sonhos de que essa geração de Parlamentares, de representantes do povo do Nordeste não vai deixar esse rio morrer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra e dizer que nós estaremos nessa luta. Eu acho, inclusive, que a Senadora Lídice da Mata também tem colaborado muito com essa luta nossa do Rio São Francisco, baiana que conhece bem as necessidades do nosso Estado e do Nordeste.

As duas emendas, emenda de Bancada, que a Bancada da Bahia colocou no Orçamento, e os R$300 milhões que nós também colocamos aqui da CMA, acho que todos os Senadores e Senadoras do Nordeste, Douglas Cintra, Senador Fernando Bezerra – são 27 Senadores –, devemos levar como uma emenda impositiva. Ou seja, no ano que vem nós teremos R$600 milhões para colocar na revitalização do Rio São Francisco.

Essa deve ser a unidade que o Nordeste deve ter para que, colocando isso, nós tenhamos condições de desenvolver, de uma vez por todas, a revitalização. Até porque os levantamentos feitos pela Codevasf indicam que a revitalização do Rio São Francisco vai necessitar, em média, de R$600 milhões por ano, em toda a Bacia, durante dez anos, para conseguir se concretizar. E isso vai ao encontro do que o Dr. Bruno Jardim, do Enema, com muita propriedade, disse. Depois disso, temos que ver qual a finalidade melhor da utilização da água e como ela vai servir ao povo de Minas, da Bahia, de Sergipe, do Nordeste brasileiro, inclusive, os Estados receptores das águas do Rio São Francisco.

Coloco, mais uma vez, que nunca foi posição nossa, nem minha, nem de Lídice, do Pinheiro também, ser contra a transposição do Rio São Francisco. A nossa posição sempre foi de que a transposição deveria caminhar com a revitalização, ou até a revitalização antes da transposição. Por isso, eu apresentei aqui no Senado Federal um projeto da minha autoria que só permitirá a transposição depois de se fazer a revitalização do rio doador das águas.

O Senador Elmano Férrer falou sobre o Rio Tocantins. Esse rio perdeu, nos últimos dez anos, quase 30% da sua vazão. A vazão média do Rio Tocantins, hoje, é de 13.600m^3. Já foi de 30% a mais. Então, se você vai fazer a transposição, se o Governo vai fazer a transposição do Rio Tocantins sem revitalizá-lo, como já está o Tocantins com problemas, o Araguaia, nós vamos ter o Tocantins daqui a 20 anos, 30 anos, 40 anos, como o São Francisco.

Então, essa ideia é que tem que ser colocada na cabeça dos governantes, do prefeito, do governador, ao Presidente da República, que a questão da água, vai levar, inclusive, a grandes conflitos aqui no País, fora do País – no mundo inteiro já ocorre isso –, se não houver uma consciência da preservação dos nossos mananciais.

Eu acho que esse é um momento importante aqui no Congresso Nacional e no Senado Federal. Falou-se aqui que São Paulo chamou a atenção do Brasil, que o Rio de Janeiro chamou a atenção do Brasil. Em Minas, em Belo Horizonte, também faltou água. Portanto, é o momento de se pensar no futuro, não no nosso futuro. Nós poderemos até, na minha idade, não ter essa dificuldade, mas eu, como nasci na seca, não tenho medo da seca nem da falta d'água. Já bebi água barrenta, já tomei água bruta. Na cidade onde eu nasci bebi água bruta até os 25 anos de idade, tanto é que eu tinha que fazer exame de fezes todo o ano para não terminar sendo um subnutrido. Mesmo assim, quando entrei na faculdade de Medicina e fiz o exame, estava lá com *schistossoma*, com ameba, um monte de coisas, mas estou vivo, porque o sertanejo, como dizia Euclides da Cunha, antes de tudo, é um forte. Nós somos sertanejos e somos fortes, não tememos a dificuldade da seca, mas é importante agora enfrentá-la e derrotá-la com a preservação dos nossos mananciais.

Eu concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Rapidamente, Presidente, até porque não tive oportunidade, em função de outras atividades intensas hoje, como Líder. Nós vamos ter reunião do Congresso às 19 horas. Assisti uma parte da nossa audiência pela televisão, e pude também acompanhar o nosso querido Xangai aqui na sua cantoria.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Veio de Conquista para cá, imaginei. Ele traduz a nossa esperança e principalmente a nossa dor.

Eu quero dizer que as medidas que nós estamos tomando aqui se somam, e nós devemos sistematizá-las todas numa iniciativa que possa realmente impactar. Então, a proposta do Senador Raimundo, a proposta do Senador Fernando Bezerra, as duas emendas que já foram colocadas, no caso da Bancada da Bahia, e aqui na Comissão, e nós pudemos trabalhar hoje isso, mas no próximo ano a Bancada de Pernambuco colocar uma

emenda, a Bancada de Sergipe colocar uma emenda, e nós iremos trabalhando nesse processo ininterruptamente. Também nós aprovamos aqui um projeto de minha autoria que transforma o Plano de Revitalização do Rio São Francisco em um programa, em um projeto de lei, em lei, para ser efetivado.

E tudo isso vai se somando numa só direção. E eu creio que nós deveríamos, depois de acordado e tudo articulado, convidar, convocar, como o nosso Senador Benedito de Lira está convocando uma reunião dos Senadores do Nordeste para discutir algumas questões relacionadas com o Nordeste, inclusive, provavelmente, a situação da seca, eu acho que esse é um tema que, sem dúvida alguma, será indispensável nessa reunião dos Senadores do Nordeste.

Então, depois disso tudo, nós teremos um programa de ação em defesa do Rio São Francisco, sustentado e de médio prazo, para que nós possamos, todos os anos, atuar aqui no Senado Federal e lançá-lo também na Frente do Nordeste, que reúne Parlamentares de todos os Estados do Nordeste, não apenas Senadores, para que nós tenhamos a Bancada do Nordeste, unida e organizada, no Congresso Nacional, com essa pauta sendo a pauta prioritária. (*Falha na gravação.*)

E, agora, com o desastre que nós estamos vivendo, o maior desastre, o maior prejuízo ambiental que o País já teve, em Minas, mas envolvendo um rio tão importante como é o Rio Doce para aquele Estado e para os recursos hídricos brasileiros, nós não podemos permitir que possa acontecer a inanição, a morte do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou quebrar o protocolo e vou dar a palavra àquela Deputada ali, a Deputada Raquel Muniz, porque ela vem lutando há muito tempo. Sempre falam os Senadores, mas vou abrir. Primeiro, porque é Deputada, mulher tem que prestigiar mulher; segundo, porque ela fez essa separata, essa cartilha *Salve o Velho Chico*.

Raquel, você, que é de Minas, pode usar a palavra e falar, expor o seu pensamento.

A SRª RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC - MG) – Agradeço ao Senador Otto. Desde que eu cheguei aqui, sou Deputada de primeiro mandato, represento o norte de Minas Gerais, Montes Claros, uma região grande, que é o norte de Minas.

Está aqui do meu lado o Prefeito de Januária, Manoel Jorge, e, na Mesa, além do Senador Otto, que tem um carinho enorme pelo Velho Chico e que me acolheu aqui nesta Casa, no Senado, já esteve na Comissão da qual eu faço parte. Sou a única Deputada mineira desta Comissão de Revitalização e Transposição do São Francisco.

E por que eu cheguei ao Senador Otto? Felizmente, hoje aqui já passaram vários Senadores do Nordeste brasileiro, mas, de Minas, desde que eu cheguei, não vi nenhum. Desculpem-me os que passaram por aqui mais cedo. Eu vim pedir socorro a ele, sabendo que ele é um estudioso dessa área.

Essa cartilha foi inspirada num trabalho dele. E eu retratei aqui e convidei para a nossa Comissão o projeto Vidas Áridas, que é de jornalistas do norte de Minas, que foram meus alunos na faculdade e que vieram falar na Comissão, trazendo para a Câmara Federal o retrato da nossa seca através de uma exposição de fotos que está contida aqui.

Eu estive, minha gente, há duas semanas, no Nordeste brasileiro, lá em Juazeiro, chegamos até Pernambuco, para acompanhar a obra da transposição. O que uma mineira foi fazer ali? Primeiro, devolver uma delicadeza da minha Comissão, da qual fazem parte só Deputados do Nordeste e que estiveram no primeiro mês do meu mandato, junto com o Ministro Gilberto Occhi, na cidade de Pirapora para verificar a questão do nosso rio lá.

Eu verifiquei, lá, que é uma obra real, e me surpreendi até por que essa obra está acontecendo até a noite. Estão trabalhando ininterruptamente até a noite. Empresas mineiras, Jarbas, estão lá. Vi a Mendes Junior trabalhando, fazendo com seriedade essa obra. E eu fiquei realmente encantada com a transposição.

Eu, que vi muitas vezes na imprensa as pessoas brigarem contra a transposição, vejo que hoje é uma realidade – 80% dos recursos do Ministério da Integração são empregados nessa importante obra. Bom, parte desses recursos a gente quer que seja destinada a Minas. E eu vim pedir socorro hoje nesta Comissão, no Senado, para que conscientizem, sim, os nossos Senadores mineiros para entrarem nessa luta, para que os recursos deles, como o de vocês... E eu falo que eu estou com inveja mesmo da Bancada do Nordeste, tanto no Senado como na Câmara Federa, como vocês se unem nisso.

Quero dizer que a nossa região norte de Minas já teve a Sudene, e tiraram a nossa Sudene de lá. Quer dizer, o significado da Sudene é Nordeste, mas o norte de Minas, minha gente, tem as mesmas características do Nordeste. É preciso que nos incluam. Quando falam de subsídio para energia, eu já vim ao Senado brigar por isso. Os benefícios que são para o Nordeste têm que ser incluídos para a nossa região também.

Quando se fala na dificuldade que teve o Fies agora, incluem o Nordeste e o Norte, e deixam o norte de Minas de fora. Então, a minha voz aqui vai ser sempre para lugar pelo norte de Minas e para trabalhar junto com vocês nessa importante revitalização.

Lá na Câmara, temos uma Comissão do Semiárido Nordestino. Eu já cheguei lá reclamando que tem que ser Semiárido, apenas, para incluir o norte de Minas. Eu sei que há um trabalho muito sério. Nesta Mesa há várias pessoas que falaram aqui hoje. Das Mesas de que participei aqui esta foi uma das mais importantes, porque vocês deram voz a Minas Gerais. Minas Gerais está aqui representada pelo Jarbas, que é da cidade que leva o nome do rio, São Francisco, que foi um grande lutador e que já esteve na nossa Comissão a meu convite.

O Senador Otto também já emprestou toda a sua inteligência, todo o seu trabalho nessa área para a nossa Comissão e para o meu mandato também, como Deputada de Minas Gerais. O nosso incansável Felipe... A Codevasf já esteve presente na nossa Comissão. Ele mesmo quantas vezes nos acolheu quando estivemos lá. Vejo aqui também a representação de Bocaiuva. A gente brinca que Montes Claros faz parte da grande Bocaiuva. Montes Claros cresceu muito porque industrializou-se e porque lá está a Sudene.

Mas, dentro dessas propostas colocadas, Senador Otto, eu me atrevo a colocar mais uma, que é uma coisa até simples, é uma orientação aos prefeitos que são da nossa base. O prefeito da minha cidade teve essa coragem de fazer o enfrentamento da Copasa, que é uma instituição que ganha muito, que explora e ganha explorando a nossa água, e que tem que deixar o saneamento resolvido, a revitalização também resolvida.

Tivemos um incêndio enorme, não foi noticiado nacionalmente, em função de no mesmo momento estar ocorrendo a tragédia de Mariana. A minha cidade, Montes Claros, é uma cidade de 400 mil habitantes. Lá, houve uma queimada criminosa do Parque Estadual da Lapa Grande. A gente não teve assistência da Copasa no momento em que nós estávamos precisando de água para apagar o fogo. Se não fossem os voluntários, as brigadas, a prefeitura, as empresas, a gente não tinha acabado com esse fogo lá – e se não fossem as sonhadas e tão pedidas chuvas, que estão chegando bem poucas no norte de Minas.

Verdadeiramente, somos um povo de fé no norte de Minas. Nós acreditamos que, com todas as dificuldades que o Brasil vive, acho que tem que ser uma pauta nacional, para discutirmos o bem maior que precisamos para nos mantermos de pé, que é a água. Eu, como médica, quantas vezes já prescrevi simplesmente que os pacientes se hidratem, que bebam mais água, que é tão necessária!

Então, eu quero agradecer esse acolhimento do Senado. Sou a única lá nessa importante Comissão, mas podem ter certeza de que sou essa sertaneja forte, que vai lutar para que possamos ser efetivamente essa caixa d'água que vai mandar água também para o Nordeste brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, primeiro, quero dar as boas-vindas à nossa Deputada Raquel e dizer que ela não só é bem-vinda à nossa Bancada Nordestina, mas é sobretudo bem-vinda à defesa desse conceito tão importante que é a defesa da água, defesa da vida, defesa do nosso desenvolvimento e da nossa sustentabilidade.

Quero parabenizar o nosso Presidente pela audiência, em rápidas palavras também, Sr. Presidente. Eu acho que, como disse o Senador Fernando Bezerra, nós estamos sentando para pensar, planejar e arrumar soluções. Sem dúvida, precisamos de mais planejamento no Brasil. Estaremos, se Deus quiser, daqui a cinco anos, dez anos, colhendo os resultados de momentos como este.

Quero dizer também ao Presidente que Pernambuco se coloca na posição de querer contribuir com o nosso São Francisco e que, Deputada, desde que começamos a debater, nós reiteramos a importância de os Estados que recebem a água do São Francisco se comprometerem com a sua recuperação, principalmente no Estado de Minas Gerais.

O Senador Otto também sempre fala isso, e nós temos consciência de que o Estado de Minas Gerais é o grande doador de águas para o São Francisco. Então, o Estado de Pernambuco também se coloca à disposição para que essa contribuição, como disse o nosso Senador Fernando, possa ser feita pelo uso da água e pelo uso da energia, e que os recursos possam ser aplicados em toda a extensão do nosso querido Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra, o Dr. Bruno Jardim, que me pede para colocá-lo.

O SR. BRUNO JARDIM – Muito obrigado. Só duas coisas que eu não poderia deixar de falar aqui, pois não dormiria direito.

Uma é o seguinte: vou fazer uma ilustração aqui para todos perceberem a importância de uma coisa que eu falei antes. Imaginem que eu, por acaso, tivesse o dom da magia, e vocês imaginassem todo o Rio São Francisco, todos os seus afluentes, todos os afluentes desses afluentes, todos os braços de rios ligados ao Rio São Francisco – todos! Vamos imaginar que pudéssemos colocar em volta de cada braço de rio desses 10km de mata, que pudesse conter água para alimentar esses rios. Vamos subir, como se estivéssemos em um helicóptero – na verdade, tem que ser mais que um helicóptero para subir, subir, e ver o quão pequenino é isso. Se

eu pegar e desenhar todos os braços de água ligados ao Rio São Francisco, colocar 10km em volta e imaginar que é só isso que vai manter o rio, eu não vou ter Rio São Francisco nunca.

São muito importantes as matas ciliares, é muito importante tudo isso, mas principalmente na conservação do assoreamento, o transporte de material para dentro do rio. Se eu não tiver consciência da importância das áreas de recarga que são capazes de alimentar esse rio, eu não vou ter Rio São Francisco. E eu não posso imaginar que essas áreas de recarga sejam áreas virgens, que vão ficar lá só para receber água. Então, essa é a importância de termos a visão de como agir nessas áreas para que possamos produzir e possamos também produzir água, e a importância de pactos entre as pessoas que estão colocadas nessas áreas.

Então, por favor, se eu não falasse isso aqui, eu não dormiria direito em casa hoje. (*Palmas.*)

Obrigado.

A outra coisa é que eu listei foram algumas funções da água, a função natural, a função econômica, que é muito importante, a função social, mas não destaquei dentro da função social uma que eu considero extraordinária. Queria até agradecer a coincidência de o senhor ter convidado o Xangai para estar aqui. Dentro da função social existe a função cultural. E, na função cultural, temos a semente de que precisamos para fazer nascer, de novo, dentro de cada um de nós o amor pela natureza.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito bem, Bruno.

Então, para encerrar a nossa audiência pública, eu vou pedir a Xangai para cantar, do nosso amigo Geraldo Azevedo, o "Geredo Azevaldo", como brincam com ele, a música Barcarola do São Francisco.

O SR. XANGAI – Eu quero agradecer ao Sr. Senador Otto, que é um arretado. Não é um sonho essa poesia trazida pelo senhor. Pode realmente se tornar uma realidade com a somatória de tudo o que se falou aqui.

Eu agradeço poder participar desta solenidade.

(Procede-se à apresentação de música.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O nosso amigo Robson Rafael me deu a ideia, e eu vou comprar a ideia dele, para convidar todos nós que estamos aqui nesta audiência pública, os que participaram e os que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, para que todos possamos virar uma grande carranca na defesa do Rio São Francisco.

Está encerrada a reunião.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Reguffe, Paulo Rocha, Jader Barbalho, Otto Alencar, Lídice da Mata e João Capiberibe**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 67, de 2015; Aviso nº 1.276-GP/TCU; Aviso nº 1.305-GP/TCU; Aviso nº 1.312-GP/TCU; e, por derradeiro, Aviso nº 916/TCU Plenário. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 107, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1 – Celso Luiz Garcia, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). 2- Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). 3 – Alessandra Cardoso, assessora de planejamento, monitoramento e avaliação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). 4 - Alessandra Magrini, professora de planejamento energético e ambiental da Coppe-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em cálculo de prejuízos em desastres ambientais. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado com aditamento para que sejam incluídos no rol de convidados o Sr. Adnan Demachki, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do governo do Pará, e de um representante do Estado de Minas Gerais a ser indicado pelo Senador Ataídes Oliveira. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 108, de 2015. Requeiro, nos termos do art 102-A, I, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União em ações de fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, nas barragens de contenção de rejeitos de mineração. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 109, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas, ANA e a Política de Recursos Hídricos, no dia 8 de dezembro do corrente ano. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente; Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão; Ney Maranhão, Diretor da Área de Hidrologia; Gisela Damm Forattini, Diretora da Área de Planejamento; João Gilberto Lotufo Conejo, Diretor da Área de Regulação; Mayui Vieira Guimarães Scafura, Secretária-Geral. Autoria: Senador Otto Alencar e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 110, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a dispensa de realização de audiência pública para discussão do PLS nº 368, de 2013, convocada mediante a aprovação do Requerimento nº 38, de 2014, tendo em vista a existência de suficiente convicção quanto ao mérito da iniciativa. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 111, de 2015. Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, alínea ´e´, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria relativa à avaliação dos resultados para a Administração Federal, da introdução da figura da "contratação integrada" prevista nos arts. 8º, inc. V, e 9º, da Lei no 12.462, de 04 de agosto de 2011, a partir da comparação de uma amostra significativa de contratações de obras similares sob esse regime com outra igualmente significativa que não o tenha utilizado, abrangendo o exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal entenda pertinente acrescer): I foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos no que se refere: a - ao preço base estimado das licitações (já considerados todos os fatores de composição de custo, inclusive os relativos a risco de negócio)? b - à competitividade dos certames licitatórios? c - ao custo final das obras, contratado e executado. e à ocorrência de superfaturamento de qualquer natureza? d - ao prazo de execução das obras, contado a partir da cele-

bração do contrato respectivo? e - à ocorrência de aditivos ou litígios contratuais? f - à qualidade das obras e à existência de obras incompletas, defeituosas ou inacabadas? II) existem evidências de que a especificação do objeto do contrato pela Administração mantém a precisão exigida para a contratação pública, ou, ao contrário, de que o objeto tenha sido definido contratualmente de forma a comprometer a satisfação do interesse público que motivou o contrato? III) existem outras avaliações dos resultados da utilização da "contratação integrada" no Brasil promovidas por outros órgãos da Administração ou instituições independentes? Em caso positivo, quais são os resultados de cada um (incluindo a opinião do Tribunal acerca do grau de confiabilidade que merece cada estudo, do ponto de vista metodológico e empírico. Autoria: Senador Roberto Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM 6) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 24, de 2013 - Não Terminativo. Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 3378/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de 2013, sobre governança, gestão e os projetos relativos aos jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 032.632/2013-4). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 7) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 3493/2014 - TCU - Plenário, acompanhado dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente ao processo que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S. A. (Chesf), com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pelo conhecimento do feito, pela realização de audiência pública para tratar do comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do feito, pela realização de audiência pública para tratar do comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia e posterior arquivamento. ITEM 9) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2015 - Não Terminativo. Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do substitutivo. ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2014 - Não Terminativo. Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços. Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Lido o relatório e concedia vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2015 - Não Terminativo. Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Autoria: Deputado Chico Lopes. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta pela relatora. ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2013 - Não Terminativo. Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 2-CMA. ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 640, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental – ADA. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Blairo Maggi (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA das seguintes matérias: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 113, de 2015. Nos termos do inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para debater sobre o PLC 129 de 2015, "que Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico" que se en-

contra em apreciação nesta Comissão. Neste sentido sugerimos que sejam convidados: Deputado Chico Lopes – PCdoB-CE, autor da matéria; um representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrás; um representante da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e um representante do Instituto Brasileiro de estudo de Defesa das Relações de Consumidor - IBEDEC. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 114, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II, IX e X, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para tratar do comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, envolvendo questões fundiárias e socioambientais, da continuidade da prestação do serviço público de energia e da modicidade tarifária, com os seguintes convidados: - Representante do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia - Representante da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - Representante da Secretaria de Fiscalização de Obras e Energia e Aeroportos – Secobenergia - Representante da Associação Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Ficam adiadas as demais matérias. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos e bom dia a todas!

Declaro aberta a 54ª Reunião Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos pela Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que ficarão à disposição dos membros da CMA, por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados. Aviso nº 67, de 2015; Aviso nº 1.276-GP/TCU; Aviso nº 1.305-GP/TCU; Aviso nº 1.312-GP/TCU; e, por derradeiro, Aviso nº 916/TCU Plenário.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para o acesso ao inteiro conteúdo dos mesmos.

Passamos, então, à pauta.

Eu colocaria aqui o que já foi um pedido feito pelo Presidente desta douta Comissão, o Senador Otto Alencar. Vamos, então, ao requerimento, ele pede inversão de pauta.

Item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 109, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Política de Recursos Hídricos, no dia 8 de dezembro do corrente ano.

À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente; Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão; Ney Maranhão, Diretor da Área de Hidrologia; Gisela Damm Forattini, Diretora da Área de Planejamento; João Gilberto Lotufo Conejo, Diretor da Área de Regulação; Mayui Vieira Guimarães Scafura, Secretária-Geral.

Autoria: Senador Otto Alencar e outros

O Senador Ataídes Oliveira, que agora preside esta reunião, subscreve o Requerimento nº 109, de 2015, do item 3 da pauta, de autoria do Senador Otto Alencar.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item 1 da pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 107, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1 – Celso Luiz Garcia, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).
2- Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).
3 – Alessandra Cardoso, assessora de planejamento, monitoramento e avaliação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).
4 - Alessandra Magrini, professora de planejamento energético e ambiental da Coppe-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em cálculo de prejuízos em desastres ambientais.
Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item 2 da pauta.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 108, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art 102-A, I, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União em ações de fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, nas barragens de contenção de rejeitos de mineração.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O item 4 da pauta é um requerimento de autoria do Senador Eduardo Amorim, que não se encontra neste momento. Portanto, vamos, então, retirá-lo de pauta.
(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 110, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a dispensa de realização de audiência pública para discussão do PLS nº 368, de 2013, convocada mediante a aprovação do Requerimento nº 38, de 2014, tendo em vista a existência de suficiente convicção quanto ao mérito da iniciativa.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Solicito inversão de pauta em relação ao item 11, se for possível, após o requerimento do Senador Ronaldo Caiado.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Item 11?
Então vamos fazer a inversão de pauta solicitada pelo Senador Douglas Cintra.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2014
- Não terminativo -

Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços.

Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, o art. 1º apresenta o objeto da futura lei.

O art. 2º faculta ao consumidor de serviços públicos a instalação de medidores para o controle próprio do uso dos serviços, independentemente da existência de medidores instalados com o mesmo fim pelo fornecedor dos serviços.

O art. 3º prevê...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, desculpe-me, Senador, é porque há uma situação muito grave ocorrendo aqui e depois de V. Exª eu quero, por gentileza, solicitar a retirada da minha assinatura. Eu estou relatando uma matéria lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, um funcionário, colega nosso aqui da Comissão, chega lá, a pedido do secretário, para colocar... Eu acho que isso é uma ilegalidade sem tamanho, e eu gostaria que V. Exª, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me, Senador Douglas, o Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pedimos mil desculpas ao colega, Senador Douglas, porque não é possível esse tipo de situação, eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aguarde-me só um segundo, Senador, permita-me. Eu quero esclarecer que a busca dessas assinaturas não foi determinada, não foi solicitada por mim. Está aqui o Raimundo, que é o nosso Secretário-Geral desta douta Comissão, e eu acredito que, na vontade de ver as coisas aqui acontecerem, o nosso secretário tomou a liberdade de fazer esse expediente.

Eu peço a V. Exª desculpas por esse procedimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu é que peço desculpas, porque eu não posso estar em dois lugares.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k. Então eu pergunto a V. Exª, V. Exª retira a assinatura?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Retirada a assinatura então do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Desde o começo da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Desde o começo da reunião.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu consulto os Senadores se nós podemos suspender esta reunião por uns cinco a dez minutos para que nós possamos então aguardar a presença de mais um Senador, porque aí nós teremos quórum para permanecer, inclusive, com alguns requerimentos já aprovados, já com a leitura da relatoria do Senador.

Pronto, já chegou... Ah, mas não adianta, ele só fez assinar.

Então suspendo a reunião por cinco ou dez minutos, aguardando a chegada de um ou mais Senador.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 23 minutos e reaberta às 10 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Retornamos então os trabalhos desta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O requerimento de V. Exª solicitando uma audiência pública para tratar da questão dos riscos das barragens, pelo que me informaram, foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas nós vamos ter que retornar novamente porque não havia quórum com a saída, com a retirada da assinatura do Senador Jorge Viana.

Então vamos novamente colocar em votação, Senador Flexa.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Eu vou solicitar a V. Exª para aditar o nome do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com todo o prazer.

Então declaro reaberta a 54ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 107, de 2015 - Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1 – Celso Luiz Garcia, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

2- Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

3 – Alessandra Cardoso, assessora de planejamento, monitoramento e avaliação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

4 - Alessandra Magrini, professora de planejamento energético e ambiental da Coppe-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em cálculo de prejuízos em desastres ambientais.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, V. Exª faz um requerimento sobre um assunto que preocupa a toda a Nação brasileira, e, em especial, aqueles Estados onde a atividade de mineração é bastante importante, como é o caso do meu Estado do Pará.

Eu não vejo aqui também no requerimento de V. Exª, que eu acho que deveria ser aditado, um representante do Estado de Minas. Mas a proposta que eu quero fazer a V. Exª, se V. Exª concordar, é aditar para essa audiência o Sr. Adnam Demarchi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Governo do Pará. Eu vou encaminhar por escrito o aditamento.

Assim o faço porque o jornal *O Globo,* em nível nacional, e o Jornal *Liberal,* do Pará*,* que reproduziu a matéria de *O Globo*, traz uma matéria com o título, a chamada: "Barragens são alto risco para 540 mil pessoas." E, segundo o texto da matéria, há três barragens no meu Estado com risco A, quer dizer, o risco mais elevado. Então, é importante que o Secretário de Minas do Estado do Pará possa vir para que a gente discuta qual a solução que se possa ter em prevenção, para evitar que acidentes lamentáveis, tragédias como a que aconteceu lá em Mariana voltem a ocorrer em nosso País.

E eu também sugeriria, não temos nenhum representando do Estado de Minas, que V. Exª também pudesse convidar alguém que viesse representar o Estado de Minas ou que estivesse vivenciando essa tragédia, que é lamentável para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Flexa, sem dúvida, é de bom alvitre esta aditamento de V. Exª, e nós, então, aguardamos, aqui na secretaria, o seu requerimento, e também vamos, sim, acatar a sugestão de convocar, ou de convidar, melhor dizendo, um representante de Minas Gerais, onde aconteceu esse trágico acidente.

E permitam-me, Srs. Senadores, por se tratar de um assunto de tamanha relevância, eu gostaria de ler a justificativa desse requerimento de audiência sobre as barragens, mas eu prometo que serei o mais breve possível, que eu acho que é de muita valia para o povo brasileiro.

E é só uma leitura muito breve sobre a justificativa desse requerimento.

O rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em Mariana (MG), no último dia 5 de novembro, foi o maior desastre ambiental da história do Brasil. A lama que vazou das barragens, com mais de 60 bilhões de litros e rejeitos de mineração de ferro, avançou ao longo de mais de 500km na bacia do rio Doce.

Além da dimensão humana e social do desastre, é preciso considerar o impacto irreversível em termos de perda de biodiversidade, assoreamento e falência do rio e riachos.

Segundo especialistas, a área afetada deve virar um deserto de lama e a reconstituição do solo pode demorar até centenas de anos.

Mais grave ainda é a possibilidade real de que aconteçam novos desastres semelhantes País afora, diante da precariedade na fiscalização e nos programas de riscos e danos de barragens no Brasil.

O "Relatório de Segurança de Barragens", da Agência Nacional de Águas (ANA), com dados coletados entre outubro de 2013 e 2014, mostra a existência de 14.966 barragens, entre reservatórios usados para abastecimento humano, geração de energia e armazenamento de rejeitos industriais e minerais. Desse total, apenas 432 passaram por alguma vistoria no ano passada. Pior: somente 165 dessas barragens (15%) têm um Plano de Ação de Emergência. A falta de informações técnicas é assustadora.

De acordo com o documento da ANA, apenas 11% das barragens cadastradas têm classificação quanto ao dano potencial associado.

Nossa proposta é que a discussão se atenha, pelo menos nesse primeiro momento, à situação das 663 barragens de rejeitos de mineração existentes no Brasil, todas consideradas, a princípio, alvo de classificação de risco e dano potencial. Vale observar que as duas barragens de Samarco eram tidas como de baixo risco – existem pelo menos 43 já enquadradas como de alto risco e outras 96 de médio risco, segundo informações do DNPM.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa já aprovou requerimento para investigar as causas do desastre de Mariana, mas nossa intenção, com o presente requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é ampliar o leque da discussão, para prevenir a ocorrência de novos desastres em barragens de rejeitos de mineração.

Pois bem, eu vou parar por aqui, mas é o suficiente.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o aludido requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Senador Otto havia pedido uma inversão de pauta. Raimundo, foi de qual item?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O próximo, já vamos chegar lá, então.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 108, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art 102-A, I, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União em ações de fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, nas barragens de contenção de rejeitos de mineração.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aqui uma inversão de pauta, o item 11.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, antes tem o requerimento do item 4. É de minha autoria. Muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos, então, deixar o requerimento do Senador Otto um pouco à frente, mas ele, acredito, será votado.

O item 5, então, da pauta.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, vamos ao item nº 3.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE
Nº 109, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Política de Recursos Hídricos, no dia 8 de dezembro do corrente ano.
À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente; Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão; Ney Maranhão, Diretor da Área de Hidrologia; Gisela Damm Forattini, Diretora da Área de Planejamento; João Gilberto Lotufo Conejo, Diretor da Área de Regulação; Mayui Vieira Guimarães Scafura, Secretária-Geral.

Autoria: Senador Otto Alencar e outros

Em votação.
Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Eu aproveito para subscrever o referendado requerimento.
Item nº 4 da pauta, requerimento de autoria do Senador Eduardo Amorim, que se encontra neste momento.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE
Nº 110, DE 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a dispensa de realização de audiência pública para discussão do PLS nº 368, de 2013, convocada mediante a aprovação do Requerimento nº 38, de 2014, tendo em vista a existência de suficiente convicção quanto ao mérito da iniciativa.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Em votação.
Aqueles que o aprovam...
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para discutir, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir, Senador Donizeti Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Senador Eduardo Amorim, eu considero muito relevante fazer a audiência pública. Por isso eu quero pedir que a gente rejeite o requerimento e faça a audiência pública, porque não existe concordância nem da CNA e nem da Contag. Não existe concordância de setores do Governo em relação a isso.

Então, eu penso que não está suficientemente claro e que a gente precisa debater. Se os principais atores envolvidos, tanto da CNA, como da Contag, não estão satisfeitos, queria pedir ao Senador Eduardo Amorim para que a gente fizesse essa audiência, para que a gente tomasse as providências para fazer o mais rápido possível a audiência. Portanto, que a gente rejeite o requerimento e realize a audiência pública, que é importante. Nem a Contag, nem a CNA estão de acordo com os termos que o projeto está.

Então, é preciso a gente fazer a audiência pública, aperfeiçoar e encontrar uma mediação que seja importante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu passo a palavra para o Senador Eduardo Amorim, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao nobre Senador, mas esse projeto não é terminativo nesta Comissão, esse projeto ainda passará por duas Comissões, sendo terminativo na Comissão de Agricultura, onde poderá facilmente ser feita essa audiência pública.

A solicitação dessa audiência pública, Sr. Presidente, tem mais de ano, 2014, até hoje não foi possível fazer. A gente está com esse projeto em nossas mãos há algum tempo. Como eu não gosto de acumular e acredito que ainda vamos ter, Senador Donizeti, oportunidade para isso em outras duas comissões, principalmente

na Comissão de Agricultura, onde ele é terminativo, para dirimir, tirar qualquer dúvida, então, Sr. Presidente, mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Donizeti, V. Exª não poderia refluir do pedido de rejeição e realizarmos essa audiência?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A gente vota.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos votar então.

Coloco em votação o Requerimento nº 110, de 2015, item 4 da pauta, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que solicita audiência pública.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É uma questão de ordem que formulo a V. Exª.

Apresentei à Mesa um requerimento para convocação do Ministro de Minas e Energia em decorrência do não cumprimento de um acordo que havia sido construído com o Senador Paulo Rocha. A retirada do requerimento teria a garantia da vinda do Presidente da Eletrobras numa audiência pública, onde todos os moradores da região sudoeste da minha cidade de Goiânia vieram, na última quinta-feira, para poder discutir uma linha de alta tensão que passa sobre as suas residências.

Acabo de receber, por parte do Presidente do PMDB, nosso colega Senador Raupp, a garantia, no próximo dia 8 de dezembro, da presença do Presidente da Eletrobras, já que é o que nos interessa nessa discussão específica do assunto da rede de alta tensão na região sudoeste de Goiânia. Como tal, eu gostaria que fosse feita a confirmação do acordo. Assim, podemos fazer uma votação simbólica desse requerimento.

Eu retiraria a convocação do Ministro e incluiria, então, com a garantia do Senador Raupp, a presença do Presidente da Eletrobras. Sendo assim, eu inverteria a convocação feita por um convite, com a garantia aqui do Senador e num acordo construído também com toda a assessoria do Ministério de Minas e Energia.

Agradeço, Sr. Presidente, o esforço do Senador Raupp para que chegássemos a esse resultado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria agradecer a compreensão do nobre Senador Ronaldo Caiado nesse entendimento, porque já tinha sido feito o convite, e o Dr. Costa, da Eletrobras, já tinha recebido, não pôde vir naquele dia, mas se comprometeu agora há pouco comigo que virá no dia 8, às 9 horas da manhã. Então, substituindo a convocação do Ministro Eduardo Braga.

Agradeço imensamente a compreensão do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós temos só um problema, Senador Ronaldo Caiado e Senador Raupp, que, no dia 8 do mês de dezembro, o Senador Otto já marcou uma audiência pública, às 9 horas. Podemos fazer à tarde então, às 14h30.

Vamos fazer então a inversão de pauta, já que o assunto veio à tona.

Vamos ler aqui o requerimento de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que solicita, nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, que seja não convocado, mas um convite...

É isso?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agora o convite ao Presidente da Eletrobras, porque neste momento o interesse meu não é a vinda do Ministro, já que o assunto é específico da Eletrobras.

Então, com o entendimento feito com o Senador Raupp e com a confirmação do Ministério de Minas e Energia, seria o convite ao Presidente da Eletrobras.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse requerimento inclusive já foi aprovado, não é, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já foi aprovado da vez anterior, mas houve o descumprimento da presença dele na última quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então vamos simplesmente remarcá-la para o dia 08/12/2015, às 14h30. O.k.?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem, mas eu gostaria que ficasse registrado, nos *Anais* da Casa, o acordo firmado com o Senador Raupp e, ao mesmo tempo, com toda a assessoria do Ministério de Minas e Energia, para que as pessoas não venham de Goiânia novamente, cheguem aqui, não tenham para quem expor a situação e, muito menos, fiquem sem receber uma resposta daquilo que foi prometido a elas, um ano atrás, pelo Presidente da Eletrobras, na Câmara dos Deputados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Ataídes...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria, Presidente Ataídes, Senador Caiado, de comentar e aplaudir o desfecho para essa questão. Eu acho que o Senador Caiado está demonstrando uma compreensão que é muito importante para o bom andamento dos trabalhos no Parlamento, ao aceitar essa data e a vinda do Presidente da Eletrobras.

Eu apenas, Senador Caiado, Srs. Senadores, quero dizer que, se por acaso não acontecer e não houver essa vinda, eu me comprometo a votar a convocação, tamanha a segurança que eu tenho, Senador Caiado, de que o Presidente da Eletrobras virá e de que essa audiência ocorrerá. Mas, caso isso não aconteça – embora eu não trabalhe com essa hipótese –, eu me comprometo não só a votar favoravelmente a convocação, mas também a colaborar no processo de mobilização, Senador Caiado.

E cumprimento o Senador Valdir Raupp pelo empenho também.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só para confirmar, eu acabei de falar agora, há um minuto – enquanto o Senador Ronaldo Caiado estava falando –, com o Dr. Costa, Presidente da Eletrobras, para confirmar o novo horário: em vez de ser 9h da manhã, às 14h30. E ele já confirmou que estará aqui às 14h30. Agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então está tudo acertado. Que ótimo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço a fala da Senadora Grazziotin e também ao Senador Raupp, porque o ponto de entendimento e de concórdia, no Congresso, independentemente de siglas partidárias, são os acordos construídos. Eu fico imensamente grato pela posição da Senadora e do Senador Raupp.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos então ao item...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O item 4, que foi ainda há pouco votado, se refere a um requerimento em que o Senador Donizeti pede uma audiência pública para embasar o relatório do Senador Eduardo Amorim – que está pronto – sobre um projeto do Senador Aloysio Nunes, de 2013, é terminativo... Eu estava conversando com o Senador Donizeti e descobri que ele é terminativo lá na Comissão de Agricultura.

Então, eu estava pedindo o entendimento do Senador Donizeti. Esse projeto é de 2013. Ele estava esperando aqui, como disse o Senador Amorim, dois anos para ser relatado. Então, pedi a ele que possa fazer um requerimento da audiência pública, que foi feito pela ainda Senadora Ana Rita, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – da qual ele é membro –, e nós daríamos continuidade ao processo, encaminhando-o à Comissão de Agricultura.

Eu conversei com o Senador Donizeti e fiz esse apelo, essa solicitação a ele, para que o projeto do Senador Aloysio pudesse ser discutido terminativamente, sobre o mérito, na Comissão de Reforma Agrária. Se o Senador Donizeti concordar em retornar ao item 4...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas a questão está resolvida. Está aprovado. Mas eu vou refazer o voto, então, para concordar com o requerimento e vou apresentar um requerimento na CRA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E a gente pode...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

O requerimento do item 4, o Requerimento nº 110, de 2015, de relatoria do Senador Eduardo Amorim, havia sido aprovado com o voto contrário do Senador Donizeti Nogueira.

No entanto, neste momento ele reflui do voto contrário e também vota favorável ao Requerimento nº 110. Portanto, o referido requerimento foi aprovado por unanimidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Posso antecipar e ler o projeto então?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos chegar ao item, é o item 15 da pauta, vamos chegar a ele muito em breve.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, alínea ´e´, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria relativa à avaliação dos resultados para a Administração Federal, da introdução da figura da "contratação integrada" prevista nos arts. 8º, inc. V, e 9º, da Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, a partir da comparação de uma amostra significativa de contratações de obras similares sob esse regime com outra igualmente significativa que não o tenha utilizado, abrangendo o exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal entenda pertinente acrescer): I foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos no que se refere: a - ao preço-base...

Acabo de ser informado que o Senador Roberto Rocha, que é autor do requerimento, não se encontra presente. Portanto, vamos retirá-lo de pauta.

Vamos ao item número... Eu peço aqui à nossa secretaria que seja mais ágil, por favor, com todo o carinho, todo o respeito.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente. Eu estou relatando, acho que é o item 13 da pauta. Haveria a possibilidade de antecipar?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, eu tinha solicitado também, Senadora, a antecipação do item 11, mas estava aguardando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, pois é, iríamos ao item 11 e depois ao 13, imagina.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se os Senadores concordarem, então vamos à inversão de pauta.

Vamos então ao...

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2014
- Não terminativo -

Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços.

Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra, o Relator, Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, o art. 1º apresenta o objetivo da futura lei. O art. 2º faculta ao consumidor de serviços públicos a instalação de medidores para o controle próprio do uso dos serviços, independentemente da existência de medidores instalados com o mesmo fim pelo fornecedor dos serviços.

O art. 3º prevê que a instalação dos equipamentos previstos nesse artigo será custeada pelo consumidor e que os equipamentos serão aferidos e instalados segundo regulamentação. Determina ainda que o consumidor não será responsável pela custódia dos equipamentos instalados em área externa à unidade consumidora pelo concessionário ou permissionário e que não será atribuída ao consumidor a responsabilidade por irregularidade ou dano causados a esses equipamentos, salvo em caso de ação comprovada que lhe possa ser imputada.

O art. 4º estabelece que o fornecedor do serviço sujeita-se às penalidades estabelecidas em regulamentação quando impedir ou dificultar a instalação de equipamento ou quando tornar indisponíveis parâmetros ou informações técnicas requeridos pelo consumidor para confrontação dos valores da conta.

O art. 5º reza que a leitura e o faturamento dos serviços serão feitos com base nas informações dos medidores do fornecedor do serviço e que, em caso de dúvida do consumidor, na leitura do medidor de conces-

sionário ou permissionário, será feito perícia por empresa credenciada nos termos da regulamentação. Estabelece também que o não cumprimento do disposto neste artigo enseja a aplicação de multa sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação e que, se comprovada a cobrança indevida, o consumidor terá direito à repetição do indébito. E, havendo reincidência, a valor de dez vezes o que for pago em excesso.

Finalmente, o art. 6º prevê que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor menciona que a divergência sobre o quantitativo do serviço consumido já faz parte do dia a dia do brasileiro e que a iniciativa não objetiva estabelecer obrigação de instalação de medidores adicionais por usuário, mas apenas uma faculdade, que, uma vez exercida, tornar-se-á mandatória pelo distribuidor ou prestador de serviço.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Meio Ambiente e não foram apresentadas emendas.

Análise.

Conforme inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor por ser a única Comissão a apreciar matéria. Serão analisados também os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Quanto à constitucionalidade, a matéria é de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos do inciso V e VIII do art. 24 da Constituição.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da lei da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os seus atributos a novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por emendas e acompanha de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 e 238 do RSF, além de ter sido distribuída à comissão competente, conforme citado.

Sobre a técnica legislativa, há uma pequena alteração de redação a ser feita para suprimir da ementa do projeto a expressão "os usuários", já que o texto menciona apenas consumidores.

Outra operação meramente redacional é a renumeração do *caput* do art. 3º como parágrafo único do art. 2º, uma vez que apenas os equipamentos instalados pelo consumidor terão sua instalação por esses custeada. Com isso, o §1º do art. 3º se tornará o *caput* desse artigo, renumerando-se ainda os demais parágrafos do artigo.

No mais, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis.

No mérito, após a cuidadosa análise da proposição, retomamos à nossa posição inicial pela aprovação na matéria, tendo em vista que ela aperfeiçoa a legislação consumerista, permitindo ao consumidor controlar a sua utilização de serviços públicos e cotejar sua medição com a aferida pelo equipamento do fornecedor do serviço.

Ademais, a aprovação do projeto não implicará aumento de custos para o consumidor, pois apenas tornará facultativa a instalação do medidor pelo consumidor, que decidirá se lhe é conveniente ou não a colocação do equipamento.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2014, com as seguintes emendas de redação:

"Dá-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2014, a seguinte redação:

'Faculta aos consumidores de serviços públicos instalarem medidores aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços.'

EMENDA Nº – CMA (DE REDAÇÃO)

Renumerem-se os seguintes dispositivos do Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2014: o *caput* do art. 3º para parágrafo único do art. 2º, o § 1º do art. 3º para *caput* do art. 3º, o § 2º do art. 3º para § 1º do art. 3º e o § 3º do art. 3º para § 2º do art. 3º."

Esse é nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em discussão o relatório.

Com a palavra, o Senador Donizete Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para ver se eu entendi. Na questão da punição ao prestador de serviço... porque uma coisa é acidente, outra coisa é a comprovada má-fé. O projeto resguarda isso? Porque o equipamento pode ter dado um defeito, e aí a empresa fez uma medição errada. No que eu entendi, a punição é bastante severa. Eu acho que deve ser. Mas está resguardado esse negócio de diferenciar acidente de má-fé?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Senador, ele fala que, no primeiro erro, haverá a devolução do mesmo valor. Em havendo o segundo, é que ele colocar até dez vezes.

Então, ele separa se poderá haver um problema ou se haverá dois problemas, mas, se o senhor achar que deve haver uma alteração...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, eu acho que a gente poderia deixar isso bem claro. Mas há mais uma pergunta: o valor a ser devolvido é aquele que foi superior ao usado ou, se eu fosse fornecedor, eu teria que devolver o valor global da conta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pois é, devolução em dobro do excesso. Isso está claro que vai ser na...? Eu tinha que pagar 100, aí veio 120, vou ter que devolver em dobro o excesso ou é a conta toda? É essa a minha indagação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Exato. Então, eu vou pedir vista, e eu e o Senador Douglas Cintra vamos acertar uma redação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

Pedido de vista coletiva do item 11, Projeto de Lei nº 113, de 2014, de relatoria do Senador Douglas Cintra.

Atendo à solicitação de inversão de pauta quanto ao item nº 13, de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2015
- Não terminativo -

Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Autoria: Deputado Chico Lopes
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, estou sendo bastante procurada, para debater esse assunto, que é um projeto de iniciativa do Deputado Chico Lopes, do meu Partido, do Estado do Ceará. É um projeto quanto ao qual já estou convencida da sua importância e até necessidade. Entretanto, em decorrência da quantidade de Parlamentares que me procuram, o próprio segmento, eu acredito que seria prudente, antes da apresentação do meu relatório, obviamente favorável, que pudéssemos realizar uma audiência pública, para instruir o meu relatório. Só que eu gostaria, Sr. Presidente, por conta de uma série de atividades que eu tenho, no período em que nós nos encontramos, de ver a possibilidade de já ser semana que vem essa audiência pública.

E eu digo que eu não entendo bem o porquê, Sr. Presidente... Estou com um projeto de lei em mãos, o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, que foi aprovado por unanimidade.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Possui o mesmo objeto, idêntico. Foi aprovado por unanimidade e ele também proíbe a cobrança do adicional de *roaming*, quando a ligação é feita pelo mesmo grupo econômico, que é o objetivo do projeto que eu relato agora. Esse projeto foi aprovado no dia 11, já concluiu o prazo para recursos e, portanto, ele vai para a Câmara dos Deputados.

Então, não estou entendendo por que há tanta polêmica em torno de um projeto, e nenhuma polêmica em torno do outro, visto que o conteúdo é o mesmo. Mas, deixando isso para lá, porque este projeto vai à Câmara dos Deputados, a minha sugestão é a de que a gente pudesse marcar para semana que vem audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pois bem, Senadora Vanessa, então vamos retirar de pauta primeiramente o item 13. O.k.?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Retirado de pauta, então, o item 13, de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin. E a Senadora Vanessa requer verbalmente aqui, agora, uma audiência...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós estamos já escrevendo o requerimento, mas a gente já poderia aprovar verbalmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k.

Então, requer verbalmente a realização de uma audiência pública para discutir esse Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2015.

A Senadora Vanessa disse que está formalizando o referido requerimento. Portanto, eu coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de audiência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quanto à data, Senadora Vanessa, vamos indagar ao Presidente desta Comissão, Senador Otto, porque nós estamos aqui com algumas audiências já pré-agendadas. Então, vamos verificar e entramos em contato com V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Agora o 15, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos ao 15, então.

Atendendo à solicitação do Senador Eduardo Amorim, estamos também fazendo a inversão de pauta do item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-Em 09/12/2014, foi aprovado o RMA 38/2014 para a realização de audiência pública para instrução da matéria. O item 4 da pauta requer a dispensa dessa audiência.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, como o senhor bem disse, este projeto é não terminativo. Portanto, em acordo com o Senador Donizeti, deverá ser feita uma audiência pública na comissão onde ele será terminativo, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Portanto, Sr. Presidente, vou direto à análise, já que ele foi distribuído previamente.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas "a", "b" e "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais; preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade; conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos – temas incidentais no PLS 368, de 2013.

A proposição traz importantes inovações que se harmonizam com a legislação ambiental vigente, em especial com a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. De fato, uma das primeiras causas de degradação ambiental é a ausência de segurança jurídica vivenciada por aqueles que, a despeito da falta do título da terra, a ocupam e nela produzem.

Como se percebe, a preocupação ambiental perpassa diversos dispositivos da proposta. Com efeito, os princípios estabelecidos pelo art. 3º da proposição buscam a conciliação entre a exploração econômica da terra e a preservação do meio ambiente e a articulação com diversas políticas setoriais, destacando-se as de meio ambiente e de saneamento básico.

O regramento para a demarcação rural, previsto no art. 5º, incorpora institutos fundamentais à proteção ambiental, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, previstas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Código Florestal, e de informações sobre as unidades de conservação, definidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Ademais, de acordo com a proposição, no art. 9º, o título de legitimação de posse rural deverá conter, entre outras, cláusulas sob condição resolutiva antes da conversão em propriedade que determinem o apro-

veitamento racional e adequado da área e a observância da legislação ambiental. De maneira análoga, em caso de descumprimento das condições resolutivas, o título de legitimação de posse rural poderá ser extinto pelo Poder Público emitente.

Evidenciado o esmero ambiental da proposta, que a torna oportuna e meritória, cabe-nos um único acréscimo a fazer, em vista de seu aperfeiçoamento. Trata-se da necessidade de incorporar ao conjunto de informações para o projeto de demarcação rural, previstas no art. 5º, os dados do Cadastro Ambiental Rural, instituído pelo art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012. Como se sabe, o CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Os dados a serem disponibilizados pelo CAR são, portanto, úteis e mesmo necessários para caracterizar adequadamente os imóveis rurais que serão objeto de regularização.

Sr. Presidente, colegas Senadores, em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CMA

Altere-se o inciso XII do art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.5º .....
.....

XII - dados disponíveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e outras informações julgadas relevantes pelo responsável pela demarcação rural, para fiel caracterização do perímetro.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente, e nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CMA.

Atendendo também ao pedido do Senador Flexa Ribeiro, uma inversão de pauta do item 9.

ITEM 9
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2015
- Não terminativo -

Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: pela aprovação.
Observações:
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, em seguida, peço a inversão da pauta para o item 16 ser votado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, o projeto é de autoria do Senador Marcelo Crivella, que se encontra aqui para assistir à leitura do relatório, parecer e à discussão e, com certeza, Senador Crivella, à aprovação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vem ao exame desta Comissão o Substitutivo da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me, então, Senador Flexa, fazer essa correção, porque aqui, no meu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O substitutivo veio da Câmara, mas a autoria do projeto é do Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Do querido Senador Marcelo Crivella, que se encontra aqui. Peço nossas escusas, então, por não ter mencionado o nome de V. Exª nesse projeto tão importante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vem ao exame desta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados – aí que acho que V. Exª se confundiu, é um substitutivo que está vindo da Câmara – nº 21, de 2015, ao PLS nº 176, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O PLS prevê normas acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água na comercialização de determinados produtos.

Aprovado no Senado, o projeto foi encaminhado em 2007 para revisão da Câmara e aprovado na forma da Emenda Substitutiva nº 2, que retornou ao Senado, onde foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

A proposição volta-se a endereçar um problema da maior relevância: o manejo inadequado dos recursos hídricos pela sociedade e a consequente escassez de água.

Apesar de ser o projeto de 2007, o Senador Crivella, já por premonição, previa a crise hídrica por que passamos neste momento. Há oito anos ele apresentou o projeto, que, se tivesse tido agilidade e tivesse sido aprovado, teria auxiliado a diminuição da crise por que passa parte do nosso País.

Na minha região, Senador Crivella, nós temos água em abundância para servir aos brasileiros, como temos energia em abundância também para servir aos brasileiros.

Como bem notado pelo autor, a má gestão dos recursos hídricos gera severas consequências sobre sua qualidade e sua disponibilidade, principalmente nas áreas de maior densidade populacional. Diante de tal quadro, incumbe ao Estado a promoção de políticas públicas que estimulem o uso racional dos recursos hídricos, cumprindo a previsão do art. 225 da Constituição Federal.

Na redação final aprovada no Senado Federal em 2007, o projeto estabelecia que os equipamentos e produtos de limpeza e de higiene pessoal devem conter mensagens de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado, sempre que destinados ao uso associado à água e desde que possível.

Na Câmara Federal, a proposição foi aprovada na forma da Emenda Substitutiva nº 2, que procura tornar mais efetivas as disposições trazidas pelo PLS no 176, de 2005.

Para tanto, prevê-se que o descumprimento do disposto na Lei oriunda do projeto sujeita os responsáveis às punições previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Também se estabelece que a mensagem a ser veiculada deve ser inserida em destaque e de forma legível nas embalagens e rótulos dos equipamentos e produtos de limpeza cujo uso implicar consumo de água, utilizando-se a expressão "Água: pode faltar. Não desperdice".

Além do mais, o Substitutivo aperfeiçoa a redação do projeto ao tornar mais claras as hipóteses de incidência das normas nele previstas.

Dessa forma, entendemos que o Substitutivo aprimora o texto e deve ser aprovado.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados no 21, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) no 176, de 2005.

Parabenizo o Senador Marcelo Crivella, que, à época, já previa a necessidade de haver maior controle do uso da água.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador e autor do projeto, Senador Marcelo Crivella.

Agradeço, Senador Flexa, por essas informações, porque aqui na Mesa estamos a votar um substitutivo que veio da Câmara, mas, lamentavelmente, aqui não vem explicando detalhadamente toda a origem do projeto.

Então, agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Senador Ataídes, eu vim aqui só para agradecer ao Flexa por esse relatório e pela aprovação do projeto. Nós no Legislativo, muitas vezes, discutimos, demoramos demais. Em 2005, esse projeto foi apresentado. Nós estamos em 2015. Dez anos se passaram. Seria importante que, já naquela ocasião, déssemos uma indicação ao nosso povo, sobretudo do Sudeste – Rio, São Paulo, Minas, Espírito Santo, as áreas mais populosas –, de que é preciso economizar água, sobretudo aquela água bem tratada, aquela água que estamos usando para lavar carro, para lavar roupa, para lavar a cozinha, para lavar a calçada, para lavar tudo. Uma maneira é, nas embalagens, escrever: pode faltar água, não desperdice.

Então, eu quero agradecer muito ao Senador Flexa e pedir o votos dos meus colegas, para aprovarmos o projeto. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero só parabenizar o autor, o Relator, porque essa é uma questão muito atual, muito presente no nosso dia a dia. Acho que temos que ter esse cuidado.

Ainda ontem, visitei uma lavanderia pública na minha cidade, em Teresina. Pediram-me que eu olhasse as condições, para ver como podia ajudar. Felizes, porque já estão se sustentando. O prédio é da prefeitura, mas todas as despesas elas pagam. É uma associação. Fui visitar os tanques, os balcões onde elas lavam – o processo ainda é bem manual –, e vi que, enquanto elas estendem a roupa, elas deixam a torneira aberta. Então, era a água jorrando lá, correndo, e elas indo lá no varal estender a roupa. Aproveitei para ter uma conversa com elas sobre essa questão.

Então, acho que é um tema com que todos nós precisamos nos preocupar, porque é muito presente. E é uma emergência, porque vemos a escassez de água. Tenho andado por aí e estou vendo que a demanda é água. Não é mais só o Semiárido, não é mais só a região seca demandando água. Todo mundo está demandando água agora porque os poços perfurados estão secando. A água do subsolo está ficando mais profunda. Então, é um tema muito pertinente.

Parabéns!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Regina, penso que V. Exª já podia, antes mesmo da aprovação final do projeto, porque ele não é terminativo nesta Comissão, já sugerir à lavanderia pública colocar a placa do Senador Crivella: "Água: pode faltar. Não desperdice!"

Realmente, não nos damos conta disso. Só vemos a importância da água quando ela falta. O mundo nasceu com água e luz, só que a primeira é uma questão de vida. Não se vive sem água.

Então, acredito que isso que acontece nas lavanderias...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Acontece nas casas das pessoas também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O indivíduo está tomando banho, e, enquanto ele fica ensaboando-se, o chuveiro poderia ficar desligado.

Há outras formas ainda de se fazer economia.

Essa seria só uma sugestão, Senadora Regina, para as suas eleitoras lá do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, o Senador Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bem, gostaria de parabenizar o Senador Crivella pela iniciativa tão relevante, mas, como só aprendemos na dor, é necessário que haja uma crise hídrica, como a que aconteceu em São Paulo.

Tenho dito que, para os paulistas, essa crise hídrica pode ter sido um azar, mas, para o Brasil, foi uma sorte, porque, agora, se estão tratando muito disso. Certamente, o projeto de V. Exª vai ser aprovado em tempo muito mais rápido, porque estamos passando por um momento de dor. Agora, essa questão da conscientização do uso racional da água é muito importante.

Pelo menos, tenho três projetos de lei em andamento. Um já está na Câmara dos Deputados e vai ser votado esta semana. Ele está na pauta para ser votado na Comissão de Meio Ambiente. Trata-se de uma emenda que coloca, como objetivo da Lei de Recursos Hídricos, que seja incentivado o aproveitamento da água das chuvas, ou seja, o reaproveitamento de águas pluviais. Outro está em tramitação no Senado, no sentido de colocar a obrigatoriedade de determinadas construções públicas ou privadas, de determinado porte, ter um reservatório para poder coletar a água da chuva e fazer o seu aproveitamento.

Então, parabéns! Penso que, nestes próximos dez anos, vamos ter água com abundância, sem risco de escassez, porque, num momento de dor, as iniciativas estão sendo tomadas.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Gostaria de fazer um breve registro. Senador Crivella, neste final de semana, fiz uma visita ao Sr. José Wilson Siqueira Campos, nosso conhecido Governador Siqueira Campos.

Lá, num bate-papo – ele é cearense –, ele nos deu um santinho do Padre Cícero. Ia trazê-lo e o esqueci na minha residência lá no Tocantins. Em 1928, o Padre Cícero disse que as nossas nascentes iriam acabar, que os nossos rios iriam secar e que iríamos ficar sem água no Brasil.

Ele disse isso em 1928. Hoje, o Rio São Francisco, como bem tem dito aqui o Senador Otto Alencar, que nasceu às margens deste grandioso rio, hoje, está em fase de acabamento. Enquanto se gastaram R$8 bilhões com aquela transposição, foram gastos cento e poucos milhões de reais com a revitalização.

Gostaria apenas de fazer esse registro.

Não havendo mais nenhum Senador que queira discutir o referido Substitutivo, do item nº 9 da pauta, ao Projeto de Lei nº 21, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 16, para o qual o Senador Donizeti também pede inversão de pauta e está sendo atendido.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 640, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental – ADA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.
Projeto de autoria do Senador Donizeti Nogueira e relatoria do Senador Blairo Maggi, que não se encontra neste momento. Em acordo, a Senadora Regina Sousa fará essa relatoria como *ad hoc*.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Passo à leitura do parecer, Sr. Presidente.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em substituição ao Ato Declaratório Ambiental (ADA).

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 640, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em substituição ao Ato Declaratório Ambiental (ADA).

Após análise desta Comissão, a proposição seguirá para as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

O PLS compõe-se de dois artigos. O primeiro autoriza o produtor rural a apresentar o CAR para fins de apuração da área tributável prevista no § 1º, inciso II, do art. 10, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural (ITR). O segundo é a cláusula de vigência da lei, segundo a qual a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria perante à CMA.

Análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas a, c e d, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais; preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da

biodiversidade; conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos – temas incidentais no PLS nº 640, de 2015.

O cerne da proposta é facultar ao produtor rural a utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para apuração da área tributável, sobre a qual deve ser pago o Imposto Territorial Rural (ITR).

De acordo com o inciso II, do § 1º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para fins de apuração ITR devem-se subtrair da área total do imóvel as áreas necessárias à preservação ambiental, como áreas de preservação permanente e de reserva legal, bem como aquelas cobertas por florestas nativas, ou as declaradas pelo órgão ambiental competente como de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas. Também devem ser desconsideradas as áreas comprovadamente imprestáveis para qualquer exploração agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal e as parcelas alagadas para fins de constituição de reservatório de usinas hidrelétricas autorizada pelo poder público.

Essas informações são apresentadas anualmente pelo proprietário no Ato Declaratório Ambiental (ADA) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Ocorre que, por força da Lei nº 12.651, de 2012, essas mesmas informações deverão constar no CAR, registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais – instrumento mais moderno e mais ágil, de alcance nacional, cujas informações serão integradas eletronicamente no Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima).

O mérito do PLS em exame encontra-se na modernização do sistema, na redução da burocracia e na agilização das informações, oferecendo ao produtor rural, quando da apuração de seu ITR, a possibilidade de utilização de um instrumento que já lhe é exigido pelo Código Florestal.

Disso se constata seu caráter facultativo, pois assegura ao produtor rural a opção de utilização do ADA. Isso é de fato necessário, uma vez que o sistema relativo ao CAR ainda não se encontra plenamente implementado em âmbito nacional.

No entanto, o caráter facultativo ora proposto colide com a obrigatoriedade de utilização do ADA para efeito de redução do valor a ser pago de ITR, prevista no §1º do art. 17-O, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Significa reconhecer que a eficácia do PLS pressupõe o acréscimo de dispositivo que retire o caráter obrigatório do ADA, por meio de alteração na Lei nº 6.938, de 1981.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CMA

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 640, de 2015, renumerando-se o atual art. 2º:

"Art. 2º Revogue-se o §1º do art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Regina Sousa.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 da CMA.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para registro...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero agradecer o relatório do Senador Blairo Maggi, que aperfeiçoou o projeto, a disposição da Senadora Regina nesta manhã por contribuir com a relatoria *ad hoc*, e os votos dos Senadores que aprovaram o projeto nesta manhã.

Consideramos que agora, com a vigência do Código Florestal, com a obrigatoriedade do CAR, que está em execução, precisamos modernizar a legislação para facilitar a vida do proprietário rural, do produtor rural na execução do cumprimento do seu dever.

Agradeço a contribuição do Senador Blairo, da Senadora Regina e dos Senadores que votaram a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Coaduno com V. Exª.

Item 5 da pauta:

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, alínea ´e´, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria relativa à avaliação dos resultados para a Administração Federal, da introdução da figura da "contratação integrada" prevista nos arts. 8º, inc. V, e 9º, da Lei no 12.462, de 04 de agosto de 2011, a partir da comparação de uma amostra significativa de contratações de obras similares sob esse regime com outra igualmente significativa que não o tenha utilizado, abrangendo o exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal entenda pertinente acrescer): I foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos no que se refere: a - ao preço-base estimado das licitações (já considerados todos os fatores de composição de custo, inclusive os relativos a risco de negócio)? b - à competitividade dos certames licitatórios? c - ao custo final das obras, contratado e executado. e à ocorrência de superfaturamento de qualquer natureza? d - ao prazo de execução das obras, contado a partir da celebração do contrato respectivo? e - à ocorrência de aditivos ou litígios contratuais? f - à qualidade das obras e à existência de obras incompletas, defeituosas ou inacabadas? II) existem evidências de que a especificação do objeto do contrato pela Administração mantém a precisão exigida para a contratação pública, ou, ao contrário, de que o objeto tenha sido definido contratualmente de forma a comprometer a satisfação do interesse público que motivou o contrato? III) existem outras avaliações dos resultados da utilização da "contratação integrada" no Brasil promovidas por outros órgãos da Administração ou instituições independentes? Em caso positivo, quais são os resultados de cada um (incluindo a opinião do Tribunal acerca do grau de confiabilidade que merece cada estudo, do ponto de vista metodológico e empírico.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Indago o Senador se quer fazer algum comentário. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o referido requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 24, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 3378/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente às fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de 2013, sobre governança, gestão e os projetos relativos aos jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 032.632/2013-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 22/09/2015, 27/10/2015 e 10/11/2015.

Peço ao Senador Donizeti Nogueira, se for possível, se digne fazer a relatoria *ad hoc*, para que possamos limpar essa pauta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, então, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Já qualificado o relatório pelo Senador Presidente, vou entrar em alguns pontos rápida e resumidamente.

O relatório sob análise informa que o Plenário do Tribunal aprovou o plano de controle externo para os Jogos de 2016. Comunica também que, em cumprimento ao mencionado plano, realizaram-se algumas fiscalizações e outras encontram-se em andamento. É apresentada uma lista das ações de controle planejadas, com a descrição da respectiva situação.

São, em seguida, detalhados os resultados obtidos nas fiscalizações realizadas e apresentadas informações referentes às ações em andamento e outras a serem realizadas em atendimento às deliberações proferidas pelo TCU.

No que concerne à avaliação da estrutura de governança dos jogos, tais aspectos são classificados nos seguintes temas:

– Ausência da Matriz de Responsabilidades;

- Indefinição quanto ao Legado Olímpico;

- A questão do Déficit Operacional do Comitê Rio 2016;

Dando continuidade sem passar por todo o relatório, que é um pouco extenso, vou à análise final do relator do TCU.

Diante das análises apresentadas, o Relatório traz, como propostas de encaminhamento, o envio dos autos ao Gabinete do Ministro Relator Arnoldo Cedraz, propondo: I) determinações relativas ao plano de fiscalização das ações dispostas na matriz de responsabilidades; II) determinação à Secretaria competente para que acompanhe as obras de construção dos píeres de atracação de navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, sob a perspectiva de sua conclusão e impactos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016; e III) encaminhamento de cópia do Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentarem, ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Em seu voto, o Ministro Relator Arnoldo Cedraz procede à análise do Acórdão nº 3378/2013, posiciona-se favoravelmente ao encaminhamento proposto pela unidade técnica especializada do Tribunal e se manifesta pela aprovação.

Em face do exposto, considerando o teor do Acórdão nº 3378, de 2013, proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, proponho que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 24, de 2013 (Aviso nº 1.649, de 4 de dezembro de 2013, na origem), procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Donizeti Nogueira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

ITEM 7

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 3493/2014 - TCU - Plenário, acompanhado dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente ao processo que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S. A. (Chesf), com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: *Pelo conhecimento do feito, pela realização de audiência pública para tratar do comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia e posterior arquivamento.*

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Indago do Senador Donizeti Nogueira se S. Exª poderia fazer, *ad hoc*, a leitura deste Relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a matéria já qualificada pelo Presidente, quero passar à análise o Relatório da Senadora Lídice da Mata.

Em resumo, o Acórdão n° 3.493, de 2014 - TCU - Plenário, conclui inicialmente pela necessidade do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se manifestar, em audiência, a respeito da extrapolação de prazos e de procedimentos adotados, para fins das Declarações de Utilidade Pública (DUP) em face do atraso impostos por revisões e novas exigências impostas pela agência no decorrer do andamento do processo de obtenção das DUPs.

Quanto ao acesso a informações sensíveis à avaliação do empreendimento e riscos relacionados, o acórdão dispõe ser necessária a elaboração de mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos traçados pelo corredor de traçado proposto, tais como informações relacionadas ao levantamento topográfico, estudos preliminares, Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para abertura de picadas para serviços de topografia, prospecção arqueológica para elaboração de Projeto de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial, entre outros.

O acórdão aponta que há vários riscos fundiários que se materializaram, especialmente a dificuldade de negociação de valores para indenização e/ou realocação de donos de terras, bem como a dificuldade logística de tal tipo de empreendimento e quantidade de repartições cartoriais envolvidas. Ainda, outro ponto sensível foi a necessidade de alteração de localização de subestações devido a posicionamento errôneo em zonas de proteção ambiental, o que não foi apresentado nos relatórios da Empresa de Planejamento Energético (EPE).

Diante dessas considerações e mais algumas, eu adianto um pouco mais o relatório para dizer que o TCU determinou: que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) observasse o princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, pois buscou executar o serviço de liberação fundiária negociando diretamente com os proprietários de terras avaliadas por ela, o que pode acarretar prejuízos à estatal, e que a SecobEnergia realizasse a ação de controle, no sentido de buscar alternativas para mudar o quadro atual de entraves em licenciamento de obras de energia elétrica, buscando a elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental.

Por fim, com fundamento nos dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o Acórdão decide por determinar juntada de sua cópia nos TC 029.387/2013-2 e 023.736/2014-3 para agregar informações às ações de controle e fins de exames de controle de contas da Chesf.

Voto.

Considerando a conclusão final do Acórdão nº 3.493, de 2014- TCU- Plenário, opinamos para que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) aprove a realização de audiência pública para, a partir dos problemas observados pelo TCU no Acórdão nº 3493/2015-TCU-Plenário, debater sobre os seguintes problemas: o comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, abordando questões fundiárias e socioambientais, possibilidades de comprometimento da continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica, e comprometimento da modicidade tarifária;

c) encaminhe requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia a fim de justificar os atrasos nas obras de transmissão, mais especificamente no que tange aos itens 9.2, 9.3, 9.4, contidos no Acórdão nº 3493, de 2014- TCU-Plenário, e das medidas tomadas nos TCs 029.387/2013-2 e 023.736/2014-3; e

d) remeta o processado ao arquivo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Donizeti.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo que queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do feito, pela realização de audiência pública para tratar do comprometimento do planejamento estratégico do setor elétrico, pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia e posterior arquivamento.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem. (*Falha na gravação.*)

...Ciência e Tecnologia, eu era Relator e um dos organizadores da reunião, e achei por bem voltar aqui para, primeiro, agradecer a compreensão e pedir desculpas aos funcionários e a V. Exª, que preside esta reunião, e para fazer um esclarecimento.

Eu não tenho nenhum problema. Eu acho que é um procedimento. Estamos numa Casa de companheiros.

Quando estamos numa reunião que não tem questões polêmicas, não vejo problema em fazermos assinaturas, porque temos que estar em quatro ou cinco reuniões de comissões ao mesmo tempo. Então, não vejo problema. Só que hoje havia um assunto polêmico. Aí eu acho que a própria Secretaria pode ponderar. Não dá para sair pegando sem avisar.

Havia um assunto polêmico. Eu não poderia estar aqui. Eu também sou plantonista aqui, mas não podia estar aqui hoje, porque foi criada uma comissão diferenciada para uma matéria de que eu era o Relator... Aliás, aprovamos o novo Código de Ciência e Tecnologia. E ela foi realizada em um horário em que eu estou aqui. E eu fiz uma assinatura... Logo em seguida falaram que havia um requerimento polêmico que dizia... Aí não é justo a gente estar dando quórum quando tem um requerimento apresentado.

Felizmente, eu soube que já houve até entendimento para vir, que é o que normalmente a gente tenta fazer aqui. O colega Senador Caiado concordou e já houve entendimento com o Senador Raupp para que venha o Presidente da Eletrobras. Porque uma hora é para um lado, outra hora é para outro, e há, às vezes, esses desencontros. Quando houver, eu acho que não é justo a gente colocar uma assinatura ali sem saber o que está ocorrendo.

Foi só nesse sentido, porque é normal: se há uma audiência para a gente fazer e está tudo direitinho, coletar as assinaturas é normal.

Então, acho que os funcionários fizeram o papel deles. Nós, Senadores, é que temos de nos ajustar melhor. Eu pedi ao pessoal da Liderança que me ajuda aqui que avisasse. Não tinha recebido nenhum telefonema ainda. Era mais nesse sentido.

Queria pedir desculpas e dizer que meu propósito é sempre de colaborar aqui e não o de dificultar o trabalho desta Comissão.

Como saí correndo para ir lá, achei por bem voltar aqui e me justificar diante de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Louvo a atitude de V. Exª, Senador Jorge Viana.

Estou recebendo a informação aqui de que se trata de um requerimento extrapauta. Na verdade, recebi essa informação quando cheguei à Mesa, mas o encarregado pela nossa Comissão já havia informado aos assessores do Governo que havia esse requerimento extrapauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Deve ser da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Da Liderança do Governo, imagino eu. Mas houve um acordo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – ...dos colegas que ajudam.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Houve um acordo, e está tudo resolvido. Agradeço...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria que ficasse assim: quando houver um assunto polêmico, a gente não fazer uma coleta assim, porque é ruim para quem assina, seja do PSDB, seja..., só para a gente seguir trabalhando como a gente sempre trabalhou aqui, colaborando...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concordo com V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço desculpas aos colegas da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Imagina!

Concordo com V. Exª.

Dando andamento, item 14 da pauta, de relatoria do Senador Davi Alcolumbre. Como S. Exª não se encontram vamos retirá-lo de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-A matéria constou nas pautas dos dias 20/10/2015, 27/10/2015 e 10/11/2015.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.)

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, declaro-a encerrada, agradecendo a todos. Muito obrigado.

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Davi Alcolumbre e Vanessa Grazziotin**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Paulo Rocha, Jader Barbalho e João Capiberibe**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 69, de 2015; Aviso nº 1.356-GP/TCU; Aviso nº 1.332-GP/TCU, em resposta ao relatório prévio aprovado na CMA da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2015. Passa-se à PAUTA. PRIMEIRA PARTE. AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA. É passada a presidência da reunião ao Senador Ataídes Oliviera. Após leitura e discussão, foi aprovado o relatório do Senador Otto Alencar, que passa a constituir o parecer da CMA, concluindo pelas seguintes recomendações: A transformação da natureza jurídica da Codevasf para uma Autarquia Federal de atuação regional com autonomia para o planejamento, exploração dos recursos naturais e obtenção de receitas próprias por meio da geração de energia elétrica em suas diversas fontes, o controle de enchentes e secas, o abastecimento de água, a irrigação, a navegação, a gestão de parques, regularização fundiária, assistência técnica, a recuperação das nascentes e o reflorestamento das áreas degradadas e improdutivas para garantir a sustentabilidade financeira de suas atividades; Priorizar investimentos do Programa de Revitalização da bacia do São Francisco na recomposição da vegetação nativa de Áreas de Preservação Permanente de nascentes, matas ciliares e veredas, bem como na prevenção e controle de processos erosivos por meio de técnicas de conservação do solo, como terraceamento, barraginhas, recuperação de áreas degradadas, entre outras; Que a Codevasf instale, em cada sub-bacia do São Francisco, um Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), a fim de viabilizar a produção de mudas para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas, com prioridade para o Alto e Médio São Francisco, por representarem regiões de maior recarga; Direcionar investimentos na construção de reservatórios de água, com vistas a elevar a capacidade de reservação, sobretudo no Alto e Médio São Francisco (regiões com maior precipitação e menor evapotranspiração); Elevar a previsão de recursos orçamentários no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual para o Programa de Revitalização da bacia do São Francisco, em especial nas ações destinadas ao controle e prevenção de processos erosivos; Fortalecer o Departamento de Revitalização de Bacias (DRB) Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente, com a elevação do número de servidores e das dotações orçamentárias destinadas ao DRB, a fim de fortalecer sua coordenação; Caso a opção anterior não seja possível, transferir a coordenação do Programa de Revitalização para outro órgão ou entidade da Administração que disponha de maior capacidade operacional e orçamentária para o acompanhamento das ações executadas no âmbito do Programa e para o desenvolvimento da articulação necessária junto aos órgãos executores do Programa; Que o ICMBio que considere criar unidades de conservação na bacia do São Francisco, especialmente nas regiões do Alto e Médio São Francisco; Que a Agência Nacional de Águas (ANA) considere intensificar o programa "Produtor de Água" na bacia do São Francisco, notadamente nas regiões do Alto e Médio São Francisco; Caso não seja possível implementar a recomendação anterior, que a ANA auxilie o órgão coordenador e os órgãos executores do Programa de Revitalização a implantar, na bacia, programa de pagamento por serviços ambientais nos moldes do "Produtor de Água"; Que o órgão coordenador do Programa (atualmente o MMA) elabore, implante e acompanhe indicadores que sejam capazes de medir a efetividade das ações do Programa de Revitalização da bacia do São Francisco, notadamente as voltadas à recuperação e ao controle de processos erosivos, já que o desenho atual impossibilita a avaliação de resultados parciais; Que o órgão coordenador do Programa inclua, nas ações de recuperação e controle de processos erosivos, iniciativas concomitantes de sensibilização ambiental, tanto nas escolas quanto nas propriedades rurais; Revisar os critérios e parâmetros utilizados na cobrança pelos usos dos recursos hídricos para que passem a considerar de forma mais relevante o porte dos usuários e o princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador; Construir parâmetros métricos que se aproximem ao máximo possível dos diferentes usuários e das múltiplas funções da água em uma mesma bacia hidrográfica; Aplicar os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos de forma mais eficiente, uma vez que um montante demasiadamente significativo é aplicado na elaboração de estudos e programas em detrimento de obras e ações que efetivamente contribuem para a revitalização e

ampliação do volume de águas do rio São Francisco; Flexibilizar a estrutura rígida dos contratos de gestão, a exigência de programações anuais e plurianuais de ações e a liberação de recursos para contratações indiretas para a bacia; Finalmente, em relação a medidas legislativas que poderiam ser apresentadas pela CMA para aperfeiçoar a execução dessas políticas públicas, sugerimos alteração na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir dispositivo ao art. 22, a fim de determinar a aplicação em obras os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na forma da minuta de PLS anexa. Encaminhamentos aos órgãos competentes para conhecimento e adoção das providências necessárias: Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; Agência Nacional de Águas; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco; Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo). É devolvida a presidência da reunião ao Senador Otto Alencar. SEGUNDA PARTE. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2015 - Não Terminativo. Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório e concedia vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo. Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica. Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Não Terminativo. Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Reguffe. Relatório: Pela aprovação do projeto, acatando a emenda nº 1-CCJ nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, acatando parcialmente a emenda nº 1-CCJ, nos termos da emenda nº 2-CMA (substitutivo). ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 2014 - Não Terminativo. Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela rejeição do projeto e da emenda nº 1-CCT. Resultado: Retirado de pauta pela relatora. Ficam adiadas as demais matérias. A Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos pela Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que ficarão à disposição dos membros da CMA por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados.

Aviso nº 69, de 2015.

Aviso nº 1.356-GP/TCU.

Aviso nº 1.332-GP/TCU, em resposta ao relatório prévio aprovado na CMA da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2015.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros, com links para acesso ao inteiro conteúdo dos mesmos.

Passamos à primeira parte da pauta, destinada à apresentação do relatório sobre a avaliação da política pública "Revitalização do Rio São Francisco", em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a presidência ao Senador Ataídes Oliveira, para que eu possa ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Este Relatório de Avaliação de Políticas Públicas sobre o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco aqui, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é um relatório que teve a contribuição, a participação de vários Senadores. E eu quero agradecer a todos pela participação, sobretudo à Senadora Lídice da Mata, ao Senador Fernando Bezerra e a todos aqueles que acompanharam a nossa luta pela revitalização do Rio São Francisco neste ano.

Na sexta-feira passada, nós fizemos uma diligência ao Rio São Francisco. Estivemos no Município de Bom Jesus da Lapa, que é a capital religiosa do rio, com o Presidente da Codevasf, com componentes do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, com técnicos, com prefeitos de toda a região, sobretudo os prefeitos de cidades da bacia, vereadores, lideranças religiosas, em uma reunião proveitosa, Senadores e Senadoras, porque tivemos a oportunidade de, através da Marinha do Brasil, utilizar uma de suas embarcações para percorrer o Rio São Francisco, olhando de perto e vendo as dificuldades que atravessa o rio em todo o seu trajeto.

Então, pegamos uma lancha da Marinha do Brasil e seguimos na direção do trecho que vai de Minas Gerais até perto da foz do Rio Corrente, que é um dos afluentes do Rio São Francisco. E pudemos, Senador Ataídes, visualizar, Senadora Lídice da Mata, *in loco*, a erosão, que avançou muito, está numa situação bem avançada, das suas margens. O desmatamento das mata ciliares é notório, visualizamos em toda a calha do Rio São Francisco. Há diminuição muito grande do calado do rio. Tivemos até preocupação em andar na lancha da Marinha, porque o calado do rio devia estar em torno de 1,5m, 2m, poderia até encalhar a lancha, mas, felizmente, não tivemos esse problema. Era um dia de chuva, sexta-feira passada, em Bom Jesus da Lapa, chuva muito forte, o rio tomou um pouco de água porque está recebendo as águas, agora, do Rio Corrente e também alguma coisa pela barragem de Três Marias, que está suprindo o Rio São Francisco. O Rio Carinhanha, também, segundo informações, teve um aumento de volume. Mas é uma situação de uma gravidade muito grande, sobretudo, nas nascentes.

Levamos lá o Dr. Álvaro Oyama, o Presidente da Fábrica de Florestas. Estamos tentando fazer os dois programas de revitalização na Bahia, no Rio Corrente, e no Rio Grande.

Então, este é um relatório de que todos os Senadores vão ter conhecimento, que traz as minúcias do que trabalhamos e fizemos. Não vou ler todo o relatório, só a conclusão, e, dentro desta, vou propor aos membros da Comissão que apresentem um projeto, uma modificação pequena na Lei 9.433, de janeiro de 1997, que fala sobre o gerenciamento de bacias hidrográficas; seria um projeto da Comissão de Meio Ambiente, não nosso, até porque surgiu aqui dos estudos todos. Então, vou ler aqui a conclusão e as recomendações que estão contidas neste relatório.

Com fundamento nas informações apresentadas neste relatório, apresentamos as seguintes recomendações no sentido de fortalecer as ações relacionadas à revitalização do Rio São Francisco:

– A transformação da natureza jurídica da Codevasf para uma autarquia federal de atuação regional com autonomia para o planejamento, exploração dos recursos naturais e obtenção de receitas próprias por meio da geração de energia elétrica em suas diversas fontes, o controle de enchentes e secas, o abastecimento de água, a irrigação, a navegação, a gestão de parques, regularização fundiária, assistência técnica, a recuperação das nascentes – que é o mais importante – e o reflorestamento das áreas degradadas e improdutivas para garantir a sustentabilidade financeira de suas atividades.

Uma coisa que ressalto aqui de tanto ouvir das lideranças locais, inclusive religiosas – quando converso com o Bispo D. Luiz Cappio, que só fala em recuperação das fontes, ele chama assim, e das nascentes –, acho que é a coisa principal, é que a grande maioria já perdeu, inclusive, a capacidade de produção de água e, se não houver recuperação, a calha não produz água, e temos que partir para a nascente.

– Priorizar investimentos do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco na recomposição da vegetação nativa de Áreas de Preservação Permanente de nascentes, matas ciliares e veredas, bem como na prevenção e controle de processos erosivos por meio de técnicas de conservação do solo, como terraceamento, barraginhas, recuperação de áreas degradadas, entre outras;

– Que a Codevasf instale, em cada sub-bacia do São Francisco, um Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (Crad), a fim de viabilizar a produção de mudas para a recomposição da vegetação

nativa em áreas degradadas, com prioridade para o Alto e Médio São Francisco, por representarem regiões de maior recarga, maior produção;

– Direcionar investimentos na construção de reservatórios de água, com vistas a elevar a capacidade de reservação, sobretudo no Alto e Médio São Francisco (regiões com maior precipitação e menor evaporação e transpiração);

– Elevar a previsão de recursos orçamentários no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual para o Programa de Revitalização da bacia do São Francisco, em especial nas ações destinadas ao controle e prevenção de processos erosivos. É uma grande realidade a erosão em toda a calha do rio;

– Fortalecer o Departamento de Revitalização de Bacias (DRB) Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente, com a elevação do número de servidores e das dotações orçamentárias destinadas ao DRB, ou seja, Departamento de Revitalização de Bacias, a fim de fortalecer sua coordenação;

– Caso a opção anterior não seja possível, transferir a coordenação do Programa de Revitalização para outro órgão ou entidade da Administração que disponha de maior capacidade operacional e orçamentária para o acompanhamento das ações executadas no âmbito do programa e para o desenvolvimento da articulação necessária junto aos órgãos executores do programa;

– Que o ICMBio considere criar unidades de conservação na bacia do São Francisco, especialmente nas regiões do Alto e do Médio São Francisco;

– Que a Agência Nacional de Águas (ANA) considere intensificar o programa "Produtor de Água" na bacia do São Francisco, notadamente nas regiões do Alto e Médio São Francisco;

– Caso não seja possível implementar a recomendação anterior, que a ANA auxilie o órgão coordenador e os órgãos executores do Programa de Revitalização a implantar, na bacia, programa de pagamento por serviços ambientais nos moldes do "Produtor de Água";

– Que o órgão coordenador do programa (atualmente o MMA) elabore, implante e acompanhe indicadores que sejam capazes de medir a efetividade das ações do Programa de Revitalização da bacia do São Francisco, notadamente as voltadas à recuperação e ao controle de processos erosivos, já que o desenho atual impossibilita a avaliação de resultados parciais;

– Que o órgão coordenador do programa inclua, nas ações de recuperação e controle de processos erosivos, iniciativas concomitantes de sensibilização ambiental, tanto nas escolas quanto nas propriedades rurais;

– Revisar os critérios e parâmetros utilizados na cobrança pelos usos dos recursos hídricos para que passem a considerar de forma mais relevante o porte dos usuários e o princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador;

Nesse item aqui com a presença da Drª Luciana Cury, que é a promotora responsável pelo Ministério Público no setor ambiental, ela identificou no Rio Corrente que um só usuário tinha uma bomba de captação que levava 25% de toda a vazão do rio, então, sem controle absoluto, nenhum controle de outorga para a utilização das águas e formação de pequenas barragens para se fazer irrigação por inundação, o que é uma coisa completamente absurda. Então, não existe, na verdade, nenhuma fiscalização na utilização, no controle e no manejo da água nessa região;

– Construir parâmetros métricos que se aproximem ao máximo possível dos diferentes usuários e das múltiplas funções da água em uma mesma bacia hidrográfica;

– Aplicar os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos de forma mais eficiente, uma vez que um montante demasiadamente significativo é aplicado na elaboração de estudos e programas em detrimento de obras e ações que efetivamente contribuem para a revitalização e ampliação do volume de águas do Rio São Francisco;

– Flexibilizar a estrutura rígida dos contratos de gestão, a exigência de programações anuais e plurianuais de ações e a liberação de recursos para contratações indiretas para a bacia;

Finalmente, em relação a medidas legislativas que poderiam ser apresentadas pela CMA para aperfeiçoar a execução dessas políticas públicas, sugerimos alteração na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir dispositivo ao art. 22, a fim de determinar a aplicação mínima em obras no percentual de 50% dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na forma da minuta do PLS anexa.

Encaminhamentos aos órgãos competentes para conhecimento e adoção das providencias necessárias.

Diante do exposto, requeiro dar conhecimento do presente relatório à Mesa Diretora, para posterior remessa aos seguintes órgãos do Poder Executivo: Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Agência Nacional de Águas – e na próxima terça-feira, faremos aqui uma sessão com a ANA, comemorando os 15 anos da Agência Nacional das Águas –; Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

(ICMBio); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba(Codevasf); Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Vamos fazer uma ressalva de que, em vez de 50%, seriam 100% desses recursos.

O Projeto de Lei, que não é da nossa autoria, pessoal, é um projeto de lei da CMA, ou seja, vamos apresentar, levar à Mesa como um projeto da Comissão de Meio Ambiente, acrescenta ao §4º da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para assegurar que os recursos arrecadados sejam destinados a obras que tenham por finalidade a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica. Inclusive, colocamos bacia hidrográfica, não especificando só a bacia do Rio São Francisco, porque pode ser destinado a outras bacias hidrográficas que passam ou que passarão no futuro pela mesma crise por que passa o Rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

Art. 22.....

.....

§4º – No caso do inciso I, deverá ser observado o percentual mínimo de aplicação dos recursos em obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação.

No Brasil, a cobrança pelo uso de recursos foi proposta pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instruiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O art. 22 da lei afirma que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; além de no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Tal artigo assegura, ainda, em seu §1º, que o quantitativo de recursos destinados ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos deve se limitar a 7,5% do total arrecadado. Todavia, a lei é silente quanto ao percentual máximo que pode ser aplicado em estudos e no planejamento de programas ou quanto ao percentual mínimo que deve ser destinado a obras concretas, o que tem gerado algumas distorções.

Ainda que a cobrança do usuário tenha sido implementada com relativo sucesso, é preciso que a aplicação desses recursos seja feita de forma mais eficiente, já que um montante demasiadamente significativo é aplicado na elaboração de estudos e atividades de apoio em detrimento da implementação de projetos e ações que efetivamente contribuem para a revitalização e ampliação do volume de águas do rio São Francisco.

Por exemplo, no ano de 2014, conforme o relatório de demonstrações financeiras da AGB Peixe Vivo, associação civil responsável pela prestação de apoio administrativo, técnico e financeiro ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), as despesas de investimentos foram principalmente direcionadas a: I) serviços de planejamento e elaboração de programa de comunicação para o CBHSF (2,4 milhões); II) elaboração de Planos Municipais de saneamento básico para região do Alto São Francisco (1,5 milhões); e III) passagens aéreas e terrestres para atendimento a eventos (792 mil).

Já a implementação concreta de projetos e obras recebeu menos aportes financeiros, tendo o maior montante de recursos sido direcionado a: I) execução do projeto hidroambiental na Sub-Bacia do Rio Pajeú – Microbacia do Córrego Onça – em Afogados da Ingazeira/PE (667 mil); II) execução projeto hidroambiental na sub-bacia do Rio Santo Onofre em Paratinga/BA (657 mil); III) execução de projeto hidroambiental na Bacia do Rio Itapecerica, Município de Divinópolis e adjacências/MG (587 mil); e IV) execução projeto de apoio ao Programa de Fiscalização Preventiva Integrada – FPI (544 mil).

No mesmo sentido, o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período de 2013 a 2015, aprovado pela Deliberação CBHSF nº 71, de 28 de novembro de 2012, prevê um gasto total de cerca de R$92 milhões, sendo que apenas aproximadamente 45% seriam aplicados na implementação de obras e sistemas hídricos. O restante, cerca de R$50 milhões, seriam gastos apenas em estudos, atividades de apoio e de fortalecimento institucional.

Dessa forma, com o intuito de solucionar a deturpação anteriormente destacada – elevado percentual gasto com o planejamento quando comparado aos recursos despendidos com as obras – propomos que seja acrescentado parágrafo ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, com o intuito de assegurar que 100% dos recursos arrecadados sejam destinados às obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos

recursos hídricos da bacia hidrográfica, ou seja, a toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, e a toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a bacia do São Francisco, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte ou locação de bens.

Assim, pretendemos solidificar em nosso ordenamento jurídico uma medida que confere probidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio São Francisco.

Então, este é o projeto que será um projeto da CMA e será apresentado para apreciação *a posteriori*. Concluo aqui este relatório de avaliação de políticas públicas sobre o Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Espero que a partir disso possamos ter, realmente, uma ação de Governo, via Codevasf, para conter de alguma forma a situação crítica que atravessam o rio, a sua bacia, as suas nascentes, os seus afluentes.

Tivemos em 2014 uma sinalização que chamou a atenção do Brasil, uma sinalização muito dura para todos nós, brasileiros: pela primeira vez, em 2014, tivemos a nascente do Rio São Francisco, na Serra da Canastra, no Município de São Roque de Minas, seca. Secou pela primeira vez em 2014. E nesse ano de 2015, pela primeira vez também, um de seus principais afluentes, um rio perene, caudaloso, com o qual isso nunca havia acontecido, secou – o Rio Jequitaí, na margem direita do Rio São Francisco.

Então, pela primeira vez, em 2014 e 2015... Isso é uma sinalização de que nós estamos... Se o Governo, os órgãos ambientais, e também as três instâncias de Governo – municipal, estadual e federal – não tomarem uma providência, pelo que vi em Bom Jesus da Lapa na sexta-feira, nós vamos caminhar para, dentro de oito ou dez anos, a morte completa do Rio São Francisco pelo assoreamento, pela erosão, pela morte das nascentes, pela destruição completa das matas ciliares na calha do rio, nas nascentes e nos seus afluentes.

É uma coisa dolorosa para quem conheceu o rio como eu conheci, aos 15 anos de idade: vivo, piscoso, dando toda a condição de navegabilidade, um rio que tem 1.300km de área navegável. Você podia sair de Pirapora para chegar a Juazeiro, no vapor, com o calado dele preservado. Um calado mínimo de 2,5m, hoje está em torno de 1m, 1,5m em algumas áreas. Este ano, nesse período, se atravessou o Rio São Francisco andando, com água dando na cintura.

Portanto, é uma situação que considero muito grave e, sem nenhuma dúvida, posso dizer aqui que a culpa por essa situação foi que se fez um projeto de transposição equivocado, porque, antes de fazer o projeto, antes de fazer a transposição, deveria se fazer a revitalização ou as duas coisas andarem juntas, mas não é admissível que se invista R$8,5 bilhões numa transposição e o Governo Federal, através da Codevasf e dos órgãos de responsabilidade – até os governos estaduais –, não tenha se preocupado em revitalizar uma nascente, pelo contrário, só colocou na estatística que morreu o Rio Paramirim, o Santo Onofre, o Jitaí secou pela primeira vez, que 50% das nascentes do Rio Corrente estão mortas.

Enfim, é de uma gravidade muito grande, porque o que está acontecendo com o Rio São Francisco hoje poderá vir a acontecer com outros rios – o Rio Tocantins, o Rio Araguaia. Todos eles podem ter problema se não houver uma política pública de preservação do que ainda temos e, sobretudo, a política pública para revitalização, controle e manejo da água.

Estou citando um exemplo de só um irrigante, lá no Rio Corrente que, sem outorga de água, tem de captar 25% de toda a vazão do Rio Corrente para uma utilização equivocada e sem nenhum controle.

Portanto, chamo a atenção da Comissão, daqueles que estão assistindo à TV Senado, já chamei várias vezes a atenção do Governo Federal, dos Ministérios responsáveis – do Meio Ambiente, da Integração Nacional, do Planejamento e Gestão –, da própria Presidente da República. Tive duas audiências com a Presidente e levei esse quadro grave do Rio São Francisco.

Nós Senadores formulamos políticas, aprovamos projetos, mas não podemos agir na execução física da recuperação do Rio São Francisco. Quisera eu ter oportunidade de ter como fazer isso, até de residir próximo a um rio desses, morar lá no Rio Corrente, em Correntina, residir na Barra do São Francisco, dedicar o resto da minha vida para fazer uma coisa dessa natureza, porque estaria fazendo isso não por mim, mas para as futuras gerações que terão, sem nenhuma dúvida, um grave problema de água.

São Paulo já teve racionamento agora, Rio de Janeiro já teve, Belo Horizonte já teve. E olha que, próximo de Belo Horizonte, passa o principal afluente do Rio São Francisco, que é o Rio das Velhas. Há mais de ano esse Rio das Velhas, que é o mais caudaloso afluente do Rio São Francisco, está também numa situação muito ruim, com contaminação das suas águas por sedimento, por lançamento de esgoto, de afluentes líquidos e sólidos, sem tratamento e também com erosão e com desmatamento. O homem está atacando e destruindo a natureza e a natureza certamente não vai suportar sem reagir à ação nefasta do homem em toda as suas atividades.

Essa é uma mensagem que trazemos aqui.

Quero agradecer a participação de todos os Senadores e Senadoras, do meu Vice-Presidente Ataídes Oliveira, do Senador Donizeti, Senador Reguffe, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Lídice, que estavam aqui, chamando a atenção para essa situação. Não é nenhum tipo de terrorismo o que se faz, não sou fundamentalista, absolutamente, do verde e nem venho aqui ser o profeta do apocalipse da falta de água, mas é uma realidade que conheço de perto, na minha região e em outras partes do Brasil, e tenho absoluta certeza de que, se não tivermos uma ação forte, teremos grande dificuldade para sustentabilidade da raça humana no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Relator, Otto Alencar.

O relatório ora lido e tão bem concluído pelo Relator é sobre a avaliação da política pública de revitalização do Rio São Francisco, em cumprimento art. 96-B, §3º do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, esse relatório já inclui o Projeto de Lei que o Senador e Relator Otto Alencar colocou.

Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores.

Senador Otto, primeiro, gostaria de parabenizá-lo pelo afinco, a determinação e a perseverança na realização desse trabalho, para trazer esse relatório, nesta manhã, e, sobretudo, pela convicção de que temos que fazer algo urgente. O senhor tem, repetidas vezes, colocado isso aqui. Então, meus parabéns pelo seu trabalho e pela sua determinação.

Segundo, hoje vivemos contradições no Parlamento, vivemos contradições na sociedade, porque, muitas vezes, aparece um investidor, com determinado investimento, que está encontrando resistência nos órgãos de fiscalização para ser licenciado. Muitas vezes, acabamos aparecendo como uma tentativa de mediar essa situação. Outras vezes, a própria sociedade – não conhecendo bem a realidade – fica contra o órgão fiscalizador em defesa do empreendimento econômico.

Então, penso, especificamente, no caso do Rio São Francisco. Além de levar a cabo o relatório, o projeto de lei, precisávamos promover um debate bastante plural, envolvendo todos os atores econômicos, as federações de agricultura, de indústria, de comércio, prefeitos, vereadores, para debatermos que é responsabilidade também da sociedade ali encontrada vir para a defesa do rio, para ajudar inclusive o Poder Público a bancar as suas decisões. O Poder Público precisa ser inclusive tensionado pela sociedade, para que possamos ter ações realmente efetivas, na recuperação do rio, a partir de suas nascentes. O envolvimento dos Governos da região, sobretudo do Governo de Minas Gerais, onde nasce o rio...

Ontem eu fazia uma discussão sobre a nascente do Rio Tocantins, que está aqui e que caminha para o mesmo rumo, porque a devastação, a ocupação, o metro quadrado, nessa região, é muito caro, devido à especulação imobiliária. Isso vai degradando e vai matar também o rio. O caminho é o mesmo.

Assim, penso que a sua bandeira, que a sua defesa hoje, do Rio São Francisco, precisa, imediatamente, Senador Ataídes, ser por nós encampada, para evitarmos, Senador Flexa, que isso aconteça com o Rio Araguaia, com o Rio Tocantins.

Nós temos um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu que trata da calha do Rio Araguaia, que, neste ano, já foi objeto de duas audiências públicas. Nós precisamos continuar fazendo esse debate, porque há condições de aproveitarmos o potencial econômico, de forma equilibrada, sem matar os rios.

Quero, Senador Otto, estar contigo nessa trincheira. Conte com o meu apoio, porque este é o ano de um marco histórico, no Brasil, com relação à crise hídrica, e penso que esse marco histórico requer de nós responsabilidade e atitudes proativas, no sentido de superar esses problemas. V. Exª tem o meu apoio ao relatório, ao projeto de lei. Vamos trabalhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Donizeti.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes; Relator, Senador Otto Alencar; Srs. Senadores, eu quero parabenizar o Senador Otto Alencar não só pelo relatório sobre a política pública para revitalização do Rio São Francisco, mas muito mais pela sua luta, pela sua determinação, pela sua obstinação de tratar desse tema. A história de vida de V. Exª já diz bem do cuidado e do compromisso que V. Exª tem com o Velho Chico. Nas conversas que temos fora das comissões, V. Exª conta sua infância, sua juventude, quando o rio era exuberante e as boiadas atravessavam de uma margem para outra.

V. Exª tem toda razão. O Governo fez o projeto de transposição que foi muito criticado à época, lá atrás, Senador Donizeti. Naquela altura, o que se discutia era exatamente o que o Senador Otto defende aqui: pri-

meiro, a revitalização e, depois, a transposição. Transpor o que não existe não tem cabimento. Então, essa luta é importante.

O Senador Ataídes e o Senador Donizeti têm razão. Que o que aconteceu com o São Francisco não ocorra nos rios da nossa região, em especial o Araguaia e o Tocantins, que têm uma importância vital para o desenvolvimento da região como meio de escoamento pelo modal hidroviário, que é o que deveria ter sido adotado pelo Brasil há 60 anos. Eu lembro que, alguns anos atrás, o Governo que aí está disse que ia lançar um PAC das hidrovias. Ele não lançou o PAC das hidrovias e até fez bem em não lançar, porque os PACs que lançou ficaram empacados e não funcionaram. Agora, quanto às hidrovias, é importante que o Governo tenha consciência de que o modal hidroviário precisa ser instalado, com a preocupação do Senador Donizeti, ou seja, sem que tragam prejuízos à manutenção dos rios.

Sem sombra de dúvidas, Deus foi generoso com o Brasil e, em especial, com o meu Estado do Pará e nos colocou numa situação de proximidade com os mercados consumidores. O Porto de Vila do Conde é hoje o porto mais próximo tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, da América do Norte. E ele será o mais próximo da Ásia também quando abrirem o Canal do Panamá, agora, em 2016, pois, cortando-se pelo Canal do Panamá, vai se estar no Pacífico, de frente para a Ásia. E estão sendo instalados lá quase uma dezena de portos. Todas as grandes empresas de logística estão instalando portos, como a Cargill, a Bunge, a Maggi, do Senador Blairo, a ADM. Todas elas estão com portos em Vila do Conde, em Miritituba e em Santarenzinho. Por quê? Porque o escoamento da safra de grãos do norte de Mato Grosso e do sul do Pará, onde também já começa a produção dos grãos, vai ganhar competitividade vindo por barcaça pelo Rio Tocantins até Vila do Conde ou pelo Madeira e Tapajós até Santarém e Santarenzinho.

Finalizando, eu quero parabenizar novamente V. Exª. Continue nessa luta, Senador Otto Alencar. Tenho certeza de que ela não será em vão, e V. Exª marcará uma posição a favor do Velho Chico e do Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação. Mais uma vez, ratifico que o projeto está incluído no relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Antes de devolver a presidência, eu quero fazer só um ligeiro comentário, Senador Otto.

Desde que nós iniciamos o trabalho desta douta Comissão, eu vejo sua batalha em prol do Rio São Francisco. Eu quero dizer que V. Exª não está advogando em causa própria. O São Francisco não é da Bahia. O São Francisco é de cinco Estados. O Rio São Francisco é do povo brasileiro. Isso é importante que se diga. E vejo que V. Exª não tem medido esforços em proteger essa grande fortuna que o Brasil tem, que é o Rio São Francisco.

Creio que, com V. Exª na presidência desta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, com o trabalho que V. Exª tem desenvolvido e agora com esse projeto, nós temos condições, sim, de dar vida novamente a esse grande rio.

Por incrível que pareça, na semana passada, visitei o Sr. José Wilson Siqueira Campos, conhecido por todos nós, no Tocantins, como Governador Siqueira Campos, que criou o Estado do Tocantins. Ele é cearense e me deu um santinho do Padre Cícero – eu achei que estivesse aqui no bolso, mas não está. Mas eu me lembro de que li que, em 1928, Padre Cícero dizia que as nossas matas ciliares iriam acabar; que as nossas bacias iriam acabar. E aí ele vai dizendo outras coisas de que agora não me lembro, mas vou trazê-las da próxima vez e vou até pesquisar. Em 1928, Padre Cícero já tinha alertado sobre o fim do Rio São Francisco, e nós estamos aí ao final.

Era esse o registro que eu queria fazer.

A Agência Nacional de Águas tem de ser mais austera. Tem que ser mais ativa na preservação das nossas nascentes.

Enfim, devolvo a presidência ao nosso Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Ataídes Oliveira e retomamos a pauta.

Vamos ao item 7, cujo Relator é o nobre Senador Reguffe. É um projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009
- Não terminativo -

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Reguffe
Relatório: Pela aprovação do projeto, acatando a emenda nº 1-CCJ nos termos do substitutivo que apresenta
Observações:
-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CCJ.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Passo a palavra ao Senador Reguffe, para que possa relatar.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O PLS nº 138, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a fim de permitir que os pagamentos de bloquetos bancários possam ser feitos em qualquer agência de qualquer banco após a data do vencimento (*caput*), estabelecendo competência à agência bancária responsável pelo pagamento para calcular a multa e os juros devidos e sujeitando a instituição financeira infratora às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Por fim, estabelece o prazo de 90 dias após a publicação para entrada em vigor da lei.

O objetivo da proposta, segundo o autor, Sr. Presidente, é evitar que o consumidor tenha que se deslocar até a agência do banco emissor do bloqueto bancário, no caso de pagamento após a data do vencimento do título, já que o sistema de pagamentos adotado no Brasil permite a integração entre as instituições financeiras, podendo qualquer uma delas proceder ao cálculo do valor dos juros e da multa devidos pelo pagamento em atraso, segundo instruções que constam do próprio bloqueto bancário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

O PLS nº 138, de 2009, foi inicialmente despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; para cá, à CMA; e à CAE, cabendo à última a decisão terminativa.

Ainda em tramitação na CAE, a matéria foi arquivada no final da 54ª Legislatura, nos temos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Por força da aprovação do Requerimento nº 71, de 2015, do Senador Antonio Carlos Valadares e de outros ilustres Senadores, a matéria foi desarquivada e, por já ter sido apreciada pela CCJ, foi despachada para cá, para a CMA, e para a CAE, cabendo àquela Comissão a decisão terminativa, em conformidade com o despacho inicial de 2009.

Análise.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre seu mérito, nos termos do Inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal.

A CCJ, ao aprovar a emenda do Relator José Agripino, promoveu algumas acertadas alterações, como a determinação para que os credores disponibilizem alternativas mais cômodas para a obtenção da segunda via desses documentos.

Com isso, ataca-se o problema apresentado pelo autor da proposição em sua justificação, qual seja, o de evitar que o consumidor tenha que se deslocar até o emissor do documento, no caso de pagamento após a data do vencimento do título.

Cabe observar que outros tipos de credores podem ser emitentes de boletos de pagamento e não apenas às instituições financeiras.

A proposta inicial esbarraria em limitações técnicas, uma vez que os sistemas das instituições financeiras não são interligados para processamento e consulta de bases *on-line*, dificultando a consulta para os casos em que o sacado seja protestado no mesmo dia do pagamento.

Portanto, após o vencimento do bloqueto de pagamento, o cedente pode comandar protestos, e, caso qualquer banco receba esse pagamento, haverá o grande risco para a rede bancária de protestos indevidos, já que não haverá consultas de bases para verificar a situação do título.

Da mesma forma, o cálculo dos valores devidos para pagamentos após o vencimento do bloqueto, na maioria dos pagamentos, não é realizado manualmente, existindo a consulta às bases de dados da cobrança,

quando os pagamentos ocorrem no próprio banco cedente, de modo que seja validada a regra de recebimento e as condições de cobrança anteriormente contratadas.

Por essas razões, o texto adotado pela CCJ evolui em direção a uma forma viável de tratar o problema, vencendo essas limitações de ordem operacional.

Nesse sentido, dando continuidade a esse aperfeiçoamento, propomos alguns ajustes de modo a tornar o texto mais claro, conferindo-lhe maior segurança jurídica.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 138, de 2009, com a emenda de relator acatada na CCJ, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CMA.

Art. 2º-A. Os credores emissores de boletos de pagamento ficam obrigados a oferecer aos consumidores formas alternativas para a obtenção da segunda via desses documentos atualizados, quando vencidos.

§ 1º O disposto neste artigo envolve a disponibilização de canais eletrônicos tais como Serviços de Atendimento ao Consumidor – SAC, rede mundial de computadores, sistema de débito direto autorizado, terminais eletrônicos, correio eletrônico ou postos de atendimento eletrônico, conforme o caso.

§ 2º Cumprido o disposto neste artigo, os boletos de pagamento poderão ser pagos em qualquer agência bancária, inclusive após o vencimento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

Algum Senador deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado pelo nobre Senador Reguffe.

Passo a presidência ao Senador Ataídes, para que eu possa relatar o item 4, também não terminativo, que já vem sendo objeto de cobrança. Não relatei ainda porque houve problemas, não foi por minha vontade. Gostaria de relatá-lo, até porque diz respeito a um problema de saúde e de necessidade para pessoas com obesidade. Vejo que todos os Senadores estão em plena forma, nenhum vai precisar disso, mas outras pessoas precisam.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Autoria: Deputado Felipe Bornier
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto.
-A matéria constou na pauta do dia 24/11/2015.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A matéria veio ao exame da Casa.

O art. 1º do projeto autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

O art. 2º determina que o início da vigência da lei proposta ocorra na data de sua publicação.

Conforme o texto do projeto inicial, apresentado à Câmara dos Deputados, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ficava proibida de cancelar o registro sanitário ou de adotar qualquer

outra medida que impeça a produção ou a comercialização dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Na justificação, o autor apontava que a proibição desses produtos pela Anvisa prejudicava milhares de pacientes que realmente necessitam desse tipo de medicamento. Argumentava também que é inevitável a ampliação do mercado negro dessas substâncias em consequência da proibição da Agência, com o que concordo plenamente.

Análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nos termos do art. 102-A, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito a aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores, campo em que se enquadra a matéria objeto da proposição em análise.

A respeito do tema, ressaltamos a honra que tivemos de atuar na relatoria do projeto de decreto legislativo elaborado para sustar a resolução que proibiu essas substâncias anorexígenas. Nosso parecer foi favorável ao projeto por entendermos que os médicos – e não a Anvisa – têm o conhecimento e a prerrogativa de decidir se seus pacientes devem ou não continuar a utilizar os medicamentos à base dessas substâncias, que já se encontram há tantos anos no mercado brasileiro.

Assim, assinalamos que o Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do inciso XXVIII do art. 48 do RISF, promulgou, em 4 de setembro de 2014, o Decreto Legislativo nº 273, de 2014, que susta a Resolução - RDC nº 52, de 6 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários.

Em resposta à edição do Decreto Legislativo nº 273, de 2014, a Anvisa publicou uma nova norma sobre o tema. Trata-se da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários, e dá outras providências.

Segundo a nota divulgada pela Anvisa, a nova resolução prevê que as empresas interessadas em comercializar medicamentos contendo mazindol, femproporex e anfepramona deverão requerer outro registro à agência. A análise dos pedidos, conforme explicita o órgão técnico, levará em consideração a comprovação de eficácia e de segurança dos produtos.

A Anvisa assinala que as farmácias só poderão manipular esses medicamentos quando houver algum produto registrado na Anvisa. Além disso, a partir do momento em que as substâncias tiverem registro, tanto o produto manipulado quanto o produto registrado passarão a ter o mesmo controle da sibutramina.

O regulamento continua a permitir a produção industrial e a manipulação da sibutramina. Porém, fica mantido o mesmo controle já definido para a comercialização da substância, com a retenção de receita e com a assinatura de termo de responsabilidade do prescritor – aquele que prescreve, que é o médico – e do termo de consentimento informado do usuário.

Assim, destacamos nossa compreensão de que a Anvisa vem fazendo a sua parte do trabalho e buscando cumprir sua missão de zelar pela segurança do usuário de medicamentos.

No entanto, entendemos que é preciso garantir em lei a disponibilidade dos anorexígenos no Brasil, de forma a impedir que uma nova norma infralegal seja editada para retirá-los do mercado.

Portanto, depois da análise, vem o nosso voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015, para que seja apreciado aqui, na sala das Comissões.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em discussão o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, será concedida vista da matéria a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu também gostaria de pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está concedida vista coletiva da matéria.

Devolvo, portanto, a presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A Senadora Lídice da Mata pediu para retirar de pauta o item dela. Acho que é o item 9, não é? A Senadora Lídice da Mata pede para que seja retirado de pauta o item 9.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela rejeição do projeto e da emenda nº 1-CCT
Observações:
-Matéria apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CCT.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.)

Quanto aos outros projetos, nenhum dos Relatores está presente.

Não vou conceder a relatoria *ad hoc*, porque os Srs. Senadores ainda não têm conhecimento das matérias.

Então, vamos, de alguma forma, encerrar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Antes de V. Exª encerrar a reunião da Comissão de Meio Ambiente de hoje, eu gostaria de fazer duas observações. A primeira é que, como Presidente da subcomissão destinada ao acompanhamento da implantação da Usina de Belo Monte no meu Estado do Pará, encaminhei convite a todos os membros da CMA para que acompanhassem a subcomissão numa visita aos sítios da Usina de Belo Monte, que ocorrerá nas próximas quinta-feira e sexta-feira. Acho que essa é uma oportunidade, evidentemente, para os Senadores que fazem parte da Comissão e da Subcomissão e que têm interesse de conhecer o projeto da subcomissão. Os Senadores que fazem parte da Comissão e que tiverem interesse, podem conhecer o projeto, que é hoje o maior projeto em execução.

O Ibama já concedeu a licença para que o reservatório inicie o seu enchimento. Nossa preocupação, desde o início da implantação, é que a barragem fosse feita, mas que as ações mitigadoras, as compensações para mitigar os impactos que o projeto trouxe e tem trazido para a região também ficassem prontas. Estamos acompanhando e verificamos que, ao longo do tempo, elas estão se desenvolvendo, mas não estão prontas, não estão na velocidade em que deveriam estar. Para a nossa surpresa, o Ibama autorizou o enchimento. E foi o próprio Ibama que definiu as condicionantes à época do licenciamento.

Portanto, vamos visitar os canteiros dos três sítios – são três sítios de obra –, vamos fazer uma reunião com a sociedade civil da região impactada, com representantes dos vários segmentos, e, no dia seguinte, vamos visitar as condicionantes.

Eu queria reiterar o convite àqueles Senadores que puderem e tiverem interesse em acompanhar a visita. Sairemos daqui, em um avião da FAB, na quinta-feira, às 8h30, vamos passar o dia em visita, assim como na sexta-feira pela manhã, e retornamos a Brasília no início da tarde de sexta-feira. Portanto, reitero o convite, pois é uma oportunidade ímpar de conhecerem o projeto.

Trago outra informação, Senador Otto Alencar. Com o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China, nós recebemos do Embaixador na China uma correspondência, assinada pelo Vice-Presidente do Comitê de População, Recursos e Meio Ambiente, informando que uma comissão desse comitê da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, da República Popular da China, estará en-

tre nós a partir do dia 10. Nós redigimos um ofício, com o Presidente do Grupo Parlamentar, fazendo o convite para que eles possam oficialmente vir ao Parlamento brasileiro. E eles pediram, nesse contato, uma reunião com os membros da Comissão de Meio Ambiente.

Eu vou encaminhar pedido à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente e solicito a V. Exª que, depois que a Embaixada confirmar a data em que eles virão, autorize a realização de uma reunião com a participação dos membros do Parlamento da República Popular da China, do Comitê de Recursos do Meio Ambiente, e dos membros da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª será atendido, Senador Flexa Ribeiro.

Com a presença agora do Senador Eduardo Amorim, que é o Relator, passamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015
- Não terminativo -

Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.

Autoria: Deputado Jovair Arantes
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Então, eu passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Amorim, que é o Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, a anistia sugerida não é generalizada, pois só vai beneficiar os Municípios que receberam auto de infração emitido pelo Ibama contra empreendimento ou atividade, infração essa ocorrida antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, norma que estabeleceu a cooperação entre os entes federativos em matéria ambiental. Até então, nada existia sobre o assunto.

Para ser beneficiado com essa anistia, o Município interessado terá que comprovar, nos termos do regulamento, que o empreendimento ou atividade objeto de auto de infração emitido pelo Ibama já estava em processo de licenciamento ou de autorização ambiental perante o órgão ambiental competente, estadual ou municipal.

Logo, seu mérito é inquestionável, uma vez que tenta reparar danos causados pela insegurança jurídica que vem prejudicando a gestão de vários e vários Municípios, bem como penalizando o setor produtivo deste País, Sr. Presidente.

Portanto, o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2015, que foi encaminhado a esta Comissão, é inquestionável, uma vez que, como eu já disse, tenta reparar danos pela insegurança jurídica que, há décadas, vem prejudicando a gestão de vários Municípios, bem como penalizando o setor produtivo do País. Note-se que o texto do art. 23 da nossa Constituição de 1988 "hibernou" por mais de vinte anos antes de ser regulamentado por meio da Lei Complementar nº 140, de 2011, para os temas associados a meio ambiente.

Note-se, também, que a proposição não se destina a uma anistia ampla, geral e irrestrita, Sr. Presidente, pois o que se deseja corrigir é o malfeito derivado da confusão de competências no licenciamento ambiental, que se instalou durante duas décadas neste País.

Ainda não colocamos o processo nos trilhos, mas a aprovação do PLC nº 112, de 2015, é um bom passo no sentido de fazer justiça àqueles Municípios que, ao promoverem um processo de licenciamento ambiental conduzido pelo órgão considerado competente para fazê-lo, foram surpreendidos pela interveniência intempestiva, à época, do Ibama.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o relatório do nobre Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.
Não há nenhum outro projeto que possa ser relatado, pela ausência dos Srs. Relatores.
Assim, declaro encerrada a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA PELA 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, E DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, José Pimentel, Otto Alencar, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Walter Pinheiro**.** Deixam de comparecer os demais membros titulares das comissões. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos e passa à PAUTA, destinada a avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Política de Recursos Hídricos, além do comparecimento anual do Diretor-Presidente da ANA para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em cumprimento ao disposto no art.96-A do Regimento Interno do Senado Federal. Comparecem como convidados: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas; Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas; Ney Maranhão, Diretor da Área de Hidrologia da Agência Nacional de Águas; Gisela Damm Dorattini, Diretora da Área de Planejamento da Agência Nacional de Águas; e João Gilberto Lotufo Conejo, Diretor da Área de Regulação da Agência Nacional de Águas. A Presidência concede a palavra aos convidados, para a exposição inicial do tema. Usam da palavra os Senadores Blairo Maggi e Walter Pinheiro, para fazer comentários e questionamentos. A seguir, os convidados respondem os questionamentos feitos. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 23ª Reunião conjunta das Comissões Permanentes do Senado Federal, composta pela 56ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e pela 42ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Política de Recursos Hídricos, além do comparecimento anual do Diretor-Presidente da ANA para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar a avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em cumprimento ao disposto no art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e/ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido, então, para tomar assento à mesa o Sr. Vicente Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas.

É com prazer que eu recebo V. Sª aqui.

Convido ainda o Sr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas. o Sr. Ney Maranhão, Diretor da Área de Hidrologia da Agência Nacional de Águas; a Srª Gisela Forattini, Diretora da Área de Planejamento da Agência Nacional de Águas; e o Sr. João Gilberto Conejo, Diretor da Área de Regulação da Agência Nacional de Águas.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, eu gostaria de dar uma informação que me pede o Senado Federal, qual seja, o de que, nesta audiência pública em que trataremos dos 15 anos da Agência Nacional de Águas, temos o privilégio de entregar a todos os Senadores e Senadoras o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal, um documento que consolida o compromisso desta Casa Legislativa com a sustentabilidade e procura implementar ações mais efetivas para contribuir em sua esfera de atuação com a racionalização dos gastos funcionais e com uma gestão eficiente para todos, capaz de estabelecer um marco na mudança de comportamento e no comprometimento com as gestões ambientais.

Gostaria de me dirigir ao Presidente, Dr. Vicente, a fim de saber, pelo rito, quem será o primeiro convidado a falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, passo a palavra ao Dr. Vicente Andreu Guillo para que faça a sua explanação.

Comunico aos Senadores que queiram fazer alguma observação ou pergunta que se sintam à vontade.

Senador Walter Pinheiro, Senador Blairo Maggi...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar V. Exª e também todos os convidados para esta audiência pública, em que se fará um relatório do que está acontecendo e o que aconteceu na Agência Nacional de Águas. E, para comemorar os 15 anos, temos que olhar os próximos 15 anos. A ANA é muito novinha, vai deputar agora e tem uma vida inteira pela frente.

E a importância das questões relacionadas à água, não só para o Brasil como para o mundo, é vital. E é importante que a agência tenha condições de fazer as discussões, os enfrentamentos e também dar as orientações, porque temos ouvido muitas coisas a respeito de água, e a impressão que se tem é de que ela não existirá mais amanhã.

Eu não acho que seja assim. Penso que é um bem que temos que conservar, tem um ciclo que vai acontecer naturalmente. E vejo muitas coisas colocadas por algumas pessoas que nem têm qualificação suficiente ou conhecimento suficiente para falar sobre essa questão. Então, penso que a agência, uma agência reguladora de tudo isso, tem até a obrigação de, muitas vezes, quando publicações ou opiniões que sejam muito contra o que é a lógica da coisa, se manifestar, porque, senão, vamos criando as lendas urbanas. E, hoje, com os meios de comunicação, à medida em que chega uma informação para alguém, essa informação não nem é analisada e, simplesmente, passa para frente, e assim sucessivamente, criando-se a tal da lenda urbana não só sobre esse assunto, mas sobre todos os demais passíveis de estarem na comunicação.

Quero dizer que a questão da água é preocupante, nós não estamos dizendo que não. Ela regula todo o ciclo da vida. É chover no molhado dizer que ela é importante e, de fato, ela é muito importante. Pequenas modificações, pequenas variações nos volumes de chuva ou nos volumes dos rios têm influenciado, e muito, a economia. Você perde volume de água nos rios, como nos amazônicos, e já não se consegue mais fazer determinado tipo de transporte de cargas. E, em determinados lugares da Amazônia, só o rio é o acesso de chegada àquelas comunidades.

Então, prever isso, saber como isso vai acontecer no futuro... Eu já ouvi, por exemplo, dizerem que teremos uma diminuição de 30% nos volumes de água nas próximas décadas na Amazônia. Isso é um estudo, uma conversa, uma sugestão? Porque os governos, as entidades sinalizam para o futuro. E pessoas tomam decisões empresariais ou nas suas vidas a partir daquilo que ouvem sobre o futuro. Então, eu sempre tive muita preocupação – e fui governador do meu Estado – de, como tal, não dar informações sobre coisas que eu não poderia cumprir no meu mandato, porque sabia que aquilo iria influenciar pessoas, elas fariam mudanças em suas vidas, e, depois, isso iria não acontecer.

Então, penso que a Agência tem esse papel, um importante papel na sociedade brasileira, pelo que quero cumprimentar o Dr. Vicente, que está aqui conosco, que é o Presidente da Agência, bem como a todos os demais diretores aqui presentes.

Vamos ouvi-los e, com certeza, esta audiência pública será acompanhada pela TV Senado, pela Rádio Senado e será repetida, com certeza. Então, o público aqui nas nossas Comissões é pequeno, mas o público no Brasil inteiro acompanha e sabe o que acontece aqui.

Muito obrigado e parabéns à Agência também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Otto Alencar, se V. Exª me permite, eu passei aqui para trazer não só o nosso apoio, acho que V. Exª faz um trabalho belíssimo nesse rigoroso debate sobre a questão das águas. Obviamente que o tema central que V. Exª coloca nesse aspecto é, senão o mais famoso, um dos principais veios d'água do nosso País: o nosso Velho Chico.

Ao mesmo tempo, também quero trazer dizer, como bem lembrou o Senador Blairo Maggi, nesses quinze anos de ANA, que tive a oportunidade de participar do seu nascedouro, Senador Otto, Diretor-Presidente da Agência, Vicente. Na época, nós fazíamos um debate caloroso no Congresso Nacional sobre o surgimento das agências e a ANA veio em um processo dos mais bem conduzidos do ponto de vista do debate, da neces-

sidade, ainda que com alguns desvios da época. A gente sempre reclamava dizendo que a ANA não podia ser uma agência com o mesmo perfil das agências que já estavam criadas, dentre elas a Aneel, que foi a primeira agência criada –, aliás, amanhã, a Aneel completa 18 anos, se não me falhe a memória, 9 de dezembro de 1996, o surgimento da Agência Nacional de Energia Elétrica, que foi a nossa primeira agência.

A gente participou, de uma forma muito calorosa, de um debate que resultou numa experiência importante, não só na composição dos quadros da agência, como também numa qualificação desse debate das agências. E acho que a ANA tem dado uma contribuição importante, conseguiu, ainda que o seu perfil institucional tenha sido quase que um perfil muito parecido com as outras agências.

Naquela época, Senador Otto Alencar, a gente travava muito um debate sobre agência reguladora, agências executivas, enfim, qual o modelo a se adotar, ainda muito incipiente. Se hoje nós estamos aqui comemorando 15 anos, ainda é um tempo curto, imagine naquele período em que a gente se deparava, inclusive, com processos já avançados de algumas reestruturações em Estados, experiências em São Paulo, início de um debate caloroso na Bahia, em Manaus, sobre essa coisa do manejo das águas e o intenso debate no Brasil inteiro sobre a integração de bacias, portanto, um rico debate.

E, nessa época, Senador Otto Alencar, aí já no período de 1996/1997, basicamente, eu até trouxe esse material para entregar a V. Exª, um material que compõe, inclusive, um estudo feito por mim na época, já que minha área de atuação não é muito nas águas, é muito mais na infraestrutura. Eu fazia uma crítica contumaz à questão da transposição do São Francisco e não fazia crítica meramente no contexto da política, muito menos, como muita gente acusava os baianos, dizendo que a gente não queria deixar que a água chegasse ao Nordeste setentrional. E, desde aquela época, eu repetia muito uma frase do Bispo Dom Luís, da Barra, que dizia que "anêmico não doa sangue". Portanto, em 1997 o bispo já cravava a anemia do Velho Chico.

E esse material eu fiz muito mais sob a ótica do que significaria, do ponto de vista de ganho, o que nós teríamos de perda. Qual, inclusive, o consumo de energia que nós teríamos no primeiro projeto, que era Estrutura e Bombeamento. Lembro bem que eu fiz uma comparação entre o consumo de energia no Estado de Alagoas, para chegar e dizer que, em um dos pontos de bombeamento, Senador Blairo, nós gastaríamos mais energia do que o Estado de Alagoas iluminado o ano inteiro para fazer a água subir.

Portanto, isso mostra os desvios, os erros, o custo daquela obra e o custo/benefício. Ou melhor, não dá para falar em custo/benefício, mas em prejuízo para as populações.

Assim, acho que nada melhor do que fazer esse debate agora, num momento crucial. Em 2012, nós enfrentamos um período muito crítico. Nós estivemos com a ANA, até com a presença, na época, do Governador Jaques Wagner, no início do ano de 2012, em janeiro de 2012, Senador. Pelo dia 5 ou 6, nós viemos a Brasília, já tratando da questão daquilo que seria um dos piores períodos de estiagem para a Bahia. Portanto, a ANA já havia feito esse alerta. E hoje, coincidentemente, o Governador Rui Costa está aqui, em Brasília, discutindo exatamente a mesma coisa, três anos e algumas canelas secas depois, como dizem os baianos.

Então, quero aqui trazer a V. Exª o meu apoio. Lamentavelmente, não vou poder ficar, pois estamos também com a Comissão de Ciência e Tecnologia fazendo um debate no Interlegis e sou um dos participantes do painel que deve começar agora, às 10h, e que trata exatamente do financiamento e das formas de financiamento para a pesquisa, para o desenvolvimento e o acompanhamento dessas áreas. E essa é uma das áreas em que investimos muito pouco em pesquisa no Brasil. Essa talvez seja a pior área de investimento no que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento. E é a área cara – dito por todo mundo como sendo a essencial. Mas, na hora em que colocamos no Orçamento, no Congresso Nacional, essas prioridades, vemos a água ir para o ralo, Senador Otto. Isso é extremamente duro dizer e difícil de aceitar, mas é preciso falarmos essas coisas, como V. Exª tem falado de forma veemente, que é para podermos virar o quadro, senão vamos ficando o tempo inteiro só na estatística, na estatística, nos anúncios das notícias, e, efetivamente, não temos a transformação necessária para que possamos solucionar esse grave problema.

Aliás, tem uma turma vindo aí da COP. A minha sensação é a de que aquele é um copo meio esvaziado do ponto de vista da água. Discutimos, discutimos, e vemos alguém comemorar que agora as exigências que antes eram 1,2 mil baixaram para 700, quando, na realidade, elas deveriam chegar ao patamar zero para podermos dizer que não há nenhum senão, nem tampouco, nem amarras para esse processo avançar.

Então, parabéns a V. Exª, sempre aqui em apoio ao que V. Exª tem apontado, porque o faz não só com qualidade, com conhecimento, mas, principalmente, com o coração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro. Eu agradeço as palavras de V. Exª, que conhece muito bem essa questão do Nordeste, sobretudo da Bahia.

O problema do Rio São Francisco tem sido tema aqui da Comissão de Meio Ambiente. Nós fizemos agora três visitas – Juazeiro, Guanambi e Bom Jesus da Lapa –, e a constatação é a pior possível em termos de erosão, assoreamento e desmatamento.

Eu corri agora o trecho de Lapa até perto da foz do Rio Corrente e não há chance nenhuma para o rio daqui a dez anos, se não...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Já deve ter chegado na foz.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não chega na foz, não. Estive próximo.

Mas não há a menor chance para o Governo. Se ele não tomar a providência de investir em torno de 600 milhões por ano, durante dez anos, o rio realmente vai terminar sendo apenas uma lembrança e vai interromper, como quase interrompe agora.

Quando estive em Juazeiro agora, na semana passada, na sexta-feira, Sobradinho estava com 1% do volume útil – estava chegando um pouco de água –, com afluência de 783m^3/se e com defluência de 938m^3 para poder manter Itaparica, enfim, os perímetros irrigados.

Agora começou a chover na região oeste. Pode ser que melhore alguma coisa, mas não para ter solução, porque nós já estamos em dezembro, houve uma diminuição muito grande das chuvas em outubro e novembro, dezembro tem poucas chuvas também nas cabeceiras dos afluentes principais. Então a situação...

Vou passar a palavra a Dr. Vicente, para que ele tenha condições de fazer a sua explanação.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e senhores, bom dia.

Um agradecimento especial à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela oportunidade de apresentarmos um balanço sobre os 15 anos da Agência Nacional de Águas, em particular sobre este ano de 2015, uma prestação de contas, uma exigência do Senado com relação às agências brasileiras.

Quero dizer que é uma grande satisfação fazer isso não só nas Comissões do Senado, mas diante do Sr. Presidente Otto Alencar, com quem temos aprendido muito a partir do seu libelo em defesa do São Francisco.

Destaco, Senador, que o senhor tem sempre feito a abordagem de que a revitalização do São Francisco passa necessariamente pelo plantio de árvores e a recuperação das suas margens, como o senhor mencionou aqui, evitando o assoreamento desse rio já tão machucado pelas diversas intervenções feitas.

Esse é um tema de muita relevância junto aos recursos hídricos, sobre o papel das áreas de preservação permanente e do próprio órgão gestor de recursos hídricos – ANA e órgãos estaduais – tratem adequadamente dessa faceta ambiental dos recursos hídricos, incorporando-a como uma das suas atribuições fundamentais.

Então, nossa profunda admiração por elencar o tema do São Francisco e a sua revitalização, em particular por enfatizar que a sua revitalização passa necessariamente pela recuperação das suas áreas de preservação permanente, das suas APPs.

Também lembro que o senhor foi o Relator da indicação do Dr. Ney Maranhão à Diretoria da Agência Nacional de Águas, que se encontra, desde o início deste ano, com o seu quadro de diretores completo, cinco diretores, o que, sem dúvida nenhuma, fortalece muito o nosso funcionamento.

Cumprimento também o Senador Walter Pinheiro. Além das palavras que ele mencionou, eu me recordava, na década de 1990, lá na Bahia, numa época de discussão sobre o movimento sindical e a nossa participação na temática de energia e água, uma reunião que nós fazíamos com a presença de vários companheiros do Estado da Bahia. Portanto já é um tema de que o Senador vem tratando cotidianamente.

E também um agradecimento especial ao Senador Blairo Maggi, não só por ser o Relator da indicação da Drª Gisela Forattini para a Agência Nacional de Águas, como primeira servidora de carreira da Agência Nacional de Águas que compõe a sua diretoria de cinco pessoas, mas também pelo aprendizado e o apoio que o senhor sempre tem manifestado à Agência, em particular na temática da irrigação, da agricultura e na navegação, como o senhor mencionou há pouco.

Agradeço a esta Casa o apoio que reiteradamente tem prestado a nossa Agência.

Neste momento, Senadores, pensamos sobre a oportunidade de fazer uma leitura de prestação de contas, mas pensei numa abordagem mais política, por ser esta uma Casa política, para ser mais rápido também nessa abordagem, trazendo à luz alguns temas importantes, mas também para abrir espaço para uma interação maior dos Senadores, inclusive motivado pela sua indagação, Senador Blairo Maggi, a respeito do conhecimento e de um maior aprofundamento científico a respeito das questões climáticas, em particular do ciclo hidrológico dentro dessas profundas transformações.

Então, peço licença a meus colegas, Dr. Paulo Varella e Dr. João Gilberto Lotufo, para fazer uma abordagem mais direta. Depois, se vocês desejarem, muito embora tenhamos pensado de início numa fala exclusivamente minha, que possam complementá-la com o conhecimento que vocês têm.

Eu procurei, a partir de sua fala, Senador Blairo, fazer uma abordagem a respeito de algumas atribuições relevantes nesses últimos 15 anos. Quero, a propósito, fazer um agradecimento a todos os dirigentes da ANA, ao excelente corpo técnico que a Agência possui, e fazer um agradecimento especial à Drª Mayui, que é nossa Secretária-Geral. Na nossa Agência – não sei se é a primeira ou não – a partir de janeiro deste ano, a duras penas, a Drª Mayui convenceu todos da importância de implantar o projeto Papel Zero. A Agência, em nenhum dos seus procedimentos, utiliza papel, são todos feitos através de meio eletrônico, também um avanço bastante importante. Cumprimento todos por isso.

Vou fazer uma abordagem muito rápida sobre contribuições que a Agência Nacional de Águas tem dado do ponto de vista da produção do conhecimento a respeito dessa temática.

Abordarei um segundo aspecto, falarei do fortalecimento da relação institucional da Agência Nacional de Águas com os Estados e com os comitês. Depois vou entrar nas crises que nós estamos enfrentando do ponto de vista hídrico e qual o aprendizado trazido por essas crises, numa sinalização de que a legislação de 1997, que criou a Lei das Águas, e a de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas, acertou e se mantém absolutamente atualizada, mas há algumas questões sobre as quais gostaria de propor uma rápida reflexão e, eventualmente, a necessidade de melhorias.

Acredito que, passados esses 15 anos e a partir dos sucessivos eventos, inclusive os que o Brasil tem enfrentado mais recentemente, algumas lições e alguns aprendizados são fundamentais. Nesse sentido, é muito importante a colaboração desta Casa no sentido do aperfeiçoamento dessa legislação – nosso ponto de vista ela é insubstituível.

Com relação às questões de produção de conhecimento, e aqui trazendo também à luz uma fala do Senador Walter Pinheiro, o próprio processo de construção das agências é um processo ainda em andamento e cada uma das agências guardam características muito próprias.

No caso da Agência Nacional de Águas, mais ainda, porque diferentemente de outras agências, que regulam mercado, que regulam competição, têm regulação econômica, a Agência Nacional de Águas foi inicialmente concebida como uma agência que regula o acesso a um bem público, e esse bem público é a água, tendo sido atribuída a ela também a responsabilidade de coordenar o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

E nesse processo de coordenação, há a interação com diversos atores que atuam nessa questão da temática da água, mas principalmente na produção de conhecimento, de estudos e de parcerias que são altamente relevantes – gostaria aqui de passar por esses aspectos muito brevemente.

Do ponto de vista histórico, queria destacar dois estudos que a Agência Nacional de Águas apresentou, em 2010 e em 2013.

Um é o Atlas Brasil de Abastecimento Urbano, que é um atlas que detalhou 5.565 Municípios, à época definindo todas as condições dos sistemas de tratamento de água, mas principalmente dos seus mananciais, subterrâneos ou superficiais. Esse atlas, inclusive, hoje é mais valorizado do que naquele momento em que foi constituído, em função até das severas crises pelas quais temos passado. Assim, esse atlas passa a ser uma referência que tem sido muito utilizada na construção de alternativas que possam garantir o suprimento da água nas regiões que foram impactadas pela seca, principalmente a Região Nordeste e a Região Sudeste do Brasil.

Um segundo estudo também muito importante foi o Atlas de Vulnerabilidade. Esse atlas foi desenvolvido em parceria com todos os Estados e identifica não as bacias na sua integridade, apenas, mas identifica quais são os trechos críticos de cada uma dessas bacias suscetíveis à inundação. E tanto o Atlas de Abastecimento como o Atlas de Vulnerabilidade são instrumentos fundamentais para a formulação de políticas públicas, quer sejam de prevenir inundação, quer sejam de prevenir secas, instrumentos absolutamente atualizados e que têm, inclusive, reconhecimento nacional e internacional.

Também agora estamos construindo um trabalho, liderado pela Drª Gisela, juntamente com o Dr. Sérgio, que vi acabando de chegar aqui, da Agência Nacional de Águas, nosso Superintendente, que é o Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas. Então, em complementação à questão do abastecimento de água, nós estamos produzindo um atlas que visa identificar quais são as necessidades e as melhores alternativas para a construção das estações de tratamento de esgoto, com a finalidade de buscar despoluir as bacias hidrográficas brasileiras. E todos nós sabemos que o grande problema, do ponto de vista urbano, dos recursos hídricos brasileiros, ainda é a poluição dos seus rios. Basta olhar para as grandes cidades brasileiras, como São Paulo, por exemplo, e imaginar que São Paulo atravessa, atravessou e ainda atravessa, uma crise hídrica quando dispõe, dentro da cidade de São Paulo, de mananciais como a Billings, não totalmente aproveitada por conta da poluição, ou dos seus rios, o Pinheiros e o Tietê, que não podem ser utilizados em função da qualidade de água. Nem falo aqui no Tamanduateí. Eu sou natural de São Paulo, e o Tamanduateí acabou de ser canalizado, as pessoas já nem mais o reconhecem na hidrografia da cidade de São Paulo.

Então, esse Atlas de Despoluição tem a finalidade de, inclusive, sugerir quais são os empreendimentos prioritários a serem desenvolvidos pelo Poder Público – municipal, estadual e federal. Porque há, de uma maneira geral, recursos para a construção de estações de tratamento de esgoto, mas, muitas vezes, a sinergia entre essas estações de tratamento acabam não produzindo o benefício que é desejado por todos. Então, esse Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas deverá ser concluído também no ano de 2016 e é uma contribuição fundamental para o planejamento e produção de conhecimento no nosso País.

Outro estudo, também coordenado pela Drª Gisela, Diretora de Planejamento, e aí feito em parceria com o Ministério da Integração, é o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que já tem alguns produtos regionais. Começamos pelo Nordeste, inclusive por conta da situação da crise atual, mas nós pretendemos oferecer, juntamente com o Ministério da Integração, um plano que estabeleça parâmetros para uma maior segurança hídrica.

Eu vou falar um pouco sobre o aprendizado que essas crises têm propiciado.

Nós convivíamos com uma ideia de que, pela disponibilidade de água no Brasil – 12% ou 18% da água superficial do mundo –, nós estaríamos com uma segurança garantida para nossa população e para seu uso econômico, mas, sem dúvida nenhuma, hoje nós identificamos que são necessárias ainda grandes obras de infraestrutura hídrica que possam propiciar segurança à população brasileira, em particular, a construção de novos reservatórios, adutoras, grandes adutoras, e reservatórios novos e grandes reservatórios voltados para água para uso múltiplo. Eu já tive oportunidade de dizer aqui a partir de um estudo do Dr. Francisco Gomide, ex-Ministro de Minas e Energia e Presidente da Eletrobras: o Brasil tem, quando computada a água reservada nos reservatórios destinados à geração de energia elétrica, padrões dos Estados Unidos, pela grande quantidade de água sobre o seu território. Mas a grande maioria desses reservatórios não tem, associado a eles, abastecimento urbano significativo, eles se encontram ainda distantes das grandes cidades. Se nós retirarmos, no cômputo da água, a água destinada, reservada para geração de energia elétrica, os parâmetros brasileiros são parâmetros quase de países africanos.

Nós deixamos de ter água suficiente no território para dois anos consecutivos de seca para termos água no nosso território, que não chegam a 50 dias de segurança hídrica. Ou seja, é absolutamente necessário retomar a construção de reservatórios para usos múltiplos no nosso País.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – V. Exª me permite? Enquanto o senhor respira um pouco!

Esse assunto da reservação de água é muito importante, que V. Sª está colocando. Nós fizemos uma discussão no Código Florestal naquele momento, e praticamente ficou de fora, ficou alijada essa questão da reservação de água. Eu nunca me conformei muito com isso, porque você tem uma chuva de 40mm, 50mm, 100mm, como é normal acontecer no Centro-Oeste, e aquilo, em poucas horas, em poucos minutos, foi embora. Não existe mais. É só a capacidade que o solo tem de reter a água, e, uma vez que ele está encharcado, acabou. Tudo o que chover naquele momento, toda a água que vier vai embora para os rios.

A nossa legislação hoje complica um pouco isso. Talvez fosse um assunto que a ANA, junto com o Ministério do Meio Ambiente, pudesse tratar; flexibilizar a possibilidade de o produtor rural ou, enfim, quem maneja a terra ter a possibilidade de fazer essa reservação de água sem grandes problemas, como temos hoje. Hoje, se um produtor rural quiser fazer alguma reservação de água na fazenda dele, há n licenças a fazer, e, com certeza, ele sofrerá multas, embargos, discussões judiciais, porque a legislação não é clara, não permite isso. Penso que nós temos que fazer a reservação de água. Uma vez que você tem esses reservatórios, quer sejam eles nos pequenos rios, quer sejam fora dos rios, com o passar dos dias, dos meses, essa água vai para o lençol freático, ou vai haver evapotranspiração. Ela não vai sumir; ela vai para um ciclo natural e normal: ou vai para a atmosfera, ou vai para o solo.

Eu gostaria deixar esta sugestão à ANA: que se debruçasse sobre esse assunto, ver o que está a legislação ambiental está impedindo e até onde podemos flexibilizar e facilitar a vida daqueles que podem fazer esse tipo de reservação de água nas propriedades.

Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Agradeço a contribuição. Apenas uma lembrança: a Agência foi convocada a participar da discussão do Código Florestal, e nós discutimos a defesa das Áreas de Preservação Permanente.

Naquele momento, a proposta apareceu da construção da reservação nas Áreas de Preservação Permanente. E, do nosso ponto de vista, isso acabou contaminando, por conta da polarização em torno do tema, uma solução, que precisa ser revista, como o senhor mencionou, seja no âmbito da propriedade, seja no âmbito mais amplo do território, de que o Brasil precisa, para segurança hídrica, voltar a construir reservatórios.

É evidente que esses reservatórios podem ter impacto ambiental; com certeza tem impacto social, quando falarmos de grandes reservatórios, e são os melhores, inclusive, por conta de que eles são os mais adequa-

dos a enfrentar processos longos de estiagem, mas nós precisamos começar a colocar na contabilidade o lado positivo da reservação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Mas não só colocar na contabilidade o lado negativo, que são esses reconhecidos dos impactos que esses reservatórios trazem.

Mas muito oportuno. Nós, inclusive, estamos nos empenhando. Levamos esse tema para fóruns internacionais. Temos levantado, em todos os aspectos, em todos os fóruns em que temos discutido, a necessidade de o Brasil trazer esse tema, à luz de construir novos reservatórios no nosso País.

Agradeço até a sugestão da liderança da Agência Nacional de Águas. Hoje, ela acaba entrando no cômputo da infraestrutura hídrica, e um dos aspectos também do nosso diagnóstico é como fazer com que os diversos planejamentos setoriais sejam integrados sob a ótica de água. Muitas vezes isso acaba não acontecendo.

Essa é uma responsabilidade que posso assegurar aos senhores que será muito bem-vinda e que encontra, inclusive, ressonância na nossa capacidade técnica.

Outro aspecto fundamental, também passando bastante rapidamente sobre essa parte de produção de conhecimento, nós temos fortalecido parcerias importantes... (*Falha na gravação.*)

... no âmbito nacional, mas aqui eu queria destacar... (*Falha na gravação.*)

... uma produção de conhecimento e de informações em eventos críticos, como foi agora o desastre de Mariana, junto com o Corpo de Bombeiros de Mariana, com o serviço geológico dos Estados Unidos, o que tem propiciado uma grande capacitação dos nossos servidores, com a OCDE, também para um diagnóstico profundo sobre os avanços da nossa legislação, e produzir um relatório acerca de 60 dias, 90 dias no máximo, que ouviu praticamente todos os atores relevantes dentro do sistema de recursos hídricos, produzindo um diagnóstico absolutamente atual e bastante sugestivo de mecanismos que podem ser aprofundados.

E também no âmbito das Nações Unidas, com a produção e o trabalho de indicadores importantes no consumo de água nos diversos processos produtivos.

Nós temos também uma agência de cooperação internacional bastante intensa. Ontem mesmo, no Ministério das Relações Exteriores, junto com o TCA, entregamos prêmios para 18 estudantes de várias regiões do Brasil por trabalhos sobre a temática da Amazônia. Contamos também com organismos como a Codia (Conferência de Diretores-Gerais Ibero-Americanos da Água) e com parcerias internacionais que estamos estabelecendo com os países vizinhos.

Temos também uma preocupação muito grande com a temática das mudanças climáticas. Temos uma contribuição, seja no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima ou criando, dentro da Agência Nacional, uma área específica para trabalhar sobre o tema relacionado à água, para que não tenhamos que conviver, como o senhor também mencionou, com alguns estudos que acabam ganhando notoriedade, mas que depois não são consistentes do ponto de vista de seus prognósticos, apontando para desastres de 30%, 40% de impacto nessas regiões. Juntamente com a Funceme, no Ceará, e com a UnB, aqui em Brasília, devemos fazer um trabalho de adaptação desses modelos à realidade brasileira, às bacias brasileiras, a fim de oferecer, sem dúvida nenhuma, segurança para as pessoas, e não ficarmos trabalhando com esse nível total de indefinição ou com parâmetros absolutamente irrealistas, do nosso ponto de vista.

Rapidamente, nesse primeiro elenco, quero tratar de uma questão fundamental e que nem é atribuição, como eu mencionei no início, das demais agências, mas particularmente da Agência Nacional de Águas, por conta de suas características, que é ser também um elemento importante na área de produção de conhecimento.

Por último, nessa área, quero destacar não apenas os programas de capacitação de nossos servidores, mas programas de capacitação que temos realizado com diversos Estados, com diversas instituições. Vou destacar apenas três, que realizamos na última semana: um com a Capes, de mestrado profissional, de R$5 milhões, com nove universidades em rede, preparando profissionais de diversas áreas para o mestrado profissional na temática da água; o convênio realizado com a Prefeitura Municipal de São Paulo – 3 mil escolas, 85 mil professores e 1 milhão de estudantes –, em que, na grade curricular de educação básica, nós também vamos oferecer subsídio para os professores para capacitação na temática da água, o que é fundamental, no nosso ponto de vista; e outro, de mestrado profissional, cujo edital se encontra em aberto, para a capacitação de professores da rede fundamental e, portanto, de seus alunos.

Então, a questão da produção do conhecimento é uma questão crítica e importante e na qual a Agência tem apostado muito de seus esforços e de seus recursos humanos e financeiros.

Um segundo aspecto, vou também passar por ele rapidamente, é o do fortalecimento da nossa relação com os Estados. O Brasil, a partir da Constituição de 1988, definiu que o domínio da água superficial é compartilhado entre os Estados e a União e o das águas subterrâneas, que obviamente integram todo o ciclo hidroló-

gico, dos Estados. No nosso ponto de vista, em um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, não haverá gestão de recursos hídricos forte se os Estados não estiverem fortalecidos para a gestão de recursos hídricos.

Eu já citei aqui também o exemplo de que em alguns Estados, e Estados com grande dimensão territorial, não havia mais do que dois servidores tratando da gestão de recursos hídricos, e, em outros Estados, Senadores, não havia sido oferecida nenhuma outorga, ou seja, não havia registro nem cadastro dos usos relevantes no âmbito daqueles Estados.

Então, criamos um programa nessa perspectiva – é também um dos pilares da atuação da diretoria o fortalecimento dos Estados –, que é o Pacto Nacional Pela Gestão de Recursos Hídricos. Dentro dele, há uma ferramenta chamada Progestão. Alocamos, nos últimos cinco anos, de 2013 a 2018, R$100 milhões voltados exclusivamente para a gestão de recursos hídricos. Os Estados se classificam e dizem, a partir de sua realidade – não há uma regra ou uma régua que pretende colocar todos os Estados com o mesmo padrão, porque os Estados têm características, naturezas e demandas totalmente diferentes –, quais são as demandas que pretendem. E, cumpridas as metas que eles próprios definem no âmbito de política de resultados, esses Estados recebem uma contribuição anual de R$750 mil, o que é muito significativo para a gestão de recursos hídricos. Esse recurso é voltado exclusivamente para a gestão de recursos hídricos. Isso tem ajudado a criar, no âmbito dos Estados, uma regularidade na gestão de recursos hídricos, e não uma estabilidade, que, infelizmente, tem caracterizado a gestão na grande maioria dos Estados brasileiros.

Esse projeto, do nosso ponto de vista, é muito relevante e, acreditem, ganhou um destaque na análise da OCDE muito maior do que o obtido dentro do espaço territorial brasileiro. A OCDE, na sua análise, reconheceu como exemplo a ser levado para outras regiões, inclusive para a própria Europa, os critérios e os mecanismos de participação voluntária e de incentivo que foram introduzidos e que têm dado excelente resultado. Todos os 27 Estados aderiram voluntariamente a esse processo do Progestão. Para a adesão, inclusive, é necessário um decreto do Governador afirmando qual é a entidade que vai receber esses recursos e qual é a finalidade desses recursos para a gestão de recursos hídricos, e todos os 27 Governadores do País firmaram esse compromisso.

Temos trabalhado também no sentido do fortalecimento dos Estados na sua capacitação para a solução de eventos de crise. Então, todas as ações – depois, vou tentar falar delas rapidamente – sobre a gestão das crises que estamos administrando têm sido feitas em parceria com os Estados, com a tomada de decisão conjunta, o que tem propiciado, mesmo no enfrentamento de crises tão severas, um grande apoio político, muitas vezes até mesmo do Ministério Público, para que possamos buscar soluções adequadas.

Menciono como exemplo último uma resolução que será assinada pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em relação à crise do Paraíba do Sul. Ela deverá ser assinada agora no dia 10. Como todos se recordam, isso é produto do início de uma crise federativa potencial entre São Paulo e Rio de Janeiro em relação à utilização das águas do Paraíba do Sul. Através de um processo de cooperação, nós estamos construindo uma nova resolução que é histórica, porque, numa bacia importante para a geração hidrelétrica, que é a bacia do Paraíba do Sul, nossa resolução define claramente, inclusive com o apoio do setor elétrico, que a bacia será gerenciada para os usos múltiplos da água, em particular para o abastecimento. Acreditamos que uma resolução com esse espírito poderá ser adotada em outras bacias. Fizemos a sugestão, Senador, de que um grupo com essa mesma finalidade seja constituído no âmbito dos Estados que compõem a bacia do Rio São Francisco e do Comitê de Bacia.

Amanhã, vou estar numa reunião do Comitê de Bacia na Bahia, onde pretendemos também criar mecanismos que coloquem a operação do sistema hidrelétrico brasileiro e dos grandes reservatórios garantindo a segurança energética, que é absolutamente necessária, mas produzindo, a partir da operação desses reservatórios, o melhor benefício para a nossa sociedade, seja para o abastecimento, seja para a agricultura, seja para a navegação, rompendo com conflitos que, infelizmente, têm sido a tônica, como, por exemplo – cito um deles –, o conflito entre a geração de energia elétrica e a navegação na bacia do Paraná.

Então, nós pretendemos, a partir de resoluções como essas, inspiradas no Paraíba do Sul e num processo harmonioso – não há conflito ou preponderância de interesses –, criar um novo paradigma para a utilização dos recursos hídricos no Brasil com vista aos usos múltiplos, considerando, volto a dizer, usos que tradicionalmente não têm o peso político e econômico que tem a geração de hidroeletricidade, em particular a navegação e a própria irrigação.

Temos atrelado também o fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica. A experiência brasileira mostra que a descentralização é uma proposta absolutamente correta e a gestão participativa dos recursos hídricos, principalmente através dos comitês de bacia hidrográfica também tem se mostrado um acerto.

É evidente que os mais de 200 comitês de bacia hidrográfica do Brasil também precisam fazer uma atualização da sua natureza. Muitos dos comitês – e nós temos apresentado esta crítica nos fóruns apropriados dos comitês de bacia hidrográfica – às vezes acabam se constituindo uma reserva de domínio para alguns poucos

usuários na constituição desses comitês ou às vezes os comitês têm uma visão de atuação exclusivamente como se fossem ONGs.

Nós acreditamos que os comitês de bacia, pelo seu caráter paraestatal, porque eles são constituídos por decreto, seja do Executivo Federal, seja do Executivo Estadual, precisam dar uma contribuição mais efetiva no sentido de organizar e propor soluções na bacia hidrográfica, inclusive nos períodos de crise como este que nós estamos atravessando.

Os comitês, infelizmente, pela sua natureza, pelo seu desenvolvimento, não puderam alcançar, na nossa avaliação, o potencial que tem a gestão participativa e descentralizada no caso brasileiro, com o fortalecimento dos comitês.

Estamos destinando recursos aos comitês que já têm agências de bacias. E isso tem sido praticado ao longo dos anos, inclusive para que esses comitês fortaleçam as suas agências delegadas. E estamos também criando o Pró-Comitê, um programa destinado a apoio financeiro aos comitês, para que eles garantam as condições mínimas para realizar as suas reuniões.

Nós precisamos do apoio desta Casa e da Câmara também, para que os recursos necessários para a manutenção dessas atividades sejam garantidos na votação do nosso Orçamento para o ano de 2016, que a Comissão Mista de Orçamento propiciou, em contraposição à proposta do Executivo, que, no nosso ponto de vista, infelizmente estava equivocado, a recuperação dessa condição. Esperamos que a votação no Plenário garanta a manutenção desses exercícios.

Rapidamente, falamos um pouco sobre a produção do conhecimento e o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos através dos Estados do Comitê. Depois nós temos as crises. E cada uma das diversas crises que nós temos enfrentado tem propiciado um aprendizado e um fortalecimento nessa direção, seja no Semiárido, onde estamos, como já foi muito bem dito aqui pelo Senador Otto Alencar, enfrentando o quinto ano de uma seca muito forte... E o fenômeno do El Niño tende a manter essa seca ainda durante uma parte do ano de 2016, o que fará com que todas as nossas medidas nessa região sejam...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Deve ir até quando?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Há vários estudos. No Cemaden, que organiza os institutos nacionais, a previsão é por trimestre. E eles têm apontado a manutenção do El Niño ainda para o trimestre de dezembro, janeiro e fevereiro. Algumas matérias da imprensa internacional apontam que não só se trata de um El Niño muito forte, entre os quatro maiores, senão o maior El Niño em termos de elevação de temperatura registrada, com a perspectiva de que ele se prolongue até o mês de setembro de 2016, o que significa que nós precisaremos atuar numa perspectiva de, praticamente como é no Semiárido, zero de vazão/afluência e que a água contida nos principais reservatórios seja suficiente para que possamos chegar, no mínimo, até o próximo período chuvoso naquela região, que se inicia no mês de fevereiro e vai até abril.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Acha que esse período...

Sempre acontece chuva nesse período. Sempre acontecem chuvas de fevereiro para março. Até abril não vai existir chuva então?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – A perspectiva é de que não aconteçam chuvas significativas, essa é a perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – De fevereiro até abril?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Essa é a perspectiva em função do...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O El Niño vai se prolongar até setembro?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E com a perspectiva de manutenção de chuvas intensas na Região Sul, que são sinais característicos do El Niño, inclusive com o potencial agravamento da seca também na Região Amazônica brasileira. Esses são os diagnósticos que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Na Região Amazônica também?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Também, e uma parte dela com uma seca bastante severa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agora a gente houve um período de estiagem lá, não é?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E a tendência, pela manutenção...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com redução, inclusive, da vazão do Rio Negro...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Todas elas, e é uma manutenção. Uma parte dessa região com chuvas, mais voltadas para o Acre. No diagnóstico que nós recebemos, do Acre e Rondônia, mas com uma perspectiva de que na Região Norte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No Nordeste também continua a mesma...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – No Nordeste, seca.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com diminuição da precipitação pluviométrica, com chuvas abaixo da média?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Com chuvas abaixo da média. Infelizmente, são essas as notícias que temos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É, são notícias muito ruins para toda a Bacia do Rio São Francisco.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O São Francisco, como é uma bacia que tem – o senhor sempre menciona isso – 70% ou mais dos seus efluentes conformados nas suas nascentes na Região Sudeste, em Minas Gerais, há uma indefinição sobre... O senhor tem acompanhado diariamente, e eu percebi também esta flutuação: nós tivemos momentos nos quais essas vazões subiram significativamente a montante de Três Marias e, agora, com um índice elevado até para esses padrões no Rio São Francisco – nós chegamos a cerca de mil metros cúbicos por segundo de vazão efluente. Porém, a vazão em Três Marias, que chegou a quase 600m^3/s, já retornou para padrões de 200m^3/s de vazão efluente em Três Marias. Então, a Bacia do São Francisco, na verdade, é uma bacia que tem um duplo impacto. Ela pode ter chuvas intensas na região de suas nascentes, de suas cabeceiras, mas para os dois terços restantes da Bacia do São Francisco a previsão é de seca bastante intensa.

Então, como eu mencionava, nessa perspectiva de aprendizado na atuação, seja na seca do Semiárido, seja na Região Sudeste do Brasil, no Paraíba do Sul, em São Paulo em particular, e também agora, em relação ao desastre de Mariana, que acabou contaminando o rio desde a sua nascente, a foz do Rio Doce, e com todas as dimensões que já foram divulgadas – o maior impacto ambiental que o Brasil já registrou e com muita incerteza quanto à duração desse evento – eu gostaria de apresentar rapidamente, se os Senadores me permitirem – em vez de descrever, porque aí, eventualmente, podemos tratar de cada uma dessas secas com maior profundidade, os diretores aqui têm dividido essas tarefas – alguns aprendizados desse processo.

O primeiro deles é um aprendizado relativamente óbvio, mas que é fundamental registrar, que é a mudança dos padrões de consumo de água no Brasil. Isso aconteceu na agricultura, através de mecanismos mais eficientes de utilização da água, na indústria, mas fundamentalmente nas cidades brasileiras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dr. Vicente, uma indagação a respeito desse desastre lá de Mariana: essas empresas de mineração não teriam, pela legislação, a obrigação de dar um tratamento aos efluentes da mineração para impedir que os metais pesados chegassem à barragem de contenção? Faço essa indagação porque observei que os rejeitos são jogados na barragem de contenção sem nenhum tratamento, e eu não creio que custe tanto a uma empresa que fatura bilhões de reais estabelecer tratamento dos efluentes. Não existe uma regra que os obrigue a isso?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Eu posso responder essa questão, mas vou pedir a contribuição do Dr. Ney Maranhão, que é o diretor que está trabalhando diretamente com essa questão, em particular com a questão de qualidade de água, para que nos ajude nessa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No nosso Estado da Bahia, lá no Polo Industrial de Camaçari, nós temos a Cetrel, a Central de Tratamento de Efluentes Líquidos e sólidos, que é uma empresa de alto nível. Inclusive, eu fui Presidente do seu conselho um tempo. Os cuidados para tratamento desses efluentes lá, no nosso polo industrial, são muito grandes. (*Falha na gravação.*)

... preservação, inclusive de todos os mananciais. Qualquer um daqueles rios próximos de Camaçari ali, Rio Jacuípe, Rio Ipojuca, o próprio Rio Camaçari, não tem nenhum tipo de contaminação pelos cuidados com tratamento dos efluentes líquidos e sólidos. O que me chamou a atenção é uma empresa dessa, que fatura bilhões e bilhões de reais, como a Vale, a Samarco, não ter o cuidado de ter uma estação de tratamento de efluentes. Eu acredito que deveria existir uma legislação para obrigar essas empresas a terem essas estações de tratamento de efluentes, para que, da água que fosse para as barragens de contenção, pudessem se excluir os metais pesados, para não causar um desastre ambiental como o que foi causado no Rio Doce. Isso que eu queria ver, se há alguma legislação nesse sentido.

O SR. NEY MARANHÃO – Nós temos, hoje, a legislação de resíduos sólidos, que prevê, inclusive o reaproveitamento dos materiais de rejeito, principalmente de mineração, assim como rejeitos de construção civil. Os

resíduos da construção civil são hoje reaproveitados, como madeira, o próprio emboço e o reboco, que são reciclados para poderem ser usados como areia. Também o material que é rejeitado pelo tratamento dos minérios na mineração agora passa por perspectivas de ser reaproveitado como outros produtos menos nobres que o metal, mas ainda reaproveitado, porque a ideia, hoje, é não ter mais essas barragens de rejeito em longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas por que não as estações de tratamento de...

O SR. NEY MARANHÃO – Também fazem parte, porque elas vão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E por que nem a Samarco nem a Vale tinham essas estações de tratamento? A legislação não obriga a ter?

O SR. NEY MARANHÃO – A legislação os obriga a ter um tratamento de rejeito, a não despejarem metal pesado nos rios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então eles estavam fora da...

O SR. NEY MARANHÃO – Não, eles depositavam numa barragem de rejeitos que, supostamente, estaria ali...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eles estavam completamente fora da legislação.

O SR. NEY MARANHÃO – É, existe um risco dessas barragens, elas têm um risco envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, deveria ter a estação.

O SR. NEY MARANHÃO – Ã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E não tinham. Na verdade, eles falharam nesse aspecto.

O SR. NEY MARANHÃO – Eles estavam licenciados pelo órgão ambiental, estavam cumprindo a legislação do órgão ambiental.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Deixe-me tentar ajudar. Na deposição desses rejeitos nas suas barragens, de uma maneira geral, isso é feito com segurança. O que o evento de Mariana demonstrou foi que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas o que eu estou falando é que deveriam ter uma estação de tratamento para excluir os metais pesados. Se não houvesse os metais pesados na barragem de contenção, você não teria o desastre ambiental que houve, com a mortalidade dos peixes e tal. Enfim...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Aqui não se trata de nenhum juízo de valor, apenas de uma constatação: o laudo com relação aos rejeitos da mineração de Mariana não apresenta metais pesados. Alguns desses metais são até característicos do próprio Rio Doce, que é um rio que é suscetível a diversos tipos de mineração, inclusive ao garimpo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – E a morte dos peixes foi em função de quê?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – A morte dos peixes foi identificada por asfixia pela quantidade de lama, e não pela... O metal pesado não levaria a esse falecimento tão rápido. Então, foi asfixia, seja pela quantidade lama, seja pela ausência de oxigênio, que levou ao falecimento dos peixes. E, no caso de Mariana, a última barragem, aquela que foi galgada, era uma barragem exclusivamente de água, para contenção da água do processo de mineração e para utilização na reciclagem. O problema fundamental é que o plano de emergência, obviamente, apresentou falhas e jamais com a perspectiva do impacto que aquele rompimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A fiscalização por parte dos órgãos...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Quanto às fiscalizações de barragem, aproveitando a oportunidade, Senador, a Agência Nacional de Águas recebeu do Congresso a incumbência de coordenar a lei de segurança de barragens no Brasil, que significa, basicamente, receber, dos órgãos fiscalizadores, os seus relatórios específicos. Quem são os órgãos fiscalizadores? É a própria Agência Nacional de Águas quando se trata de barragens de água; é o Ibama quando se trata de rejeitos de natureza industrial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, o Ibama teria que fiscalizar essa barragem.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Industrial, ali é mineração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mineração é DNPM.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Então a ANA, água; a ANEEL, com relação às barragens de hidroeletricidade; o Ibama, rejeitos industriais; e DNPM, mineração. Então, o órgão fiscalizador é o Departamento Nacional de Produção Mineral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Que não deve ter estrutura para fiscalizar isso com acuidade, não é?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O DNPM tem sido exigido, questionado, e tem se manifestado a respeito de suas características. Eu não gostaria aqui, se o Senador me permite, de fazer uma abordagem em relação a um outro órgão do Governo Federal.

Então, como eu mencionava, os aprendizados dessa crise. Muito rapidamente, o primeiro: a mudança dos padrões do consumo de água no Brasil e, particularmente, nas cidades. Nós temos, durante a crise, padrões de consumo que superam 250 litros/habitante/dia em crise, quando os padrões recomendados, em situação normal, seriam da ordem de 150 litros/habitante/dia. Nós temos, em crise, várias cidades com índice superior a 250 litros. Isso reflete, em grande parte, a perda que o sistema de distribuição de água no Brasil tem, perdas muito elevadas. E esse é um primeiro sinal da mudança de padrões de consumo.

Um segundo sinal é com relação à nossa fragilidade diante de eventos climáticos extremos. Então, mesmo com todo esse potencial de recursos hídricos de que o Brasil dispõe, apesar da sua desigualdade de distribuição no Território, nós verificamos que a ocorrência desses eventos – que tendem a ser cada vez mais recorrentes e mais atuando em seus extremos, isso tem sido comprovado nos últimos anos –, nós precisamos buscar uma maior resiliência nesse processo, seja pela adoção de mecanismos de recuperação da vegetação, fundamental para o ciclo hidrológico, seja por conta de obras de infraestrutura. Um segundo aprendizado, como eu mencionei aqui, é essa nossa fragilidade diante desse sistema.

Um outro aprendizado, passando rapidamente, é sobre essa dupla dominialidade entre as águas superficiais dos Estados da União. Acho que a Constituição acertou, definiu o duplo domínio. O Brasil não pode ser gerenciado, do ponto de vista de água, de maneira centralizada, essa é a nossa convicção. Mas é preciso encontrar, dentro do sistema de recursos hídricos, um mecanismo que, em situação de conflito, possa tomar uma decisão.

Quando a calha é exclusivamente federal – porque, vejam, fazemos o planejamento por bacia mas, depois, o domínio é por calha de rio. Quando a calha é federal, isso está muito claro, que compete à Agência Nacional de Águas resolver o problema da calha. Vou usar o exemplo do Paraíba do Sul. A calha do Paraíba do Sul é Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – São Francisco também.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Também, a calha. Porém, os seus afluentes, em grande maioria, são estaduais. E, muitas vezes, o que é feito no afluente estadual impacta diretamente a calha do rio federal, total. Como no caso do São Francisco ou no Paraíba do Sul, vou usar esse exemplo, onde o Governo do Estado de São Paulo pretende – e vai realizar, inclusive com o nosso apoio – uma transposição de 5m^3/s de um afluente que é estadual para um outro rio, para uma outra bacia, que também é estadual. Porém impacta os interesses de todos os Municípios que estão a jusante, inclusive do Rio de Janeiro.

Então, a legislação brasileira precisa encontrar um mecanismo para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu tenho um projeto tramitando no Senado, que proíbe transposição de bacias – de qualquer bacia – sem antes se fazer completa revitalização do rio doador das águas. Eu acho que esse seria o caminho, até porque não creio que há um rio, algum afluente lá do Paraíba do Sul, que não tenha comprometimento. Acho que todos eles devem ter comprometimento.

Então, esse é que é o grande problema, de fazer transposição sem revitalização, o que aconteceu no Rio São Francisco. Fez-se a transposição com investimento de R$8,5 bilhões e, neste ano, não se plantou uma árvore, nem na nascente, nem no afluente. Então, a situação é totalmente inversa.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E o senhor produz uma análise correta sobre transposições, que a maioria da população brasileira nem imagina que existe. Quando falamos em transposição, vem muito à mente a transposição do São Francisco. Mas basta lembrar que o abastecimento de São Paulo pelo Cantareira é feito através de uma transposição. O abastecimento do Rio de Janeiro pelo Guandu é feito através de uma transposição de mais de 100m^3/s, em condições normais.

Então, esta questão é ao mesmo tempo uma opção que precisa ser verificada – acho que não podemos ter, a princípio, uma posição contrária – mas, obviamente não pode ser uma opção que seja tomada sem nenhum resguardo. E o aí o senhor menciona bem que haja condições da bacia doadora de suportar essa doação, sem comprometer sua bacia.

O projeto do senhor vem nesta direção que estamos mencionando de que a dupla dominialidade é um avanço da legislação brasileira, mas ela, em situação de conflito, precisa de um mecanismo de solução, quando envolver a bacia hidrográfica e não exclusivamente a calha.

No nosso ponto de vista, a Justiça é um mecanismo para solução? Sem dúvida nenhuma, mas ele não pode ser o primeiro mecanismo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No caso do Rio São Francisco, nem o Estado de Minas – o Estado de Minas é considerado a caixa d'água do Brasil – nem o Estado da Bahia, meu Estado, durante nenhum período, cuidou da revitalização de nenhum afluente, inclusive vários já estão completamente mortos. Não sei se o senhor ouviu, mas pela primeira vez na história da bacia do Rio São Francisco o rio Jequitaí interrompeu, é um rio caudaloso da margem direita. Pela primeira vez, esse rio interrompeu, ficou lá um baita de um caminho de areia.

Então, acho que devíamos tentar estudar uma mudança na legislação para que, no caso destes rios que são estratégicos para abastecimento humano, industrial, geração de energia, produção de alimentos por irrigação, o Governo Federal tenha alguma ascendência, alguma responsabilidade num termo de cooperação com os Estados, para resolver o problema. Os Estados, na situação em que se encontram, não têm nenhuma condição de fazer investimento nesse sentido.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Nesta direção de que consigamos produzir um arranjo em situação de conflito, que seja um arranjo pré-acordado entre todos os atores, onde a dominialidade eventualmente de um afluente, que causa impacto... Porque quando esse afluente causa impacto só no Estado, evidentemente que é uma questão estadual, mas quando ele afluente de uma calha federal, ele, sem dúvida nenhuma, vai acabar causando impacto nos seus vizinhos. Isso fica aqui, independentemente da proposta, vamos dizer assim, de avanço e solução, o senhor mencionou uma muito produtiva, mas a ideia aqui foi apenas a de ressaltar que essas crises têm mostrado que esta é uma limitação da legislação existente.

E o último, muito rapidamente, depois vou facultar aos meus colegas para uma complementação, se desejarem, é com relação aos usos múltiplos da água. Também tenho reafirmado que a legislação diz corretamente que a gestão da água deve priorizar os usos múltiplos e, depois, disse também corretamente que, em situação de escassez, o consumo prioritário é o consumo humano e a dessedentação de animais. Porém, neste vazio entre numa situação normal tudo pode e numa situação de crise só pode isto, encontramos aí um vazio que precisa ser melhor aprofundado, seja pelos comitês de bacia hidrográfica, seja pela própria legislação.

Não podemos, em situação de crise, como muitas vezes tem acontecido nas áreas urbanas, por conta desta visão de que numa situação de escassez há prioridade do consumo humano, e aí o consumo urbano, que não é exatamente o consumo humano, porque você continua tendo atividades, piscina e tudo mais, mas isto é uma discussão mais sofisticada, é de não ter que o consumo humano venha em contraposição a outros usos que são fundamentais e que precisam ser reconhecidos também no processo de crise. E aí eu gostaria de dizer, em particular, a agricultura.

Não podemos ter uma visão como já aconteceu nessas crises, em particular no Semiárido e também no Sudeste, ou seja, havendo uma crise na cidade basta cortar a irrigação que o problema está totalmente resolvido. Ou então, que basta cortar a indústria e o problema está resolvido.

Isso, na nossa opinião, vai muito em direção daquela ideia de que 70% da água é consumo da agricultura. Então, se eu cortar a agricultura numa situação de crise, vou ter 70% de água a mais na cidade. E 12%, em média, é consumo industrial. Então, se eu cortar o consumo industrial, vou ter água nas cidades. Só que assim as pessoas não vão ter alimentos, não vão ter empregos, e tudo o mais.

E esses usos não podem ser vilanizados, ou seja, não podem ser considerados vilões pelo uso da água. Esse é um aprendizado.

Além disso, precisamos criar processos intermediários em que em um primeiro momento está tudo normal e no ponto seguinte se tem o estabelecimento da crise. Temos, sim, que criar mecanismos intermediários, acordados entre todos os usuários relevantes, que propiciem uma gestão dos recursos hídricos com uma visão de que todos têm direito ao uso sustentável da água na bacia hidrográfica.

São aspectos importantes sobre os quais nós estamos debruçados, buscando também alternativas seja do ponto de vista de políticas públicas, seja do ponto de vista de mudança da legislação, adequação da legislação para responder melhor a situações de crise como a que estamos vivenciando, que, como eu falei, tendem a ser cada vez mais recorrentes, infelizmente.

Então, era isso inicialmente. Agradeço muito ao Senado e à Comissão de Meio Ambiente e, em particular, ao Senador Otto Alencar, pelo apoio que tem sempre prestado à Agência Nacional de Águas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço e parabenizo o Dr. Vicente e toda equipe da Agência Nacional de Águas, pois têm dado uma contribuição muito grande.

Quero dizer que a qualquer momento que a Agência queira provocar a nossa Comissão de Meio Ambiente, nós estaremos à disposição para debater temas importantes... (*Falha na gravação.*)

... em São Paulo, no Rio, em Minas, inclusive, onde nunca aconteceu e chamou a atenção do Brasil.

Acho que a crise hídrica em São Paulo chamou a atenção do Brasil para essa situação que já vive o Nordeste há muito tempo.

Às vezes as pessoas dizem que o Nordeste é a indústria da seca. Falavam isso no Sul. Não é a indústria da seca. Pode se ver agora que de tanto o pessoal do Sul falar terminou o carro-pipa tendo que abastecer São Paulo.

Eles não conhecem a nossa realidade. Não há nada de indústria da seca. O senhor deve conhecer, mas o Estado da Paraíba tem a metade do potencial hídrico de que precisa o povo da Paraíba. O Estado não tem nenhum manancial, nem de superfície e nem subaquático que possa dar sustentação. Assim é o Semiárido do Nordeste. No meu Estado mesmo, dois terços do meu Estado estão no Semiárido. É uma extensão de 328 mil quilômetros quadrados. É uma área duas vezes e meia maior do que o Estado do Ceará. E uma área de cristalino, porque não tem água de subsolo e nem de superfície. Portanto, é uma situação muito grave.

Eu acho que com esta discussão que estamos tendo... E já levei esse problema ao Governo Federal em audiência com a Presidente da República a fim de que se pudesse fazer um trabalho, um estudo, um planejamento em longo prazo, porque, sem dúvida nenhuma, a continuar como vai, ou seja, aumentando o consumo e diminuindo a produção de água – e quando falo em diminuir a produção é porque estão morrendo as nascentes e os afluentes dos principais rios do Brasil –, vamos ter uma situação de completo desabastecimento em todos os sentidos, não só humano, como industrial e para geração de energia.

Tenho me preocupado muito com isso e, nesse sentido, tenho apresentado projetos chamando a atenção do Governo Federal e dos governos estaduais.

No meu Estado, tenho visitado e conheço todo o potencial hídrico. Os governos anteriores, governos da década de 1990 até 2006, no meu Estado, aliás, antes um pouco... Nós temos lá o Rio Paraguaçu, que nasce na região do Semiárido, que é no Município da Barra da Estiva, região do Semiárido. Esse rio vem da serra e vai desaguar na Baía de Todos os Santos. É um mini São Francisco, que vem da Barra da Estiva e, por um projeto feito com muita técnica e executado como um projeto executivo, foram feitas três barragens: uma no Alto Paraguaçu, Barragem do Apertado; uma no Médio Paraguaçu, que é a Barragem de Bandeira de Melo, que foi um projeto que eu executei, deixei pronto, com recurso. O governador que me substituiu construiu essa barragem. E a de Pedra do Cavalo, que foi na década de 70 para 80, por aí.

Então, esse rio que nasce no Semiárido, abastece na Bahia a toda região metropolitana, que é uma região chove permanentemente. Ou seja, é um contrassenso, num rio de uma região em que não chove foram feitas três barragens, com projetos executivos. Hoje, esse rio é responsável pelo abastecimento de 52% de toda a população do Estado da Bahia.

Se forem feitos estudos com projetos executivos, levando-se em conta toda a vazão, a recuperação dos seus afluentes e a manutenção dos seus afluentes, eu não tenho dúvida de que nós teremos água. Mas, me causa estranheza e de, alguma forma, eu posso usar até um termo que é um pouco duro, mas vou dizer. Há uma negligência muito grande, tem havido uma negligência muito grande do Governo Federal com o Rio São Francisco. Negligência, falta de responsabilidade até, de todos os governantes. Não atribuo, agora, nem à Presidente Dilma e também ao Presidente Lula, porque o Rio São Francisco vem sendo destruído há mais de 50 anos.

Então, é a responsabilidade seguida você ver um rio morrendo e nenhuma atitude sendo tomada. Pelo valor da água, não há nenhum outro elemento na natureza para substituir a água, eu acho que o Governo Federal, na sua estrutura, que tem alguns Ministérios que são perfeitamente dispensáveis... Extinguiram-se, agora, oito ou nove Ministérios, mas dos que ficaram, eu acredito que se extinguir mais 10 ou 12, nenhum brasileiro nem do campo nem da cidade vai sentir falta desses Ministérios. Mas falta um ministério de recursos hídricos, de preservação da água, de manutenção e de recuperação dos mananciais para dar tranquilidade às futuras gerações.

Talvez eu não passe por esse momento difícil de brigar pela água, enfrentar uma guerra pela água, mas, eu creio que, se não houver uma ação nesse sentido, daqui a 20 anos, no máximo, de 10 a 20 anos, nós vamos ter dificuldade muito grande para abastecimento humano.

Portanto, eu quero agradecer a todos os diretores da Agência Nacional de Águas, e dizer que me coloco à inteira disposição para contribuir, em qualquer momento, aqui na Comissão de Meio Ambiente.

No caso do Dr. Ney Maranhão, eu tive oportunidades de ser relator. Ele foi aqui eleito por na unanimidade. Eu queria agradecer à Drª Gisela Damm Forattini, ao Dr. Paulo e o Dr. João Gilberto, que leva o nome do

maior cantor da Bossa Nova, que é o João Gilberto, baiano lá de Juazeiro. Estive na terra dele há poucos dias, lá em Juazeiro. Foi uma alegria muito grande. Toda a equipe da ANA, que está aqui, também, da Agência Nacional de Águas, de todos os funcionários, do nível elementar até o nível superior.

É uma equipe que trabalha, é uma agência superimportante. Quero também qualificar todos eles pelo comportamento ético e correto que têm tido neste trabalho, que é muito importante.

Parabéns a todos.

Vamos, certamente, nos encontrar para discutir este tema importante, o tema da água.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Reguffe e Ronaldo Caiado**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos e submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da 55ª Reunião e da 56ª Reunião da CMA. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a obter explicações sobre a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia, em atendimento ao Requerimento RMA nº 46, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado. Comparecem como convidados: José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras; Hugo Lamin, Superintendente Substituto de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica; Humberto Eustáqio Tavares Correa, Diretor Técnico da Celg Distribuição; Marcelo Heleno Coelho de Souza, Hedilamar M. Matheus e Flávio Augusto Corrêa, Integrantes do Movimento "Diga não à rede de alta tensão". A Presidência concede a palavra aos convidados, para a exposição inicial do tema pelo tempo de dez minutos. Após, usa da palavra o Senhor Presidente, para fazer comentários e questionamentos. A seguir, os convidados respondem os questionamentos feitos. A Presidência declara encerrada a reunião às dezessete horas e dez minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RONALDO CAIADO
Presidente eventual da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 55ª Reunião e da 56ª Reunião da CMA.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Atas aprovadas. Serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a obter explicações sobre a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou pergunta podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-61-2211.

Convido para tomar assento à mesa o Presidente da Eletrobras, Sr. José da Costa Carvalho Neto. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Marcelo Heleno Coelho de Souza para que tome assento à mesa. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Humberto Eustáquio Tavares Correa, Diretor da Celg Distribuição (Celg D), representando o Sr. José Fernando Navarrete Pena.

Convido Hedilamar Matheus, integrante do Movimento Diga Não à Rede de Alta Tensão, representante de Maria Lúcia Cassiano. (*Palmas.*)

Eu quero pedir a compreensão tanto do Sr. Hugo Lamin, Superintendente Substituto de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional, quanto do Flávio Augusto Corrêa, integrante do Movimento Diga Não à Rede de Alta Tensão, para que tomassem assento à primeira fileira, conosco. Aí, sim, eu vou intercalando as falas no decorrer da nossa audiência.

Bom, eu vou conceder a palavra para cada convidado para exposição inicial pelo tempo de dez minutos, para que, em seguida, possamos formular os questionamentos aos expositores.

Dentro de uma norma que nós estipulamos, em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Sr. Humberto Eustáquio Tavares Correa; em segundo lugar, eu passo a palavra ao Sr. Marcelo Heleno Coelho de Souza; em terceiro lugar, eu passo a palavra ao Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras; em quarto lugar, passo a palavra à Srª Hedilamar Matheus; em quinto lugar, o Sr. Hugo Lamin, Superintendente Substituto de Regula-

ção do Serviço de Distribuição da Aneel; e, em sexto, ao Sr. Flávio Augusto Corrêa, integrante do Movimento Diga Não à Rede de Alta Tensão.

Como tal, passo, então, a palavra ao Sr. Humberto Eustáquio Tavares Correa pelo prazo de dez minutos.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – Senador Ronaldo Caiado, boa tarde, grato pela oportunidade.

Dr. José da Costa Carvalho, Presidente da Eletrobras; Sr. Marcelo Heleno; demais colegas da Celg, o Sinval, o Zaidan, Presidente da Celg Distribuição; Tânia, Superintendente de Engenharia; Moisés, Superintendente da Aneel; Hugo Lamin; meus concidadãos de Goiânia, da região do Parque Anhanguera, Faiçalville, pessoas com quem já tenho tido oportunidade de dialogar, a exemplo do que fazemos durante um bom tempo em vários fóruns para a discussão de assunto de tamanha importância não só para a Celg, mas, principalmente, para a população de Goiânia, trata-se da implantação de uma linha de alta tensão, uma linha de 138 mil volts, concebida num projeto de 2007, com vários problemas, principalmente de natureza licitatória, não por problemas de erros de projeto ou de infringência aos ditames legais da Lei de Licitações, mas problemas de propostas de quem acorreu às chamadas da Celg, propostas que não se mostraram adequadas, principalmente com relação ao preço que a Celg estava disposta a pagar.

Essa linha é fundamental para permitir o aumento de oferta de energia à região metropolitana de Goiânia, que é o principal mercado da Celg Distribuição. É uma cidade que, entre as várias classes de consumidores – residencial, comercial, industrial e até mesmo rural –, tem mais de 600 mil unidades consumidoras. E, hoje, sofre com a limitação da capacidade de transmissão das linhas que compõem o sistema elétrico dessa região metropolitana, que chamamos de anel energético de Goiânia.

Essa linha foi planejada e o seu projeto desenvolvido, em 2007, como disse, já projetando esse crescimento de mercado. E a prova da falta que essa linha nos faz é que, por ser a Celg uma empresa que tem um mercado de crescimento latente, cuja média de crescimento é maior do que a média nacional, historicamente – o mercado da Celg cresce mais de 5% –, obviamente, há reflexos, se você não consegue implementar obras que estão planejadas, como é caso da linha Carajás-Atlântico/Campinas.

A falta dessa linha, no momento, já reflete problemas no abastecimento a Goiânia. Em 2004, tivemos perda de algumas linhas por sobrecarga, devido ao forte calor que acometeu a cidade naquele ano. Nas projeções que fizemos para 2005, esperávamos também, nos meses de agosto e setembro, que tal fato se repetisse. Por um fenômeno vinculado ao problema que todo País vive, que é a recessão econômica, o crescimento da Celg também encolheu em 2015.

Em vez dos 5%, 6% que estávamos acostumados a ver, tivemos um crescimento de 2% – ainda um crescimento invejável porque, dentre todas as distribuidoras do País, a Celg é a única que consegue ter um crescimento positivo.

O projeto dessa linha foi concebido obedecendo...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Por favor, eu só quero dizer que, no período em que o expositor estiver falando, não é possível fazer nenhuma interrupção para que ele mantenha o raciocínio e o tempo que nós repassamos a cada um. Depois, nós teremos a formulação das perguntas.

Retorno a palavra ao Sr. Humberto.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – O projeto dessa linha, como não poderia deixar de ser, como a Celg sempre faz com todas as instalações elétricas, até porque, além de ser uma exigência para todos os profissionais que desenvolvem seus projetos, todos nós respondemos perante o nosso conselho de engenharia se não fizemos projetos que estejam adequados às normas, obedece a toda a legislação técnica e ambiental. Tanto é que o primeiro passo que a Celg deu, que foi a solicitação da licença para implantação da linha, depois de reuniões e discussões com o órgão que deveria fazê-lo, a Agência Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura municipal de Goiânia, recebeu a sua aprovação. É uma linha que tem uma licença de implantação.

A Celg também, por se tratar de uma linha urbana, desenvolveu uma concepção de projeto adequado ao meio urbano. Todas as linhas devem obedecer a uma distância mínima que nós chamamos de faixa de segurança e que diz respeito ao balanço dos cabos por ação do vento na cadeia de isoladores, na cadeia que segura os cabos da linha força.

Por se tratar de uma linha urbana, a Celg desenvolveu um projeto de estruturas especiais que nós chamamos distância entre as estruturas, um vão médio menor do que o usual em todas as suas linhas de distribuição de alta tensão. Existe, no traçado dessa linha, uma característica muito interessante: 82% dessa linha estão implantados em canteiros centrais de avenidas, estão implantados em áreas públicas. Um percentual da ordem de 8% está numa área particular, num antigo clube de Goiânia chamado Aguai, e a Celg teve que celebrar um acordo com o proprietário e indenizá-lo. Na outra área pública pela qual passa a linha, uma rua muito estreita chamada Rua Francisco, a Celg desenvolveu um projeto especial para essa rua: estruturas que permitiram que

a altura do cabo que, ao longo da linha até o solo, é de, no máximo, 10 metros, nessa rua, chegue a 15 metros. A altura do cabo até o solo é de 15 metros. A distância da estrutura até os muros das residências é de 3 metros. A distância da estrutura, nessa rua, até a projeção do cabo – projeção que é feita pela cadeia de isolador que sustenta o cabo – é de 4,5 metros. Portanto, a não ser no caso das avenidas por onde passa a linha, apenas nesse trecho a linha tem uma faixa de segurança menor.

Um outro fator muito importante de se frisar é que, ultimamente, até um relatório de um consultor contratado pelo BID...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – Peço um tempo adicional, Senador, só para terminar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Vou garantir a V. Exª mais dois minutos para finalizar o raciocínio.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – Quanto à interferência da linha com o parque que foi criado em Goiânia, o Puama, não existe essa interferência. A linha passa na rua, na avenida.

Olhando o decreto municipal, e peço aos meus concidadãos de Goiânia que procurem verificar isso, o decreto municipal que instituiu o Parque Macambira Anicuns estabelece o limite até onde está a Avenida Nadra Bufaiçal.

Então, Senador, Presidente José Costa, senhores e senhoras, a Celg tem consciência de que essa linha não traz nenhum problema de segurança elétrica e nenhum outro quesito que venha a agredir o meio ambiente. Nós temos segurança em afirmar isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço pela fala o Dr. Humberto Eustáquio Tavares Correa e passo a palavra ao Sr. Marcelo Heleno Coelho de Souza, integrante do movimento "Diga não à rede de alta tensão", pelo prazo de dez minutos.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Boa tarde, Senador; boa tarde, Presidente; boa tarde, Humberto, companheiros da luta, demais autoridades presentes aqui.

Essa luta nossa já tem mais de um ano e é interessante ver como a arrogância que permeia o discurso da Celg continua presente. Parte do discurso, da fala do Dr. Humberto nessa abertura de audiência infelizmente não corresponde à realidade. É preciso dizer que as licenças, as únicas que a Celg teve para essa obra foram as ambientais; a licença prévia está vencida há cinco anos, a licença de instalação está suspensa há cerca de dois meses em função do relatório apresentado por um técnico enviado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Por que o BID enviou esse técnico para fazer o estudo? Porque o BID está investindo em Goiânia e em outras cidades pelo mundo no conceito de cidade sustentável e, acolhendo uma denúncia feita pelo nosso grupo, entendeu que essa linha contraria o conceito.

Ao contrário do que a Celg insiste em dizer, essa linha corta o parque e, talvez, a Celg ignore isso porque ela tem uma série de elementos que estão totalmente defasados. O seu manual de gestão ambiental, por exemplo, recomenda um cuidado especial na instalação de linhas de transmissão nas áreas que são destinadas a parques estaduais e parques municipais. E, apesar de o próprio diretor reconhecer que existe o Puama, que foi criado em lei desde o ano de 2011, esse parque não consta no manual da Celg, a Celg ignora esse parque.

Dito isso vamos a nossa apresentação quadro a quadro.

Por que estamos aqui então? Essa é a pergunta inicial – próximo. Estamos aqui porque estamos vivos, queremos continuar assim e não queremos ver risco à saúde e à segurança das pessoas.

Como o próprio diretor reconhece, os projetos são todos datados de dez anos e os projetos técnicos só foram atualizados depois de questionamentos feitos por nós, o plano de gestão ambiental não sofreu nenhum tipo de ressalva, de atualização, foi descumprido em vários pontos, principalmente representantes da Aneel, Presidente da Eletrobrás, Presidente da Celg D, essa é uma das únicas obras públicas no Brasil que não tem uma placa de identificação, não se sabe qual empresa está executando, não se sabe qual é o engenheiro responsável pelos projetos, qual é o engenheiro responsável pelas obras, a Prefeitura teve dificuldade em encontrar o engenheiro responsável para notificar sobre o embargo da obra em função disso. Então, esse é um dos planos.

Outro problema que afeta diretamente a gente é que, em nenhum momento, foi feita alguma comunicação prévia, como estava no plano de gestão. Nenhuma reunião pública foi feita, apesar de a direção da Celg dizer: "Ah, é mais um encontro". É preciso dizer que, por iniciativa da Celg, foi realizado um único encontro, por determinação do Presidente da Eletrobras, para buscar uma solução. Foi um encontro não conclusivo. Foi realizada, Presidente, exatamente há um ano essa reunião na sede da Celg e exatamente há um ano nós estamos esperando resposta da direção da empresa, uma resposta para o problema.

São mais de 8,5km de linha, sendo que cerca de 7km atravessam avenidas movimentadas da cidade. No PGA da Celg há esta observação: que as linhas de transmissão de alta potência urbanas implicam em maior interferência no meio socioeconômico em virtude de questões urbanísticas, e parece que essa não é uma preocupação, principalmente nos últimos tempos, em que a discussão a Celg tem tratado apenas no aspecto técnico, esquecendo que existe gente morando e gente que precisa continuar a viver nos seus lugares.

São três problemas básicos na linha do que nós estamos levantando e continuamos levantando. Já citaram aqui o problema da Rua Francisco de Faria, no setor Santa Rita, onde três postes estão erguidos no calçamento da rua. O interessante é que, apesar de a Celg afirmar que quem está – expressão meio chula – empatando a obra hoje é a Prefeitura, um dos motivos dos técnicos da Prefeitura é que eles não aceitam os argumentos técnicos colocados pela Celg, talvez porque haja um comportamento, de certa forma, bipolar na equipe comandada pelo Dr. Humberto. Essa calçada da Rua Francisco de Faria sempre teve 3,10m de largura. A distância, então, da estrutura para os muros das casas não pode ser de três metros, ela é de dois metros e alguma coisa. Quando foi questionada, em 2013, pelo Ministério Público, a Celg emitiu uma nota técnica dizendo que tinha visto o problema, foi lá e mediu, fez novas medições e achou uma calçada de 4,5m. A pergunta é: com qual trena? Com qual equipamento de medição isso foi feito? E não houve uma alternativa. Antes que digam que cobraram de muita gente: "Ah, é preciso ter um técnico especialista", engenheiro eletricista lá em Goiânia todos têm algum tipo de ligação com a Celg. São raros os que o fazem e, por coincidência, o engenheiro responsável pela fiscalização da Prefeitura é eletricista e disse que nunca viu uma história, uma situação como essa. Pode ser novidade, mas ele nunca viu.

Outro ponto é o parque, já foi colocado aqui. Ao contrário do que o diretor da Celg afirmou, dizendo que tomou conhecimento do relatório pela imprensa e declarou que era de uma pessoa que não tinha nada a ver com o setor elétrico, esse técnico enviado, o Dr. Luiz Fernando, é engenheiro florestal com uma experiência de 25 anos na Eletropaulo e de mais de quatro décadas acompanhando projetos no setor elétrico. Então, ele não pode ser desqualificado, o seu relatório não pode ser desqualificado. Aliás, talvez por desconhecimento, a questão em que ele mais pegou no pé não foi a da Celg e, sim, do órgão licenciador, por ter aceitado fazer o licenciamento de um projeto desses, que acaba com outro projeto, que é o do parque. E com agravante: na área citada, do Clube Aguai, e não é a única área particular cortada pela linha, ao contrário do que é colocado aqui, a Celg conseguiu, talvez porque foi realizar o trabalho de madrugada, escondido, porque a obra já estava embargada, fixar três postes em áreas que não estavam destinadas à linha.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Estou concluindo. Um desses postes está justamente em área desapropriada pelo BID para composição do parque.

O terceiro problema é o de uma adutora de água que existe por metade do traçado idealizado pela Celg. A solução da Celg foi mandar, em 2010, um ofício à companhia de água, pedindo para mudar a adutora. Posteriormente, a Celg se dispôs a trocar o material de metal para PVC, e há dúvidas sobre a segurança desse material para a população.

Então, a obra foi iniciada nos vários aspectos de que falei e, sobre a faixa de segurança, continua aquela discussão.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Vou concluir.

Existe uma decisão, Dr. Humberto, de que talvez o senhor não tenha conhecimento, em relação a interdito proibitório, que continua negado à Celg. O juiz sempre disse, desde o início, que estranhava que a Celg fosse lá pedir a retirada de famílias que estavam a 19m das linhas de transmissão e quer impor a nós uma distância muito menor.

Então, a situação da linha é esta hoje: não tem licença ambiental, nunca teve alvará de autorização para realização da obra. Portanto, ao contrário do que se diz, está totalmente irregular perante a Prefeitura de Goiânia e, há mais de seis meses, há sete meses praticamente, a Celg tem em mãos o termo de referência com exigências legais da Prefeitura para concessão desse alvará, e isso não foi feito.

Vou concluir agora mesmo.

Presidente da Eletrobras, só para o senhor ter uma noção de como essa questão é tratada, há pouco mais de um ano, quando nós estivemos na Câmara dos Deputados com o senhor, conforme as notas taquigráficas da audiência, o senhor disse o seguinte: "Vou orientar, junto com o Navarrete, a Diretoria da Celg para que abra esse diálogo de tal maneira que a gente procure encontrar uma solução que atenda esse prazo e, ao mesmo tempo, coloque essa rota no melhor lugar possível para a população". O senhor se lembra disso, Presidente? A

Celg distribuiu todo seu material, a defesa dela, dizendo o seguinte: "O Presidente da Eletrobras" – quer dizer, o senhor – "definiu pela paralisação das obras, visando a estudos complementares". Está até no tempo errado. Na verdade, um estudo complementar encomendado à sua empresa, Eletrobras, por meio do centro de pesquisas. E o pessoal da área técnica da Celg não permitiu que seu pessoal visitasse a obra *in loco*, nem isso a Celg deixou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Passo a palavra ao Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras, a quem vou conceder um acréscimo de dois minutos, conforme foi feito para o Sr. Marcelo Heleno.

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Prezado Senador Ronaldo Caiado, eu quero agradecer por este convite. Quero saudar os integrantes do movimento "Diga não à rede de alta tensão" aqui presentes: Marcelo Heleno, Hedilamar, Flávio Corrêa; o Superintendente da Aneel, Hugo Amin, Moisés; meus companheiros da Eletrobras, Jorge Fausto, Coimbra, Humberto; companheiros da Celg, Sinval, Humberto, Tânia; cumprimentar todos os cidadãos goianos, que merecem o nosso maior respeito, e dizer novamente da nossa satisfação em estarmos aqui procurando uma solução para um problema tão importante.

O Humberto eu acho que já falou com clareza da importância dessa obra para Goiás e principalmente para a região metropolitana de Goiânia. Até pouco tempo atrás a região metropolitana de Goiânia era alimentada por duas subestações que compõem a rede básica nacional. É como se fossem ali as artérias principais do corpo humano que levam a energia das usinas, do sistema interligado nacional para a distribuidora, para que a distribuidora, então, leve essa energia aos consumidores, assim como, no corpo humano, as veias o fazem ou, numa rede de distribuição, parte das grandes adutoras fazem essa distribuição. Nós tínhamos duas, Anhanguera e Xavantes, e foi construída uma terceira há bastante tempo, Trindade, para abastecer, ajudar essa alimentação de Goiânia.

Essa obra, para os senhores terem uma ideia, vai injetar no sistema elétrico de Goiânia um aumento de capacidade de 300 MVA, o que corresponde a mais ou menos um terço da capacidade hoje instalada. Então, ela é fundamental, e está cada vez mais atrasada, trazendo consequências muito ruins para o fornecimento e o suprimento de energia elétrica à população de Goiânia, especialmente localizada nos bairros próximos a Carajás. Então, a obra é fundamental, importantíssima.

A Celg eu julgo que teve todo o cuidado na elaboração do projeto, com um poste especial, um vão de rede que tem um comprimento médio de 100m – normalmente, é de 200m a 300m –, isoladores especiais, aterramentos especiais, fez os cuidados ambientais, tentando escolher o melhor trajeto.

Eu realmente tive muita satisfação de participar aqui, se não me engano, Senador, em novembro do ano passado, 19 de novembro de 2014, de uma audiência. Na oportunidade, disseram que haveria outras soluções, precisava haver o diálogo e a obra estava em andamento. Então, em conjunto com o nosso sócio, que é a Celg Par, aqui representada à época pelo Presidente Navarrete, nós julgamos que deveríamos parar a obra, reiniciar um diálogo com a população, procurando verificar as razões, o que a gente podia fazer e analisar todas as alternativas de rota e outras soluções.

O nosso pessoal da Celg, junto com o pessoal da Eletrobras, verificou, então, quais as opções que poderíamos ter. Em um caso, havia uma determinada avenida ou até anel rodoviário, mas nós já tínhamos outras linhas, inclusive com tensão mais elevada, até de 230.000V. Na outra circunstância, a gente ia passar por um local onde as ruas eram mais estreitas, e não por essas avenidas largas onde passam mais de 80% dessa rede. Em outra circunstância, o canteiro central era muito estreito, não permitia a instalação do poste. Em quase todas elas, o problema todo aqui levantado se repetiria, nesse caso, em outras situações.

Nós temos linhas dessa circunstância no Brasil inteiro, instaladas em diversas cidades do Brasil, com mais ou menos a mesma configuração. Não achamos outra solução de rota melhor do que essa que tinha sido previamente ali definida.

Volto a dizer: a obra é fundamental, é importantíssima. Então, estamos aqui abertos para tentar achar uma solução. Acho que o diálogo vai ser muito rico, e, a partir dele, vamos ver se conseguimos achar uma solução para esse problema, que já vem alcançando sete anos. Desde, se não me engano, 2008, estamos nessa obra, tentando viabilizá-la.

Essas seriam, então, as minhas primeiras considerações. Depois, acho que o ponto forte aqui vai ser o diálogo que vamos procurar ter com o movimento, com os goianos aqui presentes, com todos os interessados, com o pessoal da Celg, da Aneel, com os Senadores etc.

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço pela fala ao Sr. José da Costa Carvalho Neto e passo a palavra à Srª Hedilamar M. Matheus, integrante do Movimento "Diga não à rede de alta tensão", pelo prazo de 12 minutos.

A SRª HEDILAMAR M. MATHEUS (*Fora do microfone*.) – Senador Ronaldo Caiado, passe a palavra para o Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Presidente, eu fico profundamente decepcionado, porque esse diálogo que o senhor determinou no ano passado não foi realizado. O senhor nomeou um mediador que não atuou, que não está aqui, o Dr. José Fernando Navarrete Pena, um mediador que conversou com a Aneel, que resolveu o problema da Acel com a Aneel, que resolveu o problema da Acel com a Eletrobras, que procurou o Ministério Público, que realizou um TAC que a Celg não deu conta de cumprir.

E, em relação a nós, Presidente, sobrou uma ação de interdito proibitório, que é justamente uma busca na Justiça para que parássemos o nosso movimento, para que parássemos, na visão da Celg, de atrapalhar a obra.

O senhor sabia, Presidente, que, enquanto a obra estava parada, como justificativa para essa ação de interdito, a Celg argumentou que nós estávamos estragando as perfurações feitas e mexendo na obra, sendo que a obra estava paralisada e nós estávamos com o diálogo totalmente aberto? São acusações levianas. E volto a dizer ao senhor: estamos aguardando, há mais de um ano, essa resposta que o senhor está dando, que é a de que não há solução. Se não há solução, estamos num impasse. Estamos num impasse, mas um impasse muito grande, porque existe uma mobilização da população e existem problemas técnicos que não são sanados nessa linha.

Nós tivemos, recentemente, alguns acidentes. Há até um vídeo. Se puder colocar... Lá perto de nós, um fio de alta tensão caiu no setor Garavelo, que é próximo a nós, em Aparecida de Goiânia, uma cidade próxima. E não queremos, definitivamente, virar notícia por isso. A sorte é que era um dia de chuva, final da tarde, e não havia ninguém na rua. Mas caiu um fio de alta tensão muito menor, 13,8, dez vezes menos do que a potência da linha que vocês pretendem instalar na porta das nossas casas.

Essa é a divulgação, uma campanha que vocês fizeram, para que não se construísse perto das linhas de transmissão. O interessante é que vocês querem justamente levar...

O acidente... Essa é a notícia que está no jornal *O Popular*, o principal está no *site* dela. E, no final, vamos ver o fio que caiu e torrou – as imagens são essas aí – quatro veículos. Se isso acontece num horário de movimento, numa rua abarrotada de carros, na saída de crianças da escola – existem algumas na rota da linha –, como fica? Nós sempre perguntamos: como fica?

E é decepcionante essa fala do senhor, porque a grande esperança do povo de Goiás, quando a Eletrobras assumiu o comando da Celg, era a de que mudasse alguma coisa no paradigma de gestão. Vocês assumiram, o grande problema da Celg era o endividamento monstruoso, a Celg já está com mais de meio bilhão acumulados de prejuízos neste ano, e as práticas continuam as mesmas. Vocês assumiram, era a segunda pior empresa de distribuição de energia do País, e hoje, pelo segundo ano consecutivo, é a pior. Isso é decepcionante.

Nós continuamos com a abertura e o diálogo, mas se a posição for esta de que não existe outra solução, parece que nós estamos perdendo tempo aqui. Nós queríamos, e continuamos abertos para isso, tentar encontrar solução. Mas isso tem de ser feito a quatro, seis, oito, dez mãos.

O interesse da Celg – a Celg não entendeu isso e parece que, ao contrário, vem só convencendo as pessoas do setor elétrico de que ela está certa – não pode se sobrepor ao interesse das outras pessoas. Simplesmente não pode, até em tom de deboche, o diretor da Celg falar para nós: "Ah, vocês vão ter desvalorização dos imóveis, sim, mas não se preocupem, não, porque, quando estiverem em baixa, eu vou comprar a casa de vocês." Isso nós já ouvimos.

Não adianta vocês apesentarem estudos de interferência, dizendo que, naquela rua onde estão os postes instalados na calçada vai tudo funcionar bem, vai ter TV a cabo, vai ter telefone celular, se o pessoal que está instalando a linha lá avisa aos moradores comuns: "Ó, vocês podem esquecer. Isso aqui é coisa que vocês não vão ter." As pessoas já estão acostumadas a isso. Há um transmissor de emissora de rádio lá perto e eles ouvem a rádio no telefone. Se rádio dá interferência, como é que uma linha de alta tensão não vai dar?

Infelizmente, as experiências no Brasil e fora do Brasil são essas. Antes de instalar, está tudo lindo e maravilhoso, todos os cálculos estão perfeitos. Em dois ou três anos, começam a aparecer os problemas de câncer, os acidentes, as desvalorizações. Aí o prejuízo é nosso. No caso da Celg, Leonardo Lins, que foi quem autorizou a obra, foi cumprir outras missões; o Dr. Sinval, daqui uns dias, volta para o Rio; o senhor já não é responsável pela Celg; e o problema é nosso, só nosso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, a Srª Hedilamar passou o tempo ao Sr. Marcelo Heleno, que falou em nome dela.

Agora, passo a palavra ao superintendente substituto de regulação do serviço de distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Hugo Lamin, pelo prazo de doze minutos.

O SR. HUGO LAMIN – Senador Dr. Ronaldo Caiado, obrigado pelo convite.

Boa tarde a todos.

Na minha fala, tentarei ser breve e utilizar menos de dez minutos. Vou focar basicamente em dois pontos: primeiro, na questão de emissão de campos eletromagnéticos e, em segundo lugar, em uma fiscalização que já foi realizada no trajeto dessa linha.

Como foi comentado, o meu nome é Hugo Lamin. Eu trabalho na Superintendência de Regulação de Serviço de Distribuição da Aneel, área responsável pela regulamentação. O Dr. José Moisés, que é o superintendente de fiscalização, também está aqui no evento, acompanhando essa discussão.

Nesse primeiro eslaide, eu vou tratar da questão do processo de regulamentação com relação a campos eletromagnéticos.

No Brasil, existe a Lei Federal nº 11.934, de 2009, que define quais são os limites de exposição humana a campos eletromagnéticos. Na verdade, a lei remete à Organização Mundial de Saúde, que é quem trata dessas questões. Em função disso, após a publicação da lei, a Aneel realizou então uma audiência pública, que, como é de praxe na agência, envolvia a sociedade e discutia os temas que são afetos à agência. E, logo em seguida, foi editada a Resolução Normativa nº 398, de 2010. Essa resolução foi recentemente revisada.

Aqui, já vou direto ao ponto e destaco uma tabela que existe na própria Resolução. Essa tabela é oriunda de uma associação internacional chamada ICNIRP, que é justamente a quem a OMS (Organização Mundial de Saúde) remete. Ela trata de níveis de referência tanto para campo elétrico quanto para campo magnético. Daí, a regulamentação faz distinção em duas frentes. Primeiro, o público em geral, as pessoas, os moradores; e, segundo, a questão da população ocupacional, que são os trabalhadores envolvidos com uma determinada linha de distribuição/transmissão.

Os estudos largamente feitos ao redor do mundo e no Brasil, toda a referência bibliográfica que temos, sempre focam em campo magnético, uma vez que o campo elétrico, de fato, não apresenta nenhum tipo de risco.

Aqui, eu repeti aquela tabela que estava no meu eslaide anterior, focando na questão do campo magnético. O nível de referência para a população em geral é de 200 μT (microteslas). Vamos focar nesse valor.

Em seguida, eu apresento uma tabela com várias linhas de distribuição e transmissão que passam pelo Estado de Goiás. Com exceção da primeira linha, que é justamente a linha que estamos discutindo aqui hoje, todas as outras linhas já são linhas em operação, em funcionamento. Aqui, há o valor do campo magnético que é emitido por cada uma dessas linhas. Esse campo pode ser medido ou ser calculado por metodologias já consagradas.

Aqui, eu destaquei a linha Carajás-Atlântico, que é o objeto da nossa discussão aqui. Existem dois documentos, dois estudos – um da própria Celg e um mais recente do Cepel, de 2014 – que atestam esses valores de emissão de campo magnético. Eu coloquei aqui o valor de 19 μT (microteslas), que é o pior dos dois estudos – nesse caso aqui, é o estudo que foi feito pelo projeto inicial da Celg, sendo que o documento da Cepel aponta uma emissão máxima de 10 μT (microteslas). Mesmo pegando aqui o pior dos dois casos, que é 19 – novamente,19 é o maior valor que foi calculado na extensão da linha, imediatamente embaixo da linha, que é onde a emissão do campo é maior –, ainda assim, o valor é dez vezes menor que o nível de referência estabelecido pela Organização Mundial de Saúde. Daí para compararmos – esta questão é muito recorrente: o eventual risco que uma linha de distribuição e transmissão pode causar –, há aqui uma outra tabela que mostra uma série de aparelhos que usamos no nosso cotidiano dentro das nossas casas, em que vemos que a maioria desses aparelhos emite um campo magnético maior que aquele da linha que estamos tratando aqui. Eu vou pegar o exemplo de um barbeador elétrico que usamos muito próximo do rosto, que tem uma emissão de campo magnético de 111 μT (microteslas).

O que a nossa regulamentação ainda traz? A medição ou o cálculo é obrigatório para todas as instalações acima de 138kV – então, inclui o caso dessa linha. Para linhas menores, o agente responsável, a concessionária, também tem que garantir que essas instalações obedeçam aos limites da Organização Mundial da Saúde.

Os dados hoje estão disponíveis na internet, na página da Aneel – depois eu mostro um eslaide específico sobre isso.

E um outro ponto que também vou retomar na minha fala é que qualquer consumidor pode solicitar a medição da emissão desses campos nessas instalações. É claro que, neste momento, como a linha ainda não está em funcionamento, a medição não é possível. Por isso, eu estou falando aqui só dos estudos que foram feitos pela própria Celg e pelo Cepel.

Aqui, é uma característica que é um pouco técnica, mas que eu faço questão de destacar. Se, eventualmente, o nível de referência, que são aqueles valores que mostrei, for violado – e isso acontece em pouquíssimas linhas em todo o Brasil, muito pouco mesmo –, parte-se para uma outra análise, que é um relatório de conformidade, um estudo mais detalhado, para daí, sim, avaliar a restrição básica, que é um limite máximo de exposição humana a esses campos magnéticos, para garantir que não se ultrapassem os limiares mínimos

de interação com tecidos vivos. Aqui, a restrição básica tem uma unidade diferente – mA/m2 (miliampère por metro quadrado) – do nível de referência, justamente para tentar medir a eventual corrente que um campo provocaria num tecido humano, por exemplo. Então, aqui, é só para ilustrar: mesmo que, eventualmente, o nível de referência seja violado, existe ainda uma outra verificação que deve ser feita quanto à restrição básica.

Aqui, é só para ilustrar. Como eu disse, a própria lei obriga a Aneel a fazer isso. Então, esses dados de linhas existentes estão disponíveis no nosso *site*.

Há outros aspectos que se aplicam a esse caso, com relação à norma. Depois que a linha estiver pronta, a Celg deve enviar os dados para a Aneel, por cálculo ou por medição, em até 90 dias de entrada de operação. Como eu tinha mencionado, o consumidor ou qualquer pessoa tem o direito se, eventualmente, desconfiar ou tiver interesse em um aprofundamento maior, de pedir para a distribuidora realizar essa medição.

Aqui, destaco uma classificação interessante da agência internacional IARC, que trata de pesquisa de câncer e que também é um braço da OMS. Ela classifica os itens que são passíveis de causar câncer em cinco grupos. Então, só para ilustrar, o pior dos grupos é o Grupo 1, que trata de cancerígenos para humanos. Itens como, por exemplo, tabaco, fumo, cigarro estão aqui. Recentemente, houve até uma divulgação muito grande na imprensa sobre a questão do *bacon* e da carne processada, que foram enquadrados nesse primeiro grupo. No segundo grupo dos provavelmente cancerígenos, o Grupo 2A, está o caso da carne vermelha, por exemplo, outro item bem corriqueiro que a gente vivencia, pois é um alimento diário. No Grupo 2B, enquadram-se as linhas de distribuição e de transmissão. Esse é o terceiro de cinco grupos e trata dos possivelmente cancerígenos para humanos. Há um exemplo interessante de um item classificado nesse Grupo 2B, que é o mesmo das linhas de distribuição e de transmissão, que é o café. Esse cafezinho que a gente toma todo dia também está classificado nesse mesmo grupo.

Eu trouxe mais um documento da Organização Mundial da Saúde. Há um *link* aqui, com a referência, que justamente menciona essa relação, a classificação do campo magnético para linhas de distribuição e de transmissão no Grupo 2B, e que faz essa analogia com o café e também com processos de soldagem.

Outro ponto que também é muito recorrente é a questão do campo magnético e uma eventual relação com a leucemia infantil. Novamente é um documento da OMS (Organização Mundial da Saúde). Há a referência aqui. Esse é exatamente o texto que está no relatório. A OMS publica os relatórios em várias línguas, incluindo o português. Neste caso aqui, não se trata de uma tradução feita por nós, mas, sim, do próprio texto da Organização. Peço licença aqui para lê-lo – é o caso específico da leucemia infantil: "Se há algum efeito da exposição a estes campos de baixa intensidade, seria através de um mecanismo biológico ainda desconhecido. Além disso, estudos com animais têm sido largamente negativos." Os estudos são feitos com animais porque não é viável fazer esses estudos com humanos. Então, o que há de estudos com animais tem resultado negativo. Ainda é dito: "Em suma, a evidência relacionada com leucemia infantil não é forte o suficiente para ser considerada causal."

Esse documento faz essa menção específica sobre leucemia, mas menciona também uma série de outras doenças, de outros tipos de câncer, e depressão, tenta relacionar isso até com a questão de suicídio e, novamente, conclui que não há nenhum tipo de relação que possa ser considerada causal.

A Aneel foi envolvida nesse processo desde o final do ano passado. Tivemos algumas reuniões com a Associação de Moradores. Alguns contatos foram feitos, e pedidos de informação foram encaminhados à Celg. A área de regulamentação emitiu uma nota técnica, apontando alguns casos que seriam passíveis de fiscalização. Isso ocorreu em setembro deste ano e foi feito pela AGR.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LAMIN – Já caminho para o final, Senador.

Isso foi feito neste ano pela AGR, nos dias 25 e 28 de setembro.

Então, nas questões de campo magnético, como comentei, a linha se baseia naquele relatório do Cepel.

Em duas estruturas específicas, existe o problema de invasão. Isso foi comunicado para a Celg, para que ela tomasse as medidas necessárias. Quanto a outras duas estruturas, quanto a outras torres específicas que estavam próximas a postos de combustível, foi verificado que não há risco de combustão. Porém, três estruturas dessa linha não estão respeitando o distanciamento mínimo exigido pela legislação nesse caso. É justamente esta a conclusão: ela atende os outros quesitos, mas, em um caso específico, num trecho específico, na Rua Francisco Faria, a Celg não respeitou essa distância mínima e deve, portanto, corrigir esse problema.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LAMIN – Era essa a minha fala, de forma bem resumida.

O Dr. Marcelo comentou aqui um ponto interessante. A Celg tem apresentado resultados ruins – isto é verdade – nos últimos dois anos com relação à qualidade do serviço, aos indicadores de duração e de frequ-

ência. Ela é a última colocada no *ranking* que é publicado pela Aneel. Então, nesse quesito de qualidade, ela é a pior distribuidora do Brasil, infelizmente para os goianos. Essa linha é apenas uma das medidas necessárias para melhorar esse quesito de qualidade do serviço.

Então, Senador, do ponto de vista da questão da fiscalização feita e da regulamentação de campos eletromagnéticos, era isso que eu tinha para apresentar. Agradeço novamente o convite e permaneço à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço e passo a palavra, agora, ao último convidado, que é o Sr. Flávio Augusto Corrêa, que vai falar em nome do movimento "Diga não à rede de alta tensão".

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – Boa tarde a todos, em especial ao Senador Ronaldo Caiado e aos nossos companheiros de lutas, que estão aqui mais uma vez – pela segunda vez, em menos de 15 dias – para esta audiência.

Eu ouvi muita coisa aqui. Discordo de algumas, parcialmente, mas, na maioria, discordo totalmente do que foi dito.

Sr. Presidente da Eletrobras, aqui estamos discutindo questões referentes a campos eletromagnéticos, à questão de colocação de postes, mas o principal problema dessa rede, cuja importância já foi falada por todos, é que ela vai, caso não seja concluída – como temos certeza de que não será –, causar um grande dano à sociedade goianiense, porque vai faltar energia, segundo vocês mesmos disseram aqui várias vezes. E essa rede, Sr. Presidente da Eletrobras, tem dois impedimentos legais em vigor. Então, aqui, acho que não é o caso da relevância do campo eletromagnético. Ele é relevante, e muito relevante. Por isso nós entramos nessa briga.

Agora, o que nós temos é que ter uma solução – que a Celg não conseguiu até hoje – para a questão legal dessa rede. Porque a prefeitura de Goiânia sequer... A Celg, vamos dizer, para não falar coisas que podem denegrir as pessoas, não teve o cuidado com a obrigação, com o dever dela de ter feito primeiro a concessão de alvará de autorização de construção dessa obra. A Celg sequer, Sr. Presidente, teve esse cuidado de, antes de começar essa obra, pegar as autorizações legais que a prefeitura, que o Município de Goiânia exige. Em contrapartida a isso, o que ela fez? Começou a construir a sua obra. Não está pronta essa obra porque esse pessoal aqui, esse povo, os moradores impediram; fomos atrás e descobrimos essas irregularidades.

A Celg sabe, como já foi dito pelo nosso companheiro Marcelo, o que tem que fazer para conseguir essa autorização. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, ela tem que fazer um Estudo de Impacto de Vizinhança, porque a Celg, depois de notificada de que ela teria que ter o alvará de autorização para construir essa obra, apresentou um Estudo de Impacto de Vizinhança que a prefeitura já negou. Isso é oficial. Aquele estudo, Dr. Humberto, que vocês apresentaram para a prefeitura foi negado. Aquele não serve. Vocês têm que fazer outro.

Então, Dr. José Costa, quero salientar para o senhor aqui: além dessa questão do Estudo de Impacto de Vizinhança, a Celg tem também que fazer audiência pública com os moradores. Na atual conjuntura do que o senhor viu hoje aqui, com a mobilização desse pessoal, esse Estudo de Impacto de Vizinhança tem que ser feito, e a população da região afetada por essa rede tem de dar a autorização para a Celg construir. Ou seja, esse estudo só vai ser válido, a prefeitura só acata esse estudo se a população autorizar essa rede.

Pelo que o senhor já viu desse nosso movimento, da mobilização da sociedade, o senhor acha que existe alguma possibilidade de esse Estudo de Impacto de Vizinhança ter aprovação da população? Volto a repetir: se, nesse estudo, a população não aceitar essa obra, a prefeitura não concede o alvará.

Então, eu quero deixar registrado aqui, hoje, que a Celg, juntamente com a Eletrobras, está... Eles já disseram da importância dessa obra. Se essa obra, Sr. Presidente, não foi concluída em outro traçado, eu acho que vocês terão sérios problemas com a Justiça, porque vocês sabem que essa obra é importante e não procuram resolver a situação, que é procurar outro traçado.

O senhor disse aí, na sua fala, que determinou que a Celg fizesse estudos, fizesse novamente – isso tem mais de um ano – esse estudo. Se foi feito, nunca nos foi apresentado. O fato é que, nesse traçado, é impossível a viabilidade jurídica dessa obra perante a Prefeitura de Goiânia.

Vamos tocar agora na questão da licença ambiental. É alardeado por muitos dentro da Celg que eles têm essa licença – tinham. Essa licença está suspensa por determinação da AMA. Ela vence agora, em janeiro, e nós acreditamos que muito dificilmente essa licença será renovada. Mais uma coisa que a Celg tem de olhar, porque, se vocês continuarem na insistência desse traçado, vocês não têm alvará de construção, vocês não vão conseguir fazer essa obra. Conseguiriam, se nós não tivéssemos ido para a luta, esclarecido e embargado essa obra.

Então, o que eu acho que tem de ser mais relevante aqui é nos concentrarmos os nossos esforços no sentido de achar um outro traçado, porque esse traçado atual a Celg não tem condições legais. Eu acho que a própria direção da Celg, imagino que eles tenham essa noção. Não é possível! Não é possível que vocês não

tenham noção de que essa obra não é viável dentro desse traçado, gente! Como vocês querem passar essa obra por cima de calçadas, por cima de casas dos moradores?

Passe para a frente, aqui, Marcelo. Coloque lá na Rua Francisco Farias, por favor.

Então, eu não sei como vocês ainda têm essa insistência com esse traçado. Vocês não têm nem autorização da Prefeitura para fazer! Acho que vocês concordam comigo que vocês conseguirem esse alvará é uma coisa... Eu sei que nada é impossível.

O SR. JOÃO JOSÉ – Flávio. Flávio, um aparte, por favor. Essa aí é a parte que o...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria só que o senhor o deixasse concluir o raciocínio. Depois nós daremos a oportunidade para que vocês possam falar.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – Então, o que eu acho é que está faltando, aqui, principalmente – volte lá – a aceitação da equipe da Celg, juntamente com a Eletrobras, de que esse projeto é um projeto defasado, Dr. Presidente da Celg D. Esse é um projeto defasado, é um projeto de 2007, com execução em 2015. A nossa Goiânia mudou muito, tanto é que o senhor... Veja aqui onde esse poste está colocado! Então, acho que o que está faltando da parte de vocês é a aceitação de que erraram. Erraram no projeto, erraram no tempo, no tempo de execução dessa obra. A nossa cidade mudou muito.

Então, se continuarmos com esse cabo de guerra entre moradores e Celg, quem tem a perder são os dois lados. Vocês, porque têm o dever de construir a rede no local adequado, cumprindo a legislação. E não está acontecendo isso.

Nós, que já estamos nessa luta há mais de quatro anos, Sr. Presidente José Costa, discutimos várias vezes, sentamos, explicamos, mostramos. Olha, a foto fala por si. Nesse traçado aqui, veja, a gente fala muito em poste em calçada, nesse caso, é poste em cima das casas. Olha onde tem essa estrutura e onde está a outra lá do outro lado! Eles não tiveram, vocês da Celg não tiveram condições técnicas de colocar outro poste nessa rua, porque lá na frente é pior. Nós já discutimos esse caso com o Dr. Humberto e ele explicou: "Não, mas ainda vai ser colocado". Mas, por que já não foi? Não fale que foi por pressão dos moradores, não, porque, nessa rua, esse buraco desse poste que o senhor está vendo foi furado duas vezes, furado três vezes. Furaram uma vez, nós falamos que estava muito perto; recuaram cinco, depois, mais cinco. Então, não foi por conta da pressão da população, não. Foi por conta de não haver condições técnicas de colocar mais um poste. Esse fio que está passando aí, se o senhor observar lá, vai passar em cima daquela casa que tem aquela antena parabólica, porque não existem condições técnicas para pôr outro. Então o que eu acho é que a gente precisa, também, chegar a um determinado momento e dizer: "Olha, gente, nós erramos. Nós erramos, vamos corrigir o erro, vamos procurar um traçado que, pelo menos, atenda a legislação."

Agora, eu quero deixar registrada aqui uma situação muito séria: se amanhã, ou depois, Goiânia tiver um caos elétrico, a culpa é dos senhores, não é nossa não, porque essa obra, onde está sendo feita, com a falta de documentação que vocês têm, vocês não vão conseguir fazer passar. Não passando, como vocês mesmos disseram, vai ter problema sério de energia em Goiânia.

Então eu só quero deixar aqui uma questão para nós todos meditarmos. O que vale mais a pena: recuar, fazer a coisa corretamente, dentro da lei, dentro da ordem, ou continuar nesse cabo de guerra entre população e Celg? E nesse caso todos vão perder, não vai haver nenhum ganhador, Sr. Presidente.

Eram essas as palavras iniciais. Depois, eu tenho muita colocação a ser feita, pelo que foi dito aqui, mas, a princípio, é isso. Eu acho é hora de pararmos, analisarmos as situações. A situação hoje não é favorável à construção de dessa rede.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço e, antes de conceder a palavra para que algumas perguntas sejam formuladas, eu gostaria de saber dos que estão na Mesa – Dr. Humberto, Dr. Marcelo, Dr. José Costa Carvalho Neto e Dr. Flávio – se desejam ainda fazer algum complemento das suas exposições também tendo ouvido o contraditório dos que representam o movimento "Diga não à rede de alta tensão".

Pois não, concedo a palavra, então, ao Sr. Humberto Eustáquio.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – O Sr. Marcelo fez algumas colocações que eu acho que merecem ser esclarecidas. Quando ele menciona aquele problema do cabo que arrebentou e afirma que pegou fogo um carro, usa isso para dizer que a exposição seria a mesma no caso da linha de alta tensão.

Primeiro, a causa daquele acidente foi, como todos nós aqui bem sabemos, uma chuva muito forte, com vendaval. Uma árvore tocou violentamente um cabo, arrebentando esse cabo, coisa que, no caso da linha, é impossível de acontecer.

Outra coisa também, relativamente a isso: é impossível arrebentar um cabo? O cabo pode ser arrebentado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu peço, por favor, vamos manter uma certa ordem. Depois, as pessoas formulam pergunta. Ele continua a linha de raciocínio dele, e eu passo a palavra.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – À medida que o sistema elétrico alcança níveis de voltagem mais elevados, maior é o cuidado com a proteção do desligamento dele. No caso das linhas de alta tensão, elas são interligadas por subestações. Em cada uma dessas subestações existem equipamentos que fazem o chaveamento. Vinculadas a essas linhas existem as proteções. No caso dessas linhas, se arrebentar um cabo, o terminal da subestação abre com menos de 20 segundos, abre com 15 segundos. A linha fica desenergizada, em qualquer defeito, com menos de 15 segundos. Então, esse é um ponto.

Um outro ponto, e essa aí foi uma questão já dita muitas vezes: embora indevidamente esteja sendo colocado aqui que o Dr. Leonardo Lins não fez as reuniões, foram feitas várias reuniões com representantes desse movimento.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Depois vocês vão ter o direito de falar.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Exatamente, vocês têm direito. Vamos manter a calma, por favor.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – E uma dessas foi comigo, houve essa reunião comigo. Então, naquela Rua Francisco, se houver jeito de mostrar aquela fotografia de novo, nós já dissemos três, quatro, cinco vezes que aquela estrutura está no limite da calçada, como qualquer outro poste de redistribuição em qualquer cidade do Brasil, com a diferença que ali é uma estrutura de 36m e, na porta do Clube Aguai, vai ser colocada uma outra estrutura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – Posso terminar? O senhor sabe por que ainda não foi colocada a estrutura? Porque houve um desvio da linha dentro da propriedade do Aguai, no acordo que fizemos com proprietário das terras. A linha foi deslocada e, ao deslocar, nós tivemos que mudar a estrutura que vai ser colocada aí e não está dando para ver. No fundo tem um muro. Volte, por favor. Isso. Essa estrutura... Nesse muro ao fundo já existe um ponto onde vai ser colocada uma estrutura que vai conectar com a outra estrutura do lado direito. Então, não existe essa história de cabo passando por cima de casa. Não tem isso. As conexões são feitas obedecendo à faixa de segurança. Não existe isso, não existe.

O outro ponto, também já mencionado pelo Dr. Marcelo, também diz respeito a esse assunto do laudo do BID. Em momento nenhum eu disse que o profissional que elaborou esse relatório não conhecia de setor elétrico. Eu disse que ele, provavelmente, não conhecia de linha de transmissão, porque ele falou que a Celg não tinha executado as imissões de posse, ou seja, pago para poder passar com a linha. Se 80% da linha é em via pública, eu não tenho que pagar. Eu pago ao dono das terras daquele Clube Aguai. Para ele, eu tenho que pagar. E disse, também, o seguinte: que eu não conhecia, até aquele momento, o relatório, então, eu não podia emitir opinião. Eu não tinha como emitir opinião.

Essa foi a colocação oficial da Celg no dia em que ela tomou conhecimento da existência desse relatório do BID. A Celg respondeu, diferentemente também do que foi colocado pelo Sr. Corrêa, a todas as solicitações feitas pela prefeitura para a emissão do alvará de licença.

Por que essa linha não tem alvará de licença? Porque a Celg já fez mais de 100km de linhas de alta tensão dentro de Goiânia e estranhamente nunca houve solicitação de que a Celg apresentasse um alvará. Nunca houve. De repente, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, já com a obra com cerca de 60% ou 70% executada, entende que a Celg deveria ter solicitado um alvará. Muito estranho. Muito estranha mesmo essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Só vou dar o contraditório ao Marcelo Heleno e depois vou conceder a cinco pessoas que formulem aqui as perguntas que desejarem.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Ele me citou na fala dele. Eu gostaria também de ter o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem, eu lhe garantirei a palavra por mais três minutos.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Em relação aos campos eletromagnéticos, Dr. Hugo, é claro que a Organização Mundial de Saúde deve ser respeitada, mas a nossa colocação como população em geral não é cabível, nós somos moradores. E estamos sujeitos, no caso de ligação dos fios, a uma exposição muito maior do que a população em geral. Ela não cabe. É por isso que estudos inclusive feitos no Brasil pela Fundação Oswaldo Cruz continuam mostrando casos, problemas, especialmente de leucemia, problemas com

marca-passos, e as linhas de transmissão, como o senhor colocou aqui, continuam sendo colocadas como agentes cancerígenos pelo Instituto Nacional do Câncer.

Em relação à fiscalização que o senhor fez agora em setembro, é preciso esclarecer aqui que tem quase um ano que o senhor não dá nenhum tipo de resposta ao grupo. Esse é o primeiro ponto. Nenhum tipo de resposta o senhor tem dado.

Segundo, essa fiscalização feita pela AGR só foi feita porque a Celg firmou um TAC com o Ministério Público lá do Estado de Goiás, e o Ministério Público Federal entendeu que, se estava assinando o TAC, é porque a obra estaria irregular. E estando irregular, a Aneel não estaria fazendo o papel dela de fiscalizar. É bom esclarecer. É por isso que a fiscalização foi lá, Senador. Não foi a Aneel, com o zelo, infelizmente, pelo zelo dela como órgão público responsável, a responsável pela fiscalização. Ela foi dar satisfação ao Ministério Público Federal.

Outra coisa. Dr. Humberto, em relação a essa marcação na estrutura, com o Leomar, que está irrequieto e mora lá, nós estivemos no local e não há marcação nenhuma, de poste nenhum. Isso é uma inverdade da sua parte.

Em relação ao relatório do BID, o senhor não contestou, está na matéria publicada no jornal *O Hoje*, mês de setembro, dois dias depois da divulgação do relatório, abro aspas:

O diretor técnico da Celg D, Humberto Eustáquio Tavares Corrêa, embora tenha tido acesso às informações do relatório apenas pela imprensa, desqualificou o documento afirmando o profissional que fez o levantamento para o BID não tem vivência no setor elétrico. O diretor garantiu que todas as normas técnicas brasileiras e da empresa foram seguidas. [E abre aspas:] "Como a Celg poderia fazer um projeto de uma linha de transmissão sem obedecer às normas?", questionou.

Essa é a pergunta que nós fazemos, o senhor faz e nós fazemos também, continuamos a fazer.

Por fim, por lamentável, aí eu me dirijo ao Presidente da Eletrobras, o Dr. Humberto já presidiu a Celg e afirmou numa audiência pública que, como engenheiro – e ele não é advogado, lógico –, ele não tem obrigação de saber o que é e o que não é necessário para a elaboração do projeto.

Está no plano diretor de Goiânia a exigência dos alvarás e das licenças desde o ano de 2008. Se a Celg não se atentou, se nenhum grupo se atentou em Goiânia, lamentavelmente o problema não é nosso. E não adianta, Dr. Humberto, continuar com essas insinuações de que a gente está agindo – e o senhor já fez isso algumas vezes – politicamente nem em nome de Senador, nem em nome de ninguém. Continuamos sendo um grupo independente, um grupo de cidadãos que quer nada mais do que assegurar uma qualidade de vida.

Infelizmente, dentro dos argumentos nada técnicos que ouvi, Presidente, um sábado à tarde, quando estavam erguendo uma estrutura na porta da minha casa, eu não sabia o que era. Fui lá perguntar. Do pessoal que estava trabalhando, ninguém me deu atenção. Um rapaz que é técnico de segurança virou para mim e disse: "Olha, estou aqui só cuidando da segurança do pessoal que está trabalhando na obra, mas é uma rede de alta tensão." Eu perguntei: mas dentro da cidade? Um engenheiro da equipe do Dr. Humberto passou perto de mim: "É, tem que passar em algum lugar."

Se tem que passar em algum lugar, pode ser na minha porta, pode ser na porta do senhor, na porta de qualquer um. Agora, Presidente, a gente precisa tentar abrir o mínimo de diálogo. Vocês querem fazer um acordo conosco, mas não têm nenhuma proposta concreta. Vocês não querem ceder em absolutamente nada. Como já foi dito pelo seu diretor, o que falta nesse projeto é só a aceitação da população. E não é só isso que falta não, falta muita explicação, falta muita discussão. Há realmente uma não aceitação, justamente porque muita coisa a Celg fez escondido da população.

Dr. Humberto, o senhor mentiu de novo. Nem o Dr. Leonardo Lins, nem o senhor, nem ninguém da Celg convocou nenhuma reunião com a população, com as escolas, com as igrejas, com entidades representativas da região antes de iniciar a obra. O que eu afirmei foi isto e continuo afirmando: a Celg jamais realizou uma reunião sequer com alguém que more naquela região, que represente aquela região para iniciar a obra. Esse é um erro que vocês não têm como corrigir e não têm como negar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu peço, mesmo na dureza aqui do embate, que possamos manter aqui o alto nível.

Caso o Dr. Humberto queira refutar essas afirmações feitas, concedo a V. Sª o direito a réplica.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – São três coisas, Senador.

Primeiro, repórter quase sempre escreve o que não foi dito. Quase sempre. Essas palavras que foram colocadas no jornal *O Hoje* não foram ditas por mim. Existem repórteres assim.

Segundo, mentir, doutor, não faz parte do meu caráter. Então, o senhor, por favor, antes de mais nada, eu não o conheço, o senhor me respeite. Antes de mais nada, o senhor respeite um profissional que está no setor elétrico prestando serviço ao povo há 42 anos. Eu sempre me conduzi com respeito a todos vocês, todos. O senhor, por favor, me respeite.

Eu queria pedir, Senador, para não ficar de novo com a pecha de mentiroso, eu queria pedir ao senhor que me permitisse projetar essa transparência que mostra exatamente a estrutura que vai existir em frente ao Aguai, para ficar bem caracterizado o que estamos dizendo sempre.

Eu pediria à Tânia que apontasse ali na tela onde está a estrutura que está içada e a que vai ser montada para fazer a conexão com a atual estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu passo a palavra ao Sr. Flávio Augusto Corrêa.

Depois, eu passarei às perguntas a serem formuladas pelos presentes.

Mas, quando eu disse que a Prefeitura, que a documentação que vocês... Eu não disse que vocês não apresentaram documentações, eu disse que, nas documentações que vocês apresentaram, especificamente um dos pré-requisitos mais importantes deste caso, a Prefeitura o desconsiderou. Talvez o senhor não tenha ciência desse fato.

Eu estou aqui com a nota da Prefeitura publicada no *site* oficial da Secretaria dizendo o seguinte, eu vou ler para o senhor:

Ao interessado.

Para tomar ciência do Despacho nº 210/2, de 2015, às folhas 43, onde a Gerência de Pesquisas e Estatísticas Econômicas informa que o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado não atende às exigências da legislação pertinente.

Comitê Técnico de Análise de Uso e Ocupação do Solo

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Goiânia, 12 de novembro de 2015.

Dr. Humberto, o que eu disse aqui foi que a documentação que vocês apresentaram, o EIV, que é um dos pré-requisitos listados pela Prefeitura e que os senhores têm a obrigação de apresentar para que seja dado o alvará dessa obra, foi rejeitado.

Um dia, o senhor nos disse em uma reunião no Crea, em Goiânia – só um minutinho, deixe-me olhar para ele –, que vocês não iriam fazer outro EIV, que vocês já tinham um EIV pronto e seria aquele EIV que vocês iriam apresentar.

Eu quero fazer algumas perguntas para o senhor, e, certamente, o senhor vai ter a tréplica. Depois dessa negativa da Prefeitura em que esse EIV de vocês não foi aceito, não tinha validade, vocês ainda têm esse mesmo propósito de não fazer outro ou vocês têm esse propósito?

Há outras questões, Dr. Humberto, que queríamos colocar aqui.

Quero apresentar aqui, Senador, um documento que a própria Celg enviou para a Eletrobras de todo o passo a passo feito nessa obra. Tudo o que aconteceu. Coloca o item 51 que, na data do dia 11 de maio, a Prefeitura de Goiânia, através da Notificação nº 7.398, solicitou novamente a paralisação imediata das obras alegando ausência de alvará de autorização; o item 52 que, na data de 12 de maio, a Celg D, através do Ofício D-947/2015, solicitou à empresa BSLUX Engenharia a conclusão das obras na área do clube Aguai, o içamento das estruturas no loteamento Flamingo e na Rua Francisco de Farias e, posteriormente, a desmobilização imediata da obra, tendo em vista que a ação judicial de interdito proibitório ainda estava em andamento; e o item 54 que, na data de 15 de maio, a Prefeitura de Goiânia lavrou o Auto de Infração nº 78.335 referente à paralisação das obras LT Carajás-Atlântico.

Sr. Senador, o que está escrito no documento da Celg é que a Celg foi notificada no dia 11 de maio para paralisar a obra – dia 11. No dia 12, um dia depois da notificação que ela mesma assume que recebeu, ela, contrária à lei, contrariando a lei, mandou fazer o içamento dos postes na Francisco de Farias de madrugada. Isso está aqui, Senador, eu não estou... Eu só estou lendo, viu, Dr. Humberto?

Então, contrariando a lei, a Celg mandou içar os postes e desmobilizar a obra. No outro dia, a Prefeitura foi lá e lavrou um auto de infração, multou a Celg.

Dr. Presidente da Eletrobras, esse é o conceito que a Eletrobras aceita e com que orienta que as suas distribuidoras trabalhem?

Ficamos, aqui, às vezes, com os ânimos um pouco mais acirrados, revoltados, mas é muito em desacordo com a lei, é com muita contrariedade à lei que a Celg está fazendo essa obra! Não há lógica! Que País é este? Que empresa pública – e a empresa pública deveria zelar pelo bem-estar dos cidadãos – faz uma obra em estrita irregularidade da lei? Não somos nós que estamos falando, Dr. Humberto, Presidente da Eletrobras; é a própria Celg que está falando que fez isso, que, sabendo, notificada... "Não, mas eu vou lá, vou colocar os postes, porque nós vamos partir do princípio de que a coisa feita não se desmancha." Essa obra não vai ser assim!

Desculpem, às vezes, nos alteramos, mas estou, aqui, defendendo a minha família, certo?

Como os senhores querem que nós acreditemos numa empresa dessa que descumpre a lei ao seu bel prazer? Volto a dizer, estou afirmando isso de acordo com o que a Celg escreveu. Como nós, os moradores, os goianienses, vamos acreditar numa empresa dessa que descumpre a lei do jeito que ela quer?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Para concluir.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – Isso está errado!

Sr. Presidente da Eletrobrás, eu queria procurar o senhor. O senhor concorda com a conduta dessa empresa que descumpre a lei ao seu bel prazer para fazer as coisas e, mesmo sabendo que estão ilegais, continua fazendo? Gostaria que o senhor respondesse à pergunta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

Eu pergunto ao Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás, se ele concorda em explicar essa situação ao Sr. Flávio. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Eu não tenho aqui, naturalmente, todos os detalhes, mas eu só queria afiançar e atestar, nesse período, Senador, em que estivemos trabalhando com o pessoal da Celg, a conduta ilibada, profissional e muito responsável dos empregados e da direção da Celg.

Senador, se o senhor me permitisse, queria que procurássemos caminhar para uma proposta que eu acho que dificilmente conseguiríamos – é bom dizer – neste auditório. Queria que levantássemos todas as questões e chegássemos a uma conclusão.

Nós temos convicção de que temos um projeto tecnicamente correto e que seguimos todas as normas da ABNT. Foi demonstrada aquela parte da interferência eletromagnética, e estamos bem abaixo de todos os limites. Não satisfeitos com os cálculos só da Celg, pedimos para o melhor instituto de pesquisas do Brasil, talvez da América do Sul, para confirmar ou não esses dados, e foram confirmados. Eu acompanhei, depois que estive aqui, os trabalhos que foram feitos, inclusive com voo de helicóptero, tentando uma outra solução. Então, nós temos essa convicção. Ao mesmo tempo, respeitamos a posição dos moradores que estão aqui com propostas alternativas.

A Aneel – e eu queria até pedir vênia para os companheiros da Aneel –, primeiro, demonstrou que há duas irregularidades, dois postes, e, naturalmente, temos que acertar. Se não me engano, e nunca discuti isso com eles, eles têm como função a regulação, a regulamentação, a fiscalização e a mediação. Não sei se estou certo com essas colocações. Se a Aneel é responsável pela mediação, quem sabe ela não toma para si esse papel da mediação entre esses interesses que estão sendo colocados aqui, essas posições nossas que estamos falando. Nós seguimos as normas da ABNT. Nós seguimos todos os manuais ambientais. E há posições em contrário dos moradores. A Aneel se colocar como mediadora, analisar todos os casos, fazer os estudos técnicos, contratar o que for e sair com uma proposição.

O que eu posso afirmar para o senhor, Senador, se for aceita essa proposta: o que a Aneel determinar nós vamos fazer. Então, é uma proposição que faço aqui, que procura, vamos dizer, tentar sair para uma solução. Nós estamos convictos de que estamos fazendo a coisa certa, mas tenho que respeitar a oposição de vocês. Cumprimento até o Senador pela forma ponderada como tem conduzido esta reunião. Então, faço essa proposição. Desculpem-me os companheiros da Aneel, o Lamin e o Moises, por ter feito isso aqui, mas foi o que me ocorreu. É uma forma que a gente pode tentar para sair para uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, nós ouvimos as ponderações.

Antes de passar a palavra a V. Sª, o Lamin havia pedido também, antes que eu passasse para o Plenário, porque ele gostaria de formular aqui algumas posições.

Eu passo a palavra a V. Sª.

O SR. HUGO LAMIN – Só uma correção que tenho que fazer na minha fala. O Sr. Flávio e o Sr. Marcelo chamaram a atenção para isso. Eles têm razão. Eu foquei muito no ponto específico do campo eletromagnético, mas há outros quesitos que devem ser respeitados: a questão do alvará, o estudo de impacto de vizinhança, impacto ambiental. Então, os outros órgãos competentes têm processos legítimos, que devem ser respeitados: o órgão de meio ambiente, a prefeitura, o Ministério Público, o Judiciário. Tudo isso, claro, é uma competência que não é da Aneel. Isso tem que ser respeitado. Então, para deixar isso claro e não parecer que, como não tratei na minha apresentação, deixei um pouco de lado.

O segundo ponto que o Sr. Marcelo havia comentado é que a nomenclatura que usamos na resolução é público em geral e a população ocupacional. É basicamente para diferenciar o trabalhador, que é aquele que sobe na linha, aquele que fica o dia inteiro, um operador de uma subestação. Então, há um tratamento diferente para o ocupacional. E o outro, que é o público em geral, inclui, inclusive, os moradores e todo mundo que transita, que trafega. A norma da Aneel é estabelecida dessa forma, com base naquela regulamentação do ONS. Então, para esclarecer esses pontos, que podem ter ficado em dúvida na minha fala.

Com a questão ao processo de fiscalização, como foi conduzido, o que a Aneel pode fazer, eu vou passar a fala aqui para o Dr. Moisés, que pode completar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

Passo a palavra a V. Sª.

O SR. JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA – Obrigado, Senador.

Eu queria só esclarecer um pouco. Primeiro, são inúmeras linhas e subestações que são construídas ao mesmo tempo no Brasil em várias distribuidoras. Então, realmente, a equipe da Aneel não acompanha, não fiscaliza a construção de cada alimentador, cada circuito. Ela não faz isso, porque não tem capacidade material. Por sorte, em Goiânia, temos uma agência reguladora conveniada, que é a AGR. E decidi solicitar que a AGR fizesse essa fiscalização, que não faz parte da nossa rotina, não faz parte do nosso planejamento, porque os moradores passaram a ligar. O meu assessor, meu substituto, atendeu o telefone uma ou duas vezes. Ele estava lá no momento e atendeu o telefone. E nós achamos que a preocupação era grande. Então, tanto do ponto de vista da necessidade da linha como também de atender, ver se essa linha estava impactando da forma como estava sendo colocada. Então, a fiscalização, na verdade, não foi por causa de TAC. No momento em que solicitei a fiscalização, eu nem sabia de TAC. Foi para atender, de certa forma, as ligações que recebi de vocês, que não atendi diretamente, mas o meu substituto atendeu duas ou três vezes. Então, a fiscalização foi feita por isso.

E, com relação à notícia da fiscalização, há um rito que somos obrigados a seguir. Quando fazemos a fiscalização, sai um relatório de fiscalização, que é mandado para a empresa se manifestar. A empresa se manifesta. Isso é analisado. Até esse momento, ele é sigiloso, porque é uma posição do fiscal, e a empresa tem o direito a se manifestar. Logo em seguida, quando emitimos ou um auto de infração ou o arquivamento – essa fiscalização é pública – e, com isso, podemos entregar – e isso está próximo, porque deve acontecer na próxima semana – todos os relatórios para os interessados.

Aliás, eu não preciso nem entregar, porque colocamos no *site* da Aneel e fica disponível para todo mundo. Todo mundo tem direito de copiar os arquivos que estão lá. É só esse o motivo por que até agora não foi colocado.

Eu queria me colocar, Senador, à disposição. Se algum ponto que está no relatório não foi visto pela equipe, o que pode acontecer, eu mando a equipe de novo lá e posso mandar até alguém da minha equipe de Brasília junto para acompanhar. Então, eu me coloco à disposição, porque, naquela vistoria, verificou-se que foram construídas três torres na Rua Francisco Faria – e, realmente, ele tem razão – com menos de 3,1 metros. Há torres com 2,5 metros, com 2,9 metros e até menos. Já colocamos no relatório que esses pontos – só para completar, por favor – têm que ser revistos pela Celg. O que ela vai fazer, onde ela vai colocar, se vai enterrar, eu não sei. Ela tem que ver a solução, não é? Esses pontos estão com a distância menor do que a distância regulamentar. São dois postes basicamente. Tem um outro que é ao lado de um campo de futebol onde não existe nada ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO LAMIN – Uma pracinha, não é? Exato.

São três postes ali. Há outros dois postes, que são as Estruturas nº 5 e 6, em que houve invasão. Construíram depois que foi construído ali. Houve invasão. Ali também deve se solucionar a questão.

Fora isso, não vimos mais nada. Todo o resto está em canteiro, obedecendo às distâncias regulamentares.

Mas eu me coloco à disposição. Se houver algum ponto que não tenha sido verificado, vamos lá ver. Não tem problema.

Quanto à mediação, não sou da área de mediação, mas vou levar esse assunto para lá. De qualquer forma, a Aneel tem que participar dessa discussão, seja via mediação, seja via fiscalização, para ajudar a chegar a um acordo, em uma linha que é necessária para o atendimento, Senador, sobre quais são os trechos em que se precisa fazer alguma coisa. Pensar em tirar toda a linha, todo o traçado talvez seja difícil, mas, nos trechos em que precisa ser feita alguma coisa e em que a Aneel pode contribuir ou exigir que a Celg faça, nós vamos ajudar nisso, sem dúvida, seja via mediação, seja via fiscalização. Agora, o traçado inteiro, eu não sei. Essa é outra situação.

Me coloco à disposição para participar com averiguações adicionais e levar o assunto da mediação para a Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito bem.

Eu quero ser bem objetivo agora. Nós já estamos às 16h30, exatamente com duas horas de reunião, e já deve ter sido iniciada a Ordem Dia. Portanto, vou ser bem sucinto.

Objetivamente, nós estamos diante de um impasse. A única proposta apresentada aqui foi pelo Presidente da Eletrobrás, o Dr. José da Costa, que propõe que a Aneel possa ser a mediadora neste assunto específico da Região Sudoeste de Goiânia.

Aqueles que vão formular as perguntas aqui devem ser bem objetivos, porque não adianta nada nós estamos aqui de novo repetindo os argumentos que já foram trazidos. Está certo? O processo tem que ser: vocês vão caminhar para o entendimento ou não vão caminhar para o entendimento? Não tem a terceira alternativa. Certo? Ou aceitam a Aneel como sendo a mediadora ou, do contrário, nós não aceitamos nenhuma dessas posições e mantemos firme a posição anterior de que não aceitamos o traçado sobre aquela região.

Essa é uma decisão que caberá exatamente a vocês. Aqui, nós estamos com o Presidente da Eletrobrás. Conforme ficou acertado, ele veio aqui hoje exatamente dizer da sua alternativa, diante dos fatos, alternativa frustradora para todos vocês. Representando o Presidente da Celg, veio o Dr. Eustáquio. Também estão aqui o Dr. Humberto, o Marcelo Heleno, a Hedilamar e o Flávio Augusto.

Com isso, eu passo a cinco formulações. Gostaria que os cinco formulassem as perguntas bem objetivas. Eu darei o prazo para aqueles que foram perguntados responderem, também objetivamente, ao final das cinco formulações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Como?

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – A Mesa pode fazer perguntas também? Nós, da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Não. A sua já está formulada. O Dr. José da Costa não sabe responder um item que foi levantado, com muita competência, por V. Sª. Alega não ter essa informação, mas deposita confiança no corpo técnico da Celg.

Essa foi a maneira como ele respondeu.

No mais, quem está inscrito em primeiro lugar é V. Sª, a quem passo a palavra por três minutos.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – Desculpe.

A minha pergunta é para o Sr. Hugo. O senhor disse que notificou a Celg, já endossado pelo seu técnico, em relação às correções da Francisco Farias. Mas a Celg ainda diz que vai colocar mais um poste em cima de mais uma calçada. Então, vocês deram alternativas para eles mudarem exatamente onde insistem em dizer que vão botar mais um poste, que é o poste 29. Essa é uma questão que eu gostaria que senhor anotasse.

E em relação às distâncias, que o senhor falou que está errado e todas as demais aqui. A própria Aneel, em 10 de novembro de 2014, em relação a uma resposta que fizemos para a ouvidoria, diz que conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT, dependendo de cada faixa de servidão, o espaço médio é de 15 a 35 metros. E hoje não foi isso o que foi dito aqui por vocês.

Então, são duas questões contraditórias. Primeiro, vocês os notificaram para que fizessem a mudança. E eles estão insistindo que vão botar um poste onde não pode se colocar. Segundo, em 10 de novembro, e está documentado pela sua ouvidoria, há uma resposta contrária a que você diz hoje. É essa a minha pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço e cumprimento, pois realmente a pergunta foi extremamente objetiva e direta, com prova daquilo que a Aneel havia respondido em relação à consulta que havia sido feita.

Quem é o próximo, por favor?

Peço que se identifique com o nome completo para que fique registrado nas notas taquigráficas.

O SR. MAURICIO PAULA DE QUEIROZ – Mauricio Paula de Queiroz, morador do Parque Anhanguera, Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – O próximo, identifique-se, por favor, e tem três minutos.

O SR. JOÃO JOSÉ – Sou João José, morador do Setor Santa Rita, Goiânia, inclusive vizinho contra esquina da Rua Francisco de Farias.

A respeito desses postes, vocês viram que naquela foto, naquele poste, tem um prédio de quase cinco andares ao lado. E lá, quero falar com o senhor, Dr. Roberto, que tem no Jornal Anhanguera de Goiânia, que eu mesmo peguei a trena e medi. Deu menos de dois metros. Então, se levar mais para cá, vai colocar lá na rua, vai passar do meio-fio. Aí tinha um poste no meio da rua.

Eu quero dar uma sugestão. Eu vi algumas redes de alta tensão aqui em Brasília grandes, uma ao lado da outra, pode continuar subindo e ir pelo Parque Anhanguera... pelo anel viário e descer. Há várias alternativas. Mesmo que custe mais, é dinheiro nosso mesmo.

E eu quero deixar uma pergunta ao Presidente da Eletrobrás, Dr. José da Costa. Como a Eletrobrás pretende resolver na falta de alvará da Prefeitura? Essa é a minha pergunta. E eu agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – O terceiro inscrito, por favor, se identifique e diga o nome. (*Pausa.*)

Não foi você que solicitou? (*Pausa.*)

A SRª MARIA LÚCIA CASSIANO – O que eu ia perguntar, o companheiro Mauricio já perguntou. Porque no momento anterior nós passamos um *e-mail* para a Aneel e obtivemos resposta.

Na verdade, Senador, o Dr. Hugo Lamin veio aqui e fez uma explanação sobre campos eletromagnéticos. Eu queria esclarecer para ele que nós somos moradores, donas de casa, e não temos nenhum conhecimento de campo eletromagnético a respeito do qual o senhor vem falar. No momento da nossa luta contra essa rede de alta tensão, como estávamos sem condições e sem esclarecimento sobre o perigo dessa rede na porta da nossa casa, nós encaminhamos um *e-mail* para a Aneel e ela nos respondeu dizendo que devíamos estar equivocados, porque o mínimo de distância que a Celg tinha que respeitar era 15 a 30 metros. Nós temos esse *e-mail* aqui presente. Por que agora, diante desses estudos e eu não sei o porquê dessa teoria da conspiração, tudo a favor da Celg, ele aparece aqui com uma teoria de campo eletromagnético e que está tudo dentro do normal?

Como podemos confiar numa agência reguladora que, em um momento está contra a Celg e nos diz a regra correta, que é de 15 a 30 metros, e, no momento posterior, vem com estudo eletromagnético de uma consulta feita de um poste a dois metros da casa das pessoas e diz que está tudo correto? Como podem os moradores confiar numa agência reguladora e fiscalizadora dos órgãos públicos em prol da população? Como?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito. V. Sª reformulou e com mais contundência a pergunta feita pelo Dr, Maurício.

Tem mais alguém que esteja interessado em formular pergunta?

Passo então a palavra ao Dr. Lamin para que ele possa esclarecer o fato que... Realmente a cópia não está muito boa, mas... em três projetos pode atingir de 15 a 35 metros de cada lado, dependendo... Realmente...

A SRª MARIA LÚCIA CASSIANO – É de 15 a 30 metros de espessura da LT, da linha de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Um assunto é solicitação de ouvidoria e foi respondido esse *e-mail* pela Aneel... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ouvidoria da Aneel que foi feita a resposta a quem formulou a pergunta, especificamente no traçado desse linhão de alta tensão.

O que realmente desacredita muitas vezes os órgãos públicos, Presidente, é uma situação como esta. Afinal de contas, ela tem um documento da própria Aneel que o tamanho é de 15 a 35 metros de cada lado. De repente, essa posição é alterada pelo fato de que é importante passar uma rede e aí as regras são...

A SRª MARIA LÚCIA CASSIANO – Mudam de acordo com a necessidade do poder público.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – O que está existindo, pelo menos quero fazer uma rápida ponderação antes do Dr. Lamin fazer as suas explicações, é que esse assunto já criou uma celeuma tamanha que tem me preocupado em relação aos desdobramentos que virão.

Então, eu tenho trabalhado muito para tentar buscar um diálogo que possa chegar a alguma conclusão. Primeiro, porque nós estamos vendo isso em reflexo maior. Se hoje temos uma situação política nacional é também por falta de credibilidade.

Ora, se os que estão aqui não têm confiança, amanhã, naquilo que foi acertado anteriormente com um entendimento junto a Celg, ou seja, que os entendimentos e as audiências públicas não foram atendidos. Ou seja, há uma decisão da Aneel, para a qual tem uma resposta por um *e-mail* e, posteriormente, há uma posição diferente da que é dada aqui hoje em relação à distância do poste de alta tensão.

Então, Presidente, a ponderação que faço é que realmente a eles caberão aqui duas opções e eu os apoiarei, quero deixar bem claro. Nós vimos agora há pouco que nessa situação, e uma situação até muito menos grave do que essa porque não se tratava nem de saúde humana, em que o Governador Alckmin baixou um decreto modificando as escolas e, de repente, o governo parou porque houve uma reação em cadeia para que aquilo não fosse implantado da maneira como ele queria. Isso trouxe um desgaste enorme e a situação teve que ser totalmente alterada.

A busca de uma conciliação, eu acho também que isso aqui é extremamente prudente porque, se não existisse ponto de entendimento e de concórdia, essas pessoas todas, nos seus direitos e nas suas prerrogativas, vão exercitar também a condição de que isso não possa ser instalado na Região Sudoeste de Goiânia, e vamos ficar no mesmo impasse. No decorrer do último ano, do dia 19 de novembro até a data de hoje, durante um ano e poucos dias, nós não conseguimos avançar nada e continua essa ansiedade e essa dúvida na cabeça dos pais, das mães e dos jovens que lá estão, porque realmente é algo que, hoje em dia, nós não sabemos as consequências. Como médico, por exemplo, posso citar que vem sendo, de certa maneira, minimizada, mas a incidência hoje de câncer, de tumor de cérebro tem sido muito mais frequente com a presença do telefone celular do que anteriormente. Todos os cientistas dizem que não tem problema, mas as estatísticas médicas

estão mostrando que, infelizmente, não é aconselhável que você coloque o telefone com a bateria do mesmo lado do coração, no bolso do paletó. Pedem que você não fique com ele na hora da chamada, quando tem a maior descarga de campo. Enfim, estamos vendo que existem complicações que estão advindo dessa tecnologia moderna. Muitos refutam essa tese, mas os resultados estão aí, não é verdade?

Eu não posso de maneira alguma, como Senador que sou pelo meu Estado de Goiás e como médico também, deixar de respaldar essa inquietação, que eu diria, Sr. Presidente, é muito menos pela desvalorização dos imóveis e é muito mais pela ansiedade que os seus filhos ou os seus familiares ficarão lá.

Eu não entendi diretamente, doutora, a resposta de V. Exª. O Marcelo Heleno formula a questão que existe um diferencial entre uma população que habita a região e uma população que transita naquela região. Eu acho que são coisas distintas. Uma pessoa que está ali, querendo ou não, pelo menos no período da noite, está o tempo todo, e durante o dia também, como é o caso de várias pessoas com mais idade ou crianças que estão na área da escola e que poderiam estar sobre esse campo eletromagnético.

Além disso, é o que V. Sª colocou em relação a todas as regras que exigem hoje desse alvará, como de outras discussões também junto ao BID e a outros assuntos que deverão ser sanados pela Celg, mas, do ponto de vista pessoal, caberá a mim exatamente atender àquilo que for aqui decidido, com bom senso, com equilíbrio, cada vez mais buscando aquilo que vocês também...

Eu insisti que nós fizéssemos esta audiência neste ano com a presença de V. Sª, Presidente. Hoje, como a carência e a falta de credibilidade estão muito fortes na discussão dessa causa, era fundamental que nós tivéssemos esta audiência pública aqui. V. Sª ponderou uma mediação da Aneel. Com esse *e-mail* da Aneel e, agora, com a posição do Dr. Lamin, já existe a contestação de muitos se a imparcialidade da Aneel está garantida nessa avaliação ou se o fato econômico está ponderando sobre a decisão da resposta do *e-mail* que foi encaminhado.

Com essas palavras, eu finalizo. Vou passar a palavra ao Dr. Lamin e, depois, retornarei a palavra ao Presidente, já que a segunda pergunta foi formulada a ele.

Muito obrigado.

O SR. HUGO LAMIN – Obrigado, Senador.

Com relação a essa resposta da Aneel, esse *e-mail* foi uma resposta que a ouvidoria da Agência deu. É uma resposta padronizada. Foi um erro de procedimento que a Agência teve porque, por ser uma resposta padronizada, depende do nível da tensão da linha. Então, essa foi uma informação que não foi correta. Essa é uma resposta de novembro de 2014, se não me engano.

Em dezembro de 2014, reunidos com a própria associação, a Aneel fez esse comentário que eu estou fazendo agora, desse erro de procedimento, que era uma informação passada de forma errada. Isso eu posso confirmar porque estava nessa reunião. Lembro-me disso. Eu não sei se...

A SRª MARIA LÚCIA CASSIANO – Mas essa distância também está nas normas de implantação da...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Vejam bem, nós formulamos a pergunta e vamos deixar que ele responda. Se convencer ou não, infelizmente é o direito de cada um. Há o direito de perguntar e o direito de responder. Essa é a realidade. Depois nós concluiremos. Mas vamos deixar que cada um elabore sua linha de raciocínio sem ser interrompido.

O SR. HUGO LAMIN – Bom, feito esse esclarecimento, assumi aqui que foi um procedimento errado da agência, coisa que nós já tínhamos feito junto à associação de moradores, presencialmente. Eu me lembro disso porque estava na reunião, como mencionei. E não me lembro se foi também feito ou enviado outro e-mail. Mas, enfim, presencialmente o esclarecimento foi feito para o Sr. Marcelo, para a Srª Maria Lúcia...

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Não. Não foi. Não foi retificado. Não tem nenhuma comunicação. O que nós temos de oficial é essa posição da Aneel.

O SR. HUGO LAMIN – O.k. Mas eu reafirmo, então, que fizemos esse comentário presencialmente. Realmente eles têm razão em colocar esse ponto.

A questão que o Dr. Maurício colocou originalmente, das torres que a Aneel apontou que têm problema, se eventualmente a Celg fizer o remanejamento e continuar com problema? Isso que o Dr. Moisés falou, esse ponto e qualquer outro pode ser motivo de nova fiscalização, de nova ida a campo da agência, da própria Aneel, da AGR. Então, a solução que a Celg adotar para aqueles pontos que a Aneel apontou, a agência tem que fiscalizar e fazer algum tipo de verificação.

Esse é o compromisso que o Dr. Moisés colocou e continuo aqui reafirmando que a Aneel vai continuar acompanhando. Se for o caso de ir a campo, ela vai novamente a campo.

A questão da terminologia. Quando fala público em geral, a resolução... A regulamentação toda da Organização Mundial de Saúde trata de duas populações – como vou chamar aqui –, a população ocupacional, que são os trabalhadores que têm um tratamento diferente pelo tipo de exposição diferente. Como eu mencionei anteriormente, aquele eletricista que passa o dia na subestação, por exemplo. Por isso, trata de forma diferen-

te. Quando fala público em geral, é inclusive incluído aquele morador que vive próximo à faixa de servidão. Então, atendidos aqueles limites, essa questão do morador está respeitada.

Aquela medição que eu mostrei é feita embaixo da linha, a uma distância de 1,5 metro, e à medida que a gente afasta da linha, aquele valor cai muito. Então, mesmo embaixo da linha, a 1,5 metro, ele já é muito menor do que o nível de referência.

Esses foram pontos colocados aqui para a Aneel. Ah! Só uma questão para esclarecimento, Sr. Senador. Sobre a autonomia e a independência da agência, faço questão de destacar que a Celg tem sido uma das empresas mais multadas, se não for a mais multada. Como eu mencionei, nos últimos dois anos ela está na última posição do ranking de qualidade de serviço, é a pior distribuidora do Brasil nesse quesito de duração e frequência de interrupção. Para vários outros indicadores a Celg também não tem bons resultados, pelo contrário.

Exclusivamente para compensação de consumidores que tiveram indicadores violados de qualidade de serviço em duração e frequência, a Celg, só no ano de 2014, pagou R$59 milhões durante o ano todo, em função de uma regulamentação, de uma imposição da agência.

No início deste ano, a Aneel tomou uma decisão de classificar as piores distribuidoras do Brasil. Então, dezesseis piores distribuidoras foram chamadas para o que chamam lá de Plano de Resultados. A Celg é uma dessas dezesseis. Então, tem uma medida mais enérgica, um acompanhamento da agência mais de perto, que se a distribuidora não melhorar, não adotar novas técnicas de eficiência de gestão e melhorar o serviço ao consumidor, pode ter uma consequência mais grave, chegando inclusive a uma intervenção administrativa da Aneel, como já fez em alguns anos, em algumas distribuidoras que tinham problemas graves econômico-financeiros.

No caso específico da Celg, ela ainda está passando por um processo de prorrogação de concessões que é regido por uma lei, por um decreto específico. Então, a Aneel fez uma proposta de contrato de concessão ao Ministério de Minas e Energia – que aqui representa o poder concedente nessa assinatura – que também tem medidas muito duras e objetivas, caso a Celg não realize tanto medidas de qualidade do serviço quanto medidas econômico-financeiras, que podem chegar à caducidade. Nesse caso do contrato de concessão, há os indicadores expressos, objetivos, e se num prazo de cinco anos ela não corrigir, vai entrar num processo de caducidade.

Essa proposta de contrato levada pela Aneel ao Ministério de Minas e Energia segue todo um rito – como eu mencionei – definido em um decreto e em uma lei federal. Então, esse exemplo de R$59 milhões de compensação eu faço questão de comentar, para mostrar e deixar bem clara essa independência e autonomia da agência.

Na minha fala, eu foquei muito em campo eletromagnético, porque originalmente era o que tinha sido levantado e pedido para a gente. Mas como eu mencionei, tem uma série de outros itens com outros órgãos que devem ser respeitados, são legítimos e a Celg deve cumprir.

A própria fiscalização e mediação é o que vamos verificar, e deixamos o compromisso da Aneel de prosseguir nesse trabalho. Então, que fique bem clara a questão da autonomia, da independência. A Aneel não anda junto com a Celg, segundo expressão utilizada aqui. Que isso fique bem claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Com muita tristeza, ouvi o relatório de V. Sª e quero dizer que a Celg já foi uma das três melhores empresas do País. A Celg era para nós, goianos, o orgulho de ser a maior empresa do Centro-Oeste brasileiro. A Celg foi saqueada. A palavra é essa. A Celg foi saqueada politicamente, quando passou a ser muito mais um balcão de negócios de campanhas eleitorais do que realmente uma empresa visando ao interesse do atendimento à demanda de energia elétrica no meu Estado de Goiás.

É triste ouvir um relatório como este, de uma entidade, uma agência responsável pela avaliação da distribuidora, colocando aquilo que estamos sofrendo na pele, ou seja, exatamente essa realidade que V. Sª relata. Hoje, os apagões são frequentes, não nas maiores cidades. No interior do Estado, hoje, todos, mesmo sem ter poder aquisitivo... O que mais cresce no meu Estado é a aquisição de gerador. Hoje é o que mais se compra no Estado de Goiás. Interrompeu-se a capacidade de demanda.

Eu, ontem, estava no interior do Estado, na cidade de Uruaçu, onde existem 415 casas para serem distribuídas à população, e isso não pode ser feito porque não tem energia elétrica para atender à demanda de 415 casas construídas nesse programa social. Enfim, é um colapso geral. Não estou falando de indústria, estou falando de residência. Há um colapso generalizado hoje na área de energia no Estado de Goiás.

Nós esperávamos que com a entrada da Eletrobras viesse mais investimento. Infelizmente, não veio. Com isso, a empresa está sendo agora ajustada para ser leiloada, e realmente não tem nenhum defeito. O defeito dela é que em detrimento da meritocracia prevaleceu a politicagem baixa, rasteira e corrupta que tomou conta da maior empresa de Goiás e do Centro-Oeste brasileiro.

Eu passo a palavra, para que formule a sua pergunta final, ao Marcelo Heleno; e logo depois passo ao Presidente da Eletrobras.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Eu queria, na verdade, deixar uma sugestão. Fazer um registro e deixar mais uma sugestão.

O Carlos Marcel, da Aneel, na audiência pública no Supremo, foi questionado sobre a distância mínima – e analisando o caso de uma rede semelhante a essa – que ele se disporia a morar. Ele disse: "Dentro das normas técnicas, eu moraria perto da rede sem problema". E sobre qual distância seria, ele respondeu 50 metros. E até hoje não houve uma retificação por parte dele, que comanda a Aneel. Isso é apenas um registro.

Para não dizer que estamos aqui só para criar caso com a Celg, com a Eletrobras. A Celg e a Eletrobras estão propondo para nós a manutenção do trecho, do traçado. Em nenhum momento, nessa discussão, nós colocamos que duvidamos das necessidades da Celg de melhorar a distribuição, da necessidade da rede para a cidade de Goiânia, mas apresentamos lá atrás, Presidente, a nossa proposta, a opção dois, que está nos estudos iniciais da Celg, que era justamente a opção do anel viário.

Essa sempre foi a nossa alternativa, porque – volto a repetir – vocês têm um trecho no Parque Santa Rita, que é essa rua pequena, que apesar de ser só 5% é um problema grave que não tem solução técnica. No outro trecho, na Avenida Nadra Bufaiçal, tem o problema do parque, e o BID está radical no posicionamento. E, por fim, tem o problema de quatro quilômetros de adutora coincidente com o traçado da rede.

Esse traçado é inviável, na nossa visão. Continuamos com a nossa proposta, que é traçado via anel viário. E além da Aneel, a gente sugere que a OAB de Goiás seja chamada também para fazer essa mediação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – Eu não sei se é uma proposta boa não, mas é a sugestão que me veio à cabeça, assim como veio a do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – A contraproposta feita, Presidente, e apresentada pelo Sr. Marcelo Heleno é que se incluísse junto à Aneel a OAB de Goiânia. Se tiver a concordância de V. Exª e também do Dr. Humberto representando a Celg, eu acho que pelo menos daremos um passo para vermos se se consegue avançar alguma coisa em relação ao convencimento da população que lá está, porque hoje toda angústia e ansiedade é quanto à segurança na área da saúde para ali habitarem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Passo...

O SR. MARCELO HELENO COELHO DE SOUZA – E um detalhe, Senador, que chama atenção é que todas as vezes que se fala de saúde da população, fala-se nas normas, na Organização Mundial da Saúde, mas sempre quem está garantindo que não há mal nenhum à saúde são engenheiros.

Em nenhum momento houve o envolvimento de uma instituição da área médica. O senhor é médico. Nós consultamos vários profissionais. Não encontramos nenhum médico, até hoje, para dizer: "Olha, pode ficar tranquilo que isso não é problema". Tem uma tal de carta de risco que é um compromisso de dez anos que a Celg fez, que é justamente um profissional da área de medicina testando todas essas informações. Esse é um dos outros pontos que a Celg nunca se interessou em fazer nem em apresentar para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Passo a palavra, então, ao representante do Presidente da Celg ou ao Presidente da Eletrobras – conforme vocês desejarem – para as suas considerações finais.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO TAVARES CORREA – Senador, com relação a essa proposta colocada de mais um agente que componha a mediação, eu entendo que se for para ouvir uma instituição como a Ordem dos Advogados do Brasil, que também seja ouvido o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; que o Crea também faça parte como mediador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu, então, ponderaria com V. Exª que são dois órgãos, um da área jurídica e outro da área técnica. Eu, então, tomo a liberdade, como médico que sou, de solicitar ao Conselho Federal de Medicina que apresente o seu representante para que fale para nós... (*Palmas.*)

...conforme esta Comissão.

Eu entrarei em contato com o Dr. Vital, que é Presidente do Conselho Federal de Medicina, e vou levar essa proposta que aqui fiz. Acredito que será aceita, e pedirei a ele exatamente a área técnica – dentro do Conselho Federal de Medicina – da saúde, dessa área específica de rede de alta tensão, para também participar. É o complemento que eu faria à composição desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Presidente da Eletrobras.

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – A primeira pergunta que tinha sido feita há mais tempo é como a Eletrobras pretende receber esse caso dessa obra com falta de alvará. Há hoje uma determinação de

que o alvará é necessário e naturalmente nós temos que seguir a lei, não tem o que discutir, e nada vamos fazer sem ter esse alvará em mãos.

Houve alguns comentários sobre a *performance* da Celg, como a Aneel comentou, e são números. Quanto a isso não tem que registrar.

Mas eu só queria dizer o seguinte, o Senador comentou sobre os investimentos. Nós estávamos investindo... A Celg estava investindo, há uns três, quatro anos, cerca de 60 milhões por ano. Isso passou para 120, 250, 300; e deve ser previsto agora um investimento em torno de 400 a 500 milhões por ano, para fazer esse plano de melhoria. É realmente um plano muito intenso e a gente tem certeza de que voltaremos a ter a Celg como uma das melhores empresas de distribuição do Brasil. Acho que temos todas as condições para isso.

Quanto a essa colocação, acho que precisamos tentar uma solução para esse caso. A obra é muito importante. Se tivermos aí a mediação da Aneel... E naturalmente ela tem que escutar todos os segmentos. Acho muito bem colocado ter o segmento da parte jurídica com a OAB. A área de engenharia, a área médica... Eu tenho a impressão de que outras devem ser ouvidas também, para encontrarmos uma solução que seja boa para nós todos.

Eu tenho a impressão de que isso é possível. Acho que não podemos radicalizar e falar: "Não. Aqui não vai. Desse jeito não vai". Eu acho que não posso falar isso e vocês também não têm o que...

A SRª MARIA LÚCIA CASSIANO (*Fora do microfone*.) – Não. Mas nossas cabeças em casa não valem nada!

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Estou achando o seguinte, nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Eu não estou sugerindo... Estou sugerindo que haja um diálogo, está certo?

A SRª MARIA LÚCIA CASSIANO (*Fora do microfone*.) – Não. Nós estamos sugerindo que haja um outro traçado. Em cima das nossas cabeças não tem cabimento. Isso é... É desesperador escutar isso do Presidente da Eletrobras. É desesperador para as donas de casa aqui, ué?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem. Vamos só encerrar a reunião e a decisão tomada por vocês será respeitada.

O SR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Perfeito.

Eu só queria encerrar. Acho que esse diálogo é importante. Nós temos de encontrar uma solução e melhorar essa qualidade de serviço em Goiás. Há todas as condições para isso. Nós temos que ouvi-los e verificar todos esses pontos com fatos, dados concretos; verificar a posição da saúde, do direito, da engenharia, respeitar todos esses pontos e chegar à melhor solução possível.

Então, eu só queria, Senador, ao encerrar, agradecer a oportunidade que nos deu e firmar um compromisso com o senhor de sempre estarmos aqui à sua disposição para qualquer esclarecimento ou discussão adicional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

O SR. JOÃO JOSÉ – Senador Ronaldo Caiado, há possibilidade de a próxima audiência ser em Goiânia?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Olha, eu ia completar exatamente com esse raciocínio. As reuniões terão que ser obrigatoriamente em Goiânia, até porque as pessoas que lá estão não têm mais como ficar se deslocando para Brasília e muito menos condições de arcar com mais essas despesas. Em menos de quinze dias, já por duas vezes vieram aqui em Brasília.

Então, vou ponderar para que o representante do Conselho Federal de Medicina esteja na cidade de Goiânia, com as despesas arcadas pelo Conselho Federal. E, logicamente, o Conselho Federal de Engenharia e a OAB já estão instalados dentro de Goiânia. A sede da Celg é dentro de Goiânia. Então, a Aneel também responderia junto à comunidade, na capital do Estado, às reuniões, para que cheguem a um avanço nessa discussão que se vem protelando há tanto tempo.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – Senador, uma última questão: essa pessoa do Crea seja alguém do Conselho Federal do Crea. Essa é uma exigência nossa. Que seja alguém do Conselho Federal, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem. O Conselho Federal do Crea, o Conselho Federal de Medicina (CFM), o representante da OAB e o representante da Aneel.

O SR. FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, são esses os membros. E como tal, declaro encerrada a reunião.

Agradeço aqui a presença de todos os convidados que aqui estiveram...

O SR. JOÃO JOSÉ – Dr. Ronaldo Caiado, todos que estão aqui representando os órgãos competentes vão a Goiânia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente. Foi exatamente isso que eu disse. Está nas notas taquigráficas. Está muito bem definida a presença dessas entidades na cidade de Goiânia, no local... Logicamente, deverá ser dentro do recinto da Celg, porque lá tem um anfiteatro, tem o local apropriado para que se faça a discussão.

Eu quero agradecer a presença do Presidente da Eletrobras, Dr. José da Costa Carvalho Neto; do Superintendente Substituto de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel, Dr. Hugo Lamin; do Dr. Humberto Eustáquio Tavares Correa, Diretor Técnico da Celg Distribuição, falando em nome da Celg D; do Marcelo Heleno Coelho de Souza, falando em nome do Movimento "Diga não à rede de alta tensão"; como também de Hedilamar M. Matheus e de Flávio Augusto Corrêa.

Está encerrada a reunião.

Solicito que tenhamos, no decorrer das próximas datas definidas por vocês, um relatório complementar para que possamos acompanhar de perto essas reuniões que serão montadas ou agendadas para a cidade de Goiânia.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às nove horas e quinze minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeira, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, e o Senador não-membro Magno Malta. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada a realização de audiência pública para discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas, em atendimento ao Requerimento RMA nº 107, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. Comparecem como convidados: Telton Elber Corrêa, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; e Carlos Motta Nunes, Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA. A Presidência concede a palavra aos convidados, para a exposição inicial do tema pelo tempo de vinte minutos. Após, usam da palavra o Senhor Presidente e os Senadores Flexa Ribeiro e Magno Malta, para fazer comentários e questionamentos. A seguir, os convidados respondem os questionamentos feitos. A Presidência declara encerrada a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia. Declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Senadores e Senadoras a dispensa da leitura da aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a aludida ata.

A presente reunião destina-se a discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no País e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas.

Em atendimento ao Requerimento nº 107, de 2015, de minha autoria, Senador Ataídes Oliveira, a reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800612211.

Portanto, convido para tomar assento à mesa o Sr. Telton Elber Corrêa, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Convido também o Sr. Carlos Motta Nunes, Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA).

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, eu quero fazer aqui uma breve leitura, um breve comentário. Primeiro, agradecer ao Dr. Telton e também ao Dr. Carlos por terem aceitado o nosso convite para que, nesta manhã de quarta-feira, dia 9, possamos, então, discutir, ter um pouco mais de informações sobre as nossas barragens Brasil afora.

Embora seja do conhecimento de todos, não é demais frisar a importância desta audiência pública. A tragédia de Mariana, a maior desse tipo em toda a história, acendeu o alerta de urgência máxima para a questão da segurança de nossas barragens.

Não dá para colocar esse assunto na gaveta enquanto discutimos o impeachment da Presidente Dilma ou buscamos uma saída para a crise econômica. Não existe dinheiro capaz de pagar os prejuízos sociais, econômicos e ambientais causados pelo acidente em Mariana.

Nem vou entrar aqui no mérito acerca dos valores que estão sendo cobrados da Samarco, valores salgados, sem dúvida, mas muito aquém do que é cobrado mundo afora em acidentes de grande impacto ambiental. No caso do acidente em 2010, no Golfo do México, por exemplo, a petroleira BP teve de desembolsar US$ 23 bilhões. E mais, a regra geral no Brasil, infelizmente, é o não pagamento de multas ambientais.

Dados do TCU mostram que menos de 2% das multas aplicadas pelo Ibama entre 2009 e 2013 foram quitadas. Mesmo que a multa chegasse à casa dos R$10 bilhões, R$20 bilhões, R$30 bilhões, e fosse integralmente quitada, será que isso pagaria as vidas perdidas na tragédia de Mariana, a destruição de um vilarejo inteiro, a morte do Rio Doce, a perda da biodiversidade? De jeito nenhum! Não existe dinheiro que compense tanta destruição.

A investigação sobre as causas da tragédia e a punição dos responsáveis devem ser rigorosas, evidentemente. Mas a nossa maior preocupação, Dr. Telton e Dr. Carlos, é com o futuro. A nossa maior preocupação – e é esse o motivo desta nossa audiência de hoje – é evitar que acidentes semelhantes ao de Mariana venham a se repetir em Minas ou em outras localidades País afora.

Temos hoje, como é sabido, 663 barragens de rejeitos de mineração no Brasil. E, pasmem, notícias publicadas depois da tragédia de Mariana dão conta de que apenas 61 dessas barragens, ou seja, menos de 10% delas passaram por algum tipo de vistoria, no ano passado. Dão conta ainda da completa desestruturação do DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, hoje sem a menor condição técnica ou orçamentária de levar a cabo uma fiscalização eficiente das barragens nacionais.

Parece claro que o mesmo Governo que não economizou recursos para turbinar de forma irresponsável o Pronatec, o Seguro-Defeso, o Fies, o Seguro-Desemprego e tantos outros programas, de forma a garantir mais votos na eleição do ano passado, este mesmo Governo não teve a decência de investir o mínimo necessário para assegurar a fiscalização das nossas barragens, apesar de estar bem ciente do risco potencial de um rompimento, especialmente no caso de barragens de rejeitos de minérios.

Também é impressionante a precariedade das informações prestadas pelas mineradoras aos órgãos responsáveis pela fiscalização. É o que fica claro no relatório sobre a segurança das barragens feito pela Agência Nacional de Águas, a ANA. Estamos falando da segurança de milhões e milhões de brasileiros, de prejuízos bilionários e impactos severos sobre fauna e flora, sobre o ecossistema inteiro.

É evidente que a cadeia de responsabilidade precisa ser perfeitamente definida no caso das barragens. Na verdade esse é um dos objetivos principais da Lei nº 12.334, de 2010, que estabeleceu a política de segurança de barragens e criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

O mínimo que se espera é que existam, de fato, planos de emergência em caso de acidente e que órgãos fiscalizadores tenham condições efetivas de realizar o seu trabalho. Infelizmente, não é essa a realidade atual, ao que tudo indica.

Eu queria fazer esse breve comentário e também continuar por mais uns minutinhos, dizendo que a Lei nº 8.886, de 2 de maio de 1994, já bem antiga, autoriza o Poder Executivo a instituir como autarquia o Departamento de Produção Mineral (DNPM).

Então, ele foi criado através da Lei nº 8.886, de 2004. E no seu art 3º, esta lei diz o seguinte: "A autarquia DNPM terá como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional."

Portanto, essa lei determina que a fiscalização dessas barragens é de responsabilidade, então, do DNPM. E o art 3º inciso VI ratifica: "Fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis." Também a agência de águas, a Lei nº 12.334, de 2010, no seu art 1º, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens PNSB, e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

E aqui eu quero tão somente ler, permite-me, o art. 16, §1º, da Lei nº 12.334, de 2010: "O órgão fiscalizador deverá informar imediatamente à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) qualquer inconformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição." Então, aqui ele deixa muito claro que o DNPM, verificando qualquer irregularidade ou qualquer risco, tem que informar imediatamente à ANA sobre eventual risco de um acidente, uma catástrofe.

E essa mesma Lei nº 12.334, de 2010, também determina que o empreendedor é responsável. Cabe ao empreendedor prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem, organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação referentes ao projeto, à construção, à operação, à manutenção, à segurança e, quando couber, à desativação da barragem." Ou seja, responsáveis no País nós temos; condições para fiscalizar, nós já chegamos à conclusão e nós temos todas as informações de que,

lamentavelmente, o DNPM foi prejudicado nesses últimos anos, por falta de recursos financeiros – orçamentários, melhor dizendo – e de recursos humanos também.

Mas antes de passar a palavra para os nossos convidados, quero fazer mais um comentário. Um artigo do Prof. Desembargador Federal aposentado Dr. Vladimir Passos de Freitas, sobre o rompimento das barragens em Mariana, disse o seguinte: "É difícil prever os prejuízos causados ao meio ambiente. A recuperação do Rio Doce é considerada possível, mas não se sabe quanto tempo nem quanto isso custará." Aí ele coloca aqui a tragédia que aconteceu na Argentina em 1995.

Estruturas de contenção não suportaram o excesso de chuvas e se romperam, inundando a cidade de lama, com resíduos químicos. As águas baixaram há cinco anos, e a cidade hoje exibe suas ruínas, destroços, gramíneas, pois a vegetação não voltou.

Aqui ele está se referindo à tragédia que ocorreu em 1995 na Argentina. E o professor desembargador chega a dizer que são dezenas de anos para que esse meio ambiente venha a se recuperar.

O *Estadão* também colocou que apenas 15% das barragens que podem ter risco fizeram plano de emergência, numa reportagem recente.

Também a *Folha de S.Paulo* colocou que a tragédia em Minas Gerais deve secar rios e criar um deserto de lamas.

Dr. Telton, Dr. Carlos, tenho acompanhado vários discursos dos nossos colegas no Senado Federal e até mesmo na Câmara dos Deputados sobre esta imensa tragédia que aconteceu com o povo mineiro, mais especialmente em Mariana. E este fato, este acontecimento não tem como voltar atrás, o que nos resta é pedir a Deus que console, que acalme o coração daquelas dezenas de famílias que perderam seus entes queridos. E também que os órgãos de fiscalização, tanto federal como estadual e municipal, façam seus deveres para que recuperem o mais rápido possível estes danos causados ao meio ambiente, à fauna, à flora, a recuperação do rio Doce, e daí por diante.

Aqui, vamos bater um papo, para termos conhecimento e, como Senador da República, tenho a atribuição de contribuir também com estes órgãos de fiscalização, para que desastres como estes não venham mais a ocorrer em nosso País.

Portanto, gostaria muito de ouvi-los. Como já disse hoje, a Casa está cheia de afazeres, os nossos Senadores, mesmo comunicados e convidados para participarem desta nossa tão importante reunião, estão com certeza em outras comissões, mas acredito que alguns passarão por aqui e poderão elaborar suas perguntas.

Começo passando a palavra ao Dr. Carlos Motta Nunes, superintendente adjunto da ANA – Agência Nacional de Águas, por dez minutos. Se necessário, o senhor fique à vontade, 15 minutos, 20 minutos ou mais, mas que o senhor traga para nós informações importantes, não tão somente a barragem de Mariana, como coloquei, mas como estão as nossas 663 barragens de rejeitos de minérios e as suas fiscalizações. Sabemos que o Brasil hoje tem quase 15 mil barragens, mas de minério tão somente, a informação que tenho, 663. Mas essas outras barragens também de contenção de águas, hidroelétricas também têm risco gravíssimo, que podemos olhar em um segundo momento. Mas hoje vamos nos ater tão somente a estas de rejeitos de minério de ferro.

Mas se V. Sªs quiserem falar sobre as demais barragens, fiquem também à vontade.

Portanto, passo a palavra ao Dr. Carlos Motta Nunes, da ANA.

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Bom-dia, Senador. Queria agradecer a possibilidade de falar aqui hoje; bom-dia, Dr. Telton. Prazer em conhecê-lo e ter oportunidade também de discutir hoje a segurança de barragens.

A minha apresentação será focada em três tópicos. Vou falar um pouco do papel da ANA em relação à Política Nacional de Segurança de Barragens. Além desse papel, o que temos feito também para evitar novos desastres, não só na escala de fiscalização de barragens federais pela qual a ANA é responsável, mas também no apoio a outras instituições que também são responsáveis pela fiscalização de segurança de barragens, e o que pode ser feito para melhorar nesses cinco anos de experiência desde a proclamação dessa legislação; as dificuldades que temos enfrentado e o que conseguimos vislumbrar – aproveitando a oportunidade de estar numa Casa Legislativa – de alterações que poderiam ser úteis para reduzir o risco de futuros acidentes com barragens.

Como o Senador já colocou primeiramente, a questão de segurança de barragem vem da legislação de 2010, que é a lei de segurança de barragem. A lei foi muito sábia, porque se pensarmos hoje num número mais próximo de 15 mil barragens, se você tivesse um órgão só para fiscalizar todas elas, num País continental como o Brasil, seria uma tarefa impossível. Então, a lei dividiu essa responsabilidade de fiscalização entre os órgãos que estão mais afins ao objeto daquela barragem. Por exemplo, quando uma barragem gera energia elétrica, a fiscalização da segurança compete à Aneel; quando a barragem é dentro de uma mina, armazena resíduos minerais, compete ao DNPM; se essa barragem for de resíduos industriais, compete ao órgão ambiental que licenciou essa barragem. Aí são 27 órgãos estaduais também. Então, já chegamos a 27, 28, 29 órgãos até o momento.

Se a barragem contiver água e for em um rio federal, compete à ANA; se a barragem for para armazenamento de água e for em rio estadual, compete ao órgão gestor de recursos hídricos estaduais. Isso aí dá o número que hoje temos de 44 órgãos fiscalizadores de segurança de barragens no Brasil.

Essa divisão, como falei, é interessante para poder exatamente dividir essa responsabilidade. Mas, ao mesmo tempo, cria dificuldade de padronização, de ter órgãos que trabalhem de uma forma igualitária. Não faria sentido a Agência Nacional de Águas, como órgão fiscalizador, fazer um determinado nível de exigência para um empreendedor que tem duas barragens, em dois Estados diferentes e, no outro Estado, o Estado fazer uma exigência totalmente diferente daquela. Como eu disse, essa questão da divisão dos trabalhos é uma coisa que consideramos muito positiva.

Então, qual é o papel desses fiscalizadores, além de fiscalizar, realizar vistorias, acompanhar a situação das barragens? Compete a eles também regulamentar alguns artigos da lei. Então, a lei tem em um dos seus instrumentos o chamado Plano de Segurança de Barragens, em que cada fiscalizador deve definir o seu conteúdo mínimo e a frequência, periodicidade de elaboração desse documento pelo empreendedor; o Plano de Ação de Emergência, que faz parte do Plano de Segurança de Barragem, e as inspeções, chamadas inspeções periódicas. Então, isso também foi definido e compete a cada fiscalizador fazer o seu regulamento.

A Ana, desde 2011, tem publicado esse regulamento em relação a inspeções, ao Plano de Segurança de Barragens, para que os nossos empreendedores tenham condições também de saber o que é exigido na lei.

Como a lei é muito recente, a experiência que temos é de alguns empreendedores que nos procuram solicitando informações sobre o que é o Plano de Segurança, o que será exigido, qual o tipo de documento, o que é um Plano de Ação de Emergência.

Então, o trabalho do fiscalizador também é regulamentar, é definir o que ele espera, o que esse documento tem que conter e no que ele tem que resultar, em ações práticas.

O outro papel do fiscalizador é a questão da classificação das barragens. A legislação criou duas formas de classificação: por categoria de risco e por dano potencial associado. O que é isso? A classificação por categoria de risco, de acordo com a legislação, olha a barragem em si, o corpo da barragem.

Então, é como se eu olhasse o estado de manutenção ou as características de projeto, e fizesse a seguinte pergunta, de uma forma bem simplificada: Qual é a chance de essa barragem romper?

A categoria de risco alto tem mais chance de romper do que a categoria de risco baixo. Grosso modo, essa é a lógica que foi colocada na legislação. E criou também o dano potencial associado, que olha para a consequência. Ou seja: Se a barragem romper, qual o tamanho do prejuízo que ela causa?

Então, uma barragem pode ter... Qual o tamanho do prejuízo? Retornando. Essa classificação "alto, médio e baixo", grosso modo, é a seguinte: foi feita uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que define esses critérios de classificação.

Mas resumindo-os, de uma forma bem simplificada: quando a barragem só causa prejuízos ao proprietário – a mais ninguém, a terceiros –, ela é considerada de dano baixo. Quando ela causa prejuízos materiais a terceiros, mas não causa morte, ela é de dano médio. Quando há mortes, impactos ambientais significativos, ela é considerada de dano alto. Então, essa é a classificação e como funciona a questão da classificação de barragens. Cada órgão também tem que classificar as suas barragens de acordo com o regulamento que foi emitido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Esses são os papéis dos órgãos fiscalizadores. O Senador também indicou um artigo muito importante para nós, que trata sobre cada órgão fiscalizador ter que informar à ANA e ao Sistema Nacional de Defesa Civil quando há qualquer risco de acidente.

Isso vem acontecendo. No nosso caso, nós fizemos um protocolo com o próprio Cenad, do Ministério da Integração Nacional, em que o Cenad centraliza esses recebimentos de informação. Nós recebemos essa informação e passamos para eles, e vice-versa, de forma a podermos ter essa informação.

O que acontece, na maioria das vezes, é que quando ainda não há um acidente, mas há um risco, foi encontrado algum problema em uma barragem, a gente recebe a informação para poder atuar. Mas quando há um acidente, a gente recebe essa informação mais rapidamente pela imprensa do que pelo órgão, porque você não tem como estar em todas as 663 barragens, no caso do DNPM, e no caso do resto do Brasil, ter essa informação de todas as 15 mil. Então, a informação pela imprensa acaba chegando mais rápido quando já é um acidente. Anteriormente ao acidente, o próprio órgão consegue nos informar.

Mas aí entra um problema que a gente tem discutido muito lá, que é um problema até de forma legal. Se eu recebo uma informação de que uma determinada barragem tenha ou esteja em algum risco, se ela é de um particular, o poder público tem problema em entrar lá e fazer alguma obra de emergência.

Se esse particular não tiver recursos ou não quiser fazer – ou o motivo que seja –, o Sistema Nacional de Defesa Civil pode atuar depois do acidente, fornecendo recursos. Mas não pode atuar antes, por uma questão

legal. Eu coloco isto também como uma questão interessante para trazer para o debate: Como atuar em caso de inação de empreendedores privados, em que você identifica algum problema na barragem, mas você está legalmente impedido de colocar recursos públicos para consertar aquela barragem, porque o benefício é privado? Então, esse é um ponto que eu queria trazer aqui para reflexão dos senhores.

Além desses papéis dos fiscalizadores, no caso específico da Agência Nacional de Águas há mais dois papéis: a elaboração do relatório de segurança de barragens, que o Senador comentou aqui agora há pouco, e a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

O que é o relatório de segurança de barragens? É um instrumento muito interessante. Ele é um relatório para acompanhamento da implementação da política.

Então, ao longo desses cinco anos, anualmente, a ANA coleta informação junto aos demais órgãos fiscalizadores para saber o quanto cada um conseguiu avançar e quais foram as dificuldades que eles encontraram nesse período. Consolida-se isso e consegue fazer um acompanhamento, respondendo à pergunta – que a gente brinca – se a lei está pegando? Se a coisa está sendo implementada por todos os órgãos.

Então, o relatório de segurança de barragens busca fazer isso, busca coletar, recebe as informações de cada órgão fiscalizador. E a ANA consolida e o publica anualmente. E o Sistema Nacional de Informações é uma base de dados que consolida os dados do relatório de segurança de barragens e as informações sobre acidentes, informações técnicas sobre as barragens.

Esse sistema está em fase de implementação, de programação. Ele já foi todo concebido, todo desenvolvido, tem toda a documentação. Hoje está com a nossa equipe de programação desenvolvendo para colocar no ar esse sistema, com a previsão agora no primeiro trimestre de 2016.

Então, esses são os papeis legais, eu diria, da Agência Nacional de Águas.

Mas eu queria falar, num segundo tópico, que o nosso trabalho não se resume a isso, porque temos verificado que você criar uma lei e dizer: a partir de agora determinado órgão é responsável por essa atividade de segurança de barragens, cria também no órgão uma necessidade muito grande de capacitação, porque você tem uma instituição que foi criada com um determinado objetivo. E vou fazer o relato do caso da Agência Nacional de Águas, porque na lei de sua criação não existia a questão de segurança de barragens, que foi incluída em 2010. Mas você teria que não só alocar fiscais, como formar equipes que tenham capacidade de chegar à barragem e avaliar se realmente aquilo é um motivo de risco, se não é um motivo de risco, se devem se preocupar. Porque muitas vezes recebemos denúncias: "Olha, a barragem tal tem uma determinada rachadura". Então, a gente precisa ir ao campo, precisa saber, precisa ter a capacitação para isso. Não só para a ANA, mas também para os demais órgãos.

Nesse período, nesses cinco anos, a gente procurou promover, a gente teve uma assistência técnica com o Banco Mundial, que durante três anos nos apoiou em capacitação, trazendo especialistas do mundo inteiro, pessoal, por exemplo, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal, pessoal do corpo de engenheiros americanos, que fizeram cursos não só para a ANA como também para os órgãos estaduais. Nossos colegas do DNPM também participaram de alguns desses cursos. Para quê? Para a gente também poder criar uma massa crítica dentro de todos os órgãos, para que cheguem e façam um diagnóstico correto da situação de uma barragem.

Hoje, estamos querendo focar nas defesas civis municipais, principalmente, porque quando recebemos alguma denúncia de algum problema com a segurança de barragem, quem está mais próximo em geral é a defesa civil municipal. Então, se a gente conseguir que o técnico da cidade ou da região chegue lá mais rapidamente do que a gente se deslocar de Brasília ou de alguma capital até a cidade e ter essa informação mais correta, é de grande importância para a redução de riscos no futuro.

Um de nossos focos é capacitar as defesa civis municipais. Trazê-los para nosso sistema. E a gente tem feito isso por meio de acordo com o Cenad, que é o órgão federal que trata disso.

Quando a lei definiu: faça o plano de segurança de barragens, faça o plano de ação de emergência, o que são esses documentos? O que é uma inspeção? O que ela deve verificar?

Então, nesse acordo que a gente fez com o Banco Mundial, a gente produziu uma série de manuais e guias de segurança de barragens, no nosso caso, especificamente para barragens de água. Não entramos na questão das barragens de rejeito porque os métodos construtivos são muito diferentes das de água.

Mas em relação às barragens de água, o que deve conter um plano de segurança de barragem? Então, nós temos manuais de como é um plano de segurança de barragem, de como fazer uma inspeção; o que o inspetor, ao chegar à barragem, tem que olhar? Se vir uma determinada rachadura longitudinal, diagonal, de determinado tamanho, isso é grave, não é grave? Então, desenvolvemos uma série de manuais para serem disponibilizados tanto para os órgãos fiscalizadores quanto para os empreendedores.

Submetemos esses manuais à audiência pública pela internet ao longo de 2015. E estamos agora em fase de editoração para publicação.

É nessa linha, vendo que não somente a delegação e a alocação de recursos humanos são suficientes para a gente poder fazer uma gestão de segurança de barragem dentro do órgão, mas, como disse, capacitando e criando, produzindo material técnico para servir de referência para atuação.

E chegando agora no último bloco da minha apresentação, o que pode ser feito para melhorar? A primeira coisa eu já levantei aqui. Essa possibilidade de intervir antes do acidente. Dar mais mecanismos legais para que tanto os órgãos de Defesa Civil ou os órgãos fiscalizadores de segurança de barragem possam, na eventual ausência ou inação do empreendedor, ele mesmo agir e depois cobrar a conta, cobrar a fatura.

Eu vou lá, vou corrigir... Eu, Poder Público, vou corrigir e depois vou mandar a conta por você não ter corrigido a barragem. E a gente tem um entrave legal para poder fazer isso. Então, essa é uma coisa que eu queria colocar como uma sugestão de discussão.

Segundo, é um projeto que até chegou a tramitar na Câmara durante algum tempo e também coloco aqui uma reflexão sobre ele, que é a eventual possibilidade de se exigir um seguro obrigatório contra rompimento de barragens dos proprietários da barragem.

Qual é a ideia desse seguro? Uma, sim, é garantir recursos no caso de um eventual acidente. Mas, mais do que isso, é você trazer um terceiro agente de fora, que é a seguradora, que vai... Para poder definir o quanto vai ser cobrado no prêmio da barragem, ela vai fazer também uma vistoria, porque olhará aquela barragem e verá: bom, se essa barragem estiver em bom estado de conservação, o prêmio cobrado será menor. Se a barragem estiver em mau estado de conservação, eu vou cobrar um prêmio muito maior por essa barragem.

Então, você vai ter um terceiro ali também colaborando com a questão da gestão de segurança de barragens. O lado negativo é que isso vai gerar um custo a mais para esse empreendedor. Então, a gente tem que também avaliar principalmente na questão do Poder Público. Por exemplo, no caso das barragens de abastecimento de água, o grande empreendedor, o grande proprietário é o Poder Público, é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS, que tem mais de trezentas barragens no Nordeste.

Se eu crio uma legislação que exija um seguro obrigatório, eu vou exigir também o seguro obrigatório no caso de barragens do Poder Público? Essa também é uma discussão para a qual eu não tenho a resposta, mas, no lado privado, para mim está muito claro que é uma exigência adequada. Mas eu queria colocar isso aqui também como uma possibilidade de discussão.

E, por fim, também em relação... O Senador citou a questão das penalidades cobradas pelo Ibama. No caso das barragens de água para recursos hídricos, ainda é pior. A legislação de segurança de barragens coloca que se aplica a penalidade referente à sua legislação setorial.

No caso da legislação de recursos hídricos, as nossas multas máximas são de R$10 mil por dia. Em um evento do porte desse tipo, como outra barragem, não é essa multa que vai desincentivar o não atendimento da legislação. Então, em que pese existir essa previsão da penalidade, ela é muito pequena e não dá os incentivos necessários para a pessoa querer fazer as coisas corretamente.

É isso. Agradeço a possibilidade de discutir aqui a questão da segurança de barragem e me coloco à disposição para eventuais dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Dr. Carlos Motta, por suas valiosas informações. E nós temos aqui a presença deste tão competente e proativo Senador da República Flexa Ribeiro, do nosso querido Pará, divisa com o nosso querido Estado do Tocantins.

Estamos aqui hoje, Senador Flexa, com a presença do Dr. Telton, Diretor do DNPM, e também do Dr. Carlos, Superintendente Adjunto da ANA, não somente para falar sobre esse desastre terrível que aconteceu em Minas com a barragem de Mariana, mas com o intuito maior de, aqui no Senado Federal, que é a nossa atribuição, colher informações.

E que possamos – aqui o Dr. Carlos fez algumas sugestões, inclusive sobre legislação –, então, fazer a nossa parte, para que acidentes, catástrofes como essas de Mariana não venham mais a ocorrer Brasil afora.

Senador sempre tem direito à palavra aqui. Deseja fazer uso agora, porque depois vamos fazer as perguntinhas aos convidados?

Passo a palavra a V. Exª, antes de passar a palavra ao Dr. Telton. Fique à vontade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Ataídes Oliveira, Srs. Convidados, Dr. Carlos Nunes, da ANA, Dr. Telton Corrêa, da DNPM, concordo com V. Exª, Senador Ataídes, vamos ouvi-los. A preocupação nossa, acho que de todos os brasileiros, em função da tragédia que ocorreu em Mariana, é que se tomem as providências. Antes que a casa seja arrombada, como foi, que se coloque a tranca na porta.

Em 2007, tivemos um acidente como esse, também em Minas, numa barragem. De 2007 a 2015, nada se tomou de precauções em relação a evitar o mesmo tipo de rompimento, o mesmo tipo de acidente e, agora, em maiores proporções do que em 2007.

O meu Estado é minerador, é um Estado produtor de energia hídrica, ou seja, talvez sejamos o segundo Estado, depois de Minas, com maior número de barragens. Daí a importância dessa audiência pública.

Eu gostaria de ouvir o DNPM, como já ouvi o Dr. Carlos, para depois fazer alguns questionamentos e tirar algumas preocupações que são dos brasileiros, em especial, dos paraenses.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao Dr. Telton Elber Corrêa, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Bom dia, Senador Ataídes Oliveira. Obrigado pelo convite para estar mais uma vez aqui debatendo este assunto tão importante da mineração brasileira.

Senador Flexa Ribeiro, bom dia também, V. Exª tem uma atuação muito intensa com relação ao setor mineral, principalmente, na questão da CFEM, mas também atento a todas as questões da mineração brasileira.

Bom dia, meu colega Carlos, da ANA, que, na sua fala, adiantou uma série de pontos importantes que precisamos ter presentes nesse debate, que dizem respeito à legislação e à atuação. Eu diria, inicialmente, Senador Ataídes, dada a complexidade dessa questão barragens, seja ela de mineração ou não, que é necessário, sim, ter um esforço coletivo, um esforço compartilhado no que diz respeito à atuação preventiva.

Vou também fazer uma apresentação segmentada em algumas partes. Na primeira, vou falar um pouco sobre o Departamento, muito rapidamente, até porque esse debate, se fôssemos aprofundar, precisaríamos de mais reuniões. Desde já, coloco-me à disposição, se assim entender a Comissão, para que possamos fazer, de fato, um debate sobre o Departamento, sobre a mineração brasileira e sobre a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Eu gostaria de apresentar rapidamente um panorama do Departamento hoje, com foco nas atividades de mineração; depois falar um pouco sobre a legislação, que é o que nos direciona, é o que nos guia e é o que nos dá o suporte para que possamos fazer nossa atividade de mineração; e também algumas sugestões para que possamos adiantar ações de prevenção no que diz respeito a acidentes dessa magnitude, como foi essa tragédia de Mariana. Nós que trabalhamos com mineração temos, sim, o dever e a obrigação de analisar com muito detalhe, muito cuidado, tudo que envolve esse acidente, para que possamos, de fato, interiorizar esse aprendizado nos órgãos gestores da mineração brasileira, como é o DNPM.

Iniciando, Srs. Senadores, eu gostaria de falar um pouco sobre o departamento. Como eu disse, o Senador Ataídes adiantou um diagnóstico de dificuldade para o departamento hoje fazer a gestão do patrimônio mineral brasileiro, e eu gostaria de trazer alguns números para esse debate, para que nós possamos, de fato, discutir. Além da questão de barragens, de fato o departamento gerencia uma quantidade muito grande de empreendimentos de mineração, não apenas unidades mineiras. Ele tem uma atuação muito grande, nacional – é quase continental. De fato, nos últimos anos nós experimentamos um crescimento da atividade de mineração muito elevado, uma taxa de crescimento muito elevada, acima até mesmo da própria capacidade de acompanhamento dessa instituição pública.

Nós temos, sim, que repensar o departamento. Adianto inclusive uma das soluções estruturais que se apontaria nesse momento para que nós possamos reestruturar o departamento, que é um projeto de lei que está em tramitação aqui no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados, que muda não só o departamento, transformando-o em agência nacional de mineração, reestruturando inclusive as suas funções, como também faz uma alteração muito significativa no Código de Mineração. Eu acho que esse é um debate do qual nós precisamos. Virá aqui para o Senado da República. Nós teremos que fazer um debate muito profundo com relação a isso. O Senador Flexa tem uma atuação muito grande na questão do *royalty*, na questão da CFEM. Nós precisamos, Senador, fazer uma discussão muito grande sobre as demais partes que compõem esse arcabouço legal da mineração brasileira, incluindo a questão do DNMP, da transformação dele em agência nacional de mineração. Realmente é um debate que precisa ser feito, que precisa ser transformado em uma reestruturação muito grande no departamento.

Hoje, de fato, o departamento tem dificuldades orçamentárias e de pessoal, como todos os órgãos públicos que a gente pode registrar que tratam com uma dimensão tal como é o departamento. Em 25 Estados, nós estamos presentes. Pode-se dizer que a mineração brasileira hoje está em cada Município brasileiro. Nós temos atividades de fiscalização em várias dessas etapas, desde a etapa de pesquisa mineral até a etapa produtiva, e até questões como ordenamento territorial, a questão de água mineral, a questão de depósitos fossilíferos, a questão da mineração em terras indígenas – nós vimos agora há pouco uma operação da Polícia Federal, nesta semana. Então, a gama de atuação do departamento é muito grande, e reflete, sim, a expansão dessa atividade-

de nos últimos anos. Precisa, de fato, haver um trabalho de reestruturação. Mais do que recursos financeiros e recursos humanos, nós precisamos que as instituições sejam de fato aparelhadas devidamente para todos os desafios que temos hoje na mineração brasileira, não apenas na questão de barragem, que é extremamente importante, não só neste momento, mas em todos os momentos, haja vista que, como também foi falado aqui pelo Senador, existem barragens que precisam ser vistoriadas, fiscalizadas, e cuja segurança precisa ser atestada. Tudo isso, de fato, faz parte da atribuição do departamento, juntamente com várias outras atribuições, como nós estamos mostrando aqui para os senhores.

Entrando especificamente na questão das barragens de mineração, como nosso colega Carlos Nunes, da ANA, já antecipou, de fato nós temos uma legislação muito recente. Ela é de 2010, e as suas regulamentações se estenderam até 2013. Então realmente é uma legislação bastante nova, que traz alguns orientativos, vários deles que nós já debatemos há algum tempo com a ANA e com todos os outros parceiros que são responsáveis por essa questão de barragens, mas eu gostaria de apontar também algumas questões que nos parecem que precisam ser aperfeiçoadas no que diz respeito à legislação.

Nós temos também, dentro do departamento, por obrigação da própria lei, uma regulamentação de alguns pontos dessa lei que foram feitos ao longo dos anos de 2012 e 2013, através de portarias internas do departamento, ou seja, aquilo que a legislação nos determinou a fazer, em termos de regulamentação e até mesmo de atuação, foi feito a partir da publicação desta lei de segurança de barragens.

O que é importante salientar, nesse primeiro momento, é que a Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 2010, definiu quais barragens, no caso de mineração, são incluídas nessa política nacional, e definiu alguns critérios, na verdade, quatro critérios, que são critérios eminentemente técnicos, evidente: altura do maciço, capacidade total do reservatório, conteúdo ou não de resíduos tóxicos ou perigosos e o dano potencial, conforme o Dr. Carlos já adiantou, ou seja, com qual dano potencial, nas suas várias graduações, nós estamos tratando, no caso daquela barragem.

Então, a Política Nacional de Segurança de Barragens trouxe esses critérios, definiu, melhor dizendo, esses critérios e traz para a gente, então, uma classificação que determina o nosso universo de atuação.

Senador, o senhor se referiu anteriormente à questão das 662 barragens de mineração que há no Brasil e, na verdade, fazendo apenas um detalhamento desse número, 401 barragens estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e são, portanto, objeto da fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral. E aqui tem uma distribuição geográfica, por Estado – Senador Flexa se referiu agora há pouco. Aqui estão as barragens de mineração que são objeto da atuação de fiscalização do departamento, de acordo com o que determina a legislação.

Agora, foi muito falado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita, Dr. Telton?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Claro, Senador, pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, poderia distribuir a exposição do Dr. Telton para a gente poder acompanhar?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Imprima para nós, por favor, fica mais fácil, porque eu também estou com dificuldade para ter acesso. Os braços ficaram curtos, não é, Senador? E essas informações são realmente de extrema valia para nós, viu, Dr. Telton?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Pois não, Senador, fique à vontade.

Essas informações – só para também reforçar e esclarecer – estão disponíveis na nossa página, na internet, mas vão ser distribuídas, então, Senador.

Como eu falava, a questão que foi colocada também pelo Senador Ataídes no início da sua fala refere-se muito à questão da fiscalização presencial do departamento e faz uma referência bastante contundente, Senador, com relação à atuação dessa fiscalização na questão da confirmação ou não da segurança da barragem.

Eu acho que existe um ponto que nós precisamos esclarecer – e é um ponto que nos parece muito importante – já de início dessa explanação, que diz respeito a qual o papel do departamento, dado pela lei, com relação à segurança da barragem e a gestão do risco dessas barragens de mineração? Esse ponto nos parece extremamente importante que nós façamos o debate e que, ao final dele, nós possamos, eventualmente, até sugerir alterações no arcabouço legal de hoje, no que se refere à segurança dessas barragens.

Parece-nos que a gestão do risco, dada pela Lei nº 12.334, de 2010, é exclusivamente do empreendedor. É o que diz claramente a legislação nesse momento. O que é a fiscalização do departamento? Nós vamos detalhar mais adiante, mas eu já gostaria de tocar nesse ponto já para os senhores poderem acompanhar o nosso raciocínio. Na medida em que a gestão do risco é dada pela lei à responsabilidade do empreendedor e a lei determina, explicitamente, quais são os critérios, as medidas, as avaliações, as obrigações que o empreendedor

precisa fazer, inclusive com relação à prevenção, parece-nos que esse talvez seja hoje o ponto central que nós devamos discutir no que diz respeito à prevenção.

Ou seja, se a gestão do risco, se a gestão da segurança daquela barragem é colocada ao empreendedor, até independentemente da fiscalização de qualquer órgão, seja ele licenciador ambiental, seja ele fiscalizador da atividade mineral ou até mesmo do recurso hídrico, no caso da ANA, nós temos que ter instrumentos para que esse empreendedor, de fato, realize aquelas inspeções de segurança rotineiras que a lei assim determina. E, havendo a detecção de alguma anomalia, havendo o reconhecimento de uma situação de risco, independentemente da fiscalização, que ele tenha que, de fato, tomar as medidas que são exigidas a ele, incluindo o plano de ação emergencial, o plano de contingência para o caso de haver algum tipo de acidente.

Adiantando um pouco, Senador, o papel do departamento, pelo que diz a legislação e pelo que dizem as normativas todas, é de avaliar a documentação colocada à disposição em cada unidade mineira, em cada barragem de rejeito, para que se faça essa verificação. Essa é a obrigação legal do departamento hoje, mantendo sempre a visão, o raciocínio de que o gestor desse risco é o empreendedor.

No caso da fiscalização, pelo que determina a legislação, referindo-se especificamente ao DNPM, além da obrigação de avaliar o cumprimento dessas recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica que ele próprio faz, executa, também há alguns outros pontos extremamente importantes, como, por exemplo, a questão do cadastro, a questão da informação, porque isso é fundamental para que nós possamos agir; a questão da articulação com os outros órgãos envolvidos, que o Dr. Carlos também falou. Quer dizer, como são estruturas muito complexas que envolvem a atuação de vários agentes públicos, sejam elas de mineração ou não, há a necessidade dessa inter-relação entre os atores, no caso DNPM, ANA e os órgãos de licenciamento dos Estados – a gente fez uma conta rápida aqui e deu mais de 40 –; é necessária essa articulação.

Eu poderia apontar até alguma outra necessidade de ajuste da legislação, ou seja, não há na legislação o caminho para fazer essa articulação. O Dr. Carlos falou muito bem. Ele disse, já antecipou até um diagnóstico que nós também fizemos, que cada órgão tem a aplicação da sua legislação, a sua legislação setorial no caso da sua fiscalização. Ele falou até na questão das multas, que podem ser aplicadas pela ANA, referindo-se a um valor relativamente baixo, de R$10 mil diários no caso de uma infração. No departamento é pior ainda, Dr. Carlos, a nossa multa é no máximo R$2 mil por empreendimento. Ou seja, não há a mínima condição de uma multa dessa natureza coibir qualquer ação que possa ter efetividade com relação ao empreendedor, caso ele descumpra uma medida que ele próprio tenha proposto e que ele próprio não esteja cumprindo. Então, talvez esse seja um ponto importante para nós discutimos mais adiante no que diz respeito à mudança da legislação.

Finalizando a questão das obrigações do órgão fiscalizador, é importante salientar também que o papel do departamento de fiscalização, essa fiscalização eu diria documental, quase que administrativa, também se baseia, e esse é outro ponto que nós temos de avaliar com muito cuidado, em informações autodeclaradas pela empresa.

O Departamento Nacional de Produção Mineral não faz avaliações de segurança da barragem. Essa função não é dele, não é dada a ele pela legislação.

Quem faz essa avaliação é o empreendedor, e fornece as informações ao departamento. Todas essas informações estão devidamente regulamentada na legislação e nas normativas dispostas pelo departamento. A principal delas, eu diria, é o certificado de estabilidade da barragem. Cada barragem tem que ter um certificado de estabilidade, feito, assinado pelo empreendedor, auditado por terceiras empresas e assinado também por um responsável técnico.

Esse é o documento de que o departamento verifica a existência em cada uma das barragens. Mas a segurança da barragem atestada por esse documento é de responsabilidade do empreendedor. É o que diz a lei pelo menos nesse momento.

Então, o trabalho do DNPM de fiscalização, reforçando, é feito em cima de informações autodeclaradas pelo empreendedor.

Na questão da prevenção e na questão da atuação do departamento, Senador, nós temos feito... desde o acidente em Mariana, nós temos uma presença diária junto à empresa. A equipe do departamento está presente desde o acidente, desde o rompimento na barragem, e faz o monitoramento da segurança das barragens remanescentes. Lá há ainda duas barragens em que a empresa está executando serviços de reforço da estrutura e monitoramento diário, por instrumentos e por inspeções visuais, e o departamento atua também junto a esse trabalho.

No que diz respeito às demais barragens brasileiras, nós estamos com uma força-tarefa, montamos uma força tarefa no departamento, reunindo os nossos técnicos de fiscalização, programando uma atuação emergencial já nesses primeiros dias do ano que vem. A partir do ano que vem, vamos reforçar fiscalização, lembrando sempre que a atuação do departamento é em cima de informações declaradas pela empresa, em cima

de certificados de segurança feitos pela empresa, conforme a legislação, atuando também uma mudança de paradigma.

Ou seja, esse acidente já nos deu uma primeira lição que é a questão do critério de fiscalização. Como o Dr. Carlos também antecipou – e eu pulei aqui porque não havia necessidade de repetir, mas é um ponto importante –, existe uma classificação de risco das barragens, que vai do alto, médio e baixo. E a matriz é complementada com uma avaliação de dano potencial, que também vai do alto até o baixo.

Essa Matriz orienta também a fiscalização. Porém, nós podemos entender que o acidente, que aconteceu em uma barragem classificada como de baixo risco, apesar de ser de alto dano potencial, era de baixo risco. Então, temos, de fato, de rever esse paradigma, temos que rever essa classificação, temos que fazer um trabalho de revisão da legislação, porque o que podemos tirar imediatamente desse acidente é que a legislação, em que pese ter sido feita com a participação de vários atores, de ter sido muito bem planejada, muito bem calculada, precisa, sim, de alguns ajustes, como toda legislação.

Os pontos já estão identificados, eu acho. Há vários pontos que estão identificados. Nós precisamos talvez apontar no sentido mais preventivo, de fato, em um sentido nem tanto de classificação somente do risco, mas também de definir papéis claros não só para os agentes fiscalizadores, mas também para auditorias.

Nós temos exemplos em vários lugares do mundo, inclusive. Temos legislações correlatas até a nossa; vários lugares do mundo trabalham dessa mesma forma como o Brasil trabalha. Ou seja, há uma gestão de risco dada ao empreendedor.

Há uma autodeclaração de informações, alguns documentos que têm de ser periodicamente apresentados e que apontam para uma revisão feita, inclusive, pelo próprio empreendedor. Porém, talvez, nós tenhamos de partir para uma solução mais preventiva, que dê mais segurança a essa prevenção.

No que diz respeito ao Departamento, além da participação nesse processo todo de revisão da legislação, nós continuamos atuantes na questão da fiscalização presencial. Lembrando que o Departamento, em que pese a necessidade, sim, de fazer a fiscalização – voltando a frisar – não é certificador de segurança de barragem, mas avaliador das declarações dos empreendedores, das informações de eventuais riscos que essa barragem possa ter e que possam vir ou do empreendedor ou da diretoria por ele contratada e também pela avaliação do certificado de segurança que é periodicamente apresentado ao Departamento.

Mesmo assim, em função desse acidente, nós fizemos aí uma força-tarefa. Estamos, numa primeira etapa, revisando todas as barragens de Minas Gerais. Não só em função da característica, da similaridade de características das barragens que existem em Minas Gerais – especificamente até no quadrilátero ferrífero –, com a barragem que se rompeu, mas também pela necessidade que nós temos de avaliar essas barragens em função das suas características. Daí a questão dessa matriz de risco e de dano.

Também estamos fazendo um esforço naquilo que o colega Carlos citou: que é a capacitação. Nós temos poucos profissionais com especialização na fiscalização de barragens, em que pese a nossa fiscalização, como foi dito aqui, ser documental. Ela não é de vistoria de segurança, mas é necessário que nós tenhamos, sim, *expertise* nesse assunto para que possamos não só colaborar com os outros órgãos que atuam na fiscalização, mas para que também possamos fazer uma fiscalização orientativa para os empreendedores.

Então, Senador, rapidamente, eram essas as contribuições que eu gostaria de dar nesse debate. Coloco-me à disposição para as perguntas dos senhores senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço ao Doutor Telton Elber Corrêa, que é Diretor-Geral do DNPM.

Passo a palavra ao Senador Flecha Ribeiro. Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes de Oliveira, as exposições, tanto a do Dr. Carlos, da ANA, quanto a do Dr. Telton, do DNPM, esclarecem a responsabilidade de cada uma das agências. Já estou chamando o DNPM de agência.

É lamentável, Dr. Telton, que V. Sª diga que... Nós temos lutado muito pela questão da CFEM, mas não é só da CFEM, nós temos lutado muito para que tenhamos um Código de Mineração que seja atualizado, que seja moderno, que seja compatível com as tecnologias de hoje e que seja compatível com os interesses do Brasil. O que está em vigor – tem 40 anos – já não responde aos interesses do País.

As empresas conseguem os direitos, pontualmente, antes de entrar nas barragens. Conseguem o direito de lavra de determinada área e o utilizam como papel de especulação. Coloco na gaveta por 10, 20 anos, esperando que venha o interesse maior e possa transformar algo que praticamente custou-lhe nada, ou muito pouco, em um valor que coloca o potencial do minério que lá se encontra.

Então, temos várias propostas. Acho que o direito de lavra tem que ser concedido, mas deve ter um prazo. Se o detentor do direito não fizer a implantação do projeto, ele perde e deve ser licitado e não entregue para

quem chegar primeiro, que, aí, se ele tiver uma informação privilegiada, vai acontecer o que víamos acontecer aí, que, lamentavelmente, como era só papel, acabou não dando certo e desmoronando o castelo de cartas que foi montado.

Estamos acompanhando. O Governo Federal levou três anos. Eu tenho um projeto de 2011, que dei entrada aqui, no Senado Federal, pontualmente sobre a CFEM, já que o Código de Mineração o Governo dizia que ia encaminhar, estava prestes a encaminhar ao Congresso Nacional. Levou três anos para chegar, está há dois anos na Câmara Federal e também não anda. E o que é pior, matéria publicada por *O Globo*, ontem, coloca em suspeição o parecer que foi preparado, chegando ao absurdo de ter identificado que o parecer teria sido da lavra de um escritório de advocacia sob encomenda das mineradoras. Então, todo brasileiro sabe do poderio das mineradoras, elas podem muito, mas não podem tudo, e o Brasil é maior do que elas.

Tenho certeza absoluta de que o Relator vai fazer as correções que precisam ser feitas lá, porque se lá não forem feitas, Senador Ataídes, nós as faremos aqui, no Senado Federal. Aqui, vamos defender os interesses dos brasileiros, que é isso que precisa ser feito, entre os quais, no Código de Mineração, está a transformação do DNPM numa Agência Nacional de Mineração. Nada contra, acho que deve ser transformada, mas não basta transformar de departamento em agência, é preciso dar as condições para que ele possa fazer o seu trabalho.

Isso não acontece só com o DNPM, nem com a futura agência de mineração, acontece com a ANA, com a Anatel, com a Anac, com todas as agências que têm receita própria, que é paga pelo usuário, o usuário paga nas suas taxas. Vamos usar como exemplo a telefonia, quando você paga a sua conta de telefone, celular ou fixo, há uma taxa de fiscalização que é para ser repassada para a Anatel. Só que, como vai para o Tesouro, acaba sendo retida para efeito de superávit primário e o que é repassado para as agências chega a 15%, 20% do que é arrecadado, e são bilhões e bilhões de reais. E as agências acabam não tendo condições de fazer o seu trabalho.

Essa transferência de recurso deveria ser de fundo a fundo, para evitar de passar pelo Tesouro. Saiu da conta de água ou da geração hídrica, vai direto para a ANA; saiu da mineração, vai direto para o que será a Agência Nacional de Mineração e assim por diante. Mas é uma questão para ser discutida porque é bastante ampla.

Dr. Telton, não acredito que a Câmara Federal aprove este ano ainda o parecer do Código de Mineração, mas está prestes a ser concluído, vai vir aqui para o Senado Federal e vamos fazer as alterações que precisam ser feitas, modernizar o Código, entre elas, fazer justiça aos Estados mineradores que não podem mais ficar com o valor de compensação por exploração dos recursos minerais da ordem que tem hoje, que só deixa obrigações ao Estado, seja na área da saúde, da mineração, da educação, infraestrutura e segurança, e não há recurso, porque a União, que deveria devolver os impostos não cobrados da exportação, não o faz, que é a tal famigerada Lei Kandir.

Mas, com relação às barragens, como eu me referi quando fiz a observação ao Dr. Carlos, em 2007, a barragem da mineradora Rio Pomba Cataguases, no Município de Miraí, em Minas Gerais, rompeu e provocou um espalhamento de dois milhões de metros cúbicos de bauxita pela cidade e em mais quatro Municípios.

Aí, eu perguntaria... A Ana tem mais a ver com as barragens de geração hídrica, não com a de mineração. No caso, aqui, diz respeito à mineração. Mas, o que se aprendeu de 2007, com o acidente de 2007? Seria uma pergunta. E o que foi feito para melhorar a fiscalização das barragens? Porque, em 2007, teve um acidente. Agora, em 2015, tivemos um outro que não é mais acidente, foi uma tragédia – uma tragédia –, e o que é pior é que, como foi colocado aqui por V. Sª, a fiscalização é obrigação do empreendedor. Eu acho que nós já tivemos, até, no Código de Mineração ou num projeto, Senador Ataíde, de transferir ou dividir essa responsabilidade com o Estado. Acho que o Estado também tem que ter a responsabilidade de fazer a fiscalização até para prevenir tragédias, além, evidentemente, do sistema de alerta, que precisa ser dado no momento em que houver, identificar o risco.

A lei, que foi aqui bem explicitada, de 2010, a Lei nº 12.334, que estabeleceu a política nacional de segurança das barragens, V. Sª se referiu à classificação de risco. Aí, colocou aqui a tabela, e eu pedi que fosse distribuída, mas, mesmo distribuída, ainda está, tem que aumentar o tipo do computador para poder a gente ver, porque aqui também está difícil.

Mas vamos ao meu Pará. Aqui, pelo que eu posso identificar, o número total de barragens, eu vou fazer pela soma, porque não dá para ler na coluna do total, são 37 mais 12 que eu estou lendo aqui, 69. Trinta e sete que estão dentro do Plano Nacional e 12 estão fora do Plano Nacional. Ou seja, 12, pelo que eu estou entendendo, não estão nem fiscalizadas, fora da política. Quer dizer, não se sabe nem como é que estão.

Aí, eu perguntaria a V. Sª, dessas barragens, vou me ater ao Pará, mas isso serve para todos os outros Estados, na classificação de risco, o risco crítico, máximo é o risco A. A *Folha de S.Paulo*, numa matéria à época da tragédia colocou que no Pará existiam três barragens classificadas em risco A, ou seja, risco iminente, e eu perguntaria, então, a V. Sª se confirma, quais são essas barragens, quais são as providências que o DNPM tomou

em relação a verificar isso, se realmente essas barragens estão com risco A e o que é que pode ser feito ou que deva ser feito, já, de imediato, não esperar que possa vir a ocorrer.

Já houve casos de haver informações não corretas, ou seja, o próprio responsável informar algo que não corresponde à realidade verificada pelo DNPM, após? Por que nem todas as barragens estão incluídas no Plano Nacional? Por que aquela divisão: quatrocentas e tantas no Plano, duzentas e poucas fora do Plano? Faltam recursos para essa fiscalização? Falta material humano para esse acompanhamento do DNPM? Qual a situação atual do DNPM? Pelo que temos conhecimento, está se transformando quase em um órgão fantasma, sem ter nenhuma condição – não por falta de servidores competentes, abnegados, mas por falta de instrumentos que possam vir a ser usados na fiscalização; recursos humanos e materiais para fazer essa fiscalização.

Eram esses os questionamentos que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Com relação ao Sr. Carlos, da ANA,...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...eu não tenho conhecimento de que... O Pará tem várias barragens. Vai ser – ainda não é –, a curto ou médio prazo, o maior produtor de energia hídrica do Brasil. Já é exportador e não tenho conhecimento de algum risco de alguma barragem de geração hídrica. Gostaria de ter essa informação da ANA, se tem conhecimento e se é feita essa inspeção também nesse tipo de barragem. E qual o tipo de inspeção? V. Sª falou aí que um fiscal pode ir lá ver se tem fissura, se a fissura é vertical, se a fissura é transversal. Mas existem métodos outros – não invasivos – para que você possa verificar como se encontra a estrutura de concreto ao longo do tempo. Porque nós temos barragens lá com mais de 30 anos. Quer dizer, você tem que ter o acompanhamento permanente disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, Senador Flexa Ribeiro, mais uma vez agradeço a presença e a interveniência de V. Exª aqui hoje nesta audiência, que eu não tenho dúvida, será de extrema valia para este Senado Federal, para esta Casa e também para esta douta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização.

Eu indago a V. Exª se quer que nossos convidados já respondam logo para V. Exª ou eu posso, também, elaborar as minhas dúvidas, as minhas indagações – que eu acredito sejam um pouco mais longas – e, depois, nossos convidados respondem conjuntamente as nossas indagações. Fica à mercê de V. Exª. Quer que eles já respondam? Não há problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mesmo V. Exª já antecipando que suas indagações serão longas, eu faço questão de ouvi-las, porque quero aprender com elas também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, eu agradeço mais uma vez essa permanência de V. Exª aqui conosco.

Logo no início da abertura dos trabalhos desta nossa reunião de hoje, nós colocamos aqui a Lei nº 8.876, de 1994, que criou o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). E aqui, Senador Flexa, eu fiz questão de ler o art. 3º desta lei que criou o DNPM. Mas aqui eu vou fazer só um resumo. O DNPM tem por finalidade maior controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional.

E aí, no seu inciso VI do art. 3º desta mesma lei – também vou resumir – diz que o DNPM pode realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis.

Também disse aqui, Senador Flexa, logo no início, a respeito da Lei 12.334/2010, da ANA, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, reservatórios que contenham resíduos perigosos, conforme normas técnicas aplicáveis. E aqui coloca no art. 2º dessa lei, inciso V, órgão fiscalizador: a autoridade do poder público responsável pelas ações de fiscalização da segurança das barragens de sua competência. Aí fala também sobre gestão de risco: ações de caráter normativo, bem como aplicação de medidas para prevenção, controle e mitigação de riscos. O inciso VII do art. 2º dessa lei, dano potencial associado à barragem: dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem.

Mas o que eu li logo no início foi o art. 16, §1º dessa lei, que diz o seguinte: o órgão fiscalizador deverá informar imediatamente à Agência Nacional de Águas (ANA), ao Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), qualquer não conformidade que implique risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição.

Também coloquei aqui no início que, conforme a Lei nº 12.334/2010, cabe ao empreendedor prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem, organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação referente ao projeto, à construção, à operação, à manutenção, à segurança, e, quando couber, à desativação da barragem.

Pois bem, eu vejo, nossos convidados, Dr. Carlos, Dr. Telton, mais uma vez eu quero ratificar que, principalmente para mim, esta reunião até então já me trouxe grandes resultados. Essas informações serão realmen-

te de extrema valia para que nós possamos fazer as correções legislativas que nós vamos julgar necessárias. E eu percebo aqui que tudo começa, falou-se em prevenção, mas tudo começa através de um projeto. Eu, que sou um incorporador, como é que funciona a construção de um edifício? Você contrata os seus arquitetos, os seus engenheiros em diversas áreas da construção civil, eles elaboram o projeto, este projeto é submetido ao Conselho Regional de Engenharia, é aprovado – se houver alguma irregularidade, o CREA não aprova o projeto –, posteriormente o Corpo de Bombeiros – que eu parabenizo pela competência que tem demonstrado ao longo dos últimos anos em acidentes –, faz uma verdadeira varredura nesse projeto e aprova o projeto se ele realmente contemplar todos os quesitos básicos para a construção desse edifício. E aí não basta ainda. Aí vai-se à prefeitura para tirar o alvará de construção, e lá, sim, mais uma vez passa na mão de vários engenheiros, arquitetos, técnicos de segurança, enfim. Aí, atendendo aos requisitos de acordo com as normas brasileiras da construção civil.

Fornece-se o alvará. O.k. Aí então se começa a obra. Uma vez concluída esta obra, é chamado o Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros tem que dar o o.k., o o.k. de que aquele projeto, realmente, foi devidamente executado, de acordo com o que foi autorizado pelo Corpo de Bombeiros. Diante desta autorização, vamos à prefeitura, para que a prefeitura então emita o habite-se, dando o direito aos condôminos de habitar aquele edifício. Vão também *in loco*, tanto o Corpo de Bombeiros como a prefeitura. Feito tudo isso, estando tudo dentro das conformidades, libera-se o habite-se e os condôminos, então, tomam posse dos seus apartamentos, dos seus bens. O.k. Esse é o processo. E eu vejo que um projeto de barragem tem que seguir o mesmo trâmite, os mesmos critérios. Tudo começa pelos projetos. E aqui, Senador Flexa, eu vou buscar informações sobre esses projetos.

Eu não sou engenheiro. Engenheiros são meus filhos. Eu não sou engenheiro, mas sou construtor de longa data, há mais de duas décadas. Então, eu quero buscar informações sobre esses projetos, porque aqui nós falamos sobre o problema da prevenção, e é o que nós estamos hoje aqui a fazer, para evitar que catástrofes como o da Mariana voltem a ocorrer no Brasil. Então, temos que ver esses projetos. Como eles são elaborados? Quem os aprova? E V. Exª, inclusive, colocou que o Estado também tem que ser incorporado nesse contexto. Depois eu vou fazer um comentário sobre isso. O Dr. Telton também disse que vai expandir o assunto um pouco mais.

Então, eu vejo que esses projetos são o ponto fundamental de tudo, porque, depois que você joga tudo isso lá dentro – e eu nunca fui a uma barragem, e agora eu quero ir –, aí fica difícil. O que é que foi feito? Como foi feito esse projeto? Ele vai – como V. Exª colocou – durar dez anos, 30, 40? Não? É como um edifício: ele é para sempre. Ele é para sempre. Até que se tomem providências outras, que eu ainda não sei – as quais vou buscar inclusive saber –, precisamos descobrir como é que nós podemos limpar aquilo ali, quando essa mineradora deixar de explorar aquele minério. Então, nós vamos ter que observar esse projeto.

Eu percebo que leis...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Ataídes, quanto à exposição feita por V. Exª, em relação ao trâmite da aprovação de um projeto na área de incorporação, eu acredito que também os projetos de barragem têm o mesmo trâmite, porque são obras de engenharia. Então, eles são aprovados no Crea, são aprovados nas secretarias de obras dos Municípios onde são executados, e passam por uma outra fiscalização, que é a fiscalização do impacto ambiental que eles geram. Mais ainda: passam por uma outra condicionante, importantíssima nos outros projetos. Refiro-me às ações mitigadoras dos impactos que esses projetos trazem à região, à microrregião onde eles serão implantados.

Nós iríamos, semana passada, Senador Ataídes, fazer uma visita ao projeto de Belo Monte. Em função das questões políticas que ocorreram aqui, nós tivemos que cancelar a ida, mas vamos remarcá-la.

Então, V. Exª já está convidado para que possa ir até Belo Monte, que é hoje o maior projeto em execução. Temos lá suas mitigadoras, que foram exigidas na licença de implantação dada pelo Ibama, que, até hoje, não foram nem iniciadas, quanto mais concluídas.

Então, nós vamos ter oportunidade de ver isso aqui, pela Comissão de Meio Ambiente, na Subcomissão de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu estou esquecendo-me, Senador Flexa, de que V. Exª é engenheiro, engenheiro civil, construtor de longa data. Então, eu sou, na verdade, um leigo perante V. Exª com relação a projetos.

Pois bem, eu percebo aqui, Senador Flexa, nas explanações dos nossos convidados, do Dr. Carlos, da ANA, que órgão de fiscalização não é o problema. Chegamos aqui, inclusive, ao número 44 de órgãos de fiscalização, evidentemente cada um na sua devida área de fiscalização, 27 órgãos, mas chega-se a 44 órgãos.

O Dr. Carlos falou muito sobre o Plano Nacional de Segurança dessas barragens, do Plano de Ação de Emergência. Falou também das características e da categoria de risco. Também disse, conforme já determina

a lei, que a ANA (Agência Nacional de Águas) tem que ser informada sobre o estado de cada barragem e o Estado tem que intervir no caso.

O Dr. Carlos também disse que essa coleta de informações dos órgãos de fiscalização é publicada anualmente, mas parece-me que vai sair um relatório agora do trimestre. No primeiro trimestre?

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – No primeiro trimestre de 2016, é colocada no ar, na internet, a primeira fase do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, que fica disponível para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Dr. Carlos também colocou, em sua fala – e eu anotei aqui, Dr. Carlos, se eu tiver enganado, corrija-me, por favor –, que as condições de trabalho, tanto na área humana como na área orçamentária, também deixam um pouco a desejar. Eu senti, em suas palavras, nas palavras de V. Sª, essas dificuldades.

A Defesa Civil dos Estados deverá também ser acionada. V. Sª falou muito sobre o trabalho preventivo, e isso é o fundamental. O problema da nossa saúde no Brasil é nós não termos – e não é minha área também, porque eu não sou médico –, Senador Flexa Ribeiro, um sistema preventivo. Com ele, o governo não gastaria tantos bilhões por ano com a nossa saúde, como o caso agora da microcefalia Brasil afora. É falta de uma política de prevenção. Aqui, então, entra o problema das barragens.

O Dr. Carlos falou sobre o problema de seguros, o.k. É uma solução que, a meu ver, é paliativa, ou seja, é para assegurar depois os danos ambientais e também dar àquelas famílias que perderam aquele cidadão, aquela cidadã que trabalhava para prover o alimento da família, uma condição de sobrevivência. Claro, é necessário, não há dúvida nenhuma.

Dessas 662 barragens – eu falei 63, mas são 662, Dr. Telton, então informação errada da minha parte –, 300 barragens pertencem ao DNOCS, não é isso? São do DNOCS, não é isso?

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Não, é outro conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É outro conjunto?

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – É outro conjunto. As 663 são barragens de rejeitos de mineração. As barragens do DNOCS são para abastecimento humano e irrigação situadas no Nordeste, ou seja, está fora desse conjunto de 663.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dessas barragens de rejeito, temos quantas públicas? Não tenho essa informação? Não temos. Todas privadas.

Obrigado pela informação.

Os senhores, tanto o Dr. Carlos como o Dr. Telton, colocaram que essas penalidades são irrisórias, essas multas são insignificativas até certo ponto.

No início da minha fala, coloquei, dando como exemplo, um desastre que aconteceu nos Estados Unidos e também me parece no México, onde a empresa foi condenada a bilhões de dólares.

Esse problema da penalidade é uma coisa, Senador Flexa, que teremos que olhar com muito carinho neste Senado Federal, essa parte legislativa.

E o Dr. Teuto começou colocando os números, agora temos aqui impresso, e até cheguei a fazer algumas anotações: 9.565 concessões de lavra temos hoje no Brasil; 29 mil estão com alvará de pesquisa; 1.879, de garimpeira. Mas o que me surpreendeu é que mil empresas explorando minério – pelo que vi no relatório, pela exposição de V. Sª – não têm a autorização de lavra. É isso mesmo? Mil, em operações anuais de combate à lavra, não autorizadas.

Veja só, Senador Flexa, diante de todo esse quadro que veio à tona no Brasil com esse desastre terrível de Mariana, ainda temos mil empresas explorando minério sem a autorização. Olha que absurdo! Temos que tomar providência imediatamente. Isso me assustou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas o DNPM tem conhecimento dessas mil empresas, onde estão executando a mineração?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tem, Dr. Telton?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Isso é média anual. São operações não só em empresas, é qualquer atividade de exploração ilegal que é verificada e autuada pelo Departamento, não necessariamente empresa, pode ser pessoa física ou empresa.

São lavras ilegais não autorizadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se o DNPM tem conhecimento, é ilegal, não adianta autuar, tem que fechar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A responsabilidade é do DNPM.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Autuar simplesmente, meter uma multa, pagar um multa...

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Não é apenas autuar, a autuação é feita em conjunto com uma interdição e, eventualmente, pode até ser feita uma operação com a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Interditar.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Interditar. Tem que ser interditado, paralisado, extinta aquela atividade.

Esse tipo de operação serve tanto para lavras não autorizadas dentro de áreas tituladas como de não tituladas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Inclusive, Senador Ataídes, não é assunto da audiência, mas a legislação permite, em ações não só ilegais de mineração, me refiro a garimpo, como também de reservas de extração ilegal de madeira, ações do Ibama com a Polícia Federal, que os equipamentos apreendidos sejam queimados.

No Pará, temos dezenas, centenas de exemplos desse tipo. Isso é um absurdo! Absurdo! A destruição do equipamento é alegada para que não continue a operação. A legislação permite que queime, em vez de pegar o equipamento e doar para as prefeituras para que possam vir a trabalhar em benefício da população, abrindo vicinais, se for o caso de ser trator, patrol, escavadeira. O que não pode ser feito é destruir a máquina, jogar o sofá fora. Não vai resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu confesso Dr. Telton, que fiquei surpreendido com esse número. Se fosse um número na casa de uma dezena, a gente até, num país continental como o nosso, não se surpreenderia, mas mil operações anuais de combate à lavra não autorizadas! Eu vejo esse número como extremamente preocupante e alarmante. E aí o DNPM tem que...

Inclusive, pedi, Senador Flexa, uma auditoria em todas as barragens ao nosso órgão externo de fiscalização, o TCU. Esta informação aqui nós vamos ter que rever e comunicar ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria também para que alguma medida seja tomada porque, se as nossas barragens já são de alto risco e falta um punhado de coisa, falta de dinheiro, faltam seres humanos para fiscalizar, imagine essas empresas, então, que estão atuando sem fiscalizações!

A respeito das multas – o nosso assessor colocou –, realmente, é um caso a se pensar.

Mas, antes, seguindo a fala do Dr. Telton, que colocou aqui as legislações, eu percebo que leis existem – leis, resoluções e portarias – com abundância. Percebe-se que precisamos aqui, este Senado Federal, o Congresso Nacional, fazer as devidas adequações, inclusive com relação às penalidades, mas leis existem.

O Dr. Telton colocou também a sua preocupação preventiva – como o Dr. Carlos colocou –, mas uma coisa me chamou um pouco a atenção na fala dos senhores: percebi, salvo melhor juízo, que a responsabilidade maior por essas barragens está sobre as costas do empreendedor. Inclusive, a lei diz que ele é responsável, sim. Ele é responsável tanto pelos projetos como pelos danos etc. Entretanto, as agências reguladoras, o órgão de fiscalização é o responsável maior, no meu entendimento.

Volto, novamente, ao prédio – V. Exª é engenheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, pelo que foi explicitado e publicado, a fiscalização também é obrigação do empreendedor. Aí é que é a grande diferença. Nem se discute o fato de ele ser responsável pela barragem. Tem de ser realmente. Agora, ele ser o fiscal da barragem...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dele? Dele próprio? Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso é que é estranho; quer dizer, no mínimo, o Estado teria que ser não parceiro, mas ele teria que ser o fiscal da barragem ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E a lei, Senador, é muito clara quanto à responsabilidade das agências reguladoras, das agências de fiscalização. O DNPM tem uma responsabilidade enorme de fiscalizar.

Eu fiz questão de ratificar a leitura que fiz logo no início da abertura deste trabalho hoje. Tanto a ANA (Agência Nacional de Águas) quanto o DNPM têm a responsabilidade de fiscalização. Isso me preocupou um pouco porque não adianta nada você pegar essa empresa depois e colocá-la para pagar bilhões. Não adianta, porque esses bilhões não vão resolver o problema, não vão reaver essas dezenas de vidas que foram ceifadas. Nós temos que evitar essas tragédias.

Pois bem, eu vou, então, às perguntas.

O Dr. Telton deixou claro que nós precisamos fazer alguns ajustes na legislação e eu tenho certeza de que, juntamente com o Senador Flecha, nós vamos nos debruçar, depois, sobre essas notas taquigráficas, sobre essas informações todas para que possamos, então, nos ater melhor à história das barragens Brasil afora para que possamos entrar com um projeto. E evidentemente deveremos procurar os senhores novamente para nos orientar com relação a essa parte legislativa.

Vamos começar as perguntas. Começo, então, pelo Dr. Telton.

1) O senhor poderia traçar um quadro sobre a situação orçamentária do DNPM hoje? O departamento tem ou não recursos técnicos e financeiros para fiscalizar essas 662 barragens de rejeito de minérios em todo País? As informações são de que foram liberados este ano pouco mais de 13% dos recursos orçamentários destinados à fiscalização de barragens, 13%. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

2) Um dado alarmante divulgou nas últimas semanas que o DNPM conta com apenas 12 ou 13 técnicos. O senhor confirma essa informação? Esse dado confere? Como é possível fiscalizar 662 barragens, em todo o nosso País, com equipe tão enxuta como essa?

No entanto, Senador Flexa, nós temos hoje quase 25 mil cargos de comissionados do Governo Federal. Se formos botar todo mundo para sentar nas cadeiras, não vai haver cadeira para todo o mundo. Nós temos 39 ministérios, porque os 8 ministérios, na verdade, não foram extintos, nós sabemos disso, simplesmente jogaram dentro de outros ministérios. E de repente, uma autarquia com tamanha responsabilidade não tem recurso orçamentário, não tem recurso humano. Isso é que eu chamo de irresponsabilidade mesmo.

Com que frequência, Dr. Telton, é feita essa fiscalização? Nós temos informação de que tão somente no ano passado foram feitas somente 61 vistorias nessas barragens. Confere essa informação de que só 61 foram vistoriadas? Eu gostaria que o senhor depois nos respondesse.

3) Quais são os critérios para o trabalho de fiscalização, uma vez que o Cadastro Nacional tem uma série de lacunas sobre a segurança das barragens e não aponta com clareza os riscos potenciais de cada uma?

Aqui no relatório de V. Sª a gente percebe que, das 662, 401 barragens estão inseridas no Plano Nacional de Segurança, não é isso? E 261 não estão inseridas. Essas aqui são outras barragens que nós vamos verificar e, aqui, o Senador Flexa já chamou atenção para as 12 barragens que há no seu Estado, o Pará, e que não estão incluídas nesse plano.

Em que pé está a regulamentação das ações de segurança previstas na Lei 12.334, de 2010? Em que pé está essa regulamentação?

4) De quem é a responsabilidade final quanto às informações sobre as barragens, como o volume do material armazenado, altura, material usado na construção, condição de manutenção da estrutura? Há algum tipo de auditoria, de verificação *in loco* ou vale a palavra de cada mineradora?

Pergunto ao Dr. Teuto se é necessário repetir esse item. (*Pausa.*)

Não? O.k.!

Convém lembrar que, segundo informações divulgadas pela imprensa no cadastro de estruturas de represamento da Fundação Estadual do Meio Ambiente, os últimos dados sobre as barragens da Samarco eram de 2012 e indicavam que a estrutura acumulava vinte vezes menos rejeito do que o volume liberado pela catástrofe. Veja a informação dada pela empresa Samarco: ela acumulava vinte vezes menos – a razão, imagino eu, maior daquele desastre, porque a barragem não deu conta de conter esse volume excessivo e a DNPM não tinha essa informação, imagino eu.

6) Há números divergentes sobre o grau de risco das barragens. Há uma divergência. Seriam 43 de alto risco e 93 de médio risco. Esses números conferem? Vamos repetir: 43 de alto risco e 96 de médio risco. Pergunto a V. Sª se confere esse número. Há orientações específicas de atuação no caso das barragens de risco mais elevado?

7) O DNPM organizou algum tipo de força-tarefa ou de ação especial de fiscalização depois da tragédia de Mariana?

Vale lembrar que a Samarco não conseguiu, até hoje, apresentar os planos de emergência em caso de rompimento das barragens de Germano e Santarém, em alerta vermelho há mais de um mês.

8) Por fim, vale considerar que, ao contrário do que acontece em hidrelétricas que monitoram constantemente as barragens e constroem fundações sólidas, as mineradoras não realizam uma pesquisa geológica minuciosa e modificam as barragens conforme o acúmulo de resíduos, rejeitos. Como o rejeito não é o objetivo da empresa e apenas representa custo, a negligência das mineradoras com as barragens é regra e não exceção, e nós sabemos disso.

Aí é que está a questão de jogar para cima dessas empresas a responsabilidade. Isso está muito claro. Começa, inclusive, pela nossa própria cultura. A negligência das mineradoras com as barragens é regra e não exceção.

Nessa circunstância, o que se pode dizer? Existe alguma alternativa viável para lidar com os rejeitos da mineração, diante do perigo representado pelas barragens? Existe alguma alternativa viável para lidar com esses rejeitos de minério? Apesar de o reaproveitamento não ser economicamente vantajoso, não seria o caso de estimular a reutilização dos rejeitos? É possível o reaproveitamento desses rejeitos?

Quando o senhor, Dr. Telton, ressalta que as ações de fiscalização são feitas com base em informações autodeclaradas pelos empreendedores, devemos concluir que a segurança das barragens tem como pressu-

posto a confiança do empreendedor. Não existe nenhum mecanismo legal prevendo que essas informações sejam checadas através dos órgãos públicos. Não existe previsão legal de penalidade em caso de informações incorretas, dessas informações incorretas.

Já estou praticamente concluindo aqui, Senador Flexa, as minhas indagações.

Existe previsão legal de penalidade em caso de informações incorretas por parte dessas empresas mineradoras?

E aqui vou para o Dr. Carlos, representante da ANA, para encerrarmos as nossas perguntas.

Dr. Carlos, V. Sª afirmou que a ANA divulga o Relatório Nacional de Segurança de Barragem. Como estavam as barragens de Mariana no último relatório? Gostaria que V. Sª nos desse essa informação.

Parece-me que aqui temos hoje uma publicação. Não estou de posse dela, depois vou ver se a encontro.

Mas, então, vamos às perguntas ao Dr. Carlos, representante da ANA.

Também é fundamental, nesta audiência, a participação da Agência Nacional de Águas, órgão responsável pelo Relatório Nacional de Segurança de Barragens das quase 15 mil barragens no País, incluídas nesse cálculo as barragens usadas para abastecimento humano e geração de energia.

Primeira pergunta, Sr. Carlos.

1) O que mais me chamou a atenção, ao ler sobre o Relatório Nacional, foi a informação de que, em mais da metade dos casos, não se conhece nem o volume exato armazenado pelas barragens; em mais de 80%, não há informação sequer sobre a altura e o tipo de material usado na construção. Esse realmente é o grande problema. É isso mesmo. Como é possível haver um relatório de segurança minimamente confiável sem esses dados?

2) Como é feita a cobrança desse tipo de dado? Quais os prazos estabelecidos pela legislação? Existe algum tipo de sanção em caso de não prestação de informações?

3) De acordo com o relatório da ANA, apenas 11% das barragens cadastradas têm classificação quanto ao dano potencial associado. A princípio, todas as barragens de rejeitos minerais entram na faixa de risco potencial, pelo dano social e ambiental em caso um eventual acidente. Mas quais os critérios usados pela agência para apontar o grau de risco de cada uma dessas barragens? E qual a margem de segurança dessa avaliação diante da precariedade de informações prestadas pelas mineradoras?

Aí voltamos às informações dadas criminosamente – falo dessa forma – pela companhia Samarco, que culminaram nessa tremenda tragédia. Vale observar que a Barragem de Fundão, em Mariana, era tida como de baixo risco.

4) Dá para mapear, com o mínimo de clareza, a possibilidade de nova tragédia? Quantas e quais são as barragens em situação mais alarmante no País?

Se V. Exª tem essa informação, será de muita valia para nós.

Última pergunta.

5) Há notícias de que menos de 15% das barragens brasileiras contam com plano de emergência. Esse dado confere? Como é esse percentual no caso das barragens com rejeitos de minerais? Na sua avaliação, existe explicação plausível para a não apresentação de planos de emergência por parte das mineradoras?

E concluo chamando a atenção para o fato de que zelar por segurança e preservação ambiental não pode ser uma opção política ou econômica. Tem de ser obrigação básica de qualquer governo minimamente responsável. Eu percebo que houve uma irresponsabilidade diante dessa catástrofe de Mariana, que ceifou várias vidas.

Portanto, essas são as minhas indagações.

Passo a palavra, primeiro, ao Dr. Telton Elber Corrêa, do DNPM.

Por favor.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Obrigado, Senador.

Creio que anotei tudo aqui, mas, havendo algum esquecimento, por gentileza, cobre-me durante a fala.

Primeiro, o senhor indaga sobre a questão orçamentária de recursos humanos do departamento. De fato, isso não é segredo para ninguém, até porque já houve várias determinações, inclusive de órgãos de controle que se preocupam com essa questão do quadro do departamento. Como eu me referi no início da fala, houve uma expansão muito grande da atividade de mineração no País e o quadro de funcionários técnicos do departamento permanece ainda, desde o último concurso público, que foi em 2010.

Agora, Senador, se me permite uma colocação fora dessa questão quantitativa, hoje o principal problema do departamento, assim como de vários outros órgãos, incluídos aqueles que fazem a fiscalização, é uma dependência do Tesouro Nacional. Até foi referido, agora há pouco, pelo Senador Flexa, esse assunto. No momento em que nós dependemos do Tesouro Nacional, de fato, dependemos claramente do aporte de recursos. E não temos governança sobre esse fluxo financeiro. Em que pese nós termos feito todas as nossas previsões incluindo o Plano de Fiscalização na peça orçamentária, na LOA, nós dependemos, sim, de um fluxo financei-

ro para, de fato, executarmos as nossas atividades. Parece-me que esse talvez seja o ponto mais crítico nessa nossa discussão sobre eficiência ou não da fiscalização.

É lógico que o quantitativo de pessoas é importante, a capacitação dessas pessoas também é importante. Até em um assunto tão complexo, como esse que estamos discutindo, voltando aí à questão da segurança de barragens ou de barragens de mineração, que inclui esse aspecto de segurança, parece-me que esse é um ponto importantíssimo e que precisamos atentar para ele.

O Senador Flexa também falou da questão da transformação do DNPM em agência e da capacidade de essa agência ter recursos próprios, para que ela possa fazer, por meio da sua governança, de fato, a execução dos seus projetos, dos seus planos de fiscalização em campo. Esse é um ponto bastante importante.

Foi perguntado se temos a capacidade de fiscalizar 662 barragens no Brasil inteiro e de que forma isso é feito. Procuramos demonstrar aí que há um universo, na verdade, em torno de 300 barragens. E na verdade, a fiscalização, conforme tentei colocar aqui para a Comissão, é feita em cima de informações declaradas pela empresa, autodeclaradas, ou seja, a nossa fiscalização, mais do que presencial, é sobre informações declaradas pelo empreendedor, lembrando sempre que a atividade de fiscalização é partilhada.

Como o senhor mesmo apontou há pouco, Senador Ataídes, existe um elemento, um protagonista nesse aspecto de fiscalização, que é o órgão ambiental, que também faz a fiscalização. O senhor fez esse paralelo com a construção civil, com a construção de um edifício. De fato, existe um projeto sim. O departamento não licencia este projeto. O departamento não dá o aval para que seja feita ou não uma barragem de mineração. Mas a empresa apresenta, da mesma forma como o senhor colocou a questão da construção de uma obra civil, e uma barragem de mineração é também uma obra civil, há também uma responsabilidade técnica, ou seja, um profissional assina uma anotação de responsabilidade técnica e se responsabiliza por aquela obra de engenharia civil. Esse é um aspecto extremamente importante. Então, temos também esse paralelo na barragem. E é preciso que se diga que, mesmo havendo a responsabilidade do empreendedor, ao lado dele, há sempre um responsável técnico por aquela obra de engenharia.

Voltando à questão orçamentária, o senhor também se referiu a um número, que apenas 13% dos recursos orçamentários do DNPM foram utilizados em fiscalização de barragens. Não sei se o senhor se referiu a uma reportagem que saiu após o acidente, que relata esse número. Houve aí um equívoco. Na verdade, foi comparado o valor executado de fiscalizações integrais do departamento com a LOA, com a peça orçamentária. No que concerne à execução de fato, porque aí há todo aquele aspecto da programação de execução orçamentária, o famoso contingenciamento, que não é de nossa responsabilidade, mas do Ministério do Planejamento, que determina os limites de execução orçamentária, no que se refere ao orçamento do departamento para o ano em curso, essa execução vai aproximar-se dos 80%. Daquilo que nos foi liberado, vamos executar praticamente 80%, lembrando que, este ano, houve até uma excepcionalidade: foi incluída na peça orçamentária uma emenda parlamentar, que infelizmente não foi liberada. Então, realmente, contávamos com esse recurso orçamentário, mas infelizmente não vai ser possível utilizá-lo. Tentando esclarecer esse número, ele foi uma comparação entre o que foi executado e a peça orçamentária. Com relação àquilo que, de fato, foi liberado para gastarmos, depois de todas as portarias do Ministério do Planejamento, isso vai se aproximar dos 80% este ano.

O senhor também se referiu ao quantitativo, em torno 12 a 13 técnicos para a fiscalização de barragem. Na verdade, o nosso efetivo, no Brasil, é bem maior do que isso. Estamos, de fato, realizando uma força-tarefa. A partir desse acidente, nós nos dedicamos muito a essa questão da fiscalização de barragens, lembrando sempre que a fiscalização não é da engenharia da barragem. A nossa fiscalização é em cima dos documentos, e existe um documento fundamental que a nossa fiscalização está auditando, que é a entrega do certificado de estabilidade de barragens, com a devida responsabilidade técnica, ou seja, assinado por um responsável técnico. Esse é um documento que a lei exige – e que o departamento está fiscalizando – de todas as barragens do Brasil. Isso está sendo feito. Independentemente do quantitativo, isso está sendo feito para todas as barragens.

Esse número de 12 a 13 técnicos se refere ao número de técnicos que fazem a fiscalização em Minas Gerais. Nós já ampliamos esse quadro para praticamente 25, 26 técnicos, mais a força-tarefa que estamos designando de outros lugares do Brasil. Nós estamos mobilizando servidores, fiscais de outras superintendências do Brasil. Como comentei há pouco, nessa primeira etapa, vamos focar em Minas Gerais, mas depois vamos continuar essa operação no restante do Brasil.

O senhor também cita o número de fiscalizações; cita 61. Na verdade, em 2014, foram 115 presenciais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Desculpe, 151. Anotei errado. Foram 151.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Fiscalização *in loco*?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – *In loco*, em barragens. Agora, lembremos sempre que essa fiscalização foi antes do acidente, e que havia sido feito o seu plano de ação com base na classificação de risco e do conhecimento também que os técnicos têm com relação às barragens na sua jurisdição.

Como foi citado há pouco, esse acidente aconteceu em uma barragem considerada, classificada como de baixo risco. Então, temos que rever, de fato, essa classificação como orientativa da nossa fiscalização.

Mas ela não é feita somente com esse critério. São utilizados outros critérios, inclusive o conhecimento que os técnicos têm daquelas barragens, na sua área de jurisdição. Então, isso é um indicativo para que nós façamos o nosso plano de ação. O nosso plano de ação de fiscalização é feito todo ano. Já temos o do ano que vem, e ele inclui todas as barragens de risco em Minas Gerais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Associado com o dano potencial, exatamente.

Com essa colocação, respondo um pouco essa questão dos critérios de fiscalização.

O senhor cita a questão do cadastro. O cadastro também, claro, é orientativo, mas também é autodeclaratório. As empresas é que fornecem as informações para serem classificadas dentro daquele cadastro, que, inclusive, está à disposição na página do departamento. Então, é realmente uma questão de autodeclaração.

A avaliação das informações finais da empresa. Ou seja, se há uma responsabilidade, em que condições se avaliam essas informações? Senador, essa questão nos parece fundamental, não tanto pela questão da informação em si, que, como falei, é uma informação oficial, quer dizer, a empresa, ao declarar que aquela barragem está estável, ao apresentar uma anotação de responsabilidade técnica, responsabiliza-se por aquela informação. Fazendo, mais ou menos, um paralelo com o que o senhor, didaticamente, apresentou para nós – a construção de uma obra civil –, seria como se todos os documentos apresentados à fiscalização se presumem verdadeiros. Ou seja, existe um responsável por cada informação, que, obviamente, em acontecendo alguma detecção de imperfeição ou até de sonegação, será acionado pelo órgão de fiscalização. Agora, existe alguma punição a ele? Como dissemos há pouco, no caso do departamento, não há punição. Há uma interdição na atividade mineradora que repercute na barragem, e as multas, como foi falado aqui, são completamente irrisórias, não vão impedir nada, infelizmente, ou coibir de maneira efetiva qualquer irregularidade que possa ser praticada.

Sobre auditorias e revisões periódicas, sim, a lei determina que haja revisões periódicas. Não é o minerador que dá essa periodicidade. Isso foi dado pela lei, dependendo da classificação de risco de cada barragem, do dano potencial. A lei determina que haja, periodicamente, a revisão por parte do empreendedor, lembrando também que o empreendedor que faz a gestão desse risco, quando detectar qualquer anomalia, qualquer fato que possa vir a comprometer a segurança da barragem, é obrigado pela lei a também fazer essa revisão e elaborar o projeto e executar o projeto de engenharia necessário para garantir a segurança dessa barragem.

Fazendo um parêntese aqui, Senador, volto a dizer: parece-me que a questão fundamental que nós temos de ver, no que se refere à questão da lei, é, de fato, verificar quem faz essa gestão de risco. Hoje ela está integralmente com o empreendedor, praticamente. Então, temos de achar um caminho para que essa gestão de risco seja melhor vista no que diz respeito à prevenção, como o senhor vem apontando desde o início da reunião.

Sobre a Samarco. O senhor informa que a Samarco, segundo uma reportagem, colocava volumes superiores ao informado ao órgão fiscalizador no que se refere à quantidade de rejeitos. Nós temos acompanhado; estamos, inclusive, fazendo uma série de auditagens na empresa, nas condições em que foram dispostos esses rejeitos, esses efluentes, nas três barragens. Esse complexo tem três barragens; felizmente, somente uma se rompeu. Nós já detectamos algumas inconsistências. Estamos finalizando o relatório técnico, e esse relatório técnico, após concluído, será encaminhado para sanções passíveis da empresa. Então, não vou adiantar nada enquanto não houver uma finalização desse relatório. Sei que já apareceram alguns números na imprensa, mas nós estamos finalizando essa apuração. Havendo, sim, a constatação de que houve um desacordo entre aquilo que a empresa informou e aquilo que ela de fato executou, serão aplicadas as sanções previstas, como eu disse, no Código de Mineração, que é o que nós podemos fazer.

O senhor também se refere a uma questão de números sobre o quantitativo de barragens de alto risco e de médio risco. Nós tínhamos até o acidente, nós havíamos feito uma publicação, na nossa página, de barragens classificadas como de alto risco. O senhor se refere ao número: 43 de alto risco e 96 de médio risco. Nós estamos revisando essa classificação, até porque, novamente, o enquadramento nessa classificação vem a partir de informações obtidas com as próprias empresas, com os próprios empreendedores. Então, estamos revisando essas informações que são apresentadas pelos empreendedores, e estamos fazendo uma contínua reclassificação do risco, lembrando que nós podemos questionar um pouco os critérios dessa questão de risco e a aplicabilidade deles na gestão desse risco. Mas, enfim, falando um pouco sobre números, nós temos, hoje, um número... Hoje nós temos uma classificação de barragens um pouco menor que essa a que o senhor se re-

feriu, de 43. Na verdade, nós temos, se não me engano, 32, não é, Paulo? Trinta e duas são classificadas como de alto risco dentre aquelas que estão no Plano de Segurança de Barragens, que estão incluídas no Plano de Segurança de Barragens.

A autuação em barragens de alto risco, a que o senhor se refere. Na verdade, a autuação, ou a atuação, independe do risco. Nós atuamos em todas as barragens, sempre naquela metodologia que foi dita aqui, que tem base na legislação, ou seja, a nossa participação é em cima das informações declaradas pela empresa. É feita uma avaliação daquilo que a empresa apresenta, daquilo que nós temos de informações de produção mineral, dos relatórios anuais de lavra, e isso é checado. A vistoria presencial, a vistoria de campo checa se a empresa detectou alguma anomalia na segurança e se, em detectando, tomou alguma providência no que se refere a obras de reforço e de melhor garantia dessa segurança. Então, nesse sentido, independe da questão de alto ou baixo risco. Havendo a fiscalização, é utilizada a mesma metodologia. A questão do alto risco é, de fato, para que se possa averiguar, dentre aquelas características que a posicionaram como de alto risco, especificamente aquelas condições que a classificaram dessa forma.

No que diz respeito a uma solicitação sua de esclarecimentos sobre a fiscalização em torno de uma força-tarefa, sim, como foi dito, estamos de fato fazendo uma força-tarefa. Vamos começar essa força-tarefa por Minas Gerais, dada a situação do Estado, que tem uma quantidade bastante grande de barragens de mineração, basicamente concentradas no quadrilátero ferrífero, a exemplo dessa de Mariana, e vamos, sim, fazer um trabalho de fiscalização. O Governo Federal liberou um recurso orçamentário extraordinário após o acidente, fez um aporte financeiro ao departamento que possibilita que nós possamos fazer essa força-tarefa, que inclui não só uma intensificação nas atividades de fiscalização, de ida ao campo, mas também a possibilidade de fazer intercâmbios e acordos de cooperação técnica com entidades que nos possam dar o suporte para realizar essa tarefa de apoio, essa tarefa da fiscalização.

O senhor comenta também que o plano de ação emergencial, o plano de contingenciamento da Samarco não foi entregue até hoje. De fato, nós também, tão logo houve o acidente, constatamos que a empresa havia apresentado o plano de ação emergencial, o plano de contingenciamento com deficiências técnicas, e fizemos a exigência. Para nós também a empresa não apresentou essa complementação. Então, estamos exigindo e, se ela não apresentar, vamos aplicar o que a legislação define como sanção para empresa. No caso, ela está interditada. Até acho que me esqueci de falar no início, mas o departamento interditou toda a operação, todo o complexo mineiro da Samarco. Como somos nós os outorgantes da concessão mineral, ela está embargada até responder a uma série de indagações, de questionamentos da fiscalização do DNPM, incluindo essa da apresentação do plano de ação emergencial.

O senhor também comenta um aspecto extremamente importante, que tem a ver com a questão da prevenção e tem a ver com a questão das barragens, em geral, no Brasil. Será que não existe um caminho que nós possamos seguir que permita diminuir esse risco, que permita que nós não tenhamos tantas situações como as de Mariana? A resposta que eu daria, não sou especialista, mas pelo que fui obrigado a ler nesse curto tempo em que eu estou à frente do departamento, a resposta é tecnologia. No mundo, já há uma tecnologia segura que, basicamente, são barragens secas, barragens de mineração, obviamente, que têm um volume de água muito pequeno. Que isso possa, de fato, ser... Eu até acredito, Senador, fazendo um comentário rápido com relação à questão dessa mudança da legislação, eu acredito que isso seja até um caminho que vários países estão tomando. Ou seja, que, no futuro, se tenha uma condição de estabilidade muito mais razoável, até mesmo para efeito de aferição dessa condição de segurança, se nós, de fato, subtrairmos a questão água dessas barragens. Isso, claro, tem uma repercussão no custo e tal, mas isso aí não é impeditivo, ou seja, há tecnologia, há exemplos em outros países do mundo dessa solução tecnológica e talvez seja o caminho que o Brasil precise, rapidamente, pensar em trilhar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Os Estados Unidos já usam?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Estados Unidos, Canadá, Austrália, Alemanha, vários países já têm alguma experiência sobre isso.

Bom, o senhor também sugere a questão da reutilização ou da remineração. Em geral, isso não é econômico, justamente por ser a última etapa do beneficiamento. Ou seja, o processo já passou por várias etapas de concentração e de retirada de valor econômico daquele minério. De fato, é rejeito mesmo. Eu sou do Rio Grande do Sul, tenho experiência com remineração de barragem de carvão mineral, principalmente em Santa Catarina. Isso oscila muito, a depender da questão econômica. Se o preço do minério é viável, é feita essa remineração; caso contrário, isso não é feita. Eu não acredito que isso seja uma possibilidade – é uma possibilidade, claro, mas é pontual. Não acredito que se possa generalizar isso para todas as barragens. Talvez o caminho da tecnologia, sim, o que não impede as duas coisas: você ter uma barragem mais segura, do ponto de vista de um risco de rompimento, com a eventualidade de fazer uma reutilização ou um reaproveitamento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Você tem conhecimento disto: se algum desses países que nós citamos já faz esse reaproveitamento?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – O que eu conheço pessoalmente é o Chile, mas é outra situação. Lá as barragens de mineração têm outra conformação. São pilhas, na verdade, de minério, têm pouca água. Em Santa Catarina há, inclusive, alguma experiência com relação a depósitos de rejeitos que muitas vezes contêm líquidos, água, e a reutilização de minério. Eu posso passar à Comissão algum relato mais técnico com relação a essa experiência.

A questão da validade ou das penalidades, caso, nas informações autodeclaradas pelas empresas, seja verificada alguma inconsistência, alguma omissão. Como já foi dito aqui, não são simplesmente declaradas, existe uma responsabilidade técnica. Por trás de cada declaração de estabilidade de barragem, por trás de cada plano de segurança de barragem, por trás de cada revisão ou projeto de engenharia destinado a revisar a segurança e a assegurar a segurança daquela barragem, existe sempre um profissional. E o profissional assina com a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e também é licenciado pelo Crea. Há também a questão do licenciamento ambiental, ou seja, há todo um regramento para se conceder essa licença ambiental. Então, existe, sim, a quem responsabilizar. Ou seja, se é entregue uma informação ou se é omitida uma informação para o órgão fiscalizador, existe, sim, quem responsabilizar. Aquilo a que nós nos referimos agora há pouco é que, de fato, a sanção em cima do responsável técnico, pelo menos no que se refere à legislação minerária, é muito baixa. É uma sanção que não permite que, de fato, consigamos ter uma ação efetiva em cima de uma eventual irregularidade.

Eu acho, Senador, que eu terminei as minhas anotações. Não sei se consegui responder a todas, mas eu terminei as minhas anotações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Conseguiu, sim.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Posso só complementar as do Senador Flexa?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – É rápido, até porque ficaram pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Depois ele vai ver as notas taquigráficas.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Isso. Ele vai ver as notas taquigráficas. Ele pediu para eu responder.

Ele está preocupado em saber se nós aprendemos alguma coisa. Ele se referiu a um acidente que houve em 2007 com a mineração de alumínio, de bauxita, no Estado de Minas Gerais. Não só nós aprendemos, como todos os esforços foram direcionados, e houve a publicação da lei em 2010. A lei foi, de fato, fruto de toda essa mobilização, esse cuidado e essa necessidade que se teve de fazer uma legislação que contemplasse essa questão da segurança das barragens. Então, houve, sim, uma preocupação. O DNPM participou. Eu não estava lá na época, mas eu sei que participou ativamente dessa discussão toda aqui no Congresso Nacional. De fato, houve, sim, uma preocupação, se aprendeu muito com esses acidentes, com essas situações todas de risco naquela ocasião, e isso redundou, foi concluído com a elaboração da lei, mas nós precisamos sempre estar atualizados. Acho que essa é uma motivação permanente que deve existir.

Com relação ao número com que estava preocupado, de 57 barragens no Estado do Pará com risco iminente, a classificação de risco não significa necessariamente risco iminente de rompimento da barragem. A classificação de risco dá, de acordo com a resolução do CNRH, um indicativo, dentro daqueles critérios que têm que ser observados pelo empreendedor. O empreendedor tem que ter um cuidado maior, a revisão periódica tem que ser mais frequente, todos os aspectos relacionados à segurança têm que ser reforçados. É isso que diz a classificação de alto risco. Não necessariamente significa que vai romper. É claro que precisa haver uma atenção muito maior pelo empreendedor e, obviamente, pelo órgão fiscalizador, na medida em que o empreendedor fornece as informações de que há alguma anomalia ou algum motivo que aponte para uma possível insegurança daquela barragem, mas não significa, necessariamente, que ela está em um risco iminente de rompimento.

Lembro sempre, também, o papel fundamental do órgão licenciador ambiental. O senhor se referiu também, Senador, à questão da construção de um prédio. No caso do licenciamento da construção daquela barragem é, de fato, uma responsabilidade do órgão licenciador ambiental. Então, ele tem um papel fundamental também nessa construção aí, de assegurar a segurança daquela barragem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quem licencia a obra é o órgão ambiental estatal, o Ibama?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Não, é o órgão estadual.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estadual.

O SR. CARLOS MOTTA NUNES (*Fora do microfone*.) – É quem licencia. O DNPM não licencia, quem licencia é o empreendimento mineiro, porém, a obra da execução...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Da barragem, fica sob a responsabilidade de quem?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Do órgão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Do Estado. O.k. Obrigado.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Isso. Perfeitamente, foi bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Importante.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – A participação do licenciamento ambiental é em cima da obra de engenharia, como nós nos referimos agora há pouco na apresentação.

A questão das inconsistências nas informações. Como eu falei agora há pouco, existe, por trás de cada informação ou assinando cada informação, um responsável técnico, quer dizer, é identificado claramente quem está fornecendo aquela informação. Se se verificar que há algum erro, aquele profissional terá que ser responsabilizado ou aquela empresa também terá que ser responsabilizada.

Por que algumas barragens, e o Senador Flexa estava preocupado com isso, não estão incluídas no Plano Nacional de Segurança de Barragens? Por causa dos critérios que a lei determinou. São aqueles quatro critérios: altura, capacidade, volume, presença ou não de substâncias tóxicas, etc., e o autodano potencial. Se elas não se enquadram naqueles critérios, elas ficam fora do Plano Nacional de Barragens.

E, por último, ele também se referiu à questão do departamento, a uma questão orçamentária de falta de condições. E eu torno a ressaltar este ponto: existe, de fato, há necessidade, sim, de aporte de recursos financeiros, orçamentários e financeiros para o departamento poder exercer as suas atividades. Ele já vem exercendo essas atividades, mas ele exerce quase que em uma maneira de força-tarefa, como esse caso das barragens, mas o fundamental, talvez, seja nós pensarmos na origem desses recursos, porque enquanto nós dependermos diretamente, quase que totalmente do Tesouro Nacional, nós vamos ter essa irregularidade, nós vamos ter toda essa adequação a processos de contingenciamento e isso, de fato, reflete diretamente em nosso plano de ação. Nós temos planejamento, nós colocamos os nossos recursos técnicos para fazer a fiscalização, porém, nós não conseguimos a garantia de que nós vamos executar isso ao longo do ano, e isso em que pesem todos os esforços que nós fazemos junto ao Ministério e que o Ministério de Minas e Energia faz no Ministério do Planejamento; nós dependemos sempre do comportamento geral da economia brasileira, que se reflete no Tesouro Nacional, como em todas as outras agências. Então, seria fundamental nós discutirmos recursos próprios para a agência, para a futura agência, ou mesmo para o próprio departamento, para que nós possamos, de fato, fazer com que aquela execução do nosso plano de ação esteja, de fato, em nossa governança.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu que agradeço, Dr. Telton.

Aqui nós estamos com a presença deste tão competente, proativo, sempre defensor da vida humana, Senador Magno Malta. É um prazer recebê-lo aqui.

Esta audiência já está caminhando para o final com a presença do Dr. Telton, Diretor-Geral do DNPM, e também do Dr. Carlos. O que eu posso dizer até então é que esta audiência, para mim, tem sido de extrema validade, de extrema valia para o nosso conhecimento e, depois, para o do Senado Federal, para que nós possamos fazer algumas correções na legislação. Vou até pedir depois à nossa assessoria que pegue essas notas taquigráficas e passe para o gabinete do Senador Magno Malta, pois eu tenho certeza de que o Senador vai tirar bom proveito dessa fala, das considerações, das nossas perguntas aos nossos convidados.

Eu passo a palavra a V. Exª, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Elton...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Telton? Nunca ouvi: Telton. Sempre é Elton, não é? Telton Elber Corrêa, o Carlos Motta Nunes... Fale seu nome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – O Fred.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – O Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Cumprimento todos os servidores da Casa.

Quarta-feira é um dia complicado, não é? Estava ali num evento que nós iniciamos para dar dignidade aos ciganos no Brasil. Temos quase 1 milhão de ciganos neste País. E o País e os direitos humanos se voltaram para tudo, para pegar cota para tudo e para todo mundo, bolsa cadeia, bolsa preso, mas ninguém nunca focou na questão do cigano. No meu Estado, até uns cinco anos atrás, a identidade dos ciganos era um cartão meu. Eles pegavam meu cartão, plastificavam, apresentavam meu cartão, aí o guarda me ligava, não sei quem me ligava, e tal. São povos, é uma cultura, são irmãos nossos, e não há uma política de educação, não há uma política de saúde, não há uma política de respeito a essa cultura. É uma coisa "absurdíssima", não é?

Então nós começamos um movimento: "Sou cigano, sou brasileiro, não sou trapaceiro." As crianças ciganas crescem, e as crianças que não são ciganas crescem... Está lá no Dicionário Aurélio: "cigano: trapaceiro, desonesto". Mas não são. Não são. Infelizmente nos ensinaram isso, porque é a mística, na minha infância. E há adulto que carrega essa mística até hoje, e tem medo de cigano. Há cigano que vive de cobrança. Não faz mal a ninguém, mas a pessoa paga de medo da mística, porque tem medo do cigano. Ele chega com uma fala mansa, diz que tem uma dívida para receber, faz aquela risada sem som, mostra os dentes de ouro, abre os dentes para a pessoa, e a pessoa sai tomando dinheiro emprestado em outro lugar para pagar o cigano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Minha mãe foi cigana, Senador. Que coisa interessante! Minha mãe foi cigana.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Você deveria estar nessa audiência. Aliás, você está convidado para integrar o movimento conosco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu não sabia, senão estaria sim, viu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Se sua mãe é cigana, você tem sangue cigano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Claro que sim, não há dúvida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Então, nós estávamos ali lutando pelo seu povo.

Eu saí correndo para ir à CCJ. Quando cheguei, já tinha encerrado. Hoje foi mais rápido que imediatamente, não sei por quê. E fui à CDH. Fui lá votar um requerimento meu exatamente para que façamos uma audiência pública com os pescadores que foram vitimados pelo crime cometido pela Samarco; crime. Aquilo não é acidente natural, aquilo é um crime da mão do homem. E é assim que nós temos que entender, porque senão...

Nós não estamos falando, nós não estamos tratando com Santa Casa; não estamos falando com o Instituto Braille do meu Estado, que é um instituto de cegos; nós não estamos falando com entidade filantrópica; nós estamos falando com uma empresa que tem muito dinheiro, muito dinheiro. E tem que responder por esse crime.

A gente foca lá na França, naquela tragédia do atentado na França. O que aconteceu em Mariana, o que aconteceu em Minas e no meu Estado do Espírito Santo, o que aconteceu com o Rio Doce foi um atentado também. Onde há vítima, é um atentado.

As pessoas que vivem ali há 50, 80 anos, desapareceram, a sua cultura, o seu habitat desapareceu. O rio, no meu Estado, o Rio Doce virou um lajedão. Ali tataravô foi pescador, depois o avô, depois o pai, e agora eles, os netos, estão olhando para o rio e dizendo: "Agora nós pescamos onde?" Qual é a média de salário daqueles pescadores, quer dizer, o salário feito por eles mesmos, em cima dos seus barcos? Entre R$1.800,00 e R$2.500,00? Alguns oceanógrafos e alguns pesquisadores e ambientalistas dizem o seguinte: se o rio começar a reagir, a natureza, vai reagir daqui a dez anos, e pode ser daqui a vinte. Quem vai sustentá-los?

Agora eu ouvi a notícia de que a Samarco vai dar uma sexta básica, um salário mínimo e mais 20% para cada família. Isso é uma piada de mau gosto. Nós não estamos falando com uma Santa Casa; nós estamos falando com uma multinacional.

E eu gostaria de ver uma CPI que realmente fosse a fundo, mas aqui eu já estou com os pés atrás, quando eu vi a formação da CPI. No final, no relatório da CPI, o povo de Mariana é que vai ser culpado porque não pensou, um povo desatento, um povo que não prestava atenção, que não ficou olhando para a barragem, entendeu? Morreram por falta de atenção, entendeu? Porque o laudo do Ministério Público é muito claro, de dois anos atrás: olha, não pode renovar nada. Eles têm que consertar aí. Está com uma perna lesionada, o tornozelo está machucado. Conserta! Nada. Então, aquela tragédia foi anunciada. É um crime cometido contra as pessoas. E depois há uma série de outras coisas que a gente precisa discutir.

Lá em Regência, no Espírito Santo, está o Projeto Tamar. As pessoas iam lá, passavam o dia, chupavam picolé, compravam coxinha. O cara que sobrevivia do picolé faz o que agora? As mulheres que faziam artesanato agora vendem para quem? Acabou a vida no lugar. E quem vai repor isso? Tem que ser eles. Nós não estamos falando com Santa Casa. Nós estamos falando com o dinheiro internacional, estamos falando com multinacional. Nós não podemos dar refresco, até porque dar refresco é a mesma coisa de um velório. Eu lembro que, quando mãe morreu, um monte de gente foi, abraçava, uns choravam, batiam no ombro e falavam: "Ó, sou parceiro. Qualquer coisa me procura, me liga. É duro. Conte comigo." Quando mãe foi enterrada, dois

dias depois, não achava um. Esfriou o defunto, acabou, irmão, acabou. Nem parente lembra mais. Se a gente deixar esse defunto esfriar lá, esses caras vão ficar impunes. Culpado é o povo lá de Regência. Culpados são os pescadores, que são burros mesmo, que já deviam ter saído antes, entendeu? É assim.

Daquela CPI do Banestado que houve aqui, quando eu pedi para sair, me retirei dizendo o seguinte: eu vou sair porque sei que, no final, as culpadas serão as sacoleiras do Paraguai. E não deu outra.

Então, estava ali discutindo isso. E vim aqui porque disseram: "Estão falando lá sobre"... Eu nem sabia desse encontro hoje. Na verdade, nós estamos ouvindo os técnicos de governo e tal, que é outro viés, que, no fundo, também não tem nada a ver com vocês.

Você está falando de orçamento aí, de como executar orçamento em um país roubado, em um país que foi aparelhado para ser assaltado. Executar o quê? Em um país estuprado, violentado, em que, em um advento como esse, a Presidente leva dez dias para ir de helicóptero ao local e nem desceu para pegar na mão daqueles desgraçados, porque também ninguém ali é digno de pegar na mão dela, é muita coisa para a gente discutir, é muita coisa para a gente falar.

Realmente, buscar caminhos e botar essa gente para ter um pouco mais de dificuldade? Porque se você cortar uma árvore, o Ibama te prende. Se você cortar um galho de uma árvore no fundo de sua casa, no seu quintal, e seu vizinho te dedurar, você está lascado. Se você matar uma anta lá na Amazônia, você pega cinco anos. Mas o problema não é a anta. Anta somos nós que fizemos essa lei – quer dizer, nós não; graças a Deus, eu nem estava aqui –, essa aberração.

Pelo novo Código Penal brasileiro – porque disseram que o outro tem 70 anos, é velho, é doente, é esclerosado, está com Mal de Parkinson, ainda bebe cachaça, fuma *crack*, é doidinho – que eles estão propondo, para quem usa todo tipo de droga, não estuda e vive bêbado é o seguinte: lesão corporal – não tem nada a ver com esse assunto aqui, mas é só para que entendam, aliás, não tem, mas tem, porque sai um monte de lei idiota daqui –, o cara pega seis meses de cadeia; abandono de vulnerável, abandonou a sua criancinha pequenininha, só seis meses; abandono de vulnerável, abandonou seu pai com 100 anos, pega seis meses; lesão corporal, o cara te dá uma porrada, rasga a sua cara toda, pega 200 pontos, seis meses. Aí vem outro capítulo. Se você for pego vendendo uma pena de pavão na feira, cinco anos de cadeia. Se você tirar o ninho de um passarinho do local, cinco anos de cadeia. Se você bater em um cachorro, sete. Ora, ninguém tem que bater em animal nenhum. Eu dizia para os intelectuais, os nobres que o Presidente Sarney, na época, convocou para poder fazer essa peça lindíssima: Então, quer dizer que, se eu for mordido por um cachorro, eu tenho que bater no dono, porque eu pego seis meses. Se eu bater no cachorro, eu pego sete anos. Essas aberrações não têm sentido.

Então, eles estão assim: se você vê o Presidente da Samarco falar, fica com dó. Você fica com dó. Parece que aquele rapaz está no fantástico mundo de Bob, ele está no país de Alice, ele está falando como se ele não estivesse aqui, como se estivesse sonhando. Sabem por quê? Por causa dessa legislação que aí está, sobre a qual V. Exª falou, que foi de proveito, que colocaram aí para poderem fazer proposições para a frente. Sabem? Proposições para frente.

E aquilo ali é o seguinte, aquilo ali é um alerta, porque, em Minas Gerais, com a cultura do minério, se realmente não endurecerem, muitas outras Marianas nós teremos.

Hoje, graças a Deus, porque tem muitos afluentes o Rio Doce, esses afluentes, esses pequenos que entram no Rio Doce vão ajudar a empurrar essa lama. A gente não sabe se com 10 ou 20 anos. E acabaram vidas de pessoas ao longo do rio.

De maneira que é esse debate que eu quero fazer. É muito interessante ouvir a ANA, ouvir o DNPM, o DNPM principalmente; o DNPM principalmente.

Acho que esse marco regulatório da mineração precisa sair, sabem? Eu não sei por que nunca saiu, porque sentaram em cima dessa peste, se sentaram em cima não sei se para tratar do troço muito seletivo, não sei que desgraça é. Mas nunca saiu. E ele precisa sair. Ele precisa sair, porque, senão, nós teremos outras Marianas.

Eu gostaria que V. Exª realmente fizesse o que pediu a sua assessoria, que me desse a cópia do que ocorreu hoje aqui, porque eu não tive oportunidade nem de ouvir o Sr. Carlos nem o Sr. Telton. Mas, pelo menos, vi um nome diferente. É tanto nome igual! O seu, hoje, me chamou atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Magno Malta.

O Senador Magno Malta, aqui na Casa, é muito ativo e tem discursos sempre muito contundentes, mas com muito conteúdo.

Eu quero aproveitar este momento para dizer aqui, ao vivo, da admiração que eu tenho por V. Exª, porque o povo precisa realmente entender o que nós pensamos. Nós não estamos aqui para fazer discursozinhos bonitos. Nós estamos aqui para falar o que nós achamos, o que nós sentimos e representar o nosso povo. E V. Exª faz isso com muita sabedoria, viu, Senador Magno Malta? As minhas admirações.

Portanto, vamos ser mais breves um pouco. Já estamos aqui há praticamente três horas e meia, quatro.

O problema financeiro é gravíssimo, o problema de recursos humanos no DNPM é grave, mas duas coisas aqui me chamaram muita atenção, só para a gente passar para o Dr. Marcos.

Veja só, Senador Magno Malta, foi colocado aqui pelo Dr. Telton, respondendo a nossas perguntas, ele deu mais uma informação, que há uma tecnologia hoje utilizada nos Estados Unidos, Espanha, Chile e Canadá sobre essas barragens de rejeitos de minérios. Há uma tecnologia em que a parte líquida praticamente não existe, fica só o sólido. Veja só que coisa interessante! Eu vou debruçar em cima desse tema e talvez ir *in loco* ver essa tecnologia. Por que o Brasil não a está usando? Se nós tivéssemos essa barragem só de resíduos sólidos ou com um mínimo de líquido, jamais teria acontecido essa tragédia enorme.

Outra coisa que me preocupa muito aqui – eu quero só fazer essa pergunta para o senhor, Dr. Telton –, V. Sª colocou isso, é o seguinte: que o Departamento Nacional de Produção Mineral se atém tão somente às informações, praticamente, melhor assim dizer, tão somente às informações prestadas pelas próprias mineradoras.

E aqui, Senador Magno Malta, já foi detectado que o volume colocado naquela barragem de São Marcos era vinte vezes maior do que informado ao Departamento Nacional. Veja só.

Eu faço só esta pergunta a mais para o senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É crime mesmo. Então, eu coaduno com V. Exª. Ou seja, você dizer que há 20% a menos de um volume de rejeitos de minério numa barragem indica uma intenção criminosa sim. Eu coaduno com V. Exª.

Então, eu pergunto ao senhor, para passar ao Dr. Marcos: o senhor acha que o DNPM deveria, ao longo desse tempo, ter balizado tão somente nessas informações das empresas? O senhor acha isso correto?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Senador, o senhor se referiu a uma notícia que eu disse que estamos averiguando. Essa questão do volume que foi eventualmente colocado lá *vis-à-vis* com o que foi informado pela empresa está sendo averiguada e fará parte desse relatório final. Não temos ainda a confirmação desse volume tão extraordinário que pudesse ser lançado pela empresa.

Com relação à fiscalização que foi feita especificamente na Barragem do Fundão, foi uma fiscalização presencial em 2012, pelo departamento; e em 2013, 2014 e neste ano foi entregue um certificado de estabilidade de barragem, junto com todas essas informações a que o senhor se refere. E isso está sendo averiguado, quer dizer, se cumpriu a legislação.

O que estamos aqui debatendo é, de fato, que a gestão desse risco se concentra na empresa, ou seja, ela é que fornece a informação, ela que se propõe a dar as informações. E a nossa fiscalização é em cima da informação dada. Mas está sendo averiguado agora se houve omissão ou se houve algum tipo de irregularidade nessa informação apresentada. Constatado isso, serão aplicadas as sanções que o departamento pode aplicar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o senhor vê segurança nessas informações das grandes mineradoras? O senhor acredita e vai continuar acreditando que essas informações são precisas? No caso de Mariana, por exemplo, esse desastre já estava anunciado.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Senador, estávamos comentando agora há pouco que, dependendo das causas do acidente, tem que se apurar o que realmente aconteceu. Dessa barragem que rompeu, do ponto de vista da sua estruturação, as informações que tínhamos eram a de que se tratava de uma barragem considerada segura, inclusive estava certificada como de baixo risco. Mas existem, de fato, indícios de que o empreendedor deveria ter feito um acompanhamento mais frequente do comportamento daquela barragem e tomado as devidas providências de reforço das suas estruturas. Do ponto de vista da engenharia e da documentação apresentada, inclusive com responsabilidade técnica e auditada, estava de acordo com a legislação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Os senhores têm... A renovação da licença passa pelo DNPM?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – A licença ambiental? Não. A licença ambiental é do Estado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Porque a orientação também, o laudo é do Ministério Público Estadual. Então, vocês, o DNPM, não tomaram conhecimento desse laudo de dois anos atrás, não é?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Não. Do laudo, não. O DNPM não faz a certificação de segurança de barragem. Ele faz uma fiscalização, como foi explanado aqui, em cima da documentação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Mas você acha que, a partir desse advento, seria importante passar a fazer, receber essa atribuição?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Eu acho importante discutirmos quem faz a gestão do risco, não somente a documentação. Ou seja, quem toma providência ao saber de alguma anomalia, algum problema de

segurança de barragens. Isso tem que ser revisto. A legislação, hoje, diz que é de responsabilidade do empreendedor essa gestão de risco. E isso precisa ser rediscutido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Olha só, Senador Magno, essa gestão de risco que o Dr. Telton está ratificando, porque ele já havia dito, diz que quem classifica o risco dessas barragens é a própria empresa. Está errado! Ele jamais vai dizer: "A minha barragem tem risco médio ou tem risco alto". Vai dizer que o risco é pequeno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É como o Detran falar o seguinte: "Na época de emplacar o seu carro, você mesmo faça a perícia; traga aqui e fale para mim se está bom ou se está ruim." Entendeu? É a mesma coisa. É a mesma coisa de falar: daqui para a frente, o Detran não faz mais perícia de automóvel, o dono mesmo faz. Entendeu ou não?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pronto, e foi o que aconteceu com a Samarco.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Senador, só um esclarecimento, quem faz a classificação de risco...

Paulo, por favor.

Quem faz a classificação de risco, na verdade, é uma resolução do CNRH. Ele estabelece os critérios e, na empresa, obedecendo a esses critérios, é feita a classificação de risco. Quem informa isso, na verdade, é a empresa, mas baseada numa resolução do CNRH.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Mas ela obedece aos critérios como? Documental, ou preenche uma ficha dizendo que está certo ou errado?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Exatamente. Existe uma série de critérios que ela tem que observar: se tem conteúdo tóxico, se tem um determinado volume, se tem a avaliação. Ela fornece dados e é feita a classificação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Com tudo isso, é muito frouxo, é muito ruim. É muito ruim! Isso tem que ser lei, mesmo. Um troço desses tem que se tornar crime hediondo, irmão. Os responsáveis por isso aí, a partir de uma tragédia dessas, esses gestores têm que responder por crime hediondo.

Veja, uma legislação dessas é fácil demais. É a mesma coisa, mesmo, de se falar com um cara: você faça a perícia do seu carro e mande pela internet para mim, fale que está tudo certo ou que está tudo errado. O cara vai dizer que está tudo errado? Não vai dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu acho que vai servir para que se mude, para que se faça uma legislação. Nesse marco regulatório, nós não podemos deixar passar isso. Aliás, faz parte de não deixar o defunto dormir esse marco regulatório. Ele não tem que ir com o caixão desse defunto, ele tem que estar vivo. Ele tem que sair e tem que ser modificado. E essas coisas têm que entrar, porque é muito fácil. Uma empresa dessa, olha só, a Vale do Rio Doce!

E também já existe uma denúncia de que a Vale não tinha autorização para depositar lá e estava depositando, também, sem autorização. E tem quem fiscalize isso?

Então, nesse meio, tem corrupção, tem um monte de trem aí. É por isso que eu não acredito, Deus que me perdoe, nessa formação dessa CPI aí. Entendeu ou não? Porque não vão ter tutano para chegar a isso aí, não. E é preciso chegar. É preciso responder para as pessoas. É preciso responder para a Nação.

Essas informações são muito preciosas. Acabaram de dar uma informação aqui absolutamente preciosa. Isso não tem que ser resolução de lugar nenhum, tem que ser é lei, mesmo, e acabou. O cara cumpre ou não cumpre. Aí, você pega uma resolução e dá para o cara: preenchidos os requisitos legais... Tem mãe? "Tem". Tem pai? "Tem". É formado? "Sou". Tem curso superior? "Tenho". O que tem nesse troço aí? Tem mercúrio? "Não". Aí o cara entrega o troço e está aprovado.

Eu acho que o pouco que estou participando aqui, para mim, me dá uma luz muito grande daquilo que se precisa fazer nesta Casa, porque tem que ser muito mais do que reunião, do que audiência pública, do que isto: ouviu, entrou num ouvido e saiu no outro. Eu acho que é preciso efetivar. E efetivar é ação, e uma ação investigatória, porque isso passou a ser caso de polícia. Isso é caso de polícia!

E a segunda coisa é que nós precisamos determinar as coisas nesse marco regulatório. Quer dizer, se esse marco regulatório tivesse sido aprovado, quem sabe nós teríamos evitado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Magno Malta, o Dr. Telton não afirmou, porque ainda está em análise, mas a imprensa noticiou que a Samarco indicava, em 2012, que a estrutura dessa barragem acumulava 20 vezes menos rejeitos do que o volume liberado pela catástrofe.

Portanto, permita-me, eu quero passar a palavra ao Dr. Carlos Motta Nunes, para que ele dê resposta às nossas indicações.

Por favor, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS MOTTA NUNES – Muito obrigado.

Eu vou começar com a pergunta do Senador Flexa Ribeiro. Ele perguntou se no Pará existiam barragens classificadas como de risco alto. Essa pergunta dele, como as demais feitas pelo Senador Ataídes, relaciona-se com as informações que nós temos no Relatório de Segurança de Barragens, que eu já citei, durante a minha fala. Então, dentre as informações recebidas para o Relatório de Segurança de Barragens 2014, não havia barragens para armazenamento de água com categoria de risco alto no Estado do Pará. Havia somente barragens de mineração – eu não lembro o número –, mas algumas delas continham essa classificação de categoria de risco, explicada pelo Dr. Telton anteriormente.

O senhor colocou a questão das condições de trabalho, de recursos. O que eu posso dizer é que, no caso da Agência Nacional de Águas, a nossa principal dificuldade é recursos humanos – nem tanto a quantidade –, é aumentar a quantidade de pessoas que possam fazer as fiscalizações e capacitá-las. O que acontece? O último concurso da agência, para especialista, foi anterior à promulgação da Lei de Segurança de Barragens, então, não existia, na prova de seleção do especialista da ANA, o requerimento do conhecimento de segurança de barragens. Assim, precisamos capacitar a equipe existente, os que são engenheiros, para poderem também atuar, fazendo a fiscalização de forma adequada, porque, para o corpo técnico da agência, até o último concurso, como não tínhamos atribuição legal, isso não foi uma exigência do concurso. Agora, temos que nos adaptar e estamos trabalhando nisso.

Quanto à questão financeira, para o ano que vem, provavelmente, teremos um corte muito grande no orçamento, como todos os órgãos da Esplanada, e isso pode, de alguma forma, afetar-nos.

Sobre as perguntas que o senhor fez com relação ao relatório, a primeira foi sobre a situação das barragens de Mariana no último relatório. Como informei, as informações que compõem o Relatório de Segurança de Barragens vêm de cada órgão fiscalizador. Então, nós recebemos do DNPM, em janeiro deste ano, mais ou menos, aquela tabela que foi apresentada aqui, com a classificação das barragens. A Barragem de Mariana estava classificada como categoria de risco baixo e dano potencial alto. Essa é a informação que consta do relatório, a informação recebida em janeiro pelo DNPM.

O senhor relata que, no nosso relatório, em mais da metade dos casos, não se conhece o volume das barragens e não se conhece a altura e indaga como é possível ter um relatório confiável. Na verdade, até 2010, não havia uma legislação de segurança de barragens, era um assunto que era solto, não existia nenhum órgão para tomar conta dessa quantidade toda de barragens. Então, não havia um cadastro, não havia informações cadastrais, no Brasil, de uma maneira organizada. Com advento da lei, os quarenta e poucos órgãos que começaram a receber essa atribuição começaram a buscar: quais são as barragens? Quais são os seus dados cadastrais? Então, o que nós temos hoje são as informações que foram possíveis de serem levantadas, ao longo desse período, desde que os órgãos assumiram. Assim, quando temos só algumas barragens com informações incompletas, é porque os outros órgãos, os demais órgãos estão buscando essas informações, seja solicitando ao empreendedor, seja indo ao campo para poder levantar as informações.

A questão da confiabilidade do relatório. Na verdade, coloco isso sob uma outra ótica: dá-se pela importância de termos essa estatística. Com isso, ao longo do tempo, vamos conseguir avaliar e ver o quanto estamos evoluindo, o quanto nós, sociedade brasileira, estamos conseguindo mais informações sobre a segurança de barragens. Esse é o estágio atual. Não temos muitas informações. As informações estão sendo levantadas. Ao longo dos anos, com a publicação do relatório, vamos comparando, anualmente, como está essa evolução. Por isso, a importância de se apresentar essa informação.

Como é feita a cobrança dos dados, prazos e penalidades? Esses dados vêm de cada... A ANA, para elaborar o Relatório de Segurança de Barragens, segue a Resolução nº 144, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece todo o procedimento e diz que cada órgão fiscalizador, até 31 de janeiro de cada ano, tem que mandar para a ANA as informações sobre as suas barragens. A ANA recebe e consolida essas informações. Cada órgão coleta, junto aos seus empreendedores, e encaminha à ANA, que junta tudo, consolida e prepara o relatório.

Não existe uma penalidade para o órgão que não envia essa informação, mas há uma penalidade indireta: a gente informa no relatório que órgão não enviou a informação. Então, na resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, está lá; a gente tem que dizer quais órgãos enviaram e quais não enviaram. Então, isso é o máximo da penalidade, mas é a exposição pública de não ter cumprido a demanda de enviar as informações; é assim que a resolução do Conselho nos permite trabalhar.

Sobre a questão da classificação, de que apenas 11% foram classificadas, que o senhor coloca, a questão da classificação, ela foi feita, a resolução da classificação é de 2012, o relatório é de 2014, então ele pega dois anos desde que a publicação da resolução do conselho foi feita. Então, é um período de dois anos. Onze por cento sendo classificadas não é um número que a gente possa considerar ruim, porque a classificação, o trabalho, você conseguir... O que foi feito? Achar todas as barragens, conseguir levantar os dados cadastrais

dessas barragens e você precisa dos dados cadastrais para poder classificar. Então, num universo de 15 mil de que a gente está falando, esses 11%, em cinco anos de implementação da lei, mas dois anos somente em que há critérios para a classificação, não chegam a ser ruim. Em números brutos, nós estamos falando de mais de 500, 600. Entendeu? Então, eu não posso considerar isso como um número ruim.

Eu queria fazer um relato. Agora, em meados de julho, agosto, no âmbito da nossa assistência técnica com o Banco Mundial, a gente pediu e o Banco Mundial trouxe um especialista dele, referência mundial em segurança de barragens, e fez uma avaliação, fez visitas a vários órgãos para comparar como está a nossa política em relação a outros países. Como nós estamos? A conclusão a que ele chega é a seguinte: nós estamos ainda na infância da política de segurança de barragens. Em outros países, como os Estados Unidos ou o Canadá, há mais de 30 anos isso vem sendo implementado. Então eles estão mais avançados do que a gente? Sim, eles estão, mas eles estão 25 anos pelo menos à nossa frente. Então, o que ele colocou é: existem coisas que precisam ser melhoradas, como essas que eu levantei, mas nós estamos dentro do que seria um padrão normal pelo prazo em que o País, a nossa sociedade despertou para o problema da segurança de barragens, que foi quando da aprovação de lei, em 2010. Então, esse foi o resultado do estudo que foi apresentado para a gente.

V. Exª pergunta se dá para mapear a possibilidade de nova tragédia. Mesmo a classificação por categoria de risco, como o Dr. Telton explicou, não permite mapear essa nova tragédia, tanto que a barragem que rompeu é uma barragem que estava classificada como categoria de risco baixo. Isso não impede. Na verdade, o que dá para fazer é não mapear, mas a gente ter um olhar um pouco diferenciado para aquelas barragens que estão classificadas como categoria de risco alto; a gente tem uma condição de melhorar as nossas ações de prevenção. Mas mapear e dizer que estamos seguros ou onde vai acontecer não é viável com o nível de informação de que dispomos no momento.

O senhor também pergunta sobre a questão dos PAEs, que existe um número pequeno e se existe explicação formal para a não apresentação de PAEs pelas mineradoras. No caso das mineradoras, eu passaria isso para o Dr. Telton responder porque eu não recebo na ANA a informação específica do dado, mas também tem a questão de todo um processo de regulamentação da lei. Então, existe um encadeamento. A lei diz que você tem que ter Plano de Ação de Emergência, mas ela diz também que o órgão fiscalizador tem que exigi-lo daquelas barragens classificadas como dano potencial alto, e a classificação começou só a partir de 2012 e de 2013. Então, também existe esse prazo para a elaboração dos planos, o prazo para que, a partir do momento em que o empreendedor tenha a sua barragem classificada, ele elabore esse Plano de Ação de Emergência.

Acho que é isso. Não sei se eu respondi a todas as questões.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Com a palavra, só para complementar então, Senador.

Sim, o PAE (Plano de Ação de Emergência) é obrigatório também, tem que ser apresentado à Defesa Civil, protocolizado na Defesa Civil e apresentado nas prefeituras municipais de cada empreendedor, e é comunicado ao DNPM se foi feito ou não. O DNPM, tendo essa comunicação, também verifica se, de fato, isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Nós temos aqui dois *e-mails*, um do Sr. Manoel Clemente Miranda, do Pará: "Pergunto por que o Governo não utiliza o mesmo rejeito de mineração nas ruas e rodovias, pois já existem estudos técnicos que comprovam a qualidade e a eficácia desses rejeitos."

Para mim, é uma novidade, é uma informação valiosíssima. E eu até pergunto aos nossos convidados, Dr. Telton e Dr. Carlos, se eles já tinham informações sobre a utilização desse rejeito – nós falamos sobre o aproveitamento, não é?

Também, aqui, Valber Magno Saraiva Girão, do Ceará, da cidade de Horizonte: "Ocorrem danos ambientais graves decorridos da construção de um lixão que invade o Rio Mal Cozinhado, causando severos danos à comunidade. Diante disso, solicito providências."

Pois é, essa história aqui eu achei interessante, não é? Os senhores têm alguma informação com relação a isso? Tem informação, Dr. Telton, sobre essa indagação do nosso telespectador Manoel Clemente Miranda, do Pará?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Não, infelizmente, a questão de resíduos sólidos não é da nossa competência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Também não.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Mas, no que se refere à primeira pergunta sobre uma eventual utilização econômica de rejeitos de mineração, nós temos vários casos, inclusive, de sucesso. Posso citar, por exemplo, as cinzas do carvão mineral, que são utilizadas em termoelétricas e são utilizadas em construção civil com excelentes resultados; subprodutos da mineração em geral que geram rochas, que geram material inerte, podem ser utilizados também em construção civil, inclusive em pavimentação rodoviária. Ou seja, nós temos vários

casos. Havendo essa possibilidade, a lei, inclusive, prevê esse tipo de utilização. É preciso, sim, uma autorização do departamento, mas isso aí é plenamente possível tecnologicamente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois, bem.

Então, só para a finalização, quero fazer um registro: eu estive no meu Estado, o nosso querido Estado do Tocantins, pelo qual eu sou Senador, onde resido e é a minha terra natal, e fiz uma visita ao Desembargador Marco Villas Boas. O Dr. Marco Villas Boas foi o segundo desembargador nomeado mais jovem no Brasil – na época, aos 39 anos de idade. E ele acabou de fazer um doutorado agora na Universidade de Lisboa. Só para fazer esse registro, aqui eu cito as palavras do Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas que, embora se refira especificamente à atividade de mineração em terras indígenas, se aplica com perfeição a qualquer tipo de intervenção humana potencialmente poluente. Ele diz – aspas –: "É preponderante que o princípio da prevenção, em elevado grau de intensidade e de produtividade, premie a pesquisa de lavra, assim como as fases posteriores de estudo com vista a autorização e licença de instalação do projeto. Mas todas as fases de execução sempre com obediência às condicionantes indicadas nos estudos de impacto socioambiental, mantendo-se um explícito caráter de provisoriedade em relação ao seu funcionamento, cuja análise deveria ser feita, pelo menos, a cada seis meses após rigorosas inspeções." E ele continua aqui. Mas nós já estamos aqui há algumas horas e eu quero, mais uma vez, parabenizar esse tão jovem Desembargador Marco Villas Boas, lá do meu querido Estado do Tocantins. E quero aprofundar mais nessa tese que ele defendeu em Lisboa recentemente.

Quero, mais uma vez, então, agradecer a presença do Dr. Carlos Motta Nunes, também agradecer a presença do Dr. Telton Elber Corrêa e também dos seus assessores ou companheiros da ANA e do DNPM. Agradeço a presença de todos aqui, a presença e a colaboração de todos os funcionários desta douta Comissão.

Encerro esta reunião agradecendo a Deus por ter nos dado esta oportunidade e a sabedoria de discutirmos hoje, aqui, nesta quarta-feira, este assunto de tamanha relevância para o povo brasileiro.

Finalizando, quero dizer que vamos nos debruçar sobre a parte legislativa, para que nós possamos, então, fazer as devidas correções na legislação. Eu percebo que há muitas leis, mas elas precisam, inclusive, ser melhoradas.

Agradeço a todos.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2015.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Paulo Rocha e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp e Douglas Cintra**.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à pauta, destinada à apresentação e votação do plano de trabalho da subcomissão. Após a leitura pelo relator, Senador Paulo Rocha, o plano de trabalho é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às quinze horas e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flexa Ribeiro
Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a
Execução das Obras da Usina de Belo Monte

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião tem por finalidade a apresentação e votação do plano de trabalho da Subcomissão.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Rocha, para que faça a apresentação do plano de trabalho da Subcomissão Temporária de acompanhamento da implantação da Usina de Belo Monte, no Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade este plano é para dar continuidade ao papel da Comissão, que já é conhecido e vem trabalhando há algum tempo, é mais para dar continuidade ao papel da Subcomissão, que tem como objetivo examinar as questões sociais, técnicas, econômicas e ambientais relacionadas à construção da Usina de Belo Monte.

O plano consiste em, além da equipe de trabalho, que acompanhará sempre os Srs. Senadores, envolver a chamada sociedade civil organizada, digamos assim, comporá uma equipe que ajudará a Comissão de Senadores a cumprir a sua obrigação e seus objetivos como Subcomissão de Fiscalização, na dita hidrelétrica.

Portanto, propomos que sejam convidados para acompanhar os trabalhos, além da equipe técnica, que seria composta por servidores Raimundo Franco Diniz, como Secretário; Ewerton Pacheco, como apoio técnico; Edmundo Montalvão como Consultor Legislativo e Gustavo Cerqueira também como Consultor Legislativo da área ambiental. Um Consultor seria da área de minas e energia e o outro, da área de questão ambiental.

Propomos ainda que seja convidada para acompanhar os trabalhos a OAB do Pará, como um representante. Na OAB eles se organizam também em comissões, e deverá ter uma comissão de meio ambiente, que comporá essa equipe. Então, teria uma representação da OAB do Pará, do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual, do Consórcio de Municípios da região impactados pela barragem, das Câmaras de Vereadores dos Municípios atingidos pela barragem, assim como também dois representantes da sociedade civil organizada dos Municípios atingidos pela barragem, da Agência Nacional de Energia, do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Águas (ANA).

Propõe-se também que sejam requeridos os seguintes documentos: ao Ibama, toda a documentação relativa a acompanhamento e cumprimento do condicionamento da licença ambiental; à Norte Energia, relatório sobre andamento das obras, em relação ao cronograma estabelecido junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); à ANEEL, resultado da fiscalização das obras de Belo Monte; e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, cópias dos processos judiciais sobre as questões ligadas à hidrelétrica e demais documentos que entenderem úteis.

Programa de atividades. Diligência: destina-se a acompanhar o andamento das obras e o cumprimento, por parte do empreendedor, das condicionantes da licença de instalação expedida pelo Ibama. A diligência

será realizada em Altamira e Vitória do Xingu, no Pará. Período: mês de julho, conforme a agenda dos próprios Senadores da Comissão.

Primeira audiência pública: destinada à obtenção de informações e debate sobre o estado atual de execução das obras de Belo Monte, o cumprimento dos cronogramas estabelecidos e a previsão para conclusão das obras. Para essa audiência seriam convidados: Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Presidente da empresa Norte Energia; representante do Governo do Estado do Pará; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica e, representante do Ministério de Minas e Energia.

Data prevista: meados de agosto de 2015

Segunda audiência pública: destinada a obter informações e debater sobre o cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à empresa Norte Energia S.A.; verificar o andamento das obras de infraestrutura necessárias para a prestação de serviços públicos à população afetada, e debater os impactos ambientais presentes e futuros às comunidades tradicionais e à população indígena.

Para presente audiência pública, convidamos: representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante da empresa Norte Energia; representante do Ministério Público Federal e representante do Ministério Público Estadual.

Data prevista: meados de setembro de 2015

Terceira audiência pública: destinada a debater com representantes da sociedade civil, das organizações civis e do Poder Público os impactos presentes e futuros da implementação e operação da UHE Belo Monte; discutir se as condicionantes impostas nas licenças ambientais estão sendo cumpridas e se são efetivas para mitigar e compensar os impactos socioambientais causados pelo empreendimento, e verificar o andamento e as condições de reassentamento de famílias.

Para presente audiência pública, convidamos: representante das populações ribeirinhas; representante das populações indígenas; representante da Fundação Nacional do Índio (Funai); representante do Ministério Público Federal; representante do Ministério Público Estadual; representante dos Municípios afetados; representante do Governo do Estado do Pará; representante da sociedade (Fort Xingu).

Data prevista: setembro de 2015.

Desenvolvimento dos trabalhos. O presente programa de trabalho não é exaustivo, mas apresenta apenas os passos que inicialmente foram visualizados como necessários à consecução dos objetivos a que se destina esta Subcomissão. As sugestões que advierem posteriormente dos pares da Subcomissão, à sua aprovação poderão ser recepcionadas e incorporadas ao planejamento dos trabalhos, sem qualquer obstáculo.

Após a diligência, a Subcomissão terá uma reunião administrativa para avaliar o estado atual do projeto e propor um plano de acompanhamento permanente da implantação da usina e do cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Paulo Rocha.

Coloco em discussão o plano de trabalho apresentado pelo nosso Relator, Senador Paulo Rocha.

Senador, eu gostaria de sugerir a V. Exª que, tanto na segunda quanto na terceira audiência pública, pudéssemos também incluir um representante do Ministério Público Estadual – na segunda e na terceira reuniões. Como há indicação de um representante do Ministério Público Federal, e eu sugeriria também um representante do Ministério Público Estadual na segunda e na terceira reuniões.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Acho que não há conflito, até porque, já na primeira proposta, estão incluídos os dois ministérios. Então, é só agregar também às audiências seguintes o convite às representações do Ministério Público Estadual. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª.

Continua em discussão a proposta de trabalho do Relator. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira pronunciar-se, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o plano de trabalho apresentado pelo Relator, Senador Paulo Rocha, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar, eu queria só lembrar aos participantes, Senadores que participam desta Subcomissão de acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte, que, em 11 de fevereiro de 2015, a empresa Norte Energia, proprietária do empreendimento, fez o encaminhamento, solicitando a licença de operação do empreendimento. Então, o empreendimento está chegando à sua fase pré-operação e deve começar a gerar energia ou no final de 2015 ou no início de 2016, o que nos leva a ter uma preocupação bem maior com relação às ações que venham a mitigar o impacto da implantação do projeto.

Então, é importante que a Subcomissão possa, através da proposta do Senador, Relator Paulo Rocha, e a gente possa acelerar os trabalhos da Comissão, para que, ao mesmo tempo em que a usina, a barragem fique pronta e passe a gerar energia, as ações mitigadoras também sejam concluídas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Inclusive, Presidente, especificamente, tenho até de fazer uma consulta aos nossos assessores para ver se nós poderíamos também, depois, acompanhar a construção do linhão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – Muito interessante.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Trata-se da transmissão da energia para o centro-sul, o que me parece já deveria também ter começado e ainda está, ao que me parece, em atraso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade. É lamentável...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Como é que se, vamos dizer, ativa a produção de energia e se atrasa também, depois, a transmissão?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade, Senador. Já não será o primeiro. Lamentavelmente, aconteceu isso na geração de energia eólica. Se não me falha a memória, ou no Rio Grande do Norte, ou na Bahia, o parque de geração ficou pronto, e tinham se esquecido de fazer o linhão de transmissão. Então, a energia está sendo gerada e, como não pode ser acumulada, está sendo perdida.

Então, a lembrança de V. Exª é importante. Vamos, junto com o Ministério das Minas e Energia, verificar que empresa venceu o consórcio para a execução do linhão, para que possamos também, incluindo no trabalho da Subcomissão, fazer o acompanhamento da execução desse linhão.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ao que eu sei, foi um consórcio com capital majoritário chinês e com consórcio de empresas nacionais, inclusive estatais. Havia impasses iniciais, porque os chineses queriam trazer inclusive os operários da China para fazer a construção. Eram cerca de 11 mil chineses. Criou-se o impasse aqui, que parece já estar sendo resolvido, mas há também problema ambiental, porque o linhão vai cortar parte da Floresta para sair da Amazônia, e vai ter com certeza essas dificuldades ambientais de novo, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Governo conseguiu fazer o Linhão de Tucuruí até Manaus, atravessando realmente toda a Floresta Amazônica. Com certeza, terá condições de fazer esse que vai de Belo Monte atender o Sul e o Sudeste do nosso País.

Vamos, talvez, Senador Paulo Rocha, não na discussão dentro da Comissão de Meio Ambiente, mas dentro da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, discutir uma solução para o Estado do Pará, para que possamos ter, em todos os Municípios, energia firme. Parece-me que, dos 144 Municípios do Pará, 22 ainda têm energia termoelétrica, e um meio de se fazer uma diferenciação para os projetos que sejam executados no Pará tenham um diferencial da energia por sermos produtores.

Essa é uma discussão que podemos levar à Comissão de Infraestrutura.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, dou por encerrada esta 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras de Belo Monte.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2015.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia nove de junho de dois mil e quinze, no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira e Douglas Cintra. Deixa de comparecer o Senhor Senador Roberto Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2015-CMAOBRAS. Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, informações sobre as obras inacabadas no país, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (i) foram iniciadas mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, (ii) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (iii) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho. Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos: 1 - Unidade da Federação onde a obra está localizada; 2 - data de início da obra; 3 - data da paralisação da obra; 4 - tipo da obra; 5 - valores já pagos em função da obra; e 6 - motivo da paralisação da obra. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2015-CMAOBRAS. Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, informações sobre as obras inacabadas no país, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (i) foram iniciadas mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, (ii) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (iii) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho. Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos: 1 - Unidade da Federação onde a obra está localizada; 2 - data de início da obra; 3 – data da paralisação da obra; 4 - tipo da obra; 5 - valores já pagos em função da obra; e 6 - motivo da paralisação da obra. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2015-CMAOBRAS. Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União - CGU, Valdir Moysés Simão, informações sobre as obras inacabadas no país, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (i) foram iniciadas mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, (ii) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (iii) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho. Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos: 1 - Unidade da Federação onde a obra está localizada; 2 - data de início da obra; 3 - data da paralisação da obra; 4 - tipo da obra; 5 - valores já pagos em função da obra; e 6 - motivo da paralisação da obra. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dezesseis horas e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira
Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento
e Fiscalização de Obras Inacabadas

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos à luta!

Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Senadores e às Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado.

A presente reunião tem por finalidade a leitura e a votação de três requerimentos de minha autoria.

Vamos, então, ao item 1.

Aqui, nós vamos fazer, Senador Douglas, uma pequena retificação: eu requeiro, aqui, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal. Existe esse pequeno erro que nós vamos, então, retificar.

ITEM 1
Requerimento Nº 1, de 2015

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, informações sobre as obras inacabadas no País, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (I) foram iniciadas mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, (II) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (III) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho. Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos: 1 - Unidade da Federação onde a obra está localizada; 2 - data de início da obra; 3 - data da paralisação da obra; 4 - tipo da obra; 5 - valores já pagos em função da obra; e 6 - motivo da paralisação da obra.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em votação.
Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item 2 da pauta: Requerimento nº 2.
Requeiro também – vamos fazer essa pequena retificação aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, pois bem!
Requeiro nos termos do artigo.... Ah! Este aqui não é para ministro... Este aqui também é um ministro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah! Ao Executivo. O.k.
Obrigado, Raimundo.

ITEM 2
Requerimento Nº 2, de 2015

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, informações sobre as obras inacabadas no País, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (I) foram iniciadas mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como aquelas que, (II) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (III) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho. Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos: 1 - Unidade da Federação onde a obra está localizada; 2 - data de início da obra; 3 - data da paralisação da obra; 4 - tipo da obra; 5 - valores já pagos em função da obra; e 6 - motivo da paralisação da obra.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em votação.
Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Requerimento nº 3 do item 3.

ITEM 3
Requerimento Nº 3, de 2015

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União - CGU, Valdir Moysés Simão, informações sobre as obras inacabadas no País, financiadas com recursos da União, assim consideradas aquelas que (I) foram iniciadas mas se encontram paralisadas sem conclusão, bem como

aquelas que, (II) embora estejam em andamento, extrapolaram o prazo inicialmente previsto para sua conclusão, e também as que (III) não tenham sido iniciadas apesar de precedidas de regular empenho. Nestes termos, requisita-se que as informações sejam prestadas objetivamente, preferencialmente por meio de tabela com os seguintes campos: 1 - Unidade da Federação onde a obra está localizada; 2 - data de início da obra; 3 - data da paralisação da obra; 4 - tipo da obra; 5 - valores já pagos em função da obra; e 6 - motivo da paralisação da obra.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ao final da reunião, deseja falar, Senador?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Não, Senador. Que sejamos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Portanto, não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo, aqui, a presença de todos, especialmente do nosso querido Relator, Senador Douglas Cintra.

Em breve nós precisamos sentar para traçar um projeto, uma estratégia de trabalho. Obras inacabadas no Brasil é uma coisa extremamente séria e grave e de qual ninguém tem informações.

Em 2011, quando eu cheguei a esta Casa, nós protocolamos um projeto para que o Congresso Nacional criasse uma carteira de obras inacabadas. Lamentavelmente, esse projeto se encontra exatamente como eu dei entrada: engavetado. E nós sabemos que existem obras inacabadas nos quatro cantos deste País, principalmente lá no meu Estado do Tocantins.

Eu vejo que é um dever do Congresso Nacional, uma atribuição nossa, fiscalizar a coisa pública e, aqui, eu chego a chutar um valor acima de trilhões de reais de obras inacabadas Brasil afora e, também, de obras que foram empenhadas e que ainda não estão iniciadas.

Eu vejo que é um trabalho árduo, e nós vamos ter muita coisa pela frente – V. Exª como Relator. Mas eu percebo que nós vamos fazer um trabalho bonito em prol do nosso País e do nosso povo.

Agradeço a todos. Uma boa tarde.

ATA DA 71ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Hélio José, Flexa Ribeiro, Magno Malta, Eduardo Amorim e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Angela Portela, Marta Suplicy e Maria do Carmo Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da sexagésima sexta a septuagésima Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta deliberativa: Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011.Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012. Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015. Terminativo. Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2013. Terminativo. Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação do Projeto. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014. Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação do Projeto. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação do Projeto. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório:

Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2011. Não Terminativo. Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 14. Tramitação conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Tramita em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012. Não Terminativo. Acrescenta-se o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a possibilidade de ausência do empregado ao serviço por até 7 (sete) dias, por motivo de doença em pessoa da família. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 15. Sugestão nº 4, de 2014. Não Terminativo. Institui o Sistema de Avaliação Mérito do Ensino Médio (MDEM), destinado ao ingresso nas universidades federais. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. Item 16. Sugestão nº 8, de 2014. Não Terminativo. Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela apresentação de Requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão. Resultado: Retirado de pauta. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2014. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2014. Não Terminativo. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para prever a criação do Cadastro Nacional das Pessoas com Deficiência. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatoria para reexame. Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2015. Não Terminativo. Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências'. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da Relatoria *ad hoc*, para análise. Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Item 21. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria *ad hoc*, para análise. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114, de 2015. Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno", em data oportuna e observada a relação adiante exposta. Autoria: Senador José Medeiros.

Resultado: Adiado. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 129, de 2015. Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura aos agressores da estudante Ana Luiza Lima, do curso de Medicina da Escola Multicampi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Caicó - RN, pelas absurdas agressões que vêm sendo realizadas contra ela, em razão de discurso proferido na cerimônia de comemoração dos dois anos do Programa Mais Médicos, no qual defendeu o programa e as políticas adotadas pelos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff na área da ampliação do acesso aos cursos de Medicina em todo o país e na criação de políticas públicas que permitiram o atendimento médico às populações mais humildes do País. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Adiado. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 135, de 2015. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a normatização das redes sociais, sob o ponto de vista do anonimato, intimidade, invasão de privacidade, direito à liberdade de expressão, prática de crimes e identificação dos criminosos, desburocratização do processo judicial em casos de conteúdo envolvendo crianças em situação de violência sexual (pedofilia), dentre outros assuntos correlatos. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Extrapauta: Item 25. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 136, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública e o Lançamento da Campanha "He for She", da ONU nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com representantes da ONU e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Item 26. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 137, de 2015. Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura ao ato de barbárie denominado de Estupro Corretivo, cometido contra lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais, com a intenção de forçá-las a mudar a orientação sexual, bem como a qualquer tipo de agressão motivada pela orientação sexual. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às doze horas e dez minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Em seguida a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Dário Berger e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 66ª a 70ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Com a palavra o Senador Magno Malta, antes de iniciarmos a apreciação dos requerimentos e projetos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Paim, eu vou ter de me retirar por causa da sabatina da CCJ, mas estou conjecturando com o Senador Cristovam. Estou há duas semanas e meia, mais de 20 dias, internado. Peguei uma bactéria, ontem fui liberado, mas ainda não estou legal. Estou voltando. Voltei ontem à tarde. E pedi a ele a retirada do item referente à Sugestão nº 8, que é o projeto dele, para que a gente possa debater numa reunião seguinte, com a concordância dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Então, a Sugestão nº 8 sai de pauta, com a concordância do autor e do Relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 16
SUGESTÃO Nº 8, de 2014
- Não terminativo -

Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela apresentação de Requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão.
Observações:
Tramitação: CDH
-Foram realizadas seis audiências públicas para instrução da matéria, nos dias: 02/06; 11/08; 25/08; 08/09; 22/09; e 13/10, todas no ano de 2014.)

Que melhore a sua saúde, Senador Magno Malta. Tenho certeza de que a fé divina e a força dos médicos irão ajudá-lo!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Com certeza. É aí que eu me encosto.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Retirada a Sugestão nº 8, vamos, de imediato, à Sugestão nº 4, de 2014.

ITEM 15
SUGESTÃO Nº 4, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Sistema de Avaliação Mérito do Ensino Médio (MDEM), destinado ao ingresso nas universidades federais.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

O Senador Cristovam está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, trata-se, mais de uma vez, de retorno a algo muito positivo, que é essa experiência do Programa Senado Jovem Brasileiro. Chegam aqui e ficam por alguns dias jovens de todas as regiões do Brasil e, ao final, elaboram propostas, sugestões que entram pela Comissão, aqui pela CDH.

Essa sugestão institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio, destinado ao ingresso nas universidades federais.

Eu fiquei muito contente de ser indicado como Relator, porque isso tem muito a ver, essa ideia de um Jovem Senador, com um projeto que eu implantei aqui. Tentei inicialmente como reitor, não consegui, depois tentei, e consegui, como governador, com a colaboração do reitor da época. Poucos sabem, Senador Paim, mas aqui, metade das vagas da Universidade de Brasília não são escolhidas por vestibular, mas sim por uma prova na própria escola ao longo dos três anos do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nem eu sabia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Chama-se Programa de Avaliação Seriada, já deve ter quinze ou dezesseis anos isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O aluno faz uma prova no final do primeiro ano, uma prova no final do segundo, uma prova no final do terceiro e quem tiver a melhor média entra na universidade.

Esse é um programa, Senador Telmário, que obriga os alunos a estudarem os três anos e não só no final, como acontece com o vestibular ou com o Enem. O Enem não deixa de ser como o vestibular, só que feito nacionalmente.

Então, esse é um programa que está em vigor aqui há quase 20 anos, que deu certo, que satisfaz muito a comunidade estudantil e que deu um bom impacto na educação no ensino médio.

Então, esse Jovem Senador trouxe a proposta com a ideia de criar cotas no vestibular para os alunos que fizessem uma prova, provas ao longo do semestre. Nós fizemos uma modificação: dar, em vez da cota, um bônus para esses alunos. Então, leio o relatório.

A Sugestão nº 4, de 2014, oriunda da Projeto do Senado Jovem Brasileiro, busca instituir sistema de avaliação pautado pelo desempenho escolar no ensino médio como um dos critérios para o ingresso na educação superior.

Para participar desse modelo de seleção, os estudantes devem ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas e obtido, no mínimo, 70% da media do valor total de cada disciplina oferecida nessa etapa da educação básica.

Conforme a sugestão, 85% da exigência para ingresso na universidade serão constituídos pela nota do candidato no Enem ou no vestibular, nas universidades que ainda não se submetem ao Enem, e os demais 15% virão da média das notas obtidas ao longo dos três anos.

Quanto à vigência da norma, propõe-se que ocorra após decorridos 365 da data da publicação da lei para que os alunos, as escolas e as universidades tenham tempo de se preparar.

Ao justificar a medida, os autores argumentam que o sistema de mérito pode criar uma cultura de valorização dos estudantes que se dedicam aos estudos e, por isso mesmo, motivar os futuros estudantes a se esforçarem mais durante o ensino médio.

É perfeita a ponderação desse Jovem Senador.

A proposta foi aprovada na assembleia do Jovem Senador no dia 20 de novembro de 2013 e encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos, com base na Resolução nº 42.

Aqui vem minha análise:

Nos termos do § 1º do art. 20 da Resolução nº 52, de 2010, c/c o art. 102-E do Regimento Interno do Senado, tem tratamento de sugestão legislativa a proposição aprovada no âmbito do Projeto Jovem Senador.

Assim, restam atendidos os pressupostos regimentais.

O acesso à educação superior constitui um dos gargalos mais visíveis da educação brasileira. Variáveis sociais, culturais e econômicas fazem com que parcelas significativas de jovens em situação de ingresso em curso superior nem o tentem. Isso tem consequências para a democratização de oportunidades em todos os campos.

Como se sabe, ao longo da segunda metade do século XX, o vestibular consolidou-se como regra para a seleção de uma das poucas vagas oferecidas. Baseada em uma matriz enciclopédica que tenta abarcar todo o conhecimento humano produzido em evolução, o modelo do vestibular acabou por afirmar-se como um processo de exclusão, crescentemente distanciado das necessidades da própria educação superior.

É preciso dizer que o vestibular foi um grande avanço democrático, na medida em que antes se entrava na universidade por indicação. O professor dizia: "Esse foi um bom aluno. Eu o recomendo". E terminava havendo mecanismos não democráticos. O vestibular é democrático. O problema é que a educação de base não é democrática. Então, seleciona-se por mérito, mas o mérito foi comprado nas escolas caras e boas. Este que é o problema do vestibular: É um sistema que escolhe pelo mérito, mas o mérito adquirido por quem tem acesso às boas escolas. Então, a exclusão vem antes.

Esse caráter excludente, no entanto, sempre foi bastante denunciado, o que levou à criação de sistemas alternativos de ingresso, como – e aqui cita, Senador Paim – esse Programa de Avaliação Seriada na UnB, que eu implantei e do qual tenho muito orgulho. Como eu disse, metade dos alunos entram na UnB por vestibular, metade não, mas pela nota que tirou no ensino médio. Mas, como as escolas são muito diferenciadas, para não reconhecer as notas da escola, a universidade aplica uma prova para todos os alunos no final da primeira série, outra no final da segunda série e outra no final da terceira. Faz-se a média para saber se o aluno entra ou não na universidade. É o que se chama de PAS (Programa de Avaliação Seriado).

Apesar dessas inovações, renasce influência dos exames de seleção sobre o ensino a direcionar seu currículo e restringir o ensino ao treinamento para a resolução de problemas de ingresso na universidade. Isso tem priorizado a memorização de conteúdos mediante estratégias de recuperação instantânea, que em nada contribuem para o desenvolvimento e competência ou assimilação do conhecimento, o que é realizado pelos chamados cursinhos, que antes eram para o vestibular e agora são para o Enem.

Sexta-feira passada, eu estive no Maranhão, na cidade de Timon, onde participei de um programa de cursinho popular, mantido pela Prefeitura, grátis, para alunos fazerem o Enem.

Então, o que o Jovem Senador lembra é que termina sendo a mesma coisa. Os resultados de proficiência no âmbito desse sistema de avaliação da educação básica são emblemáticos.

Essa sugestão dos Jovem Senador pode constituir importante inflexão nessa lógica. Ela pretende valorizar a experiência do ensino médio, na medida em que pretende que se utilize o desempenho acadêmico nesse nível de ensino, como o dos critérios para o ingresso na universidade. Dessa forma, a nova sistemática faz justiça aos estudantes que mais se dedicam aos estudos, além de reduzir o peso exclusivo da nota de um exame único de seleção. Ademais, é de esperar que promova uma revalorizar do ensino médio, tendo em vista a importância que ele passará a ter na definição do futuro do estudante.

Por essas razões, julgamos oportuna a sugestão. A par disso, somos por sua transformação em projeto de lei, para que, nas comissões pertinentes, receba análise mais judiciosa no tocante ao mérito à constitucionalidade e à técnica legislativa.

Desde já, fazemos uma ressalva a possíveis ponderações matemáticas incompreensíveis na atribuição da pontuação relativa ao mérito do ensino que se vislumbra instruir.

Assim, para tornar mais transparente a proposta, sem prejuízo da ideai dos Jovens Senadores, entendemos que um bônus de 15% da nota máxima do exame de acesso ao nível superior poderá ser concedida a todos os estudantes que tiverem logrado desempenho igual ou superior a 70% de cada ano letivo.

Essa é releitura da Sugestão nº 4, que nos parece possível no âmbito da CDH, que apresentamos na forma do projeto.

Quero lembrar o porquê dessa mudança. As escolas são muito diferentes de uma para a outra. Vamos ser sinceros, algumas escolas vão dar nota boa para todo mundo na medida em que o aluno, com base nessa nota, poderá entrar na universidade.

Quando restringimos a apenas 15% o peso da nota na escola, diluímos, diria, quase eliminamos o risco da desigualdade entre escolas que exigem muito e escolas que exigem pouco. Os alunos vão ter 85% de chance de entrar por conta do Enem, ou do vestibular; apenas 15% será o peso dado às notas que ele tirar, mesmo assim não será pela nota, mas pelo aproveitamento ou não de 70%.

Em face do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 4, de 2014, nos termos seguintes.

Aqui já vem o projeto de lei, que eu evitei fazer no caso da Sugestão nº 8, que diz respeito à descriminalização da maconha. No caso lá, eu não fiz projeto de lei, porque considerei necessário mais debates no Senado. Nesta eu me senti em condições de fazer o projeto de lei.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio (SIAMEM) para a seleção de estudantes pelas instituições federais de educação superior.

Parágrafo único. O SIAMEM consistirá na atribuição de um bônus de quinze por cento nos exames de classificação para ingresso em instituição federal de ensino superior para os estudantes que, cumulativamente, tiverem cursado todo o ensino médio em escola pública e demonstrado aproveitamento escolar igual ou superior a setenta por cento em cada ano letivo dessa etapa da educação básica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao de sua publicação.

Explicando melhor, o que está aqui na terminologia jurídica, dois alunos que tenham obtido cinco de nota, esse aqui durante os três anos, em cada ano, teve nota superior a sete, em média, então ele terá 15% ou mais, os cinco dele viram 5% mais 15% dá 5,25%, aí ele passou o outro. Ele terá 5,25%. Esse aqui, que não teve esse desempenho durante o ensino médio, fica só com cinco.

É muito positivo e eu parabenizo o jovem que trouxe a ideia. Agradeço o privilégio de ter sido o Relator e autor desse projeto de lei, que tem só um artigo, um parágrafo. O segundo artigo é sobre a entrada em vigor.

A justificativa creio, Senador, que já tenha feito ao longo da análise do processo. Por isso, minha proposta é de agradecimento do Senado a esse Jovem Senador, aos colegas dele, que aprovaram na assembleia. Espero que se transforme em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam, que relata a proposta do Jovem Senador, de uma prática que ele já vinha adotando aqui em Brasília, como foi o caso da Lei, se não me engano, do Bolsa Escola. V. Exª foi o primeiro a adotar o Bolsa Escola. Depois que foi para a União. Meus cumprimentos a V. Exª!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discussão, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta, para que ele passe a tramitar como proposição desta Comissão.

Eu queria aproveitar, Senador Cristovam, a presença do Senador Telmário Mota, que também é Relator de um projeto, para cumprimentá-lo pela audiência que tivemos aqui ontem para discutir o trabalhismo, não só os 61 anos de morte de Getúlio. Discutimos o trabalhismo. Foi uma das melhores reuniões de que participei.

Eu abri a reunião. Em seguida, passei para o autor do requerimento, Senador Telmário. A carta que o senhor me mandou eu comentei no plenário. Mas ele a leu com tanta paixão, que parecia que ele estava no palanque no último minuto e aquele discurso ia ser a eleição dele não sei se para o Senado ou para governador. Leu com muita classe. Senti que houve uma aceitação muito grande.

Eu fiquei muito feliz de ter participado daquela audiência aqui pela manhã, dada a qualidade dos expositores. Todos foram muito didáticos, inclusive o menino da CUT, pela clareza da exposição da importância do trabalhismo, coisa que no passado – V. Exª estava no PT – havia uma divergência em relação ao trabalho. Era quase proibido a gente falar em Getúlio.

Eu nunca contei e vou contar aqui. O primeiro discurso que fiz quando saí da fábrica e assumi o movimento sindical – e meu pai era getulista -– foi apaixonado, relatando a história de Getúlio, da CLT. Todo o mundo aplaudiu, porque era a minha primeira posse. Quando desci, meia dúzia de intelectuais da época me chamou de lado: "Que é isso, rapaz?! Você vem aqui falar em trabalhismo!""E eu falei. Falei, está falado". Em primeiro lugar, disso isso. Não me arrependo do discurso que fiz lá. Até hoje eu tenho um carinho muito grande pela caminho do trabalhismo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permita-me, Senador. Eu quero primeiro agradecer ao senhor, ao Senador Telmário e me explicar: eu não estava aqui porque presido a Comissão de Ciência e Tecnologia e não podia sair. Mas eu queria estar aqui, também porque havia uma homenagem a Getúlio Vargas e, logo depois, tive a chance de falar sobre aquilo que eu falaria aqui.

Senador Paim, o trabalhismo ou outro nome que venham a dar, mas, na maneira como é concebido, parece que anteviu alguns fatos que ocorreram. Eu cito dois: um fato, Senador Telmário, é a realidade que mostrou que a estatização dos meios de produção, como o Socialismo clássico defendia, não funcionou. Essa estatização geral. Não há empresas estatais. Isso é fundamental e qualquer capitalismo moderno tem. A estatização gera ineficiência. Não atende ao trabalhador do ponto de vista de gerar os produtos de que ele precisa. A União Soviética é um exemplo. Os trabalhadores ficaram sem os produtos que precisavam consumir por causa da ineficiência do sistema. Então, esse é o primeiro ponto. O trabalhismo sempre percebeu a possibilidade de o capital privado combinar com o trabalho livre e o trabalhador ser beneficiado também, embora tendo que distribuir o lucro com o capitalismo, em vez do Estado.

O segundo, que considero mais enfático, ainda, é o fato de que o conhecimento passou a ser o centro do processo de bem-estar da população e de crescimento da economia na sociedade inovadora. E isso está no trabalhismo, sobretudo a partir de Darcy Ribeiro e Brizola, aliás, de Brizola lá nos anos 50, no seu Rio Grande.

Então, duas coisas fundamentais que a gente pode chamar de trabalhismo hoje é a possibilidade de olhar o processo social na ótica do trabalhador, não do patrão, mas saber que a possibilidade de o patrão ser dono do capital traz também benefícios ao trabalhador, Senador Telmário. Esse é o primeiro ponto que mostra como hoje ficou atual o trabalhismo.

O segundo é que o grande capital hoje é o conhecimento. Não é mais a máquina, é o conhecimento. E está na evolução, logo na segunda geração do trabalhismo com Brizola, a ideia da importância da educação. O socialismo anterior dava importância, mas como coisa social, não como fator econômico. Não havia inovação necessariamente de produtos novos, a inovação era a maneira de produzir e não em que produzir.

Acho que hoje o trabalhismo é uma alternativa extremamente positiva para quem deseja sonhar com utopias no sentido de sociedades melhores. Veja que eu não quis falar justas, eficientes, livres. Melhores.

Então, foi muito oportuna a audiência de ontem. Eu espero que continuemos esse debate e que se publiquem os textos de ontem. Queria ter a chance de colocar não só a carta que foi uma justificativa por não vir, mas também essas reflexões sobre o que nós, os herdeiros do trabalhismo, aqueles que sempre se consideram de esquerda, não se convenceram totalmente da ideia do socialismo clássico da estatização, do planejamento por cima do mercado, do fim da propriedade privada dos meios de produção. Não se convenceram. Ou em algum momento mudou e nós achamos que seja possível, sim, olhar o mundo pela ótica do trabalhador, querendo beneficiar o trabalhador, sabendo que a propriedade é privada dentro de certas regras, mas têm efeitos positivos para o conjunto da sociedade. Propriedade privada dos meios de produção.

Segundo, que o mercado tenha um papel, sim, na formulação da eficiência, desde que evitemos os prejuízos que o mercado pode provocar, como está provocando com as bolhas que explodem por aí, pela irresponsabilidade com que o mercado é tratado.

Terceiro, a importância do conhecimento como vetor do progresso, daí a educação. Isso é o que eu gostaria de ter vindo falar aqui ontem, mas não pude. Fico feliz por estar tendo essa chance hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Senador Telmário Mota, algum comentário? Em seguida V. Exª tem a relatoria de um projeto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É verdade.

Quero, primeiro, parabenizar o Senador Cristovam, por esse trabalho que ele fez com muita didática, explicou aqui muito claramente. Fez do limão uma limonada, com todo o respeito à proposição do jovem.

Sr. Presidente, antes de entrar em duas matérias que hoje me dizem respeito, um relatório terminativo nesta Casa e também um requerimento do item...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu relatório é o item 6.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Item nº 6 e temos um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item 6, Projeto de Lei nº 454, de 2014, terminativo e também um requerimento, o item 24.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Item 24.

Estou pedindo a esta Casa, estou entrando com um requerimento no plenário para que venha a esta Comissão projeto do Senador Cristovam, em que altera o art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro e 1997. Projeto muito bom, que vai debater crimes hediondos e acidentes de trânsito com vítima fatal. Queremos trazer para cá para fazermos um amplo debate nesta Comissão. Podemos enriquecer com boas informações. Estamos fazendo essa solicitação.

Vamos ao item 6, que é nosso o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita que eu faça a introdução.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis.

Autoria: Senador Sergio Souza
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Senador Telmário Mota, V. Exª está com a palavra para apresentar o seu relatório. Como é terminativo, V. Exª apresenta o relatório e, na primeira reunião – já estamos trabalhando inclusive com o Senador Crivella, que tem projeto de interesse dele –, teríamos o quorum necessário para a votação dos terminativos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Na verdade, Sr. Presidente, este projeto pretende alterar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no sentido de, quando uma criança for mudar de uma comarca para outra sem a presença dos responsáveis ou pais, isso só possa acontecer até com parente de segundo grau. Quer dizer, os tios, etc., o projeto veta.

É nesse sentido que vamos, agora, fazer essa apresentação.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 454, de 2013, do Senador Sérgio Souza, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A iniciativa, no seu art. 1º, propõe alterar o art. 83 do ECA a fim de conformar a redação daquele dispositivo aos ditames da boa técnica legislativa e de dispensar a exigência de expressa autorização judicial para criança desacompanhada dos pais ou responsável viajar para comarca não contígua àquela onde reside, desde que acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o segundo grau, comprovado documentalmente o parentesco.

No art. 2º, o projeto estabelece que a entrada em vigor da lei resultante ocorra na data de sua publicação.

O autor da proposição observa que, nos dias atuais, a distância, física ou psicológica, entre a criança e seus pais ou responsáveis contribui para os problemas sociais e psicológicos que afetam o menor. E, incidentalmente, a distância possui uma dimensão normativa, prevista no ECA, que estabelece critérios para que uma criança possa viajar para fora da comarca onde reside sem a companhia de seus pais ou responsável, ou sem expressa autorização judicial. No caso de viagem para comarca sem contiguidade com aquela onde vive a criança, o Estatuto prevê a dispensa de tal autorização se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até terceiro grau. Tal possibilidade, aponta o autor da proposição, permite que crianças viajem acompanhadas, por exemplo, de tios distantes sem seus pais terem conhecimento de tal fato.

A matéria que ora se analisa, portanto, propõe-se a sanar uma situação não antecipada pelo legislador original do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nessa esteira, a proposição visa a limitar que possam acompanhar a criança, ainda que sem expressa autorização judicial, apenas os parentes, ascendentes ou colaterais maiores, de até segundo grau. No entendimento do autor da proposição, tal mudança permitirá o estreitamento e o reforço dos vínculos entre a criança e seus pais ou responsáveis, diminuindo, assim, a possibilidade de abusos.

A proposição em tela visa, ainda, a corrigir a falha técnica legislativa usada na redação do citado art. 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente e conformá-la aos princípios do correto desdobramento dos parágrafos e incisos, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 1998.

A matéria foi distribuída exclusivamente à CDH, para decisão terminativa. Na passada legislatura, a relatoria coube ao Senador Eduardo Suplicy. Iniciada a presente legislatura, a proposição manteve-se em tramitação, no termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal. Nesta legislatura, a relatoria coube inicialmente ao Senador José Maranhão. Como ele deixou de ser membro de CDH, coube a mim relatar a matéria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

O PLS nº 454, de 2013, é consentâneo com as previsões da Constituição Federal em seu art. 22, inciso I, que trata da competência privativa da União para legislar sobre direito civil, e nos seus arts. 48, *caput*, e 59, inciso III, que tratam da competência do Congresso Nacional para dispor sobre matérias de competência da União, fazendo-o por meio da lei ordinária.

Nos termos dos incisos III, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família e proteção à infância e à juventude, temas estes que guardam afinidade com o projeto em exame. Desse modo, não se verificam vícios de constitucionalidade ou, tampouco, de regimentalidade. De igual modo, não se constataram vícios de juridicidade nem de legalidade.

No que toca ao mérito, entende-se, contudo, que a proposta não merece prosperar. A redução do grau de parentesco daquele que pode acompanhar a criança em viagens para fora da comarca de residência do menor, de terceiro para segundo, restringirá a companhia admissível do menor, para além dos pais, apenas à figura dos avós e irmãos maiores. Serão excluídos de tal grupo, portanto, os tios da criança.

Nesse sentido, é de se reconhecer que os tios representam, em incontáveis famílias, papel vital na formação da criança, exercendo função fundamental para a qual os pais ou avós se encontram impossibilitados de exercer. É da cultura familiar brasileira valer-se de parentes para cuidar de menores de 12 anos, com eles viajar ou acompanhá-los, hábito este que nada mais faz que exercer o dever da família de conceder à criança a convivência familiar, conforme preceitua o art. 227 da Constituição Federal.

Ora, é improvável que tios distantes consigam ter acesso à criança sem o menor conhecimento por parte dos responsáveis pelo menor. Ademais, um diploma legal, por si só, não terá o condão de estreitar e reforçar os vínculos entre a criança e seus pais ou responsáveis. Como regra geral, o direito deixa-se influenciar pelos costumes e tenta preservá-los, mas não criá-los. O reforço de vínculos familiares, portanto, deve idealmente se dar por instrumento outro que não a lei.

Conclui-se, portanto, favoravelmente pela manutenção do atual teor do art. 83 da Lei nº 8.069, de 1990.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2013.

Esse é o relatório, essa é a análise, esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Senador Telmário Mota, que fez a leitura do relatório referente ao projeto em debate.

O projeto é terminativo e, consequentemente, sai de pauta e fica para ser votado na semana que vem.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, que vai relatar um projeto de minha autoria. A Relatora original foi a Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações: *tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Com a palavra, o Relator, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a relatoria da Senadora Fátima Bezerra, a qual assumo, traz o seguinte relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa busca unificar a data de eleição dos representantes da sociedade civil para os conselhos de idosos em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, bem como estabelecer o tempo de mandato e a data de posse dos conselheiros.

Na justificativa do projeto, o autor argumenta que a posse dos conselheiros no início do segundo e quarto anos do mandato do Chefe do Executivo lhes permitirá a coleta de informações relevantes sobre a realidade da população idosa, o que contribuirá para o aprimoramento da sua atuação na propositura e no controle social de políticas públicas. Além disso, visa a provocar uma participação mais qualificada dos conselheiros no que tange à elaboração de leis orçamentárias e ao acompanhamento da execução orçamentária.

O autor destaca que a proposição é dotada de caráter organizacional e, assim, preserva a autonomia dos entes federados.

Ademais, o projeto salienta a importância das organizações da sociedade civil na promoção e na defesa dos direitos da pessoa idosa.

Encaminhado ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última o exame terminativo, o projeto não recebeu emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção aos idosos. Este é o caso do PLS nº 262, de 2014, que objetiva fortalecer a atuação dos conselhos do idoso, previstos pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

A Lei nº 8.842, de 1994, é um importante marco na promoção dos direitos das pessoas idosas. Ao estabelecer a Política Nacional do Idoso, o diploma deu continuidade à diretriz estabelecida pela Constituição Federal, no art. 230, que dispõe sobre o amparo a pessoas idosas, estabelecido como dever da família, da sociedade e do Estado, que devem assegurar a participação dessa parcela da população na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

De igual forma, a referida lei assinalou seu compromisso com a busca da autonomia, da integração e da participação efetiva desse segmento populacional na sociedade.

A lei concebeu, no art. 6º, os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso, órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. De acordo com o seu art. 7º, compete aos conselhos a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.

Os conselhos do idoso foram uma reivindicação dos movimentos sociais. A exemplo dos demais conselhos de políticas públicas, inserem-se em um novo paradigma de democracia, denominada de participativa ou deliberativa, em que a gestão dos negócios públicos é compartilhada por representantes estatais e não estatais.

Sob essa perspectiva, o PLS nº 262, de 2014, tem o mérito de aprimorar a legislação citada porque, em primeiro lugar, deixa evidente a opção do legislador para que os conselheiros provenientes das organizações de sociedade civil sejam eleitos, em votação a ser realizada no primeiro e no terceiro anos dos mandatos dos Chefes do Poder Executivo da circunscrição do conselho. Ao suprir a omissão legislativa atual a respeito do assunto, essa determinação decerto se refletirá em maior representatividade dos idosos nos conselhos.

Em segundo lugar, propõe a unificação da data de eleição desses conselheiros, designada para a última semana de outubro, mês em que são tradicionalmente realizadas as eleições gerais no Brasil. Essa associação pode reforçar entre as pessoas idosas a vontade de participar da escolha de seus representantes, uma das formas de exercício da cidadania.

Em terceiro lugar, fixa uma data comum para a posse dos conselheiros e dos conselheiros representantes governamentais, a saber, no mês de fevereiro do ano seguinte ao da eleição dos primeiros. A solução proposta parece-nos apropriada, uma vez que aperfeiçoará a realização de treinamentos e capacitações e propiciará o nivelamento do conhecimento partilhado pelos conselhos.

Outro ponto a ser observado se refere à previsão do mandato de dois anos para os conselheiros egressos dos movimentos sociais em defesa dos idosos. Embora à primeira vista possa parecer um prazo exíguo, o PLS nº 262, de 2014, admite uma recondução dos conselheiros, o que contorna a possível ausência de tempo hábil necessário ao desenvolvimento das atividades complexas de supervisão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da política do idoso, as quais não raro superam o período de dois anos.

Por fim, a regra de prorrogação dos mandatos vigentes até a data da posse dos conselheiros eleitos na forma da proposição visa a resguardar o caráter paritário dos conselhos e mesmo o funcionamento dessas instituições, que poderia ser prejudicado caso o término dos mandatos atuais dos conselheiros representantes da sociedade civil antecedesse o mês de fevereiro, data da posse dos novos conselheiros eleitos.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 262, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Feita a leitura, em discussão a matéria.

É só para dizer que este projeto que apresentei foi a pedido dos próprios conselheiros. Eles construíram o projeto e nós apresentamos. E a Senadora Fátima Bezerra, então, fez o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, como o projeto não é terminativo, eu coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

Agora, vamos a um projeto do Senador Cristovam Buarque, o item 18.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para prever a criação do Cadastro Nacional das Pessoas com Deficiência.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, ainda este ano, existe uma lei de sua autoria, o Projeto nº 13.146/2015, que, a meu ver, justifica eu pedir o reexame deste projeto de lei que estou relatando, para incorporar o que está no seu projeto. Então, eu peço mais uma semana para um reexame.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Atendida a solicitação do Senador Cristovam, sai de pauta e vai para o reexame, com a contribuição aí da assessoria.

Agora, a Senadora Regina Sousa é a Relatora do item 20.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia, Srs. Senadores; bom dia, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 119, de 2015, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta o §4º ao art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a disponibilização do "botão do pânico" entre as providências destinadas a dar efetividade às medidas protetivas de urgência.

Nos termos da proposição, será incluída a entrega à ofendida do "botão do pânico", dispositivo móvel de segurança conectado com a força policial, para viabilizar a denúncia imediata de ameaça ou violação de direitos.

O projeto prevê o prazo de noventa dias para a medida entrar em vigor.

A autora justifica a proposição na experiência de diversos Municípios brasileiros que têm usado o artefato como meio de prevenir a violência doméstica e facilitar a apresentação de denúncias por parte das vítimas.

Argumenta, nesse sentido, que o chamado "botão do pânico" caracteriza-se como um recurso tecnológico capaz de suprir a carência de efetividade das medidas protetivas de urgência e, portanto, de dar mais segurança a mulheres que sofrem violência doméstica e familiar.

O projeto foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que afetem os direitos da mulher, caso do PLS nº 119, de 2015.

Ademais, não vislumbramos na proposição óbices de natureza constitucional e jurídica.

No mérito, a proposição apresenta-se altamente relevante, ao tratar da violência contra a mulher, tema que merece constante atenção por parte do Estado, pela sua grande repercussão social.

Primeiramente, é preciso reconhecer todo o avanço que Lei Maria da Penha representa, desde a sua edição, no campo de proteção à mulher, por ter sido o primeiro instrumento legal no País a dar visibilidade a esse grave problema, tornando-se um marco jurídico fundamental no amparo às vítimas de violência.

Já em relação ao dispositivo móvel de segurança, objeto da proposição em análise, a experiência tem se mostrado promissora e vem sendo adotada com êxito nas cidades de Londrina (Paraná), Curitiba (Paraná), Belém (Pará) e Vitória (Espírito Santo), esta última a pioneira entre as outras cidades. Nesses locais, o dispositivo é entregue à mulher vítima de violência ou ameaçada de violência nos casos mais graves, podendo ser acionado se houver descumprimento da medida protetiva por parte do agressor. Com o acionamento, a mulher conta com a proteção imediata contra o agressor.

Reconhecemos, portanto, o elevado potencial da iniciativa, no sentido de buscar o constante aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha, especialmente visando dar mais efetividade às medidas protetivas já previstas no diploma legal.

Contudo, o texto apresentado necessita de alguns reparos destinados a sanar problemas de técnica legislativa, adequando-se, assim, à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Primeiramente, consideramos que o artefato de proteção, denominado no projeto de "botão do pânico", é, de modo genérico, um dispositivo móvel de segurança e assim deverá constar no projeto. A expressão "botão do pânico", na verdade, designa um dispositivo específico, de um fabricante em particular, que não deve ser imposto como o único possível para ser entregue às vítimas como meio de proteção.

Além disso, substituímos os termos "denúncia" e "força policial", adequando-os à terminologia legal apropriada. Modificamos, ainda, o verbo "será entregue", optando por empregar "poderá ser entregue", pois nem toda mulher vítima de ameaça deverá necessariamente receber o dispositivo móvel de segurança.

Finalmente, também modificamos o dispositivo a sofrer alteração para o art. 23, em vez do 19, buscando a melhor alocação possível para a matéria dentro do corpo da lei.

Como as ressalvas levantadas implicam alterar a redação do art. 1º do projeto e, por consequência, também a ementa dele, oferecemos duas emendas ao final deste relatório, tratando-se de uma tentativa de reforçar o mérito do projeto original.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que *cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança no cumprimento das medidas protetivas de urgência*."

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 23. .....

.....

V - Entre as providências destinadas a garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá ser incluída a entrega à ofendida de dispositivo móvel de segurança, conectado com unidade policial, para viabilizar o alerta imediato de ameaça ou de violação de direitos." (NR)

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lido o relatório, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2.

O projeto segue para a análise da CCJ em decisão terminativa.

O Senador Telmário Mota pediu, se os senhores concordarem, como ele tem que sair, que, numa inversão de pauta, ele pudesse apresentar rapidamente o requerimento, que aprovaremos e voltaremos para a Senadora Regina Sousa, que fará a leitura de outro projeto de que é relatora, o qual é terminativo.

Há concordância, Senador Telmário.

A palavra está com V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado aos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item 24.

ITEM 24

EQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a normatização das redes sociais, sob o ponto de vista do anonimato, intimidade, invasão de privacidade, direito à liberdade de expressão, prática de crimes e identificação dos criminosos, desburocratização do processo judicial em casos de conteúdo envolvendo crianças em situação de violência sexual (pedofilia), dentre outros assuntos correlatos.

Autoria: Senador Telmário Mota

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão o requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero dar todo o apoio ao Senador e, se possível, pegando o gancho, perguntar se temos já marcada a audiência para a qual apresentei aqui a solicitação, para analisar o problema de perseguições a cultos afro-brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu pergunto à Secretaria se já está agendada.

Podem ver enquanto respondemos ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Desculpe. Estou sendo informado que será no dia 16. A minha assessoria já tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. então.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Telmário Mota.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu só queria parabenizar o Senador Telmário pela iniciativa desse requerimento que considero muito importante, porque vivemos uma revolução tecnológica violenta dos meios de comunicação, e isso tem servido de instrumento ou de ferramenta para pessoas de má-fé, bandidos usarem de forma ilegal, prevalecendo-se do anonimato muitas vezes para não ser alcançados.

Então, parabéns, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Volto a palavra para a Senadora Regina Sousa.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2014
- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso.

Autoria: Senador Fleury
Relatoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu vou direto para a análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 271, de 2014.

Ademais, por força da distribuição exclusiva do projeto a este Colegiado, também cabe à CDH pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, os quais consideramos plenamente satisfeitos.

Em relação ao mérito, registramos que o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) foi concebido para identificar serviços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos livres de barreiras arquitetônicas. Sua finalidade é informar que, naqueles locais, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida poderão locomover-se usufruindo de certo grau de independência.

O símbolo pertence ao domínio público, ou seja, pode ser utilizado independentemente do pagamento de qualquer taxa, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas pela organização internacional que o concebeu.

A política de uso do SIA compreende, entre outras regras, a vedação a mudanças ou adições, admitida a conjugação do símbolo com outros sinais ou texto destinado a identificar ou informar. Por óbvio, proíbe-se a exposição do símbolo com intuito diverso do de identificar, marcar ou assinalar uma rota para edifícios e equipamentos acessíveis. Essa diretriz foi incorporada pela Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985.

Dessa forma, mostra-se louvável a preocupação do autor do projeto, com a necessidade que o símbolo não só informe como também estimule o respeito de todos pelo direito de ir e vir das pessoas com deficiência. No entanto, a posição da expressão "respeite ao SIA", terá o condão de desnaturar sua finalidade de informar ou indicar um traço arquitetônico acessível, pois é nítido o caráter pedagógico daquele termo. Essa situação é incompatível com a política do uso do SIA. Ademais, o projeto não estabelece uma padronização para o uso

da expressão "respeite". De fato, as únicas exigências previstas são relativas à utilização de caixa alta, à visibilidade, que não deixa de ser um critério subjetivo e à continuidade ao SIA.

A ausência dessa padronização acarretaria, Brasil afora, um número expressivo de variações da expressão, a julgar pela quantidade de tipos, tamanhos, cores, efeitos, de fontes tipográficas disponíveis no mercado, na hipótese de aprovação da matéria. Aliás, haveria respaldo legal inclusive para o registro manuscrito da palavra "respeite" junto ao símbolo.

Portanto, a sugestão, caso acolhida pelo Parlamento, tem potencial para acarretar efeito inverso ao procedido e enfraquecer o uso do símbolo mundialmente conhecido a serviço das pessoas com deficiência.

Diante do exposto, voto pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

A votação é nominal. Como não temos quórum suficiente, ele será votado na próxima quarta-feira.

Obrigado, Senadora.

Eu pergunto ao Senador Cristovam se ele pode ser Relator *ad hoc* do item 19.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências'

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu aceito, obviamente, com muito prazer, ser Relator *ad hoc*, mas estou dando uma olhada para ver se eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, com certeza!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...comparto do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive, se V. Exª entender que deve ficar com ele e voltar na próxima semana, seria já um indicativo, se a assessoria também pode ajudar, já que ele está recebendo agora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu prefiro, então, porque se trata de um assunto extremamente sensível, importante hoje em dia, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós estamos nesse processo em que se fala muito em redução da maioridade penal. Embora seja um projeto que vem de já tem algum tempo... Não, de 2015.

Eu aceito ser o Relator, mas eu pediria uma semana para analisar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Muito bem, sai de pauta.

O próximo é o item 21. Senador Donizeti, eu pediria a V. Exª...

ITEM 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Relatoria Senadora Maria do Carmo Alves. Eu indico como *ad hoc* o Senador Donizeti. Entendo que é um projeto, esse, no caso, mais simples, e, se V. Exª aceitar fazer o relatório, que, pela posição da Relatora, é favorável com emenda que apresenta na forma do substitutivo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu vou usar do mesmo dispositivo do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, até porque é um substitutivo ao projeto original do Romário, tem toda uma procedência.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Beleza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na próxima quarta-feira, vamos a voto também desse projeto.

Agora, nós teríamos alguns requerimentos. Eu pergunto à assessoria quais os requerimentos que estão sobre a mesa? (*Pausa.*)

Eu convidaria a Senadora Regina Sousa ou o Senador Donizeti para presidir para que eu possa apresentar um requerimento de minha autoria, extrapauta.

Vou convidar a Senadora Regina para presidir porque, inclusive, trata de um assunto relacionado às mulheres. Tenho certeza de que ela vai assinar comigo esse requerimento. A minha intenção, Senadora, é que neste dia, eu já tinha dito, seria V. Exª na mesa uma das debatedoras, alguém da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também a convidada especial da ONU.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Primeiro, consulto os Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – De acordo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – De acordo? Senador Cristovam também?

Requerimento nº 136, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 136, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública e o Lançamento da Campanha "He for She", da ONU nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com representantes da ONU e da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, Senadora Regina Sousa, na verdade, veio de Santa Catarina esse pedido para que eu apresentasse esse requerimento, que tem tudo a ver com a sua caminhada. Eu vou pedir a V. Exª e, é claro, aos outros Senadores que também assinem comigo o requerimento que veio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Foi a Bancada do PT que lançou lá essa campanha, pedindo que eu a lançasse aqui.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para o lançamento da Campanha "He for She" da ONU, nesta Comissão de Direitos e Legislação Participativa, com representantes da ONU e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Eu propus que a Senadora Regina, em nome das Senadoras desta Comissão...

Aqui vai a justificativa.

A Campanha "He for She", traduzida para o português como "Ele por Elas", foi lançada em todo o mundo com o objetivo de buscar boas práticas e implementar uma grande campanha para homens que apoiam o respeito e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. A campanha convida as representantes de instituições governamentais, universitárias e sociais de todo o Planeta a se engajarem por mais empoderamento das mulheres em todas as instâncias. Sabemos que a diversidade gera equilíbrio, e todos ganham com isso. Por isso, a Comissão de Direitos Humanos do Senado adere a esta Campanha em apoio a todos "Eles por Elas", a todos os homens que acreditam num mundo maior com as mulheres. Eu tirei as palavras "nossas mulheres", porque dá a ideia de propriedade.

O protagonismo das lutas feministas segue sendo delas, mas a nós, homens, cabe construir um mundo onde exista o respeito, a não discriminação, a dignidade da vida das pessoas, das mulheres, onde haja o combate a todo tipo de violência. Por isso, neste momento, é fundamental que a gente esteja se somando a esta

Campanha contra a violência às mulheres em todo o mundo. Que este Parlamento seja a ponte para mais um importante avanço. Que o escritório da ONU Mulheres e todas as nossas Senadoras contem conosco, pois estaremos juntos nesta Campanha, e quem mais a senhora queira indicar para compor a Mesa, ao longo da data em que formos lançar a campanha.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, eu estou de acordo, aprovo e parabenizo o Senador Paim. Gostaria de saber da possibilidade de apresentar o nome de uma pessoa para essa Mesa. Vou consultá-la primeiramente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica aberta a possibilidade de outras indicações para a Mesa. Como foi uma Deputada Estadual de Santa Catarina quem lançou, de repente, eu tomaria a liberdade de convidá-la, para que ela também estivesse aqui nesse dia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Disseram que foi um sucesso total o lançamento da Campanha "He for She". Na verdade, "Eles por Elas", que, via sistema de internet, social, visa a buscar não um milhão, mas um bilhão de apoiadores. É uma bela campanha. Só pode ter o nosso apoio.

Senadores e Senadoras, eu já me sinto autor do requerimento junto com a Senadora. Vou até inverter. A Senadora tem um belo trabalho. Isso chegou hoje para nós. A Senadora fica como primeira signatária, e eu, como segundo. Se V. Exª concordar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não importa. O importante é que eu vou assinar com você.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, está bem. A Senadora fica em primeiro, e eu, em segundo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao Projeto de Lei nº 145, de 2012.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2012
Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Senadora Ana Rita.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: pela rejeição do projeto.
Observações:
- Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
- 20/03/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse projeto é da nossa querida ex-Senadora Ana Rita, que presidiu brilhantemente esta Comissão. Depois, resolveu não concorrer mais ao Senado. Por isso, com muita satisfação, a pedido dela, fiz o relatório desse seu projeto.

Vou diretamente à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem de proteção e integração social das pessoas com deficiência. É o caso deste PL 145, de 2012, da Senadora Ana Rita.

Ademais, por força de distribuição do projeto, a este Colegiado, em caráter terminativo, também cabe pronunciar-se sobre aspectos da constitucionalidade e regimentalidade da proposição, os quais consideramos plenamente satisfeitos.

O PLS nº 145, de 2012, não inova o ordenamento jurídico, pois o tema da "acessibilidade em edifícios de uso privado" também é afeto à recém-publicada Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Com efeito, o art. 58 da referida lei prescreve que o projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar. No §1º, o Estatuto determina que as construtoras e incorporadoras responsáveis pela construção desse tipo de edificação devem assegurar percentual mínimo de suas unidades internamente acessíveis, também de acordo com o regulamento. Por fim, o §2º proíbe a cobrança de valores adicionais para a aquisição de unidades internamente acessíveis, construídas nos termos do dispositivo em referência.

Observamos que a normatização em vigor é até mais precisa que a proposta ora analisada, uma vez que a determinação para que as construtoras observem as normas de acessibilidade, contida no art. 58 da Lei nº 13.146, de 2015, é dotada de maior força coercitiva que a faculdade conferida ao adquirente do imóvel para solicitar as adaptações necessárias ao atendimento da demanda das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De fato, uma solicitação particular não é o mesmo que uma exigência de caráter geral. Há que se ponderar, portanto, qual a sanção que as construtoras e incorporadoras estariam sujeitas a tomar.

Dessa forma, a proposição em questão, com todo o carinho que temos à Senadora Ana Rita, mas, como nesse período, até chegar o projeto a este momento, o Estatuto da Pessoa com Deficiência incorporou. Então, eu diria à Senadora Ana Rita que a sua proposta foi incorporada na íntegra ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Eu não dou por rejeição, mas eu diria que já está contemplado no Estatuto. Então, seria pela prejudicialidade, mas dizendo a Senadora Ana Rita que foi inspirado na sua proposta, que o Estatuto já incorporou o seu projeto.

Parabéns, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Como se trata de projeto terminativo, volta na próxima reunião.

Tem mais?

Então, devolvo a Presidência ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com isso, terminamos a nossa audiência objeto de hoje, mas, se vocês me permitirem, podem ficar aqui na mesa para me ajudar.

Ontem e hoje tivemos uma série de denúncias em relação à violência contra as mulheres lésbicas. Inclusive, estão me mandando um vídeo nesse sentido, mas não chegou em tempo. Perguntaram se íamos nos posicionar. É claro que vamos nos posicionar, é uma violência, é um crime hediondo. Esta Comissão, tenho certeza absoluta, condena, critica, repudia todo tipo de violência. Essa violência, que é o estupro corretivo contra as mulheres lésbicas, só pode ter, de nossa parte, uma posição de muita indignação. Até proponho, se vocês concordarem, que a gente aprove uma moção, que vamos redigir, sei que vocês vão concordar com a assessoria desta Comissão e da própria Liderança do PT e outros Senadores que estão aqui, no sentido de que a gente publique uma moção de total repúdio à violência e ao estupro de mulheres lésbicas.

Vi um comentário, porque estão acontecendo inúmeros casos no Brasil e no mundo, o argumento que a gente viu, que é absurdo, mas tem que ser dito, porque é uma violência, para se contrapor a isso, é que o estupro e a violência vão na linha para que elas aprendam a ser mulheres. Um desrespeito total à orientação sexual de cada homem e de cada mulher. Então, construiremos uma moção de total repúdio, até porque nos aproximamos do dia nacional de combate a todo tipo de violência e de apoio à liberdade e à orientação sexual. (*Palmas.*)

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apenas para manifestar meu total apoio e ficar feliz com essa iniciativa tomada.

Esse é um assunto que mostra um país não civilizado, totalmente não civilizado, que não respeita os direitos humanos. Se começarmos a fechar os olhos, porque acontece um caso aqui, outro ali, quando despertarmos, já estaremos tomados por casos desse tipo. Da mesma forma que um tipo de preconceito leva a outro, as pessoas esquecem isso. Começa ou aparece preconceito contra opção sexual, depois vem contra a cor, depois vem porque é pobre, porque é judeu, porque é católico, porque pratica religiões afro-brasileiras. Então, não podemos deixar passar nenhum tipo de preconceito, nem no tamanho como se manifesta o preconceito, temos que ser muito rígidos, como também no tipo específico do preconceito.

Parabéns, Senador. Fico feliz de estar aqui apoiando essa sua moção.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como sempre, o Senador Cristovam foi muito feliz nas suas considerações.

Senador Donizeti, por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Estou muito de acordo com a moção. Se a gente pegar o poema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permitir, só dizer que essa contribuição chegou aqui pela Bancada do PT de Santa Catarina. O pessoal lá está atuante, meus cumprimentos. É a terceira contribuição que eles mandam, no dia de hoje, para esta Comissão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Essa iniciativa é muito louvável, estou de acordo. Citando o poema do Eduardo Alves da Costa, que tem o nome "No caminho com Maiakóvsky", essas atitudes são hoje como aqueles dois primeiros versos:

[...]
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.
[...]

Se não houver iniciativas duras de combate a essas iniciativas fascistas, de preconceito, no combate a todo e qualquer preconceito por parte da sociedade brasileira, isso vai se agravar a cada dia. E o agravamento disso vai levar à deterioração da vida no que o Papa Francisco convencionou chamar de "a nossa casa comum", que é o nosso Planeta.

Então, Senador Paim, quero louvar a iniciativa da moção de repúdio. Assino embaixo da iniciativa, porque penso que nós, principalmente aqui no Senado, em especial aqui na Comissão de Direitos Humanos, precisamos ser muito duros no combate a essas manifestações, que não são apropriadas em nenhuma sociedade civilizada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Donizeti. Cumprimento V. Exª pelo comentário que faz. Pode ter certeza absoluta de que estaremos todos juntos nessa caminhada.

Há um pequeno vídeo que eles mandaram lá de Santa Catarina. Se der para passar, eu ficaria mais um minuto aqui e passaria. O vídeo mostra essa situação. É um vídeo de um minuto, acho.

Enfim, eles fazem uma análise ali, Senadora, de uma série de casos a partir de São Paulo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só gostaria de fazer uma fala rápida antes do vídeo.

A impressão que se tem é de que a violência aumentou, ou que está escancarada. As pessoas perderam o medo de agredir. Os casos ocorrem a toda hora, em todos os dias. Lá no Piauí, houve aquele caso com aquelas meninas, e outros já aconteceram de agressão, de estupro. Dentro da universidade federal, houve estupro. Parece que perderam o medo de agredir, talvez pela falta de punição.

Então, nós precisamos ficar muito atentos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em votação a moção que será redigida pela assessoria.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovada.

Devolvo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a presença agora, então, do Senador Telmário... Não, do Senador Dário Berger. O Senador Telmário Mota esteve aqui, mas já saiu. Estiveram aqui Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Magno Malta, Regina Sousa e, agora, o nosso querido amigo o Senador Dário Berger.

Eu falava aqui sobre Santa Catarina, que tem dado belas contribuições a esta Comissão. Inclusive vamos participar de uma campanha – já aprovamos aqui hoje – de que veio de lá a sugestão. É buscar um bilhão de

assinaturas no mundo todo contra a violência às mulheres. "Eles por Elas" é o nome da campanha. Eu não vou dizer o termo em inglês, mas quem for bom em inglês pode pronunciá-lo.

"Eles por Elas" é a tradução do nome da campanha que aprovamos aqui, e vamos lançá-la na próxima quarta-feira. A campanha tem o objetivo de fazer inclusive com que internautas do Brasil somem-se a essa campanha internacional, na busca de um bilhão de apoiadores para essa campanha mundial em relação ao combate à violência contra as mulheres.

Fomos provocados por Santa Catarina para participarmos dessa campanha. Que bom que V. Exª está aqui, Senador Dário Berger. A assembleia legislativa de lá nos alertou de que está havendo uma violência enorme, a partir de denúncia de São Paulo sobre as mulheres lésbicas, que estão sendo estupradas, violentadas, agredidas. E mandaram um pequeno vídeo, que será apresentado agora, se for possível. O vídeo é de um minuto. Depois encerramos. É só para deixar claro que a Comissão está acompanhando.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Nós aprovamos aqui uma moção de repúdio – foi aprovada por unanimidade –, que será divulgada pela Comissão de Direitos Humanos, demonstrando toda a nossa indignação contra qualquer tipo de violência. No caso aqui, o estupro contra mulheres lésbicas.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Preliminarmente, peço desculpas a V. Exª, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, V. Exª está sempre presente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ...a gente faz parte das outras comissões e nem sempre dá tempo de participar de todas.

Mais uma vez, eu quero me congratular com Santa Catarina, um Estado que é uma referência em múltiplos aspectos, entre eles esse da violência urbana.

Quero acrescentar a V. Exª e aos nossos Senadores que nada nos toca mais do que a violência humana porque ela é praticada por nós mesmos como sociedade, pelos nossos semelhantes, pelos nossos jovens, pelos nossos adolescentes, que representam a esperança viva de um futuro melhor.

E aí, nós vamos entrar em um tema que eu acho extremamente relevante. Aquele País que todos nós sonhamos e sonhávamos e que recebeu, inclusive, um título de país do futuro, não tem realizado verdadeiramente o seu papel para proporcionar aos nossos jovens, às nossas crianças, aos nossos adolescentes as oportunidades necessárias para que eles possam crescer na vida, constituir a sua família e viver longe, vamos dizer assim, da marginalidade, do crime, da prostituição, da droga, da violência etc.

O que a gente assiste é a um cenário que me parece que vem se agravando, vem se agravando. Talvez, pela transparência das ações, pela nova cultura, inclusive, que as pessoas vêm assumindo ao longo do seu tempo com relação à própria denúncia desses casos, ao procurar os seus direitos. E procuram, inclusive, a Comissão de Direitos Humanos, aqui, para que nós possamos levar à frente essa discussão, conscientizar de certa forma a população e exigir dos órgãos de controle que possam agir de maneira mais célere, mais objetivamente em cima desses casos, que são repugnantes, que nós não podemos admitir.

Eu quero aqui, também, subscrever a minha solidariedade a essa moção de repúdio a esses excessos, a esses abusos que ocorrem porque todas as pessoas têm o direito de viver como elas querem viver. E, para isso, precisam ser respeitadas, independente dos nossos posicionamentos pessoais, porque, se nós somos diferentes, é porque também, possivelmente, tivemos oportunidades diferentes. Eu acho que tudo na vida é uma questão de oportunidade e nós precisamos levar à frente essa causa como meta para estabelecer parâmetros de correção desses delitos que ocorrem pelo Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Com essa brilhante fala do Senador Dário Berger, nós encerramos a reunião no dia de hoje.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ATA DA 72ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2015, SEXTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Hélio José**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Hélio José e Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 127 de 2015-CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre o tema: "a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil, e apontar novos rumos para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Jairo Bisol, Promotor Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde - PROSUS/MPDFT; Sérgio Sampaio, Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal; Eliezer Mota, Representante de Micro e Pequeno Empresário da Saúde do Distrito Federal; Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal; Eliene Anselmo Berg, Secretária Adjunta de Saúde do Distrito Federal; Fabio Gondim, Secretário de Saúde do Distrito Federal. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Jorge Viana, do Sindate – Sindicato dos Auxiliares e Tecnicos de Enfermagem do DF; Naiara Porto Pereira Paiva, Diretora Técnica do Instituto de Cardiologia do DF; Francisco da Silva Leal, do Conselho Fiscal do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal; Maria José, Missionária; Nelita de Souza Matos, aposentada do Ministério da Saúde; Ayrton Souza, Administrador Hospitalar, Assessor da Chefia de Gabinete da Administração de Ceilândia; José Rodrigues Marques; Paulo Cesar Dias Vanzetto, servidor do TST e membro do Inasp; Maria de Fátima Amaral, pessoa com deficiência; Maria do Desterro, pessoa com deficiência e usuária do Centro de Saúde de Ceilândia; Aécio, Presidente do Conselho Regional de Sobradinho; Alessandra Corrêa, Gerente do Centro de Saúde 01 de Brazlândia; Antônio Campanate, do USDPM; Agenor Pereira Dias, do HRAN; Luiz Maurício, do Conselho de Saúde do Gama; Ricardo Bretas, do Conselho Mundial de Optometria; Joel dos Santos, Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia; Alexandra Lento, dentista da Secretaria de Saúde da Regional de Planaltina; Fernando Gomide, Presidente da Associação de Fibrose Cística do DF; Daniel de Souza Matos, Médico; André Soares, usuário; Flávia Reis, Secretária de Saúde da UGT; Eliezer Mota de Araújo Neto; Kleber Karpov, blogueiro e jornalista, Blog Política Distrital. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais, bem como para responder às perguntas feitas pelas pessoas presentes no plenário. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar a ata e as notas taquigráficas da reunião ao Ministério do Planejamento e à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; 2) realizar uma nova audiência pública sobre o tema com a presença do Ministério do Planejamento, do Ministério Público, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. O Senhor Presidente encerra a reunião rezando a oração "Pai Nosso", com todos os presentes. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pessoal, com a chegada de um dos representantes do GDF, eu já vou dar início à primeira Mesa e, depois, com a chegada do Secretário, a gente constitui a segunda Mesa.

Está havendo problemas com engarrafamento. Já recebi comunicado de três pessoas convidadas que estão paradas em engarrafamento.

Oficialmente, quero dar bom dia a todos, dizer que todos são bem-vindos a esta Casa. Esta Casa tem um grande interesse em debater com a comunidade, em debater com os órgãos, com as associações, com representantes de classe e com os setores organizados da sociedade. Para nós, é de grande importância trabalhar aqui em consonância com o nosso povo, que são os eleitores, os pagadores de impostos.

Havendo número regimental, iniciamos a reunião.

Declaro aberta a 72ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 127, de 2015, CDH, de minha autoria, para debater o tema a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil e apontar novos rumos para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e através do *link* www.senado.leg.br/e-cidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Esta reunião está sendo transmitida para todo o Brasil via TV Senado, que nos acompanhará durante toda a audiência pública.

Vou chamar para compor a Mesa o nosso querido Jairo Bisol, Promotor Titular da 1ª Promotoria de Justiça e Defesa da Saúde (Prosus) – MPDF.

Por favor, Jairo. (*Pausa.*)

Eu queria chamar também o Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal, nosso amigo, Secretário Sérgio Sampaio. (*Palmas.*)

Eu queria convidar o nosso Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, nosso querido Helvécio Ferreira da Silva. (*Palmas.*)

O Fabio está chegando daqui a pouco.

Eu tenho a informação de que algumas pessoas estão presas nos engarrafamentos. Então, o que é que eu farei para a gente ganhar tempo e ajudar o debate a fluir? Vamos começando os trabalhos, para a gente não perder tempo.

Eu queria agradecer e comentar a presença do nosso querido Jorge Vianna, que foi debatedor da Mesa anterior, que é sequência desta Mesa. Ele é Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do DF e Presidente da Federação dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem e Trabalhadores da Saúde do Centro-Oeste. Eu queria agradecer ao nosso amigo Lucimar, cadeirante de Planaltina, da Comissão Jovem Gente como a Gente, que está ali presente – ouviu, Lucimar? Muito obrigado pela presença. Eu queria agradecer à D. Ieda, que, com todo o sacrifício, está aqui presente, mostrando a força de vontade da nossa terceira idade, para estar aqui, junto, neste debate. Muito obrigado – ouviu, D. Ieda? – pela presença. Eu queria agradecer também à Nelita, da Comissão de Saúde lá da Fercal, e à Drª Andrea, Coordenadora de Saúde de Sobradinho, que aqui está presente. Eu queria agradecer ainda à Drª Naiara, coordenadora do centro cardiológico que funciona ali, no Hospital de Base – muito importante –, que trata de nós, Senadores. Está aqui presente a Drª Naiara. Muito obrigado.

Eu queria dar início aos nossos trabalhos comentando, primeiro, o que ocorreu na reunião passada.

Pessoal, esta audiência pública ira discutir Entraves e Dificuldades no Sistema de Saúde do Distrito Federal. O debate ocorre em duas etapas: uma aconteceu no dia 21, e a outra ocorre hoje. Isso, porque a complexidade do tema é tão grande, que nós preferimos fazer o quê? Na primeira etapa, trouxemos os representantes de classes, servidores da Secretaria, para poder colocar um diagnóstico aqui, colocar alguns problemas que existem na questão da saúde do DF. E, nesta segunda etapa, nós estamos trazendo gestores governamentais, quem está realmente à frente do processo. E também estamos trazendo o Ministério Público, porque na primeira etapa nós trouxemos a Defensoria Pública da União. E nesta, agora, o representante da saúde, do Ministério Público.

Como autor do requerimento, sugeri a realização desse debate com o objetivo de encontrar soluções para o caos no setor e remediar os problemas...

Opa! Uma salva de palmas para o nosso Secretário. (*Palmas.*)

Nosso Secretário Fabio Gondim, servidor aqui desta Casa. Fabio, qualquer um dos dois lados que você quiser aqui.

O Fabio é servidor desta Casa, servidor concursado, uma pessoa que tem alto compromisso com a gestão pública e que está hoje à frente da nossa Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Fabio, muito obrigado.

A Drª Eliene veio também? Está vindo? Ah, então está bom.

Então, gente, como autor do requerimento, sugeri a realização desse debate com o objetivo de encontrar soluções para o caos do setor e remediar os problemas. O "caos do setor" é uma força de expressão, porque um setor em que os hospitais estão superlotados; um setor que está com dificuldade de pessoal; um setor que tem dificuldade de gestão pública, como foi apontado aqui na reunião passada; um setor que tem dificuldade de orçamento, para poder colocar os insumos necessários para o bom funcionamento; um setor que precisa pegar a rede de infraestrutura existente, que já está bastante antiga, e ter condição de modernizá-la, tudo isso

fora essa dificuldade momentânea de orçamento, tanto do GDF quanto da União... Então, são situações que vão facilitando para que a coisa caminhe para um processo mais caótico. Daí a palavra "caos", só para esclarecer.

Na primeira etapa, destacamos que faltam profissionais para atender a população do DF e Entorno. Várias pessoas de Minas Gerais e Goiás procuram atendimento aqui, inflando o nosso sistema de saúde do DF. Como o SUS atende a todos, independentemente do local onde esteja – não pode ser negado de forma nenhuma o atendimento a nenhuma pessoa que procurar a rede pública –, não temos profissionais suficientes para atender essa demanda.

Os problemas vão desde a situação precária de algumas unidades de saúde, como eu já falei, até a falta de medicamentos e profissionais para o atendimento da população.

Na reunião desta sexta-feira, agora, hoje, o objetivo é fazer com que os gestores de saúde apontem as soluções para alguns desses graves problemas e vejam como é que todos nós – povo, Congresso, servidores, não servidores – podemos ajudar. Afinal, todos nós precisamos do SUS, todos nós pagamos, todos nós queremos que a saúde pública funcione, principalmente os gestores da área, que têm grande interesse nessa questão.

Eu queria combinar aqui... Primeiro vamos fazer as provocações. Então, primeiro vamos ouvir o Ministério Público e o Conselho de Saúde, para depois nós passarmos aqui para a área governamental.

Então, vamos começar ouvindo o Ministério Público, até em consideração por ter sido o nosso primeiro convidar a chegar aqui hoje. Vamos ouvir o Dr. Jairo Bisol, uma pessoa profundamente experiente no setor.

Dr. Jairo, o senhor trouxe alguma transparência? Não? Então está bom.

O tempo, aqui, de fala de cada convidado é de dez a 15 minutos, conforme o critério e o interesse do convidado. E a gente vai tocar uma campainhazinha, na hora em que estiver com dez minutos. Depois a gente põe mais cinco. Quando estiver faltando um minuto para acabar, tocaremos a campainha de novo. Está bom? Só para entendimento de todo mundo.

Então, vou passar a palavra ao Dr. Jairo Bisol, do Ministério Público Federal. É a pessoa que está mais qualificada, do Ministério Público, para acompanhar as questões de saúde do DF e do Brasil.

Dr. Jairo, por favor. Com a palavra.

O SR. JAIRO BISOL – Já estou com medo da campainha. (*Risos.*)

Dez minutos... É assustador falar em dez minutos. Mas vamos lá: vamos direto.

Bom dia a todos. Bom dia, Senador; bom dia a todos da Mesa, companheiros de Mesa... Como o tempo é muito curto, eu vou, sem maiores delongas, aos pontos que interessam.

Primeiro: não há que se falar em crise da saúde no Brasil. O que está em curso é um desmonte do sistema público de saúde. Desmonte não é crise. Ponto. Por que é que eu afirmo de forma tão categórica que está em andamento um desmonte? Aliás, como um golpe fatal, sendo articulado dentro desta Casa. Dentro desta Casa. Por quê? Porque notadamente não há vontade política de se fazer saúde pública nos sucessivos governos, desde a fundação da Nova República. Pacto esse que eu desconfio estar desmontado de um tal modo que eu não sei se há como recosturar. Estão em curso tentativas de se recuperar esse pacto aí. Até agora, bastante frustradas.

Se nós analisarmos tecnicamente – e não vai dar tempo para fazer isso, em função dos dez, quinze minutos assustadores –, há em curso um vergonhoso e progressivo "desfinanciamento" da saúde pública no Brasil, conduzido com muita esperteza pela área econômica. Isso é notório. Basta olhar um por um dos atos que envolvem a adequação do financiamento público, sempre burlando a Carta Constitucional, sempre enxugando, diminuindo os recursos para a área da saúde. Isso, para um País cuja promessa constitucional é realizar um sistema de saúde pública universal e integral. Evidentemente, um progressivo desfinanciamento de uma área subfinanciada é uma demonstração inequívoca de falta de vontade política de efetivar essa política pública.

Outro sintoma muito claro de que falta vontade pública de se fazer: SUS. É a indefinição de um modelo de gestão. Essa é uma questão gravíssima. O modelo público de gestão é um modelo que está bem desgastado. Há dificuldades terríveis de se conduzir uma gestão pelo modelo público, desde o sistema de compra, gestão de pessoal, enfim... A intervenção da máquina política é uma intervenção com critérios que não são critérios de gestão. São critérios de interesses escusos, políticos, eleitorais. É péssima essa intervenção. Então, a gestão precisa de um estudo e uma redefinição de cabo a rabo, e nós não vemos o Estado mobilizado para definir o modelo de gestão. O que se vê é um processo progressivo de terceirização da saúde, extremamente perigoso num país como o nosso, que não consegue cumprir aquilo que sabe que deve fazer, o dever de casa, que é fazer a reforma política.

Quem de nós não sabe que nós temos uma máquina política cujo eixo estruturante consiste, exatamente, no financiamento dessa máquina com recursos do orçamento desviados? E eu quero dizer que eu penso aqui de uma forma... Para não ser agressivo... Eu sou daqueles que pensam de uma forma mais estruturalista. Eu não creio que o problema da corrupção seja um problema de pessoas. E combater corrupção, combatendo pesso-

as, é um equívoco. As estruturas são corruptoras. As estruturas são muito mais definitivas, no modo de funcionamento do ser humano, do que a gente imagina. A começar pela família. Até os mitos racionais da nossa era.

Os antropólogos dizem que os seres humanos, no fundo, são todos determinados pelas estruturas, e que as estruturas, no fundo, conversam entre si através dos seres humanos. É o que diz a Antropologia Estruturalista, do Claude Lévi-Strauss, por exemplo. Mas não faz mal. Simplificando, eu acredito em estruturas corruptoras. E uma das megaestruturas corruptoras do nosso País é esse modelo político que nós temos. Eu acho que nem os Senadores e os Deputados aguentam mais. Os prefeitos, os governadores e a Presidência da República não aguenta mais este sistema político, que só sobrevive financiando grupos e bandeiras partidárias com desvios de recursos do orçamento.

Se nós não resolvermos essa questão, aí não há política pública a ser efetivada neste País. Muito menos a política de saúde, porque permanentemente vão ocorrer as definições, por exemplo, do modelo de gestão a partir desta lógica: qual o modelo de gestão que permite o desvio mais *clean* dos recursos públicos para efeito de financiamento desta máquina política? Ora, atualmente, organizações sociais. Alguém tem dúvida disso? Num megacontrato de gestão, você consegue desviar... Como faziam, por exemplo, aqui em Brasília, no Hospital Santa Maria, cujos 14 milhões mensais deviam ser executados desde uma conta do BRB, e 24 horas depois de depositados os 14 milhões mensais, para a Real Espanhola, esse dinheiro estava espalhado em instituições bancárias no Brasil inteiro, máxime na Bahia, onde era o centro dessa organização social, a Real Espanhola. Não há possibilidade de controle. Aliás, querer implantar um modelo de organização social para gerir o SUS, com uma máquina política que vive dos recursos do orçamento e com um Estado que não tem estruturas de controle, não tem tradição no controle, é realmente querer viabilizar o desastre.

Então, se nós não definirmos um modelo de gestão público, viável, com controle do absenteísmo, com o controle da produtividade... Isso demanda a discussão de um modelo de gestão. E, se nós falarmos em GDF, Senador – e eu aqui assustadíssimo com os dez minutos –, nós teremos que falar não só sobre esse modelo de gestão pública, mas teremos que falar em descentralização. A Secretaria de Saúde do DF é um absurdo, porque a unidade federativa DF é atípica. Ela é quase um reino. Nós temos o "rei" da saúde, aqui, à nossa direita, o Dr. Fabio Gondim, que está lá, assustado também, com as complexidades desse reinado. Ela é praticamente um reino, porque ela junta uma estrutura, uma máquina administrativa imensa, tem um orçamento de R$7 bilhões, 81% comprometidos com pessoal... Eu tenho lá minhas dúvidas. Não consegui essa informação ainda, de que estão sendo pagos, provavelmente, para se chegar a esse valor, os inativos e os aposentados... Não estão sendo pagos com recursos do SUS? Os que estão em desvio de função estão sendo pagos com recursos do SUS? Era uma coisa para se ver, Secretário. Não pode. A Lei nº 141 não permite. Aliás, a Constituição já não permite. Isso não pode. Aliás, a área de planejamento do Governo tem que prestar atenção a isso também. Não pode.

Mas, de qualquer forma, é uma máquina de sete bilhões, de orçamento, sendo 81% gastos com pessoal – essa máquina não sobrevive desse jeito –; sem política de pessoal; e com alguns aumentos descompassados da realidade. Quer dizer, a irresponsabilidade da gestão dos anos que se passaram se mostra. Sem fazer análise crítica desta gestão. Pelo contrário: estamos torcendo para que a atual gestão consiga, no esforço que a gente está testemunhando, colocar a Secretaria nos eixos.

Em cima disso: se temos uma política subfinanciada, racional, voluntariamente pelo Poder Público, sem um modelo de gestão que possa efetivá-la, isso implica o quê? Abre um volume de judicialização, porque a Constituição define a saúde como um direito do cidadão contra o Estado, e isso está gerando uma onda "tsunâmica" de judicialização, especialmente nas áreas do nosso País onde existem estruturas de inclusão judicial. Isso é tudo que se quer, uma população que esteja incluída no sistema judicial. E eu me refiro aqui ao trabalho importantíssimo feito pela Defensoria Pública.

No DF, a Defensoria Pública promove a inclusão social e, com isso, promove, no campo da saúde, uma onda de judicialização. E é função dela promover. É a gestão que tem que resolver isso aí, cumprindo o seu dever de prestar ações de serviços de saúde. E não consegue fazê-lo. Como essa judicialização está calçada, pela natureza do processo judicial, em cima da casuística e impõe um ganho de irracionalidade no sistema, o sistema não sobrevive.

Então, o que está em curso neste País? Prestem atenção: hoje há uma campanha muito bem articulada – eu diria até ardilosamente articulada –, porque essa pressão do subfinanciamento, da falta de modelo de gestão, estoura no ponto mais fraco da corda de um País que se diz federalista, mas que, no fundo, é um Estado Unitário, fantasiado de Federação, e que está com o poder político e econômico centralizado na União. E estoura onde? Lá na ponta, no prefeito. Trata-se da espada de Dâmocles da judicialização, que é um produto perverso dessa maneira de conduzir uma política para que ela não se realize, sem compromisso com a Constituição, sem compromisso com a política – que é o que o nosso País faz –... E essa equação estoura na cabeça do prefeito.

E hoje, malandramente, esses que conduzem a política desse modo estão dizendo: "Está vendo? Ninguém suporta mais a judicialização. Vamos começar, agora, a resolver o problema com planos de saúde". Isso é uma vergonha, Brasil. Isso é uma vergonha! Plano de saúde é uma ilusão de saúde, porque na hora em que o cidadão precisa, realmente, da ação e do serviço, esses planos se mostram como eles realmente são: um grande engodo.

Então, está em curso uma articulação política para empurrar para a população esse grande engodo, para retirar da população um de seus direitos mais fundamentais, que é o direito à saúde, e para desmanchar, como está sendo desmanchada, paulatinamente, uma das políticas mais bonitas que nós já conseguimos consolidar na Constituição como política de Estado, que é o SUS, e que infelizmente, por todas essas idiossincrasias da estrutura do Estado brasileiro, nós não conseguimos traduzir em realidade.

Espero que eu tenha provocado o suficiente, Senador. Assustado com os meus dez minutos, então, eu acho que o que era de importante para se colocar está colocado.

Especificamente em relação ao DF... Eu tenho uns dois minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tem. Tem sim.

O SR. JAIRO BISOL – O DF vive também o desdobramento de uma irresponsabilidade política. O que se fez no DF, no ano passado, não se faz. Votar uma LOA, para a saúde pública, 30% menor do que aquilo que havia sido votado para o ano, sabendo que o que havia sido votado para o ano não será suficiente para cumprir o ano orçamentário... Isso é irresponsabilidade, governo passado. Isso é irresponsabilidade, Câmara Legislativa passada. Irresponsabilidade com o Distrito Federal. Irresponsabilidade com a população do Distrito Federal.

A LOA da saúde é uma vergonha escancarada do Distrito Federal. Não há mais dinheiro para a saúde este ano. O Secretário vai dizer isso aí. Não há mais. Daqui para frente vai depender de gorjetas. Como é que a gente conduz uma estrutura dessas com gorjetas? As primeiras gorjetas fundamentais, para que se tenham recursos para custeio, dependem dos Deputados Distritais, da boa vontade deles de abrir mão dos recursos para emendas... Que eu acho que nem deveriam existir. Sinceramente. O orçamento deveria ser uma coisa racional, e não política. Que história é essa de os políticos gastarem o nosso dinheiro de acordo com linhas políticas? Os recursos do orçamento têm que ser gastos tecnicamente. O dinheiro é de todos. Não é de um ou de dois. Não pode ser gasto por critérios político. Tem que ser gasto por critérios técnicos. É outra coisa que a gente tem que mudar no nosso sistema. Isso ocorre porque os Deputados precisam fazer política com o dinheiro, senão não sobrevivem na função. Não é que os Deputados são pessoas equivocadas. A nossa estrutura política – volto a insistir – é equivocada. Se nós não formos capazes de fazer uma reforma política, vamos desistir de políticas sociais. Vamos desistir de políticas públicas. Vamos cair na realidade. Não dá mais. O Brasil não suporta mais isso. Quem suporta isso? As políticas públicas não suportam não ser efetivas. A economia do País não suporta isso. A condução não é a mais racional. Os resultados são péssimos.

É isso, Senador. Fica isso como reflexão e provocação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao nosso representante do Ministério Público, nosso Jairo Bisol. Vamos dar uma salva de palmas para ele, pela eloquência da palavra. (*Palmas.*)

O Dr. Sérgio, que viria na audiência passada, teve um problema de saúde, que graças a Deus não foi tão grave, mas ele hoje pôde vir nos prestigiar. Ele viria colocar aqui, do ponto de vista governamental, a dificuldade em que está o GDF. E ele fez questão de hoje vir aqui e estar presente, para falar sobre o Estado que foi herdado pelo Governo Rollemberg e a dificuldade que está sendo pegar essa máquina e pô-la no eixo, para começar a andar. Então, ele viria exatamente para falar sobre essa questão, sobre a dificuldade econômica, a dificuldade administrativa, a dificuldade dos pagamentos, pois muitos ficaram sem receber... Em suma, mostrar a situação em que está o GDF. E o Dr. Fabio, a questão da saúde.

Então, o Dr. Sérgio... Ele inclusive vai ter que se retirar daqui a pouco para uma reunião, mas fez questão de vir aqui colocar, do ponto de vista da gestão do Governo do Distrito Federal, essa dificuldade toda em que se encontra a máquina.

Então, com a palavra, Sérgio. Os seus dez a 15 minutos. À vontade.

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Muito bom dia a todos.

Eu queria agradecer, Senador Hélio José, pela oportunidade de estar aqui debatendo, com a sociedade, políticas públicas e problemas que afligem a nossa sociedade, buscando formas de enfrentá-los.

Eu queria cumprimentar os demais integrantes dessa Mesa: o Dr. Bisol; o Dr. Fabio Gondim, nosso Secretário de Saúde; e o Helvécio, do Conselho de Saúde.

Quero dizer que é sempre um prazer renovado estar aqui nesta Casa, no Senado Federal. Embora eu pertença, seja um servidor da Câmara dos Deputados, tenho muito apreço também a esta Casa. Aqui fiz minha vida profissional, minha história profissional, nesses corredores e nessas salas.

Vamos então tentar contextualizar um pouco a situação da saúde em face do problema fiscal grave que enfrenta hoje o Distrito Federal.

Eu não quero aqui politizar o debate, no sentido de buscar personificar problemas, erros, dizer se foi o governo passado, se o anterior ao passado também contribuiu ou não. Eu não gostaria, aqui, de nominar personagens, apenas falar, de forma absolutamente franca, sobre a situação em que nos encontramos e de como isso inflige um problema sério, que é o problema da saúde, no Distrito Federal.

De antemão, eu gostaria de dizer que nós reconhecemos ser este o principal desafio para uma gestão que pretenda ser bem-sucedida no Distrito Federal: conseguir enfrentar e ter bons resultados no que tange à prestação de serviços de saúde à nossa população, tão carente desses serviços.

Bem, como muitos devem saber – embora haja ainda aqueles que buscam disseminar dúvidas a esse respeito na nossa sociedade, aqui no Distrito Federal –, o problema fiscal herdado por esta administração é de tal monta que, realmente, quase inviabiliza o nosso Distrito Federal como uma unidade da Federação.

O Dr. Bisol dizia há pouco que o orçamento foi construído, assim, de forma absurda, sem seguir minimamente parâmetros lógicos ou aquilo que gestores públicos e Parlamentares deveriam perseguir de forma obstinada, que é a responsabilidade com aquelas pessoas que são destinatárias de serviços públicos.

Nós tivemos um orçamento que foi inflado em sua receita, de forma artificial, para poder atender algumas necessidades políticas. Então, queria criar um gasto político, não tinha dinheiro... "Não, a gente inventa que vai ter mais dinheiro e coloca recurso". E também, por outro lado, você subestima os gastos em algumas áreas, para poder sobrar recursos para aquilo que você pretendia fazer, para atender as suas pretensões ou projetos políticos. Daí por que se retirou uma quantia imensa de recursos da saúde para, justamente, destiná-los a outras frentes, como um orçamento de quase seis bi e tanto, e você reduzir para quatro bi na saúde, o que seria absolutamente impensável.

Esses foram mecanismos buscados para que a conta fechasse, porque, numa lei orçamentária, você precisa apresentar despesas e receitas equilibradas, senão a lei não fecha. Então, para que se fechasse essa peça – volto a dizer, essa peça fictícia –, foram construídas saídas como essa. Do lado da receita, estimou-se um incremento nas receitas, via fundo constitucional, da ordem de quase três bilhões. Todos nós sabemos que a situação do País caminhava não para uma expansão da receita – e o fundo constitucional é calculado com base num percentual da receita corrente líquida da União –, e, ainda que não houvesse o problema de recessão que nós estamos vivendo, nunca chegaríamos a uma expansão de quase três bilhões no fundo constitucional. Nem mesmo um crescimento como o da China, em patamares que a China cresce, nos levaria a uma arrecadação dessa monta. Então, o que já se sabia é que aquilo ali era uma mera peça de ficção.

Isso está refletindo de forma bastante significativa, hoje, na gestão deste atual Governo. Nós temos que lidar com falta de orçamento, em várias áreas, e falta de financeiro. Nós não temos recursos orçamentários. A lei orçamentária é uma lei autorizativa. Se você não tiver uma autorização orçamentária para realizar um gasto, você não pode pensar em fazê-lo. Mas temos por trás, também, a questão financeira, que são os recursos, efetivamente, aquilo que você tem na sua conta corrente, fruto dos ingressos das suas receitas, repasse do fundo constitucional e etc.

Então, a situação em que nós vivemos hoje é alarmante. Eu, como Secretário da Casa Civil, participo da governança que, em síntese, busca eleger prioridades, fazer remanejamentos orçamentários e de recursos financeiros, para atender as áreas que são mais necessitadas. E nesse trabalho nós temos buscado, sim, blindar a saúde, sabendo que é um serviço essencial, que não pode esperar.

A gente tem limpado o orçamento de diversas áreas, para tentar garantir o repasse à saúde, aquilo que seria o mínimo necessário à manutenção dos serviços de saúde. Isso se faz a duras penas. Nós, por vezes, nos sentamos lá e ficamos decidindo: "Olha, vamos tirar aqui o orçamento do zoológico". Aí você deixa os bichos com fome. Na hora em que apertar ali, que estiver no caos, aí você remaneja da outra área e dá comida para o bicho... E a gente vai, então, assim, "canibalizando" recursos que são essenciais para o funcionamento da máquina. A gente vive nessa situação. Corta aqui, espera o outro gritar, aí tira de um terceiro, repassa para o segundo e assim vai. E nessa ciranda temos, sim, buscado blindar a saúde, que, a gente sabe, não poderia, neste instante, prescindir desses recursos. Eu digo "neste instante" porque, com um trabalho de gestão eficiente, eu acredito que esses recursos possam render mais e a gente consiga, eventualmente, fazer mais com menos. Mas, num primeiro momento, no momento que nós enfrentamos agora, na saúde... Nós estamos aqui com o nosso Secretário Fabio Gondim, que é um grande gestor, sabidamente, um especialista na área orçamentária. Ele foi consultor geral de orçamento desta Casa. Eu tenho certeza de que ele vai conseguir, sim, implementar um modelo mais eficiente de prestação de serviço de saúde, que nos leve a fazer aquilo que eu disse há pouco: fazer mais com menos.

Apenas retomando, então, essa questão do caos que nós vivenciamos aqui em relação a esse déficit fiscal encontrado, isso é agravado por uma conta imensa, que foi deixada, da ordem de R$3 bilhões. E eu quero dizer: são R$3 bilhões em despesas, relativas ao orçamento de 2014, seja na forma de despesas de exercícios anteriores, como também em restos a pagar. Nós temos R$2,2 bilhões de despesas de 2014 não contabilizadas. Segundo, inclusive, relatório prévio do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Isso, em breve, vai poder ser aclarado ainda mais, uma vez que está em via de acontecer o julgamento das contas de 2014. Algumas pessoas ainda insistem em dizer "não, isso não é verdade, etc.", mas isso é um fato: R$2,2 bilhões em despesas não contabilizadas e algo em torno de R$800 milhões, em restos a pagar, que nós tínhamos do orçamento de 2014.

Isso faz com que os fornecedores de todo o Governo, inclusive da saúde, estejam com o pé atrás. Eles falam: "Olha, eu vou prestar um serviço, mas corro o risco de não receber". Isso faz com que nós compremos muito mal. As pessoas já buscam embutir, ali, uma margem de lucro que significaria um "colchão" ou um seguro para o caso de não receber aquilo que lhes é devido. Isso nos coloca numa situação ainda mais grave. Com a ameaça constante de paralisia de fornecimento em áreas essenciais, em medicamentos e em serviços como manutenção de equipamentos – que são essenciais, por exemplo, num centro cirúrgico. Tudo isso é uma situação gravíssima, que nós vivenciamos agora.

E aí vocês podem dizer: "Mas vocês não fizeram nada para debelar essa situação?" Nós estamos, sim, tentando pagar os fornecedores. Quanto àquilo que havia em restos a pagar, cerca de R$800 milhões, nós já conseguimos pagar em torno de R$600 milhões. Portanto, em restos a pagar, nós conseguimos cumprir aí três quartos daquilo que devíamos em relação ao exercício de 2014. Entretanto, quando se trata de despesas de exercícios anteriores, que não sejam ainda despesas liquidadas, cujos serviços tenham tido um aceite no recebimento e que estejam apenas aguardando um pagamento, não sendo assim, em muitos casos a gente vai precisar apurar melhor se houve a prestação de serviço ou não. Esses casos de DEAs, as chamadas Despesas de Exercícios Anteriores, não estão sendo, de fato, objeto de pagamento por parte do Governo, salvo casos autorizados, inclusive, com o acompanhamento do próprio Tribunal de Contas da União, em situações emergenciais, que poderiam nos levar à paralisia de serviços que causariam um grande caos na nossa sociedade. Mas esse é o quadro que nós vivenciamos.

Em relação ao orçamento de 2015, idem. Outros dois bilhões e novecentos, quase R$3 bilhões são esperados de desajuste, ao longo de 2015. Ou seja, entre o que nós precisamos para fazer frente às nossas despesas e o que temos em caixa, tanto do ponto de vista orçamentário quanto financeiro, há aí um desnível, um abismo da ordem de R$2,9 bilhões. E agora, em setembro, ainda chegam os reajustes concedidos a mais de 30 carreiras, o que nos impõe um aumento de gastos da ordem de R$150 milhões, na nossa folha de pagamento, por mês. A folha, hoje, é de um bilhão e seiscentos. Nós vamos acrescentar, a essa folha de um bilhão e seiscentos, mais R$150 milhões, o que nos leva a uma situação insustentável. Se nós não conseguirmos reduzir a despesa, ou aumentar a receita, nós não teremos, inclusive, recursos para pagamento de salários. Essa é a situação que nós encontramos. Não há mágica.

Mas aí vocês falam: "Não, façam economia..." O importante é que as pessoas saibam que, infelizmente, boa parte do nosso orçamento está comprometido com despesas obrigatórias, como por exemplo o pagamento de pessoal, questão previdenciária, PIS, Pasep, coisas que a gente não pode escolher, eleger, "não pago". Então, nós já temos aquela despesa fixada por lei e vamos ter que cumprir.

Isso nos leva a uma margem muito pequena de despesas que são, digamos assim, facultativas. Então, nós temos ali algo em torno de 12, 13%, onde a gente pode fazer economia, e aí você economiza 70%. Você economizou 8% do total do orçamento. Isso não é suficiente para nós enfrentarmos a grave crise que nós vivenciamos hoje. Daí por que a única saída passa a ser o aumento de receita.

Naquilo que era possível fazer, em termos de corte de gasto, nós temos feito. Este Governo... Por exemplo, em relação à publicidade: o governo anterior gastou R$197 milhões. Este Governo gastou, no primeiro semestre, R$4 milhões. Para você ver a diferença, a ordem de grandeza que nós estamos tratando. Passagens de servidores: alguns servidores, secretários de Estado, viajam a suas expensas, tirando dinheiro do seu próprio bolso. A gente não permite passagens, diárias... Coisas, assim, essenciais, a gente autoriza, em alguns casos a pessoa pagando a suas expensas. Cortamos carros oficiais, gasolina e cargos em comissão – dos quais já cortamos um número da ordem de 46%. E vamos cortar mais agora, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Permita-me só mais um minuto, porque nós estamos agora em via de transpor o limite de gasto com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função desses aumentos que nos impactam, agora, em setembro, e nós vamos ser obrigados a fazer mais um corte, da ordem de 20%, em cargos comissionados. Mas cargos comissionados, hoje, respondem por cerca de R$46 milhões do orçamento mensal

do nosso Governo, contra um orçamento de um bilhão e seiscentos com pessoal. Então, quando a gente está falando em corte de pessoal, nós vamos cortar – dos comissionados –, mas a margem é pequena, porque o gasto, em relação ao todo, é pequeno.

Então, nós vamos ter que fazer grandes sacrifícios e contar com a Câmara Legislativa para aprovar algumas medidas que nos levem a um aumento de receita. Muito do que precisamos depende da Câmara Legislativa. Nós confiamos no senso de responsabilidade da Câmara Legislativa, para que possamos enfrentar essa grave crise que aí está, sem o que não há mágica. Sem o aumento da receita, e tentando fazer o máximo em termos de corte de gastos, renegociando vários contratos... Quanto aos grandes contratos, aqueles nos quais nós não tivemos redução de custos, nós tivemos pelo menos a manutenção dos patamares de anos anteriores. Num período em que a inflação se aproxima de 10%, já é um feito. Na verdade, é um ganho de 10%.

Então, temos tentado fazer, mas vai demorar um pouco para arrumarmos a casa e conseguirmos, sim, ter uma atenção maior para aqueles serviços que são essenciais no nosso Distrito Federal.

Em face da falta de tempo, eu não vou abusar e não vou ser indelicado com os colegas, invadindo o seu espaço.

Vou permitir-me, então, parar por aqui. Poderia fazer algumas considerações a mais na área de saúde, mas eu prefiro deixar para o nosso Secretário Fábio Gondim, para que o faça.

Estou aqui à disposição depois, para debater, até cerca de, por gentileza, Senador, 10 horas. Eu vou ter agora um encontro com promotores de Justiça, para discutirmos a situação do Uber aqui no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pessoal, eu fiz questão de convidar para essas duas audiências públicas o Sérgio Sampaio, porque eu tenho participado, todas as segundas-feiras, da reunião do Conselho Político. Lá, toda a situação do governo tem sido externada para nós, e a situação é muito grave.

O Sérgio conseguiu, com esse curto pedaço de tempo, dar, mais ou menos, uma explanação da real situação, da dificuldade talvez de pagar o mês de outubro e novembro. Eu acho que o mês de outubro, se Deus quiser, nós vamos conseguir, mas novembro e dezembro, até agora, não temos certeza de como vamos pagar. Talvez agora, a partir do dia 1º de outubro, tenhamos que cortar mais 20% dos cargos comissionados, porque a despesa vai ultrapassar o limite prudencial...

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – O limite prudencial nós já passamos, agora é o limite mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O limite do limite. Então, é uma situação difícil.

Exatamente foi a presença do Dr. Sérgio, Secretário de Gestão – na verdade é a Casa Civil que vê toda essa questão, que passa na questão política do governo –, que conseguiu aqui dar um retrato dessa grave situação.

Então, Sérgio, eu acho que a sua provocação foi atingida.

Eu não vou poder abrir para o plenário, por falta de tempo, agora neste instante, para perguntar para você, mas, aproveitando a sua presença aqui, eu quero saber se algum dos membros da Mesa...

Eu quero cumprimentar, anunciar a presença do representante do Micro e Pequeno Empresário da Saúde, que é o Eliezer, que vai ser o próximo a falar, daqui a pouquinho. Está aqui o Dr. Eliezer. Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Queria saber se a nossa Secretária Adjunta de Saúde já chegou aqui ao recinto, já está aqui conosco a Dr. Eliene? Não? Tudo bem.

A Drª Eliene vai ser a nossa representante feminina aqui nesta Mesa, só estamos esperando-a chegar. Mulheres, fiquem calmas aí, que vai ficar tudo certo.

Queria saber do Dr. Jairo, do Eliezer, do Helvécio e do próprio Godim se há da Mesa aqui alguma pergunta ao Dr. Sérgio, porque ele vai ter que sair. Há alguma pergunta? Não?

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Só me permita, Senador, complementar aqui uma informação, eu não sei se eu me fiz claro: esses reajustes agora, que impactam o mês de setembro, foram leis votadas ainda em 2014, que estão nos atingindo agora no orçamento de 2015, apenas para deixar isso claro.

Quero dizer também que o não pagamento de fornecedores leva a uma situação de caos na própria economia do Distrito Federal, porque nós vemos inúmeras empresas fechando as suas portas, aumentando o desemprego, aumentando a crise, sem ter o que fazer. É uma situação drástica, portanto nós não temos outra alternativa, a não ser aumentar a receita. É aumentar receita, ou aumentar a receita.

Não queremos ficar aumentando imposto, porque isso alimenta a crise, estamos buscando outras medidas, mas, em muitas delas, nós precisamos, como cobrança de área pública, a pessoa que invade a área pública ou que cerca a área pública, não é invasão, porque isso tem sido permitido pelo Estado. Nós vamos cobrar. Há uma série de medidas. São 32 medidas que eu acompanho diuturnamente com todas as secretarias, que nos podem levar a aumentos de arrecadação. Nós esperamos, com isso, se Deus quiser, começar a sair dessa crise.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Legal.

O Secretário Sérgio Sampaio é uma pessoa experiente, porque foi diretor da Câmara dos Deputados por muito tempo. Secretário-geral ou diretor?

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Diretor-geral, secretário-geral da Câmara dos Deputados por muitos anos, hoje está colaborando no GDF.

Eu vou fazer o seguinte, como a Mesa economizou, eu vou passar a palavra para duas pessoas do plenário aqui, que eu vou definir quem são, para poder fazer uma pergunta ao Sérgio, para eu liberar o Sérgio para ir para a reunião. É o Jorge Vianna, que está aqui, que é do sindicato.

São três minutinhos, no máximo, Jorge.

Por favor.

O SR. JORGE VIANNA – Bom dia, Senador; bom dia, senhores da mesa; bom dia, senhoras e senhores.

Na semana passada, estive na mesa...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Só um minutinho.

A outra pergunta vai ser da Drª Naiara, para quem eu vou dar três minutinhos também, que é do Sistema de Saúde Complementar aqui do DF.

Então, são essas duas pessoas que vão fazer as perguntas e considerações para o Dr. Sérgio, e eu vou liberá-lo.

Jorge, por favor.

O SR. JORGE VIANNA – Obrigado, Senador.

Dr. Sérgio, em outras palavras, o senhor acabou de dizer que o GDF está tendo que remanejar os recursos suplementares para poder fazer os pagamentos. Em outras palavras, é aquele grupo: quem não chora não mama, mais ou menos assim. Neste momento, a saúde está chorando, principalmente os trabalhadores. Chorando em que sentido? Nós vamos falar aqui de hora extra, é o ponto que está em evidência. O senhor está dizendo, então, que não é prioridade pagar as horas extras dos trabalhadores da saúde, porque, até então, nós temos uma dívida de 90 dias de pagamento de hora extra e nós temos um valor aproximado de R$15 milhões, que pode ser tirado de outras situações para poder pagar, ou seja, não é prioridade pagar o servidor da saúde num momento de crise?

Então, a pergunta que eu faço é essa. Eu gostaria que o senhor falasse, porque essa semana foi uma semana bastante difícil para nós, dos sindicatos, e para os trabalhadores, que já estão querendo devolver as horas extras. Não existe segurança, e ninguém no governo chegou para falar oficialmente: "Olhe, nós devemos, nós vamos pagar dia tal", ou seja, prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Drª Naiara, três minutos.

A SRª NAIARA PORTO – Bom dia.

Só me apresentando: meu nome é Naiara, eu sou médica gestora e sou diretora do Instituto de Cardiologia, que é um dos grandes parceiros da secretaria na prestação de serviço à população.

A minha pergunta é mais resumida e bem em cima também do que o Dr. Bisol falou: nós sabemos que o sistema está sendo subfinanciado e nós sabemos que nós temos um modelo de gestão incompatível com a realidade, inclusive de recurso que nós temos disponível. Uma folha de pagamento de 81% do custo é impraticável. Nós sabemos, por exemplo, pela Anap, que faz o levantamento, que 39% do custo das empresas de saúde é com pessoal. Então, a pergunta é: qual é a vontade e a mobilidade política, para que nós mudemos radicalmente esse modelo instalado aqui hoje, sem ideologias, porque as ideologias são muito boas até a pessoa precisar, porque, quando ela precisa e está ali no leito hospitalar, ela quer ter um serviço que atenda, de qualidade, independentemente de classe, de profissão. Aí, ela esquece realmente que ela está defendendo um partido ou uma classe política.

Outra questão importante que eu queria colocar é a questão também – desculpe-me, gente, acabei ficando nervosa aqui – do que se esperar desse panorama financeiro, daqui para o final do ano, de quais vão ser as prioridades e de como nós vamos conseguir manejar essa falta de recurso para conseguir fechar o ano, pelo menos, sem prejudicar mais ainda a população de Brasília nessa questão da saúde, tendo a saúde como a discussão principal e não interesses associados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero agradecer as duas perguntas que eu abri para o plenário, passar para o Dr. Sérgio, Secretário da Casa Civil, para fazer a consideração. Para algum complemento que seja necessário fazer, o Dr. Fábio, no momento em que...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – ... ele for fazer, vai fazer com toda a tranquilidade.

O Dr. Sérgio, que está aqui, principalmente para falar da área de gestão pública do governo do DF e a situação do governo do DF, pode fazer as respostas no sentido da gestão pública e da administração do DF.

Sérgio, por favor.

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Vou começar respondendo a Drª Naiara.

Eu concordo que o que se gasta aqui no Distrito Federal com pessoal... Eu nem quero ter o servidor como inimigo, porque servidor é o próprio Estado. Se nós tivermos os servidores em linhas opostas, isso significa a própria falência do Estado. O Estado é nada mais do que os seus servidores, porque são eles que prestam serviços públicos. Então, nós obviamente devemos o maior respeito e consideração, mas temos que admitir o seguinte: com esse percentual, com esse nível de gasto que o governo do Distrito Federal tem na área de pessoal, a unidade da Federação se encaminha para se tornar absolutamente inviável. Esses 81% na saúde demonstram isso. Os números não são muito diferentes se nós olharmos em relação ao todo. "Pode falar não, você está falando em limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, 49%", mas, se nós aportarmos aí os recursos que vêm do Fundo Constitucional, que pagam toda a parte de segurança, mais uma boa parte da área de pagamento de pessoal de saúde e educação, os gastos com pessoal se elevam muito, e o governo está gastando perto de 80% de tudo que arrecada, de tudo que recebe via repasse com pagamento de servidores.

Nós temos que olhar se esse realmente é o Estado que nós queremos, um Estado que seja completamente imobilizado, que não consiga apresentar e oferecer à sociedade políticas públicas, porque é a população que clama por isso. Nós temos que pensar no todo. Nós temos que pensar nos servidores, mas nós temos que pensar no todo. Então, isso realmente é uma questão de responsabilidade, responsabilidade fiscal e responsabilidade para com a população do Distrito Federal.

Eu acho que os limites aqui superaram tudo que pode ser considerado como razoável. Para se ter uma ideia, nós comparávamos ontem, o Município de São Paulo, com 11 milhões de habitantes – nós temos aqui, entre ativos e inativos, 210 mil –, tem 220 mil pessoas. Até julho, o Município de São Paulo havia gastado com pessoal R$5 bilhões; o Distrito Federal, R$14,7 bilhões. Nós estamos falando do Município de São Paulo, com mais servidores do que o Distrito Federal, e olhe que são 220 mil servidores ativos e inativos para atender a uma população de 11 milhões, nós estamos falando aqui em 210 mil para atender a uma população de 2,870 milhões de pessoas aproximadamente. Ainda assim, com número menor, nós gastamos três vezes mais do que o Município de São Paulo.

Então, nós temos que escolher o modelo de Estado que nós queremos. Nós não podemos ter o gasto de pessoal...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – ... a ponto de inviabilizar o Estado completamente.

Em relação à resposta das horas extras...

O SR. JAIRO BISOL – Secretário, permita-me só um aparte?

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Pois não.

O SR. JAIRO BISOL – Eu acho que é fundamental.

Hoje nós temos este problema na saúde, de que o gasto de pessoal está na ordem de 81% do orçamento, mas não é só isso não. Soma-se a isso uma coisa mais grave ainda: um dos problemas mais difíceis de serem equacionados na Secretaria de Saúde é déficit de pessoal, especialmente na área médica. Então, nós temos um gasto de pessoal da ordem de 81% e, mesmo assim, temos déficit? Quer dizer, essa questão precisa ser revista.

O SR. SÉRGIO SAMPAIO – Complementando, algumas leis aprovadas, além de concederem o reajuste, ao mesmo tempo, reduzem a jornada de trabalho, o que vai implicar a contratação de mais servidores para um sistema já deficitário.

Então, eu quero dizer o seguinte: nós vamos pagar sim, nós devemos hora extra e vamos pagar. Nós não estamos pagando, porque não temos dinheiro em caixa, não temos dinheiro. A despeito de que alguns dizem que o governo do Distrito Federal está nadando em dinheiro, nós não temos dinheiro. Quando nós pagamos a folha, o que é obrigatório, nesse mês, no dia seguinte ao pagamento da folha, nós tínhamos R$7 milhões em caixa para todo o Distrito Federal. Nós estamos falando de um governo que tem um orçamento de R$34 bilhões, nós tínhamos R$7 milhões em caixa. Nós não tínhamos dinheiro para as despesas básicas, mínimas, pagamentos de custeio, coisas essenciais, pagar remédio, pagar serviços que são essenciais. Nós não tínhamos. Em todo mês, tem sido esse sacrifício. Nós ficando olhando a conta pingando dinheiro, mês a mês, sem saber se vai dar para pagar o salário. Faz-se Refis, faz isso, "não, entrou um pouquinho mais? Ufa, conseguimos pagar

o salário", só que, a partir do mês que vem, com R$150 milhões a mais na folha, nós já não vamos conseguir nem a folha de pagamento colocar em dia.

Então, nós estamos sem dinheiro. Agora, quando tivermos, nós vamos pagar. Tradicionalmente, tem sido paga com 60 dias – não é isso, Fábio? – a hora extra da saúde, nós vamos honrar sim esses compromissos. Esperamos que as nossas medidas que estão sendo implementadas deem certo sim, para que possamos honrar o quanto antes. Devemos e iremos pagar. Aquilo que nós não estamos pagando é por essa situação caótica em que nós nos encontramos, de que queremos sair o mais brevemente possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Você quer falar um pouquinho aqui?

Pessoal, eu queria agradecer a presença do Dr. Sérgio. Ele explicou realmente a dificuldade que ele tinha desde o início. Então, ele está retirando-se não é por... Está aqui o Dr. Fábio, que é a autoridade máxima de saúde do DF, que vai, inclusive, fazer a fala daqui a pouquinho.

Eu queria comentar a presença e convidar para a Mesa – não existe esse negócio, não – a Drª Eliene Berg, que é a representante da classe médica na saúde, uma pessoa que nos orgulha na saúde, uma pessoa que nos orgulha de estar na saúde do DF, por sua capacidade técnica. (*Palmas.*)

É o nosso quadro feminino aqui que vai ocupar a Mesa.

Eu queria, Fábio, que você chegasse ao meu lado, e a Drª Eliene sentasse no seu lugar.

Obrigado, Sérgio.

Pessoal, dando sequência rapidamente aos trabalhos, para dar mais tempo de o nosso povo perguntar depois, só queria comunicar aqui a presença da Drª Akalenni Bernardino, Coordenadora-Geral de Saúde de São Sebastião, e queria agradecer; da Drª Ana Patrícia, Diretora-Geral do Hospital de Base do Distrito Federal, e agradecer a presença dela aqui; da Drª Flávia Reis Sulz, Secretária de Saúde da União Geral dos Trabalhadores (UGT); agradecer a presença do Sr. Cícero Sobrinho, ex-Administrador do Gama e do Hospital do Gama, que está aqui presente também; da Drª Andrea Kawamoto, agora está completo o nome, a nossa diretora de saúde do Hospital Regional de Sobradinho, nossa Coordenadora de Saúde; do Dr. Agenor Pereira Dias Filho, representante do Dr. Renato, do HRAN, uma pessoa que eu prezo muito – o Dr. Renato não está aqui presente hoje, porque ele está viajando, ele me justificou a ausência, está numa viagem internacional –; a Drª Cleonice Sanches, Assessora do Deputado Distrital Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal; e o Dr. Aécio, do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho. Muito obrigado pela presença. Depois anunciarei outras pessoas. Só há uma pessoa aqui na minha frente, que é o Ayrton do metrô, que foi candidato a distrital pelo PSD – muito obrigado, Ayrton Sousa, por sua presença –, e também o Dr. Tiago Coelho, que deu um *show* aqui na audiência passada, colocando as questões com bastante propriedade. Muito obrigado, Dr. Tiago, que é Subsecretário da Secretaria de Saúde, pela sua presença.

Quero passar a palavra para o Dr. Eliezer. O Dr. Eliezer é representante do Micro e Pequeno Empresário da Saúde, que faz um serviço importante de complemento à rede pública. Então, desse ponto de vista das várias e várias repartições da micro e pequena empresa da saúde pública, da saúde no Distrito Federal, o Dr. Eliezer vem aqui fazer a sua fala, considerando todo esse quadro da saúde no DF. Eu só queria saber se o Dr. Rafael Leal, da grande empresa da saúde, está por aqui? Não? O Dr. Maluf veio? Não? O Dr. Maluf iria vir pelo sindicato das grandes empresas de saúde. Então, não há problema.

Dr. Eliezer, então, pelo visto, o senhor vai falar pelo pequeno e pelo grande privado.

Muito obrigado, 15 minutos.

O SR. ELIEZER MOTA – Obrigado.

Onde eu ligo aqui? Já está ligado.

Bom dia a todos!

Senhores e senhoras, é com muita honra que eu estou aqui nesta audiência pública, a convite do Senador Hélio José. Ao longo de vários anos, somos militantes para buscar soluções para o Distrito Federal.

Sou médico, especialista em oftalmologia.

Muito prazer, Secretário. É uma honra falar com o senhor. Muito prazer, Drª Eliene, Dr. Bisol, Helvécio, com quem tive a oportunidade de conversar a respeito da saúde.

Eu, como pioneiro aqui em Brasília, cheguei aos sete anos de idade aqui, no Distrito Federal, em 1959. Apesar de eu sempre dizer que eu só tenho 22 anos de idade, estou já com 63 anos. Nós já militamos em várias estruturas governamentais; eu já fui funcionário da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); fui assessor da Presidência da Codevasf; fui chefe de equipe do Hospital de Base durante 14 anos aproximadamente; e, muito novo, assumi também a responsabilidade de comandar o serviço médico do Sesi de Taguatinga e Ceilândia, foi lá que o nosso aprendizado começou.

Chegando ao Sesi, nós encontramos uma estrutura boa e colocamos o Sesi de Taguatinga e Ceilândia funcionando no período noturno. Isso foi um grande avanço. Eu tinha apenas 26 anos de idade.

Depois, decidi, passando por órgãos públicos, partir para a iniciativa privada. E apliquei algumas coisas que eu aprendi no Poder Público na iniciativa privada.

Hoje nós conseguimos trazer algumas coisas que podemos considerar que são um sucesso, por ser pequeno, por trabalhar com recursos próprios. Então, nós sempre estamos voltados para a saúde do pequeno, principalmente da pessoa que está precisando, e muito, do nosso serviço. Aí, eu lanço esta pergunta: como a micro e pequena empresa pode participar da melhoria do sistema de saúde pública no Brasil, não só no Distrito Federal?

Nós estamos vendo que há um esforço muito grande do Governo, eu apostei muito no Governo do Rollemberg. E gostaria que ele nos ouvisse. É importante passarmos a nossa experiência, porque nós temos duas visões: a do Poder Público e a da iniciativa privada.

O próximo, por favor.

Nós sabemos que isso foi uma matéria de 12 de março de 2014, segundo a qual 12 mil pessoas aguardam consulta em oftalmologia no Distrito Federal, o que é uma demanda muito grande – isso de primeira consulta, segundo o G1.

O próximo, por favor.

Como foi dito aqui, o Distrito Federal está próximo de 3 milhões de habitantes, é outra matéria do *Correio Braziliense*. Nós devemos nos preocupar com esse crescimento desordenado. Na mesma matéria, como 72 oftalmologistas na Secretaria de Saúde podem atender sozinhos à população de aproximadamente 3 milhões de pessoas?

Inclusive, nessa matéria, o nosso Promotor Bisol foi citado junto com o Dr. Gutemberg Fialho. Então, está ali a matéria. Nós nos baseamos em dados para poder trazer algumas soluções para o Distrito Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIEZER MOTA – O déficit é muito grande.

O próximo, por favor.

Então, nós temos um déficit muito grande de pessoal e nós precisamos encontrar uma solução para isso. O esforço é grande, a iniciativa privada quer participar com o Poder Público. E a nossa proposta é uma parceria que cabe dentro da Lei nº 8.080, do SUS.

Eu estou com o meu filho aqui, o Eliezer Neto, assessorando-me. Ele é publicitário e tem me ajudado muito no desenvolvimento da nossa clínica.

Passe o seguinte, por favor.

Nós vivenciamos recentemente essa famosa carreta da catarata. Eu nunca vi fazer-se cirurgia em caminhão, de qualquer coisa. Eu acho que nem em animais são feitas cirurgias.

Eu vou mostrar rapidamente esse vídeo que nós pesquisamos nessa noite, meu filho até não dormiu essa noite, buscando algumas informações.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ELIEZER MOTA – Essa foi a situação encontrada durante a prestação de serviços, inclusive, o profissional que foi contratado não era nem do Distrito Federal. Isto é chato demais: não acreditar nos profissionais de saúde daqui do Distrito Federal.

E isso era a carreta, um centro cirúrgico um centro cirúrgico nessas condições.

Esse foi um vídeo amador que nós conseguimos no Youtube, e é bom o nosso Promotor Bisol ter acesso a essas...

Olhe o desrespeito com o público.

Isso foi a chuva que levou...

Pode comentar alguma coisa.

O SR. JAIRO BISOL – O Ministério Público investigou. Nós movemos duas ações de improbidade administrativa contra a carreta.

O SR. ELIEZER MOTA – Foi um desabamento que ocorreu com uma chuva forte, a estrutura que foi colocada lá não oferecia segurança nenhuma.

Esse foi o estado, quem não viu...

Nós, da saúde, os médicos, as clínicas somos fiscalizados pela Vigilância Sanitária. Às vezes, nós, dentro de uma estrutura mínima e viável, não trabalhamos com tranquilidade, infelizmente, Secretário.

Eu não sei se há mais alguma coisa.

Vamos para o próximo, Eliezer, para nós quase finalizarmos.

Esse vídeo está no Youtube. Para quem quiser acessar, ele é grande, foi editado pelo meu filho essa noite – ele nem dormiu, como eu falei, ansioso para essa apresentação.

Desculpem-me.

Juntos, a iniciativa privada e o Poder Público, podemos mudar essa triste realidade. A nossa proposta é de parceria entre a Secretaria de Saúde e a rede privada. Como captar recursos econômicos para viabilizar tal projeto? Vamos apostar na saúde do Distrito Federal? Vocês apostam? Eu aposto.

É isto que nós queremos propor: a criação da Loteria da Saúde do Distrito Federal, uma loteria em que todos ganham, principalmente quem realmente necessita. Já que o nosso Secretário Sérgio disse que não temos dinheiro, é uma forma de nós captarmos esses recursos honestamente.

E existem outras loterias estaduais que talvez não sejam voltadas exclusivamente para a saúde. Eu gostaria de propor isso até ao Senador Hélio José, já falei com o Deputado Rogério Rosso. Ele mesmo falou que vai criar um projeto de lei – já estão tramitando algumas assim nesse sentido –, e é isso que nós queremos que aconteça.

Próximo.

"Felicidade e responsabilidade moral são inseparavelmente ligadas." (George Washington)

Mais alguma coisa? Termina por aqui?

Essa é a nossa participação.

Eu gostaria que o Secretário visse com carinho a iniciativa privada, porque nós podemos ajudar e muito. Nossa estrutura hoje das clínicas e hospitais privados é muito grande, Secretário. E nós podemos engolir, literalmente, essa demanda reprimida que hoje existe nas filas dos hospitais e postos de saúde.

Eu gostaria de presenteá-lo com essa nossa ideia, o senhor, o Senador e a população como um todo.

Agradeço pela minha participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

Queria só questionar se os representantes das grandes redes, o Dr. Maluf ou o Dr. Rafael Leal, estão aqui? Não?

Então, vamos passar para o Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Quanto ao Dr. Maluf, do SBH, eu fui informado aqui de que ele se encontra em viagem, mas está representado por dois outros diretores do Hospital Santa Marta, o Dr. Anderson Goulart e a Drª Kátia Carvalho.

Por favor, pessoal. Por favor, vamos fazer silêncio.

O Dr. Anderson Goulart está aqui? Dr. Anderson, do ponto de vista de um grande empresário da saúde, o senhor quer fazer alguma consideração a respeito da questão, para eu passar para o Conselho de Saúde e, depois, para o secretário? Se você quiser, fique à vontade. Você tem de três a cinco minutos para poder falar.

Tudo bem? Então, está o.k.

Então, vamos tocar aqui com o Dr. Helvécio, do Conselho de Saúde do Distrito Federal, do ponto de vista dos usuários, das pessoas que realmente requerem o dia a dia da questão de saúde, para depois nós ouvirmos, com toda a tranquilidade, o Dr. Fábio e a Drª Eliene, sobre a consideração que eles quiserem fazer sobre a Secretaria de Saúde do DF.

Eu queria só pedir desculpa por ter me ausentado rapidamente aqui da mesa, porque eu tive que dar uma entrevista para a TV Canção Nova, para a TV Brasília, e vou ter que sair agorinha para TV Globo, mas estou antenado, e todas as notas taquigráficas estão devidamente registradas.

Dr. Eliezer, desculpe-me eu ter-me retirado um pouquinho.

Por favor, Helvécio.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas!

Exmo Senador Hélio José, Dr. Bisol, Dr. Eliene, Eliezer, se o Dr. Bisol ficou assustado com o tempo, o Conselho Social está apavorado, porque discutir saúde é muito mais amplo. E preocupa quando se vê a sociedade focada na problematização da saúde e na lógica da Medicina privada. A lógica da saúde pública é diferente da lógica da medicina privada.

O modelo de assistência à saúde pública do Distrito Federal já foi considerado um dos melhores do mundo e referência para outros países, procedendo a estudos e análises, para aplicação no seu território, a exemplo do Canadá e da Inglaterra. Mas o que aconteceu? O que é o SUS? O que é a saúde?

O SUS é um produto genuinamente brasileiro e pertence ao povo brasileiro. Mas é preciso, Senador, descerrar a cortina do SUS, estabelecer a verdade. E a verdade só virá pontualmente com a participação da sociedade, da população, discutindo amplamente os vieses do SUS.

O que existe hoje é consequência de uma ação mefistofelicamente programada para destruir a saúde pública e terceirizar a saúde pública, tendo a Capital da República como exemplo. (*Palmas.*)

Nos últimos anos, nós temos assistido a uma corrida de obstáculos na gestão da saúde com destino à urna, sem um planejamento consequente e execução. O que existe hoje é que a própria estrutura organizacional do Estado é incompatível com as demandas da sociedade. Essa visão o Conselho de Saúde tem clara e inequívoca, e nós temos as diretrizes estruturantes para resolver a crise da saúde de Brasília e do Brasil.

Nós temos hoje uma gestão pautada pela mídia. É a mídia que pauta a gestão na saúde pública nos últimos anos. Nós não temos os determinantes sociais e os indicadores de saúde como base para composição das equipes. Isso é fato.

Aí, você apresenta 81% de custos com pessoal. A culpa é do pessoal? Ou é esse pessoal que ainda resiste e mantém a saúde pública funcionando?

A estrutura organizacional hoje não permite a exequibilidade das ações da saúde. O maior crime que se cometeu contra o modelo de saúde pública do Distrito Federal foi a extinção da Fundação Hospitalar em maio de 2000, porque havia um interesse de assalto ao orçamento das fundações, que tinham seus parques de apoio para manutenção, prevenção e efetividade dos processos de trabalho, em que se construiu uma comissão única. O dinheiro foi todo para um setor, para determinada pessoa indicada por alguém para executar o processo. E, aí, começou o desastre.

Qual unidade da Federação tem uma robusta de unidades hospitalares, com postos rurais, centros de saúde, hospitais, hierarquizados? Qual unidade da Federação tem? O Distrito Federal, a Capital da República, que tem a benevolência do Fundo Constitucional de saúde.

Agora, as práticas são incompatíveis com a efetividade, com a resolutividade, mas parece que a lógica hoje é colocar a culpa do custo com pessoal na justificativa para terceirizar, trazer OSS para falsificar, inclusive, médico. A mídia tem mostrado o que acontece com os contratos de OSS, em que até o médico é falsificado. Imaginem os processos de trabalho? Imaginem os processos de trabalho? É essa a realidade. (*Palmas.*)

Hoje, nós somos remetidos pela mídia à lógica da doença. Nós não podemos confundir linhas de serviço de saúde com promoção à saúde. Aí está o caos.

O que é saúde? O que é saúde? A saúde, por mais que pareça cara, é infinitamente mais barata que a doença. Sem saúde não há vida.

Então, qual é o preço da saúde? A própria conduta comportamental do indivíduo remete-o para a doença ou para a saúde. Ou nós atuamos na lógica das cidades saudáveis, em que os equipamentos públicos, as estruturas públicas interajam, estabeleçam um viés pactuado na lógica da saúde, da promoção, ou não há dinheiro que seja suficiente.

Um dos grandes problemas que nós temos na saúde pública é o conflito de interesse, o dono de hospital privado ser gestor da unidade de serviço público. (*Palmas.*)

Este é o problema: conflito de interesse. Ou é público, ou é privado.

Não há nenhum problema em uma relação com o público e o privado. Não há nenhum problema com essa relação. O problema é o dono de um hospital privado ser gestor na saúde pública.

Ele vai otimizar o quê: o serviço público ou o privado? Ora, se o público funcionar, o dele vai à falência. Essa é a lógica.

Agora, no contexto da Capital da República, ou nós atuamos de forma integrada... Como é que você vai fazer promoção à saúde, sem a participação da educação? Como é que você vai fazer saúde em que o modelo é centrado, focado no médico, sem que haja o protagonismo da equipe multiprofissional? (*Palmas.*)

Você pode ir agora a qualquer hospital público e ver a estatística do atendimento da clínica médica. A maior incidência é por desarranjo gastrointestinal, por ingestão de alimentos mal manipulados ou inadequados. E hoje você tem a lógica dos laboratórios e das indústrias de que tudo se resolve com um produto, anabolizante. Daqui a pouco, haverá a pílula do prazer: você não precisa mais interagir com ninguém, sozinho você se resolve, e, aí, o laboratório lucra; a indústria, idem. (*Palmas.*)

Saúde é cidadania. Nós temos diversos companheiros e companheiras aqui do segmento do trabalhador, usuário e gestor que, durante 20 anos, não procura um médico, porque ele tem uma conduta comportamental saudável. Isso é saúde.

Ora, para ficar bonito agora, há os silicones. E o problema vai para onde? Para onde convergem, para onde são carreados todos os problemas por uma conduta inadequada, em todos aspectos? Para a saúde, mas não é para a saúde, para a linha de serviços de saúde.

Saúde você não encontra em posto rural, em centro de saúde nem em hospital. Saúde é um todo, é o ambiente, é o meio em que você vive e como você vive. Agora, se nós queremos discutir a terceirização da saúde, vamos descerrar a cortina do SUS.

Diga logo, porque o que existe hoje é uma incompatibilidade da estrutura organizacional com as demandas da sociedade. Você vai lá numa comunidade como o Varjão, que tem uma efervescência de adolescentes,

com indicadores e determinantes específicos – gravidez na adolescência, droga, violência, etc. –; você vai ao Guará I, consolidado de idosos; no Cruzeiro, idem; mas a composição da equipe é a mesma. Ora, desperdício de tempo, de energia e de todo o resto.

Precisamos, sim, estabelecer o modelo real para o Distrito Federal, mas de acordo com a necessidade vivencial, presencial, da população de cada localidade, de cada ambiente. Nos últimos 15 anos, sofremos aqui a precariedade das estruturas, como exemplo a SVS, a vigilância. Ora, se os dados primários que estabelecem o viés do planejamento da saúde são falsos ou não são reais, todo o resto é o quê?

Visite as estruturas da SVS! Não há pessoal, não há estrutura, não há equipamento, na Capital da República. Se quiser um exame mais aprimorado vai para onde? Se quiser um resultado mais aprimorado vai para onde?

Ora, agora de quem é a responsabilidade? A responsabilidade é de todos. A responsabilidade do fortalecimento do SUS é de toda a sociedade, é de todo o brasileiro e toda a brasileira, porque temos que compreender que o público é completamente diferente do privado.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – O privado já define – e falei do apavoramento do tempo. Mas interessante e oportuno é estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, porque a saúde é um direito humano.

Onde uma criança pobre do Piauí ou do Maranhão vai fazer um transplante de coração? Onde? Onde vai fazer? No SUS. Onde você faz o atendimento de alta especialidade, de alta complexidade? No SUS.

Agora temos um problema: o orçamento do SUS Brasil é gordo. E há muita gente querendo se alimentar dessa gordura. Esse é o problema. (*Palmas.*)

Agora, a partir do momento em que estabelecemos a conformidade dos requisitos em que o indicador de saúde de cada bairro, de cada rua, de cada cidade, o determinante social seja a base para a composição e consecução dos serviços, a coisa muda, inclusive no aspecto da racionalização. Aqui assistimos, todos os dias, à mídia falar uma coisa, e você visita o local e a realidade é outra. Virou moda falar mal da saúde.

Ora, por que não falar da doença; das milhares de vidas que são salvas todos os dias; dos milhares de procedimentos cirúrgicos e procedimentos de assistência que são realizados pelo SUS e resolvem a vida de milhões e milhões, e não são divulgados, não são publicizados? Isso, porque não há um comportamento do Estado de proteger o seu. É como se o próprio Estado quisesse se entregar para o adversário, promove-se a entrega.

Aí estão os interesses difusos, porque não é o Estado como um todo. São indivíduos, nas suas corporações específicas, que hoje controlam a saúde pública.

Temos conflitos de interesses graves que têm que ser demonstrados. Você põe na mídia que há um estoque de órteses e próteses para 50 anos. Mas o estoque é para 50 anos ou as equipes que estão pautadas para realizar o serviço não estão realizando o serviço? Qual é a realidade?

Qual é a política para o idoso? Temos que discutir, Senador, hoje, com relação à perspectiva de longevidade, qualidade de vida e que remete, e os dados indicam hoje, a quais são as causas do maior índice de mortalidade e incapacidade hoje? Não são doenças crônicas transmissíveis.

É preciso olhar com cuidado para esses indicadores. De onde vem a causa? O que está acontecendo?

Isso, porque todo problema da organização da própria cidade é levado para o posto de saúde, para o hospital: a qualidade do transporte, o saneamento urbano, a mobilidade, a questão da economia. E isso vai parar onde?

E aí, companheiro Jorge, cito, pontualmente, nós trabalhadores temos uma responsabilidade com o SUS da Capital do Brasil. Nós trabalhadores, hoje, do DF temos os melhores salários Brasil SUS e a menor carga horária. E temos a responsabilidade de estabelecer um pacto com o usuário de resgatar a qualidade da saúde pública do Distrito Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Helvécio pelas palavras e, com certeza, é um grande representante da saúde pública. Sinto-me orgulhoso da sua apresentação aqui, como usuário do SUS também.

Por favor, um minutinho.

O SR. ELIEZER MOTA – Gostaria só de deixar claro que não sou a favor da privatização da saúde. Sou totalmente contra e quem me conhece sabe. Estamos num grupo de Whatsapp, discutindo diuturnamente os problemas da saúde e estamos querendo ajudar, não queremos aquele bolo.

Estou fora, como o Helvécio mesmo falou, da Secretaria de Saúde há 24 anos. Estou só me dedicando à iniciativa privada. Não com o interesse de pegar o bolo de alguma coisa, porque já temos esse bolo, que é bom, senão a saúde privada não estaria no ponto que está.

Sou totalmente contra a privatização e a terceirização da saúde. Sou contra, por exemplo... Meu filho até está me alertando aqui de que estamos há dois meses fazendo gratuitamente, na nossa clínica, lá no Alameda, na Macrovisão, a prevenção do glaucoma.

Não cobramos nada da população. E assistimos uma população que tem dificuldade de pagar uma consulta de R$400, R$500, aqui no Plano Piloto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Será o próximo, calma!

O SR. ELIEZER MOTA – Então, estou só querendo deixar claro que sou contra a privatização da saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pessoal, agora vamos ouvir a Drª Eliene, em seguida do Dr. Fábio. Em seguida, abrirei para 15 perguntas de 15 pessoas do plenário, e, depois, para considerações finais de todo mundo aqui. Está certo?

Vou passar primeiro para a nossa Drª Eliene, nossa técnica, que tem ouvido demais todo mundo e espero que Deus a ajude e ao Dr. Fábio para tirar Brasília desse caos da saúde.

Vai lá, Drª Eliene.

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador, obrigado pelo convite! Parabéns também por essa iniciativa.

Bom dia, Dr. Bisol, Dr. Helvécio, Dr. Eliezer! Acabei sabendo que somos colegas de instituição, também trabalho no Sistema Fibra, e estou licenciada desde fevereiro por dedicação exclusiva à Secretaria.

Bom dia, Secretário!

Queria também cumprimentar o segmento da sociedade civil, os representantes aqui, por meio dos presidentes dos conselhos regionais de saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – Sr. Joel, por favor! Cumprimento ao Sr. Joel e, por meio dele, a todos os presidentes do conselhos regionais, aos diretores dos hospitais. Gostaria de cumprimentar o Dr. Manoel e todos eles, com a diretora do Saúde Sobradinho.

Coordenadores, gostaria de cumprimentar a Drª Ana Patrícia e a Drª Andrea.

Nossa equipe de subsecretários, gostaria de cumprimentar a todos, por meio do Subsecretário da Sugepar, Tiago, e a Amália, que também estão aqui presentes; todos os profissionais de saúde – enfermeiros, psicólogos, técnicos de enfermagem, odontólogos, assistentes sociais – e todos os demais, em função do tempo não vou mencionar, gostaria de cumprimentar cada um por meio da Dr. Dalzi, amiga pessoal e uma psicóloga muito engajada no trabalho junto à sociedade.

Gostaria de cumprimentar também vocês, porque achei muito admirável, os portadores de necessidades especiais estarem participando desse momento, ou seja, não houve barreiras que impediram de estar aqui nesse momento, discutindo a saúde do Distrito Federal.

Queria colocar um pouquinho de mim, uma desconhecida, forasteira, embora todo mundo tenha chamado de forasteiro o Secretário, ele é brasiliense, eu que não sou. Mas tive a oportunidade de chegar aqui há 11 anos. Confesso vocês, acredito que a maioria que aqui chegou estranhou muito, principalmente quem chegou na época da seca, como aqui cheguei, vindo do Rio de Janeiro, e tive a felicidade de ser acolhida por esta cidade, pelo Distrito Federal, de maneira como jamais sonhei.

Eu me formei no Rio de Janeiro, fiz clínica; depois, fiz especialização em psiquiatria. Aliás, queria cumprimentar a todos da saúde mental, por meio da Dr. Simone, Diretora do Compp, não esperava e não procurava e recebemos essa missão, creio eu por Deus, quando sempre coloco todas as questões da minha vida primeiro diante dele, quem me conhece sabe disso, por meio da pessoa do Governador que nos confiou essa missão.

E, na ocasião, disse a ele, vou repetir aqui diante de todos, que não poderia me comprometer com nada que não fosse apenas o meu trabalho, a minha dedicação e o meu empenho, não poderia prometer resultados, mas, se dependesse disso, com isso poderia me comprometer. Sei que é difícil, tenho muito a aprender, tenho 16 anos de formada, porém, em gestão, não tenho tanta experiência assim, mas tenho procurado aprender e não tenho me furtado a trabalhar 14 horas por dia ou até mais, e com muito prazer.

Isso tem me custado um sacrifício pessoal, meu filho caçula tem sete anos e, essa semana, cheguei em casa, eles estavam brincando – ele e o mais velho, de 12 – de uma fábrica de miojo, uma era o diretor e o outro, presidente. E eles usavam o discurso que escutam, quando estou trocando ideia com meu esposo, sobre como poder fazer, dar condução ao trabalho técnico, que é minha função junto ao Distrito Federal. Terei essa coragem, tive essa ousadia.

Sempre trabalhei na ponta, já fui de médica de família à saúde mental, trabalhei na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, que foi o segundo hospital psiquiátrico no Brasil; trabalhei no Hospital Lourenço Jor-

ge; trabalhei aqui na saúde mental; na saúde da família; na unidade mista de Taguatinga; no hospital HRT, em que estive como coordenadora da regional por seis meses. Espero realmente conseguir fazer alguma coisa.

A realidade não é fácil, sob todos os aspectos: temos que buscar recursos; temos que motivar os nossos mais de 32 mil servidores, que estão desmotivados; temos que ter firmeza, porém, sem ser incisivos; temos que ser agregadores. Como fazer isso? Estratégias: estratégia de gestão de pessoa; usar informações gerenciais, para que se possam definir meios de construir habilidades, técnicas para dar jeito, ou pelo menos tentar.

Temos que contar com todo mundo. A responsabilidade não é do Governador, não é do Secretário, não é minha, mas de todos nós. Cada um tem o seu papel, do Secretário ao agente comunitário de saúde que vai visitar a família pela qual ele é responsável.

E precisamos criar estratégias de mover todos nisso. Sempre brinco com o Secretário que ele tem que correr atrás do recurso e eu correr atrás de aplicar esse recurso na ponta. Temos uma equipe que tem se dedicado. A equipe teve alguma mudança pequena, e provavelmente haverá outras – estamos fazendo tudo de modo muito calculado, muito planejado, porque não gostaríamos de errar; gostaríamos de honrar a confiança que nos foi depositada.

Com relação ao tempo, também não podemos dizer em que tempo faremos isso. Embora todos esperem e anseiem para que isso pudesse ser feito, seríamos levianos de poder colocar uma afirmação nesse sentido. O compromisso do tempo é único: que seja o menor tempo possível.

Não podemos também nos esconder atrás disso, que não temos recursos, que não podemos dar garantia disso ou daquilo e deixar que a coisa corra frouxa. Não é essa a nossa proposta, também não é esse o nosso discurso. Estamos apenas colocando aquilo que vamos poder honrar.

Não vamos dizer coisas que não podemos fazer, mas podemos, sim, dizer que vamos trabalhar, construir estratégia. Já é o nosso 30º dia à frente dessa missão. Vamos buscar, sim, e vocês, certamente, poderão cobrar, à medida que tivermos avançado com o tempo, e não tivermos tentado fazer nada, assim, estaremos, sim, sob o direito de cada um de vocês de cobrar e até pedir a nossa saída, e o que eu gostaria de propor é uma aliança, é uma colaboração, que possamos estar realmente juntos.

A Fundação de Saúde do Distrito Federal foi criada em 1960, com expectativa para atender a 500 mil pessoas. Depois da troca e, quando começou, se não me engano em 2000, 2001, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, passaram por ela 42 mandatos de secretários. Alguns deles foram reincidentes, portanto, não foram 42 pessoas, mas 42 mandatos nesse sentido.

Vejam que não é uma tarefa fácil. É muita gente para pouco tempo. O contexto da Secretaria hoje não é responsabilidade de A, B ou C.

É um contexto histórico em que nós também tivemos a nossa responsabilidade. Não há tanto tempo que a sociedade civil sentiu que precisava cobrar, vir atrás, precisava reivindicar o seu direito, saber onde estava sendo aplicado o seu dinheiro. Concordo que não tínhamos essa porta, como temos hoje. E nisso a tecnologia ajudou muito, as redes sociais possibilitaram isso, diminuiu o hiato entre o poder e o proletariado.

O que espero é poder contar com a ajuda de todos. Não podemos achar que vamos fazer qualquer mudança, qualquer melhoria, se fizermos gestão de gabinete. Não é essa a proposta.

Na próxima semana, espero, estamos só aguardando a nomeação de algumas pessoas, que construamos uma equipe especializada, um grupo chamado GMAES, que é Grupo Multiprofissional de Estratégias em Saúde. Qual é a função desse grupo? Ir para as pontas.

Iremos para as pontas, para as regionais, vamos trabalhar conjuntamente. A parte vai de médico até um administrador que vai cuidar desde centro de custos a faturamento. A ideia é dar apoio às pontas, dar apoio aos coordenadores, aos diretores, aos gerentes de centros de saúde e, especialmente, aos nossos servidores.

Para isso, vamos contar também com especialista em RH, teremos um psicólogo, uma estratégia de cuidado com a saúde mental também do nosso servidor que está muito fragilizado. (*Palmas.*)

Existe já um projeto, posso até compartilhar com todos, um pequeno *briefing* sobre a missão, a visão, os objetivos, quem participa. E, se, em seis meses, não dermos resultado nenhum, cobrem, porque realmente não estaremos atendendo a expectativa de vocês, mas o que preciso agora é contar com o apoio de todos.

(Soa a campainha.)

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Brilhante, Dr. Eliene, o seu depoimento e a sua colaboração aqui! Sempre procurei, inclusive me lembro que fiz uma reunião com o Dr. João, no primeiro dia em que foi anunciado, fomos no hotel encontrar com ele, estava com o Sindicato dos Médicos, Sindicato da Saúde, com os representantes dos conselhos e com algumas pessoas da iniciativa, falando dessa questão do pacto, porque Brasília está numa situação difícil e que só no pacto de colaboração mútua

é que vamos conseguir superar. Então, fico muito feliz de ter ouvido aqui que V. Sª está propondo essa aliança, porque realmente todos nós precisamos ajudar Brasília e até o Brasil a sair da crise na saúde que se encontra.

O Ministro da Saúde esteve conosco na Comissão do Orçamento, há dois dias, deixou clara a situação grave. Até está fazendo um apelo a esta Casa. Está levando petardo de todo lado para ver se reconstrói a CPMF.

Há dificuldade de financiamento da saúde, todo mundo sabe. E, em Brasília, não é diferente, temos uma rede de saúde muito importante, mas que está com dificuldade. E ver a Drª Eliene, uma técnica, capacitada como ela é, para poder fazer construir essa aliança, é muito importante.

Vamos ouvir o Dr. Fabio, que é um gestor, uma pessoa que veio com a colaboração da Dr. Eliene, que é a médica, que é a técnica, que é a diretora técnica da situação, para poder, junto conosco, trabalhar essa questão da saúde.

Dr. Fabio, com tranquilidade, pode usar a palavra por dez minutos, e depois mais cinco. Está bom?

O SR. FABIO GONDIM – Bom dia a todos!

Bom dia, Dr. Eliezer, em nome de quem cumprimento os demais representantes das empresas de saúde, que fazem saúde complementar; Dr. Helvécio, em nome de quem cumprimento os conselhos de saúde, tanto do Distrito Federal, quanto os regionais!

Estamos aqui com muitos representantes presentes. (*Palmas.*)

O Dr. Jairo Bisol, em nome de quem cumprimento o Ministério Público e estendo o cumprimento às demais instâncias fiscalizadoras do Governo. Nosso Senador Hélio José, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares desta Casa, do Congresso Nacional e da Câmara distrital, que estão acompanhando, com certeza, o que está sendo discutido aqui com toda a atenção. Drª Eliene Berg, em nome de quem cumprimento os demais servidores da nossa Secretaria, os demais subsecretários, temos aqui uma equipe que está acompanhando atenta e preparada também para dar alguma resposta que eventualmente não eu mesmo não possa dar.

Senhoras e senhores, bom dia a todos!

Eu achei muito interessantes algumas colocações do nosso Exmo Sr. Jairo Bisol, e vejo razão no que foi dito. Temos, no Brasil, uma situação que não é do Distrito Federal, é federal, todos os Estados. Tive em diversas reuniões, apesar de hoje completar 30 dias como Secretário, meu primeiro mensário, mas... (*Palmas.*)

... por coincidência, estive em diversas reuniões do Conass, do Conasems; estive com o Ministro da Saúde por seis vezes. Ele até brincou, olhou para mim e disse: "Poxa, já estou ficando é amigo do Fábio, de tanto que encontro com ele em todo lugar!" Foram muitas reuniões.

E tenho ouvido uma questão que é nacional, várias questões que são problemas nacionais, como a de subfinanciamento da saúde, a questão da judicialização, já perdendo um pouco a sua finalidade do serviço de saúde, e até a falta de médicos no cenário nacional, em que o Ministério tem trabalhado para viabilizar, em 2026, a regulação, segundo palavras do Ministro, da quantidade de médicos em função da demanda da população.

Além dos problemas que o Sérgio Sampaio já mencionou – que não vou me estender neles, porque já foram explanados, é aquilo mesmo, estamos passando por uma dificuldade muito grande –, nós temos outros problemas que não estão dentro da nossa capacidade imediata de solução, mas, pelo menos não completa, que vamos trabalhar para minorar os seus efeito. É quanto a essa questão do subfinanciamento, que é geral. Temos aqui uma questão específica, aqui abro um parênteses, não quero politizar e também não apontar culpados, até porque não acredito mesmo que haja um culpado ou alguns poucos culpados; acho que há um grande número de responsáveis por termos chegado aonde chegamos, mas o fato é que hoje estamos numa situação em que a saúde, que contou com o Fundo Constitucional do Distrito Federal, aparentemente infindável, hoje findou, e a saúde não consegue mais ser financiada sem uma gestão que leve em consideração níveis de eficiência, redução de desperdícios e de desvios.

Hoje temos que fazer uma gestão que leve em consideração que os recursos são limitados. Isso, porque a impressão que tenho é de que nunca se levou em consideração que os recursos um dia acabam. A nossa farmácia central, que até hoje não tem um controle efetivo, se sumisse ou se perdesse a validade de uma grande quantidade de medicamentos se comprava a mais. Pronto! Fundo constitucional dava conta.

Para fazermos um faturamento, dá muito trabalho, tem que preencher uma guia, mandar para o Ministério. É muito mais fácil contar com recurso do fundo constitucional. Então, hoje somos a unidade da Federação que menos recebe recurso do Ministério da Saúde em termos *per capita;* não sei se isso é sabido da população.

Então, isso é uma informação assustadora. E, de um lado, é um problema grave, mas, de outro lado, é um alento, porque dá para resolver isso, dá para trabalhar. E essa solução está dentro da Secretaria de Saúde, e já estamos tomando providência para resolver isso, conforme vou deixar demonstrado em seguida.

A questão da quantidade de médicos. Acredito que falte médicos no Brasil todo, mas, curiosamente, parece-me, se formos olhar números, grandes números da saúde do Distrito Federal, temos quatro médicos para cada mil habitantes; temos um leito para cada setecentos e poucos habitantes; temos 9,5% desses leitos

como leito de UTI, bem mais do que preconiza nossa Portaria nº 1.101. Se olharmos, 24% do nosso orçamento de 2015, 24% do empenhado hoje destinados para a saúde. Vejam bem, nosso mínimo constitucional é 13,5%, hoje são 24%, segundo informação da nossa secretária de planejamento.

Quer dizer, um europeu que olhe de fora e vá fazer um estudo sobre a saúde do Brasil, chegará à conclusão de que o Distrito Federal está perfeito, está muito bom, entre os melhores. Só que chegamos, olhando de perto, olhando de lupa, vemos que a realidade é bem outra, e nos remete a uma reflexão: como que, com números como esses, 34 mil servidores, com orçamento que vai chegar, no final do ano, a R$7,2 bilhões – é muita coisa –, e, com tudo isso, estamos aqui falando de crise na saúde do Distrito Federal? Dá vontade de falar: um minuto de silêncio para pensarmos o que é isso.

Então, o que percebo é que temos uma estrutura que realmente se baseou completamente numa abundância de recurso, enquanto esse recurso existiu: precisa-se de mais gente, coloca-se mais gente; não se pensa em economicidade de escalas de trabalho. Vamos evitar fazer hora extra noturna, porque é mais cara, vamos fazer diurna, vamos priorizar escala. Enfim, algo tem que ser feito, porque quem paga essa conta é toda a população e nós como cidadãos.

Então, não temos o direito, temos o dever de fazer esse trabalho, de fazer esse dever de casa. E, independentemente de demandas que entendemos absolutamente legítimas, como deixei muito claro numa reunião anterior com todos os sindicatos das áreas de saúde, lá no espaço do Conselho de Saúde, entendemos tudo isso, mas precisamos também que os servidores da saúde do Distrito Federal compreendam que, tendo os melhores salários do Brasil, tendo a melhor carga horária do Brasil, também devem retribuir o que receberam da sociedade em forma de prestação do melhor serviço. E somos nós, os servidores, toda essa estrutura administrativa que temos condições de fazer isso.

Tenho certeza, Sr. Senador, Sr. Jairo Bisol, que vamos conseguir ter sucesso, vamos reverter grande parte desse problema, embora reconhecemos que revertê-lo todo é quase uma impossibilidade no curto espaço de tempo, porque algumas despesas, e a Drª Naiara falou de redução de despesas de pessoal, mas vou falar de outra forma: como passo de uma situação em que, hoje, o orçamento da saúde 81% representa a despesa de pessoal, 17% custeio e 2% investimento?

Quando falamos em aumentar número de leitos, de restabelecer contratos de manutenção de 58,009 mil equipamentos de toda a rede, como posso falar nisso com esta proporcionalidade de distribuição de gasto, 81%, 17% e 2%? Como passo esse 81% para 70%, que seja, embora ela tinha dito que o número adequado seria 40%, quarenta e poucos, mas como deduzo de 80% para 70%, se não aumentando as outras despesas, porque não posso reduzir as de pessoal? Como sugiro aumento de uma despesa dessa se ela já representa 24% do total do orçamento das unidades da Federação?

Portanto, meu amigos, é uma equação complicada. Tem solução, mas não é uma solução para amadores e não é uma solução de curto prazo. Para trabalhar nisso aí, é preciso ter muito perseverança e cada passo tem que ser extremamente bem medido.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – Não há milagre. Cada passo que dermos, vamos ter que pensar em como viabilizar a saúde financeiramente. Todas as políticas públicas – saúde, educação, segurança, infraestrutura, cultura –, qualquer uma que os senhores quiserem fica prejudicada no ambiente em que não há equilíbrio orçamentário-financeiro como é o nosso caso.

O problema não é da saúde. O problema é de toda uma estrutura que foi montada historicamente nesse sentido. Agora temos feito muito, quero tranquilizar: "Ah, não há solução, a coisa acabou, não vamos mais andar para lado nenhum", não é isso que se está dizendo.

Nesse curto período que estivemos lá – permitam-me fazer uma pequena prestação de contas, Senador, e dizer o tipo de ações que já estamos tomando –, percebi que havia um descontrole grande, muito grande, por exemplo, no estoque, vou falar só de medicamentos, mas é estoque de tudo. Pedi a uma pessoa da minha confiança para ir à farmácia central e falei que queria que o estivesse registrado no sistema refletisse a realidade e queria ter o controle de datas de validade e tudo mais. Quando fomos ver, primeiro passo, o sistema tem controle de número de lote e de data de validade, mas simplesmente não estava habilitado, porque ninguém usava. Mandei habilitar, já está habilitado, descobri isso no sábado ou no domingo, na segunda-feira estava habilitado.

Temos um sistema que instalamos agora há duas semanas que permite a dispensação individual dos medicamentos. O que isso significa para quem não é da área de saúde e está acompanhando pela TV? Isso significa que vamos contar cada comprimido, qual foi o paciente que recebeu e quanto aquele paciente custou.

Isso vai nos permitir ter uma análise de custo. Essa análise não pode mais ser relegada a segundo plano, sob pena de prejudicarmos toda a sociedade. Isso também já está sendo feito.

E os dois sistemas já vão conversar entre si, porque também não conversavam. Havia os dois, mas aquela coisa: como chegou a isso? Não sei!

Aquisição de equipamentos. Quem acompanha a área de saúde sabe que temos caixas, e caixas, e caixas de madeira, espalhadas pelos corredores, que ninguém sabe nem o que é aquilo. Mas vou dizer para vocês o que é aquilo. São equipamentos comprados em algum momento, em alguma gestão anterior, que nunca foram instalados. Nunca! Nunca!

Por quê? Porque são comprados sem necessidade, em quantidades inadequadas ou cujos espaços físicos ou instalações elétricas ou de outro tipo não estavam adequados para recebê-lo. O objetivo era comprar, e compraram, pronto! Não era prestar um serviço.

Não posso responder pelo passado. O que posso dizer é que estamos nos esforçando com orçamento extremamente apertado, para regularizar isso e instalar os que forem para ser instalados; dar uma solução para os que não tiverem sentido, por corresponderem a uma quantidade alta demais; fazer a manutenção dos que existirem e estiverem sem funcionar. E, a partir de agora, uma portaria minha está determinando que, antes da aquisição de qualquer equipamento, seja obrigatória uma declaração da quantidade de outros equipamentos semelhantes, qual a necessidade para a população do DF, se precisa ou não, se há algum sem manutenção que possamos priorizar a manutenção, e não a aquisição de um novo. E aí, sim, chegada à conclusão de que a aquisição do equipamento é necessária, vamos exigir uma declaração de que o espaço físico e as instalações estão adequadas para receber esse equipamento.

Agora, na minha gestão, posso dizer: não vai mais haver a aquisição de equipamentos que vão ficar encaixotados nos corredores. (*Palmas.*)

Fizemos uma gestão para leitos de UTI. Fala-se muito, há uma judicialização grande, acaba tendo um apelo muito emocional essa questão. Só que precisamos entender, tanto a população, quanto o Poder Judiciário, que leitos de UTI, se não forem bem geridos, viram a casa da pessoa.

Há enfermidades que colocam pessoas por anos, e anos, e anos, num leito de UTI. E isso prejudica todo o sistema, porque pessoas que poderiam ter suas vidas salvas acabam tendo que passar por uma espera angustiante.

E como se resolve isso? Com um protocolo de admissão e alta em leitos de UTI. Esse protocolo já foi objeto de uma portaria minha e já está valendo. Além disso, para os casos crônicos de pessoas que realmente não têm expectativa de sair dali, se não pelo óbito, há um serviço que leva esse paciente para casa, traz conforto para o paciente, para a família – porque também ficar em leito de UTI, no hospital, não é bom – e traz rotatividade para esses leitos. Portanto, tudo isso está sendo feito.

Estamos discutindo a respeito de judicialização. Estamos numa discussão interna e já convidamos alguns atores externos, uma comissão técnica ou sei lá o nome que daremos para discutir todo o procedimento não padronizado...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – ... no âmbito do SUS. Qualquer profissional que queira prescrever um medicamento ou um tratamento ou um protocolo diferenciado, porque entenda que aquele protocolo, aquele medicamento, não serve para o seu paciente, vai submeter essa comissão com argumentações técnicas que só os médicos irão compreender e vão saber avaliar muito bem, e, se isso for considerado adequado para um paciente, para um grupo ou para todo um grupo, se for necessária até a mudança da padronização, faremos, e não será mais necessária a judicialização, porque, no âmbito administrativo, poderemos dar a solução para isso.

Estamos promovendo a descentralização da saúde do Distrito Federal. O que é descentralização? Ainda não sei, porque o grupo foi criado, é um grupo de profissionais e não está decidido. Mas vamos submeter ao conselho de saúde, não será feito nada fechado, por um grupo que não submeta aos outros, mas a primeira proposta precisa sair de um grupo menor, porque, senão, não sai nunca; se fizermos um grupo de 20 pessoas, para trabalhar, todo mundo sabe que o trabalho não sai. Então, um grupo de cinco, seis, sete pessoas, no máximo, já estão acontecendo as reuniões.

E a ideia é não responsabilizar ou não dar um independência para as regionais, porque isso seria a pior coisa possível. Temos que dar autonomia. São conceitos absolutamente diferentes, e a autonomia deve ser dada com responsabilidade, com indicadores a serem alcançados.

Tudo isso está sendo trabalhado. Queremos trazer os gestores da saúde para participação de seus resultados, porque ou fazemos isso ou cada um não se sente parte de um todo. E acho que um pouco isso que

estamos vivendo, conforme disse, os nossos indicadores são bons demais para não termos uma boa saúde, indicadores desses números que falei antes.

Falei que temos um orçamento de 2% para investimento, 17% para custeio. Vamos nos contentar com isso? Não. Vamos trabalhar, conforme eu disse, para aumentar o faturamento.

Temos aqui inúmeros relatos. Tivemos reunião, ontem, de coordenação. Há inúmeros, inúmeros relatos de ações que podem ser feitas para melhorar efetivamente o faturamento. Não há motivo nenhum para o Distrito Federal estar em último lugar *per capita* de recebimento de recurso do Ministério da Saúde; então, vamos trabalhar para reverter isso. E tenho certeza de que com a equipe que temos aqui no Distrito Federal, com o nível dos profissionais que temos na saúde, isso é perfeitamente possível e não tenho dúvida nenhuma de que esses nossos colegas nos ajudarão a alcançar esse resultado.

Vamos também atrás...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – ... Sr. Senador, de emendas parlamentares que possam nos ajudar na área de investimento para que possamos aumentar o número de leitos. Não temos tido sucesso com emendas, com os convênios, porque falhamos demais na área de projetos, então, já estou estruturando a área que vai nos viabilizar a elaboração de projetos – projetos *lato sensu,* não só de engenharia –, para que possamos pleitear esses recursos e garantir aos Parlamentares que tiverem o cuidado com a população no sentido de destinar suas emendas para a área de saúde, que terão suas emendas executadas, porque nada é mais frustrante para um Deputado ou um Senador do que ver sua emenda aplicada, seu esforço político sendo aplicado e não ter nenhum resultado prático.

A ideia é, inclusive, orientar onde se deve apresentar para que essa ação que o Dr. Jairo Bisol... Compreendo exatamente as razões pelas quais ele diz que talvez não devessem nem existir, mas elas existem. O que devemos fazer é pelo menos torná-las parte de uma política pública, estruturada e que nos leve a melhoria de todo o processo.

Vamos trabalhar, priorizar despesas que nos tragam ou economias ou melhoria no faturamento. Por exemplo, vamos trabalhar com todas as obras e ações que sejam necessárias para nos viabilizar a habilitação dos leitos de UTI. Temos hoje 170 leitos de UTI não habilitados, isso significa o não recebimento, do Ministério da Saúde, só nesse item, de R$108 milhões por ano. Esse tipo de despesa que vamos priorizar antes de qualquer outra.

Vamos também, já estamos – tudo isso, nós vamos, tudo isso que falei estamos fazendo nesse exato momento, objetivamente – viabilizando as grandes licitações das despesas da Secretaria de Saúde. Posso aqui nominá-las: alimentação, segurança e limpeza. Só essas três despesas nos consomem hoje R$514 milhões. Estou me debruçando sobre elas...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – ... para compreender o porquê desse valor tão alto, ver se há alguma forma de reduzir os contratos, alguma forma de simplificar as demandas que também já sei, não vou entrar aqui em detalhe, mas já sei de algumas exigências que o Poder Público tem feito, que têm aumentado o valor individual desse serviço e temos condições de melhorar.

E, para não ficar me alongando demais, mas as pessoas querem saber, estou me permitindo ser um pouco mais longo. Criamos esse grupo, o Gmais, que vai nos ajudar na ponta, que vai procurar o que está fazendo e vai ajudar os gestores enquanto essa descentralização não vem, que vai ajudar com a questão do faturamento, vai ajudar com a questão dos recursos humanos.

Estamos focando bastante na gestão de pessoas. Nós temos uma população, Senador, devido a toda essa situação que a saúde vive, que está ficando doente. A população de servidores da saúde é uma população que tem.... Nem sei se é politicamente correto falar, mas tivemos três situações, por exemplo, de suicídio, no último mês, entre os servidores; isso é uma coisa inaceitável e vamos trabalhar para levar essa saúde para o servidor da forma mais ampla possível.

A promoção da saúde, e essa é outra coisa que é muito estratégico dizer, é muito mais do que o combate à doença. Temos que tratar da prevenção, e a prevenção também é muito mais do que as ações da Secretaria de Vigilância e Saúde. Temos uma sociedade civilizada, dita civilizada, que trata com drogas, com obesos, com problemas psiquiátricos de todo tipo, todas essas ações precisam ser levadas em consideração para evitar que isso aconteça, com campanhas, com esclarecimento, com estímulo a atividades físicas. Acho que a Secretaria de Esportes tem uma atividade extremamente ligada à Secretaria de Saúde e já estamos nos aproximando dela.

Recentemente, houve uma distribuição de cadeiras de rodas para atletas, junto com a Secretária Leila, e esse é um projeto que nós pretendemos continuar e estabilizar de forma que possamos fazê-lo anualmen-

te, ou com uma frequência que seja adequada, e não esporadicamente quando der, porque, assim, não seria uma consulta pública.

Bom, eu acho que já dei um panorama geral inicial, sem prejuízo, é claro, de muitas mais informações que vierem a desejar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu acho que o grande salto de qualidade que nós do Senado Federal vemos é que neste momento há grande desejo de dialogar, grande desejo de pactuar, grande desejo de acertar. Só isso, Fabio e Drª Eliene, já nos fazem vencedores na estratégia de tentar debater os problemas.

O representante do MPOG não pôde vir. Nós vamos convidar, mais uma vez, para outra que vou promover, já que ele não veio, porque eu quero saber sobre o Fundo Constitucional direitinho. Se não vir na próxima, vai ser convocado, obrigado a vir para poder falar para a gente a questão, e o representante também da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, que não chegou ainda.

Na próxima, eu queria até ver se o Fabio e a Drª Eliene viriam, pela Secretaria de Saúde. Vou convidar o pessoal do MPOG e o pessoal do Ministério da Saúde, que não vieram nesta, e o Ministério Público, para darmos continuidade a esse diálogo, porque dentro do ponto de vista da gestão pública do SUS, temos que ver como vamos sair do caos, da crise econômica, da crise de gestão, e acho que estamos caminhando bem.

Pessoal, agora, vou passar rapidamente e gostaria que vocês – quando a campainha toca, deram dois minutos e falta um minuto para concluir, para não perdermos tempo. Então, vamos ouvir aqui a comunidade, todos que se inscreveram. Vou escalar duas pessoas que quero que falem, representando os dois sindicatos que acho mais importantes, sobre essa questão da saúde, e, em seguida, eu abro as inscrições que vierem.

Então, quero, novamente, ouvir aqui o Dr. Leal, pelo Sindicato dos Médicos, por três minutos, e o Jorge Viana, pelo Sindicato da Saúde. Em seguida, as inscrições.

Dr. Leal, três minutos.

O SR. FRANCISCO DA SILVA LEAL JUNIOR – Primeiramente, em nome do Sindicato dos Médicos, parabenizo a Mesa, na figura da Drª Eliene, minha colega de trabalho na unidade mista na ponta, atendendo pacientes 12 horas por dia, não é, Drª Eliene? E o senhor está bem acompanhado, Dr. Fabio Gondim.

Eu queria colocar ao Ministério Público, ao nosso Secretário e ao representante do Conselho de Saúde uma provocação: nós temos números, nós temos perspectivas de estratégia, mas temos que tornar isso políticas efetivas. Então, dentro dessa perspectiva, eu queria que vocês explicassem, nos informassem como a tecnologia de informação, que hoje, às vezes, temos criticado, como – por exemplo, o Siga Brasília, que coloca a escala dos médicos à disposição da população em aparelhos de celulares móveis – a gente pode fazer com que essa tecnologia trabalhe a favor do servidor para que ele se informe, tenha treinamento, condicionamento de protocolos, possa agir com racionalidade, não desperdiçando recursos, como essa tecnologia pode contribuir para o usuário, para que quebrem as barreiras de acesso à burocratização que nós temos visto no sistema, e como essa tecnologia pode facilitar a fiscalização, tanto dos órgãos de fiscalização quanto dos próprios gestores da saúde?

Eu quero agradecer aqui o grande empenho que vocês têm tido neste mês e parabenizá-los novamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Leal até pela economicidade de tempo, economizou um minuto.

Jorge Viana, do Sindicato dos Técnicos de Enfermagem do DF.

O SR. JORGE VIANNA – Posso usar o tempo dele, Senador? (*Risos.*)

Bom, primeiramente, quero parabenizá-lo, Secretário, pelas palavras. Nós precisávamos disso, nós precisamos de um gestor nas categorias de saúde. Somos defensores de que saúde não se faz só com os médicos.

Nós somos defensores de que esse cargo de Secretário de Saúde não deveria ser ocupado apenas pela categoria e sim por aquele que tiver capacidade.

Agora, com relação ao trabalhador, minha fala vai ser sempre ao trabalhador. Iniciei falando sobre as horas-extras porque foram várias e várias tentativas frustradas de saber a real situação financeira quanto à questão de pagamento do servidor. Quando a gente fala hora-extra, às vezes podemos ser mal interpretados porque estamos pensando em dinheiro. Jamais. De todas as manifestações e paralisações que fizemos ao longo desses anos, nenhuma foi por questão salarial, mas condições de trabalho. E, quando o senhor falou, muito bem, na questão que o senhor está indo com a lupa, eu diria indo com a lupa e ainda tirando o sangue do servidor para ver, porque, às vezes, com a lupa você olha, mas você tem que ter o diagnóstico tirando o sangue do servidor, que está contaminado por um grande problema que se chama desmotivação. Essa desmotivação está causando a morte do trabalhador.

Infelizmente ou felizmente que seja, o suicídio não é veiculado no noticiário, na mídia, porque existe uma convenção dos jornalistas que não fazem isso, mas o senhor, Secretário, falou aqui neste mês, no último mês, três suicídios, mas nós temos dados de vários anos. Nossa categoria está morrendo muito. Na nossa categoria, especificamente da enfermagem, a maioria são mulheres, que têm um poder sobrenatural de conseguir ter três jornadas, trabalho, estudo, casa, filho, mas há um momento em que ela não consegue, ela não segura. E nesse momento de extravasamento, acontece isso. Então, tem que ter um cuidado diferenciado com o trabalhador. A questão da hora-extra é porque justamente nós estamos tentando melhorar e ajudar a população, porque, se ainda não fossem essas horas-extras, se ainda não fossem os trabalhadores, a saúde estaria pior, ou seja, o que está ruim hoje pode piorar. Estamos falando aqui, em oito meses de Governo, que nós temos uma saúde ruim, e o que ouvimos até agora foi que estamos apontando problemas, problemas e problemas, que parecem que não estão sendo resolvidos porque nós temos um entrave, que é o dinheiro.

Estamos numa situação super complicada, porque, enquanto nós, sindicalistas, estamos tentando fazer com que nossos trabalhadores tenham condição de trabalho, tenham dignidade de salários – e aqui eu digo sobre o que foi falado na mesa, e nem vou citar, que nós, servidores da saúde temos um salário muito bom. Mas não é só na saúde. Nós temos salário muito bom na polícia, na educação, em tudo. Somos a capital do País. Então, falar que o servidor da saúde ganha bem é você falar que todo servidor do GDF ganha bem, mas, nesses últimos anos, nós estamos sendo discriminados porque ganhamos bem. E não ganhamos tão bem assim porque... (*Palmas.*)

... de todas as secretarias, de todos os Poderes, o Executivo é o que ganha menos, aqui no GDF. Então, falar que nós ganhamos bem... Eu acho necessário dizer – a população que me perdoe – que nós não ganhamos tão bem assim, pessoal. Pelo que nós fazemos, não ganhamos tão bem assim, mas estamos lá porque gostamos. Os trabalhadores da saúde trabalham porque gostam. Aqui, estamos falando de servidores públicos, mas estou representando uma categoria que é da iniciativa privada, onde o técnico de enfermagem ganha R$982,00 por mês. E fizeram, na outra gestão, uma comparação: "Mas, espere aí, Jorge, o servido da Secretaria de Saúde ganha dois mil reais, enquanto o cara lá do Hospital Alvorada ganha mil e oitocentos e poucos reais, e você está dizendo que não ganham bem?" Poxa, mas olha a comparação! Então, nós vamos dizer que a Polícia Civil ganha sete, oito mil reais, e aqui, do lado, no entorno, ganham mil e quinhentos reais. Não pode fazer comparação. Eu acho que falar que o servidor ganha bem é ser equivocado, é se colocar mais querosene na fogueira. O problema está estabelecido. Nós estamos junto com o sindicato, junto com a gestão para poder solucionar o problema. Saúde não se faz sem o servidor, e a população vai ser muito bem atendida se o trabalhador estiver saudável e com dinheiro no bolso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Jorge.

Dona Maria José, moradora do Recanto das Emas, missionária.

Dona Maria José, com a palavra, por até três minutos.

A SRª MARIA JOSÉ – Eu quero saudar a Mesa, parabenizar cada um nesta manhã, e quero fazer umas perguntas.

Dr. Eliezer, tenho que, em vez de o senhor falar do SUS, temos de fortalecer o SUS e não privatizar. A privatização não é cabível neste momento.

Outra coisa: a população não aceita proposta para que a privatização... Nós queremos uma saúde pública, gratuita e de qualidade. (*Palmas.*)

Neste exato momento, as pessoas que procuram os postos de saúde não estão tendo condições de serem bem atendidos. Não está havendo valorização na saúde. As classes da saúde – já que falaram, eu também, como cidadã brasileira que paga seus impostos, tenho o direito de falar o que acho e penso. Ainda tenho esse direito –, todas elas, psiquiatria, clínica médica, psicologia, todos eles, enfermagem, médicos da clínica, toda a área está afetada. Eu senti aqui, doutor, que a saúde não é bem paga e nem bem vista, é desvalorizada. Cada vez mais eles estão sendo desvalorizados. E há mais uma questão: parece que o Governo atual não tem interesse nenhum de falar com o público sobre a qualidade da saúde, que está péssima.

Quero dizer para o senhor, Senador, para me dar mais um tempinho...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tem 47 segundos.

A SRª MARIA JOSÉ – A UPA no sinal de risco vermelho e laranja demoram no atendimento. Na UPA, não há mais atendimento de pediatria. É necessário abrir concursos. Dos médicos foram reduzidas as direções para oito, nas direções administrativas; os médicos, na gerência. Meia carga horária e nos atendimentos.

Quero falar para o senhor, Senador, que as ligações secretas da saúde com a Samu, Bombeiros e com os demais trabalhadores em conjunto... Quero falar para o senhor da frota de carros da Secretaria do Recanto das

Emas em redução em todos os postos. Informatização desatualizada. Os serviços de computadores são antigos em número de reduções na internet. É um absurdo que no Distrito Federal aconteça isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

A SRª MARIA JOSÉ – Gestão, gerente, com o SUS. Queremos privatizar todos. Falta de... em essência. É necessário também com as fraldas geriátricas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Dona Maria.

A SRª MARIA JOSÉ – Vou terminar, Senador, em nome de Jesus. (*Risos.*)

Hoje, a população do Recanto das Emas e do Distrito Federal não tem, estão faltando itens. São necessárias tais coisas: fraldas geriátricas de todos os tamanhos, fita crepe, agulhas para acupuntura, analgésicos, antibióticos...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Conclua.

A SRª MARIA JOSÉ – ... óleo para o serviço de limpeza higiênica no paciente que está enfermo numa cama, ou solitário na sua casa.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Dona Maria. Tenho que passar para as outras pessoas.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Dona Maria. (*Palmas.*)

Desculpe a exiguidade de tempo, mas, senão a gente não sai daqui. Precisamos sair e ouvir nossos gestores, antes de sairmos.

Nelita de Souza Matos, aposentada do Ministério da Saúde e do Conselho de Saúde da Fercal, Sobradinho.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – Bom dia a todos.

Quero saudar a Mesa, em nome da minha coordenadora de saúde que está mandando ver no Hospital Regional de Sobradinho, Drª Andréa, e Dr. Manoel, Diretor do Hospital Regional de Sobradinho.

Secretário, eu só gostaria de falar um pouco da minha vida na carreira de saúde para ver por que, no passado, era tão bom? E hoje a gente não consegue chegar no que era tão bom que, naquela época, a gente pensava que era feliz e não sabia.

Eu sou servidora pública do antigo Dasp, do ex-Inamps. Naquela época, eu trabalhava 40 horas com muita satisfação. Eu fazia entre 180 a 200 hemogramas completos com satisfação. Trabalhava 40 horas com satisfação. Sabe por que, Secretário? Eu vinha pensando por que eu trabalhava feliz naquela época e hoje está todo mundo ficando doente? Porque, naquela época, nós tínhamos ascensão funcional. Hoje, um auxiliar entra como auxiliar e morre como auxiliar. Eu entrei como auxiliar de laboratório, e, logo, três anos depois, eu cheguei à técnica de laboratórios em análises clínicas. Pelo órgão federal, fui ascendida profissionalmente. Isso é um incentivo para o trabalhador.

Outra coisa que vinha pensando é que o trabalhador, hoje, não sei por que tantas horas-extras... Eu acho que não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Silêncio, pessoal.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – ... de hora-extra. Se, naquela época, em 1975, 1976, 1977, eu trabalhava 40 horas e era feliz... Tinha muito que falar dessa época, quando acabou o Inamps, depois veio o SUS, que a gente precisa fortalecer o SUS, porque ele é jovem, é o filho caçula que temos que fortalecer.

E também quero dizer, Secretário, que tem que ter a saúde, além de preventiva, curativa e alternativa. Lá na Fercal, o maior índice de câncer de colo uterino e de mama teve visibilidade com a Carreta da Mulher. Acho que o senhor tem que voltar essa Carreta da Mulher. Teve aquele incidente que o Dr. Eliezer passou ali, mas eu fui uma das beneficiadas. Eu operei na Carreta da Visão. (*Palmas.*)

Eu tinha um óculos bifocal e fundo de garrafa. Hoje, o meu grau é 0,25 e 0,50.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – Então, eu só quero, Senador, só um minutinho... Eu me emocionei... Quero dizer o seguinte, Secretário: veja o que deu certo no passado e vamos trazer para cá agora. E, acima de tudo, a atenção primária à saúde, que é o carro-chefe para tirar a UTI, porque, antes de acontecer a doença, temos que tratá-la.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Nelita.

O próximo vai ser o Sr. Ayrton Souza, administrador hospitalar e assessor da chefia de gabinete da Administração de Ceilândia. Em seguida, José Rodrigues Marques.

O SR. AYRTON SOUZA – Senhoras e senhores, gostaria de agradecer a oportunidade e, como administrador hospitalar, especialista em saúde pública e saúde da família, eu vou ter que falar um pouco da questão administrativa de uma entidade pública de saúde, e me dirijo especialmente ao nosso Secretário, que, com muita boa vontade, se mostra muito solícito a resolver os problemas do Distrito Federal, e dizer a ele que não faço perguntas, mas trago propostas, solução. Isso aqui é uma reunião de trabalho, onde estamos trazendo soluções.

Secretário, como administrador, eu vejo que, em cima da sua fala – o senhor falou que nós temos, em média, quatro pacientes para um médico, e eu não discordo da sua fala, mas a pergunta que se faz é: onde estão esses médicos? Essa é a questão. A pergunta que se faz é a seguinte: é sabido que em torno de 400 médicos estão fora dos consultórios hoje.

Onde estão esses médicos? Parece que eles são os agentes secretos da saúde. Ninguém sabe, ninguém vê. Eu não quero aqui entrar em conflito com a classe médica; pelo contrário, eu comungo do pensamento de que eles são as partes vitais na questão da saúde pública, mas, como administrador, ora... Gente, um médico estuda tantos anos para se formar em medicina para cuidar de hospitais? Com todo o respeito, eu sei que há gestores de saúde que são médicos e são bons, são brilhantes. Mas isso não é regra.

Eu estudei cinco anos numa faculdade para ser administrador hospitalar para quê? Para cuidar de quê? Então, Secretário, a primeira sugestão que eu faço para o senhor é para fazer um levantamento de onde estão esses médicos, tirá-los dos escritórios e colocá-los nos consultórios. O senhor vai ter um grande avanço na saúde. (*Palmas.*)

E o segundo ponto, rapidamente, que eu gostaria de considerar com o senhor, que eu gostaria de contribuir com a sua gestão é de que eu tenho procurado as entidades públicas para ver se eu consigo remanejar servidores de uma unidade de saúde para outra unidade de saúde, e não consigo porque há um mistério, há uma burocracia. Um servidor que mora em Ceilândia e trabalha em Santa Maria, na unidade de saúde de lá, não pode voltar para Ceilândia; não há uma permuta; não há um dispositivo que faça uma permuta. Se fizesse isso, o senhor teria servidores satisfeitos, perto de casa, descentralizaria, desburocratizaria o sistema e, assim, o gasto com a saúde desse servidor que anda doente – eu comungo com o pensamento do Renato Viana –, o gasto com o transporte, porque esse servidor pode até ir de bicicleta. Você tira um carro da rua. (*Palmas.*)

E isso vai te ajudar muito na sua administração.

Mais uma vez, só finalizando, reitero aqui o pensamento de que os médicos têm que ser médicos; os administradores têm que ser administradores; os secretários têm que ser secretários. E assim a máquina funciona. É cada um trabalhando o seu quadrado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço o nosso querido Ayrton, que foi candidato do meu Partido a deputado distrital. Que Deus dê sorte a você na próxima eleição.

Pessoal, vamos agora para o próximo, que é José Rodrigues Marques; em seguida, o Sr. Paulo César Dias Vanzetto, servidor do TST e membro do Inasp.

Marques.

O microfone aí na mesa, Marques.

O SR. JOSÉ RODRIGUES MARQUES (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria de ver vocês. A minha voz está atingindo a todos, não? Então, é o seguinte, gente: fiquei viúvo no mês passado exatamente por causa da bandalheira da saúde do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Marques, só um pouquinho. É porque tudo aqui é registrado. Nós precisamos, para a Taquigrafia, falar ao microfone, está bom? Obrigado.

O SR. JOSÉ RODRIGUES MARQUES – Ok. gente.

Então, conforme eu estava dizendo, fiquei viúvo, no mês passado, exatamente por causa da bandalheira da saúde no Distrito Federal e também, talvez, no Brasil.

É sabido, por exemplo, que pessoas que bebem água com Ph menor que sete estão propensas a ficar doentes. E por que a gente faz teste na água que chega na nossa torneira em casa? Dificilmente, o Ph passa de seis. Por que, Sr. Secretário de Saúde, que a Caesb não entrega uma água decente para tomarmos, se a gente paga por essa água? Há quem diga que isso vai contra o interesse de laboratórios, porque a população ficará sadia; ficando sadia, não haverá doença e, se não houver doença, não haverá consumo de medicamentos, que atende ao interesse de laboratório, conforme o Dr. Helvécio começou a comentar. Então, eu quero perguntar, inclusive, ao Dr. Helvécio: há interesses de laboratórios, por acaso, em influenciar nas redes hospitalares, médicas, etc., para que não providenciem a cura imediata dos doentes, senão os laboratórios não vão enriquecer vendendo os medicamentos que estão em testes?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ RODRIGUES MARQUES – Gente, a saúde do Distrito Federal e do Brasil só vai melhorar quando todo servidor público, do menor ao Presidente da República – e existir em lei – que obrigue que essas pessoas e seus dependentes tenham de fazer tratamento de saúde nas redes públicas de saúde. (*Palmas.*)

Não adianta. Vem secretário, vem ministro, dizendo que são sabidos e que vão resolver o problema da saúde. Mas, parece que,depois que tomam posse, o interesse desaparece, não sabem mais as fórmulas.

Então, eu quero sugerir, Senador, a apresentação de lei que obrigue que todo servidor público e seus dependentes sejam obrigados a fazerem tratamentos de saúde, desde a consulta até a internação hospitalar, nas instancias da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado.

Próximo inscrito é o Sr. Paulo César Dias Vanzetto, servidor do TST e membro do Inasp. Em seguida, vai ser a Fatinha, da Associação de Pessoas com Deficiência de Ceilândia.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS VANZETTO – Bom dia a todos. Eu agradeço a Dalzir, que me fez este convite para participar desta audiência pública.

Confesso que entrei aqui hoje, às 8h, bastante pessimista, mas as palavras do novo secretário e da secretária adjunta, Eliene, me confortaram um pouco mais por eles estarem trazendo essa novidade, esse sangue novo, com um trabalho estratégico, um trabalho de ponta.

Repito, sou servidor público há 34 anos pelo Tribunal Superior do Trabalho e me sinto envergonhado. Como hoje amanheci com problema de garganta, prontamente fui atendido em meu tribunal. Após isso, prontamente fui atendido por um plano de saúde particular. Eu gostaria que pudéssemos tratar com igualdade todos os cidadãos de Brasília. Eu gostaria que tratassem com igualdade os iguais. Somos cidadãos e teríamos que ter o mesmo tratamento. Eu me sinto privilegiado e envergonhado, porque tenho um pouco mais de condição, porque tenho um plano de saúde. Gostaria que todos tivessem o mesmo atendimento que eu tive numa sala especial, no meu tribunal, um atendimento para uma enfermidade que é o problema da seca de Brasília. Após, fui a um outro médico, que me deu um remédio gratuito, apesar de ter condições de comprar esse remédio, e me sinto envergonhado por isso.

Mas, ao mesmo tempo, a minha vergonha não chega a 100% porque, como cidadão, tenho um projeto para atender a saúde mental de jovens, e espero que o Senador Hélio seja o padrinho desse projeto. Não tenho perguntas a fazer, apenas colocações. Eu gostaria que esse trabalho de ponta chegasse realmente, como disse o Vice-Governador, Renato Santana, de ir até o problema. Obviamente que ele está, hoje, apagando incêndios, como se diz. Mas eu acho que esse trabalho que ele vem fazendo vai chegar a um fim maior. Acho que sair do gabinete, da sala com ar condicionado, como eu faço na minha sala...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CÉSAR DIAS VANZETTO – Era para eu estar na minha sala hoje, mas vim aqui para participar desta audiência pública, que é algo transparente, que é algo que se discute, que é algo público. Então, eu me sinto na obrigação de trazer o meu posicionamento. Acho que nós devemos, sim, darmos cada um a sua parte para que o Estado cresça. Vocês dois, Secretário e Subsecretário, pessoas novas, têm esse dever e essa obrigação. E vejo com bons olhos esse sangue novo. Confesso que entrei aqui bastante pessimista, porque acordei vendo, na Rede Record, no Recanto das Emas – que é o lugar onde pretendo fincar a minha base com jovens em liberdade assistida, com jovens em conflito com a lei –, uma criança não sendo atendida porque não havia oxigênio ou um remédio qualquer para essa nebulização, essa falta de ar devido a nossa seca. No Recanto das Emas, diariamente observo que a Rede Record vem noticiando, e o apresentador fala: Secretário, onde está você? Subsecretário, onde está você? A saúde do Recanto está deficiente, está devendo para o cidadão de Recanto das Emas. Eu pergunto: qual seria a saída para isso?

E confesso que cheguei mais pessimista e agora estou mais aliviado, ouvindo as palavras do Secretário e da Subsecretária no sentido de que vamos às pontas. Essa estratégia funciona e é uma estratégia que eu pretendo usar no meu projeto, graças ao apoio do Senador, com jovens em conflito com a lei, no qual levaríamos para eles saúde, educação, profissionalização e trabalhos profissionalizantes.

Então, acho que esse trabalho de ponta é a única saída que nós temos em nossa cidade, especialmente aqui no Distrito Federal, para que se leve saúde a cada pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Dr. Paulo César Dias Vanzetto.

Vamos ouvir agora a Fatinha, que, além de ser uma representante da Associação das Pessoas com Deficiência de Ceilândia, também foi candidata do nosso Partido na eleição passada a distrital.

Vamos lá, Fátima, três minutos.

A SRª MARIA DE FÁTIMA AMARAL – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa da Drª Eliane – gostei da sua fala. E vamos colabora e estreitar os laços para darmos as nossas contribuições, nós, pessoas com deficiência.

Senador, eu gostaria de passar a minha vez para a colega Maria, porque ela tem demandas. Eu também tenho demandas, mas me solidarizo com a minha colega, que está passando por alguns problemas na saúde. Eu vou passar a minha vez para ela.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Ela ainda tem dois minutos e 23 segundos.

A SRª MARIA DO DESTERRO – Bom dia a todos, quero cumprimentar a Mesa.

Meu nome é Maria do Desterro e sou moradora da Ceilândia Norte.

Venho fazer uma reclamação das pessoas com deficiência na saúde pública porque nós, cadeirantes, deficientes visuais ou surdos sofremos muito com a saúde pública, até com a qualificação do profissional, porque ele não está apto a nos receber na saúde pública, ou seja, eu fui fazer um simples exame de papanicolau e uma mamografia e não pude fazer. Sabe por quê? Porque o profissional nem me colocou na cama. Eu teria que ter um acompanhante. E cadê o meu direito de saúde? No ano passado, eu fiz uma cirurgia. Em vez de eu melhorar, eu saí pior de lá porque peguei uma inflamação na coluna devido aos equipamentos. Então, Senador, veja mais o nosso lado do deficiente, que sofremos muito com a saúde pública e temos que prevenir nossas doenças porque somos mais frágeis do que outras pessoas normais. Então, essa é minha fala que quero deixar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Maria do Desterro. (*Palmas.*)

Agora, com a palavra, o Sr. Aécio, Presidente do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho. Em seguida, a Drª Alessandra Corrêa, gerente do Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia.

Dr. Aécio.

O SR. AÉCIO ALVES DO NASCIMENTO – Sou Aécio Alves do Nascimento, atual Presidente em exercício do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho, com muito orgulho.

Senador, é salutar esta presença nossa aqui hoje porque aqui se diz que é a Casa do povo e é daqui que se emanam as leis. Realmente, a saúde do Distrito Federal tem muito a colaborar porque nós estamos na capital do País. Teríamos que ser vitrine par o resto do País. Muita coisa melhorou, principalmente com a chegada da nova gestão na Secretaria de Saúde. A gente vê uma luz, uma lanterna. Está igual ao Vasco, que vai e volta. Mas, dessa vez, eu vou dar o exemplo: o Vasco está na lanterna, orgulho de ser vascaíno, acredito no Vasco e acredito na saúde pública do Distrito Federal com essa nova equipe que está aí. Fábio Gondim, parabéns! A primeira coisa que cobrávamos no Distrito Federal eram os conselhos regionais serem empoderados de fato e de direito e não serem usados como força de manobra política. Em Sobradinho, fiquei três anos no mandato e jamais me subordinei a nenhum Deputado, sempre brigando. São três cidades-satélites em que eu conduzo a saúde. Estão aqui a minha coordenadora e o meu diretor. Sempre pautei pelo SUS a coisa pública. Vou dar um exemplo, aqui, Senador, da sua região, que o senhor tem ido muito lá. Estamos com um TAC do Ministério Público nº 14, de 2005. Estamos precisando de recursos. Há uma grande fábrica poluidora da região; nada contra a fábrica. Temos um termo de ajuste de conduta que está para vencer. Estou com um documento aqui no celular, salvo, cobrando da minha coordenadora para que passe ao Secretário para ele ver a real situação.

Nós vamos ganhar um equipamento 0800 da fábrica, e está parado, vencendo agora em setembro. Então, nós temos que agir enquanto há tempo e escassez de recursos.

Quero parabenizar a todos que estão aqui hoje e dizer que, como controle social, eu não tenho ideologia. Meu partido é a vida. Então, temos de para de usar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos de usar a lei da vida na saúde. Mudar é aqui. Por que para muitos pode e para a gente não pode?

(Soa a campainha.)

O SR. AÉCIO ALVES DO NASCIMENTO – Tem que ficar esperando a boa vontade, esperar alguém morrer para fazer alguma coisa? Não. Então, a gente tem que ir realmente nesta Casa, na Câmara, mudar essa lei da saúde no País e fortalecer, de fato, o maior patrimônio público que a gente tem que é o SUS. Não é Estádio Mané Garrincha, nem isso e nem aquilo. (*Palmas.*)

É o SUS o maior patrimônio! Você pode ser um milionário, mas, se você cair na porta, você não vai para o privado, você vai para o SUS primeiro. Depois, chegam as ambulâncias equipadas para levar. Depois que o SUS já estabilizou. Defender essa causa que é justa. Acredito na descentralização. O senhor vai para a ponta. Esse grupo de trabalho que o senhor criou, coloque também lá, Secretário, a expressão conselheiros regionais para pelo menos ouvirmos o que está acontecendo, para não chegar depois, como em outras gestões, e ouvirmos a famosa frase: goela de avestruz, engole e vai embora. Não queremos ser mais avestruzes, queremos ser protagonistas do SUS, e empoderar de fato e de direito os conselhos regionais. E, junto à Promotoria de

Saúde, também, Dr. Bisol, a gente se aproximar mais porque precisamos muito do apoio. Nós, que estamos na ponta, sentimos, porque o cara sabe onde eu moro, o vizinho tem meu celular, ele me liga quando a UPA não funciona, quando acaba o contrato temporário. Quem está na ponta somos nós da militância do controle.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Aécio.

O SR. AÉCIO ALVES DO NASCIMENTO – Obrigado. É pena que é pouco...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Próxima agora é uma servidora da saúde do DF, gerente do Centro de Saúde 1 de Brazlândia, de cujo pai eu tenho o prazer de ser amigo há 30 anos, que é a Drª Alessandra Corrêa. Em seguida, vai ser o Dr. Antônio Campanelli, da USGPM. Quero só anunciar aqui que está presente entre nós a Drª Edy, minha querida esposa do Centro de Saúde nº 15 da Vila Planalto, a Drª Amália, Subsecretária de gestão de trabalho (SUGET); o Dr. Manoel Neto, Diretor do Hospital Regional de Sobradinho; a Drª Juscilene Valêncio Lins, Secretária da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Muito obrigado. O Dr. Moacir Meireles de Oliveira, Vice-Presidente da Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Brasil), muito importante a presença do Moacir. E o Sr. Elias Lopes da Silva, Secretário-Executivo da Mesa de Negociação do MNPSUS/DF. Elias, está por aí? Lá no fundo. Obrigado, Elias.

Vamos passar aqui então para a Drª Alessandra. Em seguida, o Dr. Antônio Campanelli.

Alessandra, três minutos.

A SRª ALESSANDRA CORRÊA – Bom dia a todos ainda. Estamos chegando próximo ao almoço. Eu queria agradecer a oportunidade ao Senador de estar falando pela minha regional e gostaria de agradecer a uma colocação feita pelo Dr. Fábio em relação a essa tensão psicológica do servidor. Já tive a porcentagem de 35% de atestados na minha unidade, sendo 70% desses 35% pela psiquiatria. A gente sabe que o usuário que vai ao atendimento de saúde vai para resolver problemas. Então, o servidor tem que estar ali para resolver sempre problemas. Essa tensão, eu queria que ficasse bem enfatizada em relação aos gestores.

Outra questão é a minha pergunta que fica em relação a esse gerenciamento. A gente, com o gerenciamento, precisa também ter uma previsão. E a Drª Eliane foi muito feliz em colocar, como tinha sido dito antes pelo representante do Estado, em relação a não termos dinheiro, não termos condições, não termos verba. Foi bem colocado, foi claro, mas ela também colocou em relação a prazos. Isso é gerenciamento. A gente queria saber em relação a reposições de RH, nem tanto a novas contratações, o que realmente, de fato, a gente precisaria, porque, por exemplo, no Centro de Saúde nº 1, que é pequeno, regional distante, que a gente sabe, eu tive 14 aposentados. Não tive nenhuma substituição.

Então, qual é a previsão do Secretário em relação a iniciar essa reposição desses funcionários, uma vez que o nosso grande problema é o déficit de RH?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço à Drª Alessandra que economizou um minuto.

O próximo a falar é o Dr. Antônio Campante, da OSD PM – você podia até dizer o que é essa sigla para a gente, Antônio – e, em seguida, vai ser o Dr. Agenor Pereira Dias, do HRAN.

Antônio, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CAMPANTE – Bom dia, senhores.

OSD PM. OSD, operacional da área paramédica há 31 anos na regional HRAN.

Eu queria que o Secretário comentasse sobre um vídeo que está na internet, porque sexta-feira passada houve também esta Comissão aqui e o senhor não estava presente. O Dr. Paulo Feitosa comentou que o Governo, obrigatoriamente, teria que demitir servidores.

Eu queria que o senhor comentasse sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado.

Tivemos uma grande economia de tempo, dois minutos.

O próximo é o Dr. Agenor e, em seguida, eu vou dar a palavra rapidamente ao José Maurício, que é do Conselho de Saúde do DF.

O SR. AGENOR PEREIRA DIAS – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar V. Exª, Senador Hélio José; cumprimentar os demais membros da Mesa e os presentes aqui neste Plenário e, em especial, a Nação que está nos vendo pela TV Senado.

Gostaria de iniciar minhas palavras dizendo que a presença aqui do Dr. Renato nesse dia de hoje faz muita falta, até mesmo pelo seu alto nível de conhecimento, relacionamento humano e o seu trabalho no resgate dos valores morais dos servidores, porque essa é a bandeira dele e a luta que tem nos ensinado também, principalmente ao pessoal da enfermagem.

Com certeza, senhores, o diálogo respeitoso acrescentaria muito para a gestão do Sr. Secretário. O Dr. Renato está fora, pediu ao Senador as desculpas porque não pôde comparecer, por estar representando o Brasil em uma conferência de cirurgia bariátrica – que é sua especialidade –, em Viena.

Sr. Senador, as ações de V. Exª têm levado a ser incomparável. Com isso, apelamos a V. Exª que continue visitando os hospitais, cobrando dos dirigentes e diretores e ajudando os necessitados, principalmente os servidores que se encontram doentes. Com isso, V. Exª está ganhando muito com Deus e têm as nossas sinceras considerações, e que Deus continue iluminando a sua trajetória.

Srs. Secretários, Dr. Fabio Gondim, Drª. Eliene,...

(Soa a campainha.)

O SR. AGENOR PEREIRA DIAS – ...desejamos que Deus dê sabedoria aos senhores na condução da gestão da Secretaria de Saúde, e podem contar conosco em nosso total apoio.

Em tempo de crise, a realidade acaba por nos levar à condução de soluções. O momento agora tem levado a se pensar em duas saídas para se resolver o déficit de recursos humanos: a primeira, na contratação de uma organização social, a segunda, na mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As OSs têm as suas vantagens por ser mais fácil a contratação e não precisar serem declaradas na Lei de Responsabilidade Fiscal as contratações de pessoas, recursos humanos, por não serem por terceirização e, sim, publicização, porém existem algumas desvantagens como a perda do Regime Jurídico Único, pois a contratação pela OS se dá conforme o regime que bem entender. Isso seria um retrocesso aos diversos ganhos que foram conquistados através de muitas lutas pelos trabalhadores, sem dizer que os contratados também ficariam à revelia dos interesses de seus superiores.

Dessa forma, Senador, conclamo V. Exª que trabalhe na mudança do teto da Lei de Responsabilidade Fiscal na saúde. Essa PL nº 251 já passou pela Câmara, porém com um texto modificado.

Conclamamos V. Exª que esteja à frente desta causa em resgatar o que é nosso em nome do SUS – porque o SUS é o nosso patrimônio, é original nosso, o SUS é brasileiro – e em nome de seus servidores.

Temos total confiança na gestão de V. Exª na Secretaria de Saúde. E, ainda, Senador, gostaria de pedir a V. Exª que, finalizando essa audiência, nós fizéssemos uma oração agradecendo a Deus pelos trabalhos desenvolvidos aqui nesta Casa; que Ele venha a estender suas mãos sobre todos nós, principalmente sobre sua vida e do Secretário da Secretaria de Saúde, abençoando o relacionamento amoroso com seus servidores, porque muitos servidores, além de estarem doentes, ainda se encontram prejudicados por assédio moral dentro da Secretaria. Então, nós servidores precisamos ser mais valorizados.

O senhor trabalha veementemente na condução do resgate de todo esse processo. O senhor tem interesse de ver uma Nação sarada e um povo sadio. É por aí que Deus toca no seu coração, e que ele venha cobrir o senhor com toda sorte de bênçãos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu quero agradecer e me coloco à disposição do Dr. Renato, do Agenor e também do Dr. Fabio Coutinho e da Drª Eliene para a gente debater e discutir um pouco mais sobre essa questão da flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal na saúde, e me coloco à disposição para apresentar o projeto, debater, justificar e colocar com toda clareza, porque realmente a saúde precisa ser mais bem vista pelo Governo brasileiro.

Temos que ser rápidos para dar tempo de as pessoas responderem com tranquilidade.

O Luís Maurício é da Associação do Conselho de Saúde do Gama. Estou abrindo para ele dois minutos.

Quero registrar que a gente aprovou neste ano o Estatuto da Pessoa com Necessidade, que é uma conquista das pessoas com necessidades e a gente precisa fazer cumpri-lo. Então, Luís Maurício, dois minutos, por favor.

Em seguida, Doutor Ricardo Pretas, do Conselho Mundial de Optometria.

Luís Maurício.

O SR. LUÍS MAURÍCIO – Peço à colega para me localizar duas pessoas com deficiência visual, só para me localizar aqui.

Agradeço ao senhor pela oportunidade. De antemão, estou aqui como Conselheiro de Saúde do Distrito Federal e também sou do Conselho de Saúde da Regional do Gama e, para adiantar à Maria que fez essa solicitação, nós reativamos a comissão da pessoa com deficiência dentro do Conselho de Saúde e nós estamos discutindo a política de saúde da pessoa com deficiência.

Estamos pegando as demandas que são oriundas da 3ª Conferência da Pessoa com Deficiência, da lei brasileira de inclusão que o senhor acabou de citar, a 13.146; e estaremos discutindo também sobre a saúde e vamos discutir essa política e levar essa demanda para a Secretaria, para a gente chegar a um melhor atendimento a esse segmento da pessoa com deficiência.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS MAURÍCIO – Gostaria também, como conselheiro de saúde e como fiscalizador, de fazer um desafio ao Dr. Bisol que nos aproxime, vamos chegar juntos, Dr. Bisol. Vamos visitar os conselhos regionais, que precisam de apoio para poder fazer o seu papel de fiscalizador. Nós também temos a mesma intenção da melhoria da saúde aqui do Distrito Federal.

Eu gostaria de compartilhar que eu sou usuário e estou aqui como usuário, defendo o usuário e fico muito triste quando vejo um gestor que é profissional de saúde, um gestor que é médico, um gestor que é enfermeiro, e a gente sente que está tirando esse profissional da ponta que é para atender a população, para ir para a gestão. Compartilho também essa fala do companheiro que falou sobre essa situação.

Secretário, não vamos nessa linha do 8117 e 2 porque vamos engessar a gestão. Sei que é um grande desafio que o senhor está tendo e vamos ter que confrontar esse desafio de sair disso para fazer a verdadeira gestão; e sei que o senhor é capaz disso.

Eu falei para o senhor quando esteve no Conselho de Saúde, e agradeço muito que o senhor não seja médico, e agradeço que o senhor seja um gestor ;e essa é a linha, é o grande desafio que tem que confrontar para melhorar nossa saúde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

O SR. LUÍS MAURÍCIO – Outra situação é a aplicação do cartão SUS, nós temos que aplicar esse cartão SUS. Não é possível, Senador, que nós tenhamos esse sistema... O Ministério da Saúde tem que saber como vamos aplicá-lo, porque o entorno incha também a nossa saúde aqui. Como vamos resolver essa situação do entorno?

Eu gostaria que o senhor, como Senador, levasse essa bandeira do cartão SUS: aplicar esse cartão SUS, porque a partir do momento que o prefeito ou o governador vir que o seu bolso está diminuindo e o recurso está vindo para quem atende realmente a saúde do brasileiro... Porque não podemos negar a saúde para ninguém, mas o prefeito e o governador têm que ser responsáveis por isso. Então, quando tirar o recurso, eles vão sentir no bolso, vão sentir suas responsabilidades.

Gostaria de agradecer a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

Quero registrar que com relação a essa questão do aprimoramento do SUS e do cartão, também estou aberto para a gente poder apresentar uma regulamentação melhor sobre essa situação.

O Dr. Ricardo Bretas, do Conselho Mundial de Optometria e, em seguida, será o Sr. Joel, Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia.

Dr. Ricardo Bretas.

O SR. RICARDO BRETAS – Bom dia, Sr. Senador e bom dia aos demais componentes da Mesa, Secretário de Saúde e Subsecretária.

Realmente, saúde se faz com uma equipe multidisciplinar. Ninguém é dono da saúde. Aliás, saúde é uma qualidade de vida e já foi dito aqui pelo representante do Conselho Nacional de Saúde.

A Organização Mundial da Saúde preconiza que o optometrista é o preventor, avaliador primário de todo o processo visual. Em todos os países do mundo em que a optometria atua se viram reduzidas praticamente a nível zero as alterações advindas de um processo visual mal educado: a evasão escolar.

No Brasil, nós promovemos, pelo Conselho Mundial e pela Organização Internacional de Prevenção à Cegueira, o programa chamado 2020, que consiste em evitar a cegueira ou melhorar a qualidade de vida e da cegueira evitável no mundo até o ano 2020, e o 2020 que é exatamente considerado visão normal.

Esse programa não foi implementado no Brasil por conta de corporativismo, por conta de políticas mesquinhas dentro da saúde pública. No governo Arruda, esse mesmo programa tentou avaliar 225 mil crianças...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BRETAS – ...e não foi possível também por conta de atitudes corporativistas.

Se a prerrogativa da Organização Mundial da Saúde diz que a optometria é a primeira barreira para evitar a cegueira no mundo, por que esse profissional não está dentro do SUS?

Já existem profissionais em outros Estados dentro do SUS. Primeiro, foi dito que iria aliviar a fila, como foi dito aqui, de 12 mil pessoas, sendo que de 80% a 85% delas precisam de uma avaliação primária da visão, ou seja, de corrigir seu erro refrativo.

Como agente preventor, o optometrista também reconhece anomalias patológicas em curso ou a iniciar de todo o sistema, não só da visão. Reconhece as alterações por retinopatias das várias causas, degenerações, a catarata inicial, glaucoma ou o princípio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO BRETAS – Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Dr. Ricardo.

Agora, Joel dos Santos, Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia, e, em seguida, será o Alexandro Lento, dentista da Secretaria de Saúde da Regional de Planaltina.

Joel.

O SR. JOEL DOS SANTOS – Agradeço a todos os presentes em nome da Drª Eliene, que vem fazendo um excelente trabalho na Secretaria de Saúde, e agradeço a todas as mulheres que estão aqui no Plenário.

Por que eu falo na Drª Eliene? Quando ela chegou ao Hospital de Taguatinga, eu fiquei meio preocupado, mas, quando a vi desenvolvendo...

Eu gostaria que o Sr. Secretário, de verdade – este é um pedido da população do Distrito Federal – fizesse com que os 187 administradores que são concursados na Secretaria venham fazer o papel de administradores na Secretaria.

Dentro dessa situação, eu gostaria... Não sei se a Fabiana, Gerente de Enfermagem da Central se encontra aqui. Por quê? O que está acontecendo? Mandaram sete técnicos direto para o CAPs de Samambaia. Não, gente, vamos mandar para a Regional! A Regional vai colocar... Nós temos técnicos de enfermagem no PS que estão com problemas seriíssimos de saúde e poderiam ir para o CAPs, mas os que estão chegando agora, que nem passaram por nada, vão para o PS! Esse foi um retrocesso para o servidor público.

Na realidade, eu, como usuário e Presidente daquele Conselho, me senti constrangido quando vi os técnicos irem diretamente do CAPs e para a UPA. Eles têm que ir para a Regional, e a Regional vai ver onde locará melhor aquele profissional que vai chegar ali na cidade, porque ele vai trabalhar com a Regional.

Dentro dessa situação, eu gostaria também, Dr. Bisol – Dr. Bisol, pelo amor de Deus, me ajude! – que fosse desfeito, imediatamente, um acordo pelo qual 16 profissionais que entraram em 2012 foram cedidos para a Sedest. Que cessão é essa se todo mês eles vão assinar a folha de ponto no CAPs de Samambaia?

Aí, dentro dessa situação, foi feito, esta semana, um acordo, de novo para renovação do contrato. Não! Vamos rasgar isso! Esse acordo tem que ser rasgado hoje! Pelo amor de Deus, Secretário, ele tem que ser rasgado hoje. A população de Samambaia não aguenta mais a falta de profissionais no CAPs de Samambaia e 16 profissionais emprestados: dois motoristas, seis psicólogos e oito assistentes sociais. Onde nós vamos parar com isso?

Na realidade, eu gostaria de pedir que esse acordo fosse rasgado hoje. Não dá mais para, faltando servidor na Regional de Samambaia, os servidores de Samambaia só irem lá assinar o ponto, para a Secretaria de Saúde pagar para eles trabalharem na Sedest, a secretaria mais rica do Distrito Federal. Então, nós vamos acabar com isso hoje, Secretário. E o Marcos Pacco que se vire para arrumar funcionário para ele!

Nós não podemos deixar funcionário da saúde emprestado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Joel.

Agora, para ganharmos tempo, Dr. Alexandro Lento, dentista da Secretaria de Saúde da Regional de Planaltina.

Em seguida, falará o Fernando Gomide, Presidente da Associação de Fibrose Cística do DF.

Desculpe-me. Eu me enganei. É Drª Alexandra.

A SRª ALEXANDRA LENTO – Bom dia, Senador!

Bom dia Secretário!

Eu sou da Secretaria de Saúde, sou dentista e trabalho na Regional de Planaltina, onde a gente está tendo um problema muito sério com as crianças de sete e oito anos, que não têm atendimento na área rural.

A área rural é de difícil acesso ao hospital. Então, essas crianças chegam lá num estágio muito avançado de dor de dente, com abscessos muito grandes, e, às vezes, a gente precisa internar essas crianças por causa da falta de atenção primária na área rural.

Vendo tudo isso, porque eu sou endodontista e faço os canais dessas crianças, me predispus a ir à área rural para fazer o atendimento dessas crianças lá.

Na gestão anterior, fui fazer o meu pedido de 40 horas, mas, infelizmente, me disseram que a odontologia não tem prioridade na Secretaria de Saúde, que as prioridades são outras e que essas 40 horas provavelmente não iriam sair.

Então, fica aqui o meu apelo para que vocês liberem essas 40 horas e contratem mais dentistas para que a gente possa atuar na área rural e que essas crianças não precisem de uma internação por causa de uma cárie dentária. Eu acho um absurdo internar uma criança de sete ou oito anos por causa de uma cárie que evoluiu para um problema de canal e ocupar um leito do hospital.

Fica aqui o meu apelo para a liberação de 40 horas para os dentistas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigada, Drª Alexandra.

Cabe comentar aqui que Planaltina tem a maior área rural do Distrito Federal.

O próximo escrito é o Dr. Fernando Gomide, Presidente da Associação de Fibrose Cística do DF.

Em seguida, falará o Dr. Daniel de Souza Matos, médico.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Bom dia a todos!

Eu vou cumprimentar e ser bem breve falando do Dr. Bisol.

Dr. Bisol, em nome de todos os usuários, nós só temos a lhe agradecer, porque os governos mudam, mas os problemas continuam os mesmos. Há mais de 15 anos que estamos denunciando e tentando melhorar a saúde do Distrito Federal junto ao Pró-SUS, e o senhor está sempre atento a proteger os usuários da saúde.

Para não me alongar muito, eu gostaria de falar para o Dr. Fábio que siga o exemplo de Santa Catarina. O Governador de Santa Catarina acabou com o intermediário na venda de remédios. Ele compra diretamente dos laboratórios.

Nós não podemos comprar remédio em Brasília. No Paraná – vou citar um exemplo – custa R$12,00, em Santa Catarina custa R$13,00, no Rio Grande do Sul custa R$14,00 e em Brasília custa R$73,00? Nós temos que tirar o intermediário.

Siga o exemplo do Governador de Santa Catarina, que, aí sim, vamos ter dinheiro na saúde e acabar com a corrupção que existe no Distrito Federal na venda de remédio e tudo isso para o Distrito Federal!

Há outra coisa que eu queria dizer.

O senhor já mencionou na sua portaria. É preciso acabar com a compra de equipamentos para ganhar comissão. Nós temos milhões de equipamentos parados na saúde pública. E a Justiça é conivente e complacente com quem cometeu esse grave crime na Secretaria de Saúde. Era hora de todos eles estarem na cadeia, porque nossos parentes, nossos familiares estão morrendo no Distrito Federal por falta de remédio, por falta de exame, e isso é uma vergonha!

Então, o senhor está de parabéns por fazer essa determinação da compra somente se ela for necessária.

Outra coisa que eu queria falar para o senhor é que a judicialização só existe porque a Secretaria e o Governo Federal são omissos. Existe a portaria, existe tudo que determina. Se não existe o remédio, onde temos que ir? À Justiça. Temos que judicializar. Se vocês criarem o mínimo necessário, nós seremos todos complacentes, pois sabemos que vocês pegaram um governo falido e que, infelizmente, todos que passaram, não foi só esse, foram omissos com a saúde.

Hoje, eu vejo muitos reclamando, querendo fazer manifestação contra o Governo. Eu, como pai, gasto de R$8 mil a R$10 mil por mês com a minha filha, mas quero dizer que temos que ter paciência e dar pelo menos um ano para que o Governo possa se aprumar e tratar a sociedade com dignidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

Eu queria registrar aqui a presença, desde o início, do Sr. Edvaldo, Subsecretário de Relações do Governo com o Congresso Nacional.

Agora, tem a palavra o Dr. Daniel de Souza Matos, médico formado no exterior. Depois, falará o Sr. André Soares, usuário.

Vamos lá, Daniel!

O SR. DANIEL DE SOUZA MATOS – Bom dia, Mesa.

Antes de comentar, eu queria responder uma citação que foi feita aqui atrás por um senhor que acho que já não está aqui.

Nós, médicos, temos um conselho de ética, e a maioria de nós, a grande maioria de nós segue a nossa ética médica e preza pela não maleficência de nossos pacientes. Nós somos forjados para curar ou, quando não for possível curar, pelo menos confortar esse paciente. Se um profissional médico sai dessa linha, o que ele tem que fazer é denunciá-lo aos órgãos competentes, e não sair atirando e acusando todos os médicos de serem maus-caracteres.

Eu queria fazer uma comparação muito rápida entre o Brasil e o Japão.

O Brasil tem mais ou menos 200 milhões de habitantes e o Japão tem mais ou menos 130 milhões. O PIB do Brasil, em 2014, foi de R$5,52 trilhões; o PIB do Japão foi de R$4,92 trilhões. A porcentagem do PIB do Brasil investido em saúde 3,4%, a do Japão, 8,5%. O sistema de saúde do Japão, semelhante ao SUS, foi criado em 1961 e hoje é um dos melhores do mundo. Então, a gente vê que o Japão conseguiu trilhar um caminho de sucesso.

Aqui é onde entra o Dr. Bisol na sua fala. O que o Japão fez? Teve vontade política de construir o seu sistema de saúde e de fazê-lo progredir e teve eficiência administrativa e investimento. E o doutor foi brilhante e pragmático, teve precisão cirúrgica ao apontar os problemas do SUS, como a má gestão, a falta de dinheiro. E assim também foi o comentário do Helvécio.

Se nós, o Brasil, não prestarmos atenção, não refletirmos sobre as palavras de ambos, nós vamos passar mais 500 anos aqui discutindo gestão, discutindo o problema da nossa saúde e não vamos resolvê-lo. Se não

houver vontade política, se não houver gestão, capacidade de gerenciamento e investimento, vamos continuar do mesmo jeito que estamos nos próximos 500 anos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Daniel.

Sr. André Soares, usuário, e, em seguida, Sr. Daniel Duarte, farmacêutico.

Sr. André Soares, com a palavra, por favor.

Saiu?

Então, vamos lá!

Ah, ele está aqui.

Por favor, André.

Onde você se encontra?

O SR. ANDRÉ SOARES – Senador, tem dois anos que eu estou fazendo um exame de vista. Mandaram que eu fizesse um exame urgente. Eu fiz, paguei os exames, todos particulares, entreguei no Hospital de Base, mas eles nunca me chamaram. Eles me chamaram agora, em janeiro, mas estavam todos os exames vencidos. Aí passaram outro exame para eu fazer, mas disseram que só quando eles ligarem lá para casa é que eu posso fazer, e até hoje não ligaram.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, o senhor está reclamando, Sr. André, é da morosidade, do atraso para ser chamado, não é?

O SR. ANDRÉ SOARES – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k. Está registrado, Sr. André Soares.

Foi no Hospital de Base, Sr. André?

O SR. ANDRÉ SOARES – No Hospital de Base. Eu levei e entreguei os exames lá, mas, quando me chamaram, em janeiro, estavam todos vencidos, e aí me mandaram fazer outro, mas só quando ligassem lá para casa, e até hoje não ligaram.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Está bom, Sr. André.

O próximo, agora, é o Dr. Daniel Duarte, farmacêutico, e, por último, falará a Drª Flávia Reis, da UGT.

Dr. Daniel Duarte. (Pausa.)

Flávia, por favor, com a palavra.

A SRª FLÁVIA CRISTINA REIS SULZ GONSALVES – Boa tarde!

Eu sou Flávia, Secretária de Saúde da UGT, União Geral dos Trabalhadores, e sou também Secretária-Geral do Sindicato dos Administradores de Brasília.

A fala do Sr. Ayrton foi de grande valia. Por quê? Porque existe uma regulamentação para gerir a área de administração hospitalar. É necessário que o profissional tenha registro no Conselho Regional de Administração. Em algumas áreas, a gente sabe que isso não está sendo cumprido, ou seja, não está sendo respeitado.

Com essa nova gestão do Fábio Gondim e da Eliene Anselmo, a gente espera que isso modifique. Por quê? Um caráter gerencial apropriado é necessário pra salvar a nossa saúde.

Eu falei isto pelo lado dos administradores, mas agora vou falar pelo lado do servidor.

O que a gente visualiza? Eu tive experiência em hospital, conseguimos abrir uma unidade de saúde em uma região onde não havia nada e agora estou tendo uma vivência em outro setor, que é a unidade de saúde de outras regionais.

Eu vejo que a grande vazão que a gente precisa ter nos hospitais é liberar o paciente do leito. Muitos desses pacientes estão no leito por falta de agilidade na regulação desse paciente em alguns procedimentos de exame. Ou seja, esse paciente é regulado como vermelho como outro que não esteja no leito de hospital e chega numa unidade de saúde que cadastre, que tenha a prioridade vermelha, só que esse paciente vermelho não está no leito de hospital em que outro estaria. Então, talvez, se houvesse uma mudança na regulação, priorizando os leitos de hospitais, nós tivéssemos uma rotatividade maior e uma vazão maior.

A gente sabe que o sistema de saúde não atende por falta de quantitativo mesmo de pessoal, de disponibilidade de serviços toda a necessidade da população.

(Soa a campainha.)

A SRª FLÁVIA CRISTINA REIS SULZ GONSALVES – Então, deixo aqui registrado.

Obrigada.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Drª Flávia.

Você é servidora da saúde do Guará, não é?

O.k.

Falaria agora o Dr. Bisol, mas o Dr. Gondim me pediu para falar agora – eu peço até a permissão do Dr. Bisol – porque terá que sair, mas a Drª Eliene, que vai ser a última a falar, ficará até o final.

O Dr. Gondim justifica que hoje é o último dia para fechar o orçamento da saúde. Agora, ele tem uma reunião fundamental para isso. É por isso que ele terá que sair um pouquinho mais cedo.

Então, o Dr. Gondim está com a palavra.

O SR. FABIO GONDIM – Senador, esta é uma reunião muito boa para todos nós na medida em que a gente ouve as diversas opiniões dos diversos atores, como o usuário, que, de alguma forma, participam da saúde do Distrito Federal, e a gente acaba tendo muito mais a ouvir que a dizer, porque a gente acaba aprendendo, acaba tendo informações que, às vezes, nos passam despercebidas.

Eu fiz anotações a respeito de todas as colocações que foram feitas e vou começar falando da desmotivação que o Senador Jorge Viana ressaltou.

Ela é um problema muito sério para saúde. Na verdade, ela talvez seja o maior problema neste momento na medida em que as pessoas não conseguem perceber exatamente o que acontece, por que acontece, qual é o seu papel, onde está o fundo do poço, em que momento vamos começar a subir. Isso nos deixa muito preocupados. Mas vamos trabalhar para que a nossa comunicação interna seja a mais eficiente possível. Eu já determinei à nossa Ascom que se dirija mais à comunicação interna e menos à externa para que possamos garantir que os servidores tenham informação a respeito do que tem sido feito.

A colocação que foi feita em seguida, de que a hora-extra mostra o esforço do trabalhador, é verdadeira, e isso precisa ser compreendido. No horário normal de trabalho, o servidor já não tem conseguido mais dar vazão às demandas da população. E nós estamos naquele desequilíbrio nefasto. Nós temos uma despesa de saúde muito grande com pessoal por um lado, mas falta gente.

E o nosso amigo fez uma observação interessante comparando Brasil e Japão. Já é percebido e já tem sido alertado pelo nosso Ministro da Saúde que a nossa saúde tem sido subfinanciada. Se isso for compreendido e se se entender – esta é uma decisão nacional – que um percentual maior dos recursos de impostos deverão ser dirigidos à saúde, talvez nós possamos reequilibrar as contas, sem prejuízo, também, de sempre tomarmos muito cuidado com a forma como o recurso é gasto, porque, afinal de contas, esse recurso é público e precisa ser tratado melhor do que se fosse nosso.

Foi colocado aqui que falar que servidor da saúde ganha bem é um equívoco.

Eu não acho que isso seja um equívoco. Acho que isso deve ser levado em consideração, pois o servidor da saúde, o da segurança, enfim, os servidores do Distrito Federal têm um nível maior de remuneração, e isso não é nenhuma vergonha, isso não é nenhum erro, mas deve ser levado em consideração, sim, quando nós procuramos entender o nível dos profissionais que temos.

Nós só temos o nível de profissionais que temos quando entendemos que as nossas remunerações são capazes de atrair profissionais de qualquer lugar deste País. Essas pessoas, de alto nível, vão ter a capacidade de trazer a solução, e nós todos temos que ter sempre em mente de que eu, como servidor público bem remunerado que sou – não estou falando isto por nada –, tenho que ter a consciência da minha importância e do meu dever diante da sociedade para prestar um bom trabalho. Isso não é nenhum favor, mas uma obrigação que eu tenho, assim como todos os demais.

Há uma fala da Dª Maria... Eu não vou citar nomes porque várias pessoas falaram a mesma coisa.

Falamos aqui de atenção básica. Eu esqueci de falar isso na minha fala inicial. Essa aí é uma das nossas premissas. Eu falei que saúde não é só a cura da doença, pois temos a prevenção e temos, antes da prevenção... Eu, em seguida, iria falar da atenção básica, mas mudei o raciocínio e acabei não complementando.

Nós estamos trabalhando para que haja agenda aberta nos postos de saúde, para que os postos de saúde tenham um horário estendido de funcionamento e, principalmente, neste momento, para que nós possamos executar o orçamento do bloco "Atenção Primária no Fundo de Saúde do Distrito Federal" para que possamos melhorar a ambiência dos postos. Muitos postos estão em condições precárias, feios, mal equipados, com móveis inadequados, mas tudo isso já está sendo tratado. Já temos um grupo de trabalho para regularizar isso aí.

Estamos trabalhando também com a regulação. Alguém falou aqui de regulação. Falou especificamente das consultas oftalmológicas, mas eu vou falar no geral.

Eu identifiquei, muito rapidamente, que apenas 12 das 65 especialidades hoje são reguladas, o que significa uma dificuldade de acesso às consultas ambulatoriais muito grande por parte da população. Então, já constituímos um grupo, por meio de portaria do Secretário, para que todas as especialidades e todos os exames sejam regulados, para que o paciente possa sair de um posto de saúde com o seu exame marcado e com a consulta com o especialista também já agendada, de forma que ele não fique zanzando de um lado para outro sofrendo e passando necessidades por que não precisaria passar.

Estamos trabalhando também com a política de remoção. Desde o início, esse foi um pleito de servidores que desejam trocar de um lado para outro. Essa já foi uma determinação minha. A Drª Eliene já me deu notícia de que há um sistema informatizado em funcionamento começando a coletar essas demandas para que possamos fazer o cruzamento de dados. Mas, acima disso, e isso nós ainda não temos, precisamos cruzar as demandas com as ofertas, pegar as estatísticas de onde estão sendo as maiores demandas por especialidades, por dia da semana e por horário e ver qual a oferta que estamos tendo na nossa grade de horário para podermos fazer não só a troca, mas a remoção eficiente de um profissional de uma área para outra para melhor atender a população, o que é sempre o nosso principal objetivo.

O Aécio, do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho, pediu que os Conselhos de Saúde, tanto os do Distrito Federal quanto os regionais, sejam empoderados. Os conselhos já estão sendo empoderados. Eu já mandei fazer uma identificação para todos os conselheiros, que poderão entrar nos hospitais se identificando como conselheiros de saúde e fazer a fiscalização que só a população pode fazer.

(Manifestação da galeria.)

O SR. FABIO GONDIM – Exato.

Não há substituto para o controle social. Não há substituto. Isso nós entendemos com toda a clareza. Isso é um viés meu de trabalho desde sempre. Aqui, no Senado – eu sou servidor concursado daqui –, esse é um trabalho que eu sempre fiz, e nada melhor do que contar com essa grande e qualificada força de trabalho no sentido de estar na ponta, estar vendo e estar usando para nos ajudar a identificar os problemas e para podermos encontrar soluções antes que esses problemas fiquem grandes demais.

Perguntaram-me: "Secretário, onde está você?" Isto por conta do problema de Recanto das Emas. Gente, eu estou na Secretaria há 30 dias. Saí, já visitei vários locais, sem pausa, nenhum dia de pausa, e com um horário absurdo de trabalho, para que a minha presença possa ser sentida o mais rapidamente possível. Eu não sei se vou conseguir, em um curtíssimo espaço de tempo, estar em todos os locais. Mas eu posso garantir aos senhores que o meu trabalho chegará a todos os locais muito rapidamente.

Foi mencionado o nosso percentual muito alto de atestados de psiquiatria.

Eu vou falar de dois problemas. A psiquiatria leva à doença do servidor, quer dizer, demonstra que o servidor está ficando estressado demais, por diversos aspectos, e leva a um absenteísmo grande, justificado. Nós não estamos falando de absenteísmo não justificado. Para esse, a gente corta o ponto. A população pode estar certa de que é assim que nós agimos...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – ... e vamos agir.

Agora, para o justificado, nós temos que ter uma política social, uma política de resgate dessas pessoas. E um dos aspectos que talvez... Nós estamos entrando em um círculo vicioso, que, para mim, está muito claro. Não sei se ele é claro para quem está aqui há mais tempo.

Em função do absenteísmo justificado, nós sobrecarregamos os profissionais que não se ausentaram, por um motivo ou por outro, e esses profissionais tendem também a acabar ficando doentes pela sobrecarga.

Então, uma bandeira – e eu falei isso em uma reunião com todos os sindicatos anteontem – que se poderia levantar é a de fazer um programa de garantia da observância das escalas de trabalho, independentemente da justificação. Nós temos um percentual muito alto, e as pessoas estão ficando sobrecarregadas.

Esse é um trabalho que nós temos que fazer. Ele é difícil, mas eu preciso contar com a colaboração e participação direta dos sindicatos no sentido de mostrar e compreender o que acontece e de nos ajudar a encontrar uma solução.

Já estou terminando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tranquilo, Fábio.

O SR. FABIO GONDIM – Bom, eu vou comentar a respeito da contratação de uma organização social e até da mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito da saúde, para que possa ser flexibilizada a despesa de pessoal para a saúde.

Essa é uma questão política maior. Eu compreendo a necessidade, mas entendo, independentemente da solução que venha a ser tomada – eu gostaria de participar da discussão, se ela vier a acontecer –, que acima de qualquer política pública está o equilíbrio orçamentário financeiro. Nenhuma unidade da Federação, o Município, o Estado ou a União, vai conseguir implementar com competência política de nenhum tipo se nós não tivermos a tranquilidade de saber, com antecedência, de que recurso nós vamos dispor para planejar e executar da melhor forma possível, sem contratações emergenciais e sem compras açodadas e nem sempre

pelo melhor preço, como citou o nosso colega Fernando Gomide, que falou a respeito de alguns valores, que têm sido exorbitantes.

Aproveito para falar a respeito seu comentário, Fernando.

Todas as providências para viabilizar as quebras de certos mecanismos que garantam a venda perpétua de algumas poucas empresas por preços acima dos do mercado, apesar de, formalmente, as licitações serem feitas na forma legalmente prevista... Há mecanismos já identificados que fazem com que o gestor público... É um problema, pois tudo tem vantagem e desvantagem.

Então, a Lei de Licitações, por um lado, busca garantir a lisura das compras e das contratações, mas, por outro, muitas vezes, joga o gestor público para uma armadilha da qual ele dificilmente conseguirá sair. Mas nós já identificamos o problema...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – ..., já encontramos soluções e já as estamos implementando.

Houve um comentário, sobre o qual eu quero falar de forma mais atenciosa.

Foi dito que há judicialização porque a SES foi omissa.

Olha, a judicialização é um problema muito maior.

Eu tive uma conversa com um juiz que me disse assim: "Diante da demanda de uma pessoa que está à beira da morte para liberação de um medicamento... Enfim, eu não sendo médico, não tendo conhecimento daquela enfermidade, não tendo capacidade de analisar aquilo com profundidade..." Chega uma demanda dessas na sexta-feira, no fim da tarde ou à noite, ele tende a atender para não levar, nas palavras dele, abre aspas, aquela morte para casa.

Eu compreendi. Realmente levar aquela morte para casa é uma coisa muito pesada. Só que há um problema: muitas vezes, não se está garantindo um serviço previsto ou um medicamento padronizado que também está previsto e está na sua sequência de compras regulares. Muitas vezes, o que se está tentando é um protocolo diferenciado de tratamento ou de outro medicamento que, por qualquer motivo, muitas vezes legítimo, mas muitas vezes não – não se iludam, pois há uma imensa pressão dos laboratórios para que haja prescrição de medicamentos, órteses, próteses e materiais –, que não os padronizados dentro de vários critérios técnicos aceitáveis em qualquer lugar do mundo.

Então nós, para diferenciarmos... Quando a judicialização vem porque é um serviço padronizado e não está acontecendo, eu compreendo: "É, realmente houve uma falha na prestação do serviço ou na entrega do medicamento". Mas, quando se fala de não padronizados, é bom tomar cuidado, e é esse cuidado que nós tomamos quando estamos trabalhando para a criação de uma comissão técnica que vai avaliar isso, *a priori*, em cada caso.

Para finalizar, três pequenas considerações.

É muito complicado, diante de todas as dificuldades que a gente passa, afirmar que o SUS não funciona. O SUS atende a pessoa desde antes de ela nascer até depois que ela morre, no serviço de verificação de óbito. Ele vai da prevenção à cura, a transplantes de órgãos.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO GONDIM – É um intrincadíssimo sistema que tem funcionado e que, só por funcionar, já nos enche de admiração. Como é que uma coisa tão complexa, tão grande, presente em 500 Municípios do Brasil, funciona? Está com problema, mas funciona.

Então, dizer que o SUS não funciona, é uma leviandade. Eu até digo que uma instituição privada talvez nunca venha a fazer esse tipo de serviço. É muita coisa, é muito grande, para abarcar tudo isso.

Então, ele é uma joia que nós temos, da qual nós temos que cuidar da forma mais zelosa possível.

Foi dita uma frase aqui que eu vou dizer de uma forma um pouco diferente: a saúde pública só vai melhorar no dia em que todos nós, profissionais da saúde, entendermos que a pessoa mais importante da Secretaria de Saúde não é o Secretário, nem a Subsecretária, nem os Secretários Adjuntos ou os médicos; a pessoa mais importante, aquela para quem nós devemos ficar de pé quando ela entrar no hospital, é o paciente. (*Palmas.*)

O SR. FABIO GONDIM – O dia em que nós entendemos isso de verdade, nós vamos começar a experimentar uma revolução no atendimento que nenhuma administração vai conseguir fazer.

Quando eu assumi a Secretaria, no meu primeiro final de semana, eu experimentei uma sensação que nunca tinha experimentado. Eu tentei parar de trabalhar e ter um momento com minha família, mas fiquei com peso na consciência por estar parado. Eu falei: "Meu Deus, enquanto eu estou aqui, almoçando com a minha família, tem alguém morrendo porque eu não fiz algo que poderia estar fazendo agora!" É lógico que isso é uma coisa até exagerada. Nós não podemos deixar um pensamento desses nos deixar doentes, e eu não vou

deixar, mas acho esse um sentimento bom. Eu não quero perder esse sentimento. Essa é uma culpa, entre aspas, que me enobrece.

Eu recomendo a todos vocês que trabalham na área da saúde há muito tempo e que já tenham perdido esse sentimento que o recuperem, porque eu ainda não senti nada mais bacana na minha vida.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria, antes de liberar o Dr. Fábio – a Drª Eliene vai ficar com a gente até o final –, dizer a ele o seguinte: Dr. Fábio, eu mesmo apresentei, nas minhas emendas parlamentares aqui, procurando ver se sobrar dinheiro para a nossa saúde. Eu tive o direito de apresentar R$10 milhões, mas R$5 milhões foram para a saúde. Coloquei R$3 milhões para a recuperação do sistema de iluminação da Ceilândia, para fazer a captação de energia solar e trocar todas as lâmpadas por LED, para tentar economizar os R$150 mil de energia que o Hospital de Ceilândia paga por mês, para tentar ver se esse dinheiro sobra para insumos. E fiz o mesmo para o Hospital do Paranoá e para o de Samambaia. Espero ver essas emendas executadas para que a gente dê exemplo de boa gestão pública.

Quero dizer para o senhor que, enquanto coordenador, Líder da Bancada do Distrito Federal, dos três Senadores e dos oito Deputados Federais, quero receber de V. Sª toda sugestão e quero discuti-la com a Bancada para que a gente tente fazer com que a Bancada, com os seus 50% de orçamento, coloque conforme o orientado pelo nosso quadro técnico da Secretaria de Saúde. Então, estamos nessa luta.

Muito obrigado.

Pois não, Fábio.

O SR. FABIO GONDIM – Bom dia a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos ouvir aqui o Dr. Bisol e, em seguida, o Dr. Eliezer.

Dr. Bisol.

O SR. JAIRO BISOL – Estamos aqui nos encaminhando já para o final da reunião. Foi uma alegria muito grande, Senador, poder participar. E eu encerraria com as seguintes palavras: eu acho que dá para se tirar algo muito produtivo daqui.

É uma pena que o Secretário não esteja aqui, porque eu vou lançar um bom desafio ao Governo através da Drª Eliene. Eu acho que a gente tem que parar... Usando o gancho, a provocação do Dr. Leal sobre o papel e o alcance da tecnologia de informação...

Dr. Leal, a tecnologia de informação produz dados, dados estatísticos, números, e os números podem nos conduzir a dois caminhos dependendo de quem os manipula: para um caminho da visibilidade ou para uma intenção enviesada, para ocultar as coisas. Parece-me que a Secretaria de Saúde, pelo que foi dito e discutido hoje, nesta manhã luminosa, aqui, no Senado Federal, tem um dever de visibilidade grande pela frente.

A pergunta é esta, Subsecretária: como pode uma secretaria do porte da Secretaria de Saúde do DF ter um custo orçamentário de cerca de R$7 bilhões por mês, ter um gasto com pessoal da ordem de 81% – esse custo orçamentário implica em quase um quarto do orçamento do Distrito Federal – e ter 72 oftalmologistas para uma população de quase três milhões de pessoas? Como pode? Como se explica isso? Como pode, numa secretaria com um orçamento de R$7 bilhões, com um gasto com pessoal de 81% disso, faltarem médicos, pediatras, intensivistas, anestesistas, e assim por diante?

Nós, pelo menos parcialmente, ouvimos essa resposta aqui também por uma observação aqui do Plenário, do participante Joel, que disse: "Bisol, ajude-nos! Na nossa área, na nossa regional, no nosso CAPs há um desvio de 16 profissionais cedidos para a Secretaria de Desenvolvimento Social".

Essa é uma questão, Subsecretária, que eu acho que não está bem explicada, porque os números não batem – os números não batem! – e não há transparência em relação ao gasto com pessoal na Secretaria de Saúde.

Essa questão precisa ser estudada e trazida a público. Essa equação tem que ser trazida a público. Não dá para se dizer que há um déficit de pessoal se 81% de R$7 bilhões, R$5,6 bilhões, são gastos com pessoal! Esses dados não batem!

Volto a perguntar o que perguntei a vários governos, que não souberam responder: por acaso, os inativos, os aposentados estão sendo pagos com o Fundo de Saúde, estão computados dentro desse número?

Essa é uma pergunta, porque é escandalosa a questão. Será que estão sendo computados? E não é responsabilidade, de forma alguma, do atual Governo. Mas o atual Governo tem a responsabilidade de esclarecer isso, porque a situação foi herdada. Acho que cabe ao Governo Rollemberg e acho que essa é a vocação do Governo. Ele tem mostrado, dado todos os passos... Acho que ele está num caminho na Secretaria bem desenhado, com um Secretário que tem um domínio de gestão e que quer fazer um choque de gestão. Esse choque de gestão tem que passar por um choque de transparência. Parece-me que, nesta audiência pública, ficou

muito claro que é preciso um choque de transparência especialmente relacionado a essa equação dos gastos com pessoal e do déficit, na outra ponta. (*Palmas.*)

Também acho que o Governo anda bem quando fala em conduzir um processo de descentralização. A gente tem uma Secretaria de Estado que é de uma unidade atípica da Federação, Senador. O DF não tem Municípios.

E no final, já que estamos em rede nacional, eu quero fazer uma fala também para as outras unidades federativas onde existem os Municípios, dizendo que a Secretaria de Saúde do DF é um gigante e precisa ser descentralizada. E descentralização não pode ser só administrativa; descentralização tem que ser administrativa e orçamentária. E é preciso se definir um modelo de gestão que blinde a Secretaria de qualquer outro critério de gestão que não seja exclusivamente técnico, o que é uma questão gravíssima em nosso País. Precisamos dela descentralizada sem loteamento político. (*Palmas.*)

Então, essa é uma questão que, na área da saúde, eu tenho falado a todos os amigos políticos. Tenho lançado apelos. Pelo amor de Deus, a área da saúde está tão debilitada, que não suporta mais nenhum tipo de ingerência política, nenhum tipo de gestor que faz gestão virada para o político, de costas para o técnico! Isso é uma irresponsabilidade. Esse é um erro que a gente tem cometido. É irresponsabilidade insistir neste erro de não querer construir um futuro para os nossos filhos, um país decente para os nossos filhos. Nós não podemos seguir essa trilha.

Então, temos que seguir o caminho de uma secretaria técnica, blindada do político – porque ela está mal – e transparente, porque ela é uma megaestrutura cara que a população demanda, e demanda em uma questão delicada: a saúde própria. Sete bilhões é muito dinheiro que a população está declinando e entregando para se produzir saúde. E se produz muito.

Eu quero dizer que eu acho importante a fala do Secretário, uma fala positiva. O SUS produz muito, é uma joia que tem que ser defendida com zelo.

Parabéns, Secretário, pela sua fala! (*Palmas.*)

Esse tem sido o espírito do atual Governo. Nós temos acompanhado isso. Nós temos a esperança de que esse espírito se transforme em ações cada vez mais concretas e exitosas.

Do ponto de vista da fala nacional, eu acho que o Congresso Nacional tem que olhar com carinho – estou falando da questão da judicialização – o que está acontecendo neste País, porque eu acho uma injustiça.

Hoje, a judicialização é uma espada de Dâmocles na cabeça dos prefeitos por esse Brasil afora, e os recursos estão excessivamente concentrados na União, e a responsabilidade está na ponta, com o prefeito.

O que acontece? O "desfinanciamento" da saúde – e aqui eu vou ousar discordar um pouquinho do Secretário, talvez só por uma questão meramente semântica pois o Secretário falou em subfinanciamento da saúde, e é a fala mais comum.

Eu quero crer que não há um subfinanciamento da saúde, porque um subfinanciamento da saúde poderia mostrar uma falta de atenção, uma falta de compromisso. Eu acho que é uma coisa muito mais grave: há um "desfinanciamento" progressivo intencional da saúde. (*Palmas.*)

E isso demonstra uma intenção, demonstra uma estratégia, demonstra a busca de um resultado, e esse resultado, certamente, é o enterro do Sistema Único de Saúde. (*Palmas.*)

Então, há forças políticas muito bem articuladas na estrutura do Estado brasileiro, nesta Casa também, articulando o enterro do SUS. (*Palmas.*)

É um enterro de uma das mais importantes...

(Soa a campainha.)

O SR. JAIRO BISOL – ... ferramentas da inclusão social. É o reconhecimento de que nós somos incompetentes para produzir inclusão social neste País.

Eu acho que este não é o caminho de se construir a história do futuro do Brasil. Nós temos, sim, que aprender a fazer gestão com seriedade, aprender a assumir políticas públicas com seriedade, aprender a fazer o equilíbrio entre a área econômica e a área social, e não pendendo sempre para a área econômica e deixando a área social sempre passando o chapéu, sempre a ver navios.

Essa é uma questão que pressupõe, talvez, até pensarmos seriamente em um novo ciclo democrático. Nós estamos chegando a um ponto de esgotamento de um ciclo democrático. O Brasil precisa de reformas profundas. Parece-me que esta é uma questão básica, Senador. Nós precisamos de reformas profundas, porque, talvez – para encerrar minhas palavras –, o maior problema das dificuldades de se efetivar uma política pública da complexidade, do alcance, da sensibilidade, da importância, da força de inclusão, como o SUS, o maior problema talvez seja não conseguirmos por não termos Estado de direito para tanto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – A gente se sente orgulhoso quando tem uma pessoa com a competência do Dr. Jairo Bisol para nos instruir cada vez mais com relação à saúde.

Com certeza, esta Casa não vai se negar a se debruçar nessas questões e a discuti-las exaustivamente. E eu coloco meu gabinete à disposição, Dr. Jairo, porque é muito importante a sobrevivência do SUS, e nós temos que trabalhar para isso.

Agora, Dr. Eliezer. Em seguida, falará o Dr. Helvécio.

O SR. ELIEZER MOTA – Não restam dúvidas de que esta audiência pública, no fundo, no fundo, foi estimulada por mim antes de o Senador assumir seu mandato, em novembro. Quando você estava no meu consultório, eu falei "Senador, cuida da saúde. Está um caos. Nós precisamos rever todos esses conceitos". E você defendeu essa bandeira. Demorou. Eu ainda te cutuquei várias vezes: "Vá lá, Senador! Você é Senador!"

Parabéns a você por ter acordado, porque você não precisa ser médico para defender a bandeira da saúde. Todos aqui somos únicos para defender o Sistema Único de Saúde.

Eu sou contra, Dona Maria José, a privatização. A senhora não entendeu o que eu disse aquela hora. Eu sou contra a terceirização, não é, Nelita? A Nelita ouve os meus debates.

Eu tive até um embate com o Secretário. Ele botou FG, não Fábio Gondim. Aí eu meti o cacete nele.

Desculpem-me!

Mas eu gostaria, por exemplo... Nelita, eu sou contra a carreta. E a Eliene sabe disso. Essa carreta não é o ambiente ideal para se fazer uma cirurgia, Nelita! Nada! Tem que usar a estrutura pública que está implantada, que é gigante. Os profissionais têm que ser usados. Eu concordo que o médico tem que sair da parte burocrática, com raras exceções, e ir para o consultório.

Todos foram bem felizes nas suas colocações. Infelizmente, nós tivemos aqui o Ricardo Bretas, que é optometrista, que já não está mais aqui. Eu gostaria que ele estudasse Medicina para exercer a optometria. Medicina é coisa preciosa. A gente vai lidar com ser humano! Há um optometrista aqui, em Brasília, que largou a optometria para estudar medicina. Ele está cursando aqui, na Fepecs. Ele largou a optometria. Tem que ser ético! Nós temos que ser éticos com o nosso paciente. A optometria é exercício ilegal da medicina. Inclusive, ele já se viu com a Justiça, Bisol. Ele já foi chamado várias vezes pela Justiça.

Infelizmente, não é isso. Só passar óculos... O optometrista, na realidade, quer vender óculos, não quer vender saúde. Nós queremos é saúde. (*Palmas.*)

O SR. ELIEZER MOTA – É disso que nós precisamos, Nelita.

Nelita, você deu sorte de não estar cega.

Nós estivemos em Barueri: 23 casos de cegueira por conta de uma carreta. Aqui, houve casos. O Bisol está acompanhando isso. E está acontecendo na Ceilândia.

Infelizmente as pessoas estão sendo submetidas, Eliene, a algo como se fosse uma consulta. O optometrista é chamado de doutor. E confunde: o CBO, Conselho Brasileiro de Optometria, é confundido com Conselho Brasileiro de Oftalmologia. É sério!

Que ele faça medicina para poder discutir com a gente, pau a pau, como assim podemos falar.

Pode falar.

O SR. JAIRO BISOL – Esse negócio de carreta... Veja a Carreta da Mulher. Ela trouxe uma multiplicidade de exames para uma Secretaria que não tem a menor condição de prestar atenção oncológica, porque a estrutura, radioterápica, quimioterápica, está toda destruída. As filas são imensas. Então, investe-se horrores em uma carreta para produzir diagnósticos em uma estrutura que não pode, depois, fazer o tratamento.

O SR. ELIEZER MOTA – E parece que essas carretas não são do Estado, elas são da iniciativa privada. Não é, Bisol? Os caras fazem um troço fantástico. Eu acho que a carreta deveria transportar boi.

Então, o que a gente quer realmente não é a privatização. Eliene, eu sou contra a terceirização. Por exemplo, você pega uma empresa que vai fazer a limpeza de um centro cirúrgico. Todo dia são trocadas aquelas pessoas. Não é um profissional... Eu acho que o pessoal da limpeza, especificamente, deveria ser contratado diretamente pela Secretaria de Saúde.

A KPC, a superbactéria, é proveniente dessa má qualidade na limpeza dos centros cirúrgicos e de hospitais de modo geral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIEZER MOTA – Eu estou calmo.

O SR. JAIRO BISOL – Pelo que o Ministério Público investigou, só houve KPC nos jornais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIEZER MOTA – E, com toda sinceridade, há muita corrupção mesmo nesse meio da saúde, infelizmente. É a oportunidade, Senador, de estimular a CPI da Saúde no Distrito Federal. Parece que somente o Delmasso assinou. O Robério refugou em assinar, não sei. Você, que está mais pode dentro, pode falar a respeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIEZER MOTA – Gente, vamos nos unir. A iniciativa privada pode ajudar, é isso que a gente quer. Eu acho que o grande problema hoje na saúde pública do Brasil inteiro são os planos de saúde. Eles exploram o máximo as pessoas.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – São caça-níqueis.

O SR. ELIEZER MOTA – Dona Maria José, se a senhora for fazer um plano de saúde, vai pagar R$2 mil ou R$3 mil mensais. É isso que a gente quer ajudar. A gente não quer nada de ganhar dinheiro com a miséria dos outros. É isso que nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao Dr. Eliezer e dizer o seguinte: Brasília é muito atrativa para as empresas privadas de saúde.

Inclusive, eu recebi várias visitas de pessoas querendo discutir com o Governo para haver um hospital de hemodiálise, outro hospital grande, para poder fazer isso e aquilo, várias questões. Porque Brasília tem um público com um poder aquisitivo razoável, o que é um atrativo muito grande para a rede privada. Então, o Dr. Eliezer tem razão quando fala isso. Não é nenhuma soberba. A micro, a pequena empresa e a grande empresas de saúde em Brasília ganham muito. É por isso que nós precisamos favorecer e fortalecer a saúde pública do DF, porque ela realmente precisa do nosso apoio.

Nosso querido Helvécio, do Conselho de Saúde do Distrito Federal, com a palavra.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – É uma pena que o tempo seja curto.

Brasília precisa ser um farol para o Brasil, um exemplo de serviço. É importante estar aqui, nesta Casa, nesta Comissão, principalmente por ela ser a Casa que produz leis, mas é preciso que a lei evolua de acordo com a necessidade do homem e esteja atualizada.

Senador, o SUS precisa ser revisto, reestruturado e fortalecido, mas existem alguns pilares estruturantes do SUS que precisam ser debatidos com a máxima urgência. Como é que se caracteriza o SUS? Qual é a rede do SUS Brasil?

Como eu falei antes, o DF foi modelo quando da discussão da Constituinte de 1988 por ter sua característica de uma rede própria, robusta, hierarquizada, nos aspectos da atenção primária, secundária e terciária.

Mas a lógica do mercado está aí. O que produz lucro? A saúde ou a doença? O que produz lucro para o mercado? A doença. A saúde não gera lucro. Agora, qual é a política de saúde que faz prevenção, promoção, proteção e dá assistência? É a pública. A medicina privada faz prevenção? Ela faz promoção da saúde?

Então, vamos discutir o seguinte: alguém aqui está lembrado que está em falta benzetacil e que há alguns insumos na saúde que estão em falta no mercado? Por que existe essa falta? Porque é de interesse da indústria e dos laboratórios a elevação dos preços. E aí? Onde é que está o quesito da inovação tecnológica do SUS? Por que o SUS estatal não protagoniza, objetivando melhor atenção ao usuário, a discussão, a produção dos insumos, equipamentos e elementos indispensáveis? Por que tem que ficar refém do mercado?

Nessa questão, o Conselho de Saúde, a partir da edição do Decreto nº 36.279, em 19 de janeiro, estabeleceu a situação de emergência, em que, inclusive, estamos, porque foi prorrogada. Nós estamos em situação de emergência.

O Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, compareceu à reunião ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal no dia 10 de fevereiro, e estabelecemos um pacto, Promotor. É a primeira vez que um Governador, um Chefe do Executivo, comparece ao Controle Social e solicita o protagonismo do Controle Social. De que forma? Que o Controle Social estabeleça a formulação da política de saúde, as diretrizes estruturantes e as apresente.

Hoje, eu tenho o privilégio de dizer que as diretrizes estruturantes de consolidação do SUS para o Distrito Federal e para o Brasil estão prontas e serão entregues, na semana que vem, ao Governador, em uma solenidade pública, para a qual todos estão convidados.

Com o Consolidado da 9ª Conferência do Distrito Federal e todas as etapas construídas a partir da 19ª Plenária da Região Centro-Oeste – as etapas preparatórias da nona – é que nós apresentamos duas resoluções: a Resolução nº 445, que estabelece o quesito avaliador de gestão, a instalação das câmaras técnicas da saúde e possibilita o controle social em quaisquer regiões de saúde do Distrito Federal e a avaliação de se o gestor estabeleceu a eficácia das ações, cumpriu, executou os indicadores e determinantes pactuados ou não – estabelece a transparência – e a Resolução nº 446, que estabelece o princípio da descentralização e o reconhecimento das regiões de saúde do Distrito Federal. Mas é autonomia para valer mesmo, é descentralização para

valer, com autonomia dos recursos humanos, econômicos, orçamentários. Ela estabelece, inclusive, os colegiados de gestão e a integração dos conselhos das regionais, para que haja transparência.

Somente através da participação da população, da sociedade, interagindo e formulando as estratégias de saúde para a gestão executar, é que nós teremos um SUS melhor. É preciso tirar a cortina, descerrar a cortina.

Agora, existem algumas questões que exigem intervenção imediata. Como se dá a formação e capacitação dos recursos humanos para o SUS? Qual é o percentual de matrículas públicas no Brasil para formar profissionais para o SUS?

A prevalência hoje das matrículas de nível superior é privado. A prevalência de matrículas para formação de profissionais em saúde é da rede privada, não é da rede pública. Para onde é que nós vamos? Se o profissional é formado e capacitado pela lógica do privado, olha o descompasso com o público. A ESCS (Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal) é uma das mais bem avaliadas do Brasil. Mas por quê? Porque o corpo docente é composto dos profissionais da Secretaria de Saúde, com o seu olhar vivencial, presencial, real. Não é apartado. Qual a intervenção do Conselho de Saúde? Adequar a lei de criação da ESCS e da Fepecs à legislação de ensino superior, transformando-a na universidade de saúde pública do Distrito Federal, para que possamos formar e capacitar os nossos profissionais pela lógica e a ótica do SUS. Essa é uma das realidades.

Se nós olharmos agora algumas patologias crônicas, como é que está o renal crônico? Como é que estão os usuários já diagnosticados para usar a radioterapia? Como é que está? Onde é que está a infraestrutura do SUS: ambiente físico, máquinas, equipamentos e elementos indispensáveis à atividade laboral? Sucateados!

O primeiro protótipo de UTI móvel foi fabricado aqui em Brasília, em 1988. O primeiro protótipo de nebulizador foi feito na Fundação Hospitalar. Qual a intervenção do Conselho Saúde? Transformar o parque de apoio da extinta Fundação Hospitalar em parque industrial tecnológico da saúde, para que possamos, como polo de formação e capacitação das categorias profissionais de infraestrutura, estabelecer o viés da reestruturação do SUS.

Se olharmos o Orçamento da União, no quesito inovação tecnológica no SUS, é zero, não há projetos. Ora, nós temos uma evolução tecnológica mundial. Por que os equipamentos do SUS não acompanham essa evolução? A quem interessa esse retrocesso? A quem interessa não acompanhar? Sermos reféns do mercado, da lógica do mercado?

Observem a matéria-prima das órteses e próteses, além dos escândalos de corrupção. A matéria-prima que compõe o elemento básico na produção de órteses e próteses. O mercado regula e é ele que estabelece o preço. O SUS vai ficar refém? Esse é o viés.

Nós temos um quadro de recursos humanos envelhecido, adoecido. Em Brasília, saúde e educação são campeões de absenteísmo, e não existe uma política de proteção e resgate à saúde desses trabalhadores. Como é que você vai estabelecer um ambiente saudável, na produção de serviços de saúde, se o próprio cuidador está doente?

O viés do Conselho de Saúde é que se estabeleça imediatamente uma política de saúde ocupacional, para que se estabeleça o tratamento, o resgate e a proteção à saúde desses trabalhadores. São questões do SUS que são muito graves e ficam nos bastidores. Por isso é que eu repito: é preciso descerrar a cortina.

Nós temos composições das equipes de saúde que não estão em conformidade com os indicadores de saúde e os determinantes sociais. A descentralização, hoje, da saúde pública e da gestão, no Distrito Federal, vai trazer essa realidade, em que cada bairro...

Nelita, a Fercal vai ter que fazer o encontro da sua real necessidade, do indicador de saúde da Fercal, e o determinante social é que vai definir que tipo de equipe você vai ter lá, para que haja um encontro efetivo da realidade, e não o desperdício de energia, recursos e tempo.

O SUS/Brasil não pode mais permitir que um projeto seja idealizado em um gabinete com ar condicionado e distribuído para todos. Cada local tem a sua realidade. Cada local tem que ter a sua realidade.

Por que Cuba forma médicos de saúde comunitária em quatro anos e o Brasil não pode ter especialistas também formados em saúde comunitária em quatro anos? Qual é o problema? É reserva de mercado? A pergunta é: É reserva de mercado? A quem interessa manter esse *status quo*?

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Então, é preciso estabelecer uma integração dos equipamentos públicos, principalmente integrando saúde e educação na discussão da formação e educação permanente em saúde. Sem isso, é desperdício de tempo, de recursos e de energia.

O SUS é nosso, todo mundo fala isso. Mas vamos partir da responsabilidade de cada um de estabelecer um dia: "Hoje eu vou trabalhar para o SUS. Hoje eu vou me dedicar ao SUS, vou pugnar pelo fortalecimento do

SUS". Porque, repito, por mais que se estabeleça a discussão de orçamento, se não houver a conformidade dos requisitos, o encontro das ações, dos insumos e dos equipamentos e a estrutura, é desperdício.

É preciso planejar e executar.

Hoje, nós podemos dizer o seguinte, promotor. A partir do momento da descentralização, em que Sobradinho, a região norte, tiver a sua autonomia, tiver a sua conformidade de indicadores de saúde, de determinantes sociais, recursos humanos, econômicos e financeiros disponíveis, a pactuação que o gestor local estabelecer e ele não cumprir, quando o Conselho Regional de Saúde da região avaliar, ele vai dizer se faltaram recursos, quais foram os requisitos que faltaram, ou se houve uma ineficiência de gestão. Este é o detalhe.

É um prazer enorme estar aqui. É uma felicidade estar aqui como controle social, porque esta Casa precisa repetir mais vezes a oitiva do povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Helvécio, um digno representante do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Eu queria aqui cumprimentar e registrar a presença da Doris Day, Diretora Administrativa da Regional de Taguatinga, HRT, e também do nosso querido Ronaldo Martins, do Recanto das Emas.

Eu gostaria de passar a palavra à Drª Eliene, para poder fazer as conclusões dos nossos trabalhos aqui.

Antes de passar a palavra à Drª Eliene, um minuto apenas para você, que tinha me pedido aqui. Eu vou passar a palavra a você por um minuto.

O SR. ELIEZER MOTA – Muito grato, Senador.

O meu nome é Eliezer Neto, sou filho do Dr. Eliezer. Eu gostaria de alertar e iluminar mais o Sr. Helvécio em relação à prevenção gratuita que nós estamos fazendo do nosso próprio bolso. Não há nenhum interesse econômico nisso, e nós somos do sistema privado de saúde.

A nossa proposta que nós trouxemos hoje aqui é justamente de subsidiarmos metade do valor e o SUS subsidiar a outra metade, porque sozinhos nós não conseguimos. Entende? Os equipamentos são caros. Nós temos equipamentos lá de R$80 mil, para fazer essa prevenção, que nós compramos por nossa iniciativa e estamos pagando em prestações, do nosso bolso.

Então, eu acredito que, neste caso, precisa-se prestar mais atenção nas informações que estão sendo passadas, e não simplesmente fechar os olhos para uma parceria que pode trazer frutos principalmente aos usuários, que estão esperando há dois anos na filha da oftalmologia, dependendo de 72 oftalmologistas, que são, na maioria, estagiários no sistema de saúde. Entende?

Outra coisa também que eu gostaria só de lembrar é que estamos nos esquecendo de que existe o problema da dependência química também na saúde. Nós andamos aqui pela rua e há muitos usuários de *crack* precisando de ajuda, que nem sabem o direcionamento que precisam.

Outro dia, uma moça veio me pedir dinheiro. Eu perguntei-lhe se ela estava feliz de fato. Ela queria dinheiro, mas de que ela precisava? Ela falou que precisa de ajuda, de sair disso. Existe alguma ação nesse sentido do Governo e do Conselho de Saúde do Distrito Federal?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, amigo.

Helvécio, você quer um minuto, para passarmos à Drª Eliene e finalizarmos? Então, por favor, um minuto.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Não há conflito na questão de parceria privada, desde que atenda os requisitos da Constituição, na atividade complementar, em absoluto. É só prestar o serviço via tabela SUS. Quanto a isso, não há problema. Agora, uma coisa é fazer filantropia, outra coisa é parceria.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – E uma coisa que tem que ser discutida também é o quesito da renúncia fiscal de atividades outras que se dão e o volume de recursos que deixam de vir aos cofres públicos, especificamente na saúde, em nome da tal renúncia fiscal.

Nós temos uma gama excessiva de "pilantropia" e pouca... É preciso que se dê na conformidade dos requisitos das informações.

A questão hoje, se você compreender, Senador, os CIDs que mais afastam hoje, as causas do absenteísmo, são dois, o CID F e o CID M, depressão e suas derivações, sem falar na questão de uso de entorpecentes etc. E qual é o outro? Osteomuscular.

Nós temos múltiplas causas referenciadas para o adoecimento. Agora, e a promoção da saúde? Não é uma ação isolada, não é uma atividade específica de determinado atendimento que vai resolver a questão da saúde.

É uma política estruturante.

Nós precisamos de um planejamento claro, inequívoco; que haja conformidade nos requisitos, como eu já disse antes. Os indicadores de saúde e os determinantes sociais estabelecendo um nexo causal para a efetiva prestação do serviço. Não há conflito. Parceria privada, tabela SUS, conforme a lei.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Helvécio.

Vamos ouvir, agora, atentamente, a nossa doutora responsável técnica pela Secretaria de Saúde, nossa Secretária Adjunta, Drª Eliene.

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – Eu vou tentar responder às colocações da Mesa, no que estes 30 dias junto à gestão da Secretaria nos permite, e dar algumas respostas a questões que ficaram também da plateia, para tentarmos finalizar, porque já está todo mundo com fome, imagino eu.

Dr. Bisol, o senhor está absolutamente correto quando diz que nós temos que fazer um choque de transparência. Eu não entendo transparência como um choque, eu entendo transparência como uma medida que deva ser recorrente em cada ação implementada, seja na saúde, seja em qualquer órgão do Governo, seja em qualquer lugar que trate do recurso alheio. Neste caso nosso, o Governo trata de recurso que advém da população. Portanto, é um recurso alheio e deve ter realmente esta prestação de contas.

Nós não podemos nos ater a fazer uma prestação de contas dos problemas. Nós, sim, fizemos um diagnóstico dos problemas existentes e agora vamos definir as estratégias para enfrentá-los e ver se nós teremos ou não condições de fazê-lo. E ter a hombridade, se não conseguirmos, a dignidade de declinar disso e passar para que outros o façam. Mas, se nos ativermos a justificar inoperância porque os problemas são de mais, então nós estaremos no lugar errado, não somos as pessoas para estarem ali. Então, é o que eu coloquei no início, deve haver essa tentativa e o esforço para que o resultado seja alcançado.

Com relação a outra colocação que eu achei muito interessante, que o senhor colocou, da blindagem política da Secretaria, apenas uma coisa me fez assumir como Secretária Adjunta. Eu não tenho pretensão política, não tenho o menor receio de dizer isto aqui diante de todos, já disse algumas vezes. Eu jamais dei algum passo para ficar como Coordenadora de Taguatinga, muito menos agora. O meu sacrifício pessoal é enorme, inclusive sob o aspecto de saúde.

Como disse aqui o Sr. Joel, falando sobre as mulheres, nós mulheres temos realmente uma fragilidade em relação aos homens, que não pode ser ignorada, porque nós temos outra jornada, temos outras responsabilidades, das quais os homens podem se eximir. Eu vou dar um exemplo bem simples, as compras de supermercado, que há três semanas, na minha casa, quem faz é o meu esposo. Em quase 20 anos de casado, ele nunca havia feito.

Essa questão da blindagem política é o que eu realmente espero. E se tiver condições dessa natureza que me impeçam de fazer o trabalho ao qual, como responsável técnica, eu me proponho... Por que eu estou frisando "como responsável técnica"? O que está em jogo é o meu CRM, profissão que eu adquiri com muita dificuldade, muito esforço dos meus pais e esforço pessoal meu. E eu tenho outra coisa que é o meu nome. Eu não vou arriscar desonrá-lo.

Com relação à descentralização, também concordo. Quando eu falar em descentralização e primeiramente gestão, é no sentido da responsabilização. Nós precisamos trabalhar em parceria, mas também com responsabilidade sobre tudo aquilo que vamos ter que fazer, seja em nível central, seja em nível de ponta.

Sobre a orçamentária, eu me resguardo o direito de não falar e deixo isso para o Secretário, porque o domínio é dele. Mas concordo com o senhor, ninguém trabalha se não tiver recursos.

Com relação à terceirização, colocada pelo Dr. Eliezer, eu acho que a terceirização não é uma coisa tão maldita. Agora, nós não podemos, acho que nem em saúde, nem em qualquer outra atividade, pensar em terceirizar nossa atividade-fim. Aí realmente nós estamos correndo um risco. (*Palmas.*)

Outra questão, da saúde ocupacional, foi muito bem colocada aqui pelo Dr. Helvécio. Realmente, nós não temos condições de trabalhar. Eu vou dizer o que disse ao Secretário na semana passada, quando estávamos discutindo sobre orçamento.

Vendo a realidade crítica que temos que enfrentar, eu disse: nós não temos recursos, mas nós temos gente. Nós temos mais de 30 mil pessoas. Se nós soubermos alcançar e mobilizar essas pessoas, eu acredito que 50% dos nossos problemas serão resolvidos.

Então, essa gestão de pessoas será um foco. Quem já trabalhou comigo sabe o quanto é do meu cunho pessoal, e não estou falando como gestora, valorizar o ser humano. Ninguém faz nada sem gente. Nem Deus fez. Por isso é que Deus, na sua onipotência, coloca Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. E Deus é onipotente. Quem somos nós diante dessa onipotência toda.

Com isso, Lenita, quando você disse que ao entrar na Secretaria você trabalhava, com muito prazer, 40 horas, nós reconhecemos, sabemos que as estruturas hoje são ruins.

Recentemente, alguém me disse: "Os médicos não querem ir para os prontos-socorros". Eu disse: olha, eu acho que os médicos não estão querendo ir para os tipos de prontos-socorros que estão sendo oferecidos a eles – não estou sendo corporativista –, assim como os enfermeiros e os técnicos de enfermagem. É muito difícil, é como você fazer um bolo com a farinha vencida. Você vai fazer, mas ele não vai crescer. A etapa dele mais importante, que é o sabor, vai ficar comprometida. É a mesma coisa do nosso trabalho. Nós até vamos, cumprimos a nossa carga horária, fazermos o que deveríamos fazer, mas estamos limitados por questões outras. Embora, lamentavelmente, nós tenhamos uma pequena parcela de servidores desmotivados por uma série de razões, talvez não só o trabalho. Viver não está fácil. A vida é difícil e, no final, nós ainda morremos. Juntando todos esses fatores que causam a desmotivação nas pessoas...

E o trabalho é muito preponderante por quê? Porque a nossa carga horária diária de 8 horas, no mínimo, é passada nesse ambiente. Então, talvez esses servidores, também por essa causa multifatorial, estejam um pouquinho aquém daquilo que eles também poderiam estar dedicando. Então, não vamos atribuir 100% dessa questão à condição de saúde mental. Ela é prevalente, existe, deve ser considerada, deve ser trabalhada e deve ter a sua solução buscada. Mas lembrando que, quando se fala de saúde mental, normalmente, a causa é multifatorial. Evidentemente, uma causa será bem mais preponderante em relação às demais.

A questão da carreta, que bom que você foi bem atendida. Que bom que vários diagnósticos foram feitos. Mas eu acredito que seria perfeito se esses diagnósticos ali levantados pudessem ter tido continuidade. Eu espero que tenha sido em um número bastante significativo. Mas, quando usamos estratégias de saúde, nós não podemos pensar numa medida inicial. Existe o *follow-up*, existe a finalização desse processo.

Então, eu acho que não cabe a mim colocar, não fiz parte da construção desse projeto assistencial. Mas eu entendo como medida de saúde algo que tem que ser perpétuo, tem que ser ali presente. Então, o que nós vimos é que houve as carretas e elas foram embora. E as pessoas que não foram assistidas por elas como estão hoje? Eu acho que o que nós temos que criar é uma assistência permanente, nesses locais, de prevenção, atenção básica, investimento nisso, mesmo.

Deixe-me ver aqui. Quanto ao Paulo César, que não sei se está aqui ainda, ele falou que se sentiu envergonhado por ter tido o privilégio de um atendimento diferenciado. Realmente, às vezes, nós nos sentimos assim. Precisamos buscar dar, porque isso é um princípio do SUS. O SUS tem os princípios dele muito claros, e temos que buscar essa construção, porque, conforme muito bem colocado, de uma forma até poética, aqui, pelo Secretário, é muito complexo, porque cuida da gente e é o único sistema em todo o mundo que cuida desde o pré-natal até realmente depois, com o serviço de verificação de óbitos. Então, nós temos que tornar esse sistema cada vez mais robusto e não abrir mão dele, de forma alguma.

A Fatinha passou a vez dela para a Maria, que já não está aqui para colocar...

(Soa a campainha.)

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – A política dos direitos da pessoa com deficiência tem que ser levada bem a sério. O Programa Viver Sem Limites tem que ser respeitado nesse sentido.

Temos que considerar as necessidades especiais dessa categoria de paciente, que tem, sim, que receber um tratamento diferenciado e com profissionais técnicos capazes de fazer isso.

Existe um projeto do Ministério da Saúde, que advém desse programa Viver sem Limite, com centros especializados em reabilitação. Eles precisam realmente ser implementados na sua totalidade, em número maior, para que possam exatamente atender a população que necessita dessa reabilitação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mas uma simples mamografia a gente não consegue fazer.

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – É o que eu lhe disse, esse serviço visa, inclusive, essa capacitação de profissionais, que precisam estar habilitados a conduzir...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – E equipamento também.

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – A respeito do equipamento eu não vou dizer, porque eu não conheço. Eu não vou ser ousada em dizer alguma coisa a respeito. Eu não sei se há no mercado algo que possa ser isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELIENE ANSELMO BERG – Pois é, eu sei, eu conheço. Eu estou dizendo a você que não sei se existe no mercado equipamento desenvolvido pensando nessa restrição, nessa dificuldade.

Para encerrar, Sr. Joel, o senhor falou da questão dos profissionais que estão cedidos para a antiga Sedest. Eu estive pessoalmente com o Secretário Marcos Pacco. A renovação desse acordo de cooperação técnica já havia sido assinada por mais 24 meses. Lamentavelmente, nós não conseguimos revê-lo. Mas nós conseguimos estabelecer uma boa parceria.

Como eu trabalhei muitos anos em CAPS, tanto de saúde mental quanto de dependência química e de transtorno, eu conheço um pouquinho dessa realidade e acho que, em vez de agora disputarmos esses servidores, porque não há mais jeito, nós temos que nos aproximar, CRAS, CRESS, ou seja, eles da parte deles, e nós com a nossa, por meio de levantamento, sim, de onde é que estão trabalhando e o que estão fazendo, e fazer.

Por quê? Quando se fala em CAPS – o próprio nome diz, Centro de Atenção Psicossocial –, isto é muito amplo, não é só uma consulta médica, não é só uma consulta de enfermagem. É fazer o atendimento no sentido social desse paciente, dessa família, de todo o ambiente que o assiste, inclusive visando a ressocialização deles, porque os dependentes químicos são excluídos, sim. E eu falo porque eu atendi dependentes químicos por muito tempo. São considerados como pessoas que não têm mais direito à ressocialização e à retomada da sua vida. É como se levassem um carimbo, não existe ex-dependente químico.

Aí entramos nós, como responsáveis pela saúde. Realmente, o melhor tratamento para a dependência química é a prevenção. E nisso a Secretaria de Desenvolvimento Social tem o papel de nos ajudar a fazer, juntamente com a Secretaria de Educação. E nós, na ponta, com esse apoio, avançando, para que amanhã, quando os meus filhos estiverem adultos, e os filhos de muitos de vocês, ou netos, não tenham que enfrentar essa realidade triste de ver essas pessoas que sofrem e que não escolheram estar ali, não, podem ter certeza. Certamente, não tiveram o apoio, possibilidade familiar. E eu não vou dizer financeira, porque, no trabalho, nós vamos crescendo e aprendemos a nos virar. Mas o apoio familiar, aquele que nós trazemos no cerne desde que nascemos, faz a diferença do que cada um de nós aqui conseguiu ser agora, como adulto.

Com esta fala, eu encerro. Peço a vocês desculpas por alguma coisa que deixou de ser colocada, mas, em razão do tempo, não vou querer a campainha de novo.

Agradeço imensamente ao Senador Hélio José por esta oportunidade. Agradeço a cada um de vocês que estiveram aqui até agora. E peço que nos ajudem. Pode ter certeza o pessoal do Conselho de Saúde de que vocês vão me encontrar nas suas regionais. Não tenham dúvida disso.

Muito obrigada. Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pessoal, eu queria anunciar também a presença do Kleber Karpov, um articulista de um *blog* aqui de Brasília.

Kleber, dois minutos para você avaliar tudo que aconteceu aqui do ponto de vista jornalístico, para eu encerrar.

O SR. KLEBER KARPOV – Boa tarde a todos. Obrigado novamente aqui pela atenção, Senador Hélio José. Na pessoa dele, eu cumprimento todos que estão na Mesa e também todos que estão aqui, na plenária, defendendo, lutando por melhorias da saúde pública do Distrito Federal e da saúde pública do Brasil, porque, como eu sempre coloco, é algo endêmico.

Eu diria que é o principal desafio de qualquer instituição governamental, seja ela na instância da União, seja na instância dos Municípios.

Este convite para fazer esta análise... Eu particularmente ouvi um colega dizer aqui que chegou bastante incrédulo em relação ao que se discute aqui. Eu já estive aqui acompanhando, na semana passada. Hoje temos a presença da Subsecretária Eliene, do Secretário Fábio, do nosso querido Jairo Bisol, do Eliezer, do Helvécio. A presença dos colegas aqui, as contribuições e, sobretudo, as informações que vêm, como jornalista, como cidadão, como usuário do SUS, só me deixam feliz, porque começamos a perceber que existe vontade política do ponto de vista do Executivo. Existe vontade política do ponto de vista da gestão, de se promover mudanças, tanto mudanças para os usuários quanto mudanças para os servidores e para a sociedade, de modo geral, para essas pessoas que dependem e precisam da saúde pública 100% SUS.

Era só esse o meu comentário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pessoal, eu me sinto orgulhoso de ter tido esta oportunidade de ouvir aqui o Dr. Jairo, a Drª Eliene, o Dr. Fábio, o Helvécio, com a sua colocação bem eloquente. Eu acho que tem que continuar assim, Helvécio. Você tem o apoio integral nosso no Conselho de Saúde. O nosso querido Eliezer, trazendo essa visão da saúde complementar, e todos vocês aqui.

É uma pena que o processo democrático seja cansativo. Mas ele é importante. Vejam que nós abrimos a inscrição, podíamos ter ouvido muito mais gente aqui que teria contribuições boas para colocar, mas não tínhamos condições.

Eu agradeço a todos que tiveram a paciência de ficar aqui até este momento conosco; ao Brasil, que está nos assistindo e ouvindo, ainda, pela TV e Rádio Senado, ao vivo.

Nós demos um pequeno passo para, juntos – não é, Drª Eliene, Dr. Bisol? –, darmos uma contribuição para a melhoria da saúde no Brasil e em Brasília.

Todos os *links* da primeira audiência e desta segunda audiência vão ser repassados a todos que assim queiram, estão à disposição da Comissão de Direitos Humanos. Vamos repassá-los para a Secretaria de Saúde

e também para a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. A nossa Secretária não pôde vir aqui, mas virá numa próxima.

Como eu falei, eu vou organizar mais uma, para podermos ter a oportunidade de ouvir quem gesta, quem faz a administração do nosso Fundo Constitucional do DF, o Ministério Público, novamente, a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Saúde do DF. Estes quatro serão convidados, para termos tempo de melhor debater essas questões. E depois nós damos uma amadurecida. Talvez seja daqui a um mês ou um mês e meio dos encaminhamentos desta aqui.

Eu queria registrar a presença também da Associação Brasileira da Infraestrutura, a presença do Cristiano e do Luciano.

Agradeço aos servidores do meu gabinete, na pessoa da Dalzi, da Dorleni, do Renan e da Nelita, que estão aqui, e aos demais que passaram por aqui e nos ajudaram, o Ronaldo, todos aqui que são do meu gabinete, pela dedicação.

Agradeço à equipe aqui da Comissão de Direitos Humanos, o Augustinho, a Mariana, todos sempre tão solícitos e presentes, pela dedicação ao trabalho.

Nós do Senado, gente, estamos empenhados em discutir, abrir as portas, para que possamos ter um Brasil melhor, mais pacífico, mais harmonioso.

O que depender de mim, nessa área de saúde, da educação, da segurança e do transporte, que são as quatro políticas públicas mais fundamentais do ser humano, contem comigo, estamos juntos.

Muito obrigado a vocês. Vamos trabalhar! Vamos todos ajudar a nossa Secretaria. (*Palmas.*)

Ah, sim, pessoal, a oração final, que o nosso Agenor pediu, nós vamos fazê-la, sim, levantados. Em seguida à oração final, nós vamos tirar uma foto. Todos que estão presentes poderiam vir aqui para o registro final da situação.

Como oração final, vai ser feito o Pai Nosso, porque é a oração que une a todos, independente de credo religioso. Obrigado. Então, vamos lá.

Pai nosso que estás nos Céus, santificado seja o Vosso nome.

Venha a nós o Vosso Reino.

Seja feita a Vossa vontade, assim na Terra como no Céu.

O pão nosso de cada dia nos dai hoje.

Perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido.

E não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal.

Amém! (*Palmas.*)

Declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

ATA DA 73ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 88 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para celebrar: "Os 10 (dez) anos da Nova Central - Sempre na Luta pelos Direitos dos Trabalhadores". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores- NCST; Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores- NCST; Marco Antônio Gomes Pérez, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social – MPS; Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho - MPT; Stanley Gacek, Advogado Norte Americano - Diretor Adjunto/Oficial Encarregado do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Ledja Autrilino Silva, Diretora de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidaria da NCST; Norton Ribeiro Hummel, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura; Arthur Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação – CNTA; Moacyr Meirelles, Vice-Presidente da COBAP; Francisco José Pontes Ibiapina, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Geraldo Rantum; Geraldo Gonçalves; Fernando Bandera; Rudinei Carvalho; Sonia Maria Zerino da Silva; Francisco Calazans; Mauro Zica; Antonio de Freitas Tristão. O Senhor Presidente concede a palavra ao senhor Emilio Báez Maldonado, Diretor da Prefeitura de Assunção, capital do Paraguai. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 88, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores, para aqui hoje homenagear e, ao mesmo tempo, discutir a importância dos dez anos da Nova Central, sempre na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Em um momento tão difícil da política e da conjuntura nacional, no campo político, ético, econômico e social, é importantíssimo que a Central esteja no dia de hoje aqui com a gente para este debate.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo. Quem quiser participar poderá participar com comentários ou perguntas por meio do Portal e-Cidadania – *link* www.leg.br/e-cidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos, de imediato, formatar a Mesa. Já convidei para estar comigo no momento da abertura José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central dos Trabalhadores; o Dr. Norton Ribeiro Hummel, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura; já está conosco o Dr. Francisco José Pontes Ibiapina, que representa aqui o Ministro do Trabalho e Emprego; convidamos também João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com quem já estivemos na sexta-feira em uma grande atividade; convidamos agora Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Marco Antonio Gomes Péres, Diretor do Departamento de Política de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, representando aqui o Ministério da Previ-

dência Social; Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, representando o MPT; por fim Stanley Gacek, advogado norte-americano e Diretor-Adjunto, oficial encarregado, do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil. Seja bem-vindo, doutor!

Composta a Mesa, queria só dizer que estão inúmeros líderes do Brasil. Mais é impossível, porque na mesa não há mais espaço. Sintam-se todos contemplados.

Vamos abrir a palavra também, no mínimo, para até quatro – até cinco, se necessário – companheiros do plenário, para que possam colocar seu ponto de vista sobre este momento importante – importante pelo aniversário de dez anos da Central – e delicado por que o País atravessa.

Eu vou fazer uma rápida introdução só para situar, já que nossa audiência pública, como é de praxe aqui todas as segundas-feiras, é transmitida ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, pela Agência Senado e pela Rádio Senado.

No mínimo, como eu digo, Calixto, se 1% dos brasileiros estiver assistindo, nós teremos mais de dois milhões de pessoas assistindo à Comissão de Direitos Humanos toda segunda-feira pela manhã. Embora vocês estejam acompanhando, e a Nova Central tenha estado sempre junto, nós estamos viajando o Brasil todo debatendo e nos colocando muito firmes, não só eu, mas todo o movimento sindical, contra esse projeto da terceirização.

Nós estamos reservando sempre a segunda-feira de manhã para estar aqui. Viajamos na quinta-feira, fazemos dois Estados a cada fim de semana, quinta, sexta, às vezes até no sábado. No domingo, voltamos, e segunda-feira estamos aqui, pela importância deste espaço, que é uma conquista dos movimentos sociais. Toda segunda-feira os movimentos sociais falam aqui para todo o País.

Eu farei aqui uma rápida introdução.

Estamos realizando hoje esta audiência pública, com a presença de tantos convidados ilustres, com o objetivo de celebrar os dez anos da Nova Central Sindical e ao mesmo tempo lembrar questões importantíssimas do direito dos trabalhadores, da conjuntura nacional e, claro, do movimento sindical. São assuntos que permeiam a história do Brasil e da Nova Central. Por este motivo, merecem ser abordados conjuntamente nesta oportunidade.

A Nova Central foi fundada no dia 29 de junho de 2005. Eu posso garantir, porque eu estava lá como convidado. Foi um grande evento. Naquele momento, como hoje, o Brasil passava por uma grande e grave crise política. Hoje, as denúncias de corrupção se espalham por todos os recantos do País. A atividade parlamentar, todos nós sabemos, e os próprios partidos políticos estão com certo desgaste. Eu vou dizer "certo desgaste" para não ser mais contundente. Enfim, há uma desconfiança generalizada hoje da população em relação, eu diria, aos três Poderes, tanto o Legislativo, como o Executivo e o próprio Judiciário.

É nessa visão que surgiu, lá atrás, a Nova Central. E hoje a Nova Central está, mais uma vez, na defesa da democracia, de maneira firme e decidida, ao mesmo tempo em que exige rigorosa apuração de todos os fatos, doa a quem doer.

Alicerçada em sólidos princípios éticos e elevados valores humanos, a Nova Central adotou como bandeira de luta a defesa de condições de vida dos trabalhadores aposentados e todos aqueles que são discriminados.

A Nova Central tem como lema o desenvolvimento sustentável, como o fim, por exemplo, da política de juros abusivos e a luta permanente por emprego, renda, justiça e soberania nacional.

Companheiros, hoje, como ontem, essas bandeiras de luta devem continuar a ser bravamente levantadas. Durante toda a minha vida pública, cujo berço foi a atividade sindical, tenho aprendido que os trabalhadores deste País não podem e não devem abrir mão de seus direitos, conquistados a duras penas. Nenhum retrocesso, nenhum passo atrás, e um passo à frente.

A Nova Central Sindical veio dar novo ânimo à luta dos trabalhadores, marcando um momento importante no movimento sindical brasileiro, que foi construído de baixo para cima, de forma democrática, soberana, independente e suprapartidária.

Nasceu comprometida a lutar pelo Estado cidadão de solidário, provedor dos serviços públicos de qualidade; a lutar pela defesa de concursos públicos como única forma de contratação de servidores no serviço público. Nasceu na luta permanente contra as terceirizações, contra o banco de horas, os contratos por prazo determinado e a precarização da mão de obra.

No momento em que o Congresso Nacional debate temas importantes para o mundo do trabalho, como, por exemplo, a terceirização, o Programa de Proteção ao Emprego e diversos temas que compõem a Agenda Brasil, a Nova Central, com certeza, desempenhará um importante e decisivo papel na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Ficam aqui meus cumprimentos, portanto, a todos os dirigentes da Nova Central e seus filiados, pelo exemplo de luta, coragem e determinação que têm dado ao Brasil, ao longo desses primeiros dez anos de existência.

Vida longa à Nova Central Sindical. (*Palmas.*)

Como já está composta a Mesa, eu vou propor, por orientação aqui do Presidente Calixto, da Nova Central Sindical, que passemos um vídeo, calculo eu, de quatro ou cinco minutos, que conta um pouco da história dessa bela Central. Depois, vamos à fala dos convidados.

Enquanto eles ajustam o vídeo, o pessoal me pediu que eu lembrasse que nós já fomos ao debate contra essa tal terceirização, sempre com o apoio da Nova Central.

A Nova Central não faltou a nenhum dos eventos. Já fomos a Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina e São Luís, capitais dos Estados, sempre na Assembleia Legislativa, e a Casa sempre lotada.

Diga-se de passagem que o João Domingos, o programa Público e Notório, nos acompanha com uma equipe de cinco pessoas. É tudo filmado, tudo documentado, e depois ele pode informar. A intenção é transformar em um filme e também em um livro, em capítulos.

Vamos, ainda, a Salvador, dia 18/09 agora; a Brasília, 25/09; Aracaju, 08/10; Maceió, 09/10; Porto Velho, 22/10; Rio Branco, 23/10; Belém, 05/11; Macapá, 06/11; Vitória, 19/11; Palmas, 03/12; Goiânia, 04/12; Cuiabá, 28/02/2016; Campo Grande, 19/02/2016.

Há uma proposta de mudança, para que seja em Goiás o último evento, aí nós ajustamos. E pretendemos fazer em Brasília, no mês de maio, o encontro nacional. Esperamos ter aqui a presença de cinco mil trabalhadores, onde leremos a Carta à Nação. Em cada Estado, está sendo a Carta dos Estados. Aqui sairia a Carta à Nação.

Eu pergunto se o vídeo está pronto já. Não? Tudo bem.

Enquanto o vídeo está sendo ajustado, eu tenho oportunidade, pessoal, de fazer uma denúncia que nos chegou aqui. Este é o momento adequado, na presença de uma central.

Três Lagoas -MS/Brasília, 27 de agosto de 2015.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. É claro que está dirigida a mim. A proposta veio com uma capa de rosto.

De: Operários demitidos da Fibria Celulose, em Três Lagoas-MS

Para: Deputados Federais. Remetido também à Comissão de Direitos Humanos.

Prezado Deputado de Mato Grosso do Sul e outros Estados, nós, trabalhadores do ramo florestal na Fibria Celulose, em Três Lagoas-MS, vimos, por meio desta, solicitar apoio do Legislativo aos companheiros demitidos sem justa causa, por perseguições políticas da Empresa – política sindical, naturalmente. Pedimos a manifestação pública dos Deputados e Senadores, para motivar a empresa a negociar a reintegração dos trabalhadores demitidos. Foram demitidos por perseguição, devido à política sindical que estavam querendo adotar na empresa.

A Fibria Celulose, empresa que se instalou em Três Lagoas-MS, em 2008, atraída pela isenção de impostos do Estado e do Município, e com investimento estatal do BNDES, tem revelado lucros crescentes a cada semestre...

Se a turma aqui da direita não baixar um pouco a voz, não posso continuar. Onde eu estava? Recentemente, anunciou ampliação da planta industrial com a construção de mais uma unidade. E novamente a espera de gordos investimentos de quem? Do BNDES, com isenção fiscal.

Olhando esse crescimento, como entender a demissão dos operários? Somente nas últimas semanas, houve 14 demissões! Além das demissões, o mais grave é que trabalhadores com doença ocupacional foram demitidos.

Enfim, a empresa aumenta os lucros, o que é resultado da soma de diversos fatores, como empréstimos subsidiados, isenção fiscal, inserção no mercado externo e, principalmente, eficiência do trabalho por meio da produção. Esse último elemento é garantido pelo trabalho de operários que recebem os menores salários da categoria quando comparados com os salários pagos a outros trabalhadores em outros Estados na mesma função.

Em vista da falta de uma tradição sindical combativa, a empresa tem garantido esses absurdos com base em longa jornada de trabalho com baixos salários. Portanto, é inaceitável que demissões ocorram quando operários tentam organizar um sindicato para defender o interesse da categoria florestal.

A empresa não calará a voz dos trabalhadores e do sindicato em formação!

Manteremos a assembleia de fundação do Sindicato do Trabalhador Florestal para o dia 6 de setembro, às 9h, na sede da ADUFMS, Rua Luís Corrêa Silveira, 1665, Jardim Alvorada, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

Paulo Cesar Pereira da Silva é quem manda essa carta. Ele também manda seu telefone, CPF, *e-mail,* enfim, todos os dados, para que ninguém tenha dúvida da sua intenção.

Eu resolvi registrar a carta não por causa do lucro, porque o lucro é natural, pessoal. Em um país capitalista, não podemos achar que os empresários não visam ao lucro. É natural!

Eu lembro que, logo que cheguei ao Congresso, fiz um mapa do Brasil. Aparecia em forma de boneco e dizia assim: "Não sou contra o lucro, mas quero que o lucro seja para todos." Ou seja, é legítimo que a empresa tenha lucro, mas também é legítimo que haja condições de trabalho e salário decente para os trabalhadores. Por isso, eu me manifesto.

Além de demitirem trabalhadores doentes, com doenças ocupacionais, doenças do trabalho, estão demitindo também aqueles que tiveram a ousadia e a coragem – que bom que tiveram essa coragem! – de organizar o sindicato da categoria naquela região. Por isso, manifesto aqui meus cumprimentos aos sindicalistas. Farei contato com a empresa, em nome da Comissão de Direitos Humanos, para que seja revertida essa posição.

E diria: "Vida longa, vida longa, sim, a todo movimento sindical! E vida longa também aos operários da Fribria Celulose em Três Lagoas!" Espero que seu sindicato se torne realidade.

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

Vamos ao vídeo agora.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Belo vídeo! Ainda bem que eu apareci no vídeo, porque eu disse que estava lá, e ficou todo mundo olhando para ver se eu estava lá mesmo. Vocês foram parceiros. Se não tivessem me colocado ali, ficaria aquela dúvida: "Se ele estava lá, ele ia aparecer." E apareci ali, sem casaco, de gravata e camisa arregaçada. Ainda bem que me salvaram.

Pessoal, vamos, de imediato, começar com a fala dos nossos convidados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Calixto lembra o seguinte: ele sabe que eu tenho um respeito enorme por todas as centrais sindicais e tenho dialogado com todas, tanto que, no caso da terceirização, não há uma central que não esteja conosco. Todas! Mesmo uma que, no início, tinha uma posição divergente acabou aderindo ao movimento de todas as centrais.

Mas ele me perguntava aqui – então não me pegou de surpresa – se eu concordaria em colocar no peito, nesta data de aniversário, já que eu tenho demonstrado tanto carinho pela Nova Central, esse emblema que representa a Nova Central no Brasil. Eu disse: "Claro que sim". Então, quero saber quem vai fazer a arte de conseguir colocar.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS (*Fora do microfone.*) – Companheira Sônia, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Venha aqui, Sônia. Você vai ter trabalho, porque eu não sei nem mexer nisso com esses dedões de metalúrgico. (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Bom que é do lado do coração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela disse que é para o coração bater mais forte. (*Palmas.*)

Obrigado, Sônia.

Depois desse gesto de carinho da Nova Central com este Senador, de imediato, passo a palavra para o Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos.

Permita-me dizer, Calixto, que essa central, de fato, não tem nenhum vínculo partidário, mas não houve uma vez, nos momentos mais difíceis da minha campanha – quem é do Rio Grande sabe – em que o Calixto não esteve lá dando o seu depoimento, dizendo que este é um Senador que tem compromisso com a nossa gente.

Então, eu queria dar uma salva de palmas ao Calixto. (*Palmas.*)

O Moacyr e o João Domingos também foram. Vou parar, senão vou ter que citar toda Mesa aqui.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Senador Paulo Paim, senhores representantes do MTE, do INSS, do Ministério Público do Trabalho e da OIT – permitam-me não repetir os nomes, pois está muito visível para todos –, minhas companheiras e meus companheiros que participam desta reunião, meus companheiros da Mesa, meus diretores, queria falar, Senador, que, hoje, a partir das 14h, nós teremos reunião de diretoria da Nova Central.

Naturalmente, talvez esteja cometendo um erro – não sei se é um erro, um pecado, ou alguma coisa assim –, porque não tenho um trabalho escrito, não escrevi o meu improviso. Então, vou falar alguma coisa rapidamente, até porque se trata de uma audiência pública e não dispomos de muito tempo.

Evidentemente, o nosso Senador já entrou, mais ou menos, no mérito, e o vídeo também já disse bastante do que nós queríamos dizer.

Eu queria, primeiramente, agradecer ao nosso Pai Celestial pela bela oportunidade que nos dá de podermos nos encontrar nesta audiência pública para comemorar dez anos de fundação da Nova Central. Mas é imprescindível que digamos que esta reunião, que comemora o nosso aniversário, não teria esse mesmo destaque não fora a participação direta do Senador Paulo Paim como membro Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu queria chamar a atenção para esse aspecto principal e aproveitar também o ensejo para convidar todos os trabalhadores, especialmente os trabalhadores e as trabalhadoras ligados à nossa central, para parti-

ciparem conosco, mesmo ao longe, mesmo não estando aqui em Brasília, desta reunião, que tem visibilidade nacional. Então, eu queria convidar todos, já que não foi possível contarmos com uma presença muito maior, conforme desejávamos.

Os louros desta reunião e desta comemoração devem-se exatamente ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Eu queria também aproveitar o ensejo para cumprimentar os colegas de outras centrais que já estiveram aqui conosco nos cumprimentando, mas que tiveram que sair para outra reunião. Perdão! Estão ainda aqui: o colega da CTB e tantos outros que estiveram aqui ou que possam ainda vir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Moacyr, da Cobap, também está aqui.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – O companheiro da Cobap também está aqui. Enfim, todos os dirigentes sindicais das variadas categorias profissionais sintam-se também representados neste ato.

Como já foi dito, a nossa central teve a sua fundação exatamente no dia 28 de junho de 2005. Começou engatinhando como toda criança que nasce e, durante esse período dos seus dez primeiros anos, teve que enfrentar pressão de toda ordem, pressão inclusive daqueles que, por interesse de alguns ou de algumas entidades, preferiam ver a extinção da nossa central sindical. Muitas delas, pelo fato de termos sido convidados a nos fundir com outras centrais e não aceitarmos por várias razões, faziam um trabalho no sentido de acabar definitivamente com a Nova Central.

Mas ela foi crescendo, foi engatinhando, naturalmente, e depois foi andando com seus próprios pés. Nesses dez anos, nós podemos assegurar que assumimos ou conquistamos não apenas o respeito de todos os trabalhadores, das trabalhadoras, das centrais sindicais e das autoridades, mas, acima de tudo, sua credibilidade.

Sempre dizemos que a Nova Central não nasceu para ser melhor que todas as outras. O que nós não queremos é ser inferior a nenhuma delas.

Hoje, já existem centrais organizadas em 23 Estados e no Distrito Federal. Essa foi exatamente uma determinação nossa, considerando que a central nacional não sobreviveria se não fossem as centrais estaduais, que, para nós, constituem exatamente o alicerce da Nova Central Nacional. (*Palmas.*)

Somos mais cinco confederações. E foram exatamente as primeiras que viajaram conosco por todo o Território nacional – ou quase todo, para ser mais justo –, na tentativa de conquistar apoio do movimento sindical para a sua fundação. Significa dizer que ela não foi criada de cima para baixo; ela foi criada da base para a cúpula.

Somos hoje, também, mais de 1.200 sindicatos, que representam, naturalmente, de oito a dez milhões de trabalhadores.

Um dos princípios que nós adotamos desde a sua fundação foi trabalhar com uma certa independência, exatamente para não ficarmos presos nem a um partido político nem a qualquer governo, seja o atual, seja o que passou, sejam outros que virão, a não ser que, mais tarde, a central entenda que deve mudar o rumo que tomou desde a sua fundação, o que está escrito na sua carta de princípios.

Com relação aos partidos políticos, nós queremos trabalhar com todos e precisamos de todos. (*Palmas.*)

O que nós não queremos – isto não vai acontecer – é ser braço de um partido. Volto a dizer: não é por querer ser melhor que os outros, mas, no nosso entendimento, a partir do momento em que se filiar a nossa central a um determinado partido político, a administração da instituição vai ficar, de certa forma, engessada, porque vai ter que dever homenagens àquele partido político.

Não queremos também ser braço de nenhum governo. Nós queremos aplaudir as ações que mereçam os nossos aplausos, mas queremos também questionar as ações que entendermos conveniente questionar.

Uma coisa nós temos dito sempre em todas as oportunidades e vamos repetir aqui: a Nova Central não será obstáculo à governabilidade do País.

Esse sentimento que estamos expondo, Presidente Paim, é o sentimento que está delineado na carta de princípio, assinada por ocasião da fundação da nossa entidade.

Hoje nós estamos comemorando esses dez anos, enfrentando uma situação ímpar da Nação. Estamos enfrentando uma crise política sem precedentes, uma crise econômica e uma crise ética, para não dizer uma crise de ordem moral.

Para terem uma ideia... Todos aqui sabem que a Nação está baseada em três instituições especiais: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. São três organizações independentes, mas, pela Constituição, harmônicas entre si. O que estamos sentindo hoje? Não há independência e muito menos harmonia. O pior ainda é que o terceiro homem da República, conforme estabelece a nossa Constituição, terminou sendo também investigado. Se tem culpa ou não, é ele quem tem que justificar. Não há aqui, absolutamente, nenhuma crítica aos Parlamentares, até porque – permita-me, Presidente – o Presidente desta Casa também está passando pelo mesmo problema da investigação.

Já vivi muito mais do que praticamente todos e todas aqui, porque nasci primeiro, evidentemente. Eu venho de uma época em que, quando se falava de um Senador da República, fosse qual fosse, nós fazíamos uma reverência. Se alguém estivesse de chapéu, tiraria o chapéu para falar de um Senador. Hoje, eles estão sendo motivo de chacota. E não há classificação: vai desde o vereador até a Presidência da República. Tudo é chacota.

Esse sentimento ou esse comportamento está levando o País a uma situação que eu não diria insustentável, porque nós, brasileiros, somos muito bravos e sujeitos a transpor barreiras de todas as naturezas.

Na verdade, o que está acontecendo – basta fazer uma pequena reflexão – é que a falta de credibilidade que estamos vivendo está cada vez mais prejudicando a própria economia do País e, em consequência, o seu desenvolvimento. Quem tem recursos para investir está receoso de investir. E o Governo não é a instituição principal para fazer investimentos.

A Presidência da República tem que governar, e não investir para auferir lucro, como é o caso dos empresários. Se o empresário não se sentir seguro do seu investimento, ele jamais investirá. O que estamos vendo é que a situação política motivou, com muito mais veemência, essa falta de credibilidade que estamos vivendo.

Hoje, estamos com informações dos órgãos de pesquisa de que, nesse período, cerca de 500 mil postos de trabalho foram fechados. Desses 500 mil postos de trabalho, a atividade econômica que mais emprega, mesmo sendo uma atividade de muita rotatividade, que é o setor da construção e do mobiliário, já perdeu, nesse período, mais de 250 mil postos de trabalho. Agora, o que estamos ouvindo, através do rádio, da televisão e dos jornais, é que há uma expectativa de corte de gastos que já acena atingir exatamente a área social. Aí nós vamos amargar muito mais do que esperamos.

Senador, nós estamos comemorando essa grande data para nós numa fase crítica, mas, como brasileiros fortes que somos, nós haveremos de superar todas essas dificuldades.

E a nossa central, conforme já dissemos, não será obstáculo à governabilidade do País. Agora, é preciso que os governantes entendam que sofrimento, paciência, tudo tem limite. Então, poderá chegar uma hora em que, ao invés de estarmos sempre ao lado da nossa Presidenta, nós vamos ter que reagir. E é bom levantar essa hipótese, porque, na verdade, até agora, em que pesem todas as reuniões que fazemos com os seus Ministros e com a própria Presidenta, ainda não conseguimos nenhum resultado para que pudéssemos descer às nossas bases e dizer ao nosso pessoal e à sociedade, de modo geral, que a Presidenta deu à classe trabalhadora um tratamento que eu não diria especial, mas um tratamento que todos os trabalhadores e toda a sociedade merecem.

Nós vamos à reunião hoje com uma esperança. No dia 2, por exemplo, deverá ser instalado um grande fórum que vai cuidar da rotatividade do emprego, mas, conforme dissemos na última reunião, não adianta simplesmente instalar mais um fórum e sairmos de lá sem nada palpável na mão. Nós queremos alguma coisa palpável. Não basta só a palavra, não basta só a conversa. Queremos alguma coisa palpável para que possamos sair e mostrar a todos, à sociedade e aos trabalhadores: "Isto aqui é um beneplácito da Presidência do Brasil ou da Presidenta Dilma Rousseff", se assim quiserem declarar.

Então, é com essa expectativa toda que nós estamos, neste momento, comemorando os dez anos de fundação da nossa central.

Eu queria terminar, Senador, convidando, mais uma vez, todos os trabalhadores, especialmente aqueles que são ligados à Nova Central Sindical, a comemorarem conosco esse grande dia.

Como disse no início, pela sua cordialidade, Presidente, pelo carinho que V. Exª tem demonstrado à classe trabalhadora ao longo do tempo, desde Deputado, nós queremos, mais uma vez, em nome de todos que aqui estão, em nome de todos aqui que representam a Nova Central e em nosso nome, particularmente, da nossa Diretoria, agradecer, penhoradamente, essa deferência tão especial que o senhor tem emprestado à Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Muito obrigado.

Parabéns pelo nosso aniversário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Parabéns pela sua fala, de improviso, mas muito clara, muito nítida, deixando aqui um recado a todos aqueles que quiserem ouvir, porque há algumas pessoas que escutam, mas não ouvem. O Presidente Calixto foi muito franco. Ele quer o melhor para o País, a sua central quer o melhor, mas tudo tem limite.

Se precisar se mobilizar para que haja a pressão devida no sentido de que isso aconteça, eu entendo que o movimento sindical fará isso.

Eu me lembro sempre daquela frase que todos nós conhecemos do Nelson Mandela: "Se querem me ajudar, não basta bater palmas. Pressionem o meu governo para que eu diga aos setores que só querem que eu olhe para o grande capital que os trabalhadores, que o povo tem também as suas reivindicações que estão

colocadas na pauta." E Mandela entrou para a história como um dos maiores presidentes da humanidade, especificamente da África do Sul, e virou um homem do mundo.

Parabéns, José Calixto, pela sua fala!

Antes de passar a palavra, quero registrar a presença do nosso colega Manoel Messias, sempre presente aqui. Está aqui o Manoel. O Manoel Messias também esteve aqui por diversas vezes. Ele é Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Como ele vai ter que se retirar e o Ministro está sendo representando na Mesa pelo Dr. Francisco, fica aqui uma salva de palmas ao Manoel Messias, nosso parceiro. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, agora, ao nosso jovem Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Eu tive a alegria de debater aqui com ele e de ser um dos articuladores e o Relator da Lei dos Profissionais do Volante. Vou chamar o jovem – acho que ele é o mais jovem entre nós – líder Omar José Gomes.

Com a palavra, o jovem Omar José Gomes. (*Palmas.*)

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Olha, essa palavra do nobre Senador me deixa cada vez mais emocionado, assim como este ato.

Todos sabem que eu acabei de sair de uma internação no hospital por 26 dias. Ainda não estou 100%, mas, meus amigos e meu nobre Senador, eu nunca poderia faltar a este ato. (*Palmas.*)

Eu, Calixto, Moacyr, João Domingos e o meu grande amigo que está ali presente, Arthur, fomos os baluartes da criação dessa central. Eu e meus amigos só continuamos na central, porque ela nasceu, continua e vai ser sempre diferente.

Nós, como foi dito pelo nosso Presidente... Desculpem-me. Primeiro, quero cumprimentar toda essa seleta Mesa, todas as autoridades presentes e o grande Senador Paulo Paim. Ele acabou de dizer que sou o mais jovem, mas eu sei que ele quis dizer o contrário. (*Risos.*)

Eu sou o mais velho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Jovem no campo das ideias.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Eu sou o mais velho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O que ele defende são lutas permanentes.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Eu fiz, no domingo passado, 96 anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Permita-me dizer que meu sonho de consumo é este: chegar um dia aqui e dizer que estou com 96 anos.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – E continuo, meus velhos amigos e companheiros, na luta por essa central.

Enquanto o Calixto e os nossos diretores mantiverem essa ideia, eu e meu pessoal continuaremos juntos, porque o Brasil necessita de uma central com esse espírito e com essas condições de trabalho. Nós não vamos atrás de ninguém para poder conseguir outras coisas. Não vou dizer a você do que se trata, porque não precisa. Enquanto nós continuarmos com esse lema, o Omar José Gomes... Na minha terra, eu tenho o apelido de Santo Antônio, lá em Nova Iguaçu, onde iniciei minha vida sindical e continuo até hoje.

Quero aqui dar os parabéns ao nosso querido Senador pela iniciativa de fazer este ato aqui hoje.

Parabéns, meu grande Senador!

Parabéns a todos da Nova Central!

Muito obrigado, minha gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 96 anos. Meu Deus do céu! Todos nós estamos com inveja do senhor. Todos nós queremos chegar lá, é ou não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Calixto está me dizendo que o sonho dele é esse, mas ainda tem mais dez anos pela frente.

Mais uma vez, uma salva de palmas ao Omar. (*Palmas.*)

O SR. OMAR JOSÉ GOMES (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele está com 96 anos e com essa clareza. Parecia um guri falando aqui, falando da luta, da independência, sempre com esse viés de fazer o bem sem olhar a quem. É um discurso que tem que ficar registrado nos *Anais do Senado* e que, com certeza, vai ser reproduzido no passar dos anos.

Meus cumprimentos.

Agora passo a palavra ao Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch.

Quero dizer, Moacyr, que você foi um protagonista, um sujeito de uma das audiências mais importantes que eu vi dentro do Congresso Nacional, ao longo de quase 30 anos em que estou aqui dentro: foi aquela audiência com 20 países presentes, um debate franco, aberto, transparente em relação ao McDonald's. E eles já me ligaram – consequência daquela audiência – e pediram que eu falasse com você para articular uma rodada de negociações em nível nacional e internacional. (*Palmas.*)

Quero dizer que isso é mérito do movimento que você articulou.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro que há os outros, que trabalharam junto, mas você que cite o nome de todos, eu não vou citar o nome de todos. (*Risos.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Claro, não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você que teve mais contato comigo durante esse período todo. Eu já ouvi alguém aqui dizendo: "E o Calazans? E sicrano, e beltrano?" Moacyr, me salva aí porque eu vou esquecer o nome de todos!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não, não, pode ficar tranquilo.

Senador Paulo Paim, na sua pessoa eu gostaria de cumprimentar as autoridades aqui presentes; nosso Presidente José Calixto Ramos, na sua pessoa, todos os dirigentes sindicais aqui presentes.

Senador Paulo Paim, o Grupo Turismo e Hospitalidade tem um grande respeito por V. Exª e o senhor tem sido nosso grande articulador. Essa ação do McDonald's não veio sozinha. V. Exª foi o protagonista da primeira ação nossa, quando o companheiro Calazans trouxe um filme aqui, que passou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos aqui na Comissão.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... nesta sala, naquele projetor, e, a partir daí, os rumos da ação foram diferenciados. A partir desse momento, em que o Sinthoresp trouxe essa preocupação para esta Comissão de Direitos Humanos, que V. Exª preside, as discussões começaram a se ampliar. Hoje, temos no mundo inteiro, com muito orgulho, a discussão sobre a questão do McDonald's. O problema ultrapassou o Brasil, e já estamos discutindo as questões de forma globalizada.

Muita gente questiona o movimento sindical, diz que somos arcaicos, que não há liberdade e que deixamos muito a desejar, mas V. Exª foi uma das presenças importantes e confirmou isso, dentro desta sala, o desejo de o mundo copiar o movimento sindical, a nossa legislação e a liberdade sindical que o Brasil tem, a autonomia.

Não é porque nós não referendamos a Convenção 87 que não há liberdade. Não é porque não referendamos a 87 que não temos a possibilidade de ter criado – talvez até demais – sindicatos que temos aí no Brasil. Nem nos Estados Unidos, que fizeram referência à Convenção 87... Referendaram, e não têm a liberdade de ter, lá nos Estados Unidos, um sindicato representando os trabalhadores de comida rápida.

Mas, Senador, não estamos... Desculpe-me ter avançado, mas fui provocado por V. Exª. A ação hoje é a Nova Central. Mas não posso, de maneira alguma, em cada pronunciamento que fizer, deixar de enaltecer a trincheira que o movimento sindical tem, que é V. Exª. É bom que o mundo, é bom que os trabalhadores saibam, é bom que o Brasil saiba que V. Exª foi o relator do Estatuto da Juventude, que fez a diferença; que é o autor do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, do deficiente; que é o autor da nossa lei tão esperada, das 40 horas; que é o autor – o primeiro projeto de V. Exª – do voto aberto aqui dentro do Congresso Nacional; e que hoje, se temos alguma transparência na votação dentro do Congresso Nacional, devemos a V. Exª.

O senhor tem sido o nosso grande articulador. Não poderia esquecer também, como disse, articulador, político fora de série, criador do Estatuto dos Motoristas. V. Exª tem sido nossa trincheira aqui dentro. E nós necessitamos que os gaúchos – e V. Exª é do Rio Grande do Sul – nos deem a continuidade de V. Exª aqui dentro do Congresso. V. Exª, ao chegar aqui no Congresso, passa a ser um Senador da República; um Senador da República quer dizer que é do Brasil.

Nós só temos esse espaço, hoje, aqui, em homenagem à Nova Central, como tivemos a do McDonald's, e tivemos, sexta-feira, uma homenagem lindíssima à CSPB, respeitada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um belo evento. (*Palmas.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... porque nós tínhamos um Senador com o viés social e com o olhar social que V. Exª tem.

Mas para nós, hoje, os dez anos da Nova Central significam muito. Primeiro, criticava-se muito: por que Nova Central? Por que Nova Central e por que ela, hoje, está com dez anos e continua nova? Nova Central, Senador, porque... O senhor há de lembrar do dia 25 de agosto de dez anos atrás, quando o movimento sindical fez uma grande manifestação na frente do Congresso Nacional. O Presidente Lula, naquela oportunidade, arregimentou os amigos do rei para fazer a reforma sindical; naquela ocasião, o Fórum Nacional do Trabalho fez um trabalho só para quem tinha o mesmo pensamento – excluiu o contraditório. Naquela oportunidade, eles

rasgavam a CLT no que dizia respeito ao enquadramento sindical brasileiro – esse enquadramento sindical que os países lá de fora tanto desejam.

Naquele dia, na frente do Congresso Nacional, com mais de 25 mil pessoas, nós fizemos uma grande manifestação – as confederações, todas elas, reunidas através do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Nós fizemos uma enorme manifestação. E V. Exª, de cima do caminhão, deixou a sua mensagem. Depois nós fomos lá para a Câmara dos Deputados fazer uma manifestação, uma audiência pública. Naquela oportunidade, nosso presidente dizia alto e bom som: "Não me forcem a criar mais uma central, porque se for central sindical que o Governo discute, nós criaremos uma central sindical." E ali começou. Ali começou, e a população, o movimento sindical, nos cobravam, Senador: quando vocês vão criar a Nova Central? Quando vocês vão criar a Nova Central? A gente andava no Brasil inteiro e as pessoas cobrando a Nova Central.

A Nova Central está aqui, firme e forte, independente, brigando pela honestidade, pelo desenvolvimento, pela justiça social – itens presentes desde a sua criação – e pela sua independência social, política, como foi sempre a nossa discussão. Conforme nosso Presidente já colocou, nós não somos braço de político e nem de governo algum, mas não somos empecilho para ninguém. Temos a tranquilidade de que na hora, vamos supor, em que um político precisar da gente, e for sério, e for do seu gabarito, nós estaremos juntos. Da mesma forma como, no passado, na última eleição, os amarelinhos estiveram presentes nas suas eleições...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É verdade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... por todo o período em que foi necessário.

Temos a garantia e o respaldo de toda a categoria nas nossas decisões. Temos absoluta certeza também, Senador, de que a Nova Central tem sido a diferença. Tem sido um respaldo ao movimento sindical. Todas as discussões – todas – de que nós participamos e dizemos "não" – por algum motivo, entendemos que não é o adequado, não é o correto –, as discussões ali param. Param, não porque nós boicotamos, mas pela sensatez e pela responsabilidade dos dirigentes sindicais que fazem parte da Nova Central.

Hoje, com essa homenagem aos dez anos da Nova Central, estamos mais fortes do que nunca, e temos a convicção de que estamos cumprindo com nosso dever.

Durante esses dez anos, Senador, nós não nos desviamos do nosso caminho. Durante esses dez anos, Senador, nós não mudamos a nossa trajetória – sempre, na necessidade que houve de participar aqui na frente do Planalto, pedindo para o Presidente, na oportunidade, manter o veto da Emenda nº 3. Também estivemos na frente do Planalto – e V. Exª esteve junto – pedindo que ele não vetasse o Fator Previdenciário pelo qual o senhor lutou tanto.

Então, nós não temos... Não é que sejamos bandeira dos dois lados; não. A nossa bandeira, o nosso compromisso é com o trabalhador. O que é bom para o trabalhador é bom para a Nova Central. O que é bom para a sociedade brasileira é bom para a Nova Central. E para o que a sociedade brasileira e o movimento sindical cobrarem de nós, se nós acharmos que é decente, correto e defende o trabalhadores, estaremos erguendo a nossa bandeira.

Vida longa para a Nova Central!

Que Deus o abençoe também, Senador, e lhe dê muita saúde, porque essa trincheira que temos aqui dentro do Congresso Nacional nós temos de valorizar. E só podemos valorizar e tê-lo aqui, o senhor, com muita saúde, porque a política judia. Essa cadeira eu sei o quanto o maltrata.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – As viagens, dentro da terceirização... Nós já andamos em quinze Estados, mas ainda faltam doze, e a luta continua. Não podemos ser diferentes.

Deus o abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central e Presidente da Contratuh.

Agradeço muito suas palavras, Moacyr, e quero dizer que tenho orgulho de ter sido o relator, também, do projeto que criou as centrais sindicais. Havia um impasse enorme com as confederações, vocês lembram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As confederações me procuraram, disseram: "Paim, só se você relatar aí no Senado para a gente conseguir um entendimento. Como está, não vai, não." E fizeram um bom combate aqui dentro. Eu peguei para relatar. Lembro-me de que convidei, e vocês concordaram, a Lúcia Vânia para ser relatora, porque ela representava a oposição, ela era do PSDB e, se não me engano, foi o Dornelles, inclusive.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O Dornelles...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dornelles – foram três relatores – para relatar nas comissões o mesmo relatório que eu havia acordado com vocês. Ajustamos, votamos e, enfim, chegou-se a um grande entendimento, de criar a regulamentação das centrais sindicais.

Mas há outros três projetos do movimento sindical que eu continuarei batendo; já aprovei aqui no Senado, e a Câmara não aprovou. Por exemplo, que representante do conselho não pode ser demitido como andam demitindo. Suplente não pode ser demitido. E a contribuição assistencial aprovamos, por unanimidade, no Senado. (*Palmas.*)

A Câmara tem de votar isso e não adianta ficar enrolando. Vai ter de votar, mais cedo ou mais tarde.

Só complementando, se me permitir... Ele lembra que o fator, o reajuste dos aposentados – não é, Moacyr? – nós aprovamos aqui. A Câmara é que não votou o projeto final ainda. Todos os dois.

Enfim, passo a palavra, agora, ao Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, Dr. Marco Antonio Gomes Pérez.

Vamos pegar um microfone aqui, para que o...

O Marco, como é jovem, fala de pé sem problema algum, não é, Marco?

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PÉREZ – Sem problemas. Sem problemas. O esporão ainda aguenta, aqui.

Bom dia a todos, bom dia a todas. Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, José Calixto, nosso Presidente.

Em nome do Ministério da Previdência Social, gostaríamos de saudar todos os companheiros da Nova Central Sindical, e dizer que a participação das centrais sindicais junto à Previdência Social tem sido um mote de avanço em diversas áreas.

Agora nós estamos trabalhando a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão, no que diz respeito à Previdência, um avanço importantíssimo. As centrais estão participando dessa discussão. Tivemos uma apresentação na Organização das Nações Unidas, na semana passada, do relatório brasileiro de implementação da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Então, estamos trabalhando muito intensamente na inclusão dos trabalhadores com deficiência; esse é um ponto que eu gostaria de destacar. A Previdência Social está muito sensibilizada com esse tema. A participação de todos os senhores e senhoras tem sido fundamental para a gente reconhecer e tornar o trabalho brasileiro, o trabalho aqui no nosso País, como sendo inclusivo, como parte da vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Acho que a Nova Central tem participado desse processo, de todos os avanços – está de parabéns.

Por parte da Previdência Social, estamos abertos à discussão. Sempre estivemos presentes nas discussões que a Central tem feito. Estivemos lá em Louisiana, acho que há uns 40 dias, mais ou menos, em uma discussão importante na parte de saúde e, para o que for necessário discutir, debater, para acrescentar elementos técnicos em relação à Nova Central e à Previdência Social, estamos à disposição. Estamos abertos para qualquer questionamento que for feito, qualquer dúvida em relação à Previdência Social.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Cumprimentos ao Marco Antônio Gomes Pérez, que falou pelo Ministério da Previdência.

Quero dizer, Marco, que fiquei muito satisfeito com a sua informação. Sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, mas quero render, também, homenagens aos relatores. O primeiro relator foi o Senador Flávio Arns, na época. Depois, ele retornou para a Câmara e o relator foi, então, o Celso Russomanno. Depois, ele passou para a Mara Gabrilli, porque ela é deficiente – um gesto nobre do Celso, inclusive. E aqui no Senado, logo que chegou – chegou a esta Comissão o Estatuto –, eu, autor, não podia ser relator também. Daí convidei o Senador Romário. O Romário disse: "Fique tranquilo. Eu tenho uma filhinha também com deficiência e darei o parecer rapidamente." E assim o fez – o parecer foi dado rapidamente.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência hoje é uma realidade e eu fico feliz de ver que o Ministério da Previdência está fazendo todo o esforço para a regulamentação definitiva.

Uma salva de palmas pelo trabalho de vocês. (*Palmas.*)

Passo a palavra, agora, ao Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), que tem feito um trabalho permanente, brilhante. O Ministério tem nos acompanhado nas viagens pelo Brasil nessa história da terceirização, e é sempre um dos mais aplaudidos pela firmeza em relação a esse tema.

Com a palavra.

O SR. RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA – Muito obrigado, Senador.

Eu queria cumprimentar a Mesa, nas pessoas do Senador Paulo Paim – desde logo, quero parabenizar pela iniciativa – e do José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central.

O Ministério Público do Trabalho agradece o convite para participar desta comemoração de dez anos da Nova Central, que é, também, uma celebração da autonomia sindical, de sua consolidação em nosso País,

apesar de vários ataques como o mencionado pelo Senador Paulo Paim, que será levado também às instâncias competentes do Ministério Público do Trabalho – ouviu, Senador? – para as providências cabíveis.

A autonomia sindical e a participação dos trabalhadores na determinação das condições de trabalho são direitos inscritos nas principais declarações de direitos humanos, nas convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e em toda constituição democrática, ainda que não haja um dispositivo expresso sobre a autonomia sindical. Evidentemente, não há democracia se não há autonomia sindical e participação dos trabalhadores, assim como não há democracia se não há autonomia sindical e participação dos trabalhadores.

Então, esta celebração é relevantíssima, e o Ministério Público tem procurado dar todo apoio ao movimento sindical.

Em 2009, foi criada a Conalis (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical). Eu tive a honra de ter sido o primeiro Coordenador Nacional e, na ocasião, fiz contato com vários dirigentes aqui presentes.

Faço um cumprimento, também, a todas as trabalhadoras, trabalhadores, dirigentes, principalmente aos dirigentes da Nova Central, em razão da comemoração do décimo aniversário. Isso porque o Ministério Público, após um amplo debate, verificou que o fortalecimento dos sindicatos em nosso País é o fortalecimento do Ministério Público do Trabalho e é o fortalecimento de toda a sociedade. Então, precisamos intensificar essa parceria, para que os trabalhadores brasileiros tenham condições de vida, como determina a Constituição; condições de vida e de trabalho.

Uma advertência feita pelo Senador Paulo Paim, extremamente relevante, é a ameaça vinda com as diversas investidas para liberar a terceirização em nosso País: não só a tramitação do projeto de lei da Câmara – que já foi aprovado naquela Casa e se encontra, atualmente, no Senado Federal –, mas a repercussão geral, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, pela argumentação empresarial de que a limitação da terceirização à atividade-meio viola a liberdade de contratar, assegurada no art. 5º, II, da Constituição, que consagra o princípio da legalidade. Uma interpretação, com todas as vênias, equivocada, que coloca a liberdade de empresa ou a livre iniciativa num patamar mais importante do que o valor social do trabalho.

A terceirização é o desmonte do direito do trabalho; ela não afasta o direito do trabalho, mas o fragiliza de forma muito radical, de forma muito perigosa. Ela dá a impressão de que o direito do trabalho está sendo cumprido quando, na verdade, ele está sendo desvirtuado.

Um dos problemas mais graves da terceirização é que ela desmobiliza, ela divide. É um ataque direto à organização dos trabalhadores nas suas reivindicações para a melhoria das condições de trabalho. Sempre que possível, eu tenho dito... (*Palmas.*)

Obrigado.

Sempre que possível, eu tenho dito para os empresários que, em lugar de atacar os sindicatos dos trabalhadores, eles têm de fortalecer os interlocutores. Reclamam tanto da rigidez do Direito do Trabalho mas jogam no lixo, depreciam, o instrumento mais importante contra a rigidez, que é justamente a negociação coletiva. Então, os empresários querem levar vantagem, mas não querem negociar; não querem fortalecer os sindicatos dos trabalhadores.

Esse momento no Supremo Tribunal Federal é importantíssimo, porque o Supremo tem de se posicionar pela inconstitucionalidade da liberação da terceirização. Ainda que o Congresso Nacional aprove a liberação da terceirização em qualquer atividade empresarial, o Supremo terá de indicar para a sociedade brasileira que essa liberação é inconstitucional; que destrói o Direito do Trabalho; que traz um passivo social e trabalhista incalculável, principalmente em relação ao movimento sindical, ao meio ambiente do trabalho e à discriminação no local de trabalho.

A terceirização vem mostrando – a terceirização na atividade-meio – os seus problemas. Não faltam dados e estudos realizados em relação aos efeitos perversos da terceirização, e o Supremo Tribunal Federal não pode ficar silente em relação... Não só não pode acatar a investida empresarial de liberar a terceirização, como tem de afirmar o que a Constituição realmente estabelece. Nesse ponto, Senador, é importante que o Supremo Tribunal Federal leve em conta a metodologia para resolução de conflitos trabalhistas preconizada pela Organização Internacional do Trabalho.

Não é possível decidir o futuro do País, decidir uma questão relevante como esta sem ouvir os trabalhadores. O tripartismo e o diálogo social são fundamentais neste momento. Então, o Supremo Tribunal Federal tem de convocar uma audiência pública para que a versão dos trabalhadores chegue ao tribunal supremo de nosso País. (*Palmas.*)

Caso contrário, essa decisão será inconstitucional – não só pelo seu conteúdo, mas também pelo método pelo qual ela será alcançada.

Eu queria, finalizando, parabenizar todos os integrantes da Nova Central Sindical e desejar muito trabalho efetivo pela frente e mais consolidação para essa Central e para a autonomia sindical em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira. Obrigado pela sua sugestão.

Permita-me, Procurador. No debate das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, o Presidente, na época... O relator da matéria, na época, se não me engano, o Ricardo... Como é que se chama? O sobrenome dele é... O Presidente do Supremo Tribunal é o Ricardo...

O SR. MARCO ANTÔNIO GOMES PÉREZ (*Fora do microfone*.) – Lewandowski.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lewandowski. Exatamente.

O que ele fez? Marcou uma audiência pública sobre a questão do estatuto e das cotas, e me chamou, porque eu era o autor do estatuto e relator das cotas. E eu fui lá, defender. E foi – não vou me lembrar o nome, porque não é esse o motivo – um Senador da época, que era promotor, defender o contrário. Ele teve a infelicidade de dizer que a mulher negra gostava de ser violentada e estuprada na época da escravidão. E daí eu, na minha fala, me obriguei a perguntar se alguém, em sã consciência, ali presente, gostaria de ver sua mãe, sua filha ser simplesmente violentada por seu patrão. Ganhamos por dez a zero, no fim, a aprovação do estatuto, que é constitucional, e as cotas.

Por isso a sua proposta é muito importante: é preciso que eles ouçam o outro lado; o que significa a terceirização. Há um depoimento que me surpreendeu, num desses Estados a que eu fui. Havia um representante da Federação dos Bancários ou da Confederação, não importa. Ele disse que eles estiveram em um congresso no México e que o sindicato, lá, provou e mostrou que esse banco no México tinha 32 mil trabalhadores. Quando a terceirização foi assegurada a todos, infelizmente, desrespeitando a atividade-fim, foram demitidos 30 mil, que foram recontratados como terceirizados, com o salário menor. É para isso que nós caminhamos; é para isso que nós caminhamos.

Permita-me, ainda, aproveitar este momento, Sr. Procurador. Temos uma coisinha mal resolvida entre nós e o Ministério Público do Trabalho. Eu vou dizer não como uma provocação. Estive esta semana no Sindicato dos Professores e estava lá um procurador do trabalho. Ele me disse: "Paim, cada procurador do trabalho tem a sua posição em relação à contribuição negocial ou assistencial", não importa o nome. Mas uma série enorme de procuradores já entenderam que essa é uma decisão que atinge e que traz benefício a toda a categoria, não só ao sócio. Estamos avançando nisso. Por isso eu falei aqui que, inclusive, o Senado aprovou, por unanimidade, a regulamentação da contribuição assistencial ou negocial, como quiserem; falta a Câmara votar. Acho que estamos caminhando bem. Uma série de procuradores tem posição definida, outros não têm, mas isso é democracia e faz parte do bom debate.

Tenho certeza de que, terminando esse debate da terceirização – e nós sairemos vitoriosos –, em seguida nós vamos tratar de aprovar na Câmara a contribuição assistencial, que é uma decisão soberana da categoria.

Quando fui Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas – e depois fui da central unitária que, naquela época, ainda unia todos os segmentos sociais no Rio Grande do Sul –, sempre tivemos a contribuição; na época, se chamava contribuição do dissídio, que é a mesma coisa. E nunca houve problema.

De um tempo pra cá, começou a haver problemas, mas nós vamos resolver, tenho certeza absoluta, votando o projeto que eu aprovei aqui no Senado por unanimidade. Vamos aprovar na Câmara e aí cria um conforto, que a gente chama, legal: um conforto legal para que os procuradores, com mais tranquilidade ainda, possam assegurar esse direito dos trabalhadores. Que seja o segundo projeto, logo após a terceirização, que nós vamos aprovar, em nome dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Sr. Stanley Gacek, advogado americano, Diretor-Adjunto oficial encarregado do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil.

Dr. Stanley, por favor, com a palavra.

O SR. STANLEY GACEK – Muito obrigado, Ex^{mo} Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de cumprimentar o companheiro Presidente José Calixto Ramos, da Nova Central; os outros companheiros, vice-presidentes da Nova Central na Mesa. Gostaria de cumprimentar as autoridades da Mesa, o Dr. Ricardo Macedo de Britto Pereira, Subprocurador do MPT, e também o Dr. Francisco José Pontes Ibiapina, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego; também cumprimentar o Secretário de Relações de Trabalho, Manoel Messias; também nosso distinto representante da Previdência, todos os companheiros e companheiras diretores da Nova Central aqui.

Realmente, é uma honra para o nosso escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil estar presente neste reconhecimento e comemoração dos dez anos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Sempre falo em minhas palestras e meus depoimentos: mesmo com quatro anos de residência no Brasil, muitos anos de contato com este belíssimo País, ainda tenho um sotaque puxado, de estrangeiro norte-america-

no, mas espero que minha mensagem seja inteiramente compreensível para os senhores e senhoras, para os companheiros e companheiras.

Como funcionário da OIT, tenho o privilégio e a responsabilidade de manter contato regular com os constituintes tripartites da nossa organização: o Governo, os empregadores e os trabalhadores, através das suas organizações representativas. E sempre é uma honra, um prazer especial falar com os sindicalistas brasileiros, pois também eu venho do movimento sindical norte-americano. Tive o privilégio de manter laços de solidariedade de parte do movimento sindical norte-americano com o brasileiro ao longo dos anos. Portanto, tomo essa liberdade de chamá-los companheiros e companheiras.

Também é muito importante lembrar que a OIT nasceu 96 anos atrás, com os princípios de direitos sindicais como fundamentos reconhecidos na constituição original, nas convenções fundamentais, em todas as declarações da OIT decorrentes, ou seja, os direitos de organização e liberdade sindical e de negociação coletiva. Os trabalhadores, trabalhadoras e suas organizações fazem uma parte imprescindível da governança e do direito internacional produzido pela OIT, através do processo de diálogo social, o alicerce fundamental da nossa organização. E a OIT é a única organização internacional e da ONU com essa característica.

Em outras palavras, a OIT, o movimento sindical... Dentro da OIT, o movimento sindical é um parceiro igual aos empregadores e ao Estado. Não apenas os governos são responsáveis pela criação desse Direito do Trabalho Internacional a ser incorporado pelos Estados do mundo, as convenções, as outras normas do trabalho, mas também os empregadores e os trabalhadores.

Também, nos meus últimos quatro anos com a OIT no Brasil, tenho o privilégio de haver colaborado diretamente com a Nova Central; o privilégio de haver acompanhado e, às vezes, aconselhado, a utilização direta do sistema normativo da OIT pela Nova Central e suas organizações afiliadas, inclusive no combate às práticas antissindicais, proibidas pela Convenção nº 98, uma convenção ratificada pelo Brasil em 1952.

Tenho colaborado com o bom apoio e testemunhado o bom apoio da Nova Central na tarefa de tentar regulamentar a Convenção nº 151 no Brasil, sobre relações de trabalho, negociação coletiva e direito de sindicalização na Administração Pública, norma ratificada cinco anos atrás.

Gostaria de reconhecer todo o esforço da Nova Central em relação à Convenção nº 189 e às garantias de trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos. E gostaria de reconhecer todo o apoio e o compromisso da Nova Central com a Agenda Nacional de Trabalho Decente no Brasil e com as agendas estaduais, regionais e municipais.

Também quero agradecer toda a força da Nova Central no combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo no Brasil e no mundo, e trazer uma palavra de agradecimento muito especial à Nova Central pela luta em prol dos direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras de *fast-food*, inclusive da empresa McDonald's no Brasil, no país de origem, os Estados Unidos da América, e no mundo inteiro. Realmente, quero prestar, por parte dos meus conterrâneos, todo o agradecimento à Nova Central pelo ativismo e pelo protagonismo para conseguir justiça para meus colegas companheiros e companheiras lá na América do Norte.

Acredito que hoje é um momento muito propício e crucial no Brasil, devido aos desafios econômicos, sociais e políticos já citados que enfrenta o País para o papel construtivo e positivo dos constituintes da OIT e, especialmente, do movimento sindical e das centrais sindicais, como a Nova Central. Agora é um momento singular no Brasil para praticar e realizar os valores de algo social, valores absolutamente essenciais à democracia, à paz e à justiça social. O movimento sindical brasileiro é um ator e um interlocutor absolutamente indispensável a esse processo.

Tive o privilégio de dirigir uma palavra na abertura do 3º Congresso da Nova Central, dois anos atrás, na Louisiana. Naquela ocasião, eu citei esse ditado famoso do Presidente americano John F. Kennedy, e gostaria de citar novamente; obviamente, expressado em outro contexto histórico, mas também relevante hoje, em outro contexto mundial. Ele falou – abre aspas –: "Não deveríamos negociar com medo, mas também não devemos ter medo de negociar" – fecha aspas. Sei muito bem que a Nova Central abraça esse princípio e essa filosofia.

Parabéns à Nova Central pelos dez anos de luta e sucesso, e muitos mais anos de sucesso no futuro que vem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha, estou aqui atendendo a um telefonema – eu não gosto de atender, mas é exatamente o Sérgio Arnoud, que é vinculado à Nova Central e à CSPB, um dos coordenadores daquele movimento no Rio Grande do Sul. São cerca de 150 mil servidores que vão receber R$600,00 de salário esse mês, e depois querem parcelar em três meses. Ele está pedindo que eu articule uma reunião com os três Senadores. Então, vou dar o retorno para ele e já aproveito para chamar agora o João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, à qual o Sérgio Arnoud, casualmente, é filiado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É vice-presidente.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Bom dia.

Ao vivo, mando um abraço para o Sérgio e para todos os servidores públicos do Rio Grande do Sul. Quero dizer: contem com a nossa confederação, a CSPB, e a Nova Central, como têm contado até agora, na mobilização e na solução desses gravíssimos problemas que muito refletem a realidade, na maioria dos Estados e Municípios hoje, da crise econômica, da falta de financiamento do Estado.

Permitam-me todos cumprimentar a Mesa ao cumprimentar o nosso Presidente, José Calixto, que sintetiza todo o motivo deste evento, que é a comemoração dos dez anos da Nova Central Sindical.

Vou tentar disputar com o Sérgio Arnoud a atenção do Senador. Quero dizer a vocês o seguinte, antes: sempre, em todas as ocasiões em que tenho a oportunidade, eu repito uma convicção que tenho sobre o Senador Paulo Paim. E, por mais que eu repita, sempre que eu imaginar que alguma pessoa ainda não ouviu, eu vou repetir. Quero dizer que o Senador Paulo Paim, para nós, os trabalhadores brasileiros, deve ser entendido como muito mais do que um Parlamentar; deve ser entendido como muito mais do que, na ótica dos trabalhadores, o melhor Parlamentar desta Casa. Na verdade, o Senador Paulo Paim é uma instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros e de seus movimentos sociais. (*Palmas.*)

Aproveito para colher a percepção que estou tendo, Senador, dessa jornada que nós estamos fazendo pelo Brasil, uma verdadeira cruzada pelo Brasil, em combate ao projeto de terceirização e também pelo fim do fator previdenciário. São essas duas pautas que compõem essa jornada.

Nós, ao propiciarmos – a Nova Central, a CSPB e todas as nossas confederações, tenho muito orgulho disso –, ao ajudarmos a se tornar viável essa jornada do Senador pelo Brasil, podemos perceber nitidamente algo: está nascendo um novo projeto político da classe social dos trabalhadores brasileiros. Aonde nós chegamos percebe-se a ansiedade dos trabalhadores por conhecer pessoalmente o Senador Paulo Paim, já que todos o conhecem pela mídia e pelo seu trabalho, o que nos dá a certeza de que esse novo projeto, como eu digo, é extremamente importante.

O Brasil foi, durante todos os seus primeiros séculos, dirigido pela elite econômica, que não representa mais do que 10% da população brasileira. Nós estamos, nas últimas duas décadas, fazendo uma correção sociopolítica impressionante. Há pouco mais de duas décadas, pela primeira vez, a maioria do povo brasileiro, que são os trabalhadores, assumiu o governo do Brasil. Assumiu um operário, não apenas por ser operário, mas por estar qualificado para exercer o mais alto cargo da República, haja vista, que, independentemente de problemas e críticas que houve, estou falando de um perfil sociológico e político, foi o Presidente de maior sensibilidade e que mais praticou a redistribuição de renda neste País. Em seguida, tivemos, talvez, a mais qualificada das maiorias, uma mulher na Presidência da República. E não por ser uma mulher, mas por ser uma mulher com capacidade de gestão, que já tinha provado isso, etc., etc.

Eu acho que agora está na hora de um novo projeto político procurar fechar esse ciclo dialético, dando a oportunidade aos brasileiros de terem um mandatário na República que seja um resumo desses três perfis, porque pertence à maioria brasileira, que é a classe trabalhadora, pertence a essa maioria qualificada, que luta pelos direitos das minorias, e o seu trabalho responde por si só na questão da mulher, da juventude, do negro, do deficiente, etc., e, sobretudo, responde pelo fechamento desse ciclo dialético que é ter, finalmente, um negro na Presidência da República. (*Palmas.*)

Bem, vejo que já consumi cinco minutos do meu tempo e nem comecei a falar do tema.

Eu só queria, muito ligeiramente, pontuar algumas coisas, começando por duas assertivas que o Presidente Calixto fez e que o nosso Vice-Presidente Omar fez. A Nova Central, como disse o Presidente, não quer ser melhor, mas não aceita ser pior do que nenhuma outra. O Vice-Presidente, nosso querido Omar, disse: "A Nova Central é diferente." Então, eu queria, ligeiramente, nesses cinco minutos que me restam, pontuar mais ou menos, até para que fique nos *Anais* desta Casa, algumas diferenças, que, às vezes, não são perceptíveis para nós no dia a dia.

A Nova Central começa a ser diferente pela forma como ela surgiu. Normalmente, as centrais sindicais surgem de um grupo de afinidade política, partidária, enfim, de um grupo de afinidade ideológica, e é tudo legitimo, mas a Nova Central, não; ela nasceu para combater uma causa, que era a causa do desmonte do movimento sindical da forma como ele foi concebido e funciona tão bem há sete décadas no País. Ela nasceu para combater o Fórum Nacional do Trabalho, que pretendia fazer uma reforma sindical que fazia terra arrasada do nosso modelo às vésperas de uma reforma trabalhista. Era como se dissesse para os trabalhadores, para o nosso sindicalismo: "Nós vamos quebrar suas pernas, porque há uma guerra logo ali e nós vamos definir as condições em que você vai guerrear". Então, essa é a primeira diferença.

Há uma diferença também na sua concepção de modelo de central. Esse grupo das confederações, Senador, como todos sabem, até bem pouco tempo, na sua maioria, não todos, era refratário à ideia de central

por imaginar que a central se chocava com o interesse e as funções de uma confederação, por exemplo. E nós temos o nosso conceito, e estamos provando que não, que são absolutamente convergentes os interesses da nossa central e da confederação.

Para nós, a representação sindical cabe ao sistema confederativo e a representação política cabe à central sindical. Portanto, é muito bem definido. O sistema confederativo representa o trabalhador, a central representa o conjunto de entidades. Normalmente, uma central, para nós, é um conjunto de pirâmides confederativas que se agrupam por interesse partidário, político, ou pelo conjunto de tudo isso. Então, não temos também nenhum conflito de conceito entre centrais e confederações, como já houve.

Ela é diferente nos seus princípios. A Nova Central nasceu com princípios muito corajosos, que é defender o que era tido até como jocoso para o movimento sindical, que é a contribuição compulsória, a honestidade sindical e o sistema confederativo. Ela nasceu definitivamente para isso, e está nas nossas carta de princípios. Portanto, é diferente nos seus princípios.

Ela é diferente até mesmo, e foi outra atitude corajosa e eu faço questão de que fique esclarecido porque muita gente não sabe, por exemplo, ao eleger as cores que iria simbolizar, que são principalmente a cor amarela e a segunda cor, preta. Isso, por falta de conhecimento histórico, causa muita confusão. Na verdade, a escolha das cores para representar o movimento sindical brasileiro foi algo que começou na década de 30, 40, 50, quando, aqui para o Brasil, veio aquele conceito de sindicalismo anarquista, representado, geralmente, pelo Partido Comunista, em que houve a introdução, praticamente, da luta de classe no movimento sindical. Eles escolheram a cor vermelha, porque era um grupo que tinha no movimento sindical a ferramenta, um braço para fazer a luta política e para que os trabalhadores assumissem o poder. E o movimento sindical tradicional era aquele ainda do sistema confederativo, que privilegiava a negociação e a pressão ao final. Portanto, as três cores que o representam: o vermelho é aquele sindicalismo político, de luta pelo poder; o amarelo significa negociação, inclusive em homenagem ao que o Stanley acabou de falar; e o preto, a pressão.

Portanto, o perfil da Nova Central é este: negociar à exaustão, mas, se chegou ao limite, como o Presidente acabou de dizer em sua palavra, nós vamos para a pressão em todas as suas formas, desde que legítimas e legais.

Nós também temos muita diferença na hora de atuar nas crise, por exemplo, na atual. A Nova Central, eu me lembro bem, em um momento quase que de crise no movimento sindical,porque estava muito dividido, que foi a questão do fator previdenciário, a Nova Central foi a primeira a se levantar da mesa e, em seguida, a CTB, até o final. Hoje estamos com unanimidade. Mas saiu dali. Assim também foi na terceirização. A Nova Central foi a primeira a sair da mesa de negociação porque do que estava ali proposto não cabia sequer negociação, porque eram princípios absolutamente invioláveis.

Mesmo agora, a posição da Nova Central tem sido, primeiro, saber de que lado do balcão nós estamos. Nós estamos do lado do trabalhador. Isso equivale a dizer que não assumimos como responsabilidade nossa a solução da crise, portanto, não aceitamos pagar a sua maior parcela. Mas também achamos que, já que fazemos do problema, temos que fazer parte da solução, não inviabilizar a governabilidade e, principalmente, não permitir que a nossa categoria, nossos trabalhadores, nossos dirigentes, nossas entidades caiam em uma armadilha, porque, muitas vezes, nesse momento de crise, você só vê a isca, não vê o anzol que está por trás, e são grupos de interesse, interesses inconfessáveis, que querem ferir de morte a democracia, manipulando, muitas vezes, quem defende a democracia. E isso o nosso presidente não permite, e é assim que deve ser. É uma excelente oportunidade para passar a limpo o Brasil, investigar e punir tudo que deve ser investigado e punido, mas sem permitir ferir a democracia.

Finalmente, Senador, eu queria encerrar com algo, com um papel que eu imagino, Presidente Calixto, ser um grande desafio nosso neste momento. Em todo esse ambiente de crise... Não se pode negar a crise. Muita gente quer negá-la, e o pior pecado que se faz contra a solução de um problema é não reconhecê-lo ou interpretá-lo equivocadamente.

O pior pecado que se faz contra a solução de um problema é não reconhecê-lo ou interpretá-lo equivocadamente. Estamos em crise sim, crise por quê? Os organismos de fomento da economia brasileira, que são os bancos públicos e os fundos de pensão, estão todos paralisados por investigação. E há crise porque o capital privado não investe por insegurança. O capital privado está, hoje, aplicando o seu capital fora do País, muitas vezes a remuneração zero, mas porque não tem coragem de aplicar aqui.

Então, tudo isso traz para o movimento sindical um momento muito, muito, muito delicado. Tanto é que existe um vácuo que hoje... Aproveito a oportunidade, com a presença do Dr. Ricardo José de Britto Pereira, membro do Ministério Público com quem temos uma fácil e profícua interlocução, para dizer que, nesse vácuo, o Ministério Público, ou seja, o Estado, está assumindo os destinos do movimento sindical, e isso não é permitido sequer pela nossa Constituição.

Nossa forma de custeio está em embate ou judicializada, nossa forma de organização, nossas eleições, nossos mandatos, nossos estatutos. Então, é uma excelente oportunidade para que, mais uma vez, o segmento do movimento sindical lidere essa ideia, junto com o Ministério Público, como já está em andamento. Por quê? Para reconhecer alguns excessos, algumas brechas que permitem macular o movimento sindical, mas sem permitir que o Estado venha nos ensinar como fazer sindicalismo. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Finalmente, Presidente, eu quero encerrar aqui dizendo que esse carinho que o senhor tem com a classe trabalhadora e esse carinho que a classe trabalhadora tem com o senhor vão muito além do mero carinho. Nós, a classe trabalhadora brasileira, temos com o senhor uma relação simbiótica. O movimento sindical, na atualidade, não consegue sobreviver em boas condições de luta e de demanda sem a presença do Senador Paim no Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Da mesma forma, V. Exª tem na classe trabalhadora, necessariamente, o seu maior apoiamento. Portanto, ao encerrar definitivamente, deixo conclamado, até em resposta ao que o Moacyr – cadê o Moacyr? – disse ainda há pouco: "Cabe aos gaúchos a responsabilidade de manter o Paulo Paim". Não: cabe aos brasileiros manter o Paulo Paim não aqui, mas um degrau acima do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que liderou aqui um grande movimento nesta sexta-feira, junto com sindicalistas do Brasil e de outros países, na homenagem dos 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Sr. Presidente, perdoe-me interrompê-lo, mas é para dizer algo muito importante – não levo mais que 30 segundos.

Quero dizer que, ao cumprimentar todos e todas, verifiquei o enorme desequilíbrio de gênero que nós temos neste ambiente, tanto na plenária quanto refletido aqui na Mesa, especialmente na presença do OIT, do Stanley. Por isso, eu queria que o senhor permitisse que eu me retirasse da Mesa e convidasse para me substituir a companheira Ledja, para representar as mulheres sindicalistas da Nova Central e fazer com que a fotografia final desta Mesa seja um pouco menos incorreta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, o João Domingos, como sempre, com sua diplomacia e sabedoria, verificando que faltava um mulher na Mesa – parece que ele e o Moacyr combinaram o jogo –, no encerramento de sua fala faz esse chamamento à Srª Ledja Autrilino Silva.

Seja bem-vinda à Mesa.

Parabéns João Domingos, pelo gesto. (*Palmas.*)

Passamos a palavra neste momento exatamente para Ledja Autrilino Silva, Diretora de Assuntos Cooperativos e Economia Solidária da Nova Central Sindical.

Eu estou deixando o encerramento desta Mesa para o representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª LEDJA AUTRILINO SILVA – Cumprimento todos os que compõem a Mesa, especialmente o meu Presidente, o Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores Calixto Ramos, e o baluarte desses trabalhadores todos aqui reunidos, o Senador Paulo Paim.

Com muita honra e orgulho, ocupo este espaço destinado às mulheres, pela grande luta que desempenham, que batalham, fazendo do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras um ponto e um marco referencial para todo o Brasil. Não é à toa que nós temos uma Presidente do Brasil, uma mulher. Apesar de todas as pedradas, apesar de todas as dificuldades, ela se mantém firme e forte, mostrando que a mulher brasileira tem muita garra. Nós, como trabalhadoras, defendemos o trabalhador e trabalhadora e, mais uma vez, mostramos a garra, a força e a determinação da mulher brasileira.

Muito obrigada pela distinção de estar aqui ocupando a Mesa neste momento de festa, neste momento de comemoração, mas também momento de reivindicação por melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores brasileiros, por condições dignas, pela redução da informalidade, por melhores condições de moradia, melhores condições de trabalho. Essa é a nossa luta e, nisso, nós, mulheres e homens, nos empenhamos para, cada vez mais, fazer o nosso Brasil crescer e despontar no mundo.

Parabéns à Nova Central. São dez anos de lutas, são dez anos de batalhas, são dez anos de conquista. Espero que nós possamos, cada vez mais, ascender ao degrau da melhor central sindical deste País, independentemente de partido político, independentemente de qualquer coisa que seja além da defesa firme, forte e fiel dos trabalhadores brasileiros.

Parabéns a todos que tiveram a iniciativa de criar essa Central diferenciada das demais. Parabéns a todos nós, que estamos nessa luta por uma Central cada vez melhor, maior e diferenciada.

Viva a Nova Central Sindical de Trabalhadores! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Ledja Autrilino Silva, Diretora de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidária.

Eu queria aproveitar este momento para dizer que, na próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã, nós estaremos lançando nesta Comissão a campanha "Eles por Elas", uma campanha universal, de todo o Planeta, através da qual as entidades visam conseguir um bilhão de apoiadores – apoiadores para a campanha dos homens contra a violência contra as mulheres. É uma bela campanha. (*Palmas.*)

Vai estar aqui presente uma representante da ONU. Queremos já convidá-la e, naturalmente, convidar os homens a estarem aqui nesta quarta-feira, às 10 horas, quando lançaremos essa campanha no Brasil.

É mais do que justo esse movimento. Vejo que, aqui no Brasil, apesar da Lei Maria da Penha, para cuja formulação ajudei, a violência contra a mulher continua. Aprovamos a Lei Maria da Penha, mas a violência contra a mulher continua, inclusive está em ascensão. É chegado o momento de o mundo dar um basta à violência contra a mulher.

Eu sempre digo que homem que é homem não bate em uma mulher, tem que ser muito covarde para bate em uma mulher. (*Palmas.*)

Se quer bate em alguém... Olha o tamanho do João Domingos ali: vá ali enfrentar o João Domingos para ver se não se acovarda... (*Risos.*)

Acho que é mais do que necessária essa campanha que o mundo todo está fazendo em relação às mulheres.

Eu disse hoje, em uma entrevista, o seguinte. Não é que a mulher seja o sexo frágil, elas são muito fortes e muito firmes e sabem o que querem – tanto que chegaram à Presidência da República. Temos uma mulher na presidência da Argentina e em outros países as mulheres também chegaram ao topo. Agora, no campo físico, claro que elas são mais leves, e o homem acaba espancando a mulher de forma covarde, o que tem que ser criticado. Homem que é homem não bate em mulher. Se bate em mulher é porque não é homem, deve ter algum problema – com todo o respeito, deve ter algum problema. Onde se viu estar batendo em mulher? Calculem os senhores: suas filhas ou esposas serem espancadas por alguém...

Nós vemos casos em que uma mulher está simplesmente na rua, como eu vi naquele programa de uma emissora da TV – acho que você viu também –, e o cara, que era um brutamontes – esse é o termo –, dá com o cotovelo na cara da menina – ela caiu dura no chão. Tem que pegar cadeia, meu amigo. Estás me ouvindo? Tu tens que ir para a cadeia sim, porque isso que você fez é covardia. Ele está respondendo a processo sim. Onde é que se viu aquilo que a gente viu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quinze dias de UTI, ela me lembra aqui. Quer dizer, eu acho que nós todos temos obrigação de, cada vez mais, nos colocarmos nessa linha de frente em respeito ao ser humano.

Estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos. Como vamos aceitar isso? Não dá para aceitar nem entender. E repito: homem que é homem não bate em mulher, tem que ser muito covarde parar bater em uma mulher.

Vamos batalhar para conseguir um bilhão de assinaturas para a campanha "Eles por Elas".

Vivam as mulheres, lutadoras representadas aqui na Mesa por você. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra agora ao representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, Sr. Norton Ribeiro Hummel.

O SR. NORTON RIBEIRO HUMMEL – Sr. Presidente Paulo, Paim, não me cabe relatar mais o problema crise econômica e política por que passamos no momento. Cabe a mim, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, apresentar os nossos agradecimentos.

A CNTEC também se sente homenageada ao homenagear a Nova Central, entidade criada com a participação da CNTEC, criada, como foi dito aqui anteriormente, para enfrentar desafios. Cabe a nós, representantes da CNTEC, dizer ao Presidente Paulo Paim, que esta homenagem prestada por esta Comissão muito enobrece a classe dos trabalhadores brasileiros, e a CNTEC faz parte dessa classe trabalhadora.

Como disse, nós estamos, estivemos e estaremos ao lado do Presidente Calixto para enfrentar os desafios que porventura apareçam pela frente em defesa do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Norton! Muito bem, Norton Ribeiro Hummel, que aqui falou pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

Agora o nosso querido amigo e colega, lutador que esteve lá no Sul também, Arthur Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA).

É uma satisfação tê-lo conosco, Arthur. (*Palmas.*)

O SR. ARTHUR BUENO – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Presidente José Calixto e todos os componentes da Mesa, todos os companheiros e companheiras aqui presentes e autoridades.

Senador, é motivo de muita satisfação podermos estar hoje homenageando e comemorando os 10 anos da Nova Central Sindical de Trabalhadores, da qual eu me orgulho muito de ser vice-presidente, um de seus vice-presidentes.

A Central, com 10 anos, ainda é uma criança. Vai entrar na fase de adolescência, e vai entrar na fase de adolescência em uma conjuntura que, com toda certeza, vai exigir muito mais de nós, que estamos dentro dessa Central, e de todos os representantes da classe trabalhadora.

Estamos vivendo um momento difícil, uma crise de governo, uma crise de credibilidade, e nós precisamos, mais do que nunca, estar firmes nessa trincheira para, pelo menos, assegurar os direitos conquistados pelos trabalhadores.

Não precisamos repetir aqui que o Senador Paulo Paim, com toda essa firmeza, com toda essa dedicação, tem realmente defendido esses direitos. Mas, Senador, eu queria registrar aqui neste momento que nós, que temos percorrido este País, temos constatado que essa crise está levando os trabalhadores a um certo desespero.

Além das demissões que vêm ocorrendo em nosso País, verifica-se a falta de segurança para esses trabalhadores, a pressão do capitalismo sobre esses trabalhadores, cujos empregos estão sob grande risco. Eles não têm nenhuma segurança, o que tem causado seriíssimos acidentes do trabalho dentro das empresas, e acidentes fatais.

Quero registrar que, recentemente, tivemos três acidentes fatais, o que é lamentável na nossa categoria de alimentação. Um companheiro trabalhador de 20 anos sofreu um acidente estúpido, um acidente fatal, em uma empresa no Estado de São Paulo, a Citrosuco, uma grande empresa em Matão, interior do Estado de São Paulo. Estivemos lá prestando homenagem à família e também protestando, pedindo mais segurança, enfim, cumprindo o nosso dever enquanto representante.

Agora, recentemente, explodiu uma caldeira em uma empresa de alimentação no Estado do Ceará – eu estive lá, cheguei esta noite de lá. Também estivemos onde morreram três trabalhadores, dois irmãos e um primo.

Tudo isso tem acontecido, e nós temos constatado que esta crise está contribuindo para isso.

E aqui eu quero deixar registrado também, Senador, que esta Central, na qual orgulhosamente ocupo uma vice-presidência, defende o que há de mais sagrado no movimento sindical, que é a garantia, através da unicidade sindical, da disputa de ideias dentro das entidades. Alguns gestores deste Governo têm tentado passar por cima da nossa Constituição e não garantir a unicidade sindical, mas esta Central tem defendido com todas as forças a unicidade sindical. (*Palmas.*)

E eu quero, para finalizar, dizer que a unicidade sindical, o sistema confederativo e a contribuição compulsória são os elementos que garantem uma entidade para que ela possa realmente fazer suas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, principalmente defendendo os trabalhadores de empresas que, muitas vezes, não fazem investimentos para garantir a saúde do trabalhador, para garantir a vida do trabalhador.

Em nome da vida do trabalhador, em nome da saúde dos trabalhadores, em nome dos direitos dos trabalhadores, quero aqui desejar, Calixto, que nós possamos dar continuidade a essa luta, nessa linha, para que nós possamos sempre defender aquilo que é mais sagrado para o trabalhador: a sua saúde e a sua vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Arthur Bueno. Meus cumprimentos ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação, que já esteve conosco em diversas audiências públicas nesta linha: defendendo a saúde e o direito dos trabalhadores.

Passo a palavra, antes do encerramento dos que estão na Mesa – o Plenário vai falar –, ao Moacyr Meirelles, Vice-Presidente da Cobap, sempre presente aqui quando convocado.

O SR. MOACYR MEIRELLES – Bom-dia a todos e a todas. Faço uma saudação especial ao Senador Paim e ao Presidente Calixto e saúdo todos os representantes da Mesa.

Quero dizer, Senador Paim, que é uma alegria muito grande estar aqui hoje, já que coube a mim, em nome da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, participar desta homenagem a esta grande entidade, a Nova Central.

Com prazer, e com responsabilidade, quero dizer ao Presidente Calixto que a Cobap o admira muito, assim como toda a diretoria da Nova Central. A Nova Central sempre foi parceira da Confederação, junto como Senador Paim.

Também quero falar rapidamente sobre o que o nosso colega Moacyr falou: da responsabilidade dos gaúchos – e eu me sinto responsável porque sou conterrâneo do Senador Paim, sou do Rio Grande do Sul e sei da importância do Senador aqui no Senado Federal.

Sempre digo, nós da Cobap sempre dizemos, Senador: "O que seria dos aposentados hoje sem o Senador Paim no Congresso Nacional?". A mesma coisa dizemos da Nova Central: "O que seria da Cobap sem a Nova Central, que sempre foi nossa parceira junto com outras centrais?". (*Palmas.*)

Mas a gente sabe que não são todas que têm a mesma linha que tem a Nova Central. Já foi pela segunda vez que tive oportunidade de ouvir o Presidente Calixto falar por que foi fundada a Nova Central. Deu para ver, sempre, que ele nunca fez conchavo nenhum com o Governo, sempre cuidou dos interesses dos trabalhadores e também dos aposentados, que sempre ele defende. Por isso temos esse grande apreço pela Nova Central.

Quero dizer também, Presidente Calixto, que nós temos uma grande parceria no Estado do Rio Grande do Sul com a Nova Central, principalmente agora, que assumiu o nosso amigo Oniro Camilo a presidência da Nova Central lá. Infelizmente, por uma fatalidade, faleceu o presidente da Nova Central lá, o Valtinho. Eu estava ao lado dele quando ele fazia um discurso, no dia 1º de maio, e lembro que ele só pôde dizer: "Me segurem que vou cair". E caiu morto, infelizmente. Mas essas coisas acontecem, e assumiu o Presidente Oniro dando continuidade ao seu grande trabalho e vem levando a Nova Central da melhor maneira possível.

Da mesma forma, eu quero transmitir o abraço que ele pediu que eu transmitisse para vocês. Ele também está nesse movimento que foi citado agora – telefonaram para o Senador Paim –, porque infelizmente a situação do Estado do Rio Grande do Sul é muito difícil. As coisas acontecem, e a gente tem que trabalhar para defender os direitos dos trabalhadores, dos aposentados.

Estas são minhas palavras.

Trago um abraço do Presidente Warley, de toda a diretoria da Cobap e de todos os 33 milhões de aposentados e pensionistas do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr.

O Calixto não me autorizou, mas eu dar aqui um depoimento de um minuto.

Na última votação do Fator Previdenciário e do reajuste aos aposentados, a Cobap tinha posto aqui uns 200 idosos – e vieram de diversas partes do País. Não foi votado no dia que esperávamos, que era na terça, e foi jogado para a quarta. Daí, o Moacyr e o Warley me procuraram e disseram: "E agora, Paim, como é que tu vais ficar com 200 trabalhadores aí? Eles não têm onde ficar".

Aí eu pensei comigo: "Pedir não é pecado e não é crime quando é uma coisa justa e honesta". Então liguei para o Calixto e disse: "Calixto, estou com um problema". E ele: "O que foi, Paim?". "Olha, estão aqui em torno de 200 companheiros que não têm para onde ir. Para eles dormirem dentro do ônibus é ruim, porque não tem condição, e amanhã vão estar aqui para acompanhar a votação do Fator e do aposentado." Aí ele me disse: "Estou com um problema porque tem um pessoal lá... Vou ser bem franco com você, estão em um curso na sede da CNTI. Mas me dá meia hora".

Aí eu me dirigi ao pessoal e disse que ele havia me pedido meia hora, mas daria um retorno. Acho que depois de 20 minutos ele me ligou e disse: "Pode dizer para eles irem para lá, está liberado, inclusive com café e tudo". Esta é a Nova Central, pessoal! (*Palmas.*)

E eram os velhinhos da Cobap, pelos quais tenho o maior carinho – velhinhos como eu, que já estou com 65.

Fiz esse registro, Moacyr, porque foi há pouco tempo isso, há uns três meses – esse foi o último, não vou contar todos aqui, todas as histórias.

Agora vou passar a palavra para o Dr. Francisco José Pontes Ibiapina, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego – vai falar pelo Ministro.

O SR. FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA – Isso.

Bom-dia a todos e a todas.

Sexta-feira o Ministro Manoel Dias me chamou e disse: "Ibiapina, eu tenho uma missão para você. Segunda-feira eu estou me deslocando para o exterior para participar do G-20 dos Ministros da Fazenda e do Trabalho, mas nós temos um compromisso inadiável na segunda com a Nova Central. Nós temos que estar presentes, o Ministério do Trabalho tem que estar presente". Eu disse: "Claro, Ministro". Missão dada é missão cumprida, e aqui estou.

Mal sabia ele que, além da missão, ele estava me dando um momento de satisfação, satisfação por estar em uma Mesa com várias entidades parceiras, com várias pessoas que lutam, batalham pelo direito dos trabalhadores, como o Senador Paulo Paim, que aqui está – obrigado, Paulo Paim. (*Palmas.*)

E falo não só como Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego. Eu sou servidor de carreira, eu sou Auditor Fiscal do Trabalho, e nós temos acompanhado a luta do Senador Paulo Paim em defesa dos trabalhadores contra a terceirização, defendendo também a auditoria fiscal do trabalho como elemento importante de regulação das relações de trabalho.

Tenho a satisfação, também, de estar aqui com Calixto, mais uma vez. Em seu nome, quero saudar todos os dirigentes sindicais que aqui estão – à exceção das mulheres, que eu gostaria de saudar na pessoa da Ledja – parceiros como o Dr. Stanley, da OIT, como o Subprocurador do Trabalho, Dr. Ricardo, que está junto do Ministério do Trabalho em várias lutas, como o Ministério do Trabalho também está junto do sindicato em várias lutas, ainda que, às vezes, nós tenhamos divergências em algumas coisas.

Nós temos que compreender que, na busca do que é melhor para o mundo do trabalho, às vezes, temos compreensões diferentes das coisas. O importante é saber que nós vamos chegar a um consenso e a um fim que vai ser bom para todos. É essa a compreensão, essa a leitura que eu faço deste momento que nós vivemos.

O Calixto se reportou à base, se reportou às centrais estaduais. Eu queria também falar da base, dos sindicatos que estão lá na ponta, dos sindicatos que compõem a Nova Central, que estão lá lutando no dia a dia. São sindicatos que podem ajudar, Arthur Bueno, na identificação e prevenção de acidentes no Ceará, como você falou – eu vim do Ceará, eu era superintendente do Ceará e o Ministro Manoel Dias me chamou: "Ibiapina, venha trabalhar em Brasília"; eu estou aqui há cinco meses.

Essa última explosão que houve no Ceará foi no interior, em uma cidade do interior do Ceará a 250 quilômetros da capital. O Estado não é tão presente, então a gente precisa das entidades sindicais que estão lá na ponta, acompanhando o dia a dia do trabalhador, para municiar o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, para que a gente possa adotar alguma ação preventiva para evitar que fatalidades se repitam.

Como falei do Ceará, vou saudar os representantes da Nova Central do Ceará na pessoa do Luís Onofre, meu amigo Lampião. (*Palmas.*)

Ele é presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria e Turismo no Estado do Ceará, onde faz um trabalho magnífico, não só de representação sindical, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desculpe, mas quem é o Lampião?

O SR. FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA – Não, acho que ele não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, não está aqui. Então vá lá.

O SR. FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA – Mas, se está nos assistindo, um abraço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA – Está chegando, não é? O Ceará tem dificuldade com os voos: ou saem muito cedo ou saem um pouco mais tarde. Então, quem não acorda muito cedo, chega um pouquinho mais tarde em Brasília.

Quero deixar meu abraço ao Luís Onofre e, em nome dele, saudar todos aqueles que estão nos Estados, que representam as centrais estaduais.

O momento é um pouco turbulento mesmo, como foi colocado aqui, e o papel das centrais tende a ser preponderante neste momento. O Governo tem tomado algumas medidas que podem nos ajudar a atravessar esse período.

O Programa de Proteção ao Emprego, que foi lançado recentemente – o Calixto estava lá no lançamento com a gente – é um instrumento que pode vir a ser um dos caminhos para atravessarmos essa situação.

Sexta-feira mesmo nós assinamos a adesão das três primeiras empresas: são 2,5 mil trabalhadores que mantiveram seus empregos. E gente tem que deixar claro que o Programa de Proteção ao Emprego não é destinado às empresas em dificuldades, ele é destinado aos trabalhadores das empresas que passam alguma dificuldade, porque o objetivo dele é a manutenção do emprego. Trata-se da manutenção das pessoas trabalhando, colaborando, contribuindo, gerando riquezas e com a empresa recolhendo ainda todos aqueles encargos para o trabalhador, como o FGTS, o INSS, tudo o que lhe é devido.

Há outra coisa com a qual a Central pode colaborar bastante agora: o fórum de debates de previdência, trabalho, emprego e renda. Acredito firmemente, Calixto, que a Presidenta Dilma não instituiu o fórum para ser somente mais um.

O Ministro Miguel Rossetto não está instalando o fórum quarta-feira para ser somente mais um, mas, sim, com a participação ativa das centrais sindicais e de toda a sociedade civil organizada, para que nós possamos ter propostas concretas, firmes, para serem realmente implementadas pelo Governo, principalmente no que diz respeito ao combate à rotatividade no mercado de trabalho.

A rotatividade é um mal muito pernicioso – você entra e sai, entra e sai – a rotatividade leva a situações de estresse. Há também a questão do combate à informalidade, para que os trabalhadores não estejam desamparados no seu dia a dia.

Colaborando, neste momento que o Brasil atravessa, com os fóruns instituídos, colaborando com os entes estatais, tenho certeza de que a Nova Central prosseguirá por muitos mais anos, buscando desenvolvimento com justiça social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Francisco José Pontes Ibiapina, que aqui falou em nome do Ministério do Trabalho e Emprego.

Agora nós vamos, de imediato, para o Plenário.

Passamos a palavra para Geraldo Ramthun, grande Geraldo lá do solo gaúcho.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Vizinho de cerca: do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é da Região Sul.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Com certeza.

Nós queremos aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar o companheiro José Calixto Ramos, os demais dirigentes sindicais da Nova Central, que estão na Mesa, a companheira Ledja – e, em seu nome, a gente cumprimenta as mulheres presentes e aquelas que nos assistem –, o Dr. Francisco Pontes, o Dr. Ricardo José Macedo, o Dr. Stanley. Queremos cumprimentar também os nossos dirigentes sindicais das centrais regionais, os nossos presidentes, os sindicatos, federações e confederações filiadas à Nova Central Sindical. Trazemos aqui um abraço fraterno do Paraná.

É importante, Senador Paulo Paim, estar neste momento aqui na comemoração dos dez anos da Nova Central Sindical. Nós estivemos sexta-feira passada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e lá verificamos o carinho que os gaúchos têm por V. Exª.

Nós estamos preparando um grande evento para o dia 2 de outubro, em Foz do Iguaçu, com o movimento sindical do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Logo V. Exª receberá o convite para participar desse evento no qual discutiremos diversos temas. Esperamos que, dessa forma, o fórum sindical possa alavancar a luta da classe trabalhadora e do movimento sindical.

Já foi falado aqui, pelo Presidente Calixto, pelo vídeo, por que a Nova Central foi fundada. Nos estatutos, é verdade, nós defendemos a unicidade sindical, nós defendemos o fortalecimento das categorias, inclusive as diferenciadas, mas, acima de tudo, a proteção dos nossos dirigentes sindicais. E eu lembro aqui que V. Exª tem um projeto de lei no Senado aprovado, que é o PLS nº 177, justamente aquele que dá estabilidade aos dirigentes sindicais. Isso vem ao encontro da nossa bandeira de luta.

Nós também lutamos pelas convenções e pelo fortalecimento das convenções coletivas de trabalho. Temos participado ativamente da discussão da terceirização. E V. Exª esteve no Estado do Paraná, onde esteve presente também o Senador Roberto Requião e a Senadora Gleisi, que demonstraram que são contra o projeto da forma como está.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Sª me permite um aparte?

O SR. GERALDO RAMTHUN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não sei se você estava no evento de sexta agora, que foi também no Paraná.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na ocasião, eles pediram muito para mim, eu fiz de tudo para ir, mas não deu. Tínhamos o evento da Confederação, que era no mesmo dia, e eu tinha que ir a São Paulo e depois ir para lá. Se saísse daqui no voo das seis, eu iria chegar no evento às 21h, quando já teria praticamente sido encerrado.

Então a você, como representante do Paraná, eu queria neste momento pedir desculpas. Eu sei que o Requião, ex-governador, foi e justificou a minha ausência – ele citou dois motivos, a questão da coluna e o evento que eu tinha aqui, da CSPB.

Então, se você também vir os companheiros lá... Era o lançamento do Fórum Democrático e Popular, mais uma frente em defesa da democracia e contra os projetos que vão na linha do atraso. Peço que você leve este meu pedido de desculpas para o Zenir. Assim mesmo, eu mandei um vídeo mostrando que eu falei no plenário sobre o evento que estava sendo realizado lá.

Vou lhe dar mais dois minutos.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Muito obrigado.

Eu levarei essa mensagem aos companheiros. O evento foi realizado. É um fórum igual àquele que aconteceu no Rio de Janeiro. Eu também estava em Porto Alegre e não consegui participar, estava com o movimento sindical, mas levarei essa mensagem de V. Exª.

Quero aproveitar aqui, Senador, e dizer aos presentes e aos telespectadores que a Nova Central Sindical é formada por grandes dirigentes sindicais e grandes entidades sindicais. O Presidente Calixto falou que não trouxe escrito o que iria falar. Isso não é necessário, porque a Nova Central Sindical é de grandes dirigentes sindicais, discutimos em todos os setores e qualquer matéria.

Gostaria de reproduzir aqui o que falamos no Rio Grande do Sul, sexta-feira, quando estávamos presentes. É importante dizer que a Nova Central Sindical é diferente das demais, tanto é que nós não nos envolvemos na questão de partidos políticos – entendemos que partidos são uma coisa e a Nova Central é outra coisa. Nós falávamos no Rio Grande do Sul que o movimento sindical representa o seu todo, não é partido político – o partido representa uma parte. Para nós, do movimento sindical, da Nova Central Sindical, o sindicato representa a categoria de trabalhadores, todos os trabalhadores, não importa o time para o qual torcem, sua religião, sua cor, não importa sua ideologia política. Nós somos o todo e representamos o todo.

Acima de tudo, o movimento sindical brasileiro e o movimento sindical representado pela Nova Central Sindical não são financiados pelo Estado. O movimento sindical é financiado justamente pelos trabalhadores, o que é diferente do que acontece com os partidos políticos – há uma parte de dinheiro que vai para o partido político, para o Fundo Partidário.

Quero aproveitar esta oportunidade em que estão na Mesa o Dr. Stanley, o Dr. Ricardo e o Dr. Francisco, do Ministério do Trabalho, para dizer que as centrais sindicais – a Nova Central Sindical junto – fizeram uma denúncia – e quero aproveitar para falar, porque estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos – em 2014, na OIT, sobre cinco temas: contribuições; interdito proibitório; proteção aos dirigentes sindicais; categorias essenciais.

Falamos das contribuições, o que vai ao encontro do projeto de lei de V. Exª, o 248, que regulamenta as contribuições. Quando nós falamos da proteção dos dirigentes sindicais, estamos falando do PLS 177. Diga-se de passagem que o PLS 248, que regulamenta as contribuições pelas convenções coletivas, está amparado no Item 8.1 da Convenção 95 da OIT. O fortalecimento das convenções coletivas, como falou o Dr. Ricardo – esse entendimento entre capital e trabalho – está na Convenção 154 da OIT.

Senador Paulo Paim, companheiros e companheiras, quero aproveitar este momento da comemoração dos dez anos da Nova Central Sindical para fazer uma denúncia, ou uma lamentação, perante esta audiência, e é justamente relativa à questão das contribuições.

Nós passamos a trabalhar num grupo *ad hoc* depois que saiu a reclamação na OIT – o Dr. Stanley está nos acompanhando. Estamos fazendo reuniões, e esse grupo tem seis meses para formatar soluções para esses temas que já levantei – estamos trabalhando incansavelmente para tentar achar a solução.

Dr. Ricardo, no Estado do Paraná temos entidades sindicais que assinaram um Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho. Nesse Termo é dito que se pode descontar a contribuição assistencial dos não associados, desde que se dê 10 dias de prazo – está lá o Termo de Ajuste de Conduta, Dr. Stanley.

Um Procurador, agora, entrou com uma ação civil pública pedindo a nulidade da cláusula convencional e dizendo que seria cobrada uma multa de R$250 mil por dano à sociedade.

Agora vem a pergunta. O movimento sindical assina um TAC com o Ministério Público do Trabalho, que nós entendemos que tem fé pública. Aí, outro Procurador ingressa com uma ação civil pública. Isso é um ato antissindical cometido por um Procurador baseado nas práticas antissindicais da Convenção 98 da OIT? Veja a situação em que nos encontramos. Onde está a segurança jurídica?

Chamo atenção neste momento, Dr. Ricardo, para esse problema. E o que nós solicitamos neste momento – aproveitando que V. Exª está aqui, assim como o Senador Paulo Paim e tantas autoridades – é que, enquanto esse grupo discute as soluções para esses temas, que possam ser suspensas as ações do Ministério Público com referência às contribuições.

Nós vamos discutir no grupo *ad hoc*. Poderia ser suspenso. O Paulo Paim está aqui e já falou no início da reunião que, após o debate da terceirização, vai começar a discutir a questão das contribuições. Eu penso que temos que ser parceiros nessa empreitada, porque movimento sindical de trabalhadores sem dinheiro não consegue movimentar todos esses enfrentamentos que vêm pela frente.

Dito isso, quero aqui, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim e dizer que, apesar de todos os problemas que existem, nós respeitamos as instituições e queremos o fortalecimento delas. Não é possível tirar força das instituições. Nós queremos um Ministério Público do Trabalho forte, nós queremos um Congresso forte, mas queremos também um movimento sindical forte, que consiga se contrapor a essas investidas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Geraldo. Meus cumprimentos pela fala.

Como eu não fui a esse evento, quero, de público, assegurar que vou adaptar a minha agenda para, no dia 2 de outubro, estar lá com vocês em Foz do Iguaçu. Você pode alertar a moçada que estarei lá.

Geraldo Gonçalves com a palavra.

O SR. GERALDO GONÇALVES – Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a Mesa. E aqui quero me permitir nominar alguns representantes e instituições, em função de vivermos este momento de comemoração dos dez anos da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Vou nominar também algumas situações que nos cercam neste momento.

Quero cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim e dizer que, dentro da nossa filosofia de composição da Nova Central Sindical de Trabalhadores, independentemente do partido e do cargo que disputa, estaremos sempre ao seu lado; independentemente de financiamento privado, ainda que com financiamento da pessoa física, estaremos ao seu lado. Ter um Senador da República com tamanha compreensão, que faça tamanha defesa da igualdade de direitos neste País, para nós, é motivo de muito orgulho. (*Palmas.*)

Gostaria de cumprimentar nosso Presidente Calixto e dizer-lhe que é muito bom fazer parte da composição da diretoria da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Sempre o tratei com muito respeito e com carinho peculiar. Sempre o chamo de "meu guru", porque irradiar tamanho espírito de solidariedade e capacidade de doação, para nós, enquanto componentes da Nova Central, é muito importante.

Importante ainda, Calixto, é dizer que essa representação e esse tempo de dez anos para nós é muito longo se comparado com as instituições privadas que nascem neste País – de cada dez, oito morrem apenas com dois anos e, das duas que sobrevivem, 80% delas morrem aos cinco anos.

Nós estamos no décimo ano, remando em águas turvas, porque estar sindicalista neste País é caminhar no fio da navalha. Por isso eu o parabenizo novamente.

Dizer que ter nas pessoas dos presidentes das seis confederações que compõem a outra administração esse corpo diretivo da nossa Central, para nós tem uma importância fundamental. São trabalhadores dos segmentos mais adversos e são lideranças estabelecidas. São lideranças que, independentemente de perdurarem no poder, têm um processo eletivo. São lideranças que muito orgulham os trabalhadores brasileiros.

Também quero cumprimentar o Dr. Francisco José Pontes, como representante do Ministério do Trabalho, e dizer-lhe que a composição desta Mesa carrega enorme nobreza. Ter o Ministério do Trabalho conosco é muito importante. Pena termos que ratificar e reconhecer que os últimos governos deste Estado que se diz de direito não têm dado ao Ministério do Trabalho a importância que merece. Quando se tem uma fila de três mil sindicatos não é por incompetência, mas por falta de concurso público – para que se tenha um número condizente com a demanda de servidores públicos a serviço da relação capital/trabalho.

Gostaria de dizer, meu caro Stanley, que a representação da Organização Internacional do Trabalho tem um papel primordial na relação capital/trabalho do Brasil. Sabemos que o senhor vem acompanhando todas essas discussões. E sabemos mais que isso. Conforme mencionou meu companheiro e colega Geraldo Ramthun, estivemos em Genebra por ocasião dessa denúncia, quando aconteceu, todos aqueles quesitos... Mas não vou ser aqui redundante.

Tivemos reuniões a partir daí com o nosso Presidente do Superior Tribunal do Trabalho. Estamos agora prestes a fazer a discussão, na próxima sexta-feira, dia 4, dentro do Conselho Nacional de Relações do Trabalho do grupo *ad hoc*, do qual o senhor faz parte.

Quando se tem como prioridade neste País a relação capital/trabalho... Foram os trabalhadores brasileiros que construíram a riqueza deste País. Foram os trabalhadores brasileiros que trouxeram este País ao patamar em que está, um país de exportação neste momento. E são esses trabalhadores brasileiros que agora sofrem com a demissão imotivada. São esses trabalhadores que perdem o emprego no momento em que o Governo se predispõe, através do PPE, a aplicar dinheiro do FAT para subsidiar a não aplicação da contribuição da Previdência Social, que são os encargos sobre a folha de pagamento. O que se vê, mais uma vez, é votarem no Conselho do FAT o não pagamento do PIS no segundo semestre para fazer uma economia de R$9 bilhões. Enquanto isso, não se vê o Governo apertar o próprio cinto.

Então, há todas essas questões, desde o interdito proibitório até a questão da intervenção de alguns Procuradores, de alguns profissionais do Ministério Público do Trabalho pedindo um termo de ajuste de conduta, como se a nossa conduta não fosse adequada, mesmo sabendo que ela parte da aprovação de quem é soberano na relação capital/trabalho – não os dirigentes sindicais, mas, sim, a assembleia dos trabalhadores; são essas assembleias que liberam e aprovam. Esse termo de ajuste de conduta para nós é muito triste, porque sabemos que a composição da Nova Central Sindical dos Trabalhadores nasceu para fazer cumprir a unicidade sindical. É dentro desse quesito que nós primamos por ratificar o sistema confederativo, através da união de seis confederações.

Temos promovido o desenvolvimento através de uma capacitação que se apresenta a cada momento no Estado, no que diz respeito à administração sindical com responsabilidade social. Trata-se de preparar uma administração sindical no quesito planejamento e no quesito administração estratégica com visão de futuro.

Quando cumprimos o chamado da Constituição Federal, em seus arts. 403 e 404, que chamou a sociedade civil para, de forma organizada, contribuir na construção e na deliberação das políticas públicas sociais básicas, prioritariamente educação, saúde, assistência social, nós cumprimos o terceiro quesito da Nova Central Sindical dos Trabalhadores: justiça social.

E é dentro desse princípio que eu quero também lhe dizer, meu caro Dr. Ricardo José, que foi um colega seu que, com nobreza de compreensão, buscou a fundamentação legal para punir o empresário que não tem sequer – isso é mundial, está globalizado – a compreensão da boa relação capital/trabalho – e escravizava os nossos jovens e adolescentes dentro dos McDonald's.

Foi um Procurador que fez cumprir uma multa, que fez deslanchar um processo tão nobre para nós trabalhadores, o que já foi aqui ressaltado.

Mas nós gostaríamos de ter, de outros companheiros desse próprio Ministério Público, a compreensão de que é possível estabelecer um diálogo – e a Nova Central tem como filosofia de atuação o diálogo. Trata-se de saber escutar, ouvir, saber analisar para, juntos, tentarmos fazer essa tratativa.

Achar que o movimento sindical, que as entidades sindicais de primeiro grau vão sobreviver com 60% do imposto sindical... Como o piso salarial médio brasileiro é de R$900,00, teríamos uma contribuição de R$30,00 ano. Pegando 60% de R$30,00, temos R$18,00; dividindo isso por doze meses, chegamos a R$1,50 por empregado de imposto sindical. Isso não paga uma única carta no correio para mandar um jornalzinho que fala da relação capital/trabalho. Então, achar que essa sobrevivência é possível... Isso é tirar a autossustentabilidade financeira das entidades sindicais.

Tomemos o momento anterior à Constituição Federal, que temos como cidadã. Naquele momento, o movimento sindical brasileiro foi fundamental para que acontecesse a Assembleia Constituinte e, aí, fossem apresentados todos os quesitos relevantes para a sociedade brasileira.

Por isso, eu quero mais uma vez cumprimentar e parabenizar o nosso Presidente José Calixto Ramos e todo o seu corpo diretivo pela nobreza que temos na filosofia, desenvolvimento e atuação dentro do movimento sindical brasileiro.

Quero aqui me despedir saudando o meu querido Moacyr Tesch, que é o presidente da Contrato, da qual sou o Secretário-Geral, em nome de quem saúdo todos os outros presidentes de confederações.

Parabéns, pelos dez anos, a todos nós da Nova Central Brasileira. Que possamos completar 20, 30, quiçá 50 anos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Geraldo Gonçalves – ficou exatamente nos 10 minutos.

Fernando Bandeira. Vou fazer um apelo no sentido da observância do tempo. Quando faltar um minuto, eu aviso.

O SR. FERNANDO BANDEIRA – Senador Paim, companheiro Calixto, demais integrantes da Mesa, pretendo ser bem objetivo.

Queria registrar que sou sindicalista com mais de 35 anos de luta no Estado do Rio de Janeiro e, durante todo esse período, organizamos os vigilantes em nível estadual e, depois, nacional. Formamos federação, até confederação também, mas nunca fizemos parte de nenhuma central sindical, exatamente porque verificamos que a Nova Central era exatamente o que nós queríamos – defendendo o sistema confederativo, defendendo a contribuição sindical e respeitando a liberdade de cada um dos sindicalistas na sua opção política, na sua missão partidária. Por isso tenho muito orgulho de fazer parte hoje da direção nacional da Nova Central.

Realmente, é uma central que defende, intransigentemente, o direito dos trabalhadores. Nunca recebeu um centavo do governo, nunca recebeu nenhum centavo de um empresário, diferentemente de outras centrais que funcionaram, mesmo sem serem legalizadas, recebendo dinheiro do FAT.

Nós realmente temos um orgulho muito grande de estar hoje aqui comemorando dez anos da Nova Central. Com muito orgulho, faço parte dela.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Rudney Carvalho, assessor direto do Requião, quero que você agradeça ao Requião, porque eu o vi falando lá, me defendendo e justificando por que eu não estava lá naquele dia.

Está aqui um amigo nosso nos visitando: do Paraguai, Dr. Emilio Báez Maldonado. (*Palmas.*)

Por favor, passe aqui para frente.

Ele é diretor da Prefeitura de Assunção, Projeto Integração.

Seja bem-vindo. Você está assistindo aqui a uma homenagem aos dez anos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. É uma central política, mas suprapartidária. Aqui estão companheiros filiados a qualquer partido, ou até a nenhum partido, que livremente expressam o seu ponto de vista.

Se quiser fazer uma saudação, use o microfone próximo a você – aperte para acender a luz verde.

Dr. Emilio, por favor.

O SR. EMILIO BÁEZ MALDONADO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Você veio aqui acompanhado de um assessor que lhe tem muito carinho, Samuel, que trabalha com um grande Senador desta Casa, o Senador Requião. É um nome que já foi lembrado inúmeras vezes, inclusive para ser candidato a Presidente da República, e que tem representado, com muita maestria, o Brasil, principalmente no Mercosul, toda vez que para tanto é convocado.

Eu gostei de ver, Dr. Emilio, o *slogan* do seu cartão "Capital Verde", que significa também o respeito permanente ao meio ambiente e, consequentemente, aos direitos humanos. Quem não respeita o meio ambiente não respeita os direitos humanos. Falar em "capital verde" significa defender a vida.

Meus cumprimentos a V. Exª. (*Palmas.*)

Por favor, Rudney Carvalho com a palavra.

O SR. RUDNEY VERA DE CARVALHO – Bom-dia, Senador. Bom-dia, companheiros e companheiras.

É um prazer estar aqui nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rudney, me permita – eu faço aparte porque Senador pode fazer aparte aqui!

Pedi desculpas a Curitiba em função de minha ausência naquele fim de semana – que antecedeu este naturalmente. Acabei entrando no hospital em São Luís, porque tive uma crise muito forte de coluna. E eu soube que você foi um dos que organizou tudo por lá, inclusive com *outdoor* na cidade para me receber. E eu, por motivo de doença, não pude estar lá. Então eu queria agradecer muito a você. Permita-me puxar uma salva de palmas. Eu voltarei lá com certeza absoluta. (*Palmas.*)

O SR. RUDNEY VERA DE CARVALHO – Bem colocado por V. Exª. Nós realizamos esse evento no último dia 14 de agosto, no Estado do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, na Assembleia Legislativa, e, para nossa surpresa, 48 horas antes da realização, recebemos a triste notícia de que o Senador estava hospitalizado. E nós fizemos lá, se o senhor não sabe, num momento antes da audiência, uma oração, uma reza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu recebi as fotos, que mostram isso.

O SR. RUDNEY VERA DE CARVALHO – A Nova Central fez dez *outdoors*, sendo seis fixos...

O SR. RUDNEY VERA DE CARVALHO – Sim, a Nova Central fez dez *outdoors*, sendo seis fixos e quatro digitais, no centro da cidade. Foi uma festa. Pena que o senhor não pôde estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu voltarei.

O SR. RUDNEY VERA DE CARVALHO – Mas já está marcada para fevereiro do ano que vem, conforme a sua agenda, essa audiência.

Voltando ao tema, nós no Mato Grosso do Sul criamos também, há cinco anos, a Nova Central. Já havia dois sindicatos e uma federação filiada. Hoje, são mais de sessenta sindicatos filiados à Nova Central, porque os sindicalistas acreditam que essa central é diferenciada. Já foi apresentada por todos aqui a diferença que tem a Nova Central.

Então, eu estou como Presidente da Nova Central no Estado de Mato Grosso do Sul e me orgulho muito de fazer parte dessa família.

Parabéns a essa família Nova Central. Que nós possamos chegar aos cem anos, se Deus quiser.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu, Rudney. Grande Rudney.

Agora passo a palavra a Sônia Maria Zerino da Silva.

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Estou um pouco rouca, mas não poderia deixar de cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso Presidente, o Sr. José Calixto, homem incansável na defesa e na luta pela qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros.

Parabenizo o Senador Paim pela iniciativa de fazer esta audiência em comemoração aos dez anos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Cumprimento todas as autoridades e os companheiros dirigentes sindicais presentes neste ato.

Realmente, a Nova Central tem cumprido o *slogan* a que se propôs: unidade, desenvolvimento e justiça social. E justiça social se faz por meio da cidadania e do olhar de gênero.

Temos realizado um trabalho muito grande em relação às mulheres brasileiras. Somos 52% da população deste País, quase a metade da população ativamente econômica. E a Nova Central, por meio da Executiva, de todos os presidentes das estaduais, companheiros presidentes dos sindicatos e filiados têm se preocupado com o trabalho feminino, com o combate à violência, com o combate ao assédio moral e sexual e com a implementação, nas convenções coletivas de trabalho, das causas de gênero e de raça, no sentido de coibir a discriminação da mulher no mercado de trabalho.

Nesta oportunidade também, como está presente o senhor representante da OIT, eu gostaria de fazer uma ressalva. Nós temos incansavelmente trabalhado pela questão de salário igual para trabalho igual. Inclusive com o apoio do Senador Paim, fizemos um seminário aqui, no Auditório Nereu Ramos, em prol da aprovação do PL 130. O Senador nos deu muito apoio para a aprovação do PL 130, que está tramitando no Senado. Todos os PLs que falam de igualdade param. Na Câmara, estava o PL 6.653, que ficou parado. Aqui também, o PL 130, que está na comissão e do qual V. Exª é relator, mas parece que também está parado. Porque as bancadas, tanto na Câmara como no Senado, são de empresários. Todas as vezes em que nos articulamos para colocar esses projetos em pauta, eles desarticulam, e nós não conseguimos, apesar das mobilizações que temos feito, não apenas com trabalhadores da Nova Central. Conseguimos o apoio também das demais centrais no que se refere à pauta de gênero das mulheres trabalhadoras.

No que se refere à OIT, já foram ratificados pelo Brasil os tratados internacionais, as Convenções 100 e 111 da OIT, que não estão sendo efetivadas, que falam de igualdade de salário para trabalho igual.

Nesta oportunidade, eu gostaria de fazer essa ressalva ao representante da OIT, juntamente com o representante do Ministério do Trabalho e autoridades aqui pertinentes, para que vejam com carinho a questão de se efetivar os tratados internacionais que este País já ratificou.

Queria dizer ao Sr. Calixto, esse grande homem, que, apesar de tanta responsabilidade que tem, tanto na CNTI como na Nova Central, é incansável. Assim como os demais diretores da Nova Central que têm dado apoio à questão do recorte de gênero na Nova Central, onde temos trabalhado, organizando todas as mulheres, independentemente de categoria. Nós temos organizado, nas bases, servidoras públicas, rodoviárias, industriárias, todas as mulheres. A Nova Central não tem medido esforços para organizar no que diz respeito ao reconhecimento, à dignidade e ao respeito às mulheres trabalhadoras.

Parabéns à Nova Central por sua luta, independentemente de todas as lutas que tem feito, pela luta das mulheres trabalhadoras.

Parabéns, Sr. Calixto, homem incansável, que anda de um lado a outro deste Brasil para que os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras e suas famílias sejam respeitados e tenham dignidade, para que suas famílias tenham comida na mesa, educação, saúde e qualidade de vida.

Parabéns à Nova Central pelos dez anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sônia Maria Zerino da Silva.

Gostaria de fazer apenas um esclarecimento: na minha mão, projeto de trabalhador e trabalhadora não fica. Eu aprovo tudo.

Sabe quanto tempo esse aí ficou na minha mão? Aproximadamente 15 dias. Relatei e aprovei. Apresentei requerimento de urgência, mandei direto para o plenário. Aí, você está certa, o setor empresarial entrou com um requerimento, retirou o projeto do plenário e mandou para a Comissão de Reforma Agrária. E o que tem a ver Comissão de Reforma Agrária ou de Infraestrutura com o Projeto 130.

Fui ao plenário e cobrei inúmeras vezes. Por que cobrei? Inclusive o projeto não é meu, é do Deputado Marçal Filho. Eu só fui o relator. E aprovei. Eu vou ao plenário todos os anos, no dia 8 de março, para a sessão de homenagem às mulheres. Contudo, não votam um projetinho como esse. E a Constituição já diz que a mulher tem que receber, pela mesma função, o mesmo salário que o homem.

O que faz o projeto do Deputado Marçal, que estou elogiando e aprovei na íntegra? Ele apenas diz que quem não cumprir, vai receber multa. Em resumo é isso. E eles não querem a multa porque não querem cumprir. É como se uma mulher, na mesma atividade, com a mesma produção, fazendo tudo igual, não pudesse receber o mesmo salário. Por isso estou propondo, na quarta-feira, quando fizermos aqui o lançamento de um bilhão de assinaturas, irmos até o Presidente Renan, pois a melhor forma de homenagear as mulheres é votar o PLS 130. (*Palmas.*)

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Certo, Senador. Nós sabemos do seu compromisso com as mulheres trabalhadoras. Tanto é que, naquela audiência no Auditório Nereu Ramos, V. Exª, mesmo estando em outra comissão, passou o dia todo lá, dando o maior apoio às mulheres trabalhadoras.

Nós nos congratulamos com V. Exª pelo compromisso com as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora temos que dar um calor também aqui, porque todo mundo fala em defender as mulheres, mas o projeto não é aprovado. Temos que fazer pressão. Não adianta discurso. É um projeto simples, você tem toda razão. Então, o que vamos fazer? Nós vamos fazer aqui na quarta e vamos lá, em uma delegação, vamos apresentar um requerimento de urgência, outra vez, para retirar da comissão para onde foi só para não votar e jogar no plenário. E vamos ver quem é a favor ou contra as mulheres.

Decisão tomada aqui.

Agora, mais uma informação. Rafael Galvão, Diretor de Qualificação do MTE. Meus cumprimentos pela presença. (*Palmas.*)

Tem um cidadão que está quieto. Eu não gosto de vê-lo quieto. Quando ele está quieto algum problema existe. Ele não estava na lista, mas vou passar a palavra para ele agora, que é o Francisco Calazans.

Você tem dez minutos, como todos os painelistas.

Ele é um guerreiro. Está sempre comigo, junto com o Moacyr. No debate sobre o McDonald's, puxou a linha de frente. É importante ouvi-lo aqui hoje também.

O SR. FRANCISCO CALAZANS – Senador Paim, em primeiro lugar, quero agradecer a surpresa de me conceder a palavra. Confesso que não estava esperando.

Quero cumprimentar o meu Presidente Calixto, como exemplo de sindicalista, o Omar e tantos outros que nos fazem acreditar, os demais membros da Mesa, os companheiros e as companheiras.

Vou ousar discordar um pouco do meu Presidente Calixto, que disse que a Central nasceu pequenininha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda bem que discordou dele. Pensei que ia discordar de mim.

O SR. FRANCISCO CALAZANS – Eu acho que ela já nasceu madura, raciocinando com maturidade, até mesmo em função de todos os princípios básicos que nós cultuamos, que nós conservamos. Realmente, ela nasceu adulta.

A proposta da Nova Central Sindical é congregadora. É por isso que quem se aproxima da Nova Central se aproxima com consciência, sabendo por que está se aproximando.

Aproveito a presença do Dr. Ricardo, que é um homem muito culto – às vezes temos discordâncias –, e do representante do Ministério Público para pedir às instituições, ao Ministério do Trabalho também, para que aproveitem o pensamento sadio da Nova Central Sindical, essa contribuição que se procura dar no sentido do aperfeiçoamento da relação capital/trabalho. Eu acho que se dialogarmos mais, se o meu Presidente Calixto for ouvido mais, essa contribuição se tornará grandiosa, pois é preciso que haja esse aperfeiçoamento.

A nossa Central se propõe a ser uma central independente, e é mesmo, que quer o bem para os trabalhadores brasileiros e para o País, que quer que os empregadores prosperem e tenham lucro, mas, como disse o Senador Paim, que seja um lucro razoável, um lucro que tenha efeito social no País.

Eu ouvi muitos oradores que me antecederam e quero corroborar com todos, porque disseram coisas muito bonitas, coisas que realmente enaltecem o amor que se tem pela Nova Central Sindical, em seus dez anos.

Eu quero, neste momento – já concluindo, não quero gastar muito tempo –, pedir a Deus que dê saúde ao nosso Presidente Calixto, para que a nossa Central aprenda bastante, que os demais companheiros aprendam bastante com ele e que ela tenha sempre essa conduta exemplar na luta de valorização e de fortalecimento da organização sindical brasileira.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem. Muito bem. Esse foi o Francisco Calazans, sindicalista histórico. Caminhamos juntos muitos e muitos anos.

Agora o Mauro Zica.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador. Antes de passar a palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Moacyr não é Senador, mas pode falar sempre.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Peço apenas um minuto, antes do companheiro Zica, que é o último. Depois vamos fazer o lançamento do selo, a foto, e eu perco a oportunidade. E eu não posso perder, de forma alguma.

Eu gostaria de comunicar aos companheiros aqui presentes e a quem está nos assistindo, que está sendo feito, eu não diria um concurso, porque a palavra talvez não seja adequada. Na verdade, é a eleição dos melhores Parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados. Das duas Casas.

Nós temos feito grandes elogios ao Senador Paulo Paim, mas não adianta só falar, temos que demonstrar. E, para demonstrar o nosso apoio, demonstrar a nossa convicção, demonstrar a importância do Senador Paulo Paim, é necessário votar, é necessário entrar em congressoemfoco.uol.com.br – repetindo: congressoemfoco.

uol.com.br –, participar da eleição e assinalar o Senador Paulo Paim como o nosso melhor Parlamentar no Senado e fazer a escolha na Câmara, porque nós temos que obrigatoriamente ter o nosso líder, ter o nosso Senador.

O Senador tem ficado, há muitos anos, entre os dez, mas isso não nos basta. Ele tem que ser o primeiro, ou vamos continuar falando que é a nossa trincheira, e nossa trincheira vai estar lá embaixo, a nossa trincheira vai ficar pequena. Nós temos que mostrar o peso do movimento sindical, do movimento social, com a responsabilidade que temos, com esse Senador.

Peço desculpas, Senador, por estar fazendo propaganda de V. Exª. Eu sei que fica desajeitado para V. Exª, mas acho que é dever e obrigação do movimento sindical fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Para mim não tem problema nenhum. Todos os Senadores e Deputados estão fazendo a sua divulgação. É natural. Há uma disputa democrática e bonita de quem serão os dez Senadores e os dez Deputados com destaque. É natural que cada um defenda seu ponto de vista, sem prejuízo de outros.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Nós temos conhecimento, Senador, de que nesta Casa há Senadores contratando empresas especializadas para fazer a articulação, enviar *e-mails* e comentários, fazer essa corrente. Eu acho que o movimento sindical não pode ficar para trás; caso contrário, uma boa mídia lá fora acaba elegendo pessoas que não têm nada a ver com o movimento sindical ou o movimento social.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra para o Mauro Zica, último orador inscrito.

O SR. MAURO ZICA JÚNIOR – Senador Paulo Paim, grande mecenas dos trabalhadores do Brasil; Presidente José Calixto Ramos, para nós o maior exemplo e o maior sindicalista da história deste País; companheiro Omar José Gomes, pessoa da nossa grande admiração. Queremos cumprimentar ainda meu conterrâneo, Norton Hummel, aqui representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Educação e Cultura; nossa querida D. Ledja, Diretora Nacional da Nova Central Sindical; demais autoridades e autoridades do Governo; Dr. Francisco Ibiapina; Dr. Ricardo; e Dr. Stanley, da OIT.

Queremos agradecer a Deus por termos a oportunidade de participar deste momento histórico, que é a comemoração dos dez anos de uma Central ética, séria e cem por cento comprometida com os trabalhadores.

Não vamos aqui, Senador Paim, fazer nenhuma consideração das políticas públicas ou das políticas econômicas do nosso País. Queremos, nesta data, comemorar os dez anos da nossa Central. Nos dez anos de existência da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, sempre juntos com o companheiro João Domingos, desde a sua fundação, buscamos difundir, divulgar, defender e praticar os princípios que regem a nossa Central.

Nos quatro anos, Senador Paulo Paim, Presidente José Calixto, em que estamos à frente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores em Goiás, temos a consciência de que ajudamos na consolidação da Nova Central Sindical, sempre orientados pela nossa diretoria nacional e, em especial, pelo nosso Presidente, José Calixto Ramos, firmes na obediência da carta dos 40 princípios que regem a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, mas também sustentados pela estatura moral dos nossos principais dirigentes, dos quais destaco o companheiro Calixto Ramos e o companheiro Omar José Gomes.

Por isso, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, D. Ledja, é a central que mais cresce no Brasil. Mudamos o conceito de sede de central em nosso Estado. Viabilizamos uma sede para a nossa Central, não um palácio, mas uma sede digna. Inclusive, homenageamos lá o nosso grande companheiro Omar José Gomes, por entendermos que os companheiros que construíram o movimento sindical no Brasil têm que ser homenageados ainda vivos.

Criamos uma rádio *web*, que, por sinal, é a mais ouvida do nosso Estado. A nossa rádio toca música popular brasileira de qualidade e traz todas a notícias do mundo sindical. Procuramos popularizar a rádio, levando equipamentos para os maiores sindicatos filiados à Nova Central, fazendo com que todos os trabalhadores tenham a oportunidade de ouvi-la e depois participar de sua programação.

Criamos também a TV do Trabalhador, na Nova Central Sindical, em nosso Estado. Investimos muito em comunicação e popularizamos a Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Goiás, tornando-a muito conhecida. Inclusive em pesquisa do maior jornal do nosso Estado, o jornal *O Popular*, somos a segunda central mais conhecida do Estado.

Mais do que dobramos o número de filiados nos últimos quatro anos, e avançamos muito junto aos servidores públicos e profissionais liberais. Agimos com determinação e lançamos duas campanhas nacionais e uma estadual em defesa dos trabalhadores. A primeira, a desoneração dos produtos da cesta básica. Já colhemos mais de 120 mil assinaturas e vamos continuar até alcançarmos um milhão de assinaturas.

Senador Paulo Paim, na França, os produtos da cesta básica não têm nenhum imposto desde a Revolução de 1700. Lançamos a campanha nacional de preservação das águas, inclusive copiada e implantada no Nepal,

onde estivemos, vinte dias antes do terrível terremoto. E lá vemos um estado de calamidade, em que todos os rios estão detonados, sem nenhuma capacidade de levar água para a população.

Quando fomos participar desse evento sindical no Nepal, levamos cartazes e *folders* da nossa campanha. Todos se entusiasmaram com ela, como a central dos trabalhadores portugueses, que ficou muito interessada em nossa campanha, e os sindicalistas da Irlanda.

Na Irlanda, Senador, a água, além de ser um elemento essencial para a vida humana, era distribuída, até o ano passado, de graça para toda a população. A escassez que acontece não apenas no Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil, pela degradação de nossos rios, também existe na Europa e na Ásia.

Na Nova Central, preocupados com a questão da vida, lançamos essa campanha nacional, que foi muito bem vista não apenas pelos trabalhadores brasileiros, mas por trabalhadores de todo mundo.

Lançamos a campanha para a criação do piso salarial estadual de Goiás, com remuneração mínima para os trabalhadores do nosso Estado sempre maior do que o salário mínimo. Isso já existe nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. Estamos lutando para implantar também em Goiás esse benefício a mais para os nossos trabalhadores.

Participamos de todos os conselhos de administração e fiscal disponibilizados para as centrais.

Presidimos o Conselho Municipal de Trabalho de Goiânia. Secretariamos o Conselho Estadual de Relações do Trabalho e participamos de diversos outros conselhos, sempre com orientação para que os conselheiros ajam estritamente dentro da Carta de Princípios da Central.

Resolvemos ser uma central popular, estar nas ruas. E, no nosso mandato, que se extingue no próximo mês de novembro, realizamos as quatro maiores festas dos trabalhadores do nosso Estado. Em 2013, inclusive, Secretário Francisco Ibiapina, realizamos a Festa dos 100 mil Trabalhadores na Praça, comemoração maior do que a realizada no 1º de Maio, na cidade de São Paulo.

Patrocinamos e protestamos pelo fim do fator previdenciário, pelas 40 horas semanais, pela não terceirização das atividades-fim, pelo trabalho digno e decente, pelo fim do trabalho infantil e pelo fim dos trabalhos análogos ao trabalho escravo. Enfim, é assim que, na Nova Central Nacional, lutamos pela unicidade, pelo sistema confederativo, pelo desenvolvimento e pela justiça social.

Vida longa à Nova Central, porque a Nova Central, além de homens éticos, sérios e trabalhadores, é composta por guerreiros!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mauro Zica.

Moacyr, antes de passar a palavra a você, quero dizer que recebi, nesta época de demissão que infelizmente vem acontecendo, uma moção de representação do 9º Congresso da FNP, do Valter Bahia, em que pede que colaboremos para que a situação dele se resolva na Comissão Paritária de Anistia.

Ele diz que essa luta começou com o pai dele, que morreu na fila da anistia, deixando viúva e 12 filhos. Ele diz que o seu processo também se encontra na Comissão de Anistia, do Ministério de Justiça, em Brasília, aguardando deferimento para que sua mãe, Valdeci Florentina de Oliveira, e seus filhos possam ver o benefício.

Ele fala também da situação dele na moção de resolução. No registro, ele diz: "O registro do meu filho foi no mesmo dia da demissão. Mesmo assim, não desisti das lutas com os companheiros, da greve de 1983, na refinaria na Bahia, com o companheiro Germino, do Sindipetro Bahia, e com o companheiro do Sindipetro Rio de Janeiro, na demissão de companheiros e outros tantos". Ele cita aqui e pede que se faça alguma coisa. É o pedido dele, que vou encaminhar ao Ministério correspondente e também à Comissão de Anistia.

Acordo geral? (*Pausa.*)

Acordo geral.

Convido agora o Moacyr para que fale do lançamento do selo. Pode falar aqui ,se quiser. Esse selo, eu e o Presidente estamos recebendo agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dois minutos, então, e o Moacyr fala sobre o selo.

O SR. ANTÔNIO DE FREITAS TRISTÃO – Senador, eu parabenizo V. Exª pelo ato de hoje.

Quebrei o protocolo pedindo a palavra porque, desde sexta-feira, isto tirou o meu sono. Eu fui procurado por um grupo de trabalhadores, no Rio de Janeiro, em virtude daquele acidente malfadado do filho de um grande médico conhecido no País, e até mesmo fora do País, que dirigia embriagado. Ele atropelou uma pessoa na calçada, já tinha excesso de pontuação na carteira e até hoje não tinha acontecido nada com ele.

Em virtude disso, o Detran divulgou uma listagem para as empresas de ônibus de que ela teria que notificar o trabalhador, na casa dele, para dar a oportunidade a ele de recorrer da multa. O que acontece? A multa

chega à empresa. A empresa chama o trabalhador e o faz assinar um vale de adiantamento de salário no valor daquela multa. Chega ao final do mês, desconta dele a multa. A empresa faz o real infrator.

O Detran, ao receber a notificação da empresa apontando o real infrator, manda a multa para a casa do trabalhador a fim de que ele procure o sindicato ou, se não for sindicalizado, procure um local para apresentar o recurso, que tenha a oportunidade de apresentar o recurso. Se ele não fizer isso, o problema é dele.

Mas não é o que acontece no Rio de Janeiro, onde não se recebe a notificação. E agora, em virtude desse acidente, 250 trabalhadores já receberam, de quinta-feira para sexta-feira, a notificação para entregar a carteira de motorista e fazer o curso de reciclagem. Ora, para o curso de reciclagem, como o Detran não tem condições de atender, as autoescolas, que para isso cobram de R$600 a R$800, agora, com a procura em massa, deverão cobrar aproximadamente R$1,2 mil. Sem falar que esse trabalhador está pagando duas vezes. Ele paga a multa e vai ficar sem a habilitação, que é sua ferramenta de trabalho, e, sem habilitação, não pode trabalhar. A empresa não dá trabalho e não vai pagar o salário.

Isso está me tirando o sono. Eu vou procurar o Pezão, Governador do Estado do Rio de Janeiro, que tem nos atendido, vou procurar o Presidente do Detran, vou para a Justiça e vou querer o apoio do Ministério Público do Trabalho, porque isso é uma injustiça, pois não foi permitido a esse trabalhador sequer fazer o recurso. Ele não foi notificado para fazer o recurso, mas foi notificado para entregar a carteira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Além disso, se você puder, no fim, procure o secretariado da Mesa, para fazermos também um documento, na mesma linha de V. Exª, cobrando uma solução que não seja a de penalizar os trabalhadores. O.k.?

O SR. ANTÔNIO DE FREITAS TRISTÃO – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, fica ajustado. Meus cumprimentos pela denúncia, que procede.

Antes de o Moacyr fazer a leitura, quero registrar que recebi, também do Rio Grande do Sul, por parte do Sérgio Arnaud, sugestão para que aprovássemos aqui, neste momento, uma moção de apoio aos trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Nessa manhã de 31 de agosto de 2015, recebemos oficialmente o pronunciamento do Governador do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori, sobre a divisão dos salários em até quatro parcelas para pagamento dos servidores públicos estaduais. Com tristeza, vimos uma série de medidas que infelizmente não puderam evitar tal situação grave, que agora afeta diretamente os servidores públicos gaúchos.

Declaramos, por meio desta moção da Comissão de Direitos Humanos, nossa total solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras afetados, neste momento de crise que atinge os servidores públicos, na manutenção das atividades mais básicas do nosso Estado e quanto ao seu salário.

Direitos humanos básicos, como saúde, segurança pública e outros serviços estão sendo paralisados sob pena de perigos reais de vida à população. Sabemos que a situação é grave, mas queremos uma saída que atenda os direitos básicos dos trabalhadores.

Esse é o resumo da carta para a qual, neste momento, peço a aprovação de vocês. Já me comprometi com o Sérgio Arnaud e, na quinta-feira à tarde, estarei no Fessergs para uma reunião com o comando de greve. E vou convidar, não convocar, também os outros dois Senadores, para que juntos possamos ajudar a encontrar alguma alternativa que garanta o atendimento da população de servidores e o salário integral, porque eles não estão pedindo um centavo de aumento, eles só querem receber, no final do mês, o que têm de direito pelo trabalho executado.

Nós apresentamos um projeto aqui, no Congresso, que vai na linha de resolver a questão da dívida do Estado com a União e fazer o encontro de contas. Por exemplo, muitos servidores pagaram para a Previdência, para o Regime Geral da Previdência. Depois fizeram concurso corretamente, passaram e se aposentaram como servidores. Nesse encontro de contas, a União tem que devolver para o Rio Grande do Sul cerca de R$2 bilhões.

Os servidores fiscais, que combatem a sonegação no Estado, dizem que, se apertar a máquina corretamente e valorizar os servidores dessa área, dá para arrecadar mais R$7 bilhões.

E, na questão da dívida, a cobrança de juros é quase uma agiotagem: IGP-DI mais 9%. A nossa dívida assumida com a União era de R$10 bilhões. Pagamos R$22 bilhões e devemos R$50 bilhões. Quer dizer, a dívida era de R$10 bilhões, pagamos R$22 bilhões e devemos mais de R$50 bilhões.

Por isso, o projeto que nós apresentamos – eu apresentei e outros dois Senadores assinaram também – garante que se cobre o IPCA, ou seja, a inflação do período pelo índice definido pelo IBGE, e não aquele do tempo da inflação alta e esses 9%, porque a União não é um banco que tem que cobrar juros de agiotagem em cima dos Estados.

E não é apenas no caso do Rio Grande do Sul, vai estender para outros. Por exemplo, o dinheiro que o BNDES empresta para a área privada, os juros são considerados decentes, enquanto os juros que a União co-

bra do Estado são indecentes. Se aprovado o nosso projeto, a dívida do Rio Grande do Sul será quitada, pois os juros cobrados são absurdos. Basta fazer o cálculo e ver que daria para R$280 milhões que todo mês o Estado manda para Brasília ficassem no Estado.

Eu peço àqueles que concordam com a carta moção de apoio, que é um resumo do que falei aqui, que se pronunciem. (*Palmas.*)

Aprovado.

Com a palavra, o Moacyr, para falar sobre o selo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, a Nova Central e os Correios brasileiros fizeram um convênio para a edição de um selo especial comemorativo dos dez anos da Nova Central. A partir do lançamento, que será feito junto com o nosso Presidente José Calixto Ramos, vão circular pelo Brasil três mil selos especiais com o logo da Nova Central e seus dez anos. Só falta V. Exª e o Presidente dizerem "estar lançado" e tirarmos a nossa foto original.

(*Procede-se ao lançamento do selo comemorativo dos dez anos da Nova Central.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido a todos para virem aqui tirar a foto oficial.

Vida longa à Nova Central Sindical!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 74ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Ana Amélia**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Hélio José, Telmário Mota, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro e das Senadoras Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 121 de 2015-CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "A Fibrose Cística". A Senhora Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Fernando Gomide, Representante da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose; Gilvânia Feijó, Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília; Elizabete Ana Bonavigo, Representante do Ministério da Saúde; e Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal. A Senhora Presidente faz perguntas aos convidados, que passam a respondê-las. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) representar ao Tribunal de Contas da União noticiando que há uma enorme variação de preços do medicamento adquirido pelo Estado, que é utilizado pelas pessoas que possuem fibrose cística, implicando gastos injustificáveis por parte da União; 2) Sugerir ao Tribunal de Contas da União que fiscalize de forma célere e adequada a aquisição dos fármacos utilizados pelas pessoas com fibrose cística e outras doenças raras. Faz uso da palavra a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Amélia

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 121, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos, de minha iniciativa e de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater a fibrose cística.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/e-cidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Tenho a honra de convidar, em nome do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Drª Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira; o representante da Associação Brasileira de Assistência à Muscoviscidose – é uma palavra difícil –, Dr. Fernando Gomide; a professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, Professora Gilvânia Feijó; e a representante do Ministério da Saúde, Drª Elizabete Ana Bonavigo.

Eu agradeço muito, especialmente a presença das pessoas que aqui vieram, porque essa é uma matéria muito importante.

Eu queria lembrar que, em 2015, eu apresentei um projeto de lei no Senado determinando que o Sistema Único de Saúde atualize periodicamente do rol de anormalidades do metabolismo rastreado pela triagem neonatal. E esse PLS está tramitando na CAS, com a relatoria do Senador Eduardo Amorim.

A fibrose cística, como se sabe, é uma doença genética em que está alterada uma proteína que regula o canal do cloro. O canal de cloro não funcionando, ou funcionando pouco, acaba que a secreção fica muito espessa. O paciente tem tosse crônica, infecções de repetição – sinusite, pneumonia –, não consegue absorver bem os alimentos.

Por isso, são pacientes que têm muita diarreia, são desnutridos, têm baixa estatura. É uma doença muito grave, que pode levar ao óbito ainda quando criança. Essas razões ou esse amontoado de muco resultam em

infecções pulmonares que podem colocar a vida do paciente em risco e podem levar a problemas digestivos graves também. A doença ainda pode afetar as glândulas sudoríparas e o sistema reprodutivo masculino.

Essa informação é de uma fonte da associação de apoio a portadores dessa doença lá do Rio Grande do Sul, a quem eu agradeço muito a participação. Então, muito obrigada, Dr. Fernando, de novo com o senhor aqui. Obrigada, Gilvânia, obrigada a Drª Cláudia e a Drª Elizabete.

Nós vamos... Como é uma questão interativa a audiência pública e como vocês, talvez, queiram fazer também perguntas, a gente vai, como o Senador Paulo Paim é bastante democrático, vamos fazer uma exposição de dez minutos, cada um dos expositores, porque aí, entre nós, podemos também fazer questionamentos.

Então, eu convido para fazer uso da palavra o Dr. Fernando Gomide, pelo tempo de dez minutos. Depois, subsequente, os demais convidados.

Queria também pedir a vocês uma desculpa porque eu cheguei agora há pouco de Porto Alegre. A nossa audiência estava marcada para as 9 horas, mas o atraso foi por isso. Porto Alegre fica bem longe de Brasília. Então, por mais pontual que seja o voo, a gente sempre atrasa um pouco, e o trânsito também do aeroporto para cá. Mas é bom pedir desculpas pelo atraso.

Muito obrigada a todos. Com a palavra, o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Bom dia. Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Amélia, ao Senador Paulo Paim e também ao Senador Tasso Jereissati, que se empenharam para que pudéssemos realizar esta audiência.

Eu peço desculpa porque, um pouco emocionado, eu vou fazer uma mensagem ao colega que nós perdemos hoje e deve, neste momento, estar sendo enterrado no Paraná, de fibrose cística. Então, a você, Claudinei, um batalhador de 31 anos, nós mandamos um abraço grande neste momento que estamos aqui para divulgar e conscientizar as pessoas sobre a importância do tratamento da fibrose cística.

Eu, inicialmente, não vou falar muito da doença, mas vou falar das dificuldades que os pacientes no Brasil enfrentam no tratamento da fibrose cística. Hoje, nós sabemos que o remédio é essencial. Existe a portaria, Senadora Ana Amélia, dos medicamentos de alto custo. No caso específico da fibrose cística, nós temos dezesseis anos que a portaria não tem um medicamento.

A Medicina evolui todo ano. Nós temos aí oito novos medicamentos que já poderiam estar nessa portaria de medicamentos de alto custo, mas, infelizmente, a burocracia é muito grande. E nós, infelizmente, temos que ir para o lado da judicialização porque esses remédios estão legalizados no Brasil, estão na Anvisa, registrados, mas, infelizmente, o Ministério não tem essa sensibilidade de mexer na portaria de medicamentos de alto custo.

Outro ponto que é muito importante para os pacientes são os centros de tratamento, os centros de referência a esses portadores. Nós sabemos, a Drª Gilvânia deve falar mais, da importância que é a fisioterapia. Esses pacientes têm que fazer fisioterapia duas vezes ao dia. E, infelizmente, em muitos casos, não têm nem lugar para ir para fazer a sua fisioterapia.

Eu vou falar um pouco mais do caso específico de Brasília, que é a região que eu represento, que infelizmente nós temos todas as dificuldades. Se na Capital é difícil, imagina em uma cidade do interior como deve ser o tratamento dessas crianças. Por isso é que muitos morrem de bronquite, de asma, de sinusite, de alergia a leite, de desnutrição e nós sabemos que foi por que não teve o diagnóstico precoce junto com o teste do pezinho.

Outro problema que nós enfrentamos. A portaria do teste do pezinho contemplava só a fenilcetonúria e o hipotiroidismo e nós conseguimos colocar no *screen*, em 2001, a fibrose cística e a anemia falciforme, que foi uma luta, uma das conquistas das associações a inclusão.

E, infelizmente, Senadora e todos que estão ouvindo, não são todos os Estados que fazem. Os que fazem não fazem o reteste. Então, precisa ter uma fiscalização do Ministério da Saúde a respeito da execução dessa triagem neonatal do teste do pezinho porque nós sabemos que, quanto mais cedo é diagnosticado, melhor é a qualidade de vida desses pacientes.

E, como eu falei, nós hoje vivemos através da judicialização e não podemos deixar de agradecer ao Ministério Público, à Defensoria Pública, que estão aí junto com todas as associações, não só a fibrose cística, a Síndrome de Down, diabetes, artrite, renais crônicos, autistas, a fenilcetonúria. E nós estamos aí lutando para conseguir um tratamento para que os nossos filhos vivam com dignidade. Então, é muito triste essa situação.

Um grave problema que atravessamos também, Senadora Ana Amélia, é o intermediário na venda de produtos para as secretarias de saúde. Eu tive a oportunidade recente de falar. Nós não podemos, no Paraná, comprar um remédio por R$12; em, Santa Catarina, por R$13 e alguma coisa; no Rio Grande do Sul, por R$14; e, aqui em Brasília, por R$73.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O mesmo remédio.

O SR. FERNANDO GOMIDE – O mesmo remédio. Isso é caso de cadeia, isso é caso de polícia. Nós temos que prender essas pessoas que estão desviando os nossos mínimos recursos que nós temos hoje na saúde.

Então, se nós tivéssemos uma determinação, uma portaria, que a compra tem que ser direto com o laboratório, que o laboratório vai receber com trinta dias, nós íamos diminuir o custo disso no mínimo em 30%. Nós estamos falando aí hoje em CPMF, em várias coisas. Se nós tivermos uma gestão eficiente, nós felizmente teríamos esse recurso para tratar a sociedade no âmbito da saúde.

Para eu ir andando e vou encerrar, eu não posso deixar de agradecer ao Senador Marco Antônio Costa, que criou a Lei nº 12.136, de 2009, que instituiu o dia 5 de setembro como o dia nacional de divulgação e conscientização da fibrose cística. E, no dia 5, Senadora, nós vamos iluminar o prédio do Congresso na cor azul *royal,* onde provavelmente – estamos esperando a confirmação – devemos ter os músicos da Universidade de Brasília, que vão participar, para podermos divulgar e conscientizar a sociedade dessa doença.

Agora, eu gostaria de dizer, ontem eu escutei os ministros falando que nós estamos com problema de economia e que, se fosse em uma empresa privada, teria que ter um arrocho. Nós estamos falando para a sociedade, para os meios, principalmente os ministérios, para os políticos, nós precisamos criar um mecanismo de fiscalizar a saúde.

E hoje eu fico muito alegre porque o Deputado Julio Lopes apresentou um programa que é o que nós viemos defendendo há mais de quinze anos. O que é? O CPF é o cartão SUS. Por que o CPF tem que ser o cartão SUS? Porque, pelo CPF, no final do ano, eu vou saber que o Fernando gastou R$330 de remédio, consumiu tanto no hospital, foi tratar no Ceará, mas tem a renda em Brasília. Então, o Ministério vai recompensar o Ceará através disso.

A única coisa que funciona hoje, como fiscalização, é o CPF. E nós ficamos falando: "ah, o cartão saúde, o cartão saúde". Então, hoje, essa iniciativa do Deputado Julio Lopes é uma coisa que o ministro deveria seguir porque ele falou o seguinte, que tem quer ter um arrocho, que tem que ter um controle. O arrocho e o controle estão aí.

É pegar o CPF que todo cidadão tem... E aí, todo mundo vai falar assim: "ah, mas a criança não tem". Por exemplo, eu, para pegar o remédio para a minha filha, ela teve que tirar o CPF porque o remédio de alto custo é só para quem tem o CPF.

Então, não tem dificuldade nenhuma de cruzar esse sistema do CPF. Aí, nós vamos chegar ao final, vai saber o seguinte, a fibrose cística gastou tanto, a fenilcetonúria gastou tanto, a Síndrome de Down gastou tanto. O que vai acontecer? Os recursos vão estar demonstrados claramente para a sociedade.

Então, é isso que nós precisamos. Dar essa ênfase e mostrar transparência para a sociedade porque nós não estamos aqui... Sabemos a dificuldade que é do tratamento, o quanto nós sofremos e estamos vendo que o Governo vem enrolando e as doenças, os pacientes cada vez mais sofrendo nas filas dos hospitais. Por exemplo, aqui em Brasília, todo mundo sabe o caos que nós vivemos.

Então, é muito difícil. E eu vou fazer uma saudação, para encerrar, ao Lenilson, que é o nosso paciente do Distrito Federal, que está aqui representando todos os portadores do Brasil. Porque nós temos uma peculiaridade que esses pacientes não podem conviver entre eles porque, se um tiver com a bactéria pseudomonas, ele pode transmitir para aquele outro paciente.

Então, nós tentamos trazer sempre um, que representa todos os pacientes do Brasil. Muito obrigado, Lenilson, pela presença. Estou satisfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Fernando Gomide, pela clareza com que expôs e dando um caminho correto. Depois, farei os comentários adicionais a isso que ele pondera aqui.

No projeto que eu apresentei, até inspirado muito pelo movimento, é para ampliar exatamente o teste do pezinho a outras moléstias, além daquelas. Hoje, o teste do pezinho, se não me engano, o SUS faz só seis enfermidades, patologias. Então, o nosso é para ampliar porque todos os países fazem muito mais do que isso.

E aí, é muito mais barato o tratamento começando no começo da enfermidade, com a cura mais rápida, do que se for identificada aos dezoito anos. Aí já com riscos muito grandes, não é, Fernando. Então, é bom lembrar também isso. Prevenir é sempre o melhor e, para isso, é preciso informação e prevenção.

Eu convido agora para fazer uso da palavra a professora da Faculdade de Medicina aqui de Brasília, a Professora Gilvânia Feijó.

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer o convite da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico, por estar aqui trazendo algumas informações a respeito da doença. E aproveito para colocar a universidade à disposição do Senado para qualquer assunto que diz respeito à saúde. Temos professores envolvidos em diversas áreas e que podem estar e estão à disposição de vocês.

Basicamente, eu vou trazer algumas informações – algumas delas que já foram até citadas pela Senadora – com foco no esclarecimento a respeito da doença e, principalmente, na importância do tratamento para esses pacientes.

Então, a doença, a fibrose cística é uma doença, como foi dito, grave, genética, de transmissão autossômica recessiva, ou seja, é aquele tipo de doença que normalmente os pais são saudáveis, porém portadores de genes alterados. E as crianças, para serem afetadas pela doença, necessitam ter dois genes com problemas ou com mutações.

É uma doença, apesar de ser considerada uma doença rara, é a mais comum das doenças genéticas letais na raça branca, sendo a principal causa de doença pulmonar crônica na infância. A genética é extremamente complexa. Nós temos, hoje, descritas mais de 1.900 mutações no gene que é responsável pela fibrose cística. Esse gene está no cromossomo 7.

E essa ocorrência de muitas mutações implica uma complicação no que diz respeito ao tratamento específico de cada paciente porque mutações diferentes estão relacionadas a quadros clínicos ou mais severos ou mais discretos da patologia e, obviamente, isso implica também medicações distintas. Vou falar um pouquinho disso mais à frente.

A proteína, como a Senadora também já disse, é uma proteína que está na membrana das células epiteliais do organismo. Epitélio são todos os tecidos que revestem os nossos órgãos. Então, todos os epitélios apresentam essa proteína, que funciona como um canal de cloro, de sais, que regula a entrada de íons e de água na célula.

Alterações na estrutura dessa proteína fazem com que haja um influxo de água. Então, as superfícies dos tecidos dos epitélios ficam desidratadas e, portanto, com um muco muito espesso. Daí o nome antigo da doença: mucoviscidose.

Então, a gente tem uma presença de muco espesso no trato respiratório, no trato digestivo. A gente tem uma diferença de secreção de sais no suor, o que faz com que o suor do paciente tenha um teor de sal superior ao dos indivíduos que não apresentam a doença. E esse muco, a presença desse muco afeta diversos órgãos, diversos tecidos, passando mais gravemente pelo trato respiratório, causando uma doença pulmonar crônica, iniciada ao nascimento e cuja progressão acaba sendo a *causa mortis* do paciente.

Além disso, um órgão extremamente importante que também é afetado pela doença é o pâncreas, cujo canal pancreático fica obstruído por essa secreção viscosa, impedindo, assim, que as enzimas digestivas possam chegar ao intestino e efetuar a digestão dos alimentos. De forma que os pacientes que não estejam sendo tratados com os medicamentos e enzimas digestivas adequados, ao se alimentarem, não conseguem absorver os nutrientes e, portanto, apresentam quadro de desnutrição secundária.

Outras alterações em outros órgãos são também visíveis, mas secundárias. Na pele, apesar de não ser grave e não ter nenhum efeito grave, a presença do sal no suor, de uma concentração mais elevada de sal no suor, é importante ser destacada porque é um dos testes de triagem que compõe o rol de exames que fecham o diagnóstico de fibrose cística.

E, obviamente, esses dois quadros pulmonares e de insuficiência pancreática são as manifestações mais graves da doença, que causam pneumonias de repetição e desnutrição. E, obviamente, vão requerer um tratamento contínuo, desde que o indivíduo nasce, desde que ele é diagnosticado. O resto da vida ele vai ter que fazer um acompanhamento, principalmente por causa dessas complicações mais sérias.

Outras manifestações mais leves, como acometimento do trato biliar, azoospermia em mais de 90% dos homens, diminuição da fertilidade das mulheres também é relatada, e inúmeras outras. E, como eu disse, o diagnóstico da doença, ela passa por um processo de triagem. O testo do pezinho, na realidade, não é o exame de tripsina imunorreativa no teste do pezinho não é um teste de diagnóstico, mas ele é um teste de triagem extremamente importante porque ele é feito muito precocemente.

Então, a gente ter um teste de pezinho com essa enzima alterada já indica que essa criança precisa passar pelos outros testes que, assim, vão fechar o diagnóstico, que são, na realidade, o teste de suor, que tem que ser positivo duas vezes e é positivo em 98% dos pacientes. E, mais especificamente e que vai comprovar efetivamente a doença, é o diagnóstico genético, que já é disponível em muitos locais, nas grandes universidades e em muitos laboratórios particulares. Mas na rede pública ainda a gente não tem disponível.

E esse teste genético é, de certa forma, o que melhor faria para o prognóstico desse paciente porque, como eu disse anteriormente, a gente tem muitas mutações diferentes e essas mutações correlacionam quadros clínicos diferentes. E esses quadros clínicos diferentes... Hoje a gente tem, inclusive, medicamentos diferentes para essas mutações.

Mas isso é um passo ainda muito superior que a gente tem disponível. Então, o teste genético é uma...

(Interrupção do som.)

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – E, obviamente, o tratamento básico, como a gente falou da infecção respiratória, do quadro de doença pulmonar obstrutiva, a gente tem um quadro básico de tratamento que é uma tríade. É

um acompanhamento nutricional, como eu disse, com a administração de enzimas digestivas, uma vez que o pâncreas não consegue, apesar de produzir enzimas digestivas, as enzimas não conseguem chegar ao intestino e contribuir para o processo de digestão.

O processo de antibioticoterapia, que é nos quadros de agudização e mais adiante, quando o quadro do paciente se agrava, esse processo é contínuo. Então, o paciente toma antibióticos continuamente, para a manutenção do trato respiratório. E a fisioterapia respiratória, que é imprescindível, diária e para o resto da vida do paciente.

Então, esses três pontos do tratamento são básicos para essa doença e para o prognóstico desse paciente. Esse diagnóstico e o tratamento, para qualquer doença que a gente saiba, até uma gripe, a gente sabe que o diagnóstico precoce, o tratamento adequado é o preditor de um melhor prognóstico.

Então, a gente tem que, em 1938, 80% dos pacientes morriam no primeiro ano de vida. Nos Estados Unidos, hoje, a sobrevida das crianças aproxima-se dos cinquenta anos, tendo esse tratamento adequado. A gente tem muitos fatores que se correlacionam com essa sobrevida aumentada, tanto o diagnóstico precoce nesses países, nos países mais desenvolvidos, as dietas e a complementação com enzimas pancreáticas, a fisioterapia rotineira, o desenvolvimento de novos fármacos e antibióticos e o surgimento de centros especializados no tratamento.

Mas, infelizmente, no Brasil ainda os dados de sobrevida média apontam para dezenove anos. Então, estamos muito aquém da sobrevida hoje conseguida por esses pacientes em países em que o tratamento é adequado.

No caso do Brasil, a gente tem algumas dificuldades que são responsáveis por essa baixa expectativa de vida. Basicamente, o diagnóstico tardio é um comprometedor do quadro clínico do paciente. Então, os próprios profissionais de saúde ainda não têm o conhecimento acerca da doença. Então...

(Soa a campainha.)

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – ...muitas vezes, o paciente é tratado de forma inadequada. A gente tem, como eu disse, a variedade das formas clínicas, que são em virtude das diferentes mutações, e obviamente a não atualização das portarias que definem o uso desses medicamentos a serem fornecidos para esse paciente.

O Dr. Fernando acabou de falar que, aqui no Distrito Federal, há dezesseis anos, essa portaria, por exemplo, não é atualizada. E o tratamento multidisciplinar, incluindo o tratamento fisioterapêutico e o acompanhamento nutricional, também não é disponível.

Vou agilizar. Só trazendo um resultado que foi vivenciado na universidade, onde foi implementado, em 2002, um trabalho de tratamento multidisciplinar beneficente aos pacientes com fibrose cística. E, ali nesse gráfico, a gente mostra o quanto houve de diminuição nos processos de agudização.

Então, os pacientes começaram o projeto com cerca de quatro agudizações, ou seja, internações por infecções respiratórias e, dois anos após o tratamento multidisciplinar, essa média caiu para menos que uma internação.

Então, essa foi uma experiência que realmente demonstra o quanto o tratamento multidisciplinar é importante para a sobrevida desses pacientes, para a melhoria da qualidade de vida e para o aumento da sobrevida desses pacientes.

E, como eu disse anteriormente, em qualquer doença, o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado são realmente os maiores preditores do bom prognóstico.

Eu agradeço e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Gilvânia. Como o Dr. Gomide, foi também muito clara na exposição.

Desculpem. Convido a Drª Elizabete para fazer sua exposição.

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Bom dia a todos e todas. Em primeiro lugar, eu queria agradecer, em nome do Ministério da Saúde, o convite, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Senadora Ana Amélia.

Cumprimentar aqui os colegas aqui da mesa: o Fernando Gomide, representante da Abram; a Gilvânia Feijó, professora da UnB; Cláudia Fernanda, que é procuradora-geral. E cumprimentar aqui a todos os presentes.

Bom, eu faço parte da equipe, no Ministério da Saúde, que trabalha diretamente com a política nacional de atenção integral às pessoas com doenças raras da Secretaria de Atenção à Saúde, no Ministério da Saúde. Estão aqui também na plateia as colegas que trabalham diretamente com o programa nacional de triagem neonatal.

E o objetivo da nossa participação aqui é falar sobre, apresentar um pouquinho rapidamente o resumo da política nacional de atenção integral às pessoas com doenças raras, na qual a fibrose cística também está contemplada.

Pode passar?

Bom, as doenças raras, pela definição da OMS, afetam até sessenta... A gente considera doença rara quando afeta até 65 pessoas por 100 mil habitantes. Elas acometem 6 a 8% da população. Embora, individualmente, elas sejam raras, no conjunto elas constituem um percentual significativo da população, constituindo um problema de saúde relevante. São 80% de causas genéticas e 20% de causas ambientais.

Pode passar.

Quanto a características, uma diversidade de sinais e sintomas, que varia não só de doença para doença, mas de pessoa para pessoa acometida com a mesma doença rara. As manifestações relativamente frequentes podem simular doenças comuns, por isso que muitas vezes é difícil o diagnóstico. As doenças geralmente são crônicas, progressivas, degenerativas e, muitas vezes, até incapacitantes.

Pode passar.

A gente sempre lembra que se diz que tem, apesar de não se ter o número exato de quantas doenças raras existem, diz-se que tem em torno de 6 mil a 8 mil doenças raras identificadas. E é sempre bom lembrar que, dessas, apenas em torno de cem possuem medicamentos.

A fibrose cística, não vou me deter aqui porque há especialistas aqui na área, mas, enfim, é uma doença genética rara, autossômica recessiva. O relatório do Orphanet diz que a prevalência estimada é de 12,6 por 100 mil habitantes. Varia entre as populações, mas com predomínio na população caucasiana.

O diagnóstico é clínico, podendo ser confirmado, então, pela detecção dos níveis elevados de cloreto de sódio no suor, que é um procedimento que está na triagem neonatal, a dosagem de cloreto no suor. E também, com a política de doenças raras, temos a avaliação clínica para diagnóstico de doenças raras, que está no eixo 1 das anomalias congênitas, que foram incorporados a partir dessa portaria de doenças raras, que é a 199, os testes genéticos. Além do popular teste do pezinho, que existe há mais tempo.

O tratamento é sintomático. No SUS, existem dois protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas, de 2010. Um para manifestações pulmonares e outra para insuficiência pancreática, que a professora já comentou antes sobre essas complicações.

O tratamento das manifestações pulmonares inclui a fisioterapia respiratória, hidratação, tratamento precoce das infecções respiratórias. E o protocolo clínico incorporou o medicamento alfadornase. No caso do tratamento com as enzimas pancreáticas, o protocolo, então, de 2010, incorporou as enzimas pancreatina e pancrelipase.

O tratamento, como já foi comentado, é superimportante porque melhora significativamente o prognóstico, a qualidade de vida, enfim, dos pacientes. Como marco normativo, então, no caso da fibrose, além da Portaria nº 822, que instituiu o programa de triagem neonatal; a Portaria nº 199, que eu já comentei, que instituiu a política nacional de doenças raras; e também a Portaria da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério, que é a nº 5, que incorporou a avaliação diagnóstica, procedimentos laboratoriais e o aconselhamento genético também.

Pode passar.

A política nacional, então, de atenção integral às pessoas com doenças raras foi construída a partir de 2012, com a participação de especialistas na área e também de muitas associações, integrantes de muitas associações de pessoas e familiares com doenças raras, que participaram ativamente. Teve um grupo de trabalho que elaborou os documentos norteadores que geraram, por fim, a publicação da portaria em janeiro de 2014.

Pode passar.

Como a política foi organizada? Como são muitas doenças raras, em torno de 8 mil, não seria possível pensar por doença. Então, ela foi organizada em dois eixos estruturantes. O eixo 1, que é para doenças raras de origem genética, que é composto por três grupos: o grupo das anomalias congênitas, o grupo da deficiência intelectual associada à doença rara e dos erros inatos no metabolismo.

O eixo 2, que é o de doenças raras de origem não genética, com quatro grupos, que são: as doenças raras infecciosas, inflamatórias, autoimunes e outras doenças de origem não genética que não se enquadram nas anteriores.

Essa política, então, abrange todos os níveis de atenção. Ela veio para que se realmente pudesse pensar uma política efetiva desde a atenção básica à especializada, para que a atenção básica pudesse ter o suporte de serviços especializados, pensando na integralidade do cuidado. Não somente medicamento, mas realmente ter um cuidado integral em saúde para esses pacientes, incorporando os exames diagnósticos.

E, no caso da incorporação de medicamentos, já a partir dessa política, enfim, da forma como se organiza o Sistema Único de Saúde, se dá por meio da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia em Saúde. Então, qualquer medicamento novo, para ser incorporado no SUS, tem que ser por meio da elaboração de protocolo, que é por meio da Comissão Nacional de Tecnologia em Saúde.

Essa política está organizada no formato de rede, então ela busca se articular com as demais redes existentes no SUS, como rede cegonha, rede de atenção à pessoa com deficiência e outras redes, para que realmente possa haver uma complementação entre os serviços. No caso, a fisioterapia, por exemplo, que foi citada aqui. Quer dizer, além do serviço de doença rara habilitado, é possível também buscar a fisioterapia nos centros especializados em reabilitação, e outros serviços. Poder fazer uso de toda a rede, e não somente dos serviços que estão começando a ser habilitados em doenças raras.

Tem como objetivo reduzir a mortalidade, bem como contribuir com a redução da morbidade das manifestações secundárias, a melhoria da qualidade de vida, por meio de ações de redução da incapacidade, a promoção, pensando na promoção, na detecção precoce. Ou seja, diagnóstico precoce é muito importante para que tenha um melhor prognóstico. O tratamento, os cuidados suportivos e a habilitação e reabilitação.

Pode passar.

A partir, então, da publicação da Portaria nº 199, a habilitação de serviços dá a possibilidade de habilitar serviços de atenção especializada e serviços de referência em doenças raras. Essa portaria...

(Soa a campainha.)

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – ...então, tem o financiamento mensal para custeio do serviço e também financia os procedimentos que foram incorporados na portaria. Além dos PCDTs que começaram a ser elaborados este ano.

Pode passar.

Serviços eu já falei, os dois tipos de serviço que é possível habilitar.

Pode passar.

As funções dos serviços especializados, além de acolher a demanda, do cuidado integral, o tratamento de suporte complementar, a coordenação do cuidado, enfim, ofertar o aconselhamento genético, que ainda não existia.

Pode passar.

Aqui, a gente colocou algumas ações que foram realizadas em 2014 para poder implementar essa política, que foi a questão da capacitação de teleconsultores, que são, na verdade, os profissionais que orientam os profissionais da atenção básica para que eles saibam suspeitar quando estão diante de uma pessoa com doença rara e saibam fazer o encaminhamento adequado. Foi por meio do telessaúde.

Teve um edital do CNPq, de pesquisa, que incluiu algumas doenças ou grupo de doenças raras, e pesquisadores puderam concorrer a esse edital. Para elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, teve o painel de especialistas. Como são muitas doenças raras... Hoje existem 36 protocolos em doenças raras.

E, para dar continuidade, então, a essa elaboração dos protocolos, reuniram-se especialistas para estabelecer quais seriam os próximos, uma prioridade, quais seriam os próximos protocolos a serem elaborados. Essa lista foi para consulta pública, em que todo mundo pôde participar. As contribuições foram consolidadas.

Pode passar.

Essa aqui também se conseguiu instituir junto ao MEC, incluir o aconselhamento genético nas diretrizes curriculares do curso de graduação em Medicina, que é essa resolução do Conselho Nacional de Educação.

Pode passar.

Agora, neste ano, ações de 2015. Aconteceu mais um curso para formação de teleconsultores, por meio do telessaúde. Constituiu-se um trabalho interno no ministério porque a doenças raras perpassa diversas áreas dentro do ministério, para melhor articulação, enfim.

Pode passar.

E a oficina, então, na medida em que se teve um elenco de doenças raras ou grupos de doenças para elaboração dos próximos protocolos, que foi aprovado no plenário da Conitec, foi elaborada então... A Secretaria de Ciência e Tecnologia do ministério fez uma oficina para o alinhamento teórico-metodológico para elaboração. Chamou novamente especialistas, formou comissões e esses protocolos estão sendo elaborados.

E o Ministério da Saúde trabalha na perspectiva de finalizar doze protocolos até dezembro de 2015 e mais 34 protocolos nos próximos anos, que são os 46 que foram definidos nessa lista dos próximos protocolos a serem desenvolvidos.

Pode passar.

Temos também o Projeto RarasNet, que também foi uma chamada pública, um edital da Rede Nacional de Pesquisa com o Ministério da Saúde, em que um dos projetos aprovados foi o de um professor da UnB, que está, na verdade, desenvolvendo, já está em desenvolvimento o aplicativo para divulgação de informações sobre doenças raras, que já está em desenvolvimento, para que todo mundo tenha acesso mais rápido, os profissionais de saúde lá na ponta, a informações sobre as doenças raras.

Além de uma ação contínua, que é a orientação às secretarias estaduais e municipais, para incentivar cada vez mais a habilitação de serviços nessa área.

As perspectivas, para a gente dar continuidade. Tem a perspectiva de um curso em aconselhamento genético por meio do Proadi no triênio 2015-2017, que é uma parceria que o Ministério da Saúde tem com algumas instituições de excelência, enfim.

Promover a divulgação e a informação de doenças raras, continuar a habilitação dos serviços, a elaboração de indicadores para monitoramento dessa política, à medida que ela vai sendo desenvolvida.

E, para finalizar, efetivamente não se trata apenas da publicação de uma portaria o que se pretenda instituir, uma nova política pública, que é recente, comparada com as demais políticas do SUS, ela é muito recente. Essas ações são de um ano, 2014 para 2015.

Aqui está o nosso *e-mail* da área técnica e colocar à disposição o Ministério da Saúde, colocar à disposição a área técnica, a coordenação de média e alta complexidade no Ministério da Saúde para, enfim, as pessoas podem fazer contato.

Só mais uma informação em relação à questão dos medicamentos. Hoje os medicamentos que estão incorporados para fibrose cística, o alfadornase e mais as duas enzimas, que estão incorporadas, que é um financiamento por meio do componente especializado da assistência farmacêutica, que o ministério financia. É o grupo 1, que a gente diz, do componente especializado. Esse grupo 1 tem dois subgrupos: um que é compra centralizada pelo Ministério da Saúde.

No caso dos medicamentos da fibrose cística e outros, enfim, não é a compra centralizada. O Ministério da Saúde repassa os recursos para os Estados e os Estados é que efetuam a compra desses medicamentos. Então, só para esclarecer.

Os dados que a gente tem de junho de 2014 a junho de 2015, o repasse para esses medicamentos foi de R$51.413.466,42 milhões. Isso incluindo o alfadornase, que é só para fibrose cística, os outros dois, as duas enzimas não são específicas só para fibrose, incluem também algumas outras doenças.

Então, por enquanto, obrigada. Mais uma vez, agradecer o convite. E estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada Drª Elizabete Ana Bonavigo, que é a representante aqui do Ministério da Saúde. Vamos ter muitos questionamentos à senhora sem dúvida.

Agora passo para encerrar as exposições à Drª Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira que é Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal.

A SRª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, e faço na pessoa da Senadora Ana Amélia, e agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês para debater este tema que para mim é um tema bastante interessante. Na verdade eu gostaria inicialmente de me apresentar. Sou Procuradora Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal. A nossa instituição, o Ministério Público de Contas, apesar de ser uma instituição secular, é ainda pouco conhecida da população em geral porque o Ministério Público de Contas ele atua perante o controle externo. Isso quer dizer basicamente que o Ministério Público de Contas atua perante as cortes de contas, ou seja, os Tribunais de Contas. Hoje nós temos Ministérios Públicos de Contas implantados em todos os Estados da Federação, isso é importantíssimo que seja colocado, e nós estamos assim à disposição da sociedade porque após a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público de Contas ganhou assento constitucional, previsão na Constituição Federal, no art. 130.

Então nós temos, a população tem à disposição um Ministério Público de Contas formado por Procuradores integrantes da carreira, concursados, vitalícios, Procuradores que têm total independência e autonomia funcional para atuar em todas as questões que são submetidas ao controle externo, portanto aos Tribunais de Contas.

Lamentavelmente ainda o nosso Ministério Público de Contas não possui autonomia orçamentária e financeira. Isso é um fator, é um problema que ainda é um problema bastante grave, porque ele atua perante as cortes de contas e nos próprios Tribunais de Contas. E invariavelmente ocorre em alguns Estados da Federação bastante conflito entre a atuação do Ministério Público de Contas, que é uma atuação bastante independente, e algumas posturas que são adotadas perante os Tribunais de Contas, que são casas, como os senhores sabem, que têm um viés político bastante forte.

Mas, superando todos esses desafios, nós estamos aí à disposição da população. Então eu queria trazer este caso da fibrose cística, que foi um caso que nos foi apresentado; dentro dos vários casos que chegam ao Ministério Público de Contas, também foi tratada essa questão. Tenho o prazer de atuar bastante na área da saúde pública. Eu tenho um livro publicado em Direito Sanitário, é um tema que para mim é apaixonante, e realmente não é toda vez que nos deparamos com essa questão, é uma questão que realmente nos interessa muito e a todos nós brasileiros.

Aliás, conversávamos a respeito disso agora. É uma questão de Estado. Então, já me apresentando, eu queria mostrar para vocês, mais ou menos, como é que surgiu essa questão. A questão chegou ao Ministério Público de Contas somente em 2011, mas é uma questão bastante antiga. A luta de vocês é bastante antiga. Em 2001, após muita tentativa do Ministério Público do DF e Territórios, foi ajuizada uma ação civil pública e essa sentença foi favorável, em 2005, e foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal em 2008, em sede de atuação.

Quero também deixar claro aqui, abrir um parêntesis, que, hoje, no Distrito Federal, o Ministério Público atua em rede, ele não atua em ilhas. Isso quer dizer que toda matéria que chega, por exemplo, ao Ministério Público do DF e Territórios ou ao Ministério Público Federal ou do Trabalho, ela é compartilhada, tanto com o Ministério Público de Contas da União e Ministério Público de Contas do DF. Então essa é uma atuação realmente em rede, muito importante, nossa situação aqui no Distrito Federal tem servido de paradigma para outras atuações pelo País afora, e isso nos dá aquele orgulho positivo, de saber que estamos contribuindo para um melhor controle e uma melhor fiscalização.

Então, o Ministério Público do DF e Territórios, em 2001, ajuizou esta ação, conseguiu essa decisão favorável, como eu falei para os senhores, e em seguida, em 2008, quando houve a confirmação em grau de apelação, houve um recurso do Distrito Federal, subiu o recurso especial perante o STJ, foi sobrestado num primeiro momento, mas agora recentemente, no início de 2015, terminou por não ser conhecido esse recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Lamentavelmente, apesar da vitória obtida, o que se observou é que essa decisão não foi cumprida. Então por isso o assunto chegou ao Ministério Público de Contas por força de uma denúncia da associação brasiliense de amparo ao fibrocístico, que é muito bem representada e nós então ofertamos naquele momento uma representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Eu quero só lembrar um contexto relevante, que em 2006 foi aprovada no Distrito Federal a Lei nº 3.841 de 2006, que garantiu o exame do pezinho para diagnóstico e, em caso positivo, o fornecimento de medicamentos, suplementação alimentar e recursos médicos, garantindo também estoques suficientes e recursos humanos especializados para garantir o tratamento permanente. Então, nesse contexto, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal entra nessa discussão em 2011 e nós então entramos com essa representação, a de nº 20 de 2011, que foi autuada no Processo nº 29.884 de 2011. Eu destaco nesse processo importantíssimas decisões para que os senhores possam ter uma noção da importância da atuação do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas nessas questões. É um canal muito importante para que o País como um todo possa se utilizar desse sistema de controle.

Eu destaco inicialmente a Decisão nº 48.271 de 2011, quando o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou, imediatamente, que a Secretaria de Saúde abastecesse a rede com o mínimo necessário à manutenção de expectativa de vida dos pacientes. Em acréscimo ele questionou os estoques e determinou o monitoramento mensal da questão, com oferta de relatório todo dia 10 do mês subsequente.

Apesar disso mais uma vez não houve cumprimento. E justamente os medicamentos e suplementos que não foram comprados em 2011 eram justamente os que estavam faltando. O TCDF então emitiu um alerta ao Secretário de Saúde local e chegou até a multá-lo, mas lamentavelmente à revelia do Ministério Público de Contas, que tinha parecer contrário, o Tribunal de Contas em grau de recurso, deixou de aplicar a multa e entendeu de reformar a sua decisão que era pela aplicação da multa.

Outra importante decisão, eu acho que isso é importante também colocar, foi uma discussão feita pelo Ministério Público de Contas a respeito da necessidade... Naquele momento o GDF pretendida fazer a substituição de um medicamento por outro. Havia obscuridade nessa troca. Não havia muita clareza de por que estava sendo feita essa troca, e nós começamos a questionar essa substituição desse medicamento. O que estava por trás disso e exigimos que a Secretaria de Saúde apresentasse justificativas técnicas demonstrando que aquela troca era uma troca salutar para o paciente.

Eu lembro aqui também, essa decisão foi uma decisão muito feliz também do Tribunal de Contas do DF, num outro caso, na patologia da fenilcetonúria. Naquele momento também estava sendo feita uma troca e nós obtivemos uma decisão favorável do Tribunal, uma decisão muito importante, em que o Tribunal também determinou que a Secretaria suspendesse imediatamente, qualquer ação com vistas à compra de um outro composto de aminoácidos até que houvesse comprovação científica de que são seguros à saúde dos portadores de fenilcetonúria.

No caso da fibrose cística, aconteceu o mesmo debate. O Ministério Público provocou a Secretaria para que debatesse essa questão. Ao final, eles tiveram que alterar a bula do medicamento, só foi feito em 2014, para comprovar realmente que aquilo era aceitável. E o Tribunal na verdade só aceitou essa troca após um parecer técnico informando que o medicamento não trazia risco algum à saúde dos pacientes.

Bom esse processo recentemente tem uma proposta de arquivamento e o Ministério Público de Contas do DF está divergindo do arquivamento. O Ministério Público entende que é necessária uma inspeção para melhor colocar essa questão já que o processo é de 2011, precisamos atualizar, e com tristeza nós vemos que de fato quatro, dos treze medicamentos que são usados no tratamento da doença em tela, já estão em falta no Distrito Federal.

Outra questão que foi colocada aqui é a questão dos centros de referência. Realmente é uma doença, como foi muito bem colocado pela professora, que nos esclareceu bastante, que carece de um atendimento multidisciplinar. Então é importantíssimo que haja esse centro de referência. A própria portaria do Ministério da Saúde ela reconhece que os pacientes devem ser tratados em centros de referência.

Isso nos causa muita preocupação porque a legislação local também determinou, como eu citei para os senhores desde 2006, que ocorresse esse tratamento com o pessoal técnico especializado em centros de referência.

No entanto, o que nós temos hoje aqui no Distrito Federal é que os pacientes, as crianças, os pacientes pediátricos, eles são tratados pelo Hospital da Criança, mas o paciente adulto não. Então ele continuaria sem um centro de referência.

Não existe também uma quantificação exata de quantos são esses pacientes. O Ministério Público insistiu para que houvesse essa quantificação exata e hoje se fala aqui no DF em um tratamento de mais ou menos 80 pacientes.

Eu queria deixar claro também que a questão do protocolo nos preocupa muito. Não há um protocolo no Distrito Federal em relação a essa doença. Normalmente existe um protocolo federal, mas o DF também às vezes complementa esse protocolo. Nós entendemos que o Distrito Federal não está obrigado a fornecer apenas os medicamentos do Ministério da Saúde. É preciso que se avance nessa questão. A questão dos protocolos nos preocupa porque ela condiciona a dispensação do medicamento pelo Sistema Único de Saúde. É bem verdade que é necessário um rigor. Nós temos uma lei, desde 2011, na verdade ela teve um período de *vacatio*, mas ela determina realmente o cumprimento aos protocolos, que é a 12.401, de 2011, mas é necessária a revisão desses protocolos.

Inclusive ela fixa um prazo de 180 dias para que ocorra essa revisão. Então é necessário que seja colocada uma discussão ampla a respeito da limitação desse protocolo. Como nós falamos aqui, há inúmeros medicamentos que são ofertados pelo Estado. Hoje o SUS vive um subfinanciamento que é real, apesar de que, no Distrito Federal, nós costumamos dizer que nós temos o Fundo Constitucional do Distrito Federal, então o Distrito Federal tem um pouco, tem aí uma margem um pouco melhor do que o restante dos Estados da Federação. Mas além dos medicamentos do protocolo do Ministério da Saúde, inúmeros são os outros medicamentos que são obrigados a serem fornecidos pelos Estados, e essa questão dessa compensação precisa ser colocada, e quantificar realmente quantos são esses pacientes, qual é o valor do que está sendo repassado. Aqui no Distrito Federal, nós não temos um programa de trabalho específico. Isso é grave, porque não se sabe ao certo quanto se gasta em relação a essa enfermidade. E eu queria então, já me encaminhando para o final, dizer que, na visão do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, e isso eu falo também pelos colegas do Ministério Público Federal, estou aqui a convite também do Procurador da República, o Dr. Carlos Henrique e também dos meus colegas da Promotoria de Saúde, a 1ª promotoria e a 2ª, a nossa opinião é bastante clara, o gestor deve ser responsabilizado em hipótese do não fornecimento dos fármacos. Nós não vamos abrir mão desse entendimento Ministerial.

Quero deixar bastante claro que na Justiça do DF há várias ações de improbidade administrativa promovidas pelos membros do Ministério Público do DF e Territórios, em parceria com os membros do Ministério Público de Contas, em parceria técnica, já que nós não atuamos diretamente na Justiça, o MP de Contas e o Ministério Público Federal também.

Tem uma ação que é paradigmática para nós. Recentemente houve, no caso das doenças também da hemofilia, vários problemas com a oferta de fatores de coagulação. Quero chamar a atenção neste momento para a gravidade da situação também. Essa doença é uma doença também bastante grave, o paciente precisa do fator de coagulação para viver, para ter uma vida digna. E, recentemente, o Ministério da Saúde tem adotado a profilaxia, que foi uma luta aqui no Distrito Federal, que já era adotada há bastante tempo e havia como mote, nada mais nada menos do que a quantidade de fator por habitante. Nós estávamos num índice abaixo do razoável pela Organização Mundial de Saúde. Isso se devia apenas por conta de recursos. Não era a questão do melhor tratamento para o paciente, era recurso.

O que é preciso entender é que é preciso estabelecer um critério de economicidade. Muita vezes aquele aparente gasto com aquele medicamento ele tem um fator relevante na frente. Você vai ter um cidadão pro-

dutivo. Então existe uma série... Menos internações, menos próteses o que vai poder favorecer ao final e ao cabo o SUS.

E nós tivemos a morte de um paciente. Esta semana haverá uma audiência na Justiça do DF, nós estamos pedindo a improbidade administrativa do Secretário de Saúde do Distrito Federal à época, está em grau de instrução. Houve outro óbito. Para vocês terem uma noção, em uma década o Distrito Federal não só não apresentava óbito de pacientes hemofílicos, como esses pacientes sequer tinham lesões, o que é muito comum num paciente que tem esse tipo de enfermidade.

E o juiz chegou a não receber a ação do Ministério Público, a ação de improbidade. Ele entendia que isso era um caso individual, que o Ministério Público estava cobrando a questão da atuação governamental, mas pela morte de um paciente e que o Ministério Público não poderia atuar no caso individual, que aquilo seria um caso para a Defensoria Pública. O Tribunal de Justiça reformou e determinou que a primeira instância instruísse o processo.

Então basicamente a visão do Ministério Público é essa, o Secretário de Saúde ele tem responsabilidade para com a sociedade. Nós entendemos que é preciso sacrificar o mínimo e garantir a máxima eficácia da dignidade do pessoal humano e dos direitos sociais. Entendemos que o Direito à Saúde está diretamente relacionado ao direito a vida.

Então na posição do Ministério Público não há acordo em relação a essa questão.

Claro que o Ministério Público irá se posicionar sempre no campo da mediação, visando evitar a judicialização, mas sempre que ela for necessária os senhores podem ter certeza que o Ministério Público de Contas, em qualquer lugar do País, o Ministério Público também, perante o Judiciário, vai estar aí com os senhores para a defesa desse direito que é um direito constitucional. E se é direito não é favor.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Cláudia Fernanda, que representou aqui o Ministério Público de Contas do Distrito Federal.

Foram muitas as exposições aqui, mesmo para quem tenha um pouco de informação sobre essa enfermidade genética.

Eu queria saber da Drª Gilvânia, essa doença é incapacitante, é limitativa da atividade laboral, Drª Gilvânia?

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – O paciente que não tiver com tratamento adequado ele acaba não tendo condições de vida digna. Ele inclusive passa a utilizar oxigênio, precisa andar com balão de oxigênio... É incapacitante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bom então esse já é mais um sintoma da gravidade da doença.

Eu queria, em nome do Senador Paulo Paim e desta Comissão, me solidarizar com o paciente jovem, de 31 anos, que o Dr. Fernando Gomide informou a todos vocês que faleceu, veio a óbito, sendo portador dessa doença. E por ser tão pobre ele vivia na entidade lá no Paraná, em Curitiba.

Então nos solidarizamos e eu acho que fazemos então esta audiência em homenagem, em memória dele, e para os outros pacientes que sofrem dessa doença.

Aqui foram feitas várias explicações. O Dr. Gomide falou de uma questão grave. E aí o Tribunal de Contas, não só o Ministério Público, mas o Tribunal em si. Ora, não é possível admitir que um medicamento, o mesmo medicamento, seja vendido comercializado, por R$13, R$14 e R$70. Isso é o que nós chamamos de desperdício, de falta de controle nas contas. Então, às vezes quando se fala que não é o problema de recurso, mas é a gestão do recurso. Aquela história do cobertor curto, quando você tem um pouco você tem que maximizar aquele recurso. Então encontrar as fórmulas. Eu me lembro muito bem de que o Ministro, o ex-Ministro da Saúde quando entrou deu uma entrevista que me chamou atenção às páginas amarelas da revista *Veja, o* Ministro Alexandre Padilha. E ele disse que fez uma alteração nos mecanismos de compra de medicamentos e economizou, acho que em poucos meses, mais de R$ 1 milhão, por compra em balcão, balcão eletrônico, a licitação eletrônica. Ora, gente, uma iniciativa, eu diria singela de transparência. Temos aqui a Drª Cláudia, que é do Ministério Público de Contas, a transparência, a boa governança, são fatores cruciais, não só na saúde, mas em todo o setor público brasileiro.

E nós, a sociedade, nós os parlamentares, temos a obrigação, e eu agradeço a oportunidade que dá a entidade que representa os portadores, com o Dr. Fernando Gomide de a gente provocar isso, porque nós estamos mostrando onde estão as irregularidades, onde se pode consertar sem exigir, Drª Elizabete, um orçamento adicional para aquilo. Quer dizer, comprar o remédio aqui em Brasília a R$70, que lá no Rio Grande é... Uma variação de R$13 para R$14, não é uma variação... Agora de R$13 ou R$14, para R$70, realmente... Quantos cabem nesses R$70? Quantos cabem aí dentro disso. Então isso me chamou muita atenção. Aliás, me lembrou o Dr. Fernando Gomide,quando se trata dessa questão, vocês devem ter acompanhado muito a questão das órteses e próteses. Lembram? Órteses e próteses. Um escândalo. E aí a surpresa Drª Elizabete é que eu media-

mente fui jornalista, aí a TV encontra, identifica, mostra, tudo documentado, aí vem dois ministros, o da Saúde e o da Justiça para a televisão: Nós agora vamos tomar uma medida.

Será que na conta do Ministério da Saúde, no gasto do SUS, gente... É dinheiro público! No gasto do SUS não batia uma luzinha vermelhinha ou amarelinha: Mas como está aumentando este gasto aqui! Não tinha uma pessoa para se dar conta do aumento desse gasto, Drª Claúdia? Essa é que é a questão.

Então não há controle do gasto. Onde está indo esse dinheiro? Para pagar o quê? Isso, no Rio Grande do Sul, eu sou Senadora do Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Sul é o Estado com maior índice de judicialização da saúde. A órtese e prótese estava nele, nesse bolo; 53% da judicialização da Saúde no Brasil estava no meu Estado. Gaúcho gosta de brigar? Acho que gosta. Mas gosta de brigar pelo direito. O nós estamos discutindo aqui? O direito dos pacientes portadores da fibrose cística. É isso. Mas lá vai bater na porta do Poder Judiciário. E aí havia todo digamos um enredo muito complicado que envolvia um médico que não tinha ética na operação, um ortopedista que fazia vender pelo maior preço. A fornecedora estava lá dentro do hospital para interferir também nas escolhas, uma cadeia de irregularidades que prejudicava o paciente, o Plano de Saúde, e mais, o SUS, que é um sistema que nós temos que preservar porque é dos mais perfeitos do mundo. Mas tem tanto rombo nesse processo! E aí quando veio todo esse escândalo, caiu a zero a judicialização, não mais pediram órteses caras. Não mais pediram órteses caras, e próteses. Então eu queria só dar esse exemplo, porque às vezes a pessoa não está acompanhando, a gente que está acompanhando está vendo como isso acontece.

Então aqui muitas coisas me falaram. Há outro detalhe, Dr. Fernando. Quantos Estados fazem, aplicam o teste do pezinho?

O SR. FERNANDO GOMIDE – Hoje todos os 27 Estados da Federação já realizam o teste do pezinho, só que não têm o controle, porque quando há a confirmação nós temos que refazer o teste. E esse que é o problema, que nós não estamos tendo essa condição de fazer o segundo teste do pezinho ou o teste genético ou o teste do suor que seria a confirmação da doença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bom, o teste genético ficou muito conhecido no mundo pelo episódio da famosa atriz Angelina Jolie. Ela é uma mulher muito bonita, e ela tinha na família a mãe e a tia com câncer de mama. Ela fez o teste genético. E para se prevenir ela fez uma mastectomia, sem ter o câncer, mas pelo risco que ela poderia correr. A mastectomia e o útero, que eram as duas áreas sensíveis. Então o Rio de Janeiro agora, recentemente, adotou fornecer o teste genético, que é um teste caro, é bastante caro para... Chamaram até, deram o nome de Lei Angelina Jolie, para disponibilizar para as pessoas no Rio de Janeiro, deve ter fila, mas não importa. O que importa é que tenha sido criado e disponibilizado à população. Isso é o mais importante. Então eu queria saber da Drª Elizabete quando é que a gente pode esperar que o teste genético poderá, já que está sendo difícil até introduzir a fibrose cística no teste do pezinho, introduzir, entre os procedimentos do SUS, a oferta no caso das doenças raras, para facilitar, porque no rol das doenças raras já houve um avanço em relação às portarias, mas ainda não é satisfatório. Então quando é que se pode imaginar que isso possa estar disponibilizado para a população brasileira?

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Bem, em relação a essa questão do teste do pezinho, realmente em todos os Estados, como o Fernando colocava. O teste do suor para confirmação ele foi incorporado a partir de 2013, é recente, com a portaria SAS 288. A partir disso os Estados foram aderindo. Hoje apenas dois Estados, que é o Amapá e o Amazonas, ainda não estão realizando a fase o teste do suor. Em 2013 também a fase 3, porque a fibrose cística estava na fase três da triagem, a partir de 2013 foi incluída e o teste do suor também.

Em relação à questão dos testes genéticos, eles foram incorporados a partir da Portaria nº 199, mas para isso é preciso que os Estados, o gestor local credencie serviços e encaminhe o processo para o Ministério da Saúde para habilitação.

Então assim, para solicitar esses testes genéticos, é necessário que ocorra a habilitação de serviços, que é o que a gente tem feito, tanto em visitas *in loco*, quanto por telefone, por videoconferências, enfim, para fomentar e incentivar que os gestores locais cada vez mais encaminhem, organizem a sua rede, para que possam habilitar serviços para realmente poder efetivar que as pessoas possam então frequentar serviços e ter os testes genéticos à disposição da população, porque incorporados na tabela do SUS eles já estão. Agora, neste momento, nós acabamos nesta semana de encaminhar três processos para habilitação de serviços, que já foram para a área de análise financeira e, em seguida, vai para a publicação de portaria. Então esse é um processo que é bom que tenha a participação de todos, inclusive das próprias associações nessa discussão e conversa com as secretarias de saúde para que realmente ocorra a habilitação e a gente tenha isso disponível para a população.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Drª Elizabete o Dr. Fernando Gomide que fazer uma pergunta para V. Exª.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Nós, a sociedade, agradecemos a portaria das doenças raras, mas é muito preocupante, porque, por exemplo, quando nós instituímos o teste do pezinho, o que foi em 2001, só em 2013,

final de 2013, que os Estados começaram a fazer a fase 3. Então tem que ter uma cobrança do Ministério aos Estados, porque não adianta fazer as portarias e não ter a fiscalização. Por que o que acontece? Hoje, quantas pessoas ficaram de 2001 até 2013 sem fazer o diagnóstico do teste do pezinho? E isso, Senadora, nós estamos falando nas capitais. Nós temos mais de cinco mil Municípios no País. Então é muito difícil e complexo, não é? Porque nos grandes centros nós temos o teste, mas se formos pegar mais de cinco mil Municípios, nós vamos ver que essas pessoas vão continuar sofrendo muito e muito ainda pela falta do diagnóstico de qualquer doença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Drª Elizabete, se V. Exª quiser fazer algum comentário ao que ela falou? Mas, se não, a senhora falou aí, deu um número de R$51 milhões de reais para a compra de medicamentos e enzimas. Quanto desses R$51 milhões são do Orçamento do Ministério da Saúde?

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – É todo ele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não...

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Ah, comparativo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Da Saúde, do SUS. Do SUS quanto é o orçamento?

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – - Porque assim, explicando essa questão dos medicamentos, tanto o Alfadornase, quanto as duas enzimas, como eles estão incorporados, eles estão na tabela do SUS, com valor, enfim, esse repasse é feito por produção. Então não existe um teto para repasse. Não há um teto para repasse. Conforme a produção esses valores são repassados. Então esse valor de R$51 milhões que eu falei são dados de junho de 2014 até junho de 2015, que estão no sistema ambulatorial do SUS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Para o País inteiro?

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Isso. Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Tem um dado aqui, eu queria checar com o Dr. Fernando, com a Drª Gilvânia...

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – É um dado dinâmico, porque, à medida que eles vão produzindo esse valor, também vai se alterando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É sobre o número eventual de pacientes portadores da fibrose cística no Brasil, que é um número aqui... Tem uma estimativa, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, de que uma, em cada 20 pessoas, tem o gene da fibrose cística no DNA da sua...

Agora eu tenho uma informação de que são quatro mil pessoas no Brasil que têm essa doença?

O SR. FERNANDO GOMIDE – - Eu gostaria de dizer que, infelizmente, nós não temos uma estatística, porque não se tem controle.

Por exemplo, a Drª Cláudia falou que, aqui, no Distrito Federal, eles não sabem quantos pacientes têm, o que gastam... Então, por exemplo, gastou-se esses R$51 milhões. Se nós não tivermos controle, isso aqui pode estar sendo manipulado pelos gestores de saúde, porque eles estão mandando para vocês que atenderam tantas mil pessoas e não atenderam tantas mil pessoas. Então, como falou aqui agora a Senadora, vamos dizer, então, que, no Brasil, tenha dez mil pacientes com fibrose cística, esse custo aqui infelizmente está errado.

Então o que acontece. Nós não temos a famosa gestão administrativa. O que acontece, Senadora? No Sul do País, devido à pigmentação branca, de descendência Europeia, a incidência é muito grande. Então, só no Paraná, nós temos 900 pessoas. Então só na região Sul do País nós devemos ter mais de 5 mil pacientes. Então é alarmante, com fibrose. É alarmante, porque a doença na região Sul, da pigmentação, ela é alarmante. E lá embaixo... Tanto que os maiores centros são Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se faz o transplante hoje do Pulmão, que é no Hospital das Clínicas no Rio Grande do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Na Santa Casa.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Na santa Casa também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A Santa Casa começou primeiro, inclusive intervivos.

Eu passo a palavra à Drª Gilvânia e depois à Drª Elizabete.

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – Só para esclarecer que talvez esse dado que a senhora tenha esteja um pouco confuso, porque quando se coloca que uma em cada vinte pessoas é portadora do gene, é porque como eu disse é um gene recessivo. Então uma em cada 20 pessoas tem o gene, mas não se manifesta. Ela é portadora.

A doença só vai se manifestar quando essa pessoa for ter um filho com outra pessoa que também é portadora desse gene e aí é aquela história do azinho-azinho, junta um gene azinho, ou seja, mutante, com a mutação, um do pai, um da mãe, e aí o indivíduo nasce azinho-azinho, e aí tem fibrose cística. Por isso esse número é um pouco divergente, parece divergente, mas na realidade a ocorrência da fibrose cística do indivíduo afetado ela é variável entre um para cada 2000 habitantes, em regiões onde a gente tem uma descendência caucasiana, branca, e um para 17.000 na descendência negra, então variando aí de acordo com as populações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Confirmando a questão genética.

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – Isso.

No Brasil, em virtude da nossa miscigenação, obviamente a gente tem pacientes com fibrose cística de todas as cores, porque nós temos todas as cores representadas e toda a miscigenação que a gente tem e a frequência no Brasil média é de um para cada 4.500 habitantes nascidos vivos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agora a palavra está com a Drª Elizabete em torno dos comentários feitos.

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Que bom que a Gilvânia fez essa colocação, porque assim, por isso que é superimportante a incorporação do aconselhamento genético nessa questão.

Em relação a essa questão do monitoramento dos recursos, o monitoramento o Ministério da Saúde faz, mas não é responsabilidade só do Ministério, mas também dos Estados junto aos Municípios, porque o SUS é tripartite. Enfim, da forma como o SUS se organiza, vivemos num País federativo, há essa questão da autonomia dos Estados e Municípios, como eu colocava antes, quer dizer, a gente faz todo um trabalho com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, de acompanhamento, mas não há como o Ministério da Saúde obrigar Estados e Municípios a implantarem determinados serviços, porque existe a autonomia dos Estados e Municípios. Então, é um problema que o SUS vivencia em todas as áreas e não especificamente nessa área.

Mas existem sistemas, existem formas de monitoramento. Quer dizer, todas as políticas são pactuadas de forma tripartite, entre os presentes, enfim, o acompanhamento é feito, mas a gente sabe que isso tudo é um processo. Por isso que também às vezes a demora também é porque é tripartite, as questões todas são pactuadas, inclusive no nível local, para a habilitação de um serviço, por exemplo, ele passa na comissão, na CIB, que é a comissão bipartite dos Estados e Municípios. Qualquer serviço que vai ser habilitado tem que ser aprovado, a gente exige que... Na documentação também vem essa resolução dessa comissão. Então assim, essa questão funciona dessa forma, em todas as áreas e o SUS funciona dessa forma.

Não sei se eu me esqueci de alguma questão que foi levantada?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Elizabete, a Drª Cláudia Fernanda tem uma observação a fazer.

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Ah, eu queria dizer que pena que não tem ninguém aqui da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, porque muitas questões que foram colocadas pela Cláudia, dizem respeito especificamente ao Distrito Federal. E que pena que não tenha ninguém aqui para poder conversar sobre essas questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Teriam que estar todos os Secretários de Saúde aqui. Todos, todos.

A SRª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA – - Bom, na verdade eu gostaria de fazer uma sugestão à Senadora, de encaminhamento desta audiência, que seria muitíssimo importante. Que houvesse uma representação do Senado Federal, na pessoa da Senadora, Presidente desta audiência Pública neste ato, ao Tribunal de Contas da União, comunicando que há essa informação que nos foi dada aqui, preciosa, de uma quantidade considerável de recursos públicos para a compra desses medicamentos, uma variação de preços que não se justifica e nesse caso há um indicativo do Tribunal de Contas da União de que essas fontes federais de recursos para repasse aos Estados isso é feito numa fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É uma auditoria.

A SRª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA – Sugerir ao Tribunal de Contas da União que, em relação principalmente à fenilcetonúria, desculpa, agora à fibrose cística e também às outras doenças raras, faça, inclua na sua fiscalização, principalmente, de maneira bastante rápida e pontual, a questão da aquisição desses fármacos.

A Senadora perguntou em termos de pequenos recursos. Nós no Distrito Federal estamos com mais de R$7 bilhões apenas para o Orçamento da Saúde Pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria agradecer muito, Drª Cláudia. Essa sugestão dada será acolhida, já está acolhida pela comissão. Faremos com o Senador Paulo Paim, pelo Senado Federal, porque é preciso passar... Mais do que isso eu vou fazer que seja não só por esta Comissão de Direitos Humanos, mas também pela Comissão de Assuntos Sociais onde está digamos toda a temática da área de saúde.

Então nós já fizemos, aliás, tínhamos pedido a ele sobre a questão do câncer de mama, de como era a cobertura, todo esse problema... Foi um trabalho excelente de auditoria. Eles têm auditores de muito boa qualidade. Então vamos encaminhar esse pedido no caso das doenças raras, especificamente fibrose cística e a fenilcetonúria.

Bom eu quero fazer aqui duas perguntas que vieram pela nossa rede de perguntas da população que tem interesse.

A Verônica de Oliveira, obrigada, Verônica pela sua pergunta, ela diz o seguinte: Sabe-se que para a pessoa com fibrose cística pode ser elegível as novas terapias entre as quais Kalydeco. Faz-se necessário conhecer sua mutação. Sendo assim o que está sendo feito para que todos possam realizar o exame genético, quanto para a importação desse medicamento?

Na mesma linha, vem a Irene Melo. Ela pergunta, a nova medicação Orkambi chegará quando ao Brasil? Já está em processo esta compra? É a pergunta da Irene Melo.

Eu vou passar á Drª Elizabete porque dizem respeito à medicação, a medicamentos, registros e incorporações e isso precisa submeter-se à análise aqui. Queria a sua palavra para a Verônica que fala do Kalydeco e para a Irene que fala do Orkambi

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Bom eu posso falar para as duas de forma conjunta porque a resposta, na verdade, nesta questão é a mesma. Hoje os medicamentos que estão incorporados à fibrose cística é o Alfadornase, para as manifestações pulmonares e as duas enzimas que são a pancreatina e a pancrelipase. Novos medicamentos, para serem incorporados ao SUS, é possível, acho que você comentou, é possível que seja solicitada ao Ministério a revisão dos protocolos atualmente existentes. Isso é possível. Qualquer cidadão pode solicitar, a associação pode solicitar a revisão de protocolos, porque qualquer medicamento novo para ser incorporado no SUS ele passa pela avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, que é a Conitec. Então assim, porque é feita a análise de evidências, custo benefício, custo efetividade, enfim, tem toda uma metodologia, uma análise que é realizada, para que eles possam então ser incorporados ao SUS. Então a resposta que eu tenho neste momento é essa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu, antes de passar aqui ao Dr. Fernando Gomide, a Drª Gilvânia, a Drª Cláudia e depois a Drª Elizabete.

Lembrei mesmo de uma das informações da origem da doença. Ela é 80% genética – nem anotei aqui – e 20% ambiental. E essa minha tosse é ambiental, não é genética, quer dizer, estes carpetes daqui, do Senado, são horríveis. Eu acho que isto aqui é uma usina de ácaros, e, nesta época de período seco em Brasília, com a poeira que tem no ar, então, de fato, eu sou vítima com essa minha... Não é um resfriado convencional, é alérgico a este ambiente hostil, que é cheio de ácaros, apenas para confirmar a projeção que fez a Drª Elizabete.

Eu passo, então, a palavra primeiro à Gilvânia para fazer um comentário sobre isso e até sobre a sugestão da Drª Cláudia Fernanda sobre a questão de provocar o Tribunal de Contas para uma auditoria nesse sistema.

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – São muito relevantes todas as colocações que foram feitas à Mesa. Reforço a frase que coloquei no último eslaide da minha apresentação e gostaria de deixar bem marcado que, para qualquer que seja a doença e, obviamente, para a fibrose cística, que é uma doença grave, incapacitante, que diminui a sobrevida dos pacientes, o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado são os preditores do prognóstico para o indivíduo.

E reforço, na mesma linha em que o SUS vem caminhando para fortalecimento da atenção básica, vendo nela toda possibilidade de prevenção dos agravos e, obviamente, trazendo benefícios financeiros em longo prazo, para as doenças raras isso não é diferente. Para as doenças raras, o diagnóstico precoce, os tratamentos preventivos vão ser muito mais econômicos do que deixar o paciente sem o tratamento e onerar ainda mais o sistema que já é bastante oneroso.

Eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A professora falando tem a capacidade de, como jornalista, fazer-se sintética e muito clara. Obrigada.

A SRª GILVÂNIA FEIJÓ – Eu agradeço o convite novamente e coloco de novo a Universidade de Brasília à disposição em qualquer assunto da área de saúde. Não estou habilitada a todos, mas temos muitos profissionais na faculdade de medicina, correlacionados a diversos temas. Então, estamos realmente sempre à disposição de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Profª Gilvânia, pela excelente contribuição que deu a esta audiência pública.

Passo, de imediato, a palavra ao Fernando Gomide, que aqui representa os pacientes portadores dessa doença rara.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Bem, como mencionou a Drª Elizabete, nós já provocamos diversas vezes as solicitações de inclusão de medicamentos na portaria de alto custo, porque, hoje, não temos só a tobramicina, temos a azitromicina, que são importantes para o tratamento, e muitos desses medicamentos... Só para a senhora entender e os nossos telespectadores, tem medicamentos, Senadora, com que o paciente gasta 40min, 50min fazendo inalação. E hoje nós já temos medicamentos de excelência com que ele vai gastar 3min para fa-

zer aquela mesma eficiência; só vai mudar a marca do medicamento. E esses medicamentos, nós não estamos falando de medicamentos que não estão registrados na Anvisa, não; todos eles estão registrados na Anvisa.

E nós já mandamos, e eu gostaria de pedir à senhora e implorar à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado que encaminhem essa solicitação ao Ministério. Quem sabe assim eles vão atender não só a fibrose cística, mas todas as patologias.

Com que nós estamos preocupados hoje? É com um paciente que perde 3 horas fazendo medicação por dia. O que isso representa numa jornada? Nós temos o dia, tem 24 horas. Se nós dividirmos por três, que é para estudar, que é para dormir, que é para trabalhar, ele vai ter três horas dessas oito horas, ele vai perder fazendo medicação.

Então, nós precisamos mudar essas, e aceitar e acatar essas, porque o que acontece hoje? Se nós usarmos alguns medicamentos, esses medicamentos hoje que estão aí na rede, na portaria, vão ter o consumo diminuído, principalmente do Dornase Alfa. Por quê? Porque eles vão ter uma melhor imunidade e vão diminuir a sua colonização. Então, a secreção para expelir, ele não vai ter aquela secreção, que é a função do Dornase Alfa. Eu gostaria aqui de agradecer, e muito do que falou a Drª Cláudia, tudo o que ela falou acontece no Distrito Federal, mas acontece no Brasil inteiro. Todos os Estados da Federação passam por essa dificuldade.

Outro fator também que é muito relevante, e isso faz parte do Tribunal de Contas, é a compra de equipamentos. Senadora Ana Amélia, nós temos um equipamento comprado em Brasília em 1998. Custou US$300 mil, e esse equipamento está guardado; é uma cama hiperbárica de fazer curativo. Até hoje ela não foi implementada, e ninguém é culpado.

Agradeço a todos, e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço muito ao Dr. Fernando. Eu queria que o senhor me desse a relação das incorporações, das medicações, para que possamos complementar. E a Drª Cláudia nos deu aqui a Lei nº 12.401, que altera a lei de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde do âmbito do SUS. Então, está aqui contido na lei que tem prazo de até 180 dias para fazer a inclusão. Então, eu agradeço, porque nós vamos fundamentar com base na lei.

Passo a palavra a Drª Elizabete Ana Bonavigo e pedindo a ela que já leve a mensagem como arauto da demanda dessa audiência, e nós iremos, depois, fazer o encaminhamento formal pelas Comissões de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos.

A SRª ELIZABETE ANA BONAVIGO – Acho que é isso. Eu queria, na verdade colocar que o Ministério da Saúde está de portas abertas, e eu queria deixar aqui à disposição, tanto nós lá, da Coordenação de Média e Alta Complexidade da área técnica, enfim, enquanto do Senado, a assessoria parlamentar. Enfim, o Ministério da Saúde está aberto, a associação também, a Abram, para que possamos continuar nesse processo de discussão.

Hoje o objetivo da nossa vinda aqui foi expor, falar um pouquinho sobre a política de doenças raras, exatamente porque eu trabalho na política de doenças raras, o requerimento dizia que era para debater a fibrose cística de uma forma ampla, porque o Ministério da Saúde tem muitas áreas e quando o assunto também for mais específico, de medicamento, é outra Secretaria do Ministério, que é a Secretaria de Ciência e Tecnologia, onde está o Departamento da Ciência Farmacêutica, que atua especificamente com isso, assim como o departamento que atua diretamente na elaboração dos protocolos, enfim.

Então, eu queria agradecer, e acho que todas as áreas do Ministério da Saúde estão abertas para a Abram, enfim, para o Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Drª Elizabete.

E Agora com a palavra a Drª Cláudia Fernanda.

A SRª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA – Bom, na verdade eu queria fazer algumas colocações em relação a compras de equipamentos. Aqui, no Distrito Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, juntamente com o MP de Contas do DF encaminharam já várias, inúmeras recomendações à Secretaria de Saúde, para que ela se abstivesse da fazer comprar de equipamentos em casos de recusa. Já são várias ações ajuizadas. Nós temos um caríssimo equipamento de PET Scan também que está encaixotado, compras de máquinas AQT e Rotem também estão em desuso nos hospitais, solução robótica, etc. Inúmeras ações que foram já ajuizadas, buscando a responsabilização dos gestores pela compra prematura desses equipamentos que não são colocados em uso.

Eu queria já, nestas considerações finais, agradecer muitíssimo a oportunidade e dizer que levarei o pleito também desta Comissão ao Tribunal e Contas do Distrito Federal que, como eu falei naquele nosso processo, está em vias de arquivamento, com manifestação contrária do Ministério Público. Então, a participação nesta Comissão, hoje, nesta audiência pública, é muito importante, porque eu levarei ao Relator, Senadora, tudo o que aqui foi debatido, e pedindo também que não arquivem esse processo, que eu gostaria de depois contar

com a ajuda da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para que possamos realmente que o Tribunal determine a continuação desse processo, uma ampla fiscalização desses recursos, que vêm, inclusive, do Ministério da Saúde, que são recursos do SUS.

Queria deixar só rapidamente aos senhores – e eu tenho tido oportunidade de fazer isso toda vez que nós estamos tendo uma oportunidade como esta –, de pedir aos senhores, como cidadãos, que nos ajudem a combater a corrupção no nosso País. O que hoje está sendo colocado aqui basicamente é falha de gestão, o que também tem um componente por trás, que é a corrupção.

Hoje o Ministério Público Federal está com uma campanha de que os senhores já devem ter ouvido falar, das dez medidas de combate à corrupção. Na verdade, busca a iniciativa popular para que se encaminhe aqui, a esta Casa, 20 projetos de lei de alteração ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, à Lei de Improbidade Administrativa. Enfim, são medidas que visam tornar o crime de corrupção, que hoje é um crime de baixíssimo risco, visam criar mecanismos que evitem esse crime, que dificultem, porque hoje nossa legislação não só não dificulta, como acaba por favorecer constituição de inúmeros problemas processuais que nós colocamos, anulação de provas, prescrição, um processo extremamente demorado. O corrupto comprovadamente corrupto recorre até o final solto. Então, nós queremos apenas justiça, que seja feita justiça e que esses recursos públicos que são surrupiados do cidadão sejam devolvidos à sociedade.

Então, você, que está nos ouvindo, em cada Estado da Federação o Ministério Público Federal está com voluntários. Aqui, no DF, nós somos voluntários. Pedimos que cada um de vocês sejam voluntários também para que nós consigamos a expectativa de 1,5 milhão de assinaturas, que é o mínimo, mas o Ministério Público espera conseguir, no mínimo, o dobro, para que nós possamos, sim, chegar aqui, a esta Casa, dizendo para todos que a população não suporta mais, como ela não está brincando quando fala que não suporta mais o alto índice de corrupção no País, a desfaçatez com a utilização dos recursos públicos, não só na saúde, como na educação, em tantas áreas que nós temos visto.

Então, por favor, eu peço a adesão de todos vocês à campanha das dez medidas.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Cláudia Fernanda de Oliveira, que aqui representou o Ministério Público de Contas do Distrito Federal.

Eu só queria indagar para vocês, só levantem a mão: gostaram de tudo o que ouviram aqui das propostas apresentadas, da participação das pessoas que ligaram? Gostaram? Levantem a mão! (*Pausa.*)

Então, está bom! Ótimo! Muito obrigada a vocês por terem acompanhado essa audiência pública. Agradeço a todos os nossos telespectadores que acompanharam pela Internet, pelo serviço da nossa TV Senado, dos meios de comunicação da TV Senado, que são sempre muito colaborativos em todas essas iniciativas.

E já está, então, esta Comissão encaminhada ao Tribunal de Contas, como proposta da Drª Cláudia Fernanda, essa solicitação de auditoria sobre o capítulo das doenças raras, das novas incorporações. Também com uma pergunta específica: por que esse medicamento tem uma variação tão gigantesca? Aí explica a palavrinha que a Drª Cláudia falou, que é corrupção.

Então, é claro que é tudo muito suspeito, não estamos suspeitando de quem faz, mas, se esse valor tem essa disparidade, alguma coisa, no meio do caminho tem uma pedra, como diz a poesia – no meio do caminho tem uma pedra. E nós temos essa responsabilidade.

Queria agradecer à Drª Cláudia essa exortação que a senhora faz aqui, porque, combatendo esse mal, que é talvez a doença mais grave que nós tenhamos no tecido social brasileiro, e aí não é só na classe política, não é só na classe da gestão pública. A corrupção está nos pequenos detalhes. Eu digo assim, não é assim quando falamos sempre no valor, mas é nas atitudes, quando você usurpa, por exemplo, ocupar o lugar de uma pessoa portadora de deficiência para um cadeirante, você saudável, com o carro do ano, entra e ocupa aquela vaga. Isso para mim é corrupção; isso para mim desrespeito; isso é desumano, é tudo. Então, pode ser criminalizado de tudo que é jeito, porque é uma falta de compreensão ao direito de um cidadão que ali tem dificuldade de locomoção. É uma pessoa que não gostaria de estar naquela situação, e nós, sãos, uma pessoa sã vai lá e usurpa, e às vezes é um jovem.

Então, são essas atitudes com os velhos, com as crianças, com todos. Nós estamos perdendo as referências do relacionamento civilizado, humanizado, solidário e fraterno. Nós estamos nos embrutecendo na sociedade, estimulados por vários maus exemplos, e isso gera também a impunidade.

Então, eu penso que essa exortação da Drª Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira foi também um chamado à nossa consciência de cidadãos, de despertarmos para ir para a rua, não só ir para a rua, mas assinar a petição dessa ação popular que vai representar aí.

Eu vi, passei hoje, de novo, bem cedo, lá no prédio do Ministério Público, da PGR, Procuradoria-Geral da República. Está enorme lá: "Não à corrupção, #nãoàcorrupção." Então, vamos fazer a nossa parte.

É aquela história do beija-flor. O beija-flor estava na beira do prato, pegando uma gotinha com o seu bico muito delicado e levando para combater um incêndio. E o elefante disse para ele, rindo dele: "Você acha que você vai combater o incêndio com uma gotinha d'água?" Ele disse: "Eu posso não combater o incêndio, mas eu estou fazendo a minha parte." Então, é isso que, digamos assim, já é uma lição de vida que nós temos.

Agradeço novamente à Drª Elizabete Ana Bonavigo, representante do Ministério da Saúde; à Drª Profª Gilvânia Feijó, professora da faculdade de medicina da UnB, aqui, em Brasília, ao combativo Fernando Gomide, que é da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose; à Drª Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que é Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, e a todos vocês, muito obrigada.

Está encerrada esta audiência pública, em nome do Senador Paulo Paim e de mim, que requeri a audiência, e também especialmente aos pacientes.

Muito obrigada, está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 75ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dois setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Hélio José, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Romário, Magno Malta, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim, José Medeiros e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima primeira a septuagésima quarta Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta **deliberativa**: Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012. Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015. Terminativo. Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2013. Terminativo. Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014. Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007. Terminativo. Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei

do Senado nº 193, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2011. Não Terminativo. Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 15. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011. Não terminativo. Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Tramita em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012. Não terminativo. Acrescenta-se o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a possibilidade de ausência do empregado ao serviço por até 7 (sete) dias, por motivo de doença em pessoa da família. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182 de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 620 de 2011, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013. Não terminativo. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 17. Sugestão nº 8, de 2014. Não terminativo. Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela apresentação de Requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela apresentação de Requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114, de 2015. Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno", em data oportuna e observada a relação adiante exposta. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 129, de 2015. Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura aos agressores da estudante Ana Luiza Lima, do curso de Medicina da Escola Multicampi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Caicó - RN, pelas absurdas agressões que vêm sendo realizadas contra ela, em razão de discurso proferido na cerimônia de comemoração dos dois anos do Programa Mais Médicos, no qual defendeu o programa e as políticas adotadas pelos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff na área da ampliação do acesso aos cursos de Medicina em todo o país e na criação de políticas públicas que permitiram o atendimento médico às populações mais humildes do País. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Adiado. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 138, de 2015. Requer, a iluminação do prédio do Senado Federal na cor azul royal no dia 05 de novembro de 2015, em alusão a comemoração do Dia Nacional de Conscientização da Fibrose Cística, conforme RDH 121 de 2015 aprovado nesta Comissão. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 139, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Cotas para negros e o conflito entre o direito administrativo e o direito constitucional". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140, de 2015. Requer a realização de um Ciclo de Debates, composto de Audiências Públicas nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Confederações e Centrais Sindicais de Trabalhadores e Empregadores, para debater "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 141, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A participação da Socie-

dade na Gestão do Pré- Sal e o projeto de lei que trata da exclusão da Petrobras da condição de Operadora única na exploração do petróleo do Pré-Sal". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 142, de 2015. Requer a criação da Subcomissão Temporária para debater proposições legislativas que julgar cabíveis relativas à regulamentação do uso medicinal, recreativo e industrial da Cannabis e seus componentes, formada por 5 membros titulares e 5 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Às onze horas e vinte minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Em seguida a Senadora Angela Portela devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e quinze minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador José Medeiros. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, João Capiberibe, Romário, Magno Malta, José Medeiros e a Senadora Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte minutos; e para constar eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 71ª Reunião à 74ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos começar a nossa pauta com os projetos dos Senadores presentes.

ITEM 17
SUGESTÃO Nº 8, de 2014
- Não terminativo -

Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela apresentação de Requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão.
Observações:
Tramitação: CDH
-Foram realizadas seis audiências públicas para instrução da matéria, nos dias: 02/06; 11/08; 25/08; 08/09; 22/09; e 13/10, todas no ano de 2014.

Houve a participação direta do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para a leitura do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, gostaria muito de ler o parecer na íntegra. São 17 páginas, em que há uma análise do problema que nós atravessamos hoje relacionado à violência por um lado e às degradações que acontecem pelo uso da droga. Mas, para ser mais rápido, eu vou fazer um resumo, primeiro, lembrando que este projeto não tem iniciativa do Senado, a iniciativa é da sociedade civil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem esclarecido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... com 20 mil assinaturas; e, segundo, que eu pessoalmente não pedi para ser Relator deste projeto, desta proposta, até porque eu tenho muitas outras coisas, mas a Senadora Rita, então Presidente, teve a confiança de me nomear e indicar, e eu não recusei, e fiz bem, porque esse é um tema de que ninguém tem o direito de fugir.

A proposta visava pedir que o Senado tomasse a iniciativa de elaborar projeto de lei que visasse regulamentar o uso da maconha para fins medicinais, para fins industriais e para fins recreativos. Depois de muitas audiências, com muitas brigas, devo dizer, aqui dentro, conflitos mesmo entre grupos, de agressões, algumas

vezes, até contra mim mesmo, como Presidente, depois de ouvir muita gente, eu calculo que mais de mil pessoas participaram, se incluirmos os que vieram por falas, eu cheguei à conclusão de que, de fato, vale a pena que o Senado faça um projeto de lei, regulamentando o uso da maconha para fins medicinais. Então, a minha recomendação é que seja feito isso, e eu nem sei se ainda vale, porque a Anvisa já tomou a iniciativa ultimamente.

No que se refere ao uso industrial, devo dizer que não analisei, achei que era irrelevante talvez fazer isso.

No que se refere ao uso recreativo, não cheguei a uma conclusão definitiva relacionada à conveniência hoje da maturidade social, cultural, econômica do Brasil para começarmos já a regulamentação, como Uruguai, Portugal, muitos Estados americanos e muitos países europeus já fizeram.

Então, a minha recomendação é, pura e simplesmente, para que a sugestão não seja arquivada. Seria um equívoco parar esse debate, que teve a iniciativa de um grupo de 20 mil pessoas, lideradas pelo Dr. André, que é um professor, pesquisador jovem da Fiocruz. A minha recomendação é para que o Senado caminhe na direção da regulamentação para fins medicinais – se é que ainda é necessário isso, porque creio que a Anvisa já avançou – e para fins recreativos que se debata, que continue o debate que eu fiz aqui, ouvindo todo mundo, com os contraditórios que existem de que isso liberaria e aumentaria o consumo; ou diminuiria o consumo; ou levaria a outras drogas; há os que dizem que as pessoas procuram droga porque a maconha é proibida; uns dizem que hoje a situação que está aí só serve para colocar mais jovens, negros e pobres presos, porque foram pegos com uma pequena quantidade e são considerados traficantes, e que os ricos e brancos podem andar com muita quantidade, e continuam soltos, como ouvi aqui de um coronel da PM.

A minha recomendação é para que não arquivemos e continuemos o debate sobre este problema que aflige o mundo inteiro, quanto ao que fazer para corrigir uma constatação, sem dúvida, de que o proibicionismo, como está hoje, fracassou. Hoje, aumenta o consumo e aumenta a violência. E não deu para eu dizer: "Regulamentemos já!", não me senti à vontade para fazer isso, mas eu tenho a consciência de que arquivar e manter o atual sistema proibicionista como está é um equívoco.

Logo, a minha recomendação: que continue o debate da SUG 8.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão o parecer do Senador Cristovam. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, que delibera pela apresentação de requerimento de criação da Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão, no caso essa Subcomissão que seria criada.

Aqueles que aprovam o parecer do Senador Cristovam, que decide pela formação de uma Subcomissão, para que o debate continue – e repete ele, e eu repito aqui – na Subcomissão Temporária.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela apresentação de requerimento de criação da Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a sugestão continue sendo examinada por essa Subcomissão.

O plenário será comunicado dessa aprovação. Farei a designação dos membros que devem compor a Subcomissão, conforme a proporcionalidade partidária e, posteriormente, em data que será agendada, trabalharemos pela instalação, em que vamos eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

A SUG nº 8 está aprovada.

Temos aqui um projeto terminativo de autoria do Senador Marcelo Crivella, em que sou o Relator. Então, eu vou ler o relatório, porque o projeto é terminativo. Convido a Senadora Ângela Portela, se ela puder assumir a Presidência simbolicamente, passando a palavra para mim, para que eu passe à leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) –

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, de 2007
- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

- Em 28/04/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou fazer a leitura da análise para simplificar o relatório. Estando aqui o Senador Crivella, ele poderá também expressar seu ponto de vista.

Análise.

Compartilho do entendimento da CCJ que considerou a matéria tratada no PLS nº 700, de 2007, isenta de quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material. A matéria está, sim, compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre Direito Civil e Direito Penal, consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, seu autor, o nobre Senador Marcelo Crivella, possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do *caput* do art. 61 da Carta Magna.

Cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à promoção dos direitos humanos e, também, à proteção à infância e à juventude. Por essa razão, a apreciação do PLS nº 700, de 2007, está neste Colegiado.

Cabe reiterar que a CCJ promoveu alterações no texto original do projeto que ora analisamos, para "evitar indevida confusão de institutos", conforme alerta o parecer daquele colegiado. De fato, "abandono moral" já designa, em boa parte da jurisprudência e da doutrina, a conduta dos pais que permitem a frequência de menor em casa de jogo, casa de prostituição ou espetáculo onde seja visto ato ofensivo ao pudor, bem como a convivência com pessoa viciosa ou de má vida e a prática de mendicância.

As alterações propostas na CCJ são pertinentes, inclusive a adoção dos termos "abandono afetivo" e "assistência afetiva" no lugar de "abandono moral" e "assistência moral".

Há aqui toda uma justificativa dessa questão. Vou, inclusive, fazer aqui uma pequena declaração a respeito do que disse o Ministro Carlos Ayres Britto.

A esse respeito, oportuno trazer à colação a percuciente análise do eminente Ministro Carlos Ayres Britto, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, que diz:

O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana opera de modo binário, o que propicia a base constitucional para que um casal de adultos recorra a técnicas de reprodução assistida que incluam a fertilização artificial ou *in vitro*. De uma parte, para aquinhoar o casal com o direito público subjetivo à liberdade (preâmbulo da Constituição e seu art. 5º), aqui entendida como autonomia de vontade. De outra banda, para contemplar os porvindouros componentes da unidade familiar, se por eles optar o casal, com planejadas condições de bem-estar e assistência físico-afetiva.

Enfim, senhores e senhoras, o nosso parecer, que vai nessa linha, conclui da seguinte forma – estou simplificando.

Finalmente, julgo que a Emenda nº 1 – CCJ, que torna obrigatória a visita dos pais aos filhos, e também a convivência, não merece prosperar e, por essa razão, não deve ser acolhida por este colegiado.

Voto.

Em face do exposto, concluímos este relatório com voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, com as Emendas nºs 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Rejeitamos, consequentemente, a Emenda nº 1.

Esse é o parecer de uma matéria que merece...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Em discussão a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Para discutir, Senador Marcelo Crivella, autor do projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Srª Presidente, hoje, o arcabouço jurídico brasileiro defende – a Constituição diz que é defesa – como absoluta prioridade e dever do Estado, da sociedade e da família, a proteção das crianças.

Muito bem. Ocorre que não é raro casais se separarem, e o pai tem a obrigação da pensão. Isso é imposto pela lei. Uma das poucas vezes em que o sujeito vai para a prisão é quando ele falta com o pagamento, estipulado pela Justiça, da pensão. Pois bem, isso é contemplado.

Ocorre que o pai, uma vez satisfeita essa imposição, ele some, ele não se apresenta na hora em que a criança está doente, não participa da reunião com os pais e professores na escola, ele não acompanha a criança em momento algum, ele é um ausente, um absoluto ausente. Isso caracteriza outro abandono, talvez mais grave do que o abandono do dinheiro, que é um abandono afetivo.

Não é possível uma criança fazer aniversário e o pai não telefonar, não passar, não dar um brinquedo, não conversar. Isso vai causando no menino – e é mais grave no caso da menina – um sentimento de desprezo que vai corroer os seus sonhos, a sua personalidade. O Brasil hoje tem 550 mil presos, mais 150 mil nas casas com tornozeleira. Todos eles sofreram agressões na infância, e uma das piores delas é exatamente o desprezo.

Aí a pergunta que se faz é a seguinte: nós podemos, pela lei, obrigar alguém a amar? Amar é um sentimento da índole, da vocação, da natureza, é uma coisa inexplicável. Amar é ternura, amar é emoção, amar são coisas subjetivas. Não é o que a Bíblia diz. Amar é verbo, amar é ação, amar é atitude. Uma mãe ama quando está brava e corrige um filho – ali não é ódio, ali é amor. Amar é um dever, é um verbo, é comparecer, é participar, é estar ao lado nos momentos de esplendor e nos momentos de infortúnio.

Recentemente um psicólogo nos visitou no Senado Federal trazendo seu livro, *Abandono afetivo,* lançado com muito sucesso no ano passado. E ele discutia isso – ele é um psicólogo de consultório. Ele relata que mães dizem o seguinte: "Eu até preferiria que, em vez do dinheiro, ele comparecesse. A ausência dói mais." O abandono é total, o sujeito some, simplesmente some.

Aí, o sujeito vai ao médico e ouve a pergunta: "Meu filho, eu estou vendo aqui que o seu açúcar está alto. O seu pai tem histórico de diabetes?" A resposta: "Eu não sei, não tenho histórico, meu pai não tem história nenhuma comigo, eu não sei.""Seu pai, quando era menino, teve hérnia, teve isso ou aquilo?""Não sei nem onde é que está o meu pai." Essas coisas não estão certas.

A lei pensou no dinheiro, mas, mais importante do que o dinheiro, é preciso ter responsabilidade. Aliás, a Constituição fala da responsabilidade paternal.

Todo ano nascem no Brasil dois milhões de bebês. Em torno de 600 mil não têm pai registrado.

A moça sai do hospital, vai ao cartório e ouve: "Quem é a mãe?""A mãe sou eu.""Onde é que está o pai?" "Ele não quer vir.""Mas não quer vir por quê?""Não, ele não quer vir.""Então a senhora tem que ir ao juiz.""Mas que juiz?""Ao fórum, a senhora vai ao fórum."

E a moça vai ao fórum – pela primeira vez na vida dela, aos 16, 17, 18, 19 anos. Quando ela chega no fórum, ouve do juiz: "Quem é o pai?""Ah, o pai é o fulano de tal. Ele mora ali no Guará.""Ele mora no Guará? Qual é o endereço dele?""Tal, tal, tal, tal." Ele intima. Aí o Oficial de Justiça diz: "Fulano, sexta-feira" – hoje é segunda – "10h30 da manhã, o juiz está te esperando no Fórum. Se você não for você vai ter problema." Ele vai lá, o juiz diz: "Olha, a menina esteve aqui com uma criança e disse, aqui em juízo, que o senhor é o pai e é preciso registrar essa criança." Ele diz: "Eu? Que isso, seu juiz! Não, senhor. Sou absolutamente inocente. De jeito nenhum." Então, antes do Lula, ficava por isso mesmo.

Nós, aqui – tive até a honra de fazer esse projeto – apresentamos um projeto para inversão do ônus da prova. Ninguém é obrigado a apresentar prova contra si mesmo, mas o juiz poderia, diante da palavra da mãe, sob pena de falsidade ideológica e um castigo de um ano, se ela reafirmar que é o pai, assumir, e o sujeito faria o DNA para provar que não era. Foi um projetinho que fizemos aqui, passou em várias... O Lula viu e fez o dele. E hoje funciona. Hoje, o juiz pode admitir. O Presidente José Alencar mandou cremar o corpo exatamente porque não queria, de maneira nenhuma, que isso ocorresse. Mas o fato é que nós não podemos brincar com essa coisa porque a família é tudo, é a base da nossa sociedade, é o lar da alma, é ali que se formam os valores, os princípios, e nós temos que ter muito cuidado.

Quero fazer um apelo aos colegas:

Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar [até bicho cuida], que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos. O amor diz respeito à motivação, questão que refoge os lindes legais, situando-se, pela sua subjetividade e impossibilidade de precisa materialização, no universo metajurídico da filosofia, da psicologia ou da religião. O cuidado, distintamente, é tisnado por elementos objetivos, distinguindo-se do amar pela possibilidade de verificação e comprovação de seu cumprimento, que exsurge da avaliação de ações concretas: presença; contatos [conversa] [...]; ações voluntárias em favor da prole; comparações entre o tratamento dado aos demais filhos – quando existirem – [presença na escola, no hospital], entre outras fórmulas possíveis que serão trazidas à apreciação do julgador, pelas partes. Em suma, amar é faculdade, cuidar é dever.

Tem que cuidar, Paim. Tem que cuidar.

Então, peço aos colegas que possamos nos debruçar sobre esse projeto para criar aqui o abandono afetivo.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Para discutir, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, Srs. Senadores, quero dizer que tenho muitas dúvidas técnicas de como levar adiante esse projeto, mas é muito maior minha certeza moral e política de que ele deve existir, e, para mim, a moral e a política vão na frente da técnica. A técnica, a gente vai dar um jeito legislativo, uma solução jurídica para verificar o que quer dizer exatamente comparecer. Eu gostei

muito do verbo. Por isso, parabenizo-o pelo projeto, apesar de todas as dificuldades técnicas, até porque, se eu não apoiasse, eu seria incoerente com meu projeto de que tem que ir à escola. Na verdade, é o verbo comparecer também. Então, se acho que é necessário que os pais compareçam à escola, eu acho que eles devem comparecer também às outras atividades dos filhos, chame-se isso amor ou não, mas é um comparecimento.

No caso da minha proposta, Senador Crivella, talvez fosse mais simples, porque lá eu ponho a mesma punição que se dá a quem não vai votar. Então, ficou uma coisa mais simples do ponto de vista do tipo de punição, não entra no juiz, não entra na punição... Mas mesmo assim não está claro. Meu projeto está cheio de brechas ainda técnicas, que a gente espera que, na CCJ, sejam superadas. Mas creio que o senhor está trazendo um caminho. Não disse uma solução exatamente, mas um caminho para um dos problemas mais sérios que existem.

Quando fui candidato pela primeira vez aqui, Senadora Ângela, dava para fazer campanha, no Distrito Federal, de casa em casa. E duas coisas me chocaram profundamente, indo de casa em casa: a quantidade de mulheres que não tinham marido e a quantidade delas que apanhavam, fosse do marido, fosse do filho até, fosse do irmão, fosse do namorado. Então, creio que essa ausência masculina que nós temos precisa ser enfrentada, e precisa ser enfrentada socialmente, não apenas por uma vontade de realizar sua emoção de pai. Não. A gente tem que cobrar responsabilidade, sim, dos pais, e não jogar tudo sobre as mães. Seu projeto, Senador, com todas as dificuldades técnicas que ainda tem, ele vem no bom caminho. Parabéns!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Fica adiada, então, a discussão e a votação, considerando que o projeto é terminativo e não temos quórum suficiente.

Passo a Presidência para o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voltamos, agora, à nossa pauta para um projeto, então, não terminativo.

Senador João Capiberibe, V. Exª é o Relator.

ITEM 15
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2011- Não terminativo -

Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta-se o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a possibilidade de ausência do empregado ao serviço por até 7 (sete) dias, por motivo de doença em pessoa da família.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
- Tramitação: CDH, CE e terminativo na CAS.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 620, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, tem por finalidade permitir que o empregado se ausente do serviço, sem prejuízo do salário, uma vez a cada seis meses, para acompanhar reunião de pais e mestres na escola de seus filhos. Já o PLS nº 182, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, pretende autorizar a ausência do empregado por até sete dias por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste de seu registro, mediante comprovação médica, desde que sua assistência seja indispensável e haja compensação de horários.

As proposições tramitam conjuntamente, conforme despacho de 3 de fevereiro de 2015, devendo ser examinadas por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137, de 2010 (Projeto de Lei nº 6.243, de 2005, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, e o PLS nº 522, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que também veiculavam alterações do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para autorizar ausências do empregado em hipóteses semelhantes, tramitavam em conjunto com as duas proposições ora examinadas e foram arquivados, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal. Também o foi o PLS nº 28, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que dispunha sobre licença para capacitação profissional.

O PLS nº 620, de 2011, já foi apreciado, noutra oportunidade, pela CDH, que então decidiu pela sua aprovação.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre matérias que envolvam proteção à família, à infância e à juventude, como é o caso dos projetos sob análise.

Reconhecemos o mérito dessa proposição, que busca oferecer aos pais as condições mínimas para acompanhar o tratamento de saúde e a educação dos filhos, assim refletindo a prioridade absoluta que a Constituição Federal reserva às crianças e aos adolescentes. Se os pais não têm como acompanhar os filhos hospitalizados sem colocar em risco o próprio emprego e, consequentemente, o sustento da família, de nada adianta obrigar os estabelecimentos de saúde a oferecer condições para que permaneçam, em tempo integral, com aqueles que estão internados, como disposto no art. 12 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

A presença dos pais na vida dos filhos é sempre importante, mas entendemos que ela se revela decisiva nos momentos mais delicados, como na supervisão do desenvolvimento escolar e na situação extrema de hospitalização. Em tais circunstâncias, a presença deles garante a manutenção do vínculo familiar e transmite segurança aos filhos, oferecendo o suporte emocional e o conforto psicológico indispensáveis à pronta recuperação da saúde e ao mais pleno desenvolvimento educacional. Além disso, possibilita o diálogo entre os pais e os profissionais de saúde e de educação, assim viabilizando o cuidado compartilhado, solidário e contínuo decorrente da proteção integral com absoluta prioridade, de que trata o art. 227 da Constituição da República.

Sem prejuízo da absoluta prioridade que justifica a dispensa para acompanhamento de criança ou de adolescente, é forçoso reconhecer que a Constituição também estende proteção especial à família, reconhecida no art. 226 como base da sociedade. Com esse fundamento, deve ser estendido o direito do empregado de se ausentar do trabalho também para acompanhar, por motivo de doença, cônjuge, companheiro, qualquer um dos pais, filho, padrasto ou madrasta, enteado ou dependente.

As proposições tratam de respeitar, no âmbito de seu alcance, as relações mais fundamentais do trabalhador, garantindo a preservação da solidariedade, do afeto e das responsabilidades familiares. Reconhece-se, dessa maneira, a dignidade fundamental do trabalhador e de seus familiares mais próximos, com precedência sobre as obrigações laborais, que não são isentas da justiça e da solidariedade sociais previstas já no art. 3º, inciso I, da nossa Constituição.

É óbvio, mas necessário, constatar que essas alterações são tão mais oportunas, justas e necessárias hoje do que já foram no passado, tendo em vista a crescente inclusão da mulher no mercado de trabalho, sendo notório que, sob a organização familiar tradicional, caberia ao homem provedor somente trabalhar e gerar renda, ficando a mulher responsável por acompanhar filhos e outros parentes. A falta de evolução das normas trabalhistas para reconhecer essa transição da organização familiar e a evolução das relações de gênero criou um anacronismo evidente, com prejuízos para homens, mulheres, crianças, idosos e enfermos. Aliás, é meritório que o homem trabalhador, e não somente a mulher trabalhadora, possa se ausentar para acompanhar filho ou parente próximo, evidenciando que o cuidado com a família não é responsabilidade exclusivamente feminina.

No esteio dessas mudanças, não poderíamos deixar de prever condições semelhantes para o empregado que tenha, ele mesmo ou parente próximo, alguma deficiência. Nesse caso, dada a diversidade de condições das pessoas com deficiência, em vez de facultar ao empregado somente um número de ausências por ano, é mais justo e razoável prever a possibilidade de cumprimento de jornada especial de trabalho ou substituição da jornada fixa por regime de controle de desempenho, atendendo, ao menos parcialmente, ao conceito de adaptações razoáveis no mercado de trabalho, previsto no art. 27, item 1, alínea "i", da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Feitas essas considerações, concluímos ser cabível aglutinar as proposições numa emenda substitutiva, rejeitando-se a mais recente somente para atender à sistemática regimental, sem prejuízo do seu conteúdo.

E aqui segue o nosso voto.

conteúdo.

E aqui segue o nosso voto.

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, DE 2011

Acrescenta dispositivos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do empregado ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento às reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola, e por até sete dias por motivo de doença de pessoa da família ou dependente, bem como para prever a possibilidade de submeter a jornada especial de trabalho ou a regime de controle de desempenho o empregado com deficiência ou que precise acompanhar parente próximo ou dependente com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 473 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.473.....

.....

X – por um dia, a cada seis meses, para participar de reuniões escolares de filho ou enteado, mediante comprovante de comparecimento à escola;

XI – por até 7 (sete) dias por motivo de deficiência ou de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta ou enteado, e do dependente que viva a suas expensas e conste de seu registro, mediante comprovação médica, desde que sua assistência direta seja indispensável, exigindo-se a compensação de horários, na forma do §2º do art. 59 desta Lei.

Parágrafo único. O empregado com deficiência ou que tenha filho, enteado, cônjuge, companheiro, pai ou mãe, padrasto ou madrasta, ou dependente com deficiência, pode ser submetido a regime de compensação de horas da jornada de trabalho, ou a regime de controle de desempenho, com ou sem cumprimento de jornada mínima.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Acrescentaria que o aumento da produtividade do trabalho no mundo todo tende à redução da jornada de trabalho. Portanto é mais do que justo permitir que o homem também participe ativamente dos cuidados com a família.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu quero dizer da minha satisfação por estar favorável a este projeto, até porque ele complementa aquele que foi votado na semana passada, de minha autoria, que obriga os pais a comparecer quatro vezes por ano à escola do filho.

Uma das críticas mais fortes é como é que eles irão se eles trabalham? Sempre respondi dizendo que há sábado, há domingo, há noite, há maneiras de se fazer isso, mas esse projeto da Senadora Lídice complementa muito bem, dando licença de dois dias por ano.

Eu quero dizer o seguinte: todos vão falar que os empresários serão sacrificados. Coisa nenhuma! A ida desses pais à escola vai trazer uma vantagem tão grande para o Brasil inteiro pela educação das crianças que os empresários também se beneficiarão e o Brasil inteiro. Educação ajuda não só os que são educados, ajuda todos que moram no País e até no mundo inteiro. Então não é válido esse argumento de que eles serão sacrificados. Além disso, são duas ou três horas que eles vão deixar de estar no trabalho. Não é isso que vai baixar o lucro da empresa.

Cheguei a pensar até, Senador Capiberibe, em apresentar uma emenda de que fossem quatro dias e não dois, mas eu prefiro que seja aprovado com dois a adiar com quatro. Além disso, podemos dizer o seguinte: durante dois dias, as empresas onde eles trabalham liberam e nos outros dois dias, eles sacrificam duas horas na noite, no fim de semana.

Então, há uma contribuição de um lado e há uma contribuição do outro a favor das crianças que precisam dos pais na escola. Porque educação não é só escola, educação é escola, é família, é igreja, é mídia, são os amigos que as crianças têm. É um fenômeno muito maior. E a gente precisa levar os pais à escola. As empresas têm que dar a sua contribuição também e os pais têm que fazer a sua parte.

Por isso o meu entusiasmo com esse projeto da Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, eu sou testemunha...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... de que aqui...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Desculpe-me, eu confundi, eu pensava que o projeto era da Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é mesmo, e foi a aprovação ...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, não é da Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que ele fez do projeto da Lídice.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ali apareceu que era do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas há dois projetos conjuntos. Ele fez o relatório dos dois e aprovou o da Lídice.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até porque é o princípio da antiguidade, inclusive, que eu sempre adoto nos relatórios. Encabeça o mais antigo e aproveitando tudo que é possível dos outros. E é exatamente da Senadora Lídice.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Eu tenho a impressão de que esta Comissão presta um grande e relevante serviço ao País no momento em que enfrenta essas questões, que parecem, numa primeira análise, irrelevantes, mas que têm uma importância impressionante na formação desses meninos e meninas.

A ausência do pai ou do mãe, seja pelos encargos do trabalho ou seja mesmo por displicência dos genitores, isso é insubstituível. Olha, hoje, nós temos 550 pessoas nos presídios, mais 150 mil pessoas com tornozeleiras detidas em suas casas.

Veja, Senador Paim, eu me lembro aqui de um versículo da Bíblia que diz assim: Ensina a criança no caminho em que deve andar e ainda quando for velha não se desviará dele.

Esse ensino, escrito há quatro mil anos, não era nem um ensino escolar, era o ensino do exemplo, da presença. Isso requer, de certa forma, um idealismo, uma renúncia porque permanecer junto à família exige renunciar a outras coisas.

Então, é algo fundamental que pelo menos no momento da escola, no momento de se aferir o rendimento, conversar com a professora que vai dizer: "A nota foi boa por isso, a nota foi ruim por isso", que o pai esteja ali, mãe esteja ali. E nesse momento, a empresa ou o setor público terá feito aí uma boa dispensa.

Um projeto relevante. É um projeto importante. Nós estamos formando o Brasil do futuro e nós precisamos fortalecer as famílias brasileiras, sobretudo o convívio dos pais com os filhos, em momentos supremos como esse, que é o momento da escola.

Então, eu vou votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Crivella, só para esclarecer porque é de interesse de V. Exª, o Senador Cristovam só vai registrar a presença e volta para cá para continuar dando quórum.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Estão faltando dois ou três Senadores para dar o quórum.

Eu estou ligando. E nós vamos votar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ângela Portela, para discutir a matéria.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Romário para apresentar o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Presidente, gostaria de parabenizar a autora, a Senadora Lídice da Mata, e o Relator, o Senador João Capiberibe, por esse projeto.

Parece-me que há um consenso entre os Senadores da Comissão de Direitos Humanos, para que haja uma participação maior masculina, de pais, na vida e na educação dos filhos. Isso é importante. É relevante quando se permite que o pai possa se afastar do trabalho para fazer o acompanhamento dos seus filhos na escola, dar maior atenção e cuidado à formação dos seus filhos.

Já existem estudos que comprovam, quando existe um acompanhamento mais efetivo do pai e da mãe, a criança, o adolescente melhora o seu desempenho na escola. Sem dúvida nenhuma. Então, quando são ações importantes do acompanhamento familiar na vida educacional das crianças, sem dúvida nenhuma, eu estou sempre votando favoravelmente, porque realmente a participação do pai, da mãe, no acompanhamento da educação dos filhos é importante, e existe um estímulo, um incentivo das escolas – inclusive no Plano Nacional de Educação, que foi aprovado nesta Casa, e já estão sendo elaborados os planos estaduais e municipais de educação – para que se tenha uma participação maior da comunidade na vida educacional. Quer dizer, os pais mais próximos da escola. Eu acho que esse é um dos fatores, sem dúvida nenhuma, para melhorar a qualidade do ensino, para melhorar o desempenho dos nossos jovens na escola.

Nós temos aí o Ideb, que avalia a aprendizagem dos alunos, e há muito ainda a ser feito para esses índices, essas notas evoluam. E um dos pontos que eu considero importante para melhorar a nota dos nossos alunos no Ideb é um maior acompanhamento dos seus pais na sua vida educacional. Então eu também quero registrar o meu voto favorável a esse projeto da nossa querida Senadora Lídice da Mata, com a relatoria do nosso amigo João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório, que é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012, e pela aprovação do mais antigo, do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, na forma da emenda substitutiva.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Educação e, posteriormente, para a Casa, em decisão terminativa.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Romário, para leitura do relatório. O projeto não é terminativo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia, Presidente Paulo Paim; bom dia a todas as Senadoras, ao Senadores, bom dia a todos.

Quanto ao relatório do PLS 212, de 2013, da CDH, por entender que ele já foi publicado na íntegra e divulgado previamente, vou aqui me deter ao essencial no meu texto da relatoria.

Inicialmente parabenizo o Senador Paulo Paim pela autoria do PLS 212, de 2013, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas para elevar o limite da renda familiar *per capita* para receber o benefício da prestação continuada.

O projeto melhora significativamente a vida de idosos e pessoas com deficiência, que vivem na margem da pobreza e possuem uma renda familiar *per capita* de um quarto – o valor de R$197 – do salário mínimo.

De acordo com a ONU, 92% das pessoas com deficiência vivem na pobreza. Dados recentes do Banco Mundial apontam que a deficiência é uma importante causa e consequência da pobreza. Cerca de 80% das pessoas com deficiência do Caribe e América Latina vivem na pobreza, o que, na maioria dos casos, também afeta os membros da família. Estima-se que 68 milhões dessas pessoas vivem nesse estado de extrema pobreza, num círculo vicioso, no qual deficiência gera pobreza ou pobreza gera deficiência. Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Esta elevação dará uma renda familiar mensal *per capita* igual ou menor que três quartos do salário mínimo e não mais a quarta parte do mesmo, R$594, conforme determina hoje o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, da Loas. Dessa forma, o BPC – Benefício da Prestação Continuada – atinge famílias que não

sejam apenas aquelas miseráveis, mas pessoas que necessitam de apoio financeiro do BPC para ter a proteção constitucional de dignidade do bem de todos.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do PLS 212, com a emenda para especificar a renda mensal de que trata, que é "familiar *per capita*", e não apenas "familiar", como está exposto na ementa do PLS 212.

No mais, concordo inteiramente com o teor da matéria e peço o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores para a aprovação.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário.

Em discussão, a matéria.

Eu me dou o direito de fazer um rápido comentário.

Primeiro, quero reclamar que eu não ganhei a revistinha aqui, nesta mesa da Comissão de Direitos Humanos, mas lá, na Comissão de Assuntos Sociais, eu ganhei e ganhei até mais do que uma. O Cristovam ganhou dez. Qual é a discriminação aí? (*Risos.*)

Dê-me mais do que uma aí, então.

Queria dizer, mais uma vez, ao Senador Romário, que eu levei a revista para o gabinete, e foi elogiada por todos. Algumas nós vamos mandar para o Rio Grande do Sul, porque está muito boa em todos os sentidos.

Segundo, Senador Romário, eu quero dizer que, quando V. Exª assumiu a relatoria do Estatuto da Pessoa com Deficiência, V. Exª tinha uma preocupação que eu também tinha: não está claro lá efetivamente que a pessoa com deficiência, a exemplo do idoso, terá direito a um salário mínimo, se provar que não tem como se manter. Por isso, nós apresentamos esse projeto, e V. Exª assumiu a relatoria. Por isso, eu peço aqui a aprovação de todos os pares. Ele vai ainda a outra comissão, e nós vamos discutir, claro, com o Governo também, para a viabilidade econômica dele.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos, mais uma vez, ao Senador Romário, por essa parceria que todos nós estamos fazendo a favor das pessoas com deficiência.

Mais uma vez, parabéns, RomáRio.

Esse *marketing* está demais.

Até eu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Há uma maldade nesse negócio aí, ou só eu estou sentindo? Uma maldade e uma bondade para o Rio.

É porque eu gravei um programa com o Marcelinho Carioca, na quinta-feira passada...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A ideia saiu dali, dessa senhora aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, parabéns. (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – A ideia foi do seu pai, que botou seu nome Romário, porque dá Rio no final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele estava calculando já...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Ela foi lá e pegou a ideia do seu pai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que seria o homem do Rio, o homem do Rio. Não é o menino do Rio, é o homem do Rio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É porque eu gravei um programa, quinta-feira, com o Marcelinho Carioca, e ele só falando de coisas boas. Eu falei: "Não, vamos ver algumas maldades suas aí." E ele começou com aquela maldade com o pobre do filho do Pelé, com aquele lençol que ele deu nele lá contra o Santos, no Corinthians.

Esse rapaz fez muita maldade com muito zagueiro por aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é que ia chover, aí ele deu o chapéu para proteger o rei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu quero parabenizar, Senador Paim, e dizer, realmente, que nós estamos vivendo um momento ímpar na história deste País.

Eu já passei de meio século e já vi crises neste País, e já vi minha mãe falar de crise e meu pai também, mas igual a esta eu nunca vi. Aliás, vivemos um momento extremamente ímpar, porque são três Poderes: um faz as leis; o outro opera as leis, que é o Judiciário; e um toma conta do cofre e equilibra as contas do País. Agora, mais do que ver chover para cima, o que equilibra as contas do País mandou para cá um desequilíbrio que é para o que faz lei equilibrar aquilo que deveria ser dever dele. Eu já vi de tudo, agora só falta ver chover para cima. Isto eu nunca tinha visto na minha vida, nós tomarmos uma providência, como se nós disséssemos: "Nós estamos sem capacidade de fazer, e vamos mandar o Executivo fazer." Ele já faz com medida provisória, mas dizer assim: "Não, tudo agora é vocês, CCJ é vocês, CDH é vocês, tudo é vocês, porque nós estamos sem vontade de fazer aqui, ou estamos incapacitados." Como é que um Governo? Um é o Poder Judiciário, que nós

sabemos o que faz; o outro é o Legislativo, a isonomia e o equilíbrio dos Poderes; e o outro toma conta do cofre, do imposto do povo, para poder equilibrar.

Eles mandam um desequilíbrio para cá, falaram em 30 bilhões, dizem que é de mais de 70 bilhões, para nós procurarmos uma maneira de equilibrar. Nós? Mamãe, acuda-me, aí é fácil. V. Exª já foi governador, aí é fácil você fazer essa transferência de responsabilidade, e uma responsabilidade que nós não vamos abraçar. Quero que o Brasil saiba que a minha reação é essa, como a reação de muita gente. Muita gente não verbaliza, mas eu verbalizo esse caos que nos impuseram, essa vergonha pública que nos impuseram, essa situação das mais esdrúxulas, em que alguém diz agora: "Vocês resolvam a situação do País", como se nós tivéssemos colocado o País nesta situação calamitosa em que o País está. Eles colocaram o País. Que nos peçam ajuda é uma outra coisa, agora tentar colocar no nosso colo é uma brincadeira de mau gosto.

V. Exª, na sua fala – realmente nós votamos aqui, e é uma iniciativa maravilhosa –, disse que temos que tratar isso com o Governo. Penso que essas coisas que parecem pequenas, mas que beneficiam os menores, já não mais interessam ao Governo.

Queira Deus – e eu continuo acreditando, porque a Bíblia disse que Abraão creu contra a esperança, eu tenho que crer contra a esperança – que o que foi votado hoje aqui certamente se efetive para o bem daqueles que menos têm, daqueles que mais precisam neste País, que, aliás é a bandeira de vida de V. Exª. É a grande marca do mandato de Romário, que, na verdade, dá um exemplo de que o Brasil, uma época aí, entrou numa onde de eleger artista, não sei quê... As pessoas ganham pelo *glamour* da exposição que têm na televisão ou pelo que fazem na vida artística e, quando chegam aqui, absolutamente desaparecem, viram pessoas comuns e anônimas naquilo que deveriam fazer. É diferente com o Romário. Foi um excelente Deputado Federal, com ações absolutamente concretas, um excelente Senador, com ações absolutamente concretas. E se aspira ser Prefeito do Rio, se aspira ser Governador do Rio, se aspira ser Presidente do Brasil, faz isso não tão somente porque fez mil gols, o que já é muita coisa, porque nos deu a Copa de 1994, que já é muita coisa também, porque jogou no Flamengo, que é mais coisa, ainda, do que isso tudo, mas pela capacidade, pelo desempenho e a vontade de servir o povo do Rio, o povo do Estado do Rio, o povo da capital e o povo do Brasil. Parabenizo V. Exª.

E quero dizer que, se pudermos dar uma acelerada, visto que o Congresso Nacional começou, seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em votação a matéria.

Se não há quem queira mais discutir, sem prejuízos à palavra em seguida, nós faremos isso.

Então, eu coloco em votação o relatório do Senador Romário, com uma emenda que apresenta, justa.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão, o projeto segue agora para análise da Casa, em decisão terminativa.

O Senador José Medeiros tinha pedido a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, é só para reforçar o que o Senador Magno Malta disse, primeiro, da atuação do Senador Romário. E também sobre essa questão do Governo, que jogou aqui para a Casa essa responsabilidade.

E eu queria me associar a V. Exª numa luta. V. Exª notabilizou-se na história por defender os aposentados; defender os trabalhadores; defender os servidores; defender aqueles que não têm defesa, geralmente; defender aqueles que, quando se apresenta a crise, são os primeiros a serem enxovalhados. Neste momento, os servidores públicos nunca foram tão malhados, porque estão querendo jogar essa crise para qualquer lugar, menos para o colo de quem tem a responsabilidade. Estão querendo jogar para o colo dos servidores. Estão querendo demonizar os servidores públicos.

Neste momento, eu estou sentindo ali uma manobra para tentar esvaziar o quórum do Congresso Nacional, para não votar o veto dos servidores do Judiciário, e o Senador Magno Malta bem lembrou aqui.

Então, é só para dizer que há poucos dias disseram o seguinte ali, nos corredores: "O Senador Paim está querendo quebrar o País, porque defende os aposentados, os trabalhadores e os servidores." Isso não é verdade. Isso é uma falácia. Isso é mentira, porque não é o servidor que quebra este País.

Eu sempre digo: pelo servidor, ou pelo Governo, ou apesar do governo de plantão, o País anda por causa dos servidores de carreira. Se não fossem os servidores que estão aqui nesta Casa, nada disso aqui estaria acontecendo.

Então, eu só queria fazer esse registro e fazer justiça também a V. Exª e à luta que tem feito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros. Muito obrigado também a todos que aqui falaram, pela importância deste momento. (*Palmas.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Chegou mais um aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos agora, Senador Magno Malta...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, faltam dois para o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, então vamos continuar votando os projetos não terminativos e vamos à leitura de alguns terminativos, claro, na expectativa de que o quórum se complemente, para votarmos os projetos terminativos.

Senador Magno Malta, há um projeto de autoria do Senador Vital do Rêgo, item 10, Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013, terminativo. Se V. Exª quiser fazer a leitura hoje, fará; se não, podemos votar os requerimentos. V. Exª é quem decide.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu gostaria de antecipar, porque eu queria ir para o Congresso, juntamente com o Romário e todo mundo, para participar da sessão do Congresso, porque eu não participo dessa movimentação, dessa manobra de esvaziar o Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Eu gostaria muito de ir, assim como V. Exª.

Eu posso deixar para a próxima quinta-feira.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013
- Terminativo -

Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
- Em 16/04/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Eu já registrei a minha presença lá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu também já registrei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É só por isso que eu estou aqui.

Então vamos para os requerimentos.

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno", em data oportuna e observada a relação adiante exposta.

Autoria: Senador José Medeiros
Quero cumprimentar V. Exª por essa iniciativa, antes mesmo de V. Exª falar, porque, no Rio Grande do Sul, na região de Canela, existe exatamente essa Semana do Bebê, e V. Exª agora está trazendo aqui para o Senado.

Com a palavra, o autor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Para não me delongar muito, Senador Paim, é simplesmente ressaltar a importância do projeto até porque nós precisamos valorizar essas iniciativas e, lógico, o Rio Grande do Sul tem sido sempre vanguarda, mas já encerro para que possamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E que bom que não tem que ser só em Canela, tem que ser nacional. Parabéns a V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Correto. Pegamos um bom exemplo para expandir. Os bons exemplos têm que ser copiados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senador, agora há alguns requerimentos de nossa autoria.

Eu queria pedir a V. Exª, Senador José Medeiros, se pudesse rapidamente assumir a Presidência para votarmos três requerimentos bem rapidamente e vamos para o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) –

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Cotas para negros e o conflito entre o direito administrativo e o direito constitucional".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este é um pedido da organização do Frei David, que visa debater as cotas, o que já é lei no Brasil – só para que fique bem clara a forma de como as cotas sejam aplicadas.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É da Educafro, lembrei. O Frei David é da Educafro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) –

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 140, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de um Ciclo de Debates, composto de Audiências Públicas nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Confederações e Centrais Sindicais de Trabalhadores e Empregadores, para debater "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste momento de crise, acho que é importante que esta Comissão também faça o debate sobre a crise, principalmente na ótica do mundo do trabalho.

Para tanto, no ciclo de debate, nós vamos convidar representantes de empregados e empregadores para discutir o desemprego, discutir preconceitos, discutir a questão dos aposentados, enfim, o mundo que envolve, principalmente, a nossa gente que mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 141, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A participação da Sociedade na Gestão do Pré-Sal e o projeto de lei que trata da exclusão da Petrobras da condição de Operadora única na exploração do petróleo do Pré-Sal".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Existe uma Frente Nacional em Defesa da Petrobras, suprapartidária, e eles fizeram essa proposta. Só que nós faremos o debate aqui no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E, por último:

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138, de 2015

- Não terminativo -

Requer, a iluminação do prédio do Senado Federal na cor azul royal no dia 05 de novembro de 2015, em alusão a comemoração do Dia Nacional de Conscientização da Fibrose Cística, conforme RDH 121 de 2015 aprovado nesta Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Autoria da Senadora Ana Amélia e subscrito pelo Senador Paulo Paim. Concedo a palavra para que ele possa encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, este requerimento é da Senadora Ana Amélia. Como ela não está presente, eu assino também o requerimento, em que a leitura do preâmbulo já diz qual é o objetivo, que é iluminar o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os requerimentos foram aprovados.

Não há quórum para deliberar sobre os terminativos.

Foram todos eles praticamente lidos e nós, na próxima quarta-feira, vamos fazer um esforço concentrado para deliberar sobre os terminativos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 76ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia dois de setembro de dois mil e quinze, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Fátima Bezerra. Registra-se a presença dos Deputados Federais Bohn Gass, Enio Verri, Assis Carvalho, Vincentinho e da Deputada Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140 de 2015-CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para realizar um ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Deputada Federal Érika Kokay; Maria das Graças Costa, Diretora Executiva da Secretaria de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Itamar Sanches, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Químico – CNQ; Cláudio Gomes, representante da Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira – CONTCOM; João Cayres, representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT; Eymard Loguércio, da Comissão Especial de Direitos Sindicais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Julimar Roberto de Oliveira, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS; Lilian Marques, representante do DIEESE. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Deputado Federal Enio Verri; Herber Fernandes, do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; Deputado Assis Carvalho; Jacy Afonso, Secretário de Organização da CUT Nacional; Geraldo Estevão, da Fitratelp; Deputado Federal Vicentinho; Gilka Pimentel, do Proifes. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 76ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, de nossa autoria, para fazer um ciclo de debates sobre "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação".

No dia de hoje, o Movimento Sindical vai lançar aqui a Agenda dos Trabalhadores.

Enquanto espero a chegada dos dirigentes – no Senado, ultimamente, criam barreiras para que os sindicalistas entrem, infelizmente, mas eles estão lá se identificando e, logo, vão se deslocar para esta Comissão –, vou dar alguns informes.

Dou o primeiro informe.

Cumprimento aqui o Sistema de Comunicação do Senado pela pesquisa sobre o Projeto da Terceirização. Acompanhando o momento da Agenda Brasil e a batalha dos trabalhadores contra a terceirização, recebemos hoje um primeiro balanço sobre pesquisa realizada pelo Portal e-Cidadania, em que foi feita a seguinte pergunta: "Você é contra ou a favor da terceirização?" Desde maio, quando da aprovação na Câmara do PL da Terceirização, que no Senado leva o nº 3.015, o portal de interatividade e participação cidadã realiza uma pesquisa que demonstra a força da opinião pública. A ferramenta Opine Sobre Projetos recebeu, nesse caso do PLS 30, 46 mil opiniões contrárias ao projeto e 7,6 mil opiniões a ele favoráveis. A diferença dos números da pesquisa demonstra, mais uma vez, o quanto a população brasileira é contra esse projeto: quase 50 mil são contrários, e em torno de 7, 6 mil são a favor da terceirização.

O Parlamento tem, como obrigação, debater projetos de interesse da sociedade brasileira. Nesse caso, se depender dos Senadores e Senadoras, a nossa intenção...

Deputado Elvino e Deputado Enio Verri, do Paraná, sejam bem-vindos! Peço à assessoria que pegue o cartão com o nome dos dois.

Mas digo, desde já, Deputado Elvino, que estou apenas, neste momento, dando alguns informes, até que a companheirada possa entrar para participar desta reunião de debates, em que vai ser lançada a Agenda dos Trabalhadores.

Enfim, eu falava aqui da terceirização, demonstrando que, pelas mobilizações que estamos fazendo e pela própria pesquisa realizada pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, esse projeto tem tudo para ser derrotado no Senado. São milhões de brasileiros que dizem não à terceirização, enquanto uma minoria se coloca a favor. Enfim, este é o momento que aproveitaremos para debater esse tema tão importante.

Também estou muito preocupado, porque há um movimento no Senado na tentativa de derrubar a NR 12. Todos nós sabemos que a NR 12 é um instrumento fundamental na linha de proteger o trabalhador no caso de acidente de trabalho. Nós fizemos já um pronunciamento em plenário nesse sentido e aqui vamos comentar sobre isso rapidamente, esperando a chegada dos nossos companheiros.

O que é a NR 12? A NR 12 dispõe sobre a segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. Seu primeiro texto data de 8 de junho de 1978, tendo sofrido alterações substanciais em dezembro de 2010. Como foi elaborada a NR 12, o setor empresarial quer derrubar. Há um decreto legislativo no Senado para simplesmente acabar com a NR 12.

A NR 12 é o resultado de discussão tripartite no âmbito da Comissão Nacional Tripartite Temática, aprovada no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente, sendo os representantes dos empregadores coordenados pela CNI, com a participação da Abimaq, da CNC e da CNA, de confederações, de empresas e de setores articulados com o empresariado. A representação dos trabalhadores é composta pela CUT, pela UGT, pela Força Sindical, entre outras.

Dessa forma, foi defendida a Convenção prioritária da OIT nº 144, ratificada pelo Brasil e que trata da consulta tripartite.

Estes são os acidentes com máquinas no Brasil em números, segundo dados do próprio Ministério: entre 2011 e 2013, ocorreram 221.843 acidentes com máquinas, o que representa 17% dos acidentes de trabalho típicos ocorridos no período, dos quais 42 mil acidentes resultaram em fraturas – foram 270 trabalhadores fraturados por semana –, 13,8 mil acidentes resultaram em amputações – houve mais de 12 trabalhadores amputados por dia –, centenas de acidentes resultaram em óbitos, já que os acidentes com máquinas são responsáveis por aproximadamente 30% das mortes decorrentes de acidentes de trabalho analisados pela fiscalização do trabalho.

A taxa de mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil é de 7 para cada 100 mil trabalhadores segurados, enquanto, na União Europeia, é de 2 por cada 100 mil. Gastos com acidentes de trabalho anualmente superam a cifra de R$56 bilhões no Brasil.

Graças, logo que você estiver com a composição da Mesa, eu os chamarei para a Mesa. Estou apenas, no momento, colocando uma série de argumentos para derrotarmos o decreto legislativo que quer derrubar a NR 12. Vocês devem acompanhar, com certeza, esse debate. A Central e os Parlamentares estão aqui.

A NR 12 tem respaldo legal na própria Constituição. O direito à vida, à segurança, à saúde, ao trabalho, à redução de risco de doença e outros agravos estão garantidos pelo texto constitucional, nos arts. 5º, 6º e 7º. O inciso XXII do art. 7º diz:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

[...]

Ainda há a finalidade de ordem econômica, para – abro aspas – "assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social" – fecho aspas. Observa-se, entre outros princípios, a função social da propriedade, como se diz no art. 170, inciso III.

O art. 184 da CLT determina que as máquinas devem ter proteção, o que eles querem tirar, e dispositivos adequados para a prevenção de acidentes do trabalho. O art. 186 da CLT dispõe que "o Ministério do Trabalho e Emprego estabelecerá normas adicionais sobre proteção e medidas de segurança na operação de máquinas e equipamentos, especialmente quanto à proteção das partes móveis".

Há uma convenção internacional, a Convenção nº 119 da OIT, que trata da segurança de máquinas e que foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 1.255, de 1994, e da Norma Internacional ABNT NBR ISO nº 12.100.

O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990, considera como prática abusiva "colocar, no mercado de consumo, qualquer produto [...] em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas".

Quanto ao mercado internacional, apesar de o parágrafo único do art. 184 da CLT determinar a proibição de fabricação de máquinas desprovidas de proteção, a CNTT trabalhou a redação da NR 12 no sentido de proporcionar que máquinas destinadas ao mercado internacional pudessem ser fabricadas de acordo com o pedido do comprador, proporcionando a participação dos fabricantes nacionais nos mais diversos mercados incipientes em regulamentação de segurança e de saúde, publicada pela Portaria nº 857.

Por fim, há as considerações finais. Quais são as consequências? Se for derrubada a NR 12, como alguns querem, os empregados perderão sua saúde e sua força de trabalho. Os empregadores terão reduzida a sua produtividade, e serão elevados os seus custos. Eles enfrentarão diversas ações judiciais no âmbito trabalhista, previdenciário e penal. O Estado terá suas despesas elevadas com o pagamento de benefícios previdenciários e de pensões. Os fabricantes terão reduzida a sua competitividade, uma vez que a norma impede o ingresso no País de máquinas e de equipamentos que não disponham de itens de segurança obrigatórios.

É incontestável a insegurança jurídica aos empregadores, aos fabricantes de máquinas e de equipamentos, já que a NR 12 é parâmetro técnico, inclusive, quanto à ação dos operadores jurídicos, em especial os auditores fiscais do trabalho, os procuradores do Ministério Público do Trabalho e os juízes do trabalho.

Será gerada uma lacuna na qual serão aplicadas outras medidas que, com certeza, terão de ser tomadas, como interdições e ações civis públicas, com a paralisação de empresas e com o incremento de mutilação e de morte dos trabalhadores brasileiros.

Esse é um resumo do documento que recebi do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), demonstrando o quanto é grave esse movimento de um decreto legislativo para tentar derrubar a NR 12, que trata sobre higiene e segurança no trabalho.

Fiz esses rápidos informes.

Já chegou aqui a maioria dos convidados.

Graças, eu queria que você nos ajudasse na participação direta. Eu já a convido – você é da Executiva da CUT Nacional – para estar à Mesa, para orientarmos nossos trabalhos. Você pode contribuir com aqueles companheiros que entendem que devem participar da Mesa.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA (*Fora do microfone*.) – Nós fizemos uma lista com as confederações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ver a lista, então.

O Itamar Sanches, da Confederação dos Químicos, por favor, está convidado a se dirigir à Mesa aqui. (*Palmas.*)

Cláudio Gomes, da Confederação da Construção Civil, seja bem-vindo à Mesa! (*Palmas.*)

João Cayres, da Confederação dos Metalúrgicos, seja bem-vindo ao lançamento da Agenda dos Trabalhadores! (*Palmas.*)

Convido Eymard Loguércio, da Comissão dos Direitos Sindicais da OAB, por favor! (*Palmas.*)

Convido Julimar Roberto de Oliveira, da Contracs. (*Palmas.*)

Está autorizada a colocação de bandeiras, de *banners*, de panfletos, de cartazes. O que há mais? É só falar aí. Está tudo aí?

Estão chegando aí. Sejam todos bem-vindos!

Eu queria, mais uma vez, registrar a presença do Deputado Federal Elvino Bohn Gass, nosso parceiro de muitas lutas no Rio Grande do Sul, e do Deputado Federal Enio Verri, do PT, do Paraná. O Elvino é do PT, do Rio Grande do Sul. Ambos são nossos convidados.

Sintam-se como se à Mesa estivessem. Se houver mais um lugar à Mesa, trarei ambos para cá. Os senhores usarão da palavra no momento que entenderem mais adequado.

Eu passaria, de imediato, a palavra para a Maria das Graças Costa, Diretora Executiva de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, para falar o que houve. Eu estava convidado para esse evento na Câmara dos Deputados e fui perguntado, na última hora, se haveria socorro aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Eu disse que a Comissão de Direitos Humanos estava aberta, como sempre esteve, para receber os trabalhadores do campo e da cidade, enfim, o nosso povo, a nossa gente.

A Graças, então, propôs que eu realizasse esta audiência pública no horário de 15h ou de 15h30. Eu, de pronto, acatei a sugestão dela.

Agradeço aos membros da Comissão de Direitos Humanos e aos funcionários que também se prontificaram, deixando outras atividades para participarem deste momento tão importante em que é lançada a Agenda dos Trabalhadores no Congresso Nacional.

A Maria das Graças Costa está com a palavra.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Muito obrigada, Senador.

Nós, da CUT e das confederações, estamos aqui e estamos bastante felizes por saber que contamos com lideranças, com Parlamentares que têm compromisso com a nossa classe. Numa hora de vexame, como chamamos no Ceará, ou de aperreio, numa situação difícil, temos com quem contar.

Queremos começar agradecendo este espaço e essa disposição, para que possamos realizar o lançamento da nossa Agenda Legislativa aqui, para que não voltemos para casa hoje totalmente derrotados e derrotadas.

Hoje, tivemos um sentimento de impotência. Quando chegamos aqui, a nossa atividade estava marcada, estava agendada. Tudo estava organizado e autorizado. Organizamos um coquetel. Inclusive, eu queria ver se sua assessoria poderia nos ajudar. As pessoas estão do lado de lá, mas eles não querem deixá-las passar para cá com o coquetel. Um grupo de trabalhadores ficou do lado de lá. Eles não querem deixar que eles passem para cá, que eles venham para cá. Inclusive, esses companheiros chegaram aqui mais cedo do que nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles estão no Salão Verde?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Eles estão do lado da Câmara. Eles não deixam que eles venham para cá. Está muito difícil o clima na Câmara dos Deputados.

Estava tudo organizado. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se localizarem onde eles estão, se eles estão entre o Salão Azul e o Verde, eu vou até lá. Um Deputado assume aqui, e eu vou até lá.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – O Julimar sabe do grupo que estava para lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Localizem-nos, que vou lá buscá-los.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Está bom. Então, está ficando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiro, localizem-nos, que aí vou buscá-los.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Está ficando difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já estou também assinando o requerimento para que eles se desloquem para cá.

Senadora Fátima Bezerra, é uma alegria vê-la aqui!

A Senadora Fátima Bezerra está em todas. Por isso, ela está aqui, nossa querida Senadora. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se for preciso eu ir lá buscá-los, a Senadora assume a Presidência no período.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Está bom!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sabe em que lugar eles estão na Câmara?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sob a sua liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E sob a sua orientação.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Está bom! O pessoal está dizendo que chegou aqui. Eles deram a volta. Eles saíram e deram a volta. Eles não ficaram aqui, os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É melhor, é melhor!

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Então, nós marcamos o lançamento da nossa agenda. O objetivo principal do lançamento dessa agenda é para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Graças, dizer da boa vontade do Senado. Esta nossa reunião virou uma audiência pública, com base num requerimento que eu já tinha sobre as centrais. Ela será transmitida para todo o Brasil. Neste momento, ela está sendo transmitida por um canal alternativo e, depois, será transmitida para todo o Brasil via TV Senado, Agência Senado e Rádio Senado.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço uma salva de palmas! (*Palmas.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já estamos no ar a partir deste momento.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – ...a oportunidade. Às vezes, no meio de uma crise, surge uma grande oportunidade. Agora, em vez de ser um lançamento simples da nossa agenda, ela se transforma numa audiência pública, em que um ato político está sendo transmitido. O Brasil todo vai conhecê-lo.

Então, Senador, antes de passar para o lançamento propriamente dito, vou explicar o que aconteceu, para que o Brasil saiba o que está acontecendo aqui, nesta Casa.

Nós marcamos o lançamento na Câmara, não aqui. Aqui está ótimo! Nós marcamos o lançamento da nossa agenda, com bastante antecedência – foi tudo autorizado –, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Nós encomendamos um coquetel para, depois de todo o debate, tratarmos bem as pessoas que nós convidamos, os nossos convidados. Enviamos convite para todos os Parlamentares, enviamos convite para outras

autoridades, para entidades sindicais e também para as do mundo do trabalho. Tudo foi organizado. Produzimos material. Também há a questão das passagens aéreas. Isso envolve compromissos das pessoas. Aqui, há gente de vários locais no Brasil.

Ontem, às 21h, fomos abordados pela nossa assessoria, dizendo que havia uma possibilidade de não ser realizada esta audiência hoje. E nós começamos a correr atrás do prejuízo, ou seja, a querer discutir.

Ontem à noite, na sessão, o Deputado Afonso, que é do PT da Bahia, fez uma fala nesse sentido. Já sabendo disso, fomos à sessão para tentar falar no plenário, dizendo que isso não poderia acontecer, que já estava marcado, enfim. O Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, cortou a palavra do Deputado naquele momento. Foi um vexame. Depois, o Deputado se dirigiu à Mesa Diretora, apresentou os seus argumentos, dizendo que, se quisessem cancelar a reunião ou não liberá-la para frente, tudo bem, mas que o nosso encontro já estava organizado, com tudo confirmado.

Mesmo assim, ficamos tentando a negociação hoje, pela manhã, com lideranças, com os Deputados, mas, somente ao meio-dia, tivemos a resposta final de que não poderíamos adentrar o Salão Nobre da Câmara, porque não havia a autorização do Presidente.

Considero que essa é uma retaliação do Presidente da Câmara à CUT, pela forma como temos sido tratados. Nesta semana, houve uma atividade da Força Sindical. Nesta semana, houve atividade do empresariado aqui. Está havendo um movimento dos trabalhadores do Judiciário. Por que nós, da CUT, não podemos entrar ali?

Hoje, não viemos aqui para fazer manifestação e para pedir que se vote ou se deixe de votar no projeto que está tramitando no momento. Viemos fazer o lançamento da nossa agenda. Trata-se de uma cartilha, de um documento. Viemos aqui em paz e fomos tratados dessa forma. Isso foi muito ruim.

Quero afirmar a nossa posição: entendemos que o Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, está sem condições de dirigir a Casa. Trata o povo brasileiro e a Constituição brasileira dessa forma! Em todas as vezes que nós, da CUT, viemos aqui, a porta estava fechada, e havia Polícia, havia gás, havia bomba. E houve sangue. Em todas as vezes que viemos aqui, fomos tratados dessa forma. Agora, só para lançar um documento, também fomos barrados.

Mas o que acho mais grave, Senador, é o fato de que, pelo debate feito ontem, ele vai baixar uma medida para proibir manifestações ou atividades do movimento sindical dentro da Câmara. Isso é grave!

Por isso, faço questão de esclarecer à população, a quem nos está assistindo, que este ambiente está ficando muito ruim. Não foi para isso que os Parlamentares, em 1988, vieram a esta Casa, assim como as multidões e os trabalhadores, para elaborar a Constituição, que chamamos de Constituição cidadã.

O Parlamento é o ambiente do debate. O Judiciário julga. O Executivo executa. O Parlamento é o ambiente do debate! Não vamos permitir que haja esse retrocesso! O homem é todo-poderoso, mas sabemos que quem está sendo indiciado, quem está sendo investigado, quem não é correto é ele! Nós somos honestos! Somos trabalhadores e trabalhadoras e estamos aqui para dizer o que pensamos para a sociedade, e não somente para o Parlamento.

Não se trata somente da nossa atividade relacionada ao mundo do trabalho e dos projetos de lei que queremos que sejam aprovados aqui. Estamos preocupados com o destino da democracia neste País. Este é um ambiente que tem ressonância. Tudo o que acontece aqui tem ressonância na sociedade. Os Parlamentares precisam refletir sobre essa atuação deles aqui, neste espaço.

Dito isso, quero colocar que, quando chegamos ao Senado, não pudemos entrar com o nosso material. As nossas bolsas foram revistadas. Foram tiradas as nossas bandeiras da CUT, que estavam dentro de nossas bolsas. Não pudemos entrar com a bandeira. Então, as decisões tomadas aqui não são boas.

Agradeço ao Senador, que já mandou a sua assessoria lá e que está liberando o nosso material, para podermos fazer o nosso trabalho.

Como vamos fazer uma foto nossa se não houver a nossa bandeira? Viemos lançar aqui um material nosso, da nossa Central.

Qual o conteúdo da nossa agenda? O objetivo principal de estarmos lançando a nossa Agenda Legislativa neste momento é para virar a mesa, é para virar o jogo dentro do Parlamento! A pauta está extremamente negativa contra nós. Queremos uma pauta a nosso favor, a favor daqueles que constroem o Brasil, a favor daqueles e daquelas que, durante todo esse tempo, são responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil.

Os empresários têm a grana. Ganham por causa da gente! Nós é que trabalhamos! Nós é que produzimos as riquezas! E o Senado e a Câmara precisam ter uma pauta positiva para a maioria do povo brasileiro, para o povo trabalhador.

A pauta, de fevereiro pra cá, tem sido, como tenho dito em alguns momentos, a de arrancar os defuntos, que nem tinham mais configuração de esqueleto. São projetos extremamente prejudiciais à sociedade, não só à classe trabalhadora. Eles estão vindo à tona aqui, e, com isso, há retrocessos.

Cito a reforma política. Em 2013, foi colocado pelas ruas, pelas multidões, que precisávamos mudar essa forma de fazer a política no Brasil. A Presidenta Dilma Rousseff fez uma medida e a mandou para o Congresso Nacional. Está sendo totalmente desfigurado o debate que se faz sobre a reforma política, principalmente no que se refere ao financiamento privado de campanha.

Quanto à maioridade penal, vamos entrar em um circuito de retrocesso que ninguém imagina. Vamos perder tudo o que conquistamos nos últimos anos.

Há também a maioridade no trabalho. Não existe somente a maioridade penal. Está tramitando um projeto em que os trabalhadores devem ser formalizados não como aprendizes, mas como trabalhador com 14 anos. É disso que estamos falando. É dessa agenda negativa que estamos falando.

Então, trouxemos aos Parlamentares, tantos às Senadores e aos Senadores quanto às Deputadas e aos Deputados, um levantamento rigoroso feito pela CUT. São centenas de projetos que estão tramitando, mas selecionamos um conjunto de projetos que entendemos que são prioritários, que são de muita grandeza para nós.

Ficou bonita a capa, hem, gente? Está aí na tela.

Vamos passar, então, à nossa agenda, que se constitui de uma cartilha. Ela tem um primeiro capítulo, em que fizemos questão de dizer como funciona o Poder Legislativo, para que os sindicatos, os militantes e também a sociedade saibam como este Poder funciona. Trata-se de um texto do Diap colocado na nossa agenda.

No Capítulo II, trazemos os temas estratégicos. Eles são bandeiras importantes da nossa Central, que colocamos como carro-chefe do nosso debate na Câmara dos Deputados, tais como o combate à rotatividade, em primeiro lugar, pois se trata de um assunto de grande importância para nós, de um assunto muito sério. A relação de trabalho é muito difícil no Brasil, temos uma rotatividade muito alta. Precisamos enfrentar esse assunto.

Há ainda a Política de Valorização do Salário Mínimo, a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, a terceirização. Queremos deixar bem claro que não temos acordo nenhum com o que está tramitando aqui. Todo mundo conhece a nossa luta, a luta da CUT, das centrais, das entidades.

Agora, abro um parêntese para parabenizar o Senador Paulo Paim por este trabalho feito, neste primeiro momento, no sentido de fazer audiência pública em todos os Estados do Brasil. (*Pausa.*)

Ele está levando o Parlamento à base, está indo aos Estados para conversar.

E qual o resultado, Senador?

Acompanhei várias dessas audiências, que têm sido muito positivas. Ninguém quer esse projeto, pessoal! Só um punhado de Deputados votou nele! Ninguém o quer! Ninguém! A população está indo às assembleias legislativas. Estão se pronunciando os sindicatos, o pessoal da sociedade civil, as entidades do meio jurídico e do trabalho.

Há também a negociação coletiva e o direito de greve no setor público. É uma falta muito grande que ainda temos nas relações de trabalho no Brasil. Os servidores públicos ainda não têm direito à negociação coletiva, que não está regulamentada, e à greve.

Por último, há também o fator previdenciário.

Então, esses seis temas colocamos como sendo estratégicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permite, Graças...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todo mundo aqui corre para todo lado, e a nossa querida Senadora Fátima Bezerra vai ter de sair daqui. Eu gostaria que ela fizesse uma pequena saudação neste momento tão importante da Agenda dos Trabalhadores, de que você está falando. A Mesa toda vai participar do lançamento, assim como o Plenário.

O SR. JACY AFONSO (*Fora do microfone*.) – E era sindicalista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, é sempre sindicalista. Hoje, é Senadora. (*Risos.*)

Eu também sou.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Paim.

Graças e demais companheiros, na verdade, nesta Mesa, a cota feminina está meio... (*Risos.*)

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. *Fora do microfone*.) – Começou mal!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É por isso que V. Exª está com a palavra agora, para dar uma equilibrada.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Ainda bem que estou de vermelho!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas só quem usou da palavra foi ela até agora. A Mesa está toda quietinha aqui. (*Risos.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas é o seguinte: agradeço, Graças. Vou ter de sair. A assessoria já está cobrando a minha presença. Na verdade, estou indo participar de uma audiência agora,

inclusive para tratar de um tema muito importante que diz respeito à greve e à luta dos servidores e professores das instituições federais de ensino, sejam os servidores técnico-administrativos da Fasubra, que estão em greve já há muitos dias, sejam os professores das universidades, que, em greve ou não, estão legitimamente buscando avançar no que diz respeito à defesa da universidade e à valorização salarial e profissional, aos planos de carreira etc.. Estas entidades nos têm procurado muito aqui: a Fasubra, o Proifes.

Enfim, meu companheiro Jesus, meu companheiro Enio, vou ter de sair daqui...

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. *Fora do microfone*.) – Assis Carvalho.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É o Assis Carvalho. Eu sei.

Assis, vou ter de sair daqui, exatamente porque vou...

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. *Fora do microfone*.) – Eu vim de Jesus Cristo! (*Risos.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu sei. É verdade.

Em nome da Bancada do PT, estamos fazendo a mediação, tentando contribuir para que as negociações avancem.

Temos também os companheiros do INSS e de diversas categorias.

Primeiro, Graças, evidentemente, quero solidarizar-me com vocês, em virtude de mais esse ato truculento patrocinado pelo Presidente da Câmara. Lamento profundamente isso. Não digo isso com alegria, de maneira alguma.

Pertenci àquela Casa. Fui colega, inclusive, do Deputado Assis Carvalho, um companheiro atuante e muito comprometido com a luta pela valorização dos trabalhadores e dos servidores, e também do companheiro Enio. Assim também, o Senador Paim integrou aquela Casa.

Isso não é motivo de alegria para nós. Muito pelo contrário, isso é motivo de tristeza, de vergonha, mas também de revolta e de indignação.

Então, a indignação de vocês, da CUT e das demais centrais, hoje, diante desse comportamento inadequado, truculento e arbitrário por parte do Presidente da Câmara, é a nossa indignação também. (*Palmas.*)

Segundo, quero aqui também, não só em meu nome, mas também em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, juntamente com o Senador Paim, mais uma vez, manifestar todo o nosso compromisso com a agenda que vocês, neste momento, apresentam ao povo brasileiro através do Parlamento brasileiro. A agenda apresentada por vocês é importantíssima. É uma agenda em prol do desenvolvimento do nosso País.

É uma agenda que pede, clama, reivindica a retomada do crescimento da economia.

Para tanto, Graças, é necessário que se baixe essa taxa de juros. Temos de promover também mudanças nessa política econômica. Trata-se de uma agenda em que queremos a retomada do crescimento da economia, para defender o emprego, para que possamos avançar no campo das políticas de inclusão social nas mais diversas áreas, no investimento na educação, na saúde, na segurança, no trabalho etc..

Quero dizer, por fim, Senador Paim, que, em boa hora, a CUT, pela sua história de luta, junto às demais centrais, está no Congresso Nacional, para divulgar essa agenda, convocando todos nós. Por que digo em boa hora? Porque todos nós sabemos a ameaça que paira hoje: setores da política investem contra os avanços e as conquistas dos trabalhadores. Todos nós sabemos onde estão localizadas essas ameaças. As ameaças residem principalmente naquilo que são os direitos sociais dos trabalhadores, direitos arduamente conquistados. A terceirização é um exemplo claro do que estamos falando.

Quero também saudar, por essa ação corajosa e militante, o nosso Senador Paim, que tem percorrido o País afora. Esteve, inclusive, no nosso Estado, o Rio Grande do Norte, onde fizemos uma belíssima audiência.

Além da agenda da terceirização, há também a redução da maioridade penal e, depois, outra agenda de caráter estruturante, que é a da reforma política. Há um debate neste exato momento no Congresso Nacional. A agenda da reforma política em debate aqui é muito preocupante, porque, se for aprovado aqui o que foi aprovado na Câmara, significa piorar o que já existe, significa um retrocesso muito grande.

Há também a Agenda Brasil, que foi recentemente divulgada pelo Presidente da Casa. Então, mais do que nunca, os trabalhadores, através de suas instâncias, têm de estar organizados e mobilizados, para que possamos disputar essa Agenda Brasil. A Agenda Brasil, que os trabalhadores e as trabalhadoras querem, é a agenda em defesa da democracia e dos direitos sociais. Essa é a agenda mais importante para nós.

Muito obrigada. Contem conosco! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra!

Volto a palavra para a Maria das Graças, Diretora Executiva da CUT Nacional, por mais cinco minutos, para darmos a palavra ao Plenário e também à Mesa.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Rapidamente, eu gostaria de dizer que, no Capítulo III da nossa agenda, trazemos vários outros assuntos, temas que consideramos prioritários para este momento: trabalho escravo, igualdade de gêneros, saúde e segurança no trabalho, seguridade social, organização sindical, am-

pliação de direitos, relações de trabalho, acordo e convenção coletiva e o Sistema Nacional de Emprego. Esses são os temas principais.

Como trabalhamos a agenda? Na próxima lâmina, vamos mostrar que fizemos, para cada tema, um texto mínimo de uma lauda, uma lauda e meia, dizendo qual é a nossa posição, o que compreendemos por aquele tema, o combate à rotatividade, a posição da CUT. Para cada tema desses, trouxemos, então, um texto mínimo, para que as pessoas compreendam em que patamar está esse debate na sociedade brasileira.

Na próxima lâmina, colocamos como dispusemos os projetos. Então, colocamos o que consideramos o projeto principal, como, por exemplo, o da terceirização.

Colocamos lá o PL nº 4.330, que hoje é o PLC 30, dizendo a posição em que ele está. Ele foi aprovado na Câmara e está no Senado. Dizemos quem é o autor, quem é o Relator e o momento em que ele está.

Então, para cada projeto que elencamos, colocamos a situação em que ele está hoje, a sua tramitação. Depois desse projeto principal, trazemos uma relação de projetos relacionados àquele tema, que necessariamente não têm o mesmo conteúdo, mas que estão relacionados ao tema.

Nós o fizemos de forma muito didática e organizada, para que qualquer cidadão – não só os sindicalistas – saiba como anda o projeto e qual é a nossa posição, se queremos que as Deputadas e os Deputados, assim como as Senadoras e os Senadores o aprovem ou o desaprovem. Por exemplo, quanto ao da terceirização, a posição da CUT é a de que esse projeto não deve ser aprovado em hipótese alguma. Queremos que ele seja engavetado aqui e que haja um novo projeto, uma nova proposta. Diferentemente, quanto ao projeto que trata de redução da jornada de trabalho, queremos que o principal seja aprovado e que venhamos a usufruir desse nosso sonho, dessa nossa batalha, que é longa, de muitos anos.

Então, nessa perspectiva, vamos ter um material muito bacana. Daqui pra frente, o nosso papel é acompanhar e visitar todos os Parlamentares, entregar o nosso material, solicitar apoio a essa pauta, a essa agenda. A partir de agora, em cada Comissão onde estejam elencados esses projetos, vamos querer discutir com o Presidente da Comissão como fazer o encaminhamento...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – ...como dar agilidade à tramitação desses projetos que consideramos importantes para a classe trabalhadora.

Não fizemos a produção da cartilha como um todo em papel. Estamos fazendo esse trabalho virtual. A CUT está alojando no seu *site* todo esse material e está também relacionando os *links*. Pode-se ir ao projeto, ler esse resumo, mas, ao mesmo tempo, pode-se ir diretamente ao *site* da Câmara ou do Senado e acompanhar o projeto como um todo.

Então, a nossa ideia é a de que esse instrumento não seja só de mobilização, de organização e de *lobby* interno, mas dê oportunidade de a sociedade e os trabalhadores conhecerem o que tramita, qual é a nossa posição e o que queremos para o nosso futuro.

É isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maria das Graças Costa, Diretora Executiva da CUT Nacional, que fez uma bela exposição, dando uma introdução ao debate que faremos em seguida sobre esta Agenda Nacional.

Permita-me dizer, complementando, que já fomos a 14 Estados e que vamos a mais 13. Retomamos os trabalhos, no dia 18 de setembro, na Bahia. No dia 25 de setembro, o trabalho será feito aqui, em Brasília. Aí vamos até fevereiro, se não me engano, do próximo ano. A intenção é a de, em maio, obviamente, de forma articulada com todo o movimento sindical, fazer um grande encontro nacional em Brasília, em que faríamos a Carta à Nação brasileira, que seria inspirada na Carta dos Estados. Em todos os Estados, está saindo uma Carta, na verdade, repudiando esse PL 30, porque ele significa o símbolo do retrocesso que está vindo para este País neste momento. Ele vem da Câmara para cá, mas está muito bem articulado com a elite da elite do País, que aproveita o momento de crise para explodir os direitos dos trabalhadores. Não vamos concordar com isso.

Agora, vamos continuar o nosso debate.

Concedo a palavra a Itamar Sanches, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico (CNQ).

O SR. ITAMAR SANCHES – Boa tarde, companheiros e companheiras!

Eu gostaria de saudar aqui a minha companheira Maria das Graças, Secretaria de Relações do Trabalho da CUT, o Senador Paim e todos os presentes.

Primeiro, a Maria das Graças já relatou. Eu tinha conseguido entrar um pouco antes no Congresso. Quando cheguei ao local, estava tudo vazio, fechado, e disseram que não ia haver nada lá. Pensei: "Que coisa mais chata!" Liguei no escritório da CUT e fui informado de que o pessoal estava tentando negociar a entrada. Aí, fui lá na muvuca para ver o que estava acontecendo. Ainda bem que a imprensa já estava lá, a companheira

Graça também, dando a triste notícia de que a Central Única dos Trabalhadores estava proibida de entrar na Casa do povo, mas isso faz parte da vida.

No fim, penso que foi até positiva essa ajuda que o Eduardo nos deu, porque isto se tornou uma audiência pública, está sendo transmitido pela TV, o povo brasileiro está podendo ver o que aconteceu, e estamos podendo dar o recado para a população.

Primeiro, quero saudar a CUT pela agenda positiva, pela agenda legislativa que dialoga com toda a Central. Não tenho dúvida de que dialoga com a maioria das centrais sindicais, que dialoga com as Confederações – estão aqui CNQ, CNM e outras confederações. Que tenhamos realmente uma agenda positiva, no sentido de mudar o que está acontecendo no Brasil. A Graça já citou a questão da reforma política, a maioridade penal.

Penso que essa agenda positiva já dá uma outra cara, mas, além dessa agenda positiva, temos a luta do dia a dia, dessa conjuntura difícil.

Hoje, companheiro, Senador Paim, eu estava representando a nossa Central, a CUT, na reunião da CTPP, discutindo a NR 12, tripartidamente, com empresários e com o Governo. Estamos negociando com eles lá, e eles estão vindo a esta Casa, via outros Senadores, discutir o fim dessa NR.

Esse fato deixa clara a situação em que estamos vivendo hoje. Se me sento à mesa com o patrão e com o Governo para negociar, e chegamos a muitos acordos, depois, uma federação empresarial não gosta de algum Estado e vem ao Senado, através do seu Deputado, para acabar com tudo e jogar uma pá de cal naquilo que foi discutido com todos os setores.

Ontem, estava o pessoal aqui para tentar. Parece que está fora da pauta, a princípio. Agradecemos mais uma vez ao Senador Paim por estarmos tendo este apoio, mas vamos precisar de mais ajuda, mais pressão das centrais sindicais, mais apoio dos Senadores para derrotarmos realmente esse projeto, no sentido de derrubar uma norma regulamentadora que protege a vida dos trabalhadores. Essa é uma questão do dia a dia.

Outra questão importante, que tem a ver com o meu ramo e com a empresa onde trabalho – sou funcionário da Petrobras há mais de 30 anos; sabemos que estamos passando por uma crise na empresa, mas a empresa é muito maior do que isso que está acontecendo –, é que o Senador José Serra vem aí, sorrateira e rasteiramente colocar a questão de tirar a Petrobras em relação à partilha e mudar esse regime, prejudicando não só a Petrobras, mas o povo brasileiro. Lembro que todos os *royalties* vindos do pré-sal, com a Petrobras controlando, quanto dinheiro vai deixar de ser investido em saúde, principalmente na educação do povo brasileiro.

Então, há dois projetos de imediato. Um deles é o PL nº 131, do Senador Serra. Não tenho dúvida de que o Senador Paim está junto, a fim de derrotá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para complementar.

O SR. ITAMAR SANCHES – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A pedido do fórum, em defesa da Petrobras, já estamos marcando uma audiência pública somente para discutir o PL nº 131, em que os líderes dos trabalhadores virão aqui expressar o seu ponto de vista.

O SR. ITAMAR SANCHES – Sim. O companheiro Zé Maria, Presidente da Federação, e todos eles, com certeza, vão estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim.

O SR. ITAMAR SANCHES – Mas gostaria de mostrar à população o quanto essa agenda legislativa dialoga com a sociedade brasileira e a importância realmente de estarmos instrumentalizados, a par de tudo, para vir aqui fazer esse debate com os Senadores e com o povo brasileiro.

Mais uma vez, em nome da Confederação Nacional do Ramo Químico, agradeço ao Senador Paim e à CUT esse grande evento do lançamento dessa cartilha.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Itamar Sanches, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico.

Com a palavra, Cláudio Gomes, da Confederação Nacional do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira.

O SR. CLÁUDIO GOMES – Boa tarde, Sr. Senador, demais assistentes e Deputados, acho que o lançamento dessa agência vem num momento extremamente oportuno, porque a classe trabalhadora, desde o regime militar, vem sofrendo os maiores ataques aos direitos dos trabalhadores. Tudo aquilo que conseguimos conquistar, com a abertura política, com a nova Constituição, com o avanço que houve da social democracia no mundo inteiro, transformou-se num retrocesso que agora experimentamos, a começar pela redução da maioridade penal, que, na verdade, como bem disse a Graça, é a redução do início ao trabalho. Temos aí o projeto do Deputado do Paraná, que prevê a redução dos menores na jornada parcial, mas sabemos como funciona a jornada parcial neste País.

Com a estrutura de fiscalização existente dos órgãos do Ministério Trabalho, vamos ter uma substituição de pais de família por mão de obra barata. Isso vai de encontro àquilo pelo qual lutamos desde o século XIX. Estamos num momento extremamente difícil, e esta pauta tem que ir muito além do Senado e da Câmara. É a isso que se propõe a CUT: a trazer o assunto para a sociedade, debater, demonstrar o quanto isso é maléfico.

Temos hoje, por exemplo, essa ação das redes sociais. Ao mesmo tempo em que ela é benéfica, no sentido de levar ao imediatismo das informações, é também nociva, a partir do momento em que ela deturpa a opinião pública. Hoje em dia, em vez de informar, ela está mais a serviço, no Brasil, de desinformar e de deturpar a consciência da sociedade brasileira. Em momento algum devemos deixar de ser protagonistas, e a Central Única dos Trabalhadores sempre esteve à frente dessa ação protagonista, no sentido de mostrar à sociedade, às vezes até de forma momentaneamente incompreendida.

Também essa é uma obrigação do Partido dos Trabalhadores, e vemos que alguns Deputados nossos estão deixando a desejar, alguns Senadores estão fazendo o papel da direita e alguns representantes do Governo também. Estão aceitando a agenda conservadora em detrimento de tudo aquilo que pregam os estatutos do PT e da classe trabalhadora, para a qual o PT foi criado. Os partidos de esquerda sempre fizeram a luta. Temos ainda que avançar muito quanto a isso. Assim como combatemos o conservadorismo, temos que chamar a atenção daqueles que dizem ser nossos aliados, mas que assumem a agenda conservadora.

A CUT está de parabéns neste momento, e vamos realmente colocar essa luta na rua e mostrar à sociedade brasileira quão maléfico é o momento e esses projetos que estão sendo discutidos hoje no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cláudio Gomes, da Confederação Nacional do Sindicato de Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira.

Passo a palavra ao João Cayres, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

O SR. JOÃO CAYRES – Boa tarde. Gostaria de saudar aqui o Senador Paulo Paim, companheiro metalúrgico também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso!

O SR. JOÃO CAYRES – Quero saudar também a companheira Graça.

Obrigado pelo convite.

Vou falar rapidamente, até porque tenho que sair. Meu voo é um pouco mais cedo.

Primeiro, houve essa muvuca, que não entendemos na hora em que cheguei, mas isso já foi explicado.

Gostaria de dizer que é muito importante essa questão da agenda legislativa, até porque, nos últimos anos, mesmo os movimentos sindicais ficaram muito focados nas eleições majoritárias, do ponto de vista do Executivo. Então, precisamos revisitar um pouco os clássicos da política, como Montesquieu, e lembrar que os Poderes são independentes.

Estamos vendo a pernada que tomamos na última eleição. Não concordo muito em dizer que é o mais conservador da história, porque, nos anos 60, não existia o PT, não existiam alguns partidos de esquerda que estão presentes, mas, realmente, do ponto vista histórico que temos dos últimos anos, perdemos muitos Deputados que eram do nosso campo, do campo do movimento sindical democrático popular. Perdemos isso, o que é reflexo do que está acontecendo no País hoje. Temos um Poder Legislativo que não é afinado com a classe trabalhadora ou com o povo em geral, assim como temos um Judiciário.

Então, temos que disputar esse espaço, temos que refletir e, na próxima legislatura, trabalhar muito para eleger companheiros e companheiras de luta, da classe trabalhadora, para que venham fazer a diferença no Senado, assim como os Parlamentares que estão aqui, à frente desse projeto, para que possamos cada vez mais transformar este País. Não podemos perder o que construímos nos últimos doze anos.

Temos tido ataques de todos os lados, não só internamente, da nossa burguesia, como também temos visto que muitas coisas têm sido financiadas por fora. Como o Itamar colocou, estamos vendo não só o ataque à Petrobras, como também estamos vendo, por mais que algumas pessoas critiquem, ataques às grandes construtoras brasileiras, que têm um percentual de conhecimento de construção de Primeiro Mundo. Algumas delas estão sendo impedidas até de trabalhar, o que é um absurdo, algo que não vimos em lugar nenhum do mundo. Estamos vendo isto agora: as empresas brasileiras estão sendo ceifadas das disputas, mas as empresas estrangeiras, que estão trabalhando com a Petrobras, continuam trabalhando. Isso é algo sobre o qual precisamos refletir, e penso que temos que reforçar cada vez mais o Legislativo.

Parabéns, Graça, pela iniciativa! Essa agenda realmente vem ao encontro do nosso trabalho, que, cada vez mais, torna-se importante.

Agora, estou ainda na Secretaria Geral da Confederação dos Metalúrgicos, mas, ao aceitar o desafio de assumir a Secretaria Geral da CUT de São Paulo, um Estado extremamente conservador e cheio de problemas, precisamos mudar e lutar a partir dos movimentos sociais, do movimento sindical.

É isso. Quero parabenizar o Senador Paulo Paim, companheiro metalúrgico, a companheira Graça e demais membros da Mesa.

Acho que vou ter que me retirar um pouco antes da fala de alguém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o João Cayres, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

Agora, com a palavra o representante da Comissão Especial de Direitos Sindicais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Eymard Loguércio.

O SR. EYMARD LOGUÉRCIO – Boa tarde, Senador Paim, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes da Mesa; Graça Costa, que representa a CUT e os direitos sindicais.

Vou ser breve e quero chamar a atenção para duas questões principalmente.

Essa agenda legislativa, Graça, como posta e como proposta, vem num momento importante, mas ela também sinaliza para uma questão relevante não só nesse momento, mas do ponto de vista institucional, que é o diálogo com o Parlamento. É a primeira vez que se faz um trabalho organizado e que se diz que há um conjunto de propostas legislativas que os trabalhadores precisam conhecer, discutir e precisam organizar-se para influenciar na construção ou nas tentativas que temos tido nos últimos anos de retrocesso dos direitos sociais. Quer dizer, esse não é um papel exclusivo do Parlamento; é o papel do Parlamento em diálogo com a sociedade e, especialmente, com os interessados, com os trabalhadores organizados.

Há muitos anos, a CNI tem uma agenda legislativa e faz um trabalho com ela, dialogando com os empresários e dizendo o que pretende com cada projeto, identificando o projeto.

Acho que fazer esse contraponto, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, é um marco. É um trabalho inicial, ou seja, ele organiza um conjunto de projetos que já estão em tramitação. Portanto, ele será sempre renovadamente modificado, para que projetos sejam acrescentados.

A conjuntura leva a um debate sobre as grandes questões das relações de trabalho postas na Casa. A terceirização já foi mencionada por todos. O Senador Paim tem sido uma voz importante sobre essa questão, no sentido de dar visibilidade, mas acho que toda crise também traz alguma oportunidade. Nesse momento, a oportunidade que se tem é a de ver o trabalho do Parlamento como um trabalho necessariamente de diálogo com a sociedade. Não é possível o Parlamento editar lei sem discutir com a sociedade para saber quais são os interesses dos trabalhadores.

De outro lado, é preciso que os trabalhadores organizados também enxerguem no Parlamento esse local de construção da democracia. É aqui que se faz lei, é aqui que se constrói lei. É aqui que se estabelecem os marcos importantes da vida em sociedade.

Portanto, dizer para a sociedade, para os próprios trabalhadores, para os Parlamentares, para o Judiciário, enfim, para toda a comunidade o que se pensa dos projetos que estão em tramitação, inclusive de riscos. Porque aqui não há só uma agenda de projetos que têm apoio, que contam com apoio, mas também aqueles que trazem risco, como o da terceirização, como alguns projetos mais recentes, como a questão da NR-12, do PL 8.294, que também está tramitando e que também traria consequências ruins para as relações de trabalho, especialmente neste momento em que se discute uma certa... Eu nem diria flexibilização, mas é mais do que isso, é a destruição dos paradigmas do Estado social nas relações de trabalho.

Dessa forma, é um trabalho importante, é um trabalho de diálogo. Ele pontua a posição dos trabalhadores organizados em relação aos projetos e, portanto, ressalta e realça, na minha compreensão, a importância do debate e da democracia no sistema brasileiro.

Como disse o companheiro João, a questão da democracia é fundamental em todos os espaços, desde a fábrica, desde o espaço do trabalho, até o espaço institucional. Os Poderes são independentes, mas têm que ser harmônicos. E, nesse sentido, nada melhor do que olhar para o conjunto de legislação que vem sendo debatida e levar esse debate para todos os espaços, inclusive para os espaços das relações de trabalho.

Está de parabéns, e eu agradeço novamente.

Espero que este seja o início de um trabalho que possa frutificar e que os trabalhadores possam compreender o trabalho e a atividade parlamentar e influenciar, cada vez mais, no que aqui se edita de legislação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Eymard Loguércio, da Comissão Especial de Direitos Sindicais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nessa mesma linha, nós aprovamos, hoje pela manhã, um ciclo de debates com as centrais, com as confederações de empreendedores e de empregadores também, para que cada um venha e exponha a sua posição sobre rotatividade, sobre desemprego, sobre discriminações, sobre a violência em relação às mulheres, por exemplo, sobre a saúde. A CUT trará o seu especialista, digamos, na área da saúde; trará o seu especialista na

área da segurança ou quem mais entende de segurança, enfim, para expressar o seu ponto de vista mediante a crise que atravessamos.

Agora, vai a palavra para o Julimar Roberto de Oliveira, que é líder da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs).

Vou passar a palavra, em seguida, aos dois Deputados para fazerem sua saudação: Deputado Assis Carvalho, do PT; e Deputado Enio Verri, também do PT.

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa, em nome do nosso Senador Paulo Paim, e, mais do que parabenizar, agradecer, primeiramente por nos deixar fazer o lançamento da nossa cartilha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é deixar, é, no mínimo, a minha obrigação, pessoal! Eu faço isso de coração.

Eu fiquei muito chateado quando a Graça me liga e me diz: "Paim, estão nos enxotando. O que a gente faz? Dá para ir para aí?" "Claro, guria! Venha aqui." A Comissão de Direitos Humanos, no mínimo, tem que ser a casa dos trabalhadores.

Desculpe-me o aparte, mas é cumprimentando a sua fala.

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA – Agradeço por ter essa consciência, o que não acontece na outra Casa. Uma coisa que já havia sido combinada há um bom tempo, e infelizmente não conseguimos fazer isso lá, mas que bom que temos este espaço aqui para podermos fazer este lançamento.

Quero agradecer, mais ainda – não poderia deixar de falar –, porque, inclusive, temos acompanhado, a Contracs tem acompanhado nos Estados a questão das audiências públicas, essa jornada que o senhor tem feito. Isso tem sido muito importante. Então, quero agradecer; não apenas parabenizar, mas agradecer, porque não é todo mundo que tem essa disposição e a vontade de lutar em favor dos direitos dos trabalhadores.

Aproveito a oportunidade para dizer aos que estão aqui presentes e a quem nos está assistindo, ao pessoal aqui de Brasília, que, no dia 25, vai acontecer essa audiência aqui, no Distrito Federal, às 10h, na Câmara Legislativa. Estão todos convidados para participar do debate. É um debate importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns pela forma como Brasília está se mobilizando. Será um grande evento! (*Palmas.*)

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA – Estamos trabalhando, sim, para mobilizar, para levar um número grande de pessoas.

A Contracs entende que esse PL não trata simplesmente de uma terceirização, da questão da terceirização. Na verdade, trata-se de uma reforma trabalhista que vai retirar os direitos que nós conquistamos em décadas; eles estão sendo retirados. Estão dando uma volta, estão camuflando, tentam mostrar para o trabalhador que é bom, mas, na verdade, nós sabemos que não é. Não é! Infelizmente, foi aprovado dessa forma, lá na Câmara, atropelando os debates que realmente deveriam existir. Então, é um projeto danoso para o trabalhador. A gente não poderia deixar de vir aqui e falar isso. E dizer que estamos com esperança, na expectativa de que aqui no Senado a gente consiga reverter essa situação; situação em que vão ser retirados direitos dos trabalhadores.

De forma geral, o que temos assistido aqui, vou citar um exemplo: esta semana, foi aprovado na Câmara o regime de urgência para um projeto de lei que atinge um segmento do nosso ramo, que se chama Salão Parceiro. Foi aprovado o regime de urgência. Se não me engano, será votado hoje lá no plenário da Câmara. Regime de urgência para o Salão Parceiro, que é, em síntese, o seguinte, Senador: o salão vai lá, contrata a manicure, o cabeleireiro, que vai lá trabalhar quando for chamado; não tem nenhum tipo de registro, nenhum tipo de direito, não tem nada. É o início daquilo que nós derrubamos lá atrás, da Emenda nº 3, da pejotização. É o começo. Acho que eles estão pensando em fatiar isso aí por categorias, começando pelas mais frágeis. É o que está acontecendo.

Às vezes, a gente fala de um salão e pensa que salão só é aquele lugarzinho pequeno, onde há duas, três pessoas trabalhando. Aqui em Brasília, nós temos salões que têm 70, 80 trabalhadores fichados e que, com essa lei, vão perder esse emprego formal, e vai passar a ser essa forma de serviço, que é muito ruim. E não entendemos por que o regime de urgência para uma lei dessa, que deve ter, sim, um debate muito mais amplo, um debate muito mais sistemático da ação.

Então, o que vemos é o seguinte: quando é para reduzir o direito do trabalhador, é regime de urgência. Tem que ser em uma pressa terrível!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como nessa tal de NR-12. Mesma coisa.

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA – Pois é! É uma urgência terrível. E as pautas nossas, para ampliar os nossos direitos, estão emperradas, todas emperradas, todas paradas.

Então, realmente, está sendo um retrocesso muito grande para quem mais precisa. Em um momento em que a gente via a distribuição de renda melhorar; a gente via, nestes últimos anos, o que a gente não via

no passado: a pessoa trabalhava a vida toda e não conseguia construir nada. Hoje, isso vinha melhorando. E, com as ações que têm acontecido na Câmara Federal, mais na Câmara Federal, a gente tem percebido que é retrocesso mesmo; vai voltar tudo à estaca zero.

Acreditamos que, no Senado, vamos conseguir melhorar algumas situações. Pedimos isso aos Senadores, porque, lá na Câmara – desculpem-me os companheiros Deputados aqui presentes, a Deputada Erika e os outros Deputados –, temos visto que a situação está complicada. O que é do trabalhador fica emperrado; o que não é, coisa que já passou, há 15, 20 anos, já morreu, já ressuscitou, já morreu de novo, aí dizem: "não; tem que ser votado urgentemente aqui nesta Casa." Então, tem causado estranheza.

Sabemos quem o Eduardo Cunha representa: lobistas, os grandes empresários, quem banca as campanhas. Não tenho medo de falar isso, porque a realidade é essa.

Então, a gente não pode deixar de parabenizar a Central Única dos Trabalhadores por estar lançando essa agenda, que, para mim, é uma agenda positiva. Ela vai dar um norte, uma direção para os trabalhadores do que está acontecendo aqui no Parlamento, porque é o Parlamento que tem que estar representando a vontade do povo, e tem que ser uma coisa democrática. O povo está entrando, está participando, está dando opinião, e não tem acontecido.

No mais, agradeço a possibilidade de falar. A Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços) da CUT agradece.

E, Paim, seja sempre esse guerreiro. A gente tem visto isso no senhor. Muito obrigado pela dedicação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Julimar Roberto de Oliveira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Podem crer que vocês, sindicalistas, são muito mais guerreiros do que nós. O que vocês enfrentam lá nas ruas, apesar do debate aqui dentro, se nós seguirmos o espelho de vocês, nós vamos nos dar bem aqui. É só olhar. Vocês são espelhos, e nós queremos que a força de vocês se reflita em nós, para podermos pelear aqui dentro. Podem crer nisso.

Com a palavra do Julimar, eu agora vou aos nossos Deputados presentes. Vou intercalar um Deputado e um da plateia, conforme combinamos. Serão quatro companheiros da plateia e três Deputados.

Vou pela ordem de chegada. E, pela ordem de chegada, você foi o escolhido.

Primeiro, o Deputado Enio Verri, do PT.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Boa tarde, Senador Paulo Paim. É um prazer estar aqui.

Graça, nossa companheira dirigente da CUT, cumprimentando você, quero cumprimentar toda a Mesa; meu companheiro Assis Carvalho, que está aqui também; a Erika, nossa companheira do PT; a companheirada toda que está aí.

É importante a gente retomar um pouco da história da pauta que é colocada aqui. A gente sempre debateu, desde a fundação da CUT – e é um debate que a gente fazia no final da década de 80, início da década de 90 –, que a década de 80 foi a década perdida na economia, mas a gente pautou a política. Os trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores, a CUT, em especial; a gente pautou. A década de 90 não foi tão ruim quanto a de 80, mas nós fomos pautados pela luta. Nesses 12 anos, a gente conseguiu pautar, com todas as dificuldades. Entretanto, este ano, nós voltamos à década de 90. É importante refletirmos o que está acontecendo.

O Marco Aurélio Garcia escreveu um texto que eu achei muito rico. Eu repito muito. Nós temos que avaliar se esses 13 anos em que estamos dirigindo este País são o início de uma etapa progressista da história ou um intervalo progressista para uma história conservadora. E, se nós olharmos o que está acontecendo na Câmara dos Deputados, em especial, infelizmente, eu temo que seja a segunda hipótese, porque o que está acontecendo na Câmara é terrível.

O companheiro disse muito bem sobre, por exemplo, a 4.330, que agora mudou de nome, a terceirização. Nós ganhamos! Aí, no outro dia, nós perdemos. O financiamento público de campanha: nós ganhamos; no outro dia, nós perdemos. Às vezes, dá a impressão de que ele, o Presidente da Casa, coloca para votar para exatamente se fazer o cálculo de quantos mais ele precisa convencer – cada um pense o que quiser – para, no outro dia, garantir isso daí.

Esse é um desafio somado à conjuntura – que nós vivemos aqui – política, porque o nosso maior problema não é econômico; é político. Nós precisamos, a partir disso, usar em especial essa agenda para essa grande unificação das forças populares do País. Mais do que nunca, é a hora de nós sentarmos com todos os setores do movimento popular, do movimento sindical, as frentes progressistas aqui no Parlamento, porque, se nós não fizermos isso, corremos o risco de a pauta ser imposta de novo pela elite, como foi na década de 90.

Nesse sentido, quero parabenizar, Graça – você fala aqui pela Mesa –, a iniciativa e fazer aqui uma sugestão. O empresariado, quando lança uma pauta séria como essa, faz um café da manhã, liga, cobra. Eu queria

sugerir que a gente chamasse, porque nós temos os companheiros do PT, do PCdoB, temos setores do PDT, do PSB, setores do PMDB que votam conosco. Seria importante pensar em um evento – podemos ajudar a pensar até o que aconteceu –, fazer um evento com Senado – ainda bem que temos aqui o Senador Paulo Paim –, mas com os Deputados; fazer um evento para dar uma força política. Sem desmerecer este evento, de maneira nenhuma, ele é muito representativo, mas, se a gente conseguisse ter um grupo sólido falando isso por todas as unidades da Federação, a gente conseguiria repercutir melhor a importância dessa agenda. E é uma agenda para a gente, inclusive, se reunir de vez em quando, olhar para frente e observar o que avançou, o que não avançou e, principalmente, qual a tarefa nossa, na Câmara, dos Senadores, e o nosso campo político também no Senado.

Por isso, parabenizo, em especial, o Senador Paulo Paim por apagar o incêndio que a Câmara dos Deputados criou. Infelizmente, é a nossa realidade; não há como falar diferente. Então, parabéns.

E você, Graça, em seu nome, em nome dos companheiros da CUT, conte conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Enio Verri.

Eu concordo com algo que acho que foi a Graça que falou: do limão, fizemos uma limonada. Queríamos que o movimento mostrasse por que veio – nós estamos ao vivo para todo o Brasil, por uma série de canais, e isso é reproduzido –; e, depois, porque eu provoquei uma audiência pública, quando ela me avisou, baseado em um requerimento que eu tinha. Rapidamente, a assessoria se movimentou – já agradeci à assessoria –, e esta virou uma audiência pública oficial, em que a Central está lançando a sua agenda legislativa.

Agora, vamos para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Herber Fernandes. Em seguida, o Deputado Assis Carvalho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Metroviários.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pior é que ela escreveu certo; ela escreveu "Metroviários". E eu, com a questão de metalúrgico, disse "dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro".

Eu estive lá, diversas vezes, com os metalúrgicos do Rio de Janeiro; e estive agora, quando houve o evento da terceirização na assembleia. Nós fomos ao sindicato do antigo Abdias, que já faleceu. Ele foi tesoureiro da CUT Nacional na fundação, e, na época, eu fui secretário-geral. Fomos lá visitar o prédio – e, naturalmente, a nova diretoria – da época do Abdias.

O SR. HERBER FERNANDES – Eu tive a honra de estar presente.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Estava junto lá, lembro-me agora.

O SR. HERBER FERNANDES – Eu estava presente, e o companheiro Jacy, na plenária da assembleia legislativa. Eu estava lá assistindo.

Quero saudar, parabenizar a companheira Graça. Eu vi lá embaixo o que foi que a gente passou, e que eu esperava não passar. Como disse o companheiro Parlamentar ali, depois de 12, 13 anos, com 8 anos de um sindicalista na Presidência da República, a gente ainda passa pelo que passa; a gente, sindicalista.

Sou presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, que é o único metrô do Brasil totalmente privatizado. Foi feita a concessão em 1998. Esse assunto, privatização, evidentemente é um dos assuntos dessa agenda, porque a gente é contra a privatização dos serviços públicos. A gente sofre na carne o que é trabalhar no serviço público com uma empresa privada no comando, que é a concessionária Metrô Rio.

Só para dar um exemplo para vocês – vocês devem saber –, o metrô do Rio de Janeiro tem a passagem mais cara do Brasil. O metrô de São Paulo transporta muito mais, faz uma quilometragem muito maior e não tem o preço do metrô do Rio. Também é o metrô que paga o menor salário do Brasil para os seus empregados de base – pilotos, pessoal de manutenção –, e cria enormes dificuldades para a gente trabalhar como sindicalista: assédio moral, manda seguranças para as nossas assembleias para fazerem uma pressão em cima dos trabalhadores na hora da votação, coisas desse tipo.

Então, acho fundamental a gente estar junto com as centrais, com as confederações que estão representadas aqui e com o Parlamento, um Parlamento que está junto com o trabalhador, com aqueles que estão junto com o trabalhador.

Infelizmente, o meu sindicato não está atualmente filiado a nenhuma central. Eu sou cutista, e o Jacy vem fazendo uma pressão positiva, mas a gente tem na diretoria alguns companheiros que infelizmente ainda

não conseguiram compreender essa questão de que, para ser mais forte ou pelo menos fraco, a gente precisa estar junto com os demais.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Vamos começar um namoro!

O SR. HERBER FERNANDES – Esse namoro já existe. Agora, é difícil realmente. É difícil, porque há essa pressão da mídia, que só fala mal da gente.

E esse é mais um motivo para a gente se enaltecer de estar aqui, como cutista, carregando essa bandeira que apanha tanto, a bandeira da esquerda, a bandeira dos trabalhadores e das outras centrais também.

Então, quero deixar aqui a minha saudação, em nome de todos os metroviários do Rio de Janeiro e também da Federação Nacional. Sou membro da Federação Nacional dos Metroviários, e vamos fazer uma reunião na semana que vem para discutir justamente a questão da privatização, porque está na pauta do Governo Federal, infelizmente, a privatização do metrô de Belo Horizonte, em Minas Gerais, do metrô de Porto Alegre e do metrô de Recife também – o companheiro Carlos Mota é da direção e veio aqui para conversar sobre essa questão, que está sobre a cabeça deles.

Mais uma vez, quero saudar a companheira Graça, o Senador e todos aqui presentes, trazendo um grande abraço do Rio de Janeiro. Espero vê-los nas Olimpíadas do ano que vem, e que a gente já consiga fazer um belo serviço de transporte de todos que estiverem lá presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Herber Fernandes, do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro.

Vou convidar a Deputada Erika Kokay – porque já disseram que há pouca mulher na Mesa –, que vai ficar aqui, ao meu lado, e que vai presidir, inclusive, para eu dar uma entrevista ali fora, porque sempre tem de haver um Parlamentar na Mesa.

Deputada Erika Kokay. (*Palmas.*)

A Deputada Erika Kokay já vai convocar o Deputado Assis Carvalho para fazer uso da palavra, enquanto eu vou ali e volto.

Ela já fica aqui – fique aqui um pouquinho, Erika Kokay, neste lugar –, e eu já convoco o Deputado Assis Carvalho, enquanto vou ali e retorno em dois minutinhos.

A SRª PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) – Com a palavra, então, o Deputado pelo PT, do Piauí, Deputado Assis Carvalho.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI) – Com muita alegria, minha querida Erika.

Quero abraçar a Graça Costa, essa grande militante; parabenizar também o Senador Paulo Paim pela iniciativa de nos acolher nesse momento importante da agenda legislativa, provocada pela Central Única dos Trabalhadores; e, em nome da Graça, quero abraçar todos os demais sindicalistas aqui presentes.

Acho louvável, importante estarmos abrindo esta discussão. Sentimos até certa falta de receber essa pauta da CUT. Digo "da CUT" porque, antes de ser do PT, sou cutista. Fiquei muito tempo na direção de movimentos sindicais, na direção da CUT, lá no meu Estado, e sabemos da importância de dialogar com as categorias e de estar dentro do Parlamento lutando por essa pauta. Inclusive, quando dirigente da CUT, na época, esse cabra era o presidente da CUT Nacional, meu Prof. Vicentinho, que acaba de chegar – faz um bocado de tempo, não faz? (*Palmas.*)

Também, dentro do movimento do pessoal da Caixa, estive sob a coordenação da minha querida Erika, grande professora no movimento nacional também, grande companheira. Somos do movimento da Caixa Econômica Federal.

Quero dizer, meu querido Julimar, que não nos precisa pedir desculpas pelos absurdos que estamos vendo na Câmara Federal, porque nenhum de nós que estamos aqui assinamos o que aquele Presidente, com o seu grupo, está fazendo com o povo brasileiro, sobretudo com a classe trabalhadora. Não podemos concordar com quase nada daquelas pautas. Em uma ou outra, a gente consegue dialogar, mas não na sua grande maioria, com destaque para o absurdo da terceirização, com que nunca concordamos; com destaque para o absurdo da maioridade penal. Todo cidadão em sã consciência sabe que o caminho da maioridade penal é o caminho do estímulo da criminalidade, porque, quanto mais você tira dinheiro da educação para investir em cadeia, você sabe que está investindo em mais crimes, porque você coloca um adolescente na cadeia, e um dia ele sai. Ele vai aprender como praticar mais crimes e ensinar mais pessoas fora a praticar mais crimes, com mais praticidade. E aí também há os negócios que rolam. E o dinheiro é um só; ou o dinheiro vai para a educação ou vai para as cadeias. É uma questão de decisão.

Nunca poderemos concordar com a lógica do "dono" dos Parlamentares, através do financiamento privado de campanha, mas principalmente com o que aquele Presidente faz: quando perde, é como aquele menino sem-vergonha que perde o jogo, não aceita, coloca a bola debaixo do braço e volta; só termina o jogo quando

ganha. Foi o que ele fez: perdeu, não aceitou o resultado e terminou fazendo o que todo mundo já conhece, que foi também na questão específica da maioridade penal.

A gente sabe que está diante de um Presidente que tem uma posição bem definida sobre o seu olhar da extrema direita, um olhar bem conservador, bem assumido. E só há uma possibilidade da fazermos o enfrentamento: é a aliança com a classe trabalhadora. É isso que nós precisamos fazer, Graça, e sei das dificuldades. Digo isso porque também me incomoda muito estarmos no quarto mandato do nosso Governo e saber que poderíamos ter avançado mais. Eu acho que nós tínhamos que ter avançado mais sobre a questão das comunicações, poderíamos ter avançado mais sobre a relação com os nossos trabalhadores. Eu, inclusive, acompanho a luta do Vicentinho com a questão das 40 horas, e a gente não consegue. Você colocou muito bem: quando é algum projeto para o trabalhador, arquiva-se; quando é para os trabalhadores, é em regime de urgência.

Poderíamos ter avançado mais sobre uma reforma política, que não se fez; uma reforma tributária, que não se fez, e a gente termina pagando um preço muito alto por não tê-las feito. Mas agora não adianta olhar pelo retrovisor; temos que olhar o que poderemos fazer daqui para frente.

Mas me incomoda muito, sobretudo, quando a nossa relação, nem que seja para dizer "não", mas o Governo tem que ter uma relação olho no olho com a classe trabalhadora. Não tem sentido não haver essa relação. Sempre me incomodou quando é para ter as relações de trabalho, e você fica se escondendo, dificultando, deixa de se sentar à mesa com os servidores públicos federais. Isso me dá um mal-estar muito grande, porque, se organizamos o Partido dos Trabalhadores, nós o organizamos a partir da luta das ruas, nós o organizamos a partir da luta dos nossos movimentos. Então, precisamos dizer isso com toda a liberdade que temos com os nossos trabalhadores e com o nosso Governo. Não podemos deixar de dizer isso para que o nosso Governo nos escute, a nós, como Parlamentares.

Quero dizer também que a gente passa por momentos de dificuldade, mas não há problema. A gente não vive só para passar por facilidades. O nosso Partido, assim como a nossa Central sindical e outras centrais, a gente tem que reconhecer que, na nossa Central Única dos Trabalhadores, a gente quer ser único no convencimento, a gente não quer ser único na imposição. Portanto, precisamos dialogar com outras centrais também.

Mas coloco a questão da nossa luta permanente e da nossa necessidade de diálogo com os nossos trabalhadores, com outros partidos. Estamos passando por uma crise com a qual nós já estamos acostumados. Quando o Partido dos Trabalhadores nasceu, nascemos com tanta dificuldade! Não só o Partido dos Trabalhadores, os partidos de esquerda, a Central Única dos Trabalhadores e outros. E, neste momento, a gente passa por uma criminalização muito grande. Neste momento, é do PT, mas a esquerda sempre foi criminalizada, historicamente criminalizada.

A gente quer chamar a atenção porque, às vezes, a gente fica um pouco preocupado, Erika. E quero chamar atenção porque tenho sentido certa falta da nossa classe trabalhadora nas ruas. Eu acho que a gente pode perder a luta nos salões dos magistrados, a gente pode perder a luta nas malandragens deste Congresso, a gente pode perder a luta nos estúdios da mídia conservadora, mas a gente não pode perder a luta nas ruas, porque quem aprendeu a andar nas ruas fomos nós.

Nós que temos as origens nas organizações sociais, na organização dos sindicatos. Os fascistas que ora ocupam as ruas não aguentam estar nas ruas por muito tempo. E nós, não; nós sabemos ocupar as ruas, nós sabemos dialogar com os trabalhadores e as trabalhadoras. É por isso que nós temos que fazer esse chamamento, temos que fazer o diálogo permanente. Não podemos ter medo de ocupar um espaço que é nosso. O nosso espaço é ao sol, o nosso espaço é a rua, o nosso espaço tem que ser esse. E é esse espaço que eu acho que ninguém tem mais autoridade e legitimidade para fazer do que a Central Única dos Trabalhadores. E é para isso que quero me colocar aqui à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Assis Carvalho.

Agora, conforme combinamos, quero, primeiro, registrar a presença do nosso querido amigo, Deputado, ícone do nosso grande ABC, de São Bernardo, sempre um presidente, não só de São Bernardo, mas também uma figura histórica da CUT, Vicentinho. Esse é o nosso Vicentinho! (*Palmas.*)

Jacy Afonso, secretário de organização da CUT Nacional.

Aqui, a minha assessora, que me orienta, a Graça, diz o seguinte: "Paim, bote mais uma mulher na Mesa!" Então, seguindo a orientação dela, convido a Lilian, do Dieese, que já ia fazer uso da palavra, mas o fará aqui da Mesa. (*Palmas.*)

Pronto, Jacy. Este "pronto" eu aprendi lá no Nordeste. Qualquer coisa, o camarada me dizia: "Pronto, Paim. Pronto." Já peguei também.

O SR. JACY AFONSO – Senador Paim, obrigado por esta oportunidade.

Parabenizo a companheira Graça Costa, que, em nome da executiva nacional da CUT, como secretária, organiza e tem a responsabilidade da relação nossa com o Parlamento; ao companheiro Vicentinho, que foi presidente da CUT.

Ontem, lá nos Metalúrgicos do ABC, o sindicado, o Instituto Lula inaugurou o Museu da Memória da Democracia, com uma atividade muito importante. São várias fases, e a fase que ontem eles apresentaram foi a de 1964 a 1985 e a de 1985 a 1992. Portanto, um momento extraordinário. Você foi Constituinte; depois, o companheiro Vicentinho, presidente, e hoje são Parlamentares.

Eu dava uma entrevista na Chapelaria e me lembrei do dia 25 de abril de 1984, o dia da votação das Diretas, quando tínhamos o Presidente Figueiredo como Presidente da República, que dizia que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo; e o chefe do Comando Militar do Planalto era o Newton Cruz, que ficou, na noite anterior, aqui nessa Esplanada, em cima do seu cavalo branco com um chicote; retirou as pessoas daqui, na noite anterior, do Congresso Nacional. Eu me lembrei disso. Foi uma atitude arbitrária – seria uma atividade normal do Parlamento brasileiro – proibir a apresentação de uma pauta que os trabalhadores fazem com todos os outros segmentos. Mas também me lembrei, Paim – e você sofreu isso – do Centrão, durante a Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fomos salvos principalmente pelo movimento sindical – e você, Vicentinho, estava naquela articulação –, que criou aquele cartaz: "Os Traidores do Povo". Foi aquilo que nos salvou.

O SR. JACY AFONSO – Exatamente.

Naquele momento, a Comissão de Sistematização da Constituinte caminhava para uma Constituição mais progressista, mais cidadã do que essa que nós temos, e houve o Centrão, que tentou virar o jogo.

Então, essa iniciativa que a gente vê neste Congresso Nacional, e por isso o papel do Diap é importante – está aqui o Nuremberg e os demais companheiros do Diap; eu e a Graça também somos diretores do Diap...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como também o Dieese, desde aquela época.

O SR. JACY AFONSO – Exatamente.

Acho que este é o momento oportuno em que os trabalhadores precisam construir uma agenda. E é muito oportuna a observação do Enio.

Nesta legislatura, Enio, nós não fizemos o café da manhã que a gente faz com os Deputados. Então, eu queria reconhecer que o ritmo em que a Câmara entrou não permitiu o que a gente faz todo ano. Todo ano, no início da legislatura, a gente faz um encontro com os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De repente, vamos fazer aqui, no Senado. A gente articula direitinho. Temos o salão aqui.

O SR. JACY AFONSO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos fazer aqui no Senado, porque nunca foi feito. Na Câmara, já foi, eu acho.

O SR. JACY AFONSO – Então, a gente pode tentar fazer isso nos próximos dias.

Portanto, eu queria parabenizar a CUT. Aqui há vários dirigentes sindicais, de várias entidades. Nós temos um instrumento agora de ação parlamentar. Acho que esse é o dado. Que se venha aqui um dia discutir correção do fundo de garantia, discutir o Minha Casa, Minha Vida; no outro dia, vem a educação; no outro dia, vêm os bancários – eu, que sou bancário – discutir as questões dos bancários; outro dia, os petroleiros; outro dia, os metalúrgicos; e todas as categorias.

A proposta que a companheira Graça apresentou à CUT e que a CUT aprovou é que a gente tenha, daqui para frente, uma ação unitária assertiva da CUT. Essa é uma proposição da CUT. E queremos ter aliados com as outras centrais nessa agenda. Aí, nós teremos unidade de ação. Como o Deputado Assis Carvalho falou aqui, nós queremos ter unidade de ação com as outras centrais sindicais nessa agenda que estamos propondo. Boa parte dessa agenda tem unidade. Havendo unidade, fazemos a ação de forma conjunta; não havendo unidade sobre isso, a CUT persiste, continua apresentando e defendendo os interesses expostos dos trabalhadores nessa agenda que a CUT está apresentando.

Obrigado pelo espaço. Agradeço esta oportunidade que a CUT tem neste espaço de democracia na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Jacy Afonso, secretário de organização da CUT Nacional, bancário de Brasília.

Agora, conforme combinado, fala um Deputado ou uma Deputada. Neste caso, a Deputada Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria saudar a Central Única dos Trabalhadores por estar realizando e apresentando essa agenda, a qual deve pautar um segmento de Parlamentares que defendem os interesses da classe trabalhadora aqui neste Congresso.

Eu penso que, de toda sorte, nós temos algumas demandas que são basilares, e uma delas é a reforma política. Se a gente não fizer uma reforma política e não tirar o poder econômico, o cheiro do poder econômico de dentro do Congresso, e não fizer um rompimento com uma precarização muito intensa na nossa democracia representativa, nós vamos, a cada dia e a cada legislatura, ter um Parlamento mais distante do povo brasileiro, porque nós temos uma diminuição da bancada de defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nesta Casa e um crescimento da bancada empresarial, e muito consolidados os interesses.

O País tem uma fragmentação partidária grande, porque não tem cultura partidária, com exceções, obviamente; o PT era uma delas, e outros, mas nós não temos cultura partidária. Então, os Parlamentares se elegem por partido, sem vivência partidária, sem diálogo partidário de projetos políticos com a própria sociedade, muito pautado na própria pessoa. E eles vêm aqui e se aliam a bancadas de interesse.

Nós estamos vivendo uma série de ameaças à nossa democracia a partir da agenda que está dada na Câmara Federal – no Congresso Nacional, e com acentuado apoio da própria Câmara Federal. Foi aprovado,com o nosso repúdio, com a nossa articulação contrária, o projeto da terceirização, que eu reputo como sendo o maior dano e o maior ataque aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País.

Eu costumo me lembrar de quando Fernando Henrique mandou uma proposta, e lembro bastante que o Deputado Paim – à época, Deputado – rasgou a Constituição. Ele jogou a Constituição, rasgou, literalmente, a Constituição, que estava sendo rasgada no seu artigo dos direitos fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Desde aquela época, quando nós tivemos uma proposta de que o legislado deveria ser sobrepassado pelo negociado num processo de desemprego estrutural, entendemos que negociar em condições de desemprego é negociar em uma situação e em uma relação de forças muito desfavorável para os trabalhadores e as trabalhadoras. Então, após esse ataque, o maior ataque que nós sofremos foi o projeto da Câmara, que já passou pela Câmara, da terceirização, porque arranca, precariza, desconstrói a autonomia e a organização sindical, que foi construída a duras penas.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), penso eu, representa a síntese de muitas experiências do povo brasileiro: das ligas camponesas, de Margarida Alves, de Zumbi dos Palmares, de tantas experiências que o Brasil vivenciou e que foram experiências libertárias.

Elas se sintetizam na construção de uma central, que é uma central democrática, uma central de base, uma central que tem esse tipo de funcionamento, que se diferencia de vários outros locais do mundo no que diz respeito à organização de trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso a importância dessa agenda, para que nós possamos ter um recorte de quais são os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que são ou que têm centralidade na atuação da maior central sindical deste País. Mas, no conjunto das outras centrais, seguramente, várias dessas reivindicações são reivindicações de outras centrais sindicais e que precisam ter aqui voz. Precisam ter voz e precisam pautar uma articulação para que nós possamos avançar no período em que a nossa grande luta é uma luta para que não tenhamos retrocesso.

Eu fico pensando, às vezes, Afonso, que não dá para a gente menosprezar o absurdo. A gente muitas vezes menospreza o absurdo. A gente tem que entender que o absurdo está perdendo a modéstia, como diz Nelson Rodrigues; está pisoteando a nossa própria Constituição e ameaçando direitos que nós considerávamos consolidados dos trabalhadores e da população deste País.

Nós tivemos, recentemente, na Comissão de Agricultura, a flexibilização do conceito de trabalho escravo, ou seja, jornada degradante, condições degradantes, jornada extorsiva não compõem mais o rol de características que fazem com que nós tenhamos a analogia ao trabalho escravo, pela decisão da Comissão de Agricultura.

Nós estamos discutindo, na Comissão de Constituição e Justiça, a redução da maioridade laboral. Ou seja, a flexibilização do trabalho infantil, para que meninos de 14 anos, não na condição de aprendizes, mas como trabalhadores, possam estar no mercado de trabalho, o que significa precarizar, inclusive, o trabalho dos adultos, porque, obviamente, se você tem um trabalhador de 14 anos que vai ter as mesmas condições de trabalho, ou seja, que vai ser um trabalhador no mesmo escopo de condições, obviamente ele será um trabalhador mais barato do que o trabalhador adulto. Então, são pressões que acontecem para a retirada de direitos das mais profundas.

Hoje, foi apresentado o relatório da PEC 215, que retira a condição de homologação das terras indígenas, quilombolas e de unidades de preservação. Ou seja, terras indígenas, terras quilombolas e terras para unidades de conservação passam a ser deferidas e homologadas pelo Congresso Nacional, que é um Congresso que tem uma super-representação, uma hiper-representação da Bancada Ruralista, que corresponde a um percentual mínimo da população brasileira, em um país com tanta concentração de terra ainda.

Portanto, são vários ataques que estão dados, e nós precisamos identificá-los e reagir a eles. Nós estamos, agora, com a CPI dos Fundos de Pensão, que é uma tentativa de criminalização da participação dos traba-

lhadores nos fundos de pensão. Há uma criminalização. Se o trabalhador está ali e tem origem no movimento sindical, se está representando ou ocupando um cargo de diretoria ou de conselho de administração ou no conselho fiscal, simplesmente ele está ali porque não deveria estar. É uma criminalização e um repúdio, uma discriminação à participação de trabalhadores oriundos do movimento sindical nas estruturas de direção dos fundos de pensão, que devem servir aos trabalhadores. Os fundos de pensão existem para complementar a aposentadoria dos trabalhadores.

O Enio está conosco; nós estamos juntos nessa CPI dos Fundos de Pensão, e todos os dias nós sentimos que há uma tentativa de expurgar, expulsar os trabalhadores que, legitimamente e com muita construção, abriram espaço para representar seus direitos, suas concepções e suas ideias em estruturas que sempre foram dominadas pela elite neste País. A elite quer continuar monopolizando as estruturas e aproveita essa relação de forças, que é uma relação desfavorável para os trabalhadores e para as trabalhadoras e para a construção, o avanço de direitos, para tentar arrancar aos pedaços.

O projeto Salão Parceiro é isso. No projeto Salão Parceiro, estamos juntos, eu e Vicentinho, na Comissão de Trabalho. E o projeto Salão Parceiro é isto: os trabalhadores, as trabalhadoras dos salões de beleza passam a ser pessoas jurídicas. Jurídicas! É a pejotização...

É a pejotização, a pejotização das relações de trabalho dentro dos salões de beleza.

Então, todos os dias, nós, que somos da Comissão do Trabalho, vamos percebendo como eles buscam arrancar direitos, de forma dissimulada, de forma covarde, para nos enfraquecer, para que nós não consigamos reagir – não conhecem o que é a história dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País e não sabem o que significa a construção desta Central, que é única, dos trabalhadores e das trabalhadoras, que foi construída com muito sangue.

Venho de uma atividade agora em que falou a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres – uma fala que reputo muito sábia. Ela dizia que nós queremos uma sociedade onde tenhamos igualdade de direitos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ... e onde todas e todos possam viver a sua humanidade. Nós não queremos mais a sociedade do sangue derramado, seja o sangue derramado nas salas escuras de tortura, seja o sangue derramado dos nossos meninos negros, o sangue derramado dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, o sangue derramado das nossas mulheres dentro de casa ou das nossas crianças nas ruas deste País. Nós queremos construir uma sociedade onde nós possamos assegurar direitos iguais para todas e todos. Essa é uma agenda também da Central Única dos Trabalhadores.

Por isso, tenhamos como norte essa agenda para que continuemos a nossa construção de uma sociedade para todas e todos e onde todas e todos possam vivenciar, plena e profundamente, a sua própria humanidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputada Erika Kokay.

De imediato, Geraldo Coan, da Fitratelp. Na sequência, Deputado Vicentinho.

O SR. GERALDO ESTÊVÃO – Boa tarde, Senador Paim.

Através do Senador Paim, cumprimento todos da Mesa.

Cumprimento também a CUT pelo lançamento da agenda legislativa – nem vou falar, porque já foi dito muito aqui sobre isso – e quero citar alguns exemplos do que os trabalhadores estão sofrendo aqui na Câmara Legislativa e no Congresso em geral.

Há o Supersimples, que está aí também encaminhado, a jornada flexível, o PL 30 e a redução da maioridade, que já foi citada também. Só lembro aqui, quanto ao PLC 30, Senador, que já há a "determinação" – entre aspas – da organização de colocarmos mais de três mil pessoas, no dia 25 de setembro, na audiência pública aqui na Câmara Legislativa. Já tivemos aquela reunião, de que participou o Rodrigo, e o Rodrigo já manifestou esse desejo de colocar vários trabalhadores lá.

Quero citar também aqui, Senador, o problema da rotatividade, que está na agenda. Há um setor que está sofrendo muito, que é o dos trabalhadores de teleatendimento – hoje, a idade média desses trabalhadores está entre 14 e 30 anos. O trabalhador é proibido de ir ao banheiro – é proibido de ir ao banheiro! Esses trabalhadores, com 18, 19 anos, já têm início de problema psíquico. Sobre esse item – já até passei para o senhor – o Sinttel está fazendo um levantamento, um estudo, junto com a faculdade, dos problemas psíquicos que afetam esses trabalhadores.

Possivelmente no dia 12 de maio, naquela audiência que vai haver aqui, que o senhor mencionou, geral, a gente já tenha dados concretos para mostrar para o senhor o que acontece no dia a dia dos trabalhadores de teleatendimento.

Eu só citei aqui a proibição de o trabalhador ir ao banheiro, mas são vários itens que acontecem com o trabalhador: trabalhador trabalhando mais de seis horas diárias em teleatendimento; trabalhador que tem um

"bônus" – entre aspas, porque teria que trabalhar de segunda a sábado a, aí, ganha um bônus, não trabalha no sábado, e aí, no sábado, alguns benefícios que ele teria, a empresa tira também. Então, há vários assuntos que têm de ser tratados.

Inclusive, o senhor fez um levantamento e já houve uma audiência para tratar disso. A gente espera que aquela audiência gere frutos e a gente possa trazer um PL para regularizar a profissão de teleatendimento para os trabalhadores, para o teleoperador que trabalha com teleatendimento.

Queria reforçar algo aqui também, já que estamos ao vivo. Dirijo-me aos trabalhadores de Brasília para chamá-los a, no dia 25, lotar a Assembleia Legislativa para dizer um "sim" muito forte contra esse PLC. Espero, do fundo do coração – tenho certeza, Senador, pelo acompanhamento que a gente tem – que esse PL não passe aqui no Senado. Nós vamos dizer um "sim", enterrá-lo de uma vez por todas e, aí sim, levaremos um projeto, através do fórum, um projeto que realmente beneficie o trabalhador – e não esse, que é nefasto, que está acabando com todos os direitos, que rasga a CLT e tira vários direitos dos trabalhadores.

Segundo eles, estão querendo regularizar a situação dos 13 mil trabalhadores. Não é isso que a gente está vendo. Pelo contrário, eles estão querendo rebaixar os trabalhadores que são contratados diretamente e estão querendo rebaixar todos os trabalhadores.

Quero ressaltar com veemência, em relação aos trabalhadores terceirizados, que nós não somos contra os trabalhadores terceirizados. Nós estamos querendo que esses trabalhadores tenham isonomia com os trabalhadores contratados diretamente – é isso que os trabalhadores terceirizados têm que entender – e levem também a bandeira para que esse PL não seja aprovado.

Muito obrigado pela oportunidade.

Contamos, Senador, com o senhor. E pode ter certeza de que o senhor pode contar conosco, porque, toda vez que precisar, nós estaremos aqui no Senado, no Congresso, contra esse PLC. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Geraldo Coan, da Fitratelp.

Agora passamos a palavra ao Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Boa tarde, companheiras. Boa tarde, companheiros.

Saúdo os nossos companheiros dirigentes sindicais aqui presentes, da nossa Central. Saúdo o meu colega Verri e tantos outros que passaram por aqui. Saúdo a Mesa na figura da nossa querida Liliam, que representa com muita dignidade esta instituição que honra todos nós, o nosso Dieese. Saúdo o companheiro Itamar Sanches, nosso companheiro de tantas horas; a companheira Graça, que tem feito um trabalho muito bonito na mobilização junto com o companheiro Afonso, que tem sido nosso grande parceiro; o nosso companheiro Julimar Roberto – prazer em vê-lo, companheiro. Saúdo, muito especialmente, o companheiro Claudinho, que é nosso companheiro de Bauru, nosso irmão, presidente do Sindicato da Construção Civil, que hoje é o nosso dirigente nacional – Claudinho, muita alegria ao revê-lo, companheiro e irmão. Saúdo – e também agradeço – o nosso ícone, a nossa referência aqui no Senado, o nosso companheiro Paulo Paim.

Olhe só, Paim, que tamanho gesto o seu! Você não tinha agendada a sua participação neste encontro. Este encontro ia acontecer na Câmara. O Eduardo Cunha, por birra, adota uma atitude – nem sei se é por birra, pode ser por preconceito de classe mesmo – adota uma postura contra um evento sobre o qual a sua assessoria já tinha deliberado – já estava tudo organizado, como das outras vezes, mas aconteceu o que aconteceu. E você largou tudo o que tinha para estar aqui conosco. Meu irmão, você merece uma salva de palmas, companheiro! (*Palmas.*)

Você, companheiro, tem sido a nossa referência na luta aqui no Senado.

Nós do PT temos muitos problemas. Às vezes sofremos, porque somos obrigados a votar coisas com as quais não concordamos – sobretudo nessa questão dos ajustes. Às vezes somos obrigados a rachar até com o Governo, como foi no caso do Fator Previdenciário.

O momento é muito delicado. A gente tem que fazer um grande esforço para garantir um mínimo de coerência com a nossa história de vida. Nós não queríamos que o nosso Partido... Aliás, não era para o nosso Partido estar com essa rejeição que está sendo registrada no País diante de tudo o que foi feito. Mas nós vamos sobreviver, vamos nos recuperar, e o Brasil, se Deus quiser, vai voltar a crescer.

Quanto às apurações de corrupção, que sejam condenados aqueles que de fato são culpados, e inocentados os inocentes.

Nós vamos ter mais equilíbrio aqui, eu tenho muita esperança nisso e vamos trabalhar muito por essa possibilidade.

Os nossos líderes têm sofrido muito: o companheiro Sibá lá na Câmara, o companheiro José Guimarães, aqui vocês também passam por essa situação.

O que nos alivia nesse sofrimento? É quando a CUT aparece aqui. O que nos alivia nas nossas plenárias? O que nos alivia quando passamos pelos postes da cidade? É quando vemos uma CUT coerente com a sua

proposta original, defendendo o fim do imposto sindical, contra o projeto de terceirização, combatendo as mazelas patronais, mantendo essa coerência. Nos alivia quando o episódio que vivemos, Paim – graças a Deus, vocês aqui estão muito mais equilibrados – no debate da terceirização... Estou na Comissão de Trabalho já há 13 anos, e durante 10 anos seguramos aquele projeto, mas, lamentavelmente, um Deputado que eu até achava que estava próximo a nós relatou esse projeto. E aí, meu amigo, por onde passa um boi passa uma boiada...

Então, começamos a sofrer com esse problema. Não fosse a presença das centrais sindicais, em especial da CUT, que nunca vacilou, esse projeto teria sido aprovado na própria Câmara. Aliás, foi aprovado, mas deu trabalho, deu muito trabalho, e só foi aprovado porque o Presidente da Câmara o avocou – ele estava na CCJ.

Isso significa que nós não temos na Câmara uma maioria, houve lá uma troca entre Deputados ligados aos trabalhadores com os Deputados ligados aos empresários – o Presidente da Câmara também é definido como um Deputado patronal. Por isso, a dificuldade é maior.

Então, meus irmãos, vocês estão trazendo aqui a pauta. Ótimo. Vamos fazer valer isso nos nossos pronunciamentos, nas nossas discussões nas comissões. Agora, venham e façam com que os trabalhadores que vocês representam, que nós já representamos, entendam que vir a Brasília não é passear, vir a Brasília é defender a causa da classe. Estou dizendo isso porque, de vez em quando, ouço: "Fulano só vive em Brasília, fica andando de avião". O nosso povo lá na base às vezes questiona, não entende direito. Não adianta fazermos uma bela campanha salarial se perdermos a campanha salarial para o desemprego, para a inflação ou coisa parecida. É preciso que estejamos muito presentes aqui nesta luta.

Com alegria, acompanhei a greve dos trabalhadores da Mercedes-Benz, que terminou depois de 6 dias. Estive na assembleia que avaliou o PPE, que aprovou o PPE e, assim, impediu a demissão de 2 mil pais de família.

Ontem, aqui no Senado, ocorreu uma audiência pública para tratar do tema numa comissão especial. O relator é Daniel Vilela, um jovem que está muito interessado em ver o projeto aprovado – acabou de me informar que, depois da última sessão, vai apresentar o relatório, depois da próxima.

Não é o projeto desejado, o que nós queremos – nós estamos vivendo uma crise – é um projeto para um ano, não é um projeto que vira lei eterna, é um projeto que pressupõe a aceitação das partes em decisões democráticas e é um projeto que pode trazer resultados como o da Mercedes, agora – no caso de agora da Mercedes, até o sindicato concordou em reduzir a mensalidade para os trabalhadores, e outras coisas aconteceram para assegurar um acordo de nove meses que garantiu a estabilidade por 12 meses.

Estou falando isso, pessoal, porque vamos ter que votar logo, logo, tanto ali quanto cá, e vamos perceber que... É o ideal? Não é, não devíamos nem estar discutindo isso, mas, diante dessa crise, esse é o caminho, digamos, menos doído. Digo isso porque vi o sofrimento daqueles companheiros da Mercedes acampados na frente do Extra sem esperança, sem saber para onde ir, e vi a alegria deles ao saberem que estariam voltando ao trabalho e que não seriam mais demitidos. Isso não tem preço, pessoal! Isso não tem preço!

E foi a CUT que desenvolveu esse projeto. Foi a nossa Central, a partir do Sindicato dos Metalúrgicos, que encampou esse projeto e, portanto, esse deve ser, quem sabe, o item mais atual da pauta dos trabalhadores aqui no Congresso. Já há gente contrária, é natural. As centrais sindicais estão se colocando, várias delas, já favoravelmente, o que é bom, mas é preciso que reflitamos sobre isso.

Falo agora sobre o que a nossa companheira Erika colocou a respeito da PEC nº 215. Com toda humildade, porque não estou mais lá na Central – se estivesse lá, proporia sem humildade, mas, como não estou mais, com toda humildade, Graça, Afonso –, proponho o seguinte: façam uma visita a uma comunidade indígena, façam uma parceria, porque é altamente delicada a aprovação dessa PEC nº 213.

Imaginem o Estado brasileiro, com seus antropólogos, com suas organizações de caráter nacional e internacional, estudiosos no assunto que tratam dessa questão polêmica tendo, digamos assim, a referência no Ministério da Justiça... Passa para o Parlamento, volúvel como ele é, com a presença hoje majoritária dos Deputados ligados à área ruralista. E não são só eles: eles fazem acordo com seus parceiros da cidade, que são os empresários, eles fazem acordo com os "direitosos" dos vários segmentos fundamentalistas, arraigados em visões violentas até e, no cômputo geral, se transformam em maioria e podem votar um projeto dessa natureza.

Então, essa aliança entre a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e o nosso povo... Paim, eu fico mal, eu estou muito sensibilizado com os nossos irmãos que estão aqui fazendo esta mobilização pela quebra do veto. Estou sensibilizado, é uma luta bonita – infelizmente chegamos neste estágio, nesta conflagração. Agora, meus irmãos, quando eu vejo o nosso povo irmão indígena sem condição nem de comer... Fazem um esforço danado para vir aqui defender a vida...

Temos que olhar isso com muita atenção, e eu acho que a nossa Central pode, por sua própria concepção, dar um grande salto de qualidade. Foi a primeira central que fez aliança mais profunda e mais concreta com os trabalhadores do campo e da cidade – já nasceu assim. Eu queria que vocês pensassem, Afonso, nesse tipo de coisa.

O SR. JACY AFONSO – Permita-me um aparte.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Pois não.

O SR. JACY AFONSO – O companheiro Jasseir, que é nosso secretário de meio ambiente, tem tratado disso, inclusive no âmbito da OIT, no âmbito internacional.

Vicentinho, nós constituímos um coletivo indígena na CUT de Mato Grosso do Sul e estamos constituindo em outros Estados coletivos indígenas cutistas, trabalhando e tratando desse assunto. Há companheiros na CUT de Mato Grosso do Sul; o companheiro Genílson é indígena; a companheira Rosana Nascimento, presidente da CUT do Acre, também é uma indígena. Então, nós estamos tratando desse assunto com muito carinho. O que nós temos é dificuldade de dar visibilidade às nossas ações. Esta é uma dificuldade que enfrentamos: a comunicação de nossas ações. Mas a CUT tem se empenhado diuturnamente nesse assunto, e o companheiro à frente disso é o Jasseir Fernandes, que representa a CUT tanto no âmbito nacional como no âmbito internacional nessa questão dos companheiros indígenas.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Companheiro, muito obrigado pelas informações. Essa é a nossa velha e guerreira CUT! Isso é muito bom, isso é muito importante.

Você falou da visibilidade. Talvez fosse o caso, Afonso, de pensar na direção nacional. Talvez fosse o caso de pegar uns membros da executiva, pegar o avião, ir a uma tribo e dizer: "Nós estamos aqui, já há um pessoal enraizado por aí". É preciso chamar a imprensa e falar para chamar a atenção do Brasil. Senão, parece que índio é uma coisa... É bicho do mato para muita gente, alguns pensam que não deveria nem existir. Já tentaram acabar com eles: eram mais de 5 milhões, e esse número caiu para 300 mil; agora aumentou um pouquinho, mas a gente não sabe o que vai acontecer. Então, Afonso, parabéns pelo trabalho, meu companheiro.

Mas eu queria reforçar, porque estou muito sensível diante do que estamos vendo aqui, e eu acho que esse tipo de aliança... Devemos fazer aliança também com os nossos jovens. Há meninos, jovens negros morrendo todos os dias – veja a chacina de Osasco, veja o retrato daquele povo.

Enfim, é a nossa CUT cidadã que, além de vir aqui ao Congresso... E nós somos Deputados da CUT, não temos dúvida. Nós somos porque acreditamos numa Central que sempre se manteve coerente com o interesse dos trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Essa buzina está pedindo para eu parar de falar!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Então, Paulinho, companheiro Paim, eu queria dizer isso.

Com referência às demandas aí, nós estamos juntos. Só peço desculpa aos companheiros da CUT, porque estou constrangido diante do que aconteceu na Câmara. Infelizmente, não temos o poder, eles é que têm o poder, mas isso não impede que façamos o nosso trabalho e levemos adiante a nossa luta.

Parabéns e obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o nosso Vicentinho. Muito bem!

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Sr. Presidente, peço licença – tenho na agenda a participação em outra comissão – para deixar o nosso abraço e colocar o nosso mandato à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma alegria estar com você aqui, Deputado Enio.

Liliam, do Dieese, por favor.

O Dieese faz parte da nossa própria história, sempre junto, colaborando, auxiliando, subsidiando o bom combate, o bom debate. Muitos dados que uso nestas viagens que faço, da terceirização, são do Dieese – dados que você me passou quando aqui esteve.

A SRª LILIAM MARQUES – Quero agradecer o convite do Senador Paulo Paim e da Graça – nós nos encontramos muito aqui pelos corredores, nos espaços de debate – e dos demais companheiros.

Eu sou técnica do Dieese há muito tempo e, há pouco tempo, o Dieese viu a importância de estarmos mais presentes dentro do Congresso Nacional, coisa que fazíamos muito pouco e que o movimento sindical ainda faz muito pouco – acho que tem que fazer muito mais.

Essa agenda que a CUT está lançando é um exemplo muito bom, eu acho que é um passo importantíssimo. Estou aprendendo muito aqui com o meu mestre Neuriberg e com os demais companheiros do Diap – agora o Dieese se aproximou, estamos fazendo um trabalho mais efetivo. Sempre estivemos próximos, mas nunca trabalhamos de forma organizada.

O Dieese tem essa capacidade de estar em vários Estados brasileiros, há todo tipo de movimento sindical lá dentro, todas as centrais, inclusive as não reconhecidas. Isso ajuda a fazer um diálogo em cima dos consensos. O Diap também tem essa capacidade, e eu acho que juntar forças está ajudando.

O Dieese pode contribuir mais, com mais material, estamos aprendendo também. Uma coisa que deu para perceber: a ausência do movimento sindical aqui é sentida por vários Parlamentares – percebe-se isso nas conversas. Então, acho que essa presença da CUT, mais efetiva no último ano, foi muito importante.

Eu acho que um trabalho de formação nos Estados é muito importante, e acho que essa agenda pode ajudar – vimos, na discussão da terceirização, como fez diferença a ação nos Estados. O Parlamentar chega no Estado dele e acha que ninguém está de olho no que ele faz aqui, mas eu acho que não é assim.

Então, essa formação da CUT nos Estados mostrando essa agenda, até para quando vier para cá ter uma formação e quando houver uma ação lá... É preciso incomodar os Parlamentares, Senadores e Deputados. Nos Estados, eles ficam preocupados com a eleição.

Então, é um passo importantíssimo, estão de parabéns. O Senador, que está sempre presente em várias frentes, dá um apoio fenomenal.

Já fiz algumas viagens – até falando um pouco dessa experiência – falando sobre os dados técnicos e falando um pouco sobre essa experiência aqui no Congresso. Percebemos que, mesmo considerando o público mais qualificado, há desinformação em relação ao Congresso Nacional. A imprensa só passa o lado ruim, e há Parlamentares importantíssimos, com valor tremendo aqui dentro.

Eu acho que é preciso passar essa mensagem, as pessoas precisam conhecer mais o trâmite daqui e participar mais da vida legislativa, seja municipal, estadual ou federal. As pessoas estão desanimadas, e eu acho que essa é uma iniciativa que pode ajudar a reverter isso, pode ajudar a acordar os trabalhadores.

Obrigada pelo convite. Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Liliam, do Dieese, por tudo o que tem feito na nossa história, ou seja, a história dos trabalhadores.

Por último, Gilka Pimentel, do Proifes. Depois a Graça encerra em nome da Mesa.

A SRª GILKA PIMENTEL – Boa-tarde a todos.

Eu estou representando aqui o Proifes Federação, que é uma federação que representa os professores das instituições federais de ensino superior.

Eu ouvi o Deputado Vicentinho falar que está muito sensibilizado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GILKA PIMENTEL – Sou potiguar, da cidade da Senadora.

Eu ouvi o Deputado Vicentinho falar que está muito sensibilizado com o movimento dos servidores do Judiciário aqui, em relação ao veto. Eu gostaria de registrar que os servidores do Judiciário pelo menos estão tendo a possibilidade de brigar pelo veto, mas nós, demais servidores públicos, nem veto temos para defender.

Por quê? Porque neste momento nós estamos vivendo um impasse. Os professores e os demais servidores públicos vivem um impasse diante da proposta apresentada pelo Governo, de 21,3% em 4 anos. A nossa entidade e várias outras entidades de servidores públicos já rejeitaram a proposta, e eu gostaria que os Deputados aqui presentes, as demais pessoas, pudessem nos ajudar no sentido de fazer com que o Governo pudesse acolher a pauta dos servidores públicos federais.

Por quê? Algumas entidades, como a Condsef e o próprio Proifes Federação, que representa os professores, já disseram que não assinam embaixo dos 4 anos. Isso significa, além de reajuste zero em 2016 – quem não assinar o acordo vai ter reajuste zero –, que nós vamos ter, novamente, vários embates – servidores públicos, professores e demais servidores – com o Governo.

Às vezes eu fico perplexa, sem acreditar que o Governo vá querer pagar essa conta. Fico perplexa ao ver milhares de servidores tendo reajuste zero e, em 2016, termos que estar aqui novamente – 2016, 2017, 2018, sei lá até quando – tentando negociar uma pauta mínima, razoável, que atenda o reajuste para os professores e demais servidores.

É claro que nós, professores, reconhecemos o avanço que tivemos nesses últimos dois anos, sobretudo no que diz respeito à educação. Tivemos um PNE aprovado sem veto pela Presidente, tivemos a ampliação da expansão do ensino superior, institutos federais, mas não é possível pensar em uma pátria educadora na qual se comprometa a vida e a qualidade de muitos servidores públicos e de muitos professores – aqui estou falando mais pelos professores.

Nós reconhecemos que o último reajuste que o Proifes assinou foi muito bom para os professores. Acontece que, diante desse cenário de crise, nós precisamos ter um reajuste que não esteja abaixo da inflação. Nós

estamos dispostos... Nesses três meses, desde abril, dialogamos com o Governo, mas o Governo, infelizmente, não quer ceder.

A proposta do Governo é 21,3% em 4 anos. Está muito difícil negociar esse índice. Então, fazemos um apelo aqui aos Deputados que possam ter acesso ao Ministro Levy – parece que é ele o dono da caneta. O Ministro Levy não quer dialogar, não quer minimamente flexibilizar o tempo desse acordo. Então, fazemos um apelo nesse sentido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, ouvimos Gilka Pimentel, que falou pelo Proifes.

Maria das Graças Costa, Executiva da CUT Nacional, faz o encerramento em nome da Mesa e, depois, eu e Vicentinho vamos ao voto – não é, Vicentinho? – lá no plenário.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, quero agradecer a toda a assessoria, agradecer aos nossos companheiros da CUT-DF e também do escritório da CUT – nossos companheiros que fazem esse trabalho nos bastidores para que as coisas aconteçam realmente; eles produzem, executam, mobilizam – por este momento super importante. Agradeço às confederações que vieram aqui dar seu apoio.

Infelizmente, nós não lotamos a Casa porque houve esse contratempo, muitas pessoas voltaram, chegaram na porta e não puderam entrar, chegaram primeiro do que nós e foram embora – algumas pessoas me telefonaram para se justificar.

De qualquer forma, acho que saímos daqui com a sensação de que, mesmo com as barreiras, mesmo com as truculências, apesar daqueles que não querem que avancemos, nós temos a capacidade de dialogar, nós temos a capacidade de buscar, nós temos a capacidade de enfrentar.

Hoje nós enfrentamos, na porta da Câmara, o pessoal que tentou fechar a porta para nós. Eles têm tanto medo da classe trabalhadora que a porta estava aberta e, quando nós nos aproximamos... Éramos poucos, não éramos uma multidão, éramos algumas pessoas, algumas lideranças, e eles foram logo fechando a porta, deixando só uma brechinha para que um homem de preto tentasse barrar a nossa entrada. Essa é uma situação muito ruim.

Apesar de tudo isso, nós temos capacidade. Tivemos capacidade de buscar outro espaço, de conquistar esse espaço, de fazer uma audiência pública, de dar o nosso recado e de deixar esperança para as pessoas que nos assistem – o Parlamento é isso. É um momento de muito conflito, de muitas divergências, nós sabemos disso, mas há gente boa, gente comprometida. Lá fora as pessoas entendem que ninguém aqui presta e, com essas atitudes que são tomadas, vai piorar a imagem do Parlamento.

Eu não sei como será a próxima legislatura, a próxima campanha eleitoral. E a nossa agenda... Nós vamos continuar, vamos fazer visitas individuais, vamos fazer discussões com as Bancadas, vamos chamar à responsabilidade todos os Parlamentares. Temos feito um trabalho cotidiano, mas agora, como o Jacy, como o companheiro Eymard falou, como os outros falaram aqui, nós não vamos só apagar fogo – não é, Senador? A partir deste momento, Vicentinho, nós não vamos só correr para não deixar aprovar tal projeto. Nós temos uma agenda, nós vamos dialogar com os Parlamentares: "Esta é a nossa agenda, estes são os 100 principais projetos que queremos ver debatidos e aprovados".

Para a população, quero dizer que nós precisamos realmente de muito apoio. Nós, sindicalistas, estamos numa situação bastante delicada, porque viemos aqui e nos confrontamos, vamos para as mesas de negociação com os patrões para tentar arrancar alguma coisa para os trabalhadores e somos maltratados, e maltratados somos em todos os cantos que vamos. Ora é a polícia do patrão, ora é a polícia do Parlamento, ora são as medidas que os próprios governos nos impõem. E nós resistindo, aumentando, filiando, querendo mais, apesar deles, apesar de tudo. Essa é a mensagem que quero deixar.

Esse instrumento é um instrumento que nós temos aqui, mas nós temos muitos mais. Nós temos um livro, estamos nos organizando para fazer o lançamento dele aqui. Nós produzimos, nós não vamos só para a rua fazer discurso panfletário não. Nós produzimos um dossiê este ano que traz dados de todas as categorias, o impacto da terceirização. Nós produzimos essa agenda, nós produzimos um livro que vamos lançar.

Agora já vou estabelecer a preferência: sem dúvida nenhuma, infelizmente, Vicentinho, nós vamos preferir solicitar primeiro no Senado para depois... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Vicentinho é nosso convidado permanente aqui!

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Aí, vocês...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nós vamos lançar o Vicentinho candidato ao Senado pelo Estado de São Paulo na próxima legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pronto!

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Eu continuo pedindo perdão pelo constrangimento, viu?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – É verdade.

Por fim, Senador, vou fazer um pedido em público aqui.

A minha confederação, que é a Confetam, faz 15 anos. Nós solicitamos uma sessão solene através do gabinete do nosso Deputado Vicentinho, mas está a maior resistência.

A notícia que tivemos é que ele não vai liberar para a gente fazer a sessão solene de aniversário dos 15 anos da nossa Confederação. Nós vamos fazer um pedido para que essa sessão solene seja feita aqui, através do Senador Paulo Paim, para não deixar passar esse momento importante da nossa categoria, que são os servidores municipais – mais de 5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras espalhadas por todos os cantos deste País. Eles merecem, sim, a comemoração desse aniversário, merecem uma sessão neste Parlamento. Queremos consolidar a nossa organização.

Muito obrigada, beijo no coração. A repercussão na imprensa, a jornalista da CUT está passando aqui para mim, pelo WhatsApp. Houve repercussão, vários instrumentos da mídia já colocaram no ar essa forma truculenta pela qual somos tratados aqui.

Vamos continuar firmes e fortes e que Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Fiquem tranquilos, voltem para casa agora, mas sintam-se em casa aqui no Senado.

Vamos nos encontrar nessa agenda, não é? Nós já fomos a Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina e São Luís. Iremos a Salvador dia 18/09; Brasília, 25/09; Aracaju, 8/10; Maceió, 9/10; Porto Velho, 22/10; Rio Branco, 23/10; Belém, 5/11; Macapá, 6/11; Vitória, 19/11; Palmas, 3/12; Goiânia, 4/12; Cuiabá, 18 de fevereiro de 2016; e Campo Grande, dia 19. O encerramento, em Brasília, acontecerá no dia 12 de maio num grande evento, do qual sairá a Carta à Nação.

Sintam-se como se estivessem agora saindo de casa e voltando para a grande casa que é a família de vocês, porque aqui no Senado vocês estão em casa.

Bom retorno à casa, um abraço a todos. Bela audiência!

(Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 55 minutos.)

ATA DA 77ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia oito de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Vicentinho Alves, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, das Senadoras Ana Amélia, Maria do Carmo Alves e do Senador não membro Douglas Cintra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140 de 2015-CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para realizar um ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Esta segunda reunião do ciclo de debates trata sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 43 de 2015, "que susta a aplicação da Norma Regulamentadora nº 12 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Juiz do Trabalho Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Zuher Handar, Consultor da OIT e Ex-secretário de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Jairo José da Silva, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Rômulo Machado e Silva, Coordenador Geral de Normatização e Programas do Ministério do Trabalho e Emprego; Carlos Silva, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Aida Cristina Becker, Auditora Fiscal do Trabalho e Membro da Comissão Nacional Tripartite Temática do MTE; Leonardo Osório Mendonça, Procurador do Trabalho; Luiz Carlos de Oliveira, Diretor da Força Sindical; Francisco Pereira de Souza Filho, Secretário de Organização e Políticas Sindicais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; José Aparecido Bastazini, Consultor do SINDIPESA - Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais; Eduardo Lírio Guterra, Secretário Adjunto de Saúde do Trabalhador da CUT; Washington Santos (Maradona da UGT), Coordenador da Bancada dos Trabalhadores na CTPP Comissão Nacional Tripartite Temática do MTE; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Antonio Carlos Henriques, do Sindicato da Indústria de Panificação do ABC, Secretário-Geral da Abip e Diretor da Fiesp; Antonio Carlos Teixeira Alves, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais; Itamar Sanches. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) pedir a retirada da urgência do Decreto Legislativo nº 43/2015, compromisso já assumido pelo autor do requerimento; 2) apresentar requerimento para realizar uma Sessão Temática no Plenário sobre o tema; 3) fazer uma reunião com a presença da Comissão Tripartite do Ministério do Trabalho e Emprego, da OIT e dos Senadores Paulo Paim, Cássio Cunha Lima e Douglas Cintra para debater o tema; 4) os expositores dessa reunião colocam-se à disposição para quaisquer esclarecimentos; 5) solicitar aos três deputados que apresentaram o mesmo requerimento de urgência na Câmara dos Deputados que o retirem; 6) discutir uma lei de segurança do trabalhador. O Senhor

Presidente lê comentários e perguntas recebidos de cidadãos por meio do Portal e-Cidadania.

Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Cássio Cunha Lima e Douglas Cintra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 77ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião é extraordinária devido à gravidade dos fatos. Destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 142, de 2015, desta Comissão, de nossa autoria e de outros Senadores. Está inserida no ciclo de debates sobre o mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria, discriminação e direitos humanos.

Esta segunda reunião do ciclo de debates tratará hoje do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 43, de 2015. Cerca de quase uma hora da madrugada da semana passada, foi votado um requerimento de urgência que surpreendeu a todos. Eu mesmo já não estava mais na Casa, uma vez que nos foi informado que não haveria nenhuma votação a não ser uma votação simbólica da reforma eleitoral já acertada. Para surpresa minha, quando eu estava já me dirigindo a minha residência, pela Rádio Senado, eu percebi que, sem quórum e sem votar os outros dois requerimentos que antecediam esse de minha autoria e do Senador Randolfe, que pedia que esse projeto de decreto legislativo passasse pela Comissão de Direitos Humanos, esse foi votado. Então, aí há um problema grave, regimental, porque não poderiam ter votado a urgência sem primeiro ter definido a questão dos requerimentos que pediam que essa norma, no caso, o projeto de decreto legislativo, passasse por esta Comissão.

Enfim, o decreto susta a aplicação da Norma Regulamentadora nº 12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

Informo a todos que esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/eCidadania e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Não vou precisar fazer grande fala aqui, mas sejam todos bem vindos a esta audiência pública, repito, extraordinária, para debater o Decreto Legislativo nº 43, de 2015. O decreto teve regime de urgência, como eu dizia, aprovado na última sessão da semana passada.

O principal objetivo dessa medida é sustar a Norma Reguladora nº 12, a NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A norma foi o marco na área da segurança do trabalho ao prever medidas obrigatórias de resguardo da vida dos trabalhadores na produção e montagem de máquinas e equipamentos. Ou seja, essa norma, como eu já disse um tempo atrás no Plenário, vai, no mínimo, nos dar mais segurança. Não que vá conseguir prevenir 100% dos acidentes, que, no Brasil, ainda são uma vergonha. Em nível internacional, no número de acidentes que acontecem, nós ficamos entre os cinco países, com certeza, que mais acidentes de trabalho têm. E aí, não se trata só da vida, mas de sequelas, perda de braço, de perna, enfim, de membros.

É uma agressão, para mim, até covarde, eu diria, ao trabalhador quando se quer diminuir as normas de segurança. Se me falassem: "Olha, a Norma nº 12 pode ter algum excesso, vamos sentar, vamos discutir", como eu sei que aquela comissão tripartite faz, é uma coisa. Agora, querer simplesmente revogar toda a norma é da maior gravidade.

Enfim, só para situar aqueles que estão ligando a TV Senado neste momento, esta nossa audiência é transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado para todo o Brasil.

Todos nós sabemos das mazelas causadas pelos milhares e milhares de acidentes de trabalho que afetam a nossa gente. Sob a alegação de que as empresas estariam perdendo capacidade de competição, alguns Senadores querem derrubar a norma que defende, reafirmamos aqui, a vida, o corpo e a saúde de milhões de trabalhadores. Não podemos aceitar essa situação.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil – eu falei aqui que é o quinto, mas é o quarto –, o Brasil é o quarto País do mundo em acidentes fatais no trabalho. Segundo dados da Previdência, só em 2013, o Brasil registrou mais de 717 mil acidentes de trabalho e em torno de 2.800 mortes e, assim mesmo, eles querem diminuir a segurança do trabalhador.

Estamos aqui, consequentemente, contra esse retrocesso. Por isso, os senhores foram convocados. Teremos duas mesas. Eu, de pronto, agradeço a todos pela presença, uma vez que esta convocação foi feita praticamente na sexta-feira. Todos os convidados estão aqui presentes para discutir esse tema que preocupa, com certeza, a todos nós.

Espero que o Senado não cometa essa insanidade de votar essa matéria, como está previsto, hoje à tarde. Na Câmara não duvido, porque lá acontece de tudo, mas, aqui, o Senado não tem se apresentado ao povo brasileiro com essa visão atrasada, de retrocesso e desumana. Por isso, o debate aqui na Comissão de Direitos Humanos. Eu sei que na Câmara há um movimento também nesse sentido, mas a nossa obrigação aqui no Senado é não permitir que isso venha a acontecer.

Eu disse, quando entrevistado nesse fim de semana, que essa norma para mim era tão grave quanto a da terceirização. Nós estamos viajando o Brasil todo fazendo o combate à terceirização, para não permitir que seja votada nos moldes que eles estão querendo. Não vai ser agora que vamos aceitar uma medida que acaba

sendo, na minha avaliação, tão grave, tão grave quanto a terceirização, uma demonstração clara de que, nós, que estamos no fórum de combate a esse tipo de procedimento, tínhamos razão. Há uma onda conservadora que avança sobre o Congresso de forma desumana, truculenta e que visa retirar os direitos dos trabalhadores. Isso é real e é fato. Claro, alguém já disse e eu repito, mas vou dar o meu enfoque, que é em cima das grandes crises que surgem algumas alternativas. Mas as alternativas que eles estão apresentando aí é só a de ferrar os trabalhadores. Isso é inaceitável!

Que a gente, como trabalhador, como entidades que têm essa preocupação, aceite este desafio de fazer o bom debate e o bom combate, mas que não venham com medidas como estas duas, a da terceirização e agora essa de retirar até o direito do trabalhador. Eu falo com certa tranquilidade porque venho da área da segurança do trabalho, eu sou do tempo do técnico de segurança do trabalho. Então, eu conheço relativamente o que é o mundo do trabalho e não só pelo trabalho ali na máquina, mas por andar dentro das fábricas. Eu trabalhei em meia dúzia de fábricas e, em todas elas, eu acabei entrando na Cipa e, depois, fiz o curso de Técnico de Segurança do Trabalho e sei o quanto é importante haver normas que venham prevenir, principalmente prevenir os acidentes no trabalho, porque, depois que aconteceu, como correr atrás da perna que foi amputada? O que vai substituir o braço ou o que fazer com uma doença, com as sequelas que ficam?

Esse debate nós aqui vamos fazer e eu espero que, no fim, façamos alguns encaminhamentos concretos. Eu já vou incluir, é natural, o assunto no debate da terceirização. Nós vamos retomar o debate nos Estados, o próximo é a Bahia e, claro, o fórum é importante na minha opinião, mas, se depender de mim, já incluiremos a terceirização e o combate aos acidentes no trabalho, visando rever essa questão dessa urgência, pois eles estão querendo colocar a matéria, querendo votá-la, inclusive, no dia de hoje.

Vamos à composição da primeira Mesa. Serão duas Mesas.

Para a primeira Mesa, convidamos, de imediato, o Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Dr. Luiz Antonio Colussi. Seja bem-vindo aqui. (*Palmas.*)

Convidamos, de imediato também, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. (*Palmas.*)

Convidamos Jairo José da Silva, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Convidamos Zuher Handar, Consultor da OIT e ex-Secretário de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

Rômulo Machado e Silva, Coordenador Geral de Normatização e Programas do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui o Ministro do Trabalho e Emprego. (*Palmas.*)

Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Eu sempre digo e explico, pessoal, que primeira ou segunda Mesa não têm problema. Eu até, às vezes, digo que preferiria ficar na segunda Mesa, porque ali está o debate. A primeira Mesa vai ter que voltar para a primeira fila e é a segunda Mesa que participa. Então, para mim é independente.

Mas já vou adiantar. Na próxima Mesa: Aida Cristina Becker, Auditora Fiscal do Trabalho e Membro da Comissão Nacional Tripartite Temática do Ministério do Trabalho e Emprego; Leonardo Osório Mendonça, Procurador do Trabalho; Luiz Carlos de Oliveira, Diretor da Força Sindical; Erivan Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política da Anfip; Francisco Pereira de Souza Filho, Secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT; Eduardo Lírio Guterra, Secretário de Saúde do Trabalhador da CUT.

Esses são os nossos convidados. Se depois o pessoal puder vir, entre uma Mesa e outra, e passar um daqueles vídeos que mostram a gravidade dos acidentes – nós aqui temos esse vídeo –, é muito importante o impacto, para mim tem sido. Quando eu vi, pela primeira vez, fiquei assustado.

É isto que eles querem: fazer com que se volte praticamente ao mundo cão, que, dentro de uma fábrica, quem tiver mais cão que morda mais lá dentro, dá a impressão que daí... Eu falei mundo cão. Quem tiver... Como chamam aqueles cachorros bem bravos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – *Pit bull.* Quem tiver mais *pit bull* vai ter mais produção? Deve ser isso que eles querem. A que ponto chegamos. É da maior gravidade, pessoal.

Acho que quem teve essa ideia foi de uma infelicidade enorme. Eu mesmo, quando soube dessa questão, disse: olha, estou aberto a ajudar, a conversar, a discutir o tema acidente no trabalho. Isso é uma coisa. Agora entrar com um decreto legislativo revogando toda a norma... Eu achei que, no Brasil, nunca ninguém teria ousadia de fazer isso, nunca. Eu nunca esperei que isso acontecesse.

Eu já falei até demais. Eu passo, de imediato, ao nosso comandante maior da Anamatra, que é o Juiz Luiz Antonio Colussi, para que ele seja o nosso primeiro expositor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E aqui me reafirma que é gaúcho, sim. De qual cidade mesmo?

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – De Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De Passo Fundo. Agora eles têm que se cuidar.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Pessoal de Passo Fundo não dobra a esquina, passa reto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Barbaridade. Em Passo Fundo, a coisa é diferente. Vamos lá doutor.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Bom dia, Senador Paulo Paim. Na verdade, o nosso comandante é o Senador Paulo Paim sempre.

O Senador é um comandante comprometido com a questão social, com os direitos dos trabalhadores, com os direitos sociais, com a implementação da Constituição. Isso que é fundamental. E este exemplo seu é que motiva a todos nós integrantes da Mesa, a quem eu quero saudar um a um, da segunda Mesa, aos demais que nos assistem e aos também telespectadores e ouvintes que nos acompanham.

A Anamatra, através da sua Diretoria, do Presidente Germano, está vivamente preocupada com esse tema. Quando veio a notícia, posterior à primeira tentativa de aprovação do regime de urgência, que pegou a todos nós de surpresa, eu admito a todos que em mim bateu e bateu em nós um certo pavor. Nós nos assustamos e vimos que as nossas associações e entidades sindicais também se assustaram, como V. Exª bem se referiu, com a audácia.

O nosso problema não é só a NR-12. É a recém, a primeira, a ponta. Depois virão outras que já estão aí. Parece que há um rol de projetos de interesse da indústria amplamente divulgado e debatido aqui pelo Senado. Então, essa é a nossa grande preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me aqui...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele fez questão de estar presente, teve uma conversa comigo sobre a importância do seu trabalho e fez questão de mandar um especialista para ser quem vai falar em nome dele, mas eu quero registrar a presença do Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, que está conosco aqui, só para prestigiar pela importância. Se o senhor puder se levantar, só para que todos possam... (*Palmas.*)

O Dr. Ronaldo Curado Fleury fez questão de estar conosco aqui, neste dia, e colaborar com os debates.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Parece-nos que, de fato, estamos vivendo um momento de retrocesso social, para nós que avançamos em tantas coisas a partir da Constituição de 1988. A Constituição Cidadã veio para tentar diminuir as diferenças sociais existentes no País, e estamos agora desconstruindo ou assistindo – nós, não; nós estamos resistindo – às tentativas de desconstrução do direito dos trabalhadores. E estamos lutando duramente para que isso não aconteça.

A NR-12, prezados participantes desta audiência pública, é um marco extraordinário nessa matéria que envolve a saúde dos trabalhadores.

Eu não posso deixar, Senador Paim, de dizer que estou lotado atualmente na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que é uma vara entre as duas únicas especializadas em acidentes do trabalho e especializadas na Justiça do Trabalho: a 30ª Vara de Porto Alegre e a 6ª Vara de Caxias do Sul.

Ali nós assistimos, passivamente não, porque tentamos, por meio das decisões judiciais, por meio da indenizações, das condenações, mostrar que o empregador precisa necessariamente dar segurança ao trabalhador. Então, a quantidade de acidentes do trabalho que nós examinamos, o estrago – permitam que eu use essa expressão – na vida das pessoas e das famílias é chocante. E mais chocante ainda é você ver e ouvir a defesa de algumas empresas dizendo que a culpa é do trabalhador. O trabalhador que quis botar a mão dentro da máquina. O trabalhador que quis cortar o dedo. Enfim, um absurdo total.

A NR-12 tem essa função de fazer com que o empresário se organize de tal maneira que se evitem os acidentes. Nós precisamos, de fato, eliminar o risco. Temos que entender que o trabalho inseguro não pode mais existir. Então, essa função da norma, da NR-12, todos sabem, mas eu gostaria deixar definida aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É muito importante isso, porque, na verdade, estamos falando aqui, no mínimo, para dois milhões de pessoas. Alguns dizem: "NR-12, o que é NR-12?" Então, é importante que, ao longo dos debates, possamos popularizar o que significa a NR-12. Tanto é que a

nossa intenção de imediato, depois desta reunião, é fazer uma cartilha, demonstrando o que é a NR-12 e distribuir nas fábricas. Os trabalhadores têm que saber o que estão tentando fazer neste momento. Portanto, a sua explicação didática – e vou descontar o tempo que estou usando – é fundamental para que possam entender o porquê de estarmos tão chateados, e não digo nem bravos, porque não resolve ficar ou não ficar bravo, mas estamos indignados com essa tentativa de revogar a NR-12.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Obrigado, Senador.

Esclarecendo para todos, a NR-12 define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos e ainda de sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título em todas as atividades econômicas.

A NR-12 privilegia o princípio da falha segura, que prevê a implementação de mecanismos de segurança que impeçam danos físicos ao trabalhador que opere máquinas, possibilitando a sua paralisação imediata em caso de intercorrências e defeitos, entre outras medidas de proteção.

A Constituição, no art. 1º, incisos III e IV, trata da dignidade da pessoa humana. E essa valorização da pessoa humana na questão da segurança implica fazer com que ele possa voltar para a sua casa com a sua integridade física intacta, com saúde. Esse é o objetivo de todos nós, e assim deve ser.

O empregador, o empresário toma o trabalho e paga por isso, mas apenas pelo trabalho. Não paga pela vida.

O art. 7º, inciso XXII, da Constituição, garante a todos os trabalhadores, urbanos e rurais, a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Portanto, a NR-12 não pode ser tida e havida como inconstitucional, já que é fruto de entendimentos entre Governo e trabalhadores. E a Comissão Tripartite entendeu esse contexto de que é fundamental a responsabilidade de todos pela saúde e pela segurança.

Então, o texto do Relator, a quem humildemente tomamos aqui a liberdade de contestar, o Senador Douglas Cintra, quando afirma que a norma é inconstitucional, nós entendemos que não. E por quê? Porque ela foi feita exatamente dentro dos parâmetros da Constituição e da CLT.

A NR-12 trouxe avanços, ela provoca um investimento para as empresas, traz, exige um investimento – traz e exige – justamente para evitar que aconteçam os sinistros, que aconteçam os acidentes, que aconteçam os eventos que ninguém gostaria que acontecesse.

A pergunta que não quer calar e que gostaríamos de fazer é: sustando os efeitos da NR-12, fazendo com que ela deixe de existir no mundo jurídico temporariamente e, quem sabe até, permanentemente, quem vai responder pelo infortúnio? Será o Congresso Nacional, que está agora agindo, teoricamente, alguns parlamentares, em nome ou em benefício do empregador? Mas quando o empregador for condenado na Justiça do Trabalho, quando tiver que pagar por uma vida humana, sei lá, R$300 mil, R$200 mil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso procede a sua pergunta: a quem interessa? O próprio empregador vai sentir depois, porque vai todo mundo para o pau, para a Justiça contra ele e até interditar a empresa, se for o caso, isso os fiscais vão falar no momento adequado, quando verificarem que não há a mínima condição. Aconteceu o acidente. Quem vai pagar a conta? Ele. Só que a vida do trabalhador não tem preço, nem que tenhamos que arrancar R$1 milhão, R$2 milhões, alguém perdeu a vida. É isso que não estão...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – É isso que não estão entendendo.

Estamos falando aqui da questão do dinheiro. Quanto vale o dedo? Quanto vale o braço? Quanto vale a vida? E tudo isso não tem termos de comparação com o valor da dignidade, com o valor da pessoa. Então, muitas vezes o juiz do trabalho, e volto a trazer o nosso exemplo, fica examinando e pensando em quanto arbitrar. Às vezes, prezados, é uma empresa pequena; às vezes, é uma empresa grande, multinacional. E às vezes, nos deparamos com a pergunta: podemos arbitrar o mesmo valor para uma empresa grande e uma empresa pequena? No relatório do Relator há isto: temos que tratar de forma diferente a empresa grande e a empresa pequena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É como se o operário da pequena tivesse um valor e o da grande, outro.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Isso não tem cabimento. Podemos tratar isso tributariamente, na questão fiscal, mas, quanto à vida humana, todos são iguais. Aliás, a Constituição nos garante isto: todos são iguais perante a lei. Todos devem ser tratados da mesma forma.

Além disso, para avançarmos um pouco, a nossa NR-12 está de acordo com o texto da Convenção nº 119, da OIT. Quer dizer, nós somos signatários e estamos de acordo com ela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E a OIT vai falar depois.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Se a OIT vai falar depois, então não preciso nem me preocupar.

Outro aspecto importante para a gente fazer referência é que em momento algum a NR-12 ultrapassa ou avança na competência do Senado ou do Congresso Nacional no que se refere à elaboração dessa norma. A NR-12 é uma norma técnica, estabelecida conforme a lei e a Constituição. Em momento algum, o trabalho feito na Comissão Tripartite extrapola ou avança essa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para esclarecer para quem está assistindo, a Comissão Tripartite é composta por quem neste caso? Alguém pode aqui citar.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-o contribuir.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É muito mais para quem está assistindo. É uma Comissão Tripartite que elaborou a norma, não foi? E quem a compõe?

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – A Comissão Tripartite, Senador, é composta por representantes das bancadas de Governo, de trabalhadores e de empregadores. Especificamente a Comissão Tripartite da NR-12 possui representação da CNI, da CNA e da CNT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então, vamos convocá-los, inclusive, para outra audiência aqui, porque não acredito que eles vão conseguir votar hoje à tarde, para que venham depor.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Obrigado. Obrigado, colega, pelo esclarecimento.

Em resumo, nós, a Anamatra, que tem essa responsabilidade social de defesa dos direitos sociais, defesa dos direitos dos trabalhadores, defesa da Constituição, defesa da CLT, está firme e convicta da necessidade da manutenção da NR-12.

Os colegas que vão nos suceder aqui irão acrescentar outros fatos, outros detalhes importantes que vão nos deixar muito mais tranquilos.

Estamos trazendo, neste começo de debate, esses aspectos constitucionais, que são fundamentais para que todos possam entender o contexto da NR-12, a sua importância no mundo dos fatos. E estamos tentando avançar um pouquinho neste debate para lembrar que é um engodo dizer que haverá uma economia. A NR-12 está dentro do que temos de melhor no mundo. Então, se nós queremos ser um dos principais países do mundo, somos a oitava economia, e pretendemos avançar em diversos outros aspectos, não podemos deixar para trás os trabalhadores.

E nesse contexto quem paga sempre a conta parece ser os trabalhadores. Há uma dificuldade econômica. De fato, o mundo, hoje, passa por uma turbulência, o Brasil passa por uma turbulência, mas novamente onde estamos buscando diminuir a conta? Diminuindo os salários, reduzindo as horas de trabalho, reduzindo o salário, e está aí a Medida Provisória 680 e outras tantas alternativas.

Senador, concluindo, gostaria de deixar então como sugestão que se proponha no plenário uma sessão temática para abordarmos este assunto. Tenho impressão de que o próprio autor, o Senador Cássio Cunha Lima, poderá concordar com esta matéria, porque um dos argumentos que ele utilizou, lendo as notas taquigráficas da sessão em que foi aprovado o requerimento de urgência, um dos argumentos usados pelo ilustre Senador foi exatamente este de propiciar o debate, de trazer o debate. Quer dizer, há um pouco de incoerência na medida em que se está aprovando a urgência. Mas mesmo que aprovado o regime de urgência, temos a impressão de que isso poderia acontecer.

Outra sugestão é tentarmos levar o assunto para própria Comissão Tripartite a fim de buscar essa conciliação. Quem sabe ganharíamos um tempo com isso! E é interessante, já exatamente concluindo, que além da Anamatra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só peço que a Secretaria-Geral já vá anotando as... Vamos esperar um pouquinho... É que eu estava falando com vocês três, casualmente. Mas entendi, claro, que vocês não têm que adivinhar qual é a hora em que vou falar com vocês. Mas queria que vocês já fossem anotando as sugestões. Ele já colocou duas sugestões. E ele pode repetir rapidamente. Mas uma delas é uma sessão temática que esta Comissão vai pedir hoje à tarde. Eu entro com esse pedido em nome da Comissão e em meu nome na primeira hora da tarde. Esta é a primeira sugestão: uma sessão temática no plenário para fazermos um debate.

E a segunda é que nós vamos pedir, em nome desta audiência de hoje, uma reunião com a própria Comissão Tripartite para debater o tema. Depois vamos ver os canais competentes.

Essas são as duas sugestões.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Obedecendo ao tempo, acho que é muito importante colocar que o Tribunal Superior do Trabalho tem o Programa Trabalho Seguro. E justamente o tema base que está norteando toda a nossa reflexão este ano é a NR-12.

Fiz um pedido... O Programa Trabalho Seguro é composto de gestores nacionais, que são seis, e dois gestores regionais por tribunal. Eu fiz um pedido aos gestores regionais, faço parte pelo Rio Grande do Sul, junto com o Desembargador Raul Zoratto Sanvicente – e alguns colegas atenderam – para entrarmos em contato com os Senadores. Eles já estão mandando mensagens. Mas fiquei muito feliz porque a Aida Becker mandou uma mensagem para o Programa Trabalho Seguro que foi reproduzida, Aida, para todos. E isso pegou muito bem.

Reforçando até uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero uma cópia para ler no plenário na primeira hora...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Está realmente maravilhosa a manifestação da Aida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como eu cheguei em Brasília ontem à noite, eu não li ainda.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – E hoje há o compromisso do Renan, que é um dos gestores, de conversar com o Presidente Levenhaguen para que ele faça uma manifestação oficial do Tribunal. Está aqui o nosso Procurador-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Uma salva de palmas pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Sugerimos a V. Exª que seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui é o seguinte: no plenário, só fala Senador e Deputado. Mas V. Exª é um convidado especial hoje. Já está com a palavra.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro que, depois, vou dar a palavras aos outros, mas depois dos painelistas. V. Exª poderá falar no momento em que falam os painelistas.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado.

É só para esclarecer que semana passada eu estive com o Ministro Levenhagen, justamente para que soltemos uma nota conjunta – Ministério Público do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho –, repudiando o possível cancelamento da NR-12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não se esqueça de mandar para mim, para eu ler no plenário, porque é importante isso.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Senador, pedindo desculpas por ter extrapolado o tempo, agradeço muito o espaço e fico à disposição até o final de nossa audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Juiz Luiz Antonio Colussi, que falou em nome da Anamatra.

Agora vamos, de imediato, ouvir o Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, em nome de quem peço licença para saudar os integrantes desta Mesa e os painelistas de hoje, assim como todos os integrantes desta seleta plateia. Faço uma saudação especial ao nosso Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, que aqui, ao lado do nosso Vice-Presidente e do Chefe de Gabinete, Procurador Sebastião Caixeta e Fabiano, integram também esses debates, essas discussões com representantes de entidades sindicais, juízes do trabalho, procuradores, auditores fiscais, enfim, especialistas na matéria que vêm aqui para debater este tema, Senador, que é da maior relevância, como V. Exª já dizia no início.

A nós também, da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), entidade que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o Brasil, também causa enorme preocupação, eu não diria, talvez, surpresa, porque lamentavelmente – e V. Exª falava dessa onda conservadora ou onda de afronta aos direitos sociais e eu pediria licença para chamar de *tsunami*, porque, na realidade, é extremamente grave – nós não estamos mais nos surpreendendo. Mas a cada dia nós nos preocupamos de forma cada vez mais enfática, de forma cada vez maior com o que mostra este cenário, com questões relacionadas aos direitos sociais que têm a sua afronta de maneira muito clara, de uma forma extremamente lamentável. E nos preocupa não apenas por sermos da área dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais, mas a nós, como integrantes da sociedade como um todo, porque, afinal de contas, isso causa prejuízos imensuráveis, retrocesso social sem tamanho.

Falava-se aqui – e V. Exª já destacava – dos números assombrosos, verdadeiramente assustadores, como o Dr. Colussi ressaltava, de centenas de milhares de acidentes de trabalho que se verificam a cada ano e de doen-

ças relacionadas ao trabalho. E já sabemos nós que os números são subestimados, dada a informalidade, dado o fato de que, no serviço público, muitas vezes esses dados não são contabilizados, há uma série de questões de subnotificações, entre outras. Esse números, que já são gritantes, são subestimados – repito –, mas até eles nos assustam e nos assustam muito.

Apesar disso, ainda vêm com novas propostas, proposições que afrontam ainda mais essa situação de desrespeito à dignidade dos trabalhadores e se inverte, na prática, aquela máxima popular que todos nós conhecemos de que o trabalho é um meio de vida, não pode ser jamais um meio de adoecimento, de acidentar-se e muito menos um meio de morte, de fazer perder a vida. Isso é extremamente preocupante.

Normas como esta, a NR-12, que, como já foi muito bem dito, de proteção das máquinas, parte elétrica, questões as mais variadas, com barreiras físicas, dispositivos elétricos ou mecânicos dessas máquinas, têm justamente por objetivo salvaguardar a saúde e a segurança dos trabalhadores, tanto para prevenir acidentes, doenças relacionadas ao trabalho, mas, num cenário de maior gravidade, assegurar que se mantenha a vida desses trabalhos. E argumentos como esse que vão contra aquilo que V. Exª falava, a necessidade de uma cultura de prevenção, na realidade, podem ser utilizados. E nos preocupa – e falava isso com o representante da Anamatra pouco antes de começar esta audiência pública, Senador –, que isso possa ser utilizado, e seguramente o será, para todas as outras normas regulamentadoras, porque os argumentos que são aqui postos podem ser transpostos para outras situações e, se já é extremamente preocupante o que estamos hoje a discutir, pode se tornar um cenário verdadeiramente caótico. Não esqueçamos, e certamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só ajudar um pouquinho nessa reflexão, que está tão boa quanto a primeira. Há pouco tempo eles tentaram dizer o seguinte: se dá o IPI, não paga insalubridade, não paga periculosidade, não paga serviço penoso. Daqui a pouco vão dizer: "Pagamos, mas não damos IPI mais para ninguém". Então, ninguém mais vai ter equipamento de segurança, porque eles alegam: "Não, a gente já paga insalubridade". A que ponto estamos chegando? Só estou reforçando a sua tese. Para onde vamos? Aí, sim, é aquilo que nós dizíamos sobre a terceirização: é a volta do trabalho escravo, e ponto. Aí não há razão nem para existirmos, nós que temos que cumprir esse papel de telado num debate – desculpe a expressão – até meio covarde como esse.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Como V. Exª bem diz, Sr. Presidente, é, na realidade, a institucionalização desse trabalho em condições extremamente degradantes, buscar tornar legal o que é absolutamente ilegítimo, inaceitável na nossa ótica. Mas o que nos preocupa, saudando o Senador Cássio Cunha Lima...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minuto, pessoal. Primeiro, eu quero registrar a presença do Senador Cássio Cunha Lima, que foi quem apresentou o requerimento de urgência para essa norma de que nós todos que estamos aqui discordamos. Cumprimento o Senador, porque normalmente, numa reunião como esta, quem é o proponente não aparece, desaparece, não argumenta e só vai lá para articular o voto. Então, eu queria cumprimentá-lo pela firmeza e a convicção de vir aqui debater conosco. Talvez junto com ele a gente encontre uma saída. (*Palmas.*)

Eu me somo a essa manifestação. É assim que nós avançamos.

Certo dia o Cássio conversou comigo. Ele foi Constituinte comigo, o mais jovem Constituinte. Fizemos juntos um belo trabalho na elaboração da Constituição.

Por isso, Cássio, eu vou dizer de público: eu falo da norma, mas não falo do seu nome. Não consigo. Tenho uma estória vinculada ao Cássio tão bonita ao longo da vida... Vocês podem ver as notas que eu fiz: não, ele não aceita. Mas não cito o seu nome, não cito que você foi o autor do requerimento, porque acho que era minha intenção – vou dizer de público, que bom que você está aqui! –, no fim dos encaminhamentos, dizer: eu vou fazer um apelo para o Cássio no sentido de retirar o requerimento. Ia fazer pessoalmente para você, não ia fazer em público. Mas agora, como você está aqui, claro, você vai exprimir o seu ponto de vista. Só pelo fato de V. Exª estar aqui, esta audiência pública já cumpriu grande parte de seu objetivo. Trata-se de um Senador que vem, faz o debate, aponta caminhos. Pode até dizer: "Paim, com isso concordo, com aquilo eu não concordo", o que é legítimo. Mas veio aqui e está presente.

Vamos continuar o nosso debate e o Senador Cássio Cunha Lima, no momento que entender melhor, fará uso da palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo, de maneira especial, o Senador Cássio Cunha Lima, de quem me considero conterrâneo, já que passei alguns anos atuando na Procuradoria do Trabalho do Município de Campina Grande.

Nós falávamos, Senador, da nossa preocupação com essa proposta, justamente com o que ela traz em termos de inobservância a princípios e fundamentos da própria Constituição da República Federativa do Brasil, quando fala da necessidade de respeito à dignidade da pessoa humana – evidentemente, abrange a condição de trabalhador – e do valor social do trabalho. Inclusive na parte da ordem econômica, quando fala dos

fundamentos da livre iniciativa, nunca a dissocia do valor social do trabalho. O ex-Ministro do Supremo, Eros Grau, já destacava isto: muitas vezes se fala da livre iniciativa esquecendo-se deste outro lado intrínseco que é valor social do trabalho, mas a livre iniciativa só tem relevância justamente a partir do que ela tem também de socialmente relevante.

Então, feitas essas considerações iniciais e destacando esses princípios, esses fundamentos trazidos pela Constituição da República, a nosso ver, tudo o que vem a agredir a segurança e a saúde do trabalhador agride esse norte da imprescindibilidade do respeito à dignidade da pessoa humana, lembrando questões como essa de proteção relacionada a máquinas e outras também que são tratadas em convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário.

O Dr. Colussi falava há pouco da Convenção 119 da OIT, que é ainda da década de 60, de 1963, e o Brasil já a ratificou desde o início da década de 90, 1991. Eu trato do tema rapidamente, até porque vários oradores irão aqui me suceder e trazer elementos técnicos os mais diversos e profundos. Então, apenas para contextualizar essa discussão, Senador Paim, peço licença para abordar, de maneira muito breve, alguns pontos que são tratados nesta proposta de decreto legislativo, inclusive por S. Exª, o Exmo Senador Relator, Senador Douglas, e o autor da proposta, Senador Cássio, que aqui nos honra com a presença, para buscar respeitosamente fazer um contraponto com relação a alguns dos argumentos que são colocados.

Eu só elenco cinco dessas linhas argumentativas que são trazidas: primeiro, a de que extrapolaria a NR-12 o poder regulamentar; que faltaria linha de corte temporal em relação à exigência de cumprimento dos preceitos trazidos pela norma regulamentar; a questão de que ela traria um ambiente de insegurança jurídica; que não faria uma distinção entre a empresa que fabrica, o fabricante daquelas máquinas e equipamentos, e quem é usuário, a empresa que utiliza esses equipamentos; e que seria, em última análise, uma obrigação de difícil adequação das empresas por gerar um custo muito elevado, muito excessivo.

Feitas essas considerações – na realidade, só elencando os cinco pontos principais dos argumentos pelo menos na nossa leitura dos defensores do projeto –, eu pediria licença para trazer algumas considerações.

Quanto à primeira, de que extrapolaria o poder regulamentar, na verdade, com todas as vênias, não é exatamente isso o que ocorre, tendo em vista que a própria normativa internacional que trata de normas de saúde e segurança deixa muito claro que o que se elenca em termos da própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na própria Constituição, que já traz algumas questões, na realidade, é que ela deixa uma margem para o poder regulamentar e normativo do Ministério do Trabalho e Emprego para inclusive inovar no campo jurídico, e não inovar no sentido de criar algo novo, mas no sentido de trazer expressamente alguns dispositivos que não estão de maneira expressa na legislação *stricto sensu*, mas que aquelas normas especificam justamente por esse poder normativo de trazer um detalhamento maior no cumprimento dessas normas para a salvaguarda maior da saúde e segurança dos trabalhadores. Isso é feito em várias outras normas regulamentadoras. E a própria CLT é quem confere esse poder. No Título II do Capítulo V da CLT, intitulado Segurança e Medicina do Trabalho, em dezenas de artigos, desde o 154 até o 201 da CLT e, no 200, de maneira ainda enfática e expressa, deixa muito claro justamente essa possibilidade de complementar aquelas normas do capítulo, destaco novamente, não criando obrigações, e, sim, especificando. Afinal de contas, são normas técnicas. Nesse sentido, Senador Paim, peço licença para dizer que, na realidade, elas são declaratórias, porque, como são normas técnicas, fica até complicado retirar, por meio de uma ficção jurídica qualquer, aquilo que representa a realidade. Se é preciso, para resguardar a saúde e a segurança dos trabalhadores, que seja cumprida determinada especificação técnica, não é porque uma norma diz que não precisa que se deixaria de precisar. É como se eu colocasse no papel que esse parede não é branca. Ela vai continuar sendo branca, apesar de eu dizer, numa norma ou seja onde for, que ela não o seria. Então, na realidade, ela tem mais esse viés. O Ministério do Trabalho e Emprego, ao fazer isso, fá-lo – repito – embasado no que a legislação já traz como esse poder normativo para tratar de questões técnicas como essa.

Quanto ao outro argumento, que é este de que faltaria uma linha de corte temporal, também na nossa ótica, com o devido respeito aos defensores da tese contrária, evidentemente, não se dá exatamente assim. Primeiro, o texto que foi aprovado ainda em 2010, da NR-12, é produto de discussões ao longo dos anos e discussões, como já foi bem dito pelos que me antecederam, como o Dr. Colussi – o representante do Ministério do Trabalho e Emprego também ressaltou com propriedade –, que se deram com participação de representantes dos mais variados segmentos, quer do Governo, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, de técnicos os mais variados, quer dos trabalhadores, quer das empresas, do setor empresarial. Falava-se há pouco que, especificamente, nessa Comissão Tripartite, há representantes empresariais dos diversos segmentos econômicos, a exemplo do setor de transportes, setor de comércio, setor de agricultura, salvo engano, e da própria indústria, CNI.

Então, dessas discussões, com o devido respeito aos representantes das confederações patronais ou de quaisquer outros segmentos, não há como dizer que teriam sido pegos de surpresa, porque participaram ao longo de vários anos. Evidentemente há divergências. Ainda que se participe das discussões, como nós hoje estamos participando deste debate, podemos discordar de um argumento meu ou de qualquer outra pessoa. Agora, certamente não teríamos sido surpreendidos, porque participamos desses debates.

Além disso, ele toma como base instruções normativas do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que tem uma representação também significativa naquelas discussões de representantes empresariais, assim como de trabalhadores e de outros órgãos e instituições eminentemente técnicos, princípios e especificações que estão ali e que já compõem toda aquela discussão há muitos anos.

Enfim, o que o texto atual da NR-12 traz na prática é mais uma consolidação de todas essas discussões técnicas em relação à temática. O que ele faz, na realidade, é consolidar num único texto, de modo que empresas que já vinham cumprindo as normas de saúde e segurança, na realidade, não tiveram que inovar. Tiveram que fazer ou muito pouco ou quase nada ou nada mesmo, porque, na realidade, tudo o que ali está previsto, no texto atual, já é algo que vem sendo discutido até naquela linha do que falava o Senador Paim da imprescindibilidade de se cumprir, porque são normas técnicas. Não se cria. Na realidade, se está estabelecendo parâmetros para o cumprimento daquelas questões que precisam ser cumpridas. E ainda que eu diga que não precisa, continuará sendo necessário que sejam observadas.

Diz-se também que ela traria um ambiente de insegurança jurídica e, antes de chegar à parte de insegurança jurídica, eu destacaria a questão da exiguidade de prazo, que não existe. Peço licença para voltar ao tempo da linha de corte temporal. A norma falava exatamente de questões que iam de 6 meses até 66 meses. Então, vejam que dá mais de 5 anos para o cumprimento, inclusive especificando por algumas normas, fazendo distinção entre normas usadas para serem modificadas ou máquinas novas a serem compradas, fazendo distinção entre o corte da empresa.

Um dos pontos debatidos é que as pequenas e microempresas estariam tendo um tratamento igual ao de grandes empresas. Mais à frente vou abordar isso. O Senador Paim já dizia que a vida do trabalhador de empresa evidentemente tem o mesmo valor, seja qual for o porte da empresa. Entendemos que empresas de menor porte precisam de uma série de medidas a serem adotadas com um prazo maior em algumas situações. E discussões com relação a prazo, a tempo, a modo de cumprimento dessas obrigações são naturais.

Eu recordo, quando atuava, Senador Cássio, em Campina Grande, uma situação envolvendo uma empresa de grande porte, com mais de sete mil empregados, fabricante de havaianas, alpargatas. Discutimos várias vezes, até firmamos um termo de ajustamento de conduta, que essa empresa firmou ciente da imprescindibilidade de cumprimento daquelas normas. Mas evidentemente, como envolvia a substituição de máquinas e investimentos significativos, a gente discutiu um prazo razoável para o cumprimento dessas obrigações. Mas a empresa demonstrou a sua responsabilidade social ao discutir isso, porque sabe, como todas as empresas seguramente o sabem – e as empresas socialmente responsáveis de maneira mais ampla – que há a necessidade e a imprescindibilidade da observância dessas normas justamente para resguardar a saúde e a segurança do trabalhador.

Vou para o terceiro ponto desses cinco que são elencados de maneira mais enfática pelos defensores do projeto, que é a questão da suposta – e pedimos vênia para discordar – insegurança jurídica que a NR-12 traria. Na realidade, com todo o respeito, nós entendemos que é exatamente o contrário. A NR-12 traz segurança jurídica, porque se sabe, de maneira muito clara, de maneira precisa, a partir do elenco de normas a serem observadas, o que é que se tem que fazer. Se se retira, Senador Paim, a NR-12 do mundo jurídico, a situação tende a ser caótica, porque se passa para um grau muito grande de subjetividade de quem está lá na fiscalização do trabalho, porque um auditor pode entender que, na realidade, essa norma precisa de um dispositivo, e outro entender que é de outra forma. E a NR justamente coíbe esse tipo de utilização exacerbada e o subjetivismo. É evidente que qualquer integrante da fiscalização vai agir com responsabilidade. Não se está discutindo isso aqui. Mas precisamos de parâmetros, e é isso que a NR-12 traz.

Outra questão é essa distinção que a norma não traria entre quem é fabricante e usuário, a empresa que compra, que essa norma colocaria todos num mesmo nível de exigência de observância dessas questões para cumprimento das normas técnicas e que isso não seria aceitável. Na verdade, o usuário – chamando de usuário a empresa que compra essas máquinas e as utiliza no seu parque fabril, na sua planta, na indústria – tem a opção de comprar determinada máquina ou não. Evidentemente, se ele verificar que uma máquina, seja de fabricante nacional ou internacional, não cumpre os requisitos, não atende as exigências técnicas, deve inclusive denunciar, para que seja autuada, para que as medidas concretas sejam adotadas. Quem não tem absolutamente a menor possibilidade de fazer essa opção é o trabalhador. Ele vai ter que utilizar a máquina que lhe é

disponibilizada e, evidentemente, se for máquina que possa vir a contribuir – e usar a palavra contribuir para um cenário como este seja talvez seja impróprio – para que venha a ser vítima de acidente de trabalho, inclusive de acidentes fatais, muitas vezes, de acidentes que vêm a mutilar esses trabalhadores, ele não vai ter essa opção.

Então, a empresa que compra, repito, tem essa opção. É claro que a norma, em última análise...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ... volta-se para aquele fabricante, mas quem vai adquirir esse produto, assim como nós, de modo geral, quando vamos comprar uma cadeirinha de criança para usar em nossos carros ou qualquer outro produto, evidentemente, nos atentamos para o fato de que o fabricante tenha seguido as normas técnicas e normas de segurança.

Um outro ponto é esse de que seria muito difícil suportar o prosseguimento econômico, tendo em vista os altos recursos que seria necessário utilizar, recursos financeiros. Entendemos que há necessidade sim, por isso os prazos, por isso eu acho que é importante que discutamos prazos, mas, com todo respeito, embora a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tenha destacado e fale até em valores de várias dezenas de bilhões de reais que seriam necessários, na realidade, isso é um tanto quanto intuitivo, se me permitem os representantes da CNI, porque não consta uma planilha com uma análise mais detalhada e mais técnica desses dados, embora, repito, saibamos que, evidentemente, custos são inerentes a esse processo, mas são imprescindíveis.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Afinal de contas, Senador, estamos tratando aqui de uma coisa que V. Exª já ressaltava há pouco, e ressaltava com muita propriedade, que é a necessidade de respeito à vida, à saúde e à segurança dos trabalhadores, e é algo que, ainda que com um grau de razoabilidade, pensando em tempo – e essa norma trouxe esse tempo para cumprimento das obrigações –, indiscutivelmente há de ser cumprido.

Eu debatia, respeitosamente, evidentemente, há poucos dias, com alguns Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Obrigado, Senador, já vou concluir.

Debatia com alguns Senadores sobre esse tema e eles diziam que a norma tratava a pequena ou a microempresa como se fosse um gigante da indústria ou do setor financeiro e que teriam que ser tratadas diferentemente. Entendemos que, para uma questão prazo, para implementação, até que sim. Para questões fiscais, tributárias, é mais que razoável que micro e pequenas empresas tenham um tratamento diferente, mas, para o cumprimento e o respeito à saúde e à segurança dos trabalhadores, seguramente todas precisam cumprir, porque eu não tenho...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ... como dizer – já vou concluir efetivamente – que a vida de um trabalhador de uma grande empresa tem que ser respeitada, a sua saúde, a sua segurança, os seus membros não podem amputados, enfim, e a de um trabalhador da micro e pequena empresa não, para este é razoável, porque a empresa realmente passa por um cenário econômico complicado, e, por isso, a vida dele teria menor valor. Evidentemente, eu sei que ninguém defende isso, mas só quis trazer para que lembremos a todo momento.

Por fim, justamente nessa linha que se discute de que é como se o cumprimento das normas de saúde e segurança colocassem as dificuldades econômicas da empresa – e eu sei que o argumento não é tão simplista, evidentemente, mas é só para fins de debate –, eu me lembro do poeta dramaturgo alemão Bertolt Brecht, quando dizia: "Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas as margens que o comprimem". Então, seguramente não são os trabalhadores, com a necessidade de investimentos para respeitar a sua saúde e segurança, que trazem problemas de ordem financeira para as empresas. Na realidade, o respeito à vida e à segurança é algo imprescindível, seja qual for o porte da empresa, deixando-se claro que, dentro de uma razoabilidade, podem-se evidentemente discutir prazos e meios de cumprimento. Agora, o cumprimento das normas, sim, é imprescindível.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Vamos agora passar a palavra ao Consultor da OIT e ex-Secretário de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Quem vai falar pelo Ministério do Trabalho será, logo em seguida, o Dr. Rômulo.

O SR. ZUHER HANDAR – Bom dia a todos e a todas.

Senador Paim, eu agradeço o convite, em nome da OIT e em meu nome pessoal, para estar presente nesta audiência de tão grande importância.

Senhores procuradores, senhores auditores fiscais, magistrado, colegas, prezadas senhoras e senhores, inicialmente eu queria só colocar uma questão um pouco mais pessoal. Eu sou médico do trabalho, atuo como Presidente também da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, na qual temos uma preocupação muito grande atualmente com a situação da precarização das condições dos ambientes da vida de quem trabalha, ou de quem precisa trabalhar. Eu acho que esse é um ponto fundamental, e esta audiência pública, numa comissão de tão grande importância que fala da questão de direitos humanos, eu acho que é fundamental, para que nós possamos avançar em buscar melhorias cada vez mais presentes para o trabalhadores e para as suas famílias.

Segundo ponto. Eu queria só dizer que minha militância é com o movimento sindical. Sou consultor de vários sindicatos. Comecei na década de 80, com o Sindicato dos Metalúrgicos em Curitiba, em que estou até hoje; cito ainda o sindicato dos químicos, os sindicatos da área da alimentação, do cacau. Então, a gente tem acompanhado, realmente, os grandes problemas que se encontram no dia a dia, e acho que esta é uma preocupação...

Eu queria só deixar claro inicialmente... O senhor quer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Cintra é o Relator da matéria. É uma alegria muito grande vê-lo aqui, meu querido Senador. (*Palmas.*)

Isso mostra uma postura que sou obrigado a elogiar, tanto sua como do autor da proposta.

Muito bem, muito bem. Seja bem-vindo.

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – E eu queria, Senador, dizer só uma questão, até contribuindo com o que foi já colocado com relação às normas. Nós temos de entender que as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho derivam da CLT, do Capítulo V da CLT, em que temos justamente... Esse capítulo aborda a questão da segurança e da medicina do trabalho.

Para quem está nos assistindo é importante saber que, dentro da CLT, há artigos de lei. E esse artigo da CLT diz lá, depois, como ele deve ser aplicado: deve ser regulamentado pelo órgão competente. E, claro, o órgão competente na questão da área da CLT é o Ministério do Trabalho. Então, é importante entendermos que isso diz como aquele artigo vai ser aplicado.

Por outro lado, devemos lembrar que esses artigos de lei, a NR-12 e todas as demais normas foram criadas na década de 70, quando nosso mundo do trabalho era completamente diferente do mundo do trabalho de hoje. A mudança da reestruturação produtiva neste mundo globalizado fez com que viessem novos riscos, novas doenças, novos tipos de trabalho, e isso fez com que tanto o setor empresarial como o movimento sindical reivindicassem a atualização das normas.

Quando estive como Secretário no Ministério do Trabalho, em 1996, utilizando já metodologias em que vinham trabalhando, nós instituímos, naquela data, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, que foi justamente um anseio tanto do setor empresarial como do setor dos trabalhadores, para que qualquer norma regulamentadora, dali para frente, pudesse ser feita de uma maneira tripartite, como a OIT tem recomendado. Então, criamos uma comissão com as cinco confederações patronais e todas as centrais daquele momento. E naquela comissão foram discutidas, inclusive, quais normas deveriam ser atualizadas.

Assim, é um espaço de diálogo social, um espaço democrático, porque a reclamação que tinham, até aquele momento – e o senhor deve lembrar muito bem –, era de que, dependendo de como era – desculpe-me – o *lobby* no Ministério, naquela época, o perfil de uma norma, de uma legislação sairia diferente.

E foi aberto, então, um espaço de negociação, e criamos, institucionalizamos, naquela época, no Ministério do Trabalho, a maneira de fazer a revisão, denominada de NR Zero, em que, além de se elaborar, de se discutir e de se colocar em consulta pública, se voltaria para esta Comissão.

Então, o espaço de negociação existiu sempre e foi uma reivindicação do atores sociais do mundo do trabalho.

A OIT se preocupa muito, nesse sentido, com este retrocesso de não se utilizar mais o espaço reivindicado, adquirido, para esse problema, para essa questão, que não é só a questão da norma, mas como um espaço que pudesse realmente sanar todos os problemas, os conflitos, em que pudesse haver mais uma mesa de negociação, de discussão, de aprimoramento da legislação.

Creio que todos já conhecem a OIT. Acho que sabem que é uma das agências do sistema das Nações Unidas, a única que tem uma composição tripartite. Ela formula normas internacionais do trabalho, convenções, que, uma vez ratificadas por decisão soberana no país, passam a fazer parte do seu ordenamento jurídico.

Temos de entender que é importante que essas normas que são aprovadas, ratificadas, foram discutidas na Conferência Internacional da OIT, em Genebra, por representantes dos empregadores e dos trabalhadores, junto com o Governo.

A carta de princípios e objetivos da OIT estabelece quatro ideias fundamentais que constituem valores e princípios básicos, que são: o trabalho tem que ser fonte de dignidade. Esta é uma preocupação nossa, nesse momento. Acho que a precarização, a terceirização e tantos outros itens de quebra de direitos e de direitos humanos estamos vivenciando; que o trabalho não pode ser entendido como mercadoria, tem que ser uma fonte de prazer, uma fonte de realização; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; que todos os seres humanos têm o direito de perseguir o seu bem-estar material em condições de liberdade, dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

O Programa Nacional de Trabalho Decente, do qual o Brasil também é signatário e tem uma agenda própria de governo, é o eixo central de quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito às normas internacionais do trabalho, em especial os princípios e direitos fundamentais do trabalho; a promoção do emprego de qualidade; a extensão da proteção social; e o fortalecimento do diálogo social.

Portanto, senhoras e senhores, o princípio tripartite é o que rege toda a administração da OIT, pois, inclusive, o Conselho de Administração da OIT é regido justamente, constituído por esse princípio.

As convenções da OIT são tratados multilaterais. Nós temos juristas que podem esclarecer muito melhor do que eu, mas são tratados multilaterais abertos, de natureza normativa, elaborados sob o auspício da Conferência Nacional do Trabalho, a fim de regulamentar o trabalho no âmbito internacional, e também outras questões que são conexas.

Depois de adotadas, vejam bem, na Conferência, as convenções internacionais do trabalho seguem basicamente o mesmo trâmite interno de qualquer outro tratado internacional, em devida forma celebrado pelo Estado brasileiro. E cada um dos Estados-membros da OIT compromete-se a submeter, no prazo de um ano, a partir do encerramento da sessão da Conferência, a convenção à autoridade ou às autoridades competentes, justamente essa matéria, que têm competência nessa matéria, a fim de que ela se transforme em lei, e tomem medidas de outra natureza. Portanto, os Estados-parte nas convenções contraem a obrigação de submeter a convenção à autoridade competente.

A autoridade competente a que se refere esse dispositivo, no Brasil, logicamente, é o Poder Legislativo, que é o único órgão com função típica de legislar, a fim de dar efeitos à aplicação da convenção internacional do trabalho no plano nacional. Portanto, o Congresso Nacional é a autoridade competente para que se transformem as convenções em lei. E a Convenção nº 119 e a nº 144, que fala das negociações tripartities, são leis no Brasil porque foram ratificadas, e leis aprovadas pelo Senado, leis aprovadas pela Câmara dos Deputados.

(Soa a campainha.)

O SR. ZUHER HANDAR – Mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. ZUHER HANDAR – Vigoram, então, em nosso País, mais de 60 convenções já adotadas. Segundo, inclusive, nosso saudoso Arnaldo Süssekind, a influência tem sido relevante nas relações individuais do trabalho, sobretudo no que tange à segurança e à higiene do trabalho.

Portanto, há duas convenções que são fundamentais: a Convenção nº 144, ratificada em 27 de setembro de 1994, promulgada pelo Decreto nº 2.518, em 1998, e a vigência de 1995.

A Convenção nº 144 tem o objetivo de promover o tripartismo e o diálogo social em nível nacional, assegurando, então, o envolvimento das organizações de empregados e empregadores. Ela é considerada uma das normas internacionais mais significativas, do ponto de vista do diálogo social, segundo a declaração de justiça social. Em muitos países, ela deu origem a diálogos bastante importantes, como é o caso do Brasil, em várias questões. Os aspectos essenciais, justamente, são de consulta, de participação, de busca de consenso. Esse é o ponto.

Portanto, a consulta tripartite no Brasil tem que ser considerada um avanço, pois se utilizou não o princípio só da consulta dos representantes de trabalhadores e empregadores, mas um processo de negociação que tem sido utilizado, como eu disse, na institucionalização de uma instância da representação da Comissão Tripartite Paritária Permanente, no Ministério do Trabalho, e a própria NR Zero, que é um modelo adotado para revisão das normas. É um espaço democrático de participação e é reconhecido internacionalmente, inclusive referendado pela OIT em vários outros países.

A OIT entende que é necessário manter o diálogo social, e o processo de negociação deveria ser mantido, observando-se os nós críticos para implementação da NR-12 ou qualquer outra norma, porque a preocupação é que nós já temos um outro projeto com relação à NR-15 correndo na Câmara dos Deputados, conforme

informação, inclusive, da CNI, procurando, então, dessa forma, identificar as oportunidades de melhoria que traduzam real benefício para a segurança e a promoção da vida do trabalhador.

É importante, portanto, destacar que, além do instrumento estabelecido em 1996 para que as normas fossem criadas ou revisadas por intermédio de um modelo de consulta tripartite e posterior consulta pública, existe ainda a criação tripartite permanente de acompanhamento e implementação da norma. Essa é a maneira, justamente, de avaliarmos as dificuldades na sua aplicação e de propormos adequações necessárias que fossem eficazes à sua aceitação e cumprimento.

Acho bastante importante que tanto o criador da proposta quanto o Relator possam reunir-se com a Comissão Tripartite por inteiro para que ela possa, realmente, esclarecer, inclusive, a evolução de como veio esse momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para situá-los: a primeira proposta que surgiu foi essa, e a segunda proposta, só para situar os dois autores, autor e Relator, foi uma sessão temática no plenário, convidando empresários, trabalhadores, enfim, para debater o tema. Foram as duas propostas que surgiram até o momento. E aquela minha, que apelo a V. Exª, claro...

O SR. ZUHER HANDAR – Para finalizar, Senador, não quero avançar muito no tempo, desculpe-me. Não vou aqui ler a Convenção nº 119 da OIT, mas ela é importante, porque ela só diz, inclusive, que a obrigatoriedade de garantir a proteção coletiva na questão das máquinas – e este é o ponto importante para os Senadores – é porque nós temos uma prioridade. A prioridade é proteção na origem do risco, e não a utilização de equipamentos de proteção individual em substituição a essas medidas de proteção. Não estou dizendo que os equipamentos de proteção individual não devem ser utilizados, mas, como ocorre na prática médica, não é o exame complementar primeiro, não é a complementação, mas a avaliação clínica. É tentar conhecer, realmente, os problemas.

Então, a venda, a locação de elementos perigosos que estiverem desprovidos de dispositivo de proteção apropriado devem ser proibidos pela legislação nacional ou impedidos por outras medidas.

(Soa a campainha.)

O SR. ZUHER HANDAR – Pergunto o seguinte, só para finalizar: se temos a Convenção nº 119 da OIT, que diz que não podem ser utilizadas máquinas sem proteção, que deve haver uma fiscalização eficaz para que isso não aconteça, que é responsabilidade do empregador garantir a segurança e a saúde do trabalhador no ambiente de trabalho, então nós temos uma lei. Se colocam em dúvida a própria NR, a lei está valendo. A lei tem o embasamento, o subsídio e a Constituição Federal, que estabelece justamente, como foi muito bem colocado no art. 7º, que deve haver normas que protejam a saúde, a segurança e a qualidade de vida dom trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para concluir.

O SR. ZUHER HANDAR – Finalizo dizendo que eu acho que a OIT tem uma preocupação muito grande nessa questão não só com essa norma, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. ZUHER HANDAR – Entendo que nós temos que fazer um acompanhamento mais de perto dos projetos que estão tramitando nesta Casa, no Congresso, de maneira geral, porque acho que a proteção da vida, a dignidade, um trabalho digno, decente, que se respeite, a dignidade humana, os direitos humanos, os direitos fundamentais dos trabalhadores, tudo isso é fundamental para que possamos acompanhar e impedir que a precarização traga a precarização desses direitos.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Consultor da OIT, ex-Secretário de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Zuher Handar.

Eu havia informado de forma errada. Quem fala agora é Jairo José da Silva, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Informo que aqui estão todas as centrais sindicais representadas, toda a esfera da Justiça que trata do mundo do trabalho e algumas outras entidades de caráter nacional, como Anfip, Sinait e tantas outras, que usarão a palavra, naturalmente, durante o debate.

Por favor, fala agora a Nova Central Sindical de Trabalhadores, o Dr. Jairo José da Silva.

O SR. JAIRO JOSÉ DA SILVA – Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim. Na sua pessoa cumprimento as demais autoridades, os companheiros da CTPP, da Comissão Tripartite que discute todas as NRs, os companheiros e as companheiras.

Estamos no século XIX e somos testemunhas de avanços inimagináveis para o nosso País e para a nossa vida, avanços que nem mesmo nossos pais e avós imaginavam. A tecnologia é capaz de levar o homem com

segurança para o infinito a fim de descobrir os mistérios do universo. E quando uma falha em nossas máquinas mata pessoas, com certeza, houve mudança na concepção do projeto e do investimento, fatos possíveis, previsíveis, com vasto conhecimento nesta era espacial. A máquina não foi feita para causar acidentes, adoecimento, mutilações e morte no ambiente de trabalho. E o cumprimento da legislação, todos sabemos, é o mínimo a ser cumprido. Por isso, hoje, o mundo inteiro está implantando o sistema de gestão saúde e segurança, objetivando uma melhoria contínua do ambiente de trabalho. Uma máquina que para produzir fere, mata, traz adoecimento já perdeu o sentido de existir. É uma barbárie garantir a meta por meio do processo produtivo precário e às custas da sociedade.

Tornar sem efeito a NR-12 não é garantia de lucro, pois os mesmos fatores que causam acidentes e doenças são os mesmos que causam perdas nas empresas: desperdício, retrabalho, custos financeiros. Uma máquina bem projetada e segura é fator de produtividade para a empresa. O uso de máquinas e equipamentos obsoletos sem cumprir o disposto na NR-12 é impeditivo à produção sem acidentes, sem adoecimento, sem mutilação e sem morte no ambiente de trabalho. A eficiência, a produtividade das máquinas velhas, obsoletas, só é possível sem as garantias de segurança para os trabalhadores.

Portanto, senhores, para sustar a NR-12, uma norma regulamentadora que foi discutida por anos a fio por uma Comissão Tripartite, com representação de governo, de empregadores, de trabalhadores, de instituições técnicas, de fabricantes, de locadores e de comerciantes, e aprovada por consenso, em todos os seus itens, basta estar a favor da elevação do número de milhares de trabalhadores que sofrerão acidentes, lesões, que adoecerão, que morrerão. Sabemos que 17% dos óbitos, mais de 500 mortes por ano, são provocados por máquinas e equipamentos.

Há oito anos, ocorreu um desastre de avião no Brasil em que morreram 190 pessoas. Todos os anos, a imprensa noticia tal fato. Alguém já ouviu algum órgão de imprensa citar o número de mortes de trabalhadores – 500 por ano – provocadas por máquinas e equipamentos? Um brinquedo para uma criança, uma máquina de lavar roupa ou um micro-ondas hoje é produzido de tal forma que a pessoa que o utilize sem nenhum conhecimento de segurança não se machuque. Esse é o princípio de segurança que deve nortear a segurança de uma máquina.

O trabalhador tem de ser um profissional competente, que produza com eficiência, com qualidade e produtividade. O juiz, o advogado, o médico, o professor são incapazes de trabalhar em meio a ruído, calor, gases, vapores, frio, chuva, vibração, poeira. Por que somos tão exigentes para com o trabalhador?

Srs. Senadores, quem será responsável pelas mortes que virão? Serão os Srs. Senadores que votarem a favor da suspensão da norma? Ou a responsabilidade cairá sobre quem explora uma atividade com máquinas e equipamentos sem proteção, sem segurança?

Muito obrigado.

Esse é o recado que a Nova Central gostaria de passar hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rômulo Machado e Silva. Aliás, agora eu vou passar a palavra para o Dr. Rômulo Machado e Silva, mas, nesse momento, usou a palavra o Dr. Jairo José da Silva, que é Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que aqui representou o Calixto, Presidente da Central, que ontem me encontrou no aeroporto, mas disse que havia toda uma mobilização e que você estaria aqui. Agradeço aqui a você e ao Calixto.

Agora vamos passar a palavra ao Dr. Rômulo Machado e Silva, que é Coordenador-Geral de Normatização e Programas do Ministério do Trabalho e Emprego. Fala em nome do Ministro do Trabalho.

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Obrigado, Senador Paim.

Antes de mais nada, eu gostaria de saudar todos os presentes, em especial o Senador Paim, que é um combatente, um defensor da causa segurança e saúde no trabalho. Gostaria de saudar também, especialmente, o Senador Cássio e o Senador Cintra, pela demonstração clara de abertura ao debate ao estarem aqui.

Acho que a grande relevância desta audiência é a oportunidade de a gente fazer o debate, de fazer um contraponto e de colocar diversos pontos sobre o processo. Decisões da magnitude desse projeto de decreto que sustam uma norma tão importante a gente entende que não podem ser tomadas de maneira açodada, de maneira afoita. Então, este debate que nós estamos fazendo aqui é extremamente necessário.

Eu vou buscar fazer uma apresentação não abordando, não adentrando tanto o mundo jurídico. Eu trago uma apresentação e trago informações para os senhores sobre o processo, como aconteceu esse processo, como nasce essa nova NR-12 em 2010. A NR-12 não é um fenômeno que acontece, que surge no mundo jurídico em 2010, tem um histórico. Então, eu vou tentar apresentar para vocês todos esses fatos, fazendo um contraponto de muitas posições que a gente vem vendo como são colocadas pela representação empresarial nos mais diversos meios de divulgação – jornais, revistas, até mesmo nos pareceres dos projetos que estão tramitando aqui no nosso Congresso.

Então, na verdade, a gente observa desde o final de 2012 e meados de 2013 que há uma verdadeira cruzada contra a NR-12. É uma cruzada articulada, de construção de um discurso que não condiz com a verdade, e eu vou colocar alguns pontos disso aqui e me coloco à disposição para quem quiser, para que eu apresente os documentos que mostram que vem sendo construído, vem sendo divulgado algo, de forma arquitetada, que acaba culminando com a existência desses projetos de decreto propondo a sustação da norma.

Então, é importante a gente fazer esse debate amplo, até para ficar claro como se deu o processo, como é feita essa construção e para deixar claro que nós do Ministério do Trabalho e Emprego estamos abertos à discussão, estamos abertos ao aperfeiçoamento da norma. Nós temos aqui colegas que representam as centrais sindicais nas Comissões Temáticas que sempre demonstraram boa vontade em avançar, em analisar os pleitos, e avançar permanentemente.

Então, claramente a gente observou, ao longo desses últimos anos, a construção de um discurso que não é a verdade dos fatos. Muitas vezes lemos e ouvimos a informação de que o texto vigente da NR-12 foi decidido em votação, com a representação dos empregadores perdendo por 2 a 1.

(Soa a campainha.)

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Isso não é verdade. O processo de construção da NR-12 – mais para a frente vou detalhar cada etapa de como isso foi construído – foi feito com base na construção de um consenso.

O Zuher, na fala dele, falou sobre a Convenção da OIT que fala sobre tripartismo. A OIT preconiza consultas tripartites. O Ministério do Trabalho vai muito além de simplesmente fazer consultas tripartites. A gente efetivamente senta à mesa com trabalhadores e empregadores e discutimos até o local das vírgulas. Em muitos textos nossos, quem lê pensa que quem escreveu o item não tem a menor noção de como se faz uma redação limpa. Mas é porque há algumas situações em que, num processo de construção tripartite, você precisa ceder, todas as partes precisam ceder.

Então, é uma inverdade que a NR-12 foi decidida em votação. Não, a NR-12 foi construída por consenso, 100% de consenso em relação ao texto e em relação aos prazos estipulados, prazos esses que variaram de 6 a 66 meses, conforme foi colocado pelo colega que me antecedeu.

Outra situação que não corresponde à verdade é a citação de que a NR-12 estabelece regras mais exigentes que os paradigmas internacionais. A construção da NR-12 baseia-se em normas internacionais e em normas ABNT. Foi criado esse discurso, mas também não corresponde à verdade.

Por fim outro ponto muito falado é a questão de a NR-12 configurar uma extrapolação do poder normativo do Ministério do Trabalho. Como já foi falado anteriormente, é atribuição do Ministério do Trabalho estabelecer as normas regulamentadoras, o que decorre da Consolidação das Leis do Trabalho. Eu trouxe aqui o art. 186 da CLT, que é claro ao dizer que o Ministério do Trabalho estabelecerá normas adicionais de proteção e medidas de segurança na operação de máquinas e equipamentos, que é o que a NR-12 faz.

Preocupam-me, e acho que causa uma grande preocupação para a sociedade, todas as discussões que envolvem os direitos dos trabalhadores. Quando se discutem questões relacionadas ao tempo para a concessão do seguro-desemprego ou para a aposentadoria, apesar de me preocupar, sendo muito sincero, isso não me preocupa tanto quanto a NR-12. Por quê? Uma situação é você discutir algo que está vinculado a quando a pessoa vai aposentar, a quanto tempo ele vai ter para receber um benefício pecuniário. Na NR-12 não, a discussão é sobre quantas vidas vão ser perdidas, quantos trabalhadores serão amputados.

Fizemos, no âmbito do Ministério do Trabalho, uma busca nos dados da Previdência Social sobre o número de acidentes de trabalho com máquinas e equipamentos, acidentes de 2011 a 2013. É um cenário assustador! Com a NR-12 vigente, mesmo com a NR-12 vigente, nesse período de três anos, tivemos mais de 220 mil acidentes de trabalho com máquinas e equipamentos, o que representa 17% dos acidentes típicos ocorridos nesse período. Se esse número é assustador, ainda mais assustadores são os próximos números. São 41 mil fraturas em três anos! Isso representa 270 fraturas por semana. Ou seja, a cada semana, 270 trabalhadores sofrem fratura no trabalho, saem de suas casas para o trabalho, onde sofrem fraturas. Esse número refere-se a acidentes com máquinas e equipamentos, não estou buscando em outros setores, outras causas. Ainda mais assustador é quando você faz a busca de dados nas comunicações de acidentes de trabalho e descobre que nesse período aconteceram 13.724 amputações. São mais de 12 amputações por dia, em média. É um número que assusta, é um número significativo! Nós estamos produzindo centenas de milhares de amputados a cada ano.

E, em relação a óbitos, nesse período de três anos, foram 601 óbitos, 601 trabalhadores que morreram, que saíram de suas casas para trabalhar e morreram em razão de acidentes com máquinas e equipamentos. É quase um óbito a cada dois dias. E, se formos além e pesquisarmos o número de dias úteis no ano, que são 260 aproximadamente, vamos chegar a quase um óbito por dia.

Então, esses números circundam o tema NR-12, esses números que assustam e que precisamos apresentar e discutir.

Precisamos avançar em termos do texto normativo? Precisamos. O Ministério do Trabalho e os trabalhadores estão dispostos? Têm demonstrado essa disposição.

Esses são números assustadores em relação aos acidentes com máquinas e equipamentos.

Aqui, tento trazer um pouquinho do histórico de construção da NR-12, porque acho que é importante isso para o debate, para aprofundar o debate, conhecer como isso foi construído.

A primeira versão da NR-12 nasce lá em 1978, com todas as normas regulamentadoras. Em 1983, há uma revisão desse texto, mas não se mexe muito nele. A partir da ocorrência de inúmeros acidentes, começa a haver algumas discussões sobre determinados tipos de máquinas. Em 1994, é inserido na NR-12 um anexo para tratar do tema motosserra. Depois, em 1996 e 1997, se passa a ter um anexo com disposições sobre cilindros de massa. Por quê? Dada a recorrência de acidentes. É a sociedade se mobilizando frente a esses números absurdos de acidentes de trabalho.

Depois de 1996 e 1997, a próxima versão da NR-12 é a vigente em 2010. Entretanto, nesse período entre 1996 e 2010, o mundo não ficou parado, os acidentes não pararam de acontecer. Os acidentes acontecem até hoje. Então, era observado que faltava uma atualização do texto normativo da NR-12. O texto-base, a parte geral da NR-12 que estava vigente era um texto de 1983, ou seja, nós entramos num novo século, e o texto vigente era o mesmo. Mas a sociedade se organiza contra, porque o acidente do trabalho machuca, fere todos os atores da relação de emprego.

Especialmente em São Paulo, começou-se a discutir avanços em termos de segurança de máquinas e equipamentos, avanços esses que foram consignados por meio das convenções coletivas de trabalho: a primeira, sobre injetora, lá 1995, e a segunda, sobre prensas, em 1999. E esse trabalho foi sendo aperfeiçoado ano a ano, subsidiando, inclusive, o trabalho da Auditoria Fiscal do Trabalho.

No início dos anos 2000, ao longo da primeira década, o Ministério do Trabalho tem um texto geral sobre a NR-12, um texto desatualizado, e começa a emitir notas técnicas, explicando como deve ser feita a proteção de cada tipo de máquina. Esse era um cenário que vigorava na primeira década deste século e que provocava uma enorme insegurança jurídica. Por quê? Porque uma nota técnica é o entendimento do Ministério sobre determinado tema. Isso não precisava passar por discussão tripartite nenhuma.

Então, foi nesse cenário que a Comissão Tripartite Paritária Permanente estabeleceu que a revisão geral da NR-12 era um tema prioritário.

E aqui trago um pouquinho sobre como funciona esse processo de regulamentação. Não é um processo simples. Construir uma norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho com trabalhadores e empregadores não é um processo simples. Logicamente, os trabalhadores vão buscar a defesa dos seus direitos, os direitos de seus representados, e logicamente a representação empresarial vai fazer o mesmo, uma vez que, ao se estabelecerem determinadas obrigações, há um custo na implementação dessas obrigações.

Contudo, é por isso que nós, Ministério do Trabalho, valorizamos tanto esse debate tripartite, porque a nossa norma NR-12 e todas as outras nossas normas foram construídas a três mãos.

Então, definido como prioridade o tema segurança em máquinas, esse processo de construção, passou-se à formulação de um texto técnico básico para que ele fosse submetido a consulta pública.

(Soa a campainha.)

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Isso foi construído lá atrás. Houve uma consulta pública em que toda a sociedade se manifestou. Depois da consulta pública, houve uma discussão tripartite em um grupo de trabalho tripartite formado por governo, trabalhadores e empregadores. Nesse grupo de trabalho tripartite, houve um consenso integral quanto ao texto que foi vigente, e lá, nesse grupo, estavam representados CNI, CNA, CNC. Feita essa discussão no grupo de trabalho tripartite, ainda assim passou o texto por uma análise final na Comissão Tripartite Paritária Permanente. Ou seja, nós fizemos esse trabalho em dois níveis e aqui, nessa análise final, o texto também foi aprovado em sua íntegra, assim como os prazos que foram estipulados.

Publicado o texto, passa-se ao acompanhamento da implementação da norma. Esse acompanhamento da implementação da norma é feito por uma comissão temática, que é a Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-12.

A partir desse momento, eu busco trazer para vocês o que está acontecendo em termos do trabalho da Comissão Nacional Tripartite da NR-12, que é a instância responsável pelo acompanhamento da implementação e pela proposição de aperfeiçoamento do texto.

Esse é um trabalho, o trabalho nas comissões temáticas, contínuo em busca do aperfeiçoamento do texto normativo. Isso não para. É necessário esse acompanhamento e, se preciso for, a gente propor alterações, propor modificações.

Um fato relevante em relação a esse processo, desde 2010 até agora, é que é recorrente nas nossas outras normas regulamentadoras discutir, à medida que a norma vai sendo implementada, é comum a representação empresarial chegar para o Ministério, para os trabalhadores e falar: "Olha, nós precisamos de prazo em relação a tal item, porque nós não conseguimos implementar no tempo que a gente imaginou que seria necessário", e a gente acolhe. Em relação à NR-12, tomou-se uma dimensão grande e, em momento algum, a representação empresarial foi ao Ministério e falou: "Olha, eu preciso de mais um ano em relação a esse item, eu preciso de mais dois anos em relação a esse item, nós estamos passando por dificuldades econômicas, precisamos de prazo para alguma coisa". Em momento algum isso foi solicitado. Então, nesse trabalho contínuo na Comissão, nós estamos abertos a receber essas demandas, a discutir essas demandas.

Fruto do trabalho da Comissão Nacional Tripartite da NR-12, agora, em junho de 2015, foi publicada uma portaria alterando a NR-12. Resolvemos todos os problemas, todas as dificuldades? Não, a gente não vai conseguir resolver todas essas dificuldades num estalar de dedos, mas nós conseguimos avançar em muitos pontos.

Essa portaria já avança na desburocratização de obrigações para micro e pequenas empresas, obrigações essas que não estão relacionadas com a proteção específica da marca. Não dá para eu falar que uma microempresa pode usar uma prensa de engate por chaveta sem proteção nenhuma, porque isso vai causar uma amputação. Não é por aí. Agora, em termos de capacitação, de elaboração de manuais, em termos de inventário, de situações que geram custo, nós já desburocratizamos essas obrigações para micro e pequenas empresas.

Quanto a corte temporal, que é uma outra pauta que constantemente é apresentada, nós temos falado para a representação empresarial: apresentem os itens específicos nos quais vocês têm dificuldade de implementação, que a gente analisa como fazer esse corte. Agora, a gente precisa que seja indicado: "Olha, é com este item que nós estamos com dificuldade". Especificamente aqui, é um item relativo a tensão na interface de operação da máquina. Foi apresentada essa proposta, nós analisamos e entendemos: não, aqui é possível a gente fazer um corte temporal.

Ainda em relação aos trabalhos que estão sendo feitos no âmbito da CNTT, nós, desde julho, agora, de 2015, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, realizamos reuniões setoriais com a Anfavea, Sindipeças e Abimaq, para discutir com os setores as dificuldades que eles estão tendo na implementação da norma.

Fizemos uma proposta de revisão para o Anexo de Prensas, que é um anexo que tem grande impacto nesses setores.

(Soa a campainha.)

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Essa proposta de revisão do Anexo de Prensas nas reuniões setoriais, juntamente com o indicativo da bancada de governo no sentido de que é possível discutirmos prazos para itens específicos em que haja dificuldade de implementação, isso tudo já foi sinalizado.

Estou tentando acelerar para concluir.

Foi realizada agora no dia 27 de agosto também mais uma reunião da Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-12, e houve a aprovação, nessa Comissão Temática, de mais um conjunto de itens para irmos avançando, irmos avançando o tempo inteiro. Então, foi aprovado mais um conjunto de itens relacionados à parte geral e a itens relacionados a máquinas agrícolas, itens que foram demandados pelas representações empresariais.

(Soa a campainha.)

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Finalizando, como uma forma de demonstrar para os senhores que nós estamos abertos à discussão e para avançar, na última reunião da comissão, nós estabelecemos um cronograma de trabalho para o segundo semestre de 2015, de modo que consigamos resolver grande parte dos problemas de implementação da 12. Então, há um cronograma de trabalho com uma reunião de dois dias agendada para os dias 14 e 15 de outubro para apreciação da proposta de revisão do Anexo de Prensas, que está tornando o anexo de mais fácil implementação e mais claro, com a possibilidade de discutirmos aqui prazos diferenciados para a implementação de alguns itens. Ficou encaminhado também que a bancada empresarial apresentará até dia 25 de setembro uma proposta de revisão para os Anexos de Panificação, Açougue, Mercearia e de Calçados. Então, até o dia 25 de setembro, eles vão nos apresentar uma proposta e, muito provavelmente, ao longo do mês de outubro, nós já vamos analisar essa proposta. E aqui a bancada de governo também apresentará uma proposta de revisão para o Anexo de Equipamentos de Guindar.

A mensagem que eu trago para os senhores, especialmente para os Senadores que aqui estão, é que há uma Comissão Tripartite trabalhando na busca pelo aperfeiçoamento da norma. Nós entendemos que a solução de todos os problemas, de todas as pautas colocadas pela indústria não acontecerá num passe de mágica e que precisamos avançar continuamente. À medida que avançarmos, seja em itens da parte geral, seja nos anexos, vamos diminuindo as tensões. Então, conseguimos ir avançando.

E, como foi sugerido, na qualidade de Coordenador do setor de Normatização do Ministério, os Srs. Senadores estão, desde já, convidados a participar de uma reunião da nossa Comissão Nacional. A Aida, que é a nossa Coordenadora, vai falar no próximo momento, mas, desde já, eu tomo a liberdade de deixar o convite para os Senadores. Nós estamos à disposição. A comissão não é uma caixinha fechada. Os senhores estão convidados a participar do debate.

Que avancemos, construindo consensos, para que, cada vez, não vejamos aqueles números de acidentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rômulo Machado e Silva, Coordenador-Geral de Normatização e Programas do Ministério de Trabalho e Emprego, que falou em nome do Ministro do Trabalho e deu um resumo muito esclarecedor aqui de como funciona a Comissão Tripartite.

De imediato, Drª Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem.

O Carlos Silva e ela vão dividir o tempo – um vai falar dez minutos, e o outro vai falar cinco, porque a cada convidado é dado o tempo de dez minutos com mais cinco. Então, o Carlos vai falar cinco minutos, pelo que me informaram.

O SR. CARLOS SILVA – Muito bom dia, Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes, Senadores presentes, Senador Cássio Cunha Lima...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para situar, o Carlos é Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. CARLOS SILVA – Isso.

Eu sou auditor fiscal do trabalho lotado em Pernambuco. Por ocasião do exercício da minha atividade, coordenei por aproximadamente três anos a fiscalização do cumprimento da NR-12 no meu Estado. Lá tivemos um ambiente onde nós conseguimos promover caminhos diferentes para a aplicação da NR-12, caminhos que deixaram clara a viabilidade da aplicação dela. Mas um fato que é muito marcante eu gostaria de trazer aqui.

No início de 2013, eu fui orientado por minha chefia a fazer uma investigação de análise de acidente do trabalho numa usina de açúcar e álcool e fui lá fazer, com a equipe de fiscalização. Chegando lá para apurar os fatos, o acidente havia ocorrido numa esteira transportadora de material, muito comum nesse tipo de atividade. Essa esteira para transportar cal iniciava o seu trajeto do piso até uma caixa receptora três metros acima. E um trabalhador de 18 anos de idade, em seu primeiro emprego, em atividade noturna, desacompanhado, sem capacitação adequada, perdeu um braço.

Isso é chocante! Porque, de fato, é chocante alguém que, no início da sua vida laboral, já começa se deparando com o pior dos mundos, que é esse mundo da desproteção de um ambiente de trabalho que deveria promovê-lo enquanto cidadão, mas está ali tolhendo a sua condição de cidadão.

Isso aconteceu ao final da nossa investigação e análise, em primeira análise, em primeira instância, por descumprir a Norma Regulamentadora 12. Mas eu diria algo além disso. Essa amputação gravíssima não ocorreu simplesmente por descumprir este texto, que o PDS nº 43 aqui tenta sustar. Ela teria ocorrido por descumprimento do texto de 1978, porque a proteção dessas transmissões de força, que oferecem risco, já é exigência do texto lá atrás, em 1978.

E se não estivéssemos falando desse texto de 1978 e se estivéssemos falando apenas do texto da CLT, também estaria a empresa agindo na ilegalidade. E se não estivéssemos falando do texto da CLT e estivéssemos falando apenas da Convenção nº 119 da OIT, também estaríamos num ambiente de ilegalidade. E nós todos aqui, tenho certeza, não concordamos com a sua manutenção. Aliás, estamos aqui todos unidos para coibi-lo.

Nós os auditores fiscais do trabalho entramos nas empresas e lidamos com esse mundo que tem sido apresentado às avessas dentro desta Casa, não só no Senado Federal, mas na Câmara dos Deputados também.

É muito comum ouvirmos algo do tipo: "Agora, os empresários precisam cumprir 340 itens de uma norma que antes tinha 40 itens." Gente, isso é um grande absurdo! Não é isso que a realidade coloca para os empresários que precisam proteger suas máquinas.

Nenhuma empresa tem, no conjunto de seu parque de máquinas e equipamentos, a necessidade de cumprir em todas aquelas máquinas, porque a NR-12 trata de um conjunto grande de máquinas e equipamentos, cabendo às empresas especificamente cumprir o que lhe couber. Não é verdade essa conversa de panificadoras, por exemplo, que se dizem ameaçadas em sua competitividade porque antes cumpriam apenas 40 itens e agora têm que cumprir 340 itens.

Em Pernambuco, nós avançamos na fiscalização da NR-12, Senador Paim, com este texto vigente, em usinas de açúcar e álcool. Começamos com as panificadoras, que apresentam números que queríamos conhecer. Nós queríamos fazer uma auditoria nesses números, porque eles são tão enormes, que não é possível encontrar realidade neles.

Nós fomos à fabricação, à calcinação de gesso, no Polo do Araripe pernambucano. Nós avançamos nas indústrias cerâmicas. Nós avançamos nas indústrias calçadistas e em outros espaços no Estado. Nós avançamos!

Sabem por que nós avançamos? Porque a auditoria fiscal do trabalho não é o bicho-papão da NR-12, não, como se quer plantar no curso dessa discussão. Nós temos o compromisso. E como todo agente público, exigimos o cumprimento da norma com o bom senso que requer a atuação de todo agente público, de todo cidadão, que também somos.

Ao longo desse tempo, Senador, só para concluir, passando a palavra à nossa nobre e guerreira Presidente Rosa Jorge, os auditores fiscais do trabalho analisaram nesses últimos quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para concluir.

O SR. CARLOS SILVA – Mais de 8 mil acidentes no trabalho. O nosso amigo Rômulo apresentou o horizonte especificamente dos acidentes ocorridos, e eu falo aqui dos acidentes que nós analisamos. É competência exclusiva do auditor fiscal do trabalho analisar acidentes, e causa-nos indignação toda investigação de análise de acidentes de trabalho. Por quê? Porque é coisa besta, Senador, que deixa de ser cumprida – coisa besta! Você chega numa máquina; a maior parte das máquinas têm uma polia e uma correia lá que faz a transmissão de força do motor, que amputou um dedo, que amputou uma mão. Uma simples barreira física resolveria isso. Uma máquina que não tem um aterramento bobo, que qualquer empresa, com pouco investimento, dá contra de resolver isso; uma máquina que tem um botão liga/desliga que qualquer pessoa, por um simples toque, aciona acidentalmente a máquina e leva o braço do colega.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – Uma máquina que não tem uma sinalização de segurança básica para orientar os equipamentos de proteção que devem ser usados na sua operação e um treinamento simples, que é comum de ser realizado. Essas coisas simples, Senador, são responsáveis por mais de 80% das situações de irregularidade, nas quais as empresas brasileiras se encontram quando se fala do cumprimento da NR nº 12.

Então, é simplesmente uma inversão da lógica do que importa para este País. Nós não estamos aqui discutindo a viabilidade dessa norma. Na verdade, o PDS nº 43 não discute a viabilidade da norma; o PDS nº 43 discute um novo caminho de crescimento da produção industrial, e é o caminho que está sendo lavado com sangue de trabalhadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Carlos Silva, Vice-Presidente do Sinait.

Rosa Maria Campos Jorge, dez minutos. É a Presidente do Sinait.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Bom dia! Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, nosso grande líder, defensor dos trabalhadores, e tenho a honra de acompanhar o seu trabalho, especialmente agora, contra o PLC nº 30, que terceiriza tudo neste País.

Eu não vou falar mais tão tecnicamente, até porque tem outras pessoas muito mais capacitadas que eu. Eu quero dizer que os auditores fiscais do trabalho estão sendo acusados de rigidez. Pois é, pasmem! Auditores fiscais do trabalho, agentes públicos encarregados de exigir o cumprimento das normas são acusados, por alguns até Senadores com quem eu falei, de serem muito rígidos. E é por conta dessa nossa rigidez... Ou seja, eu fico até feliz, porque ser rígido deve ser próprio mesmo do servidor público, exigir aquilo que é do seu trabalho da sua competência.

E, com essa justificativa: "Olha, vocês estão sendo muito rígidos, vocês estão interditando máquinas." Ora, esse é o papel do auditor fiscal do trabalho. Estou aqui para dizer para a sociedade que os auditores fiscais do trabalho, com sustação ou não da RN nº 12, vão continuar fazendo o seu trabalho, sim, porque esse é um dever legal que o auditor tem. Então, se algum empresário acha que agora, vingando a sustação da NR nº 12, os auditores vão deixar de ser rígidos, estão redondamente enganados. Podem tirar o cavalinho da chuva, porque os auditores vão continuar fazendo o seu trabalho com a rigidez de sempre.

Tem uma pesquisa nacional de saúde do IBGE, Sr. Senador, que analisa o total de acidentes no Brasil acima do notificado. Sim, porque, apesar de estarrecedores os números, esses números ainda não condizem com toda a verdade. Segundo o IBGE, é seis vezes maior o número notificado, ou seja, de 2012 a 2013, em um ano, foram registrados 5 milhões de acidentes do trabalho no Brasil. Isso é superior a muitas guerras que nós estamos com a oportunidade de observar hoje. Quer dizer, os acidentes do trabalho no Brasil estão matando mais do que a guerra no Oriente Médio.

E aí temos de ficar silentes porque a bancada empresarial – nem posso chamá-la de bancada de empregadores, porque estão acima dos empregadores, são empresários apenas visado ao lucro – não aceita negociar. Todas as oportunidades de negociação têm sido dadas. Quem me antecedeu aqui foi profícuo em falar de toda uma cadeia de evolução de discussão. Há vastas oportunidades de discussão.

Chegam ao ponto de falar: "Estamos aqui negociando, mas não nos comprometemos. Nós queremos mesmo é sustar a norma." Querem sustar a NR-12. Vocês poderiam me perguntar: "Mas, se os auditores vão continuar trabalhando, apesar de sustarem a NR-12, então a NR-12 não tem nenhuma validade." Não! Eu acho que sim, acho que ela protege muito mais o empresariado do que os empregados, porque cria para eles diversas situações de proteção de suas máquinas que eles, antes, não tinham como observar. Ela traça um norte, amplia a possibilidade de o cidadão comum, seja ele empresário ou não, participar da construção da norma. Isso é algo muito importante.

Reafirma-se aqui que os países são impositivos quanto às suas normas, e temos uma norma construída de forma tripartite! Você quer mais negociação do que isso?

Isso significa que não estão, na verdade, querendo negociar coisa nenhuma! Essa é a impressão que passam para nós. Querem simplesmente sustar a norma. Por quê? Porque o ambiente político está favorável a isso. E, atrás da NR-12, vem a NR 15, vem a NR 31, vem a NR 18. Querem é sustar todo o sistema de proteção da classe trabalhadora. É isso que querem! Não se enganem! Querem flexibilizar o direito do trabalho. E, para isso, estão enfraquecendo a Auditoria Fiscal do Trabalho.

Quero mostrar alguns trechos.

Esse é o resultado de uma reunião ordinária da Comissão Tripartite. Olhem quem são os membros. Olhem lá a bancada de empregadores: CNI, CNI, CNI, CNI, CNC, CNC. Olhem quantos são os representantes dos empregadores!

A bancada dos trabalhadores se manifestou descontente em relação ao encaminhamento da proposta patronal diretamente ao Ministro, uma vez que entende que tal proposta deveria ser apresentada para a CNTT. Manifestou também descontentamento e contrariedade quanto à postura da bancada patronal em relação aos projetos de decreto legislativo propostos no âmbito do Legislativo com o intuito de sustar a NR-12. Citou que tal conduta inviabiliza o trabalho tripartite.

A bancada patronal afirma que é legítimo o fato de as bancadas emitirem seus posicionamentos. Quanto ao primeiro ponto, cita que a proposta de republicação havia sido encaminhada pela SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) e que, por isso, a resposta formal foi direcionada ao MTE. Com relação aos PDCs, menciona que o Congresso representa a sociedade e afirma que não houve esforço da bancada patronal no sentido de apresentar o PDC. Acrescenta que o PDC é fruto de um movimento de todo o empresariado em relação à NR-12.

Em razão da aprovação aqui na semana passada, já está na pauta hoje, na Câmara, também a suspensão da NR-12.

Por fim, o representante do MPT propôs a elaboração, em conjunto, por parte das três bancadas, de documento contra os PDCs que propõem sustar a NR-12.

A bancada empresarial informou que fará o relato do bom clima e dos desdobramentos da reunião. Contudo, informou que ainda não poderia se comprometer com essa proposta. Eles nunca se comprometem!

Esta aqui é a Agenda Legislativa da Indústria. Vejam que, dentro dessa agenda, há uma série de projetos. São projetos da Agenda Legislativa da Indústria.

Passa a integrar a pauta mínima – olhem o último item – a sustação dos efeitos da Norma Regulamentadora (NR) nº 12, que introduziu novas exigências para máquinas e equipamentos em termos de segurança do trabalho, que é o PDC 1.408.

Olhem o comunicado feito logo após a votação da urgência! Olhem este comunicado:

O Plenário do Senado aprovou, já no final da sessão de ontem, na madrugada de hoje, em extrapauta, o requerimento de urgência para o PDS 43, de 2015, que susta a aplicação da Norma Regulamentadora (NR) nº 12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

Com a aprovação da urgência, cumprimos a primeira etapa de nossa mobilização, solicitada através do RedIndústria 8, de 28/08/2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – V. Sª dispõe de um minuto, Rosa.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Continua:

A matéria, que tem parecer favorável [...] na CCJ, será pautada para votação, em plenário, possivelmente [...].

Renovo a solicitação de mobilização até a aprovação [...].

Atenciosamente,

[...]

Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos

Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Vejam bem que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ali a senhora pulou. Está dito "possivelmente, nesta terça-feira", ou seja, hoje, consequentemente, à tarde.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Digo isso só para ficar claro onde é que temos de trabalhar.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Estamos lidando com um terreno pantanoso, que é o terreno da ingerência dentro desta Casa. Quer dizer, há cidadãos que se acham mais cidadãos que outros e que mandam no Senado Federal. Eles acham que mandam e que os Senadores, aqui, vão se deixar convencer por uma pauta exclusivamente empresarial, em que os trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...são completamente ignorados. Eles são completamente ignorados!

Acham que vão aprovar um absurdo como esse. Quer dizer, nós vamos aprovar o aumento do número de vítimas de acidentes do trabalho no Brasil. Isso é um absurdo e fere todos os compromissos brasileiros referentes à proteção da saúde e ao trabalho decente, fere todos os tratados de direitos humanos firmados pelo Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Como eu já havia anunciado na abertura da reunião, os Senadores falam em qualquer momento. Neste momento, antes de encerrar esta Mesa, vamos passar a palavra aos dois Senadores que já a solicitaram. Na segunda Mesa, eles também poderão falar naturalmente, dialogar, interpelar, colocar seus pontos de vista.

O Senador Cássio Cunha Lima está com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente Paulo Paim, cumprimento o Senador Cintra, as senhoras e os senhores que compõem a Mesa e todos que estão participando desta relevante, importante audiência pública.

Senador Paim, quero iniciar, agradecendo-lhe a gentileza de toda vez. Não é de hoje que recebo de V. Exª atitudes de tolerância, de debate respeitoso, de postura aberta ao diálogo.

Quando da minha entrada nesta Comissão, com as reminiscências da Assembleia Nacional Constituinte... Venho de longe, como dizia Leonel de Moura Brizola. E, já na Assembleia Nacional Constituinte, tive a honra de receber o diploma Palavra de Honra, em defesa dos trabalhadores. Recebi esse diploma do Diap e o guardo com muito orgulho. Fui autor de um conjunto de medidas e de iniciativas que me fazem chegar a este meu décimo mandato eletivo, desta feita no Senado Federal, com mais de um milhão de votos. Aqui venho para exercer o mandato de forma plena, num terreno firme, e não num pântano.

Não costumo adjetivar o debate político. Não tenho por hábito atingir pessoas. Como autor do PDS 43, rigorosamente dentro das minhas atribuições legislativas, me senti agredido pela Drª Rosa, que, de forma absolutamente desnecessária, inclusive com informações equivocadas, distorceu toda a origem deste debate.

Não faço parte de nenhuma bancada, a não ser da Bancada da Paraíba, Estado que represento aqui. Da mesma forma que respeito e trabalho nesse sentido para que o Ministério Público do Trabalho, para que os auditores do Trabalho possam exercer de forma plena as suas funções – e, por coincidência, recentemente, defini que a minha emenda de bancada para o exercício de 2015 será para construção da sede do Ministério Público do Trabalho em Campina Grande, cidade que tive a honra de governar por três vezes –, quero lembrar que, ao contrário do que foi dito pela Drª Rosa, o regime de urgência foi apresentado há três semanas, de uma proposta apresentada há mais de quatro meses, e que, num acordo firmado em plenário, atendendo à solicitação de alguns Senadores, inclusive do Senador Paulo Paim, nós retiramos de pauta a votação da urgência, que é absolutamente legal e regimental, Drª Rosa.

O curioso é que a senhora defende o pleno funcionamento da auditoria do trabalho, o que eu também defendo, e determina que "tirem o cavalinho da chuva" aqueles que pensam que a auditoria vai deixar de fun-

cionar, e ela não deixará de funcionar, porque ela não depende de V. Exª, mas das instituições que nós defendemos, assim como este Senado jamais será o terreno pantanoso que a senhora afirmou e estará sempre aberto para ouvir empresários, trabalhadores, estudantes, donas de casa, porque é este o nosso papel. Nosso dever é ouvir os dois lados da moeda, tentar mediar conflitos de uma sociedade plural, sem imposição, sem arrogância, sem uma postura que seja desrespeitosa com quem quer que seja.

Portanto, quero, em primeiro lugar, reafirmar, não de hoje, mas de uma vida inteira... Fui Deputado Constituinte, fui Prefeito três vezes, fui Governador duas vezes, fui Deputado Federal, fui Superintendente da Sudene, estou hoje Senador, e na minha vida inteira sempre me coloquei ao lado do trabalhador, e não sou a foice da morte e tampouco o martelo da amputação. Não sou e nunca serei a foice da morte ou o martelo da amputação. O que estamos fazendo aqui é o exercício das atribuições mais nobres de uma Casa parlamentar, que abre suas portas para que sejamos ofendidos, como fomos agora por V. Exª, e ouvimos de forma democrática e respeitosa a ofensa, mas não vou fugir do debate.

Quero, primeiro, dizer a todos que não desconheço a competência regulamentadora do Ministério do Trabalho. Cabe, sim, ao Ministério do Trabalho legislar e regulamentar, como fez na RN 12. Compreendo também que as exigências de proteção à saúde do trabalhador devem ser exigidas tanto da microempresa quanto da grande empresa, porque, na relação de trabalho,prevalece o trabalhador, não o tamanho ou o poderio econômico de qualquer empresa. Qualquer que seja o ambiente de trabalho, esse trabalhador tem que ser protegido.

Eu venho de um Estado onde, pejorativamente, uma máquina muito antiga que provocou milhares de amputações no Brasil ao desfibrar o agave era chamada de "paraibana". E uma das minhas primeiras lutas legislativas foi no sentido de coibir os inúmeros acidentes que ocorriam no Nordeste brasileiro, com milhares de amputações por aquela máquina que não deveria funcionar.

Agora, temos que ter serenidade e bom senso de compreender – o Dr. Rômulo Machado fez sua fala de forma sensata e equilibrada – que as normas precisam ser aperfeiçoadas e que não podemos partir do pressuposto ou da postura arrogante dizendo que está feito, pronto e acabado. Não é assim! Até porque nós sabemos que, muitas vezes, no mundo real, as coisas acontecem de forma diferente da prevista, seja no Parlamento brasileiro ou em qualquer Parlamento do mundo ou mesmo numa comissão tripartite como a que fez a Norma Regulamentadora nº 12.

Portanto, há, sempre, sim, uma divergência entre a norma e a sua aplicação, e é sobre isto que estamos discutindo aqui, e nada vai impedir esta discussão, por mais agressivo que seja o contraponto, por mais desrespeitoso que seja o contra-argumento. Nada vai impedir esta discussão, porque ela nasce de reivindicações legítimas.

E, quando falo na CNI, eu não carrego minha boca de preconceito. Eu quero dizer que não sou empresário; sou um modesto advogado, inscrito na OAB da Paraíba sob o número 6.836. Eu não encho de preconceito minha boca para falar de qualquer entidade empresarial, porque entendo que, da mesma forma que os trabalhadores – estes prioritariamente, sempre – devem ser protegidos na sua saúde física, na sua saúde mental, no respeito à sua vida, os empresários também têm o direito de ser ouvidos. E, como tenho mandato – não caí aqui de paraquedas; recebi mais de um milhão de votos para estar aqui –, fui procurado – e aí conto a origem da minha propositura – por alguns empresários dizendo que a Norma nº 12 tinha alguns excessos na sua interpretação, e davam como exemplo a dificuldade de implementar máquinas...

E é aí que vem a capacidade de aprimorar a norma, porque eu tenho certeza de que não é objetivo do Ministério do Trabalho coibir a modernização da indústria brasileira, tenho certeza de que não é meta do Ministério do Trabalho impedir que tenhamos uma melhoria da nossa produtividade e tenho certeza de que não é nosso objetivo, como agentes públicos, matar aqueles que pagam impostos e geram riquezas, porque são eles que nos sustentam. Se eu tenho um salário como Senador da República, é porque há uma legião de brasileiros trabalhando, produzindo, pagando seus impostos, já que o Estado não produz riqueza, para poder manter o funcionamento deste Senado da República, manter o funcionamento de outros órgãos.

Portanto, há de se ter ouvidos abertos para entender aqueles que estão do outro lado da ponta produzindo, tentando gerar riqueza, pagando os impostos para que as instituições funcionem, e funcionem com liberdade, com respeito e com harmonia entre si, não com ataques, provocações ou, muito menos, insultos.

Pois bem. Fui procurado por alguns industriais, industriais de grande porte, assim como por industriais de menor porte, dizendo que a norma trazia um rigor tamanho que, em casos específicos, máquinas que foram importadas da Europa e que funcionam sem nenhum problema na Alemanha e na Suíça não conseguem entrar em operação no Brasil. Eu disse: "Tem algo errado. É preciso ver o que está acontecendo". Não é possível que uma máquina que funciona na Suíça e na Alemanha não consiga ser colocada em produção. E isso tem custo para a empresa. No momento em que você importa um equipamento e ele fica em uma caixa ou no chão da fábrica por seis meses, um ano, um ano e meio, como acontece nos casos relatados, sem entrar em operação,

quando essas mesmas máquinas funcionam em outros países que têm naturalmente zelo e proteção para com o seu trabalhador, como nós devemos ter de forma crescente, é algo errado. Foi quando optei, dentro das minhas atribuições de Senador, sem nenhum interesse subalterno, Drª Rosa, sem nenhum interesse subalterno, por trazer esse debate, e foi graças a minha iniciativa que estamos aqui todos reunidos. E que mal há nisso?

Se hoje à tarde for aprovado no Senado da República – e eu posso perfeitamente retirar o requerimento, não há problema algum, posso concordar com o debate porque eu estou aqui para debater –, mesmo que fosse aprovado hoje à tarde, ainda iria para a Câmara dos Deputados porque aqui existe processo legislativo.

Então, vamos deixar de preconceito, vamos deixar dessa visão torta de que com a proposta eu estou querendo ver, como disse também Dr. Carlos – e os dois são auditores do trabalho, por coincidência –, que o PDS 43 quer criar um novo padrão de produtividade com o sangue do trabalhador brasileiro. Isso é um absurdo. Isso não tem lógica. Isso não faz sentido. Isso é um desrespeito a quem quer apenas discutir um tema. Ou V. Exª acha que quero mudar os mecanismos de produção brasileira com o sangue do nosso trabalhador? V. Exª crê nisso firmemente? Disse, está escrito, eu anotei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou repetir aqui.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Depois busque as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador ouviu inúmeras posições contrárias ao ponto de vista dele.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu não interrompi ninguém. Eu não interrompi ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato. Agora é a hora de ele falar; a Mesa terá oportunidade de falar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu estou só querendo tirar desse nosso encontro, Dr. Carlos e Drª Rosa, um momento de pedagogia para que não se possa estimular preconceitos, para que não se possa criar visões distorcidas.

Infelizmente, foi dito que quem defende – e eu sou o autor, portanto defendo – o PDS 43 quer criar um novo padrão de produtividade no Brasil com o sangue dos trabalhadores. Tenham certeza de que não é essa a minha intenção, mas tenham a certeza de que, todas as vezes que os auditores do trabalho precisarem de apoio, contarão com este Senador porque já dei provas disso.

Agora, precisamos escutar aqueles que estão dizendo: "Olha, eu importei uma máquina da Suíça, importei uma máquina que funciona normalmente na Suíça e levei um ano e meio para conseguir cumprir as normas brasileiras e colocá-la em funcionamento." Está errado? Não sei se está errado, mas me parece que está, me parece que tem algo estranho, e aí nós podemos estar diante de uma situação que não é rara, que não é incomum, onde a norma, quando aplicada na prática, precisa de aperfeiçoamento e com bom senso, com serenidade. O Dr. Rômulo disse: "Estamos numa busca constante de aperfeiçoamento da norma." Ótimo. É isso que se pretende. Os industriais estão reclamando de forma injusta? A injustiça será revelada. Os industriais reclamam de forma improcedente? Não vai prosperar com a reclamação, mas esse é o ambiente para que possamos discutir isso.

Se, na agenda legislativa da CNI... E é legítimo que a CNI venha apresentar seus pleitos aqui, minha gente. Qual o crime de a Confederação Nacional das Indústrias ou qualquer outra entidade se dirigir ao Parlamento e apresentar legitimamente a sua agenda legislativa? Isso é andar em terreno pantanoso? Estamos fazendo aqui à luz do dia, talvez a TV Senado esteja transmitindo essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao vivo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Nós estamos ao vivo.

Agora, não podemos é simplesmente achar que quem quer produzir é bandido, é criminoso ou que quer produzir com o sangue do trabalhador. Já não temos mais tempo para isto: para achar que todos os empresários brasileiros querem ver os seus trabalhadores amputados, sofrendo acidentes. Isso não entra na cabeça de ninguém. Ajustes precisam ser feitos, que os ajustes sejam feitos.

Então, Sr. Presidente, quero, em atenção à esmagadora maioria dos depoimentos aqui prestados, todos de forma respeitosa, com as exceções de praxe, é normal que assim se ocorra, dizer que hoje à tarde pedirei a retirada da urgência do requerimento. (*Palmas.*)

Dizer também que devemos estimular as discussões no âmbito do Ministério do Trabalho, e me disponho a participar, Dr. Rômulo, dos encontros que, salvo engano, estarão ocorrendo em outubro, para que possamos tentar o aprimoramento dessa norma e, de forma muito democrática e respeitosa, entender que quem produz, e pelo fato de ser empresário, não pode ser visto como bandido nem como criminoso, porque são eles também que constroem esse País, são eles que mantêm as nossas instituições funcionando, pagando também impostos, e que, se há uma queixa, essa deve ser ouvida, e que jamais queixa nenhuma vai prosperar em cima de retrocesso, no que diz respeito à proteção do trabalhador, à vida do trabalhador, à saúde física e mental de

qualquer trabalhador, seja de uma empresa individual à maior empresa deste País, porque o País já evoluiu suficientemente para isso, o País tem avançado nesse sentido e a Norma nº 12 é um avanço inegavelmente.

Agora, se a norma tem criado alguns obstáculos em alguns setores específicos que possamos discutir e foi esse o objetivo do PDS ao tentar não anular a norma ou inviabilizar, sustar a sua aplicação, até que possamos fazer esse debate, já que a disposição, que não era até então do meu conhecimento, perdoe-me pela ignorância, de que esses pontos possam ser discutidos – e acredito que o Relator haverá também comungar dessa ideia, já que aqui se faz mais um esforço nesse debate – e que possamos examinar as queixas específicas para que sejam corrigidas, já que, para concluir, a reclamação está posta, a reclamação é viva, a reclamação é real, não é invencionice de quem quer que seja.

Portanto, estarei aqui cumprindo o meu dever, estarei cumprindo o meu mandato sem aceitar nenhum tipo de intimidação, nenhum tipo de intimidação, para que eu possa representar aqueles que em mim confiaram, de forma altiva, de forma corajosa e determinada.

Senhoras e senhores, tenham certeza, não sou a foice da morte nem o martelo da amputação para o trabalhador brasileiro, mas quero que tenhamos também uma indústria que seja moderna, que seja competitiva, uma indústria que possa se inserir no mundo global, porque a nossa indústria está morrendo, está sucumbindo, não pelas normas trabalhistas – óbvio que não –, muito menos pela NR-12, mas, se em algum momento a NR-12 agrava uma situação de competitividade, nos é facultado fazer o debate e nos é impositivo encontrar a solução para o problema, é esse o nosso papel.

Tenham certeza de que estarei aqui para defender o trabalhador brasileiro, mas também para defender aqueles que querem produzir de forma moderna e competitiva nesse mundo globalizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cássio Cunha Lima. (*Palmas.*)

Agora estão com a palavra os Senadores. Primeiro, dizer ao Senador Cássio Cunha Lima, em relação à retirada do requerimento, confesso que tinha essa expectativa muito grande de que V. Exª, ouvindo a todos, estaria aberto ao diálogo, não significa abrir mão do debate – V. Exª não está fazendo isso –, mas "retiro a urgência, vamos fazer o bom debate para ajustar a norma", é o que propõe V. Exª.

Entendia que, nessa linha, haveria condições reais de chegarmos a esse acordo.

É com satisfação que ouço agora, também, meu colega, amigo Senador Douglas Cintra, que é o Relator da matéria.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Caro Presidente, primeiro, um registro simples e rápido porque, em algum momento, dialoguei, poderia e deveria ter feito com o Senador Cássio. As coincidências das minhas posições são exatamente do meu pensamento, que vai muito na linha do pensamento dele.

Eu recebi esse tema num seminário que fiz na cidade de Caruaru, em novembro do ano passado, de um pleito do polo de confecções da nossa região, que envolve Caruaru, Toritama, Santa Cruz e mais de 20 cidades circunvizinhas.

E comecei a trabalhar e a ver esse tema.

Tive a grata satisfação de receber, semana passada, Carlos e alguns aqui presentes no nosso gabinete, para trazer esse tema. E a primeira colocação que fiz para eles, e eles vão se lembrar, que segurança sempre em primeiro lugar. Carlos se lembra disso, assim como os que estiveram presentes lá. E que a gente tem que ter a noção, a partir da segurança, de as coisas estarem caminhando.

Eu continuo pensando assim. E todo o meu relatório foi escrito pensando nisso.

Disse também naquele momento que iria falar com o Presidente para que não houvesse a necessidade da urgência do tema, há testemunha disso também. Porque eu recomendei que a gente tirasse também o regime de urgência para que pudesse haver mais diálogo sobre o assunto, mas isso não mudaria minha posição do relatório porque, em havendo a urgência, eu votaria com ele para que, no mínimo, pudesse sustar a norma momentaneamente, mas que a gente pudesse debater, dialogar, sobre as mudanças que acham necessárias na norma.

Estou registrando tudo isso aqui para que a gente possa ter uma linha, Cássio, de trabalho e não permitindo, Presidente, que a gente possa simplificar o debate em ser contra ou a favor do trabalhador ou contra ou a favor de empresário.

Eu acho que essa linha de dividir a produção, de dizer que é bom para um lado, bom para o outro, é uma linha atrasada e que não contribui para o desenvolvimento do nosso País.

Nosso Brasil precisa de empregos, precisa de competitividade. Não sou do ramo industrial, e o que tenho visto é o nosso País perder competitividade exatamente naquilo que é a base de um país, que é o seu parque industrial, seu parque de desenvolvimento.

O Brasil cresceu na área comercial, na área de serviço, na área agropecuária, e foi perdendo espaço em sua área industrial. E essa conta hoje é grande para o nosso País.

Então, temos que viabilizar soluções que possam estimular os investimentos na área industrial e que possamos evidentemente – é pré-requisito, é básico – falar da segurança do trabalhador.

E no nosso relatório, não fazemos nenhuma menção achando que está se tirando um e pondo o que vai comprometer a segurança do trabalhador. O que se quer – e vou citar um exemplo aqui muito simples, Presidente, passa-se a obrigar um carro a usar *airbag*, mas os carros brasileiros antigos continuam não usando *airbag*, todos eles, e é um problema de segurança muito maior para o nosso País. Mas temos que entender que a lei tem sido aplicada e que os casos graves, casos que realmente precisam de interferência, de segurança de fato, até nem dependem mais de NR2. O Carlos muito bem falou aí que, no caso da usina, se tivesse atendido à norma de 1970, não teria havido aquele acidente.

Então, reitero que, em momento nenhum, há intenção de ser contra normas de segurança, mas há intenção de fazer com que, defendendo os trabalhadores da minha região do polo de confecções, eles possam ter acesso ao emprego, eles possam utilizar suas máquinas, deste que estas não comprometam a segurança do seu trabalho. E aí, quando digo desde que não comprometam, eu não quero ter aqui a pretensão de conhecer o detalhe da aplicação.

E acho que cabe um diálogo maior. E esse questionamento também recebi da CNI, em que teria havido mais de 20 reuniões e não teria chegado a alguns pontos de consenso com relação a esses detalhes.

Esse meu compromisso aqui, que reitero com o polo de confecções da minha região, não pode, evidentemente respeitando a postura de cada um, ser confundido com a posição de Bancada ou com a posição de quem está, vamos dizer assim, monitorado de forma inadequada por alguma instituição.

Eu tenho a minha liberdade de pensamento, e aí fico feliz em coincidir com o que o Senador Cássio falou agora, porque nós estamos aqui para representar o povo naquilo que acreditamos.

Então, eu acredito que isso é o melhor. E, se eu acredito que é o melhor, é isso que devemos fazer.

Reitero, Presidente, que nós precisamos debater argumentos, precisamos debater pontos específicos que precisam melhorar, precisamos ampliar a nossa visão, para sair desse debate que nos coloca numa situação delicada, e eu reitero isso, como se a gente quisesse aqui ser contra trabalhador. É muito fácil chegar alguém e dizer: "Ah, está contra trabalhador", porque desmancha logo o argumento do outro lado, tá? Então, nós temos que ter a coragem de chegar aqui e dizer publicamente o que nós pensamos, de como nós devemos trabalhar, e que essa coragem não seja podada por colocações, a meu ver, inadequadas.

E aí, o Presidente, apesar da pouca convivência comigo aqui, o Senador Paulo Paim, sabe que nós podemos e devemos ter discordâncias, senão não teria nem necessidade de um Congresso; mas o respeito, a compreensão e, sobretudo, a vontade de dialogar, para que as soluções possam acontecer. Já o procurei por diversas vezes, para que possamos melhorar a nossa estrutura no que diz respeito à competitividade do Brasil. Porque aquilo que foi escrito há 10, 20, 50 anos atrás, em muitas vezes, não se aplica hoje. Da mesma forma que o Senador Cássio falou, que não poderá haver uma paraibana trabalhando para decepar a mão de pessoas em nosso país.

Então, fico feliz de participar desse debate, fico feliz de poder ter recebido algumas pessoas em nosso gabinete para debater esse assunto, e já ter colocado de forma mais simples, ter escutado boa parte do que eu ouvi aqui, mas ter colocado também o que eu estou colocando aqui.

Então, é uma postura que a gente tem que trabalhar para que ela seja ampla, divulgada e, como o nosso direito realmente é de poder, através do diálogo, encontrar as soluções. E disse, Presidente, num momento lá: "Se for o caso, a gente vota para suspender", mas, de forma nenhuma, podemos parar o diálogo, independentemente de ela ter sido derrubada – vamos dizer, essa é a palavra, que é a norma. Não podemos deixar de trabalhar a norma. E é para isso que nós estamos aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Douglas Cintra. E na mesma linha do Senador Cássio Cunha Lima, concorda em retirar a urgência, mas que o debate seja permanente na busca da construção de um entendimento, e a OIT inclusive se coloca aqui à disposição para colaborar nessas próximas reuniões que já estão predeterminadas.

Senador Cássio. Os Senadores, repito, têm a palavra a qualquer momento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, apenas para pedir compreensão de todos, eu tenho – a demanda de eventos, de Comissões em funcionamento, de audiências é enorme, e eu tenho, agora já um pouco atrasado, às 11h30, uma audiência. Peço permissão, Sr. Presidente, para me retirar, reafirmando a disposição do diálogo, do bom debate, sempre em tom respeitoso, para que possamos construir o Brasil melhor que nós todos queremos, sobretudo com mais tolerância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador.

Só um segundo. Aqui vai funcionar exatamente como funciona sempre. Agora nós vamos mudar essa Mesa, mas essa Mesa terá direito, é bom que o Cássio também saiba e o Cintra também, às suas considerações finais. Poderão até discordar ou não de algumas colocações que vocês fizeram. Mas nós não faremos o debate aqui pontual. Então, esta Mesa está convidada a ir para a primeira fila, vem a segunda Mesa, e todos, no encerramento, farão as suas considerações finais.

Senador Cintra.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente. Só para que todos aqui presentes entendam um pouco como é que funciona o nosso trabalho aqui no Senado, eu vim aqui e tive que estar presente antes na Comissão do Meio Ambiente...

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE (*Fora do microfone*.) – Eu queria pedir desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, mas então, faça.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE (*Fora do microfone*.) – Eu queria fazer publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cássio, Senador Cássio, a Srª Rosa queria fazer um depoimento que eu achei muito bonito da parte dela – grande, da parte dela –, e aí eu vou quebrar aqui o meu ritual que eu faço sempre, porque ela queria te pedir desculpas e usou palavras... Eu acho isso bonito de ambos os lados aí. (*Palmas.*)

Senador Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, o ritual da Casa, ele é muito puxado, o Presidente sabe disso, e, ao vir para cá, eu tive de estar presente na CMA, depois foi cancelada a CMA...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ... por falta de quórum. Mas eu fui lá porque havia matérias importantes a serem votadas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive tem uma minha que vai ser votada lá.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Já não vai mais hoje, porque foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi suspensa?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, está bom.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Como também a CAE.

Mas agora eu tenho a Comissão de Educação e eu tenho uma relatoria lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ... e eu preciso fazer.

Então, só para os senhores entenderem que não é querer estar presente ou não, mas já os recebi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sou Relator de um projeto lá e, se V. Exª concordar, poderia ser Relator *ad hoc*. Isso porque provavelmente o Senador, que é o autor, vai querer que vote, e eu não estarei lá. V. Exª, como Relator *ad hoc,* poderá atendê-lo, e eu me sentirei contemplado se puder ler o meu relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Será uma honra, Presidente. Isso é dito em função de querer ouvir tudo aquilo que foi dito aqui. E o Presidente também explicou isso muito bem. Apesar de haver todo esse compromisso lá, nós fizemos questão, tanto eu quanto o Senador Cássio, de ouvirmos esses argumentos. E é fundamental ouvir os argumentos para que o nosso voto seja cada vez mais um voto consciente, um voto comprometido com as soluções para o nosso País, independentemente de estar pensando em A ou B, mas de pensar no conjunto.

Então, eu vou pedir licença também aos senhores. Também digo que estarei à disposição, se mais uma visita quiserem fazer ao nosso gabinete, pois estamos prontos para ouvir, para debater. Espero que a gente possa construir esses ajustes ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e as entidades.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ...finos, pois acredito que são finos, para que a gente possa realmente ter a norma bem aplicada.

Eu sei que há muitos pontos hoje que precisam ser melhorados. Talvez poucos, não muitos. Mas há muitos pontos que não são aplicados hoje, independentemente do tamanho da empresa, mas que precisam ser aplicados. Nós temos que ter um apoio para que as empresas apliquem as normas.

Esse é o ponto de vista que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Douglas Cintra.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento ambos pela retirada da urgência.

Convido os companheiros da Mesa para retornarem para a primeira fila. A plaquinha vai ser colocada e nós faremos ainda o fechamento com o debate.

E já convido para a 2ª Mesa a Auditora Fiscal do Trabalho e Membro da Comissão Nacional Tripartite Temática do Ministério do Trabalho e Emprego, Drª Aida Cristina Becker.

Convido também o Dr. Leonardo Osório Mendonça, Procurador do Trabalho.

Luiz Carlos de Oliveira, que representa aqui a Força Sindical, Diretor da Força Sindical.

Convido agora o Sr. Francisco Pereira de Souza Filho, Secretário de Organização Política Sindical da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

Convido Eduardo Lírio Guterra, Secretário-Adjunto da Seção do Trabalhador, que fala pela CUT.

Convido José Aparecido Bastazini, Consultor do Sindipesa, Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais.

Convido Washington Santos (Maradona da UGT), Coordenador da Bancada dos Trabalhadores na Comissão Nacional Tripartite.

E por fim, Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Anfip.

Nós recebemos aqui uma série de comentários pelo e-Cidadania, prevalecendo a valorização dos fiscais do trabalho e mostrando, na sua maioria, as preocupações com a NR-12, e outros dizendo que este debate é importante, que tem que ser realizado. Cumprimentam a Comissão e ainda dizem que o objetivo principal, segundo eles, foi atingido, e claro, vai haver todo um desdobramento. Houve a retirada da urgência, aqui assumida pelo autor e também pelo Relator. Agora, sabendo todos que a retirada da urgência é uma coisa, mas o debate do tema continua. Quando você retira a urgência, isso significa que ele poderá voltar a qualquer momento.

Então, a nossa Audiência continua com a sua relevância, urgência e importância, para que a gente tente, de fato, assegurar, nessa Comissão Tripartite e, com a participação de outros segmentos aqui, hoje, chegar a um entendimento. Se não chegarmos a um entendimento, é claro, nós sabemos que a matéria vai a voto no plenário.

Então, de imediato, passo a palavra à Drª Aida Cristina Becker, Auditora Fiscal do Trabalho e Membro da Comissão Nacional Tripartite Temática do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São dez minutos para cada um.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Vou tentar ficar nos dez minutos.

Gostaria, por favor, que fosse possível projetar o material que eu trouxe. Vou tentar pular o que os meus antecessores já falaram e, simplesmente, situar algumas lacunas que ainda podem servir para esclarecimento deste tema tão importante.

Só para recordar e me apropriar das palavras do Senador que, infelizmente, não pode ficar aqui presente, os Senadores que estavam propondo a ação. Desde 43, temos um texto nesse sentido e um texto bastante minimalista e claro que dispunha que quaisquer máquinas deverão ser protegidas por dispositivos de segurança que garantam suficientemente contra qualquer acidente. É uma legislação que, na realidade, já contemplava tudo o que esperamos hoje do ambiente de trabalho, mas que, infelizmente, não surtiu os efeitos esperados porque o... (*Falha na gravação.*)

...que incide também nas empresas, sem dúvida nenhuma. Naturalmente que sempre o trabalhador é o mais prejudicado. Porque façam os senhores um exercício de se imaginarem, hoje à noite, tomando banho sem uma mão na hora de pegar e botar o xampu, e, daí, os senhores podem exercitar a imaginação para outras coisas, sem uma mão ou sem as duas mãos. Então, naturalmente, isso é a face mais cruel que sustenta o acidente de trabalho é o trabalhador, mas o empresário também porque vai ter que retreinar outra pessoa e há também os custos, e a sociedade como um todo perde.

Portanto, com essa legislação que dizia tudo e não explicava em detalhe, tínhamos o mundo inteiro de subjetividade onde simplesmente as coisas iam acontecendo. E chegamos, então, à década de 70 com o absurdo número de 30, a taxa de acidente de trabalho foi de 30 óbitos a cada 100 mil trabalhadores segurados. Este número seco aqui para os senhores, que podem dizer: mas o que é 30 a cada 100 mil? Não consigo aquilatar. Para os senhores terem uma ideia, hoje, com aqueles números que já foram desfilados aqui, que são números horrorosos, estamos numa taxa de 7. Então, imaginem como era 30. Para ter uma comparação com as economias com as quais queremos nos aproximar, na Europa, estamos com uma taxa inferior a dois, sendo que, na Grã Bretanha, é inferior a um. Então, não podemos querer ser a oitava economia do mundo ou a sétima eco-

nomia do mundo com a taxa de incidente em acidente de trabalho campeã, na quarta posição, que acho que foi dito pelas pessoas que me antecederam. Há um descompasso nesse tipo de coisa.

Bom, com relação à lei, ela continua existindo, e é muito clara. Ela diz que é necessário que as máquinas tenham dispositivos de partida e parada e outros que previnam os acidentes de trabalho. E, neste cenário, temos um número de subjetividade. Quais são os outros? Quais são esses dispositivos? É claro que a boa técnica dispõe de uma série de normas técnicas que explicam o que são esses dispositivos, mas, por uma questão cultural, por toda uma tendência, as pessoas tendem a levar o seu dia a dia ignorando essas questões técnicas. Chegamos à conclusão de que as pessoas não sabiam qual era a diferença entre uma proteção fixa e uma proteção móvel, coisa que é abundante na técnica, tanto nacional quanto internacional.

Então, trouxemos isso para dentro da NR-12, a negociação tripartite chegou à conclusão de que era importante trazer esta informação, até para subsidiar sim aquele pequeno e micro empresário que se endividam na hora de comprar uma máquina e nem sequer vão atentar para essas questões: se a proteção é fixa ou se a proteção é móvel. Só depois do acidente instaurado é que ele vai se deparar com a questão do acidente, com a questão da interdição e todas as decorrências que há.

Outra questão inequívoca também que foi levantada aqui é que cabe ao Ministério do Trabalho, sim, pelo art. 186, estabelecer as normas adicionais especificamente sobre proteção e medidas de segurança na operação de máquinas. Então, não cabe a extrapolação de nenhum poder, é claro, dentro da CLT.

O texto, hoje, então, é esse, que fala em proteção adequada e dispositivos apropriados. Então, esta é a Lei, a NR-12 veio só regulamentar, explicar o que são esses dispositivos para retirar realmente toda subjetividade que ainda poderia haver com relação à aplicação desse item.

Aqui temos mais de um Constituinte, quero lembrar a nossa Constituição cidadã, que é clara. Ela fala em redução dos riscos. Então nós temos que avançar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero lembrar que tanto eu como o Cássio fomos Constituintes.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Estavam nesse momento glorioso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estávamos lá.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Enfim, nós esperamos que realmente a sociedade, e que esta Casa zele por isso. Que esta Casa zele por isso, porque nós estamos atrás da redução dos riscos. E a redução dos riscos vai ser almejada como? A norma segue clara: por meio de normas de saúde, higiene e segurança, que nada mais são do que a NR-12.

Só para lembrar também o papel da Casa, esta Casa aqui aprovou esse decreto legislativo que trata da Convenção nº 119, da OIT. No momento em que nós estamos trabalhando num outro projeto que vem a sustar a NR-12, porque eu sei do momento pedagógico, eu também gostaria de saber como é que é essa questão pedagógica, porque para mim "sustar" é tornar sem efeito, é suspender, não é debater. "Sustar" é um verbo, "debater" é outro verbo. Eu acho que temos que debater permanentemente, mas pelo que eu li, o projeto era no sentido de sustar. Então, para mim são verbos diferentes.

Bom, então, no momento em que esta Casa tem um projeto a sustar, está sustando até o seu próprio passado, porque aqui nesta Casa foi aprovada a Convenção nº 119 da OIT. E depois ainda veio a promulgação, e a promulgação é muito clara: "(...) apensa por cópia a este decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém." "(...) apensa por cópia (...) tão inteiramente como nela se contém." Então, no momento em que a gente faz uma regulamentação sob a luz dessa convenção, acho que não tem cabimento qualquer maneira de suspensão.

Só para trazer alguns artigos da convenção. Essa convenção não faz distinção entre máquinas novas ou usadas: "(...) máquinas, novas ou de segunda mão, movidas por forças não-humanas, serão consideradas máquinas para os fins de aplicação da presente Convenção." E mais: já foi falado por quem me antecedeu na palavra aqui que as máquinas sem proteção devem ser proibidas pela legislação nacional ou impedidas por outras medidas igualmente eficazes. Então nós estamos falando de uma legislação que saiu desta Casa, e não há por que se cogitar a sua suspensão. Temos que cogitar, sim, os instrumentos legítimos de discussão. Naturalmente sim, sempre, porque é uma norma técnica, ela vai evoluir permanentemente, todos os dias surgem coisas novas.

A Previdência Social já vem diagnosticando que os gastos com acidentes de trabalho, que foram inúmeros, trazem enormes prejuízos para toda a sociedade, inclusive para a Previdência. A sociedade se manifestou de forma a criar acordos e convenções coletivas para trazer mais informações e eliminar até essas questões que seriam de subjetividade, como segurança com injetoras, segurança com cilindros de massa, segurança até com máquinas de galvanoplastia. Isso, nós estamos falando lá da década de 1990. Então o texto que a NR-12 tem hoje nada mais é que o reflexo desses dispositivos.

E aqui tenho certeza de que há pessoas que trabalharam desde a década de 1990, o Luizinho, o Chiquinho e outros aqui, que podem dizer.

O Ministério do Trabalho, em nome até do tripartismo, começou a emitir notas técnicas, para poder cumprir o seu papel como regulamentador. Por quê? Porque em função da assinatura da Convenção nº 144 da OIT, também falada pelo Dr. Zuher, todo processo de norma tinha que ser feito de maneira tripartite.

(Soa a campainha.)

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – E portanto, nós ficamos trabalhando com nota técnica até que a comissão tripartite pudesse liberar a revisão da NR-12. A revisão da NR-12 está lá, foi liberada por uma portaria tripartite, para começar. Então até a sua gênese também foi de forma tripartite. A partir dali, todos os textos que foram de forma tripartite, o Rômulo exaustivamente explicou para vocês.

As atas estão disponíveis. Não existe dois a um. Basta ter responsabilidade e, quando receber uma demanda, realmente ir a fundo para ver o que há nessa demanda. Porque olhem lá: "aprovados por consenso." "Aprovou por consenso o Anexo de Prensas e de Máquinas Calçadistas." "Finalizou-se o Anexo de Máquinas de Açougue e Mercearia, sendo aprovado por consenso." As atas estão lá, com os participantes, e esses participantes são, sem nenhum sentido pejorativo, os participantes da CNI, da CNC. A CNI é a coordenadora da Bancada Patronal e participou de todas as reuniões.

Então, esse é mais um momento pedagógico, porque eu não entendo como podemos nos sentar à mesa para aperfeiçoar um texto enquanto uma das bancadas, tendo como representação a Coordenação da Bancada Patronal, ao mesmo tempo em que se senta à mesa, vai recorrer a outra instância para que seja sustado. Para mim, isso é incompatível! Incompatível com a ética, incompatível com o bom senso. Quem está construindo, numa mesa legítima de negociação, não pode sair ao mesmo tempo para tentar outra solução, de modo alternativo. As normas técnicas estão aí. A Lei do Consumidor, que já tem mais de vinte anos, diz que não pode ser colocada máquina ou, enfim, qualquer produto ou serviço no mercado sem se atender às normas técnicas. Então, a NR-12 quis trazer essa difusão do que está previsto em normas.

(Soa a campainha.)

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – O Luiz, que está aqui, participou conosco do Dia da OIT. Então, temos muita tranquilidade, porque a nossa legislação é totalmente compatível com a legislação internacional. Eu até gostaria muito – e essa pergunta nós sempre fizemos na nossa mesa de negociação, na CNTT – de saber qual é a máquina que veio da Europa que não pode ser usada? Por que ela não pode ser usada? O que tem de diferente? O que está faltando? Por favor, digam, pois queremos saber. Essa resposta nunca veio. Já foi falado aqui que tem linha de corte temporal abundante na NR-12, tem prazo para máquina nova, tem prazo para máquina usada. Em tudo que é possível fazer uma diferenciação a gente faz. Inclusive, prensas de chaveta, máquinas que, desde a década de 90, foram banidas do mundo civilizado. A gente conseguiu trazer algumas regras que dificultam a utilização, elas não têm a mesma produtividade de antes, mas pelo menos elas vão ser utilizadas com segurança por mais um período antes de serem substituídas.

(Soa a campainha.)

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Máquinas de padaria da mesma forma. Enfim, toda a questão tripartite, que já foi estabelecida aqui. Eu estendi o meu tempo, mas gostaria de deixar essas reflexões para os Senhores. Ainda tenho um minuto? Como ouvi a campainha três vezes, achei que tinha terminado o meu tempo.

Mas, enfim, Senhores, gostaríamos de aprofundar esse debate, que é num fórum apropriado instituído pela OIT, ratificado pelo Brasil, que é a CNTT. Todos os Senhores estão convidados a participar. A CNTT sempre foi uma instância extremamente aberta. Essa instância começou a se fechar porque a representação patronal começou a questionar, inclusive, os técnicos que vinham para nos municiar de informações, porque todas as três partes têm de ter o mesmo nível de informação. Então, a gente promovia sempre debates sobre as mais variadas tecnologias que estão entrando. Nós chegamos ao ponto em que as reuniões estavam agendadas para ter três dias de duração ou dois dias de duração. Essa última que houve, na semana passada, era uma reunião para acontecer nos dias 27 e 28, mas a reunião só aconteceu no dia 27, não houve no dia 28, porque a representação patronal disse que não estava preparada para discutir a pauta, que já estava previamente estabelecida. Isso não aconteceu nem uma nem duas vezes. Basta ter um mínimo de responsabilidade na hora de debater uma matéria e pesquisar as atas, que estão disponíveis. As atas vão deixar bastante claro quem não propôs o que tinha de propor e quem não foi, vamos dizer, passível de diálogo. Nós estamos permanentemente abertos ao diálogo, desde que venham as sugestões. O que não pode é querer simplesmente sustar a norma como um

todo, porque isso só vai trazer mais confusão, insegurança jurídica e tragédia, no caso, para os trabalhadores e para a sociedade, de modo geral. Agradeço muito o meu tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Aida Cristina Becker, que foi objetiva, direta. Ela é Auditora Fiscal do Trabalho, membro da Comissão Nacional Tripartite Temática do MTE. Ela deixou aqui, com muita clareza, o seu ponto de vista. Só quero esclarecer que, como li rapidamente os comentários que vieram, na verdade, todos os comentários que vieram aqui demonstram pessoas assustadas com essa sustação da norma. É uma das poucas vezes em que, por unanimidade, porque, às vezes, quem pensa diferente também manda alguma coisa, mas, desta vez, todos os que chegaram foram no sentido de dizer: pelo amor de Deus, segurem a norma, e cumprimentando todos os debatedores.

Dr. Leonardo Osório Mendonça, que é Procurador do Trabalho.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento todos os demais componentes da Mesa. Cumprimento meu colega, Dr. Ângelo Fabiano, que é o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, em nome de quem cumprimento os demais presentes.

Bem, eu, na verdade, sou coordenador da Codemat, do Ministério Público do Trabalho, que é a Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, e fui designado na quinta da semana passada. (*Palmas.*)

Confesso que eu gostaria de estar aqui num momento mais agradável, discutindo alguma medida para que o Senado, para que a Câmara, para que o Congresso dê mais eficácia ainda ao art. 7º, inciso 22, da Constituição Federal, quando estaríamos discutindo uma maior proteção aos trabalhadores, quanto esta Casa estiver discutindo algo para ser feito para garantir que os princípios previstos no art. 1º, referentes à dignidade da pessoa humana e da valorização social do trabalho avançassem cada vez mais. Confesso que fiquei assustado. Fiquei assustado. Falar depois de tantas pessoas é um pouco complicado, porque grande parte do que eu já tinha pensado em falar já foi falado aqui. Vou tentar não ser repetitivo.

Mas eu queria colocar para o debate o seguinte: todos nós sabemos quem está por trás da proposta. E ela é feita por uma das grandes confederações de empregadores do Brasil com o mote de modernização das relações do trabalho. Eu gostaria de levar o debate a todos: que cada um pense, faça o seu juízo de valor. Sustar a NR-12 é modernizar as relações de trabalho? Para quando? Sustar a NR-12. Fala-se sempre que o Brasil quer avançar, ter como paradigmas os países mais avançados do mundo. Sustar a NR-12, qual é o paradigma que nós vamos buscar? Que cada um faça o seu juízo de valor, que cada um pense internamente. Não cabe aqui a mim. Mas não me parece que sustar a NR-12 é modernizar as relações de trabalho, como também não me parece – e aí eu coloco uma visão pessoa de Procurador do Trabalho... Fala-se muito em aumento da competitividade. Fala-se muito nisso, porque a NR-12, a sustação dela, vai diminuir os custos. Então, em tese os preços dos produtos vão ser mais baratos. Mas nós temos que pensar também. Eu não sou empresário, não tenho como falar como empresário. Mas hoje o que a gente escuta é que, cada vez mais, felizmente, o mundo está se preocupando com custo social de um produto. Cada vez mais, as pessoas estão deixando de comprar produtos que são feitos à custa de trabalho infantil. Cada vez mais, as pessoas não estão comprando produtos, pelo menos as sociedades mais evoluídas, porque em princípio o Brasil deve procurar, lógico, parceiros comerciais em todos os níveis, mas são os parceiros comerciais prioritários do Brasil que têm deixado de comprar, por exemplo, produtos que foram produzidos à custa de trabalho escravo, como também têm deixado de comprar produtos que seriam feitos, elaborados a partir de um maior aumento no número de acidentes de trabalho, mutilações no meio ambiente de trabalho. Tenho certeza de que não é o que nenhum Senador da República quer, mas, infelizmente, é o que estava colocado na mesa com a sustação integral da NR-12.

Então, eu acho que o empresariado brasileiro tem que pensar nisto também: que nós não podemos ser competitivos a qualquer custo. Nós só podemos ser competitivos... É lógico que todos querem uma indústria nacional competitiva. Todos querem uma indústria nacional forte. Mas essa indústria tem que ser forte com os direitos mínimos dos trabalhadores sendo respeitados, e não com a diminuição desse patamar mínimo, que é o que estaria ocorrendo em relação ao meio ambiente do trabalho no caso dessa sustação da NR-12.

Eu ontem, Senador, eu confesso que tive insônia. Estou sem dormir. Vim de Recife hoje. E pensei muito nisso. E uma coisa que me chamou muito a atenção é o seguinte: eu li várias vezes as propostas e eu não consegui entender quais são os itens da NR-12 que extrapolam o poder regulamentar conferido por lei ao Ministério do Trabalho. Simplesmente estão sendo colocadas questões genéricas, questões que em tese (*Ininteligível.*)

Foi colocado antes uma máquina que não pode ser importada. E está falando que a NR-12 violou o poder regulamentar conferido pela Constituição por lei ao Ministério do Trabalho para que edite essas normas, como bem colocaram aqui, de forma tripartite.

Eu ia trazer a NR-12, mas eu não consegui imprimir. Mas eu anotei alguns itens, por exemplo: 12.10 da NR-12. Vamos ver se aqui a minha visão vai ajudar. "As ferramentas utilizadas no processo produtivo devem ser organizadas e armazenadas ou dispostas em locais específicos para essa finalidade".

Onde esse item viola o poder regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego? Não viola. Em nenhum momento é colocado isso em discussão. Simplesmente se fala genericamente que a NR-12 viola o poder regulamentar e simplesmente se faz um X em cima dela toda e se susta toda a sua aplicabilidade.

E aí, eu coloco: o que vai acontecer? Eu não entendo de técnica legislativa, e eu estou falando como uma questão lógica. A NR-12 é de 1978. O art. 49, inciso V, essa previsão constitucional de o Congresso Nacional sustar poderes do Chefe do Executivo que exorbitem o seu poder regulamentar, em nenhum momento isso foi demonstrado. Não está demonstrado nos estudos que houve excesso do poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo, do Poder Executivo nacional.

Eu e coloco: querem sustar... O art. 49, essa redação é dada originariamente na Constituição de 1988. Então, como vai se sustar a NR-12? O que se quer sustar? A NR-12 ou a portaria de 2010? Tudo bem que ela foi inteiramente modificada, mas por uma boa técnica nós não podemos estar falando em sustar. É proibido sustar a NR-12 através de um ato aqui do Congresso Nacional por quê? Porque esse ato é anterior à atual Constituição, e aí se aplica a mesma lógica do controle concentrado de constitucionalidade.

Para quem não é do ramo do Direito, mas leis inconstitucionais que são anteriores à Constituição de 1988 não podem sofrer, no Supremo, um controle concentrado de constitucionalidade. Por quê? Porque ela é considerada não recepcionada pela Constituição.

Seria a mesma coisa, em tese, da NR-12. Ela não pode... Existem outros meios cabíveis, caso qualquer empresário queira discutir a aplicabilidade da NR-12, em discutir essa aplicabilidade. A Justiça do Trabalho diariamente tem discutido esse assunto. Só que, diariamente, a Justiça do Trabalho tem entendido, de forma acertada, pela total aplicabilidade da NR-12 porque não existe nenhum tipo de violação, em nenhum de seus artigos, ao poder regulamentar do Poder Executivo.

Então, aqueles que dizem que está extrapolando o poder regulamentar que mostrem aonde, que mostrem aonde. Simplesmente não falem "está extrapolando e simplesmente vamos agora, vamos sustar a NR-12, vamos cancelar a NR-12". A não ser que se defenda que o Ministério do Trabalho e Emprego não pode editar norma regulamentadora, que é o que me parece, já é consenso, pelo menos aqui entre os que falaram anteriormente, que é possível sim.

Se tem excessos, vamos tirar o excesso. E qual é o ambiente propício para tirar o excesso? O Rômulo colocou muito bem, a Aida colocou muito bem. A Comissão Tripartite. Ela está funcionando.

E aí, eu coloco também o argumento que tem sido colocado, que, como o Dr. Carlos Eduardo colocou antes, se fala em um custo elevado e só apresenta planilha. É um custo estimado, um custo simplesmente colocado e escrito em um papel.

Mas, por exemplo, me parece que não caberia a uma norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego estar falando quais as formas de financiamento, quais as formas de substituição do parque fabril. Porque, se assim fizesse, aí sim, nessa parte e somente essa, ela estaria extrapolando o seu poder regulamentar, que é, no caso específico, regulamentar as condições de meio ambiente do trabalho.

Então, é importante que o Senado tenha, sim, essa discussão. É importante que o Senado se debruce sobre o tema para, por exemplo, junto com o Ministério do Trabalho, junto com o Ministério da Indústria e Comércio, junto com o Poder Executivo, estar encontrando soluções para que todas as empresas possam, de fato, se adequar à NR-12. Porque o custo social pela não adequação, como já bem colocado antes também, é muito alto.

Eu coloquei alguns outros itens da NR-12 também. Depois, quem tiver curiosidade pode ler. Para mim, não tem nenhum item, já que eu até defendo e concordo... Se tivesse algum item que eu achasse que está inadequado, eu falaria. Mas, para mim, não tem nenhum item, dentro dos 340 citados, que extrapolou o poder normativo. O que se coloca são alegações extras, digamos assim, altos, extradiscussão, para tentar suspender uma NR que, como eu disse, é de 1978. Como o Rômulo colocou, ela foi editada a primeira vez em 1978 e foi sofrendo modificações. A portaria de 2010 simplesmente compilou essas normas.

E essa sustação, qual seria o limite? Não está sendo discutido no projeto. Nós voltaríamos para a situação anterior, de 2010. Nós voltaríamos até apenas a CLT.

Aí é que eu digo: A modernização seria transformar o patamar protetivo dos trabalhadores em relação às máquinas e equipamentos a 1943?

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Isso é ser moderno?

Eu acho que é isso. Parece-me também que há necessidade de uma discussão entre os envolvidos, os interessados, para a melhoria da NR-12.

Eu já tinha pensado em propor, mas já foi colocada pelo Senador Paulo Paim a proposta de que o Senado Federal participe dessas discussões, participe das discussões de financiamento, porque eu não tenho dúvida nenhuma de que o que todos nós queremos aqui, sem exceção nenhuma, é uma indústria forte, uma indústria competitiva. Agora, uma indústria que seja forte e competitiva também para o empregado, em que o produto não seja feito com acidentes, com doenças, com qualquer tipo de problema de saúde desses empregados. Até porque isto, sim, é ser um país moderno.

Eu não tenho dúvida de que nós devemos, sim, caminhar para a modernidade. E a manutenção da NR-12 é um caminho para a modernidade. Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Dr. Leonardo Osório Mendonça, que demonstrou que não há nada que obrigue ou que eles queiram forçar para dizer que têm que revogar a NR-12. Ele demonstrou, inclusive, que ficou sem dormir de tanto que estou o tema. E não encontrou o motivo por que eles queiram revogar. Nossos cumprimentos pelo apoio aqui.

Eu aproveito este momento e quero dizer que foi muito importante, Rosa, a mobilização que foi feita. Nós começamos a convocar na sexta, e o Brasil todo se deslocou para cá – centrais, confederações, o Judiciário, o Ministério. Enfim, todo mundo esteve aqui para dar esse depoimento, e este é um depoimento fundamental.

Nós ficaremos aqui ao vivo até as 14 horas, para que todo mundo possa expressar o seu ponto de vista. E o resultado pelo e-Cidadania aqui é 100%. Dificilmente ficamos na dúvida. Neste caso, até o momento, 100% dizem que vocês estão com a razão, o Plenário está com a razão. E que bom que o Deputado e o Relator concordaram em retirar a urgência.

O Luiz Carlos de Oliveira, que fala pela Força Sindical.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador.

Eu gostaria, em nome do meu Presidente, o companheiro Miguel Eduardo Torres, agradecer o convite e a oportunidade de podermos participar. E também gostaria de agradecer à minha diretoria por ter me acompanhado. Hoje aqui nós temos sete diretores do Sindicato dos Metalúrgicos que vieram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos de Oliveira) – Porque estamos preocupados realmente com este problema. O Carlão, o Alemão, o Chico, o Hélio, o Mexerica e outros companheiros estão aqui. São os nossos apelidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Alemão é aquele dos velhos tempos? Não, não é aquele.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Não é o Alemãozinho, não.

Mexerica, levanta a mão!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, aquele é que é do meu tempo, ainda. Ah, muito bem, sejam bem-vindos todos.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – E o nosso companheiro Alex, que também é da diretoria do Sindicato. Desculpe, Alex.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, todos bem-vindos.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Senador, eu pude ouvir aqui e achei importante, porque a gente vem discutir isso, então a gente começa a pensar, a tentar arrumar argumentações, para poder convencer. E o objetivo aqui era tentar convencer o Senador Cunha Lima, para que ele realmente retirasse esse pedido de sustação.

Na argumentação, nós ouvimos aqui, esses dias, que uma das preocupações que os Senadores estavam tendo é que, tanto o Ministério do Trabalho quanto os trabalhadores estavam extrapolando na questão de regulação e que, inclusive, a insinuação que dava é que os trabalhadores estavam querendo regular, não é? E, aí, a gente precisava realmente convencer que não foi, não era esse o intuito e não foi dessa forma que ocorreu, e ele reconheceu que o Ministério do Trabalho tem, realmente, a prerrogativa de regular, fazer regulação na questão de saúde do trabalhador.

E, dessa forma, eu quero deixar claro que, mesmo tendo essa prerrogativa, o Ministério do Trabalho não regulou por conta própria. Ele usou aquilo que o Zuher, inclusive o Dr. Zuher aqui colocou bem e fez todo um histórico do que é realmente o tripartismo, e mostrou a importância do tripartismo, e o Ministério do Trabalho usou do tripartismo para fazer isso, e essa é uma questão fundamental e aqui está o avanço: é uma sociedade avançada e progressista quando usa os métodos realmente do diálogo para poder avançar nas conquistas. E o tripartismo tem provado o que é essa questão.

E o que está em jogo aqui hoje e é a nossa preocupação é que essa atitude da CNI, e, deixo claro, é uma atitude da CNI, porque não é atitude da maioria dos empresários, ela põe em risco a negociação tripartite nesse País, porque nós passamos anos e anos negociando de forma tripartite a NR-12 e, hoje, aqueles que sentaram com a gente na mesa têm a ousadia de dizer para Senadores que não foram contemplados nessa negociação, nessa discussão. Como disse a Drª Aida, tudo que foi negociado foi aprovado por consenso, e não de forma unilateral como foi dito.

Eu gostaria, também, de dizer, e eu acho que foi bom o histórico que o Rômulo fez, e eu quero também fazer um histórico da nossa ação, a ação dos trabalhadores em relação a isso. O meu Sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ganhou um prêmio internacional com um filme que nós fizemos, que era Máquina Risco Zero, que era a mão na boca do leão, e isso, para a gente, foi uma questão de honra, por quê? Porque a demanda surgia e já vinha, há muito tempo, exigindo atitudes nossas, e nós saímos, junto com o Ministério do Trabalho, com a Fundacentro, com o Dr. Zuher, que inclusive participou, várias pessoas na época que se interessavam e se preocupavam com esse tema, em busca de encontrar uma solução para diminuir o número de acidentes e de mortes nesse País.

Nós estamos falando aqui de 601 mortes em três anos só na questão de máquina, mas não falamos das mais de três mil mortes no setor empresarial. São acidentes e mortes todos os dias acontecendo, e não é só com máquinas, mas como estamos dizendo aqui máquinas, e a ideia aqui é se preocupar, porque foi dito aqui que, quando você começa a tentar coibir Auditores Fiscais, porque vão fiscalizar utilizando uma Norma Regulamentadora 12, amanhã vão também coibir os fiscais que vão fiscalizar com a 18 ou com outras NRs que possam vir, porque o objetivo não é somente a 12, o objetivo é coibir a ação. O objetivo é tentar esconder o que está realmente acontecendo no setor produtivo, e têm morrido trabalhadores, e nós não podemos negar e a CNI não pode negar que têm morrido trabalhadores, e tem trabalhadores sendo mutilados.

E, inclusive, eu posso até dizer, não quero ser desrespeitoso, mas ela precisa levar em conta que, naquela época, quando nós discutimos a Convenção – como disse o Rômulo aqui, em São Paulo, nas Convenções Coletivas, a cada dois anos, a gente tinha que refazer a discussão e dar prazo de novo, ouviu, Senador? –, a gente sentava, discutia e dava mais prazo. Aí, os caras não conseguiam fazer, a gente sentava, tinha que dar mais prazo, porque o importante é que eles tivessem boa vontade e fossem realizando os trabalhos de prevenção e protegendo as máquinas.

Lá naquela época, em São Paulo, tivemos problemas, as empresas tiveram problemas. E eles jogavam na nossa cara: olhe, aqui em São Paulo nós estamos fazendo; no resto do País, não estão fazendo, e nós estamos sofrendo concorrências desleais. E ali tinha a Fiesp, o Sindipeças, o Sindimaq e outros representantes patronais, que chegaram à conclusão de que só iríamos resolver este problema da concorrência trazendo para discussão nacionalmente, trazendo para doze. Eles mesmos entenderam. E foram essas pessoas que junto conosco sentaram e discutiram a NR-12. Depois da CNI substituiu seus representantes, apesar de que não substituiu todos, há um que sentou conosco, negociou, aprovou e hoje, na nossa frente, nem fica lá sem jeito dizendo que não pode fazer nada, porque os empresários estão pressionando. Achei até vergonhosa essa atitude, porque eu não faria isso. Eu perderia meu posto no Sindicato dos Metalúrgicos, enfrentaria quem fosse e diria: eu negociei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente, quando eu era sindicalista, eu agia da mesma forma. Depois que fechava o acordo, a assembleia aprovava, não tinha como reclamar, nós cumpríamos o acordo.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Mesmo que tivesse que levar pau na assembleia, mesmo que tivesse que enfrentar o trabalhador, olhar nos olhos dele e falar: eu negociei. Porque nós negociamos. E nós abrimos mão. Na época, queríamos mais, porque ouvi de boca de auditores e de outros mais, de empresários inclusive, que a NR-12 não era o suficiente, ela iria prejudicar os trabalhadores ainda da forma que está. E fomos defendendo e hoje estamos vendo que NR-12, aquilo que acertamos, não era o suficiente. E não é, pessoal. A NR-12, da forma que está, ainda não é o suficiente para acabar com os acidentes e as mortes neste País, com máquinas inclusive. Por exemplo, sou torneiro ferramenteiro, não consigo imaginar um cara morrer num torno mecânico, e morre. Morre! Vi um cara enrolando em um torno mecânico, morto. Por quê? Porque a máquina tem isso. Naquela época, a concorrência desleal que o pessoal dizia. Os empresários falaram: a concorrência vai nos prejudicar, porque aqui em São Paulo temos e lá não tem. Então, vamos para lá, vamos levar. Trouxemos. E acredito que é uma obrigação nossa sentar e tentar encontrar os problemas. E já falamos isso para eles. A Aida colocou muito bem, qual o problema, onde está o problema. O problema é que eles não querem apresentar o problema, porque o que eles querem é sustar a NR-12.

Então, precisamos e talvez aqui seja bom agora a participação dos Senadores e do Senador Cássio Cunha Lima, que nos ajude a dizer para os empresários: então, tragam os problemas, vamos discutir os pontos. Agora, não vamos aqui ficar fingindo que não há negociação, porque nós trabalhadores, e posso dizer que não vi do

Ministério do Trabalho, em nenhum momento, qualquer recusa para negociar. Sempre estivemos abertos, e há poucos dias negociamos. Tivemos até um arranca rabo entre nós, os colegas, mas negociamos. Aceitamos mudança, para poder avançar, para poder dizer: não somos nós que vamos prejudicar as empresas neste País, porque temos consciência, o emprego é importante para os trabalhadores.

Para finalizar, Senador, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Gostaria de dizer algo sobre as máquinas que estão dizendo que não pode. Não vi máquinas que não podem trabalhar, mesmo as máquinas mais obsoletas que temos, que são as máquinas de engate por chaveta, conseguimos fazê-las funcionarem com aquelas proteções simples, como foi dito aqui.

E elas funcionam. Aqueles empresários que resolveram fazer fizeram e estão usando. Ninguém foi lá para interditar a máquina com engate chaveta.

Há alguém aqui que nunca viu uma máquina de engate chaveta? E dizer que ela não está trabalhando? Todas estão trabalhando. Aquelas que foram protegidas de forma mecânica estão trabalhando.

Então, dizer que uma máquina veio da Suíça e não pode trabalhar? Isso é ironia, do meu ponto de vista. (*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – E aí, assim, não vi, na minha experiência sindical de negociador, olho a olho, olhando no olho do patrão, nunca vi empresa quebrar, porque ele deu um aumento de salário, honrou os compromissos trabalhistas ou fez qualquer proteção das máquinas da sua empresa, para que o trabalhador pudesse trabalhar com segurança. Nunca vi empresas quebrarem por causa disso.

E acredito que nenhuma neste País vai quebrar por causa disso. Não vai ser a NR-12 que vai quebrar as empresas, mas talvez atitudes de pessoas irresponsáveis, que procuram levar o foco para outro lado. E aí não se vê, realmente, onde está o problema neste País, para a gente resolver.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Luiz Carlos de Oliveira, o Luizinho, assim conhecido, que falou pela Força Sindical e que demonstrou, inclusive, suas preocupações, que põem em risco o próprio processo de negociação, que nós, que viemos do movimento sindical – eu vim do movimento sindical –, defendemos sempre. Negociou, tem de respeitar o que foi acordado.

Agora, pela UGT, Sr. Francisco Pereira de Souza Filho, Secretário de Organização Política da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – Muito obrigado, Senador.

Aproveito para cumprimentá-lo, para cumprimentar todos os nossos companheiros que compõem a mesa e os meus amigos todos, aqui do plenário.

Eu queria começar, primeiro, fazendo aqui um registro da atitude do Senador Cássio Cunha Lima. Acho que o Senador foi assim muito coerente.

Da semana passada para cá, quando começou essa coisa a ficar um pouquinho mais aquecida, o assunto a tomar um pouco mais de volume, eu o procurei e, infelizmente, nos dias em que estive aqui, na quarta e quinta-feira, não consegui falar. E ele me ligou na sexta-feira. Na sexta-feira, então, ele me ligou, e conversamos um pouco. E confesso que fiquei surpreso porque, na conversa que tivemos, ele demonstrou não conhecer algumas coisas que giravam em torno da NR-12.

E, quando lhe disse algumas experiências que já havíamos tido durante esse período todo de negociações, ele finalizou a conversa, dizendo: "Olha, eu acho que temos de continuar conversando, temos de debater. E o que pode ser feito agora é tirar o caráter de urgência do PDS – PDS, não é, Senador? –, para se discutir um pouco mais". Tanto que, nas redes sociais, pelo menos para o grupo sindical, essa informação foi passada. Foi passada essa informação. E, hoje, aqui, de forma muito contundente, não fugiu um milímetro daquilo que havia conversado comigo, afirmou e publicamente aqui disse que estaria tirando o caráter de urgência do PDS.

Então, a primeira questão... E aí eu não queria falar de algumas questões técnicas, porque acho que tivemos aqui uma aula extraordinária. No período da manhã até agora, cada um daqueles que usaram a palavra foi realmente espetacular, todos, cada um trazendo novas informações e todas elas enriquecendo a necessidade de se saber que a NR-12 não é uma norma que precisa ser sustada, que precisa ser suspendida, que precisa acabar. Ao contrário, ela precisa ser aperfeiçoada.

E há uma questão que realmente... São três questões que queria abordar aqui. Primeira, não sei qual é a visão que os empresários têm da NR-12, porque algo que me deixa...

Estou aqui, desde o início, tentando encontrar uma palavra para justificar esta, digamos, mudança de opinião, essa mudança de postura do setor patronal – e estou falando de uma forma mais ampla – de propor uma medida radical contra a NR-12, sendo que tudo que foi feito até agora foi feito com base no consenso.

Então, não houve em nenhum momento, e as atas são públicas, e já foram lidos vários trechos delas, onde se deixou muito claro que ali prevaleceu a vontade do tripartismo. Ou seja, se isso não valer alguma coisa, o que vale? Então, de depois de 10 anos, 12 anos trabalhando em cima de vários consensos, quando chega isso ao ponto melhor, se diz: "agora não vale mais". E "não vale mais" a ponto de trazer uma confusão importante.

Ainda continuo sem palavras para tentar compreender quais foram as informações levadas ao Senador Cássio Cunha Lima e aos Deputados, pelo menos aos dois que apresentaram até agora projetos de lei na Câmara dos Deputados com a mesma finalidade. Inclusive, um, fiquei sabendo agora, que reapresentou a questão do caráter de urgência na Câmara dos Deputados.

Então, eu não sei qual foi a história contada, porque nós trabalhamos durante esses anos todos exatamente para construir essa norma e agora parece que as coisas não valem mais.

Então, essa é uma questão que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu espero que esses dois Deputados sigam o exemplo do Senador. O Senador, em uma audiência pública representativa como esta, assumiu de retirar a urgência.

Eu não sei o nome dos dois Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Alceu Moreira e Silvio Costa.

Fica aqui já o meu apelo aos dois Deputados no sentido de que retirem o requerimento de urgência e se somem a essa mesa de negociação para acharmos um caminho de diálogo; que não prevaleça essa urgência, que não tem motivo algum.

Por tudo que eu ouvi aqui, eu também não entendi, até o momento, o motivo pelo qual lá na Câmara estão mantendo a urgência.

Quero já preservar o Senador, que decidiu pela retirada da urgência.

Fica o apelo aos Deputados Silvio Costa e Alceu Moreira para que retirem o pedido de urgência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E fica também o pedido ao Mendonça – e eu conheço os três –, de forma tal que sigam o exemplo do Senador Cássio, Líder da oposição aqui no Senado, e também retirem esse pedido de urgência.

Pode continuar, meu amigo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – Então, nesse linha, eu queria deixar registrado aqui essa postura do Senador que, ao tomar ciência, conhecer um pouco melhor o assunto, não teve dúvidas em dizer que é preciso aprofundar um pouco mais, é preciso debater um pouco mais. E eu acho que essa é a postura que deveriam todos tomar antes de propor uma medida como essa.

A segunda questão que eu queria colocar, amigos, é que sempre, em todas as discussões, apareceram pelo menos duas questões envolvendo o mesmo assunto. Uma era em relação à operacionalidade, argumento levantado pelo setor patronal, e a outra era a questão de custos.

Eu gostaria que vocês me permitissem falar um pouco a respeito da corporação. Eu trabalho no setor de panificação e confeitaria. Acho que as únicas coisas que e conheci que têm vida eterna são máquinas de padaria. O cilindro de massa tem vida eterna, é exatamente a mesma máquina desde quando a inventaram até hoje.

Então, ela trabalha com um produto macio. A farinha, o sal, o açúcar, a manteiga, essas coisas não estragam os tubos, que são feitos de ferro. Mas a mão, o braço não tem conversa. Então, essa máquina tem vida eterna. As primeiras estão em operação até hoje.

Bom, nós discutimos ao longo desses anos todos, como nós sentimos esse problema de forma muito dura, muito forte, dentro do setor de panificação, nós fomos buscar muitas formas; uma delas pelo menos, Senador e amigos todos, nós tentamos minimizar, que era a questão de custos. E, em São Paulo, por conta dos consensos de tudo aquilo que nós produzimos em torno da NR-12, nós conseguiremos até linha de financiamento, pelo Estado de São Paulo, governador Alckmin, a juro zero, para financiar as máquinas dentro setor de panificação e confeitaria, para que pudesse... – como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – O Paraná também –, para que pudesse dar início a esse processo, sempre com aquela paciência: "Olha, se precisa de prazo, vamos dar mais prazo, vamos discutir com calma", mas um dos itens que era, assim, bastante sentido nas reuniões, era a questão, realmente, de como financiar esses equipamentos. Então, fomos, corremos atrás, e o setor patronal de lá de São Paulo ajudou, trabalhou nisso, e nós, certamente, estávamos muito na frente, até porque, em último caso, o sofrimento maior é de quem é atingido por um acidente, no caso, aí, é o trabalhador ou quem lida com aquela máquina.

Nós não entendemos porque essa questão foi deixada de lado em vez de buscar-se então: "Bom, se o problema é financiamento, se o problema é buscar uma máquina melhor, então vamos discutir com o Senado, vamos discutir com a Câmara dos Deputados, vamos discutir onde estiver palco quais são as formas que podemos encontrar no sentido de poder baratear, chegar essas máquinas até o mercado", e por aí vai.

Essa é uma questão que me estranha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – Estranha-me.

E a última é, exatamente, aquilo que alguns já haviam colocado aqui, que não se trata apenas de modernização, isso não tem absolutamente nada a ver com modernização de processo de produção, produzir com mais ou com menos. Não se trata disso. Trata-se, realmente, de uma questão humana.

Senador, a minha categoria, padeiros de São Paulo...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – ...onde vivo desde menino, desde criança, portanto eu sou testemunha dos acidentes ocorridos com adolescentes, meninos e meninas, que, antes mesmo de chegar ao mercado de trabalho, já não poder mais ingressar por perder mão, braço, e por aí vai. Então, é uma questão humana. Não se trata de uma questão econômica, de modernizar disso ou daquilo. Trata-se de uma questão humana. Então, contra isso eu acho que vale qualquer esforço.

Falei com o Ministro da Previdência semana passada. Nesses últimos sete anos, foram gastos R$70 bilhões com acidentes de trabalho. Não é possível isso não ter nenhuma repercussão. Será que não vale nenhum esforço no sentido de procurar encontrar uma solução, encontrar um caminho?

Eu acho que é importante que as partes sentem-se, baixem um pouco aqui a fervura e procurem encontrar um caminho. Mas o palco é exatamente esse. Aliás, estou vendo aqui o presidente do Sindicato Patronal da região do ABC, Antônio Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que pediu a palavra, eu vou dar a palavra para ele depois.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – Perfeito. Desculpe, Toninho, não tê-lo cumprimentado, mas é um prazer sempre estar aqui como você, que ajudou nas negociações no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – A NR-12 é uma necessidade. Se há coisas para ajustar, vamos ajustar. Agora, nós não podemos, açodadamente, propor qualquer medida que tire isso, que é uma proteção para os trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Francisco Pereira de Souza Filho, que falou pela UGT.

De imediato, José Aparecido Bastazini, que é consultor do Sindipesa (Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais).

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – Boa tarde, Senador.

Obrigado mais uma vez pelo convite, para que nós possamos contribuir com o nosso País.

Antes de mais nada, quem somos e quem representamos? O nosso ativo é movimentado, então ele é o guindaste, ele é um transporte especial. Isso leva também a crer a abertura de mercados, inclusive quando tem equipamentos sucateados no exterior para mandar para o País.

Qual é a atuação? Toda a infraestrutura do nosso País.

Nossa representação na economia. Nós estamos falando de aproximadamente três mil empresas, geramos em torno de 35 mil empregos, um faturamento bruto de 3 bilhões/ano.

Tipo e característica das cargas transportadas. Então, nós temos aí... Paramos rodovia para poder atender a necessidade dos clientes. São algumas peças que, literalmente, ocupam espaço, dependem de normas regulamentadoras, inclusive para atender a parte do transporte especial.

Bom, aqui um fiz uma visita a campo e, por sinal, eu fiz uma denúncia ao Ministério do Trabalho. Isso é um parque eólico onde havia estrangeiros trabalhando com visto de turista, e os EPIs são isso que vocês estão vendo.

Aqui nós temos algumas figuras de acidentes. Se puderem colocar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – Aqui é uma operação do exterior.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – Atentem-se aos operadores e ao tamanho da peça que está correndo o risco iminente de cair sobre eles.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – Só para finalizarmos, o que acontece? Muitas vezes, nós olhamos o chão de fábrica. Eu também vim de chão de fábrica de empresas multinacionais. Então, quando trazemos isso para este novo cenário, devemos entender que, com a crise na Europa e na América do Norte, que aconteceu de 2008 a 2011, o *boom* na infraestrutura do nosso País abriu o mercado brasileiro. Trouxeram equipamentos sucateados para o nosso País, colocando em risco os operadores desses equipamentos.

Então, nós, do Sindipesa, apoiamos que se assegurem as operações dentro das NRs e que também se disciplinem, dentro da CLT, as penalidades cabíveis.

Obrigado, Senador. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é José Aparecido Bastazini, Consultor do Sindipesa (Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais), que mostrou, com um pequeno vídeo, suas preocupações com os acidentes, dizendo que acha importante que se respeitem as NRs.

Muito bem!

Com a palavra, Eduardo Lírio Guterra, Secretário-Adjunto de Saúde, que vai falar pela CUT.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois, falará Washington, pela UGT.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Boa tarde, companheiros!

Cumprimento o companheiro Itamar e o companheiro Ricardo, que estão aqui representando os químicos de São Paulo, e o companheiro de Manaus, que é metalúrgico em Manaus. Nós trouxemos gente de longe para debater esse tema.

Além de parabenizar o senhor pela audiência e pela oportunidade que tivemos de ver o Senador entendendo a complexidade desse processo, quero dizer que foi uma vitória a organização desta audiência.

Há outra questão também importante, que quero comungar com o companheiro que me antecedeu: as pessoas que deram uma colaboração nesse tema de muita complexidade.

Acho que até fica difícil para nós, que falamos agora, nos minutos finais, mas há algumas coisas que podemos repetir.

Chama a atenção o que foi colocado em termos de números de acidentes de trabalho com a NR-12 vigorando. Essa é uma questão que está colocada para nós. Se vai modificá-la, qual é o sentido da modificação? Onde é que vamos mexer na NR novamente? Pelo que estamos acompanhando, estamos chegando perto do limite do que seja seguro, para que as máquinas não continuem matando e deixando as pessoas com sequelas para o resto da vida.

Ao contrário do que ouvi aqui, penso que a gente jogou uma luz em cima desse projeto.

Eles falam o que eles querem, qual é o problema da NR-12. Eles reclamam da alta complexidade da norma, o que é verdade. É uma norma complexa, porque mexe com empresas mexe com emprego, mexe com a vida dos seres humanos. É complexa.

A desconformidade com o padrão mundial. Não é o que foi colocado aqui, inclusive quando a colega questiona qual é o equipamento importado que não se consegue operar no Brasil.

A retroatividade das obrigações. Ora, desde 1978 que se discute essa norma, e você vem aprimorando, mexendo e acompanhando o mundo real, acompanhando a modernização das gravações de trabalho e até mesmo das novas tecnologias. Tem que estar acompanhando isso.

Essa questão da retroatividade é não diferenciar o que é mais antigo e o que é mais novo. Não dá para fazer uma norma que vale para Chico, mas não vai valer para Francisco. Pelo menos é isso que temos observado.

A não consideração dos impactos econômicos na mudança. Acho que essa é uma questão relevante, mas é uma coisa abstrata, sob o ponto de vista de estar colocando algo que possibilita argumento para se mexer na NR-12.

Falta de apoio à estatal para a implantação das mudanças determinadas pela NR-12. Pelo que nós vimos aqui, também não procede, porque foi dado prazo de 66 meses para alguns itens importantes questionados por eles. Inclusive, salvo engano, o Ministério do Trabalho tem feito ações no sentido de cartilha, de treinamento para os auditores fiscais, uma série de atos para adaptar o nosso trabalho à nova versão da NR-12.

Questão dos custos para conhecimento das novas obrigações. Eu não acredito que quem estava na discussão da NR-12, que aprovou por consenso a NR-12 não levou esse assunto em consideração. Muito pelo contrário, talvez ele que venha primeiro para essa discussão.

A falta de um órgão oficial, certificador, que valide as máquinas e equipamentos. Não preciso falar sobre isso. Acho que nenhum equipamento vai entrar em operação sem que tenha sido certificado.

O elevado custo econômico para as adequações exigidas na NR-12 e a retirada dos fabricantes nacionais da concorrência internacional.

Então, há aqui os pontos específicos, que eles colocaram, para o nosso Senador.

Outra coisa, até porque esta é uma audiência pública: nós sabemos que não se aprova uma NR, uma norma da importância desta, sem que haja aqueles processos que foram colocados aqui, como normas internacionais da OIT; consenso na CTPP de que esse ponto é pacífico, se não ele não vai para frente, porque tudo que é feito ali é aprovado por consenso; além de você criar uma comissão específica, temática, para fazer um trabalho em separado, dar uma colaboração mais refinada para trazer o debate para a Comissão, que tem vários outros temas.

Essa afirmação de que poderíamos ter aprovado uma NR, de forma antidemocrática, do Governo, usando um poder que ele tem... O Governo tem um poder, o Ministério do Trabalho tem poder de criar normas de saúde e segurança. Isso tanto está na CLT quanto na Constituição Federal. Mas não foi isso.

Deputado, temos um problema para resolver, um desafio, porque, ao mesmo tempo em que vemos a boa vontade da Casa, dos Senadores, atendendo à solicitação de V. Exª, nós temos um desafio, porque eu acredito que a matéria vai voltar para a Comissão, porque nós estamos lá. Mas qual é o nosso limite nessa discussão?

Observamos que a discussão do questionamento da NR-12 aqui e outros questionamentos, de outras regras, no Ministério do Trabalho, no da Previdência e no Judiciário, é uma estratégia que temos que debater e para qual temos que trazer uma luz, porque, se ficarmos trabalhando com essa espada em cima da cabeça, se não fizer do jeito que eu quero, do jeito que tem que ser feito, ou eu vou para o Judiciário, ou eu vou para o Legislativo, o que eles estão fazendo, é uma frente. Não é uma coisa isolada. Temos percebido isso nas discussões que fazemos. Quem acompanha a discussão do tema saúde e segurança sabe que os empresários, muitos deles, nem todos, sabemos que alguns querem discutir isso da forma que o assunto requer.

Porém, estamos percebendo que a maioria deles quer levar a coisa para o outro lado.

Com relação aos acidentes, é uma questão que nos preocupa, porque estamos colocando a vida dos trabalhadores em risco, e mesmo assim não conseguimos fazer com que eles entendam a importância dessa norma para proteger os trabalhadores.

Por fim, eu acho que já foi mencionado aqui pelos companheiros, pela maioria do nosso bloco do movimento sindical, o problema do tripartismo no Brasil, do cumprimento das normas internacionais e aonde nós vamos com esse tripartismo em que, às vezes, quando me agrada, eu quero, e quando me desagrada, eu não quero. É o caso, por exemplo, dos desafios que estamos vivendo na discussão com o Governo e com os empresários do plano nacional de saúde do trabalhador, que, para nós, precisamos mexer, precisamos evoluir. O empresário não quer porque para ele está bom. Há ali pontos importantes para implementar uma política de saúde do trabalhador verdadeiramente no Brasil.

Fui um pouco prejudicado no final. Prejudicado no sentido de que foi um debate bastante enriquecedor. Em nome da CUT, eu queria mais uma vez agradecer ao Senador e a todos os que contribuíram para o debate. Eu acho que este tema tem que voltar para a CTPP, que é o lugar em que temos que discutir esses assuntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Eduardo Lírio Guterra, que falou pela CUT e mostrou suas preocupações.

O debate vai continuar. Não é porque foi retirada a urgência que vamos encerrar o debate. Nós temos que estar em estado de alerta permanente para essa questão, assim como para a terceirização.

Passo a palavra agora ao Washington Santos, o Maradona da UGT, que é o coordenador da Bancada dos Trabalhadores na Comissão Tripartite Temática.

O SR. WASHINGTON SANTOS – Boa tarde a todos.

Mais uma vez, é com muita satisfação que cumprimentamos o Senador Paulo Paim por mais esta batalha que vencemos hoje. Porque a guerra continua declarada, nós vencemos uma batalha hoje. Mesmo quando Deputado e agora como Senador, o Senador Paulo Paim nunca hesitou em travar a luta em defesa dos trabalhadores. Em nome dele, quero cumprimentar todos da Mesa e do plenário também.

Quero dizer, Senador, que hoje também estão aqui alguns representantes que fazem parte da CTPP: o Luizinho, que está aqui na Mesa; o Itamar, que é da CUT; e o Jairo, que é da Nova Central. Outros deveriam vir também, mas tiveram um problema. O Erivan não veio e também faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas palmas para toda a equipe, que está lá fazendo o bom combate. (*Palmas.*)

O SR. WASHINGTON SANTOS – O Rômulo, que também faz parte da CTPP, pelo Governo, o Rômulo, o Rinaldo e todos. Quero também registrar a importância de ter o Zuher Handar aqui, que foi da Fundacentro e foi o responsável pela publicação da portaria que instituiu o tripartismo.

Nós que fazemos parte da CTPP vivemos lá constantes batalhas, Senador. O interessante é que todos os temas são discutidos, são debatidos. O que vem acontecendo ultimamente e que nos causa espécie – a luz amarela já está acesa, na verdade – é com relação à ação açodada da bancada patronal, que, na verdade, visa descaracterizar o tripartismo.

Uma função muito importante da democracia é atender todos os quesitos sociais. E envolve governo, envolve o setor patronal e envolve os trabalhadores. Ou seja, é o conjunto que realmente coordena e comanda a cadeia produtiva do País. Ultimamente, isto vem acontecendo constantemente: várias decisões são tomadas na CTPP.

E é interessante observar, Senador, que, como já foi dito aqui, eu acho que nós nunca realizamos uma palestra de cunho técnico tão rica como a de hoje, que elencou toda a origem de concepção de uma norma de segurança do trabalho. Isso é o mais interessante. Ela não surge na cabeça de um iluminado, Senador, que diz: "Eu quero fazer isso hoje". Não!

São demandas que surgem da sociedade, tanto dos trabalhadores, quanto do patronal ou da própria sociedade no comum, o trabalhador comum lá que, de repente, aconteceu alguma coisa para ele que serve como experiência, ele manda uma mensagem ao Ministério do Trabalho, isso vai pautado na CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), é criado um grupo temático para discutir, é criada uma comissão permanente. Quer dizer, há várias instâncias paritárias. Isso é o mais interessante, porque participam todos para discutir.

E hoje a luz amarela intensa que tem que ficar para nós é com relação à questão de fortalecer o tripartismo. Então, eu entendo até que a proposta que já foi colocada aqui e que o Senador já mandou que fosse inserida na pauta – e nós temos que realmente fazer esse debate – é com relação ao tripartismo.

A NR-12 foi a primeira que gerou todo esse debate, mas já há outras situações acontecendo na Câmara. Há uma agora lá que trata de derrubar a portaria do benzeno, que está dentro da NR-12 também – aliás, a portaria do amianto. Essa é uma portaria extremamente importante para o trabalhador! E o mais interessante é que, dentro das comissões que estão lá discutindo, as que colocam não têm nada a ver com o setor que está discutindo. Então, está virando praxe.

E, com relação à questão da NR-12, a primeira alegação que foi feita, de fato, é que os trabalhadores estavam sendo intransigentes. Não foi isso, Jairo? "Não, o trabalhador não quer discutir, não quer flexibilizar..." Pelas falas tanto do Senador Cássio Cunha Lima, quanto do Senador Douglas Cintra, com a devida vênia, faltaram com a verdade com os Senadores. Faltaram com a verdade com os Senadores. E, óbvio, eles têm que atender ao aclamo da sociedade que o procura. Eu achei que o Senador Cássio Cunha Lima foi extremamente feliz na fala dele. Nós entendemos isso também. Tanto é que o movimento sindical, toda vez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Toda vez que foi chamado, veio para cá.

O SR. WASHINGTON SANTOS – Ele vem para cá! Ele vem aqui buscar a Casa de Leis realmente, para poder avançar. Nesse ponto, nós concordamos. A maneira como isso ocorreu é que foi desleal, porque nós estávamos debatendo a NR-12 na CTPP, e, por outro lado, a bancada patronal estava procurando os Senadores para meter uma urgência para suspender uma norma! Olhem o tamanho do absurdo: suspender a aplicação de uma norma!

Está bom, mas você vai suspender para pôr o que no lugar? – como já foi dito aqui. Nada! Não há proposta. "Nós não estamos fazendo isso e isso?" Mas, em algum momento...

E aí é que entra o interessante, Senador, e nós temos que cumprimentá-lo por esta sua demonstração, mais uma vez: "Esperem aí: vamos ouvir o outro lado!" Até então, só estavam trabalhando aqui com o lado patronal. Nem chamaram o Governo, nem chamaram os trabalhadores. Aí nós tivemos que sair correndo como malucos, desde sexta-feira, mas conseguimos mobilizar, todos tiveram papel extremamente importante. Tanto é que – o Chiquinho lembrou bem aqui –, na sexta-feira, nós ainda hesitamos um pouco, Senador. O Chiquinho

conversou com o Senador Cássio Cunha Lima, e ele disse: "Não, eu vou..." Por conta de todas essas alegações que ele já havia escutado de outros... Mas acho que o Chiquinho ficou com ele uma hora no telefone – não é, Chiquinho? –, dizendo: "Não é assim que funciona! Existe a CTPP, existe a Comissão!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero cumprimentar também as redes sociais, porque todas elas começaram a bombar essa questão e a demonstrar preocupação. Tudo ajudou.

Eu recebi o seu. O meu eu recebi do Chiquinho.

O SR. WASHINGTON SANTOS – E explicou para o Senador: "Não, Senador! Há comissões, Senador."

Essa NR-12 não saiu assim num estalar de dedos. Foram mais de dois anos de discussão. E, até pelo nosso calendário, para que seja publicada uma norma, Senador, são no mínimo dois anos. No mínimo dois anos, porque ela passa pelas comissões, é feita uma consulta pública... Vejam só a dimensão social que ela atinge. É feita uma consulta pública, para que até aquele da pequena empresa, que era a alegação deles – "estão lá no cantinho, sem serem lembrados por ninguém" –, também mande a sugestão dele. E ela é rica, é usada na concepção do norma. Então, a norma passa por sérias fases antes de ser publicada!

Há algo ocorrendo hoje que também nos preocupa, Senador. Mesmo chegando a todo esse ponto e fechando no consenso, quando se chega à última instância, que é a CTPP – houve isto na NR-20 –, Senador, não sabemos por conta de que isso acontece também, mas chega um representante patronal que faz parte da comissão e diz o seguinte: "Nós não concordamos com isso, nós não podemos aprovar". E dizemos: "Mas como? Quem você indicou na ponta aprovou. Vocês discutiram". Então, eles tiram também a autonomia de quem está lá na representação.

Eu acho que já está exaurido o tema, não sobrou muita coisa para podermos falar, mas, para nós do movimento sindical, a luz amarela está acesa. Para a representação também do Ministério do Trabalho, a luz amarela está acesa. As normas que há aí – isto é o mais preocupante, Senador – foram aprovadas por esta Casa de Leis. As convenções da OIT de que o Brasil é signatário foram aprovadas por esta Casa de Leis e promulgadas pela Presidência da República. Todas elas. Então, foi muito boa a palestra do Procurador também, que elencou esses pontos. Não se pode, pura e simplesmente, apresentar um projeto e dizer "Acaba com tudo isso, vamos para o zero, e esqueçam".

Para nós que somos prevencionistas, Senador, a nossa prioridade é preservar a vida do trabalhador. E o que é de pequena empresa não tem menos valor que o da grande empresa, todos estão no mesmo tamanho.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador, a todos os companheiros – todos saíram correndo que nem malucos para poderem se mobilizar e fazer valer os nossos direitos. Cumprimento, mais uma vez, o Senador Cássio Cunha Lima e o Senador Cintra, pela posição nobre que ambos tomaram.

(Soa a campainha.)

O SR. WASHINGTON SANTOS – Foi muito interessante sua observação com relação aos dois participarem da audiência pública. Isso não é comum, porque eles já ficam pensando que vão ser apedrejados e, então, já nem vem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O que não aconteceu.

O SR. WASHINGTON SANTOS – Tiveram uma ação nobre de entender.

Senador – e deixamos isto muito claro para o Senador Paim e também para o Presidente Renan, Presidente do Senado –, nós não estamos fugindo do debate, nós queremos o debate, mas que ele seja feito de maneira justa. A maneira como ele foi colocado inicialmente não estava sendo justa. Então, nós vamos continuar no debate e não dormir, porque a tirania só adormece.

Obrigado. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maradona, que falou pela UGT, que faz parte também da Comissão Tripartite.

Por fim, eu convido agora o Dr. Floriano Martins de Sá Neto, que é Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Floriano, com a palavra.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador Paulo Paim. Cumprimento toda a Mesa na pessoa dele.

Eu quero dizer que saio daqui agora, realmente, conhecendo um pouquinho mais da NR-12. Apenas líamos sobre ela, vendo como uma coisa distante, já que somos servidores públicos e não estamos sob a égide dela – pelo menos, eu acho que não temos isso no serviço público.

Eu fiquei aqui pensando em como eu poderia contribuir com esse debate, já que cuidamos, na área da Receita Federal, dos recursos financeiros que são arrecadados em nome da sociedade brasileira, e também relembrar um pouquinho da nossa vida previdenciária, que é o outro lado do mundo do trabalho, o lado da Previdência Social. Eu acho que todo trabalhador sonha em se aposentar, ter lá o seu reconhecimento e faz

isso durante toda a sua vida laboral. No nosso sistema, por mais defeitos que tenha, há um regime em que a geração que trabalha, com seus recursos, sustenta a geração que já trabalhou. Então, há uma solidariedade. É um regime em que não há nada de novo. No mundo civilizado inteiro, usa-se dessa forma.

Voltando à contribuição que eu posso dar, falando um pouquinho sobre a questão financeira, sempre que há oportunidades como esta – e a Anfip faz um estudo que anualmente nós divulgamos, que é a análise da seguridade social –, falo um pouquinho desse orçamento da seguridade social, que é esquecido. Quando se tramita agora o Orçamento fiscal, não se fala nada sobre esse outro, que está lá apensado, descumprindo os princípios constitucionais na sua construção, esquecendo-se de que as políticas da seguridade social são complementares. E não adianta nada eu tratar do mundo do trabalho sem tratar do mundo da Previdência Social, sem tratar da saúde, sem tratar da assistência social de uma maneira global.

Então, a gente sempre aproveita para falar disso e justificar. A Anfip faz isso ano após ano. O problema da seguridade social não é falta de recursos. O orçamento tem sido amplamente superavitário ao longo dos anos, tem sido utilizado, como foi utilizado em 2009, na crise econômica, a primeira, o orçamento da seguridade social serviu, foi utilizado largamente, até sem ser esse o modelo. Ele não foi projetado para entrar nas crises econômicas e para ajudar o Brasil a sair dela, mas isso aconteceu em 2009.

Então, o que temos agora, nessa questão que acho que acendeu a luz amarela, é porque estamos numa crise econômica gravíssima, onde já ficou claro, pelo encaminhamento do pacote de ajuste fiscal quem é que está pagando a conta. Quem está pagando a conta são os trabalhadores que tiveram direitos postergados, como, por exemplo, o seguro-desemprego, os aposentados, com mudança de regras e por aí vai, mas, principalmente, o emprego, se não me engano, são 500 mil trabalhadores que perderam o emprego este ano, 500 mil pessoas que estão aí realmente numa situação muito difícil, os pequenos empresários e vai por aí afora.

Até para produzir um pouquinho mais de lenha nessa fogueira e saber por que essas coisas estão acontecendo, numa das tabelas deste nosso livreto, falamos sobre as renúncias fiscais, ou seja, aquilo que o Governo deixou de arrecadar, aquilo que deu de presente sem nenhuma contrapartida. E a gente fala isso, Senador, com muita tranquilidade, porque a Anfip foi uma entidade que, logo que saiu a desoneração da folha de pagamento, a primeira medida, temos dois livros publicados só sobre a desoneração, já avisávamos: isso não vai dar certo, isso vai destruir a Previdência Social, isso não vai criar um emprego a mais. E o que a gente pode verificar em dois, três anos, o que aconteceu foi a remessa de lucros, principalmente no caso das montadoras, a gente vê isso com muita tranquilidade. As nossas montadoras salvaram as suas matrizes mundo afora através de remessa maciça de lucros, objeto basicamente da desoneração sobre a folha de salários.

Aí, a gente tem os numerosinhos aqui, olha: em 2012, as desonerações foram R$46 bilhões, em 2013, R$78 bilhões, em 2014, R$104 bilhões. Recursos que foram, tenho aqui a relação, temos aqui IPI, por exemplo, financiou as empresas, R$10 bilhões, combustíveis R$12 bilhões, a folha de salários, em que me detive um pouquinho mais, R$21 bilhões, e vem por aí afora.

Então, os empresários, não entendo, realmente, se a motivação dessa discussão for financeira, ao longo desses anos, parece-me que foram contemplados, acredito eu que foram contemplados, bastante, pelo menos é o que os números estão dizendo.

Então, Senador, realmente fiquei chocado com essa questão de estarmos discutindo isso aqui, agora, em pleno século XXI, um retrocesso desse nível. Parece-me que é contraproducente em todos os aspectos. Estamos inserindo o Brasil, sendo mais um motivo de vergonha do nosso País lá fora, de estarmos descumprindo uma resolução já assinada, já em vigor, um retrocesso brutal.

No que diz respeito à Previdência Social, a gente já vem escutando isso oficialmente, através dos números, a Previdência se preocupa com o número: olha, aumentou o auxílio-doença, olha aumentou o auxílio-acidentário. E, como não temos, Senador Paulo Paim, esse olhar que englobe o trabalho, a Previdência Social, a saúde como uma política única, a gente olha o número e esquece de olhar que, por trás daquele número, tem aquilo que foi dito aqui, um trabalhador que perdeu a mão, que perdeu um braço, que perdeu a vida e que perdeu a dignidade, ainda mais quando a gente olha um jovem entrando no mercado de trabalho. Meu Deus do céu, em que mundo vivemos! Então, realmente, a Anfip vem aqui falar rapidamente isso.

Sobre a parte fiscal, não temos problemas com o orçamento da seguridade social. Provavelmente, neste ano de 2015, ele não será superavitário, ou talvez pouco superavitário, mas essa não é a discussão.

A discussão já foi bem colocada pelo último companheiro que falou aqui. Realmente, temos que ficar atentos ao que está acontecendo, e a gente está vendo. Quem está pagando a conta do ajuste? E, agora, essa conta está sendo ampliada. Parece-me que, cada vez mais, está-se buscando outros atores que estão desprotegidos e, aí, só nos resta estarmos juntos, os entes governamentais, que atuam na matéria, as entidades representativas. Chamo muita atenção, é hora de fortalecer, de dar condições para que as nossas entidades,

sindicatos, federações, centrais, possam, efetivamente, defender o interesse maior do trabalhador e, mais do que isso, o interesse do Brasil, é disso que estamos falando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Floriano. (*Palmas.*)

Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto. Alcanço aqui já um dos livros que não chegou ainda, mais para mostrar que o estudo que a Anfip faz e nos apresenta todos os anos serve de subsídio muito grande para o debate aqui dentro do Congresso, que todo mundo, todo mundo não, mas uma parcela grande daqueles que pensam diferente de nós, tem a mania de dizer que a nossa Previdência está falida, está quebrada e que não dá, na verdade, apontando que tem que ir para a área privada. E, aqui, Floriano, tu enriqueces o debate.

Com certeza, enquanto não tivermos segurança no trabalho, significa mais gente mutilada, machucada, ou morta, e, quando o cidadão morre, a viúva tem que receber da Previdência. Então, não ter proteção no emprego, no fim, quem perde, primeiro, é o cidadão, em seguida, a Previdência, porque vai ficar afastado um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos. E, por incrível que pareça, o empresário não percebe que ele também perde, que deixa de ter um profissional capacitado devido o acidente e vai ficar afastado. Então, foi muito boa a tua contribuição nesse aspecto da Previdência.

Agora, vou chamar três do plenário, que se inscreveram, e vou começar com o Sr. Antônio Carlos Henriques. Pode usar o microfone aí, por cinco minutos, pode se identificar e a entidade que representa.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – Bom dia a todos, ao Senador Paulo Paim, e ao meu amigo Presidente do Sindicatos dos Trabalhadores, Chiquinho.

Na verdade, só para deixar claro que pertenço ao Sindicato da Indústria de Panificação do ABC e sou Secretário-Geral da Abip e Diretor da Fiesp. Nós, do patronal, do setor da panificação, não somos contra a NR-12. Nós somos contra sustar essa NR-12 que está aí, porque está concebida de forma totalmente inequívoca. Foi iniciada de forma errada e foi contemplada de forma errada. Então, achamos que será muito mais fácil construirmos outra norma do que propriamente tentar regularizar ou melhorar essa que está aí. Essa é a minha opinião e a do nosso setor.

Falando do setor da panificação, que congrega aproximadamente 65 mil empresas, quase um milhão de empregos diretos, mais ou menos 40% desse setor é familiar. E, quando falamos familiar é familiar mesmo, pai, mãe, filhos, que trabalham dentro da empresa. Isso representa aproximadamente 120 mil pessoas, que, para atender à NR-12, com certeza, teriam que fechar suas empresas e haveria mais 120 desempregados no Brasil. E já temos muitos.

Então, acho que da maneira como está, infelizmente, não é possível de ser atendido. E também coloco aqui na questão da segurança no nosso setor, que, por ser de micro e pequena empresas, 95%, acho inconcebível que eu, como empresário, queira que o meu filho, ou o meu parente que esteja trabalhando comigo seja acidentado. Também é inconcebível para mim, como ser humano normal, que um funcionário que tenho, um padeiro que tenho, só tenho um padeiro, que eu queira que ele se machuque, que eu queira que ele fique sem poder trabalhar. Isso é inconcebível, não existe, não é possível. Ficarei sem ninguém para poder trabalhar.

Então, nós não somos contra a segurança, muito pelo contrário, nós queremos muito a segurança, mas uma segurança que realmente possa ser concebida, que as empresas possam ter essa segurança de uma forma tranquila. Por isso, nós somos contra essa NR-12 que está aí. Nós queremos continuar discutindo, estamos abertos, aliás, o setor da panificação foi o primeiro que se sentou na mesa para negociar, e não foi agora não, foi há 12 anos, na questão de uma máquina, o cilindro, que é a mais perigosa, que nós iniciamos essa conversa. Quer dizer, o setor não quer simplesmente fechar questão e não falar mais.

Outra questão que nos causa muitos problemas é a questão da retroatividade. Isso é inconcebível, gente. Quer dizer que, se um carro passa a ter ABS agora, os outros não podem rodar mais porque não têm ABS? É inaceitável esse tipo de coisa. Eu acho que daqui para frente, o.k., ela deve ser concebida daqui para frente; nenhum projeto retroage. Então, na verdade o setor da panificação vem aqui realmente nesta audiência pública demonstrar o interesse de nós continuarmos a ter esse diálogo, seja com a CTT, seja com o Senado, com a Câmara dos Deputados, não importa. Queremos discutir, sim.

E outra questão que eu acho que será muito importante é que a norma venha diretamente para as empresas de indústrias de máquinas, e não para as padarias, ou para as empresas que compram as máquinas, porque é lá que são produzidas as máquinas, é nesses locais que são colocados, ou não, os equipamentos que melhorem a segurança.

Então, eu acho que há algumas questões dentro da NR que estão erradas, foram concebidas de forma errada. E nós não podemos ficar discutindo uma coisa e assumirmos a culpa que nós não temos. O setor industrial não pode assumir uma culpa porque ele não fabrica máquinas, ele usa as máquinas para produzir alimentos ou para produzir outros tipos de produtos. Nós queremos, sim, ter máquinas seguras cada vez mais, e queremos

ter máquinas seguras, mas não máquinas mais caras. A partir do momento que houve essa eloquência da NR-12, as máquinas do setor da panificação cresceram a mais de 40%. Isso é absurdo. Eu acho que deve haver da própria parte do Governo, do próprio trabalhador, das centrais sindicais, desses técnicos que tanto conhecem como desenvolver essas máquinas para que não custem tão caro, que não aumentem tanto por uma simples segurança do trabalhador. Isso não é possível, Senador.

Portanto, o que nós queremos, na verdade, é que essa discussão vá um pouco mais longe. Agora, sem dúvida nenhuma, essa NR-12 que está aí não dá para aceitar, não há como as empresas conseguirem aceitar essa NR-12 porque não dá, é impossível você atender. Assim, eu gostaria que esta audiência pública pudesse pensar também nisso: nós estamos aqui, sim, querendo que o trabalhador tenha segurança a maior possível, mas nós não podemos, em hipótese nenhuma, inviabilizar as empresas que empregam os trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS HENRIQUES – E, se isso acontecer, nós vamos ter, realmente, desemprego. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendi aí a contribuição do Sr. Antônio Carlos Henriques, que é Presidente do Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria de Santo André. Pelo que eu entendi, a exemplo do próprio Cássio e do próprio Cintra, ele está aberto ao diálogo, ao entendimento, a dialogar, a conversar sobre o tema. Mas estou percebendo também que estamos buscando aqui uma certa unidade entre nós. Ninguém quer votar essa norma do dia para a noite, chegar e votar lá hoje à tarde. Todo mundo quer encontrar caminhos, e caminho a gente só constrói conversando, dialogando, sentando e negociando. É essa a contribuição que eu percebo que V. Sª dá aqui.

E quando V. Sª diz – e eu quero apenas reforçar o que V. Sª diz – que, normalmente, uma padaria tem muito essa coisa de familiar, eu vejo lá no Sul mesmo, é claro que ninguém quer que o filho, ou a filha, ou o sobrinho, ou que o amigo ali do bairro que trabalha na padaria sofra um acidente. Por isso a importância de haver uma política de prevenção adequada, responsável, no campo da razoabilidade, que é isso que eu entendo que a Comissão Tripartite também quer.

Nós vamos ouvir ali um outro empresário do Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais. Está aqui o Presidente, o Sr. Antônio Carlos Teixeira Álvares.

Eu acho bom isto, pessoal, ouvirmos o trabalhador, ouvirmos o Senador, que tem o seu ponto de vista, e estamos ouvirmos agora dois empresários que se propuseram a dar os depoimentos aqui.

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA ÁLVARES – Pois não, Senador, é uma satisfação estar aqui, um bom dia a todos.

Na verdade, essa discussão acontece por causa de um erro da última edição da norma, e não é o problema da NR-12, é da NR-12/2010. Ela, no afã de resolver todos os problemas do mundo, tornou-se draconiana, muito forte. Ela tem, Senador, cerca de 300 normas indiretas vinculadas a ela. Em vez de ser uma norma só, ela remete a todas as normas da ABNT e outras normas. E isso complica demais as coisas porque dificulta demais a interpretação. E aí reside o grande, o enorme, o imenso perigo de uma ditadura. Todo mundo execra a ditadura por quê? Porque os direitos individuais são massacrados, mas quem massacra os direitos individuais não é nem o presidente ou o general que está no poder, é o cara que está lá embaixo interrogando o pessoal, porque ele tem poder de vida ou de morte sobre o pessoal.

E é assim ainda, infelizmente, no trabalho. O agente fiscal do trabalho tem poder absoluto de vida ou morte. E veja o que acontece. Como a NR-12 se revelou draconiana, e sempre houve conversas, houve uma certa flexibilização das superintendências no sentido de aguardar mais um tempo, porque foi dado um prazo, o prazo foi estendido, só que o fiscal é absoluto, ele é mais do que o agente da ditadura. Porque o agente da ditadura, se o general, se o delegado mandar ele parar de fazer alguma coisa, ele para, mas o agente fiscal é autônomo, ele não é nem um superintendente.

O meu sindicato, eu não vim preparado, eu soube aqui, eu não sabia que ia haver a reunião, representa – são cerca de 20 mil trabalhadores – todas as indústrias que fazem embalagens metálicas, aço e alumínio, desde latas de cerveja, latas de tinta, latas de comida, tambores, aerosóis, e ele é um sindicato nacional, então eu enfrento a situação no Brasil inteiro. Em alguns Estados, nós tivemos verdadeiros achaques, verdadeiras chantagens contra a empresa.

Eu tenho um caso, e isso virou público, eu tenho um artigo publicado sobre isso – eu não cito a empresa porque ela quer se preservar – em que, uma empresa, insatisfeita com a superintendência, porque não dava uma condição que nem vale a pena contar aqui, entrou com uma ação judicial. A empresa é corretíssima, tem um índice de acidentes FAP menor que meio, que é o menor índice de acidente que pode haver, quase nunca teve uma acidente, entrou com uma ação na Justiça para obrigar a Superintendência do Trabalho a dar a meia

hora de almoço porque ela cumpria todas as formalidades. O pessoal chamou para a negociação, não, vamos negociar. Foram lá na empresa e fecharam duas linhas da empresa por causa da NR-12, porque se o fiscal quiser, ele fecha qualquer linha do País hoje, e isso é inconcebível, nós estamos voltando à ditadura. Não é possível que um brasileiro, um simples ser humano, possa, até bem-intencionado, eu não estou falando, até porque casos desse tipo pioram, inclusive, a condição de corrupção, mas bem-intencionado, eu não concordo com isso, é contra a minha religião, é um perigo. A empresa nunca teve um acidente, moveu uma ação judicial, eu fui ao Ministro, liberamos a situação.

Então, nós temos o seguinte, nós temos uma NR-12 errada. Essa NR-12 foi draconianamente montada a favor... Eu tenho uma máquina alemão, que eu vou mostrar, que chegou da indústria de máquinas Mailänder, uma impressora, que chegou lá, não foi aceita pelo fiscal e eu tive que fazer modificações pequenas, mas tive; nós não estamos nessa condição. Tanto que, agora, fizeram agora até que pode se exportar a máquina.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA ÁLVARES – "Ah, ela é muito tensa, ela é muito complexa." Então, a flexibilização feita por uma vontade própria leva ao poder do agente fiscal, que pode decidir tudo. Portanto, esse é um problema que nós temos de resolver.

Eu acho que ninguém é contra a NR-12. Eu acho que o ser humano é o mais importante que a empresa pode ter, e todo acidente é uma fatalidade, a gente tem que eliminar. A NR-12 vinha bem até 2010. O que nós estamos discutindo é a edição de 2010, que foi draconiana, tanto que já alguma coisa conseguimos. É isso que causa essa confusão. A confusão foi causada por uma única edição, e, nessa, o patronal foi voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o caro Teixeira Álvares, Presidente do Sindicato Nacional de Indústrias de Estamparias de Metais, que também levanta na mesma linha: não é contra a NR12. Ele diz que, até 2010, na visão dele, estaria adequada, e que houve mudanças que precisariam ser ajustadas. É esse o caminho que temos a percorrer.

Itamar Sanches. E já fale a entidade.

O SR. ITAMAR SANCHES – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras. Saúdo o Senador Paim. Na semana passada, eu estava aqui numa audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para dizer que todos os painelistas terão direito às últimas considerações.

O SR. ITAMAR SANCHES – Voltando, na semana passada, a gente estava aqui colocando a agenda parlamentar da CUT, que estava discutindo a terceirização. Inclusive, eu saí da reunião da CTPP, em que estava negociando a NR-12. Estava na pauta para alguns avanços que estamos negociando lá, mas temos realmente um problema porque nós, trabalhadores na bancada lá, na hora em que a gente negocia alguma coisa na NR-12 e volta para as bases, somos criticados por ter deixado de avançar ou por permitir um avanço do patronado na NR-12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por outro lado, eles também...

O SR. ITAMAR SANCHES – Por outro lado, eles dizem que estão sendo massacrados pela NR-12, e eu não sei... Acho que a gente precisa melhorar, não a representação, mas a representatividade nas comissões, realmente, quem senta à frente tem de ter esse poder. Em algum momento, o setor – que está posto aí – das padarias ficou de fora da negociação. Quem escuta assim, parece isso.

Agora, eu acho que este não é o caso, Temos de olhar para a frente. Eu tenho certeza de que o que não dá é para acontecer o que está acontecendo agora. Aquele garoto que, começa o jogo, ele começa a jogar, o time está perdendo, coloca a bola debaixo do braço e diz que acabou o jogo, não tem mais jogo. Não, o jogo tem de continuar, e o papel de nós, agentes políticos, negociadores, é realmente fazer avançar. Eu acho que, pela fala de todos aqui, ninguém quer o que está posto aí dos números. Centenas ou milhares de mortos, mutilados, isso ninguém quer. Nem o dono da padaria, nem o dono da grande empresa, os trabalhadores muito menos, e o Governo também não, porque, depois, vai parar lá no SUS ou na Previdência, e aí? Como é que a gente vai sair dessa? Esse é o nosso grande desafio.

As comissões estão negociando justamente isso. Precisamos pegar pessoas que têm capacidade técnica e política de negociar para chegarmos a um acordo. É isso que a CTPP, as comissões têm feito ao longo de tempos. Nós revisamos lá, não sei – o Rômulo, com certeza –, esse número, mas parece que mais de 30 normas nesses últimos dois, três anos. Nos últimos cinco, para mais do que isso. E nós não temos problemas significativos em relação a isso. Sentamos à mesa lá patronato, trabalhadores, centrais sindicais e Governo. Então, há algum nó, e acho que o nosso grande desafio realmente é saber desatar esse nó, porque o trabalhador quer trabalhar, mas quer voltar para casa com saúde. O patrão quer ganhar o seu dinheiro, e o Governo quer arrecadar seus impostos e, ao mesmo tempo, reverter serviço público para a sociedade. Acho que esse é o grande desafio.

Eu me lembro do meu companheiro Morais, que falava "daqui a pouco estamos discutindo a reforma tributária", porque, quando se fala em reforma tributária, a gente quer pagar menos, o Governo quer arrecadar mais, mas todo mundo quer ter melhor serviço público, saúde e educação com os impostos que pagam. Então, como vamos fazer isso? Esse é o nosso grande desafio. Tenho certeza de que as centrais sindicais, a CUT e as outras, estarão preparadas e nos ajudando a sair desse imbróglio.

Com o Secretário-Geral da Confederação Nacional do Ramo Químico, há um sindicato lá em São Paulo, fez-se um acordo, uma convenção de máquinas junto com as outras centrais, e, se não me engano, também com as empresas de plásticos, de impressoras e injetoras. E funciona. Então, acho que, quando a gente quer e tem vontade política, a gente faz acontecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Itamar Sanches. (*Palmas.*)

Pessoal, eu vou pedir – agora já são 13h40 – para cada um falar em dois minutos. Seria o ideal.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque o objetivo desta audiência pública já foi assegurado, foi conseguido.

Depois, eu vou só falar dos encaminhamentos. Mas vamos fazer como eu havia me comprometido, Rosa. Inclusive, você foi a primeira que pediu, e eu disse que lhe estava assegurada a palavra.

Então, a primeira, para as suas considerações finais, Rosa Maria Campos Jorge, que fala pelo Sinait.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Senador, quero render minhas homenagens ao senhor, mais uma vez, por estar conduzindo tão bem esta audiência pública e dizer que, embora a minha fala não tenha sido bem compreendida, não tive aqui nenhuma intenção de ofender...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E nós entendemos. É que você fala firme. Quando a gente viaja em todos os Estados com a terceirização – fomos a 14 Estados e até o fim do ano vamos aos 27 –, ela é a mais aplaudida, porque ela fala muito firme, dá exemplos, e, às vezes, as pessoas entendem de forma, digamos, não adequada.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – É. Então, não havia, como não há, intenção nenhuma de ofender quem quer que seja, mas sim de deixar claro um panorama, que se confirma, Senador.

Há, sim, uma tentativa – não é uma reles tentativa, eu diria, eu estou até aliviando agora, mas há mesmo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está segurando um pouco.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ...há uma clara intenção de prejudicar a classe trabalhadora, sim. A quantidade de proposições que estão nesta Casa e na Câmara dos Deputados, todas elas no sentido de aumentar a competitividade – é a justificativa –, mas, na verdade...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ... trazem um sério risco para a sociedade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ... e para a classe trabalhadora. E é claro que os cidadãos de bem deste País não podem aceitar isso. Então, acredito que todos nós, imbuídos do mesmo propósito, que é garantir que a sociedade seja respeitada como um todo, devemos unir os nossos esforços para barrar todas essas tentativas de retirada de direitos sociais.

Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rosa Maria, que falou pelo Sinait. (*Palmas.*)

O Carlos Silva já foi? Já não está aqui, eu acho.

Então, vamos para o Dr. Rômulo, do Ministério de Trabalho e Emprego, para suas considerações finais. Se puder ficar em dois minutos.

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Farei o possível, Senador.

Só reafirmar que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos serão chamados. Todos que falaram entre os convidados serão chamados.

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Só reafirmar que não houve votação, que não houve voto vencido, que a NR-12 vigente atualmente é toda fruto de consenso integral entre trabalhadores, Governo e empregadores.

Quero citar especificamente que o setor de panificação participou, juntamente conosco, da construção do anexo específico de panificação. Foi o setor para o qual nós concedemos o maior prazo, nos diferenciamos por tipo de máquina, por porte de empresa e, mesmo com todo esse contexto de criação do anexo, nós temos nos colocado sempre à disposição dos representantes empresariais no sentido de que eles apresentem uma

proposta de revisão talvez do anexo de panificação. Eu tenho solicitado, já solicitei algumas vezes para os representantes da CNI que fizessem essa proposta porque a gente tem conhecimento...

(Soa a campainha.)

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – ... de que o setor já vem discutindo uma proposta de revisão.

Então, para concluir, reafirmo que estamos abertos ao diálogo e à construção. Rasgar, jogar tudo fora para começar a construir de novo não se mostra minimamente adequado. Acho que nós temos uma base e temos um horizonte de já resolver grande parte dos problemas identificados ainda agora em 2015. Mas, para isso, é preciso que todos arregacem as mangas e participem de maneira pró-ativa dessa discussão.

É nesse sentido que o ministério está à disposição para seguir avançando e para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rômulo, que falou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, se colocando totalmente à disposição para a construção de um grande entendimento. (*Palmas.*)

Pela OIT, Dr. Zuher Handar.

O SR. ZUHER HANDAR – Senador, meus cumprimentos, principalmente pelos avanços que tivemos hoje nesta audiência. Acho que foram fundamentais essas mudanças de rumo neste primeiro momento. Como nós dissemos, penso que temos um longo caminho pela frente.

Eu só queria, mais uma vez, lembrar que esse processo negocial, esse processo de construção tem 20 anos. Há 20 anos que os trabalhadores e os empregadores estão sentando à mesa para negociar. Estou vendo o Chiquinho aqui e me lembro da negociação que nós tivemos com relação aos cilindros de massa, com a participação da Fundacentro, quando foi implantada essa modificação nas máquinas novas e foi dado um prazo para que as máquinas antigas saíssem de operação, para evitar que houvesse mutilações.

Eu acho que a gente tem que entender – e está muito claro, como bem sabem aqueles que representam ou participam de uma associação ou de um sindicado, enfim, de uma federação ou de uma central – que a questão é de negociação. E, hoje, no mundo em que nós vivemos, é chegar a um acordo, a um consenso. Mas eu acho que a questão da negociação implica, primeiramente, querer negociar, querer chegar a um acordo. Eu acho que esse é um ponto fundamental: há que ter boa vontade e querer chegar a algum lugar. E outra: em negociação, há que se ter boa-fé.

(Soa a campainha.)

O SR. ZUHER HANDAR – Se não tivermos isso, não vamos conseguir avançar.

E, aí, eu acho o seguinte: nós já estamos, desde o ano passado, enfim, há dois ou três anos, passo a passo, discutindo a NR-12. Nós tivemos audiências públicas, nós tivemos discussões na Fundacentro, nós tivemos audiências com o Ministro em vários momentos, e eu fico até pensando se não valeria a pena – e até já comentei isso com o Rômulo –, no futuro, começarmos a pensar alguma coisa, de que já há muito tempo estamos falando, isto é, de criarmos, quem sabe, uma lei de segurança e saúde, que seja discutida nesta Casa, de modo semelhante ao que foi feito na Espanha, com a lei de prevenção, e em outros países. Não é o que muitos gostariam de ter, mas eu acho que uma lei de prevenção, uma lei de promoção da saúde do trabalhador pode ser que seja o ideal e pode ser o caminho que nós tenhamos dentro desta Casa.

Para finalizar, eu acho que nós temos que reforçar que saúde do trabalhador é uma questão de cidadania, é uma questão de direitos humanos. Eu acho que é fundamental que essa discussão esteja sendo feita aqui. E nós precisamos realmente iniciar essa discussão, identificando políticas públicas que sejam realmente eficazes e que caminhem na direção de preservar e promover a saúde dos trabalhadores.

Parabéns, Senador, por esta discussão, e esperamos mais temas sobre essa assunto a serem discutidos nesta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, nós teremos.

Esse foi o Dr. Zuher Handar, que foi falou pela OIT.

E eu coloquei aqui, entre as sugestões, inclusive essa: por que não discutir uma lei? Uma vez transformada em lei, amplamente discutida, qual é o problema?

Passo a palavra ao Sr. Jairo José da Silva, que fala aqui pela Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. JAIRO JOSÉ DA SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome do José Calixto Ramos, pela audiência, dada a importância que teve, e pelo seu esforço para que ela acontecesse.

Eu queria colocar duas questões: primeira, o Ministério do Trabalho, como regulador, como órgão que elabora a legislação, democratizou essa relação entre trabalhadores e empregadores quando institui a discussão tripartite. Isso é importante.

Por outro lado – e eu não queria nem entrar nesse mérito, porque a discussão foi tão boa –, eu queria contestar o número de mortes por máquinas e equipamentos que o Ministério do Trabalho apresentou. Infelizmente, onde se pesquisa doenças do trabalho, verifica-se que o número de mortes é muito maior do que aquele das notificações. Então, é nesse sentido que eu até provoco para um estudo, um debate, uma pesquisa a respeito disso, para vermos que é muito maior o número de mortes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Alguém levantou um dado aqui de que, conforme o IBGE, esse número pode chegar a quatro milhões, não é?

O SR. ZUHER HANDAR – O IBGE lançou um número próximo a cinco milhões de acidentes, pela Pesquisa Domiciliar.

É de lembrar que o que ele coloca é justamente que os acidentes ocorrem, e as doenças não são notificadas... No mundo, nós temos mais de dois milhões de pessoas que morrem por causa de doenças. Então, é uma situação bastante complicada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Sr. Jairo José da Silva, que falou pela Nova Central.

Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Azeredo Lima... (*Pausa.*)

Ah, sim. Ele já esteve aqui e já foi.

Com a palavra o Dr. Luiz Antônio Colussi, juiz do trabalho, é o nosso comandante maior da Anamatra.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Depois do Presidente e do Vice. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, na sala, é.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Estou aqui com a devida delegação, e quero agradecer.

Faço referência à presença do Juiz André Cavalcanti, que... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seja bem-vindo.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ...integra a comissão legislativa da Anamatra e, portanto, trabalha junto comigo, me auxilia muito, e é, casualmente, o Relator da nossa nota técnica.

Tínhamos comentado na semana passada, Senador, o caso de Caxias do Sul, em que o Vanius João de Araújo Corte, auditor fiscal, nos trouxe, o caso da Maesa. A empresa foi interditada, 280 trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Empresa em que trabalhei logo que saí do Senai. Na fundição da Maesa, eu trabalhava.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Veja que interessante!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu passava barro lá dentro, viu?

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Foi interditada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, veja, não é demérito, mas você sabe que o ferro é moldado na terra. Você tira o molde e, depois, tira o ferro quente. Eu trabalhava ali.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Eles tentaram judicialmente reverter a interdição, não conseguiram e, em 30 dias, a empresa se adequou às exigências da NR-12. É um exemplo claro de que é possível. Quantas empresas e quantos empresários se adaptaram à NR-12, de 2010 para cá? Muitos e muitos. É um grupo pequeno, que talvez esteja...Realmente, há a dificuldade. Eles não sabem, mas não estão conseguindo. Então, isso é, de fato, muito importante.

A agilidade da Comissão de Direitos Humanos, do Senador Paim – esse trabalho nos ajuda demais, um trabalho coletivo, solidário, de todas as entidades que participam aqui – é tão grande que o *Jornal do Senado* de hoje traz ainda a pauta antiga da Comissão de Direitos Humanos, dizendo que a audiência discute desemprego e aposentadoria. Não. Diante da urgência e da necessidade, V. Exª teve a sensibilidade de trazer, de imediato, o assunto da NR-12. E a nossa audiência, sem dúvida, cresceu muito, sem dúvida, com a presença do Senador Cássio Cunha Lima, autor, e do Senador Douglas Cintra, relator. Eles realmente ouviram e sentiram nossos argumentos.

Então, a Anamatra agradece o espaço de estar aqui, ela é parceira de todos, é parceira de V. Exª, Senador Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ...porque nos identificamos com o princípio básico da defesa da dignidade da pessoa humana, do trabalhador, da valorização do trabalho como o motor que move o mundo. E o trabalho só é feito pelas pessoas, pelos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Luiz Antonio Colussi, que falou pela Anamatra.

Floriano Martins de Sá Neto, pela Anfip, para as considerações finais.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Senador Paulo Paim, mais uma vez, parabenizo a Comissão, em sua pessoa, e todos os presentes, as pessoas que nos veem e ouvem pela TV Senado.

A classe trabalhadora tem que se unir. Temos que estar unidos.

As entidades públicas, no caso, eu, como servidor público, auditor fiscal da Receita Federal, naquilo que é nossa missão, de provar e buscar os meios para garantir as políticas públicas, reafirmamos: não é falta de recursos para a seguridade social, não. Os recursos estão lá. Não há desculpa para não se implementar uma política de saúde pública do trabalhador. Existe o dinheiro, sim, e provamos isso ano após ano. Falta, sim, uma decisão – não sei basicamente qual o órgão governamental – de fazer valer não só essa, mas todas as questões que foram levantadas aqui.

Nós cerramos fileiras junto ao movimento sindical dos trabalhadores na defesa de seus direitos e dos direitos de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O Floriano falou pela Anfip.

Agora, Washington Maradona fala da UGT.

O SR. WASHINGTON SANTOS – O Chiquinho fala pela UGT, Senador; eu falo pela CTPP.

Quero dizer só o seguinte, porque me fugiu na hora em que eu comentava.

(Soa a campainha.)

O SR. WASHINGTON SANTOS – Quando você tem uma ocorrência em casa, você começa a ter uma visão diferente. Tenho uma sobrinha, Senador, cuja mãe trabalhava em uma cantina famosa em São Paulo, acho que todos conhecem, a Cantina Gigio, e fazia as massas. Aposentou-se, foi cuidar da vida. Mas, um belo dia, levou a filha para conhecer o serviço, aquela felicidade de mãe, de pai.

Então, vão lá para ver o que fazem. O cilindro lá estava todo exposto, e a menina foi fuçar lá. Abriu os dedos, tem até hoje a sequela, rompeu um tendão. Então, são coisas que são reais e acontecem.

Você tem todo tipo de representação, tem bons Senadores, maus Senadores, ótimos Deputados, maus Deputados, bons empresários e maus empresários. Quando a gente está discutindo uma norma e uma questão de prevenção, a gente coloca o todo, imaginando sempre o pior por conta da cultura.

E foi muito bem observado aqui – acho que foi o juiz, a Excelência que falou – que é um número pequeno o de empresários que ficaram adormecidos – viu, Senador? –, que, quando viram que os auditores fiscais foram cumprir o papel deles, começaram a gritar. E está mais fácil fazer o quê: "Suspende tudo". É o que começaram a fazer.

Até gostaria de sugerir, diante do que nós tivemos, porque nós corremos por conta da doze... Só que nós temos uma série de normas que são importantes – são 36, não é, Rômulo? –, nós temos 36 normas hoje que regulamentam segurança no trabalho.

E que fosse feita aqui, aproveitando – obviamente, não tem local melhor do que a Comissão de Direitos Humanos do Senado –, uma exposição de como funciona o sistema tripartite nosso, como ele atua na concepção das normas, ter um evento específico com as centrais sindicais, Ministério do Trabalho, envolvendo outros atores, que a gente pudesse ter a oportunidade, Senador, de expor para a Casa como funciona e de quão importante, dentro do processo democrático e social, é a criação dessa normas no sistema tripartite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está captada a sua sugestão aqui.

Muito bem, Maradona, que falou pela UGT.

O SR. WASHINGTON SANTOS – Obrigado e parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antes de passar a palavra ao Guterra, que vai falar pela CUT, eu só vou ter que registrar aqui, antes das 14 horas, os encaminhamentos que nós tomamos aqui.

Primeiro, pedir a retirada da urgência do Decreto Legislativo nº 43.215, compromisso já assumido pelo autor do requerimento. Isso está tranquilo. Ele assumiu aqui de público.

Apresentar requerimento para a realização de uma sessão temática sobre o tema no plenário do Senado.

Fazer uma reunião com o Presidente da Comissão Tripartite da OIT e os Senadores interessados, no caso, Paulo Paim, Cássio Cunha Lima e Douglas Cintra, para debater o tema num *petit comité*.

Os expositores desta reunião colocam-se também à disposição para qualquer esclarecimento que necessário for.

Solicitar aos três Deputados que, lá na Câmara, retirem o requerimento de urgência nos moldes do que foi decidido aqui e acatado pelo Senador requerente.

Foi colocado aqui no fim, eu acho também interessante, que a gente pare para discutir uma lei de segurança do trabalhador. Claro que sobre isso a gente vai conversar com esse grupo todo, como se faria.

E também uma exposição aqui da Comissão Tripartite para todos saberem como funciona e para onde vamos.

Então esses são os encaminhamentos que vamos tomar.

De imediato, passo a palavra ao Eduardo Lírio Guterra para falar em nome da CUT por dois minutos.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Eu acho que ficou claro para todos nós aqui que, em relação a esse tema, como foi colocado pelas pessoas mais especialistas nessa questão, a questão da cidadania, a questão de nós estarmos defendendo uma pauta que dê segurança aos trabalhadores, melhores condições de trabalho, fazemos essa disputa sob o ponto de vista que é importante as empresas estarem bem, mas, muito mais importante, é a gente poder voltar para casa com a certeza do dever cumprido.

A preocupação nossa continua a mesma, porque a notícia de que entra mais um projeto de lei lá na Câmara não é à toa. Isso não está acontecendo porque está chovendo lá fora. É porque existe uma estratégia de buscar essas duas Casas para um enfrentamento, no mínimo, por ficarmos com a espada na cabeça.

Mas quero, Senador, testemunhar que os nossos companheiros que atuam na CTPP, assim como os companheiros que representam o movimento sindical, não têm fugido à luta nesse debate; sabem que é um assunto espinhoso.

Como o companheiro Itamar falou aqui, nós temos um fórum de saúde dos trabalhadores das centrais sindicais, que, por sinal, é uma coisa que funciona. Todas as centrais sindicais estão nesse fórum e discutem esse tema uma ou duas vezes por mês. E esse assunto foi problemático lá mesmo. Não houve entre nós o consenso de que era preciso fazer essas últimas mudanças. E, ao mesmo tempo, a gente vê que o empresário também não está satisfeito. Então, é um grande desafio para a gente tentar buscar o consenso, aproximar as ideias e tentar resolver esse problema.

Obrigado, Senador.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Guterra, que falou pela CUT. (*Palmas.*)

Agora, o José Aparecido, que fala pelo Sindipesa.

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – Bom, mais uma vez, queremos agradecer ao Presidente, Senador Paim, e a todos aqui presentes e dizer que será um trabalho realmente árduo, porque vai levar algum tempo para unir forças e realmente chegarmos a um consenso e definirmos no que a NR realmente vai atender os dois lados, tanto o patronal quanto o do trabalhador, para não colocar em xeque aquilo que o Ministério do Trabalho vem fazendo em cima da NR.

Um dos pontos que também acho muito importante... Falamos em importação de equipamentos. Brinquedo tem que ter Inmetro. O equipamento não tem?

Valoração do equipamento. Foi extinto pelo MDIC o laudo de avaliação. Importa qualquer valor.

E Acordo de Istambul, quando falamos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – ... de importação temporária.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o José Aparecido, que falou pelo Sindipesa. (*Palmas.*)

Agora, Francisco Pereira de Souza Filho, que falará pela UGT.

Estamos em cima do laço, pessoal. Se puderem sintetizar ao máximo...

O SR. FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA FILHO – Bom, primeiro, quero registrar aqui que acho que foi um... Este espaço extremamente democrático é que proporcionou realmente ter o que eu considero uma vitória, embora parcial, importantíssima, porque – só vou usar esta palavra porque o Washington já a usou anteriormente – acho que não foram tão verdadeiros com o Senador, com aqueles que se propuseram a apresentar o projeto de lei. E aqui, é verdade, ela começa a aparecer com muita consistência. Então, essa é uma questão.

Acho que, sendo um início de debate, lá na frente, vamos ter muita alegria em comemorar os resultados da NR-12, porque nós sabemos da importância que ela tem e ao que ela se destina finalmente.

E quero fazer aqui uma homenagem aos auditores fiscais, principalmente àqueles que trabalham com essa questão. Não se preocupem com o que disseram aí. Na minha opinião, vocês realmente dão exemplo de

como o servidor público deve se comportar, de como ele deve fazer. Então, esta é minha homenagem aqui aos auditores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Francisco Pereira, que falou pela UGT.

Agora, Luiz Carlos, que falará pela Força Sindical.

Fala, Luizinho!

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Eu sinto que os representantes patronais que estavam aqui tenham saído, mas, dando uma resposta, por exemplo, na questão dos empresários da indústria da panificação, quando nós chegamos a um consenso na NR-12... Participou lá o Antero, que representou aqui a indústria da panificação, não é, Drª Aida? Ele participou e realmente chegamos a uma conclusão. Inclusive, no dia, Senador, nós decidimos criar os anexos, que permitiram à NR-12 discutir por categoria. Por exemplo, os padeiros podem ter sua NR. Para uma categoria, a das costureiras, ainda está pendente. Ainda não fizemos, teríamos que estar fazendo. Então, foram criados os anexos e foi permitido... Nesse dia, ele foi representado pelo Antero.

E, quanto à questão da indústria de estamparia, eu quero afirmar que a indústria de estamparia em São Paulo é a que mais mutila trabalhadores e que é por isso que, na verdade, eles querem... E não há como nós trabalhadores negociarmos uma norma e que o empresário possa, depois, procurar alguém e cancelar a ação do auditor fiscal.

Não dá para a gente fazer uma norma em que se neutralize a ação do auditor fiscal depois. Então, e foi o que ele disse, que estava muito chateado porque procurava alguém e depois não podia cancelar a ação do auditor fiscal. Não é assim que a gente tem de agir.

Então, aqui, bem prático: com o cancelamento dessa norma, os trabalhadores ficarão expostos novamente.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – E vamos voltar a aumentar os índices que ainda são duvidosos em relação ao número de acidentes.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luizinho. Falou pela Força Sindical.

Leonardo Osório Mendonça, Procurador do Trabalho.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Primeiramente, gostaria, como todos já o fizeram, de reiterar os agradecimentos ao Senador Paulo Paim. De minha parte, é uma satisfação muito grande participar de outra audiência pública aqui no Senado, de um outro tema tão relevante. Participei de outra audiência há três semanas sobre o caso do McDonald's.

Eu gostaria de aproveitar, até pelo nome dele, a bola lançada pelo Maradona e lembrar a todos que o sinal tem de estar amarelo. O Maradona lançou essa bola em seu discurso anterior, porque aqui houve uma sustação, mas, por exemplo, o pedido de urgência, até onde se sabe, continua na Câmara. Então, todos devemos estar juntos, com o sinal amarelo lançado, para evitar que esse projeto de sustação não prevaleça.

Em relação à questão, às vezes escutamos muito a história de que a máquina tem que ter maior proteção aqui no Brasil do que na Alemanha. Eu não sei dizer se isso é verdade. Não tenho conhecimento técnico, mas me parece que existe um motivo muito importante para isso. Hoje, a quantidade de acidentes do trabalho no Brasil é muito maior do que na Alemanha. Então, nós devemos ter no Brasil um grau protetivo muito maior. É isso que foi feito, por exemplo, Senador Paulo Paim, com a *blitz* da Lei Seca. Escutamos muito as pessoas falarem que na França e na Alemanha se pode beber mais do que no Brasil. Aqui, no Brasil, a tolerância é zero. Por quê? Porque temos um grande número também de acidentes de trânsito.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Mais um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA – Então, o que acontece? Devemos ter aqui uma tolerância menor, e fico pensando que a indústria defende tanto a necessidade da competitividade da indústria brasileira que o exemplo colocado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só me permita registrar que Humberto Costa e o companheiro Pimentel, dois Líderes, fizeram questão de passar aqui para prestigiar o nosso evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se é colocada a necessidade de se proteger a indústria nacional, quando a gente escuta o discurso, é de ir contra a proteção da indústria nacional. A máquina não está entrando no Brasil, porque, se ela não tem o dispositivo de segurança exigido que as empresas brasileiras de produção de máquinas tenham, se aceitarmos que essas máquinas, sem esse nível de segurança, entrem no Brasil, estamos, aí sim, indo contra a indústria nacional, porque a indústria nacional precisa ter uma exigência, que nós fiscalizamos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho têm fiscalizado também, Senador, feiras de venda de máquinas, para evitar que as máquinas cheguem sem proteção ao mercado de trabalho.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Para dar tempo para a Drª Aida, que fala pelo MTE.

Estamos ao vivo ainda. Aproveite para fazer o encerramento.

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – Quero agradecer imensamente esta oportunidade de estar aqui hoje para discutir este assunto e, especialmente também, esclarecendo a real condição da NR-12, e dizer, como coordenadora da CNTT (Comissão Nacional Tripartite Temática) que sempre estivemos abertos ao diálogo.

Esta é uma norma técnica que tem de estar em constante evolução. Estamos sempre atentos a como conduzir para um determinado segmento as necessidades que existem para soluções técnicas, mas que a crise política não pode dar brecha para uma crise moral e ética. Não podemos tentar discutir, na CNTT, diante do que se ouviu aqui hoje – é uma pena que os dirigentes tenham ido embora – afirmações aleivosas que podem ser facilmente constatadas nas atas. No segmento da panificação, isso foi muito contemplado, porque quem antecedeu esse que falou aqui no plenário, o Toninho, foi o presidente da instituição.

Então, eu imagino o seguinte: se, no ano que vem, eu não estou à frente da CNTT, tudo o que discuti pelo Governo for descartado, porque eu não sou mais... A mesma coisa, a forma dos trabalhadores. Se amanhã ou depois não for mais o Cidão o representante dos trabalhadores, isso vai ser descartado.

Não! É um processo em que tem de ser honrado o que foi discutido, avançando-se na discussão para se melhorar aquele setor ou melhorar aqueles itens, mas com encaminhamento técnicos, item por item, e com...

(Soa a campainha.)

A SRª AIDA CRISTINA BECKER – ... e com os fundamentos técnicos.

Agradeço muito e espero que continuemos vigilantes, porque a gente viu que a batalha é dura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, a batalha continua.

Muito bem! Essa foi a Drª Aida Cristina Becker, Auditora Fiscal do Trabalho e membro da Comissão Nacional Tripartite temática, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, repetindo aqui os encaminhamentos:

– Pedir a retirada imediata da urgência, o que já foi assegurado pelo próprio autor e pelo relator. E faremos, inclusive, debates sobre o tema.

– Fazer realizar uma sessão temática no plenário do Senado, para que todos os Senadores conheçam o que é a NR-12.

– Fazer uma reunião com a Comissão Tripartite com a presença, de preferência, além dos convidados que participaram da mesa, dos três Senadores – Paulo Paim, Cássio Cunha Lima e Douglas Cintra. Os expositores desta reunião se colocam totalmente à disposição para tanto.

– Solicitar aos três Deputados que apresentaram o mesmo requerimento de urgência, na Câmara, que venham para o debate permanente com todos nós, a fim de construirmos algumas alterações dentro da razoabilidade.

– Começar a discutir uma lei de segurança do trabalho; e

– Realizar, nesta Comissão, uma audiência pública convidando todos os membros da Comissão Tripartite – governo, empregados e empregadores –, sobre o que é a Comissão e sobre as suas normas e procedimentos sob sua responsabilidade.

Senador Donizeti, sejam bem-vindo aqui! Veio também prestigiar o evento? (*Palmas.*)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 9 minutos.)

ATA DA 78ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e doze minutos do dia nove de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Telmário Mota, Dário Berger, Hélio Jóse, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, José Medeiros, Magno Malta, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima quinta e septuagésima sexta Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta **deliberativa**: Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012. Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CMA/CDH), fica prejudicado o Projeto. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015. Terminativo. Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2013. Terminativo. Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014. Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007. Terminativo. Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 2 a 6 adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2 a 6-CCJ/CDH. Rejeitada a Emenda nº 1-CCJ. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: lido o Relatório; adiadas a discussão e votação do Projeto. E retirado de pauta. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Item 12. Proje-

to de Lei do Senado nº 219, de 2014. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2011. Não terminativo. Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2015. Não terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a finalidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de descumprimento das normas previstas na referida lei. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 16. Sugestão nº 19, de 2014. Não terminativo. Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 129, de 2015. Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura aos agressores da estudante Ana Luiza Lima, do curso de Medicina da Escola Multicampi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Caicó - RN, pelas absurdas agressões que vêm sendo realizadas contra ela, em razão de discurso proferido na cerimônia de comemoração dos dois anos do Programa Mais Médicos, no qual defendeu o programa e as políticas adotadas pelos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff na área da ampliação do acesso aos cursos de Medicina em todo o país e na criação de políticas públicas que permitiram o atendimento médico às populações mais humildes do País. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Adiado. Extrapauta: Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 145, de 2015. Requer aditamento ao Requerimento nº 85 de 2015 para incluir convidado. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 143, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "A Violência e o Assédio Moral em Instituições Públicas Federais". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 144, de 2015. Requer, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Privatização da CELG Distribuição" - (antes Centrais Elétricas de Goiás S.A.). A presente audiência foi requerida pelo – Sindicato que representa os trabalhadores da CELG (STIUEG) e pelo DIAP. Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 146, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "O Dia Internacional de NÃO – Violência contra a Mulher, a ser celebrado dia 25/11". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 147, de 2015. Requer a realização de audiência pública para tratar do acúmulo de processo aguardando julgamento no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e trinta minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Em seguida a Senadora Angela Portela devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e trinta e cinco minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Marcelo Crivella. Em seguida o Senador Marcelo Crivella devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Marcelo Crivella. Em seguida o Senador Marcelo Crivella devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e cinquenta minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Hélio José. Em seguida o Senador Hélio José devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da

palavra os Senhores Senadores e Senadoras Paulo Paim, Rose de Freitas, Ana Amélia, Marcelo Crivella, Hélio José, Cristovam Buarque, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 78ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Propomos a dispensa da leitura e aprovação das atas da 75-A e 76-A, 75ª e 76ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2011
- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta
Observações: *Tramitação: CDH e Terminativo na CE.*
Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para leitura do relatório.
Este projeto de lei não é terminativo.

Tem a palavra a Relatora.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, na verdade, o nosso relatório fala da questão da deliberação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que propõe alterar a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que é a Lei Pelé, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, mediante a inclusão do §4º ao seu art. 4º, o Subsistema do Desporto Indígena.

Os incisos do parágrafo acrescido listam as características necessárias ao novo subsistema proposto, quais sejam: (i) articulação com os órgãos responsáveis pela política indígena no País; (ii) colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e entidades públicas e particulares, inclusive no que respeita ao financiamento; (iii) consideração da realidade local e as especificidades das culturas dos povos indígenas; e (iv) participação de representação das populações indígenas nos órgãos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de desporto, quando relativas ao subsistema de desporto indígena.

O art. 2º do projeto prevê o início da vigência da lei na data de sua publicação.

Na justificação, a autora da proposta, Senadora Vanessa Grazziotin, faz referência ao compromisso do Estado brasileiro para a proteção dos direitos dos povos indígenas, sua cultura, seus costumes e suas tradições. Assim, a Senadora considera justa a criação de subsistema específico, e nós aprovamos, para o desporto indígena, que respeite as características culturais que marcam tais comunidades.

A proposição foi distribuída para a CDH e para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que irá pronunciar-se, logo em seguida, em decisão terminativa.

Então, o meu voto, Sr. Presidente, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, na forma das emendas apresentadas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH, o projeto segue para a análise na Comissão de Educação, em decisão terminativa.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a finalidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de descumprimento das normas previstas na referida lei.

Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta
Observações:
A Relatora *ad hoc* é a Senadora Ana Amélia, a quem passo a palavra neste momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu queria cumprimentar o autor, Senador José Medeiros, pelo projeto, que é meritório, ao pensar na esterilidade de uma lei que prevê sanções àqueles que a descumprirem. Não importa fazer uma lei boa; ela tem que ser cumprida. Isso é importante, como é a Lei nº 10.098, de 2000, que visa a garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Não se pode conceber que, passados quase 15 anos de sua entrada em vigor, seus eventuais ofensores ainda se encontrem ao abrigo da omissão da lei.

Assim, parece-nos de bom alvitre que o PLS ora analisado preveja sanções aplicáveis aos que, fugindo às suas responsabilidades, não garantam a acessibilidade a quem dela precisa, perpetuando a exclusão social das pessoas com deficiência que tenham comprometimento de mobilidade e das demais pessoas com mobilidade reduzida.

Entretanto, uma necessária ressalva faz-se premente.

O PLS prevê sanções aplicáveis apenas a situações em que se configure desrespeito à acessibilidade em edificações, mobiliários urbanos e espaços públicos, incluindo-se logradouros. Contudo, a lei que o PLS se propõe a alterar, a Lei nº 10.098, de 2000, prevê acessibilidade, também, aplicável a meios de transporte e de comunicação.

Dessa forma, entendemos por bem a adoção de cláusulas específicas de sanção, na forma da emenda apresentada a seguir, a qual abriga todo o escopo da lei em vigor.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CDH
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2015, a seguinte redação:
Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar, acrescido dos seguintes artigos: 26-A e 26-B.
Art. 26-A. Em caso de descumprimento das normas de acessibilidade previstas nos capítulos II, III, IV e V dessa lei, são aplicáveis as seguintes sanções, sem prejuízos de sanções disciplinares e de indenização cível cabíveis.
1 Suspensão do alvará de funcionamento ou de construção ou do Habite-se de estabelecimento ou de edificação.
2 Multa de R$300 a R$30 mil para o responsável por estabelecimento, logradouro ou edificação, ou para o agente público que autorize ou concorra para a violação da lei.
3 Interdição do imóvel ou do logradouro.
Art. 26-B: o descumprimento injustificado no disposto dos Capítulos VI e VII desta lei sujeitará o responsável à multa de R$300 a R$30 mil.

Este é o voto do Senador Davi Alcolumbre, que faço com a relatoria *ad hoc,* Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

De quantos nós precisamos no Plenário?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Crivella, nós precisamos de dez Senadores em Plenário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, por acordo, V. Exª sabe que, nesta Casa, nós podemos fazer muitas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não,mas...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Depende do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Votação terminativa. Eu sou o maior interessado, Senador Crivella. Tendo dez aqui, eu voto de imediato. Não posso ter menos que dez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já temos oito. Eu sou o maior interessado. Há uma pilha de terminativas aqui. V. Exª está me ajudando e muito. Deu dez, eu estou votando.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, V. Exª tem ao seu lado... Presidente, eu pediria para V. Exª dar uma olhadinha. O autor chama-se Charles Bicca, e ele está presente aqui. É um livro que trata sobre esse projeto que estamos discutindo hoje – queria mostrar até aos colegas. Charles Bicca é um batalhador, um bandeirante, um lutador em favor desta causa, a causa das crianças, que já é, na verdade, vamos dizer assim, uma iniciativa legislativa consagrada em vários países do mundo, que é tratar na criança a causa do abandono afetivo. A capa, inclusive, Presidente, é muito sugestiva: traz um pai afastando-se da criança. Há, inclusive, juízes que já estão sentenciando esse abandono afetivo.

Então, acho que esta Comissão hoje se engrandece num momento solene, quando nós vamos discutir com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O autor do livro está aqui?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O autor do livro está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Queria convidá-lo para sentar-se aqui, na mesa, inclusive.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O Charles Bicca é um lutador da causa há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E só falta um Senador, viu?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Ou Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou Senadora. Chegando mais um aqui, nós podemos colocar em votação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, de repente, eu poderia já relatar o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está relatado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Legal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, o seu vai ser relatado agora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ganharia tempo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para termos a votação de um projeto terminativo, precisamos da maioria presente. A maioria, na CDH, são oito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, dez. A informação que eu tenho é de que são dez. Terminativo tem que ter dez presentes.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É terminativo. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Cristovam fez uma bela defesa do seu projeto outro dia. Poderíamos fazer um apelo para que ele dê uma passada rápida. A Senadora Ângela Portela também tem que ir para a CCJ, mas disse que segura um pouquinho aqui se for rápido.

Então, enquanto o Senador Cristovam chega, nós vamos, de imediato, passar para um não terminativo também.

ITEM 16
SUGESTÃO Nº 19, de 2014
- Não terminativo -

Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

Foi só falar do Senador Cristovam, e ele chegou. Só falta um agora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Só falta um agora.

Então, rapidamente, esse Projeto nº 19, de 2014, originou-se do programa Jovem Senador, em que fazemos a seleção dos estudantes pelas melhores redações do Brasil inteiro, para constituir esse projeto.

Sendo rápido, eu quero dizer que esse projeto visa a conceder para o jovem estudante brasileiro de ensino médio uma bolsa auxílio de R$250, desde que cumpridas algumas situações, ou seja, a questão de o aluno receber uma renda familiar menor do que R$600 mensais, ter nota superior a 90% do aproveitamento escolar e não ser beneficiário do Bolsa Família.

Esse projeto, de sugestão de um Jovem Senador, é de alta relevância. E coube a nós encaminhá-lo e transformá-lo em lei.

Eu vou direto ao voto para ganharmos tempo para o projeto do nosso querido Senador Crivella.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 19, de 2014, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Jovem Estudante, destinado a estimular a melhora do desempenho escolar e a permanência do aluno do ensino médio na escola.

Art. 2º A bolsa, no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) é destinada aos alunos matriculados no ensino médio da rede pública que atenderem, cumulativamente, as seguintes condições:

I – apresentem renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais);

II – tenham atingido frequência escolar igual ou superior a 90% (noventa por cento) do total de horas letivas anuais;

III – não sejam beneficiários do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004;

IV – estejam matriculados no ensino regular.

§1º Os critérios para recebimento da bolsa serão avaliados no ano anterior ao da concessão do benefício.

§ 2º O valor para a renda familiar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José, como esse não é terminativo, se V. Exª concordasse, V. Exª leria o relatório, porque é importante o projeto, e nós iniciaríamos agora a votação, já que há quórum e há uma série de Senadores que estão loucos para... Loucos no bom sentido, porque têm outros compromissos.

V. Exª concorda?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Concordo e considero, Senador Paim, com os esclarecimentos já dados, como lido o relatório, que é autoexplicativo. É a concessão da bolsa incentivo às pessoas que recebem uma renda familiar abaixo de R$600, que estejam regularmente matriculadas na rede pública de ensino e que não tenham Bolsa Família, para que permaneçam na escola e não saiam para trabalhar, como acontece muito nas periferias das grandes cidades.

Então, o voto é pela admissibilidade do projeto, aprovação e encaminhamento para a próxima Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então está tranquilo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CDH favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição de autoria desta Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo aos nobres Senadores – e vou chamar só o nome dos presentes – para votarmos rapidamente só os que foram lidos.

Vamos começar, naturalmente, pelo do Senador Crivella. Serão votações rápidas.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, de 2007
- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Paim

O relatório já foi lido.

Consequentemente, vamos passar para a votação nominal.

Como eu fui Relator, Senadora Angela Portela, V. Exª vai ter que encaminhar o pedido dos votos. Chamo aqui a Senadora Angela Portela, porque o autor e o Relator não podem fazer a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Apenas um breve resumo, Sr. Presidente. Este projeto faz com que o art. 227 da Constituição não fique uma lei vazia; ou seja, o art. 227 diz que os pais têm que proteger os filhos. No entanto, quando um pai se separa da mãe e não vai à escola, não vai ao hospital, não dá apoio à criança, hoje não acontece nada. Não vai ser crime, ele não vai ser punido com cadeia, mas vai abrir espaço para ter uma indenização pecuniária, se ele não comparecer aos eventos sociais e problemáticos de seu filho.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Vamos à votação nominal.

Senadora Regina Sousa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Como vota a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É com muita alegria que voto com o Relator, porque eu acho que este projeto é de grande relevância. Acho que os pais têm que ter responsabilidade, têm que ter esse acompanhamento. Acho que ele está colocando os pingos nos "is". Eu sou pai de três filhas e um filho, eu sei o que é ser um pai e da responsabilidade que nós temos.

Então, eu quero parabenizar o autor e o nosso Senador Crivella. O meu voto é com o Relator.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, parabenizando o autor e o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senador Marcelo Crivella, autor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Voto conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voto conhecido, como Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Meu voto também é com o Relator.

O projeto está aprovado. Parabéns ao autor e ao Relator. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço um apelo para que os Senadores não saiam. Vamos votar os que já foram lidos e os terminativos.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Antes de passar a Presidência ao Senador Paulo Paim, consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 2 a 6, aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acatadas pela Relatoria. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 2 a 6 da CCJ, CDH. Foram rejeitadas.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Vou submeter à votação só os que foram lidos. Vamos direto ao voto.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar.

Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações: *Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.*
- Em 10/12/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.
- Em 08/07/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

A votação é nominal: quem vota com o Relator vota "não".

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O projeto foi rejeitado.

Vamos ao segundo projeto, terminativo.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços.

Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).
Observações:
Tramitação: CMA e terminativo nesta CDH.
- Em 28/10/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA -, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).
- Em 29/04/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Concedo a palavra ao Relator, que já leu o relatório.
Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.
Vamos colocar em votação o substitutivo,que tem preferência regimental. A votação é nominal.
Procede-se à votação nominal.
Quem vota com o Relator vota "sim".
Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. *Fora do microfone*.) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Rose de Freitas.
A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu também voto com o Relator.
O item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.
- Em 20/03/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).
- Em 15/04/2015, a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.

- Em 29/04/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Como já foi lido, pergunto se alguém quer discutir a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
A votação é nominal.
Quem vota com o Relator vota "sim".
Senadora Ângela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Rose de Freitas.
A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Voto conhecido.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Parabenizando a Senadora, voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O projeto foi aprovado.
Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as três emendas apresentadas pelo Relator.
As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria só comentar, Sr. Presidente, que essa patriotada sergipana, a Senadora Maria do Carmo e o Senador Eduardo Amorim, fez um grande gol de placa aí. Gostaria de parabenizá-los pelo projeto. (*Risos.*)
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.
Eu passo a Presidência para o Senador Marcelo Crivella, porque fui Relator desse projeto, o do item 4.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto.

Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 13/05/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

A votação é nominal.
Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.
Coloco em votação o projeto.
Como vota a Senadora Angela Portela?
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Ana Amélia
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Rose de Freitas.
A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – E eu voto também com o Relator.
O projeto está aprovado.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assumo novamente a Presidência.
Vamos para o item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2015
- Terminativo -

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 27/05/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, vamos à votação.
Coloco em votação o projeto.
A votação será nominal, e o voto do Relator é favorável. Quem vota com o Relator vota "sim".
Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com o Relator. Parabenizo também o autor do projeto e o Relator, porque essa questão da amamentação das crianças é muito importante.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.
Senadora Rose de Freitas.
A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Voto conhecido.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o voto deste Presidente também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis.

Autoria: Senador Sergio Souza
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 26/08/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, vamos à votação.
Quem vota com o Relator vota "não".
A votação será nominal.
Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – "Não", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Rose de Freitas.
A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu também voto com o Relator. Faço questão de votar. Eu só voto no empate, mas faço questão de votar. E além deste, mais três.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2014
- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso.

Autoria: Senador Fleury
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 26/08/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação.
O voto é "não" para quem vota com a Relatora.
Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – "Não", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Rose de Freitas.
A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O projeto foi rejeitado.
Como sou o Relator do próximo item, passo a Presidência ao Senador Marcelo Crivella, que está conseguindo ser mais rápido do que eu na votação.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) –

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
- 20/03/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.
- Em 26/08/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação é nominal.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero dizer que foi combinado com a Senadora Ana Rita, pois já havia outro projeto com teor semelhante.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Foi pela prejudicialidade.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Então, como vota a Senadora Angela Portela?
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto "não".
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Crivella, o voto é "não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O projeto foi rejeitado.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013

- Terminativo -

Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

- Em 16/04/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para que faça um resumo, já que o Senador Magno Malta é um especialista, eu diria, nessa área. Ele opinou pela aprovação, e só apresentou uma emenda.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou fazer um resumo do voto do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, vai ter que fazer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Impõe-se, de início, retirar do texto termos e expressões que comprometem desnecessariamente a concisão da ementa do projeto. Entre eles, destaca-se o bordão "e dá outras providências".

Em seguida, importa conferir mais clareza e precisão ao texto.

Ele troca o uso das expressões "pretendente à adoção" e "adoção feita por casal", em favor, respectivamente, da escolha feita por "adotante" e "adoção conjunta".

São apenas emendas de redação.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013, com as seguintes emendas de redação: "(...) §3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho que o adotando, sendo suficiente, na hipótese de adoção conjunta, que um dos adotantes atenda a esse requisito".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como o projeto não foi lido nem discutido, eu sinto que há uma insegurança do Plenário para votar a matéria. Portanto, eu, de ofício, retiro-o de pauta e, com a presença do Senador Magno Malta, nós faremos a discussão e votaremos a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Perfeito. A ideia é a seguinte: uma criança de dois anos só pode ser adotada por um adulto com dezenove anos; uma criança de três anos, passa para vinte anos; uma criança de dez anos, para vinte e seis anos. Sempre uma diferença de dezesseis anos, pelo menos, do marido ou da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu passo de imediato ao item 13, para que a Senadora Ângela Portela sintetize o seu relatório.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação:Terminativo nesta CDH.

O projeto é de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Vamos sintetizar o nosso relatório, Sr. Presidente, já que o projeto é terminativo.

Não há reparos a se fazer no que toca à constitucionalidade, à legalidade ou à técnica legislativa do projeto.

A proposição é altamente meritória ao pensar naqueles que, na velhice ou com deficiência, encontram severas dificuldades ao terem de ser assistidos em ambiente externo às suas residências.

São justamente essas pessoas, que são impossibilitadas de serem transportadas em elevadores estreitos, concebidos para o transporte de pessoas de pé, as merecedoras da atenção deste projeto. Pensar naqueles em condição de hipossuficiência funcional é respeitar o direito à diferença e admitir que, afinal, tal situação pode acometer toda e qualquer pessoa.

Nesse sentido, propomos duas emendas ao projeto, a que todos têm acesso, e votamos, então, pela aprovação do projeto de lei do Senado que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.

Então, voto pela aprovação do Projeto do Senador Cássio Cunha Lima.

É este o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

O voto é "sim", voto conhecido.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste momento, eu passo a palavra ao Marcelo Crivella para que, já que não pôde relatar *ad hoc* antes, relate agora o Projeto nº 11 da pauta.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Eu vou fazer apenas um pequeno resumo.

A Senadora Vanessa Grazziotin, com o relatório do Senador Vicentinho, quer que as locadoras com presença nos aeroportos tenham pelo menos um carro para pessoa deficiente física. Esta é a intenção do projeto da Senadora Vanessa Grazziotin: pelo menos um carro naquelas tantas locadoras... Que cada uma delas tenha um carro para uma pessoa que utilize cadeira de rodas, deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O voto do Relator é favorável – relatou o Senador Marcelo Crivella, mas o Relator oficial é o Senador Vicentinho Alves.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação.

Quem vota com o Relator *ad hoc,* Senador Marcelo Crivella, vota "sim".

Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item nº 12 – informo a todos que é o último.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação:Terminativo nesta CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador *ad hoc:* Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Trata-se do item 12, Sr. Presidente, cujo Relator é o Senador Magno Malta, e o Senador Vicentinho é o autor.

O projeto prevê a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização das crianças com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Relator vota pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Lido o relatório, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

O parecer é favorável.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rose de Freitas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É apenas o projeto para prever...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, isso.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com isso, limpamos a pauta de todos os projetos terminativos.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Presidente, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Marcelo Crivella merece aqui uma salva de palmas especial, porque ele trabalhou muito para esta reunião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, vamos votar requerimentos ainda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu gostaria de pedir, pela ordem, um requerimento extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós temos audiência, creio que já na próxima semana, para discutir perseguições a grupos afro-brasileiros, e eu queria sugerir outros três nomes para a lista dos que virão, substituindo anteriores. Posso ler os nomes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Babá Adailton Moreira Costa, que é do Rio de Janeiro; Babá Joel Mariano Borges, do Distrito Federal, e a Profª Railda Rocha Pitta, do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento, extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovada.

Colocamos em votação o mérito.

Aqueles que aprovam o relatório apresentado em relação ao requerimento do Senador Cristovam Buarque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 145, de 2015, do Senador Cristovam Buarque.

Senador Hélio José, convido V. Exª para assumir a Presidência, porque há três requerimentos de minha autoria que vamos votar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Requerimentos de autoria do nosso querido Senador Paulo Paim. Coloco em votação a inclusão, extrapauta, de quatro requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos quatros requerimentos, extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 143, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "A Violência e o Assédio Moral em Instituições Públicas Federais".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Violência e o Assédio Moral em Instituições Públicas Federais".

Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Em discussão.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, esse foi um apelo que me fizeram, homens e mulheres, para discutir a violência e o assédio moral em instituições públicas federais.

Como quem não deve não teme, achei eu que não há motivo algum para não fazermos audiência pública para enfrentarmos esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito bem, Sr. Senador Paulo Paim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 144, de 2015
- Não terminativo -

Requer, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Privatização da CELG Distribuição" - (antes Centrais Elétricas de Goiás S.A.). A presente audiência foi requerida pelo – Sindicato que representa os trabalhadores da CELG (STIUEG) e pelo DIAP. Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, bem rápido.

Em momento de crise, de desemprego e de rotatividade, há uma grande preocupação de que haja, nesse caso, além da privatização, demissão em massa. Devido a isso, os trabalhadores querem essa audiência pública. Serão convidados representantes dos empregadores e dos trabalhadores para debater a situação dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Gostaria de parabenizar V. Exª pela iniciativa, muito importante. Eu, que sou do setor elétrico, sei do que trata essa questão. Inclusive, vou apresentar outro requerimento, extrapauta, na próxima reunião, relativo à CEB, um assunto semelhante aqui, no Distrito Federal. E gostaria de parabenizá-lo.

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 147, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para tratar do acúmulo de processos aguardando julgamento no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta CDH, para tratar do acúmulo de processos aguardando julgamento no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF-1, e consequente ausência da prestação jurisdicional em tempo razoável, com evidente prejuízo para os demandantes e recorrentes que aguardam solução para todos os tipos de processo, em especial os relativos à aposentadoria, sistema financeiro de habitação, FGTS, remuneração de servidores civis e militares que cheguem de Estados, com Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Tocantins, Goiás, Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão e Amapá, que compõem a área da jurisdição deste TRF1.

A relação de convidados será encaminhada oportunamente à Secretaria da Comissão.

Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passo a palavra ao nosso Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bem rápido, Sr. Presidente.

É quanto à morosidade da nossa Justiça, e não estou aqui, fazendo nenhuma crítica aos profissionais, aos juízes. Por falta de estrutura, há processos que demoram três, quatro, cinco, seis, sete, oito anos, e muitos, inclusive, relacionados a pessoas idosas, como é o caso da aposentadoria. E o cidadão morre, e a sua ação não foi julgada.

Por isso, houve esse movimento de setores que trabalham na área, para que a gente possa, talvez a partir da audiência pública, jogar luzes para acelerar a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito bem, Senador Paulo Paim. É de grande relevância tal projeto!

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, coloco-o em votação.

Todos os que concordam com a aprovação do referido requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "O Dia Internacional de NÃO – Violência contra a Mulher, a ser celebrado dia 25/11".

Autoria: Senador Paulo Paim

O requerimento tem fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno Senado Federal.

Na ocasião, será apresentada uma cartilha de prevenção à violência elaborada pela ISP – Federação Sindical Internacional, que representa mais de 600 sindicatos, em diversos países, e também pela CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. E a presente audiência foi requerida pela ISP e pela CSPB.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, na leitura do requerimento, fica claro. É para que façamos uma reunião de debate, no Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, a ser celebrado no dia 25 de novembro. Essa iniciativa foi provocada junto a nós pela ISP, que V. Exª já justificou o que significa, Federação Sindical Internacional, e pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), cujo Presidente é o João Domingos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, coloco em votação o referido requerimento, o Requerimento nº 146.

Todos os que concordam com a aprovação do referido requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, considera-se aprovado o referido requerimento.

E eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim, porque o que seria de nós se não fossem as nossas queridas mulheres? E eu acho que essa violência contra a mulher jamais podemos admitir. Então, esse Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher é fundamental.

Obrigado, Senador Paulo Paim.

Volto a condução dos trabalhos ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiro, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras, porque, no dia de hoje, nós concluímos toda a nossa pauta. Tínhamos aqui 13 projetos terminativos, e todos foram votados. A pauta ficou em dia, e foi uma reunião para mim importantíssima, para que a Casa, de uma vez por todas, possa perceber a importância dos temas que aqui passam e são de interesse de toda a sociedade brasileira, porque tratam principalmente de questões relacionadas aos direitos humanos.

E, nessa linha dos requerimentos, Senador Hélio José, que aprovamos hoje, eu tenho de fazer um comentário rápido, mas importante sobre a reunião que realizamos aqui na terça-feira pela manhã. Havia um movimento que começou na última quarta-feira à noite, e o Plenário do Senado aprovou o requerimento de urgência para revogar a NR- 12, que é aquela que protege o trabalhador em relação às máquinas; ou seja, evita, combate, protege o trabalhador, em relação aos acidentes no trabalho.

Convocamos, na sexta-feira, essa audiência pública, e esta sala lotou: veio o Ministério Público, vieram promotores, vieram juízes, veio o Ministério do Trabalho, veio a Comissão Tripartite, vieram todas as centrais sindicais. Foi a primeira vez, eu acho, em que vieram todas, porque se assustaram com a possibilidade de se revogar a NR-12, pela sua importância em relação à proteção do trabalhador e em relação aos acidentes de trabalho.

Quero também, sendo muito fiel aos fatos e à verdade, dizer que para nós foi muito importante a presença do Senador Cássio Cunha Lima, autor da proposta, e a presença do Relator, o Senador Douglas Cintra. Ambos vieram aqui, no mais alto nível, e fizeram um debate qualificado com todos os convidados. Usaram a palavra, como painelistas, 12 ou 13 pessoas, se não me engano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foram 15, 15 pessoas usaram a palavra – todos contra a NR.

E o Senador Cássio, numa postura de grandeza e de altivez, e não, como alguns pensam, de recuo, entendeu a demanda da sociedade e concordou. E assim o fez à tarde, porque, infelizmente, na política, alguns dizem uma coisa pela manhã e mudam à tarde. Estou elogiando o Senador Cássio. Ele mesmo, à tarde, me procurou, colhemos assinaturas e retiramos a urgência do Plenário. Ele mesmo e sua assessoria – que quero também cumprimentar – me procuraram e apresentamos o requerimento, que aqui foi decidido, com a concordância do Relator e de todo o Plenário, para a realização de uma comissão de debates no plenário do Senado, uma audiência pública no plenário do Senado, que chamamos de comissão temática. Recolhemos juntos as assinaturas de todos os Líderes, para que, ainda neste mês de setembro, de preferência, no máximo outubro – o prazo foi de 30 dias –, façamos um debate amplo, geral e irrestrito, convidando empresários, trabalhadores, centrais, Ministério Público e Ministério do Trabalho, para que discorram sobre a NR-12, na tentativa de construirmos um grande acordo.

Uma posição como essa, assumida pelo movimento sindical, pelos empresários e por todos os Senadores, não importa se de situação ou de oposição, na busca de uma alternativa que garanta a proteção do trabalhador, mas que também contribua para que mais máquinas com potencial de alta produtividade venham para o Brasil e com toda segurança, eu acho que foi um resultado muito positivo.

E eu não poderia deixar de comentar, neste momento, que tivemos uma reunião que limpou a pauta, como dizemos, em que todos os projetos e requerimentos foram aprovados, que começou muito bem, na terça-feira pela manhã aqui.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras da Comissão, todos os que estiveram aqui e a vocês que estão prestigiando também, até o encerramento.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

ATA DA 79ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e João Capiberibe. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 139 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "Cotas para negros e o conflito entre o direito administrativo e o direito constitucional". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Frei David Santos, Diretor Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Jackson Lima, Terceiro Secretário da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores; Ronaldo Barros, Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR; e Paulo Sergio Rangel, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJ/RJ. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Mário Teodoro, Heloísa Helena; João Bosco Borba, Presidente da Anceabra; Danilo Rosa de Lima; José Ricardo da Silva, Feliciano Correa Djú. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Encaminhar sugestão de projeto de lei de iniciativa da Educafro, com o objetivo de coibir as fraudes contra as cotas, por meio da punição dos infratores; 2) Realizar uma audiência pública com o tema "A Redução da Menor Idade Penal: avanço ou retrocesso social?", com a presença do Dr. Paulo Sérgio Rangel, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJ/RJ e autor do livro com o mesmo título; 3) Encaminhar a denúncia feita pela Sra. Heloísa Helena ao Prefeito do Rio de Janeiro, solicitando providências; 4) Fortalecer a audiência pública sobre religiões de matriz africana, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que ocorrerá no dia 16 de setembro, quarta-feira, às 9hs, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho; 5) Fazer contato com o MEC, com a Unilab e com o governador do Ceará e fazer uma diligência da CDH para tratar dos fatos narrados pelo estudante Feliciano Corrêa Djú em relação às dificuldades enfrentadas pelos estudantes estrangeiros naquela universidade; 6) Solicitar ao Ministério do Planejamento que regulamente o procedimento para o benefício das cotas por meio de Nota Técnica. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 79ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 139, de 2015, da CDH, de minha autoria e de outros Senadores.

Assunto a ser debatido: "Cotas para negros e o conflito entre o Direito Administrativo e o Direito Constitucional."

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Os convidados de hoje: Sr. Jackson Lima, Terceiro Secretário da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Convido o Sr. Jackson Lima para que venha à Mesa.

Seja bem-vindo, Jackson! (*Palmas.*)

Vou chamar todos os convidados presentes e os que estão chegando. Depois, virão à Mesa também.

São eles: Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro, que foi quem propôs esta audiência pública; Ronaldo Barros, Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir.

Está aqui o Ronaldo. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Paulo Sérgio Rangel, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Já está aqui. (*Palmas.*)

Por fim, o Procurador Augusto Werneck, da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Ele está a caminho.

Vou fazer uma pequena introdução só para que as pessoas que estão nos assistindo através da TV Senado e nos acompanhando pela Rádio Senado e pela Agência Senado saibam qual será o debate do dia de hoje.

Nós realizamos reuniões todas as segundas-feiras e, ultimamente, às segundas, terças, quartas, quintas e sextas. Até na sexta, porque na sexta estamos começando um debate sobre ciclo de saúde, por parte do Senador Hélio José. Eu permito que quem faz o requerimento presida no meu lugar. Então, as reuniões do ciclo de saúde, propostas pelo Senador Hélio José, são presididas por ele, até porque eu estou viajando pelo Brasil para participar do debate da terceirização, dos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, da NR-12, que eles querem revogar também, e nós não estamos permitindo. A NR-12 é aquela que protege o trabalhador em relação ao acidente de trabalho no maquinário das empresas.

Estou viajando muito. Eu saio na quinta e volto na segunda. Por exemplo, neste fim de semana, vamos para a Bahia. É sempre na Assembleia Legislativa, com a participação popular. Em torno de 500 militantes participam desses debates. Nesta quinta, será na Assembleia Legislativa da Bahia.

Vamos ao nosso debate.

Bom dia a todos e a todas!

A luta pelas ações afirmativas, realizada por todos nós, liderada pelo movimento negro, segue firme no Brasil e em outros países. A dívida histórica do Estado brasileiro nos permite a todos dizer que legalizou e que foi instrumento da política de exclusão social do povo negro, escravizado no País. Finalmente, após muitas e muitas lutas, tivemos essa legalização e o reconhecimento da importância da política de cotas. Com enormes dificuldades, vimos nosso povo se erguer e, com o apoio desta Casa, aprovamos aqui, e fui Relator, a política de cotas e também o Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria.

Apesar dos avanços, algumas grandes alegrias nos tomaram pela vitória do progresso, que tornou legal as cotas para estudantes negros, indígenas e brancos pobres nas universidades.

Medidas paliativas, é verdade, surgiram, por outro lado, na busca de melhorar a qualidade de vida de todo nosso povo e de toda nossa gente. Mas está muito longe de tudo aquilo que sonhamos e que queremos.

É só lembrar que temos instalada aqui, no Senado, a CPI do Assassinato de Jovens. Esta foi a redação dada para a instalação da CPI, mas todos nós sabemos que se trata, principalmente, dos jovens negros. Esta Comissão está também viajando o País, liderada pela Senadora Lídice da Mata, Presidente da Comissão.

Enfim, com muita luta, chegamos à aprovação, em 2014, da Lei nº 12.990, outro texto legal que corrige a dificuldade de inclusão da negritude nas fileiras do serviço público, lei encaminhada a esta Casa pela Presidente da República, que aqui debatemos e aprovamos. Todo mundo sabe a batalha que foi aprová-la, mas nós a aprovamos.

Todos sabemos, e ficou mais do que comprovado pelos especialistas que já passaram por esta Comissão de Direitos Humanos, o quanto é importante a diversidade da composição dos órgãos de prestação de serviços públicos e a melhoria que isso garante a todo nosso povo. Por esses e por outros motivos, aumenta a nossa preocupação diante da possibilidade real, conforme denúncia que tivemos, principalmente do Frei David, de fraudes e do não cumprimento da lei como deveria ser. As cotas no serviço público são importante conquista, e defenderemos esse direito para que a igualdade seja mais uma vez um valor para todos os brasileiros, equilibrando os vícios históricos que ainda afligem mais de 50% do povo brasileiro.

Por fim, apesar dos avanços, algumas grandes alegrias nos tomaram pela vitória do processo que tornou legal as cotas para estudantes negros e indígenas nas universidades. Reconhecemos avanços e somos daqueles que dizem que sempre fizemos muito, mas há muito, muito por fazer, até que se garanta neste País, de fato, uma política de igualdade para negros, brancos e índios, com a devida compensação e oportunidades.

Com muita luta, chegamos a este momento.

Agora, vamos ao debate com nossos convidados.

Este é um resumo que a assessoria sempre faz, e eu acabo comentando-o na abertura dos trabalhos.

Vamos, de imediato, ao nosso primeiro convidado, a não ser que a Mesa entenda que quer mudar a ordem.

Não sei se o Frei David quer abrir ou se começamos com o Jackson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Frei David, aqui não é por idade, mas por sabedoria acumulada! São aqueles que têm mais sabedoria acumulada ao longo dos anos – vai sobrar para nós dois, por isso falei primeiro. Sabedoria acumulada, para não falar "idade". Prefiro dizer sabedoria acumulada.

Passamos a palavra, de imediato, ao Frei David Santos, Diretor-Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), pelo tempo de dez minutos com mais cinco.

O SR. DAVID SANTOS – Saúdo o Senador Paim como um guerreiro e militante da causa do nosso povo, dos trabalhadores, dos negros, dos indígenas, dos idosos, de modo que me senti muito contemplado. Quem dera se todos os Senadores tivessem a garra e a disponibilidade de assumir as pautas do povo negro como o Senador Paim!

Bem, Senador, na última audiência que tivemos aqui, foi colocada a nossa preocupação com referência à criminalização, às fraudes que estão acontecendo no Brasil inteiro. A Comissão de Direitos Humanos, com toda sua equipe, assumiu este tema, e hoje estamos trazendo para o Brasil inteiro essa preocupação delicada, que são as fraudes. Nós entendemos que a fraude existe e que ela só vai solucionada se houver criminalização. Daí o tema criminalização das fraudes quanto às ações afirmativas.

As fraudes acontecem, infelizmente, no Prouni, que é um programa bonito e fantástico. As vagas de Medicina e de outros cursos caros são as mais visadas. No Fies, para minha dor e tristeza, chegou denúncia dizendo que, no Fies, é grande a quantidade de funcionários do próprio sistema da Caixa Econômica Federal que facilitam, para seus parentes e amigos, o Fies, na frente do povão, que está na fila. Isso está dificultando para nós. Vamos ter que procurar a Controladoria-Geral da União para levar essa questão.

Nas cotas para rede pública nas universidades públicas brasileiras, pessoas que sempre frequentaram o ensino médio particular e que pagaram para aprender e dominar o saber passam à frente do nosso povo, por natureza, porque eles pagam pelo saber. Além disso, vários deles estão sendo desonestos: estão comprando diplomas em escolas públicas. O cidadão estuda na escola particular, cara, e, para disputar a cota da rede pública – não só de negros –, o cidadão compra o diploma, dá um jeitinho e consegue o diploma da rede pública. Ele, então, formou-se pela particular, mas se inscreve no vestibular com o diploma falso da rede pública.

Está acontecendo essa fraude também.

E pessoas brancas – é o caso mais grave e o centro desta audiência – que se autodeclaram negras para fraudar os pobres e, assim, as ações afirmativas.

Alguns exemplos do Prouni.

Levamos essa denúncia ao Fantástico, e o Fantástico denunciou três estudantes brancas de Medicina do Paraná que estariam sendo beneficiadas, ou melhor, que foram beneficiadas irregularmente pelo Prouni. Foram filmadas duas delas e o pai da terceira em carros caros. As casas também mostram que não se trata de pessoas de baixa renda. São muito ricas. As três meninas moram em Maringá, no Paraná, estudam na Uningá, na universidade de lá, e todas são parentes de funcionários que têm grande relação com os proprietários da universidade.

Esse é um exemplo que estamos citando porque a polícia já está em cima desse caso. Parece-me que já foram até punidas. No entanto, esse fato se repete em universidades do Brasil inteiro. Aqui, universidades particulares, uma vez que o Prouni são vagas públicas em universidades particulares.

Segundo o cálculo do Fantástico, as mensalidades de cada uma delas, que fraudaram os cofres públicos, ultrapassam R$300 mil por pessoa.

O Procurador da República Alexandre Schneider, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, apresentou denúncia à Justiça Federal contra uma estudante de 24 anos, que, através da fraude, por quatro anos, usou uma bolsa integral na Universidade de Caxias do Sul, através do Programa Universidade para Todos.

Isso é apenas a ponta do *iceberg,* porque o índice de fraudes é muito grande. Precisamos que o Governo crie instrumentos para evitar a fraude, ou vamos procurar o Tribunal de Contas da União para fazermos uma peneirada geral.

De acordo com o procurador, a estudante causou um prejuízo aos cofres públicos superior a R$42 mil, além de ter tirado a oportunidade de que estudantes verdadeiramente carentes pudessem receber a bolsa de estudo do programa federal.

A ADPF nº 186, do Supremo Tribunal Federal, definiu, para sempre, que são constitucionais, primeiro, as ações afirmativas para negros. O STF definiu isso. Segundo, definiu também que é constitucional a autodeclaração. Então, qualquer instituição universitária ou de concurso público pedir autodeclaração é constitucional, mas também o STF definiu que é constitucional a criação de critérios para evitar fraude nas autodeclarações. O STF abriu: pode ser pedido de foto, pode ser comissão de averiguação. Ou seja, o que ele não quer é que permaneça a fraude.

Então, qual é a nossa preocupação? De modo geral, as universidades; de modo geral, os organizadores de concursos públicos, que estão levando adiante essa questão sem levar a sério a averiguação. Nós queremos, para o bem dessa política pública, que haja averiguação com qualidade. Em todos os órgãos públicos – MEC, Ministério do Planejamento – que têm programa de ação afirmativa, infelizmente, a fiscalização, o controle e

o acompanhamento são quase zero, e isso não é legal para o programa e até para o próprio Governo. É fundamental que o Governo procure ser mais rígido no controle da qualidade dessas bonitas e fantásticas políticas públicas,

O que queremos? O fim da conspiração dos operadores do Direito Administrativo contra o Direito Constitucional. O que é isso? Ora, as pessoas que organizam os concursos públicos, as pessoas que organizam os vestibulares para as universidades são muito mais preocupadas em botar em prática uma compreensão de Direito Administrativo do que botar em prática o que é mais fundamental, que é o Direito Constitucional. O Direito Constitucional é um direito do cidadão; está preocupado com o povo. O Direito Administrativo é perverso muitas vezes, porque está preocupado com a máquina administrativa e, muitas vezes, contra o pobre, muito mais para beneficiar os mesmos.

Portanto, nós deixamos bem evidenciado que há um conflito na aplicação das cotas, há um conflito do Direito Administrativo com o Direito Constitucional.

Agora, qual é a nossa estranheza? Esse conflito só apareceu, só exacerbou quando o beneficiado é o negro, é a negra, porque, vejam vocês que, há muito tempo, todas as universidades têm controle do ingresso dos universitários que passam no vestibular. Como é o controle? O cidadão tem que provar que tem diploma de ensino médio. Mas não basta isso. Tem que provar que o diploma é verdadeiro, e eu não conheço um caso de pessoa com diploma de ensino médio falso – eu não conheço antes das cotas – que não tenha sido pego pela universidade. Depois que chegaram as cotas, abriu a porteira, abriu a porteira!

Aqui está o nó da questão: a visão do administrador público não está levando a sério a nossa grande preocupação, que é a inclusão do pobre, do negro, do indígena e do deficiente.

Fraude nas cotas. Temos o caso da Prefeitura de São Paulo, que nos preocupa muito. Para se ter uma ideia, teríamos que ter 14 vagas para negros. Passaram 38 negros nesse concurso para procurador, um salário altíssimo. Ao verificarmos as fotos, dos 14 aprovados, 12 eram brancos. Isso é preocupante.

Prefeitura do Rio. Também muitos negros passaram no concurso, tomaram posse, abandonaram o outro emprego e pediram baixa. Passaram nas cotas, tomaram posse no novo emprego. Meses depois, brancos entram na Justiça, e os juízes, despreparados, deram ganho de causa para os brancos, tirando os negros das vagas.

Então, o negro perdeu seu primeiro emprego, porque ganhou a cota.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID SANTOS – E perdeu o segundo, porque o juiz, despreparado, sem conhecer toda a máquina de exclusão que está por trás das cotas, deixou passar.

O Itamaraty, vou deixar para o nosso irmão Jackson, que é diplomata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para avisar que, depois dessa campainha, mais cinco minutos ainda.

O SR. DAVID SANTOS – O nosso irmão Jackson, do Itamaraty, é bom dizer – ele não gosta que eu fale isto, mas, felizmente, para mim e para todos nós, negros, é motivo de orgulho –, de auxiliar de pedreiro, hoje é diplomata. Passou no concurso do Itamaraty. (*Palmas.*)

Em toda a história do Brasil, é um dos pouquíssimos diplomatas negros que tivemos. Com certeza, o Brasil não merecia isso, não. Este Brasil, diversificado, bonito, merecia ter 53,7% de diplomatas negros. É o nosso sonho e a nossa esperança.

Polícia Federal. Também houve concurso público, e tivemos muita perda no concurso público, porque muitos brancos se declararam negros. Aqueles que foram denunciados entraram na Justiça, e o juiz, despreparado, permitiu que eles ocupassem as vagas tirando os negros do lugar.

E aí nos preocupa muito o Exército e a Aeronáutica. Aqui está o jornal *Folha de S.Paulo* do dia 30 de julho de 2015: "Procuradoria cobra cotas em concurso do Exército." Ou seja, o Exército e a Aeronáutica se sentem não pertencentes ao Brasil, de maneira muito injusta. Quando brigamos intensamente, como negros e negras, pelas cotas da universidade, o Exército, a Aeronáutica e a Marinha fizeram um coluio com os Deputados, e os Deputados tiraram as faculdades, os cursos superiores ligados ao Exército e à Aeronáutica das cotas. Foi uma tremenda injustiça. Aí, de repente, o Exército, achando que era um direito adquirido, tentou também dizer: "Não boto em prática a Lei Federal das Cotas." Mas, para nossa alegria, apareceu uma procuradora, muito guerreira, que está do lado do povo. Eu ate faço questão de ler o nome dela: Ana Carolina. Ela merece até uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Ela, então, intimou o Exército a cancelar seu concurso e a refazer o concurso com cotas.

Nós não sabemos qual foi a posição final. Se alguém souber de alguma posição ou tiver uma resposta, seria bom vermos isso. Mas o Exército fez essa maldade com a comunidade negra.

Pessoal, se vocês olharem o Exército, em toda a cúpula você não vê negro. Na base, quem carrega o Exército nas costas é a negada, mas, nos altos cargos, não há negro. Esses homens dos altos cargos definiram que não haveria cota. Graças a Deus, eles vão ter que colocar cota. No entanto, para nossa alegria, houve uma evolução: a Marinha não esperou a pressão da comunidade negra. A Marinha se antecipou e já liberou o concurso com cotas. Parabéns para a Marinha! (*Palmas.*)

Concluindo, o Instituto Federal do Maranhão – puxa, órgão de educação, meus irmãos e minhas irmãs! – fez uma maldade. Havia 210 vagas para concurso. Só que a lei diz: todo concurso que tem menos de três vagas não precisa adotar cotas. O Instituto Federal do Maranhão teve a ousadia de pegar essas 210 vagas e fatiar em pequenos concursozinhos para não incluir negro. Gente, vejam o absurdo! Quando eu falo que o Direito Administrativo está conspirando contra a Constituição, aqui está provado.

Graças a Deus, a comunidade negra gritou, um procurador entrou na Justiça e um juiz obrigou o Instituto Federal do Maranhão a suspender o concurso e a consertar seus erros absurdos.

Então, para esses juízes e procuradores que estão fazendo a coisa certa, uma salva de palmas! (*Palmas.*)

O Instituto Federal de Minas Gerais fez a coisa certa. Os negros que passaram, todos felizes, foram lá, pediram baixa dos seus empregos, pediram demissão dos seus empregos, felizes da vida, e começaram a trabalhar no Instituto Federal de Minas Gerais. De repente, um mês depois, recebo um telefonema: "Frei David, acabo de ser tirando do meu emprego pelo juiz.""Como assim?""Um grupo de brancos entrou na Justiça contra as cotas, e o juiz deu ganho para eles. Tiraram-me do meu emprego e botaram um branco no lugar."

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID SANTOS – Gente, a situação está complicada! Cabe ao Senado, a esta Casa Legislativa e a todos os setores do Governo que são amigos do povo negro agir com garra e não deixar esse abuso.

Obrigado e um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Frei David Santos, Diretor Executivo do Educafro.

Ficou exatamente nos 15 minutos, que são 10 mais 5.

Passo a palavra agora para o Dr. Jackson Lima, Terceiro-Secretário da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JACKSON LIMA – Senador, obrigado.

Bom dia a todos e a todas.

Antes de começar a minha fala, inclusive se pudesse não contar o tempo, eu só queria dizer por que não gosto muito quando o frei constrói que "foi ajudante de pedreiro", que "trabalhou de camelô". Todo nosso trabalho, eu entendo, é justamente desconstruir isso. Não é uma coisa ou uma conquista pessoal do Jackson. A nossa luta é que nós popularizemos isso.

Por exemplo, desde os 18 anos, eu sabia que queria ser diplomata, mas só fui entrar na carreira aos 38, ou seja, 20 anos depois, quando apareceu a bolsa do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. No entanto, havia colegas na minha turma de 24, 25 anos brancos.

Portanto, a ideia é desconstruir, é que possamos construir um Brasil em que os brancos e os negros tenham iguais oportunidades e que não sejam um ícone. (*Palmas.*)

Dito isso, quero começar a minha fala. Vou dividi-la em três partes. Vou falar um pouquinho rápido por causa dos 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos marcar o seu tempo!

O SR. JACKSON LIMA – O papel do Estado; depois vou falar do caso do Itamaraty, especificamente, que é a minha área de estudo. Eu venho estudando o Itamaraty há quase uma década. Fiz meu mestrado sobre isso. Fui bolsista do Programa de Ação Afirmativa do Itamaraty por dois anos. Participei de seleção dos outros bolsistas do programa do Itamaraty e, como falei, escrevi mo meu mestrado sobre isso. Por último, vou falar sobre a verificação da autodeclaração.

Pegando uma carona no que falou o Senador, há uma dívida histórica. Por que falamos em dívida histórica? Vou construir um pouquinho com vocês o que estamos chamando de dívida histórica e o que eu chamo de papel de Estado, que foi o que eu trabalhei na minha dissertação.

O Estado brasileiro impõe a escravidão por mais de 350 anos.

Então, a partir do momento em que eu tenho um Estado que tem um papel, o mesmo Estado brasileiro tem um papel na abolição da escravidão. Quando ele abole a escravidão, ele não cria nenhum mecanismo de reparação histórica lá em 1888. Portanto, também o Estado tem um papel ativo, nem que seja por omissão. E, mais de 120 anos depois, o Estado de novo impõe uma lei, dizendo: "agora o Estado vai fazer um papel ativo."

Assim, toda a minha linha de raciocínio é: isso vem pelo Estado brasileiro, seja por omissão, seja por ação contra, seja por ação a favor. Aí, nós impomos hoje, só para termos clareza, cota de 20% no Itamaraty, especificamente, que é o meu caso de estudo, e temos 50% de negros na sociedade. Isso significa dizer que, mais de um século depois, por si só, as forças políticas do Estado brasileiro não deixam negro entrar. Isso tem que ficar muito claro. Estamos falando de acesso.

A minha vida mudou da água para o vinho, como vocês devem saber, ou devem imaginar. Do interior da Bahia, em Santo Antônio de Jesus, para Brasília, diplomata, morar três anos na África, correr o mundo inteiro, falar três línguas e mais algumas outras. Portanto, estamos falando de acesso, literalmente, às benesses do Estado.

Eu vou terminar minha fala mostrando que quem perde não são simplesmente os negros, que são fraudados. Muitos outros perdem, o Estado brasileiro perde. E quero levar os senhores e as senhoras nessa linha de raciocínio. Vou falar do caso do Itamaraty, especificamente.

O Itamaraty, há mais de 12 anos, tem o Programa de Ação Afirmativa. É o único da Administração Federal. O Itamaraty adota – e, aí, a meu ver, a lei de cotas avançou e muito – a terminologia afrodescendente. Eu quero frisar muito isso, porque acho que isso é o x da questão. Quando eu digo afrodescendente, se você é loiro e tem olhos verdes, você é afrodescendente. Quando a lei avança e diz que são pretos e pardos – e eu vou chamar de negros –, eu estou chamando de fenotípico. Aí podemos criminalizar fraude, frei. Em se tratando de afrodescendente, eu posso ter olhos verdes, ser loiro e dizer: "Eu sou afrodescendente; eu faço um exame de DNA e sou afrodescendente." Quando eu digo que são pretos e pardos – negro –, estou falando da construção histórica do racismo e da discriminação no Brasil. E, aí, eu posso ter verificação. O Itamaraty já tem, ou já tinha, verificação há 12 anos. Para nossa surpresa, quando a Lei de Cotas vem e sai de afrodescendentes para pretos e pardos, o Ministério desiste da autoverificação. Ele não faz mais a verificação.

Para vocês terem uma ideia, eu tive que mandar minha foto, eu tive que escrever uma redação com a minha experiência como afrodescendente e eu tive que ficar diante de uma comissão de verificação para me entrevistar. Só depois de passar por todas essas fases, eu recebi uma bolsa do Itamaraty para ser bolsista.

Quando 20% das cotas vão entrar diretamente no Ministério, estranhamente paramos de ter foto, paramos de ter redação e paramos de ter entrevistas.

Eu vou falar do ponto específico do Itamaraty, que tem quatro fases no concurso. Neste ano – vou dar um exemplo clássico para os senhores –, 20% de cotas. Trezentos diplomatas passaram na primeira fase. Isso significa dizer que 60 terão que ser negros. Se não houver verificação desses 60, quando eles fizerem a segunda fase, já era!

Vou dar novos números. Ampla concorrência. Nota de corte, 47. Entre os negros, os 60 negros, nota de corte, 40.

Já sabemos declaradamente que há uma fraude, que todos conheceram, que virou pública no Brasil inteiro. O frei e a Educafro conseguiram levantar aparentemente. Não dá para saber com certeza, porque não entrevistamos. Vinte fraudes. Isso significa dizer, senhores, que, dos 60, há 20 negros do lado de fora que foram lesados no seu direito. Essa é uma questão muito séria. E a única maneira que vemos é combinando quatro coisas: autodeclaração, a autodeclaração tem que continuar, porque o Estado brasileiro não pode dizer de fora para dentro qual é a identidade da pessoa; segunda, termos mecanismo de verificação por foto; terceira, redação; quarta, entrevista.

Na entrevista, nós temos vários mecanismos. Pode ser por maioria absoluta, pode ser por maioria simples, pode ser por unanimidade. Isso significa dizer que, se nós estivéssemos na banca, a pessoa que se autodeclarou negra só não seria considerada negra se nenhuma das pessoas na banca não a considerasse negra. E olha que essa banca não seria, nem de longe, a banca dos nossos sonhos, porque teria um equilíbrio entre as questões de gênero – homens e mulheres –, teria um equilíbrio entre as questões geográficas – Norte e Sul, Leste e Oeste do Brasil –, teria um equilíbrio entre as questões socioeconômicas – gente rica, gente pobre.

A construção da identidade é de dentro para fora, mas também é de fora para dentro. É como eu me vejo como negro, mas é como a sociedade também me vê como negro. Por isso que a autoverificação ou a verificação da autodeclaração não é, em hipótese alguma, lesão de direito. A pessoa não vai deixar de ser negra na sociedade brasileira. Para fins daquele concurso, comparativamente aos outros candidatos que estão fazendo o concurso, aquela pessoa deixaria de ser considerada negra para aquele fim de concurso. Simplesmente isso.

Vou terminar falando do que perde. E acho que é bem interessante, porque parece que estamos o tempo inteiro brigando pelo direito do povo negro, brigando pelo direito das pessoas excluídas.

Depois que eu entrei no Itamaraty, eu percebi que há muita coisa que o Estado brasileiro vem perdendo há mais de 500 anos. Meu primeiro posto foi na África, obviamente por razões claras, e o meu segundo e meu terceiro, provavelmente, devem ser na África também. Eu criei uma relação muito íntima com aquele continente. E, aí, eu vou para a África. E eu queria compartilhar uns acontecimentos com vocês. Os diplomatas de outras

embaixadas, tanto africanas quanto europeias, olham para mim e dizem assim: "Gente, eu nunca vi um diplomata negro antes! Nem achei que tivesse diplomata negro no Brasil." Ou: "Nem sabia que tinha negro no Brasil."

O que eu estou querendo dizer com isso? O Brasil tem 350 anos de escravidão; o Brasil fica independente em 1822; e, por razões óbvias, o Brasil não poderia mandar negros para representar o Brasil, para negociar o reconhecimento da independência brasileira. Portanto, a cara do Brasil lá fora é uma cara branca, como historicamente teve que ser construída assim, por razões óbvias. Fazemos uma independência em 1822, mas só fazemos a abolição da escravidão em 1888. Só que avançamos. E a ideia é: se o Brasil muda sua cara para o mundo, o mundo vai ver o Brasil diferente.

(Soa a campainha.)

O SR. JACKSON LIMA – O segundo ponto que eu queria deixar bem claro é a diversidade. Todo mundo fala de diversidade. Eu também falava. Eu escrevi sobre diversidade na minha dissertação. Mas eu fui vivenciar a diversidade na prática, quando entrei no Itamaraty. Gente, é absurdamente enriquecedor quando eu tenho hoje meu embaixador, chefe, Diretor do Departamento da África, e eu, por todo meu histórico – de ter nascido no interior da Bahia, de ter sido criado desse jeito –, a minha colaboração e a minha maneira de resolver alguns problemas que ele me traz, e vice-versa, é absolutamente enriquecedor.

Então, a diversidade não é simplesmente uma maneira bonita de dizer que quer que o negro entre. Não. O Estado brasileiro está perdendo mesmo, porque, com certeza, a construção, a maneira de ver o mundo, a maneira de resolver as coisas que cada um de vocês têm, colabora para o todo do Estado brasileiro – voltando à questão do Estado.

E o último ponto que eu quero colocar é a questão simbólica, que eu chamo de desnaturalização do racismo. E vou aproveitar que ainda tenho mais dois minutos para falar o seguinte: quando eu vim para Brasília pela primeira vez, para fazer a entrevista da bolsa, a terceira fase, colocaram-me – a Seppir até – em um hotel muito bonito, muito luxuoso. Eu nunca tinha ficado em um hotel daqueles. Aí eu desço, bonitinho, arrumado, de terno e gravata, como estou aqui. Parei na frente do hotel, esperando a van, e uma senhora, branca, loira, pede-me para pegar um táxi para ela. Obviamente um negro, na frente de um hotel caro, com um terno bonito, é o porteiro do hotel. Quando eu digo a ela que também estou esperando um táxi, ela fica absolutamente ruborizada, pede desculpas, e diz: "Me desculpe, me perdoe."

Eu não acho que essa senhora tenha culpa; a questão é a naturalização. E eu acho que a nossa briga é justamente esta: a desnaturalização do racismo, que é: quanto mais negros houver em posições de poder, quanto mais negros houver em posições de destaque – e aí eu não vou puxar a brasa para a minha sardinha, quanto mais negros houver falando três, quatro, cinco línguas no Brasil, com um português escorreito –, mais se desconstrói isso, e eu tenho o simbólico.

Terminando de falar sobre o simbólico, quando eu passei para o Itamaraty, voltei para a minha cidade natal, óbvio, fui morar com a minha família, e aí eu fui convidado para rádio, eu sou convidado para televisão, eu sou convidado para dar entrevistas em igrejas, em escolas. Vocês não têm ideia do potencial que é um garoto pobre, de Santo Antônio de Jesus, que nasceu na minha mesma rua ver que eu virei diplomata. Isso é o que eu chamo de desnaturalização e construção do simbólico.

No Itamaraty, nos últimos 12 anos, entraram 21 negros pelo Programa de Ação Afirmativa. Se nós fizermos a Lei de Cotas ser cumprida na íntegra e se forem mantidos os números de hoje, em 10 anos, nós teremos 60 negros no Itamaraty. Isso é três vezes mais do que conseguimos em 12 anos, simplesmente em 10 anos. Mas, se as fraudes não foram coibidas, todo esse trabalho será jogado por terra. Portanto, eu defendo que, a partir deste ano, deste *very first year*, nenhum branco pode fraudar nenhum programa de ação afirmativa no Brasil.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Jackson Lima, Terceiro-Secretário da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Agora, vamos ao Dr. Ronaldo Barros, Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir.

O SR. RONALDO BARROS – Bom dia a todas, e que todos se sintam contemplados.

Senador Paim, é uma honra o convite da Seppir. A Ministra Nilma pediu que eu agradecesse ao senhor. Infelizmente, ela não pôde estar aqui.

É um momento importante a colaboração desta Casa para as políticas de ações afirmativas. A pessoa do Senador Paim é uma figura que – eu diria até com certa dor no coração –, em qualquer lugar em que você esteja, Senador, você está na nossa história de luta do povo negro, dos trabalhadores deste País. Então, é realmente uma honra estar sentado ao seu lado.

Também quero cumprimentar o Frei David, companheiro de luta, que nos orienta com a sua ação ativa, a cada dia, e a sua capacidade de mobilizar mentes e corações em defesa do nosso povo.

Quero cumprimentar o meu amigo Jackson. Eu estou me sentindo na Bahia. Eu sou baiano, sou professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Então, se ele é do Recôncavo, eu estou em casa, vou ficar tranquilo, jogando em casa, porque eu estou em casa.

Quero cumprimentar o nosso amigo Paulo, nosso grande desembargador.

É um prazer também poder compartilhar estes minutos de diálogo com vocês.

Ora, para nós, da Seppir, as políticas de ações afirmativas são uma experiência exitosa, por exemplo, da Lei nº 12.711, completando 3 anos de implantação, com 100% de implantação nas universidades federais e nos institutos federais; também se conseguiu ampliar, inclusive por conta da adesão ao Sisu, para as estaduais; só faltam 15 estaduais para que fechemos o ciclo completo de implantação das políticas de ações afirmativas no Brasil.

Mas, Senador, o senhor sabe muito mais do que eu que as ações afirmativas no Brasil não são recentes, não são políticas novas; são políticas eficientes e que ajudaram a desenvolver este País, embora eu não possa concordar integralmente com o modelo. Mas as políticas afirmativas aqui foram eficientes, por exemplo, para os alemães. Políticas afirmativas no Brasil para os alemães? Sim, para os alemães. Foi importante para os italianos, Senador? Sim, muito importantes para os italianos. Foram importantes para os japoneses? Sim, foram importantes para os japoneses. E ajudaram a desenvolver o Sul e o Sudeste deste País!

Então, quando se implantaram essas ações, não houve nenhum questionamento.

Inclusive, houve uma mudança radical do perfil da sociedade brasileira, que tinha maioria absoluta de negros, quase 80%, e passa a ter 20% de negros. Foi uma política de ação afirmativa do Estado brasileiro, tentando desenvolver determinadas regiões deste País.

A política afirmativa foi importante também na implantação de desenvolvimento do campo deste País? Sim, foi. Embora eu não concorde integralmente com o modelo – Mário Theodoro, grande liderança nossa, muito prazer em rever você –, foi importante? Foi. Existe uma lei, chamada Lei do Boi, que permitiu o acesso de filhos de fazendeiros ao ensino superior nas Ciências Agrárias. Isso ajudou a desenvolver o campo? Não segundo o modelo com o qual concordo, mas ajudou a desenvolver economicamente o País.

Então, foram exitosas as políticas afirmativas e, mais recentemente, nós conseguimos, com muita luta, com a luta do Movimento Social dos Negros, o efeito de ampliar isso para outras políticas afirmativas – desculpe, estou um pouco gripado, vou ficar um pouco fanhoso, Senador, perdoe-me, mas foi um sacrifício para estar aqui –, aquelas que se inserem na capacidade de reverter representações negativas da população negra, como a Lei nº 10.639.

Em seguida, nós avançamos com o Estatuto da Igualdade Racial e depois com a Lei nº 12.711 e a Lei nº 12.990.

Ora, eu passei uma nota técnica que tem a posição pública da Seppir sobre o andamento das políticas de ações afirmativas, já que nós somos responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas políticas. E estamos na Lei nº 12.990 com o MPOG; no caso da Lei nº 12.711, com o MEC e com o convite da Funai. Ambas as experiências são exitosas.

A tentativa de fraudar esses certames houve na Lei nº 12.711, mas com menor incidência nas universidades. Há um processo de monitoramento com os movimentos sociais na Lei nº 12.711; fizemos recentemente um simpósio, avaliando todas as dimensões dessa política; temos resultados impressionantes, a participação dos negros tem aumentado substantivamente. Em alguns cursos, há 10 anos, nós éramos resíduos percentuais, 0,1% e 2%, e hoje chegamos, no total, a 26%; segundo o Fonaprace, dentro das instituições federais de ensino, há 34% de negros. Isso dá um aumento de 233%. É significativamente algo que deve ser levado em consideração para políticas públicas no Brasil.

Há também a mesma ação em relação a uma lei mais nova, que completou um ano agora: a Lei nº 12.990. E aí nós temos acompanhado, sim, muito de perto, esse processo da implantação da Lei nº 12.990. O Jackson sabe das minhas visitas ao Itamaraty, reuniões com embaixadores, acompanhando de perto e sugerindo, por nota técnica pública, qual é a posição do Governo brasileiro e qual a posição da Seppir diante das tentativas de lesar o espírito da lei, como está ocorrendo em algumas universidades e em alguns institutos federais, que tentam fracionar, para impedir que haja, de algum modo, uma tentativa de assegurar o espírito da lei. Então, fracionamento intencional ou por um *modus operandi* das universidades acabam descumprindo a lei.

O que seria esse fracionamento? Abre-se um curso de 160 vagas, e abre-se uma vaga por componente, ou por matéria. Isso significa que se constitui uma banca para cada vaga, e, consequentemente, não ocorre a aplicação da lei. A Justiça tem sido eficiente e tem embargado esses concursos, tem mandado refazer esses concursos, e nós temos conseguido êxito nessa empreitada.

Da mesma forma, nós temos dito publicamente que as leis de cotas, mais especificamente, estabelecem piso, e não teto. Por isso é que nós podemos inclusive ampliar. Um exemplo desses é na Universidade Federal da Fronteira Sul, que ampliou a quase 97% de cotas de vagas.

Há exemplos com cotas inclusive para imigrantes haitianos. Então, há experiências também exitosas.

Quero dizer também, Senador, que o Enem, que revolucionou esse processo de seleção na América, foi vítima de tentativa de várias fraudes. Hoje já está legitimado.

Então, nós não devemos ter nenhum temor: a Lei nº 12.990 está sendo legitimada; por nossa avaliação, é uma lei autoaplicável, não precisa de nenhuma regulamentação. Nós estamos dialogando com o Ministério do Planejamento simplesmente uma instrução normativa para esclarecimento de algumas questões. Eu vou tocar nelas mais especificamente aqui.

Houve, no concurso da Petrobras, no concurso do Banco do Brasil e no concurso da Polícia Federal, experiências diferenciadas, mas que complementam e superam essa dicotomia entre o Direito Constitucional e o Direito Administrativo.

Também no caso do Itamaraty, nós colocamos que, nesses casos específicos, é necessária, sim, uma comissão de heteroidentificação, de acordo com a súmula, de acordo com o acórdão do Supremo Tribunal que estabelece, para esses casos, uma heteroidentificação. A Lei nº 12.990 já pressupõe isso, implicitamente, quando diz que, se a autodeclaração for falsa, as pessoas estão sujeitas à penalidade da lei. Então, em tese, ela já sugere...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO BARROS – ... que haja uma comissão de heteroidentificação para verificar a autenticidade da autodeclaração.

No caso da Polícia Federal, por exemplo, de forma muito exitosa, ela criou uma comissão de verificação, com especialistas da UnB mais servidores de carreira, mas há uma pesquisa social que pode identificar, ao longo do curso, se aquele indivíduo está fraudando ou não – então, ele não é compatível com o cargo que está sendo solicitado.

No Banco do Brasil, por exemplo, eles têm comissões de ética, pela natureza da função, em algumas áreas; mesmo passando em determinada etapa, na hora da posse, essa comissão de ética verifica se o concursado é compatível ou não com aquele perfil que merece trabalhar numa instituição financeira pública.

Então, são formas administrativas que resolvem essa tentativa de violar por uma ética da convicção, como diz Max Weber – alguém que se considere multiétnico por convicção; eu sou pluriétnico, se isso é possível. Por uma ética de convicção, é possível, ou a Psicologia Forense explica, ou a própria Psicanálise ou a Psiquiatria podem tentar encontrar uma alternativa para esse sujeito. Agora, se há dolo na ação, aí, sim, ele tem de ser punido de acordo com a lei.

Então, Senador, outro elemento, mais especificamente nos concursos de APO, no concurso de diplomata... E, diga-se de passagem, a Seppir foi extremamente colaboradora com a Bolsa Prêmio Diplomata. Então, é uma honra para a Seppir as ações dela terem produzido efeito, terem produzido diplomatas negros tão eficientes, tão competentes e tão comprometidos; quem sai da Bolsa Prêmio sai comprometido, mais do que acesso ao espaço de ser um negro de representação lá. Ele sai comprometido com a luta. O Jackson aqui é um exemplo desse efeito das políticas afirmativas articuladas pela Seppir.

Então, Senador, no caso desses concursos específicos, como Receita Federal, para auditor, como APO, que é um cargo de alta carreira no Ministério do Planejamento, como de diplomata, esses cursos, só para os senhores terem ideia, têm etapas. Eles têm etapas de formação. Se não se aplica uma comissão de heteroidentificação no início, são produzidas duas lesões graves no espírito da lei. A primeira é que aquele que ficou de fora, não passando para a próxima etapa, jamais será contemplado se essa pessoa for identificada como fraudulenta. Segunda, se essa pessoa passar mais uma etapa, pior ainda. E, se não houver, no conjunto daqueles selecionados, alguém que cumpra aquela vaga, significa que aquela vaga vai para a ampla concorrência, ou seja, vai para os brancos. E é dupla a lesão nesse sentido.

Por isso, a Seppir tem clareza nisso e colocou em nota técnica: nesses concursos que sejam feitos em etapas, que exigem um processo de formação, é necessário, sim, criar, como diz Lewandowski, uma comissão de heteroidentificação para verificar a autenticidade da autodeclaração, porque, se não, causa-se dupla lesão, tanto na vítima, aquele que foi impedido, que foi lesado individualmente, quanto no próprio espírito do certame, que seria transferir aquela reserva para outra esfera, a da ampla concorrência, ou, no princípio da simultaneidade, pode ser também para cotas de deficientes, caso haja. Há o processo de cotas, em si, que a Lei nº 12.711 já utiliza no caso de escola pública e negros. Quando não é possível preencher, eles remetem para a escola pública. É o princípio da simultaneidade da lei, que permite que esses setores, historicamente estigma-

tizados e lesados nos processos de falência do princípio da isonomia e da meritocracia – na dita isonomia e na dita meritocracia – dos concursos públicos, possam ser contemplados nessa nova perspectiva.

Então, é uma experiência que eu diria exitosa. Nós temos, nos últimos concursos públicos – já para encerrar, Senador –, 4.117 vagas ofertadas, 638 vagas para negros. É uma experiência exitosa, sim. Vamos continuar a luta.

Parabéns, Frei David, por ter solicitado esta audiência.

Parabéns, Senador Paim, por ter permitido este debate, porque acreditamos que isso faz com que possamos avançar, melhorar e efetivar, para sairmos do piso e estabelecermos um teto compatível com a representação da população negra no Brasil.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Ronaldo Barros, Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir.

Permita-me, Dr. Ronaldo, dizer que nós tínhamos outros órgãos convidados, e eles fizeram questão de dizer que, já que V. Sª representaria, neste caso aqui, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministro Pepe Vargas, na sua fala, eles se sentiriam contemplados.

Eu vou ler rapidamente aqui as justificativas.

Ofício de 31 de agosto de 2015, que trata de convite de participação do Sr. Ministro de Estado da Defesa em audiência pública a ser realizada na Comissão em 14 de setembro.

Finalidade: debater o tema criminalização das fraudes contra cotas para negros.

A respeito do assunto, incumbiu-me o Sr. Ministro de Estado da Defesa de agradecer o convite formulado e de informar ao nobre Presidente, o que faço por intermédio de V. Sª, que, na impossibilidade de comparecimento a essa audiência pública, coloco-me inteiramente à disposição para as informações complementares que necessitarem.

Ivan Cavalcanti Gonçalves, representante do Ministério da Defesa e coordenador de atividades parlamentares.

Também há outra justificativa.

Em que pese o interesse do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no tema da audiência pública, Cota para Negros e Conflito entre Direito Administrativo e Direito Constitucional, e a satisfação de ter sido convocado para tomar parte desse debate, infelizmente, não podemos participar do evento nesta segunda-feira, mas colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento e informação pertinente ao assunto.

Por fim:

Sr. Senador, em atenção ao ofício de 31 de agosto de 2015, que convida para compor a Mesa em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, informo a V. Exª que o Governo Federal estará representado nesse evento pelos membros da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, órgão que dispõe de competência direta para tratar do assunto em pauta na audiência pública.

Marco Antônio de Oliveira

Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República.

Vamos passar a palavra agora ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Dr. Paulo Sérgio Rangel; em seguida, depois da sua fala, segundo me informa o Frei David – e havíamos já combinado, mas o momento será este –, teremos o lançamento do livro. É isso? (*Pausa.*)

Muito bem.

V. Exª, com a palavra.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Bom dia a todos.

É uma honra muito grande estar aqui no Senado da República, sob a presidência do Senador Paulo Paim.

Quero agradecer o carinhoso convite que me foi feito, Senador, pelo Senado, na sua pessoa, para estar aqui nesta Comissão, e, desde já, cumprimento a Mesa, na sua pessoa.

Eu separei aqui alguns tópicos importantes para falar... (*Risos.*)

Discriminação. Último negro a falar. (*Risos.*)

Meus amigos, eu estou muito preocupado, e já falei com o Frei David: nós aprovamos, lá no Tribunal de Justiça do Rio, cotas para o concurso da Magistratura. Foi uma boa medida, uma boa ação, já era tempo, já foi tarde, mas algo me preocupa: foi criada uma resolução pelo Tribunal – e não participo dessa resolução, porque não integro o órgão especial, que é composto por 25 desembargadores mais antigos; em verdade, 12 eleitos e 13 mais antigos – segundo a qual ficou estabelecido que, para que a pessoa tenha direito a concorrer às cotas, ela tem que ter uma renda de até 1,5 salário mínimo.

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Ser mendigo de rua.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Ou seja, nós vamos ter que acreditar que aquele indivíduo que hoje pede uma moedinha na rua e consegue ganhar 1,5 salário mínimo esteja apto a concorrer à Magistratura. Isso,

óbvio – eu entendo dessa forma; se estiver errado, eu quero ser corrigido –, é dar com esta mão e tirar com esta. Você tem a cota, mas você não vai levar. Por quê? Porque ninguém que ganha até 1,5 salário mínimo consegue fazer um curso de Direito, consegue fazer um concurso para a Magistratura, consegue ficar três anos estudando até poder fazer o concurso, ganhando esse valor.

Uma coisa é dizer: "Não, mas ele entrou pelas cotas na universidade; ele estudou na UERJ" – por exemplo. Sim. Então, se a UERJ não pagar a ele uma bolsa permanência, para que possa ficar 5 anos, ele não vai conseguir fazer o curso, porque um curso de Direito não se faz em um dia, mas em 5 anos. Ele precisa de pegar ônibus, pegar condução, pegar transporte, precisa usar roupa, sapato; ele gasta tudo isso, e, óbvio, se tiver essa renda, esse rapaz não consegue nem sequer sair de casa.

Então, Frei, fica aqui um alerta. Eu conheço o Presidente do Tribunal, é um homem sensível à nossa causa, sensível às questões sociais, e talvez isso tenha passado despercebido. Acredito nisso. Por quê? Porque não é uma coisa antiga no Tribunal. Isso é novo. Houve uma resistência muito grande, o senhor sabe disso, para que as cotas fossem estabelecidas. Muito bem, estabeleceram, mas não estabeleceram. Deram, mas não deram. Deram, mas nós não vamos levar, porque, com esse valor de até 1,5 salário mínimo, eu quero encontrar essa pessoa que conseguiu fazer esse curso, que conseguiu estudar e está dentro dessa renda.

Frei David, quando o Dr. Jackson faz a observação sobre o Poder Judiciário, das liminares que são concedidas – e o senhor já observou isso também –, eu compreendo por que isso é feito. Isso nos acompanha desde a escravidão. Os magistrados, durante o período da escravidão, negociavam a liberdade de alguns escravos. Eles cometiam crimes, e aí, para que o senhor não perdesse, por exemplo, dez escravos que estavam envolvidos naquele motim, eles escolhiam dois ou três; dois eram responsabilizados, oito ficavam livres, não por amor à liberdade, mas para que o senhor não perdesse dez escravos em que havia investido. Ele comprou dez escravos. Ele tem a mão de obra e vai perder. Então, não é verdadeira a ideia: "Ah, não, mas os juízes liberavam essas pessoas, o Judiciário entendia que essas pessoas não deviam ser punidas". Na verdade, havia um negócio, havia um acordo entre o Judiciário e os donos de engenho. Ora, dez cometeram crimes; se eu tiver dez escravos presos, eu perco dez mãos de obra. E eu comprei essa mercadoria.

Quando isso chega hoje na República, não muda muito. "Como? Nós somos livres!"

Não! Nós ganhamos liberdade jurídica, mas não ganhamos liberdade política e social. Nós continuamos presos a um sistema. Tanto que ainda estamos em 2015, século XXI, discutindo a questão das cotas, das fraudes, do não acesso, do um salário mínimo do Tribunal. Por quê? Porque não deram ainda liberdade política e social. E que que não deram? Porque o Judiciário tem dificuldades. Tem dificuldades por quê? Porque seus integrantes são pessoas que não passaram, em sua maioria, em regra, por dificuldades. Estou falando da regra, não estou falando de dois ou três que conseguiram passar por esse filtro da dificuldade; estou falando da regra das pessoas que cursam bons colégios particulares, que têm acesso a boas universidades públicas e conseguem ficar três anos, até concluir o tempo para fazer o concurso, estudando para fazer esse concurso. Logo, essa pessoa que agora se tornou juiz ou juíza é quem vai julgar a nossa causa.

Então, o referencial que essa pessoa tem, o olhar que ela tem é o olhar de onde ela vem. Ela não consegue ter um olhar diferenciado porque ela não é uma pessoa que vem do lugar onde nós estamos. Diferentemente de vocês, amanhã, magistrados – o Dr. Jackson, que hoje é um Terceiro Secretário no Ministério das Relações Exteriores e passou pelas dificuldades que passou, tem um olhar diferente daquele outro colega de profissão que não passou por essas dificuldades e que, portanto, não tem o mesmo olhar. Pode ser até que tenha esse olhar por uma questão social, por uma preocupação com o outro, mas isso não acontece conosco.

Ou seja, nós tivemos – e é isto que eu quero dizer – o nosso holocausto negro também. Mais de seis milhões de negros traficados no mundo ao longo do período da escravidão. E as pessoas não se dão conta disso.

Por isso é interessante perceber que nós temos que fazer justiça ao que Rui Barbosa fez. Rui Barbosa, quando mandou queimar toda a documentação que envolvia a compra e venda de escravos, foi acusado de que queria acabar com a história do negro. Isso não é verdade. Ele era Ministro da Fazenda. O que ele quis foi impedir que os senhores de engenho tivessem documentos nas mãos, notas fiscais – nós éramos comprados, existiam notas fiscais –, que usassem essas notas fiscais para cobrar do Estado indenização pelo fim da escravidão! Tanto que ele diz: "Mais justo seria e melhor consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro". (*Palmas.*)

Ou seja, Frei: Rui Barbosa já dizia o que nós hoje estamos defendendo, que é essa Comissão da Escravidão que nós criamos, a indenização que nós estamos discutindo. Ele já dizia: "Se alguém tem que ser indenizado são os ex-escravos; então, esses papéis que vocês querem eu vou queimar". E queimou. Mas queimou não para acabar com a nossa história, porque a nossa história está contada em todos os livros, em todos os documentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Queimou os documentos fiscais que seriam necessários para comprovar isso.

Portanto, Frei, nós temos que, primeiro, montar uma comissão e procurar o Presidente do Tribunal de Justiça para sensibilizá-lo; e ele, com certeza, vai nos receber e vai estar sensível, repito. Conheço o Presidente Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. É um homem comprometido com as questões sociais e vai compreender que essa resolução que foi aprovada com 1,5 salário mínimo não vai atender aos nossos interesses.

Em segundo lugar, nós temos que criar um tipo específico para a questão da autodeclaração falsa. Nós temos, sim, falsidade ideológica? Temos crime de falso e falsidade no Código Penal? Temos. Mas não para essa realidade!

Então, Senadora – isto é até uma sugestão –, nós tínhamos que ter uma comissão de profissionais do Direito que se sentasse para elaborar um tipo penal específico para essa questão, para que ficasse o aviso àqueles que querem burlar a questão das cotas. Essa burla é uma forma – é importante dizer isto –, ao meu sentir, de desacreditar o projeto social da Lei de Cotas, em que nós estamos atrasados.

O americano tratou disso em 1960. Na década de 60, eles resolveram o problema deles. Tanto é que, quando o então Senador Bobby Kennedy, na época em que visitou a PUC do Rio de Janeiro, em 1965, os Estados Unidos estavam discutindo os direitos civis dos negros – Martin Luther King, Malcom X. Os alunos ofereceram um busto de Leão Veloso, escultor, para John Kennedy. Ele foi lá prestigiar a entrega do busto, e, quando ele chegou, os alunos o agrediram verbalmente, pressionando e dizendo: "Como é que pode, nos Estados Unidos, vocês estarem com os problemas sociais dos negros? Como é que vocês não dão visibilidade aos negros?". E ele disse: "Então me digam uma coisa vocês, aqui desta universidade: cadê os negros desta universidade?". Isso foi em 1965. Não havia um na PUC do Rio de Janeiro. Hoje o quadro é outro, porque a universidade atualmente dá 20% de bolsa para pessoas carentes. O quadro mudou.

Enfim, nós não podemos nos perder nessa caminhada, e nós devemos, portanto, estabelecer critérios rígidos para que aqueles que burlarem o projeto social sejam punidos, nos termos da lei.

Era o que eu queria dizer, Senador.

Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Paulo Sérgio Rangel, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que deixa uma contribuição para esta Comissão. Nós podemos discutir e entrar com uma proposta na própria Comissão de Direitos Humanos; em seguida, o Presidente avoca a relatoria, e ela passa a tramitar em nome da própria Comissão.

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone*.) – Excelente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E a Educafro pode entrar com a proposta.

Então, neste momento, Frei David, conforme havíamos combinado, nós gostaríamos de aproveitar, já na fala feita neste momento pelo Desembargador Paulo Sérgio Rangel, para fazer o lançamento do livro. E aqui já estou recebendo uma cópia.

Para ficar melhor para a foto, vamos todos nos levantar, e eu recebo o livro em mão aqui.

(Manifestação da plateia.)

(Procede-se à realização de fotos dos Senadores e convidados.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou pedir ao Desembargador Paulo Sérgio Rangel para falar da importância do assunto tratado no livro, que também é tema sobre o qual esta Comissão tem se debruçado. O nome do livro é *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social.*

Eu vou assegurar-lhe os mesmos dez minutos, para você fazer um comentário sobre a importância deste debate, que preocupa a todos nós.

Nesta Comissão, é tranquilo que não passa. O meu medo é no plenário. Aqui nós vamos derrotar a redução da maioridade penal. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Senador Paulo Paim, meus queridos pares, a importância desse tema para todos nós inquietou-me muito, porque todo mundo fala da redução da maioridade penal como solução para os problemas da violência urbana, em especial no Estado em que eu resido, que é o Rio de Janeiro, onde realmente há violência. E aí eu fui estudar para saber se a redução da maioridade penal iria, efetivamente, diminuir a violência. E o que eu comprovei, Senador, foi que os países que adotaram a redução da maioridade penal – por exemplo, a Alemanha e a Espanha – voltaram na posição: a idade era 18 anos, baixaram para 16

anos, a violência explodiu, o problema não foi resolvido, e eles voltaram a 18 anos. A Espanha, no Código Penal de 1995, que é um dos mais recentes da Europa, voltou aos 18 anos porque a diminuição não resolveu, a violência explodiu.

Aí eu fui estudar o tema profundamente e, historicamente, percebi que é mais um engano nós pensarmos que uma simples diminuição de idade pode acarretar a diminuição da violência. Por quê? O argumento utilizado é o seguinte: "O menor não vota?". Vota. "Ora, se ele vota, ele pode ser punido." Mas espere aí: ele vota com 16 anos, por exemplo, se quiser; mas ele não pode ser votado. Por quê? Porque não tem maturidade para ocupar, por exemplo, o cargo de vereador. (*Palmas.*)

Ele só pode ser vereador com 18 anos. Ele só pode ser prefeito, deputado federal com 21 anos. Se ele for prefeito com 21 anos e fizer a maior e a melhor administração da República, termina com 25 anos – 21 anos mais 4 anos são 25 anos; se for reeleito, termina com 29 anos; se quisermos elegê-lo governador, não podemos. Por quê? Porque tem que ter 30 anos. E, com 30 anos, ele vira governador, termina com 34 anos; nós queremos elegê-lo Senador, mas não podemos: tem que ter 35 anos.

Isso nos faz perguntar: por que o legislador constituinte estabeleceu essa idade? Porque sabe que o exercício de determinados cargos exige determinada maturidade. Não é saber o que está fazendo. Saber o que está fazendo a criança de 10 anos sabe. A questão é ter maturidade para compreender o que fez.

Outro argumento é dizer que o menor é usado pelo maior para a prática de crime. Ora, se ele é usado pelo maior, quem tem que ser punido é o maior, e não o menor.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Isso é óbvio. E eles dizem que o menor, sabendo que não será punido, comete crime. Isso é uma bobagem porque é como se nós imaginássemos que o garoto acorda com 16 anos e pensa: "Bom, hoje eu vou roubar porque hoje eu não vou ser punido". No dia seguinte: "Não, hoje eu vou estudar porque eu quero estudar". "Não, hoje eu vou à praia..."

Ele não escolhe isso. Ele nasce num ambiente de total exclusão social, e a pergunta que tem de ser feita é: por que, com 13 anos, 14 anos, ele já está cometendo crimes? O que o Estado, o que a sociedade está fazendo para que esses menores estejam tendo roubada sua infância e sua adolescência? Por que um garoto de 12 anos é vapor? O que nós estamos fazendo para salvá-lo da total exclusão social?

Então, os argumentos que eles usam são argumentos que não convencem. E nós vamos perceber – e eu mostro isso no livro – que o perfil do adolescente infrator hoje, no Brasil, é realmente ridículo, no sentido de que nós não estamos compreendendo o perfil desse adolescente. E aí digo: 95% são do sexo masculino; 75%, entre 16 anos e 18 anos; 60% são afrodescendentes; 85%, usuários de drogas; e 52% cursaram entre o 5º e o 7º ano do ensino fundamental.

Isso significa dizer que, se nós diminuirmos a idade, nós vamos aumentar... Nós temos 30 mil menores internados hoje no Brasil. Então, por um cálculo meramente matemático, se 75% têm entre 16 anos e 18 anos, nós vamos aumentar o sistema penitenciário – 75% de 30 mil menores serão vinte e um mil e poucos – em 21 mil pessoas.

Outra pergunta que tem que ser feita é: o sistema penitenciário recupera alguém? Não. Quando o indivíduo vai para o sistema penitenciário, ele sai de lá melhor ou pior do que entrou?

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Pior.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Pior.

Se ele sai pior do que entrou e eu diminuir para 16 anos, vou ter mais 21 mil adolescentes presos, que vão sair piores ou melhores?

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Piores.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL – Piores.

Se vão sair piores, é isso que eu quero para a minha sociedade? Não! Eu não quero uma sociedade pior: eu quero uma sociedade melhor!

Então, a redução não vai atender ao interesse de uma sociedade. O que vai atender – e V. Exª é um defensor disso, nós sabemos – é a educação. Nós temos que educar. E, quanto mais tempo nós demorarmos para educar, mais violência nós vamos ter. Nós só podemos salvar este País da violência urbana através da educação. Educação no sentido amplo do termo: esporte, cultura, teatro, música, enfim, todas as políticas públicas de inclusão social. É isso que nós temos de ter em mente para esses jovens.

E é óbvio que as pessoas perguntam: "Sim, mas o que fazer hoje?". Hoje não há solução! Hoje você vai prender esse menor, e você vai enxugar gelo. É a mesma coisa: o prédio de 30 andares está pegando fogo; o bombeiro chega; o prédio não tem escada Magirus, não tem mangueira, não tem hidrante; vai fazer o que para salvar aquelas pessoas? Agora, nada. As pessoas vão morrer. Lamentavelmente, as pessoas vão morrer.

Por quê? Porque não compraram a escada antes. Não dá para fazer licitação para comprar escada agora. Não dá para fazer licitação para comprar mangueira agora. O prédio está pegando fogo agora.

Ou nós nos prevenimos – e, no caso em tela, a prevenção é sempre a educação – ou não vamos chegar a lugar algum.

Essa é a ideia do livro, mostrando que, historicamente, isso é uma perseguição aos negros. Somos nós que vamos ser punidos. São os nossos jovens que serão presos, que serão encarcerados, porque são eles que estão hoje no sistema penitenciário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Sérgio Rangel.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª concordar, eu vou me apropriar do nome do seu livro para a próxima reunião desta Comissão, em que vamos discutir o tema – naturalmente, nós diremos a fonte –: *Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?* (*Palmas.*)

V. Exª já está convidado e, naturalmente, será um dos painelistas.

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone*.) – Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E faremos neste ano ainda, claro, porque é um tema que está na ordem do dia.

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone*.) – Antes da votação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. Antes da votação.

Neste momento, eu queria convidar, para fazer parte da Mesa, o meu querido amigo Dr. Mário Theodoro. Permita que eu diga meu querido amigo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um militante sempre presente aqui no Senado, concursado, que o Executivo nos tomou, mas felizmente prevaleceu o bom senso e eles nos devolveram o Mário. Agora ele está de novo aqui no Senado, auxiliando todos nós.

Eu passo a palavra ao Dr. Mário Theodoro, que vai fazer uma exposição, Frei David, sobre uma lei de iniciativa popular. Ele está sendo o principal coordenador dessa iniciativa. Assim, ele já fala sobre o assunto e situa o Plenário. Essa iniciativa tem tudo que ver com o tema de hoje.

O SR. MÁRIO THEODORO – Muito obrigado, Senador.

Mais uma vez, eu queria agradecer a V. Exª a oportunidade dada à nossa campanha.

Queria também agradecer pela oportunidade de estar junto com estes membros da Mesa, amigos diletos de muito tempo, de muita batalha.

Quero falar rapidamente – eu sei que a pauta é extensa – dessa campanha. A campanha é pelo Fundo Nacional de Combate ao Racismo, uma campanha que tenta resgatar o fundo que foi retirado do Estatuto da Igualdade Racial, cujo idealizador é o Senador Paim. Nas primeiras negociações, o fundo foi retirado pela equipe econômica. O Senador inclusive é autor de uma PEC para resgatar esse fundo. Infelizmente, a PEC não teve o andamento que merecia, e a ideia nossa, então, foi a de montar um projeto de iniciativa popular para resgatar a ideia do fundo, porque hoje nós temos todo um aparato institucional de políticas de ação afirmativa, sem uma contrapartida financeira. Ou seja, nós temos boas ideias, mas não temos recursos para levar essas ideias à frente, por parte do Governo Federal e por parte dos governos dos Estados.

Então, por iniciativa nossa, de um grupo de pessoas da Universidade de Brasília e outros colegas do movimento negro, contatamos pessoas de outros Estados. O Frei David foi uma das primeiras pessoas com quem nós conversamos, o Senador Paim também foi uma pessoa que deu muita força para essa iniciativa de colher 1,5 milhão de assinaturas. A finalidade das assinaturas foi trazê-las à Câmara dos Deputados, para que a Casa possa entrar com um projeto que resgate a ideia do fundo, que, segundo nossos cálculos, vai gerar algo em torno de R$2,4 bilhões de receitas, até 2020, para que se façam políticas de ação afirmativa para a população negra no Brasil.

Hoje, eu estou muito feliz porque o Frei David vai nos contemplar com a entrega de 30 mil assinaturas, o que vai fazer com que cheguemos à casa das primeiras 100 mil assinaturas. Convidamos todos aqui presentes para participarem, para assinarem, porque entendo que é uma iniciativa nacional importante para resgatar essa possibilidade de ações afirmativas e de recursos para que nós tenhamos isso.

Mais uma vez, eu queria agradecer. Quero também agradecer ao Frei David pelas 30 mil assinaturas, o que vai fazer com que nós passemos dos nossos primeiros 100 mil. E que venham outros 100 mil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, o Frei David, com a palavra.

O SR. DAVID SANTOS – Senador Paim, toda a comunidade brasileira que agora está acompanhando esta audiência pública, temos muita honra em dizer que a nossa entidade, a Educafro, abraçou o trabalho desta Comissão, desta equipe da comunidade negra que está mostrando que é impossível política pública sem dinheiro. Basta dizer a vocês que, para minha dor e para a dor da nossa entidade, no Brasil inteiro, temos jovens negros que entraram, com muita garra, nas universidades, mas não estão tendo dinheiro para moradia, nem para alimentação, e estão abandonando as faculdades públicas.

Portanto, ter um fundo para garantir as ações afirmativas é algo nobre e urgente. Eu não entendo como é que o nosso Governo teve a coragem de lançar tantas políticas públicas e não ter previsto dinheiro para dar qualidade a essas políticas.

Então, Mário Theodoro e Senador Paim, a Educafro fez um trabalho e já recolheu 30 mil assinaturas, que agora, solenemente, ao som dos atabaques que vão entrar, serão entregues ao Mário Theodoro.

(Manifestação da plateia.)

(Procede-se à entrega das assinaturas.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns pela iniciativa. As assinaturas ficam com o Mário Theodoro e, quando chegarem a 1,5 milhão, serão entregues oficialmente ao Senado. Aqui foi mais um ato simbólico.

E agora, como é praxe na Comissão, nós vamos abrir oportunidade a quatro estudantes do Plenário que se inscrevam para usar a palavra – estudantes ou não; enfim, quatro convidados do Plenário. Nós vamos tomando nota dos nomes aqui. Eu peço ao pessoal que tome nota dos nomes. A senhora, aquele senhor aqui do meio, o senhor lá atrás e mais um aqui. Deram quatro assinaturas? (*Pausa.*)

Cinco com você. São quatro, mas o limite é de cinco. Eu sou o quinto. (*Risos.*)

Então, por favor, Drª Heloísa Helena, pode usar da palavra. E já se identifique. São cinco minutos para cada um.

A SRª HELOÍSA HELENA – Meu nome é Heloísa Helena, eu sou ialorixá no Rio de Janeiro. Eu e minha família moramos há quase 40 anos na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro.

O que está acontecendo? Eu tenho um problema especial em relação ao meu centro de candomblé, Comunidade Espírita Yle Axe Ara Orun Yaba Jiyi, e também em relação à comunidade em que vivo. Nós estamos sendo brutalmente discriminados. Estamos sofrendo uma discriminação muito grande na forma como somos tratados. E eu sofri isso pessoalmente, porque estou, há mais de um ano, em negociações com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, tentando resolver o problema, e não consigo nunca. E a pessoa que sempre negocia comigo... Como as pessoas lá são negras, são pobres, eles negociam sempre de forma humilhante, de uma forma que deixa as pessoas realmente humilhadas. E eu senti muito isso.

Há um ano e meio, tenho atestados, estou à base de psiquiatras, à base de psicólogos, para eu aguentar o que está acontecendo. Querem me tirar da minha casa. A minha casa espírita fica no meio do caminho das obras das Olimpíadas. As pessoas do candomblé entendem... Aquela lagoa – eu moro à beira da lagoa – é uma lagoa de lama, e quem construiu a casa foi meu orixá. E eu sou de Nanã. Então, Nanã é quem comanda realmente aquela lagoa. E ela não quer sair da lagoa. Mas ela não diz que não quer sair daquela casa. Eu tento explicar isso o tempo todo. Eu não estou falando que não quero sair do local. Eu só quero que me deem um local em que eu possa olhar a lagoa, que eu seja tratada com respeito, que não me chamem de macumbeira, que não digam que o inimigo de Deus – todo mundo sabe, mas eu não gosto de falar o nome, porque as pessoas católicas e do candomblé não gostam de falar esse nome – é quem vai chegar e fazer tudo por mim. Então, são expressões que me levaram a ter até uma crise nervosa profunda na prefeitura. Isso foi testemunhado por todos. Eu caí realmente na prefeitura, tive uma crise nervosa.

Realmente, há mais de um ano, eu estou sofrendo com isso, com essa demora, com a angústia de tratarem a gente assim. O problema é que, às vezes, até a mídia eles colocam contra a gente. Então, a gente ouve expressões como: "As pessoas lá estão ganhando fortuna". Não é nada disso. "As pessoas lá são pessoas que têm mansões." Não é nada disso. Eu moro lá há 40 anos. Então, são 40 anos construindo. A gente levanta um tijolo de cada vez.

(Soa a campainha.)

A SRª HELOÍSA HELENA – Eu já vou acabar.

Se a gente tem um quarto inteiro construído é porque a gente levou 30 anos para construir aquilo com capricho. Então, não é porque a gente é milionário: é simplesmente porque a gente é caprichoso com aquilo.

E eu também ouvi muitas referências a nós como um povo que não merece ficar naquele lugar porque somos pobres e fedorentos. Nós tivemos declaração na imprensa sobre isso. E é muito, muito, muito, muito humilhante a forma como estamos sendo tratados. E é isso que eu quero denunciar.

A minha casa espírita foi praticamente destruída. Não dá para segurar uma casa fechada durante um ano e meio. Ela acabou sendo fechada, porque ela está no meio de um monte de escombros. Então, é uma casa espírita que ficou fechada. E toda a população de Vila Autódromo tem o direito de ali ficar, por causa de uma ação civil, por causa de um espaço que é destinado para aquele povo. Aquele espaço é para eles destinado. Os desembargadores já falaram que quem quiser ficar fica, mas a prefeitura não dá condição nenhuma para que consigamos ficar. Não há água, luz, nada. Só há lama, esgoto a céu aberto. É para que as pessoas desistam mesmo e vão embora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos pela sua denúncia! Expresso minha lástima pelo que está acontecendo. O que podemos fazer? No mínimo, diante da sua denúncia – recebo muitas denúncias aqui –, posso fazer um memorando dirigido ao Prefeito do Rio de Janeiro relatando os fatos. A sua posição é muito clara. V. Sª não está se negando a nada, só quer se deslocar daquele ponto para outro que fique próximo ao local onde está a sua história.

A SRª HELOÍSA HELENA – Eu só quero ficar próximo de um local onde eu possa olhar a lagoa, por uma questão espiritual, por uma questão de religião.

Eu não entendo por que fui tratada tão barbaramente daquele jeito. É muito bárbaro, neste ano inteiro, como estou sendo tratada. Eu escrevi um relatório dizendo tudo que me aconteceu. Eu fui muito maltratada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se puder, encaminhe uma cópia do relatório para nós, que mandamos reproduzir, para anexarmos à carta da Comissão endereçada ao Prefeito do Rio de Janeiro.

A SRª HELOÍSA HELENA – Sim. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A preocupação é enorme. A assessoria me passa aqui – é claro que eu não vou ler tudo – um texto que diz o seguinte: dois terreiros de candomblé foram incendiados no Entorno do DF no último dia 12 de setembro, sendo que um terreiro foi todo destruído pelo fogo. Um deles fica em Santo Antônio do Descoberto; o outro, em Águas Lindas. Homens usaram um carro para derrubar portão e, depois, incendiaram.

A sua preocupação vem na linha de um debate que temos de fazer cada vez mais nesta Comissão, para combater todo e qualquer preconceito religioso contra quem for, seja evangélico, seja católico apostólico romano, seja religioso de matriz africana. A liberdade é para cada um ter a sua religião.

A SRª HELOÍSA HELENA – Peço só mais um minuto. A palavra "religião" diz justamente isso. O Frei David pode falar até com mais propriedade que eu. A palavra "religião" significa a ligação do homem com um ser superior. Então, acho muito, muito, muito desconexo o fato de os homens brigarem tanto, ofenderem um ao outro e matarem um ao outro por causa de religião. Isso é um absurdo sem fim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixem-me informar com mais precisão. Essas denúncias estão chegando à Comissão. Nós já marcamos para esta semana, na quarta-feira, às 9 horas da manhã, um debate em relação ao preconceito à religião de cada um. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora a João Bosco Borba, Presidente da Anceabra.

O SR. JOÃO BOSCO BORBA – Bom dia a todos e a todas!

Parabenizo o Senador Paim e a Mesa em geral por esta audiência pública muito importante.

Eu presido a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Anceabra).

Também quero cumprimentar o Mário Theodoro pela iniciativa. Nós estamos juntos nos projetos. Nós entendemos que o fundo é fundamental. Nada anda sem educação e economia. O que falta para os negros é educação e economia. Entendemos que isso é fundamental como ponto central.

Senador, não vou fazer nenhuma análise muito... O que a Mesa falou foi muito sucinto. Há muito tempo, não vejo uma clareza tão grande sobre questões muito delicadas. Porém, nós temos que dizer duas coisas, meus amigos.

Alguns juízes estão dando ganhos de causa, tirando os negros e colocando os não negros na política de cotas de emprego, por um motivo muito simples: a elite brasileira não dorme em serviço.

Hoje, a elite brasileira está mostrando a sua garra. Antigamente, ela falava sem mostrar a sua cara. Hoje, pelos nossos avanços sociais e econômicos e pela luta, ela está mostrando a sua cara.

Hoje, muda também o debate da questão racial do ponto de vista de uma nova forma de ação. Qual forma de ação, propriamente dita, que eu vejo? A forma de ação em que temos de criar mecanismos de defesa. Nós construímos a política de cotas. Hoje, dos 40 milhões da nova classe média, 60% são negros e mulheres. Há uma melhoria no desenvolvimento das nossas políticas, mas temos muito que caminhar. Então, o que se passa hoje, principalmente na Seppir, que é timoneira nessa questão, é como nós vamos instituir uma política de salvaguarda de desenvolvimento das nossas políticas. Isso é fundamental, porque eles vão fazer várias coisas. Não há como. Não é aceito.

Outra coisa também: cresce, dia a dia, o ódio às políticas afirmativas. A palavra é feia, mas é esta: ódio. As pessoas falavam para nós há dez anos aqui, neste mesmo Senado, que íamos fazer uma guerra racial neste País ao instituirmos a política de cotas. O que vimos foi que os negros estão se desenvolvendo. Hoje, já há uma geração na área da Medicina, da Arquitetura. Eu trabalho há mais de 15 anos na questão empreendedora, e o número de negros empreendedores cresce. Estamos construindo, para os próximos dez anos, a primeira geração de negros milionários com consciência racial, que não são jogadores de futebol – eu adoro futebol –, que não são cantadores de samba – eu adoro samba –, mas que são empreendedores que foram construídos nesse modelo.

Eu acho que nós temos de construir, de fato, uma forma de lei. O Desembargador falou que não há uma salvaguarda para isso. Então, eu acho que esta Casa, Senador, tem de começar a construir isso. E colocamos à disposição a Anceabra.

Acreditamos que a construção da igualdade racial passa não só pela luta, mas também pela sabedoria de entender que o Brasil não é um país plural, que este País é um país racista como poucos no mundo.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Bosco Borba, Presidente da Anceabra!

De imediato, passo a palavra a Danilo Rosa de Lima.

O SR. DANILO ROSA DE LIMA – Bom dia a todas e a todos!

É uma satisfação enorme estar aqui e poder me expressar, para trazer um pouco das nossas aflições e questionar sobre alguns dos nossos sonhos que estão sendo frustrados.

Antes de tudo, eu quero dizer novamente da grande figura do Senador Paulo Paim, com iniciativas tão belas quanto esta.

Eu pude acompanhar a audiência homenageando Abdias do Nascimento. Foi emocionante. É bastante importante lembrar isso. Inclusive, Abdias do Nascimento escreve o livro *O Quilombismo* e o dedica à juventude negra brasileira. Então, é uma referência sempre presente, quando não nos nossos discursos, nos nossos corações.

Para hoje, a inquietude a partir de algumas falas é inevitável. Trazendo um pouco do que já adiantou o Senador, do ingresso até o diploma, existe uma jornada que é, para o estudante negro, dolorosa, sofrida, conflitante, combativa e, muitas vezes, determinante, porque faz com que os estudantes, por conta de um problema de racismo ou de falta de políticas necessárias, abandonem a sua universidade e, mais, com que se sintam tão violentados na sua subjetividade que não queiram mais entrar na universidade, não queiram mais participar desse espaço. Eu acho que essa é uma discussão que precisamos fazer.

Eu tenho acompanhado alguns dados sobre as políticas afirmativas, e, se não me engano – corrija-me, Secretário, se eu estiver equivocado –, são 150 mil estudantes negros que ingressaram por meio das políticas afirmativas. São estudantes negros, destaco novamente. E aí eu fico me perguntando qual é o montante adicional de recursos que têm sido liberados ou articulados pelo Governo Federal para garantir que os estudantes permaneçam na universidade, porque entendemos que o estudante negro entra com demandas específicas, assim como o estudante indígena entra com demandas específicas, sobretudo as ligadas à questão financeira. Então, qual o recurso está sendo articulado para isso? Como a questão do corte tem nos afetado? Isso está claro para todo mundo?

Eu sou um estudante que tenho bolsa de pesquisa, mas também não tenho. E aí eu volto à referência do sonho frustrado: você ingressa na universidade, mas, às vezes, não tem condição nenhuma de permanecer na universidade. A minha bolsa está atrasada.

Então, você tem de criar alternativas para se manter. E, com certeza, esse não é um fato isolado.

Esta é outra questão que me deixa bastante inquieto: se existe uma previsão normativa no sentido de que as comissões avaliadoras sejam instrumentos efetivos que podem ser usados para o combate às fraudes, por que nós entidades negras, movimentos negros e Governo não assumimos a postura de utilizar esse instrumento de forma objetiva como um método de barrar a fraude?

Eu tenho plena convicção de que o direito positivo, a lei por si só, não resolve o problema do negro. Há uma lei que criminaliza o racismo que não é de hoje, e esta audiência é evidência clara de que o racismo no

Brasil ainda é um problema estrutural que precisamos vencer. Então, tão somente estar escrito na lei que existe uma previsão não garante nosso direito. Penso eu que nosso esforço, nossa dedicação tem de ser no sentido de efetivar esses comitês em todas as esferas, tanto nos certames dos concursos quanto nas cotas nas universidades. Precisa haver comissões que avaliem isso. Eu vejo, na minha universidade, que existem pessoas que, definitivamente, não têm o perfil étnico-racial marcado, mas que estão utilizando a política de cotas. Isso é visível.

Por fim, eu acho que o Governo tinha de ter esse protagonismo. O movimento negro tem denunciado isso há bastante tempo. Eu acho que deveria sair do Governo...

O SR. DANILO ROSA DE LIMA – ...a assertiva de posicionar os comitês avaliadores nacionalmente como instrumento central e essencial para o combate ao racismo e às fraudes nas ações afirmativas.

Era isso.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Danilo Rosa de Lima, que, de forma objetiva e direta, ficou no tempo!

Agora, fala o Sr. José Ricardo da Silva.

O SR. JOSÉ RICARDO DA SILVA – Bom dia a todos!

Como o Presidente disse, meu nome é José Ricardo da Silva.

É um prazer estar aqui diante de V. Exª, Senador Paulo Paim, e dos nobres colegas.

Eu sou estudante de Direito da Faculdade Diadema da Uniesp, estou no quarto ano de Direito, no sétimo semestre. Eu estou aqui com meus colegas de faculdade. Eu também sou membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB de Diadema.

O caso que hoje trago à presença do Senado, desta assembleia, é o seguinte: há uns dois meses, o Departamento de Segurança Pública do Estado de São Paulo lançou uma cartilha com cunho racista sobre segurança. Essa cartilha vinha trazendo um negro com uma flor na mão e com uma arma nas costas, batendo numa porta. Essa cartilha seria distribuída em todas as unidades de educação do Estado. A questão é: como é que nós podemos falar sobre igualdade racial quando os órgãos de instrução do nosso País não tratam isso de forma clara e honesta? Trazer à atenção que os negros são as pessoas que estão diretamente ligadas ao crime é uma situação difícil. Com essa instrução, essas crianças, ao crescerem nas escolas e nas faculdades, estarão sempre vendo o negro como pessoas que não são confiáveis. É possível os departamentos mudarem essa política de instrução e trazerem para as escolas uma instrução que mostra que a violência pode vir de qualquer parte, e não apenas dos negros?

Logo que foi levada ao conhecimento do Departamento de Segurança essa questão, eles tiraram a cartilha de circulação. As cartilhas já estavam impressas. Na OAB, nós conversarmos e vimos que, quando foi feita a cartilha, essa cartilha teve de passar por um crivo para que se observassem os ditames da cartilha, para que não viessem a ferir ninguém. Então, por que essa comissão não viu o cunho de ofensa à raça negra? Logo depois, quando isso entrou em pauta, essa cartilha foi tirada, e foi mudada essa situação.

A OAB está vendo quais são os termos que vai usar para poder se dirigir hoje ao Departamento de Segurança Pública do Estado.

A parte fundamental e principal é que nossas crianças hoje precisam ser instruídas desde cedo de forma que não venham a ter esse comportamento racista, porque, se continuarmos dessa forma, nós vamos continuar crescendo e sempre tendo de defender os direitos dos negros na nossa sociedade.

Assim, eu encerro minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. José Ricardo da Silva!

Com a palavra, o Sr. Feliciano Correa Dju.

Em seguida, vamos às considerações finais da Mesa e aos encaminhamentos.

O SR. FELICIANO CORREA – Muito bom dia a todos e a todas!

Eu sou Feliciano Correa Dju, vim do Ceará e sou estudante da Unilab. Já estou aqui, no Brasil, há um ano e quatro meses. Sr. Senador, minha preocupação é a seguinte: eu gostaria de expor a esta assembleia a situação que os estudantes africanos, em específico, vivem naquela universidade.

A universidade é nova. A universidade tem estudantes de cinco países da África que fazem parte do Palop, sem deixar de lado o Timor Leste, e estudantes brasileiros também. A dificuldade que temos é enorme. A universidade não tem residência estudantil. Com o auxílio que se recebe lá, você paga o seu aluguel, aquilo que você vai comer, despesas de luz e de água e as demais despesas.

Uma questão também que está deixando, cada vez mais, o estudante mais preocupado lá é a permanência. Outros perderam a bolsa de permanência, e outros, por outros motivos, perderam também auxílios. Inclusive, eu também passei por esse mesmo problema de auxílio. Devido ao fato de eu ter me matriculado em uma disciplina que não era obrigatória e de, depois, não ter cursado essa disciplina perdi aquele auxílio. Só

que havia também estudantes que tinham o mesmo problema, mas que vieram a receber aquele auxílio. Eu não o recebi. Passei lá para saber qual foi o motivo de não receber aquele auxílio. Praticamente, não me disseram nada convincente sobre aquilo. Acabei por desistir. Recebo uma pressão lá onde moro, porque o dono da casa não vai deixar... Realmente, se você aluga a casa, você tem de pagar.

Há outra coisa também que está deixando, cada vez mais, os estudantes também preocupados. Viemos ao Brasil para estudar, mas também para estudar numa universidade que tenha como propósito a integração. Do jeito que estamos a viver, é muito preocupante. Há muitos estudantes que chegaram à mesma universidade, que não conseguiram resistir devido a dificuldades e que voltaram para o país de origem. Inclusive, o Timor Leste tem um número menor de estudantes na universidade. Pelo que eu soube, o país não mandou mais estudantes devido a questões econômicas que os estudantes estão a passar lá.

Então, a preocupação é que eu, estando aqui como estudante da universidade, gostaria que essa universidade... Eu pediria ao Sr. Senador que, se tivesse essa vontade, visitasse aquela universidade. Eu tenho a certeza de que, se for lá ouvir os estudantes que lá estão dizer da dificuldade que enfrentam, o senhor vai ter a certeza da verdade daquilo estou a falar, porque também sou alvo. Eu estou enfrentando muitas dificuldades. Eu sou estudante, estou estudando no Brasil, mas, de certa forma, preciso de um direito para poder estudar melhor. Para ter um bom rendimento escolar, você precisa também estar numa universidade onde você vai se sentir muito bem e confortável. É preciso que você esteja bem confortável, para realmente ter um bom rendimento escolar.

Inclusive, o colega com quem estou aqui – viemos aqui juntos – é também vítima desse problema de corte de auxílios. Isso nos preocupa muito.

Nós, ao virmos para o Brasil – inclusive, eu –, tínhamos a certeza de ingressar numa universidade que buscava a integração, onde todo mundo seria tratado do mesmo jeito, sem escolher se era de outra nacionalidade, se era branco ou preto. Então, isso me marcou. Eu tenho vontade de vir para o Brasil para estudar naquela universidade, mas eu, que já estou aqui há um ano, sinto que, realmente, na universidade que é dita de integração, não há integração. Eu não estou vendo a integração dentro da universidade. Para se ter uma ideia, você entra na universidade e você vê grupos de nacionalidades diferentes. Eu não estou vendo, no que se refere à integração, o que a própria universidade está fazendo em relação a isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Feliciano Correa Dju, que dá um relato que, é claro, preocupou todos.

A cidade de Redenção, no Ceará, tem a Unilab, uma universidade criada pelo Governo Lula ainda.

De nossa parte, vamos fazer dois encaminhamentos que entendo que procedem. Primeiro, vamos fazer contato com o MEC, com o Estado do Ceará e com a própria universidade sobre o relato que você aqui nos passou. Depois, como estou viajando o Brasil todo com o debate sobre a terceirização e sobre a Norma nº 12, podemos fazer uma visita lá no momento adequado. Eu só não posso marcar o dia agora. (*Palmas.*)

Daí comunicamos isso ao Frei David e ajustamos a ida da Comissão lá para ver de perto o que está acontecendo.

Agora, vamos para as considerações finais dos nossos convidados, daqueles que estão na mesa. Eu vou dar cinco minutos para cada um. Daí vou para os encaminhamentos.

O Frei David abriu. Vou deixar para ele terminar.

Eu começo com o Jackson Lima, o nosso diplomata.

O SR. JACKSON LIMA – Obrigado, Senador. Obrigado a todos.

Eu acho que vou precisar de 30 segundos para fechar, pois estou simplesmente me colocando à disposição para o Senador e para qualquer um que quiser qualquer contato, qualquer ajuda.

Peço a colaboração do Senador e de todos vocês, porque é o primeiro ano desse concurso do Itamaraty. Eu acho que ele tem de ser emblemático, do ponto de vista de que, absolutamente, nenhuma fraude seja permitida no concurso do Itamaraty. Eu sei que estou sendo muito específico e que o objetivo é bem maior, mas acho que o Itamaraty tem uma questão emblemática. Como já falei, é a cara do Brasil para fora. Então, é uma questão emblemática, porque é a simbologia. Apenas 5% do Ministério das Relações Exteriores são negros. Se esse número aumentar, haverá uma representação maior.

Era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Jackson Lima, diplomata de carreira, que aqui mostrou toda a sua competência e capacidade e que, ao mesmo tempo, apontou caminhos para barrarmos a fraude.

Agora, passo a palavra ao Dr. Ronaldo Barros.

Se alguém quiser comentar alguma coisa que foi colocada, também fique à vontade.

O SR. RONALDO BARROS – Se o Jackson me desse o tempo dele, eu aceitaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou lhe dar o tempo dele, então. Pronto!

O SR. RONALDO BARROS – Ótimo!

Em primeiro lugar, eu gostaria de tecer elogios ao Dr. Paulo Rangel e de dizer que o fato de ter chegado ao lugar a que ele chegou – é como diz a música de Jorge Aragão, "respeite quem pôde chegar aonde a gente chegou" – e de ter assumido uma posição política dessa natureza, com um posicionamento claro e firme sobre a idade penal, é algo que nos gratifica.

Eu só queria fazer alusão a uma situação semelhante, em que uma Presidenta teve a coragem de mandar para o Congresso e sancionar a primeira lei de cotas raciais, efetivamente, no Brasil, que foi a Presidenta Dilma. (*Palmas.*)

Ela teve a mesma coragem, embora quase 90% da opinião pública fossem favoráveis a isso por causa de alguns programas específicos que colocam isso diariamente na mídia, para se posicionar contra a redução da idade penal. Ela tem um coração valente e enfrenta essa situação com muita convicção do que quer e do que pensa para este País. Colocar cotas exclusivamente raciais é algo extremamente corajoso. A Presidenta Dilma está de parabéns!

Em relação aos orçamentos que são destinados para a promoção da igualdade racial, é algo que precisamos avançar neste País. Eu gostaria de dar os parabéns ao Mário Theodoro pela iniciativa. É algo importante. Há o sistema Sinapir. Precisamos capilarizar as políticas de promoção de igualdade racial. Necessitamos, fundo a fundo, fomentar a promoção da igualdade racial.

Parabéns, Mário! Espero que, um dia, consigamos chegar a essa perspectiva que já existe em outras áreas importantes deste País.

Quero dizer também que a Presidenta Dilma é extremamente sensível quando colocamos determinadas questões para ela. Por exemplo, 71% do Minha Casa, Minha Vida são direcionados para os negros. Isso é o orçamento da Seppir estendido, quando fazemos a incidência no Ministério das Cidades. No Bolsa Família, 73% dos beneficiados são da população negra. Isso é o orçamento da Seppir estendido para as áreas sociais. Quando se conseguiu aprovar no Codefat que todos os programas financiados pelo FAT devem ter política de desenvolvimento da comunidade negra, gerando emprego e renda, essa é a forma com que a Seppir faz para estender o seu orçamento. Como não temos um fundo, estamos sendo muito criativos para ampliar nossos orçamentos, modificando, de forma efetiva, a realidade do negro no País. Ora, isso são políticas não de salvaguardas, mas políticas estruturantes para que possamos avançar na promoção da igualdade racial no País.

Além disso, eu queria dizer que essa é minha área. Minha área é a universidade. Fui Pró-Reitor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Recôncavo e coordenei o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários (Fonaprace). Ora, nós conseguimos colocar no plano do Fonaprace que as políticas vinculadas ao PNAES pudessem investir nas políticas afirmativas. Isso significa que os recursos do PNAES, que chegaram hoje a R$1 bilhão para as universidades, têm sido direcionados para as políticas afirmativas.

No caso particular da Unilab, inclusive, sob pena de segurança jurídica, o Pró-Reitor Alexandre tem permitido o acúmulo de bolsas para fazer com que estudantes possam ter condições efetivas de lá permanecer. É claro que, ao se estabelecer isso, estabelecem-se critérios rígidos de políticas de permanência, vinculados a uma permanência qualificada, e, às vezes, podem-se cometer distorções que precisam ser corrigidas, como, por exemplo, a de não se vincularem determinados componentes, pois, por isso, pode-se perder o auxílio. Acreditamos que a sensibilidade de uma universidade importante na integração Brasil-África, numa relação Sul-Sul... Há duas universidades especiais, que é a Unilab e a Unila, duas importantes universidades: uma cuida da América Latina, outra cuida da integração da África. Há um financiamento diferente da matriz do PNAES para justamente financiar estudantes negros e latino-americanos, para ampliar. Então, nós precisamos melhorar isso ainda, mas estamos fazendo mais que antes.

Além disso, há no PBP (Programa de Bolsa Permanência) bolsas especiais para indígenas e quilombolas, que recebem R$900,00 para concluírem seu curso com qualidade.

Isso é extremamente diferenciado na política. Precisamos ampliar esse recurso? Precisamos. Estamos em dificuldades? Eu digo que estamos passando pela dor do parto, aquela contração de parto, mas é para parir um País melhor. Então, as contrações no nível do ajuste são feitas para garantir essas políticas sociais. Esse é o desejo da Presidenta Dilma. Nós estamos sofrendo, diariamente, ataques de setores conservadores no sentido de que devemos mexer nos direitos sociais e não ampliá-los. Continuaremos defendendo que os direitos sociais precisam ser ampliados para produzir um País melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ronaldo Barros, que falou pela Seppir e que, naturalmente, vai poder olhar essa questão que foi colocada aqui pelo Feliciano. Vai olhar isso com aquele olhar que você sempre dá para situações como essa.

Agora, passo a palavra para o Dr. Frei David Santos, para fazer o encerramento.

O SR. DAVID SANTOS – A mensagem final que faço não é feita com muita alegria, não. Nós todos negros do Brasil inteiro reconhecemos os grandes avanços que tivemos neste Governo Federal com referência às cotas, mas não aceitamos que não haja um acompanhamento firme e qualificado das ações afirmativas.

Eu também me senti ofendido, como brasileiro, como cidadão, como entidade, quando esta Comissão de Direitos Humanos do Senado convida o Exército para vir aqui falar por que não quer botar cota no seu concurso, convida a Aeronáutica para falar por que não quer botar cota no seu concurso, convida o Itamaraty para falar por que não quer fazer comissão para averiguação, convida o Ministério do Planejamento para vir aqui dizer por que, dos cinco concursos que lançou, em apenas um concurso botou comissão de averiguação, sendo que os demais foram soltos, deixando livremente que brancos ocupassem vagas, e a Casa Civil manda cartinha, o Ministério do Planejamento manda cartinha e não vêm marcar presença!

Meu irmão guerreiro que está do meu lado, meu irmãozão do coração, Ronaldo, infelizmente, vem-me uma imagem muito pesada, muito pesada mesmo! Eu me pergunto quanto o Governo, inconscientemente, não está fazendo aquilo que os colonizadores faziam quando, para resolver o problema com um negro, mandavam outro negro.

Por que o Ministério do Planejamento não vem aqui resolver conosco esse problema? Por que não vem a Casa Civil? Por que não vem o Itamaraty? Por que não vem o Exército? Porque não nos consideram! Esse é o grande problema, é a grande verdade. Eu estou com dor no coração. Estão nos devendo. É a segunda vez em que, em uma audiência pública importante como esta... A outra audiência tratou do quanto a crise econômica vai prejudicar o povo negro. Também não veio ninguém desses órgãos públicos para dizer para nós o que estão fazendo para não deixar que nós negros sejamos as grandes vítimas. Falhou ali e falhou aqui.

Governo Federal, nós queremos que a esquerda vença no Brasil sempre, mas não queremos uma esquerda omissa que dê só balinha doce. Queremos bala, mas queremos também tudo mais. E, principalmente, não admitimos que as cotas no Brasil inteiro sejam fraudadas e que não haja seriedade dos órgãos públicos! (*Palmas.*)

Eu cortei o eslaide, porque o horário estava apertado, mas quero dizer que, amanhã ainda, já haverá uma audiência com o Conselho Nacional do Ministério Público. (*Palmas.*)

Vamos acionar o Conselho para poder fazer uma reunião nacional com todos os Procuradores da República, porque estão caindo demandas ligadas à fraude. É preciso haver unicidade, uma linha com bastante qualidade técnica.

Infelizmente, gente, para tema de negro ninguém está preparado, a não ser nós negros. A maioria dos juízes está julgando sem qualidade.

O Ministério Público quer fazer um trabalho sério. Então, o nosso foco é pedir ao Ministério Público que convoque todos os Procuradores da República do Brasil para uma reunião aqui, em Brasília, com a comunidade negra, para criar uma linha de atuação e para sustentar aos juízes qualidade de julgamento.

Também já estamos em articulação para fazer uma reunião com o Supremo Tribunal Federal.

Nós temos plena visão de que, se o Governo, através do Ministério do Planejamento, não criar uma portaria normativa técnica... Quanto à nota da Seppir, eu elogio a Seppir como nossa irmã, mas, infelizmente – é duro falar isto para vocês –, no Governo Federal, a Seppir, para nota técnica com referência à aplicação de cotas, não é considerada. É mais um desprezo que esse pessoal dá a nós negros. Era para ser considerada, mas não o é. Tem de ser nota técnica do Ministério do Planejamento. Ele fez isso para várias outras coisas. Por que para nós negros não o faz?

Ministério do Planejamento, Governo Federal, por favor, olhem para nós negros! Estamos machucados demais.

No primeiro Governo Dilma, nenhum negro Ministro; no segundo Governo Dilma, nenhum negro Ministro. Agora, Dilma vai fazer uma reforma ministerial e ameaça fechar a Seppir. Nós vamos lutar para não fechar. No entanto, nós queremos que, agora, na reforma ministerial, a nossa irmã Dilma prove que ama o povo negro e coloque três Ministros negros entre os vinte. Queremos isso e vamos lutar até o fim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Frei David, como sempre, é muito franco e muito verdadeiro e diz exatamente o que pensa. Isso é importante para a reflexão de todos nós. É preciso haver uma referência para nós todos.

Agora, passo a palavra, antes dos encaminhamentos, ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Dr. Paulo Sergio Rangel.

O SR. PAULO SERGIO RANGEL – Senador Paim, meus queridos pares, quero só me colocar à disposição de todos no Tribunal de Justiça. É claro que, em decorrência da função que exerço como magistrado, eu não posso resolver algumas questões fora de um processo, mas a participação acadêmica, como professor, como escritor, é necessária, e estarei sempre à disposição da sociedade brasileira, da comunidade negra, para nós discutirmos as questões que envolvam o interesse social.

Então, eu me coloco, Senador, à disposição de V. Exª e desta Casa Legislativa para qualquer colaboração acadêmica, profissional e jurídica que eu possa, na minha humilde posição, dar. Eu me coloco à disposição de V. Exª.

Eu agradeço o convite que foi feito.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Sergio Rangel, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que já está convocado, porque, baseado no seu livro, nós vamos realizar uma audiência pública, entre tantas que já realizamos, para discutir essa questão da idade penal.

Eu vou agora para os encaminhamentos. Encerraremos aí a nossa audiência no dia de hoje.

O primeiro encaminhamento é uma sugestão de projeto de lei de iniciativa da Educafro – ela vai registrá-lo, ela pode fazer isso, porque é uma entidade nacional – com o objetivo de coibir as fraudes contra as cotas por meio de punição dos infratores. Ela vai registrar o projeto aqui, na Comissão, e eu já adianto que avoco a relatoria, dou parecer favorável, e ele começa a tramitar em nome da Comissão. (*Palmas.*)

Segundo, pede-se a realização de uma audiência pública com o tema – isto tem base em um livro cujo título é muito bom; já discutimos isto aqui inúmeras vezes – "Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social", com a presença – vamos discutir com ele a agenda – do Dr. Sergio Rangel.

Pede-se também o encaminhamento da denúncia feita pela Srª Heloísa Helena ao Prefeito do Rio de Janeiro solicitando todas as providências cabíveis. Como está havendo conflito com o povo indígena, isso é bom. Há até uma PEC que está avançando aqui de forma a indenizar aqueles que estariam ocupando aquela terra indevidamente, para garanti-la para o povo indígena.

No seu caso, não está ocupando indevidamente, não, mas a senhora está ali e está disposta a se retirar para uma área próxima, que fique com a vista ao alcance da lagoa, para sair do impasse. É esse o entendimento que tentaremos fazer nessa conversa com o Prefeito do Rio de Janeiro, que foi Deputado comigo. Muito, muito tempo atrás, ele foi Deputado junto com este Senador. Está contemplada a sua solicitação. Eu tentarei falar com ele, inclusive, pelo telefone.

Quarto, vamos fortalecer audiência pública sobre religiões de matriz africana e discriminação das religiões. É uma iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que nós aprovamos na semana passada. E, pela gravidade, já marcamos essa audiência para quarta-feira, às 9h, neste mesmo plenário. Eu queria já convidar o Frei David, se puder estar aqui.

O SR. DAVID SANTOS – O.k..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está convidado, então, o Frei David, que já aceitou e vai ter de estar aqui na próxima quarta. (*Palmas.*)

Vamos falar de religião, e ele, mais que ninguém, pode falar da importância da liberdade religiosa.

Quinto, vamos fazer contato com o MEC, com a Unilab e também com o Governador do Ceará e, dentro do possível, fazer uma diligência da CDH para tratar dos fatos narrados pelo estudante Feliciano Correa Dju em relação às dificuldades enfrentadas pelos estudantes estrangeiros naquela universidade. E, claro, a Seppir também vai nos ajudar nesse sentido.

Por fim, por solicitação sua na última fala, vamos solicitar ao Ministério do Planejamento que regulamente o procedimento para o benefício das cotas por meio de notas técnicas. (*Palmas.*)

Mais uma solicitação que faremos.

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone*.) – Posso passar mais uma mensagem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, pode. Eu vou encerrar já.

O SR. DAVID SANTOS – Eu quero comunicar aos Senadores que estão agora ouvindo de seus gabinetes ou de qualquer outro espaço bem como aos seus assessores que a Editora Atlas, que lançou este livro solidário à nossa causa *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?*, acabou de me comunicar, por *e-mail*, agora, que cada Senador desta Casa vai receber esse livro, de maneira eletrônica, no seu *e-mail*, ainda hoje. (*Palmas.*)

Quando o Senador Paim ouviu a explanação do Desembargador Paulo Rangel, ele falou: "Frei, esse tema é muito forte, e esses dados precisam ser ouvidos por todo mundo". Então, gente, a editora está mandando para o *e-mail* de cada Senador – os assessores vão abrir e vão repassar para os Senadores, com certeza – a senha.

Como é um livro eletrônico, vai ter uma senha, que só pode ser aberta por esse *e-mail*. Então, por favor, quem abrir controle bem e guarde bem a senha.

E, com eles tendo conhecimento desse conteúdo e o Senador Paim já marcando, com certa urgência, antes da votação desse tema, uma audiência pública, com certeza, vamos motivar o Brasil a vir ajudar os Senadores a não deixarem que seja aprovado esse absurdo contra o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Com essa última fala do Frei David, que foi quem nos procurou e propôs a audiência pública do dia de hoje, nós vamos encerrar a nossa audiência pública, agradecendo a todos vocês.

Eu sei que é um esforço enorme o deslocamento até aqui. Cada um está fazendo a sua parte. O Brasil está vivendo um momento, inegavelmente, muito difícil. É uma crise econômica, política e social – e não há como não falar também de ética e de moral. Por isso tudo, nós temos de estar em estado de alerta permanente em defesa da democracia, mas querendo que o País melhore. Eu sempre digo que não há crise que seja eterna. Essa crise terá que passar para o bem de todo o povo brasileiro. E nós todos haveremos de fazer esse movimento juntos, cada um ajudando dentro do seu alcance e fazendo a sua parte.

Muito obrigado a todos vocês.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)

ATA DA 80ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Hélio José, Omar Aziz, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e do Senador não membro Otto Alencar. O Senhor Presidente registra a presença do Deputado Federal Rubens Otoni e da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta, duas partes. Primeira Parte: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85 e 145 de 2015-CDH, ambos de autoria do Senador Cristovam Buarque, para debater: "Perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Babalorixá Joel de Oxaguiãn; Mãe Railda Rocha Pitta; Babá Adailton Moreira Costa; Frei David Santos, Diretor Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Babalorixá Pecê de Oxumaré; Mãe Baiana, Representante da Fundação Palmares; Givânia Maria da Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR; Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Coordenador Geral de Diversidade Religiosa da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/SDH/PR. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Babazinho de Oxalá; Thiago de Oliveira Sampaio da Silva, Presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente – MOA; Bernardo Pablo Sukiennik, Advogado; Babá Aloíyé Alexandre de Oxalá, Presidente da Rede Afro e Secretário Religiosidade da Negritude Socialista Brasileira – NSB/DF; Rafael Moreira, Presidente da Federação Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno; Pai Nino de Oxanguian, Representante da Rede Nacional de Saúde Afrobrasileira; Heloísa Helena; Ogan Luiz Alvez, Coordenador do FOAFRO/DF; Baba Quequere João Paulo de Ogun, Representante dos Guerreiros do Axe de São Paulo, das escolas de Samba Lava Pés e TUP de São Paulo, da FENAC, do Partido Popular da Liberdade de Expressão Afrobrasileira – PPLE Ilé Axe de Ode; Fernando Garcia, Ogan do Ilé Axe Idá Wura; Pai Leandro Dias; Watusi, Superintendente da Igualdade Racial em Goiânia; Jacira da Silva, Movimento Negro Unificado e Ilê Axe Baraleji – Santo Antônio do Descoberto; Ivair Santos; Alexandre Pontes, Presidente da Associação dos Cultos Religiosos de Matrizes Africanas – ACREMA. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar ao Presidente da OAB que verifique a possibilidade de criar uma Comissão pela liberdade religiosa nacional; 2) solicitar ao Governador do Distrito Federal que ceda espaços para a prática das religiões de matriz africana; 3) solicitar uma CPI para investigar os casos de intolerância religiosa; 4) encaminhar a denúncia feita pela Sra. Heloisa Helena à prefeitura do RJ; 5) verificar a possibilidade de propor projetos de lei para criminalizar incitação à violência religiosa e para que haja a federalização do crime de intolerância religiosa. Segunda Parte. **Deliberativa**. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 148, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "O Estatuto das Estatais". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 149, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "O Estatuto das Estatais: debatendo a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e seu estatuto jurídico". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 150, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "O Trade in Services Agreement – TISA (Acordo no Comércio de Serviços) e seus impactos no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às dez horas e dois minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Cristovam Buarque. Às treze horas e vinte e cinco minutos o Senador Cristovam Buarque devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Otto Alencar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 80ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião está dividida em duas partes. Na primeira, faremos uma audiência pública, proposta pelo nobre e querido Senador Cristovam Buarque, que é o autor do requerimento. (*Palmas.*)

No segundo momento, nós realizaremos uma reunião deliberativa, em que os Senadores vão deliberar sobre alguns projetos.

A audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 85 e 145, de autoria do Senador Cristovam Buarque, destina-se a debater o tema "Perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana". Aqui fala do candomblé, mas é de todas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. É importante esclarecer que as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania – está na tela da TV – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Quero apenas situar os nossos telespectadores, os ouvintes da Rádio Senado, da Agência Senado, os que acompanham, enfim, toda a cobertura que o Senado dá aos nossos eventos. Quando digo "nossos eventos", refiro-me a todos os eventos nas comissões e no plenário com os Senadores e as Senadoras. É normal que façamos uma pequena introdução para situar o tema.

Nesta manhã, nós faremos aqui um debate sob a luz e a proteção do universo.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Embora não queiramos, temos que cumprimentar o Senador Cristovam. Por que eu digo isto? Porque estamos aqui discutindo – e vamos ter que discutir – a perseguição de pessoas pela opção religiosa de cada um, pela sua história, pela sua vida. E aí eu tenho que cumprimentar o Senador Cristovam pela sua iniciativa. (*Palmas.*)

Ele mesmo me dizia que bom seria não estarmos aqui debatendo isso. Bom seria cada um desenvolver as suas opções religiosas com a maior tranquilidade, seja qual for a religião.

Enfim, após anos de luta pelos direitos humanos e de tantos avanços do povo negro pelo respeito às suas raízes, aqui, infelizmente, nós vamos lembrar momentos que são de lágrimas e de indignação.

Na madrugada do último sábado para domingo, por exemplo, três ataques covardes demonstraram, mais uma vez, a força do ódio e do fundamentalismo contra a religião de cada homem, de cada mulher neste País.

Em Águas Lindas de Goiás, um terreiro atacado há menos de um mês sofreu nova violência, dessa vez criminosa. O local foi incendiado. Segundo estimativa, o prejuízo pode chegar a R$100 mil. Mas muito pior do que isso é a dor, a violência, a simbologia, o que, infelizmente, demonstra o ódio contra as religiões, no caso, de matriz africana.

Na mesma noite, uma caminhonete bateu violentamente contra o portão de outro terreiro em Santo Antônio do Descoberto, região do Entorno de Brasília.

Além do fogo, do ódio, ainda pior foi a execução, diante dos olhos da própria família, do pai de santo Sizenando Jesus Carvalho, 39 anos. O assassinato ocorreu na noite de sábado, em Salvador.

Enfim, crimes bárbaros se somam a tantas outras violências contra a nossa gente. O sangue do nosso povo não pode, em hipótese alguma, ser derramado, nesse caso específico, por crime hediondo e por intolerância religiosa.

Mas, mais do que chorar sobre o sangue derramado, queremos um novo debate e queremos respeito à diversidade, para que a gente viva um novo momento de igualdade, liberdade e justiça, onde cada um possa ter a sua visão, a sua opção religiosa, sexual, de trabalho e de vida.

A liberdade de culto e religião é cláusula pétrea da nossa Constituição, e, nesta Casa, defenderemos sempre o direito de todos de manterem sua identidade e suas raízes – é nosso dever –, sejam negros, brancos, descendentes de italianos, de alemães, de africanos. Eu, por exemplo, tenho muito orgulho de dizer que sou descendente do povo quilombola e sou um lanceiro negro, já que os lanceiros negros vieram lá do Rio Grande.

Conta a história que um dos meus antepassados foi um lanceiro negro, numa posição difícil que aqui não vou relatar, mas ele tinha um papel naquela batalha infernal buscando a liberdade. Havia o compromisso dos lanceiros negros de que, terminada aquela revolução, eles seriam libertados. Só que, terminada a revolução, pediram para eles entregarem as armas e grande parte deles foi covardemente assassinada. Isto a gente não esquece nunca. É uma luta permanente para todos nós.

Termino dizendo a todos vocês que todo cidadão negro ou negra deve se lembrar sempre, e com muito orgulho, de que é um quilombola. Eu posso dizer a vocês que sou um descendente do povo africano e sou um quilombola. (*Palmas.*)

E, como quilombola, eu não poderia deixar de estar aqui neste momento.

Antes de formatar a Mesa, quero dar a palavra para o Senador Cristovam e o Senador Donizeti, para quem também peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Ambos são guerreiros e, dizendo uma frase de que gosto muito, fazem o bem sem olhar a quem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um de vocês.

Como disse o Senador Paim, eu me sentiria muito melhor se, no Brasil, a gente não precisasse ter audiências como esta, se o Brasil fosse um país onde não acontecessem os fatos que nós vimos nos últimos tempos, não apenas em relação aos cultos afro-brasileiros, mas também em relação ao culto kardecista, pois recentemente houve perseguições a kardecistas. Seria melhor que não houvesse isso, que o Brasil continuasse sendo um país, como é de sua tradição, de total tolerância religiosa. Mas, lamentavelmente, não é a verdade.

É como se houvesse, debaixo do tapete, uma intolerância forte, resistente, contra a tolerância que devemos ter. Em grande parte, isso se faz por razões de cultos, em outra, por razões raciais, pura e simplesmente, e, muitas vezes, por razões de preferências sexuais também.

Por isso, estamos necessitando fazer esta audiência, uma audiência para dizer ao povo brasileiro que nós não aceitamos a intolerância contra grupos religiosos, e queremos manifestar claramente que não aceitamos contra todas as formas de cultos afro-brasileiros.

Somos poucos Senadores aqui, porque cada um tem suas atividades no dia a dia, mas isto aqui está indo para a televisão, passa outras vezes na televisão, e o povo brasileiro vai ver isso. Acho que as crianças vão ver também, se não agora, em outros momentos, e vão saber que no Brasil tem havido, ponto um, intolerância e que, ponto dois, no Brasil, nós não aceitamos essa intolerância contra qualquer que seja o culto religioso. (*Palmas.*)

É por isso que estamos aqui.

Passo de volta a palavra ao Senador Paim para que comecemos o mais rápido possível, porque estou curioso para ouvir o que cada um de vocês tem a dizer sobre o que tem sofrido e que sugestões dão para que esta Casa cumpra seu papel de construir uma sociedade absolutamente tolerante com as diferenças e com as especificidades de cada grupo de brasileiros.

Muito obrigado a cada um que aceitou vir aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Senador Cristovam, a quem quero parabenizar pela iniciativa, meu bom-dia a todos e a todas.

Eu vou ter que presidir a Comissão de Meio Ambiente porque sou signatário de uma audiência pública que vai discutir o Rio Araguaia. Não vou poder ficar aqui

Quando o branco ouve o som do atabaque e se aproxima e se aproxima, é porque ele traz dentro do seu coração, da alma, a indignação contra a opressão, contra o preconceito. Na minha juventude, fui jogador de capoeira e tive a felicidade de aprender não apenas a jogar capoeira ou fazer essa dança maravilhosa, mas também de conhecer o espírito e a alma dessa arte, dessa cultura, desse esporte.

Eu quero me despedir de vocês para ir ali cumprir a outra tarefa lembrando o poeta Gonzaguinha e dizendo que "eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão. Eu ponho fé é na fé da moçada, que não foge da fera e enfrenta o leão. Eu vou à luta é com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade, que não tá na saudade e constrói a manhã desejada".

Eu partilho do sentimento e acredito na humanidade, acredito nas pessoas e penso que devemos acreditar nas pessoas, como disse o Renato Russo, como se não houvesse amanhã, porque não há amanhã, porque, quando o amanhã chegar, já será hoje. Eu acredito nas pessoas e acredito na humanidade. Eu acredito que vai chegar o dia em que as denominações religiosas vão todas se abraçar e banir do nosso meio atitudes como essa que o senhor relatou aqui para nós e que eu acompanhei pela imprensa, Senador Paim, de agressão ou qualquer coisa que a gente possa imaginar de rude, de ignorante, de preconceituoso e de não humano. Acho que o ser humano não faz isso. O ser humano tem que ter por hábito respeitar.

Então, um beijo no coração de cada um e cada uma.

Um abraço na alma de todas e todos.

Obrigado pela oportunidade, Senador Paim.

Vou ter que cumprir minha tarefa ali.

Senador Cristovam, parabéns!

Um bom debate para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Donizeti.

Nós vamos, de imediato, formatar.

Pelo número de convidados, e há mais duas pessoas que pediram para compor a Mesa e nós vamos abrir espaço para isto, nós vamos montar duas Mesas.

O primeiro a ser chamado aqui é o Babalorixá Joel de Oxaguiãn. (*Palmas.*)

A Mãe Railda Rocha Pitta. (*Palmas.*)

Babá Adailton Moreira Costa. (*Palmas.*)

O Babalorixá Pecê de Oxumarê não chegou. Então, ele fica para a segunda Mesa.

Eu vou seguindo na sequência.

Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Educafro. (*Palmas.*)

Vamos combinar aqui. Nós vamos presidir a sessão normalmente, pessoal. Eu quero deixar dito isso aqui, ao vivo. É praxe, nesta Comissão de que sou o Presidente, que quem encaminha o requerimento a preside. Mas o Senador Cristovam fez um apelo para que, neste caso, eu divida com ele, que eu fique também na presidência. Isto mostra uma grandeza dele, porque ele é quem deveria ter aberto aqui e iniciado os trabalhos. (*Palmas.*)

Eu combinei com ele que, como a correria na Casa é muito grande, eu vou para as comissões e ele assume a Presidência. Se ele tiver que ir, por motivo de votação, eu assumiria no lugar dele. Na verdade, quem vai presidir a sessão vai ser ele, mas eu vou tentar ficar aqui durante todo o tempo.

Vamos ver quem é que pode fazer abertura.

Frei Davi quer fazer a abertura?

Não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ser o Babalorixá Joel.

Pode ser?

O SR. BABALORIXÁ JOEL DE OXAGUIÃN (*Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, passamos a palavra para o Babalorixá Joel para que ele faça a abertura dos trabalhos.

São 10 minutos, pessoal, com mais 5, se necessário. Daria 15 minutos, que é um tempo razoável para cada um fazer a sua exposição.

O SR. BABALORIXÁ JOEL DE OXAGUIÃN – Bom dia a todos!

Eu sou o Babalorixá Joel de Oxaguiãn, do Ile Axé Eyele Oge.

Eu gostaria de gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa dos Senadores Cristovam e Paulo Paim, gostaria de cumprimentar a Mãe Railda – sua benção, Mãe! –, o Pai Adaílton e o Frei David, e, acima de tudo, tomo a benção do Pai Xangô pelo dia de hoje.

Oba Nixé Kaô Cabecile! Que Xangô seja guia desta plenária! Que Xangô abra bem os nossos olhos para que a gente possa presidir bem as nossas falas para tratar do assunto da intolerância religiosa em no nosso Estado, ou seja, em nosso País.

Mãe Railda, a senhora pode fazer uma cantiga para Xangô, para abrir?

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Eu, como representante dele nessa terra há 52 anos, não posso deixar de saudá-lo hoje, quarta feira.

Em nome de Mãe Aninha, de Mãe Agripina e de todos os meus boborixás, do Opô-Afonjá, axé de que eu sou filha...

(Cantiga em saudação a Pai Xangô.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero agradecer muito aqui à Mãe Railda e ao Joel pela iniciativa dessa oração em forma de cantoria. Que essa oração/saudação em forma de cantoria sirva para orientar esta Casa, o Congresso Nacional, que ela traga energia para o combate à impunidade, à corrupção e que os homens e as mulheres que dirigem este País, influenciados por essa energia bonita que contagiou aqui a todos nós, Senador Cristovam, sejam orientados para que a gente avance mais na construção de um país com igualdade, com plena liberdade, justiça e um país que seja bom para todos.

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Axé! Axé!

Eu me lembro, Senador Cristovam, que meu pai, quando eu era menino – eu era metido a negociar uma coisa ou outra –, me dizia o seguinte: "saiba sempre que o bom negócio só é bom quando é bom para os dois. Nunca procure tirar vantagem do outro." E ele era analfabeto. E essa mensagem eu jamais esqueci.

Então, que o Parlamento entenda que a forma de fazer política tem que ser, como essa frase de que eu gosto muito, fazendo o bem sem olhar a quem.

Uma salva de palmas ao nosso Joel! (*Palmas.*)

Agora é que vai começar o tempo dele.

O SR. BABALORIXÁ JOEL DE OXAGUIÃN – A bênção, meus pais, minhas mães, a bênção às abiãs, porque, neste momento tão importante, nós precisamos entender que uma plenária como esta, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, precisa acontecer mais vezes, porque os casos de intolerância religiosa em nosso País estão cada vez mais fortes.

As pessoas estão esquecendo que o Estado, em 1890, deixou de ser um Estado católico e passou a ser um Estado laico. Tem gente esquecendo qual é o sentido de laicidade. Então, o termo laico vem do latim *laicius*, que quer dizer neutro. O Estado é neutro no sentido de não professar nenhuma religião. Mas, pelos ataques que as religiões de matriz africana vêm sofrendo, estou achando que tem algum segmento que tem uma procuração de Deus, porque tem atacado as nossas religiões de forma muito cruel. Citado pelo Senador Paulo Paim o caso da casa de Babazinho, o caso da casa de Pai Dejair, de Pai Adalto e de tantas outras casas, porque há muitos pais de santo ou mães de santo que não denunciam por medo de represália. Então, por medo dessa represália, ainda não denunciam.

Na verdade, se forem apurar, há mais de 75% de denúncias, dentro da Seppir-PR, de casos de intolerância religiosa. É um índice muito alto para um Estado que se diz laico.

Outra coisa: se o Estado é laico e não professa religião, entendemos que, para se falar de qualquer conceito religioso dentro do espaço público, não se pode ter nenhum símbolo religioso identificando o local, mas não é o que a gente encontra por aí, porque, se pode ter um crucifixo, temos que entender que tem que ter também um oxê de Xangô, que tem que ter um símbolo de cada segmento religioso. Se o Estado é laico, não pode ter nenhum. Devemos partir do princípio de que temos que entender que o Estado é laico. Nós não podemos nos esquecer disso.

A minha preocupação hoje, o que traz a esta plenária a família do candomblé, a família do povo de umbanda, o povo de Terecô, o povo de Angola, Ketu, Jeje, é abraçar a causa das famílias que estão sendo atacadas todo santo dia. Há aluno sendo atacado na escola porque está usando uma conta no pescoço, há mulheres que trabalham como domésticas e não podem falar que são de religiões de matriz africana para não deixarem de ser contratadas, há professores que não podem falar que seguem religião de matriz africana, porque sofrem represália pelos diretores.

Eu pergunto: o Estado não é laico? Então, por que isso está acontecendo?

Já disseram para mim: "Mas, Pai Joel, vocês precisam se organizar, precisam ser mais unidos". Ora, o nosso povo é unido, o nosso povo se organiza. (*Palmas.*)

Tanto somos unidos, que estamos aqui hoje.

Outra coisa: no nosso DF, há vários segmentos que tratam das ações de religiões de matriz africana. Nós temos o MOA, que é o Movimento do Orgulho Afrodescendente, temos o Foafro DF, comandado por Ogan Luiz, temos a Rede Afro, comandada pelo Alexandre, temos o Acrema, comandado por Ogan Alexandre, temos o Foafro-Val, comandado pela Mãe Dalila... Ou seja, há muitos segmentos que o povo de matriz africana procura. Para quê? Para tratar desses assuntos de intolerância e para tratar de políticas públicas para terreiro.

Então, olhem só: nós somos organizados, não somos desorganizados, não. O nosso povo é unido, sim, porque o nosso povo, a nossa religião é a única religião em que se reza com o corpo. Por isso, a gente dança, e isso faz a diferença. E as pessoas não entendem. Partimos do princípio de que, quando rezamos com o corpo, estamos demonstrando às nossas divindades o nosso amor, o nosso carinho pelo próximo.

Nas religiões de matriz africana não existe fome, porque, em toda casa de candomblé, qualquer pessoa, quando chega, se alimenta. Então, nós já fazemos um trabalho social dentro dela. Nós acolhemos todos que chegam. Eu nunca ouvi dizer que existe uma religião de matriz africana em que se chega e não há o que comer, não há o que beber e não há um cantinho para se encostar e dormir. A nossa religião faz a diferença.

Qual é o motivo dos ataques às religiões de matriz africana? É porque elas são oriundas da África? É porque é um movimento que trata do orixá, e o orixá é negro? É porque tudo que vem de negro é diferente? O negro... Nós não somos diferentes. Nós não somos melhores que ninguém, apenas temos um Ori determinado por um Orixá, e esse Ori é que nos comanda. E as pessoas têm de passar a entender isso.

Outra coisa, Senador Cristovam, Senador Paim, Mãe Railda, Pai Adailton, todos presentes aqui: enquanto não pedirmos uma CPI para apurar esses casos de intolerância religiosa, para que isso seja levado à frente e para se saber onde estão esses casos, como isso está se dando e por que está se dando, não vamos chegar a lugar algum.

É preciso que se abra, realmente, uma CPI, para que se tomem providências imediatamente, porque isso estão ficando cada vez mais graves os ataques às nossas religiões de matriz africana.

Então, peço que todo mundo que precisar conversar... Tenho documentos para passar, para vocês darem uma olhada, para trabalharmos essa CPI no sentido de apurar esses fatos e casas que estão sendo atacados todo dia.

Nós temos, em Brasília, a Federação de Umbanda e Candomblé, coordenada por Pai Rafael Moreira.

E há casos como o da Prainha, que foi atacada várias vezes e que teve os orixás que lá estavam depredados. Lá, eles colocam a Bíblia nos pés dos orixás, jogam corda no pescoço dos Orixás, queimam as estátuas dos orixás. Um artista maravilhoso, que é o Tatti Moreno, que fez as estátuas, teve de refazer as estátuas de novo.

Então, está uma falta de respeito muito grande. A Prainha virou um encontro de crackeiros, um encontro de vândalos, e ela havia sido destinada a ser um espaço religioso, um espaço sagrado aonde as pessoas pudessem ir louvar seus orixás e seus sagrados.

Fica aqui o pedido para que se abra, Senador Cristovam, uma CPI para apurar esses casos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como é de praxe, a secretaria dos trabalhos vai anotando as propostas que vão surgindo para os encaminhamentos no final.

Eu queria registrar, com alegria, a presença do Deputado Federal Rubens Otoni.

Ele pelo menos esteve aqui. Não sei se ainda está. (*Palmas.*)

Onde? Onde?

Aqui!

Quero dizer, Rubens Otoni, que é uma alegria enorme ter a tua presença aqui. Fique bem à vontade aqui, nesta Comissão, que o Senador Cristovam também já presidiu. Aqui, Deputado Federal e Senadores falam no momento que entenderem mais adequado.

Eu queria registrar a presença também de Edna Santos, chefe do Departamento de Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares, e Luiz Alves, do Fórum Permanente das Religiões de Matriz Africana de Brasília e Entorno.

Sejam todos bem-vindos!

Depois da fala do Babalorixá Joel de Axaguiãn...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Oxaguiãn. Foi por isso que eu pedi para ela me ajudar aqui. Eu pedi para ela me ajudar na pronúncia aqui Ela disse "deixa comigo aqui." Então, ela acertou, eu errei.

Agora, passo a palavra, de imediato, à Mãe Railda Rocha Pitta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Prima de quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Prima do falecido Celso Pitta, que foi prefeito de São Paulo.

Que ele esteja em paz lá no alto.

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Bom, eu quero agradecer ao Sr. Senador Paulo Paim. Já nos conhecemos há longos anos, não é?

Ao Senador Cristovam, meus respeitos. Eu o admiro muito também.

Quero agradecer a todos e quero tomar a benção de quem for mais velho que eu aqui, se houver alguém mais velho que eu. Bom, eu tenho 56 anos de santo e 77 de idade. Se houver alguém mais velho, por favor, me abençoe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Quem acumulou mais sabedoria nesses anos.

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – São 52 anos de Brasília, não é, doutor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sabe tudo.

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Então, agradeço a oportunidade estar aqui compartilhando com todos vocês este momento.

E quero aproveitar para dividir algumas aflições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me interromper, Mãe Railda. A assessoria está me informando, e é importante que eu informe a vocês, que o Plenário 13 está aberto com telão, porque não há espaço para todos aqui. É só perguntar aqui para a assessoria, que eles indicam. O Plenário 13 fica à direita ou à esquerda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica aqui à direita, no outro corredor. Há um telão enorme lá e espaço para que todos possam assistir ao debate sentados. Quem não quiser, pode ficar bem à vontade aqui.

Desculpe-me atrapalhar.

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Por nada.

Então, eu quero... As minhas aflições, onde eu parei, que os tempos modernos têm trazido para nós.

Bom, eu já me identifiquei. Meu nome é Railda Rocha Pitta. Nasci na religião dos orixás. Eu fui para o candomblé ainda criança. Meu padrinho tinha um terreiro de candomblé lá em Salvador, onde iniciou a minha mãe.

Aprendi, desde muito cedo, que a religião é respeito aos mais velhos e amor às crianças. É viver em comunidade e aprender a compartilhar. Ninguém consegue ser individualista nessa religião, porque precisamos ajudar uns aos outros.

Desde criança, eu ouvi na religião do candomblé, e quero afirmar, que o fato de termos um campo teológico diferente dos outros segmentos religiosos não significa que não acreditemos em um Deus supremo criador do universo e tampouco que vivamos de acordo com o satanás, a que muitas pessoas querem nos atrelar.

A religião do candomblé tem origem no continente africano e tem como base os orixás, que são expressões da natureza.

Exu, equivocadamente, é associado ao diabo. Na realidade, é o grande senhor da comunicação. E é o ar, é o tempo. E o hoje, o ontem e o amanhã designados a acolher os pedidos das pessoas e depositar aos pés de Olodumare, Deus. Não há maldade ou perversidade, como insistem aqueles e aquelas que não conhecem os fundamentos da religião, mas, mesmo assim, afirmam vinculações que não existem.

Seguindo adiante, podemos pensar em Ogum, que tem em suas representações o ferro. Ele, na verdade, é o próprio metal que surge das entranhas da Terra e que, desde o período horrível da escravidão até os dias atuais, foi para o Brasil e para o povo afro-brasileiro.

A ferramenta que promove o progresso é o desenvolvimento socioeconômico do País. Vale lembrar que a ONU, Organização das Nações Unidas, criou a Década Internacional de Afrodescendentes com o tema "Afrodescendente: reconhecimento, justiça e desenvolvimento". A década começou no dia 1º de janeiro de 2015 e vai até o dia 31 de dezembro de 2024.

Tal iniciativa é necessária para aumentar a conscientização da sociedade no mundo quanto ao combate do preconceito, da discriminação, da intolerância e do racismo. E nós, que somos do Candomblé, muito cedo aprendemos a clamar por justiça ao grande Senhor dos Trovões, Xangô. E confesso que, nos últimos tempos, tem sido preciso saudar muito essa divindade, porque têm crescido assustadoramente os casos de intolerância religiosa e de perseguição aos segmentos afro-brasileiros.

Cabe realizarmos uma reflexão. Religião não é exercício de amor? Jesus Cristo ensinou que a fraternidade é a maior riqueza de um religioso. E, contrariamente, presenciamos as pessoas praticando atos condenáveis para uma relação de respeito e de amor ao próximo.

A Constituição brasileira diz que a liberdade de consciência e de crença é um direito e que é garantida por lei a proteção aos locais de cultos e a suas liturgias. E a Declaração Universal dos Direitos do Homem diz que toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar esta religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

A educação tem um papel importante para o desenvolvimento de uma cultura para a paz, principalmente no que diz respeito a possibilitar o conhecimento sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira porque apenas o conhecimento é capaz de libertar as pessoas das ideias preconceituosas e equivocadas.

Ressalto a importância de o ensino religioso nas escolas abordar o tema das religiões afro e indígenas de forma séria e respeitosa, e não criando nas escolas um espaço de conflito e tensões. Como afirmou Nelson Mandela, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e, se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

É preciso mudar este cenário de ódio para a realidade do amor. Aprendam com Oxum, a deusa das águas doces e a maior expressão de amor: é preciso que a vida seja doce como mel e vivificante como a água, que é essencial para a nossa existência.

Para encerrar, eu queria cantar para vocês uma cantiga, porque, nas religiões de matrizes africanas, as nossas orações são cantadas, para que a vibração de alegria possa varrer da grande mãe Terra todas as formas de preconceitos, discriminações e intolerâncias e tudo aquilo que for negativo e que não pertença ao projeto de felicidade de Olodumare.

Axé! (*Palmas.*)

(Procede-se à execução de música)

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Muito obrigada.

Olha, eu não falei aqui no discurso, mas vou falar. Eu acabei com o meu terreiro. Tive que vender minha roça em Valparaíso, que eu tinha há 46 anos. Eu recebi o título de Cidadã Honorária de Brasília do Chico Floresta, da Érica Kokay, da Maninha, do PT; recebi o título de Cidadã Valparaisense, recebi o título do Clube dos Pioneiros de Brasília de Juscelino Kubitschek, mas tive que realmente me desfazer do meu terreiro porque os assaltantes, traficantes e os evangélicos não me deram sossego. Ninguém me ajudou. Tive que me desfazer do meu terreiro.

Hoje, eu moro numa casa muito boa que Xangô me deu. Lá, eu pude acomodar todos os meus orixás, num espaço pequeno, porque eu não posso abandonar os meus orixás, que me deram a vida e me deram tudo em Brasília.

Eu entrei em Brasília, com o pé direito, em 1963. Fui nomeada pelo governo João Goulart. Eu acompanhei esta cidade toda. Eu dei 100 caminhões de cascalho da minha chácara para fazer a cidade do Valparaíso. Eu sou pioneira. Quer dizer, eu nem sou pioneira, sou uma "piotária", porque os pioneiros ganharam dinheiro e foram embora. E os otários... (*Risos.*)

(*Palmas.*)

E eu estou vendo a destruição dos terreiros de candomblé.

Xangô, eu não tenho como pagar-lhe, meu pai, pelo dia de hoje, que é quarta-feira, e por me tirar daquela chácara de 15 mil metros. Eu não tinha ninguém, dormia sozinha. Eu sei que muita gente me criticou e me censurou por eu ter vendido a terra. Não vendi o axé, a força que está comigo, com Deus e com os orixás.

A minha fé é inabalável. Não tem jeito, eu vou morrer no candomblé. Agora, os governantes deste País precisam tomar uma providência. Está muito séria essa destruição, essa perseguição às pessoas do candomblé, da umbanda, de tudo, gente. Não é possível uma coisa destas!

Eu estou muito triste pelo que fizeram no terreiro de Babá, de Adauto, desse menino Dejair. Eu não posso fazer nada, só posso pedir a Xangô e a todos os orixás que protejam todas as casas, não é? Porque é muito triste, gente, lutar tanto, com tanto sacrifício, para comprar nossas coisas, montar o terreiro, e, depois, virem esses bandidos e destruírem tudo.

É preciso tomar uma providência, Dr. Paim.

Por favor, eu lhe peço, de coração!

Xangô, que me trouxe aqui hoje, quarta-feira, todo dia me prova que eu não estou nesta Brasília sozinha. Minha Mãe Menininha do Gantois, em 1971, me mandou de volta para Brasília. Eu tinha ido embora de Brasília. Ela disse: "Railda, volte! É você que vai socorrer o povo de Brasília! Você é uma semente do Axé Opô-Afonjá, semeado em Brasília, para socorrer o povo de Brasília, Railda! É você que tem que socorrer!" Mas eu lamento não poder socorrê-los em uma hora dessas, meus irmãos de axé, meus irmãos da seita, porque, com que arma eu vou lutar?

É preciso tomar uma providência, gente! A polícia tem que entrar nisso. É preciso haver outros e outros eventos como este. Eu fico muito agradecida, Senador Paulo Paim e Senador Cristovam.

Nós somos contemporâneos e muito velhos em Brasília, não é?

Então, eu fico muito agradecida pelo convite para participar desta Mesa.

Que Xangô, pelo dia de hoje, que seja a justiça...

(Manifestação da plateia.)

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – ... abençoe todos vocês que estão aqui! De coração! (*Palmas.*)

Que minha mãe Oxum bote água em cima deste fogo maldito dessas pessoas! Que ela apague o fogo maldito! Porque o fogo também é Xangô, é vida!

Eu estou aqui, de coração, pedindo por todos vocês, para que livrem vocês de uma bala perdida, de um marginal, de um malfeitor, de um acidente, de um falso, de calúnia, de mentira, de traição, de perseguição!

Que Xangô abençoe a todos pelo dia de hoje!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Mãe Railda Rocha Pitta, que fez aqui uma bela fala sobre a importância de uma linha de atuação muito forte do meu querido amigo e Senador Cristovam, que, depois, vai comentar sobre a educação, o conhecimento, o saber.

V. Exª comentava isso comigo. Eu estou tomando a liberdade porque sei que V. Exª vai falar disto em um segundo momento.

Eu quero também registrar a presença do Senador Omar Aziz, que foi Governador do Amazonas... (*Palmas.*) ... e sempre prestigia esta Comissão, pelo seu caráter social e humanista, não é, meu querido Senador?

É uma alegria tê-lo aqui.

Neste momento, Senador, como estão na pauta da Comissão de Assuntos Sociais dois projetos de que eu sou o autor, um deles em defesa do meio ambiente, do meio ambiente no trabalho, eu vou ter que ir lá para defender o projeto. Voltarei aqui, mas já digo que, a partir deste momento, a Presidência vai ficar sob a responsabilidade deste grande Senador que é o Senador Cristovam. Voltarei e, se houver um espaço aqui, na Mesa, eu me sentarei, com orgulho, ao lado dele e de todos vocês. Se não houver, eu vou para o plenário, como está ali o Senador, tranquilo, tranquilo – não é, Senador? –, esperando a sua vez, bem acompanhado.

Então, neste momento, passo a palavra ao Presidente desta audiência pública, o Senador Cristovam.

Eu vou lá para a Comissão e volto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Passo a palavra agora ao Babá Adailton Moreira Costa.

O SR. BABÁ ADAILTON MOREIRA COSTA – Bom dia, Senador!

Mãe Railda, sua bênção!

Meus irmãos de religião e de axé, a benção a todos e todas!

Bom dia!

Faço uma reflexão sobre o dia de hoje.

Eu não aguento mais ser tolerado! Eu exijo que respeitem a minha tradição religiosa! (*Palmas.*)

Esta palavra "tolerância" é de quem está em cima do muro. Eu acho que a expressão "intolerância religiosa" é um sinônimo para algo muito mais violento, que é o racismo. Eu acho que a intolerância religiosa vem travestida de racismo, de preconceito quanto às nossas religiões de matriz africana, de machismo, de homofobia, de violência de gênero, de violência sexual. Eu acho que essa intolerância religiosa que as religiões de matriz africana vêm sofrendo, desde sempre, porque ela não é de agora, é muito mais visível. Antes, ela era muito mais naturalizada. Tínhamos que esconder os nossos símbolos sagrados. No Estado Novo, adentravam em nossas comunidades, terreiros e se apropriavam de nossos atabaques, prendiam nossos sacerdotes e nossas sacerdotisas.

O que mais a África deve ao mundo? Por que essa naturalização da violência e da violação dos direitos humanos se a liberdade religiosa está em nossa Constituição dita cidadã? Cumpra-se a lei!

Existe uma lei, chamada Lei Caó, que nos protege neste sentido: a liberdade religiosa é um direito constitucional. Por que há esta impunidade aos violadores de nossos templos religiosos, do que seja nosso sagrado? Por que a não aplicação, verdadeiramente, da Lei nº 10.639/03, que é a do ensino e do estudo da África? Eu não sei qual é o débito das religiões de matriz africana e, consequentemente, da grande maioria de pessoas negras e negros que compõem essa tradição religiosa. O débito é este lugar de identidade cultural, de dignidade, que não querem nos fazer merecer.

Eu nasci e me criei dentro do candomblé. Sou oriundo do Educafro. (*Palmas.*)

Fiz ciências sociais na PUC do Rio de Janeiro, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BABÁ ADAILTON MOREIRA COSTA – Bolsista 100%, sim. Cotas raciais sempre. E digo que o maior diploma que eu tenho na minha vida é de ser de religião de matriz africana. Na religião de matriz africana eu aprendi a ser um cidadão. Aprendi na religião de matriz africana, com essa pós-doutora em vida, em religiosidade, com esse pós-doutor meu pai Miguel, com todos os sacerdotes de candomblé e sacerdotisas, que me ensinaram a ser um homem, uma pessoa humana, um sujeito. Foi a partir da minha religião de matriz africana.

Até hoje há um débito da nossa população de religião de matriz africana com a sociedade brasileira. Como se, pelo fato de sermos dessa religião que é oriunda da África, do continente africano, sim, até hoje tivermos que ser chicoteados. E são diversas formas que a chibata tem. A chibata moderna é o racismo, é a intolerância que a gente vai perpassando e naturalizando.

Cumpra-se a lei! Cumpra-se a lei!

É por isso que eu não quero ser tolerado por ninguém. Eu quero exigir os meus direitos! Eu quero ser respeitado! (*Palmas.*)

Eu sou filho biológico de uma grande mulher negra e ialorixá que se chama Dona Beata de Iemanjá. Aprendi a ser um guerreiro por aquilo que eu acredito. Acredito que essa diáspora africana construiu a sociedade brasileira e diversas outras nações à custa de muita dor, mas de muito saber, tecnologia, língua e cultura. A nação brasileira não se constituiu sem a presença dos homens e das mulheres negras aqui em situação de escravidão. Não é escravos, não, mas em situação de escravidão.

Mas a gente lega a essa sociedade, Senador, uma reparação que a sociedade brasileira tem para com as religiões de matriz africana, com o povo negro, sim. Isso tem que ser feito, tem que ser imediato, porque a violência em nossos terreiros é cada dia mais naturalizada.

Por que essa impunidade de alguns segmentos religiosos que nos violam direitos o tempo inteiro? E há uma impunidade, porque isso vem num crescente. Da década de 80 para cá, eu participei de vários movimentos políticos neste País contra o que, antigamente, se chamava guerra santa e hoje se chama intolerância religiosa.

Então, é um projeto político muito bem arquitetado. Um projeto político, econômico, de destituição de identidade cultural nossa, sim, religiosa.

Então, acho que é momento de o Estado reparar esse mal que vem nos causando. O Estado tem que se responsabilizar por nós, que somos cidadãos e cidadãs como quaisquer outros. Nós construímos esta Nação, como todos constroem.

A diversidade é fundamental para uma nação, e a diversidade cultural e religiosa é muito mais ainda. Nós, de religião de matriz africana, não temos que estar olhando a partir da ótica, do conceito de religares judaico-cristãos. Não temos que nos religar a nada; nós já somos ligados à nossa natureza, aos nossos orixás, aos nossos rios, à água doce como mel, como a Mãe Railda falou.

O nosso símbolo sagrado, a nossa pertença é outra. A conceituação da nossa cosmovisão, da nossa cosmologia, da cosmogonia... Estou tentando ser rebuscado para poder dizer que nós somos de terreiro. Nós falamos iorubá, tocamos atabaque, gostamos de capoeira, mas gostamos de respeito ao que é nosso. (*Palmas.*)

Então, rogar aos orixás nós rogamos todos os dias, a vida, o mundo. O nosso Deus Supremo, quando cria o universo, ele cria o universo para todos, como a África dadivosa. Como a África dadivosa. Ele cria pra todos, não cria para negros ou brancos, mas ele é negro. A nossa origem é negra, sim, mas ele não discrimina. Os outros é que nos colocam nesse lugar de aculturados, de não civilizados. Veja-se o genocídio da população negra. O tempo inteiro vemos os nossos jovens negros morrendo em chacinas, e nada é feito.

Então, o momento é de reparação a religiões de matriz africana, mas o é a essa cultura mais ampla como um todo. Cada vez que não se aplica, que não se implementa a Lei Federal nº 10.639/03, muitos dos nossos não vão saber o valor que é ser de religiões de matriz africana.

Esse é o meu lugar de reflexão aqui, hoje. Esse é o meu lugar de chamar a atenção a esta Casa, que é nossa também, porque eu sou um cidadão brasileiro. Eu sou um homem de candomblé, de axé. Sou filho de Ogum, me chamo Ogum Denan, "aquele que chega com fogo". Esse fogo é para reivindicar direitos.

Fico muito orgulhoso pela sua presença aqui hoje, por ter aberto a Comissão de Direitos Humanos para que possamos ser ouvidos.

Muito obrigado.

É uma honra ter vocês todos nesta plenária aqui, hoje.

(Manifestação da galeria.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, infelizmente, no Senado, participamos de mais de uma comissão. Esta é uma bonita solenidade, mas eu pediria sua permissão para que eu me posicionasse, porque ainda tenho que participar de duas votações nas comissões e não poderia deixar de passar aqui hoje.

Primeiro, acho que ninguém pode se envergonhar daquilo em que acredita. Nós, aqui, no Senado, somos Senadores da República do Brasil, somos Senadores de todos, independentemente da crença. Não podemos defender segmentos aqui; temos que defender o Brasil como um todo.

Historicamente, vemos a intolerância religiosa matar em nome de Deus. O mundo hoje sofre muito em nome de Deus. Parece que Deus mandou muçulmanos atacarem judeus, judeus atacarem não sei quem, e assim por diante. Deus não defende a morte. E há um único Deus para todos nós. Se pegarmos o Torá, que fala em Abraão, que cria a religião hebraica, você vai ao Alcorão dos muçulmanos e vê que o Alcorão fala mais em Abraão, que criou o judaísmo, do que propriamente em Maomé, que é o Grande Profeta. Mas é em nome dEle que se mata. É em nome dEle que se vê uma intolerância hoje preocupante na Europa. Essa intolerância levou a esse desconforto e tem matado muitas pessoas ao longo da História. Nós estamos cheios de histórias de

guerra santa, de guerra não sei do quê, de morte em nome de Deus. Agora, qualquer maldade que a gente vá fazer, porque a gente discorda de uma pessoa, usamos o nome de Deus.

Eu quero aqui me colocar à disposição, Senador Cristovam Buarque e meu amigo Otto Alencar, que é da Bahia, um homem que defende muito... Aliás, ele toca atabaque melhor do que qualquer um de vocês aqui. Podem ter certeza disso. Ele conhece tudo sobre atabaque e berimbau, ensina para a gente no plenário, tanto ele como a Senadora Lídice da Mata e o Senador Walter Pinheiro, três baianos gente boa.

Mas quero dizer ao senhor que eu acho que o Senado precisa realmente fazer uma discussão mais profunda. Eu acho que colocou muito bem o Adailton quando disse que não quer ser tolerado. Parece que a gente tolera um doente, um leproso ou coisa parecida. Não é! Espera aí! São pessoas que acreditam, e a gente tem que respeitar a crença. Eu acredito em Deus e respeito todas aquelas pessoas que têm uma crença, porque acho que a crença faz com que a gente evolua, com que a gente cresça, com que a gente conquiste espaço, e isso faz parte, e querer negar a cultura brasileira depois de tantos anos que os negros contribuíram para este País é a gente apagar a História, é a gente chegar e "vamos apagar a nossa História, nós não temos nada a ver com isso". Temos tudo a ver com uma raça tão importante que ajudou o Brasil a chegar aonde nós estamos hoje.

Então, é obrigação nossa sermos solidários à causa. Eu diria para vocês que é uma causa que eu preferiria não estar discutindo aqui. Ninguém está aqui querendo discutir isto. A gente queria estar discutindo outras coisas, e não "vai me tolerar ou não vai me tolerar?" Que brincadeira é essa? Em pleno século XXI, a gente discutindo uma coisa assim?

Eu quero, Senador Cristovam, me colocar à disposição desta Comissão – faço parte dela – e dizer a todos que acreditar, que ter fé não machuca ninguém, não fere ninguém. Você ter uma fé não faz mal a ninguém, você acreditar em algo não faz mal aos outros. A gente tem que combater aquilo que faz mal aos outros, e não vejo, em momento algum, qualquer crença religiosa neste País querer o mal das pessoas. Pelo contrário, querem um país desenvolvido, querem um país que dê igualdade de condições, querem um país em que todos tenham direito a participar da sociedade brasileira.

Era este o meu posicionamento, Sr. Senador Cristovam.

Peço desculpas por ter outras reuniões de que tenho que participar e, infelizmente, não poder ficar muito tempo aqui.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado por estar aqui mostrando sua solidariedade neste momento. Muito obrigado por suas palavras e também por ter citado o Senador Otto Alencar, a quem eu ia me referir e que realmente merece estar aqui, nesta Mesa, perfeitamente, por sua tradição.

Eu quero lembrar que chegou agora – e muito nos orgulha – o Babalorixá Pecê de Oxumaré... (*Palmas.*)... e dizer que esta audiência se deve a ele, porque foi de uma visita que ele me fez, uma visita de pura cortesia, em que discutimos o assunto das perseguições e da intolerância, que eu tive a ideia de fazer esta audiência, que ele apoiou na mesma hora.

Ele veio com um amigo meu, o Melilo, que está por aqui, que é um católico firme, militante, ligado à própria CNBB, que foi quem trouxe o Babalorixá Pecê de Oxumaré para conversar comigo.

Então, eu agradeço ao Babalorixá o fato de eu ter tomado a iniciativa desta audiência, que eu considero uma audiência histórica. Mas vou aguardar para falar disso no final.

Eu quero, antes de passar a palavra ao Frei David Santos, que também, merecidamente, está aqui pela sua luta pelos direitos dos povos negros do Brasil, dizer que um dos sucessos deste evento se deve, como se vê, à quantidade de pessoas. Mas isso traz um problema. Há algumas pessoas de idade em pé. Eu gostaria de pedir que os mais jovens, quando puderem, cedam os seus lugares para os mais velhos e de dizer que, na sala 13, tudo isso está sendo transmitido ao vivo, por uma televisão.

Frei David, com a palavra.

Eu quase o chamei de Babalorixá David. (*Risos.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. DAVID SANTOS – Agradeço ao Senador Cristovam e aos demais membros da Comissão Direitos Humanos por esta audiência, à qual, com alegria, nós nos fazemos presentes por entender que esse tema é urgente e necessário.

Eu fiz um eslaide e vou, então, segui-lo para ajudar no encaminhamento da nossa reflexão.

Perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé.

Pode passar.

Desculpe.

O que é a Educafro? Eu gostaria de dizer o porquê da pertinência de estarmos aqui. A nossa entidade Educafro é uma entidade ecumênica: 60% das pessoas que recebem bolsa de estudo na Educafro são evangélicas, das mais diferentes matrizes, 15% são de religiões de matrizes africanas e apenas 30% são católicas.

Muitos da própria Igreja Católica não entendem porque tantos de outras religiões são beneficiados. Eu deixo bem evidenciado que a missão de qualquer franciscano, de qualquer cidadão do mundo é fazer um trabalho aberto aos irmãos, aos cidadãos do mundo inteiro, e não ligado e preso às quatro paredes de sua expressão religiosa, A expressão religiosa é um instrumento para servir à humanidade, não o contrário.

Falei, então, da percentagem de componentes da Educafro com referência à abertura ao ecumenismo.

A realidade atual.

Por que estamos aqui? Porque nós estamos percebendo que cresce a perseguição às religiões de matrizes africanas. Todos viram o caso dessa criança que foi violentamente perseguida. E, por casos como esse, nós temos certeza de que este Senado e esta Comissão de Direitos Humanos vão, sim, ouvir o apelo de abrir uma CPI para acompanhar esse fato e criar situações para realmente atacar na raiz o problema da perseguição às religiões de raízes africanas.

Incêndio criminoso em Goiás. Polícia investiga invasão e incêndio de terreiro de candomblé em Goiás. E aí está como ficou o espaço de axé, o espaço espiritual, após a perseguição das pessoas doentes do espírito e do corpo.

Apedrejamento de crianças no Rio de Janeiro. Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada. Nós entendemos que a pessoa que jogou essa pedra é uma pessoa totalmente desenraizada de sua missão de cidadania, totalmente desconectada do mundo, porque o mundo é, por natureza, ecumênico.

A diversidade está presente e perpassa todas as realidades do mundo. Lua e sol, chuva e todas as demais forças da natureza vêm mostrar o quanto as religiões e tradições têm total sintonia com a humanidade e, consequentemente, com toda a criação de Deus. E, assim, é uma das religiões mais completas em nossa compreensão teológica.

Massacre ao Centro Yle Axe Ara Orun Yaba Jiyi no Rio de Janeiro. Aí eu faço uma denúncia e peço ao Senador Cristovam que nos ajude. Infelizmente, o nosso irmão Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, talvez sem saber... A sua equipe tem feito violências gravíssimas contra comunidades pobres e, especialmente, terreiros.

Então, aí é a área que está sendo destruída, a comunidade carente que está sendo destruída para se fazer ali o espaço das Olimpíadas.

Nós entendemos que as Olimpíadas devem, sim, ter um espaço, mas é preciso respeitar a tradição cultural, é preciso respeitar a vida do povo.

Então, vocês estão vendo ali que o terreiro da nossa irmã do Yle Axe Ara Orun está isolado. Derrubaram tudo em volta para pressionar o terreiro a sair do lugar. Só que esse terreiro tem como grande força energética a lagoa que está ao lado dela. Portanto, é um crime o prefeito não ver uma alternativa botando o terreiro próximo à lagoa, em outro espaço, mas em total sintonia, com respeito à tradição religiosa, e não chegar o trator e ir derrubando tudo, como está acontecendo.

Então, nós pedimos que o Senador Cristovam veja um requerimento para o prefeito explicar por que essa violência contra o terreiro.

A postura ecumênica é um desafio. Como católico, eu não imaginava que, antes de minha morte, eu ia ter a alegria de ver um Papa totalmente aberto ao ecumenismo. É um dos homens que considero mais completos no que tange ao respeito à diversidade religiosa. Ele está puxando a orelha da Igreja Católica em tudo aquilo que ela ainda continua errando com referência ao não respeito à diversidade religiosa. Então, ele é um homem de Deus que está realmente fazendo um trabalho ecumenicamente forte.

Ele recebeu uma comissão de ialorixás e babalorixás em sua vinda ao Rio e uma comissão de ialorixás e babalorixás também esteve lá no Vaticano, em reunião com ele, denunciando justamente essa questão da perseguição às religiões.

Fundamentação bíblica.

Desculpe-me.

Fundamentação, a partir dos elementos, dos valores existentes na civilização humana.

Gandhi, grande motivador de nossas vidas, tem a seguinte frase: "uma civilização é julgada pelo tratamento que dispensa às minorias". Portanto, minoria, na nossa compreensão, são todos aqueles excluídos, mesmo sendo maioria.

E aqui a fundamentação bíblica.

O apóstolo João, no Capítulo 17, versículo 21, fala o seguinte: "Para que todos sejam um, como tu, ó, Pai, o és em mim e eu em ti, que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste". Ou seja, Jesus prega a unidade, prega o respeito. Portanto, qualquer expressão religiosa evangélica que está

agindo de maneira discriminatória contra as religiões afro ou contra uma imagem de uma santa como a nossa Virgem Aparecida – porque eles também têm quebrado imagens de santas, têm entrado em igrejas católicas, têm derrubado e quebrado imagens de santas –, essa postura de alguns irmãos evangélicos, com certeza, não representa as expressões evangélicas. São pessoas desequilibradas que estão agindo de maneira individual ou representando um pequeno grupo.

É bom dizermos para vocês, irmãs e irmãos das tradições de matriz africana, que a Educafro está disponível para ajudar vocês em tudo o que for necessário em relação àquilo que está ao nosso alcance, como apoio jurídico em situações concretas e outros.

É bom lembrar a vocês, por exemplo, que, ontem, dia 15 de setembro, nós estivemos com uma delegação da Educafro na ONU, no Escritório da ONU no Brasil. No momento, o Brasil está recebendo uma delegação da ONU para criar um relatório de denúncias contra discriminações. E nós levamos para a ONU, ontem, para o Escritório da ONU aqui, em Brasília, 18 denúncias de discriminação institucional do Brasil contra nós negros. E um dos pontos que entregamos à ONU, que a ONU acolheu com muito vigor, foi o da perseguição às religiões de tradição afro.

Levamos a mãe de santo...

Fique em pé, irmã, por favor!

Ela foi lá, então, representando as tradições e foi muito bem acolhida. (*Palmas.*)

Ela entregou à ONU um relatório completo sobre a perseguição às religiões, e, possivelmente, a ONU deverá criar um tema especial só com referência ao tema da perseguição às religiões afro.

Então, eu proponho que todas as entidades de candomblé, de umbanda e demais expressões religiosas... Eu posso passar para vocês *o e-mail* da representante da ONU mundial que está aqui no Brasil, para vocês mandarem denúncias concretas e urgentes para comporem o relatório dela com referência à discriminação institucional que o Brasil cria em várias situações.

Também faço um convite aos meus irmãos dos centros de candomblé e umbanda e demais expressões religiosas para abrirem um núcleo de pré-vestibular Educafro em seus espaços. Para nós, é uma alegria poder ajudar, fortalecer, fazer parceria para aumentar o número de irmãos de candomblé e umbanda fazendo faculdade.

Vocês ouviram aqui que o nosso companheiro que está aqui ao meu lado, o nosso irmão Adailton, deixou evidenciado, na sua fala inicial, que ele se formou na PUC com bolsa de 100% que a Educafro articulou. Eu perguntei: "Mas só você da sua casa?" Ele disse: "Não, Frei. Eu e mais oito."

Então, para ele, uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Qualquer terreiro de candomblé e de umbanda que queira ter seus filhos entrando na faculdade – inclusive, já – pode me procurar ainda hoje, porque temos chance de fazer alguns encaminhamentos urgentes ainda hoje. Estamos na volta final do ponteiro.

Portanto, levamos para a ONU 18 denúncias de discriminações institucionais. A ONU acolheu todas e deu ênfase especial, para minha alegria e surpresa, à violência às tradições de matrizes africanas.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID SANTOS – Uma das denúncias que fiz à ONU e que quero partilhar com vocês – a ONU levou um susto quando eu disse isto – foi de que, no Brasil, a matança de jovens negros é uma das coisas mais absurdas do mundo. Para a ONU entender o que eu estava falando, eu disse, Senador Cristovam, que, no Brasil, o número de jovens mortos mensalmente equivale à queda de 15 Boeings 737-800. Volto a dizer, irmãos e irmãs, que, no Brasil, a morte de jovens negros pela polícia e em outras situações equivale à queda mensal de 15 Boeings 737-800. Cada Boeing comporta 217 pessoas. É algo escandaloso e inaceitável!

Também quero, neste momento, pedir aos meus irmãos da Igreja Católica, às autoridades, especialmente, que reflitam se não está na hora de fazer uma cartilha endereçada a todos os padres em todo o Brasil para reverem algumas práticas que ainda perpassam algumas igrejas com referência ao tratamento dado aos irmãos de outras expressões religiosas que chegam, que passam, que têm alguma referência no espaço católico. A gente quer que haja um respeito. Então, faço um apelo aos irmãos bispos, cardeais e à CNBB para que façam uma orientação para diminuir essa postura não sadia.

Também faço aqui um apelo àqueles e àquelas que aqui estão e que têm disponibilidade. Hoje, a União Europeia está aqui no Brasil, e vai haver uma audiência na Câmara às 16h30. A autoridade da União Europeia vem aqui para discutir os desafios das práticas dos direitos humanos no Brasil. Será no Plenário 1 do Anexo 2, hoje, às 16h30.

E também queremos partilhar com vocês uma boa notícia. A Educafro conclama todos os Senadores a votarem contra a redução da maioridade penal. É um equívoco muito grande!

(Manifestação da plateia.)

O SR. DAVID SANTOS – E, na segunda-feira passada, foi lançado, aqui, neste plenário, este livro: *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?*

Queremos pedir a todos vocês que entrem no *site* e vejam esse material. Infelizmente, é o primeiro e único livro do Brasil, Senador, que trata desse tema.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID SANTOS – A clareza está muito grande com referência ao tema.

Concluindo, agradecemos ao Senador Paim e aos demais membros da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, do Senado, por deliberarem brevemente, nas próximas reuniões, sobre uma audiência emergencial com este tema da redução da menor idade penal. Então, peço a vocês que se liguem ao *site* da Comissão de Direitos Humanos, que, brevemente, vai anunciar uma audiência pública sobre esse assunto.

Senador, desculpe-me por tomar seu tempo.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu agradeço ao Frei David e cumprimento aqui a Senadora Regina Sousa, que está aqui conosco, que chegou há pouco.

O Senador Otto pediu a palavra.

Aqui, a nossa praxe é de que os Senadores falam na hora que quiserem, por causa de suas atividades outras.

A sua palavra, Senador Otto, é muito importante para nós.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Bem, eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque.

Eu estava em outra comissão, na Comissão de Assuntos Sociais, e vou para outra, mas fiz questão de vir aqui, embora eu tenha várias atividades no Senado. Estou participando de seis comissões. Somos 81 Senadores. Na Câmara, são quinhentos e tantos Deputados. Então, ficamos com as mesmas obrigações, mesmo com pouca gente.

Mas eu fiz questão de vir aqui porque sou da Bahia, com muito orgulho, sou baiano, e queria fazer uma saudação a todos que estão aqui na pessoa do Babalorixá Pecê de Oxumaré.

Eu, Governador da Bahia, instalei lá o Conselho do Movimento da Comunidade Negra e dei posse a ele.

Eu convivi na Bahia, a vida inteira, com todas as correntes das religiões de matriz africana. Inclusive, tive oportunidade de conviver com duas pessoas que influenciaram muito a minha vida do ponto de vista humanitário: a Mãe Menininha do Gantois – sou ortopedista e fui médico da filha dela, a Creusa, e também da Mãe Carmen... Eu vou lá sempre. Sou católico, mas respeito muito a cultura, até porque a Bahia deve muito a todas as religiões de matriz africana.

Eu sou capoerista e devo muito ao Mestre Bimba. Fui capoerista com ele, com quem convivi muitos anos. Fiz algumas letras de ladainha para ele. Inclusive, quando ele saiu da Bahia para Goiás, ele me pediu que eu fizesse uma música para se despedir da Bahia, uma música...

(Manifestação da plateia.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Posso cantar. Você toca aí que eu canto.

"Moço, quando eu morrer, camará/ eu não quero choro não/ eu quero que você bote um berimbau na minha mão/ lá joga, quem joga, joga/ lá joga, quem joga, joga/ eu vou jogar/ ieiê/ zum-zum-zum-zum-zum/ capoeira no céu vou jogar/ zum-zum-zum-zum-zum/ capoeira no céu vou jogar/ lá no céu eu vou jogar com o velho mestre Edgar/ com o Chiquinho da Liberdade, Berro d´´Água e Valdemar/ se você não colocar meu berimbau, eu não vou não/ viagem longa eu não faço/ sem um berimbau na mão/ lá joga, quem joga, joga/ lá joga, quem joga, joga/ eu vou jogar/ ieiê/ zum-zum-zum-zum-zum/ capoeira no céu vou jogar." (*Palmas.*)

Na convivência com o Mestre Bimba, ele, que foi uma pessoa que teve uma valorização muito grande na Bahia... Inclusive, o Glauber Rocha, nos filmes dele, sempre colocava o Bimba de ponta, porque ele era um negro alto, bonito, de muitas mulheres, negras e brancas, na Bahia.

Na Bahia, certa feita, Senador Cristovam Buarque, nós estávamos numa reunião com governadores e pessoas que se diziam brancas puras, e aí o Jorge Amado disse: "Olha, fulano de tal – eu não quero dizer o nome no governador –, deixe de bobagem. Na Bahia, só é branco o cônsul da Suécia. Todo mundo é misturado." (*Risos.*)

E é misturado mesmo. A miscigenação baiana é muito grande. Ele dizia que, de todo o sofrimento do negro no pelourinho, na escravidão, o que ele mais deplorava era a escravidão de não saber, de não ter educação, para, tendo educação, porque tem boa inteligência, competir em igual condição com o filho das pessoas economicamente mais ricas. Então, eu acho que este é um tema do Senador Cristovam: educação para todos.

Quero deixar aqui o meu compromisso: se o Senador Cristovam fizer o requerimento da CPI para investigar a intolerância contra as religiões de matriz africana, contra os terreiros de candomblé , eu assinarei imediatamente, sem nenhuma dificuldade. (*Palmas.*)

Até porque o Babalorixá Pecê De Oxumaré sabe que até na Bahia um prefeito mandou destruir um terreiro de candomblé, mas depois voltou atrás pela pressão que sofreu da classe política, inclusive a nossa pressão, para que reconstruísse.

Isso está acontecendo no Rio, acontece em outros lugares, e acontece silenciosamente, porque é a força do grande contra as pessoas de menor poder aquisitivo e de matriz africana.

Eu devo muito da minha formação humanitária ao Mestre Bimba, que ensinava capoeira mas dizia que não era para andar brigando, porque, na vida, às vezes, recuar também é golpe. Então, para ter uma pacificação é melhor recuar do que andar brigando.

Há também a Mãe Carmem e a Mãe Creuza – eu fui médico delas –, que respeito muito.

Sinceramente, católico como sou, já, várias vezes, participei da missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na Bahia, onde quase toda missa é cantada e rezada em iorubá, um dialeto que é professado em quase todos os terreiros da Bahia. Eu o acho muito bonito, mas não entendo nada. Eu gostaria até de entender, pois, quando vou ao Gantois, falam entre si e eu não entendo nada. É como se falassem em inglês. No entanto, é algo que cultuo muito, que respeito muito, pela minha origem baiana.

Portanto, muito obrigado, Senador Cristovam. Eu quero assinar essa CPI com V. Exª.

Peço desculpas por ter que ir para outra comissão agora, pois participo de várias comissões, mas me coloco à inteira disposição de todos vocês aqui, no Senado da República. Meu gabinete é o de número 9 e fica na Ala Teotônio Vilela.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Otto, nós que agradecemos muito a sua presença, a sua fala e seu canto. Queremos que, da próxima vez, o senhor jogue capoeira aqui para nós.

(Procede-se à apresentação musical.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço a presença do Senador Otto, que deu um toque tão especial a esta nossa audiência.

Antes de passar para a segunda Mesa, vou aproveitar que o Babalorixá Pecê De Oxumaré já está conosco e passar a palavra para ele, repetindo, mais uma vez, que esta audiência surgiu de um encontro meu com ele.

O SR. PECÊ DE OXUMARÉ – Bom dia a todos!

Quero saudar a Mesa na figura do Senador Cristovam, a Ialorixá Railda e todos omo-orixás aqui presentes.

Quero agradecer por este momento.

Começo pedindo a Exu, o Orixá dos caminhos, que conduza este momento.

Hoje, quarta-feira, como todos nós povo de santo sabemos, louvamos e fazemos referência, nos terreiros, a Xangô e a Iansã, esse grande orixá que vem nos protegendo.

Quero fazer um cântico que alguns vão entender. Depois, eu vou também colocar, mais ou menos, o que significa.

(Procede-se à apresentação musical.)

O SR. PECÊ DE OXUMARÉ – Assim como o fogo não queimou o rei, não queimará os nossos terreiros, não queimará a nossa fé. Nós continuaremos lutando, nossos terreiros continuarão tocando, fazendo suas cerimônias religiosas, fortificando o nosso povo e, também, trazendo força para este País, trazendo prosperidade.

Muitas vezes é dito aí, e nós somos forçados a escutar essas falas na mídia, que os terreiros são os culpados da... (*Pausa.*)

É muita emoção estar aqui; e estar com vocês, muito mais!

Mas sabemos que nossos terreiros têm um papel muito importante na sociedade, têm um papel social muito importante. E não há, neste momento, agora, o que se comemorar. Nós temos que refletir, nós temos que continuar a nossa luta, porque o Estado tem compromisso...

Eu não estou conseguindo raciocinar mais, mas não é por questão... é porque está me surgindo muita informação aqui, agora, no momento, e eu gostaria de... (*Palmas.*)

A intolerância religiosa se dá a partir de que nós, povo de santo, também, muitas vezes permitimos. Nós temos de estar – e somos – irmanados, fortificando um ao outro, respeitando um ao outro. E é preciso que esta sociedade entenda – e não vê –... (*Pausa.*)

(Palmas.)

Olhem, pessoal, eu, hoje, realmente, estou, assim, muito emocionado com este momento aqui, com este acontecimento histórico, com estas portas. Mais uma vez, a gente conseguir – e foi com luta! – a sensibilidade do Senador em abrir essas portas.

Mas a nossa luta não para por aqui, ela continua. O povo de santo não pode dar margem à intolerância. Como eu digo em todos os momentos, nós não queremos que sejamos tolerados e, sim, que nós todos sejamos respeitados. Nós precisamos de respeito dentro deste País que nós e os nossos ancestrais ajudaram a construir. (*Palmas.*)

A intolerância existe não é de hoje, não é de agora, e nós sabemos disso, mas desde quando, aqui, os nossos ancestrais vieram nos navios, escravizados. Nós sabemos por que existe essa intolerância! Nós sabemos por que existe esse desrespeito! Sabemos de onde é oriunda essa religião: da África. E sabemos, por ser uma religião do povo negro, trazida para o Brasil, que ela sofre esse preconceito, o preconceito em várias instâncias – o povo de santo.

E eu passo por isso a cada momento. A cada momento, nós estamos vivenciando esse desrespeito às nossas religiões. Por isso nós estamos aqui.

O povo de santo vem sofrendo desde quando pisou nestas terras brasileiras, e até hoje essa religião só tem feito um trabalho social muito importante dentro da comunidade. Ela sempre foi importante para a sociedade brasileira. Ela sempre ajudou a construir essa sociedade. Nossas mães africanas amamentaram, trouxeram a sua cultura, alimentaram as grandes casas e não tinham direito a professar a sua religião. E, hoje, há um direito a "professar" – entre aspas.

Nós sofremos nas senzalas, sofremos outras perseguições, fomos passando e estamos aqui hoje. E, hoje, essas perseguições,...

(Soa a campainha.)

O SR. PECÊ DE OXUMARÉ – ... a todo momento, dentro de nossas casas, somos forçados a assistir; aos ataques aos nossos babalorixás, às nossas ialorixás. Como se isso não fosse pouco, hoje os ataques têm sido diretos às casas, aos terreiros, às invasões.

O Senador Otto Alencar colocou aqui que o Prefeito de Salvador derrubou um terreiro. E nós fomos para a frente desse terreiro, para a frente das máquinas e dissemos: "Vocês vão ter que passar essas máquinas, agora, por cima de nós!" Mas ele se esqueceu de dizer... (*Palmas.*)...que o prefeito da época era protestante. Então, percebemos de onde estão surgindo esses ataques, constantemente, porque eles não medem nenhuma dificuldade em mostrar que eles nos atacam.

No entanto, eu queria saber e perguntar: religião prega o ódio religioso? Ou religião prega o amor, o respeito e a fé? (*Palmas.*)

Como todos nós, candomblecistas – mas também aprendemos um pouco com outros segmentos –, os próprios protestantes, católicos, espíritas e tantos outros segmentos colocam uma passagem da Bíblia em que Jesus diz que aquele que não tiver pecado atire a primeira pedra. Então, eles não respeitam nem a própria Bíblia, a qual eles, às vezes, professam ou pela qual eles se guiam.

Nós, povo de santo, temos respeito, nós temos amor, nós respeitamos a natureza, nós respeitamos o outro, nós abrimos as nossas portas e não perguntamos quem é, não pedimos antecedentes criminais. As portas estão abertas a qualquer ser que nela bata, e elas estarão sempre abertas para que as pessoas adentrem.

Eu quero deixar, aqui, bem claro, que este é um momento único e que deste espaço aqui nós vamos continuar – vamos continuar – lutando. assim como Xangô e o seu reino não foram destruídos e nem queimados. (*Palmas.*)

Nós convivemos com o diferente. Nós não incitamos o ódio religioso. Nós não batemos na porta de ninguém dizendo que somos os melhores, nem que nós vendemos um pedacinho do Céu, nem que nós vamos levar ninguém... Nós só professamos a nossa fé. Olodumare é o Criador, Deus – porque a religião afro também acredita em Deus.

Ela também acredita em um ser supremo, superior. Então, ela não é do mal, ela não professa o mal. Isso é importante. É uma religião do bem, que só faz o bem. Quem quiser ter conhecimento disso, antes de ficar falando sobre nós, vá viver um pouco dentro dos terreiros, vá viver um pouco dentro desse espaço. E aí, eu tenho certeza – e me apego aqui a uma palavra do Pastor Djalma, de Salvador, que diz assim: "Eu hoje conheço

o candomblé de verdade. Confesso que um dia eu o condenei, mas hoje eu respeito o candomblé, porque não é nada do que..." (*Palmas.*)

Falar do desconhecido é muito fácil. Mas vá para lá. Vá conhecer esse desconhecido antes de discriminar, porque a gente discrimina não só o povo de santo, mas tantas coisas neste País: o negro, a mulher, o índio, enfim, todas as tradições. A mulher, que é um ser que concebe todos os seres, o sexo feminino, e deve ser extremamente respeitada.

Eu gostaria de agradecer... (*Palmas.*)... este momento e pedir ao Olodumare, pedir ao Orixá Bobô, pedir a todos os orixás que continuem nos abençoando e que nos dê força, porque, se chegamos até aqui, é por vontade de Olorum, é por vontade dos orixás. Então, povo de santo, vamos à luta, vamos à batalha, mas com a bandeira de Oxalá na frente, com a bandeira da paz. (*Palmas.*)

Não precisamos conflituar, não precisamos fazer jogo sujo, não precisamos atacar. Vamos com amor. Axé.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero agradecer muito as palavras carregadas de emoção, transparente, visível, sem disfarçá-la, o que aumentou muito a força da sua fala, e pedir para compor uma outra Mesa, pois não há lugar aqui para juntar todos. Mas vou pedir à Mãe Railda que fique conosco.

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – O. K. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Como símbolo de todos da primeira Mesa e também pelo lado de ter aqui uma mulher conosco. Está bem?

A SRª MÃE RAILDA ROCHA PITTA – Sim, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, eu convido para cá a Mãe Baiana. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, Givânia Maria da Silva. (*Palmas.*)

E o Coordenador-Geral da Diversidade Religiosa da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

Vou passando à ordem das chamadas inicialmente pela Mãe Baiana, que representa aqui a Fundação Palmares.

A SRª MÃE BAIANA – Obrigada.

A benção a todos os meus mais velhos, os meus mais novos. É um momento de muita emoção estar aqui,e quero agradecer ao Senador Cristovam, porque, de fato, ele sempre tem dado apoio a nós, ao povo de matriz africana. Quero pedir a benção à Mãe Railda, autoridade espiritual máxima nesta Mesa. Quero cumprimentar também a Seppir, na pessoa da Givânia, que está aqui conosco, e quero agradecer a todos e todas em nome do Babá Wanderley, que é do meu axé. Muito obrigada. A benção, meu pai. É do Axé Bamboxê, do qual eu venho.

E, em nome da Fundação Cultural Palmares, instituição que aqui vim representar, quero dizer, Senador, que a nossa Presidenta Cida Abreu, no momento em que houve os ataques em Brasília, não estava, e eu também não estava aqui. Eu estava no Piauí no Seminário Nacional de Povos e Comunidades de Terreiro, também representando o Governo, fazendo o que a Fundação Cultural Palmares pediu: que eu fosse ali representar e dar o apoio para o povo do Piauí, de que, naquele momento, precisava. E a nossa presidenta estava indo para Salvador, porque ali foi lançado ontem, inclusive, em parceria com os Correios, o selo personalizado com o carimbo em homenagem à Mãe Stella do Opô Afonjá, a Mãe Stella de Oxóssi. E esse selo, Senador, vai fazer aquele papel de dizer não à intolerância religiosa. (*Palmas.*)

Cida Abreu é uma pessoa que tem muita sensibilidade em colaborar com o que diz respeito às comunidades tradicionais de matriz africana. Nós recebemos as denúncias feitas à Fundação. Imediatamente, a presidenta, de onde estava, pediu que, assim que eu chegasse, fosse com uma comitiva visitar esses terreiros e colocou também á disposição a procuradoria, que nos acompanhou nessa missão, nas casas que sofreram ataques, onde a falta de respeito foi muito grande.

Chegando lá, por exemplo, à casa de Babazinho, todos nós não aguentamos o que vimos naquele lugar. Ao chegar à porta daquela casa, foi difícil entrar, porque, na entrada, nós vimos a falta de respeito com que as pessoas tratam aqueles que pertencem a religião de matriz africana. E a nossa procuradora, que não é da religião, nunca tinha visto e muito menos tinha entrado em um barracão, se sensibilizou de tal forma que pediu para sair. Senador, a história é muito séria. O que presenciamos ali foi muito difícil. Foi difícil para o nosso

fotógrafo, que estava nos acompanhando, fazer as imagens daquele sagrado. Foi muito difícil. Então, ali nós pudemos registrar tudo e levamos para a fundação. A nossa presidenta já está tomando providências firmes que, com certeza, trarão resultados a essas comunidades tradicionais de matriz africana.

Saímos dali e fomos à casa do Babá Dejair, pois também recebemos essa denúncia. Foi muito difícil também entrar ali naquele recinto, naquela casa, naquele terreiro, e registramos isso também. Foi tudo fotografado, filmado; ou seja, fizemos um documentário. Tínhamos missão de, nesse dia, fazer as quatro casas, mas foi muito difícil. E, no outro dia, fomos para Valparaíso, e foi difícil também na casa do Babá Ricardo de Omolú.

Senador, a coisa foi muito séria ali. Dali, fomos para o Pai Adauto – não sei se ele está presente, mas nos disse que viria hoje –, que nos relatou o que houve.

Levamos todos esses relatos de volta para a nossa fundação, e a nossa presidenta está muito sensibilizada. Não está, neste momento, porque está em outra missão, juntamente com o Ministro da Cultura, que também abriu as portas daquele Ministério para apoiar as comunidades também tradicionais de matriz africana. E quero dizer, Senador e Mãe Railda, que, logo em seguida, assim que cheguei à fundação, recebi mais duas denúncias muito sérias que já estão registradas, já estão nos autos. O título de uma dessas notícias era assim: "Chuta que é de macumba". Mãe Railda, estão aqui as imagens, tudo está registrado, e a fundação também já está tomando providências sérias. Uma menina de 14 anos, em Curitiba, apareceu numa imagem com a mãe dela no Facebook, uma imagem bonita da criança com um pequeno torço na cabeça. E foi só isso. Quando ela chegou à escola, Senador, foi afrontada pelos coleguinhas, que diziam: "Chuta que é macumba". E, ali, os colegas a pegaram, bateram muito nessa criança, que está com o rosto muito deformado. Por isso, a mãe não autorizou as imagens publicamente, pois o rosto da moça está muito deformado. Essa denúncia também chegou para nós, e vamos tomar as providências necessárias, porque, com certeza, não pode ficar dessa forma.

Então, nossa presidenta, imediatamente, em reunião com os demais diretores, recebeu um documento, um pedido da sociedade civil organizada, do Toque dos Adjás, da Federação de Umbanda e Candomblé do DF e Entorno e do Foafro, pedindo que esta instituição, Fundação Cultural Palmares, entrasse imediatamente em ação e que apoiasse as comunidades, assim como o movimento social organizado, na caminhada nacional contra a intolerância religiosa em Brasília. (*Palmas.*)

O pedido foi aceito e, portanto, quero já de primeira mão dar essa notícia e dizer que estamos já com uma comissão composta pelo Babazinho, Babá Ricardo, Mãe Vilcilene, que também sofreu intolerância, Babá Dejair, a Federação Toque dos Adjás, Foafro e outros movimentos que também quiserem participar.

Essa é a minha fala, isso é o que trago, e quero dizer que estamos à inteira disposição e com toda disponibilidade para receber as comunidades tradicionais de matriz africana e fazer o que precisar dentro do possível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Mãe Baiana.

Passo a palavra, agora, à Givânia Maria da Silva.

A SRª GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Bom dia a todas e a todos.

Quero pedir a bênção da Mãe Railda, em nome de quem cumprimento todos os pais e mães de santo aqui nesta sala. Quero cumprimentar o Senador Cristovam e dizer da importância de um momento como este, para debatermos a situação que eu preferiria chamar de necessidade de respeito e não de tolerância, como bem disse aqui, já, nesta Mesa, uma autoridade.

Não queremos tolerância, queremos respeito.

Então, Senador, este momento é muito importante, de escuta, porque também estamos vivendo momentos no Governo, na construção da política, envolvendo esses sujeitos e esses cidadãos, e um espaço como este nos ajuda.

Trago, aqui, a saudação da nossa Ministra, que, em função de estar em outro compromisso, não pode vir, mas pediu que eu viesse aqui discutir, atendendo ao seu chamado, e colocar a Secretaria à disposição, como já está, dos grupos. Todos sabem que temos feito a escuta de todos. Olho aqui e vejo muitos que já recebemos lá, e estamos neste processo de ouvir todos os grupos, todos os cidadãos, para colher deles e delas opiniões que possam ajudar a melhorar a nossa articulação, pois é o nosso papel articular políticas públicas.

Quero cumprimentar os colegas de Governo, a Mãe Baiana e o companheiro Alexandre, da SDH, e dizer como temos tratado este tema lá na Seppir.

Primeiro, logo que a Ministra Nilma Lino Gomes tomou posse, tomou conhecimento dos dados que chegam à Seppir, que tem uma Ouvidoria de Igualdade Racial. Esses dados mostram que, entre 2014 e 2015, só para a Seppir foram enviadas 218 denúncias de falta de respeito ao povo de matriz africana, entre incêndio de casa, arrombamento de casa, apedrejamento de pessoas. Inclusive discutimos um caso em que as pessoas derrubaram um poste próximo a uma casa, para não ter energia nessa casa. Então, denúncias de toda natureza têm chegado para nós.

Qual tem sido o nosso papel? Qual tem sido o nosso entendimento?

Como se trata de uma secretaria de articulação de políticas na perspectiva da transversalidade, todos esses casos, Senador, a nossa Ouvidoria recepciona e encaminha aos órgãos competentes.

Qual é a orientação que temos dado? Há uma tendência, e isso é importante conversarmos entre nós, de os agentes públicos quererem caracterizar esses crimes como briga de parentes, rixa de grupo, briga de vizinhos, e não é. Esses crimes têm que ser enquadrados como crimes de racismo, e esse é um desafio para nós. (*Palmas.*)

Isso porque o crime de racismo é tratado de modo diferente; não é uma briga. Não posso dizer que Babazinho estava brigando com alguém quando queimaram a casa. Em menos de dois meses, duas agressões, duas violências no mesmo espaço. Primeiro, foi um arrombamento, e o acompanhamos. Uma companheira nossa dá suporte jurídico e acompanha esse caso, que é a Luciana Ramos, uma advogada que trabalha conosco. Não é uma procuradora, mas uma militante do tema e uma advogada muito comprometida. E, no final de semana, houve a reincidência orquestrada das agressões.

Então, entendemos que, primeiro, temos de exigir não só a punição dos casos, mas o enquadramento real da forma como são: crimes de racismo.

Tratamos e falamos da palavra intolerância e a entendemos, mas, na verdade, temos de ir além da palavra intolerância, para o cerne da questão. O que está posto aí é uma questão de racismo, e é pela lei do racismo que temos de tratar isso: crime inafiançável, crime que se pune.

Então, os agentes públicos têm, sim, um papel na recepção dessas denúncias. Isso é muito importante, senão vão continuar querendo inscrever como crimes quaisquer, que não seja o do racismo, para não atender à Lei Caó, que é a lei que pune e dá uma natureza específica ao crime de racismo.

A Ministra, ciente disso, desses dados, Senador, provocou uma reunião com o Ministro de Direitos e o Ministro da Cultura, o Ministro Juca, para esses três ministérios conversarem e tentarem orquestrar uma ação de governo que pense não só na punição, mas na efetivação das políticas públicas para esses segmentos.

Dali, saiu o entendimento de que um grupo de ministros continuaria discutindo isso. Já fizemos uma primeira reunião, eu e a Cida, Presidente da Fundação Cultural Palmares; o Alexandre, da SDH; o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, e tantos outros agentes, compondo esse grupo de assessoramento dos nossos ministros, e já houve a segunda reunião.

O que compreendemos? Eu queria compartilhar isso nesta manhã com os senhores e as senhoras. Primeiro, entendemos que não basta só exigir a punição. Queremos a punição, mas queremos ter políticas efetivas para esses grupos. E isso se faz – estamos acreditando, estamos trabalhando – a partir da edição, da construção do segundo plano de construção de políticas para o povo de matriz africana. O Governo tem um plano, de 2013 a 2015, que dialoga com o PPA 12-15. O segundo dialoga com o 16-19. Estamos, neste momento, na construção, nos preparando para essa elaboração, e vamos conversar com os grupos para estabelecermos uma forma mais dialogada, uma forma mais ampliada de escuta dos senhores e das senhoras sobre esse plano, sobre o que o Governo vai apontar para esses grupos nesse plano.

Estamos com uma expectativa grande com relação a isso. Tenho o apoio desse conjunto de ministérios. Os nove ministros estão conversando sobre esse tema: a Ministra da Seppir; o Ministro Juca, junto com a Fundação; o Ministro Pepe, o Ministro da Educação, o Ministro da Justiça, o Ministro das Comunicações, e a Secretaria de Comunicação. Por quê? Porque entendemos que os meios de comunicação têm sido fortes aliados, em grande parte, desses crimes. E precisamos combater isso. Não é possível se financiarem e se estimularem veículos de comunicação que propaguem esse tipo de atitude, que veiculem matéria associada ao racismo e que coloquem ainda, sob sua missão de livre comunicação e de direito de expressão, as expressões do machismo, do racismo, da intolerância, que, no nosso caso, de negros e negras, são racismo.

Então, esse conjunto de ministros liderados pela Ministra Nilma, mas muito fortemente articulado pelos Ministros dos Direitos Humanos e da Cultura, têm o compromisso, e o assumiram, de, nessa ação de governo, trazer para o plano as políticas públicas, melhorá-las e qualificá-las, mas também orquestrar – e o Ministério da Justiça está responsável por isso – ações que saiam da esfera do Governo Federal e possam chegar aos governos estaduais e governos municipais, porque é lá que os cidadãos estão, lá é que as casas estão, lá é que as casas são queimadas e as pessoas apedrejadas.

Sobre esses crimes, no nosso entendimento, o grande pleito para nós seria federalizar esses casos, porque daria um tratamento, na nossa opinião, mais isento, menos manipulado na ponta, menos assediado nos Municípios e nos Estados. Esse não é um tema fácil. Temos tentado também fazer isso com os quilombolas. Não tem sido fácil essa federalização, e o senhor sabe do debate que há em relação a isso.

Acreditamos que, ainda que não federalizados, não podemos mais assistir a isso e não podemos mais permitir que a nossa sociedade continue...

(Soa a campainha.)

A SRª GIVÂNIA MARIA DA SILVA – ...precisando nos tolerar. A sociedade precisa nos respeitar e não nos tolerar, porque nos tolerar significa dizer que somos – e somos, sim – diferentes. Somos diferentes, mas nossos direitos são iguais. (*Palmas.*)

Então, é tratar nossas diferenças pelos nossos direitos, que são iguais.

Agradeço imensamente por este espaço, Senador.

Encaminhamentos já foram aqui propostos pelas autoridades que estiveram nesta Mesa. Eu acho que há aí uma solicitação de uma CPI. Colocar a Seppir à disposição para contribuir no sentido do levantamento de informações, das informações que nós recebemos; colaborar para que, em sendo criada, nós possamos dar e trazer para a sociedade as informações que a sociedade muitas vezes recebe de forma manipulada.

Então, penso que esse é o nosso papel, colocamo-nos à disposição e queremos que o tratamento desse tema tenha o debate ampliado, assim como fizemos sobre questão da juventude. Eu acho que a CPI da juventude, que está acontecendo agora, produziu muitos efeitos importantes que a política pública, os órgãos públicos e os gestores precisam aproveitar.

Portanto, eu acho que um espaço como este, e outros que dele derivem, podem trazer, sim, para a gestão pública, não só do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e municipais, indicativos de ações necessárias. Muitas vezes, esses cidadãos que aqui estão conseguem falar aqui na Câmara, no Senado, na Seppir, na Palmares, mas eles não conseguem ter uma audiência com o prefeito, eles não conseguem ter uma audiência com o governador, eles não conseguem ter uma audiência com o secretário, porque, de antemão, já são barrados pela sua própria condição religiosa, em muitos casos.

É com isso que nós nos apresentamos e nos colocamos à disposição de continuar nesta luta para articular esses dois eixos que nós acreditamos serem os mais importantes estruturadores: punição, apuração dos crimes e enquadramento deles como crimes de racismo e elaboração e articulação de políticas públicas para os povos e comunidades de matriz africana.

Muito obrigada, uma boa audiência para todos nós, e que os resultados sejam positivos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero passar a palavra para o Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, e depois eu cumprimento alguns que aqui estão.

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – Saúdo o Senador Cristovam e o cumprimento pela iniciativa desta audiência pública, saúdo a Mãe Railda, como a mais sábia entre nós aqui nesta manhã.

Vou ser bem breve. Eu acho que as falas anteriores contemplaram de forma bastante significativa as questões aqui apresentadas e o desafio presente. Vou-me deter naquilo que é específico da Secretaria de Direitos Humanos. Acima de tudo, eu trago uma palavra de solidariedade, uma palavra de que essa questão nos mobiliza, nos movimenta, nos preocupa. O Ministro Pepe tem esta como uma das questões centrais da sua atuação, e a SDH está empenhada nessa luta, nesse combate, na tentativa de que tenhamos aí um País mais democrático, mais justo, mais equânime.

Tanto Babá Pecê quanto Babá Adailton colocaram Estado Novo, navio negreiro. Então, é uma história que, lamentavelmente, remonta aos nossos ancestrais, à nossa história, e que a gente, que tem avançado tanto em certas pautas, possa comemorar em breve o respeito entre as diferentes pessoas, entre as diferentes crenças, entre as diferentes orientações e identidades de gênero. Enfim, que a gente possa ter uma sociedade madura, em que o outro e a outra sejam respeitados.

Fundamentalmente,eu queria trazer os eixos que fundamentam a ação da Secretaria de Direitos Humanos em relação ao tema da intolerância religiosa e da promoção do respeito à diversidade religiosa. São quatro ações que a Secretaria de Direitos Humanos desenvolve, ou quatro eixos de ação, tendo como referência o PNDH-3, que afirma em um dos seus objetivos a importância do respeito às diferentes crenças, a importância da liberdade de culto e a garantia da laicidade do Estado; são elementos fundamentais que fundamentam a nossa ação.

Uma primeira frente, que a Givânia já colocou na fala dela, é a questão de mecanismos. Qual a ideia que o Governo Federal avalia?

É importante que, nos Estados e Municípios, tenhamos territorialmente setores e ações de governo e da sociedade civil que dialoguem e que promovam o respeito à diversidade religiosa. Hoje, no Brasil, apenas sete Estados têm colegiados, comitês ou fóruns que atuam, que desenvolvem ações em prol do respeito à diversidade religiosa, e nisso, esta Casa e a Câmara dos Deputados podem contribuir no sentido de que os governos estaduais e os governos municipais implementem políticas, conselhos, colegiados em que se promova o respeito à diversidade. É preciso que os grupos religiosos diversos estejam juntos, conheçam-se, conversem. Como

o Babá Pecê falou, que entrem no terreiro, que convivam e que vejam a verdade que se estabelece, porque são todos seres humanos que merecem e devem ter respeito.

Então, é importante que os grupos religiosos, como a fala da Mãe Railda tão bem pontuou, reconheçam no outro um sujeito de direito, como é, e que tenham o respeito um pelo outro. E que o racismo e o preconceito sejam uma questão do passado.

Outro mecanismo importante da Secretaria de Direitos Humanos é a Ouvidoria, que recebe denúncias – eu vou comentar um pouco os dados sobre discriminação religiosa ao final. Mas é um instrumento de recebimento, encaminhamento e monitoramento dessas denúncias. Neste ano, estamos trabalhando na melhora desse instrumento em relação à discriminação religiosa, tipificando de forma específica os tipos de violações que recebemos, estabelecendo, até o final do ano, uma rede de proteção. O Babá Pecê têm uma série de iniciativas, e esperamos contar com vocês para que, em cada Estado, em cada cidade, tenhamos entidades e organizações que possam nos ajudar no monitoramento e na cobrança das entidades competentes em relação à apuração e à definição de devidas punições nos casos de violação dos direitos humanos.

O segundo elemento presente na ação da SDH é a promoção de campanhas, seja pela internet, seja campanhas na rua, televisão, enfim, uma série de ações, como o Humaniza Redes recentemente promoveu na ocasião do lamentável fato da menina Kaylane, no Rio de Janeiro, ou, por exemplo, em uma experiência que temos com a Unicef, o Movimento Paz e Proteção, que visa a afirmar e reconhecer as comunidades religiosas como um espaço de promoção de direitos. Então, a ideia é de que terreiros de candomblé, terreiros de umbanda, casas do povo de axé são espaços ainda onde se promovem direitos.

E, como Estado, temos dialogado e convidado as religiões para que nos auxiliem, por exemplo, no registro civil de crianças e adolescentes de até 10 anos; de crianças que até 10 anos não têm ainda a sua certidão de nascimento, que é a entrada no mundo do direito. Hoje, no Brasil, a SDH identifica 150 Municípios com índices ainda elevados, e, em articulação com a Unicef, estamos estabelecendo uma ação com grupos religiosos para proceder a esse processo e, por conta da capilaridade da religião, tentar chegar a um índice em todos os Municípios com menos de 5% de pessoas sem certidão de nascimento.

Em relação ao ensino, a SDH tem dialogado com o MEC no sentido de produção de material paradidático, produção de formação continuada para professores da rede de educação básica, produção de materiais para a TV Escola, cobrando e dialogando com o MEC sobre a questão de como ajudar na implementação da lei sobre a história da África. Enfim, identificando, a partir da educação, que para a gente é central nesse processo, como a gente pode contribuir para o respeito à diversidade religiosa.

E o quarto eixo é a questão de pesquisas, tanto a partir de diálogos com o IBGE, como também de produções próprias da SDH. Estamos produzindo um relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil, e a expectativa é de que até o início do próximo ano esteja terminado. A ideia é de que, a partir de autos policiais, processos judiciais, matérias de jornais, informações das ouvidorias, possamos reunir informações e ter uma definição mais evidente do que é e de como acontece a intolerância religiosa no Brasil.

Em relação à imagem, felizmente a sala está muito cheia, mas não dá para ver muito. Mas ali é uma campanha do Disque 100 e do Humaniza Redes, as ações da SDH. Há uma ação que são oficinas deliberativas sobre direitos humanos e diversidade religiosa, em que, no ano passado, reunimos em nove cidades cerca de 200 pessoas de várias religiões e pessoas sem religião. Colocamos as pessoas juntas para conversar sobre direitos humanos, para conversar sobre direitos e encontrar consensos para a vida em sociedade.

Então, a SDH acredita muito na necessidade de mediação de conflito, de diálogo, de encontro para que se vençam preconceitos e para que a gente possa construir uma sociedade mais igualitária e mais justa.

Materiais produzidos pela SDH. Essa é uma série de TV que está sendo transmitida pela TV Brasil desde o final de 2014. É uma faixa de diversidade religiosa. Um programa se chama Entre o Céu e a Terra e trata de situações ficcionais em que lideranças religiosas comentam certos casos da vida, seja vida cotidiana, como também questões existenciais, um programa muito interessante. E o outro programa se chama Retratos de Fé, onde cada tradição religiosa tem sido apresentada em programas de 30 minutos. São programas muito interessantes, muito bons. A ideia da SDH é tentar levar isso para as escolas e ampliar ao máximo a divulgação e a disseminação dessas informações. É possível assistir a esses programas pela internet.

Em relação ao Disque Direitos Humanos, o Disque 100, a gente tem dados do final de 2011 até meados de 2015. Basicamente eu queria salientar três questões gerais com os senhores e senhoras. Primeiro, o fato de que a intolerância religiosa, cujos relatos a gente recebe nas denúncias do Disque 100, tem um aspecto de proximidade familiar: vizinhos ou parentes – 41% se caracterizam por isso. Então, há importância, como a Givânia falou, de se afirmar que são casos de racismo, sim, que têm outra característica, mas também de se afirmar a importância da mediação de conflito, a importância de o Estado e de a sociedade civil promoverem encontros, promoverem espaços em que as pessoas possam dialogar e se encontrar.

Outra característica é o local da violação, que acontece em casa e também em escolas: 9% das violações recebidas pelo Disque 100 ocorreram na escola. Isso é muito preocupante e muito sério.

Em relação à religião da vítima, a gente tem um predomínio da religião de matriz africana, mas há a presença também de outros grupos religiosos. Então, ideia é de que a intolerância religiosa no Brasil, infelizmente, é democrática nesse aspecto também. O povo de matriz africana é quem mais sofre. Há uma série de outros elementos vinculados à intolerância, mas não é uma coisa exclusiva do povo de matriz africana. Portanto, é importante que a sociedade como um todo se aperceba desse problema e lute para enfrentá-lo como sociedade que deseja uma vida mais saudável para todos os nossos filhos.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – Eu queria concluir trazendo alguns pontos objetivos.

Primeiro, como afirmei, sobre a questão da matriz africana; segundo, o desafio de todas as pessoas, todos os brasileiros; terceiro, a presença, associada à intolerância religiosa, de questões de homofobia, de racismo, questões ligadas a patrimônios, disputa de terreno. Então, a ideia é de que a complexidade da intolerância religiosa merece uma atenção e um cuidado muito grande do Governo Federal. Quarto elemento: a importância do ambiente escolar como um espaço de proteção, e o Estado não pode negar isso. Assim, a importância da relação com os governos estaduais para combater e promover o respeito nesses espaços e a importância de se estimular o diálogo.

Eu queria concluir com duas imagens que eu acho que caracterizam bem esta audiência. Uma primeira Babá Pecê comentou, que é do Pastor Djalma com um pastor batista de Salvador. *O Jornal Batista,* de julho, da Convenção Batista Brasileira, diante da questão da menina Kaylane, fez um evento no Rio de Janeiro.

Eu acho que a gente precisa, como o Frei David colocou, procurar as outras tradições religiosas e estabelecer a existência, nas próprias religiões, nos seus seios, de situações de intolerância e, a partir desse diálogo, solicitar, pedir, fazer ingerências para que as próprias religiões apresentem e busquem defender e promover o respeito à diversidade religiosa. É importante, como o Senador colocou, a ideia do recuo como um golpe também, mas também a ideia de incluir o maior número de pessoas nessa luta que não é só do povo de matriz africana, mas da sociedade brasileira. E para isso a gente precisa incluir... (*Palmas.*)

...lideranças de todas as religiões que reconheçam e afirmem o respeito à diversidade.

Na última imagem, concluindo, Senador Cristovam, eu retomo a nossa ancestralidade africana, uma imagem que discutimos nesse GT da Seppir sobre ações do Governo Federal de promoção à diversidade religiosa, do MPATAPO: o nó da pacificação, um símbolo da paz, símbolo da reconciliação, símbolo da pacificação, símbolo de paz depois de lutas.

O povo de matriz africana no Brasil vive uma história de lutas desde a sua chegada da viagem para chegar ao Brasil, uma viagem forçada. Eu espero que eu possa estar vivo e que os meus filhos estejam vivos, para que a gente viva um tempo de paz para o povo de matriz africana no Brasil. (*Palmas.*)

Que possamos, a partir da nossa ancestralidade, a partir da nossa história ter essa experiência.

Muito obrigado.

Axé para todo mundo!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero agradecer e, ao mesmo tempo, registrar a presença de algumas pessoas aqui, o que muito nos honra.

Uma é Equede Jacira da Silva, Ile Axe Baraleji, de Santo Antônio do Descoberto, que está aqui presente.

Outra é a Deputada Erika Kokay, que já foi, inclusive, citada aqui. (*Palmas.*)

Outro é o nosso querido amigo e companheiro Hélio José, Senador pelo Distrito Federal, que pode falar quando quiser – e, em seguida, vou passar a palavra a ele.

Eu quero dizer o seguinte: como existe uma lista de pessoas que manifestaram a vontade de falar, eu creio que uma oportunidade como esta é tão rara que não justificaria eu suspender esta reunião por causa de tempo ou o que for. Então, depois...

Eu não sei se a Senadora Regina também vai querer falar.

Eu garanti a palavra ao Senador Hélio, mas a senhora teria precedência por estar aqui há mais tempo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone.*) – Tem a precedência também por ser mulher. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, eu vou passar a palavra à Senadora Regina. Contudo, depois, eu passaria a palavra para aqueles que pediram, exatamente porque é uma oportunidade rara, e eu vou trabalhar para publicar uma plaqueta desta reunião, para que seja distribuída a todas as partes, registrando-se o que nós fizermos aqui.

Eu quero lembrar que, quando eu fui governador – e o Alexandre falou em um fórum de debates –, eu criei um fórum de diálogo das religiões. Eu me reunia com pessoas de todas as religiões, e era um momento, para mim, muito enriquecedor. Claro que não havia esse clima de intolerância que vem sendo criado.

Então, eu passo a palavra à Senadora Regina e, depois, ao Senador Hélio José.

Pergunto se a Deputada Erika Kokay quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Pois bem; e, depois, eu passaria aos que se inscreveram até o presente momento.

Concedo a palavra à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vou ser rápida, porque eu acho que, aqui, nós temos mais que ouvir do que falar.

Só para dizer, Senador, que esse sentimento, essa intolerância sempre existiu. Sentimentos como racismo, intolerância, ódio são sentimentos e, portanto, estão introjetados. E acho que o pessoal descobriu a liberdade, principalmente a partir do advento da internet, e resolveu usar essa liberdade para expressar o que tem de ruim – porque, na internet, nós vemos coisas terríveis.

E quero dizer que a intolerância não é só contra as religiões de matriz africana. Eu estou de blêizer vermelho e, certamente, se eu chegasse ao aeroporto, agora, com esse blêizer e com esse *bottom*, com certeza, eu sofreria algum tipo de intolerância, porque as pessoas estão à flor da pele. Enfim, isso contaminou a sociedade.

Então, acho que, primeiramente, a gente precisa debater. Não ouvi a primeira Mesa; quando cheguei estava... Alguém do MEC foi convidado?

Quando eu chego às reuniões para discutir as questões de gênero – a pauta feminina está no auge –, eu sempre pergunto, quando vejo um monte de mulheres... Sexta-feira mesmo, eu abri duas conferência municipais, e perguntei: "Onde estão os maridos? Onde estão os namorados?" Porque a gente tem que debater com o outro, não só entre a gente. Aqui é bom, porque a TV está transmitindo, mas é preciso, cada vez mais, que os debates sejam heterogêneos também, com a presença de pessoas de outras religiões, para que se possam trocar e introjetar sentimentos diferentes.

Eu acho que isso passa pela escola, Senador – e o senhor é apaixonado pela educação como eu. A criança introjeta o certo na escola, se a escola ensinar o certo. Se ensinar o errado... Mas tem que virar conteúdo, tem que estar na escola, para ampliar esse debate, porque, só entre a gente, a gente faz um esforço danado, mas... Eu acho que abrir a CPI vai ser importante, até para a gente dar o exemplo, mostrar que há punição, enfim.

No Piauí, a gente tem crianças que não querem ir à escola porque são chamadas de "macumbeiros". São meninos que não querem ir mais à escola, mesmo sem a indumentária. Eles dizem: "Não; o pessoal já sabe que eu sou filho de fulano". Então, não querem ir à escola, o que é muito grave.

Eu acho que a gente precisa discutir isso com o MEC. Por isso perguntei se havia alguém do MEC aqui.

Acho também que a Igreja Católica, por exemplo, agora está tendo a oportunidade única de trabalhar os valores no seu rebanho, porque temos um Papa para quem temos de tirar o chapéu. Ele está dando uma oportunidade, um exemplo de tolerância, de convivência, mostrando que o importante é o ser humano, independentemente da roupa, do cabelo, do canto e da dança. Isso tudo é expresso.

Eu não era Senadora. Quando me tornei Senadora, recebi de uma pessoa, de um Parlamentar, o cartão do cabeleireiro dela para dar um jeito no meu cabelo. Aí, eu disse que meu cabelo já estava no jeito. Meu cabelo é esse! (*Palmas.*)

Mas recebi. Isso é para vocês perceberem como é o sentimento arraigado das pessoas. Acho que precisamos...É uma briga que, infelizmente, está começando. Estamos tomando atitudes contrárias, mas é um sentimento que sempre existiu. Não tem jeito de trabalhar se não for pela educação, e devemos começar pelas crianças. Os adultos, às vezes, até se policiam, têm alguns cuidados. No entanto, está dentro, está expresso dessa forma, como, por exemplo, me dar o cartão de um cabeleireiro que pode dar um jeito no meu cabelo. Ela não sentiu que estava tendo uma atitude discriminatória, mas expressou. Então, é preciso que cuidemos muito bem disso.

Estou assinando a CPI ai embaixo, junto com o senhor, para começarmos a dizer para esse povo, para nós, para todo mundo, para a sociedade brasileira que estamos atentos a essa intolerância que está acontecendo no nosso País não só com as religiões de matriz africana. Há intolerância de todo tipo, até relativa à cor da roupa que vestimos. Então, é preciso muito cuidado e muito trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Quero dizer que, do jeito que está a política por aí, em vez de cabeleireiro, precisamos recomendar é polícia para algumas pessoas. (*Risos.*)

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Cristovam pelo acerto, pela delicadeza de organizar esta audiência pública tão importante neste momento que vivemos, de tanta dificuldade em nosso País – dificuldades econômicas, dificuldades políticas, dificuldades de todas as formas. Estamos, inclusive, no mês de luta contra o suicídio, contra a depressão, mês amarelo. É importante que todos nós tenhamos tolerância.

Eu dei uma entrevista agora à TV Senado e disse que a religiosidade é muito importante para todos os povos. Precisamos respeitar e ter tolerância a todas as manifestações religiosas, porque é fundamental a pessoa ter um objetivo, um porquê de amanhecer, de viver, de levantar. E a religiosidade garante esse norte.

Eu não queria começar minhas palavras sem citar, por exemplo, D. Sérgio, Presidente da CNBB, porque sou católico e sei que ele é uma pessoa que tem toda a visão de tolerância; sem citar o nosso Senador Crivella, que é um evangélico do Senado Federal e que tem a visão da necessidade da tolerância religiosa; o nosso Babalorixá Antonio de Oxum, lá do Gama, pessoa que representa bem aqui essa questão que estamos discutindo. Não poderia deixar de falar também de Chico Xavier, por exemplo, com sua doutrina; o nosso querido Ademar Sato, que o Cristovam conhece muito bem, foi secretário do Cristovam no governo, aqui em Brasília, e é o nosso monge budista.

Então, são tantas pessoas com tantas manifestações distintas, que não podemos admitir intolerância. Então, esse trabalho que o Senador Cristovam coloca hoje aqui, nesta importante Mesa de debate, tem o apoio de toda esta Casa, independentemente do credo e da religiosidade de cada um. Nosso País é laico. Nós não podemos admitir esse tipo de situação.

Como o colega estava falando, nos dias 11 e 12, aqui, na região do Entorno, aqui dentro, praticamente, do Distrito Federal, em Águas Lindas e Santo Antônio Descoberto, foram invadidos e incendiados templos religiosos. Isso é inadmissível!

Essa situação de ódio não está de acordo com a necessidade de harmonia que nós vivemos entre nossos povos.

Eu faço parte de três grupos da Igreja Católica: Casais com Cristo; Ágape, que é o amor incondicional; e o do Diálogo. E acho que todos nós temos de respeitar e compreender todas as manifestações que existem.

Estou aqui para dar esse apoio e para dizer, Senador Cristovam, ao senhor, que é nosso principal mestre na questão da educação neste País, a pessoa que o tempo inteiro nos ensina melhores formas de fazer este País ser cada vez mais desenvolvido por meio do caminho correto, que é o da educação, que a gente não pode admitir que expressões do tipo: "a situação está preta, está negra" continuem sendo usadas ao falar que a coisa não está boa. (*Palmas.*)

Se falarem que "a coisa está preta", a coisa tem de estar é boa, porque o Brasil é um país miscigenado, lindo por natureza, onde, graças a Deus, a gente se mistura. Tenho orgulho do meu avô, negro. E tenho orgulho da minha avó, mais puxada para índia, que se juntaram e fizeram com que a gente tivesse essa mistura que é bem nacional, bem nossa, bem Brasil.

Então, eu quero parabenizar a Givânia pela fala excepcional, mostrando a importância da existência da Seppir, a importância da existência de uma secretaria que realmente discute a política pública como ela deve ser discutida, para defender os nossos povos e a tolerância em todos os sentidos.

Parabenizo aqui o nosso Alexandre Brasil, da SDH, que está fazendo a tarefa grande de coordenação dos direitos humanos. Hoje, nós estamos tendo, aqui na Comissão de Educação, uma importante audiência pública sobre a questão da violência, sobre a questão da Comissão da Verdade, de todas as perseguições que as pessoas tiveram na vida política do Brasil. Esta Casa está cheia aqui, e lá está cheio também, com debates importantes. E, daqui a pouco, a gente tem também, no plenário, discussão sobre o desenvolvimento econômico por que o Brasil tanto anseia e de que precisa. O Senador Renan está chamando para continuarmos o debate sobre a Agenda Brasil.

Vou finalizar. Estou indo para a segunda reunião seguida, mas eu não podia, mesmo gripado como estou, deixar de vir aqui manifestar meu apoio ao nosso mestre, nosso Senador, Prof. Cristovam, que tem feito um excelente trabalho nesta Casa, defendendo a tolerância, defendendo a compreensão, defendendo a educação. Ele demonstrou isso na prática do governo dele, quando fez o comitê de todas as religiões para estarem debatendo permanentemente, não é, Senador? É isso que precisamos fazer.

Então, pessoal, quero saudar o mês amarelo, quero saudar a tolerância, quero dizer que é importante a nossa união em todos os sentidos para acabar com essa epidemia de suicídio e de depressão que toma conta de todas as nossas famílias. Sei da importância de cada um de vocês, da religiosidade de cada um para evitar isso. Por isso, estou aqui para apoiar essa questão.

Muito obrigado.

Contem conosco. O nosso gabinete está às ordens, sob a orientação do nosso Senador Cristovam.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes de passar a palavra para a Deputada Erika, peço que ela aceite que eu dê a palavra inicialmente a uma pessoa que, de certa maneira, é responsável também por isto aqui, o Babazinho, que foi vítima da intolerância, para que faça a sua manifestação. (*Palmas.*)

O SR. BABAZINHO DE OXALÁ – Bom dia a todos.

Eu também vou começar aqui, antes da palavra, com um cântico.

(Procede-se à apresentação musical.)

Primeiramente, eu quero dizer que, na verdade, todos esses intolerantes que jogaram água na minha frente terão que pisar sobre a terra molhada. Eu sou de Oxalá! (*Palmas.*)

Eu quero começar agradecendo a todo o povo do candomblé pelo apoio e dizer que, se não fossem vocês, eu não sei se teria forças para dar continuidade.

Eu quero agradecer também à Seppir; eu quero agradecer a Palmares, pelo apoio que vêm dando à nossa casa. Obrigado de verdade!

Eu quero dizer que, há um mês, sofremos um ato de intolerância. Entraram no nosso terreiro e quebraram tudo. Entendeu? Fui à delegacia, registrei o B.O. – viu, Senador? –, e nada, nada, nada aconteceu. Um mês depois, entraram e atearam fogo. Eu só estou resumindo a história. Atearam fogo!

Eu acho uma falta de respeito; eu acho uma falta de humanidade; e quero pedir atitudes, quero pedir que tomem providências. A Presidente Dilma ficou ciente do assunto nessa reunião que houve lá no Piauí. Ela está ciente e está apoiando.

Então, eu quero pedir ao senhor, juntamente com os demais órgãos competentes, que não deixem passar batido, que tomem providências e que façam alguma coisa por nós. Estamos vulneráveis.

Ainda ontem, uma outra casa, em Águas Lindas, foi incendiada. Então, esse negócio está desenfreado.

Assim, em nome de Oxalá, em nome de Xangô, em nome do nosso povo, tomem uma atitude por favor.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Babazinho, e fique certo de que isso aqui já é uma ação nossa, além do que vamos fazer todo o possível, levando isso a todas as autoridades.

Eu passo a palavra, agora, à Deputada Erika Kokay. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria pedir licença a vocês e pedir licença a nossos ancestrais para fazer uma saudação muito especial a cada um e a cada uma de vocês que mantêm viva a nossa brasilidade.

Eu venho aqui – e não falo apenas em meu nome, falo em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – para dizer que o que nós estamos vivenciando uma série de expressões de intolerância que são inaceitáveis no processo de democracia. E quero dizer que, ao agredir os povos de terreiro, as casas, não estamos agredindo apenas as casas e a religiosidade que precisa e merece ser exercida em todas as suas esferas; nós estamos agredindo a nós mesmos; estamos agredindo este País, porque nós temos, nas casas, o fio condutor da resistência a todas as casas grandes e senzalas que este País vivenciou e que açoitou a nossa dignidade humana.

Portanto, este País tem que exarar a sua gratidão a todas as casas, porque mantiveram vivas essas tradições e mantiveram viva a nossa própria brasilidade.

Assim, nós estamos aqui para dizer que nós não queremos só tolerância. Tolerância sem respeito é hipocrisia. (*Palmas.*)

Nós queremos, além do respeito, a homenagem que tem de ser feita, todos os dias, a todas as casas, porque as casas são universos de tratar do outro, de cuidar do outro, de acolher o outro; as casas são universos de repartir o alimento, porque todas e todos que se sentem angustiados, que se sentem famintos...

E ser humano não tem só fome de pão. Essa fome de pão nós estamos deixando para trás. O ser humano tem fome de beleza, tem fome de paz, tem fome de uma série de elementos que nos caracterizam como seres humanos. Todas essas fomes são saciadas dentro dessas casas. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Por isso, quando se apedreja uma casa, quando se incendeia uma casa, nós temos que sentir essa pedra em cada um de nós. E nós temos que dizer que não é possível que nós possamos menosprezar este absurdo. O absurdo não pode mais ser menosprezado!

Uma menina que estava com indumentária candomblecista foi vítima de uma agressão. Outro que não pode sair com suas contas. Que País é este que não respeita as contas? As contas não têm que ficar escondidas; têm que ser mostradas. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Nós temos povos de santos, que precisam e merecem ser respeitados. Que País é este onde os atabaques têm que ser ensurdecidos e onde nós não podemos escutar os atabaques?

Nós queremos um País onde não haja qualquer limite aos atabaques, às contas e ao exercício que o ser humano faz de diálogo com o próprio Divino.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que vamos exigir que o Governador do Estado de Goiás tome todas as providências...

(Manifestação da plateia.)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ...para que nós não tenhamos hoje um terreiro e depois outro terreiro... E nós não asseguremos aquilo que está na nossa Constituição, que é a liberdade de credo.

Entendemos que os povos tradicionais de matriz africana não são apenas uma expressão da nossa religiosidade; são uma expressão de nós mesmos, uma expressão de cultura. Entendemos que muitos de vocês muitos foram levados a exercer essa missão.

Eu fico pensando, muitas vezes, que alguns não chegaram a escolher; foram escolhidos para trazer o bem. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Foram escolhidos para o acolhimento e para olhar em cada ser humano um próprio ser humano.

Por isso, digo para cada um e cada uma de vocês que cada pedra, cada fogo que é ateado, é ateado na alma deste País, na história deste País.

Por isso, nós queremos fazer uma diligência, Senador Cristovam, na próxima segunda-feira, a estes terreiros, que merecem a nossa solidariedade, mas, mais que isso, merecem a nossa gratidão, como todos os terreiros do nosso País, como todas as casas que fazem esse nível de acolhimento.

Por fim, quero dizer que este grupo que foi criado na Seppir, nacionalmente, que é interministerial, deve repercutir e se reproduzir em todos os Estados. Quantas vezes nós estivemos na Agefis (Agência de Fiscalização do Distrito Federal), aqui no Distrito Federal, para dizer que havia uma fiscalização discriminatória, fora da lógica urbanística, para calar os povos de santos.

Ora, os donos das casas grandes tentaram calar e não conseguiram – e não vão conseguir! – calar esse povo, que traz a força dos orixás, a força da nossa brasilidade,... (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ...a força de uma África, que carrega uma felicidade guerreira e a necessidade de nós nos reconhecermos como um País e como uma Nação diversa.

Por isso, digo: é preciso que nós tenhamos, em todas as unidades da Federação, estes grupos, para que nós possamos ir para dentro das escolas. Cadê o estudo da África dentro das escolas, que muitas vezes é rompido ou cerceado, porque não se quer falar da religiosidade, do funcionamento das comunidades de matriz africana?

Chega de discriminação! Chega de preconceito! Que nós possamos, no dia de hoje e sempre, mostrar as contas, fazer com que os tambores possam ser escutados e dizer: "Nós somos povo de axé, e por sermos de axé, temos a força que este Brasil carrega e que a África carrega".

Um grande abraço para vocês.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu vou passar para uma longa lista de pessoas que aqui estão e que querem falar. Creio que esta é uma oportunidade que não podemos perder. Só peço que se encurte ao máximo a fala de cada um, já que não estão na Mesa, para que possamos terminar num certo momento e que a reunião não fique, daqui a pouco, se esvaziando.

Antes disso, quero registrar a presença do Tiago de Oliveira; do Ogã Luiz, de Valparaíso; da Mãe Dalila, do Foafro; da Mãe Solange, da Afromulher; do Anderson Flor, do CENDF; do Ogã Alexandre, da Crema; e do Rafael, que representa a Federação de Umbanda e Candomblé.

O primeiro, na ordem de inscrição, é o que eu citei há pouco, Tiago de Oliveira, Presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente, a quem eu passo a palavra e que não precisa vir aqui. Pode falar de onde estiver, se houver um microfone.

O SR. TIAGO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, bom dia, Senador. Motumbá a todos os meus mais velhos, motumbá a todos os meus mais novos.

Meu nome é Tiago. Faço parte do Movimento Orgulho Afro, que é um movimento novo. Vou encurtar aqui para não prolongar muito, Senador. Esse movimento veio para somar; não veio para querer dividir. O intuito não é lutar contra os movimentos que já aí estão, porque sabemos que antiguidade é posto e respeitamos isso, Queremos somar.

Viemos aqui realmente entender o que, segundo a Constituição e a legislação, significa intolerância, e como se caracteriza esse crime, porque eu acho que falta uma adequação dessa conduta criminosa.

Hoje em dia, se uma casa é destruída, se uma casa é apedrejada, invadida, incendiada, a polícia simplesmente chega e registra como invasão, registra como um simples furto, um qualquer simples, simples de simples. Nada é feito, nada é executado, tudo fica na mesma, e aí? O povo negro vai continuar sendo humilhado, vão continuar as nossas casas sendo invadidas? Até quando? Até que volte a inquisição? Quer dizer, acho que já voltou a inquisição. É uma nova roupagem da inquisição? Estão caçando as bruxas? Nós somos as bruxas para esse povo? Eu creio que não.

Realmente, vale ressaltar que a intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças de práticas religiosas ou não. Essas atitudes começaram, antigamente, com xingamentos; viraram pedradas, como no caso da Kaylane, a menina do Rio de Janeiro; agora, como invasão, na casa do Babá Dejair, na casa do Babalorixá Babazinho, entre outras invasões. E tudo foi registrado como simples atentado, furto, invasão, incêndio casual; nunca é investigado.

Então, precisamos de uma reformulação nessa questão da intolerância. Concordo com todos que falaram que não temos que ser tolerados; temos de ser respeitados mesmo. É o que falta: respeito à nossa religião.

Para finalizar, relembro o caso que aconteceu de Mãe Dendê de Oiá, em vila de Abrantes, em Camaçari, na Bahia: uma senhora de 90 anos de idade, uma das mais idosas dentro da religião naquelas redondezas. Ela faleceu pelo simples fato de que se resolveu fundar uma igreja evangélica, chamada Casa da Oração, ao lado da instituição religiosa, e se quis fazer um culto de libertação.

Esse culto de libertação durou a madrugada inteira, do dia 30 para o dia 31 de maio deste ano, proferindo-se palavras como: "Queima essa, Satanás!" "Liberta, Senhor." "Destrói a feiticeira." E essa senhora ficou a madrugada inteira acordada. Foi acionada a polícia, foi acionado tudo, e nada foi feito. Eles ficaram a madrugada inteira proferindo palavras de cunho intolerante, racista e preconceituoso contra a instituição.

E o que aconteceu? Vai ser o que acontecerá se nós não nos unirmos e lutarmos em prol desse ideal. Ela teve um infarto e não resistiu; veio a óbito. *A priori*, foi registrado como um mal súbito. Só que, após pressões de alguns Deputados, pressão mesmo da própria Seppir, foi registrado isso como um ato de intolerância, e está sendo investigado.

A gente precisa que uma pessoa morra para que isso seja registrado como intolerância? Eu creio que não. Eu acho que é preciso ter questões, remédios paliativos para evitar esse tipo de coisa. A gente tem que dar um basta nisso.

Chega dessa intolerância, desse racismo, porque o Brasil já está cansado. Nós, das religiões de matriz africana, estamos cansados de ser tolerados; temos que ser repeitados mesmo!

Senador, muito obrigado. Obrigado a todos e bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço e passo a palavra ao Dr. Bernardo Pablo, que é Vice-Presidente da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-DF.

Estamos colocando cinco minutos.

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – Presidente, obrigado. Bom dia. Quero ser bem breve, porque a nossa ideia é oferecer questões concretas.

Inicialmente, gostaria de lamentar os fatos ocorridos aqui no Entorno do DF. A nossa Comissão de Liberdade Religiosa do Distrito Federal está muito preocupada com essa questão.

Inicialmente, já gostaria de registrar aqui que estou com dois ofícios da nossa comissão direcionados para o Sr. Delegado Fernando Augusto Lima da Gama, da 17ª Delegacia Regional de Polícia de Águas Lindas, e também para o Delegado Felipe Caoe Socha, também chefe da delegacia de Santo Antônio do Descoberto.

Vamos requerer que eles levem essa investigação a fundo. Queremos que seja descoberto tudo. (*Palmas.*)

E queremos também que conste isso, se houver motivação religiosa pelos atos praticados. Nós precisamos dessa informação porque, só com informação, nós poderemos dar andamento a essas questões, e que verdadeiramente as pessoas respondam pelos crimes que praticaram.

Terminando a minha fala, já vou entregar-lhes, para que eles possam protocolar nas respectivas delegacias.

Também gostaria de conclamar a todos que fortaleçamos as nossas instituições. Precisamos ter como objetivo a criação de uma rede de defesa da liberdade religiosa. (*Palmas.*)

Nós temos, na Secretaria de Direitos Humanos, sob a liderança do Sr. Alexandre, o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa. Isso aí deve ser replicado em todos os Estados e nas principais cidades do Brasil. Nós temos que trabalhar nisso.

Presidente, Senador Cristovam, nós temos aqui projeto tramitando no GDF para criação do Comitê Distrital de Diversidade Religiosa desde 2013. Nós precisamos que esse comitê saia do papel, porque estamos

vendo aqui que o Entorno está pegando fogo, literalmente, e nós precisamos de instituições para fortalecer essa questão.

Nós temos a comissão da OAB que já está à disposição de todo mundo para poder registrar esses casos e levá-los adiante, mas nós precisamos justamente criar uma rede em nível nacional, nos Estados e nas principais cidades do Brasil, para poder amparar esses casos e dar uma resposta efetiva para esse problema.

Presidente, eu também gostaria de requerer o apoio desta Comissão, especialmente de V. Exª que tem muita influência, no sentido de conversar com o Presidente da OAB nacional, Dr. Marcus Vinícius Coêlho, para que crie a Comissão Nacional da Liberdade Religiosa no âmbito do Conselho Federal da OAB. (*Palmas.*)

Passou da hora de a nossa Ordem... Nós temos comissões de liberdade religiosa em seis Estados. Nós precisamos em todos os Estados do Brasil. Chega de nós, os defensores da liberdade religiosa, trabalharmos como voluntários quando estamos contra profissionais dos que atacam a liberdade religiosa. (*Palmas.*)

Diante disso, desde já, agradeço, porque eu sei que nós vamos contar com o empenho desta Casa, para atingir esse objetivo de criar as comissões de liberdade religiosa pelo Brasil, no Conselho Federal, e os comitês de diversidade religiosa nos Estados. Estão tramitando vários Brasil afora. O Alexandre tem informações a respeito disso e poderá assessorá-los melhor, inclusive, em relação a essa temática. E, assim, que nós possamos construir uma rede de defesa da liberdade religiosa que nos permita enfrentar esse problema, com ações concretas e com atitudes firmes, com instituições tanto da iniciativa privada, como pública!

(Soa a campainha.)

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – Desde já, gostaria também de registrar a presença aqui do Dr. Elianildo Nascimento, membro do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa; e também do Dr. Talaguibonan, que é membro da nossa Comissão de Liberdade Religiosa aqui no Distrito Federal. (*Palmas.*)

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – Com essas palavras, quero parabenizar... E eu gostaria de encerrar com uma salva de palmas para todos os que estão aqui presentes, que têm dado repercussão para esse tema.

(Manifestação da plateia.)

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Dr. Bernardo.

E eu passo a palavra agora à Babá Alaiye Alexandre de Oxalá, que é Presidente da Rede Afro e Secretário de Religiosidade da Negritude Socialista Brasileira no Distrito Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah! Já foi. Está bom.

O Presidente da Federação Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno, Sr. Rafael Moreira. (*Pausa.*)

Ainda está? (*Pausa.*)

Por favor, Rafael.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por favor, Rafael.

O SR. RAFAEL MOREIRA – Boa tarde! São 12h10 já, nós não almoçamos, mas boa tarde!

Primeiro, a bênção aos mais velhos, a bênção aos mais novos!

Cumprimento a Mesa, Senador, através da Casa de Pai Dejair e da Casa de Babazinho, que são os maiores afetados neste momento. E, como o doutor da OAB falou, parabenizo todos os que estão aqui presentes, porque nós temos aqui todas as nações do Candomblé: nós temos a umbanda; nós temos o queto, o angola, o jeje, o nagô, o terecô, a jurema. Uma salva de palmas para todos! Pela primeira vez reunimos todos em um local só. (*Palmas.*)

O SR. RAFAEL MOREIRA – Eu começo parabenizando o Senador Cristovam pela iniciativa. E agradeço também a alguns Deputados que estiveram ontem na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). E temos aqui um representante do Deputado Cláudio Abrantes, que é o Amauri, por meio de quem agradeço pelo discurso do Deputado Cláudio, em seu pronunciamento, na defesa das casas; no mesmo sentido, a Deputada Luzia de Paula esteve lá ontem também pronunciando-se e solidarizando-se no apoio a essas casas.

Senador, quando o senhor foi governador aqui em Brasília, no Distrito Federal, criou uma das leis que tratava da adoção de parques e jardins, em 1998, se não me engano. De lá, saíram alguns movimentos para a adaptação de terrenos para casas de santo. Mas isso nunca saiu do papel: entra governo, sai governo, e as nossas casas continuam em residências.

Nós também tivemos recentemente um problema na casa de Mãe Vilcilene, em Águas Lindas. Para ela conseguir voltar a tocar, para conseguir concessão do alvará de funcionamento, teve de mexer na casa dela, para abafar o som dos atabaques.

Aqui em Brasília, como a Deputada Erika falou, estivemos na Agefis diversas vezes, para tratar de alvará de funcionamento. Recentemente, com o Dr. Talaguibonan, membro da OAB, conseguimos tirar um alvará para a casa de Mãe Noeli, em Planaltina do Distrito Federal, que praticamente foi obrigada a alterara a acústica da casa toda. Ou seja, daqui a pouco, teremos de colocar som para tocar para os orixás já com um CD gravado, porque não vamos poder nem fazer barulho, nem tocar os atabaques mais.

Senador, temos uma carta para ser entregue à Comissão – será entregue a um assessor seu –, juntando as instituições: a Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno; a Rede Afro; o Foafro/DF; o Foafro-Val; a Crema e a Afrocom. Todos nos unimos em razão dos ataques a essas casas. E vamos fazer a entrega deste documento para a Comissão, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Saindo daqui também vamos ao Ministério da Justiça, mais uma vez, protocolar outra carta referente a esses ataques. Só que não está valendo de nada. Nós estamos protocolando, nós estamos participando, e não sai das gavetas, Senador, não sai dos papéis, não sai nenhuma decisão!

Quanto à casa de Mãe Vilcilene, nós tivemos que dialogar; ela teve que pagar advogado e tudo para conseguir que a casa dela voltasse a funcionar. Já a casa de Babazinho, como ele mesmo colocou, trinta dias atrás, foi atacada, e até hoje o BO não saiu. Ninguém nunca foi sequer à casa dele para perguntar: "Ei, como é que foi?" Na casa de Babá Dejair também foi feito o BO. Alguém foi lá, Pai? Não.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL MOREIRA – O bombeiro sequer comparece às casas incendiadas. Uma vez que há necessidade de comparecer lá, eles demoram sete, oito dias. Ou seja, eles convivem e moram dentro dessa casa, eles precisam entrar e sair. Como é que nós vamos fazer?

Senador, em nome de toda a religiosidade, candomblé, umbanda, ketu, angola, jeje-nagô, entre outras, se vocês, que estão em um nível superior dentro desta Casa, não puderem nos ajudar, nossas casas vão ser fechadas, os nossos atabaques serão calados. Ontem foi a casa do Babá Dejair e do Babazinho, amanhã vai ser a minha ou a de qualquer outro zelador, até que um dia conseguirão fechar todas, e não é isso que queremos.

Eu assumi a federação com 30 anos de idade. Há zeladores, como Mãe Railda, por exemplo, que o dobro da minha idade de nascimento ela tem de santo. Nós que somos os mais jovens herdamos isso. E será que nós vamos conseguir continuar? Fica essa pergunta para o Poder Público.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu passo a palavra agora para o Pai Nino Oxanguian, que é Representante da Rede Nacional Oxumarim.

O SR. PAI NINO DE OXANGUIAN – Eu sou do Oxumarim, mas herdei uma casa do Oxanguian. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está errado aqui.

O SR. PAI NINO DE OXANGUIAN – Quero aqui pedir a bênção a meu ancestral, na pessoa de Rui Matias da Silva, mais conhecido por nós com Pai Rui de Oxalá. Se não fosse ele, eu não estaria aqui. Foi uma grande pessoa dentro da religiosidade aqui em Brasília. (*Palmas.*)

Saúdo a Mesa na presença dos Senadores e dos demais Parlamentares que estiveram aqui, na presença da minha Mãe Railda – a bênção, Mãe!

Gostaria de saudar as mulheres presentes, pois a nossa religião é de resistência feminina. Sabemos que é de resistência feminina.

Eu represento o Foafro, a federação, a Renafro, mas não vim aqui falar desses órgãos. Eu vim aqui falar do movimento sindical, que é tão importante para a gente neste momento, porque nós da NCST, da qual eu faço parte, da Contratuh, que é a confederação, sabemos que os primeiros trabalhadores deste País foram os índios e os negros. E se nós defendemos o trabalhador, que é tão bem quisto nessa Casa e principalmente nesta Comissão pelo seu Presidente, Senador Paulo Paim, sabemos muito bem como, através desta audiência, vão ser conduzidos os nossos problemas, que não são só injúria racial, como eles querem colocar, mas racismo.

Nós temos pessoas no Governo e temos pessoas dentro do âmbito trabalhista que estão despreparadas para aceitar esse tipo de denúncia. Os órgãos competentes têm que preparar do professor ao delegado, ao juiz, porque muitas vezes, quando se chega lá, encontra-se um evangélico, que encara o nosso caso como um caso de gaveta. Engavetam todos os casos que protocolamos lá nos órgãos competentes. Às vezes temos pessoas nossas dentro dos órgãos que tentam colocar, empurrar cada vez mais, mas chega uma hora que cansam, porque nós não temos respaldo daqueles que deveriam estar ali nos representando. Isso, porque, na época de

eleição, vão lá dentro do nosso terreiro, pedem para que a mãe de santo, o pai de santo faça ebós escondidos para que possam assumir uma cadeira. E, depois que isso acontece, eles nos viram as costas.

Quero deixar bem claro que nós de terreiros de matrizes africanas fazemos muitas vezes o papel do Governo. Por exemplo, fazemos o papel do SUS, quando a nossa comunidade nos procura, a uma mãe de santo ou um pai de santo, nós somos psicólogos, médicos, juízes de pacificação e, muitas vezes, juízes de Direito, tirando o filho dessas pessoas da própria cadeia pública, que não nos dá o direito de entrar lá e fazer nosso ato religioso de passar um ebó dentro de uma instituição dessas, assim como acontece nos hospitais, direito que dão a outras religiões.

Senador Paulo Paim, o senhor chegou agora.

Estou falando aqui em nome da Nova Central Sindical...

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

(Palmas.)

O SR. PAI NINO DE OXANGUIAN – Senador, nós sabemos da sua representação dentro da Nova Central Sindical. Eu estava, ontem, conversando com o Moacyr, o nosso Presidente da Confederação – nós ficamos aqui até tarde –, e eu falei que estaria hoje aqui falando em nome da mesma.

Nós, povos de terreiros, somos perseguidos neste País desde o começo dele. Sabemos, muitas e muitas vezes, que essa perseguição tem cunho, sim, religioso. Por termos outras religiões num país laico, que não nos aceita, dizem que somos "filhos do demônio"...

(Soa a campainha.)

O SR. PAI NINO DE OXANGUIAN – Estou terminando.

Dizem que somos "filhos do demônio", que somos "coisa de preto", e, como ensinou a primeira religião deste País, tudo que é de preto não é bom. Isso vem, digamos – não sei como falar a palavra mais certa –, de nossos antepassados, que sofreram, e dessa tradição desses brancos que se julgam melhores do que a gente. Mal sabem eles que, se eles estão num país que está do jeito que está, é porque este País foi construído por mãos negras, colhendo os algodões brancos, colhendo o ouro branco que havia neste País. Se não fossem as mãos negras, esse ouro não teria rendido o que rende hoje, porque nós não somos um país falido, como eu ouvi falar numa reportagem há pouco tempo. Nós somos um país rico, rico de cultura, rico de coragem, rico de tudo que é preciso para se crescer neste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero passar a palavra agora à Yalorixá Luizinha de Nanã, que eu creio ter muito que nos dizer sobre o que está acontecendo no Rio de Janeiro.

A SRª YALORIXÁ LUIZINHA DE NANÃ – Boa tarde para todos!

Meu nome é Heloisa Helena Costa Berto. Eu sou conhecida espiritualmente como Luizinha de Nanã. Eu sou neta direta da Casa Branca do Engenho Velho, sou filha da falecida Elmira de Jesus, da Oxum, sou neta de Elsa Rocha de Iemanjá, sou sobrinha-neta de Mãe Teté de Iansã, também lá do Rio de Janeiro, e tenho 40 anos de santo.

Eu estou aqui porque a minha casa, o Yle Axé Ara Orun Yaba Jiyi, está localizada hoje em dia numa área que entrou em guerra, infelizmente. A área de que nós estamos sendo obrigados a nos retirarmos... Nós estamos sendo obrigados a nos retirarmos dessa área por causa da Prefeitura do Sr. Eduardo Paes e por causa também das Olimpíadas. Nós moramos lá há mais de 40 anos. É uma vila que sempre foi pacífica, uma vila que não tinha... Ela era, originalmente, uma vila de pescadores, um lugar completamente distante de tudo, há 40 anos, e nós obtivemos o título de terra nesse tempo. E agora, por causa de Olimpíadas, por causa de 30 dias de jogos olímpicos, por causa de pessoas que virão aqui e não vão poder conviver com "pobres fedorentos", como noticiou... O Sr. Carvalho Rossi noticiou isso na mídia, falando claramente que nós não tínhamos o direito de permanecer lá. Então, agora nós somos obrigados a sair.

Existe uma parte, uma área na vila que é de especial interesse social. E nós, então, teríamos direito a ser reassentados, mas não podemos ser reassentados porque a Prefeitura não autoriza, justamente para que os "pobres fedorentos" não possam ficar lá. E eu não posso brigar apenas pela minha casa de santo, que está desapropriada, com ameaça de ser derrubada; eu tenho que brigar também pela minha comunidade, porque são pessoas que moram lá há anos e construíram uma vida inteira. Não é uma questão de valor, mas uma questão, sim, de você amar a sua terra, de amar o seu lar e querer continuar na sua casa. É apenas por isso que nós lutamos.

A minha casa fica à beira da lagoa. A lagoa é uma lagoa de lodo, uma lagoa com água salobra, e Nanã, de maneira alguma, não abre mão do lugar dela. (*Palmas.*)

Ela disse que pode até... Como a casa fica no meio do caminho, ela pode até abrir mão daquela casa, desde que seja construída uma nova casa que fique no local perto da lagoa, no mesmo local, ali na vila, junto com as outras pessoas. (*Palmas.*)

Existe um plano popular feito pela UFF, Universidade Federal Fluminense, que até ganhou um prêmio internacional de urbanização, para que pudéssemos continuar morando lá. Mas isso tudo é descartado pela Prefeitura. O discurso do Prefeito Eduardo Paes para a mídia internacional é o de que quem quiser pode ficar. Só que são cortadas água e luz e nós vivemos no meio de ratos, de esgoto e de construções. Então, é impossível morar lá do jeito que está. Eu estou com meu centro espírita fechado há um ano e meio, e não há condição nenhuma de eu fazer mais nada lá.

Então, eu estou pedindo misericórdia a todos vocês para que possam ter uma audiência pública com o Sr. Eduardo Paes para que ele explique por que, mesmo a gente tendo tanto direito, a gente não pode continuar lá.

Eu queria também...

(Soa a campainha.)

A SRª YALORIXÁ LUIZINHA DE NANÃ – Só um minuto. A última parte é muito importante.

Durante este ano e meio, eu fui, muitas vezes, à Subprefeitura da Barra para resolver o meu caso e fui humilhada, fui massacrada. Eu fui ferida, muitas vezes. Uma vez me deixaram esperando sete horas e meia. Eu tenho problema de locomoção. Eu tenho oito parafusos e um pino na minha coluna, e me deixaram oito horas e meia. Ele falava: "Fique aí mais um pouquinho. Daqui a pouco eu te atendo." E eu só fui atendida... Eu fui a penúltima a ser atendida, só porque eu deitei em frente à porta dele e falei: "Não aguento mais com a minha coluna." Então, só aí ele me atendeu, às 22h30.

Na última vez, ele pegou o Sr. Marcelo Marques, Procurador de Justiça, uma pessoa que teria a obrigação de me atender e de fazer justiça para mim e fez isso. Na última vez, ele me humilhou muito porque eu não estava com o meu filho, porque, no momento, eu era uma negra, uma mulher, uma velha, macumbeira, como já fui chamada... Ele me humilhou a ponto de, quando eu saí da sala dele, eu ter uma crise nervosa e ficar sete dias de cama. Eu tenho atestado médico demonstrando isto. Eu estou à base de antidepressivos e de ansiolíticos. Eu tenho prova de tudo isso. Eu tenho retrato me mostrando deitada na frente da porta dele.

Então, eu queria que vocês me dessem uma resposta do que vocês podem fazer em relação não só a mim, porque eu não penso só em mim, mas em relação à minha comunidade. Agora, somos poucos, somos menos de 30%, mas somos pessoas que querem ficar lá. Os que ficaram querem ficar lá. Mas o direito da gente não está sendo respeitado. E eu queria saber por que, de acordo com o que for, eu não acredito mais nem na Justiça e nem na política... Se tirarem de mim a minha casa, se tirarem de mim a casa da minha mãe Nanã, se tirarem a casa dos meus vizinhos todos, eu não posso acreditar em mais nada neste País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Essa luta é nossa também.

A SRª YALORIXÁ LUIZINHA DE NANÃ – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E vamos estar juntos.

Passo a palavra agora ao Ogan Luiz Alvez, coordenador do Foafro-DF.

O SR. OGAN LUIZ ALVEZ – Que o Exu da língua falante conduza minhas palavras, para que as mesmas sejam de proveito para nossa comunidade e para toda nossa fé.

Fico feliz ao olhar aqui e ver esta Casa cheia, mesmo sabendo que muitos dos nossos tiveram problema para entrar nesta Casa hoje. Mas, ao mesmo tempo em que fico feliz de ver o nosso povo aqui reunido, fico triste de saber o motivo desta nossa reunião. Não estamos aqui para comemorar a nossa ancestralidade. Não estamos aqui para louvar os nossos orixás. Estamos aqui para gritar por vida. Estamos aqui para poder gritar por um direito inato que nos é tirado neste dia e em todos os dias neste Brasil que insiste em nos manter na invisibilidade e nos ignorar no dia a dia.

Eu sou o fotógrafo que foi à casa de Babazinho para fazer as fotos, como fui à casa de Pai Dejair, fui também à casa de Pai Ricardo.

Nem quando eu fotografava defunto no jornal policial no Rio de Janeiro eu senti tanto medo e tanta humilhação na minha vida. É triste você ter de fotografar o seu sagrado ser vilipendiado. É triste você ver o seu sagrado ser queimado pela intolerância, e é mais triste ainda sabermos que nosso grito não tem eco nesta Casa, que é comandada por evangélicos. Não tem grito para o Governo que insiste em manter e em entender que os tempos religiosos não passam de currais eleitorais. Então, enquanto essa sociedade medíocre e esses políticos que não têm compromisso com a sociedade, que não têm compromisso com a comunidade usarem os

templos religiosos como currais de votação, currais eleitoreiros, é isso que vamos ver. Quantas pessoas vamos ter de chorar? Quantas pessoas vamos ter de enterrar? Quantas Kaylanes vão ter de levar pedradas na rua só porque estão com roupa branca ou porque estão indo para um terreiro? Quantos relatos vamos ter de ouvir, como a Casa de Nanã, que está arriscada a ser fechada?

E quero lhe dizer mais uma coisa, Senador: é fácil acabarmos com a intolerância! Basta o Governo rever as concessões destinadas às igrejas evangélicas, que as usam contra o nosso povo. (*Palmas.*)

O SR. OGAN LUIZ ALVEZ – Mas, para isso, é necessário ter coragem.

Basta os senhores aqui, desta Casa, e também da Câmara dos Deputados...

Sempre que o Foafro fala com os Deputados, a gente tenta lançar essa ideia de que é necessário passar a responsabilizar e a criminalizar líderes e religiosos que incitem a violência, principalmente a religiosa, porque essas pessoas incitam seus fiéis a saírem dos seus templos quebrando tudo e, depois, escondem-se para dizer que eles não podem ser responsabilizados pelo que os seus fiéis fazem fora de seus templos.

Mas não podemos esquecer que essa violência ao nosso povo aumentou depois da divulgação da fala covarde, assassina, do Pastor Marco Feliciano, que é Deputado nesta Casa.

(*Manifestação da plateia.*)

Infelizmente! Foi um ato de irresponsabilidade. Foi um ato de assassinato à nossa comunidade, e não vimos ninguém dizer contra. Os políticos todos se calaram. Quem tinha direito a voz não falou nada. E como nós ficamos?

(Soa a campainha.)

O SR. OGAN LUIZ ALVEZ – Estamos hoje aí enterrando os nossos mortos, vendo nossos filhos sendo proibidos de entrar nas escolas pela omissão do Estado, pela omissão dos senhores, que são responsáveis por fazerem as leis e se esquecem de que pai de santo também vota, que yaô também vota, que ogan também vota.

(Manifestação da plateia.)

Vamos parar com isso! Vamos respeitar! Vamos respeitar essa sociedade em um País justo para todos, porque não há apenas evangélicos neste País. Todos temos direitos e, baseado nesses direitos, peço este favor ao senhor. Durante séculos colocaram o pé na nossa garganta, mas o grito agora está saindo. E não é só grito de choro, não. Agora, é grito de guerra: Axé!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Luiz.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem-vindo, Carlos Moura.

Passo a palavra agora ao Babá João Paulo de Ogum, representante de Os Guerreiros do Axé de São Paulo, das escolas de samba Lavapés e TUP de São Paulo, Fenac, do Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-Brasileira (PPLE).

O SR. BABÁ JOÃO PAULO DE OGUM – Boa tarde a todos, Senador Cristovam, Senador Paulo Paim. Meu motumbá, com o maior respeito aos meus mais velhos, à Mãe Railda e aos meus mais novos.

Luto na causa do negro desde que me conheço por gente. Sou de escola de samba há mais de 30 anos, mestre-sala, baba-quequerê da Casa de Odé, Lígia de Odé, venho de Mãe Menininha, de Pai Bobó, Odé Xolá. Sou praticamente a quarta geração da nossa nação e agradeço a Deus e a Ogum Todé, que é meu pai e que me rege.

Nós mendigamos desde a época da escravidão por um quinhão. Hoje, lutamos por várias conquistas que já temos. Isso é um avanço, mas é preciso continuar avançando porque não é intolerância; é respeito. O orixá, além das nossas vestes sacerdotais, está na nossa origem, no nosso coração e na nossa alma. Matar alguém do orixá é matar uma alma. E, se Deus, como coloca toda religião, é único, independente da denominação, está na hora de nós, irmãos, todos – evangélicos, católicos, de umbanda, de quimbanda, de todos os segmentos – nos unirmos no amor maior, que é Deus, porque eu não critico nenhuma religião. Respeito. Então, não quero ser tolerado; eu quero ser respeitado.

Eu luto para ajudar as casas em São Paulo através dos Guerreiros do Axé. Também faço parte de um grupo cultural de curimba chamado Mata Virgem, e aqui peço uma intercessão até, porque muitos de nós rodam no caboclo para que esta casa também veja o ato indígena; o que também estão fazendo com os nossos índios, que também são nossos ancestrais. (*Palmas.*)

Se nós, em nossos ilês, em nossos terreiros, rodamos em caboclo, em boiadeiro, é graças a eles que estavam aqui desde que os portugueses chegaram. Se fomos trazidos da África para ser escravizados – porque nunca nenhum negro foi escravo; ele foi escravizado –, hoje, somos libertados graças aos orixás. Hoje, pedimos graça aos orixás. E, se Deus amou, como diz a Bíblia, todos nós e nos deu seu filho, oxalá que o sincronismo representado por Jesus nos una.

A educação é o principal. Temos de colocar nossa história nas escolas. Temos de colocar como nasceu o orixá. O medo não é só desta Casa, mas de todas as casas parlamentares que vejo, de falar de um país da África que vai falar do orixá. Só que o orixá nasceu aqui também. O orixá se instalou aqui na nossa Bahia, a nossa África brasileira. O orixá perpetua-se em todo o território nacional brasileiro e, como brasileiro, como filho de orixá com muito orgulho, peço a esta Casa que faça uma CPI, mas uma CPI rígida, mostrando que todos nós, de matriz africana, temos os mesmos direitos de todos, porque, independente de cor, raça e crença, a Constituição já nos prevê. Independente de tudo isso, há a lei que nos salvaguarda, que é o direito do Estatuto Racial proposto pelo nosso Senador Paulo Paim, que já existe. Mas temos de ter atividade e temos de chegar aqui e em qualquer Casa. Governador tem de nos atender, porque é o povo que o coloca lá. O Senador tem de nos atender porque somos nós que colocamos vocês aqui. (*Palmas.*)

A Casa não é de Presidente da República! A Casa não é de Senador. A Casa é do povo! E o povo brasileiro da matriz africana pede justiça, justiça com sociedade, justiça social em todas as Casas Ilê Axés, não só as que estão sendo discriminadas ou massacradas, mas todas. E nós povo do Axé temos que nos unir sim, não para guerrear, mas para mostrar para eles que nós somos diferentes, que nós amamos todos eles, independente de eles amarem a gente ou não.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Fernando Garcia, Ogan do Ilê Axé Idá Wurá.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO GARCIA – Boa tarde a todos!

A benção aos meus mais velhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A gente não está ouvindo. É importante ouvir, porque estamos gravando e queremos publicar todas as falas.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO GARCIA – Está o.k. agora?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ótimo.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO GARCIA – Meu nome é Fernando Garcia, eu sou Ogan do Ilê Axé Idá Wurá, Casa de Oxum, de Mãe Lídia, minha zeladora. Sou Ogan das tradições do Pilão de Prata da Casa de Pai Air, em Salvador.

Eu vou procurar ser o mais breve possível e também mais objetivo.

Nós estamos todos aqui reunidos dentro da Casa do Legislativo, um dos Poderes de República, e estamos aqui pedindo que as autoridades do Executivo ajam, para que nós possamos ter o respeito das demais religiões, mais especificamente das religiões neopentecostais.

Acontece que os Poderes da República são três. Nós estamos aqui dentro do Poder Legislativo, pedindo providências para o Poder Executivo. Acontece que nós somos o povo desta terra. Se esses Poderes existem, eles existem porque nós delegamos o nosso poder a esses Poderes.

Eu, como filho de Xangô, fico aqui um tanto espantado ao ver que meu pai se manifesta dentro desta Casa pela boca de um representante da OAB, dizendo que por várias vezes a OAB participou de reuniões para tratar de assuntos religiosos e ela nunca foi procurada por ninguém para agir de maneira igualitária com os demais Poderes.

Muito bem. As leis existem. A Constituição existe. As leis que protegem os cultos religiosos existem. As leis que dão direito às pessoas também existem. O que acontece é que nós não estamos preparados e não estamos conscientes dos nossos direitos. Nós temos que trazer para dentro dessa batalha o Poder Judiciário, que é o Poder de meu pai. É ele que vai trazer a coisa equilibrada, de modo que a gente possa atuar e exigir os nossos direitos, porque nós temos direitos. Nós somos cidadãos brasileiros; todos aqui somos cidadãos brasileiros. E todos merecem esse respeito. Já que não se dá o respeito a líderes religiosos como Mãe Railda, como Mãe Baiana, como Pai Pecê...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO GARCIA – Já que não se dá o respeito que eles merecem, nós temos que exigir esse respeito. Respeito não é tolerância. Nós temos que exigir respeito.

Ano que vem é ano de eleição. Os terreiros que mais foram atacados aqui estão no Estado de Goiás, não estão no Distrito Federal. Eu gostaria, depois, que vocês dissessem quem está se preparando para representar

o povo de axé no Legislativo. Não conheço ninguém. Essas pessoas têm que vir para trazer as nossas reivindicações. Mas agora que nós estamos sendo atacados nós temos que exigir o respeito. Então, nós temos que colocar nesse barco o Judiciário, que não está participando.

Era isso o que eu queria dizer e só mais uma coisa. Como a nossa religião é uma religião de cultura profunda e tem no canto e na dança um de seus grandes poderes, eu, como Alabê, quero solicitar a vocês que entoem um canto que diz exatamente o que nós devemos fazer. Esse é um canto muito singelo, que diz que nós devemos cultuar as nossas tradições e que nós não podemos permitir que ninguém nos impeça de fazer isso. O canto é o seguinte.

(Procede-se ao canto.)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO GARCIA – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Fernando.

Eu passo a palavra ao Pai Leandro Dias.

O SR. PAI LEANDRO DIAS – Sr. Senador Cristovam Buarque, na presença de V. Exª eu gostaria de saudar todas as autoridades políticas e públicas deste encontro; na pessoa de minha Mãe Railda e do meu Babalorixá Pecê, a todas as autoridades religiosas; e a todos omo orixás que estão aqui conosco.

Antes de mais nada, eu gostaria de tirar o chapéu para o senhor, agradecer pela coragem, porque a gente sabe que este espaço aqui – a palavra é dura, mas é real – está infectado de intolerância religiosa. (*Palmas.*)

Então, é um ato corajoso da parte do senhor nos receber aqui.

Muitas das vezes, a gente se apresenta como minoria. Nós não somos a minoria. Nós somos um grande número, mas infelizmente a intolerância e o preconceito fazem o nosso povo não se fazer presente. Num linguajar mais prático e claro, as nossas comunidades falam: "Ai, meu Deus, eu não vou lá, porque se eu sair na foto, eu vou perder o meu emprego, a minha patroa vai me despedir." Nós colocamos um ônibus para vir aqui. Mais de 50% disseram: "Poxa, eu gostaria de estar lá. Eu vou fazer uma corrente, mas eu não posso." A coisa é muito mais grave do que aparenta ser.

Na verdade, é só uma pergunta que eu tenho para fazer ao senhor em virtude de não conhecer as leis. É uma pequena observação. Eu gostaria de saber se existe algum mecanismo para impedir as igrejas de dia e noite culparem as religiões de matriz africana pelo mal da humanidade.

Eu me infiltrei numa igreja. Eu fui lá à paisana para ver o discurso deles. E o discurso é: "Você está sofrendo? É obra de macumbaria. É a mãe de encosto." O senhor está lá, com sua família, tem um dia ruim, o almoço não deu certo. Na igreja, o discurso vai ser: "Isso foi obra de feitiçaria da mãe de encosto." Isso gera um ódio religioso contra essas religiões. (*Palmas.*)

Então, eu sou adepto dessa religião, eu sou jovem, eu pego aquilo no peito. Aí eu vou atear fogo no terreiro. Eu vou, aqui dentro desta Casa, se tiver alguém que professe uma religião de matriz africana, eu vou boicotar, porque é uma lavagem cerebral que é feita ali dentro.

Eu convido o senhor a participar, ir lá numa pregação e ver o que acontece ali dentro. Enquanto não se brecar isso, não vai haver... Pode-se criar lei, pode-se criar tudo, pode-se fazer tudo, mas enquanto estiverem dez mil, vinte mil pessoas ali, sendo implantado na mente delas que a culpa do mundo é do demônio e nós somos os adoradores do demônio... Agora, um adendo: desculpe, mas o demônio é cristão. Nós não o conhecemos. (*Palmas.*)

Eu peço a sua ajuda.

Obrigado pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

Cada uma das palavras que eu tenho escutado aqui carrega uma emoção que é raro ouvir nesta Casa e uma consciência e uma firmeza também raras e sobretudo um amor até por quem persegue vocês. Isso é algo que nos surpreende positivamente. Muito obrigado.

Eu passo a palavra agora a Watusi, que é Superintendente da Igualdade em Goiânia.

A SRª WATUSI – Bom dia a todos e todas.

Eu sou Watusi e estou Superintendente da Igualdade Racial no Município de Goiânia, mas nasci em 1997, Dofonitinha de Oyá, na mão de Babá Dejair, que está presente – motumbá, Babá! – e hoje na casa de Mãe Vilcilene, que também está presente – motumbá, Iyá. Motumbá aos meus mais velhos, meus mais novos e já peço desculpa por estar me pronunciando e saber que tem muita gente mais velha do que eu e teria mais condição de fazer isso, com muito maior propriedade. Mas a ansiedade não nos deixa.

Existem algumas coisas que eu gostaria de rememorar aqui nesse pouco tempo. Eu fui feita em 1997, Pai Dejair está aqui, não vai me deixar mentir. Quando eu fui à escola, depois de iniciada dentro do meu preceito, eu fui proibida de entrar na escola. Eu tinha 13 anos, a escola não me deixou entrar com a minha roupa, não

me deixou entrar com a minha cabeça tampada. Nós fizemos uma via sacra, do pai de santo ir à escola comigo várias vezes para eu tentar entrar na escola. Em 1997.

Nós temos hoje leis que amparam essas pessoas, que somos nós, e mesmo assim nós ainda temos dificuldade com as crianças, adolescentes e jovens que se iniciam para entrar nas escolas. Então, nós temos a falta de aplicabilidade de leis. As leis já existem. Nós precisamos efetivar esses mecanismos.

O Estatuto da Igualdade Racial garante, no Capítulo III, um espaço só para discutir a questão da religiosidade e a condição da existência dessa religiosidade e, mesmo assim, a gente ainda tem os órgãos todos de ambiente, de meio ambiente, dizendo que não podemos tocar o nosso candomblé, dizendo para nós que o nosso candomblé tem que funcionar até às 10h da noite, porque vai atrapalhar os vizinhos. A gente perturba a ordem. E a gente perturba a ordem mesmo, porque a ordem é branca, a ordem é branca. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui para fazer barulho mesmo. Eu acho que é impossível a gente viver uma vida em que a cada passo que você der você precise dar satisfação dos seus atos. Nós precisamos, o tempo todo, dizer à polícia por que a gente deixa o nosso ebó na praça. Porque se você parar com o seu ebó na praça e a polícia o parar, meu caro, você está cometendo um crime que não está previsto, mas é um crime. E até aqui a gente seguiu assim. Não dá para continuar, essa é a realidade. Não dá para nós continuarmos tendo cerceado o nosso direito pelo próprio Estado, que é a parte que mais me preocupa.

Atearam fogo em minha casa. Há três meses, atravessando a Rua Três, centro de Goiânia, meio-dia, tacaram uma pedra em mim e me chamaram de macumbeira, disseram que eu ia para o inferno. Só que eu sou uma pessoa. É uma ação contra mim.

O que me preocupa são as ações do Estado contra nós. Me preocupa, por exemplo, a cidade de Uberlândia proibir a venda de animais vivos, de maneira que nós não possamos fazer os nossos rituais. Me preocupa o Estado estar criando mecanismos para nos proibir e eu percebo que a gente caminha para uma proibição do próprio Estado.

Dificilmente, da maneira como nós vamos caminhando, dificilmente a gente consegue manter o nosso culto como a gente mantém hoje. Você não pode tocar depois das dez, você não pode matar o bicho, você não pode raspar a cabeça, você precisa ter toda uma organização que é de segurança pública. Eu fui falar com o Seu Joaquim, que é Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, ele disse isto para nós, que se nós passássemos a exigir que a segurança pública nos tratasse e nos recebesse, enfim, eles teriam que exigir que os nossos espaços de culto fossem também adequados à segurança pública.

Eu quero dizer que a segurança pública precisa se adequar a uma realidade: o mundo é diverso. O mundo não é branco, o mundo não é hétero e o mundo não é cristão. Nós vivemos dentro de uma lógica em que nós estamos cerceados dos direitos que estão garantidos na Constituição. Não é necessário criar mais nenhum mecanismo. Esta Casa tem em mão todos os mecanismos possíveis para fazer com que os nossos cultos continuem existindo como são.

(Manifestação da plateia.)

A SRª WATUSI – A garantia do Estatuto da Igualdade Racial, a garantia desse mecanismo que Paim...

(Soa a campainha.)

A SRª WATUSI – ... sabe como foi suado chegar nesse espaço... Porque nós também cortamos de tudo, cortamos na carne para criar esse estatuto. E o estatuto saiu. Saiu, está impresso, esta Casa mesmo distribui para todo lado. Mas não vale. Não funciona. E não é real.

Então, o que vale para nós aqui, e eu acho que é muito importante, muito salutar a gente dizer, é que esse povo que veio aqui hoje, matou trabalho; que esse povo que veio aqui hoje deixou seus filhos e filhas na sua casa; eu saí de Goiânia e deixei quatro crianças na minha casa para estar aqui, larguei meu emprego para estar aqui porque vocês não vão até nós. Então, se nós não viermos aqui dizer para vocês que nós existimos, nós vamos continuar invisibilizados dentro das nossas casas. Vão até lá. Nós existimos, nós precisamos continuar funcionando onde nós estamos e da maneira como nós somos.

Obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Esse, Watusi – Watusi, né? –, seria o discurso para fechar. Mas ainda temos duas pessoas, e eu não quero deixar de ouvir ninguém que queira falar aqui – aliás, duas e mais uma pessoa que tem um convite para fazer para vocês depois.

Eu passo a palavra agora a Jacira da Silva. (*Pausa.*)

Eu não a reconheci quando vi com a roupa, aquela...

A SRª JACIRA DA SILVA – Boa tarde. Peço licença e peço bênção hoje ao nosso pai, que a gente comemora, que é o Papai Xangô: "Caô, cabeci!"

(Manifestação da plateia.)

A SRª JACIRA DA SILVA – Esse simbolismo e esse dia que nós reservamos, dentro da nossa tradição, da nossa ancestralidade – Papai Xangô nunca nos abandonou e não nos abandonará –, e esse ato que nós estamos aqui, nesta audiência pública, fazendo como um ato político, como um ato de resistência, como um ato de coragem que sempre tivemos, organizados, de cabeça erguida na Casa do Povo, esta Casa precisa respeitar diariamente e secularmente.

Agora, há várias incoerências e várias contradições na nossa sociedade brasileira. Prega-se que a sociedade tem que ser, o Estado, laico. Agora, para agredir, para violentar, para usar dos meios que nos colocam na condição de não cidadão e não cidadã... O Movimento Negro Brasileiro, nós mulheres negras brasileiras, nós idosos e idosas, nós mães ialorixás e babalorixás precisamos dessa unidade, dessa união, porque essa violência desses dois meses representa o desrespeito ao direito de liberdade de expressão. É preciso que os mecanismos institucionais sejam respeitados e que a nossa legislação seja aplicada.

Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, nossas mães que estão nos representando na Mesa, Sr. Ouvidor, Srª Givânia, que trata dos quilombolas, todos estão dentro do Estado, tendo essa missão como gestores e gestoras públicas e sabem o grande desafio que é manter essa política pública, primeiramente, para nos ouvir, para não nos ver como exóticos, para não nos ver de formas pontuais. Exigimos, sim, políticas públicas permanentes. Exigimos que a liberdade de ir e vir predomine. Exigimos que a Casa, o Congresso Nacional, que esses Parlamentares, que essas mulheres e esses homens que estão aqui para nos representar tenham esse compromisso no que diz respeito à construção dessa legislação.

E por último, estávamos conversando com o Papai Babazinho, ou seja, dizendo que teremos que fazer uma intervenção no Estado de Goiás – Parlamento, Judiciário e nós, sociedade civil organizada. Estamos combinando para depois do domingo, quando teremos uma atividade na Aruc, também de arrecadação, uma ação, um ato político nos espaços que nos foram cedidos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BABAZINHO DE OXALÁ – Um toque de resistência.

O SR. JACIRA DA SILVA – Um toque de resistência é o que o Papai Babazinho está sugerindo. Então, vamos nos mobilizar.

(Soa a campainha.)

O SR. JACIRA DA SILVA – Estamos mobilizados. Agora, precisamos exigir que essa lavagem cerebral que todos nós sofremos... Chegou o momento, na virada do século, em que devemos ter essa solidariedade, essa unidade e essa coragem de ir e vir. Não podemos ser cerceados no que se refere ao nosso direito de exercer o nosso culto africano. Não podemos ser vilipendiados por causa da nossa crença. Não podemos permitir que mecanismos supérfluos façam com que a gente esconda essa nossa origem africana, Senador.

Por último, essa abolição que o senhor sempre defende, a segunda abolição, ela não existiu e não existe, a partir do momento em que nós estamos aqui por esse motivo. Nós exigimos que tenhamos a liberdade de exercer esse nosso culto africano em nome da nossa ancestralidade. A crença é uma questão individual, mas nós estamos aqui de uma forma coletiva exigindo esse direito. Em nome de Deus, muitos, de manhã, estão com a Bíblia debaixo do braço, e, à noite, vão ao nosso candomblé, vão à nossa umbanda...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JACIRA DA SILVA – ... e não assumem que precisamos estar juntos, mas respeitando as nossas identidades. Nós estamos falando de identidades, identidades africanas, identidades afro-brasileiras.

Axé, e vamos, a luta continua! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O último inscrito. Depois, disse que há uma pessoa que quer falar, o Evair Santos, que é responsável pela Caminhada Nacional Contra a Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

O SR. EVAIR SANTOS – Boa tarde a todos e a todas.

Quero primeiro evocar o Olodumaré, o criador, que nos inspire e que nos dê muito discernimento e sabedoria numa hora como essa, e a Orunmilá, o seu conjunto de sabedoria divina, que a sua palavra, assim como os orumalês e os nossos ancestres.

Nada acontece por acaso. Nós somos religiosos. Religiosos têm que aprender a ler sinais. Os sinais são muito mais fortes do que a nossa vontade e a nossa emoção.

Primeiro, tem que se observar que esse não é um debate teológico. Porque, se for um debate teológico, se tem alguém que blasfema, não somos nós. Se tem alguém que eles dizem que peca, não somos nós. Porque o criador começou a sua obra pela África. Foi lá que Ele criou o primeiro homem. Eles contam uma história de depois do Rio Eufrates, só que tem o Giom e o Pisom, e eles não falam sobre isso. E têm que observar que quem mandou fazer sacrifício foi Deus, basta ver lá Moisés, que manda não só fazer um sacrifício, mas diz como fazer um bori: botar uma roupa nova e aguardar três dias que Deus iria aparecer. E quando Deus apareceu foi pelas forças da natureza, foi pelo fogo e pelo vento. Ele nunca apareceu como homem. E tem que observar que eles dizem que nós falamos com mortos, só que no monte da transfiguração, Jesus falou com Moisés e com Elias, falou com Egum ou não é? Então, tem que observar que mesmo na Bíblia há um fundamento que mostra como era feita a relação com Deus, que era por sinais. Se o homem mudou isso, a partir de Paulo, de não sei quem, de não sei quem, é outra história. Então, nós continuamos reverenciando a Deus como ele determinou.

Por trás disso há uma briga política. Nós temos que observar que este momento não é um momento de emoção, nem de afirmação religiosa, não é disso. Temos que observar que há uma questão política colocada. O que está em ameaça, Senadores, é a democracia brasileira. Isso tem que ficar claro para todo mundo, porque esses grupos são fascistas. Observe o que aconteceu na casa de Babazinho... (*Palmas.*)

Foi uma coisa organizada. Primeiro foram lá e quebraram. Nós estivemos aqui na audiência pública que o Paim fez, conversamos, não foi isso? Conversamos. Depois eles voltam e não atingem só uma casa, queimam, e outras. Isso é uma estratégia militar; uma estratégia militar, gente. É simultaneamente uma estratégia militar e política, isso é um planejamento feito. Não é uma coisa aleatória. Nós estamos lidando com um grupo que tem uma estratégia clara e se organizou para isso. Isso é crime federal.

Então, nesta audiência, tinham que estar sentados nesta Mesa não só os órgãos que cuidam da relação conosco, mas o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, porque têm que dizer o que eles vão fazer. Não é só uma conversa de afirmação religiosa, de discriminação religiosa; está além disso. Isso é o pano de fundo, mas, na verdade, o que está por trás disso é um crime e um crime que é contra a Pátria, porque têm que observar que, entre outras coisas, o candomblé é considerado patrimônio do País. Então, como é que um patrimônio pode ser vilipendiado, desrespeitado dessa forma e as autoridades federais acham que é só um assunto estadual? E têm que observar que eles têm gente infiltrada em tudo quanto é lugar; têm na polícia, nós sabemos disso, têm na Justiça. Por isso eles têm crescido. Eles têm um projeto muito claro, eles não escondem isto em nenhum momento: transformar o Brasil para Cristo. Isso é política, um projeto de poder e nós temos que reagir a esse projeto de poder.

Então, eu gostaria de sugerir, primeiro, uma conversa com o Ministério da Justiça para pedir que a Polícia Federal tenha uma ação específica de investigação desses crimes. E o Ministério Público Federal tem que tomar uma atitude com relação a isso. Acho que hoje à tarde há uma reunião para resolver isto: como é que se provoca? O Ministério Público só age se for provocado. Tem que chamá-lo, porque não é só num Estado, está acontecendo em todo o País. Então, é hora de se federalizarem essas ações. A primeira coisa é isso.

Segundo, claro que uma mobilização como essa é importante, toda mobilização que fizemos. Não podemos ficar em casa dormindo. Por isso, domingo, agora, todo mundo está sabendo, é a caminhada do Rio de Janeiro. Queremos dar uma resposta nacional ao tipo de coisa que vem acontecendo.

E mais, não só nós temos que aprender a dialogar com os outros setores democráticos da sociedade, isso é muito importante, porque, se fizermos um discurso só para nós, parece que queremos nos preservar, então, parece que é uma briga nossa com eles, e não é nossa com eles, mas deles contra a sociedade brasileira. Eles batem nos homossexuais, na festa junina, na Folia de Reis, tentam acabar com a cultura popular, coisa muito mais além; é uma disputa ideológica e política que está acontecendo na sociedade brasileira.

Então, eu queria só chamar a atenção para isso, que é importante um momento tão delicado como este. É claro que dói vermos aquilo em que acreditamos, nossa representação ser agredida, mas temos que doar isso para uma luta na sociedade por democracia.

Então, domingo, no Rio de Janeiro, quem puder estar lá, muita gente do País está indo para lá, muita gente está sendo mobilizada, queremos dar uma resposta nacional.

E há um relatório feito que já fala disso nacionalmente, é o que queremos colocar, para dar substância para o Ministério Público Federal passar a atuar como uma questão nacional, porque as justiças estaduais, os acordos estaduais políticos... Aqui muita gente falou sobre isso, não é? Eles fazem acordo, têm bancada, e,

quando fazem bancada nos Estados, disputam espaço, porque conseguiram uma coisa que não conseguimos, aqui se falou muito: fidelizaram o voto, o que não conseguimos fazer. Então, fidelizando o voto, conseguem fazer uma bancada.

Não fidelizamos o voto, não temos voto, somos até ingênuos, porque votamos de acordo com a vontade nossa, não com os interesses nossos, mas de acordo com a minha casa, e está dando esta confusão. Quando amadurecermos e jogarmos o jogo como é para ser jogado, esta realidade muda. O discurso que a gente evoca, isso é ótimo, é maravilhoso, é emocional, é tranquilo, mas não altera o quadro político. O quadro político se altera quando você entende o jogo político e se alia com aqueles que podem ser.

E, aí, querendo ou não, a Igreja Católica sabe que essa disputa é com ela, não conosco. A disputa hegemônica não é conosco, é com a Igreja Católica, não é conosco. Então, temos que saber buscar aliados no campo da esquerda popular e democrática, para dar uma resposta efetiva a isso, aí, vão passar a nos respeitar.

Axé e um abraço para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Evair.

Creio que você trouxe uma reflexão fundamental. Há um movimento de intolerância crescendo e não é só contra cultos afro-brasileiros, como a Watusi falou, é contra homossexuais, contra quem discorda de um eixo único, e temos que enfrentar essa intolerância. Agora foi com terreiros, amanhã, vai ser com sinagogas, como já foi em outros países, depois, vai ser com os ateus, e a ninguém vai ser permitido ser diferente. Então, aqui, é muito mais... E com a Igreja Católica. E é muito maior do que estão pensando.

Bem, vou deixar por último mesmo, porque ele quer fazer um convite, o Alexandre. Cadê o Alexandre? Está ali.

Quero dizer o seguinte: esta reunião já deu um resultado. Fui informado aqui de que a TV Senado vai fazer um programa, existe um programa chamado Em Discussão, vão fazer um só sobre esta audiência aqui.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Segundo, ficamos com alguns deveres de casa. Por exemplo, a Erika Kokay falou de escrevermos uma carta ao Governador de Goiás ou irmos lá nós dois, ou telefonarmos.

O representante da OAB sugeriu um documento nosso à Presidência Nacional da OAB, para criar a comissão pela diversidade religiosa.

Aqui se pediu que escrevesse carta ao Governador do Distrito Federal sobre a necessidade dos espaços para os diversos terreiros, como outras igrejas têm.

O Joel, logo no começo, Babalorixá Joel, propôs a CPI, e nós dois podemos trabalhar para que ocorra, ou em relação especificamente aos cultos afro-brasileiros ou mesmo à intolerância sob todas as formas.

A Yalorixá Luizinha, que creio já ter ido, fez um pronunciamento e pediu que entrássemos em contato com a Prefeitura do Rio de Janeiro e com outras autoridades do Rio de Janeiro, mostrando que, em Olimpíadas que destroem terreiros e igrejas, a medalha não vai ser de ouro, vai ser de vergonha.

O Luiz Alvez pediu para pensar, não sei como ainda, criminalizar a incitação à violência religiosa.

O Evair, além de falar tudo que ele falou, falou também de federalizar esse trabalho, essa luta. Essa questão é nacional. Não é de Goiás, não é do Distrito Federal, é do Brasil inteiro.

Eu diria, Evair, que o problema não é só de democracia, nem mesmo só de liberdade, mas de espiritualidade. Quando você coloca num quadradinho a manifestação religiosa, ela deixa de ser religiosa. A fidelização que você falou talvez seja porque muitos dão menos importância à espiritualidade do que à materialidade do voto. É isso que estamos vendo.

Repasso a palavra, então, ao Alexandre, lembrando que depois temos que ficar, porque temos uma reunião ordinária.

Alexandre.

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas.

Em nome da Yalorixá Railda de Oxum, gostaria de pedir a bênção a todos os religiosos.

Em nome dos Senadores, agradeço por esta oportunidade a todos da Casa.

Senador, fomos contemplados com várias falas inteligentes, belíssimas, que têm o mesmo conteúdo. Só gostaria de acrescentar – a minha fala vai ser rápida – o seguinte, a minha preocupação, porque o meu filho, de 9 anos, fez o seguinte comentário: "Papai, se ficar do jeito que está, isso que estamos vivendo aqui não vai virar uma guerra religiosa, assim como tem nos outros países?" Parei por um minuto e pensei. Então, hoje, dia 16 de setembro, às 13 horas e 16 minutos, estamos aqui em nome de Xangô, pedindo paz, alertando sobre esse fato. Daqui a alguns anos vamos ver o que acontece.

Como o nosso irmão Joel falou, queremos paz com a bandeira, mas nós, povos de axé, também sabemos brigar. Nossos santos são guerreiros também, Ogum, Xangô, Oxalá. Queremos paz, mas, se for preciso, vamos à luta. (*Palmas.*)

Então, mais do que um compromisso com os seres humanos, gostaria que os senhores, políticos da Casa, Senadores, tenham compromisso com os nossos Orixás também, acima de tudo Xangô, que é o da justiça.

Kaô cabecile. (*Palmas.*)

Gostaria, neste momento, de convidar algumas pessoas da nossa religião, todos eles, Mãe Railda, Babá Pecê e todos mais para que cantem, em nome de Xangô, para que Xangô possa abençoar tudo o que foi dito e todas as vitórias que tivemos aqui hoje.

Axé. (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Gente, vai haver a Marcha das Mulheres Negras. Quem puder receber as nossas irmãs de fora, que estão sem hospedagem, quem puder recebê-las, por favor, entre em contato com a gente. Porque foi feita uma reunião. Elas vão querer ficar em terreiros: dez aqui, duas ali, cinco ali. Quem puder, por favor, entre em contato com a gente.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos cantar agora.

(Procede-se ao canto.)

(Palmas.)

O SR. VINICIUS EHLERS – Companheiros e companheiras, convidamos a todos para chegarem junto à mesa aqui para a gente fazer uma foto, registrar esse momento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aberta a segunda parte da reunião.

Vamos à votação dos requerimentos, porque nós temos que ir para outra reunião.

Segunda parte da reunião, deliberativa.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 148, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "O Estatuto das Estatais".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A presente reunião foi requerida pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Autoria deste Senador e de outros Senadores.

Segundo requerimento, no mesmo sentido:

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 149, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "O Estatuto das Estatais: debatendo a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e seu estatuto jurídico".

Autoria: Senador Paulo Paim

Temos também um outro requerimento, o Requerimento nº 150, de 2015.

ITEM 3
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 150, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater: "O Trade in Services Agreement – TISA (Acordo no Comércio de Serviços) e seus impactos no Brasil",

Autoria: Senador Paulo Paim

Como os três requerimentos são de minha autoria, eu vou convidar o Senador Cristovam para presidir a votação. Aí, V. Exª pode, inclusive, encerrar, porque eu tenho que ir para uma reunião da Bancada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ponho em discussão os requerimentos que já foram lidos.

Os Senadores que estiverem de acordo com o Requerimento nº 148, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Requerimento nº 149, de 2015, também do Senador Paulo Paim, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Finalmente, Requerimento nº 150, também do Senador Paulo Paim, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, ponho em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 81ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e quinze, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência eventual do Senador Donizeti Nogueira**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 116 de 2015-CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater o tema e lançar o livro: "Liberdade atrás das grades - pedagogia social, política pública e cultura de paz". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Dalila Lubiana, escritora e autora do Livro "Liberdade atrás das grades - pedagogia social, política pública e cultura de paz"; Ana Rita, Ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; Marcos Aurélio Sloniak, Coordenador da Escola Penitenciária do Distrito Federal, representante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal – SESIPE; Valdirene Daufemback, Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. O Senhor Presidente eventual registra e agradece a presença de pessoas no Plenário. Faz uso da palavra o Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Donizeti Nogueira
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 81ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 116, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o tema e lançar o livro Liberdade Atrás das Grades: Pedagogia Social, Política Pública e Cultura de Paz.

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211. Então, através do portal e-Cidadania, você pode participar conosco, nesta manhã, de um debate de extrema relevância. Também através do Alô Senado, no número 0800 612211.

Aberta nossa audiência pública, eu quero convidar, para compor a nossa Mesa, Dalila Lubiana, escritora e autora do livro Liberdade Atrás das Grades: Pedagogia Social, Política Pública e Cultura de Paz. Seja bem-vinda, Profª Dalila.

Também convido a Senadora Ana Rita, ex-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para fazer parte com a gente, aqui, nesta manhã.

Convido, também, Valdirene Daufemback. É isso?

A SRª VALDIRENE DAUFEMBACK – Quase.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quase. A gente vai aprendendo... Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

E Marcos Aurélio Sloniak, Coordenador da Escola Penitenciária, representante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

Sejam todos bem-vindos. Desde já, em nome do Senador Paim – que infelizmente não pode estar aqui conosco hoje, e gostaria muito de estar –, eu quero agradecer a presença de vocês, para início.

Iniciando, eu quero tecer alguns comentários aqui. Retomamos aqui o debate sobre os meios, as formas de lidar com a nossa população carcerária. Estamos retomando, este ano, inclusive, Senadora Ana Rita, porque nós fizemos uma audiência pública sobre sistema penitenciário com um longo, demorado, profundo debate, e muito rico, inclusive. Então, retomamos aqui o debate sobre os meios, formas de lidar com a nossa popula-

ção carcerária hoje sob um outro ponto de vista, mais humano e regenerador, como comprovado pelo projeto apresentado no livro *Liberdade atrás das Grades*.

A lógica prisional como nossa sociedade, em maior escala, hoje reconhece e até exalta em alguns casos traduz uma lógica estudada por um dos mais clássicos estudiosos da questão prisional, o cientista Michel Foucault. O autor do clássico livro *Vigiar e Punir* nos lembra a origem do sistema carcerário como hoje o conhecemos. Ele cita como marco de criação do sistema penal que hoje se pratica a fundação de um presídio francês em 1839. Foucault explica que até então o denominado processo punitivo ligado à ideia de castigo transformou-se em técnica penitenciária agora direcionada à ideia de adestramento, ligando à ideia de punir a de educar. A noção de adestramento como o aplicado a animais passou a ser aplicada aos presos, que eram submetidos ao trabalho forçado, instrução primária e religiosa, além de toda sorte de castigos físicos. A mínima desobediência era castigada e o melhor meio de evitar delitos mais graves era punir severamente as mais leves faltas, reprimindo-se qualquer palavra inútil. Trata-se da ideia de regenerar ou ressocializar por meio de mais violência num processo mais vingativo do que o de reintegração social, que ainda hoje perdura no imaginário de muitas pessoas como sendo mais adequado.

Os mais de 550 mil brasileiros amontoados nos presídios da atualidade nada distantes da França do século XVIII apontam para a incompetência dessa lógica para reintegrar e melhorar o ser humano. Os cerca de 70% de reincidentes na prática criminal de hoje no Brasil demonstram a enorme quantidade de pessoas que saem das cadeias e simplesmente retornam para o cárcere sem qualquer esperança de outra vida. Bem sabemos que ter alguma esperança para os presos e presas brasileiros só será possível com uma nova lógica de ressocialização.

A dinâmica punitiva tão propagada como o único caminho para a atualidade tem se demonstrado ineficaz para evitar que a população mais pobre e de menor nível de escolaridade e em maioria negra acabe atrás das grades. Eis que uma esperança surge por provocação e com a presença da ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Senadora Ana Rita. Hoje a CDH recebe com orgulho outra importantíssima experiência que segue a linha de humanização do sistema prisional.

Lembrando de valores básicos como o amor ao próximo e a importância do perdão e não da punição vingativa, a Drª Dalila Lubiana construiu um trabalho, uma experiência de muito sucesso nos presídios do Estado do Espírito Santo. Desde 1998, ela realiza sessões de terapia coletiva e aplica diversas técnicas no sistema prisional do Estado do Espírito Santo, vindo agora a esta Comissão apresentar o livro em que compartilha essas experiências. Técnicas de psicodrama, ioga, dinâmicas de solução e mediação de conflitos, dentre outras, são as práticas que ajudaram centenas de milhares de presos e presas a elevar a autoestima, recuperar suas vidas e buscar a liberdade atrás das grades, tema que dá nome ao livro ora lançado.

Hoje muito mais do que de vingança nas prisões, o Brasil precisa de novas oportunidades para a evolução de todas e todos nós.

O sistema prisional brasileiro revela para nós que fracassamos. Se nós não mudarmos para podermos sair desse fracasso para o sucesso, para conseguir gerar oportunidades de reintegração, gerar oportunidades de ressocialização, nós vamos continuar aumentando os presídios e amontoando pessoas pela lógica colocada aqui de que são animais e, por isso, precisam ser adestradas e não educadas ou reintegradas à sociedade.

É simples. Quando nós hoje estamos debatendo aqui, no Senado e na Câmara, no Congresso, a redução da maioridade, é simples pensar que nós vamos gerar segurança para a sociedade brasileira, para o povo, trancando mais gente nas cadeias. Se nós não imaginarmos que essas pessoas vão sair e voltar para a sociedade e que aquele que furtou um celular ontem, amanhã, poderá assassinar um vizinho seu ou você mesmo, nós não estaremos contribuindo com a segurança.

Então, eu acredito, Senadora Ana Rita, e doutora, nossa escritora que se apresentará aqui hoje, que nós temos saída, que a humanidade é um projeto que deu certo. Eu acredito na humanidade, acredito nas pessoas sobretudo, basta termos, como aparelho de Estado, condição de gerar oportunidades e criar condições para que possam viver em paz, serem solidárias e contribuir de forma efetiva para o nosso País.

Nós vamos aqui, primeiro, ouvir a Drª Dalila, sua apresentação. Depois passaremos aos demais da Mesa. Em seguida, voltaremos para as reconsiderações, se forem necessárias.

Com a palavra a Drª Dalila Lubiana, escritora e autora da livro *Liberdade Atrás das Grades: Pedagogia Social, Política Pública e Cultura de Paz*.

A SRª DALILA LUBIANA – Bom dia. É uma honra estar aqui.

Cumprimento todos vocês da Mesa com gratidão ao Senador Paulo Paim pelo convite e gratidão a V. Exª pelas belas palavras que acaba de dizer.

O trabalho realmente segue essa linha que V. Exª disse este instante. Este livro, *Liberdade Atrás das Grades: Pedagogia Social, Política Pública e Cultura de Paz*, é resultado de uma dissertação de mestrado. Essa dissertação de mestrado foi feita para registrar esse que foi um trabalho voluntário que fizemos, por mais de dez anos, lá

na penitenciária, eu e várias pessoas que estiveram comigo, cujos nomes estão citados no início do livro, em um agradecimento.

Esse trabalho aconteceu também devido às formações que fui fazendo ao longo da minha vida. Eu sou academicamente formada em Administração de Empresas e sempre trabalhei, nas empresas, na área de recursos humanos, sempre voltada para isso e para essa área de treinamento também, e na direção dessas empresas, então, sempre bastante ligada com isso.

Mas chegou um momento da minha vida em que aquilo já não me satisfazia mais. Eu precisava fazer outras coisas. Eu sentia um chamado. Então eu comecei a fazer novos estudos, não mais acadêmicos.

Então, fui para São Paulo, vim para Brasília e fui para o Espírito Santo também. Comecei a fazer ioga e programação neurolinguística para compreender mais o que se passava comigo mesma e o que se passava na minha mente, como isso tudo funcionava.

Um dia, nessa minha ida, eu tinha filho pequeno ainda, na minha casa, ouvi uma palestra do Pierre Weil, falando da Unipaz. E falei: quando eu for a Brasília, a qualquer reunião, eu vou conhecer esse lugar. É aqui pertinho da gente. E logo, no ano seguinte, eu já estava fazendo, então, uma formação na Unipaz. Ela orienta, foi uma coisa que eu sempre gostei de fazer, trabalhos voluntários e também orienta, em uma das formações que dá, que você pratique, que dê esses trabalhos em empresas e que faça um seminário a cada três, de uma forma voluntária. Comecei fazendo com a terceira idade, mas também não era aquilo. Um dia ouvi uma palestra falando sobre as prisões. As prisões sempre foram algo do meu imaginário desde a infância. Quando a gente ia fazer visitas, as prisões sempre me intrigaram bastante, desde a infância. Então, diante de todos esses cursos, formações, ioga, eu fui tecendo esse caminho. E consegui, então, ir para a prisão feminina em Nova Veneza – desculpe, em Nova Veneza eu fiz um trabalho também com os homens, os prisioneiros, mas o foco aqui é a prisão feminina.

Eu sempre digo que eu gosto de colocá-las para falar. Todas as inúmeras vezes em que vieram pessoas para registrar o trabalho dentro da prisão, eu sempre gostei de colocá-las para falar. E eu vou colocá-las para falar para vocês aqui agora. Em um dos momentos que a gente faz no seminário, a gente começa com um seminário, depois a gente faz momentos menores, então, este momento que eu vou colocar aqui foi no final de uma sessão de ioga que a gente deu para elas, de relaxamento e de meditação. Vou apresentar essas moças falando para vocês agora.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Esse trabalho, que metodologia tem? Em que consiste? Ele consiste em você aprender a compreender a sua mente, trazer isso, trabalhar com as suas emoções e experimentar isso no corpo. Todo o trabalho é feito dessa forma. Então, naturalmente isso vai promover uma profunda mudança na pessoa, isso gera mudança. E às vezes, várias vezes, a gente constatou que a pessoa muda até fisicamente, além de mudar a sua forma de ser e de estar no mundo. Então, essa é a grande mudança que nós precisamos colocar nesse sistema.

Quando a pessoa muda interiormente e passa a ter uma nova visão de mundo, ela vai olhar para as outras pessoas de uma forma diferente, mais pacífica, porque ela vai trabalhar esses conflitos internos, esse emaranhado de emoções que habita cada um de nós, essas pessoas. Então, ela vai olhar o outro e vai ter uma convivência melhor. Quantas vezes eu cheguei à prisão e as assistentes sociais, saindo de reuniões com diretoria diziam: "Acabamos de falar na prisão que nunca vimos esse lugar com tanta paz"! Eu tenho a experiência de que, às vezes, eu passava em secretarias do Governo e em outras secretarias também e via bastantes conflitos lá e chegava à prisão e sentia que havia mais paz na prisão do que nas secretarias.

Esse trabalho não é só feito para as prisões, ele é feito para o ser humano. Já fizemos também com policiais militares, com diretores de presídios. A gente faz esse mesmo trabalho em empresas e escolas, porque é o trabalho para o ser humano.

Voltando, se eu consigo compreender, me compreender, me olhar e saber quem eu realmente sou, eu vou ter respeito pelo outro e pelo meio ambiente também.

Então, essa é a forma como a gente faz todo esse trabalho, usando diversas técnicas que vamos mostrar agora e como isso funcionou dentro da prisão do Espírito Santo. A gente começou o trabalho com um seminário de doze horas. E esse trabalho traz a questão do conflito e da paz no corpo, nas emoções e na mente. Então, aí nós temos a chegada a essa prisão de Tucum, que é o nome do bairro no Município de Cariacica, hoje não está mais nesse bairro, vamos falar sobre isso depois. O primeiro seminário é aquela imagem aqui à direita. Então, já nesse primeiro dia, vimos – atrás do *flipchart* tem uma pessoa, porque nem todas, eram trinta mulheres fazendo esse seminário, mas só essas concordaram em ser fotografadas.

Havia uma que não queria sair na fotografia, mas queria dizer que pertencia ao grupo. Foi uma das pessoas mais resistentes no início do seminário, porque era de uma convivência muito difícil, ninguém gostava

dela na prisão. Havia duas dessa forma. Eu chamei a assistente social e perguntei: por que você colocou pessoas que não queriam fazer? Eu tinha recomendado: convide quem quer fazer apenas. Imagine, eu vou lá fazer um trabalho para pacificar e já obrigo uma pessoa a participar do trabalho! Então, já começou... E ela, no final, quis sair, porque ela queria pertencer àquele grupo. E essas duas pessoas foram de uma transformação incrível, o que encantou todo mundo que estava lá nessa convivência com elas.

Nesse final desse seminário de 12 horas, uma senhora de quase 70 anos quis falar comigo. Ela veio dizer que agora ela tinha entendido por que ela tinha matado o filho que ela mais amava. Foi por causa do apego. E ela me contou a história. O filho chegou ao bar que ela tinha, pediu para guardar a arma dele, ela foi, guardou lá dentro a arma dele e sentou à mesa para tomar uma cerveja com ele. Ele então conta para ela que iria fugir com a namorada porque o pai não queria o casamento. Ela foi lá dentro, pegou a arma, chegou na mesa e matou o filho. Então, ela começa a entender essa emoção, esse sentimento, o que aconteceu com ela. Ela tomava, nessa época, seis qualidades de remédio: para conseguir dormir e para n outras coisas. Meses depois ela já estava tomando três qualidades de remédio. Continuamos o trabalho.

Ali a gente vê o momento em que elas estão saindo do relaxamento, então, elas estão colocando paz no corpo.

E aqui é o momento de um final de evento. O pessoal da televisão foi lá para ver, para constatar esse trabalho.

Valores humanos. Em tudo o que a gente fazia sempre estava puxando a questão dos valores humanos, dos direitos e deveres humanos que temos, porque sempre dizia para elas que a gente não só tem direito humano, mas tem deveres também como cidadãos.

Expressão corporal e arte. Sempre trazíamos para esse foco.

Jogos cooperativos eram algo que a gente fazia bastante. Quando as assistentes, quando elas começavam a se atribular um pouco mais... Porque nessa época as condenadas e as provisórias ficavam juntas. Então, sempre havia moças chegando e, às vezes, havia bastantes conflitos lá com essas novas que estavam chegando. Então, as assistentes sociais ligavam e pediam para a gente ir para lá. A gente ia e fazia danças, ensinava a fazer automassagem e meditação.

Ali é o final de uma oficina de dobradura de papel, de *origami*. Além de trabalhar a parte física, trabalhávamos toda a parte emocional também com elas.

Embaixo, uma palestra no pátio da prisão. Ali há duas que eram representantes de cela pregando as últimas informações, porque a gente ia embora, mas elas continuavam fazendo o trabalho. Então, a gente sempre deixava o que elas deveriam fazer, praticar para que elas fossem evoluindo nessas práticas.

Nessa primeira imagem aí, nós temos uma delas, que estava em liberdade condicional, para quem eu consegui autorização para falar num congresso de arte que houve no Espírito Santo, na Ufes. No final, todo mundo só queria ouvi-la falar sobre a experiência.

Ali é um outro momento, uma época em que houve o Festival Mundial da Paz, que o PNUD colocou no *site* deles. E fala sobre o trabalho também.

Aqui elas estão fazendo cantos. São cantos que falam sempre dessa questão da gente ser mais pacífico e mais compassivo.

E um evento que teve, do Paz no Planeta. Aqui, em todos os eventos que havia, nós levávamos novos ensinamentos também para elas.

Essa imagem muito bonita é o trabalho de uma senhora que entrou na prisão com 80 anos. Eu conto essa história no livro. Eu conto apenas duas histórias delas, porque o livro já estava bem grande e eu tinha de parar. Então, conto da mais jovem e da mais idosa, da prisão.

Então, a mais idosa andava cabisbaixa pelo corredor, sempre de cabeça baixa, passo curtinho, parece que ela economizava os passos, porque não tinha nada para fazer dentro da prisão. Então, como as pessoas sabiam que eu fazia esse trabalho, uma vizinha me deu um material, uma revista, retalhos e tampinhas de garrafa, eu levei para lá e ela começou... Ali tem uma imagem, ela sentada no chão da sela, no chão do corredor, começando a encapar as primeiras tampinhas. E reclamou comigo porque as cores das linhas não estavam de acordo com as cores do retalho. Então, a gente providenciou isso também. E ela, depois, fazia esse trabalho.

Estava presa por drogas, por tráfico de drogas, e começou, então, a ganhar seu próprio dinheiro e a ter a sua vida. E agora, aquela mulher cabisbaixa tinha brilho no olhar. Ela se sentia importante. Então, é uma mudança que acontece com essa senhora.

A mais jovem literalmente enlouquecia atrás das grades e muitas vezes estava vindo do hospital psiquiátrico e não se aguentava em pé, não conseguia trabalhar e nem fazer nada, e não tinha ninguém que a visitava. Então, a assistente social me chamou e pediu que precisava arranjar alguém, porque tinha fila. Na época,

havia um orelhão dentro da prisão e tinha fila, na quinta-feira, para as pessoas falarem com outras; e ela não tinha ninguém para falar. E também, quando você não tem ninguém, a convivência lá dentro não é tão simples.

Então, arranjamos uma madrinha pra ela, e a madrinha autorizou que ela ligasse a cobrar. E ela já podia enfrentar a fila do orelhão. E um dia, a madrinha estava na roça e recebeu uma ligação que não é a cobrar e perguntou para ela: "Por que você não ligou a cobrar?" Ela falou: "Porque agora eu já trabalho e já posso comprar minha ficha de telefone". Com muita alegria ela falou dessa conquista que tinha. E nunca mais voltou para o hospital psiquiátrico.

Esse trabalho era oferecido por uma empresa, lá dentro da prisão.

Então, eu pedia também para elas escreverem, porque era uma forma de elas estarem colocando toda essa experiência. Então, elas escreviam muito para mim e diziam até dos relacionamentos amorosos, como tinham mudado. Então, elas escreviam o que é a meditação.

Nesse debaixo, ela está falando que quando medita, como se sente bem. Então, há vários recados que a gente recebeu de lá também.

As campanhas de saúde feitas pelo governo a gente levava e orientava, porque na época não tinha ainda essa orientação.

Aqui nós temos, por exemplo... É algo que a gente precisa repensar, reinventar. Nós temos uma grávida no meio delas. Ela aqui com a sua criança, que nasceu lá dentro da prisão. Aos seis meses, essa criança saiu da prisão – acho que ainda é assim –, então, isso, pelos estudos que a gente tem agora, sabemos como é importante a presença da mãe com a criança na primeira infância, até os seis, sete anos. Então, é algo que a gente precisa repensar seriamente, no caso das prisões também.

Na época, a gente não tinha isso ainda. A gente conseguiu. Fomos conversando com a Secretaria de Justiça.

Então, conseguimos que eles fizessem o certificado para aquelas que participassem também terem redução na pena.

São dois momentos que nós temos aí de – tem um momento aqui e outro – entrega de certificado para as que participaram do seminário.

No final do ano, a gente fazia o presépio vivo, com psicodrama. Então, não era nada ensaiado. A gente pegava o texto do nascimento de Jesus, porque todas são religiosas também; então, a gente ia fazendo toda essa vestimenta, ao vivo, e no final elas formavam o presépio vivo da paz, que era como elas chamavam.

No dia em que eu participava de uma mesa, na Prefeitura de Vitória, havia várias pessoas, várias tradições e vários profissionais falando. Eu falei sobre esse trabalho e mostrei para o Lama Samten, lá do Rio Grande do Sul, que também estava nesse evento, e ele gostou muito do trabalho. Então, quando eu fiz, no final do ano, mandei por *e-mail* algumas imagens para ele, e ele disse essa fala aí:

"Vocês fazem essas moças nascerem em uma terra pura. Elas nascem porque dentro do coração delas já está presente essa pureza. Isso mostra que todos podemos nascer nas terras puras, pois temos a natureza ilimitada já presente em nós."

Então, até aí foi onde foi feito o trabalho, na penitenciária de Tucum. Depois que eu terminei o Mestrado, fui pela primeira vez em Bubu – esse é o caminho de chegada para Bubu – e fizemos uma experiência com elas. Normalmente, a gente vai no Dia Internacional da Mulher, em 2013, em 2014; e em 2015, além do Dia Internacional da Mulher, a gente foi fazer também uma tarde de autógrafos com elas, mostrar o livro, apresentá-lo e fazer a doação do livro para a biblioteca da prisão.

E, para finalizar, vou colocar aqui um poema de uma pessoa que se encontrou comigo depois da prisão, e é o que finaliza também o livro e finalizou a minha dissertação de Mestrado. Perguntei se ela queria escrever alguma coisa da experiência, porque ela me disse assim no telefone: "Eu não tenho saudade da prisão, mas eu tenho saudade da fonte em que eu bebia lá dentro da prisão". E ela escreveu pra mim:

"Aqui vai a minha Declaração Universal de Amor por Você!!??
Um Dia, por não saber trilhar me perdi...
por não saber falar me escondi.
pro fundo do meu eu fugi!
Alguém me falou que mesmo no escuro,
onde eu estava a luz podia refletir.
Que eu poderia me transportar mentalmente dali...?eu sorri...
primeiro por duvidas, depois por que entendi!
Me sentei em meio ao tumulto e decidi,
que aquela voz me conduziria pra muito longe dali.
Consegui meditar !?Consegui relaxar !

Consegui escrever poesias!?Consegui voltar a falar...
Voltei a acreditar!?Me levantei do escuro
pra em um lugar claro passear?
sempre e quando eu quisesse... o meu caminho achar!??
Construi lindas "iquebanas"
quantos tzuros fiz e destribui
Guardo com muita saudade, as oficinas de paz
onde eu pude entender a força que era capaz
de reformar o meu mundo
com a arte de viver paz !!!!!
Obrigada por me conduzir da desistência ,
para a espera da paz !!!
AMO vç!!"
"M" (*Palmas.*)

E ainda, agradecendo a vocês, eu quero dizer uma frase do Nelson Mandela, em que ele fala que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação – segundo ele – não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais privilegiados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos menos favorecidos.

E Gandhi diz o seguinte, o que é a liberdade? Liberdade não é a rua. O que é a prisão? Prisão não são as grades. Liberdade não é a rua e prisão não são as grades. Existem homens livres na prisão e existem homens presos na rua. É uma simples questão de consciência. Gratidão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Maravilhoso! E para um homem um tanto chorão...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós vamos ouvir agora a Senadora Ana Rita, para fazer suas considerações.

E a gente está trabalhando aqui. São 10h26. Eu não sei como está o horário de vocês, mas vamos trabalhar com 15 minutos? Menos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA – Bom dia para todos vocês. É um prazer muito grande retornar a esta Casa na Comissão de Direitos Humanos. Sinto-me muito feliz de poder estar aqui hoje, numa audiência pública tão importante como essa. Fiquei emocionada com a fala da Dalila. (*Pausa.*)

Bom, quero cumprimentar primeiro meu companheiro de partido, Senador Donizeti, que hoje preside esta audiência pública, compõe a Comissão de Direitos Humanos. Cumprimentar também a Senadora Regina, nossa companheira, que também faz parte desta Comissão de Direitos Humanos. Cumprimentar a Dalila, amiga, parceira, companheira de muitos anos, que realizou um belíssimo trabalho e hoje tem a oportunidade de estar aqui apresentando, falando dessa experiência.

Também cumprimentar a Valdirene, do Ministério da Justiça; o Marcos Aurélio, que é o coordenador da Escola Penitenciária – que bom, Marcos, que você está aqui. (*Pausa.*)

Eu acho que vou pedir para alguém falar primeiro do que eu. Estou emocionada. Pode ser? Acho que é melhor. Acho que a Valdirene poderia falar antes e eu falo depois, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, Drª Valdirene Daufemback, com o tempo... Eu estava dizendo que a gente trabalha com dez, quinze minutos.

A SRª VALDIRENE DAUFEMBACK – Sim. Vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não precisa ser tão breve, porque a gente sabe que você tem muita coisa para dizer.

A SRª VALDIRENE DAUFEMBACK – Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje.

Eu queria cumprimentar também as pessoas da Mesa: o Senador Donizeti, a Senadora Ana Rita; o Marcos, parceiro da gestão do Executivo; Dalila, que nos brinda com a oportunidade de tocar os nossos sentimentos, numa pauta tão árida como é a nossa, e geralmente os servidores que atuam diretamente nesse sistema se embrutecem.

Quando a gente vem numa discussão como essa, tratando da política penal, em que as pessoas mantêm a sua sensibilidade, eu volto a ter muita esperança em nós como catalisadores de um processo de mudança em que a plateia também se emociona e se envolve com isso. É sinal de que a gente tem muito potencial ainda em nós, nas nossas ações, nos nossos espaços, para olhar essa realidade de um jeito diferente.

Motivada por isso, eu queria trazer para vocês algumas informações, porque acho importante nós refletirmos a partir dessa proposta que traz a Dalila, de um método de estar com as pessoas que estão privadas da liberdade.

A primeira delas, que me parece essencial, é dizer que nós banalizamos por completo o uso dessa ferramenta que é a prisão.

Independentemente daqueles que lá estão, se são poucos ou muitos, nós precisamos ter algum tipo de abordagem para estar com essas pessoas, mas no Brasil nós estamos num movimento de super encarceramento que não tem precedentes mundiais. O Brasil é o País que mais cresceu em termos percentuais de população de pessoas presas, e nós temos uma tendência – se não modificarmos isso – de termos o maior número de pessoas presas daqui a 50 anos.

Hoje, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar; China, na sequência, e Rússia. O Brasil é a quarta população. Mas nos últimos cinco anos, no Brasil cresceu em 33% a sua população, e em todos os outros três países diminuiu o número da população prisional entre 5% e 13%. No caso dos Estados Unidos foi 5%, depois 8%, e depois 13% no caso da Rússia.

Existe um movimento mundial tentando dizer que esse caminho que a humanidade está seguindo não está funcionando. Ele não garante preceitos de segurança, de paz, que são as expectativas de uma medida judicial como essa. E nós precisamos falar disso.

Hoje, no Brasil, existe um mito de que a justiça se iguala à prisão. Muitas vezes, quando nós estamos assistindo ao noticiário em que a vítima ou um ator daquela cena de crime se manifesta, ele diz: "Eu quero justiça." Mas isso não se traduz em um processo legal, de defesa, com investigação acurada para identificar autores e responsabilidade, isso significa prisão para o acusado. O desejo, hoje, da nossa população, é de muita vingança, e esse mecanismo de vingança, de ódio, nos tem levado a essa realidade dura, dentro das prisões e fora delas.

Então, não podemos banalizar isso, não podemos banalizar o sentimento de individualismo, de vingança, o sentimento que hoje está permeando a sociedade de uma forma geral, de exclusão das pessoas por aquilo com que elas próprias não estão conseguindo lidar. Todos os nossos conflitos parece que estamos querendo judicializar. A gente não consegue mais ter habilidade de diálogo para tratar das nossas diferenças, como vizinhos, como uma comunidade de bairro, como partidos. Nós estamos com muita dificuldade de diálogo na nossa civilização hoje, e o Brasil se acentua nessa realidade, neste momento de muito discurso de ódio. Nós temos de rever isso, pois não nos faz bem como sociedade brasileira. Então, precisamos mexer nessa forma de ver as coisas.

Independentemente disso, se a responsabilização pela prisão acontece, se ela acontecer de um jeito diferente para um número – acreditamos – muito menor do que deveria ser, o que fazer e como estar com essas pessoas nessas instituições? A prisão nunca será boa. Não há uma boa prisão.

A gente se esforça muito, no Departamento Penitenciário Nacional, para ter patamares de dignidade humana nessas instituições. Muitas políticas relacionadas a educação, trabalho, cultura, lazer, esporte, assistências religiosas e materiais, hoje estão sendo empreendidas pelo Governo Federal, juntamente com os governos estaduais. No entanto, está ainda muito aquém do que deveria ser. E hoje tem um foco bastante grande na questão da produção da disciplina, do controle dentro do sistema prisional, que já vem desde Foucault.

Nós tendemos a achar que o nosso trabalho está bom quando a gente tem um preso "bom", um preso que não dá problema, um preso que não se manifesta, um preso que não se expressa, um preso que não manifesta conflito. Nós não queremos uma pessoa assim. Esse não vai se transformar num cidadão bom.

Nós, como cidadãos, temos opiniões, temos divergências, queremos nos manifestar. E quando as pessoas chegam aqui fora, quando o preso sai da instituição prisional, a nossa expectativa como sociedade é de que as pessoas tenham iniciativa, capacidade de se relacionar, capacidade de produzir renda, de serem autônomas. Mas dentro da prisão a gente ensina as pessoas a se infantilizarem, a não saberem fazer as coisas, a não decidirem nada. Então, a nossa forma de estar dentro da prisão, hoje, é uma forma que limita o ser humano.

Acho que o trabalho da Dalila traz pra gente uma experiência de acreditar no ser humano, permitir que ele se expresse, permitir que ele demonstre diferenças e a partir disso, saiba lidar com elas e com o meio. Esse é um trabalho transformador, que produz cidadania.

Nós estamos, hoje, muito certos de que na política pública a gente tem que trazer essa possibilidade para o sistema prisional. Estamos remando contra a maré. Imaginem estarmos conversando dessa forma, trazendo esses valores, esses conceitos, numa conversa num ambiente um pouco mais amplo, que não tenha interesse

tão explícito sobre a dignidade humana frente às instituições totais, com pessoas que – entre aspas – "erraram". Mas se nós não o fizermos, como será? Transformar-se-á em uma forma pior. E nós temos muitas possibilidades de demonstrar que o resultado será melhor assim do que está sendo hoje.

No Brasil, não existe uma análise, um estudo conclusivo sobre o índice de reincidência, embora se fale em 70%. Mas esse é um número meio cabalístico que apareceu e se produz num discurso midiático, e muita gente reproduz isso.

Nós temos pesquisas localizadas, em um ou outro Estado, dentro de determinada época, que identificaram um percentual de reincidência que em geral circula em torno de 25% a 40%, mas não existindo, o que nós sabemos em geral, se não há um índice total no Brasil? É que essas pessoas que vivem experiências da prisão sofrem um estigma posterior que as deixam muito marginalizadas.

No último levantamento que fizemos, nós registramos 607 mil pessoas presas no Brasil, que é de junho de 2014. Mas isso não significa que só 607 mil pessoas passaram pela prisão. O *turnover* nós calculamos em torno de um milhão de pessoas por ano, as quais passam pela prisão. É um milhão de pessoas que estamos empurrando para uma margem social de estigmatização, precarização de trabalho, dificuldades de acesso às políticas públicas.

Então, precisamos pensar em todo esse mecanismo da forma pela qual estamos trazendo essas pessoas de volta para o convívio social. A sociedade em si não se caracteriza por ser boa, correta. A mensagem que às vezes a gente quer passar na prisão, dizendo que se fizerem tudo certo, se estudarem, se trabalharem vai dar tudo certo, não necessariamente assim acontece, porque a sociedade não é justa. A gente tem que trabalhar com as pessoas justamente para lidar com as adversidades, com as injustiças, que na maioria das vezes as colocaram dentro do estabelecimento prisional, porque o nosso sistema de justiça, desde o aparato policial, da justiça propriamente dita e da execução penal é um sistema seletivo. Ele está direcionado para um determinado grupo de pessoas na nossa sociedade. E o tipo de crime que hoje nós punimos com mais frequência são os crimes patrimoniais, aqueles que em tese têm menos importância na vida do cotidiano. A vida é o bem mais importante. Então, todas as nossas ações estão direcionadas para uma população.

Nós temos que saber questionar a justiça. E essas pessoas que estão conosco têm que também saber questionar e entender que existe esse mecanismo seletivo em que o erro delas é mais visível do que o erro de outros grupos sociais, e que isso as coloca lá.

Existe também, na prisão, nessa intenção do bom preso, a tendência de a gente impingir a ele uma culpa; que ele assuma que errou. A sociedade errou. Não necessariamente, às vezes, o ato dele não seria justificar. A gente tem muitas pessoas na prisão por crimes de bagatela. Mães roubando pequenas coisas para alimentação dos seus filhos. Quem está errando mesmo? Que custo social é esse? A prisão muitas vezes produz um mal muito maior do que aquela pessoa que furtou uma coisa insignificante, inclusive devolveu para quem tinha posse daquele bem, mas ela vai para a prisão e o Estado a pune de uma forma muito dura.

Então, o erro precisa ser questionado, porque senão essa culpa é introjetada, e isso também não nos transforma em bons cidadãos ou boas pessoas que vão estar construindo nossa sociedade.

Nós temos que questionar esse mecanismo de opressão que a prisão significa, porque senão a gente não muda esse estado de coisas, essa cultura da violência que está tão presente entre nós.

Muito obrigada pela oportunidade de refletir isso com vocês.

O departamento está à disposição para qualquer diálogo que o Senado quiser fazer conosco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos, Drª Valdirene. (*Palmas.*)

Parabéns pela sua exposição.

Nós vamos ouvir, agora, o Marcos Aurélio Sloniak, do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Depois, ouviremos a nossa Senadora, que está mais recuperada.

O SR. MARCOS AURÉLIO SLONIAK – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o Senador Donizeti, a Senadora Ana Rita, a Srª Dalila, a Drª Valdirene. Cumprimentar os presentes e dizer que é uma satisfação imensa nessa oportunidade estar representando aqui o Subsecretário do Sistema Penitenciário.

Eu sou policial civil, atuo há 14 anos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Passei por diversas funções dentro do sistema e de fato a realidade com a qual nós nos deparamos diariamente nos faz refletir sobre a finalidade desse método punitivo pelo qual nós, enquanto sociedade, optamos.

Eu julgo de extrema importância as discussões que têm surgido em todas as esferas decisórias, que nos fazem refletir, discutir o que nós queremos quando tiramos aquele que desviou a conduta social e o que esperamos dele após o retorno ao convívio social.

Essa questão é importante partindo do pressuposto que nós, no Brasil, legitimamos a dupla finalidade da pena. Uma é punir, a outra é tratar. E acho que uma das maiores falhas que o sistema penitenciário tem vivenciado é essa ideologia do tratamento.

Eu queria parabenizar a Srª Dalila pela forma com a qual conduziu a sua pesquisa e como são interessantes algumas questões que surgem na sua pesquisa, em outras pesquisas, que nós vivenciamos com esse aspecto social. Chamou-me atenção o diálogo de uma sentenciada falando que ela estava com o corpo e com a alma presos.

Uma das principais teses que Foucault levanta no livro dele é essa sutil diferença que houve nos idos do século XVIII, quando a sociedade optou por retirar a pena corporal das praças e dos cadafalsos e instituir a penitenciária, não mais atacando o corpo mas atacando a alma do sentenciado, porque segundo Foucault é no psiquê que surgem as decisões e é no psiquê que a instituição atuaria com aquele ideal de reintegrar, de modificar, de regenerar, um discurso já bastante questionável a longa data.

Então, é importante que entendamos que além da punição, se nós legitimamos esse tratamento, as políticas públicas precisam ter um espaço bastante amplo. E aí quero parabenizar a Drª Valdirene e o DEPEN pela forma bastante ampla com a qual tem rediscutido as políticas penitenciárias, as políticas voltadas para essa finalidade do cárcere, atacando a educação, atacando o trabalho, atacando formas alternativas, integrando outros entes que até então estavam bastante distantes da prisão, trazendo o sistema penitenciário e mostrando para a sociedade que é um problema nosso, e se não nos unirmos, possivelmente ficaremos nesse cenário, o qual já vivenciamos e experimentamos há longa data.

Eu gostaria de compartilhar com os senhores algumas discussões legislativas. Quando nós nos deparamos com o cenário histórico que envolve o Sistema Penitenciário Brasileiro, vemos determinados ciclos que envolvem os mesmos problemas, os mesmos argumentos e poucas evoluções significativas. Isso demonstra a nossa cultura punitiva. E a nossa cultura sinaliza para uma sociedade que sintetiza maior sensação de segurança com o encarceramento.

Com todas as mazelas que a prisão representa, com todos os dados que a Drª Valdirene nos trouxe, da pesquisa recente e ampla do Depen demonstrando as fragilidades, as precariedades, a falta de resultados efetivos com o encarceramento, é comum, no meio social, que nós ainda tenhamos um espaço bastante racional divulgando que há uma necessidade da criação de novos tipos penais, do agravamento das penas já existentes, da redução da maioridade penal.

Nós, que estamos na ponta da linha no sistema penitenciário, ficamos nos questionando qual vai ser o limite desse encarceramento. Porque não há vagas, o custo é alto, não tem recurso público para fazer com que se cumpra a finalidade da pena e o sistema de justiça muitas vezes trabalha sem agregar o resultado do punitivismo exacerbado que vai resultar num maior encarceramento.

A frase trazida pela Srª Dalila, do Mandela, uma frase bastante conhecida, histórica, de todo contexto dele, também foi compartilhada por outras pessoas célebres que nós vemos em momentos distintos, na prisão. Dostoiévisk, no séc. XVIII, nas prisões da Rússia, trouxe uma simbologia que retrata bem o que era a prisão da sua época. Graciliano Ramos, quando trata de *Memórias do Cárcere*. Se nós lemos essas obras, conseguimos identificar muito daquilo que a Srª Dalila trouxe, daquilo que a Drª Valdirene citou, e vemos que essas questões, esse efeito gerado pelo cárcere, essa instrumentalização que vem junto com a cultura punitiva ainda é um paradigma a ser discutido com esta instituição e com o formato de funcionamento.

É fato que nós precisamos, sim, de segurança, de disciplina, de certa ordem para agregar essas pessoas que o Estado decidiu retirar da liberdade. Mas nós precisamos repensar de que forma queremos instrumentalizar e manter essa disciplina.

Simpatizo demais, Drª Valdirene, com essa questão do preso bom, levantada pela senhora. Salvo engano, a pesquisadora Lemgruber, numa obra em que trata das prisões no Rio de Janeiro, traz essa frase. Ela fala que a cultura imperativa do cárcere é de que os servidores tendem a querer ser presos bons. E nós ainda precisamos descobrir para que serve um preso bom depois que ele alcança a liberdade? Então, interessa a nós, como servidores do sistema, o preso bom, a alma dócil, o corpo cooperativo, para que tenhamos menos desordem, menos tumulto no cárcere. Isso é uma visão institucional. Mas é só isso? E onde fica o espaço para as políticas públicas? Onde fica o espaço?

Aí eu tenho uma visão bastante reticente com relação ao investimento no servidor que está na ponta da linha, tendo contato com o encarcerado. Se não conseguirmos construir nesse servidor que estará diariamente lidando com essa população, certamente os avanços serão pouco palpáveis. É preciso trazer para a cultura do agente penitenciário que dialogar com o preso, que entender o contexto do encarceramento é uma das missões mais nobres dele como profissional do Estado, como um agente que está imbuído da missão de manter

a ordem, sim, mas de também propiciar ao sentenciado, ao encarcerado momentos que possam sinalizar a efetivação da política pública.

E se essa cultura não for modificada com investimento no servidor, nós teremos, sim, a ideia da disciplina, da segurança prevalecendo. E quando isso prevalece, nós optamos muitas vezes por mitigar a implementação de políticas, mitigar o funcionamento da escola, mitigar o funcionamento das oficinas. E o resultado disso é a ociosidade. E a ociosidade nós já sabemos bem o que gera dentro do efeito do cárcere.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer esta oportunidade, parabenizar a pesquisadora pelas reflexões que gera em relação a quem somos nós e o que pensamos quanto à prisão, e compartilhar com os senhores uma frase que eu gosto, que é do criminólogo italiano Alessandro Baratta. Ele fala que nós podemos não vivenciar a prisão como um local bom. Quando nós olhamos para a prisão, quando olhamos para uma entidade de encarceramento, talvez fique difícil olharmos para aquele cenário onde a pessoa está privada de liberdade e entender que aquele cenário pode ser bom. Mas nós podemos, sim, torná-lo menos pior.

O desafio talvez seja este, diminuir essa imagem, diminuir essa cultura. E é com trabalhos como o da senhora, é com a união de esforços de todos os Poderes, é com políticas públicas e é acreditando e nos questionando sobre o que queremos daquela pessoa que devolveremos à sociedade e a quem vamos construir um cenário melhor.

Parece-me que hoje, em 2015, nós prendemos e ainda nos perguntamos: e agora? O que eu quero fazer com essa pessoa que eu encarcerei?

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Alguns dados da audiência anterior, Senadora Ana Rita, em que estavam diversos convidados, apontam que, por exemplo... E é uma prática no Brasil. Às vezes, a gente trabalha para resolver um problema... Se a gente tem que matar um carrapato, a gente mata o cavalo.

A Lei Antidrogas fez crescer o aprisionamento parece que para 136% dos jovens. Fez crescer o aprisionamento de mulheres para 60%. E nós temos, variando entre 38% e 41%, presos provisórios.

A pastoral carcerária da Igreja Católica apresentou um dado de que não me recordo bem, mas me parece que é o seguinte, dos presos provisórios, 36% quando julgados, ou eram inocentes ou só precisariam prestar serviços. Mais de 40% destes 38% a 41%, transformados em 100%, iriam cumprir o regime de semiliberdade.

Então, precisamos aplaudir a iniciativa do Ministro Lewandowski, que está indo aos Estados para fazer a implantação da audiência de custódia. Ele foi ao Estado do Tocantins e iniciou esse processo lá, numa audiência pública, em que o jovem que foi preso tinha ido ao Shopping, entrou na loja e experimentou os tênis para comprar, estava inclusive com dinheiro no bolso – e não sei se deliberadamente, mas o argumento dele era outro – e tinha de pagar uma conta na loteria, que iria fechar; ele correu na loteria para pagar a conta e disse que iria voltar para pagar os tênis. A funcionária denunciou-o, ele foi preso e o que ocorreu, pelo que ficou parecendo, foi uma ingenuidade dele. Mas poderia até ser mesmo um crime contra o patrimônio, porque ele estaria furtando os tênis. Sei que a audiência de custódia o colocou em liberdade, com ele tendo que retornar de trinta em trinta dias ao juiz, e não foi necessário ser preso. Então, é preciso aplaudir essa iniciativa porque o Judiciário está, no meu ponto de vista, a dever muito.

A Lei de Execução Penal não é uma má lei, no meu ponto de vista. Acho que é uma lei que permite, num escalonamento, o Judiciário trabalhar de forma a não promover esse encarceramento desequilibrado como está.

E agora a gente espera que, com a audiência de custódia que está sendo implantada, se evite muito isso.

Por fim, para passar aqui para a Senadora, eu penso que precisamos ter a mão forte do Estado para punir naquilo que é preciso coibir; mas se temos de ter uma mão forte, precisamos ter outra mão terna para acolher, criar oportunidade e reinserir a pessoa, dar oportunidade para ela voltar para a vida.

Mas a gente pergunta: quem, mesmo, tem a disposição de dar um emprego para um ex-presidiário? Colocar para trabalhar na sua loja, no seu restaurante ou no seu posto de gasolina? Não é fácil, depois que o camarada sai, doutora, depois de ter cumprido a pena que a sociedade impôs a ele, justa pode ser, às vezes até injusta; mas quando ele volta, não tem lugar. Então, a reincidência é empurrada. A sociedade é covarde com ele. Já falhou com ele no início, falha com ele no meio e certamente falhará no fim.

Então, essas questões precisam ser analisadas. Aí, devemos conscientizar quem trabalha no sistema penitenciário a gostar de gente, porque se não gostar de gente, vai para lá com essa visão de que o Estado é isso mesmo. Aí eu coloco o Estado punidor, mau, e o crime com os braços abertos para receber o ex-detento todo dia e ajudá-lo a resolver problema. Então, vamos perder essa disputa, Senadora, sem nenhuma chance de errarmos por estar falando isso, porque a gente é um Estado contra ele, duro, mau, que o tortura, oprime, e o crime abre os braços para ele.

Então, precisamos encontrar a saída para isso. Aí, penso que os agentes penitenciários precisam passar por esse processo que a senhora trouxe para nós, Drª Dalila, assistir a essas palestras, fazer esses cursos, a fim de ir para lá cuidar de gente para devolver para a sociedade não o preso bom, mas o preso cidadão, capaz de voltar a contribuir e cooperar com a sociedade.

Eu já falei demais. Vou passar a palavra para a Senadora Ana Rita fazer suas considerações sobre essa temática tão importante. E queria pedir para a Comissão que cuidássemos para que esta audiência fosse veiculada o maior número de vezes pela TV Senado, porque o seu conteúdo é muito importante para a sociedade brasileira.

A SRª ANA RITA – Obrigada, Senador Donizeti.

Eu quero cumprimentar todos aqui, cumprimentar vocês, e pedir desculpas pela minha emoção, a qual tem uma justificativa, primeiro, porque eu conheci o presídio de Tucum, há muitos anos. Acho que foi início dos anos 90 que eu estive lá visitando apenas, e pude perceber as dificuldades, o sofrimento e a convivência daquelas mulheres, numa rápida visita, inclusive.

O que me fez ficar emotiva aqui foi a visita que eu fiz ao Centro de Recuperação Feminino, da região metropolitana de Belém do Pará. Aquele presídio é um exemplo do total abandono que uma população carcerária vive. Um lugar que foi improvisado. Parece-me que é essa a característica de alguns presídios brasileiros, especialmente quando se trata de presídios femininos, porque da população carcerária – eu não estou com os dados tão atualizados –, em torno de 5% da população carcerária, entre a população como um todo que se encontra presa, são mulheres.

A realidade das mulheres no sistema prisional é muito diferente da realidade de homens no sistema prisional, porque as mulheres têm necessidades muito próprias, e há uma realidade muito própria das mulheres. E me parece que de modo geral, os dados e as pesquisas mostram isso – e pelo trabalho realizado pela Dalila –, a maior parte das mulheres em situação de prisão são jovens (deu para perceber, pelas imagens), são mulheres negras, são mulheres pobres, são mulheres que, muitas vezes que estão lá, porque são mulas, estão a serviço do tráfico.

Por causa do companheiro que é traficante, ou por causa de um filho que é traficante, essa mulher muitas vezes acaba indo para a prisão.

E no presídio lá de Belém do Pará, deu para perceber com muita clareza o abandono que essas mulheres vivem. As que são "indisciplinadas" – eu coloco entre aspas – ficam numa cela gelada, fria, onde cabem no máximo duas pessoas e estão em quatro, cinco, penduradas nas grades; a cela totalmente escura, sem iluminação nem artificial e nem natural, um verdadeiro abandono.

Aquelas que estão grávidas, muitas vezes sem assistência médica adequada, sem o acompanhamento pré-natal. Eu fiquei me perguntando, quando estive lá: e essas crianças que nascem aqui? Chegam ao mundo numa realidade tão cruel, tão adversa, tão difícil!

Penso aqui no objetivo desta audiência pública. Quero parabenizar a Dalila porque se dispôs a fazer esse trabalho durante dez anos voluntariamente. Foi um trabalho voluntário, dedicação dela pessoal. E traz essa experiência para ser divulgada aqui.

Aproveito a oportunidade também para agradecer à Comissão de Direitos Humanos, agradecer ao Senador Paim, que, prontamente, atendeu a essa solicitação, porque o objetivo é justamente divulgar uma experiência. Pode ser até que existam outras experiências positivas em outras realidades prisionais que eu não conheço, mas entendo que essa é uma experiência muito importante que não pode ficar no âmbito de um trabalho voluntário.

A ideia é que isso se transforme numa política pública que de fato venha a atender pessoas em situação de prisão, porque nós temos mulheres em situação de prisão, homens em situação de prisão e jovens. Quantos jovens! Pessoas jovens também, que vivem uma realidade do sistema socioeducativo que muitas vezes também não contempla essa especificidade da juventude, ou mesmo a especificidade das mulheres.

Acho que o desafio é este: olhar o ser humano com olhar holístico, na sua integralidade. É um ser humano que, por alguma razão na sua vida, cometeu algo e precisou ser conduzido a um sistema de encarceramento. Mas aquela medida deve servir de mudança de vida, de transformação daquele ser humano. Mas se não se criam condições para isso, não será transformado, não será um ser humano diferente.

E que sociedade é essa que levou esse ser humano lá para dentro? Aí Valdirene resgata uma questão importante. Nós vivemos num momento muito delicado do nosso País, quando se aflora de forma muito forte o ódio das pessoas. Eu já tenho mais de 50 anos de idade e nunca senti, na minha vida, tanto ódio e intolerância no meio das pessoas. Intolerância com relação à população LGBT; intolerância com relação ao menino e à menina que cometem algum delito, e por isso se defende com tanta veemência a redução da maioridade penal; intolerância com a população LGBT, que é muito forte. Intolerância! Tanto é que se aplaude, muitas vezes, a justiça feita com as próprias mãos.

Quantas pessoas foram amarradas em postes nas ruas, nas vias, e a ação foi aplaudida por outros, porque acham que essa é a verdadeira justiça. É a justiça feita com as próprias mãos.

Então, esse ódio, essa intolerância, esse sentimento de vingança, de tentar agir com as próprias mãos não constrói algo novo, não constrói. A nossa sociedade está se deteriorando. E quem está hoje no sistema de prisão é vítima também dessa sociedade. Cometeu algo que não deveria ter sido feito, mas é vítima também.

Então, eu penso que é preciso, sim, ter políticas públicas voltadas para essa população, mas eu foco aqui essa questão da mulher pelo trabalho que nós fizemos da CPMI, mas porque também as mulheres têm uma realidade muito própria. Aí, volto a dizer algo que também a Dalila falou sobre isso.

Quando a mulher está numa situação de prisão, normalmente ela não recebe visita. Ela fica muito só, naquele abandono. Mas se for o contrário, o seu companheiro, o seu marido que está preso, todo final de semana a sua mulher, a sua companheira está lá enfrentando fila, inclusive tendo que passar pela revista íntima, algo que estamos tentando resolver, mas não foi ainda aprovado pelo Senado. Pelo Congresso já foi aprovado o nosso projeto? Já se tornou lei? Eu ainda não tenho essa informação.

Ou seja, exige-se que as mulheres passem pela revista íntima, para ter acesso a visitar um filho que está preso, um marido que está preso. Mas quando ela, a mulher, vai presa, não tem a mesma visita. Então, o sentimento dela como mãe, como companheira é muito mais forte, pelo fato de ser mulher.

Aí, acho que também é preciso ter uma atenção especial por causa da maternidade. Porque a mulher que está presa, muitas vezes, prefere ficar numa situação de prisão, num local não muito adequado, talvez não queira ser transferida para um local melhor, porque onde ela está fica mais próximo da família. Ela não quer ficar distante da sua família.

Então, mesmo na prisão ela não perde o vínculo, não perde o amor, não perde a atenção que tem para com seus filhos menores, que ficaram em casa, muitas vezes, sem ter os cuidados de pessoas que ela gostaria que deles cuidassem. Enfim, é uma realidade muito própria.

Quero finalizar a minha fala fazendo este pedido, este apelo, esta observação: que os Poderes Públicos, tanto a União quando os Estados, olhem o sistema prisional com um olhar de criar políticas públicas específicas para esse tipo de população também, que tem uma realidade muito própria e tem as suas especificidades. E não é difícil, é uma questão de investimento nas pessoas, nos profissionais, para que de fato se preparem e criem as condições de atendimento.

Mais do que isso, é o olhar que se tem sobre essa população. Não é um olhar de discriminação, de preconceito, mas um olhar de ser humano. São pessoas que precisam de uma atenção especial do Estado, de uma atenção especial do Poder Público.

Então, eu parabenizo o trabalho que a Dalila Lubiana fez e continua fazendo. Serve de estímulo e de provocação para todos nós, para todas nós, no sentido de que os Poderes Públicos, tanto o Executivo quanto o Legislativo, tenham uma atenção voltada para essa realidade. E que a própria sociedade também reveja as suas posturas, os seus conceitos com relação a essas realidades.

Nós precisamos enfrentar, criar outros mecanismos, outros instrumentos preventivos que evitem que as pessoas realmente entrem para esse mundo do crime, ou, enfim, de outras situações que levem para o encarceramento. Nós precisamos reduzir essa população encarcerada. E reduzir de tal modo que as pessoas possam ser inseridas num processo produtivo, num processo educacional e que leve a uma vida mais digna, mais humana, e assim a gente possa viver, ter uma sociedade um pouco melhor.

Então, parabenizo a Comissão de Direitos Humanos por ter criado esta oportunidade, por ter dado esta oportunidade. Parabenizo também os profissionais que aqui estão, tanto o Marcos Aurélio quanto a Valdirene, pelas suas falas, pelas suas colocações – Valdirene, que bom que o Ministério da Justiça tenha essas preocupações – e à Dalila, pelo trabalho realizado.

Agradeço também ao Senador Donizeti por estar aqui conosco neste momento. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vou só completar uma questão que eu disse: eu não estou contra a Lei Antidrogas. O que eu penso é que a Lei Antidrogas precisa tratar diferente, o Judiciário precisa tratar diferente aquele que está 3g de cocaína ou de maconha daquele que está com uma tonelada. Hoje o Judiciário trata da mesma forma a pessoa que, de repente, é só o consumidor, 3g, e aquele que transporta uma tonelada. Isso precisa mudar. Nós precisamos aperfeiçoar essa lei, encontrar um caminho para um ter punição severa. O traficante precisa ser punido severamente. Agora, o usuário está precisando do nosso apoio.

Muitos dos jovens e das mulheres, como disse a Senadora, também estão precisando do nosso apoio, porque às vezes, com essa sociedade consumista, Drª Dalila, que estimula a gente a querer aquele tênis, aquela blusa, aquele sapato, aquele perfume, quando a pessoa não pode ter acesso e vê na televisão os desvios do Poder Público e tudo o mais, ela se acha no direito de se apropriar daquilo como uma coisa, de repente in-

conscientemente, até normal. Essas pessoas estão precisando do nosso apoio, e não da nossa tortura, da nossa severidade em puni-las. Estamos precisando apoiá-las.

Vou passar a palavra para a Drª Dalila fazer suas considerações. No final, se os demais convidados quiserem falar também... Mas a palavra está com a senhora, que, desde já, está convidada a – vamos criar uma oportunidade – ir ao Tocantins fazer uma palestra dessa para nós. Não por acaso, quem está hoje dirigindo a Secretaria de Defesa e Proteção Social é a companheira Gleidy Braga, que é do Partido dos Trabalhadores, minha companheira de caminhada e de luta.

A SRª DALILA LUBIANA – Obrigada, Senador Donizeti.

Na fala da Senadora Ana Rita, ela disse que nunca viu tanto ódio, tantas manifestações pouco pacíficas e tantos conflitos. Então, conversando hoje cedo com ela, eu falei que há um grupo de pessoas que está sugerindo incluir o que ficou de fora na Bandeira do Brasil – a ideia vem lá do Kant –: amor, ordem e progresso. Então, na nossa Bandeira, quem sabe a gente incluindo amor, possa ajudar um pouco. Há um pesquisador japonês que diz que quando você está em contato com boas palavras... Ele fez a pesquisa com a molécula de água, a molécula mais linda é a do amor e a da gratidão. Então, a gente precisa pensar um pouco sobre isso também.

O trabalho que eu apresento agora com relação ao presídio, a ideia inicial, como dito aqui pela Valdirene e pelos outros parceiros da Mesa, não era de ficar só na prisão, mas também de trabalhar a questão das pessoas que estão lá lidando com os presos. Fizemos um trabalho na cadeia de Nova Venécia, uma cidade no norte do Espírito Santo, com 40 homens. O juiz permitiu que eles fossem transportados para o quartel da política militar de lá. As pessoas diziam que há três meses estavam na cadeia e não conseguiam dormir e que agora passaram a dormir. Quando terminou isso, quando eu voltei para Vitória, cheguei e já havia um ofício do comandante da Polícia Militar pedindo para eu ir fazer com os policiais militares o trabalho também, porque eles não estavam compreendendo por que eu tinha feito um trabalho só com os presos e não com eles. Então, eu volto para fazer o trabalho com os presos.

Quero dizer que esse trabalho é para ser estendido para outras pessoas também, porque não adianta a gente fazer só com a pessoa presa e as pessoas que estão lidando com eles não terem essa visão também. Falo isso porque o preso falou assim: "Até o policial não está mais olhando pra mim com aquela cara arrogando, com aquela cara de superioridade." E eu nem tinha feito o trabalho com os policiais ainda. Quer dizer, foi a transformação que aconteceu dentro dele que o fez ver o policial também de uma forma. Então, se o policial, se o agente, se ele passa a ter essa visão também, então, com certeza a gente vai poder reinventar esse sistema. Então, a gente tem que mudar esse paradigma atual e realmente proceder de uma forma mais pacífica, mais amorosa. É complexo, tenho consciência disso, mas eu tenho esta experiência de que realmente lidando com as pessoas de forma amorosa, levando a questão da fraternidade, da compaixão, a gente pode transformar muita coisa.

Portanto, agradeço você, agradeço ao Senador, as pessoas todas da mesa por esta oportunidade. Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito obrigado, Profª Dalila.

Eu aproveito – para não esquecer depois – para agradecer ao Senador Paim ter me dado a oportunidade de estar aqui hoje, porque aqui, companheiro Vilmar, e também nosso Senador suplente do Senador Cristovam Buarque, a gente teve uma aula extraordinária esta manhã com os nossos convidados, especialmente com a Drª Dalila, que é escritora.

Eu pergunto ao companheiro do GDF se ele quer fazer mais algumas considerações. (*Pausa.*)

Companheira Valdirene.

A SRª VALDIRENE DAUFEMBACK – Eu vou aproveitar para divulgar – já que a gente tocou em alguns dados estatísticos aqui e talvez as pessoas que estejam assistindo à audiência queiram assistir pela televisão posteriormente tenham interesse em saber mais das informações estatísticas sobre o sistema prisional brasileiro – que nós temos, no site do Ministério da Justiça, dentro da página do Departamento Penitenciário Nacional, o link Estatística, um relatório, em que temos o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil, a taxa de encarceramento por Estado, informações sobre as políticas públicas que são adotadas em cada Estado. Além disso, há outras informações no site, como a política relacionada à educação, alternativas penais, as obras que são apoiadas pelo Governo Federal nos Estados da Federação. Então, é uma fonte importante de informações, que pode enriquecer as análises que aqui foram feitas, tentando direcionar para maior resultado dessa política.

Nós precisamos, de fato, pensar na responsabilização das pessoas que cometem algum ato considerado criminoso de forma proporcional a esses atos e que isso gere de fato pessoas que possam ser melhores, para que a gente tenha uma sociedade melhor. Então, observem também essas informações, esses dados, que podem ajudar a desmistificar algumas coisas que estão hoje colocadas na sociedade como verdades.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para as suas considerações finais, concedo a palavra à Senadora Ana Rita, a quem, desde já, agradecemos pela sua vinda aqui hoje. Saiu lá do Espírito Santo, do conforto de sua vida, para vir dar essa contribuição ao Brasil.

A SRª ANA RITA – – Obrigada, Senador Donizeti.

Eu apenas gostaria de resgatar aqui uma questão que eu acho importante, pois o momento é adequado. Uma das questões que nós identificamos na CPMI que investigou a violência contra a mulher, nós não estamos tratando aqui da violência contra a mulher, na verdade, da mulher em situação prisional, mas um dos problemas que identificamos, Valdirene, foi justamente falta de dados mais precisos sobre a violência contra a mulher e a violência doméstica. A CPMI propõe a criação de um sistema nacional de informações sobre violência contra a mulher que alimente com mais precisão os dados dos serviços existentes tanto nos Estados quanto nos Municípios.

Com relação especificamente ao encarceramento de mulheres, a CPMI também recomendou a criação de um sistema de informações que permita a coleta de dados desagregados – acho que isso é importante –, por tipo de crime e outras variáveis, que seja também comunicável, que dialogue também com o sistema de informações do sistema de justiça. Na verdade, foi sugerido também para que os Estados alimentem esse sistema, para que a gente possa ter dados mais precisos com relação às mulheres encarceradas.

Eu quero, então, mais uma vez, agradecer esta oportunidade à Comissão de Direitos Humanos e me coloco à disposição em outros momentos aqui ou lá no Estado do Espírito Santo para a gente continuar conversando. Então, muito obrigada a todos vocês e parabéns pelo trabalho que a Dalila vem desenvolvendo. Um abraço a todos. Ficarei aqui também na parte da tarde para outra atividade da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora.

Eu sou muito fã do Gonzaguinha. Ele tem umas letras, umas poesias maravilhosas. Tem uma – O Que É, O Que É? – que eu queria que vocês me permitissem ler um trecho aqui:

> E a vida
> E a vida o que é?
> Diga lá, meu irmão
> Ela é a batida de um coração
> Ela é uma doce ilusão
> E a vida
> Ela é maravilha ou é sofrimento?
> Ela é alegria ou lamento?
> O que é? O que é?
> Meu irmão
> Há quem fale
> Que a vida da gente
> É um nada no mundo
> É uma gota, é um tempo
> Que nem dá um segundo
> Há quem fale
> Que é um divino
> Mistério profundo
> É o sopro do criador
> Numa atitude repleta de amor
> Ele inicia essa poesia, essa música da seguinte forma:
> Eu fico com a pureza
> Da resposta das crianças
> É a vida, é bonita
> E é bonita

Então, nós precisamos defender a vida. E a gente precisa amar as pessoas, como disse o poeta e compositor brasiliense Renato Russo, "amar as pessoas como se não houvesse amanhã, porque se você parar pra pensar, na verdade não há". É assim que quero terminar esta audiência maravilhosa de hoje. Mais uma vez, agradeço à Drª Dalila por estar presente aqui conosco, à Drª Valdirene, ao Dr. Marco Aurélio e à nossa sempre Senadora Ana Rita, lá do Espírito Santo.

Está encerrada a nossa audiência pública. Um beijo no coração de cada um e cada uma, um abraço na alma de todos e viva o Brasil! (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 82ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e quinze, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual da Senadora Regina Sousa**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e do Senador João Capiberibe. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113 de 2015-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa e do Senador João Capiberibe, para debater sobre o tema: "As circunstâncias do assassinato de Antônio de Araújo sob tortura, ocorrido em Planaltina - DF". A Senhora Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Maurício Pereira de Araújo, irmão de Antônio Pereira de Araújo; Marcelo da Silva Oliveira, Membro do Segundo Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - NCAP/MPDFT; Deputada Federal Érika Kokay; Ana Rita, Ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A Senhora Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Silvestre Pereira de Araújo; Luiz Fernando Iang, servidor do STJ, militante do PSOL e psicólogo; Rafael Camargo, servidor do MPDFT. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar à Secretaria de Segurança do DF, ao Ministério Público e à Polícia Civil que tomem as providências cabíveis em relação ao falso registro de entrada de Antônio no hospital e aos falsos testemunhos, no sentido de que Antônio estaria vivo, bem como ao fato de que as viaturas que abordaram Antônio não tinham GPS; 2) solicitar à Secretaria de Saúde do DF que tome as providências cabíveis para apurar e punir os responsáveis pelo falso registro de Antônio no hospital; 3) noticiar o caso ao Comitê de combate à Tortura, encaminhando a ata e as notas taquigráficas da reunião; 4) articular e batalhar para que seja aprovada lei que põe fim aos autos de resistência; 5) solicitar à Secretaria de Segurança Pública que investigue porque as viaturas que abordaram Antônio não tinham GPS; 5) solicitar à Secretaria de Segurança Pública do DF que promova cursos de humanização às Polícias a serem ministrados por entidades defensoras de direitos humanos. Faz uso da palavra a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Declaro aberta a 82ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 113, de 2015, da CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa e do Senador João Capiberibe, para debater o tema "As circunstâncias do assassinato de Antônio de Araújo sob tortura, ocorrido em Planaltina – DF".

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Quero convidar, para compor a Mesa, a minha querida companheira, Senadora Ana Rita, ex-Presidenta desta Comissão de Direitos Humanos.

Alguns convidados não chegaram.

Maurício Pereira de Araújo, que é irmão do Antônio Pereira de Araújo; Dr. Marcelo da Silva Oliveira, membro do 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; quero convidar a companheira Deputada Federal Érika Kokay. Falta uma pessoa; falta um convidado.

Quero, inicialmente, dar as boas-vindas a todos e todas.

Esta audiência tem um misto de emoção: um lado de tristeza pela perda de Antônio Pereira de Araújo, um jovem de apenas 32 anos; do outro lado há um fio de esperança, de alegria de ter colaborado para a reve-

lação cabal da verdade, pela luta incansável de familiares que não se dobraram diante da violência dos agentes do Estado.

Esta Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa acompanhou, desde o desaparecimento de Antônio, em 26 de maio de 2013, o desenrolar político e administrativo do processo penal que veio à tona. A atuação firme da Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo, Presidente da CDH na época, com apoio de outros parceiros, como a Deputada Érika Kokay, que acompanhou a dor e a luta da família, contribuiu de modo decisivo para o desfecho dessa história, com a constatação da autoria da morte de Antônio.

Assassinado após abordagem violenta de policiais militares na região de Planaltina, suspeita-se que ele tenha sofrido grave espancamento, sendo levado a uma delegacia, de onde foi liberado mesmo tendo sido vítima de tais agressões, sem socorro. Caso típico de omissão do Estado, mas inaceitável diante da responsabilidade dos órgãos de polícia.

Sentenciado sem julgamento por ter entrado na propriedade de um policial militar, Antônio passou pela tortura que mata. Essa atitude é reflexo da herança do período da ditadura militar, que treinou a polícia brasileira para desumanizar outros brasileiros.

A violência contra os moradores das periferias brasileiras é, com certeza, um dos mais graves problemas que afetam os direitos humanos no País.

Recente relatório da Anistia Internacional revela aquilo que já desconfiávamos: a Polícia Militar brasileira é a que mais mata no mundo, título nada agradável para a sociedade de um País que é a sétima potência mundial. Casos como o de Antônio, que ganhou destaque naquele fatídico momento de 2013, quando Amarildo de Souza também havia desaparecido após a abordagem da PM carioca, nos entristecem profundamente.

A mesma prática, a mesma tortura, um homem morador de periferia, um ser humano violentado por quem tem o dever constitucional de realizar a segurança desse mesmo ser humano.

Por isso, hoje, a memória e a vitória com a possível condenação dos policiais, que ainda deve ocorrer, traz algum alento.

Esta Comissão de Direitos Humanos seguirá atuando contra todo tipo de violação desses direitos por parte do Estado. Sabemos que as medidas tomadas até agora com o processo de Antônio não são ideais, mas acreditamos que a resistência da sua família juntamente com o nosso apoio resultarão em justiça.

Que nenhum novo caso de execução como o de Antônio e Amarildo e outras centenas de brasileiros siga sendo praticado pela polícia brasileira.

Acho que quando fazemos uma audiência desta é para que não esqueçamos e para que nunca mais aconteça.

A gente vai trabalhar com dez minutos e mais cinco para cada convidado. Posso começar pela ordem que está aqui ou... A Senadora Ana Rita prefere ficar no final. Talvez possamos começar com o Maurício, porque ele conta a história com mais conteúdo, já que viveu o drama.

Então, Maurício Pereira de Araújo, irmão de Antônio Pereira de Araújo, com a palavra por dez minutos e mais cinco...

Só para você saber que quando tocar a campainha daqui, e é agressiva aos ouvidos, está faltando um minuto para os primeiros dez. Depois, retomamos com os cinco minutos. E ela vai tocar sempre faltando um minuto, para que você saiba.

O SR. MAURÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO – Sou Maurício Pereira de Araújo, irmão de Antônio Pereira de Araújo, vítima infelizmente de uma política nada aceitável nos padrões do século XXI.

Meu irmão tinha 32 anos, saiu de casa para assistir a um jogo de futebol e nunca mais retornou para a sua casa e nem para o seio de sua família. Antônio, como muitos outros brasileiros, foi abordado em uma madrugada infeliz por seis policiais militares. Antônio foi simplesmente torturado e espancado sem que nenhum direito fundamental dele fosse respeitado. Antônio foi conduzido a uma delegacia por esses policiais, que em nenhum momento cuidaram de zelar pela sua pessoa, pedindo que o mesmo fosse encaminhado a qualquer unidade básica de saúde. Antônio tinha machucados nas costas e nos braços por arranhões de arame farpado. Sobre ele pesava uma acusação de tentar furtar uma propriedade particular de um sargento da Polícia Militar.

Antônio, quando foi abordado, estava somente de bermuda, descalço, sem camisa e falando sozinho, algo que no meu entendimento e no entendimento de qualquer cidadão comum não condiz com a postura de um marginal, de alguém que esteja praticando um fato criminoso.

Antônio foi simplesmente massacrado por ser de uma classe social baixa e porque até o momento ninguém o conhecia. Se formos observar, nenhum delinquente ou qualquer cidadão que esteja praticando um ato infracional aguardaria a polícia chegar sentado, sem reagir, tentar fugir ou se ausentar do local em nenhum instante. Também não portava nenhum objeto oriundo de furto ou de alguma coisa. Mesmo assim sofreu o que sofreu de forma humilhante e vergonhosa.

A partir do instante em que ele sai daquela delegacia sem qualquer amparo do Estado, Antônio simplesmente desaparece de forma misteriosa, em um lapso temporal de aproximadamente uma hora e trinta minutos, que foi o tempo em que ele saiu da delegacia e fomos avisados por policiais militares de que ele se encontrava ali.

Após sermos avisados, fomos à DP e Antônio não estava. Começamos, então, uma busca incessante atrás dele, sem lograr êxito nenhum e sem qualquer amparo do Estado por parte da Polícia Militar ou da Polícia Civil, afinal de contas a PC tem um grande déficit de agentes no momento e na época também tinha. Mas isso não é desculpa para não agir de acordo com o que o Estado pede.

A Polícia Militar a todo instante fechou as portas do seu batalhão para conceder qualquer tipo de informação a nós. Naquela delegacia não ficou registrado quem o levou, por que levou, a que horas levou e por que soltou. Nada. Não existia qualquer elemento que justificasse que Antônio tivesse ido ali ou saído dali com as suas próprias pernas.

Começamos a nossa busca por ele durante um ano, cinco meses e vinte e um dias, quando o seu corpo foi encontrado em uma região de matagal, com sinais de tortura e espancamento de forma covarde e cruel.

Para o Estado, até o encontro do seu corpo, Antônio era simplesmente um andarilho de rua, como disse o ex-Secretário de Segurança Pública, Sr. Sandro Avelar, em uma entrevista ao vivo no programa Balanço Geral ao Sr. Henrique Chaves. Ele disse com estas palavras: que era um andarilho de rua.

Na boca do Exmº Sr. ex-Secretário de Segurança Pública também, Major Paulo Roberto, seis policiais militares não iam matar simplesmente um "zé". Ou seja, só mata gente que tem alguma coisa.

Diante desses fatos, o Ministério Público sempre esteve à disposição, sempre nos ajudou e nos orientou. Quando saiu o laudo preliminar da *causa mortis*, confirmou-se que Antônio tinha sido realmente torturado, cientificamente comprovado através de seu laudo cadavérico, que foi encaminhado ao Núcleo de Combate à Tortura, onde estão os promotores mais especializados no caso.

Dentro da Corregedoria da Polícia Militar, desde o início, as investigações foram parar no 4º Corregedor. E não andavam, nada fluía, as coisas simplesmente tomavam um norte que não cabia dentro de um Estado de direito, que seria uma explicação lógica e clara. Como disse um ex-Comandante-Geral da Polícia Militar, Sr. Anderson, que não se encontra presente, mas foi convidado, quando a Polícia Militar mata, ela enterra e oculta o cadáver. Não deixa na flor da terra.

O que eu não consigo entender é por que o Estado, quando Antônio desapareceu, não utilizou essa mesma informação, conhecida pelo Estado, para tratar o caso dele como uma morte ou como um desaparecimento oriundo de uma operação policial. Em princípio, Antônio era só um andarilho que estava batendo perna na rua.

Cria-se uma estrutura para se atrapalhar as investigações, e posso provar o que estou falando aqui. O Estado se utiliza de depoimentos falsos, de pessoas inocentes, de pessoas de um conhecimento intelectual baixo, pessoas que tinham pouca escolaridade, para afirmar que Antônio estava vivo, que Antônio tinha sido visto no Estado de Goiás. Tenho quatro depoimentos que informam isso. Posteriormente, essas quatro pessoas afirmaram, diante de uma delegada de uma divisão especial da Polícia Civil, que em nenhum momento disseram que tal pessoa vista era Antônio.Mas nos autos do processo elas constam como certeza absoluta.

Esse mesmo Estado se dispôs de uma estrutura de se criar dentro da rede pública de saúde uma ficha em que confirmava a ida de Antônio a uma rede de atendimento básico de saúde. Eles só esqueceram de colocar em um hospital e não em um local em que só façam exames. Quando foram questionados, disseram que estávamos mentindo. Posteriormente, as investigações comprovaram que realmente essa ficha foi feita em uma determinada unidade básica de saúde com o intuito de se afirmar que Antônio estava vivo.

Ora, temos quatro depoimentos em outros Estados dizendo que Antônio foi visto, temos agora uma ficha hospitalar em que consta que Antônio foi à rede básica de saúde, só esqueceram que o corpo poderia ser encontrado. E quando o corpo foi encontrado, essa estrutura de se provar a existência de Antônio normalmente caiu por terra, algumas pessoas negaram explicações e fizeram de tudo o que estava ao seu alcance e das suas funções como agentes públicos de Estado para atrapalhar as investigações.

Posso dizer isso porque desde o princípio a Polícia Militar negava a existência de geoposicionamento naquelas viaturas de qualquer elemento que viesse a traçar o caminho que aquelas viaturas fizeram no dia daquela operação.

O Sr. Marcelo, juntamente com o OMCT, pediu essas informações à empresa Geocontrol, que administra essas viaturas.

E o Comando, que sempre negou a existência desse geoposicionamento, expede um ofício bloqueando qualquer acesso a qualquer viatura do Batalhão de Planaltina para que essas informações não fossem fornecidas ao NCT, de forma alguma, sem segunda ordem. Aí a gente se pergunta: qual é a lógica? Por que bloquear algo que não existe? É uma pergunta cuja resposta a gente fica sem saber. Imagina a Senadora ligar na Visa e

dizer: "Bloqueie meu Visa Platinum". E alguém dizer: "Mas nós não temos um Visa Platinum em seu nome." E ela falar: "Mas eu quero que bloqueie mesmo assim". Não ia ficar uma situação engraçada? É isso que o Comando Geral da Polícia Militar fez. Para não dizer que eu estou mentindo, eu trouxe a cópia do ofício assinado e carimbado, bem bonitinho, pelo Sr. Roberto Rabelo de Castro, Capitão do Quadro de Oficiais da Polícia Militar, gestor do contrato nº 22/2003, com a Geocontrol. Senhor, se não existe nada a esconder, por que então bloquear os acessos a essas informações? Não estamos aqui falando leviandades.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO – Estamos falando dos documentos que podem ser comprovados.

Diante do fato, a Polícia Civil trabalhou com o seu potencial em Planaltina. Declinou competência à Divisão de Repressão a Sequestro, que disse em uma reunião com a Exma Srª ex-Senadora, com a Drª Érika Kokay, que Antônio a poucos momentos seria apresentado em uma reunião na Secretaria de Segurança Pública, que ele estava sendo localizado em Goiás. Chegou com o telefone em mãos. Isso foi presenciado pelas senhoras, que aqui estão presentes, e não vão me deixar mentir. Posteriormente a isso, o corpo de Antônio foi encontrado.

Se cabe uma explicação lógica... Na época não tínhamos acesso às informações, pois corria em segredo de Justiça. Posteriormente, quando a gente pega os autos do processo, existem depoimentos e existem laudos da própria Polícia Civil dizendo, naquela data, que não tinha qualquer elemento para que a pessoa de Antônio fosse localizada, mas mesmo assim a Secretaria de Segurança Pública se dispõe a uma reunião, dentro da mais alta corte do Estado, para pregar que Antônio estava vivo para as senhoras. Depois, não conseguiram se explicar ou manter a história, quando o corpo apareceu.

O fato é: o que o Estado pôde fazer para atrapalhar as investigações, o Estado fez, andando em contrapartida à sua posição de Estado, que seria trazer as explicações, a meu ver e a ver de qualquer cidadão, de forma clara e objetiva. Fomos, de certa forma, acusados, de forma ignorante, de querermos aparecer na televisão, de queremos uma indenização, de forma a lucrar com a morte do nosso próprio irmão. Eu pergunto: qual objetivo eu teria de expor a minha vida pessoal, a vida da minha mãe, a vida dos meus irmãos, amigos e colegas, sair do meu local de trabalho, ir para a rua no sol quente, para tentar ganhar dinheiro com a morte do meu próprio irmão? E ser acusado dessa forma, ser visto dessa forma, por um Estado que se diz um Estado democrático de Direito?

Infelizmente, o que aconteceu a Antônio acontece de forma rotineira nas cidades-satélite, nas favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Algumas pessoas ficaram indignadas – acho que aqui também na bancada algumas pessoas ficaram – com um vídeo que saiu, esta semana, de um policial jogando um cidadão a 8m de altura e executando outro à luz do dia. Agora você imagine o que fizeram a Antônio Pereira de Araújo às 4h40 da manhã, sem que ninguém estivesse por perto. Imagine a qual papel Antônio foi submetido para que quatro costelas do seu corpo fossem quebradas de forma cruel. Imagine agora que as quatro costelas de Antônio foram quebradas todas em posições diferentes, em ângulos diferentes, o que, no meu entendimento, leva a crer que foram mais de duas ou três porradas que deferiram contra a pessoa de Antônio. Imagine agora uma pessoa com uma costela quebrada, o quanto que dói. Agora você imagine que bateram em Antônio até quebrar mais três, e ele implorar por socorro e ninguém dar esse socorro, e o Estado não garantir a Antônio qualquer qualidade que fizesse que ele viesse a se defender. Alguém ainda disse para mim: "Você não pode ir atrás de justiça, porque se você for, vão fazer com você também. Mas, como disse um dos maiores mestres do Direito brasileiro, Ruy Barbosa, quem não luta pelos seus direitos não é digno deles.

A única coisa que eu fiz foi ir atrás dos direitos de Antônio e dos meus direitos de saber o que tinha acontecido com o meu irmão e, antes de tudo, para evitar que aconteça com outro brasileiro o que aconteceu com Antônio, para evitar que aconteça com outra família o que aconteceu com a minha, porque eu afirmo: nenhuma outra família dentro do nosso Estado teria a disponibilidade e a ousadia de passar pelo que a minha família passou, de ver o quanto a minha mãe sofreu, o quanto nós sofremos, o quanto nós corremos atrás, o quanto nós lutamos, o quanto nós ouvimos o que não deveríamos ouvir nem mesmo de alguém que estivesse tirando a nossa vida. Nós ouvimos. Eu fui tratado como "o irmão do zé ninguém, doutor, já chegou para depor", "o irmão do cachaceiro de Planaltina já está aqui para depor", "o irmão do cara lá de Planaltina, doutor, já está aí para depor". Imagine o que eu tive que ouvir. Se o próprio Secretário de Segurança Pública disse que seis policiais militares não matariam um zé ninguém, você imagine agora o que eu ouvi em uma sala fechada, sem ninguém para me defender e sem ninguém para me ajudar. Passei por tudo isso e digo a vocês: eu passaria dez vezes, porque...

(Soa a campaWinha.)

O SR. MAURÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO – ... eu não desejo que outro cidadão viva ou passe pelo que eu passei e que outra família sofra o que a minha família sofreu, e que outro cidadão brasileiro passe pelo papel humilhante e vergonhoso pelo qual o meu irmão passou em um Estado de Direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Antônio. Aliás, o Antônio é falecido. Maurício, desculpe.

Eu ia passar para a Deputada Érika, mas agora ela deu uma saída. Vamos passar para o Dr. Marcelo. Pode ser?

O SR. MARCELO DA SILVA OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Inicialmente, um agradecimento aqui à Senadora Regina, à Senadora Ana Rita e à Deputada Érika Kokay, em nome do Procurador de Justiça Leonardo Bessa, pelo convite para participar desta audiência pública.

Meu nome é Marcelo Oliveira. Eu sou Promotor de Justiça do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial e de Combate à Tortura do Ministério Público. Nós somos uma unidade do Ministério Público local especializada nessas investigações que envolvem policiais.

Nesse sentido, eu vou primeiro elogiar. Até fiquei um pouco emocionado com o relato do Maurício, que é o relato mais verdadeiro e humano que existe de toda essa história. Às vezes a gente vai falar aqui, a gente que é técnico, eu e a Drª Malafaia, que deve estar chegando, a delegada do caso, mas não existe nada de mais humano e verdadeiro do que o que o Maurício falou. Eu até ia falar para o final como foi importante o envolvimento da família nesse caso. Se não fosse isso, nada do que aconteceu, que não é o ideal, como a Senadora Regina falou, e também, como profissional, acho que isso não é o ideal... A gente conseguiu, ao final de tudo, algumas coisas, mas da mesma forma a gente fica ainda frustrado, porque isso não devia acontecer dessa forma. Não é o ideal e só aconteceu por causa da postura da família, que se indignou com a situação que, infelizmente, não é exceção no Brasil e nem nesta Capital Federal, que ainda tem uma condição de desenvolvimento socioeconômico muito boa se comparada com o Brasil. Mas não vou expor tanto a história porque eu preferi fazer uma abordagem pinçando alguns detalhes do caso, para a gente tentar raciocinar de uma forma mais geral. Acho que essa também é uma das finalidades da Comissão aqui do Senado, trazer essa experiência. Então, eu vou pinçando e vou falando das dificuldades.

A primeira grande dificuldade que a gente vê, de quando tudo começou... Como o Maurício já falou, esse caso foi inicialmente tratado na delegacia e com o promotor do local. Somente mais de cinco meses depois, quando descobriram – de forma fortuita, inclusive – o corpo do Antônio, é que a atribuição interna do Ministério Público foi deslocada para esse núcleo onde eu trabalho, que é o Núcleo de Combate à Tortura. Devido às evidências do estado do corpo do Antônio, uma das teses era a tortura seguida de morte.

Então, esse caso passou a ficar sob nossa responsabilidade. A primeira coisa é que o fato do desaparecimento dele foi do dia 26 de maio para o dia 27, de 2013, e o inquérito acabou chegando lá no final de novembro, início de dezembro daquele ano, já com o corpo. O corpo foi encontrado no dia 21 de novembro. Então, na primeira análise que a gente fez, como o Maurício já colocou, ficaram o tempo inteiro fazendo investigação como pessoa desaparecida, tentando localizar uma pessoa. Então, a tese principal de toda a investigação... Nessa época, também já corria em paralelo o inquérito policial militar. A Polícia Militar também instaurou um procedimento. Tudo que se fazia ali, basicamente, era para encontrar o Antônio vivo. A gente vê que, embora aquilo não pudesse ser descartado naquele momento, não foi o ideal. Outras ações investigativas, outras teses, teriam que ser desenvolvidas naquele momento.

Já faço um parêntese aqui – já adiantei essa questão do empenho – para falar a respeito da questão do segredo de justiça. Na minha experiência como Promotor de Justiça, em particular desse núcleo, que trabalha investigando casos que envolvem policiais, em vários casos às vezes o sigilo ajudou. Nesse caso, foi um sigilo decretado judicialmente. Quando o processo chegou para mim, o inquérito que chegou para a gente já estava com essa determinação, e a gente tinha que cumprir. Inclusive, a família sempre mantinha muito contato com a gente; as Senadoras, as Deputadas. Infelizmente, é crime funcional. Se a gente tem um sigilo e violar o sigilo funcional, a gente pratica um crime. Então, a gente nunca poderia dar essa informação e nunca podia passar essas informações específicas do inquérito. É uma engenharia de obra pronta, mas hoje, vendo, nesse caso especificamente, eu acho que o sigilo talvez tenha atrapalhado. Se tivéssemos, talvez, trabalhado nessa parceria com as pessoas envolvidas, teríamos colhido os frutos mais rápido, seria uma coisa mais célere, porque afinal de contas, a justiça tardia também não deixa de ser uma injustiça.

Enfim, a questão estava sob sigilo e logo do início percebemos isso. E digo isso por quê? Um outro ponto que me chamou muito a atenção – também o Maurício citou aqui – é a respeito dos dados do GPS. Pois bem, hoje, no mundo moderno, em que a gente está aqui carregando um celular, isso aqui fala onde você está. É

uma coisa tão simples, uma informação de GPS. Pois bem, nesse caso, como desde o início a família já estava batendo à porta da delegacia e das autoridades, por que será que os dados... os dados, o seguinte: falando que não tinha. Como o Maurício falou, a informação que chegou é que as viaturas envolvidas – depois a gente conseguiu identificar quais eram elas exatamente – não tinham o GPS. Agora eu pergunto: por que essa informação já não foi prontamente colocada, já não foi prontamente disponibilizada por quem, na Polícia Militar, tinha essa informação? Por que já não colocou essa informação na mão do delegado, que já estava tomando providências, e da corregedoria também, porque havia uma ocorrência registrada junto à corregedoria da Polícia Militar?

O sumiço dele aconteceu no final de maio. Eu revisei os autos e vi. Em setembro é que saiu o primeiro ofício solicitando essa informação no inquérito da Polícia Civil. A informação de que não tinha só está materializada nas investigações no mês de setembro de 2014. É um dado extremamente pertinente para que, se fosse o caso de ter os dados do GPS, podia, de repente, até falar: "olha, esses policiais aí não têm nada a ver, a história não é essa", até para a pessoa que é correta, para o profissional que é correto, falar: "essa é a minha segurança. Se eu não faço de errado, cadê os dados do GPS? Está aqui, não fiz nada de errado, a viatura tem GPS, eu fiz isso, isso e isso. Está aqui." Mas enfim, causa muita estranheza tudo que aconteceu em relação a se obter isso. Foi um atraso completamente injustificado.

No curso das investigações, o que aconteceu? De forma indireta, com outros elementos, com quebra de sigilo telefônico, com os registros das comunicações das viaturas, e com os relatos dos próprios envolvidos, que têm muita coerência nesse ponto, a gente consegue, sim, ter, com uma boa base de razoabilidade, o que aconteceu no deslocamento das viaturas. Perfeito. Mas o que eu coloco é justamente isso: como um dado tão simples de se obter, ainda que tão simples de obter, ainda que fosse para falar que não tinha, não foi posto à disposição de quem investiga, de quem tinha que tomar providências, logo no início.

É inconcebível isso hoje. Hoje várias viaturas do DF têm o GPS. Mas em uma investigação criminal dessas, você ter que ficar reiterando ofício, você ter que requisitar de forma direta a informação para uma empresa, e uma outra autoridade, que devia colaborar, falar para a empresa não fornecer a informação, e depois vir a explicação de que ela não poderia fornecer, que o contrato dela é só de dados, que ela não tem acesso... É uma informação que deveria estar ali na mão do delegado no outro dia, na semana em que aconteceu o fato, para deixar tudo às claras. Afinal de contas, qualquer autoridade pública tem o dever de mostrar eficiência e de mostrar o que está ao alcance dela para esclarecer uma situação. Isso também deixou a gente meio atônito. Mas enfim, essa questão foi superada no curso da investigação, de uma forma razoável.

Outra questão que eu notei lá no processo é a questão da viatura. A gente pegava os registros físicos, de controle de viatura, todos feitos de qualquer jeito. Uma viatura, a gente já tinha o número correto, que batia, e todos os registros eram o mesmo número; a outra tinha três números diferentes no mesmo documento. É uma falta de controle total. A gente não sabe se é por desorganização ou maldade, mas a gente conferiu tudo e depois dá para identificar, foi essa aqui mesmo. Tudo isso dificulta a ação de agentes públicos, porque a gente quer investigar, quer deixar isso de forma clara.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO DA SILVA OLIVEIRA – Então, esses registros não têm muita credibilidade.

Só pontuando aqui essas dificuldades nossas, no DF também, na Polícia Civil, que é a parte em que a gente trabalha, a gente procura, faz recomendação. É uma cultura de que esses registros, essas coisas não funcionam, não é para fazer, e é justamente a brecha que, às vezes, o agente público que está propenso a práticas criminosas aproveita. Sabe que não tem controle e ele faz. Não tem o GPS? Ele sabe. É questão de vigiar. Quem está sendo vigiado vai pensar duas vezes antes de fazer. Quem não está sendo vigiado se sente confortável para fazer o errado. Não é assim? Não é assim até com os nossos filhos, nas nossas casas? Se a gente diminui a vigilância sobre ele, ele vai fazer uma arte. Não é assim? O que custa às polícias – vamos falar de forma genérica, porque a realidade infelizmente não é só aqui do Distrito Federal – botarem uma câmera para filmar? Quantos e quantos relatos a gente vê de violência policial, que na verdade chegam para a gente como abuso de autoridade da pessoa que desacatou o funcionário? A gente nunca sabe quem é que está certo, se foi o cidadão que desacatou a autoridade ou se foi a polícia que violentou. O que custa colocar uma câmera? O que custa colocar um GPS? Hoje em dia os equipamentos de GPS são simples, as câmeras são simples. A gente não precisava nem ter passado por quase dois anos de investigação para ficar patinando em cima de detalhes que atrapalham. Então, a gente tem todas essas dificuldades.

Corporativismo, como o Maurício também citou. Tudo o que ele falou aqui, do coração dele, é uma coisa que eu falo também, da minha experiência profissional e da minha experiência do dia a dia. Eu não sou doutor em nada. Tudo o que eu falo aqui é da minha experiência profissional. Ele sintetizou tudo. O corporativismo é

demais! O sistema criminal brasileiro tem uma facilidade tremenda de julgar os descalços, mas para julgar os iguais à gente, quem está aqui nesta sala, é uma dificuldade tremenda. Essa é a nossa realidade.

Um dia desses – há um mês e pouco –, uma professora do Ceub solicitou para a gente uns dados a respeito dessa questão de tortura. E coisa que eu tinha inato, falei: "é difícil". É difícil, porque poucos têm coragem de falar, de registrar uma ocorrência. Hoje em dia a gente tem a questão da cifra negra. O sistema criminal hoje está em tanto descrédito que o cidadão comum, para furto, roubo, não vai à delegacia registrar. Quando o cidadão é vítima de um agente de Estado, menos ainda ele vai reclamar. Os que chegam para a gente, para a gente investigar, é uma dificuldade tremenda. A gente tem que depurar, inclusive, porque pessoas às vezes querem se utilizar de denúncias contra agentes públicos que às vezes estão agindo corretamente. A gente denuncia já uma parte disso aí, porque muitos a gente arquiva mais do que denuncia. Infelizmente, a gente tem nossas dificuldades, e a gente denuncia pouco do que a gente investiga. A gente foi fazer esse levantamento lá, salvo engano dos últimos dez anos, das denúncias – somente das denúncias – que a gente tinha feito, que finalidade é aquela. Eu estou lá só há dois anos, então eu tinha essa noção. Não dá. A gente denuncia, briga, e ainda corre um sério risco de não conseguir nada no final. Pois é. Um terço das nossas denúncias ou foram absolutórias ou foram desclassificatórias. Geralmente, quando desclassifica por um crime de menor gravidade, um abuso de autoridade, dá prescrição.

Então, é a mesma coisa: um terço do que a gente fez a gente conseguiu condenar. Um terço a gente conseguiu condenar, contando as condenações desclassificatórias. A gente não verificou – teria que verificar cada caso –, mas geralmente essas aí eu conto, como praticamente deu prescrição.

Enfim, é muito frustrante, porque não foi o ideal, apesar de tudo que aconteceu, e só aconteceu por causa do empenho da família – esse foi o grande diferencial. Eu, como Promotor de Justiça, falo isso, mas não me desanimo. A gente procura correr atrás. Eu sei que houve várias deficiências. Talvez a família, em algum momento, tenha ficado insatisfeita com os contatos que a gente tinha, mas certamente isso foi por causa da questão do sigilo. Tenho certeza de que, se a gente pudesse ter tido esse contato mais próximo da família, ajudaria bastante nessa questão.

Era isso que eu tinha para dizer. Depois a gente abre para pergunta, se alguém quiser saber mais algum detalhe. Mas geralmente essas investigações são complicadas. A gente tem uma cultura jurídica, inclusive, que dificulta responsabilizar esses agentes de Estado, e para a gente é uma triste realidade ver isso acontecer diuturnamente. Pelo menos depois de dois anos a gente conseguiu chegar a algum resultado. Essa é só uma parte da luta, como eu estou falando: ainda tem o segundo *round*, o terceiro *round*, porque geralmente essas pessoas têm muitos meios de se defender no processo. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Marcelo. Passo a palavra agora para a Deputada Federal Érika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Gostaria de saudar a Comissão, saudar a Senadora Regina, a Senadora Ana Rita e, particularmente, a família do Antônio.

Eu concordo com o que foi dito, que a família foi fundamental para que houvesse a elucidação desse caso. Eu digo isso porque eu nunca vi tanto desprezo como nós vimos, eu e a Senadora Ana Rita. À época, a Senadora presidia esta Comissão e foi absolutamente importante, fundamental para que nós pudéssemos também fazer essa construção de buscar a verdade, para, a partir daí, buscar a justiça. Eu, à época, era Presidenta da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; a Senadora representava esta Comissão; Augustino esteve sempre presente.

Nós estivemos com a Secretaria de Segurança e foi algo muito cruel do ponto de vista do Estado, porque ao Estado cabe a manutenção do Estado democrático de direito e cabe a proteção dos cidadãos. E nós vimos ali, primeiro, uma desconsideração com a fala da família. A fala da família não foi considerada. Ela não foi absorvida. Ela foi menosprezada, porque a família tinha uma convicção muito grande de que o Antônio não teria saído, não teria ido embora sem comunicar aos seus familiares o que estava acontecendo. Isso não era considerado. A família dizia: "Ele não faria isso. Ele não sumiria. Ele não iria para outro lugar do País. Ele não sairia sem comunicar a família", pelas relações familiares, que eram relações bastante fortes, bastante preservadas. A família falava isso, e a família era ignorada. Era ignorada! Eles diziam: "Ele está vivo. E nós vamos apresentá-lo vivo". E a família reafirmava: "Ele não está fugindo das suas relações mais próximas e das suas relações mais amorosas, que somos nós".

Eu fico muito impressionada com esse Estado absolutista, porque é um Estado absolutista, um Estado que não escuta a própria população, que menospreza, e que transforma e lida como se fossem pessoas sem nenhum tipo de importância e de significado.

Em determinado momento, representantes da Secretaria de Segurança chegaram a dizer que "é muito difícil lidar com essa família, é muito difícil; a família nos perturba". Era como se dissessem assim: "a família está nos perturbando. A família está nos incomodando, está nos atrapalhando". Então, veja: qual é essa lógica de que a angústia de uma família, as certezas que a família tinha não só não foram consideradas, como foram consideradas como algo que atrapalhava e que incomodava o próprio Estado?

Isso não pode ficar assim. Eu não sei qual o mecanismo, mas eu fico pensando que essas pessoas que respondiam pela Secretaria de Segurança têm que responder frente a toda essa postura que tiveram, toda essa postura! Não podem simplesmente dizer que o Antônio estava vivo, que várias pessoas já tinham visto o Antônio, que estavam desviando uma viatura – como já foi relatado pelo Maurício – para buscar o Antônio, e simplesmente isso ficar assim. Foi encontrado o corpo, e quando o corpo foi encontrado, nós fizemos todo esse trajeto junto com a família. Nós fizemos o trajeto desde a delegacia até o local onde o corpo foi encontrado, e nós percebemos que o corpo estava ali há algum tempo, segundo o Instituto Médico Legal. Nós estivemos lá também. Segundo a perícia que foi feita, o corpo já estava lá há algum tempo. Nesse período, em que ele provavelmente já estava morto, de acordo com as avaliações, com laudo do Instituto Médico Legal, se tinha uma notícia de que ele tinha dado entrada em uma unidade de saúde do Distrito Federal. Nada disso provocou um estranhamento, ou provocou uma revisão, ou provocou um outro tipo de postura daquelas pessoas que respondiam pela Secretaria de Segurança, e de alguns que permaneceram não no mesmo posto, mas permaneceram na Secretaria de Segurança. Ou seja, ele deu entrada em uma unidade de saúde do Distrito Federal no período em que – depois se descobriu – já estaria morto, e isso não foi considerado.

Portanto, eu diria que, frente a tudo isso, nós temos situações absolutamente suspeitas, porque ele tinha sido abordado por uma viatura da Polícia Militar. Absolutamente suspeitas! Depois, tinha dado entrada em uma delegacia e tinha sumido. Sumido! Sumido de calção, sumido sem roupas adequadas, e a polícia dizia que ele estava em outro lugar, em outro Estado da Federação, em outro Estado brasileiro, sem considerar nada disso: que ele não estava com recurso, que ele não estava com roupa, que ele não estava de forma adequada e que estava em condições, segundo o inquérito, diferenciadas, porque não estava em condições extremamente normais, pelo que está dado ali. Depois, o que se sabe? Sabe-se que ele foi torturado. Ele foi torturado, foi jogado em uma delegacia. A polícia levou-o para a delegacia provavelmente para se isentar. Não havia registro nenhum dele na delegacia, o que é outro aspecto. Nenhum registro de que ele tinha passado por lá. E, de repente, ele sai caminhando, provavelmente, e vem a falecer, e nós não temos mecanismos para assegurar o processo de investigação.

Por isso – eu diria –, a necessidade de investigação de todo processo ou de todo fato que tenha tido relação com a polícia é fundamental. É o que está no projeto de fim dos autos de resistência, inclusive. É a necessidade de investigação, porque não havia dúvida de que as últimas pessoas que o tinham visto eram os policiais que o levaram para a delegacia e as pessoas que estavam na delegacia. Imediatamente, deveria ter sido buscado um processo de afastamento desses policiais, para que se pudesse fazer uma investigação com muita profundidade. Nós tivemos uma parceria do Ministério Público, que trabalhou nessa perspectiva, e da Delegada Malafaia, que fez uma diferença muito grande, porque o que se estava desenhando antes da delegada Malafaia era o tecimento de um grande manto de impunidade, onde se esconderia a própria verdade.

Estava-se desenhando isso, estava-se construindo isso com a fala do secretário, com a fala do delegado, com o menosprezo que se tinha pela própria família, com a intolerância que o Estado tinha com a família, e sem considerar, inclusive, a dor dessa família – a dor era grande, uma dor intensa, da família –, uma segurança muito grande das relações que mantinham com o próprio Antônio. Nada disso foi considerado.

Então, eu penso que a gente deveria trabalhar primeiro na perspectiva da aprovação do fim dos autos de resistência. Que tenha uma certa ampliação desse processo, mas haveria que se ter a obrigatoriedade de um afastamento e de um processo de investigação por parte da própria polícia, inclusive. A polícia tem que ter um instrumento independente, ligado às investigações dentro da própria polícia. Tem que ter uma independência. Independência da perícia eu acho que tem que ter, de forma absolutamente inequívoca, mas tem que ter um mecanismo que possibilite o rompimento dessa lógica corporativa, que é uma lógica de autodefesa. Defendem-se de possíveis posturas que não correspondem ao próprio Estado democrático de direito.

A família também sofreu ameaças, se sentiu ameaçada, se sentiu acossada, se sentiu humilhada. Todos esses sentimentos foram perpassados! Todos esses sentimentos! A família dizia: "Ele não está vivo, porque se estivesse vivo, já estaria conosco". A família dizia isso, mas dizia isso com uma certeza imensa, que chamava muito a atenção: "Ele não está vivo, porque se estivesse vivo, estaria conosco. Ele não está vivo, porque se estivesse vivo, estaria conosco". Tantas vezes isso foi repetido por vários membros da própria família. Quando nós estivemos no sepultamento, me chamou a atenção uma coisa, que foi a fala de uma das irmãs, que dizia: "Mas a gente está sepultando quem a gente não está vendo, porque não tem rosto. O Estado tirou o rosto dessa pessoa

para que nós não pudéssemos vê-la no seu sepultamento, nesta despedida". Me chamava muito a atenção que ela falava isso: "Nós estamos sepultando e nós não estamos vendo, e a gente queria vê-lo nesta despedida". Mas enfim, penso que frente a este caso, que se assemelha ao do Amarildo, com algumas diferenças... Também os familiares diziam isso. Eles diziam o seguinte: "Não se encontrou o corpo do Amarildo, mas existe um processo e uma punição dos policiais. Nós encontramos um corpo. O corpo foi encontrado. E mesmo com o corpo, não tem o processo de punição desses policiais".

A gente teve de responsabilizar o Estado por vários aspectos: pelo tratamento que efetivou com a família, por ter acobertado o processo de investigação, porque a Secretaria de Segurança o fez quando construiu uma tese, se aferrou a essa tese e tentou fortalecer essa tese e transformá-la em verdade a todo custo, que ele estaria vivo, inclusive com a entrada em uma unidade de saúde, que no mínimo merecia uma investigação mais aprofundada do próprio Poder Executivo, da própria Secretaria de Saúde. A própria Secretaria de Saúde teria que proceder uma investigação mais aprofundada. Mas era importante que nós também processássemos o Estado. Como é que você tem viaturas novas em que o GPS não funciona? Viaturas que deveriam ter o GPS, foram licitadas, foram compradas com o GPS, e o GPS não funciona. Você tem um instrumento, que era o instrumento para atestar o caminho que essas viaturas tomaram, mas esse instrumento não estava funcionando. O Estado tem que ser responsabilizado por isso. Eu penso que a gente não pode simplesmente ter elucidado o caso...

O caso foi elucidado, a família teve a sua palavra transformada em uma verdade, e essa verdade assumida pelo conjunto da sociedade e pelas pessoas que acompanharam, mas não podemos ficar sem punição – eu penso –, ou sem uma investigação, ou sem um aprimoramento da legislação. A gente tinha que aprimorar a legislação. Nessa questão da câmera, do GPS, que são elementos importantes para o processo de investigação, deveriam também assegurar que houvesse uma punição se elas não estivessem em funcionamento, ou se não existirem, porque isso é um desperdício, inclusive, de recurso público. Você compra um equipamento; você paga por ele, porque ele é considerado na compra dos automóveis, dos veículos; ele não funciona; e você simplesmente não tem um elemento que é importante no processo de averiguação. Eu acho que a gente deveria, nesta audiência pública, Senadora Regina, fazendo esses procedimentos, ou seja, essas comunicações desta audiência pública, desta Comissão, sobre a necessidade de que sejam respondidas essas questões acerca do GPS, acerca da ausência de apuração... Às vezes fico perguntando, se não houvesse tido a mudança da chefia do processo de investigação, se nós teríamos chegado à resolução do caso. Se não tivesse havido a mudança da delegada, a mudança da secretaria, se nós teríamos chegado, porque se construiu uma tese, o Estado se agarrou nessa tese e tentou empurrar essa tese...

(Soa a campainha.)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – ...e consolidá-la no conjunto da sociedade, sabendo que ela significaria que nós não atingiríamos a verdade e, ao não atingir a verdade, não atingiríamos a justiça.

Portanto, é uma expressão muito grave do nível de autoritarismo do próprio Estado, do nível de corporativismo danoso para a sociedade, e a herança de práticas da ditadura militar, o absolutismo do Estado, o absolutismo das polícias, que acham que as coisas se resolvem dessa forma, e a naturalização da própria tortura enquanto procedimento e forma de agir da própria polícia. Então, acho que a gente deveria fazer essa denúncia, encaminhá-la para os órgãos competentes, para o Comitê de Combate à Tortura, para que possa ser investigada, e exigir uma reparação do Estado sobre esses pontos de vista para que nós não possamos simplesmente achar que é natural que tudo isso aconteça e que essa dor seja essa dor tamanha. Há impossibilidade de fazer o luto, porque quando você não tem o corpo, quando você não tem a verdade, não sabe o que aconteceu, é como se fosse a síndrome de Antígona. Tanto é que a família disse: "nós só vamos sepultar no momento em que o processo for esclarecido". O Antônio ficou muito tempo à espera de ser sepultado, porque a família dizia: "nós só vamos sepultá-lo quando nós chegarmos à verdade, quanto todo o caso for esclarecido. Nós não vamos sepultá-lo e sepultar, junto com ele, todas as dúvidas, as inquietações e a verdade sobre esse caso". Eu acho que a gente deveria construir uma legislação em que nós pudéssemos trabalhar no impedimento que nós temos.

Nós temos vários casos aqui no Distrito Federal de violência policial. As pessoas acham que farda é salvaguarda para ferir o Estado de direito, que a farda é uma salvaguarda para você ir pisoteando a Constituição, pisoteando a própria lei e fazer tudo que se pode fazer de destruição, de violação de direitos. Nós tivemos, perto do Antônio, em Planaltina também, o caso dos meninos que foram jogados para morrer pelos policiais, e nada aconteceu também. Eram adolescentes, e foi filmado. Os policiais diziam: "Morram. Morram." Os adolescentes clamavam atendimento, porque estavam fugindo da polícia e tiveram um acidente no carro, e a polícia dizia: "Vai morrer como está. Vai morrer como está". E chuta os adolescentes, e os deixa morrer, e vai embora. Ou seja, há uma desumanização. O Antônio foi desumanizado. Esses adolescentes foram desumanizados. O Antônio foi desumanizado.

Eu lembro que o Secretário de Segurança, ou o delegado... Não lembro. Alguém nesta reunião dizia o seguinte: "Eu acho que ele teve um surto. Ele estava surtado. Ele estava surtado. Ah, não, ele não surtou. Simplesmente, ele surtou. Deve ter ficado chateado com a família, surtou e fugiu."

Então, veja que nível de desrespeito. Houve uma desumanização do Antônio, uma desumanização da família, e quem desumaniza é desumanizado. É uma autodesumanização. A desumanização do outro representa a sua própria desumanização, porque você já não se vê e já não se sente como um ser humano.

Então, eu encerro mais uma vez parabenizando a coragem da família, que não sabia direito o que estava enfrentando, mas que tinha noção de que estava enfrentando o Estado, de que estava enfrentando a Secretaria de Segurança, de que estava enfrentando a Polícia Militar, de que estava enfrentando a Polícia Civil, de que estava enfrentando o Estado organizado, o Estado repressivo, e enfrentou com muita coragem, com muita unidade, com muita determinação. E, por isso, nós conseguimos elucidar, o que nos faz – penso eu – nos debruçarmos sobre o aprimoramento da legislação, do ponto de vista da contenção desse nível de violência e, ao mesmo tempo, pedindo a reparação.

Eu reafirmo: tínhamos de pedir a reparação. Se não é mais o mesmo Secretário, que seja o Secretário atual que responda, a Secretaria que responda por tudo isso que aconteceu, porque raras vezes eu vi tanto desrespeito.

Eles chegaram inclusive a dizer que era difícil conviver com a família, pois a família era muito intransigente...

(Soa a campainha.)

A SRª ÉRIKA KOKAY – nas suas certezas.

Era isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Deputado Érika.

Acho que essa família tem de ser exemplo para outras, porque essas coisas acontecem em todos os Estados, em maior ou menor grau. O que muda é o grau de crueldade. Mas as famílias aceitam a primeira versão que a polícia diz. Então, essa família está de parabéns pela coragem de ter ido atrás da verdade.

Passo a palavra à companheira, Senadora Ana Rita.

Eu queria comunicar também que o Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, não está aqui, pois ele se encontra em Salvador, fazendo a audiência pública da terceirização. Ele está viajando o País fazendo esse debate e, por isso, não está aqui hoje.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA – Boa tarde para todas e para todos. Eu quero cumprimentar a Senadora Regina, que hoje preside esta audiência pública, companheira, militante, lutadora, defensora também dos direitos humanos. Quero cumprimentar o Dr. Marcelo, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; cumprimentar a minha querida amiga, companheira, Deputada Érika Kokay, e cumprimentar o Maurício Pereira de Araújo, irmão do Antônio Pereira de Araújo, irmão do Silvestre Pereira de Araújo, que está aqui.

Em nome do Maurício, que está aqui, à mesa, quero manifestar a minha solidariedade à família e, ao mesmo tempo, não sei nem se a palavra é parabenizar – eu não consigo achar uma palavra adequada –, mas é de reconhecer aqui a firmeza, a coragem, a determinação dessa família, da mãe, de todos os irmãos, das irmãs, que não sossegaram um minuto até que o corpo fosse encontrado e, mais do que isso, que se desse um encaminhamento diferente do que estava sendo dado a esse processo de investigação. Só houve um encaminhamento – e ainda estamos em um processo, que ainda não terminou – porque a família foi muito corajosa, muito.

E eu quero aqui, Deputada Érika, dizer que as suas palavras são as minhas palavras. Você foi muito fiel no relato do que aconteceu e também da sua avaliação a respeito dos fatos.

Eu vejo que o Estado foi preconceituoso no tratamento desse caso; ele foi omisso no tratamento desse caso; ele foi extremamente corporativo e ele foi inoperante também. É um Estado que não deu o tratamento adequado a essa situação.

Naquelas idas nossas à Secretaria de Segurança, como a Deputada Érika relatou, não permitiam que nenhum membro da família entrasse na audiência. Eu não sei se você se lembra, Deputada?

A SRª ÉRIKA KOKAY (*Fora do microfone.*) – Lembro.

A SRª ANA RITA – Na primeira audiência, eles só aceitavam a presença nossa, de Parlamentares. Não permitiam que o Silvestre entrasse na reunião. Nós tivemos de negociar a entrada do Silvestre depois que eles tivessem a oportunidade de conversar conosco. E sabem o que disseram? Aqueles rapazes tentaram desqualificar o Silvestre, dizendo que o Silvestre tinha problemas mentais, que ele estava desnorteado, que ele não sabia o que estava fazendo, que só servia para tumultuar e que era uma pessoa que atrapalhava e que, de uma certa forma, trazia riscos para aquela reunião.

Então, tentou-se desqualificar não só as informações prestadas pela família, conforme a Deputada Érika colocou, mas também se tentou desqualificar as testemunhas, a vítima, a própria família, tentando nos con-

vencer, convencer a Comissão de Direitos Humanos do Senado, convencer a Frente Parlamentar de Direitos Humanos da Câmara, de que a família estava falando coisas que não procediam.

Então, eu vejo que é preciso, sim, ter firmeza nesse processo. Eu vejo que o Ministério Público do DF tem um papel fundamental nesse processo. Eu sei que o Dr. Marcelo tem tido uma postura firme – e conversamos sobre isso –, para que esse caso não caia no vazio.

Acho também que o Estado tem de ser, de uma certa forma, penalizado por isso, não só os envolvidos diretamente, os policiais envolvidos diretamente, mas o Estado, que deu cobertura, que dificultou o andamento do processo, tem de ser penalizado.

E eu também me recordo da fala do delegado responsável pelo processo. O delegado tentava nos convencer de que o Antônio estava vivo. Inclusive, na reunião, ele dizia: "Eu recebi a informação de que o Antônio está em tal lugar – e dizia o nome da cidade –, viram ele andando lá." E na hora eu questionei: "Mas por que, então, não buscaram o Antônio?" "Mas ele desapareceu." E ninguém desaparece assim, do nada! Não é uma fumaça que some rapidamente.

E aí tentaram nos convencer de que ele estava com problemas mentais, que ele estava desorientado, que ele era um andarilho, que estava andando. Se realmente forem verdadeiras estas informações de que é um andarilho, que circula, que está num sítio, a polícia não consegue pegar essa pessoa, recolhê-la, trazê-la e oferecer um tratamento? A resposta do delegado foi: "Está num sítio e se esconde no meio do mato." É difícil, não temos como localizá-lo. Como não tem como localizar?

E aí o delegado foi muito taxativo de que ele estava trabalhando com várias linhas de investigação. Na minha opinião, eu tive muita clareza de que não havia várias linhas de investigação, não. Era o convencimento de que o Antônio estava vivo, de que era um andarilho e que ele tinha tido problemas com a família, inclusive. Em uma das falas, inclusive, ele chegou a dizer isto: de que possivelmente ele teria tido algum problema com a família, de que ele estava fugindo, pois não queria mais conviver com a família. Ou seja, isso criou, na família, uma situação de angústia também.

Então, eram informações que não tinham procedimento. Nós percebíamos isso com muita clareza, mas nós também tínhamos de aguardar o andamento da investigação.

E aí eu concordo plenamente: esse caso precisa ter um tratamento firme, corajoso, por parte das nossas autoridades aqui. A mudança de equipe, a mudança de secretário mudou a linha da investigação.

Tanto é que eu estive aqui, em Brasília, depois, em março. Encontrei-me com o Maurício, que me disse, com muita alegria: "Olha, Senadora Ana Rita, agora o caso do Antônio vai ser resolvido, porque mudou o secretário, mudou o delegado, mudou a equipe, mudou isso, mudou aquilo, e as coisas começaram a andar e a ter outro rumo." Não foi isso, Maurício? Você me disse isso com muita satisfação.

Então, aquelas pessoas, naquele momento, precisam também ser ouvidas, porque houve omissão proposital, na minha opinião. Houve um desvio da investigação, de forma proposital, para proteger os que estavam diretamente envolvidos. Essa é a minha leitura.

Então, acho que é preciso, sim, continuar nesse processo, não só punindo aqueles que, de fato, mataram o Antônio, que torturaram o Antônio, mas também aqueles que foram coniventes com isso e que não permitiram que o processo tivesse o andamento adequado, dentro do procedimento legal. Mas precisava haver o procedimento correto, não dificultando ou trazendo dificuldades para que as coisas pudessem se encaminhar.

Acho que também é preciso repensar a nossa legislação. Acho que os autos de resistência é algo que precisa ser resolvido, porque o Antônio é uma entre tantas outras vítimas em nosso País, aqui, no DF, e também em outros Estados.

E casos como o do Antônio possivelmente aconteçam com muita frequência.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA – Neste caso do Antônio se deu um destaque especial porque a família foi muito corajosa. A família unida, irmãos e a mãe se mantiveram unidos nesse processo e não se intimidaram com as ameaças. E foram firmes.

Para quem esperou dois anos para sepultar um corpo, depois de esperar – acho que seis meses depois da morte...Cinco meses, não é? – cinco meses do desaparecimento, quando localizaram o corpo; e, depois, mais um ano e pouco, o corpo, no IML, esperando a família, que determinou: "Só vamos sepultar quando a investigação tiver um rumo acertado, tiver um rumo correto." Essa foi uma atitude de muita coragem, de muita coragem mesmo.

Então, acho que em nome da família, em nome dessa família Pereira de Araújo, é preciso, sim, que o Estado brasileiro realmente tenha uma outra postura e trate as pessoas com respeito, fazendo valer todo o processo de investigação, todo o processo de apuração dos fatos, e que a justiça, de fato, seja feita.

Muito me estranha, inclusive, a atitude da unidade de saúde ou do hospital que forneceu um documento como se o Antônio tivesse passado por lá. Isso precisa ser apurado também. Alguém construiu um documento falso! Algum servidor construiu um documento falso! E não é um servidor de pequeno escalão que vai fazer isso. Eu não acredito nisso. Não é um servidor pequenininho que vai fazer isso. Isso é determinação de alguém que tem poder de decisão. Então, não pode continuar desse jeito. Acho que o Ministério Público tem de apurar isso com muita...Não sei se já tomou alguma providência, mas isso é algo que precisa ser também apurado.

Então, eu ficaria com a minha fala aqui. Acho que do que eu pude acompanhar, na época, não foi o caso inteiro, porque eu não estava mais em Brasília. Mas a Deputada Érika conseguiu acompanhar a família o tempo todo, estando presente nos principais momentos. Ela continuou dialogando com as autoridades aqui do Estado, inclusive com o Ministério Público. E aí eu acho que é preciso agradecer também à Deputada Érika por esse empenho, por essa dedicação, em nome do Legislativo, em nome da Frente Parlamentar dos Direitos Humanos da Câmara, que se empenhou e se colocou à disposição, cumprindo o seu papel, com certeza, mas também é preciso ter coragem para fazer isso.

Então, acho que essa Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pela Senadora Regina, também tem o papel de continuar acompanhando. E que bom! Parabéns pela iniciativa dessa audiência pública de hoje, porque ela continua mantendo viva essa discussão. Ela não pode cair no esquecimento, não pode ir para uma gaveta e não pode ficar só sob a responsabilidade da família. A família é parte desse processo, mas todos nós temos uma responsabilidade sobre ele.

Então, precisamos estar firmes e unidos nesse processo todo para que os responsáveis sejam, de fato, punidos por aquilo que fizeram e para que casos como o do Antônio não aconteçam mais em nosso País.

Só para finalizar a minha fala, hoje, pela manhã, eu escutei o relato de uma pessoa aqui, de alguém daqui, da Casa, que dizia que presenciou um ato de violência, também por esses dias, aqui, em Brasília, onde um jovem, em uma moto, foi abordado por policiais, com diversas escopetas e que havia uma agressividade com relação a esse jovem, a uma pessoa completamente inocente. Não era marginal, nada. Mas se parte do princípio, do pressuposto de que é um bandido, um marginal, e vai-se numa agressividade, numa estupidez, numa arrogância.

A polícia tem de mudar esse tipo de comportamento. Para fazer com que as pessoas, de fato, sejam identificadas, há outros modos, outros métodos. Não é com essa arrogância, com essa petulância que se abordam as pessoas. Então, não é assim que vamos resolver o problema da segurança pública no nosso País.

Então, faço aqui o meu certo desabafo, porque isso nos deixa bastante indignados, pois amanhã pode ser qualquer um de nós abordados dessa forma e não teremos talvez a menor chance de defesa nem de nos colocarmos, porque do jeito que as coisas estão andando, qualquer um de nós está submetido a esse tipo de atitude por parte de pessoas não preparadas e não qualificadas para exercerem o seu papel. É isso.

Obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Nós não temos Senadores para fazer intervenção. Então, vou quebrar o protocolo um pouquinho e abrir umas três falas de três minutos para alguém da plateia que queira intervir.

Eu começaria perguntando ao Silvestre, como membro da família, se ele quer usar a palavra, por três minutos.

Depois, eu abro para mais duas pessoas. Podem ver quem quer. E aí retomamos para a Mesa fazer as considerações.

O SR. SILVESTRE PEREIRA DE ARAÚJO – Essa aqui é uma caminhada; mas o Antônio Pereira de Araújo não era só o Antônio. Ele tinha a nós. E nós temos uma família para respeitar e nós vamos continuar respeitando essa família. Nós somos ameaçados. Quantas pessoas falaram: "Eles vão te matar. Tu vai morrer. Amanhã, tu vai amanhecer morto. Sai dessa." E nós não estamos lá para matar ninguém. Eu estou lá atrás dos meus direitos e vou lutar.

Hoje, eu tenho quatro filhos pequenos. O mais velho tem 12 anos. E eu sempre falo para eles: "Nós vamos lutar pela nossa família, vamos buscar a nossa família." A minha filha, que o Antônio foi lá em casa ver, mas que ele não chegou para ver ela lá em casa, eu vou colocar ela para buscar isso aí. O caso Antônio nunca vai se acabar. Eu sempre vou buscar ele, enquanto eu respirar sobre a terra, a minha família respirar sobre a terra.

Os mesmos policiais que estão envolvidos no caso Antônio, eles atiraram em uma amigo meu em Planaltina. Tem ocorrência sobre isso aí. São os mesmos policiais. Ele deu um tiro em um amigo meu, só porque o cara chegou perto do prédio dele e mijou. Ele deu um tiro no cara. Os mesmos policiais bateram em um rapaz, torturaram um rapaz, um homem, uma mulher e um filho dele, de 8 anos. Os mesmos policiais. E continuam soltos. Então, se aqui, na capital do País, não tem lei para prender polícia, imagine no resto do País.

Eu acho que já passou da hora de nós resolvermos isso aí, de as autoridades chegarem a um ponto final. Por que eu descobri que matou o Antônio? Na hora em que cheguei para o policial e falei para ele: "Vocês mataram o Antônio." E ele falou: "Por que você falou que nós matamos o Antônio?" Eu falei: "Porque, se vocês não tivessem matado, vocês tinham chamado a Record, tinham chamado a Rede Globo, vocês tinham chamado a Band, tudinho, para achar o Antônio, na mesma hora. Se vocês não mataram, por que vocês não chamaram? Era tão simples, nós tínhamos achado o Antônio na mesma hora." Mas como chamar, se eles tinham matado? Todo mundo sabe que a polícia matou o Antônio.

(Soa a campainha.)

O SR. SILVESTRE PEREIRA DE ARAÚJO – É difícil? É. É difícil chegar na minha mãe hoje. Eu não consigo nem ver minha mãe. Mas eu vou lutar por ele. Eu sempre vou lutar não só por ele; por todo mundo que tiver nessa situação. Eu vou ajudar. Se bater na minha porta para ajudar, pode ter sido a polícia, pode ter sido o Exército, pode ter sido quem for que matou, eu estou pronto para ajudar. Eu vou ajudar. Eu vou entrar nessa não só pelo Antônio mais, é por todos que eu conhecer. Não pode matar filho de ninguém. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mais alguém do plenário? Temos três minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO YANG – Obrigado. Bom, o ponto que eu quero destacar, inclusive presente já na fala....

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Identifique-se, por favor, para registrar.

O SR. LUIZ FERNANDO YANG – O.k. Luiz Fernando Yang. Eu sou servidor público do STJ, psicólogo, e militante do PSol.

O ponto que eu quero destacar é justamente o que já foi abordado por alguns componentes da Mesa: este caso não é um caso isolado. Ele acontece em todos os lugares, a todo momento, e, infelizmente, não temos condição de saber disso até porque existe esse corporativismo da Polícia Militar, não só no DF, mas em praticamente todos os Estados, senão em todos os Estados.

Então, acho que, na verdade, o que temos de discutir é essa questão da cultura policial. O que é isso? Isso não acontece de uma vez, por acaso.

Eu estava conversando, um pouco antes de começar esta reunião, com o Dr. Maurício, que anteontem eu presenciei uma abordagem policial, em Taguatinga, onde moro. E, chegando próximo a uma banca de revista, vi que havia uma operação e parei para observar. Os policiais prenderam dois menores e um maior – no caso, dois rapazes e uma moça – acusados de portarem drogas. Os três estavam absolutamente tranquilos, inclusive, de cabeça baixa, envergonhados. E os policiais os foram tratando aos gritos, para entrarem e tudo.

Eu me aproximei e o policial, de forma truculenta, pediu para eu me afastar. Eu perguntei a ele se eu não podia permanecer, como não estava fazendo nada e estava em um local público. Ele falou: "Então, o senhor vá para ali." Ele fez simplesmente essa objeção para dizer: "Aqui, sou eu quem mando. O senhor não vai ficar aqui. O senhor vá para lá." Eu mudei de ângulo e fiquei observando. E aí, quando o policial os colocou no camburão, simplesmente, pediu para a menina se virar para ele tirar uma foto. A moça, provavelmente, tinha 16, 17 anos, por aí, pela aparência. No que ela não se virou, ele falou: "Olha para cá, sua piranha." Então, esse é um caso de desrespeito, de machismo, de afronta aos direitos individuais. O que essa moça vai ter da polícia daí em diante?

Então, acho que é uma cultura que precisamos quebrar, de alguma forma, e precisamos interferir, de algum modo também, embora saibamos que isso é muito difícil, nessa cultura corporativa da Policia Militar, no Distrito Federal.

Próximo a minha casa, também em Taguatinga, há cerca de mais ou menos quatro ou cinco anos, um pivete invadiu uma residência na minha rua e o policial, depois de dominá-lo, três policiais daqueles tipo robocop e tudo, com aqueles coletes e tudo, dominaram o rapaz tranquilamente. Simplesmente, cercaram o local. O rapaz saiu e tudo. Eu estava caminhando, fazendo a minha caminhada, e vi quando o policial, achando que não tinha ninguém olhando – eu estava passando e tudo, estava nos fundos da rua –, quebrou o nariz do rapaz, do pivete. O sangue desceu na hora.

Então, estou colocando esses casos para ilustrar que é um absurdo o cidadão ser tratado dessa forma, com total desrespeito aos seus direitos individuais, e de uma forma criminosa. Porque se a polícia acha que todo mundo é bandido, ela se torna um bandido no momento em que faz isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Tem mais uma possibilidade. Há mais alguém?

O SR. RAFAEL CAMARGOS – Primeiramente, uma boa tarde. Obrigada, Senadora Regina, Senadora Ana Rita, Dr. Marcelo, Deputada Érika Kokay, Maurício Silvestre.

O meu nome é Rafael Camargos. Sou servidor do MPDFT. O primeiro contato com quem o Silvestre e o Maurício tiveram. E, nessa época, ainda não éramos amigos, éramos colegas. E eu me interessei de pronto, porque só quem já viveu uma abordagem policial, morando em Planaltina, Distrito Federal, na periferia, sendo de uma cor que já demanda um certo preconceito, sabe o que é ser abordado pela polícia. Não todas, porque nós temos de tirar policiais que trabalham corretamente, que são em sua maioria trabalhadores como nós.

E quero exteriorizar isso aqui, porque fui parte também, estando junto com eles, sabendo o que eles passaram. Não foi nem uma, nem duas, nem três vezes que o Maurício falou: "Rafa, eles não querem ouvir a gente. Rafa, o que que a gente faz?"

E eles são realmente vencedores, são heróis, são guerreiros, porque são poucos os que tiveram a coragem. Eu mesmo presenciei cenas em que a própria Policia Militar chegou e falou: "Olha, mas você vai continuar com isso mesmo? Olha que não é legal para você. Você tem de tomar cuidado." Há até um caso da padaria, onde normalmente eles lancham. E quando o Silvestre entrou, todo mundo se calou e um deles dirigiu a palavra ao Silvestre: "Você vai continuar fazendo isso mesmo?" Olha só a que ponto chegamos!

Além de provar que somos cidadãos, nós temos de buscar os nossos direitos e ainda temos de aguentar o próprio Estado contra nós. E eles sofreram bastante, bastante mesmo, porque fora o tempo que a própria empresa dele ficou sem qualquer direção, porque eles ficavam procurando o corpo ou o irmão vivo, a família, uma família mesmo. O Maurício mesmo conheceu como funciona a questão dos grupos, não é Maurício?

À noite, tem um grupo que consome álcool, tem um grupo que consome uma determinada droga, tem uns que não consomem nada, tem uns que moram em determinado local. Ele teve de entrar dentro das mazelas da nossa sociedade para descobrir o que estava acontecendo. Isso tudo para que o Estado simplesmente falasse desse jeito: "Não, o Antônio é um doidinho, é uma pessoa que está aí largada aos cantos. E não era. E ainda que fosse, tem menos direito ele?

O nosso Código Civil, a nossa legislação penal inclusive dá mais direitos. Ou seja, a partir do momento em que um inimputável comete um determinada ato, ele sequer pode ser preso. Ele tem de ser submetido a uma medida de segurança. Que tipo de Estado é esse?

Então, Senadoras, Deputada Érika Kokay, Dr. Marcelo e Maurício, eu peço que isso não fique apenas nos Anais da Casa, mas que isso realmente vá para frente, porque da mesma forma que temos excelentes homens na Polícia Militar do Distrito Federal, que são inclusive maioria, nós temos policiais que não trabalham bem. E isso tem de ser apurado em qualquer lugar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Então, achei interessante que todo mundo que falou aqui falou da abordagem. A abordagem já é violenta. Ela já parte do pressuposto de que todo mundo já é culpado. A abordagem realmente é humilhante, o jeito de abordar.

Mas há uma questão que não foi tocada e acho que tem tudo a ver, Érika, principalmente nós aqui, que estamos na área da legislação, que é a formação. Eles são formados por outros policiais, que foram formados por outros policiais. Então, a tendência é realmente formar policiais violentos.

Então, acho que podemos propor – não sei se é legislação. Isso, ainda vou ver – a formação. Mas, nos cursos de formação, que exista uma carga horária de direitos humanos, e que seja ministrada por alguém, por entidades, por organismos que tenham comissão de Direitos Humanos, que trabalham nessa linha da humanização das polícias também. Embora coloquem o conteúdo – podem perguntar aos policiais, com raríssimas exceções – falando em direitos, o que dizem logo? "Defende bandido." A concepção que todo mundo tem é a de que defende bandido. De todas as Comissões de Direitos Humanos, de todas as entidades dizem: "Defende bandido."

Então, é preciso desconstruir esses conceitos, essas concepções. E acho que temos de intervir nessa questão da formação. Tem de ver se cabe legislação. Mas que existam no conteúdo de formação dos policiais algumas horas para discutir direitos humanos. E se existem, que mudemos quem ministra essas aulas, porque se são outros policiais, com certeza, a formação vai ser deturpada, vai ser deformada.

Vamos encaminhar todas as propostas que saíram daqui, principalmente na questão da punição.

Vai haver uma fala final, se você quiser. Vou passar para você. Todos podem fazer. A não ser que você esteja com pouco tempo.

Mas, na questão da punição, na questão do hospital lá também, a Secretaria de Saúde tem de apurar isso. Tem de haver inquérito administrativo. Algo tem de existir para que se apure quem fez isso. Podem até ter sido obrigados pela polícia para fazer isso. A questão de noticiar o Comitê de Combate à Tortura e que seja aprovada a lei que põe fim aos autos de resistência.

Isso que foi anotado. Mas, como existem as gravações, podemos produzir um relatório a ser encaminhado a quem de direito.

Passo a palavra, para as considerações finais, pelo prazo de cinco minutos para cada um.

À Érika, primeiro, pois ela tem de sair.

A SRª ÉRIKA KOKAY – Primeiro, a minha gratidão à família por ter tido essa capacidade de enfrentar esse absolutismo do próprio Estado, e todas essas expressões que foram aqui retratadas, para transformar a sua própria dor em muita determinação.

Eu lembro inclusive que, quando o caso estava caindo em esquecimento, a família fez o sepultamento simbólico do Antônio, na Praça do Buriti, em frente à sede do Governo do Distrito Federal, exigindo que se desse uma resposta.

Eu penso, muitas vezes, nos tantos desaparecidos que este País tem, da época da ditadura militar, e nessa dor do impedimento do sepultamento dos entes queridos pelos familiares dos presos políticos desaparecidos, que eles sofrem e que vocês sofreram. Isso lembra muito uma tragédia grega chamada Antígona, em que ela não podia sepultar o seu irmão; e, ao sepultar o seu irmão, ela foi sepultada viva. Essa síndrome de Antígona de não poder sepultar os seus entes queridos significa uma dor e uma entrada nas estruturas da famílias, nas relações familiares, destruindo-as. Algo que o Estado deveria proteger, assegurando a democracia, não exerce tantas vezes.

Mas acho que deveríamos buscar...E acho o Ministério Público importante nesse sentido – repito: não pode haver uma naturalização do que aconteceu. Eu não falo apenas da tortura e do assassinato do Antônio, que foi promovido por policiais militares de uma forma absolutamente autoritária, invasiva e injustificável – injustificável – com todas essas estratégias que foram tomadas, porque o policial foi avisar os familiares que ele tinha sido colocado na delegacia.

Foi urdida uma versão de uma forma muito fria, porque deixou ele lá, machucado, caminhando para a sua própria morte. E foram à casa dos familiares dizer que ele estava lá, na delegacia, para tentarem construir condições para impedir que se chegasse à própria verdade.

Então, penso que o Estado tem de ser processado pela ausência do GPS; o Estado tem de ser processado pela construção que fez, por tudo que as autoridades da Secretaria de Segurança foram coniventes, foram cúmplices. Elas foram cúmplices. Foram inoperantes, tudo isso, mas foram cúmplices, porque construíram uma versão que fez com que não se apurassem os aspectos que estavam sido apontados como contraditórios na versão da própria família.

Então, veja: tudo que foi apontado pela própria família foi desconsiderado, as contradições. Como está na delegacia, às cinco horas da manhã, sai e tal, e ninguém vê? Como é que vai embora, sem as roupas adequadas, tendo sofrido isso que sofreu? Enfim, nada disso foi considerado.

Então, penso que temos de responsabilizar o Estado por essa construção que foi feita e que aqui foi largamente falada, pela ausência do próprio GPS, e construir um processo, uma legislação que seja mais rígida com essa discussão dos elementos que são importantes para elucidar os casos, como foi falado pelo doutor...

(Soa a campainha.)

A SRª ÉRIKA KOKAY – ...que é a questão do vídeo e a questão do próprio GPS.

Vou ter de me retirar, porque tenho uma outra agenda. Mas eu deixo aqui a minha solidariedade e a gratidão à família e esse compromisso que o Silvestre traça, que é um compromisso muito generoso, que, com a sua própria dor, com a dor que foi vivida pela sua própria família, a determinação de construir um País mais justo, onde nunca mais tenhamos Antônios que somem da sua própria família, que deixam a sua mãe mergulhada na própria dor, os irmãos, as irmãs, os sobrinhos, as sobrinhas, enfim, e que somem pelas mãos do próprio Estado.

Parabéns para vocês pela determinação, coragem e generosidade.

O SR. SILVESTRE PEREIRA DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – ...sempre saber o passado, sempre saber onde nos achar. E foram nos achar quando estavam com o nosso irmão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vou passar para o Maurício, para as suas ponderações finais.

O SR. MAURÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO – É só para – acho que posso entrar um pouco no detalhe –, falar que a Secretaria de Saúde não desenvolveu um procedimento interno de investigação a respeito da ficha criminal, da ficha de passagem no hospital. Mas a Drª. Malafaia, que, infelizmente, não pôde participar da audiência, hoje, porque está cumprindo fielmente o seu papel de agente público, está em um júri onde o seu depoimento era de grande importância, já que ela era a delegada titular... E hoje, infelizmente, ela não pode estar presente. Mas fica aqui que ela não veio porque estava em um compromisso.

Outro ponto é que ela também conduziu uma investigação em cima da questão do hospital e encontrou-se o proprietário dessa senha, Senadora. E esse proprietário da senha da ficha do hospital disse que ele não fez a senha. Mas existe um relato e um depoimento dele, nos autos do processo, colhido pela Drª Malafaia em que ele foi abordado, segundo ele, e o seu chefe superior, na unidade básica de saúde, em que eles foram, sim, abordados por três policiais militares, e ele não se recorda dos nomes, com o intuito de saber a respeito de uma ficha de uma consulta.

E ele se dirigiu aos policiais e disse: "Olha, você deve ter algum engano, porque nesta unidade não se faz atendimento direto ao público. Esta unidade aqui é só para a marcações de consultas. Essas informações o senhor pode estar colhendo na UPA." E quando ele disse ao policial: "O senhor pode ir até a UPA", o policial se dirigiu a ele e disse: "Eu não sei onde é a UPA." E ele falou: "Então, o senhor não é daqui, porque a UPA é do outro lado da rua." E se certificou que aquele não era um procedimento normal nem de alguém que era da unidade do batalhão do Núcleo Bandeirante, onde foi feita a ficha.

Com relação a tudo isso, ela chegou à conclusão de quem fez a ficha – não vou entrar no mérito aqui – e chegou, sim, a essa pessoa que fez a ficha e tudo, baseando-se no seu depoimento de escala de horário, na qual ele entrou e saiu, e tudo o mais. E o servidor, o seu chefe também deu o depoimento de que presenciou esses policiais lá. E o Sr. Promotor pediu qualquer desvio e saída de viatura de Planaltina ao Núcleo Bandeirante, e o também capitão do setor de telemática da PM proibiu acesso para se saber se saiu alguma viatura do batalhão em direção ao Núcleo Bandeirante. Fica provado também nos autos que proibiram o acesso a essas informações. Não se sabe o porquê, mas proibiram.

Como considerações finais, agradeço a Ana Rita, à Senadora Regina também. O simbolismo da Senadora Ana Rita com a gente foi que só a partir do momento em que a gente entrou nesta Casa, só a partir do momento em que a Senadora Ana Rita abriu as portas do seu gabinete para nós é que passamos a ser ouvidos, pelo menos ouvidos, porque antes disso nem ouvidos nós éramos.

Posteriormente a isso, pois existiam pessoas de uma determinada influência, de um determinado poder que também poderiam estar nos ajudando, algumas pessoas passaram a entender que nós não estávamos sozinhos no mundo igual eles pensavam.

A princípio falavam: "Esses aí não vão dar em nada, não vão chegar a lugar nenhum, nós temos comandantes, nós temos capitães, nós temos um monte de major do nosso lado, não vai dar em nada". E, de repente, o bando de besta chega com uma Senadora a tiracolo e algumas pessoas baixaram a cabeça e falaram: "Onde é que eles arrumaram uma Senadora para andar pendurada neles?" E a partir deste instante a gente passou a ser tratado com um pouco de dignidade e de respeito, graças a Drª Ana Rita, que abriu as portas, que saiu da sua sala aqui e foi até a Secretaria de Segurança Pública, junto com Érika Kokay, que sempre nos ajudou e que sempre procurou, a todo o custo, nos dar uma base, uma orientação jurídica e, enfim, procurou nos orientar da forma mais correta possível de quem cobrar, como cobrar e onde cobrar.

Cabe, no meu entendimento, a todas as pessoas procurar lutar pelos seus direitos, assim como a gente buscou os nossos direitos de saber a verdade, mas é simplesmente mais fácil para algumas pessoas reclamarem de alguns partidos, ...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO – ...reclamar de fulano, reclamar de beltrano e de sicrano, mas nunca dá o primeiro passo para que os seus objetivos de vida sejam alcançados.

Reclama da educação, mas adora quando o professor falta para ele não ir estudar. Reclama do transporte público, mas adora quando o baú quebra e não dá tempo nem de pegar para ir trabalhar. Reclama da saúde pública, mas não dá o primeiro passo para que a saúde pública mude. Então, eu digo a você, pare de reclamar, tire a bunda do sofá, corra atrás dos seus direitos, corra atrás dos seus sonhos, corra atrás das possibilidades melhores que você deseja. O que a gente fez não foi nem um ato heroico, a gente simplesmente disse: "Eu prefiro não fazer parte de um pensamento normal da sociedade, se eu tenho o direito eu vou buscá-lo". E eu consegui, eu entrei na Secretaria de Segurança Pública pela porta da frente, eu entrei na Corregedoria da Polícia Militar pela porta da frente, eu entrei como convidado na Direção Geral da Polícia Civil pela porta da frente e nós entramos, hoje, aqui, no Senado, pela porta da frente, como convidados. Respeito se constrói, a gente não nasce com ele e nós construímos o nosso respeito. E cabe a todo e qualquer brasileiro construir o seu respeito, buscar os seus sonhos. Estude mais, trabalhe mais, seja diferente neste ponto; ser diferente é isto, é buscar sempre mais. E, antes de tudo, respeitando o nosso Estado de direito, respeitando as nossas limitações.

Enfim, muito obrigado a todos e fica a dica. Trabalhe mais, estude mais, corra atrás dos seus sonhos, deixe de reclamar tanto. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO DA SILVA OLIVEIRA – Primeiro de tudo, na minha fala final aqui, eu gostaria de mais uma vez deixar registrado que a postura da família de Maurício e de Silvestre foi fundamental e foi o diferencial de tudo. Se não fosse a conduta de vocês, hoje não estaríamos aqui, isso não estaria acontecendo.

Gostaria de, pegando o gancho aqui com a fala do Rafael, dizer que esta questão de polícia, eu prefiro não generalizar, acho que quando a gente generaliza demais qualquer situação, a gente nunca nada em um bom caminho, não é? Eu também acredito nisso, a maioria dos policiais são pessoas trabalhadoras, que querem fazer o bem, têm uma dificuldade tremenda de trabalhar na linha de frente, etc., etc. Temos a Drª Malafaia, que é um exemplo aqui na Polícia Civil, de uma excelente profissional, mas, enfim, eu prefiro acreditar nisso, que a imensa maioria são pessoas que se esforçam para fazer o correto. Mas o que me causa angústia mesmo é saber que se alguns têm o desvio, por que a própria instituição tem essa postura de tratá-los como os demais que são abnegados e procuram cumprir as suas funções? Por que isso? Isso é um mal institucional tremendo, porque a instituição, justamente, ganha só descrédito fazendo isso. Então, quando a gente pinta este cenário de corporativismo, tudo isso que envolve, eu me pergunto justamente isso, o que ganha a instituição policial, as instituições policiais Brasil afora, fazendo esse jogo de corporativismo? Só o descrédito da população cada vez mais.

Então, acho que quem são os dirigentes dessas forças policiais aí têm que pensar mais nisso, os órgãos do Executivo, etc., porque estão dando um tiro no pé, senão na cabeça.

E, também, aqui, eu ouvi essa questão de falar que quem é de Comissão de Direitos Humanos sempre defende bandido. Lá também, no núcleo, a gente é assim; não no caso do Antônio, porque o Antônio era um cidadão de bem, uma pessoa muito tranquila, mas a maioria dos casos que envolvem tortura, que a gente investiga, a polícia pega para se exceder mais nos criminosos.

Então, a gente também tem essa pecha de que a gente defende bandido. Infelizmente, às vezes isso cola na justiça criminal, enfim, tribunais superiores, etc., porque a gente está sempre assim, como repito. Não é o caso do Antônio, mas, às vezes, nos enfrentamentos da polícia, na violência policial, o policial está ali, é um pai de família e tudo, e esse aí é um vagabundo, vai acreditar na palavra do vagabundo ou do...

Então, a gente sempre tem esse dilema aí também, é uma das dificuldades que a gente vive.

E, em relação, também, ao que a Deputada Érika Kokay falou, ela já se retirou, mas citou também a questão do auto de resistência – porque no Brasil afora isso causa muito problema –, a respeito dessas abordagens que resultam em morte, só fica o registro de que o nosso Conselho Nacional do Ministério Público tem a comissão de controle externo da atividade policial, segurança pública e sistema prisional. Eles possuem um excelente projeto lá que diz respeito a todos os passos, os procedimentos que poderiam ser adotados para melhor delimitar essas situações, para acabar com esse auto de resistência, para construir uma outra figura jurídica, e que existam as regras como o que tem que acontecer quando ocorre um evento...

Pois não, Rafael, pode...

O SR. RAFAEL CAMARGOS (*Fora do microfone*.) – Inclusive nós temos dentro do Ministério Público toda uma comunicação do auto de resistência, que tem uma visão próxima da norma, legitimidade, e que a gente tem que comunicar justamente para a Corregedoria.

O SR. MARCELO DA SILVA OLIVEIRA – Exatamente.

Então, assim, já que tem aqui, salvo engano, na Câmara dos Deputados, então, na página do Conselho isso deve estar disponível, mas a gente consegue facilmente isso aí também. É um projeto de um promotor, salvo engano do Rio Grande do Norte, que auxiliava a comissão lá, muito detalhado. Inclusive foi adotado já, salvo engano, pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, que adotou muita coisa lá que seria muito pertinente nestas questões que envolvem a violência policial.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO DA SILVA OLIVEIRA – Também gostaria de deixar registrado aqui que, às vezes... É claro que eu acredito muito na lei como referencial, que várias situações a gente tem que positivar, inclusive essa que deriva de regulamentar as abordagens policiais que resultam em lesão ao cidadão, criminoso ou não, mas, enfim, o problema é muito complicado. Eu acho que passa por tudo, no Brasil... Acho que o nosso problema é de cultura geral, de educação.

Eu até peço desculpas aqui, não sei se em algum momento, talvez, eu tenha sido mal educado com a família no recebimento das demandas, mas a gente tinha as nossas limitações, mas me entristece muito saber quantas pessoas, autoridades públicas, são desrespeitosas com o cidadão, porque eu, como promotor de justiça, e a gente tem inclusive regulamento para isso, mas não precisa, educação antes de tudo, eu nunca deixei de atender nenhum advogado. É claro, assim, a gente tem que saber a pauta da gente, o trabalho, às vezes não dá para atender a contento, mas eu nunca deixei de atender advogado, nunca deixei de atender nenhum

cidadão. Então, eu procuro ser o mais educado, acho que o nosso problema é de educação, em um nível mais geral, e no problema específico que a gente enfrenta aqui é a questão de cultura jurídica também.

Nós somos um País, infelizmente, muito formal, que tem essa dificuldade de lidar com essas situações de responsabilizar quem é igual a gente. É fácil a gente responsabilizar o diferente, o descalço, o pobre, então, eu que sou um profissional da área de Direito, como promotor de justiça e milito na área criminal, essa é a minha grande angústia porque eu, desde 2007, sou, na verdade, promotor criminal em Ceilândia, eu procuro fazer o meu melhor lá, mas eu sei que tem muita coisa em que o sistema de justiça criminal é injusto, pune com uma facilidade tremenda quem não tem condição, mas para punir os iguais a gente ainda tem muita resistência, que é cultural, é jurídica e aí não tem lei que vai resolver não.

Então, é uma batalha intensa que a gente tem para mudar, não só a questão da justiça criminal, mas eu acho que tudo, saúde, educação, enfim, obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Marcelo.

O SR. SILVESTRE PEREIRA DE ARAÚJO – Dr. Marcelo, uma pergunta.

O que eu achei estranho é que a viatura que prendeu o Antônio Pereira de Araújo é uma viatura de 2013. Era uma viatura do ano, entendeu?

E o que acontece, só as duas viaturas que andaram atrás de Antônio, que fizeram o percurso de Antônio não tinham o rastreamento em Planaltina.

Por que será que só elas duas não tinham? O resto, a demanda.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vamos ver se ela consegue responder porque agora é a vez dela, mas, talvez, não tenha essa resposta, mas é um bom caminho para a abertura.

A SRª ANA RITA – Acho que esse...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Srª Ana Rita, agora.

A SRª ANA RITA – Obrigada, Senadora Regina.

Acho que esse é o encaminhamento que sai desta reunião de hoje.

Um dos encaminhamentos é procurar apurar isso junto às autoridades aqui e à polícia militar por que essas viaturas não tinham o GPS. Acho que esse é o encaminhamento.

Acho que a Comissão Direitos Humanos deve fazer um requerimento solicitando essa informação e o próprio Ministério Público deve procurar investigar isso aí. Tanto das viaturas quanto da ação, na área da saúde, enfim, essas coisas todas têm que ser investigadas. Eu acho que essa audiência está levantando várias questões que precisam ainda de respostas e as respostas têm que ser buscadas através de pedidos de informação.

Então, o que cabe à Comissão de Direitos Humanos será encaminhado. Com certeza a Senadora Regina vai informar isso aqui. A comissão de Direitos Humanos vai protocolar alguns requerimentos para que essas informações cheguem, mas eu penso, desculpem-me aí a ousadia, mas eu acho que o Ministério Público, presente aqui hoje e ouvindo mais uma vez essas informações, no âmbito do Ministério Público, vai tomar as providências também para que essas informações sejam colocadas de forma clara.

Eu gostaria apenas, neste final de audiência pública, primeiro dizer que o caso do Antônio Pereira Araújo é um caso emblemático dos desaparecidos da democracia. Nós tivemos a oportunidade de discutir muito aqui no Senado, em ocasiões passadas, e o País inteiro discutiu os desaparecidos da ditadura. Foi feito todo um trabalho de levantamento, a Comissão Nacional da Verdade apurou várias situações, construiu um relatório e o relatório já foi entregue, mas uma outra situação são os desaparecidos da democracia.

Pelo que eu sei a OAB do Rio de Janeiro começou um movimento sobre isso, confesso que eu não sei dizer como é que está isso hoje lá, porque o Estado do Rio de Janeiro também é um Estado que mata muita gente, e por isso a importância de acabar como esses autos de resistência. Existe um projeto de lei tramitando aqui no Congresso com relação a isso, está na Câmara agora, a gente espera que seja aprovado, porque aí é uma resposta também que o Parlamento pode dar para a sociedade com relação a isso.

Mas pegando um pouco as palavras do Maurício, e o Maurício faz uma provocação muito interessante aqui, o exemplo da sua família provoca a sociedade aqui do DF, particularmente, a criar um movimento contra os desaparecidos da democracia. Um movimento que poderia, talvez, ser chamado de Antônio Pereira Araújo. Acho que a sociedade aqui do DF, a sociedade civil, as entidades dos movimentos sociais, as igrejas, enfim, as áreas de direitos humanos, as pessoas que querem melhorar essa situação, ter um movimento que fortaleça esse movimento que a família começou. Acho que esse movimento que a família começou tem que ser fortalecido, tem que ser ampliado, vocês são pioneiros nessa luta, pioneiros que eu digo assim, foram muito corajosos em buscar a verdade com relação ao caso do Antônio. E eu acho que é um movimento que pode ganhar força aqui e para que a memória do Antônio não caia no esquecimento, talvez um movimento que leve o seu nome, a memória dele permanecendo viva aqui no DF.

Acho que isso é interessante, não só no DF, mas, também, no entorno do DF. Então, acho que fica aí, acho que é uma provocação que o Maurício faz e que isso tem que se materializar de alguma maneira.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA – E aí eu sugiro, acho que deve se ampliar esse movimento, fortalecê-lo, para que esse movimento possa servir de apoio às demais famílias que porventura possam ser vítimas ainda de situações como esta. Acho que é importante, a sociedade civil tem um papel fundamental neste processo, de provocar o Estado, de cobrar o Estado que cumpra o seu papel de fato e que promova de fato a justiça, que faça com que a justiça aconteça.

Então, é isso, quero aqui agradecer a oportunidade, agradecer à Comissão de Direitos Humanos pelo convite que me fizeram, agradecer ao Augustino, que em nome da Comissão, viu Senadora Regina, tem dialogado sempre conosco, agradecer muito o carinho e a atenção que todos vocês têm pelo nosso mandato, que a gente conseguiu realizar aqui e também desejar à família que continue firme, viu? Continuem animados, não percam as esperanças, não é?

Acho que vocês estão dando uma grande contribuição na dor, no sofrimento, estão dando uma grande contribuição para que a gente possa superar esse estado de coisas tão tristes e tão dolorosas que acontecem no dia a dia das nossas famílias.

Desejo a vocês força e coragem. E um abraço a mãe de vocês, para que ela se mantenha firme. Uma senhorinha de setenta e poucos anos que está firme aí.

Então, um abraço para ela também e as suas irmãs.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Bom, a gente já tinha lido alguns encaminhamentos. Foi acrescentada a questão da formação, dos cursos de formação que têm a carga horária de direitos humanos e ministrada por não policiais e sim pelas entidades ou comissões, entidades defensoras de direitos humanos.

Já estava colocada aqui a questão da investigação sobre o hospital lá, que deu o atestado falso. A questão da lei já está em tramitação e só para a gente ver se apressa, desarquiva, porque ela deve estar em algum lugar, sabe Deus se está arquivada, precisa dar uma olhada nisso inclusive. Se a Érika pode ver, pode fazer...

Tudo o que foi sugerido a gente vai encaminhar também para os participantes, então, a Érika, com certeza, recebe e a gente sugere que ela olhe o encaminhamento porque projeto de lei a gente sabe, se não estiver procurando para colocar para cima, ele vai para baixo cada vez mais.

A SRª ANA RITA (*Fora do microfone*.) – O projeto está na Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois é, por isso que eu disse que a Érika pode ver isso.

E, certamente, o que é de responsabilidade ou do alcance desta Comissão será encaminhado.

A importância desta Comissão já se dá simplesmente pelo fato de que muita gente assiste essas audiências públicas e, então, é muita gente que vai tomar conhecimento deste caso no Brasil, não vai ficar restrito à Brasília. O Brasil está tomando conhecimento e a família de vocês é um exemplo para encorajar outras famílias a buscarem os seus direitos, que são violados não só nesta questão policial, mas em muitos outros setores como o Maurício falou muito bem.

A gente tem que lutar, que buscar, pois nada vem de graça, não é Maurício? Precisa.

Então, parabéns pela firmeza, pela coragem de vocês e agradecer aqui aos convidados que prontamente compareceram. A Drª Renata não pode vir, já foi justificado.

E nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião de audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.)

ATA DA 83ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Telmário Mota**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Temário Mota e Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 54 de 2015-CDH, de autoria do Senador Telmário Mota e outros, para debater: "A situação dos Ministros de Confissão Religiosa idosos do Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Missionário Cassiano Batista da Luz, Presidente da Associação das Missões Transculturais do Brasil – AMTB; Pastor Josimar Francisco da Silva, Presidente do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal e Secretário Executivo da CONCEPAB; Emanuel de Araújo Dantas, Diretor do Departamento de Regimes Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência - SPPS/MPS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Ayres Pereira das Neves, Servidor do Senado Federal; Fabiana Teixeira, Presidente da Casa Missionária em Brasília; Damaris Alves, Missionária; Eduardo Valadão, Assessor Jurídico do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal – CDPE/DF; Pastor Elias Castilho, do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal – CDPE/DF. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Telmário Mota
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria dar bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 83ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 54, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, Telmário Mota e Magno Malta, para debater o tema "A situação dos ministros de confissão religiosa idosos do Brasil".

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Portanto, ela será uma audiência interativa e vamos, agora, chamar os nossos convidados para compor a Mesa, pela ordem de chegada.

Vamos manter o rito da Casa, o Senador Paim sempre faz assim.

Então, vamos chamar aqui o Missionário Cassiano Batista da Luz, Presidente da Associação das Missões Transculturais do Brasil (AMTB). Seja bem-vindo.

Segundo, vamos chamar o Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Amanhã, às 8h, estaremos lá tomando um café pela vitória que tivemos no Supremo em terminar aquela... e ver a nova estratégia que nós vamos ter que adotar quanto ao financiamento de campanha.

Vamos também chamar o Pastor Josimar Francisco da Silva, Presidente do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal e Secretário Executivo da Concepab.

E que não é o último, mas por último, hoje, Emanuel de Araújo Dantas, Diretor de Departamento de Regime Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência. Obrigado, Emanuel.

Uma salva de palmas para os nossos convidados. (*Palmas.*)

Bem, na verdade, esse é um compromisso meu de campanha. Quando eu fui candidato e encontrava missionários nas diversas localidades de pessoas que têm mais necessidade, drogados, hospitais, cadeias, me-

ninos de rua, pessoas de rua. Ali sempre havia uma pessoa, um missionário, prestando assistência, ajuda. E isso chamou-me à atenção, principalmente com relação aos pastores, porque alguns deles, às vezes, levam anos e anos prestando esse tipo de trabalho. Lembro-me que até coloquei na minha proposta que eu ia ver esse assunto, na tentativa de protegermos essas pessoas que prestam um serviço belíssimo a nossa sociedade – nós sabemos o tanto que as igrejas fazem isso, independentemente de sua doutrina, e que, ao final, às vezes, essas pessoas ficam marginalizadas dentro da sociedade.

Eu testemunhei muitos casos de pastores que, ao longo da vida, passaram 20, 30, 40 anos pregando, prestando um trabalho belíssimo de integração de pessoas que se desagregam dentro da própria sociedade, e que, ao final, às vezes, eram vítimas de alguma enfermidade, de alguma coisa dessa ordem ou a própria idade e que ficavam ela e a família inteira desamparada.

Isso sempre me causou muita preocupação, muita preocupação. E tenho casos concretos em meu Estado que são dessa ordem, em todos os segmentos de pessoas que levam a vida toda prestando esse tipo de atividade. E quando nós ganhamos a eleição, nós saímos com uma proposta, que foi, infelizmente, desconstituída. Houve erros, que são do ser humano, o que depois me fez até retirá-las, e quisemos buscar uma compensação, digamos assim, financeira a essas pessoas que por qualquer motivo estavam ali inválidas e não podiam estar com sua atividade em ação.

E quanto eu estava nessa andança, distribuindo o meu *folder*, passei perto de um bar e uma pessoa me chamou, parei perto dele e ele falou: "Estava vendo as suas propostas e vi aqui que você está querendo aposentar os missionários, exatamente quem morre de ganhar dinheiro". Eu falei: É verdade?

É mesmo? Você é contador? É tesoureiro? "Não, a gente vê aí."

Aí ele citou lá alguns casos que naturalmente... Citou do Papa em diante. Papa, bispo, etc e tal.

Eu disse: deixa eu lhe falar uma coisa, não é por isso que nós estamos aqui fazendo a nossa proposição, nem avaliando, mas eu queria fazer um convite. O senhor no final de semana, o que você faz? "Ah, eu fico de zonzeira. Vou curtir a minha vida." Eu falei: só sacrifique um dia dessa sua zonzeira e vá ao Hospital Geral, às penitenciárias, aos abrigos, vá andando nessas localidades, na casa dos idosos, porque lá o senhor vai encontrar pessoas que largam o seu domingo, largam o seu sábado e fazem disso uma rotina, levando calor humano, levando uma palavra de fé, de esperança, de sonho e, mais do que isso, de conquista. Fazem muito mais do que o Estado em trazer essas pessoas para o seio da sociedade, da sua família e de forma muito recuperada. Você vai encontrar muitas pessoas fazendo isso lá. Aí você vai mudar o seu ponto de vista.

E ele não estava para isso porque estava muito bebido, mas isso me marcou muito.

Então, fizemos um projeto. O projeto teve, infelizmente, algumas falhas, por isso nós estamos hoje ouvindo aqui as pessoas, depoimentos. Era esse o caminho que devíamos ter percorrido, mas, no afã de responder imediatamente com essa proposta, eu quis ver rapidamente aquilo acontecendo. Mas Deus é poderoso, ele é grande e ele corrige. Graças a uma falha técnica, o projeto ia sair com imperfeições, então, era preciso que a gente ouvisse, sem nenhuma dúvida, a Previdência, ouvisse a CNBB, ouvisse as demais congregações porque, realmente, hoje esse é o nosso propósito.

E nós vamos, então, começar com Dom Leonardo, a primeira fala. Vamos conceder dez minutos e, se for necessário, estendemos por mais cinco minutos.

Dom Leonardo, que tem compromisso, muito obrigado pela presença e muito obrigado a todos que aqui vieram hoje fazer essa contribuição.

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – Um bom dia a todos e a todas. Sr. Senador Telmário Mota, saudando ao senhor, saúdo a todos os outros membros da Mesa.

Eu sou aposentado. Ganho R$1.790,00 por mês e vivo dessa aposentadoria.

Como se deu de eu poder acessar a aposentadoria, o que normalmente é feito nas nossas dioceses e congregações? Nós precisaríamos distinguir, na Igreja Católica, o modo das congregações, isto é, são religiosos e religiosas que se organizam, pertencem a uma congregação, a uma ordem, e eles, então, organizam-se internamente também para pagar o INSS e assim poder, depois, os seus membros acessarem a aposentadoria.

Outra maneira são os padres diocesanos e, no caso, também, por isso, os bispos, mesmo que eles tenham sido religiosos se tornando bispos, as congregações não costumam continuar a pagar a contribuição, quem paga é a diocese.

Portanto, a maneira de a Igreja Católica se organizar, naturalmente em outros países é um pouco diverso, nós procuramos nos adaptar à legislação brasileira. Nós procuramos seguir a legislação brasileira contribuindo e, com a contribuição feita, nós podemos assim acessar a aposentadoria.

Nas dioceses, como se dá? É, também, um pouco diferente em cada uma das nossas dioceses. Nós temos 275 dioceses no Brasil. Cada diocese se organiza de uma maneira. Às vezes, uma região, por exemplo o Rio

Grande, cada bispo e cada padre ganha dois salários mínimos por mês, independentemente se é bispo ou é padre, isso, também, se os religiosos estão a serviço da diocese e recebem, também, da paróquia, dois salários.

Em algumas dioceses quem, portanto, paga a contribuição é a própria diocese, mas, na grande maioria, é a contribuição que a paróquia, onde o padre está a serviço, que paga essa contribuição.

Portanto, a contribuição que se paga é aquela que a legislação brasileira permite e pede para que assim, depois, o padre ou bispo posso acessar, então, a sua aposentadoria. Contribuição, portanto, organizada pelo Estado brasileiro.

No entanto, nós temos bispos, por exemplo, vivendo de maneira muito pobre, desejando viver de maneira pobre, não se preocuparam nem com plano de saúde e não se preocuparam nem com contribuição. Então, são homens que vivem a sua pobreza, se aposentaram pobres, sem nada e, muitas vezes, em dioceses muito pobres.

O bispo, se aposentando aos 75 anos, recebe, normalmente, de uma diocese uma determinada contribuição. É uma contribuição para que ele possa viver de maneira simples, mas digna.

Nós, no entanto, temos casos, são cerca de 10 bispos, que não fizeram a sua contribuição e são de dioceses pobres. Como nós fazemos, então, para podermos auxiliar esses irmãos? A Igreja Católica, nesse caso agora a CNBB, que é o organismo dos bispos do Brasil, portanto não são as dioceses, cada diocese é autônoma, mas os bispos reunidos formam uma conferência, que é o caso da CNBB, nós criamos um fundo chamado auxílio fraterno. E, desse auxílio fraterno, nós enviamos ajuda, às vezes, dependendo da situação do bispo aposentado, mensal, mas, às vezes, ajudas esporádicas, por exemplo, quando se trata de uma intervenção cirúrgica ou às vezes no momento em que a diocese se encontra em uma situação mais difícil e o bispo aposentado já necessita, por exemplo, de ter uma pessoa que o acompanhe.

Esse é um pouquinho do modo nosso, da Igreja Católica, aqui no Brasil.

Nós sabemos que, por exemplo, na Alemanha, todo o dinheiro vem já descontado no salário dos católicos, como também dos luteranos. Aqui no Brasil não é o caso. A contribuição do dízimo dos fiéis é que vai criando devagar um fundo em cada uma das paróquias ou mesmo comunidades e essas comunidades e paróquias enviam uma determinada quantia para a cúria diocesana. Essa quantia que é enviada para a cúria diocesana é, portanto, para o salário – dependendo da região são dois salários, três salários – que o bispo recebe ou o padre recebe. Isso depende um pouco de cada região, mas nós procuramos seguir aquilo que pede o Estado brasileiro, quer dizer, dar a contribuição para assim ter acesso, então, à aposentadoria.

Eu sou religioso da Ordem dos Frades Menores. A Ordem dos Frades Menores, a província Franciscana da Imaculada Conceição pagou os contributos o tempo todo. No tempo em que eu estava no convento, nós vivíamos sem dinheiro no bolso; quando nós viajávamos, era o superior que comprava a passagem e depois nós dava um trocadinho para o lanche e para o cafezinho da viagem. Esse era o sistema. Era um sistema bom, porque assim a gente vivia livre e não se preocupava com dinheiro. Depois de bispo é que a gente tem que se preocupar com o dinheiro, porque não é a comunidade que oferece, ainda mais porque eu fui para uma região bastante pobre, São Félix do Araguaia.

Essa contribuição, portanto, a província da Imaculada Conceição fez. Eu, sendo nomeado bispo, para uma região bastante pobre e a diocese – no caso, a prelazia – não tinha condições de contribuir, a província continuou contribuindo até eu poder me aposentar.

Então, Senador, esse é um pouquinho o nosso modo de trabalhar na Igreja Católica. Nós incentivamos, a partir da CNBB, todas as dioceses. Eu creio que estamos bastante bem organizados já. Também em todas as paróquias estamos bem organizados, no sentido de que o bispo é bispo de uma diocese, não é dono da diocese; ele deixou de ser bispo, mas toda a propriedade da diocese permanece, vem um outro, que é nomeado pelo Santo Padre, terminado o tempo dele vem outro, ele é transferido, quer dizer, os bens não pertencem à diocese.

Também não pertencem à CNBB, pertencem à diocese. Cada diocese é autônoma.

Então, só para dizer, assim como nós trabalhamos. Nós, no passado, já trabalhamos diferente. Nós tínhamos o chamado Iprec, no qual todos os religiosos e religiosas, bispos e padres contribuíam, isso não funcionou. A maneira como o Estado brasileiro propõe, se nós conseguimos seguir, é uma maneira que nos ajuda muito, dá cobertura. A dificuldade é de realmente dar a contribuição que o Estado pede.

Eu creio que, hoje, no Brasil, todas as congregações e todas as dioceses estão bastante bem organizadas para dizer que damos a contribuição e todos estão com o futuro, digamos assim, em termos de aposentadoria – é claro, nós sabemos que quem contribui tanto pode ascender a tanto, quem contribui tanto ascender a tanto –, mas também procuramos nos organizar de tal forma que os bispos idosos, da parte da CNBB, os padres idosos... Hoje nenhum padre mais não contribui, todos contribuem, é obrigatório contribuir na Igreja Católica. É uma exigência do Estado para dar cidadania também ao padre, ao bispo

Então, eu creio que mais ou menos seria isto para dar a contribuição nossa da parte da CNBB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A gente ouviu o Leonardo, que também tem um compromisso, fique bem à vontade, fez um esclarecimento necessário.

Em seguida, antes...

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – Senador, se eu puder dar ainda uma palavrinha.

Eu creio, isso vai como uma sugestão. Nós também tivemos dificuldades em nos organizar, mas as diversas igrejas, a Igreja Luterana tem uma organização muito interessante, a Anglicana também, fica uma sugestão às igrejas assim denominadas evangélicas.

A aposentadoria depende de como a igreja se organiza. Às vezes existe uma igreja evangélica mais ampla, por exemplo, a Assembleia de Deus, que já é mais organizada, e, às vezes, existem pequenas igrejas onde só é o pastor e, às vezes, ele descuida dessa contribuição.

Seria interessante se conseguíssemos ajudar as pessoas a tomar consciência de que a contribuição é muito importante e certamente depois ouvirão, da parte do Governo, alguma exposição, mas eu daria essa sugestão porque o pastor ou em outras igrejas que são chamadas de missionários necessitam dessa ajuda, mas se a igreja não ajuda a contribuir nós procuramos como igreja...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – ... contribuir para a diocese

Então, fica aí uma sugestão: de os pastores estarem atentos para que realmente ninguém fique ao léu ou fique desamparado na velhice depois de ter entregado a própria vida a serviço do Reino de Deus.

Nós fizemos um longo trabalho, incentivados pelo próprio Governo. Hoje, graças a Deus, estamos bem e, posso dizer, bem organizados, uma ou outra diocese ainda a gente está ajudando, contribuindo, para que isso se organize.

Eu posso dizer que com a minha pequena aposentadoria dá para viver muito bem.

Obrigado e desculpe a interrupção, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – V. Exª estava em todo o seu tempo, muito obrigado pela humildade, pela grandeza. Se todos os políticos pensassem assim nós teríamos um Brasil bem melhor, mas muitos querem roubar todo o dinheiro da Petrobras e destruir o nosso patrimônio.

Bom, eu quero agradecer, sem nenhuma dúvida é uma grande contribuição, mas eu quero aqui fazer um aviso. Também é signatário desta audiência o Senador Magno Malta, que hoje está enfermo, mas está nos ouvindo pela televisão. Restabeleça essa saúde e venha para cá, grande guerreiro, o Senado lhe espera. Venha rápido, obrigado.

Bom, então vamos ouvir agora, também, o missionário Cassiano Batista da Luz, Presidente da Associação das Missões Transculturais do Brasil (AMTB).

Com a palavra.

O SR. CASSIANO BATISTA DA LUZ – Bom dia. Muito bom dia, Senador. Muito obrigado pelo convite.

Quero dizer que é uma honra e um privilégio estar aqui e compartilhar algo também com vocês.

Eu falo demais. Então, preciso ler alguma coisa. Senão, dez minutos será pouco. D. Leonardo deixou um tempo ainda. A experiência também ajuda a aproveitar melhor o tempo. Então, peço licença para ler aqui.

Sou Presidente de uma associação de agências missionárias, de organizações missionárias. São 63 agências associadas hoje. Também sou Diretor Executivo de uma dessas agências, da agência chamada Sepal (Servindo aos Pastores e Líderes), que tem exatamente o propósito de contribuir, de servir aos pastores e ministros do Evangelho com os quais Deus tem nos dado o privilégio de trabalhar.

Quero agradecer ao Senador Telmário pela introdução, porque já me deu até uma deixa para o que eu gostaria de dizer no início.

Vivemos um momento paradoxal do cristianismo de ramo chamado reformado ou protestante do Brasil. Por séculos, a presença dos protestantes no nosso País foi numericamente quase irrelevante, sofrendo, inclusive, em alguns momentos, perseguição, como é comum às minorias. A partir principalmente dos anos 1980, a chamada Igreja Evangélica, como colocou D. Leonardo, não apenas no Brasil mas também em diversos pontos da América Latina, em todo o sul global, passou a exibir altas taxas de crescimento. Durante a década de 90, a velocidade de crescimento da Igreja Evangélica no Brasil foi quatro vezes maior do que a velocidade de crescimento da população brasileira.

Com esse fenômeno de mudança de eixo da presença evangélica no globo, vêm mudando também as perspectivas de outros setores da sociedade em relação aos evangélicos e aos seus representantes. É fato que essas perspectivas são historicamente afetadas por essas mudanças nas conjunturas sociais e políticas nas quais os sacerdotes cristãos figuram ora como desprovidos e perseguidos ora como poderosos e abastados.

Na atual conjuntura brasileira, é quase senso comum dizer que o Evangelho tornou-se um bom negócio, como disse bem o Senador Telmário. Veículos de comunicação, bem ou mal-intencionados, gostam de exibir estereótipos e histórias de pastores que enriqueceram no exercício do seu sacerdócio, alguns chegando a viver nababescamente. A falácia desse senso comum é que, se temos proporcionalmente poucos ministros religiosos que estão, de fato, financeiramente bem supridos, a grande maioria vive sacrificialmente, por conta do exercício da sua vocação. Ao se lançarem nessa empreitada, renunciam à possibilidade de construção de um patrimônio para si e para a sua família, já que o ministério evangélico não exige o celibato. Há ministros religiosos com famílias. Eu mesmo tenho três filhos de 1,5 ano até 14 anos. Então, trata-se aí de um grande desafio.

Proliferam também os títulos eclesiásticos, ajudando a confundir ainda mais a mente dos cidadãos: pastores, bispos, apóstolos, missionários. Se no catolicismo romano essas designações e funções são muito claras, no meio protestante evangélico parecem cada vez mais confusas.

Eu gostaria de falar um pouco sobre esse vocacionado por Deus que, historicamente, nós chamamos de missionário. Esse termo está originalmente relacionado aos apóstolos, àqueles que primeiro andaram com Cristo. O termo "apóstolo", por sua vez, significa "enviado". A primeira observação importante é que se trata de uma função, e não de um título. Apóstolos, no sentido original e bíblico do termo, são aqueles comissionados pelo próprio Cristo e enviados para viverem como Ele viveu e reproduzirem o que Ele fez. O Evangelho nos afirma que Jesus Cristo andou de lugar em lugar fazendo o bem. Nós cremos que o Evangelho promove o bem do ser humano em todas as suas dimensões: física, emocional e espiritual. Esse é o maior objetivo do verdadeiro missionário, é isso que ele tem feito ao longo da história do cristianismo nos mais diversos contextos sociais.

No requerimento desta audiência pública, é reconhecido que os ministros de confissão religiosa prestam relevante trabalho social, desempenhando papel que compete ao Estado, sendo atuantes e presentes nas mais amplas fases da vida social, como no enfrentamento às drogas, no apoio material, espiritual e moral a encarcerados e a menores apreendidos, na proteção à mulher vítima de violência, entre tantos outros males típicos da injustiça e da desigualdade.

A presença missionária tem sido um fator fundamental de saúde e de equilíbrio social. A atuação missionária tem culminado, ao longo da história, em importantes avanços sociais. No Brasil, por exemplo, na primeira metade do século XX, missionários organizaram hospitais, orfanatos, diversas obras assistenciais. Poderíamos citar diversos exemplos históricos ou contemporâneos, mas fico apenas com a contribuição que os missionários têm dado, como exemplo, à causa indígena em nosso País.

Pessoalmente, investi quase uma década ou uma década, junto com minha família, vivendo em meio à selva amazônica, servindo ao povo ianomâmi, no Estado de Roraima, um dos tantos que sofrem pela ineficiência do Estado em assisti-lo de modo adequado. Conforme o Relatório Indígenas do Brasil de 2010, há mais de 250 programas sociais ativos entre as 182 etnias indígenas com presença missionária evangélica, nos quais foram realizados mais de cem mil atendimentos médicos e odontológicos tão somente entre os anos de 2010 e de 2012, a grande maioria sem qualquer participação financeira governamental. Assim também na área acadêmica, missionários, através de trabalho meticuloso e abalizado metodológica e cientificamente, produziram, nos últimos anos, mais de 600 materiais de cunho acadêmico-educacional sobre línguas indígenas de povos brasileiros, preservando, assim, o importante acervo memorial e cultural da nossa Nação.

O Evangelho também nos ensina que aqueles que se afadigam semeando valores espirituais devem ser materialmente cuidados. Esse é um princípio do Evangelho. Diversas sociedades na Terra têm o hábito cultural de cuidar daqueles que espiritualmente as abençoam.

Missionários têm sido enviados para servirem em lugares muitas vezes inóspitos, longe de suas famílias e do conforto de sua terra natal, e vivem tão completamente dedicados ao exercício da sua vocação que nem veem a vida passar. Os recursos que lhes vêm à mão são totalmente investidos no próprio exercício do seu sacerdócio, principalmente no socorro aos necessitados. As sociedades missionárias das quais fazem parte, chamadas por Ralph Winter de estruturas redentoras, também conhecidas como juntas ou agências missionárias, são instituições necessárias para gerir aspectos burocráticos da prática missionária, inclusive o atendimento a demandas administrativas e jurídicas geradas pelo próprio Estado. Tais organizações representam, na prática, mais um ônus financeiro a ser assumido pelos próprios missionários, visto que não têm fins lucrativos e não geram qualquer tipo de dividendo. Como em outras associações, os próprios missionários associados são responsáveis por contribuir regularmente para a manutenção operacional dessas estruturas.

Os missionários, por sua vez, vivem de ofertas e de doações advindas de igrejas ou de pessoas físicas que o fazem voluntariamente movidas por Deus e pela sua própria consciência. Tais ministros não são reconhecidos como empregados da entidade religiosa, o que, por si só, coloca-os em condição desigual em relação aos demais trabalhadores brasileiros. Como se pode imaginar, seus recursos, geralmente, são insuficientes para tantas demandas. Empenhados ainda no sustento e na subsistência de suas famílias, esses ministros do Evan-

gelho se veem impossibilitados de salvar recursos suficientes para o dia em que as forças faltarem. Como em qualquer ser humano, as forças faltam, e a saúde se esvai.

(Soa a campainha.)

O SR. CASSIANO BATISTA DA LUZ – Algumas organizações missionárias têm buscado alternativas para assistir seus membros idosos, buscando subsídios, por exemplo, para a construção de lares para seus missionários aposentados. Porém, além de aumentar a carga financeira para os que ainda estão ativos, tais iniciativas têm se mostrado insuficientes em vista da demanda.

Com profunda tristeza, temos visto irmãos queridos chegarem desassistidos ao tempo em que deveriam descansar e gozar da velhice após anos de serviço a Deus e à sociedade. Meu desejo aqui seria citar nomes de muitos desses heróis anônimos. Eu gostaria de sugerir, porém, a realização de nova audiência pública em que ministros jubilados de diversos ramos e denominações pudessem pessoalmente compartilhar um pouco da sua história e os maiores desafios dessa fase da vida.

Coloco-me também à inteira disposição desta Casa e de toda a sociedade, para refletir, para debater o tema.

Eu gostaria apenas de acrescentar que a palavra de D. Leonardo é muito sábia e muito oportuna e que, de fato, nossas igrejas e nossas denominações precisam se organizar, para que cada obreiro, cada ministro contribua com a previdência, como o País nos coloca para fazer, e seja de alguma forma assistido na sua velhice.

Infelizmente, não temos em nosso meio, em muitos casos... Algumas denominações, de fato, são mais organizadas dessa maneira, mas outras são menores, são insuficientes. Eu me refiro especialmente às chamadas sociedades missionárias, que são outra forma de organização do povo de Deus e que, ao longo da história, têm andado pelos lugares da Terra de maior necessidade, procurando cumprir sua vocação.

De fato, esta audiência nos coloca um problema real. Vemos que, mesmo contribuindo com a previdência, muitos ministros têm chegado à velhice sem um lugar adequado para viverem, para morarem, para passarem a velhice e serem assistidos nesse momento difícil da vida. Quero só citar um exemplo aqui: minha mãe, já quase com 70 anos, gasta quase R$1 mil por mês só em medicações. Meu pai foi pastor a vida toda. Meu avô foi pastor a vida toda também. De fato, é muito difícil para quem ganha um salário de pouco mais de R$1 mil conseguir sobreviver nessa fase da vida.

Muito obrigado.

Como eu disse, eu me coloco à disposição para debater, para refletir e também para aprender com os senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, missionário Cassiano Batista da Luz, que, sem dúvida alguma, trouxe uma informação importante.

Quero aqui registrar a presença, primeiro, da Drª Damaris. Muito obrigado. Ela está ali. É uma amiga nossa, trabalha aqui e é muito querida por toda a comunidade religiosa.

Saúdo também os representantes do projeto Cidade Missionária. O projeto nasceu neste ano em Brasília e reúne dezenas de advogados, que, de forma voluntária, passaram a cuidar dos direitos e da proteção de missionários, de ministros e de sacerdotes idosos que doaram sua vida à população. É mais um parceiro que arranjei aqui. São vários advogados que nos vão ajudar nessa missão.

Sejam bem-vindos! Muito obrigado.

Quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença de D. Leonardo. Ele já tinha avisado, desde o início, que teria um grande compromisso.

Amanhã de manhã, vou lá, para continuarmos nossa luta contra esse patrocínio de empresas. Muito obrigado.

Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES – Senador, o senhor permite que eu faça uma pergunta a D. Leonardo, já que ele está saindo daqui?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sim.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES – Eu o farei rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele ia sair, mas voltou aqui e sentou.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES – Perdão por interromper, mas tenho um questionamento a fazer ao senhor.

Tive deficiência, e, desde que eu era muito pequeno, minha mãe me levava à Irmã Jacinta, da Santa Casa de Misericórdia. Aqui, em Brasília, o hospital Sarah Kubitschek, no começo, era administrado por uma congregação religiosa, por freiras. Na escola, a professora de Português era uma freira. Enfim, o nosso contato muito mais é com as mulheres do que com os padres. Há a missa e tudo mais, mas nos parece que o contato da igreja com a população é muito feito também por mulheres.

O senhor falou do bispo e do padre. Entendo que também a freira conta com o mesmo sistema que os senhores adotam, não é?

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – Qual é o nome do senhor?

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES – Ayres.

O SR. LEONARDO ULRICH STEINER – Ayres, quando me referi às congregações, incluí também as congregações femininas. Na Igreja Católica, nós temos congregações femininas e temos congregações masculinas. Congregações masculinas, às vezes, são compostas de padres e de irmãos. Por exemplo, são irmãos os Maristas, os Lassalistas. Eles são irmãos, não são ordenados. As irmãs seguem o mesmo sistema.

Temos incentivado, através a CRB, que congrega todas as religiosas e todos os religiosos, que participem ativamente. Também temos de sempre observar a lei do Estado.

Há algo muito importante. Por exemplo, nas congregações, há um fenômeno que é interessante: a aposentadoria não é minha. Eu me aposento como religioso ou como religiosa, mas a aposentadoria é da congregação, é da província, porque foi a província que contribuiu para que eu pudesse me aposentar. Então, isso dá um caixa comum muito interessante, para o qual as mais novas também contribuem. Todas elas contribuem, e isso ajuda no cuidado dos religiosos e das religiosas que têm mais idade.

Quanto aos diocesanos, temos incentivado cada vez mais as dioceses a terem casas para padres idosos, para poderem ter mais uma acolhida, para contarem com enfermeiros à noite, para poderem, por exemplo, ajudar nas confissões. Em determinadas ocasiões, às vezes, ainda podem celebrar. Não podem mais estar à frente de uma comunidade, mas ainda podem exercitar o seu ministério.

Na verdade, quando falei sobre as congregações, eu me referi também às congregações femininas, que têm a mesma estrutura.

Obrigado.

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está satisfeito?

O SR. AYRES PEREIRA DAS NEVES (*Fora do microfone*.) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, passamos a palavra ao nosso próximo convidado, que é o Pastor Josimar Francisco da Silva, Presidente do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal e Secretário Executivo da Concepab.

O SR. JOSIMAR FRANCISCO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes!

Bom dia ao Presidente, Senador Telmário, e aos outros Senadores que tiveram esta iniciativa de trazer esta audiência pública com este assunto tão relevante para nós!

As denominações evangélicas crescem muito. Algumas igrejas, como a Igreja Católica e outras igrejas, têm uma estrutura já organizada, talvez, há séculos. Nós estamos lutando por aquele pastor que chega à hora de jubilar. Enquanto ele está com muita saúde na igreja, enquanto ele está novo e está dando tudo que pode pela igreja, ele é muito bem aceito. Mas há o momento em que ele adoece, há o momento em que ele chega à velhice, e chega o ponto em que temos de jubilar um pastor como esse e damos de cara com a triste notícia de que não há como bancar a vitaliciedade desse pastor.

Então, eu queria fazer algumas considerações aqui. A primeira é que a fatia de pastores que são muito bem remunerados é uma fatia muito pequena. A maioria dos pastores que têm seu trabalho, sua congregação e sua igreja sofre porque, às vezes, quer comprar um automóvel e não tem um contracheque para comprá-lo.

Estamos aqui hoje, Senador, discutindo essa matéria e queremos dizer o seguinte: não há só o problema da previdência do pastor, há também o problema em torno do enterro do pastor e até do plano de saúde do pastor. Esse será um pacote só. Imagino que o seja. Nós lidamos com essa realidade todos os dias. Por exemplo, meu sogro é pastor, e tive de jubilá-lo no Estado do Rio de Janeiro. Fui à igreja e falei: "Venham cá! O que vocês vão fazer?" Aí o tesoureiro da igreja disse: "Rapaz, temos em caixa R$1 mil." Eu falei: "Mas e aí? Como vai ser? O homem construiu a igreja. O homem colocou pedrinhas aqui, uma atrás da outra, a vida inteira, bem como sua esposa e filhos." Não havia uma solução.

Agora, esse assunto está vindo à tona, está bem aflorado.

E nós, como Conselho de Pastores do Brasil, como Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil, estamos buscando um projeto piloto que possa atender ao Brasil, à demanda do Brasil.

Outra consideração que também registrei aqui e sobre a qual eu queria falar um pouco é relativa ao crescente número de evangélicos, o que já foi aqui abordado pelo missionário. Há uma previsão de que, em 2040, nós sejamos 50% da população do Brasil. Hoje, já estamos com mais de cinco mil denominações evangélicas. É um número assustador, que cresce. São muitas as denominações. E temos dificuldade de trazer todas essas igrejas para um único censo. Ainda há essa questão. Mas, com essa iniciativa, tenho a certeza de que todas essas igrejas e os pastores do interior... Há pastores com 80 anos ainda ativos na igreja!

Do Estado e do Governo a gente não tem um reconhecimento para esse fim. Não somos legais. Hoje, até onde sei, é comum acontecer no segmento evangélico uma prebenda pastoral ou, como chamamos, uma espórtula pastoral. São nomes para driblar, talvez, o Fisco. Não temos um nome. "Vamos colocar um nome oficial aqui, para sermos oficiais, para ninguém nos interpelar por isso."

Então, entidades evangélicas, evangélicos e, principalmente, líderes e pastores evangélicos não são alcançados por isso por várias razões. Uma delas é o fator da desinformação. A desinformação faz parte disso também. O pastor não sabe disso. Quem pode contribuir na iniciativa privada paga e, daí a pouco, recebe o seu dinheiro. Agora, quem não tem informação diz: "Vou trabalhar. Meu sacerdócio é este. Vou trabalhar para o Senhor até a morte." E, depois, morre mesmo, porque todo mundo tem de morrer. Aí passa o tempo, e os filhos, a esposa, a viúva, ninguém sabe o que fazer.

Ainda há outro ponto: quando o religioso, o pastor ou o líder daquela comunidade falece, cria-se um problema para a viúva. Muitas vezes, a viúva está ali... Já vi casos. Estou falando isso, porque presido conselhos. Em toda a nossa vida, pastoreamos pastores. Então, por trás dos bastidores, estamos resolvendo um problema de jubilação em uma igreja. O Conselho vai para lá para ajudar. E, quando o Conselho chega lá, começa o problema. A viúva tem de sair da casa, tem de desocupá-la. E aí a viúva vai viver de quê? Hoje, há pessoas traumatizadas. Há famílias, filhos e viúvas de pastores que estão traumatizados. Depois que falece o cônjuge, o pai ou o avô, eles não querem mais se envolver com isso, porque não temos algo definido para os pastores.

Então, nesta pequena contribuição, Senador, eu queria trazer o seguinte: que esta iniciativa siga em frente! Que os órgãos e as instituições representados e organizados possam, então, ter trânsito livre aqui, para tratar com os senhores que estão trabalhando em cima desse projeto, para que possamos, então, trazer essas demandas, para que possa ser feito um grande e único projeto para contemplar todos nós pastores e pastoras, bispos e líderes em geral, que fazemos a obra de Deus voluntariamente. Muitas vezes, o tempo nosso... Não temos carga horária. É muito difícil isso. Não existe carga horária para um pastor. Qual é a carga horária? A carga horária é qualquer hora!

Eu não sou um pastor muito antigo no ministério. Sou um pastor com 30 anos de ministério; são 25 anos como pastor.

Na minha casa, durante meu sono, as pessoas, quando sabem onde moro, a qualquer hora do dia, a qualquer hora da madrugada, nos fins de semana, batem à nossa porta para receberem uma oração, para que, às vezes, expulsemos um demônio. Essa é uma atividade que nos pressiona muito.

Conheço muitos pastores nossos também que não têm uma estrutura para conviver com isso. Há o problema psicológico. O pastor fica com uma sobrecarga. Ele tem família. Tudo isso a gente faz por 30 anos, por 35 anos, por 40 anos. E, depois que o pastor aposenta, depois que jubila, não há reconhecimento por parte do Estado ou de lugar algum. Nada é organizado, não porque a gente não quer se organizar. A gente até tenta isso. Mas, quando a gente vai se organizar e chega a alguma coisa, lá na ponta o Estado diz que isso não pode ser feito, que isso é ilegal. E aí voltamos à estaca zero.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSIMAR FRANCISCO DA SILVA – Espero que hoje a gente dê um grande passo aqui, para que a gente consiga um objetivo definido para essa questão da aposentadoria do pastor – podemos chamar assim –, que é o tema, o assunto. Que seja um tema forte! Aqui, nós, do Conselho, da Concepab, da Confederação de Pastores do Brasil, estamos disponíveis, com todo o cunho jurídico, para que possamos contribuir para essa grande iniciativa.

Muito obrigado.

Bom dia a todos! Que Deus abençoe todos, em nome do Senhor Jesus!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O senhor viu a minha equipe?

A Drª Damaris também está aqui. Recebemos um grande apoio, o que é fundamental.

Sem dúvida, o Pastor Josimar falou a minha linguagem, porque é esse o meu sonho. Como vimos rapidamente, a Igreja Católica, ao longo da vida, é claro, vem sofrendo, mas, com muita experiência, ela se organizou, como bem colocou aqui ainda agora D. Leonardo. Mas há muitas, inúmeras igrejas evangélicas que são de muito pequeno porte, mas que, naturalmente, fazem um papel tão bom como uma igreja de grande porte. Não tenho dúvida disso. Mas elas não têm suporte financeiro para se estruturarem em todos esses sentidos.

O resultado social desse trabalho é fantástico! Ele é fantástico! Só o sabe quem tem a oportunidade de testemunhar, de presenciar e de ver isso.

Por exemplo, um sobrinho meu era dependente químico. Eu achava até que ele era irrecuperável. Ele começou a frequentar uma igreja evangélica e saiu das drogas. Ele escreveu um livro e, hoje, prega na busca

de tirar as pessoas da droga, como uma pessoa que vivenciou aquilo e que esteve no fundo do poço. Hoje, ele tem prestado um trabalho social lindíssimo. Eu nem era político e me encontrei com ele. Conversando com ele, eu disse: "Estou tão feliz, Dárcio, por você estar assim!" Ele falou: "Encontrei minha paz na igreja. Um pastor me buscou e me mostrou o caminho, a palavra. Hoje, faço um trabalho belíssimo, que lhe vou mostrar." Ele disse: "Inclusive, amanhã, haverá uma Marcha Para Jesus." Essa marcha acontece no meu Estado, na capital, em Boa Vista. Fui com ele a essa Marcha Para Jesus. Era uma estrutura muito pequena. Não havia palco. Havia um caminhãozinho com uma caixa de som. Ali estavam pouco mais de 300 pessoas. Depois, fui eleito Vereador e achei que tinha de fazer algo por aquela Marcha Para Jesus. Eu a coloquei no calendário cultural do meu Estado. Hoje, a Marcha Para Jesus, em Roraima, arrasta multidões. É fantástica!

A Drª Damaris vai para lá. Já estamos aqui buscando a ajuda das instituições, que têm de ajudar mais. Embora hoje a marcha já esteja no calendário da prefeitura, embora já tenhamos ajuda, é preciso que ajudemos muito mais, porque é um dia muito bom, é um dia belíssimo, pelo qual todos ficam esperando.

Sem dúvida, então, é fantástico o trabalho que essas igrejas fazem.

Às vezes, vou à penitenciária aos domingos e vejo os pastores e as missionárias de várias religiões naquela fila. É uma fila enorme! Não há privilégio. Eles entram na fila, no dia da visita, com os familiares. E ali eles passam por grande constrangimento. Quem já foi a uma penitenciária sabe do constrangimento por que se passa. Então, aquilo é amor. Aquilo é dedicação, é devoção. A pessoa faz aquilo com muito amor.

Ao longo da vida, como bem disse agora o Pastor Josimar, a família depois sofre com a ausência do pastor ou da pastora ou de outro missionário que vai até lá sistematicamente, feriados afora. E, no final, às vezes, embora seja feito dessa forma bem clara e bem colocada, o recurso para o funeral a pessoa não o tem.

Então, a gente precisa proteger essas pessoas que trabalham até no anonimato, mas com muito amor, e que só fazem o bem para a nossa sociedade. Às vezes, a sua atuação é muito maior do que a do próprio Estado e das instituições criadas pelo Estado, porque nada é maior do que o calor humano, e nada é melhor do que se fazer uma coisa por amor. Não adianta fazer alguma coisa só por fazer, por obrigação. É preciso colocar o sentimento. E eles fazem isso, colocando seu sentimento.

Vejo, no final de uma tarde daquela, o pastor sair de uma penitenciária ou de um hospital. Imagine você estar num leito de hospital debilitado fisicamente, já sem forças para nada, e aí chega ao seu travesseiro uma pessoa que fala de Deus, que fala de boa-fé. Isso fortalece a pessoa espiritualmente. Isso tira daquele leito aquele corpo que estava quase entregue e o coloca no seio da sociedade e da sua própria família. Isso não tem preço. Isso não tem preço! Uma pessoa que está entregue às drogas e à criminalidade é trazida novamente para o seio da sociedade. Qualquer recuperação já vale a pena.

Estou falando tudo isso, porque agora vamos ouvir o Emanuel, Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social, do Ministério da Previdência. Não queremos que o Emanuel, neste momento de crise no Brasil, venha a nos dizer que não dá, que não pode.

Estou falando tudo isso, para que o senhor tenha uma noção do que se pode fazer, do que é necessário e importante fazer. O senhor, como técnico, como representante desse órgão, tem de nos ajudar a construir esse caminho da boa nova, esse caminho da justiça, esse caminho dentro da legalidade, que dê paz e tranquilidade e que justifique no dia a dia o que é feito pelas pessoas.

Ontem, eu estava verificando, por exemplo, as comunidades indígenas, que são muitas na minha terra. As pessoas terminam o Segundo Grau e vão para a cidade. Elas saem das comunidades, porque estão indo em busca de uma vida socioeconômica melhor do que a que vivem. A mesma coisa ocorre com os filhos dos agricultores familiares. Quando as raízes estão morrendo, os filhos já não tocam o negócio, porque sentem que aquela estrutura é muito pequena para os seus sonhos. Eles também vão embora para a área urbana. Então, de repente, a área urbana fica inchada por conta de uma mão de obra que poderia estar pulverizada na área rural, produzindo. Quando o interior não planta, a cidade não janta.

Nesse contexto, a gente verifica que, no setor econômico – era isto que eu queria colocar agora, Emanuel –, as pessoas, quando não veem muitos sonhos, já abrem mão disso. Imagine uma ação de amor e de entrega à causa dos outros! Isso, muitas vezes, não é reconhecido. Às vezes, uma família inteira vê seu pai, diuturnamente... O pastor, o padre ou o missionário vai ali não só para fazer uma purificação espiritual. Ele não só leva ali a palavra de Deus. É muito mais do que isso! Na casa dele, vive o juiz de paz, pois, se as famílias brigam, é para lá que ele corre.

A casa dele é uma ambulância, porque, às vezes, o Governo, o sistema não tem um bom Samu, e o pastor tem o carrinho ou a moto dele, algum transporte. Assim, ele vai bater àquela porta. Às vezes, ele é advogado, porque, se um familiar de um membro de uma igreja sofre qualquer necessidade de assistência jurídica, o pastor é uma das primeiras pessoas a serem acionadas. E é também psicólogo.

Então, ele recebe uma carga enorme de demanda que está longe do seu suporte, em todos os sentidos. Mas, como ele é a cabeça, como ele representa, sem dúvida, a palavra, a força, a fé do nosso grande Deus e de Jesus, ele está ali para suportar tudo aquilo e para dividir a sua própria família, o seu próprio pão. Quantos irmãos, às vezes, nada têm em casa para comer! A mãe chega ali com seus filhos. Às vezes, o pai larga a família, e há desagregação familiar. Chegam ali aquelas marrequinhas, aquelas crianças, e é o pastor que abre a sua porta, que abre a sua geladeira, que liga seu fogão e que dá seu prato de comida. Depois, e ele? E a família dele? E a aposentadoria legal dele? E o reconhecimento desse trabalho tão importante na sociedade?

Não tenho dúvida de que o Emanuel está com o coração aberto para nos ajudar nessa empreitada.

O senhor está com a palavra.

O SR. EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS – Muito obrigado, Senador, pelo convite. Nós nos sentimos sempre muito honrados quando vimos a uma audiência pública para esclarecer os senhores, os participantes, os Srs. Senadores e Deputados. Para nós, são de fundamental importância esses esclarecimentos.

Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento o Senador Telmário Mota e os demais membros da Mesa.

Antes de começar realmente a minha apresentação, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos.

O que a Constituição de 1988 definiu como seguridade social? Seguridade social é a previdência social, que é um dos pilares, a saúde e a assistência social. A Constituição também definiu que a assistência e a saúde seriam não contributivas – hoje, a saúde é um direito universal, é um direito de todo cidadão brasileiro – e que a previdência social seria contributiva. Isso foi regulamentado, isso foi definido na Constituição de 1988.

Eu gostaria também de fazer um esclarecimento ao Pastor Josimar, que disse que existe uma parcela de sua igreja que não tem informação, que tem carência de informação.

Dentro da própria Previdência Social, há um programa que se chama Programa de Educação Previdenciária (PEP). Esse é um programa que faz parte de feiras, de seminários, de associações. Onde somos convidados, podemos ir lá para dar palestra, para esclarecer a população, aquele segmento que necessita de algum esclarecimento.

Então, quero me colocar à disposição. Qualquer convite que venha a surgir, podemos mandar um representante à sua igreja ou a uma associação para esclarecer os segurados.

Então, são esses meus esclarecimentos iniciais.

Eu trouxe aqui alguns esclarecimentos sobre alguns conceitos.

Como está o conceito de ministros de confissão religiosa? Conforme descrição definida pelo Ministério do Trabalho, pela Classificação Brasileira de Ocupações, ministros de confissão religiosa são aqueles que realizam liturgias, celebrações, cultos e ritos; que dirigem e administram uma comunidade; que formam pessoas segundo os preceitos religiosos das diferentes tradições; que orientam pessoas; que realizam ação social junto à comunidade; que pesquisam a doutrina religiosa; que transmitem ensinamentos religiosos; que praticam vida contemplativa e meditativa; que preservam a tradição.

E, para isso, é essencial o exercício contínuo de competências pessoais específicas.

O vínculo do ministro de confissão religiosa com sua instituição é considerado atípico, não estando presente o contrato de trabalho, que, geralmente, ocorre com empresas e com alguns trabalhadores. A relação jurídica entre instituição religiosa e ministros ou ministras de confissão religiosa não constitui contrato de trabalho, por ser esse trabalho destituído de avaliação econômica e destinado à assistência espiritual e à divulgação da fé.

Com relação ao vínculo com a previdência social que o religioso tem, como falei, ele não tem contrato de trabalho, e, não havendo o contrato de trabalho, a legislação equipara o ministro de confissão religiosa ao profissional autônomo para fins de contribuição previdenciária, ainda que ele não seja uma pessoa autônoma de fato.

O que aconteceu com a Lei nº 6.696, de 1979? Essa lei equiparou, no tocante à previdência social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa a esses trabalhadores autônomos, como citei. Por ela, no art. 4º, os ministros de confissão religiosa não equiparados a profissional autônomo por já possuírem 60 anos de idade poderiam fazer jus à renda mensal vitalícia.

Então, isso aconteceu em 1979, com todos esses religiosos que tinham 60 anos de idade ou mais. Até então, eles eram facultados à filiação à previdência social. A partir de então, a filiação à previdência social, que depende diretamente da atividade econômica remunerada que o trabalhador exerce, tornou o ministro de confissão religiosa um segurado obrigatório. Até para a minha surpresa, D. Leonardo falou que já existe dentro da própria Igreja Católica um trabalho para que todos sejam filiados à previdência social.

Na Lei nº 8.212, que foi a lei que regulamentou a Constituição de 1988, com redação dada pela Lei nº 10.403, de 2002, reafirma-se que ministros e ministras de confissão religiosa, pessoas físicas, remunerados por

essa atividade são segurados obrigatórios da previdência na qualidade de contribuinte individual. Contudo, há a parte de contribuição patronal, aquela que cabe ao empregador, que são os 20% sobre a remuneração do contribuinte individual que está a serviço da empresa. A instituição religiosa não deve recolher esses 20%, pois os valores despendidos pelas instituições religiosas com os ministros de confissão religiosa não são considerados como remuneração. Isso está na lei, isso é o que foi definido também na Constituição.

Quais são as opções que, hoje, um religioso, um pastor, um missionário têm para contribuir? Hoje, para o contribuinte individual, há dois tipos de contribuição.

Um deles é o que chamamos de Plano Tradicional, em que a pessoa pode pagar 20% sobre qualquer valor entre o salário mínimo e, hoje, R$4,6 mil, aproximadamente, que é o teto da previdência social. Isso é de livre escolha. Não existe essa contribuição vinculada ao salário mínimo. É qualquer valor entre o mínimo e o máximo. E isso dá direito a todos os benefícios da previdência social.

Existe também o plano que chamamos de contribuinte individual, que é o Plano Simplificado. O contribuinte individual paga 11% sobre o salário mínimo e tem direito à aposentadoria e a benefícios no valor de um salário mínimo. Ele só não tem direito... Esse Plano Simplificado também dá direito a todos os benefícios da previdência social, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

Este é o conjunto de benefícios que existe hoje na previdência social: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário maternidade, salário família, auxílio-reclusão e pensão por morte.

Qual é o perfil que temos hoje dos ministros de confissão religiosa? Esse é um dado de uma pesquisa do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). O último dado disponível que temos é o dado de 2013. Aí está a participação por faixa de idade. Percebemos que, na faixa de 30 a 49 anos, está concentrada realmente a grande maioria dos ministros de confissão religiosa.

O que esse quadro demonstra? Demonstra o que nós chamamos de proteção social ou proteção previdenciária dos ministros de confissão. Hoje, de acordo com essa pesquisa da PNAD, há uma quantidade total de 120 mil pessoas que são ministros de confissão religiosa na faixa etária entre 16 e 59 anos. Desse total, há 60 mil – 50,4% do total – que são socialmente protegidos. E há um percentual de pessoas que são socialmente desprotegidas, ou seja, 50% não têm nenhum tipo de proteção previdenciária.

Quanto a esses desprotegidos, o que chama a atenção aí? Aquele que tem capacidade contributiva é aquele que recebe uma contribuição da sua renda *per capita* acima de um salário mínimo. Nós dizemos que essa pessoa tem capacidade contributiva. Aqueles que têm capacidade contributiva, mas que não recebem nenhum tipo de benefício nem contribuem representam um percentual de 33%. Ou seja, há 33% de pessoas que têm capacidade contributiva, mas que não contribuem para a previdência social. E há aqueles que são desprotegidos e que não têm capacidade contributiva, ou seja, que recebem menos de um salário mínimo. Hoje, estes representam um percentual de 14%, chegando a 16,8 mil pessoas.

Essa é uma síntese da proteção, que fazemos. Há as pessoas que são realmente protegidas, entre homens e mulheres, que estão acima de 60 anos de idade. Essas são as pessoas que consideramos idosas. Então, existe um total hoje de 21,6 mil idosos, dos quais 14 mil estão socialmente protegidos.

Ou seja, cerca de 65% das pessoas idosas que são ministros de confissão são hoje socialmente protegidos. Ainda existe o desafio para a previdência de proteger esse percentual de 35,3% de pessoas idosas que consideramos que estão socialmente desprotegidas.

Então, esse é o perfil que trouxemos aqui tanto de pessoas na faixa etária de 16 a 59 anos como de pessoas idosas que estão protegidas e que estão socialmente desprotegidas.

Essas eram minhas considerações. Estou aqui aberto para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Mais uma vez, agradeço o convite para estar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como os números são frios, temos de colocar sentimento neles e buscar um caminho.

Agradeço a todos os nossos convidados.

Agora, vamos interagir.

Aqui está a Drª Damaris Alves, que quer também fazer uso da palavra, que está franqueada.

A SRª DAMARIS ALVES – Senador, acho que esta audiência prova que o senhor tinha razão quando apresentou a proposta, querendo acolher e proteger os missionários, os ministros, os sacerdotes de confissão religiosa. A sua proposta falava de todas as religiões. Duas estão representadas à Mesa. Sentimos falta das outras. Mas, em todas as religiões, podemos encontrar sacerdotes, missionários, líderes e ministros que doam suas vidas.

Não nos podemos esquecer, Senador – temos de entender isto –, de que, em todas as transformações da sociedade, os missionários estiveram presentes. Talvez, alguns até estejam pensando: "Os missionários não

são mais necessários hoje, porque todo mundo está lendo, está escrevendo." De fato, no início do século passado, quem alfabetizou esta Nação foram os missionários. Depois, houve outras necessidades da sociedade. Nas décadas de 50 e de 60, a desnutrição era uma realidade. Foram os missionários que deram fim à desnutrição, sim. A gente pode citar aqui a D. Zilda Arns. Mas não vamos ficar só nela. As outras instituições religiosas deram uma colaboração muito grande, a exemplo da Visão Mundial e de muitas outras.

As necessidades foram surgindo, e os missionários foram sendo chamados. Em 1980, quem acolhia as pessoas com aids no Brasil, quando as famílias as mandavam embora, com aquele medo, com aquele pavor? Eram os missionários.

A gente vai caminhando e chega aos anos 90, com os novos desafios da sociedade, com as drogas. Hoje, há os atuais desafios. Quem está na cracolândia? Quem está acolhendo meninos e meninas abusados nesta Nação? Quem está acolhendo os idosos? Quem está fazendo o enfrentamento à violência doméstica?

Há o grande problema da internet, o grande mal que a internet tem trazido com relação ao vício das tecnologias. Já há missionários preparados para isso.

De acordo com as necessidades, os missionários estão surgindo. Nós estamos em todos os lugares, nós somos necessários. Não dá para se falar em transformação social nesta Nação sem a participação dos missionários.

Aí, quando vemos um Senador trazer este debate para cá, só tenho a dizer, como missionária, como missionária evangélica, que estou com vergonha pelo fato de este debate ser promovido pelo senhor. Um Senador que não é missionário, que não é pastor, que não é padre está trazendo para o Brasil um debate necessário.

Hoje, olhamos para trás e perguntamos: onde estão os nossos missionários idosos? Estão na fila do SUS, estão abandonados nas ruas. Temos certeza disso, porque convivo com essa realidade todos os dias. O pastor foi muito claro ao dizer isso, como também o próprio Cassiano. Vejo o Cassiano tão jovem! Mas ele já doou boa parte da sua vida.

Apesar de ter cara de menino, vejo ali alguns cabelos brancos, não é, Cassiano? Digo a você, que é antropólogo formado, que é um menino extremamente preparado e que doa a sua vida às missões: quando a sua agência não existir mais, o mercado de trabalho vai absorvê-lo? Não vai, porque, enquanto seus colegas se especializaram e ficaram bons no que você faz, você doou sua vida por vidas.

Então, Senador, o fato de o senhor trazer aqui este debate me envergonha, porque nós missionários deveríamos, entre nós, tentar encontrar a solução.

Ficar esperando da previdência, Dr. Emanuel, seria loucura nossa. Seria loucura esperar que vocês resolvessem nossos problemas. Não! Vocês estão fazendo sua parte.

A CNBB deu um *show* aqui pela forma com que está cuidando dos seus sacerdotes.

(Soa a campainha.)

A SRª DAMARIS ALVES – Que a gente possa aprender!

Senador, quando disseram para o senhor desistir do projeto, fui uma das que foram lá conversar com o senhor: "Senador, não se pode regulamentar o que não é regulamentável! Sacerdócio, chamado, vocação não se podem regulamentar!"

E o senhor disse: "Eu até recuo na parte técnica, mas não vou desistir da minha intenção de ajudar os pastores e missionários de todas as confissões, inclusive, das confissões de matrizes africanas. A gente tem que trazê-los para cá. Esses homens também doam as suas vidas nas suas comunidades, ajudando o povo."

A própria Federação Espírita. Como eu gostaria, Senador, que um anjo descesse entre os espíritas e dissesse para eles: "Falem tudo o que vocês fazem!", porque os espíritas não falam, a doutrina não deixa. No dia em que eles disserem nesta Nação, nós vamos ficar surpresos com o que os irmãos espíritas fazem.

Então, Senador, eu fico muito feliz pelo senhor não ter desistido do debate. Fico muito feliz e envergonhada. Pastor Josimar, o que o senhor falou é muito pior. Eu tenho encontrado pastores com as pernas machucadas de tanto ficar de pé, lá em Roraima – Senador, o senhor mesmo falou comigo sobre isso –, dois, três dias, numa fila do SUS, para ser atendido. A aposentadoria, Dr. Emanuel, vai ajudá-los, um salário mínimo. Mas se sobrevive neste País com um salário mínimo, um homem que doou 60 anos de sua vida numa aldeia, numa comunidade com ciganos nas ruas? Não!

Eu acho que o debate está só começando. E a gente vai continuar envergonhado. E te agradeço por ter dado o pontapé inicial desse debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Drª Damaris, primeiro, eu quero agradecer a palavra da senhora e dizer do carinho que eu aprendi a ter pela sua pessoa. Você foi muito importante e está sendo muito importante nessa construção. Essa é uma construção de todos nós.

E Deus sempre me prega essas peças, das quais gosto muito, e quero que Ele continue fazendo isso comigo. Eu sou católico e digo por que fiz a Marcha para Jesus e por que vou às igrejas. Aqui está o Gil, que é da

Assembleia de Deus, e sempre íamos, o primeiro festival gospel fui eu que fiz no Estado, sozinho também, e o Gil era quem fazia a agitação toda lá; ele faz acontecer nesse festival; é um festival muito alegre, muito feliz.

E eu me lembro de que, quando fui criar a Marcha para Jesus, colocar no calendário, alguns Vereadores disseram assim: "Eu não concordo com isso, não tem nada a ver, etc.!" E um desses Vereadores que falou isso tinha defendido um recurso para o Carnaval.

Aí eu propus um desafio a ele: "Vereador, vamos fazer um desafio? O senhor me ajude a aprovar esse projeto e, quando terminar a Marcha para Jesus, nós vamos aos prontos-socorros, às delegacias, e veremos se encontraremos alguém lá machucado, ferido, morto, ou só pessoas mais pacificadas. E, quando terminar o seu Carnaval – com todo o respeito, porque faz parte da cultura brasileira, de que eu gosto –, vamos lá também e veremos a diferença dos dois gastos, se vale a pena ou se não vale a pena." Aí ele se curvou e entendeu, e Deus assim abençoou.

E também houve um movimento grande da associação comercial. Outras queriam tirar o amplificador de dentro das igrejas. Encontrei isso aqui no Senado, houve um Senador querendo tirar também, agora da política, e eu resisti, e ganhamos.

E lá, como já me acostumei a lutar por isso, tínhamos dois Vereadores que eram pastores – o Pastor Rosival, que é da Assembleia de Deus, e o Pastor Emanuel, que é da Universal. E o pastor é muito pacificado graças a Deus, é uma pessoa muito do bem. E ele, às vezes, não gosta de muita confusão, e eu gosto um pouco.

Então, quando eles começaram a trocar, foi a Prefeitura multando, o meio ambiente multando as igrejas, fechando com polícia na hora do culto, uma coisa absurda. E aí houve uma confusão muito grande, e eu era líder do prefeito e vi que eles iam perder a causa, porque o pastor não queria ir muito para o confronto. E eu disse: "Eu vou comprar essa causa, me dê para cá!"

E fomos e o prefeito me chamou um dia na Prefeitura, junto com todo mundo que queria tirar, e ali houve um debate bem acalorado. Da ordem que nós até aumentamos os nossos decibéis dentro das igrejas lá.

O meu Estado, eu estava vendo aqui os dados do IBGE, é o Estado que tem maior número de evangélicos. Em Roraima, hoje, por exemplo, cristãos são 50,8 e evangélicos são 30,3 – dados de 2010.

Então, tem crescido muito a comunidade evangélica lá no Estado de Roraima, de modo que hoje temos igreja para todo lado, e é um Estado pequeno, graças a Deus a gente conseguiu.

E aqui vamos construindo juntos, sim. A gente é só um instrumento, é só uma gota d'água dentro dessa grande construção. E, sem nenhuma dúvida – vou já franquear a palavra também mais um pouquinho –, o Emanuel tem que nos ajudar.

Claro que ele falou como instituição, ele mostrou o caminho e ele tem que proteger o caixa da Previdência, mas também temos que forçar esse caixa, porque, às vezes, a Previdência beneficia muitas pessoas que talvez não prestem nem a metade desse trabalho que hoje é prestado pelos evangélicos. Então, cabe a nós forçar a porta da Previdência. Não é Emanuel?

O trinco não deve ser muito forte. A gente pode usar a nossa força, o nosso corpo. E nós vamos fazer isso, sim, porque temos uma causa nobre, uma causa justa, uma causa que é necessária neste País, para esse reparo. E vamos juntos, todo mundo, somando nossa força, vamos construir, sim, essa alternativa salutar, pacificadora e sobretudo de justiça para essas pessoas tão desamparadas e que prestam o maior trabalho à nossa sociedade.

E precisamos ouvir também a fala da Drª Fabiane Teixeira, Presidente da Casa Missionária em Brasília. Está franqueada a palavra.

A SRª FABIANE TEIXEIRA – Bom dia a todos!

A Cidade Missionária não é uma instituição religiosa, não é uma associação. Eu advoguei para os Gideões Missionários da Última Hora, que é uma instituição bastante conhecida pelo projeto missionário, e fui abordada e surpreendida por inúmeros missionários não só no Brasil, mas fora do Brasil. E eles – fazendo empréstimo da palavra do Pastor Josimar – não estão traumatizados, eles estão decepcionados, porque foram remetidos. Aqui no Brasil nós temos missionários que vivem com R$200 e, se 11% correspondem R$84,48, como uma família com dois missionários poderia recolher essas contribuições?

Então, procuramos líderes, inúmeros líderes, e nos colocamos como voluntários. Somos mais de 200 advogados, cerca de mil pessoas empenhadas em ajudar. Inclusive, já estivemos no INSS, no Programa da Educação, e fomos muito bem recebidos. Já começamos na Bahia um trabalho totalmente voluntário, não recebemos contribuições, fazemos a orientação do missionário, porque muitos missionários tinham vínculo empregatício antes de ir para a obra, e isso tem que ser analisado antes.

Realmente, a falta de conhecimento tem gerado inúmeros prejuízos. Existem muitos missionários que contribuem de forma aleatória, porque não há esse suporte, essa base. E o nosso objetivo é fazer com que a voz do missionário seja ouvida, porque eles saem do campo, a carne deteriora, mas a chamada não envelhece. E eles voltam para dentro dos templos e se transformam em mendigos de luxo. Assim que chegam os seus

testemunhos impactam a igreja, eles trazem comoção, mas, depois de um ano, isso não causa mais emoção, nem causa mais dor. E essa falta de emoção gera fome, gera falta de dignidade, e isso temos contemplado.

Então, na Cidade Missionária, até o ciúme existe, é fato de instituição religiosa, porque confunde. Nós não somos instituição religiosa: lá atendemos cristãos de todas as denominações, não temos rótulo, é proibido falar em dinheiro dentro da Cidade Missionária. Todo e qualquer profissional que se envolve lá é para trabalhar de forma voluntária para o missionário.

Nós temos um portal em que a própria instituição retorna ligação para o missionário. E está fazendo isso, vendo o CNIS, analisando como é que está a situação dele e da esposa e dos filhos. O caso mais recorrente é dos missionários que vêm a óbito e as famílias, as esposas ficam literalmente desesperadas, porque não têm nem condições de voltar do campo para o local de onde foram enviados.

Então, a discussão é muito interessante. Nós estamos desde 2013 mapeando os missionários no Brasil e fora. Já temos mais de 5 mil missionários mapeados, que estão em situações de extremo risco, que estão prestes a voltar para a nossa Nação, e não têm hoje nenhuma alternativa ou não tinham, porque nós vamos fazer isso, nós estamos empenhados nisso e estamos à disposição para que essa chamada não venha a falecer por falta de empenho.

Nossa obrigação como cristãos – eu sou evangélica também – é que devemos cuidar primeiro dos da nossa casa ou, então, estaremos com um discurso falido e hipócrita diante de todos os que estão aí fora. Eu acredito, sim, que é o momento necessário de levantarmos essa bandeira, é pertinente. A situação é de muito risco. E agradeço a oportunidade de estarmos neste dia, discutindo algo que é de tamanha necessidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A discussão está só começando, não é? Mas, como esta audiência está sendo participativa, recebemos aqui alguns comentários e dúvidas através do portal e-Cidadania e comentários de cidadãos via Alô Senado.

Do João Evangelista Santos do Pará: "Sugiro que qualquer representante religioso em cada região receba um salário e o restante das arrecadações seja entregue ao Governo Federal, no intuito de socorrer os fiéis, pois não concordo que os dízimos sejam depositados em contas particulares."

Pois é, entrega tudo para o Governo, para você ver.

Do José Mauricio Passos Nepomuceno: "No que diz respeito ao dado do percentual de protegidos socialmente, conforme o dado mostrado pelo técnico INSS, levou-se em consideração que muitos deles são protegidos não pelo sistema confessional, mas pelo fato de exercerem outra função, além do ministério?"

Ele pergunta sobre aqueles dados de que você fala sobre as pessoas são protegidas, se eles fazem através do ministério ou por que têm atividades paralelas? Ele faz essa pergunta para já responder.

Temos aqui outra pergunta, a do Kléber Roberto César Ferreira Felgueiras Martins, do Distrito Federal: "Gostaria de saber como é gerido o repasse das verbas para os Governos estaduais, municipais e federais, para os ministros de confissão religiosa no Brasil?"

E o José Mauricio Passos Nepomuceno volta a fazer outro comentário: "Gostaria de contribuir com o andamento do tema em debate. Escrevi para a titulação do Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Mackenzie, trabalho cujo título é Pastor Protestante Brasileiro em Busca de um Locus Social. Nele, trato da lacuna social para tal profissão."

Então, vimos as colocações e perguntas.

Vou passar a palavra ao Emanuel, para que responda em relação aos protegidos ou não. E, em seguida, temos uma pessoa do próprio plenário que quer também se manifestar.

Com a palavra.

O SR. EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS – Quando eu digo que o Ministro de Confissão Religiosa está socialmente protegido é por que esta pessoa ou está contribuindo para Previdência Social ou recebe algum tipo de benefício, seja aposentadoria, seja pensão. Essa contribuição pode ser por algum tipo de trabalho, sim, que a pessoa exerça, ou pode ser também, como o próprio Dom Leonardo mencionou, para muitos dos padres hoje a igreja estão contribuindo, a comunidade a que o padre pertence está contribuindo, e também este está incluído como socialmente protegido. Então, refere-se tanto aqueles para que a própria igreja contribui, como aqueles que estão ocupados em alguma atividade. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

Então, vamos ouvir agora aqui o Eduardo Valadares, Assessor Jurídico do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal. Com a palavra.

O SR. EDUARDO VALADARES – Senador Telmário Mota, acho que, sobre o tema, é inegável a posição de todos que se apresentaram, que reclama uma atenção maior do Estado.

É inegável que existem divergências entre as diversas denominações e as formas de tratar cada um dos casos, mas é importante que se dê uma atenção maior a quem hoje recupera boa parte dos drogados, boa parte das pessoas que o Estado não consegue atender com seus mecanismos sociais. E isso o Estado deixa a encargo das igrejas, deixa a encargo dos pastores e dos ministros de cultos, sem nenhuma retribuição, sem nenhuma assessoria.

Quando a gente fala do tema de aposentadoria, o que nos é apresentado é o mesmo tipo de tratamento dado a qualquer outro cidadão, e não se colocou a possibilidade de se tratar isso de uma forma diferente. Isso, porque hoje há aposentadorias específicas para professores, aposentadorias específicas para pessoas que exercem a sua atividade em condições insalubres, condições de difícil trato. E esses pastores estão nessa condição, porque essas pessoas não têm um horário, como o Pastor Josimar disse, para atender, não cumprem um horário, não cumprem uma carga horária, pois a qualquer momento alguém pode bater à porta, a qualquer momento podem receber um chamado e vão prestar o seu trabalho.

E, em momento algum, o Estado resolveu tratar essas pessoas de uma forma diferenciada. E aí a gente percebe que a situação, a cada dia que passa, a cada momento, temos que gritar. A sociedade tem que gritar, para tentar mostrar essas pessoas.

E a gente precisa, com esse trabalho, primeiro, parabenizar a iniciativa e fazer com que ela não pare aqui. Acredito até que é necessário montar um grupo de trabalho para discutir esse assunto, porque eu acho que passa por vários tipos de questionamentos, e a questão tributária é um aspecto. As igrejas hoje têm imunidade tributária, mas, a partir do momento que colocam um pastor para desempenhar uma atividade, têm os encargos sociais reconhecidos como um trabalho qualquer sem nenhum tipo de diferenciação, e aquelas instituições, aquelas igrejas pequenas acabam não tendo condição de arcar com o pagamento desses tributos, e acabam não dando o reconhecimento a seus pastores.

Então, a gente precisa ter o amparo do Estado, de uma forma diferenciada, de uma forma que a gente consiga demonstrar que essa pessoa está sendo valorizada, o que não acontece hoje. Alguns desses pastores acabam tendo que desenvolver atividades fora da igreja, para conseguir manter um padrão de vida, para conseguir levar dinheiro para sua casa, para conseguir alimentar seus filhos. E isso acontece com uma pessoa que às vezes tem a vocação e exerce um ministério, que é algo que os impossibilita às vezes de atender mais pessoas, que os impossibilita às vezes de retirar mais pessoas das ruas.

Acredito, hoje, que, se começarmos a fazer um trabalho em que vários setores da sociedade possam contribuir, esse caminho vai ser trilhado de uma forma mais segura do ponto de vista legal, porque a gente não há só a questão previdenciária envolvida. Para que se tenha uma ideia, a própria Previdência não tem o pastor como uma rubrica específica, ele é um contribuinte individual. Então, acredito que este seja um momento em que a gente possa refletir mais sobre o assunto e trazer contribuições do ponto de vista concreto, prático, para que essas pessoas que hoje não estão sendo valorizadas pelo Estado possam ter essa valorização reconhecida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quando o João Evangelista Santos, do Pará, fez um comentário sobre o pastor ter um salário e o restante dos recursos arrecadados irem para o Governo Federal, eu quero explicar isso.

João, você deve estar nos assistindo, veja a impossibilidade disso!

As igrejas têm luz, têm água, têm telefone, têm manutenção, têm as suas missões, têm as suas vigílias, têm um custo operacional altíssimo. E quem vai manter isso? O Governo Federal?!

Olhe as escolas, que são uma obrigação condicional, ele não mantém; olhe as cadeias públicas, ele não mantém; as estradas que têm pedágio, João, ele não mantém! Como você quer que ele mantenha uma igreja? Então, esse dinheiro vai e não volta nunca mais. As igrejas vão acabar todas, e elas são necessárias.

E outra coisa: não é uma coisa obrigatória. O dízimo é uma coisa feita por amor. Um pode dar mais, outro pode dar menos, outros podem não dar nada.

Então, não há um valor padrão, não existe uma obrigatoriedade. É uma contribuição, e você faz aquilo de forma espontânea, você faz aquilo pelo amor, até pelo apelo que existe. Há dias em que não existe dinheiro para pagar nada dentro de uma igreja. Há custos operacionais para se tocar uma igreja; não é só ir lá orar e rezar, não. É necessário todo um aparato, toda uma infraestrutura, há toda uma logística de trabalho. Então, a sua proposta esbarra nessas coisas.

Entendo que você queira dar a isso talvez uma transparência, ou algo assim, mas olhe, deixe eu dizer uma coisa: esse é um recurso dado por amor e necessário, até para ampliar, criar mais igrejas, haver deslocamento, atender às missões. No final, muito ainda não é possível, muitos ainda não dão contribuição. Então, eu queria fazer esses esclarecimentos para você não ter nenhuma dúvida mais. (*Palmas.*)

A turma diz assim: "O Senador é pastor?" Não, mas eu vivo perto dos pastores, e sei qual é a dor deles, que é muito grande, permanente.

Alguém quer no plenário fazer mais alguma fala, manifesto? (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

Por favor, seu nome e pode usar o microfone.

O SR. ELIAS CASTILHO – Pastor Elias Castilho. Também pertenço ao Conselho de Pastores, que está sendo representado pelo nosso Presidente, Pastor Josimar.

Meu comentário, Senador, é tão somente para parabenizá-lo por esta iniciativa brilhante nesta Casa. Realmente, a partir de hoje, estamos começando uma luta muita árdua, porém de grande benefício não só para Brasília, mas para o nosso Brasil todo. E gostaria de louvar o quórum muito representativo e dizer que nós vamos, sim, dar continuidade a este projeto, a este pleito.

Queria parabenizar aqui também a Drª Fabiane Teixeira, que é um presente que Deus trouxe para Brasília, está presidindo uma casa missionária. Eu a parabenizo porque eu conheço o trabalho dela. Já estou em Brasília há mais de 20 anos. Sou oriundo do interior do interior do interior do Pará. Portanto, sei do que estou falando, quando se trata de direito previdenciário em relação a nossos ministros, pastores.

Vi muitos guerreiros e pioneiros no meu Estado tombarem, terminarem sua missão e não deixarem nada sequer para a família.

Portanto, Senador, os nossos parabéns. E conte conosco, porque essa missão Deus lhe deu, porque você tem o temor de Deus. Um abraço.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Pastor.

E quero reiterar aqui que o meu chefe de gabinete, todo o meu quadro, os companheiros que trabalham comigo, o meu gabinete está à inteira disposição. E, com certeza, vamos unir a nossa força, a nossa vontade, a nossa determinação e vamos encontrar um bom termo para que a gente possa fazer esse justo e necessário reparo.

Eu queria, antes de encerrar, passar a palavra para as considerações finais dos convidados. Há um minuto ou dois minutos para fazer quem quiser. Pastor Josimar, se quiser; Cassiano.

O SR. JOSIMAR FRANCISCO DA SILVA – Pessoal, muito obrigado pela participação efetiva. Geralmente, quando a gente fala numa Comissão, no início, as pessoas não dão muita atenção, mas hoje eu senti uma representação muito forte aqui, a Damaris, a Fátima e outras pessoas que aqui estão, e não falaram, pastores, líderes, advogados e tudo mais. E isso certamente vai agora abrir um pouco o horizonte sobre esse assunto.

Ao senhor, Senador, obrigado pela pelo convite. O Bispo Robson Rodovalho, que preside a Concepab, está em viagem, e eu, com o Secretário Executivo da Confederação Nacional, estou aqui representando-o também.

E gostaria de agradecer aos pares aqui presentes. Ao INSS, que Deus o abençoe! E que Deus possa em nós gerar essa inteligência, porque acredito que por lá está tudo meio fechado no sentido técnico, mas eu acredito que, uma vez saindo alguma coisa, algo diferenciado...Porque nós não queremos ficar na vala comum. Não há como um pastor, um líder, com 30, 40, 50 anos de trabalho, aos 80 anos, cair na vala comum, como todo mundo. Não estou discriminando ninguém, mas, como o próprio INSS faz essa diferenciação de qualificar funções, queremos exercer o nosso direito de sermos diferenciados um pouco, para que possamos atender à demanda dos pastores, da liderança, sem precisar o pastor ter que de repente vender um picolé ou um cachorro-quente fora, para poder complementar uma renda de um salário mínimo, que não dá para viver. Vocês sabem que com um salário mínimo não dá para viver neste País, é impossível totalmente a gente viver com isso.

Meu muito obrigado a todos. E o Conselho de Pastores, a Confederação de Pastores do Brasil está disponível totalmente para essa matéria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Palmas para o Pastor Josimar.

Também vamos ouvir o Missionário Cassiano.

O SR. CASSIANO BATISTA DA LUZ – Obrigado.

Quero agradecer também, concordando com o pastor, porque esta é uma audiência bem diferenciada, atenta, já que geralmente o pessoal fica com conversas paralelas, aquela coisa. Mas, graças a Deus, esta audiência foi diferente.

Quero agradecer a todos e dizer que hoje aprendi bastante aqui. Houve muita informação relevante.

Gostaria de agradecer à Damaris. É uma bênção nas nossas vidas, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É verdade.

O SR. CASSIANO BATISTA DA LUZ – E tem feito trabalho excepcional aqui.

E quero concordar com você, Damaris: é para nossa vergonha. Concordo com você. Quem primeiro deve cuidar dos nossos somos nós, como disse a irmã também. Primeiro, nós mesmos devemos cuidar dos nossos próprios. Alguns fazem muito nesse sentido, além do que podem, e outros poderiam fazer muito mais.

Então, de fato, essa primeira palavra é para nós mesmos, eu concordo. Agora quero concordar também com o fato de que faz todo o sentido que o Governo brasileiro reconheça, como foi dito aqui repetidas vezes, que os missionários e os religiosos têm prestado à sociedade. E eu citei aqui o meu exemplo mais próximo que diz respeito à causa indígena, que é um pequeno exemplo disso.

Então, onde o Estado é ineficiente, onde ele não faz aquilo que deveria fazer na sua assistência à saúde, à educação, à subsistência, os missionários têm feito, as missões têm feito. Então, eu creio que faz sentido algum tipo de inovação legislativa que reconheça mesmo algum tipo de aposentadoria especial, alguma coisa que dê atenção especialmente à saúde desses idosos que serviram e dedicaram a vida toda para esse trabalho.

E quero agradecer de novo, Senador Telmário Mota, e dizer que também estamos à disposição a qualquer momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero, em nome da Drª Damaris, agradecer a presença de todos aqui, em nome dessa pessoa importante que a gente encontrou nessa caminhada. Damaris, pode ficar certa de que o seu carinho, o seu respeito a essa causa, que você abraça com tanta grandeza, isso nos fortalece.

E eu quero aqui também falar com Pastor Zezinho, que está em Caroebe: eu disse que, chegando aqui, que nós iríamos trabalhar por esse seu objetivo. Você já viu que não é fácil, não é? Não é fácil, Pastor, mas nada neste mundo, quando se presta a Deus, é fácil.

O importante é a vitória. Ela, sim, é fácil; ela que é gloriosa; ela que é bonita. Às vezes, a caminhada é truculenta, mas a vitória é de aplaudir.

E assim vamos concluir esta reunião. O grupo de trabalho, claro, é necessário. O João já está ali, montando uma equipe, para que a gente pegue todos os nomes e já comece o mais rápido possível. A gente não pode deixar que isso fique no vazio, é preciso materializar essas nossas propostas. falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ah, sim. É porque sempre com medo de a pessoa invadir o caixa dele, ficou quietinho. (*Risos.*)

O SR. EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS – Bom, mais uma vez, gostaria de agradecer o convite, a presença de todos, e de dizer que a Previdência realmente está aberta, para esclarecer qualquer dúvida, e nos colocamos sempre à disposição para estarmos juntos com a sociedade, para esclarecer e debater, porque é muito importante a gente ouvir e debater os pontos que a sociedade está pedindo, aquilo que a sociedade está colocando para a gente, porque é muito importante essa coisa do esclarecimento tanto por parte do Governo, como por parte da sociedade.

Então, agradeço. Tudo que foi ouvido aqui só nos enriquece e sempre saímos com muito mais informação do que trazemos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Emanuel, eu tenho um pensamento de que a única lei que você não pode mudar é a Lei de Deus, porque é do Criador, e diante dela temos que nos curvar. Agora quanto à Lei dos Homens, não. Ela tem que mudar continuamente para atender à sociedade. O Estado existe para atender à sociedade. Então, ela não pode ser fixa, ela tem que ser passível de mudança a qualquer instante. E essa é uma necessidade que está aí a olhos nus.

E não tenho nenhuma dúvida de que o Emanuel será sempre muito importante para nos ajudar a mostrar o caminho, porque temos hoje pessoas que não contribuem, e recebem. Há segmentos dentro do INSS em que acontece isso. Quem sabe essa não seja uma forma especial de a gente atender a essa grande demanda que hoje grita em todos os cantos do Brasil, do meu Estado Roraima, em que começa o Brasil – isso, porque as Américas começam do Norte; costuma-se dizer que o Norte é o fim, mas, não, lá é o começo – até o Rio Grande do Sul.

Então, nada mais havendo a comentar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e um bom dia a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA 84ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Hélio Jóse, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº149 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "O Estatuto das Estatais: a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e seu estatuto jurídico". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Deyvid Souza Bacelar da Silva, Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras; Juliana Donato, Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração do Banco do Brasil; João Antonio de Moraes, Diretor da Secretaria de Relações Institucionais da Federação Única dos Petroleiros; Jacy Afonso, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE; Maria Rita Serrano, Conselheira da Caixa Econômica Federal; Francisco Carlos Pugliesi, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF; Eduardo Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários. O Senhor Presidente às dez horas e trinta e seis minutos passa a presidência à Senadora Regina Sousa. Às onze horas e dezesseis a Senhora Presidente devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas no Plenário: Wilmar Lacerda, Primeiro Suplente do Senador Cristovam; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo; Antônio Augusto de Queiroz (Toninho do DIAP), Assessor Parlamentar do DIAP; William George Lopes Saab, Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Solicitar ao colégio de Líderes a retirada da urgência do PLS 555 de 2015; 2) Solicitar ao Presidente do Senado Federal que o projeto seja avaliado por uma Comissão Especial; 3) Solicitar audiência com o Presidente Senador Renan Calheiros; 4) Encaminhar subsídios que justifiquem a retirada de urgência do projeto que será entregue pelas entidades presentes; 5) Conversar com a Senadora Fátima Bezerra para que apresente novamente o projeto que trata da regulamentação da composição do conselho das empresas estatais por trabalhadores. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 84ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 149, de 2015, desta Comissão e de minha autoria, para debater o tema "O Estatuto das Estatais: a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e seu estatuto jurídico".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nossos convidados estão chegando, porque hoje está prevista a votação dos vetos, então, está havendo certo cuidado aqui na Casa em relação a todos aqueles que vão adentrar o espaço físico do Senado. Mas os nossos convidados, inclusive os que estarão no plenário, estão na portaria, e já providenciamos para que sejam liberados até a Comissão, para participar deste debate tão importante.

E, enquanto aguardamos a chegada dos demais, eu aproveito para dar três informes. Primeiro, como a nossa audiência é transmitida ao vivo, pelo sistema de comunicação do Senado, gostaria de dizer que espero que haja efetivamente a votação dos vetos na sessão de hoje do Congresso. Eu sempre tenho dito que o pior dos mundos é você não se posicionar. Desde maio, não votamos um veto. Pelo Regimento Interno, nem as sessões da Casa poderiam acontecer deliberando-se, com a pauta trancada em relação aos vetos.

Nós tivemos uma oportunidade em que houve 3,5 mil vetos para serem votados – 3,5 mil! Houve um acordo e foram votados acho que em torno de uns 400, e os outros foram arquivados. Eu espero que a sessão de hoje aconteça, cada um vote com a sua consciência, contra ou a favor deste ou daquele veto.

Eu sempre tenho dado o meu ponto de vista. Não consigo, na hora do projeto, votar de uma forma e, na hora do veto, votar de outra forma. Isso é uma incoerência do homem público. Cada um que vote com a sua consciência, eu repito. Eu votarei com a minha!

Segundo, é importante também votar esses vetos, porque, depois dos vetos, teremos a votação do PL 2, de 2015, que é do Aerus. Esse projeto não é polêmico, mas só pode ser apreciado depois da votação dos vetos, pelo próprio Regimento e pela Constituição. Isso interessa a milhares e milhares de idosos do Aerus – da Vasp, Transbrasil e Varig –, que já ganharam no Supremo, fizeram um acordo com o Executivo, e o projeto está aqui, mas eles não podem receber o que o Congresso não delibera.

Eles se deslocam todo mês dos seus Estados, com uma enorme dificuldade, porque estão sem salário desde maio, e acabam voltando mais decepcionados e indignados ainda, porque o PL deles não é votado. E aquele acordo é unanimidade, mas é preciso que a pauta seja destrancada, apreciando-se os vetos. Por isso, eu faço um apelo aqui a todos os Deputados e Senadores para que votem como quiserem, porque isso é a própria democracia, cada um vota pelo seu ponto de vista, mas não dá mais para ficarmos empurrando, sem votar a matéria no dia de hoje.

Dito isso, já que está havendo ainda pequenos obstáculos para o pessoal chegar aqui na nossa audiência, eu quero também informar que retomamos as nossas audiências públicas nos Estados, discutindo o PL da terceirização. Neste fim de semana, foi na Bahia. E quero cumprimentar aqui o movimento social da Bahia.

O espaço da assembleia estava lotado, cerca de 500 líderes estavam lá. E tiramos, no final, a carta da Bahia, contra o projeto que vem da Câmara em relação à terceirização. E lá também foi reafirmado que deveríamos fazer outro projeto fruto desse debate nos Estados e apresentar aqui no Congresso – no Senado, no caso –, votar, regulamentando a situação dos 13 milhões de terceirizados.

Existe uma comissão especial também na Casa, que se reúne toda terça, 14h30, para discutir a chamada Agenda Brasil. Lá está também o projeto da terceirização. Eu solicitei a relatoria, já que estou com a relatoria de dois projetos de terceirização, para que eu relate também naquela comissão, com o objetivo de construir uma proposta alternativa ao projeto da Câmara.

O Senador Otto Alencar, que é o Presidente daquela comissão, disse que, a depender dele, eu serei o relator, até pelo envolvimento que tenho com a matéria, junto com as centrais, confederações, enfim, e as entidades vinculadas ao Judiciário. Todos têm uma visão crítica do projeto que vem da Câmara dos Deputados.

O Senador Blairo Maggi, que é o Relator Geral, disse que vai ajustar com o Presidente, de forma tal que a gente construa, então, uma solução alternativa que não acompanhe, naturalmente, aquele projeto que veio lá da Câmara dos Deputados. Essa é a intenção. Espero que dê certo. Vamos dialogar hoje novamente às 14h30.

O Presidente da comissão, Senador Otto Alencar, no encontro da Bahia, disse que, a depender dele, a relatoria seria nossa. Ele também é contra que haja regulamentação, inclusive da atividade-fim, que é também a posição do Presidente Renan Calheiros. Eu espero que a visão da maioria acompanhe também esta posição que nós estamos levantando Estado por Estado, que seja consagrada hoje à tarde essa indicação.

E eu quero cumprimentar todas as entidades que estiveram presentes na Bahia, cerca de cem entidades, da área sindical, associações, aposentados, movimento negro, juventude, idosos, movimento sindical, com todas as centrais presentes, as confederações. Foi um belo evento! E depois almoçamos com a OAB de lá, que mostrou seu compromisso com essa causa e as suas preocupações com a pauta, eu não diria reacionária, mas conservadora que está vindo da Câmara para o Senado.

E o momento, de fato, é muito delicado. A gente nunca sabe o que vai acontecer na semana que vem, na conjuntura nacional, envolvendo Executivo, Legislativo e Judiciário. O País passa, de fato, por uma crise muito mais política, mas também econômica, moral e ética – não dá para negar. Mas a crise é muito mais política, e as informações que recebi, ainda hoje, pela manhã, só aumentam as nossas preocupações em relação aos próximos meses.

E, quanto a esse projeto, no caso, de hoje, eu fui procurado por uma série de entidades preocupadas com esse estatuto que pode, conforme a redação final que sair – eu vou deixar que as entidades comentem e

falem naturalmente –, apontar um caminho de uma privatização sem limites do que é, hoje, para nós, o poder, no caso, das estatais. Por isso que o nome é Estatuto das Estatais.

Com essa rápida introdução, eu vou chamar para a Mesa os primeiros painelistas que já estão presentes. Convido o Jacy Afonso, que aqui fala pela Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Eu conheço Jacy há muitos anos, pela sua militância e compromisso com as causas sociais e com o bem de todo o povo brasileiro.

Convido o João Antônio de Moraes, Diretor da Secretaria de Relações Institucionais da Federação Única dos Petroleiros. Não é a primeira vez que vem aqui também. (*Palmas.*)

Ele tem compromisso, responsabilidade e seriedade com o bem comum.

Convido a Juliana Donato, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração do Banco do Brasil, que vai expressar aqui também as suas preocupações com esse estatuto.

E, para esta primeira Mesa, já que teremos duas Mesas, convido agora o Deyvid Souza Bacelar da Silva, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras. (*Palmas.*)

Esta é a primeira Mesa.

Depois, na segunda Mesa, teremos: Maria Rita Serrano, Conselheira da Caixa Econômica Federal; Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae); Amanda Gomes Corsino, da Diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Similares (Fentect); Antágoras Lopes, representante da Central Sindical Popular CSP-Conlutas; e, por fim, ainda Roberto Von der Osten, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Vamos ajustar aqui a ordem das falas. Não sei se vocês da Mesa têm alguma preferência de que alguém comece. E eu acho que quem for falar primeiro desta Mesa deveria dar uma situada quanto ao porquê da preocupação e qual a visão de todos nós sobre o que representa esse estatuto.

Quem se habilita a ser o primeiro a fazer uma introdução? Alguém vai ter que ser o primeiro, não há volta, nem que eu tenha que sortear. (*Risos.*)

Deyvid? Então, está bom.

Muito bem. O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras, Sr. Deyvid Souza Bacelar da Silva, abre os trabalhos no dia de hoje. Tem dez minutos com mais cinco.

O SR. DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA – Bom dia, senhores e senhoras!

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Paim e da Comissão de Direitos Humanos por estar discutindo um projeto que, infelizmente, tem tramitado aqui com urgência na Casa e com uma magnitude que nós não esperávamos.

O Senador Paim, como bem disse, esteve conosco lá na Bahia agora, na sexta-feira, dia 18, participando de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, trazendo a discussão do famigerado Projeto de Lei nº 4.330/2004, hoje PLS 30 aqui, dentro do Senado, sobre a terceirização. E, mais uma vez, como sempre, traz esse debate aqui também para o Senado, sobre um tema que não somente aflige a classe trabalhadora, mas todo o País e a sociedade brasileira. Então, Senador Paulo Paim, mais uma vez, nós agradecemos aqui de coração por esta oportunidade de estarmos discutindo esse tema.

Saúdo aqui a companheira Juliana, Conselheira do Banco do Brasil; nosso companheiro Jacy Afonso, Diretor da Central Única dos Trabalhadores e trabalhadoras; e o nosso companheiro Moraes, lá da nossa Federação Única dos Petroleiros e petroleiras.

Então, Senador Paulo Paim, trazer esse tema para debate aqui no Senado é realmente de muita relevância. Primeiro, como o senhor mesmo disse, infelizmente, neste Congresso Nacional mais reacionário desde a redemocratização do nosso País, a famosa pauta bomba ou, entre aspas, a "pauta da Agenda Brasil" está sendo muito bem infelizmente implementada. E, se nós não tivéssemos Parlamentares como o senhor nesta Casa, nós teríamos a aprovação de projetos como esse sem nenhuma discussão com a sociedade brasileira. Então, esta audiência pública é uma oportunidade de a sociedade brasileira, que está nos acompanhando neste momento, através da TV Senado e da internet, saber os malefícios que o Projeto de Lei do Senado nº 555/2015 traz infelizmente para a sociedade brasileira, e principalmente para as empresas públicas de capital misto e para as estatais do nosso País.

Como nós tínhamos dito ontem, lá no ato realizado pela Fenae... E aqui gostaria de parabenizar a iniciativa dos companheiros e companheiras da Caixa, bancários e bancárias, categoria importante que está entrando em negociação coletiva, por sinal, agora, no segundo semestre. Nós percebemos que esse projeto de lei, na verdade, trata-se de um compêndio de diversos projetos que já estavam tramitando aqui no Congresso Nacional.

Infelizmente – e aí o Senador Paulo Paim é um crítico, com certa cautela e com o cuidado necessário –, é um projeto que vem originário também por iniciativa não somente dos Senadores e Senadoras desta Casa,

mas também do próprio Governo Federal. O projeto originário, como nos apresentou o companheiro Luiz, vindo em meados de 2007, com uma representação em 2010. E, a partir dele, inúmeros projetos começam a tramitar aqui dentro da Casa, e aí se reúnem essas várias ideias e trazem o PLS 555 de uma forma muito rápida, de uma forma muito avassaladora para a sociedade brasileira, sem promover nenhum tipo de discussão, principalmente com as categorias que são representadas pelas entidades sindicais dessas diversas estatais.

Então, a primeira discussão que se faz a respeito do PLS 555 é quanto ao seu motivo originador. Temos aí a discussão inicial, infelizmente, da Operação Lava Jato, em que nós temos problemas já relatados e evidenciados dentro da governança da Petrobras, empresa de que eu e o companheiro Moraes fazemos parte. Identificamos os problemas não dentro da estrutura da própria Petrobras, com os seus procedimentos, suas normas, cumprimentos legais, que foram todos bem realizados, mas infelizmente houve uma cartelização no mercado feita pelas grandes empreiteiras ou empresas de engenharia do nosso País, que trazem essas repercussões negativas. Utiliza-se esse mote, essa motivação, para trazer a discussão da governança das estatais. E estamos acompanhando isso, Senador Paim, desde junho de 2015, quando o *Valor* publicou matéria de duas páginas, na verdade, trazendo o que já estava vindo aqui dentro do Senado: o projeto de lei, primeiro, do Senador Renan, Presidente desta Casa; o do Aécio; infelizmente, o do Tasso Jereissati, que trazem essas discussões das mudanças necessárias aí nos estatutos das nossas estatais e que trazem alguns prejuízos enormes para a classe trabalhadora.

Primeiro, gostaria de deixar bem claro, Senador Paim, para a sociedade brasileira também, é claro, que nós não somos contrários a nenhum tipo de mudança necessária no sistema de governança e de controle das empresas estatais. E aí o IBGC já vem trazendo algumas discussões sobre isso, sobre a necessidade de melhorias nos controles. E vimos essa discussão ontem também nesse ato promovido pela Fenae, e que se fazem necessários alguns controles, e algumas empresas estatais, por sinal, já sofrem esses controles, como principalmente os bancos. E estou vendo aqui representantes dos empregados do Conselho de Administração do BNDES, da Caixa Econômica, aqui, do Banco do Brasil, a companheira Juliana, que já "sofrem", entre aspas, dessas necessidades de cumprir a legislação brasileira e maiores critérios de controle e governança dessas empresas.

Então, entendemos que sim, para algumas, nós temos a necessidade de termos um maior controle, um maior sistema de governança, de *compliance* das empresas, mas não se justifica, em hipótese alguma, um projeto de lei como esse, que traz algumas regras, entre aspas, "de governança", que trazem, como o senhor mesmo disse aqui na introdução desta audiência pública, principalmente um fato motivador de privatização muito clara das estatais brasileiras. E, entre os diversos problemas que nós temos no PLS 131, um dos grandes problemas é a discussão da abertura de capital das empresas públicas ou das estatais aqui do nosso País.

Vamos lembrar aqui, por exemplo, no setor financeiro, o papel fundamental que a Caixa Econômica Federal tem para o fomento da economia nacional, com linhas de créditos e as políticas públicas de Estado que são implementadas pela Caixa Econômica. Abrir, por exemplo, o capital da Caixa, transformando-a numa S.A. e numa empresa de capital aberto, com pelo menos 25% das suas ações no mercado, que é o que está proposto no PLS 555, é de uma animosidade muito grande, porque nós teríamos um prejuízo enorme se as políticas públicas de Estados não fossem mais implementadas pela Caixa Econômica Federal – pegando o exemplo da Caixa.

E aqui citando também empresas do sistema Petrobras. Temos visto, infelizmente, decisões do atual Conselho de Administração – e fica a nossa crítica aqui, Senador Paim –, afastando o nosso Governo desse processo decisório dentro da maior instância da Petrobras, que é o seu Conselho de Administração. Há indicação de conselheiros não oriundos, primeiro, do Governo Federal, como ministros, secretários de Estado, diretores de diversos ministérios, que trazem repercussões muito negativas não somente para a empresa, para a categoria, mas para a sociedade brasileira, como, por exemplo, a abertura de capital da BR Distribuidora, empresa hoje que detém 40% do mercado de combustíveis no País, com uma rede de mais de 7 mil postos. E quem não teria interesse, então, em ingressar nesse negócio?

E, infelizmente, o PLS vem com o problema, entre tantos, primeiro, de abrir o capital de diversas, entre aspas, "estatais" do nosso País, atendendo aí interesses do mercado de capitais, atendendo interesses dos investidores, e deixando essas empresas presas às regras do mercado de capitais, não somente aqui do País, como de outras bolsas em que elas tenham as suas ações negociadas.

Mas não é somente isso. É interessante que a sociedade brasileira, que está nos acompanhando, com certeza, neste momento, através da TV Senado, saiba que não para por aí. Além do processo de privatização estabelecido através de uma lei – tomara que não seja aqui aprovada, e temos aqui o apoio não somente do Senador Paim, mas de outros Senadores e Senadoras! –, nós temos aí mudanças críticas na estruturação, por exemplo, dos conselhos de administração e das diretorias dessas empresas estatais.

Então, a crítica pertinente aqui, que nós acabamos de fazer, de, por exemplo, o acionista majoritário da Petrobras se afastar do Conselho de Administração, foi uma decisão do Governo de dar uma resposta princi-

palmente para o mercado de capitais, para que as ações da Petrobras tivessem uma maior valoração. Mas esse projeto de lei que está aqui hoje tramitando no Congresso Nacional, aqui no Senado, e em regime de urgência – cabe essa observação –, traz mudanças muito significativas no processo de indicação dos conselheiros e conselheiras de administração, como também dos diretores dessas empresas.

(*Soa a campainha.***)**

O SR. DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA – Então, não mais, por exemplo, o Governo Federal, acionista majoritário de todas essas empresas que nós estamos aqui trazendo à discussão, poderá indicar conselheiros e conselheiras sem que o Parlamento aprove essas indicações, retirando-se o poder que o Poder Executivo deve ter para esse tipo de indicação em toda e qualquer estatal. Não estamos falando aqui, é claro, das indicações políticas que nós tivemos ao longo de todos os anos da história das empresas estatais, quando infelizmente os partidos de coligação indicavam – infelizmente mesmo – não somente diretores, como também membros do conselho de administração.

Mas vai além disso. Como disse o Conselheiro William, do BNDES, isso aqui fere alguns princípios constitucionais mesmo. A partir do momento que esse projeto de lei determina que nenhuma pessoa que seja filiada a um sindicato – como todos aqui na Mesa, por sinal, são –, que nenhuma pessoa filiada a um partido político, partidária, possa ser indicada para o conselho de administração, há uma agressão à Constituição Federal brasileira. Nós temos o princípio constitucional da livre associação e adesão a entidades, sindicatos e partidos sendo ferido.

E o projeto de lei traz isso, traz esse absurdo, esse acinte à democracia brasileira, determinando que nenhuma pessoa que seja filiada a sindicatos e partidos possa ser indicada ao conselho de administração. Mais do que isso: não somente indicada, como também partícipe do processo de eleição daqueles que são eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa. Então, por exemplo, aqui na Mesa, estamos neste momento – virão outros –, a Conselheira Juliana e eu, a Conselheira Juliana do Banco Brasil, eu da Petrobras, e nós não mais poderíamos estar participando do processo eleitoral.

Não somente por isso, porque, no próprio projeto de lei, vêm outros contrassensos, determinando alguns requisitos, critérios, para que as pessoas sejam conselheiras dessas empresas, mesmo que eleitas pelos trabalhadores e trabalhadoras, critérios absurdos, como, por exemplo, o que está posto no PLS 555 de que as pessoas tenham, no mínimo, dez anos de experiência nessas empresas.

Por exemplo, meu companheiro Holanda, tenho menos de dez anos na Petrobras – ingressei em 2006 – e não poderia, então, estar participando do processo eleitoral como representante dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como você, outros e outras que vieram na geração Lula, com os diversos concursos públicos que foram efetivados na Petrobras, a partir de 2003.

É um extremo absurdo, Senador Paim, que um projeto de lei esteja, primeiramente, tramitando nesta Casa – e sabemos, infelizmente, dos diversos interesses que aqui estão; sabemos, infelizmente, como diz o companheiro Max, do grande balcão de negócios que, infelizmente, se tornou o Congresso Nacional brasileiro, e na verdade sempre foi, mas hoje de forma muito mais acentuada –, que tira o direito dos trabalhadores e trabalhadoras de estarem aqui participando desse grande espaço, que é o conselho de administração das estatais.

Infelizmente, não para por aí. O Projeto de Lei nº 555, que, como citamos aqui, originalmente, vem de projetos de lei antecessores, do Senador Aécio, do Senador Tasso. E houve até um projeto de lei aqui que não foi muito bem contemplado, Senador Paim, do Requião, do PMDB, a quem cabe até elogio pela defesa que ele tem feito à soberania nacional, à Petrobras nos últimos tempos. E não foi contemplado. Esses projetos de lei que aqui estavam há algum tempo engavetados – e não entendemos o fato de terem sido resgatados os piores projetos de lei que aqui estavam, terem sido organizados nesse PLS 555 e estarem hoje tramitando aqui – trazem não somente esses problemas com relação à indicação dos conselheiros, indicação de Senadores, esses problemas com relação ao processo de privatização das estatais do País, a partir de uma lei que, porventura, venha a ser aqui aprovada pelo Senado e pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta, mas traz outros prejuízos para a sociedade brasileira...

(Soa a campainha.)

O SR. DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA – ... prejuízos como, por exemplo, para tentar concluir a minha fala: além da abertura de capital, da transformação de empresas públicas em S.A., como, por exemplo, a nossa Caixa Econômica Federal, que foi muito bem citada, até na introdução do companheiro Senador Paim, traz a necessidade de, no mínimo, que essas empresas tenham – no mínimo – 25% de suas ações negociadas no mercado de capitais.

Um extremo absurdo, porque as pessoas que criaram isso – e aí a crítica vai não somente aos Senadores, mas ao projeto original de 2007, com observações do próprio Governo Federal – traz a possibilidade de, infelizmente, termos aí o capital financeiro determinando decisões em empresas que são instrumento, sim, de implementação de políticas públicas de Estado. Aqui foi citadas, por exemplo, a Caixa Econômica, foi citado o BNDES, e também a nossa grande Petrobras, que já é uma empresa de capital aberto mas que tem outras empresas dentro do sistema que são de capital fechado...

(Soa a campainha.)

O SR. DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA – ... como a BR Distribuidora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. DEYVID SOUZA BACELAR DA SILVA – ... Transpetro e outras. Então, Senador Paim, demais Senadores que aqui estão e sociedade brasileira que aqui está nos acompanhando pela TV Senado, esperamos que esse projeto que está tramitando em regime de urgência nesta Casa tenha, pelo menos, oportunidade de ouvir a sociedade brasileira, pelo menos essa oportunidade de ouvir, como aqui, em que V. Exª promove essa audiência pública, de ouvir os trabalhadores e trabalhadoras, as pessoas que realmente entendem o funcionamento dessas grandes empresas estatais brasileiras, porque quem vai perder com isso, com esse contrassenso não são apenas os trabalhadores e trabalhadoras, de forma alguma. Vai ser a sociedade brasileira e o próprio Estado.

É muito triste ver isso acontecendo, principalmente num governo popular e democrático que nós elegemos a partir de 2003 e que hoje, devido a várias fragilidades, tem, dentro do Congresso Nacional – lembrando mais uma vez, o mais reacionário desde a redemocratização do nosso País – um projeto de lei como esse tramitando nesta Casa.

Esperamos, então, que isso aqui seja reavaliado pelos Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando, porque, com certeza, a população brasileira está acompanhando essa discussão aqui no Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Deyvid Souza Bacelar da Silva, falando em nome do Conselho de Administração da Petrobras, ele é representante de lá, claro que na visão dos trabalhadores. Ele fez uma exposição muito clara, demonstrando todas as suas preocupações, que não vão distante daqueles que me procuraram antes, quando pediram essa audiência pública.

Percebo que ninguém conhece esse estatuto. Ninguém conhece. Por isso que é bom fazermos essa audiência pública. De pronto, se vocês concordarem, vamos solicitar ao Presidente Renan, fruto dessa reunião, que faça o que chamamos de comissão geral, ou um debate no plenário do Senado, para que os Senadores conheçam o que estão votando e que todos possam expressar o seu ponto de vista.

Vamos fazer esse apelo para que não haja votação hoje à tarde, como está previsto, e possamos ter um debate no plenário do Senado, chamando os que são a favor e os que são contra esse tema.

Mas é importante lembrar que vamos pedir – não tenho poder de decisão – ao Presidente Renan, que espero seja sensível a esse tema.

Passamos a palavra agora a Juliana Donato, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração do Banco do Brasil.

São dez minutos mais cinco. Quando tocar a campainha, ainda terá mais cinco.

A SRª JULIANA DONATO – Bom dia a todos e todas presentes. Gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Paim pela iniciativa porque, como dito aqui por ele próprio e pelo Deyvid, que me antecedeu, esse é, com certeza, um debate que interessa a toda a sociedade brasileira.

Estamos falando do nosso patrimônio, não só do patrimônio dos trabalhadores dessas empresas, mas de todos os trabalhadores do País. Portanto, é louvável a iniciativa e o encaminhamento também dado pelo Senador, que vai ser apresentado ao Senado, para que isso seja debatido com mais calma, com mais tranquilidade, para que não só os Senadores possam conhecer, mas para que nós também, representantes dos trabalhadores, tenhamos o tempo necessário para debater com nossos pares e nos organizar para isso.

Acho lamentável que isso esteja tramitando em regime de urgência exatamente por esse motivo, porque não possibilita o debate. Acho que isso só já seria um motivo para sermos contrários a esse projeto, essa forma de debate, ou não debate, é antidemocrática. Por esse motivo, ontem, estivemos reunidos. Nós compusemos um fórum dos representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas públicas de economia mista e, ontem, estivemos reunidos e tiramos um posicionamento desse fórum, contrário ao PLS 555; em primeiro lugar, pelo regime de urgência, por não haver um debate, mas, além disso, creio que é necessário entrarmos no conteúdo da proposta, porque entendo que é uma proposta muito ruim e que ameaça o futuro de todas as empresas públicas brasileiras.

Acho que, para esse debate, a primeira coisa que devemos nos perguntar é qual o papel das empresas públicas, o que diferencia uma empresa pública de uma empresa privada.

Na minha opinião, essa diferença não se dá somente por quem detém o controle acionário da empresa. Isso é algo fundamental, mas não é a única condição. Uma empresa pública deve servir a fins públicos, deve ter uma função social. Ela se diferencia das empresas privadas porque essas últimas têm como finalidade principal o lucro. Não é assim para as empresas públicas. As empresas públicas devem servir aos trabalhadores, devem servir ao desenvolvimento do País, voltadas para a maioria da sua população, que são os trabalhadores que produzem toda a riqueza do País.

No caso dos bancos, por exemplo, o que seria cumprir uma função pública? Seria, por exemplo, fornecer crédito a juros baixos para os trabalhadores que precisam desse crédito, como, por exemplo, faz o BNDES para as grandes empresas.

Hoje, as grandes empresas oferecem crédito com juros muito mais baixos, incrivelmente mais baixos do que os trabalhadores brasileiros têm nos bancos também públicos, como, por exemplo, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Seria, por exemplo, financiar a agricultura familiar. O Banco do Brasil, que hoje deveria ter a função de financiar a agricultura no País, hoje privilegia muito mais o financiamento ao agronegócio do que, por exemplo, à agricultura familiar; seria, por exemplo, atender com qualidade a população que precisa ser atendida num banco. O Banco do Brasil, hoje, faz o contrário disso. O Banco do Brasil, infelizmente... Eu sou conselheira de administração da empresa, sou trabalhadora dessa empresa, e, infelizmente, tenho que dizer que o Banco do Brasil cada vez mais atua como um banco privado, ou seja, assim como os outros bancos privados, Itaú, Bradesco e todos os outros, cada vez mais expulsa a população pobre das agências, para poder atender os grandes grupos econômicos. Isso não é cumprir uma função pública. Infelizmente, as nossas empresas públicas, especialmente o Banco do Brasil, estão tendo esse destino.

Na sua relação com os seus trabalhadores isso também acontece. São bancos que hoje praticam, por exemplo o assédio moral para obrigar seus trabalhadores a venderem produtos, empurrar produtos que a população brasileira não precisa. Esse é um papel que se afasta muito de um banco público.

Acho que é muito relevante esse debate que estamos fazendo aqui hoje, porque creio que esse projeto de lei tem como objetivo estender para todas as empresas exatamente o que vem acontecendo hoje dentro do Banco do Brasil, para a Caixa Econômica Federal e todas as outras empresas. Por isso, esse projeto tem que ser derrotado.

Porém, eu queria entrar em um outro debate, que é parte do mesmo debate, mas acho que é muito importante encararmos as coisas como elas são. Acho que essa medida, esse estatuto, apesar de ter como pretexto essa questão da governança, que é uma questão extremamente relevante, questão da governança nas empresas públicas, a transparência, enfim, todas essas questões, mas creio que esse não é o objetivo central desse projeto. Acho que precisamos encarar o que está por trás dele, que, na verdade, é o objetivo de realmente privatizar nossas empresas.

Isso com certeza faz parte... Não é à toa que ele faz parte da Agenda Brasil, que é um verdadeiro pacto de governabilidade. Hoje, infelizmente, há um acordo entre a Presidência do Senado e o Governo Federal para tocar uma série de medidas, como parte desse ajuste fiscal que tem significado um ataque muito grande aos trabalhadores, com todas as suas medidas. Isso tem como objetivo engordar o superávit para pagar os juros da dívida pública. Esse é o objetivo central desse projeto, assim como todas as outras medidas da Agenda Brasil.

O debate das privatizações teve um papel bastante importante nas eleições presidenciais no final do ano passado, que foram eleições extremamente polarizadas, especialmente o segundo turno. Lembro-me muito bem, porque trabalho no Banco do Brasil e esse debate esteve bastante presente quando surgiu, no debate da campanha presidencial, a possibilidade de privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O Armínio Fraga chegou a colocar isso claramente. Na época, a candidata Dilma disse que defenderia as empresas públicas, enquanto o candidato Aécio seria aquele que privatizaria as empresas públicas, a exemplo do que fez o PSDB ao longo dos dois mandatos do governo Fernando Henrique.

Não é à toa que nem a Dilma e nem o Aécio quiseram assumir como bandeira, nas eleições presidenciais, as privatizações. Isso tem a ver com o fato de que a maioria da população brasileira é contra as privatizações, é contra a entrega do patrimônio público.

Agora, infelizmente, assim que acabaram as eleições, a Dilma foi eleita, e uma das primeiras medidas que ele anunciou foi a abertura de capital da Caixa Econômica Federal. Houve uma luta muito importante dos trabalhadores e trabalhadoras da Caixa Econômica, houve um recuo. Eu acredito que esse projeto de lei que estamos vendo agora significa exatamente um retorno a essa proposta, porque não vejo objetivo em transformar as empresas em sociedade anônima a não ser a abertura do seu capital, colocar as ações à venda e abrir o capital das empresas.

Essa questão das privatizações é muito séria e esteve muito presente, foi um dos centros da política econômica nos dois mandatos do governo Fernando Henrique.

Nessa onda privatizante que a gente viveu, foram vendidas, desde 1990, 122 empresas estatais. Dentre elas, empresas gigantescas, estratégicas, como, por exemplo, a Vale do Rio Doce, que é uma das maiores produtoras e exportadoras de minério...

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA DONATO – ... que foi vendida por um preço irrisório de cerca de US$5 bilhões.

Com toda essa privatização que existiu durante o governo Fernando Henrique, a gente ainda tem cerca de 150 empresas estatais no País, que cumprem papéis extremamente relevantes e estão em setores essenciais como, por exemplo, petróleo, energia, comunicações, gestão de portos, aeroportos, setor financeiro, saúde, tecnologia agrícola, abastecimento, enfim, uma série de setores envolvendo mais de 460 mil trabalhadores permanentes e mais de 300 mil empregados temporários ou terceirizados. Então, estamos falando de um patrimônio estratégico e de milhares e milhares de trabalhadores envolvidos.

Depois de 2002, depois do fim do governo Fernando Henrique, embora não tenha sido o centro da política do governo, não tenha aparecido com tanta evidência, mas sob outras formas, as privatizações continuaram de uma outra forma, o nosso patrimônio continuou sendo atacado.

Então, vimos, a partir de 2004, as parcerias público-privadas; no setor financeiro, também em 2004, foi vendido o Banco do Estado do Maranhão, que o Bradesco comprou; em 2005, o Banco do Estado do Ceará foi alienado também para o Bradesco; em 2007, o sistema de concessões foi absorvido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, então, tivemos uma licitação de vários mil quilômetros de rodovias federais; em 2008, um leilão da Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira; em 2011, tivemos a lei que possibilita a abertura do capital dos Correios, que é exatamente uma transformação em S.A., exatamente como prevê esse projeto de lei que estamos vendo agora; em 2013, um fato bastante relevante foi o leilão do Campo de Libra, quando foram pagos 15 bilhões. A avaliação é de que o petróleo retirado poderia render algo como 3 trilhões.

No Banco do Brasil, tivemos, em 2013, o aumento da participação estrangeira de 20% para 30%, o Banco do Brasil que já é uma empresa de capital aberto; e agora, em 2015, como disse, no começo do ano, ameaça de abertura de capital da Caixa, e agora nós temos planos de privatização de empresas do setor elétrico, como, por exemplo, a Celg (Companhia Elétrica do Estado de Goiás), que nós debatíamos ontem e já está sendo feita uma campanha contra a privatização da companhia, que já tem o seu leilão marcado para o final do ano, já tem data marcada para novembro.

Então, creio que isso também nos coloca uma reflexão de que tudo que vivemos na década de 90 e que continuou dessa forma, assim como na década de 90 foi combatido, também deve ser combatido agora, porque, como eu disse no começo, nós estamos tratando do patrimônio da sociedade brasileira, nós estamos falando dessas empresas que nós ajudamos a construir e que, como eu disse, têm que cumprir uma função pública, uma função ligada à maioria da população. O desenvolvimento do País para a maioria da população, e não para uma meia dúzia de banqueiros, que é o que estamos vendo hoje.

Caso esse projeto de lei seja aprovado, infelizmente, quem vai ser favorecido de novo vai ser o capital financeiro, as grandes empresas, que vão poder se beneficiar, comprando ações dessas empresas lucrativas, estratégicas, que são as empresas públicas brasileiras.

Por todos esses motivos, além do que o Deyvid já expôs aqui em relação às mudanças que ocorreriam na direção das empresas, acho muito relevante essa audiência pública, acho muito importante que façamos um debate com os Senadores e Senadoras, para tentar convencê-los de quão prejudicial será para a população brasileira a aprovação deste projeto. Mas acho muito importante aproveitarmos, embora com a urgência toda que este projeto está sendo submetido à aprovação, que nós, trabalhadores e trabalhadoras... Vejo aqui que há várias organizações presentes, aqui está presente a CUT, a FUP, vários sindicatos de bancários do País e outros que não devo conhecer. Sou ligada a uma central sindical também, que é a CSP-Conlutas, e acho que nós temos o dever, em defesa das nossas empresas públicas, de organizar uma luta não só contra esse projeto, mas contra todas as medidas do ajuste fiscal que estão sendo propostas, aprovadas e que prejudicam os trabalhadores.

Acho muito importante apontarmos mobilizações que vão contra esses projetos. Acho que o desafio das organizações dos trabalhadores hoje...

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA DONATO – ... deve ser de organizar uma greve geral no País. Nós, bancários, agora já estamos em período de campanha salarial, e acho que essa questão do Estatuto das Estatais deve entrar como bandeira da nossa campanha salarial; os petroleiros da mesma forma, estão em campanha salarial e já têm

um indicativo de paralisação para a semana que vem; os nossos companheiros dos Correios estão em greve também; os servidores públicos federais, diante das medidas anunciadas pelo Governo Federal na semana passada, que, além de cortar mais bilhões e bilhões do Orçamento, ainda prevê o adiamento e parcelamento no reajuste dos servidores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trinta segundos.

A SRª JULIANA DONATO – ... também estão chamando uma paralisação para amanhã.

Então, acho que o nosso dever, como representante dos trabalhadores, é unificar todas essas lutas e todas essas mobilizações, porque este Governo, quando assume para si a tarefa de atacar os trabalhadores, acho que assume que está sendo também nosso inimigo e que precisa ser derrotado, junto com esses projetos que estão sendo propostos.

(Soa a campainha.)

A SRª JULIANA DONATO – Acho que isso fica como tarefa para nós, para todas as organizações da classe trabalhadora que estão aqui presentes.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Juliana Donato, que fez duras críticas, como eu faço, pontuais ao Governo. Pontuais. Não é que estejamos na linha daqueles que querem destituir o Governo, mas a crítica pontual tem que ser feita, de tudo aquilo que os trabalhadores discordam.

Quando eu faço essa crítica pontual, alguns acham que quero o fim do mundo. Ninguém quer o fim do mundo. As críticas são pontuais no sentido de que o Governo mude o rumo e acerte o passo. O que queremos é isso.

É natural, como houve na Bahia, e você esteve lá. Foram críticas também duras, pontuais, mas duras, inclusive ao Governo. Isso é uma coisa. Agora, querer antecipar o processo eleitoral é outra coisa, que, tenho certeza, nesta Mesa ninguém concorda.

Entendemos que a democracia é isso, é nos dar o direito de discordar. É inegável que o pacote de fim do ano foi muito ruim para os trabalhadores – refiro-me à 664 e 665 –, e, depois, tudo que está vindo de lá para cá, inclusive esse projeto, que teria que ter tido uma posição mais firme de nós todos para evitar que chegássemos nesse momento. Está previsto para ser votado hoje à tarde. Vamos tentar protelar, negociar, para fazer um debate mais amplo sobre o tema.

Quero, com alegria, registrar a presença do nosso querido Senador Donizeti, Senador do PT, comprometido com todas as causas que esta Comissão debate, o mundo do trabalho, enfim, dos aposentados, dos discriminados, dos empreendedores que têm responsabilidade social.

Aceite nosso carinho, Senador Donizeti. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É firme, duro, mas, como Che, há que ser duro sim, mas nunca perca a ternura. Essa frase nós decoramos dos velhos tempos de nossas caminhadas.

O Wilmar Lacerda, que é suplente do Senador Cristovam Buarque, também está aqui conosco, como sempre faz, acompanhando os debates, esperto, falando, dando seu palpite, sua opinião, porque abrimos a palavra ao plenário.

Com certeza, você vai poder também dar a sua opinião aqui. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na sequência agora, porque comecei de baixo para cima, pela ordem, como foi a Juliana, agora é o Moraes. Vai falar o Diretor de Relações Institucionais da nossa Federação Única dos Petroleiros, o João Antônio de Moraes, que esteve nesta Comissão diversas vezes, sempre dando uma bela contribuição, mostrando a competência dos nossos quadros.

Nossos quadros, permitam-me que diga, é dos trabalhadores e das trabalhadoras. Todos que falaram aqui o fizeram com brilhantismo.

Tenho certeza de que o Moraes, que já esteve diversas vezes aqui discutindo a importância do petróleo, da Petrobras, do pré-sal, da soberania, sabe que é uma alegria vê-lo, mais uma vez aqui, na nossa Comissão.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Muito obrigado, Senador Paim. Queria cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ter um outro debate do pré-sal aqui, já marcado. Deve ser segunda-feira. Na segunda-feira, a nossa preocupação é com o pré-sal.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Ótimo! Teremos que estar aqui com certeza. Queria cumprimentar o companheiro e irmão Deyvid Bacelar, que, além de conselheiro dos trabalhadores na Petrobras é também o coordenador do nosso sindicato na Bahia; cumprimentar a companheira Juliana Donato, representante dos trabalhadores no Conselho do Banco do Brasil. É muito bom termos pessoas como você, Juliana, na defesa dos trabalhadores nos quadros de um ente tão importante quanto o CA do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aqui conosco o Senador Eduardo Amorim. O Senador Eduardo Amorim preside aquela comissão que está tratando da Previdência, do fator previdenciário.

O relatório é amanhã, e a posição do Presidente, se depender dele, com certeza, vamos salvar a fórmula 85/95. (*Palmas.*)

Essa é a opinião dele.

Vamos ver aonde podemos chegar.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Boas notícias, Senador Paim. Cumprimento o meu companheiro da direção da minha central, companheiro Jacy Afonso e, principalmente, esse Senador que orgulha os trabalhadores brasileiros pelo trabalho que desempenha à frente do Senado há muito tempo. O seu gabinete é sempre um posto avançado da classe trabalhadora no Congresso brasileiro. Temos muito orgulho do seu mandato, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Parabéns mesmo!

Falar mais no final fica pouco sobre o conteúdo, porque o companheiro Deyvid e a companheira Juliana já abordaram bastante, mas também nos dá a oportunidade de observar o tema do PLS 555 e aonde ele se encaixa no contexto, na conjuntura brasileira e na conjuntura internacional. Vou tentar um pouco fazer isso.

Para as pessoas que chegaram à Comissão agora, os Senadores que chegaram, os que chegaram depois do início e também aqueles que nos acompanham pela TV Senado, eu queria, antes de tentar essa contextualização que eu estou ousando fazer, só pontuar algumas questões que nos fazem, trabalhadores brasileiros organizados, questionar profundamente o temário do PLS 555, como, principalmente, seu trâmite em regime de urgência, o que já foi abordado pelos companheiros.

Primeiro, para nós, a obrigatoriedade da transformação de todas as empresas estatais em empresas de capital aberto, em S.A. Certamente, há que se distinguir o papel de cada uma das empresas, certamente há papéis fundamentais a serem desempenhados por essa empresa, e a transformação em S.A. praticamente aborta essa possibilidade.

Destacamos o papel da Caixa Econômica Federal. Um banco que tenha como prioridade o mercado de capitais certamente não pode financiar a casa para os brasileiros pobres! São incompatíveis essas duas funções.

Depois, a questão da prioridade ao mercado. A filosofia desse projeto, Senador, do PLS 555, é a prioridade ao mercado em relação à sociedade, em detrimento da sociedade. Para nós isso está muito claro. Aí, ele vai atropelando várias questões.

Eu queria destacar aqui que ele traz a obrigatoriedade de que, no capital acionário das nossas empresas, não mais tenhamos a figura das ações preferenciais. Todas as ações têm que ser ações ordinárias, tal qual aconteceu na Embraer. Vou destacar por que cito a Embraer mais um pouco na hora da contextualização, Senador.

O fato é o seguinte: numa canetada, por exemplo, nessa ação, quando transforma as ações preferenciais em ordinárias... Confesso que não é a minha especialidade o mercado de capital, Senador, mas nos vemos obrigados pela tarefa a estudar um pouco esse temário, mas o fato é que, numa canetada, estaria privatizada a Petrobras, com essa medida prevista nesse projeto. Com uma canetada, é isso que teríamos.

Depois, há uma verdadeira ação discriminatória, preconceituosa; há, eu diria, um retrocesso civilizatório quando se perseguem brasileiros por terem filiação partidária. Para mim, esse item que diz que quem tiver filiação partidária não pode disputar uma eleição para o Conselho de Administração ou ser indicado pelo acionista majoritário é uma afronta a esta Casa. Esta é uma Casa da política! Como pode o Congresso Nacional discutir a possibilidade de perseguir os cidadãos que tenham filiação partidária? Não estou fazendo juízo de razão a qual filiação partidária.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Moraes, permita-me um aparte?

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Sim.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Depois, esses conselheiros, no Conselho de Administração, é que vão eleger a diretoria da empresa, ou seja, é tarefa do Conselho de Administração eleger a diretoria da empresa. Colocam-se essas características do conselheiro, e, depois, esses conselheiros é que vão eleger a diretoria de uma empresa estatal.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Quer dizer, é mais um processo que desvirtua completamente as empresas. Mas a nós trabalhadores isso nos salta aos olhos. O que nos choca é como uma Casa legislativa ao menos cogita fazer esse tipo de discussão.

Nós trabalhadores petroleiros estamos passando, há quase dois anos, por uma verdadeira guerra midiática, que tenta, sim, aproveitar-se de um momento conjuntural no sistema de energia do mundo, graças à imensa queda do preço do barril de petróleo. Todas as empresas petroleiras no mundo estão com problemas.

Agora, transformam um problema que é de todas as empresas como se fosse um problema da Petrobras. Em cima do bojo dessa disputa, busca-se condenar a política, à frente de entidades e de aparelhos de Estado, para atuar na economia.

Senador, eu queria destacar – tenho dito sempre – que a todo povo brasileiro interessa profundamente que, nos Correios, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, na Petrobras, não haja desmandos, não haja pessoas que usufruam da gestão desses entes importantes para o povo brasileiro para se beneficiarem pessoalmente ou para beneficiarem seu partido. Temos destacado que a todos os brasileiros interessa, profundamente, que quem cometeu erros que seja apurado; se comprovado, que sejam punidos, que sejam punidos severamente. Agora, a nenhum brasileiro isso interessa tanto quanto aos trabalhadores dessas entidades, dessas empresas, porque, afinal de contas, é o nosso suor e o nosso sangue que estão sendo levados, Senador.

Agora, não confundamos uma situação fática, que deve ser reforçada, com coordenar a política à frente dos agentes econômicos, porque essa seria uma inversão de valores. Os agentes econômicos têm de estar a serviço da sociedade, não o contrário. Partir do pressuposto de que, toda vez em que há política, é ruim ou há alguma coisa errada é propor instalar ditaduras. Isso não podemos admitir, porque, efetivamente, Senador, todas as vezes na história do nosso País que a política foi condenada, no momento seguinte quem pagou foi a nossa classe, a classe trabalhadora.

Então, nós trabalhadores não vamos nos deixar enganar com ações oportunistas, como para nós é essa ação do PLS, que se aproveita de um momento conjuntural para buscar a condenação da política.

Para nós é um absurdo também se dizer que, à frente das empresas estatais, não poderá haver no seu Conselho de Administração um Ministro de Estado. Por que isso não poderá acontecer? Ora, se são empresas que a sociedade brasileira constituiu, no nosso caso, com luta social... Pela criação da Petrobras o povo brasileiro lutou por sete anos, ocupou praças e ruas. Brasileiros morreram, tombaram na luta em defesa do petróleo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – E, agora, propõe-se a dizer para nós que a Petrobras tem de ser simplesmente um agente do mercado? Ora, se fosse para isso, nossos pais e nossos avós não teriam travado a batalha do Petróleo é Nosso. Travaram-na por entenderem a importância estratégica da energia na nossa Nação.

Para nós, Senador, quando apresentam esse tipo de proposta, é esse o contexto.

O que nós temos visto pelo mundo?

Citei que a Embraer foi privatizada, mas que o Estado brasileiro ainda detinha um percentual importante de suas ações e, em algum momento, tomou uma medida parecida com essa que propõe esse PL, que é transformar suas ações preferenciais em ações ordinárias. O que é grave nessa situação?

Falei que poderíamos diferenciar o papel das diversas empresas estatais e o seu capital acionário. Então, cabe ao povo brasileiro defender com unhas e dentes a permanência da Caixa Econômica Federal como empresa pública, com 100% de capital fechado sob o controle do povo, porque isso dá uma destinação a ela certamente muito mais social, pública, do que o Banco do Brasil ou a Petrobras.

No entanto – falei que eu ia me arvorar a entrar um pouco no mercado de capitais, mesmo sem dominar perfeitamente o tema; sou apenas um operário de refinaria, um técnico de refinaria de petróleo –, eu diria que, na própria formulação de criação da Petrobras, Senador Paim, já foi prevista essa associação entre o capital estatal e o capital privado. A Petrobras já nasceu uma empresa de capital aberto, que previa que os entes privados fariam aportes de capital para ajudar a constituir a empresa, porque é necessário um volume muito grande de recurso para se investir nessa área. O campo que confirmou o pré-sal custou ao povo brasileiro US$200 milhões. Seria muito difícil só o capital público para isso, pelo menos sob a égide que está.

Então, qual é a formulação? É estratégico. O povo, através do Estado, deve controlar, dirigir e direcionar seus investimentos. No entanto, é possível o aporte de capital privado. Ao se determinar que tenha de ser ordinário, o que se está dizendo? Menos povo, mais mercado; menos política, mais mercado de capitais.

Por exemplo, estamos vivendo, neste momento, um verdadeiro cerco não só nacional – falei da mídia, Senador –, mas também internacional. Há um cerco internacional que busca desmoralizar a Petrobras para, efetivamente, apoderar-se do pré-sal brasileiro, que é a maior reserva de petróleo descoberta no mundo nos últimos 30 anos. Efetivamente, há esse cerco. Quero comprovar isso aqui, quero dizer isso. No ano passado, uma empresa de consultoria internacional, a Price, recusou-se, misteriosamente, a assinar o balanço da Petrobras no quarto trimestre. Pergunto: por que se recusou, Senador? Essa mesma empresa assinou o balanço do Lehman Brothers dois meses antes de o Lehman Brothers quebrar nos Estados Unidos. Essa mesma empresa assinou o balanço da Enron, outra empresa de energia, seis meses antes de a Enron quebrar e não quis assinar o balanço da Petrobras.

Novamente, agora, assistimos ao rebaixamento do Brasil e ao rebaixamento da Petrobras por parte desses agentes internacionais. Esse projeto favorece, efetivamente, que as demais estatais brasileiras estejam submetidas a esse mesmo tipo de chantagem internacional em que, infelizmente, está a Petrobras, não só pelo seu nascedouro. Como eu já disse, era previsto que ela fosse uma S.A..

Perdoem-me, companheiros, a emoção, mas realmente o que estamos vivendo é pesado.

Então, isso se deu não só pela abertura do capital que veio do seu nascedouro, mas, principalmente, quando houve uma decisão de um governo de plantão de levar as ações da Petrobras à Bolsa de Nova York, submetendo o Brasil, num agente crucial do seu desenvolvimento, às leis de mercado de capitais de outra nação. Para nós esse é um contrassenso completo. Se, por um lado, poderia haver alguma lógica do investimento privado, por outro lado submeter uma empresa estratégica no abastecimento e no desenvolvimento nacional às leis de capital da Bolsa de Nova York ou da Bolsa de Londres é um contrassenso, Senador, que deixa o Brasil refém.

Agora, imaginem os senhores e os que nos assistem submeter – quero dizer isto sem fazer essa comparação com os dois extremos, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, Senador – aqueles brasileiros mais humildes, que não têm onde morar...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – ...à mesma lei a que a Petrobras é obrigada a ser submetida, a Lei Sarbanes-Oxley da Bolsa de Nova York! Esse seria um absurdo para o nosso País!

Senador, a Petrobras está sobrevivendo ainda, porque foram 60 anos de muita construção e de muito desenvolvimento tecnológico, o que nos possibilita fazer essa disputa. Mas, certamente, pouquíssimas estatais brasileiras reuniriam estofo econômico, tecnológico e político para enfrentar a abertura de capital. Certamente, o Brasil perderia profundamente com a aprovação desse projeto nesses moldes.

Agora, eu queria ainda, neste minuto que o Senador me deu a mais, dialogar um pouquinho sobre o que acontece no mundo hoje. Esse projeto está perfeitamente coadunado com o que se propõe: menos povo, menos Estado, mais mercado.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Ao que assistimos na quebra no mundo? Os países que mais seguiram o Consenso de Washington na década de 80 estão em condições piores de enfrentar a crise. As nações que conseguiram escapar, ou melhor, que estão se saindo um pouco melhor depois da crise de 2008... Aliás, era para o Brasil estar numa situação muito pior. Ao contrário do que diz a mídia, na Europa há países com o desemprego beirando a 30%, e o Brasil não está, como vemos todos os dias nos jornais nacionais da vida, pior do que os demais países. Pelo contrário, estamos numa condição melhor, graças, sim, ainda à presença de entes estatais sob controle do povo, que puderam intervir na nossa economia.

Mas o que fez o império do norte para buscar sair da quebra do Lehman Brothers? Colocou US$30 bilhões na General Motors. O bom e velho Estado foi quem socorreu os Estados Unidos. E assim ocorreu com um a um dos países. Os países que mais avançaram no neoliberalismo estão numa situação pior, como a Islândia, como a Grécia. Os países que se preservaram mais durante a égide do neoliberalismo estão numa situação melhor. Assim como agora, os países, Senador Paim, que reúnem condições de colocar mais o Estado para buscar sair da crise estão em situação melhor. Agora, no Brasil, o que temos visto é mais receita neoliberal. Esse PLS é mais receita neoliberal. Claramente, isso é o que está no bojo dele.

Então, apesar, como foi dito aqui nesta Mesa brilhantemente, de o Senador Aécio e de a Presidenta Dilma terem ido para a sociedade e dito que não privatizariam, eles dizem isso porque a sociedade sentiu no sangue o que foram as privatizações, sentiu no coração, sentiu no drama da sua vida cotidiana. No entanto, infelizmente, a direita mundial e, principalmente, a nossa direita, que historicamente é submissa, é como um lacaio, não têm, Senador, nenhuma outra formulação ideológica ainda. Então, apesar de eles constatarem, tal como nós, esses diagnósticos do quanto o neoliberalismo foi prejudicial onde se instalou, mesmo sob a ótica capitalista, o diagnóstico deles, tenho certeza, é o mesmo que o nosso. No entanto, eles não se reformularam. Então, para a direita mundial e, particularmente, para a direita brasileira, submissa, que submete ao imperialismo mundial, todas as vezes que eles ganham um pouquinho de poder, lá vêm eles com mais do mesmo. Como não há outra formulação, sempre que eles avançam um pouquinho, o que eles propõem? Mais neoliberalismo, mais privatização.

Senador, eu encerraria minha contribuição, minha humilde contribuição.

Para nós, Senador, avançarmos para a constituição de uma comissão geral é positivo, na medida em que isso possibilita algum debate maior, mas ainda não é o ideal, Senador, porque isso aconteceu conosco no PLS

do petróleo. A urgência foi congelada – digamos assim –, abriu-se uma comissão geral, e estamos assistindo à volta dela na Câmara.

Então, pelo tamanho do problema, pelas 120 empresas que foram mencionadas aqui, isso significaria um problema gravíssimo para o País. É um absurdo que isso seja discutido em regime de urgência. Penso que o ideal era que, de fato, conseguíssemos construir a possibilidade de escapar do regime de urgência e de fazer o debate adequado, porque também reconhecemos – já foi dito aqui pelos companheiros e pela companheira que me antecedeu – que não estamos fechados para o debate. Há questões que podem ser aprimoradas, que podem ser melhoradas. No entanto, em regime de urgência, há sempre uma faca no pescoço, Senador. Abre-se uma comissão, mas, a qualquer momento, isso é pautado no plenário do Senado, e vemos o debate abortado.

Eu queria, mais uma vez, em nome da Federação Única dos Petroleiros, em nome dos petroleiros, cumprimentar o Senador pela iniciativa e também cumprimentar os companheiros que procuraram o Senador, os companheiros bancários, principalmente.

Quero dizer que, certamente, os petroleiros se somarão a mais essa frente de batalha. É verdade que, às vezes, a gente não tem perna para tudo, mas são entidades irmãs e de nossa absoluta confiança. Onde os companheiros da Fenae, da CUT, da Confederação Nacional dos Bancários estiverem, nós estaremos juntos, em defesa das nossas estatais, mas, principalmente, em defesa do povo brasileiro.

Muito obrigado, companheiras e companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Antonio de Moraes, que falou pela Federação Única dos Petroleiros!

Deixe-me falar, Moraes, para situar bem a nossa realidade da contramão. Enquanto estou aqui, chegou uma informação agora de que há um projeto na CCJ que, se aprovado, não vai permitir que nenhum tipo de contribuição seja encaminhado para as entidades do serviço público. É como se dissesse o seguinte: não se pode descontar mais nada. Não importa se é decisão de assembleia, se é lei ou se é legislação. Proíbe qualquer tipo de contribuição do trabalhador para sua entidade. Se a moda pega, vai ser a mesma coisa depois para os sindicalistas.

Quero registrar a presença aqui da minha querida amiga Senadora Regina Sousa, que é uma lutadora. Essa aí tem lado mesmo, essa não vacila em nenhum momento quando está em jogo o interesse dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Se preciso for, sei que ela assumirá a Presidência. Vou até lá, porque faço parte daquela Comissão. Peço vista do projeto e apresento, é claro, um substitutivo para o debate de forma diferenciada, nem que eu tenha de puxá-lo para aquela comissão especial.

Meus cumprimentos, como sempre, ao Moraes pela sua fala contundente, firme e, alguns diriam, radical. Para mim, não há problema nenhum na palavra "radical", que vem da palavra "raiz", de querer as coisas pelo caminho correto, certo. Ontem, foi o Dia da Árvore, e eu me lembro da raiz da árvore agora.

Meus cumprimentos! Tenho a certeza de que este Plenário todo concorda com o seu ponto de vista em relação à análise e à preocupação com este momento.

Passo a palavra ao Jacy Afonso. Tive a alegria de ser dirigente com ele, quando comecei no Movimento Sindical, na Central Única dos Trabalhadores.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Bom dia a todos os presentes!

Senador Paim; Deyvid, Conselheiro eleito dos Trabalhadores da Petrobras; Juliana, do Banco do Brasil; Moraes, que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço-lhe um momento, por favor, para dar um informe a todos. Ainda não marquei o seu tempo.

Na segunda-feira, dia 28, a Comissão dos Direitos Humanos realiza – você confirmou – o debate sobre a defesa do pré-sal, por iniciativa do Comitê Gaúcho e Nacional em Defesa do Pré-Sal. Todas as centrais sindicais se comprometeram a estar presentes. Naturalmente, o Moraes já confirmou também pela FUP.

A informação que chega é a de que o Senador José Serra, autor do Projeto de Lei nº 131, nesta Casa, fará de tudo para estar aqui presente para participar do debate. Isso é bom. Acho que o debate só ajuda.

Eu queria lembrar que, na Bahia – eu estava na Bahia –, estava um representante dos empresários. E aí um setor minoritário não queria deixá-lo falar. Eu disse: "Ele vai falar. Ninguém ganha no grito aqui." Vinte falaram contra a terceirização, e ia falar um defendendo os empresários. E iam falar mais 20 contra. Eu disse: "Nós defendemos tanto a democracia, vamos deixar o cara falar." E o cara falou. A turma segurou, ele falou, fez a sua defesa. Dei a ele até o dobro do tempo que dei a cada um, mas isso era natural, pois 20 falaram contra, depois mais 20 falaram contra. Falaram 40 companheiros.

Quero aqui cumprimentar o Senador José Serra e lhe dizer, de antemão, que ele será bem-vindo aqui, como esteve aqui o Senador Cássio quando da NR 12. Participamos de um belo debate aqui, e, no fim, ele retirou a urgência, o que foi positivo.

Pela informação que chega aqui, quero dizer ao Senador José Serra que vai ser muito bom se ele puder estar aqui mesmo para fazermos esse debate sobre esse tema.

Volto a palavra a Jacy Afonso.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Senador Paim, eu queria parabenizá-lo por essa iniciativa e os companheiros que o procuraram na semana passada, os companheiros Jair Pedro e Rita Serrano e vários companheiros que aqui estiveram.

O senhor, prontamente, sensibilizado e comprometido com os trabalhadores e com a Nação brasileira, encaminhou esta audiência pública, assim como fez naquele dia. Vejam só: os empresários lançam a agenda legislativa deles no Congresso Nacional, fazem a atividade. E, no dia em que a CUT foi lançar a sua agenda legislativa, o Presidente da Câmara a proibiu de fazer o lançamento no salão do Congresso. E o Paim, prontamente, recebeu a CUT na Comissão de Direitos Humanos e possibilitou que a CUT fizesse a apresentação da agenda da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até deu certo, não é? Não foi a TV Câmara, mas, sim, a TV Senado que cobriu o evento durante todo o tempo.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Eu queria também parabenizar pela presença o companheiro Donizeti, que já saiu; o companheiro Wilmar e a nossa Senadora Regina, que é funcionária aposentada do Banco do Brasil e que foi Presidente do Sindicato dos Bancários e da CUT no Piauí, a primeira Senadora da história do Piauí. (*Palmas.*)

Ela sempre trabalhou bastante na luta pela defesa não só do Banco do Brasil, mas também das empresas públicas e estatais do Brasil.

Por que acredito que deveríamos fazer uma reflexão sobre esse projeto? Diante da complexa conjuntura brasileira, diante das dificuldades econômicas e da crise política por que o Brasil passa, esse projeto tenta, de forma rápida, fazer um debate muito importante sem uma análise profunda das consequências desse projeto.

Sou daqueles que acha que temos de aperfeiçoar as nossas estatais. Acho importante mostrarmos o papel da estatal brasileira, o compromisso dessas empresas. A história do Brasil se confunde também com a história das estatais. O Banco do Brasil é uma empresa bicentenária, a Caixa Econômica é centenária. Este País foi construído, sem dúvida, com a participação das empresas estatais brasileiras. Este País, que, hoje, é uma grande economia no mundo, foi fruto disso.

Ressalto o papel visionário que Getúlio Vargas teve, por exemplo, sobre a CSN e, depois, sobre a Petrobras e sobre a Rede Ferroviária Federal. Vocês já imaginaram como seria completamente diferente este debate de hoje, em que discutimos sobre a infraestrutura no Brasil, se a nossa Rede Ferroviária Federal, se o sistema de ferrovias funcionasse no Brasil?

Qual o papel que as empresas do sistema de telecomunicação tiveram no País nas décadas de 60 e de 70? Essas empresas foram importantes para a construção da nossa Nação brasileira. Agora, cada empresa tem uma característica, cada empresa tem um papel. E muitas, naquele momento, eram setores do serviço público que viraram empresas públicas. Então, a legislação levou o Governo a criar essas empresas. Assim se deu com os Correios e com as empresas de água e de energia. Eram serviços do Estado que, através das empresas, foram executados.

Portanto, acho que esse é um debate importante sobre as empresas estatais no Brasil e, sem dúvida nenhuma, sobre o compromisso que os trabalhadores dessas empresas tiveram com uma empresa pública, com um sentimento de nação, para desenvolver este País.

O que este projeto trata é exatamente de inverter essa lógica. Essa lógica está combinada com o início... Aqui estou entre dois petroleiros. Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso tomou duas medidas: primeiro, não ratificou a Convenção nº 158, da OIT, da qual o Brasil é signatário – até hoje, o Supremo não julgou a inconstitucionalidade dessa medida –, e atacou os acordos coletivos firmados pelo Presidente Itamar Franco, então Ministro da Fazenda, com os petroleiros. Portanto, enfrentou aquele debate. Então, ele mudou o conceito, ao privatizar os setores estratégicos do Brasil, ao mudar e quebrar o monopólio estatal de petróleo.

Mas ele tomou duas outras medidas naquele momento. Primeiro, isentou da tributação a receita de dividendos das empresas. Portanto, fez a isenção da receita, além da remuneração de juros sobre capital próprio das empresas, que levou as empresas a pagar menos impostos.

Hoje, um estudo de dois economistas do Ipea mostra que 71 mil brasileiros detêm 23% da renda nacional. Isso está baseado na declaração de Imposto de Renda de 2013. O estudo mostra que vai crescendo a contribuição dos trabalhadores, do Imposto de Renda com a alíquota de 27,5%, até dez salários mínimos. Depois, isso cai.

Portanto, esses 70 mil brasileiros que recebem 160 salários mínimos por mês pagam 1,8% de Imposto de Renda. Por quê? Boa parte deles vem dos dividendos, que são isentos. Portanto, não pagam absolutamente nada.

Por que há essa discussão em torno do PLS 55? É exatamente a combinação disso, porque, no momento em que abro as estatais, em que tenho de colocar as empresas como capital aberto e em que tem de estar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, desculpe-me por atrapalhar. O item 3 da pauta é o que proíbe qualquer contribuição dos trabalhadores para as entidades. Eu teria de ir à CAE. Se V. Exª puder assumir a Presidência, vou até lá. Volto para cá em seguida.

Você pode continuar, meu amigo.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Esse projeto mexe exatamente nisso e combina com essas atitudes que vão acontecer com as empresas. Esse projeto trata de todas as empresas estatais. Não é só empresa federal, não! Trata também das empresas estatais estaduais e municipais.

Portanto, Paim, era preciso chamar aqui as entidades que representam as empresas. É preciso chamar a Confederação dos Municípios, porque isso mexe com os Municípios. São empresas municipais. Não posso tratar uma empresa de petróleo ou uma empresa do sistema financeiro, em que se consegue mensurar a sua lucratividade, com a empresa da qual o companheiro Wilmar Lacerda é funcionário, porque a Embrapa é uma empresa estratégica no Brasil para o desenvolvimento do agronegócio, para a discussão em torno de vários produtos que foram desenvolvidos. Como mensuro uma pesquisa sobre feijão, sobre Brachiaria? Como vou abrir o capital da empresa Embrapa e colocar 25% das ações deles no mercado? Não é possível!

Outro exemplo: estamos vivenciando no Estado de São Paulo uma crise hídrica fortíssima. Além dos problemas climáticos, boa parte dos problemas da Sabesp, em São Paulo, deu-se porque não houve investimento. A diretoria da empresa e o conselho de administração optaram em distribuir lucros, não em fazer investimentos na Sabesp. É um ataque especulativo. Ao se abrir o capital dessas empresas, há um conflito entre os acionistas do povo, ou o povo acionista, que é o Governo, e o acionista rentista, que ficou muito conhecido na Argentina com os fundos abutres.

(Soa a campainha.)

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Ou seja, você vai lá, faz uma especulação, decide aquilo ali, vai embora, faz a distribuição dos investimentos e dos lucros que estão colocados e, depois, vai embora e deixa a empresa em situação difícil.

Então, nós precisamos tratar desses assuntos.

As empresas não podem ter uma vinculação, um objeto do mercado. Quais são os interesses dessas empresas? Portanto, vamos distinguir a empresa, os donos delas, que é o povo brasileiro, e os seus dirigentes. Os atuais dirigentes da maioria das empresas estatais brasileiras não têm isso como objetivo.

A missão do Banco do Brasil, banco no qual trabalho há 38 anos – lá entrei em 1977 por concurso –, é a de ser um banco de mercado com espírito público. A Caixa Econômica, ontem, elevou pela terceira vez os juros da casa própria do Brasil. Então, você é levado a comparar o lucro do mercado dos outros bancos. Portanto, você é levado a tomar medidas contra o povo no momento em que eleva a taxa de juros.

É bom registrar que foram essas empresas que, na crise de 2008 e de 2009 – ressalto o papel que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES, como bancos públicos, tiveram no crédito, ao contrário de outros bancos que suspenderam os créditos –, tiveram um papel fundamental na solução de transformar aquele *tsunami* numa marolinha no Brasil.

Então, ressalto o papel que a Petrobras e as outras empresas tiveram no investimento. Se o Senador Serra tivesse sido eleito em 2002 para Presidente da República, em 2008 não existiria Petrobras, não existiria Banco do Brasil, não existiria Caixa Econômica, porque ele já teria liquidado as empresas estatais.

Da mesma forma, esses bancos vieram ao Brasil e compraram o antigo Bamerindus. E disseram que viriam ao Brasil ensinar aos bancos a emprestar crédito para o povo brasileiro. Pois é, o HSBC está indo embora do Brasil cheio de problemas do ponto de vista legal, de exploração e de utilização de capitais, e os trabalhadores do HSBC estão numa situação muito difícil.

Então, esse é o papel dessas empresas.

Essas empresas estatais, essas empresas dirigentes são hoje boa parte das terceirizações. Portanto, nós deveríamos discutir aqui qual é o compromisso e quais os mecanismos que podemos cobrar das empresas estatais que hoje burlam a legislação, que são empresas importantes e que sabotam o nosso projeto de regularizar a terceirização e de rejeitar a precarização, apresentada pelo PL 4.330 e, agora, pelo PLC 30 no Senado.

Então, temos de ter essa ação em relação às empresas estatais.

Há outro aspecto importante: no momento de redemocratização do País, conquistamos o direito de eleição de representante de trabalhadores no Conselho de Administração. Primeiro, isso ocorreu no Governo

Federal. Isso começou em São Paulo nas empresas estatais, no Governo Montoro, logo depois da redemocratização; em âmbito nacional, isso ocorreu no Banco do Brasil.

O companheiro Jair Pedro, que é Presidente da Fenae e que vai falar aqui, foi representante, na década de 90, dos trabalhadores nos conselhos da empresa da Caixa Econômica. O acionista controlador, em determinado momento, o Governo Federal, retirou essa conquista. O Banco do Brasil, o acionista controlador, o Tesouro, retirou essa conquista.

Nós lutamos – fui designado, inclusive, pela Central Única dos Trabalhadores – para que buscássemos uma representação, uma legislação perene, permanente, sobre a representação de trabalhadores nos Conselhos de Administração. A lei que conseguimos aprovar em final de 2010 aqui não é a lei que desejávamos, porque ela apresentava determinadas restrições ao papel do conselheiro. E nós, inclusive, com a Senadora Fátima Bezerra, que era Deputada...

(Soa a campainha.)

O SR. JACY AFONSO DE MELO – ...estamos discutindo a ampliação das atribuições desses conselheiros.

O que o projeto faz aqui é liquidar com isso, é acabar com a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração, ou seja, os funcionários não terão mais representação, porque essas pessoas que vão ser enquadradas nesse projeto... Digo para vocês: eles podem ser funcionários, podem ter um cargo nessas empresas por terem passado em concurso, mas eles não defendem a empresa, não defendem os trabalhadores e não defendem a sociedade brasileira. Eles estão ali exatamente para tratar dos interesse dos rentistas.

Portanto, não podemos concordar com essa restrição que temos.

Além do mais, as empresas estatais têm órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas. Os gestores respondem pelos atos que estão colocados.

Então, queremos que esse projeto seja debatido. Nós temos discordância quanto ao seu conteúdo. Precisamos construir uma unidade dos trabalhadores.

Essa direita conservadora no Brasil, em função dessas dificuldades, está querendo restringir os direitos dos trabalhadores e impedir as eleições. Querem impedir as eleições gerais de Presidente da República, de Governadores e de Prefeitos, para tentar impedir esses eleitos de governarem, porque esse tipo de lei simplesmente liquida o papel das empresas. Ou seja, coloca-se a raposa para tomar conta do galinheiro, do ponto de vista dessas empresas. Essas empresas só vão gerar lucros, expropriar o conjunto da Nação brasileira, distribuir os dividendos, para esses rentistas não pagarem um centavo de Imposto de Renda.

Portanto, nós queremos reverter isso e corrigir o ajuste fiscal. O ajuste fiscal não pode ser feito em cima do trabalhador. Ele tem de ser feito em cima dos ricos deste País, com a taxação das grandes fortunas, com a suspensão da isenção de distribuição do Imposto de Renda nos dividendos. Nós temos de tratar desses assuntos, e não o inverso.

Agora, isso está combinado.

Senadora Regina, primeiro, precisamos suspender o regime de urgência. Depois, é preciso haver a participação de todos os partidos, porque esse assunto está se concentrando no interesse de alguns partidos nesta Casa, nos mecanismos daqui, que não sei como funcionam. Mas a gente precisa ampliar a participação de todos os Senadores desta Casa.

Os companheiros que estão aqui, inclusive os do Sindicato dos Bancários de Brasília, do qual fui Presidente e sou da base – há vários diretores aqui presentes –, parabenizo-os pela participação, bem como os demais conselheiros que estão aqui e as entidades.

Nós precisamos construir uma unidade de ação sobre esse projeto, porque tudo isto aqui vai liquidar toda a nossa história das empresas públicas e estatais no Brasil. Toda essa história é completamente mudada por um simples projeto que parece inofensivo e indolor – é um submarino que ninguém percebe –, mas que vai destruir as empresas nacionais do Brasil. Se destruir essas empresas, destruirá a Nação brasileira.

Por isso, queremos a suspensão do regime. Queremos suspender a urgência desse projeto, para debater, chamando os prefeitos, os governadores, os trabalhadores, a sociedade. Vamos chamar os defensores do deus mercado. Nós queremos discutir aqui com eles, não de forma atravessada e urgente como querem fazer aqui, a toque de caixa, no Congresso Nacional, que é a Casa do povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Jacy Afonso, que chamávamos de Magrão, nos tempos de nossa militância. Ainda militei um pouco com ele. Ele era muito magro, e nós o chamávamos de Magrão. Agora, não dá mais para chamá-lo de Magrão.

Há uma nova Mesa. Não há Senadores para questionar. Quero fazer só uma colocação rápida. Depois, vou chamar uma nova Mesa. Depois, se os senhores forem questionados, podem responder de onde estiverem.

Eu vou fazer um questionamento para vocês anotarem. Vocês nem precisam responder agora, podem deixar para responder junto.

Primeiramente, quero afirmar que o que há de mais perverso nesse projeto é exatamente essa criminalização da política, da militância. Se você é militante, então, você não tem vez, não tem competência para assumir os conselhos. E também há essa exigência de perfil. Está na cara que já há os indicados. Já indicam por antecipação quem vai ser escolhido. "Você tem direito a um representante, mas tem de ser fulano." Vai ser assim agora, não é?

Precisamos estar muito atentos, porque essa é uma luta antiga nossa. Lembro-me dos anos 80 e 90 no Sindicato dos Bancários.

É incrível também como eles têm a capacidade de colocar as coisas em regime de urgência. Fazem uma articulação, e, infelizmente, não temos maioria.

Vocês têm de fazer um périplo pelas bancadas para ver se conseguem retirar isso. Têm de visitar algumas bancadas. Isso vale a pena, para vermos se conseguimos retirar esse regime de urgência.

Há outra questão para vocês responderem.

Há esses escândalos todos nas empresas maiores ou menores, e acho que nós do Movimento precisamos refletir como podemos estar atentos, para não deixarmos as coisas acontecerem. Sabemos da dimensão que dão, mas alguma coisa acontece. Precisamos qualificar nossas instituições, nossos sindicatos, nossas federações. É preciso haver um grupo que se qualifique em análise de planilha e dessas coisas todas. Sabemos que foi da Petrobras, mas, em qualquer escola que foi construída, se abrirmos a planilha, vamos encontrar superfaturamento. A escola, que podia custar R$1,2 milhão, custa R$1,5 milhão. Os leigos não sabem disso, não vão identificar isso, mas precisamos ajudar nessa parte. É preciso haver um grupo de estudos que se especialize nisso, para alertarmos para isso, para analisarmos isso.

Depois que acontece, vem tudo para cima. Não é à toa que esses escândalos todos são colocados na ordem do dia. Eles se direcionam a uma empresa e, depois, passam de uma empresa para outra, só pelas que interessam, porque ninguém se interessa por Furnas, pelo Banestado. Ninguém quer saber disso. Mas há alguns alvos. O Banco do Brasil vai ser alvo, os Fundos de Pensão já estão sendo alvo, já há CPI.

CPIs não vão para frente quando não interessam. A CPI do HSBC morreu praticamente, porque, no dia de votar a quebra de sigilo de alguns figurões, veio todo mundo que é titular. Eles botam os nomes, mas não aparecem. Aí a gente, que é suplente, vem e vota. Agora, no dia da quebra do sigilo, apareceu figura aqui que eu nem sabia que era da CPI. Eles vieram aqui, derrotaram a quebra de sigilo e foram embora. Quanto à do Carf, não há ninguém preso. Foi pedida a ordem de prisão, mas não prenderam ninguém. Imagina se vai haver delação! E aí vem o metrô de São Paulo, e não há CPI porque isso não interessa. Na do Carf, o Presidente disse, ao vivo – ela foi transmitida –, que a Lava Jato era fichinha diante do Carf. O Presidente da Comissão, que é do PSDB, o Senador Ataídes, disse isso ao vivo. Mas não vai a lugar algum, porque não interessa que vá.

Então, precisamos ficar atentos a essas coisas também, até para subsidiarmos os companheiros que estão na base, para fazermos defesa, para que os próprios Senadores e as bancadas forneçam dados de como as coisas acontecem.

Essa é mais uma recomendação de ex-sindicalista. Não há ex-sindicalista, a gente sempre o é. A gente sempre acaba fazendo aquele discurso. A gente tem o DNA. A gente está no Parlamento, mas o discurso continua muito parecido com o anterior.

Então, é isso.

Vou chamar a próxima Mesa. (*Palmas.*)

Vamos chamar a segunda Mesa: Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae); Maria Rita Serrano, Conselheira da Caixa Econômica Federal; Francisco Carlos Pugliesi, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). (*Palmas.*)

Até eu chegar a esta Mesa, disseram-me que só esses três estavam presentes. Mas havia mais alguém.

A Amanda Corcino está por aqui? Não.

Antágoras Lopes, da Central Sindical Popular, também não está aqui.

Então, os três vão compor esta Mesa.

Convidamos o Presidente da Federação Nacional dos Portuários – vamos substituir para completar a Mesa –, Eduardo Guterra.

Vamos começar.

São concedidos dez minutos e, depois, mais cinco minutos.

Os senhores trabalham com esta sirene bem delicada que temos aqui e que assusta.

Então, vamos começar pelo Jair Pedro, da Fenae.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Senadora!

Quero agradecer muito ao Senador Paulo Paim, a toda a sua equipe do gabinete e a todas as pessoas que se envolveram. Desde a semana passada, a gente tem trabalhado para permitir abrir um pouco o debate aqui. Então, graças a vocês todos, conseguimos aqui essa agenda.

Quero agradecer, principalmente, às entidades, aos conselheiros.

Nós participamos, ontem, da reunião dos conselhos com os colegas; com os companheiros da Petrobras, do Sistema Eletrobras e da Eletronuclear; com o companheiro William, do BNDES; com nosso amigo Holanda.

Então, ontem, todos vocês nos ajudaram no debate.

Cumprimento todos os meus colegas das entidades, da Caixa, da APCEF e das entidades que aqui estão presentes e os participantes que estão no nosso seminário sobre a Funcef, sobre os fundos de pensão.

Quero fazer um agradecimento especial ao Senador Paim, que já esteve no nosso Conselho, fazendo um debate, anos atrás, sobre o fator previdenciário. Então, eu queria registrar nosso agradecimento pela grande contribuição que nos tem dado.

Nesse projeto de lei, primeiro, há um bocado de coisas com que a gente não concorda, Senadora, a começar pelo fato de que não houve um debate até aqui com os trabalhadores. Pelo que a gente tem acompanhado, houve um debate no início do Governo. Já foi relatado aqui pelo Deyvid quando isso começou. E, agora, ele vem, atropela e está apresentando aqui em regime de urgência. Eu queria já deixar aqui nosso posicionamento contrário a esse regime, porque ele não vai permitir que se façam os debates necessários.

Entre os problemas que temos apontado, embora o façamos muito rapidamente – vamos ter de aprofundar mais, de debater mais –, está a transformação das empresas estatais em S.A.. O argumento que tem sido utilizado é o de que precisaria haver regras de governança melhores para as empresas públicas, usando-se aí o que se usa na Bolsa de Valores, o chamado novo mercado, onde há regras de governança um pouco diferenciadas. Nós acreditamos que poderia haver regras de governança nas empresas sem necessariamente fazer essa mudança, colocando-as em S.A..

Há aquelas que já são S.A., a exemplo da Petrobras. Há uma proposta, um adendo, uma emenda colocada pelo Senador Donizeti, se não me engano, que diz que até a Petrobras, que é uma S.A., se for aprovado esse projeto, vai ter uma despesa de R$70 bilhões para fazer os ajustes acionários, deixando de emitir ações preferenciais, ficando só com as ordinárias. Esse é um estudo. Não sabemos quais são todas as fontes, mas isso foi apresentado por ele. Então, já haveria um custo para o Tesouro de R$70 bilhões.

Há outras empresas que são 100% públicas e que ainda não estão numa S.A.. Recentemente, houve o exemplo da Caixa Econômica: tivemos de fazer uma campanha, Senadora, para que a Caixa ficasse no total controle do Estado, sem haver a mudança. O Governo recuou, a Presidenta Dilma falou recentemente que não iria mais vender parte de capital da Caixa. Mas aí vem esse projeto trazido pelos Presidentes das duas Casas, sendo o Relator o Senador Tasso Jereissati – outras pessoas o acompanham –, e isso nos preocupa muito, porque isso repõe o debate da privatização, isso repõe para essas empresas um modelo em que se vai perdendo o controle do Estado, em que se vai perdendo o controle dos trabalhadores, da sociedade, passando esse controle, voltando à tese do Estado mínimo, que a sociedade já reprovou. A sociedade já votou contra esses projetos nos últimos anos.

Então, fica para nós, das entidades das classes trabalhadoras, o alerta de que essas mudanças, certamente, serão prejudiciais para os trabalhadores, principalmente. Por isso, nós, tanto na Fenae, quanto nas entidades, somos contrários, porque os trabalhadores e as trabalhadoras pagarão caro por essas alterações.

O companheiro Jacy já lembrou um pouco aqui – eu queria só reforçar – que, em 2008, uma crise estava instalada no mundo, que ao Brasil ela também chegou e que foram as empresas estatais – os bancos, em especial, como a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES – que, na nossa avaliação, foram os grandes responsáveis para que a crise não fosse pior.

Se há regras, se você vai ouvir o mercado, o mercado está preocupado com outra coisa, que é garantir os recursos dos seus investidores. Ele não está preocupado ou não tem como foco de sua preocupação o cidadão, a sociedade. Então, acho que o Estado tem de ter esse papel. Ele é que tem de dizer o que é bom para a sociedade, não apenas o investidor.

Então, o ano de 2008 foi um exemplo importante, pois havia naquele momento entidades públicas e empresas públicas fortes, principalmente na concessão de crédito. Nós acompanhamos de perto na Caixa Econômica os grandes projetos de moradia e de sistema urbano, para haver crédito, para se permitir que, mesmo na crise, houvesse o crescimento dessa empresa, para se permitir que diversas cidades do País tivessem uma agência bancária.

O sistema financeiro, Senadora – a senhora é oriunda de banco também –, é um sistema que está muito covarde. É covarde por quê? Hoje, há uma concentração muito grande. Recentemente, eram seis bancos; agora,

são cinco bancos. E quem é que atende a população? Hoje, essa tarefa está muito centrada na Caixa Econômica Federal. Na década de 90, perdemos quase todos os bancos estaduais. Ficamos com três ou quatro bancos estaduais. Quanto ao Banco do Brasil, como já se fala muito, precisamos ver o seu papel público de atender a população, de fornecer crédito para a população. Então, hoje, essa concentração está muito em cima da Caixa Econômica Federal.

Acho que o sistema financeiro não ajuda muito porque concentra demais e não permite que mais pessoas contribuam para o desenvolvimento regional do País, de que tanto precisamos, principalmente na criação de empregos, que é para nós um dos grandes fatores, porque, primeiro, isso dá cidadania a muitas pessoas, faz com que haja a inclusão social e a inclusão bancária de milhões e milhões de pessoas e permite que mais gente participe das riquezas do País, porque hoje elas estão sendo vetadas a um grande grupo.

Então, ao retomarmos esse projeto no formato que ele está colocado, na nossa avaliação preliminar aqui, vamos abrir novamente a possibilidade até de endossar um pouco esse golpe político que se está querendo dar na Nação. Através dessas mudanças, ao se retirar o papel das empresas públicas, podemos permitir que o próprio mercado comece a fazer isso. E a gente sabe que o resultado não vai ajudar.

Quanto ao critério da regulação, falamos um pouco mais dos bancos: os bancos já são cheios de regulação. Há o Acordo de Basileia, há o Banco Central. No caso dos bancos públicos, como é o nosso caso, o caso da Caixa e o do BNDES, há o TCU e uma quantidade enorme de entidades que regram, fiscalizam ou vigiam.

Então, na nossa avaliação, esse argumento é falso porque há outros mecanismos que a sociedade criou. Podemos até aperfeiçoá-los. Ninguém é contra que se melhorem as governanças. Mas esse argumento dá o mesmo tratamento para uma empresa como a Caixa ou como a Petrobras, que são empresas grandes e que têm milhares e milhares de clientes, e para uma pequena empresa municipal com 200 pessoas. Então, vai haver regras de governança e conselhos. E aquele modelo dado para uma empresa pequena será o mesmo que será dado para uma empresa grande.

(Soa a campainha.)

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA – Então, acho que há uma série de equívocos. Talvez, uma das formas... Já foram citadas aqui as discriminações: pelo fato de eu ser sindicalista ou pelo fato de eu ser um trabalhador filiado a um partido, sou proibido de participar. Ah, tenha respeito com as pessoas! A gente defendeu tanto a democracia, defendeu tanto que as pessoas não fossem discriminadas, e aí vem, em pleno 2015, um projeto de lei ou emendas parlamentares que inibem isso.

Acho que esse é um retrocesso, e o Senado, os Senadores, os Parlamentares têm a oportunidade, primeiro, de retirar esses absurdos. Acho que tem de tirar essa regra de urgência.

Talvez, Senador, uma das formas de fazer isso fosse a volta a esse debate. Nós não somos contra que se debata, que se criem regras, que se melhore a governança. Mas acho que teríamos de fazer uma comissão temática para discutir isso no plenário e envolver mais gente.

Queríamos também que esta Comissão, o Senador Paim e a senhora também, Senadora, envolvessem, talvez, o Presidente do Senado, para que fizéssemos um movimento com as entidades e com os representantes aqui, para que encontrássemos um mecanismo de fazer um debate um pouco mais aberto, que nos permitisse pegar o que há de bom nesse projeto e agregar propostas diferentes, mas que respeitasse um pouco as diferenças, que respeitasse um pouco cada empresa, cada entidade, cada grande empresa, os grandes conglomerados, como o do sistema elétrico. Ontem, no debate, os companheiros disseram que, se for mantida a regra que está no projeto, haverá um colapso no sistema elétrico, no sistema de energia, nos próximos períodos. Por quê? Essas empresas, da maneira que as coisas vão se encaminhando, poderão perder a possibilidade de concorrer, de disputar energia, de disputar contratos com o mercado mais para frente.

Então, são preocupações que a gente tem de levar em consideração. Os companheiros da Petrobras já fizeram aqui seus comentários. Haverá outras manifestações.

Nós, na Fenae, vamos continuar trabalhando, vamos ficar à disposição da Comissão, vamos convidar todos os representantes das outras empresas públicas, juntamente com as centrais.

Nosso agradecimento especial à CUT, à CSP-Conlutas, à CTB, a todos aqueles que querem participar disso conosco.

Para encerrar, quero deixar aqui essas sugestões de uma audiência com o Presidente do Senado, para se tirar o regime de urgência, reforçando o que o companheiro Moraes já colocou. Talvez, pudesse ser criada uma comissão temática, para que pudéssemos debater um pouco mais e agregar propostas.

Fizemos já um trabalho, embora rápido, com a ajuda dos colegas do Dieese, sobre as empresas bancárias. Esse projeto pouca coisa altera se for como regra de governança, até porque os bancos já possuem isso. E aí se tira, no nosso caso especial da Caixa, a possibilidade de o Estado fortalecer essas empresas. Fortalece-se

o Estado, e não o governo A, B ou C. A sociedade precisa dessas empresas, até porque algumas já têm mais de 150 anos, a exemplo do Banco do Brasil e de muitos outros. Uma empresa como o BNDES cumpre um papel fundamental de financiamento de longo prazo. Ao transformá-la numa S.A., começamos a abrir a possibilidade de se permitir que sócios privados participem do processo de decisão. Aí vão olhar, é claro, que seu papel é garantir seus investimentos. E, muitas vezes, não olham a sociedade. Então, acho que essas empresas têm ficar a cargo do Estado, que tem de olhar a sociedade, o que é melhor para a sociedade em detrimento de um ou outro é investidor.

Então, para finalizar, quero agradecer muito a oportunidade. Quero colocar a Fenae à disposição, bem como os empregados da Caixa.

Estou vendo aqui os Presidentes da Apcef, da associação de aposentados, a Marlene, o Kaká, todos vocês, os companheiros de Pernambuco e do Brasil todo que aqui estão.

Nós estamos fazendo seminário sobre fundo de pensão, que é outra pauta importante para os trabalhadores.

Então, quero agradecer muito pela presença a todos e colocar a Fenae à disposição.

Agradeço, principalmente, ao Senador Paim, que nos ajudou bastante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Jair.

O resultado desse seminário sobre os fundos de pensão são informações que nos interessam, pois será instalada a Comissão dos Fundos de Pensão no Senado. A Câmara já a tem.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA – Então, já somos candidatos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, é importante que a gente tenha muita informação principalmente desse período de 14 anos, que é o que interessa a eles.

O SR. JAIR PEDRO FERREIRA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Temos de ter essas informações na hora do debate na CPI.

Maria Rita Serrano, Conselheira da Caixa Econômica Federal, está com a palavra.

A SRª MARIA RITA SERRANO – Bom dia ao companheiros e às companheiras aqui presentes.

Eu queria iniciar agradecendo a iniciativa do Senador Paim e à Senadora Regina Sousa por seu apoio a essa luta, por sua presença nesta audiência.

Eu agradeço a presença dos conselheiros eleitos de várias empresas estatais, empresas públicas: o companheiro William, do BNDES, o pessoal da Chesf, o Deyvid, da Petrobras, a Juliana, do Banco do Brasil... Não sei se há mais alguém. Agradeço a todos. Esta audiência é importante para se ter ideia de que como é fundamental eleger trabalhador para o conselho de administração, pois, num momento de luta como este, sabemos com quem contar.

Eu agradeço as entidades presentes aqui: pessoal da FUP, como o Moraes, pessoal da Fenae, Contraf, Sindicato dos Bancários de Brasília, companheiros portuários, pessoal da CUT, das centrais e de várias entidades. Isso só fortalece esse processo de luta que nós estamos, de certa forma, iniciando.

Eu agradeço também aos Parlamentares e demais convidados por estarem aqui participando.

Meus colegas que me antecederam já listaram várias contradições com relação ao PL. Eu acrescento a pobreza da pesquisa feita, pois, quando foi feito o projeto, ele se balizou no modelo privado de gestão, como se o modelo privado de gestão fosse a sétima maravilha do mundo, como se, nas empresas privadas, não houvesse sérios problemas de governança e mesmo de transparência. Se listarmos a quantidade de bancos, por exemplo, que já quebraram, porque tiveram problemas... O próprio HSBC agora talvez seja o exemplo mais recente de empresa multinacional, um banco enorme e importante no mundo com sérios problemas de denúncias de corrupção, desvio e lavagem de dinheiro etc. No entanto, se pega o modelo privado como se o modelo privado fosse isento de uma série de vícios que também existem no modelo público. Se fôssemos discutir de forma séria, talvez descobríssemos que o modelo privado é muito mais viciado, justamente porque a corrupção começa no modelo privado – o corruptor está no privado e não no público, pois o público é o agente passivo, que aceita a corrupção. Além do mais, há outros modelos de gestão de empresas que são interessantes. Por exemplo, na Alemanha, em todas as empresas com mais de 500 trabalhadores, o modelo de gestão é o modelo de cogestão entre a direção da empresa e os trabalhadores, e o conselho de administração das empresas é paritário. A Volkswagen tem um conselho paritário de gestão. Neste momento – não sei se trocou, mas acho que ainda não –, o atual Presidente da Volks mundial foi eleito pelos trabalhadores; ele faz parte do conselho de administração, o Presidente anterior renunciou, e, por questão estatutária, quem assumiu foi o eleito. Eu digo isso para mostrar que há modelos diferenciados de gestão das empresas mundo afora. A pobreza do pro-

jeto é que ele não se atém a isso, porque, na realidade, seu conteúdo é basicamente de interesse privado, de interesse das grandes empresas brasileiras privadas.

O grande problema aqui não só são as contradições pontuais no projeto. O problema é o que norteou o projeto de lei. O que norteou o projeto de lei foi a perspectiva do Estado mínimo, que não intervém na economia, do Estado que, portanto, não precisa de empresa pública. Esse é o conceito. Esse é o maior problema.

Listamos várias questões pontuais. Os colegas que me antecederam falaram de várias, como as empresas virarem sociedades anônimas. Para quê? Para pulverizar capital. Você não torna as empresas sociedades anônimas se não for para pulverizar capital. Há as contradições com relação à representação, à gestão. Há uma serie de contradições.

Pior do que as contradições do projeto – as contradições podem ser discutidas – é a motivação. E a motivação é um modelo privatista; um modelo de desrespeito à sociedade, porque não há discussão alguma nem com a sociedade, nem com os trabalhadores de forma ampla; e, por outro lado, um modelo que projeta o Estado mínimo. Portanto, aprovar este projeto é iniciar uma nova fase de privatização das empresas, como nós vimos na década 90, nada mais que isso de forma clara e objetiva. É só isso que há aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA RITA SERRANO – O Senador voltou? Muito bem, Senador! Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deu certo, pessoal. Aqui é isto mesmo: temos de estar correndo para todo lado. Pedimos vista e ainda providenciamos uma audiência pública para a qual serão chamadas todas as entidades para debater o tema. Eu acho que rejeitamos o projeto.

Vamos em frente. Agora, é conosco.

A SRª MARIA RITA SERRANO – Há outra questão que eu queria destacar. É óbvio e é nosso papel defender que as empresas públicas tenham sistemas de governança que visem à transparência, que visem a evitar a corrupção e que tenham, portanto, fiscalização da sociedade. Se o dinheiro é público, nada mais justo do que a sociedade fiscalizar. Portanto, em vez de discutir, num projeto, a eleição de conselheiros independentes, nós poderíamos eleger conselheiros eleitos, representantes de entidades. É o contrário: entidades organizadas, da sociedade organizada, para ajudar a fiscalizar os recursos públicos.

Nós entendemos também que não podemos usar, de forma oportunista, uma conjuntura e os valores de governança e de transparência para aprovar um modelo que, inclusive, foi rejeitado nas urnas, que é o modelo privatista, porque é isso que está sendo discutido.

Sendo assim, além de listar todas as contradições do projeto – são várias –, cabem-nos algumas iniciativas neste momento, até pela surpresa do projeto. Conversamos, Senador, semana retrasada, se não estou enganada, e fiquei surpresa quando eu fiquei sabendo do projeto, inclusive comuniquei a respeito às pessoas. Até o Luiz Alberto, que trabalha na Câmara, que é assessor, tinha até nos dito, quando viemos conversar, que havia um estudo alguns anos atrás do próprio governo, com uma necessidade até constitucional de criar o Estatuto das Estatais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria segurar o Luiz Alberto, porque eu também falei com ele. Se ele puder sentar aqui na primeira fila e se quiser falar sobre o tema, seria muito bom, podendo ilustrar – depois desta Mesa, seria o primeiro a falar – as preocupações de nós todos. Como Consultor, poderia contribuir. Já fica o convite.

A SRª MARIA RITA SERRANO – O Luiz Alberto ajudou-nos ontem no nosso ato com informações bastante preciosas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Toninho também podia se sentar aqui na primeira fila e contribuir com o debate.

Pode continuar.

A SRª MARIA RITA SERRANO – Tomamos algumas iniciativas, primeiro porque, embora tenha havido uma discussão anteriormente com relação à necessidade de haver um estatuto, necessidade essa colocada pela Constituição, necessidade essa colocada pela Constituição de 1988, foram uma surpresa a rapidez com que esse projeto foi feito e a necessidade colocada pelo Senado de tratá-lo em caráter de urgência, sem nenhuma discussão prévia, como eu já disse aqui, com a sociedade, com os trabalhadores e com os próprios Senadores. Nós conversamos com várias pessoas. Não é um debate aprofundado, maduro etc.

Cabe-nos como representante de entidades sindicais e de associações, cabe aos Parlamentares comprometidos com os trabalhadores, cabe a nós conselheiros eleitos nas empresas que também representamos os trabalhadores, fazer algumas questões.

Fizemos um ato e esta audiência com o primeiro intuito de tirar este tema da escuridão, torná-lo público, tornar o projeto público, coisa que o Senado não fez, não teve iniciativa nesse sentido. Uma comissão de

três aprovou, e isso não estava público e claro. Não se sabiam quais eram as premissas e os objetivos. Portanto, nosso primeiro papel é este e nós o estamos cumprindo: tirar o projeto da escuridão e o debater. Então, esta iniciativa, Senador, é profundamente importante e valorizada por nós. Conseguimos aqui aglutinar várias categorias, várias representações. Isso é importante.

Outro caminho que nós vamos ter que seguir é marcar uma audiência com o Ministro. A CUT está tentando agendar uma audiência com o Ministro do Planejamento para saber qual é a posição do Governo com relação ao projeto.

Nós também temos interesse – o Senador pode nos ajudar – em conversar com o Presidente do Senado. Nós consideramos fundamental levar para ele tanto as contradições que nós enxergamos na origem do projeto quanto as contradições do próprio texto. Queremos ter espaço e garantir nosso espaço para discutir, além do que já foi dito de tirar o projeto do caráter de urgência para que ele amadureça a partir de discussões e negociações, como é regra num sistema democrático como o nosso, porque lutamos muito para ter um sistema democrático, a fim de poder debater e discutir. Nós achamos que esta Casa representa isso. Portanto, nós temos que ter o espaço de discussão e de amadurecimento garantido.

A sociedade precisa conhecer o projeto e intervir nele, porque não é possível abrir mão de certas coisas. Primeiro, não se pode tratar todas as empresas públicas do País como se fossem iguais, pois elas não o são, elas têm regras de governança, de funcionamento e de transparência diferentes. Portanto, o projeto tem que ter uma avaliação sobre isso. Segundo, nós não podemos adotar um modelo privado para a gestão de empresa pública como se o modelo privado fosse perfeito, porque ele também não o é, ele também é cheio de vícios e de sérios problemas. E não é possível que uma empresa pública que tenha como função o desenvolvimento do País se adeque ao modelo privado, que tem como objetivo aumentar o lucro e enriquecer poucas pessoas. Não dá! Não é possível haver o mesmo modelo de gestão para objetivos e empresas diferentes.

Algumas ações já foram feitas. Os trabalhadores, as entidades estão à disposição. De certa forma, estamos iniciando – embora o projeto esteja na ordem do dia – um processo de organização, porque nós queremos debater, discutir, negociar, pois entendemos que esse é um direito da sociedade brasileira, dos trabalhadores.

Eu quero terminar agradecendo o apoio do Senador e a presença de todos vocês.

Nossa luta continua. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eu cumprimento Maria Rita Serrano, Conselheira da Caixa Econômica Federal, pois foram ela e um grupo de trabalhadores que me procuraram. De pronto, tomamos essa medida. Na terça-feira, não fazemos audiência pública até para a moçada aqui poder respirar, mas deixamos uma estratégia montada para que, quando é um caso especialíssimo, façamos uma também na terça, como foi esse caso. Eu sabia que o requerimento de urgência ia ser aprovado, como ocorreu. Eu estava lá no plenário. Todos os Líderes encaminharam, e não houve nenhuma iniciativa de proibir que urgência fosse encaminhada. Por isso, eu mantive esta audiência pública.

Eu entendo seu ponto de vista. Poderíamos, antes da Ordem do Dia de hoje, tentar fazer uma visita ao Presidente Renan, às 3h, para explicar-lhe a situação.

Eu sei que a recomendação da outra Mesa e desta também é retirar a urgência. Só que, para retirar a urgência, não é bem assim, não depende de mim. Não é um pedido da Comissão que retira urgência. Retirar a urgência depende muito de nós conversamos com o Renan e ele solicitar no Colégio de Líderes que a urgência seja retirada para um debate maior sobre a matéria. E nós temos que fazer isso. Foi assim que conseguimos inverter a NR-12. Fizemos uma audiência aqui. O autor esteve aqui e se convenceu de que tinha que retirar a urgência. Além disso, temos que dialogar com o próprio autor do requerimento de urgência, o Senador Tasso Jereissati.

Eu me proponho, como foi solicitado, ver se, às 3h30, o Renan recebe uma delegação com esse objetivo.

Passamos a palavra ao Francisco Carlos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

O SR. FRANCISCO CARLOS PUGLIESI – Boa tarde a todas e a todos.

Eu cumprimento a Mesa. É uma honra estar na mesma mesa que o Senador Paulo Paim. Cumprimento a todos e todas que estão presentes.

Desde já, eu explico que estou aqui representando o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Beto, que não pôde comparecer, porque estamos em meio a uma campanha nacional unificada dos bancários, e ele está agora em uma mesa de negociação que é absolutamente intransigente.

Não coincidentemente, neste momento, colocam uma pauta que vem frontalmente contra todos os trabalhadores e trabalhadores não só das empresas estatais, pois tanto o Projeto de Lei nº 555 quanto o Projeto de Lei nº 167 são uma afronta a cada um dos cidadãos, a cada uma das pessoas, à população brasileira de modo geral. Por quê? Ele é antidemocrático em diversos aspectos, a começar pelo caráter de urgência, o que não é coincidente.

O ramo financeiro tem a confederação e uma categoria unificada, uma campanha unificada. Infelizmente, só os bancários conseguiram fazer com que fosse unificada a sua categoria. Eu sou trabalhador da Caixa Econômica Federal e trabalhava no Fundo de Garantia. O primeiro local que as questões da Caixa imediatamente afetariam é justamente o atendimento à população de mais baixa renda, o fomento das políticas públicas, que é fundamental.

Se você transformar todas as empresas em S.A., você está degringolando toda a estrutura do País de fato. E, quando, num projeto de lei, o Senador Tasso Jereissati diz que as empresas públicas se tornam S.A. e que toda organização de trabalhadores está proibida de fazer parte de seus conselhos e da discussão de como gerir ou não uma empresa, porque eles são filiados, representantes de um sindicato, é óbvio que isso é uma afronta inadmissível aos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil.

É importante lembrar que não é só esse projeto que está tramitando. Ele agora está como urgente, mas nada impede que amanhã seja o projeto de terceirização que regulamenta as atividades-fim todas e permite, de modo absoluto e arbitrário, que as categorias deixem de existir. É óbvio que há interesses absurdos nisso. Por isso, consideramos isso uma afronta.

A Caixa Econômica Federal tem um papel fundamental para a sociedade brasileira desde o princípio. Quando a Caixa foi fundada, foi instituída como uma poupança para que os escravos conseguissem poupar e pagar suas cartas de alforria. Hoje as cartas de alforria são outras, e o essencial para um banco público, como a Caixa ainda o é, é manter os caracteres que são os princípios dela, que era fomentar as políticas públicas de todo o País. É pela Caixa Econômica Federal que passa toda a revolução que se observa, com a evolução na questão da habitação com o projeto Minha Casa, Minha Vida, com o Fies, com o FGTS, que passam pela Caixa. Então, as pessoas que estão de olho nisso obviamente estão muito preocupadas com a venda, com a doação... Nós vimos isso na década de 90, quando sucatearam todas as empresas públicas e "vendoaram" empresas como a CSN, a Vale do Rio Doce, o Banespa em São Paulo, o Banerj no Rio de Janeiro, o metrô. E como eles fizeram? Sucateando as empresas, os empregados, os trabalhadores e as trabalhadoras. E nós estamos lutando desde o princípio do ano contra a 665, a 664. Quando surgiu o boato de que o capital da Caixa Econômica Federal seria aberto, nós fomos para as ruas, fizemos a campanha de manter a Caixa 100% pública e conseguimos um compromisso de que aquilo não ia ocorrer. Conseguimos, mas, dentro da Caixa Econômica Federal, começou a ser implantado um sistema de gestão chamado GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas), que, na verdade, não tem nada de pessoas, é gestão de desempenho de produtividade, que tem tudo a ver com o Projeto de Lei nº 555. É uma gestão que transforma os próprios trabalhadores em inimigos de si mesmo. Então, há todo um aspecto ideológico sendo implantado na empresa para que esse projeto saia do papel, transformando-a numa S.A,. e para que as questões de políticas públicas deixem de ser o aspecto fundamental dentro da nossa empresa, que é de cada uma das pessoas da população brasileira. É fundamental que mantenhamos a Caixa 100% pública. É fundamental que mantenhamos a Petrobras dentro do nosso controle governamental, porque não tem cabimento de outra forma. É óbvio que há interesses absolutamente escusos. Nada pode ser coincidência. Há ramo petrolífero do mundo inteiro em cima da Petrobras se aproveitando de um momento de fragilidade política para tentar impor uma lei goela abaixo de cada um de nós. Foi duro chegarmos ao nível de produção de petróleo hoje. Da mesma forma, antes, na década de 90, quando tentaram privatizar a Caixa Econômica Federal, tentando sucateá-la, diziam que a Caixa Econômica Federa era um elefante branco, como era a Vale do Rio Doce, mas conseguiu lucro do mesmo dinheiro que ele pagou para comprar num ano. Foi um crime que sofremos. E agora estamos correndo risco de novo, porque o projeto tem o mesmo teor privatista. Infelizmente, não está aqui o Senador que prometeu que viria discutir conosco.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CARLOS PUGLIESI – Esperamos, sim, que consigamos brecar esse projeto cuja votação estão tentando impor agora, para que tenhamos uma audiência pública e consigamos debater com eles essas questões. Infelizmente, não vimos a presença, de fato, como ele havia lhe dito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, a informação que temos é a de que o Senador José Serra disse à Comissão que provavelmente virá aqui, na segunda-feira, no debate do pré-sal. Para debater o de hoje, seria o Tasso Jereissati, e ele não fez contato comigo hoje.

Digo isso para ficar bem claro para não haver desencontro de informação, que complica um pouco mais. Foi bom que você levantou a questão para eu poder esclarecer. Eu me referi à de segunda-feira com a provável presença aqui do Senador José Serra. Não a de hoje. A de hoje foi só pelas entidades, e todas as entidades que pediram estão presentes – isso é importante –, inclusive você, que deu esse belo depoimento.

O SR. FRANCISCO CARLOS PUGLIESI – Só para finalizar, surpreende-me muito quando há diversos projetos de lei, tentando passar tanto aqui como na Câmara dos Deputados, que vão frontalmente contra o

trabalhador e a trabalhadora. São projetos de apolitização, como se a governança fosse uma coisa apolítica. É engraçado você pensar a governança de uma empresa estatal como algo apolítico. Não me parece que isso tenha algum interesse de que essas empresas se mantenham, realmente, de fato, estatais. Então, é, sim, um projeto de lei privatista altamente nocivo.

E nós vamos lutar o quanto for necessário. A Contraf, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, as APCEFs, como a Associação do Pessoal da Caixa de São Paulo, os sindicatos estarão sempre à disposição para que consigamos brecar esse tipo projeto de lei tão nocivo à sociedade.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Obrigado.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Francisco Carlos Pugliesi, que falou em nome da Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro).

Passamos a palavra a Eduardo Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, que seguidamente tem estado nesta Comissão também, sempre por um motivo justo.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Bom dia, Senador Paulo Paim, Senadora Regina Sousa, companheiros, colegas da Mesa.

Eu acho que o Senador está se referindo a um debate que houve aqui semana passada sobre a NR-12, um projeto de decreto legislativo para sustar a validade dessa norma nas indústrias, empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Você estava aqui.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Comecei falando sobre isso, porque, na verdade, nós, que tem o apoio do Diap, do Dieese e da nossa Secretaria de Trabalho da CUT nacional, temos acompanhado a agenda da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional. Existem vários projetos que são semelhantes a este. Isso vem ao encontro daquela filosofia de que aquela parte que perdeu a eleição no ano passado tenta impor uma agenda que não é aquela que venceu a eleição, ou seja, um Estado com uma preocupação com políticas econômicas e sociais. Então, ao acompanhar a agenda da Câmara, percebemos que ela está cheia desses projetos, como esse projeto de decreto legislativo que susta a validade de uma norma que é importante para a questão de saúde e segurança, como essa iniciativa de colocar o projeto em regime de urgência, que também pegou todo o mundo de surpresa, e como o Projeto de Lei nº 555. Então, há toda uma orquestração para que a agenda vá nessa linha neoliberal, que não dialoga com o movimento social, com os trabalhadores, ou seja, é uma imposição daquilo que foi negado pela grande maioria da sociedade brasileira.

Esta comissão, capitaneada pelo Senador Paulo Paim, tem sido a nossa válvula de escape, a ocasião e o espaço em que conseguimos nos contrapor. E estamos numa estratégia correta, porque nós do movimento social, especialmente nós que somos da CUT, que temos dificuldade de entrar nesta Casa, no Congresso Nacional – e sentimos isso hoje, ali fora, pois ficamos quase uma hora torrando no sol quente, pois até papel dentro da nossa bolsa, Senador, estão vistoriando –, estamos vigilantes nesta Casa por intermédio de pessoas que têm um compromisso conosco, como o Senador Paulo Paim, e dessas instituições que citei, como Dieese e Diap.

Faço esse resgate para deixar claro que não estamos desatentos a essa agenda neoliberal que está na Câmara. Ao contrário, com todas as dificuldades, nós estamos acompanhando isso, porque precisamos ter esses parceiros dentro desta Casa, dadas essas dificuldades.

Como, na verdade, eu fui pego de surpresa para estar nesta Mesa em substituição a outro companheiro, eu vou aproveitar a oportunidade, porque, na realidade, esse projeto de lei não interfere só na questão da Petrobras, do sistema financeiro, dos Correios, mas também nos portos brasileiros, porque há sete empresas estatais que administram os portos no Brasil todo, que têm representantes dos trabalhadores nos seus conselhos e que têm conselhos de administração que desempenham um papel importante para que esses portos lá na ponta tenham um desenvolvimento econômico com pensamento na questão social.

Só para informar aos colegas, em 2014, os nossos portos movimentaram 970 milhões de toneladas, um crescimento de 4,3%, se relacionado com 2013. Então, com todas as dificuldades que temos de ferrovias, rodovias, hidrovias para fazer a movimentação de nossos portos de forma equilibrada, os nossos portos vêm crescendo mais do que a economia do nosso País, infelizmente – não que eu acho que isso seja uma vantagem, mas aproveito para informar esses números para vocês.

Há umas empresas que administram os nossos portos com esse perfil de que falei e que têm conselhos de administração, como a Companhia Docas do Rio Grande do Norte, a Administração do Porto de Maceió, a CDP (Companhia Docas do Pará), a Docas do Ceará, a Companhia das Docas do Estado da Bahia, que administra Salvador, Ilhéus e Candeias, a CDRJ, a Codesa e a Codesp. Todas essas empresas têm o perfil que vai ter que se adequar a esse projeto de lei, caso ele seja aprovado. E mais: recentemente, todas essas empresas pas-

saram por reforma estatutária. Inclusive, no estatuto dessas empresas portuárias, não havia aquele artigo que impede o representante dos trabalhadores no conselho de versar sobre acordo coletivo, plano de previdência complementar e plano de cargos e salários – nós não tínhamos isso, porque essa nossa conquista era antiga –, que passou a fazer parte do estatuto dessas empresas.

Senador, eu chamo a atenção do senhor para um fato: o Porto de Rio Grande, que é uma delegação do Governo Federal para o Estado do Rio Grande, tem conselho de administração. Eu não sei, mas eu acho que o senhor precisa analisar para ver se ele não vai ter que se adequar a essa lei também, porque isso significa uma mudança radical. Porto de Paranaguá, Porto de Itajaí. Então, são portos importantes que talvez estejam passando ao largo dessa discussão, mas eu acho importante que, na discussão que nós vamos ter em audiência pública, a questão portuária esteja inserida junto com toda essa discussão que está acontecendo, porque eu entendo que é uma discussão importante e estratégia. Os portos brasileiros, assim como rodovias, ferrovias, o setor aéreo, o transporte de forma geral, são um dos pilares da macroeconomia de qualquer país do mundo. Então, eu acho que nós precisamos jogar uma luz em cima disso.

Voltando ao assunto, eu tenho certeza, até pelo que os colegas que nos antecederam falaram, de que uma coisa vai se juntando com outra. Há aqui uma pauta de terceirização, há dentro desta Casa a oposição, que fala o tempo todo em tamanho de Estado, que pressiona para que sejam reduzidos ministérios e secretarias importantes que desenvolvem políticas públicas de interesse da nossa sociedade. E tudo isso, junto com o processo de privatização e com iniciativas nesse sentido neoliberal, prejudica a empregabilidade, o tipo de emprego que deve haver no Brasil, prejudica a questão dos investimentos que têm que ser feitos por essas empresas e possibilita a terceirização. Na verdade, este é um ponto de vista importante que temos que colocar: quem acompanhou o debate lá na Câmara sobre o projeto de terceirização sabe que está claro que é uma questão ideológica e que nós só não perdemos naquilo, porque estamos vigilantes, acompanhamos esse debate e fizemos mobilização, que é o nosso papel. E continuamos vigilantes nisso. Então, esse é um ponto que não está fora do radar dessas políticas neoliberais desta Casa.

Outra coisa que é complicada de entender – talvez não seja tão difícil assim – é quando se insere num projeto desses que 20% dos membros do conselho de administração têm que ser independentes. Independentes de quê? Por exemplo, vou citar os portos. Discute-se nos conselhos de administração a política estratégica do porto numa cidade, num Município ou numa região, discute-se tarifa portuária, discute-se planejamento estratégico dos portos, discute-se política de saúde e de meio ambiente. Serão 20% de pessoas independentes nesse conselho, mas independentes de quê? Para os trabalhadores, nós não podemos ser sindicalizados, não podemos cumprir o que está na Constituição. Agora, serão 20% de pessoas independentes dentro do conselho que não sabemos... Na verdade, nós sabemos o que existe por trás disso, mas cabe fazer essa análise para, como disse a companheira, jogar uma luz em cima disso, porque isso aí até me parecer uma coisa fascista sob o ponto de vista do momento que estamos vivendo no Brasil hoje.

Eu queria terminar alertando todos nós aqui e quem nos assiste para o fato de a economia brasileira é totalmente dependente de iniciativas governamentais. Só para ilustrar, toda vez que se vai anunciar alguma medida do Governo com relação à economia, o Palácio do Planalto fica cheio, a imprensa para, todo o mundo para no Brasil para ouvir isso. Esse projeto retira, no nosso entendimento, do Governo o que a Constituição lhe deu: o direito de ser responsável pelas empresas estatais, o direito de propor investimentos que vão promover o desenvolvimento lá na ponta, nos Municípios, nos Estados, gerando emprego, renda. Esse projeto quer tira isso do Governo e é inaceitável.

Esta já é a segunda iniciativa de que nós participamos aqui, e eu tenho certeza de que nós vamos sair com uma notícia boa, como nós saímos na segunda-feira, quando o próprio Senador que tinha pedido regime de urgência estava aqui e, em função do posicionamento do Senador Paulo Paim, propôs-se retirar a urgência urgentíssima. Então, esperamos que esta discussão volte para um ambiente mais claro e mais lúcido, em que nós possamos dar nossa opinião e cobrar dos Senadores da oposição uma coerência relacionada com o resultado das eleições no ano passado.

Era isso.

Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite.

Parabéns a todos nós, que estamos vigilantes aqui! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Eduardo Guterra, que fez uma retrospectiva da chamada agenda que vai ao retrocesso de tudo aquilo que nós pregamos e defendemos ao longo de nossas vidas, desde a NR-12 a este momento, passando pela terceirização. E por aí vai.

Eu queria cumprimentar o Senador Hélio José, que está aqui conosco. Eu não faço parte daquela comissão, mas fui lá de metido e fiz parceria com ele e com o Senador Telmário Mota. Lá se pediu vista. Ele me trouxe agora o requerimento do que nós combinamos lá, ou seja, de fazer uma audiência pública para discutir esse

tema, com todas as centrais sindicais, com a central dos servidores e com o Ministério do Trabalho, por parte do Governo. Eu assinei o requerimento. Assim, nós vamos travar essa questão, porque, se a moda pega, daqui a pouco, eles aprovam uma lei dizendo: "Daqui para frente, o trabalhador está proibido de contribuir para a sua entidade". Não vai importar se é decisão de assembleia. Daqui a pouco, até sindicalizado não pode contribuir. É para quebrar os sindicatos mesmo. Então, meus cumprimentos ao Senador Hélio José. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu só queria, Senador Paulo Paim, agradecer a V. Exª. Eu acho que sua participação, mesmo não sendo membro da CAE, foi de grande valia e oportunidade. Essa questão de compulsoriamente acabar com a contribuição aos sindicatos dos servidores públicos não pode ser feita dessa forma como está sendo colocada. Creio que o debate é importante, como V. Exª diz. Então, meu papel, como membro da CAE, e do Senador Telmário Mota, junto com V. Exª trabalhando aqui na CDH, é esse mesmo. Conte conosco. Acho que temos que fazer esse debate com muita tranquilidade.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

Vamos fazer agora como havíamos combinado. Da Mesa, todos já falaram.

Senadora Regina, quer fazer alguma consideração neste momento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sei que foi muito bem ouvida e assistida, tendo sido cumprimentada pelo Plenário.

Agora, há o Wilmar Lacerda, que é suplente do Senador Cristovam, e depois o Luiz Alberto dos Santos, que é Consultor Legislativo, com quem, casualmente – você não pode contar, mas eu conto –, estive conversando no final de semana, e ele mostrou suas preocupações sobre esse projeto lá na casa do Zé Pinto. E há o Antônio de Queiroz – não sei se o Toninho ainda está aqui para também fazer alguma consideração. Começamos com o Wilmar; depois, serão o Luiz Alberto e o Toninho; posteriormente, vamos abrir para alguém do Plenário que quiser usar da palavra.

Wilmar, cinco minutos para cada um.

O SR. WILMAR LACERDA – Primeiro, parabenizo este debate aqui na CDH. V. Exª tem feito não só este debate, mas, toda segunda-feira e sexta-feira, um debate muito profícuo em defesa dos interesses da classe trabalhadora brasileira. Eu queria parabenizá-lo.

Eu me inscrevi até porque queria cumprimentar os membros da Mesa anterior e desta, em nome do meu companheiro Jacy Afonso. Ele fez uma fala, quando o senhor não estava presente; foi no momento em que o senhor saiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu assisti só a uma parte da fala dele.

O SR. WILMAR LACERDA – E ele falou das empresas estatais, inclusive citando a Embrapa. Eu fui Presidente nacional do sindicato dos empregados da Embrapa e sei exatamente as consequências desse PL para uma instituição de pesquisa como a Embrapa, mas o debate não é só da Embrapa. O debate é a visão que se tem do Estado: as principais atribuições do Estado e se a produção da riqueza do povo brasileiro deve ser compartilhada com o conjunto da sociedade ou compartilhadas através de ações com os acionistas.

É exatamente o debate que se fez nas últimas eleições no País. Quem, nas últimas eleições, defendeu as estatais e a tese de um Estado fomentador do desenvolvimento, que procura atender, por meio de políticas públicas, o conjunto da sociedade brasileira, foi vitorioso nas eleições. Inclusive, se lembrarmos mesmo, em todas as eleições, os trabalhadores fizeram manifestos, abraços e atividades em defesa das empresas estatais. Cito, aqui, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, os Correios e Telégrafos e tantas outras empresas de fomento e desenvolvimento do Brasil.

O pano de fundo está em qual é a visão do Estado. Quem tem a visão de que o Estado tem que ser fomentador e de que a riqueza tem que ser distribuída para o conjunto do povo está contra esse PL. Quem tem outra visão, a do Estado mínimo, do Estado do Consenso de Washington, do Estado para um grupo muito pequeno de acionistas, então, está a favor desse projeto. Acho que este é o debate que se coloca em torno dessa agenda aqui.

E, evidentemente, temos que fazer um grande movimento no Brasil para que esse debate seja feito novamente, neste momento de fragilidade política de quem venceu as eleições e venceu esse debate na urna, porque o povo foi consultado, votou e declarou que esse projeto não serve para o Brasil e, através de uma maioria que pode ser formada em função de um momento político que vive o País, esse debate há de vigorar através dessa agenda.Portanto, temos que ter muito cuidado com esse debate. E a classe trabalhadora, o conjunto dos movimentos sociais, as centrais sindicais todas são fundamentais para reverter esse processo e fazer esse debate com o conjunto da sociedade e todos os Parlamentares da Câmara e do Senado influenciados nesse processo.

E este não é só um debate do Estado brasileiro, mas também para os Estados e os Municípios brasileiros. Citaram-se, aqui, a Celg e outros.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto, Senador.

O SR. WILMAR LACERDA – Para finalizar, Senador, eu quero dizer que, além da riqueza, há outra grande riqueza no País que é o conhecimento. Aí, volto a falar da Embrapa. Há interesses de multinacionais, evidentemente, na ciência, na tecnologia e no conhecimento brasileiro, que é o grande tema do mundo hoje. Quem tem conhecimento não é dominado, e quem não tem conhecimento é dominado, haja vista o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa e de tantas outras empresas estaduais de pesquisa e de fomento, como a Codevasf, por exemplo, na produção para aumento da produtividade a fim de alimentar o povo brasileiro e ter excedentes de *commodities*, para exportar para o mundo faminto de hoje.

Eu quero, aqui, saudar este debate, saudar V. Exª, saudar os trabalhadores e as centrais sindicais e dizer que estamos vigilantes aqui, no Senado Federal, para que possamos fazer este debate, qualificá-lo e interpor-lhe as posições vitoriosas do povo brasileiro nas últimas eleições. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Wilmar Lacerda, suplente do Senador Cristovam, do PDT.

Luiz Alberto dos Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Muito bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, agradeço a oportunidade que o Senador Paim me oferece de contribuir para esta discussão.

Registro que, ontem à noite, tivemos oportunidade de contribuir também para o debate promovido pela Fenae a respeito deste tema.

Eu gostaria de, inicialmente, chamar atenção para um aspecto importante: essa é uma lei necessária. E por que é necessária? Porque se trata, na verdade, de cumprir um dispositivo constitucional em vigor desde 1998, o art. 173, § 1º, da Constituição, que prevê a necessidade de uma lei estabelecendo o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Essa lei deve dispor sobre a função social das empresas estatais, a sua sujeição ao regime jurídico das empresas privadas, mas, especialmente – é importante este aspecto –, quanto à licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações e outros aspectos de governança. Essa lei nunca foi encaminhada ao Congresso Nacional. É uma lei, constitucionalmente, por tratar da organização da Administração Pública, de iniciativa do Poder Executivo, mas nunca foi encaminhada ao Congresso Nacional. Quando foi aprovada a Lei do Petróleo, introduziu-se um artigo que previa a possibilidade de a Petrobras editar um regulamento próprio de licitações. Esse regulamento próprio foi questionado pelo Tribunal de Contas da União, que o considerou inconstitucional. E essa é uma discussão pendente, ainda hoje, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que gera uma grande insegurança, não apenas para a Petrobras, como para outras empresas que também têm previsões legais nessa direção. Então, é importante, sim, que essa lei seja editada.

Só que há um problema crítico aqui: essa é uma lei de iniciativa parlamentar e não cumpre, portanto, o pré-requisito da iniciativa do Poder Executivo. Isso já coloca, desde logo, o resultado desse processo legislativo como sujeito à impugnação pelo Poder Judiciário, justamente pela ausência do seu pressuposto de legitimidade.

O segundo aspecto importante é precisamente o fato de que, baseado na necessidade e na importância de uma lei como essa, há uma discussão muito célere, muito rápida no Congresso Nacional, a partir de uma comissão mista que foi criada por um ato do Presidente das duas Casas com uma presença muito limitada de Parlamentares, havendo apenas quatro Senadores e quatro Deputados. Essa comissão foi instalada no dia 18 de junho, com prazo até o dia 21 de agosto, após a prorrogação, para a conclusão dos seus trabalhos, e realizou apenas três reuniões de audiência pública com participação muito limitada – não há nenhuma representação de trabalhadores, nenhuma representação sindical que tenha participado desses debates – e com apresentação de relatório no dia 12 de agosto, aprovado duas semanas após na comissão, sem que tenha sido, efetivamente, tratado o debate necessário para discussão dos temas de impacto sobre o conjunto das empresas estatais brasileiras.

Vejam que esse é um dado muito importante. Não se trata de uma lei federal, mas nacional, que afetará todas as empresas estatais do Brasil. E ela aplica para esse universo tão diversificado de instituições o mesmo receituário, o mesmo remédio, como se todas padecessem dos mesmos problemas e das mesmas dificuldades.

Apenas no Senado Federal, desde 2009, foram apresentadas nove proposições voltadas a esse tema, e todas elas, de alguma forma, contribuíram para o resultado deste debate, mas ainda sem a devida discussão, ainda sem o devido exame das suas repercussões.

E chamo aqui, muito rapidamente, a atenção para alguns problemas que trará esse texto de projeto de lei aprovado, preliminarmente, por aquela comissão e que vem, em regime de urgência, ao plenário do Senado. Primeiramente, além da questão do vício de iniciativa, há o excesso de abrangência e até mesmo de detalhamento nessa proposição; a superficialidade, no entanto, em relação a alguns aspectos fundamentais, como a própria definição da função social das empresas estatais; limitações excessivas em relação aos tipos societários, direcionando todas as empresas estatais, empresas públicas e sociedades de economia mista à adoção do tipo sociedade anônima, com a exigência, no caso, das sociedades de economia mista de um número mínimo de ações circulando no mercado, portanto, as empresas estatais de sociedade anônima de economia mista vão ter que ter o número mínimo de ações circulando no mercado. Há uma preocupação muito grande com a questão da composição acionária por meio de ações ordinárias apenas, eliminando, portanto, as ações preferenciais, engessando, portanto, a própria gestão do capital das empresas estatais. Isso, no final, como já foi bem dito aqui, como a própria Rita destacou bem essa questão, abre espaço, sim, para a retomada de um processo de privatização que já houve em nosso País há bem pouco tempo. Trata-se de regras de aplicação compulsória para os três níveis da Federação, com prazo de transição extremamente curto.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – E, no que se refere precisamente à questão da eliminação das ações preferenciais, haverá um impacto fiscal, possivelmente, de mais de 70 bilhões – bem mais até do que os 70 bilhões apontados na emenda apresentada pelo Senador Donizeti. Já tivemos oportunidade de ver que, quando, no governo Lula, se decidiu alterar a composição acionária da Petrobras para que o Governo voltasse a ter a maioria do seu capital total e não apenas o seu capital votante, foi necessária uma operação de extrema complexidade para que a empresa fosse recapitalizada, que foi a cessão onerosa, em que uma quantidade significativa das reservas do pré-sal tiveram que, então, ser convertidas em capital, para que a Petrobras pudesse voltar a ter uma maioria do seu capital total. Se esse capital total de ações preferenciais tiver que ser convertido em ações ordinárias, o custo disso para o conjunto das empresas estatais vai ser, seguramente, bem maior do que esses 70 bilhões já identificados.

São questões que merecem, sim, um amplo debate, que não podem se tratadas de afogadilho a pretexto de que já estamos há muito tempo aguardando a edição dessa legislação. E, para que essa discussão seja feita, inclusive, é importante o protagonismo do Poder Executivo que é, de fato, o detentor da titularidade dessa iniciativa, mas que, infelizmente, não tendo enviado ao Congresso Nacional uma proposta, abriu um espaço que a iniciativa parlamentar busca suprir.

É fundamental que debates como este aqui, hoje, sejam um ponto de partida para que essas questões possam ser recolocadas.

E o fato de essa proposição estar em regime de urgência no Senado Federal não implica sua deliberação imediata. Uma negociação pode, sim, conduzir ao elastecimento desse calendário e até mesmo, como já foi feito em relação à própria questão da revisão do modelo de partilha, que se reabram todas essa discussão, para que o produto possa ser mais adequado às necessidades do País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi o Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo, foi Consultor da Presidência da República, e, hoje, está, para alegria nossa, aqui, no Senado novamente, como consultor de todos nós.

Passo a palavra agora ao Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap, para que também expresse seu ponto de vista sobre essa questão.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa extremamente oportuna.

No momento em que duas ondas ganham impulso aqui, no Parlamento, a onda neoliberal e a onda conservadora, é preciso que este debate no Brasil seja o mais elástico possível, sob pena de, aproveitando o momento de fragilidade do Governo e de um Congresso extremamente corporativo e financiado fortemente pelo poder econômico, que talvez tenha uma oportunidade que perdeu na revisão constitucional e que não teve força política para fazer por ocasião das reformas de Fernando Henrique, agora, aproveitando este momento de fragilidade, implementar-se uma reforma que fragilize e torne vulnerável o patrimônio que são as empresas estatais brasileiras. É um risco muito grande um debate açodado num ambiente como este.

E o fato de ter um projeto em regime de urgência com vício de iniciativa, porque de iniciativa parlamentar, no momento em que se discute, no âmbito de várias iniciativas do próprio Parlamento para debater matérias com essa características, é realmente preocupante. O Poder Executivo teria a possibilidade – e isto estou recomendando – de encaminhar um projeto de lei via Câmara, com um marco desejável para regulamentar e atender essa necessidade da Constituição, mas poderia também – e isto eu não recomendo, o ideal

é retirar a urgência – debater esse assunto de modo mais amplo, no âmbito da chamada Agenda Brasil, que é uma agenda também conservadora em bases neoliberais, mas em que teríamos, sob esse fundamento, o argumento para retirar a urgência e, quem sabe, ter a oportunidade de ter como relator alguém com a estatura, a responsabilidade e o compromisso do Senador Paim, que, no âmbito desta Comissão, conseguiu a relatoria de um projeto da maior importância, que foi o projeto que trata da terceirização. Certamente, só esse fato dará segurança aos trabalhadores brasileiros, porque não sairá desta Comissão um projeto contrário aos interesses dos trabalhadores.

Há um ambiente em que se quer criar toda sorte de dificuldades para o funcionamento das empresas estatais, fazendo um regramento, um controle de tal ordem do ponto de vista de licitações, de exigências etc. que inviabilize, na prática, essas empresas. O que se está querendo, no conjunto, no geral, é retirar todas aquelas facilidades que foram instituídas, através da contratação ou da licitação abreviada, simplificada, por ocasião da Copa, que foi estendida a vários outros setores, e retirar essa possibilidade de as empresas terem celeridade no seu processo decisório e, portanto, se inviabilizando na competição com o setor produtivo, com a iniciativa privada. Então, esse contexto é fundamental.

Do ponto de vista do conteúdo, eu acho que o Dr. Luiz Alberto e os integrantes da Mesa pontuaram de forma absolutamente correta os principais problemas do projeto e, do ponto de vista do processo, acho que a solução mais adequada é mesmo buscar estas duas ações. Uma é a retirada da urgência pura e simples ou, se não for possível, pelo menos o deslocamento para o âmbito da Comissão, para que se debata com maior cuidado e se designe um novo relator, como foi feito em relação a outras matérias.

E que se trabalhe também, junto ao Poder Executivo uma iniciativa para que o projeto, iniciando pelo Câmara e chegando este do Senado, possa ser anexado e, aí, se debater com maior vagar, com maior cuidado, com maior atenção e num ambiente menos desfavorável ao interesse nacional, menos desfavorável aos trabalhadores das empresas estatais e, portanto, menos desfavorável àqueles que querem manter essa conquista que foi a construção de uma série de empresas que cumpram um papel social fundamental no País, contribuindo, inclusive, em momentos, com políticas anticíclicas, para manter o poder de compra das pessoas de um modo geral, como aconteceu no período que sucedeu a crise de 2008.

De modo que esse debate mais ampliado seria extremamente oportuno.

Com isso, eu queria deixar aqui mais uma vez a minha saudação em cumprimento ao Senador Paulo Paim por esta iniciativa, e temos certeza do prestígio que tem na Casa e que, certamente, será levado em consideração um apelo seu pelo Presidente da Casa, no sentido de rever essa decisão de votar essa matéria de forma célere e sem o debate adequado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Toninho, do Diap.

Dei a palavra também ao Dieese, mas a nossa querida assessora abriu mão, disse que se sentiu contemplada com a fala de todos.

Pergunto se alguém no plenário gostaria de fazer uma última intervenção, se não a gente vai para os encaminhamentos.

O primeiro que levantou o braço, levou.

Diga o nome, a entidade e fale.

O SR. WILLIAM SAAB – William Saab, sou Conselheiro no Conselho de Administração do BNDES.

Primeiro, eu queria saudar o Senador Paim e parabenizá-lo por esta iniciativa, em nome de quem também saúdo os demais Senadores e queria também parabenizar essa frente de mobilização, porque acho que, neste momento crítico, é vital para que a gente realmente tenha essa luta levada a efeito, acho que os conselheiros estão mobilizados, estão juntos com a classe política, acho que é por aí que a gente chega a alguma solução para tentar romper esse vício que foi constituído.

Eu queria colocar alguns detalhes apenas. Acho que, na verdade, a gente está diante de um projeto que está sendo colocado, que é um projeto de privatização da política pública. Eu queria colocar exatamente nestes termos. No momento em que a gente torna... Aliás, isso fere a própria história, no capitalismo, das sociedades anônimas. A sociedade anônima, por ser, inclusive, impessoal, nasce daqueles momentos de grande competição, onde as empresas privadas vão precisar de capitais. Isso é totalmente contrário à natureza jurídica de empresas do Estado brasileiro. A gente admitir que empresas do Estado brasileiro que tenham políticas públicas perfeitamente definidas fiquem reféns do mercado de capitais é realmente admitir que a política pública e o Estado brasileiro estão sendo privatizados.

Então, concordo com o que foi falado, acho que é um atentado, eu diria, aos interesses nacionais, a gente, na verdade, está entregando ao mercado de capitais, aos acionistas a condução de política pública. Isso, considero de extrema gravidade.

Eu colocaria, também, que o momento é até peculiar, porque a gente está falando de um momento de possível privatização da política pública onde vários projeto de infraestrutura aparecem e representam verdadeiras necessidades que o País tem. Então, causa-me até curiosidade esse projeto aparecer exatamente no momento em que o País precisa de investimentos, a gente tem vários projetos de infraestrutura que vão depender exatamente das estatais e dos bancos públicos federais, exatamente para tocarem obras de infraestrutura, e a gente está diante de um cenário de privatização. Isso me causa um pouco de espanto e até um pouco de medo mesmo. Se esse projeto vier a ser exitoso, eu diria que a gente está diante do fim de um Estado que pode investir.

Aí, levanto outra preocupação: se, hoje, a gente está com problemas, inclusive no setor privado, na questão da indústria etc., a gente tem o último bastião de investimento, que é exatamente o das estatais, ou seja, um investimento é induzido exatamente pela ação de estatais, da política pública. Se a gente tem exatamente o freio das estatais, a gente praticamente está parando de vez o País.

Então, também tenho muito receio desse projeto, porque, na verdade, se a gente, hoje, já comenta isso, a gente estaria, praticamente, condenando o Brasil a uma paralisia total ao fim da política pública, ao fim dos projetos de investimento, ao fim de qualquer indução, inclusive de investimento do setor privado, ou seja, é a paralisia total do setor público e dos investimentos públicos de que tanto o País necessita.

Eu queria também destacar outro aspecto, já quase finalizando. O projeto, na verdade, coloca, traveste de princípios de governança corporativa que, praticamente, todas as estatais – aí, no caso, vou citar o caso do BNDES, do grupo federais – que já tem diversos órgãos de controle, TCU, CGU, Banco Central, AGU, Acordos de Basileia, acordos prudenciais, que já regulam fortemente os bancos públicos federais. Não há mais nenhuma necessidade de se criarem novos instrumentos de governança corporativa. Podemos aperfeiçoá-los, com certeza, mas não vai ser através desse projeto que vamos criar novos instrumentos de governança corporativa.

E, por fim, eu queria só destacar, inclusive, isso poderá até vir a ser objeto de ADIn, se esse projeto vier a lograr êxito, de uma ação direta de inconstitucionalidade, é o fato de a gente estar confrontando algo que está na Constituição, que é o direito à livre iniciativa. Não posso ter um projeto de lei que afronta e confronta de forma tão grave direitos conquistados democraticamente na Constituição de 1988. Como vou impedir que um membro seja filiado a um partido ou a um sindicato? Isso afronta totalmente qualquer direito constitucional.

Então, acho que vários vícios aqui já foram levantados, e eu queria destacar, também, esse vício de inconstitucionalidade previsto na composição do Conselho.

Então, agradeço por ter tido esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

O Jacy queria complementar, por favor? Jacy Afonso.

O SR. JACY AFONSO – Na realidade, estou tentando responder uma pergunta que a Senadora Regina nos colocou. Primeiro, Regina, só pra ter conhecimento, o Dieese constituiu uma faculdade, que está formando, inclusive, a primeira turma de Ciência do Trabalho para as centrais sindicais, a CUT e as demais centrais sindicais, que são filiadas. Então, estamos procurando qualificar os nossos dirigentes sindicais para o exercício.

A outra questão é dos desmandos que há nas estatais. Só para relatar, há pouco tempo a experiência nossa de eleição de conselhos, e há empresas estatais que, até o presente momento, apesar de a Lei ser de 2010, não elegeu o seu representante. E a própria legislação, hoje, dificulta esse trabalho do conselheiro de informações, ou, muitas vezes, de tentativa de cercear o trabalho do conselheiro utilizando a lógica da confidencialidade, ou seja, determinados problemas da empresa não podem se tornar públicos. Então, acho que isso é um dado que a gente precisa considerar.

E, por último, sobre a fala do Luiz Alberto, e estamos, aqui, falando de vários bancos, e o mais importante, que é o art. 192 da Constituição, que trata da regulamentação do sistema financeiro, dessa concentração que o Jair lembrou aqui dos cinco bancos, tudo isso, até hoje, não foi regulamentado. Então, é mais urgente ou simultâneo a essa discussão regulamentar o art. 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Jacy.

Vamos para os encaminhamentos que anotei aqui: solicitar ao Colégio de Líderes a retirada da urgência. Esta solicitação será feita dentro do possível, porque não é fácil encontrar todos os líderes. Pedir que o projeto vá para a Comissão Especial. Audiência com o Presidente Renan. Eu incluiria um quarto item aqui: que fizessem um pequeno ofício argumentando por que entendemos que o projeto não pode ser votado em regime de urgência neste momento.

Eu pediria auxílio da Mesa, mas são rápidos os considerandos. Primeiro o de que a iniciativa tem que ser do Executivo, e, segundo, só lembrando alguns que vi aqui, essa questão também de proibir agora que a pessoa tenha vida política, em resumo, seja partidária, ou sindical, baseado no que diz a Constituição, e, depois, aqueles considerandos que vocês todos levantaram aqui.

Se me derem, pelo menos uma página com uma série de considerandos, farei chegar ao Plenário, onde lerei também, fazendo esse apelo para que a matéria não seja votada no dia de hoje. Isso é bom porque nos dá instrumentos para fazer um debate no plenário que procure sensibilizar os Senadores.

Hoje, com a questão dos vetos, sei que a pauta do Presidente Renan deve estar uma loucura, todo mundo está querendo falar com ele, mas, assim mesmo, temos que tentar, às 15h30, nos encontrar com alguns líderes, V. Sªs decidam aqui, lá em frente à sala dele. Mas, assim mesmo, se der um desencontro, com este documento, tenho como chegar a ele no plenário e conversar ali na própria Presidência, dizendo que as entidades pediram, mediante este documento, que já li, inclusive, na tribuna, que fosse revista essa questão da urgência. O.k.? Vamos lá.

O SR. JACY AFONSO – Eu e o companheiro David fomos ali conversar com a Senadora Fátima Bezerra, que está ali na CAE, que disse até que estava tentando encerrar para vir aqui, porque, quando ela era Deputada fez um projeto sobre as atribuições dos conselheiros. Portanto, acho que precisamos resgatar, já existe esse projeto que trata do papel do conselheiro nos Conselhos de Administração.

Então, nesses encaminhamentos, como que se pode resgatar esse projeto da então Deputada Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos falar com ela para ver se dá para desarquivar, enfim, saber onde está o projeto. O.k., pessoal?

Assim encerramos a nossa audiência pública. Parabéns a todos pela presença, e daremos os encaminhamentos que aqui listei, a partir já, deste momento. Um abraço a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 85ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro e José Medeiros. O Senador Hélio José justifica a sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24 de 2015-CDH, de autoria do Senador Magno Malta, para: "Instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a Interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Maria Teresa Blandón, Ativista Feminista da Nicarágua; José Eustáquio Diniz Alves, Doutor em Demografia, Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE; Padre Pedro Stepien, Diretor Nacional do Pró-Vida; Nazareno Vasconcelos Feitosa, Integrante do Movimento Brasil Movida do Distrito Federal; Olímpio Barbosa Moraes Filho, Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO; Stela Barbas, Doutora e Mestre em Direito, Professora Universitária em Portugal; Maria José Rosado Nunes, Coordenadora-Geral do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir; Adelice Leite Godoy D'Avila, Integrante do Movimento Pró-Vida de Campinas – SP. Às dez horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador José Medeiros. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: George Martine; Regiane Souza; Paula Viana; Eliane Oliveira; Ângela Freitas; José Miranda de Siqueira. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 85ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 24, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta. O objetivo é instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que têm interesse podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

No dia de hoje, haverá duas Mesas.

A primeira Mesa será formada por Maria Teresa Blandón, ativista feminista da Nicarágua; por José Eustáquio Diniz Alves, Doutor em Demografia e Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE); Nazareno Vasconcelos Feitosa, integrante do Movimento Brasil Movida do DF; e Padre Pedro Stepien, Diretor Nacional do Pró-Vida.

A segunda Mesa será formada por Olímpio Barbosa de Moraes Filho, Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo); por Stela Barbas, Doutora e Mestre em Direito, Professora Universitária de Portugal; por Maria José Rosado Nunes, Coordenadora-Geral do movimento Católicas pelo Direito de Decidir; e Adelice Leite Godoy D'Ávila, integrante do movimento Pró-Vida de Campinas, São Paulo.

Todos sabem que nós estamos fazendo nesta comissão uma série de audiências públicas sobre o tema do aborto, principalmente, neste caso, baseados na provocação apresentada pela SUG nº 15. Eu acho que já houve uma dúzia de reuniões aqui, em que segmentos diferenciados colocaram o seu ponto de vista, o que é muito positivo, uns a favor, outros contra. Segundo o próprio Relator da matéria, Senador Magno Malta, que

acredito que virá ainda a esta audiência, nós pretendemos exaurir o tema com a profundidade que ele exige para que, então, esta Comissão possa dar o seu parecer final.

Eu vou começar, de imediato, com a primeira Mesa, chamando Maria Teresa Blandón, ativista feminista da Nicarágua. (*Palmas.*)

Eu tive a satisfação de conhecer Nicarágua na época ainda do confronto entre os sandinistas com os chamados contra, que estavam na fronteira. Eu estive lá durante 15 dias em uma missão de alto nível do Brasil. Eu fui como líder sindical, acompanhado por uma delegação de padres e também de líderes partidários do Brasil. Isso foi logo lá atrás, bem no início. Já se passaram, de lá para cá, mais de 30 anos. Era mais ou menos isso, naquela época.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

Seja bem-vindo. Nicarágua, sempre Nicarágua.

A SRª MARIA TERESA BLANDÓN – *Muchas gracias.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – José Eustáquio Diniz Alves, Doutor em Demografia e Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Seja bem-vindo, Doutor.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chamamos, agora, Nazareno Vasconcelos Feitosa, integrante do Movimento Brasil Movida do DF. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Chamamos o Padre Pedro Stepien, Diretor Nacional do Pró-Vida. (*Palmas.*)

De imediato, pergunto aqui se você quer começar. Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode. A senhora fala em espanhol, não é? O pessoal entende espanhol – se até eu entendo, vocês vão entender também. Então, com muita satisfação, chamamos a Srª Maria Teresa Blandón, ativista feminista da Nicarágua – Nicarágua, sempre Nicarágua – para usar a palavra neste momento.

A SRª MARIA TERESA BLANDÓN –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Maria Teresa Blandón, ativista feminista da Nicarágua, que relata a situação do seu país e dá aqui um testemunho sobre a importância desse debate, explicitando o seu ponto de vista em relação ao tema que tem suscitado enormes debates no Brasil e no mundo.

Vamos, de imediato, ao Sr. José Eustáquio Diniz Alves, que é Doutor em Demografia e Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, um grande Parlamentar, uma grande liderança do povo brasileiro. Agradeço toda a oportunidade.

Esta apresentação foi feita junto com o Dr. George Martine. Como demógrafos, participamos das entidades Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Latino-americana de População e Iussp, que é a associação internacional – ali estão as datas de fundação das associações.

E eu vim falar um pouco aqui de uma notícia muito boa. Às vezes, poucas pessoas conhecem essa notícia, mas vou falar um pouquinho da transição demográfica, de como essa transição se encontra atualmente e um pouco de demografia e direitos reprodutivos.

A primeira notícia muito boa da história do Brasil é que estamos passando por uma transição demográfica. E a transição demográfica é o fenômeno de comportamento de massa mais importante da história da humanidade. Por quê? Este é um gráfico que mostra a transição demográfica desde o final do século XIX, quando foi feito o primeiro censo demográfico no Brasil. E a notícia superboa começa quando vemos a redução das

taxas de mortalidade. Durante toda a história da humanidade, as taxas de mortalidade foram muito altas. Elas começaram a cair exatamente no século XIX, e o Brasil está nesse processo. As taxas vêm caindo, e estamos no nível mais baixo dessas taxas de mortalidade.

A taxa de natalidade, como sempre acontece no mundo todo, demora um certo tempo para começar a cair depois que as taxas de mortalidade iniciam a queda. O que acontece? Nesse período aqui, há uma aceleração do crescimento vegetativo da população, e muita gente analisava esse período aqui de crescimento vegetativo da população como se fosse uma explosão populacional, mas, na verdade, isso é só uma fase, que todos os países do mundo passaram, em que a mortalidade cai primeiro e a natalidade demora um certo tempo para cair. Logo depois, as taxas de natalidade começam a cair, e aí a taxa de crescimento vegetativo também cai. Isso aconteceu no mundo todo e está acontecendo no Brasil.

Esse fenômeno da transição demográfica mostra que a aceleração do crescimento acontece só num período pequeno, e, depois, a tendência é a queda da população.

Junto com a transição demográfica, há uma transição da família. Isso também acontece no mundo todo, alguns autores chamam isso de segunda transição demográfica. E vemos o seguinte: a família – isto é definição da ONU – é um núcleo social composto por, no mínimo, duas pessoas, independentemente do sexo, ligadas por relações de consanguinidade, parentesco, filiação ou adoção, ou casamento. E aqui vemos esses dados do Censo 91, do IBGE, e de Censo 2010, que mostram que a família tradicional composta por um casal com pais e com filhos, que era a grande maioria da população brasileira, está diminuindo, caiu para 49% em 2010; e os outros tipos de família, considerando, inclusive, domicílio unipessoal, subiram para 51%. Isso é um processo que também acontece no mundo todo. Junto com a transição demográfica, há uma mudança nas relações das famílias.

Passados quase 200 anos da Independência do Brasil, o que vemos? O período de maior crescimento populacional, em torno de 3% ao ano, aconteceu no quinquênio 1960 a 1965; depois disso, essa taxa vem só caindo. O pico da população, o máximo da população brasileira, segundo as projeções da ONU, que estou usando aqui, vai ficar em torno de 240 milhões na metade do século e, depois, começa a cair – vou mostrar rapidamente. E qual foi a maior conquista nestes 200 anos? A esperança de vida ao nascer, que era em torno de 25 anos, quando foi proclamada a Independência, já está três vezes maior, 75 anos, e deve chegar em torno de 77 anos em 2022. E a mortalidade infantil, aqui já são dados do IBGE, que era 137 por mil em 1950, está em torno de 15 por mil e deve cair para 12 por mil em 2022. Então, vê-se o seguinte: o Brasil vive nas melhores condições demográficas de sua história, tanto a história passada como a futura.

Estas são as três projeções da ONU até 2100. A projeção média, que é mais provável, é a de que o Brasil vai chegar em torno de 240 milhões de habitantes e, depois, cai um pouco. Se a fecundidade subir, que é pouco provável, a população vai pra 300 milhões; se a fecundidade cair muito, muito – tem de cair muito mesmo –, ela vai ficar em torno de 130 milhões. O mais provável é essa projeção média.

Isto são as projeções de fecundidade. A projeção média, a verde, que é a mais provável, é um pouco abaixo do nível de reposição. Então, isso significa que, a longo prazo, a população, se não houver uma migração internacional muito forte, vai diminuir ligeiramente.

Isto aqui é a estrutura etária da população. Em 1985, havia uma pirâmide, que chamamos de egípcia, em que cada grupo era maior do que o anterior. E vamos passar para um retângulo,com uma estrutura etária muito diferente do que foi durante toda a história brasileira. Isso significa que vamos ter um envelhecimento populacional.

Isto também são três projeções do envelhecimento. Aqui, é a idade mediana. O mais provável é essa do meio, em que a idade mediana ficará em torno de 50 anos. Vejam só, agora em 2010, a idade mediana é um pouco menor do que 30 anos e vai chegar em torno de 50 anos. Se a fecundidade subir um pouco, a idade mediana fica um pouco mais baixa; se a fecundidade cair muito, a idade mediana fica um pouco mais alta.

E aqui é a razão de dependência, que é o seguinte: quando há a transição demográfica, todos os países do mundo que passaram pela transição demográfica passaram também pela mudança da estrutura etária. Isso cria uma oportunidade, que é única, que só acontece uma vez em cada país, que se chama de bônus demográfico. O que é o bônus demográfico? Diminui-se muito a razão de dependência demográfica, e isso favorece o desenvolvimento do país, favorece a redução da pobreza, favorece, inclusive, o empoderamento das mulheres.

O Brasil está em pleno bônus demográfico, e, como em todo país do mundo, ele passa também. Então, até 2030, mais ou menos, passa o bônus demográfico. O que acontece se a fecundidade cair muito? Se a fecundidade cair muito, no primeiro momento, é bom para o bônus demográfico, porque a razão de dependência cai mais ainda. Só que acontece que a razão de dependência sobe muito no futuro. Se a fecundidade subir, isso é ruim para a razão de dependência no curto prazo mas, no longo prazo, não é tão ruim. E, se for a projeção média, é uma coisa mais equilibrada. Então, é o seguinte: o fato é que temos um bônus demográfico, que

continua ainda, mas depois, inevitavelmente, seja qual for o cenário da fecundidade, esse bônus demográfico vai passar. Então, temos que aproveitar bem este momento.

Isso aí é uma representação – eu não vou entrar em todos os detalhes – em que essa linha mostra o seguinte: quanto mais cresce essa linha, mais estamos colhendo o bônus demográfico. Então, resumindo: o bônus demográfico ajudou o Brasil a diminuir a pobreza e a aumentar os níveis educacionais. O bônus demográfico feminino contribuiu para o empoderamento das mulheres.

Eu queria mostrar que não houve a explosão demográfica no Brasil. Ao contrário, estamos vivendo o melhor momento demográfico da história brasileira. Mas e o futuro? O que vai acontecer? Nós vamos ter uma implosão demográfica? Muita gente argumenta isto: fala que, se a fecundidade cair muito, vai faltar gente etc. Usam muito esta expressão: apagão de mão de obra. Então, vamos ver a situação do Brasil hoje, com dados bem recentes da Pesquisa Mensal de Emprego: aqui, a linha azul é a população em idade ativa, que está crescendo, mas a população ocupada está estagnada e a taxa de ocupação está caindo. Esse outro aqui é para mostrar que, na Região Metropolitana de São Paulo – para vocês terem uma ideia, a Região Metropolitana é maior do que Grécia e Portugal juntos –, a população ocupada está diminuindo de 2010 para 2015.

E, aqui, é o que chamamos de geração "nem nem" – os jovens que nem trabalham nem estudam –, e há em torno de 10 milhões de jovens de 15 a 29 anos que nem trabalham nem estudam.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES – Eu vou acelerar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Cinco minutos.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES – São dados da PNAD Contínua de 2015 que, resumidamente, mostram que temos uma população de 203 milhões de habitantes, mas só há 92 milhões de pessoas realmente ocupadas e só 36 milhões de pessoas empregadas com carteira de trabalho no setor privado.

Isso aí é para mostrar o seguinte: não há apagão de mão de obra no Brasil. Na verdade, há uma grande subutilização de mão de obra. Então, essa questão de falar que a fecundidade vai provocar uma escassez, pelo menos nas próximas décadas, está muito longe da nossa realidade.

O verdadeiro escândalo que consideramos para o Brasil é isto: em 2012 – e em 2013 foi mais ou menos isso também –, foram 152 mil mortes por causas externas: homicídios, acidentes de trânsito e suicídio.

O Brasil não precisa controlar nem aumentar a fecundidade, mas, sim, aproveitar melhor a sua força de trabalho, principalmente os jovens, além de reduzir a mortalidade por causas externas, especialmente a dos homens. Numa eventual escassez de força de trabalho, a imigração internacional pode ser uma opção mais efetiva do que o aumento da fecundidade. O Brasil não está caminhando para explosão nem para implosão demográfica. O que existe no Brasil é uma subutilização da força de trabalho, e a Previdência deve ser financiada pelo aumento da produtividade. Não é correto usar a dinâmica demográfica para argumentar contra a legalização do aborto no Brasil.

Vilmar Faria, um grande sociólogo, já mostrou que há um efeito perverso: a gravidez indesejada acontece principalmente na população mais pobre, a população negra, a população com menor nível de educacional, que queria ou adiar a gravidez ou encerrar o tamanho da prole.

O estudo do Dr. George Martine, que fez um trabalho ainda na década de 90 estudando a questão reprodutiva no Brasil, aponta os seguintes pontos: a motivação para controlar a prole surgiu com a urbanização e a modernização; na ausência de programas de planejamento familiar, a fecundidade caiu devido principalmente ao aborto e, depois, à esterilização; antes de surgirem métodos modernos de anticoncepção, o aborto era o único método conhecido; em 1969, no Rio de Janeiro, 22% de mulheres jovens e pobres já tinham realizado pelo menos um aborto; quase todos esses abortos eram realizados em condições insalubres e perigosas; com o avanço do acesso das mulheres aos métodos contraceptivos e à esterilização feminina e masculina, o percentual de abortos caiu; mesmo assim, a recente Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, de 2013, reportou 7,6 milhões de abortos espontâneos e 1,1 milhão de abortos provocados, entre as mulheres de 18 a 49 anos; são as mulheres de baixa renda e baixo nível educacional as principais vítimas da falta de direitos reprodutivos.

Esses são os dados da pesquisa, que estão disponíveis. Depois, vocês podem dar uma olhada.

Para concluir, mostramos o seguinte: o aborto decorre da gravidez indesejada e não deve ser resolvido via uma gravidez forçada, mas, sim, como uma questão de saúde pública, na perspectiva do direito sexual reprodutivo, que, no âmbito da ONU, é o filho caçula dos direitos humanos.

E, para finalizar, realmente, há os tratados internacionais, desde a CIPD do Cairo, em 1994, passando pelos ODM. Nesta semana a ONU vai definir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em Nova York – começa amanhã a Assembleia Geral da ONU. Houve a Conferência Regional, que aconteceu em 2014, no Uruguai, com

a presença, inclusive, do Presidente Mujica, em que foi definido o Consenso de Montevidéu. Todos esses instrumentos falam da necessidade de alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva.

E é isto que é o fundamental: reduzir a gravidez indesejada, e, no caso de alguma falha, a questão deve ser resolvida no plano da saúde pública e não através de uma gravidez forçada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Eustáquio Diniz Alves, Doutor em Demografia e Professor Titular de Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Passo a palavra, agora, ao Padre Pedro Stepien, Diretor Nacional do Pró-Vida.

O SR. PEDRO STEPIEN – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente desta Comissão.

Deputados, Senadores, todos que estão aqui, sou muito feliz, porque posso falar e defender aqueles que não podem se defender, aqueles que não podem pedir socorro.

Eu sou polonês e trabalho, há 12 anos, aqui, nesta terra linda, com um povo ordeiro, pacífico, um povo humilde, um povo trabalhador. E fui convidado para esta Comissão de Direitos Humanos, que fala do aborto, da regularização do aborto – desculpe-me se não me pronuncio, estou aprendendo a língua portuguesa. Amo este povo.

Queridos, o que é o aborto? Quando entrei aqui, eu quis passar este filme da realidade do aborto, dura realidade: O Grito Silencioso. São alguns minutinhos que mostram o que é o aborto, que mostram cenas da criança que quer se defender, que pede socorro, mas ninguém escuta a voz dessa criança. Sou muito triste, porque não podia colocar essas cenas da criança que grita. Esse filme se chama O Grito Silencioso.

A moderna tecnologia ultrassônica revela agora a reação de uma criança que está sendo abortada com 12 semanas. Vejam como uma criança ainda não nascida tenta escapar do instrumento abortivo! Seus movimentos podem ser vistos e se tornam desesperadamente agitados, e seu coração bate duplamente.

O procedimento abortista é explicado em termos científicos pelo Dr. Bernard Nathanson, que, no início de sua profissão, dirigia a maior clínica de aborto do mundo e, agora, é um ardoroso pró-vida. O Dr. Nathanson dedica-se a expor a verdade sobre o aborto provocado.

Trouxe muitas vezes os jovens a esta Casa, Senado, e Congresso, e fui expulso desta Casa do Povo. Quis mostrar a realidade do aborto, as crianças no ventre materno, a beleza da vida, o milagre da vida e também cenas chocantes que estão contidas neste filme.

Para ser breve, porque não tenho muito tempo, preparei muita matéria, mas respeito o horário – pela democracia, devemos respeitar, podemos não concordar, mas devemos respeitar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para orientar, o senhor tem dez minutos e, depois, mais cinco, como todos os convidados. O tempo é igual para todos.

O SR. PEDRO STEPIEN – Eu quero citar o testemunho de uma senhora que se chama Amparo Medina, que saiu da ONU e revela tudo o que está acontecendo por trás da legalização do aborto no mundo inteiro. Após anos de trabalho para a ONU, a ex-agente denuncia a estratégia da organização para minar a fé católica e implantar o aborto em todos os países do mundo. Eu vou citar:

Por trás dos projetos da ONU, atrás das palavras bonitas que usam quando falam de saúde reprodutiva, na realidade, há toda uma promoção do aborto e dos contraceptivos. É o único objetivo para toda América Latina.

Na entrevista de Amparo à cadeia de televisão norte-americana EWTN, denunciava que no livro [...], editado pelas próprias Nações Unidas, se reconhece a promoção das relações sexuais com crianças desde os 10 anos. E que nele se explica claramente três coisas:

– que os pais não devem ser informados da educação sexual que seus filhos recebem;

– que as escolas devem distribuir contraceptivos a seus alunos sem o conhecimento e consentimento dos pais;

– e que, se um professor ou médico chegasse a informar aos pais que seus filhos estão usando contraceptivos, esse professor ou médico deve ser expulso de seu trabalho por romper o sigilo profissional.

Amparo, e não só ela, denuncia a existência de um todo um negócio em que não se desperdiça nada: promove-se as relações sexuais entre crianças e adolescentes, e se lhes vendem preservativos. Como estes falham, então se lhes oferece o aborto ou a pílula do dia seguinte. Como o aborto produz restos humanos, estes servem bem para a experimentação ou bem para extrair algumas sustâncias que depois se usam em cremes, xampus, etc. Negócio completo.

Não é preciso ser estudioso para saber que vida humana começa na concepção. Eu quero dar dois exemplos. Primeiro, o óvulo fecundado de um casal branco implantado no útero de uma mulher negra. Vai nascer uma criança branca. De um óvulo fecundado de um casal negro implantado no útero de uma mulher branca vai nascer uma criança negra.

O Governo Federal infelizmente, o nosso Governo Federal, infelizmente, adotou política antivida e antifamília. Só para comprovar minha tese, cito dois exemplos.

Em junho de 2002, o Governo brasileiro declarava, por intermédio do Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, que o sistema de saúde brasileiro passará a acolher as mulheres que desejam fazer aborto e a orientá-las sobre como usar corretamente os métodos existentes para abortar. Centros de aconselhamento indicarão quais são, em cada caso, os métodos abortivos mais seguros do que outros.

E também a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, disse que somente é crime praticar o próprio aborto, mas o Governo entende que não é crime orientar uma mulher sobre como praticar o aborto.

Sem comentário.

Como legalizar a morte se queremos a vida? Como legalizar a morte dos inocentes se queremos a vida? Política absurda, mentalidade nazista. A palavra é forte, mas verdadeira. Esse filme conta em suas cenas fortes que a realidade é forte, a do aborto. Política absurda, política sem futuro.

Nação que mata seus próprios filhos é nação sem futuro. Como nós queremos construir o futuro se matarmos futuras gerações na raiz? Como nós queremos construir um futuro melhor se permitimos matar a bênção da nação que são nossas crianças? Se permitirmos legalizar esse crime hediondo, nós perderemos moral para enfrentar qualquer tipo de violência.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO STEPIEN – Se permitirmos legalizar esse crime hediondo, nós perderemos moral para enfrentar qualquer tipo de violência. Por isso continua a violência na família.

Se não pararmos com esse genocídio silencioso, nós vamos ter problemas mais à frente com a saúde mental, psicológica e física das mulheres. Isso é muito sério. Isso é muito sério. Aborto é exploração máxima da mulher. Não se tem respeito nenhum pela mulher.

A Ministra Eleonora Menicucci disse que somente é crime praticar o próprio aborto, mas que o Governo entende que não é crime orientar uma mulher sobre como praticar o aborto.

Obviamente, não é o Governo brasileiro quem entende que orientar a mulher a praticar o abordo não é crime. É a Fundação Rockefeller e suas associadas que assim o entendem e que assim querem impor. Utilizam e escondem-se atrás do Governo brasileiro, fazendo-o apresentar como suas essas palavras ao povo, mesmo tendo conhecimento de que o Governo tem perfeita

conhecimento de que o Governo tem perfeita consciência de que, não importa de onde venha o discurso, o povo pensa exatamente o contrário. O povo brasileiro é contra a legalização do aborto.

Ontem participei de um ato público e da vigília contra a legalização da maconha. Estou inteiro, cansado, mas muito feliz, defendendo o futuro da nossa Nação, defendendo os jovens.

O Ministro Fux já falou que a maioria do povo não quer a legalização da maconha, da droga. O povo não quer. O povo não quer. Se existe democracia, a maioria decide. O próprio Ministro Fux disse isso. Vamos matar crianças. Se não conseguirmos, vamos dar maconha, *crack*, droga? Esse futuro nós queremos? Esse futuro nós queremos?

Eu trouxe o nosso trabalho, os panfletos que salvaram muitas vidas. Nós temos centros de aconselhamento para mulheres. Por muitos motivos ela pode querer fazer aborto, mas na verdade, ela não quer. Ela não tem apoio do Governo, ela não tem apoio do povo. Falam: "Faça isso e se resolve o problema". Nós salvamos muitas crianças e vamos continuar.

Esta Comissão, esta audiência mais me fortalece, mais me fortalece para defender os pequenos brasileiros. Eu, um estrangeiro, vim de longe para defender a Nação de vocês, uma Nação tão linda, tão bela, tão pacífica.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Padre Pedro Stepien, Diretor Nacional do Pró-Vida.

Concluindo esta Mesa, passamos a palavra para o Sr. Nazareno Vasconcelos Feitosa, que é integrante do Movimento Brasil Movida do Distrito Federal

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – Exmo Senador Paulo Paim, demais convidados, participantes, trabalhadores, todos que aqui se encontram, nós agradecemos a oportunidade de estar aqui, contribuindo com mais informações para subsidiar as decisões da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Vamos ao objetivo, discutir a Sugestão nº 15, que regula o aborto – não é interrupção voluntária da gravidez, é aborto – nas 12 primeiras semanas de gestação dentro do SUS, ou seja, o SUS iria pagar pelo aborto.

Eu quero confessar às senhoras que sou um feminista, só não sou abortista, é claro, como muitas feministas não são. Sou grande admirador do trabalho de vocês. Quantas conquistas fizemos, não é? Vocês fizeram! Vejam como a humanidade tem evoluído nos direitos humanos, fazendo sacrifícios.

As mulheres, os negros, os índios, os criminosos, os judeus, os deficientes e os homossexuais já foram considerados pessoas inferiores. Então, quanta coisa boa! Não havia direito à liberdade, ao trabalho, ao voto, direitos individuais, sociais, coletivos, direitos dos animais, leis contra maus-tratos, a Lei Maria da Penha, que tem salvado tantas vidas, etc. Então, temos avançado muito. Hoje temos até o direito ao planejamento familiar, ou seja, não é negado. Hoje temos inúmeros métodos contraceptivos. Há a vasectomia, também a ligação de trompas, enfim, há até a pílula do dia seguinte, em que pese nós sabermos que há divergências sobre se ela é abortiva ou não.

Vejam que os estudiosos dos direitos humanos dizem que eles caminham cada vez mais para a universalização, ou seja, para que cada vez mais esse universo seja ampliado, mais pessoas tenham direito aos direitos humanos.

Mas e o direito à vida? Um ovo de crocodilo já tem proteção à vida, mas o embrião de um ser humano não tem ainda? Será que não é um paradoxo?

Vejam que, nas questões jurídicas sobre as quais a doutora de Portugal vai falar muito bem, existe a antinomia entre os princípios. Qual deve prevalecer? Quando há princípios constitucionais ou princípios fundamentais, temos que ver qual é o mais importante ou o primeiro. Será que é mais importante o direito à vida ou a autonomia da vontade? Se quero matar alguém, quero assassinar, quero cometer homicídio, eu, que tenho a vontade, então,

eu, que tenho a vontade, então a minha vontade deve prevalecer em relação ao direito à vida? Não, não é verdade? O direito à vida deve prevalecer.

Nós somos parciais, eu quero confessar a vocês. Eu, com ideologias humanistas, com filosofias espiritualistas, religiosas. Há cientistas contrários e, do outro lado, também há interesses financeiros, apoio do Governo atual, causas "feministas", entre aspas, porque nem todas são abortistas, cientistas a favor, médicos que querem lucrar também com a legalização do aborto no Brasil. Enfim, nós temos que dar esse desconto. Então, essas duas informações têm que ser analisadas. Agora, não podemos mentir nem omitir informações.

O Governo deve orientar sobre quais são as consequências do aborto e as consequências da legalização do aborto. Não podemos usar mentiras nem falsos eufemismos. Não é a interrupção antecipada da gravidez. Depois da vigésima semana é parto prematuro. Antes é aborto. Não tem essa. Nós começamos a usar esses eufemismos. E isso é quase como a mentira disfarçada.

Os riscos e consequências do aborto para a mulher, nós vamos ver aqui rapidamente, porque são muitas informações. As imediatas são risco de hemorragia, perfuração do útero, infecção, a infecção generalizada, que provoca a morte. As possíveis sequelas: câncer de mama, câncer de útero, aumento de câncer de ovário, gravidez ectópica, abortos espontâneos, partos prematuros, síndrome de Asherman e complicações tardias, frigidez, esterilidade.

Nós vamos tirar um dos direitos da mulher, que é o direito à reprodução, de que vocês falam tanto, o direito reprodutivo, o direito sexual também, com a frigidez.

Então, vejam como o aborto, na verdade, é ruim para as mulheres, não somente para as crianças. Se fosse bom, meus amigos, seria até mais fácil defender. Mas vejam só, questões psicológicas, a síndrome pós-aborto já catalogada, a queda da autoestima, o sentimento de culpa, a frustração. É poderoso o instinto materno. Então, o sentimento de culpa, muitas vezes, vai surgir, provocando transtornos psiquiátricos, ansiedade generalizada, neuroses diversas, síndrome do pânico, depressões profundas, dependência química, alcoolismo, sete vezes mais índices de suicídio observados. Essas são estatísticas americanas. Todas as fontes estão no nosso eslaide, que será disponibilizado no *site* do Senado.

O período da menopausa é crucial. Aqui estão as pesquisas sobre câncer de mama – não poderemos ler todas por conta do tempo –, as questões da gravidez ectópica, tendências suicidas. São várias pesquisas, não é uma pesquisa isolada, sobre os vários métodos utilizados para o aborto, que são terríveis, trágicos. Não trouxemos fotos sobre o assunto, mas há a aspiração, a chamada extração menstrual com solução hipertônica salina, a própria histerectomia, enfim, uma série de complicações, inclusive tardias, provocando inclusive a isoimunização em pacientes RH negativo e partos complicados futuramente. Na criança, dores intensas - o feto é sensível à dor -, morte violenta, aborto de crianças vivas. Há crianças que nascem vivas, e têm que deixar morrer, colocar no incinerador ou até aproveitá-las para pesquisas e uma série de outras utilizações menos nobres.

Sobre as crianças que nascem depois, vamos ter aborto de repetição no primeiro e no segundo trimestre de gravidez, partos prematuros, nascimento prematuro, parto difícil, gravidez ectópica, uma série de questões, além de malformações congênitas por causa de placenta imperfeita e morte perinatal por prematuridade ex-

trauterina. Os prematuros sobreviventes são excepcionais, muitas vezes com paralisia cerebral e disfunções neurológicas.

Então, isso tem que ser informado para as mulheres. Eu tenho certeza de que vocês todos são contrários ao aborto. Vocês podem ser a favor da legalização do aborto até a décima segunda semana, mas todos vocês são a favor da vida, disso eu tenho certeza. Se isso fosse mais divulgado, as mulheres pensariam duas vezes antes de cometer o aborto. Nós reduziríamos sensivelmente o número de abortos somente com essa esta mudança, Senador: estimular o Governo a divulgar que existem pesquisas mostrando todas as consequências negativas do aborto para a mulher, não somente para o feto. Então, vamos lá.

As mentiras.

Não se devem usar mentiras. Apesar da parcialidade, vamos tentar ser o mais isentos possível. O número de abortos clandestinos nós sabemos. O maior abortista do mundo, Dr. Bernard Nathanson, do filme *O Grito Silencioso*, ele próprio confessou, no Congresso em Madrid e também no livro *América que Aborta*, que os números eram multiplicados por cem, por mil, porque era interesse a todo custo, ou seja,

a todo custo, ou seja, os fins justificam os meios. Eles sabiam disso.

No caso do Uruguai, aqui do lado, recentemente, um exemplo concreto, Senador. No primeiro mês de legalização, foram 200 abortos. Depois, 300 a 400.

Ora, a estimativa de lá era de que haveria 30 mil abortos, não é? Onde estão os outros 29 mil? Em 2013, foram 4.400 abortos.

Então, são hiperinflacionadas porque querem dizer que acontecem milhões de abortos no Brasil e morrem milhares de mulheres, o que não é verdade.

Eu já fui a favor do aborto. Quando recebi essas informações de que milhares de mulheres morriam por causa do aborto, eu pensei: não, nós temos que legalizar. Mas não era verdade, era mentira. Muitas vezes, a maior causa de morte, como foi demonstrado aqui demograficamente pelo Datasus, enfim, a Senadora Heloísa Helena mostrou que 0,03% de morte materna é por conta de aborto. Então, nós estamos falando de um problema de saúde pública mínimo, se comparado com uma série de outros, que pode ser evitado com a prevenção, com o esclarecimento, com a divulgação das informações de pesquisa.

A Drª Isabela Mantovani também mostrou que legalizar o aborto não diminui a mortalidade materna. O Chile reduziu imensamente, de 275 para 18 mortes. Na Índia, onde o aborto é legalizado, o índice de mortalidade materna é imenso: 200 em 2010. E onde é legalizado, como a Polônia, também reduziu de 11 para 2 em 2000.

Nós precisamos defender as mulheres. O que diminui a mortalidade materna é assistência no pré-natal, no parto, no puerpério e depois.

Nós temos aí a proposta do ex-Deputado Luiz Bassuma, que defende o que foi chamado de Estatuto do Nascituro por um erro, porque não é Estatuto do Nascituro. É o Estatuto da Mulher Gestante, é o Estatuto da Mulher, para defendê-la, para apoiá-la, para dar todo o sustento, todo o apoio, porque muitas vezes não é ela quem decide. Mais de 80%, diz a Doutora Lenise Garcia em pesquisas, são forçadas pela família, pelo marido, pelo pai, pelo amante, pela sociedade. Se fosse por ela, ela não abortaria, ainda mais porque se trata de uma prática clandestina que é perigosa, não é verdade?

As mulheres do nosso País morrem por falta de acesso ao sistema de saúde oportuno. Crianças nascem tardiamente, não é verdade? Há falta de hospital, falta de leito, falta de médico, falta de recurso, falta de educação e de informação. Esse é o nosso problema. Precisamos defender as nossas mulheres.

Quais são as consequências da legalização? Se legalizarmos o aborto, o que acontecerá? A primeira coisa seria como um grande pesquisador, um grande jornalista falou. Foi o Goulart. Não me lembro do seu primeiro nome. Ele disse: "Olhe, esse negócio de legalização das drogas é como a questão da corrupção". A corrupção existe há muito tempo e tem aumentado muito. Agora, basta desistir da corrupção? Não. Vamos legalizar a corrupção? Não, nós não vamos legalizar a corrupção. Vamos continuar lutando, continuar defendendo. Então, não é porque existe aborto que nós vamos desistir.

Agora, vai legalizar? Isso é um contrassenso. Vai haver maior oferta, então vai haver maior demanda. Vai haver aumento do número de abortos, como em todos os países que legalizaram. Quando não houve aumento foi porque a estatística era intencionalmente hiperinflacionada, era aumentada para enganar o povo, para enganar o governo, para enganar a Suprema Corte, como foi nos Estados Unidos. Aumenta o sofrimento das mulheres, aumenta o número de DSTs e de AIDS. As pessoas usam preservativo não por causa da DST, mas para evitar a gravidez. Agora, se engravidar não tem problema. A pessoa pensa não tem nada, então mais casos de DSTs, mais casos de soropositivos HIV, uma doença muito grave.

Com a sensação de que se é legal é moral, vai haver maior renda para médicos, para enfermeiras, para as clínicas. Vamos ter no Brasil uma indústria do aborto, com mortes acobertados, como o filme *Blood Money* – e o diretor esteve aqui – denunciou. Elas são acobertadas, porque a própria família tem vergonha de dizer que a

moça vai fazer um aborto. E colocam no atestado de óbito outras informações. Há hospitais já compactuados com as clínicas.

Possibilidade de aumento do comércio de órgãos. Foi filmado, recentemente, uma das diretoras do Planned Parenthood vendendo órgãos lá. Está no YouTube, disponível para todos.

O maior gasto público com abortos. Uma participante daqui também mostrou como gastaríamos muito mais com o aborto. E não só com aborto, mas também com o tratamento das mulheres com depressão, com dependência química, com problema de suicídio, com transtorno de variada ordem, uma série de questões de gravidez ectópica. Todos os direitos da mulher e a sua saúde seriam afetados. As pessoas ricas continuarão buscando as melhores clínicas, não é? Vão continuar

Vão continuar nas melhores clínicas. Não vamos conseguir igualdade, não vamos todos para o SUS. Não, elas vão continuar indo para clínicas agora legalizadas.

Haverá mais desgaste, Senador Paim, e rejeição para os partidos que adotarem essa bandeira. Então o PT precisa rever essa política, em que pesem todos os avanços. Nós admiramos muito os avanços sociais do Partido dos Trabalhadores, mas precisamos verificar essa questão.

Diminuição da renda.

Vejam que coisa curiosa. Vai haver diminuição até da renda das ativistas e das ONGs pró-aborto. Por quê? Porque na hora em que legalizarem terão conseguido o que queriam. Não precisam mais de vocês. Vamos desfazer a ONG de vocês. Não há mais necessidade. Vejam que até isso deve ser analisado.

Vantagens, entre aspas.

Maior facilidade de escolha.

Não será inteiramente livre para decidir. Já disse a Drª Lenise Garcia.

Redução dos abortos clandestinos. Sim, é verdade. Redução da natalidade, o que vai gerar um problema de previdência, segundo alguns. O doutor acaba de contestar, não é? Mas há informações nesse sentido.

Vamos poder matar os bebês com mais segurança e o processo será legal.

Essas são as chamadas vantagens.

Agora, vejam que paradoxo! O Brasil recebe milhares de refugiados, de imigrantes estrangeiros. Isso é belíssimo! Mas o País não pode acolher as suas crianças que fogem da morte, nem as suas mães. Não pode ajudar as suas mães! Que país é este?

O que precisamos fazer, Senador, é proteger e auxiliar as gestantes. Está lá o Estatuto do Nascituro? Não, o Estatuto da Gestante. O nome está errado. Eu já disse até para o Deputado Bassuma.

Responsabilizar o pai. Há exames de DNA hoje. É fácil descobrir quem é o pai. Por que o pai não se responsabiliza? Por que ele não vai ajudar?

Diminuir a mortalidade materna é simples, ampliar a Rede Cegonha, dar apoio às crianças com creches etc., ampliar os direitos da mulher. Ampliar os direitos da mulher! Apoio às mulheres gestantes e com crianças pequenas; campanhas publicitárias que mostrem os malefícios do aborto para as mulheres, não só para as crianças; campanhas que informem todo o apoio que o Brasil dará às suas mulheres, que o Governo dará às suas mulheres. Isso é importante.

Agora se discute: bebê até a 12ª semana não é um ser humano? Ora...

(Soa a campainha.)

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – ... a partir da concepção, o DNA...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – ... é de um ser humano. O DNA é uma prova fraca. É uma prova fraca? Não, o DNA já é de ser humano.

Há várias correntes de pensamento divergentes. Há quem diga que na quinta semana já existem os primeiros neurônios, há quem diga que na oitava semana existe todo o sistema nervoso básico, com poucos dias um embrião já engana o sistema imunológico da mãe e com 21 dias, já começa a produzir neuropeptídeos, que é o sistema de comunicação entre o sistema nervoso, o endócrino e o imunológico, como defende a Drª Candace Pert com várias pesquisas. Pesquisas também com *imprinting*, modelo organizador biológico.

Então, quem não sente dor pode ser morto? Não. É porque não sente dor. Mesmo que não sentisse, há várias pessoas que não sentem dor, como o paciente em coma, usando morfina, analgia, aquelas doenças raras em que a pessoa não sente dor alguma. Ah, então podemos matar? Ah, não, podemos matar.

Ora, se há dúvidas, se há opiniões opostas, da ciência inclusive, no Direito Penal temos uma frase: *in dubio pro reu*. Será, Senador, que o bebê seria pior do que um criminoso?

Para concluir, opiniões de algumas pessoas que lutaram pelos direitos humanos e contribuíram para um mundo melhor, mostrando que também os religiosos fazem a sua parte muito grande em favor dos direitos

humanos. Gandhi vai dizer que "me parece claro como um dia de sol que o aborto é um crime." Madre Teresa de Calcutá vai dizer: "Um país que aceita o aborto não está a ensinar os seus cidadãos a amar, mas a usar a violência para obter o que querem". E é por isso que o maior destruidor do amor e da paz é o aborto. E Martin Luther King, o criador dos direitos civis, ele que vai fazer essa grande transformação dos nossos irmãos negros, vai dizer o quê? "O negro não pode ganhar nada enquanto ele está disposto a sacrificar as vidas de seus filhos por conforto e segurança. Como o nosso sonho pode sobreviver se assassinamos nossos filhos? Cada bebê abortado é como um escravo no ventre de sua mãe, onde a mãe decide o seu destino." Chico Xavier: "Se o anticoncepcional veio favorecer a movimentação das criaturas, por que vamos legalizar ou estimular a matança de crianças indefesas?"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seu tempo terminou, amigo.

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para que possamos dar um tempo igual a todos.

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – O que desejamos para eles: a morte ou a vida?

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. Nazareno Vasconcelos Feitosa, integrante do Movimento Brasil Movida do Distrito Federal.

Esta Mesa cumpriu o seu objetivo nessa primeira etapa. Vamos agora para a segunda Mesa.

Convido os meus caros painelistas para retornarem à primeira fila. A placa, a assessoria vai colocar no lugar em que os senhores se sentarem. Eu vou chamar a segunda Mesa.

Começo chamando Olímpio Barbosa Moraes Filho, Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. (*Palmas.*)

Stela Barbas, Doutorada e Mestre em Direito, Professora da Universidade de Portugal. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos!

Chamamos a Coordenadora Geral do Movimento Católicas pelos Direitos de Decidir, Srª Maria José Rosado Nunes. (*Palmas.*)

Convidamos agora a integrante do Movimento Pró-Vida de Campinas, São Paulo, Adelice Leite Godoy D'avila. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos à nossa segunda Mesa.

Todos acomodados?

Começo, de imediato, com o Dr. Olímpio Barbosa Moraes Filho.

O SR. OLÍMPIO BARBOSA MORAES FILHO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Agradeço o convite para estar aqui.

Só estou corrigindo, porque estou hoje representando a Febrasgo. Eu sou Vice-Presidente da Febrasgo, Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. São 18 mil ginecologistas sócios da Febrasgo, que faz parte da FIGO, Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia. Tanto a Febrasgo como a FIGO são alinhadas com a Organização Mundial da Saúde. Então, estou aqui como médico.

As ações médicas são baseadas em evidências científicas. O aborto é um problema de saúde pública, como foi dito aqui, porque mata as mulheres e causa sequelas. Eu vou falar como médico, não com crenças, mas com ações efetivas, como o mundo, a Organização Mundial de Saúde encara o problema e, automaticamente, como a ciência encara o problema do abortamento.

Acredito que todos nós que estamos aqui temos um ponto de convergência. Como o colega Nazareno já falou, ninguém é a favor da morte, ninguém é a favor do aborto propriamente dito. Agora, a diferença que separa os dois grupos é como enfrentar o problema: se resolve ou dá resultado criminalizar a mulher, considerando que ela deve ir para a cadeia, ou tratar como a Organização Mundial da Saúde, como a Febrasgo, a FIGO e a ciência, baseadas nos trabalhos científicos, nas evidências científicas, têm encarado o problema.

Os países desenvolvidos, que respeitam os direitos humanos, o direito à vida, também, tratam a questão totalmente diferente dos países em que não se respeitam os direitos humanos, como a maior parte dos países subdesenvolvidos.

Eu estou aqui com o Padre, eu o ouvi. Ele é polonês, é da Europa, onde em praticamente todos os países, até mesmo a Itália, onde se encontra o Vaticano, o aborto é direito da mulher até doze semanas, como em Portugal também, como na América do Norte, e agora, recentemente, no Uruguai.

Então, como é que nós, médicos, encaramos o problema?

Quando o problema é tratado como saúde pública, ou seja, é permitido, como é o caso desse proposta de lei de até doze semanas, o aborto passa a ser feito de forma segura. Quando é feito de forma segura, ou

seja, no SUS, no Brasil, como seria o caso, essas mulheres são acolhidas e tratadas da melhor forma possível. Elas não vão ter as complicações que o Nazareno informou.

É tudo verdade o que está naquele eslaide que o Nazareno mostrou. Cientificamente, a maior parte é verdade, mas quero esclarecer um problema que há ali. Trata-se de abortamento inseguro.

O abortamento inseguro causa esterilidade, infecção, vários problemas para a saúde da mulher. Quando o abortamento é seguro isso não acontece.

O que os psicólogos e psiquiatras que trabalham o problema dizem é que o maior dano para a mulher é tirar o seu poder de decidir, é decidir por ela, como foi colocado, porque tem a pressão do marido, de tudo isso. Mas, no final, cabe a voz dela. Colhendo todas as repressões, ela vai decidir o que vai fazer com a própria situação.

Quando informamos que ela vai ser atendida no hospital, que ela pode procurar com segurança e ser atendida, ela vai sair do estado de vulnerabilidade, porque o que acontece hoje no Brasil...

Eu trabalho num hospital... Eu sou Diretor do Cisam – Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, da Universidade de Pernambuco. É a segunda maior maternidade do Estado de Pernambuco.

O nosso serviço, desde 1996, atende mulheres vítimas de violência e abortamento previsto em lei. Eu tenho 53 anos, sou pai de três filhos, casado com a mesma mulher, católico. E as pessoas que trabalham comigo são católicas. Há espíritas e ateu. E lá na maternidade acolhemos toda mulher por abortamento previsto em lei.

Existe objeção de consciência. É respeitado. Há colegas nossos que não fazem. Um grande amigo meu, que é espírita, não faz aborto. Mas, como médico, ele tem o dever ético e médico de seguir as normas, os postulados de obstetrícia que são baseados em evidência. Ele acolhe a mulher, dá informações e respeita o direito dela. Ele não faz. Mas esses médicos internam e encaminham para os colegas que realizam o aborto previsto em lei. Isso é bioético e aceito.

Nós não podemos confundir a nossa fé com a atividade médica. Do mesmo jeito que estou vendo aqui - e eu creio que há mais católicos do que de outras religiões - se um católico for atendido por um médico testemunha de Jeová, olhem o que poderia acontecer: seria ético você, num caso de um acidente automobilístico, precisar de sangue, o médico, que é testemunha de Jeová, não fazer a transfusão de sangue e você morrer porque ele é testemunha de Jeová? Então, o médico tem de respeitar o direito do outro, a autonomia do outro. Nós não podemos colocar as nossas crenças sobre a medicina baseada em evidência.

Então, voltando, o mundo todo discorda do que completamente foi dito. Os dados mostram, na década de 70, 60... Na Alemanha, foi em 1930 que o aborto deixou de ser crime. Ficou até 12 semanas. Na Inglaterra, foi na década de 20. Nos Estados Unidos, em 70. Na França, em 72. Na Espanha, recentemente. E todos os dados mostram que, quando o aborto é tratado como problema de saúde pública, ele aparece. E começa o Estado a investir para que não aconteça. As mulheres vão à maternidade e saem com método contraceptivo seguro, porque elas não desejam gravidez. Quando o aborto é clandestino, ela resolve na própria favela, com as curiosas. E ela não vai ter acesso a um método contraceptivo seguro. Ela continua na vulnerabilidade. E os dados mostram que, em cinco anos, ela volta novamente a ter uma gravidez indesejada e a repetir o aborto.

Então, eu quero dizer que todos nós queremos diminuir o aborto. A diferença é como enfrentar, não é? É como enfrentar o problema. Será que o mundo todo, será que há um conluio de todos os cientistas do mundo, da Organização Mundial de Saúde, que congrega 189 países de diferentes religiões, de pesquisadores no mundo todo, será que todos os países desenvolvidos? Quem está certo somos nós ao tratar a questão dessa maneira?

Realmente, o Chile tem um bom exemplo. No Chile, é proibido o aborto, mas ele tem um sistema de anticoncepção muito efetivo. Concordo. Então, vou colocar por partes como é que os médicos brasileiros ginecologistas encaram o problema.

Todos nós somos contra o aborto. Todos nós. Todos os médicos são. Eu sou a favor da vida. Eu sou a favor da vida. E os médicos que trabalham no Cisam, também. Então, como é que encaram o problema? Tem de haver educação sexual. Eu discordo assim. Da família, da escola, mas tem de tocar no assunto. Tem de trabalhar os adolescentes, para que eles não tenham um gravidez indesejada. Não tem como. Isso está demonstrado em vários estudos.

Educação, acesso aos métodos contraceptivos. Foi falado. Quando um médico atende uma adolescente que tem vida sexual, é dever ético do médico, se ele considerar que ela tem discernimento, guardar o sigilo médico. É a mesma coisa se eu for a um padre e contar um pecado. Ele vai guardar o segredo, mesmo que seja de um adolescente. Ele não vai quebrar esse segredo. Se quebrar esse sigilo da paciente, ele pode causar um mal, porque a paciente não retorna mais ao médico, não vai confiar em contar alguma coisa para o médico. Isso está garantido em lei e no Código de Ética Médica. Devemos agir dessa maneira e preservar o sigilo das nossas pacientes que têm vida sexual.

Claro, se considerar que ela não tem discernimento ou que existe uma violência, como muitas vezes acontece, de estupro ou violência doméstica até, é dever do médico acionar o Conselho Tutelar. Mas o médico tem de verificar isso.

Eu fico muito triste quando atendo na maternidade, que hoje está atendendo...

Hoje tem um caso: uma menina de 12 anos está para parir. Doze anos! Semana passada, uma de 14, o terceiro filho, terceira cesárea.

Eu vejo o pré-natal realizado, e em nenhum momento o colega ou a enfermeira procurou saber o que está acontecendo na casa dessa família, com a menina de 13 anos. Quem é o pai? O marido, o namorado da mãe? E fecham os olhos, não dizem nada, não informam que é um caso de estupro, que é um caso de polícia. Nesse caso, sim, de entrar o Conselho Tutelar. Há o caso da menina de até nove meses que tomou Baygon. Duas vezes e foi internada. E você não faz nada? Como aconteceu, há quatro anos, com a D. Severina, na cidade de Caruaru, que foi violentada durante 14 anos pelo pai. Engravidou seis vezes, teve três abortamentos espontâneos e três filhos. Toda a sociedade de Caruaru – os médicos, a igreja e até a polícia – sabia, e ninguém fez nada. E, quando ela já estava trabalhando, o seu pai tentou violentar a filha mais velha dela, de 11 anos. Ela matou o pai e se entregou à polícia. O Estado de Pernambuco foi julgado, considerado culpado e paga indenização a ela.

Então, creio que há muita confluência de interesses. Falta encarar como fazer isso. Eu espero que um dia o Brasil siga o exemplo dos direitos humanos que são adotados pelos países desenvolvidos. Eu quero que se diminua o número de abortos. Para quem trabalha, há 30 anos, em contato com essas pessoas... Eu estudei no colégio Marista. Se fosse 30 anos atrás, eu estaria torcendo por vocês dois. Mas quando você tem contato com o sofrimento, encontrar aquela menina, aquela mulher, mesmo que não seja, sentir a gratidão, o acolhimento de uma aquela pessoa humilde, desesperada, e lhe dar acolhimento, eu acredito que estamos salvando vidas, porque essas mulheres morrem. E essas mulheres que morrem não estão sentadas aqui. Com o devido respeito, Paulo Paim, se fossem as nossas filhas ou as filhas de Senadores e de Deputados que morressem de aborto, isso já tinha mudado. Como são mulheres que não estão sentadas aqui, são mulheres pobres...

No Brasil, o aborto não é crime para uma parcela da população que faz aborto seguro nos hospitais.

Discordo totalmente de que os médicos tenham interesse em ganhar dinheiro. Há, sim, os médicos que fazem aborto ilegal, que eu nunca fiz. Que continuem assim, porque eles cobram R$2 mil, R$3 mil. No dia em que o SUS começar a fazer, eles vão perder a sua fonte de renda. Um dos médicos mais ricos de Pernambuco, com haras, que, por sinal, é muito católico, faz aborto por R$3 mil, com aspiração, no seu consultório. E toda a sociedade sabe, mas ninguém vai prender, porque ele atende as amantes e filhas dos Deputados e dos Senadores, da população que tem direito. Se atendesse pessoas pobres, estaria preso.

Então, eu fico triste por morar em um país em que ainda se discuta. Ouvi todas as frases que foram mostradas ali. São de pessoas muito respeitadas, mas todas religiosas. Agora, vou dizer uma opinião de médico, Presidente da Figo: as mulheres continuam morrendo não porque não saibamos como salvá-las na questão do direito reprodutivo. É porque nós, sociedade, ainda não consideramos importante salvar a vida dessas mulheres.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Olímpio Barbosa Moraes Filho, Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira de Ginecologia - Febrasgo.

Vamos agora, de imediato, à Drª Stela Barbas, Doutorada e Mestre em Direito e Professora Universitária em Portugal. Grande Portugal!

Falei da Nicarágua. Tenho que render minhas homenagens também a Portugal. Grande parte dos nossos antepassados – até os meus, que vieram da África – passou por Portugal.

Doutora, sinta-se em casa.

A SRª STELA BARBAS – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acendendo a luzinha verde, funcionou.

A SRª STELA BARBAS – Funcionou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É isso.

A SRª STELA BARBAS – Muito bom dia.

Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos. É um prazer e uma honra conhecê-lo pessoalmente.

Quero cumprimentar todos os colegas da minha mesa e a ilustre audiência.

Queria agradecer o convite que me foi feito e dizer que representa para mim grande honra estar, uma vez mais, a apresentar uma comunicação no Brasil e agora, em especial, no Senado Federal de um país que tanto admiro, a que me ligam fortes laços de amizade. E me orgulho de participar como oradora em inúmeros congressos, debates, aulas há mais de 15 anos.

Cada vez mais me sinto em casa. E, se me é permitido dizer, eu me sinto em casa no nosso querido Brasil. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª STELA BARBAS – Reconheço publicamente que pensei em diferentíssimas abordagens das que hoje apresentarei.

Inicialmente, pensei numa comunicação com um pendor demarcadamente jurídico, atendendo à minha experiência profissional como professora universitária e jurisconsulta, mas, salvo melhor opinião, julgo que o enfoque dessa temática deve ser mais interdisciplinar, eu diria mesmo multidisciplinar e, consequentemente, chamaria à colação não o discurso religioso e o não religioso, porque, como já vimos, há religiosos que são a favor do aborto e não religiosos que são contra o aborto. Mas chamaria à colação o importantíssimo contributo da Ciência Médica, da Bioética e da Filosofia do Direito, áreas em que também modestamente milito.

Iniciando, portanto, com um brevíssimo enquadramento jurídico, eu diria que a inviolabilidade do direito à vida encontra-se consagrada em várias constituições, em declarações, convenções, pactos e tratados internacionais.

O art. 5º da Constituição Federativa do Brasil consagra esse direito à vida.

Ao lado de ser um direito fundamental, esse direito à vida, consagrado no art. 5º, além de ser um direito fundamental, é uma cláusula pétrea, ou seja, direitos que não podem ser suprimidos da Constituição, nem por emenda constitucional. E o Brasil firmou ainda a Convenção Americana dos Direitos Humanos, mais conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que, no seu art. 4º, expressamente consagra – passo a citar:

Toda pessoa tem direito de que se respeite sua vida, e esse direito deve ser protegido pela lei em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado de vida arbitrariamente.

Fim da citação.

E mais outros exemplos de legislação poderíamos trazer aqui à colação.

Bem, *strict to the point*, o ponto nuclear na audiência pública é de instruir a Sugestão 15/2014, que visa regular a interrupção voluntária – voluntária, *voluntas*, por vontade – de gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo SUS. Por exemplo, nós, em Portugal, é até as dez semanas. Nós aqui estamos a pretender interrupção até as 12 semanas, patrocinada pelo SUS.

E eu perguntaria: interrupção do quê? Interrupção de quem? De que estamos a falar ou de quem é que estamos a falar? No fundo, no fundo, estamos a interromper a vida de um ser humano. Não há qualquer dúvida. Alguém tem dúvida de que estamos interrompendo a vida de um ser humano? Não estamos perante uma coisa; nós estamos perante um ser humano. Se não, não eram passadas dez semanas que essa coisa se transformaria em ser humano. Se assim não for, o que é isso?

Durante essas dez semanas, qual o critério? Por que são dez semanas? São várias teses que procuram explicar a distinção entre ser humano e pessoa. E eu pergunto: mas há pessoas que não são seres humanos, e há seres humanos que não são pessoas? Em que ficamos? Há mil e um critérios que poderíamos trazer à colação, e eu admito publicamente que eu inicialmente era natalista na esteira do meu ordenamento jurídico e civilista.

Em Portugal, só temos personalidade jurídica – não é questão final, é questão civilística – a partir do nascimento completo e com vida, só aí o Código Civil Português concede personalidade jurídica. Vejam a disparidade: por um lado a questão do aborto é partir de sistema. Estamos a interromper a tal vida, ser humano, pessoa, mas, para o direito civil português só há personalidade jurídica a partir do nascimento completo e com vida.

Podemos ir mais longe: o anterior Código Civil, que vigorou até finais do século XX, exigia nascimento completo, com vida e com figura humana. O Código vigorou até finais do século XX. E o que é isso da figura humana? Quem somos nós para olhar para aquilo que sai nascido e considerar que ele tem ou não tem figura humana, que é pessoa ou não é pessoa? Porque ninguém duvida de que é um ser humano.

Eu poderia trazer aqui à colação, várias teorias sobre a distinção do ser humano e da pessoa. Há quem diga que é confirmação do sistema nervoso central, organogênese. Há quem diga que é com viabilidade fetal. Há quem diga que é com concessão, porque é a partir desse momento em que se forma o código genético que nos vai acompanhar ao longo de toda a nossa vida. Mas há até quem defenda que nem sequer o nascimento é condição de atribuição do estatuto de personalidade jurídica. E são muitos os que ainda hoje defendem nem sequer o nascimento. É o estatuto para ser atribuída personalidade jurídica.

Então, como é que seria a personalidade jurídica?

(Soa a campainha.)

A SRª STELA BARBAS – Seria aferida pelo critério da utilidade para a sociedade em que estamos inseridos. E uns até adiantam que, para se poder avaliar esse estatuto do início da vida humana, tem que se averiguar qual é a importância dessa vida para os demais, e, consequentemente, só seria pessoa humana a que for útil, ou

seja, o critério pessoa humana como um critério tira e põe. Um débil mental, uma pessoa que está em coma – isso é defendido ainda hoje – deixaria de ter personalidade jurídica. É dignidade, senhores doutores, senhoras doutoras, ilustre audiência. É um valor que subjaz a todos os direitos fundamentais e a toda a ordem jurídica.

Nessa linha da orientação, eu pergunto o seguinte: hoje, dez semanas; provavelmente depois avançaremos para as 24 semanas. E em um futuro muito próximo, quiçá, até antes do nascimento, dias antes do nascimento... Ou mesmo após o nascimento.

Infanticídio!

Eu tenho aqui uma série de relatos ao longo da história, que, dado o adiantado da hora, vou passar à frente, em que as crianças, após o seu nascimento, eram avaliadas e verificavam se tinham os requisitos, se eram ou não eram perfeitas. E, em virtude dessa pseudoperfeição, o que e isso de perfeição, eram ou não eliminadas.

Não vamos mais longe! Em pleno século atual, eu lembro os países onde hoje existe um elevado número de infanticídio feminino. Nós, porque somos mulheres, somos do sexo que não é o pretendido e somos colocadas nas jaulas da morte! Esse é um dado adquirido.

Infanticídio feminino.

Nós estaremos a caminhar para uma reedição de eugenia, ou do eugenismo. Francis Bacon, Galton, Thomas Morus. Em abertos horrores do eugenismo político, econômico e social, lembro ao longo da história, as medidas que foram tomadas pelos próprios Estados em torno da afronta à dignidade humana.

Caminhamos para uma sociedade em que o ser humano deixa de ser o sujeito para passar a ser o objeto, uma coisa que se compra, vende, troca, manipula, joga fora, se rejeita, se descarta porque não tem as características procuradas... "Porque não é perfeito?" Mas o que é isso de perfeição?

E quando o pai da criança quer o filho, mas nós, mulheres, não queremos o filho. O pai não tem o direito de ficar com o seu próprio filho? E por que nós é que temos o direito de decidir, e o pai não tem o direito de decidir sobre a vida do próprio filho, o direito à vida do filho? O direito à vida é um direito indisponível, e não é transmissível a outrem. Não existe um direito sobre a vida, mas sim um direito à vida.

E, para terminar, eu diria simplesmente que referi, inicialmente, há imensa legislação no sentido da consagração da inviolabilidade do direito à vida. Todo ser humano tem direito à vida seja qual for a sua raça. Não vamos abrir portas! Não vamos abrir portas! Seja qual for a sua cor, não vamos abrir portas; seja qual for o seu sexo, não vamos abrir portas.

Pensem na questão do sexo. Em Portugal, a interrupção voluntária da gravidez deu origem a uma generalização, a uma banalização, é recorrente... Quando o Estado não pode assegurar o aborto, o Estado paga, o nosso Serviço Nacional de Saúde, às clinicas privadas para fazer o aborto. São dados que podem consultar na internet!

Eu digo, para terminar, agora apenas: nós todos, como seres humanos, temos direito a nossa vida, a nossa existência.

(Soa a campainha.)

A SRª STELA BARBAS – Não podemos ser discriminados pela cor, o sexo, a raça, mesmo que não tenhamos as características pretendidas. Independentemente das nossas diferenças, idiossincrasias gozamos de iguais direitos. Todos diferentes, mas todos iguais em direitos.

Temos o direito às diferenças e a não sermos discriminados. Como dizia Ortega y Gasset, eu sou eu e as minhas circunstâncias. Cada ser humano é único e irrepetível, e é precisamente essa diferença que enriquece a humanidade.

Minhas senhoras e meus senhores, é pertença da humanidade o direito à diferença e o direito pelo respeito ao direito à vida.

Minhas senhoras e meus senhores, tenho dito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Stela Barbas, Doutora e Mestre em Direito, professora universitária em Portugal, que aqui expressou o seu ponto de vista com toda a sua convicção.

Agora, passamos a palavra a Srª Maria José Rosado Nunes, Coordenadora Geral do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir.

Eu só quero, antes que a senhora use a palavra, primeiro cumprimentar a doutora, pelo pronunciamento, como fiz a todos os outros, independentemente da posição de cada um, dizer que às 11 horas nós vamos ter a entrega, no plenário, do Prêmio Direitos Humanos, e eu sou um dos organizadores desse evento, até porque presido a Comissão de Direitos Humanos.

Então, às 11 horas, provavelmente um outro Senador assumirá e eu terei que ir ao plenário, mas sintam-se como se aqui eu continuasse. Eu estarei lá participando, mas esse tema aqui é um tema de que eu estou cuidando com carinho, estamos falando de um debate que no Brasil é muito polêmico – muito polêmico. E todos nós temos a obrigação de construir aqui uma redação final que represente, efetivamente, o que a média de pensamento dos painelistas que aqui passaram colocaram. Então, eu já estou adiantando que, infelizmente, terei que sair daqui a alguns minutos.

Por favor, Srª Maria José Rosado Nunes, com a palavra.

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – Muito obrigada. Cumprimento aqui o Senador Paulo Paim, as pessoas aqui da Mesa, componentes da Mesa e todas as pessoas aqui presentes. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui mais uma vez, especialmente, porque eu considero ser fundamental, em um país democrático, que nós multipliquemos os espaços de debate, especialmente em um momento em que tantas manifestações obscurantistas se manifestam na sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Nós vivemos tempos bastante difíceis.

Eu sou socióloga, sou professora universitária, fiz meu doutorado na França, sou pesquisadora e professora na Universidade Católica de São Paulo. Mas não é nessa condição que eu me apresento aqui, eu estou aqui porque integro a coordenação, a direção do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir.

E quero referir um elemento, um dado do meu currículo que muito me orgulha: eu fui, entre outras mulheres brasileiras, indicada, há alguns anos, para o Prêmio Nobel da Paz. (*Palmas.*)

Nós acabamos de ouvir uma enfática defesa do embrião, do feto. Eu farei a defesa da vida e dos direitos das mulheres brasileiras. A Profª Maria Teresa Blandón, da Nicarágua, do nosso país vizinho, mostrou a ilegalidade do aborto como instrumento de morte. É essa morte das mulheres brasileiras que eu não quero que continue a acontecer na escala em que acontece, entre outras razões, mas muito fortemente, pela ilegalidade do aborto em nosso País.

E eu gostaria de iniciar falando da maternidade. Pode parecer estranho que, discutindo uma proposta que torna o aborto legal dentro de certos limites, eu proponha aqui trazer o tema da maternidade. Estranho, porque sempre que se debate a questão do aborto, esse aparece isolado do contexto maior do processo reprodutivo.

A meu ver, não há como discutir e entender o significado e as consequências de se ter uma lei que regule a realização do aborto, a não ser entendendo em face do fato ineludível da capacidade que temos, nós mulheres, de fazermos novos seres humanos. Uma capacidade transcendental e única.

No entanto, para que a maternidade seja considerada em sua grandeza, é absolutamente necessário que compreendamos como resultado de uma decisão, de uma escolha, como uma opção entre tantas outras de realização das mulheres. Nós, mulheres, somos seres humanos com projetos de vida, seres de pensamento, seres de desejo e não podemos, sob hipótese alguma, sermos consideradas unicamente pela nossa capacidade de colocarmos, na comunidade humana, novos seres. Essa é uma das possibilidades que tínhamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Doutora, permita-me.

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – Pois não

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Medeiros é um mestre da área pública, é um grande Senador da República e atendeu meu apelo. Falei do tema. Tenho que abrir outra sessão sobre direitos humanos. De imediato ele disse: "Não, Paim, estou indo aí, conte comigo. Faço questão de acompanhar esse debate."

Com muito orgulho, passo a Presidência para o Senador Medeiros neste momento. (*Palmas.*)

Com certeza. Não se preocupem pessoal, que o Medeiros é mais democrático do que eu, inclusive. Dará todo o tempo necessário para o debate, até o meio-dia nós podemos ficar tranquilamente que o debate acontecerá, uma oportunidade de ainda algumas pessoas no plenário falarem.

Estão em boas mãos.

Um abraço para todos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Continua com a palavra.

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – Então, como eu dizia, nós mulheres temos a possibilidade de sermos mães, mas essa é uma das possibilidades que temos em nossas vidas, está longe de ser a única.

Ora, a maternidade, como ato plenamente humano, deve resultar, como eu disse, do desejo, da reflexão, e não ser apenas a realização de uma capacidade biológica, o que nos igualaria a animais reprodutores. Pensar assim não significa que toda gravidez não planejada, inesperada resultará em um aborto, ela poderá ou não ser assumida e levada adiante. A consideração das mulheres apenas como mães reflete um pensamento determinista de caráter essencialista.

Lembro que as pesquisas mostram que a maioria das mulheres que abortam já são mães, elas têm filhas e filhos de quem cuidam e desejam continuar a criá-los e a criá-las, e é muitas vezes esse desejo que as leva ao

aborto e tantas vezes à morte. Mas há, também, aquelas mulheres, cujos projetos de vida não incluem a maternidade, e, diante de uma gravidez indesejada, têm pleno direito de interromper esse processo gestacional.

Só compreendendo, portanto, a maternidade como resultado de opção e de escolha é possível entender o alcance ético de uma proposta que permite às mulheres acederem a um aborto quando assim considerarem necessário. Quero ainda reafirmar o que tantas e tantas vezes já reiteramos e que o Dr. Olímpio também acabou de reiterar. Apoiar que haja no País uma legislação sobre o aborto não é banalizar a vida. A vida não existe na abstração das afirmações retóricas. O que existe é a vida de pessoas concretas, com seus problemas, suas alegrias, suas dores, enfim com suas vidas reais.

Como bem lembrou o Dr. Olímpio, as mulheres, aquelas que mais necessitam neste País de que o aborto seja legalizado, são aquelas que não podem estar aqui, são as mulheres pobres e negras. Isso é a realidade. Quando falamos de aborto, este, como a maternidade, não existe no vazio. Nós estamos falando de mulheres que têm nomes, são nossa vizinha, a mulher que trabalha em nossas casas, nossa aluna na universidade, uma sobrinha, uma filha, uma namorada.

São dignas de apoio, de compreensão. São cidadãs brasileiras que devem ter suas decisões respeitadas, seus direitos efetivados por políticas públicas adequadas.

Um segundo ponto que proponho à consideração de todas e todos é que, apesar do fato inegável de que o aborto se tornou, em nosso País, objeto de discussão pública, o que é muito bom, é sempre necessário voltar a algumas questões, especialmente, como já disse, em um contexto político em que há constantes ameaças de se violar a Constituição, retirando direitos democraticamente já conquistados. Uma dessas questões diz respeito ao alcance de uma legislação sobre o aborto. Uma legislação assim permite sua realização em certas circunstâncias e obriga o Estado a oferecer condições dignas e adequadas para que as mulheres não tenham sequelas ou morram nesse procedimento. Salva, portanto, a vida das mulheres, mas a lei não obriga qualquer mulher a realizá-lo. Depende do livre consentimento dela e pune responsáveis por um aborto realizado contra a sua vontade.

Uma outra questão. Uma vez que, nas últimas legislaturas, temos visto uma crescente atuação política de Parlamentares vinculados a igrejas e grupos religiosos, gostaria de voltar a lembrar que o Estado brasileiro respeita constitucionalmente as religiões, assim como respeita todas as pessoas e grupos sem religião, ou ateus, ou ateias, e não pode, constitucionalmente, guiar-se por doutrinas e princípios oriundos de uma fé religiosa. Não nos enganam discursos...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – ... que e apresentam como vindos do campo científico. Por exemplo, as inúmeras pesquisas que reiteradamente nos apresentam e às quais poderíamos apresentar outras que apresentam dados exatamente opostos. Dizia discursos que se apresentam como vindos do campo científico ou do campo jurídico, mas escondem, na verdade, seu caráter religioso.

Decisões no âmbito do Congresso Nacional afetam a vida concreta de todas as cidadãs e cidadãos deste País. O caráter laico do Estado é condição imprescindível para o pleno exercício da cidadania, para proteção dos direitos constitucionais à liberdade, à autodeterminação. Por isso, não se pode impor a toda a sociedade a agenda moral das religiões, traduzindo-as em políticas públicas destinadas a toda a sociedade. Isso seria violar a nossa Constituição.

Muitos dos argumentos contrários à liberdade de decisão das mulheres no campo reprodutivo, embora se apresentem como do campo laico, são, na verdade, a expressão de uma doutrina e de uma moral religiosa específica. Nós, Católicas pelo Direito de Decidir, não escondemos que baseamos a nossa defesa da agenda feminista em um horizonte cristão. Por isso mesmo, dado que a nossa sociedade continua, majoritariamente cristã, e uma parte das e dos Parlamentares no Brasil seguem esse credo, retomo o princípio cristão, sempre reafirmado na Igreja Católica por teólogas, teólogos e pelos papas.

Trata-se da proposição segundo a qual o princípio norteador de decisões em todos os âmbitos da vida é, em última instância, a própria consciência.

É o que fazem as mulheres que decidem abortar: pensam, refletem, discutem e decidem por aquilo que lhes dita a consciência, como melhor caminho naquele momento, como recorda um teólogo latino-americano.

Para terminar, quero reafirmar que o aborto, antes de ser uma questão moral ou religiosa, é um questão de justiça social, como já reiterado nesta mesa. A maioria das mulheres que sofrem as consequências da sua ilegalidade são as mulheres negras e pobres. É também uma questão ética de respeito à capacidade moral das mulheres de tomarem decisões sobre suas vidas, pautadas sobre valores e princípios religiosos ou não, que são legítimos e respeitáveis. O que queremos é o respeito às mulheres, a defesa incondicional das suas vidas. Essa é a defesa da vida que fazemos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, a Drª Adelice Leite Godoy D'Ávila.

A SRª ADELICE LEITE GODOY D'AVILA – Obrigada. Bom dia a todos; bom dia, Senador, em nome de quem cumprimento todos os demais membros da Mesa.

Vou falar rapidinho, já de cara, porque o tempo é curto e tenho muita coisa.

Uma coisa que sempre me chama a atenção em todas as audiências de que já participei é que muitas pessoas que defendem a legalização do aborto dizem o seguinte – e nesta audiência não foi diferente –: "Ninguém é a favor do aborto", ninguém é a favor do aborto, ninguém quer a morte do bebê, mas temos uma situação crítica, o aborto é ilegal, existe o aborto clandestino e precisamos, então, legalizar essa situação. Isso sempre acontece repetidamente.

Muito bem. O que vou tentar demonstrar aqui um pouquinho para vocês é que isso, na realidade, não é verdade. Por quê? Porque as principais organizações promotoras do aborto, na realidade, o que querem é promover o aborto, não é, na realidade, simplesmente tratar do caso do aborto clandestino.

Sei que, no Brasil, isso parece um pouco fantástico, as pessoas falarão "não, essa não é minha intenção, sou a favor do aborto e, na realidade, não é isso que tenho em mente". Só que, na realidade, é isso que as pessoas que controlam esse processo pensam. Na realidade, a intenção é promover uma reforma e não somente uma reforma da legislação do aborto, mas também da moralidade relacionada ao aborto.

Vou explicar um pouquinho o que significa isso. Pensem o seguinte: se o objetivo fosse acabar somente com o aborto clandestino, somente a legalização já seria o suficiente, não precisaríamos fazer essa alteração de moralidade. Mas por que se fala da alteração da moralidade? Olha, se sou uma pessoa que sou favorável ao aborto e procuro uma clínica clandestina, não vou mudar de ideia porque o aborto foi legalizado, continuaria a fazer, agora legalmente. Até mesmo a pessoa que é favorável ao aborto, mas não quis fazer numa clínica clandestina, porque acha que isso não é correto, porque é um crime, uma vez legalizado, também vai fazer legalmente.

Agora, para isso, não precisamos mudar a moralidade em relação ao aborto, porque, na realidade, o que se pretende é fazer com que o aborto seja mais aceito. O que você pretende é, de fato, banalizar o aborto de forma que aquela pessoa que via isso como sendo errado, passe a ver como não sendo um problema. Um dos objetivos é justamente a reforma dessa moralidade.

Para que consigamos avançar um pouquinho nesse pensamento, vou falar um pouquinho para vocês como foi a liberação do aborto no Estados Unidos. Vejam que, nos Estados Unidos – e vocês não vão ouvir isso em audiências e não vou ouvir também na mídia, porque as pessoas não falam disso –, o aborto é liberado até o nono mês da gravidez. Você pode fazer um aborto até um dia antes do nascimento. Existem clínicas de aborto de terceiro trimestre. Então, isso é liberado até o nono mês.

Inicialmente, o aborto era proibido em todos os Estados norte-americanos. Alguns Estados passaram a liberar o aborto para algumas condições um pouco mais controladas, somente até três meses. Em 1970, o governador do Estado de Nova York era o Nelson Rockefeller. Ele criou uma comissão para estudar a liberação do aborto, e o aborto acabou sendo liberado no Estado de Nova York. Nos dois primeiros anos após a liberação dessa lei, mais de 400 mil abortos foram feitos no Estado de Nova York, e isso virou um escândalo público. Existem biografias que relatam que havia filas de carros na frente das clínicas. Isso fez com que a população norte-americana ficasse escandalizada, porque viu o absurdo daquela situação.

Muitos Estados que estavam caminhando em direção à legalização retrocederam: "Nós não vamos mais legalizar o aborto." Não só não legalizar, mas começaram a fazer leis mais restritas. Só que, em 1973, um caso chegou à Suprema Corte dos Estados Unidos. Os juízes da Suprema Corte legislaram, praticamente. Eles, ao contrário do que muito bem explicitou aqui a Drª Stela, decidiram que não se podia dizer que havia vida antes do nascimento. Vou ler rapidamente a parte da sentença que trata disso. Eles disseram o seguinte: "A Constituição americana não define o que seja pessoa. O uso da palavra é tal que ela somente pode ser aplicada após o nascimento. Ao definir os cidadãos, a 14ª Emenda diz que são pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos. Nada indica que a palavra pessoa possa ter uma aplicação pré-natal possível. Tudo isso nos persuade de que a palavra pessoa não pode incluir os não nascidos." Vocês vejam que é justamente o contrário do que falamos aqui. Eles decidiram que um não nascido não era uma pessoa. Com base nisso, o aborto foi liberado, nos Estados Unidos, até o nono mês. O que isso causou? Várias clínicas começaram a ser montadas nos Estados Unidos, principalmente, clínicas de aborto tardio, abortos de terceiro trimestre, porque não existiam na época.

Pergunto: vocês acham que clínicas de aborto de terceiro trimestre é política para acabar com o aborto clandestino ou é para promover aborto? Para que serve uma clínica de aborto de terceiro trimestre, quando a criança já é viável e já está quase a nascer, nós optamos por interromper a sua vida?

Depois disso, ainda tivemos propostas um pouco mais ousadas. Recentemente, em 2012, dois cientistas, Giubilini e Minerva, fizeram um artigo publicado no *Jornal de Ética Médica*. O título do artigo é "Aborto pós-nascimento: por que o bebê deveria viver?" É uma defesa clara do infanticídio. Não posso entrar aqui nesse ponto, porque o tempo corre, mas, de qualquer maneira, justamente, depois, 12 semanas, vamos para 24, vamos para o infanticídio, e a coisa vai num crescendo. Aí vocês vão dizer: "Ah, mas isso é lá nos Estados Unidos. Aqui nós estamos discutindo 12 semanas."

Mas aqui, no Brasil, já houve uma proposta para liberar o aborto até os nove meses de gravidez. Só que ninguém vai falar para vocês que era isso. Por quê? Porque, no ano de 2005, foi colocado em pauta um Substitutivo do Projeto 1.135, durante o governo Lula, que liberava aborto até os nove meses. No primeiro artigo, ele dizia que o aborto era até 12 semanas, só que depois, no nono artigo ele revogava o art. 124 do Código Penal. O que diz esse artigo do Código Penal? É o artigo que justamente criminaliza o aborto, porque o aborto, mesmo o dito legal, é um crime, só não é punido. Então, você diz que vai fazer aborto até 12 semanas, mas aí você exclui o artigo do Código Penal que diz que o aborto é crime. Você liberou para nove meses. Só que quando a gente falava isso nas audiências públicas, as pessoas diziam que não. Mas é exatamente assim.

Então, isso não é política pública para acabar com o aborto clandestino. Isso é política pública para promover o aborto.

Mais ainda, alguns outros exemplos que nós temos. A Fundação Rockefeller, quando buscou difundir um pouco o método do aborto medicamentoso – e o que é o aborto medicamentoso? É aquele aborto em que você não vai fazer uma extração cirúrgica, você dar um medicamento para a pessoa. Quando eles estavam difundindo esse medicamento, houve um congresso justamente sobre aborto medicamentoso, e um dos principais assuntos tratados foi a facilidade de substituir... Na realidade foi como você consegue promover o aborto de segundo trimestre substituindo o aborto cirúrgico pelo aborto medicamentoso. E por que isso?

Vejam bem, um médico, ao fazer um aborto, tem todo o problema, principalmente um aborto tardio, de segundo trimestre, existe ali uma pessoa, você perde a abstração do feto, aquilo deixa de ser abstrato e passa a ter feições de pessoa, principalmente com ultrassom. Então, à medida que o aborto é mais tardio, fica mais difícil para o médico fazer esse aborto. Então, existem médicos que não querem fazer, mas que não se oporiam ao aborto medicamentoso, porque isso tira, vamos dizer assim, essa personalidade do feto, esse parecer um ser humano.

Então, vamos examinar a coisa de forma clara. Nós não estamos falando em acabar com aborto clandestino. Promover aborto de segundo trimestre não é para acabar com aborto clandestino, é para outra agenda, é para aumentar, promover o aborto.

O Padre Paulo Ricardo, na última audiência, quando esteve aqui, já mencionou a respeito do relatório da Fundação Ford, que se chama Saúde Reprodutiva: uma estratégia para os anos noventa. Nesse relatório, a própria Fundação Ford diz o seguinte: nas décadas de 50 e 60, as fundações financiaram a pesquisa e o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a reduzir as taxas de crescimento populacional. E essas políticas incluíam a oferta de serviço de planejamento familiar e de aborto. A partir dos anos 80, foi percebido que isso não era suficiente, e que o objetivo de diminuir o crescimento populacional, na realidade, não ia ser atingido. Por que isso era importante? Porque foi feito um relatório, Relatório Kissinger, que era de segurança interna dos Estados Unidos. E ali as pessoas atentaram para o fato de que, se a população continuasse crescendo, isso era um problema interno para os Estados Unidos, principalmente nos países pobres.

Então, o que era necessário fazer? Era necessário que você diminuísse o crescimento populacional. Então, o que aconteceu é que a Fundação Ford viu que, sem o aborto, isso não ia ser possível, você não ia ter uma redução e você não ia ter o crescimento populacional zero.

Dentre outras coisas que a Fundação Ford fez, ela passou a promover uma organização que era ainda pequena, mas que, com esses investimentos, acabou crescendo, que é justamente a Católicas pelo Direito de Decidir. A Frances Kissling explicita isso muito bem na sua entrevista de 2002, onde ela diz o seguinte: que o que, na realidade, ela acredita que foi, vamos dizer assim, que catapultou esses investimentos, na realidade foi o fato de que ela reconhecia que os movimentos não podiam se limitar apenas a discutir a legalização, mas sim que era necessário questionar a moralidade do aborto.

Então, vejam bem aqui o ponto onde nós queremos nos concentrar neste caso: se o objetivo de todos esses trabalhos fosse somente acabar com o aborto clandestino, por que é que seria necessário a gente alterar a moralidade do aborto? Conforme eu já falei antes: o objetivo é que você mude a opinião de quem é contrário ao aborto. Porque quem é a favor já é a favor.

E um artigo que a Frances Kissling escreveu na revista *Conscience* intitulado O aborto deve ser mesmo diminuído?, ela critica...

(Soa a campainha.)

A SRª ADELICE LEITE GODOY D'AVILA – ... os militantes do aborto que dizem que o aborto deve ser fácil, barato, legal e raro. Ela diz: "Por que raro?" Veja bem, quando você fala que o aborto tem que ser raro, você está denegrindo as mulheres que fazem um aborto. Você está dizendo que deveria diminuir o número de abortos.

Então, nós já vemos aqui isso muito bem explicitado na palestra da Drª Isabela Mantovani, que a legalização do aborto aumenta o número de abortos e não tem uma nenhuma influência na diminuição de morte materna, nem de aumento, e nós vimos também com a Drª Fernanda Takitani que o objetivo dessas fundações justamente é promover o aborto clandestino – promover o aborto, inclusive nos países onde ele é clandestino.

E eu concluo justamente dizendo que isso não visa legalizar o aborto, na realidade essa é uma estratégia para promover o aborto. E nós somos um país soberano e não devemos ficar sendo controlados por uma elite globalista, formada pelas fundações, e, por mais que as pessoas fiquem falando para nós: "Ah, não, isso é teoria da conspiração", não, não é teoria da conspiração, porque todos esses documentos são públicos.

O tempo que nós temos aqui para falar é pouco para a gente poder explicitar o que está por trás de toda essa documentação. Mas na realidade a estratégia é a promoção do aborto e não se tem por objetivo diminuir aborto. O objetivo é diminuir o crescimento populacional e promover o aborto.

Eu agradeço imensamente pela oportunidade de falar para vocês e para todos na Mesa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Como nosso tempo é curto e há bastantes pessoas para falar ainda, já vamos direto passar a palavra para o Dr. George Martine, que tem a palavra por três minutos.

O SR. GEORGE MARTINE – Eu quase escapei a tempo. Realmente, essa discussão aí eu acho extremamente complicada. Eu não sou especialista em aborto, eu sou pesquisador nessa área de população, e um dos motivos por que eu vim aqui inicialmente é porque já fui citado numa sessão anterior por uma pessoa extrapolando – a partir das informações, dos estudos meus – para uma conclusão parecida com a que a última pessoa que falou aqui chegou, ou seja, que basicamente o aborto é a continuação de uma política imperialista visando à redução da fecundidade.

(...) para uma conclusão parecida com aquela a que a última pessoa que falou aqui chegou, ou seja, que, basicamente, o aborto é a continuação de uma política imperialista visando à redução da fecundidade. Pode até acontecer isso, mas é uma coisa muito secundária e marginal em toda a trajetória do crescimento populacional e das organizações que estão interessadas na redução da fecundidade. Na realidade, todos esses organismos que tiveram interesse na redução da fecundidade, em razão de interesses políticos próprios, promoviam o planejamento familiar até como uma forma de reduzir o aborto.

Então, esse tipo de discussão tipifica um pouco o que estou sentindo aqui como um desvio ideológico que encobre uma tremenda ignorância. Escutei aqui, por exemplo, coisas do tipo: "A ONU é que promove o aborto." Se isso não fosse piada, se alguém dissesse isso seriamente, realmente seria preocupante.

Trabalhei por 25 anos com a ONU. Trabalhei com a FAO, trabalhei com a OIT, trabalhei com a Cepal, trabalhei com a UFPA e, em nenhum momento, vi discutida a possibilidade de que a ONU estivesse favorecendo a prática do aborto. Quer dizer, não é porque deveriam ou não deveriam fazê-lo. Não estou discutindo isso. Estou discutindo o fato de que, quando as pessoas fazem esse tipo de afirmação, o resto da argumentação que estão fazendo...

(Soa a campainha.)

O SR. GEORGE MARTINE – ...fica realmente impossível de ser acreditada. Quer dizer, tem de haver um mínimo de respeito com a realidade, com a inteligência das pessoas, com o conhecimento científico.

O mesmo ocorre quando começam a ligar aborto com a liberação da maconha. Nada tem a ver uma coisa com a outra, com as calças, como se diz. São coisas que fazem com que a gente duvide da inteligência das pessoas que estão defendendo determinados pontos de vista. Eu lamento muito isso.

Então, acho que toda essa discussão aqui realmente carece de um embasamento um pouco mais objetivo, científico. É preciso deixar de lado essas informações absolutamente esdrúxulas, que complicam muito a discussão de um assunto muito sério.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só quero informar que temos o Portal e-Cidadania. Está havendo uma audiência muito grande, pois as pessoas estão participando. Só nós últimos minutos, recebemos 278 comentários. A população está participando. Vou citar alguns comentários. Isabel Cristina diz o seguinte: "De novo esse assunto? Nada de aborto com dinheiro público ou com meu

dinheiro! Se querem aprovar, cadastrem os contribuintes que se recusam a patrocinar assassinatos de bebês e deem o devido desconto de imposto para nós. E que os apoiadores paguem." (*Palmas.*)

Segue-se nessa linha. Então, as pessoas estão participando, fazendo muitos comentários. Enfim, está um debate quente.

Vou, rapidamente, passar a palavra para a Regiane Souza.

A SRª REGIANE SOUZA – Bom dia a todos!

Estou aqui para falar em nome das mulheres negras e pobres. Eu tenho 40 anos, eu vim da cidade do Rio de Janeiro.

Fui violentada por um traficante de drogas. Isso ocorreu quatro anos atrás. Eu engravidei desse estupro e tive a oportunidade de ir até o hospital. A única coisa que o Núcleo de Apoio às Mulheres pôde fazer por mim foi me acompanhar até o hospital. Eu tenho uma filha, que está aqui presente e que é fruto de estupro.

As pessoas falam sobre o planejamento familiar para a gente, para as mulheres negras e pobres. É só isso que a gente escuta. Mas, pela primeira vez, estou tendo a oportunidade de falar, porque sou negra, sou pobre e sou mãe. Optei por ter minha filha, mesmo ela tendo sido fruto de um estupro.

Se a gente tivesse um acompanhamento por ser negra e pobre, um planejamento familiar, não existiriam abortos em clínicas clandestinas, nem nada. Não tive o apoio de ninguém, não tenho o apoio do Estado, ninguém nunca me forneceu ajuda nem o acompanhamento correto. Fui desfeita pelo Cedim, do Rio de Janeiro, e pela Semira, de Goiânia. Moro em Trindade, em Goiânia, e vim para participar deste debate. Esta não é a primeira vez. Sou mãe.

Estou um pouco nervosa porque o tema é meio polêmico. Todos que estão aqui, mesmo os que são a favor do aborto, têm mãe. Então, que refletissem em casa, olhassem para a sua própria mãe e falassem assim: "Hoje em dia, sou a favor do aborto, mas você foi a favor de me dar a vida." A vida é prioritária. Tenho minha filha, não tenho receio.

Então, que os Estados fornecessem para as mulheres pobres e negras... Sempre isto está em debate. Quem não tem opção... Quem tem a opção de fazer aborto são as mulheres pobres e negras. Sou pobre. Infelizmente, sou muito pobre e não tenho acompanhamento de nenhum órgão. Passei pelo planejamento familiar, mas nunca ninguém me acompanhou, pela idade que têm minhas crianças. Tenho uma filha de 22 anos, participei de planejamento. O Estado fornece planejamento familiar só a partir da gravidez, mas não acompanha a família, não faz nada.

(Soa a campainha.)

A SRª REGIANE SOUZA – Se a gente tivesse um planejamento e se a mulher pobre e negra fosse acompanhada em toda a vida, a partir da gestação das crianças, não existiria aborto. Ou uma mãe que optasse por abortar seu filho... Acho que precisamos de uma oportunidade, por sermos pobres e negras. As pessoas pensam em fazer aborto porque são pobres ou negras? Não. Elas só optam pelo aborto porque o Estado não dá a oportunidade de elas sustentarem a criança.

Sustento minha filha sozinha. Ela é fruto de estupro. E nunca ninguém me deu apoio nenhum, de forma nenhuma, principalmente o Núcleo de Apoio às Mulheres. Nunca me ligaram, nunca fizeram nada por mim, mas me levaram para o hospital para fazer o aborto. Quando optei por ela, a menina da Semira me disse que, se eu tinha optado pelo problema, eu tinha ficar com meu problema, que a escolha tinha sido minha.

Agradeço a oportunidade. Estou tensa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O seu nome é Regiane, não é?

Regiane, isso é interessante. Você levantou um tema aqui que serve para fazermos outra audiência, que é o debate em torno da primeira infância. Penso que, se o Estado começar... (*Palmas.*)

...a pensar em investir na primeira infância, até do ponto de vista econômico, ele se dará bem melhor. O caso que você trouxe aqui, com certeza, serve como estudo de caso para refletirmos sobre políticas públicas nesse sentido.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Políticas para crianças de 0 a 6 anos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente.

Vou passar a palavra, imediatamente, para a Paula Viana.

Acertei o nome agora, não é?

A SRª PAULA VIANA – Acertou.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Paula Viana dispõe de três minutos.

A SRª PAULA VIANA – Bom dia a todas e a todos!

Sou Paula Viana, sou enfermeira há mais de 30 anos, sou parteira, tenho uma experiência muito grande com a saúde reprodutiva das mulheres. Tenho acompanhado grupos de formação de profissionais também que estão na ponta trabalhando com mulheres. Sou do movimento feminista também há quase 30 anos.

Primeiro, eu queria dizer de alguns pontos. Vou tentar ser bem rápida.

Em primeiro lugar, eu me senti bem ofendida aqui, primeiro, por ter sido igualada, como feminista, a uma pessoa que se disse feminista. Na verdade, estamos em caminhos opostos, porque o feminismo luta por igualdade entre homens e mulheres. E parece que esse caminho que traçamos são caminhos opostos.

Outro ponto também me deixa preocupada: comparam-me, como mulher, a uma "crocodila". Fico ofendida porque a "crocodila" come seus filhotes.

Quando alguns correm perigo, ela escolhe e termina comendo seus filhotes, para dar qualidade de vida a outros.

Então, eu também me sinto ofendida como mulher, quando se traz esse tipo de argumentação tão pobre. Vejo correntemente essas pessoas que considero pró-morte trazerem essas argumentações tão pobres, que desvirtuam tanto nosso caminho de trabalho.

(Soa a campainha.)

A SRª PAULA VIANA – Nós feministas somos e fomos quem desvelou o tema do aborto, o tema tabu do aborto no Brasil. E vimos fazendo isso sistematicamente. Nós tiramos os véus disso. Estamos falando disso. Parabenizo o Senado Federal por trazer este debate.

Considero a fala do Dr. George e me incorporo à fala dele, quando ele diz: "Por favor, melhorem esses argumentos. Vamos tentar fazer um debate inteligente, baseado realmente no que acontece no Brasil."

Nós não estamos manipulando informações e dados, como vocês manipulam. Infelizmente, a última fala desta Mesa trouxe várias inverdades, trouxe vários dados e informações completamente desvinculados da verdade. Espero que vocês, por favor, estudem e leiam para chegar aqui em condições de debater conosco. Trouxemos aqui especialistas. Desde a primeira audiência, trouxemos especialistas que trabalham com a saúde e que não têm essa posição que vocês, que dizem querer que esse assunto seja debatido com base no total respeito à inteligência das pessoas.

Quero dizer à Regiane: "Que bom que ela pôde escolher!" É isso que nós queremos. (*Palmas.*)

Nós queremos que as mulheres possam escolher. Apoiamos a Regiane ou quem for que queira escolher manter sua maternidade, seguir com sua maternidade, com qualidade de vida. É por isso que trabalhamos pela humanização do parto, pela melhoria do pré-natal.

Um dos Objetivos do Milênio que o Brasil alcançou se deu na questão da mortalidade infantil. E isso não se deu de graça, não porque houve governo bonzinho ou mauzinho, mas porque os movimentos feministas e os movimentos de mulheres pela saúde estavam lá e ainda estão lá lutando pela qualidade de vida das mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, tem a palavra a Drª Eliane Oliveira.

A SRª ELIANE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos!

Sou pediatra neonatologista. Trabalho há 29 anos com recém-nascidos na Maternidade Escola Assis Chateaubriand, da Universidade Federal do Ceará. Sou professora de Embriologia na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

Acho importante citar esta informação, porque se desqualifica o discurso religioso de forma incorreta: o Estado laico significa que não temos uma religião oficial, que temos liberdade para acreditar e para desacreditar.

Então, como pediatra que cuida de recém-nascidos e que estuda um pouco de Embriologia modestamente, o aborto mata uma criança vulnerável e incapaz, que não pode se defender. É um crime hediondo, que significa pena de morte para um inocente. É legitimar o homicídio sob a forma de aborto. O aborto desumaniza e coisifica a mulher, é fruto de uma visão de mundo hedonista, pragmática e utilitarista.

O primeiro de todos os direitos humanos é o direito de viver. Os estudos são embasados tecnicamente, desde 1827, com Von Baer, o pai da Embriologia moderna, no fato de que a vida humana começa na fecundação, onde se define o sexo genético, o sexo cromossômico, onde existe o embaralhamento genético.

Com 21 dias de vida, o coração está batendo; com sete semanas, o bebê tem terminações nervosas em torno da boca. Quanto mais prematurinho o bebê, mais dor ele sente, de forma mais intensa e mais prolongada do que um adulto. Com oito semanas, o bebê tem todos os órgãos formados. Os embriões congelados podem ficar indefinidamente congelados.

(Soa a campainha.)

A SRª ELIANE OLIVEIRA – O Liam James ficou por 19 anos congelado.

O aborto tem, sim, consequências físicas e psicológicas devastadoras para a mulher, para o homem, para a equipe de saúde. O Estado tem de acabar com a pobreza, e não com o pobre. O Estado tem de acabar com a pobreza, e não com o pobre. Os problemas decorrem de má gestão dos nossos recursos. O Estado tem de acabar com a pobreza, e não com o pobre. Mais de 80% da população brasileira são contra o aborto. Temos de promover uma cultura de respeito ao nascituro.

Convoco toda a sociedade civil a comparecer à Marcha em Defesa da Vida contra o Aborto, que ocorrerá no dia 3 de outubro, no sábado, às 16h, na Praia de Iracema, em Fortaleza, no Ceará.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só ressalto que esta audiência foi convocada pelo Senador Magno Malta, que, infelizmente, por um problema de saúde, não pôde comparecer. Mas ele está acompanhando a reunião via TV Senado.

Quero passar, imediatamente, a palavra para Ângela Freitas.

A SRª ÂNGELA FREITAS – Bom dia!

Sou Ângela Freitas, sou socióloga, sou comunicadora social e trabalho em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres há 30 anos.

Quero aqui apoiar pessoas como Paula e como o Dr. Martine, que mencionaram a agressão à inteligência, à nossa inteligência, ao nosso discernimento em relação a algumas falas aqui, como se as mulheres brasileiras não fossem capazes de ter clareza a respeito do que pensam e do que querem para suas próprias vidas, não fossem capazes de perceber teorias conspiratórias que querem decidir por elas. Penso que é preciso olhar o aborto na sociedade brasileira como um fato que acontece na vida de todas as mulheres, independentemente de classe, de raça, de etnia, de condição social.

Venho de uma família católica de seis filhos. As meninas foram educadas pelas Ursulinas e pelas Doroteias, e os meninos foram educados pelos Maristas e pelos Beneditinos. Transformei-me, sem saber dar este nome, numa "Católica Pelo Direito de Decidir", porque fui educada pela Igreja da Libertação, que nos ensinou a ter compaixão, a ter solidariedade. Nessa educação, eu não recebi informação sobre educação sexual, sobre contracepção, nem mesmo sobre o que era menstruação. Essas coisas nós aprendíamos com as colegas, com as amigas, com as vizinhas, conversando, e os laços de solidariedade eram grandes. Nós aprendíamos, logo cedo, que acontecia uma coisa com as mulheres que engravidavam sem desejar, sem querer, sem planejar, que era o aborto.

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA FREITAS – Então, do mesmo jeito que a menstruação, a vida sexual, os casamentos e os namoros aconteciam, aconteciam as gravidezes indesejadas.

Eu tive experiência direta com isso, ajudando uma empregada doméstica, que engravidou indesejadamente, a abortar. Foi aí que aprendi que havia um dilema moral. Por solidariedade, por compreender que era uma questão humana de apoio a uma pessoa que, se não tivesse ajuda, ia sofrer risco de vida, fazendo malfeito, ajudei essa mulher a fazer um aborto com condições mais seguras.

Minha vida seguiu, e entrei para um movimento que trabalha pelo direito de decidir. Nós não defendemos o aborto por eugenia. Não se trata disso. Não se trata de defender o aborto até a nona semana. Essa lei que estamos discutindo aqui não diz isso. Não compactuo com essa conspiração de que o que queremos fazer é algo que vá ferir o desejo das mulheres, a necessidade das mulheres e a condição de vida das mulheres.

Convido a companheira negra e pobre do Rio de Janeiro a visitar o Cedim. Eu sou Conselheira do Cedim pela Articulação de Mulheres Brasileiras e quero convidar veementemente essa companheira a uma visita, para que ela relate de que forma ela se sentiu agredida, a fim de que possamos democraticamente discutir a questão que ela sofreu.

Defendo até a morte, se for preciso, que uma mulher que não deseja abortar nem mesmo filho de estupro não seja obrigada a isso. Mas também defendo que aquela que toma essa decisão possa fazê-lo em condições seguras. E muitas mulheres o fazem.

Quero acrescentar à lista que foi apresentada aqui, das autoridades masculinas que têm acesso a aborto para suas filhas, namoradas e amantes, os padres. *O Crime do Padre Amaro* não é algo perdido na história. Também padres engravidam e também padres levam suas amantes, namoradas e esposas ocultas para abortar. Então, há uma hipocrisia nesse discurso.

A última coisa que quero dizer é que, se há, sim, uma opinião pública sendo revertida neste País contra o direito das mulheres de decidir, há de se ver também que existe um tom de discurso profético contra o aborto que move consciências, que move consciências à base do apelo à dramaticidade e à criminalidade que se supõe existir aí. Nem mesmo na Nicarágua, o aborto é considerado crime hediondo. É considerado aborto e é encarado de maneira diferente do homicídio.

O que acontece no Brasil? Não se respeita a Lei de Comunicação Social. Os meios de comunicação de massa estão nas mãos de igrejas, que fazem proselitismo religioso nos canais de concessão de rádio e de televisão. Há uma propaganda forte. E eu quero saber qual é a diferença entre financiamento para uma campanha antiabortista e redes nacionais e internacionais de apoio ao direito das mulheres de decidirem e saúde pública e defesa da saúde e da vida das mulheres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, com a palavra, o Dr. José Miranda de Siqueira.

Estamos com o tempo realmente muito apertado.

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, senhoras e senhores, em primeiro lugar, sou cidadão brasileiro, sou advogado e professor de Direito. Tive a honra de ser aluno da Prof. Stela no curso de doutoramento em Direito, em Portugal.

Eu apenas queria pontuar, Presidente, um aspecto que não foi colocado aqui, embora a Professora tenha tocado na questão da inviolabilidade do direito à vida.

Todos nós sabemos que a Constituição está em vigor. E o artigo da Constituição que declara a inviolabilidade do direito à vida é uma cláusula pétrea. Disso todo mundo sabe. Agora, talvez, aqui, Sr. Senador, não saibam a genética constitucional. Já que estamos falando de aborto, de feto, vamos falar um pouquinho de genética constitucional.

Como nasceu o art. 5º da Constituição do Brasil? Nasceu através do que nós chamamos de poder constituinte originário. O poder constituinte originário, segundo o atual Ministro do Supremo Tribunal, professor de Direito Constitucional, que foi inclusive quem assinou a petição do aborto dos anencéfalos, o Ministro Luís Roberto Barroso, é o que há de mais sagrado em Direito Constitucional. Isso é o que diz Luís Roberto Barroso. Imagino que ele seja um grande jurista. Ele diz que nada é mais sagrado do que o poder. Por que ele diz isso? Porque o poder constituinte originário emana da vontade do povo brasileiro, da vontade popular.

Quando fizeram a Constituição, em 1988, na Assembleia Nacional Constituinte, havia movimento a favor do aborto, movimento feminista, partidos políticos que defendiam a interrupção do aborto em qualquer situação. Todos os segmentos da sociedade civil brasileira participaram da Assembleia Nacional Constituinte através de seus Deputados constituintes. E, depois de árduo debate – basta ler, quem tiver interesse em conferir, o Prof. José Afonso da Silva, em seu *Curso de Direito Constitucional Positivo* –, tentaram...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – ...aprovar a expressão "direito à existência digna", mas não conseguiram. O que se aprovou foi "inviolabilidade do direito à vida".

Então, com todo o respeito, Sr. Senador, senhoras e senhores, qualquer discussão para tentar aprovar aborto no Brasil é golpe de Estado. (*Palmas.*)

É um golpe de Estado tão grave quanto o da ditadura militar de 1964! E nós não podemos admitir! (*Palmas.*)

Parafraseando a nossa colega, eu não compactuo com conspiração e com golpe. Não posso permitir isso.

Por último, Sr. Senador, pela ordem, eu gostaria de fazer um requerimento formal, como cidadão e participante desta assembleia. Um dos palestrantes, o médico Olímpio Barbosa Filho, fez uma declaração aqui – nós até o parabenizamos pela sua coragem – de que existe uma clínica clandestina de aborto em funcionamento hoje na cidade de Recife e de que o proprietário possui um haras e ganha muito dinheiro com isso. Ele cobra, se não me falha a memória, entre R$2 mil e R$3 mil por aborto.

Então, requeiro, desde já, a V. Exª que conste em ata um requerimento para oficiar à Procuradoria-Geral do Ministério Público de Pernambuco, para que adote as medidas cabíveis, tendo em vista tratar-se de crime de ação penal pública, previsto no Código Penal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nosso tempo já está bastante extrapolado.

A associação Católicas pelo Direito de Decidir foi citada e pede o direito de resposta após as intervenções.

Vou conceder-lhe um minuto. Depois desse minuto, teremos de encerrar a reunião, porque tenho uma reunião agora e já não vou poder ficar aqui, infelizmente.

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, já fica concedido o minuto que tem.

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – Seria outra coisa o minuto final. De qualquer forma, como Dr. George falou, houve muita mentira expressa aqui, e uma delas foi aquela que citou Católicas pelo Direito de Decidir, dizendo que a Fundação Ford nos apoia – isto é verdade, ela nos apoiou desde o início no nosso trabalho – e que ela nos apoia para promovermos o direito ao aborto. Disseram que temos interesses outros quando fazemos isso. Isso não é verdade. Nós somos transparentes no nosso orçamento da nossa ONG. Podem ver isso. A Fundação Ford sempre nos ofereceu recursos para que pudéssemos trabalhar com a agenda que temos. Ela nunca nos propôs a promoção do aborto.

Outra coisa é a defesa da vida das mulheres, é a consideração de que, como disse muito bem e mostrou aqui com dados a Profª Teresa Blandón, a ilegalidade do aborto é um instrumento de morte.

Portanto, não há lógica em se dizer defensor ou defensora da vida quando o que se defende, na verdade, não é a vida, mas princípios abstratos ou relacionados a concepções, inclusive, que se reclamam da Medicina e da Genética, mas que poderiam ser contestados...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Doutora, pode concluir.

A SRª MARIA JOSÉ ROSADO NUNES – ... por outro tipo de concepção, inclusive genética etc..

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O Dr. Olímpio foi citado e dispõe de um minuto.

O SR. OLÍMPIO BARBOSA MORAES FILHO – Acho que não podemos ser hipócritas. Eu não sei qual é a cidade em que o senhor mora, mas, provavelmente, há uma clínica de aborto também na sua cidade, como existe em qualquer capital ou cidade com mais 50 mil habitantes. Eu não sei se vamos fazer isso no Brasil, porque assim muitas pessoas... Se você procurar quem são os clientes, vamos prender muitas pessoas, provavelmente amigos seus, amigos meus.

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Felizmente, não tenho amigos que causam a morte de ninguém, doutor.

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Graças a Deus, eu sou da vida e pela vida! Graças a Deus!

O SR. OLÍMPIO BARBOSA MORAES FILHO – Então, é uma informação que uma colega... Peço só mais um minuto.

É o seguinte: essa questão está errada, como eu disse. Não se trata de perguntar quem é a favor ou contra. Realmente, se se fizer uma pesquisa sobre quem é a favor do aborto, vou dizer que sou contra. Agora, se você perguntar sobre uma situação em que a mulher vai morrer, se perguntar se sou contra ou a favor, vou dizer que sou a favor. No caso de estupro, sou a favor. No caso em que vai causar um dano à saúde mental da mulher, em que ela não tem nenhuma condição de criar a criança? Essa é uma escolha dela. Sou a favor. Quando você faz isso, sobe o percentual para 70%, para 80%. E se pergunta à população brasileira em várias pesquisas: você é contra o aborto, mas você é a favor de que as mulheres sejam presas, tenham a pena de reclusão, como estão querendo, de três anos, de cinco anos ou de dez anos? Aí 70% da população respondem que não são a favor. Um deles é o próprio Senador Sarney, que foi perguntado sobre isso e disse: "Não! Sou contra a mulher ser presa".

Então, o que estamos discutindo aqui é se a maneira correta é colocar a mulher na prisão ou tratar isso como saúde pública.

E se vai mais longe. Quando é perguntado se uma pessoa que você conhece deve ser presa – o senhor não conhece ninguém que provocou aborto; eu conheço várias pessoas, até padres –, quando se pergunta se mulheres amantes de padres ou outras mais da sociedade devem ser presas, 90% dizem que as pessoas conhecidas não devem ser presas.

Essa questão deve ser tratada aqui sem hipocrisia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Dr. Nazareno...

A SRª ADELICE LEITE GODOY D'AVILA – Eu somente gostaria de esclarecer que, desde a Conferência de Glen Cove, que ocorreu em 1996, os comitês de direitos humanos da ONU passaram a atuar em relação aos direitos reprodutivos e passaram a trabalhar junto aos países onde havia o aborto não legalizado para legalizar o aborto. Muito me espanta, então, que o Dr. George tenha trabalhado na ONU tanto tempo e desconheça esse fato.

O segundo ponto é que, quanto aos meus argumentos, eu gostaria de mencionar que os meus argumentos são frutos de muito estudo, mas é um estudo descomprometido, porque ele não é financiado por ninguém, além de mim mesma. Sou eu que financio este meu estudo. É por isso que não recebo dinheiro de fundação milionária, eu não recebo dinheiro de organizações que possuem clínicas de aborto. Então, o meu estudo é

livre. Eu posso fazê-lo. E o compromisso que eu tenho naquilo que eu estudo é com a verdade, com a minha própria consciência e com o meu próprio discernimento.

(Soa a campainha.)

A SRª ADELICE LEITE GODOY D'AVILA – Por último, eu gostaria de dizer à D. Maria José que um bebê não é abstrato, ele é concreto.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Peço que conclua, Doutora.

A SRª ADELICE LEITE GODOY D'AVILA – Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Dr. Nazareno, o senhor dispõe de um minuto.

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – Senador Medeiros, apenas como fui citado, eu quero deixar clara a nossa posição. Em nenhum momento, eu quis comparar nenhuma mãe, nenhuma mulher a um crocodilo. Apenas falei que o direito à vida e os direitos humanos progrediram tanto, que, hoje, um ovo de um jacaré recebe proteção de Estado, enquanto um ser humano, um embrião fecundado não recebe essa proteção. Essa foi a diferença. Eu não fiz nenhuma comparação. Desculpem-me se eu não fui claro na minha exposição.

Eu apenas reforço que acho que nosso esforço aqui, Senador, é no sentido de buscar soluções. Existe um problema. Nós não podemos, realmente, continuar mascarando esse problema. Então, é preciso buscar soluções, com apoio à mulher, com apoio à mulher gestante. O Estatuto do Nascituro está em pauta, está tramitando neste Congresso. Vamos dar todo o apoio. Há a Rede Cegonha e tantas outras maneiras de prevenção e de informação. A população precisa saber das consequências que o aborto provoca em muitas mulheres.

(Soa a campainha.)

O SR. NAZARENO VASCONCELOS FEITOSA – Então, com educação, com esclarecimento, com prevenção e com políticas públicas, nós vamos conseguir o que tenho certeza que todos aqui desejam, que é a redução do aborto e da morte de todos, das crianças, das nossas mulheres, buscando a saúde das nossas mulheres também.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu queria informar que os dados colhidos aqui servirão para instruir o relatório do Senador Magno Malta.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 86ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e do Senador não membro José Serra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº141 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "A participação da Sociedade na Gestão do Pré-Sal e o projeto de lei que trata da exclusão da Petrobras da condição de Operadora única na exploração do petróleo do Pré-Sal". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Raul Tadeu Bergmann, Engenheiro, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET; Sebastião Soares da Silva, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; José Maria Rangel, Presidente da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Senador José Serra, Autor do PLS 131/2015 – Pré-sal; José Joaquim Marchisio, Economista, Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON; Vitor Luis Silva Carvalho, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT/Nacional; Flávio Werneck Meneguelli, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas no Plenário: Fernando Maia da Costa, Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-Sal; Osvaldo Maneschy, Assessor Especial do Ministério do Trabalho e Emprego. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e José Serra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 86ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 141, de 2015, CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema "A participação da sociedade na gestão do pré-sal" e o projeto de lei que trata dessa questão junto à sociedade brasileira.

Esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

Eu só vou situar aqui os convidados, dizendo que o Senador José Serra falou comigo na quinta e também, se não me engano, no sábado. Como ele é o autor do projeto sobre o qual eu vou fazer aqui um rápido comentário, disse que virá a esta reunião para participar do debate. Eu de pronto garanti a ele – e aqui eu estou ao vivo para todo o Brasil – que o debate será em alto nível, um debate no campo das ideias, e que aqui não haverá ofensas de parte de ninguém, nem dos sindicalistas, naturalmente nem dos convidados, nem de parte dos Parlamentares. Isto eu garanti a ele e garanto aqui. Quer dizer, o debate será no campo das ideias e sem nenhuma ofensa pessoal.

Só para vocês terem uma ideia, eu estava na Bahia, num evento com cerca de 700 sindicalistas e líderes, debatendo a questão da terceirização, mas havia 20 pessoas que haviam falado contra a terceirização. Houve um empresário que teve coragem – e eu o elogiei – de ir lá, porque ele tinha uma posição contrária. Depois havia ainda mais 20 que iam falar contra a terceirização. Havia um grupo no plenário que achava que ele não poderia falar. Falou – eu estava dirigindo os trabalhos – e dei a ele o dobro do tempo que dei para os outros.

Eu disse: "Ele vai falar mais do que vocês falaram, em matéria de tempo individual"; porque eram cinco minutos para cada um. Dei para ele 15 minutos, e ele falou. E o pessoal entendeu que ou a gente respeita o processo democrático e faz o debate no campo das ideias ou a gente não é um democrata. Então, nós somos

democratas e aqui o debate será nesse nível: ele vai argumentar, os que pensam diferente vão argumentar, e assim sucessivamente; a gente vai com isso construindo um caminho no campo da razoabilidade sobre qualquer tema.

Quero lembrar que tivemos um debate recentemente sobre a urgência de um projeto que, na verdade, era um decreto legislativo que revogava a NR nº 12, e o Senador Cássio esteve aqui. Ele participou também de um debate no mais alto nível e, no final, ele entendeu que era possível, sim, retirar a urgência. Mas ele foi cumprimentado por mim, porque precisamos ter a responsabilidade de enfrentar o bom debate e o bom combate, que seja, no campo democrático e no campo das ideias. Então eu garanti ao Senador que aqui não haveria nenhum tipo de encaminhamento que não fosse no campo das ideias.

Por isso eu faço essa pequena introdução, porque estou convicto, pelos convidados e pelo Plenário, de que aqui todos sabem fazer o debate, expressando o seu ponto de vista, mas permitindo que falem aqueles que pensam diferente, como eu sempre digo. E a frase não é minha: "Eu vou pelear até a morte para que aqueles que pensam diferente do que eu penso tenham o direito também de expressar o seu ponto de vista", na convicção que nós todos temos de que ninguém é dono da verdade. Eu posso ter o meu ponto de vista. Eu, ouvindo o outro lado, que me provem o contrário. Não me provou, naturalmente eu vou manter o meu ponto de vista sobre qualquer tema, não estou falando especificamente sobre esse tema no momento.

Mas só para situar – não vou convidá-los para a Mesa ainda – vão participar da primeira Mesa: Raul Tadeu Bergmann, Engenheiro, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras; José Joaquim Marchisio, Economista, Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul; Sebastião Soares da Silva, que falará pela Nova Central Sindical, ele que é da Executiva dessa Central; José Maria Rangel, que falará pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Na segunda Mesa: Carlos Lacerda Cavalcante, representante da Força Sindical; Vitor Luis Silva Carvalho, que falará pela Central Única dos Trabalhadores; Flávio Werneck Meneguelli, que falará pela CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros); Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Esses são os convidados. Aqui não importa de primeira ou segunda Mesa; é que, como são muitos convidados, faremos duas Mesas.

E só para ganhar tempo, porque eu quero iniciar o debate às nove e meia, eu vou fazer uma rápida introdução sobre o tema, que foi construído pela assessoria aqui do Senado:

Audiência pública na CDH sobre exploração de petróleo, pré-sal e derivados.

Senhoras e senhores, reunimo-nos hoje nesta audiência pública proposta por mim, por provocação que me foi feita pelo Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-Sal, para debater assunto de grande importância em nível nacional, ou seja, para todo o povo brasileiro e para a economia do País como um todo. Refiro-me à gestão do petróleo da camada de pré-sal, especialmente ao Projeto de Lei 131, de 2015, do Senador José Serra, que pretende alterar o *status* da Petrobras quanto à exploração dessas reservas.

Desde 2010, pelo disposto na Lei 12.351, a petrolífera brasileira vem atuando como operadora exclusiva dos campos do pré-sal, com participação de pelo menos 30%, e é a responsável pela condução e execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção.

O que pretende o projeto do Senador José Serra é alterar essa diretriz quanto à possibilidade de que outras empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, integrem o consórcio de produção. Hoje a conjuntura econômica brasileira é diferente e a cotação do óleo cru vem oscilando. Alterações na demanda interna de petróleo e derivados também nos forçam a debater novamente essa questão, levando em conta fortuitas pressões cambiais que afetam a rentabilidade da produção do petróleo, diante da atual situação financeira internacional e das constantes necessidades de investimentos comuns a esse tipo de indústria.

Quando esse grande depósito de óleo foi descoberto, ainda em 2007, houve grande euforia quanto às possibilidades futuras que surgiriam a partir dos recursos oriundos da lavra desses campos. O povo brasileiro vem acompanhando os desdobramentos desse grande projeto nacional e espera que saibamos todos nós gerir de forma eficiente uma fonte tão importante de recursos naturais, para que todos possam beneficiar-se deles.

Portanto, senhoras e senhores, precisamos discutir, debater, deliberar sobre que rumos tomar para que se garanta a contínua e lucrativa exploração do óleo do pré-sal agora e pelos anos vindouros.

Enfim, convido todos a participarem desta Audiência pública e a avaliarem as diretrizes vigentes até o momento e a contribuírem com os seus conhecimentos e opiniões para que tomemos as decisões mais acertadas e mais proveitosas para o Brasil. Que permeie a discussão a consciência de que a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonatos, a camada do pré-sal é assunto extremamente sensível, com desdobramentos em várias instâncias da economia, inclusive no que tange aos aspectos da soberania nacional.

Feitas essas ponderações, exatamente às 9h30 entraremos no debate sobre o objetivo desta reunião. Enquanto eu espero chegarem os outros convidados, como sempre faço, após as audiências que realizo no

Brasil – e já fui a 16 Estados para discutir a questão da terceirização –, quero dizer que a Petrobras é uma das empresas que mais terceirizam. E aí fica também a nossa preocupação com a Petrobras. Só como exemplo, dos 16, 17 Estados em que fui – aos grandes em matéria de extensão e população eu já fui –, todos assinaram e aprovaram, por unanimidade, a carta de cada Estado, como ocorreu na sexta-feira, aqui em Brasília, na Câmara Distrital. Estavam presentes em torno de 800 lideranças. A Câmara estava lotada, com dois telões do lado de fora, e em torno de 350 líderes assistiam ao debate.

Foi nessa audiência de Brasília que eu anunciei que, mediante um amplo acordo realizado na Comissão Especial, eu devo ser o Relator do PL nº 30, que trata da terceirização. Eu já era Relator de três projetos que tratavam dessa questão. Como estou me dedicando muito a esse tema, há mais de um ano, a partir do momento em que a Câmara começou a discutir a matéria, conseguimos acertar com o Presidente da Comissão Especial... A matéria só vai passar por essa Comissão agora e sai de todas as outras em que eu era o Relator.

Então, além do Senador Otto Alencar, Presidente, do Senador Blairo Maggi, Relator, falei também com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros e com o Senador Eunício, que é o Líder do maior partido na Casa, e construímos um acordo para que a gente regulamente a situação dos 13 mil terceirizados. Esse é o objetivo. Não estender a atividade-fim a todos é a posição que para mim vai sair dos 27 Estados. Todos deverão se posicionar com relação a essa questão. Mas todos entendem que a situação dos terceirizados, até para criar um conforto jurídico para empregado e empregador, tem que ser decidida, tem que ser resolvida. E esse é o nosso objetivo.

Rejeitar, naturalmente, o que veio da Câmara, e aprovar outro projeto, construído aqui no Senado, com a participação de todo o segmento da sociedade. Uma vez aprovado, vai para a Câmara, a Câmara vota a favor dele ou contra e o projeto volta para o Senado, que dará, então, a palavra final.

Eu quero cumprimentar, de pronto, todas as centrais sindicais, todas. Não houve uma central que não estivesse participando dessa jornada nacional, uma cruzada em nível nacional contra terceirizar a atividade-fim. E essa unidade foi fundamental, como também reúne todas as confederações, todos os sindicatos, associações, entidades das mais variadas áreas, por exemplo, do Judiciário, todas do Judiciário, Ministério Público: São os juízes, o Ministério do Trabalho, enfim, no campo da Justiça e também do Executivo há uma unidade de que se deva regulamentar a situação dos terceirizados e não chegar a uma situação de querer terceirizar tudo.

Eu sempre repeti aqui em Brasília o que eu recebi da Federação dos Bancários do México, o único banco do México tinha 32 mil trabalhadores, demitiu 30 mil, ficou com dois mil só, a chamada empresa matriz da empresa mãe, e recontratou, via terceirizadas, os 30 mil; trinta mil pessoas foram contratadas com 30% a menos do salário.

Isso é um exemplo típico, nem vou falar de acidente, não vou falar de ações na Justiça, não vou falar tudo o que vem acontecendo no Brasil e no mundo. Muitos países optaram pela terceirização sem limite e deu no que deu.

Hoje, eu falava lá e repito aqui sobre a indignação de todos nós que somos militantes dos direitos humanos com o que vem acontecendo na Europa em relação aos refugiados. Esses imigrantes estão sendo tratados como se fossem gado, são jogados dentro de trens, retirados de trens, espancados, é gás, é bomba; e são seres humanos iguais a nós. E o mundo todo assiste a isso dizendo: Não é comigo. O que não é comigo pode ser comigo amanhã ou depois, sim, se nada for feito.

Por isso, há um movimento também desta Comissão de garantir cada vez mais os direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, combater todo tipo de discriminação e saber ter uma visão universal de direitos humanos, apoiando, inclusive, os imigrantes que, devido à guerra, devido às questões desumanas, estão morrendo quer seja atravessando de navio os oceanos e mares, quer seja tentando atravessar fronteiras com cercas de arame farpado, quando eles tentam jogar as crianças e os adultos, de qualquer jeito, do lado de lá, para ter um lugar ao sol.

Essa questão dos imigrantes é uma responsabilidade mundial, para mim, e seria uma total irresponsabilidade nós, seja da América Central, seja aqui da América do Sul, da América do Norte, seja da Europa, não acolhermos esses irmãos nossos que estão numa situação desesperadora, como a gente tem visto: tomando água praticamente embarrada, água suja, mas como água tem que tomar... E se alimentando graças a helicópteros jogando alimentos. Seja para mim na Etiópia, seja na África, Etiópia é um país na África, claro, seja na Ásia, seja no continente africano ou seja na Europa ou nas Américas, nós temos que ter a mesma posição contrária a essa situação de vida degradante.

Como são 9h33, eu havia assumido o compromisso de iniciar às 9h, nós vamos formatar, então, as Mesas e, quando o Senador chegar, ele vai ser convidado a estar na Mesa junto com os debatedores, para que ele faça o ponto de equilíbrio do contraditório em relação àquilo que, legitimamente, outros pensam.

Então, eu chamo já, neste momento, para a Mesa. E dizer que essa audiência pública foi uma provocação dos companheiros do Rio Grande do Sul, mas também é em nível nacional, porque a questão não é gaúcha, mas nacional.

Estamos falando aqui de uma questão que interessa, já digo a 220 milhões de brasileiros. Alguém me corrigiu e disse: não são 220 milhões, Paim, deve estar em 215 milhões. Mas vamos chegar ligeirinho a 220 milhões.

Convido o Engenheiro, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Dr. Raul Tadeu Bergmann. Seja bem-vindo aqui. É alto conhecedor do tema, e com satisfação o recebemos à Mesa, neste momento.

Seja bem-vindo. Escolha o lugar, tanto faz a minha esquerda ou à direita.

Eu disse: escolha o lugar à esquerda ou à direita. Diz ele: tanto faz. Mas ficar a minha direita daqui para lá, mas fica à esquerda de lá para cá. Então, é um meio termo.

Sr. José Joaquim Marchisio, se estou certo. É essa a pronúncia mesmo? Dr. José Marchisio, Economista e Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (Socecon). Seja bem-vindo, amigo.

Sebastião Soares da Silva, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que aqui falará em nome da Nova Central, sobre o tema.

José Maria Rangel, Presidente da Federação Única dos Petroleiros, (FUP).

Repito: esta é a primeira, depois, teremos mais uma segunda Mesa. E vamos começar a expressar o ponto de vista de cada um sem prejuízo de quando chegar, como é de praxe nesta Comissão, todo Senador ou Deputado que vem, usa a palavra no momento em que entender mais adequado. E, no caso específico do Senador José Serra, como ele é o autor do requerimento, poderá ser questionado e poderá também questionar os debatedores sobre o tema. Mas tenho certeza, pessoal, – porque conheço, na lida do dia a dia, o Senador –, que será um diálogo muito franco, aberto, transparente, onde cada um vai expor seu ponto de vista de forma respeitosa, mas não deixar de pensar diferente, até porque se todos pensássemos igual, não precisaria nem ter esta reunião aqui, estávamos todos abraçados, um, no Inter, e no Grêmio, mas, de preferência com o Caxias.

Quem é gaúcho sabe desta briga que há no Sul, do Inter, do Grêmio e do Caxias.

Pergunto se, na Mesa, alguém ter preferência para falar primeiro.

Para mim, deixo bem à vontade a Mesa.

O senhor quer iniciar?

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Posso iniciar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, assim gostei. Porque, normalmente, o que fala primeiro é o que tem que puxar todo o debate.

Dr. Raul Tadeu Bergmann, Engenheiro, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Bom dia. Muito obrigado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço que já deixem uma cadeira aqui na mesa, a postos, para quando chegar o Senador José Serra.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Paim, pela oportunidade. Bom dia, senhores presentes.

A nossa ideia é tentar contribuir para este debate com algumas informações, com alguns enfoques que a gente esboça, para evitar que a sociedade brasileira seja prejudicada com o que está sendo proposto, que se chegue a uma melhor solução.

A ideia que a gente tem é o petróleo do Brasil para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para situar aqui, porque não informei, são dez minutos com mais cinco, ou seja, 15 minutos para cada um; quem quiser fala menos, tudo bem, mas vou controlando.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Proponho-me a falar um pouco sobre geopolítica, importância do petróleo. O que é aquilo ali, hein?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pessoal da Mesa aí tem que dar alguma contribuição? Assessoria da Mesa.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Modelo da Noruega, estratégias para aplicação no âmbito nacional e consequências do que está sendo tratado.

A importância da propriedade do petróleo. O processo civilizatório mundial está totalmente e irresponsavelmente calcado em cima do petróleo.

Quem dispuser dessa propriedade, controlando a sua destinação, terá um grande poder geopolítico em tudo, pois ele é o maior fator de desenvolvimento da sociedade, de qualquer sociedade, haja vista os países desenvolvidos, que chegaram a isso basicamente em cima de energias fósseis, primeiro o carvão, depois o petróleo. Esses países desenvolvidos não têm o petróleo, eles precisam do petróleo de outros.

Esse poder geopolítico, no contexto mundial, é muito importante, pois se chega ao limite de haver guerra pela posse desse energético.

A propriedade física é fundamental, porque o que move a sociedade, a nossa civilização, é a energia concentrada no petróleo, é a transportabilidade dele. Não tem similar. A energia elétrica não tem transportabilidade na geração, ela só tem na transmissão, não tem outra que faça isso. Além disso, ele não é somente energia para o transporte, ele sustenta o processo industrial, além de ser matéria-prima para mais de três mil produtos.

A gente trocar o petróleo por moeda, financeiramente... Um bilhão de barris de petróleo leva dez bilhões de anos para se constituir. Agora, um bilhão de qualquer moeda, dólar, real, marco, iene, é feito com papel impresso, ele tem futuro se for bem aceito. Se a gente entregar o nosso petróleo e receber uma enxurrada de papel-moeda, ficaremos sem petróleo e estaremos sobrecarregados de papel-moeda. O que vamos fazer com esse papel? Vamos comprar coisas, comprar bens.

Tudo bem, se comprarmos bens de infraestrutura, bens de investimento, de produção de mais riqueza. Se nós comprarmos, adquirirmos, trocarmos essa moeda por bens de consumo, estaremos consumindo o nosso petróleo.

Vemos, aqui, onde estão os grandes proprietários de petróleo. Estão aqui a Venezuela, a Arábia Saudita. O Brasil estava nessa posição e, com o pré-sal, passou para essa posição, tornou-se um dos sete maiores produtores do mundo, maiores proprietários de petróleo do mundo. Eu vou falar da Noruega, que está aqui. Ela fez o que fez com essa propriedade aqui.

Outra informação importante nessa área é quão próximos estamos do pico mundial de produção de petróleo. Esse pico estava previsto para 2015, 2016, mas foi atrasado pela crise americana de 2008, que fez uma baixa na produção mundial de bens e consumo, mas é uma questão de tempo – e não muito – para nós chegarmos ao pico mundial de produção.

O que significa? Um mundo dependente disso, com consumo crescente e faltando, não tendo mais produção. Seguramente, teremos uma crise, nós vimos uma amostra disso nos choques de petróleo em 1973 e 1979, quando faltou combustível nos grandes centros. Então, é inimaginável o que vai acontecer! É claro que o preço vai subir e vai ser reduzido o consumo, a demanda, pela subida dos preços, mas terá uma crise importante.

Aqui está a situação em 2008, que eu ainda não consegui, mas não deve ser muito diferente, dos grandes demandadores de petróleo na América do Norte, na Europa, na Ásia, e os grandes fornecedores de petróleo, no Oriente Médio. A África é fornecedora também, assim como as Américas do Sul e Central, na época, quando o pré-sal ainda não estava ainda incluído, equilibrado. Então, aqui estão os grandes produtores, que é onde se concentram os grandes conflitos mundiais, por alguma razão. Aqui estão os grandes consumidores.

Essa é a situação macroeconômica de consumo e produção de petróleo, da disponibilidade. Aqui procurei fazer uma apresentação sobre o poder de dependência do petróleo. Os países mais dependentes de petróleo são esses: Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, China, Índia e Japão. São países dependentes de petróleo.

Alguns até produzem alguma coisa, como os Estados Unidos produzem, mas nos Estados Unidos é proibido exportar petróleo deles. E eles procuram segurar ao máximo a produção deles buscando fora porque, senão, eles vão ficar em uma fragilidade de energia de petróleo muito grande.

E os sete maiores produtores estão aqui: Venezuela, Canadá, Brasil, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait. O grupo dos sete são esses países aqui. Os vermelhos são os petróleo-dependentes. No grupo dos sete, cinco são petróleo-dependentes. O azul é produtor, que é o Canadá. E o Reino Unido, na situação atual, já foi produtor, hoje ele está relativamente equilibrado.

E os BRICS estão aqui. A Índia e a China, que são os emergentes, são petróleo-dependentes. A Rússia e a África estão equilibradas. E o Brasil é o único produtor, é o único que tem reserva nos BRICS. Então, essa é a estrutura de dependência e produção e poder geopolítico que está surgindo.

A propriedade física do petróleo é muito importante porque... O poder geopolítico, que eu já falei, é alavancador na geração de emprego e desenvolvimento. A riqueza física não pode ser igualada ao seu valor em moeda; também já falei.

E a situação brasileira, a apropriação de petróleo nacional pelo Brasil? Em um regime de concessão, nada fica com o Brasil. Tudo fica com o explorador. Claro que o grande explorador, o grande produtor do Brasil é a Petrobras, que fica com a parte correspondente à Petrobras e, indiretamente, portanto, a União, como maior acionista, fica. Mas, a rigor, ele fica com quem explora, com quem extrai.

E, no regime de partilha, somente a parcela da União no óleo-lucro fica com a União. Claro que a Petrobras, como sendo também uma exploradora, um consórcio, fica com uma parte também. Mas é isso, mais ou menos, que fica. Então, naquela transparência de quem tem a reserva, não necessariamente o país fica. Isso aconteceu muito seguido na história.

Antecedentes da descoberta do pré-sal. Acho que é importante reprisar um pouco isso aqui porque não é dado o devido destaque. A atuação da Petrobras: cinco décadas de investimentos exploratórios e crescente crescimento das bacias marítimas brasileiras, e um novo paradigma geológico foi feito em... Em 1965, a partir daí, a Petrobras discutiu e quebrou o paradigma do petróleo descobrindo sob camada de pré-sal, que ninguém sabia se existiria ou não um petróleo debaixo de uma camada de 2km de sal, que permitiu um desenvolvimento tremendo de materiais e equipamentos, com uma nova fronteira tecnológica.

E a reserva de petróleo descoberta é de cem a trezentos bilhões de barris, e a Petrobras passou a ser a quinta maior produtora do mundo. Quando descoberto o pré-sal, o Brasil passou a proprietário de uma das maiores riquezas mundiais. Isso é uma realidade concreta, é uma lógica macroeconômica do País. Deixou de ser País pobre. O País, hoje, é um País rico. O Brasil é um País rico.

Para sair de rico para povo rico e desenvolvido, não é assim, depende de muita coisa. Depende de transformar essa riqueza em riqueza para a sociedade, essencialmente da preservação e gestão da propriedade e da qualidade de aplicação do resultado da produção. Esse é o desafio que eu vejo daqui para frente.

As alternativas que a gente percebe... A Noruega, até a década de 1970, em 1969 ela descobriu as jazidas de petróleo e era o segundo país mais pobre da Europa. Ela administrou bem e tornou-se, nos últimos cinco anos, o país com melhor IDH do mundo, melhor bem-estar social e a segunda maior renda *per capita*. E ainda tem um fundo soberano de €$900 bilhões para manter a qualidade de vida da população quando acabar o petróleo.

Por outro lado, Gabão, Nigéria, Angola, Indonésia, Síria, outros entregaram seu petróleo para petroleiras multinacionais e estão na miséria.

Aqui, eu coloquei a situação como está, do menor IDH para o maior IDH. Os países que tiveram maior redução de produção, que eram grandes produtores de petróleo, podem até continuar a ser, mas são os que tiveram maior redução, e vocês vejam que lêmen, Síria, Egito são os que têm menor IDH e tiveram grande redução de produção de petróleo, 70%, 94%, em relação ao seu pico.

Hoje, estão nessa situação e o pico que aconteceu neste ano aqui deu toda essa redução aqui. E vocês vejam que Reino Unido, Austrália e Noruega são os países de maior IDH e tiveram também grande redução de produção de petróleo em relação ao seu pico. Quer dizer, eles conseguiram transformar estável isso, e o grande exemplo é a Noruega, que passou de país mais pobre da Europa para o de melhor IDH do mundo dos últimos cinco anos em apenas quarenta e poucos anos.

Eu fui perguntar como é que acontece isso, porque a gente está permanentemente falando que o petróleo é um bem finito. O petróleo é um bem finito no mundo e é finito em cada jazida, e aqui está o perfil da jazida da Noruega, que, em 1969, foi descoberta, em 1985, estava nessa situação, chegou a um pico em 1999 e hoje está aqui, está nesse nível aqui, de 1700, produzindo menos do que já produziu no seu pico. Então, esse é o perfil da Noruega.

Quando a gente fala em finitude do petróleo, é finitude da jazida. Aqui está o Reino Unido, que descobriu, também, junto com a Noruega, em 1969, atingiu seu pico em 2000 e hoje está aqui.

Esse pessoal, que extraiu todo esse petróleo, em que situação está? Depende do que fizeram com o que extraíram. Depende em que aplicaram essa riqueza.

O modelo norueguês de aplicação, que é isso aqui, a descoberta foi em 1969, eles não tinham uma estatal, não tinham nada, não tinham empresa nenhuma de exploração de petróleo, então, eles fundaram a estatal deles, de economia mista, em 1972, começou a produção em 1985, quando começou a ter uma produção razoável, eles fundaram o SDFI, para controlar o fluxo de entrada de riqueza, para não ter aquele problema de excesso de riqueza e garantir as futuras gerações através do rendimento desse fundo. E esse fundo era administrado pela Statoil, se tornou tão grande e tão poderoso, que, em 2001, eles criaram a Petoro, que é uma empresa com 60 empregados, que praticamente faz a administração deste fundo e participa nas empresas de exploração de petróleo.

Agora, o modelo só tem sentido, só é bom se ele for bem usado. Eu fui ver algumas diretrizes do bom uso dele. Aqui está a que me pareceu muito importante, dita pelo Presidente da Statoil, rindo do Brasil: "É obrigação de todo governo extrair o máximo valor dos produtos naturais do país para o desenvolvimento da sua população, garantindo o benefício intergeracional da riqueza para toda a nação".

Quer dizer, o bem natural, o recurso natural é propriedade do país, ele é propriedade da nação e tem que privilegiar a sua população. Isso foi o que norteou toda a política deles, o tempo todo. Conciliou o que parecia inconciliável, dirigindo o discricionário com eficiência e sem corrupção, protecionismo local, evoluir para a competitividade internacional.

País pequeno de seis milhões de habitantes, eles sentiram que não podiam ficar ilhados. Não é o problema do Brasil, que tem muito a fazer. Eles, para se sustentar, tiveram que se desenvolver e assumir espaço, se internacionalizar. Eles têm uma presença importante no Brasil – a Noruega – e nos Estados Unidos.

Produção com respeito ao meio ambiente, arrecadar e não consumir. Eles passaram anos recolhendo dinheiro e não consumindo, e não investindo em consumir. Investindo em produção de uma riqueza, investindo em tecnologia, investindo em desenvolvimento sustentado, a palavra mágica.

Outra coisa que me chamou a atenção, que é muito característica deles lá: a participação na sociedade, as definições das políticas de exploração.

Lembram que o petróleo foi desenvolvido em 1969? E a Petoro, que é a administradora do fundo, foi fundada em 2001. Nós temos aí, então, 32 anos de evolução, de discussão, de debate e formação de um modelo. Eu acho importante olharmos o uso do modelo, como é que se constrói, porque quem constrói o modelo já embute junto a forma de usá-lo, porque o modelo é uma ferramenta. Ela tem que ser bem usada para ter bom resultado.

Evitar a expectativa de apropriação e unidade da riqueza. Preferir bons lucros mais tarde a correr atrás de receitas no curto prazo e obter resultados medíocres – Ministro do Petróleo e Energia, da Noruega.

Regime fiscal caracterizado pela estabilidade e neutralidade e elevados impostos sobre o lucro de exploração, 78%, e sobre os combustíveis, sem subsídio.

Esse lucro todo vai direto para o fundo. A sociedade só recebe lucro da movimentação de produção de insumos. Tudo o que for lucro direto do petróleo em impostos, ou *royalties*, ou lucro da geração vai para esse fundo, que é o que vai sustentar as futuras gerações.

Para intenção de longo prazo, o mais importante é a estabilidade das regras, o que não combina com lucros exorbitantes. Esse é um conceito que, para nós, é bastante chocante, mas o cara que investe em longo prazo quer lucro garantido. Se for exorbitante, ele sabe que não vai ser garantido. Vai ter muita gente de olho, vai ser muito contestado, vai ter muita instabilidade.

Incentivo temporário ao desenvolvimento e fornecedor de bens e serviços nacionais noruegueses, inclusive visão de expansão econômica para o exterior.

Foi uma constatação do Ipea, quando esteve lá.

Incentivo tributário de pesquisa e desenvolvimento, se desenvolvida na Noruega. Sobre o lucro de exploração é muito alto o imposto. Agora, o que for gasto em pesquisa e desenvolvimento, feitos na Noruega, pode ser abatido nesse lucro.

Esse é um incentivo inteligente. Há uma redução de imposto inteligente.

Toda receita governamental é investida em fundo soberano para evitar a sobrevalorização da moeda norueguesa e transformar a renda provisória do petróleo em permanente.

Aqui está o pulo: transformar a renda provisória, finita do petróleo em permanente. Quando falamos isso, "finito" parece longo prazo. Em 69, quando eles descobriram, quando falavam em ser finita, era longe. Cinquenta anos depois, 2019, daqui a quatro anos. E eles estão naquela situação lá!

Modelo para o Brasil. O Brasil já definiu seu modelo para o pré-sal: regime de partilha de produção; Petrobras, operadora única – é fundamental isso para garantir um monte de coisas –; empresa gestora de produção...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco. (*Fora do microfone.*)

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Mais cinco? (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco, se for preciso. (*Fora do microfone.*)

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Está bem. Estou satisfeito.

Já há uma empresa gestora da produção, a Pré-Sal Petróleo S.A., e está criado o fundo soberano, o fundo social, para onde deverá ser direcionado o rendimento do óleo lucro da exploração dos contratos de partilha.

Então, esse modelo está definido. Agora vem a fase de operacionalização. Só que tem uma coisa: vejo muito se questionar que não há modelo que resista a uma frágil institucionalidade e/ou ao mau uso. O modelo é uma ferramenta. Não existe chave boa, chave de fenda boa para um mau mecânico. Qualquer coisa pode tirar um parafuso, mas o cara tem que ter certa habilidade. A má ferramenta é ruim, mas a boa ferramenta com um mau mecânico também não serve para muita coisa.

Em função das discussões, da discussão no comitê gaúcho, consegui montar um elenco de estratégias, porque acho que o fundamental agora é a aplicação do modelo. Nós não temos isso bem definido. Isso não foi construído pela sociedade. A sociedade não debateu isso. Não houve debate sobre isso. O que a sociedade debateu? O que a sociedade sabe do pré-sal? O pré-sal é *royalty*.

Fiz 50, 100 palestras sobre isso. Em todas as palestras eu perguntava: quem sabe quanto é o *royalty* do pré-sal? Raramente alguém dizia que era 15%. E vinha a pergunta seguinte. Sabe o que está acontecendo com os outros 85%? Isso não foi debatido. Não há essa construção que os noruegueses tiveram.

Com isso, tenho algumas propostas de que toda exploração dos recursos naturais do País têm que maximizar seu valor para uso exclusivo de benefícios sustentados de sua população. Isso é um fator fundamental, não só para o pré-sal. Todo recurso de subsolo, como diz a Constituição, é um recurso da Nação. Não dá para misturar isso, porque é propriedade da Nação enquanto estiver lá. Quando ele sai é de quem extrai, é de outras pessoas? Não, ele tem ser de toda Nação em benefício da sociedade.

Política de produção para atender o mercado interno, exportar somente o necessário para mover o desenvolvimento sustentado do País. Foi isso o que os noruegueses fizeram. Fundamental a participação da sociedade na gestão das estratégias de exploração dessa riqueza, para garantir sua estabilidade a longo prazo, não ficar ao sabor dos impulsos conjunturais, das dificuldades conjunturais que acontecerem, porque isso é 50 anos ou mais.

Promover o desenvolvimento e a regeneração da cadeia brasileira industrial e de serviço para produção sustentada de novas riquezas. É isso que dará emprego, gerará mercado, que evitará que se perca tecnologia, que vai evitar o que aconteceu em países que exploram o petróleo sem essa contrapartida e que hoje importam papel higiênico, alface, e não se produz nada. Isso é o que acontece nos países que entregam seu petróleo, recebem aquela enxurrada de dinheiro e não sabem o que fazer.

Promover o acúmulo de riqueza, fundo social, pesquisa e desenvolvimento e energias alternativas, para ter um legado para quando o petróleo acabar. Isso é fundamental para o futuro.

Políticas de fomento a fornecedores nacionais devem ser temporárias e com foco na competitividade, visando a sua internalização para quando o petróleo acabar.

Maximizar a aplicação da renda governamental de *royalties* e de impostos em infraestrutura, produtividade e competitividade da indústria nacional.

Para isso, a educação é fundamental. A educação tem que visar a um objetivo, uma finalidade, tem que ter uma razão de ser, no meu entender. E esta é uma excelente coisa.

Manter a operadora única como fundamental para o controle da produção e base para enfrentar os desafios tecnológicos, logísticos e financiamento do parque industrial brasileiro.

Preservar a vantagem competitiva decorrente da sinergia dos múltiplos recursos da cadeia tecnológica da Petrobras, integrados para geração de valor, produtividade e eficiência.

Maximizar a parcela de óleo lucro da produção para União e somente utilizar o rendimento de sua aplicação no fundo social, de modo a transformar a renda finita do petróleo em infinita geração de recursos. Regime de concessão de exploração não permitirá isso.

Aqui fiz uma simulação para entendermos o que é geração infinita. Isto aqui seria o rendimento do fundo social para diversos níveis de apropriação de petróleo lucro. Aqui é o começo de produção. Enquanto tiver produzindo, sendo extraído petróleo, ele vai reduzindo. Quando ele acabar, vou chegar ao máximo do rendimento permanente do fundo social. Isto aqui é transformar uma riqueza infinita em finita, em permanente. É este aqui, quando falo que quero que seja entendido.

E as consequências do projeto alteração de partilha, que percebemos, entre outras, as principais seriam estas, a aceleração da exploração do petróleo por um país que tem autossuficiência para mais de 60 anos. Não precisamos acelerar a produção, temos autossuficiência. Quem precisa que a gente acelere a produção são interesses externos, que são petróleo-dependentes.

Retirando da Petrobras sua condição de operadora única, o Brasil abre mão da propriedade do petróleo, do alto lucro e do controle da produção. Principalmente o controle, porque na indústria de petróleo há duas grandes fontes de corrupção, que são o superdimensionamento dos custos que são ressarcidos em petróleo e o subdimensionamento da medição.

É medido menos do que é produzido, porque é muito difícil controlar essas coisas todas a 200, 300 quilômetros mar adentro. E não é só mar adentro, isso acontece no mundo inteiro. Não vai ser privilégio do Brasil. Então, a importância da operadora única é isso tudo.

Desmonte das políticas de desenvolvimento de fornecedores nacionais, de bens, serviços e tecnologia, de *expertise* em áreas inéditas de aplicação transnacional. Nós vamos perder isso. Frustração das possibilidades de desenvolvimento em áreas de conhecimento geradoras de *expertise,* em áreas de déficit de aplicação transnacional e do fornecimento das vocações nacionais e regionais.

Quer dizer, a Petrobras vai se dedicar a isso como qualquer empresa. Ela vai colocar a produção dos seus insumos nas regiões do seu País, vai voltar para o seu País, vai buscar lá. Além disso, a destruição dos polos de geração de inteligência e conhecimento. Nós vamos perder isso com o tempo. Eu estou falando em cinquenta anos, não estou falando em cinquenta meses, em cinco anos.

Afinal, que País nós queremos? Não tem sentido promover mudanças envolvendo um bem tão estratégico para o País, numa época de crise como a atual, ainda mais em urgência. Não tem sentido.

O que for decidido estará condicionando o futuro de todos os brasileiros por mais de 50 anos para o bem ou para o mal, depende do que vai ser decidido agora.

Então, com isso, eu espero ter trazido algumas informações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o engenheiro representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), o Sr. Raul Tadeu Bergmann.

Agora nós vamos passar a palavra, porque o Sr. José Joaquim está ajustando também uma apresentação, para o Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, o Sr. Sebastião Soares da Silva.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia a todas. Bom dia a todos, Senador Paim, a quem eu cumprimento pela sua incansável luta em defesa do nosso País, dos trabalhadores, de todos aqueles excluídos. Também o cumprimento por essa que considero uma vitória, a relatoria no projeto da terceirização, que para nós taticamente, estrategicamente é fundamental. Com certeza, podemos esperar que o PL nº 4.330, aprovado na Câmara dos Deputados, não vá prosperar.

Senador, eu falo aqui representando o Presidente José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que, por agendas já anteriormente organizadas – hoje ele está em São Paulo –, não pôde comparecer a esta audiência.

Eu gostaria de situar a nossa intervenção a partir de uma posição de princípio da Nova Central. Nós fomos constituídos como uma central voltada para defender os interesses nacionais na perspectiva dos trabalhadores. Nós não compartilhamos, não comungamos com qualquer concepção neoliberal de desmonte de direitos, de desmonte de conquistas, especialmente de desmonte do Estado brasileiro na sua função social e na importância que tem.

Nesse aspecto, a Petrobras, historicamente e do ponto de vista da nossa economia e da geopolítica, é uma questão central que nós precisamos defender. A Petrobras é para todos nós um esteio fundamental para várias questões no País. Não só a questão industrial, mas a função social da Petrobras tem um papel relevante para que o nosso País possa se transformar efetivamente numa nação desenvolvida em todos os sentidos.

Nesse aspecto, o PL nº 131, do Senador José Serra, vem na contramão de tudo isso. Nós entendemos que há um conjunto de articulações. Não só há o PL nº 131, do Senador do PSDB, mas há, inclusive, articulações de setores da sociedade, de setores historicamente comprometidos com as políticas neoliberais que já começam a aparecer, eu entendo, para reforçar o debate no Congresso Nacional, especialmente no Senado, em posições favoráveis ao PL nº 131.

Curiosamente, neste final de semana, em vários jornais brasileiros e revistas, publicaram-se artigos de luminares da Justiça brasileira, de intelectuais, justamente com as propostas de desmonte total e absoluto da Petrobras. Alguns, por exemplo, como este, Sacha Calmon, que é um jurista reconhecido: *A Petrobras é do Povo*? Nesse artigo, publicado no *Correio Brasiliense*, de sexta-feira, ele propõe que se ressuscite Margaret Thatcher para que possa fazer o desmonte efetivo e privatizar tudo no Brasil, a começar pela Petrobras. A culpa pela situação em que ela se encontra, claro, na concepção, é do Governo atual e especialmente os seus funcionários.

A gente percebe que há uma orquestração, e não só no PL em tramitação aqui no Senado, mas em outros pontos das ofensivas neoliberais, para o desmonte da Petrobras. Lamentavelmente, a diretoria atual da Petrobras concorre para isso. Acho que não poderíamos deixar de lado também a denúncia com relação às medidas anunciadas de vender até US$ 60 bilhões em ativos da Petrobras; vender parte da BR Distribuidora; vender 49% da Gaspetro.

Essas são medidas criminosas. Nós não podemos aceitar, a Nova Central não aceita e denuncia essa prática da diretoria atual da Petrobras, que reforça a postura já implícita no PL nº 131, que é a perspectiva de retirar da Petrobras o controle único do petróleo no Brasil.

O Dr. Raul Bergman apresentou dados consistentes e concretos sobre a realidade do petróleo no mundo e sobre a realidade da Petrobras. Eu gostaria, até a partir de alguns exemplos e dados que ele trouxe, de trazer à luz a necessidade de que entendamos o PL nº 131 como uma proposta antinacional, que fere a soberania nacional e que traz riscos extremamente graves para a função social dos lucros do pré-sal com relação à educação e à saúde.

Nós sabemos que há verbas carimbadas do pré-sal com relação a essas aplicações de natureza social fundamentais para o nosso País. Por isso o PL, na nossa compreensão, não deve prosperar. Entendemos que a Petrobras é hoje, no mundo, talvez a única petrolífera que tem o *know-how* para explorar petróleo abaixo da camada de sal. Nenhuma outra tem esse *know-how*, um *know-how* adquirido pela história da Petrobras, pela qualidade dos seus funcionários, pela qualidade dos seus técnicos, que coloca o Brasil na vanguarda tecnológica na prospecção desse tipo de petróleo.

Não é uma atividade qualquer fazer esse tipo de extração de óleo abaixo da camada do pré-sal. Isso exige uma tecnologia extremamente avançada, extremamente acurada que hoje, no mundo, só a Petrobras detém.

Portanto, com essa questão da necessidade da qualificação tecnológica, o que está em risco não é apenas a função social, não é apenas o desvio do dinheiro, dos recursos que deveriam ser destinados à educação e à saúde, para transferir para o grupo das multinacionais. Mas o que está em risco, inclusive, é a questão ambiental.

Qual é a qualificação técnica que têm essas empresas para fazer esse tipo de trabalho tão sofisticado, tão qualificado e de altíssimo risco? Nós tivemos problemas graves no México com empresas inabilitadas que criaram desastres ambientais. Nós já tivemos problemas em outros países com a prospecção não em situações tão desafiadoras, tão complicadas e complexas como é a extração de petróleo abaixo da camada de sal, como ocorre no Brasil.

Então, esse é um aspecto. Primeiro, defender a qualificação técnica da Petrobras como a única empresa no mundo que tem hoje o *know-how* adequado para esse trabalho.

Segundo: contestar que o desmonte da Petrobras deve se dar em função da chamada onda de corrupção na empresa. A verdade é que, afirmar que a Petrobras está falida em função de uma alta dívida, que ela está desacreditada em função da corrupção e, por isso, justifica retirar dela o pré-sal, retirar do País os dividendos dessa riqueza colossal, da importância que tem, como o Dr. Bergmann muito apresentou, isso é uma falácia, não resiste às menores análises. Se está tão quebrada – recentemente a Petrobras colocou títulos no mercado e, de uma tacada rápida, angariou quase R$2 bilhões; poderia chegar a R$13 bilhões se assim o quisesse –, que empresa falida é essa que, em apenas um processo rápido, consegue captar recursos tão elevados?

Por outro lado, nós vimos aí o Governo brasileiro financiando setores da indústria nacional. Por exemplo, as montadoras receberam aportes da ordem de quase R$3 bilhões para se recuperarem. Por que o BNDES não abre uma linha de crédito para a Petrobras nesse sentido? Por que o Governo, em vez de...

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – ...até fazer coro com o desmonte da venda de ativos, não investe na empresa, ele que detém 47% das ações, que é o maior acionista?

Então, o que nós defendemos é uma política de Estado para defender a Petrobras. As questões de corrupção, as questões de desvio podem, devem e estão sendo enfrentadas como devem ser: pela justiça, pela lei, pela criminalização e penalização dos responsáveis. Mas isso não afeta o eixo da empresa, o centro da empresa.

E o que nos preocupa mais ainda, Senador Paim, foi a intervenção que o Prof. Raphael Padula, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do programa de pós-graduação do curso de engenharia, dez em um seminário em que apontou dados extremamente graves, que mostram a articulação dessas tentativas de desmontes atuais da Petrobras com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos. A geopolítica brasileira implantada a partir de 2003 – é de conhecimento público – está em contraposição com a inserção histórica dos Estados Unidos aqui, na região. Não é de interesse dos americanos – e aí o Prof. Padula faz isso muito bem – que potências regionais, como o Brasil, possam ter controle dos seus recursos naturais.

A determinação que o governo americano, que a política americana quer é que países como o Brasil tenham, por exemplo, forças armadas dedicadas ao controle interno, narcotráfico, terrorismo; a proteção dos recursos naturais seria de responsabilidade dos Estados Unidos. Daí a mudança da Quarta Frota, que passa a atuar agora especificamente no Atlântico Sul; daí, recentemente, a rejeição que os Estados Unidos fizeram na ONU das 200 milhas marinhas do Brasil; daí a permanente e insistente espionagem no Brasil, como denuncia a Wikileaks.

Então, projetos como o PL nº 131 reforçam justamente essa perspectiva da geopolítica dos Estados Unidos de manter o domínio imperialista sobre os recursos naturais. Os Estados Unidos precisam disso como nós precisamos de ar para sobreviver, porque, a não ser a Índia e a China, todos os demais países grandes importadores de petróleo têm nos Estados Unidos o seu principal reforço.

E aí o Prof. Bergmann disse muito bem, os Estados Unidos exportam petróleo, o refino é todo feito lá. Quer dizer, não é possível! Então, por que isso não serve para o Brasil? Se lá é assim, no mundo todo talvez 90% da exploração de petróleo é estatal. O exemplo da Noruega é muito bem expresso aqui: o governo tem 70% de participação na empresa, e foi por essa participação, essa relação entre a empresa estatal da Noruega e o governo que foi possível que o país ascendesse a níveis elevadíssimos de desenvolvimento econômico e social. E esse é o caminho que nós queremos para o Brasil.

Não interessa aos Estados Unidos que o Brasil possa dispor de seus recursos, tornar-se nação soberana num momento que para ele é interessante manter as suas relações estratégicas e geopolíticas, por exemplo, impedindo a conformação efetiva do Mercosul, impedindo a conformação da Unasul e impondo aos países subordinados à inserção no livre comércio.

Então, o debate sobre o desmando da Petrobras não pode deixar de observar esse lado, que é o lado extremamente grave, que afeta diretamente a soberania nacional, que afeta diretamente o desenvolvimento da indústria nacional, que afeta diretamente o desenvolvimento da engenharia brasileira, que é uma das melhores, uma das mais qualificadas em todo mundo. E dizer que a Petrobras está quebrada, está falida, que não tem condições de assumir a sua função social, a sua função econômica e a sua função industrial é querer dissimular e enganar o povo brasileiro.

E nós sabemos que essa história não vem de agora. Nós sabemos que, desde quando foi ministro do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso já fez desmontes graves da Petrobras, cortou o orçamento da empresa em 53%, que só não foi aprovado porque estourou o escândalo dos anões do orçamento...

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – ... e o Congresso paralisou e a medida não foi votada. Mas, por outro lado, fez uma medida impiedosa contra os petroleiros, cortando o reajuste de 13%, que já havia sido negociado com o Itamar Franco, e, por causa disso, os petroleiros fizeram uma greve histórica, que serve de exemplo para a classe operária em todo o mundo. E, também, ao mesmo tempo, encaminhou ao Congresso Nacional projetos modificando a relação de empresa nacional estrangeira, praticamente qualificando isso, e desmontou o monopólio brasileiro do petróleo.

Portanto, o PL 131 do Senador José Serra vem nessa mesma perspectiva histórica, que eu diria que é uma esquizofrenia do PSDB contra a Petrobras de dissimular a realidade para criar argumentos falsos, para criar dados que não têm consistência na realidade, para propor um desmonte, a entrega da principal indústria brasileira, da principal empresa brasileira, aquela que é a nossa esperança, a nossa possibilidade. E, então, não podemos deixar de lado a direção atual da Petrobras. E, então, Senador Paim, seria necessário que a Comissão de Direitos Humanos chamasse a diretoria da Petrobras para se explicar nesses projetos que vão contra o fortalecimento da empresa. Nós sabemos que é na distribuição que está o lucro principal da empresa, mais do que na exploração e no refino. Então, como a BR Distribuidora vai ser vendida, parte dela será vendida, e com qual sentido? Por que 49% da Gaspetro serão vendidos? Isso é absolutamente contrário à indústria nacional, é absolutamente contrário à soberania nacional, isso é antipovo.

Então, nós da Nova Central chamamos a atenção para esse aspecto. O que está em jogo não é simplesmente um aspecto de uma empresa, como diz aqui o Sasha Calmon, que deveria ser totalmente privatizada, ser totalmente desmontada, porque nela quem manda são os filiados da CUT, como se todos os trabalhadores da Petrobras fossem filiados à CUT. Quer dizer, para um jurista é desconhecimento, ou má-fé ou desconhecimento, até com dados que não têm consistência real.

Nós assistimos à retomada de uma campanha perigosa, uma campanha antinacional para favorecer o imperialismo, para favorecer multinacionais contra a Petrobras. E o que está em jogo, Senador Paim, não é apenas a Petrobras, é a soberania nacional, é a possibilidade de o nosso País manter o ciclo civilizatório que vem tendo nos últimos anos. É a tentativa de impedir que o Brasil seja autônomo e soberano em relação às suas riquezas, em relação ao seu patrimônio natural, em relação ao seu patrimônio tecnológico. O que está em jogo é a impossibilidade, a tentativa de impedir que o Brasil possa ter o domínio tecnológico para se alçar entre as maiores nações do mundo.

Nesse sentido e com esse encaminhamento que a Nova Central manifesta apoio integral aos companheiros petroleiros pela sua luta, pela sua defesa, pela importância da sua ação em defesa dessa empresa estratégica para o Brasil. É nesse sentido que a Nova Central defende a Petrobras, a função social dela é importante, porque a defesa da Petrobras é a defesa de uma educação melhor e de uma saúde mais digna.

Portanto, nós somos plenamente favoráveis a esse debate mais amplo, mas, ao mesmo tempo, somos totalmente contrários a que esse projeto venha a ser aprovado, da mesma forma como manifestamos a nossa denúncia e a nossa contrariedade às ações e às medidas que a diretoria de Petrobras tem anunciado.

O Brasil precisa da Petrobras e a Petrobras precisa do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sebastião Soares da Silva, que falou em nome da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Vou passar a palavra neste momento ao José Maria Rangel, Presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Muito bom dia a todos e a todas. Quero parabenizar aqui o Senador Paim pela iniciativa de nós estarmos debatendo um tema de tanta importância para a sociedade brasileira, que é a destinação dos recursos do nosso petróleo.

Quero dizer também que esta Casa, Senador, está de parabéns por ter tido a sensibilidade de retirar a urgência na votação do projeto, quando nós travamos aqui no Senado algumas conversas com os Senadores e demonstramos minimamente o quanto a sociedade brasileira seria prejudicada se o projeto de lei proposto viesse a ser votado com a urgência que se queria.

E aí, cabe à gente fazer aqui alguns comentários, até buscando não ser repetitivo com o que os colegas que me antecederam falaram. Primeiro, a Lei da Partilha, Senador Paim, foi discutida nas Casas de leis do nosso País por quinze meses. Por quinze meses nós travamos aqui amplos debates e chegamos à promulgação da Lei da Partilha, que visa exclusivamente a tratar de forma diferente algo que é diferente, já que o pré-sal é algo que é diferente.

Segundo, não por acaso também, logo no momento seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como eu havia anunciado a vocês, a presença do autor do PLS nº 131/2015, Senador José Serra, e quero cumprimentá-lo, que aceitou o convite e me disse: "Paim, ali pelas 10h, 10h30, eu estarei aí sem falta para dialogar com os movimentos sobre esse tema."

E eu queria recebê-lo com uma salva de palmas aqui. (*Palmas.*)

Porque há muita gente que não vem para o debate, lança as suas ideias ao vento e não aparece. O Senador José Serra, como eu disse na abertura, tem tido uma postura muito clara e muito firme em expressar o seu ponto de vista, e nós faremos aqui o bom debate.

Por favor, continue o Presidente da Federação Única dos Petroleiros, José Maria Rangel.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Bom, dando prosseguimento aqui, não por acaso, já no momento seguinte à eleição, tivemos diversos projetos de lei que foram apresentados, inclusive na Câmara, que visam a acabar com a Lei da Partilha – só para a gente pontuar e contextualizar.

O que está sendo proposto é mudar algo que é estruturante para o nosso País por um problema conjuntural pelo qual a Petrobras está passando, no momento em que todo o setor petróleo mundial está se rearrumando, fruto da queda do preço do barril do petróleo, fruto também, obviamente, do incremento da produção dos Estados Unidos, que passou a ser um grande produtor mundial, com a descoberta e o desenvolvimento da produção do gás de xisto.

Tudo isso já seria suficiente para que a gente, minimamente, pudesse esperar o setor petróleo se estabilizar para se buscar discutir qualquer coisa.

Segundo, temos também que buscar entender que o que está sendo debatido é uma política de Estado, em que a Lei da Partilha possibilita ao Estado brasileiro ter óleo, ter sua empresa como operadora, trazendo mais receitas, em detrimento, obviamente, de entregar essas reservas às empresas multinacionais. Aqui cabe um parêntese: também na geopolítica do petróleo, a partir dos anos 70, a realidade, não só da produção, mas também do acúmulo mundial de reservas, se modificou. Antes, quem detinha essas reservas e a produção eram as empresas privadas, as antigas Sete Irmãs; a partir dos anos 70, as empresas estatais de petróleo assumiram esse papel prioritário, tanto na produção mundial, que chegou a 2010 com algo em torno de 75% a 78%, quanto no acúmulo de reservas. Hoje se calcula que 90% das reservas de petróleo do mundo estejam em poder das empresas estatais, como, por exemplo, a empresa saudita, a PDVSA e por aí vai. O Brasil, pelas reservas do pré-sal, e estamos falando em 300 milhões de barris, também ocuparia um lugar relevante nesse *ranking* das empresas que mais detêm reservas no mundo.

Tenho ouvido e lido alguns artigos do Senador José Serra em que ele diz que o projeto dele é patriótico. Tenho questionado isso por onde passo. É patriótico a gente entregar as nossas reservas às empresas multinacionais? Da mesma forma, tem sido dito que virão novos investimentos no setor petróleo do nosso País. Cabe ressaltar que o setor petróleo brasileiro está aberto desde 1997, com a Lei nº 99.478. E qual foi o grande investimento que as empresas multinacionais realizaram no nosso País, em quase 20 anos de abertura desse setor? A Petrobras continua a ter 92% da produção nacional. Quer dizer, os investimentos só viriam caso se abrisse o pré-sal? Entre o momento em que se licita o campo e o momento em que esse campo entra em produção, estamos falando em algo em torno de sete a oito anos. Ou seja, se esse projeto viesse a ser aprovado, estamos falando que só teríamos esse óleo novo em 2020, 2025, por aí. Seria muito mais razoável se buscássemos extrair esse petróleo, que já está contratado, inclusive, pela Petrobras.

Quero entrar, especificamente, no pré-sal. Por que a Lei da Partilha? Porque o pré-sal é algo diferente, como já coloquei aqui. Obviamente, se é algo diferente, tem que ser tratado de forma diferente. Por que os 30% para a empresa que for operadora? Se fizermos um levantamento, em todas as rodadas de leilão realizadas até agora, doze rodadas, a ANP orienta que a operadora tem que ter, minimamente, 30% de cada campo. Mesmo no regime de concessão, a ANP orienta que ela tem que ter 30% como operadora única.

E nada melhor do que a empresa do Estado, a Petrobras, que tem tecnologia... E cabe a gente ressaltar que quem descobriu o pré-sal foi a Petrobras, quem desenvolveu a tecnologia para perfurar os poços do pré-sal foi a Petrobras, reduzindo em 50% o tempo de perfuração de um poço do pré-sal. Foi a Petrobras que conseguiu desenvolver essa tecnologia.

Como operadora única, a Petrobras, sendo uma empresa do Estado brasileiro, vai ditar o ritmo da produção para evitar a exploração predatória dos campos. Só existe conteúdo local com a Petrobras como operadora única. Não existe possibilidade, como já falei há pouco, após 20 anos de abertura do setor, de se falar em conteúdo local e em desenvolver toda uma cadeia produtiva, se não houver a Petrobras como operadora única do pré-sal.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Já foi falado aqui pelo colega da AEPET, que me antecedeu, do exemplo da Noruega, que desenvolveu toda a sua cadeia produtiva do petróleo, sabendo que o petróleo é um bem finito e que, quando ele vier a acabar – como a produção dele já está em declínio –, há toda uma cadeia produtiva que gira em torno do petróleo e que pode exportar a sua tecnologia.

Então, eu penso que, neste momento, nós deveríamos – o Senado e a Câmara dos Deputados – gastar a nossa energia buscando resolver os problemas hoje da Petrobras com algo novo. Porque nós estamos tentando resolver a crise que está instalada no nosso País e no mundo com receitas antigas.

Se nós formos analisar friamente, seria muito mais interessante – e corroboro com a opinião do meu colega da Nova Central – o Governo brasileiro assumir a responsabilidade, porque ele é o acionista majoritário da Petrobras, e, portanto, financiar os projetos da Petrobras. Isso não vai ser novidade.

Durante a crise do capital em 2008, para quem não se lembra, o Governo Obama investiu US$30 bilhões na General Motors. Investiu agora US$10 bilhões nas empresas exportadoras de gás nos Estados Unidos. Então, não seria novidade nenhuma se isso viesse a acontecer.

Quero, para caminhar para o encerramento da minha fala, Senador Paulo Paim, dizer que não é verdadeiro – pelo menos na nossa concepção, obviamente a verdade tem diversas faces – dizer que o PT sucateou a Petrobras.

Se nós pegarmos e fizemos uma comparação, nós vamos ver que, no governo que antecedeu o Governo do PT, a indústria naval estava sucateada. Algo em torno de cinco mil empregos. Chegamos a 2013 com algo em torno de 90 mil empregos na indústria naval. A Petrobras vinha de três acidentes gravíssimos: afundamento da P-36, vazamento na Baía de Guanabara, vazamento no Rio Iguaçu.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na Petrobras, que possibilitaram, inclusive, a descoberta do pré-sal, saltaram de US$141 milhões para US$1,2 bilhão no Governo do PT; foram retomados investimentos em refino; perfuramos mais de 170 poços no pré-sal, sendo que 50 deles já estão produzindo e trazendo uma produção adicional para o Brasil de um milhão de barris por dia. Quarenta e cinco por cento da dívida da Petrobras vence a partir de 2020. Os ativos da Petrobras, as suas reservas, superam em quase dez vezes o valor da dívida da Petrobras.

Então, quero concluir reafirmando que o que nós temos que fazer é buscar financiar os investimentos da Petrobras. Não podemos tratar o pré-sal como um ônus para a companhia. Quantas empresas mundo afora gostariam de ter esse ônus, de ter reservas na ordem de 300 bilhões de barris? E a Petrobras e o Governo brasileiro não podem abrir mão disso. A sociedade brasileira não pode abrir mão disso. É verdadeira, sim, a afirmação de que, se for aprovado o projeto, nós teremos menos recursos para a saúde e para a educação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. Prova, agora com números, tudo direitinho. Com números.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O aparte é legítimo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com números. Dê os números. Olha, ele vai provar que, se o meu projeto fosse aprovado, diminuiria recursos para a educação. Então, vamos todos assistir!

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – A Petrobras produz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para informar que o Senador José Serra fala logo após V. Exª.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – A Petrobras produz a US$9 o barril no pré-sal.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma ova! Aqui tenho os números: são US$15, US$16. (*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – O Senador está fazendo uma confusão. A Petrobras produz...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não estou fazendo uma confusão.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – A Petrobras produz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos encaminhar da seguinte forma: você conclui, e o Senador fala em seguida.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Claro. Com certeza.

A Petrobras produz a US$9 o barril.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conclua o seu tempo, e o Senador fala em seguida.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – O.k.

Pela produtividade do campo, por toda a infraestrutura que há de escoamento da produção e pela tecnologia, coisa que nenhuma empresa operadora no mundo possui. Então, óbvio que, se outra empresa produz a um custo maior do que a Petrobras, o retorno financeiro que virá para o Estado é menor.

Então, agradeço ao Senador Paulo Paim o convite, em nome da Federação e dos sindicatos filiados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi José Maria Rangel, Presidente da Federação Única dos Petroleiros. Com ele, já falaram três convidados em relação ao projeto se posicionando contra.

Neste momento, vai falar o Senador José Serra, autor do PLS 131, de 2015, do pré-sal.

Como eu disse aqui na abertura – permita-me, Senador, e já fizemos um pacto aqui com todo o plenário –, o debate vai ser no mais alto nível, sem vaias; palmas, bate quem quiser, no momento que quiser –, mas vai ser no mais alto nível e está assegurado a V. Exª o tempo que for necessário para suscitar o bom debate.

Senador José Serra, com a palavra. Parece que existe um ou dois vídeos que ele quer passar também.

Na sequência, vai falar o Dr. José Joaquim Marchisio, economista e Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Queria agradecer a este convite do Senador Gilberto Paim... Paulo Paim! Gilberto Paim é um economista antigo de boa qualidade, aliás. V. Exª tem tocado esta Comissão com uma dedicação muito grande, uma abertura de espírito e de fomento ao debate.

Queria cumprimentar também os demais debatedores: Raul Tadeu Bergmann, que é representante da Associação de Engenheiros da Petrobras; José Joaquim Marchisio, Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul; Sebastião Soares da Silva, Diretor da Nova Central Sindical; e José Maria Rangel, Presidente da Federação Única dos Petroleiros.

Um ponto de partida para a apresentação do meu projeto é a situação em que a Petrobras está nesses tempos, não é no dia atual. Ela não tem uma crise conjuntural, uma coisa assim que no mundo inteiro está acontecendo e, de repente, acontece no Brasil, dever-se-ia ter paciência etc. Não é fato. A Petrobras está com uma dívida bruta hoje da ordem de R$500 bilhões.

Perdão. Esse é um filme do comício do dia 13 de março de 1964. Esse sou eu. Eu era Presidente da UNE, tinha 21 anos. Nesse comício, o meu discurso foi voltado à Petrobras. Lá está – porque eu estava olhando ontem à noite e, de repente, apareceu isso – o Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Aldo Arantes eu vi ali.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Aldo Arantes apareceu conversando com o Brizola, levaram-no para o carro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Miguel Arraes também.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E aí, esse é meu discurso, junto do Arraes. A minha tese aí era que o João Goulart deveria encampar as refinarias privadas existentes, coisa que ele fez, além do mais, no discurso que anunciou, tanto que, quando terminou, passou por mim e falou: "Como é, jovem, está feliz agora?" Porque ele fez o decreto encampando as refinarias.

E aí tem também o desfile, que vai passar em seguida, dos trabalhadores da Petrobras chegando para o comício. É uma cena interessante, é a única que existe a esse respeito. Esse é um filme que foi feito pela própria UNE, com cineastas de lá que, na verdade, mudaram o cinema no Brasil, que foram Leon Hirszman e Eduardo Coutinho, que basicamente, fizeram isso. O Cacá Diegues também era da UNE, mas não participou dessa filmagem. Esse era um projeto que pegava diferentes atividades da UNE e da situação do Brasil na época.

O golpe foi duas semanas e meia depois, e essa cópia se perdeu do material grosso, mas reapareceu essa. É interessante ver o desfile. Olhem aí o pessoal chegando. Isso não tem muito a ver com o debate... Tem e não tem, mas eu fiz questão de mostrar porque é uma cena raríssima, inclusive não há outros filmes da época com essas cenas. Mas tem um que é dos petroleiros. Olhem aí. Interessante, não é? Estão vendo? A encampação, que era das refinarias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem tudo a ver com o tema porque é uma luta permanente de todos nós. A Petrobras é do povo brasileiro. São lutas que passam décadas e continuam.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A questão da encampação vinha, principalmente, da Associação de Engenheiros da Petrobras, cujo presidente ou líder, que ficou exilado comigo, chamava-se Sobral. Nunca mais ouvi falar dele, mas era o líder da associação dos engenheiros.

Mas, voltando, a situação da empresa é extremamente grave, e não é verdade que é uma crise conjuntural, como outras que estão acontecendo no mundo, em função da queda do preço do petróleo. Na verdade, a crise é muito mais feia, a dívida da Petrobras, em barris de óleo, equivalente em reais, é, aproximadamente, seis vezes a média das outras grandes empresas petroleiras do mundo. Seis vezes mais! Pode-se arrumar por causa do valor do dólar, que aumentou a dívida em reais etc e vai dar quatro vezes, aproximadamente, de maneira que a situação é muito grave. Por quê? Por causa das lambanças administrativas.

Eu não vou fazer aqui uma coisa partidária. O Paim convive comigo e sabe que eu não misturo as questões em debates, questões eleitorais e tudo mais, mas, realmente, a Petrobras foi sujeita à maior lambança da sua história. Um crime o que foi cometido! Basta dizer o seguinte: para efeito de refinarias malfeitas e congelamento, retenção dos preços dos derivados de petróleo, o prejuízo da Petrobras foi de R$160 bilhões – isso sem atualizar os valores. Em matéria de refinarias, é um caso espetáculo. No futuro, provavelmente vai ser incorporado no currículo de cursos de Administração Pública para ver como é que se estraga uma empresa. A Abreu Lima, não preciso aqui dar os números. Primeiro, a loucura de fazer um acordo com Chávez, um petróleo de outra natureza. A Comperj precisa de mais US$4 bilhões ou US$5 bilhões para completar... Para mim, é um mistério como é que se pode fazer uma coisa tão errada. Além do mais, refinarias em lugar onde não cabiam, como é o caso do Ceará, como é o caso do Maranhão.

Enfim, uma crueldade o que foi feito com a empresa.

Eu era Ministro do Planejamento no começo do Governo Fernando Henrique. Depois eu fui para a Saúde. E me lembro dessas demandas. Demandas legítimas de cada região, mas nenhuma tinha pé nem cabeça quanto ao que se fazer. Quando muito a de Pernambuco, noutros padrões.

O fato é que, em função da retenção de preços e da megalomania, do descaso, eu diria, do eleitoralismo em relação à Petrobras, só isso são 160 bilhões. Só isso! Nós teríamos que atualizar, ver como isso se financiou e tudo mais.

O Governo protagonizou também uma farsa com a Petrobras, que foi a famosa capitalização, US$75 bilhões. Na verdade não deu nenhum centavo para a Petrobras. O que ele deu foi a área com potencial de cinco bilhões de barris, mas registrou isso como aumento de capital da empresa. Não deu dinheiro. Não é um dinheiro que a empresa pôde trazer para o seu ativo e, a partir daí, financiar investimentos e tudo mais. Ela como que comprou no meio do seu processo cinco bilhões de barris de reserva, uma área, aliás, extraordinária. Não estou menosprezando o valor que ela poderia ter. O fato é que isso aumentou a participação do Governo no capital, mas não deu capital de verdade para a Petrobras, financeiro pelo menos.

Essa situação é absolutamente crítica. O que aconteceu? Depois de muito tempo... Devia ter sido feita uma mudança logo quando começaram as notícias dos escândalos, não porque a anterior Presidente estivesse envolvida. É mais um motivo. Se teria que enfrentar todo o problema, o ideal seria fazer uma nova diretoria rapidamente, ainda no ano passado, para poder enfrentar a tempestade. E não foi feito. Foi feito tardiamente.

Aí está a atual diretoria, meio perdida, já fez um plano de revisão de metas, diminuiu para o começo da próxima década em 37%, 1,4 bilhão de barris. Só isso tiraria 20 bilhões por ano da educação, que não entrarão porque a produção não acontecerá. Já foi decidido que não acontecerá. Imagine aquela que foi decidida, e que em geral não se cumpre.

As metas são realmente fantásticas, metas irrealistas. Basta ver lá. Em 2010 se previa, por sucessivos planos de negócios, avançando na década até 2020, propunham-se 5,4 milhões de barris/dia; em 2011, 64; em 2012, 4,9; em 2013, 5,2; em 2014, 5,2. Finalmente, em 2015, 3,7. Só essa diferença é de 1,4 bilhão de barris, na produção interna.

A empresa não tem dinheiro para nada. Não há a mais remotíssima sombra, um sopro de possibilidade de o Governo Federal botar dinheiro na situação em que ele está. Portanto o esquema do pré-sal fica virtualmente paralisado.

Houve um leilão em que a Petrobras foi forçada a entrar claramente, os sócios estrangeiros refugaram. O mínimo era de 30. Fizeram a Petrobras entrar com 40. A atual diretoria está procurando vender os 10, ainda não conseguiu. E ponto. Não aconteceu mais nada, nenhum leilão.

É impropriamente chamado de leilão, diga-se. Se há uma operadora única, os outros são *rentiers*, gente que investe dinheiro. Se é outro que opera, eu só entro com o dinheiro.

Muito bem. Na lei da partilha, foi fixado que a Petrobras seria operadora única do pré-sal, ou seja, as associadas não são operadoras. E que poria pelo menos 30% do investimento.

A Petrobras não tem esse dinheiro; não terá – não é uma conjuntura – esse dinheiro por muitos anos.

Então, o pré-sal fica paralisado.

O meu primeiro objetivo era e é reativar a produção do pré-sal, não apenas no campo já licitado, mas que houvesse novos campos.

Ali vocês têm mais dados sobre a situação financeira da empresa. A ADR da companhia caiu de dez para quatro, de maio para setembro.

Os títulos de 100 anos – o que eu acho um absurdo, que eu apresentei em plenário, o Paim lembrará –, lançados em 1º de junho, com taxa de 8,45% por ano. O que é uma loucura para uma taxa de 100 anos! É uma loucura! Leva em conta que, se a taxa for de 7%, a dívida duplica a cada 10 anos. Vocês imaginem a quanto chegará esse montante ao final?!

E, finalmente, o título da Petrobras agora, com vencimento em março de 2020, para ser colocado precisa ter um retorno de 14,5%. Não vou entrar nessa discussão como é que isso tudo se constrói no Sistema Financeiro Internacional (SFI), ou seja, que o mundo está financeirizado, enfim, nós podemos fazer aqui as maiores análises, mas essa é uma situação de fato, que não tem como consertar a partir de três comícios e gritaria, infelizmente. Agora, o problema é ver como se chegou a isso.

O meu objetivo qual é? Eu disse: patriótico. O quê? Produzir no pré-sal. É imediato? Não. Se entrarem investimentos privados, vão entrar garantidamente? Também não sei. É uma tentativa. É uma abertura de possibilidades.

Primeira questão: o projeto, ao contrário do que muitos de vocês ouviram e o País está ouvindo, não trata do método da partilha. Vocês devem ter ouvido que é acusação, que vai terminar o método da partilha etc, a gente vê... Eu acho inacreditável ver as pessoas afirmando isso, é só pegar o projeto e ver que ele não altera método de partilha; para mim, deliberadamente. Segundo, não mexe na questão do conteúdo nacional. Vocês devem ter ouvido também que o projeto acabava com o conteúdo nacional. Não tem uma palavra a respeito de conteúdo nacional. Isso é outro problema. Vem funcionando bem ou funcionando mal, é outra questão.

Mais ainda: o projeto estabelece – eu queria que todos prestassem atenção – que a Petrobras mantenha a sua preferência no pré-sal. Ou seja, ela fica livre do ônus e tem o bônus. Eu troco o ônus pelo bônus. Em que sentido Paim? Que se a Petrobras achar que um campo determinado para ela vale a pena, o campo é dela. Se no pré-sal se descobriu um Kuaite, esse país árabe, pequeno, superprodutor de petróleo, a lei do petróleo – acho que no art. 12 – permite entregar à Petrobras esse Kuaite. Ou seja, mente-se muito, muito! Nunca se fala que a Petrobras mantém a sua preferência. Se ela quiser entrar em uma área, ela entra garantida com os 30%, com o que ela quiser; ela apenas não está obrigada. Eu posso abrir outros campos para leilão e a Petrobras não é obrigada a entrar. Eu estou apenas livrando a Petrobras de uma amarra.

Capital estrangeiro. Nós temos três métodos hoje em andamento de produção: a concessão, que foi a partir de 1997, um método bem-sucedido, confluindo também com investimentos que já vinham sendo feitos. A produção aumentou uma enormidade, eu acho que duas ou três vezes no período de 1997 a 2002 e, a partir daí, desacelerou.

Pode voltar o eslaide.

Ali está a produção. Em 1997, 0,8; 2003, 1,50. Pois bem, a partir daí uma desaceleração até a queda em 2013.

Claro que são poços que também vão se esgotando... A questão é outra: por que os novos não foram entrando a tempo, ao longo desse período?

Agora, nos três métodos existentes, aquela cessão vendida – em que a Petrobras entrou com um aporte de capital do Governo – é uma área da Petrobras. A outra, que é da concessão, tem capital estrangeiro, já tem empresas. Não importa se muitas ou poucas.

E também não é argumento dizer: "Eu não quero ter empresa estrangeira, porque elas não entram". O pior que pode acontecer é não entrar. Se fosse esse pudim cobiçoso, delicioso, que se pinta, eles poderiam entrar. Mas também podem não entrar, é apenas uma abertura para isso.

Não há nada especial nesse assunto. É capital estrangeiro, como teve na área de concessões e tem ainda. Não é esse belzebu que, em geral, é esgrimido. Especialmente, porque um belzebu é abstrato. São coisas de interesse nacional, interesse estratégico, isso, aquilo, palavrório.

O básico é que a Petrobras está na situação em que está. Como é que a gente recupera a empresa? Como é que nós impedimos essa onda de desemprego em torno da indústria do petróleo, que já chegou a 13% do PIB no Brasil?

Eu, particularmente, se tivesse ganhado a eleição 2010, eu teria governado, coisa que não aconteceu com a Dilma. Havia três setores que deveriam liderar o crescimento da economia: infraestrutura – em que o Governo não investiu nada – o resultado é o custo Brasil nas nuvens e a diminuição de competitividade da economia –; exportação – nós estamos amarrados ao Mercosul, no sentido de que nós temos uma união alfandegária dentro do Mercosul, o que implica que não há política comercial brasileira soberana.

Quando eu era Ministro da Saúde, fiz os genéricos – havia boicote aqui. Eu fui à Índia, que tinha grandes empresas produtoras de alta qualidade de genéricos, para fazer um acordo para abrir o mercado brasileiro para genéricos indianos e investimentos. Poderia ter feito um acordo comercial para o Brasil vender ônibus, caminhão e avião, que a Índia não produzia. Não deu para fazer porque o Uruguai, o Paraguai e a Argentina tinham que dizer: "O que eu levo nisso?" Como não havia nada para eles levarem, não se fez esse acordo. E o Brasil está preso nisso.

Para vocês terem uma ideia, no mundo houve 400, 500 acordos bilaterais de comércio nos últimos 10, 15 anos, e o Brasil fez três: um com Israel; depois, para não dizer que era pró-semita, com o Egito e com a Palestina, com todo o respeito, que eu nem sei se economia tem. O Brasil amarrado! Então, a área de exportações tinha que começar por aí, mas teria muita coisa para fazer.

E terceiro o petróleo. Esses três eixos eu ainda acho que têm que ser os eixos para puxar economia para adiante. Não é que não vai ter mais nada, mas se precisa ter aquilo que é o eixo dinâmico. Infraestrutura, por exemplo, aumenta a demanda – porque eu tenho que construir infraestrutura, então eu dinamizo a atividade interna – e aumenta a produtividade, ela diminui custo.

Custa mais caro – ou custava, agora com o câmbio assim – mandar uma folha de papel do Rio de Janeiro para São Paulo ou vice-versa do que da China para o Porto de Santos – para vocês terem uma ideia do peso da falta de competitividade.

Nós tivemos um bônus extraordinário, na década retrasada ainda, ou passada, perdão, que foi o *boom* dos preços de *commodities*. Funcionou como cocaína. O Brasil embarcou, no segundo o Governo Lula, na desindustrialização e no processo de tornar a economia primário-exportadora do passado.

A participação da indústria no PIB caiu pela metade. Voltamos ao nível do pós-guerra no Governo Lula, durante o Governo Lula – quatro anos depois terminado o Governo Fernando Henrique e passando o governo para a Dilma.

A indústria brasileira quebrou – uma coisa antinacional. Eu, se tivesse 21 anos, como tinha, estaria nas praças falando isso, enquanto todo mundo aqui do PT fica com a boquinha fechada com zíper, sem abrir a boquinha, falando da desindustrialização do Brasil.

Outro dia, havia um professor de Pequim, que é na verdade francês, gozando o Brasil. Imagina que o Brasil entrou na estratégia da economia primário-exportadora, entrou de alegre, que era a que prevalecia até 1930, baseada no café.

E nós voltamos para essa ilusão. Não é que não é bom exportar minério de ferro. No meu tempo, nós dizíamos que minério de ferro só dava uma safra. Nós temos que exportar elaborado. E viramos uma economia exportadora de minério de ferro bruto, de soja, de carne, de coisas assim, achando que isso era uma estratégia de longo prazo, o que não é. É uma estratégia. Preços de *commodities,* em termos seculares, declinam. Há ciclos, e esse ciclo é a fase da cocaína, como o que aconteceu nos últimos anos.

Então, não tivemos política industrial coisa nenhuma...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ SERRA – Não tivemos o aproveitamento do potencial do petróleo.

Agora, o que está acontecendo? Essa indústria está se desarticulando. Ela pega, principalmente, Rio e Espírito Santo – principalmente Rio e, depois, Espírito Santo; São Paulo é só para o futuro.

Então, o que nós queremos é uma política de desenvolvimento nacional. No Brasil, passou a ser subversivo falar em política de desenvolvimento, porque nós ficamos entre o neoliberalismo – a direita mais conservadora – e o neoliberalismo mais conservador petista, que é terrível em matéria de facilidades para capital financeiro, em matéria de desindustrializar, etc. Essa é a realidade. Ficamos entre essas duas opções.

Como eu dizia, isso não subtrai o papel, ou melhor, não subtrai a preferência da Petrobras. A Petrobras tem preferência. Todas as vezes em que vocês ouvirem esse assunto, é importante lembrar o seguinte: se há um poço bom que a Petrobras quer, ela pega. Não há problema. Que entrega tem essa? Se ela puder, ela pega. Se for um campo inusitado, o Governo, inclusive, pode fazê-lo – não é nem opção da Petrobras. O Governo pode chegar e alocar para a Petrobras.

Quanto à questão de educação e de saúde, eu peço desculpas ao José Maria por aquela interrupção nervosa, mas é porque eu já estou na lua com essa história. Quando se estava discutindo o projeto, veio um Ministro da Educação, que é uma nulidade, um filósofo que está por fora – não menosprezo os filósofos, e ele nem é um grande filósofo. Chegou ao Ministério da Educação e está perdido, desativando os programas eleitoreiros que foram feitos, como o Ciência sem Fronteiras, o Pronatec. O Pronatec foi uma ideia minha na campanha de 2010 – era o Protec – para fazer uma coisa séria, mas virou um negócio eleitoral, tanto que voltou atrás. Falo

também do Fies, com dezenas de bilhões. O sujeito que está administrando a retirada disso tudo veio aqui um dia e falou que a educação perderia recurso.

Primeiro, eu quero dizer que é muito pouco que vai para educação. Se vocês pegarem o orçamento deste ano, dá menos de 1% – deve dar R$1,2 bilhão, R$1,3 bilhão. Em 2014, a receita de educação foi de R$1,5 bilhão para um autorizado de R$102 bilhões do orçamento. Em 2015, a receita de R$1,2 bilhão para um orçamento de R$112 bilhões. É mais ou menos 1% do gasto federal total. Eu estou dizendo isso para não ocorrer aquele oba-oba: "O petróleo está pagando a educação". Nem é a finalidade pagar a educação. Poderia ser um bônus; tudo bem. Mas é muito pouco.

Segundo, na época do golpe, eu estudava engenharia. No exílio, onde passei 14 anos – fui condenado aqui –, eu estudei economia e voltei professor de economia. Mas fui também Ministro da Saúde. Trabalhei como ninguém trabalhou no Brasil em área de orçamento. Então, eu conheço todos os truques.

Um dos truques que está havendo com a educação e com a saúde é o seguinte: há um piso constitucional. Na saúde, inclusive, fizeram um projeto, bancado pelo Governo e pela maioria do Parlamento, contra a saúde. Quando fui Ministro da Saúde, enfrentei uma briga tremenda e fiz uma vinculação para a saúde, Paim, atrelada ao crescimento do PIB. Nos Estados e Municípios, à receita, principalmente para pegar os Estados que não gastavam nada em saúde. Agora, no federal, era o crescimento do PIB no ano anterior mais a inflação. O que o Congresso fez, de trouxa? Tirou a vinculação ao PIB e estabeleceu vinculação à receita. Ora, o PIB, qualquer um sabe, tem uma flutuação muito menor e é mais estável. A receita, não. A receita pode crescer muito num ano e cair no outro.

Isso é uma temeridade para o orçamento da saúde, porque, quando cresce muito, você não pode nem gastar, porque, no ano seguinte, você cai e bate com a cara na parede. Isso é o que aconteceu. A receita está caindo este ano e a saúde está perdendo dinheiro. Agora, no projeto aprovado é o seguinte, o dinheiro que for do petróleo para a saúde – essa é a posição do Governo Dilma –, o dinheiro que vai do petróleo para a saúde entra na vinculação constitucional. Ele apenas substitui aquilo que deriva de impostos ou outros tributos. Não vai aumentar o orçamento da saúde.

Com relação à educação, esse truque está pronto na esquina. Não há nada que impeça isso também. Ou seja, eu posso pegar o Cofins, que dá muito dinheiro para essas áreas, deslocar para outra área, enfiar os recursos do petróleo para substituir o Cofins que eu tirei e ficar no piso constitucional. Isso é coisa para gente grande. O Ministro não sabe nem isso. Ele não deve saber quanto é 7 vezes 8, não deve saber o que é um binômio de segundo grau, não deve saber o que é uma raiz quadrada, e, a partir daí, veio, convenceu muita gente de boas intenções, que falou: "Puxa, vai tirar da educação", vai tirar uma ova.

Segundo, é o seguinte, a receita de *royalties*, que é 75%, que seria do pré-sal mais 25% para um Fundo Social, que eu vou explicar, a maioria dos que falam não sabem nem isso, mas quando esse fundo, digamos, quando esses recursos são arrecadados, depende do volume de produção. Se eu não produzo eu não arrecado. Então, ser contra abrir uma possibilidade de investimentos no pré-sal é ser contra a saúde e a educação.

Agora, há um argumento que é tolo e insignificante, do ponto de vista de comparar, que diz: "A Petrobras produz mais barato que as multi, com U$9, etc.", eu tenho aqui, a assessoria do Senado aqui muito boa – aliás, o Senado e a Câmara, apesar de tudo o que se fala, têm assessorias, consultorias de primeiro nível, com concurso, ganham bem, mas concurso, gente formada, gente competente –, e eu pedi há muito tempo um estudo dos custos do porquê a Petrobras gastaria metade, U$9 por barril de óleo equivalente, e as multi inexperientes em petróleo iriam gastar o dobro. Mas, olha, o custo de operação dos Campos de Lula varia de 13% a 18%, 20% o custo de produção em dólar. Claro que agora vai cair, mas caí também para os estrangeiros. Por quê? Por causa da taxa de câmbio.

A taxa de câmbio causa uma grande confusão no Brasil. Eu vi o Lula exultante, que o Brasil aumentou, a economia crescendo devagar, e, de repente, vai aumentando a sua posição no resto do mundo, o PIB vai ficando maior. Claro. Se eu sobrevalorizo o dólar, eu aumento o PIB em dólar, mas a macacada pensa que isso é que o Brasil está produzindo. Agora vai acontecer o contrário. Agora o Brasil vai cair num espectro de coisa e vão dizer: "Olha aí, o Brasil agora é o 12º". Isso também não quer dizer nada. Por quê? Porque está desvalorizado. Como no governo Lula. O Lula foi o rei da sobrevalorização, que significa desestimular a exportação e aumentar a concorrência contra a produção doméstica. Uma loucura o que foi feito.

Pois bem, nesse sentido, o valor do PIB é para cima, como também os custos em dólar. Agora, vai ter uma fase de baixa de custo em dólar. Pelo amor de Deus, não vão confundir e dizer que agora a Petrobras vai ter um custo mais barato. Não, porque outras empresas também teriam. É um problema da taxa de câmbio. Mas os números todos mostram com clareza que é em torno do dobro, não é no pré-sal, porque no pré-sal ainda não produz, é no Campo de Lula, que deve ser pré-sal, como de Sapinhoá, mas que não estão nessa área, estão ainda no método de concessões anterior.

Vocês podem pegar os números e verão que essa coisa de U$9 é conversa. Agora, mas por que é importante isso? Porque o Fundo Social é feito do excedente em óleo, que é um índice que criaram, na verdade é parecido com a participação especial, da qual eu fui um dos autores, nos anos 90, criar participação especial para aumentar a participação do governo na receita do petróleo, e, particularmente, atender Estados e Municípios da região, e depois ficou do Brasil inteiro, só que ela, em vez de ser em dólar, é em óleo. Claro que, depois, tem que medir isso quanto é em valor.

Agora, supostamente, se a Petrobras produzisse a metade do custo de outras empresas, o excedente em óleo da Petrobras seria maior. Primeiro, isso não está comprovado, como mostrei aqui com os números dados. Já conferi isso, já conversei com técnicos etc. Segundo, que é insignificante. Por quê? Porque, se temos 100 para distribuir, 75 vão sob a forma de *royalties*, 25 é o Fundo Social, do qual uma parte vai para a educação também, e o da educação, ouso dizer, é inteiramente irrelevante. Por quê? Porque morde direto, está escrito que diminui a quantidade de tributos que vão para a educação. Então, a educação nem ganha mais.

Mas é uma parte pequena, se fosse verdade, o impacto era mínimo e não dá para comparar com o impacto que é ter a produção rolando, porque a situação oposta é não ter ninguém. Não é que a Petrobras vai fazer, e o outro vai fazer. Se fosse assim, maravilha. Assim, não tem investimento estrangeiro, e a Petrobras vai fazer o investimento, portanto, gera *royalties*. Tudo bem, eu não estaria aqui, eu não estaria propondo isso. No entanto, não vai fazer. Então, a educação e a saúde deixam de ganhar, isso é o que me deixa indignado. Não, com as pessoas que acreditam, mas com as inventam, seja por ignorância, apesar de cargos que têm, seja por má-fé. Não existe isso da educação e da saúde. Pois bem, mas é uma das coisas que fica se levantando.

Agora, o futuro, o futuro depende de mil variáveis, e não vim aqui para discutir o futuro da Petrobras. Só fico incomodado quando vejo vendas de ativos da Petrobras a preço de banana. Eu seria contra vender ativos? Não, sou contra vender a preço de banana. Esse é um mau momento para venda. Então, estão com uma estratégia, mas é tudo, tudo para poder ganhar algum dinheirinho, tal é o sufoco que a empresa tem. Tudo para poder ganhar algum dinheirinho. Essa é a situação da Petrobras.

A perspectiva a médio prazo é ruim, e temos que ter aí uma administração. Acabamos de votar na Comissão, vai para o Plenário, o Paim vai ter a oportunidade de examinar, uma nova lei, que é do Tasso Jereissati, e Arthur Maia, da Câmara, que são os Relatores, para lidar com estatais. A questão da profissionalização, não permitir que tenha diretores do Governo, por exemplo, o ministro tal, o outro tal, ou, então, pega um grande empresário. A Petrobras pegou grandes empresários que vão lá para... O sujeito não entende da área, não quer brigar com o Governo, que manda que vá para essa direção ou para aquela, e a empresa acaba seguindo. Essa foi a loucura que se fez. Mas, enfim, lá, há critérios muito bons de profissionalismo, para impedir, de fato, que o Governo use a Petrobras, ou sindicatos, ou o Governo, quem quer que seja, ao seu bel-prazer. É uma empresa pública, pública, para servir ao conjunto da população. Essa é a questão básica. A outra é a questão de preços, que defendo e vou apresentar em ocasião oportuna.

Defendo um sistema de ajuste de preços automático, para que a Petrobras não possa ser usada como instrumento de política econômica de contenção oportunista de preços. Então, vamos estabelecer uma forma que dá um mínimo automático para reajustes. Entende? Para que não aconteça essa barbaridade que aconteceu nesses anos. Claro que, quando um Governo é ruim, não há lei, não há decreto, não há nada que consiga consertar, mas que, pelo menos, a gente tenha um instrumento para poder batalhar e não se fazer com a Petrobras aquilo que se fez nos últimos anos nessa matéria, ou seja, que ela não possa ser usada como instrumento de Governo e, ao fim, ao cabo de partido, de uma doutrina e de tudo o mais.

O pessoal vive falando da Noruega, mas é preciso conhecê-la direito: o profissionalismo, como trabalha em função do interesse público, a inteligência, a esperteza. Nada dessas coisas cocorocas de palavras de ordem vazias e que, na prática, dão cobertura ao pior em matéria de política governamental com relação às grandes empresas. Acho até que o Banco do Brasil teve uma estratégia mais esperta. Espero que o atual presidente, que eu não conheço, possa levar algumas coisas.

Por exemplo, na área de seguros, o Banco do Brasil deu o controle para a área privada e tem 70% do capital, está ganhando um dinheirão, porque usa sua estrutura, ganha o dinheiro, tem poder dentro da companhia. Foi uma estratégia que eles levaram e fizeram e que deu certo, não ficaram vendendo pedaços do Banco do Brasil a preço de banana.

Agora, mas isso tudo é coisa que aponta para frente e não é objeto, Senador Paim, desta Comissão, embora seja evidente que tudo vai ter repercussão pela história dos *royalties* em educação e saúde, mas o buraco da educação e saúde é anterior, não só insignificante como vão substituir...

Olha, eu entrei no Ministério e o Adib Jatene tinha aprovado, dois anos antes, um ano antes, a CPMF para a saúde, lembra? E sempre se disse que a CPMF não foi para a saúde. Não é verdade. Só que aconteceu o que eu disse ao Adib, eu era Ministro do Planejamento quando ele entrou, eu não me opus, depois eu saí e voltei

para a saúde depois dele, mas eu disse a ele: "Olha, você fez um erro aqui, porque você está pondo a CPMF para a saúde e você não cuidou do que vai acontecer com os outros tributos que vão para a saúde." O que aconteceu? Tiraram os outros tributos, quer dizer, a contribuição sobre os lucros e o PIS/Cofins que iam para a saúde deixaram de ir ou foram em menor proporção. Resultado, a CPMF não aumentou os recursos da saúde, isso eu tenho certeza porque eu fui Ministro por quatro anos. Está certo?

Então, essa história aqui de *royalties* e dinheiro do petróleo para a educação e para a saúde tem a mesma ameaça pela frente se o Congresso não tomar medidas no sentido de que vai apenas substituir dinheiro que já existe e muito pouco, atualmente, insignificante, apesar da onda que se faz, e em um futuro pequeno, menor ainda porque ela só vale... Ela não vale para o estoque da produção de petróleo no Brasil, ela vale para o pré-sal, ela vale para o que vier, essa é que é a história, não é do estoque atual, eles fizeram daqui em diante, que é promessa, não é pegar do que já tinha e redistribuir, não é isso. Então, pode não vir nada para a educação e para a saúde.

O pessoal está gastando energia bestamente com uma mentira, que é que tira recursos da saúde e da educação, não pode tirar o que não tem, para começar, e deixa de se preocupar, inclusive, com os aspectos de fazer com que isso seja para valer e não uma enganação como já foi feito explicitamente na área da saúde, em que até as emendas obrigatórias vão tirar dinheiro da verba da saúde tradicional, entendeu, Paim?

Enfim, essas são as coisas postas para discussão. Eu quero dizer que, se com alguma paixão eu fico nesse debate, é por causa das mentiras ditas. É muito difícil ficar engolindo que vai tirar dinheiro da educação, que muda o sistema de partilha, acaba com o sistema de partilha, que acaba com sistema de conteúdo nacional, o que não tem nada a ver, o projeto nem toca, que a Petrobras não vai poder entrar no pré-sal, como não? Basta ela querer. Ela diz: "Aqui é um bom negócio e eu entro."

Vocês imaginem, a única coisa que eu estou tirando é que você não está obrigado, só isso.

Agora, naturalmente, eu acho que boa parte da energia gasta nisso deveria ser empregada em outra coisa, qual é a estratégia de recuperação da Petrobras? Porque a única coisa que eu vi até agora é tirar 1,4 milhão de barris/dia, não é isso?, da meta que tinha para 2020 e querer vender a participação que já tem no poço... Qual é? Não é Lula, o atual? O que abriu do pré-sal, de Libra? Querer vender isso e essas outras tentativas desesperadas, pegando dinheiro a custo extorsivo, que é o que a Petrobras está fazendo hoje, sem muita opção, diga-se de passagem, até porque essa política econômica atual é uma política errada baseada na ideia de que, você jogando os juros para o infinito, você arruma a economia. Na verdade, você subindo os juros, eu previ isso várias vezes, desde o começo do ano, o que você vai fazer é aumentar o câmbio e a inflação, que é o que está acontecendo e, apesar disso, eles não...

É claro, é óbvio que deviam ter vendido reservas, com todas as reservas que têm você derrubaria rapidamente essa especulação. Basta dizer que, agora, o Presidente do Banco Central disse que poderia vender reservas e o dólar abaixou. Em vez disso, fizeram essas operações de *swap*, que é venda futura de dólar, que já deram prejuízo para o Tesouro – dinheiro que poderia ir para capitalizar a Petrobras, que poderia ir para a educação e para a saúde. Perto de R$115 bilhões o Tesouro já perdeu nessa brincadeira, mas essa é outra discussão que fica para outro momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Senador José Serra, autor do PL nº 131, que explicitou aqui com tranquilidade o seu ponto de vista sobre esse PL.

Agora, dessa Mesa, passo a palavra o Sr. José Joaquim Marchisio, economista e Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Nossa intenção é abordar a questão da participação da sociedade na gestão desse processo.

Eu começaria a minha preleção com uma frase de um eminente ex-Parlamentar de uma dessas Casas, que cunhou uma frase *in off* – por isso declino o seu nome – em que ele dizia: "Ou o Brasil tem muito azar com os seus homens ou a nossa institucionalidade é frágil." E o que nós estamos verificando, eu acho, são as duas coisas. E o Brasil está pagando um preço muito caro por isso.

E é nesse sentido que o "azar com os seus homens" é muito difícil de mudar, porque isso implica em um processo mais profundo de transformação de mentes, intenções e de espíritos. Entretanto, institucionalidade é algo que pode ser fortalecido se nós, como sociedade, usando os canais de representação, pudermos fazer alguma coisa para modificar isso, corrigir esse viés.

E creio que uma das grandes questões é envolver mais a sociedade a participar desse núcleo que guarda e reserva informações que ficam fechadas em núcleos muito seletivos – e que ninguém tem acesso –, tomando decisões importantes que vão determinar o futuro do povo e do Brasil inteiro.

Então, nos preocupa muito essa questão – a começar por essa questão do pré-sal – porquanto vemos nisso um grande manancial de oportunidades que começou a se delinear e que parece que foi desvirtuado. É

preciso se retomar consciência para tratar este assunto de maneira madura, condizente, para que tenhamos uma visão de futuro, pensando no povo brasileiro.

Parece que em todas essas decisões o povo, como disse uma ex-ministra da Fazenda, é um mero detalhe. E nunca é considerado o Brasil. E esse futuro que se propaga, que se deseja para o Brasil, nunca chega e é sempre postergado.

Provavelmente tudo isso nos enseja a chamar a atenção para que tenhamos que trazer a sociedade para mais protagonismo dentro dos escaninhos de poder que ficam extremamente reservados.

Nosso processo... Opa, entrou errado aqui. Não é essa a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Enquanto eles atualizam ali a apresentação, eu só quero reforçar que, na segunda Mesa, vai falar Carlos Lacerda Cavalcante, pela Força Sindical; Vitor Luis Silva Carvalho, pela CUT; Flávio Werneck Meneguelli, pela CSB; e Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Daí, nós terminamos a nossa audiência do dia de hoje. Para todos nós, ela é importante, ouvindo, inclusive, versões diferentes. É assim que nós vamos formando a opinião. E, com certeza, eu sempre digo que, no mínimo, dois milhões de pessoas assistem, às segundas-feiras pela manhã, aos debates sobre temas de interesse nacional.

Volta para o nosso querido José Joaquim Marchisio.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Mas, básica e sumariamente, nós pretendemos aqui dar uma noção de medida, porque a gente fala em muito dinheiro e a gente não tem noção do que sejam essas medidas.

Uma medida de referência é o Fundo Social, o Comitê da Gestão Financeira e aqui faltou falarmos do CNPE também.

Essa é uma medida de referência. Quando falamos em dinheiro, em volumes astronômicos, não temos noção do que seja isso. Essa aqui foi uma maneira bastante didática para se ter uma ideia, em termos de dólar, do que é que se fala quando se fala de dinheiro. Então, isso aqui é uma nota de US$100. Isso aqui são US$10 mil. Vejam que cabe numa cueca. Nisso aqui nós temos US$1 milhão.

Então, estamos vendo ali aquele personagem. Ele vai ser importante para que tenhamos uma referência de medida. Isso aqui é US$1 milhão. Isso aqui são US$100 milhões. É um *pallet* de dinheiro. Dá, mais ou menos, 1m³ de dinheiro. Isso aqui nós estamos falando de US$1 bilhão. Estão falando ali de cinco *pallets*, mas é o dobro. São dois *pallets* e ali onde está metro quadrado é metro cúbico na verdade.

Nós estamos falando de dez *pallets* e, mais ou menos, 1m³ cada um. São 10m³ de dinheiro. Isso aqui é o que falamos do que seja US$1 trilhão. Isso aí são 50 *pallets* por 100, multiplicado por 2, ou seja, isso aí são 10 mil *pallets* de dinheiro, de 1m³ cada um. Isso aqui é apenas uma fração do que representa ou que pode representar o pré-sal para este País, como medida e como patrimônio.

O pré-sal. A Lei nº 12.351 instituiu alguns órgãos com funções específicas e ampliou bastante os espectros de atuação do Ministério de Minas e Energia. Passa a ter um poder bastante significativo e muito expressivo nesse particular a ANP (Agência Nacional de Petróleo) e da PPSA.

Aqui nós temos algumas das muitas, quem mais ficou com funções designadas dentro do processo da Lei nº 12.351, com poderes de definir volume de extração, capacidade de extração, poder de definir os leilões, etc. Então, foi dado um poder muito grande para o Ministério de Energia dentro dessa área. E essas medidas são tomadas...

Aqui ainda é o Ministério de Minas. São bastantes as atribuições. Aqui as atribuições da ANP. Na verdade, a ANP encaminha as decisões para o Ministério, que as formaliza e leva isso ao Conselho Nacional de Petróleo. A partir daí, então, as decisões voltam para a ANP para implementação.

Aqui nós temos o Conselho Nacional de Política Energética. Ele tem uma capacidade de decisão muito grande, porque é ele que praticamente vai legislar sobre todo o processo da questão da destinação do petróleo para o Brasil, como vai ser explorado, a política e velocidade de extração etc.

Dentro desse processo da Lei nº 12.351, foram definidos alguns conselhos. Há o Conselho Nacional de Política Energética, que é estratégico nessa questão. Temos o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social e temos o Conselho Deliberativo do Fundo Social. Então, esses conselhos, sendo... Fora o CNPE, que é um conselho que o Decreto nº 3.520, de junho de 2000, define a sua composição. Os demais são conselhos que vieram na Lei nº 12.351, cuja formalização nunca foi feita.

Acho que é interessante trabalharmos em cima disso. É, em cima desses mecanismos, que nós estamos propondo um maior envolvimento para a sociedade, para que a sociedade se aproprie desse tema e passe a tomar os encaminhamentos e as decisões necessárias.

Então, aqui nós temos a composição estrutural, segundo o Decreto 3.520, do CNPE, que é um dos organismos principais e estratégicos nessas definições. Como nós vemos, esse Conselho está composto por sete Ministros de Estados e tem três representantes da sociedade civil, três representantes que nunca foram desig-

nados. Então, as decisões estão fechadas dentro do próprio Governo. Essas decisões, evidentemente, não permeiam para a sociedade, a sociedade não tem conhecimento delas e não tem a menor condição de imaginar o que está sendo tratado, intramuros, nesse processo.

Então, aqui nós temos os nomes dos representantes. Aqueles três últimos lá, que são os representantes dos Estados e do Distrito Federal, um cidadão brasileiro especialista em matéria de energia e um representante da universidade brasileira especialista em energia nunca foram indicados. Então, portanto, é um conselho, que a gente poderia dizer no jargão popular, "chapa branca", ou seja, é só formado por agentes do próprio Governo. Então, fica fechado dentro do Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – A representação social definida mas não indicada. São esses três aqui que representam, deveriam representar a sociedade civil, ainda que minoritariamente, mas que nunca foram designados e que, portanto, não existem.

Dentro do CNPE, dada sua significação e relevância, nós estamos tendo o atrevimento de propor que a sociedade civil se aproprie desse espaço e passe a ter maior influência dentro dela. Então, nós estamos sugerindo alguns agentes nacionais, que falam pela sociedade civil e que têm força e autoridade para isso, como, por exemplo, a OAB. Nós achamos que tem que estar um representante da área de engenharia do petróleo; um representante da área de energia elétrica e energias alternativas também; um representante da área de geologia e sísmica, porque esse pessoal tem dado uma contribuição para este País de um valor inestimável; um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso e para a Ciência; um representante da Associação Brasileira de Imprensa, para dar maior divulgação a essas decisões fechadas e um representante do Senado Federal. Essa aqui é uma contribuição que achamos que a sociedade pode dar e deve dar, além dos já existentes.

Achamos que esses critérios de indicação das entidades devem ser dentro das respectivas áreas de atuação, em lista tríplice, para escolha, ou pelo Presidente da República ou pelo Presidente do Congresso Nacional, ou algum organismo de representação e de expressão, que homologue, que referende, essas escolhas; mandato de quatro anos com uma recondução, não remunerado, alternando as trocas a cada dois anos, para não ter solução de continuidade, tendo sempre um núcleo que permanece e que pode estar levando adiante o funcionamento e não ter solução de continuidade no ritmo das coisas.

Sugerimos que, dada a condição da matéria, seja conduzida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que seja o órgão operador dessas escolhas bienais, dado que este assunto está diretamente envolvido com essa área, que é uma área que precisa ser mais potencializada e que vai estar menos politizada pela sua natureza.

O Fundo Social foi instituído pela Lei nº 12.351, é criado e tem uma natureza contábil e financeira, está vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza, desenvolvimento etc.

Ali estão as destinações. Isso aqui é uma transcrição do que a lei determina.

Um dos grandes objetivos do Fundo Social é constituir poupança pública, oferecer fonte de recursos para o desenvolvimento. Mas a principal realmente é mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, porquanto esse *input* de dólares que estaria havendo da venda de óleos ao exterior geraria um desequilíbrio interno que pode gerar graves problemas econômicos. Então, o fundo seria uma maneira de fazer esse balanceamento para que esses dólares não gerassem e não afetassem a economia com a chamada doença holandesa.

Aqui, nós estamos falando já do Fundo Social e da sua gestão. O Comitê de Gestão Financeira tem definido a participação de pelo menos três autoridades do Governo, que são: o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Banco Central.

Objetivos do Comitê de Gestão Financeira. O objetivo é buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira na linha do tempo. Os investimentos e aplicações do Fundo Social serão destinados...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – ...preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços dentro do País.

As regras básicas. Terá sua composição e funcionamento estabelecidos por ato do Poder Executivo, assegurada a participação. Aqui, ele não ampliou essa participação. Aos membros não cabe qualquer remuneração. E é essa a base da coisa, no art. 52.

Aqui são as formas de proposição, o que deve propor o Fundo de Gestão. Ele tem o montante que ele tem que determinar de resgate dos fundos, e aí trabalhar sempre voltado para o fundo. A rentabilidade míni-

ma esperada, os tipos de risco que poderão ser assumidos e toda essa gestão mais técnica que é exigida na gestão de um fundo dessa relevância.

A representação. Nós sugerimos que, além dos três representantes indicados, nós achamos que tínhamos que envolver mais gente especializada na área para participar dessa gestão. Então, um representante das Faculdades de Economia do Brasil. Pegamos as quatro principais aqui, que a gente acha que são as mais expressivas.

Um representante das Faculdades de Administração e Contábeis, também pegando dessas que são as grandes expressões nacionais. Um representante das Entidades de Investimento Financeiro, um representante específico da Fundação Getulio Vargas, um representante do Sistema de Previdência Complementar, já que a gestão do fundo guarda muita relação com essa área.

Um representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e um representante do TCU e TCEs, escolhidos entre eles, que é para dar a este Conselho expressão e significação e densidade intelectual para fazer uma representação condizente.

O Conselho Deliberativo do Fundo. O Conselho tem por atribuição propor ao Executivo a destinação dos recursos resgatados. Então, a gente acha que aqui se deve trabalhar somente com as rentabilidades do fundo e procurar tirar, dessa rentabilidade, as destinações necessárias, seguindo aquele modelo que a Noruega adotou.

Esses aqui são o que os termos da lei dizem, onde os programas deverão ter. E aqui nós estamos propondo... As regras de indicação são as mesmas que nós fizemos lá no primeiro, devem seguir os mesmos ritos e os mesmos critérios.

E aqui a gente acha que deve ser um representante da área de Ciência e Tecnologia, um representante da área industrial, um representante da área do trabalho, escolhido entre as centrais sindicais, que indicam, um representante da saúde, um representante da área ambiental, um representante da área estudantil, um membro da Confederação Nacional dos Municípios e um representante das Secretarias Estaduais do Planejamento.

Como tem todo um critério de destinação que a lei já definiu, a gente procurou buscar representantes de cada segmento dessas áreas para postular e discutir os seus núcleos de interesse, para equilibrar melhor essa questão e discutir de maneira mais aberta...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Você não acha que caberia alguém da educação também?

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Da educação? Eu acho que faltamos. Colocamos os estudantes...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Da área da educação, que não é preenchida por área estudantil, digamos.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Eu acho que faltou. Eu acho que é uma contribuição que pode ser agregada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem dois minutos.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Nós vimos nessa questão do pré-sal uma grande oportunidade, porque ele pode ser o suprimento de demandas desta geração e das gerações por vir. É importante que a gente comece a ter uma preocupação, como sociedade, para pensar o futuro. Eu acho que o esforço que se fez a partir dessa legislação é importante e, ao mutilá-la, ela vai trazer consequências, de uma forma ou de outra. O Brasil precisa ter uma institucionalidade mais robusta. As nossas leis não podem ficar ao sabor das circunstâncias e dos momentos. É imperativo que nós tenhamos um pouco mais de estabilidade. Nada é definitivo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Tudo é permanente e constantemente instável, e nessa instabilidade permanente, que nunca se esgota, qualquer coisa pode ser a qualquer momento e a qualquer dia, e nada está pronto e concluído.

Dentro dessa ótica, fica muito difícil se navegar e se pensar futuro, se projetar futuro, porque eu nunca vou saber e nunca vou ter a consciência de que as regras que estão estabelecidas hoje vão valer amanhã, ou depois de amanhã, ou para o governo que virá. Estamos trabalhando muito dentro de uma visão de gestão, e não temos nenhuma visão de Estado. Eu acho que esse é um dos graves problemas que o Brasil enfrenta. Nós temos que abandonar essas coisas, nós temos que parar com esses litígios permanentes e constantes, esses conflitos deliberados em que interesses prevalecem aos interesses maiores de um coletivo, que sofre, padece e é mutilado constante e permanentemente.

Eu acho que é imperativo que estas Casas, como Casas de representação, priorizem isso, e tenham essa visão. Precisamos resgatar essa visão como prática, porque de outro jeito, o Brasil não vai ter jeito. Nós não vamos ter solução nunca, porque todas as decisões são instáveis. Elas valem até que se modifique ali adiante, e que se modifique, se modifique e se modifique.

Eu creio que, em nome dessa estabilidade, em nome dessa visão de futuro que precisamos ter, desse compromisso maior com esta Nação, que pede e exige isso dos seus representantes maiores... A gente está

vendo hoje, nessa confusão em que estamos mergulhados, que realmente a nossa institucionalidade deixa muito a desejar. Ela exige e ela pede que ela tem que assumir o seu protagonismo. Ela tem que assumir as suas condições, os seus mandatos, e honrá-los de maneira digna, pensando no conjunto da sociedade. Essa visão precisa ser impositiva, imperativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Eu queria só fazer uma pergunta ao Senador Serra. Por muito tempo, a Chevron está no Brasil, por exemplo. Que legado uma dessas multinacionais, que está aqui há muito tempo, se beneficiando da riqueza que é o petróleo... O Fúlvio Petracco, que foi um dos eminentes políticos gaúchos, que era engenheiro, dizia: "Não existe na história da humanidade uma *commodity* que permaneça importante, que rareie e que o preço caia". Nós sabemos esse preço que o petróleo está tendo é um preço político. É um preço distorcido. Ele não representa a verdade.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você falou foi a...

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Chevron.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chevron. Só para confirmar, para ele responder.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Então, esses recursos... Agora me atrapalhei um pouco.

Essa questão que pede um pouco mais de compromisso, e que não existe. Nós vamos vendo que... Eu perdi o fio do raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você estava concluindo já, por causa do tempo.

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – O legado da Chevron, não é? Basicamente é isso.

E a outra coisa que eu acho importante ter presente é o caso da Petrobras. Quando nós falamos da competência da Noruega, eu quero ressaltar aqui que a competência dos quadros da Petrobras é acima da média. Tanto que a Petrobras continua ganhando prêmios internacionais de pesquisas e de descobertas. Tanto que a Petrobras foi quem desenvolveu e comprovou a tese do pré-sal, que nunca foi cogitada antes.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JOAQUIM MARCHISIO – Quer dizer, isso é conhecimento. Isso é tecnologia. Isso é apoderamento de conhecimento, que está aqui a serviço deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Joaquim Marchisio, economista e Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (Socecom).

Esta Mesa agora termina, os nossos convidados voltarão ao Plenário. Mas há uma pergunta que o Marchisio fez ao Senador e que ele vai responder neste momento.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O primeiro ponto é que eu nunca duvidei, e não teria por que fazê-lo, da competência da Petrobras, inclusive de exploração em plataformas submarinas. Isso é algo que começou a se desenvolver, aliás, na época do regime militar, nos anos 70. E a Petrobras realmente adquiriu uma condição única no mundo.

O problema da Petrobras não é falta de capacidade de trabalho técnico, científico. O problema da Petrobras é econômico, e os problemas econômicos não são problemas de engenharia, são de outra natureza. Eu acho que isso, por mim, dei por sabido quando falei.

Agora, segundo, o professor mencionou algo que eu deixei passar, embora tenha escrito sobre isso na minha exposição. É a presença da Pré-Sal Petróleo S.A., a chamada PetroSal, em cada área do pré-sal que venha a ser explorada. É uma empresa estatal que tem as atribuições de avaliar técnica e economicamente os planos de exploração, monitorar e auditar execução de projetos de exploração, dos custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção.

Essa empresa, que é estatal, tem um poder enorme. Eu digo isso porque, muitas vezes, se põe no palco o fantasma de que vão mentir nos números, vão calcular um excedente em óleo subestimado, enfim, mil coisas que as empresas vencedoras poderiam fazer nós vamos ter dentro uma empresa controlando. Mais do que isso, além do papel da ANP e, em outra esfera, do Conselho Nacional de Política Energética, é praticamente impossível. E eu sempre meço... A questão de o Estado produzir ou não, neste caso, não é o mais relevante. O relevante é o Estado poder controlar, tributar, extrair recursos. Isso é que é capacidade de intervenção, digamos.

É nessa óptica que eu não tenho a menor preocupação quanto ao futuro da exploração de petróleo, aos benefícios econômicos e sociais, etc., se for empresa estrangeira ou a Petrobras. Por quê? Porque o marco legal é o mesmo, e é um marco bastante forte, que, inclusive, assusta as empresas. Basta dizer que, no caso de

Libra, o Governo ficou atrás das empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras e o Governo, para participarem. Negociou até quem seriam os homens da PetroSal com eles. É preciso que se diga isto: a Petrobras e o Governo negociaram com as multinacionais que pessoas deveriam ir para a PetroSal, que, no caso, vai administrar ou gerenciar o campo de Libra. Para que se tenha uma ideia de como são as coisas na realidade prática.

Finalmente, com relação à Chevron, eu devo dizer que não tenho conhecimento específico – coloquei até aqui no Ipad, mas não entrou, travou – do que a empresa faz no Brasil. Mas ela, explorando petróleo, certamente pagou tudo aquilo que tinha que pagar, que é o que me interessa a esse respeito. Até porque eu tenho já a Petrobras como um papel importante na área e tudo mais.

Mas eu vejo poder. Por que eu sou ortodoxamente a favor de uma política fiscal sempre dura? Porque governo que tem uma situação de desequilíbrio fiscal é um governo fraco.

Minhas razões não são apenas econômicas, são políticas. O capital estrangeiro presente ou não não é o mais relevante; o relevante é o País ter elementos de controle e monitoramento sobre essas atividades. Eu acho que o marco legal existente permite isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Agradecemos essa primeira Mesa. Uma salva de palmas a todos os convidados, ao Senador e a todos os nossos convidados. (*Palmas.*)

Vamos agora para a segunda Mesa.

Convido Carlos Cavalcante Lacerda; Vitor Luis Silva Carvalho, representando a Central Única dos Trabalhadores; Flávio Werneck Meneguelli, representante da Central Sindical dos Sindicatos Brasileiros (CSB); e Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

De imediato, passo a palavra para o Vitor Luis Silva Carvalho, que fala pela Central Única dos Trabalhadores.

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – Bom, bom dia ainda. Agradeço a oportunidade de estar aqui, falando em nome da CUT. Justifico a ausência do nosso Presidente, o Vagner Freitas, que está com agenda em São Paulo, solicitou que eu viesse aqui, representar a Central Única dos Trabalhadores.

Eu tenho 33 anos de Petrobras, 52 anos de idade. Então, conheço alguma coisa do que vamos trazer a esta discussão, e ela começa pelo final da fala do nosso último orador aqui. O que interessa é que pagou os custos, e o resto não interessa. Esse resto que não interessa é 90% do petróleo encontrado no campo licitado por concessão, só isso. Então, você paga a taxa, paga o bônus lá, para comprar a concessão, e o que achar é seu. É o que ocorre hoje nas concessões que temos pelo Brasil.

Eu quero fazer um pequeno comparativo, que, aliás, está na internet, nas redes sociais, sobre os dois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo ao Senador José Serra, que está dialogando ali, com um de nossos convidados, se pudessem dar mais um passo em direção ao lado, para que ele possa... Mas pode acompanhar o Senador, sem problema nenhum.

Volto a palavra para o Vitor.

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – O.k. Obrigado, Senador.

Na partilha, o consórcio vencedor é o que oferecer maior retorno de petróleo para o Governo. Na concessão, como eu já falei, paga-se o bônus para adquirir a área, 10% do que for encontrado é do Governo, e o restante é da concessionária que comprou a área.

Na partilha, a Petrobras, por ter, na atual lei, 30%, vai manter o regime de produção, não vai exaurir o campo, porque um dos grandes problemas é a produção predatória. E o exemplo que temos é a Argentina, que entregou os seus campos à Repsol, e a produção, que era estimada para 30 anos, foi exaurida em 10, e hoje a Argentina está lá, num processo todo de renovação das suas reservas, busca por novas reservas, porque as que eram mapeadas e foram entregues à Repsol foram exauridas. Então, no regime de concessão, logicamente, o Governo não tem controle nenhum sobre o regime de produção, e o exemplo é o que a Argentina tem.

Com o regime da partilha, a questão dos royalties serem destinados e terem especificamente sido destinados para saúde e educação é uma garantia para que, por exemplo, não aconteça o que a gente tem lá na minha doce Campos dos Goytacazes, no norte/noroeste do Rio de Janeiro, em que o *royalty* é aplicado para tudo, sem participação popular e sem controle social. E, aí, quando vem uma crise como esta em que o barril de petróleo cai de US$120 para US$40, a prefeitura não tem planejamento e começa a cortar tudo porque não tem o dinheiro do *royalty* para bancar as pirotecnias que se utilizam para justificar a gastança dos *royalties,* que, hoje, não tem controle social.

Outro ponto fundamental é a questão do conteúdo nacional. E a diferença está aí para qualquer um comprovar. Apesar da utilização política da Operação Lava Jato, que depreda unicamente os terceirizados – que estão sofrendo esse reflexo da politicagem, da política que está sendo utilizada na Operação Lava Jato – e que tem paralisado alguns estaleiros, felizmente, não é a realidade lá do Rio Grande do Sul. Mas, hoje, o Estaleiro Mauá tem, lá, suas operações paralisadas: quatro navios parados sem perspectiva de como é que vão ser

finalizados – navios com 90% prontos e que dependem de 10% para ser finalizados. E a gente não consegue ter uma solução para isso.

Na concessão, a pergunta feita pelo José Joaquim Marchisio demonstra bem que, na concessão, não existe nenhum compromisso. A gente pode fazer uma pesquisa – mínima, que seja – para saber o que as concessionárias que compraram alguma área para exploração de petróleo no Brasil construíram no Brasil. Qual foi a empresa brasileira em que essas concessionárias investiram para desenvolver tecnologia e comprar equipamentos no Brasil? Eu não vou dizer que nenhuma, mas é muito próximo de nenhuma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – É, eu tentei achar no meu computador, aqui, e travou.

Nós temos, então, essa discussão sobre concessão e partilha em um momento totalmente inadequado, como disse o Senador – e aí a gente é obrigado a concordar com ele. É inaceitável que a Petrobras, através do Governo Federal, pense em vender algum ativo neste momento. E é por isso que a Federação Única dos Petroleiros, representada aqui pelo meu Presidente e eu também sou diretor da Federação, a gente discorda frontalmente dessa política colocada pelo Conselho de Administração da Petrobras.

E, aqui, cabe um registro: o ex... o atual Presidente do Conselho de Administração se licenciou – não é? – do cargo e saiu atirando nos trabalhadores, dizendo que têm um acordo coletivo muito bom, que têm várias regalias. Eu gostaria de propor ao licenciado Presidente do C.A. que ele embarcasse e passasse quatorze dias dentro, não de uma unidade da Petrobras, mas de uma unidade afretada da Petrobras para saber o que é a realidade.

E, aí, faço um *link* aqui com a questão da terceirização: a Petrobras utiliza, hoje, uma política de Governo, uma brecha na legislação. A produção do pré-sal hoje, de mais de um milhão de barris de petróleo, é toda terceirizada, inclusive na sua atividade-fim. Os navios afretados pela Petrobras que estão produzindo no pré-sal, todos afrontam a legislação brasileira porque são operados na produção por empresas, por terceirizados. Aqui, a gente reforça a posição, tanto da Federação Única quanto da CUT: não temos nada contra o trabalhador terceirizado; pelo contrário, é uma força de trabalho que contribuiu e tem contribuído para o desenvolvimento do País. O que a gente é contra é a exploração predatória que, inclusive, esse PL 4.330 vai aprofundar. Então, é bom que fique clara essa diferenciação do que a gente pensa e do que é proposto no PL nº 4.330.

A gente caminha para um debate em que, hoje, nós temos, no mundo... Quando se fala que a Petrobras está praticamente quebrada, é interessante que não falam das outras operadoras. Todas as operadoras de petróleo, ou pelo menos as maiores, as dez maiores operadoras de petróleo do mundo, estatais como a Petrobras, como a Aramco, da Arábia Saudita, como na Venezuela, ou como as Exxon, Chevron da vida, tiveram prejuízo no primeiro semestre...

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – ...por conta do preço do petróleo, logicamente, e da geopolítica colocada na questão do petróleo. Então, não dá para querer falar aqui da Petrobras sem falar das outras, porque, aí, eu estou falando de petróleo e vou querer falar de padaria. Então, se a gente quer fazer uma discussão aprofundada aqui, temos que falar de todas e todas apresentaram...

E a Petrobras tem uma coisa *sui generis*: o balanço da Petrobras no terceiro trimestre foi de R$500 milhões, fruto de uma disputa judicial que a Petrobras tinha com o Governo, de uma interpretação de impostos que a Petrobras não recolheu, perdeu e teve que pagar. Só nisso, foram R$2,4 bilhões que a Petrobras teve que pagar ao Governo por uma disputa judicial, que é preciso ser investigada.

O que levou o jurídico da Petrobras a interpretar que não teria que pagar esses impostos? E, agora, a conta veio e isso prejudicou o balanço da empresa. Imaginemos como seria se a Petrobras, em vez de não ter essa dívida, apresentasse um balanço de R$3 bilhões de lucro no terceiro trimestre! A gente estaria falando aqui, em outras bases, sobre essa discussão de partilha ou concessão.

Então, a contribuição que eu tenho a trazer aqui para este debate é de que nós não estamos aqui fazendo defesa por defesa. Da mesma maneira que quem defende que a concessão é o melhor para o Brasil se considera o dono da verdade, a gente aqui, quando faz a defesa da partilha também tem o direito de se considerar dono da verdade e discordar de várias afirmações colocadas aqui.

Para finalizar, quero dizer também que todas as operadoras de petróleo no mundo revisaram os seus planos de negócio. Seria uma temeridade se a Petrobras não o tivesse feito. Plano de negócios gestado em 2013, prevendo o barril de petróleo a R$120 e o dólar a US$2,30, se não fosse revisto, era para pedir cadeia para uma presidência, uma direção da Petrobras e o seu Conselho de Administração. Então, fez e fez correto, como todas fizeram. Todas as empresas de petróleo refizeram seus planos de negócios, porque era inimaginável que

o barril de petróleo sofresse... Era imaginável que não se manteria a US$120 também. Isso era fato, mas era inimaginável que chegasse a US$40, US$45 como está hoje. Esse é um ponto.

Então, finalizo aqui também para fazer coro com algumas afirmações aqui – o bom de se falar depois é que... Interessante que o PIB serve pra corrigir a saúde, mas, quando é para corrigir o salário mínimo, ele não serve. Para algumas pessoas que defendem aqui a questão do PIB de um ou dois anos anteriores, é bom que a gente unifique e preste atenção no que é dito aqui, porque depois a gente tem condição de estar cobrando.

E é por isso que eu encerro aqui, fazendo a defesa intransigente do modelo de partilha, da presença da Petrobras como operadora única, para controlar e evitar a exploração predatória dessa riqueza, garantir saúde e educação para as futuras gerações, como a Noruega fez, para que a gente não passe pela febre e pela doença holandesa, porque ali é o oposto, não se preocupou com o futuro, torrou o petróleo e hoje é o espelho, o inverso do que a Noruega fez, e desejar que esse debate seja profícuo e que a gente esclareça para a sociedade brasileira toda essa discussão e o que está envolvido nessa disputa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Vitor Luis Silva Carvalho falou pela CUT.

Só para esclarecer para quem está nos assistindo, o PIB corrige o salário mínimo já em torno de quatro anos. Mas você tem razão, porque ele não corrige o salário dos trabalhadores em geral, e nem dos aposentados; só especificamente o salário mínimo. Se serve no geral...

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Se serve para a saúde, tem que ser defendido também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Defendido também para os outros salários.

Só para deixar claro que, para o salário mínimo, é tranquilo já. Foi uma discussão que fizemos com as centrais, na época do Presidente Lula, e votamos logo no primeiro ano da Presidenta Dilma. E muita gente quer retirar essa vinculação ao salário mínimo.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas nós vamos manter, com certeza.

E, por mim, eu quero estender pelo menos esse reajuste para os trabalhadores e para os aposentados; inflação mais PIB pelo menos.

Agora, passo a palavra para o Flávio Werneck Meneguelli, representante da CSB.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia a todos os presentes.

Como nós ficamos aqui por último, fica eu acho que, para não ser repetitivo, uma tentativa de organizar e de pontuar alguma coisa que a gente viu que passou sem o devido debate ou com um debate aquém do necessário.

Já foi falado aqui da realidade da Petrobras, da prospecção de petróleo; já se discorreu do *know-how* que a Petrobras tem em prospecção em águas profundas; nós debatemos aqui com o Prof. José Joaquim Marchisio possibilidades de alterações nos conselhos. Senti falta das representações de fiscalização – CGU, TCU, Polícia Federal –, que eu acho que dariam um maior peso nestas Comissões. Senti falta dessa situação. Talvez um acompanhamento mais próximo evitasse alguns problemas que hoje nós estamos tendo, como, por exemplo, a Lava Jato. E eu posso falar de cadeira, porque também sou presidente do Sindicato dos Policiais Federais aqui no Distrito Federal e venho criticando uma metodologia seletiva que vem sendo imposta a essas investigações. A investigação tem que ser célere. Tem que ter a sua parte, o seu período de sigilo e, assim que for publicizada, tem que ser célere e rápida, para que não engesse a economia do País, como vem engessando e até, como bem falou o Vitor, afetando os terceirizados, que são a ponta mais frágil da nossa economia, afetando quem está na parte mais frágil da nossa economia.

Vou citar duas frases aqui para reflexão. Uma é do Kissinger. Ele falava que: se controla o alimento, você controla o povo; se controla o petróleo, você controla uma nação; e, se controla o dinheiro, você vai controlar o mundo. Os Estados Unidos não exportam as suas reservas de petróleo. Isso é para reflexão.

E, no livro *O Petróleo é Nosso*, da Maria Augusta Tibiriçá Miranda, ela fala bem claro que, quando o petróleo aflorou em Lobato, na Bahia, foram chamados representantes dos Estados Unidos, até então os *experts* em petróleo, e que desqualificaram o petróleo ali descoberto. Foram desmascarados, pouco tempo depois, e afirmaram que não era viável economicamente se retirar aquele petróleo ali de Lobato. Novamente questionados, apresentaram um contrato de exploração daquele petróleo, de 30 a 40 anos, podendo se exportar todo o excedente. Findo o contrato, eles teriam que ser indenizados sobre o lucro que se deixasse de obter daquilo que ainda estava debaixo da terra.

Então, não há inocentes, não temos nenhum bobo nesse jogo que vem sendo travado e que também pode estar por trás – não estou afirmando que está, mas que pode estar por trás – desse projeto.

Vou entrar aqui em uma situação mais próxima à minha realidade. O que vem trazendo à baila esse projeto agora é a corrupção, a suposta corrupção, a suposta corruptocracia. É o que vem sendo alegado para que discutamos essas alterações legislativas propostas.

Eu já vejo duas falsas premissas de cara. A primeira é a de que não temos servidores e capacidade para se mudar e para se administrar a Petrobras ou para se mudarem ou se administrarem os poços do pré-sal. É uma premissa totalmente equivocada, uma premissa que coloca em xeque toda a população brasileira, toda a capacidade da população brasileira. A segunda premissa é a premissa da Lei de Gerson: "Eu que estou aqui e vou levar a minha vantagem. Os demais é que busquem as vantagens pessoais". Isso é de uma maldade ou de uma malícia enorme, senhores.

O que nós temos hoje no que diz respeito à corrupção, à investigação no País é que merecia estar sendo discutido aqui. Por que nós não importamos a metodologia investigativa dos países europeus, dos Estados Unidos? A nossa metodologia investigativa, sim, está falida, essa tem 4% de eficiência. De cada 100 assassinos no País, apenas 8 são presos, ou seja, se eu matar alguém aqui, Senador Paim, eu tenho 92% de chance de não cumprir pena no País. Nós prendemos muito e prendemos mal. Prendemos apenas pequenos traficantes de drogas, direta ou indiretamente ligados com o pequeno tráfico de drogas – 60% dos presídios. Em contrapartida, os corruptos estão soltos. Basta citar aqui que o índice CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) de 2013 chegou ao grande índice de 4% das investigações da minha Polícia Federal que viraram denúncia na Justiça, ou seja, 96% estão debaixo do pano. Por que, em vez de estarmos discutindo aqui uma – entre aspas – "doação", uma mudança de metodologia do pré-sal e do petróleo como um todo, não estamos discutindo aqui a importação de metodologia técnico-investigativa dos melhores países do mundo, que chegam a 80%, a 90%? Eu não preciso ir longe, eu vou ao Chile, que tem 90% de eficiência na perseguição criminal, ou seja, de cada 100 crimes, 90 são resolvidos. Eu costumo brincar que o que nós temos de mais próximo, no que diz respeito à investigação, é a metodologia portuguesa, porque nós fomos colonizados por Portugal. Portugal já mudou, já modernizou a sua metodologia investigativa três vezes pós-colonização, e nós permanecemos com a do Brasil Colônia ainda. Portugal tem 80% de eficiência nos crimes de homicídio; nós temos 8% – questão de zero, se o zero é à esquerda ou se o zero é à direta. E ainda temos de ouvir que a nossa metodologia investigativa funciona. Manter o sistema de investigação com um *apartheid* funcional, sem meritocracia no País...

Vamos ao que interessa, voltando para o foco da nossa proposta de alteração aqui. A CSB (Central de Sindicatos Brasileiros) é veementemente contra a proposta colocada. Nós nos posicionamos a favor da população brasileira, a favor da manutenção da riqueza para o Brasil e para os brasileiros.

Eu agradeço a possibilidade de falar um pouquinho aqui, Senador. E espero que troquemos esse debate pouco profícuo para a população brasileira por um de maior efetividade, que é o da segurança pública falida que há hoje no País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Flávio Werneck Meneguelli. Uma coisa também não prejudica a outra, Flávio. Entre com um requerimento que fazemos a audiência pública sobre segurança. Só que não dá para fazer audiência pública só sobre segurança, mas eu entendi a sua reclamação, que foi positiva, ao dizer que temos de fazer também esse debate. E vamos fazer. Fica já o compromisso de que vamos fazer o debate.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Dr. Raul.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN (*Fora do microfone*.) – Vou ter a oportunidade de falar? O Fernando Siqueira está chegando neste instante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – ... ele está lá embaixo; eu teria oportunidade de falar alguma coisa sobre o que o Serra disse?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Eu lamento que ele tenha saído, e eu iria pedir para falar quando ele estava aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai ter oportunidade, sim, só que eu tenho mais dois companheiros do Plenário...

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que pediram a palavra.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Tudo bem. Eu aguardo. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, eu vou passar a palavra ao Fernando, por cinco minutos; depois o Siqueira fala e encerra, e você poderá também falar.

O Fernando Maia da Costa, do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e do Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-Sal, pediu a palavra; e o Osvaldo Maneschy, assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego.

Começamos com o Fernando, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO MAIA DA COSTA – Bom dia, Senador Paim, todos os demais presentes, todas as demais presentes.

Quero parabenizar, mais uma vez, como os demais colegas da Mesa, a execução desta audiência pública, que consideramos muito importante no debate que se vem fazendo na sociedade brasileira. E eu concordo com o colega que fala sobre a segurança pública, mas nós também temos que ampliar nosso debate para todas as áreas, porque não vivemos apenas de uma situação: somos o conjunto de todas as políticas que são feitas no País, e essa política que está sendo proposta para a área do pré-sal é uma política muito complicada.

Eu queria também enaltecer a "republicanicidade" do Senador Paim, em garantir a palavra do contraditório, e dizer que sempre parte do companheiro Paim a ação de abrir oportunidade para todas as falas e garantir a presença de todos e todas, diferentemente do posicionamento de alguns no Senado Federal, que fazem questão às vezes de tirar as pessoas do debate aqui nesta Casa, principalmente o povo. Quando nós participamos aqui da discussão do pedido de urgência para o PLS 131, o Presidente da Casa, infelizmente, tomou a atitude de tirar os trabalhadores aqui da discussão. Mas faz parte da ação de cada um e de cada uma, e a sociedade tem de fazer esse julgamento.

Mas a discussão do PLS 131 vai longe, quando se coloca uma frasezinha, dizendo assim: "Não, é simplesmente para tirar da Petrobras o fardo de explorar o pré-sal" – que ela descobriu, que ela estudou, que ela investiu, explorou, encontrou e tem capacidade e condições de fazer a exploração.

Lá em 2008, quando foi feita a discussão, defendíamos um projeto diferente. Defendíamos um sistema de monopólio estatal de todo o petróleo no Brasil. Infelizmente, na correlação de forças, os trabalhadores não conseguiram fazer vencer o seu projeto. Inclusive, o Senador Paim foi quem apresentou no Senado esse projeto. O companheiro Fernando Marroni também apresentou na Câmara Federal, mas, infelizmente, as discussões políticas não beneficiaram o povo brasileiro com essa possibilidade.

E o projeto que é apresentado, do sistema de partilha, foi um meio termo do caminho para garantir essa riqueza, quem sabe a última grande riqueza do País – se não considerarmos aquelas que foram privatizadas lá com a Vale do Rio Doce, algumas grandes riquezas de que certamente sentiremos falta no futuro, que estão sendo exploradas por empresas multinacionais. Certamente, o petróleo, uma dessas últimas grandes riquezas, tem, sim, que beneficiar as gerações futuras. Nós não podemos deixar que aconteça conosco o que estamos vendo na Noruega, que aumentou o ritmo de exploração, teve um pico de produção e agora começa a cair, cair, cair e cair, quando ela se torna exportadora de petróleo. Temos, sim, de ter a responsabilidade de administrar essa riqueza de forma a garantir, para as gerações futuras, os benefícios desse petróleo com que realmente nós fomos privilegiados pela natureza.

E há um companheiro nosso, o companheiro Moraes, que tem dito sempre uma frase: "Nós não podemos...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MAIA DA COSTA – ... deixar, para as gerações futuras, um legado que não seja aquele da riqueza que nós estamos tomando emprestado delas; nós temos que investir todo o dinheiro gerado por essa riqueza do pré-sal na educação e na saúde do povo brasileiro". Temos, sim, que observar, como o Senador falou, para que não seja compensado um dinheiro com outro. Temos que fazer com que se garanta mais saúde e mais educação para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fernando Maia da Costa, que falou em nome do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e também faz parte do Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-sal.

Como eu já havia anunciado, já está na mesa conosco o Dr. Fernando Siqueira, que é Vice-Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras. Ele vai ser o último a fazer o uso da palavra, fechando esse círculo de debate com os nossos convidados. Claro que eu vou dar a palavra também para o Dr. Raul, que pediu, e ao Sebastião, que também pediu.

Mas agora fala Osvaldo Maneschy, Assessor Especial do Ministério do Trabalho e Emprego, que está aqui a minha esquerda.

O SR. OSVALDO PERES MANESCHY – Esse assunto é muito caro para nós, lá no Ministério do Trabalho, porque o Senador Serra colocou essa questão aqui. Quando se fala em Petrobras, nós estamos falando de 12%

a 13% do PIB brasileiro. Então, tenho absoluta certeza, senhores, de que hoje a crise que nós vivemos começou exatamente na Lava Jato e na paralisação de todas as obras, dessas encomendas, de tudo que foi feito em função da Petrobras. Nós sabemos a dimensão e a importância da Petrobras para a economia brasileira. O brasileiro que não entende disso, infelizmente, tem que estudar um pouquinho mais e conhecer melhor a nossa economia e o próprio País. A Petrobras é uma parte importantíssima do Brasil. É muito cara para nós, no Ministério do Trabalho, essa questão. Tanto é que estamos discutindo isso dentro de um grupo de trabalho, constituído pela Presidente Dilma Rousseff, sobre a questão do trabalho e do emprego.

Eu quero chamar a atenção dos senhores, fazer um alerta mesmo, importante para todos. O Engenheiro Tadeu colocou muito bem a questão, e também o Fernando Siqueira, que já conheço, sobre tudo isso que está acontecendo, neste exato momento, no Brasil.

Na sexta feira da semana passada, o *Diário Oficial da União* publicou a Portaria 453, do Ministro Eduardo Braga, em uma seção deles lá. Estão colocando nas mãos do Conselho Nacional de Política Energética – é aquilo sobre o que o senhor nos alertou aqui, eu não sabia desse detalhe –, constituído por Ministro de Estado, vários ministérios, o de Minas e Energia, e o senhor colocou muito bem aqui a sobre a composição interna, sobre a qual eu não sabia exatamente... E chamando a atenção de que os três representantes da sociedade brasileira nem nomeados foram, mas o Ministro Eduardo Braga, na sexta-feira passada, através da Portaria 453, colocou nas mãos do Conselho Nacional de Política Energética o que vai ser feito em relação ao petróleo excedente da exploração do pré-sal, já com o prazo de 60 dias, para sumariamente dizer o que vai ser feito com o petróleo excedente do pré-sal, tanto da Petrobras, e isso é de uma gravidade extrema, quanto das empresas particulares. Só que as empresas petrolíferas internacionais – há um despacho da Reuters, de sexta-feira, chamando a atenção por conta disso –, várias delas já estão na porta do pré-sal e só não começaram a explorar o pré-sal até agora, porque isso é absolutamente ilegal, como foi ilegal aquele acidente que a Chevron, que foi citada aqui, causou lá na Bacia de Campos, porque eles estavam, sem segurança, tentando chegar ao pré-sal.

Quero chamar a atenção para o seguinte: essas empresas estrangeiras, que não são poucas, segundo o George Vidor, repórter econômico do jornal *O Globo*, existem hoje 110 empresas estrangeiras trabalhando com petróleo no Brasil. A Petrobras é uma só e nós estamos falando, do mundo, de 110 empresas. A Petrobras, graças à Constituição dela, graças ao trabalho que foi feito ao longo dos anos de monopólio, controla ainda 92%. Mas à medida que essas empresas avancem na exploração desse petróleo, cada vez mais vai diminuindo a importância da Petrobras. Defender a Petrobras, como dizem os Petroleiros – nós, eu, pelo menos, e algumas pessoas no Ministério –, é defender o Brasil. Nós não podemos permitir que, em 60 dias, um conselho que nem totalmente constituído está, dite o que vai ser feito do petróleo excedente produzido no pré-sal, porque as multinacionais de petróleo já estão prontinhas para dizer o que vai ser feito disso aí.

O Governo brasileiro, a Presidente Dilma Rousseff, que sempre se posicionou a favor da Petrobras e do petróleo brasileiro... É importante que se entenda que hoje o Governo brasileiro está vivendo uma crise que vem de fora. Pelo fato de o Governo brasileiro se alinhar ao BRICS, hoje nós não somos um dos interesses maiores do grande capital norte-americano. E as nossas reservas de petróleo...

Foi dito aqui, o petróleo é a causa de "n" guerras pelo mundo afora. E nós não podemos cometer o erro de deixar essas petrolíferas internacionais fazerem o que bem entenderem no nosso território, até porque o governo dos Estados Unidos – os senhores também sabem disso – não reconhecem as 200 milhas, como foi colocado lá atrás pelos nossos militares, na época da ditadura. Eles não reconhecem. Se eles chegarem aqui e ocuparem de repente os nossos campos de petróleo, e aí? Nós vamos fazer o quê? Nós, brasileiros? E nós vamos aprovar leis para facilitar a vida dessa turma?

Só quem não conhece a história do petróleo, quem não conhece a história do Brasil e a luta de brasileiros sérios como Maria Augusta Tibiriçá Miranda, com quem trabalhei na ABI, e Fernando Siqueira, Vice-Presidente do Modecom – Movimento em Defesa da Economia Nacional, criado pelo Dr. Barbosa Lima... Eles sabem perfeitamente da atuação nefasta dessas multinacionais aqui no Brasil, inclusive corrompendo várias pessoas em vários níveis e permitindo que lobistas muito conhecidos de quem trabalha com a área de petróleo atuem livremente e tenham toda a cobertura possível dos meios de comunicação.

É importantíssimo que todos nós nos posicionemos sobre essa questão. E nós estamos nos posicionando sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Osvaldo Maneschy, Assessor Especial do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Vitor Luis queria só fazer um complemento de um minuto.

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – Eu não sei se o Fernando vai abordar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele vai falar depois.

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – Sim, mas eu queria fazer dois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele vai encerrar o ciclo.

O SR. VITOR LUIS SILVA CARVALHO – Para falar da Lava Jato, nós temos que fazer referência à Lei nº 8.666, que regulava ou regula as licitações e à brecha que foi arquitetada em 97, que é a Lei nº 9.478, dispensando os trâmites para as licitações, que, humildemente, eu acredito que ajudou toda essa conspiração dentro da Petrobras, permitindo que acontecesse o que aconteceu, a questão dos aditivos...

Hoje a Petrobras passa por um grande problema. E as demissões dos trabalhadores do setor privado, algumas têm se dado por conta da falta de critérios, talvez, da questão da Operação Lava Jato. Muitos funcionários da Petrobras não querem assinar aditivo, porque estão receosos.

Nós temos a situação dessas duas leis, uma de 97, que abriu ou retirou a exigência da licitação formal da Lei nº 8.666, que engessava a Petrobras, é verdade, em algumas situações. Mas essa abertura, com a 9.478, deu no que deu, essa situação toda que está aí.

E, por último, rapidamente, eu falei da questão do Murilo Ferreira, Presidente licenciado do Conselho de Administração da Petrobras, mas não fechei o meu raciocínio, que é o seguinte: a Gaspetro, que é uma das empresas do sistema Petrobras, está sendo oferecida. Coincidentemente, a Mitsui, que é uma das controladoras da Vale, é quem está à frente para pegar esses 40% oferecidos da Gaspetro.

A Mitsui é controladora da Vale. O Murilo Ferreira licenciou-se do Conselho de Administração da Petrobras porque é Presidente da Vale. Coincidentemente, ele se licencia e duas semanas depois esse negócio é colocado como fato relevante.

Eu não vou fazer juízo de valor, mas, como eu raciocino algumas coisas, é bom fazermos esse debate dos interesses que estão colocados hoje dentro do Conselho de Administração da Petrobras, as indicações feitas pelo Governo Dilma e o que essas pessoas que estão no Conselho de Administração têm sinalizado. E é por isso que a gente é contra, enquanto FUP, enquanto CUT, a venda de qualquer artigo da Petrobras, na situação da economia de hoje, tanto nacional, mas principalmente na geopolítica internacional do petróleo. Volto a afirmar aqui: se todo mundo está vendendo, não é hora de se vender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, o Sr. Vitor Luis Carvalho complementou.

Por favor, Sr. Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Senador, inicialmente – só destacando – sou filósofo, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e gostaria de deixar aqui a minha solidariedade ao Professor Renato Janine Ribeiro, que é um dos grandes filósofos desse país, com uma obra importantíssima, pelo ataque, acho que até desqualificado, do Senador. Acredito que a crítica ao Ministro é um dado. O ataque à pessoa, ao profissional, é desrespeitoso.

Então, talvez o Senador José Serra nunca tenha lido uma linha do Sr. Renato Janine Ribeiro, e não sabe a importância dele para a formação dos filósofos do Brasil.

A segunda questão é que ficou sem resposta, a exacerbação do Senador com relação a que não haveria prejuízo para a saúde, para a educação, prova, prova, prova. Agora, usando o próprio argumento do Senador – seria importante – ele disse que os consultores da Câmara dos Deputados e do Senado são os mais qualificados do Brasil, são os mais qualificados do mundo.

Pois então, Paulo César Ribeiro Lima, consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, diz o seguinte: os custos de operação da Petrobras para o Pré-Sal são menores do que os de qualquer outra empresa no mundo, US$ 9,1 por barril contra a média mundial de US$ 15 por barril, confirmando o que o companheiro presidente da FUP havia afirmado. E ele foi mais longe ainda. Por suas contas, se a Petrobras não tivesse participado de Libras, o Estado arrecadaria R$ 246 bilhões a menos. E mais do que isso, ele desconstrói a presença, no projeto do Senador, de que não haveria prejuízo para o Brasil, porque ele diz o seguinte: qualquer outra operadora do pré-sal que não seja a Petrobras, o risco é extremamente elevado.

E por último, chamo a atenção de que o petróleo tem proteção constitucional, quer dizer, é falácia dizer que o petróleo brasileiro estaria ameaçado de sequestro por razões de dívidas da Petrobras. Ele só entra na contabilidade da Petrobras depois que ele é refinado, explorado. Então, são argumentos que provam com relação ao prejuízo à saúde, à educação. Ora, uma questão é que seja obrigatória uma única empresa para explorar o processo: a Petrobras. Outra coisa é facultar. Se é bom, vai ser ruim. Então, a Petrobras passa a ficar ao livre arbítrio de governo, de interesses... Espera aí, agora não interessa.

E o mais grave, Senador – já tinha afirmado antes – a posição dos Estados Unidos de não reconhecer as 200 milhas. Então, o campus de petróleo, explorado por empresa americana nessa faixa, pode ser considerado pelos Estados Unidos como propriedade deles e não nossa, porque eles não reconhecem essa questão.

Então, o debate é muito mais profundo, muito mais sério do que a rapidez com que o Senador José Serra quis desmontar o que aqui foi apresentado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Sebastião Soares da Silva, que falou pela Nova Central.

Agora, Dr. Raul Tadeu Bergmann, que pediu também para complementar.

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – Queria primeiro cumprimentar a fala do Joaquim sobre a eleição de representantes e que é muito importante fazer isso que ele falou, mas, temos que exigir que os representantes tenham comprometimento com o interesse nacional acima de tudo e sejam competentes, capacitados. Não podemos cair na esparrela de colocar representantes que representem interesses corporativos, colocar representantes da Geologia para defender os geólogos, da Engenharia para defender os engenheiros, não podemos cair nessa esparrela, que é muito fácil de se cair.

E, segundo, que é o outro critério de colocar o cara pela elegibilidade que ele tem, prescindir da competência para colocar um cara que é elegível. Não podemos cair nessa esparrela. Temos que criar situações que impeçam isso.

A segunda coisa que eu pretendia falar... (*Ininteligível.*)

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – ... o Senador Serra, ele comete alguns equívocos.

Quando ele diz que a Petrobras é a empresa mais endividada do mundo, é verdade. Quando ele diz que a Petrobras é a empresa com o maior índice de endividamento por barril de petróleo produzido, pode até ser verdade, mas não tem nada a ver, porque o barril de petróleo produzido já foi produzido, e a Petrobras está se endividando por barril de petróleo a produzir. E a Petrobras é a empresa do mundo que tem o maior portfólio de barril de petróleo a produzir, que a torna a empresa mais viável economicamente do mundo, e ela, diferentemente do que ele diz, que a Petrobras está falida economicamente, não, a Petrobras está muito bem, obrigada, economicamente. Ela está com problemas de caráter financeiro. Caráter financeiro se resolve de outro jeito, como, por exemplo, o projeto do Senador Requião, em que encaminhou para criar um sistema de o BNDES financiar a Petrobras, tendo em vista que já financiou, como foi dito aqui, muita coisa no Brasil e fora do Brasil. Não tem sentido.

Outra coisa que eu acho que é importante colocar é que o Brasil teve, sim, um grande aumento de produção depois que quebrou o monopólio, mas teve esse grande aumento, porque, até a quebra do monopólio, o petróleo nacional, que era propriedade da União, estabelecia para a Petrobras a metade do valor internacional dele. E, com isso, restringia a Petrobras no seu investimento.

Quando quebrou o monopólio, passou-se a praticar o preço internacional, que foi cobrado da sociedade brasileira, que pagou isso, e isso deu... (*Ininteligível.*)

O SR. RAUL TADEU BERGMANN – ... lucros para a Petrobras, que, vocês lembram, deu lucros de alguns trilhões de dólares por ano, alguns bilhões de dólares de lucro, que saiu de onde esse lucro? Saiu da sociedade brasileira. Podia ter vindo antes, não tem nada a ver com a quebra do monopólio, com aquela lei lá. O que teve foi uma mudança de critério.

E outra coisa que ele não diz é que, desde 1970, da época do petróleo de Campos, a Petrobras, num programa de governo, desenvolveu mais de cinco mil empresas nacionais para fornecimento de bens e serviços para o Brasil, e, algumas delas, mais de dezenas, já estavam competindo internacionalmente, aquilo que nós vimos na Noruega. Com a quebra do monopólio, veio, também, uma leizinha, que permitia às multinacionais isenção de imposto para importar, que não era a mesma coisa aqui. Dessas cinco mil empresas não sobrou mais nenhuma.

Então, essas coisas têm que ser ditas.

E, quanto ao conteúdo nacional, que ele falou que vai ser preservado, teve leilões e teve empresa que ofereceu conteúdo nacional altíssimo e irrealizável, e com um bônus menor do que a Petrobras ofereceu, e ela ganhou. Só que ela não cumpre o conteúdo nacional, não cumpre esse conteúdo nacional, leva multas baixíssimas que nem são cobradas.

Então, nós temos também um problema que volto a o que o Flávio falou, que é o nosso problema de institucionalidade, que é quem está gerindo isso tudo. E nós temos que colocar na lei, é muito importante, porque a lei, pelo menos, é mais um suporte que garante, que dá força para a pouca institucionalidade que a gente tenha.

Então, me preocupa muito quando ele começa a colocar esse tipo de coisa e que, com isso, acabe a gente piorando ainda a condição de institucionalidade.

No controle da produção, no controle do PSA, tem uma coisa muito importante que a controladora de produção da Noruega é muito mais uma controladora da produção e investidora. Ela não tem nada a ver com

petrolíferas, e a nossa controladora de produção, com o tempo, enquanto ela tiver gente da Petrobras, vai ter gente capacitada para controlar a produção, mas, daqui a 20 anos, não sabe mais como é que vai ser, a competência adquirida na produção, a competência adquirida no campo, para permitir o controle, porque vai ter um controle de papel. Vai ter um controle que eu não sei se vai funcionar.

É alto risco colocar isso desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Dr. Raul Tadeu Bergmann.

Só para complementar o seu raciocínio, o José Maria Rangel, Presidente da Federação Única dos Petroleiros.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Muito rapidamente, Senador Paim, primeiro, para mim, a resposta do Senador Serra à pergunta do colega do Rio Grande do Sul expressa exatamente a proposta dele. Não importa se vai deixar legado para o povo brasileiro, pagamos tributo, está tudo resolvido. E a nossa visão vai exatamente na linha contrária, nossa visão é de uma Petrobras que fomente e desenvolva o Estado brasileiro. Esse é o primeiro aspecto que eu queria levantar. O segundo, sei que é ruim falar na ausência, é extremamente deselegante, quando ele se refere às pessoas que são contra ele de macacada. A macacada fica falando, está gravado, a macacada fica falando, extremamente deselegante. Penso que não cabe num debate de alto nível, como foi proposto pelo Senador, e que, mesmo na hora em que ele me interpelou ali, em respeito ao pedido do Senador, ouvi, mesmo sabendo que o que ele estava falando não procedia, extremamente deselegante. A terceira questão diz respeito à estabilidade das leis do nosso País. A gente não pode ficar mudando as leis do nosso País ao bel- prazer de problemas conjunturais. Então, é uma lei jovem, que não foi testada. Penso que o desafio da sociedade brasileira é como a gente faz para a Petrobras voltar a investir, voltar a ter participação de 13% no PIB nacional, investir R$300 milhões por dia no nosso País. Esse é o nosso desafio.

E fica aqui para a gente pensar, de repente, junto com o Senador, se não construímos algo nesse sentido. A proposta do Senador Requião também é um ponto.

E, para finalizar, quero dizer que o Senador Serra está confundindo custo de extração com o custo de produção. O custo de extração da Petrobras no pré-sal, reafirmo, é de US$9,00 o barril, o custo de produção varia US$14,00 por aí. É diferente. Então, ele está confundindo as coisas. E o nosso custo de extração é o menor custo de extração de todas as empresas à exceção da empresa saudita, porque lá, se você fincou uma barraca de praia, você acha petróleo, então, lá, você consegue extrair por US$6,00 o barril.

Muito obrigado, pela atenção, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Maria Rangel, que se manteve tranquilo e, em nenhum momento, foi deselegante com o convidado.

Agora, passo a palavra com alegria ao Dr. Fernando Siqueira, que é Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Teve problema de tráfego aéreo e também aqui, em terra, em Brasília.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Bom dia, companheiros e companheiras, companheiro Flávio Werneck, da CSB, companheiro Vítor, da FUP, José Maria, Coordenador da FUP, representando, aqui, todos os petroleiros, companheiro Sebastião Soares, enfim, companheiros e companheiras, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o Senador por trazer um debate tão importante deste para a conjuntura do nosso País. O Senador, tradicionalmente, é um defensor da soberania nacional e dos trabalhadores. A sua incansável luta em favor dos trabalhadores tem sido admirável. Então, é uma honra estar aqui, Senador, a seu convite.

Vou tentar correr um pouquinho porque sei que o pessoal deve estar cansado, mas peço desculpa porque o meu voo era das 6 da manhã, saiu às 9h40.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso que, em vez de 10, dei-lhe já 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Está bom, obrigado, Senador, vou tentar me enquadrar.

Bom, porque querem o pré-sal? Esta é a pergunta que as pessoas fazem. Porque o petróleo é a fonte mais eficiente de energia, que é fácil de extrair, transportar e utilizar. Responde por 93% do transporte mundial de pessoas e produtos, sua eficiência é maior que as demais. Em terra, na Arábia Saudita, por exemplo, tem uma relação energética de 100 para um, ou seja, com uma unidade de energia se recuperam 100 unidades. A média mundial é em torno de 60 para um. Em águas profundas ou ultraprofundas, cai para 23 para um, devido ao consumo maior de energia, mas o carvão, que é o segundo colocado, tem uma relação de apenas 9 para um, e a biomassa de dois para um.

Portanto, o petróleo é disparado o energético mais eficiente de todos. Outro ponto importante é que ele é fundamental para a indústria petroquímica, pois três mil produtos dependem do petróleo. Hoje, 85% do que a gente usa no dia a dia tem como fonte derivados do petróleo - câmeras, celulares, xampus, etc. E o petróleo não tem substituto a curto prazo, pelo menos nos próximos 20 a 30 anos o petróleo não será substituído. Isso criou uma dependência muito grande de parte dos países. Para vocês terem uma ideia da irresponsabilidade

dos países envolvidos, hoje, a matriz energética mundial é 37% dependente do petróleo e 22% do gás natural, ou seja, 59% da matriz energética mundial é dependente do petróleo e ainda há 28% de carvão, ou seja, 87% da matriz energética mundial depende de combustíveis fósseis, poluentes e não renováveis.

O Brasil está um pouco melhor, mas ainda assim tem uma dependência de cerca de 50% do petróleo e não é fácil substituir isso.

Ocorre que desde os anos 1980 o consumo de petróleo passou a superar o descobrimento. A proporção hoje é alarmante, pois para cada barril que se descobre quatro são consumidos. E os países desenvolvidos, não tendo reservas, estão numa insegurança energética brutal e preocupante, porque sobra para a gente.

Quem precisa do pré-sal? O Bergmann já deve ter mostrado, mas nós temos aqui as reservas mundiais, e os Estados Unidos têm uma reserva de 30 bilhões de barris e consomem 10 bilhões por ano. Ou seja, consomem um terço da sua reserva a cada ano. Então, é um país que está com uma situação energética bastante preocupante.

E aqui outros dependentes do petróleo são as irmãs do cartel internacional, que já tiveram 90% de controle sobre as reservas e que, hoje, têm menos de 5%. Elas começaram a fundir para sobreviver, mas todas elas são do mesmo dono, da família...

O SR. RAUL TADEU BERGMANN (*Fora do microfone*.) – Rockefeller e Rothschild.

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Rockefeller e Rothschild – obrigado, Bergmann – Isso é o cansaço do voo.

Eu separei esses dois blocos porque essa palestra que eu dei foi uma semana antes do leilão de Libra e eu dizia que, em vista da denúncia de espionagem do Edward Snowden, o braço americano não concorreria sob o risco de anularem o leilão. Então, só concorreu esse braço europeu, e, profeticamente, acertei na mosca, pois foi o que ganhou o leilão de Libra.

Aqui se mostra que grandes reservas já foram descobertas. E aqui o pico de produção. Não sei se o Bergmann falou sobre isso, mas nós estamos vivendo o pico de produção e, por isso, o petróleo deveria estar subindo. Mas não está porque os Estados Unidos não querem que os BRICS façam uma afronta a eles. Então, para enfraquecer a Rússia, cuja renda é 50% proveniente do petróleo, derrubaram os preços, como fizeram na década de 1990, e desmontaram a União Soviética. Essa é uma repetição da estratégia.

Aqui a questão do *shale gas*. Dizem que os Estados Unidos vão ficar independentes com o *shale gas* vão virar uma Arábia Saudita.

E esse gráfico aqui da Agência Internacional de Energia mostra que de 2010 a 2040, o *shale gas* vai ser um terço da produção americana apenas e essa produção americana é um terço do consumo. Então, o *shale gas* vai contribuir com um nono apenas do consumo americano. Então, não é a solução para os Estados Unidos.

E aqui mostra como os poços são depredados e morrem em pouco mais de um ano. O número de poços tem subido violentamente, inviabilizando o ...

O Bergmann também já deve ter falado da Noruega, mas isso aqui foi um documento obtido no 2º Fórum Social Mundial por uma mexicana que conseguiu tirar isso lá do Departamento de Defesa e, entre as cinco estratégias americanas para o país, uma delas é evitar que países com grande potencial e detentores de grandes fontes de recursos naturais se desenvolvam e coalizões hostis, ou seja, essa estratégia é para frear o Brasil e o Mercosul. Então, além da dependência do petróleo, os Estados Unidos não querem que o pré-sal faça do Brasil uma nova Noruega, ou seja, que o Brasil use bem esses recursos em prol da sua população.

Qual é a reserva do pré-sal? O pré-sal é essa província aqui em azul, vai de Santa Catarina até o Espírito Santo, tem uma previsão de cem bilhões de barris, mas até essa linha vermelha, segundo o Diretor Estrela, pode ter mais de 200 bilhões de barris. Então, a UERJ fez um estudo recente com dois professores de Geologia e chegaram à conclusão de que a reserva do pré-sal vai variar entre 176 milhões de 280 bilhões.

O que já temos descoberto montam 60 bilhões, eles campos já foram descobertos – comprovado – montam a 60 bilhões que, segundo o Paulo César, citado ali pelo Sebastião, Assessor Legislativo, ex-petroleiro, fez um cálculo que, se a Petrobras conseguir o mesmo fator de recuperação que obteve na Bacia de Campos, ou seja, recuperar 50% da jazida, esses valores crescem para 105 bilhões de barris. Portanto, o potencial do pré-sal pode-se dizer que chega a 300 bilhões de barris.

E aí, Senador Paim, é um dos dois focos de corrupção no setor petróleo é o superfaturamento dos custos produção que a empresa recebe em petróleo e a medição fraudulenta. Esses dois focos de corrupção podem levar a um desvio de cerca de 40% da produção. Se nós fizemos as contas aqui com o Brasil com 200 bilhões de barris, uma média aqui, 200 bilhões de barris a US$100 – porque o petróleo vai voltar a US$100 em menos de um ano – temos aí 20 trilhões, 40% disso é um desvio de US$8 trilhões do povo brasileiro. Então, essa é uma das razões porque a Petrobras precisa ser operadora.

Os marcos regulatórios. Em 97, o Fernando Henrique fez uma lei, 9.478, cujo Art. 26 dá todo o petróleo para quem produz e ele paga 10% de *royalties* e 20% de impostos. Esses 20% foram calculados pelo Paulo César.

Então, paga 30% em dinheiro e fica com todo o petróleo. O Paulo César também disse que a lei de concessão brasileira é a pior do mundo e o projeto do Deputado Mendonça Filho quer restaurar essa pior lei do mundo que está agora na Câmara e quase foi votada em regime de urgência.

Como eu falei, o Art. 26 dá toda a propriedade dos bens após extraídos, ou seja, a União fica com o monopólio da rocha vazia, retira o petróleo. E, aqui, mostra o absurdo da Lei 9.478 que dá 30% em dinheiro para a União e, aqui nesse gráfico, mostra que os países exportadores ficam com a medida de 82% do petróleo produzido, a Noruega fica com 82%, a Colômbia fica com 88%, a Venezuela fica com 92%. Esses daqui ficam com menos porque são países importadores e que oferecem vantagens para incentivar a exploração em seus territórios, mas não têm petróleo. Aqueles que têm petróleo, a OPEP, por exemplo, com 75% da exportação mundial fica com 82% em média do petróleo produzido.

A nossa Lei 9.478 dá ao País 30% apenas em dinheiro.

O novo marco regulatório, que é a Lei nº 12.351, altera o contrato de concessão para partilha, em que a propriedade do petróleo volta para União e cria o fundo social.

A Lei nº 12.734 eleva os royalties de 10 para 15% e modifica a Lei nº 12.351 impedindo a devolução ou ressarcimento dos royalties ao produtor. Infelizmente no leilão de libra se desrespeitou essa Lei aqui e nós estamos com uma ação na justiça para isso.

A Lei nº 12.276 faz a capitalização da Petrobras.

Aqui um pouco a estratégia do cartel para tomar o pré-sal.

A gente mostra alguns telegramas que foram publicados pelo *wikileaks* em 2010, logo após a promulgação da lei nova, da Lei nº 12.351. Por exemplo, a Patrícia Padral, Diretora da Chevron, diz que a estratégia das petroleiras para barrar o novo marco regulatório é fazer um forte lobby no Senado, por meio do IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, da Onip - Organização Nacional da Indústria do Petróleo e da Fiesp. A Fiesp, quem conhece o Bautista Vidal, dizia ele que a Fiesp tem 70% de presidentes de multinacionais e 30% de testas de ferro.

O telegrama do Consulado do Rio de Janeiro para Washington. As petroleiras não terão mais, como em outros países, a propriedade do petróleo, no pré-sal o modelo é de partilha, a União é a dona.

Da Carla Lacerda, Diretora da Exxon, o controle da Petrobras sobre as compras de equipamentos, tecnologia e serviços poderá prejudicar fornecedores americanos. Os telegramas – aí vem a estratégia – revelam a insatisfação das petroleiras com a nova lei, em especial com a Petrobras sendo operadora única e como elas atuaram no Senado para tentar mudar a nova lei, inclusive o contrato de partilha.

A Patrícia Padral, da Chevron, dizia: "Perdemos essa, mas a lei pode ser mudada a qualquer momento."

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – E recomenda, "é preciso atuar com muita cautela para não despertar o nacionalismo dos brasileiros."

Então, o PL nº 131, do Serra, é fruto dessa estratégia. A qualquer momento se pode mudar, com muita cautela para não despertar o nacionalismo dos brasileiros.

Então, resumindo aqui, por que não mudar a Lei de Partilha?

Em primeiro lugar, as empresas privadas internacionais são as mais corruptas e corruptoras do mundo, matam, derrubam governos e promovem as guerras mundiais. A Guerra do Iraque foi capitaneada pela Halliburton e a Halliburton pegou um contrato de 300 bilhões para recuperar o Iraque sem concorrência e ainda vendeu gasolina caríssima para os Estados Unidos, para o próprio país. Se ela não tem pena do próprio país, imagina da gente.

Porque a Petrobras é a empresa mais capacitada, que mais defende o interesse nacional, gera tecnologia, gera emprego de qualidade e gera o desenvolvimento da nossa indústria. E não remete os lucros para o exterior, como fazem todas as petroleiras.

A Petrobras sendo operadora única inibe os dois maiores focos de corrupção – como eu já falei, na produção de petróleo –, a medição fraudulenta e o superdimensionamento dos custos de produção. Por exemplo, uma empresa gasta US$1 bilhão para fazer um sistema de produção. Ela declara que gastou um bilhão e meio e leva meio bilhão sem impostos, sem nada, embarca isso para o exterior sem nenhuma penalidade.

Porque se abre mão de uma riqueza estratégica e não se ganha nada. Qualquer empresa que for produzir o pré-sal vai gastar o mesmo tempo para produzir o pré-sal, de 7 a 8 anos, vai pegar recursos nas mesmas fontes fornecedoras e não vai dar nenhum retorno, nenhum benefício para o País, a não ser as propinas que saem aí para os defensores dela.

As reservas do pré-sal, segundo o geólogo da UERJ, são estimadas entre 176 e 280 bilhões de barris. Os focos de corrupção desviariam cerca de 40% disso.

Então, concluindo, Senador, eu acho que, em primeiro lugar, não é o momento. O País está em uma convulsão econômica e política, não é o momento para se discutir uma nova legislação, muito menos uma legislação perniciosa, como esta que está sendo acenada para o País.

Segundo que o preço do petróleo está temporariamente baixo, mas vai recuperar, porque, como eu falei, nós estamos vivendo o pico de produção mundial, e a oferta vai cair drasticamente.

Terceiro que também não é hora de se vender e negociar ativos em um mercado, como já foi dito aqui, altamente valorizado. Então, os oportunistas, teleguiados das empresas do cartel internacional do petróleo, estão aproveitando essa situação vivida pela Petrobras, por um massacre da mídia...

Você vê: a Operação Zelotes, que mostra uma sonegação de impostos da ordem de US$500 bilhões, não ganha uma linha no jornal. A Petrobras sofre um desfalque de 6 bilhões e é manchete em páginas e páginas de jornal, fazem-se artigos editoriais do *O Globo*, toda semana, dizendo que tem que se abrir a lei de partilha, que tem que se trazer empresa estrangeira.

Ou seja, nesse meio tempo, Senador, a Petrobras conseguiu, pela terceira vez, o título de melhor empresa em tecnologia do ano, do bimestre, bianual, e não sai uma linha em jornal nenhum. Mas saem linhas, páginas e páginas atacando a Petrobras.

Então, conseguiram reduzir a força moral da companhia, por causa de meia dúzia de corruptos que se deixaram levar, e se esquecem de que há 86 mil trabalhadores conseguindo prêmios, conseguindo aumentar a produção.

Eu vi hoje na *Carta Capital*, no avião, uma notinha – a *Carta Capital* é uma das revistas mais independentes – de um nono de página, um décimo de página, falando sobre o aumento da produção. Imagina a outra imprensa.

Então, esses maus brasileiros estão aproveitando, neste momento, essa situação passageira da Petrobras, porque a Petrobras é muito maior do que isso, para tentar atender os interesses do cartel internacional do petróleo.

Então, não é aceitável, nem a lei do Serra, muito menos a lei do Mendonça Filho, que volta à malfadada Lei nº 9.478.

Então, parabenizo o Senador e os companheiros presentes por essa luta, parabenizo a FUP pelo trabalho admirável que vem fazendo aqui no Congresso. Senador, agradeço a oportunidade.

Acho que nós brasileiros temos que virar esse jogo, para manter as riquezas e a soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Fernando Siqueira, Vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Foi importante lhe ouvir aqui, encerrando este ciclo de debates no dia de hoje, dos nossos convidados.

Nós pegar todo o subsídio que pegamos aqui e vamos continuar vigilantes, debatendo esse tema. Eu até acho que o ideal seria nós promovermos um debate no Plenário do Senado, o que nós chamamos de Comissão Geral, uma audiência para que esse tema, pela sua importância e pela sua delicadeza, chegue ao conhecimento de todos os Senadores. Mas no dia de hoje nós cumprimos o nosso objetivo.

Acho que foi importante que o Senador Serra, que é o autor do projeto, estivesse aqui e expressasse o seu ponto de vista. Ele pode ouvir o contraditório, momentaneamente. Tenho certeza de que eles estão assistindo o encerramento desta nossa reunião, mostrando a preocupação, que é de todos. Todos os nossos convidados estão muito preocupados com esse PL por ele apresentado, o PLS nº 131.

Mas nada melhor do que o debate, a conversa e nós, assim, apontarmos caminhos.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 87ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH E 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA NILO COELHO.

Às nove horas e vinte minutos do dia trinta de setembro de dois mil e quinze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Edson Lobão, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Amélia, Dário Berger, Edson Lobão, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos nº 87 de 2015-CDH, e nº 26 de 2015-CAS, ambos de autoria do Senador Eduardo Amorim, para debater sobre: "Os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim". O Senhor Presidente apresenta os expositores e solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados nesta ordem: Oswaldo José Barbosa Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador do GT Saúde/PFDC; Valter Duro Garcia, Médico, Diretor da Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN; Paulo Luconi, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante – ABCDT; Renato Padilha, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil – FENAPAR; Heder Murari Borba, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde. Às nove horas e cinquenta e nove minutos o Senhor Presidente passa a presidência da Reunião para o Senador Eduardo Amorim, autor dos Requerimentos. Ao término das exposições, o Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para fazerem suas considerações finais. O Senhor Renato Padilha, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil – FENAPAR, entrega documento da entidade com reivindicações dos doentes renais crônicos ao Presidente eventual Senador Eduardo Amorim. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Humberto Floriano Mendes, Diretor de Comunicação da Fenapar, presente no Plenário. O Senhor Presidente faz encaminhamento para, em um prazo de 15 dias, marcar audiência com o Ministro da Saúde com a participação dos palestrantes da reunião, Senadores e Senadoras membros da CDH e CAS para tratar dos seguintes assuntos: 1) Melhoria da remuneração paga pelo SUS aos prestadores de serviços de hemodiálise; 2) Viabilização de transporte dos pacientes de estados que têm sistema deficiente de transplante de órgãos para estados que possam realizar os transplantes; e 3) Ressarcimento pelos atendimentos públicos dos pacientes dos planos de Saúde privados ao SUS. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senadores Edson Lobão, Eduardo Amorim, Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia e Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da CDH, da CAS e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Senador Edson Lobão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 15ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, 87ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e 26ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 87, de 2015, e 26, de 2015, ambos de autoria do Senador Eduardo Amorim, para debater sobre "Os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo.

São convidados o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador do Grupo de Trabalho da Saúde; Valter Duro Garcia, Médico e Diretor da Sociedade Brasileira de Nefrologia; Paulo Luconi, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante; Heder Murari Borba, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde; e Renato Padilha, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil.

Convido os senhores mencionados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, autor dos requerimentos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais, autoridades convidadas aqui. Cumprimento todos os que estão na mesa, na pessoa do Dr. Oswaldo, Subprocurador-Geral da República e Coordenador do Grupo de Trabalho da Saúde.

Sr. Presidente, a doença renal crônica é um tema de enorme gravidade hoje no nosso País.

Milhares e milhares, para ser mais preciso, mais de cem mil pessoas fazem hemodiálise neste País todos os dias. Com certeza, muitos deles poderiam ter uma qualidade de vida melhor se fosse dada a oportunidade de se fazer o transplante ou se tivesse uma condição melhor, realmente, para lidar com a doença.

Sabemos que a doença renal crônica está ligada a muitos fatores, como a hipertensão arterial crônica, diabetes, uso de determinados medicamentos, como anti-inflamatórios, enfim. Precisamos de uma política pública eficiente, capaz de prevenir tamanho sofrimento de milhares e milhares de brasileiros.

No meu Estado, Sergipe, Sr. Presidente, não se faz um transplante renal há mais de cinco anos, não pela falta de profissionais, o que seria mais difícil – um profissional como esse leva mais de dez anos de capacitação e treinamento para poder fazer, realmente, um transplante –, mas pela falta de equipamentos. Portanto, pela omissão do Estado de, realmente, dar uma condição melhor para essas pessoas.

No meu Estado, a cidade mais distante da capital fica a 200 quilômetros, mas, em Estados como Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso, que são continentais, imagina o sofrimento, o padecimento dessas pessoas de, dia sim, dia não, saírem de suas casas, viajarem centenas de quilômetros, correrem risco nas estradas, muitas delas mal conservadas, para se manterem vivas. Elas poderiam estar livres dessa sentença, desse calvário, desse padecimento se pudessem, realmente, ter oportunidade de fazer um transplante.

A parte divina, a parte que cabe a Deus, Ele já fez. Precisamos apenas de um rim. Temos dois. Então, se se estimulasse, com certeza seria devolvida a dignidade não só a esse paciente, mas, eu diria, a toda a família. A doença renal crônica é uma das doenças que atingem não apenas um, mas, com certeza, todo o leito familiar.

Por isso, estamos aqui para discutir. Agradeço a presença do Dr. Renato, do Dr. Valter, do Dr. Paulo, do Dr. Heder e do Dr. Oswaldo, para que as autoridades responsáveis por isso possam estar mais sensíveis e saber também que podem contar com o Congresso Nacional, mais especificamente com o Senado Federal, nessa questão.

Não queremos cometer, de forma nenhuma, o pecado da omissão. Temos uma missão a cumprir, que é lutar por um país muito mais justo e muito mais digno. É verdade, como dizia aqui ao Dr. Oswaldo, que vivemos mais uma crise econômica, mais uma crise fiscal, mas eu acho que, dessa vez, é pior do que tudo isso. É uma crise ética. É uma crise moral, sobretudo no trato, no zelo com a coisa pública. Coisa pública não é coisa sem dono. Ao contrário, é coisa sagrada, porque vem do suor de muitos. Muitos pagam o que não têm e não deixam de cumprir o seu dever com o Estado. É hora de o Estado fazer a sua parte, minimamente, e devolver a esses renais crônicos uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Eduardo Amorim, além de autor dos requerimentos de constituição desta audiência pública, através das suas ações, é, como os senhores perceberam, um Senador interessado com as questões divinas. Quando ele se refere ao pecado da omissão, é o pecado que não está escrito, não está incluído naquele elenco de pecados a que se referem as divindades. Se não me engano, foi o Padre Antônio Vieira que criou esse pecado. Depois, ele foi submetido a uma comissão de inquirição. De-

pois de dias de inquirição, um dos membros da comissão perguntou a ele: "Mas, afinal, o que é o pecado da omissão?" Ele respondeu que o pecado da omissão é fazer não fazendo. Esse era o pecado da omissão.

Concedo a palavra ao Dr. Oswaldo Barbosa da Silva para a sua dissertação.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Muito obrigado.

É com muita honra que o Ministério Público Federal se faz presente nesta audiência pública. Saúdo a todos os integrantes desta Mesa, na pessoa do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, S. Exª o Senador Edison Lobão. Agradeço e registro minha homenagem ao Senador Eduardo Amorim, que trouxe este tão importante assunto à discussão nesta Casa. Venho conversar com vocês acerca do papel do Ministério Público brasileiro, e não só o Federal, em relação a esta ação de serviço público de saúde, que é a hemodiálise.

O Ministério Público Federal, em relação à saúde, tem uma função um pouco menor que o Ministério Público Estadual. De modo geral, o Ministério Público Federal, quando tem como objeto a saúde, tem duas vertentes de atuação: a primeira é o financiamento da saúde, a vertente patrimonial, ou seja, o zelo pelo patrimônio público, o zelo pela aplicação das verbas públicas na saúde; por outro lado, ele também tem a defesa desse direito público subjetivo, instituído pela Constituição Federal, que é o direito à saúde.

Quem ele encontra no meio? O gestor de saúde. Então, o gestor de saúde, em relação ao Ministério Público, apanha dos dois lados: apanha na questão do zelo à aplicação das verbas federais e apanha em relação às ações de serviços públicos de saúde propriamente ditos, o que a gente chama de acessibilidade do direito à saúde.

A história da prestação desse serviço de saúde no Brasil é bem marcada por um período em que não havia a atuação do Estado. Quem pudesse pagar pelo serviço médico privado pagava. Quem não podia vivia da caridade pública. Aliás, a maior expressão disso são as Santas Casas de Misericórdia.

Depois disso, no início do século XX, tivemos ações epidemiológicas. Todos se lembram da revolta da vacina e do grande protagonismo do meu xará – é uma honra ter o mesmo nome dele –, Oswaldo Cruz, na questão da vacinação.

A partir da Revolução de 30, tivemos uma mudança de paradigma. O governo Vargas, a ditadura Vargas implantou um sistema de prestação de serviços de saúde vinculado à carteira de trabalho. Criou as caixas de aposentadorias e pensões, que já existiam, independente do governo, mas Vargas transformou nos institutos de aposentadorias e pensões. As pessoas devem se lembrar dos famosos IAPs, IABP, IAPI, IAPTEC, IAPC. Mas só as pessoas que tinham carteira de trabalho tinham acesso, então, não só à Previdência, mas também à assistência médica.

Depois disso, com a falência, praticamente, dos IAPs, que foram obrigados a comprar títulos da dívida pública para a construção de Brasília, quando eles estavam prestes a falir, o governo militar, o regime militar cria o INSS, juntando todos os IAPs, no antigo INPS (Instituto Nacional da Previdência Social), e manteve o viés de atendimento a quem estivesse empregado. A gente chamava isso de cidadania regulada. E esse paradigma só foi quebrado em 1988.

Esta Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados, nos deu a Constituição cidadã, que, de longe, é a melhor Constituição que este País já teve. Ela criou e oportunizou a criação do Sistema Único de Saúde. Ela conferiu uma carta de direitos, inclusive o direito público subjetivo à saúde, considerando a saúde um serviço público de relevância. Ela gerou, então, uma expectativa da Nação brasileira de que teria saúde – e saúde para todos, em regime universal, gratuito e integral. Então, hoje, qualquer cidadão coloca-se na posição de titular desse direito e vai procurar a maneira pela qual esse direito possa ser exercido. Isso gerou uma conflituosidade, a qual hoje tem o nome de judicialização.

Por isso, volto ao gestor de saúde, que, coitado, está lá no meio apanhando. Antigamente, só do Ministério Público. Agora, há a Defensoria Pública e outros órgãos para baterem no gestor de saúde.

Se os senhores entrarem no Portal Brasil, e acho que o meu colega aqui, do Ministério da Saúde...

Sempre fui um grande parceiro do Ministério Público Federal. Desde que me entendo lidando com o assunto de saúde, em 1994, nunca tive uma gestão do Ministério de Saúde que se opusesse a uma parceria real, efetiva com o Ministério Público Federal. Às vezes, até, éramos provocados pelo Ministério da Saúde, para conseguirmos alguma coisa na Justiça, porque nós não tínhamos a *expertise* de todos os técnicos do Ministério da Saúde, mas eles tinham o patriotismo de verificar quando as coisas estavam erradas e levavam os assuntos ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, nas diversas competências.

Eu estou fazendo essa pequena introdução à guisa de dizer que um dos pontos de grande conflituosidade da judicialização é a ausência de um efetivo, eu diria, de um serviço de hemodiálise, que atenda às expectativas da população. Se os senhores entrarem no Portal Brasil ou, como eu disse, quando o nosso colega do Ministério da Saúde, o Éder, expuser para vocês, vocês vão ver uma peculiaridade muito interessante – o Senador Eduardo acabou de dizer: são cerca de cem mil pessoas que são submetidas a hemodiálise no Brasil. Sabem quantas são pelo SUS? Mais de 90 mil.

Ou seja, mesmo quem tem plano de saúde ou mesmo que tem algum dinheiro que vá para a medicina privada vai para o SUS, porque o SUS fornece o serviço de graça. A hemodiálise, não sendo de graça, é muito cara – é muito cara.

Então, é uma peculiaridade. Você vê planos de saúde fugindo de prestar o serviço de hemodiálise e o SUS prestando. Mal ou bem é o que vai ser discutido aqui, mas o fato é que o princípio da universalidade do SUS garante a qualquer cidadão brasileiro, e mesmo aos estrangeiros em trânsito no Brasil, a hemodiálise. Os senhores imaginam nas faixas de fronteira, os nossos vizinhos paraguaios cruzando a fronteira para receberem serviços do SUS ou de outros países lindeiros do Brasil?

Eu não sofro de complexo de Poliana, eu estava dizendo para o Senador, mas acho que avançamos muito. Eu sempre tenho uma visão histórica das coisas.

Essa conflituosidade que acho que é a grande discussão hoje na hemodiálise e também de outros serviços e outras ações de serviços públicos de saúde... Vou falar especificamente do Ministério Público Federal e Estadual, não tenho procuração para falar do Ministério Público Estadual, mas fui Presidente, até dois meses atrás, há três, da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, a Ampasa, que é uma congregação, uma associação civil que reúne colegas Promotores não só Federais, Promotores Estaduais e Procuradores da República, mas também até Ministério Público de Tribunais de Conta, que vestiram a camisa do SUS e querem que esse Sistema Único vença no cenário nacional, que continue prestando um bilhão de procedimentos anuais e 12 milhões de internações anuais gratuitas, que nós pagamos com nossos impostos.

Eu gostaria que continuasse assim.

Pois bem, logo no início, quando o fenômeno de que falei para os senhores, da conquista de direitos pela população se revelou materialmente em demandas ao Ministério, demandas resistidas, pretensões resistidas por falta de orçamento, por diversas questões, os cidadãos iam ao Ministério Público. Eu me lembro perfeitamente do caso da retinose pigmentar em que centenas ou milhares de brasileiros foram para Cuba, e o tratamento não era especificamente o tratamento que depois veio a prevalecer. Gastou-se muito dinheiro ali. E, especificamente na hemodiálise, temos um número enorme de demandas, o Ministério Estadual tem.

A solução que vínhamos empregando era a da judicialização, era mandar um ofício desaforado para o gestor de saúde, dizendo que, se não prestasse o serviço, ele ia responder por improbidade, por crime etc. O gestor de saúde ficava apavorado e, às vezes, tirava dinheiro de outros setores, quer dizer, desorganizava a execução financeira dele, para atender a uma demanda focal.

Para quem precisava de hemodiálise era importante, mas, e para quem precisava, por exemplo, daquele dinheiro para uma vacinação ou para um outro agravo à saúde?

Aquela pessoa que se fez representar pelo Ministério Público levou um dinheiro, ela transferiu uma execução financeira daquela população invisível, daquelas crianças que precisavam ser vacinadas ou tratadas, enfim.

Alguns colegas até falavam "não, eu quero que tire dinheiro da propaganda institucional", como se fosse possível ao Poder Judiciário fazer alocações orçamentárias, tirar o orçamento e falar "não, eu sou juiz, então, você vai tirar esse dinheiro aqui do orçamento, tirar dessa rubrica e colocar naquela rubrica".

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Isso é o meu tempo? Se for, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Embora eu não tivesse anunciado...

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Se o senhor... É, avisado, não é?

Então, está. Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O tempo... Está meio... Desculpe, depois, vêm os debates.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – O senhor me desculpe, é porque realmente eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu não havia advertido.

V. Exª terá, ainda, dois minutos ou três para concluir.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Perfeitamente.

Bom, então, o Ministério Público entrou com esse sistema de judicialização.

Para os senhores terem uma ideia, ano passado, 2014, o Ministério da Saúde teve que alocar R$814 milhões para responder a demandas exclusivas de judicialização e criou um departamento próprio só em função do tamanho dessa coisa.

Então, o Ministério Público – e esse é o recado que trago para as pessoas que hoje sofrem com esse problema da hemodiálise – está usando uma nova metodologia de trabalho. Ele está usando a mediação.

A partir de uma demanda, que pode ser, por exemplo, de uma pessoa que necessita de um efetivo tratamento de hemodiálise, o Ministério Público abre uma mesa de negociação, de mediação, para que todos os

aspectos que resumem, que devam ser considerados para o cumprimento do dever constitucional de prestar esse serviço público de saúde cheguem a bom termo.

Para citar um exemplo, rapidamente, em Minas Gerais, agora, no ano passado, tivemos 73 mediações exitosas, nas quais o gestor de saúde foi lá e disse: "Olha, estamos com esse problema". O representante do Ministério da Saúde disse: "Olha, eu estou com um problema dessa forma" e se encontrava, na materialidade da discussão, na focalização do problema naquele Município, com aquela pessoa, com aquela coletividade, uma solução para isso.

Então, estamos trabalhando, o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, com processos de mediação para diminuir a judicialização, porque reconhecemos que a judicialização tem o péssimo vezo de desorganizar a execução financeira e execução orçamentária do gestor de saúde.

Ele já está tremendamente fiscalizado, fiscalizado pelo Conselho Municipal, Estadual de Saúde, Conselho Nacional de Saúde, pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria-Geral da União.

Eu fico imaginando o prefeito lá, da cidadezinha do interior da Paraíba, que não tem um contador para ajudá-lo a atender as milhares de portarias do Ministério da Saúde que fazem as transferências para os programas de saúde.

Então, é preciso que tenhamos uma visão mais realista e é preciso que o Ministério Público também tenha essa visão mais realista de colaborar, e agora eu digo, especificamente, com a demanda das pessoas que passam por hemodiálise e com suas dificuldades, utilizando essa metodologia.

É o repto que está sendo lançado ao Ministério Público, e eu acho que vamos conseguir maior efetividade e maiores resultados do que simplesmente levar o conflito ao Judiciário, porque, depois que vem ao Judiciário, vem aquela famosa frase latina: "está *sub judice*". Está *sub judice*, pronto. Está para as calendas gregas. Melhor resolver verificando todas as dificuldades que cada um dos atores, dos protagonistas do processo mediação têm para chegar ao problema. E todos têm uma culpa no evento.

Para encerrar, quero chamar a atenção de vocês, porque uma grande seguradora no Brasil está colocando propagandas em todas as televisões sobre uma perspectiva muito interessante: a seguradora está incitando a população a ter hábitos preventivos de saúde, fazer exercício etc. Por quê? Porque ela é seguradora e ela está querendo que as pessoas vivam mais, e, portanto, elas terem mais lucro. E foi a primeira vez na história do Brasil que eu vi uma seguradora ir para, comprar um espaço publicitário no Jornal Nacional para pedir à população que tenha hábitos saudáveis de vida.

Então, eu sei que o Ministério da Saúde tem programas, inclusive, nesse sentido e eu acho que, se nós fizermos o grande concerto entre todos os protagonistas deste palco, nós conseguiremos, então, que este problema específico, os problemas específicos da hemodiálise sejam minorados.

Muito obrigado.

Desculpe, aí, se eu extrapolei o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Oswaldo.

Eu fui Constituinte de 1987/1988. Concordo, Dr. Oswaldo, que esta Constituição que temos é de muito boa qualidade no que diz respeito aos direitos do cidadão, mas ela não atribui, por igual, deveres ao cidadão.

A Constituinte foi convocada pelo Presidente da República de então, José Sarney, como um mecanismo, inclusive, de consolidação do processo democrático, e nós, naquele instante, estávamos vivendo uma transição. De tal sorte a Constituição tinha seus defeitos, excetuando-se a parte dos direitos, que o próprio Constituinte originário nela colocou, no Capítulo das Disposições Transitórias, um dispositivo dizendo que, dentro de cinco anos, ela deveria ser alterada.

Havia um Constituinte, um Deputado do Rio de Janeiro, que fora Senador também, Embaixador Roberto Campos, que não tinha nenhum apreço pela Constituição que se elaborava, e certa vez ele me disse uma coisa curiosa. Disse: "Lobão, eu me oponho a essa Constituição, mas vejo que há agora uma coisa muito boa nela. Está inscrito nela que todos temos direito à vida. Portanto, eu não morro mais". (*Risos.*)

Então, essa é a Constituição que temos. No que respeita, realmente, Dr. Oswaldo, aos direitos do cidadão, direitos individuais, garantias democráticas, ela é perfeita. Porém, esqueceu-se dos deveres, sem os quais os direitos nada valem.

Eu pergunto ao Senador Eduardo Amorim se deseja fazer perguntas agora ou se prefere ao final. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra, agradecendo ao Dr. Oswaldo Barbosa Silva, ao Dr. Valter Duro Garcia.

O SR. VALTER DURO GARCIA – Eu gostaria, em nome da Sociedade Brasileira de Nefrologia, que eu represento hoje, de parabenizar os Senadores, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, por essa iniciativa que nós consideramos extremamente importante, e realmente nós estamos, com a diálise, não tanto com o transplante, mas com a diálise, numa situação muito difícil no País.

A situação do transplante é difícil em alguns Estados, e foi muito bem colocado pelo Senador Eduardo Amorim. Sergipe é um dos Estados que têm muitos problemas, e nós temos que solucioná-los, mas o grande problema hoje nosso é com o tratamento dialítico, e eu vou apresentar alguns dados para os senhores nesta agenda rápida.

Nós temos duas formas de terapia renal substitutiva: o tratamento dialítico, através da hemodiálise ou da diálise peritoneal, e o transplante, com doador vivo ou com doador falecido, e elas, apesar de o tratamento ter menores custos, maior sobrevida e melhor qualidade de vida, sendo o tratamento preferencial, elas são formas complementares e não competitivas de tratamento. Isso se explica porque 40%, no máximo, 35% dos pacientes em diálise têm indicação de transplante.

Então, nós precisaríamos ter hoje, em lista, se temos 120 mil pacientes em diálise, 40 mil pacientes em lista. Nós temos metade. Não estão tendo acesso. E, dos que ingressam, dos que estão chegando à diálise, metade deles têm indicação de transplante, e a outra metade já não tem, por idade e por outros problemas.

Ambos são tratamentos de alta complexidade, e nós temos um aspecto: o tratamento dialítico não tem política de tratamento. Não há nenhuma política de tratamento da diálise no Brasil.

Nós temos um ressarcimento irrisório e temos uma fiscalização extremamente rigorosa em alguns aspectos, não em todos, não nos mais importantes – sobrevida do paciente, complicações, falta de acesso vascular. Temos em aspectos estruturais – degrau, não sei o quê –, que não são os mais importantes.

Para o transplante renal, nós temos uma política de tratamento. Nós sabemos quantos doadores temos, quantos vamos ter daqui a um ano, dois anos, três anos, de quantos transplantes precisamos, quantos estamos fazendo, e nós temos um controle, pelo Sistema Nacional de Transplantes, pelas Centrais Estaduais e pela Visa.

Então, há um certo controle do transplante no Brasil.

Essa política do transplante se baseia em organização, financiamento, legislação e educação. E vocês observem, naquele gráfico, a previsão de crescimento da doação no Brasil: eram 6 doadores por milhão em 2007, chegando a 20 em 2017, e até 2013 nós cumprimos. Em 2014, não cumprimos, e, pela primeira vez, no primeiro semestre deste ano, caiu a doação no Brasil.

Agora, com os dados do terceiro trimestre, que ainda estão chegando, talvez a gente vá equilibrar e vá conseguir subir um pouco, mas assim não vamos atingir a nossa meta. Mas estamos subindo, e, então, há uma política. Podemos não atingir a meta, mas nós temos metas, e isso é importante.

Então, o transplante tem uma política, que tem de ser aprimorada.

Eu falei do pagamento razoável, porque se paga... Todos os transplantes são pagos, são financiados. É um pagamento aceitável. Agora, por exemplo, o acompanhamento pós-transplante, nós vamos fechar 20 anos em 2018 sem um aumento. Está completamente defasado o acompanhamento dos pacientes pós-transplante. Isso é importante. A gente está discutindo com o Ministério. Há uma promessa de que isso vá ser resolvido.

A ausência de políticas na diálise é isso: há prevalência? Quantos pacientes fazem diálise no Brasil? São 120 mil? São 110 mil? São 115 mil? Ninguém tem esse número preciso. O Ministério não tem, a Anvisa não tem, a Sociedade Brasileira de Nefrologia não tem. O que nós temos é uma estimativa, porque 57% dos centros nos deram os resultados.

A incidência atual também nós não temos. Sabe-se que, em alguns Estados que têm esse controle melhor, são 150 por milhão. Então, deveriam entrar 30 mil pacientes por ano em diálise.

A mortalidade, nos Estados que a gente tem, é em torno de 18%. Ela poderia ser menor se a gente trabalhasse nas causas preveníveis, que são as complicações do acesso e a falta de medicamentos. A gente poderia baixar essa mortalidade.

O ressarcimento atual é baixo. O que é o necessário e quanto que vai ser daqui a cinco anos? Nós temos de trabalhar com isso. Nós vamos ter 130 mil, 140 mil pacientes daqui a cinco anos? E quanto vai ser esse orçamento?

Então, precisamos ter uma política, e o ingresso em lista é menor do que o previsto, e há uma dificuldade de acesso em alguns centros de transplante para algumas unidades de diálise.

Com relação aos medicamentos, nós temos medicamentos para prevenir a progressão da doença renal crônica, hipertensão diabética. O Governo tem um programa excelente, que é a Farmácia Popular, em que o medicamento é fornecido gratuitamente, mas, às vezes, falta.

Para o tratamento das complicações da doença renal crônica, eles fazem anemia, fazem doença óssea grave, e esses remédios têm que ser dados continuamente. Se parou o remédio, perdeu todo o efeito. Não adiantou tudo que foi dado antes; perde-se o efeito. E, volta e meia, fica uma semana, um mês sem ter o remédio. Isso tem de melhorar.

Com relação ao tratamento dos transplantados, os imunossupressores. Há portarias exigindo o uso de medicamentos ultrapassados. Em alguns Estados, falta medicamento ocasionalmente, e, agora, está tendo

uma exigência descabida nas centrais estaduais de exames para entregarem os medicamentos e dosagem de remédios que nem são dosados.

Quanto à doença renal crônica hoje, nós temos uma situação que está atingindo níveis críticos. Há dificuldades importantes e há falta de sustentabilidade econômica – falta de reajuste, elevação de custos e número insuficiente de unidades de diálise.

Então, fez-se essa aliança pela saúde renal, entre os representantes de pacientes, de prestadores de serviços, de médicos que trabalham nessa área, buscando um tratamento mais digno para os pacientes.

Na ótica dos pacientes, o número de pacientes em diálise é baixo. Nós temos em torno de 120 mil, o que daria 600 por milhão de população. Provavelmente, temos 130 mil, 140 mil pacientes, e os que não estão tendo acesso, possivelmente, são da Região Norte e de parte da Região Nordeste. As Regiões Sul e Sudeste estão tendo acesso. O que acontece, às vezes, é ter de ficar na fila para ter uma vaga na diálise, e isso é muito crítico no Amazonas.

Os pacientes ficam dois, três meses internados, fazendo diálise de madrugada, porque não há vaga nas unidades, que são insuficientes e só em Manaus, para todo o Estado do Amazonas.

Vocês veem aí o número de crescimento de pacientes, que foi 71%, em 10 anos, e as unidades cresceram 15%. Estão sucateadas.

Além disso, não há uma estrutura bem constituída, de acesso aos pacientes e nem clínicas suficientes. O que acontece? Foi comentado pelo Senador: eles viajam 100, 200, 300, 400 quilômetros três vezes por semana e, às vezes, têm que aguardar meses por uma vaga numa unidade de diálise, fazendo no hospital, internados. E têm que ter um tratamento multiprofissional, o que vai melhorar a sua qualidade de vida e vai-lhe dar um tratamento digno, com orientações nutricionais, assistência social, que é preciso ter. Por isso, às vezes, eles não têm uma diálise adequada. E, se eles não têm uma diálise adequada, vocês veem todos os sintomas que eles podem ter. Os riscos à saúde deles aumentam muito, porque a diálise não é adequada, quando a diálise não é adequada.

Já na ótica dos médicos, há um desgaste físico e emocional. Essa é uma posição de destaque. Hoje, há uma baixa remuneração, alta carga horária, estresse emocional e uma perda de competitividade no mercado. Isso se reflete em que os nefrologistas vão trabalhar em UTIs e não trabalham em hemodiálise. Todas as unidades de diálise estão com falta de nefrologistas.

Nós não temos médicos jovens que queiram fazer residência. As residências estão vazias. Três vagas, um inscrito, duas vagas, nenhum inscrito, e enquanto para dermatologia e cirurgia plástica no nosso hospital, há três vagas, 180 inscritos, 200 inscritos. Alguma coisa não está bem.

A rotatividade dos técnicos de enfermagem é muito alta, porque cai o custo, cai o rendimento deles e o treinamento deles também começa a ser menor.

E também há uma falta de nefrologistas, como vocês observam aqui, principalmente na Região Norte e um pouco menos na Nordeste. Na Região Norte, nós chegamos a ter menos de um nefrologista para 100 mil pessoas. É inadmissível!

E nós estamos muito interessados em discutir com o Governo, e contamos com o apoio de vocês, medidas de prevenção dos pacientes com essas doenças terminais. Trabalhar a hipertensão e o diabetes, que são responsáveis por mais de 60% dos ingressos em diálise.

(Soa a campainha.)

O SR. VALTER DURO GARCIA – Precisamos ter tratamento para eles.

Mais dois minutos.

As clínicas estão com endividamento grande, estão quase se esgotando. Vocês observem o preço da diálise: aqui, são US$55 já são US$45, com essa crise, em relação ao que paga a Colômbia, o Chile, o Equador. São R$179 hoje, muito inferior a qualquer país da América Latina.

Vocês observem, também, quanto subiu o valor da hemodiálise nos últimos cinco anos, 27%, e quanto subiu a inflação.

Além disso, há uma série de exigências maiores do Governo para as clínicas e dos Municípios, também, para as clínicas. Há muitos Municípios que atrasam o repasse; aqui em Brasília é um deles. Os Municípios seguram o dinheiro das clínicas de diálise.

E isso pode levar a um paciente mal dialisado, e o paciente mal dialisado, além de todos os sintomas que mostrei para vocês, ele é mais caro, muito mais caro.

A indústria farmacêutica vende a terapia da diálise peritoneal, que é um tratamento alternativo, muito bom para determinada faixa de pacientes, em torno de 10%. Nós só temos 6% por dificuldades que vocês estão vendo aqui, e vocês veem o que paga a diálise peritoneal no Brasil em relação aos países da América Latina. É

também um valor defasado, e não tem reajuste há 15 anos – e os reajustes que houve em água, salário mínimo, frete, nesse período, porque isso é levado em conta.

Então, nós temos isto: uma tragédia anunciada. Nós temos um sistema hoje muito difícil para a diálise. A diálise está numa crise, o transplante nós temos que aprimorar, mas a diálise está em crise, e contamos com os senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado, Dr. Valter Duro Garcia pela sua exposição.

O Presidente Paim tem um compromisso inadiável em seguida e não pode assumir a Presidência.

Eu convido o autor do requerimento, Senador Amorim, para que o faça, enquanto eu também cumpro um outro compromisso e retornarei.

Em seguida, terá a palavra o Dr. Paulo Luconi, que é o Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante.

O SR. PAULO LUCONI – Muito bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Senador Paim e ao Senador Eduardo Amorim por esta oportunidade que nos deram, à ABCDT, de a gente poder discutir aqui os graves problemas que estão assolando a terapia renal substitutiva no Brasil.

Eu tenho alguns eslaides para passar. Por favor.

A gente está vendo aqui nesse eslaide o número de pacientes em diálise. Isso é um dado americano do maior centro – os melhores dados, os dados mais fidedignos do mundo estão lá – o United States Renal Data System, que mostra que o número de pacientes com doença renal crônica sobe muito, e os pacientes em diálise têm um crescimento de 7% a 10% ao ano.

E esses são os gastos também. Os gastos são absurdos. Aqui, praticamente 6% de tudo que o Medicare gasta com esses pacientes portadores de doença renal crônica.

A gente vê aqui o número de pacientes por milhão de habitantes que desenvolvem doença renal crônica. Vê-se que o Brasil está na rabeira em relação a todos esses outros aqui, principalmente com Chile, Argentina, Uruguai, enfim, países semelhantes aqui, nossos, da América do Sul.

Essa é a prevalência média no Brasil, o número de pacientes por milhão de habitantes que nós temos portadores de doença renal crônica, e as principais causas são *diabetes mellitus* e hipertensão arterial.

Esse eslaide aqui mostra o número de pacientes que precisam de diálise no Brasil no decorrer dos anos. Hoje em dia, nós somos aproximadamente 110 mil pacientes que fazem diálise no Brasil.

E aqui nós já vemos a primeira grande distorção. Se nós fôssemos acompanhar um país como o Chile, por exemplo, que tem uma prevalência por volta de mil por milhão de habitantes, nós precisaríamos ter por volta de 180 mil pacientes, e nós temos apenas 110 mil.

Por que está acontecendo isso daí? Olha só: esta aqui é a evolução do número de clínicas de diálise. Hoje, nós temos por volta de 715 clínicas de diálise. Nos últimos três anos, por volta de 33 mil pacientes por ano entraram no sistema, precisando de diálise. Morrem aproximadamente, em média, 19 mil. O Valter conhece bem esse eslaide aqui: a gente transplanta por volta de cinco mil e seiscentos transplantes – no ano de 2014. Fazemos em média cinco mil, cinco mil e poucos transplantes por ano nos últimos anos.

Então, olha o que acontece aqui: entram 33 mil e saem 24 mil. Ou seja, de 2002 a 2014, nós criamos 25 mil vagas de diálise e nós precisaríamos criar por volta de 9 mil vagas de diálise. O que acontece que a gente não consegue colocar os pacientes que precisam entrar em diálise e a gente não consegue, não tem condições de colocá-los? Por que está acontecendo isso aqui?

Olha só a grande distorção. Esse eslaide eu já mostrei para vocês, com o número esperado e o número observado. Se nós simplesmente tivéssemos colocado aqueles pacientes que morreram por falta de acesso, nós teríamos aquilo que o Valter pedia que seria por volta de 130 mil pacientes em diálise.

Então, o que está acontecendo? O número é baixo, porque os pacientes não têm acesso.

E aqui, como fez o nosso Procurador, eu lanço um repto ao Procurador e lanço um repto aos Parlamentares, que vão às unidades dos hospitais públicos por aí. Vão para o Acre, vão para São Paulo, vão mesmo aqui em Brasília ver o número de pacientes que estão hoje internados, há um, dois, três meses, esperando para ter alta, porque não há unidade de diálise onde possam dialisar.

E por que está acontecendo isso? Por que há pouca vaga de diálise?

Olha só: como todo mundo sabe, a grande fonte pagadora é o SUS – em 85% dos casos, praticamente. E olha o que está acontecendo aqui com a inflação no Brasil: de 1999 a 2013, a inflação foi de 166%, praticamente, e o valor da sessão de diálise cresceu apenas 92%; os recursos humanos cresceram 152%, e os insumos, 118%. Olha a grave distorção que aconteceu nos últimos anos.

Esse eslaide apresenta os custos envolvidos numa sessão de diálise: o RH, o pessoal, 54%, incluindo médicos, enfermeiros etc.; impostos, 15,5% – e agora ainda querem voltar com a CPMF! Pelo amor de Deus, Srs. Senadores, não façam isso! Olha só: o custo da sessão de diálise é R$256, e o SUS paga R$179. O que você tem aqui? Um prejuízo de R$77 por sessão de diálise.

Então, nós estamos vivendo um verdadeiro apagão da terapia renal substitutiva no Brasil, o colapso da terapia. Por que está ocorrendo esse colapso? Porque existe uma evidente falta de vagas de diálise com prejuízo no acesso aos usuários, à terapia dialítica, e uma perda na qualidade de diálise daqueles pacientes que estão dialisando. Ou seja, a mortalidade aumentou, em seis ou sete anos, de 13% para 19% ao ano, e mais de 70% dos pacientes entram em diálise através da porta de emergência, porque existe uma política estabelecida do Ministério da Saúde, que nós ajudamos a escrever, que foi lançada no *Diário Oficial* em março de 2014, a Portaria nº 389, que efetivamente não foi implementada pelo Ministério.

Bom, então, como é que nós, a sociedade, os pacientes, a indústria e os prestadores acham que esse problema deve ser resolvido? Isso daqui levamos inúmeras vezes ao Ministério. Nós achamos que a sustentabilidade da doença renal crônica nos próximos anos, como estava dizendo aqui o Valter, depende de algumas ações de curto, médio e longo prazo.

Ações de curto prazo: nós temos que garantir o acesso dos pacientes – garantir o acesso dos pacientes –, que estão morrendo por falta de vagas em unidades de diálise, adequando os valores aos seus custos. Estimular a diálise peritoneal e adequar os valores. Faz 13 anos que a diálise peritoneal não tem aumento. A gente tem que incentivar o transplante renal e a gente tem que efetivamente implementar a Portaria nº 389, para que se possa reduzir o número de pacientes que precisam de diálise.

Aqui, nós vamos mostrar que a prevenção da doença renal crônica é eficiente, e é ela que vai fazer com que essa terapia seja sustentável nos próximos anos. Esse é um trabalho de que eu participei, que foi feito aqui no Estado de São Paulo com mais de 4 mil pacientes em acompanhamento conservador, que mostrou que, nos pacientes hipertensos com acompanhamento multiprofissional, com tratamento barato, tratando a hipertensão arterial, tratando o diabetes, nós estabilizamos a função renal dos hipertensos; nos diabéticos, nós estabilizamos a função renal dos diabéticos; e, nos pacientes com proteinúria, nós também estabilizamos a função renal desses pacientes com proteinúria.

Além disso, nós reduzimos a mortalidade em três vezes, em três vezes a mortalidade, e reduzimos as internações em até dez vezes, com medidas simples de prevenção da doença renal crônica. Nós reduzimos os custos financeiros e reduzimos os custos sociais.

Então, a sustentabilidade passa pela prevenção, em que se deve reduzir a progressão através de medidas simples, como eu falei para vocês.

Esse eslaide aqui foi feito pelo Ministério da Saúde. Nós participamos do projeto para estabelecer essa Portaria nº 389, e o problema no Brasil são por volta de 800 mil pacientes que estão nos estágios mais avançados da doença renal crônica.

Se nós implementássemos essa portaria de uma maneira eficiente, pagando os seus custos, nós poderíamos economizar com internação, por ano, R$373 milhões. Isso não é um terreno na Lua, pessoal. Isso daqui está publicado. Além disso, nós teríamos 27 mil casos a menos de pacientes com necessidade de diálise, mais uma economia anual de R$770 milhões.

Então, se você somar aquilo que você tem de redução de internação com diminuição do número de pacientes em diálise, há uma economia anual de mais de R$1,1 bilhão, além de se evitar, nesse grupo de pacientes, 27 mil óbitos.

Então, de que maneira nós achamos que a terapia renal substitutiva pode ser sustentável no Brasil? Primeiro, eu acho que com medidas de curto prazo, como eu falei, é preciso adequar os valores; é preciso pagar aquilo que a sessão de hemodiálise vale, que são R$256; é preciso adequar os valores pagos à diálise peritoneal e estimular a diálise peritoneal. O Valter falou bem: só 6% dos pacientes fazem diálise peritoneal no Brasil. Nós podemos aumentar para 20% esse número.

Além disso, pagar pelo tratamento conservador o valor de R$960 por ano para os estágios 4 e 5 da doença renal crônica, e não esse valor pífio...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO LUCONI – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Tranquilo.

O SR. PAULO LUCONI – E não esse valor pífio que o Ministério da Saúde está se propondo a pagar. Está se propondo a pagar um valor pífio e, além disso, não implementou uma política que foi publicada há mais de um ano e meio.

Então, de que maneira a sociedade civil, os pacientes, os prestadores e a indústria querem fazer? Querem a prevenção, para que a gente possa otimizar os recursos, reduzir o desperdício e melhorar a qualidade de atendimento da nossa população, porque a qualidade de atendimento dessa população está ruim hoje em dia, e disso nós somos testemunhas.

E aqui eu quero convidar vocês para o Dia Mundial do Rim em 2016. Vai ser comemorado no dia 10 de março. É toda segunda quinta-feira de março, e nós já estivemos várias vezes aqui com os pacientes, em várias audiências aqui, e espero que neste dia 10 – não é Renato? – a gente possa trazer alguma novidade importante.

Eu quero agradecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Dr. Paulo, pela brilhante exposição e pelos esclarecimentos, mostrando, mais uma vez, que tem jeito, se fizermos as economias necessárias, se tivermos as prioridades necessárias também.

Eu passo a palavra ao Dr. Renato Padilha para a sua fala.

O SR. RENATO PADILHA – Neste momento, eu quero cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Senador Paulo Paim. Cumprimentando-o, eu cumprimento todos os componentes da Mesa, mas quero destacar também, aqui, o Senador Eduardo Amorim, pela sua sensibilidade de ter convocado esta audiência pública para tratar da demanda dos pacientes renais do Brasil.

Nós somos muito gratos pela sua sensibilidade, e vocês vão ver pela minha apresentação que a Fenapar vem batendo em vários segmentos governamentais, segmentos que estão envolvidos com a saúde, dada a nossa angústia, dos pacientes, que vêm perdendo vidas por todo o Brasil sem que se consiga ter um resultado concreto de melhora na qualidade de vida deles.

Aqui, neste primeiro eslaide, comento a nossa representação da Fenapar, fundada dia 07/11/2013, no Piauí, num evento que fizemos lá, e, quando falamos de informação, estamos hoje em todas as regiões do Brasil.

Cito, aqui, presente, Humberto Mendes Floriano, de Santa Catarina; João Carlos Curtinhas, de Minas Gerais, ausente – os demais companheiros que vou citar alguns estão ausentes. Cito Neci Gomes, de Goiás; Lourdes, Goiás. Nós temos aqui, também, Rondônia. Nós temos o Alfredo, do Rio de Janeiro. Nós temos aqui a D. Isoldi, do Rio Grande do Sul. Nós temos o Jonas, lá de Rondônia. Vejam, o Nilton, que é o meu Vice-Presidente, de Curitiba.

Então, digamos que todo o Brasil está representado na pessoa desses representantes que estão nesta exposição.

Nossa angústia – e nós temos nos aliado com vários segmentos, dentro da nossa demanda – se deve à dificuldade ao acesso aos medicamentos para pacientes em diálise e transplantados, o que gera, conforme os palestrantes já citaram, uma judicialização.

Nós recebemos do Mato Grosso o seguinte: "Não adianta transplantar e nos abandonar". É uma realidade. Eu sou transplantado há 13 anos, graças a uma doação viva da minha irmã, Regina Padilha Kesner.

Quando o paciente se propõe a fazer um transplante de doador vivo, ele assina um termo de responsabilidade: a responsabilidade de tomar os seus medicamentos de forma contínua e organizada e fazer os seus exames a cada dois ou três meses, conforme a recomendação médica. E ainda cito aqui, falando de transplante, que eu estou perto do meu transplantador, da Santa Casa, que foi a equipe que me transplantou, Dr. Valter.

Essa questão gera judicialização.

Então, é uma angústia muito grande saber que já estivemos melhor. A gente percebe, no Rio Grande do Sul, medicamento dos transplantados chegando ao local em que se faz a retirada: na sua farmácia, você retira um pouco e um pouco virá na semana seguinte. Isso é muito ruim para o paciente renal, porque o transplantado não pode ficar sem o medicamento. Se ficar sem o medicamento – muitos colegas tentaram fazer essa experiência ruim –, ele vai perder o seu transplante. Então, a gente não pode ficar sem medicamento.

Sobre a falta de acesso a tratamento, os meus antecessores já falaram aqui. A gente não tem o número exato, mas partimos de 120 mil. Pela ampliação dos serviços, que reivindicam um reajuste, e nós, como pacientes, dissemos que este é um quesito que nos preocupa – a qualidade do serviço e a oferta do serviço. Alguns Estados – a gente sabe, porque hoje as associações nos passam – estão diminuindo o número de horas de hemodiálise para poder suprir a demanda para a falta de hemodiálise.

Sobre a diálise peritoneal, nós fomos notificados. Falou-se aqui que precisamos incentivar a diálise peritoneal, e nós fomos citados pelo fornecedor do Amazonas que fornece, até o início de outubro, as bolsas, os medicamentos para diálise peritoneal naquele Estado, dada também a defasagem de custos. Companheiros nossos, lá, em dificuldade, pela distância, para a hemodiálise, ficarão sem o fornecimento. Isso é muito grave, porque são vidas que vão estar se perdendo e pessoas que não terão como fazer isso de forma particular, o que já é uma dificuldade muitas vezes. Mesmo o SUS fornecendo, ainda há a dificuldade, porque o paciente

renal crônico é uma pessoa que fica mais debilitada e que, muitas vezes, tem de fazer grandes deslocamentos para ter acesso ao tratamento.

A Fenapar tem protocolado no Ministério da Saúde a cobrança com relação à coparticipação. Foi entregue diretamente ao Ministro, falando da nossa preocupação, porque, quando o paciente renal fica dependente de uma máquina, ele também deixa de produzir, e, se ele deixa de produzir, os seus recursos vão diminuir. E, diminuindo os seus recursos, como ele ainda vai pagar uma parte da coparticipação?

Então, a Fenapar apresentou ao Ministro essa preocupação, e também ao Ministério Público Federal apresentamos ontem. Inclusive eu e Humberto estivemos lá, protocolando uma intervenção, para que possamos ter um desfecho favorável ao paciente renal.

Sobre a Fenapar, em 05/01/2015, com relação à Portaria nº 389, as falas anteriores já diziam: "Olha, ela ficou interessante, sim". Mas ter isso documentado e não estar implementado de forma a funcionar fica apenas um projeto bonito no papel. Para nós, isso é uma preocupação muito grande, porque ainda não foi implementado.

Acompanhamento da Fenapar na incorporação de novas tecnologias. Nós temos medicamentos que precisam entrar no Sistema SUS, no caso específico para o hiperparatireoidismo, aprovado na Conitec, vencida a consulta pública, ainda aguardando apreciação final.

As coisas estão muito lentas no Brasil. O paciente renal jovem que passa por esse tipo de situação vai desenvolver câncer bucal, vai ficar deformado e não tem mais como reverter esse quadro.

A Drª Vanda Jorgetti nos acompanhou à Conitec, especialistas de renome até internacional nos têm passado informação quanto a isso, e nós não temos acesso, só por via judicial. São várias ações para que o paciente possa ter esse acesso. Então, além da sua dificuldade física, ainda essa dificuldade de acesso aos medicamentos, às novas tecnologias.

Temos hoje tramitando no Congresso, na Câmara dos Deputados, o PL 155. E queremos já pedir uma atenção especial a este projeto quando ele chegar a esta Casa. O paciente renal, além de ficar debilitado, muitas vezes, é relegado até por familiares, ficando até na rua. Tive oportunidade, na nossa associação, de buscar paciente renal morador de rua. Além de perder o rim, perde a família, muitas vezes.

Então, também queremos dizer que foi um ato muito importante desta Casa o Estatuto da Deficiência, mas o Estatuto da Deficiência é genérico. Nós precisamos de uma lei específica que cuide da questão do paciente renal. Por isso, vai chegar a esta Casa, e pedimos já uma atenção especial dos Senadores, o PL 155.

A Fenapar iniciou um processo de criação de um grupo de trabalho permanente de atenção à pessoa física com doença renal crônica no Ministério da Saúde, no setor de alta complexidade. Nós temos, para o dia 29/10/15, uma agenda. O que nos preocupa é a dança dos ministros, porque, quando alinhamos tudo, quando acertamos tudo, quando pensamos que a coisa vai funcionar, existem trocas, e nós, novamente, temos de reiniciar todas as negociações. Essa é outra grande preocupação. O terceiro setor está envolvido, tira o seu tempo, busca se aproximar, pensar soluções, e, de repente, tudo vai água abaixo. Então, são coisas que também nos preocupam.

A importância da prevenção, em especial nas unidades básicas de saúde, do diagnóstico precoce, encaminhamento e acompanhamento por nefrologistas, ações já desenvolvidas pela Fenapar junto à Câmara dos Deputados, em parceria com a ABCDT, Soben e SBN. Nós vimos, posso dizer, seguramente, há quatro anos, apontando e insistindo com o Poder Público que isso é muito importante. Em todos os Municípios, Estados e aqui em Brasília, precisamos trabalhar a prevenção, porque é ainda o caminho mais econômico.

Aqui, vários atores sociais, novamente representados por vários Estados, trazendo sua contribuição ao Poder Público, na preocupação de que a gente realmente possa trabalhar um programa sério, forte, com ações concretas, trabalhando na questão da prevenção.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO PADILHA – O terceiro setor está junto, animado, fazendo frente nos seus Estados, nos seus Municípios, trabalhando, muitas vezes, sem recursos, mas fazendo campanhas sobre a prevenção.

Agradecemos ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a oportunidade de realizar audiência pública e solicitar apoio, junto ao Governo Federal, às demandas e órgãos responsáveis, para mudar a atual situação vivenciada pelo renal neste País, transformando o tratamento em algo digno, de acesso a todos, em prol da vida humana. Se conseguirmos fazer esse passo...

O Humberto me acenava, porque eu tinha pulado um eslaide – obrigado, Humberto –, com relação aos transplantes. Eu e o Humberto, que somos transplantados, dizemos que o melhor tratamento para o paciente renal é o transplante.

Então, políticas públicas, garantia do acesso da população a exames, informação ao paciente, aumentar o número de transplantes, captação e formação multiprofissionais, evitando queda, por exemplo, negativa, de

44%. Nós tivemos, nesse primeiro semestre, engajamento dos Estados nas campanhas permanentes. Então, são coisas que preocupam a Fenapar. Esses são os nossos anseios.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, ao Senador Eduardo Amorim e a todos os componentes. Juntos acreditamos, sim, que podemos fazer um País melhor para os pacientes renais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Renato.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Heder Murari, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde. Logo em seguida, começaremos as perguntas e respostas, os debates.

Dr. Heder.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Bom dia a todos. Caro Senador Paulo Paim, Senador Amorim, é a segunda vez, nos últimos dez meses, que venho a esta Comissão. A primeira delas, para anunciar a inclusão da doença falciforme no programa do Sistema Brasileiro de Transplantes, fato que muito repercutiu positivamente. E, agora, fui incumbido pela alta administração do Ministério, evidentemente, levando em consideração a conjuntura que estamos vivendo hoje, de falar com vocês acerca do programa da hemodiálise e dos transplantes.

Acho que é a primeira apresentação.

Primeiro, vou apresentar aos senhores a campanha que deve entrar no ar. Não entrou no ar na semana passada. Estamos no mês de setembro, que é o mês da doação de órgãos no Brasil, mas, em função da conjuntura, da reforma administrativa, não pudemos fazer, pelo Sr. Ministro, o lançamento oficial dessa campanha, que, todos os anos, o Ministério leva ao País. Deve entrar no ar, independente de qualquer questão, a partir de hoje.

Pode passar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Existem outros dois depoimentos, de outros órgãos, mas só para dizer a vocês que precisamos aprender a lutar pelos nossos direitos e procurar enxergar a floresta, não apenas a árvore.

Estamos vivendo, no País, um momento muito complicado. Todos são testemunhas disso, e estamos conseguindo garantir o Sistema Único de Saúde, que é exatamente isso. O Brasil é o único país do mundo com mais de cem milhões de habitantes que assumiu o desafio de ter um sistema universal público e gratuito.

Está correto isso? Não está? Existem inúmeros projetos tramitando para o fim da gratuidade no Sistema Único de Saúde. O SUS é hoje responsável por 4,1 bilhões de procedimentos de ambulatório por mês; 590 milhões de consultas médicas, em 2014; 11,4 milhões de internações, em 2014; o maior programa público de transplantes do mundo; 98% do mercado das vacinas é movimentado pelo SUS; 19 milhões de procedimentos oncológicos; e 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia feitos no SUS em 2014.

Diante disso, ainda temos problemas. Não estamos dizendo que não tenha o que ser feito. Há muito o que se avançar: 51% da população das capitais brasileiras estão com excesso de peso; 23,6%, inclusive eu, são hipertensos; 16,4% da população relatam consumo abusivo de álcool. E temos um grande problema no País, assim como em outros países do mundo, de saúde pública, chamado doença renal crônica, que é, já foi dito aqui, basicamente, enfrentado, em sua maioria esmagadora, com recursos públicos. Essa é a distribuição dessa doença: 33 milhões de hipertensos, 7 milhões de diabéticos...

O Dr. Valter já mostrou anteriormente a evolução da doença: perda progressiva irreversível da função renal, até chegar ao estágio terminal, quando é indicada a terapia renal substitutiva, através da hemodiálise, da diálise peritoneal e do transplante.

Qual é o esforço que temos de aumentar? Transferir cada vez mais pacientes para o transplante e cada vez menos pacientes para a diálise. Agora, todos devem imaginar que isso seja um pouco como enxugar gelo. Nós não temos – acompanho a discussão do transplante há muitos anos – a ilusão de que vamos zerar a lista de espera para o transplante de rim, porque o número de pessoas que entram na lista e se transformam em renais crônicos, a cada ano, é superior à possibilidade de doação, mesmo se não houvesse limitação orçamentária alguma. Isso é preciso ficar claro.

Toda a atenção voltada à terapia renal substitutiva tem de se inverter, porque hoje, praticamente, hegemonicamente, o que se tem é a hemodiálise. Existe, realmente, uma desarticulação do serviço de diálise com o restante da rede; um desconhecimento, ainda geral, do problema por gestores e também pela população; a porta de entrada continua sendo a emergência – não conseguimos mudar essa realidade; a alta prevalência dos fatores de risco para essa doença persiste na sociedade brasileira e gera, realmente, como já disse o representante da ABCDT, que o início da terapia renal continue ainda em situação desfavorável.

Essa é a produção de terapia, de 2003 a 2014 – a gente chama de produção os valores aplicados no pagamento –, de maneira que hoje nós chegamos, se contarmos apenas os recursos públicos, a R$2,626 bilhões de pagamentos, em relação a 2013. Vão aí 14 anos de evolução. Esses são os dados oficiais.

Esse é o mapa do Brasil em relação ao acesso. É óbvio que nós gostaríamos que o mapa todo ficasse com a mesma cor, mas existem dificuldades de acesso em regiões, porque o País é continental. Há uma realidade posta que não depende deste ou daquele governo, apenas mais de políticas de Estado robustas que temos de construir juntos.

Na minha opinião, precisamos ter muito cuidado, neste momento que estamos vivendo, para não jogar, além da água da bacia, a criança junto. Então, o que há é um esforço muito grande do Ministério da Saúde e também de entidades denunciando, apesar dos problemas de gestão, o permanente subfinanciamento do sistema de saúde brasileiro. Nós lutamos para que isso se reverta, e isso é uma luta constante.

O grande esforço feito, nesta gestão, foi a inserção da doença renal crônica na Rede de Atenção à Saúde, para prover as ações do serviço de saúde, com garantia de acesso equânime a uma atenção integral, resolutiva, humanizada e em tempo adequado, através da organização e desenvolvimento de uma linha de cuidado específica para a doença renal crônica.

Acho que deve haver uma unanimidade entre as entidades médicas – eu fui presidente de uma delas –, mas hoje existe uma política traçada para o doente renal crônico no Brasil, como bem disseram aqui os que me antecederam: em 2014, a elaboração das diretrizes clínicas para cuidar da pessoa com doença renal crônica, feitas em parceria com todas as entidades que estão aqui, com a SBN, com a ABCDT, com a Anvisa. Essas diretrizes estão publicadas.

E também a Portaria nº 389, de 13 de março de 2014, que não estou entendendo por que não está implementada, pois está em vigor. Muito da sua implementação depende da ação dos gestores de Estado e das próprias clínicas que oferecem os serviços ao Sistema Único de Saúde. Essa portaria, pelo que tenho conhecimento, não foi feita exatamente nos valores propostos, mas no que foi possível, devido à limitação orçamentária do momento. A implementação dela é uma obrigação do Ministério da Saúde e de todos os atores do Sistema Único de Saúde, que é dirigido de maneira tripartite.

Essa linha de cuidado estabelecida nessa portaria, basicamente, pressupõe algumas questões. Nós teríamos três tipos de unidades de atendimento. A Unidade Especializada em Doença Renal Crônica, que seria o ambulatório, um novo ponto de atenção, com atendimento de média e alta complexidade e oferta de atendimento multiprofissional a pacientes com doença em estágios 4 e 5. Cada tipo desse modelo de atendimento tem um valor de acréscimo aos valores propostos de maneira habitual.

A Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia seriam os serviços de nefrologia, que é a modalidade basicamente existente hoje para atendimento de alta complexidade, que oferta, pelo menos, uma modalidade de diálise.

A terceira será a Unidade de Atenção Especializada Ambulatorial a Pessoas com Doença Renal Crônica, que, além do atendimento de média e alta complexidade, oferta acompanhamento multiprofissional a pacientes em estágios 4 e 5 e "matricia" esses pacientes com as equipes de unidades básicas de saúde. Seria uma classificação.

O Ministério repassará o incentivo financeiro mensal, na forma de custeio, ao gestor local, para fazer jus a essa portaria, e ainda publicou a Portaria nº 1.331, alterando os valores da remuneração. Todos os procedimentos relacionados ao acesso vascular para diálise tiveram um aumento de mais de 100%. O procedimento de diálise peritoneal teve um aumento de 112%. Criou-se um procedimento de hemodiálise específico para crianças menores de 12 anos. Todas essas propostas vieram desse grupo de trabalho e estão em vigor.

Existe um grande desafio, que já foi dito e com o qual concordamos, que é ampliar o acesso enormemente à diálise peritoneal. O desafio tem a ver com as distâncias que temos de vencer no Brasil. Esse não é um desafio apenas para a hemodiálise, mas também um desafio para o Sistema Único de Saúde, assim como existe o esforço de atuar também na prevenção. Em janeiro de 2013, tínhamos 4,8 milhões de remédios sendo distribuídos gratuitamente; em janeiro de 2014, 5,8; e agora, em janeiro de 2015, 7 milhões de medicamentos, basicamente, através do programa Farmácia Popular, para diabetes e hipertensão, atingindo 22,5 milhões de pessoas atendidas desde o início do programa.

De maneira que existe esse esforço. Aqui podem ser evidenciados, de 2002 a 2014, os volumes de recursos em valores repassados, em bilhões de reais, para repasse aos gestores dos Estados. Se, em 2002, nós repassamos R$12,5 bilhões, nós fechamos o ano de 2014 repassando quase R$70 bilhões para os Estados brasileiros. De maneira que há um esforço também, apesar da persistência de os recursos terem que aumentar, na nossa opinião, de aumentar cada vez mais esses repasses.

Nós esperamos – isso vocês podem ter acompanhado pela imprensa – não ter um resultado de 2015 menor que esse, porque, segundo as informações que temos, o SUS entra em colapso em agosto de 2016 caso o cenário econômico do País não melhore. E isso é uma coisa que atinge todos os setores do Ministério da Saúde e do Estado brasileiro. Essa é a realidade que estamos vivendo.

Em relação à hemodiálise, também concordo que é preciso avançar muito nesse tema.

(Soa a campainha.)

Agora, em relação aos transplantes, meus amigos, que é a área em que trabalho dentro do Ministério da Saúde, para concluir, tenho muito orgulho de dizer que o Brasil possui o maior sistema público de transplantes do mundo. Nós fechamos 2014 com 14 doadores por milhão de população.

O SUS oferece assistência integral aos exames preparatórios, procedimento cirúrgico, acompanhamento do paciente e o medicamento pós-transplante, de maneira que ampliamos, nesses anos, e muito.

Eu gostaria de discordar, vou fazer isso, e temos como provar: não tivemos – e é preciso ficar claro – o pior semestre de doadores nesse semestre. Não sei qual é a fonte, mas a fonte oficial dos dados do Brasil emana das centrais dos Estados e do Ministério da Saúde. Esse é o número de doadores efetivos de órgãos de 2013, e esse é o número, 2.710, de 2014. Esse semestre não está no eslaide, mas tivemos o melhor semestre de toda a história do SNT em número de doadores efetivos de órgãos. O sistema brasileiro continua subindo. Esse é o dado oficial, um dado publicado pela *Newsletter Transplant*, da OMS. O último dado publicado, de 2014, mostra que o Brasil passou, inclusive, a Argentina, no número de doadores por milhão de população.

Só para uma comparação, aqui vocês vejam o número de doadores efetivos por milhão de população, em países desenvolvidos. Aqui está o Brasil, e aqui estão os Estados Unidos. O que é diferente entre o Brasil e os Estados Unidos e vários países que estão aqui? O sistema brasileiro é público. Tirando-se os Estados Unidos, que têm um sistema privado de doação de transplantes, e colocando-se o Brasil, como eu já disse, temos o maior sistema público de transplantes do mundo. Se a gente for comparar, a Espanha tem 35,9; a Croácia tem 35,1; Santa Catarina tem quase o mesmo índice da Croácia; Distrito Federal tem 28; a Ilha de Malta tem 30; Portugal tem 27; Bélgica tem 26; Estados Unidos, 26; e o Ceará tem um índice praticamente igual ao dos Estados Unidos; a França tem 25,3 doadores por milhão de população e assim por diante. Isso demonstra que o nosso País é um continente e, em inúmeros locais do Brasil, temos índices tão bons ou melhores do que outros países do mundo, o que não quer dizer que não tenhamos de avançar.

Em relação aos transplantes, da mesma maneira: o Brasil sozinho fez, no ano passado, 7.635 transplantes. Se a gente tirar os Estados Unidos daqui, nós fazemos mais transplantes que todos esses outros países do mundo.

Aqui, transplantes realizados na América Latina, só para vocês terem a dimensão do programa brasileiro de transplantes. Só de rins, o Brasil realiza 47% dos transplantes renais da América Latina. Vejam a pujança do sistema de transplantes brasileiros. No caso de fígado, o Brasil realiza 65% dos transplantes da América Latina, 52% dos transplantes de coração, 44% dos transplantes de pulmão, 63% dos transplantes de fígado e 33% dos transplantes de intestino.

Essa é a curva dos transplantes de órgãos sólidos no Brasil. Vejam que, desde 2002 a 2014, 12 anos de estatística – e esses dados têm nome e CPF –, temos um crescimento continuado, particularmente, depois de 2010. Apesar disso, precisamos melhorar. Isso que o Dr. Valter falou é verdade: existem regiões no Brasil, assim como a diálise, em que precisamos aumentar o número de transplantes. Nós gostaríamos que o mapa todo tivesse essa cor, que todas as pessoas tivessem o mesmo acesso ao programa brasileiro de transplantes, como, de resto, o mesmo acesso à saúde.

Então, para concluir, achamos que temos muito o que caminhar. Agora, este é o momento de evidenciarmos cada vez mais a pujança e a força do nosso sistema.

No SNT, tive notícias de alguns Estados brasileiros, sobretudo o Estado do Ceará, onde têm faltado imunossupressores para o programa de transplante. Isso realmente é um absurdo. O Ministério da Saúde tem repassado, religiosamente, os recursos para os Estados brasileiros, e não se pode permitir a falta de medicamentos no pós-transplante.

Existe uma questão, de que o representante da SBN também falou, que é o problema do aumento do valor do pós-transplante. Nós tivemos, nesses últimos três anos, aumento em toda a cadeia de transplantes dos valores pagos pelo Ministério. Faltaram alguns quesitos. Esse do pós-transplante está realmente programado para ocorrer com a revisão da Portaria nº 845, que vai incluir o programa de acompanhamento pós-transplantes no aumento.

Infelizmente, nós não temos, e não sou ministro, a liberdade e o poder de dar aumentos, muitas vezes necessários, que a gente gostaria, não só para a área de doença renal crônica, mas de várias outras áreas do SUS.

Reitero que precisamos ampliar o financiamento do Sistema Único de Saúde e melhorar a gestão nas regiões do Brasil. Por exemplo, em Mato Grosso. Estive em Mato Grosso três vezes, inclusive, oferecemos apoio direto de Brasília para a instituição de equipes de transplante renal no Mato Grosso, e, infelizmente, não conseguimos iniciar, retornar o programa de transplante no Mato Grosso. Existiu uma situação, em um hospital de Mato Grosso, em que o paciente, doador de rim, teve óbito depois do procedimento de doação, doador vivo,

uma coisa impensável em qualquer programa de transplante, o que forçou o Sistema Nacional de Transplantes a cancelar o credenciamento desse serviço.

Existe um esforço muito grande para que a gente amplie os transplantes no País inteiro, assim como para a doença renal crônica.

Muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Agradeço ao Dr. Heder pelas palavras, pelas explicações. Fico triste, porque o meu Estado não aparece em nada ali.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Permita-me, Senador, eu estive em Sergipe, em 2012, não me recordei que o senhor é de Sergipe. Cheguei a Sergipe, existia um doente havia cinco anos na lista para transplante de coração. Perguntei ao Coordenador de Transplante de Sergipe – porque o senhor sabe que o sistema de transplante é gerenciado, em cada Estado, pela coordenação –: "Se fosse o seu pai na lista de transplante, há cinco anos, e esse médico, com um paciente na lista, o senhor deixaria seu pai ser operado por esse médico?" Nós cancelamos o credenciamento também e temos feito um esforço grande para retornar os transplantes em Sergipe, mas, infelizmente, não conseguimos. A gente conta com o apoio do Senador para sensibilizar os gestores de Sergipe, porque é um absurdo a situação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eles são insensíveis.

O SR. HEDER MURARI BORBA – ...de retirar o órgão, em Sergipe, e mandar o órgão para o Dr. Valter transplantar no Rio Grande do Sul, e o sergipano ficar sem o transplante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Lembrar, Dr. Heder, que o primeiro transplante – Senador Paim, Senadora Ana Amélia, Senadora Regina – de coração, feito no Nordeste brasileiro, foi feito em Sergipe. O primeiro transplante renal, feito no Nordeste brasileiro, Senador Paim, foi feito em Sergipe. Ou seja, tínhamos... Parabéns naquela época, hoje, há cinco anos, se Sergipe fosse um país, ali não apareceria absolutamente nada! Há cinco anos que o meu Estado, com todos os profissionais, com toda a escola preparada para transplante, não faz absolutamente nenhum transplante, qualquer transplante, nem de coração! Eu mesmo já fiz muitas cirurgias, transplante cardíaco, renal. Há cinco anos! O argumento, desculpe, Dr. Heder, respeito opiniões diferentes, esse argumento de que o Brasil é um País continental, não vale para o meu Estado, porque somos, geograficamente, o menor Estado da Federação, com menos de 22 mil quilômetros de distância. A cidade mais distante, no meu Estado, fica a 200km, Senador Paim. No último final de semana, eu andei, dentro do meu Estado, quase mil quilômetros, o que é muito, em apenas dois dias, andando com o carro, cumprimentando as pessoas... O que é um verdadeiro absurdo. Um absurdo!

Infelizmente, tentamos sensibilizar os gestores, mas eles são desumanos, insensíveis. Perdoe-me a palavra, se estiver sendo transmitido pela TV Senado, são perversos, perversos! Ou não têm nenhum parente ou nunca passaram por uma situação como essa, não têm a menor sensibilidade. Como foi dito aqui, ainda se paga relativamente, mais ou menos, o transplante, mas, para a hemodiálise e outras situações, paga mal, paga muito mal. Não podemos, de forma nenhuma, apesar da crise, não é uma crise mundial, é uma crise brasileira, e alguns Estados vivem não apenas a crise, e o povo paga não pela crise federal.

Alguns Estados vivem três crises. A crise federal, oriundo do Governo Federal; a crise estadual, como o meu Estado, o Estado de vocês, Senadora Ana Amélia e Senador Paim, lá o salário está fatiado, apesar dos empréstimos, dos depósitos judiciais. Já foi tudo, e olhem que Deus foi generoso com o sergipano. Colocou naquele pequeno solo e subsolo riquezas que não existem em nenhum outro canto: petróleo, gás, ureia, potássio. A única mina de potássio neste País. O que falta, infelizmente, é gestão. Aí, Dr. Oswaldo, o que falta é fiscalização, cobrança. E como o Ministério Público tem cobrado! Sou testemunha disso. No meu Estado, o Ministério Público Estadual e Federal têm sido extremamente atuantes, mas os gestores não estão nem aí para essa questão.

Outra coisa que foi dita aqui. A morte, na doença renal, é uma morte quase igual à do trânsito e quase igual a essas provocadas pela violência no dia a dia. São quase 50 mil pessoas que morrem todos os anos, segundo os dados de vocês, pela falta da prevenção, pela falta do acesso, pela falta do transplante e pela má condição de trabalho.

Senadora Ana Amélia, sou servidor da saúde. Pior do que má remuneração, acredite, é você saber o que fazer para salvar aquele paciente – se eu estiver errado, colegas, me digam – e não ter como fazer: falta adrenalina, falta isso... Outra coisa, não são só os subfinanciamentos, não. São os ralos, são os ralos da maldade, da corrupção, da desonestidade, da má qualidade do gasto. Foi dito aqui: existe a fórmula para economizar, mas não se economiza. A portaria está aí, mas porque não é implantada? Aí vai o meu argumento. Perdoe-me, Dr. Heder, dizer o seguinte: vivemos num País continental, mas isso não vale para o meu Estado. Esse argumento não vale para o meu Estado.

Temos um exército subutilizado, mal-utilizado, que nenhum outro canto do mundo tem, que são os agentes de saúde, os agentes de endemia. Daria para a Presidente da República, o Ministro da Saúde, quem quer

que seja, saber onde está cada paciente. Então, esse argumento de que não sabemos quantos pacientes renais temos, daria para saber, mas é preciso dar condição de trabalho a ele. Por que não colocar na mão dessas pessoas... Nem o Exército tem esse exército, porque, o efetivo do Exército brasileiro, se não estou enganado, não passa de 200 mil soldados, mas o exército da saúde é de quase 500 mil, Senador Paim. Quase 500 mil agentes de saúde e agentes de endemia espalhados pelo País inteiro. Eles são obrigados, pela missão deles, a visitar todas as famílias. Então, eles têm condições, desde que tenham um *laptop*, um celular na mão, de informar tudo, absolutamente tudo sobre cada família, se ali tem renal crônico, se ali tem paciente hipertenso, se está faltando remédio ou não. Ou seja, o que falta é gestão, é efetividade. Somos presos por essa burocracia perversa, deve interessar a alguém que ela se mantenha, deve interessar a algumas pessoas que ela se mantenha.

A minha pergunta, antes que outros de vocês façam, é a seguinte: Dr. Valter, Dr. Paulo, qual é o jeitinho? O que se faz? Pergunto até para o Dr. Oswaldo: o que se faz? A conta não fecha. O custo é de R$256,00 de cada hemodiálise, paga-se R$170,00. Como é que se faz para cobrir isso? Tem algum jeitinho? Ai daquele que cometer alguma ilicitude! Ai daquele que cometer alguma ilicitude! Aquele que roubar, que não cumprir o que manda a lei, que não cuidar. Qual é o jeitinho? Tem que ter algum jeitinho, senão estaria tudo fechado! Quinze anos sem reajuste, pelo amor de Deus! Sei que a crise está aí, essa crise não é mundial, essa crise é federal, é estadual e até municipal em alguns cantos, mas como é que faz para cobrir essas despesas, porque já deveria estar tudo fechado? Ainda não está, mas do jeito que vai... Como o senhor disse aqui, vou guardar essa frase para utilizar mais tarde, no plenário: "É uma tragédia anunciada!". Já vivemos uma epidemia dessa situação, mas é uma tragédia anunciada.

A doença renal crônica, pela falta de prevenção, mata tanto quanto talvez o trânsito, que é um absurdo, neste País, mata tanto quanto o número de homicídios, neste País, mas é uma morte silenciosa, porque pouco se fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, pela ordem, antes de ele responder, temos um problema, Senador. Temos sessão do Congresso, às 11h30.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Lamentavelmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu, particularmente, tenho que fazer uma palestra na Câmara dos Deputados, no Nereu Ramos. Eu faria o seguinte encaminhamento, se V. Exª concordar: os Senadores fariam sua saudação e as perguntas que entenderem adequadas e eles responderiam em bloco, porque todos vão ter que responder, creio eu, algum tipo de questionamento. Se V. Exª concordar, já tem uma pergunta sua, a minha também será muito rápida, objetiva, porque assisti aqui a fala de todos e fiquei muito impressionado, porque, na minha família, é uma tendência ter problema de rim, inclusive, a minha tendência é essa também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A minha também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, depende da sua decisão. Sou o Presidente licenciado, porque, aqui nesta Comissão, toda vez que um requerimento de iniciativa de um Senador é aprovado, ele é quem preside a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso mostra o espírito democrático que o senhor carrega consigo o tempo todo.

Concordo plenamente. Acho que devemos fazer essa pergunta.

Aqui fica uma lição, Senadora Ana Amélia, Senador Moka, Senadora Regina, esse assunto não pode parar por aqui. Já que estamos sendo oprimidos pela sessão do Congresso, sugiro, Senador Paim, que, em outra oportunidade, a gente chame a atenção, porque está matando tanto quanto o trânsito, o que é um absurdo, e tanto quanto o número de homicídios. São mortes silenciosas, se é que posso dizer isso.

Com a palavra, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, se V. Exª, que foi a primeira a chegar, quiser perguntar primeiro, fico em segundo lugar. A senhora foi a primeira a chegar, eu cheguei depois dela.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Se o senhor quiser falar, não tem problema.

Quando cheguei, tinha alguém falando, não me lembro quem, de dados desencontrados, que não há dados. Isso é assustador, porque, em pleno século da tecnologia, sistema é o que não falta. O problema é que cada um faz o seu e não integra. Cada lugar tem o seu sisteminha que não conversa com o outro, porque não é possível não haver dados. É impossível hoje se falar em falta de dados, em dificuldade de haver dados. Então, acho que está precisando integrar, e aí o Ministério da Saúde pode ser a resposta.

Fiquei preocupada porque alguém falou que os médicos não querem mais fazer residência em nefrologia. Por quê? Tem vantagem de uma para outra? É ignorância mesmo, queria que me respondessem sobre esse assunto. É uma tragédia, se ninguém se formar, como vai tratar?

Minha terceira pergunta é prevenção. O que é feito no sentido de a pessoa não ter a doença. A gente viu aqui só o tratamento, mas, e no sentido de a pessoa não ter? Não pode ser só aquelas campanhas – campanha

de doação de órgão até pode funcionar –, mas ninguém fica na frente da TV assistindo comercial. É bobagem, é caro demais a publicidade na televisão, e as pessoas que estão assistindo seus programas, na hora do comercial, vão trocar fraldas dos meninos, vão tomar um cafezinho, não ficam vendo comercial. Então, gasta-se muito com TV, mas acho que campanha tem que ser nas escolas, na educação. A gente ensina tanta coisa inútil para os nossos estudantes. O menino, no quinto ano, precisa saber se o verbo é transitivo ou intransitivo, e ele não precisa disso para falar, mas precisa ter isso. Eu preciso não adoecer, mas não sei o que faço para não adoecer, para não ser, daqui a pouco, uma doente renal.

Então, acho que a campanha, a prevenção tem um papel fundamental, principalmente se se anuncia, além de todos os problemas, que vamos ter um déficit de médicos especialistas na área.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Acrescentando a essa pergunta, pergunto para o Dr. Valter, o seguinte: ela perguntou sobre a prevenção. Geralmente, fala-se sobre hipertensão, sobre diabetes. Não teríamos que ter uma restrição maior ao uso de anti-inflamatórios? Não é um componente importante nessa causa também. Já deixo essa pergunta.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Eduardo Amorim, primeiro quero cumprimentar V. Exª, que é médico – o Moka, também; o amigão, aqui, o Senador, também é médico –, pela sensibilidade do tema e, ao mesmo tempo, os nossos convidados: Dr. Oswaldo, Dr. Heder, Dr. Paulo, Dr. Valter e o Renato, lá da minha cidade de Caxias do Sul.

Perguntaram-me nesta semana – e falei com o Senador Amorim – se havia a possibilidade de ele chegar em tempo. Eu disse: "É claro que há. É só vir, que tenho certeza de que ele vai falar e dar uma bela contribuição." Ele está aqui, e quero lhe dar meus cumprimentos pela boa vontade, como a todos que estão aqui, neste momento.

Vou tentar ser bem objetivo, mas bem mesmo. Não vou falar do tema. Do tema falam vocês, até porque não sou médico – o Moka tem autoridade para falar –, mas vou colocar só duas questões: houve, recentemente, aqui, uma audiência pública, que foi liderada pelo Dr. Lucchese, que todo mundo conhece no Rio Grande do Sul, sobre a questão dos transplantes de coração. Não gostaria de ser, mas sou paciente dele. Não gostaria de ser paciente de ninguém, de nenhum hospital, de nenhum médico, mas sou paciente dele. É ele que me trata, enfim. Ele fez aqui – trouxe toda a sociedade de cardiologia – um relato desesperador, mais ou menos na linha do que está sendo colocado aqui, sobre o número de pessoas que estão morrendo por falta de transplante de coração, principalmente crianças.

O que vejo aqui, na Mesa, neste momento – e tenho aqui toda uma fala que naturalmente não vou fazer agora, com dados e números, que demonstram, sem detalhar aqui, por exemplo, que apenas 7% dos Municípios brasileiros contariam com centros de hemodiálise. Esse é só um exemplo.

Percebo também que é um problema semelhante a esse do transplante de coração, o tratamento da hemodiálise, principalmente a questão dos rins.

Eu não sou especialista em saúde, mas a pergunta que faço para mim mesmo, além, claro, de gestão, de fiscalização, é um problema também de receita?

E aí podemos analisar a saúde no seu todo, porque nós todos levantamos o problema. Nós todos, digo, políticos. Vocês são especialistas, têm de fazer – digamos – raios X, dizendo: "O problema está aqui e tem de ser enfrentado". Está correto, tem de ser enfrentado.

E, quando se fala em receita, todo mundo recua. O Dr. Paulo que me desculpe, mas ele mesmo *en passant* falou da questão da CPMF.

Eu confesso que, na época da CPMF, votei favorável. Perdemos por meia dúzia de votos aí. O Presidente Lula manda uma proposta na última hora, dizendo o seguinte: se for reduzido para tanto, para a metade do que era na época, e ficar somente para a saúde... Seria ali algo em torno quase de R$70 bilhões. Digo R$70 bilhões, porque se pega, além da arrecadação, o instrumento de fiscalização. Um dos problemas deste País é a sonegação, a fraude, o desvio daquilo que o Governo poderia arrecadar.

Há um dado – e agora vou participar de um debate nesse sentido, saindo daqui – que diz que, se nós pagássemos corretamente os impostos neste País, daria para reduzir 28%, e arrecadaríamos mais do que arrecadamos hoje.

Então, vejo, também, nessa contribuição um instrumento de combate à sonegação e à fraude, à roubalheira, enfim, à corrupção.

Mas a pergunta que deixo é esta: nós não teríamos de fazer um esforço? Às vezes, politicamente, eu diria que não é bom ter uma posição como essa. Não pense que é bom, quando me perguntam como votei lá atrás. Eu votei e hoje não tenho segurança nenhuma desse debate, porque o próprio Dr. Jatene, com quem

tive a alegria de conviver, um grande cidadão, um homem do bem, daqueles que faziam o bem sem olhar a quem, esteve na Bancada do PT na época. Estou aqui dentro, há 30 anos, para vocês terem uma ideia. Entrei na Constituinte e nunca saí. Agora, em 2016, completo 30 anos aqui dentro. Ele convenceu, naquela época, a Bancada – e aqui faço uma homenagem também ao Deputado Eduardo Jorge, de São Paulo, do PV, que é um grande... Eu o chamava de Jorginho para cá, Jorge para lá. Ele foi um dos que criou e que trouxe para dentro do Parlamento o debate do genérico. Eu quero muito bem a ele. Eduardo Jorge defendeu, com unhas e dentes, também, e aprovamos. Na época, aprovamos.

Aqui, embora tenha saído nesses dias uma nota nesse sentido, votei. Votei, sim. Na época, votei. Votei favoravelmente à CPMF, e perdemos.

Não sei se nós todos, políticos, sociedade civil organizada, não teríamos de apontar um caminho, porque, se o País não tem dinheiro, se cada um der um pouquinho...

Eu me lembro da campanha do tostão. Se cada um der R$1,00, R$10,00, R$20,00, enfim, se fará um bolo suficiente. Aí, claro, teria de ser uma contribuição. Estou apenas me aprofundando nessa linha. Nós não teríamos de achar um caminho de ter efetivamente orçamento para a saúde.

Todos nós falamos que revolução passa pela educação, mas quero meus revolucionários de pé, quero meus revolucionários caminhando, quero meus revolucionários estudando; eu os quero trabalhando, envelhecendo e morrendo com dignidade, porque todos nós vamos morrer um dia.

Aí a saúde para mim é tão importante quanto, no mínimo, a educação. Ponto. Já falei demais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Eduardo Amorim; Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Senador Moka, que presidiu a CAS com muita competência; Senadora Regina, quando cumprimentei o seu Estado, Senador Eduardo Amorim, Sergipe, foi pela vanguarda, por ter começado, por ter sido pioneiro, mas não sabia do descalabro. Eu não sabia da situação caótica de hoje, em que o paciente de lá não tem direito a esse atendimento mínimo e básico.

E a situação nossa – está aqui o representante, Dr. Heder, do Ministério da Saúde –, a situação hoje de manhã, ouvindo o noticiário, a gente não tem mais vontade de ouvir. Sou jornalista, mas não tenho vontade às vezes, dá tristeza.

Ontem, houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em que uma medicação fundamental – fundamental, repito – no trato da sífilis – imaginávamos que houvesse sido erradicada a sífilis no País –, a sífilis crônica, congênita, com que a criança nasce, só há um medicamento. Eu também, como disse o Paim, não sou médica, mas aqui há um médico, dois médicos, vários médicos, mas falo dos Parlamentares médicos, o nosso querido Eduardo e o Moka. Não há Benzetacil, que é uma composição da penicilina com outro... O Moka sabe do nome, que é complicado. O Benzetacil é fundamental não só na área da saúde pública, mas também na área cardiológica. E o Senador Paim lembrou aqui o nosso querido Dr. Fernando Lucchese. Na cardiologia esse medicamento também é essencial, porque não há nada que cure a sífilis, que não seja esse medicamento. Ele não está disponível.

Hoje de manhã, também os medicamentos, nas farmácias populares, entregues às pessoas com doenças crônicas, estão agora se reduzindo, e a pessoa vai ter um aumento do gasto para comprar o medicamento de uso contínuo.

Até vi um comentário na TV, do Alexandre Garcia, dizendo o seguinte: o benefício dado, quando foi criada a medida do Farmácia Popular para beneficiar o paciente usuário desse medicamento, foi esquecido. O benefício é esquecido, porque a maldade... O mal é o último e é o que mais faz a pessoa sofrer, porque ela vai pagar, não tem dinheiro, mas tem de pagar. Então, aquele benefício fica anulado.

Também concordo, como disso o Senador Paim, com a questão da CPMF. Nós vimos aqui a questão da gestão. É uma questão gravíssima. Por que o combustível da Petrobras hoje está sendo aumentado? Única e exclusivamente por uma questão de gestão. E a CPMF, o dinheiro que foi arrecadado à época, era para ir para a saúde, e foi para comprar marmelada, foi para o caixa único.

Então, mesmo que esse dinheiro... Vamos supor que o dinheiro da CPMF vá todo para a saúde. Para aplicar onde, como e de que forma? O cidadão brasileiro vai saber? Vai ter acesso a essa transparência, a esses números?

Aqui, em Brasília, uma pessoa vítima de um acidente precisou fazer um exame importante – hoje, de manhã, também, no noticiário –, mas não pôde, porque o aparelho estava quebrado.

Nós estamos na UTI da saúde, na UTI. Todos, todos os setores, não só a área renal.

Hoje começa o Outubro Rosa. Hoje começa o Outubro Rosa, por isso estou com esta cor aqui, para homenagear o Outubro Rosa, me dando muito...

O Rio Grande do Sul é um Estado em que morrem muitas mulheres de câncer de mama. Eu perdi uma irmã com câncer de mama. Esse é outro drama que temos. Os números não são confiáveis, os números do Datasus sobre mortes, seja por câncer, seja por doenças de todos os tipos, por doença do coração, então.

Então, quero me associar ao que o Senador Paim fez, com iniciativas propositivas, de continuarmos vigilantes, Senador Eduardo Amorim, nas duas Comissões, para levar, a partir do que foi dito aqui pelos médicos, pelos especialistas, algumas iniciativas em que possa o Congresso Nacional ser protagonista, para ajudar a população brasileira e também aqueles médicos que, abnegadamente, não conseguem fazer as escolhas de Sofia, como V. Exª lembrou.

"O que faço com este paciente? O que faço, se chega um que está em pior situação? Quem vai morrer primeiro?" Fica na mão do médico essa decisão. Eu não queria, neste momento, ser médica.

Então, Senador, estou aqui para ajudar. E, sobre os encaminhamentos, como diz o Paim, o Moka, certamente vai falar também.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia, pelas suas palavras, sempre muito lúcidas e muito orientadoras.

Com a palavra, o colega médico, Senador Moka, que foi um dos primeiros a chegar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Amorim, estive aqui às 9h, aí acabou demorando, e eu tinha um compromisso. Peço desculpas por não ter ouvido. Tinha interesse pessoal em ouvir os colegas.

Conheço relativamente o problema, mais por convivência – pela formação médica, mas também por ter convivido com uma especialista, Drª Thais Maria Monteiro Vendas, que é especialista em transplante renal, mas na parte clínica.

Conheço bem de perto o drama das pessoas que fazem hemodiálise. Para não fugir do assunto, diria o seguinte: acho que teríamos de sair daqui com um encaminhamento. Uma questão é o valor que está sendo pago. Esse é o drama, porque, há um tempo, isso não era assim, ao contrário.

A Drª Regina disse: "Daqui a pouco, não vai haver nefrologista". Tenho uma filha médica, que faz hoje residência no Hospital da Santa Casa, em São Paulo, e que vai ser nefrologista por opção pessoal.

Então, acho que o valor do procedimento é que precisa ser melhorado. Difícil falar nisso neste momento, em que o País vive uma crise. Isso é complicado.

Então, teríamos de separar aqui duas coisas: uma coisa é sermos objetivos em como conseguir um reajuste ou alguma coisa que pudesse remunerar melhor o trabalho da hemodiálise, porque, sem a hemodiálise, o chamado paciente renal crônico vai morrer, não tem sobrevida. Essa é uma questão. A outra questão é que, para evitar a hemodiálise, o que resolve é o transplante renal. E esse transplante, divergindo da Senadora Regina... Aí há uma estatística: quando o Governo faz a propaganda, quando se faz propaganda massivamente, se percebe nitidamente que se aumenta o número de doações não só de rins, mas de doações uma maneira geral, seja de córnea, seja de rins. Enfim, esta questão de estimular a doação é fundamental.

É claro que uma coisa não exclui a outra. É claro que, além da propaganda massiva ou, pelo menos, uma ou duas vezes ao ano, lembrando a necessidade da doação – isso, também nas escolas – e também a conscientização das famílias. Acho que aí a Senadora Regina tem razão: essa é uma questão cultural, que nós podemos resolver.

E a minha sugestão é a de que, no encaminhamento, nós pudéssemos, talvez, aqui, na Comissão... Nós vamos ter uma audiência pública para falar de transplante na Comissão de Assuntos Sociais. Foi proposto por mim: transplante. Até chamei o Medina, que, nessa área de transplante, é considerado uma das referências nossas.

Mas é claro que poderíamos, nessa audiência sobre transplante, também voltar. Mas a minha sugestão, Senador Eduardo, é a de detectar, no Ministério da Saúde, como faríamos com essa questão de melhorar a remuneração por esse procedimento, especificamente.

"Ah, mas os outros também precisam." Mas, em se tratando de hemodiálise, estamos falando o seguinte: se não acontecer, aí sim, as clínicas de hemodiálise vão começar a não ter condição de realizar, e esses pacientes vão perder. Aí se tem um argumento fortíssimo. E, paralelamente a isso, estimularíamos esta questão do transplante, que acho fundamental, porque o que resolve é o transplante.

Como você ontem disse da tribuna, nós nascemos com dois rins, porque podemos fazer também o transplante inter vivos. Eu mesmo tenho um caso: a minha ex-esposa, hoje falecida, doou um rim em vida para o irmão, um transplante bem-sucedido. Aliás, quando se trata de irmãos, há uma compatibilidade maior ainda. Então, é até uma coisa importante, porque se diminui a rejeição no transplante.

Quero ficar por aqui. O assunto é apaixonante, pelo menos para mim, mas a minha sugestão é a de que pudéssemos ter o Ministério Público junto conosco. É uma coisa que faríamos em conjunto, com o Ministério

Público aqui. Há a necessidade de resolvermos, com urgência, esta questão da remuneração do procedimento da hemodiálise.

Fico por aqui, Senador Eduardo Amorim, mais uma vez me desculpando por não estar presente aqui, quando da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu queria dar um encaminhamento, antes que vocês possam responder às perguntas.

Estamos de olho ali, num reloginho, porque vai começar a sessão do Congresso para apreciar os vetos.

É o seguinte, Senador Paim, Senador Moka: poderíamos já deixar pré-marcado, dependendo da disponibilidade de V. Exªs, com o Presidente Edison Lobão, para irmos todos, daqui a 15 dias ou na outra semana, em que talvez mude a configuração do Ministério da Saúde, aí deixaríamos encarregados o Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, e o Senador Edison Lobão de marcar, para irmos todos ao Ministério da Saúde – se for o Ministro atual ou seja lá quem for –, para tratar realmente desse assunto.

Sei que são muito temas, mas estamos tratando desse e já poderíamos deixar configurado, mais ou menos, assim, Senador Paim. O que o senhor acha?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Da minha parte, tudo bem, com o reforço dos dois autores do requerimento, que é o Senador Moka lá, e V. Exª aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, pronto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dois médicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Aí já ficariam convidados todos os entes aqui, todos os membros aqui, o Ministério Público, o Dr. Oswaldo, o Dr. Valter, o Dr. Renato e outros que possam assim desejar, para irmos todos juntos ao Ministério e realmente vermos.

Mas há muitas perguntas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A Senadora Regina é convidada especial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Claro. Chegou primeiro. Ela e o Senador Moka.

Mas há muitas perguntas. Sei que há também algumas pessoas da plateia que podem também fazer perguntas, mas vamos responder logo, para que, se formos chamados para a sessão do Congresso, possamos antes responder.

Dr. Valter.

O SR. VALTER DURO GARCIA – O seu questionamento foi muito importante, muito incisivo. Se falta dinheiro, como estão fazendo? Qual é o jeito?

Três jeitinhos. O primeiro deles: o Luconi me mostrou: 15% de convênio. Convênio dá um certo lucro, alguns empatam, outros dão lucro: diminui-se o prejuízo do SUS.

Então, se procura ter pacientes de convênio junto com os do SUS, para poder diminuir o prejuízo.

O segundo é a história da expectativa de melhora: vai melhorar. É o que sei fazer, eu, nefrologista; qualquer nefrologista trabalha com transplante. Ele faz isso. Então, é a vida dele. Ele investiu na clínica... Vou dar um exemplo: Porto Alegre, agora, tem licitação, que é obrigatória, as clínicas têm que fazer licitação, para ficarem regularizadas.

As sete clínicas, que não estão dentro dos hospitais, não estão conseguindo fechar com a prefeitura, porque um dos itens é que o endividamento tem de ser menor do que o faturamento, não sei o quê. E nenhuma delas tem isso. Então, se está discutindo como se vai fazer, porque todas estão envidadas, todas.

E o terceiro... Por exemplo, Canela. Canela, uma cidadezinha lá do interior do Rio Grande do Sul, agora vai conseguir fechar. Ela não conseguia fechar, porque não tinha dinheiro para fechar, para dar o Fundo de Garantia dos funcionários.

Às vezes, não fechas. E por que não se fecha? Porque não há dinheiro para fechar.

Não sei se respondi.

O seu questionamento é muito interessante. As campanhas são importantes, mas não são fundamentais. Começa-se com a campanha. A campanha faz a informação, depois a gente vai para o segundo aspecto, que é a educação, que é a escola.

O Paim deve se lembrar de mim. Ele não era Senador. Ele era, em Canoas, do sindicato, e me convidava para dar palestras sobre a doação de órgãos do sindicato em oitenta e alguma coisa.

Então, a educação não só na escola, mas em todos os níveis é fundamental. Isso é muito importante.

Claro que temos de aumentar os recursos. Não há jeito. Não se faz milagre. E o transplante temos de aumentar.

Hoje, vou dar o exemplo do Rio Grande do Sul, por dois motivos: no Rio Grande do Sul, faz seis anos que há vaga na hemodiálise, tem vaga na hemodiálise. Há seis anos, não aumenta um paciente de hemodiálise. Por quê? Porque se faz muito transplante no Rio Grande do Sul e também porque morre muito paciente, porque os acessos vasculares são ruins, não há medicamento, aquelas coisas. Por esses dois fatores, um deles muito bom e outro muito ruim, nós não aumentamos o número de pacientes de hemodiálise, ao contrário do Amazonas, que tem pacientes em fila, porque só há unidade em Manaus. Eles pegam um barco. E levam-se três dias de barco.

Então, há os Brasis. Sergipe e Mato Grosso, como foi comentado, tinham serviços e pararam. Outros Estados, que eram antigos territórios, agora estão começando. Alguns, muito bem. Cito o exemplo do Acre e de Rondônia, mas outros ainda... Tocantins, Roraima, Amapá ainda não têm o doador, o transplante, e isso é uma iniquidade, porque há dois tipos de brasileiros. Se eu moro no Macapá ou no interior do Amapá e tenho uma doença renal ou uma doença hepática e não tenho certas condições sociais ou até acesso a que o Estado me mande para outro local, eu vou morrer.

Se eu moro em Porto Alegre, São Paulo, vou fazer o transplante. Então, há duas classes de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Desculpe-me a interrupção.

Há outra classe, que é aquela que não tem distância, como é o meu caso.

O SR. VALTER DURO GARCIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não há distância. A geografia é favorável, mas não está disponível.

O SR. VALTER DURO GARCIA – Exatamente. Continua na segunda classe, mesmo com pouca distância.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Dr. Oswaldo.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Permita-me apenas dar uma resposta, dialogar com S. Exª, o Senador Paulo Paim, em relação à questão do financiamento, da receita.

Houve a Emenda à Constituição nº 29, que, na época, foi um grande passo. Lutamos, inclusive o Ministério Público, a Ampasa, pelo Movimento Saúde Mais Dez: 10% da receita corrente bruta. Perdemos. Conseguimos um fator de percentuais de receita corrente líquida, o que, nesse primeiro ano, inclusive, é inferior ao que a Emenda à Constituição nº 29 nos daria. Isso está perdido.

Mas gostaria de lembrar o seguinte: o SUS é a mais democrática estrutura federativa de organização do Estado para prestar um serviço, porque há o Estado, o Município e a União. E, diga-se, Estado e Município contribuíram muito mais; no ano passado, tiveram mais receita, aqueles 15% e 12%, do que a própria União.

Então os problemas todos não se resolvem em Brasília, nem na questão de receita. Resolvem-se, também, nos Estados e nos municípios.

Enquanto esta Casa do Congresso Nacional faz uma audiência dessa natureza, é importante que as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores também façam, porque há dinheiro municipal, estadual e federal nessa questão.

Agora, só pra completar, não sei, não sei se é CPMF – acho que a CPMF é quase uma imposição para a saúde.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, me permita, Dr. Oswaldo.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Fui um dos que... O Senado já teve, por duas vezes, a oportunidade de colocar os 10%.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Da receita corrente bruta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Da receita corrente. E, no ano passado, participei ativamente disso.

Quando discutimos isso no Município, por exemplo, o Município tem constitucionalmente a obrigação de colocar 15%.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Exato.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não há nenhum Município no Brasil...

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Que coloque 15%.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... que coloque 15%.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Todos colocam mais, muito mais.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Todos eles colocam mais...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A média é 25%.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, a discussão, quando vai ser tratado o tema, é no sentido de que a União não tem hoje... Ela coloca qualquer coisa em torno de 4,5%, 5%. Vou exagerar: que sejam 5,5%. Ela não passa disso.

Aí é que acho que essa coisa está errada. A União tinha que ter... E tínhamos de ter uma discussão séria...

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... com base nesse repasse para a saúde.

É claro que, neste momento, com tudo que há, isso parece ser uma coisa fantasiosa. Mas acho que, em se tratando de saúde, é fundamental.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Não, perfeito.

Na verdade, eu queria apenas mostrar que o esforço que deve ser feito junto às Casas do Congresso Nacional também tem que ser observado em Estados e Municípios.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Dr. Paulo.

Obrigado, Dr. Oswaldo.

O SR. PAULO LUCONI – Eu queria, primeiramente, responder ao Senador Eduardo Amorim, que perguntou qual o jeitinho.

Senador, não há jeitinho, não. O eslaide lá é bem claro. Os pacientes estão morrendo por falta de acesso. Então, não há jeitinho.

Nós temos de entender que vivemos em um País capitalista. Tudo aquilo que dá lucro não tem problema, não é verdade? Se existe falta de vagas é porque há um problema sério de financiamento.

Os pacientes estão morrendo, então não há jeitinho. Clínicas estão fechando, as unidades não pagam impostos, encargos sociais, todos endividados. Então não há jeitinho, não!

Há uma famosa frase do saudoso Joelmir Beting. Ele falava que o mercado não se defende, se vinga. Infelizmente o mercado está se vingando da incúria do Ministério da Saúde.

Há anos estamos falando o que está acontecendo, e o Ministério da Saúde não está tomando nenhuma providência.

Com relação à gestão, aqui falada pelo Senador Paim, eu sou daqueles que acham que falta dinheiro na saúde, que falta muito dinheiro na saúde, mas, Senador, falta muita gestão, muita gestão.

Por exemplo, quer ver uma coisa? Aquela portaria dos renais crônicos em tratamento conservador. Faz um ano e meio, Senador, que essa portaria foi instaurada.

O Ministério da Saúde deveria ser o grande indutor de chegar ao gestor local e de ajudá-lo a implementar essa portaria. O que foi feito pelo Ministério da Saúde? Absolutamente nada. Viu-se que podemos economizar R$1,1 bilhão por ano, e nada foi feito.

Então, Senador, antes de pensarmos em CPMF, que não vai para a saúde, como se disse, vai para a Previdência... É isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para a Previdência não vai, não. Essa história da Previdência é papo furado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caixa único.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, quando o Levy falou essa expressão – me permita que o diga –, respondi da tribuna: parem de dizer que... Se se tem de criar a CPMF, achem um motivo justo...

O SR. PAULO LUCONI – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque a Previdência brasileira, graças a Deus, é superavitária. São R$50 bilhões de superávit – não é lucro –, todo ano. Então, se querem criar a CPMF, vamos enfrentar o debate de frente e dizer que é efetivamente para a saúde. E que seja para a saúde.

O que quis dizer – me permita, e aqui encerro, não vou me alongar – é que todos nós reclamamos da saúde, mas ninguém quer contribuir para a saúde. Ninguém quer contribuir, inclusive os grandões, os grandões deste País.

Eu tenho plano de saúde, meus filhos têm plano de saúde, meus netos têm plano de saúde. Não são bons, mas é um atendimento privilegiado, ninguém me diga que não.

O SR. PAULO LUCONI – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ninguém me diga que vocês todos não têm plano de saúde.

O SR. PAULO LUCONI – Sim, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que todos aqui têm.

O SR. PAULO LUCONI – É necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos têm. Eu acho que têm. Na hora do pega mesmo, o que se faz?

O SR. PAULO LUCONI – Tem, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, na hora de dar uma parcela de contribuição, principalmente os grandões, ninguém quer dar.

O SR. PAULO LUCONI – Passa para o SUS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem ganha até R$10 mil, tenho certeza de que a gente bota um instrumento lá que diz que esse não paga a CPMF. Vai pagar quem ganha mais que dez – o que me pega, o que nos pega, o que pega provavelmente alguns dos senhores, o que é normal.

O que quis dizer é isso. Não é que sou um apaixonado pela CPMF.

Estou dizendo que, no desespero, se eu tiver de dar 10% do meu salário para a saúde e se o dinheiro for para a saúde... Estou dando um exemplo. Todos nós faríamos isso. Tenho certeza absoluta. Ninguém aqui é "mais bonzinho" que o outro. Todos nós daríamos.

O SR. PAULO LUCONI – Mas o que quis dizer é o seguinte: antes de a gente pensar em tirar mais dinheiro do contribuinte, precisa resolver o problema de gestão.

Isso que estou falando da doença renal crônica, da prevenção da doença renal crônica, ou seja, que existe uma portaria que foi feita, que se pode implementar... A gente pode brigar pelo financiamento, que não é tão adequado, mas a portaria existe, e não foi implementada pelo Ministério. Então, o Ministério tem problema de gestão, e, antes de se pedir mais dinheiro da sociedade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que é junto.

O SR. PAULO LUCONI – Eu sou contra a CPMF.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas aqui não é o fórum para a CPMF.

O SR. PAULO LUCONI – Sim. Exatamente. Tem de haver dinheiro e gestão. Eu acho que tem de haver dinheiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora, quando alguém sofre um traumatismo grande num acidente, ele não vai para a clínica de plano de saúde, não! Ele vai para os hospitais que são financiados pelo SUS. E dificilmente esses planos de saúde fazem o ressarcimento para o SUS. Essa é outra incoerência que há.

Acho que, se o cara foi atendido num hospital do SUS e tem plano de saúde, imediatamente o plano de saúde tem que ressarcir aquele procedimento.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Já existe lei para isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eles não fazem isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Assim como existe a portaria.

Dr. Heder.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Esse é um debate apaixonante.

Eu queria dizer que fui membro do Conselho Nacional de Saúde e Presidente da Federação dos Médicos por cinco anos.

Estou aqui em nome do Ministério, mas eu e o Deputado citado, de São Paulo, estivemos no gabinete do então Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendendo os 12% para a saúde. E foi uma conquista do nosso povo, assim como esperávamos, todos nós, que a CPMF, criada na época do Dr. Jatene, fosse para a saúde.

Então, aqui estou falando como técnico.

Agora, concordo com o Senador Moka. Acho que, quanto à implementação do ressarcimento ao SUS, tem que haver a mesma veemência das empresas que operam no âmbito do SUS – e a maioria da hemodiálise do Brasil é operada por empresas – de cobrança desse ressarcimento para o Sistema Único de Saúde. Isso é um fato.

As questões da gestão estão colocadas. Ainda hoje ou amanhã, deve haver um anúncio, provavelmente, de mudança no Ministério da Saúde. Quer dizer, vamos ter, provavelmente, um novo Ministro.

Então, está tudo colocado, no momento que estamos vivendo. E o que esperamos é que, nessa mudança, possamos conquistar aquilo pelo qual todos nós aqui lutamos, que é mais recurso para a saúde e uma melhor gestão do SUS.

Agora, não podemos esquecer, ao dizer isso, que mais de 90% da hemodiálise no Brasil, ainda, com todos os problemas, é custeada pelo Sistema Único de Saúde e que 95% dos transplantes feitos no País – é o maior sistema público de transplante do mundo – são custeados pelo Sistema Único de Saúde.

Quero só esclarecer aqui que, em relação à campanha que mostrei, o Ministério da Saúde não paga nada por ela, só para ficar claro sobre quem estaria gastando com campanha. Essa campanha, os órgãos... Ela é uma campanha tão unânime, que, ao contrário, a gente arrecada, não em recursos, mas em publicidade, gratuitamente, de todos os organismos que veiculam. Então, mesmo nos canais abertos, essa campanha não é paga.

E temos de cuidar, repito, para que essa conquista do Sistema Único de Saúde, tanto na área do transplante quanto na área da hemodiálise, não se perca na crise financeira que o País vive. Acho que se tem que ter muito cuidado, neste momento delicado que estamos vivendo.

Finalmente, Senador, estive três vezes em Sergipe, para retomar a questão do transplante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Por que não se faz, Dr. Heder?

O SR. HEDER MURARI BORBA – Uma delas foi convocada por uma ação judicial do Ministério Público de Sergipe, para responder a essa pergunta.

O Ministério da Saúde, na questão dos transplantes – aí vou dizer – não é por falta de recursos. Às vezes ele não consegue fazer uma portaria ou outra, mas, em relação a recursos, onde é feito o transplante, as pessoas têm recebido.

Há um dispositivo, e é importante saber, que, diferentemente de outras áreas do SUS, o transplante está fora do teto dos Estados. Se se fazem um milhão de transplantes em Sergipe, Sergipe recebe através do Fundo de Ações Estratégicas.

Então, há uma diferença...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, o omisso é a gestão estadual, porque não é a municipal. Então, o omisso é a gestão estadual.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Acho que são os Brasis a que me referi, não para dizer que Sergipe é diferente do resto do Brasil. Ele tem todas as condições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Fomos os pioneiros. Fomos os primeiros.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Tem todas as condições de profissional, de distância, e conta com o apoio...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas o senhor concorda que existe uma omissão?

O SR. HEDER MURARI BORBA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Concorda que existe uma omissão?

O SR. HEDER MURARI BORBA – Não só em Sergipe, mas em vários lugares do Brasil.

Aliás, o desenvolvimento do sistema de transplantes varia de acordo com o PIB do país. Quanto mais desenvolvido o país, mais transplantes são feitos no país.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O Dr. Renato quer se manifestar?

Depois há o Sr. Humberto Floriano, que está na plateia, e encerramos.

O SR. RENATO PADILHA – Eu gostaria de pedir licença ao Presidente da Mesa, Dr. Eduardo, porque, como o documento foi direcionado ao Presidente da Comissão, Senador Paim, e ele se encontra presente, que eu possa entregar todas as nossas ações documentadas, com número de ofício – posso entregar; o Senador está acenando que posso entregar. Por isso, pedi licença, para saber como seria o protocolo. Então, quero entregar também ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Passo a palavra ao Sr. Humberto, para que se dirija ao microfone próximo, para poder falar.

O SR. HUMBERTO FLORIANO MENDES – Vou ser breve, porque sei que o tempo está complicado.

Mas quero falar, aqui, em nome de pacientes, uma vez que sou paciente transplantado, uma vez que passei por todo o problema que se chama hemodiálise.

Acho que a gente está discutindo algumas coisas muito incomuns. Acho importante este Senado buscar essas alternativas, trazer esses atores que são fundamentais para a discussão.

E, particularmente, gostei da atitude de novas ações nesse sentido, da convocação deles para o desenvolvimento de toda essa problemática.

Quero dizer o seguinte: existe política pública sim, agora, falta acesso. Falta acesso, inicialmente, para a questão da saúde básica, porque, se tivéssemos acesso à saúde básica, não teríamos os problemas de diabetes, de hipertensão e não estaríamos hoje discutindo muitas questões fundamentais.

Não estão acontecendo? Temos problemas de recursos, problemas da hemodiálise, o problema de transplante.

Então, acho fundamental esse retrocesso. Temos levado isso – não é, Renato? – como pacientes, agora, com essa nova formação desse grupo de trabalho, de pacientes dentro do Ministério, levar essas discussões, todas elas pautadas, que são transplantes, a questão da hemodiálise no País.

O Dr. Heder me perdoe, mas é o seguinte: tenho alguns aspectos interessantes. Quando foi colocada a 389, que veio para melhor remuneração das hemodiálises, isso realmente não está acontecendo. Não está acontecendo. Vou dar o exemplo de Santa Catarina, que o senhor pontuou aqui como talvez um dos melhores sistemas de transplante, com uma série de colocações.

Eu penso o seguinte: nós, pacientes, fomos até a Secretaria de Saúde de Santa Catarina, para perguntar ao gestor o que está acontecendo. E eles disseram: "Vamos buscar informação junto ao Ministério da Saúde".

Nós estamos percorrendo vários Estados, uma vez como Federação, e percebemos a mesma situação.

Quer dizer, falar em remuneração para a hemodiálise, e apontou a 389, e isso não acontecer, me parece que não vai haver... É meio esquisita essa discussão.

Com relação ao transplante, nós, em Santa Catarina, fizemos, realmente, um bom trabalho.

Mas fizemos um bom trabalho por quê? Porque envolvemos gestores preocupados com o transplante. Até quero saudar aqui o Senador Eduardo pela sua sensibilidade.

Quero lhe dizer que nós estamos, também, talvez comungando das mesmas ideias, porque estamos do outro lado do balcão; nós estamos sofrendo, nós não temos acesso à hemodiálise, há filas de espera.

Então, para finalizar, porque acho que a discussão é muito grande, essa falta de recursos tem trazido aos pacientes um sofrimento maior do que a própria doença, porque estamos enfrentando junto das clínicas de hemodiálise – não estou aqui fazendo a junção de uma série de fatores, porque a discussão é ampla... Estamos enfrentando subdiálise. Há clínicas de hemodiálise, diminuindo o tempo, para que a última sessão, que é a parte noturna, que exerce a questão da remuneração dos pacientes, seja trazida para uma diminuição.

Há técnicos, hoje, que estão na sala, cuidando dos pacientes, e está sendo diminuído esse número. Então, o que a gente percebe é a mortalidade dos pacientes por falta de acesso.

Dr. Valter, o senhor faz um brilhante trabalho. Agora, me preocupa o seguinte: nós vamos chegar vivos, para fazer o transplante com o senhor? Por quê? Porque na base não existe, na hemodiálise nós temos um problema, e o melhor tratamento Dr. Valter, o senhor sabe que é o transplante.

Mas infelizmente – trago aqui o apelo dos pacientes – nós estamos sofrendo.

Obrigado a todos. Não vou me estender, porque acho que a discussão é ampla. Precisa ser pautada uma série de discussões, para chegarmos àquilo que desejamos. O ser humano precisa ser preservado na sua vida.

Inclusive, Dr. Oswaldo, só vou fazer uma pontuação sobre a questão dos planos de saúde.

Nós, em Santa Catarina, tentamos levantar a situação de que os planos de saúde deveriam pagar as hemodiálises, porque eles pagam, quando nós, pacientes, estamos internados.

Por que não? A hemodiálise... Nós consideramos que nós, pacientes, fizemos a hemodiálise dentro de centros hospitalares, dentro de ambulatório. Aí entramos com uma discussão junto à ANS, inclusive o Renato fez a pontuação, que a entregamos para o Senador, para o Ministro da Saúde, pontuando que, se a ANS determinasse o pagamento, ou seja, o não pagamento da coparticipação para nós pacientes... Nós não fizemos pelo SUS, porque custa R$800,00 hoje, de coparticipação. Então, o paciente não entra, pleiteando o seu plano de saúde, ele vai via SUS.

Então, se nós, pacientes, não tivermos a oneração da coparticipação, faremos pelo plano de saúde. Lógico, nós estaríamos desonerando o SUS.

Estamos falando de recursos, de dinheiro. Então, é o seguinte: já seria uma questão muito importante. A ANS precisa...

Nós já entramos, Dr. Heder, até pedimos seu apoio. Dr. Oswaldo, fomos ontem, inclusive, à Defensoria Pública da União e fizemos contatos com o Dr. Eduardo Nunes de Queiroz. E pediria que o senhor pudesse nos ajudar e a todos que estão aqui, porque acho que os planos de saúde, pelo qual pagamos muito caro, precisam estar presentes e pagando essas hemodiálises.

Nós presenciamos aí alguns planos de saúde, que já estão trabalhando com isso. Por exemplo, no plano do Banco do Brasil, hoje, não existe mais a coparticipação. Então, a gente desonera o SUS, desonera o paciente, e a responsabilidade tem de ser devida a quem de direito.

Quero pedir desculpa, mas é o sofrimento que temos auferido, todos os pacientes. Eu sofri na hemodiálise. Eu sofri para chegar ao transplante – Dr. Valter, muito obrigado.

Agora, gente, tem de ser olhado, tem de ser visto o ser humano. Nós estamos sofrendo.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Humberto.

Antes de encerrar, ficamos aqui acordados, Senador Paim, Senador Moka, para que, em 15 dias, a Comissão se encarregue de agendar as duas comissões, junto com o Ministro da Saúde. E vamos lá, para dar continuidade e fazer as cobranças devidas.

É assim, Senador Paim?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só lembrando que o Presidente da CAS é o Senador Edson Lobão. Eu ajudo, mas não quero...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas íamos fazer isso juntos, com as duas comissões. Se não for possível, faremos só com a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como a audiência foi conjunta das duas Comissões, eu falarei com o Senador Edson Lobão. Apenas disse que seria fundamental, além da Senadora, que os dois requerentes também ajudem a formular essa comitiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, agradeço a todos os participantes, a todos os membros, ao Dr. Oswaldo, ao Dr. Valter, ao Dr. Paulo, ao Dr. Heder, ao Sr. Renato, a todos que nos acompanhavam aqui, na Comissão.

Obrigado pela presença.

Vamos sonhar com um Brasil. Este País tem jeito, mas o jeito que ainda há somos nós, com as nossas atitudes.

Obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

ATA DA 88ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia cinco de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Esta é a terceira reunião do ciclo de debates e trata sobre a Medida Provisória nº 680 de 2015, que "institui o Programa de Proteção ao Emprego e dá outras providências". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Maximiliano Nagl Garcez, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário – CONTRICOM; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho, Representante do Ministério Público do Trabalho – MPT; João Domingos Gomes dos Santos, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; João Cayres, Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT/São Paulo; Flauzino Antunes Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil do Distrito Federal - CGTB/DF; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Diego Monteiro Cherulli, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil seção DF; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; João Pimenta, Diretor da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Ibrahim Yusef Mahmud Ali, Diretor de Organização Sindical da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Clovis Scherer, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Antônio Augusto de Queiroz (Toninho do DIAP), Assessor Parlamentar do DIAP. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Dar conhecimento das cartas recebidas da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL, da Contracs, do Movimento Sindical de Foz de Iguaçu, da Fisenge e da Senge/MG contra o Parecer nº 74, de 2015 – CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 680 de 2015 aos deputados e senadores; 2) Fazer gestões junto ao Ministro do Trabalho e Emprego com o objetivo de impedir a aprovação da referida MP nos termos propostos pela Comissão Mista. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 88ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, de nossa autoria, para, dentro do ciclo de debates sobre o mundo do trabalho, discutirmos hoje sobre a questão da precarização dos direitos dos trabalhadores.

Esta é a terceira reunião do ciclo de debates e tratará questões que estão embutidas na Medida Provisória 680, de 2015. Esse é o objetivo.

Nós teremos para esse debate duas Mesas: a primeira Mesa, até o momento confirmada: Maximiliano Garcez, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal); depois,

Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom); Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); o Procurador do Trabalho, Sr. Sebastião Vieira Caixeta, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT); João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da CSPB e representando aqui a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Juiz Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Anamatra.

Depois, ainda falarão, na sequência – eu repito sempre que, para mim, não tem primeira nem segunda Mesa; muitas vezes é pela ordem de chegada que é montado aqui. Temos ainda, na mesma ordem de importância: Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Manoel Isidro dos Santos Neto, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Ibrahim Yusef Mahmud Ali, Diretor de Organização Sindical da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Thiago Botelho, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner); João Cayres, Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo.

Bom, de forma resumida, eu vou aqui, antes mesmo de chamar a primeira Mesa, situar a todos, que essa é, na verdade, uma audiência pública que foi chamada de forma urgente e excepcional. Nós todos fomos pegos de surpresa quando, na quinta-feira, na Medida Provisória 680, o Relator, se eu não me engano um jovem Deputado, mas pela proposta, uma proposta antiga, atrasada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Daniel Vilela, de Goiás! Se não me engano, é um jovem Deputado, não é?

A gente lamenta que um jovem Deputado apresente uma proposta que é um retrocesso, uma proposta que é uma vergonha, eu diria, para os trabalhadores brasileiros. Eu teria vergonha de apresentar um relatório como esse.

Eu espero que ele entenda isso, da nossa indignação, que aqui estão homens e mulheres que deram a sua vida para que a CLT existisse, de geração para geração. Agora esse jovem vem colocar... Servindo eu não sei a quem, eu prefiro dizer isso, e é bom lembrar que não é mais empresário que vai financiar campanha; campanha vai ser no campo das ideias, graças a Deus que não vai ter mais financiamento empresarial de campanha. O voto será no campo das ideias. Quem quiser fazer política nesse País vai ter que defender causas e não coisas. Porque isso aqui é defender coisas. Coisas de interesses que nos assustam.

Eu estava no Rio Grande do Sul, porque quinta viajei. Eu vou quase uma vez por mês só para o Rio Grande do Sul, para fazer as agendas lá, e teríamos, inclusive hoje, em Caxias do Sul, um grande ato organizado pelo movimento sindical daquela cidade, visando a debater, exatamente, a preocupação da precarização do mundo do trabalho.

Adiantei a minha participação no sábado e fiz uma gravação, reuni-me com o movimento sindical de Caxias – uma parcela, claro; o grande ato vai ser hoje pela manhã – e depois fiz contato com uma série de centrais. Todos ficaram perplexos com isso que aconteceu na quinta-feira. É um dia que normalmente não se vota nada aqui, todo mundo sabe que não se vota na quinta, e foi colocado de forma muito, muito estranha um artigo que volta ao tempo de uma peleia que travamos todos nós, na época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não é ataque pessoal a ninguém, mas àquela época que nós, com muita, muita luta conseguimos, depois de uma disputa muito difícil na Câmara dos Deputados, eu era Deputado ainda, onde eu rasguei, na verdade, parte da Constituição e da CLT, dizendo que aquela proposta era um crime contra os trabalhadores.

Eu considero essa proposta também um crime. Isso é caso de lesa-pátria, é um caso gravíssimo o que estão propondo novamente aqui, e eu espero que, naturalmente, num governo que iniciou com o Presidente Lula e teve continuação com a Presidenta Dilma, que a sua base de apoio, já na votação da matéria, não participe desse ato criminoso.

Que é, de fato, um ato criminoso. Não adianta depois eles irem ao plenário me contestar, por exemplo, na questão do direito de greve, como foi o caso – não vou citar nome aqui para não dar mais polêmica –, dizendo que eu teria dito que aquele projeto que proíbe o direito de greve é um projeto – como é o termo que eles disseram que eu usei? Enfim, que eu disse que o projeto era um projeto que só traria mal para o povo brasileiro e para os trabalhadores, e eu lamentava que alguém tivesse apresentado.

Aí respondi que, de fato, eu tenho um projeto que regulamenta o direito de greve, só que o apresentei há 20 anos. O meu não votam. Agora, quando vem um que é para proibir o direito de greve, apareceu para votar do dia para a noite. Claro, e eu assumi a relatoria, segurei e está na minha mão. Mas vou votar, vou votar. E disse para o Senador em questão: "Não há problema, Senador. Quer que eu vote? Eu vou votar". Na quarta-feira eu votarei o projeto. É exatamente na versão do projeto que eu tinha apresentado. Farei um substitutivo que vai mostrar que o direito de greve é "direito" de greve, e não a proibição do direito de greve.

Nesse caso, é a mesma situação, só dei o exemplo do que estão querendo aqui. Quer dizer, a CLT não vai valer mais nada! É clara a redação que é dada quando diz que o que vai valer é o negociado sobre o legislado, respeitando o que está na Constituição, pelo que eu li rapidamente, e as normas internacionais.

Mas por que não colocaram ali a CLT, então? Se eles dizem que não fere nada? Quer dizer, a CLT morreu! É rasgar na íntegra a CLT. Quer dizer, alguém aceitar fazer esse papel, olha, tem que ser muito cara-de-pau! Eu não quero fazer nenhuma ofensa pessoal. Mas alguém se sujeitar a revogar a CLT! Algo construído com muita, eu diria, é uma frase antiga, com muito suor, sangue e lágrimas pelos trabalhadores, para chegar naquilo que é a CLT.

Bom, se tem algum problema pontual que temos que atualizar, vamos atualizar. Mas rasgar a CLT num "canetaço"? Isso é inaceitável. Por isso, eu quero, em primeiro lugar, antes de mais nada, cumprimentar a todos vocês que estão aqui, é uma reunião muito representativa. Aqui estão representados, eu diria, líderes de todo o movimento sindical brasileiro, várias centrais, confederações, da área pública, da área privada, setores do Judiciário que têm posição clara sobre a importância da CLT, eu acho que a ampla maioria, é quase unanimidade, das entidades ligadas ao Judiciário, e nós temos que chamar essa reunião porque a votação poderá ser amanhã. Terça ou quarta essa MP poderá ser votada já.

E como a nossa audiência é ao vivo para todo o Brasil e que bom que aquela que tratou da NR-12 foi numa audiência semelhante a essa, que conseguimos reverter, oxalá – porque aqui a gente fala a verdade, ninguém aqui vai dourar pílula, é só a verdade. Essa emenda desse moço aí, desse Deputado que foi o Relator, ele rasga a CLT vai entrar para a história. Deputado, não quero nem dizer seu nome, porque para mim um ataque nunca é pessoal. Eu não faço ataque pessoal, meu ataque é no campo das ideias.

Como não disse nem quem é o que apresentou a lei antigreve. E nem vou dizer aqui, porque também não me interessa. Agora, você vai entrar para a história – você é um jovem Deputado – como aquele que rasgou a Constituição, que interessa, eu diria, no mínimo a cem milhões de brasileiros. Vou pegar cem milhões, podia falar 200 milhões, porque, se interessa a quem trabalha, interessa aos filhos, interessa ao pai e às gerações futuras.

Deputado, mude a tua opinião, e lhe peço de forma até respeitosa: retire essa emenda, porque, de fato, você vai ter que responder para gerações e gerações por esse crime lesa-pátria. E crime tem que ser respondido, quando se é acusado por um crime, com muito cuidado. Eu considero um crime isso que está sendo feito, e aqueles que votaram, inclusive – parece que foi uma diferença de dois votos –, que pensem bem no voto que deram. Eu, no meu currículo, olha, nem que me matarem, isso vai entrar! Uma posição como essa? Eu que conheço muito bem, como nós todos conhecemos, nem que me matem eu voto favorável a uma posição como essa, que é rasgar o que foi construído por gerações e gerações de brasileiros. (*Palmas.*)

Mas antes mesmo, pessoal, de nós chamarmos já a Mesa, eu queria aqui, com o Plenário todo presente, que a gente fizesse um minuto de silêncio pela morte do nosso querido ex-Senador José Eduardo Dutra, um homem que tinha lado, teve história, um homem que esteve sempre ao lado das melhores causas, um homem que a gente tem orgulho de falar, mesmo, dele, vivo ou morto – que ele acabou de falecer. E ele, que se dedicou tanto a tantas coisas boas pelo nosso País, independente do partido – ele era do PT, mas cada um faz o bom combate no espaço que entender adequado –, foi um grande homem público. Então, faremos um minuto de silêncio em homenagem ao ex-Senador José Eduardo Dutra.

(Faz-se um minuto de silêncio.) (Palmas.)

Vida longa aos ideais do ex-Senador José Eduardo Dutra!

Com essa introdução, nós vamos direto à mesa agora: mesa formada, os painelistas vão poder expor o seu ponto de vista.

Chamamos, então, o Dr. Maximiliano Garcez, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal). (*Palmas.*)

Chamo o Sr. Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom); (*Palmas.*)

Chamo Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); (*Palmas.*)

Chamamos o Sr. Procurador do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT). Recentemente eleito Presidente, fez questão de estar com a gente aqui num momento tão difícil como esse. (*Palmas.*)

Este projeto, pessoal, é muito pior que a terceirização, vocês sabem disso, não é? Terceirização é regulamentar ou não a questão dos R$13 milhões. Este, não. Este pega todo mundo. Terceirizado dança, não terceirizado também dança. Então, terceirização perto desse é fichinha.

Chamamos agora João Domingos Gomes dos Santos, que fala aqui pela Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), ele que é um dos membros da executiva dessa central. (*Palmas.*)

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que é Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Dr. Carlos, que sempre está conosco também aqui. (*Palmas.*)

Juiz Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

De pronto, pessoal, nós temos inúmeros convidados, porque nós vamos ainda dar a palavra ao Plenário; esta mesa, terminando, volta para a primeira fila, com o devido crachá aqui que destaca a participação de cada um, e nós vamos para a segunda mesa, e daí vamos iniciar o debate entre todos nós.

Dr. Maximiliano com a palavra, por favor. Dez minutos, com mais cinco se necessário.

Só dizendo que essa nossa audiência pública é ao vivo para todo o Brasil, tanto pela TV Senado, pela Agência Senado e pela Rádio Senado. E ainda pela internet, pelos canais alternativos.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Bom dia, companheirada.

Bom, primeiro cumprimento o Senador Paim, nosso líder combatente. Em nome dele, cumprimento todos os companheiros, os companheiros da mesa, do plenário, companheira Rosa, em nome da qual cumprimento todas as mulheres trabalhadoras e lutadoras aqui presentes.

Esse aqui é um dia triste, a gente está de luto tanto pela morte do querido companheiro Dutra, quanto por esse crime – e a palavra que o Senador usou, "crime", está correta – que foi feito na última quinta-feira contra os trabalhadores brasileiros, eu fiz uma breve apresentação e eu não esperava que a gente visse um dia como esse.

Muita gente lutou em 2001 contra um projeto idêntico do Fernando Henrique. O Senador Paim, então Deputado, e vários companheiros, inclusive da Anamatra, foram agredidos fisicamente, foi uma grande batalha, e o Presidente Lula, no primeiro ato, no dia 1º de janeiro de 2003, foi mandar arquivar, engavetar isso que devia ter ficado no lixo da história.

E agora volta isso. Lembrou-me aqueles filmes de vampiro, que você mata o vampiro e depois o vampiro volta na cena seguinte e você tem que matar de novo com água benta. Então, vamos tentar ver como que a gente mata esse vampiro logo.

Bom, o contexto: esse projeto aqui está dentro do contexto mundial de guerra contra a classe trabalhadora e contra os sindicatos. Isso aqui é uma capa da revista *The Economist*, inglesa, dizendo que o próximo inimigo que o mundo civilizado tem que enfrentar e destruir são os sindicatos, para poder crescer. Essa é a lógica do projeto. É a mesma lógica da Grécia, que a troika, da União Europeia, exigiu, que praticamente destruía a negociação coletiva e o movimento sindical lá. A mesma revista, defendendo acabar com a CLT no Brasil, dizendo que ela impede o empregador e o empregado de negociar livremente, por isso tem que tirar o Estado de tudo. Bom, a lógica do projeto é transformar o trabalho como uma mercadoria descartável que você usa e joga fora quando não quer mais. Isso é a síntese do negociado sobre o legislado.

O projeto é tão imoral que ele chegou a ficar pior do que o próprio Deputado havia proposto. O que já era ruim ficou pior. Por quê? Porque eles suprimiram até o dispositivo do § 4º, que falava do conglobamento. Que que era? Dizendo que a convenção poderia retirar direitos desde que no conjunto dela fosse um pouquinho melhor para os trabalhadores. Era ruim, não dava garantia nenhuma, mas eles tiveram o descaramento de até mesmo retirar isso. Ou seja, a convenção coletiva vai poder rasgar direitos sem dar nenhum benefício de volta para compensar isso. Isso aqui é o texto imoral que foi aprovado.

Quero agradecer a companheirada, o Senador Paim convocou quinta de noite esta assembleia, e o pessoal se mobilizou; especialmente agradecer o pessoal da Contracs, que se mobilizou da noite para o dia para conseguir ajudar a lotar o auditório.

Bom, aqui são direitos que estão na Constituição Federal, que esses direitos estariam mantidos, mas, mesmo assim, esses direitos são bastante genéricos, eles não estão previstos aqui em detalhes. Então, em tese estariam respeitados o fundo de garantia, décimo terceiro, férias, a gente vai ver na prática como que seria uma convenção coletiva dentro dessa lógica.

Primeiro, quero agradecer aqui o meu companheiro e amigo Carlos Eduardo, que deu umas dicas aí, então ajudou a bolar o que é que seria uma convenção coletiva legal pelo negociado pelo legislado.

Cláusula 1: férias de sete dias por ano, pelo projeto legal; a alíquota do fundo de garantia passa a 1% ao invés de 8%; o décimo terceiro será pago em 12 parcelas mensais sem correção; o intervalo entre jornadas, que é o término de uma jornada e início da outra, que na CLT é 11, passaria a ser 8 horas: o sujeito chega em casa à meia-noite, no outro dia tem que começar a trabalhar às 8 da manhã; o banco de horas será quitado a cada cinco anos, e não um ano – esse um ano já é imoral, uma lei do Fernando Henrique que foi feita; o adicional noturno será de 5%, ao invés dos 20% previstos na CLT.

Isso é o comecinho de uma convenção coletiva. Isso aqui poderia ter mais 30, 40, 50 artigos rasgando toda a CLT. E isso é das coisas mais imorais e mais absurdas, e agora a gente vai ver que também é inconstitucional. A Constituição Federal prevê que todos são iguais perante a lei, não pode ter trabalhadores de segunda categoria e outros de primeira. A gente quer construir uma sociedade livre, justa e solidária e erradicar a pobreza, e isso é o contrário, é criar uma legião de pobres e miseráveis no Brasil, e ele acaba com a dignidade da pessoa humana, porque você permite que os trabalhadores sejam reduzidos a coisa, e acaba com a função social da propriedade. Viola também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê que todas as pessoas têm direito a condições justas e favoráveis de trabalho e direito ao trabalho, e não o direito à escravidão.

Tratar um pouquinho de como é que foi feita essa votação: a MP 680 trata de outro assunto, o Programa de Proteção ao Emprego. Não tem nada a ver com negociado sobre o legislado. Foi feita uma emenda, que aqui no Congresso chamam de jabuti as emendas que caem de paraquedas sem nenhum tema com o assunto principal, e o relatório, no dia 23, de surpresa, trouxe para uma Comissão Especial pequena, com 24 integrantes, aquele dispositivo, sem publicidade, e uma composição, são poucos trabalhadores presentes, e isso foi votado na semana seguinte e, como o Senador Paim colocou, numa quinta-feira, que é um dia atípico, exatamente para esvaziar a mobilização.

A votação foi por 12 votos a 8, e eu confesso que eu me preocupo um pouquinho com a falta de mobilização que o movimento sindical vem dando à questão. Em 2001, o Congresso Nacional virou uma batalha, um campo de guerra. As centrais sindicais, movimentos populares de toda natureza se organizaram e fizeram grandes caravanas aqui, e os companheiros de várias entidades – Anamatra, ANPT – estavam presentes, e estão presentes aqui, estavam presentes na quinta-feira, e eu acho que a gente precisa reagrupar as tropas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Posso fazer uma pergunta? Qual é o Estado do Relator mesmo?

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu acho que o movimento sindical de Goiás deveria – me desculpe interromper, mas eu desconto; como uma sugestão, nós temos pouco tempo – pedir uma conversa com ele lá mesmo no Estado. Quem sabe hoje à noite ainda, já que eles vêm na... Um dos Deputados chegou aqui na terça, quarta e quinta – que eu entendo também; eu mesmo estaria chegando nesta segunda, antecipei para hoje – tem que haver uma conversa com ele lá, na base dele, com os sindicatos, com a cidade onde ele mora, eu acho que tem que conversar. Primeiro, conversar com ele.

Olha, eu, na época da Constituinte, chegou a um ponto, e o ataque está sendo tão grande, desculpe eu estar interferindo: nós vamos ter que voltar com aqueles cartazes "Os traidores do povo", não tem mais jeito. Porque é um ataque sobre o outro, é muita coisa.

Para vocês terem uma ideia, que eu vou dar aqui agora, eu fiquei sabendo agora, agora, agora... Sabem o projeto da terceirização também? Foi entregue para mim na quarta-feira, já estão pedindo para eu dar o relatório de volta com o parecer pronto. Quer dizer, estão entendendo, né? Querem que a gente chegue e entregue logo o relatório de volta. Agora eu vou, na próxima terça-feira, dizer: "Mas que que é isso? Tenho 47 projetos, logo esse, que eu peguei para relatar? Querem que eu entregue de volta já?"

Claro que eu vou entregar na versão que nós entendemos adequada, mas não vou entregar do dia para a noite também não. Para vocês entenderem como é que está a pressão articulada dos setores mais conservadores da sociedade brasileira contra os direitos dos trabalhadores. Só para dar mais uma pegada nessa situação que me preocupou que eu lembrei agora.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Sim, sim. E eu fico mais triste ainda porque hoje é exatamente o dia que a Constituição Federal completa 27 anos. A Constituição Federal, que teve, como o Senador Renan Calheiros recentemente disse: o MDB velho de guerra, que ajudou a fazer a Constituição Federal, não permitiria...

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... um projeto precarizante como o da terceirização. E agora vem um Deputado do PMDB, filho do Maguito Vilela, que também foi alguém que lutou contra a ditadura militar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, ele é filho do Maguito esse moço?

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ô Maguito, fala com esse moço aí, Maguito! Sabe o respeito que eu sempre tive por você, Maguito. Eu acho que alguém iludiu ele aí, e o conselho do pai sempre é bom para o filho, viu? Então, fica aqui o meu pedido, de forma muito respeitosa, Maguito. Fala com o menino aí para ver o que aconteceu!

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Então, é exatamente por isso, Senador, por essa avalanche toda, que nós convidamos todos os presentes, todos os sindicatos, confederações, centrais. Amanhã às 14 horas vai ser feita uma reunião, e o Senador Paim cedeu aqui uma sala da CDH para a gente se reunir, para discutir, criar uma frente, um fórum, algum tipo de... maneira de aglutinar as pessoas de bem aí, os trabalhadores e defensores de direitos trabalhistas, para tentar fazer frente a essa avalanche aí de precarização.

E tem uma frase do Martin Luther King em que ele dizia: "Quando os maus conspiram, os bons precisam se organizar". E a gente está vendo uma grande conspiração do mal aqui. Fazer outro convite: que amanhã, nove da manhã, os trabalhadores da Celg vão estar com uma audiência aqui com o Senador Paim para tentar enfrentar a privatização, essa aí é a primeira privatização nos últimos 15 anos de um bem público na área do setor elétrico, que prejudica a todos os trabalhadores, e convidar também a mobilização toda que tem sido feita pelo fórum contra a terceirização e pela CDH, e o Senador Paim tem enfrentado as estradas do País aí.

Bom, concluir aqui só com uma frase do companheiro Hugo Melo, que pediu para justificar que não pôde estar aqui presente. Ele foi Presidente da Anamatra e diretor da ALJT, e vou ler um trechinho: "Quando o Estado se exonera das relações de trabalho, a exploração se instala. A ausência de lei escraviza". E é isso que a gente vai combater. E terminar com um recado, em que eu vou usar uma frase do José Simão: aos deputados que votarem favoravelmente a essa excrescência, a esse ataque que rasga a CLT...

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... minha frase é a seguinte: "Meu voto é que vocês nunca mais tenham votos". Vamos lá lutar e nos mobilizar, companheirada! Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O Dr. Maximiliano Garcez falou em nome da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas. De imediato, pela mesma ordem aqui de chegada, Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário - Contricom.

Só fazendo um apelo que cada um fique nos dez minutos, e o Dr. Maximiliano ficou, porque isso dá para todos falarem e ainda permitir que o plenário – por exemplo, estou vendo aqui o representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, o Pimenta, que eu faço questão também que ele fique aqui na primeira fila, para que possa também expressar a visão histórica dos aposentados sobre o tema.

Está também aqui o advogado da Confederação. Seja bem-vindo também!

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Bom dia, Senador Paim. É uma honra muito grande participar, mais uma vez, desse debate, dessa audiência pública, e aqui eu estou representando também o Fórum Sindical dos Trabalhadores em nome do companheiro Lourenço Prado, que realmente encontra-se em situação adversa, negociação coletiva, e não pôde vir, e nós estamos representando.

Queria cumprimentar a Mesa, aos operadores do Direito pela eminente juíza que se encontra aqui presente, ao movimento sindical, pelo companheiro João Domingo, à plenária, às mulheres pela companheira Rosa Maria e aos demais companheiros aqui presentes, empresários e autoridades.

Senador Paim, ao iniciar a sua fala, independente de ter composto a Mesa, o senhor comentou e deu ênfase numa questão bem prática, que é a questão desse relatório do nobre Deputado com questão à MP 680, que ela é, aqui no Senado, se não me engano, o PLV 18, de 2015.

A gente – essa não é a primeira vez que a CLT está sendo vítima e atacada. O senhor se lembra de um projeto de lei que instituía o direito do trabalho de um Deputado que – não sei como tratar aquele Deputado, que hoje ainda vive nesta Casa –, criava um projeto de lei extinguindo por total a CLT. Isso alguns anos atrás. O Deputado Silvio Costa, para quem não conhece.

E recentemente eu aprecio muito os temas, os debates, tanto nesta Casa como na outra e nas Comissões, e, para minha vergonha maior como cidadão brasileiro e representante de uma classe trabalhadora ampla, que é uma classe hoje das mais prejudicadas pela questão do desemprego, que é a questão da Constituição, ouvi o Deputado dizer, numa disputa de votos, lá por uma Comissão, que, dentro da Casa, estava cheio de bandidos, marginais. É lamentável a gente ouvir isso de um político, nós que estamos fora.

E como também nós fomos vítimas aqui, quando foi a votação das Medidas Provisórias 665 e 664, e o PL 4.330, que quem veio para cá, do movimento sindical, não teve acesso na Casa que se diz que é do povo. Nós ficamos enclausurados lá no Salão Verde, lá na – posso chamar – bodegazinha do café e da água, sem ter direi-

to sequer de ir ao banheiro, porque, se fosse, a Polícia do Poder Legislativo não deixaria qualquer um retornar mais para o ambiente onde estava. Isso é vergonhoso.

A Constituição nos ampara, o direito legal, de participarmos desses movimentos, porque nós emanamos o voto para ser representado e exercido tanto pelos Senadores como também pelos Deputados desta Casa. Excluir isso, essa liberdade, essa autonomia de qualquer cidadão, gera uma polêmica muito grande para este Congresso.

E, tratando disso, a própria Medida Provisória 680, quando veio do Governo, ela já se encontra recepcionada por uma lei de 1965, a Lei 4.923, que trata desses assuntos sobre a questão de situação econômica que empresas passarem por esse momento da economia fraca e, para não irem ao estágio maior, que seria a sua falência e o fechamento, elas se sujeitariam a reduzir em 25% da carga laboral e econômica também, sendo de três meses e prorrogado por mais três.

A Lei 680 simplesmente ampliou as condições dessa lei já regulamentada desde 65, então isso aí a gente já sabe que é notório. Ela ampliou até com uma forma que nós, Senador, nós, senhores, autoridades operadoras do direito, a liderança sindical e os trabalhadores, poderíamos aceitar, na forma em que, realmente, ela veio com o texto que ela veio do Palácio do Governo. Infelizmente, hoje uma metodologia usada aqui nesta Casa é inserir em medida provisória, que é uma lei de tramitação rápida, justamente esses percalços da vida, quando se introduz o art. 11 dentro da lei, justamente para que se aprove o negociado sobre o legislado.

Isso é uma farsa. Me perdoem dizer, mas isso é uma farsa. Nós temos tempo de, às vezes, passar meses, chegarmos ao extremo de ir a dissídios coletivos, negociando contra o setor econômico. Mas o mecanismo de afronta aos trabalhadores, e que não é de hoje que nós vimos sofrendo, a liderança sindical, que nós vimos discutindo há muito tempo, isso para nós não é estranho que haja dentro desta Casa, num todo no Congresso Nacional, pessoas com essa natureza de desvirtuar o certo do errado da forma como eles estão fazendo.

Nós tivemos um evento agora, Senador Paulo Paim, inclusive V. Exª deve ter sido convidado, o encontro de trabalhadores e representantes sindicais do Sul do País, lá no Hotel Carimã, em Foz do Iguaçu. Estava convidado lá, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não teve como ir, mas eu estava convidado.

Então, lamentamos muito a sua ausência. Lá estiveram presentes quase mil participantes. Eu trouxe aqui um documento para o senhor, e nós vamos mandar, depois, a carta do Sul do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu falo em questão de ler no plenário, porque com certeza assino embaixo...

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Vai sair a carta, mas vai sair, e realmente, o conteúdo. Nós discutimos lá os temas: sustentabilidade da organização sindical, a estrutura sindical, defesa da Previdência, não à terceirização, atividade fim, pela garantia dos direitos sociais, convenções na OIT - 158 e pela moralização da ética na política. Foram os temas debatidos.

E nós tivemos dois políticos lá: o ex-Governador e Senador Roberto Requião, lá do Paraná, e o outro foi o Pedro Uczai, Deputado também, lá de Santa Catarina. E o Senador Requião foi muito feliz em toda a sua fala em citar que, lamentavelmente, não se iluda que a crise vai acabar para o ano. Essa crise é extensa e ela não tem começo ainda, não tem data ainda, para iniciar o começo de melhoria. Porque o que está acontecendo dentro das duas Casas, dentro do Congresso Nacional, é realmente um jogo muito grande para cobrir defeitos, o que é notório de todos nós, não vamos aqui citar o culpado. Eu costumo – na minha fala lá, eu falei para os participantes, os companheiros: o erro é de todos nós. Somos cidadãos, temos convicções daquilo que queremos. Estudamos, trabalhamos, zelamos pela nossa família, pelo bem-estar da sociedade. Então, não vejo por que botar a culpa em cima de a e b no momento em que...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – ...realmente encontra-se o País. O que nós temos que fazer é, justamente, se o bonde está fora do trilho, é colocá-lo novamente em cima do trilho e empurrarmos, para que realmente o País saia dessa crise.

Estas são as minhas palavras, Senador, e muito obrigado por mais esta oportunidade de nos manifestar nesta Comissão. Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário.

De fato, esse encontro do Paraná, pessoal, eu até outro dia aqui pedi desculpa, porque está havendo diversos encontros, diversas frentes, e isso é muito bom; só que eu não estou conseguindo ir a todos, mas, dentro do possível, eu estou indo. E aí, Max, eu estou convencido de que é tão grave a situação que foi colocada lá que, se depender de mim, nós tínhamos que ampliar o nosso fórum além das entidades sindicais e começar

a trazer para cá representantes da juventude, representantes do movimento negro, representantes daqueles que, de fato, amam e defendem a liberdade, que combatem os preconceitos, porque está tão grave a situação e para onde vamos, que nós temos que pensar, de forma mais, eu diria, universal e global, numa visão, claro, de país, sem deixar de olhar para além dos horizontes. Porque a situação está ficando – e o Requião foi feliz, eu sei qual é o discurso do Requião, e concordo com ele – da maior gravidade para onde estamos indo. Nós temos que pensar seriamente.

Por isso, meu amigo Pimenta, quando eu olho para você e lembro dos aposentados, ou nós nos articulamos de forma tal como os setores conservadores estão fazendo, que há governo – e nem há, é diferente: entra governo e sai governo, e cada vez mais os trabalhadores aposentados acabam tendo prejuízo. É o que está acontecendo agora, com essa investida maluca aí dos setores mais conservadores.

Por isso é que nós teríamos que pensar de forma mais ampla esse fórum, que tem tantos fóruns sendo montados neste momento, porque a população está assustada, e com justa razão, porque nós teríamos que tentar fazer uma coordenação nacional dos próprios fóruns que estão acontecendo, tentando unificar todos para fazer o bom combate que vamos ter que fazer aqui dentro.

De fato, aquela faixa lá está muito boa: "Não ao PL 30, PL da Escravidão. Sindicato dos Comerciários". E por aí vamos. Agora, esse aqui, de hoje, é pior do que aquele. Se aquele é a volta da escravidão, o que é que vai ser esse então? Se esse é pior do que aquele? Mas vamos lá.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Senador, só para dar um informe. O Fórum pretende fazer mais quatro encontros desse em nível de região. Nós vamos fazer a região e, a partir de agora, já estamos convidando o movimento sindical que se articule, porque isso, até o final do ano, nós vamos transcrever essa pauta e encaminhar todo o movimento.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então, eu acho que a gente vai se encontrando aí, pessoal. De forma tal que uma hora nós temos aí a Frente Popular em Defesa da Democracia e da Liberdade, temos o Fórum, que está viajando, em relação à terceirização, de repente fazer uma reunião de todas essas coordenações, de todos os fóruns, unindo os idosos, a juventude, os setores que são discriminados na sociedade, porque quem vai pagar a conta serão esses setores. Não tem nenhuma dúvida. Porque não vai ser Deputado ou Senador que vai pagar a conta. Não vai ser. Quem vai pagar a conta são os que mais precisam. Por isso eu quero parabenizar o teu encontro, o encontro que vocês fizeram, e esperando a carta, para eu ler em plenário

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA (*Fora do microfone*.) – Tranquilo, vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e que tem viajado com a gente pelo País todo aí, no debate contra esse avanço em cima... esse retrocesso dos setores mais conservadores sobre os direitos dos trabalhadores.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Bom dia a todos.

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Bom dia às mulheres; mulheres trabalhadoras. Estamos no Outubro Rosa, que é uma data muito importante para as mulheres aí, para se defender do câncer de mama.

Quero cumprimentar o Senador Paim, nosso herói, que anda esse Brasil afora defendendo os trabalhadores, os aposentados e pensionistas, e em seu nome cumprimentar toda essa Mesa.

Eu fui convidada, assim como o senhor, e estaríamos lá em Caxias hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiquei sabendo que você estava chegando. Digo: mas não pode, ela tem que ir para Brasília! Daí, parece que você, felizmente, entendeu que o encontro lá era importante, mas esse é um encontro nacional, com repercussão, com certeza, em todo o País.

Por isso, meus cumprimentos. Tu tinha que decidir entre estar lá e estar aqui. E eles vão entender que você tinha que estar aqui.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim, sim.

Mas eu estou de preto porque estou de luto. Eu estou de luto diante do ataque frontal que a classe trabalhadora deste País está sofrendo. Nós já vimos esse filme no passado. O Senador Paim fez parte, como protagonista, da luta. Na época, eu já estava na vida sindical e trabalhei muito contra, me juntei à Anamatra, na época era Hugo Melo o presidente, e nós trabalhamos muito contra o PL.

Mas, agora, o que eu estava observando é que a emenda tinha dois parágrafos, Senador, §§ 4º e 6º, que eram uma tentativa de salvar, digamos assim, a emenda como um todo. O § 4º dizia assim: "O conjunto de

normas estabelecidas em instrumento coletivo, considerado globalmente, deve ser mais benéfico do que o conjunto de leis equivalente".

Bacana, não é? Mas esse parágrafo foi retirado por um destaque de supressão.

Outro parágrafo, o 6º: "Na ausência de convenção ou acordo [coletivo], ou sendo esses instrumentos omissos, incompletos, inexatos, conflitantes ou de qualquer forma inaplicáveis, prevalecerá sempre o disposto em lei".

Muito bom também. Só que também foi feito um destaque para retirar. Quer dizer, não há aqui intenção de deixar a liberdade para os sindicatos, que é, sim, o melhor dos discursos. O diálogo é sempre mais importante. Mas o diálogo que querem aqui não é o diálogo verdadeiro não. Eu pergunto aqui, gostaria que vocês respondessem, vocês todos, que são trabalhadores: vocês pediram isso?

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Vocês pediram?

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Nenhum trabalhador pediu isso aqui. Foi montado um palco de mentira. De mentira descarada, para poder retirar direitos dos trabalhadores. Esse é o único objetivo, porque não deixaram nenhuma salvaguarda. Nenhuma!

Mas não é só isso. Muitos outros projetos: a NR 12 é uma norma regulamentadora para proteger os trabalhadores que lidam com máquinas. Nós sabemos que nós temos no Brasil máquinas assassinas, que roubam as mãos dos trabalhadores, roubam braço, perna, moem o trabalhador, trituram num moinho. Essa NR estabelece normas de proteção, para que essas máquinas não machuquem os trabalhadores. Aí querem a suspensão da NR.

Outra: o PLC 30, da terceirização. Ele é um projeto de escravidão. Digo isso e posso provar. Se vocês virem todos os levantamentos dos auditores fiscais do trabalho dos últimos dois anos, de retirada do trabalhador do trabalho escravo, 85% deles são terceirizados. Então, o PLC 30 é para instituir de vez a escravidão no Brasil.

Tem outro: alteração das regras da Previdência Social. Gente, é um assalto aos direitos do trabalhador, porque, na hora que ele mais precisa, ele não vai poder se aposentar. Vão mudar as regras da Previdência agora para todo mundo trabalhar até morrer. É, porque é até 75 anos, por aí. É para trabalhar até morrer.

Sabendo que o tempo de aposentadoria: boa parte dos trabalhadores se aposenta por idade porque realmente não conseguem cumprir todo o tempo de trabalho, depositando o valor para a Previdência Social. Então, vão mesmo pela idade. Então, é para ninguém mais se aposentar, entenderam? E é um dinheiro nosso. É retirado do nosso contracheque todos os meses.

Tem mais: fusão do MTE com o MPS. Ora, dois Ministérios de cunho social importantíssimos, com uma estrutura grande, que mal dão conta de todos os deveres que têm que cumprir, aí junta num só, trazendo incerteza, insegurança do que realmente vai acontecer com toda a massa de trabalhadores e segurados da Previdência.

Reduzido a duas secretarias. Nisso aí vai a fiscalização do trabalho. A fiscalização do trabalho hoje conta com pouco mais de 2.500 auditores para todo o País. É o mais baixo número de auditores dos últimos 20 anos! Nesses 20 anos, a população economicamente ativa do Brasil cresceu mais de 150%. Para vocês verem que o Brasil está fazendo de conta que cumpre a Convenção 81 da OIT, que exige um número de auditores fiscais compatível com o número de trabalhadores. Estamos muito aquém disso. Segundo a própria OIT, nós deveríamos ter aí em torno de 8.500 auditores, olha a diferença!

Além disso, existe um projeto que esse Ministro – ex-Ministro agora, graças a Deus – Manoel Dias, ele saiu do Ministério deixando um legado terrível. Primeiro, ele editou uma portaria, agora, saindo do Ministério, autorizando o uso do amianto. O amianto é cancerígeno. É um elemento assassino da vida das pessoas. Ele autorizou o amianto. Mas aumentou a idade para aprendiz. Agora, você é aprendiz até os 29 anos de idade.

Pense num absurdo isso! Quer dizer, os ataques são de todo lado. Aí, tá.

Encaminhou também um projeto chamado PL Sine, para agradar os secretários de trabalho dos Estados e Municípios. Sabe qual o objetivo?

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Transferir o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, fatiá-lo, transferir fundo a fundo para Estados e Municípios com o controle apenas dos Tribunais de Contas, que a gente sabe como é que funcionam de forma muito falha. Para não ter que prestar contas. Vai acabar com o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

E nós temos um outro problema: com a redução da Secretaria de Direitos Humanos, nós corremos o risco de perder a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, a Conatrae, que, ao longo da sua existência, fez um trabalho brilhante, de proteção aos trabalhadores, para evitar a escravização.

Eu sei que aqui...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ... a ideia era falar só desse projeto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas é de todos.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Mas eu quero dizer a vocês, trabalhadores especialmente, que abram os olhos. Não tem um dia que a gente não fique sabendo de algo pior para a classe trabalhadora. É um ataque muito forte, muito grande, de todos os lados. Nós temos que partir para o confronto. Quando eu digo partir para o confronto, é parar de ficar alisando Deputado, Senador que vota contra trabalhador. A gente tem que botar as caras no poste.

(Manifestação da plateia.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Temos que denunciar, colocar para a população lá das nossas cidades, dos nossos Estados, botar *outdoor* mostrando a cara: "Esses estão votando contra os trabalhadores, contra os aposentados, contra a juventude do Brasil". Tem que dizer claramente para a sociedade o que é que está acontecendo. Porque muita gente cai no discurso falacioso de que "ah, é por conta da crise, é pro bem do Brasil!". Que nada! Não é nada disso. É o capital querendo submeter de vez o trabalho. Nós temos que defender o mundo do trabalho. Esse é o nosso mundo. Nós não temos nenhuma "costas quentes" atrás de nós. Nós temos a nossa força de trabalho. É dela que dependemos e depende a nossa família. Então, vamos nos unir e vamos colocar para fora, para a sociedade, tudo o que nós estamos sofrendo. Partir para o ataque. O melhor remédio é o ataque. Estamos juntos para esse ataque. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A minha indignação também com esse quadro é tanta que eu acabei gravando aquele um minuto – eu fui para um campo de futebol, digo: "Tô cansado de ser goleiro! Eu quero ir para o ataque". Agora eu me lembrei que eu gravei, está nas redes sociais. Cansei de ser goleiro e defender governos e governos, e a coisa só piora. Eu quero ir para o ataque. Eu acho que é hora mesmo de pensar – para mim a palavra é pesada – num verdadeiro levante da classe trabalhadora contra tudo o que está acontecendo. Eles têm que sentir que esse levante pode acontecer. Independente de partido. Que ninguém está preocupado com esse ou aquele partido. Tem que haver um levante a nível nacional, porque senão, você tem toda razão, eles vão acabar com todos os direitos dos trabalhadores, e o que vai valer vai ser a relação, de repente, entre empregado e empregador. E nessa relação entre empregado e empregador quem é que paga? Quem é perde? Você faz o que eu quero ou tu está demitido, ou vai ter que aceitar tantas horas de trabalho e eu vou te pagar quanto eu quiser. É para isso que nós estamos caminhando.

Num país como esse, em que vocês, mais do que ninguém, sabem que existe ainda trabalho escravo aos milhares e milhares, é o momento de uma grande reação. Eu espero que a gente consiga aprofundar um pouco esse debate na reunião que vamos ter amanhã à tarde, bem convocada, numa hora certa para esse enfrentamento que vamos ter que fazer.

Muito bem.

Procurador do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, representante do Ministério Público do Trabalho.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Bom dia, trabalhadores e trabalhadoras!

Eu quero, antes de iniciar minha manifestação, cumprimentar todos. E peço permissão para fazê-lo na pessoa do Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, que é o Presidente da nossa briosa Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, sempre parceira na defesa dos direitos sociais, dos direitos humanos na área do trabalho. E também cumprimentar o Senador Paulo Paim, a quem quero reverenciar, reconhecendo a sua luta histórica em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da classe dos trabalhadores da ativa e aposentados e que se converteu, dentro do Congresso Nacional, na maior referência dessa defesa e que portanto merece, e tem que ser sempre lembrado e apoiado nessa luta. Isso porque, infelizmente, já de há muito, nós estamos aqui dentro do Congresso sempre trabalhando para não permitir que a legislação social seja desconfigurada, seja destruída, e não conseguimos nunca fazer um debate para a melhoria da própria legislação em prol da cidadania trabalhadora.

E aí, Senador Paulo Paim, o Ministério Público quer reconhecer esse seu trabalho e reafirmar a parceria em nome do nosso Procurador-Geral, Dr. Ronaldo Curado Fleury, que, infelizmente, em razão de outro compromisso, não pôde estar aqui presente e determinou que eu viesse a este compromisso para fazer esse regis-

tro e trazer uma manifestação da instituição, ou seja, que ela terá uma estrutura bem técnica. Isso porque esse projeto de lei, Senador, senhores e senhoras, é inoportuno, pois é apresentado num momento de crise, num momento de crise econômica, mas também num momento de crise até da própria organização trabalhadora, num momento de crise sindical, e se aproveita exatamente disso para poder fortalecer essas pautas mais conservadoras e em prol do capital.

E a gente não pode deixar de fazer um registro, porque às vezes a gente até se surpreende com os métodos usados. E eu faço aqui uma breve referência que talvez não tenha muito a ver com isso, ou seja, a gente viu há pouco que as montadoras se utilizam de *softwares* para enganarem os controles ambientais. Na verdade isso demonstra que não há limite, inclusive ético, para a organização do capital, infelizmente, quando quer aprovar as suas propostas, aquilo que defende.

Portanto, é muito oportuno esse evento que acontecerá amanhã na linha de que é mais do que nunca necessário a união das forças que defendem a força de trabalho, defendem a classe trabalhadora, que defendem a manutenção das conquistas sociais, do nosso direito social, inclusive com apoio em convenções da OIT. Nesse momento de crise, em que a gente tem um número grande de sindicatos, uma medida dessa natureza para que ela pudesse ser seriamente – e aqui dando um crédito de boa-fé – discutida, dentro de um quadro de boa-fé, que deve nortear todas as discussões, a gente teria que fazer uma discussão muito mais ampla, inclusive anterior, verificando a situação do próprio sistema sindical brasileiro. Quanto a isso, inclusive a Convenção nº 154 da OIT, em seu art. 7º, diz que discussões dessa natureza precisam envolver consultas prévias às representações – e aí os sindicatos –, às suas organizações sindicais, tanto patronais quanto de trabalhadores.

Senador, esse projeto padece, como já referido aqui pelo Max, de inconstitucionalidade formal e de inconstitucionalidade material. Como há uma inconstitucionalidade formal, nós temos que verificar que estamos tratando de uma medida provisória na qual é inserida uma medida transitória que vem tratar do chamado PPE (Programa de Proteção do Emprego).

É confessadamente uma medida transitória para enfrentar a crise, em que nela é inserida uma modificação que já foi inclusive discutida no âmbito do Congresso Nacional, muito discutida, e chegou-se lá atrás à conclusão de que ela deveria ser retirada. E querem agora fazer a aprovação dessa medida no âmbito de uma medida provisória. Medida provisória, todos nós sabemos, para ser editada precisa de ato exclusivo do Presidente da República, que tem que avaliar a sua relevância e urgência.

A partir do momento em que é dado a qualquer Deputado inserir emendas estranhas ao texto... É óbvio que é inerente à atividade parlamentar o poder de emendar qualquer proposta legislativa que aqui tramite, que tramite no Congresso Nacional, mas nos casos de iniciativa privativa do Presidente da República e nos casos de medida provisória, a Constituição deu ao legislador constituinte, ao Presidente o poder exclusivo de avaliar. É claro que aí o Congresso pode fazer depois, num momento posterior, essa avaliação quanto à relevância e à urgência, mas não pode inserir outros textos, porque assim estará, por vias transversas, usurpando a competência do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – É isso que se está fazendo com a emenda aprovada na Comissão Especial, Sr. Deputado. Isso viola os arts. 59, 62 e 2º da Constituição Federal. O art. 59 é o que fala do rito de tramitação das propostas legislativas. O art. 62 dá essa atribuição ao Presidente da República. E o art. 2º fala da separação dos Poderes. Mais, o próprio Congresso Nacional tem uma resolução, a Resolução nº 1, que em seu art. 4º, § 1º, diz que é vedada a apresentação de emendas que versem matéria estranha àquela tratada na medida provisória. Mais ainda, o próprio Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, aprovou a Lei Complementar nº 95, que trata da maneira como devem tramitar as medidas legislativas. E lá também se diz que as leis – e no caso também a medida provisória – terão objeto único, sendo vedada a inserção de matérias estranhas.

Isso nos leva à necessidade de que quando for apresentada uma emenda parlamentar a qualquer projeto de lei, e no caso específico dessa situação, dos projetos de lei de iniciativa específica, privativa do Presidente da República, e das medidas provisórias, há que haver uma afinidade lógica com a relação de pertinência da matéria tratada, sob pena de inconstitucionalidade. Claramente esse tema é inconstitucional pela forma como ele foi colocado. Mas ele é também materialmente inconstitucional porque viola o art. 7º da Constituição, que, na feliz expressão do Ministro Maurício Godinho Delgado, traz para o âmbito nacional brasileiro um padrão mínimo civilizatório nas relações de capital e trabalho. São direitos humanos fundamentais que estão retratados no art. 7º da Constituição e que se quer destruir sutilmente, no sentido de que você não nega a realização, como já bem demonstrou o Max – e eu não vou aqui me delongar a respeito disso –, você simplesmente retira o direito, diminuindo o percentual, a consistência, o próprio objeto daquele direito. E por isso é, sim, inconstitucional, porque é da natureza dos direitos humanos a sua instituição progressiva e aí o seu correlato, a sua

proibição de retrocesso. É o que se quer fazer com esse projeto, com essa inserção sub-reptícia da emenda à medida provisória.

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – E também, Sr. Senador, é contrário ao interesse público, porque pode gerar uma concorrência desleal, porque você pode, dentro de um acordo coletivo, estabelecer condições absolutamente distintas para o mesmo setor econômico, para empresas que vão ter custos absolutamente distintos, gerando, portanto, essa concorrência, desleal.

Gera, sim, uma diminuição de direitos, precarização de direitos e gera a institucionalização do que a gente tem chamado de um trabalho do precariado. Não há mais o proletariado.

E nós estamos todos caminhando para esse trabalho precário, do precariado . E nós precisamos lutar fortemente contra isso, em defesa desses direitos sociais, que são padrões mínimos civilizatórios. Esse é o compromisso do Ministério Público do Trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – ... Sr. Senador. Inclusive nós estamos trabalhando numa nota técnica que faremos chegar às suas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – De preferência, hoje.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Sim, exatamente ainda hoje. Está sendo elaborada já pela equipe do Dr. Ronaldo Curado Fleury, nosso Procurador-Geral, que reafirma, portanto, Sr. Senador, senhoras e senhores, o compromisso do Ministério Público, e não poderia ser diferente, porque ao Ministério Público a Constituição incumbiu a defesa dos direitos sociais indisponíveis e dos direitos difusos e coletivos da classe trabalhadora.

E é nesse sentido que nós comparecemos aqui, Sr. Senador, senhoras e senhores para reafirmar a participação do Ministério Público do Trabalho nessa luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta, que falou em nome do Ministério Público do Trabalho.

Já adianto, mas ia pedir que no fim desta reunião vocês formulassem uma carta, uma nota desta reunião, para que eu pudesse à tarde lê-la e enviá-la, por conta e risco meu, por intermédio do meu próprio gabinete, para todos os Deputados Federais e para todos os Senadores, dizendo que, no dia de hoje, pela manhã... (*Palmas.*)

...numa reunião de emergência, tomamos... E eu mando a nota assinada, em nome da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, com toda a responsabilidade que eu sei que vocês terão e eu também terei e mando por intermédio do meu gabinete da Comissão. Se for possível, é importante que chegue hoje à tarde às minhas mãos. Eu lerei a nota da tribuna do Senado e depois vou enviá-la, por intermédio da Comissão, para todos os gabinetes de todos os Deputados e Senadores, para que depois ninguém diga, como disseram por ocasião da terceirização, quando foram cobrados nos Estados: "Não, nós não sabíamos, foi uma confusão e nos arrependemos do voto". Eu até entendo isso, mas nesse caso, vamos nos precaver enviando o documento que vocês vão me ajudar a formular. Quero lê-lo da tribuna e dizer que estarei remetendo-o a todos os Deputados e Senadores.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Perfeito.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Senador, a ALAL também aprovou, por intermédio da sua direção, uma moção e vai me entregá-la hoje à tarde também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entregue-me também essa moção que eu vou lê-la hoje, na tribuna.

Com satisfação agora, além de dizer que, na 2ª Mesa, além do Dr. Diego, que vai participar, nós teremos também o JP. O JP é um grande parceiro, líder de todos nós. Eu gosto muito dele. Ele fala pela CTB. Vocês sabem que eu tenho uma relação com todas as centrais. Então, na tua figura eu cumprimento todas as Centrais... (*Palmas.*)

... dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Ele vai falar na 2ª Mesa. Esses dias ele me mandou um recado: "Paim, Zumbi está do nosso lado. Então, não recue. Vá sempre em frente". Uma salva de palmas para Zumbi, que foi um grande guerreiro também pela liberdade do povo negro. (*Palmas.*)

João Domingos Gomes dos Santos, Diretor da Nova Central Sindical e Presidente da Confederação Brasileira dos Servidores Públicos do Brasil, que tem também viajado todo o Brasil, com uma equipe de televisão, de jornalistas, filmando, para que se marque de forma muito firme, o ataque aos direitos dos trabalhadores. Isso vai ser transformado, não digo num filme, mas num documentário e num livro, não é, João Domingos?

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você com a palavra.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado.

Bom dia a todos e a todas. Permitam-me as autoridades da Mesa cumprimentá-las, ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, Senador este, nunca perco a oportunidade de repetir, que é muito mais que um Parlamentar, é muito mais do que alguém que defende determinado partido ou determinado governo. O Senador Paulo Paim é uma verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Senador, quero, primeiro, apresentar as escusas e justificar a ausência do nosso Presidente José Calixto Ramos. Ele pede desculpas porque está fora de Brasília em missão igualmente importante. Só temos missões urgentes e importantes ultimamente. Quero lembrar também que, como o Mazinho disse, ele falou aqui em nome do FST, Fórum Sindical dos Trabalhadores, a que eu pertenço também, para dizer que, quando se fala em nome do Fórum, isso quer dizer que está-se falando em nome de 17 Confederações, 306 Federações e mais seis mil sindicatos. Portanto, é uma representação importante que está em mobilização para também combater isso.

Eu diria também, Senador, que as centrais sindicais, Nova Central, CSB, CPB, CUT, Força Sindical e UGT assinam uma nota de repúdio à aprovação da Medida Provisória nº 680 e ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Leia e eu lerei também à tarde. Faço questão que você leia.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Vou passar para o senhor, senão vai descontar do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não desconto, não! Esse fica em nome da Central. Você vai ter o seu tempo.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Assinam uma nota de repúdio à aprovação da emenda... Quero lembrar que a CGBT está aqui. Ela não participou desta reunião mas tenho certeza de que ela ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai participar da outra Mesa.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... assinaria esta nota:

Ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ao Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, aos Exmºs Líderes de partidos políticos.

As Centrais Sindicais de Trabalhadores – Nova Central, CSB, CTB, CUT, Força Sindical e UGT vêm manifestar seu repúdio à aprovação de emenda à Medida Provisória nº 680, no âmbito da Comissão Mista que examinou a matéria, introduzindo à legislação do trabalho o princípio do negociado sobre o legislado. A decisão da Comissão Mista desvirtua o texto da MP 680, desviando o objetivo de proteger o emprego em momento de crise econômica, sem ter sido precedida do adequado debate entre os setores diretamente envolvidos. A decisão de uma Comissão transformou a MP que cria um programa que amplia a proteção ao trabalho em uma ameaça concreta de rebaixamento dos direitos trabalhistas abaixo do piso legal.

Lembramos que a concepção do PPE é fruto de um investimento de formulação e de um longo processo negociação envolvendo trabalhadores, empregadores e o Governo. A decisão da Comissão desrespeitou esse processo de negociação tripartite, lançando uma sombra na credibilidade de processos de diálogos sociais em matéria trabalhista como mecanismo de busca de consenso.

As Centrais Sindicais defendem que a tramitação da MP 680 preserve os marcos gerais do entendimento tripartite alcançado e que, sem prejuízo da prerrogativa do Congresso em tomar a decisão final e aperfeiçoar a proposta legislativa, remova do texto os artigos que tratam o preceito do negociado sobre os legislados.

Assinam todas essas centrais. (*Palmas.*)

Eu quero lembrar também, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu tempo começa a correr a partir de agora.

Permita só que eu complemente, pois vou ler a nota da tribuna e sem sombra de dúvida pode alguma central ou confederação não tê-la assinado pela correria. Mas direi, no plenário, que essa nota é em nome da unanimidade do movimento sindical brasileiro, porque eu sei que essa seria a vontade daqueles que não puderam estar no momento da formulação da nota.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Perfeito.

Muito obrigado, Senador.

Quero dizer também que recebi o boneco de uma revista. Lá em Goiás há um fórum sindical que edita uma revista chamada *Planeta Sindica*l. Na capa dessa revista que deve circular esta semana está V. Exª com um título extremamente sugestivo: "Paulo Paim, o Robin Hood dos trabalhadores brasileiros". É uma homenagem a essa firme e permanente defesa que o senhor faz. (*Palmas.*)

E agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De pronto, claro, que eu agradeço e me sinto honrado, porque quem de nós não viu a história de Robin Hood e quando vocês lembram isso como alguém que lutava, brigava e até morreria na luta pelos que mais precisam, isso é um orgulho para todos nós. Mas eu transfiro essa homenagem neste momento aqui, simbolicamente, ao conjunto do movimento sindical brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Finalmente, cumprimentar e agradecer pela agilidade de V. Exª em convocar o movimento de trabalhadores para discutir essa matéria. Esta reunião, para mim particularmente, tem o efeito de me tirar de um dos fins de semana mais depressivos da minha vida e creio que de resto para todos os trabalhadores brasileiros, porque eu tive a oportunidade, depois de quinta-feira, de analisar o conjunto de coisas que estão acontecendo contra os trabalhadores brasileiros e projetar o que pode vir ainda.

Parece-me que nós estamos longe ainda do fundo do poço, diante da magnitude de fatos como o daquele contrabando que foi colocado na MP 680.

O senhor, Senador, tem sido com certeza o mais produtivo membro do Congresso Nacional, fazendo aqui, no mínimo duas audiências públicas por dia, fazendo às vezes duas pela Brasil afora, em dois Estados diferentes por semana. Infelizmente, a tônica dessa maratona que o senhor percorre em defesa dos trabalhadores é sempre a mesma, ou seja, trabalhar, lutar, mobilizar, contra uma avalanche, que hoje nós sabemos, coordenada, planejada, que tem uma estratégia específica de desmonte do movimento sindical. Tanto é que com relação a essa MP talvez não seja a melhor forma analisá-la isoladamente, porque pode parecer que ela é um episódio, mas não é, pois é uma sequência – é a 664, é a 665, é a terceirização, começou lá com o fator previdenciário, etc. Quando se pega esse conjunto de medidas a gente chega a uma conclusão. Em 2003, tentou-se fazer, através do Fórum Nacional do Trabalho, uma reforma sindical, que era uma reforma sindical que precedia uma reforma trabalhista, mas esse movimento sindical, esse FST foi criado para isso, barrou aquela reforma sindical e, de consequência, a reforma trabalhista. Agora vem-se, através de contrabando, fazer essa reforma sindical e trabalhista via pareceres, vias notas técnicas do Ministério do Trabalho, via mil coisas, mas principalmente a diferença que até então, Senador, lembra que o senhor identificou, nós fizemos uma audiência nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aquela do amianto, onde é que nós estamos? Querem regulamentar o amianto quando o mundo todo ... E veio de onde? Veio do Ministério do Trabalho. Onde é que nós estamos?

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – E esse assunto estava morto no Brasil, esse assunto do amianto estava morto no Brasil, assim como estava o negociado sobre o legislado. Então, são mortos insepultos que ressurgem a cada dia para nos assustar ou, pior, para nos derrotar.

Dizer, Senador, que essa MP 680 tem uma historinha, pois ela custou muito caro para as Centrais Sindicais. Isso foi negociado com o Governo, com os patrões, com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tivemos uma audiência aqui nesta Comissão e muita gente era contra.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente. Até hoje as Centrais Sindicais ainda pagam um preço caro.

Então, essa MP tem o condão de ser defendida pelas Centrais Sindicais porque foi um processo negociado. Portanto, a introdução daqueles arts. 11 e 12 nessa MP significa a maior traição que os trabalhadores brasileiros já sofreram. (*Palmas.*)

E de forma definitiva, repetindo uma parte da carta, retira a credibilidade, até o ano de a gente negociar. Uma negociação tripartite, e, sobretudo, Senador, a forma, o cinismo com que foi colocado isso... No ano de 2013, se não me engano, as Centrais Sindicais, todas essas aqui, protocolaram na OIT uma denúncia contra o Governo brasileiro sobre a intromissão do Estado no movimento sindical, por uma série de motivos.

Pois bem, o Relator – muitos de vocês estavam aqui na quinta-feira – praticamente disse que estava atendendo a um pedido das Centrais Sindicais. Ele retirou uma página daquela denúncia na OIT e disse: "Vocês, das Centrais Sindicais, dizem que o Estado se intromete, que querem liberdade para negociar. Está aqui a liberdade para negociar", tal o cinismo, tal o cinismo de dizer que está atendendo ao movimento sindical. No entanto, ele é simplesmente a maior traição, repito.

Quero também chamar a atenção para outro aspecto. Os servidores públicos talvez não tenham entendido em que dimensão e em que gravidade são atingidos por essa MP 680. Por quê? Está escrito na MP que são ressalvados os enfrentamentos na Constituição e nas convenções internacionais, mas ocorre que nesse aspecto aqui – eu alerto –, já estaria matando no nascedouro, ainda na gestação a Convenção 51 da OIT, que

nos custou 35 anos de luta, foi ratificada no Congresso Nacional, em 2013, já foi registrada na OIT; já houve um decreto presidencial que internaliza aquela Convenção e estamos na fase, agora, de regulamentar.

O que isso quer dizer? O texto da OIT que diz que estão preservados não são normas, são princípios. Convenções internacionais são princípios. Para que ela tenha efetividade, para que seja aplicada na prática é preciso normas, leis. É a nossa lei da organização sindical, a nossa lei de negociação coletiva e nossa lei de greve.

Portanto, essas leis que regulamentam a Convenção 151, que é a relação de trabalho no setor público, já seriam natimortas, já que o negociado prevalecerá sobre o legislado.

Não posso dizer que é uma denúncia porque eu não tenho comprovação, mas o Relator disse – há muitos Parlamentares aqui, mas ele disse para um Parlamentar – que quem forçou a introdução daqueles arts. 11 e 12, que tratam da prevalência do negociado sobre o legislado, foi o próprio Governo, que houve um cabo de guerra dentro do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é mais grave ainda, pessoal.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... um cabo de guerra, onde o Palácio do Planalto, através da Secretaria-Geral da Presidência, tentava retirar esse artigo, e o Ministério do Planejamento forçou a barra junto com o Ministério da Fazenda. Ou seja, aí está mais caracterizado... Por que o Ministério do Planejamento tem interesse nisso? Exatamente para massacrar mais do que tem massacrado os servidores públicos, a partir dos servidores federais e com efeito rebarbativo naturalmente nos Estados e Municípios.

Então, Senador, diante desses quadros... Eu sempre tenho um problema seriíssimo com meus dez minutos. Eu sempre faço uma colinha aqui e termino não conseguindo vê-la. Mas eu gostaria efetivamente de tratarmos aqui do que fazer. Está na hora de o movimento sindical dar um basta, dar um basta nessa ação articulada de desmontar o movimento sindical. Para quê? Para prejudicar o trabalhador.

A CLT, Senador, é referência no mundo inteiro para o bem e para o mal. Há uns que a tem como referência dizendo que é a ela que se debita o custo Brasil, a ela é que se debita o atraso nas relações de trabalho, etc. Mas tudo que falam de mal é exatamente o que ela tem de bom e ela é referência mundial como a melhor legislação trabalhista do mundo, a que mais protege o trabalhador. (*Palmas.*)

Esse é o defeito da CLT e que querem tanto retirar, porque ela é a melhor legislação trabalhista do mundo. Então, temos que dar um basta, Senador, sobretudo, não cometendo equívocos, como foi não mobilizar contra essa MP 680 lastimavelmente. Na quinta-feira, enquanto o mundo caía aqui, enquanto se aprovava essa barbaridade, nós não chegávamos a 20 dirigentes sindicais aqui nesta sala exatamente...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... enquanto cerca de 500 trabalhadores estavam ali do outro lado do corredor, no Auditório Nereu Ramos, cuidando de um outro assunto que nem de longe é tão grave e tão urgente quanto esse.

Então, eu faço isso como crítica e autocrítica para alertar o movimento sindical. Agora, mais do que nunca, só a mobilização nos salva.

Termino dizendo, Senador, que esta Casa, o Senado Federal, até para nossa surpresa e, por falar em surpresa, eu gostaria de dizer que todos nós falamos que fomos pegos de surpresa e não podemos nos dar ao luxo de, em nome da nossa boa-fé, de ter a inocência de ter surpresas mais. O problema é que nós não fizemos um diagnóstico correto da conjuntura atual e da avalanche que articulam contra a gente. Então, essa falta de mobilização talvez é que permitiu a ousadia do Plenário da Comissão enfrentar o Relator ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – João Domingos, antes de você terminar, o seu tempo já teria terminado, mas eu intervim duas vezes. A denúncia que tu fazes é da maior gravidade. Se foi o Governo que tencionou esse jovem Relator, eu vou ter que pedir desculpa para o jovem Relator e dizer que o culpado é o meu Governo. Isso é pior do que eu imaginava. Se o Relator confirmar que foi o Governo que mandou colocar esse crime contra aqueles que o elegeram, elegeram pela terceira vez, pela terceira vez, de fato, eu direi um basta e não estarei mais neste Governo. (*Palmas.*)

Se for confirmado, eu estarei fora deste Governo, porque tudo tem limite, tudo tem limite. Eu espero que ele não me diga que foi o Governo que o obrigou a colocar esse artigo. Gostaria que não fosse verdade.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Pois então eu vou relatar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostaria que não fosse verdade.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Gostaria que fossem consultados os *Anais*, pois a sessão de quinta-feira foi gravada pela TV Senado. Que consultassem as palavras ditas pelo Relator aqui, sentado nesta mesa. No momento, a bancada que defendia a retirada desse artigo insistia em que ele retirasse o artigo. E ele disse: "Eu não posso simplesmente retirar, porque há outros interesses envolvidos. Alguém tem que vir

falar pelo Governo aqui". Ele disse isto aqui, está gravado: "Alguém tem que vir falar pelo Governo". Posteriormente, ele disse que não, que havia interesse de parte do Governo, que pressionava para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é brincadeira! Eu viro oposição a este Governo. Eu vou para a oposição, mas vou para a oposição por uma razão... (*Palmas.*)

Não que eu vou me somar a outros, mas farei oposição nem que for solitário. Eu acho que isso é demais. Tudo tem limite. Eu espero que não seja verdade. Eu quero ouvir do Governo e quero que o Governo diga... Vai haver votação nesta semana lá no plenário da Câmara. E eu quero saber qual é que vai ser a posição do Governo que eu ajudei a eleger e que faz, aí sim, essa traição contra os trabalhadores.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Que nós ajudamos a eleger, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que nós ajudamos a eleger. Espero que não seja verdade.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – O que eu estou falando aqui não é nenhuma leviandade. O que eu estou dizendo aqui está calcado no que o Relator falou aqui neste microfone, está gravado, e é também o que ele falou para certo Deputado. E quem me disse isso foi um Deputado.

Finalmente, Senador, constatar que o Senado Federal, de uma forma até inesperada, se tornou uma espécie de *bunker* de defesa dos trabalhadores. É aqui nesta Casa e não mais na Câmara dos Deputados que nós estamos buscando socorro e buscando amenizar o saco de maldades que derramam sobre nós todos os dias, especialmente nesta Comissão, CDH, e particularmente no mandato de V. Exª.

Quero dizer, Senador, que esta maratona que nós estamos realizando pelo Brasil, como o senhor disse, vai se transformar num documentário de áudio e será dividida em capítulos, uma espécie de enciclopédia por capítulos e que hoje assume cada vez mais importância. Na verdade ela está rediscutindo o Brasil a partir de uma nova fórmula de mobilização. Então, Senador, encontramos uma forma de percorrer novamente o Brasil inteiro para combater isso aqui. Isso aqui é mais grave do que tudo. Como o senhor disse, a terceirização é brincadeira de menino perto disso aqui. Aqui simplesmente se rasga a legislação, rasga-se inclusive a da própria terceirização. Isso porque se nós estávamos num ambiente de escravidão, agora estamos caminhando para um ambiente de barbárie.

Portanto, Senador, o senhor deve nos liderar e mais do que nunca – nós sabemos de todos os seus compromisso – lidere essa bandeira contra essa barbaridade que é o negociado sobre o legislado.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Domingos Gomes dos Santos, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a quem acabei interrompendo, porque, de fato. a indignação aumenta a cada dia que passa. E alguém já disse: "Cuidado para não sofrer um infarto". Tomara que não ocorra mesmo.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu gostaria de fazer uma sugestão diante da fala do João Domingos. Já que a classe trabalhadora foi traída numa MP negociada, vamos pedir ao Governo a retirada dessa MP. Temos que pedir a retirada. (*Palmas.*)

Os trabalhadores foram vítimas de um golpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso sim, é golpe.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Isso é um golpe contra a classe trabalhadora. Então, temos que pedir a retirada da MP, simplesmente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que conste no documento da reunião de hoje essa sua proposta que eu achei importante. E aí, de uma vez por todas, vamos ver quem é quem.

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, em nome de quem peço licença para saudar todos os colegas componentes da Mesa, do Ministério Público do Trabalho, do Judiciário trabalhista, da Advocacia, da Advocacia trabalhista, dos auditores fiscais do trabalho e, de maneira muito especial, tanto da Mesa quanto da plateia, as representações dos trabalhadores, todos os segmentos, que são efetivamente os protagonistas de todas essas discussões, até porque é a quem se destinam todas essas nefastas proposições com as quais, lamentavelmente, temos nos deparado cada vez mais, a cada dia.

Eu lembro, Senador Paim, que V. Exª, há poucos dias, numa audiência pública, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, se reportava justamente a esse ato de que falava, no início desta audiência, quando rasgou a Constituição, na Câmara dos Deputados, à época, discutindo justamente a questão do negociado sobre o legislado. E nessa audiência pública há poucos dias dizia: "Aqui discutimos um tema da maior relevância, que é a terceirização de forma indiscriminada, ilimitada, os malefícios que ela traz para as condições de trabalho, a precarização cada vez maior das relações de trabalho. Mas naquele momento discutíamos algo ainda mais grave e falávamos isso há dez dias, no máximo, talvez um pouco menos, acho que fez uma semana na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma semana.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Exatamente. E falávamos sobre isso como algo distante da nossa realidade. Max, há pouco, dizia que essas discussões vêm e vão, mas não imaginávamos quão nefasto seria esse cenário de precarização, por pior que fosse, e a cada dia nos surpreendemos mais e conseguimos ainda nos surpreender mais, pois no dia seguinte vem algo ainda pior. No dia seguinte, nos surpreendemos negativamente de maneira ainda mais enfática.

E realmente os colegas que me antecederam aqui, os oradores que me antecederam já abordaram a questão de maneira magistral. De modo que eu não teria muito a acrescentar. Mas não poderia deixar de fazer algumas considerações que reputo da maior relevância em relação a esse tema. Mas quando eu digo esse tema, eu não trato só dele, porque ele representa o que há de mais nefasto seguramente, mas que vem inserido num contexto extremamente precarizante e que vai inclusive rompendo cada vez mais paradigmas.

Nós falávamos, quando discutíamos a terceirização, que até a discussão que sempre tivemos com relação ao tratamento isonômico entre os trabalhadores contratados de forma direta e os trabalhadores terceirizados, aquele projeto da terceirização acabava com esse paradigma, porque, se se pode terceirizar tudo, você não vai ter com o que comparar, pelo menos não para trazer melhorias para os trabalhadores.

E há outros projetos que são assim, como, por exemplo, só para ilustrar, o do Simples trabalhista. E a gente sempre dizia que ele trata os trabalhadores de micro e pequenas empresas como trabalhadores de segunda ou terceira categoria. Mas esse projeto de agora, essa emenda inserida nessa medida provisória acaba também com esse paradigma, porque agora não vai mais haver trabalhador de segunda ou de terceira categoria, porque todos serão de quarta ou de quinta categoria, lamentavelmente. É isso que permite essa emenda inserida dessa maneira – permitam-me assim falar –, sub-reptícia nas discussões da medida provisória.

A medida provisória, como todos sabem, já foi muito bem dito aqui na Mesa, ela vinha para tratar de um tema específico, aquele Programa de Proteção do Emprego, que por si só já era discutível – sabemos todos aqui –, e teremos uma série de questões a debater a respeito dele. Mas conseguiram piorar e conseguiram piorar de maneira exponencial, quando inseriam essa possibilidade do negociado sobre o legislado.

E o Dr. Sebastião Caixeta ressaltava um ponto aqui que reputo da maior relevância há pouco, ou seja, se é que seria possível avançar em qualquer discussão em relação a isso. Apenas a título argumentativo, ele destacou bem que era nesse sentido que trazia esse argumento, ou seja, só seria possível se discutíssemos uma ampliação com participação efetiva da sociedade, através dos seus mais variados segmentos – sindicatos, centrais, federações, enfim, todo o movimento sindical e a representação dos trabalhadores e de outros segmentos da sociedade civil representada para discutir mudanças também e até mesmo a estrutura sindical e algumas discussões.

Voltando para o projeto da terceirização, um dos grandes temas que lá debatemos foi justamente o enquadramento sindical, porque enquanto você tiver – eu já me reportei a isso várias vezes, mas eu acho que nunca é demais lembrar – um sindicato, no caso da terceirização, por exemplo, Sindicato dos Trabalhadores e Empregados de Empresas Prestadoras de Serviço Terceirizáveis, nós não teremos nesse sentido aí um sindicato efetivo, atuante em relação a esse segmento. Eu falo por uma razão óbvia, ou seja, você vai juntar, no mesmo sindicato, representações de trabalhadores das mais variadas funções, só para ilustrar, como copeiras, recepcionistas, motoristas, enfim, são inúmeros profissionais que deviam, isso sim, estar juntos a partir dos seus segmentos econômicos específicos e não num grande guarda-chuva, porque, na prática, esses trabalhadores por não terem similitudes nas suas atuações, nas suas condições de vidas, nunca vão se reunir para buscar melhores condições de trabalho, condições menos precárias, que hoje já seriam até um avanço, por mais absurdo que seja a gente falar isso, mas, lamentavelmente, é o que retrata a realidade.

Então, ao mesmo tempo você tentar tirar o peso, a força do que a legislação, legislação *lato sensu*, não apenas a própria CLT, não apenas o que a Constituição e as convenções internacionais trazem, mas legislação *lato sensu*, você tenta tirar a força do que esses dispositivos legais trazem, porque diz que vai ser por meio da negociação coletiva e, ao mesmo tempo, você tenta enfraquecer exponencialmente os sindicatos e a possibilidade de negociar efetivamente, de buscar de fato condições mais atrativas, condições mais efetivas e condições melhores para aqueles que são representados.

E não esqueçamos, em momento algum, que, na área trabalhista, quando discutimos negociação, primeiro estamos tratando do hipossuficiente, que é o trabalhador, e que precisa de uma verba que é de natureza alimentar, pois é com ela que ele se sustenta, que sustenta a sua família e todos que dele dependem. Mas além disso, nós estamos tratando justamente de uma negociação que é para avançar, pegar o que está na lei com um patamar mínimo, para que se busque efetivamente avançar, para que se busque condições melhores e não retirar o que a lei já previu, que na realidade é aquele mínimo, um patamar mínimo civilizatório, chamemos assim. Agora, tentar discutir alguma questão para retirar esse mínimo... E a colega Rosa, do Sinait, desta-

cava há pouco proposições que têm também aqui tramitado buscando piorar ainda mais essas condições. E o Senador Paim foi muito feliz em marcar uma audiência pública há poucos dias aqui, na qual já logramos êxito no que tange à tramitação daquele projeto de decreto legislativo que tem por objetivo retirar a vigência da Norma Regulamentadora nº 12, que trata de condições de saúde e segurança do trabalho.

Então, o que nós vemos aqui também é isso. Quando não se consegue avançar, sob a óptica de quem quer o retrocesso social, sob a óptica de quem não quer garantir condições minimamente saudáveis e seguras para o trabalho, condições que não sejam precarizantes... Para quem pensa assim, quando não se consegue garantir o que se quer, quando não se consegue, no bojo das discussões da norma regulamentadora, então, vamos, por meio de um decreto, tentar tirar. Quando não se consegue na legislação porque fere a Constituição e fere uma série de dispositivos, inclusive convenções internacionais das quais o Brasil é consignatário, quando não se consegue retirar pelo processo legislativo, então, vamos colocar aqui uma emenda, de maneira sub-reptícia, num projeto que trata de outra matéria para que o que está legislado não tenha muito valor mais e agora, daqui para frente, só possa valer o que for negociado, mas negociado em condições extremamente complicadas e discutíveis para dizer o mínimo.

É justamente em razão dessa hipossuficiência do trabalhador, como se dá em outras searas do Direito, a exemplo do direito do consumidor também, mas pegando a situação do trabalhador – mais adiante tentarei fazer essa analogia com o direito do consumidor – que não se admite, por exemplo, isso se discute há muito tempo, e a Anamatra, junto com a ANPT, tem debatido isso há muito tempo, por exemplo, a arbitragem envolvendo lides trabalhistas por razões óbvias. Isso porque não tem como arbitrar. Você pega pessoas em situações de absoluta diferença, gritantes diferenças. Como e que eu vou pegar o trabalhador, o empresário e dizer que eles vão negociar e vão chegar a uma melhor alternativa, vão chegar a um consenso. É óbvio que isso aí é uma falácia, com todo o respeito a quem pensa ou defende posição distinta, mas é óbvio que isso é uma falácia, isso não se sustenta.

Quando eu falei no direito do consumidor, Senador, não foi por acaso. São os dois direitos que muitas vezes são mencionados porque tratam de hipossuficientes – direito do trabalho e direito do consumidor, entre outros, mas são esses os mais referidos. Estranhamente, quando se fala do direito do consumidor, não há absolutamente nenhuma ressalva, nenhuma preocupação. Todo o mundo, a sociedade como um todo entende que realmente o consumidor tem que ser tratado como hipossuficiente, que as empresas, os empresários, enfim, os fornecedores realmente têm uma posição de superioridade em relação aos consumidores e tem que ter, portanto, o consumidor um tratamento protetivo. É óbvio que tem que ser assim. Felizmente, é assim. Mas por que em relação ao direito do trabalho – e estamos falando em dignidade humana – há essa resistência para se avançar em relação a essa discussão? Basta ver a busca por responsabilização dos integrantes de uma cadeia produtiva, ou seja, quando se fala em direito do consumidor, se uma senhora vai ao shopping e compra uma bolsa e rasga a bolsa ela pode reclamar com o dono da loja, pode reclamar do transportador, do fabricante, enfim, de toda a cadeia, e isso é absolutamente visto como natural. Mas quando é um trabalhador que é explorado em condições degradantes e, portanto, em condições análogas à de um escravo, de uma oficina que é quinterizada, não é nem terceirizada, chega-se a uma cadeia de sucessões nas subcontratações quase ao infinito. E o trabalhador vai tentar cobrar de quem está lá na ponta da cadeia, que é quem efetivamente se beneficia disso e quem efetivamente está praticando tudo aquilo, inclusive concorrência desleal, como o Dr. Sebastião mencionava há pouco, por meio da exploração da dignidade daquele trabalhador. Muitos segmentos da sociedade têm tanta resistência a respeito. Mas, repito, já que estamos tratando de dignidade do trabalhador, na realidade deveríamos avançar cada vez mais em relação a isso.

Então, precisamos mobilizar evidentemente os segmentos dos sindicatos. Os segmentos que lidam com direitos sociais seguramente já têm isso muito claro. Nós todos já temos isso muito claro, mas precisamos mobilizar a sociedade para conscientizá-la em relação a isso, para que possamos efetivamente avançar.

Max foi muito feliz, o colega Max, ao tratar de uma possível convenção coletiva do trabalho, reduzindo ao mínimo do mínimo do mínimo os direitos dos trabalhadores.

Sendo aprovada essa emenda, seguramente daqui a pouco a Convenção vai prever 1%, 2% de FGTS, a Convenção vai prever que vão ser 10 dias de férias ou 7 dias, como estava no exemplo do Max, e inúmeras outras questões, 13º parcelado em 12, 15 ou 20 vezes sem qualquer correção.

A gente falava há pouco, antes de iniciar a audiência pública, que a emenda ainda traz alguma possibilidade de resguardar o que está na Constituição, embora de uma maneira muito estranha.Talvez a questão das férias não fosse atacada, mas eu já começo a pensar que não vai ser mais o terço constitucional de férias. Vai ser o sexto constitucional de férias ou o décimo constitucional de férias, e assim vai. Enfim, os ataques são inúmeros.

Então, sem querer me alongar, Senador, trago só alguns pontos que até já tinham sido abordados recentemente pelo advogado Mauro Menezes, quando discutimos aquela lista de questões, em que ele abordava três pontos, com muito propriedade. Não podemos nos esquecer...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ... de que os direitos sociais estão elencados justamente no título que trata dos direitos e garantias fundamentais. E a Constituição, em seu art. 7º, quando diz o que pode ser objeto de negociação, foi expressa, disse isso de maneira clara, e são só três pontos. No artigo que trata de irredutibilidade de salários, ela diz: "Salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo coletivo". Na parte que trata da duração normal do trabalho, 8 horas diárias, 40 horas semanais, ela faz a ressalva: "Facultada a compensação de horários e redução mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho." E por fim, uma terceira e última questão que ela aborda é a da jornada de seis horas para os turnos ininterruptos e de revezamento e diz: "Salvo negociação coletiva". Tirando esses três pontos, em nenhum momento a Constituição federal dá a possibilidade de se suprimir direitos trabalhistas por negociação coletiva. Veja que aqui também não se está dando a possibilidade de suprimir. Dá a possibilidade de se negociar modos e formas e até a questão de tempo para operacionalizar esses direitos.

Em suma, sem querer me alongar, trato aqui, em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, por conseguinte dos membros do Ministério Público do Trabalho de todo o Brasil, assim como já abordou o chefe de gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho, dessa nossa enorme preocupação. E dizer preocupação, Senador Paim, é dizer seguramente muito pouco. Max dizia no início que esse retorno parece aqueles filmes de zumbi, porque esse projeto foi e depois voltou e, lamentavelmente, com um contexto cada vez mais precarizante. Que achemos seguramente, a partir desses debates, dessas discussões, dessas estratégias a serem tratadas aqui de forma conjunta, de forma concatenada, de maneira a aprimorarmos cada vez mais essa atuação, a bala de prata para que, finalmente, esse zumbi não avance no sentido da precarização cada vez mais crescente dos direitos dos trabalhadores. Isso porque senão, Senador Paim, expressões que foram aqui repetidas várias vezes, e com propriedade, como direitos sociais, direitos fundamentais, valor social do trabalho, a busca por uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária, tudo isso vai se limitar a um mero conjunto de palavras, de belas palavras, é bem verdade, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ... um mero conjunto de palavras inseridas no texto constitucional e totalmente esvaziado, sem qualquer efeito prático. Que não cheguemos a esse ponto e seguramente para isso precisamos dessa nossa atuação conjunta.

É por isso que, mais uma vez, parabenizo a iniciativa de V. Exª. Enfim, trilhemos juntos essa jornada. Certamente é difícil, mas juntos podemos avançar. Agora, se nos dispersarmos, isso vai ser cada vez mais difícil.

Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho).

E por fim, nesta Mesa, o Juiz Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Anamatra, associação que tem colaborado muito, muito com essa cruzada em nível nacional que estamos fazendo e que produziu um vídeo com os artistas, eu diria globais no sentido global, porque eles são muito conhecidos no mundo todo e dão um depoimento muito firme, todos eles, contra a terceirização. Vamos ter que falar com eles para darem um depoimento agora contra o negociado sobre o legislado.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – O vídeo hoje não veio. O vídeo hoje faltou, Senador. Aquele vídeo, aliás, seria muito importante que aqui estivesse hoje, porque cabe para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cabe para tudo.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas com certeza o vídeo está aí. Podemos passá-lo no encerramento.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Podemos, podemos.

É uma grande alegria novamente estar aqui, Senador.

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, que é um guerreiro, um batalhador incansável. Uma audiência às 9 horas, numa segunda feira é uma prova da grande batalha e do seu poder de articulação também.

Ficar por último é bom porque eu já incorporo tudo que já foi dito aqui. A Anamatra subscreve qualquer documento do Ministério Público ou de qualquer entidade. É importante que hoje à tarde já esteja realmente pronto esse documento para que possamos levá-lo adiante.

A Anamatra tem uma crítica, desde a origem, ao PPE. Eu acho que todos sabem. É uma crítica não só quanto à oportunidade da MP 680...

Nós entendemos que não havia motivo para existir a própria MP 680. Não havia exatamente porque a Constituição estabeleceu um parâmetro, uma possibilidade de negociar muito restrita. Não estamos entendendo como o Deputado Daniel Vilela, mas ao contrário. Mas havia uma possibilidade de negociar que era muito restrita e legitimava o diálogo sindical. E não havia por que vir o Estado... E já se falou hoje aqui, o companheiro falou que é o próprio Governo que está legitimando essa possibilidade. Havia uma possibilidade, então, de diálogo direto entre empregados e empregadores, entre as duas entidades, para dialogar sobre a possibilidade de redução de jornada ou de jornada apenas e não de rebaixamento de salário.

O Senador Paulo Paim foi Constituinte, à época como Deputado, e entende exatamente qual é essa possibilidade, ou seja, de caráter absolutamente restritivo. E lá o Constituinte falou também que o Estado não deve intervir no diálogo sindical, não deve intervir e há um caráter também restritivo naquele limite do debate salarial. E a Constituição tem que ser muito bem interpretada.

Há uma questão que é conjuntural. Vamos olhar para a realidade da nova República: taxa de desemprego. Nós andamos aí pelo governo Fernando Henrique, lá em 2002. Mas não vamos ficar nesse Fla-Flu, não. O governo Lula, em 2006, os dois tiveram ai 13%, 12%, 10% em algum limite. Não houve nenhuma medida estatal, não houve uma MP tratando de algo semelhante ao PPE.

Pelo que tenho em memória – e me socorro aqui dos sindicalistas das Centrais –, não houve uma avalanche de acordos coletivos, porque a Constituição já autorizava isso. Não houve uma avalanche de acordos coletivos tratando de redução de jornada e redução proporcional de salários.

Mas com a MP 680, é o próprio Estado que patrocina a propaganda de uma crise que francamente eu pergunto: ela é real? Nós estamos, hoje, com 7,8 pontos de desemprego. No entanto – e o Toninho está aqui –, essa MP já veio com essa intencionalidade de ampliar o seu espectro. Ela não veio para ficar como estava. Antes mesmo de ela ser publicada, já se sabia que segmentos como a CNI pretendiam ampliar o leque, pretendiam ampliar o leque, para inserir o que fosse possível. Eu já estava informado a respeito disso. E veio a dar no que deu, ou seja, aquilo que aqui no Parlamento se chama de "jabuti" – as emendas impróprias.

Então, o que na verdade o texto da Constituição traz como um limite muito restrito de possibilidade de acordo coletivo, como uma potencialidade de restrição de direitos, que é aquela possibilidade de reduzir os salários.

Agora se traz a questão histórica da prevalência do negociado sobre o legislado, mas, mesmo lá atrás, quando o Constituinte previu a possibilidade de reduzir salários, aquilo tinha um pressuposto lógico, que é o reconhecimento pelas entidades contratantes de uma crise, de um estado de crise. Os sindicatos não podem se reunir a cada semestre para fazer um debate: vamos reduzir por qualquer razão, por qualquer motivo. Há um pressuposto lógico nisso: ou uma crise conjuntural, de caráter nacional, ou no âmbito da própria empresa. E, como já falei, isso raramente foi utilizado, pelo menos, não tenho conhecimento, na minha atividade jurisdicional ou na jurisprudência até.

Fora desse âmbito, aqui já foi abordada pelo Caixeta a questão das inconstitucionalidades formais e materiais. Nestas, as entidades sindicais têm que olhar lá para o art. 7º e o próprio projeto, o Parlamento também tem que ter este olhar, porque o art. 7º não é teto de direitos. O Constituinte não estabeleceu aquele rol do art. 7º como limite máximo, aquele limite é piso, é mínimo. E quem é que vai lidar com o aumento desse limite mínimo? São as entidades sindicais por meio de acordos coletivos. Portanto, vamos entrar na construção lógica, na geografia da Constituição.

As entidades sindicais ganharam, entre aspas, "um maior suporte constitucional" até no artigo 8º, maior força e garantias, os dirigentes também, para que pudessem construir o fortalecimento de direitos em torno do art. 7º, essa é a lógica, para ampliar direitos, as entidades sindicais existem para isso, para ampliar direitos. Então, o domínio até da técnica e da lógica constitucional é ampliar os direitos do artigo 7º. Mas, aí, alguns dizem: o art. 7º também diz que tem que reconhecer convenção e acordo coletivo. Está lá isoladamente. Mas não é qualquer acordo e convenção coletiva, não é o acordo e a convenção coletiva que destrua e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – ...que desconstrua o que está posto na lei, é aquele que você vai lá no artigo 114, que determina respeitar as normas anteriores, o acordo coletivo anterior e as regras mínimas legais de proteção ao trabalho. Então, esse enfrentamento lógico e sistemático da Constituição encaminha para entender que o direito do trabalho tem que ser visto – e a interpretação dele – progressivamente,

porque, afinal de contas, é como todos caminhamos, olhando para a frente, o ser humano existe para construir, para progredir, porque a gente quer ser feliz, não olhamos para a frente e olhamos para diante para regredir.

Então, se nos apoderarmos dessa lógica e desse entendimento, olhando para a Constituição, só há uma conclusão possível: a emenda trazida pelo Deputado Daniel Vilela é inconstitucional, material e formalmente. Ou o Parlamento declara isso, ou certamente o Supremo Tribunal Federal vai declarar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Juiz Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que deixou muito claro: ou o Parlamento resolve ou o Supremo vai ter que resolver.

E a mobilização nacional, com certeza, ajudará nas duas decisões.

Pessoal, não estou querendo acreditar que a Câmara vai engolir isso, mas, se engolir, por amor de Deus, começarei a me perguntar para que ter a Câmara dos Deputados. E não sou contra a democracia não, claro que vou defender sempre as instituições. Mas que Câmara dos Deputados é essa que vai aprovar um projeto que vai além do processo daquela faixa que estou olhando todo o tempo lá, que é a da terceirização; pior que a terceirização. Não acredito, sinceramente. Acho que, a partir de hoje, com a mobilização que faremos daqui para lá, a Câmara há de rejeitar essa emenda, há de rejeitar, se não rejeitar, com certeza, há de se arrepender muito de ter aprovado, e o Senado há de cumprir a sua parte, como está cumprindo até o momento na terceirização, não votou a toque de caixa.

Eu estava lembrando aqui, pessoal, vejam como a vida nos prega peças: eu estava lá, quando veio aquele projeto por parte do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E não vou falar mal dele não, mas, pelo menos, ele mandou um projeto. Debatemos o projeto, ele assumiu a responsabilidade, discutimos, perdemos por dois votos na Câmara, eu estava lá, daí me candidatei a Senador, vim para o Senado correr atrás dele, e, aí, com a participação do Presidente Lula, conseguimos arquivá-lo, mas, pelo menos, mandou o projeto. Este não, este como você disse aqui é golpe, é golpe. Numa quinta-feira que ninguém esperava, enfiaram um projeto sem nenhuma discussão, numa MP que não tratava disso, isso sim é golpe, e golpe, não vamos aceitar, vamos derrubar este projeto de qualquer jeito. Quem está dizendo isso não é o Paim, é a classe trabalhadora. (*Palmas.*)

Podem saber que vamos derrubar esse projeto de qualquer jeito, vocês vão ter que engolir esse projeto de volta. Quem articulou, seja onde for, vai ter que engolir de volta, vai ter que engolir, seja de onde veio.

E a denúncia que eu e o João Domingos colocamos aqui é da maior gravidade. Quem deu essa bela ideia, ou maldita ideia, não posso usar a palavra maldita, com essa história da greve lá, um Senador foi dizer que disse que o projeto era maldito, o projeto que proibia o direito de greve. Então, não uso maldito, esse projeto criminoso, que é pior que maldito para mim. Quem teve esta brilhante ideia, seja de onde for, vai ter que engolir. Espero que não seja até o Relator, espero que ele tenha tido que aceitar na marra, mas tem tempo, agora, de retroceder, dando o parecer final na hora da votação, dizendo que houve o entendimento e foi retirado esse artigo.

Uma salva de palmas a esta Mesa, e convido a próxima para continuarmos o debate. Todos são convidados. Então, os que tiverem que sair, espero a nota aqui, viu, pessoal?

Chamo já a segunda Mesa.

João Cayres, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo; Flauzino Antunes Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, aqui do DF; Diego Monteiro Cherulli - é isso, Cherulli? -, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip); João Paulo, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Pimenta, representando a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

O.k.?

O Ibrahim? Vamos ter mais uma Mesa ainda, que seria, então, o Ibrahim, o Manoel e o Tiago. O.k.? Por falta de espaço aqui na mesa.

O Clóvis está aí?

Clóvis, está sendo proposto aqui, antes de iniciar esta Mesa – tu poderias sentar aqui, na primeira fila, por questão de espaço – que dê uma rápida contribuição sobre essa questão. Vou pedir para o Toninho, se puder, sentar na primeira fila, para também fazer um comentário antes desta Mesa, em que está o Diap e o Dieese. Todos sabemos do compromisso que ambos têm com o movimento sindical, enfim, com todos os setores organizados da sociedade, principalmente agora em que esse é o tema em questão .

Então, o primeiro, falando pelo Dieese, inicia.

Se puderem ser bem sucintos, ajudaria muito.

O SR. CLÓVIS ROBERTO SCHERER – Certo.

Bom dia a todos. Obrigado, Senador, pela oportunidade. Meu nome é Clóvis Scherer, trabalho no Dieese, na assessoria econômica das entidades sindicais, e tenho acompanhado as centrais sindicais no debate sobre o PPE.

Primeiramente, quero dizer que, assim como as centrais sindicais, fomos tomados de surpresa por essa emenda indevida, completamente indevida no seu conteúdo e na forma como foi adotada. Portanto, acho que há uma rejeição unânime em relação a essa atitude da Comissão de aprovar essa emenda, sabendo que havia um acordo ou intensas negociações em torno da aprovação do PPE, que, na nossa opinião, é um programa, é uma experiência internacional larga e que constitui para o Brasil um avanço no sentido da proteção ao emprego, haja vista que os mecanismos que temos, hoje, de proteção ao trabalhador são: quando fica desempregado, o seguro desemprego; e, quando está trabalhando, existem dois mecanismos, que são muito imperfeitos, de proteção ao emprego, que é a Lei 4.923, que acarreta não só perda de emprego, perda de renda, como condição muito desfavorável na negociação entre o sindicato e as empresas que estejam passando por crise, e também a Bolsa Qualificação ou *layoff*, que tem sido muito adotada nos últimos anos e também é muito imperfeita, porque, além da perda de renda, há um afastamento do trabalhador do seu posto de trabalho. Então, em relação a esses dois mecanismos, o PPE constitui um avanço que foi confirmado internacionalmente.

Se forem observar hoje, todos os países desenvolvidos têm mecanismos em que o Estado complementa a renda de trabalhadores que estejam expostos a uma situação de crise setorial, conjuntural. Para permanecer no emprego, há esse apoio do Estado. O caso mais conhecido é o da Alemanha, que chegou a beneficiar 1,5 milhão de trabalhadores durante a crise de 2008/2009. E os estudos existentes apontam para uma contribuição na redução de dois pontos percentuais na taxa de desemprego nos países desenvolvidos durante a crise 2008/2009. Quero dizer que não é uma situação exclusiva a da Alemanha. A Itália tem um amplo programa de proteção ao emprego semelhante ao brasileiro, o Japão utilizou para 2 milhões de trabalhadores japoneses mecanismos semelhantes, Canadá, Bélgica, Holanda, Portugal e Espanha têm programas semelhantes. Então, é uma instituição, no mercado de trabalho, bastante testada, conhecida em outros países, que, no Brasil, podemos experimentar.

Temos aí uma medida provisória que propõe um prazo para esse teste, que traz benefícios, para o trabalhador ameaçado pelo desemprego, de não perder o seu emprego, a sua renda; mas também para o Governo, no sentido de que perde menos arrecadação tributária comparativamente a uma situação em que o trabalhador é afastado do trabalho, perde seu emprego e para de recolher os impostos; e também, para as empresas, permite uma recuperação mais rápida do seu nível de produção, uma vez superada a crise, já que aquele capital humano, aquele trabalhador qualificado continua no seu posto de trabalho, portanto, não é perdido, a empresa não tem que selecionar e treinar um novo operário para assumir o seu posto trabalho.

Então, vemos elementos positivos nesse PPE, que já tem sido objeto de acordos coletivos hoje, alcançando algumas dezenas de milhares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Clóvis, se você me permitir, só para ajudar, quanto a essa questão, este Plenário todo assina embaixo do que tu falaste. Queremos saber a posição do Dieese sobre a outra questão.

O SR. CLÓVIS ROBERTO SCHERER – Sim, sobre a outra questão, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sobre essa questão primeira, fizemos uma audiência aqui e até nós nos comprometemos, eu estava junto aqui. Vieram aqui todas as centrais, havia alguns contra, e assumi junto essa responsabilidade. Só para ajudar, porque estou preocupado com o tempo, nessa questão, somos unânimes aqui, nesta sala. A questão é contra o crime que cometeram em cima dessa proposta.

O SR. CLÓVIS ROBERTO SCHERER – Contra esse crime, sabemos, Senador, não temos outra questão a colocar que não a de refutar completamente essa emenda, que tem que ser rejeitada. (*Palmas.*)

Tem que ser rejeitada porque, nas circunstância em que estamos, vai representar, sim, a redução dos direitos trabalhistas, através de negociações coletivas que vão estar determinadas por uma crise muito violenta e vai colocar os sindicatos no *corner*, contra a parede e tendo que aceitar redução de direitos trabalhistas. Então, não há nenhuma sombra de dúvida, acho que posso falar pelo Dieese, com relação a essa avaliação nefasta, essa emenda deve ser rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E como disse aqui o JP, você é importante neste momento, porque participou desse debate, defende com tanta convicção e nos convence da primeira parte. Na negociação, nunca entrou esse assunto, não é?

O SR. CLÓVIS ROBERTO SCHERER – Nunca entrou, nunca foi colocado. Tivemos discussões tripartites, inclusive, a representação dos empresários foi muito clara em dizer que estava pretendendo discutir o PPE. Eles sabem muito bem que o princípio do negociado sobre o legislado é um tema polêmico em que não há acordo

no momento e, provavelmente, futuramente, não vai haver acordo. Também por parte do Governo não houve nenhuma intenção de trazer esse tema à tona. Inclusive, a gente sabe que, por contatos com representantes do Governo, também, para nós, manifestaram o estranhamento a essa emenda e não estão de acordo com ela. Não sei da veracidade da informação com relação ao patrocínio da emenda por parte do Governo, duvido muito, mas é evidente que essa proposta é dos empresários. Eles colocam isso claramente no seu documento *101 Propostas para Modernização Trabalhista*. A agenda 2014 dos empresários para eleição trouxe exatamente esse texto que acabou inserido na medida provisória. Então, acho que não há nenhum amparo na negociação com relação a esse ponto.

E as centrais sindicais, no encontro com Parlamentares que tivemos aqui há algumas semanas, foram unânimes em dizer: não queremos a introdução de qualquer elemento estranho ao tema do PPE nessa medida provisória, principalmente este que, acredito, é o mais complicado de todos os que foram elencados nas emendas ao PPE.

É isso, Senador, o que eu teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, uma grande contribuição.

Entendo eu que todos estamos nos sentindo traídos. Eu mesmo endossei essa MP, porque tive uma audiência pública para discuti-la aqui com as centrais, confederações, que me explicaram como tinha sido construída, e acabei advogando junto. Para o bem ou para o bem, fiquei do lado do movimento sindical e percebo que o próprio Dieese estava sendo traído.

Eu queria ouvir, rapidamente, o Diap, também, sobre essa questão. Toninho, se puder, entre nesta questão específica do negociado sobre o legislado.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ – Perfeitamente. A posição do Diap é absolutamente clara.

Quando saiu a medida provisória, no mesmo dia, publicamos um artigo chamando a atenção para o fato de que teríamos que ter todo o cuidado, por parte do movimento sindical e do Governo, que tomou essa iniciativa, de vigiá-la 24 horas por dia, porque era uma oportunidade para que esses segmentos abutres pudessem aproveitar aquela MP e estender, incluir lá uma regra de natureza permanente num dispositivo de natureza provisória. Isso foi alertado no mesmo dia em que saiu a MP. Tínhamos, portanto, convicção disso por uma série de razões: a primeira, é que o Governo está enfraquecido; segundo, não tem mais margem fiscal para atender o setor empresarial em termos de amenizar os seus custos e ele vai buscar manter a sua margem de lucro investindo sobre os direitos. A própria CNI já tinha elaborado uma lista de 101 direitos, entre os quais esse talvez fosse o primeiro da lista sempre.

O próprio Senador Paim, quando decidiu ser candidato ao Senado, veio motivado por um projeto com essa característica. O projeto do Fernando Henrique modificava o art. 618 da CLT para flexibilizar a legislação.

Temos aí, claramente, uma investida sobre os direitos dos trabalhadores, e muito forte, porque temos, no Brasil, uma situação que nenhum outro país do mundo tem, que são três fontes de direito: a lei, em sentido amplo, a Constituição, lei complementar, lei ordinária, os tratados de que o Brasil é parte, a negociação coletiva, e, nesta, existe a figura da convenção coletiva, que é uma conquista importante porque obriga todas as empresas e beneficia todos os trabalhadores, filiados ou não, e há ainda o poder normativo, a sentença normativa, que foi, vamos dizer assim, flexibilizada numa medida lá no Congresso, na Câmara dos Deputados, que alterou o art. 114 para só permitir o ingresso na justiça quando houver sido de comum acordo. Se o empresário não estiver de acordo, não há possibilidade de o trabalhador, mesmo frustrada a negociação, ingressar na Justiça para pedir algo de natureza financeira, econômica. Então, está havendo um investida sobre isso.

Felizmente, graças à atuação da Anamatra na ocasião da elaboração da reforma do Judiciário, foram incluídas, no art. 114, algumas garantias como a ultratividade da norma, ou seja, o que estiver em acordo só pode ser alterado por novo acordo. E também a garantia de proteção mínima ao trabalho, ou seja, a negociação pode se dar mas há de obedecer a limites, e a Constituição libera apenas três hipóteses.

Então, essa prevalência do negociado sobre o legislado, que aconteceu aqui, no âmbito da Comissão, foi uma falha clara da coordenação do Governo. Há até conversas de que havia divisão no interior do Governo: a Secretaria-Geral claramente a favor, o Ministério do Trabalho completamente omisso nesse processo, e o Planejamento, em tese, favorável a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas o Secretário-Geral da Presidência contra...

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ – Desculpe: a Secretaria-Geral completamente contra, o Ministério do Trabalho omisso, e o Planejamento teria referendado isso. É a informação que se tem. Mas consta, também, que o Ministro do Planejamento teria negado isso. É pena que essa negativa chegue tarde, porque, depois de aprovado na Comissão Especial, retirar isso no plenário, com essa correlação de força, é uma tarefa inglória. Acho que o Deputado Paulinho, que é contra a inclusão desse dispositivo, vai ter que se desdobrar, dada sua

relação pessoal com Eduardo Cunha, para viabilizar essa supressão, porque, senão, acho difícil que até aqui, no Senado, Senador, se consiga suprimir isso. Acho que vai para o veto e, se brincar, para a decisão judicial, ou seja, vai lá para o Supremo.

O setor empresarial se organizou, está se organizando há bastante tempo para ter essa que é a principal conquista. É o desmonte do Direito do Trabalho no Brasil a adoção disso. É mais grave, mas muito mais grave do que a terceirização, porque, na terceirização, você ainda pode, em dado momento, estabelecer algum tipo de mecanismo que obrigue um tratamento isonômico entre os trabalhadores, quer dizer, que se apliquem todos os direitos; uma MP pode fazer isso, dizendo que, para o terceirizado, se aplicam as mesmas regras do trabalhador permanente. Na prevalência do negociado sobre legislado, se isso vier a ocorrer, não há margem para esse tipo de coisa. Então, realmente, é uma temeridade.

Para não ocupar o espaço dos companheiros que vão, a seguir, fazer parte desta Mesa, digo apenas o seguinte: se for permitida a prevalência do negociado sobre o legislado, o Direito do Trabalho terá sido extinto no Brasil, será completamente eliminado, porque é simples, basta a empresa de chegar para os trabalhadores e dizer: "Ou vocês aceitam ou mudo desta cidade para outra em que há trabalhadores desempregados e interessados nisso". Basta ameaçar a mudança da base oficial que o sujeito aceita qualquer coisa, é o estado de necessidade. Quando você tem a lei proibindo que se dê além dos direitos mínimos nela assegurados, o empregador não tem essa prerrogativa. Ele ganhou ou ganha, se vierem a aprovar isso, um poder de chantagem jamais visto, como acontece nos Estados Unidos, em que os sujeitos chegam – lá é muito pior –, porque não aceitam ter base, e plantam empresa em lugar em que haja sindicalização. E onde há, as pessoas estão cedendo os anéis, os braços, as pernas, para não ter que ceder tudo.

Então, realmente, é um retrocesso inominável. Acho que os trabalhadores têm a obrigação de fazer uma mobilização tão significativa, ou mais significativa, mais expressiva do que essa que está sendo feito em relação à terceirização.

Seriam essas as considerações do Diap. Vamos trabalhar fortemente, no sentido de rejeitar essa matéria. Na hipótese de não ser possível, trabalhar o veto e a manutenção do veto aqui, no Congresso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Toninho, do Diap, que demonstra as suas preocupações, que aumentam a cada minuto que passa aqui. Mas acho tão absurdo, mas tão absurdo! Esta Câmara dos Deputados não pode nos envergonhar dessa forma, pelo amor de Deus! Já fui Deputado. Tenho o maior carinho pela Câmara dos Deputados, mas, Toninho, sabe por que tenho uma esperança? Quando debatemos aqui, numa segunda-feira como esta, a NR 12 e o próprio Senador veio aqui, o que apresentou a urgência, retirou a urgência e, na mesma semana, por dois ou três votos, derrubamos a urgência na Câmara dos Deputados, os Deputados vão entender. Como é que um Deputado vai fazer campanha daqui a dois anos, explicando na sua base que revogou direito dos trabalhadores? Não se elege para nada nunca mais. Posso até ficar sem partido, mas me comprometo a viajar o Brasil todo só para falar o nome desses Deputados. Posso até não fazer campanha mais, mas quero ir a cada Estado. Ah vou, vou, vou! Como Senador, tenho condição ainda, pago alguma coisa do meu bolso, mas vou. Prefiro até não fazer campanha para mim nas próximas. Nunca sou do contra, acho que sempre temos que ser positivos, ir para a frente, falar o que é bom, apontar novos caminhos, como disse outro, saber trabalhar com a palavra, dar esperança. Mas isso é tão grave que Getúlio, Brizola, João Goulart, Pasqualini, se morto chora, devem estar chorando no túmulo ainda, ou lá em cima. Os caras fazerem isso?!

Fica aqui o compromisso que vou assumir com vocês; com vocês e com os Deputados. Tenho certeza de que vão tirar esse artigo. Vai sair, Toninho. É demais. Terceirização já é uma sacanagem, desculpem a expressão. Terceirização já é uma enorme sacanagem. Isso é banditismo; é banditismo. Dizer que o trabalhador não vai ter direito nenhum mais? Não dá, não dá.

Por isso o teu alerta tem que ser dado mesmo, mas a nossa indignação está acima do limite do bom-senso de alguém que poderia chegar a esse extremo de dizer: olha, de hoje em diante, está rasgada a CLT, pode tocar fogo. Quem vai assumir isso? O Deputado que assumir isso tem que ser muito vagabundo, desculpe a expressão, tem que ser muito vagabundo mesmo para assumir isso. Como é que tu vais assumir para a tua história que tu rasgaste a Constituição do Brasil? Vou ter vergonha de ter sido Parlamentar neste período, vou ter que contar para os meus netos – oxalá, aos bisnetos – que eu estava lá na época em que revogaram a CLT. Eles vão perguntar o que eu fiz, e eu direi o que fiz.

Não importa mandato, não importa partido, mas as causas. É a CLT do povo brasileiro, não é de um vagabundo ou outro Deputado. (*Palmas.*)

Por favor, João Cayres, Secretário-Geral da CUT.

O SR. JOÃO CAYRES – Bom dia, companheiros e companheiras, Senador. Obrigado pelo convite para podermos estar aqui e também agir prontamente, porque, na verdade, fomos pegos de surpresa. E eu, muito de surpresa, porque estávamos organizando o ato em defesa da Petrobras e da democracia, que fizemos com grande sucesso em São Paulo e em vários pontos do Brasil, por isso, nem tive tempo de preparar algo.

Mas quero dizer o seguinte: até um mês atrás, eu era Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, agora, num novo desafio como Secretário-Geral da CUT, São Paulo, fui responsável por organizar uma comitiva, em 2002, de trabalhadores, governo e empresários da Alemanha, para entender como é que funcionava o chamado *kurzarbeit*, que existe há mais de 50 anos na Alemanha, porque a gente visualizava o problema que havia ainda na economia mundial e poderia, a qualquer momento, chegar ao Brasil.

Também entendo que vivíamos, praticamente, um pleno emprego, mas, pelos absurdos que ainda há de rotatividade no Brasil e que não se combate ainda, havia pedidos enormes de seguro desemprego todo mês. Exemplo, em dezembro, tínhamos 4,8% de desempregados, segundo o IBGE, mas, mesmo assim, os pedidos de seguro desemprego não paravam. Então, era uma ferramenta que não estava bem. E a gente entendia que, com a crise, a ideia do programa de proteção ao emprego, não vou me estender nisso porque o Clóvis já explicou bem, é uma ferramenta que a gente entende muito boa, aprovada na Alemanha, e por um sindicato parceiro nosso que tem 2,5 milhões de sócios pagantes, não são sócios que representam, não, mas que pagam o sindicato, que o elegem e que aprovaram isso há muito tempo. E os companheiros que estiveram nessa comitiva, não foram lá falar com o governo alemão; foram conversar com o governo alemão, com os sindicatos e foram às empresas conversar com os trabalhadores e entender como esse mecanismo funcionava.

Ou seja, o que percebo é que querem matar a criança no ninho. Querem matar a criança no ninho, porque, logo que o Governo apresentou, e aí temos que saudar o Governo, porque negociamos durante muito tempo, o movimento sindical com o Governo, para aprovar isso, e aprovou nos moldes em que o movimento sindical queria e, na sequência, quando foi editar a MP, existia um monte de emendas parlamentares. Algumas não comprometiam, agora, essa é um absurdo. Essa aí me causa surpresa.

Acho que o companheiro do Diap falou bem, não vejo isso – só se tiver alguém no Ministério do Planejamento, mas, no Governo não –, porque o companheiro Feijó, que, inclusive, esteve nessa comitiva, estava lá defendendo o tempo todo ser contra essa emenda do Parlamentar em questão, Daniel Vilela, que, para mim, na verdade, está a mando de algum empresário.

Os empresários, no Brasil, por mais que o Governo faça, por mais que dê incentivo, querem viver na mamata, não querem capitalismo, querem viver no feudalismo, porque não investem, e, aí, estamos tendo vários problemas.

Então, não quero ser muito longo, mas quero dizer o seguinte: foi citada aqui a questão da crise. No meu setor, o setor da indústria, a gente já tinha um problema na siderurgia em virtude da China, e, por isso, buscava alguma alternativa ao seguro desemprego. Agora, o setor automotivo, este ano, já teve uma queda de 22%, e já vinha caindo desde o ano passado. Então, temos, hoje, 20 mil trabalhadores já em PPE. Inclusive, a empresa da qual sou funcionário vai implementar o PPE a partir de janeiro, ou seja, há trabalhadores lá que vão entrar no PPE, inclusive eu, que sou funcionário e recebo pela empresa. E há várias empresas fazendo isso, não só empresas de grande porte, mas de pequeno porte.

E o mais interessante, Senador, é que a medida provisória foi tão bem elaborada que havia muita empresa que não queria fazer o PPE, e chegava para a gente e dizia: "Olha, quero entrar nesse negócio aí, só que tenho um problema, estou negativado". Se está negativado, meu amigo, cuida da tua vida. Então, muitas empresas não fizeram porque estão negativadas, querendo dar golpe. E para isso temos que estar bem alertas.

Ouvi um comentário aqui sobre acabar com a MP. Discordo plenamente, até porque já existem trabalhadores envolvidos. O que acho que deve ser feito é vetar essa emenda. Se não vetarem no Senado, se não vetarem de novo aqui, no plenário da Câmara, que a Presidenta vete, se puder vetar, ou, como o Presidente da Anamatra colocou aqui, vá para o Supremo, porque é um absurdo. E tão absurdo que isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me fazer um aparte agora. Concordo com tudo o que falou, mas a Presidenta não vetar essa emenda, é o fim do mundo.

O SR. JOÃO CAYRES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela não terá mais razão de dizer que está lá eleita pelo Partido dos Trabalhadores. Se ela não vetar, pelo amor de Deus, é de chorar.

O SR. JOÃO CAYRES – Aí, é de chorar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu, que já estou muito indignado, vou ter que chorar e vamos ter que agir. Estou convencido de que ela vai vetar. Caso acontecer, ela vai vetar. Estou até confiante nesse aspecto por conhecer a Presidente há tantos anos.

O SR. JOÃO CAYRES – Acredito também, até porque já vetou algumas coisas que a gente pediu. Vetou.

A gente vê os absurdos no Brasil. Vou falar rapidinho, já que, dos dez minutos, ainda tenho cinco. Mas vou concluir, por exemplo, falando da Operação Lava Jato. É vergonhoso isso, porque faz mais de um ano e meio... Aqui me diga uma coisa, Senador: você leva seu carro no lava jato e quer que ele saia limpinho, bonitinho, mas que saia funcionando do lava jato. Mas parece que essa operação é para acabar com o Brasil, é para quebrar tudo, porque o que estão fazendo? As empresas nacionais estão sendo condenadas, não podem mais fazer nada, mas as empresas estrangeiras continuam funcionando: a Samsung mesmo, que está envolvida no caso do Eduardo Cunha, continua operando, a Kawasaki, o Estaleiro Jurong, chinês. Agora, as brasileiras estão sendo condenadas. O mais absurdo que a gente vê hoje é que promotores... E aí veio aquela coisa que comentei aqui, Senador, a questão de Montesquieu, que a gente tem que entender: os Poderes são independentes. Como não elegemos um Poder Legislativo pró-trabalhador, é o que se diz do Diap, que é o mais conservador dos últimos tempos, e também temos um Judiciário conservador, estamos tendo promotores indo aos Estados Unidos entregar a nossa Petrobras. Os promotores americanos estão vindo aqui pegar provas da Petrobras.

Quando houve o acidente do Legacy com o avião da Gol, o que aconteceu com os pilotos americanos? Porcaria nenhuma. A Cisco foi condenada aqui, no Brasil, por contrabando, e o que os Estados Unidos fizeram? Nada. A Chevron, crime ambiental, e o que aconteceu com a Chevron nos Estados Unidos? Nada.

E estamos vendo aqui, está na grande TV Globo, os caras comemorando o fato de que a Petrobras vai pagar 1,6 bilhão. Ou seja, temos um bando de salafrário aqui, na imprensa, que está querendo acabar com o nosso País, na verdade, ou com uma grande empresa que representa 70 mil empresas abaixo dela e, abaixo dela, há as grandes construtoras que representam hoje, no Brasil – temos companheiros aqui da construção civil – 500.000 trabalhadores, que estão parados, demitidos.

Então, um dos grandes problemas da crise se chama Operação Lava Jato, porque não se fazem os acordos de leniência para resolver os problemas, como resolveram na Operação Mãos Limpas, na Itália. Condenem a pessoa. Se o cara é ladrão, é corrupto, tem que ser condenado, mas a empresa, pessoa jurídica, não.

O que estamos vendo no Brasil é um acinte, pessoas sendo demitidas, e isso tem reflexo no setor em que trabalho, porque se as grandes construtoras não estão trabalhando, não se compram caminhões, não se compram tratores, não se compram automóveis para as frotas. Isso é o reflexo do que temos no País, e estou vendo muita gente calada. Um juiz de primeira instância manda no País. É um absurdo. Ele pode estar certo, pode estar correto, mas um juiz de primeira instância parar o País é só no Brasil. E, no Brasil, não temos a oportunidade de eleger juiz como nos Estados Unidos, onde se elege o juiz de primeira instância. Aqui, não. Então, é um poder que não é democrático, é conservador. E o que estamos fazendo?

Estou vendo muito pouca gente aqui, foi bem lembrado. Acho que temos que mobilizar mais, a CUT, as outras centrais sindicais, Força Sindical, vi um companheiro com uma camisa aqui, mas aqui está bem representada a Nova Central, a CSB.

Acho que é isso, Senador. Quero colocar aqui, para concluir, que essa questão do PPE é muito importante para nós, principalmente para o setor da indústria, tem nos ajudado, tem ajudado o Governo também, porque custa menos do que o seguro desemprego, o trabalhador continua contribuindo para a Previdência, continua contribuindo para o imposto de renda, não tem problemas com a sua aposentadoria, como acontece com o chamado *layoff*, que foi regulamentado em 1998.

Então, é isso. Faço, aqui, uma fala em defesa da MP, execrando esse veto que é um absurdo e quer realmente acabar com a legislação trabalhista no Brasil que muitos tiveram sangue derramado para manter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Cayres, que falou em nome da Central Única dos Trabalhadores. Mas isso acho que é consenso entre nós, entendo que é consenso. Claro que, pela força de expressão, o que diz um dirigente? Bom, se é para aprovar isso dentro, é melhor, então, derrubar a própria MP. Se é para aprovar isso dentro. Acho que foi essa expressão que ele quis usar.

Fizemos um bom debate, você estava aqui, eu acho...

O SR. JOÃO CAYRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...nesta própria Comissão, e todos defendemos. Eu, como Presidente da Comissão, depois de ouvir o sindicalista, defendi com a maior tranquilidade, porque vocês me convenceram que a MP, de fato, é importante. O problema foi a sacanagem que fizeram, o golpe que deram, o banditismo que fizeram de colocar dentro da MP um artigo que revoga a CLT. Aí não dá para aceitar.

Sei que as centrais, a CUT, todos têm o mesmo ponto de vista. Por isso, eu disse que, se houver a desgraça da desgraça da desgraça, não gosto de falar em desgraça, de o Congresso aprovar essa porcaria, essa vergonha nacional, que é a revogação da CLT, tenho certeza de que a Dilma revoga, que a Dilma veta. Tenho certeza de que ela veta. Mas não quero nem que chegue lá. Acho que, em nome seriedade, da vergonha na cara, da hombridade de Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras... E, aqui, não estou ofendendo ninguém

não. Entendo que, naquele momento, aqueles votinhos que deram foi um voto despercebido, mas, agora, na votação da MP, acho até que vai haver unanimidade. A reação da população brasileira é tão grande que o próprio Relator vai retirar ou, por unanimidade – Toninho, olhe a minha ousadia: por unanimidade –, vão revogar esse artigo. É rir para não chorar.

Bom, vamos lá. O nosso querido Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, que fala por ela, é o Presidente aqui, do Distrito Federal, o Flauzino Antunes Neto, também tem viajado conosco neste debate para acabar com o PL 30, da terceirização.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Bom dia companheiros e companheiras; bom dia, Senador Paim, companheiros da Mesa, das centrais.

Eu gostaria de fazer um relato histórico, um resgate histórico. Vou falar da questão do Direito e um pouquinho de Economia, pois, sou economista.

Foi citado aqui por alguns que me antecederam o Smith, que foi o pai da Economia moderna, que falava, como professor de ética, que o capitalismo, na sua busca incessante pelo lucro, nunca teve ética. Então, eles vão fazer tudo o que for possível, fora e dentro da ética, para ter o seu lucro, seja com a morte de trabalhadores ou não, pelo sugamento das suas forças vitais ou não. É esse o embate, é esse o espírito que foi colocado. Isso ele falou no século XVIII.

Depois, Marx veio, no século XIX, falando que se os trabalhadores não se unissem, não buscassem seus direitos, essa matança, essa ganância dos capitalistas iriam até as últimas consequências. Isso, no século XIX.

No século XX, vários economistas vieram falando que não se poderia mexer na flexibilização do salário, porque, com o avanço, os trabalhadores vieram ganhando direitos, que, aqui, no Brasil, se consolidaram com a CLT, com Getúlio Vargas, e em outros lugares do mundo.

Então, a humanidade vem avançando nos direitos dos trabalhadores. E agora, no século XXI, estão querendo voltar atrás e tirar tudo isso que foi conquistado durante séculos.

Com a redução de jornada com redução de salário, não concordo de jeito nenhum, que é o que o PPE está aplicando na Medida Provisória 680. Teríamos que partir para a redução da jornada com a manutenção dos salários, coisa que o Pochmann defende há muito tempo. E não estamos vendo essa defesa. Por mais que a crise esteja aí, o problema não é nosso. A crise é do empresariado, não dos trabalhadores. Temos que estar juntos porque sem empresa não há emprego? É outra discussão.

Falou aqui o Presidente da Anamatra que, na época do Fernando Henrique, o desemprego chegou a 20% em média no Brasil, nos grandes centros, e não houve essa proposta colocada aqui. Com o Lula, o desemprego chegou a quase 3%, 4%. Chegou-se ao nível de pleno emprego. Agora, com a Dilma, com 7%, vêm colocar isso em questão?

Acho que é um absurdo tirar direitos dos trabalhadores com uma crise não tão instalada em nível de emprego ainda. Não podemos ficar nos antecipando, falando que há uma crise no emprego sem saber qual é a verdadeira causa. A verdadeira causa está na falta de investimento do setor produtivo, o que foi colocado aqui. Mas esse investimento produtivo não está sendo empregado por quê? Porque se está inibindo a formação de capital de investimento no Brasil com a taxa de juros na estratosfera. Fica melhor para o empresário investir no capital financeiro do que abrir novos postos de trabalho. A crise está instalada aqui, na política de juros. Não temos uma política nacional de indústria. O próprio companheiro da CUT falou aqui que a indústria nacional está sendo sucateada, porque o setor estrangeiro tem juro baixo no exterior e investe aqui. Nós, brasileiros, não temos a mesma facilidade, porque o juro está alto e os impostos estão sendo aumentados. Do ano passado para cá, foi liberado o preço dos custos administrados pelo Governo, que são: a gasolina, o gás, a eletricidade e tudo o mais, que está sendo repassado para o preço. E quem está pagando essa conta? O trabalhador, porque, com o preço alto, as pessoa deixam de consumir, deixam de gastar, e isso reflete no emprego. Então, o emprego não está no PPE, mas na política econômica que está sendo implementada no Brasil.

Temos que discutir a onda neoliberal que está vindo para cá para acabar com os direitos que toda a classe trabalhadora vem conseguindo durante os séculos e está sendo desmontada agora. É o contra-ataque do setor empresarial, Senador. Eles querem tirar o lucro em cima das costas dos trabalhadores, porque, do lado financeiro, estão sendo espremidos. Temos acompanhado, na Europa e nos Estados Unidos, que o setor financeiro é que manda no mundo hoje. Então, querem essa política de juros altos, espremendo o lucro do empresariado, que corre para cima do trabalhador, que fica ali horas e horas trabalhando, e eles absorvem esse lucro.

Então, o embate capital e trabalho está muito grande porque o setor financeiro está hegemônico. Temos que combater isso, porque é o que está em voga hoje.

Em contrapartida, o Governo Federal se abaixa para essa política neoliberal, fazendo medidas provisórias, como o João Domingos colocou aqui, no início, contra a Previdência, a 664 e a 665, o direito defeso. Todos

os avanços da classe trabalhadora aqui, no Brasil, todos os direitos estão sendo jogados no lixo por um ajuste fiscal para garantir o pagamento dos juros.

Ninguém falou isso, não se alertou para isto: que a causa, o início de todo o combate aos direitos trabalhistas no Brasil está na política econômica defendida pelo Governo Federal. Nós temos que atacar isso para garantir que o Brasil se desenvolva, gere emprego, garanta os direitos trabalhistas aos trabalhadores para manter toda a estrutura familiar que temos hoje.

Então, a discussão, para mim, do PPE, era para acabar. A emenda, então, é um negócio nefasto, fim do mundo, porque estamos vendo uma situação de um exército industrial de reserva que está sendo aumentando. Se o patrão chega e fala: "Olha, se você não trabalhar na minha regra, você está fora", o trabalhador vai negociar de qualquer maneira, sem garantia nenhuma. A legislação tem que ser a garantia do trabalhador, e a CLT é a garantia de que o trabalhador tenha seus direitos preservados. Então, não podemos atacar a CLT. Temos que protegê-la para que o trabalhador, lá na ponta, lá nos rincões deste Brasil, tenha esses direitos garantidos.

Se eu pudesse, seria pela rejeição da medida provisória por inteiro e da sua emenda também. E que fique bem claro aqui o nosso alerta, da CGTB, sobre essa defesa deste avanço da política neoliberal financeira em cima dos direitos trabalhistas.

Esse é o nosso recado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Flauzino Antunes Neto, falando em nome da CGTB, disse que – vou arredondar a tua fala, permita-me – já era contra essa MP e, agora, então, não tem sentido nenhum. Mas também, se for o preço a pagar, pessoal, sinto muito, até eu votarei conta a MP; se for o preço, voto contra. Se disserem para mim: "Só se tu votares contra a MP cai essa emenda", voto contra a MP. Eu, aqui, no debate com as centrais, tive posição muito clara. Agora, se conseguirmos retirar essa proposta, aí, sim, meu amigo Senador ficou bravo comigo, porque essa, sim, é maldita, aí, o debate é outro. Essa aí é o fim do mundo, como eu disse para ele baixinho; é o fim do mundo.

Agora, vamos para o Flávio Werneck Meneguelli, que vai falar pela CSB, como Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros. Depois, falará o Dr. Diego, em nome da OAB.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Bom dia, Senador Paim, bom dia aos colegas aqui presentes, bom dia JP, em nome de quem comprimento os demais representantes da Mesa, nosso colega de lutas, de muitas lutas.

Bom, já tivemos muitas pessoas colocando pontos de vista econômicos, de direito, falamos de inconstitucionalidade formal, material, passando por uma idealização econômica, um resumo econômico do século XVIII para a frente. E vou tentar contribuir um pouquinho, lembrando alguns pontos que ainda não foram citados pelos demais colegas. O primeiro que acho que é importante lembrarmos é a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Vou cometer aqui o abuso de fazer uma leitura rápida de uma parte da *Declaração Universal dos Direitos Humanos:*

Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Esse texto é o texto principal da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. E eu gostaria de lembrá-lo aqui porque esse contrabando que foi feito na MP atinge frontalmente a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e atinge frontalmente a CLT.

Eu gostaria de lembrar, de fazer um histórico também de quais foram as três principais fontes da CLT que Getúlio Vargas buscou, quando começou a pensar em construí-la. Primeiro, o Congresso Brasileiro de Direito Social foi uma das fontes. A segunda foram as convenções internacionais do trabalho. E a terceira foi a *Encíclica Rerum Novarum*, que, entre as coisas novas, à época, do Papa Leão XIII, em uma carta aberta aos bispos sobre as condições da classe trabalhadora, orientou todos os bispos a protegerem os trabalhadores à época, por conta do excesso do capital.

Então, gente, o que estamos vendo por uma emenda é a desconstrução de todo um arcabouço protetivo do direito do trabalhador. E não um arcabouço meramente brasileiro, ou celetista, ou getulista, mas um arcabouço de proteção mundial, algo em que trabalhamos e que levamos anos para construir. E, como coloquei aqui, um contrabando, uma tentativa subterrânea, sub-reptícia de se acabar de uma só vez com toda essa proteção e esses direitos dos nossos trabalhadores.

Vou abrir um parêntese de novo, Senador. O colega João Cayres falou da Operação Lava Jato. Não vou pessoalizar, colega, mas a Operação Lava Jato não deveria ter nomes nem de juízes de primeira instância, delegados, promotores etc. O que se tem que discutir no Brasil como ganho para a população brasileira, para a economia brasileira é a modernização da metodologia investigativa, que, hoje, trava o cenário econômico

todo por conta da sua dificuldade, da sua burocracia, é uma metodologia arcaica que só existe no Brasil. Então, abrindo esse parêntese para colocar para o colega João Cayres essa situação da segurança pública que tanto repiso, ou estudamos uma metodologia moderna e eficiente de segurança pública ou acontece isto: além da condenação sem provas de pessoas, as reputações vão para o ralo, com uma metodologia burocrática e arcaica que temos, e ainda engessamos a economia brasileira, o que garante aos empresários internacionais toda a comemoração possível.

Bom, para terminar, gente, não vou me estender muito, eu gostaria de colocar apenas que causa à CSB muita estranheza a intenção de restrição dos direitos trabalhistas em pleno século XXI. Tínhamos, para esse suposto ajuste fiscal, Flauzino, muitas possibilidades a trabalhar: um *spread* bancário altíssimo; o imposto sobre grandes fortunas, que nunca foi regulamentado; poderíamos trabalhar um imposto de renda realmente progressivo, como está na Constituição Federal. E foram citados alguns países aqui, como Canadá, Espanha etc. Vou-me ater ao Canadá, que cobra um imposto de renda que chega a quase 65%, dependendo da faixa, mas, em compensação, dá saúde, educação, segurança pública, todos os princípios basilares são oferecidos em contrapartida.

Nós precisamos olhar onde está sendo feita a sangria para combatê-la. E hoje eu tenho certeza de que a sangria, no Brasil, advém das instituições financeiras. E aí deve ser feito o ajuste fiscal, em cima do que o Flauzino colocou, em cima do *spread* bancário, em cima desses juros absurdos, altíssimos. Nós temos que trabalhar, a classe trabalhadora tem que trabalhar e buscar oferecer um ajuste fiscal onde ele deve ser colocado, onde está havendo a sangria no País. Acabar com a especulação e colocar o dinheiro onde realmente nós podemos alavancar o Brasil, na produção.

Por fim, lembro que nós caímos pela metade no que diz respeito à produção no País nos últimos oito a dez anos.

Obrigado. Obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade de colocar nosso posicionamento aqui.

E repiso: a Central dos Sindicatos Brasileiros também assina pela rejeição da MP, se vier com esse contrabando. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, que diz que não é contra a MP, mas é claramente contra esse contrabando, o que unifica todos nós.

Agora eu passo a palavra ao Diego Monteiro, que vai falar pela OAB.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Muito obrigado, Senador, por mais este convite à Ordem dos Advogados do Brasil para participar de uma audiência pública para discutir assuntos tão importantes, que estão modificando bastante a seara jurídica no País, o que, no meu ponto de vista pessoal e profissional, gera uma grande instabilidade jurídica, pois a cada dia que passa temos uma nova emenda, uma nova lei, um novo fato vindo.

Então, Senador, eu o cumprimento e, no seu nome, a toda a Mesa e também a todos os presentes, em nome da Comissão de Seguridade Social, e também sou assessor da Federação dos Aposentados de Brasília, cujo presidente é o Pimenta, meu grande companheiro.

Senador, o que vem acontecendo hoje nas searas legislativa e jurídica são essas emendas zumbis. Eu gosto de chamar de emenda zumbi, mas um outro colega chamou de emenda jabuti. Gostei do nome, do apelido dado. São emendas dadas em medidas provisórias. Já são medidas extremas que nem deveriam existir para tratar certas matérias, já causam muita estranheza, e ainda vem uma emenda nessa medida e cria uma situação meio esdrúxula e lastimável, como é o caso dos arts. 11 e 12, que foram incluídos nessa MP nº 680.

Sobre o crime de lesa-pátria, que o senhor até colocou no chamamento para esta audiência pública e iniciou aqui o debate falando sobre ele, eu queria deixar, Senador, a denominação e a definição do crime de lesa-pátria bem clara para todos, para que se identifique a gravidade do que vem acontecendo no nosso País. Lesa-pátria é qualquer aliança política traiçoeira que cause prejuízos ao País, acabando com a democracia, a soberania e a liberdade de seu povo, bem como efetuando desvios fraudulentos dos cofres públicos, impondo com isso um regime autoritário, fundamentado na esquerda ou na direita, radical ou não, emparelhando ao Estado e subjugando o povo, enganando, comprando, escravizando ou fraudando eleições para permanecer no poder. Palavras importantes: subjugando o povo e escravizando para que se mantenha no poder. É o que hoje, infelizmente, o Governo vem fazendo, Governo esse, Senador, que, embora seja do mesmo Partido que V. Exª, não o representa de forma alguma, o senhor está muito além disso.

Sobre os arts. 11 e 12 da MP nº 680, essa negociação sobre o legislado, como bem deixou claro, e também não vou entrar muito nesse assunto, é inconstitucional, tanto do ponto de vista material, quanto formal. E não somente é culpa do Deputado Daniel Vilela essa questão da emenda, pois ela foi aprovada, mas vários Deputados foram com ele na aprovação dessa emenda. E, óbvio, ele deve se justificar, mas também todos os Deputados que votaram a favor. Creio que as centrais sindicais aqui irão atrás deles querendo explicações.

Agora, sobre esse tipo de emenda jabuti, ou esses zumbis legais, que é como a gente chama essas emendas que trazem à tona alguns assuntos que não mereciam caber neste momento, Senador, semana passada foi aprovada uma emenda, na MP nº 676, aqui, falando mais da parte dos aposentados, diretamente ligada ao pessoal que trabalha, que é sobre a desaposentação, texto de lei ao qual eu tive o prazer de ser autor de uma proposta, que ofereci ao Senador Paulo Paim, que distribuiu no ano passado sob o nº 172, de 2015.

Só que infelizmente o que foi aprovado na Câmara está sob um sério risco, como aqui também se discute a MP nº 680, pois essa MP nº 676, da desaposentação, essa emenda, cria sérias contradições do ponto de vista do direito previdenciário. Por quê? Ela não trata de uma renúncia de benefício, mas sim de uma revisão; mas uma revisão totalmente limitada, em que não se vai recalcular o fator previdenciário e nem se vai possibilitar a troca de benefício, para que, por exemplo, a pessoa possa optar pelo fator 85/95. Essa regra é totalmente destoante e contraditória ao art. 122 da Lei nº 8.213, a Lei de Benefícios da Previdência, que prevê e estabelece que o melhor benefício deve ser o deferido.

Então, com essa nova revisão, se traria uma grande contradição, inclusive porque ela incluiu – é uma vitória e ao mesmo tempo não é – a questão do auxílio-doença e do auxílio-acidente, podendo ser percebidos pelo trabalhador aposentado que voltar a trabalhar. Mas várias dúvidas permeiam essa situação, em especial a cumulatividade, o recebimento cumulativo de benefícios. Hoje a própria lei veda esse benefício cumulativo, mas vem uma emenda, dessas emendas zumbis, dessas emendas jabutis, que inserem uma situação nova completamente ilegal, e contraria a própria lei que ela está alterando.

Quanto a isso também, há a questão do período base de cálculo desses novos benefícios e o recebimento – *ad eternum* às vezes – do auxílio-doença, porque como o novo projeto veda a troca de espécie de benefício, significa que a pessoa que entrar no auxílio-doença e por algum motivo ficar incapacitada total e definitivamente ou vai parar de receber o auxílio-doença e receberá sua aposentadoria anterior, ou vai receber *ad eternum* o benefício do auxílio-doença junto com a aposentadoria, o que seria também, do ponto de vista jurídico, ilegal.

E há a questão do teto também, de como ficaria o teto de recebimento de benefícios cumulativos, se ele seria respeitado ou não.

Então todas essas situações, entre outras questões, devem se enfrentadas, Senador. E eu até faço a proposta de realização de audiência pública sobre a questão da desaposentação, esse novo projeto, porque ele gera um risco grande à tese que já vem conquistando até o STJ, temos procedência em tudo, e também sobre o déficit da Previdência, que muitas vezes é utilizado como forma de afastar direitos e de afastar a luta social pelos direitos previdenciários dos aposentados, pensionistas e idosos no nosso País.

Bom, também ainda sobre essa MP que foi feita, sobre essa emenda, ela cria uma distinção – inconstitucional, no nosso ponto de vista – sobre dependentes. Lá diz que dependente é entre homem e mulher, ou seja, só poderia pegar pensão a entidade familiar, e, segundo a concepção da Câmara agora, com o Estatuto da Família, entidade familiar é só a relação entre homem e mulher. E essa modificação não foi inserida, ela não foi inserida a bel-prazer, ela foi inserida de propósito, sem citar especificamente homem e mulher, mas colocou a tal entidade familiar que, segundo a Câmara agora, é só a relação entre homem e mulher. Ou seja, o direito social do movimento LGBT, dos homossexuais, cairia por terra. Eles já conquistaram um direito que está caindo, que é exatamente o que se trata aqui na MP nº 680. São direitos conquistados há muitos anos, há mais de 70 anos, pela CLT e por várias lutas das centrais sindicais, dos sindicatos, e que hoje, ao bel-prazer de um político ou de uma classe social – provavelmente dos empresários, não é? –, se restringem esses direitos sociais, gerando um retrocesso social.

E sobre o retrocesso, eu cito até uma grande colega minha, minha amiga Drª Thaís Riedel, que é Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB, que escreveu um livro sobre a vedação do retrocesso social. Do ponto de vista jurídico, entendemos ser inconstitucional retroagir direitos em face de uma situação de crise atual, que é o que o País vem fazendo, é o que o Governo vem fazendo: restringe direito de quem precisa, para sanar, do ponto de vista, muitas vezes, econômico, a situação.

Por fim, eu queria chamar a atenção também para o Veto 29, que é o reajuste dos aposentados e pensionistas do RGPS, do Regime Geral, porque o INSS está até hoje na Câmara e não foi votado. Deve-se derrubar esse Veto 29 para que os aposentados tenham o mesmo reajuste que o salário mínimo.

Quanto à mobilização, que vocês tanto citaram, eu até dou um conselho de paradigma de mobilização, que tem sido feito pelos servidores do Judiciário: uma mobilização completamente articulada, de todas as centrais, todos os sindicatos e associações que lidam com os servidores do Judiciário e que estão completamente enraizados nessa situação, direto, com vuvuzela, com buzina de gás, e eu creio que vocês devam começar a fazer isso agora, porque é pressão. Isso só vai cair mediante pressão.

E nós repudiamos também a questão desse crime – não crime, não é?, mas essa ilegalidade...

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – ... de sempre reduzir direitos de quem precisa, em face, por exemplo, como foi citado pelo Dr. João Cayres aqui, da Lava Jato. Quem está pagando o pato literalmente é a classe trabalhadora, literalmente quem sustenta este País. A isso se deve botar um fim imediatamente.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diego Monteiro, que falou pela OAB.

Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia aos colegas desta audiência, a quem nos está ouvindo pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Senador, eu vou falar basicamente bem rápido. Já tivemos aqui várias contribuições importantes. Vou falar um pouquinho mais tecnicamente e depois da questão política, já dando um encaminhamento que a gente entende que seria importante para as ações imediatas.

Senador, com relação à Medida Provisória nº 680, ela vem nesse escopo da crise econômica, tem esse condão de ajudar a classe trabalhadora, mas, voltando um pouquinho atrás, já falaram aqui sobre algumas leis: a Lei nº 9.601, de 1998; e as Medidas Provisórias nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, que também tratam desse assunto, crise econômica e medidas que foram adotadas para enfrentá-la. E eu queria lembrar uma mais antiga, de até antes da Constituição Federal. Esta aqui: a Lei nº 4.923, 1965. Então nós estamos falando de cinquenta anos atrás, pleno regime ditatorial, de exceção. Essa lei tratava de redução de salário, em face de conjuntura econômica, pelo período de três meses, prorrogáveis mediante acordo sindical, com redução proporcional de remuneração de gerentes e diretores.

Eu queria pegar esse gancho aqui, de uma lei do regime autoritário, que fala de uma coisa que a gente não fala: quem está pagando essa crise econômica? Qual é o preço que cada um está pagando?

Até o ano passado, a Anfip acompanhou com muita preocupação as desonerações efetuadas sobre a folha de pagamento, que oneraram a Previdência Social. No ano de 2014, o número chegou a uma desoneração de R$24 bilhões. E aí é engraçado que toda a política de desoneração tinha como objetivo melhorar a competitividade, para que as empresas empregassem mais. E naquele período já tivemos aqui as informações sobre o desemprego, o Brasil estava convivendo com um processo de praticamente pleno emprego. Então o que aconteceu? As desonerações viraram lucro, e as grandes empresas se aproveitaram desse lucro e remuneraram as suas matrizes, e por aí afora. Então é engraçado que na hora da bonança, se desoneram as empresas; e na hora da situação difícil, a gente impõe ao trabalhador os sacrifícios pela crise econômica.

A medida provisória, então, na questão previdenciária, protege esse valor que é pago como um adicional, cujo nome se mudou, não será mais salarial, mas institui a contribuição previdenciária. Então o empregador continua a contar essa contribuição pelo valor efetivamente recebido, e não apenas pelo salário que ele recebe. Mas nós chamamos a atenção para isso, para essa medida que vem, e já existem outras medidas. Provavelmente, se a medida provisória não existisse, os sindicatos estariam negociando outras saídas também.

Senador, na questão de encaminhamentos, eu vou ter que falar aqui rapidamente sobre a Medida Provisória nº 660. Foi uma medida provisória que tramitou e virou lei. Ela tratava da remuneração dos servidores públicos dos extintos Territórios e teve lá dois jabutis, que foram colocados e aprovados, que prejudicavam a categoria dos auditores fiscais. E nós tivemos a mesma situação: atuamos na comissão, mas infelizmente o relator acatou as medidas e essas medidas prejudicaram a categoria. E, por conta disso, eu conto a história, posso contar.

Fizemos uma atuação muito forte, mas perdemos na comissão, e fizemos uma atuação junto ao Governo. A categoria se revoltou, porque eram emendas que prejudicavam as nossas atribuições, que fragilizavam o trabalho dos auditores fiscais. E o que aconteceu no processo de negociação daqui do Senado lá para a Câmara? O Presidente da Câmara, alertado, acho que o termo talvez seja esse, ou instado principalmente pela área econômica do Governo, retirou essas emendas. Então a Medida Provisória nº 660 tramitou sem essas emendas que prejudicavam a categoria dos auditores fiscais. E lá houve sim uma atuação do Governo perante o Presidente da Câmara. Então, se há alguma coisa a ser pedida aqui ao vivo ao nosso novo Ministro – como se que chama agora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – ... Berzoini, Ministro Berzoini, que tanto prezamos, é para que ele atue. O Ministro Berzoini pode atuar. É só dar um telefonema lá para o Presidente da Câmara e pedir que ele faça a mesma coisa. Nós temos aqui já os ritos, essa matéria é estranha. Então simplesmente, que o Presidente

da Câmara as retire, não tramite a medida provisória, deixe a medida provisória prosseguir sem essas emendas que estão aqui sendo repudiadas por toda a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica aqui o pedido feito pelo Vice–Presidente da Anfip, o Floriano. E também me permita, como Presidente da Comissão, em nome de todo este Plenário, dizer a meu amigo Berzoini, sindicalista, presidente do Sindicato dos Bancários, Deputado Federal, Ministro de diversas pastas, que, então, a Comissão de Direitos Humanos, reunida aqui hoje com todas as centrais e todas as confederações, faz este pedido: peça para retirar as emendas em relação ao debate que estamos fazendo, que permite que o negociado esteja acima do legislado. O.k.? (*Palmas.*)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Então, pessoal, eu poderia me estender mais, mas efetivamente eu acho que a gente está aqui mais para deliberar as questões importantes, e há esse caminho, há essa possibilidade. Eu acho que a gente, antes de pensar que ainda possa tramitar na Câmara, que depois volte para o Senado, que ainda possa virar lei, que seja vetada, pode matar no nascedouro. Se não matarmos na Comissão Especial, que o Presidente da Câmara o faça ainda hoje ou amanhã. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Floriano Martins de Sá Neto, que falou pela Anfip. E já ficou a proposta, que encaminhamos. E faremos também esse movimento, em nome desta audiência, junto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

João Paulo Ribeiro, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia, ainda, ao Senador, e a todos os presentes.

Primeiro eu queria, Paim, vou quebrar o protocolo, porque não existe isso, estou com a palavra, falo o que quiser aqui, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, vamos lá. Quem sou eu...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nos deram permissão, e eu dizia, quando ainda não militava no movimento sindical, era apenas militante no movimento negro, que onde um cidadão afrodescendente pudesse pegar a palavra, ele iria dizer, expressar toda a sua palavra, o que também não é fácil para a gente, não é? Se não é fácil para o brasileiro, para o pobre, imagine para quem é negão ou negona! É difícil.

E só estou falando isso porque o Paim, quando me saudou na entrada ali, agradeço muito... Num diálogo pelo WhatsApp, nós estávamos falando que somos descendentes de Zumbi, pela nossa luta, pela nossa garra e disposição de fazer, de defender o povo, não só negros e negras, mas toda a sociedade. Mas aí começaram a fazer referência, eu sei que não tem nada a ver, mas é bom a gente falar as outras referências que foram ditas sobre Zumbi, que Zumbi dos Palmares teve seu nome pela sua agilidade e disposição de estar em vários lugares, porque o fazia por meio de vários lutadores, então eram vários zumbis no quilombo. Havia a facilidade de se pensar que o tinham exterminado, mas novamente ele se insurgia e conseguia lutar a luta pela libertação da escravidão. (*Palmas.*)

Então estou dizendo isso porque não podemos confundir a expressão "zumbi" com aquelas bobagens ou coisas horrorosas, porque acho que nós temos que afirmar o grande herói, que inclusive agora é herói da nossa Pátria. Quero deixar isso na minha fala, achei necessário. Me desculpe por fazer a minha fala começando por aí.

A outra questão que eu queria deixar clara aqui é que todos os que me antecederam já falaram o que é a medida provisória. E não é nem um submarino, acho que é um transatlântico. Sei lá o que aconteceu naquela comissão. E nós refutamos isso aí, nós não queremos. Nós assinamos agora, a CTB queria dizer que desde o dia em que saiu – está no nosso *site* –, desde o dia em que saiu, nós temos uma posição crítica à medida provisória, porque a medida provisória coloca no seu §5º... Então, eu acho normal eles terem essa disposição de querer mudar, Paim, porque já colocam na medida provisória, no inciso V: "fomentar a negociação coletiva e aperfeiçoar as relações de trabalho". Está na medida provisória. Então comungo da mesma ideia, a CTB.

Nós não fazemos alusão à valorização dessa medida provisória, não. Nós achamos que temos que rejeitá-la na íntegra, porque ela não ajuda. Embora num momento de crise, quando nós sabemos que temos que consultar as bases melhor, nós temos que fazer debates melhores. E foi inoportuna a apresentação dessa medida provisória sem a conversa e sem a negociação com as centrais sindicais. Foi jogada no nosso colo, e isso não se faz. Em um País que a gente diz ser democrático, onde a gente ouve os trabalhadores, nós temos que... As centrais sindicais estão aqui para ouvir o que as bases falam. E sem consulta nenhuma, chegar a uma reunião e depois jogar no colo das centrais sindicais sem debate, sem negociação, para isso, no mínimo, há outra palavra, que eu não preciso expressar aqui. É oportunismo.

Então dizer que as centrais aqui – livro a minha, a CTB, que não comunga com essa ideia – falam que essa medida provisória é boa não dá. Pode ser que alguém o diga, e pode ser que seja, no momento, um paliativo. Então nós temos que começar a botar os pingos nos is, porque nós soltamos – está na nossa página – os seis

pontos mais críticos dessa medida provisória, e nós soltamos no dia 6 mesmo, quando foi publicada, e fizemos uma revisão no dia 8 de julho. Está lá para quem quiser ver.

Então acho, Paim, que nós temos que fazer um debate mais sério e respeitoso com a sociedade, porque, por exemplo, eu atuo no serviço público, mas nós trabalhamos aqui a questão, e o senhor sabe muito bem disso, há muito tempo – e aí foi lembrado também o Prof. Marcio Pochmann, que é da mesma universidade, a Unicamp, na qual eu trabalho –, nós defendemos a redução de jornada pela qualidade de vida, para geração de emprego. Todas as centrais têm acordo. Não à redução de jornada com redução de salário. Isso não existe.

E aí dizem: "Ah, para salvar." Acho que a medida provisória só salva o empresário, mais uma vez. É isso. Não têm que dizer: "Ah, tem que salvar o empresário." Claro que têm que ser salvos os empresários, porque eles geram emprego; mas há que aumentar o diálogo social, porque todas as vezes, em época de crise, só salvam os empresários, só salvam os bancos. Esperem aí! Nós temos que saber outras questões.

No Brasil, de fato, e aí o Floriano, o Flávio, os companheiros que me antecederam aqui na primeira Mesa, que foi muito boa, disseram: "Nós temos outras medidas a fazer, e não querem". Não querem por causa da submissão que têm à questão da política ortodoxa, conservadora, fiscal, pelos ajustes fiscais. Não dá, não dá. Não dá para a gente ser passivo diante da bobagem que está sendo feita.

E nós queremos conclamar a população a enfrentar esses ataques. A população, a classe trabalhadora tem que sair para as ruas para enfrentar todos os ataques e as coisas maléficas que estão acontecendo. Chega de passividade. Chega de querer ser passivo. É isso. Não dá mais para a gente ficar passivo diante de algumas aberrações que estão acontecendo.

Digo mais: quando a gente coloca a brutalidade dos ataques... Está aqui o meu amigo, companheiro, José de Deus, que é da base da Fasubra, o Chiquinho, não sei se há outros companheiros da base da Fasubra. Estou falando isso porque eu tenho que começar a fazer a base em que nós atuamos na universidade. Fazer ajuste fiscal quando você coloca um abono – e eu estou botando meu submarino também aqui, ao vivo, é bom para a gente fazer nossa denúncia –, botar um submarino nos ajustes fiscais, um dos elementos que colocaram aqui foi o abono de permanência, gente, a atrocidade que é isso!

Paim, é uma coisa maléfica atrás da outra. É o seguinte: fechar cursos, aplicar toda a lei que agora foi aprovada pelo Supremo, das OSs e OSCIPs. O abono permanência, primeiro, gratifica os grandes cérebros da universidade, nossos professores eméritos, nossos valores da universidade, os técnicos mais importantes que estão hoje na universidade. Simplesmente por decreto, por decreto, vão tirar 101 mil trabalhadores com o fim do abono permanência de 11%. E são 11% por quê? Senador, você sabe muito bem. É apenas para compensar, porque somos a única categoria que tem o desconto, não é, Floriano? E aí compensa. É apenas um prêmio. As pessoas, por 11%, permanecem dando aula, permanecem contribuindo, um técnico administrativo, nos hospitais universitários, continua contribuindo e atendendo a sociedade. Eles vão tirar. Deixarão de estar nas universidades 101 mil trabalhadores a partir de agora.

Sabe o que vai acontecer? Qual é a saída que eles devem apresentar? Contratação das OSs e OSCIPs. As OSs e as OSCIPs serão contratadas para colocar essas pessoas. É precarização, Paim. É a terceirização, Paim.

Então os ataques: na Comissão, agora, o PPE, por meio do PLC nº 30, que está andando. E o senhor é o nosso chefe nessa jornada pelo Brasil. É a privatização das universidades públicas.

Lula cresceu, foi muito bom, nós crescemos. A categoria que mais ganhou desde o governo Lula e o Governo Dilma foram as universidades federais, os institutos federais. Realmente houve contratação. Só que numa canetada desse Ministro da Fazenda, tirou tudo. Serão 101 mil, 120 mil, 123 mil no ano que vem. E aí? E as contratações que foram feitas durante esses últimos dez anos? Foram embora. E o pior: cancelam o concurso público. Ah, pelo amor de Deus, cara! Isso aqui é muita bobagem, esse negócio. As pessoas pensam que todo mundo é idiota. Pensam que a sociedade é burra. Está aqui, olha, nós estamos ao vivo: é bobagem o que estão fazendo, e não se discute. Não se fala nada. E aqui, os momentos que nós temos para falar e denunciar são esses momentos que o Senador...

Mais uma vez, Senador Paulo Paim, agradeço. Posso falar em nome da Federação pelos dez anos ou mais em que fiquei como dirigente lá, e também o Chiquinho, que é da direção da Fasubra. Faço um apelo em relação ao que está acontecendo. Até mesmo aquela bobagem, para finalizar, até aquela bobagem da consignatária, ainda terão direito, agora, estão tirando. Um secretário que aparece no Ministério do Planejamento vai lá e por decreto tira o direito...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... de a pessoa ter um desconto na mensalidade da associação de classe e do sindicato. Isso é intervenção, rapaz. Um cara, esse caboclinho que foi lá – caboclinho, não, porque negão não fala uma bobagem dessa, mas tudo bem, tanto faz isso aí; eu falo "caboclo", mas peço desculpa até –, mas

essa pessoa irresponsável do Ministério do Planejamento está tirando o sustento de outras famílias, porque os trabalhadores do nosso sindicato não têm como receber do sindicato, os bancos não dão empréstimo para sindicatos. Isso é ataque também aos movimentos sindicais. Isso é ataque às organizações sindicais. E isso nós vamos denunciar, vamos fazer isso.

Senador, aquela carta que chegou ao Senador Renan não chegou a lugar nenhum, nunca fomos chamados. Pedimos audiência em várias... Não. São negadas, são negadas. E nossos sindicatos estão sem pagar os salários dos trabalhadores nossos, dos funcionários, por causa dessas medidas aí. Ou seja, há um conjunto de bobagens e ataques a toda a organização sindical e aos trabalhadores. E nós temos que usar este espaço que brilhantemente, mais uma vez, o Senador Paulo Paim nos deu.

Volto a dizer que eu não preciso me estender, devido às conversas aqui e pelo fato de os que me antecederam já terem elucidado todos os problemas diante desse mais novo ataque feito naquele lugar, que deveria ser a Casa do povo, mas que, na verdade, nós temos que ocupar, aquele espaço do povo, porque aqueles Deputados, muitos deles, ou ampla maioria deles, só fazem bobagem, não representam a classe trabalhadora, muito menos a sociedade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o JP, João Paulo Ribeiro, que falou pela CTB, ampliando um pouco as críticas em relação a algumas medidas do Governo, que, de fato, deixaram, de dezembro para cá, muita gente perplexa.

Eu tenho demonstrado também as minhas preocupações e constrangimento ao longo desses meses. E aqui, agora, culminam neste debate de hoje, que, repito, espero que não...

João Domingos, você trouxe a denúncia de que o Governo não esteja comungando com essa posição. Seria o fim do mundo.

João Pimenta falará pela Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que tem um grande congresso agora, nos dias 8, 9, 10, 11 e 12, lá em Alagoas, e eu farei de tudo para estar lá, porque vamos discutir muito a conjuntura também. João Pimenta.

O SR. JOÃO PIMENTA – Bom dia, Senador, a todos da Mesa. Quero agradecer o convite, em nome da Cobap. O Warley pediu muitas desculpas, mas já se encontra em Maceió. Por esse motivo, não pôde comparecer.

Bom, a Cobap também se solidariza com o movimento sindical e repudia essa agressão aos trabalhadores brasileiros. É claro que a gente fica aqui procurando eufemismos para poder justificar essa agressão. Entendemos essa grande indignação de todos aqui, mas é fundamental que a gente não se acomode.

Existem sindicatos, existem federações, confederações, centrais sindicais, e todas essas entidades são representativas. Se elas existem, elas têm que juntar a base e conversar. A gente fica reclamando do Governo, que não conversa, mas nós mesmos, e eu falo porque sou presidente de uma federação, eu agradeço até a quantidade de aposentados que vieram aqui nos prestigiar... (*Palmas.*)

Então é chegada a hora de a gente conversar com as bases. As bases, que ficam afastadas, não tomam conhecimento, porque as lideranças não têm tempo de conversar, já que ficam aqui no Congresso o tempo todo, tratando dos interesses, mas também não estão conversando com a base. Então, isso é um questionamento, isso é uma provocação. A gente precisa, antes de chorar muito, justificadamente, conversar com o povo.

Eu estou vendo aqui que o Sindicato dos Comerciários também compareceu, esse povo que entende, mas entende pelos jornais. Eles não sabem o que é que está acontecendo. Por exemplo, quando há um indicativo de greve, os sindicatos convocam para uma assembleia, comparecem muitas pessoas. E eu penso que devem ser convocados também, eu estou dizendo porque nós fazemos isso.

Os aposentados, gente, estão precisando muito da ajuda dos trabalhadores brasileiros, porque o trabalhador, todo ele gostaria de um dia se aposentar. Assim como todo trabalhador também vai ficar idoso, por isso não adianta a gente virar as costas para as causas dos aposentados, cada um de vocês aqui um dia vai ser aposentado e idoso. Então eu peço uma reflexão sobre isso. Muitas vezes a gente sai à rua, levando o nosso jornal para distribuir, e os jovens, todos eles, dão as costas e falam: "Problema de aposentado não é comigo", como se renunciassem à condição de ficar idoso ou aposentado um dia. A gente vê a dessintonia do povo quando vai lutar pelos seus direitos.

Então é necessário, e eu convido cada uma das entidades para isso, conversar e tratar dos assuntos. Para corroborar isso muito seriamente, a Cobap, por intermédio do Warley e de todas as federações, foi quem sustentou o fim do fator previdenciário, Senador, por muitos e muitos anos. E esse fator previdenciário, depois de passar pelo Senado, foi para a Câmara, nós acompanhamos em todas as comissões, e está lá à espera, já há uns bons cinco anos, de ser votado pelo Plenário. Já passou por todas as comissões e a gente sentiu muito a ausência das centrais sindicais, salvo uma ou outra.

Então nós estamos falando para nós mesmos. Aqui nós estamos falando para nós mesmos, e o povo brasileiro está assistindo pela TV Senado, que a gente precisa muitas vezes cortar na própria carne.

Vejam bem, medida provisória já foi contestada a vida toda. Por que é que o Governo legisla com medida provisória? Então nós devemos atacar a medida provisória, mas nós não vemos todas as entidades brigarem contra a medida. Brigam contra um jabuti que é colocado, mas quantas vezes se coloca um jabuti em nosso favor também? O fator previdenciário foi colocado em 2010, o presidente vetou e ficou por isso mesmo. Mas foi um jabuti. Nós tivemos uma desaposentação agora e muitas outras emendas que se fizeram para beneficiar uma categoria, outra, e outra, e outra. Então o que nós devemos combater é a medida provisória.

E o reajuste do aposentado, pelo qual nós devemos brigar muito? Não adianta os servidores públicos, João Domingos, lutarem por suas causas e deixarem os aposentados do regime geral a ver navios. Quantas entidades há aqui que representam o regime geral? Mas não falam nada.

Então nós devemos brigar sempre pela consciência de que uns têm que apoiar os outros. Muitas vezes uma emenda hoje não beneficia uma entidade ou uma categoria; mas amanhã ou depois, essa mesma entidade ou essas mesmas pessoas vão estar em outra categoria, porque a gente muda muito. E aí a gente fala: "Por que é que não lutamos lá atrás?" Essa reflexão é importante, Senador.

Eu acho que o senhor, como faz uma agenda Brasil e discute, em audiência pública, sobre tudo, é muito importante que agora a gente lute contra o Veto nº 29. Esse veto é o do reajuste do aposentado. Não é justo. Nossa perda já está em 84%. O salário mínimo tem um reajuste, e os aposentados têm outro reajuste. É muito difícil, gente. Quando vocês pensarem que oitenta e tantos por cento dos trabalhadores brasileiros aposentados ganham um salário mínimo...

Então eu convido até o Dr. Germano, que é um juiz, para ver que nós precisamos caminhar para melhorar a qualidade de vida, e não diminuir as nossas necessidades, porque não temos acesso aos remédios. A casa, muitas vezes, é de aluguel. Então é uma situação extrema. Eu quero convidar todos para, amanhã, com a gente, lutar. Pelo visto, está programada para amanhã a votação desse veto, ou a manutenção ou a derrubada do veto. Eu convido a todos. E, como diz o Senador Paim,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PIMENTA – ... ele vai se dirigir a todos os Deputados, e nós vamos entregar a ele um manifesto para que faça parte do que ele vai enviar a todos os Deputados brasileiros.

Por fim, o Warley me solicitou que convidasse todas as entidades aqui. O congresso nosso vai começar no dia 8, de 8 a 12 de outubro, em Maceió. Então o Warley gostaria que todos comparecessem.

Por fim, agradeço a todos pela manifestação.

No dia 1º de outubro foi comemorado o Dia do Idoso. Então, como nós somos uma sociedade que não zela pelo idoso, eu convidaria todos a fazerem uma saudação, Senador, em forma de uma salva de palmas para o idoso brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha, em tudo o que eu recebi aqui, pelo 0800, vão condenando assim, de forma contundente. Eu só não vou poder ler porque ficou muito pesado, inclusive. Tudo aquilo que eu falei aqui foi fichinha. E vejam que eu falei de forma dura, não é? No que me mandam aqui chamam de santo para cima os Deputados, ou quem teve essa ideia, de santo para cima. Vocês entenderam, não é? Então eu não vou poder ler. Todas vêm na mesma linha, de que é um caso de polícia, que é crime, que é bandido etc. Então, não vou ler.

Mas houve duas contribuições que eu achei importantes. Alguém diz aqui para mim: "Paim, alerte aí o pessoal para duas matérias que vêm sendo pautadas também na Câmara: o PL nº 8.295, de 2014, que trata da livre estipulação das relações de trabalho, portanto, afasta definitivamente o sindicato, prevalecendo somente a negociação entre empregado e empregador, há esse PL lá; e o outro, o nº 450, de 2015, chamado Simples Trabalhista, que tem na sua essência a fragilização e a flexibilização das relações do trabalho." E aqui embaixo diz que o nº 8.295, para surpresa minha, eu espero que não seja, eu fico torcendo para não ser verdade, foi uma Deputada do PDT que apresentou, o de nº 8.295, de 2014.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não entendo mais nada. O PDT, do Brizola, do Getúlio, apresentar um projeto como esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas que barbaridade! Bom, eu nem vou ler nome aqui, porque agora fiquei mais triste do que já estava. Vamos lá.

Ibrahim Yusef Mahmud Ali, diretor de organização sindical da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. É o último inscrito, e aí nós vamos para os encaminhamentos, pessoal.

O SR. IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI – Meu Presidente, eu inicio a minha fala parabenizando V. Exª por esta iniciativa, porque realmente é muito preocupante. Quero também cumprimentar, na pessoa do nosso presidente João Domingos, aqui presente, a todos os líderes sindicais, aos nossos aposentados, esses guerreiros que se fazem presentes aqui. É muito importante para a gente a participação de vocês.

O que nós estamos assistindo é, totalmente, ao desmonte da estrutura sindical brasileira, porque, no momento da leitura do nosso Senador Paulo Paim, quando ele disse que há proposta nesta Casa inclusive de excluir o movimento sindical brasileiro, que é tão democrático, todas as suas deliberações são feitas de uma forma democrática, dando oportunidade a todos os trabalhadores de participarem, através do seu estatuto, através de uma assembleia publicada nos jornais de grande circulação... É interessante que ainda, os filhotes da ditadura ainda continuam no meio deste Congresso. Volta e meia eles tentam arrancar uma conquista histórica dos trabalhadores.

Neste ano, completam-se 72 anos que nós conquistamos a lei, a nossa CLT. E eu quero dizer ao Sr. Presidente, Senador, Presidente da Mesa e Senador Paulo Paim, que o senhor nos orgulha a nós por tê-lo aqui, nesta Casa, porque para nós, que estamos na luta sindical, saber que um Senador coloca o seu poder em defesa dos servidores, em defesa do trabalhador brasileiro...

Não vou me delongar muito, mas eu digo aqui para vocês que nós precisamos de uma resposta do Governo às várias lutas, de uma lei que obrigue o Estado a pagar esses veteranos de cabeça branca que estão aqui, há anos e anos, que tiveram retiradas conquistas que até hoje rolam nos tribunais. (*Palmas.*)

Nós precisamos deste Congresso funcionando. Eles vão fazer a gente trabalhar, porque essas pessoas que querem tirar os nossos direitos conquistados... Nesta Mesa aqui eu tenho visto a luta do senhor, Senador, a sua história, que foi pela defesa dos servidores e dos trabalhadores.

Então o que a gente entende aqui, para não delongar e nem ser muito repetitivo, realmente, é que a propositura dessa emenda é, mais do que nunca, pelo desmonte do movimento sindical, é um ataque a todas as nossas conquistas, um ataque muito grande à nossa Confederação dos Servidores do Brasil. Mas não vamos desistir, não. Queremos dizer, como bem colocado aqui pelo João Pimenta, que nós precisamos, sim, pressionar este Congresso para que retire imediatamente essa emenda inoportuna neste momento, agora, porque infelizmente esta Casa é igual panela de pressão, só funciona com pressão. E nós convocaremos as nossas entidades para dar uma resposta a tudo isso aí.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado às centrais, obrigado a todos aqui presentes.

E para não delongar, a gente finaliza dizendo o seguinte, como Geraldo Vandré bem falava: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer."

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Ibrahim, que falou pela CSPB.

Vou passar para o representante da Justiça.

Como eu falei aqui antes, eu lamentei esse projeto que retira o movimento sindical totalmente das negociações. Isso é uma contradição deles, não é? Nesse, eles retiram totalmente; e no outro, eles dizem que o movimento sindical é que vai negociar. A gente não sabe nem o que eles querem, se é para negociar, ou não é para negociar. O que eles querem é tirar a lei.

E o outro aqui, do Simples Trabalhista, por incrível que pareça, é do PSB. Eu só espero que seja algum engano aqui. Eu, como estou sempre torcendo, acho que foi engano da Deputada do PDT. E o engano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi engano?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não tem nada disso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, muito bem. Então fica claro que não tem nada disso, o projeto não é do PDT, é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, muito bom, porque a gente recebe pela internet, e é bom esse esclarecimento. Então, que fique muito claro que o PL que chegou aqui, em que eu não acreditei – de fato, eu tinha razão em não acreditar, eu não disse o nome da Deputada, não é? –, o que está escrito aqui não é do PDT e nem da Deputada. É outra coisa. E o outro é do PSB, que institui o Simples Trabalhista. Eu espero que também não seja. Então, como foram duas contribuições anônimas, vamos deixar de lado, porque quem me encaminhou aqui pela internet se enganou.

Bom, vamos aos encaminhamentos, pessoal. Acho que...

João Domingos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Senador, primeiro, para comunicar dois fatos que aconteceram agora de manhã. Amanhã está marcada para as 11 horas uma reunião com o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com as centrais sindicais. Então já estou aqui cumprindo a missão,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... que me foi dada, a missão de repassar essa convocação às centrais aqui presentes. E a recomendação é que cada central leve a sua representação máxima, de preferência, o presidente de cada central,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... para dar o peso político necessário, porque talvez seja o grande momento, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De fazer um apelo para que ele...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... tenha a mesma conduta que da outra vez,...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... não aceitando essas emendas jabuti.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente.

O outro é que nós já teremos, passei a parte da manhã agora articulando isso, uma reunião com o Deputado Daniel Vilela, lá em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lá em Goiás.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Lá em Goiás, hoje à noite. Provavelmente eu vou sair daqui e vou para Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, muito bem.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – E só para dizer que eu cometi uma impropriedade, porque mandei fazer, por meio do Maguito... O Maguito é amigo meu e amigo seu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, é amigão.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – E pai do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi Deputado Federal comigo um longo tempo.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Então eu pedi para falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E sempre teve uma postura corajosa, avançada e progressista.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – O fato é que eu pedi para falar em seu nome também, essa é a impropriedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso; não, não, pode falar em meu nome.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado.

E o último, Senador, é algo que escapou aqui. Eu mesmo estava com a minha colinha, mas passei da colinha, e ninguém talvez tenha abordado um aspecto que demonstra que não têm mais nada a ver aqueles arts. 11 e 12, que são essa emenda do negociado sobre o legislado, com o projeto original. E até justificar por que as centrais participaram da negociação, o senhor participou etc., porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Participei aqui nesta mesa.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – É porque o PPE é limitado no tempo. Ele não é permanente, ele não é *ad aeternum*. Ele é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você me dizia que são dois anos, se não me engano. É isso?

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Dois anos, dois anos. E essa emenda – pasmem – é *ad aeternum*. Então, por isso, há que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma medida provisória, efetivamente provisória, de no máximo dois anos,...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e eles fazem um enxerto...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Que revoga a lei para sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que revoga uma lei para toda a vida. Ou seja, revoga a CLT.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Essa questão inclusive foi discutida aqui, na própria Comissão, e chegou-se a afirmar: "Não, essa é para sempre." Então essa informação eu considero bastante importante quando se vai analisar o porquê de haver a negociação de que as centrais participaram. Eu disse que muitas estão pagando um altíssimo preço, porque não é unânime, em nenhuma central é unânime esse posicionamento de apoiar o PPE. Mas as direções das centrais...

E eu quero dizer aqui que apoio o que foi acordado. Por quê? Por ser limitado no tempo e por reconhecer que nós estamos num momento terrível, de perspectivas... Até agora nós temos 7% de desemprego, mas talvez isso aí continue. Pelo menos, que se mantenham os 7%, ou nós vamos esperar chegar a 20% para tomar alguma providência? Então é essa a justificativa.

E sobretudo quero informar, pedir àqueles que puderem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Já há dois encaminhamentos concretos que você informa aqui,...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que são importantes.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eu me comprometo a ler a carta hoje à tarde no plenário e me comprometo a remeter a todos os Deputados e Senadores.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Senador, por favor, Senador, nós já preparamos o ofício aqui da ALAL. Se eu puder entregar para o senhor! Há duas entidades que têm ofícios aqui também, parabenizando o senhor e dando força na luta contra o negociado e o legislado, e eu queria entregar para o senhor neste momento também, são a Contracs e a Fisenge. Se eles puderem entregar neste momento para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço questão de receber aqui antes de encerrar.

Agora, nos encaminhamentos, eu vou tomar a liberdade também, pessoal, eu sempre tive uma relação muito grande com o Ministro Miguel Rossetto, ele foi do meu sindicato lá em Canoas, vou tomar a liberdade também de ligar para ele hoje à tarde para falar do resultado desta reunião, agora que ele é o novo Ministro do Trabalho e da Previdência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele trabalhou pela retirada. Então farei também esse contato. Foi pela retirada da emenda. Eu farei esse contato também.

Acho que posso dizer que os encaminhamentos concretos são esses, mas eu queria muito, pessoal, Max, de ter com você, de pedir a todas as entidades que puderem ir à reunião de amanhã às...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... às 14 horas, para ali estarem, para nós discutirmos, frente a essa ofensiva. Eles podem até recuar aqui e ali, mas voltarão de novo.

Sobre a própria NR-12, alguém me disse ontem no plenário o seguinte: "Paim, não esqueça que foram trinta dias." Sabem a história da NR-12, não é? Eles retiraram a urgência por trinta dias, e estão quase vencendo os trinta dias. Então nós temos que fazer uma reunião bem objetiva amanhã aqui. Daqui para frente, eu acho que temos que pensar nisto: todas as frentes que estão se criando no Brasil, de repente, verem se conseguem trazer aqui um representante. A Frente da Juventude, aqui, me mandou agora um documento dizendo – mandaram pelo WhatsApp, o WhatsApp é o instrumento hoje mais rápido –: "Chame a Frente da Juventude, chame a Frente das Mulheres, chame a Frente dos Evangélicos, chame a Frente da Liberdade Total, de todas as pessoas, chame a Frente LGBT."

Um dia, pessoal, alguém me disse, não que a gente queira copiar, mas foi um assessor de um grande presidente, o seguinte: "Paim, no dia em que vocês", ele não é daqui, "no dia em que vocês no Brasil entenderem e chamarem para uma unidade aqueles que se dizem minorias, vocês serão a maioria." Porque eles dizem que nós somos a minoria. É como se trabalhador fosse minoria, é como se mulher fosse minoria, é como se negro fosse minoria, é como se índio fosse minoria, é como se deficiente fosse minoria, é como se aqueles que têm a sua orientação sexual fossem minoria. Na verdade, somando tudo, nós somos maioria absoluta. Acho que somos quase 90% dos brasileiros. "Unam esse povo todo, que vocês podem mudar o curso da história deste País." Acho que nós tínhamos que pensar um pouco nessa ideia.

Até porque, pessoal, quero repetir de novo de forma muito carinhosa e respeitosa, não fiquem bravos comigo: eu não consigo ir a todas as frentes que são montadas. Essa em que agora se falou aqui foi em Foz do Iguaçu; o pessoal insistiu, insistiu, mas não tinha jeito. Houve uma outra recentemente em Curitiba; houve agora em Minas Gerais. Não tem como ir a todas. Mas se nós articulássemos uma grande coordenação nacional dessas frentes todas, de repente, poderíamos ter representantes em todos esses grandes movimentos que visam à defesa do povo brasileiro.

Então, antes de encerrar, eu peço ao Max que nos entregue aqui...

Depois queria tirar uma foto coletiva com todos aqui na frente, todos os que estão aqui – dá para organizar isso aqui –, mostrando que nós estamos unidos contra o PL 30 e também contra negociado sobre o legislado.

Antes de encerrar – não encerrei ainda –, quero receber aqui, ainda, neste momento, ao vivo, as cartas que eu levarei ao Plenário e vou remeter a todos Deputados e Senadores. Vou entregar, de minha parte, em mãos, ao Presidente Renan Calheiros.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Senador, só para efeito de informação, já foi encaminhada para o seu *e-mail* a carta do Sul do País, entre as federações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Levarei ao Plenário também.

Então, neste momento eu recebo a carta da Alal contra esse projeto que debatemos hoje; a carta da Contracs; e estou recebendo também a carta da Fisenge. E antes de encerrar vou receber também a carta do movimento sindical de Foz do Iguaçu, já estão remetendo. Esses documentos vou fazer que chegue às mãos do Presidente do Senado e aos Deputados e Senadores.

Assim, com esses encaminhamentos, está encerrada a audiência pública de hoje. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

ATA DA 89ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia seis de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Lindbergh Farias, do não membro Ronaldo Caiado e das Senadoras Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº144 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "A Privatização da CELG Distribuição" - (antes Centrais Elétricas de Goiás S.A). O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Oscar Alfredo Salomão Filho, Assistente da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da ELETROBRÁS, Representante do Ministério das Minas e Energia; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; Carlos Augusto Ramos Kirchner, especialista no tema; Fernando Antonio Pereira, Secretário Nacional da Federação Nacional dos Urbanitários; Wagner Alves Vilela Júnior, representante dos empregados da CELG; Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete, representante do Governo do Estado de Goiás; Heliomar Palhares Pedros, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás – SITIUEG. O Senhor Presidente concede a palavra à seguinte pessoa no Plenário: Rogério Bernardes, Procurador Jurídico da CELG. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: Apresentar emenda assinada pelos senadores Ronaldo Caiado, Paulo Paim e Lindberg Farias que exclui a CELG do Programa Nacional de Desestatização - PND. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ronaldo Caiado e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 89ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 144, de 2015, de nossa autoria e de outros, para debater o tema "A Privatização da Celg Distribuição", antes Centrais Elétricas de Goiás S. A..

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Vou chamar os convidados a participarem da audiência de hoje para debaterem o tema.

Depois, farei uma pequena introdução, para que quem estiver nos assistindo pela TV Senado ou nos ouvindo pelo sistema de comunicação da Casa possa participar.

Convido, de imediato, Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete da Representação do Governo do Estado de Goiás.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Sente-se e fique à vontade.

Convido Oscar Alfredo Salomão Filho, Assistente da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, representante do Ministério de Minas e Energia.

Seja bem-vindo, Dr. Oscar Alfredo Salomão Filho!

Convido Heliomar Palhares Pedrosa, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás (STIUEG).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal).

Seja bem-vindo, Max! (*Palmas.*)

Convido Wagner Alves Vilela Júnior, representante dos empregados da Celg. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos!

Vamos fazer uma pequena introdução para situar todos sobre o motivo desta audiência pública de hoje, sem deixar de lembrar que fizemos ontem aqui uma audiência pública para tratar de um assunto da maior gravidade: os setores mais conservadores que, hoje, travam o crescimento do Brasil e que querem o retrocesso no mundo trabalhista colocaram o que a gente chama de "jabuti" dentro da Medida Provisória nº 680. Dentro dessa Medida Provisória, há um artigo que diz que o que vai valer, daqui para frente, é o negociado acima da própria lei. Ou seja, rasga-se a CLT, termina com a CLT, e, daqui para frente, vai valer a vontade do empregador, porque, na relação direta entre empregado e empregador, quem tem a caneta na mão é o empregador.

Então, estamos fazendo um movimento nacional, do qual o Max está participando. Vamos fazer outra reunião hoje à tarde. Queremos fazer um verdadeiro levante em nível nacional para derrubar essa proposta de qualquer jeito.

É tão grave a revogação da CLT, que, ontem, Max, cheguei a dizer no plenário que essa proposta vai se tornar lei só se for por cima do meu cadáver. Cheguei a usar essa expressão, de tanta indignação em relação a esse projeto! Isso parte da extrema direita mais reacionária que se pode imaginar. Nunca pensei que eles teriam tanta ousadia! Querem acabar com a CLT no Brasil. Não teremos mais CLT daqui para frente, se esse projeto for aprovado. Eu já vi iniciativas, de forma pontual, para se alterar aqui ou acolá a CLT, mas não nesse extremo.

Por isso, acho que a classe trabalhadora em todo o Brasil tem de estar em estado de alerta. Se fazem isso; se querem aprovar o PL 30 da terceirização em toda área, inclusive na atividade-fim; se querem reduzir a jornada de descanso para 15 minutos só, ao meio-dia; se querem cada vez mais aprovar um projeto que eles chamam de Simples Trabalhista para retirar direitos, daqui a pouco, de fato, voltaremos ao tempo da escravidão.

Todos nós – não somente eu, mas todos nós – temos de fazer uma grande frente para se contrapor a essa ofensiva, porque, em nome de atenuar a crise, estão querendo colocar no Brasil leis totalmente contrárias ao trabalhador, como aquela outra, que é a lei antigreve.

Eu peguei o projeto e digo: "Aqui comigo, não!" O projeto, na verdade, pela forma como foi redigido, diz que é uma lei antigreve. O que quero é regulamentar o direito de greve, e não proibir que o trabalhador brasileiro, como em qualquer parte do mundo, tenha o direito à greve.

Só faço uma introdução, demonstrando minhas preocupações. Teremos atos em todo o Brasil sobre essa questão. Ontem mesmo, eu falava de Caxias do Sul, minha terra natal, e, rapidamente, botaram mais de mil trabalhadores lá para se manifestarem contra essa onda conservadora que avança no Congresso Nacional.

Enfim, damos início, neste momento, à audiência pública em que se debaterá o processo de privatização da Celg Distribuição S.A. (Celg D), anteriormente denominada Centrais Elétricas de Goiás.

Devo lembrar ainda, por oportuno, que o requerimento de realização desta audiência atendeu à solicitação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás (STIUEG) e pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O debate sobre a privatização de bens públicos, como sabem os senhores e as senhoras aqui presentes, é sempre extremado, sempre turbulento, sempre movido por muita emoção, por muita paixão e por muita razão naturalmente daqueles que estão propondo esta audiência pública. É um debate que, na imensa maioria das vezes, ultrapassa o campo técnico e econômico para ingressar no campo político e, mais ainda, no campo ideológico.

Se faço tal constatação, meus amigos e minhas amigas, não é para lamentar que as discussões se deem dessa maneira. Muito pelo contrário, o debate, o contraditório, concordar ou discordar é importante. Enfim, torcemos para que a gente caminhe para o campo da razoabilidade e para que, de fato, haja uma solução que atenda a todos.

Afinal, o processo pelo meio do qual o Poder Público se desfaz de empresas e de órgãos construídos ao longo de décadas é crucial. É tão crucial, tão contundente, que penso que o debate que lhe diz respeito deve conter, sim, todos os elementos do mundo do diálogo, sejam elementos ideológicos e políticos, não se limitando apenas aos econômicos, mas olhando muito para o social.

Acima de tudo, porém, o que pensamos é que este debate deve ser conduzido de forma totalmente democrática, respeitosamente ouvindo todos, para que se possam avaliar os impactos da decisão como um todo, ouvindo, de modo muito especial, os segmentos por ela afetados direta ou indiretamente, que são os trabalhadores e, mais diretamente, seus familiares.

Exatamente por isso, para que se confira ao debate caráter democrático e para que sejam considerados todos os componentes da questão, sejam eles ideológicos, políticos, econômicos e sociais, foram convidados para participarem desta audiência representantes de todos os setores envolvidos. Aqui estão representantes da União, do Governo de Estado do Goiás, que detêm, respectivamente, 51% e 49% das ações da empresa. Por outro lado, estão aqui representantes dos empregados da Celg Distribuição e do STIUEG (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás) e também representantes da área técnica.

Enfim, minhas senhoras e meus senhores, nossos convidados, cada um defenda o seu ponto de vista com o brilhantismo de cada um, porque aqui todos foram convidados para que apresentem os melhores argumentos. E que o debate que faremos hoje nesta audiência pública seja bem fundamentado, maduro e esclarecedor! Certamente, ele há de contribuir para que as melhores decisões sejam tomadas.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ (*Fora do microfone*.) – Eu poderia fazer um pedido para se incluir mais um companheiro na Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.! Quem é o companheiro?

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Está presente aqui o Secretário-Geral da Federação Nacional dos Urbanitários. Como o assunto interessa aos urbanitários de todo o Brasil, ele está presente aqui. Se ele pudesse ser convidado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem é ele?

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – É Fernando Pereira, Secretário da Federação Nacional dos Urbanitários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o Fernando Pereira, Secretário da Federação Nacional dos Urbanitários.

Vamos colocar mais uma cadeira aqui na mesa. (*Palmas.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou seguir a ordem. Para mim, não há preferência. A Mesa é que, muitas vezes, decide quem fala primeiro. Mas, pela ordem que recebi da Secretaria-Geral, a exposição começa com o Dr. Simão Cirineu Dias.

Sem problemas, Simão?

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS (*Fora do microfone*.) – Sem problema! Mas conheço pouco o tema que foi abrangido por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, é melhor o senhor aguardar um pouco mais.

Pergunto se pode ser a vez do Sr. Oscar.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO (*Fora do microfone*.) – Vamos discorrer um pouquinho sobre a questão da Celg. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, isso! Está bom. Então, vou chamá-lo em seguida.

Pela ordem, vamos aqui organizar: fala, primeiro, o Dr. Oscar Alfredo Salomão Filho, Assistente da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, representante do Ministério de Minas e Energia.

Quero só esclarecer ao Plenário que palmas e silêncio são livres. Agora, nós, aqui, democraticamente, queremos ouvir todos. Muitas vezes, a nossa companheirada... Participo de audiências públicas em todo o País; agora, estou concluindo um roteiro pelos 27 Estados. Às vezes, quando alguém pensa diferentemente do que o Plenário pensa, há uma tentativa de vaia, para não se deixar falar. Comigo, fala! É mais fácil o Plenário ficar em silêncio do que o convidado. O convidado não vai ficar em silêncio. Ele fala. Já digo isso, porque, em alguns Estados, tive de fazer um apelo muito forte para que o Plenário entendesse isso.

Para vocês terem uma ideia – não vou dizer o Estado; o Max estava lá –, falaram 20 companheiros contra o PL 30 da terceirização. Um único empresário ia falar a favor da terceirização. Depois, iam falar mais 20 contra. E a moçada do Plenário inventou que ele não podia falar. Eu disse: "Ele vai falar. Vocês vão esperar e vão ficar em silêncio. Não vai haver vaia, não!" Felizmente, eles entenderam. Falei de forma carinhosa, é claro, e eles entenderam. Ele falou tranquilamente. Aqui, todos aqueles que pensam de forma diferente falam. Se haverá silêncio ou palmas, não vaia, o Plenário é que decidirá.

Falo isso para todos, independentemente de quem esteja no plenário. Democracia é isso, é saber ouvir os contraditórios. Como alguém já disse, posso pensar de forma diferente daquele que está com a palavra, mas eu daria até a minha vida para que ele pudesse expressar seu ponto de vista.

Por favor, Dr. Oscar Alfredo Salomão Filho, Assistente da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, representando aqui o Ministério de Minas e Energia!

O tempo é de dez minutos, com mais cinco minutos, para cada um.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Paulo Paim!

Bom dia, companheiros da Celg!

Vou discorrer um pouco sobre conceitos gerais de distribuição de energia elétrica, um pouco sobre dados de mercado que estão acontecendo no Brasil, começando por dizer que o objetivo da distribuidora é atender o consumidor com qualidade, com quantidade, com disponibilidade de energia desejável pelo mercado e com modicidade tarifária.

A distribuição de energia elétrica no Brasil se dá num ambiente muito regulado. Há diversas instâncias de regulação: o Conselho Nacional de Política Energética, o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Operador Nacional do Sistema (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Além disso, há o Tribunal de Contas da União, quando a empresa é pública, e a Controladoria-Geral da União. Se se tratar de uma empresa estadual ou municipal, há ainda os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais e suas respectivas Controladorias.

Em termos de desempenho das distribuidoras, o Brasil conta com 63 distribuidoras: 50 privadas e 13 estatais. No tocante à qualidade, esta é medida pelos índices de frequência de interrupção, pela quantidade de vezes que o serviço é interrompido. É verificado se falta luz na sua casa repentinamente. Então, é a quantidade de vezes que isso acontece. O outro índice diz respeito à duração, é o DEC. Um é o FEC, que mede a frequência; o outro é o DEC, que mede a duração, quanto tempo demora essa interrupção, que é consolidado em termos de número de horas de interrupção.

Em termos de FEC, entre as 20 melhores empresas, 19 são privadas; entre as dez piores, seis são estatais. Quanto ao DEC, que trata da duração, das 20 melhores, 19 são privadas; entre as dez piores, sete são estatais.

Quanto ao índice de satisfação do consumidor medido pela Aneel, em termos de excelência, há excelentes e boas empresas: entre 51 empresas, cinco são estatais, e 49 são privadas. Nos conceitos ruim e regular, há 11 empresas, sendo oito estatais.

Atualmente, 16 distribuidoras estão sendo objeto de ação específica pela Aneel, porque não atendem com a qualidade necessária. Entre essas 16 distribuidoras, seis são privadas, e dez são estatais. Há um plano de recuperação.

Entre as tarifas mais caras e mais baratas, a tarifa mais cara do Brasil é da ordem de R$589,00 por *megawatt*/hora no interior de Roraima e também em Nova Palma, um Município do Rio Grande do Sul. Essas são as mais caras. A mais barata é de R$289,00, em Roraima. Eu troquei. A de Nova Palma é a mais cara, e a de Roraima, a mais barata.

A Celg está em 24º lugar entre as mais caras, mas ressalto que a Celg acabou de ter, no dia 12 de setembro, um reajuste tarifário da ordem de 9%. Quer dizer, ela salta para uma posição de mais cara, mas, ao final, em agosto de 2016, provavelmente, antes do seu reajuste, ela estará entre as 20 mais baratas. Então, ela se movimenta nesse *ranking* conforme o ano vai passando, ficando entre a vigésima mais barata e a vigésima mais cara.

A Nota Técnica nº 175, da Aneel, está regulando a renovação, a prorrogação das concessões. No caso da Celg, inclusive, o prazo de vigência das concessões terminou em 7 de Julho de 2015, portanto há alguns meses. Está se discutindo esse processo de prorrogação já com retardo.

Existem requisitos de qualidade e requisitos de sustentabilidade econômico-financeira. A Aneel estipulou uma curva de melhoria da qualidade. Caso haja, vamos dizer assim, uma infração nessa curva, a companhia distribuidora recebe um cartão amarelo, significando uma advertência. Se houver duas infrações, ela recebe um cartão vermelho. É exatamente como no futebol. Na segunda infração, ela recebe um cartão vermelho. Ou seja, a concessão será extinta, caso a companhia não cumpra aquela curva de qualidade, a melhoria daqueles índices que comentei, os de frequência e de duração de interrupção.

A Celg corre também um sério risco nessa questão, porque ela tem um desafio realmente grande de melhorar rapidamente seus índices de interrupção. Além disso, há exigências de *performance* econômico-financeira. Caso isso não ocorra, os acionistas da companhia serão obrigados a fazerem aporte. E há uma situação de muita dificuldade para os atuais acionistas fazerem esses aportes. Então, há um risco muito grande também de que não se cumpram as exigências para a prorrogação das concessões e de que, ao longo dos próximos cinco anos, haja a perda dessa concessão.

O que aconteceu é que, em 2011, a Celg se encontrava em uma situação muito, muito delicada, com inadimplência generalizada. Não pagava seus fornecedores. Seus contratos de manutenção estavam todos vencidos. Estava tudo sendo feito por situações extracontratuais. Os contratos estavam vencidos. Houve a definição de uma estratégia. Além disso, a empresa contava com uma dívida de R$6,9 bilhões. Houve uma estratégia de descongelar a tarifa, que já estava congelada há seis anos. Houve aporte de recursos. Foram aportados R$5,4 bilhões, com recursos mobilizados pelo Governo Federal e que foram disponibilizados pelo Governo do

Estado, que assim os aportou na companhia. Houve um alongamento dessas dívidas, que foram reduzidas de R$6,9 bilhões para R$2,1 bilhões.

Foram retomados os investimentos e as manutenções, que, por seis anos, estavam sendo realizados em nível insuficiente. Por isso, houve a degradação da qualidade da companhia. Portanto, essas manutenções e esses investimentos vêm sendo realizados com recursos de terceiros. O endividamento voltou a se elevar, e os acionistas, que já aportaram recursos, precisam de recursos. Portanto, foi colocada a privatização.

Em síntese, era isso o que eu queria comentar, historiando um pouco a situação do que ocorreu com a Celg nesses últimos anos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Oscar Alfredo Salomão Filho, que dá a sua visão sobre essa questão, que é o tema de hoje.

Eu queria, neste momento, que vocês entendessem que, aqui, às vezes, nós temos de ser, no mínimo, três em um, quatro em um ou cinco em um. Há uma situação da comunidade indígena: eu deveria recebê-los às 8 horas da manhã, mas, infelizmente, eles só conseguiram entrar aqui agora. A dificuldade que eles tiveram é porque estavam vestidos em trajes tradicionais, os índios e os quilombolas. Lamento muito que isso ocorra na Casa ainda. O que me disseram é que queriam que eles botassem uma calça. Vejam bem a que ponto chegamos! É lamentável que isso aconteça!

Então, eu queria aqui – pode vir junto, Zé Maria – dar toda a minha solidariedade a eles. Vou recebê-los, aqui na Mesa, com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

É esse povo lutador e sofrido. Eles sabem que, aqui, na Comissão, terão sempre espaço.

Eu queria que vocês viessem aqui.

Se vocês permitirem, vocês ficam sentados. Eu só me levanto para tirar uma foto com eles. Depois, falo do encaminhamento sobre o qual já dialogamos. Eles também concordam. Falaremos o que faremos para que essa situação mude.

Você prefere que eles fiquem aqui ou aí na frente? Aqui mesmo?

Sejam bem-vindos! (*Pausa.*)

O Zé Maria, da Conlutas, colocou a situação deles. Eles pousaram hoje, se eu não me engano, dentro da Câmara dos Deputados, em protesto contra a situação deles, que é uma relação praticamente de extermínio. Infelizmente, esse é o termo que temos de usar, pois condições não lhes são dadas para viverem e para cuidarem de sua família com dignidade. Ainda há uma série de violências que vêm acontecendo em todos os sentidos, no campo físico, no campo social, no campo psicológico e até, eu diria, no campo político.

Então, o que ajustei com eles é que faremos uma audiência pública aqui, em que eles poderão expor toda essa situação. E vamos ver como a Comissão de Direitos Humanos pode ajudar. O nosso compromisso é com todos. Só para vocês terem uma ideia, agora, há uma situação de privatização de uma empresa, o que pode gerar centenas de famílias desempregadas. Sejam quilombolas, seja a comunidade indígena, sejam ciganos, sejam pescadores, enfim, eles sempre terão o espaço devido aqui.

Eu mesmo digo, com satisfação, a todos vocês que todo cidadão negro que não entende que ele é um descendente de Zumbi, que ele é um descendente de quilombola, não entendeu bem ainda a razão da sua vida.

Eu sou um descendente de quilombola, com muito orgulho. E, por ser descendente de quilombola, sei muito bem do preconceito, por exemplo, dos setores que estão à mesa, representados por essas lideranças.

Permitam que eu diga que a audiência está sendo transmitida ao vivo para o País.

Qual é o seu nome?

A SRª FÁTIMA BARROS – Sou Fátima Barros, do quilombo da Ilha de São Vicente, em Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E você?

A SRª ELIETE PARAGUASSU – Sou Eliete Paraguassu, de Salvador, Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode falar bem alto.

A SRª ELIETE PARAGUASSU – Sou Eliete Paraguassu, pescadora e quilombola de Salvador, do Movimento de Pescadoras e Pescadores.

O SR. DANIEL KAIOWÁ – Sou Daniel Kaiowá, de Mato Grosso do Sul.

O SR. ANTONIO MOQUIBOM – Sou Antonio Moquibom, do quilombo Guritil-Mirinzal, do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para eles! (*Palmas.*)

Na próxima vez, a audiência será de vocês. Hoje, ela é deles.

O.k., Zé?

Zé Maria é o líder do Conlutas, que tem todos esses compromissos que nós temos. Eu não tenho problema nenhum – digo isto com orgulho – com central nenhuma! Tenho uma relação excelente com todas as centrais sindicais.

Uma salva de palmas à Conlutas! (*Palmas.*)

Agora, você ajusta com eles a data.

Vamos sentar. Vamos retomar a reunião.

É assim, pessoal. Às vezes, estou presidindo e tenho de pedir um tempo para ir a uma Comissão, para segurar um projeto que estão aprovando contra os trabalhadores.

Vou passar a palavra neste momento a Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.

Onde ele está? Está aqui?

Uma salva de palmas para o Maximiliano. (*Palmas.*)

Ele tem viajado com a gente na cruzada nacional contra a precarização de direitos e contra a própria terceirização.

Convido para participar da Mesa também o Dr. Carlos Augusto Ramos Kirchner, especialista nessa área, que acabou de chegar. Que ele já fique aqui à mesa! (*Palmas.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Bom dia, companheirada!

Primeiro, quero agradecer ao Senador Paim, nosso líder, nosso guerreiro contra tantas batalhas fundamentais que a classe trabalhadora tem enfrentado. A gente tem viajado representando o Fórum contra a Terceirização, participando de audiências públicas em todo o Brasil. Ontem, o Senador convocou de urgência uma audiência contra o negociado sobre o legislado. Quero agradecer o empenho dele de entrar nessa luta, que não é só dos trabalhadores da Celg, mas também dos trabalhadores e dos usuários do sistema elétrico de todo o Brasil.

Primeiro, quero confessar para os companheiros meu desconforto de estar aqui. Por quê? Porque, nas últimas décadas, tenho me dedicado a ajudar, de maneira humilde, a construir um projeto democrático e popular aqui no Brasil. Assessorei a Bancada do PT na área de Direito do Trabalho durante muitos anos. O Senador Paim era Deputado, quando entrei na Liderança PT. Advogo há muitos anos para a classe trabalhadora. Meus colegas de escritório, alguns deles aqui presentes, já estão acostumados, pois, em toda eleição, em agosto, em setembro e em outubro, praticamente eu me desligo do escritório para tentar ajudar a construir um Brasil melhor e um projeto político. Foi assim também nas últimas eleições. Mas confesso minha dificuldade muito grande de entender o que está acontecendo neste momento em relação à privatização da Celg. Falo do meu profundo desconforto. Meu pedido, como militante – não falo em nome da Alal, mas falo em nome pessoal –, é o de que o Governo Federal, que ajudei a eleger, corrija esse erro gravíssimo de retomar esse processo de privatizações.

A lei que está sendo utilizada, o marco legal que está sendo utilizado, é uma lei de 1997, contra qual a Bancada do Partido dos Trabalhadores lutou arduamente para rejeitar. O então Deputado Paim foi um dos líderes contra esse modelo, que a gente chama de privatarias, que causaram tanto prejuízo à classe trabalhadora e que geraram problemas gravíssimos no setor elétrico, como a gente vai ver no eslaide. No setor de telefonia, hoje, a nossa telefonia é uma das mais caras do mundo e de pior qualidade, exatamente por conta dos prejuízos trazidos pela privatização criminosa da Vale e do sistema elétrico.

Ontem, nós estávamos discutindo o negociado sobre o legislado, que era um vampiro que nós achávamos que havíamos matado em 2001 e que agora retoma. Eu até falei que me sentia em um daqueles filmes B de vampiro, em que você mata o vampiro e depois tem de matá-lo de novo com água benta. Parecia que eu estava voltando ao passado. Ontem li no jornal: privatização da Celg, negociado sobre o legislado. Eu pensei: acho que voltei no tempo, 15 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Terceirização, atividade-fim.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Pensei: vou ler a sessão de esportes para ver se consigo voltar aos tempos atuais. E lá estava escrito: "Kaká na seleção". Então, pensei: realmente, voltei no tempo mesmo.

Dito isso, entro no nosso tema.

Primeiro, sou altamente crítico à atuação da iniciativa privada no setor elétrico. Acho que isso traz prejuízos enormes para os consumidores. A gente tem visto a tragédia que tem sido a privatização nas últimas décadas.

Quero relatar meu desconforto com o relato que foi feito pelo representante da Eletrobras, com a devida vênia. Foi um discurso privatista, demonizando o setor público, querendo implicar que o fato de ser público é sinônimo de má qualidade. Ele relatou vários índices, dizendo: "As piores têm um índice maior de públicas; as melhores têm um índice maior de privadas". Sinto um profundo desconforto com o fato de que, no meu governo democrático popular, é feito um discurso demonizando o setor público. A nossa história de vida é defender o Estado em atividades essenciais, como são as atividades do setor elétrico. Quero fazer isso.

Eu queria solicitar também ao Senador Paim que devolvesse o tempo ao expositor, primeiro, porque o tema aqui é desestatização da Celg. Não houve uma palavra na exposição da Eletrobras em relação a esse tema. Acho que, até em respeito à CDH e ao Senador Paim, a gente deve tratar exatamente do tema, que é a privatização da Celg, esse eufemismo de desestatização.

Essa privatização é feita no momento mais inoportuno possível, no momento em que se está discutindo como é que vai se dar a renovação das concessões. O TCU está debatendo esse tema, acabou de decidir que vai haver uma série de condicionantes, um plano de metas. Então, vai se fazer uma privatização, supondo algo que não está dado ainda, algo no ar, de maneira açodada, apressada, sem nenhum tipo de debate, tanto é que há uma audiência pública aqui, e o Governo não toca no assunto da desestatização, como se isso não existisse.

Isso é feito de maneira autoritária. Há uma série de problemas legais, contratações por inexigibilidade, sem fundamento adequado. Há conflito de interesses, algo que o STIUEG e outras entidades já denunciaram no Ministério Público da União, no Ministério Público Federal, junto ao TCU. Uma série de medidas vão ser tomadas, mas eu ainda espero que o Governo Federal corrija esse erro e retire do Plano Nacional de Desestatização uma empresa do povo, não só do povo goiano, mas do povo de todo o Brasil.

Ontem, saiu a notícia de que o Governo Federal quer fazer isso com as demais empresas. A gente não vai permitir essa volta a um passado nefasto que tivemos, o da década de 90, o de entregar nossa soberania. O setor elétrico é algo muito importante para qualquer País em termos de soberania. Você deixar uma empresa estrangeira, um País estrangeiro dominar o interruptor da sua casa? É um setor que é lucrativo por natureza. Ninguém vai deixar de consumir energia neste País, pelo contrário. E as inovações tecnológicas que se vão dar a partir de agora, a internet das coisas, uma série de novidades, tudo isso vai tornar o setor elétrico ainda mais lucrativo.

Se a Celg tem problemas, esses problemas não são por conta dos trabalhadores da Celg, que são dedicados. Eu tenho ido a Goiás. Estou advogando também para os companheiros do STIUEG – neste momento, falo em caráter pessoal, e não pela Alal – e tenho visto todo o trabalho que eles têm feito em relação a isso. Então, se existem problemas, esses problemas não são por conta dos trabalhadores da Celg, mas por ingerências políticas e por decisões equivocadas que foram tomadas pelo governo de Goiás.

Há rios de argumentos, rios de situações que geraram isso. Talvez nem rios, mas cachoeiras de situações geraram essa situação, que é plenamente corrigível. A Celg pode e deve continuar estatal e tem tudo para ser uma empresa bem-sucedida, desde que não haja essas ingerências políticas indevidas na tomada de decisões. Os companheiros Heliomar e Wagner vão dar uma série de argumentos técnicos em relação a isso.

A situação de crise neste momento não é justificativa para se entregar um patrimônio público dessa maneira. Seria semelhante a uma família que ficou sem lenha na casa para se aquecer e que diz: "Então, vamos queimar os móveis, vamos começar a queimar a cama, a mesa, para usar como lenha". "E depois a gente faz o quê?" "Depois a gente não sabe o que vai fazer, mas, pelo menos, a gente vai se aquecer neste momento. Depois a gente vê o que faz." Então, seriam décadas e décadas de prejuízos.

Eu queria pedir para o companheiro mostrar o eslaide, por gentileza. Vou apresentar um pouquinho o relato das privatizações no setor elétrico brasileiro.

Aqui, mostramos a Light privatizada e explosões em bueiros por todo o Rio de Janeiro. Esse é um reflexo do que é a privatização no setor elétrico brasileiro. A população do Rio sofreu e ainda sofre com isso.

Há outros exemplos acontecendo com a privataria do setor elétrico, que a gente não quer que volte, ainda mais em Goiás. Isso está acontecendo junto com a terceirização.

Privatização no setor elétrico significa o quê? Significa terceirização, das maneiras mais criativas. Agora as empresas do setor elétrico estão terceirizando entre elas mesmas, estão criando empresas do conglomerado para poderem escapar do enquadramento sindical como do setor elétrico: a Cemig Serviços, a Eletropaulo Serviços.

A segurança no setor elétrico tem caído assustadoramente depois das privatizações, seja no caso dos terceirizados, seja no caso dos diretos. O número de mortes nas privadas é muito maior do que nas empresas diretas. Isso a Eletrobras não citou...

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ...no *ranking* que ela fez.

Há acidentes de trabalho de todo o tipo. Há poucos anos, houve um acidente trágico em Muzambinho, exatamente pelas terceirizações e por essa lógica privatista no setor elétrico. Os usuários também são prejudicados.

Há companheiros de todo o mundo, há companheiros da América Latina tentando construir um novo modelo, defendendo que o setor elétrico, o da água e o do saneamento fiquem na mão do Estado, por ques-

tão de soberania. Evo Morales é um exemplo disso. Acho que não é uma questão ideológica de esquerda ou de direita, mas de racionalidade e de soberania manter a Celg como empresa pública.

Do ponto de vista dos trabalhadores, nem se fala! A gente sabe toda a precarização que existirá se essa privatização vier a ocorrer. Mas a questão não é só uma questão corporativa. A questão é que os usuários em Goiás e em todo o Brasil, se esse modelo se repetir, vão ser prejudicados assustadoramente.

Uma empresa do setor elétrico não só visa a dar lucro, mas também tem o objetivo de prestar serviço de qualidade. Energia não é uma coisa secundária. Quem tem um recém-nascido em casa, quem tem um idoso em casa sabe o que é passar uma noite sem eletricidade. Não quero ser piegas, mas acho que essa luta interessa a todo mundo. Acho que há vários Senadores e Deputados de vários partidos indignados com essa situação.

Eu faço, encarecidamente, como militante de esquerda, um pedido para que o Governo Federal corrija esse erro, para que, de novo, coloquemos no túmulo da história esse passado lamentável, que nós tivemos na década de 90, para que não tenhamos de vivenciar novamente tudo isso.

Parabenizo os companheiros, os trabalhadores da Celg e toda a sociedade goiana. Agradeço aos companheiros de todo o Brasil, solidários aqui, eletricitários que vieram nessa luta. Há entidades de vários movimentos populares sociais envolvidas nisso.

Tenho a certeza de que, com o apoio sempre solidário do Senador Paim e de vários Deputados, Senadores e integrantes do Governo, a gente vai conseguir retomar isso. Neste momento, no Governo, há pessoas sensíveis. Há vários integrantes do PT que votaram, inclusive, contra a Lei nº 9.491 no Parlamento e que estão agora ocupando posições chave, como o Ministro Berzoini, o Ministro Jaques Wagner, o Rossetto e vários outros.

Que a gente consiga sensibilizar o Governo! A gente tem lutado contra o golpe, tem lutado pela democracia no Brasil e contra qualquer tentativa de derrubar um governo democraticamente eleito, que tem sensibilidade com várias bandeiras históricas. Que a gente corrija qualquer equívoco dessa maneira!

De novo, quero agradecer o convite do Senador Paim e da CDH e parabenizar a companheirada por essa luta. Espero que a gente consiga vencer e colocar no túmulo da história este momento triste.

Obrigado, companheirada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Diretor da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Dr. Maximiliano Garcez.

Agora, passo a palavra para o especialista no tema, que nos dará um panorama geral sobre essa questão, Dr. Carlos Augusto Ramos Kirchner.

O SR. CARLOS AUGUSTO RAMOS KIRCHNER – Bom dia a todos!

Estou aqui também representando a Federação Nacional dos Engenheiros e o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo.

Nós acompanhamos o processo das privatizações do setor elétrico em São Paulo, de empresas como Cesp, Elektro, Eletropaulo. No início do processo de privatização da Copel, nós estivemos também no Paraná, e, realmente, isso foi importante, porque, na época em que começou o movimento contra a privatização da Copel, o pessoal se organizou, estruturou-se, foi buscar a experiência de outros Estados. Na verdade, a maior referência do País em relação à privatização vem do Estado do Paraná. Realmente, foi um movimento bastante forte, muito organizado, que conseguiu brecar a privatização da Copel. Mas também conseguiram uma grande mobilização popular.

Eu queria comentar, então, que a Federação Nacional dos Engenheiros vai acompanhar o processo, vai trocar informações, tentando apoiar o movimento contra a privatização da Celg.

Foi citado aqui pelo Ministério de Minas e Energia um panorama comparativo da qualidade dos serviços, mas é importante ressaltar que muitos desses parâmetros de qualidade dos serviços são manipulados. No Estado de São Paulo, inclusive, nesses parâmetros, há expurgos, o que quer dizer que certas ocorrências, como interrupções de fornecimento energético, não são computadas. Tanto a regra que exclui dia crítico e que exclui serviços emergenciais vinha sendo manipulada até agora, que a Aneel, em junho, editou uma mudança, que vai valer só a partir do começo do ano que vem, caracterizando melhor o serviço de emergência.

No Sindicato dos Engenheiros, houve a homologação da demissão por justa causa de três engenheiros, porque eles estavam manipulando indicadores. Esses engenheiros que foram demitidos por justa causa, quando compareceram à homologação da sua demissão no Sindicato dos Engenheiros, reconheceram que eles os manipulavam, mas disseram que não achavam justo que só eles estivessem nessa situação, e não quem os mandou fazerem isso.

Não quero desviar da questão da Celg, mas, já que foi tocado esse assunto, digo que há esses problemas. Não é que a gente ouviu falar desses problemas; a gente os acompanhou.

Então, era só isso que eu queria deixar como mensagem.

O Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, que é o Murilo Celso de Campos Pinheiro, está colocando à disposição o pessoal para apoiar esse movimento.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Carlos Augusto Ramos Kirchner, que deu a sua visão sobre o tema.

Agora, convidamos o Sr. Fernando Antonio Pereira, Secretário Nacional da Federação Nacional dos Urbanitários.

O SR. FERNANDO ANTONIO PEREIRA – Bom dia a todos e a todas! Bom dia!

(Manifestação da plateia.)

O SR. FERNANDO ANTONIO PEREIRA – É um prazer estarmos na Casa, fazendo este debate.

Quero agradecer ao Senador Paim, que sempre esteve à frente das nossas lutas, tanto no movimento sindical quanto nos movimentos sociais.

Infelizmente, faço uma constatação, Senador: o senhor ainda é um dos poucos do nosso Partido que ainda recebe as lideranças sindicais, que ainda recebe os trabalhadores. Nós do setor elétrico, os urbanitários, temos sofrido com isso. Parece que nós temos alguma doença contagiosa. Aqueles companheiros de outrora que nos encontravam e nos abraçavam fogem de nós hoje. "Lá vêm os problemas!" Parece que estamos cheios de doença. Ninguém quer conversar com a gente. O senhor é um dos poucos que ainda nos recebe e que faz este debate.

Este é um debate que se engrandece, que frutifica e mostra que este País tem futuro. Não é se escondendo dos debates e dos problemas que a gente vai resolvê-los. A gente tem de enfrentá-los. Nós do Partido dos Trabalhadores estamos com uma crise de identidade, como sabemos. Isso é preocupante.

Voltando ao tema, que é preocupante – fiz questão de anotar, quando o representante do Governo o colocou –, lembro que temos 50 empresas privadas e 13 estatais. Treze empresas ainda são públicas, e o Governo quer acabar com essas 13. Parece que há uma decisão de acabar com elas.

Era vergonhoso, até o ano passado, falar que a gente ia privatizar. Hoje, já não há mais vergonha! O Presidente da Federação está aqui, o companheiro Pedro. Nós tivemos uma audiência na semana passada no Ministério de Minas e Energia, e o Secretário-Executivo foi bem claro: "Vamos privatizar agora a Celg, as usinas da Cemig, as usinas da Cesp, as usinas da Copel e, em 2016, as demais. Temos de fazer caixa, o Governo precisa de caixa." Esse é o discurso que combatemos. Esse era o discurso dos tucanos. Não podemos deixar de registrar que foi com esse debate que a Presidente Dilma se elegeu. No debate, ela colocou para os tucanos, para o Aécio, que privatização era coisa de tucano, não era coisa do PT. E, agora, infelizmente, nós temos uma agenda em que estamos debatendo aquilo que a gente esperava nunca debater, que é a privatização.

O que a privatização tem mostrado, o que a história tem mostrado? Até a década de 90, até o ano 2000, se você comparar as tarifas deste País, você vai ver que há um acréscimo significativo nas tarifas. Até 1997, até 1998, a maioria das distribuidoras era estatal, era pública. A partir do processo de privatização, começaram a alavancar as tarifas.

O representante do Governo falou sobre as demissões. Temos enfrentado o debate – sou Secretário de Energia da Federação e sou do Maranhão – com a Cemar. A Cemar é a empresa que mais demite neste País. Demite e é referência para a Eletrobras, é referência para o Ministério de Minas e Energia, à custa das demissões, à custa de práticas antissindicais. Ela diz que, em 1994, estava com prejuízo e que, em 2015, é a empresa que dá mais lucro. Isso ocorre à custa da precarização dos serviços. E querem trazer esse modelo para a Celg, para as distribuidoras que ainda estão sob o comando da Eletrobras. Querem trazer esse modelo para as usinas da Cemig, da Cesp e da Copel.

Então, temos de fazer este debate, sim! E o Governo tem de fazer uma reflexão. Se o Governo quer pensar em 2018, se o Governo quer pensar em ter o apoio dos 9% – é o que a Dilma ainda tem –, ele tem de rever seu percurso. Privatizar, acabar com o direito dos trabalhadores, essa não é a solução. Essa não é a solução! Fizemos um debate ontem, e o Governo disse: "Vou fazer caixa, vendendo a Celg." Vende a Celg, depois vende as usinas da Cemig e, em 2016, vende as empresas de Alagoas, do Piauí, de Roraima, de Rondônia, do Amazonas, que ainda são as seis distribuidoras públicas. Perguntamos: e aí? Acabou! Vão fazer caixa com o quê?

Então, a gente tem de fazer este debate. Ainda há solução. A receita que estão aplicando na Celg é a mesma receita que aplicaram no passado. E aí começa a precarização, começa a faltar energia.

Dizem o seguinte: "Se privatizar, vai melhorar." Então, o Governo começa a preparar... Basta a gente lembrar como era na década de 90: todo dia, faltava energia. Parece que é uma coisa premeditada, para que as empresas que ainda são públicas comecem a dar holofote. Dizem que a privatização é a solução.

Então, a gente traz este debate. O leilão ainda não está marcado. Existe um indicativo de leilão para novembro. Então, a gente ainda tem espaço para trabalhar junto ao Governo Federal, ao Ministério de Minas e Energia, para reverter esse processo.

Nós ouvimos, Senador, uma coisa preocupante. Nós estávamos no Ministério na semana passada, e o Secretário-Executivo do Ministério disse o seguinte: "Olha, aqui no Mistério, já está resolvido. Nós vamos vender a Celg, vamos vender tudo. Agora, se vocês quiserem rever, vocês pedem uma audiência com o Levy, no Ministério da Fazenda." É brincadeira! Se o representante do Partido dos Trabalhadores está dizendo isso, o cara que era tucano até ontem, que é o Levy, vai resolver as nossas questões? Será que o Levy vai ter sensibilidade? Ele nunca a teve, porque é um homem de mercado.

Então, a gente tem de fazer esse debate. Temos de trazer mais lideranças do Partido dos Trabalhadores. Nós temos uma dificuldade: pedimos inúmeras vezes para nos reunirmos com o Presidente do Partido, Rui Falcão, mas ele não pôde nos receber. Então, a gente tem de fazer este debate público.

Eles só se lembram da gente quando a gente sai com nossas notas, criticando. Aí dizem: "Vocês estão fazendo o jogo dos tucanos." Não! É a realidade que estamos vivendo. Nós não vamos esperar, não vamos abaixar a cabeça e achar que já estamos vencidos. No mês passado, fizemos um ato em Goiás. Vamos, sim, mobilizar os trabalhadores, para que possamos fazer esse enfrentamento.

Nós temos argumentos e temos mostrado que não é privatizando que a população de Goiás vai ser beneficiada, que o Governo vai se dar bem nesse processo. Temporariamente, o Governo pode até arrecadar o que está previsto com os leilões da venda da Celg, da Cesp, de algumas usinas da Cesp, da Cemig e da Copel: em torno de R$13,7 bilhões. Essa é a conta que o Governo está fazendo. E o representante do Ministério foi bem enfático: "Nós não podemos abrir mão desse dinheiro. Temos de vender, para que o Governo faça caixa". Não podemos aceitar que sejamos tratados como mercadoria na prateleira do supermercado: vende-se esta aqui, vende-se aquela outra. Então, nós temos, sim, de fazer este debate.

A gente gostaria que o representante do Governo apresentasse argumentos mais sólidos. Talvez, ele esteja inibido, porque não tem argumento. Não tem argumento! Se você comparar o que aconteceu com as outras empresas e o que estão fazendo, verá que é a mesma coisa. O que os tucanos fizeram, o que o governo FHC fez na década de 90 é a mesma coisa que Dilma quer fazer. Não há diferença! O que pode mudar é a nomenclatura. Eu sempre falo que nós do PT somos criativos: "Os tucanos privatizam, e nós apenas passamos as concessões e vendemos os ativos, nós não vamos privatizar."

Então, temos de fazer este debate de cabeça erguida, com a tranquilidade que sempre tivemos. E nós não vamos arredar um centímetro das nossas convicções. Nós não vamos mudar de lado.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ANTONIO PEREIRA – Nós vamos estar sempre ao lado dos trabalhadores.

Manter a empresa pública, fazer com que essa empresa possa gerar mais riquezas para o Estado, fazer com que essa empresa alavanque o progresso deste País é um desafio nosso. Se nós não fizermos nada... Como o Senador falou no início, quem tem de fazer algo somos nós, com a tranquilidade que sempre tivemos.

Para aqueles que defendem a privatização, para aqueles que acham que a privatização é a solução, basta estudar um pouco. O País mais capitalista do mundo chama-se Estados Unidos. Perguntem lá se energia é privada! Perguntem lá se as hidrelétricas deles são privadas! Sabem quem faz a segurança das hidrelétricas dos americanos?

É o exército, as Forças Armadas. Para vocês terem uma ideia da importância que eles dão à energia no País deles. Porque eles sabem que, sem energia, não há desenvolvimento. Sem energia, a população... Ele não vai entregar o seu patrimônio para terceiros.

Então, para quem defende que a privatização é a solução, basta ir aos Estados Unidos. Os Estados Unidos privatizaram tudo, mas, quando se chega à questão energética, quando se chega a seus parques hidráulicos, tudo é segurança nacional. Os americanos não abrem mão.

Agora, aqui no Brasil, a gente quer. A gente acha que os chineses têm que vir para cá tomar conta de nossas usinas, das nossas empresas, que nós temos que entregar o patrimônio.

Então, nós não podemos abrir mão desse processo, dessa luta, que é intensa. Vamos continuar firmes e fortes.

Parabenizamos, mais uma vez, a presença de todos e de todas. Com esse espaço que estão dando para iniciar esse debate, com certeza – com ajuda do Senador e de outros Parlamentares, que ainda poderão firmar nessa luta, poderão estar nessa luta – seremos vitoriosos.

Obrigado pelo espaço e até a vitória. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Fernando Antonio Pereira, Secretário Nacional da Federação Nacional dos Urbanitários.

Está conosco aqui o Senador Ronaldo Caiado, de Goiás. Como é de praxe nesta Comissão, Senador e Deputado falam no momento em que eles entenderem mais adequado.

Vamos, de imediato, para a fala, neste momento, do Wagner Alves Vilela Júnior, representante dos empregados da Celg.

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – Bom dia a todos!

Primeiramente, quero parabenizar o Senador Paim pela concessão deste espaço. Um espaço democrático para a gente discutir um assunto tão importante, conforme já mencionado, que é a privatização da Celg. E discutir privatização da Celg é discutir a retomada do processo de privatização do setor energético brasileiro.

Isso é facilmente concluído quando a gente avalia o que é publicado na mídia, quando o próprio governo anuncia que a Celg é apenas a primeira desse processo de retomada.

Fica fácil nós fazermos uma avaliação do processo de privatização – o que nós poderemos esperar desse processo de privatização da Celg –, porque, como já relatado, aproximadamente 80% das empresas de distribuição do Brasil já foram privatizadas há mais de 15 anos.

Então, quando a gente faz raios X, uma análise do comportamento dessas empresas, antes e depois da privatização, a gente pode ter uma leitura do que poderá acontecer com a nossa empresa, a Celg, e com as demais que estão no Programa Nacional de Desestatização.

A gente consegue projetar e analisar um cenário com bastante segurança, porque a Celg ser privatizada não é algo novo. Nós já temos dezenas de empresas privatizadas, às quais não se pode dar um rumo.

E a gente encontra argumentações dos que defendem a retomada do processo de privatização do setor de energia, em especial a Celg, como a primeira da fila, apoiadas em três pilares: o primeiro deles é que é uma empresa deficitária, que dá prejuízo, não dá retorno, não dá dividendos aos seus acionistas, é preciso inverter e ter uma condição saudável financeiramente; o segundo deles, é que a qualidade da energia é ruim, que precisa melhorar, então, a privatização traria essa condição melhor para o cliente; o terceiro é de que se precisaria fazer caixa para os acionistas, vender é uma forma de fazer um caixa rápido.

E a gente pergunta: essa seria a solução para o povo goiano, para os brasileiros? Será que a privatização traria a solução desses problemas? Este é o nosso desafio neste tempo: fazer uma breve análise entre Celg e as demais empresas.

Primeiro, eu quero fazer um breve histórico, lembrando que a nossa empresa tem praticamente 60 anos de idade. Então, ela tem uma história grande, que dá condições de a gente avaliar como era a Celg do passado e a Celg do presente, e qual é a potencialidade da nossa Celg Distribuição, quanto à qualidade energia e ao atendimento das necessidades do povo goiano.

Se nós formos olhar para o aspecto financeiro, a Celg realmente é uma empresa deficitária, tem dado prejuízo financeiro – é algo facilmente constatado em seus balanços. Mas não podemos olhar para o seu balanço, verificar um desempenho financeiro negativo e concluir que a Celg é uma empresa que dá prejuízo para o Estado.

Basta olharmos os próprios registros dos balanços históricos da nossa empresa para nós percebermos que, ao longo da sua história, a Celg foi utilizada pelos governos, tanto federal quanto estadual, para alavancagem de atividades alheias à sua atividade de distribuição, as quais são realmente as causadoras da atual situação financeira ruim da nossa empresa.

Eu citei as principais aqui. Começou lá em 1986, com o tombamento da Usina de Corumbá. Um relatório feito pela CPI da Assembleia Legislativa, em 2008, mostra que, nesse evento, a Celg ficou a receber mais de R$11 milhões. São valores históricos, não estou falando de valores atualizados, não. Os ativos de Tocantins, a criação e a divisão do Estado de Tocantins. Nessa transferência de ativos, a Celg ficou sem receber mais de R$376 milhões, valores históricos, sem atualizar desde 1999. O evento ainda da Usina da Cachoeira Dourada. Aqui a Celg foi penalizada duas vezes, na venda, com a engenharia arquitetada com a venda de um contrato de energia, o qual onerou bastante o cofre da empresa, e em 2003 também foi prejudicada pela Cachoeira Dourada, quando o governo renegociou esse contrato de compra e venda de energia. Esse dividendo dessa renegociação, em vez de entrar para o cofre da empresa, não, foi utilizado para outras atividades alheias. Então, novamente a empresa foi prejudicada por esse evento. O subsídio à Codemin. A Celg ficou dez anos, de 1993 a 2003, sem receber o repasse do subsídio dado pelo Governo Federal para a empresa Codemin, então a Celg bancando tudo isso aí. Só esse evento aí representou quase R$400 milhões contábeis. Em valores atualizados, com base em 2014, sinaliza algo em torno de R$1,2 bilhão.

Em 2001, o Governo do Estado fez um encontro de contas com a Celg, pegou aqueles R$378 milhões lá da divisão de Tocantins e juntou com mais alguns débitos que o Estado tinha com a Celg – um dos principais era a Saneago –, subiu para R$1,9 bilhão. Então, de 2001 a 2011, dez anos aí, o Estado ficou com um débito com a Celg de quase R$2 bilhões.

Consequentemente, esse somatório de eventos, essa sucessão de eventos contribui para a saúde financeira da empresa, que compromete a sua capacidade de investimentos e de execução.

Também deveremos frisar que a Celg ficou, como já relatado aqui anteriormente, mais de cinco anos sem reajuste tarifário. Sabemos que ela ficou sem reajuste tarifário porque ela ficou inadimplente com os encargos setoriais. E por que ela ficou inadimplente com os encargos setoriais? Porque os governos naquele momento entendiam que era mais viável continuar as suas coletas de impostos, em vez de priorizar, por exemplo, os encargos setoriais, para manter a saúde econômica da empresa. Então, são decisões também gerenciais em que a Celg foi plenamente prejudicada por isso. Só essa ação aí também representa mais de R$1 bilhão.

Então, traduzindo isso em forma de gráfico, que é mais fácil visualizar, essa linha aí é a dívida da Celg em bilhões, e essa barra é a quantidade de bilhões que deixou de entrar no cofre da Celg devido a essas ações que já relatei. Fica bem evidente para nós que a dívida da Celg está intimamente relacionada com o quanto ela deixou de receber dos recursos ou o quanto foi utilizado para poder realmente fazer essas atividades. Então, se deixa de entrar recursos na Celg e ela é utilizada para atividades alheias ao seu papel principal, que é investir no seu sistema de distribuição de energia, logicamente, ela vai começar a ter maiores dificuldades.

Tanto é que, nos anos de 2007 até 2011, o nível de investimento foi tão baixo em nossa empresa, devido à situação de endividamento, que houve ano em que o investimento na rede de distribuição era menor do que a própria depreciação dos seus ativos. Então, não teríamos um produto diferente de ser colhido, que é o que estamos colhendo, principalmente nos dois últimos anos, que é realmente um sistema de distribuição precário.

Nós, como empregados e como cidadãos, realmente sentimos que é urgente e iminente a necessidade de melhoria do sistema de distribuição de energia, para que nós possamos ter uma qualidade melhor.

Eu vou ser um pouco mais rápido, para aproveitar o tempo.

Outra argumentação que temos que citar muito... E até aqui eu vou citar o exemplo do setor de energia. Nós falamos que a Celg, como citado aqui, nos dois últimos anos, ficou em último lugar no *ranking* de continuidade de energia.

Esse *ranking*, como já foi até defendido aqui por outros palestrantes, é questionável, sim, porque existem técnicas de expurgos que geralmente podem distorcer o resultado de uma empresa.

E também é interessante, a Celg fechou, em 2014, com um DEC de aproximadamente 40 horas. Então, ela ficou em último lugar, com 40 horas. Eu vou mostrar, daqui a pouco, uma tabela de DEC das empresas. Há várias empresas com DEC superior a 40 horas, apurado – 48 horas, 55 horas, 60 horas –, e ficaram mais bem ranqueadas que a Celg, o que nos mostra que o *ranking* também é relativo. E demonstra que a Celg, realmente, para ficar melhor ou pior nesse *ranking*, é porque ela tem uma meta bem mais arrojada que várias empresas que estão na mesma relação de ranqueamento.

Mas há um olhar interessante. Para que nós possamos avaliar o quanto realmente as empresas privadas ou públicas estão ruins ou boas, vamos olhar pelo olhar do consumidor, pelo Índice IASC, porque aqui o que interessa é como o consumidor vê as suas empresas de distribuição.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – Eu vou chamar atenção logo de início aqui, 80% das distribuidoras são privatizadas. Das 63, 50 já estão no setor privado. Eu vou dar um exemplo aqui, primeiro. A Celg, a nossa empresa, está aí com um índice ruim. Nós devemos realmente lembrar que, por mais que ela esteja com esse índice regular, em 2000 ela ganhou prêmio de qualidade, em 2007, até 2010 ela estava acima da média. E mesmo na visão do consumidor ela estava com uma avaliação boa. Então é uma história recente. Não é que a Celg sempre esteve deixando o consumidor a desejar em termos comparativos, em termos de qualidade de energia.

E quando vamos olhar para as empresas já privatizadas... Eu peguei um exemplo aqui, mas ele serve para a grande maioria das empresas privatizadas. Das 50, com certeza, mais de 90% delas se enquadram nesse perfil que eu vou dizer aqui. Nós pegamos entre as piores avaliadas empresas privatizadas que já foram há mais de 15 anos privatizadas, ou seja, tiveram tempo e condições suficientes de terem melhorado a qualidade da sua energia.

Olha o consumidor como vê a Celpa. Eu vou voltar aqui um pouquinho. Ele vê como regular, também, e pior que a Celg. A Celg, no *ranking*, pelo consumidor, está na posição 53, e a Celpa, na posição 62. Esta aqui é a visão do consumidor. Então, nós vemos que realmente a privatização, quando vamos analisar as empresas que foram privatizadas, não é garantia de melhoria de qualidade de energia.

Eu vou passar mais aqui. Olha aqui um exemplo. "Ah, então o setor público não funciona, uma estatal não funciona." Vamos ver o quanto isso não é verdadeiro. Olha o exemplo da Região Sul, as melhores empresas, as mais bem avaliadas, são estatais, Copel, Celesc, e estão aí com um índice bom.

Também se formos olhar pelo índice de continuidade de energia, que é o outro índice, elas também estão entre as mais bem avaliadas. Então, a questão de ser pública não é conclusiva para falar que não funciona. Temos exemplos que funcionam. Há empresas estatais, como vamos citar, pelo próprio índice da Aneel, que têm um desempenho considerado bom pelo próprio consumidor.

Esta aqui é uma tabela interessante. Ela traz o histórico, de 1993 até 2014, dos índices de continuidade, o tão famoso DEC. Nós podemos fazer a seguinte brincadeira aqui: Então vamos avaliar essas 50 empresas que foram privatizadas, como era o DEC delas antes de serem privatizadas, depois da privatização e agora, 15, 16, ou 17 anos depois da privatização, se elas melhoraram.

Fica fácil de vermos aqui. Eu vou passar alguns exemplos. Esta tabelinha está disponível no *site* da Abradee. Ela é uma tabela montada, está disponível para consulta e pode ser validada perfeitamente. Olhem o exemplo da Copel, estatal. A Copel, em 1993, tinha um DEC em torno de 22 horas, 23 horas. É uma estatal, então deveria estar piorando se fosse por esse conceito de que estatal não funciona, não tem como ter melhoria.

Ao longo dos anos, a Copel saiu de um DEC de 22 horas e está em torno de 14 horas. Então, a estatal tem condições, sim, desde que haja gestão, comprometimento com os seus acionistas, com a sua população e com os seus consumidores de energia elétrica.

Eu vou passar para outro exemplo aqui: a Celpa, que é privatizada há mais de 17 anos, tem um DEC em torno de 30 horas, 29,9 horas, em 1993, antes de ser privatizada. Durante os anos, ela vai oscilando, chega ao absurdo de 100 horas. Mas o que interessa é que ela tinha um DEC de 30 horas quando foi privatizada. Olha o ano passado, 2014 – 48,9. Melhorou o quê? Que melhora é essa?

Eu estou dando um exemplo aqui, mas eu digo para vocês que 90% das empresas privatizadas se enquadram nesse perfil, ou pioraram ou estão no mesmo perfil de DEC e FEC da época da sua privatização. Existem algumas exceções? Existem, sim, mas são poucas. E aí, compensa correr esse risco, sendo que a grande maioria, mais de 90% das privatizadas demonstram esse perfil?

Eu vou dar um exemplo aqui, a Elektro, tão premiada entre essas empresas privatizadas, com um desempenho de qualidade de energia. Ela é realmente uma referência, ganha prêmio todo ano. Mas como era ela antes de ser privatizada? Ela já tinha um DEC muito bom, em torno de 11 horas. O que ela fez foi manter. Olha aí.

Mesmo as privatizadas que têm um desempenho bom, que estão bem no *ranking* em termos de continuidade – não vou nem questionar o índice apurado em si –, já receberam um sistema com um desempenho bom. Nós não percebemos, dentro das empresas privatizadas, aquela que realmente pegou um DEC ruim, um FEC ruim, investiu e está entregando para o seu cliente, para o seu consumidor há mais de 15 anos. Ou seja, nós estamos falando aqui que ultrapassou praticamente a metade do seu período de concessão, já teria tempo suficiente de ter demonstrado para que veio.

Então, o setor de privatização nos mostra, realmente, os próprios indicadores de continuidade, que não temos garantia nenhuma, muito pelo contrário, no máximo, as empresas têm se mantido aí e até piorado. É raro conseguirmos achar uma exceção.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – Convém correr esse risco, a Celg entrar nesse rol das 90% das empresas privatizadas? Fica evidente, pelos fatos apurados, que não convém esse risco.

Manutenção da Celg como um patrimônio público é contribuição direta para o crescimento econômico e social do Estado, principalmente para as regiões mais desfavorecidas.

É importante frisarmos que energia elétrica não é uma simples mercadoria, ela é um produto essencial para o ser humano. O ser humano hoje não tem condições de optar: quero ou não quero ter energia elétrica dentro de casa. Ele precisa ter, hoje é vital, principalmente para os meios mais economicamente desfavoráveis.

Acabamos de receber os representantes quilombolas. Quando que o setor privado vai chegar para atender essas regiões com maior agilidade, com maior presteza, sabendo que economicamente não é viável? Se estamos chegando lá para atendê-los, é porque a mão do Estado tem que estar lá para chegar mais rápido, para chegar com maior atenção ao social.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – Eu quero finalizar.

Também devemos avaliar bastante o processo de privatização brasileiro, que adota "fazer caixa". O Governo fala tanto em fazer caixa. E nós avaliamos, pelas privatizações já realizadas, o Governo financiando bastante as privatizações através do próprio banco público BNDES. Então, o Governo arrecada com uma mão e financia com outra. Isto é, no mínimo, contraditório, porque nós não devemos aceitar essa política que tanto lesa o povo brasileiro e o povo goiano.

Eu estou trazendo esta manchete do jornal *O Popular*, que tem bastante circulação no Estado de Goiás, porque é importante termos clareza dos fatos. Nós vemos, na mídia, ações do Governo realmente alinhadas no sentido de dar condição e efetivar a venda da Celg. Mas as lideranças políticas já entram em contraditório. Aqui, mesmo, são duas lideranças, uma do PT e outra do PSDB, no Estado de Goiás...

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – ... uma colocando a responsabilidade na outra – "Não sou eu que estou vendendo, é outro que está vendendo." Então, é importante que nós possamos entender realmente quem está vendendo o que, se alguém é contrário à venda. É importante que nós possamos compreender essa questão.

Para finalizar, eu quero apenas passar... Esta aqui é uma página dos passivos que estão no Funac, da Celg, porque isso é interessante principalmente para o povo goiano. Num acordo entre a Celg e a Eletrobras, está estabelecido que o passivo fica para o Estado. Olha, para termos noção, este aqui é o Balanço de 2014, eu tirei uma foto e coloquei aqui.

Rapidinho: só de classificado como risco provável, no Balanço de 2014, mais de R$561 milhões; e no risco como possível, mais de R$2,2 bilhões. Ou seja, dá quase R$3 bilhões sem as atualizações, lógico. Então, fica exposto ao Estado de Goiás, no curto ou no médio prazo, ter que arcar com esta conta. Também é algo que deve ser olhado, para que o povo goiano não fique com essa conta após essa negociação. Vende-se a Celg, vamos supor, por R$8 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – O Estado fica com uma parte, R$3 bilhões, R$4 bilhões, e ainda fica exposto a ter que arcar com esse passivo todo.

Eu quero finalizar apenas com esta apresentação sobre as tarifas. Foi muito bem dito aqui que o setor privado é campeão em tarifas, sim. Isso não é só no Brasil, não. Foi citado o exemplo dos Estados Unidos aqui. O setor de distribuição, nos Estados Unidos, não é tão privatizado como o brasileiro em termos de percentual, mas há bastantes empresas privatizadas lá. E as tarifas mais caras são dessas empresas privadas, assim como é no Brasil.

A Celg, no relatório comparativo de 2014, antes de começar os reajustes deste ano, até na tarifa industrial ela era a mais barata do Brasil, no relatório de maio de 2014.

Mas olha só um alerta que trago aqui publicado pela revista *Exame*, de que nós estamos expostos ao setor empresarial, que tem uma eficiência...

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – O setor privado tem uma eficiência muito grande. Sabe qual é? Revisão tarifária. Ele tem uma gestão eficiente para conseguir reajuste.

Agora, quando se percebe um caminho não tão lícito como esse publicado pela Revista *Exame*, em 2014, em que a Eletropaulo incorporou ativos que não existiam para conseguir uma tarifa maior – depois a Aneel a condenou a devolver mais de R$628 milhões para os seus consumidores – ficamos em dúvida sobre se compensa, se convém correr esse risco de pagar uma tarifa em um setor que tem monopólio, onde não temos opção de escolher de quem vamos comprar essa energia. E nós precisamos dela. Convém correr esse risco, sem saber o que estamos pagando de verdade?

Como foi evidenciado aqui, foi condenado a devolver para os seus consumidores por incorporação de ativos indevidos na sua base de remuneração.

Eu gostaria de finalizar, agradecendo o espaço e dizendo para os colegas de empresa que estão aqui, para os cidadãos do Estado de Goiás, para os cidadãos do Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER ALVES VILELA JÚNIOR – ... que nós não podemos desistir.

A manutenção da Celg como pública é possível, sim. E cabe a nós, no dia a dia, defendermos essa bandeira, conversando com os seus acionistas, que têm condições de tomar essa decisão, conversando com a população, para que realmente possamos ter uma Celg como ela já foi, uma empresa de referência, e ainda cada dia melhor quanto ao atendimento do seu papel público, do seu papel de prestação de serviço essencial à sociedade.

Era isso. Muito obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Wagner Alves Vilela Júnior, representante dos empregados da Celg.

Agora, vamos para o Chefe de Gabinete que representa aqui o Governo do Estado de Goiás, Dr. Simão Cirineu Dias.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Obrigado a todos. Obrigado, Senador Paulo Paim, por esta audiência.

Senador Ronaldo Caiado – é um prazer tê-lo aqui conosco –, funcionários da Celg e demais pessoas que estão debatendo o assunto, eu queria dizer que o Governo do Estado, a partir de 2011, quando se instalou o Governo do Governador Marconi, nós trabalhamos intensamente para resolver os problemas da Celg. Nós passamos um ano para pedir perdão pelo não cumprimento de metas do governo anterior, para que pudéssemos fazer uma operação de crédito. Tivemos esse perdão do Ministro da Fazenda na ocasião. Com isso, nós negociamos a possibilidade de empréstimo que permitisse ao Estado de Goiás aportar recursos na Celg, para que ela pagasse as dívidas com o setor elétrico, porque ela tinha dívidas totais da ordem de R$6,9 bilhões. Então nós conseguimos um empréstimo de R$3,527 bilhões.

Esse recurso nós conseguimos colocar dentro da Celg, para amortizar dívidas com todas as empresas do setor elétrico, para que a Celg, que não tinha tarifa desde 2006, passasse a ganhar tarifa até setembro de 2012, quando nós conseguimos realizar esses aportes de capital e pagar parcela do que era devido ao setor elétrico. Além disso, renegociamos o restante da dívida para que fosse paga em sete anos, com dois anos de carência.

Hoje já se passaram os dois anos, já estamos pagando o principal há 13 meses, e uma parte da dívida é em dólar, com a Itaipu. No uso desses empréstimos, pagamos uma parte dos Fundos Setoriais, pagamos parte de Itaipu e fizemos pagamentos vários, conforme conversado, deliberado pela Eletrobrás.

A partir daí, nós tínhamos dificuldade até de receber o ICMS da Celg. O ICMS da Celg era pago por partes.

Não recebíamos todo o dinheiro da Celg, porque é uma empresa que não tem reajuste durante seis anos, proibida por uma lei que diz que quando está inadimplente você não tem direito a reajuste. Então, ela tem um nível de tarifa muito defasado. Após ter a primeira tarifa concedida, ainda terá dificuldades durante vários momentos.

Esses recursos que o Governo do Estado tomou junto ao Governo Federal, junto à Caixa Econômica, foram aportados, de capital, na Celg. Foi paga uma dívida do Estado com a Celg, dívidas que vinham de vários tempos com a Celg, da ordem de R$2,157 bilhões. E aportou capital, na Celg, de R$1,370 bilhão.

A Celg também tinha uma dívida com o Governo do Estado, de ICMS, de R$1,278 bilhão. Com esses recursos, ela pagou o Estado de Goiás. Então, foram colocados R$3,527 bilhões e, na dívida de R$6,900 bilhões, que incluía o ICMS, pagou uma parcela de R$1,278 bilhões, de ICMS.

A partir daí, nós continuamos tentando negociar um prazo maior para as dívidas restantes. A quantidade de dívidas pagas era muito maior do que a nossa possibilidade de lucro naquele momento, porque tínhamos pouco tempo que começamos a praticar tarifas reajustadas.

Depois, tivemos um novo empréstimo. Nessa negociação com o Governo Federal, nós tivemos várias condicionantes. Uma delas era chegar a determinados parâmetros, outras eram entregar 51% das ações ao Governo Federal e a Eletrobrás vender 51% do que foi avaliado do patrimônio líquido da Celg, na ocasião, por duas empresas, uma privada e outra a Universidade Federal do Estado de Goiás.

Então foi vendida. Esse recurso foi da ordem de R$59 bilhões, porque o patrimônio líquido rodava em torno de R$129 bilhões. Isso foi concluído e 51% foram transferidos à Eletrobrás. Então, hoje, o controle da companhia é da Eletrobrás.

O Governo do Estado, apesar disso, como tem 49% das ações, prossegue na sua análise na busca por melhoria do patrimônio da Celg. Hoje, estamos trabalhando com a possibilidade de emenda numa medida provisória que permita que nos transfiram os custos da dívida de Itaipu com a taxa de juro do dia 02/01/2015, porque a taxa de câmbio de 02/01/2015, de R$2,69, não se pode comparar com uma taxa de juro especulativa hoje, que é da ordem de R$4,00 por dólar. Então, estamos tirando nessa negociação, que já foi aceita pelo Governo Federal. Falta uma resolução sobre uma medida provisória aqui. Isso iria abater do passivo da Celg cerca R$438 milhões.

A nossa luta para a melhoria do patrimônio da Celg, para a melhoria dos trabalhadores da Celg, para a melhoria de todos aqueles que fazem o sistema elétrico no Estado de Goiás, é esta: a busca incessante por menores dívidas, por melhores condições de pagamento do passivo que ainda existe. Há passivos bancários, porque todas essas tarifas que são concedidas, na realidade, são cumpridas ao longo do ano seguinte, elas não entram de imediato. Então, aí há um tempo em que você ainda não conseguiu adaptar ativo e passivo da companhia.

Na questão dos empregados da Celg, ela hoje está trabalhando no sentido de novos empregados. De 31 de dezembro de 2014 para cá, nós já admitimos 250 empregados a mais. E nós estamos juntos com o Governo Federal na proposta de privatização. Naturalmente, a decisão final é daquele que tem a maioria do capital. E

estamos trabalhando, porque esta foi uma das premissas que foram estudadas: se a Celg recebesse a concessão, essa concessão seria condição para sua privatização.

Esses estudos estão sendo realizados em conjunto, com a participação nossa, com a participação principalmente da Eletrobrás e do Ministério das Minas e Energia, e nós estamos acompanhando.

Naturalmente que a privatização da Celg, se for feita, ela terá que ser feita dentro de parâmetros que sejam razoáveis, que sejam importantes para todos nós. E eu tenho certeza de que os empregados da Celg serão tratados numa discussão efetiva entre a Celg e os seus empregados, para a busca das melhores condições para eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Sr. Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete, que fala em nome do Governo do Estado.

Por fim, passamos a palavra ao Sr. Heliomar Palhares Pedrosa, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás – SITIUEG.

O SR. HELIOMAR PALHARES PEDROSA – Obrigado, Senador.

Meus cumprimentos ao Dr. Oscar e ao Dr. Simão. Meus cumprimentos aos companheiros Wagner, Dr. Max, Fernando, Kirchner. Meus cumprimentos e nossos sinceros agradecimentos, Senador, porque a coisa que mais se evita e se evitou é o debate.

O Governo toma uma atitude dessas de privatizar, de pisar no próprio programa de governo. Considera até adversário um Senador que se mantém coerente, chega a este ponto. Nós sabemos da luta do senhor.

Há tantas coisas para se falar. O companheiro Wagner cedeu ao tempo, porque as oportunidades de debate, Senador, são inexistentes. Se não é uma pessoa como o senhor a promover isto, verdades iguais aos argumentos que ele apresentou...

Não há do lado do Governo, do lado dos privatistas, nenhum argumento que se sustente. O Dr. Oscar, inclusive, evitou falar da privatização. É uma técnica colocar alguns dados e deixar que a pessoa seja induzida a pensar que privatizar é melhor.

O Dr. Simão também evita fazer essa comparação. É normal, porque o debate, o confronto das ideias nesse campo os privatistas perderam e perderão. Não só no debate em si, mas na realidade.

Depois das privatizações – no setor elétrico, não vamos nem estender para outros setores –, nós já tivemos apagões, racionamentos. E agora, de novo, há o risco do apagão e do racionamento. A energia, com a privatização, subiu já mais de 300%. A realidade, os fatos não precisam de contra-argumentos, já se sustentam. A privatização não se sustenta num debate.

A quem interessa a privatização? Ao povo, que vai pagar uma energia muito, mas muito mais cara, como já vem pagando? Esse discurso já há décadas repetido, de que privatizar resolve, de que vai trazer a universalização, a modicidade tarifária e a qualidade dos serviços, precisa ser repetido diversas vezes, porque é uma mentira, a privatização não traz isso.

Senador, o senhor é preocupado, e com razão, com as comunidades indígenas e quilombolas. Eu lembro que os colegas que trabalham no setor de qualidade de energia estavam imbuídos do programa de levar energia aos negros do Cedro e à Comunidade Kalunga, no norte de Goiás. O senhor precisava ver a satisfação, o brilho nos olhos do empregado Celg em cumprir uma política social e de Estado. Isso, numa empresa privada, não acontece e não acontecerá.

A maioria das nossas distribuidoras estatais estão em áreas no norte do Estado. À exceção do Pará, em todo o Norte são estatais. A dificuldade de se levar energia a essas regiões é muito diferente e superior a São Paulo, ao Centro-Sul. Fazer essas comparações, comparar laranja com maçã, é meio injusto.

No Estado do Tocantins, onde desde o seu início a Celtins é privada, a universalização da energia só foi possível porque ela estava sob intervenção e teve um termo de ajuste de conduta do Ministério Público. Só então foi possível iniciar o processo de universalização lá. Portanto, o povo, no acesso à energia, não está contemplado nas empresas privadas.

Qualidade.

O companheiro Wagner mostrou os índices de qualidade, quão relativos são e quão manipuláveis são, como o companheiro Kirchner colocou. Portanto, qualidade também não é parâmetro para se privatizar. As estatais são melhores nesse ponto. No mínimo, são mais verdadeiras, não mentem.

Preço.

Está beirando 400% de aumento. Modicidade tarifária, é isto que é pregado no modelo de mercado. Já passamos 300% e este ano devemos alcançar 400% acima da inflação desde 1995, desde as ondas de privatização. Portanto, os três pilares da privatização, desse modelo do setor elétrico com a privatização, não se sustentam.

Várias questões colocadas pelo Dr. Simão às vezes até dão impressão de o atual Governo Marconi ser iniciante – Não, eu comecei agora, peguei a Casa bagunçada. Dos últimos 14 anos, dez anos foram do governo

dele. O problema da inadimplência da Celg foi com ele. Com a decisão de não pagar a Cachoeira Dourada, a Celg se tornou a grande devedora ao decidir não pagar, cumprir o contrato da Cachoeira Dourada. Mas é fato, foi no Governo Marconi.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HELIOMAR PALHARES PEDROSA – Qual foi? Depois nós fazemos. Mas é bom haver o debate, não é? Que bom. O senhor chegou aqui dizendo que não estava muito a par, já está sabendo alguma coisa, já melhorou bastante em um só debate. (*Palmas.*)

Interessante, em um só debate já recupera a memória. É bom demais. Isso é superinteressante e salutar.

Outra questão é o cumprimento de acordo. Nos governos do Sr. Marconi, vários acordos com a Eletrobrás também não foram cumpridos. Vários. E quando estava para tomar posse, também, avisou que não iria cumprir aquele acordo que o Cidinho havia preparado com a Celg, chegando a dizer que não tinha nada escrito. Mas ao lado dele havia duas cartas escritas à Caixa Econômica e ao Ministério, dizendo que não iria cumprir esse acordo. É normal, todo mundo sabe que ele é difícil de cumprir acordo. Mas é da natureza.

Então, Senador, eu vou evitar aquela campainha e evitar me exceder, porque os dados são extensos.

Companheiro Wagner, vários colegas já pediram a sua apresentação, para depois podermos disponibilizar.

Dessas oportunidades de debate, Senador Paim, é que nós precisamos, aí nós desmontamos. O que não quer dizer que a verdade vai vencer. Às vezes, mesmo estando com a verdade, nós perdemos.

Eu quero agradecer também ao Senador Caiado, que foi o primeiro a tirar o jabuti de cima do toco e provocar debates, provocar o embate das ideias, para promovermos a verdade mesmo que sejamos derrotados. E já ocorreu várias vezes.

Mas uma coisa é certa: é uma só uma questão de tempo e nós venceremos. Nós estamos do lado da verdade. Aquele que acredita na verdade, que acredita no bem, que acredita no coletivo, tenha certeza, vai sair vitorioso. E essa batalha só está começando.

O companheiro Fernando colocou que há um indicativo do dia 19, mas, para isso, ainda precisam ser publicados os editais e tal. O Dr. Max está arduamente tentando evitar isso e acabou de cavar mais um argumento aqui, na fala, para uma ação civil pública, não é, Dr. Max? Depois nós damos a boa notícia. Tudo isso devido ao debate.

(Soa a campainha.)

O SR. HELIOMAR PALHARES PEDROSA – O debate é bom; as pessoas... Nossa Senhora, eu pensei que iria evitar a campainha, Senador. (*Risos.*)

O SR. HELIOMAR PALHARES PEDROSA – Mas tudo isso graças ao debate, à clareza, à transparência. Não há nada mais saudável, nada mais salutar, nada melhor para a paz de espírito do que o debate, a clareza, a transparência, a luz. Este debate deveria ser à luz do dia, Senador, porque os ratos nem apareceriam.

Muito obrigado. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Heliomar Palhares Pedrosa, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás.

Senador Caiado, V. Exª está com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, aos demais convidados, ao representante do Governo do Estado de Goiás, Dr. Simão Cirineu, ao Dr. Oscar Alfredo, ao Heliomar, ao Maximiliano, ao Wagner, ao Fernando Pereira e ao Carlos Augusto Ramos Kichner.

Sr. Presidente, esta matéria já vem sendo exaustivamente discutida no nosso Estado e o prognóstico é preocupante. É preocupante porque todas as medidas foram tomadas no sentido de realmente montar uma condição para que a Celg fosse entregue nesse processo agora de novembro, ou seja, de venda da Celg. Esta é a realidade que está criada no nosso Estado.

Esse processo vem lentamente sendo muito bem articulado entre o Governo estadual e o Governo Federal. Isso não aconteceu por acaso, só foi possível graças a esse entendimento e a essa junção de acordos que foram firmados entre os dois governos. Então, nem o Governo de Goiás, nem o Governo Federal pode posar amanhã de desconhecedor da realidade.

Primeiro, nós sabemos que, num momento de crise como esta do Governo atual, há uma pergunta que fala forte e que ninguém consegue responder no Governo: Por que mais de 42 concessões estão sendo hoje revalidadas por mais 30 anos sem que sejam levadas a licitação? O que é isto?

A ameaça que havia à Celg é que, se ela caducasse, ou se ela não tivesse os critérios exigidos pela Aneel, ela então iria para licitação. Só que, agora, o Governo precisando de caixa, vai e concede para 42 distribuidoras

no País mais 30 anos de concessão. Mas como? Eu não consigo entender isso. Por que, então, as outras empresas de serviço público têm que ser licitadas? Por que essas foram simplesmente beneficiadas com essa situação?

Outro fato é o problema da caducidade. Nós já vimos várias empresas no País aí, como o caso específico do Amapá, que já não têm nenhuma condição de continuar dentro das exigências da Aneel, de continuar sendo uma distribuidora, no entanto, ela continua sem nenhum risco de caducidade.

Então, quais são parâmetros que poderiam colocar em risco a Celg? Esses dois. No entanto, nós temos aí dezenas de situações que mostram o contrário, ou seja, dois pesos, duas medidas.

Esse processo torna-se um impeditivo para a Celg sobreviver e não ser estatizada ou federalizada. Para outras, não. Não é preciso ser licitada nem federalizada.

O Governo de Goiás encaminhou um projeto à Assembleia Legislativa do Estado, que aprovou a federalização da Celg, e foi feito um acordo com a Eletrobras.

A Eletrobras assumiu o controle da Celg em 2012. Então, o Governo de Goiás contraiu, depois de ter negado o empréstimo no Governo Alcides, o mesmo empréstimo em piores condições para a Celg, perdendo o controle acionário da Celg e, ao mesmo tempo, fazendo com que a Celg, a partir daí, tivesse que contrair empréstimos, repassados à população goiana, para pagar R$5,2 bilhões – o primeiro empréstimo de R$3,2 bilhões e outro de R$1,7 bilhão.

Nesta hora, Sr. Presidente, eu queria me dirigir exatamente ao representante da Eletrobras, Dr. Oscar.

Queria que o Dr. Oscar me respondesse como é possível a Eletrobras estar responsável pela gestão da Celg, receber todo esse dinheiro da Caixa Econômica Federal, priorizar, pagar impostos federais, pagar impostos estaduais e não pagar a dívida com Itaipu, que é reajustada em dólar e com juro de 1% ao mês. Ou seja, a dívida que mais penalizava a Celg e que era de uma empresa da Eletrobras não foi quitada. Preferiu-se dar caixa para o Governo Federal para os impostos federais e para fazer superávit. Assim, há uma receita para o Governo de Goiás e paga-se o ICMS. Agora, o pagamento da dívida de Itaipu, não. Por quê? A Celg deve para Itaipu, e Itaipu é da Eletrobras. Quanto mais a Celg sangrar, melhor será a condição para se adquirir a Celg por preço de banana. É o óbvio.

Bom, com essa situação, nós vimos que não existiu, durante nenhum desses períodos, um investimento, Sr. Presidente... O que nos revolta neste momento e o que deixa o povo goiano se sentindo agredido e humilhado neste momento é o fato de a Eletrobras passar a ter 51% das ações que serão vendidas no leilão da Celg. O que a Eletrobras fez pela Celg em Goiás para se apoderar de tudo aquilo? A Celg sempre foi a maior empresa do Centro-Oeste brasileiro e o grande orgulho goiano por ser uma referência de gestão, de competência, de ferramenta de desenvolvimento na área social, de atendimento das regiões mais carentes.

Então, por que, agora, a Eletrobras, que hoje preside e comanda a Celg... A Celg, hoje, é uma subsidiária da Eletrobras. Por que a Celg continua sendo a pior distribuidora do País? A pior! Em todas as classificações, a Celg é a pior. Então, o que adiantou a ida da Eletrobras para a Celg? Nós repassamos aos goianos R$5,2 bilhões para pagar. Essa é uma dívida nossa, de Goiás.

Agora, o que ocorre? Vem a Medida Provisória nº 667. Eles pegam esse jabuti e implantam dentro de uma medida que nada tem a ver – é um assunto especifico da Chesf. Agora, para que haja melhores condições para a Celg ser vendida – esta é a verdade –, nós temos que tirar uma dívida da empresa em dólar, senão não vamos achar comprador para a Celg. Nós precisamos tirar essa dívida da Celg em dólar, que a Eletrobras não quitou quando assumiu o comando da empresa, em 2012, e fez o empréstimo.

Agora, dizem o seguinte: "Nós vamos fazer o dólar em janeiro de 2015." Por que não faz o dólar em setembro de 2010, exatamente no momento em que o atual governador negou-se a cumprir o contrato da Celg com a Caixa Econômica Federal, que tinha o objetivo de quitar essa dívida? Primeiro ponto.

Segundo ponto. Por que vamos repassar para os ombros da população brasileira mais R$300 milhões ou R$400 milhões, que estamos enxugando da Celg para entregá-la ao comprador? Por que, então, o comprador não assume essa diferença que existe hoje na cobrança que o Governo brasileiro quer transferir para a população?

Sr. Presidente, nós estamos vendo aquilo que alguém, que esteve no Ministério, já falou aqui: "Vá falar com o Ministro da Fazenda, porque o assunto já está decidido. A Celg já vai para a privatização."

Bom, vemos que esse processo já caminhou 90% – nós sabemos disso. A nossa resistência é no sentido de mostrar o absurdo que estão fazendo com o nosso Estado, a truculência com que estão fazendo isso, porque a Celg é uma empresa rentável, sim. Se a Celg não tivesse a estrutura montada dentro dela, no aparato político, para servir muito mais de suporte em eleições e muito mais de bandeira de campanhas eleitorais, ela não estaria vivendo o momento que está vivendo, porque a Celg é uma empresa que tem competência, quadros preparados, além de ter sido referência no País. Não há por que ter sido provocado o seu desmonte nesses anos.

Então, isso caracteriza, sim, aquilo que eu quero trazer ao conhecimento de V. Exª, Presidente. Recebi informações de uma reunião havida no palácio na semana passada. Estamos numa terça-feira. Na semana pas-

sada, o Governador reuniu todos os empresários e disse-lhes: "Olha, eu só vou quitar dívida com vocês depois da venda da Celg." Então, isso já está marcado. Isso já está fazendo parte daquilo que o Governo colocou como sendo caixa do Governo para poder tampar os buracos que foram feitos durante todos esses anos.

Vende-se a Celg. A Eletrobras fica com 51%, e Goiás com 49%. Goiás fica com uma dívida de R$5,2 bilhões, hoje, com a Caixa Econômica Federal. Todo o passivo da Celg foi transferido para o Governo do Estado de Goiás – todo o passivo da Celg. Nós temos a análise do último balanço da Celg, e a previsão inicial é de, mais ou menos, R$500 milhões, R$600 milhões, e, depois, de R$2,5 bilhões, sem reajuste das dívidas que estão sendo cobradas da Celg. Quer dizer, a Celg ainda fica com uma dívida, com um passivo de mais de R$3 bilhões.

Com isso, Sr. Presidente, pediríamos, neste momento, que a Eletrobras tivesse, pelo menos, um gesto de reciprocidade, assumisse a Celg, para que ela pudesse ser restabelecida na sua condição de gerenciamento, devolvesse a Celg e cobrasse do Estado de Goiás a condição de ter que ressarcir, sim, mesmo que fosse com 45%, com 48%, com 49,5% de suas ações, para que a Celg continuasse sendo uma empresa do Estado de Goiás. Essa é a solicitação que fazemos.

Ora, a Celg poderia ser devolvida a Goiás, a Eletrobras assumiria 49,5% das ações dela – ou, como queiram, 49,9% das ações –, e nós teríamos condições de continuar com a Celg, com um cronograma e um plano capaz de poder mostrar que a Celg não estaria vinculada a socorrer momentos de dificuldade do Governo para resolver problemas políticos. Com isso, sobreviveria a nossa empresa, que sempre foi um orgulho para todos nós.

São as ponderações que faço a V. Exª, Sr. Presidente. Ao mesmo tempo, peço o apoio do Senador Paulo Paim à votação que se dará, provavelmente, na quarta-feira, exatamente o terceiro dia em que a matéria virá à pauta.

Eu apresentei dois destaques. Em primeiro lugar, para que a Celg tenha a dívida reajustada em setembro de 2010; em segundo lugar, para que o diferencial que está sendo cobrado da população brasileira seja responsabilidade da empresa que venha, amanhã, tentar entrar no leilão; e, em terceiro lugar, a retirada total – 100% – da emenda apresentada pelo Senador Eunício, que estabelece a inclusão dela no relatório da 677.

São essas as minhas ponderações.

Agradeço a V. Exª pelo tempo que me concedeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse é o Senador Caiado, de Goiás, que explicitou o seu ponto de vista e deixou três propostas de encaminhamento, que nós pretendemos acompanhar na votação de quarta-feira.

É praxe, nesta Comissão, que eu abra... Às 11h30, nós teremos votação de vetos. Votaremos pela derrubada dos vetos, porque, de fato, eles atingem os trabalhadores – são seis vetos, se não me engano – e votaremos também o PL nº 2, do Aerus, que é um compromisso nosso. Devido ao nosso horário, eu pergunto se há alguém no plenário que gostaria de usar a palavra. Se não houver, nós vamos para os encaminhamentos finais.

O Max está propondo também que eu apresente essa emenda aditiva, cuja leitura você pode fazer. É aditiva ou supressiva?

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – É aditiva.

Excelência, é uma proposta do STIUEG, que me pediram para encaminhar a V. Exª.

Trata-se de uma emenda à Medida Provisória nº 693, uma medida provisória que já nasce tratando de vários temas. Então, não haveria empecilho de incluir mais um, porque ela já nasce jabutizada, digamos.

A emenda é simples: apenas para tirar a Celg do Programa Nacional de Desestatização. (*Palmas.*)

É uma emenda de três linhas. São três linhas que significam muitíssimo para o Estado de Goiás, para o Brasil, para os trabalhadores, para os usuários do sistema elétrico e para a soberania nacional, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu proporia, se concordar o Senador Caiado, que é Senador por Goiás, que ele fosse o signatário da emenda, e eu o apoiarei. Pode ser?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o maior prazer, Presidente. (*Palmas.*)

Não teria a menor dificuldade de assinar a emenda.

Eu gostaria só de consultar a assessoria se já se extinguiu o prazo de cinco dias para a 693, ou se ainda estamos no período de apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segundo eles me informam, o prazo termina hoje.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O.k. Tudo bem. Peço que seja repassado à minha assessoria, e imediatamente encaminharei ao protocolo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, passo às perguntas que ele fez à Mesa para encerrarmos os trabalhos.

Dr. Salomão.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO (*Fora do microfone*.) – Em resposta ao Senador Caiado, o que podemos dizer é que...

O som está ruim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

É só apertar ali. Quando acender a luz verde, está funcionando.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora deu certo.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – A pergunta do Senador Caiado é: por que houve pagamento de impostos, e encargos e não houve o pagamento de Itaipu?

Na verdade, Senador, foram dois empréstimos: um contraído em novembro, dezembro de 2011; e outro, em agosto de 2014, exatamente com os números que o senhor citou de R$3,5 bilhões e de R$1,9 bilhão – o senhor falou R$1,7 bilhão, mas é basicamente isso. Em ambos, houve o pagamento de Itaipu, sim, mas houve um pagamento que não esgotou a dívida em ambos os casos. Num caso, foram R$490 milhões, conforme o Secretário Simão me esclarece, e, na segunda tranche de 2014, de R$1,9, foram pagas 12 parcelas de Itaipu. Não foi pago mais porque a disponibilização dos recursos pelo Tesouro Nacional, na ocasião, de uma certa forma, fez prevalecer o interesse do próprio Tesouro de pagamentos cujos recursos voltassem para o Tesouro. Então, o Tesouro privilegia pagamentos circulares, ou seja, ele disponibiliza o dinheiro, e você paga dívidas com ele mesmo. Então, nós exigimos que houvesse pagamentos de parcelas de Itaipu. Acabamos atendidos, mas parcialmente.

Além disso, durante os três anos, até o início de 2015, houve diversas propostas da administração da Celg de desdolarizar a dívida de Itaipu, o que consideraria um pagamento antecipado. Nós, da Celg, nos disponibilizaríamos a buscar os recursos, desde que houvesse uma retroação com ganhos para a companhia, em troca de um pagamento antecipado. Isso não foi viável ao longo desses anos, mas acabou resultando no art. 11 da Medida Provisória nº 677, conforme foi referido aqui. Então, a explicação é essa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria só de que V. Exª me desse direito à réplica.

Eu gostaria de saber, objetivamente, a opinião do representante do Ministério de Minas e Energia. Se essa medida provisória tiver o intuito de realmente recuperar a Celg, V. Sª terá de mim total apoio. Agora, com toda a sinceridade, isso está sendo feito para fortalecer a Celg, ou isso está sendo feito para vender a Celg e achar comprador para a empresa? A Celg, com a atual situação, com uma dívida em dólar...

Acho que, aqui, nós temos que colocar as coisas com muita clareza. Eu não vejo como essa medida, que está iludindo todo o povo goiano, está sendo tomada no intuito de melhorar as condições da Celg. Não é para melhorar as condições da Celg, mas para entregar a Celg, vender a Celg. Esse objetivo é único.

Eu não vejo sinceridade nessa proposta. Eu não acho justo ter que repassar para o contribuinte brasileiro algo que vai ser repassado, em melhores condições, para o cidadão que vai comprar a Celg.

Essa é uma situação difícil, porque sinalizam como sendo um bem para a Celg, mas, na verdade, não há benefício algum. Há o benefício único e exclusivo de o Governo Federal utilizar 51% da Celg para fazer caixa e de 49% da Celg serem utilizados pelo Governo do Estado de Goiás para fazer caixa. Então, eu não vejo onde está o benefício da Celg nisso aí, nem o benefício do povo goiano.

Objetivamente, esta é a pergunta que faço a V. Sª: essa medida do Senador Eunício tem algum objetivo de fortalecer a Celg ou de melhorar as condições de venda da Celg? Ponto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, claro. O debate está aberto. Depois, está inscrito, para usar a palavra, o único do plenário, Dr. Rogério Bernardes, Procurador Jurídico da Celg, que pode contribuir também para este debate.

Mas V. Sª tem direito à tréplica.

Está conosco aqui o Senador Lindbergh... (*Palmas.*)

... que tem compromisso com o nosso povo e com toda a nossa gente.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – Senador, respeitosamente, vou tentar dar uma explicação do ponto de vista técnico.

A Medida Provisória nº 677, no seu art. 11, propõe uma "desdolarização" referente a 1º de janeiro, se não me engano, ou 31 de dezembro de 2014, e com isso ela reduz a dívida da Celg em cerca de R$400 milhões, R$500 milhões. Em diminuindo a dívida da Celg, ela permite uma valorização da Celg. A Celg teria um valor maior, um preço maior. Esse é o primeiro ponto.

(Manifestação da galeria.)

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – Segundo ponto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, nós combinamos isto: o aplauso ou o silêncio.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O aplauso ou o silêncio. Foi o combinado.

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – O segundo ponto é que ela concede novo prazo de carência e um alongamento da dívida, o que, de fato, beneficia a Celg, mais uma vez. Então, acho que, pela redução da dívida e pelo seu alongamento, há de fato um benefício, dando folgas de caixa para a companhia, que pode direcionar a sua geração de caixa para manutenção e investimentos. Então, basicamente, do ponto de vista técnico, é isso.

Além disso, essas são medidas que já vinham sendo pleiteadas, há cerca de três anos, em diversos ofícios da Celg para a Eletrobras. Então, isso se configurou na Medida nº 677.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos deixar o Dr. Rogério entrar no debate.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Senador tem prioridade sempre.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Presidente... Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minutinho.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Prometo que será a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiro, os Senadores, e, em seguida, V. Sª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Prometo que será a última pergunta, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber do represente do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras por que V. Sªs estão autorizando a concessão das distribuidoras por mais 30 anos, sem fazer licitação?

O que leva... No momento em que o Governo precisa de caixa e ela tem a concessão, que é pública, por que ela vai doar mais 30 anos para uma distribuidora? Por que ela não vai leiloar e não vai fazer a licitação dessas empresas? Por que essas 42 estão recebendo de graça 30 anos? E por que a minha Celg não recebeu 30 anos de graça? (*Palmas.*)

O SR. OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO – Bom, Senador, essa questão da prorrogação das concessões tem sido conduzida no âmbito do Ministério de Minas e Energia e pela Aneel.

Para as 42 distribuidoras, cujo contrato de concessão já se encerrou em 7 de julho ou virá a se encerrar ao longo dos próximos anos, foi avaliado que há uma questão de segurança na continuidade do serviço. Esse é o primeiro ponto. Além disso, para as empresas que têm problemas de qualidade, ou seja, qualidade aquém da requerida, foi colocada uma exigência de *performance*, de desempenho para que essas empresas atendam a população com essa qualidade. Caso essa *performance*, esse desempenho não seja... Caso haja infração nesses níveis de qualidade por mais de duas vezes, a concessão se extingue, ou seja, há perda de concessão. Isso acontecerá nos próximos cinco anos, quer dizer, vai ser examinado nos próximos cinco anos.

Além disso, há exigências de *performance* também do ponto de vista da sustentabilidade econômico-financeira. Caso não sejam atendidas, há uma penalização do acionista. O acionista vai ser obrigado a aportar recursos vultosos, na nossa avaliação, conforme temos estudado, e os recursos são, de fato, muito relevantes. De certa forma, tanto por parte da Eletrobras como por parte do Estado, há uma aversão à possibilidade de dispor de recursos para colocar na Celg e em qualquer outra distribuidora, no caso da Eletrobras.

Então, esses são pontos que estão em exame no Ministério, na Eletrobras e na Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Sr. Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete do Governador do Estado de Goiás.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Eu queria complementar dizendo que, desde 2012, temos enviado cartas à Eletrobras e à Aneel solicitando a modificação dos índices de Itaipu, de dólar mais 12% ao ano. Naquela época, nem se falava de privatização. O que nós sempre queríamos sempre era que o patrimônio líquido da Celg estivesse adequado. Era isso que nós buscávamos sempre, porque a redução dessa despesa em dólar, com taxa de juro de 1% ao mês, é muito grande no balanço financeiro mensal e anual da Celg. Então, desde 2012,

nós estamos preocupados com isso e já enviamos várias cartas aos órgãos, que nunca responderam "não", mas também não responderam "sim". Só agora verificaram que havia a necessidade de colocar esse item em uma lei. Por isso, está-se pensando na emenda que foi colocada.

Queria dizer também ao Senador que, durante todo o tempo, nós trabalhamos de forma séria no sentido de tornar a Celg uma empresa melhor. Se ela ainda não é uma empresa melhor por causa de indicadores financeiros, isso se deve à falta de investimento existente ao longo desse tempo, porque não houve os aumentos adequados de tarifas durante esse período.

O que nós esperamos, com a redução do passivo da Celg, é que possamos ter maior possibilidade de investimento, porque, como o senhor sabe, todos nós sabemos, o Brasil todo sabe, hoje, todos os governos estão com dificuldades financeiras e não dispõem de recursos suficientes para aportar capital e melhorar a qualidade dessa empresa. Há, inclusive, obrigatoriedade, nos termos que foram firmados no acordo, de os dois sócios colocarem recursos adicionais, se isso fosse necessário, mas, hoje, o Estado de Goiás está em crise financeira, como todos os outros Estados, e também não tem a possibilidade de pegar um novo empréstimo para aportar como aumento de capital na empresa. Então, há uma dificuldade muito grande de conseguir novos recursos dada a crise existente.

Portanto, nós esperamos que essa medida provisória nos dê essa condição de, reduzindo essa dívida, que é uma dívida com Itaipu, nós consigamos uma melhoria na aplicação financeira dos recursos da Celg. E já estamos trabalhando para melhorar o investimento da Celg, sim. Essa seria mais uma forma de melhorarmos o investimento da Celg, que é devedora de energia elétrica a todos os goianos, como o senhor bem sabe.

É essa a nossa intenção.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Rogério Bernardes, Procurador Jurídico da Celg.

V. Exª prefere falar antes ou depois dele?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só para fazer um contraponto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tanto o Senador Caiado como o Senador Lindbergh, se quiserem usar a palavra, falarão antes do último convidado, que é o Procurador Jurídico da Celg.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Farei apenas uma pergunta ao nobre representante do Governador, Simão Cirineu.

Dr. Simão, sendo essa a posição do Governo de Goiás, o Governo de Goiás assinaria essa emenda que será apresentada? O Governo de Goiás...

V. Sª disse: "Nós estamos trabalhando para que a Celg possa ser viável, para que possa ter mais facilidade de contrair empréstimos ou ter maior condição de investimento." Sendo essa a verdade, não há por que ser vendida.

Então, se o Governo de Goiás assumir essa posição que V. Sª acabou de colocar aqui, vai ser uma posição por unanimidade. Por quê? O que V. Sª está dizendo é exatamente o que nos foi apresentado. Então, tudo bem. Nós aprovaremos a Emenda nº 677 e assumiremos o compromisso de que nós, o Governo de Goiás, a Bancada de Goiás, num todo, junto ao Governo Federal, excluiremos a Celg do PND. Pronto, Sr. Presidente. Não vai haver dificuldade nenhuma, porque, com essa posição, se esse é o fato específico, V. Sª vai contar com toda a votação favorável no Senado. Ao mesmo tempo, a cobrança que fazemos é que vocês também apoiem essa emenda que está sendo apresentada para excluir a Celg do processo de privatização. Com isso, nós fechamos o acordo. Não há problema algum. Ninguém luta mais pela Celg do que nós aqui. (*Palmas.*)

Eu sou 100% concordante com V. Sª – 100%!

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Eu concordo com o seu apoio a esse evento. No entanto, nós temos um acordo a cumprir com a Eletrobras, com o Governo Federal.

A nossa necessidade de investimento não é só essa. Hoje, nós vamos ganhar uma diferença de R$438 milhões, mas, a cada ano, nós temos que colocar R$438 milhões. Mas não há esse recurso em caixa, e não vai haver daqui a um ano, dois anos, três anos, porque todos nós estamos lutando hoje, como a maioria dos governos, para tentar pagar a folha de pessoal, mas não estamos conseguindo em função das receitas que caíram. Então, todos os governos estão com uma enorme dificuldade e não podem se comprometer com investimentos da ordem de R$500 milhões por ano se não houver caixa para fazer isso, se não houver operações de crédito para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Rogério Bernardes, por favor.

Depois, o Senador Lindbergh usará a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Rogério Bernardes é Procurador Jurídico da Celg.

O SR. ROGÉRIO BERNARDES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e agradecer-lhe a oportunidade de debater um tema tão importante, que é a retomada da privatização do setor elétrico, iniciando pela Celg Distribuição, antiga Centrais Elétricas de Goiás.

Obrigado, Senador, por provocar esse debate tão importante para o setor elétrico goiano e nacional.

Quero cumprimentar os Senadores Ronaldo Caiado e Lindbergh Farias, agradecendo-lhes a presença. Ao cumprimentá-los, cumprimento toda a Mesa.

Quero deixar aqui dois dados muito importantes, reais e verdadeiros. A nossa empresa, Senador Paulo Paim, arrecada, por mês, R$700 milhões. Se esse valor for multiplicado por 12 meses, ela arrecada R$8,4 bilhões por ano. O mercado está sinalizando e a imprensa está dizendo, assim como outros órgãos de avaliação, que ela deve ser vendida por volta de R$6 bilhões a R$8 bilhões. Então, como entender uma conta dessas? Uma empresa que arrecada mais de R$8 bilhões por ano possivelmente ser vendida por R$6 bilhões a R$8 bilhões? Ou seja, com um ano de arrecadação, paga-se o valor de uma venda. Então, esse é o primeiro tópico.

Vou ser breve.

Quero ressaltar um fato emblemático para o senhor ter uma ideia da importância da Celg. Ela é a maior empresa do Centro-Oeste brasileiro. Hoje, nós somos a sétima, a oitava economia do mundo, e o Centro-Oeste brasileiro é destaque na produção de grãos e poderia ser o celeiro do mundo. Nós estamos falando da empresa que distribui energia elétrica para Goiás, como um todo.

A Secretária da Fazenda do Estado de Goiás, recentemente, deu a seguinte declaração – abro aspas: "A Celg é a maior joia do Estado de Goiás."

Então, quero dizer aqui que jamais deveremos vender a maior joia do Estado de Goiás. Muito pelo contrário. A maior joia de qualquer Estado, de qualquer nação nós devemos preservar.

Muito obrigado a todos e um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, ele me fez uma proposta para assinar uma emenda, mas eu disse: "Eu não estou conseguindo ler o que está escrito nela".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Simão é um velho conhecido nos debates da CAE e foi Secretário de Fazenda do Estado de Goiás.

Primeiro, eu vim aqui dizer que a privatização da Celg já virou uma questão nacional. Não é uma questão que diz respeito só ao Estado de Goiás. (*Palmas.*)

Segundo, vocês conseguiram um feito: fazer Lindbergh estar junto com Caiado aqui na defesa... (*Risos.*)

Estou brincando. Caiado sabe do meu respeito. Caiado tem posições muito firmes, e, às vezes, nós nos confrontamos. Mas ele tem uma coisa que é muito interessante – não é, Senador Paulo Paim? –: no trato pessoal, ele tem uma relação de respeito e gentileza, que é uma marca dele. Por mais que estejamos, em vários pontos, em posição divergente, temos uma relação boa.

Nesse caso, Senador Caiado, quero me colocar à disposição até para ir ao Estado de Goiás.

O meu Estado do Rio de Janeiro viveu um processo, lá atrás, com consequências trágicas, terríveis. A privatização da Light interferiu na vida das pessoas. Não estou falando nem dos trabalhadores, da situação da empresa; estou falando da vida das pessoas. Houve um processo de desresponsabilização grande em relação à Light. Não foram feitos serviços de manutenção, e, hoje, o Rio de Janeiro vive uma história de bueiros explodindo. Então, houve o desmonte de uma empresa que era muitíssimo importante.

Aqui, entro num debate de fundo. Quero dizer ao Vagner, que é representante dos empregados, que estou disposto a entrar nessa briga, a me colocar dentro do Governo – sou do PT –, dentro das forças que compõem este Governo, para me levantar contra esse processo como um todo. (*Palmas.*)

Nós não podemos aceitar o argumento desta crise, Senador Paulo Paim. Agora, começamos a ver algumas propostas para a saída da crise que nós não aceitamos. Não aceitamos que, para sair da crise, neste momento, haja aprofundamento de cortes em programas sociais. Há pessoas falando em desvinculação dos recursos constitucionalmente garantidos para educação e saúde e em privatizações.

Na verdade, quando estudamos a fundo este momento por que estamos passando no País... Apesar de ser do PT, votei, assim como o Senador Paulo Paim, contra o ajuste fiscal, desde o primeiro momento.

Na verdade, esses planos de austeridade fiscal fracassaram no mundo inteiro. Faz-se um aperto fiscal por um lado, começa-se um programa de privatizações por outro lado, e o que acaba acontecendo, na maior

parte dos países... Vejam a situação da Espanha e de Portugal. O Ministro Levy esteve na Espanha, há um mês, e disse o seguinte: "A Espanha é um modelo que nós queremos copiar." Não sei como ele teve condições de falar isso. A Espanha chegou a 26% de desemprego, 40% de desemprego entre os jovens. Então, qual é o modelo?

Esses planos de austeridade, geralmente, acabam aprofundando a recessão, aumentando o desemprego, diminuindo a arrecadação e aumentando a própria dívida pública. Só que, no Brasil, há um plano de austeridade fiscal que vem junto com a elevação de taxas de juros, em uma política monetária do Banco Central, Senador Paulo Paim, completamente esquizofrênica. O que está causando esse déficit todo nas contas do nosso País, hoje, é o pagamento de juros por essa política monetária.

Para o senhor ter uma ideia, de janeiro a agosto do ano passado, nós gastamos 150 milhões com pagamento de juros. Neste ano, de janeiro a agosto, nós gastamos 365 milhões. Nós estamos consumindo 8,5% do PIB com essa política monetária.

Então, quero entrar no debate vinculado a essa discussão no País. Para nós, o caminho, num momento de crise como este, não é aprofundar a política de privatização e de aperto fiscal. A grande saída para a crise, neste momento, é mexer nessa política monetária que é completamente esquizofrênica, como já falei aqui. Nenhum país do mundo tem taxas de juros como essa, e nós somos recordistas mundiais em taxa de juros. Cada 1% da taxa Selic que aumentamos tem um impacto de 15 milhões nas contas públicas. Então, nós temos que mexer nessa política monetária e também tributar o andar de cima. No Brasil, infelizmente, quem paga Imposto de Renda são os trabalhadores, a classe média; os mais ricos não pagam. (*Palmas.*)

Nós tínhamos outro caminho e não vamos aceitar isso. Sou de uma parcela do PT... Sinceramente, não vamos aceitar essa política que estão querendo impor e vamos brigar muito, Vagner – eu quero lhe dizer isso.

O Vagner esteve presente em um evento da Frente Brasil Popular, assim como um pessoal de que o Caiado não gosta muito, o pessoal do MST, que também estava lá apoiando. (*Risos.*)

Estou brincando.

Eles estavam apoiando a causa de vocês.

Então, eu quero que vocês contem conosco.

Eu me disponho, Caiado, inclusive quando houver algum evento em Goiás, a estar lá. Eu quero estudar mais o processo específico da Celg para obter mais argumentos e quero que o Caiado saiba que, se houver a votação para tirar a Celg do Plano Nacional de Desestatização, ele vai ter um apoio grande de uma parcela da nossa Bancada. (*Palmas.*)

Não digo de todos, mas de uma parcela da nossa Bancada.

Nós vamos nos somar ao Senador Paulo Paim, que tem uma grande vantagem, pessoal. Aqui é muito simples saber se estamos do lado certo ou do lado errado: basta olhar onde está o Senador Paulo Paim, porque não há uma causa de trabalhador em que ele não esteja junto, não esteja envolvido, não esteja articulando. (*Palmas.*)

Ele sabe que estou falando isso não para fazer média, mas porque é verdade.

Às vezes, em votações no plenário, nós nem sabemos o que estão votando. Então, eu sempre olho como o Senador Paulo Paim está votando, porque votar com o Senador Paulo Paim é a certeza de votar a favor dos trabalhadores.

Contem com o nosso apoio!

Eu posso trazer muito testemunho da história do Rio de Janeiro. Vou obter mais dados sobre a Light, para, em outros debates, mostrar, de forma mais didática, o desmonte que aconteceu no caso da Light.

Muito obrigado.

Parabéns!

Vamos à vitória nessa luta! (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, muito obrigado.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu só gostaria de fazer um comunicado a V. Exª a respeito de uma informação que acabei de receber. No momento em que eu estava falando, a TV Senado foi retirada do ar. Depois eu gostaria de que V. Exª pudesse confirmar se realmente existiu essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não existiu, não. Continua inclusive no ar, e eles me avisaram que toda a nossa audiência foi transmitida ao vivo, até com contestação de outras comissões.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós começamos antes, e a nossa Comissão está ao vivo neste momento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço, Sr. Presidente.

Foi repassada essa informação. Quero agradecer a ação imediata de V. Exª para que essa matéria fosse transmitida diretamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, são 11h30min. Haverá agora a votação dos vetos. Dois companheiros ergueram a mão, mas não dá mais...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... para abrirmos a palavra ao Plenário. Nós vamos ter que encerrar aqui.

Às 11h30min, inicia-se a sessão do Congresso Nacional. Nós até atenderemos um ou outro companheiro que queira falar conosco após este momento.

Os encaminhamentos serão dados, e vejam vocês que a emenda será apresentada. O Senador Caiado assina em primeiro lugar, porque é de Goiás – isso é mais do que justo.

Fica excluído do Programa Nacional de Desestatização (PND), para os fins da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, a Celg Distribuição S.A.

Fica sem efeito o Decreto nº 8.449, de 13 de maio de 2015.

Assinam, além do Senador Caiado, que é o principal subscritor de Goiás, como apoio, o Senador Paim e o Senador Lindbergh Farias. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu peço, Sr. Presidente, que os demais Senadores também assinem, porque essa emenda tem que ser protocolizada antes, para que possamos colher as assinaturas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Valeu.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

ATA DA 90ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia sete de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vincentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Marta Suplicy e Maria do Carmo Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima sétima a octogésima nona Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta **deliberativa**: Item 1. Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012. Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Emenda nº 1-CMA/CDH (Substitutivo) definitivamente adotada, sem emendas apresentadas. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012. Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta. Item 5. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2014. Não terminativo. Acrescenta § 4º ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando com deficiência. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Tramita em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014. Não terminativo. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Dário Berger (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 228 de 2014 e do PLC 36 de 2014. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 36 de 2014 e do Projeto de Lei do Senado nº 228 de 2014. Item 6. Tramitação Conjunta. Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011. Não terminativo. Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tramita em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2013. Não terminativo. Dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho -OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da administração pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição do PLS 710 de 2011 e aprovação do PLS 287 de 2013, com dez Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 710 de 2011 e aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 287 de 2013, com as Emendas nºs 1 a 10-CDH. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012. Não terminativo. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2015. Não terminativo. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Ange-

la Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 129, de 2015. Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura aos agressores da estudante Ana Luiza Lima, do curso de Medicina da Escola Multicampi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Caicó - RN, pelas absurdas agressões que vêm sendo realizadas contra ela, em razão de discurso proferido na cerimônia de comemoração dos dois anos do Programa Mais Médicos, no qual defendeu o programa e as políticas adotadas pelos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff na área da ampliação do acesso aos cursos de Medicina em todo o país e na criação de políticas públicas que permitiram o atendimento médico às populações mais humildes do País. Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 151, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal a respeito da formação médica para o diagnóstico e o tratamento das doenças negligenciadas. Convidados: Sr. Renato Janine Ribeiro, Ministro de Estado da Educação; Sr. Ademar Arthur Chioro dos Reis, Ministro de Estado da Saúde; Sr. Marco Aurelio Bertulio das Neves, Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso; Sra. Leontina da Conceição Margarido, Presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista de Medicina; Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); Representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Representante da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM); Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Autoria: Senador José Medeiros e outros. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 152, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 117 de 2015, desta Comissão, de forma que sejam incluídos os seguintes convidados para participar da referida Audiência Pública: Prof. André Luiz Ramos, Professor de Direito Empresarial do Centro Universitário IESB - Brasília; Sr. Pedro Somma, Diretor de Operações do aplicativo 99Táxis. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 153, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o Sistema Nacional de Informações, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência Contra a Mulher. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 154, de 2015. Requer nos termos regimentais a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa, com as autoridades responsáveis pelo Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas no âmbito do Ministério Público e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a fim de que sejam identificadas as causas reais do baixo desempenho do Cadastro. Autoria: Senador Magno Malta e outros. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 155, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Consequências e o impactos nas organizações sindicais do serviço público frente a MPV 689 de 2015". A presente audiência foi requerida pela CSPB- Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Os convidados são: ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Vilson Antonio Romero Presidente do Conselho Executivo; SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer – Presidente; FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Sr. Manoel Isidro dos Santos Neto; FENAPRF - Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal – Sr. Pedro Cavalcanti; CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – Sr. João Domingos – Presidente; FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - Roberto Kupski – Presidente; Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT –Ricardo Patah; Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT – Vagner Freitas de Moraes; Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST – José Calixto Ramos; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB – Adilson Araújo; Presidente da Força Sindical – FS – Miguel Torres; Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB – Antonio Neto. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 156, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para lançamento do "site do Conselho Federal de Medicina sobre crianças desaparecidas: www.criancasdesaparecidas.org". A presente audiência foi requerida pelo Conselho Federal de Medicina. Para tal deverão ser convidados: Dr. Carlos Vital - Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Ricardo Paiva - Membro da Comissão de Ações Sociais do CFM; Camila Pitanga, presidente do Movimento Direitos Humanos; Irmã Rosita Milesi, coordenadora rosita. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 157, de 2015.

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 14 de outubro, a ser realizada no auditório Petrônio Portela, para debater "O ataque aos Direitos Sociais no Brasil". A presente audiência foi requerida pelos movimentos sindicais representativos dos trabalhadores do setor público e privado. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 158, de 2015. Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a reeducação do agressor, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência Contra a Mulher. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa nº 159, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos – CDH - para discutir a violência obstétrica no Brasil. Autoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Aprovado. Às nove horas e vinte e cinco minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Em seguida, a Senadora Angela Portela devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às nove horas e quarenta e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Em seguida, a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, as Senadora Angela Portela e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e onze minutos. Eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 90ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 77ª à 89ª Reuniões desta Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu não vou, naturalmente, votar nenhum requerimento nem apresentar...

A Senadora Ângela Portela salvou a pátria! (*Risos.*)

Precisaríamos da presença dela aqui, porque nós temos que votar alguns requerimentos. É uma sessão rápida e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! E eu tenho que abrir, em seguida, a reunião da Comissão de Educação hoje, que vai discutir o Programa Mais Educação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente isso.

Então, como abri a reunião neste momento, repito que proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 77ª à 89ª Reuniões desta Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos entrar na pauta, começando pelos requerimentos.

Podemos começar pelos requerimentos? (*Pausa.*)

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 152, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 117 de 2015, desta Comissão, de forma que sejam incluídos os seguintes convidados para participar da referida Audiência Pública: Prof. André Luiz Ramos, Professor de Direito Empresarial do Centro Universitário IESB - Brasília; Sr. Pedro Somma, Diretor de Operações do aplicativo 99Táxis.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.

Também foi assinado pela Senadora Ângela Portela.

S. Exª apenas está propondo que se incluam mais dois convidados no requerimento que vai discutir essa questão desse aplicativo chamado Uber.

Senadora Ângela Portela, V. Exª concorda?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Concordo.

Só gostaria de reforçar aqui, pela aprovação do requerimento da Senadora Ana Amélia, que se trata de uma discussão importante na Comissão Direitos Humanos. A gente observa, nas grandes capitais do Brasil, que existe essa polêmica em relação a esse aplicativo e em relação aos taxistas que já estão no mercado tradicionalmente. Eu acho que é um assunto que precisa ser discutido com maior relevância, então, acho interessante a Comissão Direitos Humanos aprovar esse requerimento da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Ângela Portela, queria pedir a V. Exª que presidisse, porque eu vou ter que fazer a leitura de um relatório de projeto do qual sou o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Vamos, então, ao item 6 da pauta.

ITEM 6
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 710, de 2011
- Não terminativo -

Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da administração pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ângela Portela, há dois projetos que tratam do mesmo tema.

Vêm à consideração desta Comissão os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 287, de 2013, e 710, de 2011. Ambos tratam do direito de greve.

Vou direto à análise sobre o tema.

Compete a esta CDH opinar, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre "sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil", como também por Parlamentares, o que a torna competente para o exame desses projetos.

É de amplo conhecimento o fato de que a Carta Magna de 1988 estabeleceu o direito de greve do servidor público e atribuiu ao legislador ordinário a tarefa de regulamentar tal direito, inicialmente por meio de lei ordinária e, posteriormente, por lei específica. Já lá se vão, contudo, 26 anos de tal ditame constitucional. Só eu apresentei um projeto há 20 anos, e até hoje não foi votado; apresentei mais dois há cinco anos, e também não foram votados. Por isso, procede a exigência de que a matéria seja votada. E, como acordamos, eu disse que apresentaria hoje este relatório.

O fato é que, hoje, as práticas de greve e negociação são bem conhecidas pelas partes envolvidas. Tal estado de coisas tende a gerar critérios heterogêneos e fragmentados, aplicados hoje, por um magistrado, e

negados amanhã, por outro, ou válidos para uma situação, mas não para outras. Isso não é obrigatoriamente indesejável, visto que normas *Ad Hoc* podem ser as melhores soluções para situações igualmente peculiares, mas é um estado de coisas que reflete a ausência de princípios normativos gerais incidindo sobre o assunto. É essa lacuna que esses dois projetos – e outros tantos que estão na Câmara e também no Senado – trazem para análise nesta Comissão.

Tendo em mente que a legislação democrática moderna não deve procurar regular todo e qualquer aspecto dos processos sociais, mas, antes, fornecer apenas princípios que permitam aos legislados ampla margem para encontrar soluções caso a caso, quer-nos parecer que o PLS nº 710, de 2011, padece justamente desse ímpeto regulador, procurando refazer e detalhar as praxes mencionadas no parágrafo anterior, que já se mostraram boas soluções, democraticamente produzidas pelos atores sociais.

De maneira diferente, observamos que o PLS nº 287, de 2013, tem um espírito mais acorde às ideias democráticas modernas, deixando às partes maior margem para a autocomposição de suas desinteligências. É nesse sentido que, de um modo geral, tomamos posição favorável ao PLS nº 287, de 2013, mas incorporando valiosos elementos também do PLS nº 710, de 2011, conforme veremos a seguir, na exposição e na justificação das alterações que ofereceremos ao PLS nº 287, de 2013.

O art. 2º do PLS nº 287, de 2013, traz, de modo desnecessário, justificativa ideológica a seu comando.

O art. 3º procura justificar, igualmente com argumentos ideológicos, o direito à negociação coletiva, matéria delicada à qual ofereceremos solução algo diferente, embora dentro dos princípios abraçados pelo projeto.

O art. 5º repete, desnecessariamente, a parte inicial do art. 2º.

O art. 9º, que trata da negociação coletiva, afirma a perenidade desta, o que não nos parece a melhor solução; antes, a ideia de mesas contingenciais, contida no PLS nº 710, de 2011, será aproveitada sob a forma de emenda.

No art. 11, parece-nos conveniente a supressão, no plano da lei, da figura do regimento interno da mesa de negociação, seja por seu caráter descontínuo, seja pela desnecessidade de firmar tais conteúdos normativos em lei.

Depois, temos o art. 13: não se pode estabelecer a publicação dos acordos obtidos no *Diário Oficial* por não haver ainda previsão da condição jurídica dos mesmos.

O art. 15 precisa igualmente de revisão, para prever que os acordos obtidos sejam submetidos às exigências em vigor, vinculadas ao princípio da legalidade que rege a Administração Pública.

Por implicar a criação de órgãos e funções, o que é de iniciativa privativa da Presidência da República, nos termos do art. 61 da Constituição, vamos propor a supressão do Capítulo V, que trata dos Observatórios das Relações de Trabalho no Serviço Público.

Por fim, vamos propor a competência da Justiça do Trabalho, e não da Justiça Comum, para "julgar os dissídios e as ações sobre greves decorrentes da aplicação desta Lei". O Texto Constitucional, inobstante as diversas decisões liminares em contrário, não deixa dúvidas, no art. 114, incisos I e II, quanto a que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; as ações que envolvam exercício do direito de greve.

Quero ainda dizer que essa proposta foi amplamente discutida com diversas audiências, em contato com as entidades das partes envolvidas.

Voto.

Ante o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2013, com as emendas que estão nas mãos dos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011, e pela aprovação do de nº 287, de 2013, com dez emendas apresentadas pelo nosso Relator, Senador Paulo Paim.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2013, com as Emendas de nºs 1 a 10, da CDH.

O projeto segue para análise da CCJ e, posteriormente, da CAS.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento é do Senador Paulo Paim.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Consequências e o impactos nas organizações sindicais do serviço público frente a MPV 689 de 2015".

A presente audiência foi requerida pela CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Os convidados são:

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo; SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer – Presidente; FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Sr. Manoel Isidro dos Santos Neto; FENAPRF – Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal – Sr. Pedro Cavalcanti; CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – Sr. João Domingos – Presidente; FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Roberto Kupski – Presidente; Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes; Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo; Presidente da Força Sindical (FS), Miguel Torres; Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ângela Portela, o nome da audiência proposta pelas centrais e pela CSPB é "Consequências e o impacto nas organizações sindicais do serviço público frente a Medida Provisória nº 689, de 2015", a fim de tratar do tema com profundidade no campo dos servidores públicos, à semelhança da Lei de Greve, que ora aqui nós aprovamos.

Para tanto, estou convidando a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), na figura do Sr. Vilson Antonio Romero Presidente do Conselho Executivo; o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), Sr. Daro Marcos Piffer, Presidente; Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), Sr. Manoel Isidro dos Santos Neto; FENAPRF (Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal), Sr. Pedro Cavalcanti; e ainda, Sr. Presidente, a CSPB, a Fonacate, a União Geral dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, a Nova Central Sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a Força Sindical e a Central dos Sindicatos Brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 156, de 2015, do Senador Paulo Paim, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 156, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para lançamento do "site do Conselho Federal de Medicina sobre crianças desaparecidas: www.criancasdesaparecidas.org". A presente audiência foi requerida pelo Conselho Federal de Medicina. Para tal deverão ser convidados:

Dr. Carlos Vital - Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Ricardo Paiva - Membro da Comissão de Ações Sociais do CFM; Camila Pitanga, presidente do Movimento Direitos Humanos; Irmã Rosita Milesi, coordenadora rosita.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, esta é uma bela iniciativa do Conselho Federal de Medicina. Eles querem lançar aqui na Comissão e fazer toda uma exposição de um *site* sobre crianças desaparecidas.

Primeiro, cumprimento a entidade pelo mérito da proposta que nos encaminhou. Estaremos aqui com esse objetivo, para que todo o Brasil saiba quem são, mediante esse *site*, as crianças desaparecidas. E aqui eles vão expor detalhadamente o que fizeram e o apoio que eles querem de toda a sociedade brasileira para que as crianças desaparecidas oxalá sejam descobertas, ou seja, apareçam.

É isso, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 157, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 157, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 14 de outubro, a ser realizada no auditório Petrônio Portela, para debater "O ataque aos Direitos Sociais no Brasil".

A presente audiência foi requerida pelos movimentos sindicais representativos dos trabalhadores do setor público e privado.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, o presidente da CSPB, Sr. João Domingos, que também é um líder da Nova Central, fez contato comigo e, posteriormente, com outras entidades, mediante a avalanche de investidas como essa, que lamento muito, muito mesmo, de querer revogar a própria CLT, via aquilo a que chamamos um contrabando, um jabuti.

A palavra "jabuti", para que todos entendam, é porque jabuti não sobe em árvore. Ou alguém o colocou lá em cima, de forma indevida, porque lugar de jabuti não é em cima da árvore, ou a chuvarada fez com que ele chegasse lá. Por isso, usa-se muito a expressão "jabuti". Quer dizer, é inadequado, não é pertinente, é ilegal. Eu diria que chega a ser imoral, porque a Medida Provisória nº 680, nós a discutimos amplamente. Eu participei da discussão, aqui nesta Comissão, com centrais, com empresários, com trabalhadores, e construímos um amplo acordo de que, em momentos de crise, por dois anos, poderá haver redução de jornada e até com um percentual do salário o trabalhador não recebendo. Nós cedemos muito! Tanto, que alguns setores do movimento sindical não gostaram, inclusive. Mas, em nome do momento de crise, principalmente de desemprego, acabamos fechando esse acordo. E, de uma hora para outra, em uma quinta-feira – e, quinta-feira, todos sabem que o quórum aqui é muito baixo –, uma Comissão se reúne e coloca lá dentro que, daqui para frente, em matéria de lei, a gente só vai respeitar o que está na Constituição e os acordos internacionais.

E aí eu pergunto: Lei Maria da Penha, por exemplo, naquilo que tange ao direito dos trabalhadores... Mas vamos pegar um exemplo mais específico: a Lei das Empregadas Domésticas. A Lei das Empregadas Domésticas não vai valer mais? E tudo da CLT? Porque foi ali que nós regulamentamos o direito às férias, por exemplo; ali que nós regulamentamos a questão do piso salarial; ali que nós regulamentamos a jornada de trabalho, que pode ser, é claro, no limite máximo de 44h, mas pode ser menor. Enfim, como é que fica o Fundo de Garantia? Então, é uma varredura no direito dos trabalhadores.

Eu considero essa uma proposta – desculpem a expressão – inadequada, para não usar um termo mais pesado. É quase uma covardia, eu diria, do Parlamento contra milhões e milhões de trabalhadores, que passarão a não ter mais seus direitos assegurados.

Devido a isso, vamos fazer esse evento, no dia 14 de outubro, para debater o ataque aos direitos sociais dos trabalhadores do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ângela Portela.

Vamos, de imediato, ao item 17, um requerimento da Senadora Regina Sousa.

De imediato, Senadora Regina Sousa, vou ler só a introdução e passo a palavra a V. Exª para, se quiser, ler a justificativa do projeto.

V. Exª está requerendo, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública desta Comissão para debater sobre a reeducação do agressor, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência contra a Mulher.

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 158, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a reeducação do agressor, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência Contra a Mulher.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

A lista de convidados será encaminhada posteriormente.

V. Exª com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu fui escolhida pelo senhor Relatora da Política Pública de Combate à Violência contra a Mulher. Então eu tenho que apresentar um relatório abrangente, Estados e Governo Federal.

Essa audiência é exatamente para subsidiar esse relatório, para ouvirmos algumas instituições, algumas entidades que trabalham essa questão do combate à violência contra a mulher e também pessoas do Governo que podem falar sobre as políticas públicas governamentais, para vermos o que andou, o que avançou nessa política. Então, é para subsidiar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento na forma colocada aqui pela nossa querida Senadora Regina Sousa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Também tenho um requerimento sobre a mesa que gostaria de ler e ver aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto as Srªs e Srs. Senadores para saber se concordam com a inclusão extrapauta do requerimento citado.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos ao requerimento.

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 159, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH) para discutir a violência obstétrica no Brasil.

Autoria: Senadora Ângela Portela.

A Senadora Ângela Portela tem a palavra para expor o requerimento antes de o levarmos à votação.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos para discutir a violência obstétrica no Brasil.

Para tanto, peço o convite dos seguintes expositores: Dr. Marcelo Castro, Ministro da Saúde; Dr. Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia Obstetrícia; e Drª Maria do Carmo Leal, Coordenadora Geral do Projeto Nascer no Brasil – Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.

Essa discussão, Sr. Presidente tem como objetivo esclarecer a violência silenciosa e institucional, que acaba por ser naturalizada e banalizada, que é a violência obstétrica.

A pesquisa Nascer no Brasil, de 2012, a única a medir o atendimento às gestantes no País, mostrou que apenas 19% das mulheres têm acompanhamento o tempo todo, em descumprimento à Lei nº 11.108 – conhecida como a Lei do Acompanhante.

Entre as violências testemunhadas em maternidades de que temos notícia, estão: jejum forçado, isolar a mulher e não permitir acompanhante, restringir a gestante ao leito, amarrar a mulher à cama, utilizar meios farmacológicos sem autorização, induzir o parto, episiotomia (corte entre a vagina e o ânus para facilitar a passagem do bebê), manobra de Kristeller (quando a barriga é empurrada por enfermeiras), não deixar que a mulher grite ou converse – numa hora dessas, de uma dor tão forte, como é que não vai gritar? – e agressões e humilhações verbais: "Se você não me obedecer, saio daqui e você vai ter o bebê sozinha"; "Na hora de fazer, não doeu"; "Se você não ajudar, seu bebê vai morrer" Isso é um absurdo! Não podemos admitir esse tipo de coisa. Esse problema precisa ser enfrentado.

Segundo reportagem da Revista *Época* de 31/07/2015, uma em cada quatro mulheres diz ter sofrido violência obstétrica no País. A Fundação Fiocruz afirma também que o Brasil possui uma taxa de 56% de cesáreas – é campeão no mundo, uma coisa absurda. Inclusive, o Ministério da Saúde está fazendo uma ampla campanha não só de esclarecimento, mas também para estabelecer sanções para que se possa ter uma redução no número de partos cesarianos. Dessas cesáreas, 88% ocorrem nos hospitais privados – repito: 88% dos partos realizados em hospitais privados são cirurgias obstétricas. Em 2014, a Organização Mundial da Saúde publicou um documento condenando a violência obstétrica.

A Rede Cegonha (lançada em 2011 como uma das cinco redes prioritárias nas políticas de saúde para o País) reafirmou esse compromisso e enfatizou a urgência na revisão dos processos de cuidado em maternidades brasileiras – isso é o Governo Federal, o Ministério da Saúde, que, conhecedor dessa problemática de violência, incluiu também medidas de prevenção disso no Programa Rede Cegonha. O descontentamento com rotinas institucionais pouco centradas na mulher e sua família vem sendo fortalecido pela progressiva consciência de direitos que vêm permeando a sociedade brasileira. Precisamos abrir o diálogo para esta questão de violência contra a mulher e contra a criança.

Esse é o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu convidaria agora a Senadora Regina para presidir neste momento, porque há um projeto para o qual V. Exª, presidindo, poderia me nomear relator *Ad Hoc* e eu apresentaria o relatório. É que eu não posso nomear a mim mesmo. V. Exª tem que vir aqui e assumir a presidência – senão eu me nomeava!

Então, convido V. Exª para assumir a presidência.

Na verdade, trata-se de um projeto sobre o qual já fiz um relatório em outra Comissão. Ele voltou para esta Comissão com outro parecer. Então, eu quero ficar como relator *Ad Hoc*, se assim a senhora me permitir, para que eu possa analisar melhor a matéria. Inclusive, não darei...

V. Exª pode se sentar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Cyro Miranda.
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação:
- Em 11/12/2012, foi aprovado Parecer na CDH pela aprovação do Projeto.
- Em 19/6/2013, o Projeto foi aprovado na CAS, em decisão terminativa.
- Em 14/8/2013, foi aprovado requerimento para oitiva da CAE.
- Em 19/11/2013, foi aprovado Parecer na CAE pela rejeição da matéria.
- Em 2/6/2015, foram aprovados requerimentos para reexame do Projeto pela CDH e pela CAS.

Como a Senadora Maria do Carmo Alves não está presente, nomeio o Senador Paulo Paim Relator *Ad Hoc*. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, este é um projeto muito interessante do Senador Cyro Miranda.

Eu já tinha feito o relatório, mas agora há um outro relatório. Eu vou manter o meu relatório original, do qual faço a leitura neste momento. O parecer é pela aprovação do meu relatório original nesta mesma Comissão. Como fiz na questão anterior, irei direto à análise.

Conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção e à integração social dos idosos.

De início, compete esclarecer que a exclusão dos idosos com idade entre 60 e 65 anos do recebimento do BPC decorre do descompasso entre a Loas, mais antiga, e o Estatuto do Idoso, no qual a idade de 60 anos foi fixada – esse Estatuto é de minha autoria.

O mérito da proposição é evidente, pois sua conversão em lei proporcionará amparo a diversos idosos que não têm condições de prover o próprio sustento, nem de tê-lo provido por sua família. O suplemento de renda proporcionado pelo BPC eleva o padrão de vida desses idosos e de suas famílias, evitando que caiam na extrema pobreza, além de movimentar a economia nacional, pois o acompanhamento das políticas assistenciais tem demonstrado que esses recursos são utilizados quase exclusivamente na compra de medicamentos e alimentos.

Ademais, não vemos fundamento razoável para manter a falta de coesão nos critérios legais que reconhecem a condição de idoso.

Voto.

Em razão do que foi exposto, somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda.

É o relatório, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O relatório é pela aprovação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CDH, pela aprovação do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, dirijo-me à V. Exª, que neste momento ocupa a presidência.

Há uma série de requerimentos de Senadores que não estão aqui, mas entendo que todos são fundamentais.

Se V. Exª concordar, V. Exª presidiria e nós poderíamos assinar embaixo desses requerimentos para propiciar a esses Senadores também que realizem as suas audiências públicas.

Falo isso com a maior tranquilidade, pois todos vocês sabem que sempre garanto a presidência para quem fez o requerimento. É uma forma de prestigiar os Senadores, que são todos muito presentes na Comissão, mas que no momento, em razão da correria na Casa, não se encontram aqui. Nós aprovaríamos também os requerimentos deles. Eu assinaria embaixo deles sob a presidência de V. Exª.

Acho que um deles já está aí. Pode colocar o dele primeiro já – daí eu não preciso assinar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, o Telmário não tem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então vamos lá!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí nós quatro assinamos embaixo dos requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vamos ao item 9,

ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura aos agressores da estudante Ana Luiza Lima, do curso de Medicina da Escola Multicampi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Caicó - RN, pelas absurdas agressões que vêm sendo realizadas contra ela, em razão de discurso proferido na cerimônia de comemoração dos dois anos do Programa Mais Médicos, no qual defendeu o programa e as políticas adotadas pelos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff na área da ampliação do acesso aos cursos de Medicina em todo o país e na criação de políticas públicas que permitiram o atendimento médico às populações mais humildes do País.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Em discussão o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que nem há o que discutir, porque V. Exª, na leitura, deixou explícito qual é o objetivo. Tenho certeza de que o Plenário concorda.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Os Senadores e as Senadoras que são a favor do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal a respeito da formação médica para o diagnóstico e o tratamento das doenças negligenciadas. Convidados: Sr. Renato Janine Ribeiro, Ministro de Estado da Educação; Sr. Ademar Arthur Chioro dos Reis, Ministro de Estado da Saúde;
Sr. Marco Aurelio Bertulio das Neves, Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso; Srª Leontina da Conceição Margarido, Presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista de Medicina; Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); Representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Representante da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM); Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Autoria: Senador José Medeiros e outros.

Alguns dos ministros convidados já não ocupam mais is respectivos cargos, teremos, pois, que mudar.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só colocaria, até pelo alerta que V. Exª fez, que fica convidado o Ministro de Estado da Educação e o Ministro de Estado da Saúde, cujos nomes desconhecemos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Isso, é preciso mudar o texto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação do requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 154, de 2015
- Não terminativo -

Requer nos termos regimentais a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa, com as autoridades responsáveis pelo Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas no âmbito do Ministério Público e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a fim de que sejam identificadas as causas reais do baixo desempenho do Cadastro.

Autoria: Senador Magno Malta e outros.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um debate sobre o Cadastro. É positivo para melhorar a qualidade do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passemos, então, ao item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

Autoria: Senador Romário.
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Eu convidaria a nossa querida Senadora Ângela Portela para apresentar o parecer como Relatora *Ad Hoc*.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório do Senador Benedito de Lira ao projeto de lei de autoria do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

O PLS nº 528, de 2015, trata de Direito Eleitoral, matéria cuja competência privativa para legislar cabe à União. O teor do art. 22, inciso I, da Constituição Federal trata ainda de proteção e Integração social das pessoas com deficiência, tema para o qual a União tem competência legislativa concorrente, conforme inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal.

Também é consentâneo com art. 48 da Carta Magna sobre a prerrogativa do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Ademais, a proposição não veicula violação de cláusula pétrea e atende aos requisitos de iniciativa, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

De acordo com os incisos III e IV do art. 102 do Regimento Interno do Senado compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e proteção e integração social das pessoas com deficiência; temas esses que guardam afinidades com o projeto em exame.

Verifica-se sua adequação regimental.

Não há reparos a fazer em relação à legalidade, à juridicidade e à constitucionalidade.

No que tange à técnica legislativa, faz-se necessário substituir o termo panfletos, pois essa palavra não é usada pela Lei das Eleições. Uma consulta ao D*icionário Aurélio* permite verificar que panfleto quer dizer tanto folheto, que é uma publicação de várias páginas, a qual permite um conteúdo mais extenso, como também disse quer dizer uma folha de papel que traz impresso o nome do candidato, o cargo eletivo junto com o do respectivo partido e, por vezes, alguns dados sobre o candidato. Ou seja, é fiel ao espírito do projeto que pessoas com deficiência visual tenham o direito de se informarem sobre os candidatos majoritários tanto em folhetos que se propõem a oferecer informações completas como biografia e programa de governo, como em volantes que servem como uma breve orientação sobre o candidato e seu número. Parece-nos adequado, portanto, que o PLS não se refira a panfleto, mas, sim, a folhetos e volantes.

Outra observação, ademais, faz-se necessária. Como bem anota o art. 38 da Lei 9.504, de 1997, independe de licença ou autorização a distribuição de folhetos e volantes. Naturalmente é facultativo ao candidato imprimir ou não folhetos e volantes.

Ainda que seja incomum não se valer da divulgação da candidatura por meio de impressos, mesmo por parte de candidatos cuja campanha levante poucos recursos, é razoável que se deva ser um direito e não uma obrigação.

Dessa forma, importa observar que a redação proposta pelo PLS ao art. 38-A merece reparos, afinal como está dá a entender que a disponibilização de impressos em braile é obrigatória, ainda que o candidato não produza impressos em português comum.

Entendemos que deva ser obrigatória, sim, condicionada ao desejo do candidato de oferecer qualquer espécie de impresso.

Em razão disso e como o PLS apresenta elevado mérito, propomos a emenda ao seu art. 2º, de forma que ele fique adequada à intenção do autor e à razoabilidade do Direito.

Importa observar que, por fim, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral regular uma quantidade de impressos a serem criados em braile, os quais entendemos que devam ser escalados em relação à quantidade total de impressos e à expectativa da demanda.

Tendo em vista o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2015, com as emendas que aí estão para o conhecimento de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Esse é o seu relatório do Senador Benedito de Lira, do projeto de lei do nosso atleta Romário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda apresentada que está nas mãos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para a CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 153, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o Sistema Nacional de Informações, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência Contra a Mulher.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Basicamente é também para embasar o relatório que eu tenho que apresentar no começo do ano sobre as Políticas Públicas de Combate à Violência Contra a Mulher.

Então mudam só os convidados, mas é basicamente a mesma linha de embasar requerimento; ouvir pessoas que possam ajudar a enriquecer o relatório que vamos apresentar sobre o combate à violência contra mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos e serviços.

Autoria: Senador Jayme Campos.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

Observações:

- Em 09/09/2015, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CMA/CDH) oferecido ao PLS 205 de 2012, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Inter-

no do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir e como não houve emenda, vamos à votação. (*Pausa.*)

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar. Portanto, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, este é dado como definitivamente adotado sem votação.

O Item 3 é um projeto terminativo, consequentemente não será votado, mas será lido.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatoria: Senador Magno Malta.
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação:Terminativo nesta CDH.

Relator *Ad Hoc*, Senador Donizeti Nogueira, que está com a palavra.

Se V. Exª puder ir direto à análise, seria interessante, porque eu noto que alguns Senadores estão sendo chamados em outras Comissões.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador Presidente, quanto a este projeto de lei, acabamos de aprovar um requerimento sobre esse assunto. Então, não seria o caso de sobrestar este projeto, deixar para outro momento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Se V. Exª concordar, eu concordo, bem como o Relator *Ad Hoc* concorda...

Não votamos o projeto, porque, como a Senador Regina lembra, se vamos ter uma audiência púbica que via tratar desse tema, seria bom que o seu relatório fosse dado depois da audiência.

Há concordância?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como há concordância, então a matéria sai de pauta.

ITEM 5
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta § 4º ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando com deficiência.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.
Relatoria: Senador Dário Berger.
Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 228 de 2014 e do PLC 36 de 2014.
Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Deputado Eduardo Barbosa, grande Deputado, que foi Relator inclusive, foi o Presidente da Comissão que elaborou o Estatuto do Idoso, que apresentei.

Passamos, então, ao projeto. Autoria, Senador Vicentinho Alves; Senador Blairo Maggi foi o Relator; Relatoria *Ad Hoc* ,Senadora Regina Sousa, já que os dois projetos tramitam juntos; do Eduardo Barbosa e do Vicentinho Alves.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, Projeto de Lei nº 36, de 2014, do Deputado Eduardo Barbosa, que acrescenta § 4º ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, a educando com deficiência.

Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado 228, de 2014, do Senador Vicentinho Alves; Relator, Senador Dário Berber.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014, de autoria do Senador Vicentinho Alves, e Projeto de Lei da Câmara 36, de 2014, autoria do Deputado Eduardo Barbosa. As matérias tramitam em conjunto e visam alterar a Lei 9.394, de 20 dezembro de 96, que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário ao educando com deficiência.

O PLS dispõe, ainda, sobre qualificação técnica do cuidador ou profissional de apoio escolar e estabelece o piso salarial da categoria.

Na justificação da matéria, os autores recorrem à Constituição Federal de 1988, que determinou tratamento igualitário para todos, com a expressa determinação de que ninguém seja tratado de forma diferente perante a lei.

Nessa linha, sustentam ser dever do Estado proporcionar meios para favorecer o desenvolvimento pessoal e a emancipação social das pessoas com deficiência, não só por meio da adaptação dos ambientes físicos, mas também por meio do suporte humano e da construção de valores que lhes assegure o exercício de direitos.

O projeto foi distribuído à CDH e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas nesta Comissão.

Análise

Nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que afetem a proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 228, de 2014, e do PLC nº 36, de 2014.

No mérito, as proposições são relevantes, pois cuidam da integração social das pessoas com deficiência por meio da educação, tema que ainda merece constante aperfeiçoamento legislativo, pelo seu importante papel de política pública inclusiva.

Ao assegurar ao educando com deficiência a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, quando necessário, em razão de suas especificidades, promove-se o atendimento educacional na escola regular.

É de se registrar, entretanto, que, no dia 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, englobando em um só documento os direitos das pessoas com deficiências nas mais diversas áreas. A Lei Brasileira de Inclusão já trata em seu art. 3º da presença do profissional de apoio no ambiente escolar, assim como atribui ao Poder Público a incumbência de assegurar a oferta desse profissional em todas as escolas, conforme disposto no art. 28 da mencionada lei, ou seja, a Lei Brasileira de Inclusão, atualmente em vigor, já dispõe sobre o objeto veiculado tanto pelo Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014, quanto pelo Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2014.

Ao limitar-se a repetir o que já se encontra dito, embora meritórios, o PLS e o PLC em questão devem ser considerados prejudicados por não inovarem normativamente, deixando de atender, portanto, aos requisitos de juridicidade.

Além disso, resta um aspecto trazido pelo PLS nº 228, de 2014, mas não mencionado na Lei Brasileira de Inclusão, referente ao piso salarial da categoria de cuidador/profissional de apoio escolar.

Observe-se que a fixação do piso salarial por lei oriunda de autoria do Legislativo pode dar ensejo à alegação de afronta ao disposto nas alíneas "a" e "c", do art. 61, inciso II, § 1º, da Constituição, que trata da competência privativa da Presidência da República para iniciativas de leis que disponham sobre aumento da remuneração dos cargos, empregos e funções públicas e sobre o regime jurídico dos servidores públicos. Em relação aos Estados e Municípios, inclusive, aplica-se a mesma regra.

Assim, embora possível, por meio de lei federal de iniciativa parlamentar, a fixação de um piso salarial para os profissionais de apoio escolar, como pretendia o PLS nº 228, esse piso poderá ter a aplicação contestada para os servidores públicos em geral, valendo somente para os empregados de instituições particulares de ensino, fora do espírito original do projeto de lei em análise.

Voto

Em vista do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014, e do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2014.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado *Ad Hoc* neste momento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2014, e do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014.

Senador Telmário Mota, como havia anunciado ontem para V. Exª, eu tenho aqui o Projeto de Lei nº 494, de 2015, da Senadora Simone Tebet, que acrescenta os §§3º e 4º ao art. 19 da Lei nº 6.001, de 1993 (Estatuto do Índio), para, nos casos de conflito de caráter indígena, dispor sobre a suspensão temporária de atos ou processos destinados ao estudo de identificação de terras indígenas no caso de turbação, esbulho ou ocupação de imóveis privados que são objeto de estudo.

Como V. Exª tem dedicado grande parte do seu mandato também a esse tema, eu estou encaminhando para V. Exª a relatoria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, primeiramente, muito obrigado por nos dar essa oportunidade de analisar esse assunto que, com certeza, é do maior interesse das comunidades indígenas. Nós vamos buscar o entendimento junto com as lideranças, com a Funai e, consequentemente, com a proposição da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Telmário Mota, pela presença, Senador Donizeti, Senadora Regina Sousa, à Senadora Marta Suplicy, que esteve aqui, à Senadora Ângela Portela, que presidiu, aos Senadores que assinaram a lista, embora tivessem que se deslocar para outros espaços aqui no Senado.

Eu agradeço a todos e vou correndo para a Comissão de Educação.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)

ATA DA 91ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Hélio José e das Senadoras Ana Amélia, Simone Tebet, Marta Suplicy, Regina Sousa e Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 156 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para lançar o "site do Conselho Federal de Medicina sobre crianças desaparecidas" e debater o tema. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ricardo Albuquerque Paiva, Integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina; Irmã Rosita Milesi, Coordenadora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos – IMDH. O Senhor Presidente concede a palavra à seguinte pessoa no Plenário: Paula Peixoto, Integrante da Comissão de Ações Sociais do Conselho Federal de Medicina; Plínio Renan Corrêa, Assessor Parlamentar; Luiz Fenelon Pimentel Barbosa; Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (Lourdinha Nunes), Coordenadora Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) verificar junto à representação do Vaticano no Brasil a possibilidade de se realizar um debate mundial acerca do tema; 2) solicitar ao Presidente da CCJ que coloque em pauta projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque que prevê que todas as televisões sejam obrigadas a reservar um minuto em horário nobre para colocar os rostos de crianças e de adultos desaparecidos. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marta Suplicy, Regina Sousa e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 91ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 156, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, para o lançamento do *site* do Conselho Federal de Medicina sobre crianças *d*esaparecidas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Tudo isso está no vídeo.

Convidamos, para fazer essa apresentação, Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como? Vem representado pelo Ricardo Albuquerque Paiva, integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina.

E convidamos também a Irmã Rosita Milesi, Coordenadora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

Estamos com os nossos dois convidados aqui, na mesa, para apresentarem esse tema tão importante para a sociedade brasileira. Sejam bem-vindos. Esse tema, que é de interesse de todo o País, trata de crianças desaparecidas. Vou fazer uma pequena introdução para que aqueles que estejam nos assistindo pela TV Sena-

do e pelo sistema de comunicação da Casa, ouvindo ou assistindo, fiquem a par do porquê desse lançamento aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Estima-se que mais de 50 mil crianças e adolescentes sejam dados como desaparecidos a cada ano no Brasil.

Esse número engloba menores que fogem de suas casas por causa dos abusos que sofrem de familiares, que foram sequestrados por pessoas pertencentes ou não ao seu núcleo familiar, que se perderam por diversas razões e ainda que foram simplesmente abandonados pelos pais ou parentes.

Talvez nos falte imaginação para vislumbrar as aflições terríveis por que essas crianças passam nas ruas, nas mãos de exploradores sexuais e do trabalho infantil, nas mãos de traficantes de pessoas.

Resta-nos o alento de saber que há, por parte do Governo Federal e também de várias outras entidades, um trabalho importante de cadastramento desses desaparecidos, além de inúmeros esforços e campanhas para que sejam resgatados e reencaminhados às famílias ou a instituições de acolhimento.

Nesta audiência pública, solicitada pelo Conselho Federal de Medicina, em requerimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, será lançado o *site* www.criancasdesaparecidas.org.

Essa página é uma ferramenta utilizada pelos conselhos federal e regionais de medicina para colaborar na elucidação de casos de desaparecimento de crianças, dando apoio para a atuação das autoridades competentes.

É um instrumento importante para a divulgação, junto ao meio médico, de recomendações para a identificação de crianças e adolescentes desaparecidos, já que muitos deles em algum momento passam por consultórios e hospitais.

As iniciativas do Conselho Federal estão interligadas na campanha de informação à sociedade que foi chamada de "Vamos resgatar nossas crianças!". Parte dessa ação consiste em dar instruções e fazer recomendações à sociedade em geral sobre como evitar e como proceder em caso de desaparecimento de um menor.

Outro *site* – esse mantido pelo Governo Federal – precisa ser divulgado e fortalecido, pois tem grande potencial para servir de referência e de fonte de informação para a polícia e demais instituições que se dedicam ao resgate de menores. Refiro-me ao Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, disponível na internet no endereço www.desaparecidos.gov.br.

O desafio, no momento, é estimular os órgãos e entidades que atuam na busca de crianças, além das famílias que estejam passando por essa experiência tão dolorosa, a alimentar o *site* com informações atualizadas, de modo a compor e manter estatísticas nacionais sólidas sobre o número de desaparecidos, condições em que sumiram, local e data, entre outros.

Esses dados são valiosos para subsidiar a atuação das autoridades competentes e podem ajudar a descobrir o paradeiro desses menores.

Precisamos unir forças pela prevenção desses desparecimentos e apoiar as iniciativas de localização e regate de menores, seja na internet ou em qualquer outro meio. Nossas crianças são nosso futuro, merecem ser protegidas por todos. Façamos a nossa parte!

Vamos, de imediato, passar a palavra aos nosso convidados.

Começamos com o Dr. Ricardo Albuquerque Paiva, integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Irmã Rosita, senhores presentes, em nome do Conselho Federal de Medicina, digo que é uma grande satisfação estar nesta Casa, na semana da criança, na semana em que se comemora a Semana Nacional de Prevenção à Violência à Criança, trazendo para esta Casa e para todo o Brasil a inauguração do nosso *site* criancasdesaparecidas.org.

É muito importante estar nesta Casa no dia de hoje, posto que fomos muito bem acolhidos quando estivemos aqui em reunião desta Comissão, pleiteando uma política pública permanente, simples, com apenas quatro artigos: um artigo para determinar que seria de responsabilidade da autoridade policial a notificação compulsória ao banco de dados nacional; um segundo artigo determinando a identidade aos dois anos de idade para que a Polícia Federal e a Interpol possam fazer o reconhecimento e resgate de nossas crianças desaparecidas; que essa identidade seja nacional e não apenas estadual; e campanhas esclarecedoras constantes a respeito do tema, buscando divulgar as medidas para evitar o desaparecimento e de como proceder. Dessa forma, estaríamos atacando os dois lado da questão: o lado do resgate e o lado de evitar o desaparecimento.

Ainda neste fim de semana, domingo e segunda-feira, dia de Nossa Senhora Aparecida e Dia da Criança, estivemos panfletando, com autorização da Basílica, em Aparecida do Norte. Tivemos um bom contato com a TV Aparecida, que redundou no fato de que um jornal italiano ontem procurou saber qual o próximo pleito do Conselho Federal de Medicina, da CNBB, do IMDH. Pleiteamos uma conferência mundial sobre criança de-

saparecida. Esse dado se ancora não só nos 250 mil adolescentes e crianças no Brasil, mas na semana passada os próprios Estados Unidos reconheceram oficialmente que têm 800 mil crianças desaparecidas. Além disso, a ONU reafirma os 25 milhões. Então, é momento de uma conferência mundial.

Entendemos que o Estado do Vaticano seria o estado com condições, hoje, de promover essa reunião. Solicitamos ao Presidente Paulo Paim que, se possível, faça gestões junto ao Estado do Vaticano para que se promova uma conferência mundial sobre o tema de crianças desaparecidas, posto que, quando falando de crianças desaparecidas, estamos falando também de tráfico de seres humanos e de trabalho escravo.

Portanto, é com muita satisfação que viemos a esta Casa. Fizemos contato com o Senador Raupp, que virá a esta reunião para assinar o projeto de lei com que o Presidente Paulo Paim e os outros Senadores que compõem esta Comissão se comprometeram. Entendemos que é um passo muito positivo, queira Deus que seja possível, ainda nesses quatro anos, ser aprovado e sancionada essa lei.

Gostaria que Natália e Paula mostrassem o *site* criancasdesaparecidaas.org, uma vez que esta reunião está em regime de interatividade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Albuquerque Paiva. (*Palmas.*)

Além de defender o seu ponto de vista no sentido de recuperarmos nossas crianças, ele lança a sugestão muito interessante de uma conferência mundial a ser realizada pelo Vaticano. Eu, de pronto, vejo com muito bons olhos essa iniciativa, porque sempre digo que direitos humanos não têm fronteiras, são universais. Uma criança raptada na África, na Ásia, na Europa ou aqui, na América, para nós, tem a mesma importância.

Por isso, meus cumprimentos pela iniciativa. Vamos estabelecer aqui uma parceria de forma tal que chegue essa nossa proposta naturalmente liderada por vocês, mas com o apoio da Comissão de Direitos Humanos.

Passamos a palavra, agora à Irmã Rosita Milesi, Coordenadora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – Bom dia, senhoras e senhores. Muito bom dia, Sr. Senador Paulo Paim, é uma satisfação grande os encontrarmos novamente em vários temas que motivam esta Casa e, sobretudo, esta Comissão.

Este momento não é de longas falas – sei que é rápido – e a finalidade principal é o lançamento do *site*. Quero aproveitar para, muito rapidamente, sublinhar alguns pontos que desejo trazer aqui. Em primeiro lugar, destaco a importância de campanhas como esta, porque está claro que este tema e as conclusões da CPI Desaparecimento de Crianças e Adolescentes sublinhava isto também: a invisibilidade ainda dessa temática e dessa realidade. Portanto, qualquer iniciativa que venha a favorecer maior difusão da temática e a motivar a sociedade, como um todo, a estar atenta é muito bem-vinda, necessária e tem total apoio de nossa parte.

O segundo ponto a destacar é exatamente o que o Dr. Ricardo comentou, ou seja, que, agora na festa de Aparecida, no Dia das Crianças, a Conferência dos Bispos e a Igreja como um todo assumiu oficialmente o apoio a esta campanha. Já éramos parceiros, mas essa presença na festa de Aparecida, essa oportunidade, foi uma maneira pública e ostensiva, digamos, de apoiar a campanha. E seguimos com o compromisso, tanto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil quanto do Instituto de Migrações e Direitos Humanos.

Aproveito para dizer que o instituto é articulador de uma rede de 55 instituições no País, que atuam com migrantes, refugiados e temas sociais. E já foi incorporado esse tema, o Dr. Ricardo já teve oportunidade de estar conosco em uma ocasião em que o apresentou. E agora vamos nos valer novamente dessa rede para também apoiar a iniciativa.

Outro ponto que eu queria sublinhar rapidamente é lembrar as várias conclusões da CPI Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, vários pontos que, penso, ainda não tiveram implementação e podem ser potencializados ou motivados pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode destacá-los aí.

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – Há vários. Um é a invisibilidade, um dos pontos que destaco porque já fiz menção e porque este momento reponde a isso. Outro: iniciativas de lei. Existe um já apresentado aqui, que o Dr. Ricardo mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Valdir Raupp está se deslocando para cá. Antes de terminar esta audiência pública, vamos receber oficialmente, de parte de S. Exª, seu parecer sobre o tema. É isso?

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – Um outro ponto – há muitos, mas não vou me ater a todos – importante é que a sociedade deve dar total prioridade ao caso de desaparecimento de crianças. E, por incrível que pareça, não se percebe suficientemente, acho, que para a sociedade, como um todo, é um drama que marca muito as famílias atingidas. Há alguns organismos muito atuantes, mas a sociedade ainda precisa maior envolvimento.

A identificação precoce das crianças é um ponto importante, enfim, há vários pontos a serem retomados. E, também, encerrando, devo dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vá, fale. Estou gostando de ouvir a senhora falar, pode falar mais.

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – Quero dizer que vamos...Dr. Ricardo, o senhor solicitou ao Senador Paim apoio para requerermos do Vaticano, do Papa Francisco, uma conferência mundial. Acho oportuno, e podemos, aqui pelo menos, propor uma visita ao núncio apostólico, aqui, em Brasília, pedindo a ele essa mediação, essa apoio, seguramente muito oportuno. Evidentemente, da Conferência dos bispos também, mas a nunciatura poderá ser um veículo um caminho, um apoiador importante, e seguramente não se omitirá.

Há poucos dias, circulou aqui, no DF, uma notícia de que, no primeiro semestre deste ano, desapareceram 1,5 mil pessoas, não só crianças e adolescentes. Dessas, segundo a notícia, apenas 218 foram recuperadas. Trata-se da totalidade de desaparecidos, mas já se refere que a maior incidência é de crianças, adolescentes e pessoas idosas. Portanto, sempre esse foco das crianças e adolescentes é uma grande preocupação. Os números citados pelo Senador Paim no início e, às vezes, divulgados, mas ainda pouco conhecidos em âmbito tanto nacional quanto mundial, impressionam e acho que deve, sem dúvida, nos motivar a prosseguirmos nesse caminho.

Reitero, portanto, a nossa disposição – faço isso tanto em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil quanto dos Instituto de Migrações e Direitos Humanos – de seguirmos como parceiros nesta iniciativa de lançamento do *site* como caminho de divulgação, mas também de várias outras que também estamos implementando em conjunto. Aqui queremos reiterar esse apoio, buscando sempre avançar nessa temática. É uma preocupação grande do Papa Francisco. Ele tem falado muitas vezes, inúmeras vezes sobre o tema das crianças, em muitas circunstâncias, e, seguramente, vamos seguir um caminho para que forças tanto das igrejas quanto da sociedade e governamentais apoiem uma discussão mais ampla, quem sabe, em âmbito mundial para que haja mais visibilidade e mais adesão na prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes.

É algo impressionante e triste imaginar que uma criança desaparece e ninguém sabe que fim levou, ninguém sabe onde ela está. É algo que toca o coração de todos nós. É até difícil falar nisso sem se emocionar.... Fica aqui, então, nosso apelo, nosso compromisso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Cumprimento a Irmã Rosita Milesi, que aqui mostrou, na sua fala, toda a emoção diante do fato de que crianças, segundo informações que chegam aqui na própria Comissão de Direitos Humanos, que desaparecem e sofrem todo tipo de violência, como abuso sexual; crianças que ficam à mercê do narcotráfico e viram o que chamam de mula de carga; crianças vítimas do trabalho infantil, material de exploração de uma forma ou de outra, e até venda de órgãos, crianças que desaparecem, são mortas e há extração de órgãos.

A própria CPI aqui, da Casa, do Assassinatos de Jovens, tem dados assustadores acerca do número de jovens que simplesmente desaparecem e que são, principalmente, como me relatou a Senadora Lídice da Mata, crianças negras, jovens negros. De cada dez assassinatos neste País, oito são crianças negras. Há o rapto para outros fins, e a quantidade é assustadora.

A Consultoria do PT até me dava ontem no plenário um documento assustador sobre a violência, no Brasil, principalmente em relação às crianças e à juventude. Perde para poucos países no mundo quando se constata o número de jovens que desaparecem. Por isso, vejo com muito carinho e respeito a iniciativa do lançamento desse *site.*

Qual é a orientação para quem quiser entrar nesse *site?* Pode falar aqui.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – É o criancasdesaparecidas.org. O *site* é bem simples, foi feito pela i3G junto com o Goethe, do Conselho Federal, e atende um sistema quase autoexplicativo. A pessoa pode se tornar uma colaboradora e replicar o numero de informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nesse *site,* há fotos de crianças também?

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Não, isso compete ao banco de dados oficiais, que é do Ministério da Justiça.

Mas, com aquela lei que V. Exª está patrocinando, nós poderemos ter um cadastro atualizado diariamente e, com isso, aumentar o índice de resgate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a que o Senador Valdir Raupp está relatando. Nós gostaríamos que ele estivesse aqui para comentar, enfim, mas eu sei que está aqui a assessoria de S. Exª.

É um belo trabalho que ele está fazendo, mas ele está sendo chamado em duas ou três Comissões ao mesmo tempo. Eu sei que ele está na Casa porque me encontrei com ele hoje pela manhã. Então, ele está trabalhando. É que aqui, na quarta-feira, nós somos chamados em diversas Comissões. Eu mesmo assinei aqui

agora para a Comissão de Educação, e ainda há mais duas Comissões que estão nos aguardando, onde temos também que deliberar sobre outros temas.

Porém, faço questão...

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – Só para sublinhar, se me permite: o *site* traz, digamos assim, umas regras orientadoras muito simples – eu acho que são 10 linhas de orientação – para prevenir o desaparecimento. E isso é muito importante, porque são medidas muito familiares, muito simples, que devem ser tomadas. E, também, depois, fala-se sobre como proceder em caso de desaparecimento.

Portanto, ele tem esse objetivo bastante claro de orientação e de estímulo, com vistas a esclarecer a sociedade, as famílias, as mães, as escolas, sobre como agir, de uma maneira muito simples, para prevenir, o quanto possível, que é tudo que desejamos, o desaparecimento. E, na ocorrência do desaparecimento, como proceder também para recuperar aquele criança ou como agir rapidamente a fim de movimentar os mecanismos para que essa criança possa ser recuperada.

Portanto, é muito prático e muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como nós ainda temos um tempo...

Eu, daqui, não consigo ler, mas talvez uma das assessoras de vocês possa ler para nós.

A Paula?

Paula, é só pressionar o botão que está na frente.

Se quiser se sentar aqui na primeira fila, Paula, pode pressionar o botão, vai se acender uma luz verde e, assim, você pode falar.

São algumas orientações sobre como evitar um desaparecimento, que nós já passaríamos pela TV, ao vivo, para todo o Brasil.

Daqui eu não posso ler, mas, daí, você pode ler e já seria transmitido pela TV e pela Rádio.

A SRª PAULA PEIXOTO – Bom dia!

Eu vou começar, então, a leitura.

Como evitar um desaparecimento – informações para a sociedade:

• Desde cedo, ensine à criança o nome completo e o telefone dos responsáveis.

• Faça o quanto antes a carteira de identidade da criança.

• Oriente a criança a não dar informações a qualquer estranho que se aproxime.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me apenas fazer alguns comentários, porque eu acho que ajuda.

Eu, por exemplo, por esses dias, precisei fazer um plano de saúde para um neto meu. Como era tudo meio na correria, fomos ver e o meu neto não tinha identidade – é bem novinho ainda, e os pais não fizeram a identidade dele. Ocorre que o plano de saúde só aceitaria a sua inscrição com a identidade. Por isso, é uma orientação básica essa de que toda criança tenha a sua identidade.

Muitos pensam que a carteira de identidade só é necessária acima de 8, 10, 12, 15 anos; não! A orientação que vocês estão dando é corretíssima: a carteira de identidade da criança é fundamental.

Por favor, continue.

A SRª PAULA PEIXOTO – Continuando:

• Oriente a criança a não dar informações a qualquer estranho que se aproxime.

• Ensine o menor a não aceitar alimento, falar ou sair com estranhos ou pessoas não autorizadas.

• Converse com seu filho, procure conhecer os amigos do seu filho e saber com quem ele fala.

• Fique atento ao que o adolescente e a criança fazem na internet.

• Não deixe criança pequena brincar na rua sem a supervisão de adulto.

• Acompanhe sempre a vida do seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permite, registro agora a presença conosco da Senadora Ana Amélia, que é também uma militante dessa causa.

A SRª PAULA PEIXOTO – Retomando:

O que fazer caso ocorra:

• Denuncie imediatamente o desaparecimento à polícia e faça o Boletim de Ocorrência.

• Divulgue, o mais rápido, uma foto recente da criança em redes sociais, televisões e jornais.

• Procure o Conselho Tutelar de sua cidade.

• Disque 100. A ligação é gratuita [e o serviço funciona 24 horas].

Logo abaixo, temos a Lei de Busca Imediata, especialmente porque não há mais a necessidade de esperar 48 horas para procurar a criança.

As primeiras 24 horas são as mais importantes, porque esse é o tempo suficiente para a criança sumir, até mesmo ir para outro país. Então, já foi promulgada a Lei da Busca Imediata (Lei nº 11.259, de 2005).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia, para esclarecer a V. Exª, que veio no momento contribuir, nós estamos aqui lançando o *site*, por intermédio do Conselho Federal de Medicina, sobre crianças desaparecidas. Os números aqui colocados são alarmantes. Então, eu pedi que explicassem bem o *site*, enfim, para que seja um instrumento de ajuda na questão. E eu perguntava se já estariam no *site* as fotos das crianças desaparecidas. Eles me disseram que não, mas, por meio de um projeto que o Senador Valdir Raupp está relatando, poderá ser contemplado um novo cadastro para fortalecer o que já existe no Ministério da Justiça. (*Pausa.*)

Há alguma coisa que você ainda acha importante destacar?

Eu sei que sempre vai contribuir, porque estamos ao vivo pela TV Senado.

Por favor.

A SRª PAULA PEIXOTO – Pois não.

O *site* é bastante informativo. O nosso objetivo é orientar a população sobre o desaparecimento de crianças; então, a gente tem um *link* "Informe-se", que fala sobre as leis nos três âmbitos – federal, estadual e municipal –, bem como falamos sobre a Lei da Busca Imediata.

Aqui estão as leis no âmbito federal, estadual e municipal. E, ali, você pode, a depender do Estado a partir de onde você está acessando, a sua cidade, ver o que há sobre crianças desaparecidas e a que órgãos você pode recorrer, ou ainda, o que é garantido para o seu Estado.

Natália, você poderia, por favor, voltar ao início? (*Pausa.*)

Nós temos também a definição legal de criança desaparecida.

A gente buscou algumas definições. Há aqui a dada pelo ECA, a dada pela Convenção de Direitos das Crianças, das Nações Unidas. Então, aqui, a gente informa algumas definições.

Natália, você pode voltar lá, por favor? (*Pausa.*)

Conhecer as orientações da ONU para que a sua instituição seja adequada à proteção de menores em risco. Então, se você quiser fundar uma instituição ou se você quiser adequar a sua instituição não governamental à proteção de menores em risco, a gente informa algumas orientações de acordo com a ONU.

Há o *link* "Escutamos você", caso a pessoa queira denunciar o desaparecimento de alguma criança. Automaticamente, a denúncia é reportada ao *site* do Ministério da Justiça, que é o *site* responsável por receber as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Liga direto com o *site* do Ministério da Justiça?

A SRª PAULA PEIXOTO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você pode voltar um pouquinho? (*Pausa.*)

Ali mostra que lá há fotos inclusive.

É importante essa parte: "O Brasil é contra a xenofobia, repudia toda forma de preconceito e ódio".

A SRª PAULA PEIXOTO – Isso. Nós reportamos diretamente ao *site* do Ministério da Justiça, que é o órgão responsável pelo acolhimento das denúncias.

E, aí, também informamos onde está localizado o Conselho Tutelar ou a delegacia especializada mais próxima da pessoa que está acessando. O Conselho Tutelar local e as delegacias especializadas são os órgãos responsáveis pela coleta de informações e pela notificações de desaparecimento. Então, você localiza ali pela região, pelo seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está ali, onde fala em inventário de delegacias especializadas e Conselhos Estaduais. Há toda uma interligação para a interação inclusive com delegacias especializadas. Isso em se buscando orientação no *site* também.

A SRª PAULA PEIXOTO – O objetivo é ter um *site* interativo e desafiador para as outras instituições, para que procurem notificar e fazer a denúncia de forma adequada, para que possam entrar nos índices. Até porque, quando temos índices, podemos promover políticas públicas. Então, o objetivo é também motivar as outras instituições a estarem atentas a essa situação.

Ainda temos o "Você quer contar a sua história" dentro do "Escutamos você", porque, normalmente, alguns familiares ou responsáveis querem compartilhar casos de desaparecimento e de resgate. Então, a gente deixa também esse espaço para o depoimento.

O "Envolva-se" é uma parte de voluntariado, caso a pessoa queira compartilhar ou divulgar o *site* e as informações ali constantes, sendo um militante da causa. Então, para a questão da luta, a gente colocou essa aba "Envolva-se", a fim de permitir que a informação seja disseminada de forma mais rápida e eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Ricardo falava aqui, anteriormente, que uma das formas de as pessoas se envolverem... "Envolva-se", dizia ele...

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Só para relembrar o que a Tânia falou a respeito das inúmeras possibilidades de uma pessoa se envolver. Se você tem cinco minutos por semana, em cinco minutos você pode replicar as informações mais frequentes no seu universo digital. Outros podem dar duas horas por semana, e assim por diante. O importante é que esse tema entre no imaginário de toda a população, até para que possa haver conscientização e luta por cidadania.

Como o Senador bem pontuou, a maior parte desses casos e dos casos de violência ocorre com pessoas pobres – em 90% das vezes – e nas periferias. E a gente tem que ressaltar, também como V. Exª pontuou, que, se houver uma só pessoa, seja na Ásia, seja na África, nós temos que lutar com o mesmo engajamentos com que lutamos em prol desses 25 milhões.

Então, é uma ferramenta que, a meu ver, juntamente com esse projeto de lei, que tenho certeza será aprovado, porque é digno e necessário, é humano, constituirá o arcabouço de uma política pública de resgate e de prevenção ao desaparecimento de crianças.

Pode continuar, Paula.

A SRª PAULA PEIXOTO – A gente tem também a rede de apoio de quem participa da campanha. Temos a Confemel, que é a Confederação Médica Latino-Americana e do Caribe; temos a SBP, que é a Sociedade Brasileira de Pediatria; a CNBB, cuja representante aqui é a Irmã Rosita; temos a Convenção Batista Brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos esses estão envolvidos nessa grande rede, não é?

A SRª PAULA PEIXOTO – Isso.

Temos ainda: o IMDH, aqui também representado pela Irmã Rosita; as Mães da Sé; o MHUD (Movimento Humanos Direitos); a Rede Marista de Solidariedade; e a Polícia Civil do Paraná, pelo Sicride, que é um serviço especializado no resgate e na denúncia de crianças desaparecidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Ricardo está aqui me provocando se podemos colocar a Comissão de Direitos Humanos do Senado. E eu disse a ele que "não pode, mas deve colocar". Senti falta aqui.

A SRª PAULA PEIXOTO – Seria interessante; seria um apoio e tanto.

E, por fim, então, Natália, vamos colocar o logo aqui do *site*.

E temos o *blog*, as publicações e alguns vídeos.

Como o MHUD é composto por alguns artistas globais, a gente já teve alguns vídeos com a Dira Paes, Camila Pitanga...

Senador, eu queria saber se é possível exibir um vídeo.

Pode? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode; deve!

Antes, porém, como a Senadora Ana Amélia havia pedido a palavra, enquanto vocês preparam a exibição do vídeo, eu vou conceder a palavra a S. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador, enquanto eles preparam o vídeo, eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Paulo Paim. Eu não estava integrando esta Comissão quando a Comissão de Assuntos Sociais levou a questão.

O Senador Paulo Paim tem muita sensibilidade a toda agenda social, a toda ela, seja do trabalho, seja da área de saúde, seja da área das questões raciais, das questões étnicas, das questões de migração, e como a Comissão de Assuntos Sociais estava com uma agenda bastante sobrecarregada, eu conversei com ele dizendo: "Isso tem muito a ver com direitos humanos".

E, de fato, tem, porque são as mães que sofrem; isso já foi tema de novela; os supermercados já usaram imprimir nas embalagens, ainda quando se utilizava sacos de papel, as fotos das crianças desaparecidas para ajudar nas campanhas. Até porque a única forma de você ter a participação da sociedade é por meio da informação, que é o que esse *site* agora está fazendo. E o Dr. Ricardo, lá em Pernambuco, começou um trabalho muito relevante.

Então, primeiramente, quero cumprimentar o Senador Paim por ter acolhido... Vejam quanta coisa o *site* que o CFM e o CRM produziram e estão mantendo. Tem uma relevância enorme!

Agora, eu queria consultar a Irmã Rosita e o próprio Dr. Ricardo sobre o porquê de, no Estado do Paraná, o índice de encontro das crianças desaparecidas ser muito maior do que em qualquer outro Estado brasileiro. Essa é a curiosidade que eu tenho. E ainda: como nós poderíamos disseminar pelo País aquele resultado positivo que o Paraná tem conseguido até agora?

Então, era apenas essa a minha curiosidade, até porque nós estamos com outras Comissões em funcionamento também. Mas eu gostaria de saber por que isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Ricardo vai responder.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Senadora, nossa gratidão eterna por haver nos recebido naquele momento e ter nos encaminhado ao Senador Paulo Paim.

O Paraná tem uma grande vantagem, qual seja, a de encarar que essa é uma questão menos de polícia e mais de inteligência. Então, eles têm uma secretaria onde, quando acontece um caso – e, no Paraná, no ano passado, houve 354 desaparecimentos, sendo que apenas um não foi recuperado –, primeiro, eles mantêm um banco de dados forte, confiável. Infelizmente, dos nossos 50 mil desaparecimentos anuais, nós temos apenas 369 no banco de dados oficial, e o próprio Ministério reconhece que não o tem atualizado. Então, primeiramente, eles têm um banco forte; segundo, tratam a questão como um problema de inteligência. Assim, ante um desaparecimento – e nós estivemos lá por duas vezes –, já sai uma pessoa para pegar a foto e colar nos postes, nos muros e nas árvores; outra já trata de colocar nos portais; uma terceira de colocar nas televisões, de contatar a Infraero, a Polícia Rodoviária Federal; ainda outra entrevista a mãe... É bom lembrar que, em um terço dos casos, a situação tem a ver com o desajuste familiar, que leva à fuga de casa, o que coloca a criança em um enorme risco de vulnerabilidade social.

Então, afora isso, eles dialogam com os dois Estado vizinhos – o Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, promovendo ações conjuntas, palestras em escolas, ou seja, exatamente aquilo que o projeto de lei traz. O Conselho Federal propôs e o Senador e a Comissão acolheram, isto é, a notificação para o banco de dados não pode ser feita pela mãe, mas pela autoridade policial, ou seja, tem que ser um dever de ofício, porque ele tem o boletim, fotografa o boletim, tem a foto da criança, remete ao *site*, que, assim, fica atualizado o tempo todo. Ainda: a identidade com dois anos e campanhas permanentes, primeiro, de como evitar; segundo, de como agir para resgatar.

Então, eles levaram essa questão, já de longa data, muito a sério, constituindo-se na região do Pais com os menores índices. Os maiores índices, infelizmente, estão no Norte e Nordeste, exatamente pela dificuldade que se tem... Se a gente ligar agora para o Disque 100, veremos que é para tudo; não é só para criança desaparecida. Abuso sexual deveria ter um número; deveria ser outro para a violência contra a população de risco; outro seria para o desaparecimento. Contudo, é o mesmo número. Demora uns 40 a 45 minutos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não ouvi o senhor se referir, em nenhum momento, aos Conselhos Tutelares. Qual é o papel que esses Conselhos têm hoje nesse aspecto?

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Nós visitamos, em Pernambuco, todos os Municípios por duas vezes – são 184 Municípios. O Conselho Tutelar é importantíssimo como órgão institucional; é composto por membros eleitos, que têm mandato e recebe remuneração. Infelizmente, nas cidades de até 30 mil habitantes – e a senhora sabe que, no Brasil, a grande maioria dos Municípios é de cidades com até 30 mil habitantes –, existe um jogo político partidário.

Então, nós encontramos muitos casos em que o próprio agente tutelar não tinha conhecimento de todas as suas responsabilidades. Não estou falando que é a maioria; a maioria sabe e é devotada. Estou falando que tanto quanto o Conselho Estadual, quanto o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Direitos Humanos, que não estão devidamente preparados, estruturados nacionalmente, também o Conselho Tutelar. Isso porque, acima do Conselho Tutelar, há necessidades que não são supridas.

Por exemplo, uma delas: na ação de resgate. Um jovem resgatado vai ser devolvido à mesma situação anterior? É preciso que se altere também à sua vida, que ele tenha acesso à saúde mental, tenha acesso a psicólogos etc. Então, é todo um processo. Eu acho que o caminho é a política pública. Assim, nós nos sentimos muito acolhidos por esta Casa, na medida em que essa política pública vai possibilitar o surgimento de outras.

E ainda: essa questão de crianças desaparecidas tem um *link* enorme com a questão da violência contra a raça negra, com o trabalho escravo, com o trabalho infantil e com a exploração sexual. Então, eu acho que, de certa forma, o destino nos colocou aqui, diante da sensibilidade de vocês, e nós vamos sair, não tenho dúvida, dentro de quatro anos, com essa lei. Eu sei que uma lei pode demorar dez anos para tramitar, mas essa vai sair antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou tentar aprová-la hoje. Pelo menos, está na pauta.

Vamos pedir para exibir o vídeo, que, segundo me disseram, está no ponto já.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – A Camila é presidente do MHUD (Movimento Humanos Direitos), uma ONG. Ela gravou esse vídeo, a Dira Paes gravou e a Paula também gravou para as crianças. Estão aí os vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu vídeo também está aí, Paula?

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Está sim. Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, exibam o vídeo da Paula também, por favor, para nós vermos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Além dos vídeos, dos comentários e das contribuições aqui, há um amigo do plenário que quer também dar uma contribuição.

Por favor, diga o seu nome e dê a sugestão, que ela ficará aqui para a Mesa avaliar como pode ser encaminhada.

O SR. PLINIO RENAN CORRÊA MINUZZI – Bom dia a todos! Bom dia, Senadores, Senadoras, Dr. Ricardo, Irmã Rosita.

Trago aqui apenas uma pequena sugestão que poderia, quem sabe, ser inserida no projeto de lei. Refiro-me à criação de um cadastro genético dos genitores das crianças desaparecidas. Assim, caso houvesse o atendimento médico de uma criança sem identificação correta, poderia o médico fazer a coleta do material para tentar verificar se bate com alguns desses pais que estariam cadastrados lá.

É uma breve sugestão. Não conheço o projeto ainda, mas é só para tentar contribuir com um tema tão importante.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – No Paraná, há o banco de DNA. É caro, tem um custo alto, mas eles já têm.

Dois processos que são caros: o envelhecimento digital não pelo *software* simples, pelo *software* mais complexo, que é capaz de atualizar daqui a dez anos, isso é necessário, mas é caro; e o outro que é imprescindível também ainda é caro. Então, a gente viabilizou trazer algo que na prática pudesse começar. Mas isso que você falou é certíssimo e o mundo caminha para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Fica uma contribuição que a gente passa para o Relator.

Não sei se o Fenelon, fazia anos que eu não o via, quer usar a palavra. Fenelon foi um dos primeiros assessores que eu tive quando cheguei ao Parlamento, não me perguntem quando, mas uns trinta anos atrás. Estou aqui há trinta anos. Você veio um pouquinho depois. Eu não vou querer também mexer na tua idade agora, não é?

O SR. LUIZ FENELON PIMENTEL BARBOSA – Deputado, não vamos falar de idade não, porque não está muito longe não.

Eu me aposentei e estou na companhia da Coordenadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Srª Lurdinha. Eu cederei a minha palavra a ela, porque eu sei que ela tem uma contribuição maior a dar e também para se apresentar, colocar o movimento à disposição da Comissão e iniciar esse trabalho. Ela é a nova Coordenadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos. E eu peço uma oportunidade para, depois, reunir-me com o Senador Paulo Paim para conversarmos com mais informalidade. Eu me aposentei e agora estou trabalhando com movimentos sociais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Por favor, se identifique. É importante.

A SRª LURDINHA NUNES – Bom dia. Eu sou Lurdinha Nunes, a nova Coordenadora-Geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Sou do Piauí, mas meus pais são do Ceará. Então, dizem que Piauí e Ceará estão juntos na luta.

Eu só gostaria mesmo de falar sobre a situação das crianças desaparecidas na Região Nordeste e na Região Norte, a dificuldade de acesso a informações, a dificuldade que há na formação dos conselheiros tutelares. Seria importante que houvesse essa interlocução junto aos conselhos tutelares para que essa informação chegue e possa também trabalhar o Conselho de Medicina, que eu quero parabenizar pela experiência e pela iniciativa. Muitas pessoas acessam o *site*. Vai ser muito mais fácil termos, nos lugares em que é preciso – as pessoas precisam disso –, essa informação, que vai resolver um problema muito grave e que deixa muitas famílias que sofrem a perda sem saber onde estão seus familiares, principalmente quando são crianças.

Bom dia e um bom trabalho para todo mundo.

O MNDH se coloca à disposição na luta, para que nós possamos continuar trabalhando a fim de que não aconteça mais esse desaparecimento de crianças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Se alguém quiser fazer algum tipo de comentário, tiver alguma contribuição a dar. Se não, nós vamos para o encerramento.

Eu queria, primeiro, falar de algo que recebi da assessoria: violência é a principal preocupação de crianças e adolescentes, conforme pesquisa. A violência é uma das principais preocupações de crianças e adolescentes, no caso, da cidade de São Paulo. É o que mostra uma pesquisa divulgada nessa quinta-feira e que teve 805 entrevistados com idade entre 10 e 17 anos. Pela pesquisa, 61% dos jovens ouvidos disseram ter medo de assalto ou roubo e 56%, de violência em geral. Eles também dizem ter preocupação com o tráfico de drogas, medo de sair à noite e medo da polícia. É preocupante esse medo instalado na nossa juventude. Enfim, aqui eles fazem uma série de análises nesse sentido.

Outro dado que também preocupa vai na mesma linha, envolve crianças e adultos: capitais registram um assassinato a cada meia hora no País, revela também o estudo. Os dados fazem parte do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fortaleza tem a maior taxa de crimes violentos, São Paulo a menor. E aqui há toda uma análise detalhada sobre a questão, inclusive, por idade. Deixo para os *Anais* da Comissão esse documento.

Antes de passar a palavra para as considerações finais, eu me lembro de que, recentemente, fiz um discurso no plenário baseado na Encíclica do Papa Francisco, em que ele pede que os políticos olhem principalmente para as crianças e para os idosos, valorizem os aposentados, os idosos e as crianças. E esse *site* vem com esse objetivo. Então, para nós, é uma enorme satisfação recebê-los aqui e dar conhecimento ao País do *site*. Que ele seja um instrumento que ajude, tenho certeza de que vai ajudar, na descoberta de crianças desaparecidas.

Passo a palavra agora, primeiro, à Irmã, que já se apresentou, para as considerações finais. Em seguida, ao Ricardo. E nós encerramos e vamos para outra parte da nossa reunião de hoje.

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – Bom, é apenas para cumprimentar pela iniciativa, reiterar o apoio e sublinhar que, para ter efetividade toda essa iniciativa, é preciso combater as causas que afetam fortemente, ou que dramatizam, ou que fazem sofrer as crianças. Recordo-me de uma ocasião em que estávamos juntos o Dr. Ricardo e eu e analisávamos as causas do desaparecimento das crianças. Uma causa forte era esta: porque elas sofriam violência. A criança tem poucas alternativas de onde buscar, digamos assim, uma saída, pelo menos na percepção dela.

Então, a violência é um dos temas graves, e vários outros, porque tudo que afeta fortemente a vida da criança, principalmente quando nos referimos às crianças, como o próprio Senador recordava, das regiões mais pobres, crianças também negras, como o senhor fez referência, toda a questão social é dramática nesse sentido. Há criança que não consegue ter acesso à escola, criança que passa por uma situação de miséria, criança que passa fome, criança que sofre violência, enfim, e todas essas causas sociais é de fundamental importância que sejam combatidas para que a criança não opte, pelo menos no limite da percepção dela, por fugir, desaparecer ou aceitar propostas não dignas para poderem, na percepção dela, eventualmente sair daquilo que a faz sofrer no dia a dia. Portanto, combater as causas sociais que afetam profundamente a vida da criança é um ponto de partida, sem dúvida, muito, muito importante a ser sublinhado.

Evidentemente, nós percebemos que perguntam: por que no Estado do Paraná e não em outros? É porque há articulação, há órgãos públicos atuando, há iniciativas que interagem. Eu recordo que, numa ocasião, eu estava numa exposição, acho, da própria Polícia Rodoviária Federal e eles diziam o seguinte: "A gente é chamado, às vezes, para socorrer uma criança que está abandonada, mas a gente não sabe onde colocar essa criança". Nós temos que pensar, se vamos recolhê-la, onde a colocamos. Quer dizer, faltam estruturas que possam realmente contribuir nesse conjunto e também recursos. Evidentemente que só a generosidade, só a disponibilidade das pessoas, só a sensibilidade das pessoas não podem resolver. Há que haver sempre, aliás, é uma recomendação também da CPI sobre desaparecimento de crianças, designação de recursos para que aquele e aquelas que tomam iniciativas, e nós todos, nas iniciativas sociais, possamos também contar com recursos que apoiem essa iniciativa.

E quero dizer, reiterar – obrigada pelas palavras que o senhor trouxe, do Papa Francisco –, que realmente é um apelo permanente da Igreja, e sobretudo o Papa atual tem sido insistente nesse ponto, a proteção às crianças e a prevenção, ou melhor, a correção das causas que as afetam, sejam elas quais forem, de qualquer ordem, que afetam a vida das crianças ou que prejudicam seu efetivo desenvolvimento como seres humanos.

Portanto aqui fica o nosso agradecimento e a esperança de que este momento realmente seja marcante no avanço em favor da prevenção ao desaparecimento de crianças e na recuperação delas quando esse mal ocorre.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Antes de passar para o Dr. Ricardo, para suas considerações finais – a assessoria do Senador Cristovam me avisou e nós fizemos questão de não encerrar sem S. Exª chegar –, vou passar já, de imediato, a palavra ao Senador Cristovam, mas me permita um comentário antes.

Eu sou obrigado a lhe dizer que o Papa Francisco, a quem eu sempre quis muito bem, curti muito bem pela forma positiva, solidária, por uma visão universal de direitos humanos que tem o Papa, o Papa Francisco me surpreende, a cada dia que passa, positivamente. Olhem as Encíclicas dele! Algumas eu li na tribuna. Por essa última que eu li aqui, ele fez cobrança aos políticos. Só faltou dizer: "Você, político, não seja covarde, aja". Ele falou de coragem, quem disse covarde sou ele. Disse que tem que ter coragem de olhar para as crianças, para os idosos, enfim, para as camadas mais vulneráveis. Ele cobrou isso dos políticos, mas cobrou em alto nível. Eu sou um pouco mais duro. Olha, é uma figura, para mim, que está revolucionando a visão, a forma de olhar para o mundo a partir do Vaticano. Estou muito feliz com ele. Eu diria isso.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Paim, Irmã, Dr. Ricardo, eu não poderia deixar de estar aqui – não cheguei antes porque estava numa audiência, felizmente conseguimos terminar e eu saí correndo –, primeiro, porque esse é um tema que deveria merecer mais atenção. Aqui há um dado – é uma pena, a televisão não deve mostrar porque está muito embaixo – naquele cartaz: "Você sabia que desaparecem 50 mil crianças por ano no Brasil?" No Brasil, não é no mundo. E 50 mil crianças significam 100 mil pais e mães desesperados; coloquemos, em média, mais três irmãos; coloquemos os tios, os padrinhos, os amigos e serão 1 milhão de pessoas, por ano, que mergulham num sofrimento profundo de não saber onde estão as suas crianças. É verdade que, dessas 50 mil, um número razoável reencontra suas famílias, mas calcula-se que 15% nunca mais vão encontrar. Eu conheço mães que, há 18 anos, é o caso de uma que eu conheço, procuram o seu filho. E procuram no mundo inteiro, porque hoje em dia existe um tráfico internacional, porque hoje em dia existe um tráfico de órgãos. Talvez não deva haver maior absurdo no uso da maravilha da ciência do que este: tráfico de crianças vivas – se nem vivas fosse já seria uma coisa terrível – para oferecerem órgãos a crianças cujos pais podem pagar por isso aos traficantes e aos médicos que fazem a cirurgia.

Então, esse é um tema que a gente precisa divulgar ao máximo para que as famílias tomem cuidado, prestem atenção em suas crianças e, além disso, para que se faça um grande esforço de recuperação. E é para isso que eu queria aqui pedir o apoio de vocês.

Há um projeto de lei de minha autoria que prevê que todas as televisões sejam obrigadas a reservar um minuto em horário nobre para colocar os rostos das crianças desaparecidas e dos adultos também, não só das crianças, porque há muitos velhos, inclusive, portadores de Alzheimer, que saem de casa um dia, e não voltam nunca mais, não sabem dizer onde moram. Esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça. Passou por aqui, teve um bom debate, o Senador Paim deu todo apoio, e está na Comissão de Constituição e Justiça. É uma pena que esteja tão devagar, porque, daqui, depois de aprovado, vai à Câmara. Mais dois, três, cinco anos. Se levar três anos, serão 150 mil pessoas desaparecidas antes da lei estar em vigor. Nós precisamos fazer com que essa lei seja aprovada. É simples, não vai custar nada, porque a televisão está ali.

Nós fizemos até concessões para a televisão de tal maneira que, se for preciso, o Governo reduza um minuto em sua publicidade para financiar o custo, ou meio a meio. Há formas de fazer com que isso seja muito barato. E imaginem os resultados!

Tem alguns problemas a lei. O primeiro: onde está o cadastro. Ainda não está claro o cadastro, por isso é tão importante esta audiência. Segundo: o uso de técnicas novas de computação para envelhecer as fotos antigas das crianças para que, nas fotos, se pareçam com elas cinco, dez, vinte anos depois. Tudo isso hoje é tecnicamente possível.

Nas televisões existe a cadeia nacional. As fotos existem em algum lugar. A computação já permite essa ideia de envelhecer. Aliás, hoje é uma brincadeira comum para muita gente fazer o seu próprio retrato envelhecer. Não sei se já passaram por esta experiência – não recomendo, porque não é das mais divertidas –: você coloca o seu retrato num aplicativo e vai vendo como vai ser você daqui a cinco, dez, vinte anos. No meu caso, eu não posso pôr mais de vinte. Alguns podem pôr até cinquenta. Então, isso é possível hoje em dia.

Vamos aprovar. E eu gostaria de levar daqui para o Presidente da Comissão um pedido, Senador Paim, desta audiência, no sentido de que ele ponha em votação. Já está pronto o parecer favorável do Senador Magno Malta. Só falta mesmo pôr em votação, porque eu duvido que um projeto como esse seja recusado. Está na CCJ. Então, eu espero poder levar daqui a ideia de que foi aprovado aqui um pedido ao Presidente para que isso seja levado a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação. (*Pausa.*)

Como ninguém é contrário, todos são favoráveis, aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu levarei essa fala para o Presidente hoje à tarde.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem, Senador. (*Palmas.*)

Era o que eu tinha para falar.

Mas vou dar alguns dados que a minha assessoria preparou que mostram algumas coisas interessantes. Por exemplo, como eu falei, 70% dos desaparecidos fogem de casa por problemas domésticos e cerca de 15% nunca mais reencontrarão suas famílias. Então, se a gente tem 50 mil, 15% são 7,5 mil pessoas que nunca mais vão ser encontradas. É muita gente, muita gente, por ano.

Um dos objetivos da ação é divulgar a lei, Lei da Busca Imediata, que prevê a busca das crianças. E eu quero dizer que o Cadastro Nacional do Ministério da Justiça já inscreveu um total de 1,2 mil pessoas e, dessas, 654 já foram encontradas. Você veja que a percentagem dos encontrados quando a gente tem um cadastro bom é muito importante. Se nós colocarmos isso na televisão, sem dúvida alguma, nós vamos ter um resultado muito positivo.

Então, Senador Paim, eu lhe agradeço muito pela aprovação rápida do pedido para que a CCJ ponha em discussão esse projeto de lei.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam. Parabéns pela contribuição brilhante como sempre.

Informo que o Senador Valdir Raupp e sua assessoria, por essa audiência pública, pretendia, nós pretendíamos votar hoje o projeto. Mas ele entende que, a partir desta audiência, enriqueceu. Ele vai fazer pequenos ajustes e a gente votará semana que vem para dar mais qualidade ainda ao projeto que vocês aqui encaminharam.

Senadora Regina Sousa, nós estamos encerrando esta parte da nossa audiência pública que tratou do lançamento do *site* do Conselho Federal de Medicina sobre crianças desaparecidas.

Fica agora, para as considerações, o Dr. Ricardo com a palavra. E nós encerramos e já iniciamos, em seguida, a outra audiência.

Senadora Regina, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só queria justificar que as comissões funcionam no mesmo horário. Eu estava na de Comissão de Assuntos Sociais. Estava votando algumas coisas, precisava de quórum, votava emendas ao Orçamento. Também lá está começando uma audiência pública. Então, com essas comissões no mesmo horário, a gente fica atrapalhada sobre de qual participar. Mas estou aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Dr. Ricardo Albuquerque, para encerrarmos a audiência sobre o lançamento do *site*.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao senhor, à Comissão, a todos os membros a acolhida.

Gostaria de registrar que nosso Presidente, Dr. Carlos Vital, dentro da sua visão humanista, encaminhou suas ações sociais por esse tema não apenas pelo Conselho Federal. Ele conseguiu galvanizar todos os conselhos regionais, fez uma diretriz para que o médico se envolvesse, essa diretriz tem sido acolhida, nós somos 470 mil médicos. Em algum momento, as crianças passam por médicos, ou na urgência ou na assistência básica.

E, na semana do dia 18 de outubro, Dia do Médico, nós estamos empenhados em discutir o Brasil como um todo, mas a partir de sua cidadania, de suas políticas públicas.

Eu acho, finalmente, encerrando, que a vida é mediada por energia e mediada por sentimentos que promovem diálogos que não são travados, os diálogos de alma. E eu acho que nós estamos falando aqui em nome das 25 milhões de crianças no mundo que não sabem o que pedir nem a quem pedir. Nós estamos dando voz a elas nesta Casa. Por isso eu acredito não só na aprovação da lei. Acredito que, através desta Casa, vamos conseguir a conferência mundial com o Estado do Vaticano, porque existe uma energia de 25 milhões de crianças no mundo, trabalhadoras escravas, meninas utilizadas sexualmente, que têm uma energia vinculada, como nossa própria logo mostra, a suas mães, a seus parentes. No momento em que encerro, eu as homenageio todas.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Ricardo Albuquerque Paiva.

Assim, a nossa audiência pública de hoje cumpriu o seu objetivo, que foi o lançamento do *site* do Conselho Federal de Medicina sobre crianças desaparecidas.

Há um menino no meu gabinete, eu o chamo de menino, mas ele tem 30 anos, o Luciano. Ele é um poeta, um poeta mesmo. Tanto que declamo, leio algumas poesias dele no plenário. E ele diz: "Senador, não diga que é minha; diga que é tua". Eu xingo ele. Digo: Luciano, mas nem que tu me mates eu faço isso. Uma frase do Luciano diz o seguinte, até foi da última poesia dele: "Nas manhãs de domingo, a alma e o coração dos bons

cabe num abraço". O "bons" aqui é de minha responsabilidade. Ele diz: "A alma e o coração cabem num abraço". Ele quis dizer: como é bom o carinho, o amor, a solidariedade, as pessoas se abraçarem, se olharem e saberem dizer para o pai, para a mãe: eu te amo, eu te quero, enfim, quero você do meu lado!

Faço uma homenagem outra vez a você, Luciano. Estou virando seu fã, rapaz. Só não me peça aumento. Ele não está aqui, mas está vendo... Aliás, está ouvindo lá no gabinete, porque ele é deficiente visual.

Eu já brinquei com ele dizendo que vai pedir aumento se eu começar a elogiar tanto o trabalho dele. Mas a poesia, essa última que ele fez, é linda. É linda, linda, linda. Eu a coloquei na capa de um livro que eu estou lançando na Feira do Livro de Porto Alegre, com o título *Palavras em Águas Turbulentas*. É a situação que o País vive hoje.

Enfim, agradeço a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

Vamos abrir, de imediato, outra reunião, deliberativa.

Muito obrigado a todos.

Parabéns pela iniciativa.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

DA 92ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Dário Berger, Simone Tebet, Hélio José, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Romário, José Medeiros, Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da nonagésima e nonagésima primeira Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: 1ª parte. Deliberativa: Item 1 Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e votação. Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2015. Não Terminativo. Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Deputado Simão Sessim. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Após a leitura do Relatório pela Senadora Regina Sousa, Relatora ad hoc, a matéria é retirada de pauta. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5 Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 160, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLC 133/2015, que altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Andrezza Torres - Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE; Daniel Borges de Oliveira - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em São de Beleza, Instituto de Beleza, Clinica de Beleza do Distrito Federal - SINDBELEZA-DF; Marcio Michelasi, diretor presidente do Sindicato dos Profissionais da Beleza e Técnicas Afins de São Paulo - PROBELEZA; José Augusto Nascimento R. Santos - Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza - ABSB; Aquiles Augustus Cavallo - Advogado Tributarista; Maximiliano Nagl Garcez - Advogado CONTRACS/CUT. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 162, de 2015. Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater " PEC 36/2013 – que Modifica o art. 8º, IV, da Constituição Federal, para alterar as fontes de custeio das entidades sindicais" com os seguintes convidados: Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil CSPB - Sr. JOÃO DOMINGOS; Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT - Sr. RICARDO PATAH - Presidente da Central Única dos Trabalhadores CUT - Sr. VAGNER FREITAS DE MORAES - Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores NCST - Sr. JOSÉ CALIXTO RAMOS; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB - ADILSON ARAÚJO; Presidente da Força Sindical FS - Sr. MIGUEL TORRES; Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros CSB - Sr. ANTONIO NETO - Presidente do SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer; e PRESIDENTE da FENAPRF Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Pedro Cavalcanti. Autoria: Senador José Medeiros e outros. Resultado: Prejudicado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 163, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a valorização da administração

tributária e da carreira de Auditor Fiscal." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 164, de 2015. Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, com a finalidade de debater como a saúde pública tem tratado a depressão, quais os resultados de política de atendimento da saúde e providências que precisam ser tomadas. Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 165, de 2015. Requer que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública para debater estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida. Sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas para a mencionada audiência: Sr. Antônio Geraldo da Silva – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Sr. Marcelo da Silva Araújo Tavares – Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília; Sra. Eveni Meireles Costa dos Santos – Representante do setor de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; Sr. Lúcio Costa – Coordenador de Direitos Humanos de Saúde Mental, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Volnei Garrafa – Professor de Bioética da Universidade de Brasília; Sra. Olga Oliveira – Médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal; Sra. Alexandrina Maria Augusta da Silva Meleiro –Médica da Universidade de São Paulo; Sra. Ana Beatriz Barbosa Silva – Psiquiatra, autora do livro "Mentes Perigosas". Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 166, de 2015. Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; da Comissão de Assuntos Sociais – CAS e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que sejam convidados para a Audiência Pública Conjunta os Senhores: - Marcos Vinicius de Almeida, Biólogo e Doutor em Biotecnologia, professor da UNIESP – Bauru/São Paulo; Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Anvisa; Dra. Meiruse Sousa Freitas, Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos, Anvisa; Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; - Salvador Claro Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo/SP; Renato Meneguelo, Mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP; Jailson de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médicofarmacológica-clinicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 167, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "as condições de trabalho dos trabalhadores de telemarketing" com os seguintes convidados: Presidente da Associação Brasileira de Teleserviços – ABT; Murilo Portugal Filho Presidente da Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN; Lucas Mancini Presidente do Sindicato das Empresas de Telemarketing e Marketing Direto do Estado de São Paulo – SINTELMARK; Luiz Alexandre Garcia Presidente da Federação Brasileira das Empresas de Telecomunicação – FEBRATEL; Márcio Curiolano Presidente da Federação Nacional das Operadoras de Saúde – FENASAUDE; Alvaro CONTAX S/A; Vivian dos Santos Queiroz Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – SINTRATEL; Anderson Borja Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado do Ceará – SINTRATEL; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado de Pernambuco – SINTELMARKETING; Marco Aurelio Coelho de Oliveira Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing da Cidade de São Paulo – SINTRATEL; João de Moura Neto Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicação e Pesquisa – FITRATELP; Eliseu Rodrigues Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará – FETRACE; Miguel Rossetto Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência; Dr.ª Renata Coelho Procuradora do Trabalho PRT 10 Brasília –Coordenadora da comissão de procedimentos sobre assédio moral no telemarketing; Destarte, a presente audiência foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – SINTRATEL. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 161, de 2015. A luz do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a fim de debater " As fontes de custeio das entidades sindicais e suas implicações" com os seguintes convidados: Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT – Sr. Ricardo Patah; Presidente da Central Única dos Trabalhadores CUT – Sr. Vagner Freitas De Moraes; Presidente da Nova

Central Sindical dos Trabalhadores NCST – Sr. José Calixto Ramos; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB – Adilson Araújo; Presidente da Força Sindical FS – Sr. Miguel Torres; Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros CSB – Sr. Antonio Neto; Presidente do SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer; e Presidente da FENAPRF – Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Pedro Cavalcanti. Destarte, a presente audiência foi proposta pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. 2ª Parte. Deliberativa de Relatórios de denúncias. Extrapauta. Finalidade: Apresentar e deliberar Relatórios sobre denúncias recebidas pela CDH. Item 1 - Ofício denunciando os graves problemas resultantes de um degradado ambiente de trabalho que se instalou no Departamento de Polícia Federal e de falta de cumprimento de regulamentações ou da ausência destas. Resultado: Aprovado o Relatório, que conclui pelo encaminhamento de cópia da denúncia, bem como de seus anexos, ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Diretoria-Geral do Departamento de Polícia Federal para análise do caso e adoção das providências que entender cabíveis. Item 2: Carta denúncia acerca do aumento da violência contra o povo indígena. Resultado: Aprovado o Relatório, que conclui pelo encaminhamento de cópia da denúncia, bem como de seus anexos, ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público Federal e à Fundação Nacional do Índio - FUNAI para análise do caso e adoção das providências que entenderem cabíveis. Às dez horas e vinte e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às dez horas e vinte e nove minutos a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às dez horas e cinquenta e seis a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinquenta e oito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às onze horas a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 92ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 90ª e 91ª Reuniões desta Comissão.
Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovadas.
Vamos à pauta.
Convido a Senadora Regina ou o Senador Cristovam para presidir – Senadora Regina, V. Exª foi escolhida –, porque eu sou autor de requerimentos e há um projeto terminativo que tem que ser lido. Acho que, de imediato, farei o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.
- Em 14/02/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional - CDR.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, eu vou sintetizar o relatório.

Na verdade, nós já iniciamos uma discussão sobre esse projeto. Só que, naquela oportunidade, eu acabei não lendo todo o relatório porque houve uma conversa com o Governo na busca do entendimento.

O projeto é da autoria do Senadora Humberto Costa e tem por finalidade garantir a adequação das unidades habitacionais construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) às necessidades dos adquirentes idosos ou com deficiência. Para esse efeito, acrescenta novo parágrafo ao art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o PMCMV, determinando que os construtores desses imóveis promovam as adaptações necessárias, quando demandados.

Vou diretamente ao voto. É muito claro que as casas têm que estar preparadas para receber pessoas com deficiências e idosos – uma brilhante iniciativa do Líder Humberto Costa.

Voto.

Em razão do que foi exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011, sob a forma da seguinte emenda:

EMENDAnº – CDH (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, DE 2011

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:

"Art. 73. .....

§ 2º Sem prejuízo do cumprimento do disposto no § 1º, ficam os construtores obrigados a promover as adaptações necessárias à garantia de condições de acessibilidade nas demais unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV, quando solicitadas por beneficiário idoso ou com deficiência de baixa renda até a formalização do contrato de compra e venda. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Essa é a proposta do Humberto Costa, diante de um grande entendimento feito com as construtoras e com o Governo para que essa emenda, então, ficasse adaptada à realidade.

Por isso solicito aprovação. Como é um projeto terminativo, não dá para votar hoje, mas a discussão fica em aberto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente, gostaria de solicitar uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Temos um requerimento sobre uma audiência pública conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com objetivo de instruir o PLC 133/2015, que altera a Lei nº 2.592, de 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

Gostaria de propor essa audiência. Já tenho aqui o nome dos convidados. Não sei se seria o caso de lê-los agora, mas se pudéssemos votar esse requerimento de audiência pública, que acabou de ser aprovada na CAS, faríamos em conjunto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu pergunto ao Plenário se alguém é contra essa inversão de pauta. (Pausa.)

Ninguém é contra.

Aprovado.

ITEM 5
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 160, de 2015-
Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLC 133/2015, que altera a Lei nº 12.592,de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Andrezza Torres - Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE; Daniel Borges de Oliveira - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em São de Beleza, Instituto de Beleza, Clinica de Beleza do Distrito Federal - SINDBELEZA-DF; Marcio Michelasi, diretor presidente do Sindicato dos Profissionais da Beleza e Técnicas Afins de São Paulo - PROBELEZA; José Augusto Nascimento R. Santos - Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza - ABSB; Aquiles Augustus Cavallo - Advogado Tributarista; Maximiliano Nagl Garcez - Advogado CONTRACS/CUT.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Vamos à votação imediata do requerimento, porque em seguida entrarão outros requerimentos na pauta.

Esclareço, inclusive, que embora inúmeros Senadores tenham me procurado para relatar este projeto a primeira pessoa que me procurou para relatar o projeto aqui na Comissão de Direitos Humanos foi a Senadora Marta Suplicy. E, de pronto, eu atendi ao pedido, até porque eu não seleciono. O Senador pediu, leva. Leva e relata.

E de fato, a Senadora foi a primeira a me pedir. Aqui na Comissão, já que eu fiz o requerimento para que o projeto passasse também aqui, estará sob a sua relatoria. Quanto ao seu requerimento, claro que sou totalmente favorável e pergunto ao Plenário se alguém quer discutir o requerimento lido aqui pela Senadora, que explicou o objetivo da audiência pública para ouvir todo esse setor, de institutos de beleza, clínicas de beleza, Sindbeleza, todos os envolvidos.

Seria bom que V. Exª simplificasse e explicasse melhor do que eu, naturalmente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Da forma mais sucinta possível.

A profissão de barbeiro, cabeleireiro e todas as outras atividades que eu mencionei, não são regulamentadas de forma adequada. Hoje, nós vemos uma confusão... Não é uma confusão porque as pessoas se acertaram na vida dessa forma. Então, se for um salão maior, vai ter alguns cabeleireiros que vão ser autônomos, têm uma microempresa e ganham por ali. Eles não são contratados pelo salão. Essas pessoas têm ajudantes. Alguns são contratados pelos salão; outros são contratados pelo cabeleireiro que está ali como autônomo; e outros não são contratados, são informais.

Na questão das manicures, é a mesma coisa. A maioria ganha uma porcentagem, mas não é contratada pelo salão e também não é autônoma. Então, são situações que estão necessitando de uma regulamentação.

Este projeto ficou bastante tempo na Câmara dos Deputados, é bastante polêmico porque alguns são a favor que não possa haver essa microempresa dentro de um salão porque seria uma precarização do trabalho; outros são a favor, porque existem, hoje, salões maiores, onde isso funciona bem. No caso dos pequenos, existe muita irregularidade. Então, é bastante polêmico e acho que seria interessante ouvirmos as pessoas que são chamadas. Até conversei com o Deputado que foi Relator na Câmara – onde passou por unanimidade – para que pudéssemos aqui ter uma ideia do que se trata, exatamente para poder orientar a nossa posição.

Estão sendo convidadas: a Srª Andrezza Torres, que é Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do Sebrae; o Sr. Daniel Borges de Oliveira, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em São de Beleza, Instituto de Beleza, Clinica de Beleza do Distrito Federal; o Sr. Marcio Michelasi, diretor presidente do Sindicato dos Profissionais da Beleza e Técnicas Afins de São Paulo; o Sr. José Augusto Nascimento R. Santos, que é Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza; o Sr. Aquiles Augustus Cavallo, Advogado Tributarista; o Sr. Maximiliano Nagl Garcez, advogado da CONTRACS/CUT.

Então, acho que vamos estar bem amparados com vários dados e posições para poder chegar uma posição, depois na Comissão de Assuntos Econômicos e esse projeto poder caminhar com maior ligeireza do que caminhou tantos anos lá na Câmara, porque há a necessidade dessa regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

De fato, quando a gente realizou aquela audiência pública na Câmara Distrital, estiveram lá em torno de uns 500 líderes sindicais e a delegação de uns dez companheiros pediu para conversar comigo. Eu, do micro-

fone, ouvi a reivindicações deles e anunciei que V. Exª seria a relatora e ao mesmo tempo disse: tenho certeza de que ela vai fazer a audiência pública e vai ouvir todos, para dar seu parecer final.

Com isso, estou advogando também a aprovação do seu requerimento.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento de audiência pública conforme explicitado pela Senadora Marta Suplicy permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E vamos marcar a data de acordo com a agenda, inclusive de V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Uma sugestão para o dia 4, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, como sugestão, o dia 4 de novembro. Já está, inclusive, agendado.

A sua assessoria é rápida! Já tinham sugerido, eles tinham reservado, só faltavam eu e você, como Presidente e Relatora, bater o martelo.

Fica ajustado para o dia 4 de novembro, às 9h.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Deputado Simão Sessim
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Tramitação: CDH.

Concedo a palavra, como Relatora ad hoc, à Senadora Regina Sousa, substituindo o Senador Sérgio Petecão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.575, de 2012, na origem), do Deputado Simão Sessim, que altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 47, de 2015, que altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – o Estatuto do Idoso.

O conteúdo das alterações refere-se às pessoas com mais de 80 anos de idade, as quais, segundo o autor, têm muito mais dificuldades, quanto a capacidades e mobilidade, "do que as pessoas que ainda estão na faixa dos 60 anos".

O art. 1º do projeto declina o objeto e a finalidade da lei: criar uma distinção entre as pessoas idosas, para garantir preferência, entre elas, àquelas com mais de 80 anos. Em seu art. 2º, inscreve a distinção no art. 3º do Estatuto do Idoso, que descreve os conteúdos da noção de "prioridade", que atribui, ainda sem a distinção pretendida pela proposição, aos idosos em geral. Em seu art. 3º, aplica seu conceito de "prioridade especial" ao atendimento de saúde, excetuando os casos de emergência. O art. 4º da proposição estende a categoria de prioridade especial aos direitos processuais dos idosos. Por fim, seu art. 5º determina que a norma entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor traz à baila o aumento da expectativa de vida consequente formação de um grupo populacional com mais de 80 anos, e que apresenta, segundo toda a experiência, características de vulnerabilidade mais acentuadas, que demandam reconhecimento especial por parte do poder público.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 47, de 2015, foi examinado pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na qual foi aprovado, de modo terminativo, com emendas.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não entendi bem. Isso me pareceu um projeto absolutamente redundante. Mas gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já tive a informação da assessoria: retiramos de pauta, vamos dar uma olhada com carinho, porque o Estatuto do Idoso já garante a partir dos 60 anos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sim. O que ele quer fazer aqui, pelo que eu entendi – não é meu, estou relatando ad hoc –, é fazer uma diferença entre os idosos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu entendi, mas...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A partir de 80 anos, eles terem preferências especiais, como ele chama aqui, prioridade especial. Porque, a partir dos 80 anos, a pessoa tem mais dificuldade, mas eu também, da minha parte, com 65 anos, não acho que seja necessário esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª concordar, a gente tira de pauta e eu e V. Exª vamos conversar com o Relator, para dominar melhor a matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora.

Volto a Presidência à Senadora Regina Sousa, porque temos requerimentos, inclusive de minha autoria.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

ITEM 7
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 163, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a valorização da administração tributária e da carreira de Auditor Fiscal.", com os seguintes convidados: Presidente Sr. Vilson Antônio Romero da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Presidente Sr. Manoel Isidro dos Santos Neto da FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Presidente Sr. Roberto Kupski da FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais; Presidente Sr. Cláudio Márcio Oliveira Damasceno do SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Presidente Sr. Carlos Cardoso Filho da FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais; Presidente Sr. Amilton Paulo Lemos da UNAFISCO – Associação dos Auditores Fiscais da receita Federal do Brasil Associação Nacional; Secretário da Receita Federal do Brasil, e Representante do MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, de forma muito rápida. Essa audiência me foi solicitada a partir de um pronunciamento que fiz no plenário valorizando os auditores fiscais.

Nesse documento que transformei em discurso, eles me diziam, por exemplo, que se der estrutura à Receita para combater a sonegação, em vez de aumentar impostos, daria para diminuir em até 28% e nós arrecadaríamos muito mais para o País.

Nessa visão que eu pedi essa audiência pública, para aprofundar esse debate.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao Requerimento 166.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Que item é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Item 10.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas o Senador não está aqui e não pode ler o requerimento. Tem que ser pessoal.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O Requerimento nº 166 é do Senador Paulo Paim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não. Autoria do Senador Hélio José. O item 9.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, é o item 10! Desculpe. Então, pode.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) –

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 166, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; da Comissão de Assuntos Sociais – CAS e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, que sejam convidados para a Audiência Pública Conjunta os Senhores: - Marcos Vinicius de Almeida, Biólogo e Doutor em Biotecnologia, professor da UNIESP – Bauru/São Paulo; Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Anvisa; Dra. Meiruse Sousa Freitas, Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos, Anvisa; Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; - Salvador Claro Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo/SP;

Renato Meneguelo, Mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP; Jailson de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clinicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento.

Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Ivo Cassol

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De forma muito rápida. O Senador Ivo Cassol foi à tribuna umas três, quatro, cinco vezes, porque ele insiste no tema. E entendo que ele está com a razão.

Ele procurou os presidentes de três comissões e dialogou conosco no sentido de fazermos um debate sobre a cura do câncer. Ele fala com muita convicção – e teve muita repercussão a sua fala na tribuna – que esse medicamento, que não está sendo produzido no País, os investimentos seriam muito pequenos e salvariam milhares de vida. E nos chama a debater esse tema aqui no Senado.

A partir dessa discussão com os presidentes das comissões, entendemos é uma questão também de direitos humanos, e naturalmente de saúde, e resolvemos, então, realizar essa audiência pública conjunta, chamando o Ministério da Saúde e a Anvisa para participar do debate.

Esse é o objetivo.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero parabenizá-lo, porque eu tinha lido no jornal esse assunto e o que estava acontecendo com essa pesquisa e com os médicos pesquisadores. E ouvi também o pronunciamento do Senador Cassol e fiquei muito intrigada porque, se realmente... Inclusive conversando com ele depois, ele relatou de pessoas que ele conheceu que se submeteram ao tratamento, não têm mais nada, ele tinha todos os documentos do antes e do depois. E, realmente, é uma coisa sobre a qual nós devemos aqui ouvir esses pesquisadores e os outros que estão sendo chamados e que possam ter uma opinião contrária e tentar entender o porquê eles estão sendo barrados no prosseguimento dessas diligências.

Quero parabenizá-lo. Faço questão de estar aqui presente, porque é alguma coisa que não diz respeito só a uma pesquisa, diz respeito ao mundo inteiro. É uma doença cuja cura se procura há muito tempo. E poder pensar que médicos brasileiros conseguiram, por sua dedicação a essa pesquisa, chegar a uma descoberta de cura dessa doença, isso realmente tem que ser estudado mais precisamente.

É inaceitável que nós não consigamos um apoio para que esse estudo prossiga, ou seja realmente avaliado se é verdadeiro ou não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que sejam favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 167, de 2015-
Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DE TELEMARKETING" com os seguintes convidados: Presidente da Associação Brasileira de Teleserviços – ABT; Murilo Portugal Filho Presidente da Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN; Lucas Mancini Presidente do Sindicato das Empresas de Telemarketing e Marketing Direto do Estado de São Paulo – SINTELMARK; Luiz Alexandre Garcia Presidente da Federação Brasileira das Empresas de Telecomunicação – FEBRATEL; Márcio Curiolano Presidente da Federação Nacional das Operadoras de Saúde – FENASAUDE; Alvaro CONTAX S/A; Vivian dos Santos Queiroz Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – SINTRATEL; Anderson Borja Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado do Ceará – SINTRATEL; Presidente do SindicatodDos Trabalhadores em Telemarketing do Estado de Pernambuco – SINTELMARKETING; Marco Aurelio Coelho de Oliveira Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing da Cidade de São Paulo – SINTRATEL; João de Moura Neto Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicação e Pesquisa – FITRATELP; Eliseu Rodrigues Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará – FETRACE; Miguel Rossetto Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência; Dr.ª Renata Coelho Procuradora do Trabalho PRT 10 Brasília –Coordenadora da comissão de procedimentos sobre assédio moral no telemarketing; Destarte, a presente audiência foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – SINTRATEL.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, de forma muito rápida, nós já realizamos aqui uma audiência pública ouvindo somente os trabalhadores da área de telemarketing. Pois bem, a partir dessa audiência pública, eu fui procurado por inúmeros empreendedores e empresários do setor que queriam também participar de uma audiência pública para debater esse tema das condições de trabalho nessa área.

De pronto, como sempre, acatei. E assim convidei representantes dos empresários e dos trabalhadores, e do Ministério do Trabalho, no caso o Ministro Miguel Rossetto, que é do Trabalho e da Previdência, para debater o tema.

Esse é o objetivo do requerimento, com a presença do Governo, de empresários e de trabalhadores.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 161, de 2015
- Não terminativo -

A luz do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a fim de debater " As fontes de custeio das entidades sindicais e suas implicações" com os seguintes convidados: Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT – Sr. RICARDO PATAH; Presidente da Central Única dos Trabalhadores CUT – Sr. VAGNER FREITAS DE MORAES; Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores NCST – Sr. JOSÉ CALIXTO RAMOS;

Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB – ADILSON ARAÚJO; Presidente da Força Sindical FS – Sr. MIGUEL TORRES; Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros CSB – Sr. ANTONIO NETO;
Presidente do SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer; e Presidente da FENAPRF – Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Pedro Cavalcanti. Destarte, a presente audiência foi proposta pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, todos nós sabemos, os que conhecemos a estrutura sindical no País, do conflito que existe hoje entre o Ministério Público do Trabalho e as entidades.

Muitas entidades estão perdendo prédio, perdendo seu patrimônio e sua estrutura para fazer a política sindical, porque há uma situação de conflito entre a contribuição assistencial ou negocial. Muitos questionam até o imposto sindical e outros questionam a forma como o servidor público contribui para sua entidade.

Como a matéria ficou polêmica a partir de uma PEC que aqui surgiu, a PEC nº 36, de 2013, que dificulta ainda mais qualquer tipo de contribuição para sua entidade, eu conversei com o Senador José Medeiros, que é o Relator da matéria e também encaminha a sua concordância, para fazermos uma audiência pública para resolver essa questão de uma vez por todas. Até porque há outro projeto de outro Senador que também vai no mesmo sentido e nós conseguimos pedir vista, e ficará aguardando a realização dessa audiência para termos uma posição final.

Na Câmara dos Deputados, dois projetos nossos, que saíram daqui aprovados no Senado, estão sob debate, numa Comissão Especial, para debater o mesmo tema. Diante de todo esse quadro complexo, resolvemos suscitar também uma audiência pública para debater esse tema.

Acho muito estranho que setores, principalmente dos empreendedores, sejam contra qualquer contribuição para as entidades sindicais dos trabalhadores, quando, no País, temos o Sistema S...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Que recebe essa contribuição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...que a recebe.

Nós temos os fundos partidários, e é compulsório. Nós temos a OAB, que se você não pagar aquela mensalidade, não pode advogar. Enfim, temos inúmeros setores em que é compulsório. Para o trabalhador contribuir para o seu sindicato, numa decisão soberana da assembleia, já que o sindicato cuida de toda categoria e não somente do sócio, estão criando uma série de obstáculos. Por isso, vamos fazer essa audiência pública, se o Plenário assim entender.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos dois requerimentos do Senador Hélio José e ele não se encontra. Mas se algum Senador do plenário quisesse assinar abaixo do nome dele, eu acho que poderíamos aprovar também os dois requerimentos, contemplando o Senador.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu posso assinar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Cristovam, que é aqui de Brasília, prontificou-se a assinar, e a Senadora Regina também disse que assina.

Então, com a assinatura de dois Senadores, eu passo à leitura do requerimento.

ITEM 8
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 164, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, com a finalidade de debater COMO A SAÚDE PÚBLICA TEM TRATADO A DEPRESSÃO, QUAIS OS RESULTADOS DE POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA SAÚDE E PROVIDÊNCIAS QUE PRECISAM SER TOMADAS.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Está na pauta, com a assinatura do Senador Hélio José, da Senadora Regina Sousa e do Senador Cristovam.

Aqueles que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O outro requerimento do mesmo Senador é também assinado pelos três Senadores.

ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 165, de 2015
- Não terminativo -

Requer que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública para debater estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida. Sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas para a mencionada audiência: Sr. Antônio Geraldo da Silva – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Sr. Marcelo da Silva Araújo Tavares – Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília; Sra. Eveni Meireles Costa dos Santos – Representante do setor de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; Sr. Lúcio Costa – Coordenador de Direitos Humanos de Saúde Mental, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Volnei Garrafa – Professor de Bioética da Universidade de Brasília; Sra. Olga Oliveira – Médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal; Sra. Alexandrina Maria Augusta da Silva Meleiro –Médica da Universidade de São Paulo; Sra. Ana Beatriz Barbosa Silva – Psiquiatra, autora do livro "Mentes Perigosas".

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Em discussão o requerimento.

Alguém quer discutir? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Está aqui, ainda, sobre a mesa, duas denúncias cujas respostas a Presidência tem que dar quando chegam a esta Comissão.

Eu vou ler as duas denúncias. Elas são pequenas, digamos. O relatório é pequeno, de fácil apreciação pelo Plenário.

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ofício que denuncia os graves problemas de suicídio, afastamento por problemas psiquiátricos, alcoolismo, dependência de entorpecentes e outros problemas de Agentes, Escrivães e Papiloscopistas da Polícia Federal, resultantes de um degradado ambiente de trabalho que se instalou no Departamento de Polícia Federal e de falta de cumprimento de regulamentações ou da ausência destas.

II - ANÁLISE

Em conformidade com o § 1º, do art. 96, do RISF e a fim de dar celeridade ao caso, o Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Paim avocou a relatoria da denúncia.

III – VOTO

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da denúncia, bem como de seus anexos, ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Diretoria-Geral do Departamento de Polícia Federal para análise do caso e adoção das providências que entender cabíveis.

Esse é o relatório.

Passo a Presidência à Senadora Regina Sousa, para colocá-lo em votação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão a denúncia e o encaminhamento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será feito o encaminhamento, anunciado aqui, ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Diretoria-Geral do Departamento de Polícia Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, há outra denúncia que recebo.

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) Carta Denúncia.

O documento trata do aumento da violência contra o povo indígena e informa, ainda, que há indícios de que esta violência esteja ocorrendo de forma articulada e que o agravo da violência pode também estar associado a ações e omissões dos Poderes Públicos.

II - ANÁLISE

Em conformidade com o § 1º, do art. 96, do RISF e a fim de dar celeridade ao caso, o Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Paim avocou a relatoria da denúncia.

III – VOTO

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da Denúncia, bem como de seus anexos, ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público Federal, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para análise do caso e adoção das providências que entenderem cabíveis.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a denúncia e o encaminhamento.

Os Senadores e as Senadoras que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será feito o devido encaminhamento ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público Federal e à Fundação Nacional do Índio.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Acho que agora entraremos na terceira etapa, não?

Declaro encerrada esta reunião e vamos à última reunião do dia de hoje.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA 93ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 7/2015 – PLOA 2016.

Às onze horas do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das seguintes Senadoras e Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Romário e José Medeiros. Deixam de registrar a presença os demais membros da Comissão. Passa-se a pauta: Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 7, de 2015 do Congresso Nacional (Lei de Orçamento Anual – LOA 2016), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Relator: Senador Paulo Paim. Às onze horas e um minuto o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa, para que possa relatar a matéria. A Senhora Presidente eventual Regina Sousa passa a palavra ao Senador Paulo Paim, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Senhora Presidente eventual põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 7/2015 – PLOA 2016:

Emendas de Apropriação

R$ 1,00

Nº	UO	Título	Localidade	Valor
1	34104	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	Nacional - NA	300.000.000
2	65101	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres - Nacional	Nacional - NA	500.000.000
3	67101	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial – Nacional	Nacional - NA	400.000.000
4	64101	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes – Nacional	Nacional - NA	400.000.000

Emenda de Texto

Nº	Referência	Tipo	Texto Proposto
5	Corpo da Lei - Artigo 3º	Aditiva	Os Benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, para os valores acima de um salário mínimo serão reajustados conforme índice inflacionário nos termos do art. 41-A da Lei número 8.213/91, acrescidos da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme estimativas das contas nacionais divulgadas pelo IBGE, apurado em 2013 no montante de 3,63 %, a vigorar a partir de 1° de janeiro de 2016.

Às onze horas e seis minutos a Senhora Presidente eventual Regina Sousa devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 93ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016 (PLN nº 7, de 2015-CN), PLOA 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Foram apresentadas 85 emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como sou Relator das emendas, passo, mais uma vez, a Presidência à Senadora Regina Sousa, porque vou relatar as emendas apresentadas aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura do relatório sobre as emendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Simplificando o relatório, foram apresentadas 85 sugestões de emendas, sendo 83 de apropriação e duas de texto, cujas cópias estão no anexo.

Participaram do processo os Senadores Ana Amélia, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Cristovam Buarque, Donizeti Nogueira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Hélio José, Humberto Costa, José Medeiros, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Valdir Raupp e Vicentinho Alves.

Análise das propostas.

Em resumo, vou direto no voto do Relator.

Voto do Relator.

Como decorrência, votamos pela apresentação das emendas de apropriação, do tipo "acréscimo", conforme demonstrado na tabela anexa, nas modalidades de aplicação e nos grupos de natureza de despesa apresentados na tabela anexa.

A Emenda 1 ajusta e consolida as sugestões constantes das propostas 1, 5, 6, 20, 22, 28, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 65, 68, 69, 71, 84 e 85; a Emenda 2, das propostas 2, 17, 25, 27, 30, 38, 55, 72 e 79; a Emenda 3, das propostas 14, 24, 31, 41, 54, 63 e 75; e a Emenda 4, das propostas 8, 11, 33, 44, 52 e 78.

Fica também aprovada e será apresentada como emenda de texto da Comissão a proposta de número 61.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados para elaboração das emendas permanecem como constam nas propostas 49, 55, 54 e 52, respectivamente.

Qual o critério que nós adotamos aqui, pessoal? Foi o maior número de emendas apresentadas pelos Srs. Senadores.

Eu gostaria de atender as mais de cem propostas que aqui chegaram. Eu me preocupei em que fossem recebidas e acatadas as que envolvessem um maior número de Senadores, por exemplo, a que recebeu mais emendas dos Senadores foi a correspondente ao Ministério Público do Trabalho, de defesa de interesse do Ministério Público do Trabalho, que vai desde trabalho escravo a esse mundo de atuação.

A segunda com maior pedida foi para as mulheres, da Secretaria de Política para as Mulheres, promoção de políticas de igualdade e de direito das mulheres.

A terceira foi a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; fomento a ações afirmativas e outras iniciativas, enfrentamento ao racismo e à promoção de política de igualdade.

A última foi a Secretaria de Direitos Humanos; construção, reforma, equipagem e ampliação de unidades, e o atendimento especializado a crianças e adolescentes em nível nacional.

Em todas elas a soma dos valores, para mim aqui, é muito mais simbólica e vai caber, naturalmente, ao órgão do Governo dizer se vai liberar 100, 150, 200 milhões, ou 20 ou 10, como já foram alguns casos.

Esse é o.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório das emendas permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação de quatro emendas de apropriação, nos seguintes termos:

A Emenda nº 1 ajusta e consolida as sugestões constantes nas Propostas nºs 1, 5, 6, 20, 22, 28, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 65, 68, 69, 71, 84 e 85.

A Emenda nº 2, nas Propostas nºs 2, 17, 25, 27, 30, 38, 55, 72 e 79.

A Emenda nº 3, nas Propostas nºs 14, 24, 31, 41, 54, 63 e 75.

A Emenda nº 4, nas Propostas nºs 8, 11, 33, 44, 52 e 78.

Fica também aprovada e será apresentada como emenda de texto da Comissão a Proposta nº 61.

Retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Atingidos todos os objetivos dessa terceira etapa da nossa reunião, eu proponho somente a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 7 minutos.)

ATA DA 94ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Angela Portela. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº161 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "As fontes de custeio das entidades sindicais e suas implicações". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; João Paulo Ribeiro, Secretário dos Servidores Públicos dos Trabalhadores Públicos da CTB; Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços – CONTRACS/CUT; Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Fernando Jogaib, Diretor da Federação Interestadual do Sindicato dos Engenheiros; Marcus Vinicius Batista de Souza, Conselheiro Titular da Câmara Especializada de Engenharia Civil, Geologia, Minas e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF; Ogib T. de Carvalho Filho, Vice-Presidente executivo da Pública Central do Servidor. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar ata e notas taquigráficas ao relator da PEC 36/2013 e aos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras; 2) encaminhar ata e notas taquigráficas à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute o Financiamento da Atividade Sindical. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 94ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se, nos termos do Requerimento nº 161, de nossa autoria, a debater o tema "As fontes de custeio das entidades sindicais e suas implicações". E aí o eixo são dois projetos, uma PEC e um projeto, ambos tramitando aqui no Senado.

Convidamos de imediato, para compor a Mesa: Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); João Paulo Ribeiro, o JP, que fala aqui pela CTB; Miguel Salaberry Filho, pela UGT.

Quem mais está presente?

Valeir Ertle, pela CUT.

É que, como a lista é grande, estou chamando os que estão presentes. São em torno de dez convidados, os que estão presentes já foram chamados para a Mesa. Outros serão chamados para a segunda Mesa quando chegarem.

Vamos direto ao assunto.

Este fim de semana ainda, meus amigos e amigas aqui presentes, eu publiquei, acho que na segunda, na Folha de S.Paulo, o artigo "Os trabalhadores sob o fogo do dragão", que fala sobre a investida dos setores conservadores sobre os direitos dos trabalhadores, vinda da Câmara, mas também não dá para negar que aqui, no Senado, também há alguns projetinhos que vão na mesma linha. E ontem saiu, no jornal Zero Hora, do Rio Grande do Sul, outro artigo de minha autoria: "Congresso em pele de cordeiro", em que faço uma análise do que está acontecendo, mostrando que, infelizmente, no último processo eleitoral, o número de representantes

dos trabalhadores diminuiu muito, tanto no Senado como na Câmara. Aponto que há uma investida, com a fragilidade política do momento, tanto do Executivo como do Congresso, daqueles setores que querem retirar direitos dos trabalhadores, e uma forma de retirar direitos é enfraquecendo os sindicatos.

Por isso, trabalhamos muito aqui, com as entidades todas, e conseguimos barrar a NR 12, num primeiro momento; depois o negociado sobre o legislado também conseguimos barrar, a partir de movimentos que iniciamos nesta Comissão – claro, com apoio total do movimento sindical, que veio em massa para cá quando nós convidamos –, e recentemente conseguimos, com muito esforço, João Domingos – você que, na CSPB, com as centrais e confederações, participou –, aprovar aqui o direito de greve para o servidor. Aprovamos, mas já há uma reação muito forte na CCJ com o objetivo de barrar esse projeto que nós aprovamos e aprovar o outro que aqui foi rejeitado. O nosso projeto foi uma construção coletiva das entidades da área pública e privada que, no fim, ajudaram, das centrais que me ajudaram, garantindo o direito de greve efetivamente para os servidores, inclusive convenção coletiva, acordo coletivo, direito à filiação. Nós fizemos um projeto amplo, porque não adianta ter direito de greve e não ter direito à negociação coletiva.

Mas há já – alerto a todos – um movimento na CCJ para rejeitar esse projeto, que atende, eu diria, 90% do movimento sindical, porque nada é perfeito. Ninguém pensa... Quem faz uma lei perfeita? Nem o movimento sindical vai fazer uma lei perfeita, e muito menos eu. Então, toda lei sempre tem uma coisa ou outra, mas nós temos que nos preparar, porque o movimento que está havendo por setores é de rejeitar esse projeto e de aprovar aquele que aqui foi rejeitado. E o que aqui foi rejeitado, na minha avaliação, proíbe o direito de greve. Não vou citar dados nem números, até em respeito ao debate que vai acontecer, mas se acontecer esse debate na linha que estou achando que vai acontecer, a gente tem que estar preparado para fazer o bom debate lá na CCJ também, na linha de que projeto perfeito não existe, mas não pode ser um que venha proibir o direito de greve, principalmente, no caso aí, aos servidores.

Aqui estamos aproveitando essa reunião de segunda-feira da Comissão para falar de outro tema que preocupa a todos, e é natural isso. Quando eu falo que o Sistema S tem contribuição compulsória; quando eu falo que a da OAB é principalmente compulsória – e não tenho nada contra a OAB, pelo contrário –, se não pagar aquela anualidade da carteirinha não advoga; os partidos políticos têm um fundo partidário que é compulsório, queira ou não queira, quem paga aquilo é a sociedade, e por aí vai, quer dizer, fundos compulsórios, contribuições compulsórias existem no mínimo uma dezena se a gente for fazer um estudo mais aprofundado. Eu considero um absurdo não querer... Permitir que uma decisão legítima dos trabalhadores de contribuição para a sua entidade tenha algum tipo de restrição, até porque as entidades trabalham para toda a categoria. Quando elas fazem um acordo coletivo ou mesmo um dissídio coletivo, que a Justiça que define, define para quem? Define para todos, e não só para aquele que tem a carteirinha de sócio dessa ou daquela entidade.

Então, a gente quer aproveitar este momento aqui. Eu queria agradecer muito ao Senador Medeiros, que já tinha o parecer dado. A partir da conversa que nós tivemos com ele, junto com as entidades aqui, ele disse que não havia problema nenhum, que iria rever essa situação e faria o possível para estar junto nos debates. Hoje, como é segunda-feira, há muito movimento nos Estados, pode ser que ele não esteja aqui, mas, de pronto, podem saber que ele tem sido parceiro nosso. E combinei com ele já que teremos outra audiência para discutir especificamente lá na CCJ essa questão, que está na PEC de que ele é o Relator. Mas o parecer dele, tenho certeza, será favorável aos trabalhadores e aos sindicatos, até porque eu o conheço. Ele é um daqueles que têm lado.

Se vocês permitirem, porque acho que é positivo, embora ele não esteja aqui, que a gente dê uma salva de palmas para o Senador Medeiros, pelas posições firmes, sempre ao lado dos que mais precisam. (Palmas.)

Fiz essa rápida introdução, como nós estamos ao vivo aqui para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, e coloquei essa minha fala na abertura, meu ponto de vista, primeiro, para dizer que tenho ponto de vista.

Tem que haver, sim, como há para todos os outros setores, para as entidades e os trabalhadores também, uma forma de eles se manterem para fazer o bom combate e defender os trabalhadores do campo e da cidade e da área pública.

A partir deste momento, então, nós vamos passar a palavra aos nossos convidados. Já estou com a lista atualizada, creio eu.

Vamos começar. Quem quer iniciar? Sou muito democrático.

Moacyr, dizem que você é o mais jovem aqui da Mesa.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Fora do microfone.) – Vamos pela maior central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom, ele diz que já é pela maior central, Valeir. Ele já te deu aí...

O SR. VALEIR ERTLE (Fora do microfone.) – Mas ele sabe que é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, Valeir, representante da...

O SR. VALEIR ERTLE – Eu ia falar por último, mas tudo bem, não tem problema falar primeiro. É porque ele sabe qual é a posição da CUT, e ele quer já se contrapor à posição da CUT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas isso faz parte do debate, não tem problema.

Primeiro, eu quero, pessoal, antes mesmo de dar a palavra para o Valeir, dizer que eu fiz o registro do congresso da Central, que foi essa semana passada. O pessoal me passou o material, eu fiz um depoimento dizendo da sua importância, como faço para todas as centrais. Em todas as centrais, na época do seu congresso, faço um pronunciamento enfatizando a importância do movimento sindical.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores, para falar sobre o tema.

Repito: o tema começa na área do serviço público, mas também se estende, naturalmente, aos trabalhadores da área privada, porque nós queremos que todos tenham o direito à contribuição que é paga pelos trabalhadores para sua entidade.

Valeir.

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiramente, bom dia a todos e todas que estão presentes nesta reunião, nesta audiência pública; bom dia, Paim. Agradeço a você pela oportunidade, por provocar esse debate, que é muito importante. Cumprimento também os demais companheiros da Mesa, das demais centrais sindicais.

É um tema muito importante porque a gente tem debatido, ultimamente, bastante esse assunto e o movimento sindical tem sofrido um ataque sistemático dos meios de comunicação, do Ministério Público do Trabalho. Há uma ofensiva muito grande contra os sindicatos nesse tema, muitos sindicatos sendo condenados a não descontar mais a contribuição negocial, assistencial e confederativa, uma situação muito ruim e complicada, até porque não há nenhum ataque sistemático aos empresários, que têm um desconto muito polpudo, bem além do que se desconta dos trabalhadores.

Então, esse tema de financiamento sindical, Paim, você conhece, você é um dos fundadores da CUT. E quero agradecer a menção ao congresso, que terminou na sexta-feira, a gente acabou de sair dele. Foi empossada a nova direção da CUT, foi um congresso muito importante. Houve uma chapa única, o Vagner continua por mais um mandato na Presidência da CUT, e agora eu sou o Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT nesse novo mandato. Obrigado pela menção. Foi um congresso muito importante. Na abertura do congresso, estava a Presidente Dilma, o companheiro Lula, e acho que foi um dos melhores pronunciamentos que a Dilma fez até hoje, no meu ponto de vista, de todos que eu assisti. A Dilma fez um pronunciamento muito importante. Se todos tiverem oportunidade de assistir, entrem na página da CUT e vejam tanto o pronunciamento do Lula quanto da Dilma. O próprio pronunciamento do Vagner foi muito bom na nossa abertura do congresso, foi muito importante. Espero que, realmente, ela siga no caminho daquele pronunciamento, que acho que é muito importante. Não vamos admitir nenhum tipo de golpe a uma presidente eleita. Podemos ter críticas, como sempre tivemos, como a CUT sempre faz, questionando a política econômica, mas o Estado democrático de direito não podemos, em hipótese alguma, não garantir.

Essa questão do custeio do movimento sindical é um tema importante, a gente debateu muito. Estamos recuperando a questão do Fórum Nacional do Trabalho. A gente debateu e, por mais divergências que tivéssemos, chegamos a um entendimento de todas as centrais sindicais, das entidades sindicais e, inclusive, da questão patronal. Discutimos, naquela ocasião, acabar com o imposto sindical, substituindo-o pela contribuição negocial, discutida e aprovada em assembleia, com limite de desconto. Isso foi o que saiu do Fórum Nacional do Trabalho.

Com o reconhecimento das centrais sindicais – Lei nº 11.648/2008 – fizemos, naquela ocasião, um projeto de lei, acordado entre todas as centrais sindicais, assinado por todas as centrais sindicais, encaminhado inclusive para o Executivo, onde era instituída a contribuição negocial, discutida e aprovada em assembleia, aprovando o desconto de toda a categoria, porque se é negociada a convenção coletiva, o acordo coletivo, ele beneficia toda a categoria, então, não tem por que só os associados pagarem, contribuírem. Inclusive, as decisões, tanto do STF como do TST, são nesse sentido. Infelizmente, até hoje está parado. Depois a CUT continuou defendendo essa questão e não teve mais êxito, as demais centrais sindicais retiraram o apoio a essa proposta de projeto de lei.

Eu acho um contrassenso, porque hoje nós estamos recebendo todo um ataque sistemático do Ministério Público do Trabalho, do TST e do STF em função do imposto sindical. Hoje, inclusive, o imposto sindical, qualquer um pode entrar no site do Ministério do Trabalho, de todos os sindicatos está lá, com a arrecadação de cada entidade. Então, cada um pode verificar, tanto da patronal como do imposto sindical. O próprio TCU, hoje, vai para cima das entidades sindicais e quer que, realmente, esse valor que é descontado dos trabalhadores em forma de imposto paraestatal que tenha sido... Inclusive estão cobrando, e nós, dentro do CRT, dis-

cutimos: o próprio TCU cobra que um projeto de lei altere a lei, de forma que possa dar poder de fiscalização ao TCU ou a CGU na questão do imposto sindical.

É importante estarmos discutindo essa questão. É importante termos um mínimo... Inclusive, fizemos bastante esse debate agora, no congresso, na quinta e na sexta-feira passadas, sobre esse tema. A CUT tem uma proposta: o fim do imposto sindical, desde que seja aprovada a contribuição negocial. Então, vamos acabar com o imposto sindical, mas não somos irresponsáveis, sabemos o que é, sabemos a necessidade que as entidades sindicais têm da contribuição.

A gente acha que uma contribuição é mais democrático e muito melhor, é mais salutar. Inclusive as decisões, tanto do STF como do TST, são vinculadas à questão de achar que é uma excrescência o imposto sindical. Mas não só para os trabalhadores, o imposto sindical patronal também, e ele é bem, bem polpudo esse imposto sindical. E onde a gente possa estar discutindo, onde tenha a representatividade, onde os sindicatos negociam... Hoje, existe muito sindicato de gaveta, que cobra imposto sindical e não faz nada. Nós temos mais de 2 mil sindicatos que não negociam, mas recebem imposto sindical mensalmente. Então, nós não podemos concordar com essa sistemática existente.

Inclusive, eu falei, quando foi instalada uma comissão lá na Câmara dos Deputados, que não adianta criarmos um projeto de lei e permanecer a OJ 017 no TST e o Precedente Normativo nº 119. Então, dependendo da lei que a gente criar, pode ser uma boa lei, ou a gente vai enxugar gelo, porque pouco vai adiantar se o TST continuar com aquela posição deles. Por isso temos que pensar muito bem num projeto de lei que possa realmente dar guarida nesse sentido. Porque é um ataque sistemático. Por exemplo, eu sempre dou o exemplo do meu sindicato, que é um sindicato combativo, que negocia. Nós tínhamos a contribuição negocial discutida e aprovada em assembleia, com direito de oposição, e nós recebíamos mais de 5 mil cartinhas por desconto. Mesmo assim, o Ministério Público do Trabalho entrou com ação contra o meu sindicato. Nós comprovamos, eram caixas de cartas, o período que tínhamos de cartas, inclusive, e o Judiciário disse que não era permitido porque a OJ 017 e o Precedente Normativo nº 119 dão guarida para a Justiça do Trabalho fazer esse tipo de atrocidade. Então, é um sindicato democrático, tem direito de oposição, e mesmo assim foi condenado e não pode mais fazer nenhum tipo de desconto nesse sentido.

E há algumas questões que a gente tem que debater, Paim, porque existe uma diferença muito grande entre o que as entidades patronais arrecadam e o que as entidades de trabalhadores arrecadam. Isso a CUT, todo mundo sabe, está ali, está divulgando.

A CUT, ano passado, arrecadou R$60 milhões de imposto sindical; R$60 milhões. Cabem à CUT 10% do imposto sindical. Só do Sistema S, que é obrigatório... O que é uma indecência é o valor repassado para as confederações patronais e para as federações patronais: 9% de tudo que é arrecadado do Sistema S, por exemplo, Sesi e Senai, são repassados para as federações patronais e para confederação patronal. O Sesi teve R$15 bilhões de arrecadação ano passado, então, R$1,35 bilhão foi repassado para as federações patronais e para a confederação patronal. Isso é uma excrescência, isso é um absurdo! Por que o patronal recebe tanto dinheiro, e os trabalhadores, com o pouco que arrecadam, sofrem todo um ataque? A maior central sindical recebeu R$60 milhões, enquanto o Sistema S distribuiu R$1,35 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para cada federação?

O SR. VALEIR ERTLE – Para as federações e para a confederação. Então, imagine, é um absurdo. Por isso que tem toda a propaganda do Paulo Skaf contra a CPMF, com dinheiro do Sistema S. Olha o potencial que eles têm, olha quantos lobistas estão dentro do Congresso! Tudo com dinheiro do Sistema S, que é um imposto sindical todos os meses, três impostos sindicais todos os meses. E nós temos um imposto sindical por ano, que é atacado. Então, é por isso que temos que fazer um debate nesse sentido.

Outro exemplo: Sesc e Senac. São quatro legislações do Sistema S de distribuição patronal. A CNC recebe 3% de toda a arrecadação do imposto sindical. Só o Sesc arrecadou R$7 bilhões ano passado. Então, a CNC recebeu R$210 milhões. E as federações estaduais receberam mais de R$210 milhões, distribuídos entre elas, pela arrecadação.

Então, temos que discutir. Cadê o princípio da isonomia? Por que esse dinheiro só vai para as federações patronais, não vai para as federações e para as confederações dos trabalhadores?

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – Então, temos que fazer um debate muito sério sobre o financiamento sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São dez minutos para cada um, só para alertar. Tem mais cinco.

O SR. VALEIR ERTLE – Sim.

É um contrassenso estarmos debatendo nesse sentido.

Por isso, nós, as centrais sindicais, todos temos que ter muita responsabilidade e temos que fazer um bom debate, para que realmente possamos construir um projeto de lei que resolva essa situação, porque a PEC do Blairo Maggi não resolve a situação, muito pelo contrário. A PEC tira o imposto sindical, deixa somente a contribuição confederativa, e a contribuição confederativa teve decisão recente do STF: só pode ser descontada de associado. Então, em vez de um projeto de lei para melhorar, muito pelo contrário, piora a situação das entidades sindicais. E o PLS 245/2013 não resolve a situação.

Acho que podemos discutir com todos, é importante a sua iniciativa deste debate com as centrais sindicais. Nós já achamos uma alternativa sobre essa questão do financiamento sindical.

Há várias questões que temos que discutir, Paim, porque existem vários projetos tramitando, inclusive aqui no Senado. Temos que discutir o financiamento sindical, mas temos que discutir a situação do movimento sindical. Hoje, quanto ao setor privado, foi recepcionado recentemente pelo STF o art. 543 da CLT. Nós tínhamos feito todo um trabalho com o TST, tinha passado de sete para catorze dirigentes com estabilidade, agora o STF recepcionou o art. 543, que dá estabilidade somente para sete dirigentes sindicais. Hoje, no setor privado, a maior dificuldade é montar uma chapa para concorrer a uma eleição no sindicato, porque é preciso falar a verdade. Tem estabilidade? Não, se o patronal, se a sua empresa questionar, você pode não ter estabilidade. Então, sobre essa situação, temos que conversar, porque o setor privado é muito complicado. Se no setor público não há problema em montar uma chapa com o número que quiser porque existe estabilidade no emprego, nós, do setor privado, sofremos ataques sistemáticos, não só no financiamento das entidades sindicais. Hoje, há vários sindicatos morrendo de inanição, porque não se pode descontar nada, e o próprio imposto sindical tem uma limitação, muitas vezes ele não supre toda a demanda das entidades sindicais, até porque, no setor público, da maioria dos trabalhadores que são liberados para as entidades sindicais, é o próprio setor público que acaba bancando a liberação, e no setor privado, a grande maioria das liberações quem paga é a entidade sindical. Então, acaba onerando bastante os cofres das entidades sindicais.

Por isso é importante estarmos discutindo e acharmos uma saída nesse sentido. Nós, da CUT, achamos que a saída é instituir a contribuição negocial, discutida e aprovada em assembleia – existem critérios que nós discutimos inclusive lá no Fórum Nacional do Trabalho, com um mínimo de representatividade, que tenha negociação coletiva –, e que acabe o imposto sindical, porque o imposto sindical é que tem muito desacordo. Sei que há uma divergência muito grande entre as centrais sindicais nesse sentido.

Hoje acho que já avançou bastante esse debate, mas temos que encontrar uma saída para que realmente não continue esse ataque sistemático do Ministério Público, do TCU, da CGU contra as entidades sindicais. Se nós temos liberdade e autonomia sindical dentro da nossa Constituição, não podemos aceitar, em hipótese alguma, a ingerência de quem quer que seja, do Judiciário, do Governo, do TCU, contra as entidades sindicais. Isso é atentado contra a organização sindical. Não podemos permitir nenhum tipo de controle. Quem tem que controlar as entidades sindicais são os trabalhadores, através de assembleia, que é onde temos que prestar contas, é onde temos que aprovar o orçamento da entidade sindical, nas assembleias sindicais.

Por isso que é importante estarmos debatendo esse tema.

Espero que todos nós, das centrais sindicais, possamos nos sentar e discutir e achar uma alternativa, porque há projeto tramitando aqui, no Senado, há projeto tramitando na Câmara, e temos que ver como vai ficar aquele grupo especial que foi criado lá na Câmara. Acho que é importante envolver as duas Casas e acharmos uma saída, realmente, para que possamos corrigir os absurdos que o patronal hoje recebe e a insuficiência que têm os trabalhadores frente às entidades patronais.

Então, agradeço a todos e todas. Obrigado pelo convite para este debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores.

Só quero informar que nós já aprovamos aqui dois projetos, um deles que regulamenta a contribuição negocial. Está na Câmara dos Deputados. Esse projeto foi construído num evento desta Comissão lá no Petrônio Portella, com a presença de cerca de mil sindicalistas. Estavam lá representantes de todas as centrais sindicais. O Senado já aprovou, reconhecendo que tem que haver a contribuição negocial.

E aprovamos também um outro projeto, que é a estabilidade de dirigente sindical, e não somente dos sete, como agora o TST... Acaba que ele pode...

O SR. VALEIR ERTLE (Fora do microfone.) – O TST tinha dado catorze, agora o STF mudou para sete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mudou para sete porque não existe uma lei. Se houver uma lei, a lei está acima de uma decisão que eles possam lá tomar. A lei, sendo aprovada, resolve essas duas questões.

Os dois projetos, eu apresentei mais ou menos há dez anos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Fora do microfone.) – Em 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em 2006, é. E foram aprovados por unanimidade aqui no Senado. Os dois estão na Câmara dos Deputados. Essa comissão especial, que está reunida, parece que está com os dois projetos lá. Se aprovarem lá, é só mandar para sanção. Garantem exatamente o princípio que as centrais e confederações defendem, da contribuição negocial.

Eu não entrei na polêmica do imposto sindical. Os projetos que aprovei aqui não tratam do imposto sindical. Aí é um debate que as centrais têm que fazer no momento que entenderem mais adequado.

Passamos a palavra, agora, na sequência, ao Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, os companheiros da Mesa, os companheiros e companheiras aqui presentes, as centrais e confederações aqui presentes.

Deixe-me fugir do protocolo um pouco, Senador, porque eu gostaria de cumprimentá-lo pela indicação, no Prêmio Congresso em Foco, pela parte dos jornalistas, como sendo o segundo Senador mais atuante aqui, no Congresso Nacional. Para nós, os trabalhadores, é de uma importância sem tamanho, porque V. Exª tem sido a trincheira do movimento sindical. E, pela internet, ficou entre os dez melhores Parlamentares, o que para nós também é uma satisfação enorme. Eu não poderia deixar passar em branco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me agradecer em público. Se eu fiquei entre os dez melhores Senadores pela internet – vocês sabem que isso é uma máquina que é montada, e todo mundo corre atrás –, eu quero agradecer muito ao movimento sindical. Se não fosse o movimento sindical, com certeza, eu não ficaria com milhares de votos em nível nacional.

E agradeço também aos jornalistas. Os jornalistas escolheram cinco, e eu fui o segundo mais votado pelos jornalistas. Então, meus cumprimentos ao movimento sindical e também aos jornalistas. (Palmas.)

Se não fosse o movimento sindical, com certeza...

E vocês todos que estão aqui nesta mesa, sei que, de uma forma ou de outra, ou no plenário, colaboraram para isso. Grande parte do Plenário, mas também da Mesa. A Mesa pede, mas o Plenário é que vota!

Vamos ter uma segunda Mesa em seguida, para os que chegaram depois. A segunda Mesa será composta por Luiz Saraiva, Diretor da Contracs; por Marcos Piffer, que fala pelo Sinal; e por Ubiraci, que falará pela CGTB.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Ainda na mesma linha, Senador, eu gostaria também de agradecer a V. Exª pelo seu embate na última semana, na questão do negociado em cima do legislado, da Emenda Perondi.

Eu cheguei até a colocar um comentário na internet; o 618, uma emenda similar a essa, foi que te trouxe até o Senado. Uma situação histórica, de 1998, salvo engano, 1999, em que V. Exª disse que não retirou, mas só destacou algumas folhas da Constituição. Naquele momento, V. Exª estaria "rasgando" o Congresso Nacional se aprovassem o 618; estaria rasgando a Constituição e rasgando a nossa CLT.

Nesta oportunidade, é tentar fazer novamente. V. Exª, num momento de grandeza, inclusive, colocou que só iriam alterar a CLT, da forma como o Perondi estava se colocando, se passassem por cima do seu cadáver. Uma situação extrema. O movimento sindical lhe deve muito, e eu gostaria de agradecer, porque foi mais uma vitória do movimento, mas foi através da sua ação, através do seu trabalho, da sua articulação que tivemos essa grande vitória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É importante isto, pessoal: quando eles aprovaram, na quinta-feira à tarde, se não me engano, na sexta, nós convocamos uma audiência pública para a segunda. E, na segunda-feira de manhã, esta sala estava lotada, lotada, lotada. Estavam aqui todas as centrais, todas as confederações. Todas as entidades dos servidores públicos estavam com seus representantes. Daqui, fizemos uma estratégia e, na quarta-feira, derrotamos a tal emenda na Câmara dos Deputados. Houve uma sessão do Congresso na terça. Eu aproveitei, estavam lá Senadores e Deputados, fui para a tribuna e disse o que eu pensava dessa emenda jabuti, contrabando, como eu disse. Chamei até de emenda covarde, porque é covardia mesmo querer colocar uma emenda de contrabando em uma MP que não tem nada a ver, sem nenhum debate. Daí, houve um enfrentamento entre nós e o Deputado, no plenário, e, enfim, provamos que era um absurdo.

Eu lamentava que um gaúcho houvesse apresentado uma proposta como aquela, que era uma vergonha para Getúlio, para Brizola, para Pasqualini, para João Goulart, para aqueles homens que ajudaram a escrever a nossa CLT.

Mas, felizmente, o resultado foi positivo. Quero aqui cumprimentar todos os Deputados que trabalharam no sentido de derrubar a proposta. Nós fizemos um movimento aqui a partir da segunda. As centrais e as confederações estiveram lá. Falei com o Vicentinho por telefone. Ele disse: "Paim, está bem encaminhado. Foi bom o enfrentamento que você fez aqui com o Perondi, e acho que está bem encaminhado." O resultado foi positivo.

Mais uma vez, nós que estamos dentro do Parlamento somos ferramentas, mas se o movimento não se articular e não se mobilizar, inclusive como o exemplo de hoje, nada acontece. A gente, sozinho, não resolve nada. Só resolve se sente que está amparado pelo movimento social e sindical.

Vou descontar do teu tempo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, essa questão da contribuição sindical, da manutenção, do custeio das entidades sindicais é uma briga antiga. Quando V. Exª ajudou a construir o art. 8º, o Fogaça, na época Senador, com Gastone Righi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mário Covas ajudou. Temos que ser fiéis aos fatos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mário Covas, muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ulysses Guimarães também.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – E, quando eu estava discutindo, o Fogaça e o Gastone Righi tiveram uma discussão muito interessante. O Gastone Righi queria que fosse somente para os associados, e o Fogaça foi muito claro e muito feliz na oportunidade, dizendo que não, que teria que ser para toda a categoria, porque as convenções coletivas, os acordos coletivos eram universais, eram para toda a categoria, e não só para os associados. Desde aquela oportunidade, parece-me que ficou tão claro! Estava na Constituição, e o entendimento das forças contrárias aos interesses dos trabalhadores foram tão fortes que conseguiram levar até o Supremo, e o Supremo entendeu que era só para a categoria, que era só fazer a leitura do que está no art. 8º da Contribuição Confederativa.

Digo isso, Senador, porque aí está o nosso medo, aí está a nossa preocupação: se alguma coisa que estava na Constituição Federal, eles conseguiram levar até o Supremo, e inverter todo o processo, imaginem alguma coisa solta, como a emenda que está sendo proposta! Porque acabar com a contribuição sindical, simplesmente, e colocar uma outra contribuição, que se chama "negocial" – chamem do nome que for –, simplesmente, sem haver, efetivamente, a fórmula e a garantia jurídica de que não vamos ser atropelados, da forma como fomos, no art. 8º da Constituição, é um grande risco. É um grande risco, de repente, acabarmos com a contribuição que existe, que já é um patrimônio do movimento sindical, um patrimônio do trabalhador, cujo costume já existe, travado ao longo desses anos, para começar alguma coisa nova que poderá ser questionada na Justiça. Pode ser que percamos tudo.

O companheiro da CUT, Valeir, foi bem claro: nós não podemos simplesmente jogar a contribuição sindical, trazer uma outra, substituindo-a, sem garantia jurídica. E foi muito claro também quando fala da classe patronal. Ninguém questiona a contribuição sindical que vai para a classe patronal, os valores do Sistema S que vão para a patronal e também as contribuições federativas, confederativas e assistencial. Em muitas oportunidades, quando fechamos a convenção coletiva, é colocada também na convenção a parte patronal, mas ninguém questiona. Só os trabalhadores sofrem com essa forma.

Só para V. Exªs terem uma ideia em relação ao nosso sindicato, em Curitiba, o hoteleiro, no ano passado, tivemos uma greve, uma greve vitoriosa. Ainda assim, recebemos 6 mil cartas, um sindicato que tem 12 mil trabalhadores na base. Por que isso? O patronal não se convenceu, não assimilou a vitória dos trabalhadores e fretou carros, vans, ônibus, para fazerem filas e entregarem cartas contrárias ao desconto assistencial. Quer dizer, deveria ser completamente inverso o processo, porque houve uma vitória, um ganho dos trabalhadores. No entanto, quando chega no momento da contribuição, é completamente inverso.

Há poucos dias – digo poucos dias, mas foi há alguns meses –, tivemos um embate dentro do TST sobre a questão do 119. Ganhamos no número, mas perdemos no quórum. Esperamos que, alguns dias para frente, seja novamente colocada em pauta e novamente seja discutida essa questão.

O precedente 74 era bem claro: era para toda a categoria. Havia um prazo em que os trabalhadores poderiam se opor. O movimento sindical não questiona isso. Quem não quer não quer, mas temos que lembrar que as nossas convenções coletivas, os direitos dos trabalhadores são universais, independentemente de se o cidadão é filiado, não é filiado, se gosta do presidente, se não gosta, se tem articulação política contrária ou a favor do sindicato. Ele está coberto pela convenção coletiva. No entanto, na hora de contribuir, na hora de fazer sua contribuição, ele não quer.

Numa oportunidade anterior, numa audiência pública, inclusive convocada por V. Exª, em que discutíamos com o Ministério Público, eu dizia que alguma coisa está errada quando não somos nós que mantemos nossa casa. Tem que ser o trabalhador. A pessoa da categoria que tem que manter a sua entidade sindical, a sua barreira de luta. Não podemos esperar, de forma nenhuma, outra fonte de renda que não seja o próprio financiamento dos trabalhadores.

As centrais sindicais, Senador, há dois anos, fizeram uma representação na OIT – todas as centrais – sobre a questão do Precedente 119 e das questões antissindicais, em que o Governo brasileiro – aí é contra o Gover-

no, incluindo o Ministério Público, o TST, todas as estruturas – estava trabalhando contra a manutenção, contra o financiamento das entidades sindicais. Houve duas reuniões: tivemos uma no TST, houve no Ministério do Trabalho, na OIT, aqui. Está em andamento.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Esperamos que, em breve, essa questão seja resolvida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Pois é! O próprio Governo está começando a questionar os repasses para o Sistema S. Daqui a mais uns dias, eles vão bater no movimento sindical e dizer: "Precisamos manter o Sistema S para fazer a qualificação."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Já estão pedindo! Então, o que vai acontecer? Vai voltar à roda novamente, pedindo favor. No entanto, quando chega nesse momento, acho que você faz.

Nós temos a saída, Senador, que é o Projeto nº 248 de V. Exª. Acho que não precisa fazer emenda constitucional, não precisa inventar a roda, não. Acho que o que precisa é, efetivamente, a Câmara fazer o seu papel, voltar ao 248, que estará resolvido o problema. Está bem simples: não há pegadinha, não há nada no Projeto nº 248. V. Exª já passou aqui, já fez seu dever de casa, mas acho que precisamos cobrar dos nossos dirigentes, Valeir, que coloquem isso em votação. Nós já tivemos, na Comissão do Trabalho, uma oportunidade bem próxima de a matéria ser colocada, ser votada, mas, por uma pequena divergência, foi pedido vista e, depois dessa vista, nunca mais retornou à Mesa.

Eu gostaria de firmar o nosso posicionamento. A nossa Central, Senador, é pela manutenção da contribuição sindical, até porque nós entendemos que a contribuição sindical é para manter a estrutura; e a assistencial é para fazer a luta, fazer o bom trabalho, porque, muitas vezes, da forma em que se encontra, se você não fecha a convenção, como você vai fazer a manutenção da estrutura, como você vai manter aquela estrutura para continuar trabalhando? Temos posicionamento firme na Nova Central. Esse é o nosso posicionamento.

Finalmente, eu gostaria de trazer o abraço do nosso Presidente, José Calixto Ramos, que está viajando, não pôde estar presente, e pediu que agradecesse a oportunidade e a V. Exª também.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Moacyr Tesch, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que conhece bem o projeto que nós apresentamos, sabe que ele resolve essa questão da contribuição negocial sem tocar na questão do imposto sindical, que é um outro debate que deve ser feito no momento adequado.

Passo a palavra agora ao João Paulo Ribeiro, Secretário Geral dos Servidores Públicos e também representante da CTB neste evento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia a todas e a todos.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ...até porque somos defensores da contribuição e não falseamos o debate. Acho que temos que ter, como todos os outros setores, uma fonte. Temos que ter uma maneira de arrecadar o fundo, tendo em vista que todos os outros setores têm essa prerrogativa. E não falseamos o debate.

Agora, em especial, sobre este debate, e concordo com os companheiros que me antecederam, aqui, nas duas Casas, Paim, está muito difícil! Todos os dias estamos fazendo plantão. E o pior de tudo: nem entrar aqui nós podemos mais. Você tem que explicar, rezar um terço nas portarias tanto do Senado quanto da Câmara para vir aqui defender nossos direitos. Dizem que é a nossa Casa, mas, aqui, na verdade, somos vetados, somos proibidos de participar!

Louvo novamente o Senador, porque já está virando uma rotina, uma rotina boa, nas segundas-feiras, pela manhã, fazer bons debates aqui e que são de interesse da sociedade, como este.

Na verdade, temos que fazer alguns ajustes. Primeiro, pela primeira vez, pelo menos em relação a tirar a contribuição, eles nos colocam no mesmo pé de igualdade, pelo menos com o patronato. Ele tira também do patronato. Então, seria interessante o patronato também falar aqui o que ele acha, porque, no sistema confederativo, o patrão e os trabalhadores contribuem, e geralmente eles fazem algumas leis, e não duvido que essa modifique também para os patrões, mas, na hora, tira a nossa e deixa a deles. É assim!

Não que os companheiros aqui não sejam sérios, mas acho que temos que começar a apresentar os problemas. Primeiro – já foi falado, mas acho que temos que enfatizar –, vai tirar e vai colocar o quê? A contribuição negocial. Está bem, primeiro exemplo. No caso dos trabalhadores do serviço público, nós não temos negociação coletiva. Então, não há taxa negocial. Não existe, mas nós nos vangloriamos de abrir um espaço em que a CUT, os companheiros da UGT, os companheiros da Nova, todas as sete entidades – não está participando a Conlutas – fizeram um documento. Normatizamos a contribuição sindical e a taxa negocial. É isso. Então, pela primeira vez, nós avançamos nessa questão, por unanimidade, nas sete centrais sindicais, porque concordamos com a taxa negocial e mantivemos a contribuição que está na lei. Esse é um avanço. Ou seja, você não mexe na Constituição, você não tira o que tem, não dá essa permissão e acrescenta algo mais na Constituição para garantir. Porém, é uma ou outra. Não são as duas.

Outra questão: como vai ser feita a contribuição em algumas categorias? Não tem condição! E o projeto estabelece que, a exemplo do serviço público, não vai descontar. Não é verdade! O serviço público municipal e o estadual têm descontos, sim. Não tem o Federal, quer dizer, algumas categorias federais, porque também existe contribuição no setor federal. Então, não adianta dizer que a organização sindical dos trabalhadores do serviço público não tem. Tem, sim! Agora, isso é livre. As pessoas descontam se quiserem. Não há obrigatoriedade. É só dizer: "Não quero." Pronto, acabou. Não vamos mexer na fonte de custeio, quando todos os outros têm.

Aqui, o Paim lembrou... Paim, você citou o caso da OAB. Acho que quem faz OAB não precisa fazer faculdade. Nós temos que tirar a questão de fazer faculdade, porque passar na OAB é um outro problema. E são entidades estatais. O sistema de desconto dos conselhos regulamentadores da profissão, todos descontam. Você não pode trabalhar sem pagar. E ninguém reclama, ninguém consegue discutir isso, ninguém coloca em debate isso. Inclusive, acho que eles deveriam estar aqui também, porque, quando eles querem liberação sindical, colocam o nome dos conselhos como representantes dos trabalhadores. Quem são os representantes dos trabalhadores? Para nós, quem representa os trabalhadores é o sindicato. Eles fazem esse debate, e nunca vi ninguém colocar – quanto ao patronato, ninguém consegue colocar – o fim da contribuição dos conselhos reguladores de profissão.

Está querendo discutir? Vamos discutir tudo! Não vamos falsear o debate.

Eu acho que se deve manter tudo – só para saber, antes de falar –, manter tudo e saber disciplinar os gastos. Acho que não sabemos disciplinar, e acontecem muitas atrocidades. As contabilidades não são sérias. Começar a disciplinar isso é melhor, para se saber para onde estão indo todos os recursos dos trabalhadores. No nosso caso, vai para a luta; para a organização sindical e para a luta. Sempre. Não temos nenhum problema em fazer esse debate.

A outra questão: alguém tem ideia de como nós vamos tirar contribuição, por exemplo, dos fazendeiros, dos latifundiários? Essa é uma discussão que nós precisamos fazer. Quem vai fazer com que os associados descontem dos grandes latifundiários, dos patrões, a contribuição do sistema rural? Se alguém nos responder a isso, ficaremos muito felizes, porque não há como fazer. E a luta do pessoal do campo é justamente esta: a contribuição. Para não defender a manutenção e aprovar um projeto desses, nós temos que pensar o seguinte: nós queremos acabar com a organização sindical? Se for isso, o projeto já tem um bom caminho.

Graças a Deus, já tivemos uma conversa boa com o Senador José Medeiros, que sinaliza para nos ouvir. Acho que isso vai avançar bastante, e eu também, de público, quero saudar a iniciativa do Senador, de nos ouvir, e já está caminhando uma contribuição que não é mais para a destruição da organização sindical dos trabalhadores do Brasil.

Por fim, acho que temos que tentar organizar o sistema no geral. Falei aqui do serviço público, falei do financiamento, mas temos que tentar coibir as ações do Ministério Público, de alguns fiscais. Eles deveriam fiscalizar outras coisas também; poderiam fiscalizar o patrão, as fábricas. Os fiscais têm compromisso. Agora, parece que eles estão colocando os sindicatos como o principal alvo de irregularidades. Existem situações difíceis; existem, realmente, sindicatos, pessoas, entidades que não são sérias, haja vista que tivemos que passar, em pleno século XXI, no Rio de Janeiro, a conquistar e colocar de novo os trabalhadores, os comerciários na mão do sindicato. Está na mão dos trabalhadores novamente. Isso não tinha condição em outros momentos. Houve uma ação importante lá dentro. Temos que começar a incentivar.

Acho que temos que começar, como Centrais, a apontar o caminho. Ninguém tem que ficar ditando, Paim, como se organizam os trabalhadores! Mas aí é preciso responsabilidade, e nós nos comprometemos, como Central, a discutir e a apresentar isso por unanimidade nas Centrais sindicais. Não podemos ficar só no campo do confronto, sem apontar alguns elementos importantes: estatutos democráticos, contribuições, contabilidades dos recursos. Nós, como sindicalistas, temos que apontar a maneira de coibir esse tipo de ação que está acontecendo em todo o País e em alguns sindicatos irresponsáveis, que não têm compromisso com o trabalhador.

Acho que o desafio é esse. Acho que o desafio que temos aqui é nos sentarmos para fazer uma organização com os trabalhadores e apresentar elementos importantes que venham a coibir algumas irregularidades ou algumas coias que não são o sindicalismo sério que defendemos.

Em suma, eu o saúdo, Senador, pela iniciativa de fazer a reunião; saúdo a CSPB, que foi uma das proponentes da ação de fazer este debate.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Acho que antes de dizer "sim" ou "não", se somos contrários ou favoráveis, temos que fazer estes debates, debates ricos, com os quais simplesmente podemos apontar elementos em que ampliamos os direitos, em que mantemos os direitos, as conquistas, e não simplesmente tirá-los sem propor alternativa para continuar a organização e os debates sérios que temos que fazer no campo sindical.

É essa a contribuição da CTB.

Obrigado pela oportunidade mais uma vez, Senador Paim, e vamos para o debate. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi João Paulo Ribeiro, o JP, que falou pela CTB, reafirmando que não se tem que abrir mão das contribuições dos trabalhadores.

Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Senador Paulo Paim; companheiro Valeir, da CUT; companheiro Moacyr, da Nova Central; companheiro João Domingos, da CSPB; companheiro JP, João Paulo, da CTB; companheiros e companheiros desta audiência, bem, Senador, como gaúcho, tenho o maior orgulho de ter um Senador que não é do Rio Grande do Sul e, sim, do Brasil. Um Senador que pensa, que dorme, que acorda, que come pensando no trabalhador. Eu gostaria que o Senado Federal se espelhasse no Senador Paulo Paim, na maneira como ele atua como representante não só dos trabalhadores, mas da sociedade civil organizada.

Senador, todos aqui falaram – a CUT colocou a posição dela, a Nova Central, a CTB –, e eu gostaria aqui de dizer ao Senador Paulo Paim e aos Senadores que, antes de querer acabar com a contribuição sindical, porque essa PEC do Senador Blairo Maggi pensa unicamente na classe patronal – acho que os patrões estão de parabéns por terem um Senador representante da classe patronal que quer extinguir, extirpar os trabalhadores da sua representatividade –, aqui foi dito que tudo o que se faz contribui. E eu gostaria de dizer ao Senador e aos Senadores que a contribuição sindical faz aquilo que o Governo Federal não faz: ela dá assistência à saúde. Para dar um exemplo disso, os Senadores teriam que visitar o Sindicato dos Comerciários, em São Paulo, que é presidido pelo nosso Presidente da UGT, companheiro Ricardo Patah, que tem um hospital bancado pela contribuição sindical. Se acabar a contribuição, se ela ficar facultativa, vai acabar a assistência ao trabalhador, independentemente da representatividade política que tem o sindicato de base.

Portanto, antes de o Senador Blairo Maggi fazer esse projeto de emenda constitucional, ele deveria se preocupar com a saúde, com a habitação, com o transporte. E ele vem a se preocupar com quem? Com quem representa os trabalhadores, que são as centrais sindicais, as confederações, as federações e o sindicato de base. Nada contra. Ao contrário, acho que o Senador que apresentou essa emenda constitucional está de parabéns pela representatividade que faz da classe patronal, mas nós temos aqui, no Senado Federal, um Senador que pensa pelos trabalhadores; e não só pelos trabalhadores, pelas famílias dos trabalhadores.

Quem quer acabar ou facultar a contribuição sindical não conhece a estrutura do movimento sindical patronal e dos trabalhadores. E mais: essa contribuição sindical que ele quer tornar facultativa, uma parte dela serve para a administração do Ministério do Trabalho. Pelo que vejo, ele quer acabar com o Ministério do Trabalho também – hoje, Trabalho e Previdência.

Então, Senador, a iniciativa de V. Exª de fazer este debate é muito salutar, porque, de acordo com aqueles que já tiveram oportunidade de falar, temos algumas divergências; e divergência existe quando há democracia. Quando não há democracia, ninguém tem a palavra, ninguém pode se manifestar.

Na Câmara dos Deputados, foi instalada agora uma comissão especial para estudar o financiamento das entidades sindicais, e lá estão todas as entidades sindicais, quer de trabalhadores, quer patronal. Precisamos tentar uma saída, para que não sejamos pegos de surpresa a todo momento, como aconteceu tempos atrás, quando se coloca jabuti em tudo que é medida provisória, em todos os projetos de lei que estão lá em apreciação, tanto na Câmara quanto no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Miguel, permite-me um comentário, até para ajudar? O jurídico pode também complementar. É tão vergonhoso o que eles estavam fazendo, e normalmente contra o trabalhador! Não vi nenhum jabuti que alguém colocasse lá para defender o trabalhador. Não. O que eles colocam sempre vai nessa linha, mas o Supremo tribunal Federal acabou de decidir, nesta semana, que, daqui para frente, não se pode mais colocar o tal jabuti, emenda de contrabando. Para nós é muito

melhor, porque 99% eram contra nós. Agora, pelo menos, se quiserem aprovar esta ou aquela lei, vão ter que apresentar o projeto e ir para o debate.

O SR. VALEIR ERTLE – Senador, o jabuti que teve... Foi instituído dentro dele o trabalho nos domingos e feriados. O comerciário foi prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De uma coisa invertia para outra.

O SR. VALEIR ERTLE – Os Senadores e Deputados nem perceberam, e havia um jabuti enorme lá que detonou com toda a categoria dos comerciários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Boa lembrança.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Eu ia chegar à decisão do Supremo, mas o Senador já bem colocou.

Vejam bem, nós, hoje, trabalhadores, temos uma representatividade tanto no Senado quanto na Câmara de minoria, mas uma minoria representativa. Isso não quer dizer que em todos os projetos que tramitarem na Câmara e no Senado nós vamos ser derrotados. Precisamos – e acho que as centrais sindicais estão no caminho certo – dessa mobilização, desse entendimento entre nós, porque as nossas divergências ficam na base das centrais sindicais.

Nunca imaginei que um Senador pudesse apresentar uma PEC olhando apenas um lado, só o dos trabalhadores, esquecendo-se de que a contribuição sindical também é dos empresários.

Como foi dito pelo Valeir, como foi dito pelos demais companheiros – não quero ser repetitivo nesse sentido –, nós, trabalhadores, centrais sindicais, que aqui estamos representando a base, temos que ousar. Temos este grande líder que é o Senador Paulo Paim, como são os outros Senadores que pensam no Brasil, que não pensam só nas suas bases de representatividade. No momento em que eles estão aqui, nesta Casa Revisora, no Senado Federal, eles têm que pensar que os movimentos sindicais são muito importantes para os empresários, como há o movimento patronal que também é importante para os empresários.

Senador Paulo Paim, nós, da UGT, temos uma posição claríssima quanto à contribuição sindical. O Moacyr falou muito bem da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição, além de cidadã, veio ao encontro do povo brasileiro, mas, de outro lado, ela pecou, no momento em que ela deu ao trabalhador, ao cidadão em geral assistência médica sem nada contribuir. Ela pecou nesse sentido. Ali, deixou uma regulamentação que jamais virá, como tudo o que está no art. 8º, que está lá para ser regulamentado, quase tudo. E essa regulamentação nós não conseguimos discutir na Câmara e no Senado. Então, uma Constituição cidadã que veio para agradar todo o povo brasileiro precisa de uma revisão imediata, uma revisão no sentido de regulamentar o que não foi regulamentado.

Nós temos problemas na saúde, gravíssimos, por culpa dessa Constituição; nós temos o problema da Previdência Social, por culpa dessa Constituição. Nós temos que ter coragem de discutir isso dentro das Centrais. Não adianta ficarmos aplaudindo o Governo. Nós temos que pegar a Constituição e fazer uma revisão, porque ela não pode ficar como está neste momento.

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Vou concluir, Senador.

Senador, estamos nesta discussão que, às segundas-feiras, no Senado, já é praxe, já faz parte de todos nós, trabalhadores. Temos aqui, no Presidente desta Comissão, no Senador, esta discussão, que se dá todas as segundas-feiras sobre os grandes projetos, os grandes problemas que estamos enfrentado.

O custeio tem que ser discutido, a contribuição sindical tem que ser discutida. Ela não pode ficar como ficou estabelecido na Constituição de 1988. Hoje, nós temos, taxando o trabalhador, a contribuição sindical; nós temos a taxa assistencial; nós temos a contribuição confederativa; e nós temos a taxa de associado.

Portanto, não podemos sobretaxar o trabalhador. O trabalhador está cansado de contribuir. Ele só contribui, contribui, contribui. O Governo está aí querendo colocar mais CPMF. É um absurdo o que estão querendo fazer. Querem roubar mais ainda!

Nós entendemos, Senador, que o caminho é certo. A UGT agora, no dia 5 de novembro, tem uma plenária nacional. V. Exª está convidado; será o nosso convidado de honra nessa plenária. Nós vamos entregar um documento importante sobre o que pensamos da contribuição da PEC, dessa maldita PEC 36 do Senador cujo nome já nem repito mais, porque não merece esse prestígio da classe trabalhadora.

Era isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Miguel Salaberry Filho, que falou em nome da CGT. Ele que é Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Agora, para encerrar esta Mesa – haverá uma segunda Mesa –, falará o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Bom dia a todas e a todos; um bom-dia especial às autoridades da Mesa. Peço permissão para cumprimentar todos, a Mesa e o Plenário, ao cumprimentar o Senador Paulo Paim.

Sempre faço questão de dizer, em todas as oportunidades, que o Senador Paulo Paim é muito mais, Miguel, do que um Senador gaúcho e muito mais do que um Senador brasileiro; ele é muito mais do que um Parlamentar: ele é uma verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores e comprovadamente e alegremente aceito por todos os trabalhadores.

Quero, inicialmente, Presidente, constatar que furaram minha colinha e meu roteiro. Todo mundo parece que tinha o mesmo roteiro! Mas não tem problema, vou procurar ser bem específico para não ser repetitivo em algumas coisas.

Antes, Senador, preciso iniciar fazendo um reconhecimento e agradecendo a V. Exª, mais uma vez, pela atuação na Medida Provisória nº 680. Finalmente, caíram os arts. 11 e 12, que eram nefastos, prejudiciais, historicamente; talvez uma das maiores invasões do direito dos trabalhadores eram aqueles dois artigos, aqueles dois jabutis. E não fora, Senador, a reação forte, dura, dramática de V. Exª, não teríamos, talvez, alcançado um consenso tão forte na Câmara.

Aliás, quero aproveitar para fazer mais um reconhecimento: a atuação dos Deputados Paulinho e Vicentinho, entre tantos, foi fundamental, porque superaram suas divergências eventuais, partidárias, governamentais, seja o que for, e construíram quase um consenso. Naquele consenso, estavam PSDB, PMDB, PR, PP, enfim, foi tudo construído e foi um momento muito bonito dos representantes dos trabalhadores, que tão pouco protagonismo têm tido naquela Casa, mas um momento bonito, em que, impulsionados pela energia emanada desta Casa, do seu posicionamento, que repercutiu no Brasil inteiro, conseguimos obter aquela vitória na Câmara.

Isso, Senador, equivale a dizer que, mais do que nunca, o espaço privilegiado que tínhamos na Câmara dos Deputados no passado, por exemplo, quando V. Exª era Deputado, a Câmara dos Deputados era o abrigo dos trabalhadores em geral contra essas mazelas que existem sempre, são constantes, são cotidianas, aquele espaço tem se transferido para esta Casa. Esta Casa, esta Comissão e, particularmente, a atuação de V. Exª fazem com que esses debates de todas as segundas-feiras, como lembrou o JP aqui... Aliás, nós os fazemos com tanta alegria, porque nós estamos sempre aqui, na defensiva, mas é um espaço de confiança em que se garante que pelo menos serão discutidas as questões dos trabalhadores aqui nesta Casa.

Vou procurar ser bem específico, Senador.

Estamos aqui agradecendo e valorizando o debate dessa matéria, e temos que valorizar, mas nós temos que fazer este debate com um objetivo. Essa matéria, da forma como está, não merece ser debatida para se procurar alternativa. Nós temos que ser específicos e pedir a rejeição pura e simples dessa matéria por mais de um motivo: primeiro, agora, por essa tentativa articulada, em que há dezenas de projetos que tramitam nas duas Casas Legislativas e todos eles procuram desmantelar, desmontar o movimento sindical dos trabalhadores. Nada se fala do patronato. O Valeir citou cifras astronômicas que vão para as federações e confederações patronais. Aquelas são cifras do Sistema S. Além disso, eles ainda têm a contribuição sindical que é simétrica à nossa forma; é a contribuição sindical mais o Sistema S, e nada se fala em relação ao custeio do movimento sindical patronal.

Também ela precisa ser rejeitada porque, agora, acaba de ser instalada, na Câmara dos Deputados, uma comissão especial para discutir esse tema da forma certa, da forma adequada, com a comissão específica, com a participação dos trabalhadores através de suas representações sindicais.

Então, como é que, enquanto se cria um espaço da forma correta para discutir esse tema, vêm aqui simplesmente propor a revogação da contribuição sindical obrigatória? Não que fujamos do debate do custeio como um todo, mas não dessa forma, Presidente, porque agora, com essa ação, dá-se a impressão de que é uma hiena que percebeu a presa fragilizada e saltou sobre a sua jugular para o abate final, porque avança exatamente na parte mais sensível de qualquer organização, não apenas a sindical, que é o seu custeio.

Vale dizer também, Senador, que esse debate tem sido colocado de forma muito sorrateira. A maioria desses projetos que vêm retirando direitos e conquistas, agredindo frontal e brutalmente os trabalhadores, vejam bem a origem desses projetos: nós temos o projeto apresentado pelo ex-Senador Nascimento, que hoje é relatado pelo Senador Flexa Ribeiro; temos um projeto que foi apresentado pelo Senador Blairo Maggi, que é esse relatado pelo Senador Medeiros; temos um projeto de nosso interesse apresentado pelo Senador Anastasia, que é relatado pelo Senador Douglas Cintra – eu queria, ao final, falar sobre essa questão. Enfim, são vários os projetos em que se observa a participação de pessoas totalmente alheias às relações de trabalho, que não entendem nada da vida sindical – o Blairo Maggi é o maior produtor de grãos do mundo, de soja, e ele propõe regulamentar o custeio das entidades?

Ou seja, Senador, existem eminências do mal que nós precisamos identificar aqui nesta Casa. E há uma tática que eles usam. Muitas vezes, as pessoas que apresentam esses projetos ou que os relatam, principalmente os que relatam essas matérias, como é este caso específico, muitas vezes não o fazem de má-fé, o fazem por não entender a matéria, a sua dimensão e extensão.

Cito alguns exemplos: o caso do Senador Flexa Ribeiro, que relatava um projeto que acabava com a contribuição sindical para os servidores públicos. Numa reunião – o senhor estava presente, foi o senhor que articulou a reunião –, ele se mostrou um tanto perplexo com aquela repercussão. Ele não entendia da matéria – e faço aqui de público um agradecimento, pela sensibilidade, ao Senador Flexa Ribeiro, que estava com o relatório pronto para ser apresentado, mas retirou a matéria e assumiu o compromisso de fazer uma audiência pública lá naquela comissão e outra nesta Comissão para discutir melhor o assunto, mas, de pronto já deixou claro que mudaria seu conceito em seu relatório ao conhecer a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – João Domingos, permita-me interrompê-lo, mas é no bom sentido.

A gente sempre faz crítica aqui a este ou àquele setor quando vem contra nós. Você deu aqui alguns exemplos positivos. Podíamos nos lembrar do Senador Medeiros, que se propôs... Eu sei que você vai falar... Temos que lembrar sempre: a gente faz crítica aqui – quando digo "a gente", refiro-me aos convidados – quando algum sindicalista se posiciona contra aquilo que entendemos adequado. Você citou aí – e eu achei positivo você ter a coragem de citar, a coragem de criticar – que o Vicentinho e o Paulinho se uniram para derrubar o negociado sobre o legislado. Isso é muito bom. Você falou agora mesmo – eu tive a alegria de participar também – desse movimento com o Flexa, que também atendeu a nossa reivindicação, e com certeza o Medeiros também.

Então, me permita, numa demonstração de que a gente sabe reconhecer mesmo aqueles que às vezes pensam de forma diferente, mas que caminham do nosso lado quando entendem e aceitam os nossos argumentos, pedir uma salva de palmas por essa visão. (Palmas.)

Nós não somos donos da verdade, mas também respeitamos muito aqueles que sabem nos ouvir.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Principalmente, nós respeitamos todas as divergências, até porque a matéria da contribuição sindical é polêmica até mesmo nesta Mesa aqui. Respeitamos, mas há que se debater com conhecimento.

Mais surpreendente ainda é esta matéria que estamos debatendo aqui hoje. O Senador Medeiros também está com o relatório prontinho, acatando a medida – está aqui o relatório prontinho –, mas solicitamos, mais uma vez por intermédio de V. Exª, uma reunião com o Senador e, aí, detectamos mais ainda: que neste caso, especificamente, não havia má-fé, existia uma indução por essas eminências do mal a que me referi. Eles escolhem Parlamentares que provavelmente facilitariam para eles. O Senador Medeiros é um funcionário público, é um trabalhador, ele é da Polícia Rodoviária Federal, ele faz sindicalismo ali, pertence à Federação Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um homem sério.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente, é um homem sério. Ele pertence à Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, nossa afiliada, por sinal, e estava com o relatório prontinho, porque alguém, sei lá quem, usou desse perfil dele imaginando que facilitaria passar a matéria.

Na primeira reunião conosco, ele deixou claro que não tinha ainda alcançado – talvez por falta de debate, porque estava relatado sem debate algum – a dimensão e o prejuízo que causa inclusive à sua categoria. Os servidores públicos, particularmente os policiais rodoviários federais, que são uma das categorias mais mobilizadas que existem no Brasil juntamente com a Polícia Federal, são os que mais reivindicam instrumentos legais que garantam não apenas o custeio das entidades sindicais, mas que garantam o espaço para o debate, que garantam a negociação coletiva por exemplo. Então, são essas armadilhas que muitas vezes...

Quero mais uma vez agradecer – se me permite, Senador Medeiros, quero chamá-lo de companheiro, porque é um sindicalista também –, por sua sensibilidade de buscar, na sua categoria, junto aos seus colegas servidores públicos, o apoio dos trabalhadores para a correção dessa excrescência.

Eu quero dizer aqui que mexer no art. 8º, Senador, é mexer no manto sagrado dos trabalhadores. O art. 8º é o que alcança, regulamenta, normatiza o universo das relações de trabalho, do patrão e do empregado, dos urbanos e dos rurais, dos servidores públicos e dos servidores privados, e foi uma das conquistas mais sofridas dos trabalhadores brasileiros. Quem atuou na Constituinte de 1988 sabe o que estou querendo dizer. O movimento sindical, as relações de trabalho no Brasil têm dois momentos históricos, que foram: a CLT, em 1943, e a construção do art. 8º na Constituinte de 1988. (Palmas.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Então é inimaginável – e é por isso que falo que temos que ter foco na rejeição – que toda essa construção caia simplesmente num parecer sem debate algum.

Este é o apelo principal que eu faço ao Senador Medeiros: que rejeite. Nós não nos furtamos a discutir a matéria, nós reconhecemos que o custeio talvez possa ser melhor adequado à realidade atual, aos meios de

produção, aos modos de produção, as consequências da tecnologia podem inserir uma necessidade de atualizarmos o modelo, mas isso também já está sendo discutido.

Nós tivemos duas reuniões com a Conalis, que é a Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, com as confederações, com o FST, que reúne 16 confederações e 306 federações. Dali nós tiramos um primeiro projeto, porque uma das grandes pragas que temos em nossa vida hoje é o Ministério Público do Trabalho, literalmente intervindo no movimento sindical, por exemplo, com relação à contribuição negocial. Dali saiu uma proposta, que inclusive é deles, e já passou pelas centrais sindicais: a da criação de um órgão de autorregulamentação do movimento sindical, não apenas com relação ao custeio, mas do próprio movimento sindical. Então, tudo isso está em curso. Por isso é que não podemos sequer admitir procurar alternativas a não ser buscar a rejeição dessa matéria.

Finalmente, Senador, só para terminar, eu gostaria, nos mesmos moldes em que o senhor tem atuado em nossa defesa, a nosso favor, de pedir sua interferência nesse projeto de lei apresentado pelo Senador Anastasia que propõe regulamentar a 151 em alguns pontos, principalmente na negociação coletiva.

Esse projeto está sendo relatado pelo Senador Douglas Cintra. Amanhã nós temos reunião com ele – me parece que às 14h30. Se possível, gostaríamos da sua presença no sentido de permitir, mais uma vez, que se abra o debate. Já está na fase de fazer relatório e pouca gente tem conhecimento. E, para nossa surpresa, o projeto não é ruim, o projeto se aproxima muito daquele projeto discutido na Câmara, bipartite, do Ministério do Trabalho com as centrais sindicais.

Então, pediria ao senhor que intercedesse em nosso favor mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Anastasia é um Senador de diálogo, tenho conversado muito com ele. E já me comprometo a dialogar com os dois – às vezes, conforme a origem do projeto, de antemão, a gente já fica contra.

E você aqui fez um alerta: o projeto não é ruim. Então, se o projeto foi uma bela iniciativa do Senador, vamos tentar ajustar o projeto e aprová-lo. Eu não tenho problema nenhum com vício de iniciativa, pode ser de Paulo, de João, do PSDB, do PP, do PMDB, do PT, do PSOL. Se o projeto é bom, eu apoio, e você me diz que o projeto é razoável. Vamos tentar dialogar com os dois para buscar uma redação que atenda o que pensa o movimento sindical.

Acho que o JP quer uma...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Só para dar uma contribuição.

Ele pega muitos elementos da 287, que o senhor relatou. Então, acho que dá para a gente fazer um bom trabalho, como lembra o Presidente João Domingos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Aliás, eu diria que pega quase 80%. Por isso é que é bom e, vindo do lado que veio, fica mais fácil para negociarmos. Aquilo nós já sabemos como está. Se vier um projeto razoável, talvez...

Agora, só para descontar um tempinho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você ainda tem 3 minutos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Quanto a essa questão da contribuição sindical, eu quero oferecer um exemplo de como o debate resolve – já foi citado pelo JP, mas eu queria especificar mais ainda.

A câmara bipartite do Ministério do Trabalho, que é governo e servidores públicos das três esferas, dos três Poderes, nós estamos debatendo a regulamentação da Convenção 151. É um tripé: organização sindical, direito de greve e negociação coletiva. Ali, na parte da organização sindical, na parte do custeio, nós construímos um projeto de consenso de todas as centrais – todas são todas mesmo, até algumas que não são reconhecidas, como a Conlutas; nós debatemos com elas também. Então, o projeto já obteve consenso entre as centrais, também junto ao Ministério do Trabalho, representado pelo Secretário de Relações do Trabalho. Então, através do debate se está resolvendo a questão do custeio no setor público. Ou seja, nós queremos trazer esse tipo de debate.

E lá foi o seguinte: a contribuição sindical é universal e compulsória e, por isso, ela é atacada. A CUT e outras centrais defendem a contribuição negocial, que também é universal e compulsória, a diferença é de índices etc.

O que nós concluímos? Hoje a contribuição sindical significa mais ou menos, se considerarmos o 13º salário, 2,75% do salário anual do trabalhador, e a contribuição sindical é 12%, só que acabariam essas outras contribuições. Então, são duas propostas razoáveis que coincidem, que convergem. O que nos acordamos? Que valem as duas. O sindicato escolhe: ou faz a contribuição sindical, que é um percentual menor, mas tem outras contribuições, ou faz a negocial, que é um percentual maior, mas elimina as outras contribuições.

Então, é com o diálogo, da forma como se faz nesta Casa, da forma como se faz nesta Comissão, que se constroem soluções, e não da forma sub-reptícia, muitas vezes covarde, como tem acontecido no caso de alguns projetos – não é o caso deste.

Muito obrigado, Senador. Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi João Domingos Gomes dos Santos, que falou de forma ampla sobre a construção de projetos de consenso. Acho que o movimento sindical é isto mesmo: não está preocupado com situação ou oposição. Nós precisamos é de leis que atendam os trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e pensionistas e servidores. Quanto ao debate político-partidário, cada um o faça legitimamente no seu espaço. Aqui nós temos que ter tática e estratégias para aprovar os projetos dos movimentos social e sindical.

A Comissão de Direitos Humanos está pedindo que eu lembre a todas as centrais sindicais e confederações que, nesta quinta, dia 22, nós estaremos em Porto Velho, Rondônia e, no dia 23, em Rio Branco, Acre, para debater o PLC 30, da terceirização, e também vamos, claro, falar dessa história do negociado sobre o legislado, porque às vezes eles voltam, depois eles voltam, eles dão uma recuada e depois voltam.

O SR. VALEIR ERTLE – Com o trabalho que a gente fez lá na Câmara... Tinha que agradecer a sua participação, mas foi fundamental o trabalho do Vicentinho – a gente tem que engolir divergências fazendo acordo com o Paulinho, o que não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faz parte do jogo.

O SR. VALEIR ERTLE – Um cara que foi favorável à terceirização... Não é fácil! Felizmente há posições corretas nesse diálogo do negociado sobre o legislado.

Há mais dois projetos tramitando na Câmara Federal. Então, é preciso que fiquemos muito atentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. VALEIR ERTLE – Já é a terceira vez que se faz a tentativa. Naquela vez, o projeto do FHC, que o Lula se comprometeu e retirou; teve a Emenda Constitucional nº 3, lá do jurídico; e agora no PPE.

Foi todo um trabalho que a gente fez, juntamente com o Rafael, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos – foi um dos mentores do projeto. Mas há mais dois projetos tramitando lá na Câmara Federal. Temos que ficar muito atentos, porque, de uma hora para outra, vem esse debate novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É importante, pessoal.

Então, destaco que a gente quer que as centrais, que têm ajudado muito, todas as centrais, todas as confederações... Eu sou obrigado a fazer uma fala especial para a CSPB, porque ela tem colocado uma equipe de televisão, pessoal, cinco funcionários, eles vão a todas as viagens, filmam tudo, e isso vai se transformar num livro e num documentário depois, não é João Domingos?

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Isso. Um documentário em vídeo e um documentário escrito em fascículos, um fascículo para cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. VALEIR ERTLE – A Contracs também tem acompanhado todos os debates em todo o Brasil, por meio de sua assessoria e dirigentes locais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então faço um chamamento a todos.

Em todos os atos nas assembleias, pessoal, é casa lotada, lotada mesmo, gente fica do lado de fora diante de um telão. Não sou eu que boto gente, eu não consigo botar uma pessoa! Mesmo no Rio Grande do Sul, foram as centrais, as confederações que se mobilizaram, tanto a confederação ligada aos servidores públicos como a da área privada, como as centrais e os órgãos da Justiça também. Todas as entidades ligadas ao Judiciário têm nos ajudado muito com essa presença.

Então estamos confirmando, às 14 horas, na Assembleia Legislativa de Porto Velho e, em Rio Branco, também às 14 horas; um no dia 22 e o outro no dia 23. Estamos fazendo dois Estados por fim de semana e vamos terminar todo esse roteiro em maio do ano que vem. Até lá eu espero que o PL 30 não seja chamado a voto. Se for chamado a voto, vocês sabem que eu sou o Relator do PL 30.

Foi um bom debate, uma boa peleia, mas eu quero agradecer muito principalmente ao Presidente Otto Alencar, da Bahia. Ele insistiu muito com os outros membros da Comissão, de forma que acabaram cedendo para que eu fosse o Relator – graças ao movimento de vocês, porque eles acompanham, eles sabem que eu fui a 17 Estados com as centrais e as confederações fazer esse debate. Aí facilitou para que o Blairo Maggi, que era o relator-geral acatasse a indicação do Otto Alencar, da Bahia, para que eu fosse o relator do PL nº 30. Quando estivemos na Assembleia da Bahia, o Otto já anunciou lá: "Eu quero dizer que eu vou defender na Comissão em que o Paim seja o relator". Ele viu o movimento lá e reconheceu que é um belo movimento, organizado por vocês, não por mim. Eu agradeço a todos desse movimento.

E depois nós vamos continuar, não é pessoal? Com estes aqui, são 19 Estados. Nós vamos aos 27 Estados, concluímos em maio do ano que vem esse roteiro.

Neste momento eu queria convidar os painelistas para que retornem para a primeira fila. Já são 10h43. Vou chamar a nossa Mesa do momento.

Eu agradeço a todos aí. Depois nós vamos ter ainda as considerações finais de cada um.

Chamo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem, mas vou chamar a Mesa.

Chamo neste momento Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs).

O Luiz está aqui?

Está aqui o Luiz. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), e Ubiraci Dantas de Oliveira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Bira não chegou ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. O.k.

Então vamos à segunda Mesa.

Eu passo de imediato a palavra, pela ordem que aqui está, a Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços.

O SR. LUIZ SARAIVA – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria inicialmente cumprimentar todos os presentes em nome do presidente da nossa Confederação, a Contracs, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, da CUT. Cumprimento todos os nossos companheiros sindicalistas que aqui estão e, em especial, cumprimento o nosso Senador Paulo Paim.

Para nós da Contracs/CUT, e acredito que para todas as outras entidades sindicais, Paulo Paim não está entre os dez que mais defendem os trabalhadores e são mais atuantes aqui no Parlamento: ele é o primeiro – sempre temos podido contar com o senhor, Senador.

Queria fazer este cumprimento especial, realmente é preciso fazer esta menção – a exemplo do que todos estão fazendo. Não é repetitivo, é um agradecimento realmente, porque nós estamos a todos os momentos aqui recebendo golpes sobre os trabalhadores, golpes sobre os mais fragilizados. O trabalhador realmente precisa de mais apoio, pois a cada dia que passa recebe surpresas desagradáveis, todos os dias. E o Senador Paulo Paim tem se colocado totalmente à disposição dos trabalhadores, tem se colocado à disposição da sociedade, porque os trabalhadores são realmente quem constrói este País. Depois dos trabalhadores vem a família dos trabalhadores, vem a economia do País, vem todo um processo, vem a sustentação do nosso País através do trabalho.

Os trabalhadores são a parte mais importante neste País, mas muitos não os têm visto dessa forma. Nós temos visto todos os dias tentativas de esfacelar a organização dos trabalhadores, de fragilizar ainda mais a relação entre o capital e o trabalho, o que tem se tornado um motivo de aflição para os trabalhadores, aflição para as centrais sindicais, para as confederações, para as federações, para os sindicatos. E lá na ponta estão os trabalhadores.

Então, o Senador tem se colocado, realmente, em muitas lutas. As últimas têm sido mais importantes, porque colocam o trabalhador numa condição mais e mais precária, como é o caso do PLC nº 30, Senador. O senhor realmente está fazendo aí... Não sei nem como se fala, mas o que tem sido feito é muito importante para cada região, muito importante para o País, para a sociedade como um todo, porque estão querendo instituir uma fraude no sistema trabalhista, na contratação do trabalho. E o Senador não tem deixado isso passar, tem divulgado isso em cada Estado. Só assim temos como levar a palavra do trabalhador num contexto geral, porque se agregam todas as centrais, todas as confederações, todos os sindicatos. Isso tem realmente se mostrado algo de muito valor, e é o que tem possibilitado ao trabalhador a condição de não perder a nossa CLT, de não perder as leis que temos hoje. Eu queria mencionar isso.

Com relação à MP nº 680, também registro uma participação muito importante. Então, temos que contar com V. Exª realmente. O que nós gostaríamos é que os outros Parlamentares se espelhassem no trabalho que tem sido feito aqui nesta Comissão, porque este espaço, para nós, é imprescindível, porque só aqui os trabalhadores conseguem falar.

Já foi mencionado por vários dos palestrantes aqui e é a nossa realidade, infelizmente: nós estamos diante de um cenário em que o Congresso não nos permite nem adentrar a Casa do Povo. Isso é muito triste, porque o trabalhador é a parte que mais se preocupa em movimentar o País, sustentar as famílias, sustentar os cida-

dãos, a população como um todo, das grandes indústrias, das grandes empresas, o pequeno empreendedor. Nós, trabalhadores, somos, eu creio, a parte mais importante nesta sociedade.

Então, ter um Senador desse porte é muito importante. Os outros deveriam se espelhar na sua postura. Deveriam saber que o que V. Exª está defendendo, Senador, é a população como um todo – se você defende o trabalhador, você defende a população.

Nós estamos aqui hoje para tratar do imposto sindical. Nós entendemos que ele realmente tem que ser barrado, não tem que ser discutido. Nós temos que discutir na intenção de barrar, na intenção de tirar esse PL que está aí, que vem pelo Blairo Maggi. Não há como aceitar isso.

Temos realmente que tentar atender a necessidade dos trabalhadores, porque o que está em pauta aqui é o esfacelamento da organização dos trabalhadores, das partes mais fragilizadas. O capital, como sempre, tem trazido, com o financiamento de campanhas, um cenário político, como já mencionei aqui, muito difícil para o trabalhador. Todos os dias nós temos essa preocupação, e isso não está representando a população brasileira. Muito ao contrário: está representando a minoria, que é a minoria empresarial; está representando os patrões, que são minoria. Então, temos que pensar como um todo.

A substituição pela contribuição negocial, a nosso ver, do ponto de vista da Contracs/CUT, o trabalhador teria que decidir em assembleia, discutir. Nós não podemos aceitar o fim do imposto sindical sem que esteja instituída essa contribuição negocial. A negociação em assembleia da contribuição negocial... Sairiam todas as outras e se colocaria esse percentual que está discutido como uma matéria bem democrática, com a participação do trabalhador – o percentual de 12% –, mas seria tudo discutido em assembleia com os trabalhadores. Então a participação deles seria importantíssima, seria importantíssimo que eles decidissem. O que nós não podemos aceitar é que seja dado fim ao imposto sindical sem que se apresente outra forma de custeio para o movimento sindical. Não há como nossas organizações, que já estão fragilizadas, sobreviverem ao fim do imposto sindical.

Hoje, Senador, nós fazemos... Cada um dos sindicatos aqui vai colocar o seu exemplo. Nós temos aqui... Sou diretor do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal, que também tem uma secretária geral que se preocupa muito com isso – refiro-me a Geralda Godinho –, mas em todos os outros sindicatos, eu creio, cada um tem a sua experiência.

Nós temos clínicas que atendem – médicos, odontólogos – não só o trabalhador, mas as famílias dos trabalhadores. Nós temos um Jurídico, nós temos... Isso acontece em várias sedes e subsedes que temos nas cidades do Distrito Federal. Nós temos também a preocupação com o lazer do trabalhador, nós temos a preocupação com a sua qualificação profissional. Em todos esses setores nós desenvolvemos trabalhos, e esses trabalhos são custeados pela contribuição sindical.

Todos os outros sindicatos, de uma central ou de outra, de uma confederação ou de outra, todos eles vão passar suas experiências. E essas experiências ajudam bastante o nosso País e o nosso Estado a estarem próximos ao trabalhador, ajudam as famílias a terem uma qualidade de vida melhor do que aquela possibilitada pelo Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ SARAIVA – E as empresas, que deveriam ser as grandes responsáveis, porque são elas que lucram com a exploração do trabalho dos trabalhadores, com sua força de trabalho, não assumem esse papel. Os sindicatos vêm com esta preocupação de melhorar a qualidade de vida das famílias. Isso é muito importante.

Nós também teríamos que ter como parceiro o Ministério Público do Trabalho. Muitas vezes o temos como parceiro, mas, quando se trata do custeio dos sindicatos, com esse Precedente Normativo nº 119...

Aqui no Distrito Federal também nós estamos proibidos de cobrar a taxa assistencial dos que não são associados. Ou seja, nós batalhamos no movimento sindical, nós batalhamos nas negociações coletivas para atender todos os trabalhadores. Independentemente de serem filiados ao sindicato ou não, todos eles são beneficiados com as conquistas dos trabalhadores. Aí vem o Ministério Público, sem entender realmente, sem fazer uma visita, sem conhecer o trabalho que é desenvolvido pelos sindicatos, pelas centrais, pelas confederações e pelas federações na preocupação de proteger os trabalhadores, e coloca-se contra o desconto da taxa assistencial. Isso fragiliza o nosso trabalho, e isso permite que o patronato esteja sempre acima das nossas organizações.

Nós batalhamos muito para chegar aqui, até para adentrar esta Casa precisamos batalhar, precisamos de toda uma estratégia, nós precisamos de toda uma assessoria aqui na Casa para tratar de todos os PLs, de todos os pareceres. Nós temos a assessoria da nossa Confederação, assim como todas as outras têm. Estão tentando, a cada dia, colocar projetos de lei para favorecer o trabalhador, mas não são aceitas essas nossas colocações que vêm para ajudar.

Então, queremos dizer que, se for o caso de acabar com o imposto sindical, que antes a contribuição negocial já esteja instituída para nos garantir, porque nós não podemos aceitar que essas pautas dos patrões fragilizem cada dia mais os nossos trabalhadores, a nossa organização sindical.

Então, é isso, e muito obrigado pela participação de todos.

Vamos contar, como sempre, Senador, com a sua palavra e com o seu apoio para não deixar que percamos o sistema de custeio das nossas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – Contracs/CUT.

O pessoal me deu a tabela atualizada.

Primeiro quero dizer que todos os nossos convidados terão ainda, no encerramento, oportunidade para fazerem suas considerações finais, o que é importante fazer antes de encerrarmos nossos trabalhos. Temos três companheiros do plenário que vão usar da palavra – só para situar, rapidamente: Fernando Jocaíbe, Marcos Vinicius Batista Souza e Ogibe de Carvalho Filho. Os três se inscreveram no plenário.

Então, só repetindo, pessoal. Porto Velho: estaremos lá no dia 22/10, às 14 horas, na Assembleia Legislativa; Rio Branco: dia 23/10, às 14 horas, na Assembleia Legislativa; Belém: 5/11, às 14 horas, Assembleia Legislativa; Macapá: 6/11, às 9 horas da manhã, Assembleia Legislativa; Vitória, no Espírito Santo: Assembleia Legislativa, às 14 horas do dia 19; Palmas: 3/12, às 14 horas, Assembleia Legislativa; Cuiabá, Mato Grosso: 18/02/2016, também na Assembleia Legislativa; Campo Grande: 19/02/2016, Assembleia Legislativa. Depois haverá um grande encontro nacional, mas ainda estamos vendo onde é que vamos fazê-lo. Ficamos de definir ainda Goiânia, Aracaju e Maceió, os únicos três Estados que não estão definidos.

Passo a palavra neste momento a Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Sinal). Em seguida, aos três do plenário e, aí, volto a palavra para os painelistas.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar todos nesta Mesa, Luiz Saraiva e todos os que o antecederam na primeira Mesa, todos os presentes neste plenário, cumprimentando o nosso Senador Paulo Paim.

Quero agradecer ao Senador pelo convite para estar aqui e, fortalecendo o que todos já disseram, ressaltar a atuação do nosso Senador, baluarte na defesa dos direitos dos trabalhadores nesta Casa. Temos aqui nesta Casa uma fortificação representada por vários Congressistas que defendem os direitos dos trabalhadores, mas enxergamos no Senador Paulo Paim aquele que primeiro levanta as barricadas, aquele que primeiro avisa que estamos sendo atacados e prepara as defesas. Então, faço este reconhecimento e cumprimento o nosso Senador por sua brilhante atuação.

Quero agradecer mais uma vez por este convite, visto que estou aqui representando sindicatos independentes, não faço parte de nenhuma central, de nenhuma confederação. É importante falar em nome de sindicatos independentes, principalmente porque hoje 60% da contribuição sindical são encaminhados aos sindicatos e não às instâncias superiores.

Também represento aqui o Sindicato dos Servidores Públicos. Falo em nome do serviço público, principalmente das carreiras de Estado, visto que sou ex-Presidente do Fonacate.

E aqui lanço um alerta. Primeiramente quero até chamar a atenção aqui dos senhores João Domingos e João Paulo, como representantes da CSPB, do Antônio Carlos e do Ogib, representantes da Pública, para o fato de que nós precisamos defender os servidores públicos e tirá-los dessa situação de trabalhadores de segunda classe, dessa situação em que nos encontramos.

Estou aqui para defender a contribuição sindical, mas sequer temos direito a ela, a menos que vamos à Justiça. A Justiça nos tem dado esse direito, mas, do ponto de vista ético, é muito ruim eu ir à Justiça para pedir um direito que, no fundo, significa pedir a contribuição de pessoas da categoria, ou seja, vou pedir forçosamente à minha categoria que faça uma contribuição para os sindicatos, quando eles deviam fazê-lo de livre vontade – ou que uma instância superior e, aí sim, o Estado, faça a devida regulamentação disso.

O servidor público hoje não tem direito a greve, não tem direito a negociação, não tem direito a participação no custeio. Temos que enfrentar o Governo, e hoje em dia é um enfrentamento duro, todos nós conhecemos a forma pela qual o Governo vem agindo, unicamente contando com o dinheiro dos nossos filiados, daqueles que se voluntariam para nos ajudar. Em tempos modernos, em tempos de geração Y etc., quando o individualismo tem muito mais força do que o mutualismo, é muito difícil que as pessoas deem uma contribuição voluntária para uma luta comum.

E é por isso que o Estado, representado por seus três Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, tem que fazer essa regulação, tem que defender o equilíbrio entre todos os entes, o equilíbrio entre o empresariado, o governo, os trabalhadores, entre todos.

Outro motivo também para eu dizer aqui que represento sindicatos independentes é porque infelizmente... Aproveito que aqui estão vários representantes de centrais sindicais... As centrais sindicais precisam olhar para o servidor publico. Hoje eu ouvi aqui o nosso colega Valeir, da CUT, a nossa maior central, falar uma incorreção: que os sindicatos dos setores públicos têm os seus dirigentes liberados e custeados pelo Estado. Nós estamos numa luta tremenda para fazer isso valer novamente. Isso já foi, já aconteceu, mas não é mais assim. No ano passado conseguimos colocar uma emenda que alterava a Lei nº 8.112 para passar o custeio para o Estado, mas, no fim, ela foi vetada pela Presidente.

Então, volto a dizer: as centrais precisam lembrar que servidor público também é trabalhador, servidor público também precisa ter seus direitos defendidos e, se o nosso oponente não é empresário, que tem poder econômico, é muito pior, porque o nosso oponente muitas vezes é o próprio Presidente da República, é o Poder Executivo, que tem o poder da caneta, que é muito maior do que o simples poder econômico. Então, exorto, mais uma vez, as centrais sindicais a lembrarem que servidor público também é trabalhador.

Quanto à contribuição sindical, volto a lembrar, o importante é que o Governo precisa regular. E o pior é que vejo, dentro desses relatórios que são emitidos aqui dentro do Legislativo para justificar a proposição de uma lei, de uma PEC, muitas falácias na justificativa, a ponto de, dentro da justificativa que coloca a PEC, dizerem que a contribuição sindical tem que ser eliminada porque é um financiamento público.

Ora, esse dinheiro não vem do Governo, o Governo simplesmente estabelece regulamentos para que a contribuição sindical venha dos próprios participantes da categoria. Não é o Governo que está colocando dinheiro, mas isso está escrito na justificativa, isso foi apresentado como justificativa para a PEC nº 36. Há muitas falácias dentro das justificativas e isso, às vezes, me deixa extremamente inseguro com nossos representantes, que parecem não conhecer as leis com as quais legislam ao aceitarem justificativas desse naipe.

E a grande justificativa para a contribuição sindical, dentro dessa regulação, é que ela equilibra a relação dentro das categorias, ela equilibra a relação dentro da base, porque os sindicatos lutam por toda a categoria, independentemente de filiação. E se independe de filiação, e a filiação deve ser voluntária, há que se ter algum elemento que promova o equilíbrio entre aqueles que se beneficiam e contribuem e aqueles que se beneficiam e não contribuem. E esse equilíbrio somente quem pode dar é o poder, é a lei. Isso nós temos que manter, porque, volto a repetir, nestes tempos nos quais o individualismo está se sobrepondo à luta coletiva, muitos ainda se utilizam da lei de Gérson para se encostarem nos outros, que lutam por seus benefícios.

Encerro aqui as minhas palavras agradecendo mais uma vez ao Senador Paulo Paim pela participação. Espero que isto aqui frutifique, como já frutificou na semana passada, frutifique para que consigamos impedir que esses ataques contínuos que estão sendo feitos aos direitos dos trabalhadores sejam extirpados.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

O Daro foi muito feliz também em fazer alguns esclarecimentos. Há sempre a mania de achar que é o Governo que está dando. O Governo não dá nada, o Governo apenas administra e ainda uma parte acaba ficando, historicamente, ao alcance do Governo.

Mas vamos, neste momento, passar a palavra aos três companheiros do Plenário que a pediram.

Eu passo, primeiro, ao Fernando Jogaib, Diretor da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros.

O SR. FERNANDO JOGAIB – Bom dia a todos e a todas, bom dia ao Senador Paim e parabéns por esta iniciativa, como sempre já elogiada e parabenizada por todos que participaram e me antecederam. Companheiros e companheiras do Plenário, estou aqui representando a Fisenge, que é a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, na qual estou como Secretário-Geral, e também sou o Vice-Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda.

Acho que um pouco da história do papel do sindicato é importante relembrarmos, pois, quando você tem o capital e o trabalho numa democracia nova como é a nossa, nós não temos os trabalhadores preparados diretamente para um embate com capital ou com patronal.

Então, eu acho que o papel principal do sindicato é exatamente mediar essa interlocução, podendo assim fazer as defesas das suas bases, tanto na área social como na área econômica, nos seus direitos como trabalhadores.

Para isso, precisa-se de uma sustentabilidade. Ninguém ganha, não tem sindicato nenhum que ganha do patronal ou do trabalhador uma verba para poder se manter. Então é para isto que serve a contribuição sindical: contribuição sindical serve para que um sindicato, legalmente eleito pela sua base, possa fazer esse trabalho. Não há como discutir no momento terminar simplesmente com essa contribuição, sem uma variável. Inclusive, com relação às variáveis, nós temos que tomar cuidado quanto a algumas questões que possam advir disso. Hoje, nós não temos uma regulamentação das práticas antissindicais. Sem essas regulamentações

dessas práticas antissindicais, mesmo você tendo um sindicato reconhecido, você pode ter, em um futuro, o fim desse sindicato, dessa representação, pela força do capital do patronal.

Em momentos de instabilidade da economia, nós sabemos que é complicado os trabalhadores colocarem a cara a tapa. Então, se você não tiver um sindicato fortalecido, com uma sustentação financeira, de repente, você pode chegar até lá na frente e correr o risco de não conseguir ter a taxa negocial, porque você vai ser impedido pelo próprio patronal, se não tiver uma regulamentação dos atos antissindicais, de sentar em uma mesa de negociação.

Hoje, nós já estamos enfrentando, dependendo do tamanho do seu sindicato e do tamanho da força da mobilização do trabalhador, principalmente na economia instável, a questão de não conseguir levar para a categoria o dissídio, porque, sem a anuência das duas partes, você não consegue chegar para discutir o assunto. Então, você tem a opção: ou aceita a proposta do patronal, ou vai para greve. E você abrir um enfrentamento de uma greve em um momento de instabilidade é complicado para o trabalhador. Você tem de ter esse lado bem claro, que é uma covardia inclusive; inclusive de nós, diretores sindicais.

Eu acho que essas questões são fundamentais, inclusive para os debates mais à frente em termos de alternativas de sustentabilidade dos sindicatos. Eu gostaria de deixar esse alerta, porque nós somos representantes de uma categoria diferenciada. Essa é uma questão muito complicada, e nós temos de colocar em pauta. Não podemos perder de vista...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOGAIB – ... essas preocupações.

Então, eu quero agradecer o espaço para a que Federação pudesse ter colocado suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Fernando Jogaib, que ficou exatamente nos cinco minutos, ele que é Diretor da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros.

Agora, vamos ao Sr. Marcus Vinicius Batista de Souza, Conselheiro Titular da Câmara Especializada em Engenharia Civil, Geologia, Minas e Agrimensura do Conselho Regional de Agronomia do DF.

O SR. MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA – Bem, Sr. Senador, obrigado pela oportunidade de fazer o questionamento. Apesar de estar com essa representação no cartão do Crea, eu estou aqui representando o Sindicato dos Engenheiros do DF e represento, dentro do sindicato, a Federação Nacional dos Engenheiros, que está ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários (CNTU).

Eu fico muito feliz aqui pelo debate, pelas manifestações. Nosso companheiro aqui da Fisenge também ressaltou um aspecto muito importante da categoria que nós temos, que é diferencial; o impacto que essa eventual extinção da contribuição sindical pode trazer para a nossa categoria.

Como engenheiro, Sr. Senador, de acordo com a Lei nº 6.386, de 1976, com um dia de trabalho, eu pago a minha contribuição sindical. Com esse um dia, eu tenho diversos benefícios, assim como assistência jurídica, participação na organização de congressos, conferências para o fortalecimento da nossa categoria. Temos também participação na formulação de políticas públicas, como, no caso do DF, temos o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan) e orientamos o Governo nessas atividades. Temos também fomento à educação e formação profissional, além de participação das convenções coletivas para a defesa dos interesses, individuais ou de forma coletiva, dos nossos trabalhadores engenheiros e temos também cursos, treinamentos, enfim não vou listar aqui todos os benefícios que nós temos com um dia de contribuição sindical da nossa categoria.

Há mais de 40 anos defendemos esses interesses. Além também de evitar greves, pois o nosso papel é negociar. Temos muitos resultados.

Agora, como cidadão, Sr. Senador, eu trabalho cinco meses em um ano para pagar a maior carga tributária do mundo, assim como todos nós pagamos. O último impostômetro registrou agora R$1,6 trilhão de carga tributária que nós pagamos. Só que, infelizmente, eu tenho de pagar parte desses serviços porque não são oferecidos com qualidade, como saúde, educação, segurança, enfim todas as cargas tributárias como pedágio, ICMS, IPTU, IPVA que todos nós pagamos.

Então, é muito contraditório a gente ter uma discussão dessa, de extinção do imposto sindical, com um dia de trabalho, com tantos benefícios. E o Dr. Miguel, que está aqui ao meu lado, ressaltou muito bem os grandes benefícios que eles estão conseguindo em São Paulo, onde construíram um hospital, para poder suprir a necessidade que hoje o Governo não supre.

Veja que eu posso até ser a favor da extinção da contribuição sindical, desde que eu tenha a liberdade de pagar os impostos que eu vejo que são merecidos, quando o Governo realmente exercer o papel dele. Aí sim, eu posso fazer esse tipo de manifestação. Caso contrário, essa extinção vai acabar com o nosso sindicato, com os nossos benefícios que conquistamos ao longo dessa jornada.

A área tecnológica hoje, Sr. Senador, representa mais de 1,2 milhão de profissionais no País. Essa classe trabalhadora representa mais 70% do PIB deste País, e precisamos, sim, desses sindicatos, não somente dos nossos como dos demais, para fortalecer a categoria trabalhadora também.

O que eu proponho à Mesa é que as centrais sindicais, os sindicatos possam ressaltar mais os seus benefícios, as suas oportunidades, porque, infelizmente, fazemos muita coisa e divulgamos pouco. E os órgãos de controle, por conta de medidas isoladas, começam a criar instrumentos para poder atacar todos os sindicatos.

O senhor tem uma grande missão aqui, Sr. Senador, de enfrentar, neste Plenário, Parlamentares; alguns deles tiveram parte de suas campanhas financiadas pela iniciativa privada, por conta desse problema que nós temos também de financiamento de campanhas. Então, eu vejo que o senhor já está enfrentando e vai enfrentar mais ainda essa dificuldade de negociação, porque eles também são pressionados por conta do fim da contribuição sindical.

Então, desejo um bom trabalho para o senhor. Parabéns por essa iniciativa...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA – ... e pode contar com o nosso apoio também para poder fortalecer esse movimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcus Vinicius Batista de Souza, que falou pelo Sindicato dos Engenheiros.

Passamos a palavra agora para Ogib de Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Pública – Central do Servidor.

O SR. OGIB DE CARVALHO FILHO – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Sr. Senador, pela oportunidade de registrar a presença da Central do Servidor aqui nesta Comissão. Eu gostaria, inclusive, de pedir a V. Exª que considere, para as próximas reuniões, a possibilidade de convidar a Pública para estar presente e contribuir na medida do possível com as formulações que possamos construir juntos.

Eu quero dizer que nós estamos aqui com uma central nova, construindo-se, única e pura, para representar o servidor público, porque é uma categoria diferente, atende a uma legislação completamente diferente, tem uma história diferente, mas ela é umbilicalmente ligada a todas as demais categorias.

O servidor público e o serviço público são muito confundidos, e nós não somos só vistos como servidor público, mas julgados pelos serviços públicos prestados e, muitas vezes, nós somos confundidos.

Então, há uma batalha muito longa pela frente que devemos enfrentar que, se de um lado somos servidores, do outro lado nós somos consumidores dos serviços públicos também. De forma que estamos ainda construindo as ideias, as formas de enfrentamento que nós precisamos ter, construindo também, em conjunto com as centrais, as possibilidades e muitos pontos em comum, porque nós fazemos parte do Estado. Nós não somos o Governo, mas somos a parte estável que conduz o Estado enquanto os governos variam. Não importa qual seja a tendência do Governo, nós precisamos manter o Estado funcionando, porque nós atendemos à população e precisamos estar bem atentos em como atender.

Como nós passamos esses anos todos tentando fazer parte dessa construção em centrais que não tiveram êxito, nós entendemos que ajudaríamos muito mais se formássemos uma própria central para ajudar de fora, mas entendendo bem o que é o serviço público e o servidor público.

Por isso, é uma proposta nova, é uma proposta que interage com todos os trabalhadores, é uma proposta que se considera também como parte das negociações e que tem a responsabilidade de um Estado, de um país, do Brasil, porque nós somos o Brasil, nós somos os servidores do Brasil. Por isso, nós queremos estar presentes em todas essas discussões.

Nós vemos aí, citadas pelos colegas, algumas – digamos assim – inferências enganosas, de pouco conhecimento, e nós temos participado há muitos anos, porque nós somos consultores aqui do Congresso Nacional e temos trabalhado junto com muitas centrais. Por isso, a decisão de construir uma nova ideia, um novo marco que está nascendo, e nós fazemos questão de participar, daqui para frente, de todas essas negociações e convidamos todos os servidores públicos...

(Soa a campainha.)

O SR. OGIB DE CARVALHO FILHO – ... para que se juntem a nós, porque nós somos os servidores públicos, e o servidor público é quem entende de serviço público.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Ogib de Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Pública – Central do Servidor.

Agora nós vamos para as considerações finais da primeira Mesa ainda. Não sei se há alguma preferência.

João Domingos Gomes dos Santos, que é o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, pede a palavra, em primeiro lugar. Vamos indo na sequência, de acordo com a urgência de cada um, devido aos outros eventos de que devem participar ainda no dia de hoje. Cinco minutos para cada um para as considerações finais.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Perfeito. Obrigado, Presidente.

Apenas para abordar um outro aspecto que não foi abordado pela Mesa e também fazer um novo apelo, um pedido de ajuda para o senhor, para variar. Nós estamos igual aquele... Dizem que todo pobre fala bom dia e, para não perder o costume, vira e pede alguma coisa. O Daro tocou em um aspecto interessante que me despertou para uma nova necessidade, uma nova interação do senhor. Está em tramitação no Congresso Nacional, na Comissão Especial, a Medida Provisória nº 689, e apensada a ela estão a 690 e a 691, mas a nossa questão é a 689, que trata do servidor público que pede afastamento por qualquer motivo, por exemplo, para o mandato classista.

Nós, só reforçando aqui, servidores públicos federais, não temos licença classista. Essa é a maior luta dos servidores, é a única que unifica gregos e goianos, essa luta pela licença classista. E agora, nessa Medida nº 689, Senador, o Governo, além de não conceder a licença classista remunerada, ainda indica que, se você vai para o sindicato e tem de pedir licença, você terá de pagar as contribuições previdenciárias para não perder a sua Previdência; além da sua pessoal, a do Governo. Além da sua Previdência, você terá de pagar a parte do Governo. São absurdos assim... Ou seja, você não concede a licença classista, a pessoa vai, por exemplo, por conta do sindicato, aí além de não receber salário, ele terá de pagar 32% do salário que ele não vai receber, porque é 11% dele mais 21%.

Então, é um absurdo tão grande que a medida já está com mais de 60 emendas, mas, particularmente, essa 689 nos deixa em uma situação complicada, porque nós temos essa parte aqui que é rejeitada unanimemente, mas temos uma emenda nossa lá que trata da licença classista, e não é um jabuti. Ela é pertinente.

Mais uma vez, vejo a necessidade de se trazer para o debate nesta Casa, principalmente porque é uma Comissão Especial, a questão da Medida Provisória nº 689. Fica mais esse pedido dos servidores públicos – eu creio que falo em nome de todos – para que realizemos uma audiência pública para tratar desse assunto.

A outra, Senador, é só dizer que, nesse debate da contribuição sindical, quando se fala da forma que está retirando pura e simplesmente, sem colocar nada no local, principalmente sem regra de transição... Se passar esse projeto, Senador, no outro dia, 70% dos sindicatos estarão mortos, morte súbita, porque, às vezes, quem analisa a contribuição sindical, quem é contra ela, tem uma visão muito limitada. Por exemplo, se é dos servidores públicos, eles só comparam com os grandes sindicatos nacionais aqui, de Brasília, etc. Não há como comparar a realidade do mega, super, hipersindicato, como é o Sinal, com o sindicato lá do Município de Cabrobó, no Ceará. Para os pequenos sindicatos, significaria a morte súbita. Ela é absolutamente indispensável.

Nós já discutimos aqui nesta Casa a possibilidade de extinção, mas com regra de transição. A regra de transição seria de cinco anos, de um modelo para o outro, da contribuição sindical para a negocial, com regra de transição.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – O senhor sabe por que o debate foi para frente? Porque nós propusemos, então, que seria para patrões e empregados, e os patrões não aceitam nem falar a palavra acabar quanto à contribuição sindical.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o João Domingos Gomes, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que deixou esse alerta, e nós vamos, claro, colaborar no debate aqui, no Senado, em relação à sua preocupação.

Miguel Salaberry Filho, Secretário da UGT, torcedor do Grêmio, Rio Grande do Sul.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Nada de Grêmio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gaúchos e gaúchas de todas as querências...

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Exatamente.

Senador, no início eu me esqueci de dizer que o companheiro, Presidente Ricardo Patah, foi um dos que teve a oportunidade de conversar com o caro Senador e o Senador Medeiros sobre a audiência pública, a qual foi requerida pelo companheiro João Domingos, que não pôde estar aqui presente porque o convite chegou a ele no sábado. Então, ele já tinha uma audiência na Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive foi muito bem representado por V. Exª.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Em absoluto. Eu tenho a certeza de que ele teria mais propriedade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando é a plenária de vocês mesmo?

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Dia 5 de novembro, numa quinta-feira. Nós contamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lá ou aqui?

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui. Porque eu recebi o convite para o congresso e não pude ir na última hora...

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Pois é, mas não é um convite, é uma convocação. É diferente. Tenho absoluta certeza de que o Senador vai estar presente à nossa plenária, vai ser aqui em Brasília, numa quinta-feira, dia 5, e V. Exª tem um compromisso no dia 6, em Porto Velho, ao qual a UGT vai estar presente.

Bem, Senador, o que me surpreendeu, agora nas minhas considerações finais, foram as considerações dos companheiros que não fazem parte de uma central sindical – o caso do Sinal, do pessoal dos engenheiros que falou –, do que é uma entidade sindical que necessita da contribuição sindical para fazer o que todos os governos, não só este Governo, nunca cumpriram. Então, a necessidade da contribuição, porque, quando se fala em contribuição sindical, a primeira coisa é: a pelegada lá recebe o dinheiro, não faz absolutamente nada, não presta conta, e não é bem assim. As coisas que aqui foram ditas... E o Presidente Patah, que é o Presidente do maior sindicato da América Latina, que tem ambulatório, hospital, tem várias subdelegacias de seu sindicato e presta uma assistência...

No momento em que acabar a contribuição sindical, quem vai dar assistência a esse trabalhador? Vai ser o Governo? Vai ser o Senador que deve ser responsabilizado pelo que está fazendo? Então, não é o momento próprio para essa discussão.

Graças a Deus que temos um Senador que é Senador do Brasil, que não é Senador do seu umbigo, um Senador que não pensa em uma sociedade civil ou que pensa apenas nos seus lucros. Então, graças a Deus, Senador, que o Senado Federal, em sua maioria, não pensa da forma como ele pensa.

As considerações finais que eu queria fazer a V. Exª e aos colegas que me antecederam, que muito bem trouxeram as nossas divergências, que são salutares, são que eu acho que a democracia só vai prosperar se houver a divergência, porque é na divergência que nós vamos construir – tenho absoluta certeza – um projeto que atenderá todos os trabalhadores, principalmente a contribuição social.

Mas eu gostaria, Senador, de dizer a V. Exª e aos colegas que me antecederam e que vão falar posteriormente suas razões finais que não ficasse, desta audiência pública, apenas a palavra de cada um, mas que saísse um documento, e esse documento fosse encaminhado, para que essa audiência pública tivesse início, meio e fim; que não apenas fosse uma audiência em que todos dizem o que querem, criticam e elogiam, e saímos com nada. Eu acho que uma audiência pública tem de ter um final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Encaminhamento final.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Exatamente. E eu entendo, Senador, que V. Exª vai saber fazer esse encaminhamento no sentido do que foi dito aqui de bom e de ruim, mas que seja levado ao conhecimento do Relator e ao conhecimento do Plenário do Senado, que terá de discutir em dois turnos aqui e, posteriormente, teremos outra batalha, que será na...

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – ...Câmara dos Deputados, e tenho absoluta certeza de que vamos construir lá também audiências públicas para esclarecer a Câmara dos Deputados.

Era isso.

E quero reiterar a convocação para o dia 5 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Está consagrado já. (Palmas.)

Miguel Salaberry Filho é Secretário da UGT e a sua proposta é tranquila. Nós vamos encaminhar conforme você aqui colocou, de forma tal que o resultado desta audiência, que foi unânime, seja remetido aos 81 Senadores, especialmente ao autor e ao Relator.

Agora, Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, estava verificando aqui, na proposta, que está assinada por 29 Senadores, um terço praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, deixe-me colocar, Moacyr, quero ajudar na reflexão. Quando uma PEC é encaminhada por Senadores, muitas vezes você assina para ela tramitar e tem de ter um número x de assinaturas. Não significa contar com o mérito, concordar com o mérito.

No mérito, com audiências públicas como esta e com os documentos que vamos remeter para eles, eles vão percebendo. Veja bem que o próprio Relator, pelas palavras de João Domingos, não tinha bem claro qual seria a proposta, por isso, ele acatou a proposta de audiência pública e receberá este material.

Mas a sua fala é sempre um alerta para que... Como dizia um amigo meu: orai e vigiai. Só rezar não adianta.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não adianta.

Então, já começamos com uma certa preocupação.

A outra questão que eu gostaria de deixar bem claro é que a nossa proposta é pela rejeição mesmo, porque se a gente começar discutir o ruim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O documento que sairá será nessa linha.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Se a gente começar a discutir o ruim, de repente, a gente começa a assimilar o ruim para não perder o bom, certo? Penso que a unanimidade ao processo aqui é que, se não tivermos a regulamentação assistencial regulamentada, com cobrança viável, nós não poderemos abrir mão da sindical. Se lá na frente nós tivermos essa lei regulamentada, discutida, amadurecida no movimento sindical, nós poderemos até voltar a uma discussão, mas, enquanto isso não acontece...

Outra coisa que eu gostaria de deixar bem claro aqui é uma indagação. É engraçado de onde vem. Por que o Senador Maggi não fez uma proposta e se empenhou no interdito proibitório, ele tem uma visão social do movimento sindical? Porque nós temos sofrido monstruosamente com a questão desse interdito proibitório. Se ele quer nos ajudar, então nos ajude também com uma proposta dessa.

E eu deixo uma pergunta no ar: quem de nós pagaria Imposto de Renda, Previdência, todos esses encargos que nós pagamos se não fosse obrigatório?

Os conselhos – vou pegar os de contabilista, administrador, medicina –, em todos eles é obrigatório: senão pagarem a participação, não se pode nem sequer exercer a profissão. É o valor para manter a estrutura.

Partido político? Quantos milhões são repassados para os partidos políticos? Essa questão a Casa não discute. E nós aqui, os trabalhadores, todos temos o direito; o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, o empresário, todo mundo se acha no direito de dar palpite sobre como nós devemos fazer nessas questões.

Eu não tenho procuração aqui, mas queria dizer para Daro que o servidor público, e eu tenho a honra monstro de fazer parte da Nova Central e de ter a CSPB como membro efetiva e politicamente muito bem ativa na questão da defesa dos servidores públicos, tanto é que esta audiência aqui foi por incentivo da CSPB, eu tenho sempre dito e defendo muito o servidor público porque a sociedade depende do servidor público.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O povo brasileiro depende do servidor público. O grande empresário, aquele que tem poder aquisitivo alto, tem segurança própria, a educação é particular, a saúde é particular, tudo é particular. Quem necessita efetivamente do serviço público é o trabalhador efetivo e o povo brasileiro. E, quanto à defesa do servidor público, eu tenho acompanhado e tenho, como se diz, orgulho de fazer parte, junto com a CSPB, que tem tido um trabalho eficiente e de honra ao mérito na defesa do servidor público. Não tenho procuração, nem da CSPB, nem do João Domingos, mas sinto a necessidade de fazer esse registro.

No mais, Senador Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ...gostaria de, mais uma vez, agradecer a sua trincheira, como tem sido feita, e que Deus lhe dê saúde para continuar brigando por nós e continuar na luta.

Eu tinha esquecido, dentro dos registros, a questão da terceirização.

V. Exª tem corrido esse Brasil afora. Que Deus lhe dê saúde e ilumine os seus pensamentos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Moacyr Tesch, Secretário-Geral da Nova Central, que tem viajado, inclusive, pelo Brasil com a gente. Chegamos a uma certa cidade, eu estava meio ruim lá – e não é médico, é? –, mas parou em frente a uma farmácia e disse: "Me dá isso, isso e aquilo. Toma, Senador, com isso aqui você vai melhorar." E o pior é que eu melhorei. Estava ruim do estômago.

Obrigado, Moacyr.

Valeir Ertle, que é Secretário da CUT para Assuntos Jurídicos.

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiro, obrigado pela oportunidade, Paim, de me incluir nesse seu trabalho muito importante em defesa da classe trabalhadora, oriundo da classe dos trabalhadores, e nos orgulha ser um dos fundadores da CUT.

Primeiro, eu não estava aqui na hora em que o Daro falou, porque fui dar uma entrevista para a TV Senado, mas me passaram a fala dele. Acho que é um contrassenso a sua fala, porque a CUT é defensora intransigente dos servidores, servidores públicos, tanto é que há muitos servidores dentro da CUT.

Nós defendemos o serviço público de qualidade, brigamos. Espero que deem continuidade, que o plano Levy não tenha êxito, que continue havendo os concursos públicos. O Presidente Lula teve um trabalho importante de recuperar o serviço público, pois houve todo o desmonte praticado pelo FHC, e a Dilma deu sequência. Agora há a proposta de suspender por um período os concursos. Espero que não tenha êxito, que realmente nós consigamos derrotar o plano Levy e, se possível, que mudem o Ministro para que a economia volte ao rumo e que possa realmente diminuir os juros, que possa realmente ter um grande incremento na nossa economia para podermos recuperar.

Como eu falei, fiz um contraponto em relação ao setor privado quando falei da liberação, no meu sindicato há seis dirigentes liberados. Todos pagam pela entidade sindical. Sou totalmente favorável a essa liberação paga pelo serviço, pelas entidades públicas, pelas estatais. Dentro do comércio há poucas empresas que pagam, que liberam o seu dirigente com ônus para empresa. Infelizmente, no setor privado, há poucos; algumas empresas pagam, com exceção dos bancos, que acabam pagando os bilhões de reais que eles lucram todos os meses.

É importante a gente fazer todo um debate sobre o financiamento sindical, Paim, não só das entidades de trabalhador; fazer um debate sério, sobre financiamento sindical das entidades, tanto patronais quanto dos trabalhadores, acabar com a discrepância que existe, em que os empresários recebem bilhões e a gente recebe migalhas. Muitas vezes isso é questionado e há todo o ataque sistemático do Ministério Público, do Judiciário, nesse sentido. Vamos discutir o Sistema S. Por que as empresas recebem esses bilhões de reais do Sistema S e as entidades sindicais não recebem nada? Por quê? Nós temos de fazer um debate nesse sentido.

E não dá para apoiar a PEC do Blairo Maggi, porque ele simplesmente tira o imposto sindical e não colocou nada no lugar. Se tirasse o imposto sindical e colocasse a contribuição negociável, fizesse um projeto de lei regulamentando a contribuição negocial, teria todo o apoio nosso. Acho que não dá para tirar uma coisa e não substituir. A CUT é contra imposto sindical, ela quer acabar com o imposto sindical, mas que haja contribuição negocial que substitua.

Nós já fomos muito radicais no passado, quando acabavam com o imposto sindical, quando havia projeto de lei, na época, que acabava de forma gradativa. Hoje, aceitamos acabar de forma gradativa, como havia vários projetos de lei que acabaram não prosperando em função da nossa intransigência em não aceitar que ele fosse debatido.

Existem várias questões. O próprio Moacyr colocou: o ordenamento foi criado no grupo de trabalho, através da denúncia que as centrais sindicais fizeram na OIT sobre a contribuição negocial, práticas antissindicais e interdito proibitório. Fizemos essa denúncia, assinada por todas as centrais sindicais. Foi criado um grupo de trabalho ad hoc no MTE, com participação de nove confederações patronais, sete centrais sindicais, porque, à época, a CGT não estava reconhecida, mas fez a denúncia e está participando do grupo de trabalho, e o Governo, com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nós começamos um debate, começamos pelo primeiro ponto: o financiamento sindical. Infelizmente o patronal não quer continuar o debate, quer acabar com todos os fóruns tripartites do debate. Paramos no primeiro ponto, havia uma reunião no dia 25 de setembro e acabamos suspendendo. Espero que eles revejam a posição deles, para que a gente possa estar debatendo. Vamos debater os quatro itens que são...

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – financiamento sindical, práticas antissindicais, interditos proibitórios e serviços essenciais. Esses são os quatro pontos, com a assessoria técnica da OIT nesse grupo de trabalho. Mas o patronal, simplesmente por um documento errado que veio do TST, cujo §4º mencionava algumas questões, apegou-se a essa questão para não querer mais o debate. É lógico que o que dá calafrio neles é discutir práticas antissindicais, porque isso acontece sistematicamente todos os dias no movimento sindical. E interdito proibitório. Qualquer atividade que você faça hoje tem interdito proibitório, que acaba impedindo de se fazer uma greve, de se fazer um ato em frente a uma empresa, e se cometem atrocidades contra os trabalhadores. E os serviços essenciais, que são tão debatidos dentro de uma greve, o que é necessário ficar, questões todas para as quais sempre estivemos abertos. Todas as centrais sindicais sempre estiveram abertas...

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – ... para fazer esse debate e achar uma alternativa.

Agora, infelizmente, o nosso patronal no Brasil tem a visão da época da pedra lascada. É o que dá calafrio, pois não querem negociar. Não tem a cultura, como vários países têm, uma cultura de negociação coleti-

va, sentar à mesa e discutir todos os pontos. Infelizmente nosso patronal está muito aquém, tem de melhorar muito para conseguir, realmente, avançar em toda uma política que possa ter uma negociação que atenda o interesse da classe trabalhadora.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT.

Por fim aqui, João Paulo Ribeiro fala pela CTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Já estava acostumado, Senador, a ser chamado de JP. Agora, estou começando a atualizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desta Mesa para o último, depois volta para esta Mesa para as considerações finais. Segui a ordem de inscrição.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Está certo. Senador, é só para fazer um reforço, pois os companheiros que me antecederam já fizeram alguns destaques. Vou fazer como o meu Presidente aqui e estender a mão para pedir ajuda ao nosso Senador também.

Dentro dos pacotes de maldade do Ministro Levy, existe um outro que me preocupa e preocupa também os trabalhadores do serviço público, que é com relação ao abono permanência. Se não for estudado, se não for colocado e houver uma regra de transição, vamos ter espaços fechados. Vou fazer uma declaração aqui: o nosso Sindicato da Fazenda já mapeou e alguns postos da Fazenda irão fechar, porque todos os funcionários já estão com abono permanência. Isso é valorizar o profissional que continua. Estamos com carência. Nós estamos com carência. Não sou contra, mas um exemplo: se a gente acaba com o abono permanência, mas amplia os concursos públicos para ingressarem pessoas, teria sentido até, embora não concorde. Agora, tirar o abono e cancelar os concursos, só uma pessoa insensata faz uma coisa dessas. O total são 223 mil pessoas até 2016, sendo que não foram contratados – aí o Daro, os outros amigos aqui, o João podem falar –, mas, salvo engano, não chegaram a 150 mil nos últimos doze anos. Numa canetada do Levy, vamos tirar 223. Temos que analisar isso que está aí em Comissão Especial, mas não têm tempo de debate, é naquele atropelo que adoram fazer.

Na mesma linha do que o Presidente João Domingos falou, não temos tempo para a Medida Provisória 689, simplesmente é mais... Para nós que somos defensores da 555, chegam os 11%, apenas uma compensação. Vão tirar aí e pagar? Aí queremos tentar novamente – é preciso da aprovação – fazer negociação com o Governo para voltar o advento da licença classista novamente, já que o Governo se nega a fazer esse debate, porque estamos com esse debate há muito tempo, e simplesmente ele neutraliza qualquer tipo de debate, não tem proposta alguma. Essa foi mais uma das maldades tiradas do nosso direito na época de Fernando Henrique Cardoso. As pessoas também esquecem que quem fez isso foi ele. Ele tirou. Tínhamos esse direito, o servidor público federal. Simplesmente tiraram, e as pessoas acham natural. Foram as maldades entre todas que fizeram. E infelizmente o Governo Lula e o Governo Dilma mantêm os entulhos autoritários praticados na época do Fernando Henrique Cardoso e do Collor de Mello.

Finalizo, Senador. Concordo com esse documento que você propôs, Miguel. Nós podemos assinar, mas é muito mais no caráter do seguinte: podemos ser golpeados, mas vamos tentar apostar naquela comissão especial que foi feita na Câmara, que está debatendo, que está discutindo, que está ouvindo. Então, não tem propósito, não tem sentido o Senado, neste momento, atropelar um debate que tem consenso na Casa. Com certeza, aquele debate vem para cá, está incluído o Senado.

Então, a gente rejeita essa proposta da PEC 36. Façamos o debate ampliado na Câmara, voltando para o Senado, fazendo-o através da nossa organização, em respeito a todas as centrais, a todos os sindicatos que possam ser ouvidos.

Então, é essa a minha contribuição.

Obrigado novamente, Senador Paim. Esperamos as novas audiências, salientando que, quanto a Sergipe e Maceió, nós já indicamos nossos representantes. No caso de Maceió, disse que sequer foi procurado. Então, acho que nós precisamos reforçar os nomes dos indicados desses doze Estados, em especial, desse que estou falando agora. Há os nomes, há as pessoas, só falta debater. E que possamos fazê-lo no mesmo nível do debate que estamos fazendo agora. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já peço ao Cleilson que, pegando a contribuição do JP, anote os nomes das pessoas, porque ele ficou encarregado de ligar, de fazer contato.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nós passamos naquele dia, tanto com o companheiro Sinval, de Alagoas, como do companheiro Edval Góes.

Então, é isso, Senador.

Obrigado pela participação, pelo convite à CTB, em nome do nosso Presidente Adilson Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, JP, que reforça a questão da comissão especial montada e também os eventos registrados.

Agora as considerações finais dos dois companheiros que estão aqui na mesa.

Vamos conversar agora com o Daro Marcos Piffer, que fala pelo Sinal, e terminar com o Luiz Saraiva, pela Contracs.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Voltando a citar a questão das centrais e do servidor público, eu só vou aconselhar às centrais que se inspirem na mulher de César. Se para a mulher de César não bastava ser honesta, precisava parecer, as centrais precisam fazer exatamente o contrário: não basta parecer; precisam, efetivamente, fazer algo pelos servidores públicos. E se fazem, não é percebido.

Uma das coisas que mais me denotam estranheza dentro da justificativa do Senador Blairo Maggi para a introdução da PEC 36 é que ele fala que o imposto sindical, por seu caráter compulsório, estimula outro tipo de comportamento, que é o sindicalismo leniente. Leniente vai ser o sindicalismo quando tirarem as fontes de financiamento dele, e não só vai ser leniente como temos dúvidas se conseguirá sobreviver se tirarmos suas fontes de financiamento, e fontes de financiamento que já são, como já foi explanado aqui, muitas vezes menores do que as fontes de financiamento daqueles contra quem nós temos que agir, negociar, contrapor.

Meu sindicato tem quatro liberados, todos eles custeados pelo sindicato, um sindicato que é nacional. Embora João Domingos tenha me dado um tamanho maior do que eu tenho, nós somos custeados hoje unicamente pela filiação. Nós não temos direito a contribuição sindical ou a qualquer outro tipo de contribuição. No nosso quadro, nós somos 60% de filiados, mas, se você pegar o concurso dos últimos 10 anos, só 30% dos novos concursados se filiaram ao sindicato. Se nós não arrumarmos outra fonte de contribuição, nós estaremos fadados a desaparecer.

Só para terminar, já aproveitando que o João Domingos pegou o gancho da MP 689, a MP 689 não ataca somente a licença classista. O Banco Central, hoje, tem 44 pessoas em gozo de licença, só 4 por mandato classista. Temos 40 em gozo de licença, 11 deles por interesse próprio, interesse particular. Podemos até abrir o debate se deveriam ou não pagar a contribuição na sua totalidade, para não perderem o vínculo com a PSS. Porém, os outros 29 ou estão em serviço no exterior, ou estão acompanhando parente doente, ou estão acompanhando cônjuges em serviço no exterior. E para esse que acompanha o cônjuge no serviço no exterior a situação é pior ainda, porque sequer pode trabalhar lá no exterior e ainda vai ter que pagar um terço do seu salário para manter o vínculo com a PSS. Isso fere os próprios interesses do Estado, porque entres esses do Banco Central há gente que está lá fazendo serviço no Banco Mundial, no Bird, no BIS. Isso é de interesse do Estado. Esses servidores vão ter que arcar com a parte patronal na PSS, que é uma parte fictícia, digamos, e não existe parte patronal. É simplesmente um joguinho contábil, em que o Estado diz que colocou, porque não existe fundo para a aposentadoria do servidor público. Esse fundo é simplesmente uma jogada contábil. Na realidade, nem há aporte de fato do dinheiro do Governo.

No mais, muito obrigado pelo convite. Muito obrigado, Senador, por promover, mais uma vez, esse tipo de debate, que é extremamente importante para nós trabalhadores, para a manutenção dos nossos direitos, para a manutenção de um debate equilibrado entre todos, entre a necessidade dos trabalhadores, a necessidade do serviço empresarial, a necessidade do Governo. Obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Daro Marcos Piffer, que falou pelo Sinal.

Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – Contracs/CUT.

O SR. LUIZ SARAIVA – Senador, agradeço mais uma vez, em nome do Presidente da nossa Confederação, a Contracs, Alci Matos, por termos este espaço para debater esses temas tão preocupantes.

A nossa Central Única dos Trabalhadores representa milhares e milhares de trabalhadores. A maioria desses trabalhadores, a maior parte é de funcionários públicos. Ela tem uma grande responsabilidade e tem sido muito efetiva e combativa, sim, nas questões dos trabalhadores públicos também.

Agora, no caso do meu sindicato e da Contracs – representamos uma grande maioria de trabalhadores da área privada –, nós temos muitas peculiaridades preocupantes para nós, graves e sérias, uma delas é a rotatividade.

Somos favoráveis ao fim do imposto sindical, mas com a preocupação de que seja instituída, como já foi mencionado anteriormente aqui pelos companheiros, a contribuição negocial, ou que ela seja antes, direto, saindo um e já entrando outro... Porque a nossa rotatividade na área privada é muito grande. Hoje, aqui, no Distrito Federal, sindicalizamos, mais ou menos, como comerciários, de 1.000, 1.200 a 1.400 por mês. Quando você chega ao outro mês, se não houver o mesmo total de sindicalizados, você já vai dando baixa. Chega lá na base para entregar a carteirinha e, trinta dias depois, esse trabalhador já está em outra empresa, ou já foi

transferido, grande parte. Então, é muito trabalhoso o dia a dia. Só cito como exemplo, mas achamos que deve ser mantido o sindicato pela sindicalização. E temos essas peculiaridades, essas dificuldades.

Nós somos a favor de que haja, sim, contribuição sindical, mas que seja substituída pela negocial. De imediato, temos a preocupação de ser mais um golpe do capital que a gente sofre todos os dias. O Senador mesmo sabe e tem essa preocupação junto com a gente.

Então, queremos que seja rejeitada essa PEC, porque não tem cabimento, simplesmente, sair o custeio do sindicato.

Temos também que mencionar várias outras preocupações, Senador, que também são da ordem do dia, como o tal do Simples Trabalhista que está vindo, o Salão Parceiro, que já foi mencionado bastante aqui, mas temos que estar sempre mencionando, o PLC 30.

Nós queremos também agradecer aqui a várias e várias entidades, como a Alal, a Anamatra, ao companheiro Marcos Garcez, que está sempre acompanhando todas as audiências nos Estados.

A fragilidade e a precarização estão vindo para cima da gente ferozmente. Temos de estar preocupados. O custeio do movimento sindical é um esfacelamento. Temos que estar com essa preocupação.

Muito obrigado, em nome da Contracs. Obrigado aos companheiros pela defesa dos trabalhadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs).

Vamos aos encaminhamentos de documentos, à ata, enfim, ao Relator da PEC, Senador José Medeiros, para que ele tome conhecimento dessa posição que foi tomada aqui, por unanimidade, e consta em ata, contra a PEC, pedindo que ele a rejeite.

Também na mesma linha, como foi falado aqui da comissão especial, eu vou remeter também a essa comissão especial que esta audiência pública, em relação ao tema, tem posição muito definida, nos moldes do que aqui foi colocado, pelo fortalecimento da contribuição negocial e, pelo que entendi aqui, a ampla maioria, pelo fortalecimento do imposto sindical. E conversaremos também com o próprio autor da PEC. Dá para dialogar com ele também – eu vou dialogar com ele –, colocando o resultado desta nossa audiência pública.

Por fim, porque eu sei que há uma preocupação grande com isso que você falou, Luiz, do Salão Parceiro. E não só sua; o Moacyr já me falou isso quando fizemos audiência em Brasília, e foi unânime. Veio uma delegação, e você estava junto, conversar comigo. Já há uma audiência pública marcada. A Relatora é a Senadora Marta Suplicy, que estará aqui presente. A data dessa audiência já está marcada: 4 de novembro. Então, todos aqueles interessados no tema já estão convidados tanto para participar da mesa, as entidades, naturalmente, como para participar do plenário.

Alguém quer esclarecer o que significa o projeto? Só para as pessoas saberem do que trata o projeto.

O SR. LUIZ SARAIVA – O projeto é mais uma tentativa de precarização, ou seja, de golpe, uma fraude nas contratações de trabalho dos trabalhadores em salão de beleza. Esse PLC 5.230, que veio lá da Câmara como Salão Parceiro, ou seja, os trabalhadores seriam parceiros dos donos dos salões, é uma "pejotização". Cada um tinha que ter o seu CNPJ, sem nenhum direito garantido. E eles ainda seriam responsáveis pelo material de trabalho utilizado no salão em que trabalham. Quem vai garantir os direitos desses trabalhadores? Eles vão ficar totalmente sem direitos. Isso é muito prejudicial. É uma terceirização que eles vêm colocando. Estão querendo ir de categoria em categoria fazer a mesma coisa que o PLC 30 traz para todos, tirar o direito do trabalhador. É o que chamamos também de PL da escravidão, é trazer a escravidão de volta para os trabalhadores em salão de beleza. Então, somos totalmente contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Moacyr quer complementar?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Só cumprimentar o Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para esclarecer, a explicação dele foi muito boa.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Na verdade, é a "quarterização", às vezes, porque, dentro daquele espaço, ele aluga a cadeira, cobra o aluguel da cadeira, vem a pessoa e ele ainda contrata mais uma pessoa para fazer o tratamento do cabelo antes de fazer o corte ou o que quer que seja. É muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Então, no dia 4 de novembro, haverá esse debate aqui, que interessa às centrais e às confederações, sobre esse tema.

Assim nós encerramos a audiência pública de hoje. Ela atingiu todos os objetivos, deixando claro que o movimento sindical é contra os projetos que estão aqui no Senado, que vão na linha de enfraquecer as entidades sindicais.

O resultado desta audiência vai ser encaminhado ao autor, ao Relator, aos Senadores e remetido também à Comissão Especial.

Está encerrada a audiência pública.
Até a próxima segunda-feira.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 96ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e dos Senadores Donizeti Nogueira, Hélio José e Flexa Ribeiro. O Senador Cristovam Buarque justifica a sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº153 de 2015-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater: "O Sistema Nacional de Informações, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas de Combate à Violência Contra a Mulher", com a participação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Norma Esther Negrete Calpiñeiro, Médica de Família e Comunidade, representante da União Brasileira de Mulheres – UBM; Francisco de Jesus Lima, Promotor de Justiça do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar de Teresina/PI. A Senhora Presidente eventual registra e agradece a presença de pessoas no plenário. A Senhora Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Janet de Sá, Deputada Estadual do Espírito Santo; Gilvan Barros Filho, Deputado Estadual de Alagoas; Alessandra Teixeira dos Santos; Hellen Cristhyan Correia Boaventura; Santa Alves, Representante da União Nacional das Mulheres; Ítala de Sousa. A Senhora Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas! Vamos dar início a esta audiência pública.

Declaro aberta a 96ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com a participação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos Requerimentos nºs 153, de 2015, CDH, de minha autoria, para debater sobre: "O Sistema Nacional de Informações, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas de Combate à Violência Contra a Mulher".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link www.senado.leg.br/ecidadania.

Eu sou Relatora da política pública... No Senado, fazemos avaliações das políticas públicas. Esta Comissão me designou para ser Relatora da Política Pública de Combate à Violência contra a Mulher. Estamos fazendo estas audiências para subsidiar esse relatório que tenho que apresentar no começo do ano que vem, quando abrirem os trabalhos.

A equipe que está trabalhando comigo se ressente de dados consistentes. Quando vamos analisar, vemos que cada setor tem dados diferentes, que não se cruzam, não se combinam. Pautamos para debater isso para, inclusive, propormos como uma alternativa, uma forma de unificarmos os dados, termos um banco de dados único sobre essa questão da violência contra a mulher.

Convidamos algumas pessoas que... Alguns não chegaram ainda, mas temos três convidados. Vamos começar convidando para a Mesa a Norma Esther Negrete Calpiñeiro, Médica de Família e Comunidade, representante da União Brasileira de Mulheres (UBM). Convido o Dr. Francisco de Jesus Lima, Promotor de Justiça – Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar de Teresina-

-PI, lá do meu Estado. Faz um trabalho brilhante e tem propostas nessa área de banco de dados. E o Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os outros que chegarem a assessoria me passa aqui, da SPM e do Ministério da Justiça.

Obrigada por ter vindo.

Quero registrar a presença de estudantes do Instituto Federal de Brasília, estão ali com seus devidos uniformes. Participam do projeto de extensão de ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Parabéns a vocês! Bom começo!

Também registro e agradeço a presença da Deputada Ana Cunha, do Pará, que é Vice-Presidente da Unale e ex-Presidente da Secretaria de Mulheres. Identifique-se... A Ana Cunha saiu? Deputada Janete de Sá, Espírito Santo, é Vice-Presidente de Assuntos Políticos da Secretaria de Mulheres da Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais). E a ex-Senadora Emilia Fernandes, que foi a nossa primeira Secretária Nacional de Mulheres. Bem-vinda, Emilia, é Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul. Também Deputado Gilvan Barros, filho de Alagoas. Bem-vindo. Temos também a Ludmila Ribeiro, que é Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pesquisadora com doutorado do Ministério da Ciência e Tecnologia. Bem-vinda.

Alguém que está presente ainda não foi identificado? É só passar para uma das meninas, que trazem e eu identifico. A Vanessa identifica quem estiver representando alguma entidade, algum órgão.

Vou passar a palavra primeiramente ao Fabiano Augusto Martins Silveira, do Conselho Nacional de Justiça, que, em virtude de compromissos, pediu para falar primeiro.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA (Fora do microfone.) – Tenho compromisso até as 11. Temos tempo. Fique à vontade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nós temos tempo.

Então, 15 minutos inicialmente.

Há alguma coisa para apresentar ali? Quem trouxe tem que conversar com as meninas ali.

Com a palavra o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Bom dia a todas e a todos!

Agradeço imensamente o convite que me foi feito pela Comissão aqui presidida pela Senadora Regina Sousa. É para mim motivo especial de satisfação o fato de retornar à minha Casa de origem. Sou Consultor Legislativo do Senado desde 2002 e há quatro anos venho exercendo outras funções, primeiro no Conselho Nacional do Ministério Público e agora no Conselho Nacional de Justiça.

Sempre, Senadora Regina, acompanhei com muito interesse a participação das Senadoras e dos Senadores, mas especialmente das Senadoras nesse grande tema, que é um tema de todos nós. As mulheres Parlamentares chamaram à responsabilidade – como haveria de ser – e produziram, por exemplo, a Lei Maria da Penha. Óbvio que é uma lei que resulta de um grande movimento social importantíssimo, que diz respeito à nossa própria identidade.

Eu me recordo, por exemplo, da participação tão destacada da Senadora Lúcia Vânia, que foi Relatora no Senado, e isso, de alguma forma, é comovente. Gostaria de saudar também, por isso, Senadora Regina, a eminente Senadora Emilia Fernandes. Quando aqui cheguei, S. Exª brilhava no cenário do Senado, como ainda hoje brilha em outras tarefas, em outras atribuições. É uma honra muito grande me dirigir a V. Exª e ter sua presença.

Cumprimento todos os presentes, a Consultora Legislativa do Senado Conceição, minha amiga dileta, e os que aqui me acompanham nesta manhã. Ilustres palestrantes e debatedores.

O Conselho Nacional de Justiça, entre uma das suas aspirações para sua criação, Deputada Janete, Deputado Gilvan, foi exatamente abrir o Judiciário, fazer o Judiciário mais transparente. Nós não dispúnhamos, Senadora Regina, de dados confiáveis. Estou falando de há muito pouco, o Conselho Nacional é uma experiência de dez anos. Mas nós não dispúnhamos de dados credíveis sobre o Judiciário, número de ações... Nós tínhamos apenas intuitivamente uma noção do gigantismo processual, da movimentação de uma máquina absurdamente onerosa, cara, com uma litigância manifesta, um elevado índice de litigância, mas o Conselho Nacional de Justiça, pouco a pouco, representou uma inflexão nessa cultura de trabalhar mal os dados de que dispomos.

Hoje eu posso dizer, com sucessivos relatórios que apresentamos no Justiça em Números, que o Brasil ocupa uma posição de muito destaque em relação aos dados sobre a Justiça. O Brasil é referência mundial, Senadora, pela qualidade dos dados que conseguiu reunir para enfrentar os problemas do Judiciário. Isso nos satisfaz por completo? Absolutamente! Nós temos dramas, dificuldades. Eu pude identificar que, entre essas dificuldades, estava uma aspiração lá de trás, que era justamente, Senadora, ao encontro da primeira intervenção de V. Exª, a aspiração de reunir dados especificamente no tocante à violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa é uma política das mais antigas do CNJ.

Vejam as senhoras e os senhores que o CNJ emitiu, em 2007, uma recomendação a todos os tribunais para criação das varas especializadas. Por que uma recomendação? Porque a criação de uma unidade judiciária deve ser feita por lei e deve obedecer à autonomia dos tribunais. Então, o Conselho Nacional de Justiça não poderia impor a criação de varas especializadas, mas recomendou.

E como avaliamos essa recomendação? Passados todos esses anos, eu poderia dizer que foi uma recomendação exitosa. Em 2006, nós dispúnhamos de seis varas especializadas com competência exclusiva. Os últimos dados reunidos, Senadora Emilia Fernandes, dão conta de que hoje existem no Brasil já 91 unidades, varas especializadas em medidas protetivas para fazer frente ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. Então, vejam que, se nós examinarmos historicamente, é um processo que vem caminhando com algum dinamismo.

Todas as capitais, inclusive, já dispõem de varas especializadas. Mas não só. Em 2011, o CNJ editou uma resolução que determinou a criação de coordenadorias de apoio à mulher em situação de vulnerabilidade por força da violência doméstica e familiar. E nessa resolução, Senadora, de 2011, já havia claramente a preocupação levantada por V. Exª no sentido de que os tribunais encaminhassem os dados ao Conselho Nacional de Justiça, os tribunais estaduais, porque eles que têm a competência para tratar dessa matéria penal, encaminhasse os dados para o Conselho Nacional de Justiça, que seria o responsável por unificá-los.

Eu creio que essa resolução precisa ser observada com mais cuidado. Faço aqui, Senadora, essa autocrítica, esse mea-culpa no sentido de que o CNJ deve observar com mais atenção o cumprimento dessa resolução, seja no tocante à criação das coordenadorias como órgão de apoio às presidências dos tribunais, seja – repito – no envio dos dados tão importantes para formulação e execução das políticas públicas relacionadas à mulher.

Então, se me permitem, não quero ficar apenas em tom expositivo, descritivo. Queria dizer que uma das medidas que poderíamos adotar, com o apoio dos movimentos, seria realmente instigar o Conselho Nacional de Justiça – eu me coloco à disposição para tanto – no sentido de abrir um procedimento especial, que é da competência do seu Presidente, Ministro Ricardo Lewandowski, que tem toda a sensibilidade em relação ao tema que estamos tratando nesta manhã, no sentido de determinar a abertura de um procedimento que possa exigir dos tribunais, de cada um dos tribunais de Justiça, o cumprimento do envio desses dados.

Nós estamos absolutamente negligentes em relação a esses dados? Não, em 2013 o Conselho Nacional de Justiça realizou uma pesquisa que é considerada também um ponto de referência na matéria, em que pôde coletar dados que dão conta realmente, de 2006 a 2011, de números bastante expressivos. Nesse período, Senadora Emilia, Senadora Regina Sousa, foram aplicadas mais de 280 mil medidas protetivas, repito, num período de 5 anos, entre 2006 e 2011. Nós estamos falando de cerca 670 mil procedimentos que foram instaurados, sejam inquéritos, ações penais ou medidas cautelares de urgência, de caráter protetivo. E mais, cerca de 98 mil ações penais nesse período. Então, essa pesquisa de 2013 creio que também poderia ser atualizada, Senadora.

Veja, o CNJ realiza a cada ano jornadas sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, a cada ano. Foi no contexto dessas jornadas que surgiu um fórum dos juízes que trabalham com a matéria. Esse fórum tem sido também uma referência, tem atraído a atenção da comunidade jurídica, porque formulam enunciados, reúnem-se, discutem, por exemplo, a possibilidade de unificação da competência das varas especializadas, não só competência para medidas protetivas, como também para a competência familiar. É um tema discutido de forma muito calorosa no âmbito desse fórum. Também há um movimento permanente no âmbito do CNJ coordenado por duas conselheiras que já deixaram suas atribuições no Conselho, mas em breve serão designados outros conselheiros para comporem esse movimento permanente de combate à violência.

O que eu quero dizer, portanto, é que o CNJ está atento, sente-se muito comprometido com esse tema e que alguns ajustes devem ser realizados. Por exemplo, pude observar que, em relação às metas nacionais do Poder Judiciário, não há uma meta formalizada no sentido da priorização de casos de violência doméstica e familiar. Isso já ocorre, por exemplo, em relação à corrupção e ações de improbidade administrativa, denominada Meta 4.

A propósito, como são feitas as metas do CNJ? O CNJ edita essas metas de cima para baixo e encaminha aos juízes? Não, não é bem assim. Essas metas são construídas a cada ano num encontro nacional – neste ano o encontro será em Brasília, inclusive – e essas metas são consensuadas no sentido de... É uma metodologia no sentido de atrair o juiz, para que os juízes se sintam partícipes da importância, possam compreender as razões pelas quais devemos atenção prioritária a determinados temas, a determinados assuntos.

Creio que uma modificação também relevante seria finalmente formalizar procedimentos de natureza penal, mas não só de natureza penal, também de natureza cível, que digam respeito ao tema de hoje, que eles possam receber atenção prioritária, ainda que não sejam de competência de uma vara exclusiva. Isso não é tão relevante para a instituição da meta.

Então, creio que as metas podem ser aperfeiçoadas; isso, nós já sabemos todos, depende sempre da participação ativa dos movimentos, da cobrança, de convidar os conselheiros do CNJ para se fazerem presentes em audiências públicas como esta.

E, para finalizar, não quero aqui... Quero me ater ao tempo que me foi inicialmente concedido, todos os anos nós emitimos um relatório chamado Justiça em Números. Esse relatório já conseguiu identificar o número de varas especializadas. Como eu disse, não 91. No ano que vem, esse relatório trará dados relativos à competência de cada uma dessas varas, isto é: número de casos novos, número de processos baixados e número de casos pendentes. Isso significa, Senadora...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Já concluo. Tão discreto... (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Essa discreta campainha, quando falta um minuto ela avisa. Mas sempre prorrogamos por mais cinco minutos quando necessário. É discreta demais essa campainha.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Quando digo que costumo prestar atenção no tempo, não imaginava que já receberia uma...

De qualquer modo, já no próximo relatório do Justiça em Números, de 2016, nós teremos a possibilidade, portanto, de ter um retrato mais fiel a cada ano. Infelizmente, no relatório de 2016 nós não teremos condições de decompor os dados por assunto, mas nós saberemos em cada uma dessas varas especializadas o número de casos novos, o número de casos baixados e o número de casos pendentes. Isso é um dado importantíssimo para medir ano a ano o grau de eficiência, a representatividade do trabalho que tem sido feito nessas unidades jurisdicionais especializadas.

Com isso, concluo e me coloco inteiramente à disposição. Agradeço mais uma vez o convite que me foi formulado pela Senadora Regina. Cumprimento todos os participantes desta audiência pública.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Fabiano.

Pudemos perceber realmente que a questão dos dados são limitados em todas as esferas.

Houve uma CPI da Violência contra a Mulher e saiu dela um Pacto do Enfrentamento para todos os Poderes. Então, também temos esse objetivo de identificar que passos foram dados em relação àquilo que foi pactuado. Inclusive, temos visibilidade da SPM, por exemplo, da Casa da Mulher Brasileira, que tem essa finalidade de enfrentamento. Há os telefones e políticas acontecendo. Precisamos saber também dos outros Poderes o que está acontecendo. Por isso que convidamos o senhor para vir aqui.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – V. Exª me permite, rapidamente? Eu também gostaria de destacar e parabenizar o envolvimento apaixonado da Ministra Cármen Lúcia em relação às Casas da Mulher Brasileira, sua participação em todo o País, o que mostra que o Judiciário também está bastante comprometido com essa política.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Passo para Norma Esther, que é Médica de Família e representante da União Brasileira de Mulheres, entidade muito conhecida de todas nós que militamos nessa área há muito tempo.

A SRª NORMA ESTHER NEGRETE CALPIÑEIRO – Bom dia, Senadora Regina. Agradeço o convite em nome das mulheres. Bom dia aos outros convidados, Dr. Francisco e Dr. Fabiano, Deputada representando o Espírito Santo, os membros que estão representando o movimento de mulheres, as mulheres do campus São Sebastião do Instituto Federal de Brasília, que trabalha num programa de extensão de enfrentamento à violência contra as mulheres. *(Palmas.)*

Eu as cumprimento lembrando que a Profª Letícia é a coordenadora do projeto.

Contrariamente ao que o Dr. Fabiano falou, para mim, é uma honra estar aqui na Casa do povo. É a primeira vez que eu aqui me adentro e é a primeira vez que a maioria das mulheres de São Sebastião se adentra num espaço tão dileto e privilegiado. Então, como a maioria da população brasileira é composta de mulheres, nós estamos na Casa das mulheres.

Lembrando, tendo o coração e o pensamento nas mulheres, principalmente nas mulheres que não conseguem se adentrar num espaço como este, eu vou falar, vou dirigir minha fala me lembrando das marias, das joanas, das helenas e das reginas que estão à espera da eficácia das políticas públicas, para que elas possam realmente transformar a vida delas, sair de uma vida de exclusão, romper o ciclo de opressão.

Para essas mulheres, não há diferença se o Conselho Nacional de Justiça tem dados, se o sistema Judiciário tem dados, se a Secretaria de Políticas para as Mulheres realiza esforços para unificar esses dados. Para essas mulheres o que interessa é a realidade que elas vivenciam no cotidiano. Essas mulheres são sobreviventes.

Penso nessas mulheres, eu que trabalho na ponta, falamos no final da linha, eu trabalho depois do final da linha... Já trabalhei na ultima curva do rio, depois da última curva do último meandro do rio pensando nas mulheres das águas; depois da última serra pensando nas mulheres do campo, da floresta; nas mulheres das cidades. O nosso trabalho também se reflete e se adentra nos lares dessas mulheres. Estou tentando retratar a realidade cruel e perversa que milhares de mulheres vivenciam no cotidiano quando se trata de falar do tema de violência. Violência em todos seus aspectos.

É nesse sentido, pensando nessas mulheres que estão no campo, na floresta, nas águas, nas cidades que eu vou abordar algumas questões. Pensando também em nome da União Brasileira de Mulheres, uma entidade que há quase 30 anos participa ativamente e luta pela emancipação e pelo fim do ciclo da opressão contra as mulheres.

O Sistema Nacional de Informações, referente à atividade de avaliação de Políticas Públicas de Combate à Violência contra as Mulheres, logicamente, tem sua importância representada. Isso representará não somente números e dados estatísticos para as mulheres. Esses números se transformarão em ações evidentes para as mulheres que estão precisando que essas políticas públicas realmente cheguem à periferia, à floresta, às favelas das cidades, depois da última curva do rio, às mulheres indígenas, que muitas vezes não são contempladas, não são mencionadas. Essas políticas públicas precisam de dados, mas precisam que esses dados se transformem em ações concretas para mudar e romper o ciclo de opressão e de violência.

Eu estou aqui na Mesa com o exemplar escrito do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, que aconteceu em 2012. O relatório final foi emitido em 2013, depois de quase dez anos de promulgação da Lei Maria da Penha, em 2012, do trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ele representa um marco importantíssimo para a vida das mulheres, porque retrata as reais condições com que as mulheres estão sendo tratadas ou conduzidas quando se trata principalmente das questões relacionadas à violência. Ele faz um relato muitas vezes, eu diria triste, desolador do que acontece principalmente nos Municípios não muito afastados. Por exemplo, no Entorno de Brasília, no entorno sul, em Luziânia ou no Valparaíso, já conseguimos identificar problemas importantíssimos de infraestrutura, falta de pessoal para se acolherem essas mulheres vítimas de violência.

Segundo esse relatório – só vou demonstrar, a maioria, acredito eu, já tem conhecimento dele –, a violência contra mulheres na sociedade brasileira é endêmica.

Os dados que o relatório também utiliza para tratar as questões relacionadas à violência foram do Sistema Único de Saúde, através do Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação, sistema que unifica os dados relacionados à violência. Quando se trata de saúde, é uma notificação compulsória. Isso significa que o profissional de saúde tem a obrigação de notificar quando – não precisa diagnosticar, não precisa ter certeza – supõe ou tem uma desconfiança de que haja algum caso de violência. O profissional de saúde estaria obrigado a fazer essa notificação. Esse relatório condensa dados também extraídos do DATASUS relacionados a esse sistema.

Também há os dados relacionados à Central de Atendimento.

Ambos os relatórios indicam que a violência doméstica é majoritariamente praticada pelo parceiro; a residência – quer dizer, a casa, o lar das mulheres – não é um local seguro para as mulheres, porque é o local onde 80% dos casos de violência acontecem; a reincidência é um fator de risco e está presente em quase 60% dos casos a partir dos 30 anos. A violência física contra mulheres idosas é latente em ambos os relatórios. Aqui não consta, mas como os profissionais de saúde têm certa resistência a fazer a notificação compulsória, não há uma... eu não diria vontade, mas não se atenta à violência patrimonial contra idoso e não há dados que sustentem isso, mas sabemos empiricamente que a violência patrimonial contra idosas é importante.

A violência sexual contra meninas e adolescentes é igualmente alarmante em ambos os relatórios.

As pesquisas apontam que a violência apresenta também o componente econômico e trabalhista. Quanto à violência contra a mulher, há dados, não somente da ONU, mas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Políticas para as Mulheres sobre a questão da falta ao trabalho, da baixa produtividade quanto à questão econômica. O gasto público no atendimento às mulheres vítimas de violência é importante.

A violência também repercute na saúde física e mental das mulheres, comprometendo os direitos sexuais e reprodutivos. Esses dados constam no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. É notório, existem estudos que comprovam que as mulheres que foram vítimas em algum momento da vida de qualquer tipo de violência apresentarão uma quantidade maior de agravos, de morbidade, de patologias, não somente do ponto de vista do corpo, mas do ponto de vista da alma, da mente.

A saúde mental das mulheres, quando trabalhamos nas unidades de saúde situadas principalmente no que se refere à atenção primária, é alarmante. Quando resgatamos história de vida dessas mulheres, essa história de vida está permeada por problemas de violência. Não é à toa que o Brasil é um dos maiores consu-

midores de psicotrópicos e os que mais consomem psicotrópicos, segundo relatório do Ministério da Saúde, são as mulheres.

É uma realidade! A gente não tem como separar, a gente não tem como fragmentar: uso de psicotrópicos, a questão da saúde mental das mulheres, a questão do aliciamento das meninas... Estou falando de mulheres, mas não estamos considerando os filhos dessas mulheres, principalmente as meninas.

Como nós, que trabalhamos na ponta, nós que estamos trabalhando no serviço de saúde, no serviço de educação e as outras instâncias do Poder Público – Senadora Regina – conseguimos quebrar o ciclo de violência e garantir o futuro das meninas, dos filhos dessas mulheres que foram vítimas de qualquer tipo de violência? Temos dados, não existem estudos concretos relacionados à saúde que demonstrem, mas sabemos empiricamente que há relação entre abandono escolar, aliciamento de meninas adolescentes, inclusive dependência química cada vez maior, porque todo esse contexto leva a que haja cada vez mais o ciclo maior de violência e agravos que levam a que essa menina tenha seu futuro comprometido.

A violência contra a mulher também incide – já falamos dos filhos – no aumento da morbimortalidade das crianças com idade inferior a cinco anos. São crianças que estão crescendo já num contexto de violência significativo e que vão ter também as questões cognitivas e de aprendizagem. Os pedagogos que estudam a questão da educação já relacionam nitidamente o comprometimento cognitivo dessas crianças.

Então, vocês veem que a repercussão dessa violência nas mulheres ultrapassa. É uma realidade cruel. Eu não diria que é triste, é cruel. Quando estamos na ponta, percebemos o quanto nossa comunidade e o futuro dessas meninas e desses meninos estão ficando comprometidos porque a mãe, a mulher já está sendo vítima de violência repetitiva.

Coloquei esse gráfico para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha. Esses dados constam do relatório do Ipea de 2015. Existe um sumário que mostra... Vocês percebem que, em 2006, foi promulgada a Lei Maria da Penha. Eles fizeram uma avaliação, através de uma demonstração matemática, para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha matematicamente. Eles mostraram nessas duas curvas com relação ao homicídio, homens e mulheres, a curva vermelha é de mulheres. Eles colocam o ano de 2006. A curva das mulheres ia quase paralela à dos homens. Em princípio, se não tivesse havido a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, essa curva vermelha teria a tendência de ter ido mais para cima. Ela se manteve quase que... Houve um pequeno aumento, mas quase horizontal.

(Soa a campainha.)

A SRª NORMA ESTHER NEGRETE CALPIÑEIRO – Então, seria essa demonstração de que a Lei Maria da Penha realmente contribuiu para a diminuição do feminicídio, mas não podemos esquecer que o feminicídio é a ponta do iceberg. Antes de acontecer o feminicídio, pelo menos durante oito ou dez anos, a mulher já perdeu o braço, já perdeu o olho, já perdeu a dignidade, já foi morrendo aos poucos. E com ela, seus filhos.

Coloquei esse gráfico para demonstrar que o feminicídio é o que realmente tem o impacto maior. Estamos perdendo a vida dessas mulheres e a vida dos filhos dessas mulheres no cotidiano.

Existe também este relatório do Ipea de 2015 – a instalação dos organismos de políticas para as mulheres no âmbito dos Estados e Municípios. Em 2013, existiam 583 organismos de Políticas para as Mulheres, em 560 Municípios. Pensamos que há muitos, mas, na realidade, somadas as esferas estaduais e municipais, representando 10% dos Municípios e 89% dos Estados, sendo 2009 o ano de maior expansão no âmbito municipal. Então, os Municípios estão carentes de representação. Isso também tem seu impacto nas políticas que cuidam, que tratam e que vão coibir a violência contra as mulheres e suas repercussões.

Em 2013, só 0,7% dos Municípios possuíam serviços de saúde especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência. Em Recife há oito; em Brasília, sete; Curitiba, seis e Fortaleza, cinco, segundo esse relatório do Ipea de 2015.

A maior concentração de Delegacias Especializadas da Mulher e Núcleos de Atendimento à Mulher nas delegacias comuns está na Região Sudeste (217), seguida da Região Sul (95), Nordeste (80), Centro-Oeste (67) e na Região Norte ainda há menos (47).

O relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito propôs vários projetos de lei na Câmara e no Senado relacionados ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Por exemplo, o Projeto de Lei nº 7.371, de 2014, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. As palavras da Deputada Federal Jô Moraes indicam que esse projeto de lei é um mecanismo importante para materializar, construir e viabilizar o que está estabelecido na Lei Maria da Penha, porque garantiria recursos para que houvesse realmente a disseminação em todo o Território dessa política para o combate à violência. É um exemplo.

Dentre essas várias proposições da Comissão Parlamentar, apenas três já foram aprovadas e transformadas em lei: a Lei 13.104, de 2015, que é sobre feminicídio, que a Presidente Dilma promulgou; a Lei 13.025, que

se refere à Central de Atendimento à Mulher, garante os recursos econômicos para que haja o atendimento em nível nacional, inclusive, com atendimento às mulheres fora do País, principalmente às mulheres que foram vítimas de tráfico de pessoas; e a Resolução nº 1, do Congresso Nacional, de 2014, que trata da criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A Deputada que coordena a Comissão é a Deputada do Mato Grosso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NORMA ESTHER NEGRETE CALPIÑEIRO – Então, o fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher perpassa pela participação multidisciplinar, interdisciplinar, interinstitucional do sistema de saúde e do sistema de educação, caracterizados pela capilaridade da localização e atuação.

Nós temos no sistema de educação e no sistema de saúde componentes importantíssimos que poderiam contribuir, Senadora, para que haja participação efetiva nessas políticas. Nesse caso do Sistema Único de Saúde, a Estratégia de Saúde da Família tem um papel fundamental neste contexto, pois os membros das equipes são os que adentram os lares, com a possibilidade de identificar os riscos e vulnerabilidades.

A gente sabe que, segundo todos os relatórios, a possibilidade de a mulher negra sofrer violência, seja estupro, violência física ou qualquer outro tipo de violência, inclusive feminicídio, é quase quatro vezes maior do que a da mulher branca. Então, nós estamos trabalhando nesses lares. Nós conhecemos esses lares das mulheres pobres, das mulheres negras que, consequentemente, são as que estão em maior risco e vulnerabilidade. E também conhecemos os filhos dessas mulheres.

Então, seria importante que as equipes de Saúde da Família fossem fortalecidas no sentido de poderem também contribuir não somente, Senadora Regina, alimentando o sistema nacional, mas ajudando para que as políticas públicas alcancem aquelas mulheres, estejam onde estiverem, no campo, na floresta, na cidade, na selva, considerando a integralidade da abordagem e das ações dessas equipes.

Concluindo, vou citar uma frase da Profª Drª Eline Jonas, que é membro também de um movimento de mulheres:

A luta do Movimento de Mulheres sempre esteve pautada na conquista de políticas públicas que garantam os direitos das mulheres almejando a igualdade e a solidariedade, elementos importantes para superar a desigualdade social rompendo as amarras da opressão e da exploração, as quais constituem as raízes dos diferentes tipos de violência.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Coloco a questão dos dados aqui para a gente poder comparar se as políticas estão funcionando. A gente não sabe exatamente, há muita coisa acontecendo em termos de políticas, a gente não tem dados confiáveis, consistentes para saber se há uma evolução, porque o que a gente acha, neste momento, é que a violência aumentou. Se você perguntar a qualquer pessoa, ela vai dizer que aumentou. Será que aumentou ou ficou mais visível, foi dada visibilidade, principalmente a partir da Lei Maria da Penha? A gente não pode fazer essa afirmação com muita certeza, porque a gente não tem isso. A gente quer ver se consegue, dentro do relatório que vamos fazer, a equipe que está comigo na relatoria da avaliação da política pública, se pelo menos podemos propor que haja um sistema de dados confiável para a gente trabalhar daqui para a frente, para que, quando a gente for avaliar, não fique sempre achando que não evoluiu nada, não adiantou, não melhorou nada.

A propósito, acabo de receber aqui, o Ministério da Saúde divulgou, a Portaria 1.662, do Programa Mulher: Viver sem Violência. Estão criando equipes multidisciplinares. Uma das linhas de trabalho vai lidar com equipe multidisciplinar, atendimento 24 horas por dia e atendimento imediato das vítimas de estupro ou de qualquer outro tipo de violência, em harmonia com a área de segurança. Então, pelo menos haverá alguém já discutindo e se preocupando.

A propósito, o Ministério da Saúde já fez uma audiência sobre a questão da mortalidade materna e neonatal. Nessa audiência não era nem um dado que se buscava, mas, nos dados que vieram, se constatou que diminuiu bastante a morte neonatal, quase atingindo a meta do milênio, mas aumentou a morte neonatal das mulheres negras. A partir dos depoimentos que vieram, a gente chegou a essa constatação. Aí nós fomos ao Ministério da Saúde, ainda com o Ministro Chioro, e ele se comprometeu a criar uma equipe lá para discutir, para estudar isso, porque é uma coisa que passava e ninguém percebia. O relatório falava em mulheres, mas não especificava a questão da raça, da cor. E se constatou isto nessa audiência pública: a morte de mulher negra no parto aumentou, em vez de diminuir; no total, diminuiu significativamente, mas é uma coisa que espanta, que choca. Então, a gente já fez outras audiências também no sentido desse relatório.

Passo a palavra agora ao Dr. Francisco de Jesus, que faz um trabalho em Teresina, Piauí. Ele é Promotor de Justiça do Núcleo de Promotorias de Justiça e Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar de Teresina. Também ele tem uma proposta – não é, Dr. Francisco? – em relação à questão de dados, de um sistema, mas pode falar também da experiência, do que o senhor faz nas escolas, que é muito interessante, o trabalho nas escolas públicas e também em faculdades. É um trabalho de adesão. As pessoas podem aderir ao programa. Ele vai falar para a gente um pouco, da mesma forma, por quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco. Como há pouca gente aqui, a gente pode...

A SRª JANETE DE SÁ – Pela ordem, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sim.

A SRª JANETE DE SÁ – Por gentileza, antes que a senhora passe a palavra para o promotor, eu e o Deputado Gilvan precisamos estar presentes em uma audiência pública que está acontecendo agora na CCJ sobre uma PEC que dá mais autonomia aos Deputados estaduais, ao Poder Legislativo estadual, mas eu gostaria só de fazer uma pontuação sobre o tema.

Eu sou do Estado do Espírito Santo e o Deputado Gilvan é do Estado de Alagoas. E os nossos Estados têm um índice muito elevado de violência familiar e doméstica contra as mulheres, o que muito nos preocupa. Inclusive, eu estou no meu quarto mandato de Deputada estadual e estou destinando este mandato a estudar com mais profundidade essa questão, a trabalhar no sentido de diminuir esses índices, de traçar políticas públicas em nível de Estado no sentido de diminuir, frear essa violência muito intensa e que muito nos entristece, muito nos envergonha. Como Deputada, mulher, não posso me ausentar jamais dessa discussão.

Então, queria deixar nossas desculpas, porque precisamos sair. Estamos levando o relatório que foi realizado pelo trabalho de vocês. Gostaria de pedir à Drª Esther os contatos, porque eu gostaria muito, se possível, de levá-la ao nosso Estado e também, se puder também, que passe a apresentação para nós, é importante, para mostrarmos a necessidade também de compilar esses dados, levantar as estatísticas no Estado de maneira mais profícua, de uma maneira mais assertiva.

Era o que eu tinha a dizer.

Quero agradecer pela contribuição que a gente leva deste início de debate.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Deputada.

O Deputado quer falar alguma coisa também? Fique à vontade. A gente abre a exceção, se quiser falar, porque sabe que tem compromissos outros. O Dr. Francisco está com tempo, não é?

O SR. GILVAN BARROS FILHO – Quero só agradecer, pedir desculpas ao Dr. Francisco por interromper, mas, infelizmente temos que acompanhar...

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Eu só lamento porque acho que nossos projetos, Deputada, lá nós temos a promotora colega, Drª Catarina, que faz parte da Copevid, mas, em outra oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILVAN BARROS FILHO – O que a gente pede é a apresentação, para poder estudar e, quem sabe, um dia levá-la aos nossos Estados, Espírito Santo e Alagoas.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – A nossa apresentação é em tempo real. Isso aí vocês podem acessar até pelo celular. Se quiser login e senha, a gente fornece.

O SR. GILVAN BARROS FILHO – Obrigado.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Agora, só tem uma coisa: é muito caro, 0800. (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O senhor pode passar para ela o endereço?

O SR. GILVAN BARROS FILHO – Obrigado a todos. Senadora, foi um prazer estar com vocês.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Por onde podem acessar?

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Pelo www.ipenha.com.br.

O SR. GILVAN BARROS FILHO – Obrigado, senhores.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada pela presença de vocês aqui também.

Passo a palavra ao Dr. Francisco de Jesus para sua apresentação.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer à Senadora Regina por nos oportunizar mostrar um pouco do nosso trabalho realizado no Piauí no enfrentamento à violência contra a mulher.

Vou começar contestando a fala do Dr. Fabiano, permissa venia, Dr. Fabiano. Há uma confusão entre dados da Lei Maria da Penha...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Dr. Francisco, interrompo o senhor, mas depois damos o desconto. Eu me esqueci de registrar que contamos com o Senador Donizeti, lá do Tocantins, presente nesta audiência. Faz parte da Comissão também e aborda bastante esse tema da violência contra a mulher.

Seja bem-vindo, Senador. Se quiser fazer alguma intervenção, Senador fala na hora que quiser aqui.

Agora, como ele já começou, vamos deixá-lo terminar e aí vamos abrir a palavra para algumas pessoas.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Continuando, Dr. Fabiano, há uma diferença entre dados da Lei Maria da Penha sobre a quantidade de processos da lei a que V. Sª se reportou, quantidade de processos e essas jornadas. Mas como nós vamos apresentar um pouco do trabalho, depois eu quero trazer à colação, e inclusive presentear o CNJ com isso, ações importantes que melhoram a jornada, ações efetivas e que devem ser realizadas...

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA (Fora do microfone.) – Eu me referi a dados de uma pesquisa...

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Sim, sim.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA (Fora do microfone.) – Não são dados que eu exatamente apresentei. São dados da pesquisa que está disponível e podem ser contestados, evidentemente.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Sim, sim. Eu não falo de contestar os dados, é que os dados de que se precisa não são quantidades; os dados a que se reportou foram quantidade de processos. A gente vai já trazer o assunto aqui e mostrar, fazer uma demonstração para a gente se inteirar...

Bem, lá no Piauí, eu estou promotor há vinte anos, e, há oito anos, trabalhando em Teresina no enfrentamento à violência contra a mulher. E nessa construção coletiva nós podemos observar que a parte preventiva ainda é a melhor forma. Então, nós desenvolvemos alguns projetos para que pudéssemos efetivar a Lei Maria da Penha.

Dentre esses projetos, nós temos o Projeto de Interiorização da Lei Maria da Penha, que está tão bem retratado ali naquela carroça, com a Delegada Vilma Alves. Cada uma tem a sua logomarca. Nós vamos aos rincões piauienses conhecer, reconhecer, fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Nós não vamos realizar palestras. Nós vamos efetivar a lei através dos hospitais, CRAs, CREs, consultórios odontológicos, reconhecendo essa rede para que possa efetivamente funcionar em cada Município. Esse é, em síntese, o nosso projeto da interiorização da Lei Maria da Penha, que nos tem trazido bons resultados. Inclusive, nos Municípios visitados, conseguimos criar os conselhos municipais de direito da mulher. É um projeto também que vai estar disponibilizado a quem interessar e sempre, repito, a 0800.

Nós temos o Projeto Laboratório da Lei Maria da Penha. Esse projeto é feito em parceria com a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. Esse projeto começou quando me destinaram um gabinete em um local que era uma clínica, e me destinaram exatamente o laboratório. Então, nós fomos atrás dos alunos e, já que estávamos no laboratório, formamos o Laboratório da Lei Maria da Penha que, hoje, com muito orgulho, faz parte, em Teresina, de curso de extensão nas faculdades.

O laboratório trabalha com os alunos de Serviço Social, Ciência Jurídica, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, formando multiplicadores, de sorte que esses alunos visitam a rede de atendimento, produzem relatório – agora mesmo estão acontecendo visitas lá em Teresina – e, a partir desses relatórios, o Ministério Público age.

Uma grande contribuição ao laboratório da primeira turma: visitaram o Samvis (Serviço de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual) em Teresina, constaram algumas irregularidades, produziram relatórios e daí nós tomamos iniciativas e melhoramos muito.

Quero dizer que todos esses projetos são realizados de forma preventiva, com voluntários e se têm bons resultados.

Temos também o das escolas: Lei Maria da Penha nas escolas: desconstruindo a violência e construindo o diálogo. Amanhã já estaremos em uma regional do interior. São projetos permanentes.

O Ministério Público do meu Estado não se resume a ir tirar o aluno da sala de aula. O Ministério Público do meu Estado reúne professores, educadores, planeja, daí os professores, que não devem ser substituídos porque eles sabem o dia a dia da sala de aula, é que repassam a Lei Maria da Penha. Nós recebemos as demandas e estamos sempre à disposição desses professores, desses educadores.

Quero dizer que eu estou encantando com o Projeto Lei Maria da Penha nas Escolas, graças à nossa Secretária de Educação, Deputada Rejane Dias, que nos abriu as portas da secretaria e, com isso, nós estamos fazendo o trabalho. Depois eu posso partilhar. Em um drive temos cada escola visitada, cada relação dos alunos, que produzem peças, repentes, realmente entendem o objetivo da Lei Maria da Penha.

Mas o que nos trouxe aqui? O que nos trouxe aqui? A formação de bancos de dados sobre a Lei Maria da Penha. No Piauí nós dizemos: se iPod, Senador, se iPad, iPenha é o nosso banco de dados. (Risos.)

Nós vamos repetir: se a mulher iPod, iPad, a mulher iPenha é o nosso banco de dados, em que se está efetivamente conectando essa mulher em situação de violência e produzindo os dados efetivos.

Vamos à página inicial. Clique ali. Isso aí está on-line.

Apresentação. Esse banco de dados foi idealizado pela promotoria em que eu atuo com base exatamente no Plano Plurianual de Políticas Públicas que prevê a criação desse banco de dados. O próprio art. 8º e o art. 26 da Lei Maria da Penha também fazem a previsão desse banco de dados. E esse banco de dados iPenha já está apto a receber dados de todo Brasil. Então, é o presente para o CNJ. Se o CNJ quer unificar, nós hoje vamos dar de presente, fazer essa doação, porque aí o CNJ não precisa pedir a cada tribunal. Basta que os tribunais alimentem e, na mesma hora, o CNJ vai estar com dados reais, concretos e objetivos.

Esse presente, Excelência, eu queria que V. Exª levasse ao CNJ.

Vamos continuar. Nós temos lá, vamos verificar no login – vocês podem acompanhar pelo celular –, um sistema de banco de dados moderno. Ele está numa linguagem Java, versão Beta 2.0, layout responsivo. Isso quer dizer que, se você acessar do telão, vai para o telão; se acessar do celular, vai para o celular. Repito, Senador: se iPod, iPad, iPenha é o banco de dados de que o Brasil hoje vai fazer parte.

Nós temos o controle... *(Palmas.)*

Nós temos o controle de log. Se nós, por exemplo, estabelecemos que o CNJ vai controlar o banco de dados iPenha, o CNJ vai ser o que nós chamamos de usuário Rute: ele vai saber quem acessa, quando acessa. E ele vai poder dizer, sem sair de lá, ao promotor do sul do Piauí: "Olhe, está aqui, a partir de hoje você vai colocar os casos de violência no banco de dados".

Ele manda e vai por e-mail. Lá ele vai cadastrar esse banco, vai cadastrar todos esses casos de violência para que se possa, a partir dele, desenvolver políticas públicas.

Hoje você é capaz de saber qual o bairro, em Teresina, mais vulnerável à violência contra a mulher, qual é o fator exacerbador – álcool, drogas, ciúmes – e, daí, ter políticas públicas específicas, que é o que nós queremos, não é, Professora Esther?

Então, se iPod, iPad, iPenha é o banco de dados para que a gente possa estar unindo o Brasil.

Como eu faço para acessar esse login? Coloque o nome da Senadora aí, Regina Sousa, tudo junto, minúsculo. Agora a senha. Coloque mil, Regina Sousa, mil. Aí você pode fazer o login. "Mil" palavra, mais 1000, numeral, um e três zeros.

Vejam como esses gráficos são produzidos. Aí nós fizemos uma produção de gráficos. Eu não enxergo nessa distância, leia para mim. Parece que é sobre o fator exacerbador. Aí você pode, lá no começo, fazer esse monitoramento do Município, no caso, Teresina; do Estado, no caso, o Piauí; do Brasil. Então, é isso que esse banco de dados já nos proporciona.

Agora, lamento porque infelizmente nem todos ainda aderiram no meu Estado. Aí esses dados refletem a metade de Teresina, só a partir de março de 2015. Estou buscando sensibilizar as autoridades do meu Estado para, fazendo uma turnê, no mínimo, retroagir a até 2010, para que possamos alimentar esse banco de dados e ter uma visão real e concreta dos crimes que ocorrem contra a mulher.

Passemos para a frente. Inicial. O que vem depois do inicial? Sim, a vítima.

Veja lá no cadastro da vítima como é fácil, não tem dificuldade. Está aí: a delegacia recebeu a vítima, o Ministério Público recebeu essa vítima, o Judiciário recebeu essa vítima, faça o cadastro dessa vítima, onde constam os dados dela, do agressor, se tem relação de parentesco com o agressor, se possui filho com esse agressor, porque aí, Professora, a gente também trabalha a questão dos filhos na família.

E lá nós já temos o elenco de crimes que podem ser praticados. Clique lá na parte: violência contra mulher, delito. Aí já aparecem os outros delitos, já temos também a questão do feminicídio e podemos, a partir daí, fazer frentes de enfrentamento ao feminicídio. Passamos para os promotores do júri a quantidade de feminicídios e daí também trabalhamos políticas públicas.

Voltando à tela inicial, o passo seguinte qual seria, o terceiro? O relatório. Mostre aí o relatório específico. O relatório específico é onde aparece cada Município, que pode ter o controle do seu relatório.

Desça um pouquinho e coloque: gerar relatório. Aí são os casos que estão cadastrados em Teresina. Quando você clica em: "gerar relatório" aparecem todas as vítimas, as situações, os crimes que ocorreram, o devido andamento do processo.

Aí nós temos o controle processual. Desse relatório você pode fazer o download e, a partir desse download, também desenvolver trabalhos de conclusão de curso, os TCCs, políticas públicas, estudos.

Esse é o banco de dados iPenha.

Volte um pouquinho. Agora vá ao relatório comparativo. Você quer saber, nós fizemos aí, o gráfico comparativo: raça, renda. Fiz isso aí para demonstrar para vocês.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Coloque lá no azul. Clique bem em cima. Você vê lá: mulher branca. Como está lá: o total é de 338. Vocês viram como é. Clique no vermelhinho e já aparece. Eu estou muito distante. Vocês podem ler para mim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Sem renda. Agora, vejam lá que há muitos com renda não informada. Temos de tomar providências junto à delegacia para colher esses dados. Nós do Ministério Público já recomendamos às delegacias que colham esses dados para que possam fazer parte do iPenha.

Desça mais um pouquinho. Aí nós temos o gráfico. Esse aí é o comparativo: raça, cor e estado civil. Clique lá no primeiro, veja o que aparece: que a branca solteira está no ápice. E por aí vão todos esses dados.

Aí você pode descer mais um pouquinho a tela. Aí nós temos o gráfico comparativo raça, cor e o grau de parentesco.

Então, são diversas as formas que você tem para, com os dados, trabalhar as políticas públicas de forma específica. Não é essa relação de quantidade de processos. Dados não se referem à quantidade de processos, mas você também pode, através do iPenha, ter a quantidade de processos.

Volte à tela inicial. Temos lá o cadastro.

Administração. Deixe-me explicar um pouquinho a administração, o que é a administração. Ora, você tem o cadastro de órgão. Uma hipótese: o CNJ resolveu receber o presente do Piauí e adotar o iPenha. A partir de então, ele pode cadastrar todos os órgãos. Na hora em que ele faz o cadastro, ele manda o e-mail para o órgão cadastrado, o órgão cadastrado faz a senha e, por essa senha, ele passa a acessar. Existem três tipos de acesso: o acesso do órgão, o acesso externo... Toda a população é capaz de ter esse acesso, com uma particularidade: a permissão externa é apenas para realização de estudos e pesquisas, porque a população externa não vai poder ter acesso à intimidade da vítima. Agora, o órgão, o Ministério Público, dentro do seu Estado, pode ser um usuário que cadastra as delegacias do seu Estado, como Mato Grosso, Espírito Santo. Se o CNJ mandou cadastrar o Espírito Santo capital, o Espírito Santo cadastra as delegacias, cadastra os demais órgãos e cadastra a sociedade do Espírito Santo, mas sempre lembrando que, em acesso externo, ou seja, acesso que não seja dos órgãos, não há permissão para ver os dados da vítima, só se pode fazer o estudo com esses gráficos que vocês viram.

Então, o iPenha vai servir para que a gente dê um passo. E o importante, professor, Dr. Fabiano, eu sempre digo, é que todos esses nossos projetos desenvolvidos no Piauí são projetos igreja. O banco de dados iPenha é um projeto igreja. O que é um projeto igreja? Tem porta para todo lado, você escolhe por onde entrar. Admitamos que há uma possibilidade de dizerem: "Disso aqui eu não gostei, desse desenho". A gente muda.

O que o Ministério Público do Estado quer, o do Piauí? Presentear as mulheres do Brasil, sair da falácia e ir a ações concretas e objetivas.

Parabenizamos aqui os estudantes. Nós trabalhamos com os estudantes e sabemos da importância de se estar nas escolas, estar nas faculdades. Agora mesmo estão realizando lá, na minha cidade, a culminância de uma das escolas. Estou recebendo aqui no WhatsApp notícias, estou com vontade de estar lá. Mas acho que a nossa estada aqui também é de muita importância.

Para saber se vocês realmente entenderam, até para eu levar isso, estão filmando, para mostrar lá no meu Estado, eu só queria que vocês dissessem: "Se iPod, iPad, iPenha".

(Manifestação da plateia.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Então, por que não, Conselheiro? Leve a sugestão para o CNJ. (Palmas.)

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – É iPenha na veia.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – É o indicativo da Lei Maria da Penha.

Estou à disposição de vocês para indagações, sabendo que o usuário Regina Souza, depois daqui vou bloquear, porque é usuário Rute, é o usuário Rute. Esse usuário foi só para uma demonstração. Mas nós podemos, através de e-mail, cadastrar. Você pode fazer a pesquisa, mas vai ter só os dados de Teresina, parciais. O nosso objetivo é...

Não mexa no bolso. Eu não estou cobrando. É 0800. Estava mexendo ali na bolsa. É 0800 o banco de dados. (*Risos.)*

Ele está no domínio particular, mas, admitamos que haja interesse da Secretaria de Políticas Públicas, haja interesse do CNJ, não tem problema. A gente faz o termo de doação agora, ao vivo, em preto e branco.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Um abraço para vocês. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Francisco.

Sem dúvida, mostrou uma ferramenta simples. O mal das ferramentas da tecnologia da informação é que fazem coisas tão complicadas que não tem ninguém qualificado para usar, aí ficam lá. Ninguém as alimenta porque não sabe. Essa é tão simples! Tenho certeza de que, com certeza, se houver adesão, todo mundo vai saber alimentar, toda delegacia.

Então, parabéns pela iniciativa.

Passo a palavra ao Dr. Fabiano. Ele tem um compromisso, mas gostaria de falar, de fazer suas considerações antes de sair. Depois a gente vai abrir a palavra.

A Senadora Emília Fernandes também teve uma reunião em que iriam discutir questões de gênero. Pediu desculpas porque teve de sair. Seria importante ela falar porque é Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul.

Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Senadora Regina Sousa, muito obrigado. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e dividir esta manhã de trabalho sobretudo com profissionais tão comprometidos, tão competentes. Eu realmente fiquei bastante sensibilizado com a intervenção da Drª Norma Esther, da mesma forma, com a intervenção do Promotor Francisco de Jesus.

Eu estive no Conselho Nacional do Ministério Público durante dois anos. A visão que nós temos de um promotor de justiça é sempre muito sisuda, muito persecutória, e o Dr. Francisco de Jesus Lima mostra o seguinte: outro horizonte é possível, outra forma de intervir nos problemas é possível. Então, eu realmente me sinto motivado quando encontro profissionais com esse nível de comprometimento.

Vejo que ele está lutando porque ele acredita na ferramenta que ele desenvolveu e acha que essa ferramenta pode servir ao País. E nós temos o dever de examinar essa ferramenta, ver as suas virtualidades, saber se ela pode efetivamente ser uma referência. Os projetos, os bons projetos nascem assim. Não nascem de Brasília, pensados de cima para baixo. Nascem assim. E cabe aos gestores ter um olhar atento para que possamos, digamos, despertar todas as possibilidades dessa ferramenta.

Perdoem-me, mas eu tentei, de alguma forma, mostrar como o CNJ trabalha com os dados e como nós podemos aperfeiçoá-los no sentido dos objetivos que todos estamos aqui perseguindo. Se esses dados ainda são precários, insuficientes para alcançar todos os objetivos que perseguimos, eu creio que isso é um caminho, uma caminhada, um processo, e que temos que persistir, Dr. Francisco de Jesus Lima, Drª Norma Esther.

Mas quero dizer ao mesmo tempo que os dados, os macrodados são muito importantes. Vou dizer o porquê aqui. Na medida em que conseguimos identificar o número de casos novos, número de casos julgados, número de casos pendentes de cada unidade judiciária no País, nós temos condições de examinar a produtividade dos magistrados e isso, comparativamente, é muito, muito importante. Por exemplo, no Estado do Piauí – eu estive lá, Senadora, sou Ouvidor do Conselho Nacional de Justiça e estive ouvindo a população do Estado do Piauí –, notei, por exemplo, que o número de casos novos é abaixo da média nacional, o número de processos por magistrado é abaixo da média nacional e a produtividade é abaixo da média nacional.

Onde nós recolhemos essas informações? Nos dados oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. E podemos, por exemplo, fazer uma associação.

No Estado do Piauí, há um problema, Senadora, que eu, pelo menos, vejo como problema. Talvez o Judiciário do Piauí não veja como tal, mas eu vejo. É que o Judiciário atende em um único período, o período da manhã. O Dr. Francisco pode confirmar isto. Vejam a gravidade! No período da tarde, quando a população economicamente ativa tem todas as suas obrigações, o Judiciário não tem condições de receber a população. Isto é um grave problema. Será que isso tem alguma relação com a produtividade?

Vejam que nós temos as condições de fazer conjecturas de hipóteses dessa natureza. Tornam-se legítimas essas hipóteses.

Então, os dados, os macrodados são muitíssimo importantes.

Eu quero dizer aqui ao Dr. Francisco Lima, à Senadora que nós recebemos todas essas iniciativas. Eu anotei aqui... Aliás, não só anotei, mas vai martelar três dias na minha cabeça o dado do iPenha. (Risos.)

Cumpriu a função social do dado.

Vejam que, como Ouvidor do CNJ, eu recebo, por ano, 18 mil reclamações. Nós precisamos humanizar realmente os dados.

Eu compreendo essas dificuldades aqui trazidas pela Drª Esther. Quer dizer, os dados não podem ser analisados friamente. Eles precisam de calor, de sensibilidade, de pessoas que tenham capacidade de analisá-los, porque, às vezes, nós reunimos os dados, mas a Drª Esther, que trabalha na frente, tem condições, pela sua vivência, pelos seus acúmulos, pelos seus compromissos diários, de fazer análises mais apuradas dos dados que levantamos.

Então, eu me coloco inteiramente à disposição.

Eu disse aqui para a Senadora, e repito, que deveríamos pensar na elaboração de uma meta nacional em relação aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Isto será possível fazer no encontro nacional próximo, agora, em 2015. Depende muito da articulação dos Parlamentares, dos movimentos sociais, mas, quem sabe, possamos ainda oferecer isso à magistratura.

Veja, Dr. Francisco, que o Conselho Nacional do Ministério Público poderia ser um parceiro na elaboração, na adoção, digamos, desse banco de dados, na medida em que os promotores é que o alimentam, que o têm alimentado. Então, o Conselho Nacional do Ministério Público também poderia ser um ator importante.

No mais, novamente, quero agradecer e pedir desculpas porque não poderei acompanhar, pois tenho uma reunião no CNJ para tratar de medidas de apreensão de bens, também um tema de muita relevância para nós. Mas agradeço, mais uma vez, humildemente, pela minha intervenção tão modesta e me coloco inteiramente à disposição de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Só uma colocação, aproveitando a condição de V. Exª no CNJ. O Ministério Público também denuncia, todos estamos denunciando, mas acredito que seja uma realidade em todo o Brasil, e eu acho que o CNJ deveria voltar os olhares para a questão da prescrição nos processos da Lei Maria da Penha.

Em Teresina, ela tem sido a mãe dos agressores, a mãe querida. Os processos dormem em berço esplêndido e, quando acordam, estão nos braços da mãe prescrição. Não estou denunciando, até porque, quando o faço, eu o faço formalmente, mas, já que estamos a discutir situações, vamos olhar para isso. Eu acho que o CNJ poderia dar uma impulsionada, uma motivação. Às vezes, o Ministério Público denuncia e se entristece. Eu, lá, não peço prescrição alguma. O juiz que a decrete de ofício. Mesmo quando ele vem falar sobre prescrição, eu peço o prosseguimento.

Então, é um olhar que nós temos que dar urgentemente, urgentemente, porque, se a mulher denuncia e o processo é arquivado por inércia dos Poderes, o agressor se fortalece e ela vai chegar mais tarde e dizer: "Eu acreditei na Lei Maria da Penha".

Por isso, eu aproveito aqui para fazer essa colocação, porque eu sei que V. Exª vai voltar os olhares para isso lá no CNJ.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Se houver algum documento que tenha trazido e que queira deixar para subsidiar o relatório... Mas pode mandar depois, certo?

Duas pessoas pediram para fazer uso da palavra, no plenário: Alessandra Teixeira e Hellen Cristhyan. Depois, a terceira.

Pois não, Alessandra.

A SRª ALESSANDRA TEIXEIRA – Bom dia!

Em primeiro lugar, eu tenho que deixar registrado que, para mim, estão sendo muito enriquecedores todos os diálogos. Eu já conheço a Drª Esther e sei que o que ela disse é isso mesmo: o que acontece é que aqueles dados são todos pontuais. E o que o Promotor de Justiça, Dr. Francisco de Jesus, falou é concreto, real e objetivo. Essa é a nossa luta.

Infelizmente, o representante do CNJ foi embora, mas eu gostaria que ele levasse isto com ele: concreto, real e objetivo.

Nós somos estudantes de Letras do Instituto Federal de Brasília, Campus São Sebastião, e o nosso objetivo é promover a formação dos alunos e a capacitação de professores na educação básica e lideranças comunitárias. E nós temos a temática de relações de gênero, porque estamos querendo desconstruir preconceitos e estereótipos relacionados a gênero e a identidade de gênero, conscientizar e orientar sobre os direitos das mulheres, sobre a Lei Maria da Penha. Além disso, o nosso projeto quer promover ações de enfrentamento à violência contra a mulher por meio de atividades que proporcionem a conscientização, empoderando as organizações das mulheres da comunidade de São Sebastião.

São Sebastião parece, no momento, muito pequena, por tudo o que nós ouvimos em relação ao que muita gente está fazendo nos Estados do nosso grande e maravilhoso Brasil. Mas somos formiguinhas que estamos trabalhando em prol não só da Maria da Penha. A Maria da Penha é muito mais... Ela foi uma bandeira de socorro de muitos e muitos.

A Drª Esther falou sobre as crianças, sobre essa violência. Quando a mulher é morta, por quantos anos elas sofreram, não é? E quando ela falou isso, eu me lembrei de quantas violências eu vi o meu pai fazer com a minha mãe. Aí, depois, a violência na escola, porque eu era gordinha. Aí, quando você vira uma cidadã, você acha aquilo tudo normal e acaba sendo uma violenta também. Aí você se depara com um curso superior e vê

que... Poxa, gente, vamos fazer alguma coisa! Infelizmente, os representantes maiores foram embora, mas peço socorro pra gente. É isso que eu peço: socorro.

E parabenizo o seu trabalho, Francisco. Eu adorei: iPad, iPod, iPenha. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Alessandra.

Para registrar, nós tivemos aqui duas Deputadas Federais. Infelizmente, todo mundo tem que ir para a Comissão. Hoje há muitas Comissões funcionando tanto no Senado como na Câmara. Tivemos aqui a presença da Deputada Federal Conceição Sampaio, do Amazonas, e da Deputada Ana Perugini, do PT de São Paulo. A Conceição não disse qual o seu partido.

A gente tem ainda três inscritas e tem uma pergunta escrita para o Dr. Francisco. Eu vou passar para ele já ir pensando.

Agora a Hellen.

A SRª HELLEN CRISTHYAN CORREIA BOAVENTURA – Bom dia a todas! Eu me refiro no feminino porque a maioria do plenário é de mulheres, mas vale como um bom-dia para os homens e para as mulheres. Mas é um bom-dia a todas.

Meu nome é Hellen Cristhyan. Eu peço licença ao protocolo da Casa, pois não vou citar o nome de todos, mas quero agradecer à Senadora pela realização desta audiência e agradecer pelas falas que a gente pôde ouvir aqui. Acho que foi muito enriquecedor.

Vou tentar me ater aos dois minutos, mas já peço alguma tolerância. Eu escrevi o que eu precisava falar para que conseguir ficar dentro desse tempo.

A gente está... Uma parte das meninas está aqui representando também a Casa Frida (feminismo, revolução, igualdade, diversidade e amor). É um ponto de cultura do DF, localizado em São Sebastião, de protagonismo das mulheres, criado com a comunidade local para a erradicação da cultura machista, sexista, patriarcal e violenta. A partir da vivência e do combate a essas opressões, propomo-nos a estabelecer uma nova cultura social livre, com base nesses princípios que falei acima, que rodeiam o nome Frida, que, repito, são feminismo, revolução, igualdade, diversidade e amor. (Palmas.)

Para nós é imprescindível compreender que a própria diferença entre mulheres e homens não provém unicamente da natureza, da biologia dos corpos, mas é enraizada na construção social, cultural, econômica e tantas outras formas.

O pensamento conservador estabelece a instituição familiar como a organização historicamente uniforme, onde os papéis e funções são naturalizados. As mulheres são sempre relegadas ao papel do lar. A responsabilidade de ter um útero sempre cai nas nossas costas como um ser que nasceu unicamente para reprodução e manutenção do íntimo. E a gente sabe, nós mulheres aqui presentes sabemos que somos muito mais do que isso.

O estabelecimento da propriedade privada – aqui eu me refiro à mulher como objeto...

(Soa a campainha.)

A SRª HELLEN CRISTHYAN CORREIA BOAVENTURA – ... e da submissão da mulher ao homem até na gramática são pontos responsáveis pela violência e morte das meninas e mulheres do Brasil.

Desse ponto de vista, queremos parabenizar o recente reconhecimento, na Lei Maria da Penha, das transexuais. Queremos fortalecer a urgência da implementação desse sistema de dados e queremos protestar quanto à posição agressora e homicida da Câmara dos Deputados, que, a partir, por exemplo, da recente decisão da CCJ, oprime e violenta mais uma vez nosso direito de lutar por nossa vida. O PL nº 5.069, do Deputado Eduardo Cunha, será responsável por agravar o número de mortes de mulheres, principalmente negras e periféricas, dificultando o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual no SUS. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Parabéns, Hellen! Eu ia exatamente falar desse assunto: enquanto a gente está avançando na luta, querendo políticas públicas, e até avançando mais, aí tem uma pauta nesta Casa, no Congresso, principalmente na Câmara, que é retrocesso total. E essa de que você falou é terrível. É o fundamentalismo se impondo. Espero que, quando ele vier para o Senado, a gente possa reverter.

Santa Alves.

A SRª SANTA ALVES – Meu nome é Santa Alves e sou da União Brasileira de Mulheres.

Quero dizer que é uma honra estarmos aqui ouvindo a Drª Norma Esther. E parabenizo o Senado por estar fazendo essa audiência pública.

Eu iria começar falando exatamente sobre esse PL que foi votado na CCJ, mas, como elas e a senhora já falaram, eu só quero dizer que temos de ficar atentas, realmente, às pautas que acontecem na Câmara e também aqui, no Senado. Eu espero que o Senado tome uma atitude diferente do que foi a votação do PL, ontem, na CCJ.

Sobre a Lei Maria da Penha, a gente acompanha os dados. Eu, particularmente, acho que a Lei Maria da Penha deu visibilidade e ajuda as mulheres a terem mais coragem de fazer as denúncias e ir atrás dos seus direitos.

Eu queria saber, inclusive, pelos dados do senhor de que falou ali, para a gente realmente ter isso claro, se aumentou, se não aumentou, ou se é a visibilidade que a lei deu para o movimento que está trazendo esses dados aí.

Sobre a mortalidade das mulheres negras, infelizmente, a gente tem dados de hospitais: o tratamento que se dá para uma mulher branca é diferente do tratamento dado à mulher negra. O médico fica mais tempo atendendo a mulher branca e menos tempo com a mulher negra. Então, isso acaba aumentando. Aí, acho que cabe o trabalho de políticas públicas, também de luta contra o racismo e os preconceitos raciais. E nós dos movimentos sociais estamos sempre na luta defendendo os nossos direitos.

Ah, sim, uma coisa que eu queria falar aqui também, na verdade, é uma comunicação. Eu sou da União Brasileira de Mulheres e está havendo o processo da 15ª Conferência Nacional de Saúde do Ministério da Saúde...

(Soa a campainha.)

A SRª SANTA ALVES – ..., do Conselho, e nós vamos fazer uma conferência livre nacional de mulheres, que começa amanhã, à tarde, sexta, sábado e domingo, lá na Contag, no Núcleo Bandeirante. Se as mulheres que estão aqui tiverem interesse, a gente pode conversar depois, porque vai ser um debate interessante sobre a saúde da mulher.

Então é isso. Acho que devemos ficar atentas para que nós mulheres ocupemos os nossos espaços de poder. É isso. É preciso estar na Câmara, é preciso estar no Senado ocupando os nossos espaços. Mas, infelizmente, o Congresso Nacional hoje está com um atraso nunca visto na história.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Santa.

Tem outro projetinho perigoso que se chama Estatuto da Família. É preciso ficar muito atento àquele projeto também. De repente, é um retrocesso tamanho... Até a Justiça, que é conservadora, já reconhece. E agora vem o Parlamento brasileiro querendo retroceder na questão do que é considerado uma família. É incrível! Significa o domínio, realmente, do fundamentalismo naquela Casa.

Temos, agora, por último, a Ítala, antes de voltarmos aos nossos convidados e convidada.

A SRª ÍTALA DE SOUSA – Boa tarde!

Eu sou a Ítala. Sou estudante de Letras do IFB, como já foi apresentado, e faço parte do projeto.

Eu tenho algumas perguntas. Primeiro, quero perguntar para o Sr. Francisco. A gente pôde ver que eu não sei se... Vou perguntar, depois eu falo. A gente pôde ver que são colocados os nomes das mulheres que sofrem violência. Esses dados, se eu for registrada lá, eu vou poder ver? Todas as mulheres têm seu nome... Eu vou poder ver? Porque acho que é expor, não é?

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA (Fora do microfone.) – Você quer que eu responda agora?

A SRª ÍTALA DE SOUSA – Eu quero.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Você ouviu o que eu falei? Eu falei em três tipos de usuários: o usuário root, que é aquele que administra e vê tudo. No caso específico de Teresina, sou eu. Eu coloco a delegacia como usuária. A delegacia só vai poder alimentar e alterar os dados daquela delegacia, somente. Lá são três delegacias. Então, cada uma vai estar "iPenhada" – permita-me dizer assim – e vai alimentar seus próprios dados. Eu, enquanto usuário root, vou ter acesso aos dados que elas alimentarem.

Aí, nós temos a sociedade como usuário. Nesse caso, a única permissão que a sociedade vai ter é para fazer pesquisas. Ela não tem acesso aos dados da vítima, porque esta tem de ser preservada.

Agora, você viu aqui porque eu queria fazer uma demonstração geral. Eu não podia trazer só o gráfico, eu teria que formatar de forma específica que eles aparecessem lá, para a possibilidade de fazer o download. Deu para responder direitinho?

A SRª ÍTALA DE SOUSA – Entendi.

Então, eu o parabenizo pelo site.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Obrigado.

A SRª ÍTALA DE SOUSA – Eu quero parabenizar a Drª Norma pela fala, porque, realmente, ela, mais do que eu... Eu moro numa comunidade, onde a gente vê os casos. O Sr. Fabiano fala da elite, de um... Para a gente, que está sofrendo a violência...

(Soa a campainha.)

A SRª ÍTALA DE SOUSA – ..., pouco importa a meta. Mas, para ela, como médica de uma comunidade, e para mim, que vivo lá e vejo a situação das mulheres, é importante ver o que muda sabendo dessa meta. Então, para a gente, o que vale é o final.

Eu quero fazer uma pergunta. Quando a gente vai a uma delegacia, quando a gente vai fazer uma queixa, a gente tem a sensação de que aquilo não tem resultado. Mas, quando você vai à Casa da Mulher Brasileira, e a gente foi lá, você vê que lá tem as secretarias e tudo. Por que esse sistema só é feito lá na Casa da Mulher Brasileira? Pelo menos, ele fica mais aparente na Casa da Mulher Brasileira e tem mais resultado lá do que quando você vai a uma delegacia normal?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A gente vai retornar, mas...

Vanessa, eu queria que você me desse as datas das próximas audiências, porque o pessoal pode se interessar.

Vai haver a conferência da mulher negra. Então, vamos ter audiências sobre a questão e também uma sessão solene aqui, no Congresso Nacional. Pelo menos, nós, eu e a Benedita da Silva, requeremos uma sessão solene...

A SRª SANTA ALVES (Fora do microfone.) – Já que a senhora falou da conferência da mulher negra, eu quero convidar as companheiras todas para participar da Marcha das Mulheres Negras.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Exatamente.

A SRª SANTA ALVES – Vai ser no dia 18 de novembro, aqui, começando no Mané Garrincha e descendo até a Esplanada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Todos os Estados estão organizando a vinda. Vai ser uma coisa bem bonita também. E a gente pediu aqui para o Congresso fazer uma sessão solene para homenagear, mas haverá também uma audiência pública para discutir a situação da mulher negra. Eu não tenho a data aqui – a Vanessa vai me passar –, mas acho que já está marcada a audiência.

É importante que a gente tenha pessoas como vocês, que estão estudando o assunto e querem, porque vocês estão vendo que o Parlamento... Todo Parlamentar tem que participar de outras Comissões. Eu também teria outra Comissão para ir no mesmo horário. Infelizmente, é assim que funciona a Casa. No mesmo horário, eu deveria estar em duas ou três Comissões. Agora, eu priorizei esta, porque faz parte do meu trabalho de Relatora. Então, esse foi só um dos temas, nós já temos outros.

A assessoria e a Consultoria já estão com elementos para produzir o relatório. Então, o dado serve, como eu falei aqui, para a gente poder, daqui para frente, pelo menos comparar, para saber se evoluiu, melhorou, não melhorou... É preciso ter dados para saber isso. Mas é só uma parte do trabalho que a gente está fazendo já há algum tempo.

Nós vamos fazer amostra. Por exemplo, uma coisa que pode ser uma meta, uma recomendação desse relatório que vamos fazer, é exatamente o combate à prescrição. Nós vamos ter que trabalhar isso de não deixar os processos prescreverem. Vamos ter que visitar... Então, a equipe também vai fazer visitas a alguns tribunais, por amostra, claro, porque não dá para saber tudo, para ver e embasar a nossa instigação ao CNJ. Vai ter que agir para que não deixe prescrever. Como ele falou, a grande parceira do agressor é a prescrição. Ele faz sabendo que dificilmente será julgado. Então, a gente precisa colocar isso na nossa próxima pauta de ação de combate à violência contra a mulher.

Então, temos aqui as datas. Depois eu passo para eles fazerem as considerações finais. Mas nós as temos aqui.

No dia 5 de novembro, vamos ter, aqui na CDH, audiência sobre a reeducação do agressor. Sei lá se isso existe, se alguém se recupera. A gente vai querer saber disso também. Então, são temas que estamos pautando dentro da questão maior de violência. Será no dia 5 de novembro.

Acho que o horário é esse mesmo, não é, Vanessa?

Aí vocês vão ter acesso também. Querendo saber, na CDH, você abre e vai saber também, se mudar alguma coisa.

E para o dia 17 a gente propôs a sessão solene. Não sei se... Nós vamos conversar com o Presidente Renan, eu e a Benedita, para insistir que ele faça essa sessão solene no dia 17, porque o pessoal da marcha estará aqui.

Teremos no dia 19 essa audiência pública, de que eu falei, sobre a situação da mulher negra. Nós vamos tratar especificamente dos problemas que a mulher negra enfrenta, como, já resultado de outra audiência, a questão da mortalidade materna e neonatal. Então, a gente vai fazer essa audiência no dia 19.

Temos três datas importantes aqui em relação à questão da mulher negra. Aliás, a do dia 5 é geral, para ver como se dá a reeducação do agressor. No dia 17, a gente pretende fazer a sessão solene, e no dia 19 haverá

a audiência pública para debater o assunto da violência contra a mulher negra, de todas as situações de preconceito e de discriminação por que passa a mulher negra neste País.

Agora, passo para a Mesa, para os convidados. Começo com o Dr. Francisco de Jesus.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Há uma pergunta escrita, mas eu quero me reportar bem rapidinho a cada uma das meninas que falaram. Eu esqueci os nomes, não anotei.

Dirijo-me em especial a você. Nós temos, no Face, a página Promotoria da Mulher - Piauí. Se você puder acessar, é uma forma de contato comigo. O meu e-mail pessoal é franciscodejesus@oi.com.br Mande um e-mail, entre em contato com a Promotoria, que a gente manda, a gente disponibiliza os projetos para que vocês possam adaptar e fazer essas capacitações nas escolas.

Eu não digo que venho porque é muito distante e a gente não tem mais... Mas, se for possível, eu mando os projetos.

A sua pergunta sobre a questão do usuário já foi esclarecida, não é?

E aqui tem essa pergunta: "Dr. Francisco..." Eu não gosto de Dr. Francisco. Eu não gosto. Eu prefiro que me chame de Chico. Eu me sinto até importante, porque o Papa teve que adotar o Chico, e o meu é de nascença, e ainda é Chico de Jesus.

"Chico de Jesus [eu vou ler Chico de Jesus], o senhor constatou e provou, com a sua prática, que é possível reunir e centralizar dados de qualidade."

É possível, sim. Se vocês olharem lá no iPenha, está tão fácil... Se a pessoa, lá no fim do mundo, colocar lesão corporal, aparecem os três tipos de lesão e aparece o artigo, bastando digitar o nome. Então, isso já foi feito pensando naquele escrivão que não tem a formação jurídica. Então, é possível, sim.

"Desde 2006, vários órgãos se empenham nessa construção, sem os resultados demonstrados pelo setor."

Eu não sei o porquê, pois, gente, eu nunca fiz um curso de informática. Eu sou do tempo da datilografia, do curso de máquinas manuais e elétricas. E nós conseguimos, é claro, com a ajuda da Liliane e do Rafael, desempenhar esse banco de dados, que vocês viram que é fácil.

"Qual a razão dessa dificuldade?"

Quer que eu elenque? Vaidade. Medo. Medo. Porque, na hora em que você tiver tudo alimentado no banco de dados, você, estudante, estará vendo os dados do seu Estado. Já foi com base nesses dados preliminares que nós desenvolvemos a questão do enfrentamento à violência contra a mulher idosa, que, em Teresina, é o maior índice. Já com base no iPenha. Daí, nós termos ido visitar as casas de asilo permanente e estarmos fazendo um trabalho constante com os cuidadores.

O tempo foi insuficiente para falar de todo o nosso trabalho.

Aí, qual é o órgão que quer se expor? O Ministério Público? Vocês não sabem a dificuldade, em alguns momentos, no meu Estado, até para lutar – porque é o nosso papel – para a criação do juizado. Eu respondi a cinco processos administrativos porque não podia o promotor... Então, é esse tipo de coisa, essa vaidade, que causa resistência. É o medo de que a sociedade tenha o real conhecimento do que ocorre, porque, além de ter os dados para o desenvolvimento de políticas públicas, também é possível o acompanhamento processual. O CNJ é capaz de acompanhar, lá no Tocantins, o processo que entrou dia tal e ficou parado ou quando o juiz deu o último despacho, assim como o CNMP é capaz de saber por que o promotor não denunciou, porque o promotor perdeu aquele prazo. Isso com o banco de dados iPenha, se nós melhorarmos para outra versão. Aí, as resistências...

Eu sou capaz de o controle externo dessa atividade policial. Se a mulher chegar e registrar a ocorrência, ficando no banco de dados lá da Promotoria, eu vou saber por que venceu o prazo de 30 dias e o delegado ou a delegada não encaminhou o inquérito policial. Houve negociação? Negociou-se o crime? Negociou-se a violência? Como? Então, o Ministério Público é capaz de saber. Por isso a resistência nessa questão. Até porque, se nós preenchermos esses dados e dermos uma clicadinha lá, pronto, imprime, substitui o Boletim de Ocorrência. E já se faz o boletim de ocorrência. Só que não se faz um boletim de ocorrência com os dados completos, o que a Lei Maria da Penha exige.

Então, nós temos... Eu vou trabalhar esse banco de dados. Estou também respondendo pela cidade de Piripiri. Já conversei com as delegadas, já conversei com as delegadas em Teresina e vou trabalhar esse banco de dados porque entendo que ele é uma ferramenta importantíssima para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e políticas públicas.

Já foi apresentada uma monografia, numa faculdade de Teresina, com base nos dados do iPenha. Há uma tese de doutorando de uma professora da Universidade Federal já com os dados no iPenha.

Então, nós ainda não somos nada! Ainda não reunimos muitos dados. De março para cá, não deu tempo, mas já temos como fazer estudos e pesquisas.

Então, vamos vencer a vaidade, vamos sensibilizar as pessoas que podem nos ajudar.

"Ah, mas, Promotor, você está fazendo..." Olha, eu não quero saber de propaganda. Eu até queria ser garoto-propaganda na Globo. Eu queria, mas a minha mãe, que era muito inteligente, olhou para mim e disse: "Meu filho, com os olhos azuis que você tem e essa voz, vai estudar!" E eu estou aqui. Mas eu quero fazer um trabalho efetivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – É, para ir para a Globo, né? Sei lá. Ia colocar... O Chico Cuoco iria ficar com ciúmes.

Então, o que a gente quer é, efetivamente, fazer um trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher. Quando me chamam, no meu Estado, para dar uma palestra, eu digo que vou. "Qual é o título? Você vai falar sobre o quê?" Coloca aí: "Palestra nunca mais. Ações efetivas!" É isto que nós queremos: ações efetivas. Se cada um vier falar isso, isso e aquilo, a Lei Maria da Penha não vai ter efetividade. É por isso que escola, universidade, interiorização, banco de dados do iPenha nos levam a ações concretas de enfrentamento à violência contra a mulher. É disso que nós precisamos. Não é, Profª Norma Esther? Não é isso que nós queremos? Queremos saber os dados da saúde, porque lá também proporciona... Queremos passar esses dados para os profissionais competentes. Temos que produzir isso. E nada melhor do que o controle social.

Eu iria dizer uma coisa aqui, mas tenho medo de ser processado. Mas vou dizer. Não tem nada, não. Na realidade, o que a gente pode ver é que, em muitos casos, promotor pensa que é Deus e juiz tem certeza de que é. E aí é o grande problema... (Risos.)

O grande problema da vaidade é você não querer dar o acesso para não se poder tocar no intocável, para não se poder tocar naquele promotor que não denunciou, naquele processo que não foi impulsionado. E, às vezes, só o Ministério Público, se é um controle social, a gente também amarra.

Muito obrigado pela recepção de vocês. (Palmas.)

Eu só quero, ao final, tirar uma foto para colocar no Facebook.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Depois, eu vou chamar todo mundo para cá para a gente fazer uma foto de todos aqui.

Drª Esther.

A SRª NORMA ESTHER NEGRETE CALPIÑEIRO – Eu vou responder ao questionamento da Ítala sobre a diferença entre o atendimento na Casa da Mulher Brasileira e, normalmente, o atendimento nas delegacias.

Eu falei, Ítala, da importância das leis ou das propostas de leis oriundas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Inclusive, comentei a lei, que a Deputada Jô Moraes propôs, sobre a criação do fundo nacional de enfrentamento, justamente para dotar as instâncias com equipes multidisciplinares, porque, na maioria das vezes, a mulher – isto a gente já tem vivenciado – chega à delegacia e tem somente uma delegada. Então, não tem equipe multidisciplinar. É difícil para a mulher vivenciar esse episódio. Ela já tomou a decisão de denunciar, mas chega à delegacia e não tem um apoio psicológico, não ter um apoio da assistente social... Na maioria das vezes, a mulher não tem nem a carteira de identidade, porque saiu fugindo de casa, e não tem um centavo para pegar ônibus e fica à mercê, à deriva. Às vezes, a delegada diz: "Agora, você vai lá no IML fazer exame de corpo de delito". E ela fica acuada.

Então, esses casos, por exemplo, essas situações vão diminuir quando houver não somente o fundo, o recurso para ser aplicado nessas instâncias, mas também a fiscalização para que isso realmente aconteça, principalmente nos Municípios. No Piauí, o promotor vai aos Municípios, mas isso não acontece na maioria dos Municípios periféricos. Ninguém sabe o que acontece, como é. A maioria não tem nem delegacia da mulher. Então, as mulheres que residem nesses Municípios periféricos são as que mais sofrem.

É importante esse sistema de dados, mas os dados... Logicamente, além da quantificação dos dados, Senadora, é preciso ter a qualidade dos dados. Eles devem ter aspectos qualitativos para que a gente possa realmente alcançar essas mulheres com as políticas públicas.

Então, o Promotor Chico de Jesus falou que, por exemplo, se houver... Na maioria das vezes, também acontece que sai do sistema de saúde... Já é difícil preencher a ficha do sistema de informação, porque quem vai preencher... Principalmente em comunidades pequenas, menores, diz-se "ah, mas é o cunhado...", ou "ah, mas é o cunhado do cunhado...", ou "ah, mas é o amigo do cunhado... Como é que eu vou denunciá-lo?" E aí se faz, às vezes, a denúncia, ou nem se faz, porque diz que ele vai melhorar... Mas no decorrer desse tempo... Ou chega à delegacia... Ou essa denúncia vai, continua, mas, nesse momento de espera, inclusive da prescrição do crime, nós estamos perdendo a vida dessa mulher e dos filhos dessas mulheres, porque não vai ser realizada nenhuma ação efetiva que mude realmente a vida dessa mulher com a sua família.

Então, nós que trabalhamos no sistema de saúde na periferia nos deparamos com essa realidade perversa que mantém a opressão a milhares de mulheres pelo Brasil afora. Isso acontece aqui, no Distrito Federal. Se

eu, que trabalho na periferia do Distrito Federal, no Gama, no DVO, vejo que, às vezes, a gente tem dificuldade de acesso à equipe multidisciplinar, imaginem o que acontece às meninas lá, depois da última curva do rio, na Região Amazônica, ou na Região Nordeste, onde, às vezes, só tem estrada de chão!

Não é à toa que há casos como o de Cavalcante, onde foi preciso haver intervenção do Estado de maneira efetiva para que houvesse denúncia e as crianças pudessem sair desse ciclo perverso de opressão e abuso, inclusive abuso sexual. Porque as instâncias locais não conseguem quebrar o ciclo. Não é fácil.

Os que trabalham na educação, os que trabalham na saúde, os que estão na ponta, nas periferias, precisam desse amparo, da presença do Estado, para garantir os direitos das mulheres e dos filhos dessas mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Chegaram algumas perguntinhas aqui e eu queria que você respondesse rapidamente. Chegaram agora. Algumas coisas já foram até faladas. Mas você vai lendo aí e reponde.

Enquanto ela lê, eu quero justificar a ausência do Senador Cristovam Buarque, que mandou a justificativa por escrito. Ele está recebendo um prêmio da Universidade de São Carlos na Câmara Municipal de São Carlos, em São Paulo. Então, ele pediu para justificar sua ausência. Ele é uma pessoa que também participa bastante desse debate com a gente.

E o Senador Paulo Paim, que é o Presidente desta Comissão, está em diligência fora daqui. Ele está discutindo o projeto de terceirização e está viajando por todos os Estados. Eu já fiz até algumas viagens com ele. Ele está discutindo a terceirização, porque só tem pautas-bomba, como a gente chama. Então, estamos cuidando delas. Cada um cuida de alguma coisa. O Paulo Paim não está presente por isso. Senão, ele estaria aqui também.

A SRª NORMA ESTHER NEGRETE CALPIÑEIRO – As perguntas tratam da questão do registro nas unidades de saúde. Questionam: "Os dados requisitados dos médicos, por exemplo, são adequados? Retratam as ocorrências com fidelidade?""Há resistência na esfera das notificações hospitalares? Se há, qual seria a razão?"

Há resistência, sim, e não somente da parte dos médicos, porque o serviço de saúde funciona... Em nível hospitalar, isto é mais evidente, mas não há necessidade de que seja o médico que notifique a violência. Qualquer profissional da área da saúde está intimado, compulsoriamente, a notificar. E essa notificação... Está escrito que é em caso de suspeita. Então, você não precisa comprovar nada. Você tem esse amparo legal. Você não precisa provar que realmente haja violência. Você pode apenas suspeitar. Então, você já tem que notificar, porque você não vai esperar que uma criança apareça morta quando essa criança chega com queixas urinárias ou com lesões. E você diz: "Ah, mas não tem como..." Tem, sim. Você não vai esperar que essa criança apareça morta na sua comunidade. Você não vai esperar que uma mulher que chega com um braço quebrado, com fratura no nariz, com hematoma no rosto volte depois com alguma lesão grave ou seja encontrada vítima do feminicídio na sua comunidade.

Então, é importante que os profissionais da saúde realmente notifiquem, porque isso também faz com que haja o requerimento dessas equipes multidisciplinares, interinstitucionais, para que haja acompanhamento dessa mulher e da família dessa mulher.

Então, aqui eles perguntam quais os meios para superar essa resistência. O meio para superar essa resistência é a formação, iniciando desde a época da escola. E aí nós chegamos ao projeto, ao Programa Nacional de Educação. Quando você pretende retirar, tratar a transversalidade de gênero na educação básica, você vai afetar, vai incidir, porque a criança não vai ouvir nada sobre gênero, sobre violência... Essa criança, depois, vai para o ensino médio, chega à faculdade e vai virar médico, enfermeiro, odontólogo... Ela vai saber tratar de maneira excelente um dente quebrado, mas não vai se importar de perguntar para a mulher... Ele sabe que esse dente não foi quebrado à toa. Então, ele vai chegar e fazer o procedimento, o ato médico ou odontológico, seja qual for, e não vai se preocupar com a questão de violência contra a mulher. Falamos de mulheres e crianças, pois estamos falando de mulheres de todas as faixas etárias.

"As equipes do Saúde da Família também estão sujeitas à obrigação de notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher?"

Sim, essencialmente. Daí a importância do fortalecimento da atenção primária. Quando a gente fala de saúde, Senadora, e quando a gente fala da mortalidade materna, principalmente das mulheres negras e pobres, nós estamos nos referindo ao fortalecimento da atenção primária. A tendência é que a gente só olhe para o hospital, para o ambiente hospitalar. Mas, quando a gente fortalecer a atenção primária, nós estaremos tralhando realmente para que essa mulher chegue em condições boas, plenas, para um parto, e que conheça seus direitos, que saiba o que acontece com ela, e que essa mulher...

A equipe do Saúde da Família conhece cada casa. É desse jeito que a gente trabalha: dentro da comunidade. A gente conhece até o que a mulher hipertensa, diabética está colocando na panela, porque a gente pede licença e fala: "Ó, Dona Maria, a senhora está usando insulina, mas não estamos conseguindo." Então, vamos ver se ela está comendo muita buchada, se, na época do pequi, está comendo muito pequi, muita panelada.

Então, se a gente conhece ou deveria conhecer... Não estamos falando de médico, mas de equipes do Saúde da Família. Aí estão incluídos os agentes comunitários de saúde. Então, se a gente tem a capacidade de conhecer o que a Dona Maria está colocando dentro da panela dela, nós temos que conhecer... E há condições para isso, porque a gente trabalha com perfil socioeconômico, cultural. Nós temos condições de ver onde a Dona Maria tem riscos, onde a dona Maria tem vulnerabilidades, e os tipos de violência que a Dona Maria está sofrendo.

Há relatos de mulheres que procuram só o remédio para dormir. E a gente não entra no questionamento de por que ela está querendo remédio para dormir. E isso pode ser um sinal que ela esteja emitindo para dizer: "Olha, enxergue-me! Veja-me aqui na sua frente!" É isto que acontece com as mulheres negras, estejam elas no período reprodutivo ou não. Quando ela entra na unidade de saúde ou quando a gente entra na casa dessa mulher, a gente está conseguindo visualizá-la, enxergá-la como um sujeito de direitos, que tem o direito, inclusive, porque é um direito garantido na Constituição, de usufruir dias de paz, de saúde, de ter um trabalho, de sair de cabeça erguida, e que os filhos dessas mulheres também possam ter um futuro garantido, ter uma boa escola, e que possam falar assim: "Eu não vou para o lado do bandido da comunidade. Eu não vou abandonar a escola. Eu vou conseguir sobreviver. Eu vou ultrapassar os 15 anos de idade. Eu vou chegar aos 20 anos de idade."

Então, quando a gente entra nesses lares, a gente olha para esses meninos e essas meninas e se pergunta: será que essa criança vai chegar aos 20 anos? Será que nós estamos fazendo o suficiente para que ela vire um adolescente e, depois, um adulto e tenha o direito garantido pelo Estado?

Então, esse olhar da realidade dentro da comunidade é necessário, inclusive antes do ambiente hospitalar, porque o hospital não enxerga a comunidade, e nós conseguimos, sim, enxergar. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Estamos caminhando para o final da nossa audiência.

A Deputada Erika Kokay, uma debatedora desse assunto, pediu desculpas por não poder estar aqui, pois está em outra frente de "pauta-bomba", que é a PEC 215, que trata da questão das terras indígenas. Então, ela está lá na defesa da causa, mas a sua assessoria está presente.

Muito obrigada pela presença.

Do que discutimos, o nosso objetivo foi, mais ou menos constatar, que não temos dados – o próprio CNJ começou dizendo isto – que não temos dados nos quais possamos acreditar, além de não termos dados integrados. Cada órgão... A vaidade faz com que cada órgão tenha seus dados e não os repasse a ninguém. O Chico de Jesus falou das vaidades.

Então, o que ficou aqui? A questão da prescrição, que vai ser uma batalha, vai ser uma das nossas metas, e, quando se tratar da violência contra a mulher, trabalhar os processos na Justiça... Aí, vamos ter que visitar alguns tribunais, para ver quantos processos existem, há quantos anos eles estão lá, para podermos fundamentar nossa exigência de que se dê prioridade aos processos relativos à violência contra a mulher. E também acho que temos a tarefa de apressar o projeto de lei do fundo de combate à violência contra a mulher.

Os debatedores vão deixar todo o material, que servirá tanto para a Comissão, para os trabalhos da Comissão, como para a equipe que está comigo fazendo o relatório dessa política pública.

Agradecemos ao Dr. Francisco de Jesus.

Temos que registrar assim porque estão gravando, mas eu sei que você gosta de ser chamado de Chico. Nós nos conhecemos bem.

Agradeço a sua disponibilidade. Infelizmente, temos pouco tempo e gostaríamos de dizer muito mais coisas, mas você plantou a curiosidade na cabeça de todo mundo. Então, daqui para frente, cada um e cada uma deve se informar mais e produzir mais sobre esse assunto.

Quero agradecer também à Drª Norma Esther pela presença.

Eu sei da luta da UBM e agradeço por sua vinda. Certamente, a senhora será consultada de novo em algumas coisas. Até a Senadora Emilia Fernandes pediu para mandarmos sua apresentação para ela.

Agradecemos a todos e a todas que vieram a esta audiência. Certamente, temos elementos para aperfeiçoar o nosso relatório e sugerir, no final, algumas coisas.

Eu queria convidar para todos virem aqui para a gente fazer uma foto.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ah, o Senador Donizeti chegou!

V. Exª tinha ido para outra Comissão. Eu informei.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Meu bom dia a todos!

Na verdade, eu tive uma audiência no Ministério do Esporte para tratar dos jogos indígenas, do legado para os povos indígenas que esses jogos podem deixar.

Eu só quero dizer que estou nessa pauta há bastante tempo. Eu acredito muito na importância dela. Penso que, com a manutenção do ministério agora instituído, com as mulheres encabeçando, a gente não vai perder nessa política. Eu penso que a gente vai continuar avançando nessa política de empoderamento, de combate à violência. Isto nós temos que continuar reforçando. O nosso Governo precisa continuar implementando essa política com muita força.

O senhor pode deixar o site aí? Quero saber como eu posso conseguir meu login ou se vou continuar acessando pelo login dela. Achei muito interessante... (Risos.)

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – O dela já foi excluído. Era só para demonstração. Mas dá para fazer um login...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A minha compreensão é que essa área é para quem gosta de gente. Para cuidar de gente é preciso gostar de gente. Para cuidar das pessoas é preciso gostar das pessoas e compreendê-las, todas, como iguais em direitos e oportunidades.

Quero conhecer melhor o trabalho do senhor, porque eu achei muito interessante a linguagem colocada e essa questão de construir indicadores, porque os nossos indicadores, às vezes, são um pouco atrasados. Às vezes, estamos trabalhando com indicadores de três anos atrás, porque depende do IBGE, do censo, não sei de quê... Então, a construção de indicadores atualizados é muito importante.

Com relação à Lei Maria da Penha, eu tenho que registrar que, pela minha compreensão, parece que cresceu a violência. Embora os dados mostrem que não, parece muito que cresceu a violência contra a mulher. Mas, na verdade, ela construiu os instrumentos necessários para que as mulheres pudessem se defender e encontrar apoio, embora ainda não da forma que eu gostaria que fosse e que, certamente, o País precisa que seja.

Já existe um serviço de atendimento, por exemplo, na capital, em Palmas, que ajuda a minimizar essas situações e busca fazer com que as mulheres vítimas de violência possam, em vez de estarem submetidas a um regime de imposição, abrir caminho para o empoderamento. Nesse sentido, eu editei, em meu gabinete, um livrinho sobre a Lei Maria da Penha que estou distribuindo.

Outra coisa: eu apresentei, e já está em tramitação nesta Casa, um projeto de lei que obriga todas as escolas a terem a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que não estejam ausentes das nossas bibliotecas esses conteúdos, essas leis, que precisam ser acessíveis.

Penso que, nesta Comissão, aqui, na qual ainda não votamos, vamos agregar a obrigatoriedade de fazer essa política de realizar seminários sobre essas temáticas. Se prepararmos as crianças, com certeza, vamos acabar com este câncer, tão ruim para o nosso País, que é o do preconceito. Mais do que qualquer outra coisa, se nós conseguirmos erradicar o preconceito, teremos encontrado solução para os demais problemas que enfrentamos.

Então, parabéns à Senadora Regina pela audiência!

As exposições a que eu pude assistir aqui me trouxeram informações que vão me ajudar aqui, no Parlamento.

O SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA – Senadora Regina, eu senti a necessidade, depois da fala do Senador, de falar para vocês que todo esse nosso trabalho nós desenvolvemos com base em três teorias, como eu até digo, três teorias piauienses de enfrentamento à violência contra mulher.

A primeira teoria é a do armário. A mulher vive a violência de armário. Os números não aumentaram; nós apenas estamos tirando essa mulher do armário. Números maiores ainda estão por vir. Mas, para isso, nós temos que casá-la com a teoria societária. Não é o Promotor Chico de Jesus, não é a Defensoria; é a sociedade que tem que se unir no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher reconhecendo e fortalecendo, como eu falei no início, toda a rede de atendimento. E, finalmente, a teoria da transformação. Ou a gente modifica gerações ou acontece o que a Drª Norma Esther falou aqui: teremos um bom profissional, mas que não vai à raiz do problema. Ele cura a dor do dente quebrado, mas não vai à raiz do problema.

Por isso, nós temos que ir às escolas. E como estamos em um processo em que já existem aqueles que já estão nas faculdades sem ter passado por esse processo, por isso a importância do laboratório junto às faculdades e às escolas, junto aos alunos de ensino médio. Só com essas transformações é que nós vamos poder dizer que a mulher em situação de violência vai abrir para si várias portas. Temos que abrir para elas não só a porta da delegacia, mas também as portas da política pública, as portas do Ministério Público, de mais mulheres na política. É assim que temos que fazer. Então, lembrem-se sempre – eu peço a vocês – das três teorias: a do armário, a societária e a da transformação. Com base nessas três teorias, nós desenvolvemos projetos belíssimos, porque é fácil.

Só para concluir, Senadora Regina, eu gostaria que ficasse também registrado que eu acredito muito no iPenha. Se nós conseguíssemos fazer com que... Todos esses órgãos têm técnicos de informática, têm setores específicos. Então, eles são capazes. Se faltou alguma coisa, se passou... Isso é só uma sementinha nesse banco

de dados, porque aí você pesquisa, a partir de amanhã, quais são os casos. Gente, chegou na delegacia hoje, você registra e lá nos Estados Unidos eu fico sabendo! Então, é muito fácil fazer com que a sociedade e os órgãos se unam, vençam essa vaidade e façam, efetivamente, um trabalho sério de enfrentamento à violência contra a mulher. *(Palmas.)*

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom, agora, para encerrar mesmo, eu me lembrei de que não respondi a pergunta sobre a questão da Casa da Mulher Brasileira, a que alguém fez referência.

Elas estão sendo construídas com a intenção exatamente de eliminar essa pulverização. A delegacia está em um bairro, o Samvis fica em outro bairro, o promotor e o delgado ficam em outro... Então, ela visa a unificar no mesmo local esses profissionais que vão fazer o atendimento imediato à mulher.

Aqui, em Brasília, inclusive já foi inaugurada uma...

A SRª ÍTALA DE SOUSA – E fazer num lugar acessível, porque não adianta... A Casa da Mulher Brasileira, em Brasília, fica em um lugar inacessível.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A daqui?

A SRª ÍTALA DE SOUSA – Ela fica distante. Para quem vai de ônibus, é longe.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A localização, não é?

A SRª ÍTALA DE SOUSA – Claro que tem a possibilidade de eles pegarem, levarem, mas ela fica em um lugar inacessível.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu sei. Tem sempre isso também. Inclusive, a recomendação, quando o ministério dialoga com os Estados, é que seja acessível, que haja transporte, porque quem disponibiliza o local é o Estado. O Governo do Estado tem que disponibilizar o local e cedê-lo para a União, para a União construir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A nossa, lá em Palmas, vai ficar muito acessível.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Já está sendo construída lá. A nossa ainda está na fase de cessão do terreno. Mas, como já foi cedido, acho que agora vai andar também.

Então, eu queria agradecer a todos e a todas e convidá-los para virem fazer uma foto aqui na frente.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA 97ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, José Medeiros e da Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 147 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "O acúmulo de processos aguardando julgamento no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Neuza Alves, Desembargadora Federal, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Luíza Cristina Fonseca Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República e Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; Juiz Federal Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Johann Homonnai Junior, Representante do Conselho Federal da OAB; Diego Monteiro Cherulli, Assessor Jurídico da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos do DF e Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; e Candice Lavocat Galvão Jobim, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Aldinon Vicente Silva, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT; Rita Olivia, Chefe de Gabinete do Desembargador Candido Moraes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) oficiar o presidente do STF e o relator da ADI 5017, cujo objeto é a Emenda Constitucional nº 73, de 2013, que cria novos Tribunais Regionais Federais, para que dê celeridade ao seu julgamento em face do que foi objeto da audiência pública; 2) oficiar o Conselho Nacional de Justiça para que se manifeste acerca da demora no julgamento da ADI 5017, que trata dos novos TRFs; 3) oficiar o Conselho da Justiça Federal para que se manifeste sobre o andamento do PL de estruturação das turmas recursais; 4) oficiar a corregedoria do CNJ para que encaminhe o diagnóstico do que tem sido apurado acerca do acúmulo de processos; 5) oficiar o Senador José Pimentel, autor da PEC que altera a competência da Justiça Federal para as ações previdenciárias e valoriza o julgamento pelas turmas recursais, para manifestar apoio à PEC que irá acelerar os julgamentos das ações previdenciárias; 6) oficiar o Presidente do Congresso Nacional para que coloque em pauta a votação dos vetos, em especial ao veto 26/2015, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015 e ao veto contra o PLN nº 2/2015, que destina crédito para o cumprimento de sentença judicial relativa ao Instituto Aerus de Seguridade Social; 7) que as medidas discutidas para dar celeridade ao julgamento dos processos contem com sugestões dos servidores do judiciário. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatro minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 97ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 147, de nossa autoria e de outros, para debater o tema "O acúmulo de processos aguardando julgamento no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e a consequente ausência de prestação jurisdicional em tempo razoável".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800-612211).

Vou chamar os convidados para a audiência de hoje e aqueles que estiverem presentes se desloquem, por favor, até a mesa. Os que ainda não tiverem chegado, quando chegarem – peço à assessoria, pois já vou citá-los –, que sejam encaminhados à mesa.

Chamamos a Ministra Laurita Vaz, Vice-Presidente do Conselho de Justiça Federal; Neuza Alves, Desembargadora Federal, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Johann Homonnai Junior, representante do Conselho Federal da OAB; Diego Monteiro Cherulli, assessor jurídico da Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos do DF e representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap);

Juiz Federal Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); Luíza Cristina Fonseca Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República e Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; Marco Aurélio Gonsalves, Diretor do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho) e Diretor Jurídico do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap); e, por fim, Daniela Corrêa Jacques Brauner, Defensora Pública Federal. (Palmas.)

Todos foram chamados.

Como esta nossa audiência pública é transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e acompanhada por todo o esquema de comunicação do Senado, pela Agência Senado, eu vou fazer uma pequena introdução que me foi apresentada aqui pela Consultoria do Senado – o consultor que fez essa introdução está aqui ainda; qualquer problema, é aquele da esquerda ali, o José Pinto. Foi ele que me apresentou e eu recebi hoje pela manhã. E com satisfação, como sempre faço quando recebo material da Consultoria, eu leio na íntegra. Se estiver bom, batam palmas para mim; se estiver ruim, xinguem os consultores! Isso é só para descontrair, claro que, quando eu leio, eu estou assumindo a responsabilidade da leitura.

Enfim, prezados senhores e senhoras, telespectadores e presentes nesta audiência, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, por requerimento de nossa autoria, promove hoje esta audiência pública, que reputo da maior relevância, para discutir com a sociedade, os Parlamentares desta Casa, sobre o trabalho desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja jurisdição alcança as seguintes unidades da Federação e suas respectivas populações: Amazonas, Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins, totalizando 76.105.322 habitantes.

Como se percebe, são, ao todo, mais de 76 milhões de jurisdicionados que dependem, em muitos casos, da prestação jurisdicional da Justiça Federal brasileira no âmbito do TRF1, ou seja, um terço da população brasileira. São temas que, para pessoas simples, são da maior importância, tais como matéria previdenciária. Lembramos ainda do SFH, da Caderneta de Poupança dos servidores públicos federais, dos indígenas, das pessoas com deficiência, do meio ambiente, da reforma agrária e suas desapropriações, de questões e impasses administrativos da máquina administrativa federal, de matéria penal de sua competência, o que significa enorme trabalho e árdua dedicação dos valorosos magistrados federais do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Federal, de advogados, do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e dos demais atores envolvidos na prestação jurisdicional.

Dos cinco TRFs, o da 1ª Região é o que abrange maior número de unidades federadas e, se comparado ao Senado Federal ou até mesmo à Câmara dos Deputados, maioria absoluta dos Parlamentares.

Pensamos aqui, prezadas autoridades, que estamos a serviço da população brasileira, não importa se no Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário. Se nós, no Congresso Nacional, votamos leis e dessas leis são construídos os direitos da população, entendemos que devem ser efetivados. Se há demora, falham todos, não um ou outro. Tenho certeza, prezadas autoridades, de que esta audiência pública de hoje é o primeiro passo para uma maior integração entre os Poderes e pela busca fraterna por soluções que interessam ao nosso povo e a toda nossa gente.

Consideradas as circunstâncias administrativas, o número de desembargadores, o número de processos, posso dizer, sem nenhuma dúvida: V. Exªs são verdadeiros heróis, pois, com limitações, conseguem fazer o máximo possível, mesmo não conseguindo imprimir a velocidade e o volume muitas vezes desejado pela população.

É um trabalho árduo, e a mensagem que queremos deixar é também de nos empenharmos. Somos solidários com toda a Magistratura Federal, com o Ministério Público Federal, com a Defensoria Pública Federal, com os advogados e muito mais ainda com os jurisdicionados, com aqueles que necessitam de uma decisão para continuar vivendo com dignidade.

Não há direitos humanos se não há justiça no tempo certo. Não pode um aposentado esperar anos e anos a fio por uma revisão de benefícios; um servidor, por uma diferença salarial; um trabalhador sem terra, por uma desapropriação de área rural; ou o nosso meio ambiente, por um parâmetro sobre determinada controvérsia da nossa legislação.

Dessa referência ao meio ambiente eu gostei muito, porque a ele tenho me dedicado muito nos últimos tempos – eu, que trabalho tanto com o social – e até me inspirado um pouco mais no Papa Francisco, que tem, nas suas encíclicas, apontado este caminho: que o político tem que ter responsabilidade social e ambiental. Ele enfoca muitas coisas que foram citadas aqui, como a questão dos idosos, a questão do deficiente, a questão da violência contra a mulher. Então, o meio ambiente, de fato, é uma coisa que hoje preocupa cada vez mais toda a humanidade.

Nossa missão aqui nesta Comissão é discutir os problemas e buscar soluções conjuntas mediante o diálogo franco, transparente, para que possamos encontrar os caminhos legislativos, as medidas administrativas, os recursos orçamentários e qualquer outro meio que de nós é exigido por dever de ofício.

Agradeço sinceramente a todos os que se colocaram à disposição para participar desta audiência, certos de que estamos fazendo o nosso trabalho, buscando o melhor para toda a população.

Esta é a introdução que vai situar todos aqueles que estão neste momento nos assistindo ou ouvindo pelo sistema de comunicação do Senado.

Vamos, de imediato, aos convidados. Cada um terá o tempo de dez minutos; se necessário for, darei mais cinco, mas no máximo mais cinco, para que todos possam falar e, depois, podermos até interagir com o Plenário. Eu vou seguir a ordem que a Secretaria da Mesa encaminhou a esta Presidência.

Drª Neuza Alves, Desembargadora Federal, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tem a palavra para discorrer sobre o tema. A Drª Neuza Alves disse que é a primeira vez que participa de uma audiência pública. Está tranquila? Pode ser a primeira? Se não, eu chamo o Diego. O Diego é parceiro, está todo dia aqui. Quer que eu chame o Diego? (Risos.)

A SRª NEUZA ALVES – Não, eu... Eu já estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está com a palavra, a não ser que queira trocar.

A SRª NEUZA ALVES – Não, não. Não quero trocar não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela é metida mesmo. É assim que eu gosto! Esta palavra é do Collares, viu? O Governador Collares dizia o seguinte: "Paim [ficava me olhando], saiba que eu sou muito metido". Virou governador, lançaram um filme sobre a história dele agora – eu até faço um depoimento – é uma belíssima história. A senhora conhece o Governador Collares, não é?

A SRª NEUZA ALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Collares, um abraço. Vi teu filme, Alceu, ficou brilhante; o livro também é muito bom.

Drª Neuza, por favor.

A SRª NEUZA ALVES – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar todos e cada um, não apenas os componentes da Mesa como aqueles que presencialmente nos prestigiam e aqueles que estão do outro lado dos fios.

Estou tranquila porque me sinto em casa. Apesar de estar aqui na condição de representante do Presidente do Tribunal da 1ª Região, eu quero deixar todos muito confortáveis porque eu aqui hoje sou o Tribunal. Eu não vim apenas para falar, eu vim para escutar, para ouvir e, sendo o caso, admitir ou contrapor argumentos.

Não tenho nenhuma dúvida de que é da discussão que surge a luz e que, se outras audiências públicas tivessem sido feitas pela Comissão de Direitos Humanos, pela sociedade civil organizada, pela imprensa, pelo Parlamento, pelo Executivo, fosse onde fosse, nós não estaríamos hoje na situação em que estamos. É vexatória, sim, complicada, mas não por falta de trabalho, não por falta de inventiva, não por falta de vontade de melhorar.

Mas uma coisa é assim, eu diria, inafastável em todos os setores, até na nossa vida pessoal: na mesma proporção em que você deixa de enfrentar um problema, contornando-o, varrendo-o para baixo do tapete, não tem para onde correr, a conclusão é única: esse problema vai voltar por sobre a sua cabeça. E volta de uma forma tão robustecida, de uma forma tão capital que é capaz, sim, de levá-lo à lona. E, junto com você, vão os direitos humanos, vão as instituições, a respeitabilidade do cargo, entre outras coisas.

Eu vou preferir ler o que foi proposto porque vai balizar o debate. Eu não gostaria de vir aqui para fazer palestra. Eu vim aqui para debater. Agora, para fixar alguns parâmetros, eu entendo necessário eu fazer a apresentação que o tribunal preparou para eu trazer. De antemão, já peço a prorrogação dos cinco minutos e já digo que quero que comece a contar o meu tempo a partir de quando eu der o start.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Aqui a senhora manda, não pede. Já mandou, está concedido.

A SRª NEUZA ALVES – Então, vamos lá.

A Justiça Federal, ramo integrante da estrutura do Poder Judiciário, é composta pelos Tribunais Regionais Federais e pelos juízes federais. São cinco os Tribunais Regionais Federais – e eu já me adianto: o da 1ª Região tem 13 Estados e mais o Distrito Federal, que tem competência nacional; vale dizer, pode receber ações

de qualquer Estado do País, independentemente da região à qual aquele Estado pertença. Se olharem o mapa geográfico do tribunal em comparação com os outros, não vão compreender por que foi feito dessa forma. São explicações menores, que não vale a pena trazer agora.

O tribunal representa fisicamente dois terços do Território Nacional, toda a Região Norte, parte da Região Nordeste, a maior parte da Região Sudeste e a maior parte da Região Centro-Oeste. Essas regiões têm entre si a maior diversidade de problemas do País. O Senador Paim falou aqui em desapropriação. É nossa competência. Falou em Previdência Social. Agora vejam a diferença que é tratar de Previdência Social no sul do País, no Centro-Oeste e no Norte. No Sul do País e no Sudeste, vocês veem fazendeiros com tudo lindo, tudo organizado, tudo monitorado, máquinas, internet e coisas até que eu nem sei como funcionam. Lá em cima, às vezes, não há nem antena parabólica. A comunicação é feita como Deus permite, nunca como a gente quer, nem como a gente planeja.

O segundo grau, que são esses tribunais, é composto por cinco tribunais. Eu já falei, vou pular isso aqui.

O TRF da 1ª Região conta com mais de 26 anos de existência. Nesse período, a Justiça Federal passou por inúmeras mudanças. Cresceu, foi interiorizada – porque antigamente só havia Justiça Federal nas capitais –, tornou-se mais acessível, sem que houvesse a contrapartida proporcional de crescimento nos seus quadros de magistrados e de servidores.

Eu diria que, com a Constituição de 1988, pela qual esses tribunais foram criados, depois que o Tribunal Federal de Recursos foi extinto e que nasceu, em seu lugar, o Superior Tribunal de Justiça, ali se justificava funcionarem apenas cinco tribunais. Justificar não sei se é a palavra certa, mas dava para compreender, porque é o tipo da coisa: tem que ser feito, vamos fazer com o pouco que nós temos. Agora, já em 1988, havia a ideia de que, no prazo máximo de dez anos, teria que haver, obrigatoriamente, uma revisão dessa situação, tendo em vista o inusitado de que ela estava se fazendo, se materializando. Passaram-se 27 anos, e continuamos os mesmos cinco Tribunais Regionais Federais, com a mesma estrutura praticamente. O nosso tribunal, apesar de ser o maior de todos, começou com 18 desembargadores e teve uma ampliação. Hoje somos 27.

Somente para efeito comparativo, trago para V. Exªs um dado do meu Estado: o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que é só a Bahia – só a Bahia –, tribunal ao qual eu pertenci no início da minha carreira, quando fui juíza do trabalho, tem 29 membros. Entre esses membros, por conta do exercício de funções administrativas, não participam da distribuição de processos o presidente, o vice-presidente, o corregedor, o vice-corregedor. Se não me engano, tem segundo vice-presidente também; não sei.

Mas não estou aqui para discutir a estrutura do TRT. Estou dizendo para vocês que o meu tribunal tem 27 desembargadores e toma conta de 13 Estados e do Distrito Federal, que tem competência nacional. Em 1989, a composição era de 18 membros, e o tribunal recebeu, do extinto TFR, um total de 18 mil processos e julgou 5.900. Isso equivale dizer que, em média, cada um dos 16 julgadores – porque daqueles 18 separavam-se o presidente e o vice presidente, ou o vice-presidente exercia concomitantemente a função de corregedor –, cada desembargador, naquele tempo, julgou 1.125 processos.

Essa distorção entre a demanda e os quadros de magistrados e servidores teve sérios reflexos ao longo desses 26 anos, tais como acúmulo dos processos nos armários, aumento da possibilidade de prescrição, comprometimento da capacidade de organização e de julgamento da Corte. Isso tudo apesar do imensurável esforço que fizemos cada um de nós.

Diante dessa conjuntura, que inclusive promove o descrédito do cidadão no que tange a recorrer à Justiça, não há nenhuma perspectiva de equacionar-se a situação que não seja pelas opções de ampliação da composição do tribunal, sem se esquecer, em nenhum momento, da necessidade urgente de desmembrar o Tribunal da 1ª Região, com a consequente instalação de novos tribunais.

Estou aqui para dizer que não concordo com o projeto de lei do STJ, porque considero que ele é injusto, data vênia, e inviável, mormente na situação atual, em que o Brasil está em declínio – eu falo isso de peito aberto –, em todos os aspectos.

Não estou aqui para criticar o Executivo, criticar o Parlamento, nem para dizer que o Judiciário é o melhorzinho. Não. O condutor dos nossos trabalhos hoje disse uma frase lapidar, que eu anotei aqui para colocar na minha carteira para ler todos os dias: "Havendo demora, falhamos todos". Não adianta tergiversar. Cada um de nós, no seu segmento, cada um de nós, dentro das suas possibilidades e das suas probabilidades, falhou, e falhou feio. Cumpre agora um único gesto: dar as mãos, propagar a necessidade ingente de fazer alguma coisa, de pelo menos realizar uma audiência pública que debata de frente essas condições e essas necessidades todas.

No ano corrente, 2015, no mês de setembro, cada desembargador federal recebeu, em média, 4 mil feitos novos – 4 mil novos! –, que se somaram ao acúmulo que já vinha desde 1989 pelo menos. Em nosso tribunal, no mesmo período de setembro, cada desembargador julgou 6 mil processos – até setembro –, mas permanece com a tramitação de aproximadamente 21 mil para cada gabinete. Vinte e um mil! Alguns beirando 29 mil, 30 mil.

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – Não terminei, não quero nem saber. *(Risos.)*

Além dos processos distribuídos aos órgãos fracionários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fui dizer que ela manda. Então, você falou, está falado, não é, doutora?

A SRª NEUZA ALVES – Quem é rei sempre será majestade. Ele falou, está falado.

Além dos processos distribuídos aos órgãos fracionários, o tribunal tem ainda processos que são registrados e se enquadram na competência do presidente, diretamente, e na do vice-presidente, por delegação, que são os processos cuja admissibilidade de recurso extraordinário e de recurso especial nós analisamos, para saber os que vão para o Supremo, os que vão para o STJ e os que ficam por ali mesmo.

Eu estou trazendo este estudo que eu vou, claro, disponibilizar. Pode reproduzi-lo à vontade. Foi visto e revisto, e a margem de erro é um ponto percentual para mais ou para menos; está quase igual. Vou tentar, para acelerar, colocar o que eu acho mais importante.

Situação da primeira instância. Os ideais de facilitar o acesso dos cidadãos à Justiça e melhorar permanentemente a prestação jurisdicional permearam as ações do tribunal, de forma a se instalarem unidades descentralizadas em cidades do interior com grande concentração de demanda. Assim, atualmente a 1ª Região conta com 291 varas federais, das quais 173 localizadas nas capitais, 118 no interior, abrangendo 82 Municípios.

Muita coisa foi feita a partir da ajuda monumental do Parlamento, mas muita coisa também foi feita simplesmente assim: "Faça-se; cumpra-se; a lei é essa". Agora, como? Depende de o tribunal ter criatividade para fazer.

Nesses 26 anos, houve uma grande evolução na primeira instância da 1ª Região, e aqui estão os dados com a criação de cada vara, data e o total de varas a partir do ano de 1989. Depois, eu enfoco que, apesar do grande crescimento da primeira instância, o quantitativo de processos distribuídos e em tramitação na 1ª Região ainda é bem superior à sua capacidade de julgamento, conforme se demonstra no quadro, no gráfico nº 4. Isso indica que ainda há necessidade de criação de novas turmas recursais – muitas – e novas varas federais – outro tanto –, notadamente no Distrito Federal, no Maranhão, no Piauí, no interior da Bahia, no interior de Goiás e de Minas Gerais, e eu acrescento em Mato Grosso.

Mato Grosso precisa de um olhar mais, eu diria, de um olhar benigno. É um grupo que trabalha a mais não poder, que evita levar preocupações acrescidas para o tribunal e precisa ver reconhecido o seu esforço de produzir, de trabalhar cada vez melhor. Não que os outros todos não trabalhem, não sejam bons, mas eu penso que Mato Grosso se destaca e mereceria um olhar mais benevolente. Eu estou trazendo o quadro que mostra exatamente quais os pontos de concentração, para que, visualmente, seja mais fácil verificar quem está precisando mais de ajuda.

A primeira instância precisa ainda ser contemplada com a ampliação do seu quadro associativo de servidores, uma vez que, com todo o crescimento da área judicial, não houve ampliação nas áreas de apoio cartorário e administrativa, que exercem suas funções além da capacidade humana de trabalho. Estou afirmando isso no relatório, mas eu estou abrindo as portas do tribunal. Quem tiver interesse pode ir e conferir; pode ter acesso a nossa informática, a nossa distribuição de processos, à Corip, que é a Coordenação de Registros e Informações Processuais, entre outros.

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – Agora eu vou correr.

Não obstante tudo isso, este tribunal jamais se descuidou de sua missão de assegurar a plena prestação jurisdicional. Sua extrema dedicação e empenho em bem cumprir seu mister podem ser exemplificados com o que ocorreu no ano de 2001, quando, sem a criação de um único cargo de magistrado ou de servidor, a 1ª Região criou seus primeiros Juizados Especiais (JEFs), dando cumprimento à Lei 10.259. Lembram-se do que eu disse antes? Do "faça-se"? Eu quis dizer exatamente isso. Veio a lei – por sinal, a Ajufe trabalhou em cima dessa lei, "vamos, vamos, vamos" –, e conseguimos porque era um desejo de todos a criação dos JEFs. Agora, não houve a criação concomitante de cargos: nenhum cargo de juiz, nenhum cargo de servidor. Somente no ano de 2003, com o advento da Lei 10.772, foram criadas 59 varas federais destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e implantação dos JEFs.

O tribunal tem adotado medidas paliativas ao longo do tempo, mas, como eu disse também, se tirarmos uma caneta daqui para ali que não deveríamos ter tirado, mesmo que não cause prejuízo ao Erário, mesmo que não ofenda o direito de ninguém – "Ah, aí está errado" –, pronto, primeira página dos jornais! Mas as coisas boas que nós criamos e efetivamos e que nós nos imolamos para efetivá-las, essas não têm sido corretamente valorizadas.

Uma coisa eu posso dizer: dos cinco tribunais regionais federais, o nosso foi o primeiro a criar as câmaras previdenciárias avançadas; de início, cinco: uma na Bahia – eu digo Bahia, mas foi em Salvador –, duas em Belo Horizonte, uma em Uberlândia e uma em Juiz de Fora. Nós fizemos o seguinte: separamos cinco mil processos previdenciários e mandamos para esses grupos agilizarem o julgamento. E tem dado resultado. Nós temos feito o impossível! Não temos recursos suficientes, não temos pessoal suficiente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para deixar clara a sua informação, a Assessoria confirma que são quatro.

A SRª NEUZA ALVES – São quatro: Juiz de Fora, Uberlândia, Salvador... Belo Horizonte só tem uma?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NEUZA ALVES – Mas o Presidente me disse que já está em andamento a criação de mais uma. Por que isso? Porque Minas Gerais tem uma tradição secular – eu posso chutar assim – na área previdenciária. Reclama de tudo e mais um pouco. Então, a maior demanda na área previdenciária é em Minas Gerais.

Bom, eu vou passar agora para o mutirão que foi feito durante a coordenação da Corregedora Nacional Eliana Calmon. Foi feito o projeto Mutirão Judiciário em Dia. Iniciado em 2010, nós aderimos a ele de pronto. O projeto visou acelerar a apreciação e o julgamento dos processos no âmbito das 1ª, 3ª e 4ª Seções. A 1ª Seção julga previdenciário e administrativo, servidor público. A 3ª Seção, tudo, competência residual; o que não é tributário, não é penal, não é previdenciário, não se trata de desapropriação, então, cai para a 3ª Seção. E a 4ª Seção, que também tem um monte de processos, julga tributário e conselhos fiscais, conselhos profissionais.

Apesar de todo o esforço despendido e dos bons resultados alcançados desde 2010, houve prorrogação do nosso esforço concentrado até novembro de 2013, com a finalidade de concluir o julgamento dos processos da Meta 2, traçada pelo Conselho Nacional de Justiça. Durante esse período, o Mutirão Judiciário em Dia julgou nada mais, nada menos do que 53.935 processos.

Então, eu peço, por favor: analisem esses quadros, ponderem o esforço que o tribunal tem feito. Isso significa que nós reconhecemos a impotência e tentamos driblar a adversidade com criatividade, com dedicação, com esforço, com denodo, mas, mesmo assim, estamos em débito. Sim, estamos em débito para com a sociedade, para com os jurisdicionados, e, eu ousaria dizer, estamos em débito para conosco, porque não estamos, de maneira alguma, confortáveis com essa situação.

Eu vou parar por aqui. Mas há outras medidas: virtualização dos processos a partir de 2000, turmas especiais de férias, que foram criadas entre 2001 até 2005.

Em 2003, houve uma modificação administrativa no tribunal para viabilizar um julgamento mais especializado, e, por isso, houve a separação entre tributário e criminal. O Sistema Financeiro da Habitação deixou nossos escaninhos com água saindo pelo ladrão, mas fomos lá e demos conta. O mesmo aconteceu com os processos a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Hoje, nós temos instalados no nosso tribunal... Eu vou aproveitar a presença da Conselheira do CNJ para dar a minha impressão pessoal, com todas as vênias e com todo o respeito. Foi determinado para fazer e nós estamos fazendo de acordo com o modelo que foi traçado pela Corregedora Nacional. Só que estamos fazendo como? O lençol é curto; nós estamos cobrindo os pés e deixando a cabeça do lado de fora; se nós priorizarmos cobrir o pescoço, as pernas ficam de fora.

A 1ª Seção tem duas turmas: a 1ª e a 2ª. Estamos tirando gente da 1ª Seção e de todos os outros gabinetes para esse esforço conjunto, acelerando o julgamento dos processos da 2ª Turma. Ora, isso significa imediatamente o quê? Que a 1ª Turma está ficando descoberta, e os outros gabinetes, principalmente de tributário e da 3ª Seção, que tiveram que ceder servidores, também estão ficando com as pernas do lado de fora.

A ajuda de que nós precisamos é muito maior do que isso. Nós precisamos de diálogo. Nós precisamos de conversa em benefício do jurisdicionado. Nós precisamos de cartas na mesa, de olho no olho, de vontade de compreender e de dar as mãos para um desfecho mais digno.

Eu estou à disposição de todos para o que for necessário. Agradeço a paciência e a atenção que eu percebo está sendo diretamente oferecida.

Muito obrigada, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Neuza Alves, Desembargadora Federal, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Meus cumprimentos pela sua palestra. É a primeira vez que ela participa de uma audiência pública – que diria se não fosse a primeira vez? Ela já tomou conta aqui de todo o cenário.

Meus cumprimentos, doutora, parabéns mesmo, com muito carinho e respeito.

A SRª NEUZA ALVES (Fora do microfone.) – O único problema de tomar conta é que depois vai ter que dar conta, não é? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas a competência está aí, tenho certeza absoluta, ao alcance da senhora.

Agora, passo a palavra – porque ela tem um compromisso e pediu para falar neste momento – à Drª Luíza Cristina Fonseca Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República e Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

A SRª LUÍZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Bom dia a todos e a todas. Agradeço o convite que foi feito ao Ministério Público Federal pelo Senador Paim. O convite foi feito à unidade do Ministério Público Federal, à Procuradoria Regional da República da 1ª Região, que é justamente a unidade que oficia junto ao Tribunal Federal Regional da 1ª Região.

A minha colega Raquel Branquinho pediu para que eu viesse falar aqui nesta audiência pública porque, quando ela me pediu isso, eu era Procuradora Regional da República lotada na 1ª Região e Conselheira Nacional de Justiça, representando o Ministério Público da União. Fui promovida recentemente, mas venho aqui falar especialmente pela minha experiência somada durante 23 anos de Ministério Público Federal, atuando grande parte na 3ª Região, que é São Paulo e Mato Grosso do Sul, e, no último ano, aqui na PRR 1 (Procuradoria Regional da República da 1ª Região) e também no Conselho Nacional de Justiça.

Não vou me ater a descrever o sistema da Justiça Federal em primeiro e segundo grau porque a Desembargadora Neuza já o fez aqui com propriedade, inclusive com levantamento histórico do desenvolvimento da Justiça Federal.

No momento, existem, como a própria Desembargadora mencionou, dois projetos.

Um, a emenda constitucional que foi aprovada nesta Casa para a criação de novos tribunais regionais federais, cuja implementação está sustada por liminar do Supremo Tribunal Federal, numa ação direta de inconstitucionalidade, em que se discute uma questão de iniciativa dessa PEC, se teria que ter vindo do Poder Judiciário ou não. Essa criação dos tribunais, na verdade, desmembra a 1ª Região. Basicamente ela atinge a 1ª Região, desmembrando-a, criando um tribunal na Bahia, outro em Minas e outro no Amazonas, com competência para os Estados do Norte.

Paralelamente, tramita o PL 8.132/2014, que já foi aprovado na comissão do trabalho e na comissão de finanças aqui do Senado, que aumenta o número de desembargadores nos cinco tribunais regionais federais existentes, projeto esse que veio por iniciativa do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Francisco Falcão.

Acontece que, nesse universo, nós viemos aqui tratar da questão do acúmulo de processos existentes no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, especialmente dos achados feitos pela atual inspeção da Corregedoria Nacional, composta pela Ministra Nancy Andrighi e sua equipe designada para atuar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, especialmente na seção que trata de matéria previdenciária.

Quais foram esses achados? São processos que se encontram hoje em depósito no Tribunal Regional Federal, aguardando julgamento. Cerca de 22 mil processos de natureza previdenciária encontram-se em depósito, aguardando julgamento, porque não podem ser levados ao gabinete dos desembargadores relatores. Por outro lado, havia também um número muito grande de petições avulsas que não haviam sido juntadas. Isso é o que foi dito pela imprensa e que, provavelmente, levou a que esta audiência fosse convocada.

É importante retomar um pouco o processo que acontece no TRF e lembrar que todos os TRFs participam do Conselho da Justiça Federal (CJF). O CJF é um conselho formado por ministros do Superior Tribunal de Justiça e pelos cinco presidentes do TRF. Esse conselho tem poder correicional sobre os TRFs. Inclusive eu trouxe aqui o relatório da correição realizada no ano passado pelo Conselho Federal de Justiça, pelo Ministro Humberto Martins, enquanto ele ocupava a cadeira de Corregedor Nacional. Nesse relatório, constam todos os dados relativos a inúmeros problemas, tanto de natureza jurisdicional, quanto administrativa, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região é o maior de todos, sim. É aquele que, do ponto de vista da jurisdição federal, exerce a maior jurisdição federal. É aquele que tem, em sua base, o maior número de juízes federais, que trabalham com muito afinco. É um tribunal com um número de processos tão grande quanto o do Tribunal Regional Federal da 3ª Região: cerca de 500 mil processos estão em andamento – o Tribunal Regional da 3ª Região abarca Mato Grosso e São Paulo.

Eu gostaria de pontuar que a questão previdenciária na 1ª Região – e aí eu digo por experiência própria – e também no CNJ não destoa assim tanto dos outros processos previdenciários. Por quê? O grande problema do processo previdenciário não são os mandados de segurança, nem aquelas ações que são distribuídas nos Juizados Especiais Previdenciários com recursos para as turmas recursais. Aliás, recentemente, foram criados cargos para turmas recursais no Brasil inteiro.

O processo previdenciário que dá mais trabalho é aquela ação ordinária, aquela ação cuja instrução é feita e que muitas vezes não é instruída na Vara da Justiça Federal, e, sim, na Vara da Justiça Estadual, por de-

legação, porque nem todos os Municípios têm jurisdição federal, e, nesse caso, o advogado pode propor ação na Justiça Federal. Bom, esse processo, então, sobe ao Tribunal Regional Federal em grau de apelação.

Quando se compara a produtividade dos desembargadores dos cinco Tribunais Regionais Federais – esses números estão disponíveis no "Justiça em Números 2015", na internet, no portal do CNJ, sob o nome de IPC-Jus –, verifica-se que, a despeito do número de processos, do número dos Estados de jurisdição, o IPC-Jus dos desembargadores do TRF1, por uma série de motivos, é inferior ao IPC-Jus dos Tribunais Regionais Federais das outras quatro regiões. Nós vamos analisar aqui quais são esses motivos.

Estamos falando de uma questão de produtividade. Quando se compara a produtividade do juiz de primeiro grau, inclusive nas metas do CNJ – que são julgamento de processos que adentram no mesmo ano; julgamento de processos com marcos temporais; ações penais de combate à corrupção; ações penais de crimes contra a Administração Pública, que são os outros crimes, como peculato e prevaricação, e ações de improbidade –, quando se verifica tudo isso, vê-se que a produtividade, em primeiro grau, é bastante elevada.

Outro ponto que eu gostaria de abordar é que todas as subseções da Justiça Federal contam com salas de videoconferência e internet. Como instrutora de procedimento administrativo disciplinar de juízes estaduais de alguns Estados componentes da 1ª Região, utilizei sempre os serviços das subseções da Justiça Federal em Estados como Roraima, Rondônia, Ceará – o Ceará é da 5ª Região –, Amazonas, Pará, e sempre utilizamos, aqui em Brasília, o sistema de videoconferência da Justiça Federal para ouvir pessoas e juízes da Justiça estadual. Por que fazemos isso no CNJ, sempre por videoconferência? Porque confiamos, justamente, no sistema virtual de videoconferência da 1ª Região.

Como sou membro do Ministério Público Federal – uma carreira nacional em que, de fato, comunica-se com os colegas do Brasil inteiro – e também já auxiliei em trabalhos de corregedoria, no Ministério Público Federal, eu conheço bastante a realidade do Brasil como um todo. Então, é importante avançarmos um pouco para além dessa questão do volume de processos, da falta de juízes, desembargadores e servidores. Por que devemos fazer isso? Porque estamos e adentraremos em um período de recursos humanos e financeiros escassos. Assim, não podemos apostar em aumento de servidores, em aumento de membros da magistratura, em aumento de membros do Ministério Público ou de quem quer que seja, até porque também há os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos que apostar em quê? Em novas formas de administrar os acervos. Isso fica muito claro, quando vemos as propostas – eu não estou falando nem do CNJ – do Conselho da Justiça Federal, composto pela Justiça Federal, por ministros e por desembargadores, em que há o diálogo, porque o Presidente está lá presente.

E o TRF1 tem que se inspirar em novas formas de administração implantadas. Não queremos falar da 4ª Região, onde todo o processo já está digitalizado e todo o processo é eletrônico.

(Soa a campainha.)

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Vamos falar da 5ª Região, um tribunal menor, que apresenta também questões de Estados mais pobres da Federação. Vamos falar da 3ª Região, que, embora tenha São Paulo, tem Mato Grosso do Sul, que tem todas as características do Mato Grosso, de Goiás ou do Tocantins: atividade rural, população esparsa, subseções longes umas das outras. Então, há uma questão de administração.

E há uma questão de administração também na Vice-Presidência, porque a Vice-Presidência do TRF1 não faz admissibilidade de recursos. É importante a admissibilidade de recursos e a organização do Núcleo de Recursos Repetitivos, tanto na Presidência ou não. Eu me lembro de que, no ano passado, estive com a minha colega Raquel Branquinho, para falar do Núcleo de Recursos Repetitivos, um trabalho que foi implementado em todos os TRFs. Para que servem esses núcleos? Justamente, para separar os processos que aguardam o julgamento da repercussão geral no Supremo ou do recurso repetitivo no STJ. Para isso, é importante saber dos 22 mil processos que estão lá nos escaninhos do TRF. Quais são os processos? Quais são as matérias? Quais são aqueles que aguardam julgamento? Quais estão sustados? Quais estão parados? Isso beneficia inclusive os desembargadores, porque, em um gabinete onde aparecem 7 mil processos, pode ser que 5 mil, na verdade, não estejam para ser julgados e estejam, sim, sustados, aguardando julgamento ou do STJ ou do STF. E a matéria vai repercutir.

O que eu acho importante hoje no TRF1 – e isto já foi demonstrado em três ou quatro inspeções do Conselho da Justiça Federal, em duas inspeções do CNJ e agora no trabalho que está sendo feito dentro do TRF1 com os desembargadores, em alguns gabinetes, e com o auxílio de juízes federais da 1ª Região convocados – é reinventar a administração no TRF1, talvez com auxílio do TCU.

O TCU já foi de muita utilidade em alguns tribunais. O TCU tem analistas excelentes, que trabalham com a questão da accountability, ou seja, aquilo que é possível fazer com os recursos que existem – melhores práticas.

Quando nós vemos o relatório do Conselho da Justiça Federal do ano passado, vemos os achados, que o que está sendo verificado, e as recomendações. Essas recomendações, muitas vezes, vão no sentido de reestruturação das secretarias das varas e de modificação das secretarias para as assessorias dos desembargadores.

Eu gostaria de lembrar que grande parte dos processos da 1ª Região são eletrônicos na matéria previdenciária, mas não é o processo eletrônico do PJe, nem da 4ª Região, nem do PJe do sistema do CNJ. É um outro sistema que está sendo substituído.

O que nós podemos fazer? O que eu sugiro? Evidentemente, o diálogo entre a Corregedora e os desembargadores, especialmente, a administração do TRF1. No TRF1, as câmaras, essas turmas avançadas a que a Desembargadora Vice-Presidente Neuza se referiu, são uma solução, mas já há também a questão da solução das turmas-espelhos, a que a Desembargadora também se referiu, quando se convocam juízes do primeiro grau. Ocorre um problema, porque a vara fica desprovida, mas, pelo menos, fazem-se mutirões que são muito eficientes. Aí se trata de uma questão de se avaliarem o que é mais caro e o que é mais barato, porque, quando as turmas se deslocam, as turmas têm os processos.

Agora, vejam que o CNJ acabou de criar a sessão virtual – fazem sessões virtuais. O Supremo usa a sessão virtual – virtual mesmo, sessão eletrônica, não presencial – para análise da repercussão geral. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que vem a ser o segundo maior Tribunal de Justiça do País, só superado por São Paulo, adota a sessão virtual. O que é a sessão virtual? É uma pauta eletrônica onde os desembargadores veem os processos eletronicamente e votam eletronicamente. O CNJ acabou de adotar isso. Inclusive, a primeira sessão virtual está correndo paralelamente à sessão de amanhã do CNJ. A sessão virtual não precisa ter ligação com internet de nenhum Estado, para que ela se realize aqui em Brasília, e basta um dispositivo, como o CNJ já fez e como o TJ de Minas já fez. Isso tudo, para julgar processos eletrônicos e as reformas administrativas.

(Soa a campainha.)

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Assim, temos que pensar em reformas administrativas nas organizações e métodos da administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com o auxílio – como eu já disse – de parceiros diferentes, com espelho de experiências de outros TRFs e do próprio CJF. Não estou falando do CNJ, embora o CNJ, neste momento, esteja fazendo uma identificação do que está acontecendo no TRF1, para que o TRF1 possa prestar uma melhor jurisdição na 1ª Região, também se verificando o que trava o aumento da produtividade dos desembargadores do TRF1.

O que é produtividade? É o número de processos julgados, não importa o número de processos recebidos. Claro que vai ficar lá, mas isso é o que se compara. O que trava isso? É o processo? É a causa? São os pedidos de vista? O que acontece? Pedidos de vista também podem ser objeto de reforma no Regimento Interno do Tribunal, para que o processo seja julgado quando o relator o colocar em pauta, como aliás já o fez, independentemente de a vista ser entregue ou não, como já o fez, aliás, o próprio Superior Tribunal de Justiça, com a Emenda Regimental nº 4, de 2015.

São essas as considerações que eu tinha a fazer. Temos que pensar em novas formas de administração para que os processos no TRF1 possam, de verdade, ser julgados. Eu acho que o TRF1 poderia começar, por exemplo, como já o fez, olhando as conclusões que foram dadas pelo próprio Conselho de Justiça Federal, do qual ele faz parte, na inspeção do ano passado, publicada em 17/10/2014.

Obrigada pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Luiza Cristina Fonseca Frischeisen. Muito obrigado pela contribuição.

A Drª Neuza pediu um aparte, e é legítimo que os convidados possam entre si dialogar.

A SRª NEUZA ALVES – Não vou gastar nem 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique à vontade.

A SRª NEUZA ALVES – Vou apenas informar a Srª Conselheira de que eu sou a Vice-Presidente do TRF1 e tenho 47% – 47%! –, por delegação, da obrigação de analisar a admissibilidade de recursos especiais e recursos extraordinários, como consta do nosso Regimento Interno, com a mesma estrutura de um gabinete qualquer.

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN (Fora do microfone.) – O TRF1 já organizou o Nurer?

A SRª NEUZA ALVES – Já. É da Presidência.

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Isso ajudaria bastante a sua função.

A SRª NEUZA ALVES – Era só isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, pode.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Bom dia a todos...

A SRª NEUZA ALVES *(Fora do microfone.)* – Coloque aí, por favor. Organizar o Nurer para a Vice-Presidência. Agora, como? Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já rendeu a nossa audiência pública. (*Risos*.)

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Bom dia a todos.

Eu sou Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil. Farei uso da palavra no momento adequado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Considerando este momento, eu já lhe passo a palavra, porque não há problema nenhum. O senhor está com a palavra, oficialmente. Questione, se assim você entender, e, na sequência, continue falando.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Está ótimo.

Eu gostaria de saudar o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Participação Legislativa do Senado, coordenando os trabalhos na data de hoje. Eu gostaria de agradecer pelo convite que foi formulado, para que pudéssemos estar aqui trazendo contribuições para esse tema tão importante para, principalmente, aqueles que mais precisam da jurisdição, no que diz respeito a questões relacionadas aos direitos sociais. Eu cumprimento também a Desembargadora Neuza Alves, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que também participa – quando da impossibilidade do nosso Presidente da 1ª Região – do Conselho da Justiça Federal. Eu cumprimento também o Johann, representante da OAB; o Diego, que também compõe a Mesa; a Conselheira Luiza Cristina Frischeisen; a Drª Candice, Vice-Presidente da Ajufe; e a Drª Maria Cândida, Vice-Presidente da Ajufer (Associação dos Juízes Federais da 1ª Região); e o Chicão, assessor legislativo da Ajufe, que muito contribui com os trabalhos que Ajufe tem desempenhado aqui nas Casas Legislativas.

Dentro desse contexto relacionado ao acúmulo de processos e aos Tribunais Regionais Federais, é importante salientar que as Casas Legislativas têm feito a sua parte, Senador Paim. Elas têm realmente trabalhado e feito. Não é à toa que, em 2002, o Senado Federal aprovou a proposta de emenda à Constituição que criou quatro novos tribunais, depois aprovada, dois anos atrás, na Câmara dos Deputados, e que está suspensa – como colocou a Conselheira Luiza Frischeisen –, por uma decisão dada em plantão pelo Ministro Joaquim Barbosa, em processo que nem era da sua competência. Foi uma decisão precária de um Ministro que suspendeu os efeitos de uma emenda constitucional votada, por duas vezes, nas duas Casas, por mais de três quintos dos membros, criando os quatro novos tribunais. Realmente, é uma questão muito sensível e importante nesse contexto.

Eu sugiro a esta Comissão, Senador Paulo Paim, que até noticie ao Supremo Tribunal Federal a existência desse ato, que tem a ver e está intimamente relacionado, para que faça um julgamento dessa ADI 5017. Sem entrar no mérito sobre o acerto ou desacerto da medida ou sobre a questão econômica, que julgue, porque nós precisamos, sobretudo, ter uma definição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Comissão acata a sua sugestão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode falar também.

Eu desconto do seu tempo, Dr. Antônio.

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Só gostaria de falar que o Ministro Fux, atual Relator dessa ADI, no final do primeiro semestre, disse que traria o julgamento da ADI ao segundo semestre. Já vamos entrar em novembro e ainda não houve a pauta. Então, é importante o Ministro Fux trazê-la, até porque, dependendo do que for decidido lá, pode andar melhor aqui o projeto de aumento do número de desembargadores. O problema é que uma coisa acaba segurando a outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Isso só reforça a posição do Dr. Antônio César.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Eu também gostaria de pedir que esta Comissão encaminhasse o mesmo expediente ao Conselho Nacional de Justiça, para que faça uma manifestação expressa sobre esse tema, o que também é importante, tendo em vista que o Conselho Nacional de Justiça é o órgão responsável pelo Poder Judiciário como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só peço à assessoria que pegue as sugestões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podem contribuir com o debate.

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Senador, eu perguntei à sua assessoria se a Corregedoria do CNJ havia sido convidada. No momento, a Corregedoria tem um plano de trabalho de aceleração do julgamento dos processos do TRF1, que vai até dezembro. Acho que seria interessante também depois se

entrar em contato com a Corregedoria do CNJ, para que encaminhe o diagnóstico do que está sendo encontrado e também o prognóstico do que já está sendo feito e do que poderá ser feito em 2016. A Corregedoria se encontra debruçada sobre o tema neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu tempo passa a contar a partir de agora. *(Risos.)*

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Muito obrigado, Senador.

Eu estava dizendo que o Legislativo tem feito sua parte. E, dentro da linha do que a Desembargadora Neuza comentou aqui, há alguns projetos que criam varas federais nos Estados de Tocantins e Mato Grosso, que estão para apreciação do Plenário e que passaram, há uma ou duas semanas, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Então, realmente, nós temos que ressaltar que o Legislativo tem feito sua parte com relação a tentar criar soluções para resolver essas questões de acúmulo.

Realmente, devemos ressaltar isso e dizer da importância de estarmos aqui hoje, debatendo essas questões, que transcendam talvez o âmbito de atuação do Legislativo e que dependem de outras decisões, como o julgamento da ADI 5017, para a implementação ou não de novas medidas e de tribunais que, segundo o Conselho da Justiça Federal, na proposta que foi enviada, são tribunais pequenos, enxutos, com números reduzidos de desembargadores.

Esses novos tribunais que seriam criados atenderiam, sobretudo, as regiões mais diversas do País, promovendo um novo redesenho – digamos assim – do Pacto Federativo, importante para o País. Por quê? Isto já foi dito aqui, mas não custa relembrar: são 13 Estados e o Distrito Federal que compõem o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, representando 80% do Território nacional. Quando vi esse número, duvidei dele, mas, se vocês olharem o mapa da divisão, verão que são 80% do Território nacional. E causas ambientais não são relacionadas ao número de população, mas ao tamanho do território. Esse é um dado muito importante. Há questões litorâneas na Bahia; há a Amazônia; há o Pantanal; há muitas questões ambientais dentro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Destaco ainda que são 76 milhões de pessoas, um terço da população. É um terço da população, enquanto há aqui um quinto dos desembargadores, aproximadamente um quinto ou até menos, no âmbito do TRF1. São dados que se agregam ainda a outras variáveis, como o fato de Brasília ser a Capital Federal e todas as demandas contra a União podendo ser julgadas, por determinação constitucional, aqui em Brasília. Então, são muitas ações.

E aí vai uma crítica muito forte – não uma crítica feita agora, mas feita já há muito tempo – ao IPC-Jus, um índice tão defendido pelo Conselho Nacional de Justiça, mas que revela uma formatação reta que não observa esses detalhes pontuais e importantes, diferenciais e, principalmente, variáveis de complexidade das demandas judiciais da Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só traduza a sigla para os nossos ouvintes e para mim também.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – IPC-Jus é...

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – É o índice de produtividade do Judiciário.

Essa é uma crítica que é feita, porque O IPC-Jus não diferencia a atividade de cada um dos juízes na sua especificidade. Quanto ao índice do IPC-Jus dos TRFs, se fizermos a comparação do julgamento de produtividade de matéria de seção previdenciária especializada, vai se verificar que, nessa questão, também, na 1ª Região, há um número menor de julgamentos. Por exemplo, não se pode comparar o juiz criminal com o juiz cível ou com o juiz de execução fiscal. Não há dúvida nenhuma disso, mas, quando estamos falando de TRF e quando abrimos as estatísticas – e isso é possível – por gabinete, também vale essa comparação.

Eu conheço bem isso, porque, como sou do Ministério Público Federal, da matéria criminal, conheço bem a produtividade do que é uma turma especializada, lá em São Paulo – aqui já era junto com a improbidade –, e lá agora são especializadas e exclusivas, como nos outros tribunais na 4ª Região. Essa é uma crítica com a qual eu concordo. Quando eu comparo, estou comparando A com A, não é A com B. Nessa questão, é importante abrir, como, por exemplo, quando você abre nos gabinetes do previdenciário. Lá em São Paulo, são quatro turmas na sessão; no Rio Grande do Sul, fica separada; a 5ª Região não dá para comparar, porque não tem especialização; na 2ª Região, o tribunal é pequeno – Rio de Janeiro e Espírito Santo –, mas com muita matéria previdenciária, como sabemos.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Agradeço a colaboração da Conselheira, que bem esclareceu que o IPC-Jus apresenta algumas desproporcionalidades em relação a seu critério. Quanto a isso, associações de magistrados – tanto a Ajufe quanto a Anamatra – ingressaram com ações judiciais e pedidos de revisão. Inclusive o próprio Conselho Nacional de Justiça está procedendo a uma revisão desse índice, que foi, na verdade, elaborado sob alguns critérios que não se coadunam com a realidade.

Repetindo e voltando ao raciocínio que desenvolvia: 13 Estados e o Distrito Federal; 80% do Território nacional; 76 milhões de habitantes; um terço da população brasileira. Quanto aos recursos, nós temos menos de um quinto do número de desembargadores.

A desproporcionalidade também, no que se refere a números e estatísticas, considerados de forma geral e abstrata, está voltada às diferenciações que são feitas em relação aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Regionais do Trabalho. A Desembargadora Neuza já colocou isso. Existem 29 Desembargadores Regionais do Trabalho na Bahia, só no Estado da Bahia, que tem 15 milhões de habitantes...

A SRª NEUZA ALVES – Desculpe-me. E outra coisa: no TRT, a matéria é especializada. É só Direito do Trabalho.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Isso.

Aí eu faço o paralelo com o IPC-Jus. O IPC-Jus talvez seja muito significativo e tenha muita valia para os Tribunais Regionais do Trabalho, onde o tipo de demanda é o mesmo. Há exceções agora, como ações de dano moral, que se modificam um pouquinho, mas que são em número reduzido.

Eu também gostaria de contribuir nessa diferenciação, Desembargadora Neuza, com a seguinte observação: havia 89 desembargadores federais em 1988 e hoje há 139 – já há algum tempo, há 139; havia um pouquinho mais do que 120 desembargadores no Tribunal Regional do Trabalho e hoje há mais de 530. Então, a desproporção entre o número de desembargadores dos Tribunais Regionais Federais e o número de desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho é gritante. Quanto a isso, eu não vejo manifestação de nenhum órgão. Não vejo nenhum órgão de administração do Poder Judiciário fazer esse comparativo e trazer essas questões ao debate, pois são importantes. Por quê? Porque, quando nós recebemos a Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, vemos lá que o juiz federal e o desembargador federal são os mais produtivos – são os mais produtivos em comparação aos juízes e desembargadores do Trabalho e aos juízes e desembargadores do Estado. Também aqui não faço nenhuma comparação de mérito em relação à produtividade de um ou de outro, mas esses números são importantes, e essas diferenciações são relevantes e precisam ser constatadas quando e na medida em que o próprio Legislativo aprova a criação de novos tribunais, para, com a descentralização, dar uma resposta mais eficiente à sociedade e essas medidas são sobrestadas por questões liminares, dadas em plantão, de uma maneira bastante duvidosa, na sua essência.

Além disso, dentro desse cenário, dizendo que a competência nacional situa-se aqui em Brasília, as demandas da Justiça Federal, nos últimos anos – isso eu pude constatar nos meus 16 anos de magistratura –, têm aumentado em grau de complexidade. Se as questões se resumiam a questões intimamente de Direito, ultimamente, as questões fáticas e técnicas têm trazido uma complexidade muito ampla à Justiça Federal. Nas demandas cíveis, temos verificado isso com muito mais primazia. Quando, por exemplo, há uma ação civil pública ou uma ação de improbidade administrativa, quando se discutem pontos relevantes, há complexidades da mais alta relevância. Esse processo não pode ser comparado com um processo previdenciário ou trabalhista, diante dessa magnitude. Quando se questiona, por exemplo, a construção ou a licença de operação de uma usina hidrelétrica ou quando há questões de licitações grandes em relação a haver ou não lisura da licitação, essas são demandas que têm uma complexidade muito alta e demandam mais tempo de reflexão, produção de provas e um julgamento mais consentâneo. Nós não podemos, nesse caso, tão somente falar em produtividade. Nós temos que, sobretudo, falar em julgamento justo, com oitiva das partes, respeitando os princípios processuais de todas as formas.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Aliado a isso, há também, no âmbito da Justiça Federal, outro fenômeno que se revela intimamente ligado às execuções fiscais, que deixaram de ter a competência delegada à Justiça Estadual no final do ano passado. Isso também vai levar a um incremento da jurisdição em primeira instância e a uma efetividade maior, por conta dos próprios dados comprovados, na cobrança das dívidas da União. Isso vai redundar, inevitavelmente, no aumento de trabalho dos Tribunais Regionais Federais.

Por outro lado, também tramita, nesta Casa, uma proposta de extinção da competência delegada previdenciária que, por sua vez, pode e deve homogeneizar – digamos assim – os entendimentos em termos da prestação previdenciária. Hoje, como muito bem relatado pela Conselheira Frischeisen, há o julgamento de muitas comarcas da Justiça Estadual por cidades onde não há Justiça Federal, o que revela procedimentos diferentes adotados pelos juízes estaduais ou falta de homogeneização e harmonização em relação ao tema, um ingrediente que também revela uma dificuldade maior de julgamento ou uma demora maior no julgamento, no processamento desses feitos.

Sobretudo, é importante, de uma maneira ampla, considerar a diferenciação entre as regiões da Justiça Federal, as peculiaridades de uma Justiça Federal do Distrito Federal, do Acre, do Amapá, da Bahia e de outras

regiões. Tudo isso revela uma atenção especial que deve ser dada a essa questão, não simplesmente a tratando de forma homogênea ou sistematizada em termos de produtividade.

É claro que eu não discordo que nós vivemos em um momento de recursos financeiros escassos, o que vai demandar de todos, com muito mais primazia, soluções alternativas e soluções criativas, para a resolução dos problemas. Como eu costumo falar, nós não precisamos de mais do mesmo; nós precisamos, sobretudo, de soluções alternativas e criativas que produzam diferenciações e resultados importantes para a Administração Pública e o serviço público em geral.

Considerando toda essa sistemática e todos esses dados que eu pude trazer aqui, é importante salientar também que, em termos gerais, a população dos Estados da 1ª Região tem um crescimento maior do que a de outros Estados da Federação, inclusive em termos de PIB. Por isso também, esse é um fator indicativo de que as relações sociais tendem a aumentar e de que os Estados abrangidos pela 1ª Região também vão ter um número maior de demandas na Justiça Federal ou uma tendência maior no incremento de demandas nos próximos anos.

Eu tenho muito a dizer, mas fica isso para o debate. Gostaria de trazer essas contribuições e essas reflexões pontuais e necessárias, para que nós possamos ver essa situação como um todo. Gostaria de trazer também as sugestões de recomendações de envio tanto ao Conselho Nacional de Justiça quanto ao STF da necessidade e da importância do julgamento da ADI nº 5017, a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade que suspende os efeitos da Emenda Constitucional nº 73. É importante também uma manifestação, se assim entender esta Comissão, no sentido da própria estruturação das turmas recursais, pois, como a Desembargadora Neuza falou, esse processo está no Conselho da Justiça Federal.

Ademais, saliento que o tribunal tem tomado algumas medidas, como a própria medida em consonância com o Conselho Nacional de Justiça no que diz respeito ao processo de aceleração dos julgamentos. Nós temos ressalvas sobre algumas das formas, mas não contra a ideia de aceleração dos julgamentos. Cito, como exemplo, a exigência de julgamentos de 600 processos semanais, o que eu acho desarrazoado, considerando a própria média nacional. Os desembargadores julgaram 2.300 processos na média anual, então, existe aí uma desproporção. Contudo, o diálogo, o entendimento e, principalmente, a composição de formas criativas podem ser feitos, mas, desde que haja, logicamente, o diálogo e o entendimento, para que nós possamos, sobretudo, resolver a situação.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Para encerrar mesmo, eu gostaria também de dizer que tramita, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que aumenta o número de desembargadores federais. Porém, essa questão, inevitavelmente, será resolvida junto com a emenda constitucional que criou os novos tribunais, porque, em alguns pontos, tais proposições são até conflitantes. Talvez uma manifestação, como sugestão à Comissão, nesse sentido, é que possa haver uma solução desses casos.

Eu agradeço, imensamente, a oportunidade, em nome da Associação dos Juízes Federais do Brasil, de estar aqui, podendo contribuir e trazer esses elementos. Coloco-me à disposição para a continuidade deste debate e coloco-me à disposição permanentemente, porque esse é um tema em que a Associação dos Juízes Federais tem trabalhado, ao longo dos seus últimos 15 anos, contribuindo com o Poder Legislativo, que tem apresentado suas respostas.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Nós precisamos, realmente, dar soluções eficazes, principalmente para a população e para a sociedade, destinatárias do nosso serviço público.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Juiz Federal Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Eu vou passar a palavra, em seguida, para a senhora, mas gostaria, primeiro, de registrar a presença conosco do Senador José Medeiros, um Senador que está sempre presente, em todos os embates, de forma muito produtiva e positiva. E ele tem lado! Está ao lado nosso povo, da nossa gente. Faço questão de lhe oferecer essas palmas. *(Palmas.)*

Eu registro a presença – que já foi citada pelo Juiz Antônio – da Juíza Federal Candice Lavocat Galvão Jobim, Vice-Presidente da 1ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil; e também da Juíza Federal Maria Cândida, Vice-Presidente da Ajufer (Associação dos Juízes Federais da 1ª Região).

Eu queria situar aqueles que nos assistem e que ligaram a TV Senado agora ou que nos ouvem pela Rádio Senado. Nós estamos fazendo um debate muito produtivo, que estou achando muito interessante. Cum-

primento aqueles que sugeriram este debate para esta Comissão que eu diria ser não sobre a morosidade da Justiça, mas sobre como avançarmos mais, apesar do grande esforço que eu sei que todos fazem, para que se acelerem as votações.

Para alguém, como eu, que trabalha e vem do mundo do dia a dia das fábricas, da atuação do trabalho tanto no campo, como na cidade a pergunta é sempre esta: por que demora tanto o resultado de uma ação? Os juízes, de forma muito tranquila, advogados e especialistas estão colocando a sua visão. E fica claro, para mim, que é preciso mais estrutura, para poder agilizar essas votações que geram uma expectativa muito grande na população. Já ficaram aqui algumas sugestões que esta Comissão mesmo pode encaminhar, para avançar.

Com satisfação, por favor, a Conselheira e Procuradora-Geral da República Drª Luiza Cristina Fonseca.

A SRª LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN – Senador, peço licença, pois vou ter que me retirar. É uma pena, porque estou vendo a apresentação do meu colega de Mesa "Congestionamento no TRF1 – Causas e Soluções", mas ele vai me passar depois a apresentação.

Agradeço a atenção de todos, lembrando que esta audiência de hoje é muito focada na questão dos processos previdenciários, justamente esses 22 mil que aguardam julgamento e não são os únicos do TRF1. Nós nem discutimos aqui o problema das ações penais propriamente ditas e das ações de improbidade, que têm outra característica; da prescrição; da lentidão dos julgamentos; da não aplicação, às vezes, de uma jurisprudência já firmada no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo, que são outros problemas.

O foco nas ações previdenciárias é importante pelo tipo de direito, porque é uma parte que aguarda uma revisão do benefício e a sua implantação. Então, acho importante focar também em soluções específicas para a matéria previdenciária, pois são turmas específicas que julgam esse tipo de processo que é objeto hoje do plano de aceleração da Corregedoria do CNJ e que necessita de medidas específicas.

São processos, em grande parte, eletrônicos, que podem ser julgados em sessões virtuais, o que acelerará, em muito, a finalidade última do processo, que é a análise da questão, com o recebimento ou não daquele benefício que está sendo pleiteado. Então, eu acho importante também focar não só no problema estrutural, mas naquela função da conjuntura específica dos processos previdenciários.

Espero ter contribuído para o debate.

Obrigada e até logo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, Conselheira e Procuradora-Geral da República Drª Luiza Cristina Fonseca Frischeisen. Meus cumprimentos e obrigado pela grande contribuição.

Antes de passar a palavra para o representante do Conselho Federal da OAB, o Juiz Antônio César, quer ainda fazer uma...

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Só contribuindo também, eu vi que a Conselheira passou o relatório da inspeção de 2014, mas, em agosto agora, o Conselho da Justiça Federal fez uma nova inspeção no TRF 1ª Região, mais atualizada. Depois eu até posso encaminhar esses dados, inclusive sobre a atual Presidência.

Também eu gostaria de cumprimentar o Senador José Medeiros. Por um lapso, eu me esqueci de dizer da importância do Senador, que sempre está presente e é sempre atuante com relação a essas causas envolvendo a Justiça Federal. Então, Senador, meu cumprimento especial em nome da Ajufe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra, neste momento, ao representante do Conselho Federal da OAB, Johann Homonnai Junior.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Bom dia, autoridades presentes,Senadores, desembargadores, magistrados, colegas advogados. Eu vim falar em nome da OAB e tentar apresentar algumas causas e soluções para o atual congestionamento.

Antes de advogar, eu tive a oportunidade de trabalhar, na Justiça Federal, durante 21 anos. Fui, por 15 anos, Diretor de Secretaria; por dois anos, Chefe da Assessoria do Desembargador Novély Vilanova, um magistrado extraordinário, que tem uma propensão fantástica para a racionalização, para a gestão de processos, além de ser, tecnicamente, extremamente preparado. Então, eu venho de uma boa escola e hoje estou vendo a Justiça como advogado, trabalhando também perante os tribunais e no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. É essa experiência que eu procuro trazer para vocês.

Conheci a Justiça Federal – tive a oportunidade de fazer correições – de Tabatinga a Minas Gerais e ao Piauí. Eu quero dizer que, em regra, os magistrados e os servidores da Justiça são muito dedicados, muito trabalhadores, mas efetivamente é possível identificar uma falta de racionalização, uma falta de formação para a gestão e para a desburocratização dos processos. Acho que esses são os maiores males.

Vamos começar pegando os dados da inspeção do Conselho da Justiça Federal a que se referiu o Juiz Federal Antônio César Bochenek, realizada em 2015. Na inspeção realizada em 2011, havia 387.837 processos em trâmite no tribunal. Em 2013, 390 mil. Em julho, 468 mil. Esse dado efetivamente deixa claro que, por maior que

esteja sendo a produtividade, não se está conseguindo vencer o estoque de processos, com graves e danosos prejuízos ao jurisdicionado, sobretudo àqueles que postulam causas de direito previdenciário e que normalmente sofrem a pior das prescrições, que é a morte. Normalmente pessoas idosas morrem antes de receber o benefício que foram angustiadamente postular na Justiça.

Foi detectada, por essa correição, baixa produtividade de alguns gabinetes. Existem gabinetes fantásticos que produziram e que produzem muito. Há o exemplo do Desembargador Tourinho Neto, que mantinha seu gabinete – em que pese em outra seção, não previdenciária, mas criminal, ação de improbidade – absolutamente em dia. Temos o caso do Desembargador Reynaldo, hoje Ministro do STJ, que conseguiu reduzir enormemente o estoque de processos que ele tinha, em outra sessão, na 4ª Seção, 8ª Turma, sobre questão tributária. Mas o que se diz é exatamente isto: existem bons exemplos, mas eles não contagiam integralmente todos os órgãos do tribunal.

Há uma demora na publicação do julgado. A inspeção detectou cerca de 300 dias, ou seja, o processo é julgado e passam 300 dias para ser publicado. É um absurdo! É um absurdo, porque, depois que é julgado, vem embargo de declaração, recurso especial, recurso extraordinário, embargo de divergência e tudo no mundo. Não estou questionando, não. Acho que, na nossa cultura, no Brasil, temos dificuldade, realmente, de nos conformar com o fato consumado, e temos recursos que retratam a nossa cultura. Não adianta querer trazer o modelo da Suíça ou de outro lugar, porque não vai dar certo – nós não somos suíços.

Acúmulo de agravos regimentais e embargos de declaração pendentes de apreciação. O que acontece? Normalmente, a Justiça Federal é uma Justiça que existe basicamente para a União e basicamente para postergar os pagamentos devidos pela União, porque, se fosse uma Justiça célere, não haveria condição de a União deixar de pagar. Normalmente demoram 8, 10, 12 anos para alguém receber um benefício, receber o resultado da condenação. Passam-se, às vezes, 4, 5, 6 anos; transita-se em julgado; inicia-se um novo processo de execução; aí, a União – INSS, outros órgãos – vem com embargo à execução; aquilo sobe; aquilo demora. São 60 dias para se juntar uma petição; 60 dias para não sei o quê; 180 dias para não sei o quê; um ano para se julgar. Isso faz com que a angústia de quem está esperando resolver seu problema chegue a níveis estratosféricos.

Há também processos que tiveram apreciação de tutela, mas não foram levados ao colegiado. Existe uma irracionalidade tremenda no tribunal. Graças a Deus, não em todos, mas existem desembargadores, por exemplo, que deferem ou indeferem antecipação de tutela. Obviamente, a parte que não se conforma interpõe um recurso, o chamado agravo regimental, para que a questão seja levada para a turma. Muitas vezes, é levado só o agravo regimental. Julga-se só o agravo regimental e se volta para julgar o agravo de instrumento depois, quando se poderia julgar só esse agravo de instrumento e já se resolveria tudo. É irracionalidade.

Os desembargadores fazem isso, e não há quem faça eles mudarem! Nesse ponto, ou se investe na mudança de cultura, ou, pelo menos, na cultura dos magistrados novos, ou, então, fica muito difícil, porque isso é considerado um procedimento, a escolha do procedimento do magistrado, mas obviamente isso afeta a prestação jurisdicional e merece ser comentado e criticado.

Continuando, há agravos de instrumento aguardando julgamento de apelação. O que acontece? Agravo de instrumento é um recurso que se faz contra uma decisão interlocutória em que, por exemplo, uma parte pede uma antecipação de tutela, para que seja mantido o seu benefício que foi cortado, cancelado pelo INSS. O juiz nega; aquilo é agravado; o juiz concede; a outra parte agrava; isso vai para o tribunal. Chegando lá, a quantidade de agravo é tão extraordinária, tão fenomenal, que isso é colocado nos escaninhos. Hoje os escaninhos são virtuais e fica até mais difícil de se sentir oprimido pela quantidade de processos, porque o que não se vê, não se sente.

Isso faz com que se fique aguardando. O agravo fica aguardando o julgamento da apelação, e, muitas vezes, o juiz diz: "Suspenda-se o processo, aguardando o julgamento do agravo". Fica esse impasse. Resultado: é prejudicado, mais uma vez, o jurisdicionado.

Há uma falta de dinâmica e uniformidade nas rotinas do trâmite processual. Efetivamente cada gabinete faz o que quer, cada órgão faz o que quer, porque não há uma cultura de gestão administrativa, porque não há um manual de procedimentos básicos que pudessem, com base em estudos de organização e método, tornar eficiente o trabalho. Tudo é muito tocado de ouvido. Quem tem o ouvido bom satisfaz mais o jurisdicionado; que não tem infelizmente agrava a situação deles.

Existiam processos pendentes de exame de admissibilidade de recurso especial e extraordinário: 4.266, em agosto de 2004; 6.688, em 2015; um aumento de 57%. O novo Código de Processo Civil previa a extinção desse juízo primeiro de admissibilidade, mas já há uma nova lei mantendo o juízo de admissibilidade.

Acúmulo de processos em algumas coordenadorias de turmas, em especial a 1ª Turma, que conta com um acervo de 28.307 processos empilhados no piso e não aparentando estar organizados de forma lógica. Havia 18.984 petições pendentes de juntada. Uma informação: quando se chega ao balcão da 1ª Turma – eu tinha

tirado um retrato, mas depois o perdi –, temos que fazer como Dante diria, ao passar por essa porta: "Deixai, ó vós que entrais, toda a esperança!" Isso porque, quando você chega e vê uma situação daquelas, diz: "Se eu conseguir tirar o meu processo desse bolo, eu sou um herói!"

Existe um processo digital, na Justiça, mas – irracionalmente e sem nenhuma justificativa – o servidor tem que fazer a juntada da petição, que não é automática. Se o advogado faz a petição, como é que isso não é juntado automaticamente? Outra coisa, há um reacionarismo absurdo no processo físico, que é transferido para o processo digital. No processo digital, no processo eletrônico, a juntada era para ser automática, mas aí tem que haver um termo de juntada do servidor – o fetiche das formas desnecessárias que são reproduzidas.

Nós estamos no processo virtual...

(Soa a campainha.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Excelência, peço que, pelo menos aqui, o prazo do advogado não seja peremptório... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tranquilo. Não, não.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – ... porque advogado não pode perder prazo!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Doutora já resolveu! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você vai ter o mesmo tempo que os outros tiveram.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que a campainha toca, passando dez. Ela toca, e eu dou mais cinco. Passando os cinco, ela toca, e eu dou mais cinco. Foi assim com a Drª Neuza.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Existe também a jurisprudência defensiva dos tribunais. O que acontece? A quantidade de agravos é enorme, e aí, se a pessoa se esqueceu de assinar, de botar o carimbo de intimação da decisão agravada, o agravo tem negado o seguimento. Por que é negado o seguimento? Porque existe uma jurisprudência defensiva, já na segunda instância, como forma de se repelir e diminuir a quantidade extraordinária de processos.

Vejam bem, pelo amor de Deus, eu não estou fazendo crítica pessoal a ninguém, mas o problema existe e, como disse a Desembargadora Neuza, é desagradável, mas é necessário conversar sobre o problema. O volume é grande, o juiz fica sufocado, o desembargador e os servidores também. Eles veem aquilo aumentando e começam a sonhar com processos caindo na cabeça deles. O que acontece? Encontra-se uma forma. O advogado, às vezes, leva uma questão fundamental, mas, como não recolheu as custas, como deixou de juntar a certidão de intimação, essas questões formais são utilizadas para dar uma baixa no processo, independentemente da importância da questão que está sendo levada ao tribunal.

Vamos falar da 1ª Seção, que é o objeto da audiência. Obviamente aquelas constatações dizem respeito a tudo, mas, como a 1ª Seção tem mais processos, sofre mais por essas dificuldades administrativas. Com competência previdenciária, servidores públicos civis e militares, possui 36.246 processos, em média, por gabinete. Isso é um absurdo! Um desembargador ter, à sua disposição, 36.246 processos é um absurdo! E absurdo maior, nós vamos ver, dada a desorganização total do serviço de cadastramento, de catalogamento de processos no tribunal.

No tribunal, existem cerca de sete sistemas de informática que não se comunicam entre si. O servidor usa um sistema independente e autônomo para minutar decisões; os desembargadores fazem os acórdãos e os votos e lançam o andamento processual em outro processo, no caso do processo físico. Quando o processo é digital, existe outro processo. O sistema de cadastramento dos processos físicos é feito de uma forma; e o cadastramento dos processos digitais, de outra forma, absolutamente distinta. Não existe uniformidade, nenhum norte para ninguém. Os desembargadores e os servidores que têm interesse saem procurando, naqueles gabinetes mais bem organizados e que mais produzem, formas de copiar, de replicar essas questões.

O processo eletrônico iniciou de uma forma e terminou de outra. Outro absurdo: o CNJ permitiu que vários tribunais desenvolvessem sistema próprio de processo eletrônico a toque de caixa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou perplexo. E, nessa confusão toda, como é que se entendem, no final?

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – É a verdade, Excelência. Eu quero partilhar a minha experiência, porque eu fui servidor e hoje sou advogado. Fui servidor, por um bom tempo, e tive a oportunidade de fazer correições em toda a Justiça Federal, nas mais diferentes seções e subseções judiciárias. É preciso falar dos problemas para que eles sejam resolvidos.

O processo eletrônico se iniciou de uma forma e a toque de caixa. Se não me engano, no término do mandato do Ministro Cesar Asfor Rocha – não estou falando, mais uma vez, de ninguém –, havia um recurso financeiro que só seria distribuído se os tribunais implantassem o sistema até 2009. Isso era fim de ano, de 2008 para 2009. Os recursos da informática, que já são ruins no tribunal, tiveram que ser utilizados para se desenvolver um sistema. Eu tenho certeza de que, se formos atrás da quantidade de dinheiro que se gastou nisso, se alguém ajuizasse uma ação popular, muita gente teria dificuldade de justificar como é que gastou tanto dinheiro para nada.

Existia um sistema anteriormente – o e-Jus –, coordenado pelo CJF, e esse, sim, vinha sendo bem desenvolvido.

(Soa a campainha.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Eu, como Diretor de Secretaria, fui ouvido; diretores de secretarias foram ouvidos; juízes foram ouvidos; servidores foram ouvidos; advogados foram ouvidos; coisa que não acontece normalmente. Nem os servidores são ouvidos para o desenvolvimento de um sistema. Em todo lugar do mundo, para qualquer sistema processual que vai ser desenvolvido, existe um módulo-piloto, um módulo de desenvolvimento que depois é aplicado em ilhas, em lugares específicos, para, só então – resolvidos os problemas que efetivamente ocorrerão – serem expandidos para outros lugares.

Aqui não, aqui vem de cima para baixo, é aplicado, ninguém conversa com ninguém, ninguém dá sugestão, os sistemas não são amigáveis, são ruins. Não há nenhum curso, para que os servidores explorem, pelo menos, as potencialidades dos sistemas existentes. Todo mundo toca de ouvido. É um verdadeiro absurdo! Ninguém é preparado para usar a ferramenta mínima de trabalho de que dispõe e para usar toda a potencialidade.

Agora, depois de tudo isso, o CNJ determina a aplicação de um único sistema de processo eletrônico. Para se ter uma ideia, o Tribunal de Justiça de São Paulo gastou 300 milhões para fazer um sistema que não vai usar. Há dinheiro, que está sendo muito mal utilizado, porque, se foram gastos 300 milhões – estou dando um exemplo –, obviamente gastou-se alguma quantidade aqui, no tribunal, pode ser bem menor, para se fazer um sistema que não funciona ou que vai ser substituído, logo, logo, por outro.

Os gabinetes dos desembargadores não têm espaço físico suficiente. Todos possuem anexos, nos vários prédios. São quatro prédios do TRF. Há o Edifício Sede 1, o Edifício Sede 2 e agora ocupa o antigo TSE. Há o Edifício Adriana e deve haver algum arquivo ou alguma coisa assim.

Os gabinetes dos juízes e dos desembargadores são os locais que têm menos prioridade. Toda a outra burocracia é muito bem instalada. Eu conheço o tribunal. Quando pedi demissão, tive que pegar sete certidões. Eu conheci toda a burocracia do tribunal, muito bem instalada, com ar-condicionado funcionando, enquanto eu passei os maiores calores da minha vida lá, no tribunal. O ar-condicionado não funciona, não há espaço. É ruim.

Você não vê os processos. Acho que alguém falou aqui que os processos não são vistos. Por quê? Porque os processos físicos não cabem, e, mesmo quando são digitalizados, ficam lá. Os processos mais antigos são os que ninguém quer pegar, porque normalmente são problemáticos. O desembargador que chega e recebe esse acervo pensa: "Bom, se ninguém julgou, é porque há dificuldade".

Daí a necessidade de metas do CNJ, como essa Meta 2, de julgar processos distribuídos até 2010. Existe um problema: às vezes, o processo que chegou lá, em 2010, foi ajuizado em 1990. Quer dizer, o que interessa é quando o processo foi ajuizado. O que a parte quer saber não é quando o processo chegou ao tribunal ou quando foi concluso. Ninguém nem sabe o que é concluso. Concluso é alguma coisa que não acontece. Fica concluso, mas não sai!

Quanto ao processo, tem que se ver quando a parte ajuizou. Eu aprendi muito com o Desembargador – o Juiz Novély, como ele gosta de ser chamado – que o que interessa é a data em que a parte ajuizou. Se foi em 1990 e ainda hoje está na execução, esse processo é o que tem que ter prioridade, não o que foi concluso.

Há um mascaramento das estatísticas. Infelizmente existe isso. A burocracia faz com que os servidores trabalhem muito e não se produza nada. Muita gente se empenha, gasta-se serviço e gasta-se tempo de trabalho mascarando estatísticas. É o tal do fale-fale, no processo, para tirar da conclusão. Fale uma parte; fale a outra. Aconteceu uma vez que, de tanto a parte falar para lá e para cá, disse: "Agora fale V. Exª, pelo amor de Deus!" (Risos.)

Essas racionalidades precisam vir. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me fazer uma pergunta. Quem nos assiste, pela TV Senado, deve estar tão assustado quanto eu. Nessa enorme confusão, não se perdem até processos?

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Perdem-se, Excelência. Os servidores até que sofrem muito catalogando esses processos, há o andamento, o lançamento da fase, e um ou outro pode se perder. Isso não seria

problema se o fluxo fosse contínuo, porque existe alternativa para se fazer restituição de autos. Então, não há problema. Eu nunca vi, em todo o meu tempo na Justiça, um processo se perder e isso não se resolver. Isso não é problema. O problema é não julgar. Este é o problema: o processo não ter resultado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando não se julga, passa-se todo esse período e a pessoa já morreu?

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – A pessoa já morreu, aí se habilita um sucessor, aquela coisa toda, inventário, mais trabalho. É isso o que acontece.

(Soa a campainha.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Quem está esperando, para não morrer de ansiedade, muda a noção de tempo, passa a considerar um tempo sideral. Se você imaginar que é o tempo normal, você realmente talvez morra de angústia.

Como foi colocado, não há servidores suficientes nos gabinetes, enquanto os órgãos administrativos estão mais bem instalados. E por que acontece esse gigantismo, no TRF, da parte administrativa? Porque o TRF, como eu disse, abrange 13 Estados da Federação e o Distrito Federal – 14 Estados – e cerca de 94 unidades, entre seções e subseções. O tribunal se agiganta, para tomar conta, em uma administração altamente centralizada, das seções e subseções judiciais. E aí tome a criar órgão!

O organograma do tribunal é um negócio fantástico. É Nucoi, Nuroi, Numoi. É tanto órgão, é tanta sigla, e a burocracia se autoalimenta, vai crescendo, é feita com pó Royal. Então, se não houver um cuidado, para que seja contida, a burocracia engole todo mundo, a ponto de... O que justifica o gabinete da Desembargadora Neuza, do Desembargador Novély, de todos os desembargadores serem muito piores do que a Selep, a Surip, a nem sei o quê? O pessoal instalado no Edifício Adriana possui ar-condicionado central. Um dia, eu cheguei lá e estava um calor danado. Pensei: eita, se for igual ao gabinete, eu estou morto! Mas, graças a Deus, entrei e lá estava uma maravilha, com temperatura de 20 graus.

Os desembargadores também não dispõem de instrumentos e de dados estatísticos que permitam melhor gerenciamento e aumento de produtividade, ou seja, nenhum desembargador do TRF sabe – pelo menos, não sabia, até pouco tempo, até dois anos atrás, quando eu estava lá – qual a taxa de recorribilidade das decisões monocráticas.

O art. 557 do Código de Processo Civil permite que os desembargadores julguem monocraticamente, porque a regra, no tribunal, é o julgamento colegiado, de turma, seção, corte especial. Como existem muitas causas semelhantes e a jurisprudência já decidiu sobre a matéria, o desembargador não precisa levá-la para a turma. Se a turma já decidiu a questão, ninguém vai mudar voto. Ninguém muda de pensamento nem em mesa de bar, quanto mais em um julgamento de colegiado de magistrados altamente preparados.

O que acontece? O desembargador não sabe. Essas decisões monocráticas que estou proferindo são melhores do que levar, considerando que, de toda decisão normalmente cabe um agravo regimental, um embargo de declaração? Qual o grau de recorribilidade? Inclusive, há um problema na estatística do TRF, em todas as estatísticas que são produzidas, que eu acho um absurdo: consideram julgado na primeira decisão. Julgado é quando o processo foi embora. Daí essas dificuldades, pois nunca bate a produtividade com o estoque, sempre aumentando, ainda que aparentemente a quantidade de julgamentos seja maior. Não é possível, como eu já coloquei, a questão da taxa de recorribilidade.

Há um problema gravíssimo, no tribunal, que eu acho que é a mãe de todos os problemas: a falta de triagem, a falta de classificação dos processos. Existe um órgão chamado Corip (Coordenadoria de Registros e Informações Processuais), que deveria pegar os processos e classificá-los por matéria. A apelação, o recurso está tratando de quê? Está tratando dessa matéria.

Com os sistemas de informática de que dispomos, logo que se cadastrasse, já se poderia fazer um link com a jurisprudência aplicável ao caso. Isso já iria separado. Cada gabinete de desembargador faz 27 retrabalhos que eram para ter sido feitos na Corip! Fazem esse trabalho, uns bem, outros mal, outros de jeito nenhum! Sem essa triagem, sem essa seleção de assuntos, de matérias, é impossível baixar o estoque, porque, a partir dessa triagem, o desembargador que chega, se quiser fazer uma triagem, tem que trocar os pneus com o carro andando, já que a distribuição sempre acontece, processos sempre estão chegando.

O Dr. Antônio César falou sobre julgar 600 processos. Julgar 600 processos – um a um – realmente é impossível, ninguém faz isso. Mas o que acontece muito no tribunal? Existem matérias já decididas. Hoje em dia, inclusive, o tribunal está muito engessado, a margem de julgamento do tribunal está muito reduzida, com a quantidade de recurso representativo da controvérsia e repercussão geral – nem tanto em relação à repercussão geral, mais em representativo da controvérsia do STJ, que vincula a decisão do juiz, que é obrigado a

decidir daquela forma. Mas já dava para selecionar. Bem ou mal, o STJ decidiu e, por uma questão de ordem prática, vamos aplicar e pronto.

(Soa a campainha.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Essa falta de cadastramento, essa falta de classificação dos processos causa imensa dificuldade no julgamento. Por mais boa vontade que o desembargador tenha, por melhor que seja a sua equipe, andar no escuro não dá resultado. Normalmente há tropeções, quedas e prejuízos para a prestação jurisdicional.

Cada gabinete, como eu coloquei, é uma ilha, é um verdadeiro feudo. Não no sentido pejorativo, mas porque, realmente, essa é a cultura do Judiciário. Cada desembargador faz como entende, e não existe uma cultura padronizada de gestão, de entendimentos. Aí, é aquela história, o desembargador que escreve menos, que é mais objetivo obviamente produz mais. Se cada decisão tiver que ser juntada a 5, 10, 15 jurisprudências, aquele que julga só uma, que corta, que menciona, de forma mais objetiva, certamente vai produzir mais.

Nenhum servidor é preparado, conforme eu disse, para explorar as potencialidades do sistema. Não há cursos voltados para gestão, nem uma estruturação de gabinetes, de acordo com critérios de organização e metas. Como os desembargadores são todos iguais nas suas prerrogativas, ninguém se atreve a dizer que o gabinete de um desembargador vai ter menos servidores do que outro.

Obviamente um gabinete da 1ª Seção, com uma quantidade de 32 mil processos, não pode ter a mesma quantidade de servidores que tem um gabinete de ações penais, que, por mais que sejam complexas, existem em quantidade bem menor e o seu gerenciamento é bem melhor. Em todo gabinete, existe uma espécie de secretaria e assessores, por assim dizer, oficiais de gabinete, assessores dos juízes, para ajudar nas minutas dos votos, nas decisões, etc.

O tempo de tramitação após o julgamento da Corte. Isso é retirado também da inspeção feita pelo CJF, agora, em 2015. Não é incomum verificar acúmulo de processos, com agravos legais e regimentais e embargos declaratórios pendentes de julgamento. Tal fato, associado a outras situações específicas, justifica o fato de algumas delas, ainda que tenham realizado número de julgamentos superior ao de processos distribuídos, não lograrem redução do acervo de processos conclusos. Ou seja, o processo é julgado, mas o recurso segue.

Os órgãos públicos são especialistas nisso. Não há um acórdão, que não tenha um embargo de declaração, até porque, por outra razão, ou seja, pela jurisprudência defensiva do Superior Tribunal de Justiça, que exige o prequestionamento de cada matéria para admissão do recurso especial, os advogados são talvez obrigatoriamente levados a fazerem o embargo de declaração, que antipatiza todo mundo, mas que é necessário, porque, se o STJ disser que ele não prequestionou e que aquele artigo não foi mencionado, o desembargador ou a turma nega os embargos de declaração e vai para o tribunal.

A estatística considera, conforme eu coloquei, processos julgados na primeira decisão tendente a pôr fim ao processo, só que há muitas outras. A consequência desse critério: estatística sem nenhuma confiança, que produz soluções inadequadas e esconde o real problema do tribunal.

Processos da Meta 2. Os processos da Meta 2 são aqueles distribuídos até 2010 e já é um problema, porque, distribuído no tribunal, conforme eu disse, o processo já pode ter 10 ou 20 anos e, quando chegar ao tribunal, ser considerado novinho. Ele se renova na fonte da juventude da distribuição. Em julho de 2015, totalizavam 111.766, um quarto dos processos dos tribunais, processos que não foram julgados em 2010.

Outra constatação do Conselho da Justiça Federal: um dos principais entraves à boa gestão processual é a falta ou a má distribuição dos recursos humanos pelas diversas unidades jurisdicionais. É importante que, além do número mínimo idêntico para todas as unidades do tribunal, seja avaliada a necessidade de alocação de força de trabalho extra para determinadas situações.

Como eu disse, existe, na realidade, uma dificuldade do tribunal. Por exemplo, estamos em plena era da informática, e talvez entrando até para uma outra, e ainda existe taquigrafia. Para que taquigrafia no tribunal, pelo amor de Deus? Esse setor poderia ser transformado. Essas pessoas poderiam ser reaproveitadas nos gabinetes, ser muito bem utilizadas onde realmente se precisa, para dar vazão à quantidade de processos. Mas, é isto: mais uma irracionalidade administrativa que o tribunal mantém. Estou procurando dar soluções obviamente sem aumento de custo, porque para solução com muito dinheiro. não há dificuldade. Todo mundo sabe dar.

Apenas 27 dos cargos efetivos estão destinados a atividade-fim, enquanto, nos demais TRFs, são 54%. Isso aqui prova a peregrinação que fiz pelos vários órgãos, pegando sete certidões para poder sair do serviço público. São 54%. A quantidade enorme de servidores está na atividade-fim, que está muito pouco relacionada com o julgamento. Por exemplo, são consideradas atividades-fim a Secretaria Judiciária, as Turmas, as Coordenadorias de Turmas e os Gabinetes dos Desembargadores. Nos outros TRFs, a diferença é praticamente o inverso.

Quanto à força de trabalho, ela é formada por servidores efetivos, requisitados, prestadores de serviço e estagiários. Há espaço para uma completa reforma e alocação de servidores sem nenhum aumento de despesa. É preciso descentralizar a administração das sessões judiciárias, extinguir órgãos. Como eu falei: é ainda necessária a taquigrafia do tribunal? Por que não se faz um downsizing na estrutura administrativa e extingue essa quantidade.

Por exemplo, nas próprias varas da Justiça Federal, há um bocado de supervisão e tudo. Não há necessidade nenhuma disso. Fui diretor por quinze anos. Bastam o diretor de Secretaria, e as outras pessoas são servidores. Se o salário não está adequado, que se faça um reajuste, extinguindo essas gratificações. Gratificações são complemento de salário para premiar aqueles servidores que mais trabalham. Como tudo é feito através da isonomia, não se pode mais pagar no serviço público para um servidor que produz mais, e a forma de contemplá-lo é dar uma gratificação.

Efetivamente, não há nenhuma necessidade de tantas gratificações, nem em gabinete de Desembargador, nem em secretaria da vara. Para se ter ideia, o oficial de justiça recebe uma gratificação para fazer a única que ele faz: executar mandados. Chama-se Gratificação de Execução de Mandados. E ele faz outra coisa?

Informatizar efetivamente serviços, como a publicação, o lançamento de fases processuais, o cadastramento, a triagem de processos vinculados diretamente à jurisprudência, sobre matéria de que ele trata.

Adotar um sistema único de processo eletrônico, como o do STJ. Este tribunal é o mais amigável de todos. Não sei qual é a necessidade de cada tribunal desenvolver um sistema próprio para enlouquecer os advogados, sobretudo aqueles que têm dificuldade de lidar com a informática. Eles têm de aprender como é feito em cada lugar, como é anexado um arquivo. O arquivo de um tal lugar é de um determinado tamanho. Passa-se uma eternidade para juntar peças de um agravo, de um recurso, porque ninguém se importa com o advogado. Nunca foi feita uma pesquisa de como está o nível de amigabilidade do sistema e se ele produz resultado, qual o tempo que se gasta em média para fazer isso. Então, o que acontece? Junto a essa mentalidade imposta na cabeça dos advogados, porque ele não pode perder a causa, ele não pode perder um prazo... Se um advogado perder o prazo, e o recurso for negado, alega-se que o advogado não juntou a peça tal e que deveria tê-la juntado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo princípio da isonomia, o senhor ultrapassou o tempo de todos os convidados. (Risos.)

O senhor tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Havia muito mais coisas. Existem algumas sugestões. Também vou falar aqui da OAB. Não vou falar somente dos outros, porque é muito confortável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Eu até gostaria de saber do doutor, que representa a OAB, quando a OAB protocolou isso e levou tudo isso junto ao tribunal para promover as mudanças, porque essas são questões bastante importantes.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Considero esta uma grande oportunidade. Daí, o valor da iniciativa do Senador Paim.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Sim, mas a OAB já fez isso? Porque essas questões não são de hoje, não é? São questões...

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Não são de hoje. Existe um hermetismo fenomenal. O Poder Judiciário é outro problema. Aquilo vai tendo rodízio. Por exemplo, a Desembargadora Neuza Alves é de todos conhecida, pois é uma desembargadora mais aberta. De dois em dois anos, há mudança. Àquilo que foi iniciado não é dado sequência; muda no tribunal também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Aqui, vou fazer o mea culpa da OAB também. A participação da OAB é tímida, talvez pelo hermetismo natural do Poder Judiciário, que não justifica essa conduta. Há uma necessidade de mudança de postura para oxigenar o processo de julgamento e fornecer a visão dos usuários.

É necessária a adoção de medidas revolucionárias, como a criação de Oscip, capaz de gerenciar os serviços judiciários, a exemplo do que acontece na saúde, com a Rede Sarah de hospitais. A OAB podia tomar essa iniciativa, sim, e vamos propor a ela que tome essa medida, ou seja, crie uma organização.

Com relação à questão da saúde e do gerenciamento, uma vez o Prof. Aloysio Campos da Paz disse que teve de sair do serviço público para prestar serviço público. Ele teve de fazer um gerenciamento, porque é horrível o gerenciamento do serviço público na administração.

Também, pode-se criar um banco de dados, com práticas capazes de replicar ideias criativas, como a do Protocolo Drive Thru.Toru.

(Soa a campainha.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Obrigado. Desculpe-me, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o representante do OAB, Johann Homonnai Junior, que trouxe uma série de sugestões, que vamos receber e encaminhar aos canais competentes.

Agora, será a vez da fala do Assessor Jurídico da Federação da Associação de Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos do DF, que aqui falará em nome da Cobap. Antes, a Desembargadora Neuza pediu a palavra para um breve comentário.

A SRª NEUZA ALVES – Rapidamente, Sr. Presidente. Quero parabenizar o representante da OAB, porque se deu ao trabalho de fazer uma investigação e está colocando o que é básico e fundamental. Não se trata de apenas criticar, mas oferecer sugestões que podem ser avaliadas, para que se chegue a algum lugar. Mas, no melhor momento dele, o tempo acabou! (Risos.)

Queria só deixar registrado, com relação à advocacia pública ou privada, o serviço ou desserviço prestado por um grande número de advogados que recorrem até do espirro do juiz e encompridam a duração do processo, até em prejuízo do próprio cliente, para discutir honorários advocatícios até as calendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, o bicho pegou!!! (Risos.)

A SRª NEUZA ALVES – Com isso, não estou dizendo que é a categoria inteira, mas, data venia de V. Exª, é a maioria, principalmente na minha experiência, porque fui Juíza do Trabalho, por pouco tempo, já estou na magistratura há 28 anos e vejo, no meu dia a dia, advogados públicos ou não embargando sucessivamente de declaração, um após o outro, pedido de reconsideração aos montes e sem fato novo. Isso leva o processo à exaustão. Não tenho outro nome para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "À exaustão" é um bom nome.

A SRª NEUZA ALVES – É bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim. Não há mais o que dizer.

A SRª NEUZA ALVES – Exaure a força do servidor, do juiz, do sistema.

Ele falou da publicação. Um mesmo processo pode voltar 40 vezes para o mesmo julgador e temos de publicar cada decisão dessas 40 vezes.

O sistema é bruto! Injusto! O mea culpa feito pelo advogado ainda ficou no meio do caminho. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas ele vai ter oportunidade de completar.

A SRª NEUZA ALVES – Pois é. Então, como disse no princípio, todos temos responsabilidade. Chego a dizer, num momento de desespero, que é culpa concorrente. Não é só omissão! É ato comissivo, sim, com sucessivos recursos. Ainda mais quando se sabe que está meio perdido, que aquela tese não tem mais sustentabilidade, aí é que o recurso vai. E mais um... E mais outro... E lá vai.

Era só essa participação mínima que queria fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas vai voltar a falar ainda.

Passo a palavra agora ao Dr. Diego Monteiro Cherulli.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Bom dia a todos. Queria agradecer ao Senador por mais este novo convite de compor a Mesa. É sempre um grande prazer poder colaborar com o engrandecimento dessas discussões.

Tenho muito interesse no assunto, pois sou advogado previdenciarista, especializado em Direito Previdenciário. Conforme estava conversando com a Drª Neuza, também tenho vários problemas com relação à tramitação, mas creio que, com a discussão e a abertura colocada pelo tribunal na sua pessoa, poderemos resolver muitas questões. Queria agradecer também a presença de todos os presentes no plenário e saudar todos os membros da Mesa.

Hoje eu represento a Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do DF e também a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Nessa qualidade, represento uma enormidade de advogados e de jurisdicionados que litigam hoje na Justiça.

Como advogado e representante de jurisdicionados, a fala de todos aqui me abriu uma esperança de discussão, porque a ideia de que nós advogados temos – acho que o meu colega da OAB federal tem a mesma posição, sou membro da OAB do DF – uma barreira enorme no tribunal, agora, com a Drª Neuza, acabou de cair, derrubamos esse muro. Pretendo continuar levando isso à frente da discussão.

Aqui a discussão gera em torno de problemas e soluções sobre a Justiça Federal do TRF1 e o acúmulo de processos. Não devemos apenas citar problemas. Devemos elogiar a presença e a atuação incessante do Juizados Especiais Federais, que reduziram drasticamente o tempo de duração dos processos e o julgamento mais

célere das demandas, muito embora esses juizados pequem por aceitarem a interposição de ações, sem a presença de um advogado, trazendo, muitas vezes, problemas aos segurados que tentam se aventurar sozinhos.

Senador Paim, como V. Exª sabe, hoje sou membro da Comissão de Seguridade Social da OAB, além de representar a Cobap e a federação, e também sou Diretor-Geral do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, ou seja, estou envolvido com diversos advogados, procuradores e atuantes na área de Direito Previdenciário.

Depois de ter feito uma enquete entre os meus colegas, percebi que a reclamação é uma só: gestão. Todos reclamam da gestão, que muda de dois em dois anos. Quando começa a ficar bom, há a troca; aí entra outro, que não faz nada e põe um muro; depois, troca de novo; e estamos aí nessa luta.

Hoje o gasto do Judiciário brasileiro, conforme pesquisa pela Globo e pelo Canal 8 de telecomunicações, é quatro vezes maior, por exemplo, do que o da justiça alemã, quando comparado o gasto com o PIB brasileiro. Onde está sendo colocado esse gasto? Essa é a grande pergunta que ficou hoje, porque os sistemas virtuais, muitas vezes, não atendem a demanda. São criados vários sistemas. Muito dinheiro é jogado fora com sistemas virtuais. Cada tribunal tem um e, na verdade, ninguém sabe mexer em nenhum.

Quando um sistema começa a ser funcional, como é o caso e-Proc, hoje utilizado no TRF da 1ª Região, eles começam a substituir por um PJe de âmbito nacional, em que sequer conseguimos anexar um arquivo. Há advogados aqui que podem ratificar o que estou dizendo. Quando começamos a arquivar, ele cai, acaba tudo e temos que voltar tudo de novo.

A média é de um processo por dia. Eu lido com entidades e protocolo – Drª Micheline já trabalhou comigo – uma média de 100 a 200 processos por mês. E, com o PJe, desculpe-me o termo, o trem está difícil, porque nos dá um desanimo danado!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Sou filho de mineiro. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para abalizar quem nos está ouvindo, essa quantidade por dia... E temos quanto? Setenta mil?

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Vários processos.

Uma das principais reclamações dos nossos colegas é com relação ao atendimento e ao respeito às prerrogativas dos advogados. Aqui eu chamo à discussão – a Drª Neuza trouxe à tona um tema bastante controverso, que é a questão dos honorários – que nós advogados continuaremos recorrendo, sim, até sermos respeitados. Em ações milionárias, ganhamos de R$500, R$600. Isso é um ultraje à nossa profissão! Respeito, se o CPC der de 10% a 20%, porque aí não haverá recursos. Quando o juiz de primeira instância ou até mesmo o tribunal acaba dando um honorário aviltante à nossa profissão, temos o dever de recorrer para manter a honra da advocacia. Faremos isso até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sei que é um assunto indigesto, principalmente para os advogados, mas explique melhor como funciona isso. Eu não sou advogado.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Sim. O honorário de sucumbência, Senador, é pago pela parte que perdeu o processo à parte vencedora. Na Justiça Federal, se for em vara ordinária, ele já vem desde a primeira instância; se for no juizado especial, ele vem só na turma recursal.

O CPC estipula que esse honorário deve ser arbitrado entre 10% e 20% do valor da causa, ou seja, da liquidação 10% a 20% devem ser arbitrados, mas alguns juízes, em segunda Instância, acabam arbitrando honorários em valores que eles entendem por bem. Então, numa ação com R$200 mil ou R$300 mil de atrasados, quando os honorários de sucumbência deveriam ser R$20 mil, o juiz dá R$500 ou R$600, quando muito. Sentimo-nos honrados quando o juiz nos dá R$2 mil. Muitas vezes, não recorremos, porque receber R$2 mil já é uma vitória!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o cliente teria de receber, sei lá, R$50 mil, R$100 mil, R$200 mil...

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Isso. E, além do honorário contratual...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Daí, este não recebe, e o advogado também não recebe.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Ele não recebe, porque fica discutindo uma questão inócua, porque, se tivesse sido seguida a lei, não haveria problema.

No tribunal, Drª Neuza, na maioria das vezes, eles fixam entre 10% e 20%, mas o problema existe em primeira Instância e é lá o maior gargalo, que gera recursos, porque lá há desrespeito às prerrogativas e à profissão do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode falar, Drª Neuza. V. Exª está respirando fundo e não fala.

A SRª NEUZA ALVES – Estou aqui em cólica!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NEUZA ALVES – Esses honorários, que são disputados a ferro e fogo, como se fossem a prova do respeito à advocacia são os honorários de sucumbência! Não são os honorários contratuais!

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Eles são de sucumbência.

A SRª NEUZA ALVES – Não são os honorários contratados com a parte.

Cogita-se, em teoria, que esses honorários sucumbenciais não deveriam pertencer ao advogado. E há uma doutrina muito farta com relação a isso. Só não há lei nesse sentido, mas cogita-se, porque, quando os honorários sucumbenciais foram pensados e colocados pelo legislador, a intenção era dar, além do devido, do montante que deixou de ser pago, que está sendo disputado no mérito, além de tudo isso, o desgaste do dono do direito de ter de esperar, ir para a Justiça disputar uma coisa que, às vezes, é líquida e certa, ter que contratar profissional, muitas vezes adiantando honorários, para que o advogado aceite a causa, porque o honorário de risco, para ganhar só no final, só ocorre em demandas de massa, mas, na individualização, não! Você tem de pagar! É claro, o advogado vive de honorários, não é isso? Deve-se pagar aquela primeira parte e tal.

Às vezes, acho angustiante ver que o direito da parte fica em último plano, para se discutir, a ferro e fogo, um percentual de honorários de sucumbência. É um tiro no pé, porque, às vezes, o processo demora, só na discussão dos honorários, de cinco a dez anos. Então, nem o advogado ganha, nem a parte ganha. Vamos falar na linguagem chã: do perdido, gente, a metade. Deixa! Se o Código de Processo Civil diz que os honorários podem, sim, ser fixados na apreciação, ao livre arbítrio do juiz... Arbítrio não é bem a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NEUZA ALVES – Sim. Apreciação do juiz, de acordo com o que foi feito, a atuação do advogado, o trabalho que deu aquele processo...

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – Pronto! É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. V. Exª pode concluir.

A SRª NEUZA ALVES – Se o Código diz isso, vamos a isso! Vamos discutir mérito. Vamos discutir direito efetivamente. O advogado já foi prejudicado, em tese, na primeira instância, recorreu à segunda, tornou a perder... Deixa! Vamos cuidar do cliente! Vamos esquecer o umbigo e cuidar do direito do cliente. É essa a minha individual posição. Neste momento, não estou falando como Vice-Presidente do Tribunal.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Bem, quanto à questão dos honorários, graças a Deus, isso já está sendo discutido na Justiça e está militando em favor dos advogados, para que eles incorporem o patrimônio dos advogados. Mesmo que não incorporasse ao patrimônio do advogado, mas sim do segurado, é nossa obrigação lutar pelo direito até o fim. Senão, podemos ser responsabilizados por não ter recorrido, porque os honorários eram de 10% e ganhamos R$100. Então, a responsabilidade é nossa. Podemos responder tanto no nosso Conselho de Ética quanto civilmente na Justiça. E isso não tem sido raro!

Dando continuidade a essa questão do atendimento e do respeito às prerrogativas, sabemos que existe o Estatuto do Idoso, que gera preferência à tramitação processual. Quanto a isso, até concordo com alguns servidores e juízes. Na área previdenciária, todos são idosos ou têm direito a uma tramitação especial. Então, acaba que a tramitação especial não existe, porque todos têm direito a ela e ficam na mesma condição.

Ao tempo que queremos protocolar um pedido, enquanto o processo está em segunda instância, na maioria das vezes, de preferência, de tramitação prioritária, o servidor nos diz, às vezes, na cara de pau: "Doutor, não faça isso". Por quê? "Porque, se você fizer isso, o seu processo vai sair da fila e demorar uma eternidade para ser julgado". Isso quando acham o processo na secretaria. Muitas vezes, vamos à secretaria e o servidor diz: "Doutor, não achei. Vou botar seu processo numa lista e, daqui a pouco, eu ligo para o senhor vir buscá-lo". Se não me engano, é da 1ª ou da 2ª Turma do TRF um processo que estou esperando há quase um ano. Vamos confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não acharam ainda?

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Não acharam sequer o processo, Senador, que vem de Montes Claros, em Minas Gerais, em que fiz um acordo – um processo que já dura há oito anos – com a AGU, para pagamento do servidor público, uma revisão. Falta somente homologar o acordo, para acabar com o processo. O cara está falecendo, e não acham o processo! É uma situação complicada. Isso gera uma desordem no autos, porque sabemos que, muitas vezes, os advogados também morrem, aguardando o julgamento dos processos. Aí, há a necessidade de se habilitar novos advogados.

Quando fazemos a habilitação do advogado, primeiro, o processo sai da fila; e segundo, não somos habilitados. Quem lida com ações de massa, como eu – acredito que muitos colegas também –, tem essa dificuldade, porque não conseguimos acompanhar diariamente de mil a 2 mil processos, e o sistema não nos habilita para isso.

Nenhum sistema do tribunal hoje facilita a pesquisa dos processos de acordo com a natureza ou outra forma, só pelo nome da parte ou não, aí vem uma lista de ordem cronológica. Então, esse é um problema que deve ser resolvido.

A greve também, não tirando o direito dos servidores, do meu ponto de vista e das entidades que represento, já ultrapassou os limites da responsabilidade. Tivemos a atuação incessante da OAB/DF e da OAB Federal, com ações contra a greve dos servidores da Justiça, porque o serviço da Justiça é constitucionalmente ininterrupto e está parado, principalmente na parte mais importante que toca aos advogados: "Vamos expedir o alvará, o precatório ou a RPV". Nessa parte, o processo estaciona. Pergunto aos clientes – há quatro deles aqui: vocês entendem isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A manifestação tem de ser feita ao microfone. O povo quer saber essa parte. Essa é a parte melhor. (Risos.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Ela disse que não está parado.

A SRª NEUZA ALVES – Os serviços do tribunal não estão paralisados.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Estão andando a passos de tartaruga.

A SRª NEUZA ALVES – Pode ser aprovado a qualquer momento.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Isso. Está andando a passos de tartaruga, mas, por exemplo,...

A SRª NEUZA ALVES – Está num passo menor do que normalmente anda.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Um exemplo: não falando do TRF, porque este tribunal respeita os 60 dias, quanto ao pagamento da RPV, mas, na justiça estadual, aqui no TJ, a RPV demora um ano e cinco meses para ser paga.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Para expedir o pagamento, no TRF, já estou, há oito meses, aguardando alguns processos. Para expedir a requisição... Está tudo pronto!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Embargos auriculares.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Se puder, dar-lhe-ei o número dos processos também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Traduza o que são embargos auriculares.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – São os embargos do advogado no ouvido do juiz: "Resolve isso para mim, por favor!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah! Olha aí, pessoal que nos assiste pela TV, existe esse lado que não ficamos sabendo. (Risos.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Continuando, o outro problema que cito são os processos empilhados, e muitos desses processos, no TRF da 1ª Região, vêm da área previdenciária, tratam de matéria previdenciária. Afinal de contas, o INSS hoje é o maior litigante nacional. Não são as empresas de telefonia? Não. É o INSS. Por quê? Por causa de diversos problemas.

Em certo ponto, concordo com a Drª Neuza, no sentido de falar sobre o despreparo de alguns colegas na demanda previdenciária. A advocacia previdenciária, muitas vezes, é o canal de entrada do advogado iniciante, e, contraponto, é uma das áreas mais difíceis do Direito, que sequer é ensinada nas faculdades. Não sabemos por que não é matéria obrigatória, embora caia no exame da OAB. Então, a advocacia previdenciária merece ser mais especializada e menos aventureira.

As associações hoje vinculadas à Cobap têm um sistema de orientação das entidades, do jurídico das entidades, para que não entrem com ações aventureiras e, sim, com ações que realmente tenham êxito. Essa história de entidade que entra com ação para segurar associado não existe mais, pelo menos naquelas vinculadas à Cobap. Procuramos sempre promover o direito e levar essas novas teses para as associações e seus advogados.

A espera desses processos gera algumas confusões e certos problemas, com relação ao segurado jurisdicionado que está sendo atendido, por conta da sua idade, porque é uma verba de caráter alimentar, que, às vezes, está defasada ou não está recebendo, que é a pior das situações. Muitas vezes, esses processos são fulminados pela prescrição ou pela decadência.

Agora, a decadência ser um direito previdenciário, Senador – daqui a pouco, terei uma novidade para V. Exª –, é o carro-chefe de extinção de processos. Então, por exemplo, dizer que a Corregedoria apurou que foram julgados cinquenta e tantos mil processos no ano de 2014, está tudo bem, mas como esses processos foram julgados? Foram julgados com justiça ou com a devolução de um problema que não é nosso. Muitas vezes, temos essa intenção.

A TNU (Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência) já editou diversas súmulas, diversos julgados, inclusive a Súmula nº 81 sobre a decadência: quando a matéria não foi discutida no âmbito administrativo, ela não pode ser objeto de decadência. E muitas não foram. Mas, se entramos com um processo de primeira instância, a primeira coisa que o juiz faz é a decadência. Em muitas vezes, o problema do recurso é do advogado? Não. Em muitas vezes, o problema do recurso é do juiz de primeira instância que não se alia aos posicionamentos majoritários dos tribunais, em especial do STF, do STJ e da TNU.

Outra questão que está gerando recurso, dessa vez por parte da AGU, é a atualização dos atrasados. Qual vai ser? Vai ser pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal ou não? Isso já foi decidido pelo STF, em desfavor dos segurados, porque diminuiu a taxa de juros. Não estamos aqui discutindo sobre isso, porque já foi discutido, mas o juiz de primeira instância, em Brasília, nega-se a adequar os modelos de sentença deles a isso. Eles recorrem, dentro do embargo de declaração, entram com um recurso, e o juiz indefere. Aí vem a discussão: para que servem hoje os embargos de declaração?

É certo, doutora, que muitos usam os embargos de declaração como um meio protelatório, tanto a AGU quanto os advogados. Mas há muitos embargos de declaração – sou suspeito para falar sobre isso, porque não entro com embargo protelatório – que não são apreciados e, se fossem apreciados, evitariam recurso para uma instância superior. Então, isso deve ser motivo de curso, de incremento, nos juízos de 1ª instância, principalmente dos JEFs, para que eles leiam os embargos de declaração e parem de dar sentença de embargo padrão, que não é matéria para ser discutida: "Mas, olha, estou apontando que você errou, porque a data que você falou está errada.''Não, mas você está querendo modificar o mérito da demanda.''Estou, porque você fez errado!"

Então, vamos perder essa característica e passar a atuar mais excessivamente na análise das peças. Assim, evitaremos, com certeza, recursos desnecessários por assim dizer.

A SRª NEUZA ALVES – No meu gabinete, isso está resolvido, porque o advogado tem ampla possibilidade de ir lá falar comigo. Se eu não estiver ou não puder atender, a minha assessoria recebe religiosamente, às vezes. Comigo, precisa marcar dia e hora, porque, senão, não faço outra coisa, mas, com a assessoria, não é preciso marcar nem dia, nem hora.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Mas essa é uma realidade da 2ª Instância, que é extremamente educada. Até o Desembargador Souza Prudente, que foi meu professor, e a senhora, temos acesso a sua assessoria e, muitas vezes, não precisamos falar direto com a senhora, mas, em 1ª Instância, há juiz que não nos atende! Às vezes chegamos lá, dizendo: "Doutor, vim aqui despachar embargos de declaração". O juiz não ouve. Ele não aceita embarga de declaração. Nesse caso, rasguem o CPC, porque ele não está servindo para absolutamente nada. Aprendam a distinguir embargo protelatório do que é embargo correto. Com certeza, isso vai gerar a redução de processos e de recursos desnecessários.

A SRª NEUZA ALVES – Fui advogada doze anos na Bahia. Nunca aconteceu uma coisa dessas comigo, e, se tivesse acontecido, teria, sim, a minha atuação imediata.

Na minha cabeça, a toda hora, vem aquela frase: "Já não se fazem mais advogados como antigamente! Já não se fazem mais advogados como antigamente!"

O advogado não tem que ter medo do juiz. Ele tem que ter respeito por si próprio, em primeiro lugar, para poder respeitar cada um na sua devida posição, mas aceitar que o servidor diga: "Não! Está fazendo aqui o quê?! O juiz não vai atendê-lo!" Não!

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Essa é uma reclamação dos meus colegas. Pessoalmente insisto, uso das minhas prerrogativas, entro na sala do juiz e despacho, sim, com o juiz.

Agora, muitos colegas mais novos temem essa situação e, muitas vezes, são prejudicados por conta disso. Tentamos dizer para eles entrarem, peticionarem no processo e pedirem uma audiência com o juiz, se for o caso. Porém, há o medo talvez de que até aquele determinado servidor fique com raiva dele, e ele passe a perder o processo...

A SRª NEUZA ALVES – O "não" você já tem.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – O "não" você já tem. É o que eu digo.

A SRª NEUZA ALVES – Então, vai tentar os 50% do "sim".

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Com certeza.

Então, venho apresentar algumas soluções. Acredito que a última venha a trazer bastante diferença aqui para a discussão.

Bem, solução para mim, no caso dos JEFs, é dar entrada hoje em ação previdenciária com menos de 60 salários mínimos na vara ordinária, além de se perder tempo com agravo, porque o juiz vai dizer que a competência não é dele, vai passar para o JEF, e o advogado vai entrar com agravo, tal, tal e tal... Vão demorar aí uns três ou quatro anos para discutir se pode ou não tramitar na vara ordinária – acho que isso é mais da cultura da advocacia e deve ser desprestigiado.

Muitos entram na vara ordinária por conta da sucumbência, que não existe no JEF. Mas sou um grande apoiador dos JEFs. Sou apoiador também da conciliação no JEF, que atualmente tem atuado incessantemente, exceto há uns nove meses, quando a AGU resolveu entrar em greve – acho que ninguém está sabendo –, e eles não fazem mais audiência de conciliação.

Outro grande problema de reclamação dos advogados: na audiência de conciliação, quando estamos lidando com aquele cara que não recebeu o benefício, tem uma revisão defasada ou teve o benefício do auxílio-doença cessado, está sem receber, somos pressionados a fazer um acordo com deságio de 20 a 40% do valor que a pessoa tem a receber. Obviamente, nós, advogados, perdemos de 20 a 40% dos honorários de êxito.

Então, para que esse deságio, de vez em quando, imoral?

Vamos fazer a conciliação? Vamos. Adiantar o pagamento evita o pagamento de juros pela União. Também é economia. Não precisa penalizar ainda mais o segurado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Diego, preciso que o senhor dê uma acelerada agora.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Vou dar, Senador.

Então, com certeza, a elaboração de cálculos prévios nas ações de revisão, para ver se a pessoa tem mesmo direito ou não, porque a atuação contábil e a contratação de um contador especializado é muito cara, impossibilitando, muitas vezes, à pessoa saber se ela tem direito ou não. No mérito, pode ser que ela tenha direito, mas será que ela também direito no cálculo?

Vemos muito isso. Ações muito antigas – às vezes, assumo ações antigas de advogados que já faleceram e representaram as associações – chegam 10 a 15 anos depois. A pessoa ganhou a ação, mas não levou, porque, no cálculo, não houve diferença. Às vezes, fazendo esse cálculo prévio, já se matam muitas ações.

Para dar uma acelerada, como o Senador pediu, vou apresentar a V. Exª um novo projeto de lei – sei que V. Exª já está cansado dos meus projetos de lei, porque já apresentei tantos, mas V. Exª sempre os recebe com o maior carinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cansado, não. Os projetos são bons; o problema é aprová-los aqui.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Sim. E temos de lutar para aprová-los.

Por que, hoje, existem, Senador Paim, várias demandas previdenciárias, e o INSS é o maior litigante? Porque a fase administrativa do INSS – desculpe-me o termo – é uma porcaria. Por que é uma porcaria? Porque o advogado não tem acesso. O advogado, no INSS, é desrespeitado. Não temos direito a pegar uma mesma senha para apresentar três ou quatro protocolos de clientes diferentes. Temos de pegar uma senha para cada serviço e cada cliente. Então, o serviço duplica e, às vezes, o advogado fica o dia inteiro no INSS, para fazer um protocolo de revisão administrativa. Isso nos leva a simplesmente não atuar na fase administrativa!

E a fase administrativa, hoje, no Conselho de Recursos (CRPS), além de ser mais rápida, é eficiente. Há muitas decisões, seguindo as decisões judiciais. Ou seja, se tivermos acesso à fase administrativa e respeito nessa fase, certamente muitos processos judiciais seriam evitados.

É por isso que apresento este projeto de lei novo, Senador Paim, que altera dois pontos da Lei nº 8.213. Na verdade, um altera, e outro acresce.

Primeiramente, a questão da decadência e da prescrição em sede de direito previdenciário. Fiz uma modificação no artigo para adequar as decisões atuais, tanto do STJ quanto da TNU, sobre a matéria da decadência. Ao final do art. 103, dizendo que é de 10 anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado beneficiário, para revisão do ato de concessão do benefício, a contar do primeiro dia do mês seguinte ao recebimento da primeira prestação,

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – ou, quando for caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

O texto da Lei parava nesse ponto. Aí incluí aquele segundo ponto: "ou do trânsito em julgado judicial". Por quê? Houve muitas pessoas que, acreditando numa revisão, interpuseram uma ação judicial e esperaram, de dez a quinze anos, para a sua análise – às vezes, perderam; às vezes, ganharam e não levaram –, e esta foi fulminada pela decadência. Por quê? Porque o texto da lei não dizia que o trânsito em julgado interromperia ou não passaria a correr essa decadência.

Esse projeto, antes de mais nada, é apoiado, Senador, seguramente, posso dizer, por mais de um milhão de pessoas, porque ele é apresentado, além da Federação dos Aposentados do DF, pela Associação dos Aposentados, que tem mais de 35 anos de duração aqui no DF; pela Associação Brasileira de Alzheimer Regional do Distrito Federal, cuja representante está aqui, Drª Micheline; pela Associação Brasiliense de Deficientes Visuais (ABDV); pela Comissão de Seguridade Social da OAB; e pelo IBD Previ, instituto do qual sou Secretário-Geral.

Pois bem. O prazo de decadência, segundo texto proposto por nós, com o apoio do Dr. Guilherme Portanova e da Drª Thaís Riedel, só começa a correr, em razão de revisões reconhecidas expressamente por dispositivos legais, do dia seguinte à publicação da lei que o instituiu, em razão de decisões administrativas gerais e processos judiciais com repercussão geral, como o caso da desaposentação, a revisão do art.29, II, e etc., no dia seguinte à publicação no Diário Oficial. Isso já tem sido aplicado em muitas decisões, mas, às vezes, demoramos oito anos para chegar a uma delas, porque, em 1ª Instância, diz que não aceita. Aí, o advogado recorre, entra com embargos, vai ali, ali e ali, chegando até ao STJ. Isso é desnecessário.

Aos pensionistas também, o prazo também começaria a correr da revisão do benefício que o precedeu a partir do dia em que ela começar a receber. Embora já houvesse decisões nesse sentido, a maioria dos Juízes de 1ª Instância já decretam a decadência, dizendo que o benefício anterior já tem 10, 20 anos, não podendo o advogado revisá-lo no momento.

Pode descer um pouco.

O prazo decadencial também não correrá em razão de fatos e direitos que não foram objeto de análise e julgamento de processo administrativo de concessão (Súmula nº 81, da TNU).

Esse ponto é importante quanto a segurados portadores de doença de Alzheimer, bem como aos portadores de tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia Irreversível, etc.

São as doenças do Decreto, que inclusive geram isenção no imposto de renda. São doenças em que as pessoas, às vezes, encontram-se completamente incapazes até de procurarem advogado, de saber arbitrar se têm direito ou não, de buscar... Alienados mentalmente. Nesses casos, a decadência não correria contra essas pessoas.

E a prescrição manteve-se também basicamente inalterada, exceto pela parte final: "salvo direito dos menores, incapazes e ausentes, ou quando houver reconhecimento administrativo do Direito". Embora o Código Civil já prescreva, já aceite isso aí, não é aplicado. É só para reforçar.

E a outra grande inovação é a questão da atuação administrativa do advogado. Incluí, fazendo uma proposta de inclusão do art. 126, "a", Senador: "É facultado ao segurado ou dependente no curso processo administrativo nomear um advogado que atuará, mediante procuração, para todos os fins e fases, com respeito e liberdade". Fixemos: respeito e liberdade. Advogado não é a pessoa que está ali para atrapalhar nem a Justiça nem o INSS. Estamos tentando – é para isso que constitucionalmente existimos – ajudar na elaboração, cortando os caminhos e evitando que se vá à Justiça.

§1º: "O advogado poderá protocolar em ambiente físico e virtual, que deverá ser criado' – na verdade, ele já existe no INSS – 'pedidos de revisão, concessão de benefício ou recursos administrativos devidamente fundamentados, independentemente de arrendamento ou sem, específico para cada serviço ou atendimento, podendo, se for o caso, requerer audiência com o servidor responsável pelo processo administrativo e com o gerente da agência a que estiver submetido, mantendo-se íntegras e respeitadas todas as prerrogativas da profissão, nos termos da Lei nº 8.906, sob pena de anulação do processo e afastamento do servidor, sem prejuízo das sanções legais e administrativas".

Por que essa questão do respeito às prerrogativas e da fundamentação dos pedidos de revisão ou concessão? Muito segurados se aventuram a ir pedir a revisão sozinhos no INSS. E aí, muitas vezes, a revisão é assim: "Revise minha aposentadoria, porque ela estava defasada. Eu recebia 4 salários mínimos, e agora recebo um salário mínimo."

Isso não interrompe a decadência e não resolve absolutamente nada. Quando o advogado entra na Justiça, o juiz diz: você não impugnou especificamente. Então, a decadência para essa ação padrão está suspensa – agora, está interrompida ou suspensa, ou seja, não correu. Agora, para o resto a que ele tinha direito, já era!

Então, isso visa até melhorar o entendimento do que está sendo pedido, porque está fundamentado.

O §2º, incluído também: "O INSS disponibilizará espaço físico em ambiente virtual, de forma integrada nacionalmente, para recebimento de protocolos realizados por advogados, cuja decisão deverá ser tomada em 45 dias, podendo ser prorrogada por mais 15, desde que devidamente fundamentado."

Pode descer, por favor, a tela.

§3º Com uma única senha, o advogado que estiver representando vários segurados e requerendo serviços diversos, poderá apresentar tantos requerimentos quantos forem necessários, sem necessidade pegar uma senha para cada atendimento.

Como já disse, hoje, o advogado, que vai lá representando 10 clientes, tem de pegar 20 senhas, dependendo do que ele for fazer, porque, se ele tem dois serviços diferentes, são duas diferentes. Quem faz isso? Ninguém. E os nossos honorários não são bons para isso, porque, muitas vezes, os nossos clientes não têm condições de arcar com isso.

É vedada a distribuição aleatória de cartões, panfletos ou qualquer outro material publicitário de serviços advocatícios em frente, nas proximidades das agências ou em seu anterior.

Essa é uma reclamação constante das gerências executivas. Eu vou permitir que o advogado entre na agência, mas ele vai fazer publicidade. Tudo bem. O conselho de ética está aí para isso. A Lei o está proibindo de fazer isso. Para quem for, pelo menos na OAB/DF, estamos agindo incisiva e duramente contra esses falsos profissionais, porque, afinal de contas, quem se oferece nem sempre é bom. O advogado bom é o que é procurado, não aquele que se oferece.

As associações, federações ou confederações de aposentados e pensionistas e os sindicatos poderão protocolar pedido de revisão ou concessão para seus associados em grupo, desde que se trate da mesma matéria e que haja prévia indicação e qualificação dos segurados associados que poderão ser agraciados com a revisão pleiteada, devendo a petição ser obrigatoriamente assinada por advogado e acompanhada de autorização expressa do segurado e de comprovante de filiação, devendo ser julgado em 90 dias, prorrogáveis por mais 30.

O que é isso? Fiz uma proposta meio louca e inusitada da criação do processo conjunto administrativo.

Qual a finalidade disso? Às vezes, temos uma matéria padrão – desaposentação, por exemplo – em que não há necessidade de se interpor um processo administrativo para cada segurado. Às vezes, se a matéria é padronizada, e todos aqueles indicados têm o direito, interpõe-se um pedido de revisão administrativa coletiva, em que se resolvem, numa tacada só, vários processos e vários segurados. E as associações têm essa finalidade.

Parágrafo 6º – e penúltimo, para terminar: as decisões exaradas no processo administrativo valerão apenas e tão somente aos associados qualificados na petição da entidade requerente, e os pagamentos deverão se dar por meio de complemento positivo a cada segurado.

Por último, §7º. Sei que há alguns colegadas advogados aqui que achar uma maravilha, porque as pessoas pensam o seguinte: na seara administrativa, vou atuar e receber meus honorários como? Além de ela ser mais rápida, não há RPV. Ela é paga por complemento positivo. Então, muitos advogados ficam em dúvida com a relação à forma de recebimento dos honorários.

Está aqui: é defeso ao advogado requerer o destaque dos honorários advocatícios que lhe couber por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.906, desde que junte contrato de honorários e apresente no mesmo requerimento os dados bancários para depósito.

Por fim, Senador, devido à questão do tempo, pois temos muitos debates, algumas frases da Drª Neuza chamaram-me bastante a atenção. O Tribunal está aqui hoje. Com muita alegria escuto que vocês estão aqui para escutar e ouvir. É da discussão que surge a luz – perfeita colocação. Daqui, pretendo que saia a luz, para que possamos resolver as situações e criar realmente um debate.

Como o Senador bem disse, havendo demora, falhamos todos: não só os desembargadores e juízes, mas nós advogados também. Nós somos, muitas vezes, o colete de balas de toda essa confusão. Se o processo perde, a culpa é nossa. Estamos aqui para isso. E conte conosco para o que precisar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Acabamos de ouvir Diego Monteiro Cherulli, advogado e assessor jurídico da Federação de Aposentados e Pensionistas de Brasília e também da Cobap.

Já adianto que, como o projeto do senhor veio já no meu nome – veio aqui: Sala de Sessões, Senador Paulo Paim –, vou tomar a liberdade de dizer que acato, encaminho o projeto e já vou perguntar ao Senador Medeiros, aqui presente, se ele concorda em ser o Relator da matéria. Em sendo Relator, V. Exª poderá analisar o projeto com a profundidade devida.

Então, o projeto já está acatado e encaminhado. Chegando a esta Comissão e às outras, também nós vamos articular juntos, para que o Senador Medeiros seja o Relator.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, meu bom dia a todos os convidados e a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Em primeiro lugar, queria parabenizar V. Exª, Senador Paim, e todos os convidados pelo nível do debate e pela sua importância. Faço-o aqui em nome dos mato-grossenses, porque este debate interessa muito ao Estado de Mato Grosso, porque o este Estado tem sido cantado em verso e prosa, quando se diz que ele é o primeiro rebanho, o primeiro produtor de soja, o primeiro produtor de algodão, o maior produtor de milho e o maior produtor de peixe. Bem, essa é uma nuance de Mato Grosso. Agora, quando se trata das dificuldades do Estado, não tenho visto um debate muito forte do Estado brasileiro, em aquinhoar aquele Estado de condições, para que ele possa realmente continuar sendo esse produtor, esse grande ajudador do Estado brasileiro.

Tenho sempre feito essa discussão de que Mato Grosso ajuda muito o Brasil, principalmente nesses momentos de dificuldade, mas precisa ser ajudado pelo País, pela União. Especificamente quanto a essa questão, tenho-a acompanhado e conversado constantemente com advogados, com servidores da Justiça, com o Dr. Paulo Sodré, que está conduzindo a Justiça Federal no Estado, e também com juízes que trabalham nas subseções nos Municípios.

A grita é a mesma: a dificuldade que eles têm para fazer a prestação jurisdicional, para atender aos reclamos da população. Muitas vezes, o grande vilão – vou usar este termo aqui – é o próprio Estado brasileiro.

E como foi bem dito por todos, realmente, a questão previdenciária é um dos principais gargalos onde que acaba acontecendo esse grande acúmulo de processos no Judiciário, que, muitas vezes, que não deveriam estar ali. Nesse caso, teríamos de passar por outra discussão, que seria a reforma previdenciária. Alguns dogmas existentes nesse setor fazem com que essas demandas acabem indo parar nos tribunais.

Ontem, por incrível que pareça, recebi um telefonema da minha mãe. Alguém citou aquela angústia. Realmente, ela não faz o tempo sideral, ou seja, ela acompanha firme e acaba perguntando-me quando irá sair a sua aposentadoria. E eu digo a ela: "Esqueça. Não se preocupe, senão, a senhora vai morrer antes".

Cito o caso da minha mãe, porque ele é emblemático. Ela é uma semianalfabeta, morava no Nordeste – sempre morou na zona rural. Ela tinha na cabeça de que ia chegar um determinado momento na sua vida em que ela iria aposentar-se. Ela faz parte daquele grupo de pessoas que nunca contribuíram, trabalhavam naquela base de Funrural. Quando uma situação como essa chega ao INSS, é porta na cara, com certeza. Eles dizem a essas pessoas que entrem na Justiça; não dão nem moral a essas pessoas.

Obviamente, trata-se de pessoas já idosas, que não têm tanta paciência. É lógico que os processos entram na velocidade já dita pelo doutor aqui. Para o bem da saúde dela, eu já disse a ela para não esperar. O não esperar é que liberta o homem, já dizia um pensador.

Mas, Sr. Presidente, como disse, o Estado de Mato Grosso é emblemático, com relação a todas essas dificuldades, até pelo fato de o Estado, diria – e não estou dizendo isso, para sermos os coitadinhos –, não ser um dos players nacional, vamos dizer assim, às vezes, as coisas não acontecem. Só que o Estado está em ebulição.

Muitas pessoas não têm ideia, mas, para quem está acostumado a andar nas rodovias das Regiões Sul e Sudeste, quando chegam ao Estado de Mato Grosso, assustam-se, porque pensavam que só existia mato no Estado. Há uma pequena rodovia lá pela qual passam 40 mil veículos por dia, na sua maioria, carretas. As pessoas não conseguem andar. Às vezes, o trânsito está parado, e as pessoas não sabe por que e pensam que se trata de um acidente. Não, é simplesmente porque a rodovia encheu. Aquilo lá é escoamento da safra, e Mato Grosso tem praticamente duas rodovias que fazem todo esse escoamento. Então, é um Estado em ebulição. Obviamente, com isso, onde há muito desenvolvimento, onde a economia está se desenvolvendo muito, conflitos começam a aparecer também, abarrotando os tribunais.

Agora, tenho uma preocupação, Senador Paim. As demandas aumentam e estamos vendo nesta Casa o mesmo discurso do Governo Federal, um discurso, eu diria, até de demonização dos servidores públicos.

Não vejo também como melhorar a Justiça se as demandas aumentam cada vez mais e se não houver uma política de reposição desses quadros, desses recursos humanos, com qualidade, pensando, sim, na questão salarial, porque todos queremos uma boa prestação jurisdicional e uma boa qualidade de atendimento. No momento em que precarizo esses salários, os servidores saem.

Aqui mesmo, ouvi a explanação maravilhosa, feita pelo doutor. E a Justiça Federal perdeu esse quadro funcional. Ele não disse aqui, mas, muito provavelmente, também pela questão. O bom profissional não vai ficar ali sacrificando-se. Ele pode até ficar por um tempo; daí a pouco, como ele já deu a sua parte, ele vai procurar ou ir para a advocacia, para ganhar e lutar pelas sucumbências e por bons honorários, e não vai ficar do lado do balcão, onde vai estar sofrendo um estresse total, vai estar sendo atacado, vai ter um desgaste, porque a estrutura não funciona, e ele vai embora. Então, essa é uma preocupação importante.

Nesse debate dos servidores do Judiciário, eu nunca vi tanta falácia, tanta mentira e tanta coisa jogada para desabonar e enfraquecer os servidores.

Então, o que acontece? Quando se começa um debate como esse, joga-se para a população – e faço agora um parêntese, Senador Paim, porque ele é importante e tem a ver com a discussão. Os servidores do Judiciários, por exemplo, vêm brigando pela recomposição de perdas salariais.Há um universo de 120 mil servidores no País. Começou-se um debate acerca de um projeto que o próprio Governo havia enviado para esta Casa, aprovado, por unanimidade, no Senado Federal. Nenhum Senador votou contra; todos votaram a favor.

De repente, o Governo teve entendimento diferente, resolveu mandar outro projeto e começou a dizer que aquele projeto anterior dava um impacto financeiro muito grande: em torno de R$10 bilhões. Essa foi a primeira conversa. Logo em seguida, começou uma discussão, no sentido de que esse projeto estava dando um impacto financeiro de R$25 bilhões. Essa foi a mensagem que veio da Casa Civil para o Congresso Nacional, dizendo que o impacto financeiro era de R$25 bilhões, mas, na semana seguinte, o Jornal Nacional começou a propagar, junto com todos os grandes jornais do País, um novo discurso do Governo, dizendo que o impacto financeiro era de R$36 bilhões.

Bem, quem ouve isso, quem é pagador de imposto, realmente se assusta, porque isso vinha agregado à discussão de que o aumento era de até 78%. Isso assusta. Um aumento de 78%!

Tive a curiosidade de olhar se era isso mesmo. Cheguei à informação de que, num universo de 120 mil servidores, em torno de 14 teriam um pouco acima de 50%. Mesmo assim, eram funcionários daquelas carreiras bem pequenas, com um salário bem pequeno. Então, tudo isso foi usado, e a população se assusta, dizendo: Nossa! Esses servidores do Judiciário!... Essa coisa toda.

Mas a população não vê, por outro lado, que o prejuízo pode ser muito grande, se começarmos a usar esse argumento. Num primeiro momento, ele funciona. O Veto Nº 26, por exemplo, provavelmente, não será derrubado, porque todo o Governo se mobilizou para isso. Mas ele se mobilizou, lastreado em quê? Em inverdades passadas para a população.

Aí, começamos a pensar que o referido veto foi uma vitória, que ganhamos, arrebentamos os servidores, e eles não vão conseguir e tal... Vamos dar um aumento, começando a fazer disparidade entre as carreiras e aquela coisa toda.

Pergunto: Que Justiça vamos ter para o amanhã, se, neste momento, já estamos aqui? E ouvi aqui, pelo que foi colocado, pela explanação de todos, que estamos à beira de um caos.

Então, se precisamos fazer essa rearrumação na Justiça Federal, precisamos pensar em quem está tocando o piano, em quem está carregando piano. Essa é uma das minhas preocupações. Essa demonização só vai precarizar, cada vez mais, a prestação dos serviços.

Outro assunto abordado aqui muito interessante: realmente, a ideia que se passa já é a de que o Judiciário está sendo usado para postergar o que a União realmente deve.

Conversando há poucos dias com um alemão, em uma viagem que fizemos para a ONU, Senador Paim, fiquei impressionado. Estávamos numa discussão, perguntando como se dava a questão dos precatórios, e ele não conseguiu entender a pergunta, pedi novamente ajuda ao tradutor, pois pensei que fosse um problema de tradução. Mas ele disse que não, que, lá, quando o Estado, ele paga. Pensei: "Bem, temos uma outra realidade então!" Era por isso que ele não estava entendendo a questão dos precatórios.

Então, penso que, nesse emaranhado todo, com essa burocracia crescendo cada vez mais e tornando-se cada vez mais importante, até me parece que os meios se tornaram mais importantes do que os fins.

A Drª Neuza colocou bem aqui, com o perdão do Dr. Diego, que realmente precisamos, com certeza, mudar isso. Tenho dificuldade de ver até onde a discussão dos honorários ou de qualquer outra coisa é mais importante do que a daquele sujeito, que está desesperado.

Conto isso aqui, porque tenho recebido constantemente telefonemas, no meu gabinete, do desespero de uma mãe, lá de Mato Grosso. O seu esposo era funcionário público e, por essas brigas jurídicas, foi demitido. Ele tentava voltar para o serviço público, entrou com processo há muitos anos, há quase dez anos, e, num acidente de carro, ele morre. Acontece, porém, que ele tinha um filho autista. Imaginem os senhores! Um filho autista exige uma equipe praticamente multidisciplinar para os seus cuidados. Ele morre, o único provedor da família, e a mãe, desesperada.

Aconselhei-a a não esperar tão logo, porque essas coisas demoram. Eu mesmo tomei a liberdade de ir ao TRF, contar ao desembargador o desespero dessa família.

Mas eu sei que não é assim. Essa é a dificuldade. Às vezes, por trás dessa fila virtual – e isso me preocupa, Senador Paim –, existem números casos dessa natureza: são pessoas com vidas estraçalhadas.

Essa questão virtual facilita de um lado. Digo isso porque ela existe lá no INSS, Senador Paim. Pode ter certeza de que, no Rio Grande do Sul, se a fila desse para a rua, ela daria voltas e voltas no quarteirão em torno da agência do INSS. Estou referindo-me ao INSS, porque é a grande demanda hoje, assim como a Justiça Federal.

Por isso, o meu encantamento com esse debate, no sentido de que não tenho dúvida de que, a partir daqui, já tenhamos algumas linhas, talvez algumas ideias legislativas, até em forma de projeto. Se possível, gostaria até de ter acesso àquele trabalho feito por V. Sª, de muita valia, para que possamos, a partir das audiências, ter uma saída para uma nova Justiça Federal.

Gostaria de deixar umas perguntas aqui – e já passo para o final da minha fala, Senador Paim –, que talvez sejam para a Drª Neuza.

Sabe-se que um dos grandes problemas do Poder Judiciário, como um todo, é a repetição de ações individuais que versam sobre a mesma causa de pedir e que contém o mesmo pedido. Com base nisso, perguntaria em que medida o TRF da 1ª Região poderia estimular solução molecular dos conflitos a que é submetido.

E a minha outra pergunta: Quais são as medidas, já tomadas pelo TRF da 1ª Região, para a diminuição do acúmulo de processos, aguardando julgamento pela Corte e quais são os motivos pelos quais elas não se revelaram eficazes para a resolução do problema. Creio que essa pergunta já foi quase respondida aqui por todos que já passaram.

A SRª NEUZA ALVES (Fora do microfone.) – Eu vou entregar para V. Exª um relatório completo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Ótimo. Ótimo.

A SRª NEUZA ALVES – ... analisar as ações que o Tribunal vem adotando na direção da diminuição desses prazos de solução das demandas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado.

A SRª NEUZA ALVES – E também conhecer mais de perto ainda – e V. Exª já conhece, porque é de Mato Grosso, não é? – a realidade da 1ª Região, no âmbito das Regiões Norte, Centro-Oeste, e uma parte do Sudeste, Minas Gerais, com o maior volume de problemas.

Agora, gostaria que V. Exª explicasse melhor primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Devido ao nosso tempo, pois dei um prazo além do normal para cada convidado, não em relação a V. Exª, Senador José Medeiros, mas pediria que V. Exª encaminhasse todas as perguntas, e os convidados respondam nas considerações finais.

Mas, faça as perguntas. Temos prazer em ouvi-las.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A pergunta era sobre um dos grandes problemas do Poder Judiciário, que é a repetição das ações individuais. Como o TRF poderia estimular a solução molecular dos conflitos?

Finalmente, sabe-se que, em matéria previdenciária, os juízes estaduais têm competência para julgamento de matéria quando não há Vara Federal na respectiva Jurisdição. Sabe-se também que os recursos, neste caso, são todos dirigidos ao TRF da 1ª Região. Assim, indaga-se se não seria o caso de o TRF da 1ª Região reforçar as Turmas que julgam esses processos. Outra pergunta: Quem sabe, transferir a competência desses recursos para as turmas recursais dos Juizados Especiais Federais, mediante autorização alteração legislativa?

São essas as minhas considerações, Senador Paim. Mais uma vez, é muito oportuna essa audiência e de suma importância, principalmente para o Estado de Mato Grosso, pois agora acabamos de aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça, e pedimos urgência para o Plenário. Infelizmente, tivemos que pedir urgência, porque ficamos sabendo aí, por embargos auriculares, que o Governo vetaria, o que é uma pena.

Fico preocupado. Penso que temos de começar a discutir a verdadeira independência dos Poderes. Tanto nesse debate dos servidores públicos, quanto nessa questão, penso que quem tinha de definir esses assuntos seria o outro Poder, sem essa interferência. Se a Justiça chegou à conclusão de que não há como fazer o trabalho sem a criação de mais uma vara, eu creio que é muito ruim a gente saber que o Executivo vai vetar. Essa é a minha preocupação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Agora vamos ao plenário. Há dois inscritos que farão as suas considerações ou alguma pergunta à Mesa. Os componentes da Mesa terão cinco minutos cada um para as considerações finais e, ao mesmo tempo, responder a questionamentos.

Primeiramente, passo a palavra ao Aldinon Vicente Silva, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do DF e Territórios. Em seguida, para a Chefe de Gabinete do Desembargador Cândido Moraes, do Tribunal Regional da 1ª Região, Srª Rita Olívia.

Por favor, Sr. Aldinon.

O SR. ALDINON VICENTE SILVA – Aqui estou. Obrigado, Senador, a quem cumprimento pela iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço o apelo pelos cinco minutos.

O SR. ALDINON VICENTE SILVA – Sim.

Cumprimento V. Exª pela iniciativa da audiência pública e na pessoa de quem também saúdo os demais expositores.

Sou servidor do Tribunal de Justiça do DF. Soube da audiência pública olhando um site de um jornal de grande difusão na internet e vim correndo para cá, porque o tema interessa, já que estamos falando do acúmulo de processos no TRF da 1ª Região.

Como servidor grevista, estive no TRF há poucos dias para convencer outros colegas a aderirem à greve, e o fiz em razão do que o Senador José Medeiros expôs há pouco: os servidores do Poder Judiciário da União estão há nove anos sem reposição de perdas salariais. Esse é um tema recorrente nesta Casa, no Congresso Nacional. Nesse ponto, até lamento a ausência da participação de algum representante de entidade de classe da categoria, porque o Poder Judiciário tem duas moedas; uma é a magistratura e a outra, os servidores.

Eu vi na fala do Dr. Joaquim e do Dr. Diego manifestações a respeito do trabalho dos servidores, da carência de servidores em gabinetes. E não podemos pensar realmente no Poder Judiciário sem essas pessoas, sem esses trabalhadores. Aí, Dr. Joaquim, aqueles 24% lotados na área fim são pessoas que, ao lado de magistrados, elaboram votos, despachos, decisões, estão premidos pelas metas do CNJ e, portanto, parece que merecem remuneração condigna com as atividades que desenvolvem.

Assim, sugiro que as conclusões, Senador Paim, que forem tiradas desta audiência pública e as ações, Desembargadora Neuza, que forem implementadas no Tribunal contem com a participação dos servidores, contem com a análise dos servidores, através de suas entidades representativas, para que essas soluções sejam mais completas, tendo em vista o outro lado da moeda.

A questão da carência de servidores o Senador José Medeiros muito bem colocou. Hoje, a carreira do servidor do Poder Judiciário da União não é atrativa. Quem lá está quer sair e quem chega não quer ficar. A rotatividade é muito grande, trazendo prejuízos para a prestação jurisdicional e para as atividades do Tribunal.

Além disso, a dificuldade ou os problemas enfrentados nesse acúmulo de processo se refletem no adoecimento desses servidores. E, nas andanças pelos tribunais para convencer os servidores a aderirem à greve, estabelecemos diálogo com colegas com quem não tínhamos um feedback. Parecia que conversávamos com zumbis de tantos processos que os rodeavam. As pessoas com olheiras em suas pálpebras nos ouviam, mas pareciam que estavam em outro mundo.

Portanto, trago aqui como contribuição o pedido de que quaisquer medidas adotadas no âmbito do Tribunal ou as conclusões desta audiência pública a serem levadas passem, sim, pela oitiva dos servidores. E chamo todos os expositores a refletirem sobre essa situação salarial do servidor do Poder Judiciário, que acaba por refletir na prestação jurisdicional, como muito bem colocou o Senador José Medeiros .

A título de sugestão – talvez seja uma sugestão tímida, mas a faço como cidadão – pudéssemos pensar na especialização de turmas no Tribunal, tal como ocorre no STJ com a especialização das seções em determinadas matérias. Nós temos as turmas do tribunal e talvez possamos pensar em especialização em matérias previdenciárias, Direito Latifundiário, enfim nessas causas que envolvem o acúmulo de processos e tantas demandas.

Mais uma vez agradeço por participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Aldinon Vicente Silva, analista judiciário.

Passamos a palavra agora à Srª Rita Olívia, Chefe de Gabinete do Desembargador Cândido Moraes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A SRª RITA OLIVIA ANNEYS CARDOSO – Bom dia a todos!

Eu fui a primeira pessoa na Tribunal a receber o convite do Senador, tanto o da assessoria como o convite enviado por e-mail. Naqueles dias o Desembargador Cândido Moraes se aposentou, no dia 13 de outubro próximo. E fiz questão, insisti com a administração do tribunal – a Desembargadora está aqui de testemunha – para que eu viesse para esta audiência pública, porque considerei importantíssima a participação do Tribunal Regional Federal. E não só a participação da instituição, mas também que os servidores participassem, porque ficamos um pouco chocados com a proposta que era discutir o acúmulo de processo no Tribunal Regional Federal, porque esse corte no assunto faz parecer que lá não se movimenta processo. Acúmulo de processo tem muito a ver com coisa parada, com coisa à espera de atenção, e isso não revela a realidade que nós enfrentamos no nosso cotidiano.

Se houver o cuidado – acredito que haja essa documentação –, vai-se observar que julgamos, pelo menos nos seis gabinetes da 1ª Seção, que são exatamente aqueles gabinetes com competência de matéria previdenciária, que foi o que constou no ofício... Constaram matéria previdenciária e FGTS, que não é competência nossa, mas a apreciação da matéria previdenciária compete ao seis gabinetes da 1ª Seção, que é dividida em 1ª e 2ª Turmas. Eu faço parte da 2ª Turma, e nós julgamos, por mês, cerca de 1.600 processos, inclusive em prejuízo dos processos de servidores públicos, que são postergados, porque existe uma coisa – e peço licença para ser bem honesta e livre nesta fala –, um casamento ruim, que é juntar os processos do Regime Geral da

Previdência com os do Regime Jurídico Único. Por conta do fato de que os segurados da Previdência Social são geralmente pessoas que não são assistidas, não têm um salário como servidor – o servidor, recebendo bem ou mal, está recebendo –, a gente sempre prioriza os processos de Regime Geral da Previdência.

Há outro casamento ruim, que é o fato de que recebemos processo de competência delegada. Ou seja, temos o maior tribunal do País, que alcança quase 90% do Território brasileiro, que é continental. Então, a 1ª Região é também continental. Além de atingir do Norte até parte do Sudeste, recebe processos de uma região cuja população tem uma renda per capita muito baixa. Isso significa dizer que as demandas são grandes, e o servidor se debruça sobre elas.

Agradeço e ratifico a fala do Senador Medeiros e fala do colega do Judiciário. Os nossos problemas não podem ser... Percebi – infelizmente, cheguei um pouco atrasada a esta ausência – que o assunto se ampliou, e não podemos perder a oportunidade de encarar, de tratar o assunto com uma lupa e enfrentar o problema de forma que todos, juntos, possamos encontrar uma solução que já está se delineando: a proposta de ampliação que o STJ apresentou, da qual até hoje não se viu desdobramentos. Falo da Emenda Constitucional nº 73, de 2010, não foi implementada e provavelmente não o será, por força da crise avassaladora que atinge o País. Então, não existe dinheiro para implantar tribunais. Assim, o jurisdicionado é prejudicado por isso. Mas essa culpa toda, essa carga toda, esse fardo todo é carregado hoje pelo servidor, porque a ele são atribuídas a responsabilidade e a culpa pela demora ou pelo acúmulo de processos no TRF1, que é o maior tribunal deste País.

O segundo maior tribunal deste País tem cinco Estados pequeninos, é a 5ª Região. Os demais são pequenas nesgas – São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, todos com dois Estados –, mas a 1ª Região conta com 14 unidades da Federação, com Estados como Amazonas, Bahia, Minas Gerais. Tanto a dimensão territorial quanto a renda per capita sobrecarregam, e a gente tem de enfrentar isso, encarar isso com todos os operários do Direito e pressionar.

Eu vou narrar um fato. Acho que tenho tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda resta um minuto.

A SRª RITA OLIVIA ANNEYS CARDOSO – Uma das coisas que afeta muito é o rejulgamento de processos.

(Soa a campainha.)

A SRª RITA OLIVIA ANNEYS CARDOSO – Outro dia eu peguei uma decisão, uma das situações várias que a gente pega, em que o ente público sugeria ao órgão que ele estava representando que cumprisse aquela decisão judicial que havia recebido antecipação de tutela. Esse não é um caso isolado não! É a nossa realidade de um Poder que deveria ser Poder e hoje é uma mera forcinha, o Poder Judiciário, porque não vê suas decisões respeitadas por quem as deveria respeitar. O ente público deveria ser o primeiro a dar esse depoimento, a cumprir as ordens, mas não o faz. Então, isso mina a força e a autoridade do Poder Judiciário, como vem minando também a do Poder Legislativo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Rita Olívia, Chefe de Gabinete do Desembargador Cândido Moraes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Antes de passar às considerações finais, eu vou ler os encaminhamentos, para que todos possam dizer se faltou isso ou aquilo: 1) oficiar o Presidente do STF e o Relator da ADI nº 5.017, cujo objeto é Emenda Constitucional nº 73, de 2013, que cria novos Tribunais Regionais Federais, para dar celeridade ao julgamento, em face do que foi objeto da audiência pública; 2) oficiar o Conselho Nacional de Justiça para que se manifeste acerca da demora do julgamento da ADI nº 5.017, que trata dos novos TRFs; 3) oficiar o Conselho Nacional de Justiça para que se manifeste sobre o andamento do PL da estruturação das turmas recursais; 4) oficiar a Corregedoria do CNJ para que encaminhe o diagnóstico do que tem sido apurado acerca do acúmulo de processos; 5) oficiar o Senador José Pimentel, Autor da PEC que altera a competência da Justiça Federal para as ações previdenciárias e valorizar o julgamento para as turmas recursais, para manifestar apoio à PEC que irá acelerar o julgamento das ações previdenciárias.

Eu coloquei por conta e risco oficiar o Presidente do Congresso Nacional para que esta Casa aprecie o veto ao PL nº 26, que trata do Judiciário. Se não são votados os vetos – e o Congresso não faz isso desde abril, o que é uma vergonha. Eu já falei na tribuna este termo e repito aqui. É um absurdo que o Congresso não aprecie os vetos desde abril deste ano! –, na sequência, estamos com dez mil aposentados e pensionistas, esperando a votação do PL nº 2, de 2015, que é do Aerus. Isso é algo já resolvido. O Judiciário resolveu, o Executivo resolveu, mandou o PL para cá, e o PL não foi votado. Não é falta de dinheiro, não é nada. É porque não se vota. Então, que a gente aproveite este momento para dar uma acelerada na votação pelo Congresso dos vetos, o que não ocorre desde abril, e que vote os PLs na sequência. Estou destacando aqui o PL nº 12, de 2015, do Aerus.

Por fim, que nenhuma medida de todos essas levantadas não seja... com a participação dos servidores do Judiciário, via entidades.

Esse é o resumo que a assessoria, que estava prestando atenção, recolheu, sem prejuízo de todo o material da OAB, inclusive que V. Exª passou para a assessoria. Vamos tentar, dentro do possível, colaborar para que se dê andamento.

Agora vamos às considerações finais.

Começou com a Drª Neuza, que brilhantemente abriu os nossos trabalhos, e hoje vai encerrar com ela.

A senhora vai encerrar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é o destaque final, quem encerra é... É o seu brilho, a culpada é a senhora. Brilhou demais, vai ter que fazer a fala de encerramento.

A SRª NEUZA ALVES – Ah, não. Brilhos à parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos inverter agora. A senhora iniciou, e o Diego terminou. O Diego começa, e a senhora encerra.

Por favor, Dr. Diego.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Muito obrigado, Senador.

Sobre a fala do Senador José Medeiros, em termos de esclarecimento, em momento algum entendi que há uma demonização dos servidores públicos, muito pelo contrário. O servidor ali bem disse: os servidores públicos são essenciais à administração da Justiça e devem, sim, ser muito bem valorizados.

Quanto à questão do projeto de lei...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Um aparte, Dr. Diego.

Eu talvez tenha me feito entender que vocês é que estão demonizando. Eu me referi ao Governo Federal, que está confundindo impacto financeiro com despesa e pega o impacto, que é de R$10 bilhões, e joga para R$36 bilhões. Aí, joga os servidores na mídia nacional, como se eles fossem os culpados, inclusive, pela crise financeira pela qual o País está passando. É nesse sentido.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Sim, é exatamente nesse sentido que existe o tal do déficit da Previdência. Eles se utilizam da mesma artimanha para dizer que a Previdência Social está em déficit, e nós aqui já provamos milhares de vezes que não está. Então, continuem nessa luta, e boa sorte para vocês.

O que nós, advogados, ainda queremos deixar claro é que queremos a diferenciação entre a remuneração de vocês e o respeito às nossas prerrogativas. Nós não temos condições de eleger a remuneração de vocês, e nem vocês têm condições de eleger a nossa. Mas nós vivemos de honorários e, quando a greve atinge todos, nós é que ficamos sem botar comida em casa, principalmente quando atinge os processos em fase de finalização.

Como vocês disseram aqui, o servidor público está recebendo todo mês, tem ali a sua estabilidade remuneratória, mas nós, advogados, só recebemos no final do processo, quando sai, muitas vezes. Então, se o processo atrasa, a gente é que não põe a comida em casa.

Então, essa é uma luta, e queremos respeito também às nossas prerrogativas, que nós sejamos atendidos com respeito e consideração. Eu não estou generalizando, isso é fato isolado de um ou outro funcionário, que muitas vezes está no balcão, e os bons estão lá dentro em trabalho executivo ou administrativo. E, no balcão, nós somos maltratados, e gera-se essa imagem ruim, mas que não necessariamente é a verdade, porque eu fui estagiário por 4 anos no TJDF aqui em Brasília, e eu sei muito bem como é isso.

Por fim, Senador, queria só que fosse incluído também nas exposições finais o ofício ao Presidente da Casa também para que se acelere a votação desse PL que eu apresentei agora e que eu considero de extrema importância, para que ele seja distribuído e apresentado com máxima urgência, porque ele dá solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse eu não vou colocar aqui no ofício...

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Porque ele não existe ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... porque ele vai me dizer: "Pô, Paim, tu nem entrou com o projeto e quer que eu agilize."

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Já quer que agilize...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, é demais. Mas eu me comprometo, junto com o Medeiros, a trabalhar, a partir do momento em que ele for despachado para as Comissões – e para esta nós vamos ter que pedir que ele venha –, para que o Senador Medeiros possa relatar nas comissões. Daí, vamos pedir para que haja um requerimento de urgência e vamos coletar as assinaturas dos Líderes.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Claro, com certeza. Ele, na minha opinião e das entidades que a gente representa, traz celeridade e traz uma solução urgente, que é a atuação administrativa, que não prejudica os honorários e que gera a diminuição dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O seu pedido fica atendido por nós.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos tentar articular urgência.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Com relação a uma solução, o Senador José Medeiros fez uma pergunta. Com relação às ações repetitivas e à questão dos honorários de sucumbência, como eu disse, nós, advogados, não vamos abrir mão dos honorários de sucumbência. Existe uma falácia, uma falsa impressão de que essa discussão sobre os honorários de sucumbência é que abarrota o Judiciário. Não é. Não é. Essa é uma questão mínima e que, algumas vezes, vem à tona. Eu mesmo raramente recorro de honorário de sucumbência, só para deixar um exemplo. Se houvesse uma opção, que se promova a execução provisória da ação principal, para o cliente poder receber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou só avisar aqui: quando tocar a campainha, tem um minuto.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Quando houver a discussão dos honorários de sucumbência, que ele continue no tribunal, mas que se execute provisoriamente o processo da matéria que já está sem possibilidade de recurso, já está abalizada.

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Por fim, não queremos jogar a culpa em cima de servidor, ou em cima de nenhuma pessoa em específico. A culpa é da generalização do sistema. O sistema está sendo mal gerido. E eu creio que a Drª Neuza trouxe uma esperança de que ele pode ser mais bem gerido. Vamos conversar com os advogados. A OAB Federal e a OAB/DF também estão à disposição, sempre, para conversa. Chamem os advogados na hora de elaborar um sistema, porque nós sofremos, no final das contas, com eles, e chamem as entidades que representam a sociedade. Afinal de contas, só uma discussão conjunta poderá levar luz a esse tema.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Diego.

Agora, falando pela Ajufe, representando também o Juiz Federal Antônio César, que teve de se retirar, é com satisfação que eu vou passar a palavra para a Drª Candice Lavocat Galvão Jobim. Eu não resisti e perguntei para ela: Você conhece um amigo meu. E digo isso com alegria, porque ele foi um grande amigo meu e é um grande amigo meu. Fui Constituinte com ele.

Eu me lembro da época em que éramos candidatos a Deputado Federal, os dois: ele, pelo PMDB; e eu, pelo PT. E, como ambos éramos meio rebeldes nos partidos, acabamos fazendo campanha juntos. E ele dizia: "Não quer votar em mim, vota no Paim, pelo menos." E eu dizia: Não quer votar em mim, vote no Jobim, pelo menos. E chegamos os dois na Constituinte. Ele foi Relator da Constituinte, depois Presidente do Supremo. Então, é uma pessoa pela qual tenho muito carinho. E ela disse: "Sou nora do Jobim." Então, fica aqui o meu pedido de que dê um grande abraço nele.

A SRª CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Obrigada, Senador. Darei, com certeza.

Senador Paulo Paim, gostaria de agradecer, já que não me manifestei antes. O Dr. Bochenek estava aqui. Agradeço esta oportunidade deste debate amplo e transparente a respeito do TRF da 1ª Região. Nós estamos realmente numa situação que já foi muito bem colocada pela Desembargadora Neuza e também de forma bastante direta pelo Dr. Johann Junior, com quem trabalhei na Justiça Federal, na 7ª Vara, um servidor realmente excelente que nós perdemos por conta dessas dificuldades encontradas pelos servidores, que têm sido realmente bastante "massacrados", entre aspas, no Judiciário, porque estão com trabalho que não dá nem para imaginar. É inimaginável a quantidade de trabalho. E eles não vêm sendo reconhecidos por esse trabalho. Então, de fato, nós estamos perdendo quadros importantíssimos na Justiça Federal, por conta dessa desvalorização da carreira dos servidores.

Também nós, juízes federais, sentimos muito, Senador Paulo Paim, porque, como disse a Chefe de Gabinete do Desembargador Cândido, nós perdemos de fato uma grande parcela do poder e da eficácia das nossas decisões judiciais, porque o nosso Poder Executivo – e aí nós inserimos todos os Ministérios, o Ministério da Saúde, quando se determina alguma coisa, o INSS, quando...

Nós finalizamos o julgamento de um processo e passamos anos – não são meses, são anos – despachando, determinando o cumprimento da decisão, e a decisão não foi cumprida. E, quando o juiz determina multa ou diz que a decisão tem que ser cumprida sob pena de responsabilidade, o CNJ, depois de representação pelos advogados, determina uma abertura de procedimento administrativo disciplinar contra o juiz que determinou a multa para que a autoridade cumpra decisão judicial. E isso acontece diariamente, Senador. Isso não vem à tona, ninguém sabe, mas as decisões dos juízes não são cumpridas. O INSS não cumpre decisão judicial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é gravíssimo.

A SRª CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Então, de fato, isso é muito, muito grave.

E todo esse problema vem à tona, veio agora à tona. Espero que daqui gere bastantes frutos. Por quê? Porque ninguém conhece a estrutura, os problemas do Poder Judiciário, nem mesmo o CNJ. O CNJ, quando determina alguma coisa, quando nós vemos aquilo que foi determinado, vem de uma forma que demonstra que eles realmente não conhecem a realidade da Justiça Federal. Não conhecem mesmo. Normalmente, o Presidente do STJ e a Corregedora nem são da Justiça Federal, não conhecem a Justiça Federal, não conhecem a estrutura. O IPC-Jus mesmo, que foi citado aqui várias vezes, todos sabem que não retrata em nada a Justiça Federal. Então, não tem como ser utilizado pela Justiça Federal, não tem como ser utilizado para a Justiça Federal, mas eles insistem, porque não conhecem. Há desconhecimento.

Felizmente, esta Casa do Congresso tem feito o seu papel, como já foi colocado. Acabou promulgando a Emenda à Constituição que cria novos tribunais. Tem um projeto de lei em andamento para a ampliação dos tribunais existentes, mas infelizmente a guerra entre Estados, entre tribunais, quem vai ficar com mais ou com menos desembargadores acaba suplantando a real necessidade da 1ª Região.

Então, por conta de brigas satélites a respeito do tema principal, que é o TRF da 1ª Região, nós estamos aí com 27 desembargadores, numa região que tem 14 Estados – 13 Estados mais o DF –, incluindo o Distrito Federal – que já foi citado aqui também –, que tem uma competência nacional. Então, há causas aqui de São Paulo, Porto de Santos, Rio de Janeiro, tudo vem parar no Distrito Federal. Os juízes daqui estão num acúmulo inacreditável. Também não são muito olhados, não. Não têm um olhar muito benevolente, mas estão necessitando também de uma ampliação, os juízes do DF.

Só para encerrar, só o Tribunal de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu lhe dei os minutos a mais que você não tinha falado ainda. Você tem 4 minutos ainda.

A SRª CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – ... do Distrito Federal e Territórios tem 40 desembargadores. Não é isso? E ainda tem os convocados, que eles chamam de desembargadores pinguins, que são aqueles que já atuam no tribunal e que não vão mais voltar para a 1ª instância, que chegam quase a 50.

Nós temos 27 desembargadores, para 14 Estados. Então, só aí já dá para ver que a conta não fecha, não tem como fechar. São 27 desembargadores, incluindo o DF, que é a única jurisdição do TJDF. Isso já demonstra que não tem como fechar.

Então, seria necessário haver pelo menos um desmembramento desse projeto e se pensar logo num tribunal que esteja necessitando, do que ficar nessa briga entre "ah, tem que ter no Paraná, tem que ter no...". A gente não vai chegar a lugar algum.

Infelizmente, realmente tudo o que foi colocado aqui pelo Dr. Junior é realidade. Há uma falta de gestão que poderia ser mais bem equacionada, mas eu acho que isso é lugar-comum. Quando nós estamos com uma bagunça muito grande dentro de casa, não conseguimos nem começar a organizar, porque os processos continuam chegando, não dá para parar um minuto nem para pensar como é melhor organizar aquilo que está acontecendo.

Então, acho que a primeira coisa é se ampliar para dar um desafogamento, e, a partir daí, as pessoas poderem pensar numa gestão, numa administração melhor. Realmente, eu louvo, mais uma vez, a sua iniciativa, Senador. Realmente, é necessário este debate, e o TRF da 1ª Região está necessitando de um olhar da sociedade.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Candice Lavocat Galvão Jobim, que falou pela Ajufe.

Agora, passo a palavra para o Dr. Johann Homonnai Junior para as suas considerações finais. O Dr. Johann é representante da OAB.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Muito obrigado a todos.

Só para complementar, houve um ponto que o Senador José Medeiros colocou que foi a questão das ações coletivas.

Realmente, Senador, as ações coletivas foram introduzidas, e muito bem introduzidas, no Código de Defesa do Consumidor, que completou agora 25 anos. Infelizmente, é uma lei que não é adequadamente aplicada. Efetivamente, o Judiciário está a dever a este instrumento fantástico de resolução de conflitos de massa, essas ações semelhantes. Para V. Exª ter uma ideia, uma ação coletiva pode substituir 200, 400 ações individuais, e aquilo normalmente só é desmembrado por ocasião da execução, na época em que se faz a individualização do crédito e se produz a execução. E aí os advogados também têm de assumir a culpa, porque são eles que têm de provocar o Judiciário, mas existe uma resistência, uma jurisprudência de resistência muito grande à legitimidade das associações e até mesmo dos sindicatos.

Recentemente, o Supremo julgou o RE em regime de repercussão geral 573232, e a Drª Neuza foi uma das únicas vozes solitárias a dizer que não é nada do que estão entendendo. Estão entendendo que o julgamento desse precedente limitou a legitimidade das associações para os seus associados, e, talvez, por alguma razão – isso um psicólogo tem de descobrir –, essa questão da ação coletiva possui uma antipatia no Poder Judiciário.

A SRª RITA OLIVIA ANNEYS CARDOSO – Meta 18.

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Exatamente. Então, ela não é bem vista. A jurisprudência não avança; ela regride. A Drª Neuza, sempre que recebe os recursos extraordinários, especiais, esclarece exatamente que o alcance dessa repercussão não tem nada a ver com o que estão dizendo.

Ou seja, estão dizendo que está limitando, mas, na realidade, ela tratou de um caso particular, e, por um defeito na hora de julgar o regime repercussão, não foi fixada a tese que mantinha a legitimidade das associações para todos os associados.

Estão falando, agora, em lista, em relação de associados, e, às vezes, a ação demora oito anos, aí, duas mil, três mil, cinco mil pessoas se associam àquela entidade, mas não podem executar. Quer dizer, o Judiciário, por uma antipatia evidente, dá um tiro no pé, nesse caso, porque as associações, as ações coletivas efetivamente teriam plena condição de diminuir, e muito, o fluxo de processo.

Para V. Exª ter uma ideia, eu trabalhava ainda na Justiça, no ano de noventa e pouco, quando foi aumentada aquela alíquota da contribuição previdenciária dos servidores, e uma única ação foi ajuizada na 9ª Vara da Justiça Federal aqui do DF. O juiz concedeu a liminar para que não fosse descontada exatamente uma contribuição pelo valor abusivo. O Supremo disse que tinha caráter confiscatório e finalmente reconheceu que não deveria ser cobrada. Só que essa ação, que acho que foi ajuizada pelo Ministério Público – e até limitaram, dizendo que o Ministério Público não podia ajuizar ação de natureza tributária e tal –, produziu milhares de processos, ações individuais, quando apenas uma ação no Ministério Público seria suficiente para resolver toda a questão e permitir até que os juízes, os magistrados discutissem a situação com maior conforto, sem estarem premidos pela quantidade de processos em andamento.

A SRª CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Só que, nessa parte das ações coletivas, há um problema para o qual eu só pedi aqui um aparte para chamar a atenção: no momento do conhecimento, é um processo só. Então, é fácil julgar um só. Só que julga sem toda a documentação de todos aqueles associados. Mas, quando chega na hora da execução, aquele único processo viram 25 mil processos, porque cada um vai ter de ser executado num processo diferente, já que a situação da parte é diferenciada em relação a documento, período, fase, índice.

Então a coletiva resolve, num momento específico, mas, depois, o trabalho vai ser o mesmo. Então, não sei se seria também uma solução tão grande assim.

(Intervenção fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. JOHANN HOMONNAI JUNIOR – Sim, só que, em vez de 25 mil, seriam 50 mil, se fossem individuais, porque seriam 25 individuais, depois, transformada em execução, iriam para 50. Então, a ação coletiva, em vez de 25 mil, seriam 24,999 mil. Teriam economizado 24,999 mil ações individuais, porque uma só representaria..., ainda que houvesse desmembramento na execução.

Eu trabalhei muito tempo com ação coletiva. Sinceramente, com alguma racionalidade, dá para se fazerem as execuções; nós nunca tivemos maiores dificuldades com isso.

Mas, finalizando, eu queria agradecer a oportunidade em nome da OAB Federal, pedindo desculpas transmitidas pelo Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, nosso Presidente Federal, que infelizmente não pôde comparecer, embora desejasse muito participar desta audiência.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Esteve muito bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Johann Homonnai Junior, que falou pela OAB.

Agora, para encerrar, Drª Desembargadora Federal Neuza Alves, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A SRª NEUZA ALVES – Se eu fosse dispor do tempo necessário para responder cada uma das colocações, eu gastaria mais do que já gastamos até aqui. Eu sei que a obrigação de ser sucinta faz com que eu encare essas respostas que eu acredito que devo dar como apenas o start, só o pontapé inicial, com a possibilidade de ampla discussão em outras audiências públicas, em outros momentos, até mesmo por outros instrumentos.

Hoje, depois de um caminhar tão difícil, eu não tenho mais saúde para prometer mais nada para ninguém, nem jurisdicionado, nem advogado, nem Parlamentar, nem colega juiz. Apenas digo que tento, como sempre fiz, trazer uma gotinha de água no bico de um pássaro para apagar o incêndio.

Eu posso até admitir que todas as críticas colocadas hoje aqui, neste espaço, a respeito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região tenham fundamento. Aliás, não, não é isso. Que todas tenham algum fundamento. Não vou rebater nada meritoriamente com o confronto, mas sim com a sabedoria da água, que, quando vê empecilhos, os contorna; ela, se tiver necessidade, vai por um lado ou vai pelo outro; ou então se avoluma e supera a montanha; ou ainda cava um túnel, passa por baixo e atinge mais adiante o objetivo.

Com isso tudo, eu quero dizer aos senhores que o que o TRF da 1ª Região está precisando, hoje, e não é de hoje, apenas, é de um olhar compreensivo, respeitoso, coerente. Que ninguém mais, de parte alguma da sociedade, chegue aqui ou a qualquer outro lugar, para dizer assim, com escárnio: "Ah, mas essa conversa de extensão territorial é antiga. Ah, mas dizer das dificuldades de comunicação dessas regiões desses Estados todos, isso se supera. Eu sou do Ministério Público e falo com meus colegas. Tudo bem!".

Vamos pensar, sem mágoa no coração, sem intenção preordenada de prejudicar quem quer que seja. Não estamos aqui neste mundo para isso. O Tribunal tem falhas? Tem. Tem defeitos? Tem. Mas o mais importante para o ser humano, eu já estou colocando a pessoa jurídica como se física fosse, é procurar acertar. Não é acertar sempre porque ele é humano, ele é falho, mas é visar ao acerto, embora que, nesse caminho, possa cometer erros e ter, antes de tudo, a ombridade de retomar o rumo e corrigir algumas práticas que não se mostraram as mais adequadas.

Eu não quero mais continuar falando nesse tom, porque eu me emociono demais. Isso não me faz bem. Isso não me faz bem. E, talvez até, eu ultrapasse os limites, mas não é isso. Eu vou tentar enxugar tudo. Agradecer muito a oportunidade que foi dada ao meu Tribunal de estar aqui, neste momento, e dizer a todos os presentes e àqueles que nos acompanham pela TV Senado: o Tribunal precisa de um olhar mais compreensivo sobre a sua...

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – ... própria dedicação, seu desvelo, sua responsabilidade.

Gostaria também de lançar alguns pontos para reflexão.

O primeiro de todos. Treinamento na Justiça existe, sim. Criamos a UniCorp (Universidade Corporativa), que não é uma universidade, apenas pegou o nome, mas tem como escopo único, por videoconferência, assim que possível, nos lugares possíveis, propagar as boas ideias e as boas práticas.

Não é que os oficiais de Justiça recebam gratificação para fazer a única coisa para a qual eles foram concursados.

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – Isso é nacional. E acredito que hoje não seja mais assim a remuneração dos oficiais de Justiça. As gratificações foram incorporadas ao salário. E eles ganham salário? Ainda existe?

O SR. ALDINON VICENTE SILVA – Os oficiais de Justiça ganham uma gratificação pelo risco que a atividade lhes oferece.

A SRª NEUZA ALVES – Ah, é na execução do mandado.

O SR. ALDINON VICENTE SILVA – Na execução dos mandados.

A SRª NEUZA ALVES – Hum, justificado plenamente, acredito eu.

Outra coisa, as nossas estatísticas são públicas, não mascaram dados, não.

Aqui, eu trouxe o chefe da estatística. A partir deste momento, está disponibilizado para quem se interessar o acesso a todos os dados estatísticos que o Tribunal possui já agregados, estudados e transformados em gráficos, disponibilizados.

As Repercussões Gerais, as RGs, do Supremo Tribunal Federal, e os Resp, Recursos Repetitivos, do STJ, não estão a critério do Tribunal, de nenhum Tribunal Regional. Mas nós podemos, sim – e, assim como nós, os próprios ministros do STJ e os próprios ministros do Supremo –, a partir do momento em que verificarem as situações idealmente colocadas na Emenda Constitucional nº 45 e legislação posterior, podemos, sim, afetar, tirar um que seja representativo da controvérsia e designar relator. Aí, o relator, primeiro, vai julgar se há ou não repercussão geral;...

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – ... em segundo momento, o Tribunal se reúne e vai julgar o mérito daquela questão. E aquele entendimento, embora não seja vinculativo, tem uma enorme força persuasiva para os julgamentos nas instâncias inferiores, entenda-se: Tribunais Regionais, Tribunais de Justiça e a primeira instância.

Drª Candice, a respeito do nosso reconhecimento sobre o trabalho dos servidores, eu me canso de dizer, todo dia, e não é só fala, não, eu faço: os servidores que estão comigo são meus filhos. Por isso que eu digo que eu cometo nepotismo, sim, e com muito prazer, porque todos eles eu considero pessoas da minha família, embora não haja vínculo de sangue. Trato-os excelentemente...

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – Hãn!!! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não fique brava comigo, doutora. Avisei que tocava automaticamente.

A SRª NEUZA ALVES – Trato-os excelentemente.

Mas, de um em um minuto? Coloca ali para dois minutos, vá!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom. Tudo bem. Eu já dei dois minutos, mas vou dar mais dois.

A SRª NEUZA ALVES – Pronto. Está ótimo aí.

O que eu estava dizendo? Me retoma aí, porque a cabeça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nepotismo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nepotismo por afinidade.

A SRª NEUZA ALVES – Ah, já disse e já confessei que eu cometo nepotismo. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O carinho e o respeito aos servidores.

A SRª NEUZA ALVES – Então, o que falta para o reconhecimento do servidor não está no nosso critério; nós não dispomos sobre salários; nós não dispomos sobre lazer apropriado para eles; sobre "ah, você vai trabalhar tantas horas e vai descansar meia hora". Nós não temos condições de fazer isso. Não temos.

O que eu posso fazer, e faço, é respeitá-los, antes de tudo, como seres humanos, como cidadãos, como parceiros. E não sou a única no Tribunal a fazer isso. Então, tenho esse tipo de reconhecimento? Tenho, porque é obrigação nossa.

Sobre o Aerus, eu queria dizer a V. Exª que eu julguei há 10 anos o recurso e, depois, não tive condição de continuar no processo por conta da especialização, que remeteu essa matéria para a 3ª Seção. Tiraram da 1ª Seção, à qual eu pertencia, e passaram para a 3ª Seção. Mas, realmente, falta a vontade de fazer pura e simplesmente. É como eu disse, não entendo nada de finanças, mas dinheiro há – havia, pelo menos.

(Soa a campainha.)

A SRª NEUZA ALVES – Bom, é isso. Não vou tecer outras considerações. Já estou no meu pleno domínio emocional. Devolvo a palavra ao Presidente da Mesa, agradecendo, mais uma vez, a honra do convite e dizendo que estou muito feliz de ter tido essa oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Neuza Alves, Desembargadora Federal e Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com suas considerações finais, respondendo todos, inclusive ao Aerus. Agora, esperamos que a solução definitiva venha a partir da votação que o Congresso terá, espero, na próxima semana.

Eu já li todos os encaminhamentos. Só vou repetir os últimos dois, porque houve um ajuste aqui:

Oficiar o Presidente do Congresso Nacional para que coloque em pauta a votação dos vetos, em especial o Veto nº 26/15 – aqui houve um destaque para ele –, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2015, e também que se vote, enfim, o PLN nº 2, de 2015, que destina o crédito já decidido pelo Supremo e pelo próprio Executivo para o pagamento da sentença judicial ao Instituto Aerus de Seguridade Social. E que as medidas discutidas para dar celeridade ao julgamento dos processos contem com sugestão dos servidores do Judiciário, via seus sindicatos e associações.

Assim, posso dizer que esta audiência pública cumpriu todos os seus objetivos. Todas as palestras aqui feitas entrarão para o arquivo, e vamos, dentro do possível, dar os encaminhamentos devidos. Como faço toda segunda-feira – é uma lauda somente –, presto conta da atividade do fim de semana.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, só me aliar a V. Exª no pedido ao Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, para que possa colocar em pauta a votação do Veto nº 26. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Na verdade, não é do fim de semana. Nós vamos, agora, só encaminhar.

Nos dias 22 e 23, quinta e sexta, nós estivemos em Porto Velho, Rondônia, e em Rio Branco, Acre, nas assembleias legislativas respectivas, onde realizamos as 17ª e 18ª Reuniões, chamadas diligências, promovidas para debater o PLC nº 30 e todo o ataque que está havendo no Congresso Nacional contra o direito dos trabalhadores.

Em resumo, tanto em uma como em outra, houve a posição dos Senadores de ser contra o PLC nº 30 e contra aprovar o negociado sobre o legislado. Também em ambos os Estados,tanto de Rio Branco como também de Porto Velho, saiu a carta no sentido de que haja rejeição por parte desta Casa do chamado PLC nº 30, da terceirização.

Como sou o Relator da matéria, passando para o 18º Estado, iremos a todos até maio. Nós iremos ainda a Belém do Pará, agora no dia 05/11; Macapá, Amapá, no dia 06/11; Vitória, Espírito Santo, dia 19/11; dia 20 vamos estar em Minas Gerais. Aí vai para 2016: Cuiabá, Mato Grosso, 18/2; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 19/2; Aracaju, Sergipe, 25/2; Maceió, Alagoas, 26/2; Palmas, Tocantins, 10/3; Goiânia, Goiás, 11/3; e Brasília, em um grande encontro nacional, pela segunda vez, porque saímos daqui, reunindo delegações de todo o País, no dia 12/5.

Está feito o relatório das viagens de quinta e sexta.

Assim, encerramos a nossa audiência pública.

Parabéns a todos!

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ATA DA 98ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Vincentinho Alves e José Medeiros e das Senadoras Ana Amélia e Fátima Bezerra. O Senador Hélio José justifica sua ausência, conforme Memo nº0153/2015 – GSHJOSE, Sigad nº 00100.151680/2015-95. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Esta é a quarta reunião do ciclo de debates, e trata sobre as "Normas Gerais para Negociação Coletiva na Administração Pública". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Lineu Mazano, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Lourenço Prado, Secretário Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; João Paulo Ribeiro, Secretário Nacional do Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Ogib T. Carvalho Filho, Vice-Presidente executivo da Central do Servidor; Marcos Kersting Soares, Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE; Rudinei Marques, Representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Flauzino Antunes Neto, Secretário Nacional de Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGTB; Luiz Carlos Silva de Oliveira, Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Antonio Silvano Alencar de Almeida, Vice-Presidente de Política Salarial da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Flávio Werneck Meneguelli, Diretor Adjunto da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Rita Pinheiro, Assessora, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social. O Senhor Presidente registra a presença do Deputado Federal Weliton Prado e do Vereador Juliano Modesto. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho; Cíntia Rangel Assumpção, Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Laerte Porto, Assessor do Sindicato Nacional dos Servidores da CVM – SINDCVM e Sindicato Nacional de Servidores da SUSEP - SINDSUSEP. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Encaminhar o áudio e vídeo desta audiência pública ao Senador Antonio Anastasia, autor do PLS nº 397, de 2015; 2) Buscar a aprovação do PLS nº 397, de 2015 e do PLS nº 287, de 2013, que Dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho -OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da administração pública dos Poderes da União , dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 98ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para o ciclo de debates "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". Esse é o ciclo de debates que eu estou fazendo aqui há quase três meses, sempre em parceria, principalmente, com as centrais sindicais, confederações e associações, tanto de trabalhadores da área pública como da área privada.

Esta é quarta reunião do ciclo de debates. Esta tratará de: "Normas Gerais para Negociação Coletiva na Administração Pública".

Esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado, pela Agência Senado e por todo o Sistema de Comunicação do Senado. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania. Está na tela da TV: e-cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania. E também por intermédio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós faremos, no mínimo, duas Mesas, pela importância do tema e pelo número de entidades que estão habilitadas ao debate.

Chamamos, de imediato, a primeira Mesa. Convidamos o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, que foi o primeiro proponente para que realizássemos esta audiência pública no dia de hoje. (*Palmas.*)

Hoje é o Dia do Servidor Público, estou certo? Se eu estiver errado, me corrijam logo. Hoje é o dia nacional dos servidores públicos.

Convidamos também o líder Lineu Mazano, que fala em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Convidamos Lourenço Prado, que é Secretário e Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). Meus cumprimentos. Foi do Fórum que eu vi espalhados *outdoors* pela Capital, combatendo a terceirização, porque eles vêm de novo. Já apareceram emendas ao PL nº 30, na Comissão Especial, e nós vamos, naturalmente, tratar com muito cuidado, já que eu sou Relator da matéria.

Convidamos João Paulo Ribeiro, mais conhecido como JP, Secretário Nacional do Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos da Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Convidamos Ogib T. Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Central do Servidor.

Todos sejam bem-vindos aqui.

Convidamos Rita Pinheiro, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

E o Sérgio, naturalmente... (*Palmas.*)

Quero ver o Ministro nesta primeira Mesa.

Vamos achar um lugar para o Sérgio ao nosso lado. Aqui já deu. Colocamos uma cadeira para ele aqui.

O Sérgio é *status* acima de Ministro. Se ele não estiver na Mesa, vou eu para o plenário e dou meu lugar a ele. O Sérgio vai ficar nas duas Mesas, inclusive.

Vou fazer uma pequena introdução, preparada pela assessoria da Comissão, embora eu conheça bem o tema, mas é para situar os telespectadores, aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e também pelo sistema de comunicação da própria internet, os que estão ouvindo pelo sistema de rádio.

Hoje, aqui na Comissão, vamos falar e debater um assunto da maior relevância para o País: a negociação coletiva no âmbito da Administração Pública. Os direitos de sindicalização e de negociação coletiva são garantidos pela Convenção nº 98, da OIT, ainda de 1949. Esse tratado internacional foi ratificado pelo Brasil em 1952 e faz parte da Declaração de Princípios Fundamentais e Direito do Trabalho, do qual o Brasil é também signatário.

Nosso País ainda não possui uma norma que regulamente o tema. O Canadá, por exemplo, já possui lei correspondente desde 1967. E a Argentina, desde 1992.

Diante das reivindicações dos servidores públicos, foi apresentado o PLS 397, de 2015, pelo Senador Antonio Anastasia. Vocês já conhecem o projeto dele.

Quero dizer que ontem ele me procurou e disse que, infelizmente, está indo para o exterior, numa missão do Senado no dia de hoje. Só por isso não está aqui. Mas pediu a mim que eu entregasse – e vou entregar em mão – a ele um vídeo depois, uma cópia de toda a nossa reunião, para que ele saiba a opinião de vocês sobre o tema.

O projeto do Senador, que tem sido parceiro nosso... Quero deixar aqui muito claro que não tem nada a ver partido nessa questão. Inclusive, com relação ao projeto dele há uma simpatia por parte das entidades,

e eu também reconheço isso. E já avisei a ele que as entidades estão vendo com simpatia o projeto por ele apresentado.

O projeto estabelece normas gerais para negociação coletiva na Administração Pública. Olha que eu tenho um projeto também, mas não tem nada a ver uma coisa com outra. Aquele do Fonacate também abre todo esse processo. Fui Relator e aprovei aqui, e está lá na CCJ. Mas isso não quer dizer que a gente não possa trabalhar de forma conjunto com esse objetivo.

Enfim, negociação coletiva na Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do DF e dos Municípios. O projeto será votado na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional em decisão terminativa e tem como Relator o Senador Douglas Cintra, o qual convidamos para esta audiência. Ele disse que faria o possível para passar aqui.

Assim, viabilizamos o diálogo entre os servidores e o Relator da matéria e os autores de projeto. De um eu sou praticamente o autor, porque fui o Relator de uma proposta que entrou aqui pelo Fonacate e outras entidades. Entrou nesta Comissão legitimamente, porque é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu assumi a relatoria, e ele trata inclusive do direito de greve; aprovei com sinal positivo de todas as entidades. Isso não quer dizer que alguém não tenha o direito de discordar de um artigo ou de uma vírgula. Isso é legítimo, e a gente vai ajustando no tramitar do projeto. Mas era importante que houvesse esse projeto, o que foi feito. Eu fiz a minha parte aprovando-o, que também está na CCJ.

Esse é o objetivo. Está aqui muito claro o porquê de estarmos reunidos no dia de hoje. Agradeço muito aqui ao companheiro Sérgio Eduardo Mendonça. O Sérgio, eu sempre digo, foi meu parceiro de longos anos no Dieese e sempre companheiro no bom debate, na boa argumentação, e não houve uma vez que a Comissão pediu a ele que estivesse aqui conosco para dialogar que ele aqui não viesse.

Então, é com satisfação que eu cumprimento meu amigo e colega – eu diria colega de trabalho, porque nós estamos trabalhando, ele no Executivo hoje, e eu no Legislativo. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sejam bem-vindo, Sérgio. (*Palmas.*)

Os outros todos eu já tinha citado detalhadamente.

Eu já falei tudo o que eu podia falar e mais um pouco, já falei até demais. Eu trago meus convidados e fico só eu falando.

Vamos começar, inclusive, com aquele que provocou num primeiro momento, depois outros encaminharam o pedido juntamente, esta audiência pública.

Passo a palavra ao Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos. Foi ele que provocou, então vai ser o primeiro a falar.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – É o meu castigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é um bom castigo.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Bom dia, senhoras; bom dia, senhores. Bom dia, Senador Paim, Presidente desta Comissão.

Neste momento, quero repetir o que tem sido para mim um mantra em todas as oportunidades públicas e repetirei isso sempre. O Senador Paim ultrapassou a sua condição de Parlamentar, ultrapassou a condição e, na nossa visão, é o melhor Parlamentar brasileiro no momento do ponto de vista dos interesses do trabalhadores. Ele ultrapassou tudo isso e hoje é uma verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores. Obrigado, Senador Paim.

Às autoridades da Mesa, peço permissão para cumprimentar-lhes, todos, ao cumprimentar o Dr. Sérgio Mendonça e a Drª Rita Ribeiro, respectivamente representantes do Ministério do Planejamento e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Quero cumprimentar o Senador Douglas Cintra, Relator desta matéria, e fazer aqui de público um reconhecimento. O Senador, há cerca de uma semana, estava com o relatório pronto e ia entregar no outro dia, mas nós, um grupo de sindicalistas, o procuramos e demos a ele a dimensão do que é este projeto.

Muitas vezes, os projetos em relação ao servidor público só têm como parâmetro o Governo Federal e os servidores públicos federais. Mas um projeto de repercussão geral, de alcance geral como este, que alcança as três esferas administrativas, municipal, estadual e federal, e os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, necessitaria de uma discussão mais ampla, de uma visão mais ampla desses setores.

Então, quero reconhecer que o Senador Douglas Cintra aquiesceu aos nossos argumentos. Solicitamos a ele que fosse realizada uma audiência pública na comissão de origem. Ele estava sendo muito pressionado, porque este projeto faz parte da Agenda Brasil e lhe deram apenas 15 dias para relatar. Não conseguimos a audiência lá. Mas, mais uma vez, a nossa instituição Paulo Paim conseguiu, com a aquiescência do Relator in-

clusive, a realização desta audiência pública, que permitirá a contribuição do universo dos representantes dos servidores públicos.

Quero cumprimentar também o Senador Anastasia, autor do projeto, que teve interlocução conosco e também aquiesceu a que ampliássemos o debate e até valorizou isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa, o Senador Anastasia não pôde estar aqui. Mas como você é do mesmo partido, quero repetir tudo o que o João Domingos está dizendo. É só elogios para o projeto do Senador Anastasia, que está no exterior, parece, inclusive, substituindo você numa missão no Parlatino. Por isso que ele não está aqui.

Diga que a ele, e me permita, presidente, que há um grande entendimento de que o projeto dele é positivo para os servidores públicos. Leve esta salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Aproveito a presença do Senador Flexa Ribeiro, para também fazer de público mais um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa, você está sendo homenageado agora, vai ter que ficar mais um minuto.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Aproveito a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sabe que Flexa, no Rio Grande do Sul, era o meu ponta-esquerda, lá no time de que eu era treinador, em Caxias do Sul. O Flexa que está lá é jogador.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Aproveito a presença do Senador Flexa Ribeiro, para, de público, fazer um reconhecimento ao senhor. Da mesma forma, havia um projeto de autoria do ex-Senador Alfredo Nascimento, se não me engano, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, que também estava na fase conclusiva e recebeu as entidades de servidores públicos. Expusemos o alcance, a repercussão que queria aquele projeto que tratava da exclusão dos servidores públicos de uma fonte universal de custeio do movimento sindical.

O Senador aquiesceu, nos recebeu e já recebi, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No cafezinho do Senado, lotamos o cafezinho do Senado...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – E já recebi a comunicação de que o senhor vai realizar a audiência pública.

Eu pediria uma salva de palmas pela compreensão do Senador Flexa Ribeiro.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia e bom encontro.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar também o Relator Geral daquela comissão, o Senador Blairo Maggi, que também nos recebeu e buscamos ali também a compreensão dele, porque aquela comissão tem os relatores temáticos, por projeto, e o Relator Geral. Ele também será uma pessoa muito importante na tramitação e conclusão deste projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, se puder me conceder um aparte...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Devemos cumprimentar com o mesmo carinho o Presidente daquela comissão, que é o Senador Otto Alencar, da Bahia.

O Senador Otto Alencar, da Bahia, deixou muito claro, numa reunião com o Relator Geral e outros Senadores. Diz ele assim: só tenho um pedido a fazer, eu não abro mão de o Senador Paim ser o Relator do PL 30. (*Palmas.*)

E anunciou lá na Bahia na encontro que lá tivemos. E foi fundamental a posição do Senador Otto Alencar, da Bahia.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito bem. Só nos cumprimentos quase já foi meu tempo, Senador.

Quero informar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero informar que vou retomar seu tempo.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Particularmente, quero informar ao Relator, Senador Douglas Cintra, que assumimos um compromisso naquela reunião de que nós buscaríamos envolver o universo de representantes dos servidores públicos para a discussão dessa matéria. Nós cumprimos esse compromisso: nós reunimos as centrais sindicais, a maioria das entidades nacionais que representam os servidores públicos e ali, inclusive com a coordenação do Dieese,

tiramos um documento em que foi obtido um consenso entre aquele grupo de entidades como contribuição ao projeto que, naturalmente, vamos deixar com o Senador Paim para que possa ser encaminhado...

Senador Paim, aqui está o resultado de uma reunião entre as centrais sindicais, onde estavam presentes a CTB, a Nova Central, a CUT, a CGTB, o SINAL, a CSPB, a Aner, o SINDFAZENDA, a Confelegis, a Asbin, o Sinaeg, o Dieese, e aqui está faltando Sinditamaraty. Depois disso, recebemos também a adesão e a aquiescência da UGT, cujo representante está aqui, e do FST, que, aliás, naquela ocasião estávamos representando também, por delegação do Lourenço Prado, e também da CSB.

Portanto, todas as centrais corroboram este documento aqui. Estas partes em vermelho são as contribuições oferecidas. Fica com o senhor para ser encaminhado ao Relator, se possível, como resultado desse compromisso.

Também tratamos do assunto, e quero agradecer ao Secretário Sérgio Mendonça mais uma vez, já que, numa ocasião histórica, quando estávamos assinando um acordo coletivo, tratamos do assunto e percebemos a generosidade dele de estar conosco aqui.

Da mesma forma, fomos ao Ministério do Trabalho ontem e, em despacho com o Secretário Especial Feijóo, entre outras coisas, tratamos desse assunto. Estava presente inclusive quem hoje aqui representa o Ministério do Trabalho, a Drª Rita Ribeiro. Houve também a compreensão, no Ministério do Trabalho e Emprego, de que este projeto é muito próximo daquele que é defendido pelas centrais sindicais no âmbito da câmara bipartite, servidores públicos e Governo. Inclusive, há um consenso com o próprio Ministério do Trabalho, pois quem preside a câmara, o coordenador-geral é o Secretário Manoel Messias... E já foi justificada a sua ausência aqui, pois ele está casando uma filha. Ele parece novinho, mas está casando uma filha.

Bem, Senador, quero dizer que esta audiência de hoje acontece numa data emblemática e esperamos que isso não seja uma mera coincidência, mas uma conspiração favorável dos fatores para que aqui, finalmente, consigamos destravar uma das mais longas, aliás, a mais longa batalha do movimento sindical brasileiro do setor público há mais de 33 anos, que é a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho.

Eu entrei para o movimento sindical com o compromisso de lutar pela regulamentação da Convenção 151. Isso já faz 30 anos. Então, hoje, no Dia do Servidor Público... E eu pediria depois que V. Exª puxasse um aplauso para os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Os servidores públicos, que têm tido tantas más notícias, igualmente o conjunto da sociedade brasileira e, em particular, os trabalhadores, são uma categoria que precisa ser valorizada. O servidor público é quem materializa a ação do Estado. Eu gosto de dizer, Secretário Sérgio, e me perdoe a ousadia, que o Estado sem a ação do servidor público é pouco mais do que uma abstração jurídica, um monte de prédios, de cadeiras, de livros, de leis, que não têm efetividade nenhuma, a não ser a ação do servidor público materializando a ação do Estado.

Por isso este dia é tão importante, e esperamos que seja realmente um marco na história das relações de trabalho, ao iniciar o processo de regulamentação da negociação coletiva, que é o valor maior da 151. A 151 é um tripé: organização sindical, direito de greve e negociação coletiva. Claro que o valor maior desse tripé é a negociação coletiva, porque os outros, como o direito de greve, são ferramentas da negociação. Aliás, uma visão equivocada, às vezes, nos projetos de greve que há aqui.

Quero dizer, Senador, que em relação à Convenção nº 151, como eu disse, tem mais de 30 mais que lutamos pela sua regulamentação. Depois de 30 anos, trabalhando separado cada segmento, ou seja, cada segmento que organiza os servidores públicos trabalhando em separado, conseguimos, quando foi construído um ambiente de consenso entre as centrais sindicais, levar esse tema para ser pauta unificada das centrais sindicais. E conseguimos esse projeto, que foi apresentado pelo Governo e tramitou nas duas Casas Legislativas, foi registrado na OIT, e estamos agora na fase de regulamentação. Muita gente não entende porque ela percorreu tudo isso e precisa ser regulamentada, Secretário.

Acontece que as convenções internacionais não são normas, elas são princípios e precisam de normas para se adaptar à legislação local, etc. Por isso, é indispensável fazer a regulamentação.

Finalmente, Senador, este documento contém a participação geral dos representantes. Sei que todos eles vão tratar do assunto. Só quero me deter em um único ponto que não está neste documento, mas para a CSPB é um valor maior e indispensável, não no projeto que trata de negociação coletiva, mas no ponto que trata da necessidade licença classista.

As negociações são feitas por entidades sindicais. E para as entidades sindicais, é indispensável a licença classista sem ônus para a entidade sindical. No setor público, particularmente nos Municípios das regiões mais longínquas, isso é absolutamente indispensável, e até mesmo para os grandes sindicatos. Conheço um sindi-

cato da área federal, uma das carreiras mais valorizadas dos servidores públicos, em que, se o sindicato fosse pagar o salário ao menos dos três principais dirigentes, isso já seria maior do que a arrecadação do sindicato. Daí essa necessidade, principalmente porque esse é um projeto geral.

Então, Senador, para nós, é indispensável que essa lei seja um parâmetro para as negociações e as suas respectivas regulamentações em Estados e Municípios.

Hoje nós sabemos que negociação coletiva pode ser regulamentada nos Estados e Municípios. Daí a necessidade de temos uma lei geral para estabelecermos parâmetros mínimos, para estabelecermos um piso sem a pretensão de ser o teto das relações de trabalho.

A CSPB, sabendo que esse é um assunto que unifica 100% dos movimentos sindicais dos servidores públicos, não poderia deixar de solicitar a inclusão desse artigo. E peço, Senador Paim, que o senhor patrocine junto ao Relator, junto ao autor, esse pedido de inclusão do artigo. Sugerimos a inserção no art. 12 do projeto, onde é dito simplesmente assim: a participação no processo de negociação não gera remuneração adicional – esta parte é do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me anunciar a presença do Senador Dário Berger, que é um parceiro nosso em todos os momentos.

Se V. Exª puder ficar, será sempre bem-vindo.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se o Senador puder ficar...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Terminando, Senador. Ficaria aqui que "a participação no processo de negociação não gera remuneração adicional" – esta parte é do Relator –, "ficando assegurado aos dirigentes das organizações de trabalhadores que contratam o movimento sindical", neste projeto, "constituída nos termos do art. 2º e o seu §2º, o direito a licença classista com remuneração".

E mais um parágrafo, o §6º, que diria assim: "a licença classista estabelecida no parágrafo anterior será concedida, no mínimo, a três representantes dos servidores ou empregados públicos, sem prejuízo de outras normas legais específicas que ampliem esse número de representantes".

Então, Senador, estamos propugnando por uma concentração mínima, uma concessão mínima de três dirigentes por entidade, reconhecendo que esse assunto já está resolvido de forma muito mais favorável em vários Estados e Municípios. Há constituições estaduais, leis orgânicas dos Municípios, todos que já contemplam... O meu Município, por exemplo, já está amplamente contemplado.

Ocorre que como essa lei, repito, é geral para Estados, Municípios, Legislativo e Judiciário, etc., nós necessitamos de uma garantia mínima, sem prejuízo de legislações locais que possam ampliá-la, como já é a realidade.

Assim, eu gostaria de dar ênfase, a CSPB quer dar ênfase à necessidade da inclusão, porque é extremamente pertinente. Negociação coletiva e licença classista têm toda a pertinência.

Portanto, Senador, peço mais uma vez que o senhor patrocine junto ao Relator, junto ao autor e, sim, junto às instâncias necessárias, a inclusão desse artigo, além dos demais que são consensuais, porque a CSPB e o FST, a quem eu representei na ocasião, referendamos todos e, com certeza, as demais entidades, inclusive as centrais sindicais, tratarão desse assunto.

Muito obrigado e bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este foi João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil).

Os dois documentos ora entregues serão repassados às mãos do Relator, Senador Douglas Cintra, como também do Senador Anastasia, que justificou a sua ausência.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Senador, permita-me apenas uma informação adicional. Ainda ontem, na reunião com o Secretário Feijóo – e a Dr. Rita estava presente –, nós tratamos deste assunto da licença classista, e ele disse, inclusive, que é interesse do Governo resolver essa questão e que o Governo já tinha trabalhado, consensuado com as centrais sindicais um projeto que ampliava de três para oito representantes por entidade. Não vingou porque depois o projeto – como eu poderia dizer? – foi ampliado para outras organizações além da organização sindical. Por isso, não vingou. Mas quero deixar aqui registrado que o próprio Ministério do Trabalho, na pessoa do Secretário Especial José Lopez Feijóo, também concorda com a inserção dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

De imediato, vamos para o representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, o sindicalista Lineu Mazano.

O SR. LINEU MAZANO – Primeiro, bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, nosso grande líder, cumprimentar nossos companheiros na Mesa, o Sérgio, Secretário do Ministério do Planejamento; a Rita, representando aqui o Ministério do Trabalho; o JP, representando aqui também a banca-

da dos trabalhadores na câmara bipartite; o setor público do Ministério do Trabalho, do qual faço parte como titular representando a Nova Central.

Quero dizer, Senador Paim, que, para nós, no Dia do Servidor Público – e aproveito para cumprimentar e saudar todo servidor público deste País – quando estamos falando, não estamos falando de apenas algumas pessoas, mas de alguns milhões de trabalhadores, entre empregados públicos e servidores efetivos, próximo de 12 milhões, que são as pessoas que têm a ação mais fundamental no desenvolvimento do interesse do Estado, especialmente das políticas públicas de interesse social de todos os nossos 200 milhões de brasileiros.

Para nós, é muito importante esse sonho, a partir do momento que nós tivemos a conquista do direito da sindicalização do servidor público em 1988 e quando também a Constituinte, da qual o senhor fez parte, garantiu para o servidor público o exercício principal na defesa de seus interesses, que é o direito de greve. Não conquistamos ali a negociação coletiva, algo que é primordial no papel das relações de trabalho dos servidores públicos e é o interesse que fundamenta a defesa e a nossa luta pela organização sindical dos servidores públicos.

Quero dizer que debater neste dia um projeto que traz no seu bojo quase a totalidade dos nossos interesses, e interesses esses debatidos em muitas outras instâncias, como o senhor mesmo já colocou, por projetos apresentados por V. Exª nesta Casa e enquanto Deputado na Câmara Federal, mas também debatido pelas entidades sindicais, a nossa Confederação, da qual também participo como secretário-geral, e também debatido no Governo. Tivemos um avanço nessa questão, pois o Governo Federal encaminhou, em 2008, para o Congresso Nacional uma mensagem pedindo a ratificação da Convenção 151, que trata especificamente deste ponto, a fim de garantir a relação de trabalho dos servidores públicos.

Também quero dizer que, a partir de agosto de 2010, quando travamos realmente esse embate, o Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 206, publicou a ratificação da Convenção 151, da Argumentação 159, e as nossas entidades também se fizeram presente, juntamente com o Ministério do Trabalho na entrega dessa ação do Congresso em ratificar a Convenção na Convenção da OIT, sendo um encontro da OIT diretamente no cumprimento dos seus regimentos. A partir daí, nós travamos um trabalho muito árduo no interesse desse avanço, quando foi constituído um grupo trabalho no Ministério do Trabalho e nós debatemos em mais de 400 horas de reuniões. Concluímos o debate com todo o movimento sindical dos servidores públicos do Brasil em cinco encontros regionais pelo Brasil afora e, posteriormente, prosseguindo nesse debate na câmara bipartite do setor público do Ministério do Trabalho, nós temos avançado bastante.

Digo que já em 2012, as centrais sindicais, numa ação de muito esforço, especialmente na questão da negociação coletiva, entre outros pontos, nós chegamos ao consenso de uma proposta que foi entregue para o Governo no dia 20 de novembro de 2012.

Quero mostrar que as entidades têm se debruçado, têm debatido e têm avançado, mas até o momento a não havíamos conquistado, vamos dizer assim, um projeto que pudéssemos defender aqui no Senado e que pudéssemos realmente aplaudir e estar junto, fazendo apenas, talvez, algumas adequações que são importantes, contando, claro, sempre com o apoio de V. Exª nesta Comissão. V. Exª tem sido parceiro de toda hora dos interesses dos servidores públicos e dos trabalhadores em relação às questões sociais, para que nós possamos, então, avançar.

Assim como o Presidente da Confederação já destacou, nós temos alguns pontos que gostaríamos que fossem acrescidos na proposta e que V. Exª pudesse encaminhar ao Relator, a fim de que a proposta seja melhorada no interesse dos servidores públicos e no interesse geral, inclusive também de uma ação que é importante para os avanços na Administração Pública, que é a diminuição do conflito, a diminuição de greves, porque hoje fazemos greves para abrir negociação. E havendo um amparo da lei e da legislação que nos garanta a negociação, isso garantirá para os servidores públicos realmente um processo de muito mais segurança, de mais motivação e de mais responsabilidade de ambas as partes.

Nós acrescentamos à nossa proposta aqui, no §1º do art. 2º, apenas uma atualização de redação, que é a necessidade de esclarecimento dos Poderes, o que não estava explícito, até porque na questão da negociação – isso é próprio do princípio constitucional –, a independência dos Poderes na questão dos responsáveis do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Nós temos um ponto também que, talvez ,mereceria até colocar um parágrafo numa questão que hoje se avança muito na Administração Pública – e isso é apenas uma observação – que é a questão transferência de atribuições, das atividades do servidor público para trabalhadores de ONGs e terceirizados. Mas estamos travando esse debate também em outras instâncias.

Eu queria colocar também, Senador, que no art. 9º nós estamos apresentando uma proposta de alteração, acrescentando as responsabilidades de cada ente federativo e das entidades públicas. É uma alteração de redação que não altera nem muito o conteúdo apresentado.

Há outras questões que estamos colocando. Por exemplo, no art. 11, inciso V, nós entendemos que Regime Jurídico Único não é matéria de negociação coletiva. Isso é uma matéria de regra geral, inclusive de princípio constitucional que não se dá em negociação coletiva. Assim como também, no inciso XI do próprio art. 11, a organização sindical não é matéria de negociação coletiva. Então, em relação a esses dois itens estamos propondo a sua supressão.

O que diz o inciso XI do art. 11? Diz que são objeto negociação coletiva e relaciona uma série de questões. Então, nós estamos propondo a supressão do inciso V, que é o Regime Jurídico Único, e também a supressão do inciso XI, que é a organização sindical, que não objeto de negociação coletiva.

Também o ajuste de redação no art. 5º, que é a participação de negociação que não gera remuneração, mas garante a todos que forem indicados, ou escolhidos, ou eleitos para participar do processo de negociação todas as vantagens, sem prejuízo do afastamento.

Um destaque que foi feito também pelo presidente João Domingos é a sugestão de acrescentar nesta proposta a garantia da liberdade do exercício do mandato sindical classista, sem prejuízo dos vencimentos. Isso já faz parte explicitamente, em constituições estaduais, há a garantia em muitas leis orgânicas dos Municípios, mas precisa de uma lei maior que traga no bojo da negociação coletiva a garantia de que o dirigente sindical tenha essa liberdade para poder estar afastado das suas funções da atividade pública para o exercício do mandato sindical classista.

Estou passando rápido, mas há vários outros pontos, porque eu acho que os outros companheiros também vão colocar depois.

No inciso II do art. 17 também é apenas um ajuste de redação, porque quando nós estamos tratando da questão da inclusão e do esclarecimento dos Poderes, lá também não seria o titular do Poder Executivo, mas, sim, o titular da iniciativa da respectiva lei, isso respeitando a competência dos Poderes.

Outro ponto que nós entendemos que se faz necessário estar colocado é que também os projetos encaminhados no Legislativo, resultado da negociação coletiva, quando analisado o prazo, a urgência de prazo, que ele seja encaminhado em regime de urgência para ter a tramitação em regime de urgência.

Eu teria outros pontos, mas o tempo já se esgotou, inclusive passou um pouco, e eu sei que os companheiros vão colocar.

Mas há algo também que nós observamos numa análise mais profunda. Apesar de a proposta estabelecer, na dificuldade de entendimento, uma arbitragem, uma mediação, talvez seria importante analisarmos e definirmos o que seria encaminhado para análise final do Poder Judiciário, quando não houver nenhuma possibilidade de entendimento ou até mesmo de mediação.

Eu agradeço poder estar falando aqui. Esta oportunidade é muito importante para nós, nesta que é uma demanda da Nova Central Sindical, da CSPB, e temos autuado em conjunto com as demais centrais sindicais neste mesmo objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Sr. Lineu Mazano, que falou pela Nova Central.

Lineu, como está presente agora o presidente da Nova Central, e ele está com problema de voo, pois tem que ir para Minas, eu proponho, se o Lineu concordar em ceder alguns minutos, porque ele agora é o titular, que o presidente Calixto, da Central, sentasse aqui, passasse a sua mensagem e fosse para o aeroporto. Depois, o Lineu voltaria para o lugar em que ele se encontra neste momento.

O Lineu está falando para eu não arrumar rolo com o presidente.

Essa frase é boa. Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Presidente Calixto, hoje é o Dia Nacional do Servidor Público. O assunto aqui é negociação no serviço público. Como Presidente da Nova Central, faço questão que você faça uma saudação, já que me falou que tem outro compromisso em Minas em seguida.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Na verdade, é um assunto que eu gosto, mas estou precisando encontrar caminhos para melhorar meu vencimento.

Queria cumprimentar o Senador Paim, a companheira que compõe a Mesa, todos os membros da Mesa e todos os companheiros e companheiras do plenário.

Quero dizer, Paim, que a Nova Central já está devidamente contemplada com as pessoas, inclusive o Lineu, que acabou de fazer a sua manifestação.

É um momento difícil, e eu diria que até da vida nacional, mas a vida continua e o progresso da República se dá através dos seus trabalhadores de um modo geral, independentemente da atividade que possam exercer, aqueles das empresas privadas trabalhando pelo avanço da economia, e os servidores públicos, que prestam um serviço extraordinário à Nação e à sociedade brasileira.

Esse projeto que está sendo discutido, pelo que os colegas têm conversado conosco, aproxima-se bastante das pretensões dos servidores públicos, mas falta ainda acertar alguns ajustes para que se chegue exatamente, e eu não diria totalmente ao ideal, mas que se chegue ao possível.Então, é isso que se está fazendo através da Comissão de Direitos Humanos, com o Senador Paim, que já é nosso freguês, digamos assim, todas as segundas-feiras a partir das 9 horas da manhã.

A finalidade maior que eu entendo desse tipo de discussão é exatamente porque nós tivemos um exemplo muito danoso para a sociedade brasileira de modo geral, quando se discutia o Programa de Proteção ao Emprego. Nós demos apoio ao programa por várias razões. A Nova Central deu apoio, nós apoiamos o projeto com uma roupagem e, quando veio para o Senado, deram uma roupagem totalmente diferente.

E aí foi preciso que o houvesse uma reação maior, para que se salvasse ainda aquilo que tinha sido discutido, inclusive, com a Presidente da República, para que não prejudicasse a classe trabalhadora.

A coisa chegou a tal absurdo que o Relator admitiu no seu relatório que o que fosse acordado entre as entidades sindicais seria superior ao que está na legislação brasileira. Para a gente seria um absurdo, principalmente nessa fase de crise que nós estamos vivendo no País. Como todos sabem, é uma crise política sem precedentes, é uma crise econômica e uma crise ética, ou, na linguagem mais simples, uma crise moral. Então, os trabalhadores têm que estar muito ativos. Aqui estamos lidando com o pessoal do serviço público, e o Governo tem que prestigiar, porque sem esse pessoal o Governo também não anda. E todos nós sabemos disso.

Então, Paim, queria agradecer a oportunidade e cumprimentar mais uma vez todos e lhe dizer da nossa grande satisfação em tê-lo sempre nesta Comissão já com este compromisso semanal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidente Calixto. Se você vai a Minas, diga que eu confirmo dia 20 de novembro lá. E, se não me engano, é uma iniciativa de vocês também.

Vou ao Espírito Santo no dia 19 para debater a terceirização e, de lá, eu pego um voo e vou para a homenagem que vocês querem fazer lá no dia 20 de novembro.Eu tenho um pessoal lá que está preparando...

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Eu vou ver como está a preparação da festa.

Eu gostaria de fazer uma comunicação aqui muito importante para nós e envolve mais diretamente trabalhadores de empresas privadas.

O Tribunal Superior do Trabalho criou há anos uma orientação jurisdicional (OJ) e deu o número 419. Essa OJ estava prejudicando consideravelmente os trabalhadores das indústrias, principalmente da Indústria açucareira. Os Srs. Ministros chegaram à conclusão que trabalhadores de usina, desde a plantação da cana até a transformação da matéria-prima em açúcar e álcool, eram rurais, e a nossa tese sempre foi diferente porque iniciamos o trabalho, inclusive nessa condição. Rural é rural; industriário é industriário. Rural planta, colhe; a transformação é exatamente dos industriários.

Isso era uma discussão de muito tempo, anos e anos e anos a fio. Ontem, felizmente, depois de muito tempo, de muita luta e de trabalho ministro a ministro, nós conseguimos superar e foi ontem cancelada a OJ 419.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma boa notícia, Presidente.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – É claro que há determinadas situações em que aparecem os exploradores dessas oportunidades. Nesse caso, eu queria deixar registrado que a entidade principal que começou a luta por essa mudança foi exatamente a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Goiás. E nós assumimos com ele essa luta até hoje, mas já existe exploração, inclusive de outros escritórios de advogados, dizendo que eles conseguiram mudar o pensamento de 27 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

Mas o importante é que os trabalhadores industriários – nada contra os rurais - ganharam, porque era uma questão exatamente de justiça, que foi feita ontem com todos os ministros votando por unanimidade pelo cancelamento dessa OJ.

Uma notícia agradável dentre tantas notícias complicadas e ruins que nós estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Calixto. O importante é o resultado final. É como a história do negociado sobre o legislado. Agora que caiu, todo mundo virou pai da criança. O pai da criança é o movimento sindical. Se o movimento sindical não tivesse se mobilizado...

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – E a criança é bonita. Se fosse feia, ninguém queria ser pai, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer que quando o negociado sobre o legislado cai... Se não fosse o movimento sindical naquela segunda-feira estar aqui em massa, lotando isso aqui, e fomos fazer até manifestações – fomos, eu digo, é o movimento, eu estava aqui – nos aeroportos, com pressão nos Estados, não havia acontecido. Depois houve a realização do Congresso, o movimento sindical foi para lá também. Jogamos duro lá e o resultado foi esse. Então, temos que dar o mérito a quem de direito.

Eu quero dizer que o negociado sobre o legislado porque nada aconteceria se o movimento sindical não tivesse se mobilizado, inclusive no Rio Grande do Sul, na terra do meu amigo Peronde. E eu sempre digo que é

meu amigo até não votar contra o trabalhador. Votou contra o trabalhador não é mais meu amigo. Então, palmas para o movimento sindical, mais uma vez, com esta notícia que aqui o Calixto apresentou.

Presidente Calixto, boa viagem. Dia 20 novembro estaremos lá talvez com a mesma turma. Eu já convido o Lineu para voltar e assumir o lugar do seu presidente.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Deixa eu aproveitar e dizer que fui alertado... Eu não sou um menino novo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostei do "menino novo". Pode estender para mim este título?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu não posso saber todas as regras, mas diz que é uma deselegância, e quero pedir desculpas em nome de todos os homens presentes, colocar uma dama ao extremo da Mesa. Então, já que o Lineu está voltando, vou colocar a Rita bem próximo do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, JP. E como o Lineu já falou, fica melhor para ela falar. O Sérgio já queria dar o lugar dele também.

Quero passar a palavra ao Lourenço Prado, que é Secretário e Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O SR. LOURENÇO PRADO – Bom dia, integrantes da Mesa, os quais eu cumprimento e, inicialmente, o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão e unanimidade nacional; João Domingos, Presidente da CSPB; representante do Ministério do Trabalho, Dr. Sérgio Mendonça; autoridades presentes, companheiros e companheiras.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para debater com vocês aqui, hoje, esta regulamentação da negociação na Administração Pública e, em especial, quanto à Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Na verdade, preparei um texto longo para falar, mas diante do que já falou a autoridade principal desta matéria, que é o João Domingos, e também o Lineu, os dois luminares nessa matéria que envolve a negociação com a Administração Pública, eu vou me deter praticamente a alguns aspectos de natureza mais breve, já que o fundamental todos eles já colocaram de maneira muito precisa.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores fala aqui em nome das suas 19 confederações filiadas, estão também filiadas ao FST quatro centrais sindicais, de forma que nós temos como consenso regulamentar a negociação na Administração Pública. A Administração Pública brasileira, nos seus três níveis – Federal, estadual e municipal –, é o maior empregador. Sempre me refiro ao Dr. Sérgio Mendonça, pois ele, na verdade, negocia como representante do maior empregador do Brasil, e o Lineu já falou sobre isso aqui, pois é um número em torno de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, esse número imenso de trabalhadores tem ainda um tratamento inadequado justamente pelo Estado, que tem que ser o promotor e o grande executor da legislação que lhe toca.

Há vários dispositivos na Constituição da República, na Carta Política do País, que assegura isso, começando pelo art. 5º, inciso XXX, que diz que a lei não excluirá a apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Não pode excluir jamais.

No entanto, você vai para o Poder Judiciário e encontrará uma decisão, uma súmula, se não me engano do Supremo Tribunal Federal, a 679, que diz que a fixação dos vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

Portanto, existem algumas contradições e dificuldades insuperáveis que a Administração Pública tem realmente na sua negociação. E como podemos resolver isto? Através de lei, porque a Administração Pública, reconhecemos, tem as suas presas, as suas amarras. E quais são? A Administração não pode fazer aquilo que a lei não autoriza. Aquilo que a lei não autoriza, mas também não proíbe, também não pode. Assim, fica-se nesse impasse.

Com isso, o que se passa? Há determinados movimentos reivindicatórios que se eternizam, as greves continuam. Nós já tivemos em alguns Estados da Federação greves que se prolongaram por quatro ou cinco meses. E simplesmente não há forma de resolver isso e elas acabam e, muitas vezes, os trabalhadores voltam sem conquistas ou voltam com conquistas muito pequenas.

Na verdade, isso é uma forma injusta e nós entendemos que, aqui e agora, com esse projeto de lei do eminente Senador Antonio Anastasia, vai resolver essa questão. E por quê? Porque se trata de um Senador que caminhou na Administração Pública de forma eficaz. Professor de Direito Administrativo, um constitucionalista muito importante, foi Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, trabalhou no Ministério da Justiça, foi Vice-Governador, Governador de Estado, Senador da República...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me atrapalhar, mas eu tenho que registrar que o Senador José Medeiros tem sido um parceirão dos servidores públicos e também dos tra-

balhadores da área privada. A presença dele aqui é fundamental, porque ele também tem tratado deste tema com muito carinho.

O SR. LOURENÇO PRADO – De forma, Senador Paim, João Domingos e demais integrantes desta Mesa e participantes desta reunião, que eu entendo que só cabe ao movimento sindical fazer um esforço grande no sentido de ajudar e aperfeiçoar algum ponto que realmente tenha ficado falho ou subentendido no projeto de lei do Senador Antonio Anastasia, a fim de regulamentar definitivamente essa parte que envolve a Administração Pública, que tem esses bloqueios, mas é um grande empregador.

Vamos dizer, por exemplo, quanto à questão relativa às demissões, que haja uma garantia de emprego, etc. No entanto, tem que haver uma negociação. E por quê? Porque se Administração Pública não tem, não desenvolve um processo ou uma atividade que possa gerar lucros ou qualquer forma, mesmo assim eu acho que o servidor público também tem que ter uma forma de participação nos resultados que são gerados na própria Administração Pública.

Para eu poder chegar até aqui e falar, João Domingos, eu fui à OIT, lugar onde existe um manancial para enfrentar este tipo de problema. Achei este livro: *A Negociação Pública na Administração Pública Brasileira*. É um compêndio de 2002 assinado por diversos juristas da Comissão de Liberdade Sindical da OIT. São pessoas importantes, conhecidas de todos, e que entenderam que deveriam escrever este livro, que está traduzido para o português, e um português muito bom por sinal.

Mas além disso aqui, procuramos olhar Convenção 151 a fundo e também a 154, a questão relativa a 1992, as recomendações que são pertinentes, a 159 e também a 163, que cuida da promoção da negociação coletiva.

Nós falamos na questão das dificuldades, que só podem ser superadas mediante um projeto de lei aprovado aqui no Congresso Nacional. E há muitas dificuldades, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 37, que diz que não cabe ao Poder Judiciário, pois não tem função legislativa, aumentar vencimentos dos servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Portanto, são muitas dificuldades. E se não for através de lei – e a Administração só pode andar através de lei –, imaginemos nós que o Estado, a Administração Pública pudesse fazer aquilo que desse na cabeça, a que insegurança jurídica todos nós estaríamos submetidos? Realmente, seria uma forma completa de insegurança.

Eu gostaria também, por último – dado que, creio, minha participação é mais para contribuir minimamente com isto aqui –, registrar que essa preocupação com a negociação da Administração Pública é mundial. Recentemente, nos dias 2 e 3 de abril de 2014, nós estivemos – e aqui na Mesa estão dois participantes que lá estiveram, o Sérgio Mendonça e o João Domingos – participando de um *Foro de diálogo mundial sobre los desafíos que plantea la negociación colectiva en la administración pública*, realizado pela OIT, em Genebra, sob os auspícios e a provocação da Internacional do Serviço Público.

Lá nós comparecemos e, brevemente, venho relatar aos companheiros, companheiras e autoridades aqui presentes que havia países importantes ali participando. Como já foi colocado aqui pelo Lineu, apenas Canadá e Argentina têm legislações específicas, aqui nas Américas, sobre a administração, a negociação da Administração Pública, a forma de regular a questão salarial, nós registramos, naquele evento ali, que havia representação de trabalhadores de diversos países do mundo.

Do Brasil, havia ali, pelos trabalhadores: a companheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, da CUT e Confederação dos Trabalhadores da Seguridade Social; o João Domingos; e o Lourenço, que estava lá representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores e também a confederação que presidimos.

Pelo Governo, estavam: Manoel Messias Nascimento...

(Soa a campainha.)

O SR. LOURENÇO PRADO – ... do Ministério do Trabalho – concluirei brevemente, Senador –, Sérgio Mendonça. Pelo Governo, também, estavam ali: o Ministro-Conselheiro João Lucas Quental Novaes de Almeida, da Missão Permanente do Governo do Brasil em Genebra; e o Francisco Figueiredo de Souza, Segundo-Secretário. Por sinal, nossa homenagem rendida àquela autoridade, que sempre nos trata com muita atenção, e realmente é um apoio fundamental para quem vai a Genebra para cuidar dos assuntos que envolvem os trabalhadores.

Naquele evento, naquele simpósio, portanto, naquele foro de diálogo, foram colocadas as seguintes questões:

1) De que maneira a negociação coletiva pode contribuir para resolver as dificuldades que enfrenta a Administração Pública, incluídas as repercussões da crise econômico-financeira?

2) De que modo se pode reforçar a independência e a imparcialidade da Administração Pública, assim como a proteção dos funcionários encarregados da luta contra a corrupção, em particular através da negociação coletiva?

3) Que medidas seriam necessárias adotar para melhorar o desenvolvimento da força de trabalho, a progressão funcional, as condições de emprego, a eficiência e o desempenho através do diálogo social?

4) Recomendações sobre as futuras medidas que poderiam adotar a Organização Internacional do Trabalho e seus Estados-membros com relação à negociação coletiva na Administração Pública.

Essas foram as recomendações.

E o João me lembrava aqui para registrar também os países que estavam ali presentes, como Argentina, Bangladesh, Bélgica, Bulgária, Canadá, Coreia do Sul, Colômbia, Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra, Islândia, Quênia, Letônia, Montenegro, Nova Zelândia, Panamá, Samoa...

(Soa a campainha.)

O SR. LOURENÇO PRADO – ... Senegal, Suíça e Zâmbia.

E de trabalhadores, além dos do Brasil, estavam lá presentes: a CSI, que é uma confederação que envolve realmente o sindicalismo mais ligado à social-democracia; e também a Federação Sindical Mundial, que tem mais o bloco comunista e socialista no mundo todo, nos continentes.

Nós entendemos que foi um debate muito profícuo, muito importante, em que, especialmente, houve uma participação muito importante, justamente, da Rosa Pavanelli, que, se não me engano, é Secretária da Internacional do Serviço Público.

Quero dizer, mais uma vez, que entendemos que o movimento sindical tem o dever, tem a obrigação de estar junto com o João Domingos e os companheiros dos servidores públicos do Brasil, que hoje comemoram o seu dia (28 de outubro) e aos quais nós rendemos nossas homenagens mais sinceras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lourenço Prado, que falou pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Estou garantindo dez minutos, com mais um ou dois, porque temos em torno de 15 convidados para falar e teremos que terminar em torno das 13h, no máximo. O Lourenço Prado ficou exatamente nesse tempo.

Chamamos agora o JP, João Paulo Ribeiro, que fala pela CTB. Ele é o Secretário Nacional do Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, Paim, acho que, em um dia memorável como este, de luta e de comemoração do Dia do Servidor Público, instituído em 1939, nós estamos em um momento muito difícil.

Acho que os companheiros que me antecederam já citaram algumas coisas, mas eu queria aqui, em público, lembrar os meus 34 anos de trabalhador no serviço público na Universidade Estadual de Campinas, tendo sido dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. Passa um filme da vida da gente. E quero dizer o seguinte: valeu a pena? Acho que, em público, digo que valeu a pena. Valeu a pena quando dirigente da até então – e há pouco tempo – Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras), as instituições federais de ensino superior; e, agora mais, na tarefa de estar na Confederação dos Servidores Públicos (CSPB); e, com grande honra, na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Acho que é uma trajetória que me faz ficar feliz.

Ao mesmo tempo, o que acontece neste dia, no nosso País, em especial aqui no DF – inclusive, eu estava em um ato dos trabalhadores do DF – os ataques a nós desferidos são uma coisa insana. Não dá para chegar aqui e dizer que, em um dia como este, nós debatendo um dos mais importantes projetos... E digo o seguinte, em público: quando uma companheira minha, muito inteligente, com quem tenho muito prazer em trabalhar, a companheira Cíntia, há alguns meses, falou para mim "JP, dê uma olhada no projeto do Anastasia", eu disse: "Ah, não vou perder tempo com isso!" Depois, eu disse: "Ah, está bom, Cíntia". E ela: "Não, JP..." Aí, passou um tempo, e eu fui ler. Memorável! Um dos melhores projetos que já apresentaram neste Congresso Nacional sobre a questão da negociação coletiva. Então, em público, quero dizer que, por analogia... Acho que tantos projetos ruins aparecem, não é? Mas o Senador Anastasia tem as palmas da CTB, dizendo que foi um belíssimo projeto apresentado. E nós estamos aqui, com a CTB, junto com as confederações e todas as outras centrais, para contribuir para pequenos ajustes que acho que precisamos colocar e para tentar negociar.

Acho que o Lineu colocou algumas coisas aqui, então não vou ficar detalhando. Até porque eu acho – se me permitir falar, Senador – que temos aqui presente no nosso público, na sala da CDH, a companheira Lilian, que é do Dieese. (*Palmas.*)

Ela é a responsável, assessora das Centrais Sindicais, no que tange à organização dos servidores públicos. Ela tem hoje capacidade de falar em nome das Centrais Sindicais – está aí o Pedro Armengol, o companheiro Ismael, o Frauzino e todas as outras Centrais, como João; Lineu, que é da Nova; Luiz Carlos, da OGT; Flávio, da CSB – e dizer qual é o projeto que as Centrais Sindicais apresentaram em novembro de 2012 – e tenho cópia

aqui – um projeto de negociação coletiva para a Presidente Dilma. E ela pode colocar toda a trajetória do que nós fizemos.

Há até um representante na Mesa que ajudou muito a gente, quando dos embates das Centrais Sindicais – não é, Sérgio? – quando eu estava lá do outro lado. Quer dizer, os companheiros do Dieese têm uma contribuição e ajudarão muito nessa Mesa em colocar toda a trajetória das Centrais que estão aqui. Quando o João Domingos colocou a questão da sistematização, ela o fez para a gente, colocou aqui, e está na sua mão, inclusive com os adendos que o Lineu leu aqui mais pontuadamente.

Então, acho que, de repente, ele pode dizer o que falta, o que é essencial, inclusive dando um parâmetro muito mais amplo de onde há negociação coletiva no Brasil e no mundo. Não é uma coisa nova. Embora, em 1978, tenha havido o advento da 151 e, dez anos depois, o Brasil começou a liberar,

Não é uma coisa nova. Embora, em 1978, tenha havido o advento da 151 e, dez anos depois, o Brasil começou a liberar, embora, em 1978, tenha havido o advento da 151, dez anos depois, o Brasil começou a liberar, começou a permitir ao servidor público ser sindicalizado, organizado, com direito de greve, em 1988. Quer dizer, gente, dez anos depois da OIT, o Brasil aprendeu a abrir os olhos.

Até então, nós não existíamos, não éramos categoria. Hoje nós ainda estamos buscando ser categoria e nos afirmarmos. Por exemplo, é por isso que a CTB coloca o seguinte: nós não somos servidores públicos, nós somos trabalhadores do serviço público, para autoafirmação como identidade de trabalhadores na organização sindical. É uma autoafirmação para a gente. E é importante dizermos isso, porque a valorização do trabalhador e dos trabalhadores do serviço público, no momento hoje, está fragilizada. E aí se fala: "Ah, são preguiçosos, são vagabundos". Há algumas pessoas que estão fora e que não têm a mínima noção do que é, do que nós fazemos e que nós conduzimos este País. E simplesmente há os modos pejorativos contra o trabalhador do serviço público.

Acho que nós temos que aprender, inclusive aqueles... Eu estava até brincando ontem. Um saudosista disse: "Ah, mas não produz mais-valia". A companheira Fátima, espero que ela faça doutorado e defenda uma tese com o seguinte: nós produzimos mais-valia social, nós fazemos mais-valia. Então, temos que fazer. E produzimos mais-valia, sim. Portanto, nós podemos ter a honra de nos organizar como trabalhadores do serviço público. Então, eu acho que é uma questão muito séria por fazer.

Atendo-nos um pouco mais ao projeto e, para tentar encerrar... Como há vários companheiros e companheiras que vão falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mais cinco minutos.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Acho que, como eu dei a indicação, inclusive, para ser convidado o Dieese, eu vou me ater ao projeto em alguns pontos. Por exemplo, eu acho que é fundamental não esquecermos, nesse projeto – e, se o Senador permitir, eu acho que nós não podíamos perder o espaço –, a questão da licença classista.

Nós dirigentes sindicais não podemos estar aqui sentados nesta Mesa, trabalhadores do serviço público federal não podem, não é Flauzino? Nós temos que justificar e talvez ter o ponto cortado por estarmos aqui, não é Cíntia? Depois peça desculpa ao seu chefe e fala que você vai pagar todas as horas, inclusive virar sábado e domingo trabalhando, porque tem que virar dirigente sindical aqui, durante a semana. Isso, gente, é um absurdo. Isto é um absurdo: não poder sentar à mesa para negociar e não ter liberação. Então, nós temos que fazer a justeza e dizer o seguinte: para negociação coletiva, os trabalhadores têm o ponto autorizado para negociar, para trabalhar e defender os seus interesses. É uma coisa que eu acho que falta e que podemos colocar.

Da forma que é, nós podemos negociar e dar autonomia aos federados, aos Municípios, aos Estados, inclusive ao federal. Agora você não pode dizer quantos e quem é. Agora você tem que dizer que tem o direito à liberação. Então, acho que o projeto tem que colocar o direito que os trabalhadores do serviço público têm à licença classista remunerada. Porque vão falar: "Mas tem". Tem o quê? Agora meteram um projeto para variar. O Levy vai pagar mais 11%. Tudo aqui para nós. Vai cortar o abono permanência. Vai fechar tudo? A consignação, Sérgio? Não tem nada a ver com você, mas vou dar uma porradinha aqui. Consignatário? Faz três, quatro meses que sindicato não recebe para pagar os seus trabalhadores, não é, Pedro Armengol? Pedro Armengol, três, quatro meses sem o sindicato poder pagar seus funcionários. Isso é normal? Isso é o quê? É puro ataque, é a destruição para acabar com a organização dos trabalhadores do serviço público.

Então, acho que uma audiência pública, Paim, como esta, para falar de um projeto, também é momento de começarmos a refletir. Se nós que sabemos organizar estamos unidos, se nós sabemos avançar, os gestores hoje presentes aqui, presentes nos Municípios e presentes nos Estados estão fazendo a sua parte. Por que não fazem? Só querem facilidade, só querem terceirizar prefeituras. É quarteirização, gente. É precário demais. Não há mais trabalhadores. Estão acabando com a profissão.

Então, eu acho que nós temos que sentar no lançamento, João. Nós estamos querendo fazer o lançamento da valorização e defesa, fazer uma campanha nacional em defesa dos trabalhadores do serviço público.

E também, meu Presidente João Domingos, no próximo ano, conceder um prêmio aos Parlamentares no Congresso Nacional, seja na Câmara, seja no Senado, ao Parlamentar

E também, meu Presidente João Domingos, no próximo ano, conceder um prêmio aos Parlamentares no Congresso Nacional, seja na Câmara, seja no Senado, que ainda defende os trabalhadores do serviço público, porque são raros os que defendem e que sabem, com propriedade, defender os trabalhadores do serviço público. Alguns, muitos corporativistas, acabam destruindo e apoiando matérias que destroem.

Então, acho que poderíamos conceder, João, junto à CSPB e talvez junto às Centrais, que com certeza terá apoio da CTB, conceder ao Congresso Nacional, aos Parlamentares que mais trabalham e honram a causa do trabalhador do serviço público.

Enfim, fora esses dois ou três adendos que coloquei no projeto, acho que temos que ajustar, sim, e colocar uma coisa que o Lineu falou. O negociado sobre o legislado, Paim, por exemplo, você pode negociar o regime jurídico único e organização sindical. Se permanecerem esses dois itens na negociação coletiva, eles podem, inclusive, acabar com o Regime Jurídico Único, numa mesa de negociação. Por isso, preventivamente, queremos tirar do espaço, para que não tenham nenhum mal contra nós, porque vivemos assustados.

Então, é isso. Muito obrigado pelo convite. Em nome do Presidente Adilson Araújo, eu queria agradecer o convite.

Espero ter contribuído com o debate neste dia maravilhoso e de grande honra a um segmento tão importante da nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, JP, que falou pela CTB.

O Presidente João Domingos pediu 30 segundos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Exatamente 30 segundos. Até para valorizar a proposta do JP de criarmos uma forma de reconhecer os Parlamentares que mais contribuem para nossa categoria, até porque, hoje, exatamente nessa Mesa aqui, de certa forma informal, já fizemos alguns reconhecimentos ao Senador Anastasia, ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Flexa Ribeiro, por questões pontuais.

Eu não poderia perder a oportunidade de fazer mais um reconhecimento e agradecimento ao Senador Medeiros. O Senador José Medeiros é Relator de uma PEC que, fundamentalmente, altera as relações de trabalho de todo o movimento sindical brasileiro, porque altera, de certa forma, o art. 8º. Propusemos uma reunião, e mesmo com relatório pronto, recebeu as entidades sindicais e, reconhecendo a amplitude daquela matéria, que altera a relação de trabalho dos trabalhadores e do patronato, porque está tudo no art. 8º, aquiesceu, nos ouviu e aquiesceu para realizar uma audiência pública, para que o universo dos trabalhadores discutisse com ele essa matéria.

Aproveito para registrar, inclusive, que S. Exª é um servidor público, membro de uma carreira que se organiza na CSPB, que é Polícia Federal. Homenageio aqui o seu Presidente Pedro Cavalcanti e faço esse reconhecimento, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falávamos na abertura que entre nós não tem essa história de esse ou aquele partido. Se tem projeto bom para o trabalhador, nós temos que apoiar, não importa de onde venha, seja do Paim, do Medeiros, do Flexa ou de quem for, não é Medeiros? Essa é a postura que adotamos na Comissão. Se o projeto é bom para o trabalhador, para o aposentado, seja trabalhador da área pública, privada ou rural, nós votaremos sempre a favor.

O Medeiros é um comandante em chefe neste plenário. Já que tenho que presidir, ele fica vigilante, mas sempre propositivo para defender a nossa gente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Quero fazer justiça aqui também ao Senador Paim. No caso dessa relatoria, eu já havia apresentado relatório e o fiz do ponto de vista de quando era funcionário, e toda a vez que chegava aquele desconto pensava que alguém tinha que acabar com isso.

O que acontece? O Senador Paim estava me explicando muito bem – me chamou para conversar e trabalha há muito tempo nisso – que muitas centrais têm como se subsidiar, como sobreviver. Nesse caso, se você simplesmente aprova um projeto dessa natureza, algumas vão ficar maiores ainda, porque recebem subsídios para sobreviver até do exterior, enquanto outras vão praticamente desaparecer. Obviamente, retiramos o relatório para ouvir todos, discutir e apresentar outro relatório.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O JP continua com a palavra.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Só para fazer justiça, eu me lembrei de uma pessoa. Olhando a Carla aqui, minha camarada da Bahia, lembrei o seguinte. Neste dia, eu não poderia deixar, em público, de cumprimentar a minha Deputada do meu Estado, que me acolheu, Bahia, a Deputada Alice Portugal, presidente da Frente em Defesa dos Servidores Públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Alice Portugal, bem lembrado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nós vamos reinaugurar a Frente. Em breve, vamos instalar essa Frente lá, com o apoio da CSPB, da CTB e de outras centrais sindicais.

Mas eu não poderia deixar cumprimentar, em um dia memorável, uma servidora pública da UFBA e do meu Estado, com muito carinho e uma das mais árduas defensoras do serviço público aqui no Brasil. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Passo a palavra agora para o Ogib Carvalho Filho, Vice-Presidente Executivo da Central do Servidor.

Eu vou pedir a todos que fiquem nos dez minutos, para que possamos terminar a tempo.

O SR. OGIB T. CARVALHO FILHO – Bom dia a todos. Bom dia aos companheiros da Mesa. Eu queria, primeiramente, agradecer ao Senador Paulo Paim, que tem sido um companheiro mesmo das lutas. Eu venho das lutas com o nosso Senador desde a luta pelos aposentados, com o Edson, com a Cobap...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Famoso Edson do Mosap.

O SR. OGIB T. CARVALHO FILHO – Isso, que é um exemplo até de luta porque nós conseguimos integrar Mosap e Cobap em um movimento único chamado Una-se.

E tem sido um êxito o trabalho, inclusive no Rio Grande do Sul, com o Senador Paulo Paim, e em todos os rincões deste País. De forma que é um prazer estar aqui, Senador. É um prazer, pela primeira vez, a Pública, Central do Servidor, estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ogib, me permita e eu desconto seu tempo. Eu faço questão de registrar a presença aqui na Mesa, neste momento, do Weliton Prado, Deputado Federal de Minas Gerais. É um companheiro nosso de todas as horas. Quem não conhece, conheça porque merece todo o nosso aplauso e todo o nosso carinho, porque é um lutador. É daqueles que, às vezes, como eu, se indispõe até no seu campo de atuação partidária porque ele não vota contra o trabalhador. Esse não vota contra o trabalhador. Esse nos representa. Quero aqui repetir até. (*Palmas.*)

E quero também registrar a presença, aqui no plenário, do Juliano Modesto, Presidente do Partido Solidariedade de Uberlândia, coordenador regional do Partido e Líder da Bancada do Partido na região. Seja bem-vindo também. Sabemos da sua atuação lá, sempre na mesma linha, defendendo nossa gente e nosso povo. Parabéns.

Volto para o Ogib. Começo a contar seu tempo a partir de agora. (*Palmas.*)

O SR. OGIB T. CARVALHO FILHO – Muito obrigado. Então, eu quero cumprimentar primeiro os companheiros da Mesa e todos os presentes aqui, senhoras e senhores. E, antes que eu seja deposto, dizer que eu estou aqui em nome do meu presidente, Nilton Paixão. Eu sou apenas o Vice-Presidente Executivo. Quer dizer, se ele chegar aí, eu cederei com prazer o lugar, antes de ser deposto.

Bem, eu queria também agradecer a presença do Senador José Medeiros, que também tem sido um aliado do servidor público, um aliado sempre presente, que sempre nos recebe também lá com todo o pessoal das polícias. Então, é um prazer falar com o senhor aqui, tê-lo aqui presente nas nossas lutas. Muito obrigado, Senador.

Eu queria dar os parabéns também a todos porque hoje é o Dia do Servidor. E fui alertado aqui por um colega de que, no jogo do bicho, é o dia do cachorro. Eu não sei se isso é bom ou se isso é ruim porque pelo menos o cachorro é fiel, é o nosso melhor amigo. Então, vamos tomar isso só pelo melhor ponto de vista. Sejamos bons amigos, sejamos aliados e sejamos fiéis um para o outro, porque nós temos que tirar vantagem de tudo.

A Pública surgiu porque nós vimos necessidade de nos fazer nos representar por nós mesmos. Desde que foram criadas as instituições sindicais e as centrais, todos nós tivemos oportunidade de fazer opções e muitos de nós fizemos.

Temos acompanhado a evolução das nossas opções e, com essa evolução, eu não saberia dizer quais foram os nossos ganhos, mas com certeza o servidor público sabe dizer quais foram as suas perdas.

Nós vemos que, hoje, o serviço público educacional está completamente esfacelado. Nós não temos educação no País. E aqueles que fizeram opção por serem professores, não querem mais nem ser professores. Nós vemos o serviço público de saúde completamente destroçado.

Nós demos sempre espaço às entidades que seriam muito mais eficientes que nós, tanto no setor de educação, no setor de saúde, no setor de segurança, no setor de transportes, no setor de infraestrutura, e o que nós temos colhido? As nossas opções. Nós também temos um setor de segurança precisando de um rearranjo, precisando de uma nova visão, de uma nova abordagem. Nós temos até os juízes legislando, porque

eles já não têm mais opção, e deixando que os nossos agressores fiquem do lado de fora da cadeia e nós do lado de dentro das nossas grades.

Então, nós temos um Brasil que todo ele precisa ser revisado. Por isso nós fizemos a opção pela criação de uma entidade que olhasse para nós mesmos, que trabalhasse por nós mesmos. Eu estou aqui em nome dessa opção, falando que nós vamos trabalhar desde o ponto de vista do servidor público, que é a parte central do Estado. Nós somos o Estado, nós não somos o Governo. Nós somos parte do que está acontecendo e, se nós estamos deixando acontecer, também é por opção que estamos deixando.

Hoje, estamos vendo em todos os níveis novas opções tomando conta de poder. Eu não diria que é por maldade, eu não diria que é por nenhum motivo além de falta de visão, porque dentro do serviço público nós temos as melhores cabeças. Eu fui Presidente de uma federação com mais de 13 mil PhDs, dos quais, provavelmente, nem 1% servia ao setor privado. Todos estão dentro do serviço público, mas todos fizeram opção de não ter atividade política.

Todos nós sempre tivemos uma opção ruim: não participar da vida política do País. Nós temos que rever as nossas opções. Nós temos que rever a nossa postura. Eu estou hoje, eu sempre fui defensor da parte, digamos assim, mais atingida por nós, que é a parte do aposentado. Enquanto nós não nos organizamos, o aposentado e o pensionista vêm perdendo direitos todos os dias. O aposentado, o pensionista e o servidor público são hoje os culpados de todas as mazelas por que o País atravessa. As nossas forças que estão aqui representadas jamais ergueram a cabeça para ver quais são as causas, e não as consequências, dos nossos interesses estarem sendo prejudicados.

Mas eu convido todos os meus colegas a darem uma olhada, uma olhadinha só, na parte da proposta de lei orçamentária que está no Congresso Nacional, para vocês reconhecerem aonde estão indo os nossos recursos, aonde estão indo os nossos recursos para a saúde, educação, segurança, infraestrutura, etc. etc. etc.

Todos nós precisamos, irmanados, dar as mãos, porque o serviço público, embora não pareça, é a parte que dá segurança ao serviço privado. O empresário precisa ter confiança para investir, precisa saber que vai investir e que há regras estáveis para poder fazer o investimento a que se propõe. Hoje, nenhum empresário tem segurança para investir.

E a moeda de troca do empresário muitas vezes não é a melhor moeda de troca, porque às vezes só beneficia a ele mesmo; não beneficia a mais nenhum setor, a mais ninguém, nenhum concorrente.

Hoje, nós temos as federações de indústria no País, mas nós não temos nenhuma indústria nacional. Nós temos as federações cuidando de si mesmas, mas nós não temos mais serviços prestados por indústrias nacionais. Resta a esses pobres batalharem pela terceirização. E por qual terceirização eles estão batalhando? Eles estão batalhando pela migalha. Eles estão entrando no Estado querendo tomar conta de segurança, limpeza, essas coisas, e às vezes serviços afins.

Nós vimos, por exemplo, no Estado de Minas Gerais, até os fiscais terceirizados. Nós vemos, no Estado do Paraná, professores que fizeram concurso e tomaram posse em fevereiro serem todos demitidos em dezembro. Haverá um novo concurso em fevereiro próximo, e todos serão demitidos novamente em dezembro. Ou seja, nem a nossa base educacional, neste Brasil Pátria Educadora, é respeitada.

Nós estamos aqui para dar uma nova versão do que é o sindicalismo público. Nós estamos aqui para lutar por uma outra visão e para tentar contaminar os nossos companheiros de luta, para que eles olhem para o serviço público como nós, servidores públicos, sem contaminação de outras ideologias, mas com a contaminação de que o servidor público foi criado para servir ao público. Nós somos servidores para servir ao público, para que a máquina estatal funcione, e nós não somos criados para levar vantagem, não. A nossa produção não é o lucro.

(Soa a campainha.)

O SR. OGIB T. CARVALHO FILHO – Quando nós temos terceirização, nós temos outra visão, que é o lucro. Eu me junto ao João Domingos para dizer também que o nosso trabalho produz a mais-valia: a mais-valia social.

Eu queria só, para encerrar, dizer que ao informar da utilização deste livro, *A Negociação Coletiva na Administração Pública Brasileira*, um dos autores se chama Antonio Augusto Junho Anastasia, o nosso Senador. É um deles aqui. Nós precisamos ver se ele não faz o mesmo que o Fernando Henrique fez, que, ao ser eleito, falou: "esqueçam o que escrevi". Vamos ver se ele não faz a mesma coisa.

Eu queria dizer que esta Comissão é um momento muito oportuno para nós aproveitarmos também para discutirmos a liberação sindical, além da negociação coletiva, dentre outros interesses que nós temos como servidores públicos.

(Soa a campainha.)

O SR. OGIB T. CARVALHO FILHO – Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Foi o Ogib Carvalho Filho, Vice-Presidente da Central do Servidor.

Neste momento, nós vamos pedir aos nossos convidados que voltem ao plenário. Vai ficar na mesa o Sérgio. Desculpe chamá-lo de Sérgio, mas é que somos companheiros de longa jornada! O Dr. Sérgio Mendonça, que fala pelo Ministério do Planejamento, e vai também ficar também a Drª Rita Pinheiro, que fala pelo Ministério do Trabalho e da Previdência.

Permita que eu diga, Drª Rita, que eu estou muito contente com a indicação do meu amigo Miguel Rossetto, sindicalista, comprometido. Pode ter certeza de que é um homem de diálogo. Eu tenho orgulho de dizer que Miguel Rossetto participou do meu sindicato, lá dos metalúrgicos de Canoas, e agora, como Ministro do Trabalho e da Previdência, eu estou muito esperançoso, porque sei da competência dele, e que ele fará um belo trabalho. Permita que eu dê uma salva de palmas a você, Rita, estendendo-a ao meu amigo Miguel Rossetto, Ministro do Trabalho e da Previdência. (*Palmas.*)

Senador Medeiros, com a palavra. Ele pediu para falar na mudança das duas mesas. Então, ele fala agora e, em seguida, nós teremos uma segunda mesa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados e todos que a nós assistem. Senador Paim, V. Exª não poderia ter sido mais feliz.

Eu creio que até foi planejado convocar esta audiência para hoje, que é o dia dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O culpado é o João Domingos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, está certo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é que me cutucou.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Está certo, estendo os meus parabéns a ele!

Mas entendo que nós não temos, neste momento, muito o que comemorar. O servidor público tem tido suas lutas, mas é certo que, a cada dia, só vê o seu poder de compra diminuir e com um agravante: a sua imagem também tem tido um prejuízo muito grande, Senador Paim. Eu digo que tem havido uma demonização do servidor público. É sofisma de toda sorte, tanto por parte do nosso principal empregador, tanto por parte da mídia, que talvez insuflada, compra ideias muito rasas acerca do servidor público e acaba propagando isso.

Eu digo isso em episódio recente dessa luta que os servidores do Judiciário estão travando, e quero aqui fazer justiça, inclusive ao Senador Paim, que, em que pese ser da base do Governo, em que pese ser um dos mais proeminentes e, eu diria, uma das principais imagens do Partido dos Trabalhadores, posicionou-se – não sei se todos os servidores sabem – aqui, nesta Casa, para ficar do lado dos servidores. Isso sob desgaste partidário, porque contrariou a sua base. Mas ele, mantendo a coerência, ficou do lado dos servidores.

Mas eu digo isso porque esse episódio, especificamente, dos servidores do Judiciário acabou se estendendo a todos os servidores, como se essa massa de servidores... Pelo Governo ou apesar do Governo, o País sempre andou por causa dela e está sendo colocada como se esse grande problema, esse grande rombo, como se essa imensa quebradeira por que o País está passando fosse por culpa dos servidores; e nós sabemos que não é, isso não é uma verdade.

Eu me lembro de que um dos temas – até falei ontem aqui –, uma das coisas que levaram para o horário nobre, para o Jornal Nacional, foi que estava havendo um aumento de 78% para os servidores públicos do Judiciário, para 120 mil servidores, e que isso iria trazer um rombo tremendo nas contas do Governo, sem falar que os outros servidores todos iriam vir na esteira e, enfim, passaram o caos. Eu fui estudar o assunto a fundo, e o que se verificou é que, em um universo de 120 mil servidores do Judiciário, 14 funcionários apenas estavam tendo um aumento acima de 50%, e funcionários ainda de uma faixa salarial muito pequena.

Então, eu achei de uma maldade sem tamanho aquilo, você passar para a Nação inteira o que estava havendo. E mais: passou-se a imagem de que os servidores do Judiciário são marajás, que são elite. Eu ouvi discursos inflamados, inclusive de pessoas que se dizem, que se transvestem de defensores dos servidores públicos, que acenam para nós com a mão e que foram lá, no dia do Congresso, fazer discurso contra os servidores, dizendo que essa elite... Eu não considero elite uma pessoa, filho de pessoas pobres, que, a duras penas, conseguiu estudar e passar num concurso público... (*Palmas.*)

...depois de anos e anos de estudo, de horas e horas, de madrugadas, e consegue passar em um emprego público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer que é o seu caso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ouvi a sua história, é uma história bonita. Ele trabalhava na área rural, menino, claro, com a família. Os pais disseram: "Tu tens que estudar, guri!" E hoje ele está aqui, como Senador da República. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senador Paim.

Então, não posso considerar que essas pessoas venham a ser tachadas de elite. É a mesma coisa que você falar que um funcionário de um chão de fábrica, que trabalhava com metalúrgica, como o Senador Paim, vem trabalhando e, de repente, falarem: "O Paim é um abastado, é da elite, porque ele está Senador da República."

São argumentos que não se sustentam, mas que fazem um mal muito grande aos servidores públicos e um mal ao Brasil, porque quando se enfraquece o servidor público, quando se começa a acabar com o seu poder de compra, esses funcionários acabam sendo estudantes permanentes, eternos estudantes, e vão ficando com uma capacidade e uma agregação de conhecimento muito grande. Quando a coisa começa piorar aqui no setor, eles se vão.

Ontem, naquela audiência feita aqui, o Senador Paim acompanhou – era uma audiência sobre o TRF 1 e o acúmulo de processos –, eu vi um exemplo aqui: um funcionário capacitadíssimo do Judiciário. Ele saiu e foi trabalhar na OAB; enfim, foi advogar. Ele estava aqui e deu um *show* de conhecimento sobre as entranhas do Judiciário. E eu fiquei analisando que esta é a realidade do serviço público: as pessoas acabam indo.

Agora, há algo muito interessante que o Ogib colocou aqui: o servidor público serve ao público. O Ministro Ayres Britto, em determinado momento, disse que o serviço público é tão honroso que o servidor devia ser chamado não servidor público, mas servidor do público.

Temos que ter em mente também que, quando a pessoa passa em um concurso público, quando alguém se destina a fazer um concurso para trabalhar como servidor público, ele fecha duas portas: fecha a da pobreza, evidentemente, e fecha a da riqueza também. Ele e seus filhos vão poder estudar em uma escola boa – dependendo de como estiver o salário na hora, porque, em determinado momento, o servidor público tem que mandar ele para a escola pública, sim, mas, geralmente, vai ter o filho em uma escola boa –, vai ter um plano de saúde, aquela coisa. Fechou a da pobreza. Não vai passar fome. Mas ele fecha a da riqueza também. E essa é a vida da maioria dos servidores públicos.

"Ah, o servidor público é corrupto." Não; o servidor público não é corrupto. Existem corruptos entre os servidores públicos, como existem em qualquer faixa, em qualquer lugar: no futebol, na iniciativa privada; em todo lugar, há pessoas corruptas. Isso é do ser humano. Agora, tentar jogar essa pecha no servidor público não é correto.

Então, o nosso momento não é fácil. Este não é um dia em que podemos comemorar grandes vitórias. Agora, podemos comemorar, sim: sentimos que os servidores públicos estão organizados; há Parlamentares aqui – e eu queria dizer que vocês não estão sós –, Parlamentares do naipe do Senador Paim, que tem uma história nesta Casa, está atento e, apesar dos pesares, apesar de todas as lutas, lutando contra todos os contratempos, está a favor e lutando pelos servidores públicos.

Nós estamos em um momento difícil, em que se jogam todas essas dificuldades do País para o servidor público, como se a Previdência estivesse com rombo por causa do servidor público, como se a crise fosse por causa do servidor público. Agora, cabe a nós aqui fazer voz e amplificar as vozes dos servidores para que essa imagem... Acho que a nossa luta agora não é nem tanto salarial; é a questão de mudar a imagem que foi colocada. Porque o prejuízo maior que os governos nos têm impingido não é no bolso, é na imagem. A partir do momento em que o nosso principal pagador nos trata como se fôssemos um bando de preguiçosos, que ganham muito e que trabalham pouco, esse é o grande mal que nos trazem, porque aí o Governo fica com grande lastro de credibilidade para dizer: vou achatar mais o salário, porque esse povo não trabalha mesmo; tenho um argumento. Então, neste momento, nós precisamos é recuperar a imagem. Acho que essa é a grande luta.

No mais, Senador Paim, quero agradecer a sua presença de espírito, por trazer este debate, e espero que possamos fazer outros também. Acho que, pelo menos duas vezes por ano, podemos ter esse debate. E parabenizo cada sindicalista, cada pessoa abnegada que o tem feito, porque tem sido uma luta fazer sindicalismo na área pública, Senador Paim, já que há muito tempo foi cortada a licença classista. Isso tem sido um entrave, porque muitos servidores vivem em um estado de exceção: até para virem a uma audiência como esta, às vezes, têm que fazer permuta, ou perder, ou pagar. Então, a maioria dos servidores públicos, para fazer sindicalismo, está na verdade pagando para fazê-lo. E, às vezes, até respondendo a sindicância, porque faltou a alguma coisa nesse dia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Senador Medeiros fez uma bela fala no Dia do Servidor.

Peço a todos que voltem para o plenário, e ficam aqui na Mesa conosco o Dr. Sérgio e a Drª Rita.

Vou convidar já a segunda Mesa, sem prejuízo de, nas considerações finais, cada um dos membros da Mesa responder.

O.k., muito bem.

Então, convidamos Luiz Carlos Silva de Oliveira, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT). (*Palmas.*)

Convidamos Marcos Kersting Soares, Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais. (*Palmas.*)

Rudinei Marques, representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). (*Palmas.*)

Convidamos também Flauzino Antunes Neto, Secretário Nacional de Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). (*Palmas.*)

E depois teremos, na terceira Mesa, Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal); Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); Antonio Silvano Alencar de Almeida, Vice-Presidente de Política Salarial da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); Flávio Werneck Meneguelli, Diretor Adjunto da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef); e Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

E eu me lembro de que eu tinha também pedido para um funcionário meu falar com o representante da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah! Já está, então. Isso, porque eu pedi que ele falasse com você, e o vi aí. Então, não entendi mais nada.

Já ia xingar o guri. (*Risos.*)

E o guri iria dizer: "Mas, Paim, eu nunca erro, como é que eu iria errar agora?" E esse menino dificilmente erra. Então, ele está ali. Nem falei o seu nome, fique feliz aí.

Vamos lá então, serão três Mesas. Passo a palavra de imediato. Sintam-se todos cumprimentados aqui.

De imediato, passo a palavra para Luiz Carlos Silva de Oliveira, que fala pela UGT.

O SR. LUIZ CARLOS SILVA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque depois o Bira me xinga, como o JP me xinga também. (*Risos.*)

Só para descontrair. E o Bira: "Paim, o meu cara está aí?" E eu digo: "É claro que está, Bira!" E o JP: " E sobre aquela história lá, não há nenhum negão na Mesa." E eu digo: "Tem eu, JP." (*Risos.*)

Isso é para descontrair. (*Risos.*)

O SR. LUIZ CARLOS SILVA DE OLIVEIRA – Gostaria de saudar o Senador Paulo Paim e de agradecer em nome da UGT, e todos os companheiros aqui presentes. É uma satisfação estarmos juntos para discutir, e também junto com os companheiros que fizeram essa longa discussão, as centrais.

Também quero dizer da importância que estamos colocando e também do Senado Federal, do Congresso Nacional. E quero dizer da importância porque lá em 1988 ficaram muitos artigos para fazer as complementações e, graças a esse movimento, estamos sendo contemplados para que o Senado Federal, através desta Comissão, possa elaborar, e também com sugestões dos companheiros.

E gostaria de dizer que, lá atrás, fazendo um histórico, em 1990, os Municípios que foram contemplados pela Constituição... A gente fez principalmente nos Municípios, fez os primeiros acordos coletivos de trabalho, os quais eram homologados pelo Ministério do Trabalho. Por que estou relatando isso? Justamente para que a gente chegue a um ponto e a algumas observações que vamos fazer nesse projeto.

Após 1990, já com as emendas das Constituições estaduais e municipais, começou, então, a questão do Regime Jurídico Único e o conflito celetistas versus estatutários.

Naquele momento, quando se criou o Regime Jurídico Único, o Ministério do Trabalho já não homologava mais os acordos coletivos, que eram as negociações permitidas naquele momento. Então, na verdade, havia conflito de competência.

Na discussão que fazemos aqui neste momento, em alguns pontos, é preciso deixar bem claro o posicionamento quanto à representação e aos conflitos existentes.

O Ministério do Trabalho, em anos anteriores, fez uma pesquisa naquelas conferências tirando posicionamentos dos conflitos e levantando quem seria o representante. Naquele momento, principalmente no Paraná, discutimos o reconhecimento do Ministério do Trabalho para julgar as questões trabalhistas. Por isso venho aqui, com os companheiros que assinaram esse documento que foi entregue ao Senador Paulo Paim, para tratar da questão da judicialização.

Eu acho que nós, como a OGT e os demais companheiros, temos que já levantar a questão acerca de quem vai dirimir esses conflitos. Naquele momento, principalmente no Paraná, chegamos à conclusão de que seria a Justiça do Trabalho. Por que digo isso? Porque com as negociações virão com conflitos e, se não colocarmos, como vamos fazer?

Eu vi aqui nos "Princípios e objetivos... Se não garantirmos essa negociação e colocar bem claramente o posicionamento, vai se repetir o que aconteceu com a Constituição de 1988, que deixou muitos artigos a serem complementados. Então, temos que ter cuidado em relação a esse projeto.

Houve várias intervenções aqui no Senado Federal colocando a questão da greve em primeiro lugar, sendo que a negociação precedia essa questão. Além disso, o nosso projeto, que foi discutido lá atrás e foi entregue para a Presidência da República, contemplava os três itens, que eram: a negociação coletiva, a greve e a liberação de dirigente sindical.

Hoje foi feita uma proposta pela CSPB, da qual também faço parte – obrigado, presidente e demais companheiros, por estarem aqui – e por mim também, como Federação do Paraná, representando os municipais, que é onde acontecem realmente os conflitos... Se não garantirmos aqui a data-base do servidor público – não estamos definindo o mês... É preciso definir a data-base do servidor público nos três níveis, porque nada vai fazer com que... Se colocarmos a negociação coletiva sem amparar alguns pontos positivos e defini-los, os Municípios não vão cumpri-los e não vão colocá-los em suas legislações.

Na verdade, o item III do art. 5º efetiva o interesse em negociar. A classe trabalhadora sempre teve interesse em negociar, mas negociar no sentido de que venham melhorias e sejam atendidas realmente as necessidades dos trabalhadores. Então, na verdade, quanto a esse item, temos que ter a preocupação de garantir realmente a negociação. Se não garantirmos... Sempre, quando participo de discussões nas assembleias ou nos Municípios, aquele "poderá" ou "é facultativo"... Todos esses itens que são colocados na lei não se traduzem em obrigatoriedade. Então, é preciso garantir alguns pontos aqui para que realmente possamos definir para as três esferas e também para algumas autarquias e algumas entidades que estariam garantidas aqui.

Também me preocupa – me somo a todos os companheiros que assinaram aquele documento e também à OGT, e a nós, como Federação – o item VII, Limites Constitucionais. Quando se fala na Lei nº 101 – e se fala aqui no inciso LXI da Constituição, nos arts. 51, 52, 96, 127 e 134 – coloca-se a limitação, porque vai ocorrer o seguinte. Tudo vai depender do Executivo mandar as modificações nos planos de carreira e assim por diante.

Então, acho que temos que dar uma olhada com bastante carinho nessas questões, porque todos os prefeitos hoje, diante da crise que ocorre no País, estão remetendo todas as negociações e todas as discussões à Lei nº 101.

E outra coisa: ficando aqui outras restrições previstas em lei, específicas.

Na verdade, deve se cuidar muito dessa questão, porque, se colocarmos aqui, vão barrar todas as negociações. Como sugestão, ver esse posicionamento aí.

Na questão do art. 11, revisão geral anual da remuneração de que trata o art. 37, já está garantido lá, mas não há nenhuma obrigatoriedade tanto no âmbito federal como nos âmbitos estaduais e municipais. Eu acho que deveríamos colocar alguma maneira de haver a obrigatoriedade da data-base e também da questão da remuneração, quando se fala da anualidade, que é o índice de inflação que deveria ser concedido a todos. E, para os demais, ganho real, plano de carreira, assim, por diante, aí, sim, haveria uma discussão dos demais itens numa negociação.

Na verdade, era isso que eu tinha, porque os companheiros que me antecederam já colocaram outras questões.

Eu só gostaria de colocar para o Senador e para a Comissão a questão de se garantir, realmente, a negociação. Se nós não garantirmos a data-base, tudo bem que os Estados e os Municípios vão colocar, mas nós deveríamos garantir a negociação e a remuneração, conforme o art. 37, mas garantir também, nesse projeto de lei, que se faça isso. Senão, coloca-se muito impedimento na Lei de Responsabilidade Fiscal lá.

Outro detalhe: quando o Governo Federal estabelece o piso nacional de educação, que vai vir com valores maiores ainda, e o próprio salário mínimo, que vai vir com valores acima do índice, ele determina e acabou. Na verdade, nós os demais servidores, em todos os três níveis, ficamos sem ter a questão de recuperação dessa inflação, porque ele sempre está dando índice maior – e ele não diz que daria, com a Lei de Responsabilidade Fiscal nos Estados e nos Municípios em que seriam implantado. Então, está acima do valor. Deveria haver algumas garantias.

Muito obrigado à Comissão, ao Senador Paim e a todos os presentes aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns ao Luiz Carlos, que ficou em nove minutos. Como haverá três mesas, ele deu o recado, objetivo e direto.

Eu quero registrar a presença, com orgulho – porque veio prestigiar este evento –, do Presidente da Anfip, meu amigo Vilson Antonio Romero, gaúcho de longa jornada de lutas juntos. Onde está o Romero? Está aqui. (*Palmas.*)

Romero, embora, pela Anfip, vá falar o Vice-Presidente, se quiser complementar alguma questões, como fiz com o Calixto(?), assim, poderá fazer.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Com certeza, Senador. Muito obrigado pelo registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seja bem-vindo, Romero. Romero tem uma história de... Nem vou dizer quantos anos de luta, que travamos juntos, no Rio Grande, naquelas coxilhas do Rio Grande, em muitos momentos, inclusive na busca da recuperação do processo democrático na época da ditadura ainda.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Pouco tempo: algumas décadas, Senador. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu, Romero. Bom vê-lo aqui.

Eu passo a palavra agora ao Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenasempe), Dr. Marcos Kersting Soares.

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar todos os servidores públicos brasileiros pela data de hoje e lembrar, de antemão, que todos nós, de certa forma, estando ou não no serviço público, somos servidores públicos quando vivemos numa república democrática.

Em especial, eu queria abrir a fala agradecendo ao Senador Paim, parceiro de luta, com uma biografia irretocável, com um capítulo especial. Talvez o Senador Paim se lembre vagamente disso, mas, alguns anos atrás, por ajuda dele, de seu gabinete, instalou o então primeiro Sindicato do Ministério Público, o sindicato gaúcho, no Sindipetro, com o nosso amigo Dary Beck Filho. Desde lá, o Senador Paim acompanha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bela lembrança.

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – ... a construção da categoria do Ministério Público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não diga: "só dá gaúcho"; diga: "gaúchos e gaúchas".

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Mais ou menos isso.

Abrindo esse agradecimento especial ao Paim, eu faço destaque também ao Senador Douglas Cintra, ao Senador Anastasia, ao Senador Medeiros e ao nosso Relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se me permitir, já que você informou...

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A assessoria lembrou que o Senador Douglas está fora, numa atividade, mas fará o possível para chegar a tempo aqui e fazer uma saudação para vocês.

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Eu lhe agradeço.

E ao Senador Otto Alencar, nosso parceiro da Bahia.

Quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Otto. Tem tido uma postura muito boa, viu?

O Otto é meu parceiro aqui. Quero dar este depoimento. As pessoas dizem: "Não..."

O Otto é meu parceiro, sim. E quando eu digo de público é porque eu sei a força que ele fez para me pegar como Relator da PL nº 30, da terceirização, que é a menina dos olhos daquele capital mais perverso. Não é, Rosa? Estou certo ou errado?

Só fiz um aparte, mas eu desconto depois, viu?

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Obrigado.

Quero cumprimentar também os representantes Dr. Sérgio Mendonça e a Drª Rita Pinheiro, representando o Executivo, as demais autoridades, Deputados Federais, Parlamentares, colegas, em especial os colegas da Polícia Federal, também presentes, todos os presentes.

Nesse relato, a importância que nós damos é inacreditável.

Estamos falando da negociação coletiva do setor público. Ela é tão antiga que advém do Código Napoleônico, que depois se transformou, como alguns Senadores defendem, no nosso glorioso Código Civil. Desde lá se estabelecem as primeiras iniciativas, mediações para a tentativa de acordo entre partes, no caso, o sistema político da época e os seus representados.

Ao longo do tempo, inseriu-se nos diversos processos políticos que vivemos, a ponto de chegarmos a um consenso a partir dos encontros internacionais, quando se proclamaram as ratificações de princípios, entre elas a ratificação da 151, na OIT, da qual o Brasil foi signatário após muitos anos de luta.

Estou tecendo um breve histórico para entendermos do que estamos falando.

Todo esse processo é derivado do princípio democrático. Tanto é que os países que estabelecem como sufrágio o seu ponto de representatividade praticamente estão obrigados a fazer certas ratificações de princípio para ter o sufrágio completo, que seria o tripé da democracia.

Eu tive o prazer de acompanhar parte dessa discussão na própria Convenção da OIT, então eu falo aos senhores que a sistematização da negociação coletiva é necessária tanto para a regulamentação de marcos, quanto de leis e de princípios, mas principalmente para a definição de papéis.

Hoje tanto interessa ao Governo quanto aos empregadores e empregados estabelecer uma mesa em que se deixe claro do que se trata, para quem se trata e quais são os seus marcos regulatórios e o seu período de validade.

Digo isso para deixar muito claro que há um prejuízo econômico, há um prejuízo na criação de empregos, há um prejuízo no desenvolvimento social, há um prejuízo nas relações internacionais pelo processo demorado em que o País ainda se encontra para regulamentar.

Saibam os senhores que os países que mais rapidamente ratificaram esses princípios e estabeleceram as mesas de negociações coletivas são hoje os países que têm praticamente o maior IDH junto aos indicadores da ONU.

Além disso, nós temos outros pontos interessantes.

Os países que estabelecem mesas coletivas têm baixo índice de LER, DORT, doenças do trabalho e outras mazelas que ocorrem no serviço público, como o assédio, o *bullying* e outras demandas.

Avançando, o Brasil nesse processo chegou à Constituição de 88, na qual o nosso honroso Paim teve papel fundamental e elencou, além desses princípios, algumas peculiaridades do Estado brasileiro.

Adentro a minha fala num sentido mais específico, que é o Ministério Público brasileiro. A partir de 88, deu-se independência ao Ministério Público e se iniciou um processo efetivo de um papel de Estado institucional, alheio aos próprios poderes do sufrágio, ou seja, haveria um regulador, havia um fiscal da lei, e assim é conhecido, um ente que, de certa forma, participa numa mescla de escolha com o Poder Executivo para a fiscalização da própria democracia.

Senador Paim, demais companheiros, neste ponto, a nossa entidade teve o privilégio de, a partir de seu congresso, chamado Conasempe, de 2009, elencar algumas prioridades, entre elas a democratização do Ministério Público, que está na esteira da escada democrática pela qual o País vem caminhando, que tem, sim, um diálogo imediato e direto com a Convenção 151 a negociação coletiva. Quais são essas demandas? Nós temos a PEC 230, de 2012, encaminhada ao Deputado Policarpo, e a PEC 147, de 2015, há pouco tempo finalizada numa caminhada muito árdua, mas positiva com o Deputado Vicentinho. Essas duas PECs, a PEC 230, conhecida como PEC da Cadeira, e a PEC 147, tentam dar um nome processo democrático no Ministério Público, já estabelecendo uma negociação coletiva específica.

A PEC 230 garante ao servidor assento no Conselho Nacional do Ministério Público, hoje somente ocupado por integrantes de carreira e indicados pelos demais poderes. Nessa proposta se abre o assento ao servidor de carreira do Ministério Público. E a PEC 147, a PEC do Voto, dá direito ao servidor de carreira participar do processo de escolha dos procuradores gerais de justiça.

Dentro dessa esteira, nesse processo de tentativa de uma nova democratização do Ministério Público, nós já tivemos alguns resultados vitoriosos, entre eles a Resolução nº 53 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, garantindo a revisão geral anual. A gente conseguiu fazer uma questão intraconstitucional que garante à categoria essa prerrogativa básica.

Voltando ao projeto em si, a gente vê com bons olhos e dizemos fazer esse recorte para entender que, paralelamente à negociação coletiva, existem as categorias já organizadas dentro da democracia brasileira, com suas peculiaridades. E o Brasil, quando ratifica a Convenção 151, honra a história que vem querendo, aos trancos e barrancos, ou não, num processo, de certa forma, comparado aos demais países, até avançado no ritmo da conquista democrática.

Aproveito a oportunidade para sugerir alguns pontos sobre o processo de negociação coletiva. Um dos ponto que a gente acha fundamental é ter uma clareza das representações setoriais.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Dentro desse paradigma, a gente acha importante ter uma definição clara das categorias para poder, assim, saber quem sentará à mesa junto aos governos.

Eu não quero me alongar muito em respeito aos demais e ao nosso Senador, mas queria registrar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Obrigado.

Queria registrar aqui que os servidores do Ministério Público brasileiro são uma categoria nova e querem contribuir com a democratização definitiva deste País. E nós temos um consenso de que não há momento melhor para se discutir e se aplicar princípios moralizantes, princípios de transparência, princípios de espírito republicano, do que nos processos de crise.

Nós vemos que os processos de crise geram oportunidades de discussão. E nesse ponto queremos fazer um agradecimento especial, pelo Senador Paim, a todo o Senado, que tem sido protagonista, um carro- chefe que não tem medo das posições inclusive de governo. E a gente sabe que custa aos Parlamentares, aos Senadores certas posições. Mas, mesmo assim, essa independência, essa postura proativa da democracia permitiu que a nossa categoria se fortalecesse e construísse essas duas PECs.

Também quero fazer agora um reconhecimento à CSPB, confederação à qual somos filiados, por essa longa história na defesa da ratificação da Convenção 151. Desde que eu me conheço por gente, no meu primeiro processo de participação política lá no grêmio estudantil, me lembro que existia uma confederação já defendendo isso. Então, quero fazer esse reconhecimento histórico na figura do nosso Presidente João Domingos.

Muito obrigado a todos e a todas. E excelente debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos e Estaduais (Fenasempe), Dr. Marcos Kersting Soares.

Agora passo a palavra ao representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que foi quem me apresentou aqui aquele belo trabalho sobre a questão da negociação, a questão sindical e do direito de greve, que se transformou em um projeto, que nós aprovamos aqui e estará na CCJ.

Por favor, Dr. Rudinei Marques.

O SR. RUDINEI MARQUES – Bom dia, Senador Paim e demais integrantes da Mesa, senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se você puder explicar ao público o que significa Fonacate, que é mais do que uma entidade específica.

O SR. RUDINEI MARQUES – Falarei.

Falo aqui em nome do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que congrega 27 carreiras, consideradas essenciais do ponto de vista estratégico ao funcionamento do Estado.

Recentemente tivemos o reingresso da ADB (Associação dos Diplomatas Brasileiros), nossa entidade fundadora que, por várias circunstâncias, tinha se afastado do fórum e agora retornou e está ombreando esforços conosco na luta pelo serviço público de qualidade.

Quero dizer, porque vi o pessoal comentando que há muitos gaúchos na mesa, que, para nós, gaúchos, é uma honra ter o Senador Paim à frente de vários processos de luta em defesa do serviço público. A gente acompanhou toda a luta contra o projeto de terceirização, toda a luta contra a MP 680. E me orgulho de ter votado já em várias ocasiões no Senador Paim, que sempre tem honrado o voto e defendido com muito empenho não só o trabalhador, mas especialmente o trabalhador do serviço público.

É claro que hoje, Dia do Servidor Público, nós temos que fazer uma menção especial a esse segmento. Se nós, hoje, não soçobramos à crise econômica, política, fiscal, mas sobretudo – como foi falado aqui – uma crise moral, é porque nós temos instituições sólidas neste País. E quem faz essas instituições são os servidores públicos.

Fico muito honrado em ser servidor público já há quase 30 anos e estar aqui falando em nome de 27 carreiras de excelência do serviço público.

Temos que considerar que nós temos pessoal altamente qualificado no serviço público; nós temos uma área de arrecadação das mais competentes do planeta; temos uma diplomacia extremamente qualificada; temos, inclusive, servidores como os dirigentes de classe do Sinait, que chegaram há pouco. São servidores que dão a vida pelo cumprimento das suas funções.

Estamos hoje com o julgamento do caso de Unaí. E é, sim, um orgulho para nós perceber que há servidores públicos que não medem esforços ou riscos a sua própria integridade física no cumprimento das suas funções. Fica o nosso voto de que esse caso se resolva com a punição dos responsáveis de forma exemplar.

Quero dizer que, especificamente em relação ao projeto – quero ser bem objetivo para não me repetir – tenho acompanhado negociações no serviço público desde que entrei em 1988 na nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul, depois que passei por vários outros órgãos públicos e, infelizmente, até hoje, nós não conseguimos regulamentar negociação coletiva de direito de greve, data-base e organização sindical em sua plenitude.

É claro que o projeto vem em boa hora, nós estamos, neste ano de 2015 – nem vou falar de negociação salarial de 2012, que levou centenas de milhares de servidores públicos a processos de paralisação e greve para as ruas –, considerando que a mobilização se iniciou em fevereiro, há nove meses, tentando negociar com o Governo e não chegamos ainda a um denominador comum. Boa parte das carreiras que estão aqui ainda não firmaram os seus acordos. Estamos há nove meses... Não vou dizer paralisados porque o serviço público continua, mas isso toma tempo que nós poderíamos estar dedicando ao serviço público, fazendo um serviço público de qualidade e estamos fazendo mobilizações internas para ver se a negociação avança. Por que isso? Porque nós não temos a negociação regulamentada.

Não temos a data-base. Este ano é o exemplo clássico de que o negócio precisa ser resolvido imediatamente, não só, claro, com o PLS 397, mas o Senador Paim se referiu aqui ao projeto que o próprio Fonacate apresentou – PLS 287, que é um pouco mais amplo. Acho que o 397 é mais detalhado, do ponto de vista da negociação, mas é claro que deficiente em relação em relação a outras áreas que nós tratamos no 287.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUDINEI MARQUES – Do direito de greve. Inclusive fazendo frente a outros projetos que são muito gravosos ao direito de greve e reassumindo o protagonismo desta Casa, porque o direito de greve está sendo resolvido na justiça. Então, é um PL 287, como eu falei, mais amplo, mas não trata de forma tão detalhada como o 397 está tratando a questão da negociação coletiva.

Não vou me estender muito, como falei, para não ser repetitivo, mas há duas questões que, para mim, são importantes. Uma delas o próprio João Domingos já falou aqui, que é a questão da liberação para mandato classista. Inclusive, houve uma piora, nós tivemos a Medida Provisória nº 689, que onera as entidades ao conferir a elas a responsabilidade pela contribuição patronal. Ou seja, se nós já vínhamos arcando com pagamento da liberação, agora vamos arcar com mais 22%, que é a contribuição que o Governo deveria fazer e repassou o ônus para as entidades de classe. Isso é um absurdo!

E fez isso de forma maldosa no meio de um processo de negociação! "Tomem mais um problemas para vocês. Já não têm bastante, então, tomem mais um problema: mais 22% da conta."

É uma questão que tem que ser dita, tem que ser denunciada, porque é um desrespeito com o serviço público, com as entidades de classe que estão aí lutando para exercer as suas funções. Então, temos que dar um jeito de reverter essa situação e liberarmos os dirigentes com ônus para a administração, como é hoje boa parte da iniciativa privada, que, nos seus acordo coletivos, define como vai se dar a questão das liberações.

E também dizer que é importante que esteja no projeto – e está lá contemplada, sim – a questão da resolução de conflitos, não só as questões salariais, mas há inúmeros conflitos na Administração Pública em que não há um interlocutor para resolver. Temos que ter uma mesa permanente de negociação também para solução desses conflitos. Vários órgãos que têm problemas gravíssimos e não têm interlocutor e os problemas vão se protelando ano após ano.

Vou ser, como disse, breve e vou encerrar por aqui, saudando a iniciativa e dizendo que é importante – foi aprovado na CDH, na semana passada o PL 287 – que ele tramite também. Talvez lá na frente uma composição porque precisamos resolver não apenas a negociação coletiva, mas também o direito de greve e a organização sindical no seu sentido pleno.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O ideal mesmo seria fundir os dois e aprovar o 287. Por quê? E não é porque fui relator. Eu posso pegar até a relatoria também desse em uma outra Comissão. É que ali trata dos três temas: organização, direito de greve e negociação coletiva. Foi uma bela iniciativa de vocês. O projeto não é meu. Vocês é que apresentaram, eu apenas dei o parecer favorável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas isso dá para conversar muito com o Senador Anastasia, porque ele é bem flexível.

Passo a palavra, agora, ao representante da CGTB.

Quem usou da palavra nesse momento foi o Rudinei Marques, que falou pela Fonacate. E agora fala o líder sindical, que tem me acompanhado em inúmeros Estados no debate da terceirização – já fui a 18 Estados e devo terminar os 27 até início de março. Depois, a intenção é fazer um grande encontro nacional em maio.

Fala o companheiro Flauzino Antunes Neto, secretário nacional de serviço público da Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB).

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Bom dia a todos e todas presentes, companheiros e companheiras; ao Senador Paulo Paim; ao Secretário das Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, do MPOG, onde espe-

ro, dentro em breve, ser recebido para fazermos a negociação da nossa carreira. Em público, a gente aguarda ansiosamente a nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso que eu deixei ele para o final, para que todo mundo faça os pedidos e, no fim, ele responda.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Vem bem a calhar no tema da audiência que a gente tenha esse espaço.

Fazendo aqui uma menção honrosa ao Dia do Servidor Público, dia 28 de outubro, é um data que a gente, neste ano de 2015, não tem muito o que comemorar, mas muito a se refletir sobre o serviço público brasileiro. Nós, servidores, temos que ter mais empenho e mais luta para conseguir alguma coisa, porque, se fizermos um reflexo e um retrospecto dos anos 80 para cá, veremos o desmonte do Estado, a filosofia neoliberal avançando por todas as esferas do serviço público brasileiro, seja federal, estadual, municipal. Como bem disse o Senador Medeiros, essa cultura da mídia, cultura dos governos em assimilar essa teoria neoliberal e colocar em cima do servidor público toda a responsabilidade e toda a criminalização, é um negócio bem orquestrado.

Então, cabe a nós, dirigentes sindicais, irmos contra isso. As lideranças públicas representativas se levantarem contra isso. E isso está bem claro na política econômica do Governo Federal, de taxas de juros altas, de quase R$400 bilhões de orçamento público vão para banqueiros, sendo que jogam a conta para o servidor público pagar, através de arrocho, de não aumento. A gente não tem aumento acima da inflação. A gente viu ontem a negociação dos banqueiros e bancários em que os bancários conseguiram um aumento acima da inflação.

Nós, servidores públicos não temos isso. O que foi coloca na mesa é um aumento abaixo da inflação esperada para o ano que vem. Então, a gente tem que colocar claro que esse desmonte do Estado ainda está sendo pago pelo servidor público, Os recursos destinados aos salários dos servidores vão para os banqueiros e não vão para onde deveriam. Não adianta chamar de Pátria Educadora, que tem responsabilidade com transporte, segurança, educação e qualquer outra coisa, se não se valoriza o servidor pública da maneira como deve. O servidor pública é aquela corrente transmissora da política pública para a sociedade e para as pessoas que mais necessitam da política pública. Sem essa correia não adianta destinar milhões em programas se isso não vai chegar na população.

Então, a valorização do servidor público é necessária, como disse o JP, nós produzimos mais-valia social. Então, nós temos que ser respeitados. Nós não podemos pagar a conta por uma política econômica que não é a necessária para o Brasil. Nós temos que nos rebelar contra isso, ir para a greve, com o sentido de denúncia. Mas se a gente tiver aqui o que a gente está defendendo – a negociação coletiva, a data-base, a organização sindical, a licença classista –, a gente consegue avançar muito mais sobre isso.

Mas tudo está dentro de um arcabouço. Por que não se consegue fazer isso? Porque não há interesse de que a gente tenha um Estado forte. Não há interesse de que a gente tenha políticas públicas para a população. Por isso que a gente está aqui há 30 ano, João Domingos, defendendo a negociação coletiva. E não é permitida. É uma garantia democrática para os servidores, diferentemente da iniciativa privada, a gente conseguir dirimir as nossas dificuldades.

Então, é nesse sentido que se faz aqui necessário e urgente a negociação coletiva ser aprovada pelo Senado e pelo Congresso Nacional. Também faço coro ao Rudinei: iniciamos, em fevereiro deste ano, as tratativas do setor público federal para a questão do ajuste dos servidores, as negociações de salários, de ambiente de trabalho, e até agora não se finalizou.

Todos os anos eram como uma data referencial dia 31 de agosto, que era o envio da LOA. Este ano não aconteceu. Nós estamos chegando em novembro e as negociações ainda não se finalizaram.

Então, está difícil. O servidor público federal sofre assédio, perseguição, desconto de salário caso vá reivindicar seus direitos. Tivemos aqui greves muito extensas da Fasubra, do JP, do INSS, do Incra, porque a reforma agrária está paralisada. Não temos reforma agrária e os servidores do Incra fizeram greve, mas não obtivemos ganhos da categoria.

Então, o que foi colocado na mesa é um aumento dividido em duas vezes, abaixo da expectativa da inflação. E todo esse arcabouço engessa o País, engessa a Nação. A gente não tem avanço do setor produtivo nem do setor público. Estamos reféns de uma política econômica nefasta que nos engessa. Então, o nosso recado é para que tenhamos a valorização do serviço público rompendo com essa política econômica, rompendo com essa lógica. E que o servidor público tenha direito de voz, direito de reivindicações; um mandato da licença classista e tudo o mais, para que a gente fortaleça a Nação, a nossa sociedade como um todo. E iremos para um avanço partindo dessa lógica.

Era esse o nosso recado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS SILVA DE OLIVEIRA – Na verdade eu queria, se os companheiros me permitem... Nós temos aqui um Projeto 2011 e 2012. Eu só vou ler duas linhas, aqui:

"Dispõe sobre as relações de trabalho entre os servidores públicos e o Estado, definindo diretrizes para a negociação coletiva dos servidores públicos para o tratamento dos conflitos, o direito de greve e o afastamento dos dirigentes."

Os três itens estão aqui. Então, vou só passar como subsídio, não é nem... Esse aqui é o documento que foi tirado em todas aquelas negociações, e que já era. Eu não sei se era o documento final, mas em 2011 tinha um e aqui tem outro. Só como subsídio estão os três itens aqui. Eu vou passar só como subsídio.

E queria também, permite-me, Senador; não sabia que o senhor era Constituinte. Eu quero mostrar essa relíquia, a publicação da IstoÉ, da Constituição Federal, que eu sempre carrego. Então, hoje é dia 28 e tem 27 anos a Constituição. Só para dizer da importância de a gente guardar uma relíquia que saiu publicada.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quase 30 anos.

Muito bem. O Flauzino quer complementar. Fica aqui nos anais dos nossos trabalhos.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Eu só me esqueci de contemplar um pedido do Lineu, num projeto de lei específico.

No art. 2º §3º, incluir que na ausência de uma entidade sindical de primeiro grau, as assembleias do conjunto de servidores, pela comissão negocial e tal, podem ser coordenadas por uma entidade sindical de grau superior respectivo. Então, nesse sentido faltou a gente complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Flauzino Antunes Neto, que falou pela CGTB.

Eu convido os quatro a retornarem ao plenário e nós vamos para a última Mesa.

De imediato, convoco Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal); Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); Antonio Silvano Alencar de Almeida, Vice-Presidente de Política Salarial da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); Flávio Werneck Meneguelli, Diretor Adjunto da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

E o Pedro Armengol, Secretário Adjunto de Relações do Trabalho, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que também nos tem dado alegria de estar conosco em diversos Estados, colocando-se muito firme em nome da Central contra a terceirização.

Eu queria, se a Rosa me permitir, dizer que, conforme a informação que me chegou aqui – e não quero cometer nenhum equívoco –, você não é mais Presidente do Sinait – é isso?

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu sou, Senador. Por favor, não me deponha antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem falou que... (*Risos.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu sou até o dia 2 de dezembro. A partir daí, o Presidente será o Carlos. Todos aqui já estão convidados para a posse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah! Era isso que eu queria fazer. Estava com vontade de pedir uma salva de palmas para os dois: para o Presidente eleito e para a atual Presidenta. (*Palmas.*)

A provocação foi nesse sentido.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim. Nós vamos trocar de lugar, porque hoje ele é meu vice. Depois, eu passo a ser a vice dele, a partir de 2 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A partir de 2 de dezembro. Até lá, então., Quem é rainha sempre será majestade.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou passar a palavra ao plenário, depois.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu quero me desculpar por não ter chegado cedo. A gente tinha uma pauta com o Secretário Feijó, e temos outra reunião no Ministério daqui a pouco, mas eu vou ficar aqui o máximo que puder.

Quero homenagear o Dia do Servidor Público. Os servidores públicos estão sendo um pouco judiados neste momento. Dizer que para nós é um fato histórico que depois de muita luta tenhamos conseguido levar ao banco dos réus os mandantes da chacina de Unaí. O julgamento começou ontem e deve se estender até sábado. Depois será julgado o Antério Mânica também, dia 4; e o Hugo Pimenta, o cara que entregou os 45 mil para pagar os executores, será julgado dia 10 de novembro.

Então, agradeço as palavras do Presidente do Fonacate. Agradeço a todos. Saúdo o Secretário Sérgio Mendonça; a Assessora Rita, que é nossa colega do Ministério do Trabalho. Saúdo o Vladimir e todas as entidades sindicais, na pessoa do Senador Paim, que é o nosso grande pai herói.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pai herói eu gostei. Nunca ninguém disse isso.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Gostou?

Defensor dos trabalhadores, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada; dos aposentados. O senhor tem a nossa admiração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me interrompê-la. Eu quero também registrar – e já falei, mas vou falar de novo agora – que eu vi na TV e achei muito importante o Ministro Miguel Rossetto estar lá. Eu o vi passando e foi lá assistir ao julgamento.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – É. Foram o Ministro Rossetto e o Secretário Feijó. Para nós foi de fundamental importância a presença deles lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Minha salva de palmas para vocês aí. (*Palmas.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para esses lutadores que lá de cima estão esperando a justiça.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sim.

Saúdo também o Pedro Armengol, que é nosso colega do Ministério do Trabalho. E agradeço a todos, viu? E todos estão mesmo convidados para a posse dia 2 de dezembro. A gente vai mandar o convite oficial, é claro, mas deixem a agenda, por favor, reservada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai ser onde?

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – A gente não definiu o local ainda, mas a presença de cada um aqui... Será aqui em Brasília.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estaremos lá.

Dr. Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal). Não é a primeira vez que está aqui conosco, já veio diversas vezes, sempre dando uma bela contribuição.

Seja bem-vindo, doutor.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Muito obrigado, Senador Paim.

Cumprimento a todos. O meu bom dia, principalmente ao Senador. Mais uma vez estamos aqui. E lembrando que sempre temos aqui a Casa aberta, graças ao Senador, para colocar o nosso posicionamento na defesa dos direitos dos servidores públicos.

Cumprimento também o Sérgio Mendonça, a Drª Rita Pinheiro, os demais colegas de Mesa, e os senhores presentes.

Queria complementar aquela informação de que hoje é o Dia do Servidor Público, mas hoje também é dia de São Judas Tadeu, patrono das causas urgentes. E essa congruência entre o Dia do Servidor Público e São Judas Tadeu é muito importante nesse momento, porque urge, mais do que nunca, resolver a identidade do servidor público. Urge deixarmos de ser trabalhador de segunda classe, trabalhador que tem direitos pela metade e deveres infinitos. Nada contra os deveres infinitos, afinal de contas nós servidores públicos estamos aqui para servir a sociedade, que é muito mais nobre do que simplesmente servir ao capital. Então, nada contra os nossos deveres infinitos. Mas precisamos nos igualar nos direitos.

Eu gostaria que todos, desse Projeto de Lei nº 397 a que estamos aqui nos reportando, déssemos uma boa lida na justificativa, que dá uma aula do que é essa trilha que estamos fazendo para tentar legalizar e ter direito à negociação coletiva.

A negociação infelizmente não foi contemplada pela Constituinte, embora já fôssemos signatários desde 1978. Ou seja, na Constituinte faziam dez anos que éramos signatários na OIT 151, mas não foi contemplada na Constituinte, porém foi colocada na 8.112 e vetada pela Presidência da República. E mais uma vez o Congresso Nacional derrubou o veto e manteve o direito à negociação coletiva. No fim, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a negociação coletiva.

Mas, em 2003, passou a ser um fato. O Governo do Presidente Lula abriu efetivamente a possibilidade de negociarmos. Chegou a criar uma Mesa Nacional de Negociação Permanente. Portanto, é um fato. A gente vem negociando mal, às vezes melhora um pouco. Ultimamente, mal e porcamente. Mas, enfim, temos um processo negocial. E mostra claramente que o processo negocial convive com a nossa Constituição. Portanto, não há o que se dizer de ser inconstitucional.

Inclusive, no voto do Ministro Marco Aurélio – está bem explícito nas justificativas – ele disse que a negociação era constitucional porque estava em consonância com os demais ditames da Constituição Federal.

Então, isso nós precisamos resolver, legalizar. E esta Casa, o Congresso Nacional, é muito importante nesse processo de tirar esse estigma de inconstitucionalidade da negociação.

Acho inclusive que todo esse tempo que estamos nessa luta por vários direitos do servidor público, como o direito à negociação coletiva, o direito de greve – a gente vem nessa luta insana, muitas vezes –, de repente não é tão ruim assim a gente – falando um pouquinho em dissonância com os meus antecessores – fazer a legislação por partes, porque por partes podemos conseguir, liberando as tensões mais facilmente.

Então, se a gente conseguir aprovar só a negociação coletiva nesse momento, já é um grande passo que estamos dando. E depois teremos, inclusive, mais ferramentas para avançar, principalmente na legislação sobre o direito de greve.

Isso é demonstrado claramente pela evolução que estamos tendo posteriormente, visto que a Convenção OIT nº 151 vem sendo agora acatada. Em 2008, foi solicitada a aprovação pelo Presidente da República. Ela foi aprovada em 2010, através de um decreto legislativo, e a Presidência da República fez um decreto presidencial acatando a OIT, o que dá uma legalidade e passa por cima daquelas decisões anteriores que culminaram na inconstitucionalidade.

Então, a negociação coletiva é realmente precedente e extremamente importante para começarmos a dar forma aos direitos do serviço público.

Por fim, vou ser breve, Senador. Também contrariando os meus pares que me antecederam, eu diria que em questão de data-base, nós servidores públicos federais já estamos contemplados pela Lei nº 10.331, que dá direito ao reajuste anual no mês de janeiro. E reajustes compatíveis com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho, extensivo a aposentadoria e pensões, sem distinção de índice. Isso está lá na Lei nº 10.331, que, infelizmente, não é cumprida pelo Executivo, que deveria fazer o maior esforço para cumprir as leis.

A maior dificuldade que temos hoje – e não vem de hoje, já vem de algum tempo – é conseguir essa evolução nominal compatível com o mercado de trabalho, com o que está sendo negociado pelos servidores privados.

Não dá o mês de janeiro, porque inclusive agora, nessa negociação que estamos tendo aqui, chutaram isso para o mês de agosto de 2016, nessas negociações que estão em curso.

Aí, eu iria dizer: Como pode um Governo descumprir a lei? Esse é o grande drama que nós vivemos hoje e deveríamos – e esta Casa legislativa principalmente - chamar a atenção do Governo para que se cumpra a lei.

(Soa a campainha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – É isso, Senador. Vou ficar por aqui.

Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

A proposta que o Daro levanta não colide com as outras. Todos nós elogiamos o projeto do Senador Anastasia. Ele está na pauta para ser votado. Quando for aprovado, nós vamos trabalhar também, naturalmente, no projeto do Fonacate, principalmente no direito de greve e na organização sindical, até porque existe outro projeto que trata não do direito de greve, mas de proibir o exercício da greve.

Aqui nós comungamos... Dá para trabalhar tranquilamente, aprovar o projeto do Senador Anastasia que contempla o anseio, com pequenos ajustes, sem prejuízo de aprovar aquele que garante o direito de greve. São dois projetos que caminham paralelamente e ambos nos interessam.

Vamos aprovar, naturalmente, o que for possível, porque o outro projeto que já tem declaração pública. Eles vão tentar derrubar o do Fonacate, porque o do Fonacate praticamente assegura o direito de greve e o outro praticamente proíbe o direito de greve. Aí, vamos ter que trabalhar e dialogar muito com o Governo também. Eu não gostei muito de uma declaração que ouvi ontem de alguma instância do Governo – sem citar nomes –, fazendo uma crítica muito ampla aos trabalhadores que fizeram greve nesse período. De repente, isso endossa o projeto que vem do outro lado, que é de proibir o direito de greve.

Então, vamos dialogar muito com o Governo, acho que é possível, mas se tivermos que regulamentar tanto a negociação coletiva, como queremos regulamentar, mas também o direito de greve... Então, se é para aprovar um projeto que proíbe, deixem como está, vamos obstruir tudo que for possível para não permitir, mas se avança na sua linha, pelo menos se aprova esse. Se caminharem nesse sentido, vamos fazer de tudo para que não se aprove nenhum, então. Ou se aprova algo que garanta o direito de greve, ou então é melhor não aprovar nada, deixar-se como está e a peleia continua.

Vamos lá. Dr. Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF).

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Senador Paulo Paim, pode deixar o doutor para lá, pode chamar de Cavalcanti mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu chamo de doutor, chamo de senhor. Alguém me disse: "Mas eu não sou doutor e o senhor me chamou de doutor; àquele que é doutor, chamou de senhor." Eu não vou adivinhar quem é doutor. De acordo com o momento, eu falo.

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Mas o País da gente tem muita mania de chamar de doutor. Algumas coisas temos que quebrar.

Aqui, na Mesa, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Acho que esta é a Comissão de Direitos Humanos e defesa do trabalhador brasileiro. Acho que vamos ter que acrescentar, porque aqui têm sido acolhidas todas as causas. Senador, parabéns por sua coerência, por sua história política. Sua fala confere com a prática. Muitas vezes vemos o Parlamentar se eleger, ter um discurso e a prática ser outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso que foi bom acabar com a história do voto secreto.

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, discursou e vota um projeto, não importa quem era o Executivo, no passado ou no presente, veta-se e ele muda o veto. Por que ele muda? Porque o voto era secreto. Agora, com o voto em aberto, pelo menos ficamos sabendo a posição verdadeira de cada um. É como um ditado popular: me engana que eu gosto. Não é nada disso de me engana que eu gosto, é a verdade só e a coerência.

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Também agradeço ao autor do projeto, que é o Antonio Anastasia, que está tratando dessa questão da negociação propriamente dita. Acho que isso é importante. Não sei se foi intencional esse fatiamento, mas, em matemática, quando temos uma equação muito difícil, vamos resolvendo por partes. Acho que nessa questão do mundo sindical, do mundo do trabalho, vejo que o caminho, como já disseram aqui meus antecessores, é buscarmos fatiar alguns temas para podermos avançar.

Agradeço também ao Relator Douglas Cintra, do PTB de Pernambuco, uma pessoa muito próxima da Polícia Rodoviária. Na ocasião, ele nos recebeu – por solicitação do nosso Presidente João Domingos, na CSPB – que brilhantemente interveio, pediu esta audiência pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – É verdade. A gente acionou o pai dele, Senador. Chamamos o pai do Senador Douglas Cintra, ele entrou também na briga por nós, em Caruaru.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Também aqui faço o registro de cumprimento ao Sérgio Mendonça. Também não vou chamá-lo de doutor, Sérgio Mendonça. Acho que você é uma pessoa tranquila, humilde... Nosso companheiro Vladimir e a Edina, que está presente, a minha admiração por esse trio do MPOG com a missão difícil de estar negociando num ambiente tão complicado como agora.

A toda a plateia que está aqui presente, aos dirigentes sindicais, registro um abraço fraterno a todos, principalmente por ser o Dia do Servidor Público. Apesar das dificuldades, não podemos deixar de comemorar o nosso dia. Acho que nos momentos mais difíceis que a humanidade cresceu. Temos que enfrentar essa batalha. Prevejo uma vida difícil para os servidores públicos, porque é um quadro mundial e se reflete no Brasil.

Senador, converso muito com o Senador Medeiros. É um calouro aqui no Senado, menino novo, Senador novo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Começou muito bem.

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Começou relativamente bem, vamos dizer assim. Sempre digo: "Cole no Senador Paim, ali você tem um professor." Pelo visto ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é parceiro meu.

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – É bom dar uns bons conselhos ao nosso Senador. Ele é muito novo no mandato dele.

Deixo um abraço também aqui, pois está sendo transmitido ao vivo, a todos os policiais rodoviários federais do País um abraço especial e fraterno pelo dia. Nós estamos nessa luta, nessa batalha de trazer a transformação até num momento de segurança pública, não é, Werneck? Estamos enfrentando um embate muito difícil, mas a grande maioria está unida, vamos vencer essa.

Eu estive recentemente, acho que há uns 200 dias – não foi, JP? – lá num evento da CTB. Há uns 20 ou 30 dias. Um registro que achei muito importante do Presidente da CTB é – pelo menos na abertura da Mesa, estavam praticamente todas as centrais lá – uma fala que foi dita lá de que, neste momento de dificuldade que o

trabalhador brasileiro vive, temos que deixar um pouco as diferenças, às vezes ideológicas, enfim, as pequenas rusgas entre um e outro e nos unirmos em torno do trabalhador, tentarmos construir uma pauta convergente, uma pauta única. Vejo que muitos projetos que vêm para o Senado e para a Câmara são só para prejudicar o trabalhador. Tivemos um decréscimo de Parlamentares que representam o trabalhador. Eu acho que o movimento sindical vive um momento de reflexão; temos que pensar o que vem pela frente.

E um projeto desse vem num bom momento. Dos que me antecederam, ouvi colegas dizerem: "Estou aqui há 27 anos, 30 anos..." Acho que talvez eu seja o calouro nesta sala. Não quero esperar esse tempo todo. Eu me lembro da audiência pública na Câmara em que estava o JP desesperado: "Cavalcanti, eu não entendo esse negócio, ou tudo ou nada e acaba sendo nada." Acho que é o momento de tentarmos avançar nesse projeto, fatiando um tema tão caro para os trabalhadores, que é a negociação coletiva, sem o seu devido prejuízo.

Quero, de alguma forma, dar minha contribuição à nossa Federação de modo que também não afunde a barca, o projeto fique tão carregado que ficaremos de novo no zero a zero e não avancemos. Acho que é um esforço, todas as centrais, todas as confederações, fóruns que estão aqui presentes têm que fazer esse esforço para pelo menos fatiarmos avançarmos naquilo que for possível. Há pessoas aqui que já viveram outros momentos como este, criou-se uma esperança muito grande e não avançamos.

Há alguns pontos do projeto... Também não quero me aprofundar porque as pessoas que me antecederam já citaram, várias coisas foram contempladas, mas, por exemplo, no art. 12, o §3º diz que:

Os representantes dos servidores e empregados públicos e os dos entes estatais envolvidos na negociação devem possuir o conhecimento necessário sobre as matérias objeto de negociação, assim como autonomia para negociar.

Acho que se tem que prever algo do tipo, se só vai dirigente sindical para a mesa de negociação, também termos a liberação de um não dirigente. Muitas vezes, quem faz parte da diretoria não tem aquele domínio da matéria e eu poder buscar um outro servidor e que possa ser liberado isso do ponto. O Sérgio Mendonça e o Vladimir sabem do esforço da nossa Federação no sentido de em todo debate, em toda negociação que fazermos tentarmos fazer no alto nível, de maneira extremamente respeitosa, não no achismo, procuramos dados e informações. Penso que o projeto pode trazer algumas melhorias.

Por exemplo, o art. 19 não fala da situação em que não houver acordo. Como se vai proceder?

Ele diz aqui, por exemplo, que, se não houver acordo, só vai instalar a solução de conflitos, mediação, conciliação e arbitragem caso haja interesse comum dos representantes do Poder Público e dos servidores. E se uma das partes não tiver interesse em evoluir? Como vai ficar isso?

Não queria aqui trazer nenhuma polêmica, mas talvez a mediação sendo pela Justiça do Trabalho – uma justiça que já tem uma *expertise* na matéria, notadamente da iniciativa privada – ela possa fazer talvez a mediação. Não sei se é o caso, mas é uma sugestão que eu deixo aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Eu também queria fazer o registro, mais uma vez, como fez o João Domingos, sobre a questão da licença classista. Eu acho que é uma necessidade que urge para que o trabalhador possa sentar com tranquilidade, trabalhar a base, levar informação. Porque hoje a gente tem uma jornada tripla para poder se fazer presente numa audiência pública como esta.

Por fim, eu quero dizer o seguinte, que na questão do direito de greve, Werneck, eu acho que a gente vai ter que acompanhar muito bem a matéria na Segurança Pública. Porque, se servidor público no nosso País é extremamente descriminado, imaginem polícia. Vocês não imaginam o que é ser policial no nosso País. A gente vai ter que acompanhar bem como é que vai ser direcionado para os operadores de Segurança Pública. É algo que me preocupa, porque todas matérias que vêm dessa natureza acabam trazendo um enorme prejuízo para a gente.

Deixo só minha fala final aqui aos dirigentes: este é o momento de nos unirmos, tentarmos traçar uma pauta comum e tentarmos evoluir fatiando, melhorando, dando celeridade de modo a que não haja esse prejuízo. Isso também já foi dito ao Senador Douglas Cintra, não foi isso, Presidente João Domingos? Eu acho que se tem que ser dada celeridade, um prazo de 15 dias, mas que não haja prejuízo. Se for preciso retardar um pouco, que se retarde, mas que façamos as melhorias, mas com aquele devido cuidado, para não carregarmos demais e, mais uma vez, passar esse cavalo selado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

Ele esclarece que no projeto do Fonacate, do direito de greve... Nós tivemos, inclusive uma preocupação, a Constituição diz: É proibido o direito de greve para as Forças Armadas e forças auxiliares. Eu, inclusive, tive o cuidado, a Fonacate teve o cuidado de deixar só Forças Armadas, não botou sequer o complemento que já

está lá na Constituição. Então, temos que ter esse cuidado para vermos como vamos assegurar. Eu, claro que defendo o pleno direito de greve para todos os trabalhadores da área pública.

Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – é explícito na Constituição. Se quisermos mexer, temos que mexer lá, onde fala em forças auxiliares. No nosso projeto colocamos só as Forças Armadas. Deixamos bem claro que forças auxiliares, no nosso entendimento – essa foi a orientação das entidades... A CSPB participou também. Chegou-se a esse entendimento.

Vamos ao Antonio Silvano Alencar de Almeida, Vice-Presidente de Política Salarial da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que fala aqui em nome do Presidente Romero, inclusive.

O SR. ANTONIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Senador Paim, admirado pelos gaúchos, paulistas, cariocas e também pelos piauienses. Senador, por sua luta, por sua história, o senhor é uma unanimidade nacional, a gente também o admira e por V. Exª tem muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço muito o momento em que eu estive no Piauí para discutir a terceirização, o carinho com que todo o povo do Piauí nos tratou nos eventos de que participamos.

O SR. ANTONIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA – Quero cumprimentar o Secretário Sérgio e a nossa assessora Rita Pinheiro, os companheiros, meu conterrâneo Pedro Armengol, que nem conheço mais, faz tempo que não anda lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aquele anda viajando comigo também. (*Risos.*)

O SR. ANTONIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA – ... e a todos aqui presentes.

O que se falou aqui é o que todos desejamos. Não vou me repetir, mas queria pedir a paciência dos senhores para resgatar um pouquinho, provavelmente eu seja um dos que mais têm histórias para contar aqui pelo meu tempo de serviço público.

Quero dizer que na década de 70, início da década de 80, Senador, a gente lutava para ganhar um salário mínimo – vejam como a situação era difícil –, lutava pela estabilidade – greve nem pensar naquela época –, lutava pela integralidade e pela paridade, lutava pela pensão para os homens e pela integralidade da pensão para as mulheres. A turma nova não sabe que até 1988 o homem não tinha direito à pensão.

Todas essas conquistas vieram, essa luta veio e, na década de 90, a partir da Constituição de 1988, tivemos ganhos que realmente fortaleceram o serviço público, que fortaleceram o Estado brasileiro.

E eu não sei quais as razões – talvez alguém possa explicar –, a partir da segunda metade de 90, o servidor público foi descoberto um problema e ele se concentrou naquela época, este problema, na Previdência Social, na reforma da Previdência. AÍ, a Anfip – nos seus 65 anos de luta, que nós temos agora –, foi, sem dúvida nenhuma, uma instituição lutadora, fortíssima na defesa da Previdência Social e conseguimos resistir a todas aquelas reformas danosas até 2003.

Com a Emenda Complementar nº 41 nós perdemos a integralidade, perdemos a paridade, agora estamos perdendo até a pensão também. Naquela época perdemos uma parte, 30% da pensão. Agora estamos perdendo quase toda. Se casar com uma mulher mais velha e ela morrer – pensamos que o mais velho morre primeiro, mas nem sempre – aí o marido está "ferrado". Ou se a mulher casar com um homem velho e for para o outro lado, ela tem um tempo para receber a pensão... Há tanta perda na vida do servidor público e do cidadão brasileiro que a gente não entende por que, eu realmente não entendo por que.

Então, dentro desse processo de luta, temos muita coisa de que reclamar. Temos que reclamar do Governo, é claro; não dá para reclamar de outro. Entre essas reclamações, Senador, desse processo de perda, ainda há a questão do servidor público. Se aposentado e cair no infortúnio de perder o emprego num PAD, perde também a aposentadoria.

Como se explica? Se a gente tem hoje uma aposentadoria forjada na contribuição e não mais no tempo de serviço, por que perder a aposentadoria? E a contribuição dele vai para onde? Ele fica sem nada?

Por que não se coloca esse infeliz na cadeia? Não se procura outra maneira de apenar? Mas tirar o dinheiro que ele depositou no Fundo de Previdência? Imaginem os senhores quando ele estiver no Funpresp, se ele for desaposentado vai perder as duas? Porque do Funpresp o dinheiro é dele.

Então, são tantas as perdas e tantas as reclamações que a gente se preocupa com o futuro do serviço público em razão dessa desorganização que vem sendo imposta paulatinamente.

Um companheiro falou da Lei 10.331. Houve um governo que, para não descumprir essa lei, deu 0,3% de reajuste para nós. Acho que você se lembra disso. Acho que é melhor realmente descumpri-la para não ser tão hipócrita. É difícil entender isso.

A Anfip está irmanada com o movimento por uma negociação coletiva em que tenhamos certeza de que haverá um reajuste. Nós não estamos felizes com essa antecipação de reajuste do servidor público. Nós tive-

mos 15% em 2012, iniciando, 2013, 2014 e 2015. São grandes as perdas em razão dessa negociação e o pior é que nos sentimos impedidos de lutar pela recuperação dessas perdas. Agora mais um projeto de reajuste em quatro anos, 21% em quatro anos. Isso significa que vamos passar quatro anos sem podermos reivindicar ou qualquer tipo de direito em matéria de remuneração.

E nós, da Receita Federal, que temos uma história longa de sermos servidores de Estado, de sermos essenciais para o Estado e de sempre sermos bem remunerados – ninguém nega isso –, ultimamente estamos perdendo para uma situação que o companheiro da polícia não percebeu. Hoje, no Brasil, quem prende, quem investiga e quem pune está sendo muito melhor avaliado do que quem arrecada. Nós, que botamos dinheiro na conta do Governo, estamos nos sentindo realmente o patinho feio. Na escala de remuneração entre o Fisco, nós somos o 27º salário, comparando-se Estados e prefeituras de Municípios grandes.

Então, a situação é desanimadora. Precisamos encontrar no Governo uma parceria. A Anfip, ao longo da sua história – o Senador Paim conhece bem a história da Anfip –, jamais bateu na porta do Governo para pedir privilégio. A Anfip sempre trabalhou na construção do Estado brasileiro para fortalecer a vida do cidadão e para fortalecer também o nosso trabalho, o nosso emprego. E, ultimamente, a Anfip, uma entidade de 65 anos, que representa mais de 10 mil associados, não tem tido a oportunidade de contribuir mais. Gostaríamos de colaborar com o Estado. Gostaríamos de colaborar com o Governo. E, claro, defendendo os interesses dos nossos associados, sem nos desvincular do interesse público.

Então, os nossos pleitos são pela data-base, pela negociação coletiva, pelo direito de greve. Senador, pior que ter uma lei ruim é não ter. Não queremos uma lei para proibir, mas não ter uma lei é muito ruim. Ficamos dependendo do humor do juiz de plantão, do delegado que vai meter o cassetete em nós. Eu não sei quem vai ser a pessoa da hora que vai nos reprimir em uma greve, mas pior que ter uma regra ruim é não ter.

Da mesma forma, essa questão da participação do trabalhador nas associações e sindicatos. A gente vive o tempo todo fazendo ofício, pedindo liberação de ponto, liberação de ponto, liberação de ponto. Em um momento conturbado de tantas idas e vindas, a gente tem que mandar, toda semana, ofício pedindo ao chefe para liberar para um servidor participar de uma negociação ou de uma audiência pública como esta. Isso desorganiza. Isso enfraquece o movimento. Então, precisamos, Secretário, também da parceria do Governo. O Governo tem que nos ajudar a fortalecer o Estado brasileiro. E o Estado brasileiro não pode funcionar tratando o servidor público da forma como tem tratado nos últimos dias, de uma insegurança, de uma incerteza tão grande, em todos os aspectos.

Anteontem, eu atendi uma Procuradora do Trabalho da malha Fiscal. De vez em quando atendemos uma personalidade lá. E, na conversa, ela me perguntando, eu digo: olha, nós não trabalhamos em cima de pessoas. Nós trabalhamos em cima de organizações. Entristece-me muito ver as pessoas dizendo: fora esse, fora aquele. Não. Entristece-me mais ainda ver a decisão que se toma em relação às organizações. Por exemplo, o processo do Carf, Senador. A solução encontrada é acabar o Carf e criar um organismo fechado, irrestrito, intransponível. Senador, para o combate à corrupção, o caminho é em sentido contrário, é da abertura, é da transparência. Eu espero que V. Exª veja o Carf da forma como vemos também. E ainda pego dois ou três colegas que...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA – ... por razões que não interessam, caíram na investigação como se todo mundo fosse igual a eles, como se todo mundo fosse corrupto. Infelizmente, a mácula pega em todos; e as virtudes nunca são espalhadas para todos.

Então, eu quero parabenizar e agradecer ao Senador por esta oportunidade e parabenizar os servidores públicos pelo seu dia. Apesar de todas as dificuldades, nós ainda somos importantes para este País. O servidor público é, sem dúvida nenhuma, essencial na construção do futuro do Brasil e da estabilidade, que tanto é necessária e que não estamos encontrando no dia de hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Antônio Silvano Alencar de Almeida, Vice-Presidente da Anfip.

Agora vamos para o Diretor Adjunto da Federação Nacional dos Policiais Federais, Flávio Werneck Meneguelli.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Obrigado. Senador Paim, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui presente. Sérgio, Rita, Pedro, Cavalcanti, todos os demais presentes, primeiro, gostaria de parabenizar todos os servidores públicos do Brasil, federais, estaduais e municipais, em nome da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros); parabenizar os policiais federais, em nome da Federação Nacional dos Policiais Federais; e parabenizar os escrivães de Polícia Federal, em nome da Associação dos Escrivães de Polícia Federal – todas entidades das quais faço parte e tento contribuir um pouquinho.

Neste Dia do Servidor Público, estamos aqui debatendo uma proposta de negociação coletiva.

Deixa-me muito feliz, Senador Paim, nós estarmos aqui debatendo essa proposta. E não vou entrar em muitos pormenores, porque acho que o Lineu já pontuou bem aquilo que poderia ser melhorado no projeto.

Mas eu gostaria de citar, neste Dia do Servidor Público, alguns pontos específicos. O art. 5º, no inciso I, fala de democratização, nos princípios, objetivos gerais e limites. O art. 6º fala em, dentre os objetivos gerais, no inciso I, prevenir a instauração de conflitos e, no inciso VII, contribuir para reduzir a incidência de greves de servidores e empregados públicos. No art. 11, temos que são objeto: planos de carreira; criação, transformação e extinção de cargos, funções e empregos públicos; remuneração; revisão geral anual das remunerações; condições de trabalho; política de recursos humanos; dentre outros. Por que eu citei esses pontos específicos? Porque nós todos, todos os servidores públicos da área federal – está aqui o Sérgio na Mesa –, assinamos acordos, 2012, 2013, 2014, que, genericamente, nos empurraram um índice de 15,8%. A Polícia Federal, os policiais federais assinaram esse acordo em dezembro de 2014, porque nós temos uma perda e uma falta de recomposição inflacionária de nove anos. E, dentre todos os acordos, um índice de 15,8% era um dos pontos. Nós temos uma pauta de outros pontos que não foram cumpridos. Então, os acordos têm pautas não cumpridas.

E, hoje, por incrível que pareça, a Federação Nacional dos Policiais Federais teve que se deslocar a Dourados, no Mato Grosso do Sul, porque existe um amplo assédio moral institucionalizado dentro do Departamento de Polícia Federal. O Presidente do Sindicato do Mato Grosso do Sul foi compelido a apresentar resposta em termos de declarações – detalhe: sem a devida citação, intimação. Ele foi convidado para uma conversa. Chegou lá, o gestor do Departamento de Polícia Federal lhe apresenta várias perguntas – no caso, 37 perguntas – para que ele responda em termos de declaração, um assédio moral ostensivo aos representantes sindicais da Polícia Federal. Estou citando o caso do Mato Grosso do Sul, que é o mais recente. Os policiais federais e a Federação estão lá hoje. Por isso, estou aqui representando também a Federação Nacional dos Policiais Federais.

Nós temos o caso do Presidente de São Paulo, do Presidente de Santa Catarina, do Presidente de Rondônia, todos sofrendo assédio moral. O Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais fez uma denúncia à Corregedoria e foi chamado agora para que responda como ele conseguiu os dados da denúncia e não para se apurar a denúncia dentro do Departamento de Polícia Federal.

Então, eu rogo aqui que, para além do projeto, nós tenhamos também o cumprimento dos itens dos acordos já assinados. Nós temos a data-base na Lei nº 10.331. É descumprida. Nós temos os acordos assinados? Sim, descumpridos. Cadê o acompanhamento biopsicossocial dos policiais, que está na portaria interministerial do Ministério da Justiça com a Secretaria de Direitos Humanos?

Por fim, o Silvano citou uma situação aqui de que ele vê com muita dificuldade e não sabe, não busca ou não está entendendo o motivo pelo qual os servidores públicos estão sendo colocados de lado.

Bom, eu tive acesso ao Orçamento do ano passado e fiz um estudo dele. Mais de 43% do Orçamento da União foram destinados a bancos e instituições financeiras privadas. É a maior fatia do Orçamento da União. Parafraseando um ex-Presidente da República, nunca antes neste País se pagou tanto juro para banco. E aí falta coragem.

Vou citar o nosso país vizinho aqui, o Equador, que fez uma auditoria, e a dívida, que era de 47%, 48% do Orçamento, caiu para 25% do Orçamento. Aí sobrou dinheiro para investimento em educação, em saúde, em segurança. Quando falo em segurança, Cavalcanti, nós temos de investimento em segurança pública – o senhor tem ideia, Cavalcanti, que é o representante da FenaPRF, de quanto foi investido na segurança pública brasileira no ano passado? – 0,33% do Orçamento da União. E querem que a segurança pública funcione com 0,33% do Orçamento da União? Não tem como. Desculpem-me, mas nós estamos deixando as riquezas do nosso País saírem para instituições financeiras privadas. Quando vamos tomar coragem de ver que o modelo que vem sendo adotado é um modelo equivocado? Não há negociação coletiva ao projeto de negociação coletiva que se resolva com um orçamento destinado dessa forma. E aí o vilão da história é o colega do Poder Judiciário, que pega um índice de 78% daqueles servidores do Judiciário, que são 0,92% dos servidores do Judiciário, e joga para a imprensa. Esses setenta e poucos por cento é de 0,90 e poucos por cento dos servidores do Judiciário de nível fundamental, que ganham mil e poucos reais por mês. Por que não se coloca o valor nominal, o ganho real de cada trabalhador do serviço público? Porque esses 78% equivalem a R$800, 900 no contracheque desses servidores. Aí o problema é a Previdência, que é em torno de 22% do Orçamento da União passado, chega à metade, um pouco menos ou um pouco mais da metade do que é destinado a juros de banco.

Bom, o que eu tinha para colocar era isso, lembrando que nós temos também como principal réu do Poder Judiciário da União a própria União. E a morosidade do Judiciário se dá pelo excesso de processos e também porque pode ser vantajoso para alguém, porque o CNJ não bate nessa morosidade do Judiciário no que diz respeito à ré União, quando a União é a principal ré do Poder Judiciário. Vamos trabalhar, vamos buscar

saídas para que nosso País, realmente, trabalhe, dê condições de o servidor público federal trabalhar em prol da população brasileira...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – ...e que nós tenhamos um País justo.

O projeto, por fim, é um projeto que surpreendeu pela qualidade técnica. As colocações do Presidente João Domingos, do colega Lineu e de outros colegas somam ao projeto, que está muito bem feito. Vamos lutar para que este projeto, melhorado, possa vir a trazer essas vantagens, lembrando que as nossas negociações no Ministério do Planejamento estão se arrastando. E este projeto, se colocarmos alguns limites e algumas datas, seria muito bem-vindo para que houvesse ônus e bônus para ambos os lados da negociação coletiva.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Flávio Werneck Meneguelli, Diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Olha, chegou aqui uma informação, que foi encaminhada para o João Domingos, de que o relatório do Senador Douglas Cintra foi encaminhado já para a Comissão Especial e vai ser lido hoje à tarde. É isso? O PLS nº 397, de 2015.

Eu faço parte da Comissão e vou estar lá. Eu recomendo que vocês, dentro do possível, estejam lá. Se for importante, peço vista. Se não for importante, encaminho pela votação.

João Domingos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Realmente, é preocupante e está um pouco contraditório este encaminhamento, porque o compromisso do Senador – nós sabemos que ele estava pressionado – era esperar o resultado desta audiência, e, hoje mesmo, o senhor noticiou que o próprio Relator Geral, Blairo Maggi, também queria ter conhecimento desta audiência.

Além disso, eu acabo de receber aqui uma proposta do Senador para se reunir novamente conosco. Ao mesmo tempo, diz que está pautado para hoje.

Então, o nosso apelo aqui ao senhor, a nossa instituição Paulo Paim, é que, se possível, o senhor peça vista para dar prazo de incorporar ao relatório o resultado desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me falar. Estar pautado não é o problema. A questão toda é se vai ser votado. Pode muito bem o Senador Douglas Cintra, embora esteja pautado, pedir para que não vote a pedido do relator para dialogar com V. Exª primeiro.

Eu acho que ele vai fazer isso. Se houver alguma energia, digamos, que vá no sentido contrário, eu peço vista, sem problema nenhum, mas acredito que é colocado na pauta e ele pede para que não seja votado hoje porque ele quer conversar mais com as entidades.

Pedro Armengol, Secretário Adjunto da Relação de Trabalho, da Central Única dos Trabalhadores, esteve no Acre, esteve em Rondônia comigo, recentemente, em que fez uma bela fala.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, mas como é eu não falei? Eu notei que V. Exª chegou. O culpado é o Pedro. Ele me prendeu toda a atenção. Eu fui anunciar, aqui, a ida dele ao Acre e não falei dessa Senadora que é um ícone. Ela é daquelas pessoas que tem lado. Antes mesmo da sua fala, uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, apenas, inicialmente, claro, para dar meu bom dia a todos os companheiros e companheiras, saudar todos e todas da Mesa. Essa paridade de gênero, hoje, está meio desequilibrada, viu, Rita? (*Risos.*)

Olha aqui, PC está dizendo que você vale por todas as mulheres.

Mas, enfim, saudar toda a Mesa na pessoa de Rita, na pessoa de Sérgio, de Pedro Armengol, de Flávio, abraçar a todos vocês, abraçar aqui os companheiros e companheiras das entidades aqui presentes e, de forma breve, saudar o Senador Paim, que, sem sombra de dúvida, para nosso orgulho, para nós, inclusive, que fazemos a Bancada de Senadores e Senadoras do Partido dos Trabalhadores aqui do Senado, é motivo de muito orgulho o Paim, hoje, ser o timoneiro, aqui no Senado da República, da agenda que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Ele é a nossa referência. É um mandato, vocês sabem, extremamente atuante, um mandato muito militante, um mandato muito vigilante nessa agenda que é civilizatória, porque falar de direito significa exatamente falar da civilização moderna, da civilização que nós queremos que prepondere, que não atropele os direitos e que respeite os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, seja do campo ou seja da cidade.

E Paim tem cumprido esse papel muito bem no âmbito do Senado. Vocês sabem o quanto tem sido importante a cruzada que ele lançou por este País afora, liderando a luta contra o famigerado Projeto de Lei nº 4.330. Foi muito importante essa disposição do seu mandato, convocando todos nós, viajando o País inteiro.

Era só para dizer isso, Paim, porque, nesses tempos de hoje, meu caro amigo Sérgio, tempos, infelizmente, em que há uma ofensiva da agenda conservadora para a nossa tristeza, no âmbito do Congresso Nacional, é preciso que as forças políticas tenham a clareza de o quanto é necessária a unidade, de o quanto é necessária, não é, Paim?, a União para que a gente possa barrar essas tentativas de retrocesso aqui no Congresso Nacional, que não têm sido poucas.

Dia do Servidor Público, portanto, um dia mais do que oportuno para estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos tratando de temas que dizem respeito à vida dos servidores públicos.

O tema da negociação coletiva, sem dúvida nenhuma, é muitíssimo relevante mesmo, uma bandeira histórica, não é, Pedro?, dos trabalhadores, das Centrais.

Então, é só para dizer isso, trazer aqui a minha palavra, reafirmando para vocês que o nosso mandato, como sempre, esteve, está e sempre estará ao lado da luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Envolvi, agora, a nossa Central Única dos Trabalhadores.

É isso, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, estivemos lá no seu Estado, e eu quero dar este depoimento ao País de o quanto aquele povo a admira. Percebi o carinho, a atenção, foi uma bela audiência pública, casa lotada, a sua equipe excelente, e, depois, o peixe que eu comi lá, que, não posso negar, é muito bom! (*Risos.*)

Maravilha! Dei uma caminhada na praia...

Acho que é isso. Quando eu assumi o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, nós tínhamos uma colônia de férias na praia, meio quebrada, mas, enfim, por obra da "peãozada", nós fizemos uma bela colônia de férias, e o título que a gente colocou em cima... Trabalhador gosta de trabalhar, claro que gosta. Faz parte da vida da gente o trabalho, mas tem que ter lazer. Então, quando eu viajo muito por aí, não pensem que eu escapo de comer uma boa peixada, dar uma caminhadinha na praia, o que só faz bem.

Mas eu quero cumprimentar V. Exª. V. Exª e o Senador Cristovam, eu diria, entre 81 Senadores, nos lideram no debate aqui dentro da educação. Não voto um tema na educação sem, primeiro, consultar V. Exª. E nós sabemos que o verdadeiro revolucionário é aquele que tem compromisso com a educação.

Parabéns a V. Exª! (*Palmas.*)

Por favor, já anunciei, já elogiei...

O SR. PEDRO ARMENGOL – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero saudar aqui a Senadora Fátima Bezerra, também uma histórica parceira tanto na Câmara quanto, hoje, no Senado, das demandas e da pauta da classe trabalhadora. Há muitos anos, temos nos movimentado conjuntamente. Saudar, aqui, o Dr. Sérgio Mendonça, formalmente, como Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento; a companheira Rita, que tratamos mais como companheira ainda, hoje, Assessora do Ministério do Trabalho; demais componentes aqui do Governo; Vladimir, companheiro também da Secretaria de Relações de Trabalho; os companheiros dirigentes sindicais; meu companheiro Silvano, conterrâneo – aqui estamos na nostalgia da militância da década de 80, não é? Sem dizer a idade! (*Risos.*)

Dizer da importância deste debate hoje e, preliminarmente, saudar o dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público. Eu diria que nós temos muito que comemorar. Não sou daqueles que diz que não temos nada; nós temos muito! Nós vivemos em um estado de disputa permanente ideológica, de luta de classes, de um estado de disputa para qual papel do Estado.

E esses trabalhadores e trabalhadoras que, hoje, são aproximadamente 14 milhões, entre servidores públicos federais, estaduais e municipais, demonstraram historicamente uma resistência muito grande de não permitir que se avancem no Estado brasileiro as concepções de Estado mínimo para a sociedade e máximo para o capital. Resistimos bravamente. Conquistamos, inclusive, o direito de nos organizarmos em sindicatos; conquistamos o direito de fazer greve. E as forças conservadoras que dominam ainda o Estado brasileiro, infelizmente, nos jogaram numa situação de esquizofrenia, de 1988 a 1990, que nos permitiram, pela lei e pela luta, nos organizarmos em sindicatos, nos permitiram o direito de fazer greve, mas não nos permitiram o direito de negociar.

Essa é uma situação esquizofrênica, gerada por essa disputa ideológica que tem dentro do Estado. E passamos, para retomar essa pauta do debate do direito à negociação, de 1990 até 2003, praticamente sem termos ambiente dentro do Estado brasileiro para pautar a necessidade de se avançar nas relações de trabalho no setor público, que permita uma relação bilateral de trabalho, que se traduz no direito à negociação. Por quê? Qual o ambiente que se tem dado esse debate?

Temos, infelizmente, ainda um Estado impregnado pelo autoritarismo, pela visão neoliberal de Estado monolítico, isento de conflitos, que não tem conflitos internos. É dessa forma que as forças conservadoras deste Estado o veem, isento de conflito, não é? Vê o servidor público, como um ser alienado, parte de uma máquina, que é a máquina pública e, inclusive, um ser alienado que não consegue ver a sua importância dentro do contexto social de seres não pensantes. É assim que os setores conservadores olham para o servidor público. É um ser que nem pensa, porque ele não faz apenas parte dessa máquina.E é isso que tem levado, inclusive, ao aprofundamento dos conflitos no setor público, mas temos avançado nesses últimos, eu diria, 20 anos.

Mesmo essas forças conservadoras ainda sendo predominantes no Estado, temos experiências importantes de negociação coletiva por este País todo. Por uma série de Municípios, temos hoje – podemos citar como exemplos em vários Estados – relações de trabalho, eu diria, próximas ao razoável, próximas à perfeição, em que se tem uma mesa de negociação, em que se coloca todos os atores envolvidos: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, a quem se encaminham conjuntamente as proposições acordadas da mesa. Há o comprometimento, inclusive, dos legislativos em aprovar aquelas matérias que foram acordadas na mesa entre o Poder Executivo e seus servidores. Temos experiências por este Brasil todo, que vêm avançando nos últimos 20 anos nessa construção e nessa disputa de romper com essas visões conservadoras.

Infelizmente, do nosso ponto de vista, essas visões conservadores ainda são predominantes. e são predominantes na perspectiva de não se avançar na possibilidade de se ter uma relação bilateral de trabalho em que se reconheça o conflito, porque só teremos negociação se houver o reconhecimento dos conflitos, e esse é o grande desafio, grande passo que temos que dar ainda, de romper e de enfrentar essas visões conservadoras, que não permitem esse reconhecimento do conflito.

E aí são vários os atores envolvidos. Nós estamos falando aqui em um País com essa característica ainda conservadora, de olhar conservador, de 27 Estados, de cinco mil e tantos Municípios, onde principalmente, lá na ponta dos Municípios, a visão é mais conservadora e mais autoritária ainda. Mais autoritária. Nós temos ainda, neste País, caso de coronelismo na relação entre Governo e servidor. Nós temos, no interior deste País, situação em que há sindicato sem diretor, porque, se houver diretor, ele morre, ele vai ser morto. Nós temos situação de extremo autoritarismo, ainda que não permita o exercício mínimo da liberdade de militância sindical.

Então, é neste País que estamos fazendo esse debate acerca das dificuldades em que temos que avançar. Para avançarmos, evidentemente, temos de extrapolar essa vontade de se avançar na construção dessa relação de trabalho mais saudável e bilateral do reconhecimento do conflito. E que todas as partes envolvidas no debate tenham essa compreensão, porque, infelizmente, no Brasil, só quem tem essa compreensão ainda são os trabalhadores. Grande parte dos gestores não têm essa compreensão. Continuam impregnados – como eu gosto de falar – pelos valores autoritários, pelas visões neoliberais monolíticas de que o Estado é isento de conflito. Nisso é que temos que se avançar.

Para entrarmos no debate que vem se dando, principalmente de 2003 para cá, vocês devem ver que a discussão é complexa. Eu estou achando, em alguns momentos, que está se tentando simplificar muito em cima da discussão do PL 397. Primeiro, acerca do conteúdo, quero lhe dizer que não tenho muita divergência quanto ao conteúdo. Tenho preocupação no desdobramento, no desdobramento desse processo. Se a coisa parece muito fácil, a gente já fica meio desconfiado.

Primeiro, desde 2000, após a aprovação pelo Congresso Nacional da Convenção Nº 151, da OIT, que temos cotidianamente colocado a necessidade de que o Executivo, no caso, a União, deve ter a iniciativa de encaminhar proposições legislativas no sentido de regulamentar a negociação no setor público.

Bem, quero ouvir depois aqui o Dr. Sérgio Mendonça e a Drª Rita sobre como está esse debate no Executivo e qual a disposição política de avançar nessa construção. Sabemos que, se não houver essa mesma, eu diria, vontade política do Executivo, infelizmente sou cético acerca da possibilidade de que só uma proposição gerada aqui no Legislativo possa ter como conclusão efetiva a regulamentação da negociação coletiva no setor público.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – E vamos ouvir, claro aqui, o Poder Executivo, sobre como está a disposição política dele em relação a isso, porque há um vácuo desde 2010. Já tem cinco anos que o Brasil está em débito junto a organismos internacionais, como a OIT; há esse vácuo na regulamentação.

E, para concluir, Senador Paim, digo que, neste momento, do ponto de vista estratégico, tenho dúvida sobre se devemos pautar como forma de encaminhamento da proposição, colocando o direito de greve nesse contexto neste momento. Por quê? Devido à própria conjuntura política e às pautas conservadoras que estão, inclusive, tomando forma dentro deste Parlamento neste momento. Acredito que, ao colocar em debate a regulamentação do direito de greve, o produto disso pode ser muito preocupante.

Então, queremos ouvir o Executivo e dependendo, claro, da posição do Executivo, acho que vamos avançar na perspectiva de, efetivamente, termos a regulamentação da negociação no Brasil. Acho que vamos ter uma base, eu diria, bem mais saudável, inclusive para estar discutindo posteriormente a regulamentação do direito de greve.

Então, é o momento. Aqui faço um apelo aos companheiros e companheiras dirigentes sindicais para termos muita cautela, do ponto de vista estratégico, de como encaminhar esse debate: se encaminhamos só a negociação ou se encaminhamos o tripé, que é justamente a negociação, o direito sindical e o direito de greve.

Eu acho que, no direito sindical, há uma pauta aqui, há como se incluir a liberação para mandato classista, que já está bem mais avançada; acho que é possível.

Então, eram esses elementos que queríamos trazer aqui. Peço desculpa pelo estouro do tempo, Senador. Mais uma vez, agradeço à Comissão de Direitos Humanos do Senado, porque aqui é o lugar de se pautar. Em outros lugares não querem pautar determinados temas. E trazemos para cá, e o Senador Paim, como sempre, recepciona e proporciona democraticamente o debate desses temas tão complexos e tão importantes para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro Armengol, que falou pela CUT. Deixe-me só falar, Pedro, para ficar bem claro. Foi boa até a sua colocação. O problema é que, às vezes aqui, não é que queiramos ou não queiramos, a oposição nos pauta. E quem pautou o direito de greve foi a oposição.

Eles apresentaram o projeto de direito de greve. Quando percebi que iria passar, requisitei para esta Comissão. Como Presidente da Comissão, avoquei para mim e segurei o projeto, e o Senador autor deixou passar uns três meses, porque estava comigo e inclusive regimentalmente ele tinha direito.

Ele foi ao Plenário e, no Plenário, me questionou: "Senador Paim, com todo o respeito, você está há três ou quatro meses com o meu projeto e eu quero que o projeto venha para o Plenário". O Presidente Renan não tinha alternativa: "E aí, Paim?" Eu disse: não, não tem problema. Deixe comigo, porque, lá na Comissão de Direitos Humanos, voto o projeto e mando para o Plenário, se é assim que ele está entendendo. E foi o que eu fiz. Peguei o projeto que proibia o direito de greve... Pelo Regimento, durante um período, ele chama diretamente para o Plenário se o Relator não lhe entregar.

Eu fiz isso com o fator previdenciário. E aprovei o fim do fator. Estava com o Senador há mais ou menos dois ou três anos, eu usei o Regimento, chamei para o Plenário e aprovei no Plenário. Foi para a Câmara, e a Câmara até hoje não votou, mas esse é outro debate.

Nesse caso, o que eu fiz? Eu peguei o projeto da Fonacate e me contrapus ao dele, relatei os dois e aprovei o da Fonacate. Foi para a CCJ. Qual é a posição da CCJ já expressa? E é um direito dele, que deve estar até nos assistindo. Não pensem que os Senadores não assistem a essas audiências públicas. Assistem a todas e depois comentam comigo.

Embora eu não esteja citando o nome dele, porque não é necessário, o que ele me disse? "Parabéns. Pelo menos você cumpriu a sua palavra e encaminhou". Qual é a posição na CCJ? Derrubar o da Fonacate e aprovar o dele. Isso já é expresso. Está claro, nítido. Eles vão trabalhar nesse sentido.

O PL nº 30, não fomos nós que pautamos. Quem pautou o PL nº 30 foram eles. É o da terceirização. Aprovaram lá na Câmara e mandaram para cá. E nós, reunidos estrategicamente nesta Comissão, montamos uma tática de viajar pelo País para segurar o projeto e criar uma condição para a sua rejeição.

A NR nº 12, não fomos nós que pautamos. Ela acaba com a proteção do trabalhador dentro das fábricas. Foram eles que pautaram. Nós seguramos aqui e conseguimos pelo menos criar um tempo para esse debate.

O intervalo de almoço, que não é mais de uma hora, mas de 15 minutos, não fomos nós que pautamos. Mas tive que pegar também, trazer para cá e segurar, porque ia para votos.

Acabar com toda a contribuição para entidades sindicais. Foi o Domingos quem me ligou. Eu estava aqui, presidindo. Saí daqui, fomos lá para a comissão que estava debatendo, da qual não faço parte. Eu me articulei com alguns Senadores, pedimos vista e fizemos requerimento para que venha para cá.

Então você tem razão. Para nós, às vezes não interessa colocar em pauta alguns projetos, mas se eles colocarem, o que nós fazemos? Além de ser contra, você tem que ter uma alternativa. Apenas ser contra é fácil.

Então concordo com você. O momento não é bom para nós. Quem lê os últimos artigos que eu escrevi, os últimos três são *Sob o fogo do dragão*, dirigindo-me à Câmara dos Deputados, *Congresso em pele de cordeiro,* dirigido à Câmara dos Deputados, e *Na cova do leão*, também me dirigindo à Câmara dos Deputados. Está escrito ali, Correio Braziliense, Folha de S.Paulo, jornal O Globo, Zero Hora.

Nós estamos, de fato, numa situação muito difícil. Com o Governo fragilizado, não dá para negar, alguns setores alegando a crise pensam que é a hora de avançar sobre os direitos dos trabalhadores. O próprio ne-

gociado sobre o legislado, coisa que já estava sepultada na era FHC, a partir daquele movimento que fizemos, e o Lula conseguiu com força arquivar, voltou. E eu tive que, numa sessão do Congresso, ir lá e dizer: "Só por cima do meu cadáver vocês vão aprovar esse projeto". Seguramos, mas já soube que há mais dois circulando na Câmara com o mesmo objetivo.

Então o momento é de muita reflexão. E agora vai haver esse debate da negociação. Nem tudo o que nós gostaríamos que eles não pautassem eles pautam, mas estamos travando o bom combate. Como diz a gauchada, eu pago um boi para não entrar numa peleia, mas dou mais dez para não sair se for necessário, enquanto não houver uma solução.

O que interessa agora é ouvir o Governo.

Vamos lá. Dr. Sérgio Eduardo Mendonça.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas, Senador Paim...

Dr. Sérgio Eduardo Mendonça, desculpe. É porque eu tive que atender uma ligação urgente, Paim, e perdi o final da sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele estava preocupado com algumas matérias que foram pautadas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exato. Eu entendi o que Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele estava falando que a ofensiva é grande.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Claro. Com certeza. E o que está inclusive acontecendo aqui também com o projeto de lei do Senador José Serra, que quer alterar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E V. Exª tem feito um trabalho brilhante. Tem de ser dito isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... a Lei nº 12.858, que estabeleceu o Marco Regulatório do Pré-Sal e dos *royalties* do petróleo. E essa lei é muito cara para os trabalhadores e trabalhadoras do País. Nós temos noção de que ela é muito importante para contribuir para o financiamento do presente e do futuro dos nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Isso é uma agenda de caráter estratégico. Estratégico mesmo.

Senador Paim, com relação ao famigerado projeto de lei que trata do direito de greve, que eles querem regulamentar, eles interpelaram você exatamente no plenário, não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Foi exatamente isso, porque eu estava segurando o projeto que proibia o direito de greve. Nesse período, quando eu senti que, por decisão regimental, eu teria que remeter o projeto para o plenário, eu disse: "Deem-me uma semana que eu voto a matéria". E o Presidente Renan me deu a semana. E, naquela semana, eu rejeitei aqui, como Relator, e aprovei o do movimento sindical, que é o da Fonacate, que é das entidades dos servidores públicos. Foi para a CCJ, e inclusive eu recomendaria, de público, embora todo mundo esteja assistindo... Repito para vocês: grande parte dos Senadores assistem a todos os debates que nós realizamos nesta Comissão.

Parece-me que ainda não há Relator do direito de greve lá na CCJ. Nós podíamos conversar com o Presidente, para ver quem vai ser o Relator.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos conversar com o Senador José Maranhão. Eu me coloco à disposição para ajudar nisso. Eu sou membro da CCJ também. Vamos conversar com o Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem sabe ele garante a V. Exª a relatoria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ficaria muito feliz.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois bem, Senador Paim.

Vamos ouvir agora o Dr. Sérgio, não é?

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um privilégio, viu? Quem lhe deu a palavra não fui eu, foi a Senadora Fátima Bezerra. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É claro que eu não tenho esse privilégio. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – É uma honra, Senador, primeiro, estar aqui com o senhor e com a Senadora Fátima. São dois amigos, antes de serem Senadores. Nós militamos juntos, ao longo de uma vida inteira, por uma causa. Então, é uma honra grande estar aqui,

Quero cumprimentar os demais Senadores, como também o Senador Medeiros, o Senador Flexa, que estiveram aqui, e também o Senador Douglas Cintra, que está relatando esse projeto que nós viemos aqui comentar.

Primeiro, quero dizer que, quando o Senador Paim nos convida para estar nesta audiência pública – ele convidou o Ministro Nelson Barbosa, que, evidentemente, por estar cuidando de outras questões, indicou-nos para estar aqui –, nós entendemos quase que como uma convocação. Não dá para dizer "não" ao Senador Paim, por toda a história de luta que ele tem na defesa do direito dos trabalhadores do setor privado, do setor público, dos rurais, enfim. Então, isso é ocioso dizer, acho que todos aqui o disseram, e eu também me associo a eles.

Segundo, quero parabenizar, como todos já fizeram aqui, os servidores públicos, pelo seu dia hoje.

Eu "estou" servidor público – não sou servidor público permanente –, mas eu sempre falo disso com certa emoção, porque meu pai era servidor público do Ministério dos Transportes. Então, eu sei o que é. Sou filho de um servidor público e sei o que quer, a importância do serviço público, inclusive na construção das famílias. Alguns aqui disseram: "Como é possível um servidor público organizar a sua própria vida e da sua família?". É um trabalho digno, absolutamente importante, e mais importante ainda num País com as dificuldades que nós temos, com as desigualdades que nós temos – eu sempre falo disso –, com o problema da concentração de renda. Então, o trabalho público, o papel do Estado, o papel do serviço público é absolutamente decisivo para corrigirmos esse tipo de coisa e caminharmos em direção a um País desenvolvido e com maior equidade.

Eu queria, então, antes de começar a comentar o tema aqui, citar todos – tomei o cuidado de anotar aqui – os dirigentes e líderes que nos antecederam: o João Domingos, da CSPB; o Lineu, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; depois o José Calixto – e sempre falo ao Calixto, se me permitir, Senador, que não sei o que ele toma, porque ele está cada dia mais jovem. (*Risos.*)

É impressionante! Ele tem que dar para nós a receita. O Calixto, cada vez que eu o vejo, fico impressionado; deve haver algum elixir aí da vida.

Há também o Lourenço Prado, pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores e também Presidente da Contec, que eu conheço há muito tempo, porque militei com os bancários, e o Lourenço é bancário, trabalhamos em negociação juntos; o João Paulo, da CTB, aqui representando as duas; o JP, o famoso JP; o Ogib, pela Central do Servidor; o Luiz Carlos, representando a UGT; o Marcos Kersting, pela Fenasempe; o Rudinei Marques, pelo Fonacate; o Flauzino representando a CGTB; o Daro, pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal); o Pedro Cavalcanti, pela FENAPRF; o Antonio Silvano, pela Anfip; o Flávio Werneck, pela Fenapef; e o Pedro Armengol, pelo, concluindo aqui, pela CUT. Saúdo todos.

E começo dizendo que, quando falamos de servidores públicos e negociação no serviço público, é sempre bom ter os números na cabeça. Eu sempre falo isso aqui, Senador, mas, como estamos com uma audiência ampla, é fundamental para nós entendemos do que estamos falando. Alguns falaram aqui que temos 12 milhões de servidores, o Pedro citou agora há pouco 14 milhões, aproximadamente, 11 milhões, não importa. São muitos milhões, ou seja, mais de 10% da população ocupada do Brasil.

Portanto, em termos de segmento, é talvez o maior segmento que temos de uma atividade econômica. Quando falamos de servidor público, e nós estamos aqui em Brasília, pensamos na União, mas, na verdade, a grande parte desses servidores públicos não está aqui. A União tem 10% do conjunto dos servidores, um pouco mais talvez, 12%, 13%, se incluirmos o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e se até incluirmos, e normalmente nós não tratamos desse tema deles, os militares das Forças Armadas, que são aproximadamente 600 mil.

Então, quando falamos de serviço público, negociação no serviço público, temos que estar sempre atentos a que, apesar das dificuldades na negociação federal, acho que a grande dificuldade de que se fala sobre negociação no serviço público está nos Municípios, depois nos Estados e por último na União. Depois vou falar um pouquinho disso, porque várias citações foram feitas aqui ao processo de negociação no Poder Executivo Federal, mas, antes, quero me referir ao projeto do Senador Antonio Anastasia.

É um projeto, no nosso entender, muito positivo. Não posso dizer que é o melhor projeto que apareceu aqui, porque acho que há vários projetos. O senhor mesmo, Senador Paim, relatou um projeto da Fonacate mais amplo, por tratar das três dimensões, mas, como o Senador Anastasia se concentrou na discussão da negociação coletiva, evidentemente ele pôde aprofundar esta dimensão Outros citaram aqui esse tripé, que ficou manco desde a Constituição de 1988. Vários dirigentes aqui disseram: "Deixaram de regulamentar a negociação coletiva no serviço público."

Então, o Senador Anastasia fez um projeto, e a própria exposição de motivos do projeto, como foi dito aqui pelo Daro, faz um histórico das dificuldades de regulamentar a negociação coletiva desde 1988, quando o direito de greve e o direito de organização sindical dos servidores foi inscrito na Constituição. E ficou faltando essa dimensão. Mas não é toa que estamos aqui, 27 anos depois, e ainda não regulamentamos a negociação coletiva, porque é uma dimensão da vida das relações de trabalho, do mercado de trabalho, muito complexa.

Não vou dizer que a negociação coletiva no serviço público é mais complexa que no setor privado. Eu acho que quem negocia no setor privado – e acho que aqui muitos tiveram essa militância, e o senhor foi líder sindical dos metalúrgicos de Canoas e sabe muito bem disto – tem a dimensão do risco da perda do emprego. Eu acho que essa é a mais complexa de todas as situações que um trabalhador pode viver. Então, não é que a negociação no serviço público seja mais difícil ou mais complexa, ela é diferente. E a exposição de motivos do projeto do Senador Anastasia coloca bem isso. Você não termina a negociação coletiva – nós aqui que já negociamos com vários que estão nesta mesa ou com todos – naquela mesa na Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, por uma razão simples: nós estamos tratando de Orçamento, salário de servidor e condições de trabalho se refletem em Orçamento, e Orçamento, no nosso ordenamento jurídico, é decidido pelo Congresso Nacional ou por uma Assembleia Legislativa ou por uma Câmara Municipal. Logo, você não invade a reserva legal desses Poderes Legislativos que decidem pelo povo onde é que se colocam recursos – e salário de servidor é recurso. Então, ela se torna complexa nessa dimensão.

E eu acho que o projeto do Senador Anastasia trata bem desse assunto, colocando as discussões relativas à reserva legal dos Poderes Legislativos, não só o Congresso Nacional, mas as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, e também as limitações da legislação sobre Orçamento. Obviamente, ele faz menção à Lei de Responsabilidade Fiscal...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – ... mas também à Lei de Diretrizes Orçamentárias e aos vários PLOAs, ou seja, as leis orçamentárias. Por isso, essa negociação é mais complicada, mais complexa. E eu acho que o projeto trata muito bem disso.

Eu posso dizer, em nome da Secretaria de Relações de Trabalho – tenho aqui ao meu lado a cara Rita, que tem uma experiência grande pelo Ministério do Trabalho e Emprego; tentamos manter uma sintonia grande tanto com o Ministério do Trabalho e Emprego como com a Secretaria-Geral, que tratam deste tema dos servidores públicos no Poder Executivo Federal –, que é um projeto com que temos uma enorme concordância.

Conversei ontem com o Ministro Nelson sobre a vinda aqui, conversei sobre os aspectos que estão ligados a isso, ele está muito interessado. Eu posso dizer que o Ministro Nelson Barbosa tem uma simpatia grande por esse tema. Ele tem uma militância política bastante grande também e um interesse sobre essas relações com os trabalhadores, com o movimento sindical. Então, ele está atento a isso. Ele pediu, imediatamente, para conhecer, com detalhes. Vamos fazer uma nota esclarecedora para isso.

Agora, a melhor estratégia para conduzir isso aqui é outra discussão, que o Pedro traçou e que o senhor conhece muito bem, porque, de fato, nós estamos vivendo um momento difícil. Vários dirigentes aqui fizeram menção aos nove meses em que nós estamos negociando. Todo mundo que tem experiência em negociação sabe que negociação não é feita fora de contexto. E, infelizmente, nós estamos vivendo um ano muito difícil – 2015 é, de todos esses anos dos quatro mandatos, dois do Presidente Lula, um da Presidenta Dilma e este segundo mandato agora, o mais difícil de todos esses 13 anos. Por isso, a negociação está demorada, arrastada, porque ela está olhando, primeiro, para tentar preservar as despesas de pessoal em relação ao PIB, mas, infelizmente, é um PIB que está caindo. Ele está caindo em 2015 e, provavelmente, pelas expectativas que estão sendo projetadas, vai cair em 2016. Então, nós temos que ter essa responsabilidade nas negociações. Não é buscar eleger o servidor público como o responsável por essa crise, mas também nós não podemos fazer um movimento sem considerar o texto econômico, a conjuntura econômica. Por isso, nós estamos com dificuldades de concluir as negociações. Apesar disso, já fechamos acordos representando 750 mil servidores públicos federais, que são 1,2 milhão. Estamos próximos de dar um passo em relação aos demais. T

Talvez até o final de novembro, consigamos – é a minha expectativa – chegar às negociações que concluam todos os servidores para o próximo período, nem sempre para propostas de quatro anos, porque estamos aceitando a grande maioria dos acordos em dois anos.

Há outros pontos que vocês citaram com os quais eu concordo inteiramente, porque, Senador, quando a gente vem aqui – o senhor viu, havia 15 dirigentes sindicais antes de nós falarmos, eu e a Rita, representando o Governo –, a gente tem uma relação muito respeitosa com todos esses dirigentes. Uns são mais bravos, criticam mais, outros são – digamos – mais *light* aqui na fala, mas eu sempre olho para eles – e eu tenho um carinho grande por todos eles – e vejo o copo pela metade. Eu sempre falo isso, porque o copo pela metade é aquele que um fala que está vazio e o outro fala que está cheio. Nós avançamos muito nesses 13 anos no Poder Executivo Federal, mas não adianta ficarmos fazendo essa fala, porque – eu insisto com vocês – a questão central da negociação coletiva no serviço público não é no Poder Executivo Federal. É nos Estados e nos Municípios, e principalmente nos Municípios. Os dirigentes que estão aqui sabem disso. Um prefeito se nega

a negociar e ponto final. Mas aqui, se a União se nega a negociar... Não foi o caso dos quatro mandatos desses governos. Mesmo o governo anterior teve que negociar, porque os sindicatos são fortes, os sindicatos têm poder de mobilização, têm capacidade de pressão, há mais espaço orçamentário e, bem ou mal, você negocia. Mas em um Município pequeno, você não negocia.

Por isso, eu concordo inteiramente com o que foi dito aqui, que a gente precisa de regra. Talvez, se nós tivéssemos regra nas negociações, nós não estaríamos há nove meses negociando, ou a própria regra preveria a possibilidade de estendermos a negociação, e aí vocês não poderiam estar aqui criticando – no bom sentido – que demorou nove meses, porque a própria lei e a própria regra preveriam essa possibilidade em anos mais difíceis, o que é normal. No plano privado isso acontece. No setor público também acontece. Em momentos mais difíceis, você tem maior dificuldade de concluir as negociações. Então, eu concordo inteiramente que é absolutamente necessário e, para quem representa o Governo na mesa de negociação, ter as regras seria muito bom. O Vladimir está aqui comigo, meu companheiro de longa data nas negociações. Tendo regra, nós teríamos condições inclusive de dizer: "gente, vamos ou não vamos. Vamos concluir essa história". Então, a falta de regra dificulta os dois lados.

Outra coisa que foi dita aqui, pelo colega Flauzino: "o Sérgio não recebe a gente" – eu, representando o Governo. É outro problema de regra. A Rita vai falar mais. Eu, propositalmente, vou falar pouco disso. Quem é que representa quem? Nós temos confusão na representação. É legítimo! Ninguém está criticando isso. É legítimo! Os trabalhadores têm disputa de representação. Não há problema nenhum. Estou vendo aqui meu querido João Domingos, que também tem pressionado a gente legitimamente para dizer: "Sérgio, como é que a gente resolve isso?" Nós estamos tentando achar uma saída. Então, também disciplinar a questão da representação sindical, quem representa os trabalhadores, quem negocia com quem... Claro, no Poder Executivo é mais fácil, porque a Presidenta é eleita – ou o Presidente –, designa o seu Ministro, no caso o Ministro do Planejamento, que designa o seu Secretário para negociar. Está mais ou menos definido quem é que negocia. Mas e do lado dos trabalhadores? Nós temos alguma confusão. Não acho ruim, não. Quem milita no mundo do trabalho sabe que isso é bem vindo. Vamos resolver essa equação, e essa legislação viria para nos ajudar, Senador.

Quero dizer que a gente, apesar de tudo, no plano do Poder Executivo Federal, avançou muito. Treze anos ininterruptos de mesa aberta. O Flávio Werneck fez aqui menção: "mas tem acordo que não cumpre". É verdade, porque o Governo não é uma coisa homogênea. Você fez citação. Às vezes há conflitos dentro do próprio Governo para resolver certas situações. Tendo regra, tendo lei, nós teríamos como deixar clara essa situação. Aquilo que foi assinado tem que ser, digamos, praticamente cumprido, porque a lei suportaria os termos de acordo que assinamos.

Quero terminar dizendo que, apesar de tudo, tivemos uma experiência positiva nesses 13 anos, mas apoiamos integralmente, Senador, que se avance muito essa agenda do debate da legislação sobre a negociação coletiva no serviço público. Acho que é uma agenda progressista. Apesar de o senhor ter lembrado aqui que é um momento difícil no Congresso, em que as pautas conservadoras estão avançando, esta não é uma pauta conservadora, ao contrário, é progressista. Acho que nós deveríamos apoiá-la, sei que o Ministro Nelson apoia isso. Eu, aqui, e o Vladimir, com a nossa experiência desses 13 anos, apoiamos isso. Então, estamos absolutamente à disposição para avançar nessa agenda da negociação.

Acho que não avançamos não por falta de vontade. Nós também, fazendo um pequeno *mea culpa,* para terminar, nos acomodamos, porque, bem ou mal, há uma mesa aberta, ela negocia, nós conversamos diariamente... Bom, isso, mais ou menos, funcionou. Acho que funcionou razoavelmente bem, mas a gente vê que, nesses momentos críticos, a legislação, as regras e as diretrizes são fundamentais.

Termino dizendo que tivemos uma conversa, também com o Senador Douglas, em que dissemos a ele que o projeto é bom, que pode servir como referência, não esgota o assunto, porque todos sabem que precisamos discutir regulamentação de direito de greve e organização sindical para completar o sistema democrático de relações de trabalho. Se a hora é essa, taticamente...ninguém é ingênuo para saber se esse é o melhor momento. Porém, isso é necessário porque também o serviço público, como todos sabem, é um serviço que atende a toda população; ela é a destinatária do serviço público. Então, ela precisa estar protegida também em relação aos conflitos.

E, até com os liberais, Senador, com os que têm uma visão mais liberal este projeto dialoga, porque, se a gente pegar as causas que estão na Justiça contra a União e hierarquizar, são duas as que ganham disparadamente: as da Previdência Social e as do serviço público, as dos servidores públicos.

Então, se dermos um tratamento adequado ao conflito através da negociação coletiva, vamos racionalizar a gestão pública, muito provavelmente dando uma contribuição enorme para um dos princípios constitucionais que é o princípio da eficiência, que dialoga mais, eu diria, até com visões um pouco mais liberais, mas é

fundamental para reduzir, porque nós trataríamos bem esse conflito e não teríamos todo esse processo e essa judicialização dos conflitos que não são bem tratados na Administração pública.

Então, tem até, eu diria, uma aliança tática que pode ser feita em relação a esse assunto, mas não vou me aventurar sobre qual é a estratégia política melhor, até porque vocês sabem aqui, Senadores e Deputados, e, no âmbito do Governo, a Casa Civil, a secretaria de Governo serão as áreas que vão definir melhor essa estratégia.

O senhor pode contar conosco para um apoio entusiasmado a esse debate da regulamentação da negociação coletiva.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Sérgio Eduardo Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Eu tinha um compromisso hoje – o nosso horário estourou – com o presidente da Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho na CNTC. É um encontro que eles estão fazendo lá sobre essa área. Eu, que vim também dessa área da segurança do trabalho... Está aqui o Armando Henrique. Armando, se você puder esperar, só falta mais uma fala, e, em seguida, eu dou oportunidade para você fazer a sua fala aqui, já que eu não vou conseguir me deslocar para lá, como havia me comprometido, mas tentarei, no fim da noite, ou amanhã de manhã, ir lá e falar um pouco sobre essa área.

Então, agora, nós vamos passar a palavra para a representante do Ministério do Trabalho e da Previdência, Srª Rita Pinheiro, já cumprimentando o Sérgio pela sua brilhante como sempre.

A SRª RITA PINHEIRO – Obrigada, Senador.

Boa tarde a todas e todos.

Bom, Senador, é que eu sou uma única mulher na mesa e também a última a falar... Eu até brinquei com o JP que eu ia iniciar fazendo uma provocação, se o senhor me permite.

Considerando que hoje é o dia dos servidores públicos e considerando que a maioria dos servidores públicos são mulheres, eu disse para ele que ia fazer uma provocação de que só havia homens na mesa, representando a organização dos servidores públicos. E tenho convicção de que há muitas servidoras associadas aos sindicatos. Portanto, é um desafio que as mulheres sejam representadas do ponto de vista de direção, até porque, quando se vai negociar,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas a Cíntia é dirigente e vai falar. Ela está inscrita aqui.

A SRª RITA PINHEIRO – ...quando se vai para uma pauta de negociação, as mulheres têm reivindicações muito peculiares, na maioria das vezes. Então, é importante que se considere, já que nós estamos falando em negociação coletiva. E, aí, estamos considerando justamente a educação, porque a maioria absoluta é de mulheres, e a área da saúde, que são dois segmentos fundamentais no serviço público.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª RITA PINHEIRO – Como já negociei antecipadamente com o Sérgio, a quem a questão da negociação é muito mais afeita, até porque ele é responsável por isso, temos um grande desafio, pensando a negociação, que é quem negocia. E essa discussão estamos fazendo há um bom tempo no Ministério do Trabalho, na Câmara dos Servidores, entre Ministério do Trabalho e entidades dos servidores públicos.

Claro, essa é uma discussão difícil, desafiadora, na qual não conseguimos avançar muito. O Lineu e o JP, que estão nas discussões, sabem das dificuldades que são afeitas aos trabalhadores do ponto de vista da sua organização. Portanto, existem dificuldades de consenso entre os próprios trabalhadores do serviço público, justamente porque há o diferencial entre servidores públicos federais, estaduais e municipais. E a grande discussão que os trabalhadores, particularmente, trazem às entidades dos servidores é especialmente no serviço público municipal, que é o que o Pedro citou muito bem com relação à visão dos gestores.

A visão que se tem da gestão pública, dos gestores públicos é uma visão muito autoritária. Se for levar para as cidades pequenas, isso é pior ainda. Então, precisamos democratizar este Estado não só no âmbito federal, mas em todas as suas áreas, para que se conceba que negociação, o diálogo é o melhor caminho para a solução de conflitos.

Considerando dessa forma, olhando o projeto, avaliamos que ele inova em várias questões. Do ponto de vista geral, a meu ver, há três questões muito importantes no projeto: a questão da paridade para negociação entre a gestão e os dirigentes sindicais; a mediação para a solução de conflitos, que é uma coisa que não temos, mas precisamos pensar. Isso é desafiador e não é só para o serviço público, mas para o setor privado também, onde não existe. E há também a questão de você pensar programas de estímulo à autocomposição de conflitos. Isso você só faz se você reconhecer o outro como negociador; e, para você reconhecer o outro como negociador, você tem que saber qual é a organização sindical, a sua representatividade. Senão, você não

tem condições de ter uma negociação séria em que realmente os servidores se vejam nela. Quando você vai negociar, você tem que reconhecer tanto o gestor, e o gestor tem que reconhecer quem é essa organização sindical. Nesse sentido, eu acho que há um grande desafio ainda.

Se o projeto trabalha, do ponto de vista da negociação, avançando muito, por outro lado, você tem que definir quem é esse negociador. Se você não definir, você pode definir a melhor negociação coletiva, mas quem negocia? Quem são essas pessoas que negociam? Quem são essas entidades? E é esse o desafio que ainda persiste.

Se, por um lado, há o projeto do Fonacate, que vimos que trata das três questões, mesmo trazendo a organização sindical, ela só traz uma questão, que é a liberação de dirigentes. Então, mesmo você definindo liberação de dirigentes, quem é esse dirigente? Quem é essa organização?

E o outro desafio é: você não pode pensar a gestão pública de maneira uniforme. Uma coisa é você pensar a gestão aqui no âmbito federal. Se você definir já um número de dirigentes, você não pode garantir que, em todas as prefeituras dos cinco mil e poucos Municípios, a gestão local tenha condições de liberar três dirigentes.

Estou pontuando isso muito mais para problematizarmos e pensarmos de forma que as sugestões sejam consistentes. Ao mesmo tempo, se você trouxer muitos elementos para dentro da negociação coletiva, corre-se o risco de não fazermos nem uma coisa nem outra.

Talvez o interessante seja você garantir essa discussão da negociação coletiva, já que o projeto é muito interessante, avança muito, e garantir que se dê a outra discussão pensando no direito de greve.

Além disso, ao mesmo tempo, você tem que pensar na organização sindical. E essa organização sindical é um desafio para os trabalhadores, para as representações dos servidores públicos, porque qualquer coisa que fizermos sem haver esse consenso articulado não vai dar certo. Eu estou dizendo isso porque estamos trabalhando na câmara de servidores há muito tempo e só conseguimos avançar em uma questão, que foi o financiamento das entidades sindicais. Mesmo assim, definimos o financiamento, mas quem são essas entidades que serão financiadas?

Então, esse tripé é determinante. Se, por um lado, a Constituição garantiu o direito de organização, o direito de greve e não garantiu a negociação coletiva, estamos tentando cobrir esse buraco agora, mas, ao mesmo tempo, tanto a organização sindical quanto o direito de greve precisam ser mais bem definidos, mais bem acordados. Por quê? Porque no momento da Constituição garantiu-se que é livre o direito de organização dos servidores públicos. E os servidores começaram a se organizar à sua maneira, sem registro sindical em nenhum lugar, de forma que, para mim – aqui é uma visão muito pessoal – era a melhor forma de organização que se tinha. Não se precisava solicitar a garantia do Estado para que eles se organizassem, a permissão, na verdade, do Estado, para que eles se organizassem.

Ao longo dos anos, foram ocorrendo mudanças. Então, qual o desafio que temos percebido? Na câmara dos servidores, o que discutimos é que nós precisamos de regramento. Existe uma total, real fragmentação das organizações dos servidores públicos. Estão se constituindo organizações sindicais por funções. Se surge uma nova função de carreira que é reconhecida, cria-se um sindicato. Assim, os sindicatos dos servidores, que eram aqueles grandes sindicatos que englobavam todos, a cada dia estão mais fragmentados e menos representativos.

Ao mesmo tempo, para se pensar o novo, você não pode esquecer do velho. Existem muitos sindicatos de servidores públicos que são registrados, que negociam. Você não pode dizer: "este não existe mais, então, vou criar uma legislação daqui para frente." Não, você não pode criar dois pesos e duas medidas. Portanto, esse é o desafio que os servidores, as entidades dos servidores, as centrais de servidores vêm discutindo no âmbito da câmara. Sei que não é tarefa fácil, até porque venho do movimento sindical, sei que todas as discussões que se faz – é natural – é a partir do seu próprio umbigo. Nunca fazemos do geral do específico, mas, sim, do específico, muito aqui para pensar mais longe. Então, essa é a grande questão.

Do ponto de vista do projeto – tínhamos conversado, eu e o Sérgio –, ele é muito importante, ele avança muito. Havia um projeto de um Senador aqui que, além de proibir o direito de greve, também negava o direito de negociação coletiva, então, aquela ideia era assim: primeiro você fala da greve e depois você pensa na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o que está na CCJ.

A SRª RITA PINHEIRO – Pois é, você pensa na negociação para dirimir o conflito. Sabemos que, primeiro, você tem que garantir a negociação coletiva, porque ela é o grande instrumento da solução de conflitos. Que precisa de regramentos, concordo; precisa de regramento; se houvesse isso já definido, hoje não se estenderia. Inclusive, hoje, primeiro se faz greve para depois se buscar a negociação. Nós queremos garantir a negociação justamente como pressuposto da democratização das relações de trabalho, isso é definidor.

Uma coisa que temos que aprender, ouvindo as diversas falas aqui, é que estamos começando a trazer para o serviço público a nossa visão de negociação do serviço privado. Existe uma data-base, você senta, ne-

gocia ou não negocia, um diz sim, outro diz não, senão vai para a Justiça do Trabalho. É mais ou menos assim. Nós temos que adquirir isso e refletir sobre a negociação de forma permanente. Se temos entidades fortes, constituídas, com representatividade – e há o pressuposto da negociação garantido – você tem que pensar isso de forma permanente.

E de forma permanente a partir do próprio local de trabalho. Uma coisa é você sentar uma vez por ano para discutir remuneração; condição de trabalho você pode discutir todos os dias, porque o conflito acontece todos os dias.

Então, essa é mais uma forma de trazer essa reflexão, porque trazemos muito do setor privado: você só negocia agora e pronto. Mas sabemos – o Senador sabe muito bem disso – que onde há organização no local de trabalho, particularmente na indústria, a negociação das condições do trabalho se dá cotidianamente.

(Soa a campainha.)

A SRª RITA PINHEIRO – E isso é fundamental, porque você dirime o conflito, você evita as greves na maioria das vezes. E, aí, você negocia anualmente aquelas questões mais gerais que englobam todo mundo. É mais nesse sentido.

A minha contribuição era mais para refletirmos no ponto de vista da organização. Ela é determinante se quisermos, realmente, garantir a negociação coletiva de fato, de direito; que os atores se reconheçam e se respeitem justamente para evitar que as cláusulas pactuadas aqui não sejam jogadas no lixo ou desconhecidas amanhã, porque a negociação pressupõe, acima de tudo, a boa-fé. E a boa-fé não é só de um lado, é dos dois lados, quer seja dos servidores, das entidades dos servidores, quer seja do Estado.

Agora, para isso, temos um caminho longo a andar, que é também sensibilizar os gestores públicos de que este é o melhor caminho para democratizar o Estado, para democratizar as relações e para fazer a parceria entre os trabalhadores públicos e os gestores visando a atender melhor e com maior qualidade aquele que está na ponta, que é a sociedade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rita Pinheiro, que falou em nome do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, representando o Ministro Miguel Rossetto.

Eu vou passar a palavra rapidamente para o Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho. Quero que vocês entendam que eu é que deveria ter estado lá em um belo evento, mas não pude. Ele veio aqui, faz uma fala, vai me entregar uma placa, e o debate continua porque a vida é assim, não dá para estar em dois lugares ao mesmo tempo.

Por favor, o Dr. Armando Henrique.

O SR. ARMANDO HENRIQUE – Senador, isso acontece com quem trabalha muito.

Eu peço licença aos participantes desta audiência pública tão importante, que é defesa das relações sindicais para o servidor público, e, curiosamente, o que estamos fazendo aqui agrega um grande valor nesse setor também. Por quê? Porque em saúde e segurança do trabalho no Brasil, infelizmente, ainda o servidor público é tratado como trabalhador de segunda categoria. Por que eu afirmo isso? Porque legislação prevencionista temos até demais, mas, infelizmente, no setor público, é a mais escassa legislação de proteção dos trabalhadores que temos. Prova disso é que estamos hoje registrando no Brasil mais de 700 mil acidentes por ano no setor privado, e não temos a contabilização no setor público porque não está sistematizado, porque não há essa proteção. Portanto, o assunto tem uma ligação muito forte com o setor público e acredito que possa agregar para essa discussão.

Bom, sabemos, todos os brasileiros que acompanham a política sabem muito bem que o Senador Paulo Paim é o Senador que mais se destaca aqui na Casa em defesa do trabalhador. Isso é indiscutível para todos nós. Só que uma informação que tem pouca visibilidade é que ele também acaba de ser escolhido pela categoria dos Técnicos de Segurança. Aqui representamos aqui 330 mil técnicos de segurança, estamos também na base do serviço público. Ninguém mais do que nós sente, no piso de fábrica, nos ambientes de trabalho, a gravidade dessas questões do adoecimento, dos acidentes de trabalho.

Nossa categoria, que tem essa sensibilidade, que conhece muito bem essa mazela das relações de trabalho, também entende que o Senador Paim, no último ano, foi o que mais se dedicou à causa da prevenção ou defesa da saúde e segurança dos trabalhadores. Uma prova disso é o caso da Boate Kiss, que, graças ao Senador Paim, não está, a princípio, sujeito a virar *pizza*. Graças ao Senador Paim é que a NR-12, que é uma norma regulamentadora das mais avançadas que temos no Brasil, não teve suspensa a sua efetivação. Há um movimento querendo acabar com a NR-12 ou suspender o efeito dela. É uma norma regulamentadora que protege os trabalhadores da indústria metalúrgica, mas ele, com as suas ações, está impedindo que isso aconteça.

Ou seja, está havendo dois quesitos que justificam plenamente o que vamos fazer aqui agora. Então, a nossa categoria hoje está realizando uma convenção na CNTC, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, aqui em Brasília, e o Senador citou a sua eventual presença lá.

Quebramos a nossa agenda e viemos aqui a uma comissão para fazer uma homenagem ao Senador, que é muito merecida. Senador, aqui estão os parabéns de 330 mil técnicos de segurança e dos 108 milhões de trabalhadores, que clamam para que a saúde e segurança no trabalho vire a pauta política no Senado, na Câmara, no setor empresarial, inclusive na representação dos trabalhadores, porque o que estamos vivenciando ainda hoje, em 2015, é inaceitável. Somos hoje um País que merece até um tratamento de choque para resolver as questões de segurança do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fico muito feliz. Só peço que vocês venham aqui à Mesa, que continua como está. Eu recebo a placa, e a audiência continua. (*Palmas.*)

É assim, pessoal. Outro dia, eu estive com uma Comissão, suspendemos o trabalho, fui para lá, segurei o projeto e voltei. E eu queria muito estar lá, claro, nessa convenção nacional dos técnicos de segurança do trabalho. (*Pausa.*)

Leia, por favor, o que está escrito na placa.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA (*Fora do microfone.*) –

Honra ao Mérito.

Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Esta placa é conferida ao Senador Paulo Renato Paim, em reconhecimento por sua atuação prevencionista destaque, em defesa da segurança e saúde no trabalho.

Brasília, 28 de outubro de 2015.

Armando Henrique, Presidente da Fenatest.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Uma salva de palmas! (*Pausa.*)

Obrigado, obrigado, obrigado.

E a gente vai continuar a nossa audiência pública.

Com a palavra a Drª Cíntia, inscrita pelo plenário, para dar a suas opinião sobre o tema de hoje, a negociação no serviço público.

Obrigado a todos! Um abraço para o pessoal lá!

A Lilian, do Dieese, abriu mão de fala.

Uma salva de palmas ao Dieese! (*Palmas.*)

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Boa tarde a todos.

Agradeço a presença do Governo Federal, através da Rita Pinheiro, do Ministério do Trabalho; e do Sérgio Mendonça, do Ministério do Planejamento.

Eu, como servidora pública, também aguardo, Dr. Sérgio, o momento de assinatura de um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou dizendo que eu ganhei outro prêmio agora. A Lilian perguntou para mim se eu concordaria de fazer aqui uma homenagem aos 60 anos do Dieese. Isto para mim é um prêmio também, porque eu convivi durante toda a minha vida com o Dieese. Obrigado pelo prêmio! (*Palmas.*)

Só de pedir para fazer aqui é um prêmio.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Se me permite, fazendo menção à questão do Dieese e do Diap, sempre digo ao Dr. João Domingos que o movimento sindical precisa de elementos que resgatem memórias, principalmente no processo de democratização do Brasil, após a confecção da Constituição de 1988. O próprio Senador Paulo Paim menciona que o art. 7º e o art. 5º, dos direitos sociais e dos direitos fundamentais foram construídos nesses cenários, Diap e Dieese.

Ei faço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No mínimo, do 6º ao 12º. (*Risos.*)

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – É um número considerável!

Senador Paulo Paim, eu reforço os agradecimentos. Como servidora pública, nós consideramos o senhor o arcabouço hoje, diante do Congresso, que nós temos de todas as lutas e os anseios dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público.

Eu sempre menciono que ingressei, sou nova, estou no movimento sindical dentro da CSPB, completou em agosto deste ano três anos. E, desde que ingressei no movimento sindical, a expressão "negociação coletiva" no setor público tem sido repetida como um mantra, a necessidade de regulamentação. E em alguns momentos muito mais do que o direito de greve, não que um seja mais importante do que o outro, mas a negociação coletiva, infelizmente, não está mencionada na Constituição Federal. Foi um lapso, e as tentativas de incluí-la terminaram com ações de inconstitucionalidade.

Eu participei, movida por esse mantra, de alguns encontros promovidos pela ISP (Internacional de Serviços Públicos) e pela CSPB. E lamentavelmente constatei que o Brasil está atrás de muitos países da América do Sul. Hoje, até a Colômbia tem negociação coletiva no serviço público; países, como o Uruguai, têm uma legislação bastante avançada, atingindo todos os servidores públicos.

Mas o que eu acho interessante é que – e aí eu faço minhas as palavras da Rita – a negociação coletiva, em muitos momentos, foi limitada às questões salariais e remuneratórias. E não é isso: negociação coletiva envolve condições de trabalho, envolve trabalho decente e envolve também aperfeiçoamento e eficácia, uma ferramenta de busca de eficácia no setor público. E eu acho que esse projeto tem muito dessas interações.

Quando eu vejo o art. 6º, que coloca que "constituem os principais objetivos da negociação coletiva prevenir a instauração de conflitos; tratar conflitos instaurados e buscar a solução por autocomposição; observar os limites condicionais e legais à negociação", isso é muito importante, porque as normas infraconstitucionais precisam ser consideradas para estabelecer também limites para ambos os lados; "comprometer-se com o resultado da negociação", esse é o princípio da boa-fé; "adotar medidas necessárias junto ao Poder Legislativo, para tornar possível a conversão em lei do que foi negociado; minimizar a judicialização de conflitos envolvendo servidores e empregados públicos." O Dr. Sérgio mencionou que hoje o Judiciário não tem, está esgotado, são demandas de servidores públicos que estão há mais de 10, 15 anos aguardando. Enfim, "contribuir para reduzir a incidência de greve de servidores" – esse tem sido outro ponto basilar, já que muitas vezes a greve tem sido usada como mecanismo para possibilitar a negociação. É essa ausência que nós estamos vivendo.

E eu não quero me alongar, até pelo adiantado da hora, mas faço menção ao hoje Dia do Servidor público, e estendo a eles todos os cumprimentos. Eu sempre digo que o serviço público, e o servidor público que o executa, é um elemento de constituição de cidadania ao povo brasileiro. Merece, sim, atenção e merece respeito em grande parte da sociedade, que, talvez, movida por concepções equivocadas e por conceitos muitas vezes ultrapassados do serviço público, promovidos pela imprensa, dão uma imagem equivocada do serviço público.

Eu já vi muitos colegas fazendo hora extra, sabendo que não vão receber, para tentar colocar em dia demandas. Vejo colegas da PRF trabalhando, às vezes, com um único agente dentro dos postos, para garantir a segurança das ruas; e colegas da Polícia Federal, principalmente os agentes, os escrivães e os papiloscopistas, que carregam a Polícia Federal, fazendo um trabalho brilhante.

(Soa a campainha.)

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Mas eu faço menção, na oportunidade do dia 28, que recebi hoje pela manhã um lembrete de uma amiga que vive em Lima, no Peru, e ela disse que hoje, 28 de outubro, é o Dia do Senhor dos Milagres. E, quando eu vejo o movimento sindical, o Governo aqui representado, admirando e reconhecendo que um PL do Senador Antonio Anastasia, no momento de polarização que nós vivemos neste Brasil, eu começo a acreditar que realmente podemos avançar.

Espero também que o movimento sindical se mantenha unido. Acho que, muitas vezes, nós estamos abraçando causas em função de bandeiras e abandonando outras por questão de ideologia. Isso não faz bem a ninguém, nem ao serviço público nem ao Brasil.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Cíntia, e não fique brava por chamá-la de doutora, alguns não querem. Eu chamo e pronto.

Pessoal, temos que terminar às 14h, são 13h25, mas sempre há as considerações finais. Eu vou chamar o nome de todos, quem quiser falará por dois minutos, porque dá para terminar até às 14h, ou quem quiser abrir mão das considerações finais pode abrir.

Vou começar do último para o primeiro: Pedro Armengol, tem dois minutos para as considerações finais.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Então, quero aproveitar esses dois minutos, não em termos de considerações, mas de construção. Primeiro, quero dizer que, mesmo diante de uma conjuntura relativamente adversa, em que predomina uma tendência de pautas negativas, diria que esse projeto vem dar movimento a uma pauta que vai na contramão, inclusive, das tendências colocadas por esta Casa.

Registro ainda as preocupações que inicialmente coloquei, de que a gente deve, do ponto de vista estratégico, discutir com o Douglas Cintra, com os Relatores, de como a gente pode encaminhar isso.

Mas eu vejo como um movimento importante na perspectiva de a gente avançar nesse debate da regulamentação da negociação.

Então, concluo mais uma vez parabenizando todos nós, servidores públicos e servidoras públicas do Brasil, por nosso dia. E vamos continuar a nossa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro.

Flávio Meneguelli, por favor, dois minutos.

Já perdeu um.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Serei bem breve nas considerações, não vou usar nem o que perdi.

Acho que nós temos que trabalhar agora, nos focar, nesse projeto da negociação coletiva. Ele pode ser um fator inibidor, inclusive, do assédio moral coletivo que existe no serviço público como um todo e que hoje vem se tornando uma mola institucionalizada em alguns órgãos públicos federais, o uso de procedimentos administrativos eivados de falta de isenção, no mínimo. Se não houver óbices a melhorias de alguns pontos, como já colocados aqui e se acharmos viável a inclusão explícita do combate ao assédio moral no serviço público, que é um mal que afeta Municípios, Estados e União.

Quero deixar uma homenagem ao Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Mato Grosso do Sul, que vem sofrendo esse assédio moral. E quero ressaltar que, hoje, está havendo um movimento da Federação Nacional dos Policiais Federais na cidade de Dourados contra o assédio moral, justamente por não estar sendo cumprida nenhuma norma legal para intimidação de representantes sindicais dentro do órgão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Flávio Meneguelli.

Agora Antonio Silvano Alencar de Almeida, por favor.

O SR. ANTONIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA – A Anfip agradece por esta oportunidade.

Aproveito este momento para dizer ao Governo a gente entende que a situação é difícil. Que o processo de negociação está lento, a gente entende.

Mas a Anfip não compreende, pelo que a gente tem de informação, essa luta pela quebra da paridade.

As pessoas que estão hoje gozando do direito à paridade, ao longo do tempo, são pessoas idosas, de 70 anos, 80 anos, e que daqui a 20 anos, 30 anos, Secretário, não vai ter mais essa discussão de paridade, porque estão todos Funpresp.

Então, a Anfip se sente à vontade para o entendimento, para a negociação, mas a paridade é um direito conquistado ao longo do tempo e que é muito importante que Governo não casse o direito nesse momento de dificuldade, que busquemos outras alternativas.

Nós estamos irmanados na busca de alternativas, menos nessa que tira direito de quem já tem um sofrimento enorme na luta ao longo do tempo.

Então, parabéns a todos os servidores públicos e obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Antonio Silvano Alencar de Almeida.

Pedro da Silva Cavalcanti, por favor.

O SR. PEDRO DA SILVA CAVALCANTI – Senador, eu queria deixar registrado que eu fui a um evento no primeiro mandato da Presidente Dilma e lá foi aberto um espaço, na construção civil, que seria a mediação de conflitos no dia a dia.

Acho que a gente pode pegar aquele exemplo e trazer para o serviço público para que a gente possa fazer essa mediação, que vai bem ao encontro do que o Ministério do Trabalho e Previdência falou aqui.

E deixo como fala final aqui para todos os dirigentes sindicais do País: minha gente, vamos ter unidade, vamos defender o trabalhador, não vamos fazer disputa política porque, neste momento, quem está perdendo é o trabalhador. Vamos ter a grandeza e deixar as vaidades de lado, visão ideológica. E vamos defender a pauta dos trabalhadores porque o segmento empresarial está bem unido e avançando contra a gente.

É isso que quero deixar como registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro da Silva Cavalcanti.

Daro Marcos Piffer.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Vou ser rápido também nas considerações finais.

Quero dizer que é muito bom quando a gente vê lados que aparentemente estão opostos se unindo, tentando fazer uma formulação comum. Isso é um princípio básico do que estamos tentando fazer, regulamentar aqui, que é a negociação. Lados opostos objetivando uma coisa comum.

Só para terminar, um pouco diferente da Cíntia, viu Sérgio Mendonça?. Eu não estou aguardando que você me chame para assinar acordo, mas estou aguardando para que você me chame para que eu tenha a oportunidade de exercitar a negociação. E não simplesmente para assinar um acordo formado unilateralmente pelo Governo.

Muito obrigado pela participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Daro Marcos Piffer.

Agora vamos chamar os que falaram na segunda mesa.

Luiz Carlos da Silva de Oliveira. Já foi, então.

Marcos Kersting Soares.

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – Rapidamente quero agradecer o espaço novamente possibilitado pelo mandato do Senador Paim, nosso conterrâneo gaúcho, meu padrinho de fundação sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com muito orgulho.

O SR. MARCOS KERSTING SOARES – A minha fala já está comprometida em favor dos trabalhadores neste posicionamento junto ao nosso Senador.

E quero lembrar aos companheiros de Governo que estamos juntos por parte do Ministério Público na construção de uma agenda positiva. Conte com a gente aí, porque a gente acha que uma mediação é possível e há espaço a avançar.

Muito obrigado a todos os companheiros do sindicato e a todos os representantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcos Kersting Soares.

Rudinei Marques.

Fica uma salva de palmas para o Rudinei, da Fonacate.

Flauzino Antunes Neto.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Em nome da CGTB quero agradecer o Senador Paim, por estar aqui nesta audiência pública e clamar pela urgência da aprovação dessa PL, para que a gente possa corrigir distorções. Na disputa do orçamento, o banqueiro usa o telefone e já fala direto com o Ministro da Fazenda e ganha mais porções dentro do Orçamento; em contrapartida, os servidores têm que ir a rua, ficar meses e meses disputando alguns minguados do Orçamento da União, porque nós é que levamos a política pública para a sociedade, e esta clama por serviço público e de qualidade.

Então, eles aceitam essa condição.

Esse é o nosso recado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Flauzino Antunes Neto.

João Paulo, o JP.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nós somos favoráveis à CTB, na aprovação do PLS 397, com os ajustes propostos aqui e a inclusão do elemento que destaca, não diz como a ser feito com os entes federados, mas possibilitando a licença classista. Ou seja, a gente coloca e a ser definido por cada ente federativo.

Então, é o ajuste que nós colocamos.

Eu queria aqui, e falei ao Flauzino que vou fazer e faço – eu sou guerreiro –, eu queria aqui em público dar as felicitações ao ex-Presidente Lula pelo aniversário de ontem, um corintiano, amigo pessoal, queria que ele tenha longa vida aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Ribeiro.

Lourenço Prado já teve que se retirar.

Ogib também se retirou.

Passo a palavra a Lineu Masano.

O SR. LINEU MAZANO – Senador, falo da importância, estamos aqui há cinco horas, estou perdendo até a conta, mas este é um momento muito importante.

Quero destacar o seguinte: durante o debate, eu acredito que ficou claro para o senhor que as entidades estão defendendo o andamento, o encaminhamento desse projeto, claro, com a observação de o senhor pedir vista, se possível, para incluir aqui os pontos que apontamos, que não seja aprovado hoje, precisamos observar isso. E que nós pudéssemos tratar somente desse projeto no sentido da negociação coletiva. Observando mais uma vez que o direito de greve nós já temos garantido na Constituição, e há até entidades e partes do movimento dos servidores públicos que acham que nem precisa discutir a regulamentação do direito de greve, apesar de eu achar que sim.

A negociação coletiva é algo que precisamos fazer caminhar para avançar.

E nessa condição, quero observar, permita-me, que a Agência Senado já publicou o debate desta Comissão, dizendo que já tem o encaminhamento, e que o senhor deve encaminhar a unificação dos dois projetos.

Então, já estão sendo aquecidos os debates por aí.

Precisamos observar isso e ver como estão atentos ao nosso debate aqui.

No mais, quero agradecer sempre o seu carinho e o seu comprometimento com todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lineu Mazano.

De qualquer forma unifica, porque vai ser votado, e essa para mim vai ser o encaminhamento que nós vamos tomar aqui no final, pela aprovação do projeto do Senador Anastasia. E no debate do direito de greve e

organização sindical, com certeza, eu não preciso adivinhar para dizer que nós somos pela rejeição do projeto, como rejeitei aqui, e pela aprovação do Fonacate.

Se o do Fonacate cair, é melhor que não se aprove nada e deixe tudo como está.

Este é o encaminhamento que entendo que devemos tomar aqui até porque não foi nós que pautamos essa questão.

O Lineu já foi. Agora, será o João Domingos do Santos, que terá seus dois minutos.

Depois teremos o Sérgio, a Rita e, por fim, a Cíntia.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Uma observação um tanto diferente das demais: eu acredito que o senhor, ao produzir esta audiência pública, produziu um momento histórico. E se olharmos o retrato desta audiência pública, é fácil perceber. Tantos anos militando no movimento sindical dos servidores públicos, nunca vi um momento desses, que pode até ser atribuído a São Mateus, que é o santo das causas urgentes, ou ao dia dos Senhor dos Milagres, na Colômbia, como disseram, mas não, eu prefiro atribuir ao momento de amadurecimento do movimento sindical.

Aqui estamos tratando de um projeto que foi proposto por um Parlamentar da oposição, relatado por um Parlamentar do Governo, ambos com a mesma posição.

Nós estamos aqui hoje ainda olhando o retrato nessa mesa, vendo o Ministério do Planejamento e o Ministério do Trabalho, que nos últimos tempos têm tido posições divergentes e até conflitantes e que estão na mesma posição.

Nós estamos vendo aqui o conjunto das centrais sindicais.

E não é jocoso, não é brincadeira o que estou dizendo, inclusive CSPB e CUT trabalhando já há muito tempo.

Quero aqui valorizar e agradecer o trabalho que o Pedro Armengol tem feito para o crescimento da convergência do universo dos servidores públicos.

Portanto, hoje o senhor está produzindo história ao promover essa audiência pública tão significativa, vai ser um marco das relações do trabalho do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Domingos Gomes de Santos.

Passo a palavra à representante do Ministério do Trabalho e da Previdência, Rita Pinheiro.

Vou manter o mesmo procedimento que o da Cíntia.

A SRª RITA PINHEIRO – Primeiro quero agradecer, Senador, e parabenizar. É a partir do bom debate que a gente constrói consensos. E o Parlamento tem esse papel fundamental, se considerarmos que esse conservadorismo que ultrapassa todas as barreiras na política tem influenciado muito negativamente o Parlamento brasileiro, pelo menos em algumas questões relacionadas a direitos humanos.

Trazer esse debate para cá, exercer esse papel que esta Comissão vem exercendo de garantir o bom debate e fazer com que não nos pautemos o tempo inteiro por uma agenda conservadora, isso é muito importante. E pensando direitos humanos do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores, isso é fundamental, porque direito à organização, direito à negociação, direito de greve está no âmbito dos direitos humanos pela OIT.

Então, é importante que a gente tenha esse olhar, porque só se garante trabalho decente se houver os princípios da democracia constituídos.

Então, é nesse sentido que quero parabenizar. Acho que foi muito bom debate. E espero que isso avance particularmente a discussão da negociação coletiva aqui no Parlamento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, vinculando Rita Pinheiro esse tripé dos direitos humanos.

Por fim, Sérgio Eduardo Mendonça, pelo Ministério do Planejamento.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Obrigado, Senador. Mais uma vez agradeço o seu convite e faço minhas as palavras da Rita sobre a sua condução e dessa agenda progressista. Acho que esse tema, como os demais que tratamos aqui, sobretudo a negociação, pode ser um marco institucional absolutamente relevante para a gestão pública no Brasil, para melhorar a gestão pública, para compor os conflitos de forma democrática. Isso é a favor da eficiência, a favor da melhoria do serviço público.

Quero cumprimentar todos aqui presentes, todos que estiveram na mesa. Acho que foi um debate de alto nível.

E dizer de forma de brincadeira que todos serão recebidos, todos os que aqui reclamaram, o Daro, que está com saudades de negociar, não vai ter problema. Nós só temos que calibrar o tempo. Não vai ter problema nenhum.

E, se o senhor me permitir, o senhor sabe que a gente tem histórias de vida e eu tenho a minha, e o senhor fez uma menção aos 60 anos do Dieese. Eu passei 30 anos de minha vida no Dieese. Então, quero também registrar que no dia 22...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E muitas vezes me assessorando quando eu era sindicalista.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Quando o senhor criou a Comissão do Salário Mínimo, em 1991, lembra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lembro, viajamos o País.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Então, queria fazer essa menção também e parabenizar o Dieese pelos seus 60 anos, que serão daqui a dois meses.

Nós dois e o Calixto.

Agradeço muito, mais uma vez o seu convite ao Ministro Nelson e a mim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Sérgio Eduardo Mendonça.

E por fim, como disse a Cíntia para encerrar, ela vai encerrar.

Antes, porém, pode falar, meu amigo. Só se identifique, porque é importante.

O SR. LAERTE PORTO – Na realidade que queria fazer duas perguntas ao Sérgio Mendonça, por isso que eu gostaria de ter feito antes do pronunciamento dele, a não ser que seja possível ele responder nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me falar qual é o meu medo: são 13h44, se eu abrir agora para perguntas do plenário, nós vamos até amanhã. Esse é meu receio. Achei que você queria fazer uma saudação. Então, vou propor o seguinte: faça as perguntas, nós encerramos, e o Sérgio te responde, tenho certeza.

O SR. LAERTE PORTO – O.k. Primeiro, quero parabenizá-lo, Senador, por propiciar esta audiência pública aqui e nos atender em todos os momentos que temos solicitado sua participação.

As perguntas são bem diretas. O Sérgio Mendonça disse que 60% dos servidores já foram atendidos e já assinaram um acordo com o Governo. Nós gostaríamos de saber, já que a data de 30 de novembro é o prazo que ele concedeu, se já há calendário para esses outros 40% restantes.

A outra pergunta é: um formato novo de negociação foi realizado recentemente, e aí eu gostaria de saber se, nesse formato, não se está burlando a Constituição Federal no sentido de acabar com a paridade do ativo e o inativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Como havíamos combinado, senão todos desejarão fazer perguntas, o Sérgio responderá em seguida. Nós vamos terminar e tirar uma foto. Depois ele explicará essas duas questões que você levantou, que é de interesse de todos.

Cíntia, por favor. Porque se uma mulher não terminar esta audiência pública, todos nós, homens, seremos xingados aqui.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Desculpe, Senador, pela interferência, seguirei o rito na próxima vez.

Só para lembrar nosso receio, que já foi mencionado tanto pelo Dr. João Domingos quanto pelo Secretário Lineu, pela experiência – e digo, não tenho experiência no movimento sindical, estou ingressando...

Antes, eu queria responder ao Daro. Daro, não só estou assinando um acordo, nós temos elementos de negociação que também estão na pauta que não envolvem reajuste, são outras questão da estrutura da carreira. Então, há, sim, um ambiente de negociação coletiva entre a minha carreira e o Ministério do Planejamento, e também inspirado pelo senhor dos milagres do dia de hoje.

Só meu receio em relação à notícia que foi veiculada na Agência Senado: o pouco que observei, nos países da América do Sul em que já está a negociação coletiva instaurada, questões como direito de greve, regulamentação sindical, organização sindical e negociação coletiva foram em leis apartadas justamente porque são elementos bastante conflituosos, tanto no Brasil como em outros países. Foram tratados com leis apartadas justamente para antecipar a questão da negociação coletiva.

Também quero lembrá-los que o relatório do Senador Douglas Cintra foi entregue na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional e, às 14h30, ele será lido. Então, é de suma importância. O Senador já lembrou, é de suma importância, e as pessoas que resistiram até aqui não caiam e sigam até a Comissão para acompanharmos a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem.

Deixe-me só fechar aqui o raciocínio, pessoal.

Entendo muito positiva a análise do *Jornal do Senado*. O que eles estão dizendo? Os servidores querem a regulamentação das três questões. Se vai ser apartado ou se vai ser tudo junto, para mim, o importante... Quem dera nós saíssemos daqui para outra sala e houvesse um documento lá garantindo o direito de greve pleno, a organização sindical – tomara, porque sonhar não é proibido ainda – e o direito de greve... Como nós sabemos, e tudo aqui já foi colocado com esse enfoque, há um projeto de antigreve, que nós vamos ter que

enfrentar. Há o projeto do Fonacate, que garante o direito de greve e ainda garante a organização sindical. E há o projeto do Senador Anastasia que todos concordamos que seja votado. Então, fiquem tranquilos, que as dificuldades serão enormes. (*Risos.*)

Não tenham nenhuma dúvida! O mais fácil vai ser aprovar o do Anastasia, que é um Parlamentar da oposição muito tranquilo, muito equilibrado a quem nós, que não somos de oposição, vamos nos somar.

Agora, para aprovar o direito de greve, o movimento que eu percebo lá é o de aprovar o projeto antigreve. Não é que nós queiramos. Isso é fato e é real.

Mas vamos fazer de tudo para derrubar o projeto antigreve e aprovar o projeto do direito de greve.

A organização sindical é o mínimo que todos nós queremos.

Estou fazendo esse raio X, porque o Jornal do Senado tentou interpretar o que nós gostaríamos.

Entre o que nós gostaríamos – e você foi muito feliz, Rita – e o que seria o ideal há uma distância. Vamos torcer que pelo menos fatiado, nós consigamos aprovar primeiro o da negociação coletiva, passando para o segundo combate. Vamos para o bom combate, que faremos como eu disse antes: eu pago para não entrar numa guerra, mas depois que entrei eu fico com a bandeira até o final.

Meus amigos, agradeço muito a presença de todos vocês. Foi uma excelente audiência pública. Vida longa aos servidores públicos municipais, estaduais e nacional!

Oxalá aprovemos com rapidez necessária, primeiro, a negociação coletiva, segundo, a organização sindical, que talvez seja a mais fácil, e, por último, o direito de greve. (*Palmas.*)

Um abraço a todos.

Está encerrada a audiência pública.

Convido todos para uma foto aqui na frente, pessoal.

(Iniciada às 8 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 51 minutos.)

ATA DA 99ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia três de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Dário Berger, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº167 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o tema: "As Condições de Trabalho dos Trabalhadores de Telemarketing". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Renata Coelho, Procuradora do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho - 10ª Região - PRT10; Valmira Luzia da Silva, Diretora de Finanças e Administração do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing da Cidade de São Paulo – SINTRATEL; Anderson Borja, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado do Ceará – SINTRATEL; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Liduína Marques, Secretária-Geral da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará – FETRACE; Stan Braz, Diretor Presidente Executivo do Sindicato das Empresas de Telemarketing e Marketing Direto do Estado de São Paulo – SINTELMARK; Maria Iara Martins Paiva, Diretora Executiva de Teleatendimento da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações – Fenattel; Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Vivian dos Santos Queiroz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região – SINTRATEL; Sandro Leal Alves, Gerente Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; Marcelo Proença, Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura a cabo e Telecomunicações – SINSTAL. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Geraldo Estevão Coan, dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal – SINTTEL/DF; Fagner Tavares, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Goiás – SINTTEL/GO; Sandra Helena Dias, Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Bahia – SINTTEL/BA; Ricardo Pereira, Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro – SINTTEL/RJ; Bruna Vasconcelos, Trabalhadora do Disque 100; Tatiana Rodrigues, Trabalhadora do Disque 100. O Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Dario Berger às onze horas e trinta e quatro minutos. O Senhor presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim às onze horas e quarenta e quatro minutos. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) encaminhar o Projeto de Lei entregue pelas entidades presentes para regulamentação da profissão. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Dario Berger e a Senadora Regina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 99ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 167, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater as condições de trabalho dos trabalhadores de *telemarketing*.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania. *Link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número: 0800 612211.

Nós temos aqui, pela orientação que eu recebi da Secretaria Geral, duas Mesas. Eu vou começar com os que estão presentes, os que não estiverem presentes ainda, ficarão para a segunda Mesa.

Então, na primeira Mesa, chamamos Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Seja bem-vinda, doutora. (*Palmas.*)

Chamamos Renata Coelho, Procuradora do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. (*Palmas.*)

Chamamos Valmira Luzia da Silva, Diretora de Finanças e Administração do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* da Cidade de São Paulo (Sintratel). (*Palmas.*)

Chamamos Anderson Borja, representante do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* do Estado do Ceará (Sintratel). (*Palmas.*)

Chamamos Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). (*Palmas.*)

E ainda, na primeira Mesa, Liduína Marques, Secretária-Geral da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará. (*Palmas.*)

Esta é a primeira Mesa, em seguida teremos uma segunda Mesa.

Sejam todos bem-vindos.

Como é de praxe, eu vou fazer uma breve introdução, para que quem a nós está assistindo pela TV Senado e pelo sistema de comunicação do Senado, ouvindo pela Rádio e tendo informação pela Agência Senado, saibam o motivo desta nossa audiência, nesta terça-feira, pela manhã.

Estamos hoje aqui, na audiência pública, para refletir sobre as questões enfrentadas pelos operadores de *telemarketing* em sua rotina de trabalho.

Entendemos toda a composição laboral, humana e profundamente digna de respeito e de reconhecimento, tendo em vista os riscos ocupacionais dessa atividade de operador de *telemarketing*.

É o papel desta Comissão debater com o empregado, empregadores, enfim, com o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, com todos aqueles que, de uma forma ou de outra, interagem nessa atividade.

O universo em análise engloba um total aproximado de 1,5 milhão de profissionais. O setor apresenta o mérito de abrir portas no mercado de trabalho de muita gente, uma vez que a maioria é composta por mulheres, jovens de primeiro emprego, já com o Ensino Médio completo ou concluindo em escola pública.

Em todo o Brasil, os direitos do *call center* garantem a esse contingente um emprego que dinamiza a própria economia. Cumpre-se destacar que apesar de todo o problema enfrentado diariamente pela categoria, os operadores de *telemarketing* arcam, não raramente, com difíceis condições de trabalho que preocupam a todos. Enfim, por essas razões, a atuação do operador de *telemarketing* exige proteção legal.

Aí temos diversas questões que serão levantadas aqui, não preciso relatar, por parte dos trabalhadores e dos próprios empreendedores. Sobre esse tema, portanto, queremos nos debruçar nesta audiência pública proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing*, de Campinas e região (Sintratel).

Sejam todos bem-vindos.

Eu pergunto se, nesta audiência pública, estão os representantes dos empregadores e dos trabalhadores? (*Pausa.*)

Nós colocamos aqui, na Mesa, por ordem de chegada. Todos irão falar, sem problema nenhum. Então, a primeira Mesa está composta, em seguida, teremos uma segunda Mesa, em que todos usarão a palavra também.

De imediato, passo a palavra à Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelo tempo de, no máximo – eu peço a todos, como são muitos que irão falar, – dez minutos. Quando chega no nono minuto a campainha toca, depois tem mais um minuto.

Por favor, Drª Odete, aqui à minha esquerda.

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Bom dia a todos; bom dia Senador Paulo Paim, é um prazer para mim estar participando desta audiência pública, tratando de um tema tão importante e tão urgente.

Bom, o Ministério do Trabalho, nos últimos anos, tem dado prioridade à fiscalização do teleatendimento. Hoje, a gente acredita que há por volta de 1,2 milhão trabalhadores, operadores de teleatendimento no País. E o que a gente tem verificado nas fiscalizações é uma recusa das empresas em atender o Anexo II da NR nº 17.

O Anexo II da NR nº 17 foi elaborado e publicado em 2007, uma norma que trata de questões desde jornada, pausas, até questões da organização do trabalho. As questões da organização trabalho são reiteradamente descumpridas pelas empresas.

Vou fazer um brevíssimo histórico, já que o nosso tempo é muito curto e temos muita informação para passar. Em Minas Gerais, a gente fez uma ação em 2010, e uma em 2013, duas ações grandes em uma grande empresa de teleatendimento, na época era a maior do País, e sempre o enfoque foi o Anexo II, da NR nº 17,

A ação de 2010 resultou na lavratura de quase 90 autos de infração. Quando nós voltamos, em 2013, o que a gente verificou – a gente esperava que várias coisas tivessem sido regularizadas, – infelizmente, que nada havia sido regularizado e, muito pelo contrário, a situação estava pior, a empresa estava mais rígida em relação a algumas questões da organização do trabalho, as quais a gente vai falar. E essa ação resultou na lavratura de 246 autos de infração.

Fizemos um relatório detalhado, na época, a respeito da forma de organização do trabalho na empresa e a consequência dessa forma, dessa gestão da empresa, que são os adoecimentos e o assédio moral. Isso a gente colocou em um relatório muito detalhado, com várias provas, várias entrevistas com os trabalhadores.

Logo após essa ação, foi feita uma ação nacional, já que se verificou que essas questões se repetiam em todos os Estados. Nessa ação nacional, a SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho), aqui em Brasília, criou um grupo para tratar a questão em nível nacional. Então, todos os Estados onde a empresa tinha trabalhadores, que eram sete Estados, foram abrangidos. E essa ação, que durou mais ou menos um ano, resultou na lavratura de mais de 800 autos de infração e uma interdição na maior unidade da empresa, que eu não sei se a gente vai ter tempo de falar disso, provavelmente não. Vou tentar dar foco no que mais interessa para a gente no momento.

O enfoque dessa fiscalização nacional, além do assédio moral, do adoecimento, da forma de gestão da empresa, foi a terceirização. A gente verificou – para além da questão de atividade-fim e atividade-meio, que está em discussão no TST – que há uma subordinação desses trabalhadores aos contratantes.

Então, foi verificado e está muito bem detalhado nos relatórios que a empresa funciona como uma intermediadora de mão-de-obra. Os contratantes definem a forma de contratação, a forma de desligamento, as metas e muitos outros pontos. Então, os autos foram feitos para os sete maiores contratantes, que foram quatro bancos e três empresas de telecomunicação.

A gente considera que esses problemas que vamos abordar são comuns ao setor. Por que a gente considera isso? Porque devido à demanda que chega até nós, denúncias de outras empresas, há outras fiscalizações em outras empresas, e a forma de organização do trabalho é a mesma adotada em todas as empresas e se repete. O que a gente vai falar aqui consideramos que se aplica ao setor.

Um dos problemas mais sérios que a gente vê é o não reconhecimento dos riscos pelos programas de saúde e segurança no trabalho. As empresas se negam a reconhecer os riscos e deixam de relacionar o adoecimento com o trabalho; então, não há emissão de CAT. E para as empresas há uma série de benefícios ao negar esses riscos.

A gente sabe que a atividade de telefonia, desde o princípio, tem apresentado problemas. A atividade é complexa por si só, tem uma demanda muito grande dos trabalhadores; demanda cognitiva e emocional muito grande. O trabalhador tem interações durante toda a sua jornada de trabalho, as mais diversas. Então, desde os primórdios, há estudos do início do século XX, de 1910, 1920, já mostrando a relação de adoecimento com o trabalho.

Imaginem hoje nessas condições... essa aqui é uma sala da empresa que foi interditada, é uma das salas, essa sala tem quase um mil PAs, quer dizer, quase um mil operadores trabalhando lado a lado. Esse é um dos grandes problemas das empresas de teleatendimento, das grandes empresas que são grandes ambientes de trabalho; e os problemas, na verdade, se agigantam.

É difícil controlar as condições ambientais de temperatura, de umidade, de qualidade do ar, e o ruído torna-se grande. É claro que o trabalho de todos é falando, é conversando; então, o ruído de fundo – há um limite previsto na norma – está sempre acima desse limite. E quando ele está acima desse limite, os trabalhadores têm que fazer um esforço vocal maior ainda, aumentando ainda mais o risco de problemas de voz, além de ter que aumentar o volume do *headset,* aumentando o risco de doenças auditivas. E o ruído, esse burburinho de fundo, a gente sabe que está relacionado ao aumento do estresse, aumentando ainda mais o risco de doenças psíquicas também.

Um dos maiores problemas que a gente vê nessas empresas é o controle ostensivo sobre o trabalho e os trabalhadores. Na verdade, a estrutura hierárquica das empresas é montada visando a isso. Há os operadores, os supervisores, cada supervisor é responsável por 15 a 20 trabalhadores, e, acima dos supervisores, os coordenadores, gerentes e auditores, que têm todos essa mesma função: controlar o trabalho dos trabalhadores, para ver se está saindo tudo conforme foi prescrito pela empresa.

Além disso, há a monitoria de qualidade, que é uma sala onde são ouvidas as ligações. A norma fala, o Anexo II fala que esse procedimento de escuta de ligações e de gravações só deve ser feita mediante o conhecimento do operador, isso não acontece, isso é reiteradamente autuado, as empresas não avisam aos trabalhadores quando isso vai ser feito.

Na verdade, como eu disse, há trabalhos, desde o início do século XX, falando desses problemas. Há um célebre trabalho de Le Guillant: "A neurose das telefonistas", que é de 60 anos atrás, que já fala desse controle

de idas ao banheiro, do tempo de ida ao banheiro somente de cinco minutos e de ter que pedir permissão – na época chamavam de controladores – para os trabalhadores irem ao banheiro.

A gente lembra também do trabalho de Foucault, no livro: "Vigiar e Punir", que é do filósofo francês Michel Foucault; fala que a medida em que as fábricas foram aumentando, o número de operários aumentando, foi necessária uma vigilância mais ostensiva. As empresas passaram a adotar uma vigilância mais ostensiva que passou a fazer parte do processo de produção das empresas. E é o que a gente verifica. É cobrada uma disciplina rigorosa e, segundo ele, a disciplina fabrica corpos submissos e necessitados, corpos dóceis, para se trabalhar exatamente como se planejou.

Há o trabalho: "A loucura do trabalho", de Christophe Dejours, em que um capítulo fala especificamente sobre o trabalho das telefonistas. É um trabalho de 1980 e fala desse controle que pode ser feito a qualquer momento. Então, isso causa um sofrimento muito grande. Ele fala que isso é explorado pelas empresas; no caso, chama de exploração do sofrimento. Isso é explorado e ele chama de uma violência do poder.

Então, eu estou falando isso só para mostrar que esses problemas existem há mais de um século e a gente não conseguiu, até hoje, dar conta deles, muito pelo contrário, o que a gente vê é, com o aparato tecnológico que se tem hoje, cada vez mais sofisticadas as formas de controle dos trabalhadores, só aumentando os problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Vou ter que pular algumas coisas.

O *script*, por exemplo, é cobrado estritamente como o planejado. Então, a gente viu advertências por causa do não seguir corretamente o roteiro de fraseologia. Então, não é só uma orientação, como as empresas nos falam. Ele é cobrado exatamente como é prescrito.

O sorriso na voz, que a gente achou que era uma força de expressão dos trabalhadores, mas isso é um relatório de auditoria da monitoria de qualidade, e o não cumprimento de cada itenzinho ali marcado faz o trabalhador perder pontos. Então, qual o erro cometido na condução do atendimento?

O segundo, a atendente não apresentou sorriso na voz; outras empresas falam energia na voz. Isso também é um risco, aumenta o risco de adoecimento das cordas vocais, porque faz com que haja uma entonação que não é natural. É preciso manter uma entonação que faz forçar mais ainda as cordas vocais.

A restrição para o uso do banheiro. Existe sim o controle, não é lenda, apesar das empresas falarem que o trabalhador pode sair a qualquer momento. Tanto é verdadeiro que se precisou colocar em uma norma regulamentadora que o trabalhador pode sair a qualquer momento do seu posto de trabalho para a satisfação das necessidades fisiológicas, sem qualquer tipo de prejuízo. Isso também já é uma coisa que a gente viu bem antiga e que ainda existe até hoje.

Eu vou ter que correr um pouco, ir lá para frente.

As medidas disciplinares também. A gente tem vários exemplos de aplicação de medidas disciplinares por atraso de um minuto, atrasos de dois minutos, uma advertência, atraso de um minuto e treze segundos, uma advertência. Essas aqui são empresas variadas.

O TST já reconheceu esse rigor que as empresas utilizam na aplicação de medidas disciplinares por motivos banais. As metas de remuneração variáveis, que também são utilizadas de forma que o trabalhador quase nunca consegue atingir.

O assédio moral que é isso tudo que a gente está falando, e que a norma prevê isso. É a única norma que fala sobre o assédio moral.

E vou finalizar falando isso aqui: no nosso trabalho a gente está conseguindo combater o adoecimento que existe no setor? Não. A resposta é não. Até hoje a gente não conseguiu. Então, temos vários desafios. A questão do combate à terceirização. A gente sabe do íntimo relacionamento da terceirização irregular com a precarização do trabalho, a falta do reconhecimento dos riscos pelas empresas e pelos programas de saúde e segurança, o não cumprimento do Anexo II da NR nº 17, e uma reavaliação urgente do NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário), que hoje, para a atividade de teleatendimento, reconhece que tem somente uma pequena faixa do osteomusculares, ainda ignora a questão do risco psicossocial e a questão do risco para doenças vocais, doenças auditivas, que são doenças já claramente relacionadas ao trabalho.

As repercussões da nossa ação. Não vai dar tempo de a gente falar da ação nacional com mais detalhes, e da interdição, mas no que resultou?

(Soa a campainha.)

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Posso só finalizar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui a gente é rígido, mas nem tanto. Pode complementar.

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Eu pulei várias coisas, mas sei que há várias pessoas para falar e, com certeza, coisas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode concluir tranquila.

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Bom, as repercussões da interdição. Eu falei que a gente fez a interdição na maior unidade da empresa, que contava com 14 mil trabalhadores. Fizemos um trabalho detalhado em relação à organização do trabalho, à presença de riscos, e detectamos a presença do risco grave e iminente e fizemos a interdição.

A empresa ficou parada por 36 horas, voltou a funcionar com uma liminar da Justiça do Trabalho, e depois até já saiu a sentença, infelizmente, também, contra a interdição. Eu gostaria muito de falar dos argumentos que foram utilizados. Não vou falar porque iria demandar muito tempo. Talvez em outra oportunidade.

Mas, dos argumentos que foram utilizados para suspender a interdição, infelizmente, não houve nenhum argumento técnico. O relatório de interdição tem 99 páginas, com vários argumentos, o porquê de estar sendo feita a interdição, nenhum argumento técnico foi questionado. Foram outros motivos que fizeram com que a interdição fosse suspensa.

Mas, apesar disso, a gente ainda conseguiu algumas coisas com essa ação. A AGU (Advocacia Geral da União), lá em Recife, entrou com uma ação regressiva em relação ao adoecimento especificamente nessa unidade que foi interditada. É a maior ação até hoje do País, referente a 330 benefícios. Nesses benefícios, que eu considero que foram um grande ganho para a gente, não se consideram só doenças osteomusculares, consideram-se doenças osteomusculares, doenças da voz e doenças psíquicas. Isso está em andamento.

A mesa de negociação está acontecendo em Brasília, com representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, para discutir o setor como um todo. Eu acho que está sendo muito válido. Houve várias reuniões e a gente está conseguindo avançar aos poucos, mas com muito debate de todos os lados e, com certeza, vai trazer também avanços para o setor.

E a gente fez também um encaminhamento para a Previdência Social. A SIT fez esse encaminhamento frente a todos os dados que temos nos relatórios, todos os dados que têm nos estudos científicos falando desses adoecimentos. Então, é interessante até vir a outros órgãos que caiam também na Previdência essa necessidade da avaliação do NTEP.

Bom, é isso. Tem mais coisa para falar, mas eu sei que há outras pessoas que têm coisas também muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas vai ter oportunidade também, na sequência.

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Eu agradeço, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, essa foi a Drª Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Agora, Drª Renata Coelho, Procuradora do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho, 10ª Região.

A SRª RENATA COELHO – Olá, bom dia a todos, bom dia Senador, mais uma vez é um prazer estar aqui falando sobre esse assunto. Nós temos hoje dois representantes de empresas – parece-me –, outros mais foram convidados, infelizmente, não nos deram a oportunidade de sermos ouvidas e também de ouvirmos o outro lado.

Não somos donos da verdade, somos pesquisadores, pessoas que trabalham, pesquisadores de vidas, não de números, e gostaríamos muito que as empresas se fizessem presentes para ouvir o que nós temos a dizer e, também, para que pudéssemos ouvir e, talvez, criar um canal de comunicação que se faça exitoso, porque até agora esse canal não existiu.

Até agora, a única comunicação com as empresas é inquérito, termo de ajuste de conduta, ação civil pública, indenização. E nisso, ano após ano, milhões de trabalhadores entram e saem das empresas de *telemarketing*.

As empresas de telemarketing, Senador, têm uma rotatividade extraordinária. Uma empresa que começa com quatro, cinco mil trabalhadores – e não chega nem a ser das maiores –, renova o seu quadro inteiro, às vezes, em menos de seis meses.

Então, nós não estamos falando aqui de 1,2 milhão de trabalhadores como um todo, estamos falando de 1,2 milhão de trabalhadores hoje, no dia de hoje, no dia 3 de novembro. Daqui a seis meses, nós teremos outro tanto milhão de trabalhadores. Porque estes vão embora, os 1,2 milhão que hoje estão, daqui a seis meses já são outros. É uma gama de trabalhadores sem igual.

Eu acho que não há setor no Brasil que se equipare ao índice de rotatividade das empresas de *telemarketing*. Essa rotatividade se dá por uma série de questões, mas se dá também por conta da forma de gestão que essas empresas imprimem. E se dá também porque o trabalhador não sobrevive mentalmente, fisicamente a essas empresas por mais de um, dois anos. Dificilmente, um operador de *telemarketing* fica três, quatro, cinco anos na função.

Ou seja, ele entra e não tem uma carreira, uma perspectiva de carreira. A perspectiva dele é o quê? Ser supervisor? É o máximo que ele consegue dentro daquela empresa? Ele não tem perspectiva de carreira, a jornada é reduzida, ele entra jovem, entra como uma forma de ajudar o custeio dos estudos; ou a mulher, às vezes, porque interessa uma jornada parcial para poder cuidar dos filhos.

Ele entra, fica um ano, dois anos, começa a ter problemas de infecção urinária, perda auditiva, perda de voz, não consegue dormir, trabalha dormindo. Há um operador de *telemarketing* que me disse que tem dois turnos, seis horas na empresa e as outras seis, de madrugada, a mãe dele fica escutando ele atender. Ele fala a noite toda, atende o telefone a noite toda.

Isso tudo é um fenômeno estudado por alguns desses estudos de psicólogos, de sociólogos, internacionais e nacionais. É um fenômeno brasileiro? Não é, é um fenômeno mundial. O adoecimento é um fenômeno brasileiro? Não é. A prática de gestão é nossa? Não é.

Então, nós temos, já desde a década de 50, como disse a Odete, estudos relatando o mal desse tipo de função. Nós temos casos de suicídio na França, e já relatados inclusive no Brasil, nessa função. Relacionados à vida da pessoa? Não, relacionados a essa função. Relacionados a uma fraqueza especial de certo tipo de pessoa? Não, relacionados a essa função.

Mas isso tudo não serviu ainda de abertura para um diálogo. Os números estão aí, os estudos estão aí, as pessoas estão aí para serem ouvidas, os órgãos estão aí trabalhando. O Ministério do Trabalho fez um trabalho espetacular, mais de 600, quase 800 autos de infração lavrados, interdição, relatórios contra os maiores empregadores deste Brasil: Vivo, Net, Sky, Bradesco, Itaú, todos com autos de infração lavrados.

Isso veio a público? Quantas pessoas ficaram sabendo que esse trabalho aconteceu? Por quê? Porque aqui nós estamos tratando de um tipo de violência que não é pontual, é o que nós chamamos de violência estrutural. É uma forma de gestão, é um segmento econômico que pratica, sim, formas de violência por meio do seu sistema.

Aqui, nós temos – se puder correr para mim – o que eu falei do trabalho que os órgãos vêm fazendo: Ministério do Trabalho, Ministério Público, PRT (Procuradoria Regional do Trabalho); as regiões são os locais. Por exemplo, 9ª Região é Paraná, 4ª Região é Rio Grande do Sul.

Desce o arquivo, por favor.

Esse aí é um arquivo de várias páginas, só das investigações em curso atualmente, com relação às empresas de *telemarketing*. São várias empresas, vejam ali os tomadores, Banco Santander, é um dos maiores contratantes; Vivo. Vários assuntos: meio ambiente e trabalho, desvirtuamento de mão de obra, fraude, assédio moral.

Pode descer.

A Telefônica... Essas empresas vão trocando de nome, vão sucedendo-se, incorporando-se. A Contax, por exemplo, já teve uma série de nomes: TNL Contax, Contax; a Telenorte, o nome é mais antigo; Correios. Isso tudo é dinheiro público. Por que isso tudo é dinheiro público, Senador? Porque são procuradores do trabalho do Brasil inteiro, servidores do Brasil inteiro, trabalhando em um volume gigantesco de inquéritos, de ações individuais e de ações coletivas.

Se você puder abrir, por favor, o outro arquivo para mim.

Esse é um arquivo das principais empresas de *telemarketing*. Olhem ali, termos de ajuste de conduta, quantos? Termos de ajuste de conduta, temos em Salvador, Rio de Janeiro, Niterói – pode ir descendo, – investigação, investigação, investigação. Olha isso, só empresas de *telemarketing* consumindo procuradores, servidores, juízes. Olha a imensidão de inquéritos, investigações, processos coletivos – essas aqui não são ações individuais, são coletivas.

Cada inquérito desse envolve milhares de trabalhadores, veja, não tem fim. Isso é o dinheiro público sendo consumido diariamente para se investigar empresas de *telemarketing*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual a quantidade de processos envolvendo pessoas?

A SRª RENATA COELHO – Nós temos hoje mais de 500 investigações só com relação à Contax. Todos os dias chegam denúncias, no Ministério Público do Trabalho, com relação às empresas de *telemarketing*.

Uma das últimas é a empresa contratada pela Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, a COL, que acaba de fechar a unidade de Brasília porque o Disque 100, da Presidência da República, agora vai funcionar na Bahia.

A COL, há cerca de um mês, mandou embora quase 400 empregados. Sem conversa com o sindicato, sem conversa com o Ministério Público, esse é o procedimento padrão. As empresas de *telemarketing,* com todo o respeito, e eu sei que vocês vieram aqui hoje para ouvir – estão de parabéns por isso, parece que não gerem vidas.

Se pudessem contratar robôs, o fariam. É que as tentativas até hoje de colocar um robô atendendo não deram muito certo. Se pudessem, o fariam. Porque tudo é tempo, tudo é sigla, tudo é vigiado, ele não pode olhar para o lado, ele não pode espirrar, tudo é advertência.

(Soa a campainha.)

A SRª RENATA COELHO – Advertência por se atrasar às vezes 30 segundos para o trabalho, por ficar um minuto a mais no banheiro. É um trabalho realmente enlouquecedor.

E quando eles resolvem fechar as portas, fecham as portas e anunciam: "estamos fechando". E, às vezes, em 36 horas, em 48 horas, desmontam todo um site, mudam para outro Estado, em alguns momentos, olvidando-se de obrigações que têm com o Ministério Público, com o sindicato local, sem conversa: "estão aqui suas rescisórias, tchau, até a próxima".

Ficam com os trabalhadores, às vezes, que treinam ou com alguns supervisores, pessoal de confiança, até que treinem o pessoal no novo local, e *bye bye* para os outros trabalhadores que, parece, não devem ter família para sustentar, não têm filho na escola, não têm conta para pagar, não precisam ser avisados com antecedência do que vai acontecer. Enfim, não são seres humanos a quem se deva a satisfação, são pessoas, são números que serviram para aquele momento e agora por um contrato, às vezes, mais lucrativo, não servem mais.

Sem nenhum tipo de indenização especial, as verbas trabalhistas são pagas, muitas vezes, a menor. Os termos de rescisão são chocantes, porque se procedem descontos que muitas vezes nem se sabe o porquê daquele desconto estar sendo feito. Metas, números, bancos de hora, que muitas vezes só existem no papel, o trabalhador trabalha, trabalha, trabalha, quando quer folgar não consegue.

Nós temos fotos de: "trabalhe o seu fim de semana e ganhe R$100". Então, esse tipo de coisa é praticada hoje dentro de empresas de *telemarketing*, não vou dizer que em todas, mas isso é hoje prática de gestão em muitas empresas.

Eu gostaria de saber hoje das empresas o que vocês pensam que fazem? Eu tenho muita curiosidade de saber disso, porque muitas vezes nós tentamos conversar e não conseguimos. Vem uma pessoa que não tem poder nenhum de negociação, vem um preposto que fala: "não tenho poderes para isso".

Não conseguimos ouvir as empresas de *telemarketing* nos atos que fazemos.

O Ministério Público, aliás, este mês, Senadores, está lançando um material informativo sobre trabalho em *telemarketing*, baseado em situações reais vividas pelos operadores de *telemarketing*.

Será que isso tudo é à toa? Será que existem estudos, desde a década de 50, para nada? Escolheram esse setor aleatoriamente? O Ministério Público do Trabalho escolheu esse setor como um dos seus focos de atuação, por quê? Porque o setor é problemático, existe um problema. Até quando as empresas vão negar que há um problema, que algo precisa ser feito?

A obtenção de lucro é legítima? É, nós vivemos em um sistema capitalista, ninguém é ingênuo de achar que uma empresa vai abrir e não vai querer lucro. Só que auferir lucro, transferindo todo o prejuízo para a sociedade? Vocês fazem parte da sociedade, os filhos de vocês fazem parte da sociedade, as esposas, as mães, a sociedade somos nós. Hoje, o lucro é auferido com prejuízo, o ônus vai para a sociedade.

O Ministério Público está desenvolvendo um sistema de cruzamento de dados com a Previdência Social, que vai ser lançado agora nos próximos dias, nos testes que nós fizemos, colocamos lá: adoecimentos no Brasil. Qual a empresa em que trabalhadores mais adoecem? Nós já conseguimos saber. Será que é uma empresa de *telemarketing?* Pode apostar.

É a construção civil? Não é. A mídia faz parecer que é. A mídia faz parecer que o Brasil é campeão de acidentes de trabalho, de adoecimentos, por causa da construção civil, por causa dos eletricistas.

Mas o Brasil hoje é campeão em adoecimentos do trabalho, e a grande campeã é uma empresa de *telemarketing*. Quem está pagando isso, Senador? Nós. Quem está pagando o salário dos servidores, juízes e procuradores com centenas de investigações Brasil afora? Nós, com as centenas de ações individuais que ingressam na Justiça do Trabalho todos os dias. Nós estamos pagando, vocês também que pagam impostos.

Eu gostaria de saber isso: O que vocês pensam que fazem? Estou aqui para ouvi-los e gostaria de me colocar à disposição, desde já, para conversarmos com as empresas de *telemarketing*, temos que conversar com os tomadores que contratam também empresas de *telemarketing* e que impõem sim...

(Soa a campainha.)

A SRª RENATA COELHO – ...práticas de gestão bastante abusivas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto, Doutora.

A SRª RENATA COELHO – Mas todo contrato não existe sem as duas partes. Então, se os tomadores impõem, de outro lado há empresas que aceitam a imposição. Ninguém aí pode dizer: "Não, faço porque sou obrigado. Faço porque senão não existo. Mudo de lugar, porque se não lá naquele lugar eu vou ter prejuízo".

Todo contrato requer, no mínimo, duas partes. Se uma empresa decide fechar em São Paulo para abrir no Acre, ela não faz isso só por uma imposição de mercado, ela faz isso porque aceitou certas condições para trabalhar no Acre.

Estou à disposição, desde já, para conversarmos. Mais uma vez, foi um prazer estar aqui com vocês, estou à disposição de todos trabalhadores também para ouvi-los, porque, como eu já disse, esse é um setor crítico para o Ministério Público do Trabalho, as empresas contam com a nossa desorganização. Quero fazer aqui a mea-culpa do Ministério Público do Trabalho também.

Isso tudo que vocês veem é desorganização também. Essas empresas vão mudando de lugar, vão abrindo filiais, nós vamos recebendo denúncias, instaurando novas investigações, sem que ainda consigamos mapear, o Brasil é muito grande. Temos procurador de Norte a Sul, sem que consigamos, às vezes, mapear que existem dois procuradores investigando exatamente a mesma empresa pela mesma coisa.

E posso assegurar a vocês que isso vai acabar. Foi feita uma reunião, há 15 dias atrás, a Odete esteve conosco. Isso vai acabar. O Ministério Público do Trabalho tem agora eleito, por bandeira, esse setor. E vocês não vão mais poder contar com a nossa desorganização.

Nós vamos ter uma ação nacional com foco e vamos fazer uma varredura nesse setor, de Norte a Sul do Brasil. Então, o momento para conversar é esse.

Muito obrigada a vocês pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Renata Coelho, Procuradora Regional do Trabalho da 10ª Região.

Drª Renata falou 15 minutos, Drª Odete falou 14. Então, ficou dentro do limite.

O meu limite são dez minutos, com mais um, no máximo 15 minutos. Então, ficou dentro do limite.

Passamos a palavra agora à Diretora de Finanças e Administração do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* da Cidade de São Paulo (Sintratel), a líder Valmira Luzia da Silva. O apelo é para que, se puder, fique nos dez minutos.

A SRª VALMIRA LUZIA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Eu quero agradecer aqui o convite em nome de toda a diretoria do Sintratel. E, aí, Senador, nós trouxemos para V. Exª dois materiais que demonstram o empenho do Sindicato, não só do Sintratel mas de todo o movimento sindical na defesa dos interesses da nossa categoria.

Então, está aqui um estudo da Faculdade de Saúde Pública sobre a voz e um material discutindo a importância da participação das mulheres no trabalho, acompanhado pela campanha que nós estamos realizando pelo fim da violência contra as mulheres no trabalho.

Na verdade, o Sintratel há 25 anos tem desenvolvido esse trabalho. Destacamos esses três momentos que são muito importantes para permear a nossa fala.

Esse primeiro material traz um estudo que nós desenvolvemos, durante mais de dez anos, sobre o adoecimento precoce no trabalho, ao lado da Faculdade de Saúde Pública, pelo Dr. Herval Pina, que é um estudioso de São Paulo e um dos mais renomados que nós conhecemos nessa área de saúde no trabalho, buscando debater e comprovar a importância da participação das mulheres nesse setor, porque, afinal de contas, somos uma maioria de 70%, comprovadamente, em todo o País.

E por que o Sintratel insiste tanto nesses dois pontos? Porque nós consideramos que não é à toa que essa população do *telemarketing* tem sofrido essa série de questões e problemas, aqui muito bem colocados pelo Ministério Público e pelo Ministério do Trabalho. Imaginem um setor formado por afrodescendentes, jovens e mulheres? A mesma população que, durante todo o período do nosso capitalismo no País, tem sido explorada e degradada no trabalho.

Portanto, nós precisamos discutir não só o que vem ocorrendo no setor de *telemarketing* mas também o fato de, historicamente, desde o início do capitalismo no nosso País, os jovens, as mulheres e os afrodescendentes terem sido tratados como trabalhadores de segunda classe, com os menores salários, as piores condições e enfrentando as piores agruras para garantir condições mínimas. Um exemplo disso é o fato de que foram as mulheres que garantiram com muita luta a regulamentação do trabalho na juventude no início do século 20. Isso é uma comprovação do que estamos colocando.

Então, precisamos discutir aqui como é que, juntos, realmente de maneira tripartite, nós vamos findar o sofrimento dessa população no trabalho. Porque, muito bem colocado aqui tanto pelo Ministério Público quanto pelo Ministério do Trabalho, nós recebemos realmente os menores salários, adoecemos como mão de obra descartável, mesmo quando nós migramos de uma empresa para outra. Há alguns colegas nossos que

estão há dez anos no *telemarketing,* mas dois anos em média, um ano no máximo, de um a dois anos, em uma determinada empresa. Então, o sujeito sai da Contax, vai para a Atento, depois vai para a Call, depois ele vai para a Tivit, ele migra como se fosse um nômade dentro do mesmo setor, buscando uma remuneração variável melhor, buscando uma condição de trabalho um pouco mais razoável, e sem muito sucesso. E, aí, eu acho importante que façamos aqui um exercício, inclusive como eu coloquei – Estado, sindicato laboral e sindicato patronal – no sentido de saber quais seriam as formas de garantir para essa população as condições mínimas de decência no trabalho, como, por exemplo, a garantia da aplicação da NR 17, que findaria essa maximização do controle, esse adoecimento precoce que hoje é desregulamentado principalmente pelos tomadores de serviço, sim.

De fato, os tomadores de serviço exigem um controle e, infelizmente, as empresas acabam concordando com isso. Então, deflacionam e confundem o que consideramos como legítimo direito à comissão; garantem ali não a comissão e sim remunerações estranhas, que eles consideram variáveis. Então, eles deflacionam a minha renda, se eu for mais que uma vez ao *toilette*, ou se eu levar o meu filho mais que uma vez a um médico, o que é uma contradição, considerando que esses trabalhadores são formados por mulheres, em sua maioria mães, arrimos de família, jovens em idade escolar, e que, como bem colocado aqui, adoecem precocemente.

É necessário que façamos esse exercício. Nós temos que manter, inclusive, fóruns de discussão e de estudos científicos para comprovar, definitivamente, que não é o setor que adoece e, sim, as práticas nocivas de um grupo social ainda existente dentro deste setor que degrada o trabalho da juventude, o trabalho das mulheres. E ao invés de gerar renda, gerar oportunidade como de início se imaginou, acaba gerando o inverso, ônus para a sociedade, ônus para uma categoria que acaba saindo do trabalho precocemente, não é isso? Aleijada, do ponto social, porque nunca mais o sujeito vai ser o mesmo. Mesmo que ele mude de profissão, vai para outra profissão adoecido, com LER, com estresse, com toda sorte de problemas que ele sofreu nos anos em que permaneceu no *telemarketing*.

Então, é um aleijamento social de uma camada da população que, historicamente, já vem passando por isso. Passamos por isso no início da industrialização, passamos por isso em meados do século quando, bem colocado aqui, as telefonistas foram degradadas e parcela da nossa população estava no trabalho informal.

Na lei para inserção da juventude no trabalho, do jovem aprendiz, em nosso entendimento, aqui do Sintratel, é feita uma releitura negativa, em que os jovens não têm o trabalho como um direito e sim como um dever, o que é, em nosso entendimento, negativo, porque é na juventude que se forma para o trabalho e, portanto, o trabalho não pode ser um dever para a juventude e, sim, uma oportunidade, considerando que a educação e o lazer também são necessidades da juventude.

Então, nós precisamos fazer essa releitura, garantir a implementação desses fóruns e junto com o Estado, junto com o setor que tem responsabilidade social, sejam os tomadores ou sejam os prestadores de serviço, garantir a mudança desse estado de coisas.

O sindicato possui objetivos concretos que são promover mudanças sociais e o Sintratel não vai abrir mão disso. Portanto, vai continuar aqui realizando esses movimentos, só que é importante que realize junto com as demais entidades e, também, ao lado do Estado e, claro, exigindo que o setor cumpra e garanta a sua responsabilidade social.

É isso, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Valmira Luzia da Silva, Diretora de Finanças e Administração do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* da Cidade de São Paulo (Sintratel).

Passamos a palavra agora para Anderson Borja, representante do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* do Estado do Ceará.

O SR. ANDERSON BORJA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Valmira foi excelente, ficou em nove minutos.

A SRª VALMIRA LUZIA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Bati a minha meta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi perfeita.

O SR. ANDERSON BORJA – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senador; bom dia a todos os trabalhadores e trabalhadoras; bom dia às empresas que vieram.

Quero agradecer aqui o espaço de debate, porque eu acho que a gente precisa construir, de fato, de maneira tripartite, esse crescimento, porque aqui os sindicatos não têm em mente só fazer com que a nossa categoria cresça, a gente tem em mente que regulando a categoria de *telemarketing*, o setor de telemarketing, não só os trabalhadores vão ter ganhos com isso, mas as empresas também vão ter, e é preciso que as empre-

sas percebam que nós temos a visualização de que todo o setor deve crescer e nós, trabalhadores, precisamos crescer com isso. Não só financeiramente, mas, também, em condições de trabalho, em condições de dignidade.

A doutora estava falando em diversas condições que são colocadas, a questão do assédio moral, que é coisa que a gente sofre todos os dias. Falo como operador de *telemarketing* que já passou por diversas empresas. Venho de uma época em que o telemarketing era a profissão do futuro, na qual se iria ganhar muito dinheiro com isso, para a qual tínhamos de fazer cursos, pagava-se muito caro por esses cursos na promessa de que era a profissão do futuro.

Hoje em dia a gente vê que é uma função precarizada, a qual, em geral, é o primeiro emprego, e diferente de pouco tempo atrás, não é um emprego de passagem. Como a companheira já falou, você sai de uma empresa e vai para outra, você sai de outra empresa e vai para outra e para outra e para outra. E esse jovem acaba precarizado.

Hoje em dia, os *call centers*, as centrais de atendimento são verdadeiras fábricas de mutilados, de adoecimento.

Uma coisa que o Ministério do Trabalho falou é a questão do NTEP, (Nexo Causal da Doença Laboral). Hoje em dia nós temos adoecimento psicológico bastante significativo nessa categoria, e, então, quando o trabalhador já não consegue mais trabalhar, a gente envia.... Porque a empresa dificilmente abre um comunicado de acidente de trabalho ou algo do tipo, a gente envia para o INSS e lá eles não fazem o nexo causal disso. O operador fica como uma doença qualquer e volta a trabalhar novamente e adoece mais ainda. Isso quando há um médico que tem a coragem de assinar esse comunicado de acidente de trabalho, inclusive porque não tem o nexo causal com a categoria, ainda.

Então, são condições de trabalho que a gente precisa analisar e modificar de uma maneira que possa trazer um trabalho saudável para o trabalhador, rentável para ele também, e rentável, por consequência, para a empresa.

As empresas em geral chegam no Município – pelo menos é o que acontece lá no Ceará –, há a redução dos impostos, recebem já redução dos impostos, e, então, adoece um monte de gente. Esse pessoal vai para o INSS, a gente paga novamente, a gente paga com a redução do imposto, a gente paga com o INSS, a gente paga com a Justiça do Trabalho, paga com o Ministério Público, quer dizer, o Estado, os cidadãos brasileiros estão, de diversas formas, sendo prejudicados por um emprego que é precário.

Ontem, eu tive a felicidade de conhecer uma empresária que era dona de uma empresa terceirizada, e eu acho que o grande problema também é a terceirização. Ela prestava serviço para uma empresa de telefonia. Ela colocava para a gente que se um operador de *telemarketing* cometesse um erro, ela pagava cinco vezes mais, era 500% o valor do erro que ele cometeu, e, de alguma forma, isso era descontado do trabalhador. Ou seja, o trabalhador não ficava lá por mais de três meses, e ela estava pensando em fechar essa empresa, porque o tomador de serviço dela cobrava dela e ela cobrava do trabalhador, e o trabalhador não aguentava e saia.

Em geral, a gente diz que o operador de *telemarketing* tem duas alegrias: uma é quando entra na empresa e a outra é quando sai, porque muitas vezes ele é explorado a um ponto tão grande que precisa pedir as contas para poder procurar uma nova vida em outro local. Isso é alarmante!

As pessoas procuram a gente no sindicato para ver o que podemos fazer, e não há muito o que fazer. As empresas têm o direito de demitir ou não, mas não têm o direito de tratar como tratam, impedindo de ir ao banheiro, com assédio moral constante, uma fiscalização imensa em cima, dando justa causa inclusive sem motivo plausível, dando advertência, fazendo uma pressão psicológica de uma forma que as pessoas, em passar em frente ao local de trabalho, já começam a chorar. O que eu conheço de gente que tem síndrome do pânico só de passar em frente a uma empresa de *telemarketing* em que já trabalhou! São inúmeros os casos que nós acompanhamos diariamente no sindicato, e precisamos fazer com que isso mude.

Se, de repente, em algum núcleo, em alguma empresa, os trabalhadores não compactuam com isso e resolvem ir à luta, a empresa muda uma tal de uma chave e o atendimento é feito por outro Estado. Eu acho que quanto a isso a gente precisa verificar como vai fazer.

Eu acho que é necessário... Nós do Sintratel-Ceará achamos que é necessária, sim, a regulamentação da categoria. Achamos que é necessário um piso nacional para a categoria, porque... (*Palmas.*)

...se hoje eu faço uma luta lá em Campinas, como foi feito pelos companheiros do Sintratel de Campinas... foi feita uma luta lá e conseguiram melhores condições de trabalho, mas a empresa está se mudando para o Ceará, para o Acre, para um canto onde haja menos impostos, um novo exército de trabalho, novos trabalhadores que não saibam inteiramente dos seus direitos. Hoje a NR-17 não é respeitada minimamente; e a NR-17 é só norma, não é lei. Há muitos que colocam isso para a gente.

Então, nós achamos que é preciso a regulamentação da categoria, um piso nacional da categoria, e é preciso que a gente continue a avaliação de como essa categoria se tem organizado e como ela vai se organi-

zar, porque o intuito dos trabalhadores não é fechar empresas, não é fazer com que as empresas não tenham lucro, mas a gente precisa ter parte nesse crescimento.

O setor de *telemarketing* é um dos que mais cresce no País, e pelo menos lá no Ceará, a gente ainda não viu a crise chegar, pelo contrário, há contratações, há abertura de novas empresas. Esse mês chegou uma empresa lá com 1539 contratações. Esse setor não está ruim, não há crise nesse setor. Então, a gente precisa, enquanto trabalhador, crescer junto com o setor. Nós cansamos de ser explorados, cansamos de sofrer assédio moral, cansamos de não ser enxergados. Nós precisamos ser enxergados!

Queria parabenizar o Ministério Público, que vai colocar essa categoria, e nós precisamos há muito tempo desse novo olhar, porque é uma categoria.... Aqui se diz que é mais de 1300 ou 1,3 milhão de trabalhadores, mas é muito mais, doutora, porque eles assinam carteira como agente, assinam carteira como cobrador, quer dizer, não aparecem em dados oficiais. O que há de outros setores que colocam como vendedor o que é um operador de *telemarketing*, e, então, ele perde esse direito do nexo causal, porque ele adoece, vai para lá, e um vendedor não vai ter problema de digitação. Então, precisamos regulamentar, de fato, e ter um estudo maior em relação a essa categoria.

Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim, que já esteve em outras oportunidades junto da categoria. Foi lá no Ceará, fez um debate sobre a terceirização,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON BORJA – ...colocou essa questão do uso de operadores de *telemarketing,* e quero dizer que o Sintratel-Ceará se predispõe a estar sempre junto, a colaborar em todos os âmbitos que forem necessários para que a gente possa mudar essas condições de um setor que a cada dia cresce mais, mas também que explora mais os seus trabalhadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Anderson Borges, que falou pelos trabalhadores de *telemarketing* do Ceará, dando exemplos do que vem acontecendo, e ficou exatamente em 9min e 52seg. Isso é que é precisão.

Eu quero ver agora. Por que eu falei dessa precisão? Agora é o Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, em particular ao meu companheiro e amigo Senador Paulo Paim. Eu não canso de falar, sinceramente – eu faço todos esses registros, para que isso possa acontecer enquanto houver necessidade de luta em defesa dos trabalhadores –, desse companheiro. Eu estou com 43 anos de luta, 63 de idade, e não conheço parlamentar no nosso País que abra um espaço para a classe operária e para os trabalhadores como o Senador Paulo Paim.

Se vai falar sobre a questão do racismo, está lá o companheiro Paulo Paim; vai falar sobre a questão da mulher, está lá o companheiro Paulo Paim; dos aposentados, está lá o companheiro Paulo Paim; dos trabalhadores em geral, está lá o companheiro Paulo Paim. O gabinete dele é o nosso *bunker*, não deixa de receber nenhum trabalhador, não discrimina absolutamente nenhuma tendência do movimento sindical, porque visa ao coletivo, ao conjunto. Por isso, eu agradeço profundamente pelo senhor estar aqui, estar existindo junto conosco nesses anos todos que a gente tem trabalhado junto, e se precisar da gente na próxima eleição, nós estamos aí para ajudá-lo, porque precisamos de gente desse tipo aqui.

Uma salva de palma para o nosso querido Senador. (*Palmas.*)

Cadê a Senadora Regina Sousa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Regina Sousa. É uma guerreira. (*Palmas.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Obrigado por ter lembrado.

Bom, companheiros, primeiro eu queria começar dizendo que essa categoria deixou de ser esquecida, já vou começar por aí, e vou dizer por causa da outra audiência que teve, que eu fiquei muito impressionado com as denúncias sinceras que a Drª Renata Coelho colocou aqui para nós, que saiu até no Fantástico, acho que foi colocando a realidade, e no mesmo caminho está indo a Drª Odete, do Ministério do Trabalho, da maneira que colocou a questão.

Senhores, o diagnóstico está feito e não há ninguém melhor para fazer diagnóstico da situação desses trabalhadores que os próprios trabalhadores. Não existe mentira, existe constatação do fato e da exploração. Tentaram – e eu digo o empresariado – durante todo esse tempo colocar essa categoria como categoria de terceira classe, sem direitos, só com obrigações e deveres, sem poder usar a toalete direito, assédio moral para tudo quanto é lado, quase um regime de escravidão, quase. Além disso, alguém riu aqui na hora em que ela falou, a Drª Renata, que a pessoa, à noite, fala. Quem ri pode engolir o riso, porque isso é verdade, não é conversa

mole, isso aqui não é brincadeira, isso aqui é um caso sério! Uma pessoa que passa a noite em vez de dormir e descansar, brigando contra o patrão dormindo, realmente é para vocês começarem a pensar o que significa isso.

Mas eu tenho fé na luta, eu tenho fé muito nessa batalha, nessa luta, com legisladores como esse aqui, o Senador Paulo Paim, com trabalhadores como vocês. É a segunda vez que, por exemplo – não posso falar dos outros –, eu vi o Sindicato dos Trabalhadores de *Telemarketing* de Campinas e região vir aqui correndo atrás do prejuízo, trazendo seus trabalhadores. Não dá para trazer todo mundo, porque o custo é inestimável, não dá, não há como, mas trazendo seus principais dirigentes para estarem presentes aqui e darem a sua contribuição, e, no final, eu vou dizer qual a contribuição decisiva, que, na minha opinião, foi feita por eles.

Agora, está uma jogada muito esquisita. O Governo Federal já entrou ali com aquela questão do PPE (Programa de Proteção ao Emprego), que, na minha opinião, não protege emprego nenhum, é só você ver as demissões que estão aí, mais de um milhão e tanto que está pegando no breu. A 664 e a 665, que foram empurradas goela abaixo, tiram direito dos trabalhadores, como seguro-desemprego, como a pensão das viúvas, como uma série de dados, de elementos que estão sendo colocados e tirando direitos do trabalhador. Sem contar essa questão das taxas de juros, que são as maiores taxas de juros do mundo, que estão fechando empresas, demitido trabalhadores e transferindo, para fora do Brasil, como foi o ano passado, 311 bilhões para os bancos, particularmente os bancos internacionais. Este ano foram 338, só até o mês de agosto, bilhões que foram para lá. Então, essa enxovalhada de política neoliberal está tirando os direitos dos trabalhadores.

E há aí outra questão que eu queria dizer para os Senhores, essa questão da terceirização. A questão da terceirização, o *lobby* está feito aqui dentro, Senador, a barra está muito pesada. Queria aproveitar e pedir para vocês lerem o programa político elaborado pelo PMDB. Leiam. Ali é a síntese de retirada de direitos dos trabalhadores. É a síntese, sem exagero. O negociado sobre o legislado. A questão da aposentadoria, idade mínima de 65 anos e vai por aí afora. Esse partido que está no governo também segue a mesma linha do Governo Federal, da Dilma, do PT, de tirar direitos dos nossos trabalhadores.

Mas há resistência, porque há trabalhadores aos milhões pelas ruas que, dentro em breve, entrarão em ação para defender a sua vida, o seu trabalho, o seu País e o desenvolvimento nacional.

Então, meus queridos companheiros, essa ação que está sendo colocada desde 1º de janeiro deste ano, lei atrás de lei contra a gente, contra os trabalhadores, agora está sendo sintetizada nesse programa a que eu me referi agora há pouco.

Mas eu queria dizer para os trabalhadores de *telemarketing* e para as trabalhadoras, para aqueles que estão trabalhando e aqueles que foram demitidos, aqui de Brasília, particularmente.... Estão as companheiras ali, foram 400, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Vão ser 600, não é isso que você está dizendo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Vejam vocês onde chega o quadro da situação. Não sou eu que estou dizendo, não é dado meu, é dado de quem trabalha lá. Mas eu quero dizer que vocês têm aqui na gente, na Central Geral dos Trabalhadores, quem os defenda.

Acho que não bastam apenas as leis. Acho que é importante se organizar também e parar as empresas com firmeza, como aconteceu lá do Sintratel-Campinas. Eu acredito, companheiros, sinceramente, que deve ter tido lá umas 2500, 2600 pessoas – não é, Vivian? – Que pararam, a maioria mulheres. E vocês precisam ver o que essas mulheres falaram no microfone. Eu estava lá, eu fui ser solidário à greve das companheiras e dos companheiros, e ali você via o patrão tremer na base, porque era uma energia muito forte daquelas trabalhadoras, daqueles trabalhadores, que não deram moleza e não aguentavam mais aquela situação de desespero, de exploração, de serem tangidos como gado. Eu vi lá as denúncias, até fazia fila no microfone para que as pessoas pudessem falar sem medo de serem mandadas embora, mas não aguentavam mais e colocavam as suas denúncias concretas.

Por isso eu considero fundamental, decisivo que essa categoria tenha um piso nacional. (*Palmas.*)

Sabe por quê? Não é porque eu quero, é porque se você consegue um piso nacional como lei, você impede o arrocho nessas empresas pelos Estados afora, pelas cidades do interior afora, pelo nosso Nordeste – porque eu sou baiano – e vários lugares por aí. Eles jogam para fazer o quê? Para achatar o salário dos trabalhadores. Eles jogam para quê? Para minimizar e tirar o couro o máximo que podem. Essa é a verdade. Pessoas que tenham essa doença que aquela senhora falou, de esforço repetitivo, já sentiram essa dor. Quem não é dessa categoria, perguntem para quem teve, que dor é essa. Como se pega a infecção? Sabem por que pega infecção urinária? É porque não podem ir ao banheiro no tempo certo, são impedidos de fazerem as suas ne-

cessidades naquele momento, e precisam ser respeitados nisso, porque se não forem respeitados vão ter muita paralisação por este Brasil afora.

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Muitos trabalhadores estão sendo conscientizados dessa luta e nós não vamos permitir... Particularmente a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil vai estar *pari passu* irmanada com a federação, irmanada com os sindicatos, irmanada com todos vocês para impedir essa falcatrua, essa tentativa de colocar pessoas como terceira classe. A gente tem que acabar com isso, porque, se acabar, muito mais gente vai viver; os patrões vão se dar muito melhor porque os trabalhadores vão ter gosto de trabalhar no seu local de trabalho, dentro da empresa.

O cara falou um negócio legal aqui, o companheiro Anderson, verdadeiro, que são duas alegrias: na hora que entra, porque não está sabendo como é a real lá dentro, e na hora que sai, porque – vixe Maria! – não aguenta mais aquela situação.

Então, senhoras e senhores, nós estamos aqui – além de travar essa luta na greve, no Parlamento – discutindo. Sob o comando do Senador Paulo Paim, nós vamos protocolar, aqui no Senado, na Comissão de Direitos Humanos, um projeto de lei que defende os trabalhadores e as trabalhadoras de *telemarketing*. (*Palmas.*)

E vamos precisar.... Nós vamos protocolar! E eu peço a Deus.... Vou até avisar a ele aqui, o nosso chefe maior aqui.... Eu chamo de chefe porque já tem um mandato de muitos anos de Parlamento, sempre em defesa da gente. Eu gostaria que ele fosse o Relator dessa matéria, porque se ele for o Relator, o relatório vai ser da hora. Vai ser um relatório nosso, da verdade, dos fatos, e não da mentira, da embromação e do engodo.

Por isso, eu peço, Senador, se o senhor puder, eu sei que o senhor não é pusilânime, não é parcial, é uma pessoa que vai ver a verdade, é isso que a gente quer e mais nada, nós não queremos mais nada. Pode vir aqui quem quiser falar que é tudo mentira o que foi falado aqui, porque a gente demonstra com fatos, não é com gogó, com...

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ...conversa fiada, com palavra que os ventos levam, mas com os fatos.

Por isso, eu queria dizer, terminando aqui a minha intervenção, que vamos fazer esse protocolo do nosso projeto de lei, mas não vamos nos bastar só com o projeto de lei. Eu sei que é sacrificante, Vivian, trazer aqui 10, 15, 20 trabalhadores de lá de São Paulo para cá, mas é preciso. Em cada momento, na hora em que estiver rolando a discussão aqui, o Paim melhor que ninguém sabe que se não tiver a pressão pesada do povo... combinar com os outros sindicatos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ...exatamente, trazer todo mundo de tudo quanto é lugar, porque o projeto vai ser um projeto de benefício desses trabalhadores e trabalhadoras.

Encerrando a minha parte aqui, pode contar conosco, vamos protocolar, vamos vir mais vezes aqui, vamos nos articular, pedir apoio...

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ...nossos locais, para que a gente possa vir aqui. Vai para a Comissão? Vamos para a Comissão. Vai para o plenário? Vamos para o plenário. Vamos conversar com os líderes? Vamos conversar com os líderes. Enquanto isso, a mobilização.

Eu acho que a gente deve se preparar, quando começar a tramitar aqui, que for para a primeira Comissão, que eu não sei qual vai ser, a de Direito Humanos, a gente entope isso aqui, porque, então, é discussão de projeto, não é audiência pública. Audiência pública é muito importante para dar consciência para o problema, mas a gente poder trazer todo mundo para cá, de todos os Estados, para que a gente consiga, definitivamente, dar voz e direitos a essa categoria tão sofrida, mas maravilhosa, que é a *telemarketing*.

Muito obrigado e desculpe passar do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Respondendo de forma direta, Presidente Bira, informaram-me que vocês poderão protocolar esse projeto até hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos. Vocês protocolando, eu assumo a relatoria, já posso dizer que aceitei aqui a tua provocação positiva... (*Palmas.*)

...assumo a relatoria e ele será votado em primeiro lugar aqui, e, claro que antes da votação, nós faremos outra audiência pública onde apresentarei o relatório à sociedade civil, principalmente às entidades, todas as centrais, confederações. Se houver a concordância, ele vai a voto na semana seguinte.

O SR. ANDERSON BORJA – Senador, eu queria só registrar que nós, do Sintratel-Ceará, estivemos em conversa também com os outros sindicatos, também o de Pernambuco, com a Vivian, e a gente construiu uma pauta para poder fazer esse protocolo hoje e será feito. Associamo-nos a isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Passamos a palavra agora à Secretaria-Geral da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará, à líder Liduína Marques.

Depois, vamos para a segunda Mesa. Já chegaram os representantes de outras centrais.

A SRª LIDUÍNA MARQUES – Bom dia a todos e todas. Quero parabenizar a Mesa na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, esse companheiro que realmente veste a camisa do trabalhador. E a nossa federação só tem que agradecer o espaço dado para nós sindicalistas, porque hoje, graças a Deus, nós já conquistamos o espaço de estarmos no Senado, nas audiências públicas; antes era muito difícil.

Onde era que a gente via o movimento sindical numa mesa, no Senado ou em outra parte? Eu parabenizo também aqui o Ministério do Trabalho e o Ministério Público pelos dados que foram apresentados da precarização da categoria de *telemarketing*.

Sabemos que os trabalhadores de *telemarketing* são jovens, 90% são jovens, jovens de 18 a 22 anos que adoecem muito rápido, muito cedo, ficando impossibilitados de irem para outra profissão, porque vão muito cedo ficar com o auxílio-doença, INSS.

Falo em nome da nossa federação, dos trabalhadores do comércio e serviço do Ceará. O sindicato Sintratel do Ceará é nosso filiado. Hoje na nossa federação há 25 sindicatos filiados de comércio e serviço, e é a categoria em que a gente vê mais a necessidade de ajuda dos políticos, tanto no comércio quanto no serviço, principalmente no serviço, que é a classe mais precarizada. Falo aqui também em nome do Sindicato dos Cabeleireiros de Fortaleza, de que sou presidente, e também estou aqui representando a nossa federação.

O Anderson já fez toda a história de como é essa profissão da categoria dele, por ele entender mais. E quero dizer que a federação está aqui para dar todo apoio que vocês necessitarem.

Minha fala aqui vai ser rápida, porque já foi falado tudo sobre *telemarketing*. Agora, uma coisa que eu acho muito importante também é o piso nacional,... (*Palmas.*) ...que foi falado pelo companheiro Anderson. É muito importante, porque se tiver o piso nacional, vai melhorar muito a categoria de vocês, que é do *telemarketing*, e também, gente, vamos fazer mais movimento. Anderson, lá no Ceará já teve audiência, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LIDUÍNA MARQUES – Pois é, a gente da federação não teve a participação. Mas vamos levar, vamos fazer audiência pública lá também, vamos chamar todas as categorias, para que, juntos, possamos fazer a defesa contra essa precarização do setor de *telemarketing*.

Quando a gente faz uma audiência pública e convida a empresa, não é só no *telemarketing,* do comércio também, a empresa vai. Vou até citar o nome de uma empresa, que é a Fecomércio. Sempre que chamamos essa empresa para participar, ela manda um representante que não tem poder de negociar, de resolver. Ele fala, mas não escuta o debate, e o principal aqui é o debate. Aqui estão os representantes das empresas. Quero parabenizar aqui também a Contrax, que pediu essa audiência, foi, Anderson?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LIDUÍNA MARQUES – Contrax com a Sintratel de Campinas.

Então, deixo aqui meu bom dia, meu recado. Agradeço mais uma vez ao Senador Paulo Paim pelo trabalho que o senhor vem fazendo na nossa classe trabalhadora. Se tivesse pelo menos mais uns seis, não iguais, porque ninguém é igual, mas pelo menos parecidos, a classe trabalhadora estava de parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Temos ali a Senadora Regina, que tem lado, sempre firme na nossa batalha aqui. Está bem, chegou muito bem, está batalhando com a gente.

Eu vou pedir aos meus convidados desta Mesa que retornem ao plenário, e poderão ficar na primeira mesa, porque teremos ainda as considerações finais de cada um, mediante as outras falas.

E nós vamos agora para a segunda Mesa. Eu vou de imediato chamar já a Mesa. Stan Braz, Diretor Presidente Executivo do Sindicato das Empresas de *Telemarketing* e *Marketing* Direto do Estado de São Paulo. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Marcelo Proença, Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura-Cabo-MMDS-DTH e Telecomunicações (SINSTAL). Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

Podem ambos sentar aqui, um de cada lado.

Primeiro, meus cumprimentos a ambos, porque o importante é vir para o debate, vir para o diálogo, explicitar seu ponto de vista, porque alguns, infelizmente, a gente convida e eles não vêm, parece que não há nada a dizer. Eu prefiro muito, muito mesmo quando o contraditório é feito, com a participação de todos os convidados.

Eu, então, antes mesmo de chamar o próximo, peço uma salva de palmas, tanto para o Stan quanto para o Marcelo. (*Palmas.*)

Ambos estão aqui para debater, dialogar, conversar, e, como disseram muito bem as duas doutoras, construir um caminho possível, em que seja preservado o direito dos trabalhadores.

Chamo o Tiago de Oliveira Santos. O Tiago é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* do Estado de Pernambuco. Seja bem-vindo, Tiago. (*Palmas.*)

Chamo Sandro Leal Alves, Gerente-Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde). Seja bem-vindo, Sandro. (*Palmas.*)

Chamo Maria Iara Martins Paiva, Diretora Executiva de Teleatendimento da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações (FENATTEL). (*Palmas.*)

Chamo Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Chamo o Lula. O Lula confirmou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o Lula Torres?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, não veio. O Lula Torres não pôde estar presente.

Vivian dos Santos Queiroz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em *Telemarketing* de Campinas e Região. (*Palmas.*)

Vamos só confirmar, Maria Iara Martins Paiva está aqui. O Stan Braz está na mesa. Marcelo Proença está na mesa. Tiago está na mesa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tiago não está. A Vivian está aqui.

Vamos começar pela ordem que está aqui. Eu vou fazer o seguinte, se vocês concordarem, como há dois representantes do setor empresarial, um poderia falar agora, mas o outro fala no encerramento. Vocês escolhem quem fala primeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, de imediato, para o Sr. Stan Braz, Diretor-Presidente Executivo do Sindicato das Empresas de *Telemarketing* e *Marketing* do Estado de São Paulo. Está com a palavra.

O SR. STAN BRAZ – Alguém me ajuda na apresentação?

Senhores, vou procurar ser o mais breve possível. O tema é muito complexo e há várias informações. Vocês me desculpem se eu passar muito rápido. Após, eu estarei à disposição se alguém quiser perguntar ou me escrever para São Paulo, não há problema nenhum.

Nós vamos falar rapidamente do setor de *call center*, nós estamos falando de Sintelmark de São Paulo, do Estado de São Paulo.

Rapidamente, o setor de *telemarketing* se desenvolveu. Não é só a parte de telefonia, mas ele vem desenvolvendo também a parte de outros tipos de contato de relacionamento que são *e-mail*, rede social, ouvidoria e outras formas que se estão criando, como *WhatsApp,* internet e assim por diante.

Também, rapidamente, algumas tecnologias com que o setor trabalha, que apoiam o teleatendimento, *telemarketing*, são a mesma coisa, *call centers, contact center.* Isso é mais para mostrar para vocês que existe uma atividade técnica, uma tecnologia que vai cada vez mais crescendo e impulsionando esse relacionamento.

Rapidamente, também, como estão concentradas as operações no Brasil: 54% em São Paulo. Os principais setores contratantes. Já existe uma migração do Sudeste para o Nordeste e Centro-Oeste.

Alguns dados com relação a informações do setor. O setor recolhe tributos, em 2014, um faturamento de 43.4 bilhões, e recolheu em impostos diretos e operações 7,84 bilhões. Imposto de consumo dos funcionários, que assalariados usam, 7,35 milhões de empregos diretos para tirar dúvida de 1200, 1300, é 1,6 milhão, sendo terceirizados e próprios. Investimento de 700 mil computadores/ano, que as empresas compram. Dinheiro em circulação nos Municípios da ordem de 12 milhões.

O impacto do setor de *call center* é predominantemente responsável pelo primeiro emprego, contrata em média 30% da força de trabalho. O trabalhador de *call center* equivale ao acréscimo de 70% do seu rendimento, é o que ele contribui na família. Estudos indicam redução da criminalidade de 8% a cada grupo de dez mil jovens empregados, a partir do momento que trabalham.

A existência do *call center* implica, comparando o impacto de um *call center* no Brasil, rapidamente. Quer dizer, ele se compara até ao PIB de outros Estados, de outras cidades. Um pouquinho do crescimento e do faturamento do serviço de terceirizados é parte daqueles 43. O crescimento dos funcionários, convém dizer, com carteira assinada, 1.624.000 com carteira assinada.

Um pouco de uma fotografia rapidamente do operador, quanto ele ganha em média. Aqui nós temos também uma parte de rotatividade. Existe uma rotatividade. A partir do momento em que essa pessoa passa dois anos, três anos, ela começa a ficar, começa a perceber que talvez aquilo possa ser um caminho profissional para ele. É o primeiro emprego. Só estou correndo por causa do problema de tempo.

Rapidamente há evolução salarial, desde uma parte de um gerente até um operador, e vou explicar por que ele caminha em cima do mil, entre oitocentos e mil. Porque a gente está acostumado, uma visão industrial, com que antigamente o candidato, a pessoa, o operador, o jovem fazia formação no Senai, era aprendiz, depois era ajudante. A nova economia de serviço tem outro modelo que exige, tanto das empresas quanto dos candidatos, um *gap* que existe, e o setor não tem Senai, Sesc, nada disso. Quem acaba acumulando essa parte de complementação curricular e capacidade técnica são as empresas, porque claramente o operador, à medida que se predispõe a abrir o primeiro emprego, já vai direto para tentar entender uma operação, a tecnologia, assim por diante, coisa que era diferente quando ele era operário industrial. Ali ele tinha uma formação de Senai, ele tinha um aprendiz, ele tinha um ajudante, havia várias fases para ele chegar a um processo maduro.

Aqui um pouco de contratações por mês, de 2010 para 2014. E aqui é uma explicação de porque alguns ganham o piso e por que outros não ganham o piso. Primeiro, a gente tem uma mostra de uma evolução do primeiro quartil, de R$ 800,00 de piso; o perfil dessas pessoas: são analfabetos funcionais, quer dizer, estão entrando pela primeira vez no emprego, têm deficiência educacional, e isso nós todos sabemos. O Brasil, na parte de educação, é complicado, e uma postura profissional precisa ser desenvolvida. Leva em média até seis meses para ele começar a fazer uma carreira, indo para R$900,00, também com um processo de formação e assim por diante, até ele ser um operador qualificado. Isso é o que as empresas têm como parâmetro.

Eu gostaria de dizer que conheço *call center* desde 1984, fui o primeiro diretor de recursos humanos de *call center* na Credicard, em que nós tínhamos um *turn over* de 2%. Então, eu tenho de fato vivido isso aí. Sei que algumas coisas, algumas empresas têm uma dificuldade em nível de políticas, essas coisas, mas o nosso papel é justamente passar isso para as empresas e fazer com que as empresas busquem processos de carreira e assim por diante.

Então, eu tenho, de fato, vivido isso aí. Sei que algumas empresas têm uma dificuldade em nível de políticas, nessas coisas, mas o nosso papel é justamente passar isso para as empresas e fazer com que as empresas busquem processos de carreira e assim por diante.

Aqui um pouco dos investimentos das empresas em treinamentos. Naquele papel que o Senai, o Sesc, o Jovem Aprendiz fazem e mais na parte de conhecer a operação, existe todo um investimento das empresas, que hoje está em torno de 2,15 bilhões, que tem várias etapas. Às vezes o operador não percebe isso, mas, às vezes, o treinamento *in loco* faz parte.

E uma outra coisa que desde que eu entrei nessa parte de *call center* em 1984 eu venho buscando e mostrando para as empresas é que existe carreira, sim. Eu conheço muita gente. O vice-presidente executivo da Actvity foi operador de *telemarketing* da Credicard, o presidente da UOL foi operador de *telemarketing* da Credicard. Eu tenho uma série de evidências desses últimos 15 anos de pessoas que começaram como operador e fizeram uma carreira executiva, e assim por diante.

Então, há lá três carreiras: uma que é suporte técnico, que ele pode seguir, uma que é a parte de administração de *call center* e outra que é a parte de TI. Esta é a principal coisa que o *call center* ainda não percebeu: que ele é o formador de mão de obra para tecnologia. As empresas de tecnologia ainda não perceberam, e é preciso haver essa interação.

É o setor que tem uma regulamentação, então nosso papel, do sindicato, junto com o Sindicato dos Trabalhadores, é cada vez mais reforçar esses papéis, reforçar a responsabilidade da empresa e assim por diante. Sabemos que há exceções, mas isso a gente vai administrando à medida que o Sindicato dos Trabalhadores fale: "Stan, está acontecendo isso, isso e isso na empresa." Então, a gente senta, tenta trabalhar em cima disso.

Rapidamente, mostro aqui – não vou me alongar, vou ficar por aqui – o impacto do setor de *call center* numa cidade de 100 mil habitantes, o que ele traz, o que gera de receita, de benefícios, trabalho, serviços e assim por diante.

Desculpem-me se eu corri, mas eu tentei passar tudo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para tranquilizar o Plenário e os nossos convidados, como são dois representantes do empresariado e um do tomador de serviço, segundo me falou, eu estava disposto a dar para cada um deles 20 minutos, já que falaram 10, 12 pessoas numa visão contrária ao que eles pensam. Mas ele abriu mão do tempo, o que é legítimo. Mas havia essa vontade de minha parte de assegurar para uns 20 minutos.

O SR. STAN BRAZ – Se quiser, se precisar de alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No final.

O SR. STAN BRAZ – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No final, vamos ter perguntas e respostas, como farei com o Marcelo. O Marcelo terá o tempo de 20 minutos.

Eu queria registrar a presença conosco do Frei David, que está ali com mais três convidados. (*Palmas.*)

Frei David é um militante histórico na luta contra todo tipo de preconceito. Claro que ele se destaca mais. Embora ele lute por todos, ele não pode abraçar todos como ele gostaria, mas, principalmente, luta contra o preconceito racial.

Seja bem-vindo, Frei David! Se está na expectativa de falar comigo, se tiver paciência, quando terminar, com certeza, eu o receberei.

Passamos a palavra agora à Diretora Executiva de Teleatendimento da Federação Nacional em Empresas de Telecomunicações (Fenattel), a líder Maria Iara Martins Paiva.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Bom, através do nosso nobre Senador Paulo Paim eu cumprimento toda a Mesa e o valioso Plenário. Nós da Fenattel gostaríamos de parabenizar pela iniciativa e agradecer o convite, Senador.

Sem a pretensão de esgotar toda a problemática, haja vista o curto tempo que nós temos aqui, mas tenho certeza de que teremos outras oportunidades, gostaria de dizer que a Fenattel congrega 22 sindicatos de telecomunicações do País. Desses, ela representa, tem a legitimidade para representar os teleoperadores dos principais polos de teleatendimento do País, quais sejam: Santa Catarina, Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará. Por baixo, Senador, estamos falando de 90% do contingente de teleoperadores do País.

Entendemos que atividades de teleatendimento não devem se resumir somente a *telemarketing*, porque esses trabalhadores fazem *telemarketing* e muito mais, eles atendem reclamações, eles vendem produtos, eles cobram. Ou seja, há toda uma amplitude de serviços, uma capilaridade enorme de serviços que passa pela mão desses trabalhadores que, através de meios físicos ou sinais de telecomunicações, interligam pessoas e transmitem não mais só voz, como a telefonista de ontem, mas voz, dados, imagens e tantas outras coisas que a tecnologia permite. Por isso, entendemos que não é só *telemarketing,* é teleatendimento, o que tem um sentido muito mais abrangente.

Entendemos também que jamais podemos ver como algo natural, decorrente da natureza, da atividade de teleatendimento a precarização desse trabalho, ou seja, não estamos falando de empresas de fundo de quintal, estamos falando de empresas, de algumas delas eu vou citar alguns dados a seguir, estamos falando do segmento que mais cresce no Brasil. O segmento de teleatendimento no Brasil cresce acima da média nacional. É um segmento que mais lucra, mais cresce, mais se expande, mais emprega, mais recebe incentivos fiscais e outras benesses dos governos estaduais, municipais e federal sem nenhuma contrapartida à Nação. A maioria delas recebe incentivos, recebe terreno, recebe prédio. Tem prefeito que empresta até a própria mãe para que aquela empresa A, B, C se instale no seu Município. Essa é a grande verdade.

Entretanto, apesar dessa pujança, esse setor é também o que menos remunera, paga mal. Apesar de exigir mão de obra qualificada, no mínimo, segundo grau, é um segmento que, quando paga bem, paga um salário mínimo. Isso é uma vergonha no nosso País.

É o emprego que mais demite, que mais adoece, o que mais mutila os trabalhadores. É o que mais assedia. Existe um assédio moral estruturado internamente nas empresas. E existe também o assédio advindo da

sociedade, que tem no teleoperador o testa de ferro para despejar sua insatisfação pelo mau serviço que lhe é prestado. Então, existe o assédio moral interno e externo a esses trabalhadores. Não é à toa que dizemos que é uma máquina de fazer loucos o setor de teleatendimento. E digo isso porque essa é a constatação dos fatos. Mas eu acredito que é preciso entender a razão, o porquê. Por que tem que ser assim? Será que tem de ser assim a vida inteira? Com certeza, não, pessoal.

Acreditamos que a raiz do problema, a principal raiz do problema da precarização do setor de teleatendimento está na forma de organização da produção do trabalho, cuja lógica é a mesma desde a era da máquina a vapor, ou seja, é preciso mais produção, mais trabalho, menos custo e mais lucro. Essa é a lógica que permeia a organização do trabalho de teleatendimento, sem jamais, em momento algum, pensar nos limites da capacidade do ser humano para operar serviços, atendendo a demanda, as necessidades da demanda no mercado, numa velocidade estonteante. Está na ordem do dia, é preliminar, é premissa para fazer valer essa equação de mais trabalho, menos custo e mais lucro, está na ordem do dia haver a aceleração máxima do ritmo do trabalho dos teleoperadores. Por isso que dizemos que a raiz está na forma de organização.

O ritmo acelerado do trabalho é a principal causa do alto índice de adoecimento. Há falta de perspectiva de crescimento, sim. Os exemplos aqui citados pelo Stan são exceções, então exceção não me diz a regra. São raros os casos em que há uma carreira, uma ascensão profissional.

A média de tempo dos trabalhadores é de dois, três anos de casa. É o terceiro segmento que mais demite no País. Inclusive, apesar da crise do desemprego que se apresenta, 52% das demissões são a pedido do trabalhador, Senador. Por que mesmo? Porque a capacidade do ser humano se esgota e isso aí não é levado em consideração na organização do trabalho.

Esse segmento de teleatendimento está em todos os segmentos da economia: está no banco, está na saúde, está em telecom, está na assistência social, há o *call center* do CVV no Rio de Janeiro, está no petróleo, está nos serviços, está no comércio, em todos os segmentos da economia você encontra teleoperador. E é muito difícil se organizar essa categoria, haja vista a disputa sindical natural decorrente de tantas mudanças, com certeza.

Também por esse perfil de desorganização e pulverização na economia é que há tantas diferenças salariais e de benefícios. Temos no Brasil teleoperador que ainda ganha menos que um salário mínimo, temos teleoperadores no Brasil que não têm sequer um benefício, temos aqueles que têm benefícios e há benefícios maiores e menores. Ou seja, há toda uma capilaridade de diferenças. E aí demanda um olhar especial, peculiar do movimento sindical, dos órgãos de fiscalização do trabalho, do próprio Poder Público, do Senado, da Câmara como um todo, um olhar especial para tornarmos iguais os diferentes hoje e isso não a longuíssimo prazo, isso tem de ser a curto e médio prazo, sim, porque estamos tendo, cada dia mais, o mercado brasileiro está tendo trabalhadores mutilados por empresas, como eu bem disse, que não são empresas de fundo de quintal.

Estamos falando da Contax, que é o maior grupo de teleatendimento do País e que está na Argentina, no Chile, no Peru, na Colômbia e Estados Unidos. Ela possui mais de 100 mil funcionários no Brasil, é a sétima maior empregadora do País, mas que emprego mesmo?!

Estamos falando da Atento, que é uma empresa de origem espanhola. Está presente em 14 países, inclusive no Brasil, contando com 153 mil funcionários. É a maior empresa de relacionamento com o cliente da América Latina e da Espanha em termos de faturamento. No Brasil, são mais de 85 mil trabalhadores distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estamos falando do grupo AeC, que é uma empresa de origem brasileira, a terceira maior empresa de teleatendimento do País. É uma empresa que possui cerca de 30 mil trabalhadores distribuídos nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Estamos falando da Almaviva, uma empresa de origem italiana que está na Bélgica, na Itália, no Brasil, na Tunísia, China, Colômbia, África do Sul e nos Estados Unidos. É a quinta maior empresa do setor de teleatendimento no País em termos de faturamento e número de funcionários. Ela tem 28 mil funcionários distribuídos em Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Piauí, Distrito Federal e São Paulo.

O grupo Algar, de origem nacional, está no Brasil e na Colômbia. Tem cerca de 10 mil funcionários no Brasil espalhados em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará, Goiás, Distrito Federal.

Estamos falando da Teleperformance, que é uma empresa mundial em relacionamento. É a maior empresa mundial em relacionamento com o cliente, presente em 62 países. No Brasil está desde 1998, possui *sites* nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte com ampla expansão no País, hoje com 18 mil funcionários.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Enfim, faço um destaque das empresas Almaviva e AeC, que se beneficiam da volatilidade tecnológica, que a tecnologia permite, com transferência de região para região.

Recentemente era a Contax, hoje temos a Almaviva e a AeC precarizando o emprego no Norte, no Nordeste e no Sul do País.

Apesar de existir uma convenção coletiva nacional – só para fechar, na Fenattel, nós temos uma convenção coletiva nacional que define as bases mínimas da remuneração de salário e benefício, inclusive firmada com o Sinstal aqui presente, por meio da qual a gente busca igualar as condições –, há empresas que insistem em não cumprir essa convenção, o que prejudica inclusive a concorrência, traz concorrência desleal no mercado entre elas mesmas.

Gostaria de dizer que a terceirização, só para fechar mesmo, não há como não pontuar aqui ao Senador Paulo Paim a forma...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – ... de terceirização incestuosa que existe no setor de teleatendimento, onde as contratantes são quem dita as regras do emprego. Ou seja, não é uma terceirização qualquer, é intermediação de contratação de mão de obra.

Por fim, quero dizer que nós da Fenattel estamos já, há alguns anos, defendendo a tramitação do projeto de lei que tem em vista a regulamentação da categoria, o Projeto de Lei nº 2.673 de 2007, dos Deputados Jorge Bittar e Luiz Sérgio, ambos do PT.

Tenho certeza de que a ideia de um projeto de lei partindo do Senado é brilhante e tem a melhor das intenções, sem dúvida alguma. Contudo, acho que, como se diz, é para ontem, e nós já temos um projeto bem avançado, que passo à mão do Senador para que o analise.

Fazemos um convite: em vez de criar um novo, vamos fazer de dois um, juntar as forças e fazer acelerar. Esse projeto está em fase de conclusão na Câmara Federal, e está vindo agora para o Senado. Quem sabe o Senador Paulo Paim pode ser o relator desse projeto que já está em curso, cujas características passamos às suas mãos?

Aqui quero dizer: a posição da Fenattel, com relação à regulamentação da profissão, é a de que, nesta sala, não existem adversários nesta batalha. Adversários somos nós, lá fora, em outros contextos. Aqui, nós temos que dar as mãos e fazer andar o Projeto nº 2.673, de 2007, somando as ideias valiosas que já estão aqui, em pauta, no Senado.

É isso.

Obrigada e desculpem-me pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Diretora Executiva de Teleatendimento da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fenattel), a líder Maria Iara Martins Paiva, que deixou também um projeto para nossa reflexão e análise, o que faremos com enorme satisfação.

Passo a palavra agora ao Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT (Central Única dos Trabalhadores), o líder Valeir Ertle, que já esteve aqui, em diversas oportunidades, debatendo sempre questões de interesse dos trabalhadores do campo, da cidade, aposentados, pensionistas e discriminados.

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiramente, bom dia a todos e todas.

Parabéns, Paulo Paim, pela iniciativa. Como você falou, já estive aqui, várias vezes, em várias oportunidades. Os temas da classe trabalhadora estão sempre presentes aqui, na Comissão. Parabéns! Com certeza, você é um defensor inteligente da classe trabalhadora e está sempre à disposição para fazermos esse debate.

Há vários segmentos, dentro da CUT, que representam os trabalhadores de *telemarketing*. A nossa Federação, Fittel, foi criada e, com certeza, há um debate, uma mesa foi criada sobre teletrabalho, para discutir as condições de trabalho desses trabalhadores. Há representantes da CUT discutindo o teletrabalho nessa mesa e também representantes das demais centrais sindicais. Certamente, temos que discutir muito, pois, como a companheira da Fenattel falou, é uma fábrica de lucro.

Infelizmente, as exposições que foram feitas, os estudos sobre esse segmento são muito tristes, porque, geralmente, ele envolve o primeiro emprego, pessoas que estão estudando, e acho essa uma experiência nada boa para o início de qualquer carreira de qualquer trabalhador.

A forma como são atendidos, toda a cobrança sistemática dos trabalhadores – há representantes aqui do setor empresarial – acho que tem que ser mudada. A forma de produção, como a representante da Fenattel falou, tem que ser discutida. Temos que discutir a forma como se organizam os trabalhadores.

Os salários são baixíssimos, como foi apresentado pelo representante do setor patronal, de R$800 a R$1.000. Imaginem toda a carga que existe hoje, pois, infelizmente, todos os setores de atendimento das empresas foram transferidos para quem? Para os atendimentos de *call center*. Hoje não existe atendimento presencial. Para qualquer reclamação sobre luz, água, etc., aonde você vai? Você tem que ligar para o número tal. E descarregamos toda aquela carga, aquela nossa raiva, no coitado que trabalha no teleatendimento. Todos

problemas, como conta errada de telefone, quem acaba ouvindo toda aquela carga negativa? Com certeza, o consumidor tem razão, mas quem paga o pato são os coitados dos trabalhadores. Nós não temos esta sensibilidade, como cidadão, de saber que o coitado do trabalhador é explorado e ganha muito, muito pouco ali.

Temos que fazer um debate muito sério nesse sentido. Esse é um reflexo da terceirização. Com certeza, se os *call centers* atendessem como se atendia antigamente... Os bancos tinham seu *call center*; o comércio tinha seu *call center*; mas hoje todos são terceirizados. Todas as empresas fecharam seus *call centers* ou teleatendimentos diretos e os transferiram para as empresas terceirizadas, que possuem convenções muito ruins. A exploração é muito ruim, e os direitos que esses trabalhadores têm são muito diferentes dos direitos do bancário, do próprio comerciário, que, muitas vezes, tem uma convenção muito melhor.

Essa é uma categoria difícil de se organizar, porque cresce muito, mas, como envolve o primeiro emprego, jovens dessa nossa geração Xuxa, é difícil conseguir organizar. Sabemos de toda a dificuldade de se organizar o jovem. As pessoas dizem: "Estou trabalhando, estou estudando e fazendo concurso para conseguir um emprego melhor". É um trampolim, como muitos veem o comércio e outras profissões, para conseguir um emprego melhor.

Isso é reflexo da terceirização. Com certeza, espero que se consiga barrar o projeto de terceirização. Amanhã haverá um debate sobre os trabalhadores do segmento de salão de beleza. A companheira Liduína, da Federação Fetrace, que é do segmento, vai estar aqui amanhã debatendo. O companheiro Anderson, do Sintratel, do Ceará, é da CUT e estava aqui debatendo, anteriormente, umas questões.

A cada dia, há um ataque sistemático à classe trabalhadora. Então, não podemos permitir que cada... Já temos poucos direitos, sabemos toda a exploração que passamos e ainda temos que passar por essas situações de uma ganância desenfreada dos empresários no Brasil.

Com certeza, o representante do setor patronal só colocou o que recebe, não colocou quanto cada empresa paga, qual lucro realmente têm as empresas. Infelizmente, no Brasil, as empresas têm um dos maiores lucros do mundo. O lucro, no Brasil, é uma coisa fora do comum. Fizeram estudos sobre o que as empresas ganham fora do Brasil e o que ganham no Brasil. O cara abre uma empresa hoje e amanhã já quer estar rico, infelizmente, à custa do sangue dos trabalhadores. Eu sempre digo que, nessas empresas, em muitos segmentos que adoecem muito o trabalhador, o trabalhador é uma laranja. Enquanto há suco, eles vão espremendo; quando há só o bagaço, eles jogam fora.

É isso o que acontece no *call center* e em vários segmentos do comércio, em funções que adoecem muito. Na primeira oportunidade de atestado, esse trabalhador está fora. Quando o chefe percebe que há um problema, que a pessoa tem um problema psicológico – como foi explanado, muito bem, anteriormente –, ela é demitida. Há uma rotatividade muito grande. No segmento de *call center* e em vários outros segmentos, a rotatividade é muito grande. O *call center* é um segmento que cresce muito, mas também cresce a rotatividade e a exploração, o que não dá para aceitar.

Por isso, temos que discutir, fazer um debate muito sério entre os trabalhadores, entre os empresários e o Governo para melhorar essa situação. Não dá. Nós chegamos no fundo do poço: os trabalhadores não aguentam mais. Temos que fazer alguma coisa, realmente, para melhorar essa situação. É a categoria que mais cresce e que mais paga imposto, mas é a mais explorada e possui os salários mais baixos. Para os trabalhadores, sobressai a parte negativa, porque é o mais explorado, é o que mais adoece. É coisa de doido, é muito ruim.

Um primo da minha ex-mulher trabalhava nesse segmento. Ele falou uma coisa para mim, e eu fiquei pasmo. Disse que o gerente deles os incentivava a usar maconha, porque a maconha deixa as pessoas mais tranquilas, para suportar essa carga. O gerente dele o incentivava: "Fume maconha. Se você tiver dificuldade, eu consigo para você. Você vai ficar mais tranquilo para fazer o atendimento". Foi um trabalhador que me falou isso. Realmente, a carga é muito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALEIR ERTLE – ... é muito grande, nesse sentido.

O piso nacional é muito importante – muito importante – para essa categoria. Com certeza, há discrepância de piso entre São Paulo e cidades do Ceará, do Nordeste, do Centro-Oeste. E não há por quê. Você faz uma ligação para o teleatendimento e não sabe onde cai. A ligação cai em várias cidades do Brasil, conforme a mesa que está desocupada. Então, qual a diferença? Por que um trabalhador lá do Piauí tem que ganhar menos do que um trabalhador de São Paulo? Se ele faz a mesma coisa, se a função é a mesma, se o contrato que a empresa tem é o mesmo, o que justifica o salário diferenciado de São Paulo, do Piauí, do Ceará? Não se justifica, porque o contrato da empresa é o mesmo, independente de onde está esse trabalhador. Quando você liga, você não sabe em que cidade ele está atendendo.

Além do piso nacional, que é muito importante para essa categoria, têm que colocar nesse projeto as condições de trabalho. Temos que mudar isso. Não há condições de continuar assim. Eu já ajudei a organizar, várias vezes, atividades nesse segmento, conversamos com as pessoas, e é muito ruim. Perto da CUT, há várias Contax. Às vezes, almoçava com pessoas que trabalhavam lá, e a forma do trabalho é uma coisa muito triste. É muito ruim mesmo.

Acho, Senador, que temos que encampar uma luta, no Senado, por esse projeto, que já está finalizado, para ver o que pode ser alterado, o que pode ser melhorado; fazer um debate com as centrais sindicais e com todos os trabalhadores do segmento. Independente da central, independente da ideologia que a entidade sindical tenha, todos têm que unir esforços aqui para que, realmente, possamos amenizar o sofrimento desse segmento, que é muito grande. Por isso, é importante fazer um debate, dentro das centrais sindicais, com aquela mesa, no Ministério do Trabalho, e ver o que pode sair dali, o que pode avançar, o que se pode fazer à parte desse projeto.

Um contrato coletivo nacional, infelizmente, não está previsto na nossa legislação, mas, se houver bom senso, se houver vontade do segmento empresarial, pode-se fazer um contrato coletivo nacional, sim, por que não? Um contrato que possa discutir as condições de trabalho, um piso mínimo para todo o Brasil, que possa, realmente, melhorar – acabar, sabemos que não é possível –, minimizar o sofrimento desses trabalhadores, que é muito grande.

Então, quero parabenizar a todos por este debate. Com certeza, a CUT está à disposição, para ajudar,...

(Soa a campainha.)

O SR. VALEIR ERTLE – ... para discutir e melhorar a situação dos trabalhadores. A nossa confederação, a Contrax, a Fittel, a nossa confederação do segmento, dentro da CUT, nós estamos aí para ajudar e minimizar o sofrimento, que é muito ruim. É muito triste a situação que os trabalhadores passam, nesse segmento. Dizem: "É uma fábrica de doidos. Eu vou trabalhar em uma fábrica de doidos". Isso é muito triste.

Espero que se consiga, em um curto espaço de tempo... Espero que os empresários tenham bom senso, pois eles sabem de todos os problemas, sabem dos problemas de doenças, sabem da rotatividade nesse segmento. Muitas vezes, a pessoa não aguenta. Como o Anderson falou, é uma alegria quando se entra e uma alegria maior ainda quando se sai. Por que a pessoa não aguenta, sai dali e fica desempregada? Porque não dá para continuar, o que é muito triste.

Espero que se consiga, em um curto espaço de tempo, mudar essa situação, que é muito ruim. Como central sindical, como defensores da classe trabalhadora, com certeza, estamos aí, para ajudar, colaborar e contribuir, para minimizar um pouco esse sofrimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, que deu esse exemplo da maconha. Todo mundo ficou antenado no plenário, perguntando: como é essa história? É um exemplo negativo que ele deu. Infelizmente, alguém denunciou para ele que...

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Permita-me uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Gostaria de informar ao Plenário e a V. Exª que esse Projeto nº 2.673 não é da Fenattel, é dos dois Deputados petistas – Luiz Sérgio e Jorge Bittar –, e estamos trabalhando, fazendo *lobby*, para a sua tramitação ser a mais célere possível. Esse projeto já foi aprovado, por unanimidade, em todas as comissões da Câmara, e eu espero que V. Exª seja o Relator aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se chegar aqui, nesta Comissão, nós vamos relatar, não tenha dúvida.

Passamos a palavra à Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Campinas e Região, a Líder Vivian dos Santos Queiroz.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, só um instante. Eu preciso ir à Comissão de Educação para assinar, mas eu volto aqui, pois esse tema me interessa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Vamos aguardar a senhora aqui. (*Palmas.*)

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Bom dia a todos os trabalhadores presentes. Bom dia, Senador Paulo Paim. Em nome do Sintratel Campinas, eu agradeço.

Desde o primeiro momento, quando viemos conversar com o Senador, ele abraçou a nossa causa para discutir, realmente, a situação precária da nossa categoria no País.

Agradeço também ao Ministério Público do Trabalho, por meio da Drª Renata, que vem, ao longo do tempo, desenvolvendo um trabalho brilhante dentro do nosso setor, promovendo a abertura de inquéritos civis

públicos e fiscalizações em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego por intermédio da Drª Odete. Já temos informações do trabalho desses órgãos e podemos mostrá-las para uma gama tão grande de trabalhadores, como a que está presente aqui, representada pelas entidades sindicais, e buscar discutir, principalmente com as entidades patronais.

Agradeço também à Valmira, do Sintratel de São Paulo, que não pôde estar presente na primeira audiência pública no dia 30/06, mas que veio aqui somar conosco, para discutir a situação dos trabalhadores. São Paulo é uma das maiores cidades, em termos de empregabilidade dos trabalhadores.

Agradeço aos trabalhadores do Sintratel do Ceará e às entidades patronais aqui presentes.

Agradeço também à Fenattel, que compareceu hoje para discutir a situação dos nossos trabalhadores.

Eu não vou ser repetitiva, porque todos companheiros, na Mesa, já fizeram relatos. O Ministério do Trabalho e Emprego colocou a situação da nossa categoria. O Ministério Público do Trabalho também colocou a situação da nossa categoria. Eu só gostaria de entregar para o Senador uma revista da CMB (Confederação das Mulheres do Brasil), que publicou, neste mês, a nossa audiência pública, ocorrida no dia 30/06. A nossa categoria é essencialmente feminina; 76% de sua composição é de mulheres, mães, jovens. Infelizmente, a dura realidade é que trabalhadoras estão doentes.

Gostaria de citar o exemplo das trabalhadoras da Call Center aqui de Brasília, que estão presentes. Há uma situação de assédio moral que vem ocorrendo nessa empresa. Temos também a Call, em Paulínia, próximo ao Município de Campinas, e sabemos muito bem que, infelizmente, essa empresa exerce uma postura de assédio moral institucional na relação com seus trabalhadores. Essas trabalhadoras, ao longo de alguns anos, vêm sofrendo assédio moral. Foram mais de 400 trabalhadoras demitidas, e hoje estão sendo desligadas mais 200.

Uma observação: precisamos, de fato, discutir essa questão da terceirização. Paim está discutindo em todos os Municípios, nos Estados. São trabalhadoras que atendem o Disque 100, o Disque 180, são órgãos do Governo que contratam empresas sem compromisso com o trabalhador, órgãos do Governo que deveriam ouvir denúncias de mulheres estupradas, de mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Essas jovens não são preparadas. Há jovens com 18 anos de idade que ouvem situações, fatos, denúncias que irão levar consigo por toda a vida.

Nós, como entidade, pedimos o apoio das demais entidades sindicais também para protocolar uma denúncia na Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal para que se tome uma atitude com relação a essas trabalhadoras. Isso já foi protocolado junto ao Ministério Público do Trabalho, inclusive com a ajuda do Senador Paulo Paim, para que se cobre uma postura do Governo frente à situação dessas trabalhadoras. (*Palmas.*)

E mais! Está sendo cometido crime contra a organização do trabalho, porque estão fechando postos de trabalho aqui e abrindo em outro Estado. Que dizer: "Ali deu problema? Então, vamos fechar e levar para outro Estado". Isso aconteceu em Campinas.

O SR. GERALDO ESTEVÃO COAN – Vivian, somente um ponto com relação a isso. Essas demissões estão ocorrendo, justamente, com vistas à precarização, porque o salário, em Brasília, está acima daquele praticado em outros locais. Então, estão tirando emprego daqui. Tentamos negociar com a SDH, que foi inflexível e vai se transferir para Salvador com o objetivo de precarizar o salário dos trabalhadores, Senador.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Sim.

O SR. GERALDO ESTEVÃO COAN – A SDH está sabendo. Inclusive, pediram ao sindicato para não fazer movimentação para isso não sair na mídia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Traduza a sigla, senão dá a impressão de que...

O SR. GERALDO ESTEVÃO COAN – SDH, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Estamos cientes disso e vamos entrar com processo. Eu estava conversando com a Desembargadora agora, e nós vamos entrar com processo de demissão em massa. Vamos conversar com ela, para tomarmos providência com relação a isso.

Por isso que...

Qual é o seu nome?

O SR. ANDERSON BORJA (*Fora do microfone.*) – Anderson.

O SR. GERALDO ESTEVÃO COAN – O Anderson falou sobre o piso nacional, justamente, por causa disso. As empresas começam a ter problemas em alguns locais, e vão para outros locais, e a precarização acontece com os trabalhadores.

Desculpe pela intervenção, mas tínhamos que colocar isso em pauta.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Perfeito, companheiro. (*Palmas.*)

A sua intervenção veio corroborar, demonstrar o que essas empresas de *contact center* vêm fazendo com os trabalhadores. Nós enfrentamos isso hoje em Campinas. Existe, no Estado de São Paulo, uma lei estabelecendo um piso mínimo nacional de R$905.

Nós começamos a negociação com o sindicato patronal, mas não houve frutos. Fizemos greve numa empresa específica, a Contax, uma das maiores contratantes do País, uma das maiores empresas, que comete assédio moral institucional contra seus trabalhadores, foi interditada no Estado de Pernambuco e gera hoje milhares de doentes.

O que nós recebemos? Houve uma greve que organizamos, em Campinas, buscando melhorias de condições de trabalho e que uma lei estadual fosse cumprida. Nós não queremos nada mais do que aquilo a que temos direito, nós queremos o que a lei determina no Estado de São Paulo: o piso salarial de R$905! A média nacional do pagamento dos operadores de *telemarketing*, teleatendimento é de R$788. Não queremos nada mais do que o que a lei determina no Estado de São Paulo.

O que começou a ocorrer? Foi negociado o término da greve e hoje, seis meses depois do término da greve, a empresa já demitiu mil trabalhadores. Dos 2 mil trabalhadores que havia em Campinas, a empresa reduziu o quadro. O que é isso? Represália! Se você tem uma atuação sindical mais incisiva, se o sindicato defende, de fato, os trabalhadores, você tem que ser punido, você está, na verdade, contra a ordem nacional das coisas. Foi isso o que a Contax argumentou. Quer dizer, se existe um piso de R$788, por que vocês, aqui em Campinas, têm que ser diferentes do restante do País?

Então, nós também estaremos protocolando, junto à Organização Internacional do Trabalho, uma denúncia contra Contax por crime contra a organização sindical, contra a organização do trabalho, porque estão fazendo o quê? Se o sindicato briga por melhorias de condições, fugimos para outro Estado. Por isso, eu entendo a companheira que colocou que já existe não só esse projeto de lei, mas outros projetos de lei sobre a questão da regulamentação, mas que não contemplam, a nosso ver – nós, que discutimos com o Sintratel/Ceará, com o Sintelmarketing/Pernambuco e outros sindicatos –, não contemplam, de fato, o que queremos para a classe trabalhadora no setor de *telemarketing*. São projetos de lei que possibilitam a proporcionalidade da jornada com redução de salário, inclusive abaixo do salário mínimo. Isso não podemos permitir!

(Soa a campainha.)

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Porque se hoje se paga um salário mínimo para seis horas, se for permitido, no projeto de lei, a proporcionalização com redução salarial, se hoje eu atendo 300 ligações em seis horas, eu vou ser obrigada a atender 300 ligações em quatro horas. Porque sabemos que essa é a lógica do mercado, que essa é a lógica do empresariado.

Assim, como entidades – o senhor vai avaliar, Senador –, nós gostaríamos de protocolar, com o senhor, esse projeto de lei que entendemos ser o que traz mais benefícios para o trabalhador, estabelecendo não o salário mínimo, mas um piso mínimo que, a nosso ver, não é decente – é o mínimo! –, de pelo menos R$1.050, para o trabalhador, carga horária de seis horas,...

(Soa a campainha.)

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – ... não de seis horas e vinte minutos, como vem sendo feito, e adicional de penosidade para o trabalhadores, o que é previsto na Constituição Federal. Temos que colocar esses pontos, para que os trabalhadores da nossa classe, em nível nacional, sejam respeitados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Vivian dos Santos Queiroz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing de Campinas e Região, Sintratel.

Agora vamos para Sandro Leal Alves, Gerente-Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar, FenaSaúde.

O SR. SANDRO LEAL ALVES – Bom dia, Senador. Em nome da FenaSaúde, agradeço o convite. Bom dia a todos.

Vou falar um pouquinho sobre o que é FenaSaúde, para explicar o que estou fazendo aqui. A FenaSaúde representa alguns planos de saúde. São 18 grupos de operadoras de plano de saúde, todas as seguradoras de saúde e mais alguns planos de saúde também.

O mercado todo de saúde no Brasil, o mercado de saúde suplementar tem 1,2 mil empresas. Essas empresas que estão na FenaSaúde têm quase 30 milhões de beneficiários, 40%, mais ou menos, do mercado como um todo. Hoje, no Brasil, 50 milhões de pessoas têm plano de saúde, e mais 20 milhões têm planos odontológicos.

Dito isso, as operadoras de plano de saúde, muitas das nossas associadas, prestam esse serviço internamente, ou seja, possuem o serviço de *call center* para atender as demandas dos consumidores de planos

de saúde, que são muito intensas e muito frequentes, pois há toda uma especificidade no setor de plano de saúde. Algumas empresas têm até uma equipe médica ajudando nesse serviço de prestação de informações ao consumidor. São muitas demandas: se há carência, se aquele contrato cobre determinado hospital, se determinado serviço está ou não coberto.

Portanto, os planos de saúde, as operadoras acabam usando muito esse serviço de *call center*, até para evitar maiores complicações derivadas da falta de informação. Às vezes, o consumidor consegue, ali mesmo, a informação de que ele precisava. Diante dessa informação, ele não precisa, por exemplo, recorrer ao órgão regulador, a ANS, ou até à via judicial para ter a sua questão resolvida. Então, é um serviço de grande importância para as operadoras de plano saúde.

Só repetindo, aqui estou como um tomador de serviços. No dia a dia da nossa entidade, não lidamos com esse tema, mas eu confesso que fiquei bastante sensibilizado e surpreso com diversos relatos aqui apontados. Como representante de uma entidade que defende os planos de saúde, comprometo-me a levar toda essa discussão ao conhecimento das nossas associadas, levar a discussão do projeto de lei e colocar a FenaSaúde à disposição do Senador Paulo Paim para avançarmos nessa discussão.

Parece-me um setor de grande relevância econômica e social, pela produção, pela geração de empregos, pelos dados aqui apontados acerca do faturamento desse setor e da movimentação, até em pagamentos de impostos. Mas também me parece que essas questões de fundo, dos riscos à saúde, têm que ser contornadas.

Portanto, como tomador de serviço, como representante da federação, estou, novamente, colocando-me à disposição para discutir. Espero que o debate alcance o melhor para todos os lados.

Senador, era, basicamente, essa a minha participação aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sandro Leal Alves, que falou pela Federação Nacional de Saúde Suplementar, FenaSaúde.

Por fim – lembro que ele terá, no mínimo, 20 minutos para fazer uso da palavra –, vai falar o Consultor Jurídico de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo e Telecomunicações (Sinstal), Dr. Marcelo Proença.

O SR. MARCELO PROENÇA – Muito bom dia a todos. Muito bom dia, Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento todos os presentes nesta Mesa e neste plenário.

Inicialmente, gostaria de agradecer imensamente a possibilidade de me posicionar e trazer algumas considerações para todos aqui presentes e prestar os esclarecimentos que forem possíveis e necessários para que se tenha uma compreensão também do outro lado dessa conflituosa relação que existe entre os trabalhadores de *call center* e as empresas de teleatendimento.

Antes de iniciar a minha exposição propriamente dita, gostaria de fazer uma rápida apresentação sobre em que consiste o Sinstal.

É um sindicato patronal, integrado por empresas que prestam serviços para companhias de TV a cabo, TV por assinatura e telecomunicações. Então, é um sindicato patronal bastante específico. As empresas que o integram prestam serviços para as empresas de telecomunicações, para as empresas de TV por assinatura – são terceirizadas nessa área.

Dentre essas empresas que integram o Sinstal estão, necessariamente, algumas empresas, não todas, algumas empresas de teleatendimento, de modo que nós temos alguma experiência, alguma vivência com esse específico segmento econômico e podemos, sim, temos legitimidade, sim, para trazer algumas questões, trazer algumas considerações, tentar esclarecer alguns pontos dentro do que foi dito aqui, Vivian.

O Sinstal hoje é compreendido por 7 mil empresas, Iara, que geram mais de um milhão de empregos, lembrando que não são apenas empregos de teleatendimento, são variados setores. Estamos falando de mais de 1 milhão de trabalhadores, então, é inegável e indiscutível a representatividade desse sindicato para vir aqui conversar com vocês e tentar ajudar. Obviamente, não vai fazer isso sozinho, pois precisa da ajuda de vários outros participantes, vários outros atores, alguns dos quais estão aqui presentes hoje; outros, não.

Enfim, nós estamos aqui. Viemos e, dadas as características do Sinstal, nós queremos, sim, participar. Nós queremos, sim, contribuir. Nós queremos, sim, aprimorar o setor de teleatendimento, especialmente, no que se refere, Senador Paim, às relações trabalhistas que se estabelecem nesse relevante segmento econômico.

Por essa razão inclusive, estamos participando de uma Mesa de discussões que, já há alguns meses, vem ocorrendo no âmbito do Ministério do Trabalho. Eu vejo algo aqui, alguns rostos conhecidos. A Drª Odete tem participado dessas reuniões. A Iara tem participado dessas reuniões, assim como a Valmira, que não está mais aqui. Nós estivemos em todas. Inclusive tivemos a nossa legitimidade questionada na primeira reunião dessa Mesa. A Iara estava lá e é testemunha. Nós insistimos em que queríamos participar e queríamos contribuir.

Algumas entidades questionaram a nossa participação, especialmente entidades do setor patronal, mas nós batemos pé e lá estamos, discutindo e participando.

A mesma coisa, Senador, com relação a esta audiência pública. Inicialmente, não fomos convidados, mais viemos, proativamente, pedir que integrássemos esta Mesa, e V. Exª e esta Comissão, imediatamente e gentilmente, permitiram que nós viéssemos participar e outorgaram-nos um pouquinho mais de tempo, porque hoje nós estamos em minoria aqui. Há mais representantes da classe trabalhadora. Nenhum problema quanto a isso. É importante ouvir as demandas dos senhores, e viemos para tentar dar a nossa colaboração.

Iniciamos a nossa fala, trazendo uma defesa. Acho que ficamos em minoria, mas trago uma defesa do setor de teleatendimento, explicando aos senhores a relevância do segmento de terceirização neste País. Eu acho que a fala do Stan ajudou um pouco nisso, trouxe vários números. Nós não estamos diante de um segmento irrelevante, Drª Renata, não estamos diante de um segmento que não é uma realidade. Hoje a terceirização e o setor de teleatendimento são uma realidade, no Brasil, e uma realidade mundial. Creio que, na sua fala, a senhora falou sobre isso na França, nos Estados Unidos. Inclusive é interessante: nos Estados Unidos, eles radicalizaram tanto que terceirizam, para empresas na China, a consultoria tributária de empresas de contabilidade, tamanho o exagero que se faz lá.

Nós não temos essa realidade, mas é um setor que existe no mundo inteiro. É uma realidade, então, nós temos que lidar com ela, aceitá-la e precisamos, sobretudo, Valeir, aprimorar esse segmento econômico, notadamente, no que se refere às relações trabalhistas que existem nele. Não podemos permitir que haja precarização, nós não podemos permitir, efetivamente, os graves problemas que se verificam, mas nós precisamos aceitar essa realidade que existe, que é do nosso País.

Estamos falando de um segmento que emprega milhões de trabalhadores. Estamos falando de um segmento que é responsável pelo primeiro emprego, e mais, pelo emprego de mulheres, de afrodescendentes, de jovens. É dessas pessoas que nós estamos falando. São essas pessoas que são empregadas. Devem receber salários baixos? Não. Devem estar submetidas a condições de trabalho ruins, precárias? Óbvio que não.

Mas nós precisamos, para iniciar o diálogo, reconhecer a relevância e o importante papel que essas empresas desempenham. É disto que estamos falando: de um fenômeno mundial, de um fenômeno brasileiro, onde há ampla e indiscutível geração de empregos, empregos para pessoas que estão sendo inseridas no mercado de trabalho, pessoas que representam segmentos minoritários dos estratos sociais brasileiros e que são prestigiadas no que se refere à sua empregabilidade. Não estou falando das suas condições de trabalho.

Nós viemos aqui, não para fazer uma defesa enfática, veemente e cega do setor de teleatendimento e das entidades patronais. Nós viemos para nos propor a auxiliar no diagnóstico do problema e na apresentação de soluções para esse problema, tal como temos feito no Ministério do Trabalho, tal como sempre fazemos quando somos provocados.

Para fazer isso, precisamos, primeiro, fixar duas premissas, Drª Renata. Primeiro, deve-se reconhecer que há problemas. Indiscutivelmente, há graves problemas, há questões que precisam ser resolvidas, Senador Paim. Ninguém vem aqui tapar o sol com a peneira, ninguém vem aqui dizer que a situação dos trabalhadores, no setor de teleatendimento, está às mil maravilhas. Nós reconhecemos que há problemas. Esse é um ponto, e estamos aqui para discuti-lo e tentar resolvê-lo.

O segundo ponto é pedir cuidado e, com todo respeito, advertir os senhores para o perigo da generalização. São centenas de empresas de *call center* e de teleatendimento neste País. Não podemos generalizar e colocá-las, todas elas, no mesmo balde, tratá-las de maneira idêntica.

Ouvimos algumas empresas sendo mencionadas, sucessivamente, Vivian. Precisamos ter a compreensão de que não são meia dúzia de empresas que trabalham nesse segmento. São muitas e muitas empresas. Precisamos compreender que muitas delas estão de boa fé, estão dispostas a resolver os seus problemas...

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Só uma observação. As empresas foram citadas com conhecimento de causa. Inclusive, nós estamos apresentando as denúncias contra essas empresas. Então, eu não generalizei. Nós sabemos que existem empresas com compromisso e citamos as empresas de que temos conhecimento, incluindo uma das maiores empresas, em termos de contratação, no País, que mais adoece os trabalhadores também.

A SRª RENATA COELHO – Foram citadas as líderes do segmento, as que definem, às vezes, um piso mínimo, as que definem a forma de contratação do setor.

O SR. MARCELO PROENÇA – Eu agradeço os esclarecimentos, Vivian. Agradeço, mas eu acho que estamos falando a mesma coisa. Eu não estou aqui para fazer defesa específica de nenhuma empresa, até porque eu represento uma entidade patronal. Então, estou falando de todo um setor. O que eu quero dizer é que eu estou alertando para os perigos da generalização, tal qual eu ouvi aqui. Há empresas sérias, e são muitas. Vou dizer mais: são a maioria.

Eu acho que as empresas que não têm atuado com seriedade, que não têm atuado de boa-fé, na sua relação com os trabalhadores, devem, sim, ser penalizadas pelas autoridades competentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa eu aproveitar a presença do Senador Dário Berger e convidá-lo a presidir um minutinho, para mim, e depois eu retomo, outra vez.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que é uma satisfação presidir, porque você é da terra da doutora.

A SRª RENATA COELHO – É mané da Ilha, como eu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vamos prosseguir.

Quem está com a palavra?

O SR. MARCELO PROENÇA – Sou eu, Senador. Bom dia, seja bem-vindo, Senador Dário.

Então, esse é um primeiro ponto. Esta é uma primeira premissa que precisa, efetivamente, ser firmada: o reconhecimento de que há problemas. Indiscutivelmente, eles existem. O Ministério Público apresentou uma série deles; o Ministério do Trabalho, também; as entidades sindicais, também.

O segundo ponto: o perigo da generalização. Isso é muito sério. Nós precisamos saber quem está trabalhando com seriedade no setor para poder dialogar com essas entidades empresariais. Eu não estou apontando dedo para nenhuma empresa, nem estou nominando nenhuma empresa, não é o meu papel aqui. Apenas venho dizer que temos empresas sérias, sim, no segmento.

Dadas essas premissas, o que nós temos que fazer, Vivian, é estabelecer quem são os participantes fundamentais no setor de teleatendimento. Quem, de alguma maneira, tem as suas atividades relacionadas a esse setor, e mais, tem atividades que geram consequências para o setor de teleatendimento, notadamente, no que se refere aos empregados?

O primeiro deles, na minha avaliação, é a Anatel. A agência reguladora brasileira fiscaliza, especialmente, as empresas de telecomunicações e fiscaliza também as empresas de TV por assinatura. Nós entendemos que a agência não tem feito o seu trabalho, e essa omissão da Anatel, com todo o respeito, tem contribuído decisivamente para os problemas que surgem, nas relações de trabalho de duas maneiras. Primeiro, na fixação de metas inalcançáveis, rigorosas e, muitas vezes, anacrônicas e inaceitáveis. Estabelecem metas excessivamente rigorosas, de difícil cumprimento, desnecessárias e acabam pressionando as operadoras de telefonia e, consequentemente, aquelas que lhes prestam serviço em atividades desnecessariamente rigorosas. Este é o primeiro ponto: a fixação de metas excessivas pela Anatel, que atrapalham o setor inteiro; atrapalham as empresas de telecomunicações, atrapalham as empresas de TV por assinatura e atrapalham, obviamente, as suas contratadas e os seus funcionários, os seus colaboradores.

O segundo ponto: a Anatel, simplesmente, exime-se de fiscalizar os segmentos terceirizados, Drª Renata. O Ministério Público e o Ministério do Trabalho poderiam contar com esse aparato de fiscalização da Anatel. Segundo as autoridades competentes, no âmbito daquela agência, terceirização ou contratação de empresas para prestar parte dos serviços meio das empresas de telecomunicação não é problema da Anatel. Como não é problema da Anatel? A precarização no setor – seja dos seus funcionários, seja das empresas por elas contratadas – gera problemas no âmbito do serviço de telecomunicações e gera problemas para os usuários, de modo que a Anatel deveria, sim, ocupar-se disso. Então, é um participante que deveria estar – com o perdão do trocadilho – participando, envolvendo-se, ajudando, e não está fazendo isso. Não está fazendo isso.

Este é um ponto fundamental: a fixação de metas excessivas, rigorosas, pressionando e prejudicando todo um setor, inclusive as contratadas e os seus colaboradores. Muito da pressão, muito do assédio moral que vocês aventam que existe –e existe! – no âmbito do setor de teleatendimento advém de metas excessivas e da falta de fiscalização do órgão relatório competente.

Outro ponto é a falta de fiscalização. Além disso, evidentemente, um segundo participante, um segundo ator relevante no setor de teleatendimento são os contratantes. Eu fico feliz por hoje ser uma das primeiras vezes em que estamos discutindo essa questão em que vejo um representante dos contratantes aqui, na pessoa do Sandro, que veio de boa vontade e boa-fé falar pela FenaSaúde. Tenho a impressão de que ele se surpreendeu com algumas das coisas que ouviu e vai levar para a sua entidade representada.

Ouvimos também o Stan, que falou muito bem e apontou para o problema dos contratantes. Onde eles estão? Nós precisamos ouvi-los, eles precisam participar também, porque, em ampla medida, essa problemática da terceirização e da precarização advém da atuação dos contratantes. Nós apontamos esse problema – a Drª Odete é testemunha disso – nas reuniões que tivemos no Ministério do Trabalho. Não é possível discutir o setor de teleatendimento sem que se tenha um debate sério com os representantes dos contratantes.

Eu ouvi, atentamente, a sua fala Drª Renata, e a senhora falou de forma muito clara: contrato envolve duas pessoas, contrato é bilateral. Será que nós temos isonomia nessa relação contratual? Será que temos o mesmo nível de poder de barganha nessas relações contratuais?

A SRª RENATA COELHO – Doutor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PROENÇA – Indiscutivelmente. Nisso eu concordo plenamente com a senhora. Esse é o ponto. Em menor grau, evidentemente. Eu jamais cometeria a hipocrisia de dizer que nós estamos no mesmo nível de consciência de um trabalhador ou de um consumidor, mas, em menor grau, essa é a situação dessas empresas terceirizadas. Elas são pressionadas por grandes grupos econômicos muitas vezes.

Como uma empresa que emprega duas 2 mil ou 3 mil pessoas, uma pequena empresa, vai discutir termos com o Bradesco – desculpe-me, eu não deveria estar nominando aqui – ou com outro grande grupo econômico?

Então, nós precisamos, de fato, falar, discutir, tratar das coisas como elas são. Os contratantes precisam, sim, sentar-se à Mesa.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Doutor, só uma observação. Nós entidades sindicais solicitamos ao Paim, e as contratantes foram convocadas: a Febraban, a Federação de Telecomunicações, mas acho que a única que compareceu foi a Federação de Saúde Suplementar; são as três maiores contratantes no País. Infelizmente, não têm compromisso de discutir, porque elas são responsáveis solidárias de toda a relação contratual.

O SR. MARCELO PROENÇA – Agradeço a intervenção. Concordo, Vivian, e pediria apenas que você não me chamasse de doutor. Marcelo fica bem.

Então, Drª Renata, existe este problema: não há essa bilateralidade, não há essa igualdade de condições. "Ah, tal empresa foi parar no Acre, tal contratante foi parar na Paraíba, no Piauí, em Estados da Federação do Norte e do Nordeste, pagando salários mais baixos". Fizeram isso porque foram pressionadas pelos contratantes.

A SRª RENATA COELHO – Por isso eu mencionei ser estrutural.

O SR. MARCELO PROENÇA – Exatamente. É uma violência estrutural. É um problema sistêmico, e nós precisamos que todos os integrantes desse problema sistêmico estejam participando. Os contratantes são uma parte desse problema, e a Anatel é outra. Precisamos trazer todo mundo aqui para discutir.

Agora, eu estou falando aqui o que eu posso dizer, aquilo que eu posso tratar, na qualidade de representante de um sindicato que agrega parte das empresas terceirizadas e das contratadas, agrega parte das empresas teleatendimento, pois muitas delas não estão sob o nosso guarda-chuva. Esse é um ponto.

Essas empresas, muitas vezes, são premidas, as contratantes, agora, por metas excessivas; são premidas por necessidade de corte de custos, crises econômicas, problemas fiscais de toda ordem. Elas se veem na necessidade de cortar custos e fazem isso em relação a suas contratadas, pressionando-as. E mais grave, mais grave: precarizando o setor, contratando empresas precárias para prestar o serviço. Nós não discutimos essa realidade. Isso acontece, às vezes. Isso acontece. "Empresas-gato". Já ouviram falar nessa expressão? Já ouviu, Valeir? Já ouviu, Vivian? Já ouviu falar, Iara, esta expressão: "empresas-gato"? Pois é. Como fazem? A senhora já ouviu falar nessa expressão, Drª Renata? São empresas que desaparecem. Acho que a senhora as mencionou na sua fala também. Não pagam seus impostos, desaparecem, desrespeitam os trabalhadores, prejudicam os usuários, e por aí vai. Então, os trabalhadores dessas "empresas-gato" sofrem. Mas sofre a concorrência, sofrem também empresas que querem trabalhar seriamente, que são pressionadas por remunerações baixíssimas, por contratos absolutamente desiguais. É um problema estrutural, sim.

Assim, nós precisamos da colaboração de todos os atores envolvidos, e deles fazem parte as entidades sindicais. É um problema das contratadas, das contratantes, do Governo e é um problema dos sindicatos também.

A questão da descentralização, da pulverização de contratações, de convenções e acordos coletivos, esse é um problema que existe também, Iara, e nós precisamos falar sobre ele.

Nós ouvimos os senhores com toda atenção. Acho que há muita consistência naquilo que foi dito pelo Governo,...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO PROENÇA – ... pela representante do Ministério Público, pelos representantes sindicais, Senador Paulo Paim, mas esse é um problema que é de todos os atores desse setor. O Sinstal está à disposição para falar sobre ele, para reconhecer o diagnóstico que foi feito. Nós não estamos aqui para negar a realidade. Nós estamos aqui apenas para pedir calma e cautela na generalização do problema e no reconhecimento de que ele é muito mais complexo, porque envolve um rol de participantes muito maior.

Fico feliz com a sua participação e com a sua presença, Sandro. E, mais do que isso, o Sinstal está à disposição para vir, Senador, sempre que provocado, como temos feito. Eu não me recordo de nem uma vez em

que tenhamos sido provocados ou convidados a falar e não tenhamos nos apresentado, como fizemos, nesta oportunidade, espontaneamente.

Então, agradecemos a oportunidade de ter vindo. Ouvimos, atentamente, a fala de cada um dos senhores e estamos à disposição agora, para prestarmos, pontualmente, os esclarecimentos que nos forem solicitados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Dr. Marcelo Proença falou como Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo e Telecomunicações, Sinstal.

A Drª Renata Coelho pede um minutinho. Depois...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador, eu gostaria também de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora fala sempre aqui. Depois, nós teremos três convidados do plenário que vão usar a palavra, também. Mas se permitir que ela faça um questionamento a ele, em seguida, fala a Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É rapidinho, Drª Renata?

A SRª RENATA COELHO (*Fora do microfone*.) – É bem rápido.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É que eu tenho que ir na outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Estão votando lá. Eu já fui votar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pode falar.

A SRª RENATA COELHO – Agradeço, Senadora, a preferência. Eu tenho audiências agora, uma da tarde, vou fazer só uma última intervenção. Mil perdões por não poder assistir à última composição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas esta é a última.

A SRª RENATA COELHO – É a última? Então está bom. Consegui ficar, então, quase até o final.

Eu gostaria apenas de fazer duas considerações ao Marcelo, que pediu que não fosse chamado de doutor, e ao Dr. Stan, no seguinte sentido: Dr. Stan, a sua fala não me surpreendeu em absolutamente nada. Gostaria de ter ficado surpresa, mas os números, os dados são uma constante nas exposições. É muito bom que conheçamos o que essas empresas trazem de retorno econômico para o País, os empregos que são gerados, isso é sempre motivo de alegria para uma Nação, carteiras registradas, benefícios concedidos, mas não passam de obrigação da empresa.

(Palmas.)

Registrar carteira de trabalho, neste País, é o mínimo que se pode exigir de uma empresa, desde a década de 30. Gerar empregos: a empresa não existe sem mão de obra, então, na verdade, ela gera empregos porque toma mão de obra. Pagar um salário que é, basicamente, o mínimo, R$800, também não é nada diferente para um setor que cresce ano a ano. Investir em treinamento também é o mínimo. O treinamento é a favor de quem? Do serviço que é prestado. Talvez, claro, evolua para a pessoa, em algum aspecto, mas também, que tipo de treinamento tão grande se exige para ler um *script*, apertar alguns botões?

Porque o que se tira do trabalhador, no *telemarketing*, é o que, depois da vida, nós mais nos alegramos de ter: o poder da racionalidade. É o que nos diferencia dos animais. O que me parece é que se tira justamente isto do operador de *telemarketing*: a sua racionalidade. Ele é obrigado a ler um *script*, ele não pode pensar e falar nada diferente, ele tem que repetir aquilo 600 vezes, por dia. (*Palmas.*)

Então, parece-me que, para um setor que tira a liberdade nas mais básicas necessidades como: eu não posso me levantar para tomar água, eu não posso me levantar da cadeira para estirar as minhas pernas, eu não posso ir ao banheiro quando eu quero, veja, não se retira isso de uma criança de dois anos, mas se retira de um operador de *telemarketing*, assim, para uma empresa que retira racionalidade, saúde e necessidades tão vitais do ser humano, parece-me que investir em treinamento, registrar carteira e ampliar postos de trabalho é o mínimo que se pode fazer.

Mais ainda – pontuo – é um setor que vem crescendo. Isso é uma boa notícia para um País que está em crise.

Só faço esta contrapartida: eu gostaria de ter visto números de creches instaladas, porque, como nós bem sabemos, empresas que contratam mais de 20 mulheres, pela CLT, tão antiga, da década de 40, precisam ter creches. Há creches? Qual investimento é feito em creches? Muitas não as possuem. Mas qual investimento é feito na qualificação das creches, para que as mães, as mulheres possam trabalhar? Quais os investimentos para se contratar pessoas com deficiência? Qual qualificação é dada para pessoas com deficiência? Qual amparo é dado para as pessoas que são mandadas embora? Qual apoio psicológico para aquelas que atendem setores críticos de reclamações e denúncias, por exemplo, do Disque 100? Esses números eu gostaria de ter

visto. Também os números em investimento, não só em treinamento, em saúde, segurança e qualificação das CIPAs. (*Palmas.*)

Com relação a você, Marcelo, a sua fala é muito bem-vinda, porque parte da premissa de que há problemas. Isto já é um primeiro grande passo para esse setor: que o setor patronal reconheça que os problemas existem.

Contudo, eu vou me apropriar um pouquinho da sua fala sobre não generalização e pedir a mesma coisa a vocês: não generalizem, porque o que eu mais escuto da empresa de *telemarketing* é: "Por que você grava todas as conversas?" Ah, porque alguns não fazem o atendimento direito. "Ah, então você grava todos e você entra a qualquer momento na fala de todos porque alguns não conseguem fazer o atendimento?" Por que você dá cinco minutos para ir banheiro? "Ah, porque alguns gostam de ficar descansando no banheiro". Ah, então você tira o tempo do banheiro de todo mundo porque alguns ficam descansando no banheiro? Então, por que a jornada é contada do *login* e não da hora que passa na catraca? "Porque alguns passam na catraca, ficam passeando e não vão até o posto de atendimento." Ah, então porque alguns ficam passeando eu não pago hora extra para ninguém desde que ele entra na empresa. Então, eu gostaria de pedir a mesma coisa: não generalizem, não generalizem. A empresa tem meios de controle dos alguns, e esse controle, com certeza, não é assediando moralmente todos, generalizadamente, está bom? (*Palmas.*)

A SRª RENATA COELHO – Então é isso. Mais uma vez o Ministério Público do Trabalho está à disposição tanto dos sindicatos quanto dos trabalhadores e das empresas para um diálogo aberto.

E vocês, como eu disse no início, estão de parabéns. Vir aqui ouvir não é fácil, ouvir o que eu disse, com certeza, não é fácil. Eu também, quando sou criticada no meu trabalho, nas minhas tarefas, acho que não é fácil, mas eu sou uma servidora pública, então, eu devo prestar contas para vocês, e é isso o que eu estou fazendo aqui hoje. Assumi, inclusive, falhas do Ministério Público do Trabalho diante de vocês, a nossa desorganização na nossa atuação. Então eu acho que reconhecer o problema é um grande passo para todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Renata Coelho.

Por favor, Senadora Regina Sousa, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Presidente e, em nome dele, todos os membros da Mesa.

Queria colocar algumas questões a esse respeito. Primeiro, não se questiona a importância da existência das empresas porque geram emprego, a contribuição na economia não está em questão, principalmente no momento que a gente está vivendo. Também alguém informou que o pessoal não é escolarizado, não é capacitado, mas, pelo menos no meu Estado, é um pessoal altamente escolarizado, até por causa da busca pelo primeiro emprego. Há aquela velha história da experiência, toda vez que se vai procurar emprego tem que ter experiência, então eles estão buscando experiência nesse setor. Estudantes universitários são só o que há nessas empresas, pelo menos no meu Estado.

Mas eu estou aqui e eu disse que me interessava, porque todos os temas interessam, para lembrar também que os prefeitos ficam loucos para atrair essas empresas, porque todo prefeito quer apresentar um saldo positivo de emprego no seu final de ano, no seu balanço. E aí eles dão isenção.

Talvez, eu não sei, Drª Renata, o Ministério Público do Trabalho pudesse atuar já a partir desta conversa em convênio com a prefeitura para colocar um termo de ajuste de conduta antecipado de algumas questões que as empresas tenham que cumprir, porque a legislação específica demora. Vocês viram aí que há uma lei de 2007, quer dizer, oito anos, e ela está dormitando ainda. Então, se começar um processo aqui, não pensem que vai ser rapidinho, apesar de todo o empenho do Senador Paim, porque não é fácil você fazer um projeto tramitar. Portanto, é preciso ir fazendo esses acertos de ajustes de conduta com o Ministério Público do Trabalho. Talvez agir no momento da instalação das empresas para elas se comprometerem já, de cara, com algumas coisas fosse importante.

Mas eu fiquei mais pela questão das mulheres, porque é uma categoria altamente composta por mulheres, 76%, como alguém falou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Setenta por cento. E eu estou, inclusive, como relatora das políticas públicas sobre violência contra a mulher, e eu não vou observar só o setor público, eu vou observar também o setor privado no meu relatório para lembrar que violência não é só pancada, há vários tipos de violência.

Eu recebi o sindicato uma vez lá no meu escritório e uma das coisas que se colocou muito lá foi a questão, além da jornada, que é somada, de todos os intervalos, de todas as folguinhas, que são somados e aí, em vez de seis horas, passam a ser sete... Eu vivi isso no Banco do Brasil, sou funcionária do Banco do Brasil. Quan-

do cheguei ao sindicato era uma das coisas que também havia no setor de processamento querer somar. E a gente derrubou isso. Não, se eu estou aqui à disposição do banco por seis horas, se ele me dá um intervalo de cinco minutos para descansar os meus dedos enquanto eu estou digitando, porque é lei, tem que contar, não pode subtrair, não é?

Mas a questão da mulher tem suas especificidades, e o que mais eu ouvi das pessoas que acompanharam o sindicato, primeiro, foi assim: no pós-parto, na pós-licença, pelo menos está quase generalizado lá em algumas empresas, a pessoa é mandada embora. Ela vai para uma geladeira. Eu ouvi dois depoimentos deste tipo: "Não há espaço para você agora, aguarde aí." E ela fica sem fazer nada, bate o ponto e fica lá, até que no terceiro mês, quarto mês, ela pede demissão, pede para sair – elas são obrigadas a pedir para sair. Ou, às vezes, a própria empresa demite. Eu conheço de perto alguns casos desses; não ficam.

Uma coisa simples que a Drª Renata falou é que não se admite uma empresa com quatro mil empregados não ter um berçário, não ter uma creche. A mãe tem que amamentar, é direito da mulher, ela tem que amamentar o filho. Eu conheço gente muito próxima a mim que saía, deixava a mamadeira cheia de leite materno para o filho mamar em casa para poder ir trabalhar. Mas a criança tem que mamar é no peito pelo menos até os seis meses de vida, de preferência, até um ano.

Então, essa questão precisa ser resolvida, não é preciso esperar a briga com o sindicato para resolver isso; isso teria que ser iniciativa de qualquer empresa que respeita seus empregados. (*Palmas.*)

Respeitem a mulher. Ser mãe é a coisa mais linda do mundo. Então não dá para se maltratar uma pessoa que acabou de ter um bebê.

Na questão do refeitório, eu ouvi muito isso também, as empresas colocam seus refeitórios lá dentro e não permitem que a pessoa saia para comprar a sua comida. Se tem outro gosto, às vezes, é outro preço... Eu ouvi muito isso das pessoas lá no meu Estado.

Quanto à questão da mulher, ainda há a questão dos intervalos. Mulher tem suas especificidades, todo mundo sabe que há uma fase do mês em que a mulher menstrua, e ela tem que se levantar, é necessidade, não pode esperar a hora em que ela pode se levantar. Então eu acho que é para essas coisas que se precisa de sensibilidade. Até porque, às vezes, na direção das empresas, são todos homens, não conhecem as especificidades da mulher, e fica mais difícil. Quando há direção feminina, é mais fácil conversar sobre essas questões específicas da mulher que precisam ser consideradas.

Então, eu fiquei mais para tratar dessas questões. São muitas coisas. Há a questão das doenças adquiridas. Na questão ainda da saúde, houve um caso lá de uma das pessoas que foram me visitar que disse que todos os dias saía e chegava em casa com dor de cabeça, sempre com dor de cabeça. Aí, pediu para sair porque não aguentava, foi fazer exame por conta disso e viu que era hipertenso. Quer dizer, quantas pessoas hipertensas não há? É preciso haver um departamento de saúde que veja isso. Se você tem quatro mil empregados, você tem que ter um departamento de saúde para olhar isso, porque, de repente, alguém tem um infarto lá dentro da sua empresa e aí pode complicar muito mais.

Portanto, são coisas muito simples que deveriam ser de iniciativa das empresas e viram pauta de trabalhadores, e mais pauta, e mais pauta, quando a pauta da negociação deveriam ser mais, simplesmente, as questões econômicas e as condições de trabalho mínimas. Algumas questões tinham que ser iniciativa das empresas. Essa questão do parto, das grávidas, isso é sério, porque eu já ouvi de outros Estados também esse relato. Eu acho que, porque a pessoa deu à luz, ela não pode ser castigada, não pode perder o emprego porque teve um filho. E isso acontece.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, eu quero, preliminarmente, cumprimentá-lo por mais esta audiência pública dentre tantas que V. Exª tem dirigido aqui na Comissão de Direitos Humanos. Quero também cumprimentar os demais expositores, que vêm aqui trazer uma contribuição significativa nesta terça-feira, sobretudo por esta causa, por este objetivo, que é a luta em defesa dos trabalhadores de *telemarketing*. Quero cumprimentar também a Senadora Regina Sousa, que já se manifestou a respeito do assunto, e cumprimentar a todos aqueles que participam desta audiência pública.

Eu, desculpem-me porque cheguei no final da audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sempre chega bem, já chegou assumindo a presidência.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas, nem por isso, eu deixo de reconhecer a importância do tema e, sobretudo, as consequências que poderão advir da audiência pública que está sendo executada neste momento sob a presidência do Senador Paulo Paim. Se não é o Senador mais atuante, para não exagerar, é um dos Senadores mais atuantes que nós temos aqui no Senado Federal, já está aqui há muitos anos, tem uma experiência muito grande e é um defensor das minorias. Eu, quando cheguei aqui, logo encontrei no Senador

Paulo Paim uma espécie de porto seguro, pela sua simpatia, pela sua solidariedade com os mais novos, orientando-nos e possibilitando que a gente pudesse seguir em frente no nosso caminho.

Objetivamente, eu quero aqui me expressar da seguinte maneira: há certos momentos em que nós nos perguntamos o que nós estamos fazendo, o que nós queremos, do que precisamos efetivamente e como podemos atingir os nossos objetivos. E são perguntas que nós fizemos a nós mesmos e que, muitas vezes, não sabemos responder. Por isso é que nós precisamos – nós eu falo em termos de me associar aos trabalhadores de *telemarketing* – associarmo-nos com outros companheiros em sindicatos, em organizações, e vamos em busca de ajuda, de alguém que possa encaminhar, alguém que possa nos ouvir, alguém que possa nos representar em um momento como esse. E eu acho que aqui a Comissão de Direitos Humanos pode bem ouvir e pode bem representar os interesses dos trabalhadores de *telemarketing* neste País inteiro.

Não há dúvida de que as condições de trabalho dos companheiros que exercem essa função não são reconhecidas, os salários são baixos, as condições de trabalho são, relativamente, em determinadas ocasiões tenho a impressão de que, inclusive, são indignas, entretanto, é preciso avançar nessa questão, sobretudo porque eu penso que esta questão está relacionada, invariavelmente, ou, via de regra, ao primeiro emprego propriamente dito.

O primeiro emprego é um momento marcante na vida de qualquer trabalhador, principalmente do jovem. Por isso, nós não podemos poupar recursos nem investimentos nem luta para que a gente possa oferecer aos trabalhadores de primeiro emprego e, sobretudo, aos de *telemarketing*, como nós estamos discutindo neste momento, as condições mínimas necessárias de dignidade e de respeito para que eles possam ali iniciar uma trajetória de trabalho e de realização, que é o objetivo que nós todos desejamos.

Portanto, eu quero me associar a esta questão e dizer que nada nos toca mais do que a violência contra os nossos jovens, contra os nossos trabalhadores, principalmente os de primeiro emprego. E quanto mais a gente discute aqui, Senador Paim, V. Exª que já é um veterano aqui nas discussões desses temas sociais, mais me parece que há pouca coisa funcionando no Brasil, entendeu? Parece-me que nós precisamos de uma reforma estrutural de base que parta de uma reforma administrativa que dê dignidade ao trabalhador e que, a partir dessa dignidade, possa cobrar do trabalhador também os resultados dele esperados.

De forma que eu também penso que o mundo, os empresários, invariavelmente, praticamente nós todos, nós somos avessos a mudanças. A rigor, nós detestamos a mudança, mas é a mudança a única capaz de trazer progresso, prosperidade, um novo tempo e um novo olhar.

E é nesse sentido que eu imagino que nós possamos estar aqui para discutir mudanças que venham fortalecer a categoria, que venham trazer mais dignidade, que venham trazer mais respeito, que venham trazer mais autoestima, e que venham trazer a expectativa de que esse primeiro emprego possa ser fundamental para a carreira ao longo da sua existência e ao longo da sua história. Eu até me atrevo a dizer que quem não tem capacidade para mudar a si mesmo não consegue mudar coisa nenhuma.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Paulo Paim por mais esta audiência pública e quero me associar aos direitos dos trabalhadores de *telemarketing*. Eu ouvi no rádio que existe aqui uma disposição de propor uma medida, um projeto de lei que possa, de certa forma, discutir e regulamentar essas questões relacionadas ao *telemarketing*, de forma que eu faço parte aqui da Comissão de Direitos Humanos como titular, e eu quero me colocar à disposição para que a gente possa continuar discutindo e, sobretudo, avançando nesses direitos dos trabalhadores, porque o que nós queremos e do que nós precisamos neste País é de trabalhadores cada vez mais preparados, porque estamos longe, longe, longe de conquistar aquela eficiência que países desenvolvidos já conquistaram.

Parece-me que, se compararmos a eficiência e a produtividade de um trabalhador brasileiro com a de um trabalhador americano, nós precisamos de quatro trabalhadores brasileiros para ter a produtividade de um trabalhador americano. Isso é fruto dessas questões que precisam ser discutidas também, das condições de trabalho, das condições reais, inclusive de remuneração, de reconhecimento dessas pessoas com relação, efetivamente, àquilo que as pessoas fazem. É nesse sentido que nós temos que avançar.

Contem comigo. Estarei aqui junto com o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Senador Dário Berger quis deixar mais uma vez registrado o seu compromisso aqui com os trabalhadores e trabalhadoras, inclusive, colocando-se à disposição para colaborar no debate e na votação do projeto para regulamentar, de uma vez por todas, a atividade de cada um.

Eu tenho aqui ainda um, dois, três, quatro, cinco inscritos. Devido ao nosso horário, já é meio-dia e havia o compromisso de encerrar ao meio-dia, eu gostaria que cada um pudesse usar em torno de três minutos só

para fazer um registro para que eu permita ainda que, também com três minutos, a gente tenha as considerações finais dos nossos convidados.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, não quero ser indelicado com V. Exª, mas sou relator, na Comissão de Educação, de um projeto de lei...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª tem que ir. Eu já estive lá...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Talvez vocês não saibam exatamente como é, mas o Senador Paim conhece bem a sistemática. Então, eu, infelizmente, vou pedir licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Muito obrigado pela participação aqui, foi muito positiva, como sempre. (*Palmas.*)

Fagner Tavares, por favor.

O Fagner está aqui? (*Pausa.*)

Fagner, tem que ser objetivo, mas não ser repetitivo, porque todo mundo já falou de tudo. Se puder ser pontual.

O SR. FAGNER TAVARES DE ALMEIDA – Presidente, eu gostaria de reforçar a importância, de fato, do que já foi colocado, mas gostaria que a gente avaliasse o Projeto nº 2.673. É claro que, quando ele chegar ao Senado, a gente sabe que o Senador Paulo Paim vai avaliar e nos ajudar nessa relatoria, mas a gente insiste no Projeto nº 2.673 porque é um projeto que já tramitou aí, já passou pela Câmara Federal, passou por várias apreciações e agora segue para o Senado.

Então, este é mais um apelo no sentido de que a gente reforce, de fato, essa regulamentação. Nós, dos sindicatos da Fenattel, fizemos isso junto com os trabalhadores dos nossos sindicatos e nós precisamo ter essa categoria reconhecida como trabalhadores, avaliando aí o sentido de aposentadorias especiais, tendo em vista que é uma atividade penosa, avaliando a questão de um piso nacional.

Então, é esse o recado que eu quero deixar e pedir o apoio desta Casa na regulamentação do Projeto nº 2. 673.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Deixe-me só dizer o seguinte: para sair dessa polêmica é fácil, pessoal. O projeto, aprovado na Câmara, virá para cá e, pelo que eu percebi, aqui não será aprovado por unanimidade como ele veio de lá. Vindo para cá, ele vai ter que ser aperfeiçoado pelo que percebi, pelo que algumas pessoas me falaram.

Então, não há problema nenhum de entrarem com um projeto aqui na Comissão, porque, quando entra com um projeto aqui na Comissão, se nós aprovarmos com rapidez, ele vai para a Câmara, e lá é apensado àquele que está lá. Se lá for aprovado antes, ele vem para cá e é apensado àquele que está aqui; portanto, não há problema nenhum e nós podemos contemplar as duas posições, porque, de qualquer forma, o projeto, ainda que a gente aprovasse aqui rapidamente, ele vai para a Câmara, e a Câmara vai alterar, porque faz parte do jogo democrático, e uma Casa é revisora da outra; ele vai ter que voltar para cá. E, se vier de lá para cá, nós o aperfeiçoamos. Com a contribuição que os companheiros vão dar aqui, eu posso mandar fundir os dois projetos, relato e remeto para a Câmara novamente.

Assim, não há problema nenhum de nós construirmos esse acordo. (*Palmas.*)

Rapidamente agora o Sandra Helena Dias.

A SRª SANDRA HELENA DIAS – Parabenizar mais uma vez este evento, este debate. Estivemos com o Senador lá em Salvador, na Bahia, onde tivemos a oportunidade, o Sinttel Bahia teve a oportunidade de entregar em mão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso!

A SRª SANDRA HELENA DIAS – ... a solicitação a respeito da regulamentação, visto que é urgente, já que existem empresas, por exemplo, como a Atento que fala em atendimento *home office*, o atendimento em casa, o que vai dificultar mais ainda a vida do trabalhador, a saúde, a fiscalização e todo o serviço, tanto do Ministério do Trabalho quanto dos sindicatos. Então, diante de tantos absurdos que a gente ouve e vê, esse, no meu entendimento, seria mais, o um atendimento em casa.

O trabalhador de *call center* é marginalizado muitas vezes, não digo nem mais discriminado; ele é marginalizado quando, em diversos momentos, a empresa demite o trabalhador por justa causa dizendo que o trabalhador cometeu fraudes. Quem é teleatendente aqui sabe do que eu estou falando, e nós, usuários, consumidores, também sabemos. Veja, quem ainda não teve um produto, como cartão de crédito, sem ter solicitado? Ou seguros, ou serviços de telefonia, entre outros? Então, o trabalhador é orientado, eu posso dizer assim, ele é incentivado, como anteriormente alguém falou, até a fazer uso de drogas ilícitas. Então, o trabalhador, muitas vezes, é inclinado a fazer uma venda indevida para bater a meta, porque, caso ele não bata, ele será penalizado,

e aí, depois, ele é submetido a uma demissão por justa causa, ou, muitas vezes, para fugir disso, esse trabalhador pede demissão. Então, a rotatividade do teleatendimento é muito grande em virtude dessas consequências.

Aproveitando Sandro Leal na mesa, quando fala da FenaSaúde, eu gostaria de saber se o Hapvida está na sua base. O Hapvida é um plano de saúde que toma conta do Nordeste, de todo o Nordeste, e para V. Exª ter ideia, Senador, ele oferece um serviço de atendimento em sete minutos.

(Soa a campainha.)

O SR. SANDRA HELENA DIAS – Então, a cada sete minutos, uma nova consulta, isso não existe em lugar nenhum, isso não é humanamente possível para nenhum profissional de saúde. Além disso, existem diversos serviços específicos ao atendimento, como fisioterapia, psicólogos, e esses serviços têm determinada a quantidade de atendimento, ou dez sessões de fisioterapia por mês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trinta segundos, por favor.

A SRª SANDRA HELENA DIAS – Desculpe, é porque é tanta coisa, Senador, e essa é uma oportunidade que realmente a gente não pode deixar passar.

Mas, para finalizar, representando aqui o Sinttel da Bahia, foi falado muito sobre a Call, o que, aí, só reforço a necessidade de nós, independentemente da entidade, estarmos conversando, porque, recentemente, na Bahia, uma empresa chamada AeC, conhecida por muitos aqui, quis lá se instalar, mas a nossa Iara, da Fenattel, informou-nos com antecedência quem era a AeC e nós conseguimos impedir que essa empresa se instalasse no nosso Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. SANDRA HELENA DIAS – Então, eu fico surpresa, realmente, quando eu ouço falar isso da Call, e nos colocamos à disposição, porque não queremos precarizar, esse não é o sentido. Infelizmente, a gente ainda não tem o piso regional no nosso Estado, o que dificulta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sandra Helena Dias.

Ricardo Pereira.

O SR. RICARDO PEREIRA – Boa tarde, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Eu me chamo Ricardo Pereira, sou operador de *telemarketing*, sou da década de 90; então, já passei por bancos, já passei pela 4A e, hoje, sou funcionário da Atento liberado para as atividades sindicais. Então, já participei de algumas atividades como o Anexo II da NR-17 sobre a regulamentação do Procon no atendimento ao consumidor.

O que nós vemos, hoje, no mercado de *call center* é que nenhuma empresa presta, que nenhuma empresa preza pela vida humana, que nenhuma empresa de *call center,* hoje, está preocupada com a saúde do trabalhador. O que nós vimos hoje... A gente chama carinhosamente – lá há uns companheiros e eu também sou – de a senzala digital, porque os trabalhadores hoje viraram máquinas nas mãos de empresários.

Eu vou te dar um relato rápido aqui para não ser muito repetitivo. Se você pega um bancário que faz teleatendimento, dentro do banco ele tem uma faixa salarial de R$2.000,00 e um tíquete refeição na faixa de R$25,00. E, aí, se você pega um terceirizado, é R$788,00 de salário e R$6,50 de tíquete – um dos maiores tíquetes é de R$6,50, porque há lugares em que é de R$4,00.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO PEREIRA – Então, temos ainda desgovernança de como são feitas as licitações do Governo Federal e dos governos estaduais e governos municipais. Porque, quando o governo faz uma licitação e pega qualquer empresa para fazer esse trabalho, ele também se torna responsável, porque ele tem que conhecer quem participa de licitações, ele tem que saber se a empresa tem convenção coletiva, se a empresa realmente está pagando INSS, está pagando Fundo de Garantia, porque muitas dessas empresas aí não estão pagando mais, deixando a desejar.

Então, é um apelo aos operadores de *telemarketing* de todo o Brasil para que o nosso projeto, o projeto de todos, seja regulamentado para que nós possamos realmente lutar em favor dos trabalhadores.

Nós temos um piso regional, no Rio de Janeiro, de R$1090,00. Aí a gente coloca, vai no Ministério Público, denuncia...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO PEREIRA – ... que as empresas estão pagando abaixo do piso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, por favor, porque já se passaram os três minutos e meio.

O SR. RICARDO PEREIRA – Ah, perdão.

E, quando chegamos ao Ministério Público do Trabalho, eles dizem que não pode intervir diretamente. Então, fica um apelo aí a todos e a todas, vamos lutar juntos e sempre. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Ricardo Pereira.

Agora a Bruna Vasconcelos.

A SRª BRUNA VASCONCELOS – Olá, primeiramente eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu acho que para nós que somos do Disque 100 é uma oportunidade única, porque, hoje, 250 pessoas terminam o aviso prévio da Call Tecnologia. Queria agradecer ao assessor parlamentar do Senador Paulo Paim, o Agostinho, uma pessoa maravilhosa, um ser humano único... (*Palmas.*)

Pelo pouco que eu tive contato que ele, queria agradecer; e ao Senador Paulo Paim, porque a gente também teve uma conversa antes deste momento aqui com relação à situação do Disque 100; e à Vivian que, realmente, eu acho que não posso nem falar isso, mas eu vou usar, se alguém acredita em outras crenças, mas respeito também, mas Deus colocou-a nas nossas vidas e espero que continue.

Gente, a minha trajetória no Disque 100 é de dez anos de luta nos direitos humanos, e, em 2012, quando o serviço virou uma ouvidoria de direitos humanos, a ouvidoria absorveu o serviço e, aí, veio a questão da terceirização. A Call Tecnologia ganhou a licitação e assumiu esse contrato. E acho que eu vivenciei as maiores formas de assédio moral em direitos humanos que pode haver; tudo eu sofri lá, e a consequência de hoje é um adoecimento que eu tive, muito forte, e, mais do que isso, o fato de, hoje, não estar preparada para o mercado de trabalho. Eu estava conversando com as meninas que, hoje, a gente sai com a seguinte pergunta: o que é que eu vou fazer? Porque foi tanta violação, e em um serviço em que a gente acolhe o cidadão, a gente está ali para acolher denúncias gravíssimas, até suicídios eu, Bruna, já presenciei, quando era operadora, ouvindo o som de um tiro na ligação. Então, são coisas que só quem está lá vivencia.

Eu tive uma gravidez de alto risco e meu filho, hoje, é a consequência do Disque 100, eu falo para vocês, porque eu tive que tomar antidepressivo durante a gravidez. E eu só queria complementar a minha fala com um *e-mail* que eu mandei para a minha gerência na época, só para vocês entenderem o que a gente passava quando era obrigada a ir de madrugada: "Meu filho não dorme bem à noite; resumindo, quando venho pela madrugada, durma apenas duas horas, fico totalmente variada. A SDH precisa compreender a minha situação." Nesse ponto, eu já estava pedindo ajuda para o cliente.

(Soa a campainha.)

A SRª BRUNA VASCONCELOS – E dizia eu: "Estou tomando vários medicamentos, entre eles um que vem me ocasionando fortes enxaquecas, e não posso ultrapassar o meu limite. Vou te mostrar todos os exames que estou fazendo. Preciso de ajuda."

Então, aqui, naquele momento, há um ano mais ou menos, eu já estava falando para a minha gerência que eu estava adoecendo. Então, só quem vivenciou comigo sabe o que... E eu posso dizer para vocês que eu queria deixar uma pergunta até mesmo para vocês nos ajudarem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

A SRª BRUNA VASCONCELOS – O que são direitos humanos?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Tatiana Rodrigues, por favor.

A SRª TATIANA RODRIGUES – Eu não vou ficar aqui preocupada com um discurso longo nem com um discurso pronto; vou trazer a realidade de uma simples trabalhadora que, hoje, não tinha R$8,00 de passagem para estar aqui. Eu cheguei aqui de carona, mas eu não podia perder a oportunidade de estar aqui, de fazer valer os meus direitos e os direitos de 400 empregados que foram demitidos pela Call Tecnologia sem o mínimo de dignidade, simplesmente saindo pela porta dos fundos.

Eu não estou falando aqui, gente, de uma empresa de *telemarketing* qualquer; é um atendimento em que operadores lidavam com as mais horrendas violações de direitos, e, em nenhum momento, a gente tinha suporte. E, aí, eu vivenciei na pele – e não falo isso da boca para fora –, fui vítima de assédio, de adoecimento, de uma gestão de coronelismo, de opressão, em que simplesmente utilizaram dos seus trabalhadores quando eles serviam e, quando não serviam, jogaram fora. E, aí, eu falo para vocês que, hoje, saio da Call Tecnologia, – e não sou só eu não, era para esta sala estar aqui cheia daqueles trabalhadores, mas, como ainda estão cumprindo aviso lá, não podem estar aqui talvez por medo de sofrer alguma opressão –, mas a gente sai da Call Tecnologia sem dignidade. Eles tiraram da gente o que era mais precioso, que é a dignidade de um trabalhador.

Então, muito obrigada. Peço a ajuda de vocês para aqueles trabalhadores que estão lá sem voz e sem vez. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Tatiana Rodrigues, que falou de forma direta, objetiva, mostrando toda a sua indignação, como todos os que aqui falaram e que também foram na mesma linha.

Agora, eu vou fazer um apelo, como nós estamos com problema de horário, para que quem usar da palavra agora seja breve e que quem puder abrir mão da palavra por ter participado das mesas que o faça, porque ajudaria muito.

Contudo, vou passar a palavra para a Drª Odete, que havia pedido logo no início ainda.

Então, por favor, Drª Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho, representando o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Quando eu chamo doutora, pessoal, é apenas quase que um carinho para cada um, não precisa ninguém ficar bravo se eu chamar de doutor ou doutora. Às vezes, a pessoa fala: "não me chama de doutor", e eu digo: "tubo bem". A mim pode chamar, e eu não sou doutor coisa nenhuma. Dizem: "Olha, Dr. Paim..." E eu digo, "Sim, qual é o problema?" E já estou atendendo e pronto. (*Risos.*)

E se chamar:"Ô, Paim...", eu atendo também; se me chamar de Senador, eu atendo também, Não há problema nenhum. O Bira me chama de Paim, por exemplo. Então, não fiquem chateados, até porque eu não sei o título de cada um.

Por favor.

O SR. ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, parabenizar o Senador Paulo Paim pela brilhante atuação em defesa desses trabalhadores, e continuar nessa luta, que, eu tenho certeza, vai trazer ótimos frutos.

Eu vou ser bem breve. Eu gostaria só de fazer alguns comentários em relação à fala do Marcelo, porque ele colocou algumas coisas muito pertinentes. A grande surpresa para mim, hoje, aqui, foi a presença dos empregadores. Isso é o sucesso da audiência. Da outra vez, eu creio que não houve ninguém, e pena que foram poucos; estão faltando alguns, mas eu acho excelente a participação, é um grande avanço. E, mais ainda, quando se fala que realmente existem riscos e problemas no ambiente, isso é outro grande avanço, porque há muito tempo a gente vem tendo reuniões e foi muito difícil chegar a este ponto de os empregadores reconhecerem que há problemas e que a gente precisa conversar sobre eles. Então, isso foi um grande ganho; parabenizo a presença de vocês aqui.

Em relação à sua fala de que o problema é mundial, sim, o problema, a questão do teleatendimento é mundial; o teleatendimento é algo irreversível, está no mundo todo. Mas isso não quer dizer que, por estar no mundo todo, por ser algo necessário, a gente tenha que ficar calado frente à maneira como vem sendo feito não só no nosso País, mas no mundo todo. E lá se tem feito, como a gente trouxe alguns trabalhos aqui mostrando que os problemas também existem lá, mas o que a gente não pode deixar acontecer, porque, infelizmente, eu já ouvi isso de operador de teleatendimento, de gerentes, é ficar como se fosse uma coisa natural: "no teleatendimento é assim mesmo, aqui é assim, e, se não aguentar, tem que sair." Isso não é certo! A gente não pode entender assim a organização do trabalho.

E você falou que há empresas sérias. Claro que há; eu não estou falando que as empresas são desonestas. Elas acreditam que essa forma de organização do trabalho, aplicada no mundo todo, está correta, mas é isso que a gente não pode aceitar e é isso que a gente está tentando reverter. (*Palmas.*)

A gente faz um apelo também, aproveitando aqui a presença do representante dos empregadores, para um problema que a gente colocou no início da nossa fala, que é o reconhecimento dos riscos, que eu acho que é um grande começo. Os programas de saúde e segurança no trabalho não reconhecem que há risco nenhum no ambiente de trabalho, o que é um absurdo, é algo completamente inaceitável frente a tudo que a gente tem dos nossos trabalhos, mesmo no Ministério do Trabalho, e, além disso, dos trabalhos científicos mostrando que há, sim, essa relação. Eu acho que seria um grande começo as empresas começarem a aceitar que existe, colocar isso no papel e, aí, tomar medidas para minimizar, controlar ou reduzir esses riscos. Assim, com certeza, os adoecimentos vão se reduzir.

Então é isso, não vou me alongar muito para a gente deixar os outros participantes falarem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Odete Cristina Pereira Reis, que falou em nome do Ministério do Trabalho e da Previdência.

Agora com a palavra a Srª Valmira Luzia da Silva.

A SRª VALMIRA LUZIA DA SILVA – Eu quero agradecer a oportunidade em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo, da diretoria do Sintratel-SP.

Nós iniciamos a nossa trajetória 25 anos atrás, contribuímos com a construção de Sintrateis pelo Brasil afora, inclusive Campinas e Ceará, e temos orgulho de sermos trabalhadores e trabalhadoras em *telemarketing*, apesar das agruras, porque, como eu coloquei, nós entendemos que não é uma particularidade do setor, e, sim, em virtude de sermos mulheres, afrodescendentes e jovens – eu não sou mais, mas quando eu ingressei éramos, não é? –, e nós sabemos muito bem que é justamente por esse motivo que se dá esse tipo de precarização, essa forma de organização rígida. Como eu coloquei, e repito, nós não vamos aqui criar estranheza e dizer que é um setor que surgiu para precarizar. Essa precarização ocorre há muitas décadas no nosso País, e a comprovação do que eu estou colocando é a leitura que nós fazemos da legislação que trata do jovem aprendiz no mercado de trabalho, que não traz para esse jovem nenhuma garantia real de inserção em condições benéficas. Ao contrário, cumpriu um pequeno papel lá atrás, na época da indústria, do Senac, Senai, e deixou de cumprir há muito tempo.

Então, nós precisamos regulamentar o trabalho para a juventude, para as mulheres, que são arrimos de família, são mães, porque basta que você tenha um filho que você já é o chefe de família. Então, as mães, mulheres trabalhadoras do setor de *telemarketing*, a juventude, os afrodescendentes, que, hoje, estão no setor de telemarketing, mas, amanhã, pode surgir um terceiro, um novo setor precarizado com esta mesma população.

Portanto, o Estado, como eu coloquei, tem que assumir responsabilidades, tem que garantir creche para essas mulheres trabalhadoras. Como há muitas décadas foi garantido aos trabalhadores da indústria uma série de benefícios, nós também hoje movemos a economia e precisamos dessas garantias do Estado...

(Soa a campainha.)

A SRª VALMIRA LUZIA DA SILVA – ... precisamos da responsabilidade social do empregador e precisamos, eu quero colocar aqui, já que estamos reunidos – Fenattel, Sintrateis – de unidade para que nós possamos fazer a luta de maneira unificada; repito: de unidade.

Então, eu pleiteio aqui que nós, sindicatos laborais, tenhamos unidade na luta, independentemente das diferenças ideológicas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Anderson Borja.

O SR. ANDERSON BORJA – Senador, em função do tempo, eu abro mão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Anderson.

Ubiraci Dantas de Oliveira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – A primeira questão que eu queria falar, sobre a generalização, é o seguinte: a generalização colocada aqui foi muito clara, citando, inclusive, onde estavam os problemas. Várias empresas foram citadas aqui, agora, se houver alguma empresa de telemarketing que seja beleza, zero bala, coloca na mesa aqui para a gente poder analisar. (*Palmas.*)

Não tem problema! Até para que a gente possa, inclusive, usar como exemplo para ir para cima daquelas que não querem ter nada a ver com a hora do Brasil e com a situação dos trabalhadoras.

Então, Marcelo, o objetivo que eu coloco aqui é no sentido de resolver os problemas do conjunto, de todo mundo. E, se você puder colocar as boas para nós, não há problema nenhum.

Agora, com relação ao projeto, eu não conhecia o projeto que a companheira levantou, nem que o companheiro levantou, eu conheci na primeira audiência que seria a de 2005, que você falou...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – De 2007.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – De 2007. Eu só soube agora, sinceramente; se soubesse, a gente poderia ter dado a nossa contribuição anteriormente. Por isso é que eu acho importante fazer essa protocolização como a Vivian e o Anderson falaram aqui. E, aí, Paim – permita-me dizer assim, irmão, metalúrgico, um companheiro que se sente, inclusive, honrado quando a gente fala isso –, é no sentido de usar aqueles termos de que o Paim falou: se a gente vier para cá, a gente junta e, com certeza, vai sair um relatório a favor dos trabalhadores, disso eu não tenho dúvida.

Parabéns a você mais uma vez, nosso companheiro lutador. Conte com a gente! Sempre que você precisar, é só convocar que nós estamos na área. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse é o Bira, Presidente da CGTB.

Liduína Marques.

A SRª LIDUÍNA MARQUES – Presidente, devido ao horário, eu também abro mão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Liduína Marques.

O Stan Braz também abriu mão, porque ele ia sair...

Só um minutinho. Todo mundo vai ter a sua oportunidade, pessoal. Eu só tenho que passar aqui a lista.

Maria Iara Martins Paiva.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – A minha fala é rapidíssima, Senador, apenas para deixar clara a posição da nossa Federação, a Fenattel. Ratificamos e conclamamos a disposição da unidade da parte laboral em busca da proteção desse trabalho de teleatendimento através da aprovação dos projetos de lei. Vamos ser inteligentes, extrair o que há de melhor em ambos os projetos e, com a proteção do nosso padrinho aqui, Paulo Paim, com certeza, a gente vai ter a disposição e a celeridade necessárias, porque essa regulamentação, sem dúvida alguma, é para ontem.

Esse Projeto nº 2.673, basicamente, define a jornada de seis horas de trabalho, e não de seis horas e vinte, com dez minutos de pausa a cada 50 trabalhados, o piso de salário mínimo para quem tem jornada parcial, porque, independentemente de a gente gostar ou não, a jornada parcial existe, e as folgas aos finais de semana.

Isso é o que a gente extrai de melhor desse projeto e que, com certeza, vai se somar às ideias brilhantes do novo PL aqui no Senado.

Então, a disposição da Fenattel de somar e de acelerar a tramitação nesse trabalho de regulamentação.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maria Iara Martins.

O Valeir Ertler, pela CUT, eu acho que já foi.

A Vivian dos Santos Queiroz tem três minutos.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Vai ser bem rápido. Só agradecer a presença de todos, das entidades patronais, dos companheiros das entidades sindicais, dos trabalhadores, as centrais sindicais.

Quero apenas colocar que o nosso posicionamento também, do Sintratel Campinas, é o de construção de unidade entre as entidades para a construção de melhores condições para os trabalhadores. Nós só gostaríamos de protocolar junto ao Senador a nossa proposta, que foi discutida com o Sintratel Campinas, Sintratel Ceará e Sintelmarketing, em Pernambuco, porque a gente vê como primordial o estabelecimento de um piso mínimo salarial nacional digno para os trabalhadores, não baseado em salário mínimo nacional. Isso porque, se a gente fosse se basear em salário mínimo nacional, não haveria negociação coletiva. Salário mínimo nacional é o mínimo do mínimo, e a gente tem que brigar, como entidades sindicais, gente, por mais e melhores condições de trabalho – está certo?

Agradeço aqui ao Paim pelo carinho com a nossa categoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Vivian dos Santos Queiroz, que reafirmou a importância dos dois projetos.

Sandro Leal Alves.

O SR. SANDRO LEAL ALVES – Em atenção à Sandra, que perguntou se a Hapvida era nossa associada, é sim. As questões que você colocou eu acho que fogem um pouquinho ao tema aqui e a gente podia até conversar depois aqui por não estarem diretamente associadas ao caso aqui em discussão.

Eu gostaria, só para finalizar, de agradecer o convite ao Senador Paulo Paim, eu tive uma manhã produtiva hoje aqui, eu acho que foi um raio X que eu tive oportunidade de ter conhecimento aqui, de modo que saio muito honrado com o convite e coloco novamente a FenaSaúde à disposição do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sandro Leal Alves.

Marcelo Proença, seus três minutos também agora.

O SR. MARCELO PROENÇA – Eu queria, rapidamente, apenas agradecer, Senador, a gentileza do convite e a possibilidade de vir a falar. E, sobretudo, a gentileza com que nós fomos tratados e recebidos por todos aqui. Vocês, apesar de terem posições muito claras e, em determinada medida, divergentes das nossas, foram muito gentis, muito receptivos às nossas falas e muito respeitosos. Então, não tenho outra palavra a não ser dizer muito obrigado.

E louvo a fala agora final da Valmira, da Iara e da Vivian no sentido da necessidade de unidade, de uma fala única de vocês, porque isso viabiliza o diálogo e facilita a conversa.

De resto, ratifico integralmente o que falei antes, e o Sinstal está à inteira disposição de todos para aquilo que for necessário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcelo Proença.

Então, vamos para os encaminhamentos finais.

Primeiro, quero dizer que esta audiência pública cumpriu todos os seus objetivos, sobretudo o de deixar claro para o Brasil principalmente... E, com o sistema de comunicação aqui da Casa, eu sempre digo que, no mínimo, dois milhões de pessoas assistem aos nossos trabalhos. Como são 200 milhões de brasileiros, no mínimo 1% assistindo dá dois milhões de pessoas assistiram a esse debate. E os encaminhamentos finais são de que a gente vai encaminhar o projeto de regulamentação da categoria já, como diz ali a frase, e, ao mesmo

tempo, vamos ficar solidários para que o projeto que está lá na Câmara venha para cá. Se chegar em tempo, eu vou, como Relator, apensar um ao outro; se não, aprovamos esse, que será apensado lá. De qualquer forma, atingiu o seu objetivo.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Nós gostaríamos, Senador, de aproveitar o momento, o Sintratel Campinas, Sintratel Ceará...

Deixem-me só verificar aqui as entidades que assinaram este projeto.

O companheiro Ubiraci, da CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, o companheiro Anderson Borja e a companheira Louise, do Sintratel Ceará, Geraldo Estevão, do Sinttel do DF e a Liduína Marques, da Fetrace – Federação dos Empregados do Comércio e Serviços do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está, muito bem.

Segurem um pouquinho aqui, podem ficar aqui mesmo, porque eu vou só dar um aviso e, daí, então, eu entrego antes de encerrar e com todos de pé.

Quero só lembrar a todos que nesta quinta e sexta, dias 5 e 6, nós estaremos em diligência para debater o negociado sobre o legislado e a terceirização, em Belém, Pará, às 14 horas; Macapá, Amapá, às 9 horas da manhã. Os dois debates serão nas assembleias legislativas respectivas.

Eu estou muito preocupado – o Bira deu um toque aqui – com a notícia de que, a partir de uma carta foi divulgado este final de semana, haveria um movimento aqui no Congresso para aprovar terceirização sem limite e ainda o negociado sobre o legislado, porque aí acabou CLT, acabou lei, acabou piso, acabou tudo; bom, daí não há mais razão de existir o Congresso. Se não vale lei nenhuma mais para o trabalhador, onde é que nós chegamos? (*Palmas.*)

É um absurdo querer aprovar o negociado sobre o legislado; é um desrespeito à CLT, à própria PEC das domésticas que aprovamos recentemente em uma ampla negociação. Queiramos ou não, as próprias leis que vieram aqui por medida provisória e que tocam nos direitos dos trabalhadores não vão valer mais nada? Eu não acredito que o Congresso vá aprovar isso. Eu disse lá na Câmara, quando tentaram e lá nós derrubamos, que só por cima do meu cadáver, eu diria aqui agora: vocês podem tentar aprovar, mas vão que vão enfrentar aqui um bom combate, vão. Nós vamos pelear nem que seja no cabo do facão para evitar que esse projeto seja aprovado.

Ainda, antes de encerrar, eu, neste momento, recebo aqui o projeto que vai garantir a regulamentação da categoria. (*Palmas.*)

Eu acho que todos podem ficar de pé aqui, porque, na verdade, é a unidade. Podem entregar os dois.

Não, venha para o lado de cá, e eu convidaria os outros companheiros que estão no plenário que venham aqui para a frente também, para tirarmos uma foto coletiva aqui com os dois projetos sendo entregues.

Assim, agradecendo a todos, declaro encerrada a nossa audiência pública.

Vamos à foto coletiva agora.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 100ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH E 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NO PLENÁRIO Nº 2 DA ALA NILO COELHO.

Às nove horas do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Paulo Paim, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, José Pimentel, Donizeti Nogueira, Edson Lobão, Dalirio Beber, Waldemir Moka, Hélio José, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Romero Jucá, Eduardo Amorim, das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Marta Suplicy, Maria do Carmo Alves, Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Fátima Bezerra e do não membro Senador José Agripino. Registra-se a presença do Deputado Ricardo Izar. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº160 de 2015-CDH e do Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 43 de 2015, ambos de autoria da Senadora Marta Suplicy, para instruir o PLC 133/2015, que "altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; José Augusto Nascimento R. Santos, Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza – ABSB; Achiles Augustus Cavallo, Advogado Tributarista; Márcio Michelasi, Diretor Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo – PROBELEZA; Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE; Daniel Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do Distrito Federal - SINDBELEZA-DF; Marcelo Francisco Chiodo, Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares no Estado do Rio Grande do Sul; Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do RJ – SEMPRIBEL. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do PLC 133, de 2015. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Francisco Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT CONTRACS; Liduina Marques Costa, Presidente do Sindicato dos Empregados dos Salões de Cabeleireiros e Profissionais Autônomos na Área de Beleza do Ceará – SINDBeleza/CE; João Barbosa de Siqueira Filho, Vice-Presidente da Federação dos Serviços de Minas Gerais e Presidente do Sindicato dos Institutos de Beleza, Salões de Cabeleireiros e Profissionais Autônomos da Área de Beleza do Triangulo Mineiro e Auto Paranaiba – SindSITA; Eliana Ribeiro, Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Instituto de Beleza e Similares de Belo Horizonte – SindCabs/BH. O Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Dalirio Beber às onze horas e quarenta e sete minutos. O Senhor presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim às onze horas e cinquenta e seis minutos. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Eduardo Amorim, Romero Jucá, José Agripino, Weldemir Moka, Dalirio Beber e as Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra, Marta Suplicy e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 20ª Reunião conjunta das Comissões Permanentes da 100ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 33ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 160, de 2015 – RDH e nº 43, de 2015 – RAS, ambos de autoria da Senadora Marta Suplicy, que é Relatora da matéria, para instruir o PLC nº 133, de 2015, que altera a Lei 12.592, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

Esta audiência pública está se realizando em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas têm interesse em participar com comentários ou perguntas pode fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.com.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

A Senadora Marta Suplicy, como Relatora, estará na mesa com a gente. Nesta Comissão, quando o Senador pede audiência ele preside, a não ser nos casos em que é relator, porque não pode ser relator e presidir também. Fora isso, eu sempre cedo à Presidência àquele que postulou a iniciativa. Quando é relator, eu presido e o relator fica na mesa ajudando encaminhar os trabalhos.

Como todas as audiências públicas são transmitidas pelas redes de internet, pela TV Senado e pelos canais respectivos e ainda são divulgadas pela Agência Senado, faço uma pequena introdução, construída normalmente pela Assessoria da Casa, mas claro que assumo a responsabilidade pela introdução, para situar todos sobre o tema, para aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado ou participando pela internet, saibam o motivo dessa audiência pública.

Hoje faremos uma audiência pública com o objetivo de instruir o PLC nº 133, de 2015, que dispõe sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

O projeto encontra-se nesta Comissão por indicação deste Presidente e, solicitado por ela, foi indicado como relatora nesta Comissão a Senadora Marta Suplicy.

Aqui é critério é o seguinte: o primeiro que pede leva. Eu não escolho relator, pode ser bispo, pode ser padre, pode ser sacristão. Eu estou me referindo inclusive ao partido ou às partes interessadas. Pediu, levou. Houve um projeto, por exemplo, que eu dei à Senadora Marta Suplicy casualmente, e o segundo a postular foi o Senador Magno Malta. E havia um setor que era totalmente contra a que o Senador Magno Malta pegasse. Aqui segue a hierarquia. Aqui não há ninguém melhor do que ninguém. Senadora Marta desistiu, foi para o Senador Magno Malta.

Então, nesse caso, ela foi a primeira a pedir porque já havia relatado em outra Comissão, e naturalmente, tranquilamente, ela sumiu a relatoria.

Enfim, trata-se de uma oportunidade para que a categoria envolvida exponha o seu ponto de vista acerca do projeto e fale sobre as principais necessidades do ramo. Assim podemos construir uma regulamentação que preserva interesse de todos, tanto daqueles que são os operadores, os articuladores, os empreendedores, como os profissionais.

O exercício profissional nos salões de beleza ainda não está bem regulamentado no País. A maioria desses profissionais exerce suas funções sem subordinação recebendo por comissão ou percentuais. Como é hoje. Ainda aqueles que são contratados diretamente, autônomos e ainda diversos trabalhadores que estão na informalidade.

Por isso se encaminha para essa regulamentação que aqui será debatida, ouvidas as duas partes.

Podem saber que não é um tema tranquilo. É um tema polêmico. Aqui as partes vão se posicionar, e os Senadores votarão, porque a vida é assim. Eu me lembro sempre de que, quando fui Constituinte, Ulysses Guimarães dizia quando não havia entendimento: "Votem, Srs. Constituintes." E os Constituintes votavam. E é assim que decide quando não há acordo. Tomara que daqui se saia com um acordo geral, total e irrestrito, mas, se não for possível, é no voto.

O PLC nº 133, de 2015, traz uma alternativa à legislação trabalhista. Por uma série de motivos, alguns dizem que como ela está merece ser aperfeiçoada.

A proposta cria a figura do salão-parceiro e do profissional-parceiro, adotando assim o regime especial de tributação previsto no Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

Senadora Marta Suplicy, por favor, já anunciei que a senhora sentaria aqui ao meu lado, pois é critério desta Comissão que, quando a relatora é autora do requerimento fica na mesa. Se não fosse relatora, ela iria presidir. Ela só não pode presidir e ser relatora, nos moldes que adotamos nesta Comissão.

Fiz uma pequena introdução só para situar todos sobre o debate que teremos aqui na Comissão.

Teremos duas Mesas. E, de imediato, vamos à primeira Mesa, para a qual convido... E já alertava que aqui estão aqueles que estão a favor e aqueles que pensam contra, porque assim é esta Comissão, ouvindo sempre todos. Há momentos em que fizemos até em duas reuniões, numa quem pensa de uma forma e em outra

quem pensa diferente. Mas todos pedem uma terceira, onde as duas partes estejam juntas para uma tentativa de acordo.

Como a Senadora Marta Suplicy é relatora na Comissão de Assuntos Sociais e também na Comissão de Direitos Humanos, é importante que ela ouça as partes, porque naturalmente ela quer construir algo que seja de interesse de todos.

Mas eu dizia que a vida é assim, nem sempre a gente consegue o ideal, que é um acordo total, geral e irrestrito, e aí a decisão muitas vezes tem que ir a voto. A audiência é que vai dizer qual o caminho.

Convido Moacyr Roberto Tesch, que representa a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, de onde ele é o Secretário-Geral. (*Palmas.*)

Convido Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas. (*Palmas.*)

Convido José Augusto Nascimento Santos, Presidente da Associação Brasileira dos Salões de Beleza (ABSB). (*Palmas.*)

Convido Achiles Augustus Cavallo, advogado tributarista. (*Palmas.*)

Convido Márcio Michelasi, Diretor-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins, de São Paulo (Pró-Beleza). (*Palmas.*)

Convido Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do Sebrae. (*Palmas.*)

Essa é a primeira Mesa, teremos depois de uma segunda Mesa. Posso ler, para que todos se sintam já contemplados. Para nós, não importa a primeira ou a segunda Mesa. Eu até digo que o bom é a segunda Mesa porque fica participando do debate diretamente da segunda Mesa. Mas é por ordem de chegada.

Segunda Mesa:

Daniel Borges de Oliveira, Presidente Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Marcelo Francisco Chiodo, Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares do Estado do Rio Grande do Sul.

Valeir Ertle, Secretário-Geral da CUT.

Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Por fim, Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, do Município do Rio de Janeiro (Sempribel).

De imediato vamos iniciar os nossos trabalhos, mas faço questão de registrar os Senadores presentes: Senadora Marta Suplicy, que é relatora da matéria; Senadora Angela Portela; Senador Donizeti Nogueira e Senadora Ana Amélia.

Sejam todos bem-vindos.

Uma salva de palmas para todos os Senadores. (*Palmas.*)

Eles estão prestigiando a nossa audiência pública.

Por favor, Moacyr Tesch, falando pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores. São dez minutos para cada um.

Eu vou pedir a todos, como são duas Mesas, e eu tenho a mania de abrir ao Plenário, para que, de forma equilibrada também, falem dois que têm posição favorável e dois contra o projeto em debate.

Nós abriremos também ao Plenário para que duas posições possam ser expressadas. E, claro, sabendo que os Senadores falam aqui a qualquer momento. E a relatora é prioridade número um na fala ou pergunta, ou qualquer tipo de manifestação que ela assim pretender.

Moacyr Roberto Tesch com a palavra por dez minutos.

Com nove minutos, a campainha toca.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Gostaria de, primeiramente, cumprimentar o Presidente, Paulo Paim, nossa Relatora, Marta Suplicy, os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras, senhores dirigentes sindicais, os seus empresários, em especial nossa Diretora, Mariazinha, que aqui se encontra presente.

Senador Paulo Paim, permita-me, dentro dos meus dez minutos, abrir um parêntese para falar sobre essa data de hoje tão importante. Não sei se passou despercebido por alguém, mas com certeza não, hoje nós estamos, e permita dizer que estamos porque estou na mesa, participando da 100ª audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Eu gostaria, se me permitir quebrar o protocolo, de que todo o Plenário aqui desse uma salva de palmas à Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Eu acredito que seja entre as comissões a mais operante, que mais tem envolvido a sociedade nas discussões do que interessa à sociedade brasileira.

Quero parabenizar também o Senador Paulo Paim pela sua caminhada. Nós o temos acompanhado, andando por aí afora, inclusive com a participação do Dr. Max, que representa os advogados, percorrendo esse Brasil afora, em audiências públicas no Brasil inteiro, na discussão sobre a questão da terceirização. Audiências essas que já são dezenove. Essas audiências têm contribuído e muito para esclarecer os Srs. Senadores, a sociedade de forma geral, sobre o PLC nº 30, que está nesta Casa e que traz a terceirização como a sua bandeira principal.

Fazendo, essas considerações, Sr. Presidente, eu gostaria de entrar diretamente no assunto agora.

Senador Paulo Paim, Senadora Marta Suplicy, esse projeto eu acho que é um dos piores que existem nesta Casa. É um projeto que é a tentativa de colocar a corrente nos pés de seus funcionários, voltar à escravidão na sua forma mais cruel.

Este Senado teve uma participação muito importante, na legalização e na humanização dos funcionários domésticos, das empregadas domésticas. Foi feita a humanização do direito a férias, do direito a Fundo de Garantia, do direito ao seu registro, do direito à jornada de trabalho e do direito a descanso semanal.

E os protetores desse projeto estão efetivamente tentando tirar todos esses direitos dos trabalhadores para colocar uma chapa dizendo que eles são parceiros. Que tipo de parceiros são esses que retiram todos os seus direitos? Essa é a verdadeira terceirização que tem sido combatida de forma geral e irrestrita por todo este País afora. Nós temos tido apoio de praticamente todos os Senadores desta Casa, onde são feitas essas comissões.

Os Senadores que não tenham participado das ações, dessas audiências públicas, têm comunicado o Senador Paulo Paim a sua participação e seu efetivo apoio ao combate da terceirização da forma que está sendo colocada.

Senador Paulo Paim, Senadora Marta Suplicy, este projeto é o projeto em que se torna uma empresa sem ter sequer um funcionário. Poderá efetivamente um salão-parceiro ter 20 cadeiras, ter 50 pessoas trabalhando, 200 pessoas trabalhando, e o proprietário do salão não ter sequer um funcionário. Por quê? É feita a terceirização de forma irrestrita, desde o profissional que corta, da manicure, de todo o pessoal. Todas as pessoas chamam-se parceiros. Em um momento traz em nome da modernidade, em outro momento traz em nome do parceiro, outro momento para reduzir custos. E assim vão classificando na verdade esse tipo de procedimento.

Nós, os trabalhadores da Nova Central, e tenho absoluta certeza de que a maioria dos brasileiros que têm consciência e consciência social jamais apoiaremos um projeto desses.

Nós temos, Senadora Marta Suplicy, na sua mão uma preocupação muito grande. E nós depositamos na sua mão a preocupação desses trabalhadores.

Não quero – e pelo seu passado e pela sua história, de uma pessoa que tem um cunho social, que tem uma visão política e social dentro do seu sangue –, nós não imaginamos que a senhora vá manchar o seu passado, a sua reputação terceirizando, colocando novamente a corrente nos pés desses trabalhadores. Nós temos a convicção disso.

Veja como é ingrata essa questão da terceirização. Nós conseguimos a legalização, a normalização e os direitos sociais dos trabalhadores domésticos. No entanto, o que fez a Receita Federal? Contratou uma empresa terceirizada para fazer o programa para implantar o eSocial. O que está acontecendo? É só ligar a televisão e abrir os jornais, que está há mais de 15 dias que está correndo, e sociedade inteira do Brasil está tentando fazer a qualificação da empregada doméstica através do eSocial, e a empresa terceirizada que o Governo contratou não foi capaz de colocar um plano, um produto, uma forma normal do eSocial que pudesse satisfazer a sociedade.

E exemplos dessa negociação, exemplos desse tipo de terceirização que nós não podemos aceitar.

Se com o comando direto, se com a indicação direta dos empresários perante os seus trabalhadores, as coisas não vão bem, imaginem terceirizar a saber a quem?

Não podemos nos iludir que, em nome dessa modernidade, nós vamos acabar com o direito dos trabalhadores.

Nós, Senadora Marta Suplicy, através do nossa Central, temos um pedido a fazer a V. Exª, por sua parte social e democrática que V. Exª, da mesma forma que esta Comissão de Direitos Humanos, através do seu Presidente Paulo Paim, está fazendo audiências públicas nacionais sobre terceirização, eu pediria encarecidamente a V. Exª que de repente empunhasse essa outra bandeira: de fazer audiência nacionais para que pudéssemos discutir com a sociedade, discutir lá nos rincões do País, se é interessante para a sociedade ou se é só interessante para os tomadores de serviço, que são os salões.

Nós não podemos simplesmente fechar os olhos para interesses particulares de grandes empresas e de meia dúzia de salões que têm esse tipo de procedimento.

Para finalizar, Senador Paulo Paim, sei que o Sebrae está aqui participando, vi na relação. Eu tenho uma grande preocupação com o Sebrae. O Sebrae tem feito um grande trabalho através do seu Presidente, Luiz Barretto, inclusive foi seu sucessor no Ministério do Turismo, Senadora Marta. Eu sou da Confederação dos Trabalhadores em Turismo, fui parte do Conselho Nacional de Turismo, por isso que digo da sua preocupação

com o social, pelo belo trabalho que fez no Ministério do Turismo e por ter deixado o Luiz Barretto, que é um grande servidor público, um grande homem, que tem a preocupação social muito grande nesse sentido. E eu tenho uma preocupação muito grande, pois eu jamais imaginaria que o Luiz Barretto, Presidente do Sebrae, apoiaria um processo desses, de desmonte dos encargos sociais, de desmonte dos direitos trabalhistas. O Sebrae apoiando um projeto desse que nem está posto na mesa!

E assim, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e desejo sucesso a todos.

E, lamentavelmente, peço a V. Exª licença, que, após a minha fala, terei que pegar um voo para São Paulo.

Peço licença para minha retirada. Não é do meu costume fazer esse tipo de procedimento, mas os outros companheiros participarão e estarão atentos aos encaminhamentos.

E para reiterar, Senadora Marta Suplicy, pense com carinho nessas audiências públicas nacionais, dentro do espírito democrático, social que V. Exª tem. Quem ganharia com isso seria a sociedade, seria o Brasil, e colocaria às claras, efetivamente, o que interessa para essa categoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr Tesch, ficou exatamente em 9min30.

Passamos de imediato a palavra para o Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas, Dr. Maximiliano Garcez.

Moacyr, se tiver que se retirar, está liberado, o debate continua.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador Paim, nosso líder na luta contra a terceirização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, informaram-me que o Deputado Izar, autor do projeto chegou. (*Palmas.*)

Doutor, por favor, vou convidá-lo a sentar à mesa, como autor do projeto. E nesta Comissão, Deputado Federal também fala. Lá na Câmara sei que não é bem assim para Senador falar, mas aqui é diferente.

Todo Deputado Federal que participa de audiência pública que estou presidindo tem direito à palavra.

Então, V. Exª tem direito à palavra como autor do projeto, mas nem que não fosse, teria direito à palavra também.

Por favor.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador.

Agradeço também a gentileza da Senadora Marta Suplicy, que nos recebeu em seu gabinete, por meio de assessores altamente qualificados, permitindo à Contracs, entidade que assessoro, discutir o projeto, apresentar as razões pelas quais a gente considera que o projeto é altamente prejudicial não só aos trabalhadores, mas à sociedade brasileira. Fiz uma breve apresentação. E os senhores vão ouvir dos representantes patronais, que vão falar depois de mim, as palavras liberdade, flexibilidade e modernidade várias vezes.

Este projeto não tem nada de moderno. Na verdade, ele é atrasado, é retrógrado. Com a devida vênia ao Deputado Izar, mas eu considero esse projeto, dos 13 anos em que acompanho diariamente o Congresso Nacional, um dos projetos mais prejudiciais à classe trabalhadora.

E ele não tem nada de moderno. É uma volta a um passado triste do Brasil, pré-CLT. A única coisa de flexível que ele tem é flexibilizar direitos trabalhistas e não traz nada de avanço.

E a liberdade é a liberdade da opressão, de espezinhar o trabalhador e de retirar direitos. Essa é a liberdade que os senhores vão ouvir dos representantes patronais.

O nosso sistema de proteção trabalhista está correndo sério risco. E esse projeto é só um balão de ensaio para novas precarizações que se pretendem.

Quem acompanhou o debate na Câmara dos Deputados, no plenário, viu exatamente isso. Depois da aprovação do projeto, os Deputados mais patronais disseram: olha, esse é um momento importante para Câmara dos Deputados, é um novo paradigma de relações de trabalho, moderno, a gente tem que expandir para outros setores da economia.

Então, é isso o que a gente vai ver pela frente.

Próximo eslaide, por gentileza.

Este projeto está dentro de um contexto mundial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, eu vou fazer aqui um apelo pessoal aos nossos convidados que estão na primeira fila, pois é de praxe no Senado a primeira fila ser destinada aos Senadores. Eu não adoto o sistema a não ser quando é uma comissão em um dia muito concorrido. Daí os Senadores vão chegando, mas há lugar na segunda fila, vocês podem sentar na segunda fila. Normalmente, na primeira fila, ficam os painelistas e os Senadores.

Senador Moka, que está na terceira fila, é convidado a sentar-se na primeira fila. Ele teve que sair, mas diz que volta.

Há lugar para todos, fiquem tranquilos. Todos são bem-vindos. E o tratamento é igual, eu é que não sigo muito o que manda o Regimento, que diz que a primeira fila é só para Senador, eu destino para convidados e Senadores.

Pode continuar.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Então, Senador Paim, o projeto está dentro do contexto mundial de guerra contra os sindicatos, que é um dos objetivos do projeto: acabar com os sindicatos de cabeleireiros na prática.

Aqui é uma capa do *The Economist,* de alguns anos atrás, dizendo que o grande inimigo que a modernidade tem que enfrentar são os sindicatos, que prejudicam o avanço da sociedade. E o projeto está dentro dessa linha.

Aqui há outra matéria do *The Economist,* dizendo por que a CLT é um atraso. Aqui você tem empregado e empregador amarrados pelo Estado, oprimindo, impedindo que eles negociem livremente. E é isso que o projeto quer, que o leão possa negociar livremente com o carneiro, não é?

A OIT foi criada com uma frase básica: "O trabalho não é uma mercadoria." O projeto que fazer exatamente o contrário, o trabalho é uma mercadoria, cria uma figura híbrida do sócio-parceiro, na hora do prejuízo, ele é parceiro, na hora da opressão do dia a dia, ele é trabalhador. E fica fora da CLT, não tem INSS. Tem se ele for atrás via MEI. Não tem Fundo de Garantia e seguro-desemprego, não tem todo o sistema de proteção social que tantos trabalhadores lutaram e morreram no Brasil para construir.

Está dentro da perspectiva da terceirização no Brasil, que essa tragédia que a gente conhece. Acompanhei, Senador Paim, pela minha Associação Alal, em 17 Estados, e a gente tem visto no Brasil inteiro o que é a terceirização.

Esses dados vou deixar aqui à disposição.

Aqui um autor que trata dessa modernidade que o projeto defende: de deixar o trabalhador dos salões à mercê...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria convidar o Senador Adelmir Santana , que nos prestigia, para que se sente na primeira fila. Ex-Senador e tem compromisso com todas as causas.

Por favor.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... que mostra a sociedade moderna que se defende. É uma modernidade em que o trabalhador fica sem segurança alguma, navegando entre vários empregos, sempre submetido à vontade do dono do capital, de poder mandá-lo embora a qualquer momento.

E nós temos a CLT, que é um sistema que tem muita flexibilidade, mais até do que se imagina. Nós apresentamos à Senadora Marta Suplicy uma emenda que dá exatamente, por meio da CLT, a flexibilidade que se pretende dentro dos salões.

Artigos da CLT que explicam exatamente à situação, 457, e que dão condição de manter um salão de maneira dinâmica e moderna, e não a modernidade da opressão.

O projeto cria um cidadão de segunda categoria, que seria esse trabalhador em salões, um parceiro pelo que tem de ruim e não pelo que tem de bom, uma atividade empresarial.

Ele viola o valor social do trabalho e da dignidade da pessoa humana.

Essa é a emenda que nós apresentamos, que exatamente prevê possibilidade de aplicar para o trabalhador nos salões os arts. 457 e 478 da CLT, que garantem, de toda maneira possível, imaginável, dessa flexibilidade decente, digna, e não a flexibilidade da opressão.

E esse projeto está dentro de uma grande tentativa que a gente tem visto no dia a dia de retirar direitos dos trabalhadores.

Hoje, deve ser votado no plenário da Câmara projeto que quer acabar com a praticamente a penhora *on-line* e a possibilidade de penhorar bens de sócios, criando um inferno para fazer isso.

Agora, neste momento, a CTASP, da Câmara Deputados, deve votar o projeto que acaba com outra atividade da negociação coletiva no Brasil, que é outra conquista recente que tivemos, outro projeto que tira a possibilidade de negociação coletiva de trabalhadores que recebem mais que três tetos da Previdência Social.

A gente tem enfrentado essa avassaladora tentativa de retirar direitos e destruir a economia brasileira também. A gente sabe que o que tem salvado o Brasil nos últimos anos tem sido o mercado interno, tem sido a valorização do salário mínimo, tem sido a capacidade de as pessoas consumirem. Você criar uma legião de pessoas precarizadas e flexíveis na pior acepção do termo, você destrói o mercado consumidor, você rasga o tecido social, não permite que você consiga ter uma economia dinâmica, moderna e pujante. Os países mais desenvolvidos do norte da Europa conseguiram fazer isso exatamente com altas taxas de sindicalização e respeito aos direitos sociais.

Bom, caminhando para conclusão, eu me lembro, Senador Paim, alguns anos atrás, de que o senhor me chamou para uma audiência pública em que um representante patronal falou antes de mim e disse que a terceirização era benéfica aos trabalhadores e que os terceirizados tinham salários maiores que os contratados diretamente. E eu disse, naquela época, falei logo após a esse senhor, que as suas ideias não correspondem aos fatos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ... citando uma poesia do Cazuza. E acho que é essa situação que nós vivemos hoje.

E hoje eu vou citar outro restinho da poesia do Cazuza: a piscina da terceirização está cheia de ratos, os ratos da precarização, da opressão, do trabalho degradante, do trabalho infantil, do trabalho escravo. A terceirização no Brasil hoje é uma droga, que é a porta de entrada para as piores drogas que existem no mercado de trabalho. E é uma porta para a sonegação fiscal também.

Então, eu rogo aos Senadores e às Senadoras que rejeitem o projeto. Nós sabemos que, caso ele seja emendado com a melhor das boas intenções, nós temos hoje uma maioria conservadora na Câmara dos Deputados. Nós não podemos confiar que uma Câmara dos Deputados que hoje é presidida por alguém que não tem as menores condições morais e éticas para permanecer no cargo venha reanalisar este projeto, que, se emendado, voltaria para a Câmara dos Deputados.

Então, rogamos que o projeto seja rejeitado e que um novo projeto, vindo daqui do Senado Federal, dentro da lógica da CLT, venha a ser discutido e que a gente possa passar por esse triste momento da classe trabalhadora de discutir um projeto tão ruim e tão atrasado.

Obrigado, senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Maximiliano Garcez.

Só quero dizer que estou sendo rígido em relação ao tempo com todo mundo. No caso do Maximiliano, eu o interrompi por três vezes e dei 30 segundos somente para ele. Se para outros eu não der um tempo maior, que ninguém se queixe. Eu vou dar dez minutos para cada um, nove minutos mais um.

Agora, José Augusto Nascimento dos Santos.

Foi pedido aqui na mesa, e assim eu vou agir, quem pediu foi o senhor José Augusto Nascimento, para que o Deputado fale antes de encerrar esta Mesa. Então, o Deputado falará se assim concordar.

Quando esta Mesa terminar, ele fala. E aí viria a segunda Mesa.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. José Augusto Nascimento Santos, Presidente da Associação Brasileira dos Salões de Beleza.

O SR. JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DO NASCIMENTO SANTOS – Bom dia a todos, Presidente, Senador Paim, Senadora Marta, demais Senadores, colegas profissionais autônomos da beleza e parceiros, eu ia começar por uma fala, mas vou mudar um pouco o que eu gostaria de falar, principalmente porque algumas falas até vêm de encontro do nosso entendimento.

A CLT é muito bem vista nos salões de beleza. A CLT não faz uma menção negativa ou sequer positiva, simplesmente é neutra nesse projeto.

Entre 30% e 40% das pessoas que trabalham dentro do salão de beleza já são registrados. Não tem como o dono do salão querer fugir dessa prerrogativa. É obrigatório você ter uma recepcionista registrada, é obrigatório você tem um auxiliar registrado, e é muito bem-vindo.

O que nós estamos tratando aqui, e o projeto prevê, é de uma categoria de profissionais autônomos. Em momento algum nós estamos falando de celetista. O projeto não fala em momento algum de celetista, precarização, modernização.

O projeto vem atender uma demanda de uma classe que está à margem, a classe de profissionais da beleza autônomos, profissionais que têm liberdade de agendamento, profissionais que têm liberdade de horário, profissionais têm liberdade de não atender, de riscar a sua agenda.

Então é essa a categoria.

Eu acho que há uma certa confusão. Nós também, a Associação Brasileira e os parceiros não apoiam a terceirização. No nosso setor, inclusive, não há como terceirizar um profissional autônomo que ganha 50% a 60% de um serviço. Não há como.

Então, é só para afinar essas falas.

Nós somos também contra essa história de terceirização. A gente não consegue, em momento algum, colocar isso no salão de beleza.

Com relação aos sindicatos, nós somos parceiros e apoiadores dos sindicatos. A grande maioria que compõe esse projeto, e foram feitas várias reuniões com vários sindicatos e federações, apoia o projeto. Os sindicatos fazem parte. E se alguém ler atentamente o projeto, vai verificar que, para que um contrato de par-

ceria seja elaborado, é necessário um sindicato laboral e um patronal que assinem e verifiquem essa parceria de fato. Se essa parceria realmente não for uma parceria de fato, nós temos os tribunais que vão julgar se é ou não. E, antes disso, nós temos os sindicatos para verificar se essa é uma realidade também.

O projeto. Foi falado sobre a questão do Sebrae Nacional. Realmente o Sebrae Nacional foi procurado pelo setor para que se regularize uma grande questão que nós temos hoje, que é a da informalidade.

A informalidade no Brasil nesse setor é latente, é grave e é péssima para o profissional. Nós estamos buscando aqui uma forma de que o profissional possa regularizar os seus rendimentos, que esse profissional possa, esse autônomo, da melhor maneira recolher os seus tributos, da melhor forma recolher as suas questões previdenciárias, através de um MEI, através de uma empresa individual. Ou se ele quiser, ser registrado. Não há problema nenhum.

Eu volto a frisar: a CLT é muito bem-vinda e necessária. Não se faz salão de beleza sem profissionais registrados. Não há como. Se, porventura, existir salão trabalhando dessa maneira, ele deve ser fechado e denunciado. Não há como você não ter pessoas dando suporte para que um salão funcione.

Volto a dizer, nós estamos falando de uma categoria de profissionais autônomos, profissionais que estão na informalidade. E o objetivo é trazer para formalidade.

Resumidamente, para quem não se atentou com relação ao projeto, ele visa trazer mais luz ao setor de beleza. Hoje não existe nenhuma empresa multinacional atuando no Brasil, porque é uma área extremamente cinzenta, não há uma forma clara, não há uma normatização de como trabalhar com profissionais autônomos. E esses profissionais autônomos não querem ser registrados.

Nós vamos passar alguns vídeos aqui. Eu até estou mudando um pouquinho a pauta, se você puder já passar, porque já percebi que o nosso tempo é curto.

Nessa categoria de profissionais autônomos, eles pedem essa autonomia. Quando se falou de escravidão aqui, eu acho que estão querendo escravizar esse profissional autônomo. Aí, sim. Alguns sindicatos estão pensando numa escravidão, querem ter um profissional no cabresto registrado de alguma forma. E ele não quer. Vamos ouvir os profissionais. Devemos ouvir os profissionais autônomos. Não podemos julgar o que os profissionais autônomos querem. Os sindicatos dos autônomos devem ser os legítimos representantes dos autônomos. E nós temos aqui alguns sindicatos presentes na Mesa e alguns vão falar.

Nessa mobilização de representatividade, temos o ex-Ministro Manoel Dias, que criou um grupo de estudo, e ele entendeu que se precisa regulamentar e regularizar essa questão dos profissionais autônomos, porque existe uma grande informalidade.

Aqui também há exemplo de vários e vários sindicatos e federações. As federações estão apoiando porque precisam regularizar.

Há um pequeno vídeo de uma passeata dos profissionais autônomos que aconteceu em Curitiba, onde o promotor ele entendeu que se deveria fazer um registro.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero esclarecer para que não fiquem dúvidas sobre a forma que eu presido. Aqui as palmas são livres. A vaia não é permitida. A forma de protestar é o silêncio. Eu faço isso em todas as audiências públicas. Repito: palmas são livres, vaias não serão aceitas.

O SR. JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DO NASCIMENTO SANTOS – Obrigado, Senador.

Importante: nós ouvimos a quem o projeto se destina, aos profissionais autônomos da beleza.

Quando houve uma tentativa em Curitiba do entendimento pessoal do promotor querendo fazer o registro de profissionais, mesmo que o dono do salão quisesse ou que fosse necessário, ele não consegue registrar 60% em carteira de trabalho com comissões. E registrar com piso e pagar por fora, nós não aceitamos.

Isso é uma bandeira nossa. A ABSB...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DO NASCIMENTO SANTOS – ... e os sindicatos estão trabalhando forte nisso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DO NASCIMENTO SANTOS – ... para que não aconteça mais.

Tivemos o caso do Rio de Janeiro, mostrando que a coisa caminhou muito bem, com a participação dos sindicatos.

Eu só tenho mais um vídeo para mostrar, é muito rápido, e vou encerrar a fala com esse vídeo.

Também dos profissionais de beleza dentro dos salões.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DO NASCIMENTO SANTOS – Obrigado.

É a voz das pessoas às quais este projeto é destinado, aos profissionais parceiros e autônomos.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi José Augusto Nascimento Santos, Presidente da Associação Brasileira dos Salões de Beleza, e que ficou no tempo também.

Chamamos agora Achiles Augustus Cavallo, advogado tributarista.

O SR. ACHILES AUGUSTUS CAVALLO – Bom dia, senhoras e senhores, bom dia, Sr. Senador Paim, Srª Senadora Marta, Srªs e Srs. Senadores.

Eu acho muito importante este momento para esclarecer dúvidas, dúvidas que se colocam sem nenhum tipo de base. Por exemplo, eu não tenho nenhum poder premonitório. Então eu não vejo, não prevejo o futuro, eu atuo pelo presente. Nós tentaremos aqui não usar nenhum anglicismo, nenhuma capa terrorista de ianques. Nós somos brasileiros. E a gente se orgulha por ser jabuticaba, ou seja, só Brasil.

Vejam só, eu vou falar sobre as questões tributárias que não foram tratadas até agora. Vou tentar ser muito didático. O que é o salão-parceiro? É o detentor dos bens materiais, é aquele empresário que investe na localidade, nos equipamentos, na estrutura.

O que esse salão-parceiro faz? Ele centraliza os recebimentos e faz o repasse. O que ele faz mais? Ele realiza os pagamentos, ele retém os tributos, ele mantém as condições para o trabalho do profissional.

E o profissional-parceiro quem é? Os cabeleireiros, os barbeiros, esteticistas, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores. Ou seja, são verdadeiros profissionais, ou como nós costumamos falar, são artistas, são pessoas que fazem um tipo de arte.

Eles não terão, pela proposta, a responsabilidade do salão-parceiro. Ou seja, a responsabilidade deles é com o trabalho. Os seus assistentes, notem, esses profissionais, todos nós vamos a salões de cabeleireiro, têm assistentes, que também estão sendo tratados, mantidos, preservados.

O que nós precisamos nessa questão do salão-parceiro? A parceria.

Seguindo, ainda de forma didática, o contrato, notem, vai existir um contrato escrito, ou seja, não vai existir nem um ato de terrorismo, nem um ato que vai tirar direitos do trabalhador. É tudo escrito. E notem, senhores e senhoras, homologado por sindicato ou Ministério do Trabalho. Onde que vai ser tolhido o direito? Não existe.

Então, a nossa ideia aqui é esclarecer para que todos leiam com atenção e analisem, que esses fantasmas não existem.

Vejam, vai constar o percentual de cada parte, ou seja, o contrato vai dizer o que cada um vai receber, não vai existir escravidão.

Vejam, o ônus fiscal é todo integralmente do salão. E esse salão vai se responsabilizar por isso. Ou seja, pelo inverso do que foi falado, não haverá sonegação. Haverá, sim, arrecadação. Vejam, vai haver a periodicidade de pagamento. Isso vai existir. Vai haver o direito de o profissional-parceiro utilizar os bens, ou seja, não vai ficar à margem de qualquer tipo de utilidade.

Vejam, a manutenção, olhem que coisa interessante, a manutenção e a higienização do setor ficarão a cargo de quem? De ambos, tanto do salão quanto do profissional.

E principalmente, para mostrar que estamos longe da escravatura, haverá a possibilidade da rescisão unilateral do contrato, ou seja, é uma via de mão dupla. Hoje quem vai ao cabeleireiro, eu vou ao meu cabeleireiro, e eu sigo o meu cabeleireiro. Se ele sair de onde estiver e for para outro lugar, até mesmo se ele for a Itaquera, eu vou atrás dele, porque é a pessoa que sigo. Então, o que acontece? Ele vai ter liberdade. Se ele estiver sendo tolhido vai embora e deixa o empresário na mão, é o inverso, notem.

O que está acontecendo hoje quanto à questão fiscal? Há uma bitributação da receita. O salão, por força da lei, tem que receber todo o valor e creditar na conta dele esse valor. Depois, ele pega a parte do profissional e passa para ele. Então, sobre a mesma verba, sobre o mesmo valor de corte de cabelo, é pago duas vezes o tributo. Isso é terrível. Não dá para se viver com tanto tributo.

O que acontece? Hoje, pelo sistema atual, não há uma sistemática legal e garantida que permita essa divisão automática entre o valor que é do salão e o valor que é do empresário. A lei quer isso, a lei quer formalizar essa situação. Notem, essa é uma questão tributária que tem consequência no bolso de quem? Do prestador, do trabalhador.

Por isso vimos tantas manifestações favoráveis.

Os Estados estão usando operação cartão vermelho, ou seja, eles pegam os dados dos bancos e cruzam com a Receita. E o que eles fazem? Eles autuam severamente os salões.

O que nós queremos? Nós não queremos tributo, nós queremos que as verbas sejam destinadas imediatamente para quem de direito. Hoje, olhem que coisa terrível, o salão-parceiro tem que incluir no seu custo os impostos. Esse imposto não é descontado na operação seguinte. Então, existe uma tributação em cascata, é tributo sobre tributo. E quem paga isso. É o profissional.

Vejam, o que buscamos? Justiça fiscal. O que é justiça fiscal? É tudo aquilo por que todo mundo briga. Certamente os Srs. Senadores aqui estão cansados de ouvir esse clamor da população. Não é de um ou de outro sindicato, mas, sim, de toda a população. Nós temos que tributar somente a receita produzida. Então, há tributação em cascata.

Quem ganha com isso? O consumidor. Nós que vamos ao salão ganhamos. Por quê? Você vai ter uma diminuição do custo, você vai ter uma melhoria da condição do estabelecimento, já que este será mantido por ambos, salão e profissional. E você vai profissionalizar o setor.

O que se ganha? Segurança jurídica. É isso que falta no Brasil. Ninguém quer sofrer penhora bancária. Não se quer chegar a isso, quer se resolver antes. Ninguém quer ver o sócio tendo todo o seu patrimônio corroído por ações indevidas. Nós queremos resolver isso antes dessa situação, porque não podemos solucionar essas coisas de forma pontual. Nós estamos com 5.570 Municípios, e cada um deles pode fazer uma regra sobre o caso. Isso nós não podemos. Temos que ter uma segurança jurídica para que todo o Brasil consiga trabalhar.

Olhem só, é uma situação de ganho, eu não falei nada do que se perde. O que se ganha? O Erário arrecada, o dinheiro vai ser efetivamente pago porque o dono do salão vai mandar o dinheiro para o Governo. Simplificação de obrigações. Então, a máquina pública vai diminuir. Notem, o investidor, o salão de beleza, ele vai ter segurança para investir, para dar oportunidade de emprego, oportunidade de renda. Não haverá pessoas necessitando de seguros, esses todos que se pagam para os desempregados. A gente quer criar oportunidade de trabalho.

Quem é o principal alvo? São os profissionais. Coloquem os profissionais que efetivamente representam e estão representados no setor para saber o que querem.

A proposta de audiências fora é muito boa porque vai mostrar...

(Soa a campainha.)

O SR. ACHILES AUGUSTUS CAVALLO – ... que vários profissionais querem isso.

Vou contar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só lembrando, tem um minuto.

O SR. ACHILES AUGUSTUS CAVALLO – ... uma história que o Helio Nakanishi me contou ontem.

Numa certa oportunidade, ele foi chamado: "Qual é a sua profissão?""Eu sou cabeleireiro.""Não, cabeleireiro não é, porque essa profissão não está regulamentada." Mas ela foi regulamentada agora, no começo de 2012. Então, o que a gente quer é colocar o mecanismo todo para funcionar. Nós precisamos e queremos isso, que o mecanismo funcione. Agora que os cabeleireiros, como os outros profissionais, são uma categoria profissional, eles têm que ter o seu sistema de trabalho efetivamente regulamentado. Com isso, todos ganham: Governo, empresários, consumidores... O Brasil ganha. Isso é uma pauta positiva. Neste momento, nós temos que ter pauta positiva, e não pauta tacanha, mesquinha, que só olha o seu umbigo, para pequenas arrecadações sindicais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Terminou no tempo.

Esse foi o advogado tributarista Achiles Augustus Cavallo. Falou exatamente dez minutos.

Passo a palavra agora para Márcio Michelasi, Diretor-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo.

O SR. MÁRCIO MICHELASI – Bom dia a todos. Bom dia ao Presidente, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só informo que foi por ordem de chegada. Então, se alguns estão achando que estão falando primeiro... Alguns têm uma posição porque chegaram primeiro. Na segunda Mesa, falarão os outros.

O SR. MÁRCIO MICHELASI – Bom dia aos demais Senadores e aos meus amigos e companheiros do Sindicato.

Eu estou muito feliz de estar aqui hoje numa comissão de direitos humanos, até pelo próprio cenário que a gente vê, pelo "não" ao PL e pela presença dos outros sindicatos de empregados.

Bem, quando Dr. Achiles finalizou sua fala, com uma observação de que a luta é apenas de contribuição sindical, eu até pediria a "ressignificação" disso, não é, Dr. Achiles? De fato, o que os sindicatos defendem são direitos dos trabalhadores. O que está havendo aqui – como o José Augusto, da Associação, pontuou muito bem – é uma inversão de conceitos e valores. O foco está desviado. Mas ele está desviado por uma coisa muito

importante. Falou-se muito bem qual é o objetivo do PL. O PL não tem nada a ver com alterações da CLT, mas sim com a regulamentação de algo que existe no contrato-realidade, que é a parceria em salões de beleza.

Todos os nossos amigos sindicalistas, ao levantarem essas bandeiras, estão defendendo essa história do Direito do Trabalho. Atrás do Direito do Trabalho há sangue, há sofrimento, há dor, há escravidão, há tudo isso. Todos esses fatos sociais e fatores contribuíram para o surgimento do Direito do Trabalho no mundo, e isso é algo que tem que ser levado muito a sério. Quando se está falando aqui sobre todo esse medo de precarização, "pejotização", terceirização, não vejo tal coisa como uma luta diminuta ou pequena. É algo muito sério, mas é um assunto que nós já poderíamos estar discutindo há muito tempo, porque estamos falando de uma categoria que não se insere nesse padrão de organização do trabalho. O Direito do Trabalho é claro quando define relação de emprego e relação de trabalho. Uma relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é uma relação de emprego. A diferença é que a relação de emprego está regida pela CLT. Quanto às outras relações de trabalho, eu tenho trabalho avulso, trabalho autônomo, trabalho eventual, enfim, outras formas de trabalho. Isso está previsto dentro do Direito do Trabalho.

Mas por que é que a gente precisa de uma lei específica? Eu falei que a parceria já é reconhecida, que o Judiciário já reconhece. Mas por que é que a gente precisa, de fato, de uma lei como o PLC nº 133, de 2015, tratando dessa forma de parceria? Porque quem está ditando o rumo dessa profissão é o Judiciário. O Judiciário está fazendo o papel do Legislativo. Hoje, quando você olha ali... Por exemplo, para cadastrar uma ação trabalhista, eu cadastro um assunto. Eu tenho ali contrato de aprendizagem, de estágio, contrato de equipe, de cooperativa de trabalho, e está lá na frente: "parceria". Então, o próprio Judiciário colocou uma aba, lá, reconhecendo o assunto ou tema parceria como uma relação de trabalho.

Aí vem a dúvida: se o Judiciário já reconhece, então por que eu preciso de uma lei específica para tanto? Justamente por isso, porque eu não posso deixar que o Judiciário diga quais são os caminhos dessa profissão, uma profissão tão importante como essa. Se você pegar toda a legislação brasileira, dá várias Bíblias e não há uma página falando sobre o trabalho do profissional da beleza, principalmente falando sobre o trabalho do parceiro. A legislação do empregado está na CLT. Nós não vamos rediscutir aqui CLT e todo o louvor e o benefício que ela traz para a sociedade. Nós estamos falando aqui só do parceiro. Quem é esse parceiro? Eu tenho que perguntar para ele. Esse profissional que está lá, no dia a dia, enquanto eu estou aqui o representando, está justificando a sua remuneração.

Coloque o vídeo para a gente, a fim de vermos o que uma profissional diz.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. MÁRCIO MICHELASI – Há um artigo muito importante, que define sindicato, o qual diz que "sindicato é uma associação lícita, para fins de estudos, pesquisas e defesa de interesses". Sindicato não defende apenas direitos preestabelecidos, mas interesses. Eu acho que todos os nossos colegas já passaram por isso e perceberam que é muito difícil tratar dessa questão. Você recebe um profissional com esta demanda: "Eu não quero registro em carteira". Eu simplesmente digo: "Não, não pode. Você tem que ser CLT." É a primeira vez que eu estou vendo o Direito do Trabalho, que veio para ser a favor da liberdade, usado para calar a boca de uma categoria. Eu estou deixando de ouvir pessoas, porque eu estou trabalhando pelo temor.

Olhem, eu ouvi aqui comparação com empregada doméstica... Gente, nossa categoria não é de empregada doméstica. Eu ouço comparações com garçons... Várias categorias não são paradigmas para o nosso trabalho. O trabalho do profissional da beleza é extremamente específico. Ele precisa ditar o seu rumo de trabalho. Que fique claro que é o profissional parceiro.

Quanto à linguagem patronal e laboral, nós estamos aqui representando a laboral, na qualidade de profissionais, mas nós não temos patrões do nosso lado. Nós temos parceiros. Essa forma de organização do trabalho, que nasce do seio da sociedade, da própria organização da categoria em si, é reconhecida, inclusive pelo Código Civil, como sociedade despersonificada, como uma sociedade de fato ou uma sociedade por um contrato escrito. É uma sociedade. E, como sociedade, ela tem que ser tratada como tal. Eu tenho que sentar ao lado do meu par, salão parceiro, e decidir o rumo disso. Só que, se continua desta maneira, por exemplo, desde o processo de formação desse contrato até a finalização, sem a participação do sindicato, aí eu acredito que vá acontecer o que todos os nossos colegas aqui temem.

Eu acho crível que vários salões poderiam, como fazem, direcionar trabalhadores para contratos que não são benefícios para esses trabalhadores. Mas é por isso que a lei entra, quando ela coloca um artigo de homologação pelo contrato do sindicato. Então, é um momento em que... Isso o sindicato não tem hoje. Ele não tem condição de saber onde estão esses trabalhadores, porque a categoria é muito difusa e há muitos salões espalhados por aí. A partir do momento em que eu tenho uma lei, eu estou fazendo o quê? Eu estou fortalecendo o próprio sindicato, porque esse contrato só vai ter validade – e isso está claro lá na lei – se consta da homolo-

gação do sindicato. E não é do sindicato patronal; é sindicato laboral. É naquele momento em que o sindicato vai perguntar: "Olha, você está sendo forçado a isso? Qual é o percentual de comissionamento? O que é que o salão está estabelecendo para você?"

O sindicato vai fazer o papel dele. O sindicato vai trabalhar... Ou, como sindicato, a gente está com medo de trabalhar agora, gente? É o momento em que nós vamos, de fato, trabalhar por esse parceiro. Então, eu não vejo essas questões, esses temores.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO MICHELASI – Algo muito importante, como os nossos colegas falaram, é: a categoria é que quer isso. Em qualquer audiência que de fato possamos ter, em que possamos consultar esses verdadeiros parceiros, nós vamos obter, com certeza, aprovação unânime, porque a lei só transcreve o contrato-realidade, que é uma primazia do Direito do Trabalho, e a parceria existe na realidade. Temos aí todos esses julgados, que não são isolados, reconhecendo a parceria. Por isso eu solicito aqui, aos Senadores, que aprovem o projeto da maneira como ele está apresentado, principalmente para que o Judiciário deixe de fazer esse papel do Legislativo, suprindo essas lacunas pela falta de uma lei específica da nossa categoria de beleza.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dez minutos, exatamente.

Esse foi Márcio Michelasi, Diretor-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo.

Agora, Andreazza Torres... Andrezza Torres. Andrezza Torres. Repito: Andrezza Torres, Andrezza Torres. É castigo para mim mesmo até, para eu parar de dizer "Andreazza".

Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza. Uma salva de palmas para mim, pessoal. Acertei. (*Palmas.*)

Andrezza Torres.

A SRª ANDREZZA TORRES – Obrigada, Senador.

Eu cumprimento V. Exª, nosso Presidente aqui, e cumprimento também a Senadora Marta Suplicy, nossa Relatora; cumprimento o Deputado Ricardo Izar e demais colegas da Mesa; também cumprimento a todos os Senadores aqui presentes e os nossos colegas que estão conosco, participando da audiência. Agradeço a oportunidade de estarmos aqui.

Vamos falar sobre o mercado de beleza no Brasil, serviços de beleza no Brasil. Acho que é importante que tenhamos a dimensão do que nós estamos tratando, para que possamos fazer o debate de maneira apropriada. Então, nós temos hoje, no Brasil, este número para belezas. Este número foi extraído do Microempreendedor Individual, portal esse que tem os dados já de 2015. É tempo real, mas os nossos dados são de maio de 2015, porque eles precisam ser tratados. Então, são 496.141 MEIs de serviços em beleza no Brasil. E mais: em torno de 50 mil empresas, que são de todo porte, desde a microempresa até a grande empresa.

Isso, Senadores, é um número bastante robusto. É um número ao qual devemos estar atentos, porque precisamos entender que tal quantidade de empreendedores e de empresas na beleza, esse porte de segmento, precisa estar finamente regulamentado, para que haja competitividade e para que nós consigamos avançar o desenvolvimento, não só do segmento da beleza, mas também do Brasil.

Bom, nós estamos tratando aqui dos cabeleireiros, manicures e pedicures que estão ali naquele CNAE 9602-5/01 e também estamos falando de outros serviços de beleza, que incluem os serviços estéticos, a depilação, a massagem e a maquiagem, enfim, nós estamos tratando de todos os serviços de beleza nesses números.

É importante que nós entendamos que a figura do microempreendedor individual alterou muito, numericamente, o segmento de beleza no Brasil. Quando nós olhamos esse gráfico e vemos ali o crescimento, nesse espaço 2010-2015, é claro que nós vamos, entendendo o cenário do MEI, conseguir conectá-lo a esses números da beleza, porque não há um crescimento, olhando a economia, possível de 571% de novos negócios. Então, nós estamos falando de formalização. Nós estamos tratando de uma figura, que é o microempreendedor individual, que impactou muito. Basta você ver a diferença entre o CNPJ das empresas e o CNPJ dos microempreendedores individuais na tela passada, que trouxe uma diferença. A nossa pergunta é para entender: este profissional estava como antes? E por que ele se autoproclama empreendedor no Brasil, no cenário da beleza?

O que nós conseguimos enxergar... E aí, Senadores, é importante dizer que o Sebrae elegeu essa área como segmento prioritário, dada a densidade dos negócios, desde 2011. Então, não é um assunto novo para nós. Nós estamos já entrando no quinto ano de proximidade de estudos aprofundados sobre esse segmento na Casa. Então, o que nós estamos vendo é que há uma realidade emergindo do mercado até nós. Por isso o José Augusto, Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza, disse para procurarmos o Sebrae, para

que entendamos melhor como trazer à luz esses profissionais que obviamente não estavam, porque é impossível ocorrer um aumento desses só por forças econômicas. Houve aí um impacto dessa figura.

O que nós conseguimos perceber é que no Brasil há uma lacuna, no marco legal, que ampare e reflita essa realidade fática, especialmente nos aspectos trabalhista e tributário. Isso é claro para nós. E isso afeta muito o empreendedorismo. Então, há de se entender que a necessidade é real e é gritante, dado o número de empresas.

Bom, a questão talvez mais importante que precisa ser colocada aqui e que é diretamente ligada ao nosso trabalho, nos últimos anos, é a que surgiu refletindo, espelhando essa realidade fática, algo que é inquestionável: a questão das normas técnicas brasileiras. Foram quatro anos, desde 2011, andando nas cinco Regiões do Brasil, em reuniões abertas e públicas, trazendo a realidade do mercado para um texto normativo, que hoje é apresentado aqui nesta Casa, a fim de que nós entendamos o que o mercado diz sobre essa relação de trabalho dentro do salão de beleza.

Nós hoje temos um texto que contempla a parceria, numa norma técnica brasileira já publicada. Ano passado, em março de 2014, essa norma foi publicada e lançada ao mercado. Então, a ABNT, que é o *locus* oficial de normalização no Brasil, já traz norma técnica para salão de beleza, terminologia, com essa definição. Eu tenho um pouco de tempo e vou fazer a leitura, porque acho que os colegas aí atrás não conseguem ler. Olhem o que é um salão de beleza:

Estabelecimento cuja atividade é a prestação de serviços, direta ou por meio de parceiros que se utilizam de sua estrutura especializada, para atividades tais como corte, penteado, alisamento, coloração, descoloração, alongamento e nutrição de cabelos, barba, como também do embelezamento de pés e mãos, depilações, embelezamento dos olhos, maquiagem, estética corporal, capilar e facial, venda de artigos e acessórios, cosméticos e outros produtos que visam à boa imagem e bem-estar de seus clientes.

Notem que tanto os trabalhadores celetistas quanto os trabalhadores parceiros estão contemplados. E mais. Ali na Nota 1 nós temos:

Poderá ocorrer parceria entre salões e profissionais autônomos (pessoa física ou jurídica) por meio de celebração de contrato de [...] [parceria].

É inegável que o mercado opera assim. São quatro anos andando no Brasil, rodando nas regiões brasileiras, para que esse texto seja contemplado, aprovado – inclusive, Senadores, com consulta pública nacional, mais de uma vez, 90 dias à disposição de qualquer um –, para que trouxéssemos a realidade do Brasil a essa norma... (*Palmas.*)

... – obrigada –, de maneira que nós precisamos, agora, fazer desse espelho também uma regulamentação consistente, para que esses negócios se desenvolvam no Brasil.

Outros aspectos normativos, como boas práticas também, já contemplam o colaborador, o parceiro e o contrato de parceria. Notem que todos estão contemplados. Não há uma guerra entre as posições.

E temos ainda o texto de competências, que trata da lacuna que é a qualificação profissional do Brasil, que eu considero um outro tema, do qual podemos tratar depois.

Assim, Senadores e colegas aqui presentes, não cabe ao Sebrae outro posicionamento, senão favorável, ao empreendedorismo e à aprovação do texto como está.

Muito obrigada pelo convite e pela participação desta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza e Estética, que ainda deixou um minuto e 36 segundos.

A SRª ANDREZZA TORRES – Estou de parabéns então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está de parabéns, sim.

Antes de passar a palavra ao Deputado Federal Ricardo Izar – combinamos os mesmos dez minutos, mas ele disse que poderá falar até menos que isso –, eu queria registrar a presença dos Senadores. É uma das audiências mais concorridas, em matéria de audiência pública. Não é sessão de votação.

(Intervenção fora do microfone.)

É, tomaram conta. Tomaram conta.

(Intervenção fora do microfone.)

Deixem-me destacar aqui: Senadora Regina Sousa, Senadora Ângela Portela, Senador Donizeti Nogueira, Senador Flexa Ribeiro, Senador Moka, ex-Senador Adelmir Santana, Deputado Ricardo Izar, Senadora Ana Amélia, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Marta Suplicy e Senador Crivella. Nunca houve tantos Senadores e Senadoras numa audiência pública. (*Palmas.*)

Passamos a palavra agora ao Deputado Federal Ricardo Izar, que é o autor do projeto.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PSD - SP) – Senador Paulo Paim, Senadora Marta Suplicy, demais Senadores, pessoal profissional da beleza que está aqui acompanhando o projeto, venho à tribuna mais para fazer um depoimento. Eu nem ia falar aqui, mas eu queria aproveitar estes minutos para dizer que esse projeto nasceu porque eu cortava o meu cabelo ali na frente da minha casa. E eu desci um dia para cortar com o Cabral, que era o rapaz que cortava o meu cabelo. Eu cheguei ao salão, mas o Cabral não estava mais lá. Aí você fica meio assim, porque você se torna fiel a quem corta o seu cabelo. Então, eu perguntei ao dono do salão por que o Cabral não estava mais lá. E ele me falou: "Porque o Ministério do Trabalho exigiu que eu o registrasse como CLT...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só permita que eu registre ainda a presença do Senador Romero Jucá. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PSD - SP) – ..., mas, quando fui registrá-lo, ele não quis. Ele não quis ser registrado e preferiu trabalhar em outro salão de beleza, porque, se a gente registra, ele acaba ganhando menos. Então, ele preferiu trabalhar em outro lugar". Aí eu passei a ir a outro salão de beleza, mas com o mesmo profissional.

Depois, eu conheci o Dr. Aquiles. E, conversando com o Dr. Aquiles lá na Beauty Fair, uma feira de cosméticos, eu fiquei sabendo que uma grande empresa, que uma rede de cabeleireiros do Soho teve o mesmo problema. O Ministério Público obrigou o Soho a registrar todos os profissionais da beleza. E o Soho cumpriu a determinação. O que aconteceu? Ele perdeu todos os profissionais que tinha no seu quadro de empregados.

Então, isso mostra que o profissional da beleza não quer ser registrado. Eu ouvi bastante, quando o Maximiliano falou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PSD - SP) – É, ele quer ter autonomia. Muitos desses profissionais trabalham em dois salões, muitos desses profissionais não têm horário para entrar, não têm horário para sair, e eles querem uma liberdade.

O Maximiliano falou que, na hora do prejuízo, ele vai ser parceiro ao contrário. Ele vai ser parceiro só na hora do lucro, que é quando recebe o valor pago pelo corte, pela escova, pela unha. É só ali que ele é parceiro. A parceria não vai no prejuízo, não vai no aluguel. Isso já está na parte que é destinada para cada parceria.

Eu também vi a preocupação muito grande do Maximiliano com a perda de arrecadação dos sindicatos, mas esse projeto não é, em ponto nenhum, para favorecer sindicato. Ele é para favorecer o profissional da beleza. E eu acho que a gente tem que fazer o papel que os sindicatos deveriam fazer, que é proteger o profissional da beleza. (*Palmas.*)

Eu vejo também, na fala do Maximiliano, que ele deve estar muito preocupado, sim, porque ele defende uma categoria, que são os advogados laborais, e um projeto desses vai acabar com muito litígio judicial que existe por aí. Automaticamente, diminui o trabalho dos advogados laborais. (*Palmas.*)

Esse projeto de lei foi discutido em várias comissões. Tivemos várias audiências públicas, vários sindicatos participando, com a maioria deles apoiando. Nós tivemos um sindicato que não apoiou, o Contratuh, que é do turismo e da hotelaria, uma coisa assim, mas os sindicatos da área mesmo, dos profissionais de beleza, apoiaram. E eu vejo até que o pessoal que está lá atrás, com as plaquinhas, não tem batido palma para as opiniões favoráveis ao projeto. Isso mostra bem que ou eles estão mudando de ideia, ou talvez não saibam direito o conteúdo do projeto, mas nós temos o apoio do Sindibeleza, do Sindibeleza de Goiás, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, do Sinbel, do Sinca, do Pró-Beleza, do Sinbel de São Paulo e de vários sindicatos laborais.

Então, não é um projeto que defende só a classe empregadora, mas também os trabalhadores.

Então, houve um trabalho grande para passar nas Comissões, passou pelo Plenário da Casa, foi votado na Câmara com grande maioria, maioria expressiva – praticamente 99% dos votos foram favoráveis ao projeto –, o Governo apoiou, a Receita Federal apoiou, porque viu que vai melhorar a arrecadação, o Ministério do Trabalho apoiou o projeto, todo mundo apoiou. Só um ou dois sindicatos foram contrários, mas nós sabemos que muitos desses interesses são por causa da arrecadação sindical mesmo, e isso eles não vão perder, porque a homologação vai ser feita nos sindicatos. Vão ter que pagar por essa homologação. Então, quero dizer aos sindicatos preocupados com isso que podem ficar tranquilos, porque vocês vão continuar com a arrecadação de vocês. (*Palmas.*)

Eu acho que é muito importante darmos uma segurança jurídica, tanto para a empresa salão-parceiro, como também para o profissional, porque nós vamos dar uma liberdade e, principalmente, o mais importante, vamos trazer o profissional da beleza para a legalidade. Ele vai poder comprovar renda, ele vai poder adquirir um bem. Hoje, o profissional da beleza consegue conquistar sua renda, mas não tem como comprovar essa renda, porque ele recebe isso por fora. Não é tributado. Então, como ele conseguirá comprar um imóvel,

como ele conseguirá comprar um carro? Vamos trazer milhares e milhares de pessoas para a legalidade. E vamos evitar a bitributação.

Nós tivemos um problema que me levou até a Receita Federal, acompanhado de algumas pessoas aqui presentes. Foi o seguinte: a Receita Federal "puxou" o que era arrecadado no cartão de crédito dos salões de beleza de cinco anos para cá e fez uma cobrança posterior sobre o faturamento dos cartões. Então, estavam cobrando imposto sobre os 100% pagos no cartão. Só que os 100% não ficam para o salão. O que fica para o salão, muitas vezes, é 40%. Então, ele está pagando um tributo sobre 100%, mas arrecadando somente 40%. Isso está errado! Com isso, não há empresa que aguente.

Esse projeto foi apoiado pelos donos dos salões e pelos profissionais da beleza. Então, eu queria pedir aos Senadores o apoio para esse projeto. Viemos aqui para defendê-lo, lógico, porque o projeto é meu e eu tenho interesse em que ele seja aprovado, mas principalmente porque estaremos trazendo para a legalidade mais de 500 mil pessoas que hoje trabalham no mercado informal.

Era isto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Registro a presença do Senador Eduardo Amorim.

Seja bem-vindo!

Ele é um parceiro nosso de todas as horas. (*Palmas.*)

Convido os membros desta Mesa a retornarem ao plenário.

Chamamos, de imediato, a segunda Mesa: Daniel Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do DF – Sindbeleza; Marcelo Francisco Chiodo, Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares no Estado do Rio Grande do Sul, de gaúchos e gaúchas de todas as querências; Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do Rio de Janeiro – Sempribel.

Como eu disse, os Senadores e as Senadoras têm a palavra a qualquer momento.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria saudar o Marcelo, que é do nosso Estado, Senador Paim. Aqui estão representantes de todo o Brasil. Eu sou membro suplente da CDH e posso dizer que, de fato, V. Exª tem dado voz e vez à manifestação de todos os setores, mas especificamente a esse, porque tem o interesse. É uma categoria muito relacionada a homens e mulheres. Talvez mais às mulheres, mas hoje os homens estão indo tanto ao salão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Têm que se cuidar. É isso aí, Senador! É isso aí!

Então, eu queria saudar o Marcelo, porque ele é do nosso Estado, Senador Paim. Não se trata de um excesso de bairrismo, mas é devido ao carinho que temos pelos profissionais do nosso Rio Grande do Sul.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Marcelo é rápido no gatilho. Só comigo ele já esteve umas duas vezes antes desta reunião, para me explicar o projeto.

Parabenizo você, Marcelo, pelo seu trabalho, vem como todos os outros que estiveram comigo, tanto os que são a favor quanto os que pensam de forma diferente. Estiveram comigo, dialogando, e eu falei que estava recebendo todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paim, eu só queria dar uma explicação: eu sou Relatora de um item na CCJ, que já começou, às 10h. Então, eu só queria dar essa explicação, porque aqui nós trabalhamos cumulativamente. Então, ouvirei o primeiro depoimento e depois terei que ir lá. Mas eu voltarei para a nossa audiência pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só para registrar também: eu sou suplente desta Comissão, mas considero esse debate e a solução dessa questão extremamente importantes para o País. Nós estamos vivendo um momento de crise. Nós precisamos encaminhar a solução da empregabilidade, da condição de trabalho,

da melhoria da renda da população, e, sem dúvida nenhuma, esse é um desafio que precisa acontecer nesse setor. Nós temos uma grande informalidade no setor, e é preciso realmente construir alguma alternativa, dentro de um entendimento. V. Exª tem toda a experiência, bem como a Senadora Marta Suplicy, para conduzir esse processo.

Então, eu quero dizer aqui que sou Relator do primeiro item da CCJ e vou ter que me ausentar, mas fiz questão de vir aqui para dizer que sou parceiro na busca de uma solução. Entendo a importância do tema. Nós estamos querendo encaminhar a solução para milhares de brasileiras e brasileiros que tratam e que ganham a sua vida com esse trabalho. Portanto, quero registrar que acompanharei com muita atenção o debate e que, no momento da votação, estarei aqui para ajudar a construir essa solução, que eu espero que seja equilibrada, harmônica, com a qual todos possam sair ganhando, porque, na verdade, quando a gente melhora a vida dos brasileiros e brasileiras, a gente está cumprindo a nossa missão aqui no Senado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Romero Jucá.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Paim, Senadora Marta Suplicy, Senadora Ana Amélia, Senadora Regina e todos que estão aqui nos acompanhando e assistindo a esta audiência pela TV e pela Rádio Senado.

Também quero manifestar o meu apoio e dizer que eu também sou suplente. Hoje é o dia dos suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas aqui suplente manda mais que titular.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Entre comissões, subcomissões e suplências, para mim, são mais de 27, 28 itens. Também tenho relatorias agora em outras comissões, mas estaremos acompanhando. E quero dizer que considero extremamente importante e relevante debater esse tema. Contem com o nosso apoio também.

Parabéns pela realização da audiência. Para mim, não é nenhuma dúvida que o senhor esteja conduzindo isso, o que sempre fez com muita maestria e com muita justiça. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Como a Senadora Regina vai continuar conosco, ela usará a palavra no momento adequado.

Quero só lembrar que esta é a 100ª reunião desta Comissão em dez meses. É a 100ª nesse espaço, mas a 22ª reunião que se realiza fora dele ocorrerá neste final de semana, quando nós vamos a Belém do Pará e a Macapá para fazer o debate da terceirização. Eu sou contra o negociado em relação ao legislado. Estou viajando o País todo para fazer esse debate, mas quase 20 Estados onde estive, todos, por unanimidade, se posicionaram contra substituir o negociado pelo legislado. Estou apenas explicando as viagens que eu estou fazendo.

Vamos, de imediato, passar a palavra a Daniel Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do DF – Sindbeleza.

O SR. DANIEL BORGES DE OLIVEIRA – Muito bom dia, Senador!

Muito bom dia, Senadoras presentes nesta audiência pública e todos os demais presentes!

Eu quero dizer que esta audiência pública é tudo para nós profissionais da área da beleza: cabeleireiro, barbeiro, manicure, pedicure, esteticista, maquiador e todos aqueles que contribuem para o crescimento dessa categoria.

Esse projeto de lei, o PLC 133, de 2015, é algo que está complicando a nossa categoria. Como profissional que sou, barbeiro, vejo a retirada total dos nossos direitos. Gastando a sola do sapato, andando de empresa em empresa, tenho confirmado isso em conversas com profissionais que exercem essas atividades.

Aqui se falou muito de percentual de comissão – o percentual de comissão varia de 50 a 60% –, mas não se falou o que têm feito as empresas aqui, no Distrito Federal.Também em Fortaleza, no Ceará, onde acompanhamos a audiência pública junto com o Sindibeleza do Ceará e o Sindibeleza de Mogi Guaçu, essa comissão foi mencionada pelas empresas, mas não disseram que desses 505 ou 60% são descontados dos profissionais um custo operacional altíssimo com o fim de se pagar taxas de cartão de crédito. Mas quem é o dono da empresa? Isso é de responsabilidade do empresário, não do profissional que está ali para exercer suas atividades diariamente.

Dentro desses atendimentos nos sindicatos, dia a dia, também foi levado em consideração que, além desse custo operacional, não existe nada de agenda: "Ah, se eu não quiser atender hoje, eu vou riscar". Não existe isso. Se ele riscar, no dia seguinte, o recepcionista que marca cliente para aquele profissional ouvirá do dono da empresa: "Não é para marcar mais cliente para ele". Por quê? Porque ele quer o profissional ativo, trabalhando 11, 12, 13 horas por dia. Isso é liberdade de expressão? Não vejo isso.

Então, atendendo e andando de empresa em empresa aqui, no Distrito Federal, senti na pele o desejo de cada um e de cada uma que procurou o sindicato para que nós tomássemos as medidas provisórias e acio-

nássemos o Ministério Público contra isso. E as medidas já estão sendo positivas, Senador Paulo Paim. E tudo isso é feito no intuito de não reconhecer esse contrato de prestação de serviço aqui, no Distrito Federal. É o que ocorre, por exemplo, quando a empresa diz ao trabalhador: "No horário do atendimento, você não poderá atender ao telefone". Ou quando lhe diz: "Se a tampa do secador cair, você será multado". Nós temos exemplos que levamos aqui a diversos gabinetes. São depoimentos que foram entregues no seu gabinete, Senador, assim como no gabinete da Senadora Marta Suplicy. Fomos atendidos lá por sua assessoria. Tivemos bastante objetividade num consenso sobre esse projeto de lei.

Então, quanto a essa finalidade, nós, do Sindbeleza do Distrito Federal, juntamente com o Sindbeleza do Ceará, de Mogi Guaçu, do Rio de Janeiro e com a Contracts, a Fetracom e a CUT, somos contrários a esse projeto de lei, porque "pejotiza", escraviza e maltrata todos aqueles que contribuem para tornar as pessoas bonitas e belas nas suas vidas cotidianas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Daniel Borges de Oliveira, que falou em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do DF – Sindbeleza. O Daniel usou os cinco minutos.

Agora, vamos ao Marcelo Francisco Chiodo, que é Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCELO FRANCISCO CHIODO – Bom dia a todos!

Bom dia, Presidente, Senador Paim!

Bom dia, Senadora Marta Suplicy!

Quero parabenizar especialmente a Senadora Ana Amélia e agradecer a ela pelo trabalho que ela tem feito na área da beleza, com os cabeleireiros, para a regulamentação da nossa profissão e pelo acompanhamento da lei. Eu agradeço em nome de todos os cabeleireiros do Sul pelo trabalho que V. Exª tem feito por nós lá do Sul. Está bem, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. MARCELO FRANCISCO CHIODO – Eu vou começar contando uma história de como é lá no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul começou com os barbeiros, Senadora Paim. Havia uma troca, não existia porcentagem. Existia corte de cabelo e barba. Então, era assim: o cara cortava um cabelo e uma barba e dava o valor correspondente ao dono do salão, e o resto era dele. Isto no início. Depois de um mês, ele dava o valor referente a duas barbas e dois cabelos. Depois, com três meses, era o valor de três barbas e três cabelos. E ia assim até chegarem a uma porcentagem que ficasse boa para os dois. Era assim porque, no início, sempre é mais difícil começar e ter clientela. Então, era feito assim. Para começar, ele dava o suporte para o cabeleireiro, para o barbeiro. Era assim. Ele cortava um cabelo, dava o valor para o dono, e o resto era todo dele. Aí, depois começou a vir o contrato.

O sindicato lá tem 83 anos, é um dos mais antigos. Eu estou lá há cinco anos. E lá nunca houve nenhuma confusão. E é 100% autônomo lá. (*Palmas.*)

O sindicato tem um contrato homologado pelos dois sindicatos. Onde há um sindicato, nós pegamos a assinatura do sindicato laboral e a do nosso. Há o reconhecimento pela Delegacia Regional do Trabalho. Isso também é uma coisa inédita no Brasil, mas lá a Delegacia reconhece esse contrato e o homologa junto com a gente. Ela tem uma parceria conosco.

Então, para começar, eu queria só contar uma história sobre como é no Rio Grande do Sul, para servir, talvez, de exemplo para todo o Brasil. Lá, só temos algumas ações trabalhistas quando há casos de subordinação, nos quais se faz necessário o cumprimento da CLT, porque toda pessoa que perde o direito e tem essa liberdade de agenda, como foi falado, tem todo o direito de buscar a CLT, porque foi quebrado o contrato. Então, lá nós defendemos que continue a CLT. Nós nunca fomos contra a CLT. Nós só queremos o direito de escolha, que a pessoa decida qual é a melhor maneira para trabalhar. "Eu quero trabalhar como autônomo, porque ganho mais". Como é que eu vou obrigá-lo a trabalhar como CLT, ganhando um salário ou, como acontece em muitos lugares, ganhando por fora, o que é errado?

Então, nós achamos que o importante é deixar bem clara essa relação, e essa lei vem para fazer isso. E ela vem num momento muito importante para nós, porque muitos salões estão fechando, muitos salões estão em crise, e eu acho que é o momento de a gente pensar grande. É uma profissão diferenciada. Trata-se de um artista. E artista não tem valor pelo seu trabalho. Há salão que cobra R$100,00 por um corte, enquanto há outro que cobra R$5,00 na comunidade. Ele é artista. Ele põe o valor que ele quiser.

E quanto a essa liberdade, de ganhar 50%, eu pergunto: qual é o local em que se ganha 50% do que trabalha? Isso não existe, em lugar nenhum. Ele ganha 50%, limpos, daquilo que ele produz, e isso é uma receita

hoje. Se eu pedir para qualquer cabeleireiro trocar, ele não vai querer e vai abandonar o salão. Entendeu? Então, é muito complicado.

O MEI é uma opção maravilhosa, porque hoje, mesmo como autônomo, ele ainda é informal. Ainda há muitos informais. O sindicato, como foi dito antes, não consegue alcançar a todos os profissionais, porque eles estão muito informais hoje. Então, eu acho que o MEI vem para ajudar, porque o valor é menor. Eles conseguem pagar, conseguem administrar... Eu acho importante dizer que ele vai ter um valor para poder justificar na hora de comprar seu carro, sua casa, porque hoje ele é informal e não tem como fazer isso. Então, nós queremos a formalidade. Só isso. Não estamos competindo, aqui, querendo A e B. Aqui, nós queremos todos: A, B, C. Nós queremos o CLT, queremos o autônomo e queremos o MEI dentro da nossa área. (*Palmas.*)

Eu acho que falei um pouco de tudo.

Quanto às ações trabalhistas, lá no Rio Grande do Sul, nós temos poucas e, com respeito àquelas que temos, está havendo um reconhecimento muito forte do autônomo. Não há juiz que esteja favorecendo o outro lado, porque lá é reconhecido que o autônomo hoje tem essa liberdade. Isso eu quero deixar bem claro: ele tem liberdade em sua agenda. Ele entra e sai na hora em que quiser. Ele tem liberdade de pegar um valor na hora em que ele quiser. Ele tem liberdade de escolher o cliente com quem ele quer trabalhar. Se ele não quiser mais trabalhar naquele dia, ele pode ir embora. Ele só precisa avisar o salão, "olha, eu não vou trabalhar", só para avisarmos os clientes que chegam para que eles não fiquem na mão. Mas ele tem essa autonomia, e estamos lutando para mantê-la.

Essa parceria faz até com que o profissional, como foi dito aqui, tenha opiniões dentro do salão e faça com que o salão cresça junto com ele, porque ele é parceiro do salão. Ele não é "usado". Ele é parceiro. Então, ele vai falar "olha, o valor está baixo, vamos aumentar", "olha, a gente poderia comprar isso", "a gente poderia fazer aquilo"... Ele é parceiro. Ele está ali dentro para somar. Todos, lá no Rio Grande do Sul, ganham. Aí é que está aquela palavra que o José falou: "Todo mundo ganha". Não há ninguém ali... Ali não tem aquele negócio de que um perde e outro ganha. Todo mundo ganha.

Então, eu quero encerrar dizendo que todos os sindicatos estão juntos nessa batalha. Nós fomos à Câmara com quase 100% dos sindicatos e ouvimos o Líder do Governo falar que apoia o projeto. O Líder do Governo! Nós ouvimos o PT falar que apoia o projeto. O que é que nós queremos mais? (*Palmas.*)

Se fosse ruim, eles não iriam aprovar.

Não concorda, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou aqui de Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho que ouvir todos e ajudar no encaminhamento.

O SR. MARCELO FRANCISCO CHIODO – Mas eu vou encerrar, então, dizendo que o Rio Grande do Sul vai continuar trabalhando desse jeito, para a liberdade do profissional, e nós lutamos para que consigamos aprovar, o mais rapidamente possível, esse projeto, para dar claridade e deixar os empresários e os profissionais trabalharem sem ter medo, como ocorre hoje.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Marcelo Francisco Chiodo, que falou em nove minutos. Ele é o Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares do Estado do Rio Grande do Sul.

Passamos a palavra agora ao Valeir Ertle, Secretário da Central Única dos Trabalhadores. Ele fala pela CUT.

O SR. VALEIR ERTLE – Bom dia a todos e a todas!

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, sempre abrindo espaço para esse debate. Eu sei que é um tema polêmico e cada um tem um ponto de vista. Acho que todos têm que ser respeitados nesse sentido.

Cumprimento a Senadora Marta Suplicy, Relatora do projeto, os demais Senadores presentes e os representantes das entidades e centrais sindicais que estão aqui presentes.

Só respondendo... Não sei se o Deputado Ricardo Izar ainda está em plenário ainda ou se já saiu, mas ele falou de algumas questões que precisam ser respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você pode falar livremente e dar o seu ponto de vista.

O SR. VALEIR ERTLE – Tudo está sendo gravado e depois vai chegar aos ouvidos dele.

Ele falou que algumas entidades sindicais são contrárias a esse projeto preocupadas com a arrecadação das entidades sindicais. Está havendo um tremendo equívoco. Acho que ele não conhece as entidades sindicais. A CUT é a maior entidade sindical do Brasil... (*Palmas.*)

... é a maior da América Latina e a quinta maior do mundo, e nós somos totalmente contrários a esse projeto. Temos aí um contrassenso. É um retrocesso. É voltar à escravatura no Brasil. Então não podemos, em hipótese alguma, aceitar esse projeto. A CUT é contra, a Contratuh já falou que é contra, a Contracs, uma confederação que tem vários sindicatos do setor de beleza filiados, é contra, além de alguns sindicatos, que, inclusive, já se expressaram aqui.

Nós estamos ressuscitando aqui a Emenda nº 3, dos PJs. Estamos discutindo a terceirização, a exploração... Onde estão as garantias?

É muito simples, para alguns profissionais... Eu frequento salão de beleza. Eu corto meu cabelo, eu vou à podóloga todos os meses... A gente sabe, conversa, conhece a dinâmica dessas pessoas. Houve um caso lá em São Paulo, ocorrido em um dos maiores salões da América Latina, em que a profissional fazia parte do contrato social do salão. Ela tinha 0,001% do contrato social. Era uma forma de ludibriar, de explorar o trabalhador. Ele tem que trabalhar 12 horas por dia para ter um ganho mínimo. Essa é a falsa falácia que os companheiros do setor de beleza falaram que ganham, porque a pessoa não tem 13º, não tem férias, não tem FGTS, não tem Previdência Social... Como ela pode ganhar mais? Coloquem na ponta do lápis, quando ela é demitida, quando sai, quando fica doente... Quanto é que ela perde? Ela só pensa no imediatismo. Só pensa no seu bolso naquele mês, mas não pensa no futuro, não pensa no dia em que ficar doente, essas questões mencionadas.

Eu queria dizer também que isso é um problema que os advogados têm, em função do Dr. Marques, com todo o trabalho sério que ele desenvolve: estão preocupados com as ações trabalhistas. Nesse sentido, é um contrassenso. Eu acho que as pessoas não têm um mínimo de respeito pelos profissionais sérios neste País. Eu me refiro aos profissionais de todos os segmentos. É muito complicado.

Nós estamos criando um trabalhador de segunda, terceira, quarta classe, como nós discutimos muito aqui, nesta Casa, como o Senador Paulo Paim está colocando, na discussão da terceirização. Inclusive, S. Exª está fazendo um brilhante trabalho. Está fazendo audiência pública no Brasil inteiro e vendo a realidade de todos os trabalhadores do Brasil, em segmentos empresariais também que não concordam com a terceirização. O próprio representante do setor patronal disse que é contrário à terceirização. Só que ele, de certa forma, é terceirizado.

Fala-se que de 30 a 40% são registrados, só nesse segmento... E os demais? Isso quer dizer que é informalidade? Não é informalidade. Isso é fraude! Não contratar o profissional, não ter registro é fraude. Isso é fraude! Não existe outra palavra. É fraude contra o trabalhador! Então, essa é a palavra correta que existe. Não há a questão da informalidade. E nós sabemos o seguinte: hoje se cria o profissional da beleza, o salão-parceiro... Amanhã teremos o garçom-parceiro, o vendedor-parceiro, o caixa-parceiro... Todas as nossas funções vão ser parceiras, porque não se consegue fazer uma legislação específica. Por exemplo, o PPE, tão criticado e tão defendido aqui nesta Casa, teve que ser um projeto genérico, para todas as categorias, por mais que se aplique somente para a indústria. Mas teve que ser de ordem genérica, porque a nossa Constituição não permite que se crie uma excepcionalidade para alguma categoria. Então, a lei tem que ser feita de forma abrangente, para todos os trabalhadores. Então, daqui a pouco todos vão ser parceiros. Os comerciários vão virar parceiros, os garçons, todos os atendimentos ficarão nessa situação. Isso é muito ruim. E quem ganha com isso?

Hoje, a gente sabe que os profissionais trabalham 10, 12 horas por dia. Vou achar que trabalham quando querem? Se não trabalha, não ganha. Se ele ganha um percentual do que desenvolve, como é que ele... "Ah, ele trabalha quando quer". Então ele vai ganhar o quê? Ele tem repouso remunerado? Os trabalhadores que são registrados têm repouso remunerado. Ele não tem. Ele ganha somente a comissão sobre o que ele fatura, sobre o seu trabalho. E as pessoas trabalham 10, 12 horas. Quem vai... Nós, que frequentamos salão de beleza... Hoje, não são só as mulheres que frequentam. Os homens têm avançado nesse sentido. Eu acho que isso é importante. Todo mundo tem que se cuidar de alguma forma, por uma questão necessária, mas a beleza é sempre importante e todos têm que estar preocupados, não só as mulheres. Mas hoje se avançou bastante nesse sentido. Então, isso aí é muito ruim, é uma situação muito complicada e complexa, que tem que ser discutida.

A Andrezza, do Sebrae, falou da questão da ABNT. A ABNT legisla no Brasil? Ela impõe regras trabalhistas no Brasil? Eu acho que é um contrassenso o Sebrae colocar essas questões aqui. As normas técnicas discutem o que foi colocado. Elas não legislam. Elas não podem burlar uma legislação. Não se pode colocar uma norma da ABNT como a norma máxima, como se ela estivesse acima da CLT, acima dos direitos dos trabalhadores. É um contrassenso do Sebrae. Eu acho que ela tem que estudar um pouco mais os direitos dos trabalhadores para achar que uma norma da ABNT se sobrepõe a esses direitos. Eu acho que é um contrassenso o que a Andrezza colocou, nesse sentido. Só porque o empreendedorismo existe, está aí, de fato? O Sebrae, por si só, defender esse projeto eu acho um contrassenso. Com certeza, há profissionais do Sebrae que pensam de forma diferente da Andrezza, porque nós conhecemos vários deles que realmente estão preocupados com os direitos dos trabalhadores.

Então, a CUT tem uma posição totalmente contrária a esse projeto.

Espero que a nossa brilhante Senadora Marta Suplicy tenha muito bom senso na hora de fazer essa relatoria, e a CUT está à disposição para discutir e contribuir com esse projeto.

Nós sabemos que, quando se abre uma janela, abre-se uma porta e acabam vindo muitas coisas. Infelizmente, a agenda negativa neste Congresso é muito ruim, é muito grande. O próprio Max relatou alguns projetos que estão nesta Casa. Todos os dias, os trabalhadores são surpreendidos por projetos muito ruins, nefastos à classe trabalhadora. A questão do PPE, de que o Paulo Paim falou, sobre negociar sobre o legislado, num projeto que é importante para conter o desemprego, houve emendas colocando negociar sobre o legislado, o que é um contrassenso.

Quanto ao projeto do Fernando Henrique, nós fizemos uma grande ato aqui, em Brasília, com mais de cem mil trabalhadores, e conseguimos tirá-lo da pauta. Quando o Lula foi candidato a Presidente, ele se comprometeu com as centrais sindicais a retirar o projeto e retirou, mas, a todo o momento, já é terceira vez, vem o negociado sobre o legislado, colocado como um submarino nos projetos que são importantes para a classe trabalhadora.

Então, por isso, espero que os Senadores todos tenham bom senso na hora de votar esse projeto. Espero que nós consigamos, pelo menos, se não votar contrariamente, corrigir alguns problemas que existem, e a Contracs e a CUT estão à disposição para discutir inclusive emendas que possam resolver essa situação.

Nós achamos que é muito ruim. Com certeza, se aprovam um projeto como o do salão-parceiro, amanhã virão outras parcerias que serão nefastas à classe trabalhadora, como é a Emenda nº 3, como é a terceirização e vários outros projetos que estão tramitando nesta Casa e que são nefastos à classe trabalhadora.

Por isso, a CUT é totalmente contrária e espera que os Senadores tenham bom senso na hora de analisar essa matéria.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Valeir Ertle, que falou em nome da Central Única dos Trabalhadores.

Já está conosco o Senador José Agripino, que também é membro desta Comissão.

Ele tem a palavra no momento em que entender mais adequado.

Então, neste momento, com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, senhores convidados para esta audiência pública, eu venho aqui trazer um depoimento pessoal, experiência vivida, própria.

Quando eu quero cortar bem o que resta dos meus cabelos, eu vou ao Hélio, há anos, anos, há 20 anos. Como eu vou lá há muito tempo e sou observador, eu observo o vai e vem, o entra e sai, e converso muito com ele e com as pessoas do salão.

Eu sou um adepto do empreendedorismo. Eu tenho vários projetos voltados para o empreendedorismo já em fase final de apreciação. (*Palmas.*)

O último deles é o empreendedorismo voltado para o jovem do campo. Mas há vários.

O que eu quero dizer aqui? Eu quero prestar um depoimento pessoal. Eu não vou falar sobre todos os presentes, mas eu vou falar sobre o exemplo do Hélio. O Hélio é um ganhador, é um *winner*, ele tem vários salões aqui. Como ele é um *winner*, ele viaja o mundo inteiro de vez em quando para se adestrar, para incorporar as novidades do mundo ao salão dele aqui. E o salão dele é recheado de novatos, que vêm sugar aquilo que ele suga da França, do Japão, da Inglaterra, a custo zero. (*Palmas.*)

São pessoas o quê? São pessoas empregadas. Eu conversei com o Hélio, e ele me falou desse projeto. Chama-se salão-parceiro, para que as pessoas que, há anos, ele forma, adestra e saem, levando, de graça, aquilo que ele conquista com os ganhos do talento dele, passem a ser autônomos, passem a ser proprietários de salões adestrados do salão dele. E ele quer isso, ele acha que é vantagem para ele. Se ele acha, eu acho que a categoria tem que achar também o salão-parceiro, fazer com que profissionais de qualidade, que são pessoas jurídicas – deixam de ser empregados, passam a ser pessoas jurídicas –, possam integrar-se a unidades que eu chamaria de centros de excelência, para multiplicar qualidade de talento.

O mundo hoje é competitivo, Presidente, ganha quem for mais talentoso, quem for mais competente. Está-se dando, com esse projeto do salão-parceiro, a oportunidade da distribuição do talento e da competência. (*Palmas.*)

Por essa razão é que eu fiz questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só queria insistir com as palmas, porque está todo mundo, desde o início, aqui, mantendo a boquinha fechada... Estou falando isso carinhosamente. Está legal, está boa a audiência pública.

Continua com a palavra o nosso Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu já vou terminar.

Eu fiz questão de vir aqui para prestar um depoimento que é pessoal, em função de uma convicção que eu tenho: o empreendedorismo de qualidade é o futuro deste País. Nós estamos num nicho. Você tem centenas de nichos que podem adotar esse modelo, que vai propiciar que o talento vença, que a competência vença, que a competição entre pessoas possibilite que os mais adequados, os mais instruídos, os mais talentosos, os mais preparados vençam e ganhem, ganhem pelo talento e pela competência.

Esse projeto do salão-parceiro é um exemplo disso. Eu vou votar e vou pedir que todos os meus companheiros que me ouvirem votem a favor, porque ele merece aquilo que teve na Câmara. (*Palmas.*)

Na Câmara, essa matéria mereceu aprovação por unanimidade, e aqui, no Senado, vamos trabalhar, Presidente Paim, para que se prestigie o empreendedorismo, prestigie-se o talento, a busca da competência, aprovando-se, por unanimidade, uma coisa que só fará o bem ao Brasil, na minha opinião.

A minha opinião é esta e o meu voto será favorável. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Agripino, que veio aqui colaborar com o seu ponto de vista, com muita clareza, dizendo o que ele pensa da matéria, como farão todos os Senadores, no momento adequado.

Passamos a palavra a Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Presidente, ilustre Senador Paim, Srª Marta Suplicy e Senadora Relatora desse projeto!

Eu queria fazer um parêntese, Sr. Presidente, para uma data que passou despercebida. Ontem, 3 de novembro, foi o Dia Nacional do Cabeleireiro, e eu faço aqui a minha homenagem à Liduína, cabeleireira, mulher, Presidente do Sindicato dos Cabeleireiros de Fortaleza.

Sinta-se homenageada, companheira Liduína. (*Palmas.*)

Quero dizer também algumas coisas que foram faladas, foram ditas aqui – papel aceita tudo e microfone também.

Quero dizer que, pela segunda vez, eu vou afirmar ao Relator do projeto, Deputado Ricardo Izar, que a Contratuh não é sindicato. A Contratuh é Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. (*Palmas.*)

Ela é a confederação que rege a maior força empregatícia deste País, tendo 11 categorias sob a sua tutela.

Quero dizer também, sobre as comissões de 50%, que isso não existe. Isso é passado. Inclusive, eu tenho aqui, em mão, a nossa convenção coletiva de São Paulo, que diz que a comissão, quando pactuada entre as partes, deverá ser fixada no seu holerite ou recibo de pagamento.

O cenário do mundo da beleza é muito grande. Nós estamos falando em grandes salões, como os salões do companheiro Hélio, aqui, cabeleireiro do Distrito Federal. E o salão da Vila Mandioquinha, lá de São Paulo... (*Palmas.*)

..., que tem apenas trabalhadores que recebem o piso salarial?

Quero dizer também da minha preocupação, de preocupação da nossa confederação, quando a profissional parceira engravidar. Como é que fica essa situação? Eu tenho a minha concepção, mas deixo aqui um questionamento.

Quero dizer também das doenças ocupacionais, do número vastíssimo de profissionais que entram no hospital já com quase meia vida, por causa do uso indiscriminado do formol, nossa bandeira junto à Anvisa em São Paulo.

Quero dizer também da homologação desse projeto em relação ao sindicato laboral. Deixo aqui um questionamento: é fundamentado, legalmente, o sindicato laboral homologar duas empresas PJ?

Enfim, o MEI, como a companheira citou, foi muito bem apresentado no Fantástico do último domingo: 57% estão devedores, não conseguem pagar nem os seus encargos. E agora, Presidente Paim, eu digo que a luta de 50 anos foi concretizada em 18 de janeiro de 2012, após a sanção da Lei nº 12.592, que agora está sendo retalhada, jogada no lixo.

Eu gostaria muito de ter tido esse chamamento de 2007 a 2012, quando nós – quando eu falo nós, refiro-me à Contratuh – fomos precursores da regulamentação dessa categoria. Nenhum patrão se envolveu, porque não era interessante. O lucro de 300% num corte de cabelo já não acontece. Então, vamos buscar uma saída.

Permita-me passar um pouco, ilustre Presidente, o perfil da nossa categoria, que aqui não foi dado: 92% de mulheres compõem esse quadro. Isso é quesito de uma pesquisa que nós realizamos em São Paulo, através da entidade que eu presido, Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo e Região. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou continuar insistindo que têm o direito à palavra os convidados. E vejam que eu estou sendo muito democrático: batam palmas quando quiserem, mas peço que não interfiram na fala.

Indiretamente, eu chamei a atenção de um senhor no plenário, que entendeu e ficou tranquilo. E, indiretamente, eu peço à senhora também que não interfira na fala da oradora. Peço isto carinhosamente a ambos, tanto para o senhor quanto para a senhora.

Por favor, continue.

A SRª MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER – Essa campanha foi denominada "Quem Somos no Mundo da Beleza?" E é expresso o número de mulheres em condições sociais como mães solteiras, separadas, com a guarda dos filhos, mulheres que sustentam pai, mãe e irmãos, sempre estando no estado de arrimo da família. É fácil para muitas mulheres e homens que estão aqui questionarem esse fato quando vão ao salão de beleza.

Trabalhadoras ficarem sem registro em carteira profissional é um fato costumeiro, ouvindo sempre essa frase: "Se quiser, é assim; se não quiser, é assim também". Essa trabalhadora pensa, reflete: "Como vou levar o sustento para a minha casa e para os meus filhos?" Então, trabalha, trabalha, trabalha, trabalha até começar a sentir as dores da tendinite, da LER e do Dort, que as levam para uma aposentadoria por invalidez, dados também questionados com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo.

Deixo aqui uma reflexão: é isso que nós queremos para as nossas trabalhadoras?

Não respeitar, não aceitar e não reconhecer a sanção da Lei nº 12.592 é discriminar a Senhora Presidente Dilma Rousseff, os Ministros José Eduardo Cardozo, Paulo Roberto Santos, Alexandre Rocha Padilha, Rogério Sotilli, Luís Inácio Lucena Adams, porque foi fruto de muitas discussões, debates em todas as comissões da Câmara e do Senado. Configura-se a falta de interesse e desrespeito para com todos esses Parlamentares que se debruçaram e se empenharam para esse reconhecimento.

Deixo uma pergunta também: por que não é discutida a redução dos impostos sobre os produtos de beleza? Eles têm uma tributação igual à das armas, dos cigarros e das bebidas. Se algum Parlamentar desenvolver esse projeto, eu serei a primeira...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER – ..., a nossa entidade será a primeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER – ... a estar trabalhando isso.

Deixo também um questionamento: qual a diferença dessa trabalhadora para a trabalhadora do comércio, da farmácia, da indústria e de outras tantas atividades? Por que ela tem que ser precarizada, terceirizada e, no caso do salão-parceiro, coagida, ameaçada a aceitar a condição de parceira?

Eu digo aqui, já encerrando a minha fala, que o salão-parceiro é a bola de ferro no pé dessa trabalhadora. A chave fica com o patrão-parceiro. Apesar de tudo, quando ela terminar e não tiver mais resistência física, ela vai dizer: "Não tenho mais condições de trabalhar". Aí ele diz: "Toma a chave. Agora você não é mais a minha parceira. Pode ir embora. Dando o seu prazo, vá embora!" (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

Essa foi a Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, que é diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh.

Passo a palavra agora ao Sr. Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do Rio de Janeiro – Sempribel.

O SR. FLÁVIO DE CASTRO SOBRINHO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Paim, Senadora Marta Suplicy, todos os membros da Mesa!

Escutei muita coisa, nós escutamos muitas ideias, e havia muita coisa para falar realmente, mas o tempo é curto. Escutei falas de colegas, falas de donos de salão que estão aqui presentes, até a fala do Deputado Izar, que eu acho que não conhece o meio sindical, como disse o meu amigo da CUT, nosso companheiro. Ele não conhece realmente o que é. V. Exª conhece porque veio do meio sindical.

A história da comissão no salão de beleza, como o representante do sindicato patronal do Sul falou, começou realmente lá atrás, quando as pessoas iam trabalhar nos salões de cabeleireiro ganhando percentuais de 20% a 30%. Esqueceram-se de dizer, Senadores, que esse aumento do percentual para 40%, 50%, 60% não foi o trabalhador que fez. Foi a concorrência desleal. Lá no meu Estado, nós debatemos muito, quando há as assembleias, a concorrência desleal entre os próprios donos de salão. Um cidadão trabalhava no salão A ga-

nhando 30%, e, lá na frente, o outro chamava para ir trabalhar para ganhar 40%. E se chegou a patamares de até 70%. Isso acontece em São Paulo e em outros Estados.

Essas comissões sempre deveriam estar nas convenções coletivas, como disse a companheira Maria, no holerite. Se está pactuado, tem que pagar. Mas essas comissões, Senadores, eram pagas por fora, e são pagas até hoje, trazendo prejuízos incalculáveis ao trabalhador, porque só recebia o piso da categoria.

Nós, lá no Rio de Janeiro, vínhamos, desde 2012, trabalhando nisso e conseguimos colocar essa comissão na convenção coletiva, para que os trabalhadores pudessem ter a sua realidade financeira. O trabalhador achava que recebia aqueles 50% na mão, por fora, e que isso estava trazendo vantagem para ele, Senadores, mas não estava. Lá no 13º, nas férias, na aposentadoria, no auxílio-doença e no auxílio-maternidade é que ele sentia, porque ele ganhava R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil por mês na mão e não pagava nada de imposto, mas ele chegava lá na frente ganhando o piso, um 13º de R$1 mil, enquanto que ele ganhava R$5 mil. Mas como ele vai receber o 13º de R$1 mil e um auxílio-doença de R$1 mil, se ele está acostumado a viver com R$5 mil? Há cabeleireiros que ganham até R$30 mil, R$40 mil, ou até mais.

No meu Estado, nós fizemos uma convenção coletiva, Senadores, em que nós conseguimos aprovar em assembleia colocar um contrato de arrendamento para ver se dava certo. Era um contrato de arrendamento, apresentado por São Paulo, por várias pessoas que estão aqui, donos de salão, até de fora. Em três anos, Senadores, nós tivemos 30 contratos. A classe trabalhadora do Rio de Janeiro não aceita esse contrato. Foram 30 contratos em três anos.

Eu fui praticamente banido da minha confederação, mas eu lutei e disse: "Não, eu vou dar um voto de confiança aos patrões, porque eles são parceiros também". Eu vejo isto: eles são empreendedores, eles dão emprego.

Resumindo: não aconteceu nada.

Há pouco tempo, nós tivemos lá uma audiência pública lá que o setor de beleza assinou, Senadores, um termo de cooperação com o Ministério Público em que se dá aos salões de beleza um prazo para que eles se ajustem à realidade deles, que é o pagamento de comissão, porque ficaram anos e anos pagando a comissão por fora. Não incidiu nenhum encargo sobre isso. Ações trabalhistas eram poucas, porque, num universo de 100%, 10% é que vão para a Justiça. Nessa área de beleza, eles pensam muito em trabalhar, porque têm que trabalhar. Como disse a minha companheira, são mulheres e homens que têm que sustentar as suas famílias.

Esse termo de cooperação foi assinado, eles estão recebendo notificações... Eu vou ler aqui um trecho em que o Ministério do Trabalho, que se disse aqui que estava apoiando o projeto, mas não é verdade, fala o seguinte:

Em decorrência da prática genérica de pagamento de comissão por fora no setor de beleza, foi instaurado pelo Procurador do Trabalho João Carlos Teixeira [que hoje é membro da Conalis] o procedimento promocional, no qual estão sendo discutidas todas as questões pertinentes a relações de trabalho no setor de beleza, juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego e as entidades sindicais de empregadores e dos trabalhadores.

Durante a exposição na audiência pública, foram abordadas pelo Sr. Chefe da Fiscalização do Trabalho, Dr. Augusto, diversas formas de contratação praticadas no setor de beleza, sob forma de relação de emprego, profissionais autônomos, microempreendedores individuais e também acerca do contrato de parceria, cujo projeto de lei ainda está em discussão no Congresso Nacional.

Toda a exposição ressaltou que a forma de contratação dos trabalhadores no Brasil se dá, como regra geral, sob o regime de relação de emprego regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho. As demais formas de contratação de trabalhadores não reguladas pela CLT são exceções que confirmam a regra e que, de qualquer forma, não podem contrariar as disposições dos arts. 2º e 3º da CLT, sob pena de configurar fraude trabalhista (art. 9º da CLT).

O MPT e o MTE não negam a possibilidade jurídica de outras formas de contratação no setor de beleza. Tanto assim que ficaram expressamente previstos, no termo de cooperação e no termo de compromisso e negociação, outros tipos de contrato, desde que não violados os arts. 2º e 3º da CLT.

O comunicado do Sinbel pode levar à falsa impressão de que o contrato de parceria é a solução do setor de beleza, por continuar não garantindo todos os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores.

O MPT e o MTE são órgãos públicos que têm por atribuição legal e constitucional a defesa dos direitos sociais e trabalhistas constitucionalmente garantidos aos trabalhadores por lei.

Isso aqui é uma definição do chefe da fiscalização do Ministério do Trabalho e da Procuradoria.

Bem, Senadores e presentes, ontem, eu estava escutando a fala do Senador Paim na TV Senado quando ele falou sobre aquela forma que o PMDB colocou no domingo. Ali se diz que podem ser dirimidas as dúvidas em convenções coletivas. Foi o que o Rio de Janeiro tentou fazer. As convenções coletivas são válidas. Não é preciso projeto de lei. Basta cada Estado e os sindicatos se juntarem para colocar alguma forma diferente dentro da convenção coletiva. Lá no Rio não deu certo.

Então eu acho que hoje o trabalhador tem que ganhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor me permita.

Eu vou arguir o art. 14... É para descontrair. O art. 14 é quando alguém cita o seu nome no plenário. Aí você pede a palavra pelo art. 14 e pode falar.

Acordo ou convenção coletiva desde que respeite a lei. Acordo e convenção coletiva não podem ferir a lei.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a minha briga lá no plenário. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO DE CASTRO SOBRINHO – Concluindo, então, Senador, hoje, nós vemos que esse projeto avançou na Câmara em tempo recorde – eu nunca vi um projeto tão rápido na minha vida –, mas ele precisa, de alguma forma, ser mudado, ser discutido. É preciso escutar os trabalhadores da base. Os meus trabalhadores não podem vir aqui. Há 30 mil trabalhadores formais no Rio de Janeiro, sem falar dos informais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

Tem mais 20 segundos, meu amigo.

O SR. FLÁVIO DE CASTRO SOBRINHO – Obrigado, Exª.

Então, o projeto tem que ser reavaliado. Hoje, como ele está, ele é totalmente contrário aos direitos trabalhistas que nós defendemos, porque nós somos um país trabalhista e defendemos isso desde a era de Getúlio Vargas, de Jango e de Leonel Brizola.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do Rio de Janeiro.

Estão conosco – eu já havia registrado antes – o Senador Moka e a Senadora Fátima Bezerra. Os outros Senadores todos eu já registrei. Esses dois retornaram neste momento. Peço uma salva de palmas a ambos. (*Palmas.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só para justificar.

Na verdade, eu sou membro da Comissão de Assuntos Sociais. Nós estamos fazendo hoje uma reunião conjunta. Mas hoje também há a reunião da Comissão de Infraestrutura, onde estamos discutindo o sistema penitenciário, e o meu Estado de Mato Grosso do Sul tem um problema enorme de tráfico de drogas. Então, eu fiquei preso lá, Senadora Marta, mas eu queria saudá-la pela iniciativa de, como Relatora, ouvir exatamente... Não há nada melhor que a audiência pública para que o Relator possa ter uma ideia mais concreta. E lembro que essa discussão se dará também na Comissão de Assuntos Sociais, onde sou titular, e que nós teremos a oportunidade de apreciar o relatório da Senadora Marta Suplicy.

Agradeço e peço desculpa pelo tempo em que não pude permanecer aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Moka.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, que está aqui desde a abertura dos trabalhos, sempre vigilante.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu tenho que ir para outra comissão.

Aqui tudo acontece ao mesmo tempo e a gente acaba...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi o que o Moka também registrou.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... sendo prejudicada, porque o bom mesmo é ouvir todo mundo.

Confesso que ainda não formei opinião, mas o que dá para perceber aqui, pelas falas, é que estão sendo tratados de forma igual os desiguais. Como ela falou lá, há os grandes salões, mas há aqueles lá da periferia. Não há como um impor nada ao outro. Então, é complicado esse projeto de lei.

Tenho mais indagações. Falando aqui de acordo com meu conhecimento de sindicalista, como é que alguém não é empregado e não é sócio? Pelo que eu pude entender aqui, ele não é empregado e não é sócio. Ele é o quê? Estão chamando de profissional-parceiro.

Agora, alguém lucra. Ele é dono também, não?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ele é autônomo. É uma outra proposta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas o autônomo é MEI. Ele tem que ter um registro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – O sócio-parceiro é MEI.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O profissional-parceiro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – O profissional-parceiro, que é cabeleireiro que tem a tal da porcentagem, é MEI, e ele é o que penteia e tal.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Acho até, como alguém colocou, que é complicado registrar isso, porque o dono do salão é o quê? Empresário? Ele tem um MEI trabalhando para ele. Nós precisamos estudar mais esse negócio. Divide lucro? Estou fazendo perguntas porque realmente estou bem confusa com esse projeto. Se eu tivesse que votar agora, eu acho que iria me abster. Mas vou estudá-lo mais um pouco.

Se ele é MEI, não é melhor ele trabalhar para si próprio?

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele pode ter seus clientes.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senadora Regina, o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Relatora fala sempre.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A senhora, que estudou o projeto, que é a Relatora, poderia...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Até onde eu entendi o projeto, ele não vai trabalhar e fazer o seu empreendedorismo porque não tem condição. Na hora em que ele tiver... Como o Senador Agripino colocou muito bem, é sonho dele sair de lá e abrir o seu salãozinho. Começa salãozinho, como o Hélio começou, e depois vira salãozão. As pessoas querem empreender, mas não conseguem. (*Palmas.*)

Então, ela começam num salão onde tem a condição... Se ela têm talento – e é preciso realmente ter um bom talento –, ela é aceita nesse tal salão, que já é um salão, às vezes, melhor, médio, que ela consegue, e vai aprendendo o metiê. Na medida em que ela vai aprendendo e vai tendo a sua clientela, ela só pensa em sair e abrir o seu, mesmo que, na verdade, muitas vezes, ela ganhe... Foi falado aqui que não ganha 60%, mas o Marcelo, aqui, ontem, estava me dizendo que conhece vários. Você, que é do ramo, que põe a mão na massa, você tem gente que ganha porcentagem de 50%, de 60%? Aqui podemos conversar. O Paim é muito liberal nisso.

O SR. MARCELO FRANCISCO CHIODO – A manicure ganha 70%. O cabeleireiro ganha 50%, 60%.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Às vezes você vê salão pequenininho onde a pessoa começa, Senadora Regina, a ter toda a clientela.

Então, por exemplo, um salão que tem dois cabeleireiros, o dono, as manicures e um ajudante. Aquele cabeleireiro que não é o dono e que tinha uma porcentagem – a maioria vai na porcentagem – tinha um porcentagem pequena... Ele entrou pequeno, ganhando 30%. De repente, a maior parte das clientes, porque ele é muito bom, passa a ser dele. Aí, ele vai e fala com o dono: "Olha, se não aumentar para 60%, 70%, eu estou fora." E é o mercado que vai regular isso. Até onde eu entendi, é dessa forma. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas esses 80% ou 60% são pagos como eles falaram ali, por fora?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Hoje, sim. Parte, sim. Mas, em alguns salões, já não é mais. Agora, o que o projeto está propondo é que essa pessoa seja regulamentada. Ela vai ter todas as condições de trabalho, porque o trabalho é muito diferente. Eu não conheço nenhum trabalho em que você tenha um horário mais flexível. Aliás, eu achei muito bom alguém que colocou que não é bem assim. Acho que foi a Srª Maria dos Anjos que disse isso. Alguém colocou. Desculpem-me se eu não sei quem falou. Alguém disse que, se a pessoa começa a faltar muito, a recepção do salão diz que não marca mais horário para esse cara porque ele falta. Isso deve ocorrer muito. Mas, ao mesmo tempo, eu conversei com vários cabeleireiros que dizem assim: "É muito bom para mim, porque eu posso entrar no salão às 10h30. Vou fazer meu exercício, visito a minha mãe...". Cada um tem um história. Se for CLT: "Não tenho. Eu tenho que entrar tal hora e sair tal hora". (*Palmas.*)

Então, eles trabalham... Há muito salão hoje que... Por todas as condições de trabalho da mulher, ela não pode ir até 6h30 ou 7h ao salão. Ela vai ao salão quando sair do trabalho. Então, o cabeleireiro trabalha até 8h, 9h, mas ele trabalha se ele quiser. Ele vai embora se não quiser. Há dias em que ele quer. Por que ele quer? Porque ele ganha uma porcentagem sobre aquele trabalho. Então, é muito diferente como acontece.

Eu já estou entrando no mérito. É porque eu me embalei aqui. Mas eu quero falar depois. Desculpem-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora, no encerramento, vai dar sua opinião.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu acho que é ela a pessoa que está mais qualificada para fazer os esclarecimentos do projeto em si.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela é a Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu não estudei o projeto, e ela é a Relatora.

Eu estou fazendo esses questionamentos mesmo para fazer fluir.

Quem homologa esse contrato? Fica entre os dois ou há alguém...?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Quem homologa é o sindicato. Não se pode fazer esse contrato sem sindicato. Então, não adianta dizer que sindicato não participa. O sindicato participa, sim. Sem isso, o cabeleireiro vai ser penalizado muito fortemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Senadora, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vou concluir agora.

Eu estou fazendo essas perguntas mais para poder entender o projeto e, no dia da votação lá na comissão, me posicionar, porque eu realmente não tinha estudado a fundo e, por isso, li algumas coisas que me foram colocadas aqui.

Eu entendi a preocupação do pessoal do sindicato, principalmente da Maria dos Anjos e do representante da CUT, porque, de certa forma, a relação de trabalho fica comprometida. Não tenho dúvida de que fica comprometida, sim. Nos grandes salões, isso pode até dar certo – eu não sei se essas experiências já existem –, mas os pequenos certamente não conseguem. (*Palmas.*)

Até porque vai ser difícil fiscalizar, porque são muitos. Será difícil a fiscalização daqueles de periferia. Quem vai fiscalizar? O Ministério do Trabalho? O sindicato vai acompanhar?

Então, para mim, é aquilo que eu falei no começo: está-se tratando de forma igual os desiguais. Há duas categorias aí que não se complementam. É a mesma categoria, mas percebemos que são realidades muito diferentes. É como se fossem categorias diferentes. Então, eu acho que principalmente os sindicatos vão ter que debater bastante esse assunto, porque, na minha opinião, no pequeno, isso aqui não funciona.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Regina Sousa.

Como havíamos combinado, nós vamos ter quatro falas no plenário: dois falarão a favor do projeto como está e dois falarão contra.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, quero cumprimentar a Senadora Marta, os demais colegas Senadores presentes e os convidados.

Na verdade, Senador Paim, quero apenas saudar a iniciativa do debate, na medida, inclusive, em que os projetos ora em análise aqui na Casa estão sob a responsabilidade da Senadora Marta Suplicy, como relatora.

O debate se faz mais necessário ainda na medida em que há controvérsia. Isso está posto, isso está claro.

Então, é por isso que o debate é muito oportuno, porque, afinal de contas, isso não é uma legislação para São Paulo, para o Sudeste ou para o Norte. Isso é uma legislação para o País, para o Brasil, um país que tem dimensão continental e que tem uma grande diversidade.

Eu ouvi aqui, por exemplo, a Senadora Regina chamar a atenção, Senadora Marta, para o quanto nós temos que estar atentos para o tratamento da questão dos desiguais ou dos iguais. Isso é um ponto a ser buscado na definição da legislação com muito, muito cuidado.

Enfim, quero deixar aqui, portanto, o meu abraço.

Vou acompanhar esse debate para ter maiores e melhores esclarecimentos, para nós podermos exatamente nos posicionar.

Quero pedir licença a vocês por ter que ir agora para a Comissão de Educação e Cultura, da qual eu sou a Vice-Presidente, uma vez que nós vamos dar início lá a uma audiência pública sobre o Programa Cultura Viva, mas quero parabenizá-los pela mobilização de vocês nesta audiência, porque ela é extremamente necessária para que nós possamos chegar a um bom termo. O que é um bom termo? É uma legislação que, de fato, atenda, em primeiro lugar, os interesses dos trabalhadores e seja boa para o nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em seguida, Senador Moka.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ..., eu também vou para a Comissão de Educação.

Agora eu queria dizer que só recebi argumentos contrários. Peço que o pessoal que seja a favor me passe argumentos para eu poder estudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para ouvir os dois lados.

Senador Moka, com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, quero lembrar aqui que, há muito tempo, quando eu ainda era Deputado Federal, havia um cabeleireiro... Eu sou da época do barbeiro. Hoje em dia, isso mudou muito. Mas você tem que pensar também naquele salão pequeno, em que, muitas vezes, o dono ou a dona era, até pouco tempo atrás, uma pessoa que tinha uma parceria com o salão. No caso de Mato Grosso do Sul, essa pessoa se chama João, cujo filho, aliás, passa por um momento muito difícil. Ele tem uma

clientela tão fiel, que, quando sai de um salão e vai para outro, a clientela o segue. É uma coisa dele. Quer dizer, é a habilidade dele como cabeleireiro.

O que esse João defende? É isto que eu acho importante: ele defende exatamente essa parceria. Ele defende, por exemplo, ganhar um percentual do valor do corte do cabelo e o resto ficar com o salão, porque é a despesa do salão. Ele concorda com isso e brigava por isso.

É claro que o projeto vai ser mais bem analisado, mas eu quero dizer que, para mim, o que é importante é defender aquele que está ali, no dia a dia, cortando cabelo, cortando unha, como manicure... (*Palmas.*)

É isto que eu acho importante, porque, no fundo, no fundo, esse é o cara que está no trampo, no dia a dia.

Agora, é evidente que, às vezes, eu desconheço razões – e é por isso que eu acho importante o debate –, só que eu não queria sair daqui, primeiro, sem dar esse testemunho dessa pessoa por quem eu tenho uma consideração muito grande. Há mais de 30 anos que eu corto o meu cabelo com esse João. Então, é um cara... (*Palmas.*)

... que defendia muito isso. Aliás, não é só ele, mas todas aquelas pessoas que trabalham em parceria. E a dona desse salão hoje é uma empresária bem-sucedida, mas ela era manicure. (*Palmas.*)

Enfim, ela se casou com um cabeleireiro e montou um salão com ele, e hoje eles têm um salão razoável, eu diria que um dos melhores lá de Campo Grande.

Agora, não quero contestar, Paim, absolutamente nenhum dirigente sindical. Tenho certeza de que as pessoas que aqui trazem o contraditório de projeto fazem – até porque eu sei da luta, o Paim me conhece – isso com muita sinceridade e com muita lealdade.

Às vezes, as opiniões são contraditórias mesmo.

Mas, ao encerrar, eu gostaria de dizer que eu, em princípio, salvo melhor juízo, vou ficar com a opinião daquele que, há muito tempo, como trabalhador, tem servido toda uma população lá do meu Estado, que é o João, um cara importante lá e uma liderança também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Moka.

De imediato, vou dar cinco minutos, mas faço um apelo muito grande para respeito ao tempo, pois nós temos problema de horário. Com quatro minutos, a campainha toca. Um favorável e um contrário.

Começo com Francisco Luiz Saraiva, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT – Contracs.

Por favor.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – Bom dia a todos e a todas!

Eu sou da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT, que representa mais de três milhões de trabalhadores no comércio e serviços, incluídos aí os trabalhadores em salões de beleza.

Eu tenho um videozinho. Vou falar dois minutos e passar o vídeo no restante do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dentro do seu tempo, pode tudo.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – Está bem, Senador.

Já quero agradecer aqui o espaço concedido pelo Senador para que nós discutamos. Nós sempre estamos lembrando isso.

Quero dizer que nós estamos aqui representando... Temos a responsabilidade e sabemos das dificuldades que nós estamos encontrando lá no cenário da Câmara dos Deputados, porque aquilo ali está vergonhoso para todos os trabalhadores e para toda a sociedade. Nós temos a certeza de que aqui, no Senado, nós temos pessoas mais pensantes, com mais serenidade, que vão tratar com mais responsabilidade essa questão.

O prejuízo dessa grande massa – nós estamos aqui mostrando esse conflito – é um conflito entre um pequeno grupo de grandes empresários de salões – esta é a realidade – e a grande massa de trabalhadores. Nós estamos preocupados não só com o fato de ele estar faturando 70%, 50%; nós estamos preocupados com a saúde do trabalhador, com a garantia da melhor qualidade de vida, com a garantia de um trabalho decente. É com isso que nós estamos preocupados em relação a todos que aqui estão, com toda a responsabilidade. Nós queremos pedir a serenidade de vocês, não só dos Senadores que estão aqui ouvindo os argumentos, para que pensem também nisso, que é muito importante para a classe trabalhadora.

O comércio já vive de comissão. Eu sou do Sindicato dos Comerciários daqui, do DF. Lá, os trabalhadores têm comissão, mas eles têm a carteira assinada, têm 13º, têm FGTS, têm férias, têm todas as garantias. Nós nos preocupamos com a jornada de trabalho, porque é a saúde do trabalhadores que é importante, para que nós não acabemos com as nossas famílias e para que nós não incorramos na irresponsabilidade de julgar favoravelmente um projeto que vai destruir a grande massa dos trabalhadores que movimentam este nosso País.

Muito obrigado.

Eu vou passar um videozinho. (*Palmas.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi a fala, com o vídeo, do Francisco Luiz Saraiva, que falou pela CUT/Contracs.

Agora, falará Eliana Ribeiro, do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares de Belo Horizonte, no princípio de falar um contra e um a favor.

A Srª ELIANA RIBEIRO – Meu nome é Eliana Ribeiro.

Eu cumprimento a Mesa e cada um que representa o segmento e nos representa dentro do seu segmento e da sua bandeira. Tenho muito respeito à Mesa e a quem a preside, à Srª Marta, que está aí pleiteando e representando a nossa comissão.

Eu sou cabeleireira. Meu nome é Eliana Ribeiro e sou de Minas Gerais. Sou filha de uma cabeleireira que só sabia colocar, naquela época, rolim – não era *bob*, mas rolim – e passar ferro quente na cabeça das pessoas. Eu, criança, ia vendo a minha mãe fazer e tentando seguir o que a minha mãe fazia, até por falta de opção, porque éramos 12 irmãos, sendo 11 homens.

Então, como minha mãe precisou ir para uma cozinha de restaurante, aquelas clientes resolveram tentar arriscar comigo. Eu fui copiando, mas eu também precisava passar por um processo na mão de outros. Então, eu sou de uma época – eu estou com 56 anos – em que eu via em que cenário a beleza nasce. Ela não só nasce, porque ela é um dom, mas ela aprimora. O nosso segmento é um segmento diferenciado de todos os outros. (*Palmas.*)

O segmento beleza se difere, exceto a estética e a podologia, de todo e qualquer outro segmento.

A Eliana estava lá com 14, com 15, com 12 anos, debaixo de um pé de abacate, onde era o salão dela, mas ali ela já tinha uma receitazinha. A minha cadeira era um botijão de gás com uma almofada para o cliente se sentar e o meu lavatório era o tanque onde a minha mãe lavava a roupa. As mulheres faziam fila ali porque as mãos da Eliana eram boas, mas a CLT não me conhecia.

Houve um momento em que eu precisei migrar para um salão e precisei fazer um curso para ter uma noção. Eu migrei para esse salão, fiz o curso e conquistei uma noção básica naquela época, com 15 para 16 anos. Eu estou há 37 anos nesse ramo e pergunto o seguinte: eu cresci, me desenvolvi, fui adolescente, tive filhos... Hoje a minha filha mais velha tem 31 e o meu filho tem 16. Ele é autodidata: corta e faz qualquer corte masculino só de ver outro fazer, só de olhar, só de absorver. Hoje, se eu o colocar em qualquer outro salão... Porque o que ocorre é que essa mão de obra é aprimorada, e a faculdade são os grandes salões. Os pequenos têm oportunidade é nos grandes salões. (*Palmas.*)

Onde está a faculdade que aprimora a mão de obra da categoria de beleza? Alguém me dê o endereço por favor!

Aí, eu invisto R$800 mil no meu salão, porque eu aprimorei, eu busquei conhecimento, eu preciso agregar uma mão de obra qualificada.

Nós sabemos que não dá para se separar a beleza da saúde, pessoal. As duas andam juntas. Esse nicho nosso é muito mesclado e não pode ser tratado assim. Bola de ferro no pé eu tinha quando estava no terreiro da minha casa, por falta de opção na educação, não por falta de profissionalismo. (*Palmas.*)

Outra coisa: tenho muito respeito à colocação feita sobre os vínculos, mas hoje eu tenho 56 anos e, no momento em que nós começamos...

(Soa a campainha.)

A Srª ELIANA RIBEIRO – ..., o grau de aprendizado foi tão grande, que nós começamos, aprendemos, aprimoramos, viramos profissionais, e aí, quando começamos a ganhar muito e a empregar, viramos alvo. Onde está a lei que nos defende? Onde estavam quando nós estávamos lá? (*Palmas.*)

Queremos salão parceiro para somar, não para dividir. Continua CLT, respeitamos os empregados, respeitamos os patrões, e o salão parceiro é uma nova opção para que o pequeno possa ser grande e crescer como os outros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Terei que fazer uma pergunta ao Plenário. Estou com dois nomes aqui.

Liduína Marques Costa é a favor ou contra?

A Srª LIDUÍNA MARQUES COSTA (*Fora do microfone.*) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contra o projeto.

João Barbosa de Siqueira Filho.

O SR. JOÃO BARBOSA DE SIQUEIRA FILHO (*Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A favor. Então, está correto.

Agora vou passar a palavra à Liduína Marques Costa, mas vou pedir ao meu caro amigo e Senador Dalirio Beber, Santa Catarina, que presida, porque tenho que ir à CCJ para votar. Só voto lá e corro para cá de novo.

Quero ouvir a palavra da minha Relatora no encerramento.

É um projeto meu que está sendo votado lá.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Convidamos a Srª Liduína Marques Costa, que disporá de cinco minutos para fazer a sua manifestação.

A SRª LIDUÍNA MARQUES COSTA – Bom dia a todos!

Venho aqui em nome do Sindicato dos Cabeleireiros. Serei rápida na minha fala.

Acredito no pensamento do Senado, que reveja a situação dos nossos trabalhadores em salão de beleza, porque vai isentar aqui os empresários de pagar os benefícios desses trabalhadores.

Digo aqui: uma mãe, uma gestante, depois de dar à luz, quando volta a trabalhar, não terá mais aquele direito do auxílio-creche e também não terá como cuidar dele ao trabalhar, porque ela não terá mais o benefício de estar ali com a sua criança.

Quero dizer também que somos contra esse PL, porque ele vem realmente a escravizar a nossa classe trabalhadora.

Agradeço à Mariazinha – sua fala foi muito boa – e ao companheiro da CUT e quero dizer que estamos aqui representando realmente a classe trabalhadora e que deixo meu repúdio a esse projeto, o PL 5.230, hoje CE 133.

Muito obrigada, em nome de todos os profissionais da beleza do Ceará. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria apenas de dizer que a Dona Liduína Marques da Costa, a quem dei a palavra, é Presidente do Sindicato dos Empregados dos Salões de Cabeleireiros e Profissionais Autônomos da Área de Beleza do Ceará.

A seguir, fará uso da palavra o Sr. João Barbosa de Siqueira Filho, Vice-Presidente da Federação dos Serviços de Minas Gerais e Presidente do Sindicato dos Institutos de Beleza, Salões de Cabeleireiros e Profissionais Autônomos da Área de Beleza do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba.

Com a palavra o Sr. João Barbosa, por cinco minutos.

O SR. JOÃO BARBOSA DE SIQUEIRA FILHO – Srs. Senadores, é um honra estar aqui hoje defendendo esse projeto, porque acho que a nossa categoria vem, por um período muito longo, sofrendo muitas decepções. Na área legislativa, uma das mais recentes foi o atual Projeto de Lei nº 12.592, que trazia algumas esperanças de mudança do setor e que, para nós, foi uma decepção, a partir do momento em que foram vetados vários artigos do projeto e foi criada uma lei inócua. O Senado hoje está tendo oportunidade de reverter essa situação e aproveitar essa lei colocando nela alguns artigos que podem realmente regulamentar o setor de beleza.

Eu queria fazer um discurso totalmente contrário ao que foi dito até agora. Minha posição é uma pouco diversa do que pensa, por exemplo, a CUT. Acho que a CUT está totalmente equivocada quando vem a esta Comissão defender o trabalhador. O que se está discutindo aqui não é uma relação de trabalho entre patrões e empregados. O que se está discutindo aqui é a regulamentação e o incentivo ao crescimento do setor de beleza. (*Palmas.*)

Eu só gostaria de fazer um comparativo.

Eu tenho minha origem no campo. Meu pai hoje tem 86 anos e sempre trabalhou como empregado nas fazendas. Ele nunca teve oportunidade de ter sua própria terra. Mas um dia ele disse para o dono da fazenda: "Olha, não quero mais ser seu empregado. Quero que você me arrende um pedaço de terra, porque eu vou produzir e vou pagar com parte da minha produção. E, a partir daí, o meu sonho é ter a minha própria fazenda e ser empregador." Esse era o sonho do meu pai. Eu tenho 30 anos de profissão e o meu sonho também é o mesmo. (*Palmas.*)

Aos 22 anos, fiz um curso de cabeleireiro no Senac. Por que fui fazer esse curso? Porque cansei de ser massacrado pelos patrões que hoje a CUT defende aqui, pelos empregadores. O que quero? Que essa lei seja regulamentada para que todos os profissionais do setor de beleza tenham realmente oportunidade de não serem empregados. Nesse ponto, acho que o que se está discutindo aqui é o inverso. Quando você coloca um profissional trabalhando dentro de um salão como parceiro, ele está lá porque não quer ser empregado de ninguém.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BARBOSA DE SIQUEIRA FILHO – Ele quer ter o seu próprio salão, quer crescer, quer adquirir conhecimento na gestão do salão, ele quer ter conhecimento técnico na parte profissional para poder crescer também.

Eu gostaria só de fazer uma observação aqui.

Na minha base territorial, nós temos mais de dez mil profissionais, sendo que 10% deles são empregados em salões de beleza, em regime de CLT.

Essa lei não muda nenhum aspecto da CLT. Ela não vai alterar nenhum ponto da CLT. Ela vai reconhecer um vínculo que hoje já existe, e não é só no setor de beleza. Mas não sei porque acharam de querer transformar os pequenos proprietários de salões de beleza em empregados. A coisa é inversa. Nós queremos que a lei seja aprovada para que o profissional que hoje tem o seu salão e que é um MEI... Eu acho absurdo o pessoal da CUT vir aqui e falar contra o MEI. Esse pessoal não conhece o setor de beleza.

O MEI foi o que mais gerou a criação de novos empreendedores no País, foi uma das leis que mais produziram desenvolvimento social no País. Então, não admito aqui alguém falar do MEI, do microempreendedor.

Hoje, por minha iniciativa, tenho dois salões de beleza em minha cidade. Minha cunhada trabalha comigo, como manicure, há 20 anos. Certo dia, ela disse para mim: "Não quero mais ser parceira. Eu quero ser dona do meu próprio negócio". Eu falei: "então, você vai ser dona do seu próprio negócio dentro do meu salão". Hoje, ela trabalha lá e toda a produção dela é dela, que tem sua sala lá e não tem nenhum custo. Muitos salões que estão aqui trabalham dessa mesma forma. Por que isso é importante para mim? Porque, a partir do momento em que ela atende a minha cliente, ela está fidelizando essa cliente ao meu estabelecimento, ela está produzindo... E ela, hoje, como microempreendedora, tem a sua empregada, a sua funcionária, a sua assistente, que a auxilia no seu trabalho. Isso gerou emprego? Isso a tornou escrava? De forma alguma. A partir do momento em que ela quiser deixar a minha empresa e montar o próprio estabelecimento, ela estará livre para isso.

Acho que é um equívoco dizermos que o profissional está ganhando comissão. Não, é o contrário, ele está pagando ao estabelecimento de beleza para utilizar a estrutura que ele não tem condição, com os recursos de que dispõe, como microempreendedor, de bancar. É o inverso.

Eu gostaria de colocar isto com muita clareza aqui.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. João Barbosa de Siqueira Filho.

E assim se encerraram as manifestações de todos aqueles que haviam sido inscritos para contribuir com suas informações para que os Parlamentares bem apreciem e instruam esse processo.

Vamos transferir a palavra agora à Senadora Marta Suplicy, que é Relatora, para que faça a suas considerações a respeito desta audiência.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalírio, por ter ajudado a Comissão.

Primeiro, vou parabenizar o Senador Paim, porque, como ele fala, ele tem o hábito extremamente democrático de pôr todas as posições em discussão. E uma audiência pública serve exatamente para isto, para subsidiar os Senadores e as Senadoras e o próprio Relator ou Relatora a defender melhor o que será o seu relatório.

Quero dizer da minha alegria de ter podido contar com mesas tão amplas, com o Sr. Moacyr Auersvald, o Maximiliano Nagl Garcez, o José Augusto Nascimento dos Santos, o Achiles Augustus Carvallo, o Márcio Michelasi, a Andrezza Torres e, agora, nesta mesa, com o Daniel Borges de Oliveira, o Marcelo Chiodo, o Valeir Ertle, a Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister e o Flávio de Castro Sobrinho.

Todos deram a sua contribuição, e o que pudemos ver é que acredito que não há controvérsia, mas que há opiniões muito diferentes: há os que acham que será uma perda e os que acham que será um ganho e que o projeto precisa ser regulamentado.

Creio, meu colega Senador Paim, que estou tendo o privilégio de relatar dois projetos que eu não gostaria de dizer que são modernos, porque parece sempre que a modernidade fica banalizada, mas atuais deste século e que trazem junto as características e complexidades deste século. Um é o Supersimples, que é um projeto que, como muitos que estão aqui e são cabeleireiros sabem, abriga o MEI, o micro e pequeno empresário, e que agora está sendo ampliado para que os pequenos que até hoje mudam de faixa de forma muito brusca – e o imposto que entra é quase um soco –, que estamos remodelando para que seja uma rampa suave quando a pessoa muda de faixa, para que ela não precise criar uma empresa para a tia, outra para a sogra, para não mudar de faixa, que é o que tem ocorrido e que fez essa proposta caminhar tão bem.

E isso é a favor do empreendedorismo, que é o que temos que ser no País, porque sabemos que a grande força empregatícia desse País vem dos pequenos e dos médios e que quem está criando emprego hoje no País... (*Palmas.*)

Não vou dar detalhes dos dados porque vou errar o número, mas os pequenos criaram mais ou menos 500 mil empregos novos e os grandes e médios perderam mais de 300 mil. Portanto, sabemos de quem é a força no País. O Supersimples trata disso, mas esse projeto também trata disso, trata de gente que quer trabalhar e quer trabalhar de forma legal. E isso é importante. (*Palmas.*)

Eu também queria dizer que, para mim, foi muito interessante escutar tanta opinião contrária e favorável ao projeto. Separei algumas coisas para trocar ideias, para ponderar.

Primeiro, foi muito falado que é uma categoria diferente. Eu também acho que é uma categoria diferente. Qualquer um que já foi ao barbeiro ou qualquer um que já foi ao cabeleireiro sabe que não é igual entrar no restaurante e ser tratado pelo garçom. É outro mundo, é outra relação.

Achei interessantíssimo, Senador Paim, dois Senadores, o Moka e o Agripino, se manifestarem dizendo que estão há 30 anos com o mesmo barbeiro. Aqui, se eu for perguntar para vocês... Aliás, eu vou pedir que levante a mão quem frequenta o mesmo salão há mais de cinco anos. (*Pausa.*)

Mas só são donos. Então, também atrapalha um pouco. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu posso?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há 12 anos aqui, no Senado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, vai ouvir a opinião dele, que não sei qual é mas que tenho certeza de que vai te ajudar a se posicionar.

Então, o que quero dizer é que é uma relação diferente.

Outra coisa que diferencia muito é essa história dos horários, que eu até coloquei um pouco para a Senadora Regina. Essa flexibilidade de horário é muito boa para o cabeleireiro homem, mas é muito boa também para a mulher, e aí eu entro em algo que foi levantado acho que pela Srª Maria dos Anjos, que falou da mulher grávida e de como acontecia com ela.

A mulher grávida é um parceiro, e, na hora em que ela é sócia parceira, ela é MEI. Sendo MEI, ela tem todos os direitos. Ela tem a cobertura previdenciária do MEI, que é a cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família, tem auxílio-doença, tem aposentadoria por idade, tem salário-maternidade após carência, tem pensão e auxílio-reclusão, com contribuição mensal reduzida de 5% do salário mínimo, que hoje equivale a R$39,40. Com essa cobertura, o empreendedor estará protegido em caso de afastamento por doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade, no caso de gestantes e adotantes, após um número mínimo de contribuições. Sua família terá direito a pensão por morte e auxílio reclusão. (*Palmas.*)

O que me interessou muito nesse projeto foi ver como a sociedade caminha. E foi levantado aqui que isso só chegou ao ponto em que chegou, de estarem buscando uma regulamentação, porque foi uma situação que se criou. Aliás, foi o representante dos barbeiros, o Marcelo, que colocou como era antigamente. Eu nem sabia disso. Eram três cortes por um corte, quatro cortes... Quer dizer, foram se adaptando. No final, eles se adaptaram, foram fazendo do seu jeito e quiseram, agora, regulamentar uma situação que está posta, uma situação que está aí, que não pode ficar do jeito que está.

Não há nada contra a CLT no sentido de que não briga, porque quem quer ser CLT será CLT e quem quer ter agenda, quem quer ser parceiro será parceiro. (*Palmas.*)

É uma questão de escolha.

Inclusive, toda parte do instituto que permite ao trabalhador exercer sua profissão é CLT, como é o caso da recepcionista, da pessoa que lava o cabelo.

E aí entramos em outro campo que foi muito levantado aqui, que achei interessantíssimo, que é a questão do talento. Comentamos que, se a pessoa tem um talento... Acho que foi a Srª Eliana Ribeiro que comentou isto. Se ela, que começou numa banquetinha de gás, chegou aonde está hoje, foi por ter talento. E outros devem ter feito igual. (*Palmas.*)

Esse talento a remunerou na vida.

E parece que o seu filho, como a senhora contou, também tem talento. A senhora não falou da sua filha porque ela deve ter ido em outra direção.

A SRª ELIANA RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Ela já é profissional de beleza há 33 anos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, ela já é também uma profissional de beleza.

Mas existe um talento. Há muita gente que corta cabelo ou faz cabelo e tal, barbeiro ou cabeleireiro de mulher, que não tem muito talento, mas está lá fazendo. Ele vai ficar lá. Ele tem uma profissão, o dono do salão acha bom, porque ele tem suas freguesas, geralmente senhorinhas mais idosas, que fazem cabelinhos mais simples. Mas há outros que têm talento e buscam.

Falou-se muito aqui, e eu achei interessantíssimo, sobre a faculdade da beleza, que são os grandes salões, para os quais as pessoas brigam para poder entrar, onde elas terão condição de fazer cursos e observar profissionais que já estão na estrada há muito tempo e têm grande freguesia. Eles vão para lá, às vezes ganhando uma porcentagem mínima, porque vão aprender, e isso é ouro para alguns. Tanto é que esses grandes salões são extremamente disputados. E são disputados não porque paguem bem, porque eles irão ganhar mais se tiverem talento e começarem a sonhar a abrir o seu empreendimento, que, como falou o último orador, João Barbosa de Siqueira Filho, que é o Vice-Presidente da Federação de Serviços de Minas Gerais e do Sindicato de Institutos de Beleza e Salão de Cabeleireiros, é um sonho.

Agora, como você disse, você tem dois salões, mas era o seu sonho ter o seu salão, como era sonho do seu pai ter uma fazenda, uma terra dele, em que pudesse plantar para si. Isso é empreendedorismo. É disso que o Brasil. Ele precisa de gente que pensa e que quer vencer na vida, que quer ter o seu salão, quer pagar os seus impostos direito e ter sua freguesia. (*Palmas.*)

Também chamou muito minha atenção aqui – e achei importantes pontos para eu poder pensar e aprofundar no relatório – a questão da segurança jurídica que foi falado na primeira mesa. É terrível trabalhar sem segurança jurídica, e não digo só no caso dos cabeleireiros, mas em qualquer lugar, e o Brasil está cheio disso. As pessoas, às vezes, deixam de investir por não terem nenhuma segurança de que aquela lei ou aquele jeito que está sendo naquele momento dali a um ano não será outro.

Essa segurança jurídica – "eu sou dono do salão, eu tenho essas responsabilidades, eu dou a infraestrutura, eu recolho os impostos e você tem a sua porcentagem" – eu diria que também é muito interessante para a Receita, porque, hoje, sabemos – é desagradável falar isto, mas é a verdade –, a maioria está na informalidade.

E aí volto a um ponto que foi levantado pela Senadora Regina, que falou que os salões são diferentes.

Há uma coisa que acho muito interessante. Eu sou política, fui prefeita de São Paulo, conheço muito melhor meu Estado e minha cidade do que os outros Estados e cidades e sei que não há nenhuma dúvida de que isso é parecido. Se há um lugar, um bairro rico que não tenha um salão, um bairro médio que não tenha – estou falando de quarteirão –, na favela... Quando eu entrava numa favela para fazer campanha, eu achava interessantíssimo uma coisa que dava certa descontração. Eu sabia que, às nove da noite, quando eu entrava lá, havia duas coisas abertas: o bar e o salão de beleza. (*Palmas.*)

Portanto, não é igual, gente! Não é igual! Você não vê loja aberta, né? E, quando você o restaurante ficar aberto até mais tarde, ele tem as suas leis, as suas formas de funcionar. Então, não estamos falando de uma profissão que é como qualquer outra. Ela não é melhor nem pior, mas tem suas idiossincrasias. É uma profissão que temos que entender que tem dessas coisas. Não podemos querer enquadrar tudo dentro da mesma forminha. Agora, se estivessem tirando direitos, nesse caso, não poderíamos aceitar.

Tenho uma história, como foi bem lembrado aqui, de uma pessoa que luta e lutou a vida inteira pelos seus direitos. Eu saí do PT, mas continuo defendendo os direitos de trabalhadores. (*Palmas.*)

Só que não penso que todos os direitos têm que ser do jeito que a CUT quer. Tem que se ver a forma como o mundo está se ajeitando e temos que nos ajeitar desse jeito, mas protegendo sempre o trabalhador. O trabalhador vive daquilo e tem que ter os seus direitos, como o MEI, que, como acabei de dizer, foi dito que não tinha direitos, mas tem.

Também há outra coisa, que é a legalidade, de que acabei de falar. Hoje há um número enorme de informais. Mas é uma pena que os que estavam falando já tenham acabado de falar, porque há algo que eu gostaria de saber mais. Por exemplo, como a Senadora Regina falou, os pequenos serão de um jeito e os grandes serão de outro. Eu não sei se serão. Acho que será igualzinho, porque, tanto na favela tem o talentoso que vai dizer que vai mudar para lá... (*Palmas.*)

Não vejo nenhuma... A diferença será no que recebem, porque um vai cobrar R$100,00 pelo corte e o outro vai cobrar R$20,00. O resto será igual. Só que a questão da formalidade é para todos. Queremos que o pessoal da favela se formalize, assim como o pessoal do salão mais chique. Queremos que todos sejam formalizados. (*Palmas.*)

Falou-se aqui do problema da fiscalização. Quero dizer que o problema não é prerrogativa exclusiva desse projeto. Hoje, para a CLT e para os pequenos, a fiscalização é falha e é ineficiente, não é como deveria ser, e temos que trabalhar para que seja, tanto de um lado como de outro, como em qualquer área.

Para terminar, uma coisa interessantíssima em que eu não havia pensado, apesar de estar vendo esse projeto há algum tempo.

Foi passada a questão da tributação, da bitributação. Eu não tinha essa clareza. Isso é muito sério isso, porque, se o dono do salão paga um imposto por todos e hoje dá para o seu, vamos dizer, parceiro, hoje ele paga lá, mas esquecemos que o tal do sócio parceiro, que não tem esse nome, hoje, em muitos salões, já é um autônomo, também paga. Portanto, todo mundo está pagando duas vezes, e isso não é certo. Acho que não temos que fazer incidir dupla tributação. Isso tem que ser visto.

Estou vendo ali o senhor, um especialista, que se pronunciou sobre tributação. Agradeço muito essa contribuição, porque levaremos em conta isso, foi extremamente importante.

Depois, escrevi uma coisinha aqui... O meu colega Valeir falou da janela, assim como o Paim, que haverá um janela para todo mundo fazer. O Paim acha que não vamos mudar de ideia nunca.

Quero terminar falando uma coisa que me veio à mente, que escrevi aqui para não esquecer. Falou-se da janela, que se vai abrir uma janela e que haverá uma precarização absoluta de tudo que é canto. Isso sempre pode ocorrer, em qualquer instância, em qualquer área do mundo, em qualquer função. Daí a existência dos

sindicatos, que protegem os trabalhadores. Mas eu pensei o seguinte, que também serve para a vida: não podemos ter medo de janela, porque cada janela que se abre mostra uma paisagem que deve ser apreciada na sua complexidade. E eu acho que essa é uma janela, dentro de todos os direitos de que estamos falando aqui, muito complexa e que temos que abrir o olho, a visão, para determinado tipo de paisagem que essa situação, que esse enorme grupo de quase 500 mil, segundo o Sebrae, que, aliás, parabenizo por quatro anos de estrada fazendo conversas... Acho que o Sebrae nunca quis substituir sindicato nenhum. Simplesmente, o Sebrae tem uma tradição de ajuda e foi procurado pelos cabeleireiros, segundo eu soube, para eles terem uma ideia de como fazer isso, e o Sebrae se pôs no Brasilzão, olhando, conversando, fazendo audiências para conseguir entender e hoje apoia o projeto. Isso tem pesado muito também na minha visão.

Para terminar, quero dizer que o Deputado Izar diz que fez cinco audiências públicas e que o projeto está na Câmara desde 2013. Portanto, ele está há bastante tempo na Câmara, quatro anos de estrada com o Sebrae, conversando, para apresentar um relatório e cinco audiências públicas lá e essa audiência pública aqui.

Da minha parte, não necessito mais de audiência pública. Eu, a partir desta audiência aqui – e agradeço novamente ao Senador Paim pela amplitude das pessoas que aqui expuseram –, já tenho condição de fazer o meu relatório e levá-lo à nossa Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Senadora Marta Suplicy, que fez a sua exposição sobre o tema. (*Palmas.*)

Agora, ao encerrarmos os trabalhos desta Comissão, primeiro quero dizer que eu não falei em janela. O que eu disse aqui e que disse lá no Plenário do Congresso, foi que fiquei muito preocupado com o companheiro da CUT, Valeir Ertle, que, além de duas, três iniciativas, para atropelar o legislado com o negociado, já vieram no passado. Uma consegui derrubar há muitos anos quando era Deputado. Na verdade, perdi por dois votos e, naquele dia, decidi ser Senador. Vim para o Senado e aqui conseguimos arquivar a proposta.

Há um mês, que você falou muito bem, veio de novo negociado sobre o legislado. Fui ao Plenário do Congresso, Deputados e Senadores reunidos, e disse que só por cima do meu cadáver que derrubariam minha proposta, e derrubamos lá, foi unanimidade.

Para surpresa minha, surgiu agora de novo e não é esse projeto, surgiu agora a chamada ponte para o futuro, em que, de novo, entra a ideia do negociado sobre o legislado. Isso é que eu não concordo. Você não pode fazer uma lei genérica que diga que daqui para frente não vale mais a CLT, não vale mais o direito dos trabalhadores, só vale o negociado entre as partes. Isso é inadmissível, porque, se isso for verdadeiro, então, para quê o Congresso? Para quê fazer leis se elas não valem, só vale o negociado? Dessa forma, não há razão de manter uma estrutura como esta para fazer as leis. É esse o meu ponto de vista, e o tenho deixado muito claro.

Eu já fui a 20 Estados. Neste fim de semana, vou a Belém, do Pará, e, depois, vou a Macapá. Em seguida, Espírito Santo, só falta uma meia dúzia para ir, e todos os Estados, todos, seja empresário, sejam trabalhadores que tenham participado dos eventos, todos se colocam contra essa redação genérica de que, daqui para frente, o que vale é o negociado e não vale mais o legislado. Se isso é verdadeiro, vamos nos lembrar aqui da regulamentação recente das empregadas domésticas, é um direito de trabalhadora. Não vale mais? Vai valer só o que o empregador e a empregada acertam?

A CLT, com todos os seus artigos que a história nos trouxe, não vale mais? Claro que vale! O que gostei aqui é que vocês todos disseram que ninguém aqui é contra a CLT, todos vão respeitar a CLT. Isso, para mim, é fundamental! Repito: isso para mim é fundamental! (*Palmas.*)

Deixo uma reflexão para vocês – não vou ler agora, mas recebi uma Nota do Ministério do Trabalho, que diz que ser contra o projeto. Por que eu digo isso? Porque é minha obrigação, como Presidente da Comissão. (*Palmas.*)

Não vou ler aqui os argumentos, mas é bom que esse diálogo continue com a Relatora e com todos que estão aqui, de uma forma ou de outra, participando, porque, às vezes uma concertação no diálogo e no entendimento pode ser uma saída para evitar o veto. Sabemos que o veto também é democrático e pode acontecer, mas quanto à Nota que me chegou agora, ela diz, detalhadamente, o porquê de ser contra o projeto. Fiquem tranquilos, pediram inclusive que eu a entregasse à Relatora da matéria.

Quero tranquilizar a todos na seguinte linha: todo mundo me conhece, sou do diálogo e da conciliação. Recomendaria só muito diálogo em cima desse tema para se construir, de repente, algo que vá no grande entendimento. Às vezes, uma redação aprimorada – e a Relatora, com toda a sua habilidade, sabe fazer isso – pode caminhar no sentido de atender a todos.

De minha parte, quero dizer que essa audiência pública foi excelente, quero cumprimentar as duas posições, porque ambos fizeram um debate em alto nível. O Plenário se portou melhor impossível, quando eu

disse: "Palmas, sim; vaia, não". Não houve uma vaia, só houve palmas. Cada um cumprimentando aquela posição que mais se identificou.

São momentos como esse que posso aqui, no encerramento, dizer, essa é a centésima reunião desta Comissão em dez meses. Foram 100 reuniões aqui dentro, foram 22 nos Estados, e todas nessa linha de ouvir as partes, essa é a nossa obrigação. Ouvir empregado; ouvir empregador; ouvir os discriminados; ouvir os índios; ouvir os sem-teto; ouvir os sem-terra; ouvir os empreendedores, sim; ouvir os agricultores; ouvir os homens do agronegócio, enfim, ouvir todos. Esse é papel desta Comissão.

Hoje, mais uma vez, digo que vou para casa ciente do dever cumprido, aprendi muito com vocês e a audiência cumpriu o seu objetivo.

Está encerrada a audiência pública.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 101ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e nove minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Angela Portela, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Hélio José, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Eduardo Amorim e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da nonagésima nona Reunião, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta **deliberativa**: item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 168, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "O Dia Nacional do Operador de Telemarketing e teleatendimento". Os convidados serão indicados, posteriormente, à Secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 171, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o "Exercício da profissão de designer de interiores". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Ministro da Educação, Aloizio Mercadante; Ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto; e Paula Neder, Professora Universitária e Arquiteta Mestre. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 169, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a fim de debater: "O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), a atenção devida ao portador". Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 170, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a fim de debater: "A Atenção Primária em Saúde (APS), sua atual organização e como agir para que seja prioritária. ". Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 172, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater a forma de atuação dos órgãos de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal ante as manifestações de servidores públicos em greve, notadamente no dia 28 de outubro último, quando houve uso da força e de produtos químicos para dispersão de manifestações. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Às doze horas e vinte e oito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Marta Suplicy. Em seguida, a Senadora Marta Suplicy devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e um minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 101ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, a Ata da 99ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Temos alguns requerimentos.

Peço à Senadora que assuma a Presidência para que eu possa...

Já que é de minha autoria, eu voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 168, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "O Dia Nacional do Operador de Telemarketing e teleatendimento". Os convidados serão indicados, posteriormente, à Secretaria da Comissão.

O requerimento é de autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Telemarketing.

Nós já fizemos uma audiência. Pediram outra.

O objetivo é aprimorar a regulamentação do setor mediante projeto de lei que eles apresentaram.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 171, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o "Exercício da profissão de designer de interiores".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O objetivo é tentar chegar a um acordo.

Há uma diferença entre os arquitetos e os *designers* de interior.

Nós queremos, nessa audiência pública, buscar uma conciliação e se possível votar a matéria ainda na quarta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu peço, se possível, Srª Presidenta, para incluir no item 2 o Ministro da Educação, a pedido, o Ministro do Trabalho, a pedido, e a Professora universitária e Arquiteta Paula Neder.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum óbice, está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Marta Suplicy, esse requerimento é do Senador Hélio José.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 169, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a fim de debater: "O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), a atenção devida ao portador".

Autoria: Senador Hélio José

Se ninguém é contra o requerimento, eu o coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento do Senador Hélio José.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 170, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a fim de debater: "A Atenção Primária em Saúde (APS), sua atual organização e como agir para que seja prioritária."

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)
Aprovado.
Por fim, ainda do Senador Hélio José.

ITEM 5
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 172, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater a forma de atuação dos órgãos de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal ante as manifestações de servidores públicos em greve, notadamente no dia 28 de outubro último, quando houve uso da força e de produtos químicos para dispersão de manifestações.

Autoria: Senador Hélio José

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Está encerrada a presente reunião.
(*Iniciada às 12 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ATA DA 102ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Hélio José**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Hélio José, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, José Medeiros e das Senadoras Regina Sousa e Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº165 de 2015-CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater o tema: "As estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Lúcio Costa, Assessor de Saúde Mental, representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Marcelo Tavares, Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB; Olga Oliveira, Médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Secretaria de Estado da Saúde do DF; Vitor Barros Rego, Psicólogo, representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Mario Antônio Crispin, Psiquiatra da rede pública de saúde do Distrito Federal. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Edmar Carrusca de Oliveira, Representante do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal; Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF; Paulo Vanzetto, Analista Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Ana Luíza de Oliveira Dias, funcionária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Iza Souza,

Terapia Comunitária de Itapoã; Juliana Alves Rodrigues, do Gabinete do Senador Valdir Raupp; Mariana Rosa M. Santos; Andrea Barrozo, da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Hélio José, José Medeiros e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero dar um bom-dia a todos!

Declaro aberta a 102ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 165, de 2015, da CDH, de minha autoria e do Senador Paulo Paim, para debater sobre as estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, por meio do *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800 612211. Então, repetindo: as pessoas podem participar de forma interativa com comentários ou perguntas, podemos fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, cujo *link* é www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Vou chamar os nossos convidados para tomarem assento à Mesa: Sr. Lúcio Costa, Assessor de Saúde Mental da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Convido o Sr. Marcelo Tavares, Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UnB.

Convido a Srª Olga Oliveira, médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Secretaria de Estado de Saúde do DF.

Convido o Sr. Vitor Barros Rego, psicólogo e representante do Conselho Federal de Psicologia, CFP.

Tenho a honra, também, e o prazer de convidar o Dr. Mario Antônio Crispim, psiquiatra da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal – quem sabe, seja o nosso futuro Coordenador de Saúde Mental do DF. Esperamos que ele atenda esse apelo do GDF para nos ajudar nessa área.

Quero informar-lhes que hoje acontece um grande Congresso de Psiquiatria em Florianópolis, portanto na mesma data de nossa audiência pública. Lamentável coincidência, porque não tivemos como mudar a data de nossa audiência. Caso houvesse essa possibilidade, claro que a teríamos mudado, para que não houvesse coincidência com esse importante Congresso de Psiquiatria, essa importante discussão que acontece em Florianópolis, daí por que alguns convidados não puderam estar hoje aqui conosco, atendendo ao nosso convite.

Ano que vem, provavelmente no primeiro semestre, realizaremos outra audiência pública com o mesmo tema, oportunidade em que esperamos dar sequência ao debate que se inicia hoje. Consequentemente, estaremos contando com as presenças do Sr. Antônio Geraldo, Presidente da ABP; da Srª Eveni Meireles, representante do Setor de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; a Srª Olga Oliveira está aqui. Então, há mais algumas ausências.

Por favor, eu queria que a Comissão me passasse os nomes das pessoas que haviam sido convidadas e não puderam vir, para que, no primeiro semestre de 2016, possamos dar sequência a esse trabalho que hoje iniciamos, pois alguns lamentaram muito, mas já haviam se comprometido com o convite como palestrantes em Florianópolis no dia de hoje.

Vamos então, aos convidados: Dr. Antônio Geraldo, eu já mencionei; Dr. Marcelo está aqui conosco; Drª Eveni não veio, mas foi convidada, representando o Setor de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; o Dr. Lúcio Costa está aqui com a gente; o Dr. Volnei Garrafa também não pôde vir, mas veio o Marcelo; a Drª Olga já está aqui conosco; a Drª Alexandrina Maria Augusta da Silva Meleiro – até falei com ela; ela queria muito ter vindo, mas por causa desse compromisso em Florianópolis, ela não teve como desmarcar. E a Drª Ana Beatriz Barbosa, Psiquiatra, autora do livro *Mentes Perigosas*. Portanto, entraremos em contato com essas pessoas, ratificando o convite para uma outra audiência pública, no segundo semestre, sobre esse importante tema.

Eu gostaria de proferir algumas palavras nesta audiência. Antes disso, eu queria citar a presença do Helvécio, que é o Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, e agradecê-lo pela presença. Também agradeço a presença do nosso querido Carrusca, que é do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal.

Quero dizer que, ao final de todo o trabalho – ainda devem chegar bastantes pessoas –, a gente abrirá a fala para até cinco intervenções, no máximo dez, dependendo da concorrência, para o público. Isso depois que cada palestrante fizer sua apresentação e depois de questionamentos de algum Parlamentar. Aí sim abriremos esse tempo de cinco minutos ou, no máximo, 10, para as interpelações. Depois, passaremos para as considerações finais. O.k.? O ritmo de trabalho aqui será esse, delimitado em cinco minutos.

O primeiro inscrito é o Dr. Edmar Carrusca. Caso outras pessoas queiram se inscrever, ainda há quatro oportunidades de inscrição. Basta procurar o Secretário da Comissão.

Vamos, então, à audiência pública sobre estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida.

Quero, inicialmente, agradecer profundamente ao INASP – Instituto Nacional de Saúde Psíquica –, que cuida da saúde mental, pelo empenho de toda a diretoria do INASP, com relação a esse trabalho aqui no Distrito Federal. Quero agradecer à Dalzi, que é minha Assessora, e trabalha junto com o INASP, é fundadora do INASP, pelo empenho, dedicação, promoção, pelo trabalho nessa área tão importante que é a prevenção ao suicídio e promoção da vida.

Temos conhecimento de quantas pessoas são acometidas, até entre nossos familiares, nossos conhecidos dia a dia, por essa questão. Então, sabemos da importância capital sobre o que vamos tratar aqui, porque se mexe com a vida, com o dom maior que Deus nos deu: a vida.

As pessoas não podem dispor da vida pura e simplesmente, como tem ocorrido, por falta de perspectiva ou algumas outras questões que os técnicos, aqui, melhor abordarão para nós. Então, quero agradecer ao INASP e às outras pessoas que se empenharam para a realização desta importante audiência pública.

O que nos reúne hoje é um tópico da mais alta relevância para a saúde pública, paradoxalmente, porém, muito pouco discutido. Ainda nos dias de hoje o tema suicídio é objeto de grande repulsa. No entanto, essa aversão, infelizmente, somente reforça preconceitos variados que em nada contribuem para o aprimoramento do debate sobre as políticas de prevenção e de assistência às famílias.

Dados da Organização Mundial da Saúde mostram que, somente no Brasil, houve quase 12 mil suicídios em 2012. Isso significa que, a cada dia, 32 brasileiros ou brasileiras decidiram pôr fim às suas vidas. Vou repetir: a cada dia, 32 brasileiros ou brasileiras decidiram pôr fim às suas vidas. Doze mil suicídios em 2012 – isso é um número alarmante. O número já é preocupante em si, mas há tendência de agravamento. Entre 2000 e 2012, a quantidade de mortes voluntárias aumentou 10,4%. Nos últimos 20 anos, o suicídio cresceu 30% entre os

brasileiros com idade de 15 a 29 anos, e virou a terceira maior causa de morte nesse grupo, atrás apenas dos acidentes e dos homicídios.

No mundo todo os dados também assustam: são mais de 800 mil suicídios por ano. Um a cada 40 segundos – um suicídio a cada 40 segundos. A OMS estima que haverá 1,5 milhão de mortes anuais por esse motivo até 2020. Muitos já falaram, mas é preciso repisar: vivemos uma epidemia silenciosa. Vivemos uma epidemia silenciosa. De fato, é uma epidemia que está afetando muita gente próxima da gente. Daí a importância de a gente estar aqui, conversando sobre o tema.

Senhoras e senhores, as peculiaridades do nosso País ajudam a recrudescer um cenário já desastroso. Faltam políticas públicas efetivas de prevenção ao suicídio. Apesar dos avanços recentes relacionados à expansão da Rede de Atenção à Saúde Mental, ainda não podemos dizer que estamos preparados para escolher os potenciais casos de risco de morte. Os profissionais não dispõem da estrutura necessária para tratar as pessoas com transtornos mentais, como os depressivos graves, os esquizofrênicos e os dependentes de droga – esses que representam boa parte daqueles que cometem suicídio e que, portanto, precisam ser amparados pelo Sistema de Saúde Pública no Brasil.

Para piorar, domina em nosso País uma cultura de silêncio em relação ao suicídio. Tabu, estigma, vergonha – tudo isso contribui para um contexto social que tende a penalizar aqueles que tiram suas próprias vidas. As pessoas se esquecem de que, para que alguém chegue a esse ponto, o nível de sofrimento psíquico alcançou o intolerável. Até esse momento decisivo, contudo, temos diversas oportunidades para salvar uma vida. É nelas que devemos focar nossos esforços.

Por esse motivo, alegro-me ao receber os debatedores e o público aqui presentes. Reduzir o suicídio, meus caros, é um desafio coletivo que precisa ser colocado em pauta. Hoje damos mais um passo nessa direção.

Bom debate a todos.

Passo a palavra, agora, ao nosso primeiro debatedor... Vamos fazer uma combinação aqui com eles próprios para vermos qual será a melhor sequência. (*Pausa.*)

Pessoal, dando sequência, então, vamos passar a palavra ao Dr. Lúcio Costa, no tempo de dez minutos. Eu avisarei V. Sª ao tempo de nove minutos, com um toque de campainha, Dr. Lúcio. Mas se V. Sª precisar de mais cinco minutos, nós os concederemos.

Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Costa com a palavra, Assessor de Saúde Mental da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Por favor, Lúcio.

O SR. LÚCIO COSTA – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador Hélio José, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa. Aproveito, Senador, para trazer os cumprimentos da nossa Ministra Nilma Lino e do nosso Secretário Especial de Direitos Humanos Rogério Sottili.

Bem, a fim de otimizar minha fala, eu vou focar em algumas reflexões que fiz e escrevi. Para explicar o contexto, eu estou na Secretaria de Direitos Humanos e, lá, sou responsável pela área de Coordenação de Direitos Humanos e Saúde Mental. Portanto, é desse lugar que eu falo, discutindo sobre a saúde mental na perspectiva dos direitos humanos.

Acho que discutir qualidade de vida, discutir atenção psicossocial, fundamentalmente, passa por uma das redes de grande relevância que nós temos e conquistamos no País, que é a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Então, quero fazer alguns comentários e pautar minha fala sobre essa Rede que nós temos hoje e o quanto essa Rede é potente para contribuir com a prevenção e com a promoção de saúde para as pessoas.

Peço licença para fazer uma leitura – embora farei alguns comentários – a fim de otimizar o tempo.

É importante que a gente tenha clareza que o discurso popular sobre as pessoas que cometem ou tentam cometer o suicídio ainda é de culpabilização da pessoa, adjetivando-a como fraca e incapaz de resolver as suas questões conflitivas. Em outras palavras, o suicídio é tratado como sendo de responsabilidade individual.

Um fator importante a ser considerado é que há pouco debate sobre o suicídio; há um tabu a ser quebrado sobre essas questões. De fato, para discutir suicídio... Hoje a sociedade tem medo de discutir suicídio porque ainda ronda a sombra, o fantasma de que falar em suicídio pode fazer com que seja estimulado o suicídio em determinadas populações, em determinadas condições. Isso é um mito que tem de ser quebrado e deve, portanto, ser superado.

Na maioria dos casos em que a imprensa cobre os episódios de suicídio, trata da questão de maneira superficial, em que o foco, de maneira predominante, destaca os problemas individuais daquela pessoa – seja o seu envolvimento com o uso de drogas, seja por conta de uma patologia adquirida por aquela pessoa, a exemplo da depressão –, e não contextualiza sobre as alternativas de prevenção que poderiam ter sido adotadas

para a promoção de saúde, reforçando, portanto, as fraquezas daquela pessoa e, novamente, culpabilizando-a e atribuindo-lhe a responsabilidade de uma maneira individual.

Ainda sobre os veículos de comunicação, é impensável que o suicídio seja tratado de maneira desconectada das políticas de prevenção. O suicídio não pode ser tratado como uma notícia qualquer, que, em muitos casos – quando cometido, por exemplo, por uma celebridade –, é explorado com a finalidade de alcançar altos pontos de audiência. Vários são os casos em que, quando alguma celebridade, alguma pessoa do meio artístico comete suicídio, isso é tratado pela imprensa de maneira especulativa. Em muitos casos, ela não está associada a um debate mais profundo, uma reflexão mais profunda sobre essas questões.

É importante que a gente relembre que os veículos de comunicação, principalmente os televisivos, são uma concessão pública. Portanto, têm de tratar a questão com informações que subsidiem a reflexão daquele telespectador, daquela pessoa que, então, assiste àquele programa, àquela notícia.

Algumas questões não podem ser desconsideradas para a gente pensar em saúde mental, para gente pensar na prevenção do suicídio. E essa eu queria apontar aqui.

É importante que se destaque que nós vivemos em uma sociedade cada vez mais individualizada, com relações frágeis, onde as impotências são cada vez mais rechaçadas. Cada vez mais nos é cobrado que sejamos potentes, produtivos, imbatíveis e certos de rumos em que nos levam à felicidade plena. Vivemos em uma sociedade que formata os nossos desejos e que contrapõe à singularidade das pessoas.

Isso tem se refletido de maneira muito gritante em setores dentro do Congresso Nacional, na medida em que há grupos dentro do Parlamento que reivindicam por leis, que formatam, por exemplo, a maneira de como amor pode se manifestar, como se isso fosse possível, como se o sentimento tivesse um formato, uma lei ou regras predefinidas e somente as pessoas que seguirem aquelas leis predefinidas tivessem o direito de amar e de se relacionar afetivamente com outra pessoa.

Vivemos uma sociedade que não assume a existência do racismo e que, por consequência, não estabelece empatia com as pessoas vitimadas, a cada segundo, em nosso País com a sua prática desumanizadora. Incentivamos, cada vez mais, o conflito entre policiais e pessoas que, por algum motivo, cometeram um crime, dividindo, em uma perspectiva Poliana de sociedade, o herói e o vilão, sendo que, nesse conflito, o incentivo e a demanda que a sociedade traz hoje, para que a polícia mate mais e que bandido tem que morrer, aumenta o conflito e a tensão dessa sociedade na qual nós vivemos e que, portanto, desconserta a possível harmonia social.

Tanto a pessoa que, porventura ou por alguma condição, comete um tipo de crime quanto o policial que combate o crime estão em situações de vulnerabilidade. O perfil do policial hoje, que está na ponta, é um policial que geralmente é jovem, é negro e tem uma condição de vida muito frágil, tão quanto àquela pessoa que ele está, enfim, com a incumbência de enfrentar. E existe um clamor social muito grande para isso.

Vivemos em uma sociedade em que o consumo desenfreado está diretamente associado ao alcance da felicidade, sendo que aquele que não consome não acessa sentidos da chamada felicidade. O ter tem atravessado de maneira impiedosa a possibilidade do ser.

Resgatando aqui uma reflexão do Bauman, um sociólogo polonês, ele aponta que as nossas relações estão cada vez mais flexíveis. Em outras palavras, nos diz que as nossas relações estão líquidas, sem sustentabilidade, e a consequência disso é a ruptura com a possibilidade de desenvolvermos empatia com o outro. Somos conduzidos a desconsiderar o sofrimento, as tristezas, as fragilidades, a impotência. Somos induzidos a sobrepor os nossos problemas de maneira superficial, e os problemas sociais, sobre esses não nos é dado tempo para pensarmos.

Parafraseando Bauman, vivemos em uma multidão de solitários e temos acentuado o viver nesse sentido. Isso tem consequência: a diminuição da contratualidade social.

É importante que a gente frise, acho que eu estou dentro do meu tempo ainda...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Posso te dar mais cinco minutos.

O SR. LÚCIO COSTA – Obrigado, Senador.

Então, eu vou explicar e refletir com vocês o que significa essa contratualidade social. Toda pessoa em sofrimento profundo, que desenvolve algum transtorno, por exemplo, não necessariamente que desenvolva algum transtorno, mas em sofrimento profundo ou que faz uso problemático drogas tende a reduzir a sua contratualidade social. Isso significa dizer que os laços sociais dessa pessoa tendem a diminuir. Então, ela tende a, por exemplo, perder o emprego, deixar de se relacionar afetivamente com quem se relacionava anteriormente, perder o seu círculo de amizades, portanto, a contratualidade social dessa pessoa tende a se reduzir.

Nós temos que pensar, então, em uma perspectiva de prevenção, de bem-estar e de promoção à saúde, cujo caminho é ampliar a contratualidade social dessa pessoa, desse indivíduo que está em situação de so-

frimento profundo. E para isso, agora eu quero focar minha fala, há uma conquista, que é a Rede de Atenção Psicossocial no nosso País.

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO COSTA – Para isso, é importante a gente reviver um passado que, para nós, é lamentável, mas que superamos em parte, mas ainda há resquícios desse passado. Por mais de 200 anos, no Brasil, de maneira hegemônica, nós vivemos uma forma opressiva e, por consequência, segregativa na forma como tratávamos as pessoas em experiência de sofrimento psíquico.

Na década de 80, por exemplo, tínhamos mais de 100 mil leitos em hospitais psiquiátricos. Até o final da década de 90, quando se pensava em ações para o cuidado em saúde mental, todo investimento feito era na figura do hospital psiquiátrico como sendo o espaço privilegiado para a promoção de saúde.

Só para você tenham uma ideia, em 1996, 93% dos recursos federais investidos na atenção à saúde eram destinadas aos manicômios. Partindo do entendimento de que o sofrimento fragiliza e diminui a contratualidade social das pessoas, não poderia ser possível pensar em políticas públicas que agravassem e diminuíssem ainda mais a contratualidade social do indivíduo, prática primária das instituições asilares.

Isso significa dizer que, hoje, num passado recente, nós tínhamos como ponto de atenção à saúde mental, única e exclusivamente, eram poucas as iniciativas no País que tratavam a saúde mental por outra perspectiva, mas a perspectiva predominante era o manicômio, era hospital psiquiátrico. Se nós falamos que a pessoa em sofrimento profundo, e sofrimento psíquico profundo tende a fragilizar a sua contratualidade social, o hospital psiquiátrico agravava mais esse cenário, uma vez que apartava esse indivíduo dos seus laços sociais e o excluía dentro de um manicômio.

Nesse sentido, pensar a saúde mental significa pensar, em primeiro lugar, a produção de cidadania, a produção de direitos. Sem cidadania e sem direitos não é possível ter saúde mental. Portanto, o maior desafio posto frente às políticas públicas, principalmente depois da Constituição de 1988, é o de pensar saúde de maneira intersetorial e não mais como um processo que se alcança com intervenções, sejam cirúrgicas ou medicamentosas no indivíduo.

O limite que nós trabalhávamos ou trabalhamos por mais de dois séculos no Brasil era de que o indivíduo apresentava um quadro distorcido e que uma intervenção, seja medicamentosa, de isolamento, faria com que aquele indivíduo recuperasse a sua razão, a sua condição de viver socialmente. Essa tese foi derrubada no País. É nessa direção que hoje temos uma Rede de Atenção Psicossocial, com premissas claras sobre a produção de saúde, sustentadas na garantia de direitos e na produção de cidadania.

Se antes, na lógica manicomial, tínhamos um *modus operandi* à exclusão da pessoa com transtorno mental, as diretrizes da RAPS, da Rede de Atenção Psicossocial, superam esse momento sombrio em que vivíamos no passado com os manicômios.

Eu tenho aqui a Portaria nº 3.088, mas eu não vou ler as diretrizes, porque senão vai tomar muito tempo, mas, para quem não conhece é importante que conheça a Portaria nº 3.088, de 2011 do Ministério da Saúde, que traz diretrizes sobre a superação desse modelo manicomial, colocando princípios claros de como a produção e as estratégias de saúde mental devem se desdobrar no País.

Então, sustentadas nessas premissas da Portaria nº 3.088 que o Brasil superou a lógica manicomial que ainda resiste em reivindicar retrocessos ao som de algumas organizações, grupos e empresários. É importante que se diga que grupos empresariais ganharam muito dinheiro com o sofrimento humano, com o isolamento de pessoas. A doença, principalmente a loucura, ela foi muito lucrativo no nosso País e, ainda hoje, há vozes que reivindicam o retorno desse passado já superado.

É importante que a gente tenha claro isso, porque toda estratégia, toda política de prevenção e de promoção à saúde, deve se desenhar em premissas fundamentais, como o respeito aos direitos humanos e à produção de cidadania.

Se até o final da década de 80 tínhamos, de maneira insignificante, equipamentos de saúde mental para além dos hospitais psiquiátricos, atualmente essa não é mais a nossa realidade. Saímos de 148 CAPS, em 1998, por exemplo, para, aproximadamente, 2.300 CAPS em 2015.

Há uma classificação feita pelo Ministério da Saúde para dizer se a cobertura de CAPS principalmente é boa ou é ruim. Então, eles colocam que, abaixo de 0,20 CAPS para 100 mil habitantes é uma cobertura ruim; e de 0,70 para cima é uma cobertura muito boa. O Brasil, hoje, conta com a cobertura de CAPS de 0,86. Então, nós avançamos significativamente na substituição dos manicômios por uma rede ampla e comunitária de atenção à saúde mental, que tem como tem premissa a garantia de direitos e à produção de cidadania.

Em 2002, vou finalizar aqui, tinha mais algumas coisas para falar, mas acho que, no debate, talvez, a gente dê continuidade nisso, mas só para registrar, que, em 2002, o investimento nos CAPS era de aproximadamente

R$170 milhões. Até o final de 2014, o índice de investimentos nos CAPS, principalmente, chegou R$950 milhões. Então nós tivemos um avanço significativo na cobertura dessa rede ampla e comunitária para pensar a saúde mental.

Para concluir, quero dizer que eu acho que é um esforço que nós temos que fazer como sociedade. Pensar no suicídio, inevitavelmente nós temos que pensar na produção do sofrimento. E pensar na produção sofrimento significa pensar sobre os nossos conflitos sociais.

Bom, acho que no debate a gente vai ter oportunidade de continuar um pouco mais essa reflexão. Eu queria agradecer, Senador, e seguir à disposição aqui para contribuir no debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Lúcio, ao tempo em que solicito, se possível, que V. Sª nos fornecesse cópia de sua fala para que possamos disponibilizá-la aos membros da Mesa. Para aqueles que também a quiserem, basta procurar a Secretaria.

Passo a palavra ao nosso querido Marcelo Tavares que terá, inicialmente, 10 minutos, mas se for preciso, daremos mais cinco. Marcelo é Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).

Antes, porém, eu queria registrar e agradecer a presença do nosso Senador José Medeiros, do Estado do Mato Grosso. Na hora em que V. Exª quiser falar, Senador, basta sinalizar, não tem problema algum, que eu lhe passarei a palavra para debater sobre esse importante tema que é o suicídio.

Passaram por esta Comissão a Senadora Maria do Carmo e outros Senadores também.

Seja bem-vindo, Senador! Muito obrigado.

Marcelo com a palavra.

O SR. MARCELO TAVARES – Muito obrigado, Senador Hélio José. Muito obrigado, também, Lúcio Costa, pelas palavras, com as quais concordo plenamente. Muito importante.

Um pouquinho da minha história para situar de onde venho e o lugar dessa fala que trago a vocês.

Eu participo de um grupo, no Brasil, hoje, que está trabalhando pela Fundação da Associação Brasileira de Prevenção do Suicídio. Como psicólogo, sou membro Conselho de Psicologia e, também, de associações internacionais, a Associação Americana de Prevenção do Suicídio, a Associação Internacional de Prevenção do Suicídio e a Associação Americana de Psicologia, como membro internacional.

Desde 1995, coordeno o Núcleo de Prevenção do Suicídio e o Núcleo de Intervenção em Crise e Prevenção do Suicídio do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).

Em 2005, participei do grupo do Ministério Saúde que definiu as diretrizes nacionais de prevenção do suicídio, que foram publicadas em 2006 e, a partir de 2011, em parceria com Distrito Federal, com a direção, com a diretoria de Saúde do Distrito Federal, participei em vários trabalhos que culminaram na publicação este ano do Plano de Prevenção do Suicídio do Distrito Federal, Plano Distrital de Prevenção do Suicídio e, assim, o Distrito Federal se tornou a primeira unidade federativa brasileira a ter um plano de prevenção do suicídio oficialmente publicado em *Diário Oficial*.

Este breve cenário é para dizer que a prevenção do suicídio hoje, olhando para o cenário internacional, pode ser vista como uma ciência, com uma maturidade relativamente importante, em que vários conhecimentos importantes já foram estabelecidos. Um deles, por exemplo, envolve essa questão do tabu e da comunicação sobre a questão do suicídio.

Mas sabemos, também, que falar do suicídio, de qualquer modo, é, potencialmente, perigoso razão pela qual as grandes mídias fizeram a opção para não tocar nesse assunto, só quando, realmente, não tem como evitar, quando é, por exemplo, o suicídio de uma celebridade.

Existem mecanismos para determinar e instruir a maneira correta de se comunicar sobre suicídio. A prevenção de suicídio com jovens, por exemplo, não deve ser feita falando de suicídio, porque isso, já foi comprovado, induz risco. É muito mais importante que se aborde, na juventude, em termos preventivos, questões de como se lidar com problemas significativos da vida. Nós temos isso, hoje, desenvolvido, nessa área, com crianças e adolescentes, que são sobre a comunicação de habilidades sociais e emocionais, o desenvolvimento de habilidades emocionais, sociais.

Temos, em Sobradinho, acontecendo um projeto-piloto, um teste com uma associação que se chama Amigos do Zippy, com um programa que tem toda essa intenção de desenvolvimento dessas habilidades emocionais em jovens para o enfrentamento de problemas importantes da sociedade, e que eles terão na vida: separação, perdas, *bullying*, violência, agressão. Como lidar com conflitos com colegas, superar conflitos? Como fortalecer relações de amizades, por exemplo? Como lidar com perdas significativas?

Todos nós passaremos por esses vários desafios na vida ao longo do desenvolvimento e precisamos de recursos internos para o enfrentamento dessas situações.

Por que eu estou trazendo isso? Tipicamente, nós localizamos a questão do suicídio no sofrimento agudo, muito vinculado à questão do transtorno mental, como é o caso da depressão, por exemplo. Então, é claro, óbvio, que a melhoria da atenção em saúde mental é absolutamente fundamental, porque 95% das mortes por suicídio têm alguma história de problema de saúde mental.

Entretanto, se formos observar, por exemplo, no caso da depressão, a depressão crônica é um problema menor para o risco de suicídio do que a depressão aguda. Então, quando a gente vê lá estatística, 35% dos casos de suicídios estavam deprimidos, então, a gente diz: "Nossa, depressão é o grande problema. Temos que melhorar nossa atenção na saúde mental". É verdade. Mas o que acontece? A grande parte desses suicídios por depressão são situações de depressão aguda, e a maioria dessas pessoas não tiveram passagem pela saúde mental, ainda.

Então, nós temos uma grande dificuldade, um grande desafio de como alcançar essas pessoas nesses momentos de grande sofrimento. Nós tivemos um suicídio, recentemente, em Ribeirão, um rapaz, 34 anos, evangélico, querido na sua comunidade, que se matou por conta de uma separação de um relacionamento. Então, naquele momento... Quer dizer, uma pessoa ativa, produtiva, uma pessoa importante no seio familiar, em termos de estrutura familiar, uma pessoa com muitos vínculos e relacionamentos importantes que, repentinamente, tira sua vida, sem uma grande história ou sem uma passagem pela saúde mental.

Esse desafio de como, realmente, alcançar todas essas pessoas, principalmente nesses momentos, requer, também, uma educação de toda sociedade para a percepção do risco, para aquelas falas, por exemplo, no momento do desespero.

Uma outra questão que está associada a isso é o controle de acesso a meios de autoextermínio, como, no caso dele, por meio de uma arma de fogo. Por exemplo, todas as forças armadas, policiais federais, policiais militares, policiais civis, os profissionais de segurança que trabalham com armas têm um risco cinco vezes maior do que a população em geral. E não são pessoas que, geralmente, a gente identifica como portadores de problemas de saúde mental. Então, os desafios nossos são muito grandes, e a gente pode correr o risco de ir com muita força naquilo que parece óbvio e mal arranhar a pontinha do *iceberg*.

O contexto da prevenção do suicídio é muito mais amplo, requer que a gente pense nas nossas crianças, nos nossos adolescentes, nos nossos idosos, nas profissões de risco e nas pessoas que podem ter experiências agudas de sofrimento, que pode levar que elas tenham algum comportamento, seja pelo desespero da hora, seja agravando alguma condição de vulnerabilidade que ela já tivesse, mas que, naquele momento, leva a um comportamento fatal, sem possibilidade de resgate.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO TAVARES – Com relação à educação, eu estou falando de um processo complexo de educação de toda a sociedade, mas envolve, também, dirigir isso a determinados setores. Por exemplo, o exército militar, dos Estados Unidos, tem, na sua página de relações públicas, noticiadas questões de superação de risco de suicídio por militares, que fizeram ou que tiveram vivendo um processo de ideação grave, virem a público, na página institucional, na internet, de uma instituição forte, falar, abertamente, ao público, que está, ativamente, engajada na prevenção do suicídio com os seus membros.

Para vocês terem uma ideia, já morreram militares, nos Estados Unidos, por suicídio, mais do que em todos os conflitos armados do exército americano. Então suicídio mata mais militar do que a guerra. Isso não é muito diferente no Brasil; só que com as nossas estatísticas são muito ruins. Então, essa educação, nesse caso, passa, também, pela educação das nossas instituições, de quem são os dirigentes das nossas instituições. Os programas que tiveram maior sucesso pelo mundo afora, trabalhando com instituições de risco, envolvem educação, sempre, no sentido pirâmide, de cima para baixo. Então, trabalhando com comando, com os responsáveis pela instituição, pela conscientização dos responsáveis pela instituição e, depois, ir descendo os vários escalões.

A aeronáutica americana desenvolveu um programa em que ela conseguiu, deste modo, alcançar 95% do efetivo da força aérea americana. Isso é documentado e publicado. Então, de novo, há muito o que fazer. Com relação aos jovens, investimento nas escolas; aqui, no Distrito Federal, nós estamos trabalhando e precisando de apoio para efetivar esse projeto de Sobradinho, que tem o aval do MEC. Esse projeto é aprovado pelo MEC. Ele foi desenvolvido internacionalmente, existem estudos que comprovam a eficácia desse projeto e a ideia é conseguir financiamento para que isso que está sendo testado lá possa ser ampliado para todas as escolas e todos os jovens do Distrito Federal. A Beatriz está aí, talvez ela possa atualizar alguma notícia em relação a isso.

Em relação a outros jovens, principalmente pensando nos adolescentes – é importante pensar nos adolescentes com vulnerabilidade social –, a gente tem aqui discutido com a Dalzi e o Paulo sobre a possibilidade de desenvolvimento de avaliação precoce com jovens adolescente em conflito com a lei e desenvolver com eles alguma atividade preventiva no sentido do desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Nós temos, hoje, uma tecnologia de avaliação por meio de questionário ou perguntas abertas que os jovens respondem e, com isso, a gente consegue identificar quem são aqueles mais vulneráveis nesses grupos para poder desenvolver alguma atividade preventiva que possa superar esse risco. De novo, a batalha, porque, na Academia, às vezes, a gente luta com recursos muito escassos. Nós estamos, agora, com esse trabalho que a gente vinha desenvolvendo com interesse no jovem adolescente. Esse trabalho está em risco, porque a gente não está conseguindo, nesse momento de verbas escassas, renovar nossa assinatura da base de dados, com a qual a gente vinha trabalhando, que é uma base de dados internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO TAVARES – Ela tem um custo e é o que poderia nos permitir continuar trabalhando no sentido de desenvolver essa tecnologia de identificação precoce do jovem em risco.

Então, só para fechar, finalizar, esse trabalho requer uma participação de vários setores da sociedade. Cada setor precisa entender qual é o seu papel e como ele pode contribuir e cada setor precisa se capacitar dentro das tecnologias e conhecer aquilo que, realmente, funciona e aquilo que não funciona, ou seja, o que poderia correr o risco de aumentar a gravidade do problema. Então, adotar estratégias comprovadas cientificamente; cada setor fazendo sua parte para que, então, tivéssemos um grande efeito na nossa cultura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Marcelo Tavares. Pela abordagem do Marcelo, percebe-se o quanto é importante essa audiência pública, assim como pela exposição do Lúcio Costa também.

Dando continuidade, vamos ouvir a Drª Olga Oliveira, médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, da Secretaria de Estado de Saúde (Samu).

A Drª Olga tem muito orgulho em sempre estar utilizando esse uniforme, que é um grande trabalho prestado. Nas três vezes em que vi a Drª Olga, ela estava com essa roupa, mostrando o orgulho que tem em usá-la.

Antes, porém, passo a palavra para o Senador Medeiros e, em seguida, concederei a palavra à Drª Olga.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, na verdade, eu recebi um WhatsApp de um dos nossos telespectadores do meu Estado pedindo para eu perguntar qual a diferença entre depressão crônica e depressão aguda. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Daqui a pouco, Marcelo, você poderá responder, o.k.?

Concedo a palavra à Drª Olga Oliveira para fazer a sua exposição. Procederemos do mesmo modo, Drª Olga: serão 10 minutos iniciais e, se precisar, daremos mais 5 minutos.

A SRª OLGA OLIVEIRA – Muito bom-dia a todos!

Estou feliz porque tem, realmente, um número considerável de presentes, e é uma luta que a gente tenta já há algum tempo. Não sou Psiquiatra, não sou Psicóloga, sou Pediatra, sou Neonatologista, sou cirurgiã pediatra.

Desde que a gente entrou no Samu, vimos a quantidade de pacientes de atendimento com alteração na saúde mental. Não é paciente psiquiátrico; é alteração na saúde mental. E, nós, dentro da Portaria nº 2.048 vimos que poderíamos montar a saúde mental no atendimento pré-hospitalar.

Então, começamos a ver nos outros Estados como é que funcionava. Nenhum Estado tem nada preparado. E o nosso atendimento, no dia a dia, quando nós começamos a avaliar, tinha quatro atendimentos de autoextermínio por dia, de tentativa. Nós fomos convidados a participar em um evento na Justiça, no Tribunal de Justiça, e nós fomos a esse simpósio, juntamente com o Dr. Augusto.

Quando o Dr. Augusto mostrou a estatística que era vista no Hospital de Base, que, durante um semestre, por falta de notificação, tinha três. Foi quando eu me levantei, eu estava com o nosso pessoal do Samu, e disse que não, a gente atendia quatro por dia, tentativa de autoextermínio; a média. Na segunda-feira, é maior, não é isso, João? No meio da semana, é menor, às vezes, nada.

Nós começamos, então, a trabalhar juntos. Nós fomos até à Diretoria de Saúde Mental e começamos a entrosar, fazendo a participação direta no simpósio de suicídio. Já fizemos quatro, um por ano, e resolvemos, realmente, estruturar a saúde mental do Samu, com muita dificuldade, porque a gente precisava de psicólogo, assistente social, psiquiatra e não tinha na rede. Então, à medida que foram aparecendo, nós pedimos duas Psicólogas, nós recebemos duas um ano depois, que foi a Luciana, pequenininha, que hoje já não está mais com a gente, e a Elaine. Depois, nós recebemos o João e nós começamos a ver que a gente estava tendo funcionário com tentativa de autoextermínio. Nós perdemos uma funcionária. E aí veio aquela responsabilidade, aquele chamado: nós temos que correr contra o tempo, nós temos que trabalhar as pessoas, porque a tentativa de autoextermínio é simplesmente uma gotinha que pode provocar em qualquer um de nós, porque o nosso emocional se torna frágil de acordo com a atual conjuntura da evolução mecanicista do mundo. E os proble-

mas vão crescendo e nós não temos mais aquela reunião familiar mesmo, com um pão só para dividir. A gente pega o celular e fica no WhatsApp em uma mesa de jantar da família.

Então está todo mundo se transformando naquele eu só. E isso está provocando com o seu emocional fico mais lábil. E, na evolução do trabalho do Samu e com os funcionários, que, segundo a estatística, segundo estudos científicos, na LILACS, na Cochrane, todo funcionário da área de saúde, a partir do sétimo ano, em uma área fechada, começa a ter problema de estresse e de depressão crônica, e a tentativa de autoextermínio começa. Nós tivemos, exatamente, no oitavo ano, a perda de uma funcionária.

Dentro do Samu, nosso grupo, hoje, funciona com três Psicólogos, dois Psiquiatras, que ainda são residentes de psiquiatria, porém, são médicos concursados do Samu, e nós não podemos trabalhar 24 horas por dia por falta de pessoal. Por mais que a gente mostre para os gestores a necessidade, o problema e o gasto que se tem com autoextermínio de uma pessoa saem muito mais caro do que o preparo para evitar isso. Porque nesse evitar eu posso utilizar essas ONGs, essas associações de pessoas da comunidade.

Eu tenho que trabalhar o eu da pessoa no amor familiar, na religião, na importância de ele estar fazendo alguma coisa útil para ele, para o eu dele. É muito difícil a gente conseguir que as autoridades enxerguem isso. Então, nós começamos a pedir, a partir da hora que o número de pacientes que chegavam a óbito após a tentativa e, quando a gente chegava e não podia fazer nada, nós começamos a cobrar da Secretaria de Saúde o serviço de verificação de óbito, porque eu preciso saber quantas pessoas morreram. Se aqueles que conseguiram se salvar hoje eu já sei. Grande parte da pesquisa do Dr. Marcelo, daqueles que se salvaram, acidente de trabalho e acidente de carro foram tentativas de autoextermínio.

É uma coisa grave, que eu preciso trabalhar a política para criar uma lei para isso. Por isso, realmente, eu estou muito feliz, Dalzi, de você ter me convidado. Estou muito feliz, Senador!

Uma coisa que eu venho tentando, no nicho nosso, que é pequeno e que o índice está aumentando a cada dia que passa, mas nós, dentro do DF, não temos serviço de verificação de óbito. Existe um processo de formação, eu sei onde ele está, sou conselheira, represento o trabalhador e, dentro do Conselho, eu cobrei, por duas vezes, dessa referida pessoa que libere.

Eu preciso trabalhar a estatística para quê? Eu preciso fazer um estudo científico da saúde mental. Eu tenho que saber, por exemplo, quantos pacientes que não demonstram e que o colega do trabalho pode ver que ele está na intenção de. Mas eu preciso fazer um trabalho científico em cima disso. Onde? No órgão de trabalho de cada um, fazer uma prevenção no trabalhador, porque se eu não começar a prevenir o trabalhador, o usuário lá da ponta, o nosso trabalhador se fere, sequela ou morre e eu não posso chegar ao usuário. É uma cadeia muito complexa. E o trabalho do Dr. Marcelo, grande parte do que ele fez no Hospital de Base demonstra isso. Aquele trabalhador da construção civil caiu, aí chega a Justiça e julga e pune a empresa. Mas o cara estava com todos EPIs. O que aconteceu? Alguém se preocupou? Dr. Marcelo foi atrás. Ele soltou o gancho de segurança. Aí o Dr. Marcelo chega na família e começa a perguntar, porque o paciente está inconsciente, está internado e inconsciente: problema familiar, problema financeiro, problema de saúde, problema de relacionamento, a gota d'água que provocou aquilo. Se eu não fizer um trabalho científico a esse respeito, o nosso serviço de atendimento pré-hospitalar, que a gente já está formatando junto com a Comissão de Protocolos do Atendimento Pré-hospitalar do Ministério, que reúne Samu inteiro, um protocolo para atendimento dessas pessoas. Nesse protocolo, eu consegui levar todos os nossos funcionários – psicólogos, psiquiatras, assistente social para ajudar na formatação desse atendimento.

Se eu não me prevenir, se eu não cuidar disso, o índice de mortalidade, de suicídio vai aumentar. E a gente tem que ver o seguinte: o que eu preciso fazer com essa pessoa no seu trabalho, esse trabalhador da saúde ou fora, esse trabalhador no seu local de trabalho, que é um usuário, que é um cidadão? Um melhor acolhimento. A empresa que contrata tem que trabalhar num projeto terapêutico individual de cada um, fazendo uma organização interna, tendo o seu trabalho de psicólogo, de assistente social.

Quando me perguntaram para que eu queria assistente social no Samu, eu conto isso toda vez, nós temos uma e uma assistente de serviço social. Eu falei: para fazer festa! Gente, a pessoa está me perguntando para que eu preciso? Todos nós precisamos dos profissionais da saúde. Eu não tenho que estar catalogando. Se eu preciso de um assistente social em determinada ação de um suicida, a família está ali e o suicídio, como diz o João e o nosso psiquiatra Rafael Vinhal, é uma doença contagiosa, a assistente social tem que estar ali do lado, não é só o psicólogo.

Então, essa montagem de trabalho é uma coisa muito complexa, porque ela é uma cadeia de funcionários, de profissionais da área da saúde, que vão ajudar a construir algo para prevenir os gastos – os economistas ficam preocupados com isso –, os gastos que vão ter em implementar um trabalho desse. Ele não vê o gasto que ele vai ser com internação daquele paciente, com a paralisação familiar para cuidar daquele paciente e

com a sequela. Se ele ficar sequelado, o Estado tem que cuidar dele, o Estado tem que mantê-lo vivo no que restou do seu corpo.

É uma coisa grave? É. E a gente precisa trabalhar com um projeto de lei desse efetivando a rede de saúde, fazendo reuniões com todos os trabalhadores de todos os locais de trabalho, com os usuários, com as associações e elaborar um mapa para melhor conhecer os trabalhadores de todos os lugares: o que lhe provoca alguma ação emocional? O que lhe causa depressão? É um assédio moral? Recentemente, nós tivemos uma palestra que a Dalzi Neres organizou na polícia especializada, e o Dr. Paulo César, que é da Justiça – ele estava aqui, não está, lá atrás –, o que provoca o assédio moral é exatamente o desalinho das pessoas no relacionamento. Só que esse assédio moral provoca suicídio, provoca sensação de "eu não sou amado". E por que a gente precisa trabalhar isso? Local de trabalho, associação das pessoas, reunião familiar, reunião social com todos trabalhadores e religião, minha gente. Dentro das religiões, a pessoa tem que se apegar a algo que ele sabe que é um ser superior. Se ele é ateu, ele vai se apegar a alguma outra coisa, mas trabalhar sua cabeça de uma forma, seja escrevendo um livro, ou fazendo algum outro trabalho, para que cabeça dele não fique com muito peso por coisas que, para nós, são pequenas, mas que provocam um suicídio.

A gente tem que pensar na institucionalização de um processo de cuidando do cuidador da saúde para que ele possa cuidar e trabalhar junto aos trabalhadores de outros locais. A gente tem que fazer uma desconstrução de seus preconceitos, como já foi dito aqui, que acabam com todo mundo; preconceitos de toda e qualquer natureza. Nós temos que colocar as metas qualitativas de cada funcionário, de cada trabalho desse. Pedir verba, infelizmente, com toda essa situação do País, nós precisamos, por menor que seja, e pesquisas qualitativas em todos os trabalhos.

Os indicadores que nós vamos criar é que vão provocar a reinserção social de todo esse trabalhador. É uma coisa complexa? Muito. Mas nós precisamos sensibilizar todo mundo, e treinar os profissionais no atendimento dos pacientes de transtornos mentais, porque a criança também tem transtorno mental. Recentemente, uma criança autista surtou. Nós temos lei dos cadastrados na SES/HMIB, a criança surtou, o Samu ficou duas horas com criança dentro da viatura, porque se recusaram atender e, quando me ligaram, eu falei: "Estou ligando para o Tribunal de Justiça", receberam o menino. Sete dias na porta da enfermaria de emergência, na maca. Os pais tinham convênio e o convênio se recusara a atender o menino. Sete dias de sofrimento que essa mãe declarou em uma reunião da saúde mental da Secretaria. A mulher chorou durante todo o depoimento. Agora, gente, antes de tudo, nós temos que ter sensibilização de tudo para poder agir perante isso.

Essa lei é a coisa mais importante que todos nós aqui vamos ver no momento. E outra coisa: para a investigação científica, nós temos que criar um grupo, dentro dessa lei, Bia, da Disam, nas áreas da intervenção na assistência social, psicológica, do paciente em crise. Eu tenho que fazer com que o gestor desses hospitais que têm leitos cadastrados assuma que ele precisa dar condição para esse paciente. Eu não posso trancar essa criança dentro de uma viatura, que só segurava na perna do nosso pessoal, porque a criança ama esta roupa, Senador. A criança, surtada, segurava nas pernas do nosso pessoal. Era a segurança que ela tinha.

Finalizando, eu disse que a religião é uma coisa muito importante. Eu sou espírita, nascida e criada, graças a Deus dentro da doutrina, mas, dentro da doutrina a gente não cativa ninguém para ficar. Cada um segue seu caminho.

Eu recebi, ontem, no trabalho que eu faço na Comunhão Espírita, um documento do Código Internacional de Doenças, da Organização Mundial de Saúde, que está incluindo influência dos espíritos na doença psiquiátrica. A Medicina reconhece obsessão espiritual. Dr. Sérgio Felipe, de São Paulo, mandou isso para distribuir para gente.

Todas as religiões, igrejas, budista, evangélico, católico, espírita sabem que a gente tem espírito e que, quando morre, nem todo mundo vai para um lugar ou ruim demais porque não quer, ou mais ou menos, ou vai para o céu. Aquele que se perde por aqui, ele fica aqui perturbando, sim. Pastor tira, Padre tira, nós doutrinamos, na doutrina. Então, a Organização Mundial de Saúde acaba de lançar, no CID-10, o F44.3, que define o estado de transe e possessão, como a perda transitória da identidade, com manutenção de consciência de meio ambiente, fazendo a distinção entre os normais. Ou seja, os que acontecem por incorporação ou atuação de espíritos dos que são patológicos, provocados por doença.

Os casos em que a pessoa entra em transe durante cultos religiosos e sessões mediúnicas não são considerados doenças. São aquelas crises dentro de casa. Tudo bem? Então, para ver a importância disso, Senador, a Organização Mundial de Saúde nos dá mais um código, que a gente sabe que existe, que toda e qualquer religião sabe que existe, mas que era recusado. Hoje nós temos um código.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É tão capital essa questão. Por isso que já pedi, inclusive, para a gente aprovar, na próxima semana, a continuidade desse debate,

no próximo ano, com os outros convidados que, hoje, não puderam estar aqui, pois estão em Florianópolis, no congresso internacional. Eu coloco o meu gabinete à disposição de todos os técnicos responsáveis aqui para qualquer lei de política pública que a gente possa encaminhar no Senado Federal, aqui na Casa, no Congresso, para podermos aperfeiçoar a legislação ou criar uma legislação que melhor atenda aos casos de suicídio para a gente poder encaminhar.

É muito dolorida essa questão. Ela vem das formas que os técnicos estão esclarecendo aqui. Então, se as providências não forem tomadas, vai chegar a sua porta. No próximo ano, nós teremos a data – a gente ainda vai definir a continuidade –, acho que está sendo muito importante a colocação de todos e enriquecedor, para que nós possamos fazer uma memória desse importante trabalho que todos estão aqui fazendo.

Nosso Senador Medeiros vai usar da palavra e, em seguida, vai ser o Vitor Barros Rego, psicólogo e representante do Conselho Federal de Psicologia.

Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelos canais da e-Cidadania.

Em primeiro lugar, eu quero parabenizar V. Exª por trazer esse debate à tona. É um assunto que, no meio social, é jogado para baixo do tapete, não se fala muito disso. Eu fui professor, por cerca de sete anos, na rede pública de ensino e me lembro de uma professora, já antiga, que falava: "Olha, nós somos todos malucos". É lógico que ela falava em uma linguagem não técnica, mas ela justificava dizendo o seguinte, após trinta e poucos anos dando aula, ela dizia: "Olha, eu me sinto muito mais doente mentalmente do que debilitada fisicamente". E ela justificava aquilo que, depois fomos saber, porque ela, na verdade, estava falando do estresse crônico, daquela agonia que o professor passa neste País, que é preparar a aula, baixos salários e aquela coisa toda, perda de autonomia e isso vai impactando.

Alguns falam da chamada Síndrome de Burnout. Mas não só no meio do professorado em si, mas em outras funções públicas, também, a doutora falou aqui sobre o assédio moral, eu conheço bem o meio do serviço público e cansei de ver situações, principalmente nos organismos policiais, em que a gente sente que é. Você não precisa ser um psicólogo ou um psiquiatra para sentir que a sanidade daquele corpo, às vezes, está comprometida. É o caso, por exemplo, de a pessoa te dar bom dia e o outro responder: "Só se for para você!" Então, a gente sente que o clima está pesado. Mas é um assunto sobre o qual não se trata. Nós não falamos muito sobre sanidade policial. Nós damos armas para essas pessoas e elas vão trabalhar armadas. Isso é uma realidade que os palestrantes estão colocando aqui. Muitas vezes, essas pessoas usam essas armas para o suicídio. Eu mesmo conheci várias pessoas que acabaram se suicidando. De modo que, em um contexto geral, na sociedade não se fala muito disso. Esse tipo de debate que é raro. Não se fala muito de sanidade. As prefeituras, até por suas deficiências orçamentárias, acabam se deparando com que foi colocado aqui. Olhe-se pelo viés do econômico.

Agora, é bem verdade também que você prevenir, geralmente, sai mais barato. Recentemente, em uma missão do Senado, alguns Parlamentares foram à Universidade de Harvard, em que fora tratado um tema – esse não é o tema em questão aqui – também da área de saúde, relativo ao tema da primeiríssima infância. Eles chegaram, após estudos, ao resultado de que a formação do cérebro se daria dos 0 aos 6 anos e que a partir daí ficaria muito mais caro você investir em políticas públicas para esse ser, vamos dizer assim. Eles chegaram à conclusão de que era mais fácil você direcionar as políticas públicas para esse ser em formação do que gastar dinheiro, depois, na adolescência, ou na vida adulta, com as FEBEMs da vida ou com os outros programas. O que eu achei interessante é que em um dos estudos, porque eles pegaram dois grupos: um espaço amostral de uma comunidade em extrema vulnerabilidade, Senador Hélio José, e começaram a acompanhar, com as políticas públicas já existentes mesmo, mas, simplesmente, direcionaram aquelas políticas do Estado para acompanhar, porque os neurologistas chegaram à conclusão é que uma criança sob estresse crônico teria sua capacidade de aprendizado, dentre outros fatores, comprometida.

O fato é que eles pegaram um grupo de uma comunidade em vulnerabilidade e acompanharam parte dele e a outra parte, também, só observou. Umas eles acompanharam dando tudo o que eles achavam necessário tecnicamente para que aquela criança tivesse uma formação do 0 aos 6 anos sem obstáculos na sua formação. Pois bem, após 37 anos de acompanhamento, fizeram um gráfico que parecia uma boca de jacaré. As crianças que foram acompanhadas do 0 aos 6 anos tiveram o melhor aprendizado, menos índice de criminalidade, menos drogadição, uma série de fatores que levaram à conclusão de que compensava investir ali. E mais: provaram que, economicamente, era melhor para o Estado investir no 0 aos 6 anos. Por quê? Para cada dólar que eles gastaram com o grupo que eles fizeram acompanhamento, no outro grupo em que eles não fizeram acompanhamento, tiveram que gastar US$7 – US$1 por US$7. Então, chegaram à conclusão de que se não por uma questão humanitária, o Estado devia fazer essa prevenção por uma questão econômica.

Eu creio que se amolda ao caso que estamos discutindo aqui porque eu, por exemplo, trabalhei 20 anos em rodovias, atendendo acidentes. E havia casos em que, no depoimento do outro, ele falava: "Olha, ele simplesmente jogou o carro na minha frente." Então você tem casos que não são diagnosticados, por exemplo, como suicídio, simplesmente como um acidente de trânsito, como foi falado aqui.

E isso sem falar em outras coisas que não se medem pela questão da sanidade, os conflitos, os dias de trabalho que se perdem. Então, eu creio que se pudesse mensurar isso, planilhar isso economicamente, justificaria pesado investimento, maciço investimento nessa questão que estamos debatendo aqui.

Outra coisa, eu penso que esse debate, Senador Hélio José, nós precisamos fazê-lo mais, conversarmos mais com esses profissionais que, às vezes, estão no meio acadêmico. E aqui talvez não fosse necessário, mas vou fazê-lo: às vezes, eu acho que a Academia tem muito a contribuir com a comunidade, mas que não sei se falta provocar ou se não é uma disposição da Academia brasileira no sentido de ir mais à comunidade, porque tem muito a trazer, para que também possamos evoluir, possamos construir uma melhor legislação. Eu acho que nós precisamos evoluir mais. Talvez falte uma legislação federal, estadual que possa ver as três esferas no sentido de que avance. Temos alguns programas? Temos o CAPS. É o suficiente? Eu creio que vocês já responderam aqui que não é o suficiente.

Por isso essa minha fala é mais no sentido de parabenizar por esse início, esse embrião que se faz aqui. E espero que não morra esse debate, porque ele é muito, mas muito importante. Inclusive estamos falando aqui, nós vivemos nesta Casa, que é um caldeirão, com certeza. Às vezes nós temos problemas muito grandes que impactam toda vida do País, sabem por quê? Porque alguém que é responsável por formular políticas públicas estava num momento difícil. Eu não vou falar o nome aqui, mas vou contar o milagre. Há poucos dias nós fomos num debate de um importante segmento do núcleo duro do poder central do País em que a pessoa se descontrolou e começou a chorar no meio de um debate. Eu fiquei pensando: "Meu Deus, o País está na mão..." Então essa é uma questão muito séria, mas a gente fala pouco. Agora me lembro daquele livro intitulado *Precisamos falar sobre o Kevin;* precisamos falar sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nosso Senador José Medeiros, do Mato Grosso, de Rondonópolis, essa grande cidade da soja, capital da soja, receba os nossos cumprimentos. Quero citar também o nosso Senador Dário Berger, de Santa Catarina, ex-Governador de Estado, ex-Prefeito, com larga experiência em um Estado importante do Brasil, que é Santa Catarina, que está aqui nos prestigiando nessa importante discussão sobre a questão do suicídio e prevenção. Senador Dário, no momento em que V. Exª quiser fazer qualquer intervenção, esteja à vontade.

Dando sequência, passamos a palavra para Vitor Barros Rego, psicólogo e representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Em seguida, vamos ouvir o psiquiatra Dr. Antônio Crispim.

Então esses dois profissionais convivem no dia a dia com isso, além dos atendimentos normais como médicos, fraturas, os riscos, os suicidas, são dois profissionais requeridos de forma muito forte nessa situação.

É muito importante ouvi-lo, Vitor. Fique à vontade. O Vitor tem uma apresentação a fazer.

O SR. VITOR BARROS REGO – Bom dia a todos e todas!

É uma enorme honra estar aqui com vocês participando dessa Mesa e também uma honra estar até mesmo com uma pessoa com quem eu aprendi muito sobre esse assunto, que é o Prof. Marcelo Tavares. Foi meu orientador de estágio há alguns anos.

Eu trouxe um material para irmos acompanhando e vou tentar ser breve, até porque os colegas já trouxeram bastante coisa.

Ainda assim, mesmo em 2015, temos que reforçar o fato de que o suicídio não é genético, não tem uma carga genética que vai falar que aquela pessoa é um potencial suicida só por um exame, pelo DNA dela.

Então, ainda assim a gente tem que defender essa questão, até mesmo porque o tema suicídio é muito delicado e envolve também uma mensagem sobre a nossa sociedade. Aquela família que tem um familiar, um ente querido que comete o suicídio, ela própria tem vergonha de assumir aquilo. E nessa vergonha até mesmo empurrar: "Será que não foi alguma questão externa da família?" Porque está passando essa mensagem de um desequilíbrio, de um desarranjo familiar.

Algumas outras estáticas: a cada 40 segundos uma pessoa suicida no mundo. Não são 40 minutos nem 40 dias, são 40 segundos. É a segunda maior causa de morte entre jovens entre 15 e 29 anos. Ou seja, numa fase em que a produtividade deles, a criatividades deles está no auge. E a gente perde essa força de pensamento e de trabalho, justamente por conta do suicídio. Mata mais que o HIV. O Brasil tem políticas em relação ao HIV que são renomadas no mundo. E por que não a gente falar sobre políticas públicas, sobre o suicídio, já que ele mata mais até que o HIV?

Então, é um problema social e é um problema de saúde pública. Setenta e cinco por cento dos suicídios acontecem em países com vulnerabilidade social. E o Brasil está inserido nisso, tanto é que o Brasil está em oitavo nesse *ranking* com o maior índice de suicídios.

O nosso País, por mais que tenha suas belezas naturais, tenha alegria, o samba, o carnaval, também tem uma vulnerabilidade social que os colegas já pontuaram aqui. Não dá para escondermos mais. Sim, existe racismo; sim, existe homofobia; sim, existe a tentativa de trancar um modelo de família que não acoberta o Brasil.

Então, a gente tem que parar com esse preconceito, tem que parar de fingir que não existe isso. Somos um país com vulnerabilidade social. Assumir isso não é nenhum pecado, assumir isso é um sinal de maturidade para gente promover, de fato, essas ações em políticas públicas.

O suicídio é multicausal, tem vários fatores envolvidos. Eu citei alguns deles aqui, vulnerabilidade social, sentimento de injustiça, má distribuição de renda, ausência do Estado e comportamentos de intolerância. Parece bastante. O Brasil, inclusive, se a gente tirar 30 minutos de Facebook, a gente consegue ver tudo isso aí em depoimentos, em comentários.

A violência física e/ou moral também está associada ao suicídio. As pessoas que convivem num contexto de violência física ou moral também tendem a entrar num estado de reclusão e de impotência, porque não conseguem lidar com aquela situação. Também o acesso aos métodos e, sendo bem polêmico, a gente tem acesso muito fácil a métodos aqui no Brasil. Como, por exemplo, a gente tem inclusive propagandas que passam em qualquer horário do dia sobre o uso de álcool. O álcool é uma droga, o álcool sobrecarrega o SUS, o alcoolismo é uma doença, não é simplesmente um costume de beber com os amigos. Isso é grave também. A gente tem acesso a isso, mas se a gente fala: "Olha, vamos restringir o acesso ao álcool", aí sim tem manifestação muito mais contundente aqui no Brasil.

Também tem a incidência de transtornos psíquicos como a depressão. E o professor Marcelo Tavares já até citou a diferenciação nessas depressões, como algo que interfere e facilita a tentativa de suicídio.

Eu trouxe algumas questões sobre as quais a gente precisa de fato conversar também sobre o suicídio. O suicídio por gêneros. Há divisões. As estatísticas do Ministério da Saúde trazem sobre isso. Os homens cometem mais suicídio do que as mulheres, apesar de que as mulheres tentam mais. Os homens são mais, digamos, objetivos na maneira de tentar o suicídio, com arma, enforcamento, e geralmente as mulheres por envenenamento. E até mesmo a doutora do Samu trouxe aqui essa preocupação sobre como é notificado isso aí. A pessoa faz uma *overdose* de remédios e quando é notificado no sistema de saúde é notificado como intoxicação.

Então a gente não tem dados tão precisos sobre isso, e a gente perde a possibilidade de analisar de fato o que chegou até aquele ponto. Por isso que precisamos debater bastante sobre isso aqui, e a rede de saúde está muito bem intrincada nesse assunto.

No caso das mulheres, a violência física, moral e/ou sexual é um fator preditivo para as ideações, planejamento e tentativa de suicídio. São violências conjugais ou intrafamiliares. Eu sou professor de uma faculdade em Brasília e em uma outra também em Formosa. E a gente tem percebido, por exemplo, em Formosa, vários suicídios de mulheres, adolescentes entre 15 e 25 anos na sua grande maioria. E todas elas, tanto em suicídio consumado quanto em tentativa de suicídio, tinham um histórico de violência sexual e violência intrafamiliar.

Essa é a família que a gente está querendo promover aqui no Brasil? Então temos que discutir também sobre família. Falar sobre suicídio também é discutir sobre família.

No caso das mulheres também tem a questão da submissão social. Não é feminismo, não é questão polêmica do Enem, não é nada disso. É um fato. Temos que conversar sobre isso. E exclusão também de direitos historicamente, que vêm conquistando, nos últimos anos, ainda bem.

E um fator protetivo tem sido a Lei Maria da Penha, mas que ainda assim temos as nossas dificuldades, justamente que é você denunciar alguém que cometeu uma violência contra você e ainda assim, mesmo tendo proteção policial, prevista em lei, a pessoa ainda assim não se sente segura o suficiente para poder fazer essas denúncias.

Outros recordes com que temos que nos preocupar: o suicídio na adolescência. Entre crianças e adolescentes, cresceu 40% nos últimos dez anos.

A gente também tem um culto a uma educação que não estimula criar, muito menos insere a família nessa educação. Na verdade, a gente terceiriza a criação das crianças. Joga a criança na escola e fala: "Cria meu filho aí, me devolve de noite, e se der, entrega ele cansado para ele chegar em casa e só dormir, para não me dar trabalho".

Então, que educação é essa, que modelo educacional é esse? Eu fico assustado com algumas escolas, do que eu conheço aqui em Brasília, já falando com crianças de 15 anos, desculpa, crianças não, adolescentes, de 15 anos, sobre concurso público, já falando sobre o que eles têm que estudar e o que eles têm que ler, pensando numa prova de concurso público. Isso é muito grave. Que adulto vai ser esse? Que recursos ele vai ter para

falar sobre prazer no trabalho, por exemplo, sendo que ele está tendo que seguir o caminho que falaram para ele. Nada contra, mas já nessa idade falar dessa maneira e não dar recursos, isso é muito pesado. Que geração que a gente está criança com isso? Como vão ser esses que hoje estão com 15 anos quando tiverem com 30 anos de idade? O que será que eles vão encontrar na vida deles ou o que eles vão ser quando entenderem o que é a vida? Que modelo de família também que a gente está cultivando aqui?

Outro agravante: o suicídio entre índios. É uma parcela da população que não pode ser excluída aqui. Até porque a incidência de suicídio entre eles é 10 vezes maior que da população brasileira. Já é alto no Brasil. Entre índios é dez vezes maior, 93% dos suicídios aconteceram em locais de assentamentos de indígenas realocadas de suas terras de origem. Isso é fonte do Sesai e da Funai, não é nada inventado.

A gente tem o caso da tribo Guarani Kaiowá com 72 suicídios. Esses suicídios foram justamente porque estavam querendo tomar as terras deles.

A gente tem antropólogos, tem a etnopsiquiatria, tem uma série de ciências para falar sobre isso e debater sobre isso, e ainda assim são ignorados nas suas contribuições.

Falar da terra do índio é falar da mãe dele, da referência dele. Tirar o índio da terra dele é tirar a total referência. Muitos defendem o seguinte: "A gente tira eles de lá, bota em outra terra e dá um cartão do Bolsa Família". Você está tirando a referência e a identidade dele. Em muitas cidades ali próximas a aldeias indígenas eles falam: "Olha, esses índios aqui estão nas drogas, já estão começando a mexer com álcool". Enfim, perderam as referências.

O que a gente está fazendo com os nossos índios? A gente tem agora essa polêmica que foi da semana passada que não pode se evitar de falar, a PEC 215. Vai ser um fator catalizador de mais suicídios. Já tem tribos indígenas se mobilizando para ataques mais violentos, de declarar guerra. Não é simplesmente falar em fazer uma manifestação, de se reunirem, mas em declarar guerra.

Então, está ficando bem intensa essa discussão e, como mídia e como sociedade, a gente está ignorando falar sobre isso aqui. E também o suicídio no trabalho. O colega já falou aqui um pouco de como o Samu tem-se preocupado com isso. E acho muito digno levar adiante o assunto "cuidar de quem cuida". Porque são profissionais que têm índices de suicídio também muito altos. As estatísticas não são claras. Como coloquei para vocês, as pessoas que cometem suicídio, tentam suicídio e têm um fundo muito próximo à situação de trabalho não têm essa casuística também notificada.

Teve um caso que eu atendi, mas na verdade atendi a família de um bancário que cometeu suicídio. Ele comprou um galão de gasolina ali no Guará, atravessou, foi para o canteiro, jogou o galão de gasolina nele mesmo e pôs fogo. O frentista correu, tentou salvar e ainda conseguiu perguntar para ele quem tinha feito isso com ele. Ele falou que tinha sido ele mesmo. Quando chegou para atendimento, ele já chegou morto, foi notificado como uma tentativa de homicídio. E aí no banco foi falar sobre isso aí. Como isso foi tratado? "Ah, ele era uma pessoa frágil que estava sofrendo porque a família dele estava se desestruturando e ele acabou de passar por uma separação". Só que ninguém olha o histórico de trabalho dele. O cara estava há três anos sem tirar férias; estava trabalhando de 12 a 14 horas por dia. E ele fazendo desvio de função, acúmulo de função e ainda assim foi culpa de uma separação. A empresa não abre o seu arquivo. Ela não é obrigada a abrir seu arquivo. Ninguém também pede que ela abra o seu arquivo, mas ela exige avaliação de desempenho sistemática de seus funcionários. Por que essas avaliações de desempenho não podem aparecer na hora de julgar essa situação?

Então, temos que discutir sobre o suicídio no trabalho também. Alguns já colocaram aqui também que a categoria que é muito arriscada em relação a suicídio são policiais, bombeiros e militares, justamente por passarem um contexto de humilhações e ainda assim ter acesso ao método de se matarem com a própria arma.

Médicos e profissionais de enfermagem, sentimentos de incompetência, de impotência nos seus contextos de trabalho e ainda assim acesso aos métodos, como os remédios.

Entre os bancários – é uma estatística informal – é de que haja um suicídio a cada 10 dias só entre a categoria no Brasil. Isso também é muito alto. Eu estudei bancários por seis anos, escrevi um livro sobre o assunto, e o que se vê lá é um jogo de horror, é terrível e ainda assim é um ambiente superprotegido, ninguém pode falar sobre isso, afinal é o antro da economia no Brasil. Então ali é um contexto de muitas humilhações, sentimento de inutilidade, assédio moral ali é algo que é instituído, inclusive é falando, de certa maneira, assim: "Você tem que usar assédio moral, senão você não tem produtividade."

E também os professores, justamente pelo sentimento de incompetência e de impotência no seu contexto trabalho. Então você vê nessas categorias de saúde, segurança pública e educação: desamparados. E são aqueles que formam, que colocam a nossa noção de cidadania. Olha esses nossos profissionais como é que estão nesses contextos extremamente humilhantes.

Então a gente tem contexto de trabalho precário psicossocialmente de relações de violência, de relações de rivalidade instituída, inclusive colocado como algo motivacional. Olha que lindo, vamos colocar as pessoas

para rivalizarem entre si porque isso vai melhorar a produtividade. E se eles adoecerem com isso é porque são fracos, e tem remédio para isso.

O assédio moral é preditivo para o suicídio no trabalho e fragilidades trabalhistas também. As terceirizações e quarteirizações correm soltas e isso flexibiliza para que as coisas aconteçam de qualquer jeito e ninguém se responsabilize.

Temos a PEC que discute sobre a terceirização, PEC 4.330, que vai fragilizar mais ainda o que a gente tem hoje de segurança trabalhista. Então, a coisa vai ficar cada vez pior e vai sobrecarregar os colegas do Samu. Porque, enfim, quem eles vão procurar? Até a Justiça eles não vão poder procurar porque a Justiça vai ficar sem amparo legal para poder defender aquela situação.

E a gente tem essas questões do desamparo legal e social do INSS. Uma perícia do INSS é geradora de ansiedade. Os pacientes que eu atendo que estão afastados por causa do trabalho, umas duas semanas antes da perícia, já começam a entrar no quadro de ansiedade, e alguns até desenvolvem um pânico por conta disso, porque vão fazer uma perícia. E é um servidor público que faz essa perícia. Esse servidor público, da maneira como ele conta, parece que chega lá com uma arma, com máscaras para dar susto, em uma sala escondida, uma sala escura, e coloca a pessoa num ritmo de tortura. Porque, de fato, é torturante.

A pessoa que tem transtorno psíquico relacionado ao trabalho é atendida por um ginecologista. Nada contra o ginecologista, mas não é a especialidade dele. E ele chega lá e fala: "Você pode voltar ao trabalho." E a pessoa, tomando uma série de remédios, com indicativo até mesmo de aposentadoria por invalidez, por conta do estresse, e ainda assim é retornada ao trabalho.

As delegacias do trabalho também estão fragilizadas para fazer sua fiscalização, e o Ministério Público do Trabalho depende desses outros também e fica de mãos atadas. Então, a Rede não se comunica e a Rede também não consegue ser mais atuante.

Pensando em políticas no âmbito social.

Promover cidadania e não intolerância. A gente está promovendo a intolerância aqui em nosso país.

Diminuir a desigualdade social, diminuir a sensação de injustiça no âmbito da família. Essa família sabe lidar com frustrações, com a dor, com a morte? Qual o modelo de família que a gente está promovendo, ainda mais quando a opção sexual, a orientação sexual é algo que é um divisor de águas entre a exclusão e a inclusão social.

As escolas também, será que elas ensinam habilidades para lidar com frustrações ou simplesmente só jogam para as crianças e para os adolescentes: "Aprendam isso, façam uma prova e aprendam a fazer essa prova, mas não aprendam a lidar com a vida".

Valorização da vida e fortalecimento de identidade, não exclusão.

No âmbito da saúde, a saúde trabalhando mais em rede. A gente aprofundar esse tratamento, como a própria doutora falou. Analisar aquele CID, analisar aquela internação, analisar aquele procedimento no pronto socorro que precisou, por exemplo, do Samu.

Educar sobre sintomas também. Educar para não depender somente de remédio. A gente passa em qualquer rua aqui em Brasília e acha, no mínimo, uma farmácia. E farmácia não tem crise financeira, está tudo passando o ponto aí, mas você não vê nenhuma farmácia falando que passa o ponto. Na verdade, nasce outra farmácia.

Educar para tratamento também. O sistema de saúde consegue absorver. Ainda bem que tivemos investimentos, mas ainda precisa muito mais. Os CAPS, as Upas, os prontos-socorros, o Samu, tudo isso aí, e também engenheiro e arquitetos. A gente tem construções que não podem se tornar um ícone para o suicídio. Aqui em Brasília a gente teve a situação do *Shopping* Pátio Brasil, onde muitos adolescentes cometeram suicídio, a Ponte JK também tem sido um foco disso aí. E agora algo que é preocupante, é um bairro que foi criado em Brasília, chamado Águas Claras. Suspeita-se muito sobre como ele foi construído em algumas liberações, mas, em termos sociais, é um bairro também ainda muito fragilizado. E as pessoas têm acesso ao método, porque são prédios altos. E a maioria dos suicídios tem sido de pessoas pulando dos seus apartamentos. Então isso também é algo preocupante.

Algumas reflexões que eu pensei aqui para o debate hoje. Será que a gente precisa de mais leis sobre isso? Será que a gente já não tem amparo legal demais? A gente não precisa executar e fazer isso valer?

A gente tem um sistema de saúde que funciona no papel, mas na prática, não. Não temos gestores para isso. Temos ferramentas de gestão que de fato executam essas políticas? Há continuidade de equipes e programas de saúde no Governo, tanto no âmbito federal, estadual, distrital, municipal? O que a gente tem de problemáticas? Há transição de equipes ministeriais? E aí consequentemente vem uma nova prefeitura, um novo governo. Então vai oscilando demais e não há uma continuidade daquela equipe. Um trabalho que começou

em um, dois anos depois tem que parar, porque vai ter que mudar a equipe. Mudou a gestão, mudou a equipe que estava trabalhando, enfim, não tem essa continuidade.

Que modelo de sociedade estamos cultivando para as próximas gerações? Estamos interessados em diminuir de fato as vulnerabilidades sociais?

Foi o que eu pensei para gente trabalhar aqui hoje, está certo? Agradeço o espaço e o tempo de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Vitor.

Quero esclarecer que a apresentação aqui colocada fica disponível no *site* do Senado Federal a todos os interessados. O Dr. Vitor Barros Rego é psicólogo, professor universitário.

Queria anunciar a presença da nossa Senadora Regina Sousa, que representa o nosso glorioso Estado do Piauí, cuja segunda maior cidade é o Distrito Federal. Por incrível que pareça, Berger, eu creio que a maior cidade do seu Estado é Joinville, com 600 mil habitantes mais ou menos, não é isso?

É uma das maiores, depois é Floripa, São José. E no Piauí nós temos Teresina, a capital, e Brasília, mais ou menos com 600 mil habitantes piauienses aqui na nossa cidade. A Senadora Regina é muito bem-vinda a esse debate importante sobre o suicídio, o Senador Berger também.

Aqui no Senado eu tenho como meta número um, como tenho certeza de que V. Exªs também, defender os valores da família. E por isso que eu apresentei esses três temas para serem debatidos na Comissão de Direitos Humanos, que é a questão do suicídio, em sequência da depressão, depois do TDH.

E como no seu Estado, Senador Berger, está tendo um congresso internacional de Psicologia e Psiquiatria, tanto que algumas autoridades importantes que viriam também conversar conosco não puderam vir, por terem feito compromisso de estarem lá, vamos dar sequência ao trabalho, no próximo semestre, a uma outra audiência sobre suicídio, dando sequência ao que estamos comentando aqui hoje, da importância dessa política pública, dos trabalhos que nós podemos apresentar aqui no Senado Federal.

Passo a palavra para o Dr. Mário Antônio Crispim. É um médico psiquiatra, uma pessoa que tem atuado muito no Instituto Inasp, tem trabalhado a vida inteira na saúde pública do Distrito Federal, na Secretaria de Saúde, nessa área de cuidar da doença mental.

Saúde Mental é importante. Por isso até que uma das minhas emendas é para a saúde mental. Espero no ano que vem poder fazer um pouco maior a emenda, para podermos atender, com o pouco que cada um puder ajudar, essa área tão importante que é exatamente a que mexe com a vida, que muitas vezes bate a nossa porta, de nossos amigos, dos nossos conhecidos e a gente não entende porque a pessoa fez aquela situação.

Dr. Crispim, com a palavra, por favor.

O SR. MARIO ANTÔNIO CRISPIM – Agradeço pelo convite. Quero parabenizar a todos os membros da Mesa: Olga, Marcelo, outros colegas pelas falas aqui pronunciadas.

Para mim é uma satisfação estar aqui como psiquiatra para fazer alguns questionamentos, dando seguimento a esse evento.

Eu quero dizer que atuo como psiquiatra na rede pública e já estou há 32 anos nessa profissão de psiquiatra. Tive inúmeras oportunidades de atender pacientes com sofrimento psíquico, com inúmeras tentativas de suicídio. Tratei e continuo tratando pessoas que passaram pela tentativa de suicídio, pessoas depressivas, esquizofrênicas e outras patologias.

Eu queria fazer alguns questionamentos que eu acho pertinentes, como psiquiatra. Antes disso, quero lamentar a falta de um representante nesse evento de grande importância, um representante da ABP, um representante que seria muito importante, um psiquiatra da ABP nesse momento.

Como psiquiatra, tive muitas experiências e posso ter nesse momento a oportunidade de fazer alguns questionamentos. E questionamentos que podem se transformar em ideias para se transformar em leis.

Eu não concordo com a colocação dizendo que há muitas leis já sobre o assunto. Talvez existam leis talvez imperfeitas que não são seguidas, aplicáveis, e muitas portarias do Ministério da Saúde, leis municipais e estaduais, mas eu acho que ainda o Legislativo pode dar uma contribuição, tornando essas leis mais efetivas. Porque uma lei realmente não basta só no papel, ela tem que ser viável, ela tem que bater no ponto certo para ser cumprida.

Nós temos três aspectos, três situações importantes. Primeiro, a questão do suicídio; depois, a questão da tentativa do suicídio e a prevenção do suicídio.

O suicídio em si não é só uma estatística. A pessoa se suicidou, se matou não é uma questão de número, porque tem uma família, tem um contexto. E, na medida em que haja um suicídio, aquela família tem que ser de alguma forma priorizada. Porque há um aprendizado no suicídio. Então, se um pai se mata, um familiar

se mata, as pessoas aprendem algo com aquilo de solução. Por isso que as famílias que tiveram alguém têm maior risco, porque não deixa de ser uma solução.

Então tem que ter uma legislação que considere alguma prioridade nesse sentido. Não é só uma questão de fazer estatística, de riscos, etc., profissão, tudo isso que já foi falado. Acho que a gente precisa de uma efetividade, em termos de lei, que contemple esse contexto, que não é o mesmo contexto mais, na medida em que houve um suicídio em uma família. Então há que se tomar providência em termos de políticas públicas para amparar em termos de serviços essas pessoas. Porque aí já não é só questão da pessoa que se suicidou.

As tentativas de suicídio. Existem portarias, existe legislação, e maior parte delas não são seguidas. Eu trabalhei num serviço de emergência psiquiátrica, conheço bem a Rede do Distrito Federal, que não deve ser diferente em nível nacional. Existem as portarias. Eu tenho 27 anos de Secretaria de Saúde e desconhecia, até pouco tempo, que existe protocolo, legislação, portaria que teria que seguir uma legislação, uma notificação compulsória por exemplo. São leis que infelizmente não estão sendo seguidas. Não sei se as leis são defeituosas.

Então, na medida em que a pessoa tentou suicídio, ela tem que ter uma prioridade, tem que ter uma prioridade em termos de tratamento, em termos de amparo social. E a legislação, se existe, ela não está fazendo o seu papel. É uma associação que é falha.

E um outro aspecto é a prevenção. Ouvi os palestrantes, eu até queria pegar a sua fala, Marcelo, em relação à percepção da situação de sofrimento psíquico com risco de suicídio. Isso todos nós podemos estar sujeitos no nosso contexto familiar, no contexto de trabalho. E a questão da prevenção, acho que ela partiria desse aumento da percepção dessa condição de sofrimento psíquico daquela pessoa que está naquele contexto com que você está convivendo.

Então, mais uma vez, a questão da educação é prioritária. E aí o questionamento: como aumentar essa percepção? Eu diria, e vocês com certeza vão dizer o mesmo, aumentando o conhecimento, rompendo com o tabu, porque o suicídio é um tabu. Mas não é só o suicídio que é tabu, a saúde mental, os transtornos mentais, o sofrimento psíquico também são um pouco tabu, não tanto quanto o suicídio.

Isso porque o suicídio está ligado à morte, que é algo que a gente não trabalha bem. A nossa cultura não trabalha a questão da morte como algo natural. A pessoa pode dizer que é natural, mas, no íntimo, não aceita como natural.

Então, o questionamento. Que leis podemos fazer, melhorar, no sentido de romper com essa cultura de tabu em relação a suicídio? As pessoas não discutem, não aprendem, não querem aprender, ou o Estado não favorece, não estimula conhecimentos em relação à saúde mental, à habilidade de lidar com a ansiedade, com o sofrimento.

Eu acho que é algo para pensarmos. Será que o nosso currículo escolar em nível secundário – eu não diria para crianças, mas para jovens – precisa ser melhorado? Porque o que se percebe é que a gente corre só com as coisas mais emergenciais. Por exemplo, as drogas. Hoje, fazem-se palestras nas escolas sobre drogas, sobre a questão da sexualidade. E sobre a questão da saúde mental, sobre a ansiedade, sobre a questão da depressão? Falta pensar – e não sou educador; quer dizer, no fundo a gente sempre é um educador – discutir também essa questão do currículo nas escolas, o currículo em relação à saúde mental. De que adianta você aprender se você não pode usar isso para seu benefício e para benefício da sua família e da sociedade? E a saúde psíquica é primordial. As pessoas têm que aumentar de alguma uma forma o conhecimento, para que possam perceber nas pessoas do seu convívio, na sua família, quando uma pessoa está em risco e precisa ser ajudada.

O que vai realmente evitar o suicídio é a ajuda; é estender a mão para levar aquela pessoa para um atendimento médico, para um atendimento psicológico, para uma igreja. Seja qual tipo de apoio, o que se tem na prática é que a ajuda das pessoas é que vai evitar que uma pessoa se suicide. É o detectar, é o perceber quando isso acontece para se tomar alguma providência.

Eu acredito que faltem leis que estimulem a criação de serviços que vão melhorar a saúde mental. Não estou falando só da saúde mental curativa, de atendimento médico, de criar mais CAPs, mais prontos-socorros, mas de criar serviços que diminuam o sofrimento psíquico, porque todos nós estamos sujeitos ao sofrimento psíquico, em todos os momentos. Eu costumo dizer para os amigos e para meus pacientes que viver é administrar problemas, pequenos ou grandes. Se você os administra bem, você vive bem. Então é uma constante: nós nunca vamos nos livrar dos problemas; eles sempre vão existir. E alguns dão muito sofrimento psíquico. Às vezes, chega-se a um ponto em que esse sofrimento psíquico é tão grande que a pessoa busca o suicídio, ou pelo menos faz a tentativa de suicídio.

Então, eu acho que o caminho, como colaborador do Senador Hélio, é avaliar a legislação existente em nível municipal, as portarias do Ministério da Saúde, dar mais consistência ao que já existe e ampliar esse projeto de lei, as leis no sentido de estimular a prevenção, melhorar o serviço de saúde mental, inclusive dando prioridade a casos de tentativa de suicídio no âmbito da rede. Isso é muito importante, porque, se uma pessoa

teve uma tentativa de suicídio ou várias, ela corre muito mais risco de reincidir e de cometer suicídio, não ficar só na tentativa. A gente vê isso na prática.

E, na prevenção, que é muito importante, estimular a criação de serviços; talvez sugerir, em nível da educação, também que haja no currículo a discussão da saúde psíquica, da saúde mental, não só a questão da dependência química, porque isso faz parte da vida das pessoas. E as pessoas precisam aumentar o conhecimento.

Aumentando-se o conhecimento, aumenta-se a percepção sobre o suicídio, e aí a pessoa tem mais condições de ajudar o próximo.

(Soa a campainha.)

O SR. MARIO ANTÔNIO CRISPIM – Eu acho que através da educação é que nós vamos romper com o tabu, porque o grande entrave ainda é o tabu. As pessoas não querem discutir esse tema, não querem ter contato com ele, não querem tomar conhecimento disso, porque é algo que está fora da nossa cultura. A nossa cultura não aceita bem a questão da morte e muito menos do suicídio.

Obrigado.

Eram os questionamentos que eu gostaria de trazer para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu concordo com V. Sª, Dr. Crispim. Inclusive, eu tive dificuldade no meu próprio gabinete para encaminhar a questão desse debate. As pessoas realmente não querem discutir isso. Por isso, nós vamos discutir, para contribuir com a política pública, pela importância do tema. Vamos tratar, com toda a responsabilidade possível, esse tema tão caro a todos nós, porque ele pode estar chegando à porta de cada um de nós sem percebermos.

Então, é necessário que se debata isso com muito cuidado e que a gente procure atuar da melhor forma possível.

Queria perguntar se a nossa Senadora Regina quer fazer o uso da palavra. (*Pausa.*)

Depois da nossa Senadora Regina, como prometi, alguns inscritos falarão pelo tempo máximo de três minutos. A campainha tocará após dois minutos, dispondo-se de mais um minuto para a conclusão.

A nossa Senadora Regina fique à vontade para fazer o uso da palavra pelo tempo que achar conveniente. Por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vou falar agora, porque sabem como é a nossa vida aqui. As coisas acontecem ao mesmo tempo. Eu queria ter estado aqui desde o começo, mas vamos para várias comissões. Precisamos resolver isso. Acho que poderíamos usar a segunda-feira para fazer algumas coisas que pressionam a terça, a quarta e a quinta.

É um tema a que eu queria ter assistido desde o começo porque me impressiona. O meu Estado, o Piauí, tem um índice muito alto de suicídio. E me impressiona a faixa etária, que é sempre jovem.

É sistema de saúde, mas como detectar? Tudo bem, quem já tentou deve ser acompanhado, mas existe aquele que não apresentava o menor sintoma, pelo menos aparentemente, e de repente faz isso.

O nosso sistema de saúde é curativo, é hospitalizante. Prevenção neste País não é... Não é que não haja; o Brasil tem um sistema de prevenção não nessa área, mas em outras, de doenças. É uma luta para se cumprir uma meta de vacinação das crianças! Existe a vacina disponível, mas é uma luta, e prorroga-se, prorroga-se, prorroga-se, porque a população não está educada a fazer prevenção.

Veja a luta nas campanhas de prevenção do câncer de mama, e 56 mil mulheres são detectadas todo ano com câncer de mama.

Quer dizer, a gente não tem essa tradição, essa prática da prevenção das doenças visíveis. Imaginem essa que é invisível.

Uma pergunta para os especialistas. Eu não entendo essa questão do segredo, até porque já convivi com pessoas muito próximas... Dizem que isso contagia, é muito sugestivo, que sugestiona outras pessoas. Que, quando há tem um suicídio, logo ocorre outro, justamente na família.

Eu presenciei três casos de suicídio na mesma família. Um irmão morreu, um jovem, e, no ano seguinte, no dia que completou um ano, outro também se suicidou. Essa família tinha que ter sido acompanhada. Não foi.

Agora, como prevenir? Como descobrir que uma pessoa tem tendência a suicídio?

Acho que o melhor lugar é a família, mas nós sabemos como estão as nossas famílias. A família é o melhor lugar para se perceber isso. Agora, dizer que a pessoa era normal, que nunca demonstrou e, de repente, fez isso.

Eu já vi dois casos em Teresina, um de uma pessoa muito próxima a mim, de adolescente, e depois se descobriu que foi por influência da internet. Quando abriram o celular deles, descobriram que o grupo só tratava dessas coisas, que a vida não valia a pena. O papo deles era muito para baixo, era muito depressivo. Mas quem acompanha um menino na internet? Um menino de 13 anos. No grupo deles, só se falava de coisas as-

sim, de outra vida, que na outra vida seria melhor. Agora, pai não olha celular de filho, não sabe de que grupo ele está participando.

Estou levantando questões assim avulsas, porque realmente é um tema que eu acho intrigante. Não sei os profissionais que tratam a questão da saúde mental, se normalmente levam as pessoas só para tomar remédio também, para hospitalização? A pessoa dopada fica pior...

Existe essa história, para quem é profissional da área, de a pessoa ter tendência realmente ao suicídio? Ou ele é fruto do ambiente?

E, também, os profissionais não são formados para cuidar desse tipo de coisa. Aliás, anteontem na Comissão de Educação, falava-se disso. Nós reclamamos da aprendizagem, mas não se ensina o professor a ensinar na faculdade. Ele adquire conteúdos. Ele se forma em conteúdos, mas ele não aprende a ensinar. Como vai conseguir ensinar?

Então, da mesma forma. Um dia desses, discutindo saúde, sobre a questão do parto, da violência obstétrica, os médicos não têm lá uma disciplina em que discutam direitos humanos, em que eles discutam isso. Então, ele chega e se acha no direito de falar piadinhas para a mulher que está morrendo de dor para ter um filho, porque não é formado para isso.

Os profissionais têm que discutir esse assunto, mas é um assunto tabu. Eu nunca participei de um evento aberto para discutir suicídio. Este é o primeiro.

Fazemos seminário sobre tudo, mas não sobre essa questão.

Também queria saber se alguém sabe onde há experiências exitosas no sentido de diminuir o número de suicídios.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Há duas perguntas de Senadores que eu quero passar para a Mesa responder; depois, teremos as outras falas abertas.

A pergunta do Senador José Medeiros foi sobre a diferença entre depressão crônica e depressão aguda e suas causas. E ainda há as perguntas da Senadora Regina Sousa.

Quem da Mesa...? Passo ao Marcelo para responder à pergunta do Senador Medeiros.

Em seguida, a Drª Olga vai responder à pergunta da Senadora Regina Sousa.

O SR. MARCELO TAVARES – Eu vou me permitir tocar nos dois assuntos, porque recentemente fizemos um levantamento em Teresina, com estudantes de Teresina, dentro de uma metodologia que chamamos de identificação precoce de risco. A ideia é identificar jovens em condições de vulnerabilidade ao risco de suicídio.

De certa forma, há algo que chamamos de vulnerabilidade e que pode ser entendido como uma tendência, mas, ao mesmo tempo, essa tendência é muitas vezes ativada por elementos do ambiente. Então não é só tendência, não é só ambiente. Muitas vezes, nós temos uma pessoa com vulnerabilidade que faz uma tentativa, por exemplo, diante de uma separação amorosa.

Naquele momento, ela tem então uma vivência muito aguda de sofrimento. Isso me ajuda a responder outra pergunta sobre a questão da depressão aguda ou crônica.

Na depressão crônica, há muito mais uma sensação de desesperança, que é uma falta de acreditar num futuro mais longínquo. A tristeza não é tão profunda. O prejuízo que uma pessoa com depressão crônica tem é mais voltado para a questão de motivação. Ela se sente desmotivada, desinteressada. Faz as coisas, mas sem aquela grande sensação de gosto.

A depressão aguda gera muito mais uma sensação de tristeza profunda, de angústia profunda e desespero. No desespero, a pessoa procura uma saída imediata, a qualquer preço, e é muitas vezes onde o risco de suicídio é mais grave.

Então, a pessoa com depressão crônica está relativamente mais protegida. Ela não está com zero risco, mas está relativamente mais protegida. O perigo dela é ela ter uma depressão crônica e ter um momento agudo. Aí, ela pode, pelo desespero, realmente tentar.

Mas o que achamos interessante com os estudantes em Teresina é que, ao final, nós fizemos perguntas de todo tipo, com vulnerabilidade: por exemplo, negligência parental; experiência de abuso físico, sexual, verbal; experiência com *bullying;* e uma série de outros fatores de risco que podem contribuir para que alguém em vulnerabilidade faça uma tentativa.

Ao final da entrevista, deixamos um espaço aberto para que eles pudessem dizer o que quisessem a respeito da experiência de ter respondido tantas questões sobre problemas tão graves da vida. E, para nossa surpresa, majoritariamente, o que eles colocaram foi uma sensação de gratidão, dizendo como foi importante para eles a nossa presença lá, questionando sobre essas experiências duras de vida, e que aquilo foi uma oportunidade de pensar a vida.

Então, interessante é que é uma metodologia de identificação precoce de risco, que no fundo leva o jovem à experiência de pensar sobre o que realmente importa na vida dele. Esse cenário é muito importante, porque não se faz prevenção do suicídio ou prevenção de drogas fazendo palestra sobre suicídio e drogas para jovens. Isso já foi verificado em pesquisa internacional e aumenta o risco. A prevenção tem que ser feita sobre como lidar com problemas importantes da vida; como dar ao jovem habilidades emocionais e sociais para enfrentamento daquilo que realmente importa naquilo que ele está vivendo.

A gente tem intenção de continuar o trabalho em Teresina. Nós temos um parceiro importante lá, que é o Dr. Carlos Aragão, mas seria um grande prazer, Senadora Regina, se pudéssemos conversar também, porque Teresina é uma entre as cinco capitais brasileiras com mais alto índice de suicídio.

Então, de fato, alguma coisa, alguma atenção a gente precisa dar para essa questão lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Dr. Marcelo.

A Olga quer complementar?

A SRª OLGA OLIVEIRA – A prevenção de suicídio tem que ser feita em todos os níveis de atenção da saúde, em todos os níveis de escola, principalmente com aquilo que foi dito no trabalho a que o Senador se referiu. É o desenvolvimento fisiológico, morfológico, intelectual, emocional, de zero a seis anos de idade. O que faz isso crescer? Os estímulos, o amor e a atenção reduzem assustadoramente o permeio de alcançar um caminho indevido daquela pessoa com quem foi feito esse trabalho.

Todos os profissionais, tanto professores quanto os da saúde, têm que ser educados, têm que ser capacitados para poder atender, porque a depressão e o autoextermínio têm sinais no perfil da pessoa.

A primeira coisa seria desmistificar da sociedade o suicídio; que não se pode dizer que fulano teve três tentativas, que o filho do fulano, que é uma autoridade tal, de uma rede tal de mídia se suicidou. Por que não pode? Estimula? Estimula a família que estava próxima, mas a gente precisa saber a verdade do que está acontecendo para poder fazer a prevenção.

Nós temos de identificar e instruir os pacientes sobre a saúde mental deles, fazer a construção dessa saúde mental. Como? Com a educação continuada do profissional da educação e da saúde.

Os acadêmicos são importantes? São muito.

Como eu fiz um convite para o pessoal da Católica e da ESCS (Escola Superior de Ciências da Saúde) há duas semanas, não houve tempo de eles se adequarem. Os alunos do sexto ano estariam aqui, que são os internos que rodam conosco no Samu. Na próxima, Senador, teremos os acadêmicos aqui dentro.

Outra coisa: o Conselho Federal de Medicina tem uma cartilha de prevenção do suicídio. Há um monte de mitos, e algumas coisas são as verdades para tirar esses mitos. Todo mundo diz: "Ah,...". Aliás, o médico e o enfermeiro chegam no paciente e dizem: "Ele tentou, foi uma decisão dele; ele quis morrer".

Não é bem assim. Ele geralmente está passando por uma doença que altera a sua saúde mental de forma radical, e a percepção disso daí tem que ser feita por alguém próximo – um colega de trabalho, a família, um amigo, o marido, um filho, tudo. E isso tudo interfere no seu livre arbítrio; ele perde o senso por uma questão pequena.

O tratamento eficaz da saúde mental é a prevenção do suicídio.

Como eu faço isso? Como a Senadora disse, criando alguma forma de pegar essas crianças e fazer um trabalho, estimular um trabalho para essa criança, um esporte. Aquela menina que ganhou o concurso de redação era altamente deprimida, rebelde, revoltada. Ganhar aquele concurso de redação para ela mostrou... O que ela disse? "Eu descobri que eu posso."

Nós temos que dar oportunidade para que cada um descubra: "Eu posso".

E é isso que a gente tem que trabalhar.

Aquelas pessoas que ameaçam se matar estão só chamando a atenção? Não, isso é falso. A maioria delas avisa todo dia falando isso. Não é que ela esteja chamando a atenção, mas o seu perfil expressa que ela está com algum problema.

Isso acontece muito com o profissional de saúde, e o João, nosso psicólogo, sabe disso. Em determinadas situações, eu, médica, chega o profissional, e eu não consigo... E o que eu falo para as meninas? Chame o João. "Ah, doutora, hoje o João não está". "Chame o João, porque só ele vai dar conta, porque ele é especialista em saúde do trabalhador". E o João está em casa e vem, porque ele está tirando...

Ele já entrou em um carro no Eixo em que a moça estava tentando se suicidar. Ele esqueceu o risco dele e ganhou uma bronca minha: "Você não pode fazer isso". Mas ele tirou a moça do suicídio. Acreditam?

E é por aí que a gente vai.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria anunciar a presença da minha companheira Edy, que está ali. A Edy e eu temos quatro filhos, cada um com sua forma diferente de viver, de 17 a 27 anos, e nós sabemos o quanto é importante este debate.

Vamos passar para o Edmar Carrusca de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O SR. EDMAR CARRUSCA DE OLIVEIRA – Desculpe, não é Conselho Federal, é Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeito, Edmar. Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal, não tão menos importante; é igual.

O SR. EDMAR CARRUSCA DE OLIVEIRA – Não, somos um sistema; trabalhamos...

Queria até, iniciando a minha fala, dar um abraço aqui no Vitor Barros Rego, prazer em conhecê-lo. Estamos aí na luta.

Em primeiro lugar, Senador Hélio José, queria parabenizá-lo por este evento. É de uma tremenda importância este debate no Senado.

Gostaria de dar um abraço fraterno no meu querido Professor Marcelo Tavares, Lúcio Costa, Drª Olga, Dr. Mario Crispim.

A minha pergunta é para o Marcelo.

Marcelo, eu acompanhei esse trajeto que você desenvolveu nos últimos anos. Lembro-me que quando você chegou à UnB, vindo de uma experiência nos Estados Unidos, um doutorado, acho – não é? Você tinha uma proposta de centros de intervenção em crise. E, hoje, você é responsável, junto com a Beatriz Montenegro – que está aqui com a gente, com várias outras pessoas e pesquisadores, não só de Brasília, mas da Católica e de outras áreas –, por um projeto de lei, um projeto de prevenção para discutir isso de uma forma diferenciada.

Você esteve, se não me engano, em Estocolmo – não é isso? E, a partir daí, você mudou a sua forma de atuação. O que mudou e qual a diferença entre esses dois momentos, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O nosso querido Dr. Marcelo vai responder, evidentemente, mas, agora, vou ter que continuar com as perguntas de todos, para ser feita uma resposta em bloco. Todos vão falar ao final, fazendo suas considerações finais, respondendo todos os questionamentos que virão.

Então, anote aí, Marcelo.

A minha emoção, gente, foi porque quando a gente vê o filho do Alexandre Garcia se suicidando, o filho não sei de quem, o filho do Fábio Koff há pouco tempo atrás, há uns anos atrás, uma menina de 15 anos dar um tiro na cabeça, a gente vê tanta dificuldade. E isso acontece com tantas pessoas anônimas a toda hora, e está acontecendo a cada 14 segundos. A emoção é muito grande.

Lá em minha casa, por exemplo, eu tenho uma filha depressiva. Não sei por que ela é depressiva; ela tem uma depressão crônica.

Então, é importante a gente conversar sobre isso.

Helvécio Ferreira da Silva é Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Bom dia! É muito importante estar aqui.

É Helvécio Ferreira, piauiense, viu, Senador?

Cumprimento os ilustres membros da Mesa.

Mas, no Piauí, já no Vale do Gurgueia, na idade de buscar lenha para acender o fogão caipira, minha avó já dizia o seguinte: "As pessoas comem, bebem, vestem-se e se reproduzem. As pessoas têm desejos e necessidades. Precisam de satisfação e esperança".

São os pilares subjetivos que a gente aprende ao nascer.

A sociedade é estratificada, mas hoje é importante pensar que sociedade nós queremos e que sociedade nós estamos construindo.

Não existe desenvolvimento humano de humano com máquina, mas, sim, de humano com humano. O que nós estamos construindo hoje?

A velocidade com que a tecnologia evoluiu nos últimos anos, nos últimos 20 anos, é muito maior do que a evolução humana nos últimos 2.000 anos, mas não temos o tempo de assimilar essa evolução e esse conhecimento.

Para onde nós estamos indo? Qual é a perspectiva de vida para os nossos jovens adolescentes de 15 a 29? Que futuro os aguarda?

A estrutura organizacional do Estado hoje tem que ser revista; é preciso evoluir para se adequar às necessidades da população, da sociedade, a exemplo da saúde. Não se discute promoção da saúde, não se efetiva promoção à saúde. A prática hoje é na lógica do mercado privado, dos laboratórios e das indústrias. Tudo se resolve com medicação, com pílulas, com anabolizantes, com outros ingredientes artificiais.

Não há um antídoto melhor para os suicídios do que valorizar a vida, estabelecer o prazer de viver.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Na própria sociedade hoje, nós temos que pugnar pela estruturação das cidades saudáveis, a lógica das cidades saudáveis.

Nós temos um acúmulo de portarias e leis mortas, porque elas não foram concebidas, aprovadas, de acordo com a necessidade da própria população, porque a sociedade também precisa evoluir. Nós temos serviços públicos hoje que já foram excelentes no passado, mas a estrutura desses serviços precisa evoluir, a exemplo da saúde pública do Distrito Federal.

O índice de suicídio entre os profissionais da saúde é secreto, é um dos mais elevados do Brasil, o índice aqui do Distrito Federal, pela necessidade da intervenção no usuário, no paciente, e pela incapacidade, pela ausência da infraestrutura de serviços pertinentes a essa intervenção.

Você vive em um ambiente de extremos: do prazer, da felicidade do nascer, da realização, à impotência extrema de assistir à morte por falta de uma enzima para definir se uma pessoa está enfartando ou não. E esse é um ambiente de trabalho.

Não sou psicólogo nem psiquiatra, repito, sou piauiense... (*Risos.*)

Mas a gente aprende, desde o nascimento, quão importante é ter alguém para você amar, ter algo para chamar de seu e o prazer de viver irmanados em sociedade, uns com os outros, com solidariedade, com amor, com carinho, em uma evolução permanente. Hoje, nós temos uma sociedade que seleciona economicamente, socialmente, por grife e por *status quo* outros. E é isso que está matando a nossa juventude e deixando os nossos adultos e idosos também depressivos crônicos permanentemente. Como diz o Cristovam – saindo da lei e colocando viva –, nós temos o direito à felicidade e ao prazer de viver.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Como diz um dos vários poetas brasileiros, o forte também chora. Por isso, a gente se emociona quando acontecem questões tão importantes quanto estas.

Paulo Vanzeto, analista judiciário do Tribunal Superior do Trabalho – TST, tem uma proposta muito interessante, inclusive, sobre essa questão de lidar com os jovens em situação de risco.

Por favor, Paulo.

O SR. PAULO CESAR DIAS VANZETO – Bom dia a todos.

Eu queria parabenizar o Senador por esta proposta de vanguarda. Fico imaginando como foi a reação de quem recebe essas propostas, de receber uma audiência pública de prevenção à depressão e ao suicídio.

É realmente uma coragem muito grande de V. Exª trazer a esta Casa uma proposta nesse sentido.

Eu já venho trabalhando há dez anos em relação ao assédio moral relacionado ao trabalho. Nesses dez anos, sempre tivemos o apoio da Dalzi Neres, que sempre me convida para palestras e propõe palestras em vários órgãos do Governo em relação a esse tema. Nessa discussão, como o mundo acadêmico nos fortalece a mente e nos remete a outros assuntos, do assédio moral, trabalhamos com o estresse e, do estresse, agora, estamos trabalhando com o suicídio. E eu, como novo membro, acho que o mais novo membro do Inasp (Instituto Nacional de Saúde Psíquica), dessa organização não governamental que vem trabalhando de maneira muito eficiente em relação à prevenção ao suicídio.

Bom, eu venho tratando deste tema em relação ao assédio moral nas relações do trabalho, e vejo a que leva o paciente a insistência, a permanência, esse assédio contumaz? A que isso leva esse trabalhador?

Hoje, é a segunda vez que eu venho a público, aqui no Senado, graças ao Senador Hélio José, e chego aqui com perguntas prontas, já formuladas e no andamento do trabalho vai se moldando o entendimento, porque as coisas vão se esclarecendo e surgindo mais dúvidas.

Bem, quanto ao meu estudo sobre estresse, quer dizer, essa reação não específica de um indivíduo que está submetido a uma situação, há vários estímulos, várias etapas. Até vou fazer essa pergunta ao Prof. Marcelo.

Dentre essas etapas, há o alarme, a resistência, o esgotamento e o esgotamento profundo. Na semana passada, conversamos sobre esse assunto na polícia civil, graças à iniciativa do Inasp, em nome de Dalzi, e lá foi discutido isso; quer dizer, o policial é assediado. E quando se fala em assédio não é aquele horizontal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DIAS VANZETO – ... nem aquele vertical, aquele assédio do chefe para o subalterno ou do colega para o colega. Trata-se do assédio da sociedade em relação a isso; quer dizer, o policial hoje recebe esse assédio.

Eu venho trabalhando nisso e concordo com todos os membros da Mesa que precisamos ter políticas públicas, uma atitude pública para evitar isso.

Então, eu procurei saber onde está o problema para se evitar o suicídio? Na base, na criança.

Então, hoje, eu tenho dois projetos. Um se chama Bola e trabalha com jovens em liberdade assistida; e, outro, em relação ao qual acabei de fazer uma parceria ontem, no Riacho Fundo, com a Promotora de Justiça Liz-Elainne, que é Chefe da Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, é um trabalho chamado Atitude Mil, Crime Zero.

O que nós vamos fazer lá?

Trabalhar com esses jovens para que eles tenham a possibilidade de viver. Eu acho que o assédio vem quando um jovem não tem possibilidade de trabalhar com esportes – está na Constituição isso –, com lazer; uma parte da Medicina. A prevenção ao suicídio nada mais é do que trabalhar com a pessoa, desde pequena, para que ela tenha condições de sobreviver a esse assédio que existe.

Viver no mundo de hoje, competitivo, viver no mundo de hoje, como falou o Prof. Lúcio, se não me engano, sobre o ter, o comprometimento com os bens materiais, etc, isso nos assedia moralmente.

Eu costumo dizer, sem querer citar nomes, mas as Casas Bahia nos assediam todo dia quando colocam muitas propostas de bens materiais em 20, 30 vezes, pois nós comprometemos os nossos salários e ficamos em depressão por não podermos pagar as nossas contas.

Então, vejam bem: é interessante quanto se fala em prevenção a isso.

Eu estou fazendo um trabalho, agora, no Riacho, com essa parceria, para que esses jovens possam ter a chance de jogar bola no fim de semana; de fazer uma luta ou arte marcial no final de semana e durante a semana.

Nós conseguimos fechar uma parceria ontem com um professor de italiano que vai dar aula de italiano para essas crianças de maneira voluntária.

Então, essas políticas, as quais eu chamo de atitudes públicas, é que vão fazer diferença, quem sabe, daqui a dez anos.

Então, finalizando, a minha pergunta fica para o Prof. Marcelo. E, lamentavelmente, o Professor Marcelo pode ter que, no mês que vem, encerrar um trabalho excelente, em relação à prevenção ao suicídio, porque a sua ferramenta de trabalho vai ser fechada por falta de recursos financeiros. E quando eu falo em recursos, é muito menos, 1% ou muito menos, do que se gasta com muitos desses nossos meninos que estão sendo hoje apreendidos com problemas com a lei.

Então, a minha pergunta, Dr. Marcelo, seria nesse sentido, em relação ao que eu venho lendo atualmente, tentando entender, sobre o estresse. Qual o limite do estresse? Até quanto eu consigo assimilar o estresse? Quando vem a fase do alarme, da resistência, do esgotamento e do profundo esgotamento, qual o meu limite em relação a isso? Quer dizer, quando vem essa decisão do "Olha, não vale mais a pena viver"?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço, Dr. Paulo Vanzeto.

Passo a palavra para Ana Luíza de Oliveira Dias, funcionária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

A SRª ANA LUÍZA DE OLIVEIRA DIAS – Bom dia, quero parabenizar, agradecendo-lhes pela oportunidade de estar aqui, o Senador Hélio e a Drª Olga, muito querida. Obrigada, Dalzi, pelo convite.

Bem, eu sou uma enlutada pelo suicídio e gostaria de ouvir de vocês um pouquinho sobre "pósvenção". Qual é o olhar da saúde mental, hoje, sobre esse tema?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado pela objetividade, Ana Luíza. Assim, ajuda no tempo, mas é muito importante a sua pergunta. Eu acho que ela vai contribuir na colocação final dos nossos convidados.

Isa Souza, representante das donas de casa do Itapoã, que muito nos honra por estar aqui presente – terapia comunitária do Itapoã. Com a palavra, Isa.

A SRª ISA SOUZA – Bom dia, não estou representando as donas de casa do Itapoã.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Está bem.

A SRª ISA SOUZA – Acho que houve um...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Houve um equívoco com a outra Isa, que é diretora da associação lá. Agora que vi pela fisionomia.

A SRª ISA SOUZA – Na verdade é Ilza. Eu sou só Isa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Mas é tudo do Itapoã, uma comunidade maravilhosa, uma nova cidade no DF que precisa muito do nosso apoio, inclusive.

A SRª ISA SOUZA – Exatamente. Por isso, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Isso.

A SRª ISA SOUZA – A minha pergunta, na verdade, já foi até contemplada. Vou aguardar a resposta.

Eu estou aqui representando a terapia comunitária integrativa. A terapia, pelo que eu ouvi aqui hoje, nas colocações, é uma roda de conversa onde partilhamos as nossas experiências. E eu acredito que seja uma das saídas para tudo o que foi falado aqui hoje. Se eu estou com um problema, e você já viveu o mesmo problema que eu, o que você fez ou está fazendo para sair desse problema?

Então, a partir do momento em que eu ouço a sua fala, compartilho a solução do seu problema, eu vou conseguir achar uma saída, não fazendo exatamente o que você está falando, mas eu vou descobrir os meus meios para que eu possa superar os meus problemas.

Eu gostaria também de ver qual é a possibilidade de, nessas políticas públicas, ser inserida a TCI (Terapia Comunitária Integrativa), já que ela vem crescendo significativamente no Brasil.

Eu estive em um Congresso de Terapia Comunitária em Ouro Preto, agora, em setembro, e eu fiquei, assim, assustada e muito feliz com o que eu vi lá: todo o País lá, e outros países sendo representados.

(Soa a campainha.)

A SRª ISA SOUZA – A terapia comunitária, então, vem crescendo gradualmente em todo o mundo.

Eu gostaria de ver qual a possibilidade de a gente implantar isso dentro do Distrito Federal.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero passar a palavra para Juliana Alves Rodrigues, servidora desta Casa, do Gabinete do Senador Valdir Raupp.

A SRª JULIANA ALVES RODRIGUES – Oi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Juliana, por favor.

A SRª JULIANA ALVES RODRIGUES – Obrigada.

Cumprimento a todos, e a minha pergunta é para o Presidente da CDH, Senador Hélio José, e para o Dr. Marcelo, professor da UnB.

Como foi dito aqui pela Drª Olga, médica-cirurgiã do Samu, eu gostaria de saber se há possibilidade de interagir com as instituições religiosas, no estímulo à prevenção, somando parcerias com esses entes através das políticas públicas.

Sabemos que é notório que as religiões têm um trabalho de suma importância no papel social das comunidades, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ok, muito bom. Terminou, Juliana?

A SRª JULIANA ALVES RODRIGUES – Sim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Juliana.

Quero passar a palavra para a penúltima inscrita, que é a Srª Mariana Rosa M. Santos.

Pois não, Mariana, por favor.

A SRª MARIANA ROSA M. SANTOS – Bom dia. Quero agradecer à Mesa, principalmente ao Senador, por esta audiência pública.

Bom, na verdade, é uma reflexão que posteriormente, se possível, o Senador poderia colocar para a gente.

Eu vou pegar aqui a fala da Srª Olga Oliveira, que foi exemplar, e que discorreu sobre a questão da religião como papel fundamental na prevenção contra os suicídios.

Eu achei, assim, muito boa, mas existe um parêntesis. E aí eu vou, também, pegar agora a fala do Sr. Vitor Barros com relação ao recorte da questão de gêneros.

Então, nós temos hoje, nesse cenário político em que vivemos, justamente essa problemática da intervenção religiosa. Alguns Parlamentares, inclusive, que são representantes de bases religiosas conservadoras intervêm e interferem bastante nas questões de gênero. E eu vou entrar na questão LGBT. Quantos e quantos adolescentes estão se suicidando por se assumirem LGBTs hoje em dia?

E aí eu entro no contexto político, Sr. Senador, porque hoje nós estamos discutindo algumas pautas nas Casas que justamente podem vir, no futuro, a piorar esses índices de suicídio.

E eu quero citar aqui um deles que é o Estatuto da Família, pois quando você determina um modelo de família e de valores familiares, quantas pessoas não se encaixam nesses modelos e podem, inclusive, se sentir à margem?

(Soa a campainha.)

A SRª MARIANA ROSA M. SANTOS – Coloco também aqui a questão que está sendo discutida, o PL nº 5.069, de 2013, que justamente penaliza as mulheres vítimas de estupro. Quantas mulheres podem vir a se suicidar por terem sido vítimas de abusos sexuais, de agressões sexuais?

E, para piorar, nós ainda estamos discutindo a questão do Estatuto do Desarmamento, e o professor colocou exatamente isto: que se potencializa cinco vezes mais nas pessoas que tenham autorização para utilizar arma. Imaginem se for liberado!

Então, sinceramente, eu, como sociedade civil, fico preocupada, porque há um grande potencial para se aumentarem esses índices de suicídio nos próximos anos caso essas leis passem pelas Casas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito importantes esses seus questionamentos, Mariana Rosa M. Santos.

Para finalizar, vamos passar a palavra para a nossa querida professora Andréa Barroso, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Lembro que, amanhã, nós convidamos, para esta Casa, o Sr. Governador do Distrito Federal; o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, responsável pelo fundo constitucional; o Sindicato dos Professores, o Sinpro; a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CNBB, para um debate a respeito da crise vivida hoje no Distrito Federal e que é necessário superar.

Essa audiência pública será realizada aqui, amanhã, a partir das 9h da manhã.

E haverá uma segunda Mesa, com a presença do Secretário de Governo do Distrito Federal, responsável pelas negociações; do Sindate (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal); do SindMédico (Sindicato dos Médicos do Distrito Federal); do Sindireta (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Direta do Distrito Federal) e do Sindicato dos Auxiliares de Ensino de Educação, que são os sindicatos que estão encabeçando, principalmente, as greves que hoje estão acontecendo no Distrito Federal.

Estaremos, amanhã – todos são convidados –, a partir das 9 horas da manhã, aqui, nesta mesma Comissão.

Falei para o nosso Governador de Estado que, na minha visão, é a comissão mais nobre deste Senado Federal, já que mexe com todos os aspectos direcionados às relações e aos direitos humanos; ele é convidado, e esperamos contar com a presença de S. Exª o Governador de Estado, para discutir conosco saídas para as questões que são emergentes.

Soubemos do confronto entre a Polícia Militar e os professores. Eu estava até em uma viagem, e soltamos uma nota pública; este é o objetivo nesta questão. Sabemos que os policiais militares sofrem tanto quanto os professores dificuldades no dia a dia com relação à questão do trabalho. Estão aqui as pessoas falando dessas relações de trabalho.

Para os policiais militares, por exemplo, que ficam até 13, 14 anos sem ter nenhuma promoção, porque o interstício é enorme e impede a sua promoção, houve um compromisso do Governador de Estado de que iria diminuir o interstício e que iria fazer uma discussão sobre a progressão, sobre a recolocação, sobre o plano de cargos e salários da Polícia Militar. Sabemos que a dificuldade econômica hoje impede essa questão. Então, há um estresse muito grande na Corporação da Polícia Militar do Distrito Federal, que é uma das melhores do Brasil, na minha visão, e no Corpo de Bombeiros Militar, que precisam ter, minimamente, um norte.

E há um estresse com os servidores da saúde, da educação e os demais servidores da Administração Direta, pois foi feito um acordo coletivo, e o Governo não o está cumprindo ou está com dificuldades de cumpri-lo e não aponta uma solução mais razoável para que possa cumpri-lo.

Então, amanhã, o objetivo é tentar superar e ver como podemos chegar a um meio-termo nesta audiência pública que teremos amanhã.

Passo a palavra, então, para a nossa Profª Andréa Barroso, Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

A SRª ANDRÉA BARROSO – Eu sou psicóloga e trabalho na Secretaria de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sem problema.

A SRª ANDRÉA BARROSO – Achei muito interessantes as palestras de todos vocês. Temos atendido alguns casos desse tipo, e são complicados, mas é preciso um acompanhamento desse tipo de comportamento. Faz-se necessária uma terapia, e que o paciente esteja em uma terapia semanal. Precisa, sim, haver continuidade na terapia, de se conversar não só com o paciente, mas, se possível, também com sua família. Então, é muito importante esse convívio com o paciente e não deixar que isso se agrave mais. A gente tem sempre que estar atento a tudo isso.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à nossa querida Andréa Barroso, psicóloga da Secretaria de Educação, mas não menos nobre do que as professoras, que também são fundamentais para nós todos. Afinal, quem ensina o ABC merece, e a gente convive muito com os professores a vida inteira.

Amanhã teremos esta audiência, e foi bom a servidora da secretaria me lembrar de fazer um convite a todos aqui.

Normalmente, estipulamos o tempo de cinco minutos, mas fique à vontade, já que foram tantas perguntas. Portanto, têm de cinco a sete minutos para tentar fazer as considerações finais e apresentar as respostas.

Questiono à Mesa quem gostaria de falar primeiro?

Geralmente eu faço a ordem de trás para frente, mas alguém tem preferência? (*Pausa.*)

Então, vamos passar a palavra para o Lúcio Costa, para possa fazer as suas considerações já que ele foi o primeiro a se manifestar.

O SR. LÚCIO COSTA – Bom, eu fiz algumas anotações aqui e refletindo um pouco sobre o que todo mundo falou, fico pensando – a partir do questionamento levantado aqui pelo Vitor – se, de fato, a gente precisa de uma legislação específica para tratar desta questão.

Eu não sei, porque suicídio não é uma doença; é importante que a gente desvincule uma coisa da outra. Suicídio, em si, é um processo fim; não é algo que possa ser tratado. Suicídio é o final de um processo, do desdobramento de ações, de comportamentos, enfim.

São várias as políticas públicas que hoje existem e que atuam na prevenção e na promoção de saúde, ainda mais se a gente levar, se a gente entender saúde como a concepção da Organização Mundial de Saúde, em que saúde é um bem-estar físico, psíquico e social. Então, fundamentalmente, a gente tem que pensar para além da ausência de doença, mas nas condições em que aquela pessoa vive, aquela família, aquela comunidade vive. Isso é pensar saúde pública.

Portanto, trabalhar a perspectiva da prevenção e da promoção da saúde passa por todos os níveis de atenção. A gente não está falando que só o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é o equipamento que tem que dar conta de dialogar com essa problemática, com essas questões; ao contrário, da atenção básica até...

Não sei se o Dr. Marcelo... Salvo engano, Dr. Marcelo, eu ouvi... Ah, não, isso foi em outro documento...

Eu li a diretriz para a prevenção ao suicídio, mas estava vendo que a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde publicou, na semana passada – e se vocês por curiosidade quiserem entender como está a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no País vale a pena acessar –, um documento chamado Saúde Mental em Dados, nº 12. E, nos Municípios, que são grande parte do nosso País – salvo engano 3 mil Municípios em nosso País possuem uma população com menos de 15 mil habitantes –, a saúde mental é promovida pela atenção básica, pela unidade básica de saúde. O que estou querendo dizer com isso é que não é o CAPS o único equipamento responsável pela promoção da saúde e da saúde mental.

Então, nós temos a estratégia de saúde da família, os núcleos de atenção à saúde da família, agentes comunitários de saúde; quer dizer, nós temos um arranjo de políticas públicas que hoje promovem a saúde mental e com ela dialogam.

E aí, a partir da fala do Dr. Crispim, permita-me discordar quando o senhor menciona que nós precisamos criar serviços que diminuam o sofrimento psíquico. Sobre isso, eu tenho um entendimento diferenciado, porque esse desenho de criar equipamentos públicos para tratar de doenças era o que mais ou menos nós tínhamos com o hospital psiquiátrico. A proposta do hospital psiquiátrico era um espaço em uma instituição que tinha a figura ou o desenho de ser o grande responsável por cuidar da saúde mental. O que diminui o sofrimento psíquico não são os equipamentos, mas é o tear das relações, é o fortalecimento dos laços afetivos, dos laços sociais. E, aí, não há equipamento público que dê conta disso, porque nós precisamos ter como horizonte muito mais uma transformação cultural sobre as nossas relações; nós precisamos de uma transformação cultural.

(Soa a campainha.)

O SR. LÚCIO COSTA – Todo cidadão deveria discutir qual sociedade ele quer, mas, hoje, nem todo cidadão está preparado para discutir isso.

Nós pegamos aversão à política e, por consequência, às políticas públicas. O que é mais fácil para nós, como sociedade hoje, é rechaçar o Parlamento, é rechaçar o Executivo, é rechaçar o tear das políticas públicas, e isso, de fato, impede que nós fortaleçamos esse tipo de relação.

Temos uma preocupação significativa, no campo da reforma psiquiátrica e da saúde mental, sobre parcerias com instituições religiosas. Acho que cada indivíduo tem uma afinidade, tem uma crença ou não com determinados segmentos religiosos, e isso tem de ser respeitado ao cabo; tem que ser legitimado e garantido, pois o desenvolvimento da espiritualidade e a relação com a fé que aquele indivíduo tem devem ser preservados. Isso não significa que nós tenhamos de transportar a religião para a política pública. A política pública tem que fundamentalmente ser laica.

Hoje, algumas parcerias com determinados segmentos têm causado, ao contrário disso, perseguição a determinados segmentos religiosos. Há algumas comunidades terapêuticas que tratam de pessoas que fazem uso de drogas, e muitas vezes aquele indivíduo que é do Candomblé, por exemplo, sofre uma perseguição, se é que ele pode ficar nessas comunidades terapêuticas, pois a doutrina determinante em algumas delas é de

uma perspectiva evangélica que não aceita o diálogo com outro tipo de identificação religiosa. Ou até mesmo com os ateus: uma pessoa ateia que está em determinada comunidade terapêutica pode ter dificuldade de expressar a sua não crença.

Então, eu acho que as políticas públicas, pelo menos no campo da saúde mental hoje, priorizam o Projeto Terapêutico Singular (PTS). Qual é a função do Projeto Terapêutico Singular? Respeitar a singularidade de cada indivíduo. Se o indivíduo vê a religião ou a expressão da sua fé como uma alternativa para adotar como respaldo para aquele momento difícil, isso tem que ser valorizado, isso tem que ser garantido.

Agora, transportar ou financiar determinadas religiões para as políticas públicas, isso, eu acho, pode funcionar inclusive de maneira contrária ao que se espera.

Acho que o debate é muito amplo e que o Senador acerta em trazer, como muitos aqui já o disseram, este debate à tona.

Eu queria, levando em consideração o curto espaço que temos para debater, colocar-me à disposição do Senador novamente; colocar a Secretaria de Direitos Humanos à disposição, não só do Senador. Eu acho que, para continuarmos este diálogo, caso surja alguma questão a ser levantada, vou passar o meu *e-mail* que é: lucio.costa@sdh.gov.br.

Agradeço mais uma vez, colocando-me à completa disposição para a gente, em outro momento, ou em outros momentos, continuar essa reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecemos ao Lúcio Costa.

Passo a palavra ao nosso amigo Marcelo Tavares, professor do Instituto de Psicologia da UnB – Universidade de Brasília.

O SR. MARCELO TAVARES – Obrigado.

É até difícil, porque foram muitos comentários interessantes e muita vontade de falar sobre todos eles para dar a cada um a atenção que merece, mas eu vou tentar aqui fazer uma síntese.

A observação do colega Edmar Carrusca sobre a minha trajetória, que ele tem acompanhado, é bastante pertinente, porque a minha formação básica é intensamente clínica, com uma preocupação muito grande com o sofrimento psíquico grave e formas de tratamento ou atendimento de pessoas que estão em momentos, assim, emergenciais. Até mesmo o trabalho que desenvolvíamos antes no Hospital de Base era com as pessoas que fizeram a tentativa; atualmente, houve uma transferência, e estamos hoje no HRAN desenvolvendo esse trabalho.

Mas o meu contato com o Instituto Karolinska, em Estocolmo, trouxe para mim uma visão muito mais dirigida para a questão do problema da saúde pública em relação à prevenção ao suicídio.

É claro que este trabalho com pessoas com sofrimento grave precisa ser feito. São aquelas pessoas que estão naquele momento de vida em que alguma mudança radical precisa acontecer na vida deles para que ela continue valendo a pena. No entanto, é preciso compreender a trajetória – porque aquela pessoa não ficou daquele jeito de repente – que ela fez, de vida, para chegar àquele ponto, o que começa, muitas vezes, na infância.

Então, nos jovens que são expostos, crianças, a uma situação de violência, a abuso sexual, físico, violência doméstica, abuso verbal, *bullying* na escola, a todo tipo de contexto que no fundo é uma agressão à vida, tudo isso vai exercendo uma espécie de peso para aquela pessoa, e, mais tarde, ao longo da vida, aquilo vai se tornar insustentável, que é o momento, então, da crise suicida.

Por isso, então, eu comecei a lançar o meu olhar para a preocupação com o que acontece nas escolas aos nossos jovens; e, também, nas instituições, como o Vitor trouxe muito bem, a questão do trabalho. A Drª Olga também falou dos profissionais de saúde. Então, esse meu olhar foi mudando nessa direção.

Sobre a questão de leis viáveis, eu acho muito mais preocupantes definições importantes – eu acho que esta Mesa confirma isso – de políticas públicas eficazes do que leis eficazes. Por exemplo, nós já temos uma determinação do Ministério da Saúde para notificação compulsória da tentativa de suicídio.

Esse trabalho que nós exercemos, dentro do hospital hoje, tenta fazer com que essa notificação se torne uma realidade.

A norma diz que todo e qualquer profissional de saúde tem essa obrigação. Então, aquele primeiro que entra em contato com o risco deveria notificar. O fato é que a notificação não é feita.

A Drª Olga deu o exemplo dela aqui, e eu tenho o meu no Hospital de Base, que é muito semelhante: a gente acolhia três, quatro novos casos de tentativa de suicídio por semana, e a estatística do hospital era de dois casos ao ano. Então, ela tem um dado um pouco diferente, de outro momento observado lá, mas isso é mais ou menos generalizado no País inteiro.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO TAVARES – Então, como fazer essa política funcionar?

Isso depende de um trabalho de educação dos profissionais, de acompanhamento desses profissionais, de criação de meios internos nos hospitais que tornem isso possível.

Uma das coisas que estamos fazendo no HRAN é que o nosso grupo assumiu essa responsabilidade. Então, nós temos agora estagiários e profissionais recém-formados, em treinamento e em serviço, que estão acolhendo essa possibilidade de fazer isso.

Sobre a questão do limite: quanto estresse alguém aguenta? Isso varia de pessoa a pessoa em relação aos recursos internos que ela tem e também dos suportes externos no contexto, nas inter-relações que ela tem e que ela é capaz de acessar, mas o que é interessante é que, independente da capacidade de cada um no enfrentamento de situações estressantes, as respostas de riscos, quando elas chegam a um limite, são muito parecidas: a questão da desistência, o comportamento de desinvestimento, de isolamento, o sentimento de depressão, a sensação de desespero e a comunicação suicida, começando a dizer: "Assim não dá. Não aguento mais. Vontade de sumir. Quero acabar com tudo". Essas são formas de comunicar que se está vivendo um sofrimento, que é intenso demais para ela naquele momento e que é preciso parar e acreditar em alguma coisa.

O último comentário que eu vou fazer, sob pena de não responder a todas as questões, é sobre a questão da religião, porque ela é gravemente mal entendida em relação às pesquisas que existem sobre isso e à forma como a sociedade toma esse resultado das pesquisas.

A religião, em si, não pode ser imposta; é uma crença da pessoa. O que protege, na religião, de verdade, é ter fé, ter um senso de aceitação, sentir que o seu sofrimento pode ser ouvido, que tem alguém capaz de aceitar, compreender e validar a minha experiência.

Quer dizer, quando a religião é capaz de oferecer isso, e eu posso me sentir uma pessoa com uma existência validada, eu posso começar a transformar aquela experiência dolorosa que eu tenho, e a religião é um grande recurso.

Mas o que eu vejo, muitas vezes, é a compreensão por via da opressão e imposição da fé do tipo: "Vamos orar". Ou do comportamento compulsivo: "Você tem que ir ao culto. Você tem que fazer isso ou aquilo".

Então, olha que coisa curiosa. Nos grupos, quanto mais fundamentalista mais suicídio tem. Então, não é a religião, não é ter a religião; é o sentido daquela religião na vida daquela pessoa, como aquilo é integrado para a qualidade de vida, para dar sentido à vida. Isso porque, se a religião é mais uma opressão, então, ela deixa de ser um fator de proteção e torna-se um fator de risco.

Fui lembrado aqui de um tema, realmente, extremamente importante colocado pela nossa colega Ana Luíza sobre a pósvenção. A pósvenção é o termo que foi consagrado internacionalmente para se referir a ajuda às famílias enlutadas, as pessoas que perderam um ente querido por suicídio, que passam a estar em sofrimento. De todas as causas de morte, o suicídio é a mais difícil de ser assimilada na experiência de vida. De uma certa forma, o suicídio... Quem ama alguém que se mata vai ter que dar sentido à vida, porque já é difícil dar sentido à vida, não é? Quer dizer, quando a gente para e se pergunta: "Qual é o sentido da minha vida?" Inclusive filosoficamente, é um problema sério que tem ocupado os filósofos aí por milênios.

Agora, quando alguém se mata, aqueles familiares que estão mais próximos, aqueles amigos, inclusive colegas de trabalho, vão ter que ressignificar a própria vida e vão ter que dar um sentido àquele ato daquela pessoa que ela ama.

Esse é um processo extremamente doloroso, é um dos lutos mais difíceis de serem superados e é extremamente necessário que haja alguma ação dirigida para isso.

Eu estive em junho no Congresso Internacional da Sociedade Internacional de Prevenção do Suicídio, no Canadá, e uma das coisas que eu vi lá e que me pareceu, assim, mais promissora, mais interessante e estimulante foi a organização da sociedade civil de pessoas que viveram essa experiência. Eles chamam esse movimento de *lived experience*, ou seja, o movimento da experiência vivida.

De fato, não há nada mais poderoso do que a associação de pessoas que passaram por essa experiência, porque elas sabem do preconceito na sociedade, elas sabem o que elas ouviram das pessoas, o que ajuda e o que atrapalha.

Então, elas têm condição de formar uma rede social de suporte para outras pessoas que venham a passar por essa experiência muito mais forte e muito mais poderosa do que a terapia tradicional. Não que a terapia não seja importante porque ela será sempre importante em alguns casos, mas não nem todos. A palavra amiga de alguém que já passou por isso e pode dar para alguém que está começando a tentar compreender a perda, uma perda tão significativa, é absolutamente essencial.

Agora, uma das coisas que poderia ser feita em termos de política de saúde é que as nossas organizações de saúde abrissem espaços para que esses grupos se organizassem; criassem meios favoráveis para que esses grupos se organizassem.

Como em alguns lugares, por exemplo, têm uma linha telefônica ou têm algum espaço de divulgação, alguma coisa que dê suporte a essas iniciativas, porque é baixíssimo o custo: você está trabalhando com pessoas leigas, mas com uma experiência riquíssima de vida e que estão voluntariamente querendo ajudar alguém.

Então, essa é uma perspectiva extremamente interessante, que eu acho que a gente precisa assimilar aqui no Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao nosso Marcelo. (*Palmas.*)

Vamos dar todo o apoio – viu, Ana Luíza? – a esta questão da pósvenção, porque, pelo que ele esclarece, é muito importante.

Vamos passar a palavra à Drª Olga Oliveira, médica do serviço de atendimento do Samu.

A SRª OLGA OLIVEIRA – Bom, eu vou responder, mas não anotei o nome de algumas pessoas.

O fato de não podermos falar sobre o suicídio. Podemos sim. É falso não falar. Podemos falar sobre o suicídio e não vamos aumentar o risco. O risco está naquele nicho, no núcleo, de pessoas que se relacionavam com quem foi embora. Ali, a gente tem que trabalhar. Naquele núcleo, naquela família, nós temos que trabalhar, mas falar sobre o suicídio, conversar para ver a angústia de cada um e poder chegar ao âmago daqueles que estão sofrendo.

A mídia pode falar? Pode, mas criou-se, como é que eu digo, sei lá, uma lei, uma coisa de que falar é crime. Não é não. A mídia deveria falar. Não tem que esconder, porque se aquela pessoa se suicidou e eu posso de alguma forma trabalhar quem a cercava, para evitar um outro, porque há contaminação de quem está em volta, e aí vem a sequência. Não é genético; é porque ela conviveu com aquilo, e ela acha que vai conseguir o mesmo caminho, do mesmo jeito.

Então, a gente tem que abordar o tema, mas de forma adequada, claro. Isso não vai aumentar risco de quem está ouvindo querer se suicidar não.

Agora, a Ana Luíza, sobre como tratar as pessoas, familiares e amigos envolvidos naquela perda. Nós somos pré-hospitalares, e o nosso pessoal do Nusam (Núcleo de Saúde Mental) pode trabalhar com o paciente por até um mês. A partir daí, graças a Deus, que vem complementando 70% da rede, é a Dalzi, porque nós não temos como enviar por falta de estruturação dos nossos CAPS, essas pessoas familiares. Entendeu, Ana?

Então, nós e os meninos – o João, a Luciana e a Nice – encaminhamos para a Dalzi. Lá, esses voluntários – o Dr. Crispim é um deles – nos ajudam a cuidar dessas pessoas familiares que precisam e devem ser cuidados pelo Estado.

Por isso, eu falei sobre a religião, Juliana. Não é a religião como aquele ser condutor de alguma coisa, ditando normas não; é a religião a que a sua fé a leva, a sua fé... Da mesma forma é o trabalho que o Dr. Paulo, do Tribunal Superior do Trabalho, está fazendo com os meninos; é o mesmo formato de trabalho. Você está fazendo com que aquela cabeça, de alguma forma, enxergue uma luz para caminhar, enxergue um corrimão para se apoiar. Não é imperativo, como disse o Marcelo, mas o trabalho da religião, não como opressora, mas como aquele apoio funciona, e muito bem. Existem trabalhos ali que partem para o trabalho de artes manuais e a gente sabe disso.

Agora, em grande parte dos pacientes – aí eu vou falar como religiosa, claro –, a gente vê a parte espiritual. Se alguém está falando comigo, eu tenho um dom de ver e de sentir.

Então, se alguém que está falando não tem... Eu começo a...

(Soa a campainha.)

A SRª OLGA OLIVEIRA – Às vezes, até peço a Deus para me deixar fora, mas Ele não deixa. Há uma influência espiritual, porque nem todo...

O que é – como você falou da parte do homossexualismo, da rejeição que se tem. Essas pessoas se esquecem de que... O que nós temos de certo na vida? Nascer?Não! Pode vir um aborto antes: com três dias, com uma semana; nem corpo formado existe. O que é certo na vida? A morte! E isso aqui para a gente é temporário, é passageiro. O que a gente leva – para quem acredita que vai para algum lugar? Seus atos, seu comportamento. A mala do dinheiro que você tirou da Lava-Jato, do que é que foi, fica aqui, e o "Ricardão" vai gastar e rir da sua cara. Agora, você não vai achar uma porta para entrar. Você vai ficar aqui importunando quem é de carne ainda, quem está vestido, quem está vivo. Esse é o obsessor que fica, porque ele não acha algum lugar para ir, porque a consciência dele não permitiu, pelos atos que fez. E o nosso corpo é temporário! A gente tem

que cultivá-lo muito bem. Nós temos que cultuar esse santuário dado por Deus. E ter uma fé em alguma coisa e procurar fazer sempre algo produtivo.

Alguém citou aqui a Síndrome de *Burnout*. Eu tive *Burnout*. Eu estava chefe temporária da UTI Neonatal do HMIB. Um secretário de Saúde – recebi uma denúncia – estava comprando material usado de uma empresa recém-criada em Goiânia – material de UTI, de oito anos de idade – e queria jogar e terceirizar a UTI Neonatal. Ah, não prestou! Corri atrás de quem? Da lei! Bisol ficou sabendo. Mandei fotografia. Engenheiro da Secretaria fotografou, mandou. Com dois dias, o cara me liga – eu estava no sindicato – porque na época eu era da direção. Eu cuidava do Cuidando do Cuidador. Eu cuidava do médico na sua saúde, dentro do sindicato. Ele ligou e falou horrores e horrores. Vou só contar o final, quando ele disse: "A doutora está esquecendo. A senhora está colocando o Ministério Público, o Pro-SUS nisso? Está esquecendo que eu sou o secretário de Saúde". Eu disse: "Quem está enganado é o senhor. O senhor não é o secretário de Saúde. Eu sou funcionária pública concursada, e o senhor está secretário de Saúde". Só que o meu ódio estava assim... Dois dias depois, eu descobri que eu não estava enxergando; meu olho arrebentou sozinho.

(Soa a campainha.)

A SRª OLGA OLIVEIRA – E eu fiz uma Síndrome de *Burnout*, eu fiz um derrame seroso. Hoje, eu não tenho foco no olho direito, porque eu deixei a raiva tomar conta, a cólera, e, depois, veio a depressão. Eu me agredi. Aí, eu aprendi que eu tinha que me controlar mais: e hoje eu me controlo mais. Estou engolindo um sapo danado atualmente e sei que vou engolir mais com algumas coisas que estão mudando diretamente ligadas a mim: e está mudando, Presidente. Vai sair no *Diário Oficial* hoje. Aí, eu abro a boca. Mas eu estou me controlando, porque a gente tem que tentar se controlar. O gatilho que faz uma pessoa ficar deprimida é uma ação dessas. Isso foi um assédio moral de um secretário de Saúde. Mas, como eu fui atrás do que me protege, que é uma lei, ele não montou a UTI, ele devolveu e desfez o negócio. Se responde a processo ou não, não me interessa, mas ele não prejudicou o trabalho que se fazia em uma UTI de 46 leitos. Deu para entender? A resposta de todo mundo?

Obrigada. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Gostaria de agradecer ao nosso Dr. Lúcio Costa, que vai ter de se retirar porque tem uma reunião agora lá na Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial da Presidência da República. Quero agradecer-lhe pela brilhante apresentação, pelas respostas, e liberá-lo para esse compromisso na Presidência da República que é muito importante. Só faltam duas intervenções para a gente encerrar.

Vou fazer logo a minha intervenção nesta fala. Eu quero dizer que sou católico por convicção. Tenho mais de 30 anos de participação na Igreja Católica, no Encontro de Casais com Cristo, no Encontro do Diálogo, no Encontro do Ágape – o Amor Incondicional – e em outros eventos da Igreja Católica. Respeito todas as religiões e todas as posições, porque eu acho que o mais importante é ter fé e ter convicção de alguma coisa, porque nesta vida nós somos passageiros.

Então, eu creio que as manifestações religiosas, quando não tão fundamentalistas, ajudam e ajudam muito a pessoa a se encontrar, a ter algum eixo. E, com relação aos projetos nesta Casa, por exemplo, a questão de definição da questão da família, eu acho que isso é muito polêmico. Temos que debater com mais cuidado, para não levarmos a situações extremas – como foi aqui colocado – por causa da definição em lei de uma situação que está em formação, está em discussão.

Com relação à terceirização, temos uma posição clara: essa precarização só vai levar a uma situação mais degradante do trabalhador e, consequentemente, vai aumentar e muito o que já foi aqui dito pela nossa interlocutora que fez a pergunta. Então, por isso, nós temos feito o debate. O nosso Presidente do Senado tem sido muito sensível. Esse projeto não será votado neste ano. Esse projeto deve ser debatido no tempo necessário. O nosso Presidente desta Comissão e todos os membros – eu, Senadora Regina, Senador José Medeiros, Senador Dário – temos feito vários debates com relação a esses temas aqui nesta Casa para evitar esse tipo de aprofundamento da crise.

Com relação aos indígenas, o que aqui fora colocado, nós temos discutido uma série de leis sobre essa situação, uma série de legislações, para tentar evitar esse extremo que tem ocorrido: realmente é muito alarmante o alto nível de suicídio nesse setor, porque a terra é tudo para o indígena. Então, nós temos de considerar as culturas; a cultura é fundamental para um povo.

Então, eu continuo aqui neste debate. Defendo a família incondicionalmente e, por isso, estamos fazendo esta questão aqui. E no que pudermos ajudar, respeitando todos os credos e religiões, nós o faremos, para que possamos fazer com que a vida prevaleça, porque eu acho que ela é mais importante para todos nós.

Então, a minha fala seria isso. Eu já considero falado. Ao final, vou só encerrar. Então, dando a minha resposta, libero aqui o Dr. Lúcio Costa, mandando um abraço à nossa Ministra.

Muito obrigado a você.

Vamos passar para o Vitor Barros Rego fazer a sua fala. (*Palmas.*)

O SR. VITOR BARROS REGO – Bem, vou buscar ser breve também. Acho que nós até passamos um pouco do tempo, não é?

Eu estruturei aqui algumas respostas, até mesmo assim algumas coisas que foram comentadas, sobre as quais acho que também seria importante dar um pouco do meu viés. Falou-se sobre o *burnout* e o estresse. Minha área mesmo é saúde mental no trabalho, o que já estudo há uns dez anos. Tenho estudado o suicídio no trabalho – inclusive, a convite do Senador Paim, estarei aqui no dia 12 de maio, se eu não me engano, sobre a terceirização, que é um projeto que eu estou fazendo na faculdade com os meus alunos, mapeando o estresse do teleoperador que, digamos assim, representa bem a categoria dos terceirizados no País. É uma categoria que tem muitos índices de afastamento, mas também uma fragilidade enorme trabalhista, porque qual é a proposta? Contratar pessoas no seu primeiro emprego, pegar essas pessoas que topam tudo pelo emprego e sugar até a última gota de seu suor. Realmente, sugam até a última gota de suor, e muitos pedem demissão ainda adoecidos, em depressão, e até mesmo alguns já com tentativas de suicídio.

Então, nós temos mapeado isso e, até o final de fevereiro, vamos finalizar um documento para trazer aqui também. E eu acho que é muito válida a discussão sobre o estresse no trabalho também, até pela pergunta do Dr. Paulo, não é isso? Como o Prof. Marcelo falou, cada um tem o seu limite, mas o estresse pode levar a quadros, inclusive, de tentativa de suicídio: ideação e tentativa de suicídio. A Drª Olga trouxe aqui a experiência dela; eu também já sofri com *burnout*, que é o esgotamento profissional, é a fase em que o estresse já chega ao final mesmo.

É uma doença terrível, em que não se tem controle de nada do seu corpo. A sua cabeça está funcionando e ela quer fazer tudo. É como se fosse assim: a doença daquela pessoa que ama o trabalho, mas cujo corpo faz greve. Então, simplesmente não se consegue mais trabalhar.

E o que adoece mesmo nesse contexto de trabalho e que leva à tentativa de suicídio é essa dimensão política e ética no trabalho, que é ferida. Na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Educação principalmente, porque você tem interferência política. Você não consegue fazer o seu trabalho como profissional de saúde, você não consegue fazer o seu trabalho como profissional de educação, porque tem interferência política. Não é simplesmente na destinação de recursos, mas também em decisões sobre como funciona em sala de aula. E acho que, quando falamos deste tema, suicídio, por ser tão delicado, vamos puxando esses fios e chegando a outras dimensões do social, chegando também a essa questão do trabalho.

A Mariana perguntou sobre a questão da religião, do gênero feminino e desse modelo de família. Como o próprio Senador trouxe aqui, é um tema polêmico que ainda está em formação. Eu, como cidadão, espero que não passe adiante. E eu, como profissional, também, porque isso só tende a intensificar a intolerância, só tende a intensificar também os riscos de suicídio. Ao promover uma lei que promove a exclusão, você está promovendo também um Estado segregador. Então, isso tem uma forte interferência na saúde mental das pessoas.

Uma outra questão aqui foi colocada, e o Lúcio a trouxe aqui para nós: justamente essas políticas públicas não têm oficialmente o aparelhamento de religiões porque elas, de fato, têm que ser laicas. Ainda somos um país intolerante para algumas religiões. E, principalmente, ter isso como um movimento da sociedade civil, isso é extremamente importante. O Marcelo trouxe aqui um exemplo interessante do Canadá.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR BARROS REGO – Aqui em Brasília, também temos. Recebi dados de uma aluna que mora em Águas Claras – e foi ela quem me informou sobre a quantidade enorme de suicídios que estão ocorrendo nesse bairro aqui em Brasília. Ela falou de um indicador de um pastor da Igreja Batista. Então, assim, não foi alguém formal, da área, algum profissional de saúde, algo do tipo ou alguém do serviço social que fez isso. Foi da igreja, não é? E falou que, no mês de outubro, houve oito ou nove suicídios só em Águas Claras, em um único bairro!

É uma medida deles. Pode ser que até seja mais do que isso, mas é um armamento civil em volta disso aí. Eles têm um grupo no Facebook chamado Mães Amigas de Águas Claras e Região. Eles se juntaram... Antes, era para falar sobre questões de buraco na pista, ou se alguém conhece alguém que tem uma empregada, coisas assim bem de classificados e de movimento civil comum. E, de repente, virou essa força política. Então, é preciso dar essa validade e também esse amparo, de como essas pessoas podem ter também o aparelhamento do governo para dar esse amparo.

Bem, creio que é isso. Agradeço por ter participado. Fico muito feliz mesmo por esse tema estar sendo debatido em uma Casa política, no Parlamento do Brasil. E espero que tenhamos mais e mais debates e também mais participações de outras partes da sociedade que tenham interesse também nesse assunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço aqui ao nosso querido Vitor Barros Rego, colocando o nosso gabinete à disposição, Vitor, para discutir esses temas importantes que se discutem no DF. Agradeço a você e a todos aqui, para que nós possamos fazer a apresentação de algum projeto de lei, de alguma coisa, alguma discussão seja importante. Estamos às ordens.

Vamos passar aqui para o Dr. Mário Antônio Crispim, psiquiatra da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, nosso último palestrante de hoje aqui a se pronunciar.

Antes de ele se pronunciar, esqueci-me de falar sobre o desarmamento. Então, eu tinha uma arma em casa. Livrei-me dessa arma, graças a Deus. Eu morava em uma chácara, inclusive. Naquela época, era a discussão da lei do desarmamento, o plebiscito. E não me faz falta alguma.

Então, eu creio que a população, quanto menos armada, melhor é. É justo alguns defenderem que, lá na fronteira, lá no meio do mato e coisa e tal, é necessária a defesa pessoal? Sim, tem justificativa! Então, temos de discutir as excepcionalidades e verificar como vamos levantar essa discussão, de que eu não tinha falado.

Então, acho que eu concluí as repostas a mim dirigidas.

Então, o Dr. Crispim para a sua intervenção, e, depois, o nosso encerramento.

Obrigado.

O SR. MARIO ANTÔNIO CRISPIM – Bem, eu achei bastante frutífera essa audiência. E fico contente com o avanço...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Doutor, só um instante. Então, em homenagem ao nosso Conselho de Saúde, queria que ele participasse comigo aqui da sua última intervenção: que sentasse aqui ao nosso lado o Dr. Helvécio, nosso Presidente do Conselho de Saúde do DF, coordenador. Nós vamos ouvi-lo, e eu faço aqui a minha singela homenagem ao Conselho de Saúde do Distrito Federal, tão bem dirigido por este cidadão piauiense e brasiliense. Sente-se aqui, Helvécio.

Por favor, Dr. Crispim, pode voltar.

O SR. MARIO ANTÔNIO CRISPIM – Inicialmente, antes de voltar ao tema do suicídio, eu queria responder as colocações feitas pelo representante dos direitos humanos.

Eu acredito – e acho que os dados comprovam isso, até os dados colocados pela Olga – que a nossa Rede de Saúde Mental não está completa; ela é extremamente insuficiente do ponto de vista público e do ponto de vista privado. Não atende às necessidades da população.

Para se ter uma ideia, quando eu entrei na Secretaria de Saúde, havia dois serviços de emergência psiquiátrica na cidade, há 27 anos. Hoje, nós continuamos com os mesmos dois serviços, com o mesmo número de profissionais, sendo que o principal – que eu trabalhava até fevereiro – é o Hospital São Vicente de Paulo, que atende toda essa região. São cerca de três milhões de pessoas, porque não são só aqui do Distrito Federal; pessoas do Entorno também vêm para cá. E há tentativas de suicídio e doenças psiquiátricas várias. E, em estado grave, porque geralmente as pessoas só procuram o último dos serviços, que é a referência em emergência, que são os prontos-socorros psiquiátricos, inclusive passando, primeiro, pelos hospitais gerais. A maior parte das tentativas de suicídio se resolve nos próprios hospitais gerais.

Então, a rede não está concluída. Pela fala dele, a legislação não precisaria contemplar a necessidade. Pena que ele não está aqui para ouvir isso. Eu acho que não está completo. Precisamos, sim, defender o serviço público de saúde, a criação de novos serviços e sua ampliação, mesmo porque a população cresce – evidentemente, em nível curativo, em nível de tentativa de suicídio. Não defendo a criação de um serviço de atendimento especificamente para suicídio, mas um pronto-socorro para atender todos os casos psiquiátricos, dentro de uma hierarquia prevista pelo SUS, porque existe uma hierarquia de serviços; há o CAPS. E essa hierarquia de serviços, essa rede, é incompleta.

Hoje, por exemplo, no Distrito Federal, não há residência terapêutica. Está previsto isso no Plano Diretor. Há uma série de serviços públicos previstos em legislação e que não são existentes. De forma que, em relação à legislação, não teria sentido nós estarmos aqui discutindo hoje nesta Casa, que é uma Casa do Legislativo, a melhoria das leis – ou a ampliação das leis –, se estivesse tudo pronto. Claro que nós temos diversas portarias, e portarias ineficazes, que não são cumpridas. Por uma questão cultural ou não, essas portarias não são eficazes.

Então, cabe ao Legislativo, sim, discutir e melhorar as leis. Se estamos aqui dando esta contribuição, é porque essas leis precisam ser melhoradas.

Então, com a relação à questão do suicídio, com relação à questão do transtorno mental – porque o suicídio, embora não esteja somente dentro da questão do transtorno mental, mas, do ponto de vista epidemiológico,...

(Soa a campainha.)

O SR. MARIO ANTÔNIO CRISPIM – ... a incidência, a maior parte das pessoas sofre de algum transtorno. Então, do ponto de vista curativo, sim, nós precisamos de serviços públicos.

Do ponto de vista de prevenção, eu acho que leis estimulando a sociedade a – principalmente na área da educação – aumentar essa percepção de risco de suicídio. E, na sociedade, por si só, através de diversas modalidades de serviços – religiosos, filantrópicos, terceiro setor, ONGs –, todos são responsáveis e devem de alguma forma ser estimulados e ter a oportunidade... Isso porque a legislação ajuda; é possível fazer leis estimulando determinados setores, e eu acho que, na prevenção, a educação é o ponto principal. A educação é que realmente vai aumentar essa habilidade da sociedade de cuidar e de prevenir, encontrando soluções para evitar que as pessoas tentem o suicídio ou se suicidem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Crispim por sua brilhante apresentação. Quero anunciar que esteve aqui conosco o Genivaldo da Silva, que é Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Genivaldo, por sua presença.

O Sr. Helvécio, nosso Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal. Coordenador ou é Presidente, Helvécio?

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal vai fazer uma breve entrega de um documento aqui na Comissão e, depois, eu vou encerrar os trabalhos.

Por favor, Helvécio.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Muito bem, Senador Hélio José. Nesta oportunidade, o Conselho de Saúde do Distrito Federal entrega a V. Exª o relatório da 9ª Conferência de Saúde Pública do Distrito Federal, em que podemos afirmar, com certeza, que estão as diretrizes para a reforma e consolidação do SUS 100% público de qualidade no Distrito Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito bacana, Helvécio.

Eu queria, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, agradecer aqui o recebimento desse exemplar da 9ª Conferência de Saúde do Distrito Federal. Quero dizer que ele vai ser muito útil para nós todos como referência para as atitudes a serem tomadas de agora em diante, porque a participação foi grande, efetiva, de várias pessoas. Com certeza, é um documento de grande valia para nós todos.

Não tendo mais o que discutirmos, vou declarar encerrada a presente audiência pública. Agradeço a todos que aqui estiveram presentes, convidando-os para, amanhã, às 9h da manhã, uma audiência pública para discutir a crise no Distrito Federal.

Muito obrigado pessoal. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



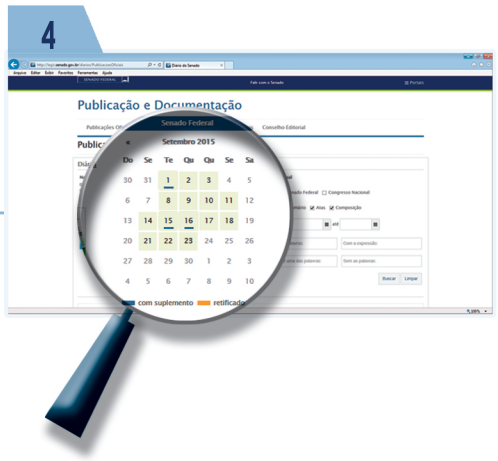
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211